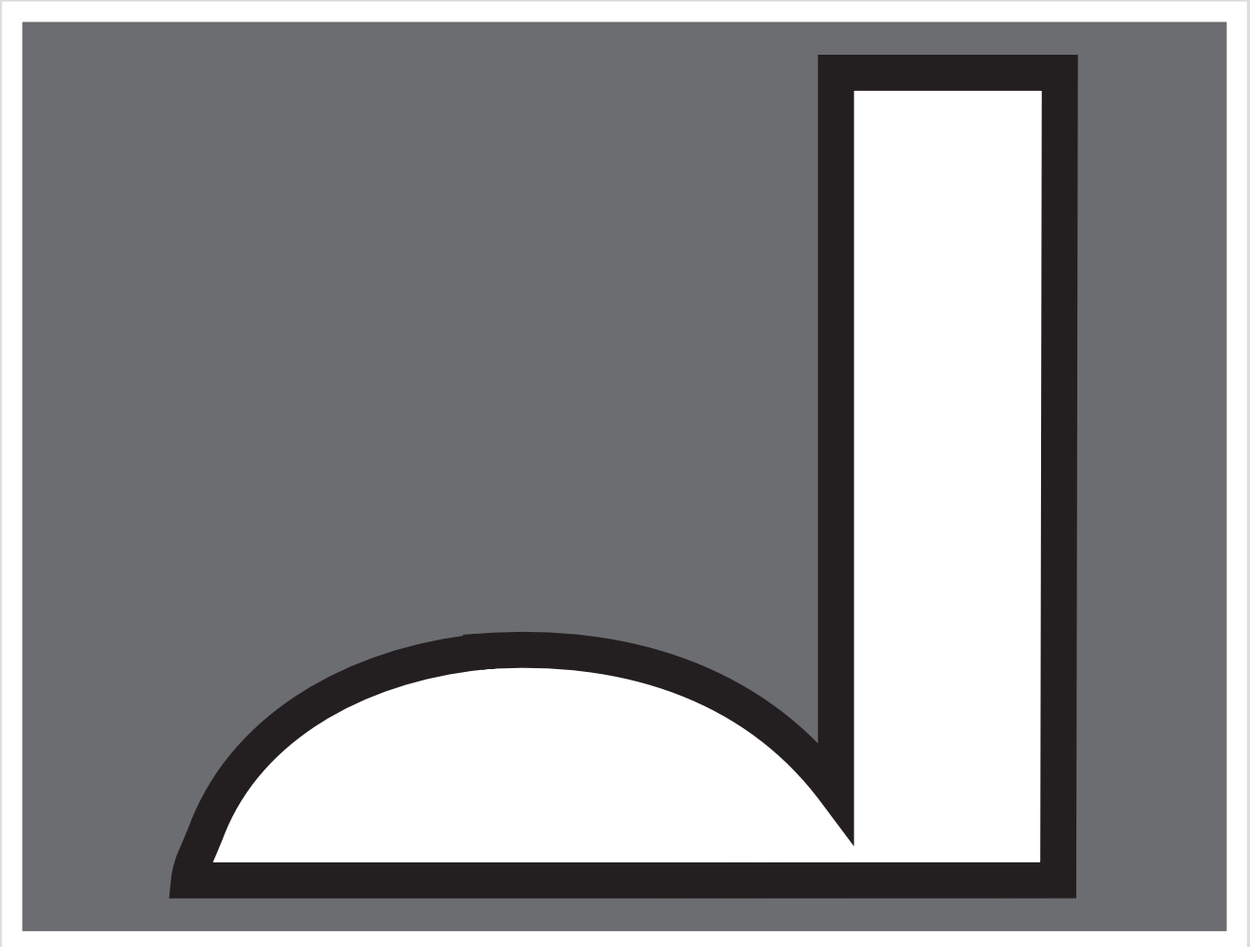
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



(*)DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA

Resenha Mensal (art. 269, II, do RISF)
(período de 2 a 30 de abril de 2012)
e
Atas de Comissões Permanentes e suas Subcomissões do Senado Federal

ANO LXVII – SUP. "A" AO DSF Nº 59 – QUINTA-FEIRA, 3 DE MAIO DE 2012 – BRASÍLIA-DF

(*) Republicado, em 7/5/2012, para fazer constar a Resenha Mensal (período de 2 a 30 de abril de 2012).

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE
José Sarney - (PMDB-AP)
1º VICE-PRESIDENTE
Marta Suplicy - (PT-SP)
2º VICE-PRESIDENTE
Waldemir Moka - (PMDB-MS)(3,4)
1º SECRETÁRIO
Cícero Lucena - (PSDB-PB)
2º SECRETÁRIO
João Ribeiro - (PR-TO)[2]

3º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)
4º SECRETÁRIO
Ciro Nogueira - (PP-PI)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC) (1,5,6,7)
2º - João Durval - (PDT-BA)
3ª - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE)
4ª - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

1. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
2. Em 03.05.2011, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
3. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
4. O Senador Waldemir Moka foi eleito 2º Vice-Presidente na sessão plenária do Senado Federal de 16.11.2011..
5. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença
6. Em 29.11.2011, vago em virtude de o Senador Gilvam Borges ter deixado o mandato.
7. O Senador Casildo Maldaner foi eleito 1º Suplente de Secretário na sessão plenária do Senado Federal de 08.12.2011.

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV) - 25	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 25	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15
Líder **Renan Calheiros - PMDB** ..... **Líder do PMDB - 19** **Renan Calheiros** Vice-Líderes do PMDB Vital do Rêgo Romero Jucá (40) Sérgio Souza (20) Waldemir Moka Ricardo Ferraço Casildo Maldaner **Líder do PP - 5** **Francisco Dornelles** Vice-Líder do PP Ana Amélia (12) **Líder do PV - 1** **Paulo Davim**	**Líder** **Walter Pinheiro - PT** (22,26) Vice-Líderes Acir Gurgacz Lídice da Mata (29,39) Inácio Arruda Eduardo Lopes (37,43) ..... **Líder do PT - 13** **Walter Pinheiro** (22,26) Vice-Líderes do PT Wellington Dias (27) Lindbergh Farias (23) Ana Rita (28) Anibal Diniz (25) **Líder do PDT - 5** **Acir Gurgacz** Vice-Líder do PDT Pedro Taques (21) **Líder do PSB - 4** **Lídice da Mata** (29,39) Vice-Líder do PSB Antonio Carlos Valadares (30) **Líder do PC DO B - 2** **Inácio Arruda** **Líder do PRB - 1** **Eduardo Lopes** (37,43)	**Líder** **Jayme Campos - DEM** (24) Vice-Líderes Cyro Miranda (34) Flexa Ribeiro (6,33) Lúcia Vânia (35) Mário Couto (31) Paulo Bauer (5,32) ..... **Líder do PSDB - 10** **Alvaro Dias** Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira (7) Paulo Bauer (5,32) Flexa Ribeiro (6,33) **Líder do DEM - 5** **José Agripino** (2,10,14,45,46) Vice-Líder do DEM Jayme Campos (24)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC) - 13 **Líder** **Gim Argello - PTB** Vice-Líderes Blairo Maggi (19) Alfredo Nascimento (41) João Vicente Claudino ..... **Líder do PTB - 6** **Gim Argello** Vice-Líderes do PTB João Vicente Claudino Mozarildo Cavalcanti **Líder do PR - 6** **Blairo Maggi** (19) Vice-Líderes do PR Alfredo Nascimento (41)	**Governo** **Líder** **Eduardo Braga - PMDB** (38) Vice-Líderes Gim Argello Benedito de Lira Lídice da Mata (29,39) Jorge Viana Vital do Rêgo	**PSD - 2** **Líder** **Kátia Abreu - PSD** (11,13) Vice-Líder Sérgio Petecão
Vicentinho Alves (42) **Líder do PSC - 1** **Eduardo Amorim** (17,47)		
PSOL - 1 **Líder** **Randolfe Rodrigues - PSOL** (18)		

Notas:
1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011,lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011,lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
6. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
9. O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.
10. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas entre os dias 06 e 16 de outubro do corrente, conforme o OF. GLDEM nº 61/2011, lido na sessão do dia 05 de outubro de 2011.
11. Em 19.10.2011, a Senadora Kátia Abreu desfiliou-se do Democratas - DEM, e filiou-se ao Partido Social Democrático - PSD (OF nº 1.128/2011-GSKAAB).
12. Senadora Ana Amélia passou a exercer a Liderança do Partido Progressista - PP no período de 25 de outubro a 5 de novembro de 2011, conforme o OF. Nº 068/2011-GLDPP.
13. Em 08.11.2011, foi lido o Of. nº 1.327/2011-GSKAAB, que comunica a indicação da Senadora Kátia Abreu, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
14. Senador José Agripino exerce a Liderança do Democratas nos dias 23 e 24 de novembro do corrente, conforme o OF. Nº 073/11-GLDEM, lido na sessão do dia 23 de novembro de 2011.
15. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
16. Em 29.11.2011, o Senador Gilvam Borges deixou o mandato.
17. Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 06.12.11, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.11.
18. Senador Randolfe Rodrigues é designado líder do PSOL, conforme OF. GSMB Nº 713/2011, lido na sessão do dia 21 de dezembro de 2011.
19. Senador Blairo Maggi é designado Líder do PR de 01/02/2012 a 31/01/2013, conforme OF. S/N - 2012, lido na sessão de 3 de fevereiro de 2012.
20. Senador Sérgio Souza é designado Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB Nº 001/2012, lido na sessão do dia 3 de fevereiro de 2012.
21. Senador Pedro Taques é designado Vice-Líder do PDT, conforme OF. LPDT Nº 001/2012, lido na sessão do dia 6 de fevereiro de 2012.
22. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 002/2012, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2012.
23. Senador Lindbergh Farias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
24. Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. S/N, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
25. Senador Anibal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
26. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 005/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
27. Senador Wellington Dias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
28. Senadora Ana Rita é designada Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
29. Senadora Lídice da Mata é designada Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 8/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
30. Senador Antonio Carlos Valadares é designado Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 9/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
31. Senador Mário Couto é designado 4 º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
32. Senador Paulo Bauer é designado 5º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
33. Senador Flexa Ribeiro é designado 2º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
34. Senador Cyro Miranda é designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
35. Senadora Lúcia Vânia é designada 3ª Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
36. Senador Marcelo Crivella afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
37. Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB, conforme Of. GSMC Nº 12/2012, lido na sessão de 08 de março de 2012.
38. Senador Eduardo Braga é designado Líder do Governo, conforme Mensagem nº 75, lida na sessão de 13 de março de 2012.
39. Senadora Lídice da Mata é designada Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, conforme Of. nº 035/2012-GLDBAG, lido na sessão de 13 de março de 2012.
40. Senador Romero Jucá é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 038/2012, lido na sessão ordinária de 21 de março de 2012.
41. Senador Alfredo Nascimento é designado 1º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
42. Senador Vicentinho Alves é designado 2º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
43. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme o Ofício nº 039/2012-GLDBAG, lido na sessão de 27 de março de 2012.
44. Senador Demóstenes Torres comunicou o seu afastamento da Liderança do DEM, conforme os Ofícios Int. nºs 032 e 033/GSDT, lidos na sessão de 27 de março de 2012.
45. Senador Jayme Campos, em pronunciamento na sessão deliberativa ordinária do Senado de 27 de março de 2012, informou ao Plenário a designação do Senador José Agripino para Líder do DEM. Presidente do Senado, Senador José Sarney, informou que a comunicação seria considerada pela Mesa e aguardaria a sua formalização para leitura em Plenário.
46. Senador José Agripino é indicado Líder do DEM, conforme OF. Nº 012/12-GLDEM, lido na sessão de 28 de março de 2012.
47. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

EXPEDIENTE

Doris Marize Romariz Peixoto
Diretora-Geral do Senado Federal
Florian Augusto Coutinho Madruga
Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações
José Farias Maranhão
Diretor da Subsecretaria Industrial

Claudia Lyra Nascimento
Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal
Maria Amália Figueiredo da Luz
Diretora da Secretaria de Ata
Patrícia Freitas Portella Nunes Martins
Diretora da Secretaria de Taquigrafia

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA

1.1 – Resenha Mensal (período de 2 a 30 de abril de 2012) 5

1.2 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES

1.2.1 – Comissão de Assuntos Sociais – CAS

Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de fevereiro de 2012..... 107

Ata da 2ª Reunião, Conjunta, realizada em 14 de fevereiro de 2012..... 124

Ata da 3ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de fevereiro de 2012..... 164

Ata da 4ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de fevereiro de 2012..... 181

Ata da 5ª Reunião, Conjunta, realizada em 5 de março de 2012 (Realizada em conjunto com a 6ª Reunião da CDH) **(Publicada no Item 1.2.5)**

Ata da 6ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de março de 2012..... 219

Ata da 7ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de março de 2012..... 253

Ata da 8ª Reunião, Conjunta, realizada em 19 de março de 2012 (Realizada em conjunto com a 10ª Reunião da CDH) **(Publicada no Item 1.2.5)**

Ata da 9ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de março de 2012..... 280

Ata da 10ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de março de 2012..... 299

Ata da 11ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de março de 2012..... 311

Ata da 12ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de abril de 2012..... 332

Ata da 13ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de abril de 2012..... 357

1.2.1.1 – Subcomissão Temporária do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

Ata da 1ª Reunião, realizada em 7 de março de 2012..... 384

Ata da 2ª Reunião, realizada em 15 de março de 2012..... 388

Ata da 3ª Reunião, realizada em 22 de março de 2012..... 396

Ata da 4ª Reunião, realizada em 29 de março de 2012..... 414

1.2.1.2 – Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social

Ata da 1ª Reunião, realizada em 28 de fevereiro de 2012 428

1.2.2 – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ

Ata da 13ª Reunião, Ordinária, realizada em 11 de abril de 2012..... 450

Ata da 14ª Reunião, Ordinária, realizada em 18 de abril de 2012..... 489

Ata da 15ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de abril de 2012..... 529

1.2.3 – Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE

Ata da 7ª Reunião, Ordinária, realizada em 20 de março de 2012..... 536

1.2.4 – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA

Ata da 10ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de março de 2012..... 551

Ata da 11ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de abril de 2012..... 576

1.2.4.1 – Subcomissão Permanente da Água

Ata da 1ª Reunião, realizada em 6 de março de 2012..... 598

1.2.4.2 – Subcomissão Temporária para Acompanhar a Execução das Obras da Usina de Belo Monte

Ata da 1ª Reunião, realizada em 15 de março de 2012..... 600

1.2.5 – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH

Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de fevereiro de 2012..... 626

Ata da 2ª Reunião, Conjunta, realizada em 14 de fevereiro de 2012 (Realizada em conjunto com a 2ª Reunião da CAS) **(Publicada no Item 1.2.1)**

Ata da 3ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de fevereiro de 2012..... 662

Ata da 4ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de fevereiro de 2012..... 709

Ata da 5ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de fevereiro de 2012..... 742

Ata da 6ª Reunião, Conjunta, realizada em 5 de março de 2012..... 782
Ata da 7ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de março de 2012..... 802
Ata da 8ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de março de 2012..... 821
Ata da 9ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de março de 2012..... 850
Ata da 10ª Reunião, Conjunta, realizada em 19 de março de 2012..... 898
Ata da 11ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de março de 2012..... 927
Ata da 12ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de março de 2012..... 953
1.2.6 – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE
Ata da 62ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de dezembro de 2011..... 966
1.2.7 – Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI
Ata da 9ª Reunião, Conjunta, realizada em 11 de abril de 2012 (Realizada em conjunto com a 9ª reunião da CCT) **(Publicada no Item 1.2.10)**
Ata da 10ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de abril de 2012..... 986
1.2.8 – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR
Ata da 5ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de março de 2012..... 990
Ata da 6ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de abril de 2012..... 1003
Ata da 7ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2012..... 1023
1.2.8.1 – Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016
Ata da 5ª Reunião, realizada em 10 de novembro de 2011..... 1025
Ata da 1ª Reunião, realizada em 11 de abril de 2012..... 1038
1.2.9 – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA
Ata da 53ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de dezembro de 2011..... 1040
Ata da 6ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de março de 2012..... 1056
Ata da 7ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de abril de 2012..... 1064
1.2.10 – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT
Ata da 8ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de março de 2012..... 1088
Ata da 9ª Reunião, Conjunta, realizada em 11 de abril de 2012..... 1113
Ata da 10ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de abril de 2012..... 1143

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura - 2012

Resenha Mensal
(269, II, do RISF)
Abril/2012

A - SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL

Sessões plenárias do Senado Federal
01 a 30/04/2012

Tipo da sessão	Quantidade
Deliberativa Ordinária	11
Especial	2
Não Deliberativa	8
Total de sessões realizadas	**21**

Quadro Geral de Matérias
01 a 30/04/2012

	Aprovada pelo Plenário	Aprovada por Comissão em decisão terminativa	Rejeitada por Comissão em decisão não terminativa (art. 254 do RISF)	Rejeitada por Comissão em decisão terminativa (art. 91, § 5º, do RISF)	Retirada pelo autor	Total
PLC	4	28	0	24	0	**56**
PLS	0	11	2	8	2	**23**
ECD	1	0	0	0	0	**1**
PDS	1	34	0	0	0	**35**
PRS	5	0	0	0	0	**5**
MSF	6	-	0	-	0	**6**
OFS	1	-	0	-	0	**1**
Total	18	73	2	32	2	**127**

Quadro Geral de Medidas Provisórias

01 a 30/04/2012

	Aprovada na forma de Projeto de Lei de Conversão	Total
PLV	2	**2**

Quadro de Requerimentos*
01 a 30/04/2012

Natureza	Total
Adiamento de apreciação de matéria	2
Audiência de comissão	12
Congratulações, pesar e assemelhados	33
Desapensamento de matérias	1
Informações	15
Missão (em representação do Senado Federal)	20
Preferência	1
Realização de sessão especial ou comemoração no período do expediente	5
Retirada de matéria	7
Sobrestamento	3
Tramitação conjunta	14
Urgência para matéria	7
Total Geral	**120**

* No período de 01 a 30/04/2012 foram apreciados outros requerimentos, não autônomos (vinculados a outra matéria), que não constam nesta resenha.

Quadro de Matérias Aprovadas por Iniciativa

01 a 30/04/2012

	SF	CD	Total
PROJETO DE LEI DA CÂMARA	-	32	32
PROJETO DE LEI DO SENADO	11	-	11
EMENDA(S) DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO	-	1	1
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO	0	35	35
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO	5	-	5
Total	16	68	**84**

Quadro de Requerimentos de Licença
(Sem ônus)
01 a 30/04/2012

Fundamentação – RISF	Apresentados	Retirados	Total
Art. 13 (1)	55	-	55
Art. 40 (2)	3	-	3
Art. 43, I (3)	8	-	8
Art. 43, II (4)	7	-	7
Soma	**73**	**0**	**73**
Requerimento para retirada	-	-	-
Total Geral	**73**	**0**	**73**

1. **Missão política ou cultural de interesse parlamentar;**
2. **Representação da Casa ou missão no País ou no exterior, autorizado pelo Presidente do Senado ou pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ou a que tiver maior pertinência, e sem ônus para o Senado Federal;**
3. **Licença para tratamento de saúde; e**
4. **Licença para tratar de interesses particulares.**

Quadro de Requerimentos de Licença
(Com ônus) *

01 a 30/04/2012

Fundamentação - RISF	Total
Art. 40 (1)	**20**

(1) Missão (em representação do Senado Federal)

*** Requerimentos de licença com ônus são aprovados pelo Plenário e encontram-se disponibilizados no quadro de requerimentos**

Resenha Consolidada

Sessões plenárias do Senado Federal
02/02 a 30/04/2012

Tipo da sessão	Quantidade
Deliberativa Extraordinária	8
Deliberativa Ordinária	31
Especial	5
Não Deliberativa	26
Total de sessões realizadas	**70**
Reunião não Realizada	1

Quadro Geral de Matérias
02/02 a 30/04/2012

	Aprovada pelo Plenário	Aprovada por Comissão em decisão terminativa	Rejeitada por Comissão em decisão não terminativa (art. 254 do RISF)	Prejudicada	Retirada pelo autor	Rejeitada pelo Plenário	Rejeitada por Comissão em decisão terminativa (art. 91, § 5º, do RISF)	Rejeitada pela CCJ por inconstitucionalidade (art. 101, § 1º, do RISF)	Total
PEC	1	-	0	0	1	0	-	0	**2**
PLC	8	38	2	0	0	0	27	0	**75**
PLS	0	43	4	1	8	0	14	1	**71**
ECD	1	0	0	0	0	0	0	0	**1**
PDS	4	146	0	0	0	0	0	0	**150**
PRS	8	5	0	0	0	0	0	0	**13**
MSF	9	-	0	0	0	1	-	0	**10**
OFS	1	-	0	0	0	0	-	0	**1**
Total	32	232	6	1	9	1	41	1	**323**

Quadro Geral de Medidas Provisórias
02/02 a 30/04/2012

	Aprovada na forma de Projeto de Lei de Conversão	Total
PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO	8	**8**

Quadro de Requerimentos
02/02 a 30/04/2012

Natureza	Total
Adiamento de apreciação de matéria	4
Audiência de comissão	36
Auditoria	1
Calendário especial	1
Congratulações, pesar e assemelhados	104
Criação ou alteração de comissão temporária	6
Desapensamento de matérias	5
Dispensa de parecer	1
Homenagem de pesar	1
Inclusão em Coleções do Senado Federal	1
Informações	65
Missão (em representação do Senado Federal)	48
Preferência	1
Prorrogação de comissão parlamentar de inquérito	1
Publicação de documentos no Diário do Senado Federal, para transcrição nos Anais.	1
Realização de sessão especial ou comemoração no período do expediente	16
Retirada de matéria	14
Sobrestamento	4
Tramitação conjunta	26
Urgência para matéria	9
Voto de aplauso ou semelhante	1
Total Geral	**346**

Quadro de Matérias Aprovadas por Iniciativa
02/02 a 30/04/2012

	PRES REP	SF	CD	STM	Total
PROJETO DE LEI DA CÂMARA	2	-	43	1	46
PROJETO DE LEI DO SENADO	-	43	-	-	43
EMENDA(S) DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO	-	-	1	-	1
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO	0	2	148	-	150
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO	-	13	-	-	13
Total	2	58	192	1	**253**

Quadro de Requerimentos de Licença
(Sem ônus)
02/02 a 30/04/2012

Fundamentação – RISF	Apresentados	Retirados	Total
Art. 13 (1)	130	2	128
Art. 40 (2)	7	-	7
Art. 43, I (3)	18	-	18
Art. 43, II (4)	15	-	15
Soma	**170**	**2**	**168**
Requerimento para retirada	2	-	-
Total Geral	**172**	**2**	**168**

1. **Missão política ou cultural de interesse parlamentar;**
2. **Representação da Casa ou missão no País ou no exterior, autorizado pelo Presidente do Senado ou pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ou a que tiver maior pertinência, e sem ônus para o Senado Federal;**
3. **Licença para tratamento de saúde; e**
4. **Licença para tratar de interesses particulares.**

Quadro de Requerimentos de Licença
(Com ônus) *

02/02 a 30/04/2012

Fundamentação - RISF	Total
Art. 40 (1)	48

(1) Missão (em representação do Senado Federal)

*** Requerimentos de licença com ônus são aprovados pelo Plenário e encontram-se disponibilizados no quadro de requerimentos**

Matérias apreciadas pelo Senado Federal

01 a 30/04/2012

Matéria: Projeto de Lei de Conversão. Total: 2

1. À sanção. Total: 2

Aprovada na forma de Projeto de Lei de Conversão. Total: 2

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLV 7/2012	Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, da Contribuição para o PIS/Pasep - Importação e da Cofins - Importação incidentes soabre a importação e a receita de venda no mercado interno dos produtos que menciona; altera as Leis nºs 10.865, de 30 de abril de 2004, 10.522, de 19 de julho de 2002, 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, 5.991, de 17 de dezembro de 1973, 10.451, de 10 de maio de 2002, e 11.051, de 29 de dezembro de 2004; e revoga dispositivos das Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003.	Câmara dos Deputados	25/04/2012
PLV 8/2012	Altera dispositivos das Leis nºs 7.920, de 12 de dezembro de 1989, 8.399, de 7 de janeiro de 1992, 9.825, de 23 de agosto de 1999, 12.462, de 5 de agosto de 2011, 6.009, de 26 de dezembro de 1973, e 5.862, de 12 de dezembro de 1972; revoga o Decreto-Lei nº 1.896, de 17 de dezembro de 1981; e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	25/04/2012

Matéria: Projeto de Lei da Câmara. Total: 56

1. À Câmara dos Deputados com alteração de mérito. Total: 3

Aprovada pelo Plenário. Total: 2

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLC 176/2008	Dispõe sobre a importação e o fornecimento de produtos sujeitos à Regulamentação Técnica Federal.	Antonio Carlos Mendes Thame	03/04/2012
PLC 40/2010 Complementar	Dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial à pessoa com deficiência filiada ao Regime Geral de Previdência Social.	Leonardo Mattos	03/04/2012

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLC 110/2011	Dispõe sobre o prazo para emissão de recibo de quitação integral de débitos de qualquer natureza pelas instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, nos termos da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964.	Edson Ezequiel	02/04/2012

Matéria: Projeto de Lei da Câmara. Total: 56

2. Ao arquivo. Total: 24

Rejeitada por Comissão em decisão terminativa (art. 91, § 5º, do RISF). Total: 24

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLC 123/2009	Institui o Dia Nacional do Guarda Municipal.	Celso Russomanno	11/04/2012
PLC 210/2009	Institui o Dia Nacional do Engenheiro Industrial Madeireiro.	Moacir Micheletto	11/04/2012
PLC 212/2009	Institui o Dia Nacional dos Trabalhadores em Radiologia.	Ary Kara	11/04/2012
PLC 216/2009	Institui o dia 8 de julho como o Dia dos Trabalhadores em Massas Alimentícias.	Biffi	11/04/2012
PLC 218/2009	Institui o dia 9 de dezembro como o Dia Nacional do Frevo.	Ana Arraes	11/04/2012
PLC 223/2009	Institui, na República Federativa do Brasil, a data de 13 de maio como o dia da Polícia Militar.	Alberto Fraga	11/04/2012
PLC 226/2009	Institui o dia 26 de outubro como o Dia Nacional do Tropeiro.	Max Rosenmann	11/04/2012
PLC 234/2009	Institui o Dia do Alerta sobre o uso nocivo do Álcool.	Neilton Mulim	11/04/2012
PLC 238/2009	Institui o Dia Nacional do Motorista de Ambulância.	Gervásio Silva	11/04/2012
PLC 249/2009	Cria no calendário oficial do Brasil o Dia do Seresteiro.	Andreia Zito	11/04/2012
PLC 257/2009	Fixa a data de 13 de dezembro como o Dia Nacional da Vaquejada.	Jusmari Oliveira	11/04/2012
PLC 265/2009	Institui o Dia Nacional da Fé Cristã.	Costa Ferreira	11/04/2012
PLC 289/2009	Institui o Dia Nacional de Conscientização da Hemofilia.	Paulo Roberto Pereira	11/04/2012
PLC 70/2010	Institui o Dia Nacional em Defesa da Orla Marítima.	Flávio Bezerra	11/04/2012
PLC 94/2010	Institui o Dia Nacional das Etnias, a ser comemorado, anualmente, no último domingo do mês de fevereiro.	Professor Ruy Pauletti	11/04/2012

Matéria: Projeto de Lei da Câmara. Total: 56

2. Ao arquivo. Total: 24

Rejeitada por Comissão em decisão terminativa (art. 91, § 5º, do RISF). Total: 24

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLC 102/2010	Institui o Dia Nacional do Profissional de Segurança Privada.	William Woo	11/04/2012
PLC 113/2010	Institui o dia 27 de abril como o Dia do Trabalhador Doméstico.	Paes de Lira	11/04/2012
PLC 114/2010	Institui o Dia Nacional da Ufologia.	Guilherme Campos	11/04/2012
PLC 115/2010	Institui o Dia Nacional da Aviação dos Corpos de Bombeiros Militares.	Laerte Bessa	11/04/2012
PLC 131/2010	Institui o dia 28 de abril como o Dia Nacional das Entidades de Segurança e Saúde do Trabalho.	Edson Aparecido	11/04/2012
PLC 133/2010	Institui o Dia Nacional do Médico de Família e Comunidade.	Raimundo Gomes de Matos	11/04/2012
PLC 167/2010	Institui o Dia Nacional de Mobilização em Memória das Vítimas de Trânsito e dá outras providências.	Hugo Leal	11/04/2012
PLC 45/2011	Institui a data de 28 de julho de 1823 como data de adesão do Estado do Maranhão à Independência do Brasil.	Gastão Vieira	11/04/2012
PLC 75/2010	Denomina UNED Professora Cleide Campos a Unidade de Ensino Descentralizada de Inhumas - UNED do CEFET-GO, no Município de Inhumas Estado de Goiás.	Rubens Otoni	19/04/2012

3. À sanção. Total: 29

Aprovada pelo Plenário. Total: 2

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLC 4/2012	Altera a composição do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região - MG, cria Varas do Trabalho em sua jurisdição e dá outras providências.	Tribunal Superior do Trabalho	11/04/2012
PLC 6/2012	Dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região - PR e dá outras providências.	Tribunal Superior do Trabalho	11/04/2012

Matéria: Projeto de Lei da Câmara. Total: 56

3. À sanção. Total: 29

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 27

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLC 203/2009	Institui o dia 17 de outubro como o Dia Nacional da Música Popular Brasileira.	Fernando Ferro	11/04/2012
PLC 204/2009	Institui o dia 12 de agosto como o Dia Nacional dos Direitos Humanos.	Rose de Freitas	11/04/2012
PLC 205/2009	Institui o dia 3 de novembro como o Dia Nacional do Quilo.	Carlos Santana	11/04/2012
PLC 228/2009	Institui o dia 8 de maio como o Dia Nacional do Turismo.	Max Rosenmann	11/04/2012
PLC 232/2009	Institui o Dia Nacional do Ouvidor.	Geraldo Thadeu	11/04/2012
PLC 233/2009	Institui o Dia Nacional da Educação Ambiental.	Angelo Vanhoni	11/04/2012
PLC 241/2009	Institui o Dia Nacional de Segurança e de Saúde nas Escolas.	Cida Diogo	11/04/2012
PLC 242/2009	Institui o Dia Nacional dos Portadores de Vitiligo.	Solange Almeida	11/04/2012
PLC 244/2009	Institui o Dia Nacional do Paisagista, a ser comemorado em 4 de outubro.	Jilmar Tatto	11/04/2012
PLC 255/2009	Institui o Dia Nacional de Luta dos Acidentados por Fontes Radioativas.	Edson Duarte	11/04/2012
PLC 262/2009	Institui o Dia Nacional de Combate e Prevenção à Trombose.	Rodovalho	11/04/2012
PLC 264/2009	Institui o Dia Nacional do Reggae.	Rodrigo Rollemberg	11/04/2012
PLC 266/2009	Institui o Dia Nacional das Hemoglobinopatias.	Guilherme Campos	11/04/2012
PLC 276/2009	Institui o Dia Nacional de Valorização da Família.	Leandro Sampaio	11/04/2012
PLC 277/2009	Institui o Dia Nacional da Silvicultura.	José Santana de Vasconcellos	11/04/2012

Matéria: Projeto de Lei da Câmara. Total: 56

3. À sanção. Total: 29

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 27

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLC 299/2009	Institui o Dia Nacional do Jogo Limpo - fair play contra o Doping nos Esportes.	Deley	11/04/2012
PLC 71/2010	Institui o Dia Nacional do Cooperativismo de Crédito.	Luis Carlos Heinze	11/04/2012
PLC 81/2010	Institui o Dia Nacional do Maquinista Ferroviário.	Julio Semeghini	11/04/2012
PLC 100/2010	Institui o Dia Nacional do Suinocultor.	Celso Maldaner	11/04/2012
PLC 103/2010	Institui no dia 23 de fevereiro como o Dia Nacional do Movimento Municipalista Brasileiro.	Manoel Junior	11/04/2012
PLC 112/2010	Institui o Dia Nacional do Atleta Paraolímpico e dá outras providências.	Eliene Lima	11/04/2012
PLC 153/2010	Institui o Dia do Aniversário do Buda Shakyamuni e o inclui no Calendário Oficial de Datas e Eventos Brasileiro.	William Woo	11/04/2012
PLC 155/2010	Institui o Dia Nacional do Securitário.	José C. Stangarlini	11/04/2012
PLC 177/2010	Institui o dia 18 de setembro como dia nacional de conscientização e incentivo ao diagnóstico precoce do retinoblastoma.	Bruno Araújo	11/04/2012
PLC 187/2010	Institui o Dia Nacional da Umbanda.	Carlos Santana	11/04/2012
PLC 75/2011	Institui o Dia Nacional do Artesão.	Perpétua Almeida	11/04/2012
PLC 103/2011	Institui o Dia Nacional da Advocacia Pública.	Arnaldo Faria de Sá	11/04/2012

Matéria: Projeto de Lei do Senado. Total: 23

1. À Câmara dos Deputados. Total: 11

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 11

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 26/2008	Altera a Lei nº 7.394, de 29 de outubro de 1985, e o Decreto nº 92.790, de 17 de junho de 1986, que regulam o exercício da Profissão de Técnico em Radiologia e dá outras providências.	Paulo Paim	02/04/2012
PLS 220/2011	Acrescenta inciso X ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir que o empregado deixe de comparecer ao trabalho por até oito horas, para submeter-se a exames ou provas em estabelecimentos educacionais e dá outras providências.	Itamar Franco	02/04/2012
PLS 464/2011	Estabelece medida cautelar de interesse público de suspensão das atividades de estabelecimento empresarial envolvido na falsificação, adulteração ou alteração, entre outras práticas, de medicamentos, cosméticos e correlatos, e define outras providências.	Humberto Costa	02/04/2012
PLS 475/2011	Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, para estabelecer princípios a serem observados na atenção à saúde prestada no âmbito dos planos privados de assistência à saúde e explicitar a competência da Agência Nacional de Saúde Suplementar para elaborar Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde como referência para a cobertura assistência mínima no âmbito desses planos.	Humberto Costa	02/04/2012
PLS 501/2009	Institui o Dia Nacional da Poesia.	Alvaro Dias	11/04/2012
PLS 26/2010	Dispõe sobre a instituição do Dia Nacional do Oficial de Justiça.	Paulo Paim	11/04/2012
PLS 323/2011	Altera a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para limitar a exigência de laudos de avaliação para portadores de deficiência adquirentes de automóveis com isenção do Imposto Sobre Produtos Industrializados.	Pedro Taques	11/04/2012
PLS 311/2007	Altera a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, para permitir a utilização de recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST) na universalização do Serviço Móvel Pessoal, ou outro que vier a substituí-lo.	Flexa Ribeiro	16/04/2012
PLS 278/2009	Altera os arts. 132, 134 e 139 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), relativos aos conselhos tutelares.	Lúcia Vânia	19/04/2012
PLS 450/2011	Altera a Lei n° 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, para garantir a facilitação de atendimento do consumidor por órgãos públicos de proteção e fiscalização através da internet.	Lúcia Vânia	25/04/2012
PLS 553/2011	Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, para conceder aos portadores de xeroderma pigmentoso a isenção de carência para a concessão de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez.	Lúcia Vânia	30/04/2012

2. Ao arquivo. Total: 12

Rejeitada por Comissão em decisão não terminativa (art. 254 do RISF). Total: 2

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 406/2009 Complementar	Acrescenta os §§ 3º e 4º ao art. 26 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para condicionar a destinação de recursos públicos a entidades privadas à existência, em seus estatutos sociais, de regra que limite a permanência de seus dirigentes.	Marisa Serrano	04/04/2012

Matéria: Projeto de Lei do Senado. Total: 23

2. Ao arquivo. Total: 12

Rejeitada por Comissão em decisão não terminativa (art. 254 do RISF). Total: 2

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 308/2004 Complementar	Prorroga o prazo para se firmar o Termo de Adesão, relativo aos complementos de atualização monetária de saldos de contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, de que trata a Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001.	Paulo Paim	16/04/2012

Rejeitada por Comissão em decisão terminativa (art. 91, § 5º, do RISF). Total: 8

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 203/2006	Dispõe sobre a mineralização dos solos e a segurança alimentar e nutricional.	Pedro Simon	02/04/2012
PLS 152/2011	Autoriza os conselhos profissionais a realizar exame de proficiência como condição para a concessão de registro.	João Durval	02/04/2012
PLS 423/2011	Altera a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, para incluir os citricultores.	Eduardo Amorim	02/04/2012
PLS 540/2009	Institui o dia 25 de novembro como o Dia Nacional do Repentista.	Rosalba Ciarlini	11/04/2012
PLS 54/2011	Institui o ano de 2013 como "Ano Nacional da Atividade Física em Prol da Saúde".	Marcelo Crivella	11/04/2012
PLS 437/2011	Inclua-se a data de 25 de junho de 1822 no calendário oficial de efemérides históricas do Brasil.	Walter Pinheiro	11/04/2012
PLS 643/2011	Institui o Dia Nacional do Cirurgião Cardiovascular.	Paulo Davim	11/04/2012
PLS 119/2008	Altera a Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990 que "Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências".	Arthur Virgílio	19/04/2012

Retirada pelo autor. Total: 2

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 59/2012 Complementar	Altera a Lei Complementar nº 62, de 28 de dezembro de 1989, as Leis nºs 5.172, de 25 de outubro de 1966, e 8.443, de 16 de julho de 1992, para dispor sobre os critérios de rateio do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE.	Francisco Dornelles	10/04/2012
PLS 88/2012	Altera o art. 261 da Lei no 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para alterar a pontuação necessária para a suspensão do direito de dirigir.	Clésio Andrade	25/04/2012

Matéria: Emenda(s) da Câmara Dos Deputados Ao Projeto de Lei do Senado. Total: 1

1. À sanção. Total: 1

Aprovada pelo Plenário. Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
ECD 237/2007	Emenda da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 4.253-B de 2008 do Senado Federal (PLS nº 237/07, na Casa de origem), que inscreve o nome de Anita Garibaldi - Ana Maria de Jesus Ribeiro, no Livro dos Heróis da Pátria.	Câmara dos Deputados	03/04/2012

Matéria: Projeto de Decreto Legislativo. Total: 35

1. À promulgação. Total: 35

Aprovada pelo Plenário. Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 61/2012	Aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Belize, assinado em Brasília, em 26 de abril de 2010.	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	19/04/2012

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 34

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 223/2008	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÃO VICENTE DE PAULA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Andradina, Estado de Mato Grosso do Sul.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	13/04/2012
PDS 663/2009	Aprova o ato que outorga permissão à Empresa de Comunicações da Paraíba Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Soledade, Estado da Paraíba.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	13/04/2012
PDS 664/2009	Aprova o ato que outorga permissão à EMPRESA DE COMUNICAÇÕES DA PARAÍBA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Triunfo, Estado da Paraíba.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	13/04/2012

Matéria: Projeto de Decreto Legislativo. Total: 35

1. À promulgação. Total: 35

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 34

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 264/2010	Aprova o ato que outorga permissão à REDE TAMANDARÉ DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Picuí, Estado da Paraíba.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	13/04/2012
PDS 29/2011	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA FM CABANA 103,3 para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ananindeua, Estado do Pará.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	13/04/2012
PDS 55/2011	Aprova o ato que outorga permissão à SBC - RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Garrafão do Norte, Estado do Pará.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	13/04/2012
PDS 199/2011	Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO DIFUSORA DE CATANDUVA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Novo Horizonte, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	13/04/2012
PDS 226/2011	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO PESQUISA E CULTURA MIPIBUENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José de Mipibu, Estado do Rio Grande do Norte.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	13/04/2012
PDS 260/2011	Aprova o ato que outorga permissão à PONTO NORTE RÁDIO FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Alpestre, Estado do Rio Grande do Sul.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	13/04/2012
PDS 265/2011	Aprova o ato que outorga permissão à DIAS & NOVATO COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mato Verde, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	13/04/2012
PDS 269/2011	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO MARANO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Garanhuns, Estado de Pernambuco.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	13/04/2012
PDS 300/2011	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE PALMEIRA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palmeira, Estado de Santa Catarina.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	13/04/2012
PDS 303/2011	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO SOCIEDADE OESTE CATARINENSE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	13/04/2012
PDS 306/2011	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO JARAGUÁ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Jaraguá do Sul, Estado da Santa Catarina.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	13/04/2012
PDS 311/2011	Aprova o ato que outorga autorização à SOCIEDADE COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alto Alegre do Parecis, Estado de Rondônia.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	13/04/2012

Matéria: Projeto de Decreto Legislativo. Total: 35

1. À promulgação. Total: 35

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 34

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 312/2011	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO PLANALTO DE MAJOR VIEIRA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Major Vieira, Estado de Santa Catarina.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	13/04/2012
PDS 315/2011	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à FUNDAÇÃO FREI ROGÉRIO para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Curitibanos, Estado de Santa Catarina.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	13/04/2012
PDS 319/2011	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO E TELEVISÃO BANDEIRANTES DA BAHIA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Salvador, Estado da Bahia.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	13/04/2012
PDS 321/2011	Aprova o ato que outorga permissão STAR RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Piedade de Caratinga, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	13/04/2012
PDS 326/2011	Aprova o ato que outorga permissão à TERRA FM LTDA. - ME para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Geraldo do Araguaia, Estado do Pará.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	13/04/2012
PDS 334/2011	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO ESPERANÇA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	13/04/2012
PDS 337/2011	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO SÃO PAULO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	13/04/2012
PDS 343/2011	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E SOCIAL DE NOVO CRUZEIRO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Novo Cruzeiro, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	13/04/2012
PDS 351/2011	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO E TELEVISÃO GRANDE RIO FM STEREO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Petrolina, Estado de Pernambuco.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	13/04/2012
PDS 353/2011	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à SOCIEDADE MINEIRA DE RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	13/04/2012
PDS 355/2011	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO DE SÃO BENTO DE CALDAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Rita de Caldas, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	13/04/2012
PDS 362/2011	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DE DONA EMMA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dona Emma, Estado de Santa Catarina.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	13/04/2012

Matéria: Projeto de Decreto Legislativo. Total: 35

1. À promulgação. Total: 35

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 34

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 374/2011	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA PRÓ DESENVOLVIMENTO INFANTIL DE PARELHEIROS - ACCDIP para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	13/04/2012
PDS 391/2011	Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO EDITORA MAGIA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nova Pádua, Estado do Rio Grande do Sul.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	13/04/2012
PDS 403/2011	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à CAETÉ SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Caeté, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	13/04/2012
PDS 407/2011	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE SALETE/SC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salete, Estado de Santa Catarina.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	13/04/2012
PDS 422/2011	Aprova o ato que outorga permissão à NEUSA E LEMOS COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cerejeiras, Estado de Rondônia.	Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática	13/04/2012
PDS 428/2011	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à EMPREENDIMENTOS RADIODIFUSÃO CABO FRIO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Cabo Frio, Estado do Rio de Janeiro.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	13/04/2012
PDS 441/2011	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO PAINENSE DE RÁDIO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pains, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	13/04/2012

Matéria: Projeto de Resolução do Senado. Total: 5

1. À promulgação. Total: 5

Aprovada pelo Plenário. Total: 5

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PRS 6/2012	Prorroga o prazo para o exercício da autorização estabelecido no art. 4º da Resolução nº 46, de 31 de agosto de 2010.	Lídice da Mata	03/04/2012
PRS 8/2012	Autoriza o Estado da Bahia a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 60.000.000,00 (sessenta milões de dólares dos Estados Unidos da América)	Comissão de Assuntos Econômicos	10/04/2012

Matéria: Projeto de Resolução do Senado. Total: 5

1. À promulgação. Total: 5

Aprovada pelo Plenário. Total: 5

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PRS 11/2012	Autoriza o Estado de Pernambuco a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 100,000,000.00 (cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América).	Comissão de Assuntos Econômicos	18/04/2012
PRS 72/2010	Estabelece alíquotas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, nas operações interestaduais com bens e mercadorias importados do exterior.	Romero Jucá	24/04/2012
PRS 12/2012	Autoriza do Estado do Piauí a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até US$ 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América).	Comissão de Assuntos Econômicos	24/04/2012

Matéria: Mensagem (sf). Total: 6

Aprovada pelo Plenário. Total: 6

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
MSF 9/2012	Submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora RENATE STILLE, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto ao Reino Hachemita da Jordânia.	Presidente da República	03/04/2012
MSF 11/2012	Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor MICHAEL FRANCIS DE MAYA MONTEIRO GEPP, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto a São Vicente e Granadinas.	Presidente da República	11/04/2012
MSF 13/2012	Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor JOSÉ MARCUS VINICIUS DE SOUSA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Dominicana.	Presidente da República	11/04/2012
MSF 14/2012	Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor JORGE GERALDO KADRI, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Polônia.	Presidente da República	11/04/2012
MSF 16/2012	Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor MARCELO LEONARDO DA SILVA VASCONCELOS, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática Socialista do Sri Lanka, e, cumulativamente, junto à República das Maldivas.	Presidente da República	11/04/2012
MSF 17/2012	Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor GEORGE NEY DE SOUZA FERNANDES, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República das Filipinas, e, cumulativamente, junto à República de Palau, à República das Ilhas Marshall e aos Estados Federados da Micronésia.	Presidente da República	11/04/2012

Matéria: Oficio (sf). Total: 1

Aprovada pelo Plenário. Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
OFS 61/2011	Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor EMMANOEL CAMPELO DE SOUZA PEREIRA, para compor o Conselho Nacional de Justiça.	Presidente da Câmara dos Deputados	25/04/2012

Matéria: Requerimento. Total: 120

Aprovada pela Mesa. Total: 10

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 125/2012	Requer, nos termos regimentais, o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 444, de 2011, para que passe a tramitar de forma autônoma em relação ao Projeto de Lei do Senado nº 179, de 2006.	Antonio Carlos Valadares	19/04/2012
RQS 140/2012	Requer, nos termos regimentais, a tramitação conjunta do PLS nº 14, de 2012, com o PLS nº 17, de 2012, por versarem sobre o mesmo assunto.	Antonio Carlos Valadares	19/04/2012
RQS 141/2012	Solicita tramitação conjunta dos PLS 516/2011; PLS 381/2011; PLS 565/2011 e PLC 57/2011	José Pimentel	19/04/2012

Matéria: Requerimento. Total: 120

Aprovada pela Mesa. Total: 10

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 142/2012	Solicita tramitação conjunta dos PLS 357/2011; PLS 389/2011 e PLS 568/2011	Vanessa Grazziotin	19/04/2012
RQS 143/2012	Requer, nos termos regimentais, a tramitação conjunta do PLS nºs 272, de 2003, com os PLS nº 374 e 80, de 2003, que já tramitam em conjunto, por versarem sobre o mesmo assunto.	Romero Jucá	19/04/2012
RQS 179/2012	Requer, nos termos regimentais, a tramitação conjunta do PLS nº 704, de 2011 com o PLS nº 717, de 2011, por versarem sobre o mesmo assunto.	Romero Jucá	19/04/2012
RQS 284/2012	Requer, nos termos da alínea "c", inciso "I" do art. 215 do RISF, a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 369 e 552, de 2011, por versarem sobre matérias conexas.	Armando Monteiro	19/04/2012
RQS 296/2012	Requer, nos termos regimentais, a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 399, de 2011, e 15, de 2012, por versarem sobre o mesmo assunto.	Eduardo Braga	19/04/2012
RQS 304/2012	Requer, nos termos regimentais, a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 469 e 634, de 2011, por versarem sobre a mesma matéria.	José Pimentel	19/04/2012
RQS 309/2012	Requer, na forma do disposto no caput do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação conjunta da Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2012 e Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2009, por versarem sobre a mesma matéria.	José Pimentel	19/04/2012

Deferida pela Mesa. Total: 13

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 130/2012	Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Educação sobre a construção, instalação e operação de creches no País.	Aécio Neves	19/04/2012
RQS 133/2012	Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 216, Inciso I, e art. 217 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas informações ao Ministro do Esporte acerca do Caderno de Encargos da Copa do Mundo de 2014.	Alvaro Dias	19/04/2012
RQS 1362/2011	Requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Exmo. Senhor Ministro da Defesa sobre as obras no Aeroporto Internacional de Rio Branco.	Jorge Viana	19/04/2012
RQS 1377/2011	Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao ministro-chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República sobre as obras no Aeroporto Internacional de Rio Branco.	Jorge Viana	19/04/2012
RQS 150/2012	Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Ministro da Justiça, no âmbito da Fundação Nacional do Índio, informações acerca da venda dos direitos de terras indígenas, no Estado do Pará, à empresa Celestial Green Ventures.	Vanessa Grazziotin	19/04/2012
RQS 156/2012	Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro do Meio Ambiente - MMA sobre contratos realizados entre indígenas da Amazônia e empresas estrangeiras.	Vanessa Grazziotin	19/04/2012
RQS 1562/2011	Requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Excelentíssimo Ministro de Estado da Educação, sobre o vazamento de questões do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM - 2011.	Alvaro Dias	19/04/2012
RQS 1578/2011	Requer, nos termos do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal e art. 50, § 2º da Constituição Federal, e conforme solicitação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável do Município de Buritis/RO, informações ao Ministro do Desenvolvimento Agrário sobre os projetos de assentamento que não se encontram regularizados.	Comissão de Agricultura e Reforma Agrária	19/04/2012
RQS 1586/2011	Requer, nos termos do art. 50, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas ao Ministro da Saúde informações a respeito do número de mulheres brasileiras que foram afetadas pelo câncer de mama.	Vanessa Grazziotin	19/04/2012

Matéria: Requerimento. Total: 120

Deferida pela Mesa. Total: 13

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 1587/2011	Requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com a alínea "a", inciso I do art. 215 e art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, ao Sr. Ministro de Estado da Saúde informações referentes aos altos índices de câncer de colo de útero constatados no estado do Amazonas.	Vanessa Grazziotin	19/04/2012
RQS 71/2012	Requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas informações ao Ministro de Estado da Defesa sobre o Programa Antártico Brasileiro - Proantar.	Alvaro Dias	19/04/2012
RQS 81/2012	Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Educação, informações que menciona relativas aos Programas Mais Educação e Saúde na Escola no Estado do Piauí.	João Vicente Claudino	19/04/2012
RQS 97/2012	Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Minas e Energia, sobre investimentos e gestão do setor energético no Estado do Amazonas.	Vanessa Grazziotin	19/04/2012

Aprovada pelo Plenário. Total: 51

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 182/2012	Requer, nos termos regimentais, que o Projeto de Lei do Senado nº 245, de 2010 seja apreciado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, além das comissões constantes do despacho inicial.	Vital do Rêgo	03/04/2012
RQS 184/2012	Requer, nos termos regimentais, que o Projeto de Lei do Senado nº 473 de 2011, seja apreciado pela Comissão de Constituição Justiça e Cidadania, além das comissões constantes do despacho inicial.	Vital do Rêgo	03/04/2012
RQS 246/2012	Requer urgência para o PRS 6/2012.	Comissão de Assuntos Econômicos	03/04/2012
RQS 118/2012	Requer, em aditamento ao Requerimento nº 21, de 2012, alteração da data para a realização da Sessão Especial em homenagem ao Dia do Corretor de Imóveis, para o dia 17 de setembro de 2012, às 11 horas, no Plenário do Senado Federal.	Gim Argello	10/04/2012
RQS 21/2012	Requerem, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de sessão especial, no dia 27 de agosto de 2012, às 11 horas, no Plenário do Senado Federal, em homenagem ao Dia do Corretor de Imóveis.	Gim Argello	10/04/2012
RQS 244/2012	Requerem, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma Sessão Especial, no dia 21 de maio de 2012, às 11 horas, no Plenário do Senado Federal, em homenagem ao Dia do Defensor Público.	Gim Argello	10/04/2012
RQS 258/2012	Requer, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal, combinado com o disposto nos arts. 39, I, e 40, § 1º, I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-se do País, no período de 12 a 16 de abril de 2012, com vistas a participar da reunião mensal do Parlamento do Mercosul, a realizar-se no dia 13 de abril de 2012, em Montevidéu, no Uruguai.	Luiz Henrique	10/04/2012
RQS 259/2012	Requer, nos termos dos artigos 39 e 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa e autorização para ausentar-se do país no período de 12 a 16 de abril de 2012, quando irá participar da reunião do Parlamento do MERCOSUL na cidade de Montevidéu, Uruguai.	Mozarildo Cavalcanti	10/04/2012
RQS 261/2012	Solicita o adiamento da votação do RQS 114/2012	Vanessa Grazziotin	10/04/2012
RQS 262/2012	Solicita o adiamento da votação do RQS 115/2012	Vanessa Grazziotin	10/04/2012
RQS 1552/2011	Requerem, nos termos do artigo 199 do Regimento Interno do Senado Federal, Sessão Especial no dia 03 de setembro de 2012, destinada a comemorar os 30 anos da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES).	Cristovam Buarque	11/04/2012
RQS 183/2012	Requer, nos termos regimentais, que o Projeto de Lei do Senado nº 36 de 2011 seja apreciado pela Comissão de Assuntos Econômicos além das comissões constantes do despacho inicial.	Vital do Rêgo	11/04/2012
RQS 185/2012	Requer, nos termos regimentais, que o Projeto de Lei do Senado nº 28, de 2012 seja apreciado, também, pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT.	Vital do Rêgo	11/04/2012

Matéria: Requerimento. Total: 120

Aprovada pelo Plenário. Total: 51

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 186/2012	Requer, nos termos do art. 255, II, "c", 12, do RISF, que o Projeto de Lei do Senado nº 45, de 2012, seja despachado também para a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.	Acir Gurgacz	11/04/2012
RQS 187/2012	Solicita audiência da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária	Acir Gurgacz	11/04/2012
RQS 206/2012	Requer, nos termos do art. 258, do RISF, a tramitação em conjunto do Projeto de Lei do Senado nº 336, de 2011, com o Projeto de Lei do Senado nº 400, de 2011, por versarem sobre a mesma matéria.	Antonio Carlos Valadares	11/04/2012
RQS 211/2012	Requer, com amparo no art. 335, inciso II e III, do Regimento Interno do Senado Federal, o sobrestamento do Projeto de Decreto Legislativo nº 238, de 2011, a fim de que o Presidente do Senado Federal oficie a Exelentíssima Senhora Presidente da República sobre a necessidade de adequar o referido Acordo à Lei nº 12.527, de 2011, que regula o acesso a informações.	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional	11/04/2012
RQS 212/2012	Requerem, com amparo no art. 335, incisos II e III, do Regimento Interno do Senado Federal, o sobrestamento do estudo do Projeto de Decreto Legislativo do Senado Federal nº 240, de 2011 a fim de que o Presidente do Senado Federal oficie a Exelentíssima Senhora Presidente da República sobre a necessidade de adequar o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiana sobre Cooperação em Matéria de Defesa à Lei nº 12.527, de 2011.	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional	11/04/2012
RQS 213/2012	Requer, com amparo no art. 335, incisos II e III, do Regimento Interno do Senado Federal, o sobrestamento do Projeto de Decreto Legislativo nº 290, de 2011, até que seja renegociado o art. V do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do estado do Kuaite, assinado em Brasília, em 22 de julho de 2010, adequando-o à Lei nº 12.527, de 2011.	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional	11/04/2012
RQS 221/2012	Requer a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 147 e 12, de 2011 (este último já tramitando em conjunto com outras matérias), por versarem sobre matérias correlatas.	Eduardo Suplicy	11/04/2012
RQS 267/2012	Requer, nos termos do disposto no art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, seja autorizada a participação do senador Cícero Lucena, na qualidade de representante da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal, no Fórum Canalenergia/COGEN, Potencial e Perspectivas da Energia Solar no Brasil, no dia 12 de abril de 2012, na cidade do Rio de Janeiro - RJ.	Cícero Lucena	11/04/2012
RQS 268/2012	Requer urgência para o PLC 4/2012	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	11/04/2012
RQS 269/2012	Requer urgência para o PLC 6/2012	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	11/04/2012
RQS 270/2012	Requer urgência para o PLC 3/2010	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	11/04/2012
RQS 276/2012	Requer, nos termos regimentais, autorização para participação da Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas na Reunião Preparatória "Rio Climate Challenge", a realizar-se nos dias 12 a 15 de abril de 2012, na cidade de Recife, Pernambuco.	Sérgio Souza	11/04/2012
RQS 285/2012	Requer, com fundamento nos arts. 13 e 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para desempenho de representação em Audiência Pública da CPMI DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, a realizar-se no dia 16 de abril de 2012, na Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco.	Ana Rita	12/04/2012
RQS 286/2012	Requer, nos termos do art. 40, combinado com o art. 13, do Regimento Interno do Senado Federal, com a redação dada pela Resolução nº 37, de 1995, seja considerada como desempenho de missão no exterior sua participação, no dia 23 de abril de 2012, da sessão especial para a posse dos novos parlamentares argentinos e da sessão preparatória para a votação das mudanças no Regimento Interno do Parlamento do Mercosul, a realizar-se em Montevidéu, Uruguai, e comunica, nos termos do art. 39 daquele Regimento, que estará ausente do País no período de 22 a 24 de abril de 2012.	Ana Amélia	12/04/2012
RQS 239/2012	Solicita a remessa, à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, do Projeto de Lei do Senado nº 635, de 2011.	José Agripino	17/04/2012

Matéria: Requerimento. Total: 120

Aprovada pelo Plenário. Total: 51

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 240/2012	Nos termos do art. 255, II, "c", do RISF, requer que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 635, de 2011, seja ouvida a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, além da comissão constante do despacho inicial.	Sérgio Souza	17/04/2012
RQS 241/2012	Requer, nos termos do art. 255, II, c, 12, combinado com o art. 102-A, inciso III, do Regimento Interno, a remessa à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, do Projeto de Lei do Senado nº 635, de 2011.	João Vicente Claudino	17/04/2012
RQS 280/2012	Requer, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal, combinado com o Artigo 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-se do País, com ônus para Casa, no período de 20 a 22 de abril de 2012 para participar, na qualidade de Presidente do Grupo Brasileiro do Parlatino e Vice-Presidente do Parlamento Latinoamericano, da primeira reunião de 2012 da Junta Diretiva, que ocorrerá na cidade do Panamá/República do Panamá, atendendo a convite do Presidente do Parlamento Latinoamericano e do Secretário Executivo.	Flexa Ribeiro	17/04/2012
RQS 297/2012	Requer, nos termos do art. 40, § 1º, inciso I, do RISF, licença dos trabalhos da Casa para participar como Representante Brasileiro no Parlamento do Mercosul, no próximo dia 23 de abril de 2012, na cidade de Montevidèu, Uruguai, em aditamento ao RQS nº 204, de 26 de março de 2012.	Paulo Paim	17/04/2012
RQS 298/2012	Requer, em aditamento ao requerimento nº 223 de 2012, licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa no dia 23 de abril de 2012, em virtude de transferência da data da Sessão Preparatória e da Sessão Extraordinária do Parlamento do Mercosul a serem realizadas no dia 23 de abril de 2012, em Montevidéu, no Uruguai. Comunica, ainda, nos termos do art. 39 do Regimento Interno, que estará ausente do País no dia 23 de abril do corrente ano.	Paulo Bauer	17/04/2012
RQS 299/2012	Requer, em aditamento ao Requerimento nº 232, de 2012, e nos termos dos arts. 13 e 40 do Regimento Interno do Senado Federal, com o art. 14, § 2º da Resolução nº 1, de 2011-CN, licença dos trabalhos da Casa, nos dias 22 a 24 de abril do corrente, a fim de participar, na qualidade de membro do Parlamento do Mercosul, de Sessão Especial para a posse dos novos parlamentares argertinos e de Sessão Preparatória para a votação de mudanças do Regimento Interno do Parlamento do Mercosul, na cidade de Montevidéu, Uruguai. Comunica, ainda, que estará ausente do País entre os dias 19 e 24 de abril do corrente.	Roberto Requião	17/04/2012
RQS 300/2012	Em aditamento ao Requerimento nº 259, de 2012, requer, em face do adiamento da Sessão do Parlamento do MERCOSUL do dia 13 para o dia 23 de abril, que a licença solicitada para ausentar-se do país seja concedida para o período de 22 a 24 de abril de 2012.	Mozarildo Cavalcanti	17/04/2012
RQS 308/2012	Em aditamento ao Requerimento nº 233/2012, e em função da mudança da data dos eventos no Parlamento do Mercosul para o dia 23 do corrente mês, requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para se ausentar dos trabalhos da Casa entre os dias 22 a 24 de abril de 2012. Comunica ainda, nos termos do art. 39, inciso I, do RISF, que estará ausente do País no referido período.	Antonio Carlos Valadares	17/04/2012
RQS 310/2012	Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa com o fim de participar da sessão especial para a posse dos novos parlamentares argentinos e da sessão preparatória para a votação das mudanças no Regimento Interno do Parlamento do Mercosul, a serem realizadas no dia 23 de abril de 2012, em Montevidéu, no Uruguai, e comunica, nos termos do art. 39 daquele Regimento, que estará ausente do País no período de 22 a 24 de abril de 2012.	Inácio Arruda	17/04/2012
RQS 311/2012	Em aditamento ao Requerimento nº 258/2012, e em função da mudança da data dos eventos no Parlamento do Mercosul para o dia 23 do corrente mês, requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para se ausentar dos trabalhos da Casa entre os dias 22 a 24 de abril de 2012. Comunica ainda, nos termos do art. 39, inciso I, do RISF, que estará ausente do País no período de 20 a 24 de abril de 2012.	Luiz Henrique	17/04/2012
RQS 50/2012	Requer, nos termos regimentais, a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nº 447, de 2007; e 158, de 2010, por versarem sobre o mesmo assunto.	Romero Jucá	17/04/2012
RQS 245/2012	Requer, nos termos regimentais, que sobre o Projeto de Lei nº 438, de 2011, seja ouvida também a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária - CRA.	Acir Gurgacz	18/04/2012

Matéria: Requerimento. Total: 120

Aprovada pelo Plenário. Total: 51

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 320/2012	Solicita urgência para o PRS 72/2010	Comissão de Assuntos Econômicos	18/04/2012
RQS 321/2012	Requer, nos termos do art. 336, II, combinado com o art. 338, IV e V, do RISF, urgência para o Projeto de Resolução nº 11, de 2012.	José Pimentel	18/04/2012
RQS 277/2012	Requer que sobre o PLC nº 10, de 2012, seja ouvida também a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.	Rodrigo Rollemberg	19/04/2012
RQS 339/2012	Solicita urgência para o PRS 12/2012	Comissão de Assuntos Econômicos	24/04/2012
RQS 342/2012	Solicita preferência para apreciação, na Ordem do Dia, do PRS 72/2010	José Pimentel	24/04/2012
RQS 348/2012	Requer a realização de Sessão do Senado Federal, no próximo dia 29 de maio, às 11 horas, destinada à entrega do Diploma José Ermírio de Moraes aos agraciados, em sua terceira premiação.	Armando Monteiro	25/04/2012
RQS 349/2012	Requer, com fundamento nos arts. 13 e 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para desempenho de representação em Audiência Pública da CPMI da Violência contra a Mulher, a realizar-se no dia 27 de abril de 2012, na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais.	Ana Rita	25/04/2012
RQS 350/2012	Requer, nos termos dos arts. 13 e 40 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 14, § 2º, da Resolução nº 1, de 2011, CN, licença dos trabalhos da Casa, nos dias 2 a 5 de maio de 2012, para participar, na qualidade de membro do Parlamento do Mercosul, da reunião da Mesa Diretiva Ampliada da Assembléia Parlamentar Eurolatinoamericana - EUROLAT, a realizar-se nos dias 3 a 4 de maio de 2012, em Hamburgo, Alemanha, e comunica, nos termos do art. 39, I, do referido Regimento, que estará ausente do País entre os dias 28 de abril e 7 de maio de 2012.	Roberto Requião	25/04/2012
RQS 351/2012	Requer, nos termos do art. 13, caput, combinado com o art. 40, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, seja considerado como desempenho de missão sua ausência dos trabalhos desta Casa, no dia 25 de maio de 2012, para participar da reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal sobre a "Importância da Introdução de Novas Tecnologias Produtivas e das Ações Governamentais, através dos serviços de Assistência Técnica e Extensão, associados ao Crédito, para o Desenvolvimento Sustentável do Meio Rural", que se realizará na Cidade de Ji-Paraná - RO.	Ana Amélia	25/04/2012
RQS 373/2012	Requer, nos termos dos arts. 13 e 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa para participar de audiência pública da CPMI da Violência Contra a Mulher, a realizar-se no dia 4 de maio de 2012, na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.	Ana Rita	26/04/2012
RQS 374/2012	Requer, nos termos dos arts. 13 e 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa para participar de audiência pública da CPMI da Violência Contra a Mulher, a realizar-se no dia 7 de maio de 2012, na Assembleia Legislativa do Estado Rio Grande do Sul.	Ana Rita	26/04/2012

Deferida pela Presidência (art. 41 do RISF). Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 382/2012	Em adendo ao Requerimento nº 350, de 2012, e nos termos dos arts. 13 e 40 do RISF, c/c o art. 14, § 2º da Resolução nº 1, de 2011-CN, requer licença dos trabalhos da Casa, no sdias 1 a 6, de maio de 2012, para participar, na qualidade de membro do Parlamento do Mercosul, de reunião de Mesa Diretiva Ampliada da Assembléia Parlamentar Eurolatinoamerica - EUROLAT, a realizar-se nos dias 3 e 4, de maio de 2012, na cidade de Hamburgo, Alemanha. Comunica, também, nos termos do art. 39, I, do RISF, que estará ausente do País entre os dias 28 de abril a 7 de maio de 2012.	Roberto Requião	27/04/2012

Matéria: Requerimento. Total: 120

Encaminhada pela Presidência. Total: 33

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 247/2012	Requer, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de Voto de Pesar pelo falecimento do escritor Millôr Fernandes.	Vanessa Grazziotin	03/04/2012
RQS 248/2012	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplauso ao município de Rio Preto da Eva - AM pelos 31 anos de sua criação.	Vanessa Grazziotin	03/04/2012
RQS 249/2012	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplauso ao Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA/MCTI pelos 17 anos de existência do Bosque da Ciência.	Vanessa Grazziotin	03/04/2012
RQS 251/2012	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a consignação, nos anais do Senado, de Voto de Aplauso ao município de Marabá pelos 99 anos de sua criação.	Flexa Ribeiro	03/04/2012
RQS 254/2012	Requer, nos termos regimentais, seja apresentado pelo Senado Federal Voto de Pesar pelo falecimento do músico Ederaldo Gentil, ocorrido no dia 30 de março de 2012.	Lídice da Mata	04/04/2012
RQS 256/2012	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplauso a Raquel Macêdo por ter sido eleita para a União das Mulheres Indígenas da Amazônia - Umiab, em eleição no dia 02 de abril de 2012.	Vanessa Grazziotin	04/04/2012
RQS 257/2012	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplauso ao Hospital do Câncer de Barretos pelo transcurso do seu aniversário de 50 anos no dia 24 de março de 2012.	Randolfe Rodrigues	04/04/2012
RQS 263/2012	Requer, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Pesar pelo falecimento da cantora potiguar Ademilde Fonseca, a Rainha do Choro, ocorrido no dia 27 de março de 2012.	Comissão de Educação, Cultura e Esporte	10/04/2012
RQS 265/2012	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a apresentação de Voto de Louvor ao Jornal do Brasil pelo transcurso dos 121 anos de sua fundação.	Pedro Simon	10/04/2012
RQS 271/2012	Requer, nos termos dos arts. 218 e 221, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Pesar pelo falecimento do comerciante português Armando Dias Soares, ocorrido no dia 10 de abril de 2012.	Vanessa Grazziotin	11/04/2012
RQS 289/2012	Requer, nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplauso ao Colégio Militar de Manaus - CMM pelos 40 anos de atuação.	Vanessa Grazziotin	12/04/2012
RQS 301/2012	Requer, nos termos do art. 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de Voto de Pesar pelo falecimento do ex-deputado estadual pelo Estado da Paraíba Sr. Raimundo Onofre, falecido no dia 10 de abril de 2012.	Cícero Lucena	17/04/2012
RQS 302/2012	Requer, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de Voto de Pesar pelo falecimento do historiador Luiz Antonio Barreto, ocorrido no dia 17 de abril de 2012, em Aracaju, Sergipe.	Eduardo Amorim	17/04/2012
RQS 303/2012	Requer, nos termos regimentais, inserção em ata de Voto de Pesar pelo falecimento do jornalista e historiador sergipano Luiz Antônio Barreto, bem como apresentação de condolências à família.	Antonio Carlos Valadares	17/04/2012
RQS 305/2012	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado Voto de Congratulações ao Município de Lagarto - SE pela passagem dos seus 132 anos de emancipação política, que ocorrerá no dia 20 de abril de 2012.	Eduardo Amorim	17/04/2012
RQS 306/2012	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado Voto de Congratulações à UNIT - Universidade Tiradentes, de Sergipe, pela passagem dos 50 anos de sua fundação, que ocorrerá no dia 21 de abril 2012.	Eduardo Amorim	17/04/2012
RQS 312/2012	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplauso à TV UFAM - Universidade Federal do Amazonas pelos 7 anos de funcionamento, comemorados no dia 14 de abril de 2012.	Vanessa Grazziotin	17/04/2012
RQS 315/2012	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplauso ao sertanista José Carlos dos Reis Meirelles por uma vida inteira dedicada à causa da proteção e defesa da vida e cultura dos povos indígenas em território brasileiro.	Jorge Viana	17/04/2012

Matéria: Requerimento. Total: 120

Encaminhada pela Presidência. Total: 33

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 326/2012	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplauso à Prefeitura Municipal de Rio Branco, Estado do Acre, a qual, em razão do Projeto de Modernização do Sistema Público de Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos do Município, sagrou-se campeã do Prêmio Eco Cidade 2011, classificando-se, ainda, entre as 20 melhores ao Prêmio "Melhores Práticas em Gestão Local 2011/2012".	Anibal Diniz	18/04/2012
RQS 328/2012	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplauso ao jornal A Crítica pelos 63 anos de existência.	Vanessa Grazziotin	18/04/2012
RQS 334/2012	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja apresentado Voto de Congratulações ao jornal A Crítica pelos 63 anos de sua fundação, na cidade de Manaus, Estado do Amazonas.	Eduardo Braga	19/04/2012
RQS 335/2012	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplauso e Louvor ao jornal "A Crítica", de Manaus, pelo transcurso dos 63 anos de sua criação.	Mozarildo Cavalcanti	19/04/2012
RQS 337/2012	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam apresentadas congratulações à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, EMBRAPA, pelos 39 anos de sua criação.	Lúcia Vânia	24/04/2012
RQS 338/2012	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado Voto de congratulações à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, EMBRAPA, pelo transcurso dos 39 anos de sua fundação, que ocorrerá no dia 26 de abril de 2012.	Ana Amélia	24/04/2012
RQS 340/2012	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplauso à diretoria da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, secção Piauí, por ocasião da comemoração dos 80 anos de sua criação.	Wellington Dias	24/04/2012
RQS 341/2012	Requerem, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento do desembargador e Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Santa Catarina, SOLON d'EÇA NEVES, ocorrido no dia 23 de abril de 2012, em Florianópolis (SC).	Casildo Maldaner	24/04/2012
RQS 345/2012	Requer, nos termos do art. 218, inciso VII, do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Pesar pelo falecimento do servidor público EDEVALDES ALVES, ocorrido no dia 23 de abril de 2012.	Mário Couto	24/04/2012
RQS 352/2012	Requer, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplauso à Empresa Brasileira e Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, pelo transcurso dos 39 anos de criação e serviços prestados em benefício da sociedade brasileira que ocorrerá no dia 26 de abril de 2012.	Jorge Viana	25/04/2012
RQS 378/2012	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de congratulações e aplauso à Faculdade Salesiana Dom Bosco pelos 10 anos de credenciamento pelo MEC, comemorados no dia 17 de abril de 2012.	Vanessa Grazziotin	26/04/2012
RQS 379/2012	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de congratulações e aplauso ao município de Itacoatiara pelos 138 anos de existência, comemorados no dia 25 de abril de 2012.	Vanessa Grazziotin	26/04/2012
RQS 380/2012	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de congratulações e aplauso ao Centro Universitário Luterano de Manaus - CEULM/ULBRA pelos 40 anos de atividades no Brasil e 20 anos em Manaus, comemorados no dia 27 de março de 2012.	Vanessa Grazziotin	26/04/2012
RQS 381/2012	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno Senado Federal, seja enviado voto de congratulações aos atletas e à comissão técnica da equipe de vôlei do Cruzeiro Esporte Clube, de Minas Gerais, pela conquista do título da Superliga Masculina de Vôlei, no dia 21 de abril de 2012.	Zeze Perrella	26/04/2012
RQS 383/2012	Requer, nos termos do art. 218, inciso VII, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento do repórter Enildo Paulo Pereira e do cinegrafista Ezequiel Barbosa, em Farroupilha (RS), no dia 27 de abril de 2012.	Paulo Paim	27/04/2012

Deferida pela Presidência (art. 215, inc. II, e art. 256, § 2, inc. I, do RISF). Total: 7

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 260/2012	Requer, nos termos do art. 256 do Regimento Interno, a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado n° 59, de 2012, de autoria do próprio requerente.	Francisco Dornelles	10/04/2012

Matéria: Requerimento. Total: 120

Deferida pela Presidência (art. 215, inc. II, e art. 256, § 2, inc. I, do RISF). Total: 7

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 319/2012	Requer, com fundamento no art. 256 do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada, em caráter definitivo, do Requerimento nº 279, de 2012, que solicita tramitação conjunta do PLS 394/2009 e do PLC 10/2012.	Valdir Raupp	18/04/2012
RQS 322/2012	Requer, nos termos regimentais, a retirada do Requerimento nº 47, de 2012.	Randolfe Rodrigues	18/04/2012
RQS 330/2012	Requer, nos termos do art. 256 do RISF, a retirada, em caráter definitivo, do Requerimento nº 275, de 2012.	Valdir Raupp	18/04/2012
RQS 331/2012	Solicita a retirada do RQS 294/2012	Vanessa Grazziotin	18/04/2012
RQS 332/2012	Solicita a retirada do RQS 295/2012	Vanessa Grazziotin	18/04/2012
RQS 371/2012	Requer, nos termos do art. 256, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada do Projeto de Lei do Senado nº 88, de 2012.	Clésio Andrade	25/04/2012

Retirada pelo autor. Total: 5

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 275/2012	Requer a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 221, de 2008 e do Projeto de Lei do Senado nº 21, de 2009, por disporem sobre a mesma matéria. (art. 258, do Regimento Interno do Senado Federal)	Valdir Raupp	18/04/2012
RQS 279/2012	Requer tramitação conjunta do PLS nº 394, de 2009, com o PLC nº 10, de 2012.	Valdir Raupp	18/04/2012
RQS 294/2012	Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao ministro de Estado da Fazenda, no âmbito da Receita Federal, com objetivo de instruir a PEC Nº 123, DE 2011 (PEC DA MÚSICA).	Vanessa Grazziotin	18/04/2012
RQS 295/2012	Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior sobre importação de CD-R (CD virgem) e DVD-R, com o objetivo de instruir a PEC Nº 123, DE 2011 (PEC DA MÚSICA).	Vanessa Grazziotin	18/04/2012
RQS 47/2012	Requer que o PLC 87 de 2011 (tramita em conjunto com o PLS 329, de 2011), seja encaminhado ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, além das constantes no despacho inicial.	Randolfe Rodrigues	18/04/2012

Matéria: Requerimento de Licença. Total: 73

Arts. 13, 40 (sem ônus), 43, I e 43, II

RQS	AUTOR	RISF	PERÍODO	FINALIDADE
72/2012-M	Luiz Henrique	43, I	17.03 a 05.04	Prorrogação licença Saúde
74/2012-M	Kátia Abreu	13	28.03 a 1º.04	Atividade Parlamentar
84/2012-M	Ciro Nogueira	43,II	07.04 a 10.04	Licença Particular
87/2012-M	Casildo Maldaner	40	30.03 a 07.04	Missão
88/2012-M	Aécio Neves	43,II	29.03 a 02.04	Licença Particular
89/2012-M	Wellington Dias	40	30.03 a 05.04	Missão
90/2012-M	Sérgio Petecão	13	29.03 a 04.04	Atividade Parlamentar
91/2012-M	Humberto Costa	13	01.04 a 10.04	Atividade Parlamentar
92/2012-M	Magno Malta	43,II	10.04 a 16.04	Licença Particular
96/2012-M	Pedro Taques	40	24.05	Missão
97/2012-M	Paulo Davim	13	03.04 e 04.04	Atividade Parlamentar
98/2012-M	João Durval	13	03.04 e 04.04	Atividade Parlamentar
99/2012-M	Benedito de Lira	13	03.04 e 04.04	Atividade Parlamentar
100/2012-M	Mário Couto	13	03.04 e 04.04	Atividade Parlamentar
101/2012-M	Jayme Campos	13	03.04	Atividade Parlamentar
102/2012-M	Francisco Dornelles	13	03.04	Atividade Parlamentar
103/2012-M	Lobão Filho	43,II	10.04 a 12.04	Licença Particular
104/2012-M	Lídice da Mata	13	18.04 a 19.04	Atividade Parlamentar
105/2012-M	Maria do Carmo Alves	13	03.04	Atividade Parlamentar
106/2012-M	Fernando Collor	13	03.04	Atividade Parlamentar
107/2012-M	João Vicente Claudino	13	03.04 e 04.04	Atividade Parlamentar
108/2012-M	Jarbas Vasconcelos	13	10.04	Atividade Parlamentar
109/2012-M	Jayme Campos	13	04.04	Atividade Parlamentar
110/2012-M	Kátia Abreu	13	19.04 a 29.04	Atividade Parlamentar
111/2012-M	Marta Suplicy	13	10.04	Atividade Parlamentar
112/2012-M	Maria do Carmo Alves	13	04.04	Atividade Parlamentar
113/2012-M	João Ribeiro	13	04.04	Atividade Parlamentar
114/2012-M	Pedro Simon	43, I	03.04 e 04.04	Licença Saúde
115/2012-M	Fernando Collor	13	04.04	Atividade Parlamentar
116/2012-M	José Agripino	13	09 a 11.04	Atividade Parlamentar
117/2012-M	Maria do Carmo Alves	13	10.04	Atividade Parlamentar
118/2012-M	Maria do Carmo Alves	13	11.04	Atividade Parlamentar
119/2012-M	Inácio Arruda	13	12.04	Atividade Parlamentar
120/2012-M	Cristovam Buarque	13	16.04 a 20.04	Atividade Parlamentar
121/2012-M	Fernando Collor	13	11.04	Atividade Parlamentar
122/2012-M	Kátia Abreu	13	11.04	Atividade Parlamentar
123/2012-M	Sérgio Souza	13	11.04	Atividade Parlamentar
124/2012-M	Sérgio Petecão	13	12.04	Atividade Parlamentar
125/2012-M	Kátia Abreu	13	12.04	Atividade Parlamentar
126/2012-M	Maria do Carmo Alves	13	12.04	Atividade Parlamentar
127/2012-M	Fernando Collor	13	12.04	Atividade Parlamentar
128/2012-M	Sérgio Souza	13	17.04	Atividade Parlamentar
129/2012-M	Francisco Dornelles	43, II	23 a 25.04	Licença Particular
130/2012-M	Benedito de Lira	13	19.04	Atividade Parlamentar
131/2012-M	João Ribeiro	13	19.04	Atividade Parlamentar
132/2012-M	Ricardo Ferraço	13	19.04	Atividade Parlamentar
133/2012-M	Francisco Dornelles	13	19.04	Atividade Parlamentar
134/2012-M	Vanessa Grazziotin	13	19.04	Atividade Parlamentar
135/2012-M	Armando Monteiro	13	19.04	Atividade Parlamentar
136/2012-M	Luiz Henrique	13	19.04	Atividade Parlamentar
137/2012-M	Lobão Filho	43, II	17.04	Licença Particular
138/2012-M	José Sarney	43,I	17.04 a 01.05	Licença Saúde
139/2012-M	Cícero Lucena	13	24.04	Atividade Parlamentar
140/2012-M	Blairo Maggi	13	26.04	Atividade Parlamentar
141/2012-M	Mozarildo Cavalcanti	43,I	24.04	Licença Saúde
142/2012-M	Ana Rita	13	25.04	Atividade Parlamentar
143/2012-M	João Durval	43,I	24.04	Licença Saúde
144/2012-M	Paulo Bauer	13	26.04	Atividade Parlamentar
145/2012-M	Mozarildo Cavalcanti	13	30.04 a 04.05	Atividade Parlamentar

RQS	AUTOR	RISF	PERÍODO	FINALIDADE
146/2012-M	Magno Malta	43,I	19.04	Licença Saúde
147/2012-M	Mozarildo Cavalcanti	43,I	02.04 e 03.04	Licença Saúde
148/2012-M	Zezé Perrela	43,I	03 e 04.04	Licença Saúde
149/2012-M	João Vicente Claudino	13	26.04	Atividade Parlamentar
150/2012-M	Cristovam Buarque	13	10.05 e 11.05	Atividade Parlamentar
151/2012-M	Sérgio Petecão	13	02 e 03.05	Atividade Parlamentar
152/2012-M	Eduardo Braga	13	26.04	Atividade Parlamentar
153/2012-M	Jayme Campos	13	26.04	Atividade Parlamentar
154/2012-M	Francisco Dornelles	13	26.04	Atividade Parlamentar
155/2012-M	Valdir Raupp	13	26.04	Atividade Parlamentar
156/2012-M	Vital do Rêgo	43, II	26.04	Licença Particular
157/2012-M	Cristovam Buarque	13	03.05 e 04.05	Atividade Parlamentar
158/2012-M	João Durval	13	03.05	Atividade Parlamentar
159/2012-M	João Durval	13	02.05	Atividade Parlamentar

B – SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO NACIONAL

Resenha
01 a 30/04/2012

Sessões Conjuntas do Congresso Nacional
01 a 30/04/2012

Tipo de sessão	Quantidade
Conjunta	02
Conjunta Solene	02
Total	**04**

Quadro Geral de Matérias

Lidas	Quantidade
RQN nº 1 (CPMI)	01
Comissão Designada	**Quantidade**
RQN nº 1 (CPMI) - operações 'Vegas' e 'Monte Carlo'	01

Resenha Consolidada
02/02 a 30/04/2012

Sessões Conjuntas do Congresso Nacional

Tipo de sessão	Quantidade
Conjunta	02
Conjunta Solene	06
Total	**08**

Sessões Realizadas
01 a 30/04/2012

Sessão	Data/Hora/Local	Finalidade
Conjunta Solene	16/04/2012, às 11 horas (Plenário do Senado Federal)	Destinada a comemorar o Dia do Índio.
Conjunta	19/04/2012, às 10h30min (Plenário da Câmara dos Deputados)	Destinada a leitura de expediente.
Conjunta Solene	23/04/2012, às 11 horas (Plenário do Senado Federal)	Destinada a comemorar os 50 anos de fundação da Universidade de Brasília – UNB.
Conjunta	24/04/2012, às 19h30min (Plenário da Câmara dos Deputados)	Destinada a designar os membros que integrarão a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 1 , de 2012, do Congresso Nacional, com a finalidade de investigar práticas criminosas do senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como Carlinhos Cachoeira, desvendadas pelas operações 'Vegas' e 'Monte Carlo', da Polícia Federal, nos termos que especifica.

Matérias
01 a 30/04/2012

MCN	TIPO E Nº	EMENTA	SESSÃO	OBS
-	Requerimento nº 1, de 2012-CN	Com a finalidade de investigar práticas criminosas do senhor Carlos Augusto ramos, conhecido vulgarmente como Carlinhos Cachoeira, desvendadas pelas operações 'Vegas' e 'Monte Carlo', da Polícia Federal, nos termos que especifica.	19/04/2012 às 10h30min	Lido. À publicação
-	Requerimento nº 1, de 2012-CN	Com a finalidade de investigar práticas criminosas do senhor Carlos Augusto ramos, conhecido vulgarmente como Carlinhos Cachoeira, desvendadas pelas operações 'Vegas' e 'Monte Carlo', da Polícia Federal, nos termos que especifica.	24/04/2012 às 19h30min	Comissão designada

Atos do Presidente da Mesa do Congresso Nacional
01 a 30/04/2012

Nº	Assunto
15/2012 (public. no DOU de 03/04/2012)	Constitui Comissão Mista Especial prevista no art. 3º da Emenda Constitucional nº 69, de 2012, destinada a elaborar, em sessenta dias, os projetos de lei necessários à adequação da legislação infraconstitucional quanto à transferência, da União para o Distrito Federal, das atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.
16/2012 (public. no DOU de 25/04/2012	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a vigência da Medida Provisória nº 559, de 2 de março de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 5 de março de 2012, em Edição Extra, que "Autoriza a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS a adquirir participação na Celg Distribuição S.A. - CELG D e dá outras providências".
17/2012 (public. no DOU de 25/04/2012	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a vigência da Medida Provisória nº 560, de 7 de março de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 8 de março de 2012, que "Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Defesa, no valor de R$ 40.000.000,00, para o fim que especifica".
18/2012 (public. no DOU de 25/04/2012	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a vigência da Medida Provisória nº 561, de 8 de março de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 8 de março de 2012, em Edição Extra, que "Altera as Leis nº 12.409, de 25 de maio de 2011, nº 11.578, de 26 de novembro de 2007, nº 11.977, de 7 de julho de 2009, e nº 10.188, de 12 de fevereiro de 2001".

Correspondências Expedidas pela Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional
01 a 30/04/2012

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
173/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que, para os fins do disposto no art. 13 da Resolução nº 1, de 2002-CN, foi encaminhado à Excelentíssima Senhora Presidente da República o Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2012 (Medida Provisória nº 551, de 2011), aprovado pelo Senado Federal, em sessão realizada no dia 25/04/2012, que "Altera dispositivos das Leis nºs 7.920, de 12 de dezembro de 1989, 8.399, de 7 de janeiro de 1992, 9.825, de 23 de agosto de 1999, 12.462, de 5 de agosto de 2011, 6.009, de 26 de dezembro de 1973, e 5.862, de 12 de dezembro de 1972; revoga o Decreto-Lei nº 1.896, de 17 de dezembro de 1981; e dá outras providências".
171/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que, para os fins do disposto no art. 13 da Resolução nº 1, de 2002-CN, foi encaminhado à Excelentíssima Senhora Presidente da República o Projeto de Lei de Conversão nº 7, de 2012 (Medida Provisória nº 549, de 2011), aprovado pelo Senado Federal, em sessão realizada no dia 25/04/2012, que "Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), da Contribuição para o PIS/Pasep - Importação e da Cofins - Importação incidentes sobre a importação e a receita de venda no mercado interno dos produtos que menciona; altera as Leis nºs 10.865, de 30 de abril de 2004, 10.522, de 19 de julho de 2002, 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, 5.991, de 17 de dezembro de 1973, 10.451, de 10 de maio de 2002, e 11.051, de 29 de dezembro de 2004; e revoga dispositivos das Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 10. 833, de 29 de dezembro de 2003".
169/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que foi lido na Sessão do dia 25/04/2012 o Aviso nº 244 GP/TCU, de 2012-CN, na origem, do Vice-Presidente do TCU, no exercício da Presidência, informando sobre constatação de indício de irregularidade grave na obra que menciona. A matéria publicada no DSF de 26/04/2012, vai ao exame da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
168/2012-CN	Sen. Marta Suplicy – Primeira Vice-Presidente do SF, no exercício da Presidência	Comunica que a Senhora Presidente da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 28, de 2012-CN (nº 117/2012, na origem), na qual comunica haver vetado parcialmente o Projeto de Lei do Senado nº 219, de 2003 (PL nº 7.803, de 2010, nessa Casa), que "Altera o § 1º do art. 1.331 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, no que tange ao critério de fixação da fração ideal e às disposições sobre alienação e locação de abrigos para veículos em condomínios edilícios". Nos termos do art. 104 do Regimento Comum, solicita a indicação de 3 (três) Senhores Senadores e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de mais um Senador, para integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto.
167/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que a Senhora Presidente da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 28, de 2012-CN (nº 117/2012, na origem), na qual comunica haver vetado parcialmente o Projeto de Lei do Senado nº 219, de 2003 (PL nº 7.803, de 2010, nessa Casa), que "Altera o § 1º do art. 1.331 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, no que tange ao critério de fixação da fração ideal e às disposições sobre alienação e locação de abrigos para veículos em condomínios edilícios". Nos termos do art. 104 do Regimento Comum, solicita a indicação de 3 (três) Senhores Deputados e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de mais um Deputado, para integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto.
166/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que foi autuado, por solicitação do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, o Aviso nº 7, de 2012-CN (nº 256-Seses-TCU-Plenário/2012, na origem), do Presidente do TCU, encaminhando ao Congresso Nacional cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 005.981/2011-5. A matéria, publicada em Avulsos e no DSF de 13/04/2012, retorna à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
165/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que foi lida na Sessão do dia 16/04/2012 a Mensagem nº 29, de 2012-CN (nº 135, de 2012, na origem), da Excelentíssima Senhora Presidente da República, encaminhando o Projeto de Lei nº 3, de 2012-CN, que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração execução da Lei Orçamentária de 2013 e dá outras providências". A matéria, publicada no DSF de 17/04/2012, vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
164/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que foi lido na Sessão do dia 23/04/2012 o Parecer nº 3, de 2012-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, concluindo pelo arquivamento da Mensagem nº 137, de 2011-CN, que encaminha o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao quinto bimestre de 2011. A matéria está publicada no DSF de 18/04/2012.
163/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que foi lido na Sessão do dia 23/04/2012 o Parecer nº 2, de 2012-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, concluindo pelo arquivamento da Mensagem nº 93, de 2011-CN, que encaminha o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao quarto bimestre de 2011. A matéria está publicada no DSF de 18/04/2012.
161/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que foi lida na Sessão do dia 23/04/2012 a Mensagem nº 31, de 2012-CN (nº 142/2012, na origem), da Senhora Presidente da República, comunicando retificação à Medida Provisória nº 564, de 2012, que "Altera a Lei nº 11.529, de 22 de outubro de 2007, para incluir no Programa Revitaliza do BNDES os setores que especifica, dispõe sobre financiamento às exportações indiretas, autoriza o Poder Executivo a criar a Agência Brasileira Gestora de Fundos e Garantias S.A. - ABGF, autoriza a União a participar de fundos dedicados a garantir operações de comércio exterior ou projetos de infraestrutura de grande vulto, altera a Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009, e dá outras providências". A matéria será juntada ao processado da referida Medida Provisória, e os avulsos serão republicados.

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
160/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que foi lida na Sessão do dia 23/04/2012 a Mensagem nº 30, de 2012-CN (nº 141/2012, na origem), da Senhora Presidente da República, comunicando retificação à Medida Provisória nº 563, de 2012, que "Altera a alíquota das contribuições previdenciárias sobre a folha de salários devidos pelas empresas que especifica, institui o Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores, o Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações, o Regime Especial de Incentivo a Computadores para Uso Educacional, o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica, o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência, restabelece o Programa Um Computador por Aluno, altera o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores, instituído pela Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007, e dá outras providências". A matéria será juntada ao processado da referida Medida Provisória, e os avulsos serão republicados.
159/2012-CN	Sen. Marta Suplicy – 1ª Vice-Presidente do SF, no exercício da Presidência	Comunica que esta Presidência, em entendimento com essa Casa Legislativa e com a Câmara dos Deputados, convoca sessão solene do Congresso Nacional no dia 14 de maio do corrente, segunda-feira, às onze horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a comemorar os 46 anos do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB.
158/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência, em entendimento com essa Casa Legislativa e com o Senado Federal, convoca sessão solene do Congresso Nacional no dia 14 de maio do corrente, segunda-feira, às onze horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a comemorar os 46 anos do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB.
1562012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Tendo em vista a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, por meio de Requerimento nº 1, de 2012-CN, que requer "nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 21 do Regimento Comum do Congresso Nacional, a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar práticas criminosas do senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como Carlinhos Cachoeira, desvendadas pelas operações 'Vegas' e 'Monte Carlo', da Polícia Federal, nos termos que especifica", solicito a V. Exª a indicação dos membros titulares e membros suplentes dessa Casa, que deverão integrar a referida Comissão.
152/2012-CN	Ministro Benjamin Zymler – Presidente do TCU	Encaminha o processado do Ofício nº 30, de 2012-CN (nº 101, de 2012, na origem) referente à prestação de contas relativa ao exercício financeiro de 2011 do Conselho Nacional de Justiça, em atendimento ao disposto no inciso I do art. 71 da Constituição Federal e da Lei Complementar nº 101, de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.
151/2012-CN	Ministro Benjamin Zymler – Presidente do TCU	Encaminha o processado do Ofício nº 29, de 2012-CN (nº 37, de 2012, na origem) referente à prestação de contas relativa ao exercício financeiro de 2011 do Conselho Nacional do Ministério Público, em atendimento ao disposto no inciso I do art. 71 da Constituição Federal e da Lei Complementar nº 101, de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.
150/2012-CN	Ministro Benjamin Zymler – Presidente do TCU	Encaminha o processado do Ofício nº 28, de 2012-CN (nº 1.341, de 2012, na origem) referente à prestação de contas relativa ao exercício financeiro de 2011 do Conselho da Justiça Federal e Justiça Federal de primeiro e segundo graus, em atendimento ao disposto no inciso I do art. 71 da Constituição Federal e da Lei Complementar nº 101, de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.
149/2012-CN	Ministro Benjamin Zymler – Presidente do TCU	Encaminha o processado do Ofício nº 27, de 2012-CN (nº 370, de 2012, na origem) referente à prestação de contas relativa ao exercício financeiro de 2011 do Tribunal Superior do Trabalho, em atendimento ao disposto no inciso I do art. 71 da Constituição Federal e da Lei Complementar nº 101, de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.
148/2012-CN	Ministro Benjamin Zymler – Presidente do TCU	Encaminha o processado do Ofício nº 26, de 2012-CN (nº 337, de 2012, na origem) referente à prestação de contas relativa ao exercício financeiro de 2011 do Superior Tribunal de Justiça, em atendimento ao disposto no inciso I do art. 71 da Constituição Federal e da Lei Complementar nº 101, de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.
147/2012-CN	Ministro Benjamin Zymler – Presidente do TCU	Encaminha o processado do Ofício nº 25, de 2012-CN (nº 1.218, de 2012, na origem) referente à prestação de contas relativa ao exercício financeiro de 2011 do Tribunal Superior Eleitoral, em atendimento ao disposto no inciso I do art. 71 da Constituição Federal e da Lei Complementar nº 101, de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.
146/2012-CN	Ministro Benjamin Zymler – Presidente do TCU	Encaminha o processado do Ofício nº 24, de 2012-CN (nº 11.140, de 2012, na origem) referente à prestação de contas relativa ao exercício financeiro de 2011 do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, em atendimento ao disposto no inciso I do art. 71 da Constituição Federal e da Lei Complementar nº 101, de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.
145/2012-CN	Ministro Benjamin Zymler – Presidente do TCU	Encaminha o processado do Ofício nº 23, de 2012-CN (nº 317, de 2012, na origem) referente à prestação de contas relativa ao exercício financeiro de 2011 do Ministério Público da União, em atendimento ao disposto no inciso I do art. 71 da Constituição Federal e da Lei Complementar nº 101, de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.
144/2012-CN	Ministro Benjamin Zymler – Presidente do TCU	Encaminha o processado do Ofício nº 22, de 2012-CN (nº 74, de 2012, na origem) referente à prestação de contas relativa ao exercício financeiro de 2011 do Superior Tribunal Militar, em atendimento ao disposto no inciso I do art. 71 da Constituição Federal e da Lei Complementar nº 101, de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.
143/2012-CN	Ministro Benjamin Zymler – Presidente do TCU	Encaminha o processado do Ofício nº 21, de 2012-CN (nº 630, de 2012, na origem) referente à prestação de contas relativa ao exercício financeiro de 2011 da Câmara dos Deputados, em atendimento ao disposto no inciso I do art. 71 da Constituição Federal e da Lei Complementar nº 101, de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.
142/2012-CN	Ministro Benjamin Zymler – Presidente do TCU	Encaminha o processado da Mensagem nº 20, de 2012-CN (nº 173, de 2012, na origem) referente à prestação de contas relativa ao exercício financeiro de 2011 do Senado Federal, em atendimento ao disposto no inciso I do art. 71 da Constituição Federal e da Lei Complementar nº 101, de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.
141/2012-CN	Ministro Benjamin Zymler – Presidente do TCU	Encaminha o processado da Mensagem nº 25, de 2012-CN (nº 21, de 2012, na origem) referente à prestação de contas relativa ao exercício financeiro de 2011 do Supremo Tribunal Federal, em atendimento ao disposto no inciso I do art. 71 da Constituição Federal e da Lei Complementar nº 101, de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.
140/2012-CN	Ministro Benjamin Zymler – Presidente do TCU	Encaminha o processado da Mensagem nº 24, de 2012-CN (nº 108, de 2012, na origem) referente à prestação de contas relativa ao exercício financeiro de 2011 do Governo Federal, em atendimento ao disposto no inciso I do art. 71 da Constituição Federal e da Lei Complementar nº 101, de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
139/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu o Ofício nº 2, de 2012, comunicando a instalação da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC, bem como a eleição de seu Presidente, Vice-Presidente e designação do Relator.
138/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu do Presidente do TCU o Aviso nº 166 GP/TCU/2012, na origem), encaminhando cópia do Acórdão nº 580/2012-TCU-Plenário, sobre o acompanhamento da execução financeira e orçamentária da União no primeiro semestre de 2011. A matéria, publicada no DSF de 11/04/2012, vai ao exame da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
137/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência designou o Deputado João Dado, como membro titular, em substituição ao Deputado André Figueiredo, para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 564, de 2012, que "Altera a Lei nº 11.529, de 22 de outubro de 2007, para incluir no Programa Revitaliza do BNDES os setores que especifica, dispõe sobre financiamento às exportações indiretas, autoriza o Poder Executivo a criar a Agência Brasileira Gestora de Fundos e Garantias S.A. - ABGF, autoriza a União a participar de fundos dedicados a garantir operações de comércio exterior ou projetos de infraestrutura de grande vulto, altera a Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009, e dá outras providências", conforme o Ofício nº 141, de 2012, da Liderança do PDT, na Câmara dos Deputados.
136/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência designou o Deputado Zezéu Ribeiro, como membro titular, em substituição ao Deputado Jilmar Tatto, e os Deputados Zeca Dirceu e Ronaldo Zulke, como membros suplentes, em substituição aos Deputados Janete Rocha Pietá e Beto Faro, para integrarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 564, de 2012, que "Altera a Lei nº 11.529, de 22 de outubro de 2007, para incluir no Programa Revitaliza do BNDES os setores que especifica, dispõe sobre financiamento às exportações indiretas, autoriza o Poder Executivo a criar a Agência Brasileira Gestora de Fundos e Garantias S.A. - ABGF, autoriza a União a participar de fundos dedicados a garantir operações de comércio exterior ou projetos de infraestrutura de grande vulto, altera a Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009, e dá outras providências", conforme o Ofício nº 045, de 2012, da Liderança do PT, na Câmara dos Deputados.
135/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência designou o Deputado Alfton Freitas, como membro titular, em substituição ao Deputado Lincoln Portela, para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 564, de 2012, que "Altera a Lei nº 11.529, de 22 de outubro de 2007, para incluir no Programa Revitaliza do BNDES os setores que especifica, dispõe sobre financiamento às exportações indiretas, autoriza o Poder Executivo a criar a Agência Brasileira Gestora de Fundos e Garantias S.A. - ABGF, autoriza a União a participar de fundos dedicados a garantir operações de comércio exterior ou projetos de infraestrutura de grande vulto, altera a Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009, e dá outras providências", conforme o Ofício nº 220, de 2012, do Bloco PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL/PRTB, na Câmara dos Deputados.
134/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu as prestações de contas relativas ao exercício financeiro de 2011 dos seguintes Órgãos: - Governo Federal (Mensagem nº 24, de 2012-CN – nº 108, de 2012, na origem); - Supremo Tribunal Federal (Mensagem nº 25, de 2012-CN – nº 21, de 2012, na origem); - Senado Federal (Ofício nº 20, de 2012-CN – nº 173, de 2012, na origem); - Câmara dos Deputados (Ofício nº 21, de 2012-CN – nº 630, de 2012, na origem); - Superior Tribunal Militar (Ofício nº 22, de 2012-CN – nº 74, de 2012, na origem); - Ministério Público da União (Ofício nº 23, de 2012-CN – nº 317, de 2012, na origem); - Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (Ofício nº 24, de 2012-CN – nº 11.140, de 2012, na origem); - Tribunal Superior Eleitoral (Ofício nº 25, de 2012-CN – nº 1.218, de 2012, na origem); - Superior Tribunal de Justiça (Ofício nº 26, de 2012-CN – nº 337, de 2012, na origem); - Tribunal Superior do Trabalho (Ofício nº 27, de 2012-CN – nº 370, de 2012, na origem); - Conselho da Justiça Federal e Justiça Federal de primeiro e segundo graus (Ofício nº 28, de 2012-CN – nº 1.341, de 2012, na origem); - Conselho Nacional do Ministério Público (Ofício nº 29, de 2012-CN – nº 37, de 2012, na origem); e - Conselho Nacional de Justiça (Ofício nº 30, de 2012-CN – nº 101, de 2012, na origem). As matérias estão publicadas em Suplemento ao DSF de 11/04/2012. Nos termos do inciso I do art. 71 da Constituição Federal e da Lei Complementar nº 101, de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, as contas vão ao Tribunal de Contas da União.
133/2012-CN	Dep. Paulo Pimenta – Presidente da CMO	Comunica que esta Presidência recebeu as prestações de contas relativas ao exercício financeiro de 2011 dos seguintes Órgãos: - Governo Federal (Mensagem nº 24, de 2012-CN – nº 108, de 2012, na origem); - Supremo Tribunal Federal (Mensagem nº 25, de 2012-CN – nº 21, de 2012, na origem); - Senado Federal (Ofício nº 20, de 2012-CN – nº 173, de 2012, na origem); - Câmara dos Deputados (Ofício nº 21, de 2012-CN – nº 630, de 2012, na origem); - Superior Tribunal Militar (Ofício nº 22, de 2012-CN – nº 74, de 2012, na origem); - Ministério Público da União (Ofício nº 23, de 2012-CN – nº 317, de 2012, na origem); - Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (Ofício nº 24, de 2012-CN – nº 11.140, de 2012, na origem); - Tribunal Superior Eleitoral (Ofício nº 25, de 2012-CN – nº 1.218, de 2012, na origem); - Superior Tribunal de Justiça (Ofício nº 26, de 2012-CN – nº 337, de 2012, na origem); - Tribunal Superior do Trabalho (Ofício nº 27, de 2012-CN – nº 370, de 2012, na origem); - Conselho da Justiça Federal e Justiça Federal de primeiro e segundo graus (Ofício nº 28, de 2012-CN – nº 1.341, de 2012, na origem); - Conselho Nacional do Ministério Público (Ofício nº 29, de 2012-CN – nº 37, de 2012, na origem); e - Conselho Nacional de Justiça (Ofício nº 30, de 2012-CN – nº 101, de 2012, na origem). As matérias estão publicadas em Suplemento ao DSF de 11/04/2012. Nos termos do inciso I do art. 71 da Constituição Federal e da Lei Complementar nº 101, de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, as contas vão ao Tribunal de Contas da União.

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
130/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que a Senhora Presidente da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 22, de 2012-CN (nº 98/2012, na origem), na qual comunica haver vetado parcialmente o Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2012 (Medida provisória nº 545, de 2011), que "Altera as Leis nºs 10.893, de 13 de julho de 2004, que dispõe sobre o Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM e o Fundo da Marinha Mercante - FMM, 11.434, de 28 de dezembro de 2006, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 10.865, de 30 de abril de 2004, 8.685, de 20 de julho de 1993, 12.249, de 11 de junho de 2010, 11.775, de 17 de setembro de 2008, e 11.491, de 20 de junho de 2007, e a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001; revoga dispositivos das Leis nºs 9.432, de 8 de janeiro de 1997, e 10.925, de 23 de junho de 2004; altera a incidência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS na cadeia produtiva do café; institui o Programa Cinema Perto de Você; e dá outras providências". Nos termos do art. 104 do Regimento Comum, solicita a indicação de 3 (três) Senhores Deputados e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de mais um Deputado, para integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto.
129/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que a Senhora Presidente da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 21, de 2012-CN (nº 93/2012, na origem), na qual comunica haver vetado parcialmente o Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2012 (Medida provisória nº 546, de 2011), que "Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no exercício de 2011, com o objetivo de fomentar as exportações do País; altera o art. 4º da Lei nº 12.409, de 25 de maio de 2011; e dá outras providências". Nos termos do art. 104 do Regimento Comum, solicita a indicação de 3 (três) Senhores Deputados e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de mais um Deputado, para integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto.
128/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu do Presidente do TCU o Aviso nº 6, de 2012-CN (nº 163-GP/TCU/2012, na origem), encaminhando ao Congresso Nacional, nos termos do § 4º do art. 71 da Constituição Federal, o Relatório de Atividades do Tribunal de Contas da União, referente ao exercício de 2011. A matéria, publicada no DSF de 03/04/2012, vai ao exame da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
127/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Encaminha cópia autêntica do Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 15, de 2012, que "*constitui Comissão Mista Especial prevista no art. 3º da Emenda Constitucional nº 69 de 2012*", que altera os arts. 21, 22 e 48 da Constituição Federal, para transferir da União para o Distrito Federal as atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.

B.1 – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO

Resenha
01 a 30/04/2012

Reuniões Realizadas

Tipo de reunião	Quantidade
Instalação (INST)	-
Ordinárias (ROR)	3
Extraordinárias (REX)	-
Audiências Públicas (RAP)	1
Conjuntas de Audiência Pública (RCAP)	-
Seminários Regionais (SREG)	-
Total	**4**

Comitês Permanentes e Colegiados

Nomes	Reuniões	Relatórios
Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária (CFIS)	-	-
Comitê de Avaliação da Receita (CAR)	-	-
Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidade Graves (COI)	-	-
Comitê de Exame da Admissibilidade de Emendas (CAE)	-	-
Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na CMO (CRLP)	4	-
Colegiado de Coordenadores de Bancadas Estaduais (CCBE)	-	-
TOTAL	**-**	**-**

Proposições em Tramitação

Proposições	Recebidas	Tramitação encerrada na CMO				
		Apreciadas	Retiradas	Encaminhadas ao CN sem apreciação		
				PLN - Art.106 da Res nº1/2006-CN	PLN -Urgência Plenário CN	MP - Término prazo regimental
Projetos de Lei CN (PLN)	**1**	**1**				
- Crédito Suplementar e Especial						
• Texto Original		1				
• Substitutivo						
- LDO/Alteração						
- LOA/Alteração						
- PPA/Revisão – Alteração						
Medidas Provisórias (MP) – Crédito Extraordinário	**2**					**1**
• Texto Original						
• Projeto de Lei de Conversão						
• Perda de Vigência (Decreto Legislativo)						
Avisos CN (AVN)	**2**					
- Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves apontados pelo TCU	1					
• Pela Exclusão no Anexo VI da LOA 2012						
• Pela Inclusão no Anexo VI da LOA 2012						
• Pela Alteração no Anexo VI da LOA 2012						
• Arquivamento						
- Prestação de Contas						
- Parecer Prévio do Governo Federal						
- Outras Matérias	1					
Mensagens CN (MCN)		**2**				
- Prestação de Contas						
- Relatório de Avaliação do PPA						
- Outras Matérias		2				
Ofícios CN (OFN)						
- Prestação de Contas						
- Outras Matérias						
Projetos de Decreto Legislativo CN (PDN)						
Proposições SF						
Requerimentos CMO (RCMO)	**4**	**2**				
Emendas	**15**	**15**				
Errata (art. 152 Res. 1/2006-CN)	**2**	**1**				
Redação Final (art. 51 Regimento Comum)						
TOTAL	**26**	**21**				

Resenha Consolidada
01/03 a 30/04/2012

Reuniões Realizadas

Tipo de reunião	Quantidade
Instalação (INST)	1
Ordinárias (ROR)	3
Extraordinárias (REX)	-
Audiências Públicas (RAP)	1
Conjuntas de Audiência Pública (RCAP)	-
Seminários Regionais (SREG)	-
Total	**5**

Comitês Permanentes e Colegiados

Nomes	Reuniões	Relatórios
Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária (CFIS)	-	-
Comitê de Avaliação da Receita (CAR)	-	-
Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidade Graves (COI)	-	-
Comitê de Exame da Admissibilidade de Emendas (CAE)	-	-
Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na CMO (CRLP)	4	-
Colegiado de Coordenadores de Bancadas Estaduais (CCBE)	-	-
TOTAL	**-**	**-**

Proposições Apreciadas

Proposições	Recebidas	Tramitação encerrada na CMO				
		Apreciadas	Retiradas	Encaminhadas ao CN sem apreciação		
				PLN - Art.106 da Res nº1/2006-CN	PLN -Urgência Plenário CN	MP - Término prazo regimental
Projetos de Lei CN (PLN)	**3**	**1**				
- Crédito Suplementar e Especial						
• Texto Original		1				
• Substitutivo						
- LDO/Alteração						
- LOA/Alteração						
- PPA/Revisão – Alteração						
Medidas Provisórias (MP) – Crédito Extraordinário	**4**					**3**
• Texto Original						
• Projeto de Lei de Conversão						
• Perda de Vigência (Decreto Legislativo)						
Avisos CN (AVN)	**44**					
- Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves apontados pelo TCU	3					
• Pela Exclusão no Anexo VI da LOA 2012						
• Pela Inclusão no Anexo VI da LOA 2012						
• Pela Alteração no Anexo VI da LOA 2012						
• Arquivamento						
- Prestação de Contas	1					
- Parecer Prévio do Governo Federal	2					
- Outras Matérias	38					
Mensagens CN (MCN e MSG)	**46**					
- Prestação de Contas	6					
- Relatório de Avaliação do PPA	3					
- Outras Matérias	37					
Ofícios CN (OFN)	**99**					
- Prestação de Contas	19					
- Outras Matérias	80					
Projetos de Decreto Legislativo CN (PDN)	**2**					
Proposições SF	**4**					
Requerimentos CMO (RCMO)	**5**	**2**				
Emendas	**25**	**15**				
Errata (art. 152 Res. 1/2006-CN)	**2**	**1**				
Redação Final (art. 51 Regimento Comum)						
TOTAL	**234**	**19**				**3**

Resultados das Reuniões
01 a 30/04/2012

Reunião realizada em 10 de abril de 2012 (Ordinária)

1ª Reunião Ordinária
convocada para 10/04/2012, às 14h30min
(Iniciada às 14h57min e encerrada às 15h18min)

Pauta nº 5/2012

ABERTURA

Os trabalhos foram abertos pelo Presidente, Deputado Paulo Pimenta (PT/RS), que informou haver *quorum* regimental para deliberação nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

- Apreciação das Atas das seguintes Reuniões:
. 13ª Reunião Extraordinária realizada nos dias 6, 7, 8, 12, 13, 14, 15, 20, 21 e 22 de dezembro de 2011;

. 5ª Reunião de Audiência Pública, realizada no dia 12 de dezembro de 2011; e

. Reunião de Instalação e Eleição da Mesa Diretora da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, realizada em 27/3/2012.
Resultado: por consenso, foi dispensada a leitura das Atas que, em votação, foram **aprovadas** por unanimidade.

AVISOS

O Presidente informou que, a partir de hoje, dia 10/04/2012, esta Comissão possui um projeto piloto que disponibiliza o registro taquigráfico *online* da reunião, de inciativa do Departamento de Taquigrafia da Câmara dos Deputados. E, agradeceu à Diretora da Taquigrafia, Sra. Cássia Regina Botelho, pela excelente iniciativa.
Provisoriamente, o acesso é no seguinte endereço eletrônico:
www.camara.gov.br / atividade legislativa/ plenário/ registro de sessões/ discursos em plenário/ deputados/ discursos e notas taquigráficas.

O Presidente comunicou que no **dia 15 de maio, terça-feira, às 15 horas**, no plenário 2 da Câmara dos Deputados, será realizada reunião conjunta de audiência pública, convocada com a finalidade de ouvir o Presidente do Banco Central do Brasil, Sr. **Alexandre Antonio Tombini**, que irá discorrer sobre a *"avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços do Banco Central do Brasil" - referentes ao 1º* e 2º semestres do exercício de 2011, em atendimento ao estabelecido no *§ 5º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal,* com a participação das seguintes Comissões:
.da Câmara dos Deputados: Comissão de Finanças e Tributação; Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; e Comissão de Fiscalização Financeira e Controle.
.do Senado Federal: Comissão de Assuntos Econômicos e Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.
.do Congresso Nacional: Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

EXPEDIENTE

Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, foi **dispensada leitura dos expedientes.** O Presidente determinou ao Departamento de Taquigrafia a inclusão dos expedientes nas notas taquigráficas da reunião. Informou que a lista com os expedientes foi encaminhada, pelo correio eletrônico, aos membros e Lideranças Partidárias nesta data.

I) CORRESPONDÊNCIA INTERNA RECEBIDA:

1) Of. 040/2011/GLPRB, de 13 de dezembro, do Deputado Vitor Paulo, Líder do PRB na Câmara dos Deputados, que solicita crachá de acesso às reuniões da CMO.
2) OF. nº 738/2011 – SGM, de 28 de dezembro, da Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal, informando da posse do Senador Jáder Barbalho.
3) Ata da Reunião da Bancada Federal do Estado do Acre, realizada em 15 de fevereiro de 2012, informando que naquela Bancada foram eleitos como Coordenador o Deputado Taumaturgo Lima e como Vice-Coordenador o Senador Sérgio Petecão.
4) OF. GAB. 044/2012, de 7 de março, do Deputado Givaldo Carimbão (PSB/AL), informando que conforme decisão dos Congressistas representantes do Estado de Alagoas, em reunião realizada no dia 01 de março do corrente, conforme Ata daquela reunião, foi eleito Coordenador da Bancada de Alagoas.
5) Ofício nº 034/2012-P, de 7 de março, do Deputado Domingos Neto, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Urbano, parabenizando ao Deputado Paulo Pimenta e comunicando que foi eleito Presidente daquela Comissão, juntamente com os Deputados Leopoldo Meyer, Mauro Mariani e Roberto Britto, que ocupam os cargos de Primeiro, Segundo e Terceiro Vice-Presidentes, respectivamente.

6) Ofício nº. 01 1/2012, de 13 de março, do Deputado Silas Câmara (PSD/AM), solicitando cópia, em meio digital, da relação de débitos constantes de precatórios judiciários consignados no OGU/2012, encaminhados pelo Poder Judiciário ao Congresso Nacional, por meio desta Comissão.
7) OFÍCIO 1ª SEC/I Nº 086/12, de 14 de março, do Chefe de Gabinete da Primeira-Secretaria da Câmara dos Deputados, Claudio Augusto A.F. Sant'Ana, informando que de ordem do Primeiro-Secretário, Deputado Eduardo Gomes, em atenção aos termos do Ofício n. 2202/2011/GSVREG, foram determinadas providências visando ao registro do reconhecimento profissional dos servidores mencionados no referido Ofício, em seus assentamentos funcionais.

- Expedientes solicitando alteração em emendas apresentadas ao PLN 28/2011-CN (PLOA para 2012):
1) Mem. nº 001/2012/BEPA, de 6 de março, do Coordenador da Bancada do Estado do Pará, Deputado Beto Faro, solicitando correção através de errata dos subtítulos das Emendas nºs 7115.0001 e 7115.0012, daquela Bancada, apresentadas ao Projeto de Lei nº 28/2011-CN (PLOA para 2012).
2) Ofício-CD-EG-027/2012, de 19 de março, do Deputado Giroto (PMDB/MS), solicitando a correção da Emenda nº 2837.0001, de sua autoria, apresentada ao Projeto de Lei nº 28/2011-CN (PLOA/2012).
3) Ofício nº 040/2012, de 28 de março, do Deputado Dilceu Sperafico (PP/PR), solicitando alteração da Emenda individual nº 3176.0010, de sua autoria, apresentada ao Projeto de Lei nº 28/2011-CN (PLOA/2012).

- Expedientes com indicações para integrar o Comitê Permanente de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária (CFIS):
1) Of. Nº 100/2012/PDT, de 28 de março, do Deputado André Figueiredo, Líder do PDT, indicando o Deputado Paulo Rubem Santiago (PDT/PE).
2) Ofício N. 103/12, de 28 de março, da Deputada Luciana Santos, Líder do PCdoB, indicando o Deputado Osmar Júnior (PCdoB/PI).
3) OF/GAB/I/Nº 268, de 3 de abril de 2012, do Deputado Henrique Eduardo Alves, Líder do PMDB, indicando o Deputado Celso Maldaner (PMDB/SC).
4) OF. n° 131/PT, de 3 de abril de 2012, do Deputado Jilmar Tatto, Líder do PT, indicando o Deputado João Paulo Lima (PT/PE).

- Expedientes com indicações para integrar o Comitê Permanente de Avaliação da Receita (CAR):
1) Of. nº 2 04/2012 - LPR, de 28 de março, do Deputado Lincoln Portela, Líder do Bloco Parlamentar PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL/PRTB, indicando o Deputado Giacobo (PR/PR).
2) OF/GAB/I/Nº 270, de 3 de abril de 2012, do Deputado Henrique Eduardo Alves, Líder do PMDB, indicando o Deputado Osmar Serraglio (PMDB/PR).
3) OF. n° 131/PT, de 3 de abril de 2012, do Deputado Jilmar Tatto, Líder do PT, indicando o Deputado Cláudio Puty (PT/PA), como Coordenador do Comitê Permanente de Avalição da Receita.

- Expedientes com indicações para integrar o Comitê Permanente de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves (COI):
1) Of. Nº 100/2012/PDT, de 28 de março, do Deputado André Figueiredo, Líder do PDT, indicando o Deputado Félix Mendonça Júnior (PDT/BA).
2) OF/LID/ Nº 043/2012, de 29 de março, do Deputado Rubens Bueno, Líder do Bloco PV/PPS, indicando o Deputado Paulo Wagner(PV/RN).
3) OF/GAB/I/Nº 269, de 3 de abril de 2012, do Deputado Henrique Eduardo Alves, Líder do PMDB, indicando o Deputado Edio Lopes (PMDB/RR).
4) OF. n° 131/PT, de 3 de abril de 2012, do Deputado Jilmar Tatto, Líder do PT, indicando os Deputados Josias Gomes (PT/BA) e Vanderlei Siraque (PT/SP).
5) Of. Leg. nº 015/2012-GLDPR, de 3 de abril, do Senador Blairo Maggi, Líder do PR, indicando o Senador Vicentinho Alves (PR/TO).

- Expedientes com indicações para integrar o Comitê Permanente de Exame da Admissibilidade de Emendas (CAE):
1) Of. nº 2 04/2012 - LPR, de 28 de março, do Deputado Lincoln Portela, Líder do Bloco Parlamentar PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL/PRTB, indicando o Deputado João Maia (PR/RN).
2) OF/LID/ Nº 041/2012, de 28 de março, do Deputado Rubens Bueno, Líder do Bloco PV/PPS, indicando o Deputado Arnaldo Jardim (PPS/SP).
3) OF/GAB/I/Nº 296, de 30 de março de 2012, do Deputado Henrique Eduardo Alves, Líder do PMDB, indicando o Deputado Aníbal Gomes (PMDB/CE), para exercer a função de Coordenador do Comitê Permanente de Exame da Admissibilidade de Emendas.
4) OF. n° 131/PT, de 3 de abril de 2012, do Deputado Jilmar Tatto, Líder do PT, indicando o Deputado Leonardo Monteiro (PT/MG).

- **Expedientes com indicações para integrar o Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão:**
1) Of. Nº 158, de 27 de março de 2012, do Deputado Arthur Lira, Líder do PP, indicando o Deputado Waldir Maranhão (PP/MA).
2) OF Nº 064/2012/GLPTB, de 28 de março, do Senador Gim Argello, Líder do PTB, indicando o Senador Armando Monteiro (PTB/PE).
3) Of. nº 76/2012 - LPR, de 28 de março, do Deputado Lincoln Portela, Líder do Bloco Parlamentar PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL/PRTB, indicando o Deputado Jaime Martins (PR/MG).
4) Of. Nº 99/2012/PDT, de 28 de março, do Deputado André Figueiredo, Líder do PDT, indicando o Deputado Paulo Rubem Santiago (PDT/PE).
5) Ofício N. 103/12, de 28 de março, da Deputada Luciana Santos, Líder do PCdoB, indicando o Deputado Osmar Júnior (PCdoB/PI).
6) OF. n° 117/PT, de 28 de março de 2012, do Deputado Jilmar Tatto, Líder do PT, indicando o Deputado Zeca Dirceu (PT/PR).
7) OF/LID/ Nº 042/2012, de 28 de março, do Deputado Rubens Bueno, Líder do PPS, indicando o Deputado Arnaldo Jardim (PPS/SP).
8) Ofício nº 93/2012- Liderança do PTB, de 28 de março, do Deputado Jovair Arantes, Líder do PTB, indicando o Deputado Arnon Bezerra (PTB/CE).
9) GLPSB OF. Nº 0023/2012, de 29 de março, da Senadora Lídice da Mata, Líder do PSB, indicando o Senador Antonio Carlos Valadares (PSB/SE).
10) Of. n. 358/2012/PSDB, de 29 de março, do Deputado Bruno Araújo, Líder do PSDB, indicando o Deputado Duarte Nogueira (PSDB/SP).
11) OF.B/034/12, de 29 de março, da Deputada Sandra Rosado, Líder do PSB, indicando o Deputado Antonio Balhmann (PSB/CE).
12) OF/GAB/I/Nº 267, de 3 de abril de 2012, do Deputado Henrique Eduardo Alves, Líder do PMDB, indicando o Deputado Leandro Vilela (PMDB/GO).
13) Of. Leg. nº 014/2012-GLDPR, de 3 de abril, do Senador Blairo Maggi, Líder do PR, indicando o Senador João Ribeiro (PR/TO).

14) Ofício nº 33 /12-GLPSDB, de 3 de abril, do Senador Álvaro Dias, Líder do PSDB, indic ando o Senador Cá ssio Cunha Lima (PSDB/PB).
15) Ofício nº 66-L-/201 2/Democratas, de 4 de abril, do Deputad o Pauderney Avelino, 1º Vice-Lí der do Democra tas, indicando o Deputado Felipe Maia (DEM/RN).
16) OF.GLPMDB nº 057/2012, de 10 de abril, do Senado r Ren an Calhei ros, Lí der do PMDB, i ndicando o Sen ador Clésio And rade (PMDB/MG).

- Expedientes encaminhando indicações para as Relatorias Setoriais do Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2013:
1) OF. N ° 066/ 2012/GLPTB, d e 28 de março, do Senador Gi m Ar gello, Líder do PTB, indica ndo o Senador Armando Montei ro (PTB/PE), para o cargo de Relator Setorial da área IV – Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte.
2) OF. n ° 118/PT, de 28 de mar ço de 2012, d o Deputado Jilmar Tatto, Líder do PT, indicando o D eputado Waldenor Pereira (PT/BA), para o cargo de Relator Setorial da área IV – Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte.
3) Of. nº 2 03/2012 - LP R, de 28 de março, do Deputado Lincoln Portela, Líder do Bloco Parlamenta r PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL/PRTB, indicando o Deputado Luciano Castro (PR/RR).
4) Of. n. 360/2012/PSDB, de 29 de março, do Deputado Bruno Araújo, Líder do PSDB, indicando o Deputado Wandenkolk Gonçalves (PSDB/PA).
5) OF/GAB/I/Nº 295, de 30 de março de 2012, do Deputado Hen rique Eduardo Alve s, Líder do P MDB, indicando o Deputado Elise u Padilha (PMDB/RS), para exercer a função de Relator Setorial da Área Temática I – Infra-Estrutura.
6) Ofício n° 39/12-GLPSDB, de 10 de abril, do Senador Alvaro Dias, Líder do PSD B, indicando o S enador Flexa Ribeiro (PSDB/PA), para o cargo de Relator Setorial da área II – Saúde.

- Expediente encaminhando indicação para o cargo de Relator da Receita do Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2013:
1) OF. n ° 131/PT, de 3 de abril de 2012, do Dep utado Jilmar Tatto, Líder do PT, indicando o Deputado Cláudio Put y (PT/PA), como Relator da Receita.

II) CORRESPONDÊNCIA EXTERNA RECEBIDA:

1) Ofício 1/2011 , de 1º de deze mbro de 2011, da Cooperativa de Cr édito Rural Norte do Itapicuru, que encaminha plano de ação simplificado com o detalhamento de todas as ações e as atividades a serem realizadas.
2) Cópia do Ofício nº 1743/2011-SG/DP-TJ, de 2 de dezembro de 2011, Sra. Carla de Paiva Ubarana Araújo Leal, da Chefe da Divisão de Precatórios do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte, sobre pagamento de precatório devido pelo INSS.
3) Ofício nº 066/2011, de 12 de dezembro, do Presidente da Câm ara Municipal de Barra de Santa Rosa/PB, Sr. José Martins, no q ual encaminha cópia do Requerimento nº 18/2011.
4) Ofício nº 004/GAB/SEPLAN, de 2 de janeiro, do Secretário do Planejamento e Coordenação Geral do Governo do Estado de Rondônia, Geo rge Alessandro Gonçalves Braga, no qual informa anul ação da licitação cujo o bjeto são as obr as de esgotamento sanitário de Porto Velho/RO.
5) Ofício DG.PR. nº 011/2012, de 16 de janeiro, do Sr. Jorge Antônio Andrade Cardoso, Desembargador Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região da Justiça do Trabalho, no qual agradece sobre a realocação de recursos no Orçamento da União para 2012.
6) OF/GAB/Nº 0 20/2012, de 18 de janeiro, da Prefeitura M unicipal de Santana -BA, Prefeito M arco Ca rdoso, i nformando que a audiência pública foi realizada naquele município em 9/12/2011 , com a participação de 185 cidadãos, sendo debatido e aprovado pela comunidade a importância da implantação e melhoria de siste mas públicos de manejo de resíduos sólidos, no qual espera que o município de Santana seja contemplado com alocação de recursos para tal finalidade.
7) Carta de 7 d e fevereiro de 2012, do Sr. Osm ar Vital Mendes, lemb rando à Previdência Social que por intermé dio do Sr. Marcos Roberto Rodrigues Mendonça, foi suspenso o benefício do ano seguinte, 2006.

8) Ofício nº 115 /DEST-MP, de 7 de março, do Diretor d o Depa rtamento de C oordenação e Governança das Empr esas Estatais da Secretaria-Executiva do Ministério do Planejame nto, Orçamento e Gestão , enca minhando e xemplares das publi cações “Perfil d as Empresas Estatais” e “Relatório Anual”, referentes aos dados financeiros do exercício de 2010, divulgando as informações relativas ao desempenho econômico-financeiro e a execução orçamentária das empresas estatais federais.
9) Ofício nº 100 /2012 - trml, de 13 de ma rço, d o Prefeito Muni cipal de Campina s – SP, Sr. Ped ro Serafim, expressando apoio e interesse para a presentação de Emenda de Ban cada à Proposta Orçamentária da União para 20 13, destinada a aquisição da Se de própria da Justiça Federal em Campinas.
10) Ofício nº 01/2012, de 27 de março, do ex-Deputado José Carlos Vieira, solicitando declaração que não a presentou emendas para orçamento dos anos de 2009, 2010 e 2011.
11) Ofício nº 02/2012, de 27 de março, do ex-Deputado José Carlos Vieira, solicitando informa r se houve liberação de recursos para o Município de Barra Velha – SC, através de emenda de sua autoria, na legislatura de 2007 a 2010.

- Relatórios de Gestão Fiscal referentes ao 3° quadrimestre de 2011 encaminhados em observância ao disposto no art. 55 da Lei de Responsabilidade Fiscal e no art. 118 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2011, encaminhados pelos seguintes órgãos:
- Tribunais Regionais do Trabalho das seguintes regiões: 1ª, 2ª, 3 ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª , 8ª, 9ª, 10ª, 11ª, 1 2ª, 15ª, 16ª, 18 ª, 19ª, 20ª, 21ª, 22 ª, 23ª e 24ª.
- Tribunal Regional Federal da 1ª Região.
- Tribunais Regi onais Eleitorais dos seguintes estados: Acre, C eará, Espírito S anto, Pernam buco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe.
- Supremo Tribunal Federal.

- Avisos encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Benjamin Zymler, ao Presidente da CMO:

Aviso GP/TCU, de 5 de janeiro:
1) Aviso n° 23/2012: construção da BR-317/AM, segmento km 416 Boca do Acre/AM (km 416,0) – Divisa AM/AC (516,0).

Aviso GP/TCU, de 24 de fevereiro:
1) Aviso n° 71/2012: Registra o recebimento do Of. Pres. 014/2012-CMO, que encaminha ao TCU cópia do Parecer referente ao Aviso nº 12/2011-CN, desta Comissão, aprovado na 13ª Reunião Extraordinária, realizada em 22/12/2011.

Aviso GP/TCU, de 6 de março:

1) Aviso n° 105/2012 (Acórdão nº 312/2012): Avaliação da atuação da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) no controle e supervisão dos investimentos no setor ferroviário nacional.

Aviso GP/TCU, de 7 de março:
1) Aviso n° 112/2012 : Obras e serviços do sistema de coleta, tratamento e disposição final de esgoto sanitário do Município de Porto Velho/RO.

Avisos Seses de 18 de janeiro:
1) Aviso n° 8/2 012 (Acórd ão n º 66/2012): mod ernização da R efinaria Preside nte Get úlio Var gas - Cont rato 0800. 0030 725.07.2 (Petrobras).
2) Aviso n° 9/2 012 (Acórdão n º 67/2012): modernização da Refi naria Presidente Getúlio Vargas Contrato 0 800.041315.08.2 (Petrobras).
3) Aviso n° 10/ 2012 (Acórd ão nº 68/2012): mo dernização da Refinaria Presid ente Ge túlio Var gas - Cont rato 0800.0042 847.08-2 (Petrobras)

Avisos Seses de 1º de fevereiro:
1) Aviso n° 55/2 012 (Acórd ão nº 158/2012): Avaliação da legalidade de alte rações em procedim entos contábeis que provocar am impactos nos demonstrativos contábeis exigidos pela Lei nº 4.320/64, bem como das normas internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público.
2) Aviso n° 92/2 012 (Acórdã o nº 178/2012): Obras de implantação do centro int egrado d e revita lização de recursos pesqueiros do Município de Xique-Xique/BA.
3) Aviso n° 103/2012 (Acórdão nº 172/2012): Obra de construção da Avenida Leste-Oeste em Goiânia-GO.
4) Aviso n° 111/2012 (Acórdão nº 173/2012): Obra de recuperação dos berços 101 e 102 do Porto de Itaqui/MA.

Avisos Seses de 8 de fevereiro:
1) Aviso n° 115 /2012 (Acór dão nº 296/2012): Obras de implant ação de sistemas de água, esgoto sanitário, d renagem urbana, pavimentação, passarela metálica, resíduos sólidos e unidades habitacionais na cidade de Cuiabá/MT.
2) Aviso n° 11 8/2012 (Acó rdão nº 258/2012): Obras de constr ução de unidad e fabril da Em presa Brasileira de Hemode rivados e Biotecnologia – Hemobrás, localizada no município de Goiana – PE.

Avisos Seses de 15 de fevereiro:
1) Aviso n° 163/ 2012 (Acórd ão nº 325/2012): Obras de adeq uação, rest auração e reabilitação com melhorias p ara segura nça d a rodovia BR-135/ MA, trecho São Luís/MA – Divisa MA/PI, subtre cho Estiva (Estreito dos Mos quitos) – Entroncamento BR-40 2 (Bacabeira), com extensão de 26,3 km.
2) Aviso n° 174/2012 (Acórdão nº 345/2012): Obras de construção do Aeroporto de Macapá-AP.

Aviso Seses de 29 de fevereiro:
1) Aviso n° 188/2012 (Acórdão nº 430/2012): Obras de construção do Porto fluvial de Maués/AM.

Avisos Seses de 7 de março:
1) Aviso n° 213/2012 (Acórdão nº 502/2012): Adequação de Trecho Rodoviário – Santa Cruz – Mangaratiba – na BR-101 – no Estado do Rio de Janeiro.
2) Aviso n° 217/2012 (Acórdão nº 522/2012): Obras de infraestrutura do novo complexo terminal do aeroporto de Florianópolis/SC.

Avisos Seses de 14 de março:
1) Aviso n° 233/2012 (Acórdão nº 580/2012): Acompanhamento da execução financeira e orçamentária da União no primeiro semestre de 2011.
2) Aviso n° 236/2012 (Acórdã o nº 583/2012): Acompanhamento, referente ao segundo quadrimestre de 2011, das a ções previstas em dispositivos da Lei Complementar nº 101/ 2000 (Lei de Responsabilidade Fisca l, LRF) que di spõem sobre os Relatórios de G estão Fiscal (RGF).

Avisos Seses de 21 de março:
1) Aviso n° 255/2012 (Acórdão nº 670/2012): Obras de construção da variante ferroviária de Camaçari (EF-431), no Estado da Bahia.
2) Aviso n° 256/2012 (Acórdão nº 634/2012): Obras de implantação do lote 2 da linha 3 do metrô do Rio de Janeiro.
3) Aviso n° 267/2012 (Acórdão nº 652/2012): Obras de Adequação de Trecho Rodoviário – Natal – Divisa RN/PB – na BR-101/NE – no Estado do Rio Grande do Norte.
4) Aviso n° 2 79/2012 (Acó rdão nº 645/2012): Obras de adequação do t recho r odoviário Santa Cruz-Mangaratiba, na B R-101, n o Estado do Rio de Janeiro.

Avisos Seses de 28 de março:
1) Aviso n° 291/2012 (Acórdão nº 722/2012): Obras de implantação do trecho sul do metrô de Fortaleza - CE.
2) Aviso n° 293/ 2012 (Acórdão n º 711/2012): Ob ras de ampliação e adequação do sistema de ab astecimento de água realizada n o Município de Alto Paraguai/MT.
3) Aviso n° 298/2012 (Acórdão n º 726/2012): Aco mpanhamento, referente ao terceiro quadrimestre de 2011, das ações previstas em dispositivos da Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF) que trat am dos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) elaborados pelos Poderes e Órgãos Federais.

- Avisos encaminhados pelo Vice-Presidente, no exercício da Presidência do Tribunal de Contas da União, Ministro Augusto Nardes, ao Presidente da CMO:

Aviso GP/TCU, de 26/12/2011:
1) Aviso nº 1.806 (Acórdão nº 3.244/2011): pedido de reexame interposto pelo Superior Tribunal de Justiça e pelo Conselho de Justi ça Federal contra o Acórdão 446/2009 – Plenário.

Aviso Seses de 25 de janeiro de 2012:
1) Aviso n° 46/2 012 (Acórdã o nº 120/2012): Verificação da corret a aplicação de r ecursos federais em obras públicas de Habitação e Saneamento, entre os meses de novembro de 2009 e junho de 2010.

Aviso GP/TCU, de 9 de março:

1) Aviso nº 126/2012 (Acórdão nº 305/2012): Monitoramento da inclusão dos recursos da Caixa de Construções de Casas do Pessoal da Marinha do Brasil na lei orçamentária de 2011.

- Aviso encaminhado pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Benjamin Zymler, ao Presidente do Congresso Nacional que enviou à CMO:

Aviso GP/TCU, de 4 de janeiro:
1) Aviso n° 13/2012: Obras da BR-429/RO – Construção Presidente Médici – Costa Marques.

- Aviso encaminhado pelo Tribunal de Contas da União, no exercício da Presidência, Ministro Walton Alencar Rodrigues, ao Presidente do Congresso Nacional que enviou á CMO:

Aviso GP/TCU, de 2 de fevereiro de 2012:
1) Aviso n° 40/2012: Obras do Porto Fluvial de Eirunepé/AM.

ORDEM DO DIA

No início dos tra balhos, o Presid ente informou q ue deixa ria mom entaneamente a direção dos trabalhos para apr esentar o **Requerimento nº 02/2012-CMO,** de sua aut oria, constante do Item 1, da Pauta nº 5/2012, e passou a presidência ao Deputado Zeca Dirceu (PT/PR).

Pauta nº 5/2012

1 – Requerimento nº 02/2012-CMO, que "Requer a realização de audiência p ública para deb ater o tema Pa rlamento Aberto ". *(Propondo que sejam convidados os seguintes expositores: Tiago Peixoto, especialista em Governo Aberto do Banco Mundial; Andrew Mandelbaum, especialista em transparência legislativa da National Democratic Institute; John Wonderlich, especialista em transparência legislativa, da Sunlight Foundation; Greg Michener, pesquisador em transparência legislativa; Gherardo Casini, Diretor do Global Centre for ICT in Parliaments das Nações Unidas).*

Autor: Deputado Paulo Pimenta.

Resultado: **aprovado** por unanimidade. O autor, Deputado Paulo Pimenta (PT/RS), informou que a reunião de audiência pública, para debater o tema Parlamento A berto, será realizada no dia 19 de abr il, quinta -feira, às 10 horas, no plenário 2 da C âmara d os Deputados.

2 – Relatório apresentado à **Mensagem nº 93/2011-CN**, que "Encaminha nos termos do § 4º do art. 70 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao quarto bimestre de 2011".

Relator: Senador Armando Monteiro.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

Resultado: ausente o Relator, foi designada a De putada Cida Bo rghetti (PP/PR) c omo relatora *ad hoc*. O Relató rio foi **aprovado** por unanimidade.

3 – Apreciação do Relató rio apr esentado à **Mensagem nº 137/2011-CN**, que "E ncaminha nos te rmos do § 4º d o art. 70 d a Lei n º 12.309, de 9 de agosto de 2010, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao quinto bimestre de 2011".

Relator: Senador Armando Monteiro.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

Resultado: ausente o Relator, foi designada a De putada Cida Bo rghetti (PP/PR) c omo relatora *ad hoc*. O Relató rio foi **aprovado** por unanimidade.

ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

Concluída a apreciação das matérias constantes da pauta, o Presidente encerrou os trabalhos.

Antes, convocou a r ealização de reunião ordiná ria, para o **dia 17 de abril, terça-feira**, **às 14h30min**, no plenário 2 da Câmara dos Deputados.

Brasília, 10 de abril de 2012.

MARIA DO SOCORRO DE L. DANTAS
Secretária da Comissão

Reunião realizada em 17 de abril de 2012 (Ordinária)

2ª Reunião Ordinária
convocada para 17/04/2012, às 14h30min
(Iniciada às 15h01min e encerrada às 15h06min)

Pauta nº 6/2012
ABERTURA

Os trabalhos foram abertos pelo Presidente, Deputado Paulo Pimenta (PT/RS).

AVISO

O Presidente informou que, no **dia 19 de abril, quinta-feira, às 10 horas**, no plenário 2 da Câmara dos Deputados, será realizada reunião de audiência pública, convocada com a finalidade de debater o tema "Parlamento Aberto: transparência e controle social para um Congresso mais colaborativo", em atendimento ao Requerimento nº 02/2012-CMO, de autoria daquele Deputado, aprovado na 1ª Reunião Ordinária realizada no último dia 10 de abril.

Em virtude da inexistência de *quorum* regimental para deliberação na representação do Senado Federal e tendo em vista que o Senador Paulo Paim, autor do Requerimento nº 3/2012-CMO, solicitou o adiamento da sua apreciação, única matéria constante da Pauta nº 6/2012, o Presidente anunciou que encerraria os trabalhos e **deixaram de ser apreciadas** as matérias abaixo relacionadas:

. Ata da 1ª Reunião Ordinária, realizada no dia 10 de abril de 2012.

Pauta nº 6/2012

1 – Requerimento nº 03/2012-CMO, que "Requer a constituição de um Grupo de Trabalho com vistas à implementação de uma política de aumento real das aposentadorias e pensões, do Regime Geral da Previdência Social, com valores acima do salário mínimo no processo orçamentário, no âmbito da Comissão Mista de Orçamento – CMO".
Autor: Senador Paulo Paim.

ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

Em virtude da inexistência de *quorum* regimental para deliberação na representação do Senado Federal, observado o disposto *no art. 29, § 1º do Regimento Comum*, o Presidente encerrou a reunião.

Antes, convocou a realização de reunião ordinária, para o **dia 24 de abril, terça-feira**, **às 14h30min**, no plenário 2 da Câmara dos Deputados.

Brasília, 17 de abril de 2012.

MARIA DO SOCORRO DE L. DANTAS
Secretária de Comissão

Reunião realizada em 19 de abril de 2012 (Audiência Públlca)

1ª Reunião de Audiência Pública convocada para 19/04/2012, às 10 horas (Iniciada às 10h29min e encerrada às 13h04min)

Os trabalhos foram conduzidos pelo Deputado Paulo Pimenta (PT/RS), Presidente da CMO.

Convidados: Sr. Tiago Peixoto, especialista em Governo Aberto do Banco Mundial; Sr. Andrew Mandelbaum, Especialista em Transparência Legislativa da *National Democratic Institute*; Sr. John Wonderlich, Especialista em Transparência Legislativa, da Sunlight Foundation; Sr. Felipe Estefan, Representante do Banco Mundial para Assuntos de Transparência Legislativa; Sr. Alex Howard, Especialista em Governo Aberto O'Reilly Media, em substituição ao Sr. Greg Michener, Pesquisador em Transparência Legislativa; e Sr. Gherardo Casini, Diretor do Global Centre for *ICT in Parliaments das Nações Unidas*.

Tema: *"Parlamento Aberto: Transparência e Controle Social para um Congresso mais Colaborativo",* em atendimento ao Requerimento nº 2/2012-CMO, de autoria do Deputado Paulo Pimenta, aprovado na 1ª Reunião Ordinária realizada em 10/4/2012.

ENCERRAMENTO

Realizada a reunião, o Presidente da CMO, Deputado Paulo Pimenta, agradeceu o comparecimento de todos os convidados e parlamentares presentes.

Brasília, 19 de abril de 2012.

MARIA DO SOCORRO DE L. DANTAS
Secretária da Comissão

Reunião realizada em 24 de abril de 2012 (Ordinária)

3ª Reunião Ordinária convocada para 24/04/2012, às 14h30min (Iniciada às 15h01min e suspensa às 15h04min)

Pautas nºs 6 e 7/2012

ABERTURA e
SUSPENSÃO DOS TRABALHOS

Os trabalhos foram abertos pelo Presidente, Deputado Paulo Pimenta (PT/RS), que informou haver *quorum* regimental para deliberação nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Entretanto, em virtude da inexistência de acordo do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão, para deliberação das matérias constantes das Pautas nºs 6 e 7/2012, o Presidente anunciou que suspenderia os trabalhos.

Antes, convocou a continuação da reunião ordinária para o **dia 25 de abril, quarta-feira, às 14h30min,** no plenário 2 da Câmara dos Deputados.

Brasília, 24 de abril de 2012.

MARIA DO SOCORRO DE L. DANTAS
Secretária de Comissão

Reunião realizada em 25 de abril de 2012 (Ordinária)

Continuação da 3ª Reunião Ordinária
convocada para 25/04/2012, às 14h30min
(Reiniciada às 14h59min e encerrada às 15h23min)

Pautas nºs 6 e 7/2012

REABERTURA

Os trabalhos foram reabertos pelo Presidente, Deputado Paulo Pimenta (PT/RS), que informou haver *quorum* regimental para deliberação nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

- Apreciação das Atas das seguintes Reuniões:
. 1ª Reunião Ordinária, realizada no dia 10 de abril de 2012;
. 2ª Reunião Ordinária, realizada no dia 17 de abril de 2012; e
. 1ª Reunião de Audiência Pública, realizada no dia 19 de abril de 2012.
Resultado: por consenso, foi dispensada a leitura das Atas que, em votação, foram **aprovadas** por unanimidade.

AVISOS

O Presidente informou que no **dia 8 de maio, terça-feira, às 14h30min**, no plenário 2 da Câmara dos Deputados, será realizada reunião de audiência pública, convocada com a finalidade de ouvir a **Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão**, Sra. **Miriam Aparecida Belchior,** que irá prestar esclarecimentos acerca do **Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2013** (PL nº 3/2012-CN), *conforme dispõe o art. 84 da Resolução n°1/2006, alterada pela de n° 3/2008, ambas do Congresso Nacional*.

O Presidente comunicou que foram designados os relatores setoriais das áreas temáticas do Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2013 nos termos estabelecidos no *art. 26 da Resolução nº 1, de 2006, alterada pela de nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional,* cujos relatores são os seguintes:

Área Temática I – Infra-Estrutura: Senador Clésio Andrade (PMDB/MG).
Área Temática II – Saúde: Senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA).
Área Temática III – Integração Nacional e Meio Ambiente: Senador Wellington Dias (PT/PI).
Área Temática IV – Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte: Deputado Waldenor Pereira (PT/BA).
Área Temática V – Planejamento e Desenvolvimento Urbano: Deputado Eliseu Padilha (PMDB/RS).
Área Temática VI – Fazenda, Desenvolvimento e Turismo: Deputada Cida Borghetti (PP/PR).
Área Temática VII – Justiça e Defesa: Deputado Augusto Coutinho (DEM/PE).
Área Temática VIII – Poderes do Estado e Representação: Deputado Luciano Castro (PR/RR).
Área Temática IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário: Wandenkolk Gonçalves (PSDB/PA).
Área Temática X – Trabalho, Previdência e Assistência Social: Senador Armando Monteiro (PTB/PE).

EXPEDIENTE

Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, foi **dispensada leitura dos expedientes.** O Presidente determinou ao Departamento de Taquigrafia a inclusão dos expedientes nas notas taquigráficas da reunião. Informou que a lista com os expedientes foi encaminhada, pelo correio eletrônico, aos membros e Lideranças Partidárias nesta data.

I) CORRESPONDÊNCIA INTERNA RECEBIDA:

1) OF. Nº 220/2012 – GSARUS, de 10 de abril, do Senador Antonio Russo (PR/MS), informando que declina da indicação para relatar a prestação de contas do Governo da República – exercício financeiro de 2010.

- Expedientes solicitando alteração em emendas apresentadas ao PLN 28/2011-CN (PLOA para 2012):

1) OF. Nº 100/2 012-GSFD, de 16 de abril, do Senador F rancisco Do rnelles, so licitando a mud ança na aplicação da Emenda nº 2375.0003, de sua autoria, apresentada ao Projeto de Lei nº 28/2011-CN (PLOA/2012).

2) Ofício nº 049JAC/2012, de 17 de abril, do Deputado José Carlos Araújo (PSD/BA), encaminhando cópia do Ofício nº 048/JCA/2012, onde solicita ao Ministro da Integração Nacional, mudança de M odalidade de Aplicação da Emenda Individual nº 1355.0010, de s ua autoria, apresentada ao Projeto de Lei nº 28/2011-CN (PLOA/2012).

- Expediente indicando membros para composição dos Comitês Permanentes conforme estabelece o art. 18 § 1° da Resolução 1/2006-CN:

1) Ofício n° 013/2012-GLDMIN, de 11 de ab ril, do Senador Ja yme Campos, Lí der do Bloco P arlamentar d a M inoria, indicando o Senador Cássio Cunha Lima (P SDB/PB) para o cargo de Coor denador, e o Se nador Fle xa Rib eiro (PSDB/PA), para o cargo de membro.

- Expediente com indicação para integrar o Comitê Permanente de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária (CFIS):

1) Ofício nº 61-L-/2012/Democratas, de 11 de abril, do Deputa do Antonio Carlos Magalhães Neto, Líder do Democ ratas, indicando o Deputado Eli Corrêa Filho (DEM/SP).

- Expediente com indicação para integrar o Comitê Permanente de Avaliação da Receita (CAR):

1) Ofício nº 63-L-/2012/Democratas, de 11 de abril, do Deputa do Antonio Carlos Magalhães Neto, Líder do Democ ratas, indicando o Deputado Luiz Carlos Setim (DEM/PR).

- Expedientes com indicações para integrar o Comitê Permanente de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves (COI):

1) Of. Nº 182, de 30 de março de 2012, do Deputado Arthur Lira, Líder do PP, indicando o Deputado Renato Molling (PP/RS).

2) Ofício nº 62-L-/2012/Democratas, de 11 de abril, do Deputa do Antonio Carlos Magalhães Neto, Líder do Democ ratas, indicando a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO).

- Expedientes com indicações para integrar o Comitê Permanente de Exame da Admissibilidade de Emendas (CAE):

1) Of. Nº 183, de 30 de março de 2012, do Deputado Arthur Lira, Líder do PP, indicando o Deputado Roberto Balestra (PP/GO).

2) OF/GAB/I/Nº 320, de 11 de abril de 2012, do Deputado Hen rique Eduardo Alves, Líder do PMDB, indicando o Deputado Maur o Lopes (PMDB/MG), em substituição ao Deputado Aníbal Gomes (PMDB/CE).

3) Ofício nº 64-L-/2012/Democratas, de 11 de abril, do Deputa do Antonio Carlos Magalhães Neto, Líder do Democ ratas, indicando o Deputado Lira Maia (DEM/PA).

- **Expedientes com indicações para integrar o Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão:**

1) Ofício nº 007/2012-GLDPT, de 28 de março, do Senador Walter Pinheiro, Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, indicando o Senador Wellington Dias (PT/PI).

2) Of. n. 03/20 12/PMN, de 11 de abril, do De putado D r. Carlos Alberto, Líd er do PM N, indicando a Deputa da Jaqueline Ro riz (PMN/DF).

3) Ofício nº 085/12/LIDPV, de 12 de abril, do Deputado Sarney Filho, Líder do PV, indicando o Deputado Paulo Wagner (PV/RN).

4) Ofício GSINA R nº 116/2012, d e 16 de abril, do Senador Inácio A rruda, Líder do PCdoB, indican do a Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM).

5) Of. Leg. nº 018/2012-GLDPR, de 24 de abril, do Senador Blairo Maggi, Líder do PR, indicando o Senador Vicentinho Alves (PR/TO), em substituição ao Senador João Ribeiro.

- Expedientes encaminhando indicações para as Relatorias Setoriais do Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2013:

1) Of. Nº 185, de 30 de março de 2012, do Deputado Arthur Lira, Líder do PP, indicando a Dep utada Cida Bor ghetti (PP/PR), pa ra o cargo de Relatora Setorial.

2) Ofício n° 014/2012-GLDMIN, de 11 de ab ril, do Senador Ja yme Campos, Lí der do Bloco P arlamentar d a M inoria, indicando o Senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA), para o cargo de Relator Setorial.

3) Ofício nº 65-L-/2012/Democratas, de 11 de abril, do Deputa do Antonio Carlos Magalhães Neto, Líder do Democ ratas, indicando o Deputado Augusto Coutinho (DEM/PE).

4) Ofício n° 053/2012-GLDBAG, de 17 de abril, do Senador Walter Pinheiro, Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, indicando o Senador Wellington Dias (PT/PI).

5) OF. GLPMDB n° 070/201 2, de 17 de abril, d o Senador R enan Ca lheiros, Líd er do PMDB, in dicando o Sena dor Clésio Andr ade (PMDB/MG).

6) Of. nº 269/2 012-LPR, de 24 de abril, do Dep utado Lincoln Portela, Líder do Partido de Repú blica - PR, indicando o Deputa do Luciano Castro (PR/RR), como Relator Setorial da Área Temática VII – Justiça e Defesa.

II) CORRESPONDÊNCIA EXTERNA RECEBIDA:

1) Ofício nº 11. 102/2012/GM/CGU-PR, de 1 9 d e abril, do Ministro de Estado C hefe da C ontroladoria-Geral d a União, Jorge Hage Sobrinho, inform ando que estão di sponibilizados no sítio eletrônico daquele Ór gão os Relató rios de Fiscaliza ção contendo os resultados das ações de controle correspondentes à 35ª Etapa do Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos.

- Avisos encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Benjamin Zymler, ao Presidente da CMO:

Avisos Seses de 4 de abril:

1) Aviso n° 306/2012 (Acórdão nº 779/2012): Obras de construção do Canal do Sertão, em Alagoas.
2) Aviso n° 307/ 2012 (Acórdão nº 773/2012): Obras de implantação da Esta ção Retificadora de Porto Velho e d a Estação Inversora Araraquara/SP.
3) Aviso n° 308/2012 (Acórdão nº 802/2012): Obras de modernização da refinaria Presidente Getúlio Vargas – REPAR.
4) Aviso n° 309/2012 (Acórdã o nº 774/2012): Construção de qu atro vi adutos pa ra melhoria do acesso à Arena Fonte Nova, e m Salvador/BA.
5) Aviso n° 311/2012 (Acó rdão nº 775/2012): Obras de constru ção de unida de de funcionament o do I NSS, no município de Silva Jardim/RJ.
6) Aviso n° 314/2012 (Acórdão nº 791/2012): Obras de implantação da Refinaria Premium I, no Estado do Maranhão.

- Aviso encaminhado pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Benjamin Zymler, ao Presidente do Senado Federal que enviou à CMO:

Aviso Seses de 1º de fevereiro:
1) Aviso n° 110/2012 (Acórdão nº 173/2012): Recuperação dos berços 101 e 102 e construção da retroárea dos berços 100 e 101 do Porto de Itaqui/MA.

Aviso GP/TCU, de 29 de março:
1) Aviso nº 166/2012 (Acórdão nº 580/2012): Acompanhamento da execução financeira e orçamentária da União no primeiro semestre de 2011.

ORDEM DO DIA

No início dos tr abalhos, o Presidente informou que houv e acordo na Reuniã o do Colegiado de Representa ntes das Lideranças Parti dárias com assento na Comissã o para votação, apenas, do **Ofício Conjunto nº 01/2012/Coff/Conorf** (Errata à L ei Orçamentária An ual para 2012), do Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 02/2012-CN,** e do **Requerimento nº 04/2012-CMO,** constantes dos itens nºs 1, 3 e 4, da Pauta nº 7/2012.

Pauta nº 6/2012

1 – Requerimento nº 03/2012-CMO, que "R equer a constituiçã o de um Grupo de Trabalho co m vista s à implementação de uma política de aumento real das aposentadorias e pensões, do Regime Geral da Previdência So cial, com valores acima do salário mínimo no processo orçamentário, no âmbito da Comissão Mista de Orçamento – CMO".
Autor: Senador Paulo Paim.
Resultado: apreciação **adiada** em virtude da ausência do Autor.

Pauta nº 7/2012

1 – Ofício Conjunto nº 1/2012/Coff/Conorf, de 12 de abril, que propõe a "Correção de erro de ordem técnica verificado no Autógr afo da Lei Orçamentária para 2012 (Lei nº 12.595, de 19 de janeiro de 2012)". (Errata à Lei Orçamentária Anual para 2012).
Autores: Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira/CD, e
Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle/SF.
Resultado: **aprovado** por unanimidade.

2 – Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 01/2012-CN,** que "Abre ao Orçamento da Seguri dade Social da União, em favor de órgãos dos Pod eres Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e do Mini stério do Planejamento, Orçamento e Gestã o, Crédito especial no valor global de R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), para o fim que especifica, e dá outras providências".
Relator: Deputado Josias Gomes.
Foram apresentadas 3 emendas.
Voto: favorável, nos termos do projeto, com indicação pela inadmissibilidade das 3 emendas apresentadas.
Resultado: apreciação **adiada** em virtude da inexistência de acordo.

3 – Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 02/2012-CN,** que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Integração Nacional, crédito especial no valor de R$ 90.000.000,00 (noventa milhões de reais), para o fim que especifica".
Relator: Senador Vicentinho Alves.
Foram apresentadas 15 emendas
Voto: favorável, nos termos do projeto, com indicação pel a inadmissibilidade das emendas nºs 1, 2, 3 e 4 e pela rejeição das demais.
Resultado: Em conformidade com o disposto no *§ 2° do Art.146, da Resolução n°1, de 2006, alterada pela de n° 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional*, o Presidente declarou **inadmitidas** as emendas indicadas pelo relator no seu voto. O Relatório foi **aprovado** por unanimidade.

4 – Requerimento nº 04/2012-CMO, que "R equer a realização de Audiência P ública para debater com repres entante da Caixa Econômica Federal os repasses de recursos do orçamento da União".
Autor: Deputado Felipe Maia.
Resultado: Em apoio ao Autor, o Deputado Du arte Nogueira (PSDB/SP) subscreveu a matéria. Em votação, o Requerimento foi **aprovado** por unanimidade.

ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

Concluída a apreciação das matérias acordadas em reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias da CMO, o Presidente encerrou a reunião.

Antes, convocou a realização de reunião extraordinária, para o **dia 9 de maio, quarta-feira**, **às 14h30min**, no plenário 2 da Câmara dos Deputados.

Brasília, 25 de abril de 2012.

MARIA DO SOCORRO DE L. DANTAS
Secretária da Comissão

B.2 – Comissão Mista Permanente Sobre Mudanças Climáticas – CMMC

Resenha Mensal
10 a 30/04/2012

Reuniões Realizadas	Quantidade
Instalação (INST)	01
Reuniões	03
Total	**04**

Proposições	Quantidade
Requerimentos (aprovados)	02
Total	**02**

Resultados das Reuniões
10 a 30/04/2012

1ª Reunião realizada em 10 de abril de 2012

Instalação e Eleição

Assunto / Finalidade:

1 - Instalação da Comissão
2 - Eleição do Presidente, do Vice-Presidente e do Relator da Comissão.
(Artigos 6º e 9º da Resolução nº 4, de 2008 – CN)

Resultado:

Reunião Realizada.
Instalada a Comissão, são eleitos:
- Presidente: Deputado MÁRCIO MACÊDO;
- Vice-Presidente: Senadora VANESSA GRAZZIOTIN; e
- Relator: Senador SÉRGIO SOUZA.

2ª Reunião realizada em 10 de abril de 2012

Assunto / Finalidade:
Apreciação de requerimento

ITEM 1

REQUERIMENTO Nº 1, DE 2012-CMMC

Requeiro, nos termos regimentais, autorização para participação da Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas na Reunião Preparatória "Rio Climate Challenge", a realizar-se nos dias 12 a 15 de abril corrente, na cidade de Recife, Pernambuco.

Autoria: Senador Sérgio Souza
Resultado: Aprovado

3ª Reunião realizada em 18 de abril de 2012

Assunto / Finalidade:
Apreciação do Plano de Trabalho da Comissão
Resultado: Aprovado

Extrapauta

REQUERIMENTO Nº 2, DE 2012-CMMC

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública, no âmbito da *Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas – CMMC, em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE, destinada a debater os objetivos, o alcance e os resultados da Organização do tratado de Cooperação Amazônica – OTCA, com as presenças das seguintes autoridades:*

a) Embaixador Alejandro A. Gordilho – Secretário-Geral da OTCA;

b) Ministro Clemente Baena Soares – Diretor do Departamento da América do Sul II do Ministério das Relações Exteriores e representante da República Federativa do Brasil na OTCA;

c) Embaixador do Equador no Brasil Horácio Sevilla Borja – Presidente da Comissão de Coordenação do Conselho de Cooperação Amazônica – CCOOR, e

d) Embaixador Antônio José Ferreira Simões.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin
Resultado: Aprovado

4ª Reunião realizada em 25 de abril de 2012

Audiência Pública Realizada

Assunto / Finalidade:

Cidades sustentáveis: meio ambiente urbano no contexto do desenvolvimento sustentável e da mudança do clima
Em conformidade com aprovação do Plano de Trabalho da Comissão em 10 de abril de 2012

Participantes:

1. Carlos Augusto Klink, Secretário de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental; representando do Ministério do Meio Ambiente;
2. Lúcia Pedrozo, Especialista em Infraestrutura Sênior, representando o Ministério das Cidades;
3. Silvio Magalhães Barros II, Prefeito de Maringá-PR, representando a Frente Nacional de Prefeitos;
4. Kazuo Nakano, Coordenador do Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais – Pólis; e
5. Jorge Francisconi, ex-professor da UnB.

Brasília, 30 de abril de 2012
Secretaria da Comissão

C - SECRETARIA DE COMISSÕES

C.1 - SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Reuniões realizadas e Proposições apreciadas

01 a 30/04/2012

REUNIÕES

REUNIÕES REALIZADAS PELAS COMISSÕES PERMANENTES E SUBCOMISSÕES, POR TIPO DE REUNIÃO	
COMISSÕES – REUNIÕES ORDINÁRIAS	14
COMISSÕES – REUNIÕES EXTRAORDINÁRIAS	46
REUNIÕES DE SUBCOMISSÕES	11
REUNIÕES CONJUNTAS	3
TOTAL	**74**

REUNIÕES REALIZADAS PELAS COMISSÕES PERMANENTES, POR COMISSÃO				
COMISSÕES	**ORDINÁRIAS**	**EXTRAORDINÁRIAS**	**PARTICIPAÇÃO EM REUNIÕES CONJUNTAS ***	**TOTAL****
CAE	4	2	-	6
CAS	-	5	-	5
CCJ	4	1	-	5
CE	1	6	1	8
CMA	1	6	-	7
CDH	-	7	-	7
CRE	2	5	1	8
CI	-	4	1	5
CDR	-	3	-	3
CRA	-	3	-	3
CCT	-	2	1	3
CMMC	2	2	-	4
TOTAL	**14**	**46**		

(*) O número informa a participação individualizada das Comissões em Reuniões Conjuntas
(**) O número inclui a participação dessas Comissões em Reuniões Conjuntas

REUNIÕES REALIZADAS PELAS SUBCOMISSÕES (***), POR COMISSÃO			
SUBCOMISSÕES PERMANENTES E TEMPORÁRIAS	**REUNIÕES**	**PARTICIPAÇÃO EM REUNIÕES CONJUNTAS**	**TOTAL**
CAS – Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social – CASEMP	1	-	1
CAS – Subcomissão Temporária do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS – CASFGTS	1	-	1
CMA - Subcomissão Permanente da Água – CMAGUA	2	-	2
CMA – Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável – CMARIO20	-	1	1
CMA – Subcomissão Temporária para Acompanhar a Execução das obras da Usina de Belo Monte – CMABMONTE	2	-	2
CRE – Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas –– CRER+20	-	1	1
CI – Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil – CISTAC	3	-	3
CDR – Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016- CDRCOOL	2	-	2
TOTAL	**11**		

(***) Listadas somente as Subcomissões que se reuniram no período.

REUNIÕES CONJUNTAS	
13ª reunião (11/04)	CCT (9ª), CI (9ª)
14ª reunião (12/04)	CRE (16ª), CE (14ª)
15ª reunião (26/04)	CRER+20 (4ª) E CMARIO20 (4ª)
TOTAL DE REUNIÕES CONJUNTAS = 3	

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS POR COMISSÕES PERMANENTES	
Comissão de Assuntos Sociais – CAS	2
Comissão de Educação – CE	5
Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA	4
Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH	7
Comissão de Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE	6
Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR	1
Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA	2
Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT	1
Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC	1
TOTAL	**29**

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS POR SUBCOMISSÕES	
CAS – Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social - CASEMP	1
CAS – Subcomissão Temporária do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS – CASFGTS	1
CMA – Subcomissão Permanente da Água – CMAGUA	2
CMA – Subcomissão Temporária para Acompanhar a Execução das Obras da usina de Belo Monte – CMABMONTE	1
CI – Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil – CISTAC	3
TOTAL	**8**

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS EM REUNIÕES CONJUNTAS	
Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, e Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e Comissão de Serviços de Infraestrutura – CCT e CI	1
Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CRE e CE	1
Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas e Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável – CRER+20 (CRE) e CMARIO20 (CMA)	1
TOTAL	**3**

TOTAL GERAL DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS PELAS COMISSÕES E SUBCOMISSÕES	**40**

PARECERES PROFERIDOS PELAS COMISSÕES PERMANENTES

MATÉRIA	COMISSÕES PERMANENTES												
	CAE	CAS	CCJ	CE	CMA	CDH	CRE	CI	CDR	CRA	CCT	CMMC	TOTAL
PEC	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
PLS	8	9	1	1	5	-	1	-	1	2	-	-	28
SCD	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
PLC	1	2	10	1	2	-	-	4	-	1	1	-	22
PDS	-	-	-	-	-	-	3	-	-	-	35	-	38
PRS	2	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4
RQS (SF)	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1
IND	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
PFS	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	3
EMEN PLEN	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
MSF	3	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	6
OFS"S"	-	1	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-	3
AVS	2	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	3
AVS "CMA"	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	3
TOTAL	17	12	17	2	14	-	8	5	1	4	36	-	116

PARECERES EM DECISÃO TERMINATIVA

POR TIPO DE MATÉRIA	
PLS	7
PLC	3
PDS	35
TOTAL	**45**

PARECERES EM DECISÃO NÃO TERMINATIVA

POR TIPO DE MATÉRIA	
PEC	2
PLS	21
SCD	1
PLC	19
PDS	3
PRS	4
RQS “SF”	1
IND	1
PFS	3
EMEN PLEN	1
MSF	6
OFS ”S”	3
AVS	3
AVS “CMA”	3
TOTAL	**71**

REQUERIMENTOS APRECIADOS EM COMISSÕES PERMANENTES E SUBCOMISSÕES

REQUERIMENTOS APRECIADOS EM COMISSÕES PERMANENTES												
CAE	**CAS**	**CCJ**	**CE**	**CMA**	**CDH**	**CRE**	**CI**	**CDR**	**CRA**	**CCT**	**CMMC**	**TOTAL**
6	**8**	**8**	**7**	**19**	**18**	**1**	**6**	**3**	**7**	**7**	**2**	**92**
REQUERIMENTOS APRECIADOS EM SUBCOMISSÕES												
CDR – Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016 – CDRCOOL												**2**
TOTAL DE REQUERIMENTOS DE COMISSÕES PERMANENTES E SUBCOMISSÕES												**2**

REQUERIMENTOS EM COMISSÃO

Aprovados	**87**
Rejeitados	**5**
TOTAL	**92**

REQUERIMENTOS EM SUBCOMISSÃO

Aprovados	**2**
TOTAL	**2**

MATÉRIAS ADOTADAS PELAS COMISSÕES PARA APRESENTAÇÃO EM PLENÁRIO

Requerimento de Urgência	15
Requerimento de Tramitação Conjunta	1
Requerimento de Autorização para Representação do Senado Federal	1
Requerimento de Sobrestamento de Matéria	1
Requerimento de Voto de Pesar	1
Indicação	1
TOTAL	**20**

RELATÓRIO ACUMULADO NO PERÍODO DE 02/02 A 30/04/2012

Reuniões Realizadas e Proposições Apreciadas

REUNIÕES

REUNIÕES REALIZADAS PELAS COMISSÕES PERMANENTES E SUBCOMISSÕES, POR TIPO DE REUNIÃO	
COMISSÕES – REUNIÕES ORDINÁRIAS	38
COMISSÕES – REUNIÕES EXTRAORDINÁRIAS	110
REUNIÕES DE SUBCOMISSÕES	30
REUNIÕES CONJUNTAS	15
TOTAL ACUMULADO	**193**

REUNIÕES REALIZADAS PELAS COMISSÕES PERMANENTES, POR COMISSÃO				
COMISSÕES	**ORDINÁRIAS**	**EXTRAORDINÁRIAS**	**PARTICIPAÇÃO EM REUNIÕES CONJUNTAS ***	**TOTAL****
CAE	9	5	3	17
CAS	-	13	3	16
CCJ	11	3	2	16
CE	8	9	1	18
CMA	1	13	3	17
CDH	-	18	3	21
CRE	7	12	3	22
CI	-	9	3	12
CDR	-	8	-	8
CRA	-	9	-	9
CCT	-	9	2	11
CMMC	2	2	-	4
TOTAL ACUMULADO	**38**	**110**		

(*) O número informa a participação individualizada das Comissões em Reuniões Conjuntas

(**) O número inclui a participação dessas Comissões em Reuniões Conjuntas

REUNIÕES REALIZADAS PELAS SUBCOMISSÕES (*), POR COMISSÃO			
SUBCOMISSÕES PERMANENTES E TEMPORÁRIAS	**REUNIÕES**	**PARTICIPAÇÃO EM REUNIÕES CONJUNTAS**	**TOTAL**
CAS - Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social – CASEMP	4	-	4
CAS - Temporária do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS – CASFGTS	5	-	5
CCJ - Permanente de Segurança Pública – CCJSSP	2	-	2
CMA - Subcomissão Permanente da Água – CMAGUA	3	-	3
CMA - Temporária para Acompanhar a Execução das obras da Usina de Belo Monte – CMABMONTE	3	-	3
CMA - Temporária de Acompanhamento da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável – CMARIO20	-	4	4
CDH - Permanente em Defesa da Mulher – CDHSPDM	1	-	1
CDH - Temporária de Erradicação da Miséria e Redução da Pobreza – CDHEMRP	1	-	1
CRE - Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas – CRE+20	-	4	4
CI - Temporária sobre a Aviação Civil – CISTAC	8	-	8
CDR - Permanente do Desenvolvimento do Nordeste – CDRDN	1	-	1
CDR - Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016. - CDRCOOL	2	-	2
TOTAL ACUMULADO	**30**		

(*) Listadas somente as Subcomissões que se reuniram no período.

REUNIÕES CONJUNTAS	
1ª reunião	**CAS (2ª), CDH (2ª)**
2ª reunião	**CI (3ª), CMA (6ª)**
3ª reunião	**CRER+20 (1ª), CMARIO20 (1ª)**
4ª reunião	**CDH (6ª), CAS (5ª)**
5ª reunião	**CMA (7ª), CCT (3ª), CRE (8ª)**
6ª reunião	**CRE (9ª), CMA (9ª)**
7ª reunião	**CRER+20 (2ª), CMARIO20 (2ª)**
8ª reunião	**CDH (10ª), CAS (8ª)**
9ª reunião	**CCJ (7ª), CAE (7ª)**
10ª reunião	**CAE (8ª), CCJ (9ª)**
11ª reunião	**CI (7ª), CAE (11ª)**
12ª reunião	**CRER+20 (3ª), CMARIO20 (3ª)**
13ª reunião	**CCT (9ª), CI (9ª)**
14ª reunião	**CRE (16ª), CE (14ª)**
15ª reunião	**CRER+20 (4ª) E CMARIO20 (4ª)**
TOTAL ACUMULADO DE REUNIÕES CONJUNTAS = 15	

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS POR COMISSÕES PERMANENTES	
Comissão de Assuntos Econômicos – CAE	2
Comissão de Assuntos Sociais – CAS	3
Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ	1
Comissão de Educação – CE	8
Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle – CMA	9
Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH	17
Comissão de Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE	13
Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI	1
Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR	3
Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA	5
Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT	5
Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC	1
TOTAL ACUMULADO	**68**

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS POR SUBCOMISSÕES	
CAS – Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social - CASEMP	3
CAS –Temporária do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS – CASFGTS	3
CCJ – Permanente de Segurança Pública – CCJSSP	1
CMA – Permanente da Água - CMAGUA	2
CMA – Temporária para Acompanhar a Execução das Obras da Usina de Belo Monte – CMABMONTE	2
CDH – Permanente em Defesa da Mulher – CDHSPDM	1
CI – Temporária sobre a Aviação Civil – CISTAC	6
TOTAL ACUMULADO	**18**

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS EM REUNIÕES CONJUNTAS	
Comissão de Serviços de Infraestrutura e Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CI e CMA	1
Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas e Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável – CRER+20 (CRE) e CMARIO20 (CMA)	4
Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e Comissão de Assuntos Sociais – CDH e CAS	3
Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, e Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CMA, CCT e CRE	1
Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CRE e CMA	1
Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e Comissão de Assuntos Econômicos – CCJ e CAE	2
Comissão de Serviços de Infraestrutura e Comissão de Assuntos Econômicos – CI e CAE	1
Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, e Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e Comissão de Serviços de Infraestrutura – CCT e CI	1
Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CRE e CE	1
TOTAL ACUMULADO	**15**

TOTAL GERAL ACUMULADO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS PELAS COMISSÕES E SUBCOMISSÕES	**101**

PARECERES PROFERIDOS PELAS COMISSÕES PERMANENTES

MATÉRIA	COMISSÕES PERMANENTES												
	CAE	CAS	CCJ	CE	CMA	CDH	CRE	CI	CDR	CRA	CCT	CMMC	TOTAL
PEC	-	-	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4
PLS	23	32	6	11	8	6	1	5	7	7	6	-	112
ECD	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1
SCD	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
PLC	5	9	12	60	2	2	1	4	-	2	2	-	99
PDS	1	1	-	-	-	-	5	-	-	-	126	-	133
PRS	2	-	2	2	-	-	-	-	-	-	-	-	6
RQS (SF)	-	-	-	-	-	-	8	-	-	-	-	-	8
IND	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
PFS	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	3
EMEN PLEN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3
MSF	10	-	-	-	-	-	10	1	-	-	-	-	21
OFS"S"	-	1	1	-	-	-	-	2	1	-	-	-	5
AVS	2	-	-	-	-	-	-	-	1	3	-	-	6
AVS "CMA"	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	3
TOTAL ACUMULADO	44	43	29	73	17	8	25	12	9	13	134	-	407

PARECERES EM DECISÃO TERMINATIVA

POR TIPO DE MATÉRIA	
PLS	49
PLC	65
PDS	126
TOTAL ACUMULADO	**240**

PARECERES EM DECISÃO NÃO TERMINATIVA

POR TIPO DE MATÉRIA	
PEC	4
PLS	63
ECD	1
SCD	2
PLC	34
PDS	7
PRS	6
RQS (SF)	8
IND	1
PFS	3
EMEN PLEN	3
MSF	21
OFS “S”	5
AVS	6
AVS “CMA”	3
TOTAL ACUMULADO	**167**

REQUERIMENTOS APRECIADOS EM COMISSÕES PERMANENTES E SUBCOMISSÕES

REQUERIMENTOS APRECIADOS EM COMISSÕES PERMANENTES												
CAE	**CAS**	**CCJ**	**CE**	**CMA**	**CDH**	**CRE**	**CI**	**CDR**	**CRA**	**CCT**	**CMMC**	**TOTAL ACUMULADO**
12	**33**	**18**	**26**	**35**	**57**	**18**	**23**	**13**	**17**	**19**	**2**	**273**

REQUERIMENTOS APRECIADOS EM SUBCOMISSÕES	
CAS - Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social – CASEMP	1
CCJ - Permanente de Segurança Pública – CCJSSF	1
CDH - Permanente em Defesa da Mulher – CDHSPDM	1
CI - Temporária sobre Aviação Civil – CISTAC	1
CDR - Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016. - CDRCOOL	2
TOTAL ACUMULADO DE REQUERIMENTOS DE COMISSÕES PERMANENTES E SUBCOMISSÕES	**6**

REQUERIMENTOS EM COMISSÃO

Aprovados	264
Rejeitados	08
Prejudicado	01
TOTAL ACUMULADO	**273**

REQUERIMENTOS EM SUBCOMISSÃO

Aprovados	5
Rejeitados	1
TOTAL ACUMULADO	**6**

MATÉRIAS ADOTADAS PELAS COMISSÕES PARA APRESENTAÇÃO EM PLENÁRIO

Requerimento de Urgência	19
Requerimento de Tramitação Autônoma	1
Requerimento de Tramitação Conjunta	1
Requerimento de Autorização para Representação do Senado Federal	1
Requerimento de Sobrestamento de Matéria	1
Requerimento de Voto de Pesar	1
Projeto de Decreto Legislativo	2
Projeto de Resolução do Senado	0 (*)
Indicação	1
TOTAL ACUMULADO	**27**

(*) Retificação para excluir 1 (um) Projeto de Resolução do Senado incluído no mês de março.

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DAS COMISSÕES PERMANENTES
01 a 30/04/2012

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

- COMISSÕES PERMANENTES -

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS (CAS)

- **Dia 24 de abril**

Finalidade:
Debater a presença dos médicos nos municípios brasileiros.
Requerimento(s) de realização de audiência:
- RAS 12/2012, Senadora Vanessa Grazziotin
- RAS 23/2012, Senador Paulo Davim
Participantes:
- **Fernando Antonio Menezes da Silva** - Diretor de Programa - Ministério da Saúde – MS; Secretário Substituto - Secretaria de Gestão do Trabalho e de Educação na Saúde - SGTES/MS (representante de: Ministro da Saúde)
- **Roberto Luiz d'Ávila** - Presidente - Conselho Federal de Medicina - CFM
- **Wilson Alecrim** - Presidente - Conselho Nacional de Secretários de Saúde - CONASS (representante de: Conselho Nacional de Secretários de Saúde - CONASS)
- **Antônio Evandro Melo de Oliveira** - Secretário Adjunto - Atenção Especializada do Interior da Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas - SUSAM (representante de: Secretário Estadual de Saúde do Amazonas)
- **Alcides Silva de Miranda** - Conselheiro - Conselho Nacional de Saúde - CNS (representante de: Conselho Nacional de Saúde - CNS)
- **André Vitral** - Diretor de Relações Institucionais - União Nacional dos Estudantes - UNE (representante de: União Nacional dos Estudantes)
- **Jorge Carlos Machado Curi** - Vice-Presidente - Associação Médica Brasileira - AMB (representante de: Associação Médica Brasileira)
- **José Enio S. Duarte** - Secretário Executivo - Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde - CONASEMS (representante de: Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde)
- **Waldir Cardoso** - Secretário de Comunicação - Federação Nacional dos Médicos - FENAM (representante de: Federação Nacional dos Médicos)

- **Dia 26 de abril**

Finalidade:
Instruir o Projeto de Lei do Senado nº 606, de 2011, que "altera e acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para disciplinar o cumprimento das sentenças e a execução de títulos extrajudiciais na Justiça do Trabalho"
Requerimento(s) de realização de audiência:
- RAS 63/2011, Senadora Ana Amélia
- RAS 67/2011, Senadora Ana Amélia
- RAS 13/2012, Senadora Ana Amélia
Reunião destinada a instruir a(s) seguinte(s) matéria(s):
- PLS 606/2011, Senador Romero Jucá
Participantes:
- **João Oreste Dalazen** - Presidente - Tribunal Superior do Trabalho - TST
- **Ophir Cavalcante** - Presidente - Ordem dos Advogados do Brasil - OAB
- **Alexandre Furlan** - Vice-Presidente - Confederação Nacional da Indústria - CNI; Presidente - Conselho Temático de Relações do Trabalho e Desenvolvimento Associativo da Confederação Nacional da Indústria - CNI
- (representante de: Robson Braga de Andrade)
- **Lidiane Duarte Nogueira** - Advogada - Divisão Sindical da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo - CNC

(representante de: Antonio José Domingues de Oliveira Santos)
- **Antônio Rosella** - Advogado - Força Sindical
(representante de: Paulo Pereira da Silva)
- **Pedro Armengol** - Diretor Executivo - Central Única dos Trabalhadores
(representante de: Artur Henrique da Silva Santos)
- **Renato Henry Sant'anna** - Presidente - Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho - ANAMATRA
- **Estêvão Mallet** - Advogado - Confederação Nacional das Instituições Financeiras - CNF
(representante de: Luiz Carlos Trabuco Cappi)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO (CE)

- **Dia 04 de abril**

Finalidade:
Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa
Requerimento(s) de realização de audiência:
Autores do Requerimento nº 75/2011-CE: Senadora Ana Amélia, Senador Paulo Bauer e Senador Cristovam Buarque
Participantes:
- **Pasquale Cipro Neto** - Professor e Consultor de Língua Portuguesa
- **Ernani Pimentel** - Professor e Idealizador do Movimento Acordar Melhor
- **Gustavo Guimarães** - Conselheiro, Chefe da Divisão de Promoção da Língua Portuguesa do Itamaraty - MRE

- **Dia 10 de abril**

Finalidade:
A organização da Copa do Mundo de 2014 e a Lei Geral da Copa.
Requerimento(s) de realização de audiência:
Requerimento Nº 69/11-CE: Senadora Ana Amélia
Requerimento Nº 07/12-CE: Senadores Ana Amélia e Cássio Cunha Lima
Participante:
- **Aldo Rebelo** - Ministro de Estado do Esporte

- **Dia 18 de abril**

Finalidade:
Autonomia das Universidades Públicas
Requerimento(s) de realização de audiência:
Requerimento nº 24/2012-CE: Senadores Cícero Lucena, Cristovam Buarque e Vital do Rêgo
Participantes:
- **João Carlos Gomes** - Presidente da Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais – ABRUEM
- **Adriano Aparecido Silva** - Reitor da Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT
- **Marlene Alves Sousa Luna** - Reitora da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB
- **André Luiz Vitral Costa** - Diretor de Relações Institucionais da União Nacional dos Estudantes – UNE
(em substituição a Daniel Iliescu, Presidente da União Nacional dos Estudantes – UNE)
- **Harrison Alexandre Targino** - Secretário de Educação do Estado da Paraíba

- **Dia 24 de abril**

Finalidade:
Prestar informações sobre denúncias veiculadas na imprensa sobre favorecimento ao Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (ECAD) e debater as políticas do Ministério para o setor.
Requerimento(s) de realização de audiência:
Autoria dos Requerimentos Nºs 11/12-CE e 19/12-CE: Senador Randolfe Rodrigues
Participantes:
- **Ana de Hollanda -** Ministra de Estado da Cultura

- **Dia 25 de abril**

Finalidade:
Instruir o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 268, de 2002, que "dispõe sobre o exercício da Medicina".
Requerimento(s) de realização de audiência:
Autoria do Requerimento nº 04/12-CE: Senador Roberto Requião
Autoria do Requerimento n° 16/12-CE: Senador Mozarildo Cavalcanti
Autoria do Requerimento nº 25/12-CE: Senador Cássio Cunha Lima
Participantes:
- **Humberto Verona** - Presidente - Conselho Federal de Psicologia - CFP
- **Roberto Mattar Cepeda** - Presidente - Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional - COFFITO
- **Silvio José Cecchi** - Presidente - Conselho Federal de Biomedicina - CFBM
- **Antonio Augusto Fonseca Garcia** - Assessor - Conselho Federal de Nutricionistas - CFN
- **Antônio Marcos Freire Gomes** - Primeiro Tesoureiro - Conselho Federal de Enfermagem - COFEN
- **Salomão Rodrigues Filho** - Coordenador da Comissão do Ato Médico - Conselho Federal de Medicina – CFM

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE (CMA)

- **Dia 03 de abril**

Finalidade:
Como parte do ciclo de debates dos temas da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio + 20 - a audiência destina-se a debater o tema economia da sustentabilidade.
Requerimento(s) de realização de audiência:
- RMA Nº 00007 / 2012, Senador Rodrigo Rollemberg
Participantes:
- **Mariano Laplane** - Presidente do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE
- **Saulo Rodrigues Pereira Filho** - Diretor do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília - CDS/UnB
- **Gustavo Luedemann** - Coordenador da Área de Sustentabilidade da Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA
- **Shelley de Souza Carneiro** - Gerente Executivo de Meio Ambiente e Sustentabilidade da Confederação Nacional da Indústria - CNI

- **Dia 10 de abril**

Finalidade:
Audiência pública com os objetivos de debater a ocupação do cerrado brasileiro e de fornecer subsídios para a elaboração de projeto de lei de proteção ambiental do bioma Cerrado.
Requerimento(s) de realização de audiência:
- RMA Nº 00012 / 2012, Senador Rodrigo Rollemberg
Participantes:
- **César Victor do Espírito Santo** - Superintendente-Executivo da Fundação Pró-Natureza - FUNATURA
- **Roberto Brandão Cavalcanti** - Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente - MMA
- **Donizete Tokarski** - Presidente do Conselho da Agência Brasileira de Meio Ambiente e Tecnologia da Informação - ECODATA
- **José Roberto Rodrigues Peres** - Chefe-Geral da Embrapa Cerrados
- **Mercedes Bustamante** - Diretora de Políticas e Programas Temáticos da SEPED da Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI

- **Dia 12 de abril**

Finalidade:
Debater o Programa de Proteção ao Depoente Especial - resultados e implementação.
Requerimento(s) de realização de audiência:
- RMA Nº 00131 / 2011, Senador Rodrigo Rollemberg
Participantes:

- **Gustavo Pessanha Velloso** - Procurador da República do Ministério Público Federal
- **Frederico Castelo Branco Teixeira** - Pesquisador do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo - USP
- **Carlos Alberto Sampaio de Freitas** - Secretário de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo (Seprog) do Tribunal de Contas da União
- **Juliana Carleial M. Cavaleiro** - Chefe do Serviço de Proteção ao Depoente Especial do Departamento de Polícia Federal

- **Dia 17 de abril**

Finalidade:
Discorrer sobre o Plano Nacional de Contingência (PNC)
Requerimento(s) de realização de audiência:
- RMA Nº 00117 / 2011, Senador Rodrigo Rollemberg
Participante:
- **Edison Lobão** - Ministro de Estado do Ministério de Minas e Energia - MME

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA (CDH)

- **Dia 02 de abril**

Finalidade:
Discussão do tema: "A quem interessa a desoneração da folha de pagamento, sem contrapartida, sequer sobre o faturamento? Quais os impactos para os trabalhadores, os empresários e a previdência?".
Requerimento(s) de realização de audiência:
- RDH Nº 00041 / 2012, Senador Paulo Paim
Participantes:
- **Zilmara David de Alencar**
  (em substituição a Paulo Roberto dos Santos Pinto - Ministro do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE)
- **Eduardo Pereira**
  (em substituição a Garibaldi Alves Filho - Exmo. Sr. Ministro de Estado da Previdência Social - MPAS)
- **Laércio José de Oliveira**
  (em substituição a Antonio José Domingues de Oliveira Santos - Presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo)
- **José Augusto** - Coordenador do Fórum Sindical dos Trabalhadores (FST)
- **Antônio Lisboa Amansio Vale**
  (em substituição a Artur Henrique da Silva Santos - Presidente da Central Única dos Trabalhadores)
- **Moacir Meirelles de Oliveira**
  (em substituição a Warley Martins Gonçalles - Presidente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas - COBAP)
- **Floriano Martins Sá Neto**
  (em substituição a Álvaro Sólon de França - Presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil - ANFIP)

- **Dia 04 de abril**

Finalidade:
Debater a terceirização do trabalho no País.
Requerimento(s) de realização de audiência:
- RDH Nº 00042 / 2012, Senador Paulo Paim
Participantes:
- **Renato Henry Sant'anna** - Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho - ANAMATRA
- **Antonio Augusto de Que**iroz - Assessor Parlamentar do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar - DIAP
- **José Boaventura Santos** - Presidente da Confederação Nacional dos Vigilantes
- **Vicente Lourenço de O**liveira - Presidente da Federação Interestadual dos Vigilantes, Empregados em Empresas de Segurança
- **Vera Lêda Ferreira de Morais** - Presidente da Nova Central do Distrito Federal
- **Celita Oliveira Sousa**
  (em substituição a Odair Conceição - Presidente da Federação Nacional das Empresas de

Segurança - FENAVIST)
- **Miguel Pereira**
(em substituição a Artur Henrique da Silva Santos - Presidente da Central Única dos Trabalhadores)
- **Luiz Carlos Prates**
(em substituição a Atnágoras Lopes - Membro da CSP-Conlutas)
- **Sebastião Vieira Caixeta** - Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho - ANPT
- **Laércio José de Oliveira**
(em substituição a Antônio José Domingues de Oliveira Santos - Presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo)
- **Cristiano Zaranza** - Chefe da Assessoria Jurídica da Confederação da Agricultura - CNA

- **Dia 09 de abril**

Finalidade:
Debater a situação do transporte coletivo e a mobilidade urbana no país.
Requerimento(s) de realização de audiência:
- RDH Nº 00012 / 2012, Senador Paulo Paim
Participantes:
- **Luis Antonio Festino**
(em substituição a Omar José Gomes - Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres - CNTTT)
- **Otávio Vieira da Cunha Filho** - Presidente da Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos
- **Nazareno Stanislau Afonso**
(em substituição a Ailton Brasiliense Pires - Pesquisador da Associação Nacional de Transportes Públicos)
- **Uirá Felipe Lourenço** - Presidente da ONG - Rodas da Paz do Distrito Federal
- **Luiz Carlos Galvão**
(em substituição a Reivaldo Alves de Morais - Presidente do Sindicato dos Motociclistas Profissionais do Distrito Federal - SINDIMOTO)
- **Maria Rosa Abreu** - Professora Doutora da Universidade de Brasília - UNB
- **Ernesto Pereira Galindo**
(em substituição a Miguel Mateo - Diretor Adjunto de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA)
- **Luciano Soares Costa**
(em substituição a Israel Almeida Pereira - Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Transportes Metroviários do Distrito Federal e ao Presidente da Federação Nacional dos Metroviários, Sr**.** Paulo Pasin)
- **Carlos Penna Brescianine** – Professor, Gestor do Blog Ambiente e Transporte

- **Dia 12 de abril**

Finalidade:
Instruir o PDS Nº 593 de 2010 que susta os efeitos da Portaria nº 1.510, de 21 de agosto de 2009, do Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, que disciplina o registro eletrônico de ponto e a utilização do Sistema de Registro Eletrônico de Ponto - SREP.
Requerimento(s) de realização de audiência:
- RDH Nº 00032 / 2012, Senador Paulo Paim
Participantes:
- **Joaquim Rodrigues Nascimento**
(em substituição a Luís Antônio Camargo de Melo - Procurador Geral do Trabalho do Ministério Público do Trabalho)
- **Renato Henry Sant'anna** - Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho - ANAMATRA
- **Sebastião Vieira Caixeta** - Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho - ANPT
- **Emerson Casali Almeida**
(em substituição a Robson Braga de Andrade - Presidente da Confederação Nacional da Indústria - CNI)
- **Roberto Miguel de Oliveira**
(em substituição a Artur Henrique da Silva Santos - Presidente da Central Única dos Trabalhadores).
- **José Gonzaga da Cruz**

(em substituição a Ricardo Patah - Presidente da União Geral dos Trabalhadores - UGT)
- **José Augusto** - Coordenador-Nacional do Fórum Sindical dos Trabalhadores
- **Laércio José de Oliveira**
(em substituição a Antonio José Domingues de Oliveira Santos - Presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo)
- **Rosângela Silva Rassy** - Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - SINAIT
- **Lucienne Fontes** - Pequenos Fabricantes de Relógio e Sistemas de Ponta
- **Damião Cordeiro de Moraes** - Gerente de Relações Institucionais da Confederação Nacional das Instituições Financeiras
- **Vera Albuquerque** - Secretária de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego
- **Ledja Austrilino Silva** - Diretora da Nova Central Sindical dos Trabalhadores – NCST

- **Dia 16 de abril**

Finalidade:
Debater o julgamento no Supremo Tribunal Federal da ação direta de inconstitucionalidade contra o reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades quilombolas.
Requerimento(s) de realização de audiência:
- RDH Nº 00044 / 2012, Senador Paulo Paim
Participantes:
- **Silvany Euclênio Silva**
(em substituição a Luiza Bairros - Ministra de Estado da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR)
- **Eloi Ferreira de Araujo** - Presidente da Fundação Cultural Palmares
- **Ivo Fonseca** - Coordenador da Confederação Nacional de Articulação de Comunidades - CONAQ
- **Fernando Prioste** - Coordenador-Executivo da Terra de Direitos
- **Alfredo Vagner Berno de Almeida** - Coordenador do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia
- **Richard Torsiano**
(em substituição a Celson Lisboa de Lacerda - Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA)
- **Carlos Moura**
(em substituição a Dom Raymundo Damasceno Assis - Presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB)
- **Amauri Teixeira** - Deputado Federal

- **Dia 23 de abril**

Finalidade:
Debater o dia internacional em memória às vítimas de acidente de trabalho.
Requerimento(s) de realização de audiência:
- RDH 43/2012, Senador Paulo Paim
Participantes:
- **Vera Lucia Ribeiro de Albuquerque** - Secretário - Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego
(representante de: Paulo Roberto dos Santos Pinto)
- **Guilherme Franco Netto** - Diretor - Departamento de Vigilância em Saúde do Ambiente e Saúde do Trabalhador do Ministério da Saúde
(representante de: Alexandre Rocha Santos Padilha)
- **Rosângela Silva Rassy** - Presidente - Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - SINAIT
- **Maurício Correia de Mello** - Procurador Regional do Trabalho - Ministério Público do Trabalho
(representante de: Luís Antônio Camargo de Melo)
- **Noemia Aparecida Garcia Porto** - Presidente - Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho - 10ª Região - DF - AMATRA
(representante de: Renato Henry Sant'anna)
- **José Augusto** - Coordenador-Nacional - Fórum Sindical dos Trabalhadores
- **Maria Virginia de Medeiros Eloy Souza** - Vice-Presidente - Associação Nacional dos Médicos Peritos da Previdência Social
(representante de: Geilson Gomes de Oliveira)
- **Francisco Luis Lima** - Vice-Presidente - Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - SINAIT
- **Junéia Batista** - Secretário Nacional - Saúde do Trabalhador da CUT

- **Dia 26 de abril**

Finalidade:
Debater a consulta nº 1 de 30/03/2012, do Ministério da Previdência Social sobre o "tempo estimado para recuperação de capacidade funcional baseado em evidências".
Requerimento(s) de realização de audiência:
- RDH 56/2012,
Participantes:
- **Eduardo Costa** - Presidente - FUNDACENTRO
  (representante de: Paulo Roberto dos Santos Pinto)
- **Marcos Ribeiro Botelho** - Diretor - Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - SINAIT
  (representante de: Rosângela Silva Rassy)
- **Valter Souza Pugliesi** - Diretor - Informática da ANAMATRA
  (representante de: Renato Henry Sant'anna)
- **Junéia Batista** - Secretário Nacional - Saúde do Trabalhador da CUT
  (representante de: Artur Henrique da Silva Santos)
- **Geilson Gomes de Oliveira** - Presidente - Associação Nacional dos Médicos Peritos da Previdência Social
- **Mauro Luciano Hauschild** - Presidente - Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
- **Rogério Dornelles** - Médico do Trabalho

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL (CRE)

- **Dia 09 de abril**

Finalidade:
Rumos da Política Externa Brasileira (2011-2012)
4º Ciclo - Temas da Agenda Internacional
7º Painel - Terrorismo, ilícitos transnacionais e a ameaça cibernética:
Terrorismo - principais ameaças terroristas;
Ilícitos Transnacionais - tráfico de pessoas, armas e drogas; e
Ameaça Cibernética - Defesa Cibernética
Requerimento(s) de realização de audiência:
- RRE Nº 00001 / 2011, Senador Fernando Collor
Participantes:
- **Bo Stenfeldt Mathiasen** - Representante Regional para o Brasil e o Cone Sul do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime - UNODC
- **José Carlos dos Santos** - General-de-Divisão , Chefe do Centro de Defesa Cibernética - CDCiber
- **Márcio Paulo Buzanelli** – Professor, Ex-Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN; Ex-Diretor do Centro de Coordenação das Atividades de Prevenção e Combate ao Terrorismo – CPCT; Ex-Conselheiro do Conselho Nacional Antidrogas; Ex-Conselheiro do Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF
- **Jorge Henrique Cabral Fernandes** - Professor do Departamento de Ciência da Computação da Universidade de Brasília - UnB

- **Dia 12 de abril**

Finalidade:
Resgatar e homenagear a Iniciativa de Genebra, modelo para um Acordo de Paz e de criação do Estado Palestino.
Observações:
Atendendo ao Requerimento nº 120, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados (CREDN), a reunião será realizada com a participação desta Comissão.
Requerimento(s) de realização de audiência:
- RRE Nº 00017 / 2012, Senador Fernando Collor
Participantes:
- **Yossi Beilin** - Ex-Ministro da Justiça de Israel
- **Yasser Abbed Rabbo** - Ex-Ministro da Cultura da Autoridade Palestina
- **Perpétua Almeida** - Deputada Federal da Câmara dos Deputados; Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional - CREDN
- **Alfredo Sirkis** - Deputado Federal da Câmara dos Deputados

- **Dia 16 de abril**

Finalidade:
Rumos da Política Externa Brasileira (2011-2012)
5º Ciclo - Política Externa Brasileira
1º Painel - 2012, um ano de crise no Mundo - Expectativa para 2012. Análise dos aspectos econômicos, políticos, sociais, ambientais e de defesa dos principais atores globais e para os países em desenvolvimento.
Requerimento(s) de realização de audiência:
- RRE Nº 00001 / 2011, Senador Fernando Collor
Participantes:
o **José Ricardo Roriz Coelho** - Vice-Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP
o **Demétrio Magnoli** – Professor, Sociólogo

- **Dia 23 de abril**

Finalidade:
Rumos da Política Externa Brasileira (2011-2012)
5º Ciclo - Temas da Agenda Internacional
2º Painel - Avaliação e Prioridades da Política Externa Brasileira - Acordos bilaterais; Atuação em Organizações Internacionais; Ingresso no Conselho de Segurança da ONU; Parcerias e oportunidades (Europa, EUA, China e Américas).
Requerimento(s) de realização de audiência:
- RRE 1/2011, Senador Fernando Collor
Participantes:
o **Luiz Felipe Lampreia** - Embaixador
o **Roberto Abdenur** - Embaixador
o **Thomaz Zanotto** - Diretor do Departamento de Relações Internacionais e Comércio Exterior - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP
o **Oliveiros S. Ferreira** - Professor

- **Dia 26 de abril**

Finalidade:
Debater a situação das Forças Armadas no cenário atual e futuro, bem como sobre os diversos Programas desenvolvidos no âmbitos daquela Pasta.
Requerimento(s) de realização de audiência:
- RRE 19/2012, Senador Fernando Collor
Participante:
o **Celso Amorim** - Ministro de Estado - Ministério da Defesa - MD

- **Dia 26 de abril**

Finalidade:
Ouvir o Senhor Christian Bernard a respeito de aspectos relacionados à Conferência Rio+20 e à percepção rosacruz sobre os temas da agenda daquele evento.
Requerimento(s) de realização de audiência:
- RRE 54/2011, Senador Mozarildo Cavalcanti
Participante:
o **Christian Bernard** - Diretor-Presidente Internacional - Ordem Rosacruz - AMORC

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA (CRA)

- **Dia 12 de abril**

Finalidade:
Apresentação das estratégias do Ministério do Desenvolvimento Agrário e avaliação das ações e avanços do programa de regularização fundiária Terra Legal.
Requerimento(s) de realização de audiência:
- RRA Nº 00007 / 2012, Senador Acir Gurgacz
Participante:
o **Pepe Vargas** – Exmo. Sr. Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário

- **Dia 26 de abril**

Finalidade:
Debater e instruir o PLS nº 626, de 2011, que dispõe sobre o cultivo sustentável da cana-de-açúcar em áreas alteradas e nos biomas Cerrado e Campos Gerais situados na Amazônia Legal e dá outras providências.
Requerimento(s) de realização de audiência:
- RRA 12/2012, Senador Delcídio do Amaral e outros
Reunião destinada a instruir a(s) seguinte(s) matéria(s):
- PLS 626/2011, Senador Flexa Ribeiro
Participantes:
- **Adalberto Sigismundo Eberhard** - Diretor do Departamento de Zoneamento Territorial - Ministério do Meio Ambiente - MMA
  (representante de: Roberto Ricardo Vizentin e Bruno Abe Saber Miguel)
- **Cid Jorge Caldas** - Coordenador-Geral de Açúcar e Álcool do Departamento da Cana-de-Açúcar e Agroenergia - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA
  (representante de: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento)

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO (CDR)

- **Dia 10 de abril**

Finalidade:
Debater a questão da segurança dos consumidores de cruzeiros marítimos no Brasil.
Requerimento(s) de realização de audiência:
- RDR Nº 00001 / 2012, Senadora Ana Amélia
- RDR Nº 00005 / 2012, Senadora Ana Amélia
- RDR Nº 00007 / 2012, Senadora Ana Amélia
Participantes:
- **Marcos Jorge Matusevicius** - Assessor do Conselho Nacional de Praticagem – CONAPRA
- **Paulo Biancardi Coury** - Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA
- **Leonardo de Souza Carauta de Fonseca** - Assessor da Área de Turismo da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC
- **Ricardo Amaral** - Presidente da Associação Brasileira de Cruzeiros Marítimos – ABREMAR
- **Amaury Martins de Oliva** - Diretor Substituto do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça – DPDC-MJ
- **Ricardo Martini Moesch** - Diretor do Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico da Secretaria Nacional de Políticas de Turismo do Ministério do Turismo
- **Mauro Guimarães Carvalho Leme Filho** - Capitão-de-Mar-e-Guerra, Superintendente da Segurança do Tráfego Aquaviário do Comando da Marinha do Brasil

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA (CCT)

- **Dia 25 de abril**

Finalidade:
Discutir o desenvolvimento de novas tecnologias, pelo Brasil, para viabilizar a exploração das “terras raras”, elementos químicos encontrados em jazidas minerais, essenciais para aparelhos de alta tecnologia.
Requerimento(s) de realização de audiência:
- RCT Nº 00032 / 2011, Senador Luiz Henrique
- RCT Nº 00017 / 2012, Senador Valdir Raupp e outros
Participantes:
- **João Carlos Cavalcanti** - Proprietário - World Mineral Resources Participações S.A. - WMR
- **Cláudio Scliar** - Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral - Ministério de Minas e Energia - MME
- **Fernando Antônio Freitas Lins** - Diretor do Centro de Tecnologia Mineral - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI
- **Francisco Valdir Silveira** - Chefe do Departamento de Recursos Minerais - Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais e Serviço Geológico do Brasil - CPRM

- **Alair Veras** - Assessor de Novos Empreendimentos da Diretoria de Recursos Minerais - Indústrias Nucleares do Brasil - INB

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS (CMMC)

- **Dia 25 de abril**

Finalidade:
Cidades sustentáveis: meio ambiente urbano no contexto do desenvolvimento sustentável e da mudança do clima.
Em conformidade com aprovação do Plano de Trabalho da Comissão em 10 de abril de 2012.
Participantes:
- **Carlos Augusto Klink -** Secretário de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental, representando o Ministério do Meio Ambiente
- **Lúcia Pedrozo -** Especialista em Infraestrutura Sênior, representando o Ministério das Cidades
- **Silvio Magalhães Barros II -** Prefeito de Maringá-PR, representando a Frente Nacional de Prefeitos
- **Kazuo Nakano -** Coordenador do Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais – Pólis
- **Jorge Francisconi -** ex-professor da UnB

- SUBCOMISSÕES -

SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - CASEMP (CAS)

- **Dia 17 de abril**

Finalidade:
Debater a reintegração dos ex-funcionários do Banco do Brasil (PDV) e dos ex-soldados especializados da Força Aérea Brasileira.
Requerimento(s) de realização de audiência:
- RAS Nº 00027 / 2012, Senador Paulo Paim
Participantes:
- **Fernando Luiz Albuquerque Fari**a - Advogado-Geral da União Substituto
- **Marcelo Lopes Costa** - Presidente da Comissão Nacional de Reintegração à Força Aérea - CONARFA
- **Luiz Carlos de Oliveira Ferreira** - Secretário da Associação Nacional de Ex-Soldados Especializados - ANESE
- **José Elenaldo Alves de** Góis - Advogado da Associação Nacional dos Demitidos do Banco do Brasil - ANDEBB
- **Marcelo Dantas** - Presidente da Associação Nacional dos Demitidos do Banco do Brasil – ANDEBB

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇOS – FGTS - CASFGTS (CAS)

- **Dia 25 de abril**

Finalidade:
A mudança da taxa de remuneração das contas vinculadas do FGTS"
Participantes:
- **Roberto Mamoru Fugimoto** - Conselheiro e Representante do Banco Central do Brasil (BACEN) no Conselho Curador do FGTS
- **Luigi Nesse** - Conselheiro e Representante da Confederação Nacional de Serviços (CNS) no Conselho Curador do FGTS
- **Antonio Maria Thaumaturgo Cor**tizo - Conselheiro e Representante da União Geral dos Trabalhadores (UGT) no Conselho Curador do FGTS

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA – CMAGUA (CMA)

- **Dia 04 de abril**

Finalidade:
Debater os resultados do 6º Fórum Mundial da Água, realizada em março de 2012 na cidade de Marselha, França, conforme Plano de Trabalho da Subcomissão, aprovado em 17/05/2011
Participantes:
- **Izabella Teixeira** - Exma. Sra. Ministra de Estado do Ministério do Meio Ambiente - MMA
- **Benedito Braga** - Presidente do Comitê Internacional do 6º Fórum Mundial da Água
- **Vicente Andreu Guillo** - Presidente da Agência Nacional de Águas - ANA
- **Paulo Varella** - Diretor da Agência Nacional de Águas - ANA

- **Dia 25 de abril**

Finalidade:
Debater "Rios Transfronteiriços", em cumprimento ao Plano de Trabalho de 2011.
Participantes:
- **Vicente Andreu Guillo** - Presidente - Agência Nacional de Águas - ANA
- **Clemente Baena Soares** - Ministro de Carreira - Ministério das Relações Exteriores - MRE
- **Julio Thadeu Silva Kettelhut** - Diretor do Departamento de Revitalização de Bacias Hidrográficas da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente - Ministério do Meio Ambiente - MMA

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE – CMABMONTE (CMA)

- **Dia 18 de abril**

Finalidade:
Destinada a acompanhar o cumprimento das condicionantes impostas pelo Ibama por ocasião da emissão da Licença Prévia, de acordo com o Item 4 do Plano de Trabalho, desta Subcomissão, aprovado em 04.04.2012.
Participantes:
- **Johaness Eck** - Coordenador do Comitê Gestor do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingú
- **Erivando Amaral** – Prefeito da Cidade de Vitória do Xingu - PA
- **Antônio Carlos Bortoli** - Secretário de Planejamento, da Cidade de Altamira - PA
- **Thomaz Miazaki de Toledo** - Coordenador-Geral de Infraestrutura de Energia Elétrica - CGENE, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
- **Manoel Maria Mendes Campos** - Gerente de Operações e Superintendente Regional do Norte, em exercício, da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária - INFRAERO
- **Rodrigo Flório Moser** - Gerente de Operações Aeronáuticas e Aeroportuárias, da Superintendência de Infraestrutura Aeroportuária, de Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC
- **Antônio Raimundo Coimbra** - Diretor Socioambiental do Consórcio Norte Energia
- **Rui Amorim Reis** - Gestor da obra de recuperação da pista de pouso do SBHT da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária - INFRAERO

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A AVIAÇÃO CIVIL - CISTAC (CI)

- **Dia 09 de abril**

Finalidade:
Debater as políticas públicas das instituições ligadas à segurança e prevenção de acidentes da aviação civil brasileira.
Participantes:
- **Frederico Alberto Marcondes Felipe** – Coronel Aviador, Chefe da Divisão de Aviação Civil do Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos - CENIPA
- **Carlos Eduardo Magalhães da Silveira Pellegrino** - Diretor de Operações de Aeronaves de Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC

- **Ronaldo Jenkins de Lemos** - Agente de Segurança de Voo

- **Dia 17 de abril**

Finalidade:
Debater políticas públicas voltadas ao desenvolvimento da aviação geral.
Participantes:
- **Clarice Bertoni Lacerda Rodrigues** - Secretária de Navegação Aérea Civil da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República - SAC/PR
- **Wagner William de Souza Moraes** - Gerente Geral de Operações de Transporte Aéreo da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC
- **George William Cesar de Araripe Sucupira** - Presidente da Associação de Pilotos e Proprietários de Aeronaves; Vice-Presidente do International Council of Aircraft Owner and Pilot Associations
- **Ricardo Nogueira** - Vice-Presidente Executivo da Associação Brasileira de Aviação Geral - ABAG (em substituição ao Sr. Eduardo Marson Ferreira -Presidente da Associação Brasileira de Aviação Geral - ABAG)

- **Dia 24 de abril**

Finalidade:
Debater políticas públicas para Táxis Aéreos.
Participantes:
- **Rogério Teixeira Coimbra** - Secretário de Política Regulatória - Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República - SAC/PR
- **Ricardo Bisinotto Catanant** - Superintendente de Regulação Econômica e Acompanhamento de Mercado - Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC
- **Fernando Alberto dos Santos** - Superintendente - Sindicato Nacional das Empresas de Táxi Aéreo - SNETA
- **Milton Arantes Costa** - Presidente - Associação Brasileira de Táxis Aéreos - ABTAer

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPÍADA E PARAOLIMPÍADA 2016 - CDRCOOL

- **Dia 25 de abril**

Finalidade:
Debater a Lei Geral da Copa (tramitou como PL 2330/11 na Câmara dos Deputados; tramita como PLC 10/12 no Senado Federal), em atendimento ao REQ 01/12 - CDRCOOL, de autoria da Senadora Lídice da Mata.
Participantes:
- **José Renan Vasconcelos Calheiros Filho** - Deputado Federal
- **Vicente Cândido da Silva** - Deputado Federal

- CONJUNTAS -

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA (CCT) E COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA (CI)

- **Dia 11 de abril**

Finalidade:
Discutir o marco legal que rege o setor de informática, de forma a propor sua atualização, bem como avaliar ações de incentivo ao uso de software nacional, inclusive as empreendidas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), as políticas de desoneração fiscal e o estímulo a compras governamentais que envolvam o referido setor.
Requerimento(s) de realização de audiência:
- RCT Nº 00009 / 2012, Senador Walter Pinheiro e outros
- RQI Nº 00011 / 2012, Senador Walter Pinheiro

- RQI Nº 00020 / 2012, Senador Walter Pinheiro

Participantes:

- **Rafael Henrique Moreira** - Coordenador-Geral de Software e Serviços de TI da Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI
- **Corinto Meffe** - Diretor do Departamento de Integração de Sistemas de Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG
- **Alan Adolfo Fischler** - Chefe de Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES
- **Ruben Delgado** - Presidente da Associação para Promoção da Excelência do Software Brasileiro - SOFTEX
- **Gerson Schmitt** - Presidente da Associação Brasileira das Empresas de Software - ABES
- **Márcio Ellery Girão Barroso** - Presidente da Federação Nacional de Informática - FENAINFO
- **Jeovani Salomão** - Vice-Presidente de Articulação Política da Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação - ASSESPRO
- **Irineu Govêa** - Diretor Secretário e Dirigente da Área de Informática da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica - ABINEE
- **Edmundo Machado de Oliveira** - Diretor de Relações Institucionais da Associação Brasileira de Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação. - BRASSCOM

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL (CRE) E COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE (CE)

- **Dia 12 de abril**

Finalidade:

Debater e analisar o Projeto de Lei do Senado nº 399, de 2011 que "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), para dispor sobre a revalidação e o reconhecimento automático de diplomas oriundos de cursos de instituições de ensino superior estrangeiras de reconhecida excelência acadêmica", de autoria do Senador Roberto Requião.

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RRE Nº 00052 / 2011, Senador Cristovam Buarque
- RCE Nº 00021 / 2012, Senador Cristovam Buarque

Participantes:

- **Amaro Henrique Pessoa Lins** - Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação
- **Vicente Celestino de França** - Presidente da Associação Nacional de Pós-Graduados em Instituições Estrangeiras de Ensino Superior - ANPGIEES
- **Divina das Dores de Paula Cardoso** - Pró-reitora de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal de Goiás - UFG

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA RIO +20 E DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS - CRER+20 (CRE) E SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DA CONFERÊNCIA DA ONU SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - CMARIO (CMA)

- Dia 26 de abril

Finalidade:

Debater o tema: "IDH, FIB e outros, índices de progresso?"

Requerimento(s) de realização de audiência:

Requerimento nº 02, de 2011-CRER+20, de autoria do Senador Cristovam Buarque

Requerimento nº 25, de 2011-CMA, de autoria do Senador Cícero Lucena

Participantes:

- Khalid Malik - Diretor do Escritório de Desenvolvimento Humano - Organização das Nações Unidas
- Mauro Motoryn - Presidente - Movimento Mais Feliz
- Wesley Mendes da Silva - Professor - Departamento de Contabilidade, Finanças e Controle da Escola de Administração da Fundação Getúlio Vargas - FGV
- Fábio Gallo Garcia - Professor - Departamento de Contabilidade, Finanças e Controle da Escola de Administração da Fundação Getúlio Vargas - FGV

MATÉRIAS APRECIADAS

(***) NT = Matéria apreciada em decisão Não Terminativa
T = Matéria apreciada em decisão Terminativa

MATÉRIA	RESULTADO (***)	COMISSÃO	DIA
PROPOSTAS DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO – PEC			
PEC 45/2009 - Acrescenta o inciso XXIII ao art. 37 da Constituição Federal, dispondo sobre as atividades do sistema de controle interno.	Aprovado o Parecer, favorável, com as Emendas nºs 1-CCJ e 2-CCJ. (NT)	**CCJ**	**04**
PEC 65/2011 - Altera o art. 27 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para criar o Tribunal Regional Federal da 6ª Região, em Belo Horizonte, Minas Gerais.	Aprovado o Parecer favorável à Proposta com a Emenda nº 1-CCJ. (NT)	**CCJ**	**18**
PROJETOS DE LEI DO SENADO – PLS			
PLS 5/2003 - Dispõe sobre reajuste do valor do salário mínimo, a partir de maio de 2004, e dá outras providências. Tramita em conjunto com **PLS 200/2004** - Dispõe sobre o reajuste do valor do salário mínimo estipulado no art. 7º, IV, da Constituição Federal. Tramita em conjunto com **PLS 314/2005** - Dispõe sobre o reajuste do valor do salário mínimo estipulado no art. 7º, IV, da Constituição Federal.	Aprovado Parecer pelo arquivamento dos Projetos, que tramitam em conjunto. (NT)	**CAS**	**11**
PLS 308/2004 – Complementar - Prorroga o prazo para se firmar o Termo de Adesão, relativo aos complementos de atualização monetária de saldos de contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, de que trata a Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001.	Aprovado o Parecer, contrário ao Projeto. (NT)	**CAE**	**03**
PLS 327/2004 - Altera a Lei nº 10.671, de 2003, que "dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor", a fim de regulamentar a participação de Torcidas Organizadas em estádio de futebol no País.	Prejudicado o Projeto. (T)	**CE**	**03**
PLS 530/2007 - Altera o art. 5º da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, para condicionar a amortização de débito junto ao Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), pelo estudante financiado, à obtenção de rendimentos pessoais sujeitos à tributação pelo imposto de renda das pessoas físicas.	A Comissão aprova o Parecer, contrário ao Projeto. (NT)	**CAE**	**24**
PLS 40/2009 - Cria incentivo fiscal no âmbito do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica para a manutenção do emprego e do valor da remuneração dos trabalhadores das empresas afetadas pela crise financeira internacional.	Aprovado o Parecer pela prejudicialidade do Projeto. (NT)	**CAS**	**18**
PLS 44/2009 - Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados aos veículos de passageiros e mistos movidos a tração elétrica. (NT) Que tramita em conjunto com	Aprovado Parecer favorável ao PLS nº 255, de 2010, com as Emendas nºs 1-CAS, 2-CAS e 3-CAS; e	**CAS**	**25**

PLS 364/2009 - Altera o art. 11 da Lei nº 8.723, de 28 de outubro de 1993, que "dispõe sobre a redução de emissão de poluentes por veículos automotores e dá outras providências", para determinar que os veículos leves híbridos utilizem, além da energia elétrica, apenas biocombustíveis. Tramita em conjunto com **PLS 255/2010** - Concede benefícios fiscais referentes ao Imposto sobre Produtos Industrializados, ao Imposto de Importação, à Contribuição para o PIS/PASEP e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social incidentes sobre operações com veículos híbridos ou movidos a tração elétrica, suas partes e acessórios. (NT)	contrário aos Projetos de Lei nºs 44 e 364, de 2009, que tramitam em conjunto. (NT)		
PLS 213/2009 - Altera o art. 1º da Lei no 9.478, de 6 de agosto de 1997, que "dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências", para determinar que a produção de biocombustíveis seja regida por critérios socioambientais.	Declarado prejudicado o projeto. (T)	**CMA**	**10**
PLS 107/2010 – Complementar - Modifica a redação do inciso II do art. 14 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, para assegurar a imunidade de impostos às instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, quando realizarem doações no exterior, nos limites e condições que especifica, e dá outras providências.	Aprovado o Parecer, contrário ao Projeto. (NT)	**CAE**	**10**
PLS 135/2010 - Altera a Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, para fixar o piso nacional de salário dos vigilantes.	A Comissão aprova o Parecer, favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo). (NT)	**CAE**	**24**
PLS 247/2010 - Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para estabelecer a possibilidade de parcelamento dos débitos relativos ao Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional).	Aprovado o Parecer, pela prejudicialidade do Projeto. (NT)	**CAE**	**10**
PLS 264/2010 - Dispõe sobre a Equoterapia.	A Comissão aprova o Parecer, favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 a 3-CE-CRA-CAE. (NT)	**CAE**	**24**
PLS 156/2011 - Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para disciplinar a realização de eleições primárias para a escolha do candidato a Presidente da República.	Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 1-CCJ e 2-CCJ.(T)	**CCJ**	**25**
PLS 160/2011 – Complementar - Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para permitir a criação de fundo estadual para viabilizar transferências voluntárias da União aos Municípios.	A Comissão aprova o Parecer, contrário ao Projeto. (NT)	**CAE**	**24**
PLS 342/2011 - Concede isenção de impostos e contribuições incidentes na importação e na aquisição, no mercado interno, de equipamentos e materiais destinados ao exercício da profissão de fotógrafo.	Aprovado Parecer favorável ao Projeto. (NT)	**CAS**	**18**

PLS 361/2011 - Dispõe sobre a isenção do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados incidentes sobre impressoras de caracteres Braille.	A Comissão aprova a Emenda nº 1-CAE (Substitutivo). (T)	**CAE**	**24**
PLS 450/2011 - Altera a Lei n° 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, para garantir a facilitação de atendimento do consumidor por órgãos públicos de proteção e fiscalização através da internet.	Aprovado o projeto com as Emendas nº 1 a 6-CCT/CMA. (T)	**CMA**	**10**
PLS 463/2011 - Acrescenta arts. 46-A e 74-A à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para responsabilizar pessoalmente, no âmbito civil e penal, os administradores de empresas fornecedoras de bens ou serviços que causem danos ao consumidor em razão de contratos que contenham cláusulas abusivas ou violadoras da boa-fé objetiva, ou ainda que contenham linguagem obscura em razão do uso de expressão técnica ou pertencente a língua estrangeira.	Aprovado o Parecer, pela rejeição do projeto. (NT)	**CMA**	**10**
PLS 553/2011 - Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, para conceder aos portadores de xeroderma pigmentoso a isenção de carência para a concessão de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez.	Aprovado o Projeto. (T)	**CAS**	**18**
PLS 577/2011 - Complementar - Dispõe sobre a concessão da aposentadoria especial ao segurado do regime geral de previdência social que exerça as atividades de coleta de lixo, de qualquer natureza, de selecionador de lixo para fins de reciclagem, e de variação de vias públicas e logradouros.	Aprovado Parecer favorável. (NT)	**CAS**	**11**
PLS 591/2011 – Complementar - Altera a redação do § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências para vedar o contigenciamento de recursos orçamentários para sanidade animal e vegetal.	Aprovado Parecer favorável ao Projeto. (NT)	**CAS**	**18**
PLS 623/2011 - Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para disciplinar o recebimento de reclamações de usuários de serviços aéreos.	Aprovado o Parecer, pela aprovação com a Emenda nº 1-CMA. (NT)	**CMA**	**10**
PLS 730/2011 - Altera o art. 1.439 do Código Civil que dispõe sobre o prazo do penhor rural.	Aprovado o Parecer favorável com as emendas nºs 1 a 3-CRA. (NT)	**CRA**	**19**
PLS 735/2011 - Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, para dispor sobre a rotulagem e a propaganda de alimentos contendo nutrientes e substâncias com efeito nutricional ou fisiológico menos seguro e de refeições rápidas.	Aprovado o Parecer, pela rejeição do projeto. (NT)	**CMA**	**24**
PLS 738/2011 - Altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para determinar a adoção de taxas de juros diferenciadas para os financiamentos de equipamentos de irrigação por gotejamento ou microaspersão.	Aprovado o Parecer favorável. (NT)	**CRA**	**19**
PLS 744/2011 – Complementar - Altera a Lei Complementar nº 62, de 28 de dezembro de 1989, que estabelece normas	Aprovado o Parecer,	**CDR**	**24**

sobre o cálculo, a entrega e o controle das liberações dos recursos dos Fundos de Participação e dá outras providências, para dispor sobre os critérios de distribuição do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE.	pela rejeição. (NT)		
PLS 16/2012 - Altera o § 7º do art. 23 da Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, que disciplina o capital estrangeiro e as remessas de valores para o exterior e dá outras providências, para alterar o valor das operações de câmbio que não necessitam de contrato de câmbio para até dez mil dólares, conforme instituído pela Lei nº 11.371, de 28 de novembro de 2006.	Aprovado o parecer favorável. (NT)	**CRE**	**19**
PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – PFS			
PFC 3/2006 - Destinada a apurar as causas do acidente aéreo que abateu o Boeing 737-800 da Gol Linhas Aéreas, bem como toda a responsabilidade sobre ele.	Aprovado o Parecer, pelo arquivamento. (NT)	**CMA**	**10**
PFC 1/2009 - Propõe que a Comissão realize ato de fiscalização e controle sobre padrões de preços em obras públicas federais.	Aprovado o Parecer, pela rejeição e arquivamento da matéria. (NT)	**CMA**	**10**
PFS 1/2008 - Propõe, que a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle fiscalize convênios celebrados entre instituições notariais e de registro e repartições de trânsito, ou portarias editadas por estes orgãos, visando exigir dos consumidores brasileiros o registro em cartório dos contratos de financiamento de veículos, em expressa contrariedade ao art. 1.361, § 1º do Novo Código Civil e as decisões do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça.	Aprovado o relatório final, pelo envio das conclusões desta comissão ao Ministério Público do Distrito Federal e dos Estados do Maranhão, Tocantins, Sergipe, Rio Grande do Norte, Goiás, Paraíba e Ceará. Após, é determinado o arquivamento. (NT)	**CMA**	**24**
SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS – SCD			
SCD ao PLS 209/2003 - Altera a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, objetivando tornar mais eficiente a persecução penal dos crimes de lavagem de dinheiro.	Aprovado o Parecer, favorável ao Substitutivo da Câmara dos Deputados. (NT)	**CAE**	**10**
PROJETOS DE LEI DA CÂMARA – PLC			
PLC 55/2007 - Altera dispositivos da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências. Tramita em conjunto com **PLS 337/2008** - Altera o art. 7º da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para instituir a rastreabilidade de agrotóxicos.	Aprovado o Parecer favorável ao PLC 55/2007, na forma da Emenda nº 01-CCT (Substitutivo), e pela rejeição do PLS 337/2008, que tramita em conjunto. (NT)	**CCT**	**18**

PLC 188/2008 - Cria a Comenda do Mérito Ambiental.	Aprovado o Parecer, pela aprovação do projeto. (NT)	**CMA**	**17**
PLC 15/2009 - Acrescenta parágrafo ao art. 10 da Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, com o objetivo de instituir a semana de educação ambiental nas escolas de ensino fundamental e médio.	Aprovado o Parecer, pela aprovação com a Emenda nº 1-CMA. (NT)	**CMA**	**10**
PLC 75/2010 - Denomina UNED Professora Cleide Campos a Unidade de Ensino Descentralizada de Inhumas - UNED do CEFET-GO, no Município de Inhumas Estado de Goiás.	Rejeitado o Projeto. (T)	**CE**	**03**
PLC 191/2010 - Institui o Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro - SIPRON e revoga o Decreto-Lei nº 1.809, de 7 de outubro de 1980.	Aprovado o Parecer, favorável, nos termos da Emenda nº 01 - CI (Substitutiva). (NT)	**CI**	**04**
PLC 62/2011 - Dispõe sobre a isenção de pagamento de taxas para inscrição em processos seletivos de ingresso nos cursos das instituições federais de educação superior.	A Comissão aprova o Projeto, as Emendas nºs 1 e 2 nos termos da Emenda nº 1-CE-CAE e a Emenda nº 4, renumerada como Emenda nº 2-CAE. (T)	**CAE**	**24**
PLC 83/2011 - Dispõe sobre o exercício da atividade profissional de vaqueiro.	Aprovado o Parecer favorável com as Emendas nºs 1 e 2-CRA. (NT)	**CRA**	**19**
PLC 92/2011 - Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a Carteira Nacional de Habilitação das pessoas portadoras de Diabetes Mellitus.	Aprovado Parecer contrário ao Projeto. (NT)	**CAS**	**18**
PLC 94/2011 - Altera o art. 4º da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997 - Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário, para dispor sobre a habilitação de amadores.	Aprovado o Projeto e a Emenda nº 01-CI. (T)	**CI**	**19**
PLC 127/2011 - Altera o inciso V do art. 108 da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, que dispõe sobre o Estatuto dos Militares, para incluir a esclerose múltipla no rol das doenças incapacitantes.	Aprovado Parecer favorável. (NT)	**CAS**	**25**
PLC 129/2011 - Altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que trata da garantia de prioridade às pessoas que especifica, para dispor sobre a reserva de assentos em salas de espera de terminais de transporte.	Aprovado o Parecer, favorável. (NT)	**CI**	**12**
PLC 132/2011 - Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para dispor sobre a instalação de assentos especiais para pessoas obesas nos locais que menciona.	Aprovado o Parecer, favorável ao Projeto. (NT)	**CI**	**04**
PLC 137/2011 - Cria cargos de Advogado da União.	Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº1-CCJ, de redação. (NT)	**CCJ**	**25**
PLC 1/2012 - Dispõe sobre a criação de cargos no quadro do Ministério Público Militar.	Aprovado o Parecer, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de	**CCJ**	**04**

	redação. (NT)		
PLC 4/2012 - Altera a composição do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região - MG, cria Varas do Trabalho em sua jurisdição e dá outras providências.	Aprovado o Parecer, favorável. (NT)	**CCJ**	**04**
PLC 5/2012 - Dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região - RJ, define jurisdição e dá outras providências.	Aprovado o Parecer favorável. (NT)	**CCJ**	**18**
PLC 6/2012 - Dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região - PR e dá outras providências.	Aprovado o Parecer, favorável.(NT)	**CCJ**	**04**
PLC 7/2012 - Dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região e dá outras providências.	Aprovado o Parecer favorável. (NT)	**CCJ**	**18**
PLC 8/2012 - Dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região e dá outras providências.	Aprovado o Parecer favorável. (NT)	CCJ	25
PLC 9/2012 - Dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região e dá outras providências.	Aprovado o Parecer favorável. (NT)	**CCJ**	**18**
PLC 12/2012 - Dispõe sobre a criação de 1 (uma) Vara do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região (MT) e dá outras providências.	Aprovado o Parecer favorável. (NT)	**CCJ**	**18**
PLC 14/2012 - Dispõe sobre a criação de Vara do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região (AL) e dá outras providências.	Aprovado o Parecer favorável. (NT)	CCJ	25
PROJETOS DE DECRETO LEGISLATIVO – PDS			
PDS 450/2006 - Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ATALAIA DA ÚLTIMA HORA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul.	Aprovado o Projeto. (T)	**CCT**	**18**
PDS 373/2007 - Aprova o ato que renova a concessão outorgada à SISTEMA SUL MATOGROSSENSE DE RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ponta Porã, Estado de Mato Grosso do Sul.	Aprovado o Projeto. (T)	**CCT**	**18**
PDS 614/2010 - Aprova o ato que renova a permissão outorgada à TELEVISÃO VERDES MARES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Recife, Estado de Pernambuco.	Aprovado o Projeto. (T)	**CCT**	**18**
PDS 309/2011 - Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO CULTURA DE BARIRI LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Bariri, Estado de São Paulo.	Aprovado o Projeto. (T)	**CCT**	**18**
PDS 317/2011 - Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO PIONEIRA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Salto, Estado de São Paulo.	Aprovado o Projeto. (T)	**CCT**	**18**
PDS 322/2011 - Aprova o ato que outorga permissão à R &	Aprovado o Projeto. (T)	**CCT**	**18**

V COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mococa, Estado de São Paulo.			
PDS 324/2011 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA LÍRIO DOS VALES para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo.	Aprovado o Projeto. (T)	**CCT**	**18**
PDS 327/2011 - Aprova o ato que renova a concessão outorgada à FUNDAÇÃO FREI ROGÉRIO para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Curitibanos, Estado da Santa Catarina.	Aprovado o Projeto. (T)	**CCT**	**18**
PDS 330/2011 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DE SÃO JOÃO DO SUL - SC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João do Sul, Estado de Santa Catarina.	Aprovado o Projeto. (T)	**CCT**	**18**
PDS 331/2011 - Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO IMPRENSA S/A para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.	Aprovado o Projeto. (T)	**CCT**	**18**
PDS 333/2011 - Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO MULHER LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.	Aprovado o Projeto. (T)	**CCT**	**18**
PDS 338/2011 - Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO NOTÍCIAS BRASILEIRAS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Matão, Estado de São Paulo.	Aprovado o Projeto. (T)	**CCT**	**18**
PDS 340/2011 - Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO JORNAL A VERDADE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de São José, Estado de Santa Catarina.	Aprovado o Projeto. (T)	**CCT**	**18**
PDS 342/2011 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, CULTURAL E DE COMUNICAÇÃO SOCIAL GUGLIELMO MARCONI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Venha Ver, Estado do Rio Grande do Norte.	Aprovado o Projeto. (T)	**CCT**	**18**
PDS 345/2011 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA AUTA DE SOUZA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Macaíba, Estado do Rio Grande do Norte.	Aprovado o Projeto. (T)	**CCT**	**18**
PDS 347/2011 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RADIODIFUSORA COMUNITÁRIA DE BURITIZEIRO - MG para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Buritizeiro, Estado de Minas Gerais.	Aprovado o Projeto. (T)	**CCT**	**18**
PDS 354/2011 - Aprova o ato que outorga autorização à UNIÃO SOCIAL DO JARDIM SANTANA E ADJACÊNCIAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.	Aprovado o Projeto. (T)	**CCT**	**18**

PDS 360/2011 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO MEIRELENSE DE CULTURA E RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina.	Aprovado o Projeto. (T)	**CCT**	**18**
PDS 363/2011 - Aprova o ato que outorga permissão à SBC - RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cachoeira do Arari, Estado do Pará.	Aprovado o Projeto. (T)	**CCT**	**18**
PDS 366/2011 - Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO EDUCADORA DE TAIÓ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Taió, Estado de Santa Catarina.	Aprovado o Projeto. (T)	**CCT**	**18**
PDS 368/2011 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO NOVAS DE PAZ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itabira, Estado de Minas Gerais.	Aprovado o Projeto. (T)	**CCT**	**18**
PDS 371/2011 - Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO DE APOIO E DESENVOLVIMENTO AO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - FADEPE/JF para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais.	Aprovado o Projeto. (T)	**CCT**	**18**
PDS 373/2011 - Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO VALPARAÍSO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Valparaíso, Estado de São Paulo.	Aprovado o Projeto. (T)	**CCT**	**18**
PDS 382/2011 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA DE BALNEÁRIO GAIVOTA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Balneário Gaivota, Estado de Santa Catarina.	Aprovado o Projeto. (T)	**CCT**	**18**
PDS 384/2011 - Aprova o ato que renova a permissão outorgada ao SISTEMA DE COMUNICAÇÕES PROFESSOR WALTER ALENCAR LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Teresina, Estado do Piauí.	Aprovado o Projeto. (T)	**CCT**	**18**
PDS 388/2011 - Aprova o ato que outorga permissão à PRISMA RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Imbé, Estado do Rio Grande do Sul.	Aprovado o Projeto. (T)	**CCT**	**18**
PDS 414/2011 - Aprova o ato que renova a permissão outorgada à FUNDAÇÃO EDUCACIONAL, CULTURAL E ASSISTENCIAL DE PINHEIRO - FECAP para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pinheiro, Estado do Maranhão.	Aprovado o Projeto. (T)	**CCT**	**18**
PDS 425/2011 – Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO FM SERRA AZUL LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Pedro do Piauí, Estado do Piauí.	Aprovado o Projeto. (T)	**CCT**	**18**

PDS 456/2011 - Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA LAGEADO DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santarém, Estado do Pará.	Aprovado o Projeto. (T)	**CCT**	**18**
PDS 461/2011 - Aprova o ato que outorga permissão à REDE VIVIDENSE DE COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Coronel Vivida, Estado do Paraná.	Aprovado o Projeto. (T)	**CCT**	**18**
PDS 23/2012 - Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO UIRAPURU LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Passo Fundo, Estado do Rio Grande do Sul.	Aprovado o Projeto. (T)	**CCT**	**18**
PDS 24/2012 - Aprova o ato que renova a concessão outorgada à SOCIEDADE DE RADIODIFUSÃO INDEPENDENTE DE CRUZ ALTA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Cruz Alta, Estado do Rio Grande do Sul.	Aprovado o Projeto. (T)	**CCT**	**18**
PDS 27/2012 - Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO SOCIEDADE SOBRADINHO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Sobradinho, Estado do Rio Grande do Sul.	Aprovado o Projeto. (T)	**CCT**	**18**
PDS 28/2012 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÃO JUDAS TADEU para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibiassucê, Estado da Bahia.	Aprovado o Projeto. (T)	**CCT**	**18**
PDS 34/2012 - Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO ONÉSIMO NOGUEIRA para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Corrente, Estado do Piauí.	Aprovado o Projeto. (T)	**CCT**	**18**
PDS 62/2012 - Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Congo sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico, assinado em Brasília, em 9 de setembro de 2010.	Aprovado o Parecer favorável. (NT)	**CRE**	**19**
PDS 64/2012 - Aprova o texto do Tratado de Extradição entre a República Federativa do Brasil e a República da Índia, celebrado em Brasília, em 16 de abril de 2008.	Aprovado o Parecer favorável. (NT)	**CRE**	**19**
PDS 65/2012 - Aprova o Regulamento do Fundo de Agricultura Familiar do Mercosul (FAF Mercosul), adotado pela Decisão CMC Nº 06/09, aprovada durante a XXXVII Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum (CMC), em Assunção, em 23 de julho de 2009.	Aprovado o Parecer favorável. (NT)	**CRE**	**19**
PROJETO DE RESOLUÇÃO – PRS			
PRS 96/2009 - Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações.	A Comissão aprova o Parecer, pela rejeição do Projeto. (NT)	**CCJ**	**18**

PRS 72/2010 - Estabelece alíquotas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, nas operações interestaduais com bens e mercadorias importados do exterior.	A Comissão aprova o Parecer, favorável ao Projeto. (NT)	**CCJ**	**11**
	Aprovado o Parecer, favorável ao Projeto, acatando parcialmente a Emenda nº 1, nos termos da Emenda nº 22, renumerada como Emenda nº 1-CAE (Substitutivo). (NT)	**CAE**	**17**
PRS 6/2012 - Prorroga o prazo para o exercício da autorização estabelecido no art. 4º da Resolução nº 46, de 31 de agosto de 2010.	A Comissão aprova o Parecer, favorável ao Projeto. (NT)	**CAE**	**03**
REQUERIMENTOS "SF" – RQS			
RQS 1416/2011 - Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplauso pela passagem dos 68 anos da libertação do Líbano da dominação francesa em 1943.	Aprovado o Parecer favorável. (NT)	**CRE**	**19**
INDICAÇÃO – IND			
IND 1/2010 - Indicação para que a CMA manifeste a sua posição sobre políticas públicas relacionadas às mudanças climáticas junto ao Ministério das Relações Exteriores.	Aprovado o Parecer, pela declaração de prejudicialidade da matéria. (NT)	**CMA**	**17**
EMENDAS DE PLENÁRIO – EMEN PLEN			
EMEN PLEN 1 A 9 AO PLC 3/2010 - Dispõe sobre o processo e julgamento colegiado em primeiro grau de jurisdição de crimes praticados por organizações criminosas; altera os Decretos-Leis nºs 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, e as Leis nºs 9.503, de 23 de setembro de 1997, e 10.826, de 22 de dezembro de 2003; e dá outras providências.	Aprovado o Parecer favorável às Emendas nºs 1, 2, 4 e 8-PLEN, nos termos das Subemendas que apresenta, e à Emenda nº 10–CCJ, de Relator. (NT)	**CCJ**	**11**
MENSAGENS – MSF			
MSF 7/2012 - Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor JOSÉ FIUZA NETO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de El Salvador.	Sabatina realizada. (NT)	**CRE**	**19**
MSF 10/2012 - Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor EVANDRO DE SAMPAIO DIDONET, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Áustria.	Sabatina realizada. (NT)	**CRE**	**19**
MSF 19/2012 - Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor AFONSO ÁLVARO DE SIQUEIRA CARBONAR, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para	Sabatina realizada. (NT)	**CRE**	**19**

exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Líbia.

MSF 27/2012 - Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 60,000,000.00 (sessenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Estado da Bahia e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD (Banco Mundial), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa com Enfoque Setorial Amplo das Áreas de Saúde e Recursos Hídricos do Estado da Bahia".	Aprovado o Parecer, favorável nos termos do PRS apresentado. (NT)	**CAE**	**10**
MSF 29/2012 - Propõe ao Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 100,000,000.00 (cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Estado de Pernambuco e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - Banco Mundial (BIRD), em apoio ao "Projeto Pernambuco Rural Sustentável PRORURAL III", (Pernambuco Rural Economic Inclusion Project).	Aprovado o Parecer, favorável nos termos do PRS apresentado. (NT)	**CAE**	**18**
MSF 30/2012 - Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 350,000,000.00 (trezentos e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Estado do Piauí e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - Banco Mundial (BIRD), em apoio ao "Programa de Desenvolvimento Sustentável do Piauí" (Green Growth and Inclusion Development Policy Loan), na modalidade denominada Development Policy Loan-DPL.	A Comissão aprova o Parecer, favorável nos termos do PRS apresentado. (NT)	**CAE**	**24**
OFICIO "S" (OFS)			
OFS"S" 51/2011 - Encaminhando, nos termos do art. 1º da Lei nº 12.438, de 6 de julho de 2011, o relatório circunstanciado referente à gestão do Sistema Único de Saúde no âmbito do Município de São Bernardo do Campo (SP), referente ao segundo trimestre de 2011.	Aprovado Parecer pelo arquivamento. (NT)	**CAS**	**11**
OFS"S" 61/2011 - Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor EMMANOEL CAMPELO DE SOUZA PEREIRA, para compor o Conselho Nacional de Justiça.	Aprovado o Parecer favorável. (NT)	**CCJ**	**18**
OFS"S" 6/2012 - Encaminha, nos termos do § 1º do art. 28 da Lei nº 11.079, de 2004 (contratação de parceria público-privada), contrato de concessão administrativa e cópia da publicação de extrato do contrato.	Aprovado o Parecer, pelo conhecimento da Comissão e posterior prejudicialidade, nos termos do art. 334, II, do Regimento Interno do Senado Federal. (NT)	**CI**	**26**
AVISO (AVS)			
AVS 99/2011 - Comunica, em atendimento ao disposto no art. 24 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, a constatação de irregularidade em operação de crédito realizada pelo Município de Brusque, Estado de Santa	A Comissão aprova o Parecer, pelo conhecimento e posterior arquivamento	**CAE**	**24**

Catarina.	da Matéria. (NT)		
AVS 101/2011 - Comunica a constatação de irregularidade em operação de crédito realizada pelo Município de Petrolina - PE.	Aprovado o Parecer, pelo conhecimento e posterior arquivamento da Matéria. (NT)	**CAE**	**03**
AVS 1/2012-CMA - Aprova a Resolução TCU nº 215/2008, que estabeleceu um rito interno de tratamento das solicitações de serviços oriundas do Congresso Nacional.	Aprovado o Parecer, pelo arquivamento. (NT)	**CMA**	**17**
AVS 7/2012-CMA - Copa do mundo de 2014. Levantamento de auditoria sobre obras de alinhamento do cais do porto de Santos.	Aprovado o Parecer, pelo conhecimento da matéria e arquivamento. (NT)	**CMA**	**17**
AVS 10/2012-CMA - Copa do mundo de 2014. Acompanhamento da operação de crédito relativa ao projeto da Arena Pantanal, em Cuiabá/ MT.	Aprovado o Parecer, pelo arquivamento. (NT)	**CMA**	**24**
AVS 11/2012 - Encaminha cópia do Acórdão nº 11914/2011 - TCU - 2ª Câmara, referente à representação formulada pela Secretaria de Controle Externo no Estado de Mato Grosso (Secex/MT), em razão da ocorrência de possíveis irregularidades na concessão de títulos de domínio, sob a responsabilidade da Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária em Mato Grosso (SR-13), doravante denominada Incra/MT. (TC 021.788/2008-5).	Aprovado o Parecer da CRA, pelo conhecimento e arquivamento. (NT)	**CRA**	**19**

Instalação de Colegiados e Eleições

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

- **Dia 10 de abril**
  Instalação da Comissão e Eleição do Presidente da Comissão, Deputado Márcio Macedo, do Vice-Presidente, Senadora Vanessa Grazziotin, e do Relator, Senador Sérgio Souza.

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE NFRAESTRUTURA - CI

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE AVIAÇÃO CIVIL - CISTAC

- **Dia 24 de abril**
  Eleição do Vice-Presidente da Subcomissão Temporária sobre Aviação Civil, Senador Flexa Ribeiro.

Legendas – Comissões

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos
CAS – Comisão de Assuntos Sociais
CCJ– Comissão de Constituição, Justiça E Cidadania
CE – Comissão de Educação, Cultura E Esporte
CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle
CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação e Controle
CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
CI – Comissão de Serviços de Infraestrutura
CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo
CRA – Comissão de Reforma Agrária e Agricultura
CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática
CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

Legendas – Proposições

PEC – Proposta de Emenda à Constituição
PLS – Projeto de Lei do Senado
ECD - Emenda da Câmara à Projeto de Lei do Senado
SCD - Substitutivo da Câmara à Projeto de Lei do Senado
PLC – Projeto de Lei da Câmara
PDS – Projeto de Decreto Legislativo
PRS – Projeto de Resolução
RQS "SF" – Requerimento apresentado no Plenário
IND – Indicação
PFS – Proposta de Fiscalização e Controle
EMEN PLEN. – Emendas de Plenário
MSF – Mensagem "SF"
REC – Recursos
OFS – Ofício "SF"
DIV – Diversos
AVS – Aviso
AVS "CMA" – Aviso da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle
PET – Petição
SUG – Sugestão apresentada na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH

C.2 - Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

Relatório da SSCEPI – 02/02 a 30/04/2012

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

Nome	Ano	Reuniões	Req. Apresentados	Req. Apreciados	Doc. Recebidos	Proposições					
						PEC	PLC	REQ	PLS	PRS	Obs.
REFORMA DO CÓDIGO PENAL (JURISTAS) RQS 756/2011	**2011**	4									
	2012	9									
	Total	13									
QUESTÕES FEDERATIVAS (JURISTAS) RQS 25/2012	**2012**	2									

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO - CPI

Nome	Ano	Reuniões	Req. Apresentados	Req. Apreciados	Doc. Recebidos	Proposições					
						PEC	PLC	REQ	PLS	PRS	Obs.
TRÁFICO DE PESSOAS RQS 226/2011	**2011**	20	127	127	112				1		Relatório Parcial aprovado em 21.12.2011
	2012	3	32	32	19				-		
	Total	23	159	159	131				1		
ECAD RQS 547/2011	**2011**	16	147	141	96				-		Comissão encerrada e Relatório Final aprovado em 26.04.2012
	2012	3	-	-	3				1		
	Total	19	147	141	99				1		

COMISSÕES PARLAMENTARES MISTAS DE INQUÉRITO - CPMI												
Nome	Ano	Reuniões	Req. Apresentados	Req. Apreciados	Doc. Recebidos	Proposições						
						PEC	PLC	REQ	PLS	PRS	Obs.	
VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO BRASIL RQN 4/2011	2012	12	450	446	67							
OPERAÇÕES VEGAS E MONTE CARLO RQN 1/2012	2012	1	168	1	1							

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS POR COMISSÕES TEMPORÁRIAS	
Comissão de Juristas – Anteprojeto de Código Penal (CJECP)	2
CPI do ECAD (CPIECAD)	1
CPI do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas no Brasil (CPITRAFPE)	1
CPMI da Violência Contra a Mulher (CPMIVCM)	8
TOTAL	**12**

COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR ANTEPROJETO DE CÓDIGO PENAL (CJECP)

- **Dia 24 de fevereiro em São Paulo**

Finalidade:
Debates sobre o Capítulo “Dos Crimes Contra a Vida” com a finalidade de subsidiar a elaboração do Anteprojeto do Novo Código Penal.
Participantes:

- **Ricardo Garisio Sartori** - Presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo;
- **Fernando Grella Vieira** - Procurador Geral de Justiça do Estado de São Paulo;
- **Luiz Flávio Borges D’Urso** - Presidente da Ordem dos Advogados de Brasil, Seção São Paulo.

- **Dia 23 de março**

Finalidade:
Debates sobre o Capítulo "Dos Crimes Contra a Administração Pública" com a finalidade de subsidiar a elaboração do Anteprojeto do Novo Código Penal.
Participantes:

- **Henrique de Sousa Lima -** Representante da Controladoria Geral da União –CGU;
- **Antônio Davi -** Advogado da União;
- **José Robalinho Cavalcante -** Procurador da República;
- **Tércio Issami Tokano -** Advogado da União - Diretor Substituto do Departamento de Patrimônio e Probidade;
- **João Alberto Simões Pires Franco -** Defensor Público Federal;
- **Reynaldo Soares da Fonseca -** Desembargador Federal - Representante da Associação dos Juízes Federais do Brasil – AJUFE;
- **Adalberto Jorge Xisto Pereira -** Desembargador Representante da Associação dos Magistrados Brasileiros-AMB;
- **Luís Maximiliano Lael Telesca Mota -** Secretário-Geral Adjunto - Representante OAB/DF;
- **Cláudia Chagas -** Representante do Conselho Nacional do Ministério Público;
- **Dermeval Farias Gomes Filho -** Promotor de Justiça do MPDFT - Representante do Conselho Nacional do Ministério Público;
- **Mohamed Ale Hasan Mahmoud -** Coordenador Regional do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais – IBCCRIM;
- **Clayton Silva Germano -** Promotor de Justiça - Representante do CONAMP;
- **Crista Correa -** Representante do Movimento Brasil Contra a Corrupção;
- **Leonardo Araújo Marques -** Promotor de Justiça - Representante do Conselho Nacional dos Procuradores Gerais – CNPG;
- **Roberto Biasoli -** Representante do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Internacional – DRCI;
- **José Ildomar Uberti Minuzzi -** Auditor Fiscal - Coordenador de Pesquisa e Investigação da Receita Federal – COPEI;
- **Marcos Martins Davidovich -** Procurador Federal - Representante da Comissão de Valores Mobiliários;
- **Thiago Bottino -** Coordenador da Escola de Direito da FGV;
- **Bolívar Steinmetz -** Delegado Presidente da Associação Nacional dos Delegados da Polícia Federal – DPF;
- **Sebastião José Lessa -** Delegado Representante da ADEPOL/Brasil;
- **Fernando dos Santos Carneiro -** Representante da sociedade civil.

CPI do ECAD (CPIECAD)

- **Dia 26 de março em São Paulo**

Finalidade:
Exposições acerca do objeto da Comissão.
Participantes:

- **Sandra Véspoli -** Autora do Livro "O Outro Lado do ECAD";
- **Carlos Mendes -** Presidente do Sindicato de Compositores de São Paulo;
- **Marcello Nascimento -** Representante do ECAD;
- **Paulo Celso Lui -** Representante da Federação Nacional das Empresas Exibidoras Cinematográficas.

CPI do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas no Brasil (CPITRAFPE)

- **Dia 20 de março**

Finalidade:
Exposição acerca dos fatos envolvendo a prisão de Vilberto Ataíde Frazão, em razão do crime de Tráfico de Pessoas.
Participantes:
- **Luis Vanderlei Pardi –** Delegado de Polícia Federal.

CPMI da Violência Contra a Mulher (CPMIVCM)

- **Dia 20 de março**

Finalidade:
Exposição acerca do objeto da Comissão.
Participantes:
- **Aparecida Gonçalves –** Secretária Nacional de Enfrentamento a Violência contra a Mulher da Secretaria de Política para as Mulheres.

- **Dia 27 de março**

Finalidade:
Debates sobre o objeto da Comissão.
Participantes:
- **Meire Lucia Monteiro Mota Coelho** – Representante da Ordem dos Advogados do Brasil;
- **Sonia Coelho Gomes Orellana** – Representante da Marcha Mundial de Mulheres;
- **Ana Carolina Barbosa** - Representante da União Brasileira de Mulheres.

- **Dia 29 de março**

Finalidade:
Debate sobre a Violência contra a mulher no campo e contra a mulher indígena.
Participantes:
- **Carmem Foro** – Representante da Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura – CONTAG;
- **Maria Helena Azumezohero** – Representante do Conselho Nacional das Mulheres Indígenas – CONAMI;
- **Rosângela Piovizani** - Representante do Movimento das Mulheres Camponesas -- MMC.

- **Dia 10 de Abril**

Finalidade:
Debate sobre o tema “A Sistematização e o Monitoramento de Dados de Violência contra as Mulheres”.
Participantes:
- **Cecília Sardenberg -** Representante do OBSERVE;
- **Wania Pasinato -** Representante do Núcleo de Estudos da Violência da USP;
- **Lia Zanotta -** Representante do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sobre a Mulher da UNB;
- **Miriam Grossi -** Representante do Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividade da UFSC.

- **Dia 16 de abril em Recife**

Finalidade:
Debates sobre o objeto da Comissão.
Participantes:

- **Aguinaldo Fenelon de Barros** - Procurador Geral de Justiça de Pernambuco;
- **Maria Tereza Paes de Sá Machado** - Juíza do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Pernambuco;
- **Wilson Salles Damázio -** Secretário de Defesa Social;
- **Cristina Maria Buarque** - Secretária da Mulher de Pernambuco;
- **Maria Betânia Serrano** - Representante do Fórum de Mulheres de Pernambuco;
- **Elaine Neves** - Assessora da Diretoria de Políticas para as Mulheres da FETAPE;
- **Rejane Pereira** - Secretária da Mulher de Recife;
- **Carlos Humberto Inojosa Galindo -** Juiz Assessor Especial da Presidência/TJPE.

- **Dia 19 de abril**

Finalidade:
Debates sobre a transversalidade nas políticas de combate à violência contra as mulheres.
Participantes:

- **Helvécio Miranda Magalhães Júnior** – Representante do Ministério da Saúde;
- **Fábio Meirelles Hardmann de Castro** – Representante do ministério da Educação;
- **Cristina Villanova** – Representante do Ministério da Justiça.

- **Dia 26 de abril**

Finalidade:
Avaliação do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres.
Participantes:

- **Eleonora Menicucci** – Ministra da Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres;
- **Iraê Lucena** – gestora da Secretaria de Estado da Mulher e Diversidade Humana da Paraíba;
- **Joelda Pais** – gestora da Secretaria de Políticas para Mulheres do Acre;
- **Eliza Piola** – gestora da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para Mulheres de Minas Gerais;
- **Aparecida Gonçalves** – gestora da Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres.

- **Dia 27 de abril em Belo Horizonte**

Finalidade:
Debates dobre a Violência Contra a Mulher no Estado de Minas Gerais.
Participantes:

- **Heloísa de Ruiz Combat** – representante do Tribunal de Justiça de Minas Gerais;
- **Nívia Mônica Silva** – Procuradora de Justiça do Centro de Apoio às Promotorias de Justiça;
- **Cássio Soares** – Secretário de Estado de Desenvolvimento Social de Minas Gerais;
- **Denílson Feitosa Pacheco** – Secretário de Estado Adjunto de Defesa Social;
- **Andrea Garzon Tonet** – Defensora Pública-Geral do Estado;
- **Deputada Luiza Ferreira** – relatora da Comissão Especial da Violência contra a mulher da Assembleia Legislativa de Minas Gerais;
- **Deputada Maria Tereza Lara** – membro da Comissão Especial da Violência contra a mulher da Assembleia Legislativa de Minas Gerais;
- **Márcia de Cássia Gomes** – Coordenadora do Consórcio Regional da Promoção da Cidadania – Mulheres das Gerais;
- **Laurelle Carvalho de Araújo** – Defensora Pública do Estado de Minas Gerais e Coordenadora do Núcleo da Mulher (NUDEM).

DILIGÊNCIAS

DILIGÊNCIAS REALIZADAS POR COMISSÕES TEMPORÁRIAS	
Comissão de Juristas – Anteprojeto de Código Penal (CJECP)	0
CPI do ECAD (CPIECAD)	0
CPI do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas no Brasil (CPITRAFPE)	1
CPMI da Violência Contra a Mulher (CPMIVCM)	0
TOTAL	**1**

CPI do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas no Brasil (CPITRAFPE)

- **Dia 05 de março em Manaus**

Finalidade:
Investigar fatos ligados ao suposto tráfico de haitianos para o Brasil.
Participantes:

- **Paulo Abrão -** Secretário Nacional de Justiça;
- **Renato Zerbini Leao -** Coordenador Geral do Comitê Nacional para os Refugiados; Dr. Edmilson da Costa Barreto, Representante da Procuradoria da República do Estado do Amazonas;
- **Sergio Lúcio Fontes -** Superintendente Regional da Polícia Federal no Estado do Amazonas;
- **Padre Gustot Lucien -** Pároco Haitiano;
- **Padre Gelmino Antônio Costa -** Pároco da Igreja São Geraldo, Manaus-AM;
- **Rinaldo Gonçalves de Almeida -** Coordenador do Conselho Nacional de Imigração do Ministério do Trabalho;
- **Dermilson Chagas -** Superintendente Regional do Trabalho no Estado do Amazonas;
- **Dr. Audaciphal Hildebrando -** Procurador da Procuradoria Regional do Trabalho;
- **Fernanda Alves dos Anjos -** Diretora do Departamento de Justiça, Classificação, Título e Qualificação;
- **Simon Seraphin -** Imigrante Haitiano;
- **Ketly Vibert Franceschi -** Presidenta da Associação dos Trabalhadores Haitianos no Amazonas;
- **Regina Fernandes do Nascimento -** Secretária de Assistência Social e Cidadania do Amazonas;
- **Alfredo Wagner Berno de Almeida -** Universidade do Estado do Amazonas – UEA Dra. Denise Reif Kroeff Gerente de Projetos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Ata da 1ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, Realizada no Dia 8 de Fevereiro de 2012, Quarta-Feira, às Nove Horas, na Sala Florestan Fernandes, Plenário nº 9, Ala Alexandre Costa, Anexo II, Senado Federal.

Às nove horas e nove minutos, do dia oito de fevereiro de dois mil e doze, na Sala numero nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência em Exercício do Vice-Presidente Senhor Senador **Casildo Maldaner,** reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Humberto Costa, Wellington Dias, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Waldemir Moka, Paulo Davim, Lauro Antonio, Cícero Lucena, Cyro Miranda, Jayme Campos, Mozarildo Cavalcanti, Vicentinho Alves, Eduardo Suplicy, Lindbergh Farias, Benedito de Lira, Paulo Bauer, e das Senadoras Ângela Portela, Vanessa Grazziotin e Ana Amélia. Justifica ausência o Senador Cristovam Buarque. Deixam de comparecer os demais membros. A Presidência registra a presença do Deputado Federal Dr. Rosinha. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião. Passa-se à apreciação da Pauta. **EXTRAPAUTA – ITEM 6 – REQUERIMENTO Nº 1, DE 2012-CAS.** Requeremos, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos, para tratar sobre os problemas envolvendo as próteses de silicone, das marcas PIP (Poli Implant Prothese) e Rofil, com os seguintes convidados: Dirceu Barbano, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa; José Horácio Aboudib, Presidente da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica; Arlindo de Almeida, Presidente da Associação Brasileira de Medicina de Grupo – Abramge; Rodrigo Wobeto, Presidente da Associação das Vítimas da PIP; José Luiz Pedrini, Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de Mastologia. **Autoria:** Senadora Ana Amélia e Senador Paulo Paim. **Resultado:** Aprovado. **EXTRAPAUTA – ITEM 7 – REQUERIMENTO Nº 2, DE 2012-CAS.** Requeiro, nos termos do disposto no art. 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, destinada a discutir a epidemia de acidentes envolvendo motocicletas no Brasil. Para tanto, sugiro sejam convidados: Dirceu Rodrigues Alves Júnior, Diretor da Associação Brasileira de Medicina do Tráfego – Abramet; Roberto Yoshio Akiyama, Presidente da Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicicletas e Similares – Abraciclo; Ricardo Xavier, Diretor-Presidente da Seguradora Líder, Responsável pela Administração do Seguro DPVAT; Aldemir Martins de Freitas, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Motociclistas da Cidade de São Paulo – Sindimoto/SP; Valter Ferreira da Silva, Presidente do Sindicato dos Motociclistas Profissionais do Rio Grande do Sul – Sindimoto/RS. **Autoria:** Senadora Ana Amélia. **Resultado:** Aprovado. **EXTRAPAUTA – ITEM 8 – REQUERIMENTO Nº 3, DE 2012-CAS**. Requeiro, nos termos do disposto no art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, combinado com o artigo 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência nesta Comissão de Assuntos Sociais, tratar sobre o impacto da entrada de profissionais estrangeiros no Brasil. Para tanto, sugiro sejam convidados: Paulo Roberto dos Santos Pinto, Ministro interino do Ministério do Trabalho e Emprego; Artur Henrique da Silva Santos, Presidente da Central Única dos Trabalhadores – CUT; Paulo Pereira da Silva, Presidente da Força Sindical. **Autoria:** Senadora Ana Amélia. **Resultado:** Aprovado. **EXTRAPAUTA – ITEM 9 – REQUERIMENTO Nº 4, DE 2012-CAS.** Requeiro, com base nos arts. 73, 74 e 76, combinados com o inciso IV do art. 89 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, da Subcomissão Temporária do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), composta por cinco membros titulares e cinco suplentes, com a finalidade de, até o final desta sessão legislativa, examinar as questões pertinentes à remuneração das contas vinculadas ao FGTS, a sustentabilidade de capitalização desse Fundo, bem como propor o devido aprimoramento na legislação específica. **Autoria:** Senador Cyro Miranda. **Resultado:** Aprovado. **EXTRAPAUTA – ITEM 10 – REQUERIMENTO Nº 5, DE 2012-CAS**. Em aditamento ao Requerimento nº 02, de 2012, da Comissão de Assuntos Sociais – CAS, que solicitou a realização de "audiência publica, destinada a discutir a epidemia de acidentes envolvendo motocicletas no Brasil", requeiro acrescentar a seguinte entidade: Associação Brasileira de Terapia Intensiva. **Autoria:** Senador Paulo Davim. **Resultado:** Aprovado. **EXTRAPAUTA – ITEM 11 – REQUERIMENTO Nº 6, DE 2012-CAS.** Nos termos regimentais, solicito o aditamento ao requerimento da Senadora Ana Amélia (Requerimento nº 2/2012), que requer a realização de audiência pública destinada a discutir a epidemia de acidentes envolvendo motocicletas no Brasil, para incluir entre os convidados o Senhor Orlando Bindá dos Santos – representante da União Estadual dos Mototaxistas do Estado do Amazonas. **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 1 – NÃO TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 54, DE 2007.** Altera a Lei nº 10.741,

de 1º de outubro de 2003, dispondo sobre atendimento prioritário aos idosos na rede de serviços de saúde, nas condições que especifica. **Autoria:** Deputado Pompeo de Mattos. **Relatoria:** Senador Lindbergh Farias. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 54, de 2007. **Resultado:** Aprovado o Parecer pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 54, de 2007. **ITEM 2 – NÃO TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 158, DE 2010.** Altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para isentar do imposto de renda, até o limite máximo dos benefícios pagos no Regime Geral de Previdência Social, os valores recebidos mensalmente por contribuintes com mais de sessenta e cinco anos. **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Senador Lindbergh Farias. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Aprovada a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo) ao Projeto de Lei do Senado nº 158, de 2010. **ITEM 3 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 56, DE 2009.** Acrescenta a Seção II-A ao Capítulo I do Título III da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a jornada especial de trabalho dos Operadores de Telemarketing. **Autoria:** Deputado Bernardo Ariston. **Relatoria:** Senador Wellington Dias. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido do Relator, para reexame da matéria. **ITEM 4 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 287, DE 2010**. Dispõe sobre a concessão da aposentadoria por invalidez aos segurados acometidos pelas doenças ou afecções que especifica. **Autoria:** Senador Arthur Virgílio. **Relatoria:** Senador Paulo Bauer. **Relatório:** Pela devolução do PLS nº 287, de 2010, à Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal para reautuação como Projeto de Lei Complementar, em face do que determina o art. 201, § 1º da Constituição Federal. **Resultado:** Aprovado o Parecer pela devolução do PLS nº 287, de 2010, à Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal para reautuação como Projeto de Lei Complementar, em face do que determina o art. 201, § 1º da Constituição Federal. **ITEM 5 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 67, DE 2011.** Regulamenta o exercício das profissões de transcritor e de revisor de textos em braille. **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Senador Lindbergh Farias. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 67, de 2011. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido do Relator, para reexame da matéria. Usam da palavra os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Paulo Davim, Cyro Miranda, Paulo Bauer, Lindbergh Farias e das Senadoras Ângela Portela, Vanessa Grazziotin e Ana Amélia. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte e nove minutos, lavrando eu, Dulcidia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente eventual Vice Presidente Senhor Senador Casildo Maldaner, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Casildo Maldaner,** Vice-Presidente no Exercício da Presidência da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Senadores e as Senadoras que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Antes de iniciarmos esta reunião, desejo justificar a ausência do nosso Presidente, Senador Jayme Campos. O Senador Jayme Campos recebeu alta do Hospital Santa Lúcia nesse domingo, onde foi internado para o tratamento de uma infecção gástrica na última quarta-feira. Seu estado de saúde é considerado satisfatório pelos médicos que o acompanham. Em função disso, estamos na torcida para a sua pronta recuperação, para que possa voltar a dirigir os trabalhos desta Comissão como tem realizado no último ano.

Em virtude de ser o Vice-Presidente, é nossa missão – e mesmo a pedido do Presidente – abrimos esta reunião e dar sequência aos trabalhos de hoje.

Essa é a justificativa da ausência do eminente Senador Jayme Campos.

Cumprimento a Senadora Ana Amélia, a Senadora Vanessa e os demais colegas.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Antes de mais nada, ouço a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Presidente Casildo Maldaner, há pouco conversei por telefone, para desejar pronta recuperação, com o nosso Presidente Jayme Campos, que tem sido extremamente dedicado à missão de comandar esta importante Comissão temática, a Comissão de Assuntos Sociais. Senti que ele estava bem, bem recuperado.

Como disse V. Exª, ele saiu da UTI. Foi acometido de um distúrbio gastrointestinal, mas, felizmente, está muito bem. Conversei com ele agora e lhe transmiti os

votos de recuperação em nome de nossos colegas da Comissão de Assuntos Sociais.

Peço ao Presidente Maldaner, que está presidindo esta reunião, porque temos, extrapauta, requerimentos de convocação de audiência públicas para temas relevantes. Ao solicitar a inversão de pauta, gostaria de obter o apoio de V. Exª.

Presidente Casildo Maldaner, trata-se de matéria em relação a qual a Senadora Vanessa Grazziotin, no ano passado, havia tomado a iniciativa. Porém, como ampliou-se o enfoque do problema com o ocorrido com as próteses de silicone, em pleno recesso parlamentar, solicitei, requeri, em fevereiro, à Comissão de Assuntos Sociais, uma audiência pública para tratar de problemas envolvendo as próteses de silicone das marcas PIP (Poly Implant Prothèse) e Rofil, com estes convidados: Dirceu Barbano , Diretor Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa, Dr. José Horácio Aboudib, Presidente da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica – SBCP, o Sr. Arlindo de Almeida, Presidente da Associação Brasileira de Medicina de Grupo, Sr. Rodrigo Wobeto, Presidente da Associação das Vítimas da PIP e o Dr. José Luiz Pedrini, Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de Mastologia.

Gostaria de acolher a sugestão da Senadora Vanessa a respeito dessa matéria. Acho que ela terá condições, também, de expor os objetivos da audiência que já propôs.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Diante da colocação da Senadora Ana Amélia, solicitando a inversão de pauta, vamos ouvir a Senadora Vanessa Grazziotin em relação ao caso.

Antes de apreciarmos a inversão, o Senador Jayme Campos fez algumas observações. Como há algumas notas relativas ao exercício de 2012, primeiro faremos a sua leitura, para depois colocar em votação os requerimentos da Senadora Ana Amélia.

Pois não, Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Antes de falar a respeito da matéria que votaremos, Sr. Presidente, também quero, formalmente, nesta Comissão, desejar um pronto restabelecimento para o Senador Jayme.

Aliás, nesta Comissão, os Senadores estão dando muito susto na gente, hein? V. Exª passou também por períodos difíceis, mas superou e hoje está aqui, muito bem de saúde, com a saúde restabelecida. E assim será também, Senador Casildo, com o nosso Presidente, Senador Jayme Campos. Eu nem sabia dessa questão de saúde. Fiquei sabendo agora, nesse instante. Mas também desejo um pronto restabelecimento e acredito. Eu sou daquelas que acreditam na força de vontade não só da pessoa, mas de todos que rodeiam a pessoa que precisa de muita ajuda para superar os momentos difíceis.

Em relação ao requerimento da Senadora Ana Amélia, como ela mesma disse, ano passado nós aprovamos um requerimento para uma audiência pública para tratar de assunto relativo à mama também, à saúde da mama, mas não exatamente sobre a questão da prótese, um problema que nem havia se manifestado ainda. Diz respeito à reparação da mama para pessoas vítimas de câncer de mama, mastectomizadas. Agora em março deverá haver um novo mutirão. Serão retomados no Brasil os mutirões para a reparação de mama. E nós tomamos a iniciativa de convidar membros da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica para debater. Neste caso, a Senadora Ana Amélia convida o Presidente. No outro caso, estamos convidando o Vice-Presidente, que é o coordenador nacional dessa campanha.

Entretanto seria importante realizarmos juntos para discutir o mesmo assunto, porque estamos tratando da saúde da mama. Estarão todos eles aqui e depois nós acertaríamos os convidados também, para não trazer dez, doze convidados.

Quero dizer que fico feliz, porque numa única sessão trataremos todos os temas relativos à saúde da mulher, principalmente à saúde da mama.

Era isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Agradeço.

Em seguida, colocaremos então a inversão de pauta da tese que a Senadora Ana Amélia e a Senadora Vanessa levantam.

Agradeço também a torcida pela saúde do nosso eminente Presidente Jayme Campos.

E é claro que para seguir, até em homenagem a ele, essas anotações aqui são de costume. Sempre quando abre as sessões ou as reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, nobres Senadores Cyro Miranda e Paulo Paim, ele faz essas predileções que a assessoria oferece. Então, em homenagem a ele, faremos isso. Em seguida voltaremos à pauta propriamente dita.

A Comissão de Assuntos Sociais tem uma agenda extensa este ano. Esperamos mais um período intenso de atividades, com novas contribuições para a solução dos problemas do País na área social e no trabalho.

Pretendemos manter, em 2012, o mesmo ritmo acelerado de votações conquistado em 2011, quando votamos mais de 100 matérias e realizamos 57 reuniões.

Estou usando as palavras do Senador Jayme Campos, até em homenagem a ele. Se não fizer isso, acho que a coisa não será como sempre sói acontecer.

Entre os temas de interesse de categorias profissionais, destaco a regulamentação de profissões como a do geofísico e as atividades de cuidar de idoso, de motorista e de cobrador do transporte coletivo.

A CAS deverá se manifestar ainda sobre o polêmico projeto do ato médico, que regulamenta as atividades privativas da categoria. É o substitutivo da Câmara dos Deputados nº 268/2002, que retornou ao Senado após modificações na Câmara.

A agenda de matérias inclui propostas que tratam de antigos problemas enfrentados pela população e que ainda são temas de recorrentes manchetes de jornais.

Para as pessoas com deficiência, devemos discutir em profundidade o Plano Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência, denominado "Viver sem Limites", no âmbito da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, presidida pelo Senador Lindbergh Farias, que também se encontra aqui, na reunião.

A intenção do Governo Federal é investir até 7,6 bilhões em educação, saúde e acessibilidade para favorecer a inclusão social e produtiva de mais de 45 milhões de brasileiros que, pelos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, têm algum tipo de deficiência.

Em relação ao tema drogas, já discutido em profundidade ao longo de 2011, a questão das drogas lícitas e ilícitas e da dependência química, continuará em destaque.

Aliás, quanto a essa matéria, aqui me lembro bem da Senadora Ana Amélia e do Senador Wellington Dias, que participaram muito diretamente do trabalho realizado no ano passado com relação a isso. Acho que em uma Subcomissão desta Comissão.

Agora, será o momento de consolidar os projetos de lei que sugerem medidas efetivas para o enfrentamento do problema, o que deverá ser feito por meio de comissão conjunta de Deputados e Senadores.

Não é possível deixar de lembrar que a Subcomissão das Pessoas com Deficiência foi muito bem liderada pelo Senador Lindbergh Farias em uma subcomissão. Lembro-me muito bem do destaque dos trabalhos e dos movimentos que aconteceram no ano passado.

Um dos projetos que já estão tramitando na Comissão, o PLS nº 568, de 2011, altera o Estatuto da Criança e do Adolescente para, mais do que proibir, tipificar como crime a venda de cigarros e de outros produtos fumígenos a menores de dezoito anos.

Ainda na área do trabalho, uma das matérias que mais recentemente chegaram à Comissão concede aos empregados domésticos o pagamento do Seguro-Desemprego, independentemente de inscrição no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, outra matéria muito relevante.

Outra proposta define o percentual mínimo de mulheres nos conselhos de administração das empresas públicas e sociedades de economia mista, subsidiadas e controladas, e demais empresas em que União detenha o controle do capital votante.

Ao todo, temos mais de trezentos projetos na CAS. Esperamos um ano produtivo a todos, assim como o foi o ano de 2011.

Essas, na verdade, são palavras do nosso Presidente Jayme Campos que estamos tornando públicas neste momento.

Há uma anotação que ele costuma fazer aqui em relação ao que ocorre no mundo. E há o tema do Alzheimer, anotado pela Assessoria de Comunicação do Senador Jayme Campos. Naturalmente, por isso estar aqui, ele gostaria que se tornasse público.

O Governo Barack Obama anunciou ontem, dia 7 de fevereiro, que elevará o financiamento para pesquisas sobre o Mal de Alzheimer em US$130 milhões, um aumento de 25% durante os próximos dois anos.

Altos funcionários do setor sanitário informaram que US$50 milhões estariam disponíveis, de imediato, para os estudos da doença e que o orçamento do ano fiscal 2013, a ser lançado na próxima semana, somará ao financiamento cerca de US$80 milhões a mais. Uma quantia adicional de US$26 milhões será destinada a cuidadores, formação profissional, conscientização pública e melhorias à infraestrutura de dados.

Há cerca de 5,1 milhões de pacientes somente nos Estados Unidos. Não existe cura para transtorno cerebral degenerativo.

Esses são dados que ocorrem no mundo. Especificamente, neste caso, em relação aos Estados Unidos, para que nós possamos acompanhar e comparar, quem sabe, até com o que ocorre no Brasil.

Devido ao envelhecimento da população, as projeções indicam que o número de pessoas com a doença nos Estados Unidos mais que duplicarão até 2050.

Então, são alertas que, para nós, chegam para tomarmos conhecimento, sem dúvida alguma, e também para nos precavermos.

Na sequência, há Expediente sobre a mesa, que passo a ler:

A presente reunião destina-se à apreciação dos Itens de 1 a 5, conforme pauta previamente divulgada.

Está aí com os senhores. São dois itens não terminativos e três terminativos.

Passo a ler um Expediente que chega do gabinete do Senador Cristovam Buarque, encaminhado à Srª Dulcídia Ramos Calháo, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que diz o seguinte:

Senhora Secretária,

Com meus cordiais cumprimentos, informo a Vossa Senhoria que o Senador Cristovam Buarque estará impossibilitado de comparecer aos trabalhos dessa Comissão de Assuntos Sociais – CAS, no período de 6 a 10 de fevereiro do corrente ano, pelo motivos especificados na cópia ao Requerimento anexo.

Solicito as necessárias providências com relação à justificação da frequência do Parlamentar junto a Presidência dessa Comissão.

Deve trazer aqui a justificativa das razões. Vejamos:

Requeiro, nos termos do Art. 13 do Regimento Interno, que seja considerado "desempenho de Missão política e cultural de interesse parlamentar no exterior" minha ausência às Sessões Plenárias no período de 6 a 10 de fevereiro de 2012, quando estarei atendendo aos convites formulados:

a)pelo Senado Francês [e também]

b pela Academia Real de Ciências, Letras e Belas Artes da Bélgica.

Informo, por oportuno, que essa participação não representará quaisquer ônus financeiros para o Senado Federal".

E, segue justificando.

Quero registrar, então, a justificativa do Senador Cristovam Buarque por não estar presente de 6 a 10 de fevereiro.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 56, DE 2009
– Terminativo –

Acrescenta a Seção II-A ao Capítulo I do Título III da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a jornada especial de trabalho dos Operadores de Telemarketing.

Autoria: Deputado Bernardo Ariston

Relatoria: Senador Wellington Dias

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta.

Observação:

– Votação nominal.

A pedido do Senador Wellington Dias, a matéria fica retirada da pauta para reexame.

Estou comunicando que, por autoria do relator, Senador Wellington Dias, o projeto está sendo retirado para reexame.

Na sequência, vou colocar aqui um item extrapauta, que é o requerimento que a Senadora Ana Amélia apresentou no início da reunião, que passo a ler:

REQUERIMENTO Nº 1, DE 2012 – CAS

Requeremos, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos, para tratar sobre os problemas envolvendo as próteses de silicone, das marcas PIP (Poli Implant Prothese) e Rofil, com os seguintes convidados:

– Sr. Dirceu Barbano – Diretor-presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa);

– Sr. José Horácio Aboudib – Presidente da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica;

– Sr. Arlindo de Almeida – Presidente da Associação Brasileira de Medicina de Grupo (ABRAMGE);

– Sr. Rodrigo Wobeto – Presidente da Associação das Vítimas da PIP;

– Sr. José Luiz Pedrini – Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de Mastologia.

Autoria: Senadora Ana Amélia .

Concedo, mais uma vez, neste caso, a palavra à Senadora Ana Amélia para encaminhar o requerimento.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria agradecer, Presidente Casildo Maldaner, o apoio dos colegas Senadores nesta reunião pela acolhida da inversão de pauta, já que é um requerimento e há algumas matérias de caráter terminativo que precisam de voto nominal. Enquanto aguardamos o quórum, vamos aproveitar o tempo para isso. Esse é o mesmo assunto que a Senadora Vanessa abordou. Estamos em conjunto porque ela lembrou o mutirão da recuperação de mamas de mulheres mastectomizadas, que vai acontecer em março.

Então essa audiência pública poderá ser realizada no dia 14 de fevereiro com a oitiva dessas autoridades, para que ao mesmo tempo tratemos da necessidade da restituição das mamas de mulheres submetidas a mastectomia e desse problema grave, que foram as próteses fraudadas que criaram vários problemas para as mulheres brasileiras que usaram essas próteses fabricadas na França e também na Holanda.

É por isso que, junto com a Senadora Vanessa, estamos propondo essa audiência pública, a primeira deste semestre.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Está em votação o requerimento. Aliás, é uma matéria que está muito em pauta no Brasil, hoje. Em todos os lugares que se vá. A imprensa, a comunicação...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, para discutir a matéria antes da votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Pois, não. Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, esse tema, levantado aqui pela Senadora Ana Amélia, durante o recesso parlamentar, foi assunto, inclusive pelas Rádio e TV Senado.

Na época, eu estava ainda, claro, de férias. Consultado sobre o tema, Senadora Ana Amélia, fiz algumas gravações, dizendo que seria uma das iniciativas que a Comissão de Direitos Humanos tomaria sobre o tema que V.Exª, brilhantemente, encaminha aqui.

Mediante esse fato, Sr. Presidente, a Comissão de Direitos Humanos, já na segunda-feira, aprovou uma audiência pública com o mesmo objetivo.

O que eu estou propondo? Que não se repita que, uma e outra Comissão, faça audiência pública sobre o mesmo assunto. O que estou propondo, submetendo-me ao ofício da Senadora Ana Amélia, que foi fundo na questão, inclusive indicando as pessoas que serão painelistas, que façamos essa audiência conjunta aqui na Comissão de Assuntos Sociais.

Faríamos a audiência aqui. A Comissão de Direitos Humanos se somaria e, assim, eu não teria de fazer uma audiência sobre um tema que as senhoras muito bem aqui já encaminharam.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigado. Muito bom!

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Faço esse adendo no sentido de que a Comissão de Direitos Humanos se somará, então, com o ofício já lá aprovado, mas submetendo que esta seja a Comissão principal.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Senador Paulo Paim, é uma alegria ver que isso é a racionalização do trabalho e economia de tempo inclusive para as pessoas que são convidadas, que deixam de vir duas ou três vezes para tratar do mesmo tema.

Acho que isso engrandece a responsabilidade nossa de, conjuntamente, estarmos produzindo melhor para a sociedade brasileira.

Agradeço muito a contribuição inestimável do Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Como disse a Senadora Ana Amélia, é a racionalização dos trabalhos. O Senador Paulo Paim, como Presidente, aliás reconduzido pela própria bancada, pelo conjunto dessa Comissão de Direitos Humanos, traz essa compreensão.

Quero cumprimentar S. Exª, sem dúvida alguma.

Continua em debate a matéria. Esse é o requerimento da Senadora Ana Amélia. *(Pausa.)*

Como ninguém mais queira debater, coloco em votação. *(Pausa.)* Aprovado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente, agradeço.

Tenho mais dois requerimentos que são bem rápidos. Eu queria também, da mesma forma.

É um requerimento que diz respeito à epidemia que o Brasil vive hoje de acidentes envolvendo motocicletas. Tenho já a relação dos convidados propostos. E eu gostaria de ver também com o Senador Paulo Paim se S. Exª tem interesse sobre a matéria, que é muito séria, que envolve inclusive trabalhadores.

A relação de convidados que eu apresentei é a seguinte:

Doutor Dirceu Rodrigues Alves Júnior, Diretor da Associação Brasileira de Medicina de Tráfego; Dr. Roberto Yoshio Akiyama, Presidente da Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicicletas e Similares; Dr. Ricardo Xavier, Diretor Presidente da Seguradora Líder, responsável pela administração do seguro DPVAT; Sr. Aldemir Martins de Freitas, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Motociclistas da Cidade de São Paulo, Sindimoto-São Paulo e de Valter Ferreira da Silva, Presidente do Sindicato dos Motociclistas Profissionais do meu Estado, do nosso Estado, Senador Paulo Paim, o Sindimoto do Rio Grande do Sul.

As informações que nós temos são gravíssimas porque, de 1996 até agora, o número de acidentes envolvendo motos aumentou 1.298%. Esse é um problema grave que está matando mais do que muitas doenças, Senador Casildo Maldaner.

Eu gostaria que os Senadores apoiassem essa audiência pública, porque nós temos de discuti-la não só no âmbito dos trabalhadores, mas no âmbito da maior segurança desse transporte, que hoje é usado com destaque na economia.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – A Senadora Ana Amélia coloca um segundo requerimento em discussão.

É o seguinte o requerimento:

REQUERIMENTO Nº 2, DE 2012 – CAS

Requeiro, nos termos do disposto no art. 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assun-

tos Sociais, destinada a discutir a epidemia de acidentes envolvendo motocicletas no Brasil. Para tanto, sugiro sejam convidados: Sr. Dirceu Rodrigues Alves Júnior – Diretor da Associação Brasileira de Medicina do Tráfego (Abramet); Sr. Roberto Yoshio Akiyama – Presidente da Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicicletas e Similares (ABRACICLO); Sr. Ricardo Xavier – Diretor presidente da Seguradora Líder, responsável pela administração do Seguro DPVAT; Sr. Aldemir Martins de Freitas – Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Motociclistas da Cidade de São Paulo (Sindimoto/SP); Sr. Valter Ferreira da Silva – Presidente do Sindicato dos Motociclistas Profissionais do RS (Sindimoto/RS).

Autoria: Senadora Ana Amélia

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Como ela já leu o requerimento, a Mesa entende que é dispensável a leitura do requerimento, inclusive apresentando os convidados.

Trata-se da epidemia de acidentes envolvendo motocicletas no Brasil. A questão de motos é muito dramática hoje no Brasil.

Então, coloco em discussão o requerimento.

Novamente, o Senador Paulo Paim está com a palavra. Depois, o eminente Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, primeiro cumprimentar a Senadora Ana Amélia. Também nesta segunda-feira, Senadora Ana Amélia, nós aprovamos, na Comissão de Direitos Humanos – não é o tema; quero cumprimentar V. Exª –, um ciclo de debates sobre os acidentes no trânsito na sua amplitude e, como carro-chefe, o debate do Estatuto do Motorista, em que estão participando empresários e trabalhadores. Avançamos no ano que passou e já regulamentamos, pelo menos aqui, no Senado – foi para a Câmara –, a profissão de motorista.

Então, eu vou considerar, com muito orgulho, porque somos parceiros, que a proposta de uma audiência apresentada aqui pela Senadora Ana Amélia faz parte desse ciclo de debates, que continuaremos fazendo lá e não precisaremos fazer na questão das motos, porque aqui a Senadora Ana Amélia já marca audiência, e nós nos faremos presentes. Quero mais é cumprimentar a Senadora pela iniciativa, que faz parte dessa preocupação de todos nós com os acidentes no trânsito. Sou totalmente favorável ao requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Mais uma racionalidade, segundo a Ana Amélia, sobre um tema tão proeminente, que está em pauta no Brasil nos dias de hoje.

Pois não, o eminente Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, eu quero me somar a essa preocupação externada pela Senadora Ana Amélia, porque realmente vivemos no Brasil uma epidemia de acidentes de motocicletas, que, inclusive, na sua maioria, são graves.

No meu Estado, no Hospital de Trauma, no Hospital Geral de Urgência de Natal, pedi ontem um levantamento à direção do hospital. Os dados de que *a priori* tomei conhecimento são assustadores. Fui informado de, só em um fim de semana, 107 acidentes de motocicletas, muitos deles levando os pacientes a traumas cranienceфálicos, amputações, traumas de tórax ou traumas abdominais. A mortalidade por esses acidentes no Brasil está se elevando de forma assustadora e preocupante.

Acho que precisamos e devemos fazer esse debate conforme a proposição da Senadora Ana Amélia, porque precisamos discutir uma legislação que previna o que está acontecendo hoje no Brasil. Há que se considerar que, no interior do Brasil, o cavalo foi substituído pela moto. Antigamente, o cavalo era o meio de transporte do cidadão e da cidadã do campo, da zona rural. Hoje, o acesso a esse veículo está trazendo muitos acidentes por razões diversas. Portanto, precisamos discutir, seriamente, esse problema, porque os nossos hospitais de urgência estão pagando um preço muito alto, e a nossa juventude, os nossos jovens, da mesma forma, estão sofrendo problemas e sequelas advindas desses acidentes.

Entretanto, Sr. Presidente, gostaria de pedir vênia à Senadora Ana Amélia para propor a inclusão de uma autoridade da urgência, porque aqui todos os nomes foram bem escolhidos, por sinal, mas, para que tenhamos a noção real, o quadro real da gravidade dos acidentados que chegam às nossas urgências, aos prontos-socorros do Brasil, é importante que tenhamos dados reais de alguém que trabalha no dia a dia, de alguém que está na assistência do trauma, de alguém que está recebendo esses pacientes com traumas cranienceфálicos, traumas torácicos, traumas abdominais nas UTIs.

Portanto, eu sugiro a V. Exª, Senadora Ana Amélia...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com muito prazer.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – ...colocar aqui a Associação Brasileira de Terapia Intensiva, porque são nas UTIs onde se acompanham e recebem

os pacientes graves, de onde se obtêm as estatísticas mais confiáveis desses acidentes. É a minha sugestão, parabenizando a iniciativa da Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu acolho com muito bom grado. Acho que o nosso colega médico, Senador Paulo Davim, traz uma contribuição valiosíssima porque é nessa área que vamos ter os dados mais dramáticos sobre o problema que estou levantando com a questão dos acidentes de moto. Então, acolho. Gostaria até que ele subscrevesse o requerimento e acrescentasse o nome do médico da associação especializada nessa questão.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Pois não. Então, recolho. A Senadora Ana Amélia aceita a proposta do eminente Senador Paulo Davim para que se inclua a Associação de Terapia Intensiva do Brasil para que possa trazer números justamente em relação ao tema. É fundamental.

Uma coisa que chamou a atenção do eminente Senador Paulo Davim é a cultura que se altera. À época, andava-se a cavalo e, depois, houve a mudança para outros meios de transporte, e essa mudança, sem dúvida alguma, vem causando muitos transtornos.

Continua em votação o requerimento da Senadora Ana Amélia, com o aditivo do eminente Senador Paulo Davim.

Pois não, Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu vou apresentar outro aditivo, já conversei com a Senadora Ana Amélia.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – A Senadora Vanessa propõe mais um aditivo.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Cumprimentar a Senadora, sempre muito atenta aos problemas do País e, sem dúvida nenhuma, esse problema dos condutores de motocicletas, e não são apenas os mototaxistas, são também os motoboys... Ou seja, o Brasil inteiro, motocicletas... E eu acho muito bom, porque, aliás, as motocicletas, grande parte delas, em torno de 90% ou mais, são fabricadas no Polo Industrial de Manaus. A Moto Honda do Brasil, por exemplo, é uma fábrica que tem em torno de dez mil trabalhadores, somente a Moto Honda do Brasil. Essa é a fábrica que mais emprega no meu Estado, o Estado do Amazonas.

E há diferenciações, Presidente, em relação a esse transporte. Dependendo da cidade, do tamanho do porte da cidade – está aqui o Senador Davim mostrando, comprovando que, hoje, os jegues estão sendo substituídos pela moto, são jegues, como posso dizer, motorizados. E no Norte também, por exemplo: nós temos cidades do interior do Estado onde não tem um carro, só tem motocicleta. Mas temos metrópoles como Manaus, de dois milhões de habitantes, que vive problemas semelhantes aos do Rio Grande do Sul, de Porto Alegre, aos de São Paulo, aquelas motos que não respeitam o trânsito, enfim, prejudicando até àqueles que têm uma condição mais responsável.

Então, eu gostaria de sugerir um representante dos condutores de moto da Região Norte. Poderíamos ver, depois, de onde poderá vir essa pessoa. Mas para poder dar uma visão e, se for o caso, dividir a intervenção com representantes das outras regiões. Mas seria muito importante que viesse alguém da Região Norte, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Então, a Mesa solicita, naturalmente a Senadora Amélia acatando essa sugestão, seria interessante que a Senadora Vanessa, assim como o Senador Paulo Davim também, formalizasse à Mesa, para que possamos anexar esses aditivos.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Aliás, apenas para acrescentar ao que a Senadora Vanessa disse, a capital campeã em acidentes de moto está na Região Norte, em Boa Vista, Roraima, superada de perto por Palmas, no Tocantins, e outras cidades pequenas como São Gonçalo do Piauí, no Piauí, Ribeirãozinho, em Mato Grosso, e Aurora do Tocantins, em Tocantins. Quer dizer, não é só São Paulo, que tem uma grande frota de motoboys trabalhando, que é a 13ª capital em número de vítimas de acidentes. O Rio de Janeiro fica em 15º lugar, mas, como eu disse, a campeã ainda é Boa Vista, a capital de Roraima.

Então, por isso, a Senadora Vanessa tem razão. Eu apenas gostaria que ela indicasse o nome da pessoa ou a entidade para representar nessa audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Então, fica a solicitação da Mesa para que a Senadora Vanessa também faça, assim como o Senador Paulo Davim, o aditivo, sugerindo nomes, quem pode participar dessa audiência pública.

Na sequencia, vejo que o Senador Mozarildo Cavalcanti – até porque o Estado de V. Exª tem sido citado – gostaria de opinar e vejo que a Senadora, na realidade, também deseja se manifestar.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sr. Presidente, quero dizer que é o tipo do campeonato que não nos orgulha, ser campeões de acidentes de moto.

Evidente que há vários fatores envolvidos. Primeiro, a própria, digamos assim, forma da urbanização da cidade, a questão do controle de trânsito, a imprudência dos motoqueiros. Mas o fato é que os números estão aí.

Isso me preocupa, não só como Parlamentar, mas como médico, porque – todo mundo aqui já até

comentou – o pior é que o grande número de acidentados é de jovens, pessoas de faixa etária jovem, que terminam ficando com sequelas, para depois se tornarem, alguns deles, improdutivos.

Então, é muito importante que esta Comissão tome realmente esse tema como um tema importante para a saúde pública, inclusive também para a questão do trabalho no País.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Sr. Presidente Casildo Maldaner.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Pois não, Senadora.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Eu também gostaria de destacar a importância dos temas abordados aqui sobre a violência no trânsito, principalmente o número de mortes apontado no meu Estado de Roraima, na capital, Boa Vista, apontado aqui pela Senadora Ana Amélia, e dizer que a Prefeitura Municipal de Boa Vista tem dedicado um esforço concentrado no sentido de amenizar essa situação, em parceria com o Governo Federal.

Eu queria também destacar a importância da audiência pública que... Do requerimento que será votado aqui para discutir a questão das próteses de silicone. Também gostaria de dizer, Senadora Vanessa Grazziotin, que nós queremos participar ativamente dessa audiência pública, uma vez que na Presidência da Subcomissão da Mulher, no Senado Federal, nós temos discutido, em inúmeras audiências públicas, questões relativas à saúde da mulher brasileira e à saúde da mulher indígena, já que 10%, 15% da população indígena do nosso Estado de Roraima tem apontado, tem mostrado em estatísticas a grande importância de o Congresso Nacional, de o governo brasileiro se dedicar à resolução dos problemas relacionados à saúde da mulher.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Acolhemos as ponderações da Senadora Angela Portela com relação a Roraima, Estado de que também faz parte o Senador Mozarildo Cavalcanti, e as ponderações também em relação ao primeiro requerimento da Senadora Ana Amélia.

Quero registrar a presença do eminente Senador Lauro.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Pois não. Vejo que o Senador Cyro Miranda deseja participar do debate.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado.

Quero parabenizar a atuante Senadora Ana Amélia por ter levantado esse tema e dizer que no meu Estado de Goiás 42% da ocupação dos hospitais públicos advém de acidentes de moto. É tão importante... Hoje, criaram um seguro para retrovisor. Vejam como as coisas vão onerando. E concordo com a Senadora Vanessa de que estão substituindo o jegue pela moto. Mas não se pode dirigir irresponsavelmente e sem ordem a moto como se fosse o jegue. Então, nós temos que realmente tomar providências e normatizar. Porque hoje é um descalabro que se vê na atuação desses motoqueiros. Em São Paulo, tem um acidente a cada um minuto e meio. A cada um minuto e meio tem um acidente de moto. Então, parabenizo e faço coro a esses Parlamentares.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Ok. Bom, mais alguém deseja discutir...

Eu registro aqui a presença do eminente Senador Wellington Dias.

Mais alguém deseja sobre esse tema... *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir o requerimento, coloco em votação. *(Pausa.)*

Aprovado, então, o requerimento apresentado pela Senadora Ana Amélia, que é o segundo.

Tem, agora, mais um requerimento da Senadora Ana Amélia e também um do eminente Senador Cyro Miranda. Em seguida, vamos para as matérias propriamente ditas da Ordem do Dia.

REQUERIMENTO Nº 3, DE 2012 – CAS

Requeiro, nos termos do disposto no art. 58, §2º, V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência nesta Comissão de Assuntos Sociais, para tratar sobre o impacto da entrada de profissionais estrangeiros no Brasil. Para tanto, sugiro sejam convidados: Sr. Paulo Roberto dos Santos Pinto, Ministro interino do Ministério do Trabalho e Emprego; Sr. Artur Henrique da Silva Santos, Presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT); Sr. Paulo Pereira da Silva, Presidente da Força Sindical.

Autoria: Senadora Ana Amélia

Concedo a palavra à eminente Senadora, para encaminhar o requerimento.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente, colegas Senadores e Senadoras, esse tema tem sido abordado pela imprensa brasileira, mostrando não só o problema dos haitianos que chegam pelas portas do Acre, em busca de oportunidades – e o Governo brasileiro, humanitariamente, está fazendo

essa acolhida para trabalharem em setores como o da construção civil, que tem uma espécie de apagão de mão de obra –, mas o que está acontecendo é que nas áreas de especialização as autorizações para trabalhadores estrangeiros têm aumentado substancialmente.

Eu gostaria de aduzir à indicação do Ministro Interino do Trabalho também os representantes das centrais sindicais, da CUT e da Força Sindical, pois é preciso que os líderes da área dos trabalhadores também se manifestem. Eu faço este adendo aqui oralmente, verbalmente. Imagino que o Senador Paim também tenha interesse na matéria, em função exatamente de envolver a questão do trabalho e do emprego em nosso País. A presença do Ministro do Trabalho e das centrais sindicais daria maior visibilidade à discussão da questão dos trabalhadores estrangeiros no mercado brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Continua em discussão o terceiro requerimento da Senadora Ana Amélia, que trata de imigrantes.

Pois não, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Só para dizer que sou totalmente favorável ao requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Continua em debate o requerimento.

Não havendo mais quem queira discutir o requerimento, coloco-o em votação. *(Pausa.)*

Aprovado.

Próximo requerimento e último desta reunião, para depois irmos à pauta propriamente dita.

REQUERIMENTO Nº 4, DE 2012 – CAS

Requeiro, com base nos arts. 73, 74 e 76, combinados com o inciso IV do art. 89 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, da Subcomissão Temporária do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), composta por cinco membros titulares e cinco suplentes, com a finalidade de, até o final desta sessão legislativa, examinar as questões pertinentes à remuneração das contas vinculadas ao FGTS, a sustentabilidade de capitalização desse Fundo, bem como propor o devido aprimoramento na legislação específica.

Autoria: Senador Cyro Miranda

Concedo a palavra ao eminente Senador para encaminhar o requerimento.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Obrigado, Sr. Presidente Casildo Maldaner. Srªs e Srs. Senadores, o Sr. Presidente ontem participou, juntamente com o Senador Lindbergh, Senadora Ana Amélia, Senadora Vanessa, de um projeto em que nós estávamos pensando em colocar um índice para correção do fundo de garantia. O fundo de garantia dos trabalhadores, entre 2003 e 2011, já perdeu 92,7 bilhões, só por falta de correção. O índice que o corrige, a TR, foi de 4,6% no ano passado, 2011, enquanto que a inflação foi de 6,5%.

O Senador Lindbergh levantou o ponto que seria muito difícil que indexássemos porque aí estaríamos provocando inflação. Acho que ele tem razão. Naquele momento, surgiu entre nós a ideia de fazermos uma subcomissão porque temos que resolver isso.

Só no mês de janeiro de 2012, a perda já foi de 1,7 bilhão. Quer dizer, está corroendo. Temos disparidades! A Caixa Econômica passa a mão nesse fundo, administra esse fundo com cinco por cento e empresta a entre 8% e 12% mais correção. Quer dizer, o trabalhador está levando desvantagem. Então temos que arrumar uma solução. Se aquela do indexador não foi a melhor ou não foi possível, nós, por esta comissão, temos certeza que vários Parlamentares pensando juntos vamos encontrar uma saída que não vá ferir nada da Constituição ou voltarmos à inflação ou usarmos índices que não sejam atualizados. Então, nesses termos, peço a compreensão de todos para este que é um tema extremamente importante e temos colegas aqui envolvidos bastante com esse tema.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Está em votação o tema que, sem dúvida alguma, é relevante, a proteção aos recursos dos trabalhadores.

Pois não, Senador Wellington dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, quero louvar a iniciativa do Senador Cyro porque é um tema que teve um conjunto de modificações ao longo dos últimos anos. A gente ainda tem determinados parâmetros com base em legislação anterior. Creio que é hora de fazer um balanço nas mudanças, a destinação com os trabalhadores. Muitas vezes nós discutimos aqui que tem que usar esse dinheiro adequadamente. Certamente, vai ser uma oportunidade de darmos não só aos membros desta comissão, mas aos Parlamentares, quem sabe ao País, neste debate, nesta audiência, um conhecimento maior que vai ser importante para a tomada de decisões nesta Casa. Quero parabenizar e apoiar.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Pois não. Após a palavra ao Senador Wellington dias, com a palavra o Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Também quero apoiar a proposição do Senador Cyro Miranda. Ontem foi votado projeto do Senador Cyro

Miranda, um substitutivo, ele foi o relator do projeto e apresentou um substitutivo em relação ao FGTS. No caso, nós nos posicionamos contra porque havia indexação com o INPC.

Nós temos uma preocupação clara. A Presidenta Dilma Rousseff está mudando o rearranjo macroeconômico do País. Nós estamos baixando as taxas de juros. Vamos chegar, neste ano, a 9,5%. Hoje estamos com taxas de juros reais de 4,5%, a menor de toda uma série histórica. E a Presidenta tem que continuar, o Banco Central vai continuar nessa linha. Mas, para isso, é preciso ter um olhar sobre a inflação, e a indexação é um mal. Então, indexar com a inflação seria um equívoco.

Portanto, a discussão aqui dessa forma, montando essa subcomissão, eu acho extremamente pertinente. É claro que nós temos, às vezes, opiniões contrárias às dos tucanos no Senado Federal e na Câmara...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Aliás, os tucanos, nesse caso, estão mais para o PT do que para os tucanos. E o PT está mais para os tucanos.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – V. Exª sabe que os tucanos acabam questionando muito, Senador Casildo Maldaner, o fato de nós estarmos usando os recursos do FGTS para incentivar investimentos. É fundamental que aconteça dessa forma. O Programa Minha Casa, Minha Vida com recursos do FGTS; outros investimentos do PAC. Da Copa, não. Os da Copa colocaram aqui no Congresso, mas a Presidenta Dilma vetou. Isso é fundamental para gerar empregos, para criar uma situação melhor para o trabalhador.

Nós chegamos, em dezembro – eu tenho muito orgulho deste resultado do Governo da Presidenta Dilma –, à menor taxa de desemprego da história do País: 4,7%. Esse pacote de obras é fundamental.

Então, eu queria dizer ao Senador Cyro que, com essas diferenças, eu acho que será uma subcomissão muitíssimo importante. Estamos no centro do debate político nacional.

Por fim – essa é a minha primeira fala aqui na Comissão de Assuntos Sociais –, quero também, como todos que falaram em relação ao nosso Presidente Jayme, desejar melhoras ao nosso Presidente. Sei que em breve ele estará aqui. Fico olhando o Senador Casildo Maldaner presidir os trabalhos hoje, Senadora Ana Amélia, Senador Cyro. Ele sofreu no ano passado uma cirurgia, mas ontem eu tive o prazer de ir a uma academia de ginástica à noite e correr na esteira ao lado do Senador Casildo Maldaner. Verdade! Fez mais de uma hora de atividade física, correndo. Senti uma satisfação ao ver aquilo, a disposição, a capacidade de recuperação. Então, eu quero dizer que o Senador Jayme vai no mesmo caminho do Senador Casildo Maldaner, que é esse grande amigo que nós aprendemos a respeitar pela sua dedicação, pela sua integridade.

Muito obrigado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – A minha esteira é às seis da manhã.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – A nossa foi ontem à noite, não é, Senador Casildo?

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – O Senador Lindbergh Farias ninguém acompanha. Ele é maratonista. Ele faz duas horas, no mínimo. É uma loucura!

Continua em debate, então, o requerimento do Senador Cyro Miranda.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Quero me somar aos que já falaram, pela a importância dessa subcomissão, até porque, Sr. Presidente, acho que dá para ampliarmos um pouco.

Eu falava aqui com o autor Cyro Miranda, porque é comum, nesta Comissão e em outras comissões, na Câmara e no Senado, haver projetos que tratam do FGTS destinando seus recursos para as mais variadas áreas.

Lembro – e eu comentava com o Senador Lindbergh – que eu perdi aqui, por um voto, uma votação para o meu amigo, Senador Wellington Dias, sobre se o dinheiro poderia ser usado ou não. Era uma questão da casa própria. Por um voto!

Acho que se nós tivéssemos, nesta Comissão, a oportunidade de discutir a aplicação do Fundo de Garantia baseada nos projetos que estão tramitando na Casa, já que vamos chamar aqui especialistas no tema, nós daríamos uma bela contribuição a esta Comissão, ao Senado e até mesmo à Câmara dos Deputados.

Então, sou totalmente favorável. Uma bela iniciativa. Além da remuneração, podemos analisar também qual é a nossa ótica. Efetivamente, o Fundo de Garantia poderia ser aprovado em projetos que vêm beneficiar o povo brasileiro e naturalmente aqueles que pagam o Fundo de Garantia que são os assalariados.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Sem dúvida alguma. Vem em boa hora o requerimento do Senador Cyro Miranda.

Continua em discussão. Antes, quero também registrar a presença do eminente Senador Paulo Bauer, que chega à Comissão.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, para corroborar inclusive com o meu nobre colega, por quem tenho estima e admiração, Lindbergh.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Pois não.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Quando você pega um dinheiro emprestado no banco para construir uma indústria, uma estrada, você está gerando emprego, mas você está pagando por aquele dinheiro. Então, é justo que o trabalhador que emprestou esse dinheiro para o PAC que vai gerar riqueza também tenha uma remuneração. Esse é um dinheiro dele. Você não pode pegar isso a cinco e emprestar a oito, doze, certo?

Então, acho que é fácil achar – esta subcomissão, com certeza, vai encontrar – um caminho de equilíbrio, em que o trabalhador tenha essa perda de volta.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Como ninguém mais quer discutir, coloco em votação o requerimento e a emenda do Senador Cyro Miranda. *(Pausa.)*

Aprovado, por unanimidade.

Na sequência, o item 5 é um que está sendo retirado:

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 67, DE 2011
– Terminativo –

Regulamenta o exercício das profissões de transcritor e de revisor de textos em braille.

Autoria: Senador Paulo Paim.

Relatoria: Senador Lindbergh Farias.

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 67, de 2011.

Observação:

– Votação nominal

A pedido do Relator, a matéria fica retirada de pauta para reexame.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Senador Casildo, quero, inclusive, marcar a data: duas semanas. Na verdade, nós discutimos com a equipe do Governo, da SRI, e o Ministério da Educação apoia, mas o Ministério do Trabalho quer fazer algumas considerações. Conversei com o Senador Paulo Paim, mas queria aqui marcar a data. Não há polêmicas eternas. No mais em 15 dias, nós colocaremos para votação esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Obrigado a V. Exª.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma consulta à Mesa, se possível. Aí a Mesa poderá me responder. E quero fazê-lo enquanto há quórum privilegiado.

Estou muito preocupado com a questão do direito de greve dos servidores públicos. Entendo que isso precisa ser regulamentado, e esta Casa já aprovou um projeto meu de 2007 – esta Casa, digo esta Comissão. Esse projeto foi lá para a CCJ. Regulamenta. Porque sou contra essa história de proibir, agora, direito de greve, mediante fatos que vêm acontecendo no Brasil, para os servidores. Eu regulamento o direito.

Pergunto à Mesa, se nós já aprovamos aqui, se seria possível nós apresentarmos um requerimento de urgência para esse tema, para que ele entre na pauta de prioridade da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Vamos verificar com a assessoria técnica da Comissão e, logo em seguida, ao termos a informação, nós a repassaremos a V. Exª e à Comissão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Item 1 da pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 54, DE 2007
– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, dispondo sobre atendimento prioritário aos idosos na rede de serviços de saúde, nas condições que especifica.

Autoria: Deputado *Pompeo* de Mattos.

Relatoria: Senador Lindbergh Farias.

Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 54, de 2007.

Observações:

– Em 17.04.2008, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH aprovou Parecer contrário ao Projeto;

– Votação simbólica.

Concedo, nesse caso, a palavra ao eminente Senador Lindbergh Farias para proferir o seu parecer.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, primeiro, quero elogiar a iniciativa do Deputado Pompeo de Mattos. Esse é um projeto meritório, estamos de pleno acordo com esse projeto, mas estamos propondo a rejeição por economia processual. Essa garantia do atendimento preferencial ao idoso já existe no ordenamento jurídico brasileiro, como bem salientou o Senador Leomar Quintanilha, que tinha apresentado o relatório na Comissão de Direitos Humanos também pedindo a rejeição. E cita que ela está prevista reiteradamente em dispositivos constantes das seguintes normas: Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, que dispõe sobre a

Política Nacional do Idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências; Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade ao atendimento às pessoas que especifica e dá outras providências; e, finalmente, o Estatuto do Idoso.

Nosso relatório cita toda essa legislação, e é por isso, diante da existência dessas normas, mas registrando também que essa proposição não merece qualquer reparo no tocante à constitucionalidade material, à juridicidade e à técnica legislativa, que nós votamos pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 54, de 2007.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Continua em discussão o parecer do eminente Senador Lindbergh Farias.

Como ninguém quer discutir...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, só uma rápida consideração.

Primeiro, quero dizer que concordo com o relator. O Deputado Pompeo de Mattos, inclusive, é do Rio Grande do Sul, é meu amigo, e a iniciativa foi das melhores, mas acho que é correto, não tem como, às vezes, a gente aprovar um projeto só para ficar numa posição simpática com esse ou aquele parlamentar, quando, na verdade, estamos votando algo que já foi votado.

Eu me lembro aqui que numa oportunidade votamos pela segunda vez a proibição da tal de demissão programada, eu fiquei meio assim porque o projeto era de minha autoria, o primeiro aprovado, vem outro idêntico e nós aprovamos.

Acho que não cabe, nós temos que ter muita tranquilidade de dizer, elogiando a segunda iniciativa, mas dizendo que não cabe, que já existe lei nesse sentido, seja de quem for.

Os cumprimentos ao relator.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner Bloco/PMDB – SC) – Muito bem.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o parecer que conclui pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 54, de 2007, pelas razões já conhecidas e por existir lei que trata dessa questão.

O resultado, como quem não quer se manifestar, fica aprovada a rejeição ao Projeto de Lei da Câmara nº 54, de 2007, pelo parecer do primeiro Senador Lindbergh Farias, será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal, para a ciência do plenário e publicação no Diário Oficial do Senado Federal.

Antes de partir para o Item 2, já temos a resposta ao eminente Senador Paulo Paim, informando que esta Comissão já se pronunciou sobre a matéria, está na Comissão, na CCJ, faltando, aguardando o relator.

O que nós poderíamos, em conjunto, é fazer umas tratativas junto ao Presidente da Comissão, que é o Senador do Ceará, o Eunício Oliveira, para ver se já houve distribuição, se já tem relator destinado, fazermos uma articulação para que a coisa ande.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Ok, Presidente, parabéns pela decisão.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Presidente, permita-me.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner Bloco/PMDB – SC) – Pois não.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Eu quero apenas reforçar aqui a lembrança, o pleito do Senador Paulo Paim porque veja, eu também fico preocupado, às vezes, por conta de uma situação isolada, a gente quer tomar uma posição drástica, é aquela história de matar o boi para acabar com o carrapato. Então eu acho que qualquer um que tenha a defesa da democracia sabe a importância da liberdade de mobilização de greve da classe trabalhadora, é alternativa que tem em qualquer local do mundo sobre isso.

Reconheço que precisamos analisar e eu ia dizer isso na Comissão de Direitos Humanos categorias armadas, armadas. É legítimo liberarmos o direito de greve, por exemplo, para o Exército, para a Marinha, para a Aeronáutica, para a Polícia Militar, para dar um exemplo? Então tudo isso eu acho que precisa ser bem trabalhado e de bom regramento. E acho que o projeto do Senador vai nessa direção.

Acho que é importante, até para a gente poder não inventar coisas a partir de uma situação específica. Eu acho que uma conversa com o Senador Eunício, ou seja, com o conjunto, para realizar audiência pública e, a partir daí, a votação eu acho que é de bom tamanho.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner Bloco/PMDB – SC) – Sem dúvida, Senador Farias. Lindbergh, Wellington Dias, o tema é muito presente, está muito em pauta, sobre até onde pode, até onde não pode, a questão da segurança das pessoas, até onde chega, tem que ter direitos, é claro, mas até aonde vai. O tema é muito presente, sem dúvida alguma.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Eu sugiro ao Senador Paulo Paim que procure os líderes, se assinarem os líderes um requerimento de urgência, nós podemos levar diretamente ao Plenário. Acho que dada a gravidade e a urgência desse debate.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Há uma comissão geral sobre o tema.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Então acho que o caminho talvez seja esse, procurar os líderes, um requerimento de urgência.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner Bloco/PMDB – SC) – Sem dúvida alguma, o assunto é bem presente.

Antes de partir para o Item 2, quero fazer o registro da presença do Deputado Rosinha, com muita honra nesta Comissão.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 158, DE 2010
– Não Terminativo –

Altera a Lei 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para isentar do imposto de renda até o limite máximo dos benefícios pagos no regime geral de Previdência Social os valores recebidos mensalmente por contribuintes com mais de 65 anos.

Autoria: Senador Paulo Paim.

Relatoria: Senador Lindbergh Farias.

Relatório: Pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta.

Observações:

– A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, em Decisão Terminativa;

– Votação simbólica.

Concedo a palavra ao Senador Lindberg Farias para conceder o seu parecer.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Senador Paulo Paim, autor do projeto, quero, primeiramente, dizer que o meu parecer como Relator, apresentando uma emenda substitutiva, é favorável ao projeto, Senador Paulo Paim, mas me reservo a dizer que na Comissão de Assuntos Econômicos quero aprofundar o debate, olhar os impactos econômicos de todas essas medidas. Faço questão de dizer isso aqui. O debate na Comissão de Assuntos Econômicos vai ser fundamental. Então, nesse entendimento é que o meu parecer é pela aprovação, com essa emenda substitutiva. Mas quero ressaltar que quero fazer um exame detalhada na Comissão de Assuntos Econômicos. Acho que esse é um projeto muito possível. Quero dizer, de antemão, a V. Exª, antes de ler o meu relatório. Vou dizer depois por que é possível no debate da Comissão de Assuntos Econômicos.

Relatório.

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 158, de 2010, de autoria do Senador Paulo Paim, é composto de dois artigos. O art. 1º altera o inciso XV do art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para isentar do Imposto de Renda das Pessoas Físicas (IRPF) os valores recebidos, mensalmente, a qualquer título, a partir do mês em que o contribuinte completar sessenta e cinco anos, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201 da Constituição Federal. Além disso, também insere § 2º ao art. 6º o qual estabelece que a referida isenção prevista não é cumulativa com a parcela isenta prevista na tabela de incidência mensal do imposto, prevalecendo o valor mais favorável ao contribuinte.

O art. 2º estabelece que, caso aprovada a proposição, a lei resultante do PLS em análise entrará em vigor no dia 1º de janeiro do ano seguinte ao da sua publicação.

De acordo com a legislação atual, os idosos com mais de sessenta e cinco anos que percebem valores referentes a aposentadoria, reforma ou pensão têm uma isenção de IRPF adicional. Contudo, esse benefício não contempla os demais idosos com mais de sessenta e cinco anos. Desse modo, a presente proposição tem por objetivo estender o benefício a todos os idosos com mais de sessenta e cinco anos, quer recebam benefícios previdenciários, quer não.

Não foram apresentadas emendas. Após a análise por esta Comissão de Assuntos Sociais, o projeto seguirá para a Comissão de Assuntos Econômicos, para decisão terminativa.

Análise.

Vou economizar um pouco o tempo e dizer o seguinte.

O projeto parte do pressuposto correto de que a poupança individual é uma forma de Previdência, que deve ser estimulada. Assim, nada mais razoável do que conceder benefício fiscal a pessoas idosas em geral, tenham ou não benefícios previdenciários concedidos pelo Estado. Na verdade, é até uma contradição lógica dar o benefício fiscal a quem já recebe do Estado um benefício previdenciário e não dar esse benefício a quem, por outros meios, amealhou ao longo da vida os recursos necessários para se manter na velhice e não depende da Previdência ou da Assistência Social.

Atualmente, o inciso XV do art. 6º da Lei nº 7.713, de 1988, estabelece, além da isenção prevista na tabela de incidência mensal do IRPF, que são isentos os rendimentos provenientes de aposentadoria e pensão, de transferência para a reserva remunerada ou de reforma pagos pela Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por qualquer pessoa jurídica de direito público interno ou por entidade de previdência privada, a partir do mês em que o contribuinte completar sessenta e cinco anos de idade. Esses rendimentos isentos têm como limite mensal os valores que especifica para cada ano-calendário, sendo que, nos meses de abril a dezembro, o ano/calendário de 2011, o limite foi de R$1.566,00.

Agora, como vai valer o art. 211 da Constituição, deve subir para algo em torno de R$3.400,00.

Assim, de acordo com a legislação atual, os idosos que percebem valores referentes a aposentadoria, reforma ou pensão têm uma isenção adicional de IRPF. Mas os demais idosos não têm essa isenção. Concordamos inteiramente com a proposta do PLS nº 158, de 2010, por ser justo e meritório. No entanto, para garantir que a proposta alcance os objetivos almejados, necessitamos apresentar algumas alterações a serem submetidas à apreciação desta Comissão.

Primeiramente, é preciso assinalar que a proposição não observa as exigências Constitucionais e da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal. O art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal exige, nas proposições que concedam ou ampliem incentivos ou benefícios de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita, a estimativa do impacto orçamentário-financeiro da norma no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, bem como o atendimento do disposto na lei de diretrizes orçamentárias. Além disso, deve-se também cumprir ao menos uma das condições por ela postas.

Segundo essas condições, ou o proponente demonstra que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e que não afeta as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da LDO, ou a proposição deve ser, necessariamente, acompanhada de medidas de compensação, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação de base de cálculo, majoração ou criação de tributo. Nesse último caso, o beneficio só pode entrar em vigor quando implementadas tais medidas compensatórias.

Para concluir, Sr. Presidente, outro aspecto que entendo ser importante é o de estabelecer todos os vínculos existentes no arcabouço jurídico que trata do imposto de renda. Para ser mais preciso, a Lei nº 7.713, de 1988, trata das definições e isenções da renda das pessoas físicas, mas não entra em detalhes no que concerne ao cálculo da renda mensal, objeto da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995. Desse modo, se não houver clareza na referida lei de que a isenção corresponde à diferença entre o teto de benefício do Regime Geral de Previdência Social e a parcela isenta prevista na tabela de incidência mensal do imposto, a proposição ficará aquém do seu objetivo. Basta observarmos as últimas alterações efetuadas na tabela do Imposto de Renda pela Lei nº 11.482, ‘de 2007, e pela Medida Provisória nº 528, de 2011, ainda em tramitação. O texto do PLS nº 158, de 2010, não faz menção a alterações na Lei nº 9.250, de 1995, mas tão-somente à “tabela de incidência mensal do imposto de renda”.

Assim, é interessante estabelecer que a isenção está limitada ao valor máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social, assim como abrange quaisquer rendimentos, oriundos ou não de aposentadoria, reforma ou pensão, mediante alteração do inciso XV do art. 6º da Lei nº 7.713, de 1988, do inciso VI do art. 4º e do § 1º do art. 8º, ambos da Lei nº 9.250, de 1995, Lei Básica do IRPF. Os efeitos práticos dessa alteração seriam os seguintes:

1) a isenção passaria a abranger os rendimentos tributáveis de qualquer espécie, até o limite do teto do Regime Geral de Previdência;

2) todos os contribuintes de 65 anos ou mais de idade seriam beneficiados.

Por isso sou a favor dessa proposição do Senador Paulo Paim.

Apresentei esta emenda substitutiva, que está à disposição dos Srs. Senadores.

Resumindo, depois da apresentação desse relatório, Senadora Vanessa, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, é que na verdade, hoje, só tem direito quem recebe aposentadoria, reforma ou pensão. Eu acho muito justo. É claro que eu me reservei aqui à discussão dos aspectos econômicos. Nós temos que ver todos os impactos na Comissão de Assuntos Econômicos.

Vamos fazer esse estudo detalhado, mas aqui preservamos um corte de renda. Estamos falando de idosos que têm um corte de renda que é o teto do regime geral da Previdência Social. Existem idosos que não recebem uma aposentadoria, uma pensão, mas vivem em um aluguel. Quando esse aluguel é de mil e poucos reais, eu acho que é justo que, em cima disso, ele possa ter também essas deduções que o projeto do Senador Paulo Paim amplia. Então essa é a essência do projeto. Já falei várias vezes que eu vou me reservar a discutir na Comissão de Assuntos Econômicos, mas acho, inclusive, que, no debate econômico, nós vamos ter que ressaltar uma outra discussão.

Esse é um projeto que pode ter um impacto não só social, mas também econômico muito importante em relação a políticas anticíclicas. Eu quero aqui dizer que nós debatemos por muito tempo. Muita gente dizia que não podia ter reajuste de salário mínimo, que era inflacionário, que ia quebrar a Previdência Social. O que a gente observou é que essa distribuição, principalmente, e aí eu cito um estudo do Ipea que fala sobre isto, essa distribuição do salário mínimo, na Previdência Social, teve um papel fundamental para a criação desse grande mercado de consumo de massas, para a incorporação de 39 bilhões de brasileiros à classe média. Foi fundamental na criação de tudo isso.

Então eu vou citar um caso. Uma pessoa de mais de 65 anos que recebe R$1.500,00 (um mil e quinhentos reais), mas não é da aposentadoria, mas recebe de uma outra fonte, Senador Presidente, Casildo Maldaner, se há essa dedução... Porque eu digo que esse é um dinheiro que vai diretamente para a economia, porque essas pessoas são as pessoas que estimulam o nosso mercado de consumo de massa. Por isso, na discussão de mérito, eu sou favorável a esse projeto, e eu vou trabalhar na Comissão de Assuntos Econômicos para que a gente possa. Eu acho que esse é um ponto importante nesse debate da crise econômica internacional. Então é uma belíssima iniciativa do Senador Paulo Paim.

Por isso que o meu voto é favorável, com essa emenda substitutiva, novamente me reservando a um novo debate na Comissão de Assuntos Econômicos, porque ali nós vamos ter que entrar nos números, teremos que ter negociações com o Governo, mas eu acho que é um projeto muitíssimo importante e extremamente meritório. Por isso que eu vim aqui a esta comissão especialmente para relatar esse projeto, Presidente, Senador Casildo Maldaner.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Depois do brilhante relatório do Senador Lindbergh Farias, continua em discussão o parecer do Senador Lindbergh Farias.

Como ninguém queira discutir, coloco em votação o parecer que conclui pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 158, de 2010, nos termos do substitutivo que apresenta.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Aprovada a Emenda nº 1, Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 158, de 2010.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.

Item 4 e último da pauta.

Antes, porém, quero registrar as presenças dos eminentes Senadores Humberto Costa e Eduardo Suplicy.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 287, DE 2010
– Terminativo –

Dispõe sobre a concessão de aposentadoria por invalidez aos segurados acometidos pelas doenças ou afecções que especifica.

Autoria: Senador Arthur Virgílio

Relatoria: Senador Paulo Bauer

Relatório: Pela devolução do Projeto de Lei do Senado nº 287, de 2010, à Mesa do Senado Federal para que seja reautuado como projeto de lei complementar, em face do que determina o art. 201, §1º, da Constituição Federal.

Observação:

– A matéria constou na Pauta da Reunião do dia 21 de dezembro de 2011, sendo adiada a sua apreciação;

– Em face da conclusão do voto do Relator a votação será simbólica.

A votação será simbólica em virtude da conclusão do voto do relator pela reautuação do PLS como projeto de lei complementar.

Concedo a palavra ao eminente Senador Paulo Bauer para proferir o seu relatório.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Sr. Presidente, nobres colegas Senadores e Senadoras, o parecer que apresento a esta matéria constitui-se de relatório, análise e voto.

O relatório é o seguinte:

I – Relatório

O Projeto de Lei do Senado nº 287, de 2010, que dispõe sobre a concessão de aposentadoria por invalidez ao segurados acometidos pelas doenças ou afecções que especifica, é de autoria do emitente Senador Arthur Virgilio.

A proposição tramita em caráter terminativo no âmbito desta Comissão de Assuntos Sociais.

Em síntese, o que se almeja é acrescentar o art. 42-A à Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, para estabelecer que, desde que incapacitantes para o trabalho, as doenças causadas por sobrecarga na coluna vertebral, ou doença renal hipertensiva, adquiridas pelos trabalhadores em transporte rodoviário de passageiros ou de cargas, e as lesões causadas por esforço repetitivo e distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (LER/DORT) excluem-se das exigências previstas no art. 42, da Lei nº 8.213, de 1991.

Segundo a justificativa apresentada pelo autor, cada vez mais o trabalhador está sujeito a uma variedade maior de doenças em seu ambiente de trabalho, muitas delas incapacitantes, capazes de ensejar aposentadoria por invalidez. De acordo com a Previdência Social, as chamadas LER/DORT são responsáveis por mais de 65% dos casos reconhecidos de incapacitação. São transtornos que acometem a coluna cervical, vasos, ossos, nervos, tendões e articulações, principalmente os membros superiores. São consequências das más condições de trabalho, cujo processo inflamatório pode ser ocasionado por traumatismos, provenientes

da ação de agentes físicos, químicos, biológicos, ergonômicos, elétricos e mecânicos.

Argumenta ainda que casos de LER/DORT são encontrados em trabalhadores de bancos, processamento de dados, serviços de comunicação, comércio, metalurgia, mineração, indústria de material elétrico e hospitais, comunicações, confecções, química, borracha, alimentícia, gráfica, construção civil entre outras.

E, por fim, cita o caso específico de motoristas de transporte rodoviário de passageiros e de transporte de cargas, relatando que a atividade exige a ação de grupos musculares por anos a fio, o que desencadeia, ao longo do tempo, uma série de lesões que os incapacitam de continuar exercendo a profissão. Essa situação é agravada pela estressante jornada de trabalho, que requer prolongada e constante permanência ao volante.

Até a presente data, não foram apresentadas emendas à proposição.

II – Análise

Nos termos do art. 90, I, combinado com art. 100, I, do Regimento Interno do Senado, compete à Comissão de Assuntos Sociais oferecer parecer sobre o presente Projeto, em caráter terminativo.

Alterações promovidas na Legislação de regência da Previdência Social, mais especificamente no plano de benefícios da Previdência Social (Lei nº 8.213, de 1991), inserem-se no campo da seguridade social.

Normas com esse conteúdo estão entre aquelas de iniciativa comum, previstas no art. 61 da Constituição Federal. Cabe, assim, ao Congresso Nacional legislar sobre o tema, nos termos do art. 48 da mesma Carta.

Do ponto de vista constitucional, o tema da aposentadoria especial dos segurados do regime da previdência social (RGPS) está disciplinado no art. 201, § 1º, da nossa Carta, que na relação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998, e posteriormente pela Emenda nº 47, de 2005, estabelece, *verbis*:

> Art. 201 .....
>
> § 1º É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos beneficiários do regime geral da Previdência Social, ressalvados os casos de atividades exercidas sobre condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física e quando se tratar segurados portadores de deficiência, nos termos definidos em lei complementar.

Enquanto a lei complementar prevista nesse dispositivo não for editada, continuam vigentes regras estabelecidas pelos arts. 57 e 58 da Lei nº 8.213/91, recepcionadas como lei daquela espécie.

Ou seja, a matéria deveria ser disciplinada em Lei Complementar, o que inviabiliza a discussão desta proposição, nos termos do presente Projeto de Lei do Senado, em face de expressa disposição constitucional.

Trata-se de questão formal prévia, que impede a apreciação de outros aspectos vinculados ao mérito do PLS nº 287, ora em discussão.

Assim, com o objetivo de sanar esse vício e de permitir que esta Comissão se debruce sobre a matéria, propomos que o PLS nº 287, de 2010, retorne à Mesa do Senado Federal, para ser reautuado como projeto de lei complementar, com as conseqüentes alterações regimentais dos procedimentos de sua tramitação.

III – Voto

Em face do exposto, votamos pela devolução do Projeto de Lei do Senado nº 287, de 2010, de autoria do eminente Senador Arthur Virgílio, à Mesa do Senado Federal, para que seja reautuado como projeto de lei complementar, em face do que determina o art. 201, §1º, da Constituição Federal.

Esse é o relatório que está por mim assinado e ora apresentado.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Em discussão o relatório do Eminente Senador Paulo Bauer. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir a matéria, em votação o parecer que conclui pela devolução do Projeto de Lei do Senado nº 287, de 2010, à Mesa do Senado Federal, para que seja reautuado o projeto de lei complementar, de acordo com a própria Constituição e a conclusão do parecer do Senador Paulo Bauer.

As Srªs Senadoras e Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Aprovada a devolução do Projeto de Lei do Senado nº 287, de 2010, à Mesa do Senado Federal, para que seja reautuado como projeto de lei complementar.

Ele vai à Secretaria–Geral da Mesa.

Não havendo mais nada a tratar de matérias em pauta, quero, antes de encerrar, agradecer a presença de todos os Senhores e Senhoras e também, antes de concluir esta reunião, ficarmos mais uma vez na torcida para que o nosso eminente Presidente, na próxima reunião, que será na quarta-feira que vem, possa voltar aqui para presidir. Ficamos, então, na torcida pela recuperação do nosso Presidente Jayme Campos. Agradecemos a presença de todos os Senhores.

Está encerrada esta primeira reunião ordinária do ano da Comissão de Assuntos Sociais.

Muito obrigado.

(Iniciada às 09 horas e 09 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 29 minutos.)

Ata da 2ª Reunião Conjunta das Comissões Permanenstes, Realizada Pela Comissão de Assuntos Sociais (2ª Reunião) e Pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (2ª Reunião), da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, em 14 de Fevereiro de 2012, Sala Florestan Fernandes, Plenário nº9, Ala Senador Alexandre Costa.

Às nove horas e vinte e dois minutos, do dia quatorze de fevereiro de dois mil e doze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência eventual da Senhora Senadora **Ana Amélia,** reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais e a de Direitos Humanos, com a presença dos Senadores Casildo Maldaner, Cristovam Buarque, Cyro Miranda, Eduardo Suplicy, Eunício Oliveira, Humberto Costa, Jayme Campos, Lauro Antonio, Rodrigo Rollemberg, Sergio Petecão, Vicentinho Alves, Wellington Dias e das Senadoras Ana Amélia e Vanessa Grazziotin. Deixam de comparecer os demais membros. A Presidência registra a presença de Alceu Moreira, Deputado Federal; dos Senhores Jaime Casar de Moura Oliveira, Diretor da Anvisa; Luiz Armando Erthal, Diretor Adjunto da Anvisa; e da Senhora Joana Jerer do Santos. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior que é dada por aprovada. É iniciada Reunião destinada à realização de **Audiência Pública** para debater sobre "*Próteses de Silicone" em Atendimento* aos ***Requerimentos nos 70, de 2011-CAS; 01, de 2012-CA; e 8, de 2012-CDH,*** *de autoria respectivamente* da Senadora Vanessa Grazziotin; da Senadora Ana Amélia, e do Senador Paulo Paim, com a presença dos seguintes oradores: ***Luciano Ornelas Chaves,*** 1º Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica – SBCP; **Jose Eduardo Fogolin Passos**, Coordenador Geral de Media e Alta Complexidade – DAE/SAS/do Ministério da Saúde; **Carlos Vital Tavares Corrêa Lima,** Vice-Presidente do Conselho Federal de Medicina – CFM; **Maira Caleffi,** Presidente da Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama – Femama; **Dirceu Barbano,** Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa; **José Horácio Aboudib,** Presidente da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica – SBCP; **Arlindo de Almeida,** Presidente da Associação Brasileira de Medicina de Grupo – ABRAMGE; **Rodrigo Wobeto,** Presidente da Associação das Vítimas da PIP; **José Luiz Pedrini,** Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de Mastologia – SBM. Registra a presença a **Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos**. Às onze horas e vinte e seis minutos assume a Presidência o Senador Humberto Costa, às onze horas e trinta e quatro minutos reassume a presidência a Senadora Ana Amélia. Às doze horas e trinta minutos assume a presidência a Senadora Vanessa Grazziotin. Usam da palavra os Senadores Humberto Costa, Wellington Dias e as Senadoras Vanessa Grazziotin e Ana AMélia. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte e quatro minutos, lavrando eu, Dulcidia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente, Senadora Ana Amélia, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senadora **Ana Amélia,** Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Declaro aberta a reunião conjunta da Comissão de Assuntos Sociais e da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, 2ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais e 2ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior desta Comissão.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública em atendimento ao Requerimento nº 70, 2011, da Casa, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de debater a aplicação da Lei n º 9.797, de 1999, que dispõe sobre a obrigatoriedade da cirurgia plástica reparadora da mama pela rede da unidade integrada do Sistema Único de Saúde – SUS, nos casos de mutilações decorrentes dos tratamentos de câncer; ao Requerimento nº 1, de 2012, da Casa, de minha autoria e também do Senador Paulo Paim, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos, para tratar sobre os problemas envolvendo as próteses de silicone das marcas PIP, Poly Implant Prothèse, e Rofil, e ao Requerimento nº 8, de 2012, da CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, para debater sobre os problemas com próteses de silicone francesas e holandesas.

Para uma questão de ordenamento e de agilidade aos trabalhos, já que outras comissões estão se realizando, faremos em dois momentos.

Convido, então, para compor a Mesa, o Dr. Dirceu Barbano, Diretor Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, ANVISA, o Dr. José Horácio Aboudib, Presidente da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica, o Dr. Arlindo de Almeida, Presidente

da Associação Brasileira de Medicina de Grupo, o Dr. Rodrigo Wobeto, Presidente da Associação das Vítimas do PIP, e o Dr. José Luiz Pedrini, Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de Mastologia.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Percebo, Senadora Ana Amélia, que pelo convite para os convidados nós iniciaremos com o Requerimento que trata da prótese de silicone.

Eu gostaria de fazer um pedido, se nós não poderíamos fazer uma inversão, porque vou ter que me retirar em alguns instantes, por um problema grave, muito grave. Um grande amigo nosso acabou de perder um filho de treze anos de idade e não vou poder ficar durante toda a sessão.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Senadora Vanessa, decidimos assim porque são duas comissões conjuntas fazendo o tratamento de um tema que foi o tema que permeou todo o debate da urgência, devido a esses vazamentos de próteses de duas fornecedoras estrangeiras.

Dada a urgência desta matéria, e por serem duas comissões, a despeito da questão que V. Exª está vivendo, e para os participantes desta audiência, informo que a Senadora Vanessa é colega de partido do Deputado Flávio Dino, do PCdoB do Maranhão, cujo filho de 13 anos acabou de falecer vítima de uma crise de asma. Então, queremos apresentar a solidariedade desta Comissão e dos demais membros que estão aqui à família do Deputado Flávio Dino, da própria Senadora Vanessa Grazziotin, e nós encarecemos, Senadora, porque mesmo que eu tivesse começado esta audiência com as questões relacionadas à reconstituição, conforme o seu requerimento, a cara Senadora não ficaria até o final das exposições. Portanto, fique tranquila, se quiser deixar as perguntas estarei aqui para ajudá-la no encaminhamento das questões. E se quiser apresentar antes de iniciarmos esta sessão, diante do inusitado do que aconteceu e pela solidariedade, V. Exª pode apresentar neste momento o seu argumento e as perguntas que quero deixar para os expositores.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu vou fazer melhor, Senadora. Vou até o encontro do companheiro Flávio Dino, hoje ele não é mais Deputado Federal, hoje ele preside a Embratur, é um grande amigo nosso, além de tudo, e eu retornarei para cá, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Pois não, Senadora. V. Exª tem o nosso apoio. Penso que V. Exª conseguirá compartilhar as duas questões.

Informo que estou assumindo a Presidência por conta de que o nosso Presidente Jayme Campos está a caminho. Ele teve problema com o vôo, mas está a caminho. O Senador Casildo Maldaner, PMDB de Santa Catarina, que é o Vice-Presidente, em 30 minutos chegará. Enquanto isso, para adiantar os trabalhos, vamos ouvir os convidados.

Darei dez minutos ao primeiro convidado, Dr. Dirceu Barbano, para fazer a sua exposição.

O SR. DIRCEU BARBANO – Bom dia, Senadora Ana Amélia. Bom dia aos demais Senadores e Senadoras da Comissão, aos meus companheiros da Mesa, aos membros das sociedades médicas e pessoas interessadas na discussão desse tema que, como disse a Senadora no início do ano, preocupou o conjunto da sociedade, particularmente aquelas pessoas que, por algum motivo, se utilizam de implantes mamários, principalmente desses dois fabricantes: uma fábrica francesa e outra holandesa.

Eu gostaria, Senadora, desde já, de agradecer a V. Exª o convite. Creio que o espaço do Congresso Nacional e as duas Comissões que realizam esta audiência são importantíssimos e permitirão um aprofundamento de alguns pontos que, porventura, ainda possam preocupar as pessoas e que merecem esclarecimentos por parte da ANVISA, por parte do Ministério da Saúde. O Dr. José Eduardo Fogolin está aqui também e tem condições de contribuir com informações acerca das medidas que o Ministério da Saúde adotou em relação a esse tema.

Não sou muito afeito, mais, a apresentações. Isso ficou na minha época de professor, há algum tempo, mas creio que há alguns dados que, na forma de apresentação, podem esclarecer melhor as pessoas que estão aqui presentes e as que estão assistindo à apresentação.

Pode passar, por favor.

A primeira questão importante é que tenhamos clareza de que a prótese mamária é um produto médico constituído por uma cápsula formada por uma membrana de silicone, via de regra, que é preenchida por uma solução salina ou por silicone. Existem próteses cujo preenchimento pode ser feito por esses dois tipos de produtos. Claro que, no caso de gel de silicone, esse preenchimento deve-se dar por um silicone de grau médico, cujas especificações constam em normas internacionais que devem ser observadas por qualquer empresa que produza esse tipo de material.

Outra questão importante é que, diferentemente do que se coloca, esse tipo de prótese não é usado apenas com função estética. Além da questão estética, muitas vezes relacionado ao aumento da mama, as próteses são usadas na reconstituição pós-mastectomia,

na reparação de anomalias congênitas ou decorrentes de traumas. Então, há um conjunto de indicações de caráter médico para os quais as próteses mamárias estão também indicadas.

Do ponto de vista sanitário, as próteses se classificam como um material de classe de risco III. Esses materiais, para fins sanitários, são classificados, conforme o risco, de classe I a classe IV. O implante mamário, no caso um produto que é invasivo e que está em contato com tecidos humanos vivos, classifica-se como um produto de elevado risco e que tem todo um normativo específico em decorrência dessa classificação como um produto de alto risco.

Pode passar.

Uma das preocupações que surgiram nesse episódio envolvendo a fraude que foi cometida por esse fabricante francês é: a ANVISA tem regras para esse tipo de material?

A ANVISA dispõe, primeiro, de um regramento geral que se aplica aos produtos – no caso, os produtos de alto risco, classificados na classe III –, mas dispõe também de regras que são específicas para as próteses mamárias. Então, há regras para o registro desses produtos no País; contemplam os quesitos pertinentes ao controle do risco e à segurança dos produtos. No caso, questões básicas aqui, que envolvem as próteses: apresentar estudos e ensaios que atestem a segurança e a qualidade do produto; atender a requisitos previstos para registro em normas técnicas de padrão internacional. E aqui muito focada na questão do silicone: as propriedades físicas, químicas, biológicas, grau de pureza, resistência, permeabilidade, coesividade, citotoxidade, irritação intradérmica, entre outros. Esses requisitos estão definidos em normas ISO já acolhidas no Brasil e em normas internacionais também aplicadas em outros lugares do mundo.

E ainda há obrigatoriedade de utilização de um silicone de grau médio, conforme padrões internacionais testados quanto à biocompatibilidade.

Pode passar o próximo.

Ainda, para o registro, a empresa deve apresentar relatório técnico do produto detalhando a indicação, a finalidade de uso, as precauções, restrições e advertências, forma de apresentação, descrição e eficácia. E ainda apresentar, no caso de importador, principalmente, o Certificado de Livre Comércio, que é um documento emitido por autoridades sanitárias dos outros países. A ANVISA emite Certificado de Livre Comércio quando as empresas brasileiras exportam medicamentos, equipamentos. Esse Certificado de Livre Comércio é um atestado da autoridade sanitária do país de que aquele produto está registrado e é comercializado no país onde é fabricado. Isso permite à autoridade sanitária do outro país uma tomada de decisão com a segurança que esse documento oferece.

Pode passar o próximo.

Aqui nós apenas reproduzimos, no caso, o Certificado de Livre Comércio dos implantes da marca PIP, que foi emitido pela autoridade europeia e que na verdade traz aqui as informações relativas à autorização para comercialização e o atestado de registro no país de origem.

Pode passar o próximo.

Aqui outro atestado emitido por um organismo europeu de certificação, que traz as informações referentes ao silicone que a fábrica PIP declarava para as autoridades francesas e as autoridades dos outros países estar utilizando na fabricação das suas próteses.

Pode passar mais um.

Aqui a continuação das informações fornecidas pela empresa. Por último, o Certificado de Livre Comércio fornecido pela autoridade sanitária da França, indicando, mais uma vez, que o produto tinha registro e era comercializado na França com os quesitos de segurança e eficácia definidos conforme o produto e a documentação apresentada para a autoridade francesa.

Pode passar mais um.

Esse é o certificado de livre comércio dos implantes da marca Rofil, também emitido pela autoridade sanitária da Holanda, onde a fábrica da Rofil estava localizada. Então, é importante, neste ponto, nós sedimentarmos que há uma norma muito severa no Brasil, compatível com as normas que existem em qualquer outro país do mundo com Agências Sanitárias, como agência francesa, alemã, americana, australiana, canadenses, para o registro desse tipo de produto e que esse normativo, no caso de importadores, no momento em que esses implantes foram registrados no Brasil em 2005, exigia essa documentação. Nos dois casos, toda a documentação exigida pelas empresas foi apresentada para a ANVISA, foi analisada pelos técnicos da ANVISA em 2005 e diante desses documentos houve a aprovação para a comercialização no Brasil.

Aqui alguns dados são importantes para uma reflexão nossa, o Brasil é o segundo maior mercado de prótese mamária do mundo. Há, atualmente, 48 registros válidos no Brasil de dois fabricantes nacionais e de 18 fabricantes estrangeiros. Claro que o fabricante brasileiro é o detentor do próprio registro. Há uma fábrica no Paraná e outra fábrica no Rio de Janeiro. Os fabricantes estrangeiros, em algumas vezes contam, no Brasil, com mais de um importador, então é por isso que o número de registro é maior do que o número de fabricantes. Então há mais de um importador autorizado a comercializar o produto de um determinado fabricante.

Achei importante, Senadora Ana Amélia, trazer ao conhecimento público quais são essas fábricas e os países onde elas estão localizadas. Então são duas no Brasil e as demais: França, Holanda, China, Estados Unidos, Irlanda, China, Reino Unido, Coréia do Sul, China, França, França, Colômbia, França, Alemanha, Reino Unido e Costa Rica.

Todos esses registros foram concedidos entre o ano de 2005 e o ano de 2010.

As próteses, como todos os implantes usados em humanos podem apresentar falhas, independentemente do fabricante, e essa possibilidade aumenta com o tempo de implantação. O que é importante aqui e que eu acho que na verdade é fundamental para nós todos.

Nós sabemos que qualquer material implantado oferece um grau de risco básico. Primeiro, é um material estranho ao organismo; toda a tecnologia utilizada na produção desse material visa fazer com que os insumos sejam os mais inéditos possíveis, ou seja, que eles não gerem nenhuma atividade de rejeição do organismo. Agora, há de se reconhecer que há um risco definido como base.

No caso dos implantes mamários, das próteses mamárias, é importante que nós tenhamos em mente, por exemplo, que a ruptura que é um dos problemas que podem ocorrer com essas próteses, pode ocorrer no primeiro ano de implantação – até 1% dessas próteses podem se romper –, e esse rompimento pode acontecer por problemas relacionados a características do próprio material, ou trauma, ou alguma questão relacionada ao próprio paciente. Depois de dez anos, é possível que ocorra a ruptura de até 10% das próteses. Então, nós podemos dizer que do primeiro ano 1%, ao décimo ano 10% dos implantes mamários podem se romper. Esse risco de base não está estabelecido apenas em relação à característica do material, ou da prótese. É um risco que decorre do procedimento cirúrgico, que, via de regra, é um procedimento bastante invasivo e requer um ambiente cirúrgico, e todos os riscos inerentes a uma cirurgia estão aí colocados. Referem-se às características químicas e físicas do produto, ao tempo de permanência no paciente e às condições de saúde do próprio paciente.

Pode passar o próximo, porque a gente está andando rápido aqui.

As principais complicações associadas às próteses mamárias são: a contratura capsular que também tem um percentual esperado de ocorrência; a ruptura; o deslocamento da prótese; calcificações; fuga ou vazamento de gel; aparecimento de nódulos ou granulomas; a ptose, que é a queda da mama – isso pode acontecer também, ocorre naturalmente com o tempo, mas a presença do implante pode acelerar; sensibilidade ou assimetria de tamanho na posição da mama, etc.

Em um período de oito a dez anos após o primeiro implante, 20% a 40% das pacientes que realizam cirurgia para aumento da mama e 40% a 70% das que realizaram cirurgia tiveram que reoperar. Esse é um dado da literatura. Então, é frequente que, a partir do quinto ano e com o tempo, as pessoas que recebem esse tipo de implante precisem passar por um novo procedimento cirúrgico para tratamento de alguns daqueles problemas que estão colocados acima.

Muito rapidamente agora, Senador, eu vou passar para um conjunto de medidas que nós adotamos a partir da ciência do problema.

Pode passar o próximo.

A primeira notificação de problemas que a ANVISA recebeu em relação ao implante da PIP foi em 29 de março de 2010. No dia 5 de abril de 2010, a ANVISA proibiu o uso e a comercialização desse produto no Brasil.

Pode passar o próximo.

Em abril de 2010 ainda, nós soltamos o primeiro alerta com orientações para os usuários, já indicando que eles deveriam retornar ao médico que fez o implante, ao serviço de saúde para avaliar a situação do seu implante. Em julho ainda, a Vigilância de São Paulo pediu para recolher o produto. Depois se reinicia o assunto, no final do ano passado, quando a autoridade francesa divulga novos dados sobre o trabalho que foi feito na França, ao longo desse tempo, reafirmando que havia uma declaração do fabricante de que o silicone que tinha sido usado não era o silicone aprovado, que ela tinha concluído estudos que demonstravam que esse material não era citotóxico, que não era capaz de gerar nenhuma alteração no tecido, mas era um material bastante irritante. E esses dados foram divulgados em dezembro e mobilizaram uma cadeia de trabalho de todo o mundo.

Pode passar. Acho que é quase o último.

Depois, em 11 de janeiro, nós tivemos uma decisão de que o Brasil iria fazer a substituição das próteses que tivessem a identificação de rompimento ou iminência de rompimento. Cancelamos os registros das próteses.

Publicamos agora uma consulta pública estabelecendo uma medida muito severa do ponto de vista sanitário: analisar amostras do produto antes da utilização. Esse não é um procedimento de praxe de nenhuma autoridade sanitária do mundo. Aqui, no Brasil, nós já fazemos isso para preservativos e luvas cirúrgicas, porque o Brasil tinha muitos problemas com esse tipo de material quando começou a importar bastante por conta dos programas públicos. Íamos fazer agora com

agulhas, seringas e equipos, e acabamos passando na frente os implantes mamários. O grande limitador da capacidade de fazer essa análise prévia são laboratórios que façam isso e a possibilidade de que o mercado consiga conviver com essa obrigação de análise prévia de todos os materiais antes da utilização.

Próximo.

Depois, temos o conjunto de medidas que foram adotadas pela ANVISA. Recentemente nós estamos compondo um fórum que reúne semanalmente dez agências do mundo que fazem teleconferências semanais para trocar informações. A informação que nós temos hoje é que as medidas adotadas no Brasil já avançaram em relação às medidas adotadas em outros países. Aqui, com a decisão do Governo de que o sistema público deve acolher e fazer a substituição desse implante, tanto garantindo a cirurgia como a troca da prótese, e também atribuindo ao sistema privado, por meio dos planos de saúde, que façam isso.

Passe o próximo só, que é importante.

Tanto na França como na Holanda, os produtos, tanto o Rofil quanto o PIP, foram usados. No caso da PIP, a notícia é de que há mais de 400 mil unidades já implantadas em mais de 71 países.

Pode passar o próximo.

E, por fim, nós estamos agora num processo de inspeção naquelas fábricas todas que mencionamos anteriormente, porque, à época em que esses implantes foram registrados no Brasil, a ANVISA não inspecionava fábricas de produtos médicos localizadas no exterior. Nós iniciamos isso em 2010 para empresas que pediam registro na renovação dos registros. Ou seja, em 5 anos, depois de 2009, não haverá mais produtos no Brasil cujas fábricas não tenham sido inspecionadas. Porém, desde a criação da ANVISA até 2009, nós não tínhamos no Brasil esse procedimento de inspecionar fábricas.

Esse é um assunto também importante e muitas entidades, hoje, têm discutido essa questão da inspeção internacional, porque, todas as agências estão empenhadas em inspecionar todos os países. Nós estamos trabalhando em construir mecanismos que possam melhorar esse sistema em nível global e que a troca de informações entre as agências não exija de todo mundo inspecionar todas as fábricas. Nós temos, no mundo, mais de 50 mil fábricas de produtos para a saúde. Seria impossível imaginar que a ANVISA vai inspecionar todas.

Eu gostaria, ainda, Senadora, só de passar uma informação importante, que é sobre as informações que chegaram à ANVISA ao longo desse tempo.

Até abril de 2010, quando nós começamos a tratar desse problema com a primeira suspensão de comercialização, nós percebemos que não havia, por parte da sociedade, uma preocupação muito grande com esse tipo de produto. O que, na verdade, acabou acontecendo é que, até 2010, nós não tínhamos nenhuma reclamação formalizada na ANVISA em relação a esses produtos. A ANVISA tem dois caminhos para que essas reclamações sejam formalizadas: um é o caminho da notificação de evento adverso, que é de responsabilidade dos profissionais de saúde e que tem um sistema próprio para isso. Até 2010, nós não tínhamos nenhuma notificação por esse caminho. Depois de 2010, até o início do ano agora, nós vivemos a seguinte situação: os médicos, mesmo aqueles que tiveram contato com os problemas relacionados a esses implantes, continuaram não notificando à ANVISA esses problemas.

Nós só tivemos notificações de profissionais de saúde depois da divulgação desse problema agora no final do ano. Nós tivemos, de 23 de dezembro a 9 de fevereiro, 8 notificações, apenas 8 notificações por parte de médicos sobre problemas relacionados a prótese, e, no caso, todas relacionadas à prótese da PIP. Mas, pelo canal da sociedade, nós tivemos, de 1º de abril de 2010 a fevereiro de 2012, e muito, também, depois da determinação de suspensão, um conjunto de 380 reclamações ou busca de dúvidas por parte de consumidores e portadores de prótese. Desse total de 382 reclamações, 261 eram reclamações em relação aos implantes PIP, das quais 95 comunicando ruptura. Então há 382 no total, 261 da PIP reclamando e 95 rupturas PIP.

No caso da Rofil, das 382, nós tivemos 36 reclamações de consumidores e seis indicações de ruptura. Isso é importante dizer, porque elucida ou pelo menos explicita uma questão que para nós todos é fundamental que é a responsabilidade que tanto as empresas quanto os profissionais de saúde têm de fazer esse tipo de notificação, porque isso permite que a autoridade sanitária aqui no Brasil e no mundo todo tenha condições de colocar em alerta mais rapidamente por problemas que estejam relacionados aos produtos.

Então, em resumo, nós estamos falando de produtos que têm registro no Brasil para um determinado tipo de prótese que foi comercializada no Brasil e objeto de fraudes pelos fabricantes. Essas fraudes foram capazes de impedir, evitar que as autoridades sanitárias dos 71 países onde elas são comercializadas a identificassem, porque toda a documentação e todos os lotes produzidos para testes eram fabricados conforme o que estava registrado, mas aquilo era comercializado a partir de uma fraude.

Isso fez com que o Governo brasileiro se mobilizasse. Hoje nós temos absoluto controle, do ponto de

vista sanitário, sobre essa situação e as mulheres estão assistidas segundo as diretrizes que foram publicadas inclusive na semana passada pelo Ministério da Saúde.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RR) – Dr. Dirceu Barbano, eu agradeço muito.

Nós tínhamos organizado a reunião dando dez minutos aos oradores, mas como a ANVISA é a autoridade responsável pela fiscalização e já na sua exposição apareceram informações relevantes, eu deixei que o tempo fosse ampliado exatamente para esclarecimentos. Evidentemente, após as exposições dos demais convidados, nós teremos tempo e espaço para dirimir dúvidas.

Como o senhor mencionou que não foram notificados pela área médica, os médicos não notificaram a ANVISA foi a frase que o senhor usou, e não por isso, mas, pela ordem, aqui está o Presidente da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica, Dr. José Horácio Aboudib, a quem eu agora passo a palavra. Se a gente puder compatibilizar os dez minutos, Dr. José Horácio, seria conveniente, dado que nós teremos, depois desta, uma segunda tapa sobre as outras questões relacionadas às próteses.

O SR. JOSÉ HORÁCIO ABOUDIB – Certamente serei bem mais breve. Nós vamos mostrar como foi o nosso comportamento, a nossa visão do problema.

Também trouxemos uma apresentação e eu gostaria que começasse a ser exposta.

Vou-me apresentar. Fui formado aqui na UnB em 1976, fiz minha pós-graduação em cirurgia plástica no Rio de Janeiro, logo em seguida entrei para a UERJ, onde sou chefe do serviço de cirurgia plástica há mais de dez anos. Fiz mestrado na USP, estou fazendo doutorado na UERJ, já fui Presidente da Associação dos ex-Alunos da regional do Rio e agora da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica.

Seguinte.

Como já foi mais ou menos dito, vamos pincelar a nossa visão da história.

A PIP começou a fabricação em 1992, como foi mostrado aqui, com as devidas autorizações das autoridades sanitárias francesas das quais nem a ANVISA nem nós deveríamos duvidar até o que aconteceu.

Seguinte.

Em 2004, iniciou-se a exportação para o Brasil com a autorização do governo francês, como foi largamente dito. Quero frisar bem que, durante essas entrevistas, ao longo do tempo, sempre houve a tentativa de culpar a , com o que nós não concordamos. Como foi mostrado aqui, não há como vistoriar 50 mil fábricas no mundo. Então, acreditava-se que a ANVISA francesa fizesse esse trabalho como a ANVISA aqui é extremamente rigorosa com as fábricas nacionais.

Seguinte.

Então, em 2010, numa vistoria da vigilância sanitária francesa, viu-se a fraude no silicone e a fábrica foi fechada porque estava utilizando um silicone não médico. Até hoje não se sabe exatamente se ela fraudou toda a produção naquela época. Aparentemente não, porque nós estamos observando que nós estamos tirando prótese de pacientes da mesma data, umas de boa qualidade e outras de má qualidade. Possivelmente, ele fraudou parte do lote em cada ano sem fraudar toda uma produção, porque ficaria mais fácil de flagrar a fraude.

Seguinte.

A ANV no Brasil imediatamente suspendeu a importação e a comercialização, e, neste momento – seguinte –, as autoridades públicas francesas informaram que essas próteses rompiam mais rapidamente do que as outras e que o gel do seu interior apresentava uma maior reação inflamatória que o silicone médico das outras marcas. Baseado, então, nessas informações. O que ficou claro?

Seguinte.

As próteses rotas apresentavam risco ao paciente, as próteses não rotas, não, porque esse silicone ficava contido pela cápsula e não apresentaria maior possibilidade de reação inflamatória, como também já foi dito que ficou totalmente descartado pelos estudos qualquer problema de câncer ou de citotoxidade desse gel, ele apenas provocaria, segundo essas autoridades francesas, uma maior reação inflamatória quando esse gel vazasse após a ruptura da prótese.

Deve-se explicar também o seguinte: qualquer material que se coloca no organismo o organismo faz uma cápsula de fibrose ao redor e isola aquele material. Então, mesmo nas próteses rotas, se essa cápsula de fibrose não se romper, esse silicone não entra em contato com os tecidos em si e só com essa cápsula de fibrose.

Seguinte.

Então, naquela ocasião, a orientação, tanto da ANVISA como da nossa Sociedade – nós somos hoje cinco mil membros –, foi de remoção ou troca das próteses rotas e avaliação periódica das demais. Se elas se rompessem, dever-se-ia trocá-las. Aliás, essa é a orientação que é dada há mais de vinte anos a todas as pacientes. Quando as pacientes vão-se operar, é avisado. Quanto tempo dura? Mais ou menos dez anos, é o que a gente estipula, embora eu tenha visto próteses que duraram vinte, trinta anos em pacientes minhas, mas muitas duraram cinco, seis anos. Nós não sabemos exatamente o que leva à ruptura. Há um desgaste químico e há um desgaste físico. Possivelmente pacientes que se movimentam mais, por exemplo, a

jogadora de vôlei, esse traumatismo contínuo da prótese certamente levará a uma ruptura maior, mas não há estudo em nenhum lugar do mundo a esse respeito. Então, nessa ocasião, fez-se o que já se fazia com todas as próteses: está rota, vamos tirar.

Por que tirar a rota? Ela está presa nessa cápsula de fibrose, porém, se essa paciente tiver um traumatismo, bater num volante, levar uma cotovelada e essa cápsula se romper, esse silicone roto que está, então, em forma de gel, pode, então, extravasar pela cápsula e formar esses nódulos, aquelas coisas que vocês já ouviram na imprensa do linfonódulos atingidos, senão ela fica contida ali dentro e, se ela estiver íntegra e essa cápsula romper por traumatismo, não acontece nada porque a prótese está íntegra, ela fica contida ali, e a cápsula cicatriza e fica tudo igual. Então, essa foi a orientação que foi dada naquela ocasião, em 2010, quando se constatou a fraude.

Seguinte.

E o que aconteceu? Ao longo desses anos, não houve nenhum alarme. Os próprios pacientes procuravam os cirurgiões, e os cirurgiões foram trocando essas próteses. A questão de não avisar a ANVISA, em nenhum momento houve – nós sempre colaboramos com a ANVISA em tudo –, nunca houve: vamos avisar para a gente levantar. Houve essa orientação, e nós fomos resolvendo os problemas da paciente, tanto que, nesse tempo todo, não houve nenhuma queixa das pacientes, porque os médicos estavam resolvendo os problemas e poucas na ANVISA, como foi mostrado. Quando houve aquela modificação, em dezembro, da posição francesa, aí começou haver o pânico, a queda das pacientes e aí a procura maior da ANVISA.

Seguinte.

Então, nós tínhamos em torno de 12.500 pacientes operadas com a PIP no Brasil.

Seguinte.

Em dezembro de 2001 – aí que está a nossa visão –, não há nenhum trabalho cientifico claro que dê respaldo à mudança de conduta do governo francês. Ele, de uma hora para outra, resolveu orientar que devia haver a remoção imediata de todas essas próteses, com que nós não concordamos. Primeiro, é logisticamente impossível. O que é imediato? Imediato é imediato, é naquele mês, é naquela semana. Como é que você vai operar doze mil pessoas assim? E quem não se opera? E quem vai operar antes? Quem é que vai decidir quem opera? Olha o problema logístico que se cria. Então, não há, definitivamente, na nossa visão, essa necessidade imediata, e nós fomos sempre contrários a essa orientação do governo francês e não entendemos até agora o porquê dela.

Seguinte.

Então, nessa ocasião, 12 pacientes francesas tiveram algum tipo de câncer, cânceres de formas mais variadas, e atribuíram à prótese. Os estudos feitos lá comprovaram que nenhuma delas tinha relação com o silicone, eram cânceres de formas mais variadas e nenhuma tinha relação com o silicone.

Seguinte.

A Sociedade de Cirurgia Plástica Francesa ficou omissa durante todo o período, talvez pela pressão da instituição pública, achou que não deveria se manifestar, e todas as demais sociedades importantes no mundo mantiveram orientação anterior, assim como a ANVISA aqui e a Sociedade de Cirurgia Plástica.

Quero enfatizar também o seguinte: a nossa Sociedade tem 5 mil membros, a única sociedade maior que a nossa é a americana que tem 8 mil membros, qualquer outra sociedade europeia, a maior tem 700 membros. Então, a expressividade numérica e científica da nossa Sociedade é muito grande, embora sejamos um país do hemisfério norte, não com esse nível de desenvolvimento. E, há três anos, o nosso Congresso, embora a nossa Sociedade seja menor do que a americana, é o maior do mundo, passamos em número o Congresso da Sociedade Americana e, hoje, temos o maior número de médicos em treinamento no Brasil do que lá. Então, hoje, o Brasil é o maior centro de ensino e de reciclagem de conhecimento na cirurgia plástica mundial.

Seguinte.

Surgiu nesse período, então, a informação da Rofil que já foi dita e pensa-se que ao redor de seis mil pacientes foram operadas com ela.

Seguinte.

Bom, aí, começou a guerra de informações na imprensa que a gente nunca sabia de onde vinha. E a ISAPS, quero frisar, sou sócio da ISAPS – International Society of Aesthetic Plastic Surgery, Sociedade Internacional de Cirurgia Estética, mas uma sociedade só com dois mil membros, muito menos expressiva cientificamente que a nossa, orienta, sai no *site* dela a retirada imediata de todas as próteses. Imediatamente, contatei a ISAPS e falei: que história é essa de "imediata"? Baseada em quê? Daí, eles tiraram a "imediata" do site deles e, depois, tiraram qualquer outra informação.

Seguinte.

Existem as sociedades nacionais, e duas internacionais. A ISAPS, que é a Sociedade de Cirurgia Estética, e a IPRAS, que seria a sociedade maior, mas, na realidade, é a menos estruturada de todas, mas existe. E ela divulgou, não sei da onde, um índice de ruptura de 11%, sem divulgar a fonte da pesquisa, mas divulgou e, ficaram baseadas nesses 11%, as discussões a respeito do que fazer.

Seguinte.

Essa IPRAS ficou numa posição hesitante, até que, na semana passada, ela divulgou um comunicado em que todas as próteses PIP e Rofil devem ser trocadas entre 10 e 15 anos, com o que também concordamos, porque, nesse período, certamente, boa parte dessas próteses estarão rotas e, a partir do momento em que estiverem rotas, devem ser trocadas. Evidentemente, no momento atual, tem muita paciente que fica em pânico. Ela acha que vai romper a qualquer momento e o que vai acontecer. Achamos também que o pânico é muito mais grave para a saúde delas do que a própria prótese.

A prótese terá sempre um problema local que pode ser resolvido cirurgicamente, mas o pânico e o desespero, não. Eles mexerão com toda a imunidade da paciente e será realmente muito mais grave. Então, estamos tratando todas as pacientes que procuram os cirurgiões plásticos que as operaram estão trocando a prótese, desde que a paciente mesmo rota queira fazer isso, está feito, embora não faça parte das diretrizes com que também concordamos, mas estamos tratando também essas pacientes.

Seguinte.

Em junho de 2011, isso é muito importante, o FDA, que seria a ANVISA americana, após 20 anos de análise, lá, puseram a prótese em moratória durante 20 anos, ficou estudando e só permitiu que certos grupos utilizassem essas próteses, até para desenvolver a pesquisa. Então, divulgam um documento que afirma que os problemas das próteses, ruptura, contratura capsular, extravasamento etc., são locais sanáveis por tratamento cirúrgico, que é opção válida de tratamento, desde que a paciente esteja devidamente avisada desses problemas. Então, em junho de 2011, antes dessa confusão, a ANVISA já tinha, então, liberado, a FDA, depois de 20 anos de análise, a prótese para o uso pleno nos Estados Unidos.

Seguinte.

E o FDA, na mesma ocasião, informou que o índice de ruptura das marcas americanas Allergan e Mentor ficavam entre 8% e 13% em dez anos, que é mais ou menos o que a gente sempre imaginou aqui, em torno de 10% em dez anos. Por essa informação, sabemos, então, que a prótese PIP teria, segundo as autoridades francesas, um índice de ruptura duas vezes maior, uma vez que esse índice seria de cinco anos, não de sete, oito vezes mais, como cansamos de ver na imprensa, sem saber de onde veio aquela informação.

Seguinte.

Toda prótese irá romper um dia. Quando isso ocorrer, ela deve ser trocada pelo motivo que falamos, de que com um traumatismo ela pode extravasar. Então, não só essa, como todas, sempre a orientação dada foi essa. A Resolução do Ministério da Saúde determinou que todas essas pacientes com próteses rotas fossem operadas pelo serviço de saúde público ou pelos planos de saúde. Já vi que o Fogolin está aqui e, na ocasião em que houve uma reunião da nossa sociedade com ele, solicitei a possibilidade do Ministério da Saúde dar a prótese para a paciente para que ela troque com o seu médico, porque o que está acontecendo é que a imensa maioria das pacientes está e vai continuar operando com os médicos nos quais elas confiam. Os médicos não estão se negando a isso. A solução seria essa.

Seria muito bom para a sociedade e para os cirurgiões plásticos, uma vez que a paciente pode se operar usando a prótese do SUS, ela pegasse a prótese e operasse com o cirurgião em quem ela confia. Volto a insistir nessa possibilidade, que facilitaria muito a vida dos pacientes e dos médicos.

A seguinte.

As informações que estamos recebendo agora dos colegas, vários utilizaram essa prótese, é de que há, realmente, um índice de ruptura maior. Não sabemos ainda, não temos dados científicos sérios para dizer o índice de ruptura, mas é maior. Porém, não há nenhuma evidência de reação inflamatória. Em todos os casos, até hoje, de que a sociedade tem informação continuamente, as rupturas são silenciosas, não tivemos informação de quadro de reação inflamatória, como foi aventado nos estudos da França.

O seguinte.

Não foi por causa disso, não houve tempo de trabalhar, mas temos uma Comissão de Silicone na sociedade. Inclusive, nas reuniões iniciais com a , quem veio foi a coordenadora da Comissão, que entende muito mais disso do que eu porque está há oito anos trabalhando em todos os problemas que envolvem as próteses de silicone e há dois anos vem trabalhando num cadastro nacional, que está sendo implantado esta semana. Ele já está no *site*. A partir desta semana os colegas estarão recebendo pelos Correios para ter sigilo total do seu código. Só o médico saberá a identidade da paciente e ninguém poderá saber quem está prestando a informação. Então, há garantia de sigilo da paciente e do médico, mas vamos ter todas as informações sobre problemas que as próteses possam dar.

Acredito que dentro de uns cinco anos – a gente tem cerca de cento e cinquenta mil pacientes operadas por ano. Se 10% dos colegas responderem teremos informações sobre 15 mil pacientes, algo inédito em qualquer lugar do mundo. E, acredito que, aí sim – quando a gente tiver uma massa crítica suficiente,

a gente possa realmente ter mais segurança, informar à problemas que possam estar surgindo com marcas específicas, trazendo mais segurança para as nossas pacientes. Esse cadastro está sendo implantado já está semana em nível nacional. Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Dr. José Horácio, pela exposição clara, dentro do tempo. Queria agora convidar o Dr. Arlindo de Almeida, Presidente da Associação Brasileira de Grupos Criantes, além de agradecer a presença dos caros Senadores Cyro Miranda e Casildo Maldaner, que é vice-presidente desta Comissão de Assuntos Sociais, que, gentilmente, pediu– me que continuasse aqui presidindo por uma deferência, já que sou requerente desta audiência pública, junto com o Senador Paulo Paim. A Senadora Vanessa, como todos sabem, voltará depois em função da continuidade do debate em torno das próteses. Queria saudar todas as vitoriosas que estão aqui presentes, assistindo a esta audiência pública, o que é estimulante, e também a presença do Deputado Alceu Moreira, do PMDB do Rio Grande do Sul, que participa desta audiência. Convido para fazer uso da palavra, também por dez minutos, o Dr. Arlindo de Almeida.

O SR. ARLINDO DE ALMEIDA – V. Exª, Senadora Ana Amélia, Presidenta desta Mesa, colegas das sociedades médicas, demais representantes aqui presentes e, principalmente, os Senadores.

Bem, primeiro vou fazer uma ligeira apresentação minha.

Sou um médico formado em 1962, praticamente há cinquenta anos, na Escola Paulista de Medicina, em São Paulo. Fazia a parte de pediatria e cirurgia infantil também, cirurgia pediátrica.

Vamos comentar a respeito desse problema das próteses em geral. Nós tivemos uma resolução da Agência Nacional de Saúde que, através de uma Súmula Normativa nº 22, de 29 de janeiro de 2012, a Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar adotou entendimento normativo no sentido de que, em caráter excepcional e somente para os beneficiários dos planos regulamentados, isso que quer dizer que são aqueles planos que foram realizados depois da regulamentação da Lei 9.668, com cobertura hospitalar em que foram implantadas as próteses da marca PIP e Rofil, e de acordo com as diretrizes divulgadas no sítio do Ministério da Saúde, de 20 de janeiro de 2012, e firmadas pelo Ministério da Saúde em conjunto com a Agência Nacional de Saúde Suplementar, ANS, a Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica e Sociedade Brasileira de Mastologia, operadoras e planos privados de assistência à saúde deverão arcar com o ônus do acompanhamento clínico dos exames complementares e do procedimento médico de substituição, sendo obrigatória a cobertura das próteses substituídas.

Bem, vamos colocar a posição dos planos de saúde em geral. Sou Presidente da Abrange, a Abrange representa medicina de grupo, o segmento mais numeroso de associados, praticamente vinte milhões de usuários dos planos de saúde são da área de medicina de grupo. Evidentemente que falo por eles, mas falo também por outros tipos de planos de saúde, sejam eles seguradoras, cooperativas médicas.

Em princípio a Abrange, os associados Abrange, as empresas associadas à Abrange cumprirão a Portaria 196, do Ministério da Saúde, do Ministro Alexandre Padilha, no qual foi exarado esse tipo de recomendação feita de Súmula Normativa da Agência Nacional de Saúde.

Todos os pacientes serão atendidos. Se eles se enquadrarem dentro dos protocolos que a Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica, a Sociedade Brasileira de Mastologia determinaram, esses pacientes serão tratados. Agora, isso não significa que as operadoras e planos de saúde estejam entendendo que elas são responsáveis por qualquer tipo de anomalia.

Existem duas situações peculiares nos planos de saúde. Uma nas quais a prótese foi colocada após uma cirurgia de reconstrução, ocasionada por uma retirada de um seio, por exemplo, por um câncer, a qual é uma cirurgia reparadora e que foi a própria operadora que colocou aquele tipo de prótese. Essa prótese estava sendo aprovada pela ANVISA e pelas sociedades internacionais, como vimos aqui. Evidentemente, não resta qualquer tipo de responsabilidade a esse respeito.

O importante é que todos os pacientes serão atendidos, independente de responsabilidade ou não dos planos de saúde, que achamos, realmente, que não é da nossa responsabilidade. Evidentemente, depois poderá haver uma reversão de ação, dependendo da operadora, que poderá, como veremos a seguir, reverter isso acionando o Estado evidentemente como responsável.

As próteses, por exemplo, de cirurgia estética são um caso absolutamente excepcional na nossa área, porque a cirurgia estética não faz parte do rol de procedimentos que a operadora é obrigado a cobrir. Ela sequer analisa a parte estética. No entanto, essa resolução da ANS e do Ministério da Saúde não diz respeito a isto: se é ou não é a parte estética.

Havendo ruptura de uma prótese dessas, sem dúvida, os planos de saúde são obrigados a intervir, porque se trata de uma patologia, como foi citado pelo Presidente da Sociedade brasileira de cirurgia plástica, na qual há uma irritação dos tecidos vizinhos. Como se trata de patologia, as operadoras são obrigadas

a intervir e substituir a prótese não sei se no mesmo tempo ou em tempo diferente de cirurgia, dependendo evidentemente das condições clínicas e patológicas que ocorrerem durante a primeira cirurgia.

Como nós dissemos, em ambos os casos, a cirurgia será feita e não será, evidentemente em respeito ao paciente, cobrado ou feito qualquer tipo de cobrança da cirurgia que retarde o tipo de procedimento a ser feito. No entanto, o que circula por aí é que cerca de 25 mil próteses desses tipos foram implantadas em pacientes.

O percentual dos planos de saúde em relação à população geral gira em torno de 25%. Nós temos cerca de 70 e poucos milhões de associados numa população de 190 e poucos milhões – cerca de 25%.

Não entanto, nós não acreditamos que esse percentual persista na colocação de próteses, certamente porque as pessoas que têm planos de saúde têm condições econômicas melhores e talvez até se inverta esse tipo de possibilidade porque a probabilidade de uma pessoa que tem melhor condição financeira ter feito a prótese é muito grande.

Bem, é interessante notar que, no entendimento do nosso Departamento Jurídico, a respeito dessa Resolução Normativa 22 da Agência Nacional de Saúde: "Todavia, em nosso entendimento, essa responsabilidade imputada às operadoras de planos de saúde, entidades privadas que são, é, na realidade, responsabilidade do poder público, através da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, que falhou em seu poder de controle e fiscalização".

Obviamente, nós sabemos as atenuantes que houve, as atenuantes aqui citadas, as que todos os departamentos de Vigilância Sanitária dos países desenvolvidos. Os países de Primeiro Mundo também falharam. Mas isso, logicamente, do ponto de vista jurídico, não impede que haja responsabilidade da nossa agência, do nosso órgão regulador quer por ter permitido a inscrição desse tipo de prótese, como pela fiscalização, que talvez não tenha havido. Há motivos que podem explicar isso, mas, de qualquer maneira, isso poderá ocorrer.

Eu tenho então esse parecer jurídico que eu gostaria de passar inclusive aos que fizeram a instrução dessa consulta pública, principalmente a Senadora Ana Amélia, que termina da seguinte maneira – isso é importante que os senhores saibam. Aqui se faz uma série de considerações a respeito das responsabilidades do órgão regulador, do órgão fiscalizador: "Assim, somos da opinião de que, cabe às operadoras de plano de saúde, querendo e, em havendo casos concretos de coberturas por força da Súmula Normativa nº 22 da Agência Nacional de Saúde, procurar o ressarcimento dessas despesas do Poder Público, por atos comissivos e omissivos praticados pela ANVISA".

Então, a situação é a seguinte: evidentemente nós vamos fazer todas as coberturas necessárias sem que a paciente ou o paciente realmente tenha qualquer tipo de responsabilidade ou retardamento no seu atendimento. Agora, vai caber às operadoras fazerem essa ação reversiva no sentido de cobrança ou não desses valores despendidos dos órgãos públicos, evidentemente, dependendo do volume que eles possuem e da soma de tal empreendimento.

Se as pessoas agirem como foi recomendado pela cirurgia plástica no sentido de terem a prótese e fazerem com os próprios cirurgiões que estão se dispondo a fazerem esse tipo de cirurgia, isso poderá ter um significado muito pequeno, e não vale a pena a grande maioria das operadoras entrar com essa ação contra o Estado.

Muito obrigado, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Eu agradeço e queria informar ao Dr. Arlindo que uma cópia deste documento que o senhor me passou está sendo entregue aos demais membros da Mesa, especialmente ao Presidente da ANVISA. Já pedi para...

O SR. ARLINDO DE ALMEIDA – Eu tenho duas cópias aqui, são originais e assinadas, que eu gostaria que passassem às mãos do Senador Paulo Paim e à Senadora Vanessa também.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – E esta aqui fica comigo. O senhor me deixa esta, e a outra ela está tirando cópia para serem entregues à Mesa.

Eu queria também agradecer a presença do Dr. Jaime Cesar de Moura Oliveira, Diretor da ANVISA, que nos prestigia com sua presença; Dr. Luiz Armando Erthal, Diretor-Adjunto da ANVISA, que também prestigia esta segunda reunião da CAS.

Convido agora o Dr. José Luís Pedrini, Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de Mastologia, para usar a palavra também por dez minutos.

O SR. JOSÉ LUIZ PEDRINI – Bom dia a todos. Cumprimento a Casa, em nome da Senadora Ana Amélia Lemos, pela brilhante iniciativa deste evento desta Comissão, ao mesmo tempo também a Senadora Vanessa e o Senador Paulo Paim.

Sinto-me muito honrado em estar aqui e até me sinto recompensado, porque, há muito tempo, luto pelos direitos das mulheres, concentrando nesta área da mastologia, que é uma área que preocupa, que é uma área de grande incidência e é uma área em que eu atuo há muitos anos. Somos autores e colaboramos em muitas das leis que hoje garantem o direito das mulheres.

Pode passar o primeiro.

Ali está a imagem das duas próteses. A da direita é PIP, e eu pediria licença para a Senadora Ana Amélia – não conheço muito o Parlamento – para passar essas próteses. A menor é a PIP, e a outra é uma prótese da Mentor. Vocês vão ver que, realmente, não é culpa de quem aplicou, porque ao médico... Eu vou passar para vocês. A senhora quer passar? Está bem esterilizada, não tem problema... Estou brincando. Vocês vão ver o que é a prótese PIP.

Só um comentário: eu quero cumprimentar também o movimento social. Quero dizer que quem modifica a história ou a epidemiologia são vocês, voluntários – parabéns e obrigado pelo comparecimento aqui.

Eu quero que a próxima placa que vocês trouxerem não seja mais das mastectomizadas. Não precisam ser mastectomizadas para buscar direitos. Toda mulher tem o direito de, no momento da cirurgia, fazer a sua reconstrução. Isso não atrapalha no tratamento. E inclusive eu vou mostrar depois um projeto de lei do Deputado Alexandre Roso, do Rio Grande do Sul. Ele é nosso parceiro nessa nova proposta de lei.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Eu só não passei para o Dr. José Horácio porque ele é especialista...

O SR. ARLINDO DE ALMEIDA – Alguém pode passar ali para o Plenário?

Bom, falar de mama não precisa. Essa é uma imagem que eu gosto muito de mostrar: um menininho coreano que largou o braço da mãe e foi àquela estátua ali, direto ao seio. Não precisa explicar para que serve a mama, qual é a importância da mama. Até ma criancinha já sabe, já vai lá e sabe. Então, estamos tratando de uma coisa muito importante que é a saúde da mulher e que também é o perfil feminino.

Pode passar, por favor.

Então, já foi falado: 400 mil mulheres em 65 países. Eu ouvi hoje que são 71 países. No Brasil, 25 mil próteses foram comercializadas; 12,5 mil mulheres apresentam esse tipo de prótese.

Pode passar.

A Inglaterra recomenda não trocar. A França trocou todas. Os Estados Unidos não colocaram essas próteses. A informação que eu tenho é de que não passou pelo FDA. No Brasil, foram as diretrizes que eu vou mostrar agora.

Pode passar.

No dia 20 de janeiro, saíram as diretrizes, numa associação entre o Ministério da Saúde, a ANVISA, a ANS, a Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica e a Sociedade Brasileira de Mastologia. Resumindo – essas recomendações são grandes –, as portadoras dessas próteses devem ser avaliadas pelo cirurgião responsável e submetidas à retirada das mesmas, caso apresentem ruptura, suspeita de ruptura ou algum problema clínico.

Inclusive eu ouvi agora do Horácio – e já tínhamos pensado nessas recomendações da Sociedade Brasileira de Mastologia – que essas mulheres que tiverem suas próteses retiradas ou trocadas tenham um acompanhamento em longo prazo. Nós poderemos tranquilizá-las ao longo do tempo; dizer que essas próteses não vão trazer problemas futuros para elas.

Seguinte.

Sinais e sintomas de uma ruptura, na maioria das vezes, são inexistentes. É uma ruptura silenciosa. Sinais inflamatórios locais, deformidade das mamas, presença de nódulos axilares, desconforto e dor são outros sintomas.

Pode passar.

Acurácia dos exames. Então, a paciente tem algum tipo de problema e vai fazer os exames. A ecografia mamária tem mais de 40% de falha em identificar ruptura. A ressonância magnética tem em torno de 10% de falha na identificação de uma ruptura. O exame físico, só quando houver deformidade grande, para que se identifique uma ruptura com exame físico. A mamografia não serve para esse tipo de averiguação.

O que se espera? Num estudo que saiu em uma revista de cirurgia plástica, em 2002, o silicone vazado pode ir para o tecido mamário, para linfonodos axilares e para o fígado. Tudo isso é possível. O material também pode ser confundido com tumores ou ainda dificultar o diagnóstico de câncer, mas ele próprio não acarreta problemas sistêmicos, não acarreta problemas para a saúde da mulher. E é fácil identificar quando é um tumor na axila, que é o lugar mais frequente, ou quando é o silicone que rompeu, extravasou e parou num linfonodo axilar.

O índice de ruptura já foi comentado, em torno de 1% ao ano, um pouco mais, 15% em 10 anos. Isso é um trabalho de 2003.

O tratamento da ruptura assintomática é controverso. Faltam estudos de impacto, tanto no acompanhamento das rupturas quanto na troca dos implantes rotos. Isso significa que a maioria dos implantes mamários está rota há algum tempo e até hoje não foi observado se a troca ou não troca teria alguma consequência em longo prazo para essas mulheres.

Pode passar.

A prótese de silicone não causa câncer, não causa doença reumática, não causa doença neurológica. E as mulheres que engravidam com a presença de prótese em seu organismo não têm problemas quanto à sua prole, quer dizer, a gestação ocorre normalmente.

Seguinte.

No dia 11, naquela quarta-feira, os jornais começaram a publicar – eu trouxe um recorte de Brasília – as recomendações.

...a ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) informou nessa quarta-feira (11) que o Governo vai permitir a troca de próteses mamárias rompidas da marca PIP e Rofil, usando planos de saúde particulares ou o SUS (Sistema Único de Saúde).

O seguinte.

No dia 21 é que então houve a reunião e dessa reunião da e das sociedades vinculadas às doenças da mama ou ligadas diretamente às próteses mamárias ficou estabelecido que uma nova reunião seria em três meses e a se posicionaria quanto à troca ou não, quanto a efeitos deletérios dessas próteses. Mas isso deixou e deixa muita gente insegura.

Eu trouxe esta tabela aqui que mostra que duas próteses de silicone pelo SUS, R$744 cada uma, custam R$1.488, e o SUS paga pela reconstrução R$315,92. Dá menos de R$2 mil.

Pode passar o seguinte.

O custo de alguns exames de imagem que se está preconizando: ressonância magnética é de R$1.000 a R$1.500. O SUS não tem uma tabela para ressonância magnética de mama. Então o gestor compra esse serviço e vai ter que pagar esse serviço, se essas próteses forem mantidas. Então nós temos assim: se vamos fazer um complemento a cada seis meses ou a cada um ano ou a cada dois anos, nós vamos ter um custo, ao final de dez, quinze ou vinte anos, muito superior se houver uma troca dessas próteses. Isso é uma coisa a ser lembrada.

A seguinte.

Também existe agora uma comissão técnica. Nós fomos convocados, a cirurgia plástica também, para avaliação de implantes mamários. A partir de agora então o Inmetro entra junto com a ANVISA, com a Agência Nacional de Saúde, para avaliação de todos os implantes mamários. Mas nós não estamos falando disso. Nós estamos falando de quem está usando hoje e de quem está enfrentando toda essa dificuldade em se tomar uma decisão.

A seguinte.

Então quem deve avaliar? Quem é que vai dizer que tem que substituir, quem é que vai ter que pagar? Na realidade, eu me sinto assim como as pessoas inseguras, não sabendo o que vai acontecer, quem vai pagar essa conta, quem é que precisa ser substituído e a segurança de dizer o que as mulheres querem, que é quantas vão ter problemas, quantas vão estar rompidas e qual é o exame de rotura com segurança. Elas precisam dessa segurança.

A seguinte.

Senador, eu só vou entrar em um breve comentário sobre a lei das próteses. Eu acho que é até assunto do próximo segmento. Mas desde 99 existe para as pós-mastectomizadas uma lei que estabelece a garantia da reconstituição mamária em todas as mulheres que perdem a sua mama por alguma doença. E nós vamos adiante, todas as que têm assimetria também, mesmo não tendo câncer têm uma doença, ou hipomastia, as mamas muito pequenas, também têm o direito da correção. Não são só as mastectomizadas. Eu não gosto de ver campanha das mastectomizadas Eu acho que nenhuma mulher precisa chegar a esse ponto, chegar a esse estigma.

A seguinte.

Como é que eu vou operar? Ela permitiu que aparecesse o rosto, é uma voluntária. Mas como é que eu vou tirar um câncer de mama e deixar essa mulher mastectomizada?

A seguinte.

Então estabelecemos, como eu falei, um projeto de lei que eu vou ler aqui e que dispõe sobre a reconstrução imediata das mamas, no caso de retirada completa da mama por câncer.

O Congresso Nacional decreta:

> I – Os serviços de saúde que tratam doenças da mama obrigam-se a complementar a cirurgia com reconstrução imediata das mamas, sempre que o tratamento cirúrgico implicar em amputação desse órgão, excetuando-se os casos em que o paciente não desejar ou na contraindicação da mesma, como nos casos de doenças graves, ativas ou de fumantes pesadas.

A razão da não reconstrução imediata deve estar registrada no prontuário do paciente.

Nós queremos saber por que não estão sendo reconstruídas as mamas, o que é um direito e um serviço.

Pode passar o seguinte.

Não queremos ver se a cirurgia é em Porto Alegre. Não faz muito tempo que chegou ao nosso serviço.

A seguinte. *(Pausa.)*

Esta é uma paciente de 19 anos, com câncer dessa mama; foi retirada a mama e colocada prótese de silicone. Essa colocou prótese nas duas mamas. Não tem trinta anos.

A seguinte.

Esta paciente nos chegou já com essa cicatriz Nós evitamos uma cicatriz alta. E como ela era insatisfeita com o tamanho das mamas, já colocamos nas duas mamas e é uma paciente em tratamento para Aids. Quer dizer, não há discriminação.

A seguinte.

Em São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, foi criado um Banco de Próteses, em 2007, que é mantido por

doações de comerciantes, moradores e empresários. O dinheiro é depositado num fundo municipal.

Esse é um viés da lei. Não precisa ter nenhum banco de prótese, não precisa entrar na justiça, é um direito e direito não se discute.

Seguinte.

Em 2009, fizemos um fórum de saúde da mulher. Colocamos mais de 2 mil pessoas na rua.

Seguinte.

A cidade de Gramado, convido a todos, é uma cidade belíssima. Enfeitamos toda a cidade com *banners*, e esse é o clima típico de Gramado.

Seguinte.

Aqui foi a assinatura da Carta de Gramado.

Seguinte.

E, dessa Carta de Gramado, saíram boa parte das 14 diretrizes indicadas pelo Inca para a diminuição da mortalidade por câncer de mama no Brasil.

Seguinte.

A reconstrução imediata, então, não prejudica a curabilidade do câncer. O profissional habilitado é aquele que retira e constrói a mama no mesmo tempo cirúrgico. Quer dizer, o cirurgião, o mastologista, é habilitado a fazer isso no mesmo tempo, se ele pode utilizar também uma equipe da cirurgia plástica. O que ele não pode deixar é mulheres mutiladas e estigmatizadas.

Seguinte.

E a vida continua após o câncer de mama. Essa paciente, então, aqui, há um ano, depois ela chegou com a insatisfação da mama. Um ano depois, ela parou de amamentar e se fez a reconstrução.

Seguinte.

E o Brasil ainda apresenta isso.

Seguinte.

Então, para nós médicos, a paciente que é curada de sua malignidade, mas deixada inválida física e emocionalmente, representa uma espécie de triunfo de mau gosto das nossas habilidades terapêuticas.

Muito obrigado!

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Dr. José Luiz Pedrini, pela exposição, pelo tempo, pela exatidão exatamente dessa valiosa contribuição.

E, para finalizar este primeiro bloco, eu convido o Presidente da Associação das Vítimas da PIP, Dr. Rodrigo Wobeto, para exatamente nesse tempo que a gente puder...

Os Senadores queriam também saudar a presença do Senador Humberto Costa, ex-Ministro da Saúde, que prestigia aqui também este evento, a quem a gente pode depois fazer as perguntas e começar, em seguida, o outro debate.

Por favor!

Oito a dez minutos agora.

O SR. RODRIGO WOBETO – Ok. Bom dia!

Gostaria, inicialmente, de agradecer o convite da participação feito pela Senadora Ana Amélia Lemos e dizer que a gente fica feliz em poder colaborar com alguma coisa em relação a essa discussão das próteses PIP, que está atingindo as pacientes.

Talvez a gente queira não só falar dessa parte que tem sido já exaustivamente comentada, dos problemas. A gente não tem nenhum objetivo de falar da parte técnica. Já está aqui a Sociedade de Mastologia e a Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica para informação. Eu sou cirurgião plástico, eu também tenho vivido isso tanto com meus colegas e com as pacientes nossas em relação a isso. Eu vou passar um pouquinho da experiência do que tem acontecido e do que a gente tem sentido de realidade, o que está acontecendo no dia a dia. Porque, se, por um lado, muitas medidas já foram tomadas, já se discutiu muito o assunto, por outro lado, no dia a dia mesmo do cirurgião com a paciente, talvez nem sempre tenha se dado toda atenção. A parte técnica eu acho que está exaustivamente já comentada, tem muita coisa já ainda por se saber, porém a parte, vamos dizer, mais humana do que está acontecendo nessa relação talvez não esteja um pouquinho vindo à tona.

Bem, passo a falar um pouquinho da associação.

Falarei basicamente quem participa dessa associação.

Ela surgiu de uma iniciativa entre pacientes e médicos que estavam vivendo esse problema. E, talvez, possa parecer estranho para algumas pessoas médicos participando dessa associação, porém talvez não tenha se percebido que os médicos estão dentre as vítimas também. Depois vou comentar um pouquinho melhor.

A gente representa tanto médicos com pacientes envolvidos com essa situação. Na verdade, a nossa opinião, eu não quero confundir, por eu ser cirurgião plástico, por ser médico, que a gente esteja representando associações nossas, enfim, sociedade de mastologia, sociedade de cirurgia plástica, embora nós concordemos com tudo o que as associações têm proposto de soluções para o problema.

Os objetivos da associação, inicialmente, foram facilitar a troca de informações entre médicos e pacientes e orientar pacientes e médicos. Essa facilitação das trocas de informação acontece basicamente através de redes sociais, enfim, ligações telefônicas que nós recebemos, *e-mails*. E todas as pessoas que colaboram com a associação são pessoas voluntárias. Ninguém tem, a associação não tem nenhum objetivo lucrativo, nós não temos financiamento de nenhuma parte e cada pessoa participa com aquilo que pode.

Isso só para falar um pouquinho sobre a prótese, o caso da prótese. Não é nosso objetivo discorrermos muito sobre isso. Mas existem por aí estatísticas de 300 a 500 mil, já vi pacientes no mundo inteiro. Não era uma prótese de qualidade inferior, pelo menos não se achava, até então. Há em torno de 12 mil e poucas pacientes no Brasil. É uma prótese que já possuía aproximadamente 20 anos de mercado, tinha todas as certificações da Comunidade Européia, da ANVISA .

É necessário, para a gente poder trabalhar, que tenhamos matérias médicos aprovados pela ANVISA. Também de uma empresa alemã que fazia certificação independente. Ao contrário do que já se disse sobre essa prótese não era uma prótese de preço inferior. Tinha um valor de mercado de R$1.790,00, na época em que era comercializada. Confundiu-se um pouco no início. A gente viu declarações de pessoas falando que era uma prótese barata, uma prótese vagabunda, vamos usar esse termo, confundindo-a com próteses que há no mercado de R$800,00, R$900,00. Não estou falando da qualidade delas porque não tenho condições técnicas para fazê-lo, mas não era o caso dessa. Era uma das próteses mais utilizadas, inclusive se não me engano era a terceira maior empresa fabricante de próteses que havia no mundo. O valor de mercado dela era alto e algumas vezes até mais alto do que aquelas bem conhecidas. Por favor.

Em relação às rupturas de próteses é só para dar uma noção. Muitas coisas são faladas sobre as próteses. Vi o Dr. Pedrini aqui comentando, provavelmente o Dr. José Horácio já deve ter comentando sobre esse assunto também, sobre prótese, mas se aceita habitualmente como uma coisa normal. Então, é bom lembrar que as próteses se rompem, em torno de 1% ao ano. O que a gente tem notado com relação a essa prótese PIP, no acompanhamento de pacientes – são dados informais, não é um trabalho científico, ainda não tem força estatística para dizer nada, mas num acompanhamento informal, de tempo médio, de três a quatro anos, a gente tem identificado em torno de 5% de ruptura nessas próteses.

A gente tem não só a amostragem de colegas próximos, mas de vários colegas de todo o Estado do Rio Grande do Sul e fora do Rio Grande do Sul que colaboram com esses dados para a gente. Normalmente seria algo em torno de 3% a 4% nesse período porque a prótese de mama, sua ruptura, é cumulativa, não é de 1% para sempre. Se a gente for ver, sobre as próteses, digamos assim as mais conceituadas – se a gente considerar que são os dois nomes mais conhecidos no meio médico e que são as próteses aprovadas pelo FDA – existem estatísticas de que, dependendo do grupo, das amostras analisadas de pacientes e o objetivo da cirurgia variam as rupturas, em dez anos, entre 6.7% a até 15%. Em cirurgias de reintervenção talvez seja um pouco mais do que isso.

O seguinte, por favor.

Os problemas que a gente tem percebido com as pacientes, então, não são só médicos. Inicialmente a notícia, quando foi divulgada, trouxe um problema maior: o medo. Criou-se um pânico. Pareceu que era o fim do mundo, que elas estavam com uma bomba que vai romper, que vai explodir no peito. Uma coisa que a gente não encontrou em literatura nenhuma é o fato de que ela vai romper ou não vá romper. Não há dados estatísticos dizendo com é. A gente sabe que a taxa de ruptura está diferente, que o gel utilizado foi fora das especificações, enfim, que acabou não tendo...

Segundo um trabalho que vi do Comitê Científico Europeu, recente, de 1º de fevereiro, estava escrito que havia mais silicone industrial. Evidentemente, estava fora da especificação, o que provavelmente enfraqueceria essa prótese, favorecendo sua ruptura num prazo mais curto. Inclusive, também nada definitivo, sugeria o estudo que pode estar acontecendo que todas as próteses, aquelas que têm defeito, estarem rompendo mais precocemente do que as outras e as outras até não. Digo aquelas que têm defeito porque não existe nenhum lugar que diga quais as próteses que têm problema.

As próteses eram fabricadas com três tipos de gel: um gel da NuSil, que é um gel é predominantemente usado por todas as próteses, no mundo todo; um gel de próteses PIP I e PIP II do qual não se sabe exatamente a composição. É feito por eles, pelos motivos deles. Foi uma fraude. Esse gel é o que teria problema. Mas não existe registro na empresa, justamente por ter terem feito de uma forma fraudulenta, não existe registro dizendo quais são as próteses com problema. Então, não há como identificar – pelo menos até então não tem – quais são os pacientes, através de um lote, de um número de série ou coisa desse gênero.

Como o Dr. Pedrini falou, a maior das pacientes é assintomática. Em grande parte são assintomáticas ou tem sintomas menores, inespecíficos, que não se pode atribuir exatamente à prótese. Por exemplo, ela tem uma dor na mama, enfim, não dá pra gente dizer que aquela dor é por causa da prótese. Justamente por isso torna inseguro, por não saberem o que está acontecendo e o que vai acontecer quando romper e, se romper, quanto tempo leva. Isso gera uma angústia muito grande aos pacientes. E elas trazem ao médico e de certa forma passam isso para a relação médico/paciente.

Algumas pacientes também têm aumento de gânglios linfáticos, como o Dr. Pedrini falou, algumas

percebem, outras nem percebem. Mas aquelas que percebem levam um pouco para o lado de achar que pode ser um câncer e ainda fantasiam um pouco mais em cima do assunto.

Eu friso isso porque tudo que eu falei eu não falei pela parte médica. Porque a parte médica, nós médicos e todas as entidades envolvidas nisso sabemos do que estamos falando, mas a paciente fica com um medo muito grande em relação a isso.

O prejuízo da paciente é muito óbvio. Elas utilizaram um material médico, estão portando um material médico que foi fraudado. E não se sabe exatamente quais foram, quais não foram, mas foi fraudado. Na teoria, tudo parece muito tranquilo, porque aparentemente o Governo tomou as iniciativas que deveria tomar de suspender a utilização, de substituir as próteses rompidas, fornecer um caminho para substituição das próteses rompidas, mas, na verdade, o que a gente vê é que o problema médico é um problema que pelos médicos está sendo bem conduzido. Mas o medo e toda essa parte de insegurança não têm sido tão bem conduzidos. Porque o que acontece na prática é que mesmo não havendo justificativa, e a gente sabe que estatisticamente e todos os trabalhos não mostram justificativa para troca preventiva por enquanto ou não são conclusivos, 100% das pacientes querem trocar. Talvez não 100%, mas uma porcentagem muito próxima a isso.

E essas pacientes são aquelas que se queixam mais. A principal queixa é falta de auxílio para aquelas que não estão rompidas, e elas acabam depositando isso dentro da relação médico/paciente, o que acaba gerando outra vítima inclusive nisso.

Seguinte, por favor.

Em relação aos médicos, o que a gente tem visto é essa angústia toda das pacientes, buscando uma responsabilização de alguém. Essas pacientes voltam ao médico e, ali, é que as coisas tentam se resolver. Inicialmente não se vai atrás de nenhuma entidade ou tentar um ressarcimento de alguma forma com o médico. E os médicos, graças a Deus, até mesmo atendendo a chamados da sociedade brasileira de cirurgia plástica, até mesmo pelo amor ao exercício da profissão, têm atendido essas pacientes e, têm atendido essas pacientes muitas vezes de uma forma voluntária, sem cobrança de honorários. Acho que isso é muito importante, principalmente em nome da relação médico/paciente. Tanto as pacientes que têm uma substituição preventiva a rompimento quanto todas as consultas.

Eu fiz aqui uma relação para entender essa parte dos médicos. Cada paciente representa, mais ou menos, de uma a três horas de trabalho. Isso significa que uma paciente que simplesmente retorna para uma consulta ela tem que ser explicada muito bem, tranquilizada a fazer exames, retornar e, depois, eventualmente, uma cirurgia.

Isso é especialmente importante se a gente pensar que há médicos que ao longo de seis anos utilizaram essa prótese, têm quatrocentas pacientes para atender. Se pensarmos em quatrocentas pacientes para atender, se nenhuma estiver rompida, estamos falando em quatrocentas horas. Isso já dá dez semanas de trabalho sem atender mais ninguém. Três horas, se contarmos um percentual de pacientes com prótese rompida, são mais horas ainda. Essa não é uma queixa, mas acontece que o médico é vítima porque ele não pode atender outras pacientes, ele está atendendo só essas pacientes e acaba perdendo muitas vezes não só de atender os seus pacientes, mas também de dar atenção adequada àquelas pacientes que estão ali.

Eu mostrei um atraso, foi só para demonstrar, para quem não sabe, uma prótese de mama, para demonstrar como ela se apresenta para um médico, como um médico não tem como descobrir o que tem dentro da prótese de mama. Ela vem dentro de uma caixa fechada, depois essa caixa vem com outra embalagem plástica que não é estéril, que é aberta na hora de cirurgia. Se notar tem uma terceira embalagem dentro dela, e essa com a prótese. E esse é o momento que ele entra em contato com ela, não tem a menor condição de descobrir se essa prótese tem alguma alteração ou não tem alteração.

Pode passar, por favor.

Não se usou mais a partir do alerta francês emitido, o alerta 1015 da ANVISA, que todo mundo sabe, e não se tinha como descobrir antes porque não existia literatura médica relatando esse problema previamente.

Por favor.

Essa aí, então, a orientação da ANVISA: não se tirar, não se justificava, e as conclusões nossas são as seguintes: os pacientes e médicos são vítimas. As pacientes estão buscando mais acesso ao sistema de saúde porque elas têm encontrado certa dificuldade, e a gente sabe da dificuldade, sabe que têm outras doenças, sabe que têm pacientes com problemas talvez até maiores – e, certamente, sim –, mas elas não estão encontrando acesso e estão desesperadas. Têm pacientes com gânglio achando que têm câncer e tudo o mais, e a gente não consegue. Os médicos também têm uma necessidade dessa ajuda, porque o que está acontecendo...

Eu coloquei aqui uma coisa que talvez algumas pessoas não se tenham flagrado, mas muitos médicos estão parando de trabalhar e atendendo praticamente só a essas pacientes. Além disso, tem-se criado em volta Do assunto um pavor em cima dos médicos, co-

locando como se fossem: "Olha, vocês são culpados, vocês fazem parte de toda a cadeia que está acompanhando essa paciente" e imputando-os uma culpa.

A gente não sabe a parte jurídica; eu não sou médico, não posso falar em parte de responsabilidades ou não, mas, por uma escolha de uma prótese que era aprovada, uma prótese que tinha seus diferenciais em relação a outras, a escolha de uma prótese é muito relacionada – vamos dizer – à arte do próprio cirurgião, as próteses não são todas iguais, elas têm tamanhos e medidas diferentes em relação uma a outra e o que está acontecendo é que muitos profissionais responsáveis e consagrados no meio médico são injustamente punidos, levando consigo toda essa infraestrutura de gente que está atrás.

Pode passar. Acho que é o último.

Então, a gente tem dois questionamentos. Uma das coisas que a gente notou é que o governo francês – já saiu exaustivamente na mídia – já sabia, desde 1996, dessa fraude, já tinha recebido várias denúncias e nada se fez até aquele momento.

Foi criado um fundo na Europa para indenização dessas pacientes. Como aqui se está tendo muito gasto, a gente acredita que todo mundo para cá acabou sendo vítima. Se existe alguma coisa é uma pergunta que a gente está fazendo: se o Governo brasileiro, através do Itamaraty, estar fazendo algum movimento para assegurar o acesso das brasileiras a esse fundo de indenização, criado para as vítimas na França.

Seguinte.

E talvez uma sugestão de alguma forma, porque isso ajudaria essa triangulação do que está acontecendo com as pacientes de alguma coisa – aqui eu coloquei como um fundo brasileiro, não uma indenização –, mas que fornecesse se tivesse alguma forma de as pacientes receberem uma prótese.

O que está acontecendo é que os médicos e todas as pessoas envolvidas estão atendendo gratuitamente, estão-se envolvendo com o problema e, se existisse uma forma dessas – até mesmo desoneraria o Governo – de os custos da cirurgia no sistema público, todo o entrave que talvez desse, porque existe muito médico que se está dispondo a fazer esse tratamento diretamente com a paciente.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – É uma outra abordagem a respeito dessa matéria.

Nós encerramos agora.

Nessa primeira parte desta audiência pública eu queria também cumprimentar Joana Jeker, Presidente da Associação das Mulheres Mastequitomizadas de Brasília; o grupo Recomeçar, que está aqui, exatamente como falou o Dr. Pedrini para que seja respeitada e cumprida a Lei nº 9.797, de 1999, que dá a elas o direito à reconstituição das suas mamas.

Pela ordem de inscrição, Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia, amigo Senador e ex-Ministro da Saúde. Muito boa a sua presença aqui. Parabenizo pela condução dos trabalhos e também pelo requerimento e a todos da mesa também pela explanação. Não sou médico, sou leigo, sinto-me tecnicamente satisfeito com todas as explicações técnicas. Vou mais para o lado das preocupações do dia a dia.

Primeiro, tenho dois questionamentos: quais as medidas que serão tomadas ou que estão sendo tomadas pela ANVISA em relação às anvisas francesas ou outras que estão por aí para que esse assunto não se repita. Concordo que é impossível se auditar fora do País essas empresas, mas acho que tem que ter agora uma responsabilidade. Não sei como vocês vão auditar essas próteses, se vão fazer amostragem, mas não se pode mais ter o crédito porque a anvisa francesa ou a anvisa do Reino Unido que tem esse crédito todo, senão isso pode se repetir. Então, essa é uma das perguntas.

E a outra é a mais delicada e que vejo aqui por essas senhoras pedindo um aumento da oferta de cirurgia.

Sabemos que o SUS não é nenhuma maravilha, infelizmente, ele deixa a desejar, até porque é um processo muito difícil no País. A saúde é um processo complexo. Sinto que os Governos passados e atuais têm tomado providências, mas anda a passos muito lentos. Então, a gente sabe que a realidade, o que se conversa aqui é uma coisa, e a realidade no SUS, quando se está numa fila ou esperando um atendimento é outra. Então, quando se junta um problema desses, de 12.500 mamas que têm que ser revistas mais o dia a dia, o SUS já não consegue cumprir esses planos, certo? Além do que, acho que não é só a falta de estrutura é muita coisa que está por trás disso.

Como é que se pensa resolver com o SUS e os planos de saúde esse problema no tempo estipulado? Qual é a sugestão dos senhores? Porque a lei está aí, sabemos dos direitos, mas nem todas as leis são cumpridas, e elas não têm condição de, através de advogados, estarem impetrando mandado de segurança. Então, é um problema sério, e sei o que as afligem e conhecemos a realidade do SUS e as suas filas. Então, coloco essas duas perguntas que são mais práticas.

Obrigado, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Senador Cyro Miranda.

Se o Senador Humberto Costa não quiser fazer indagações, farei, mas V. Exª tem a preferência participando da audiência.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Eu queria somente, primeiro, registrar a forma firme com que a ANVISA e o Ministério da Saúde trataram esse tema, de imediato, colocando o Sistema Único de Saúde à disposição para fazer a recuperação dessas mulheres que foram vítimas da utilização desses produtos de má qualidade, bem como a resolução que obriga também o setor da saúde suplementar a fazer o mesmo.

A minha indagação, até porque estou apresentando um projeto de lei que tem por objetivo obrigar, não somente no caso das próteses de mama, mas de outras próteses sempre que houver dano ao paciente, seja no Sistema Único, que já é praticamente um direito fazê-lo, seja na saúde suplementar que essa troca possa acontecer. Mas a minha indagação, no caso da saúde suplementar, é que alguns tipos de planos fazem a cobertura da utilização de prótese, quando se trata de uma indicação médica por razões não estéticas.

Como ficam, no caso, principalmente o Dr. Dirceu Barbano, as associadas ou os associados que, eventualmente, não sejam cobertos por seus planos em tratamentos estéticos e que, por exemplo, num caso como esse das próteses mamárias, se há como, no caso, também se seria a ANS também a responder, se há como os planos que têm essas pessoas como afiliados, ainda que elas não tenham o direito à cobertura pelo seu contrato, sejam também obrigados a fornecer essa substituição ou se isso teria que ficar necessariamente a cargo do SUS.

Eu queria saber como é que vocês vêem esse aspecto.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – ES) – Agradeço muito ao Senador Humberto Costa, ex-Ministro da Saúde.

Regimentalmente, a participação na Comissão de Assuntos Sociais é limitada aos Srs. Senadores, mas cabe à Presidência abrir espaço, e farei isso, concedendo a palavra ao Deputado Alceu Moreira, num gesto de delicadeza, até porque ele, desde o início desta audiência pública, está participando.

Então, concedo a palavra ao Deputado Alceu Moreira para tratar do mesmo tema.

O SR. ALCEU MOREIRA (PMDB – RS) – Srª Senadora Ana Amélia, primeiro, eu queria dizer da pertinência e da oportunidade de tratar deste tema. Eu queria parabenizá-la pelo requerimento e pela forma como preside e pela forma esclarecedora como se portou a ANVISA e as sociedades médicas que se fazem presentes aqui.

A preocupação que temos, a par de todos os problemas que temos com milhares de mulheres afetadas, verdadeiramente mutiladas, algumas com problema, inclusive, de doenças originadas pela prótese com problema, é a questão de a paciente ter uma relação direta com o médico. Ele é, seguramente, a pessoa que não tem nenhuma responsabilidade sobre isso, o que foi mostrado ali. Mas é ele que é vítima de centenas de processos. Além de ter seu consultório completamente tomado, tempo integral, para atender pacientes que vão ao consultório para se certificar se estão bem ou para reclamar por estar sentindo qualquer coisa, ele tem uma quantidade enorme de processos judiciais e com juízes dando ganho de causa a pacientes contra os médicos.

Então, queríamos que a ANVISA e o Governo Federal, o Ministério da Saúde, fizessem um esclarecimento público para todo o país dizendo que essa responsabilidade não é do médico. Ele não pode arcar com essa consequência porque fisicamente não pode fazer e juridicamente não é responsável por esse processo. Queríamos deixar isso claro, temos muitas reclamações do país inteiro chegando ao nosso gabinete, mostrando essa realidade, que é absolutamente dolorosa. Lá no Rio Grande do Sul tem um grupo de médicos que fez quatrocentos, quinhentos procedimentos dessa natureza. Seu consultório, simplesmente, poderia ser fechado para sair dali, fugir do problema, ou, então, atender exclusivamente isso e ter de pagar um advogado por cada causa para se defender, porque elas são individuais, não são coletivas. Casa paciente move uma ação e lá se vão R$8.000,00, R$ 10.000,00 para se defender desse processo, o que é injusto.

Queria falar ao Dr. Dirceu que faça, por favor, um esclarecimento público. Se o Governo não é responsável diretamente, é o terceiro responsável na hierarquia. O primeiro é o fabricante, que fraudou o processo, o segundo é o Governo do país produtor, que autorizou com documentos a importação pelo Brasil, o terceiro é a importadora e o quarto é a ANVISA. O médico não tem nem colocação nessa ordem hierárquica.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Deputado Alceu Moreira, pela contribuição. Eu queria agora, para encerrar, fazer algumas considerações ou perguntas. Começo com o Dr. Dirceu Barbano, da ANVISA, para saber quantas próteses dessa procedência ainda estão no mercado brasileiro e qual é o controle sobre elas de aplicação ou não, do ponto de vista regular ou até clandestinamente usadas. Que segurança terão as mulheres em relação a isso?

A ANVISA pode prever, num processo de precaução, porque o que aconteceu com a PIP, com essas

próteses, e o Dr. Dirceu havia me explicado antes, é que houve uma fraude pós-exame técnico, feito pela própria ANVISA e os demais importadores. Então, na segunda etapa, no processo pós-venda, a verificação técnica confirmou a qualidade do produto. Depois, esse produto, adulterado, foi distribuído e chegou ao Brasil.

Como é que se pode fazer uma precaução para que eventos como esse não se repitam? Não seria o caso de uma investigação aleatória, de pegar um ou outro produto que chega e fazer uma investigação para, do ponto de vista preventivo, evitar isso?

O senhor falou das duas fábricas do Brasil. Pelo que o senhor informou, essas duas fábricas brasileiras, uma no Rio de Janeiro e uma no Paraná, exportam para os Estados Unidos. Por que, então? É um problema de preço? Qual é o motivo de, tendo no Brasil uma fornecedora de próteses de silicone de qualidade, o Brasil, o mercado brasileiro, seja o da cirurgia plástica ou outros, estar preferindo esse produto? Então, seria nessa linha de direção e, ainda, a questão relacionada à informação.

Em todas as exposições feitas agora, talvez pelo viés de comunicadora que fui durante quarenta anos, a comunicação, parece-me, é a questão vital. O próprio Deputado lembrou essa questão.

No caso da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica, o Dr. Horácio mostrou claramente que a própria entidade internacional postou no *site* uma informação, depois voltou atrás e, depois, simplesmente ignorou.

Ora, se qualquer paciente vai ao médico, o médico deveria dizer: "Olha, antes mesmo desse caso da PIP, o risco de uma ruptura existe". Ela existe. A paciente é informada sempre sobre em quanto tempo. É como o senhor falou, algumas ficam até vinte anos, uma prótese fica sem nenhum problema, mas ela tem que ser substituída ou reposta.

Então, essas informações, se os pacientes estão realmente sendo informados. No caso da entidade internacional ficou muito clara a dificuldade. E, para o leigo, é muito mais complicado entender todas essas alterações.

Para o Dr. Pedrini, eu lhe pergunto: aqui estão mulheres mastectomizadas querendo que seja aplicada uma lei que dá a elas o direito da reconstituição mamária. É justo que o SUS, que não aplica esse direito a essas mulheres, forneça, ou direito ou justiça, a prótese para o cirurgião plástico fazer a substituição? Do ponto de vista considerando os limites que o SUS tem, do ponto de vista orçamentário e do atendimento dessas demandas. Então, como essa questão pode ser resolvida.

E por fim, para o Dr. Rodrigo, e como o Dr. Arlindo explicou muito bem a posição dos planos de saúde, para o Dr. Rodrigo e para os demais médicos que estão aqui: estou recebendo uma comunicação do Senador Antonio Carlos Valadares, encaminhada ao Presidente Jayme Campos, é que ele está encaminhando uma cópia do Projeto de Lei nº 14, deste ano, por ocasião desta audiência pública, dizendo que este Projeto de Lei, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que foi, aliás, na Comissão de Constituição e Justiça, relator do ato médico, estabelece direitos e garantias de portadores de órteses, próteses e materiais implantáveis de uso médico e odontológico, dispõe sobre mecanismos de controle e monitoramento desses produtos, determina notificação compulsória em casos de defeitos detectados e dá outras providências.

Esse é o resumo apenas do Projeto do Senador Valadares. Porém, na Câmara dos Deputados, existe um projeto de 1999, data da Lei 9.797, que é de autoria do Deputado Miro Teixeira, em que ele proíbe – e aí queria a avaliação médica – o uso do silicone injetável em qualquer de suas formas e estabelece condições para o emprego, em caráter eletivo, dos implantes e das próteses que contenham silicone gel no organismo humano.

O art. 2º desse projeto, que passou por algumas comissões, dispõe:

Art. 2º O emprego no organismo humano, em caráter eletivo, de implantes e próteses que contenham silicone gel e de silicone injetável na forma prevista no § 1º do art. 1º desta Lei submete-se ao consentimento livre e esclarecido, a ser formalizado por instrumento particular, padronizado no âmbito de cada especialidade, mediante o qual o paciente é informado sobre a indicação para realização do procedimento e sobre os riscos e as consequências inerentes ao produto e ao procedimento, e declara o consentimento para a sua realização.

Apenas para ampliar o debate em torno disso.

Então, com a palavra o Dr. Dirceu Barbano.

O SR. DIRCEU BARBANO – Mais uma vez obrigado, Senadora.

Eu me senti estimulado aqui primeiro para responder de maneira mais geral os questionamentos feitos. Acho que tem uma questão que é fundamental entre nós aqui.

Claro que do ponto de vista jurídico, há responsabilidades, culpabilidades, etc. Mas o mais importante aqui entre médicos, autoridade reguladora, que hoje estou na presidência, o Congresso Nacional, nós temos o dever de discutir limites sobre os quais as pessoas, ao se submeterem a procedimentos em saúde, vivem.

Nós temos, acho, uma situação muito clara de uma explicitação de limites de capacidade de o Estado oferecer um determinado nível de segurança para as

instituições que se relacionam com determinado procedimento e para as pessoas que se submetem a ele.

É bem verdade que o que ficou demonstrado aqui é que o sistema de controle sobre a produção de implantes, principalmente em nível global, é um sistema que não permite às estruturas dos Estados, tanto aqui no Brasil quanto fora, oferecerem, para todas as pessoas, em todos os momentos, em relação a todos os produtos que estão sendo utilizados, uma segurança absoluta sobre a sua qualidade.

Na questão dos implantes isso é mais agudo porque, quando se suspende um lote de um produto que vai ser usado ou que não fica implantado, é uma situação, e, na medida em que o problema é com o produto que já está implantado, se cria uma situação ainda maior. Acho que isso é importante porque essa é a reflexão que precisa ser feita principalmente porque cada vez mais pessoas se submetem a esses procedimentos e muitas vezes não são informadas de todos os riscos que já existem, independentemente se o produto tenha problema ou não.

Uma outra questão que acho importante. Não estava querendo dizer aqui, com a questão das notificações, que os médicos não notificaram, por isso há problemas. Estava querendo dizer que a notificação de eventos adversos por parte de profissionais de saúde é uma parte fundamental do sistema de vigilância sanitária. Isso é importante aqui e em qualquer outro lugar do mundo. Por isso, precisamos nos sentir estimulados e responsáveis por fazer isso.

Dr. José Horácio, só queria dizer que os médicos e cirurgiões plásticos não precisam esperar o registro que é fundamental que exista da sociedade. A ANVISA já tem um sistema a partir do qual os médicos podem fazer a notificação de eventos adversos. E é importante que isso seja feito.

Em relação ao que coloca o Senador Cyro Miranda, sobre quais as medidas tomadas contra as agências. Senador, o que a gente hoje está discutindo? Primeiro, são as medidas que a ANVISA deve adotar contra o importador, porque, embora o Deputado Alceu esteja correto quando coloca aqui que o fabricante – e o Estado francês no caso também – são responsáveis, porque atestaram e permitiram, com isso, a exportação da fábrica, perante a lei brasileira e perante a estrutura do Estado brasileiro, o responsável é o detentor do registro, é aquele que pediu e obteve autorização para comercialização, que é o importador, então, os dois importadores.

Estamos agora apurando quais foram as infrações sanitárias cometidas e certamente esses dois importadores irão receber a penalidade que merecem por conta disso. E eles estarão sujeitos inclusive à ação de ressarcimento por parte do próprio Estado. Na medida em que as pessoas recorrem ao Estado, o Estado também deve recorrer ao ente privado que gerou o dano e, portanto, é responsável por ele.

Em relação às agências, o que a ANVISA tem feito é buscado interagir, o máximo possível, com o conjunto das agências, nós que temos dois fóruns hoje que funcionam internacionalmente. Um deles reúne, em teleconferência, dez, onze agências, toda semana para discutir essa problemática. Já saíram decisões importantes desse fórum. Uma delas foi criar uma rede de laboratórios, a nível internacional, para poder fazer as análises. Essa rede de laboratório está trocando: olha, quais foram os lotes que já analisei, quais foram os resultados que obtive e essa informação chega as outras agências. Já mandamos amostras, Senador Humberto Costa, para a Austrália, por exemplo, porque estamos analisando lotes aqui e eles estão analisando lá.

Então, a medida é muito no sentido de dar amparo, justamente em relação a essas questões que são colocadas, e de ter uma dimensão exata do problema. Por que, a questão hoje é: esse nível de rompimento que existe é superior ou não? Esse silicone que foi utilizado, em que dimensão ele é diferente daquele que foi autorizado? Há um esforço global, hoje, de todas as agências de buscar essa informação.

É bem verdade, e isso pode ser dito publicamente, que a autoridade francesa e o governo francês têm deixado a desejar nessa participação, porque inclusive não tem participado desse Fórum Internacional de Agências. Mas, juntamente com Estados Unidos, Austrália, Canadá, Alemanha, Reino Unido, Suécia, a ANVISA tem trabalhado exaustivamente para apurar essas informações.

Já temos lotes sendo analisados em dois laboratórios de universidades brasileiras, buscando estudar a característica desse silicone e verificar qual é a resistência dessa prótese em relação às normas: se ela é menos ou mais resistente. E, o que é pior, nesse sentido nós temos resultados divergentes. Nós já tivemos estudos feitos na França, na Alemanha, na Inglaterra e na Austrália. Na França, mostrando que é menos resistente, que romperia mais; na Inglaterra, dizendo que rompe a mesma coisa dos outros; na Alemanha também, e, na Austrália, dizendo que esse implante é mais resistente do que deveria ser.

Bom, nós estamos analisando isso aqui, em laboratórios de universidades brasileiras e teremos essa informação. O Brasil hoje, Senadora, é o País que tem mais lotes disponíveis para serem analisados, já respondendo à sua primeira questão. Foram importadas pela EMI, que é a importadora da PIP, 34.600 próteses; foram usadas 24.600. As 10.000 restantes, mais preci-

samente 10.096 unidades, estão em poder da Vigilância Sanitária. E é dessas unidades que nós estamos retirando as amostras para análise nos laboratórios no Brasil e fora do Brasil, buscando elucidar o perfil desse silicone e a resistência dessa prótese. A M-Implantes, a Rofil importou cerca de 14.000 unidades que foram usadas na sua totalidades até o ano de 2007, 2008, quando ela deixou de fazer a importação.

Outra questão importante e que o Senador Humberto Costa coloca, eu acho que ela também é fundamental, é qual foi o entendimento que nós tivemos? É um raciocínio muito simples: independentemente de se o procedimento é estético ou não, na medida em que ele se torna um problema de saúde, ele precisa ser tratado, seja pelo SUS, seja pelas estruturas que oferecem serviços no Brasil.

Eu me lembro de que numa das conversas que eu tive com o Ministro, Senadora Ana Amélia, eu disse o seguinte: Ministro, o senhor imagine uma situação em que uma pessoa vai a um salão de beleza e se submete a um equipamento ou a um produto e tem uma queimadura e tem um problema advindo do uso desse produto ou desse equipamento. Por ser um salão de beleza não há responsabilidade de parte das estruturas que cuidam da saúde em tratar do problema? Ou seja, na medida em que vira um problema, precisa ser tratado como um problema de saúde.

Em nosso entendimento, ainda faltando elucidar melhor a dimensão do problema, é que há um problema e, no caso da ruptura, o Estado deveria, sim, responsabilizar-se, via o sistema, pela substituição. E nós teríamos de entender que nesse caso nós tínhamos clientes de plano de saúde com um problema de saúde, o que também precisaria ser observado. É claro que aí se discutiu a questão do implante, a responsabilidade ou não de fornecimento do implante, mas nós temos já o entendimento das operadoras de que isso vai ser tranquilo.

Deputado Alceu, acho que aquilo que o senhor coloca do esclarecimento público é fundamental, porque de fato as divergências e a fragilidade muitas vezes das informações são importantes. É claro que nesse caso não há como imputar responsabilidade ao profissional médico. Mas nós não podemos, de maneira alguma, também achar aceitável que todos esses riscos que hoje são colocados publicamente, envolvendo o implante mamário, não sejam de conhecimento das pessoas que receberam o implante.

Essa é uma situação que precisa ser mais bem observada, porque se hoje a gente tem a informação aqui de 1% ao ano ou 15% em dez anos de ruptura das próteses, se nós temos um milhão de mulheres hoje com próteses mamárias no Brasil, será que é de conhecimento de todas essas mulheres que a prótese irá romper e que elas precisarão passar por um processo cirúrgico novamente? O que não é aceitável muitas vezes é que aparentemente essa não seja uma informação que foi de maneira consistente e adequada feita para as mulheres, para as pessoas que receberam os implantes.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – O senhor já respondeu sobre a questão do mercado, não é?

O SR. DIRCEU BARBANO – O processo do que pode ser feito para o futuro é a última coisa que falta.

Bom o que pode, Senadora, é fazer a análise prévia da qualidade desse material. Esse é um sistema...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Mas com relação à PIP foi feita, doutor.

O SR. DIRCEU BARBANO – Mas não é feita na medida em que ... O que eu estou dizendo é que o melhor sistema é aquele em que nós podemos analisar uma unidade, e implantar outro, e falar: "Olha, essa aqui tem qualidade". O que é feito, normalmente, são testes na etapa de registro. Para alguns produtos, como eu disse, o preservativo e a luva, a gente já faz o teste em tudo o que chega ao País e em tudo o que vai para uso. Então, o preservativo, para dizer que não rompe etc.

Nós estamos instituindo agora, no caso dos implantes mamários, um sistema como esse. Todos os implantes que chegarem, antes de serem utilizados, vão ter que ter uma amostragem e ser analisados, que é isso que a senhora está dizendo. Agora, isso agrega, é importante que as pessoas saibam...

A ANVISA mandou analisar 25 lotes agora nesses laboratórios de universidades. No laboratório de universidade, nós estamos pagando R$30 mil para análise de cada lote. Então vai haver um custo que certamente vai impactar sobre o preço dos implantes dessa medida que a ANVISA está tomando. Qual é o limitante? Não é tomar a decisão.

O limitante é imaginar a quantidade de mercadorias que circulam e imaginar que nós não podemos confiar em nenhuma autoridade sanitária do mundo e testar todo o material. E aí faltam laboratórios. O esforço do Inmetro no sentido de identificar e credenciar laboratórios para fazerem esses testes que não são simples e custam caro é muito grande.

A partir da entrada em vigência da norma da ANVISA que está em consulta pública e vai entrar em vigor imediatamente, implante mamário não vai mais chegar sem ser analisado. Isso significa que nós teremos de ter esses laboratórios prestando esse serviço para os importadores, que serão responsáveis pelo pagamento dessas análises e certamente vão repassar o custo dessa análise para o consumidor.

Agora, esse é um processo que é possível fazer? É.

Com todos os produtos?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Quem vai pagar vai ser o laboratório?

O SR. DIRCEU BARBANO – Quem vai pagar é o importador. E, no fim, é o consumidor, por uma segurança adicional.

Agora, é possível fazer isso com todos os materiais que são importados? Não. A ANVISA vinha fazendo. Já tem preservativo e luvas, nós estamos já na fase de implantação para agulhas, seringas e equipos e o próximo seriam os implantes ortopédicos e os implantes cardíacos. Tivemos de passar na frente. Vamos ocupar a capacidade de laboratórios para fazer com os implantes mamários, dada essa insegurança toda e a necessidade de dar respaldo à sociedade.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Só para terminar.

O senhor é a favor do cadastro que a Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica está propondo das pacientes submetidas a esse procedimento?

O SR. DIRCEU BARBANO – Os cadastros que registram implante são fundamentais. E nós somos completamente favoráveis e, inclusive, temos o intuito de que esse registro da sociedade possa interagir com o registro sanitário também. Isso já está sendo feito com a Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia. Nós já temos um registro nacional dos implantes de quadril e de joelho juntamente com a Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia. Nós estamos pretendendo pegar esse modelo que já existe na parceria com a sociedade, nós já tocamos nesse assunto com eles, e temos também um registro nacional, de caráter sanitário, dos implantes mamários também.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Eu agradeço muito ao Dr. Dirceu.

Como eu falei no início desta audiência pública, em função de ser a ANVISA, digamos, a responsável, do ponto de vista oficial de governo, de saúde pública, responsável por todo esse setor e os procedimentos tomados, então era importante que o espaço fosse dado para esses esclarecimentos, que têm a ver também com o objetivo nosso de tranquililzar as mulheres, porque o pior é exatamente essa insegurança, o medo e, eu diria até, um certo terrorismo em relação a essa matéria. O melhor é a cautela, o cuidado e a segurança para que elas tenham de saúde.

Eu pediria, então, aos próximos expositores que foram submetidos a perguntas que conseguissem fazer no menor prazo possível para que, logo em seguida, possamos chamar a próxima audiência.

O SR. LUCIANO ORNELAS CHAVES – Muito bem!

Senadora, vou tentar ser o mais sucinto e me restringir ao que envolve especificamente a Sociedade de Cirurgia Plástica.

No que se refere ao cadastro e à notificação da ANVISA, acho que são coisas bem distintas. Não havia, não há esse hábito, na Sociedade de Cirurgia Plástica, de fazer essa informação de eventos adversos da ANVISA, que realmente é uma falha que podemos corrigir e podemos passar. Vamos discutir isso com a ANVISA, a estabelecer esse canal de comunicação de eventos adversos. Mas o cadastro é muito maior do que isso. O cadastro vai envolver forma de incisão, localização da prótese, utilização. Então, haverá uma informação muito mais ampla. A complicação estará entre elas, mas não será apenas a complicação o foco. Já no que se refere aos eventos adversos da ANVISA poderemos aumentar a nossa rede de informações. Nesse aspecto, acho que será muito positivo.

No que se refere à informação ao paciente, Senadora, sempre é dada ao paciente informação sobre todas as suas cirurgias. É uma preocupação muito grande. Com isso, há também o consentimento informado. A paciente atesta que foi informada dos aspectos de sua cirurgia e que concorda com sua realização. Nós agora estamos, claro, isso é sempre um problema. A paciente pode dizer que não foi informada e o médico dizer que foi.

Então, agora, com a nossa evolução, temos uns *folders* sobre cada cirurgia que são entregues ao pacientes com essas informações, inclusive com a informação de que pode haver ruptura ou não no que se refere à prótese. Agora, estamos evoluindo, estamos melhorando essas informações. Vamos colocar no *site* da Sociedade essas informações. Vamos registrar essas informações em cartório de registro público de documentos e vamos orientar ao nosso associado que escreva, no verso do seu receituário, que, além das informações, algo assim, contidas em sua consulta, que foram discutidas, o *site* da sociedade tal, tal, tal, tem muito mais informações que devem ser consultadas antes de o paciente voltar para decidir a cirurgia.

Isso já está sendo e vai ser mais uma questão de segurança. Acho que hoje a questão é segurança, a gente tem de aumentar cada vez mais a segurança. Uma delas é ter uma lei de especialistas. Hoje, qualquer médico pode fazer qualquer coisa. Posso abrir o cérebro de alguém amanhã, posso mexer no coração do outro, porque a lei me permite. Temos de criar, no Senado, na Câmara, uma lei que limite a ação do especialista ao que ele é capacitado a fazer. Essa lei não existe, por mais incrível que isso possa parecer. Existe

uma lei que impede o médico de divulgar uma especialidade que não tem, mas não existe uma lei que o impeça de exercer essa especialidade.

Com relação ao projeto do Deputado Miro Teixeira a respeito do silicone, é pena, parece-me, não foi aprovado na sua totalidade. Foi muito importante na época para se discutir todos esses aspectos, mas o silicone líquido já é proscrito pela Sociedade de Cirurgia Plástica desde 85. Desde 85 temos uma resolução pública de que antes dessa decisão do Deputado Miro Teixeira o silicone líquido é proscrito. Raramente ele é usado por médico; ele é usado por leigos. Então, é absolutamente proscrito da prática médica.

São mais ou menos essas as questões que foram colocadas.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco/PT – PE) – Com a palavra o Presidente da Associação Brasileira de Medicina de Grupo, Abramge, Dr. Arlindo de Almeida.

O SR. ARLINDO DE ALMEIDA – Tivemos algumas perguntas do primeiro Senador, que infelizmente não está presente agora, a respeito da possibilidade de haver um problema logístico de atendimento de toda essa população atual. Por parte dos planos de saúde, diria que não há esse tipo de problema porque, evidentemente, seguindo os protocolos que foram preceituados, tanto pela Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica quanto pela Sociedade Brasileira de Mastologia, é somente nos casos de ruptura ou de complicações que se vai intervir. Evidentemente, todas as pessoas que têm esse tipo de marca vão fazer consultas. Isso não vai representar impedimento, sob o ponto de vista logístico, para esse atendimento.

Por parte dos Senadores, do Ministro Humberto Costa, da Saúde, houve uma pergunta importante que a gente fez questão de frisar.

Existe uma diversidade do que acontece com os planos de saúde, como nos explicamos. Existem aqueles tipos de cirurgia que foram de reconstrução de mama, quer dizer, naqueles casos em que houve uma amputação de mama e a empresa operadora, por obrigação legal, já fez a reconstituição daquela mama. Esse é um problema porque a própria operadora já forneceu aquela prótese. Existe certa lógica nisso, é uma cirurgia reconstrutora. Agora, no caso da cirurgia plástica estética, realmente o Senador tem toda a razão: é algo que sequer consta do rol de procedimentos. Poderá haver até algum tipo de operadora que de tão pequena que é não possua médico credenciado, cirurgião plástico, porque há necessidade de ser feito isso. Então, evidentemente, é outro tipo de problema. No entanto, como nós dissemos, as operadoras vão-se esforçar para fazer todo esse serviço.

Sem dúvida nenhuma, esse é um problema que realmente nós até estranhamos. Esperávamos, inclusive, ser convocados para uma reunião junto com a Anvisa, com o SUS, como foi, porque o Ministério da Saúde representa o SUS, com a OMS, e quem ia realizar o trabalho eram as operadoras. Esperávamos esse convite, mas, infelizmente, não veio. Veio somente a obrigação.

No que diz respeito à pergunta do Deputado, nós a achamos muito interessante e realmente muito perigosa. É evidente que a judicialização da Medicina está ocorrendo de maneira bastante intensa. Além de tudo, não seria somente o problema do preço da cirurgia, o preço da prótese que queria importar, mas sim o problema das ações judiciais, porque uma operadora que tem que refazer uma cirurgia pode, eventualmente, ser processada, e é um dos polos que vai responder por isso. Então, isso é importante porque pode haver até a possibilidade de dano moral e custos altos nessas ações que podem ocorrer, e essa preocupação do Deputado eu acho que foi muito adequada. Por isso, inclusive, temos esse parecer jurídico mostrando as responsabilidades das autoridades sanitárias brasileiras no sentido também de responder sobre esse tipo de ações.

Eu acredito que seja só isso que me foi perguntado e acabo de responder.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Boco/PT – PE) – Com a palavra o Dr. Rodrigo Wobeto, Presidente da Associação das Vítimas da PIP.

Aproveito para repassar a presidência dos trabalhos à Senadora Ana Amélia.

O SR. RODRIGO WOBETO – Primeiramente, eu gostaria de fazer um comentário a respeito da notificação, porque a gente encontrou alguns problemas. Eu já tive paciente com prótese rompida e encontrei dificuldades para a notificação para a Anvisa, no sistema da Anvisa. No sistema, existem vários campos para serem preenchidos. Em um desses campos, está o registro do produto utilizado, mas, como já não existia mais o registro, por ter sido eliminado, dava algum problema que não poderia ser completado, dava sinal de erro. Não sei se isso já foi sanado ou não. Só para ficar registrado que a gente não conseguiu, por um bom período de tempo, fazer esse registro.

Falando como médico agora também, em relação às informações para as pacientes, isso já se tornou basicamente mais do que um hábito. Talvez para os médicos todos, cirurgiões plásticos, é quase um mantra que deve ser feita a comunicação através de consentimento informado pelos pacientes e também de todas as informações adicionais dadas na consulta.

O que acontece é que, em relação especificamente às próteses de mama, hoje, se a gente for procurar no manual dos produtos que têm no mercado, eles falam em hipótese de ruptura em torno de 1%, mas, na literatura científica, existe alguma divergência. O manual sequer explica que esse 1% é um cálculo cumulativo, que ao longo do tempo ele vai aumentando, ou seja, que é 1% ao longo de um período. Nós discutimos com vários colegas nossos e eles não sabiam sequer que esse 1% vai aumentando ao longo do tempo e que, ao longo dos anos, existe um cálculo diferente a se fazer que pode culminar – aí já há divergências –, dependendo da marca da prótese, em até 10%, 15% ou, em alguns estudos, até um pouco mais.

Em relação ao acesso das pacientes, quando vão ao SUS, acho que isso engloba um pouquinho de tudo que a gente estava conversando aqui.

Essa questão da judicialização acaba sendo o primeiro entrave para os médicos, para todos os envolvidos. Para uma paciente que teve a prótese rompida e que eventualmente hoje já não goze das mesmas condições financeiras que já teve para fazer uma cirurgia, um implante, apesar de o seu médico até se dispor a atendê-la sem custos ou até encaminhá-la ao SUS, acontece a primeira batalha, digamos assim. A paciente diz que não vai para o SUS porque não quer, porque não colocou a prótese no SUS. Começa o primeiro atrito entre o médico e a paciente. Acaba parecendo que o médico quer se desvencilhar da paciente, quer enviá-la para outro lugar, para que ela resolva em outro lugar, ou também que ela está sendo abandonada, e a gente fica no meio dessa confusão, sem saber como se portar. No meio disso, evidentemente, tem a indústria da área médica, da judicialização, e começa o processo. Como bem comentou o Deputado que estava aqui, existe isso.

Recebi notícia de um cirurgião plástico do Rio de Janeiro que teria em torno de mil pacientes com essa prótese. Imagine se 5% dessas pacientes entrassem na justiça contra esse profissional. Oito mil reais cada. Isso pode falir uma pessoa, teoricamente.

A gente pode conversar sobre responsabilidade, e não sou a pessoa adequada em relação a isso, porque não entendo nada, mas posso falar alguma coisa a respeito de culpa. A gente não se sente culpado em relação a isso por ter seguido todas as normas técnicas aprovadas e vigentes até o momento da utilização.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Agradeço muito, Dr. Rodrigo.

Dado adiantado da hora, passo a palavra ao Dr. Pedrini para o encerramento desta reunião, porque temos um problema com a segunda audiência. A Drª Maira Caleffi tem uma cirurgia e queria dar a palavra a ela depois, logo que o Senhor finalize a sua exposição, com as perguntas que foram feitas.

Com a palavra o Dr. Pedrini.

O SR. JOSÉ LUIZ PEDRINI – Participei, ajudei na formação da Lei nº 9.797, de 1999. Quando a lei foi promulgada, fizemos uma campanha, aliás, uma campanha não. Nenhuma mulher sem mama, a partir de hoje no Hospital Nossa Senhora da Conceição, que o Ministro Humberto Costa visitou e conhece bem o serviço. A partir de então, Ana Amélia, passamos a reconstituir todas as mulheres para as quais o tratamento da mastectomia era a solução para o seu problema de câncer, para aquelas que queriam. A mulher tem autonomia de decidir se faz ou não a reconstituição.

Não se discute reconstituição. É um direito da mulher e um dever do Estado. Não se discute que o SUS não tem tempo, porque depois acontece essa sobrecarga de mulheres que retiraram a mama. Não se discute se vai levar mais trinta minutos a cirurgia. São mais trinta minutos.

A especialidade de mastologia foi reconhecida em 2002. Temos dez anos. O mastologista tem habilitação para reconstituição mamária. Então, não existe essa desculpa também. Ele faz a cirurgia e já prepara a reconstituição, que é feita no mesmo ato. Se for feita a mastectomia, para a reconstituição, depois de uma mastectomia total, com aquelas imagens que os Senhores viram, vai levar mais três ou quatro cirurgias. Então, para aqueles trinta minutos que "ganharam", para deixar alguém mutilado, vai precisar de cinco ou quatro cirurgias para reconstituir uma mama, que nunca mais vai ficar a mesma coisa.

Não tem justificativa o tempo cirúrgico, como está sendo apregoado. O tempo cirúrgico é de mais trinta minutos. Quem tirar a mama tem de estar apto a reconstituir.

E aí eu pergunto: e naquela cidade pequena, no interior, referência para um serviço que faz? Se é um direito da mulher, tem de lhe ser oferecido um centro de referência que o faça. Claro que temos dificuldades.

Há pouco tempo, li um artigo em que, no interior de São Paulo, onde tem uma faculdade de Medicina em que se levava 270 dias entre o diagnóstico e o tratamento do câncer de mama. Aqui em Goiás são quatro meses. O paciente tem o diagnóstico e se diz "agora, entra na fila que vai levar quatro meses". É claro que essa é uma situação muito ruim, mas a não reconstituição não tem essa justificativa.

O que se tem feito é mutirão de reconstituição. Eu não os vejo com bons olhos, porque se faz um mutirão e se continua mutilando. Mutirão e mutila! Não! Vamos achar um tempo certo para não se precisar de mutirão, para não precisar que vocês levantem os cartazes di-

zendo que vocês têm esse direito assegurado por lei, um direito que a Constituição garante a vocês. Então, não gosto de mutirão também.

É claro que precisamos pensar também no que vamos fazer: tornar atrativo que o médico que esteja fazendo o procedimento, Senadora Ana Amélia, faça, ao mesmo tempo, a reconstituição. Nós ganhamos, em uma cirurgia de câncer de mama, entre R$250,00 e R$125,00 para toda a equipe – médico e auxiliares. Em uma reconstituição, dá algo em torno de R$100,00 a mais.

Então, também há esse lado perverso do sistema, que é a não remuneração adequada. Mas vocês têm, sim, o direito de ter a sua forma física preservada no momento da cirurgia. Isso não altera nem um pouquinho a erradicação do câncer; altera muito o fato de se tratar. E, quando a gente trata, a gente não tem que tratar o câncer; tem que tratar aquela pessoa que, naquele momento, está com esse tipo de doença e que, no outro dia, vai enfrentar a vida com naturalidade.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Agradeço muito a todos que participaram da primeira parte desta audiência pública, que se realizou a partir da minha iniciativa de apresentar um requerimento à Comissão de Assuntos Sociais e do Senador Paulo Paim à Comissão de Direitos Humanos, Presidente que é dessa Comissão.

Esclareço que esta audiência pública se dá em uma reunião conjunta dessas duas Comissões.

Aduziremos agora à segunda parte desta audiência pública, por força de um requerimento apresentado pela Senadora Vanessa Grazziotin, o debate acerca da aplicação da Lei nº 9.797, de 1999, que dispõe sobre a obrigatoriedade da cirurgia plástica reparadora da mama, pela Rede SUS, nos casos de mutilação decorrente de tratamento de câncer.

Agradeço imensamente, renovando os agradecimentos em nome do Senador Presidente desta Comissão, Senador Júlio Campos, do seu Vice-Presidente, Senador Casildo Maldaner, e do Senador Paulo Paim, bem como em meu nome pessoal, pela aquiescência ao convite, ao Dr. Dirceu Barbano, Diretor Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa); ao Dr. José Horácio Aboudib, Presidente da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica; ao Dr. Arlindo de Almeida, Presidente da Associação Brasileira de Medicina de Grupo; ao Dr. Rodrigo Vobeto, Presidente da Associação das Vítimas da PIP; e ao Dr. José Luiz Pedrini, Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de Mastologia.

A todos o nosso muito obrigado pela valiosa colaboração que deram ao debate desse tema, e nós entendemos que, dessa forma, correspondemos à responsabilidade que temos de tratar de questões relevantes para a saúde pública em nosso País especialmente para a saúde das mulheres.

Muito obrigada a todos.

Já tomo a liberdade de chamar para comporem a Mesa a Drª Maira Caleffi, o Dr. Luciano Ornelas Chaves, o Dr. José Eduardo Fogolin Passos e o Dr. Carlos Vital Tavares Correa Lima. (*Pausa.*)

Para retomarmos os nossos trabalhos e em função da urgência da Drª Maira Caleffi, eu passo imediatamente a palavra a S. Sª, pedindo escusas aos demais expositores, para atender a essa emergência. Como são médicos, todos sabem que essas situações acontecem.

Drª Maira Caleffi, por favor.

A SRª MAIRA CALEFFI – Bom dia. Peço desculpas por essa história, mas, quando recebi esse convite na sexta-feira, essas cirurgias já estavam programadas e só consegui adiá-las para às seis da tarde. Tenho que sair daqui ao meio-dia.

Agradeço muito pelo convite, parabéns pelo que ouvi até agora, Senadora. Acho que esse assunto integra uma questão que há muitos anos a gente vem discutindo: quando fazer e quando atender a mulher mastectomizada. De preferência, como já foi falado, na hora em que tira a mama. A mutilação é insuperável, a gente vê como as mulheres têm muito problema de reintegração profissional, familiar, inclusive no seu dia a dia. Então, nós colocamos aqui já como uma proposta da Conferência Nacional de Saúde deste ano, porque essa obrigatoriedade de cirurgia plástica reparadora da mama já é conhecida desde 1999, e tenho certeza de que essas mulheres estão aqui porque elas agora veem todas essa divulgação, essa mídia em cima do problema das próteses de silicone e elas continuam na fila para conseguirem a sua reconstrução mamária.

Próximo.

Quando a gente vê que são 52 mil mulheres por ano com o diagnóstico de câncer de mama, sendo que, em algumas cidades, como Porto Alegre, atingem-se 125 casos por cem mil mulheres, o que é um dos índices mais altos do mundo, esse número de mulheres, sua grande maioria, quase 70% delas, necessitarão de mastectomia. Elas chegam tarde pelos problemas todos que nós vemos no Sistema Único de Saúde, de demora no atendimento, e quero frisar que, no estágio 1, Senadora Ana Amélia, as mulheres podem ser tratadas com cirurgias conservadoras, e são 10% dos casos. Nos outros, necessariamente, ela passa por uma mutilação, por uma mastectomia. Então, a grande maioria daqueles 52 mil novos casos anuais faz mastectomia por não terem conseguido chegar cedo.

Próximo.

O tamanho do tumor – e aqui represento um tumor, mas a luz não está me permitindo mostrar direi-

tinho – maior do que esse tamanho do tumor não se consegue preservar a mama.

Próximo.

Então, o tamanho do tumor determina o tamanho do tratamento, e um tratamento inicial, a que só 10% das mulheres chegam, contra um estágio 3 e 4, a que 45% das mulheres chegam, sem falar no estágio 2, que são tumores de dois a cinco centímetros, levam necessariamente a uma visão multidisciplinar da questão do tratamento do câncer de mama. Infelizmente, os nossos hospitais, e é por isso que eu basicamente aceitei o convite para vir, não têm condições de atender as mulheres mastectomizadas, imaginem colocando todas essas mulheres com próteses, porque os cirurgiões plásticos são os mesmos, e nós estamos numa parceria, Femama, as sociedades médicas, para que consigamos aumentar o número de reconstrução mamária disponível.

Próximo.

Essa mastectomia bilateral está à espera de uma reconstrução tardia. É uma paciente que teve de retirar grande parte de sua musculatura, mas ela continua na fila e agora tem atrofia muscular, dificultando muito até a colocação de prótese. Uma paciente magra, sem condições de fazer a reconstrução do abdômen. Provavelmente, se ela pudesse fazer logo ainda, ela teria que fazer uma reconstrução com técnicas com grande dorsal bem mais complicadas, enquanto que essas que fazem reconstrução na hora têm uma vida muito diferente, uma sobrevida com qualidade muito diferente dessas.

Próximo.

Eu só trouxe aqui o impacto psicológico do câncer de mama. Por exemplo, pacientes submetidas à mastectomia parcial comparadas com pacientes com mastectomia. O sofrimento que elas apresentam, em três meses, oito meses, oito anos, é muito superior.

As mastectomizadas dizem que elas têm pensamentos depressivos, com pensamentos transitórios sobre suicídio, 40%; enquanto que as mulheres que têm só um setor, conservam a mama, 7%.

Existem vários estudos brasileiros mostrando os benefícios da mastectomia com reconstrução imediata, e isso vem de longa data, que isso é lei.

Próximo.

Nós da Femama aqui representamos mais de 50 entidades associadas, em 16 Estados e o Distrito Federal.

Próximo.

Esse movimento cresce dia a dia

Próximo.

E basicamente o que a gente está falando é que talvez não precisássemos ver tanta mulher mastectomizada, se a gente conseguisse fazer o diagnóstico precoce, com uma cobertura mamográfica, com um suporte tanto no SUS quanto suplementar de certificação de qualidade. Aqui falamos, agora, há pouco, em qualidade. Isso é uma questão muito importante dentro dos mamógrafos no Brasil. E o tempo de espera para a consulta é absurdo.

Próximo.

E a gente vê que existem leis, mais leis, outra lei aqui falando da 11.664, que a gente chamou de Lei da Mamografia, mas ela não é a Lei da Mamografia.

Próximo.

Ela fala em todo o atendimento da cadeia, incluindo a reconstrução mamária.

Próximo.

O que chama atenção é que a Presidenta Dilma, em março do ano passado, montou um plano para combater o câncer de mama e o câncer de colo de útero. Em setembro, ela reforça isso na ONU, e nós continuamos com os mesmos gargalos e as mesmas dificuldades.

Próximo.

As recomendações do INCA, de 31 de outubro de 2011, muito apoiadas naquela Carta de Gramado que foi apresentada pelo colega Pedrini não fala em reconstrução, e reconstrução é parte do tratamento oncológico.

Próximo.

E, para terminar, nós vemos aqui que a Anvisa regula junto com a ANS os planos de saúde, dizendo que os usuários dos planos podem ir ao Código de Defesa do Consumidor quando esses prazos não são cumpridos, e no SUS não existe isso, está solto esse tipo de coisa. Por isso, vejo assim a indignação das pessoas em geral...

Próximo.

...porque existe todo um sistema de rede pública funcionando, mas reconstrução mamária com colocação de prótese não está disponível, apesar de que cada Estado tem lá seus 20, 25 serviços de reposição disponíveis, mas que não estão fazendo.

Próximo.

A lei... Já foi falado.

Próximo.

E, para encerrar, nós colocamos em uma das reivindicações aprovadas de propostas da Conferência Nacional de Saúde do ano passado a reconstrução mamária no ato da mastectomia sempre que possível, em termos de indicação para o paciente e disponibilidade técnica, óbvio.

Próximo.

A Anvisa está muito preocupada com as próteses, nós também estamos. A fila, nos consultórios de

mastologia, para ver se tem ruptura ou não ruptura que requerem ressonância magnética, como já foi mostrado, atormenta-nos, quando a gente vê que a fila das usuárias do SUS para reconstrução tardia só aumenta, há anos, sem sinais de solução. São milhares de pacientes que se acumulam, apesar de direito adquirido.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada à Drª Maira Caleffi, pela objetividade na abordagem do tema, especialmente sobre esses direitos da Lei nº 9.797, de 1999, e sobre a questão: ora, se o direito vale na relação com os planos de saúde, por que não valer para a contribuinte consumidora e que tem direito a esse tratamento, a esse serviço?

Convido agora o Dr. Luciano Ornelas Chaves, Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica, que está envolvido com essa campanha do mutirão das cirurgias.

O SR. LUCIANO ORNELAS CHAVES – Agradeço à Senadora Ana Amélia o convite. Em nome da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica, agradecemos a oportunidade desta audiência pública para que nós possamos debater este tema, que realmente é um tema de cunho social: a reconstrução da mama.

A reconstrução da mama é um tema forte, um tema sensível, mas não tem sido um tema debatido, não tem sido um tema valorizado e reconhecido dentro do seu nível e grau de importância, como merece a reconstrução da mama.

Nós temos política de governo, nós temos organizações não governamentais, nós temos campanhas de prevenção – sobre orientação do diagnóstico – do câncer de mama – e está aqui a Drª Maira Caleffi, que trabalha muito sobre o Outubro Rosa.

Próximo.

Mas nossas estatísticas são importantes, são alarmantes e preocupantes. Nós teremos, no Brasil, 50 mil casos de mulheres com diagnóstico de câncer de mama e nós teremos em torno de 12 mil óbitos de mulheres com câncer de mama. Os Estados Unidos têm um número de 230 mil mulheres que vão evoluir com 40 mil óbitos de câncer de mama.

Próximo.

A Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica tem o seu departamento, um departamento de ação social, e essa é a contribuição e o sentimento da responsabilidade social da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica. E nós, através desse nosso departamento, estamos desenvolvendo mutirões. Nós temos hoje 5,2 mil cirurgiões plásticos membros da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica. E neste *slide*, eu tenho – que me perdoe o colega, vice-presidente da Sociedade Brasileira de Mastologia, quando fez menção no sentido contrário aos mutirões... Infelizmente, os mutirões estão sendo necessários porque existe um número gigantesco de pacientes sem esse tratamento.

Nós tivemos, em dezembro, o mutirão de câncer de pele e nós estamos agora com o planejamento e toda a logística para realizar o mutirão nacional de 5 a 9 de março. E o mutirão torna-se necessário porque é um atendimento, eu diria, emergencial. Entendemos que a reconstrução imediata seria a situação ideal, porém, ela não é real, porque, hoje, de cada 100 mulheres mastectomizadas, no Brasil, na rede pública, não mais do que 7% a 8% dessas pacientes se submetem a uma reconstrução. Então, na prática, na verdade, o que acontece é o acúmulo de pacientes a terem reconstruída sua mama de forma tardia. E é por isso que o mutirão vem fazer essa contribuição social no sentido de não solucionar o problema, mas pelo menos amenizar o sofrimento de um número x de pacientes que aguardam essa cirurgia.

Próximo.

O câncer de mama tem o seu planejamento de tratamento. Nós temos o diagnóstico histopatológico; nós temos o tratamento cirúrgico, que é a mastectomia, a quadrantectomia; nós temos o tratamento coadjuvante, quimioterapia, radioterapia, mas esqueceram que nós temos uma lei, e reconstrução de mama é parte integrante do tratamento do câncer de mama. Então, o câncer de mama envolve cinco etapas: envolve o diagnóstico, envolve o tratamento cirúrgico, envolve a quimioterapia, envolve a radioterapia, mas a reconstrução de mama é parte desse tratamento.

Próximo.

E a indicação da técnica da reconstrução mamária. Eu trago aqui – perdoem-me pelos *slides* seguintes –, para realmente demonstrar com clareza a complexidade que envolve uma reconstrução da mama.

Nós temos as indicações técnicas da reconstrução da mama, que são próteses expansoras, próteses definitivas, próteses ajustáveis ou também a utilização de retalhos do músculo grande dorsal e do reto abdominal, que são retalhos que se retiram da região do dorso ou da região do abdome, para se reconstruir, refazer o cone da mama. E de acordo com a avaliação individualizada de cada paciente, se indica a técnica adequada para a sua cirurgia.

Próximo.

Então, isso aqui é uma paciente que foi mastectomizada bilateralmente e que se opção por fazer a reconstrução dessa mama também bilateral utilizando-se o tecido do abdômen e, com esse tecido do abdômen, se pode reconstruir os dois cones de mama e, num segundo tempo, se reconstrói a auréola, utilizando a pele da parte interna da coxa. Os dois mamilos foram

reconstruídos utilizando o lóbulo da orelha, para que possamos ter a elevação desse mamilo.

Próximo.

Também através da utilização de próteses, implantes mamários ajustáveis.

Próximo.

Utilizando retalhos do grande dorsal, que é uma pele lateral que vai pele e músculo, para que a gente dê maior suporte de pele para essa região para que ela possa receber uma prótese.

Próximo.

A mídia e cirurgia plástica. Nessas ações humanitárias, nós desenvolvemos um projeto piloto em Brasília, que foi coordenado por nós, pela regional de cirurgia plástica de Brasília, todas as pacientes que estão aqui fizeram parte desse mutirão, nós reconstruímos em apenas um dia 61 pacientes.

Próximo.

Isso foi em função de que esses pacientes começaram a protestar pelo direito de ter as suas mamas reconstruídas, nós operamos pacientes há 15 anos mastectomizadas, operamos paciente há 29 anos mastectomizada bilateralmente. Então, esse evento trouxe realmente uma nova contribuição e uma nova vida a um número reduzido de pacientes, mas de significado importante para cada paciente que participou desse projeto.

Próximo.

Isso foi um trabalho de equipe em que classificamos quais foram os tipos de cirurgia.

Próximo.

Próximo.

Para desenvolver esse mutirão, nós desenvolvemos um projeto de logística de realização, que envolve todas as etapas desse mutirão.

Próximo.

Também muito atentos dentro da responsabilidade civil médica, os esclarecimentos ao paciente e os limites dessa cirurgia, os índices de intercorrências que podemos ter com essas cirurgias.

Próximo.

Esse é o termo de consentimento informado, autorização de uso de imagem.

Próximo.

E aí, nessas pacientes de Brasília, nós fizemos uma pesquisa psicossocial dessas pacientes e aí fizemos realmente um diagnóstico de que a reconstrução de mama é uma cirurgia de reinclusão social.

Dessas 142 pacientes que passaram pela avaliação ambulatorial, nós tivemos 42% delas solteiras – predominantemente esse era o estado civil. Então, já começamos aí com uma situação muito grave: mulher mastectomizada solteira, a possibilidade dessa paciente se envolver num relacionamento afetivo é dificultadora.

O diagnóstico dessas pacientes foi em 58% através do autoexame – isso é um dado muito favorável no sentido de que mostra que as campanhas educativas são de extrema importância e que dá o direito da precocidade de diagnóstico do câncer de mama.

Próximo.

O apoio psicológico que essas pacientes recebem é não: 64% se sentem abandonadas, rejeitadas, discriminadas pós-mastectomia. E a mastectomia como causa de separação é um dado realmente alarmante e também nos preocupa que 69% dessas pacientes que eram casadas, que tinham uma relação afetiva estável, uma família constituída, relataram que o motivo alegado para a separação foi por ser uma paciente mutilada, mastectomizada.

Próximo.

E as empresas estão aí todas envolvidas no tratamento do câncer de mama, da prevenção do câncer de mama.

Próximo.

Depois de Brasília, nós desenvolvemos esse projeto nacional.

Próximo.

E estamos exatamente com esse mapa nacional de realizarmos, dentro de uma contribuição modesta, serão 500 cirurgia a nível nacional, num mutirão nacional.

Próximo.

Nessa organização do projeto, dependemos de consolidar parceria com a rede privada, com a rede pública, com o Ministério da Saúde, com a Secretaria de Estado de Saúde.

Próximo.

Esses são os objetivos do Mutirão Nacional. Aí está realmente o porquê de querermos realizar o Mutirão Nacional. Não queremos chegar aos governos e aos ministérios e falar sobre reconstrução de mama. Primeiro, queremos nos antecipar, queremos realizar o Mutirão, para dizer: “Estamos dando nossa contribuição”.

Próximo.

Essas são mulheres que venceram o tratamento do câncer de mama em Brasília. As empresas colocaram essas pacientes para participarem de desfiles de moda, mostrando a reestruturação afetiva dessas pacientes.

Próximo! Já estou concluindo.

É preciso haver a conscientização de que a reconstrução de mama é parte integrante do tratamento do câncer de mama e está garantida por lei federal. Não é um presente que o paciente pode receber, mas

é um direito. Isso está aí para discutirmos. Essa lei já foi bastante debatida.

Próximo.

Fala-se da valorização da reconstrução mamária como honorário médico. A cirurgia de reconstrução mamária é de alta complexidade, e, hoje, dentro da rede SUS, há uma remuneração de R$133,00 para a realização de uma cirurgia de reconstrução de mama.

Próximo.

Como bem disse a Drª Maira Caleffi, a Presidente Dilma esteve na ONU e disse que a saúde da mulher é prioridade dentro do seu Governo. Então, reivindicamos e desejamos que exista um entendimento para que a reconstrução de mama entre realmente dentro do programa de governo da saúde da mulher.

Próximo.

Trata-se da inclusão de reconstrução mamária nas políticas públicas. O Instituto Nacional do Câncer e a Carta de Gramado não colocam a reconstrução de mama como parte do tratamento do câncer de mama.

Próximo.

Esse é o nosso projeto e o Mutirão Nacional de Reconstrução Mamária.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Dr. Luciano Chaves, Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica. Eu o cumprimento pelo envolvimento com a chamada responsabilidade social, com a qual a entidade médica assim se compromete, propondo essa parceria, sem a qual os resultados não serão os mesmos do ponto de vista do êxito de um empreendimento social dessa envergadura. Então, eu o cumprimento.

Não sei se a Drª Maira quer se manifestar. (*Pausa.*)

Desejo boa sorte à senhora! Eu lhe agradeço em nome da Senadora Vanessa Grazziotin, que foi autora do requerimento; do Presidente desta Comissão, Senador Jayme Campos; do Vice-Presidente, Senador Casildo Maldaner; e do Senador Paulo Paim, que, como eu, é requerente desta audiência, em que se discute a questão das próteses que apresentaram problemas. Eu agradeço à senhora, desejando sucesso na cirurgia que a senhora vai fazer em Porto Alegre.

Agora, passo a palavra ao Dr. Carlos Vital Tavares Corrêa Lima, Vice-Presidente do Conselho Federal de Medicina.

O SR. CARLOS VITAL TAVARES CORRÊA LIMA – Boa tarde!

Antes de tudo, quero agradecer à Senadora Ana Amélia pelo convite que esta Comissão fez ao Conselho Federal de Medicina, oferecendo uma oportunidade ímpar para que haja interações sobre os mais legítimos interesses da mulher brasileira.

Na audiência que nos antecedeu, muito profícua – assistimos a toda essa audiência –, destacamos um ponto fundamental que serve como base, como pirâmide das discussões: segurança e custo. Trata-se da questão que foi discutida: segurança em uma relação de serviço diferenciada pelo próprio objeto, ou seja, a manutenção da saúde e da vida do ser humano.

Peço vênia para dizer que penso ser recomendável, como um preâmbulo breve, antes das especificidades da alocução que me cabe fazer, uma tentativa de síntese da desigualdade social no País.

Apesar das irrefutáveis melhoras dos indicadores sociais nos últimos anos, torna-se evidente, nos dados do Censo de 2010, divulgados recentemente pelo IBGE, que a renda dos brasileiros é paradoxal em relação à de um país desenvolvido: 25% da população têm uma renda mensal de até R$188,00 e 50% têm uma renda mensal que não ultrapassa R$375,00. De acordo com o Dieese, se obedecidos os requisitos estabelecidos na Lei do Salário Mínimo, esse salário teria sido elevado, em janeiro de 2011, ao patamar de R$2.194,76.

A extrema pobreza de metade da população brasileira não pode ser atribuída à reserva do possível. Só se explica pela apropriação indébita da riqueza e da renda em face de uma distribuição irreverente a um princípio basilar de justiça, o da equidade, que também está em pauta nesta Mesa, nesse tema.

O Brasil é a sexta economia do mundo, porém os 10% mais ricos detêm 75% da renda e da riqueza nacional, o que nos leva a ocupar a 84ª posição no campeonato da desigualdade social, disputado por 187 países.

As políticas públicas são definidas pelo Comitê de Políticas Monetárias, no que se refere às questões financeiras e orçamentárias, o Copom. Em consequência dessas políticas, os títulos emitidos pelo governo brasileiro por conta de uma imensa dívida pública interna remuneraram seus compradores, em 2010, com 45% do Orçamento Geral da União, o melhor investimento do Planeta, e os lucros foram obtidos por investidores privados, bancos e fundos de pensão.

Os dispêndios feitos em 2010 com essas especulações financeiras alcançaram o patamar de R$635 bilhões, aos quais se somaram R$116,1 bilhões de isenções tributárias e reduções de impostos para os ricos e suas empresas, enquanto enfrentavam-se as angústias de um orçamento incompatível com o Sistema Único de Saúde. E, mais uma vez, lamentamos os vetos à Emenda 29, aprovada nesta Casa.

Naquele ano de 2010, enquanto esse orçamento era incompatível com o SUS, também se enfrentavam as agruras provocadas pelos parcos R$7,5 bilhões

destinados ao saneamento básico, em uma Nação que tem 45% de seus Municípios sem coleta de esgoto.

A visão de políticas corretas, com estrutura em princípios de razoabilidade e proporcionalidade, não admite o vilipêndio da população brasileira, exige a instituição de uma carga tributária que incida de modo prevalente e significativo sobre as grandes fortunas, depositadas nas mãos de um estreito segmento de 10% mais ricos, armazenadas por cinco mil famílias que possuem 45% da renda e da riqueza nacional. Agora em campanha política na América do Norte, Obama apresenta um orçamento para os Estados Unidos da América, ao qual destina US$800 bilhões para criação de postos de emprego e de trabalho. E tornou-se polêmico, porque, nessa proposta, está inserido um aumento de 30% dos impostos dos milionários.

A crença de um país desenvolvido ou convicção de que se podem contemplar as reivindicações do povo sem atenção aos direitos socioeconômicos são equívocos somente dados pelo hedonismo nas políticas pessoais. Isso é produção de engano; é humilde parasita das ingenuidades humanas.

Mas, como foi dito, a equidade é a essência do que aqui acabamos de relatar: a busca pela equidade. É basilar princípio de justiça e também se faz presente na pauta específica que me cabe tecer comentários a respeito e que não serão técnicos porque já foram muito bem apresentados.

Limito-me a apresentar uma visão do Conselho Federal Medicina sobre a questão. A mama é, sem dúvida, um alicerce da feminilidade, da sexualidade e da maternidade. Carrega, ao longo da evolução histórica e filosófica da humanidade, uma grande carga de valores sócio-culturais.

A cirurgia reparadora em discussão nesta audiência, sobretudo em circunstâncias de reconstrução mamária imediata ou precoce, sempre que o perfil e o quadro da paciente permitam, garante, como foi reiteradamente apresentado, melhores resultados clínicos do tratamento de câncer, por resgatar o bem-estar, a autoestima e a vontade de viver, eliminando a sensação de mutilação e promovendo melhor integração social e profissional.

Antes das Leis nº 9.797, de 1999, e nº 10.223, de 2001, que, respectivamente, dispõe sobre a obrigatoriedade dessa cirurgia no âmbito do SUS e das operadoras de planos e seguros privados de assistência à saúde, o Conselho Federal de Medicina, por meio da Resolução nº 1.483, de 1977 – dois anos antes –, esclareceu que a reconstrução mamária sempre que indicada com a finalidade de corrigir deformidade consequente de mastectomia parcial ou total é parte integrante do tratamento da doença para a qual houve indicação de mastectomia.

Não obstante a égide normativa legal, os fatos falam por si mesmo: as filas de espera se multiplicam para essa cirurgia. Torna-se evidente que obstáculos estruturais, financeiros e burocráticos dificultam o acesso às condições necessárias para o exercício de um direito prioritário: a dignidade da mulher brasileira vítima de trauma físico e psicológico de perda das mamas em parâmetros de doença estigmatizante.

Tanto a Senadora Vanessa Grazziotin quanto a Senadora Ana Amélia, pelos requerimentos apresentados, além de suas inúmeras virtudes, são merecedoras dos melhores elogios, pois propiciam debates sobre aplicação da Lei nº 9.797, que dispõe sobre a obrigatoriedade da cirurgia plástica reparadora da mama pela rede de unidades integrantes do SUS, nos casos de mutilações decorrentes de tratamento de câncer.

Posto que se trata aqui de uma proposição analítica de um exercício de um direito, não é absolutamente necessário filantropia. Filantropia é algo excepcional, é solidário, é fruto da lei moral que existe dentro de nós. Mas não há necessidade, é um direito, com base em princípios éticos substantivos de equidade e solidariedade. Ou seja, trata-se de justiça distributiva na proteção à saúde. Trata-se de direitos essenciais da dignidade humana, lastro do Estado democrático de direito. Trata-se do direito de se viver a própria vida e de se morrer a própria morte, duas faces de um mesmo direito. O primeiro e último dos direitos potestativos, aqueles que não dependem da doença de terceiros para serem exercidos.

O Conselho Federal de Medicina se põe ao lado das mulheres vitoriosas que aqui estão, na luta pelo exercício desse pleno direito.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Dr. Carlos Vital Tavares Corrêa Lima, Vice-Presidente do Conselho Federal de Medicina.

O senhor, claro, tratou da questão orçamentária defendendo taxação de grandes fortunas, mas fazendo uma referência importante. Imagine se os 45% do Orçamento que é pago em juros, o que dá R$635 bilhões, fossem aplicados na saúde. E não precisava ser todo, um décimo disso já seria suficiente.

Exatamente por envolver uma questão de política pública, convido, agora, para fazer uso da palavra, encerrando essa segunda parte da audiência pública, o Dr. José Eduardo Fogolin Passos, Coordenador Geral de Média e Alta Complexidade do Ministério da Saúde.

Com a palavra o Dr. José Eduardo.

O SR. JOSÉ EDUARDO FOGOLIN PASSOS – Boa tarde a todos.

Prezada Senadora Ana Amélia, prezados Senadores aqui presentes, caros colegas e digníssimas representantes aqui do Recomeçar, antes de tecer as palavras em relação à própria lei, eu acho que é de fundamental importância, mesmo em se tratando do avançar da hora, que o Ministério da Saúde também se propusesse aqui a apresentar de que formas foram transpassadas as diretrizes em relação às próteses, a questão PIP e Rofil, até porque, Senadora, todo um processo foi construído junto com a Anvisa, com o Ministério da Saúde, aqui representando a Secretaria de Atenção à Saúde, a Sociedade de Especialidade e o Conselho Federal de Medicina.

Na reunião anterior, foram perpassadas as questões de vigilância. Acredito que a questão da assistência e da atenção, a gente poderia, de maneira mais precoce, passar também que o Ministério da Saúde, junto com os gestores – em se tratando de Sistema Único de Saúde, é só gestão trina.

Vamos passar um pouco à apresentação e, também, voltar à questão da pauta. Então, eu gostaria de pedir essa autorização até para que a gente possa esclarecer ainda mais e que a gente possa utilizar mais este espaço como um processo de construção e de informação.

Próximo, por favor.

Como eu disse inicialmente, a diretriz de acompanhamento e tratamento das pacientes portadoras de implantes PIP – Poly Implant Prothese – e Rofil foi construído juntamente com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, a Sociedade de Especialidade e o Ministério da Saúde, pela sua Secretaria de Atenção à Saúde.

Próximo, por favor.

Ao histórico, não vou me ater tanto, mas, em dezembro de 2011, houve, por parte da imprensa, a questão da adulteração do silicone usado nas próteses mamárias, e a Anvisa, a partir de janeiro, pela sua investigação em relação aos dois implantes, houve a utilização do silicone industrial nos implantes mamários.

Próximo, por favor.

Esta questão da utilização de implantes mamários cai num ponto em que a situação é preocupante em relação a ruptura; rompendo a membrana, pode envolver consequente extravasamento de seu conteúdo e ela pode ser intra ou extracapsular.

Próximo, por favor.

Das complicações – e aqui se encenam as questões que a gente deve relatar –, existem sinais que são pouco sintomáticos e existem sinais que são característicos, que já foram dissertados pela Sociedade de Especialidade previamente.

Próximo, por favor.

A partir de então, foram dados os alertas sanitários. E tem que ficar bem claro que não existem razões que justifiquem a remoção e a substituição preventivas dessas próteses, a não ser que a ruptura seja efetivada. Isso já foi dado em alerta sanitário e testes laboratoriais descartaram, até o momento, o risco da toxicidade e câncer do material contido nesse silicone. Além disso, não há evidências que se certificam de maior ruptura dessas próteses, bem como não existe orientação, tanto da Organização Mundial de Saúde ou pelas agências de saúde internacionais, de retirada indiscriminada dessas próteses, até porque o procedimento cirúrgico se enseja de um risco enlaçado à questão da retirada dessas próteses.

Próximo, por favor.

No Reino Unido, o Ministério da Saúde também chegou à conclusão de que não há evidências que justifiquem a retirada dessas próteses universalmente, e os estudos epidemiológicos e revisões sistemáticas dos textos técnicos e científicos demonstram a inexistência da associação de uso de implantes mamários de silicone e surgimento do câncer. Isso já está documentado. Além disso, os problemas efetivamente ocorridos pela ruptura são diagnosticáveis e tratáveis por meio da cirurgia específica, conforme bem mesmo disse a própria Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica.

Próximo, por favor.

Desde então, foi protagonizada uma conduta de procedimento em relação a esse processo, em que todos os usuários do Sistema Único de Saúde – incluindo aqui do Sistema Único de Saúde, a gente fala: incluindo os da saúde suplementar – que possuírem os implantes mamários das marcas PIP ou Rofil deverão ser acolhidos pela rede de assistência, seja pública ou conveniada ao SUS, também pelas operadoras de saúde para diagnóstico da sua situação e acompanhamento, chegando a, nesse ponto, ao procedimento cirúrgico de troca ou não, dependendo do acompanhamento clínico.

E os parâmetros que foram elencados para a avaliação do paciente em si foram em cima da sintomatologia, sinais de exame físico, exames complementares de imagem e antecedente pessoal de câncer de mama.

É importante frisar que não foi nenhuma diretriz que acabou cerceando o ato profissional e a sua relação com o paciente. E aqui também se enseja a questão da relação paciente em todos os seus âmbitos e não apenas na questão do exame físico. Isso foi muito bem relatado, e a própria equipe que aqui está presente sentou-se para discutir. E eu tenho a total liberdade porque tanto o Conselho Federal quanto a Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica e o Ministério – nós aqui presentes – foram os personagens e atores que discutimos inicialmente a questão.

Próximo, por favor.

Todo paciente que realiza uma cirurgia de implante de prótese mamária recebe um cartão de identifica-

ção de origem da marca da prótese, que é entregue pelo cirurgião. E no prontuário desse paciente, consta também a prótese utilizada no procedimento cirúrgico.

Próximo.

Ao paciente – e aqui a diretriz é bem enfática –, todo paciente que possui implante mamário deve procurar o cirurgião ou o serviço que realizou. O paciente portador de implante cujo fabricante a ele é desconhecido ou que não possuir o cartão que o identifica deve procurar o cirurgião que o operou para as devidas informações. Mas, na impossibilidade de localizar o médico que realizou a cirurgia, o paciente deve se dirigir a qualquer estabelecimento público de saúde ou da rede de saúde suplementar onde o implante foi realizado e solicitar informações do prontuário médico.

Isso para saber realmente a origem da prótese.

Quantos aos profissionais de serviços de saúde, foi, sim, orientado tanto pela sociedade como pelo Conselho Federal de Medicina, que os pacientes que utilizaram as próteses, seja a PIP seja a Rofil, devem ser convocados para uma avaliação e o próprio Ministério da Saúde enviou ofício, seja aos secretários estaduais de saúde seja a cada serviço que nós levantamos que utilizou o implante mamário – e aqui é importante frisar que o Ministério da Saúde não repasse o implante e, sim, o procedimento –, tivemos que fazer o levantamento desde 2004 até atualmente de quantas OPM, quantas órteses e próteses foram oferecidas para a cirurgia de reconstrução para que fizéssemos essa investigação e enviássemos ofício para cada serviço que realizou implante para que se certificasse da marca.

Próximo.

Vou fazer mais um sobrevoo em relação as modalidades de situações. Nós temos quatro situações que, ensejando a parametrização que nós fizemos em relação a quais pacientes, o paciente pode ser assintomáticos com alteração de exame físico, assintomático e sem alteração de exame físico, ter sintomas e ter alteração de exame físico, ou ter sintomas sem alteração de exame físico.

Próximo.

Pode passar mais um, por gentileza.

Mais um.

Mais um.

Pode passar.

Quanto a informações gerais, a rede pública, para fins de diagnóstico de ruptura dos implantes, realizará um exame que não se resume ao exame clínico e físico do próprio profissional, mas também de exames complementares. E nesses exames complementares serão utilizados um código de tabela de procedimentos do SUS. A portaria que foi publicada recentemente garante os procedimentos de diagnose e também garante os procedimentos de explante ou explante com a troca da prótese no mesmo tempo ou com implante num segundo tempo, dependendo das condições em que estejam no ato operatório.

Próximo.

O SUS tem uma tabela e houve a necessidade que a gente criasse alguns procedimentos para que a gente garantisse na rede pública a questão assistencial.

Próximo.

Quanto às informações gerais, todo procedimento de troca dos implantes mamários na rede deverá ser realizado em princípio pelo serviço de referência onde foi realizado o procedimento. Em caráter excepcional, o paciente que estiver distante do médico deve procurar qualquer serviço para ser avaliado. E na saúde suplementar, as operadores indicarão os serviços da sua rede credenciada e garantirão também o atendimento dessas pacientes.

Próximo.

Em relação ao que a gente já informou de que foi enviado para cada gestor a necessidade, e cada gestor, no seu Estado – isso é importante frisar –, tem seu fluxo regulatório e sua rede própria de assistência.

Nós estamos aqui falando de um sistema único de saúde que é um sistema que tem uma gestão trina na questão da atenção à saúde e, nessa necessidade, há a importância de que os próprios gestores, dentro de seus serviços que realizam assistência, tenham os seus serviços próprios para fazer o fluxo e daí, então, nós não tenhamos nessa necessidade a questão da influência dos outros procedimentos.

Próximo.

Próximo.

Próximo.

Aqui se enseja a questão das diretrizes para troca da prótese. E eu queria mencionar que, além da questão da sintomatologia, exame físico, nós consideramos a importância do paciente que tem antecedente de câncer de mama. É importante frisar que esse paciente tem uma questão de que não há necessidade em algumas situações de se realizar o exame de imagem para que haja a substituição ou a troca dessa prótese, até porque a gente considera a importância de ter um atendimento desses pacientes de acordo com sua condição clínica.

Próximo.

Eu queria tecer essas informações só para complementar a fase inicial da Anvisa.

Na apresentação da própria Drª Maria Caleffi, ela até explanou que o diagnóstico precoce do câncer de mama tem a sua relação muito estreitada com o procedimento cirúrgico de reconstrução mamária. Então, já bem mesmo disse que 10% dos diagnósticos são

precoces, na fase I, e conseguimos ter uma reconstrução mamária, ao mesmo tempo.

Pelo Ministério da Saúde, queremos deixar bem claro que é todo um processo e existe um declínio muito importante por parte do Ministério de estruturar a rede de atenção ao combate ao câncer e a política nacional de atenção oncológica. Daí a importância da prioridade, nesse primeiro momento, seja no câncer de colo, seja no câncer de mama - e o Ministério da Saúde, cada vez mais, está se intensificando -, no diagnóstico precoce. Já bem mesmo foi dito que o diagnóstico precoce do câncer de mama tem a sua relação direta com a necessidade de o paciente sair em primeiro tempo com a reconstrução mamária. O Sistema Único de Saúde garante a reconstrução mamária como procedimento. O que, no Ministério da Saúde, temos tentado fazer é realmente ampliar o acesso ao diagnóstico precoce e fazer um enlace com a implantação, daí, sim, com a reconstrução mamária precoce, que é realmente garantir o diagnóstico a essas pacientes, de acordo com as ações e, aí, a própria política da rede de combate ao câncer de mama de ampliar, não só na densidade que existe nas regiões Sul e Sudeste, mas para todo o Brasil, a realização de mamografias de rastreamento nas mulheres nas faixas etárias prioritárias, mas também estruturar o serviço de diagnóstico mamário hoje existente.

A prioridade na política é o Programa Nacional de Qualificação em Mamografias. Também foi feito pelo Denasus um levantamento de todos os mamógrafos do País, com o levantamento de quantos mamógrafos estavam encaixotados, porque foi verificado que muito mamógrafo existia e muito não se fazia do exame de mamografia nas pacientes. Devemos garantir e procurar a política, para que façamos com que o diagnóstico seja precoce. O Ministério da Saúde está hoje num processo licitatório para fazer a manutenção dos mamógrafos que estão distribuídos no País, estejam eles encaixotados, estejam eles não em condições de uso, e ampliar o horário para que seja feita a mamografia dessas pacientes. É ampliando o acesso e, aí, pensando numa linha de cuidado com o diagnóstico precoce que vamos poder fazer, com esse diagnóstico precoce, no momento cirúrgico, com que a paciente tenha condições de realizar a reconstrução mamária no primeiro tempo. Como já foi mesmo dito, existe uma relação direta entre o diagnóstico precoce, a evolução e a sobrevida do paciente - no caso da conquista da sobrevida com o tratamento do câncer, aí, todo o direito da reconstrução mamária. Mas, para chegar à reconstrução mamária, temos de fazer um diagnóstico precoce. Sem dúvida, nos levantamentos, temos um aumento de 10% anual nas reconstruções mamárias. No ano de 2011, foram feitos 7.600 procedimentos de reconstrução mamária, seja pós-mastectomia, seja plástica mamária não estética. O objetivo é que possamos aumentar.

Na questão específica do mutirão, que a própria Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica nos apresentou, ela procurou o Ministério da Saúde em dezembro. E, pela gestão do Sistema Único de Saúde, não é o Ministério que determina se cada Estado ou Município vai fazer um mutirão. Para essa discussão, necessitamos sentar, seja com o Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde, seja com o Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde, e discutir qual vai ser a rede e como vai ser o processo, para que possamos implantar e garantir a reconstrução mamária de uma maneira mais acolhedora, dentro de cada órgão, dentro de cada unidade da Federação.

Em virtude das circunstâncias em que ocorreu a questão da PIP e Rofil, o Conass e alguns gestores optaram, neste primeiro momento, por entender esse processo – agora, estamos começando todo um ano. Isso vai ser discutido, nesta semana, na Comissão Intergestores Tripartite, para que possamos, cada vez mais, estreitando a relação com a Sociedade brasileira de Cirurgia Plástica e de Mastologia, fazer um trabalho não apenas em mutirão, mas garantindo a essas pacientes a reconstrução não só dentro de uma linha de cuidado, mas também numa rede de atenção eficaz e eficiente, lembrando aqui que o Brasil é um dos únicos países que ousaram, acima de 180 milhões de habitantes, implantar um sistema de saúde universal. E é essa ousadia que motiva hoje a nossa preocupação em qualificar a rede de atenção em oncologia. Por isso, toda a Política Nacional de Atenção Oncológica está sendo revisada, não só a política, mas também a questão do diagnóstico precoce do câncer de mama, o que vai impactar diretamente a possibilidade de as nossas pacientes e de os nossos pacientes realizarem a reconstrução mamária no primeiro tempo.

Sem dúvida, temos que avançar. Essa discussão, esse diálogo existe nas três esferas de gestão. É para isso que temos também que intensificar a interiorização cada vez mais de profissionais, sejam profissionais de nível superior, sejam profissionais técnicos que garantam esse diagnóstico precoce. É neste sentido que vemos como a lei realmente vai ser implementada: numa construção efetiva nas três esferas de gestão. Daí, sim, desejamos que essas mulheres e esses pacientes tenham a sua reconstrução mamária garantida conforme a lei.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada.

Agradecemos a participação do Dr. José Fogolin, que aqui representa o Ministério da Saúde.

Quero, mais uma vez, agradecer à Senadora Ana Amélia e pedir desculpas pela minha ausência, porque – assim entendo – um companheiro está enfrentando um momento muito complicado, difícil relacionado também à saúde. Perdemos a vida de um garoto de 13 anos de idade. Não queremos ser precipitados, Senadora Ana Amélia, mas tudo indica que esse fato ocorreu por falta de um atendimento adequado dentro de um hospital, que, aliás, recusou atendimento a um servidor público federal que veio a falecer logo em seguida. Então, peço desculpas.

De acordo com os nossos convidados e com a Senadora Ana Amélia, em decorrência de uma divergência de opiniões e por ter sido citado, o Dr. José Luiz Pedrini gostaria de fazer uso da palavra. Abrimos, até por sugestão da Senadora Ana Amélia, sem qualquer problema de passar a palavra para os Senadores.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Permita-me, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Pois não, Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Eu quero aqui, inclusive, registrar a importância de avaliarmos esse fato, porque já não é o primeiro nesses dias. Há poucos dias, o João Bernardo, que foi membro da equipe do Ministério do Planejamento, passou por uma situação semelhante.

Vi o desespero do meu companheiro Flávio Dino. O garoto estava jogando bola, teve um problema de asma, foi atendido, e nada explica a situação que aconteceu. Então, eu creio ser algo que merece realmente uma investigação para que tenhamos mais cuidados. O outro foi por falta de atendimento. Para se ter uma ideia, não teve o atendimento com urgência.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Porque não tinha um cheque para dar em caução, o que a legislação não permite; aliás, a lei proíbe esse tipo de procedimento.

O corpo está no IML, agora, em procedimento. A Polícia Civil já está envolvida, na delegacia, para que a investigação possa ser isenta e demonstre efetivamente o que aconteceu. Não podemos prejulgar nem condenar antecipadamente, mas os fatos mostram que o que aconteceu lá foi extremamente grave.

Senadora Ana Amélia. *(Pausa.)*

Dr. Pedrini.

O SR. JOSÉ LUIZ PEDRINI – Senadora Vanessa, parabéns pela iniciativa juntamente com seus pares, Senadores.

Eu vou fazer um comentário, Dr. Luciano. Não contra mutirões, absolutamente, mas eu vou fazer um cálculo aqui.

Nós temos 52 mil casos novos de câncer de mama por ano. Surgiu um dado aí de que 40% são mastectomias: mulheres que vão retirar a mama, ou seja, 20 mil mulheres mastectomizadas. Segundo a Senadora Vanessa, 20% delas têm a reconstrução imediata. Retirando-se 20%, tem-se algo em torno de 16 mil. Eu anotei aqui 14 mil, considerando que seja menos. Trinta por cento têm acesso à rede conveniada: convênios médicos ou particulares. Então, fazendo um cálculo, são 10 mil mulheres por ano mastectomizadas. Digamos que a metade delas não queira fazer ou por motivos graves de saúde ou por optar autonomamente – elas têm autonomia para isso. "Não vou fazer a reconstituição. Não quero. Sei lá por quê! Não quero fazer. Estou com idade, não sei o quê." Não quer fazer. Sobrariam cinco mil mulheres por ano.

O mutirão vai atender a quinhentas mulheres. Foi esse o número, parece-me. Então, sendo otimista, nós temos 10% para fazer a cada ano, mas o passivo do próximo ano será de 4.500 de novo. Não sei se V. Exª entendeu, Senadora. Claro que entendeu! Então, nós vamos fazendo um acúmulo. Eu acho que é louvável a situação da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica – eu dou os parabéns –, mas por trás, além de ficar bem vista a Sociedade de Cirurgia Plástica, vamos fazer uma ação no sentido de atacar quando a mulher é mutilada e não termos, de 15 a 29 anos depois, como o senhor mesmo relatou, Dr. Luciano, mulheres agradecidas. Nós não temos de ter o agradecimento; nós temos de exercer a nossa função, que é a de preservar a saúde das mulheres. E, quando se fala em saúde, não é a ausência da doença. Nós precisamos tirar a doença, mas a que custo vamos tirar a doença dessas mulheres.?

Já tive relatos de mulheres que me disseram: "Perdi a vida quando tiraram a minha mama! Minha vida de relação ficou ruim." Mas por quê? Com que direito vamos fazê-las esperar tanto tempo e chegarmos como redenção de vida para essas mulheres?

Então, sugiro à Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica que, num esforço com a Sociedade Brasileira de Mastologia – e eu estou à disposição, inteiramente à disposição –, elaborar um programa em que se possa atacar esse problema na origem. Vamos fazer a prevenção da mastectomia. Não há nenhum indicativo de que a mastectomia seja o melhor tratamento para câncer de mama; a reconstrução não traz absolutamente nenhum prejuízo ao tratamento. E uma reconstituição mamária como aquela de abdômen vai levar – perdoem-me se eu estiver errando – três a quatro

cirurgias. Ela entrará de três a quatro vezes no bloco cirúrgico, enquanto ela poderia ter entrado só uma. O custo é muito grande.

Outro ponto que foi citado foi a Carta de Gramado, que não se refere à reconstrução mamária. Inclusive a Drª Amália também citou isso. Não. Há um pequeno engano aí que eu faço questão de esclarecer. Na realidade, aquelas 14 diretrizes do Instituto Nacional do Câncer, que saíram ao final do passado, são para redução de mortalidade. Então, redução de mortalidade é atenção primária, objetividade, tratamento precoce e qualidade do atendimento; não tem a ver com reconstituição, que eles preconizam, sim. Para quem não sabe, trabalhamos por quatro anos na Carta de Gramado, Senadora Vanessa. No último ano, houve existiam reuniões mensais com as ONGs do Brasil, a American Cancer Society e a Susan Komen Foundation, que têm uma experiência internacional, o Ministério da Saúde, por meio de representante, a Secretaria de Justiça, a OAB, a AMB e todos que quiseram participar. Nós elaboramos uma carta com oito itens, e um dos principais itens é garantir o direito e viabilizar que todas as mulheres não saiam sem mama. Então, só queria dar essa informação da Carta de Gramado até em respeito às pessoas que passaram uma boa parte da sua vida nas reuniões, dando a sua contribuição, que foi fundamental.

Muito obrigado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – *(Intervenção fora do microfone.)*

A PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Pois não, Senadora. É o que o Dr. Luciano está pedindo a palavra para fazer um comentário. Seria possível?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sim.

A PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Pois não, Dr. Luciano.

O SR. LUCIANO ORNELAS CHAVES – Colega da mastologia e todos presentes, realmente o posicionamento do colega é corretíssimo no sentido de que temos de fazer um planejamento e um programa para poder oferecer à paciente a reconstituição imediata. Sem dúvida, apesar de que nós sabemos, como médicos, que não podemos colocar essa reconstituição imediata na posição de que todos as pacientes podem ter o direito à reconstituição imediata, a essa indicação médica, sobretudo do ponto de vista oncológico. Nós sabemos que há um número importante de pacientes que são selecionados e contraindicadas para reconstituição imediata do ponto de vista oncológico. Inclusive, essa decisão não é da cirurgia plástica; ela é do mastologista junto com a equipe de oncologia.

Mas a situação hoje é que, em função de não existir uma política preventiva pela qual se possa realizar, a cada dia, um número de reconstruções imediatas, nós temos de entender que o número de pacientes mastectomizadas é extremamente superior a esse numero. Nós não acreditamos que o percentual de 50% das mulheres mastectomizadas não desejam reconstrução.

Eu há 20 anos desenvolvi a minha tese na França. Lá nós fizemos uma pesquisa sobre a reconstrução mamária, e apenas 7% das mulheres entravam numa faixa de não realizar reconstrução mamária. Esses 7% eram: contra-indicação médica e o não desejo da paciente em realizar reconstrução mamária.

Então, esse índice de 50% das mulheres mastectomizadas não desejarem reconstrução mamária eu acho muito alto.

Então, a gente vê que há duas vertentes que precisam chegar – não sabemos quando – num ponto único, que seria número de pacientes que são reconstruídas do ponto de vista imediato e número de pacientes que são reconstruídas tardiamente e que estão aguardando a mastectomia. Não sabemos em quantos anos nós vamos conseguir chegar num ponto em que não teremos mais pacientes para ser reconstruídas tardiamente, pois predominantemente essas pacientes serão reconstruídas de imediato. E essas reconstruções imediatas, nós sabemos que elas só poderão ser realizadas de acordo com a precocidade do diagnóstico de câncer de mama para que a gente possa fazer cirurgias mais conservadoras, cirurgias menos complexas.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Passo a palavra agora à Senadora Ana Amelia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sou Senadora de um Estado que tem o maior índice de câncer de mama do País. Está aqui o Dr. Pedrini, que é mastologista; há pouco saiu a Drª Maira Caleffi. E talvez isso tenha levado a ser o Rio Grande do Sul em que as lideranças médicas e as instituições de saúde tenham um foco bastante prioritário em relação extremamente a essa altíssima incidência de câncer de mama no Estado.

Aqui foi visto não só na primeira fase, mas agora também, muitas das questões que dizem respeito às questões éticas, Conselho Federal de Medicina, às questões de orçamento e às questões de compatibilizar. Prestei muita atenção, e alguém mencionou a questão da burocracia nos processos desse direito da Lei 9.797, que é lei de 1999.

Então, eu começo a fazer poucas perguntas ao Dr. José Eduardo Fogolin Passos. Eu queria saber do

senhor uma das coisas que também foi vista no primeiro. Trata-se da defasagem enorme que o SUS paga por essas reconstruções mamárias, em qualquer situação. Ao mesmo tempo em que agora aparece o caso do PIP, imediatamente o Ministério toma a iniciativa de disponibilizar as próteses para todas as mulheres que precisarem ser submetidas. Num primeiro momento, foi dito que o SUS pagaria tudo. Agora, eu já queria saber, esclarecer como é que vai ser feito isso, se é o médico que vai recomendar. O Ministério tem um fila de pacientes que estão lá. Como é que ocorrer em relação a isso?

A prevenção, de fato, no caso de câncer, é fundamental. Se as mulheres estão precisando recorrer a um mutirão para ter a expectativa de uma reconstrução mamária, também na prevenção nós falhamos, porque, no Rio Grande do Sul, também as mamografias, os mamógrafos, Dr. José Eduardo, estão acontecendo mais em função das mobilizações que entidades comunitárias, as chamadas vitoriosas, que se envolvem para fazer um trabalho, ou da liga de combate ou os próprios mastologistas, mas sempre há uma dificuldade de obtenção do equipamento para disponibilizar na rede pública o atendimento dessas mamografias.

Então, eu queria saber do senhor como o SUS está trabalhando nessa direção específica. Há previsão de revisão dessas tabelas?

A questão da mamografia, da disponibilização desse exame, que é fundamental na prevenção, como isso está sendo procedido?

E, nessa questão orçamentária, o que o Ministério disponibilizou para dar esse atendimento emergencial em relação a substituições às próteses PIP e Rofil, como V. Exª mencionou em relação a esse trabalho.

Dr. Carlos Vital, viu-se aqui o Presidente da Anvisa reclamar da falta de notificação médica nos casos do vazamento dessas próteses importadas da França e da Holanda.

Qual é o papel do Conselho Federal de Medicina em relação a essa falta de informação, que é decorrente – imagino – de uma obrigatoriedade do próprio profissional da saúde, no caso médico, seja ele mastologista, seja ele cirurgião plástico. Eu queria saber como tem agido o Conselho Federal de Medicina nesse processo. Também queria saber se o Conselho Federal apoia esse cadastro que a Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica está promovendo, a fim de ter um cadastro de controle. A Anvisa informou que os ortopedistas estão fazendo para outros tipos de prótese, como no caso de quadril e de outras partes do corpo humano.

São essas minhas questões.

Dr. Luciano, esse mutirão de 2012 – 500 restituições ou restaurações – disponibiliza apenas recurso da própria Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica ou se há algum outro órgão público... O senhor falou muito na necessidade dessa parceria e aquele símbolo que foi usado foi muito ilustrativo.

Como vai se proceder no ano de 2012 em relação a esse trabalho?

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Senadora Ana Amélia.

Antes de passar a palavra aos convidados, Senadora, eu gostaria de passar a palavra ao Dr. Aboudib, que a está solicitando uma vez que ele participou da Mesa anterior e gostaria de se pronunciar a respeito do debate de agora.

Na sequência, eu teria alguns questionamentos em complementação aos que V. Exª fez e depois passaria a palavra aos nossos convidados.

Com a palavra Dr. Aboudib.

O SR. JOSÉ HORÁCIO ABOUDIB – Muito obrigado.

Então, já abordando uma pergunta da senhora sobre essa informação à Anvisa. Não existe essa orientação. Não existia essa orientação da Anvisa de aviso compulsório para os problemas com qualquer área médica.

Como foi dito pelo colega Woberto, não é muito fácil entrar no *site* da Anvisa para informações em vista de um monte de pré-preenchimentos que às vezes você não consegue fazer. Acho que é um caminho. Vamos estreitar esse caminho com a Anvisa para resolver esse problema.

Quanto à participação do Dr. Pedrini, parece que essa é uma opinião pessoal sua porque eu recebi um ofício da Sociedade Brasileira de Mastologia, do Dr. Ruiz, oferecendo-se para se engajar nesse mutirão de março, mas, por questões logísticas, não foi possível que isso acontecesse e pelas suas contas acho que o tamanho do problema não justifica nossa inação. Se a gente consegue em uma semana resolver 10% dos problemas, pelo seu levantamento, se fizemos...

Se o Dr. Fogolin, a partir dessa experiência, dispuser para nós, para nós e para vocês também, instituições públicas, nós fazemos um por mês e acabamos com o problema de carência de atendimento às cinco mil pacientes que você citou.

Então, está feita a nossa oferta: a parte médica, a Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica se compromete a ofertar... Acredito que junto com vocês fica mais fácil ainda desde que junto com essa experiência que vamos ter agora possamos fazer um mutirão mensal e resolver essa carência.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Senadora.

Pela mudança do Regimento, achei muito prudente ter feito isso – dar a palavra ao Dr. Pedrini, que foi citado, e ao Dr. José Horácio –, eu queria sugerir que pelo menos por dois minutos ou três a Joana Jeker, que é Presidente do Recomeçar, que desde o início desta reunião dissesse algumas coisas sobre a expectativa do movimento em relação a todo o trabalho que fizemos aqui nesta manhã.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PC DO B – AM) – Perfeitamente.

Essa sensibilidade nós temos que ter, não é Senadora Ana Amélia? Não é apenas nos orientarmos pelo Regimento, porque se fosse assim, não teríamos possibilidade de ouvir pessoas que vivem esse, dia a dia, esse problema.

Quem a senhora sugere?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – A Presidente do Recomeçar, da Associação das Mulheres, Joana Jeker.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Pois não. Drª Joana, vou passar a palavra a V. Sª.

Mas, antes, eu gostaria de dizer que este é um tema importante, necessário, e eu tenho certeza absoluta, tenho convicção de que a Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica não pretende nem objetiva resolver o problema em um ou em dois mutirões. Nem nós, mulheres brasileiras, achamos que uma lei vai resolver o problema. Agora, foi necessária a aprovação de uma lei para que a gente colocasse a reconstituição como parte integrante do tratamento da saúde da mama. Se hoje temos filas enormes, num passado muito recente, a realidade era ainda pior. Era muito pior. Então, foi preciso que aprovássemos uma lei.

E sabemos, todas nós, mulheres, da opinião do Ministério da Saúde a respeito das leis, Senadora Ana Amélia, que obrigam à realização de determinados procedimentos. O Ministério da Saúde não é simpático. Nós temos outro projeto sendo debatido – acho que o Dr. Pedrini esteve conosco recentemente numa audiência pública – que é aquele que determina a utilização da vacina do HPV dentro do âmbito do Sistema Único de Saúde para crianças de nove a... É um projeto de lei de minha autoria. A Senadora Ideli Salvatti, hoje Ministra, tinha um também. O primeiro parecer do Ministério da Saúde foi contra, mas hoje estamos amolecendo os corações, porque o que queremos é que efetivamente as mulheres tenham acesso a todo tipo de prevenção.

No caso do câncer de colo de útero, na nossa região, a região amazônica, em que é maior sua incidência do que do câncer de mama, é necessária a vacina.

Eu estive no interior do interior no último sábado, em uma comunidade a que só se chega de hidroavião ou de helicóptero ou viajando três dias de barco. Fui para a inauguração de um posto de saúde. É um médico boliviano que atende aquele Município, com seu registro no conselho devidamente feito. A primeira pessoa internada no posto que estava sendo inaugurado era uma senhora, vítima de câncer de colo de útero. E depois, na solenidade, muitas meninas. Meninas. E nós dissemos a elas: nós estamos lutando para que nenhuma de vocês passe pelo tratamento, porque nós temos a vacina. Uma vacina que chegava a custar US$300,00 a dose, Senadora Ana Amélia, hoje já está em US$14,00. E nós queremos que o Ministério da Saúde insira isso dentro do sistema. Mas já está evoluindo, quem sabe a gente possa iniciar, não atingindo todo o Brasil, mas pelo menos aquela região que mais necessita, pelas dificuldades, pelas distâncias.

Então, quero aqui já fazer minhas observações a respeito da atitude que vem adotando a Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica, Dr. Luciano, Dr. Aboudib. Considero uma atitude extremamente importante e tenho certeza absoluta: serve para chamar a atenção do Poder Público, e é isto que nós queremos, chamar a atenção do Poder Público.

Cheguei a fazer emendas, como muitos Deputados, Senadores e Senadoras fazem, para aquisição de mamógrafos. Cheguei a fazer emenda destinando recursos para o governo do meu Estado para que realizassem mutirão de cirurgia de reconstituição. A fila hoje já diminuiu pela metade, de pouco mais de um ano para cá. Mas com muita luta.

Passo a palavra agora à Joana, que representa o movimento, Presidente do movimento.

A SRª JOANA JEKER DOS ANJOS – Obrigada, Senadora. É um prazer estar aqui.

Estamos aqui, primeiramente, para pedir que se faça a aplicação da Lei nº 9.797, de 1999.

Sou mastectomizada. Fui mastectomizada aos 30 anos de idade. Fiquei por dois anos e duas semanas sem uma das minhas mamas. Iniciei esse processo para que eu conseguisse ter acesso à reconstrução da mama. Quando iniciei esse processo, verifiquei que as mulheres estavam abandonadas pelo sistema, que elas precisavam de apoio, de atenção, de carinho e precisavam da cirurgia de reconstrução da mama, cuja oferta, pelo menos no DF, antes de começarmos nossa batalha, era muito menor.

Alguns anos atrás, o HRAN, que é o principal hospital que faz reconstrução da mama no DF, fazia cerca de 50, 60 cirurgias de reconstrução da mama no ano inteiro. No mutirão, somente em uma semana em que foram feitas as cirurgias, foram contempladas 61 mulheres.

Então, a nossa luta, graças a Deus, já surtiu efeito, e a gente quer mais. A gente quer que todas as mulheres brasileiras tenham acesso à reconstrução da mama.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada pela sua participação. Obrigada mesmo. Acho que, às vezes, esses depoimentos simples é que são importantes de serem ouvidos porque poucas palavras falam muito mais do que muitas observações técnicas.

A partir de agora, passo a palavra aos nossos convidados.

Podemos começar com o Dr. Passos.

Antes de o senhor falar, a Senadora Ana Amélia falou sobre a mudança nos valores da tabelo – não foi Senadora? Eu só gostaria de acrescentar nessa lógica e seguindo o questionamento da Senadora Ana Amélia, que a cirurgia de reconstituição assim como a mastectomia são classificadas, no âmbito do Sistema Único de Saúde, como intervenções de média complexidade. Não são intervenções de média complexidade, são intervenções de alta complexidade. Isso não resolveria o problema financeiro econômico, que passaria de R$133,00 para pouco mais de R$300,00. Não resolveria.

Tive a oportunidade de ver uma demonstração – não sei se o Dr. Luciano fez aqui – da complexidade que é a reconstituição. Então, acho que além da atualização dos valores, Senador, imediatamente poderíamos aprovar, no seio da Comissão de Assuntos Sociais – poderíamos fazer isso em conjunto, por requerimento – pedido no sentido de que o Ministério da Saúde revisse com urgência, com muita brevidade, essa classificação, porque chega a ser injusto classificar uma cirurgia tão complexa como sendo de média complexidade.

Eu queria ouvir do senhor a respeito da possibilidade de isso ser feito em curto período de tempo.

Dr. José, com a palavra.

O SR. JOSÉ EDUARDO FOGOLIN PASSOS – Fico muito contente com essa oportunidade, com esse desafio.

Só para fazer uma sequência das perguntas, primeiramente, Senadora, em relação ao Ministério da Saúde.

É importante frisar que o Ministério da Saúde do Brasil foi um dos únicos Ministérios que avançou. E estamos falando aqui da primeira pauta, a questão da PIP e Rofil. O Ministério da Saúde se antecipou e propôs, juntamente com a sociedade, a resolução de um problema. Ou seja, de certa forma, se tiver o rompimento da prótese, causa um processo agudo que necessita de um procedimento. Essa antecipação, incluindo abranger a saúde suplementar, trouxe para o Ministério da Saúde um grande avanço, um grande comprometimento na tratativa de um assunto que foi acompanhado muitas vezes por outros países. E o Brasil, país com suas necessidades, suas carências, trouxe também esse número de pacientes que necessitam desse atendimento para uma questão especial.

O que o Ministério da Saúde disponibiliza? Foi uma das questões que V. Exª fez a esse Ministério.

Sem dúvida, é uma situação excepcional e temporária. Nessa condição, o Ministério da Saúde criou o procedimento que não vai interferir no teto financeiro de cada Estado e do Município. O financiamento dessas trocas nesses procedimentos dar-se-á extrateto, com as indicações específicas, pagos com as suas órteses e próteses. E o Ministério da Saúde tem outro movimento junto com algumas empresas nacionais, com os quais estamos fazendo algumas discussões para ver se há a possibilidade ou não da discussão dos valores dessas OPM (Órteses, Próteses e Materiais Especiais).

Então, o movimento do Ministério da Saúde para a tratativa dessa questão do procedimento se dá paralelamente, ele não interfere na questão do financiamento que é feito nas reconstruções mamárias, nos procedimentos de reconstruções. São financiamentos que estão sendo feitos com um procedimento extrateto, não envolve o teto financeiro de cada Estado para esse tipo de procedimento.

Em relação às filas, cada Estado, cada Município que recebeu a notificação por parte do Ministério da Saúde, elenca a sua rede, elenca a sua fila, qual o rol de hospitais. Já fizemos o levantamento de 2004 a 2011. Fizemos o levantamento de todos os hospitais que realizaram esse procedimento, da implantação dessas próteses, e cada Estado recebeu a sua lista de hospitais e ele próprio vai rever sua rede dentro de seus fluxos, dentro da sua regulação. Então, não é o Ministério ... que essas pacientes que tenham implantes de próteses PIP e Rofil coloque juntamente com a necessidade que temos de reconstrução mamária.

Outro ponto, a questão do financiamento, quando falamos em média complexidade e alta complexidade. Alta complexidade também tem, sim, seu viés. Se coloco como apenas alta complexidade eu também limito o acesso aos serviços que são de alta complexidade, habilitados para alta complexidade no Sistema Único de Saúde.

Existem procedimentos que a gente avalia que tecnicamente têm a sua complexidade maior e tem que ser avaliado numa necessidade especial; não são todos os procedimentos de reconstrução que são de alta complexidade. Existem procedimentos que são, sim, de média complexidade, dependendo do seu tempo de

necessidade. A questão de revisão de tabela SUS – e isso é importante frisar – ela não deve ser avaliada isoladamente. Nós vivemos um resquício de um processo "inampsiano" e há necessidade que a gente reveja a tabela. Não que a gente tenha que manter esse valor, e o Ministério da Saúde é sensível a esse fato, mas dentro de uma lógica de redes de atenção à saúde.

Desde o início da gestão, o Ministério da Saúde, não somente na questão da rede, da questão da prevenção do câncer de colo e mama, mas de todas as demais redes, que também são candentes que a questão da urgência, que todo o financiamento que vai para a rede, que não se vá exclusivamente por uma questão de tabela, porque eu não resolvo o problema também. Se eu não tiver a rede estruturada, e bem como a senhora mesmo disse, a necessidade das mamografias no Rio Grande do Sul, se eu não tiver técnico, se eu não descentralizar esses profissionais, não basta aumentar tabela porque não resolvo o problema da questão da necessidade de assistência, seja na região Norte, seja na região Nordeste.

Existe, sim, dentro de uma lógica de repensar o financiamento; isso precisa ser feito periodicamente e o Ministério da Saúde não se nega a esse fato, mas dentro de uma lógica de rede. Eu preciso aumentar as sessões de mamografias. Convênios, nós temos inúmeros convênios que chegam e não se concluem porque nas emendas que são apresentadas, muitas vezes, lá na ponta, existe uma dificuldade de postar as propostas. A gente sabe que muitas propostas de mamógrafos, muitas propostas de acelerados lineares, muitas propostas que entrariam no rol da rede para estruturar o tratamento do câncer, seja do colo ou seja de mama, ou outras necessidades do contexto do Sistema Único de Saúde têm alguns vieses e é isso que a gente quer reduzir.

Na questão da necessidade com a priorização de algumas regiões que têm uma maior carência, Norte e Nordeste, é realmente interiorizar, seja com a mamografia móvel, seja com a questão de intensificação da manutenção dos mamógrafos existentes, mas também com um componente de profissionais técnicos. Existe uma carência de técnicos que realizam mamógrafo, e mamografia com qualidade, não é apenas a mamografia que vai dar garantia de que tem o diagnóstico precoce se não tiver qualidade dessa mamografia e se não tiver uma rede que ampare a estes pacientes. O diagnóstico precoce, aliado a uma rede que estruture o atendimento desses pacientes e aliado, sim, a uma revisão sistemática, periódica das questões dos procedimentos, a gente vai ter um impacto na redução da mortalidade e na questão da reconstrução; apenas o procedimento de tabela não garante por si só a qualidade do atendimento.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada.

Passo a palavra, agora, ao Dr. Carlos, que representa o Conselho Federal de Medicina.

O SR. CARLOS VITAL TAVARES CORRÊA LIMA – Muito obrigado, Senadora.

Na verdade, o Dr. José Fogolin Passos falou sobre uma questão não somente de gestão, mas de financiamento. Nós podemos antever, é óbvio, que se tem que elencar prioridades, tem que se exigir qualificações, tem-se que reformular todo um processo, desde as condições de trabalho aos recursos humanos, em síntese. Mas é uma plêiade de demandas, de solicitações que existem.

Naturalmente que me parece que, por melhor que seja utilizado o financiamento que atualmente existe, ele ainda é pouco.

Partindo desse pressuposto, nós reiteramos aquela introdução ao preâmbulo feita anteriormente. Precisamos, realmente, continuar lutando por um maior financiamento para a assistência à saúde neste País.

Bom, com relação ao que foi colocado e perguntado pela Senadora Ana Amélia, sobre a notificação da ANVISA, eu acho que, em parte, já houve uma resposta, uma atitude responsiva do nosso Presidente da Sociedade de Cirurgia Plástica.

Mas eu gostaria de colaborar um pouco, contribuindo com essa atitude responsiva. A Anvisa tem janelas, as chamadas janelas sentinelas, nos Estados – isso há muitos anos. Qualquer medicamento que tenha um efeito adverso, o médico, verificando que essa possibilidade é concreta, encaminha por meios eletrônicos a essas janelas sentinela, mas elas são instituídas em hospitais de referência. Em cada Estado, em Municípios principais dos Estados, tem-se escolhido hospitais onde funcionam essas janelas sentinelas. E é assim que o sistema funciona.

A notificação ou o alerta feito para a classe médica como um todo, isso não foi feito, pelo menos com uma comunicação que seja eficiente ou que tenha sido eficiente. Houve, no mínimo, uma falta de comunicação. Do que se tinha conhecimento, de maneira amiúde, e aí, sim, é da existência das janelas sentinelas, por sua vez, também, sem condições técnicas muito adequadas, porque muitas das interlocuções feitas pelas janelas sentinelas não tinham resposta.

Quanto à questão do consentimento livre e esclarecido, me permita, porque também foi aventado aqui na mesa, na reunião passada, com uma suspeição de que os médicos não estivessem fazendo o alerta ou esclarecendo devidamente os seus pacientes, eu não

posso me incorporar a essa crença. Desde 1990, com a promulgação da Lei nº 8.078, o Código de Defesa do Consumidor, os médicos sabem que são obrigados, por esse Código, a comunicação da fruição e risco dos serviços prestados. Isso é determinação legal. Além do que, nas últimas décadas, a práxis médica tornou-se prato irrecusável nos banquetes judiciais das ações judiciais por perdas e danos. E até em função dessa experiência, os médicos primam pelo consentimento livre e esclarecido, mas que, antes de ser documental, antes de ser algo como se fosse defensivo, e não o é, é uma obrigação legal, esse consentimento tem de ser um diálogo franco e humanamente paritário entre o médico e o paciente, que faça nascer uma relação fiduciária radicada no denso valor ético-social da recíproca confiança. Esse é o verdadeiro consentimento pós esclarecimento. Agora, em certas circunstâncias, deve ser feito documentalmente, até por exigências legais, em determinados parâmetros.

Na questão da responsabailização, eu queria rapidamente também dizer que há uma teoria de Direito, hoje, que cada vez mais se consolida, que é a chamada teoria da especificidade do objeto da atividade – essa é linguagem de jurisconsulto, que às vezes consegue ser mais complexa do que a do médico –, ou seja, a prótese não é o objeto da atividade. O objeto da atividade é a recuperação da saúde física, psicológica e mental de um paciente, de uma pessoa. Essa é a busca do médico no exercício da sua atividade. Agora, esse objeto é da distribuidora que importa essa prótese e, óbvio, da fábrica que a produz. Então, naturalmente que me parece a responsabilidade do médico, apesar de ser demandada, pode ser demandada, certamente vai ter sucesso, êxito, em ações regressivas.

Quanto à questão do Mutirão da Mama, simplesmente eu queria também tecer rápido comentário. Eu entendi perfeitamente a posição do nosso colega vice-presidente da Sociedade Brasileira de Mastologia, Dr. José Luis Pedrini. Ele não se posiciona contra, não poderíamos jamais ficar contra um mutirão desses. Isso é solidariedade em sua essência. Isso é exercício dessa lei moral que eu falo que existe dentro de nós e que o cirurgião plástico tão bem faz com que seja evidente à sociedade com essa atitude. Mas isso, naturalmente, não pode ser a solução do problema. Isso, no momento, é fundamental, é emergencial e é salutar que assim seja feito. Mas acredito firmemente, foi assim que entendi, a posição do Dr. José Luis Pedrini, haja vista que fazer num primeiro tempo, de uma maneira precoce, por vários fatores aqui já expostos, é muito mais recomendável e muito mais eficiente.

Por fim, eu queria, para não ter que voltar a tomar tempo da Senadora, da audiência, agradecer já a minha participação, reiterar os agradecimentos e dizer às mulheres que aqui estão, de maneira galharda, e, eu diria, comemorando já vitórias, de que façam segundo o lema de Oswaldo Cruz: não esmorecer para não desmerecer.

Muito bem. Obrigado a todos.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Dr. Carlos.

Vou passar para o Dr. Luciano. Eu percebo que é o último a se pronunciar, Senador Suplicy.

Está com a palavra o Dr. Luciano.

O SR. LUCIANO ORNELAS CHAVES – Respondendo à pergunta da Senadora Ana Amélia, sobre como está a organização desse mutirão, quem são os nossos parceiros e quem está bancando esse mutirão, etc., na verdade, esse mutirão está acontecendo graças à iniciativa da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica.

Logo quando o Dr. José Horácio assumiu a presidência, no dia 1º de janeiro, ele estabeleceu como prioridade de sua gestão, que nós pudéssemos realizar esse mutirão. E de janeiro a março, nós entendemos que este tempo era muito curto para nós organizarmos. Então, também houve o consentimento e o apoio do presidente que antecedeu o Dr. José Horácio, o Dr. Sebastião Nelson Guerra e, por isso, nós começamos essa organização nos seis meses que antecederam a gestão anterior, para que se realize esse mutirão agora.

Então, na prática, esse mutirão acontece nos seguintes termos: a Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica, para nós realizarmos essas 500 cirurgias, nós estamos contando com a contribuição voluntária de aproximadamente 1.500 cirurgiões brasileiros; e isso dividido pelos 18 Estados onde nós temos as Regionais da Cirurgia Plástica, nós estabelecemos que a nossa condição logística, administrativa e de organização desse mutirão só é possível nós realizarmos onde temos as Regionais de Cirurgia Plástica.

Nós temos 82 serviços de cirurgia plástica credenciados, que são os serviços formadores de cirurgiões plásticos, onde nós estamos hoje com 500 jovens médicos em formação em cirurgia plástica. E esse mutirão tem um grande objetivo, também, de ensino, porque nós vamos dar oportunidade a 500 novos cirurgiões plásticos, em formação, de participarem, durante um período muito curto, de um número importante de cirurgias de reconstrução de mama.

E como tínhamos um ponto que era realmente de preocupação – e ele continua com certa preocupação –, nós procuramos o Ministério da Saúde, no mês de dezembro. Solicitamos uma audiência com o Ministro, fomos recebidos por uma diretoria de assuntos que nos foi encaminhada, para tratarmos desse tema – e o Dr. José Horácio estava presente nessa reunião. E

nós apresentamos que a nossa grande dificuldade, a nossa grande preocupação é a prótese de silicone. E apresentamos ao Ministério essa dificuldade, também a necessidade de colaboração e de ajuda nesse sentido.

Nós vimos que esse problema da prótese de silicone para a reconstrução de mama veio exatamente no mesmo momento dessa crise da prótese PIP e Rofil. Inclusive, se misturou um pouco; isso prejudicou um pouco. E, por isso, nós tivemos mídia divulgando que a Sociedade estava realizando um mutirão para retirar as próteses PIP, que não tinha nada a ver com o mutirão para realizar a reconstrução de mama. E isso trouxe uma dificuldade e nós entendemos. E aqui queremos reforçar, realmente, que o Dr. Fogolin foi bastante participativo, cooperativo nessa ação; entendemos a dificuldade momentânea desses dois assuntos estão se misturando, mas são assuntos distintos. São assuntos distintos, mas o Ministério é grande, a capacidade de organização do Ministério é grande.

Então, nos foi passado que essa decisão teria que ser junto às Secretarias de Saúde de cada Estado, porque esperávamos que o Ministério poderia ter tido também uma manifestação, de levar ao Secretário de Saúde como uma situação extrateto, até porque o número não é tão expressivo, pois estamos falando em 500 pacientes e, dessas 500 pacientes, talvez em torno de 300 pacientes necessitariam das próteses; e se nós falarmos num número de 300 próteses, isso daria uns R$900 mil de custo, em média, porque tem prótese de custo mais alto e também de custo mais barato, dependendo do tipo de prótese a se ajustar, como a prótese de silicone definitiva. E que se isso fosse dividido entre as Secretarias de Saúde seria um número relativamente não importante. E esperávamos que a Secretaria de Saúde pudesse se exemplificar na Secretaria de Saúde do Distrito Federal, que, de antemão, determinou a liberação de 60 unidades de próteses. Então, nós desenvolvemos um trabalho paralelo ao Ministério da Saúde na negociação individualizada com cada Secretaria de Saúde.

Isso avançou, mas eu pediria, agora, nesta audiência, que o Dr. Fogolin fizesse um reforço de apoio a essa Secretaria de Saúde no sentido de absorver com maior decisão este momento, porque nós poderemos às vezes ter o comprometimento de realizar essas 500 cirurgias não por falta de centro cirúrgico, porque realizaremos essas cirurgias em serviços credenciados de cirurgia plástica, não por falta de cirurgião, não por falta de anestesista, mas por redução do número, por falta das próteses de silicone. Então, nós estamos em um momento ainda... Inclusive esta semana é fundamental porque estamos fazendo uma pesquisa junto a todos os presidentes regionais, com a pergunta: "O assunto prótese de silicone já está definido no seu Estado?". O apoio do Ministério agora... Entendemos a posição do Ministério, entendemos a complexidade e tal, mas eu acho que poderia ser uma decisão política nesse sentido, que chegasse rapidamente a uma solução.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Senadora Vanessa.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Pois não, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Aproveito a oportunidade exatamente para me juntar ao pedido do Dr. Luciano ao Ministério da Saúde, especialmente à Secretaria de Saúde do meu Estado, o Rio Grande do Sul. Então, eu queria que a interface fosse feita. Vou também entrar em contato com ele, até porque nós da Bancada do Rio Grande do Sul conseguimos uma suplementação orçamentária para hospitais comunitários. Pelo Sistema de Gestão de Convênios – Siconv, só podem ser repassados R$30 milhões. É dinheiro bem substancial. A Secretaria assumiu isso para os hospitais públicos. Agora teremos argumento para ampliar essa demanda.

E eu queria reforçar a solicitação do Dr. Luciano em relação ao Estado que represento, que é o Rio Grande do Sul, até pela condição de ser o Estado com maior índice de câncer de mama. Tenho duas irmãs, uma falecida com câncer e outra que também foi submetida à mastectomia, já com a mama recuperada, e não é porque tenho um drama pessoal, de família, que cuido dessa matéria, mas porque é uma questão de saúde pública.

E eu queria saber do senhor, Dr. Fogolin, por que para a mastectomia radical se paga quase o dobro da cirurgia conservadora, que é mais difícil?

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Vou passar a palavra ao Dr. Fogolin.

O SR. JOSÉ EDUARDO FOGOLIN PASSOS – Bom, antes de concluir as respostas, eu gostaria de deixar bem evidente até a própria sensibilização do Ministério da Saúde em relação a todo o movimento e até a procura da própria Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica em todo esse processo. Quero deixar relatado que quando, em dezembro, a Sociedade procurou o Ministério... Existe um tempo, o próprio Conas e o próprio Conasem, mas eles têm... Devemos sempre levar a pauta da CIT, a pauta do Colegiado de Gestão. Pela sua própria gestão tríade do Sistema Único de Saúde, o Ministério da Saúde não tem gerência sobre a execução em cada Estado e Município. Então, essa pauta foi levada. Infelizmente, nesse processo, houve a intercorrência, agora no começo de janeiro, da questão das próteses PIP e Rofil. Houve uma propagação, por parte da imprensa, da miscigenação em

relação às informações sobre o mutirão da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica, e o que os próprios Estados... E houve uma incongruência em relação a alguns ofícios que chegaram aos próprios secretários estaduais. E nós sabemos da importância que existe na questão do mutirão. Não é esse o objetivo de política do Sistema Único de Saúde. Nós não resolveremos a questão através de mutirões. Existe toda uma questão envolvida no processo do mutirão, mas também existe a necessidade de que os secretários estaduais de saúde se organizem e se estruturem para os seus próprios serviços de saúde, porque um processo de mutirão de reconstrução mamária envolve exames pré-operatórios, envolve a necessidade de Centros de Terapia Intensiva, porque pode haver a complicação do caso dessas pacientes, e envolve a aquisição dessas próteses, porque não estava programada no processo. Então, existe uma série de necessidades que o Ministério da Saúde reconhece, levou à discussão ao Conselho Nacional de Secretários e houve a sensibilização, mas optaram por esperar nesse momento, na questão das próteses PIP e Rofil, porque os secretários estão fazendo um levantamento na sua própria rede para estruturar o atendimento e para que as coisas não aconteçam no mesmo momento. Mas o Ministério da Saúde assumiu o compromisso com a sociedade de levar novamente para o Conass e o Conasems a discussão sobre o mutirão.

Inicialmente, quero salientar que o Ministério da Saúde... existe uma prioridade de governo, que é a redução da mortalidade na questão do câncer de colo e do câncer de mama. Isso é fundamental. Existe uma pauta específica do nosso próprio Governo em relação ao tratamento dessa questão. E a média e a alta complexidade estão totalmente dedicadas a essa solução, inclusive na revisão das listas de convênios em relação a equipamentos que possam fazer um diagnóstico precoce e ampliar a nossa rede de atenção e de cuidado ao paciente oncológico, até na revisão dos tetos em relação aos níveis populacionais e a alguns equipamentos. A gente está falando de mamógrafo, de mamografia digital, mas existem necessidades para avaliar, metástase para avaliar, outros diagnósticos que estamos discutindo, como as tomografias, PET/CT e PET/Scan para fazer um acompanhamento um pouco mais amplo e complexo dessa questão.

Então essa revisão está sendo feita, há um compromisso de se rever toda a questão da política de oncologia, concluir agora a revisão da própria política nacional e dos tetos em relação à habilitação de serviços. Isso é fundamental para que a gente possa estruturar a rede.

Quero deixar bem claro que a própria revisão dos valores é uma discussão que se pauta dentro da questão da rede. Existem alguns valores que precisam ser revistos. É uma questão que a própria Senadora levantou e que está em discussão, só que a gente não quer nenhum apontamento nem aumentar o repasse em procedimentos sem o contexto da rede de atenção estruturado.

Só para exemplificar o que a gente propõe e pretende fazer na questão oncológica, algumas especialidades que têm necessidade, seja a neurocirurgia, seja a cirurgia cardíaca pediátrica, a gente chama a sociedade para discutir com um grupo técnico e avalia, dentro de uma curva ABC, aquilo que realmente haverá de impacto para reavaliar a planilha e a tabela do SUS. Existe essa necessidade de revisão, mas dentro de uma lógica de priorização da rede de atenção à saúde.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Eu gostaria de agradecer a todos convidados, tanto àqueles que participaram da primeira Mesa, que debateu a questão das próteses de silicone que apresentam problemas, quanto da segunda Mesa.

Decidimos, Senadora Ana Amélia e eu, juntar os nossos requerimentos. Isso foi tranquilo. Já são quase duas horas da tarde. E o Senador Paim, também, porque estamos tratando de um assunto único que é a saúde da mama, a saúde da mulher especialmente.

Então gostaríamos de agradecer a todos os nossos convidados pela audiência. Sem dúvida alguma, esse debate de hoje foi um passo importante para a gente avançar, dentro do Ministério da Saúde, sobretudo no Sistema Único de Saúde, na política de atenção integral à saúde da mulher.

Muito obrigada pela atenção de todos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Antes gostaria de agradecer também a presença do Senador Suplicy.

Obrigada a todos.

A reunião está encerrada.

(Iniciada às 9 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 24 minutos).

Ata da 3ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, Realizada no Dia 15 de Fevereiro de 2012, Quarta-Feira, às Nove Horas, na Sala Florestan Fernandes, Plenário nº 9, Ala Alexandre Costa, Anexo II, Senado Federal.

Às oito horas e cinqüenta e cinco minutos, do dia quinze de fevereiro de dois mil e doze, na Sala numero nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Jayme Campos,** reúne-

-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Humberto Costa, Rodrigo Rollemberg, Waldemir Moka, Paulo Davim, Casildo Maldaner, Lauro Antonio, Cyro Miranda, João Vicente Claudino, Vicentinho Alves. Eduardo Suplicy, Lindbergh Farias, Eunício Oliveira, Benedito de Lira, Armando Monteiro, Clésio Andrade e das Senadoras Ana Amélia e Lúcia Vânia. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta. **ITEM 2 – NÃO TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 118, DE 2011. –** *Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre o exame de aptidão física e mental.* **Autoria:** Deputado Osmar Terra. **Relatoria:** Senador Benedito de Lira. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2011. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2011; – A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, em decisão terminativa. **ITEM 8 – NÃO TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 522, DE 2007.** *Acrescenta inciso X e parágrafo único ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para conceder ao empregado a possibilidade de ausência ao trabalho, por até sete dias anuais, para acompanhar e assistir dependente portador de deficiência, e dá outras providências.* **Autoria:** Senador Flexa Ribeiro. **Relatoria:** Senador Lindbergh Farias. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** A matéria é retirada de Pauta a pedido do Relator. **ITEM 5 – TURNO SUPLEMENTAR DE DISCUSSÃO DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO. PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 607, DE 2007. – Terminativo – Ementa do Projeto:** *Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de Analista de Sistemas e suas correlatas, cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Informática e dá outras providências.* **Autoria do Projeto:** Senador Expedito Júnior. **Relatoria do Projeto:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela rejeição das Emendas nº(s) 1 e 2, de autoria do Senador Roberto Cavalcanti, oferecidas em Turno Suplementar ao Substitutivo ao PLS nº 607, de 2007. **Resultado:** A matéria é retirada de Pauta a pedido do Relator. **ITEM 9 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 66, DE 2010.** *Concede pensão especial aos ex-servidores da extinta Superintendência de Campanhas de Saúde Pública, afetados por doença grave em decorrência de contaminação pelo dicloro-difenil-tricloroetano.* **Autoria:** Senador Marcelo Crivella. **Relatoria:** Senador Paulo Davim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 66, de 2010. **Resultado:** Lido o Relatório e encerrada a discussão, fica adiada a votação da matéria. **ITEM 10 – TERMINATIVO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 183, DE 2010 –** *Altera a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências, para determinar que as emissoras públicas de radiodifusão veiculem programas e eventos de artes marciais como instrumento de combate às drogas.* **Autoria:** Senador Magno Malta. **Relatoria :** Senador Wellington Dias (Substituído por *Ad Hoc*). **Relatoria *Ad Hoc* :** Senador Lauro Antonio. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto e pela Prejudicialidade da Emenda nº 1-CCT. **Resultado:** A Presidência designa Relator "Ad hoc" o Senador Lauro. Antonio. Lido o Relatório e encerrada a discussão, fica adiada a votação da matéria. **ITEM 11 – TERMINATIVO -PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 79, DE 2011.** *Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 para instituir o abono anual para os beneficiários do benefício da prestação continuada pago pela assistência social.* **Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Relatoria:** Senador Lindbergh Farias. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 79, de 2011. **Resultado:** A matéria é retirada de Pauta a pedido do Relator. **ITEM 1 – NÃO TERMINATIVO – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 593, DE 2010.** *Susta os efeitos da Portaria nº 1.510, de 21 de agosto de 2009, do Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, que disciplina o registro eletrônico de ponto e a utilização do Sistema de Registro Eletrônico de Ponto – SREP.* **Autoria:** Senadora Níura Demarchi. **Relatoria:** Senador Armando Monteiro. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 593, de 2010, e pela rejeição das Emendas de Plenário nºs 1 a 4, de 2011. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 593, de 2010, e contrário às Emendas de Plenário nºs 1 a 4, de 2011. – A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH. **ITEM 3 – NÃO TERMINATIVO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 111, DE 2010.** *Altera a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 (Lei de Drogas), para prever pena de detenção para condutas relacionadas ao consumo pessoal de droga e a sua substituição por tratamento especializado, e dá outras providências.* **Autoria:** Senador Demóstenes Torres. **Relatoria:** Se-

nadora Ana Amélia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Lido o Relatório, é concedida Vista Coletiva, nos termos regimentais. **EXTRAPAUTA – ITEM 16 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 7, DE 2012.** *Em aditamento ao Requerimento de nº 2/2012 – CAS, que trata da realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, destinada a discutir a epidemia de acidentes envolvendo motocicletas no Brasil, requeiro que sejam incluídos os nome s do Sr. Gilberto Almeida dos Santos – Presidente do Sindicato dos Mensageiros Motociclistas do Estado de São Paulo (SindimotoSP) e do Dr. Florentino de Araújo Cardoso Filho – Presidente da Associação Médica Brasileira – AMB.* **Autoria:** Senadora Ana Amélia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 – NÃO TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 407, DE 2011.** *Altera a Lei nº 9.656, de 03 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para dispor sobre o dano moral no caso de recusa de cobertura.* **Autoria:** Senador Eduardo Amorim. **Relatoria:** Senador João Durval. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto com 3 (três) emendas que apresenta. **Resultado:** A matéria é retirada de Pauta a pedido do Relator. **ITEM 6 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 46, DE 2011.** *Altera o caput do art. 3º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, incluindo a atividade física como fator determinante e condicionante da saúde, e dá outras providências.* **Autoria:** Deputada Sueli Vidigal. **Relatoria:** Senador João Durval. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** A matéria é retirada de Pauta a pedido do Relator. **ITEM 12 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 370, DE 2011.** *Altera as Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, para dispor sobre sistema especial de inclusão previdenciária para atender às donas de casa sem renda própria que se dediquem exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, previsto nos §§ 12 e 13 do art. 201 da Constituição Federal, e dá outras providências.* **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Relatoria:** Senadora Ana Amélia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** A matéria é retirada de Pauta a pedido da Autora e da Relatora. **ITEM 13 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 379, DE 2011.** *Acrescenta dispositivos à Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, que dispõe sobre as atividades de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias, para incluir atividades do Agente Comunitário de Saúde na sua área de atuação.* **Autoria:** Senador Eduardo Amorim. **Relatoria :** Senador Humberto Costa (Substituído por *Ad Hoc*). **Relatoria *Ad Hoc* :** Senador Eduardo Suplicy. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** A Presidência designa Relator "Ad hoc" o Senador Eduardo Suplicy. Lido o Relatório e encerrada a discussão, fica adiada a votação da matéria. **ITEM 15 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 412, DE 2011.** *Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para incluir no campo de atuação do SUS a execução de campanhas sociais voltadas a promoção da saúde mental.* **Autoria:** Senador Eduardo Amorim. **Relatoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** A matéria é retirada de Pauta a pedido da Relatora. **ITEM 14 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 380, DE 2011.** *Altera a lei nº 9.961, de 2000, que criou a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) para estabelecer, dentre as competências da Agência, a de definir índices de reajustes dos honorários médicos, procedimentos e eventos em saúde oferecidos pelas operadoras de planos de saúde.* **Autoria:** Senador Eduardo Amorim. **Relatoria:** Senador Cyro Miranda. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** A matéria é retirada de Pauta a pedido do Relator. Fica adiado o **ITEM 7 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 61, DE 2006** da Pauta. Usam da palavra os Senadores Waldemir Moka, Paulo Davim, Cyro Miranda, Eduardo Suplicy, Lauro Antônio; Armando Monteiro, Casildo Maldaner e a Senadora Ana Amélia. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e treze minutos, lavrando eu, Dulcidia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente Senhor Senador Jayme Campos, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Jayme Campos,** Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Bom dia a todos e a todas, especialmente aos Srs. Senadores e Senadoras.

Terceira Reunião Extraordinária.

Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e Senadoras que as aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovadas.

Há expediente sobre a mesa, que passo a ler.

Nos termos do art. 89, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, que disciplina as competências do Senado, do presidente desta Comissão, passo à leitura da composição dos membros da Subcomissão Temporária do FGTS, criada pelo Requerimento nº 04 – CAS, de 2012, de iniciativa do Senador Cyro Miranda, aprovado na primeira reunião desta Comissão, realizada no dia 08 de fevereiro do ano em curso.

Será comunicada ao Presidente do Senado Federal a indicação dos membros da Subcomissão Temporária do FGTS.

A composição será feita nos seguintes termos:

Bloco de Apoio do Governo: PT, PDT, PSB, PC do B e PRB.

São titulares dessa Comissão: Paulo Paim (PT – RS); Marta Suplicy (PT – SP).

Pelo Bloco Parlamentar da minoria: PMDB, PP, PSC e PV.

Membros titulares: Ana Amélia e Casildo Maldaner.

Pelo Bloco Parlamentar da Minoria: PSDB e DEM – Cyro Miranda.

Os suplentes, na mesma ordem, pelo bloco de apoio ao Governo, pelo PT, PDT, PSB e PRB, serão: Senador Wellington Dias (PT – PI); Rodrigo Rollemberg (PSB – DF).

Pelo Bloco Parlamentar da Maioria serão: Senador Waldemir Moka (PMDB – MS) e Lauro Antonio (PR – SE).

Pelo Bloco Parlamentar da Minoria, PSDB e DEM, será suplente o Senador Paulo Bauer (PSDB – SC).

De tal maneira, está composta a Subcomissão Temporária do FGTS.

Agora, vamos aguardar a eleição que vai, naturalmente, eleger o presidente, o vice-presidente e o relator.

Como é praxe desta Comissão e das demais Comissões da Casa, o autor, via de regra, é o presidente.

Então, nesse caso, eu, particularmente, sugiro que seja escolhida pelos demais membros titulares e suplentes, eventualmente, a figura do ilustre e valoroso Senador Cyro Miranda, do Estado de Goiás, autor desse requerimento.

Dessa maneira, meu caro Senador Cyro Miranda, que nos honra com sua presença, vamos aguardar, agora, na próxima sessão, se for o caso, que nós consigamos fazer a votação, conduzir a votação no sentido de eleger os membros que vão compor, ou melhor, não os membros, mas o presidente, o vice-presidente e o relator dessa comissão.

V. Exª, para uma questão de ordem ou pela ordem, está com a palavra.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer muito a esta Comissão, pela presteza, e a esse presidente, sempre ativo, a quem, na última sessão, foi concedida a permissão para instalar essa subcomissão, o que, logo em seguida, este presidente, Senador Jayme Campos, já colocou em prática.

Eu quero agradecer aos Pares e aproveitar para agradecer ao Senador Waldemir Moka, com quem não tive oportunidade de conversar ontem, pela importância do nome dele nessa subcomissão.

Sr. Presidente, essa subcomissão, em caráter temporário, com certeza, vai realizar um trabalho de muita presteza ao Senado Federal, porque o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço está totalmente desmantelado, a nosso ver. Desde a sua correção os trabalhadores vêm perdendo, de 2003 a 2011, 19,6 bilhões, também regulamentarmos os empréstimos desse fundo e os trabalhadores têm que ter rendimentos por meio desse fundo.

Então, acho que esta Subcomissão vai ser de uma valia muito grande.

Quero agradecer em particular a V. Exª pelo apoio dado e pela presteza que tem tido conosco.

Muito obrigado, Senador Jayme Campos.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª. Tenho certeza absoluta de que esta Comissão é bastante oportuna, tendo em vista que vai discutir os recursos arrecadados por meio do FGTS, precisamente na medida em que V. Exª está preocupado por esses recursos talvez não estarem sendo aplicados nas fontes que seriam legais. Infelizmente, parece-me que está havendo um desvio desses recursos em relação às aplicações que nortearam a sua aplicação naquela oportunidade lá atrás.

De tal maneira, espero que façamos um bom trabalho, que, sobretudo, tenha um resultado positivo para os trabalhadores brasileiros.

Prosseguindo, a presente reunião destina-se à apreciação dos itens 1 a 15, conforme pauta previamente divulgada. São quatro itens não terminativos e 11 terminativos.

Neste caso, aguardando a chegada de mais alguns Senadores, quero fazer um breve comentário em relação à Campanha da Fraternidade deste ano, da Conferência Nacional dos Bispos – CNBB, que terá como tema “Fraternidade e Saúde Pública”. A propos-

ta, desta vez, é propor uma reflexão sobre a situação da saúde no Brasil. A CNBB lembra que o Sistema Único de Saúde – SUS, ainda tem que percorrer um longo caminho para alcançar a meta do atendimento universal à saúde de todos os brasileiros.

A Conferência ressalta, meu caro Senador Waldemir Moka, a carência do atendimento médico e hospitalar em várias partes do País e a existência de estruturas de saúde deficientes para atender às demandas da população. A CNBB destaca também as lamentáveis denúncias de corrupção e de desvio de verbas que deveriam ser aplicadas no cuidado com a saúde das pessoas. A eficiência, ou até a existência de estruturas públicas de saúde obrigam os cidadãos a recorrerem a seguros e a sistemas privados de saúde fora do alcance da maioria dos brasileiros, diz a campanha. A CNBB pretende sensibilizar não só os católicos e, por isso, a cada 5 anos a campanha da CNBB tem sido realizada em conjunto com outras igrejas cristãs e não católicas.

Lembro ainda que a Campanha da Fraternidade é lançada todo ano durante a Quaresma e com temas que tenham interesse social e público.

Também anuncio aqui que nesta terça-feira, ou seja, ontem, a nossa Comissão, em conjunto com a CDH, debateu o grave tema que envolve fraudes em próteses mamárias. Lamentavelmente tem ocorrido, temos acompanhado pela imprensa brasileira, e é de se preocupar.

A Casa ouviu a Anvisa, os representantes dos médicos e dos planos de saúde. A Anvisa quer punir importadores por próteses mamárias com problemas. O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária da Anvisa, Dirceu Barbano, afirmou que a punição por problemas com próteses mamárias vindas do exterior devem ser aplicada aos importadores. Dirceu Barbano lembrou que o Brasil é o segundo maior mercado de próteses mamárias do mundo. Ele também citou a estatística segundo a qual até 1% das próteses pode sofrer ruptura após um ano do implante, e até 10% durante 10 anos.

O Presidente da Associação Brasileira de Medicina de Grupo – Abramge, Arlindo de Almeida, assegurou que as operadoras de planos de saúde vão cumprir a determinação dos órgãos sanitários para que seja dada cobertura integral aos pacientes com problemas em decorrência do uso de próteses de silicone defeituosas, inclusive com cirurgia para substituir os implantes quando indicada.

A audiência conjunta na Comissão de Assuntos Sociais e a CDH foi proposta pelas Senadoras Vanessa Grazziotin e Ana Amélia, que dirigiu os trabalhos, e pelo Senador Paulo Paim. Teve como um dos objetivos conhecer as providências adotadas para garantir o atendimento aos pacientes prejudicados.

Portanto, quero cumprimentar os autores do requerimento para a realização desta audiência, que mostraram a sua preocupação com a questão das próteses que, lamentavelmente, tem trazido sérios transtornos à saúde de milhares de mulheres, não só brasileiras, mas do mundo. De tal maneira que providências estão sendo tomadas.

Quero cumprimentar aqui o valoroso Senador Paulo Davim, a Senadora Ana Amélia, o Senador Waldemir Moka, prezado e querido amigo, Senador Vicentinho Alves, do querido Estado do Tocantins.

O item 4 é de decisão terminativa e possui solicitação de retirada de pauta do Senador João Durval. Portanto, estamos retirando de pauta. Também estamos retirando o item 5 da pauta, cuja relatoria é do Senador Paulo Paim, e o item 6, por solicitação do Senador João Durval.

Portanto, vamos dar continuidade com os itens restantes da pauta. Aproveito a oportunidade...

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pois não, Senador.

Pela ordem, Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RJ) – Eu gostaria de saber de V. Exª quanto à possibilidade de priorizar o item 9, do qual fui relator, por motivo de compromisso no Ministério.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Exª, como sempre, com o prestígio que goza, respeito e admiração desta Comissão, sobretudo de seu Presidente, com certeza será atendido, dentro da forma regimental.

Eu quero informar a V. Exª, Senador Paulo Davim, que se trata de um item de caráter terminativo. Evidentemente, faremos a leitura e aguardaremos o quórum para votação.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 66, DE 2010
– Terminativo –

Concede pensão especial aos ex-servidores da extinta Superintendência de Campanhas de Saúde Pública, afetados por doença grave em decorrência de contaminação pelo dicloro-difenil-tricloroetano.

Autoria: Senador Marcelo Crivella

Relatoria: Senador Paulo Davim

A votação, quero comunicar, será nominal.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Davim, para proferir o relatório.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RJ) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Passarei a ler a análise da matéria.

Conforme o art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais opinar sobre proposições que digam respeito a relações de trabalho, organização do sistema nacional de emprego e condição para o exercício de profissões, seguridade social, previdência social, população indígena e assistência social.

Em nosso sentir, a proposição tem intenção meritória, pois, como bem expôs seu autor na justificação do Projeto, a exposição desses servidores públicos à referida substância química causou-lhes, em muitos casos, graves sequelas, quando não a morte. Se comprovada a omissão do Estado, este deve indenizar as vítimas e/ou suas famílias, conforme estabelece o art. 37, § 6º, da Constituição, e se encontra largamente pacificado em nossa legislação, jurisprudência e melhor doutrina. O caso em tela, em que os ex-servidores encontram-se na condição de administrados, está a demandar disciplinamento específico, nos moldes das Leis nos 11.520, de 18 de setembro de 2007, que dispõe sobre a concessão de pensão especial às pessoas atingidas pela hanseníase que foram submetidas a isolamento e internação compulsórios; e 12.190, de 13 de janeiro de 2010 – esta, inclusive, iniciada pelo Poder Legislativo –, que concede indenização por dano moral às pessoas com deficiência física decorrente do uso da talidomida, altera a Lei nº 7.070, de 20 de dezembro de 1982, e dá outras providências; entre outras.

Quanto à constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa, nada a opor, uma vez que a matéria encontra amparo no art. 37, § 6º, do Texto Maior; não é de competência privativa do Presidente da República, mas da União; está em harmonia com a legislação vigente, inclusive os dispositivos regimentais; e foi redigida em boa técnica legislativa.

Voto

Ante o exposto, e em conformidade com o art. 133, I, do Regimento Interno do Senado Federal, nosso voto é pela aprovação total do Projeto de Lei do Senado nº 66, de 2010.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço ao Senador Paulo Davim.

Está em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Como não há quem queira discutir e, sobretudo, como não há quórum suficiente para a votação da matéria, vamos suspender a votação do item 9, na página 173, aguardando, oportunamente, quórum para a sua votação.

Está encerrada a discussão.

Item 1, extrapauta:

ITEM 1 EXTRAPAUTA

REQUERIMENTO Nº , DE 2012 – CAS
(Aditamento ao REQUERIMENTO
Nº 02, de 2012 – CAS)

Em aditamento ao Requerimento de nº 02 /2012 – CAS, que trata da realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, destinada a discutir a epidemia de acidentes envolvendo motocicletas no Brasil, requeiro que sejam incluídos os nomes do Sr. Gilberto Almeida dos Santos – Presidente do Sindicato dos Mensageiros Motociclistas do Estado de São Paulo (SindimotoSP) e do Dr. Florentino de Araújo Cardoso Filho – Presidente da Associação Médica Brasileira – AMB.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia para encaminhar o requerimento.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP– RS) – Caro Presidente Jayme Campos, primeiramente saúdo V. Exª pelo seu retorno, sua recuperação. É uma alvissareira notícia para todos nós, que apreciamos e admiramos o colega por sua dedicação a esta Comissão de Assuntos Sociais.

Trata-se de requerimento que apresentei a esta Comissão dada a violência dos acidentes envolvendo motos, pela vulnerabilidade do motorista que usa essa veículo. Nos grandes centros, a situação é mais grave ainda, porque ele se transformou, digamos, em instrumento de trabalho para os mototaxistas, motoboys ou mensageiros que levam pequenas encomendas. Dessa forma, vendo os números graves desses acidentes, seu impacto sobre a previdência social e sobretudo porque eles envolvem basicamente jovens de 20 a 35 anos, fiz essa proposição, esse requerimento. Penso que esse é o âmbito.

Fizemos ontem – e V. Exª acaba de mencionar, em relação às próteses de silicone importadas, com fraude, que levaram muita preocupação e angústia a muitas mulheres – audiência pública que foi muito esclarecedora. Foi longa, exaustiva, mas extremamente produtiva, pelos esclarecimentos prestados por autoridades da Anvisa, do Ministério da Saúde e, especialmente, da área médica – Conselho Federal de Medicina, Associação Brasileira de Cirurgia Plástica e Associação Brasileira de Mastologia, além de organismos não governamentais como a Femama, que veio aqui para prestar esclarecimentos.

Da mesma forma, penso que essa audiência pública com essas pessoas será produtiva. Já havíamos feito um requerimento com outros convidados e estamos acrescentando novos. Inclusive, o nosso querido colega Paulo Davim havia sugerido – e foi incluído – um especialista na área de assistência, socorrista, que é a área mais crítica da Medicina, ou seja, a hora em que a pessoa chega totalmente quebrada, com problemas graves e é atendida no pronto-socorro. Essa é a razão deste requerimento, caro Sr. Presidente.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente.

O SR. **PRESIDENTE** (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Na leitura, V. Exª leu "representante da Associação Médica Brasileira", mas a sugestão foi Associação de Medicina Intensiva do Brasil.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP– RS) – Isso, de medicina intensiva.

O SR. **PRESIDENTE** (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Aqui está o Dr. Florentino de Araújo, Presidente da Associação Médica Brasileira.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP– RS) – Mas o que pedimos foi "assistência médica."

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Não é o mesmo nome.

O SR. **PRESIDENTE** (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Não, é outra autoridade.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – O requerimento foi...

O SR. **PRESIDENTE** (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Eu gostaria de consultar a Secretaria da Mesa.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP– RS) – Lembro-me de que escrevi à mão, inclusive.

O SR. **PRESIDENTE** (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – O requerimento encaminhado com outro nome, ou seja, Presidente da Associação dos Socorristas.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – É. Associação de Medicina Intensiva do Brasil.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP– RS) – Isso, de medicina intensiva.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Achei de extrema felicidade a proposição da colega Senadora Ana Amélia, porque os dados são realmente... Tenho feito esse levantamento e recebi dados da cidade de São Paulo. Trouxe dados do Brasil, dados do meu Estado, e recebi, há alguns dias atrás, dados do Estado de São Paulo.

Fiquei impressionado com a estatística que me chegou às mãos: mais da metade das vítimas de acidentes com moto chegam com fraturas expostas. Oitenta e dois por cento dos que chegam aos hospitais ficaram mais de seis meses afastados do trabalho, ou seja, um prejuízo extraordinário.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Falei da previdência.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Trinta e cinco por cento tiveram sequelas temporárias; 32% tiveram sequelas permanentes e quase 15% ficaram paraplégicos. Então, são dados assustadores. Acho que veio em boa hora a proposição da Senadora Ana Amélia; vamos discuti-la, porque acidente com motos é uma verdadeira epidemia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria complementar os dados do Senador Paulo Davim: não é São Paulo, por incrível que pareça, a cidade, a capital que, proporcionalmente, tem o maior número de vítimas. A cidade que tem o maior número de vítimas é Boa Vista, capital de Roraima. E, no Nordeste, as cidades do interior onde, como se brinca, a moto substitui o jegue – o jegue não causava acidentes –, as motos apresentam um índice alarmante de acidentes, porque as pessoas não usam capacetes, e aí se torna mais vulnerável o motociclista.

O SR. **PRESIDENTE** (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Se não me falha a memória, é o Piauí o Estado campeão de acidentes, segundo reportagem do *Fantástico.*

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É, exatamente, o Piauí, o interior do Piauí.

O SR. **PRESIDENTE** (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Não sei se V. Exªs acompanharam, mas até o rebanho caprino e o rebanho bovino são acompanhados por motos. O cavalo perdeu a utilidade lá.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – E o não uso do capacete? Aí, estamos falando de traumatismo craniano. E aí, Sr. Presidente, na grande maioria das vezes, ou temos uma sequela muito grande ou o chamado êxito letal, quando o paciente...Acho que a proposição é oportuna, sou favorável.

O SR. **PRESIDENTE** (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Quero cumprimentar V. Exª pela feliz iniciativa de proporcionar essa audiência pública. Vamos marcar a data para que essas autoridades compareçam a esta Comissão, na medida em que os números são alarmantes, e algo tem que ser feito. Não sei quais as providências, sei que devem envolver o governo com a própria sociedade. Do contrário, infelizmente e lamentavelmente, segundo os dados que o Senador Paulo Davim citou, que são estarrecedores, é uma vergonha! Um país que quer ser um país de Primeiro Mundo não tem procurado mecanismos e instrumentos para preservar a vida e, sobretudo, dar condições de as pessoas conduzirem motos, de forma disciplinada, organizada

para que não haja essa tragédia, essa epidemia que podemos constatar.

Em votação o requerimento.

As Srªs e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer com se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Comunico ao Senador Paulo Davim que já foi aprovado que seja a Associação Brasileira de Terapia Intensiva. Esse requerimento que V. Exª propôs já foi aprovado nesta Comissão no dia 8 de fevereiro.

Senador Lauro, seja bem-vindo.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 111, DE 2010
– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 (Lei de Drogas), para prever pena de detenção para condutas relacionadas ao consumo pessoal de droga e a sua substituição por tratamento especializado, e dá outras providências.

Autoria*:* Senador Demóstenes Torres

Relatoria*:* Senadora Ana Amélia

Relatório*:* Pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta.

Observações:

– Em 15.09.2011, realizada na Comissão de Assuntos Sociais – CAS, Audiência Pública para instruir o Projeto;

– A matéria vai a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, em Decisão Terminativa; Votação simbólica.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia para proferir o relatório de V. Exª

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente, o tema das drogas tem suscitado muitos debates não só no Senado, mas também na Câmara e especialmente na sociedade brasileira. Os meios de comunicação mostram a cada dia a situação alarmante. O caso da cracolândia, em São Paulo, deu mais visibilidade a esse problema. As autoridades, da mesma forma, estão atentas exatamente aos riscos, que também envolvem grande parte da população. E o *crack* tem sido uma tragédia, uma epidemia em nosso País.

O tema relacionado às drogas, especialmente um projeto como esse do Senador Demóstenes Torres, tem um lado de abertura de debate sobre a questão. A proposta dele era relativamente à criminalização do usuário. Ao longo das audiências públicas que nós tivemos aqui, percebemos, ao ouvir especialmente psiquiatras e especialistas, que o drogado é um doente e, portanto, não pode ser tratado como um criminoso. Essa é a premissa básica. Claro que isso não diz que nós seremos complacentes ou tolerantes com quem é criminoso nesse processo, que é o traficante de drogas. Para esses, sim, as penas devem ser, se possível, ampliadas.

Fiz um substitutivo ao projeto do Senador Demóstenes, alterando a questão da criminalização por outras penas alternativas, uma pena mais leve, mas que não deixa de ter eficácia didática.

Sei que o Governo tem posição própria a respeito dessa matéria, mas eu chamo atenção para que prestem atenção a este meu relatório, para ver que o que fizemos foi atenuar o aspecto da criminalização e dar um tratamento adequado, como foi sugerido por recomendação médica. Então, vou direto...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Só quero fazer um adendo.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Assistindo ontem a um programa de televisão, não sei se na Rede Bandeirantes de Televisão, vi que no seu Estado, no Rio Grande do Sul, estão buscando um novo meio de ser traficante. O que acontece? O cidadão se envolve como? Ele vai à praça vender a droga como se fosse usuário, para não ser enquadrado. Se a polícia chegar e prendê-lo vendendo, ele não é o vendedor, ele não é o traficante; ele é usuário. Então, veja até que ponto chegou...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – A criatividade do bandido. Esse é o bandido.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – A criatividade. Isso foi lá no Rio Grande do Sul. Passou uma matéria longa num canal de televisão desses a que assistia, mostrando isso. Acharam a criatividade interessante, ou seja, se a polícia chega a prendê-lo, ele não é o traficante; nesse caso, ele é o usuário. Nesse caso, a pena é bem menor do que se ele for enquadrado pelo Código Penal.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É o que o criminoso faz com o menor e adolescente, porque ele é inimputável. Então, é o mesmo processo da criminalidade, para se tornar, digamos, impune nesse processo.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Impune!

Muito obrigado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Vou direto à análise, caro Presidente, Srs. Senadores, nossos telespectadores que acompanham esta reunião.

Reintroduzir a imposição de pena privativa de liberdade para o usuário de drogas não é medida que se coadune com os parâmetros estabelecidos pela política nacional de prevenção e atenção ao uso e dependência de Drogas. Essa reintrodução rompe com a lógica da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, e

representaria a volta a um modelo centrado em medidas repressivas que já se mostrou incapaz de responder adequadamente às necessidades de saúde dos usuários de drogas.

Vale ressaltar que o posicionamento da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, vinculada ao Ministério da Justiça, é contrário à punição do usuário com a privação de liberdade. Com efeito, a política oficial do Governo brasileiro – expressa na Política Nacional sobre Drogas, de 2005 – inclui entre os seus pressupostos "tratar de forma igualitária, sem discriminação, as pessoas usuárias ou dependentes de drogas lícitas ou ilícitas" e o "direito de receber tratamento adequado a toda pessoa com problemas decorrentes do uso indevido de drogas".

O Ministério da Saúde, por sua vez, notadamente a área técnica de Saúde Mental, tem-se manifestado reiteradamente contra qualquer proposta de revisão da legislação sobre drogas que tenha por objetivo tornar mais dura a punição aos usuários, entendendo que esse tipo de medida apenas afasta essas pessoas da busca por tratamento junto aos serviços de saúde, por temor exatamente de uma punição com prisão. O medo leva à ocultação e, consequentemente, a maior dificuldade de as políticas públicas de saúde atingirem as pessoas que delas mais necessitam.

O ex-Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, manifestou-se sobre o tema, em seu *blog*, em junho de 2010, nos seguintes termos:

Em 2006, depois de um trabalho conjunto do Governo Federal com o Poder Legislativo, o Congresso aprovou e eu sancionei [palavra do Presidente, que escreveu no blog] a Lei 11.343. (...). A lei não descriminaliza o tráfico, mas acaba com a pena de prisão para os usuários de drogas. Eles passaram a ser julgados pelos juizados especiais criminais, que preveem penas alternativas e medidas socioeducativas. Com isso, procura-se garantir a ressocialização do usuário ou dependente que, ao responder ao processo, será orientado por um juiz e uma equipe especializada e terá a oportunidade de ser encaminhado para tratamento.

São palavras do ex-Presidente da República Luís Inácio da Silva.

A Comissão Latino-Americana sobre Drogas e Democracia, integrada por dezessete personalidades independentes, entre as quais o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, posicionou-se desta forma sobre o assunto:

[...] o modelo atual de política de repressão às drogas está firmemente arraigado em preconceitos, temores e visões ideológicas. O tema se transformou em um tabu que inibe o debate público por sua identificação com o crime, bloqueia a informação e confina os consumidores de drogas em círculos fechados, onde se tornam ainda mais vulneráveis à ação do crime organizado.

Como é o caso, por exemplo, das "cracolândias". Palavras minhas, neste caso.

O posicionamento contrário à prisão dos usuários de drogas também representa o consenso da comunidade científica sobre a questão. O Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (CEBRID), da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), já se manifestou sobre o assunto em diversas oportunidades, inclusive antes da edição da atual Lei nº 11.343, de 2006, a saber:

Nenhum usuário ou dependente de drogas deve ser preso por simples uso. A prisão não resolve; pelo contrário, só agrava os danos decorrentes do uso de drogas, dificultando a reinserção. [...] A criminalização dos usuários prejudica a prevenção da AIDS e o acesso aos cuidados necessários aos dependentes de drogas mais desfavorecidos.

No âmbito das organizações internacionais, o representante do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes (UNODC) para o Brasil e Cone Sul, Bo Mathiasen, também se pronunciou recentemente sobre o tema. Esse especialista esteve numa das audiências públicas da subcomissão presidida pelo Senador Wellington Dias, da qual fui Relatora e Vice-Presidente.

Diz esse documento da entidade:

[...] encarcerar usuários que não têm relação direta com o crime organizado não é a solução mais adequada. Quem usa drogas precisa de acesso à saúde e à assistência social, não de sanção criminal. Há uma tendência em alguns países de descriminalizar o consumo, ou seja, tirar a pena de prisão para usuários de drogas e pequenos traficantes, aplicando-lhes sanções alternativas. Essa tendência não afronta as convenções internacionais sobre o controle de drogas, que contam com a adesão universal dos países-membros das Nações Unidas. As convenções apontam quais são as substâncias que são ilegais, mas sua forma de aplicação é questão de decisão soberana de cada país.

Assim, para não se perder aquilo que constitui a principal preocupação do autor da proposição, aliás, meritória, do Senador Demóstenes Torres – garantir o tratamento dos dependentes de drogas –, e que é também a preocupação de amplos setores da sociedade, entendemos ser necessário promover modificações que preservem o espírito original da lei, de diferenciar usuários e dependentes de traficantes de drogas – apenas a estes últimos seriam aplicadas penas privativas de liberdade. Concordamos que a lei deva ser mais afirmativa em relação à necessidade de encaminhamento

dos dependentes a tratamento especializado, inclusive em regime de internação.

Nesse sentido, entendemos que a previsão de internação compulsória constante da Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001 (art. 6º, parágrafo único, III), é aplicável aos agentes das condutas previstas no art. 28 da lei objeto de alteração pelo projeto de lei em comento, e deve ser explicitada nesse diploma legal, para dar mais efetividade à medida. Ademais, tendo sido realizada, no âmbito da CAS, audiência pública sobre o projeto de lei em análise, consideramos pertinente a sugestão apresentada pelo médico psiquiatra Dr. Salomão Rodrigues Filho, de aplicação de multa pecuniária aos usuários recreativos.

Nessa direção, apresentamos emenda substitutiva para contemplar as seguintes medidas: aplicação de pena de multa aos usuários de drogas – não é prisão, não é criminalização; é uma multa, além daquelas já previstas na legislação vigente, e, aos dependentes, a possibilidade de aplicação do instrumento da internação compulsória, nos termos dispostos na Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001 – a Lei da Reforma Psiquiátrica –, e de acordo com a avaliação de comissão técnica específica, expressa em laudo assinado por um médico.

Voto

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 111, de 2010, nos termos da seguinte emenda substitutiva:

EMENDA Nº – CAS (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 111, DE 2010

Altera a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 (Lei de Drogas), para incluir a pena de multa para as condutas relacionadas ao consumo pessoal de drogas, dispor sobre o tratamento dos dependentes de drogas e dar outras providências.

Art. 1º A Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, passa a viger com as seguintes alterações:

Art. 5º .....

V – combater o tráfico de drogas e os crimes conexos, em todo o Território nacional, dando ênfase às áreas de fronteira, com o apoio das Forças Armadas, na forma da lei." (NR)

"Art. 28. .....

.....

IV – multa.

.....

§ 4º Em caso de reincidência, as penas previstas nos incisos II e III do caput serão aplicadas pelo prazo máximo de 10 (dez) meses e a pena prevista no inciso IV poderá ser aplicada em até o dobro.

.....

§ 6º Para garantia do cumprimento das medidas educativas a que se referem os incisos I, II e III do caput, a que injustificadamente se recuse o agente, poderá o juiz submetê-lo, sucessivamente, a:

I − admoestação verbal;

II − multa."(NR)

"Art. 28-A. Na sentença condenatória, o juiz, com base em laudo emitido por comissão técnica, poderá determinar o encaminhamento do agente das condutas previstas no art. 28 para tratamento especializado e, se for o caso, para internação compulsória, observadas as disposições da Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001.

§ 1º A comissão de que trata o caput funcionará junto ao tribunal ou juízo competente e será composta por três profissionais de saúde com experiência no tratamento de dependência de drogas, sendo ao menos um deles médico.

§ 2º O juiz poderá, a qualquer momento, encaminhar o acusado para tratamento especializado, após ouvida a comissão especificada no § 1º.

§ 3º O juiz determinará ao Poder Público que coloque à disposição do agente das condutas previstas no art. 28, gratuitamente, estabelecimento de saúde para tratamento especializado, inclusive em regime de internação."

"Art. 28-B. Para fins do disposto no art. 76 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, o Ministério Público poderá propor o encaminhamento do acusado para tratamento especializado."

"Art. 29-A. Na imposição da pena a que se refere o inciso IV do caput do art. 28, o juiz fixará o número de dias-multa em quantidade não superior a 40 (quarenta), e determinará, considerando a capacidade econômica do agente, o valor do dia-multa, que não poderá ser superior a um trinta avos do salário mínimo vigente.

Parágrafo único. Os valores decorrentes da imposição da multa a que se refere o inciso IV do caput do art. 28 serão creditados à conta do Fundo Nacional Antidrogas."

> "Art. 47. Na sentença condenatória, o juiz, com base em avaliação realizada pela comissão prevista no art. 28-A, que ateste a necessidade de encaminhamento para tratamento do agente dos crimes especificados neste Capítulo, inclusive para internação compulsória, poderá determinar que a tal se proceda, observadas as disposições da Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001." (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor noventa dias após a data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogado o § 7º do art. 28 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006.

Esse é o meu voto, Sr. Presidente, lembrando também, na questão relacionada à internação compulsória, que a posição expressa publicamente pelo próprio Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, que visitou a cracolândia de São Paulo, é favorável à internação compulsória, na qual usa eufemisticamente a palavra "involuntária". Esse é o voto, caro Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senadora Ana Amélia.

Está em discussão a matéria.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Senador Paulo Davim para discutir a matéria.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Confesso a V. Exª e à Senadora Ana Amélia que me paira dúvidas sobre a eficácia e a viabilidade dessa multa. Temo que essa multa aplicada a pessoas de baixo poder aquisitivo termine por penalizar ainda mais as famílias, que já são penalizadas pelo fato de terem um filho ou um parente dependente químico, o que provoca um transtorno terrível a essas famílias tão sofridas, que, muitas vezes, veem seu patrimônio depenado por esse dependente. Tenho dúvidas quanto à eficácia, quanto ao objetivo pedagógico dessa multa. Talvez seja mais uma punição para essa família de baixa renda. Confesso, Senadora, com todo respeito, reconhecendo seu brilhante trabalho, seu brilhante relatório, que tenho essa dúvida.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Senador Paulo Davim, de fato, temos que ter uma determinada... Eu acolhi a sugestão de psiquiatras, não foi uma iniciativa espontânea de minha vontade ou ideia ou criatividade legislativa; foi ouvindo os médicos psiquiatras, os especialistas que estão habituados com essa matéria. Um deles inclusive coordena um centro de ressocialização.

Também submeti a matéria ao Ministério Público do Rio Grande do Sul que, na área de drogas, me deu uma boa colaboração e também levantou a questão da aplicabilidade, não apenas na questão das pessoas que são pobres, mas, sobretudo, de como será feita a cobrança. Também há esse aspecto e talvez a dificuldade do Governo seja essa. Isso não é apenar, não é criminalizar, é como a multa que você aplica ao motorista de trânsito que infringe uma lei. Isso não é crime, se ultrapassa a velocidade, ele simplesmente tem uma multa em sua carteira. Poderia alguém entender que é uma forma indireta de se aplicar a pena, mas é uma forma mínima que causa impacto apenas ao bolso da pessoa.

Agora, se levarmos por esse lado, hoje a classe média alta está refém da criminalidade. Entendo perfeitamente o posicionamento de V. Exª em relação a preservar essa camada pobre da população, mas alguma coisa eu acho que é preciso ser feita para que essa tragédia não continue avassaladora como hoje.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Quero fazer uma observação ao Senador Paulo Davim. Se, eventualmente, V. Exª quiser fazer alguma emenda, ela é possível, porque essa matéria ainda vai ser encaminhada para a CCJ. V. Exª tem dois caminhos: pedir vista ou propor uma emenda, tendo em vista que essa matéria ainda vai para a CCJ.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu até ia sugerir. Eu pediria vista coletiva para que seja mais célere.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – O Senador Paulo Davim está na ordem de inscrição para falar e também o Senador Moka.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Senadora Ana Amélia, com todo o respeito, essa matéria é polêmica. Uma coisa é você discutir a aplicabilidade de uma multa de trânsito – o exemplo que a senhora levantou agora – ao motorista que não respeitou a sinalização. É diferente de um dependente químico. O motorista não está movido pela dependência química, já o dependente perde o controle sobre sua vontade. Então, acho que tem que ser encarado definitivamente como um indivíduo que precisa de auxílio médico terapêutico. Eu só discordo do efeito pedagógico dessa multa, por isso que acho que merece uma discussão mais aprofundada.

Assim, peço vênia à Senadora, mas eu gostaria de pedir vista.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Pela ordem, Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, acho que essa é a primeira vez que vou divergir da minha amiga, tão querida, extraordinária Senadora Ana Amélia. Ela ainda disse que não é uma iniciativa pessoal, mas sim o acolhimento de suges-

tões de médicos e especialistas que têm uma ampla experiência no tratamento dessas pessoas. Mas temo ainda que esses especialistas estejam atendendo uma camada que talvez não seja a realidade do que a gente vê, sobretudo no interior.

Concordo com as colocações feitas pelo Senador Paulo Davim, meu colega médico. Acho que vamos apenar duplamente a família, porque esse usuário, esse dependente não vai pagar a multa, vai sobrar para o pai, para a mãe, para o irmão. E isso me preocupa.

Quero me convencer de que esse seja o melhor caminho, então, por conta disso, vou acompanhar o pedido de vista do Senador Paulo Davim, com todo respeito à Senadora Ana Amélia, até para que eu possa fazer uma emenda. Eu gostaria de pensar melhor sobre esse assunto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª e, baseado no art. 132...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sugiro, então, vista coletiva, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Baseado no art. 132, lido o relatório, nós vamos conceder vista de forma coletiva ao primeiro signatário, ilustre Senador Paulo Davim, ao Senador Waldemir Moka e à própria Relatora da matéria, Senadora Ana Amélia, para fazer um reexame da matéria ora lida nesta Comissão.

Item 14, p. 262:

ITEM 14

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 380, DE 2011
– Terminativo –

Altera a lei nº 9.961, de 2000, que criou a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) para estabelecer, dentre as competências da Agência, a de definir índices de reajustes dos honorários médicos, procedimentos e eventos em saúde oferecidos pelas operadoras de planos de saúde.

A matéria está sendo retirada de pauta a pedido do Relator, que é o Senador Cyro Miranda.

Nós também vamos retirar de pauta o Item 12, que é da relatora...

Quem está pedindo para retirá-lo de pauta? É pedido da autora, com aquiescência da relatora. Eu consulto V. Exª.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu ia fazer uma questão de ordem, para fazer essa justificativa, porque não estava na ordem. Quando chegasse, na ordem, eu iria fazer isso.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Exª tem toda a prerrogativa e autoridade para fazer uma questão de ordem, diante de que a autora, Senadora Vanessa Grazziotion...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É o Item 12?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – É o Item 12. V. Exª é a relatora da matéria.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu ia pedir uma questão de ordem apenas para ler, mas na hora que chegasse esse item, para dizer para retirá-lo de pauta. Só isso. Mas a eficiência da nossa Dulcídia foi maior.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Mas não há nenhum impedimento regimental para que V. Exª faça o relatório. Ou quer aguardar...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Não, deixe-me explicar. É que a Senadora Vanessa é que é a autora, eu sou a relatora do projeto dela.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Perfeito.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – A Senadora está agora no velório do filho do presidente da Embratur, Flávio Dino. Todos acompanharam o drama da família. A Senadora é correligionária, é do mesmo partido do Flávio Dino, então é compreensível essa questão e somos solidários. Então eu, em nome da Senadora Vanessa, retiro de pauta a matéria, para que seja apreciada quando ela estiver presente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª pelo bom-senso, como sempre.

O Item 15 também é retirado de pauta a pedido da própria Relatora Vanessa Grazziotin, tendo em vista, como a Senadora Ana Amélia já expôs aqui, que a Senadora está participando do funeral do filho do Deputado e presidente da Embratur.

Item 2. Eu gostaria de indagar ao Senador Waldemir Moka se S. Exª pode, *ad hoc*, relatar a matéria: Item 2, pág. 52, decisão não terminativa.

Acaba de chegar o nosso Relator, Senador Benedito de Lira. Então está ótimo. Agradeço ao Senador Waldemir Moka, diante da presença do relator da matéria, que é o Item 2.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Fui salvo pelo gongo.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Salvo pelo gongo, é verdade. Seria, naturalmente, uma honra para S. Exª relatar a matéria.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 118, DE 2011
– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre o exame de aptidão física e mental.

Autoria: Deputado Osmar Terra

Relatoria: Senador Benedito de Lira

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2011.

Observações:

– A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, em decisão terminativa;

– Votação simbólica.

Concedo a palavra ao ilustre e valoroso Senador Benedito de Lira, para proferir o seu relatório.

V. Exª está com a palavra.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Muito obrigado a V. Exª.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é sobre o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 118, de 2011 (PL nº 7.483, de 2010, na origem), do Deputado Osmar Terra, que altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre o exame de aptidão física e mental.

O projeto de lei em epígrafe, originário da Câmara dos Deputados, altera o Código de Trânsito Brasileiro, para determinar que o exame de aptidão física e mental exigido como condição para a habilitação seja renovável anualmente para os condutores em que seja detectada patologia capaz de reduzir a atenção necessária à direção de veículos nas vias terrestres.

Vamos à análise, Sr. Presidente.

A direção de veículos automotores é uma atividade de grande responsabilidade, que exige atenção máxima do condutor. O exame de aptidão física e mental exigido dos candidatos à habilitação visa, entre outras finalidades, identificar fragilidades psicológicas que possam comprometer a capacidade do candidato em se concentrar na atividade de direção. Apesar disso, é possível que pessoas com alguma patologia capaz de reduzir a atenção de seu portador venham a ser aprovadas no exame. Nesses casos, o projeto propõe que a renovação desse exame se dê a cada ano, reduzindo assim o prazo atual, que é de cinco anos.

Como bem aponta o autor da proposição, transtornos de atenção contribuem significativamente para a ocorrência de acidentes de trânsito. Por esse motivo, consideramos positiva a iniciativa da Câmara dos Deputados no sentido de aumentar o rigor na fiscalização sobre esse tipo de condição, notadamente em um país com elevadíssimos índices de acidentes e trânsito, como o Brasil.

Voto

Ante o exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2011.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senador Benedito Lira.

Está em discussão a matéria.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Com a palavra, o Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Apesar de todos os dados de acidentes de trânsito serem inquestionáveis, não estou convencido da aplicabilidade desse exame do ponto de vista de logística. Será que nós vamos ter condição de – atualmente é de cinco em cinco anos, não é isso, Senador Benedito? – reduzir para um ano? Será que nós vamos ter condição de atender a essa demanda?

De repente, pelo fato de não atender a demanda, se faz qualquer coisa menos exame de avaliação. Entendeu? Então, eu me preocupo com essa redução de cinco para um ano. Será que as instituições que vão fazer essa avaliação terão logística adequada para atender a essa demanda anualmente. Aí, nesse caso, se abre uma possibilidade de que esse exame não seja feito com profundidade, não seja um exame criterioso. Aí fica sem validade do ponto de vista de análise clínica.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Está em discussão a matéria.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Uma informação, Sr. Presidente: este projeto vai a outras comissões?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – A matéria vai à Comissão de Constituição e Justiça, CCJ, onde estará sob decisão terminativa.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Ela estará em decisão terminativa?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Perfeitamente.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Em princípio, eu voto favoravelmente ao projeto, mas entendo que, realmente essa questão na prática...

Mas acho que, talvez na CCJ, seria o caso de ouvirmos lá o pessoal que vai aplicar isso na prática.

Em princípio, como aqui temos que opinar sobre o mérito, acho que há mérito realmente. Sou favorável ao projeto, mas entendo a preocupação realmente. Acho que, em algum momento, talvez em audiência pública, poderíamos ouvir o pessoal que faria isso, na prática.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Está em discussão a matéria.

Com a palavra, o Relator, Senador Benedito Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, realmente, a matéria, pelo número crescente de acidentes de trânsito que temos registrados no Brasil , esta matéria vem de pessoas realmente que têm absoluto conhecimento dessa patologia. Trata-se de pessoal da área médica que propôs o projeto. Inclusive, é um médico Deputado, na verdade um psiquiatra, e entendo que, na verdade, o órgão que será responsável pela aplicação dos exames deve se adaptar na proporção que houver exatamente na aprovação da matéria. Mas concordo plenamente com a sugestão dos Senadores Davim e Moka de que a Comissão de Constituição e Justiça, obviamente, como vai apreciar terminativamente a matéria, possa até propor audiência pública – evidentemente, o relator que vier a ser designado lá – para ouvir os especialistas no caso. Mas é interessante, a cada dia, prestarmos condições para que possamos evitar ao máximo os acidentes de trânsito, que são alarmantes no nosso País.

Por isso, Sr. Presidente, proponho realmente essa observação por parte dos companheiros e, logicamente, agradeço a oportunidade e, ao mesmo tempo, o apoio dos companheiros para a aprovação, no mérito, do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Continua em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Vamos ao processo de votação.

Está em votação o parecer favorável do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2011.

As Srªs e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado. Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2011.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Item 10.

Eu solicito ao Senador Lauro, se possível, para relatar o item 10, página 180, decisão terminativa.

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 183, DE 2010
– Terminativo –

Altera a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências, para determinar que as emissoras públicas de radiodifusão veiculem programas e eventos de artes marciais como instrumento de combate às drogas.

Autoria: Senador Magno Malta

Relatoria: Senador Wellington Dias

Relatório: Pela rejeição do projeto e pela prejudicialidade da Emenda nº 1-CCT.

Em 15.12.2010, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT aprovou parecer favorável ao projeto com a Emenda nº 1-CCT;

A votação será nominal, com quórum completo, se possível.

Concedo a palavra, como Relator *ad hoc*, ao Senador Lauro para proferir o relatório feito pelo Senador Wellington Dias, que não se encontra, mas, para o bom andamento do trabalho, vamos fazer a relatoria *ad hoc* pelo competente Senador Lauro. A palavra está assegurada a V. Exª.

O SR. LAURO ANTONIO (PR – SE) – Relatório.

Vem à apreciação desta Comissão de Assuntos Sociais, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 183, de 2010, que altera a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas, para determinar que as emissoras públicas de rádio e televisão destinem cinco minutos de suas programações, diariamente, à veiculação de eventos relacionados com as artes marciais que tragam conteúdo informativo sobre os malefícios causados pelo uso de drogas; e sobre as políticas de combate ao uso de drogas e dados estatísticos nacionais sobre a repressão ao tráfico.

De autoria do Senador Magno Malta, o projeto determina que a responsabilidade sobre o conteúdo das programações não será das emissoras, que, da mesma forma, não estarão obrigadas a fornecer infraestrutura para a produção dos programas.

Seu autor justifica a propositura como uma contribuição ao cumprimento da missão institucional de promoção da cidadania, de cooperação com os processos educacionais e de formação do cidadão e de inclusão social do Sistema Público de Radiodifusão criado em 2008.

A ação é proposta como uma contribuição para o enfrentamento do problema representado pelo uso de drogas e da dependência química, na medida em que, na opinião do autor, a divulgação e veiculação, pelos meios de comunicação social, de eventos sobre

artes marciais, associadas a informações sobre os malefícios das drogas e os resultados das políticas de prevenção e repressão ao tráfico, contribuirão para aquela finalidade.

A matéria foi apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), que aprovou parecer favorável ao projeto, com uma emenda do relator.

Essa emenda mudou o dispositivo a ser alterado da Lei nº 11.343, de 2006, de tal forma que, agora, temos não mais um artigo e parágrafo novos no capítulo que dispõe sobre a coleta, análise e disseminação de informações sobre drogas, mas apenas um novo parágrafo, adicionado ao art. 19, que trata dos princípios e diretrizes a serem observados pelas atividades de prevenção do uso indevido de drogas.

Esse novo dispositivo institui um sistema de parceria entre o Sisnad e as emissoras integrantes da rede pública de sons e imagens; reduz o tempo das inserções para no mínimo quinze segundos; aumenta o número de inserções diárias e altera o conteúdo das informações transmitidas, que passa a ser, agora, "matérias de conteúdo informativo e pedagógico quanto aos malefícios causados pelo uso de drogas lícitas ou ilícitas".

A esta Comissão de Assuntos Sociais caberá a decisão terminativa sobre o projeto.

Análise

Compete a esta Comissão opinar sobre matérias que tratam da proteção e defesa da saúde, segundo determina o inciso II do art. 100 do Regimento Interno da Casa.

Em relação a esses aspectos, entendemos que o Projeto de Lei nº 183, de 2010, parte de premissa equivocada quanto à contribuição da estratégia proposta para o enfrentamento do problema representado pelo uso de drogas e da dependência química.

Sem dúvida – e em especial no momento presente – a gravidade do problema social e sanitário representado pelo tráfico e pelo consumo abusivo de drogas exige que os meios de comunicação social se engajem no seu enfrentamento. Isso, no entanto, não será favorecido com a fixação de determinados conteúdos de programação por lei. Ao contrário: vez que a epidemia de droga-adição configura uma realidade mutável e as estratégias desenvolvidas para o seu enfrentamento evoluem também rapidamente, fixar *a priori* e de forma definitiva conteúdos para as ações de comunicação social poderá mais atrapalhar do que contribuir.

A expansão da oferta de oportunidades de prática de esportes entre jovens pode até ser uma estratégia para evitar que eles se embrenhem no mundo pernicioso do tráfico e do consumo de drogas, mas onde se comprova a eficácia das artes marciais, em especial, como agente benéfico ao combate às drogas?

Além disso, tanto o texto original como a emenda aprovada na CCT deixam de esclarecer uma questão crucial: o órgão responsável pela produção do conteúdo das programações.

Faltam-nos, para adotar a medida proposta, evidências empíricas, que demonstrem a sua efetividade ou, pelo menos, uma teoria que explique essa relação. Sem essas informações, não cremos que se deva criar uma obrigação para todos os integrantes do Sistema Público de Comunicação indistintamente, levando em conta que ela terá impacto nas atividades das empresas em cotejo com os benefícios sociais deles resultantes. Do ponto de vista da proteção e defesa da saúde, falta a comprovação de que essa medida terá impacto significativo para prevenir a iniciação ou o uso abusivo de drogas.

Voto

Em vista do exposto, o voto é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 183, de 2010, e pela prejudicialidade da Emenda nº 1, CCT.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Está em discussão a matéria.

Agradeço ao Senador Lauro, que foi nomeado Senador *ad hoc*.

Está em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Tendo em vista que a matéria é terminativa, e não temos, no plenário, ainda o quórum suficiente, vamos suspender a votação da respectiva matéria.

Temos oito Senadores, por enquanto, precisamos de 11, se houver tempo, voltaremos no dia de hoje ainda. Temos o quórum no livro, mas não temos a presença, estão faltando apenas dois Senadores, mas espero que, daqui a pouco, cheguem.

Item 1, decisão não terminativa, página 116.

Já contamos com a valorosa presença aqui do Senador João Vicente Claudino, nosso Vice-Presidente, Senador Casildo, Senador competente, amigo, Armando Monteiro, e também do Senador Eduardo Suplicy, que acaba de nos presentear com a sua presença na manhã de hoje.

ITEM 1

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 593, DE 2010
– Não Terminativo –

Susta os efeitos da Portaria nº 1.510, de 21 de agosto de 2009, do Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, que disciplina o registro

eletrônico de ponto e a utilização do Sistema de Registro Eletrônico de Ponto – SREP.

Autoria: Senadora Níura Demarchi

Relatoria: Senador Armando Monteiro

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 593, de 2010, e pela rejeição das Emendas de Plenário nºs 1 a 4, de 2011.

Observações:

– Em 24.08.2011, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ aprovou Parecer favorável ao Projeto;

– No período de 29 de agosto a 2 de setembro de 2011, a matéria recebeu 4 Emendas de Plenário, retornando à CCJ para exame do Relator;

– Em 28.09.2011, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ aprovou Parecer contrário às Emendas de Plenário nºs 1 a 4, de 2011;

– Em 14.12.2011, lido o Relatório na CAS pelo Senador Armando Monteiro, foi concedido vista coletiva**,** nos termos regimentais;

– A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH;

– Votação simbólica.

Consulto os Senadores e Senadoras se há manifestação decorrente do pedido de vista.

Concedo a palavra ao Senador Armando Monteiro para as suas considerações finais, se necessário for.

Com a palavra o Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, muito rapidamente, Presidente, para lembrar que este Projeto, no mérito, tem uma série de inconvenientes que já foram, de forma exaustiva, indicados. Ele parte de um pressuposto equivocado de que há uma fraude generalizada no sistema de ponto eletrônico, ele burocratiza o sistema de controle pela imposição de uma série de requisitos e exigências desnecessárias, eleva os custos operacionais e de gestão, vai gerar judicialização nesta matéria porque trabalhadores e empresários que não foram consultados irão recorrer por entender que a matéria é inconstitucional, e o próprio Ministério do Trabalho reconheceu a necessidade de aperfeiçoamento do sistema proposto, quando, ao editar uma nova portaria em fevereiro, instituiu um grupo de trabalho prorrogando pela terceira vez a vigência.

Por todas essas razões, o nosso parecer foi pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo e pela rejeição das emendas já referidas.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senador Armando Monteiro.

Está em discussão a matéria.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Para discutir, está com a palavra o Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Apenas para fazer um comentário, Sr. Presidente, de que a nossa suplente, Senadora Níura Demarchi, de Santa Catarina, quando esteve aqui no Senado, propôs essa medida tendo em vista inclusive aquilo que o Senador Armando Monteiro acaba de expor, criando burocracias, criando dificuldades, fazendo com que se sustem os efeitos desta portaria.

Então, só quero fazer esse registro de que a Senadora teve, à época, a ideia de trazer isso à Casa, e vem aqui o eminente Senador Armando Monteiro relatar e concluir por essa decisão. Sustar para encontrar outro caminho, mas esse ele cria muitas dificuldades para as pequenas empresas, principalmente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senador Casildo Maldaner.

Continua em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queria discutir, encerro a discussão.

Está em votação o parecer favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 593, de 2010, contrário às Emendas de Plenário de nºs 1 a 4, de 2011.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Aprovado o relatório que passa a constituir parecer da comissão favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 593, de 2010, contrário às Emendas de Plenário de nºs 1 a 4, de 2011.

A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH.

Comunico a V. Exªs que está sendo retirado de pauta, a pedido do Senador Lindbergh Farias, que é o relator, o Projeto de Lei nº 79, de 2011, Item 11, página 214.

Da mesma maneira, o Projeto de Lei do Senado nº 522, de 2007, está sendo retirado de pauta, a pedido do Relator Senador Lindbergh Farias.

Seu pleito vai ser atendido na forma regimental.

Consulto o ilustre Senador Eduardo Suplicy se aceita ser o relator *ad hoc* do Item 13, p. 248.

ITEM 13

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 379, DE 2011
– Terminativo –

Acrescenta dispositivos à Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, que dispõe sobre as atividades de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias, para

incluir atividades do Agente Comunitário de Saúde na sua área de atuação.

Autoria: Senador Eduardo Amorim

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta.

Observações:

– Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do RISF, se for aprovado o Substitutivo será ele submetido a Turno Suplementar;

– Votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, como relator *ad hoc*, para proferir o relatório da referida matéria.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, o PLS 379, do Senador Eduardo Amorim, acrescenta dispositivos à Lei 11.350, de 5 de outubro de 2006, que dispõe sobre as atividades de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias, para incluir atividades do Agente Comunitário de Saúde na sua área de atuação.

A alteração consiste na inclusão do inciso VII ao parágrafo único do art. 3º da Lei 11.350, de 2006, para definir como atividade de Agente Comunitário de Saúde a coleta de dados relacionados aos aspectos sociais, econômicos, sanitários e culturais da comunidade em que ele atua.

O art. 2º determina que a lei proposta passe a viger após transcorridos 120 dias da sua promulgação.

Ao justificar a sua iniciativa o autor afirma que mais do que representar soluções o Agente Comunitário de Saúde traz a presença do Estado para perto do cidadão da comunidade. Por isso, sua atuação deve ser ampliada para além da promoção da saúde e da prevenção de doenças, incluindo também o exercício de cidadania.

O projeto, que não foi objeto de emenda, será apreciado por esta Comissão em caráter terminativo.

A apreciação justifica-se em razão dos incisos I e II do art. 100 do Regimento Interno, que conferem à Comissão competência para opinar, quanto ao mérito, sobre proposições dessa natureza.

O Agente Comunitário de Saúde constitui atualmente um dos pilares da atenção básica de saúde. O fundamento para essa afirmação está no fato de que grande parte dos problemas de saúde pode ser solucionada por pessoas treinadas para a realização de tarefas específicas.

No Brasil, a experiência pioneira de atuação de agentes comunitários coube a um Estado nordestino, o Ceará, que, em 1987, implantou o Programa de Agentes de Saúde (PAS). O sucesso levou o Ministério da Saúde a criar o Programa de Agentes Comunitários de Saúde, em 1991, gradualmente implantado em todos os Estados do País.

Hoje, duas décadas após o lançamento do PACS, a atuação dos agentes comunitários de saúde é amplamente reconhecida por toda a sociedade. A importância conferida a essa categoria profissional é ilustrada pela aprovação, pelo Congresso Nacional, em prazo relativamente exíguo, de duas emendas constitucionais de grande relevância para aqueles agentes: a Emenda Constitucional nº 51, de 2006, e nº 67, de 2010).

Dessa forma, concordamos com o posicionamento do autor do projeto de lei sob análise, o ilustre Senador Eduardo Amorim, no sentido de que o leque de atividades do Agente Comunitário de Saúde deve ser ampliado a fim de conferir melhor aproveitamento à sua condição privilegiada de contato próximo com a comunidade atendida.

Não obstante o mérito, o PLS nº 379, apresenta alguns pequenos óbices de natureza redacional, todos passíveis de correção.

Primeiramente, notamos que o tema da coleta de informações está intimamente ligado ao disposto no inciso I, do parágrafo único, do art. 3º do Diploma Legal a ser alterado, sendo, portanto, recomendável alterar a redação desse dispositivo, em vez de acrescentar outro. Com efeito, o mencionado inciso inclui, entre as atividades do ACS, a utilização de instrumentos para diagnóstico demográfico e sócio-cultural da comunidade.

Há, ainda, equívoco na colocação de linha pontilhada entre o *caput* e o parágrafo único do artigo – que é desnecessária – e na aposição dos caracteres "a)" à frente do inciso a ser acrescido. Por fim, não houve a colocação nas letras "(NR)" após o texto modificado, conforme preceitua a alínea *d,* do inciso III, do art. 12 da Lei Complementar nº 95.

A mudança no texto do projeto enseja a modificação de sua ementa. Por isso, ainda que não tenha havido qualquer alteração na substância ou no alcance do texto normativo a ser gerado, a solução tecnicamente mais apropriada para essa situação é o oferecimento de emenda substitutiva que corrija os óbices apontados. Aproveitamos, então, para reduzir o prazo para que a lei passe a vigorar, visto que não gerará impactos significativos sobre a atuação cotidiana dos Agentes Comunitários de Saúde.

No mais, não há reparos a fazer em relação à constitucionalidade deste Projeto, contudo para um ajuste na técnica legislativa, evitando, assim, questionamentos jurídicos posteriores, sugerimos a seguinte emenda substitutiva, evitando quaisquer consternamentos posteriores.

Então, a emenda substitutiva é aqui apresentada.

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 379, de 2011, na forma do substitutivo anexo, que diz :

O inciso I do parágrafo único do art. 3º da Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

> Art. 3º .....
> Parágrafo único. .....
> I – a utilização de instrumentos para diagnóstico demográfico, epidemiológico, cultural e socioeconômico da comunidade, incluindo a coleta de informações relacionadas aos aspectos sociais, econômicos, sanitários e culturais.
> ..... (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor sessenta dias após a data de sua publicação.

O Relator desta matéria é o nosso colega Senador Humberto Costa, que foi Ministro da Saúde, que conhece muito bem o assunto dos Agentes Comunitários da Saúde, é um entusiasta. Então, fala com muita autoridade e conhecimento do tema.

Sr. Presidente, para mim, é uma honra poder ler o relatório do Senador Humberto Costa, do PT de Pernambuco.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senador Eduardo Suplicy.

Está em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro e suspendo, tendo em vista que essa matéria é de decisão terminativa.

A discussão está encerrada.

Agora, vamos aguardar haver quórum para, se não nesta, na próxima sessão, colocá-lo em votação, tendo em vista que a matéria tem caráter terminativo.

Antes disso, agradeço ao Senador Eduardo Suplicy pela bondade de aceitar a relatoria *ad hoc*, em atendimento ao pleito da Presidência desta Comissão.

Tendo em vista que não temos nada de interesse desta Comissão a tratar, até porque houve pedido de retirada de pauta de alguns projetos, por alguns autores ou pelo próprio relator, declaramos encerrada a presente sessão.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Como V. Exª não pôde estar presente na última sessão, por razões de saúde, queremos aqui, eu, como Vice-Presidente, felicitá-lo e cumprimentá-lo.

Estávamos todos ansiosos pela volta do nosso Presidente Jayme Campos, alegre e recuperado.

Sei que a Mesa, os funcionários, os colegas, todos estamos sendo brindados com a presença de uma pessoa revigorada, que vem forte para comandar esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Recauchutado por inteiro.

Agradeço a todos, aos meus colegas Senadores pela manifestação de carinho e de apreço.

Estamos aqui sãos e salvos, prontos para lutar, com a saúde recuperada em sua plenitude. Infelizmente, todos nós estamos sujeitos, mas, graças ao bom Deus, à reza, às orações de meus amigos, estamos aqui em perfeito estado, para trabalhar para o bem do Brasil, sobretudo pelo o meu querido Estado do Mato Grosso.

Agradeço a V. Exª, Senador Casildo, por sua bondade e sua manifestação.

Muito obrigado a todos.

Declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 8 horas e 55 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 13 minutos.)

Ata da 4ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, Realizada no Dia 29 de Fevereiro de 2012, Quarta-Feira, às Nove Horas, na Sala Florestan Fernandes, Plenário nº 9, Ala Alexandre Costa, Anexo II, Senado Federal.

Às oito horas e cinqüenta e cinco minutos, do dia vinte e nove de fevereiro de dois mil e doze, na Sala numero nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Jayme Campos,** reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Humberto Costa, Wellington Dias, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Waldemir Moka, Paulo Davim, Casildo Maldaner, Lauro Antonio, Cícero Lucena, Cyro Miranda, Mozarildo Cavalcanti, João Vicente Claudino, Vicentinho Alves, Eduardo Suplicy, Cristovam Buarque, Vital do Rêgo, Benedito de Lira, Armando Monteiro e das Senadoras Ângela Portela, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia, Lúcia Vânia, e Ana Rita. Registra presença o Senador Álvaro Dias. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta. **ITEM 1 – NÃO TERMINATIVO – TRAMITAÇÃO CONJUNTA . PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 5, DE 2003 –** *Dispõe sobre reajuste do valor do salário mínimo, a partir de maio de 2004, e dá outras providências.* **Autoria:** Senador Paulo Paim. **TRAMITA EM CONJUNTO COM PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 200, DE 2004 – Não Terminativo –** *Dispõe sobre o*

reajuste do valor do salário mínimo estipulado no art. 7º, IV, da Constituição Federal. **Autoria:** Senador Paulo Paim. **TRAMITA EM CONJUNTO COM: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 314, DE 2005. – Não Terminativo –** *Dispõe sobre o reajuste do valor do salário mínimo estipulado no art. 7º, IV, da Constituição Federal.* **Autoria:** Senador Paulo Paim . **Relatoria:** Senador Cyro Miranda. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº5, de 2003, nos termos do Substitutivo que apresenta; e pela rejeição dos PLS's nºs 200, de 2004 e 314, de 2005, que tramitam em conjunto. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido do Relator para reexame do Relatório. **ITEM 6– NÃO TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 407, DE 2011.** *Altera a Lei nº 9.656, de 03 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para dispor sobre o dano moral no caso de recusa de cobertura.* **Autoria:** Senador Eduardo Amorim. **Relatoria:** Senador João Durval. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto com 3 (três) emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 407, de 2011 com as Emendas nºs 1-CAS a 3-CAS. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, em Decisão Terminativa. **EXTRAPAUTA – ITEM 17– NÃO TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 130, DE 2011.** *Acrescenta § 3º ao art. 401 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de estabelecer multa para combater a diferença de remuneração verificada entre homens e mulheres no Brasil.* **Autoria:** Deputado Marçal Filho. **Relatoria:** Senador Waldemir Moka. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 130, de 2011. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 130, de 2011. A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, em Decisão Terminativa. **ITEM 7– TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 46, DE 2011.** *Altera o caput do art. 3º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, incluindo a atividade física como fator determinante e condicionante da saúde, e dá outras providências.* **Autoria:** Deputada Sueli Vidigal. **Relatoria :** Senador Mozarildo Cavalcanti (Substituído por *Ad Hoc*). **Relatoria *Ad Hoc* :** Senador João Durval. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Aprovada, em Turno Único, a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo) ao Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 2011.

A matéria vai a Turno Suplementar nos termos do art. 282, combinado com o art. 92, do RISF. **ITEM 11 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 183, DE 2010.** *Altera a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências, para determinar que as emissoras públicas de radiodifusão veiculem programas e eventos de artes marciais como instrumento de combate às drogas.* **Autoria:** Senador Magno Malta. **Relatoria :** Senador Wellington Dias (Substituído por *Ad Hoc*). **Relatoria *Ad Hoc* :** Senador Lauro Antonio. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto e pela Prejudicialidade da Emenda nº 1-CCT. **Resultado:** Rejeitado o Projeto de Lei do Senado nº 183, de 2010 (Art. 301 – RISF). **ITEM 15– TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 380, DE 2011.** *Altera a lei nº 9.961, de 2000, que criou a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) para estabelecer, dentre as competências da Agência, a de definir índices de reajustes dos honorários médicos, procedimentos e eventos em saúde oferecidos pelas operadoras de planos de saúde.* **Autoria:** Senador Eduardo Amorim. **Relatoria:** Senador Cyro Miranda. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** A Presidência concede Vista Coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 8– TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 61, DE 2006.** *Altera o art. 9º da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências.* **Autoria:** Senador Valdir Raupp. **Relatoria :** Senador João Vicente Claudino (Substituído por *Ad Hoc*). **Relatoria *Ad Hoc* :** Senadora Ana Amélia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta. **Resultado:** Não houve manifestação decorrente do Pedido de Vista. Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 61, de 2006 e a Emenda nº 1-CAS. **ITEM 13– TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 370, DE 2011.** *Altera as Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, para dispor sobre sistema especial de inclusão previdenciária para atender às donas de casa sem renda própria que se dediquem exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, previsto nos §§ 12 e 13 do art. 201 da Constituição Federal, e dá outras providências.* **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Relatoria:** Senadora Ana Amélia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido da Relatora. **ITEM 10 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 66, DE 2010.** *Concede pensão especial aos ex-servidores da extin-*

ta Superintendência de Campanhas de Saúde Pública, afetados por doença grave em decorrência de contaminação pelo dicloro-difenil-tricloroetano. **Autoria:** Senador Marcelo Crivella. **Relatoria :** Senador Paulo Davim (Substituído por *Ad Hoc*). **Relatoria *Ad Hoc* :** Senador Benedito de Lira. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 66, de 2010. **Resultado:** A Presidência designa Relator "ad hoc" o Senador Benedito de Lira, que lê novamente o Relatório em substituição ao Senador Paulo Davim. Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 66, de 2010. **ITEM 14 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 379, DE 2011.** *Acrescenta dispositivos à Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, que dispõe sobre as atividades de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias, para incluir atividades do Agente Comunitário de Saúde na sua área de atuação.* **Autoria:** Senador Eduardo Amorim. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Reassume a Relatoria o Senador Humberto Costa. Aprovada, em Turno Único, a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo) ao Projeto de Lei do Senado nº 379, de 2011. A matéria vai a Turno Suplementar nos termos do art. 92, combinado com o art. 282, do RISF. **ITEM 4– NÃO TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 111, DE 2010.** *Altera a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 (Lei de Drogas), para prever pena de detenção para condutas relacionadas ao consumo pessoal de droga e a sua substituição por tratamento especializado, e dá outras providências.* **Autoria:** Senador Demóstenes Torres. **Relatoria:** Senadora Ana Amélia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Não houve manifestação decorrente do Pedido de Vista. Durante a discussão, a Senadora Ana Amélia, Relatora da matéria, reformula o Relatório. A Presidência concede Vista Coletiva ao novo Relatório, nos termos regimentais. **ITEM 5 – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 11, DE 2011.** *Altera a Lei nº 7.670, de 8 de setembro de 1988, e o art.186 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para incluir os portadores das formas crônicas da hepatite B ou da hepatite C.* **Autoria:** Senador Alvaro Dias. **Relatoria:** Senador Waldemir Moka. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 11, de 2011. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 11, de 2011. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, em Decisão Terminativa. **ITEM 12– TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 79, DE 2011.** *Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 para instituir o abono anual para os beneficiários do benefício da prestação continuada pago pela assistência social.* **Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Relatoria:** Senador Lindbergh Farias. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 79, de 2011. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido do Relator. **ITEM 2– NÃO TERMINATIVO – TRAMITAÇÃO CONJUNTA. PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 276, DE 2007.** *Acrescenta dispositivos à Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, para permitir ao titular de benefício do Instituto Nacional do Seguro Social solicitar o bloqueio de seu registro, para impedir descontos decorrentes de operação de crédito consignado.* **Autoria:** Senador Valdir Raupp. **TRAMITA EM CONJUNTO COM PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 345, DE 2007 – Não Terminativo –** *Altera dispositivos da Lei nº 10.820, de 2003, e da Lei nº 8.213, de 1991, para limitar em vinte por cento, da remuneração ou do benefício disponível, o desconto de pagamento de valores referentes a empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil a idosos que percebam até três salários mínimos, e dá outras providências.* **Autoria:** Senador Paulo Paim. **TRAMITA EM CONJUNTO COM. PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 565, DE 2007. – Não Terminativo –** *Acrescenta o § 7º ao art. 6º da Lei nº 10.820 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a vedação de diferenciação nas condições de empréstimo consignado ao aposentado, pensionista e trabalhadores da ativa.* **Autoria:** Senador Paulo Paim. **TRAMITA EM CONJUNTO COM PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 641, DE 2007. – Não Terminativo –** *Acrescenta artigo à Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, que "Dispõe sobre a autorização para desconto de prestações em folha de pagamento, e dá outras providências".* **Autoria:** Senador Pedro Simon. **Relatoria:** Senador João Durval. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei nº 345, de 2007, nos termos do Substitutivo que apresenta; e pela rejeição dos PLS´s nºs 276, 565 e 641, de 2007, que tramitam em conjunto. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido do Relator. **ITEM 16– TERMINATIVO –PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 412, DE 2011.** *Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para incluir no campo de atuação do SUS a execução de campanhas sociais voltadas a promoção da saúde mental.* **Autoria:** Senador Eduardo Amorim. **Relatoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido da Relatora. **ITEM 9 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 522, DE 2007 –** *Acrescenta inciso X e parágrafo único ao art. 473 da Con-*

solidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para conceder ao empregado a possibilidade de ausência ao trabalho, por até sete dias anuais, para acompanhar e assistir dependente portador de deficiência, e dá outras providências. **Autoria:** Senador Flexa Ribeiro. **Relatoria:** Senador Lindbergh Farias. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido do Relator. **ITEM 18 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 8, DE 2012 –** *Requeiro, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno, seja feita audiência pública para instrução do Projeto de Lei do Senado 112, de 2010, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves, que define percentual mínimo de participação de mulheres nos conselhos de administração, antes da votação do relatório sobre a matéria. Sugiro a indicação das seguintes personalidades: 1) Ministra Eleonora Menicucci, Secretária de Políticas para as Mulheres – Justificativa da convocação: poderá contribuir com informações sobre as diretrizes do Governo Federal na promoção de políticas públicas e ações afirmativas relacionadas à maior participação das mulheres em cargos executivos nas empresas em geral; 2) Sra. Heloísa Bedicks, Superintendente do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – Justificativa da convocação: Executiva de carreira, poderá contribuir com uma visão geral do mercado corporativo no tocante às políticas de diversidade de gênero e participação de mulheres nos Conselhos de Administração; 3) Prof. Dr. Alexandre Di Miceli Da Silveira, Pesquisador da USP, Doutor e Mestre em Administração de Empresas e Finanças pela FEA-USP, pós-doutorado pela Université Catholique de Louvain, Bélgica – Justificativa da convocação: Como pesquisador experiente e autor dos livros "Governança Corporativa: Teoria e Prática no Brasil e no Mundo", "Governança Corporativa, Desempenho e Valor da Empresa no Brasil" e "Governança Corporativa e Estrutura de Propriedade", articulista da Revista Capital Aberto e coordenador do Ranking Anual "Melhores Companhias para os Acionistas", poderá contribuir com uma visão histórica mundial e nacional acerca da participação das mulheres nos Conselhos de Administração das empresas abertas, fechadas e de controle familiar. 4) Sra. Luiza Trajano, Empresária e Vice-Presidente do Conselho de Administração do Magazine Luiza – Justificativa da convocação: Empresária bem sucedida e atualmente cotada a assumir o Ministério da Micro e Pequena Empresa, poderá contribuir com as experiências e desafios enfrentados durante sua carreira executiva; 5) Sr. Edemir Pinto, Diretor Presidente da BMF& Bovespa – Justificativa da convocação: poderá contribuir com uma visão geral da situação das mulheres executivas no mercado de capitais, esclarecendo ainda se há alguma razão mercadológica específica para o déficit de mulheres nos Conselhos de Administração, especialmente o fato que o próprio Conselho de Administração e Diretoria Executiva da BMF& Bovespa não possuem sequer 1 mulher em seus quadros; 6) Sra. Helle Klem, Representante do Consulado da Noruega no Rio de Janeiro – Justificativa da convocação: Considerando que a Noruega foi o 1º país a instituir as quotas compulsórias em 2005, sua contribuição será de muita relevância para compreender a complexidade e os desafios encontrados durante a implementação do processo.* **Autoria:** Senador João Vicente Claudino **Resultado:** Aprovado. **ITEM 19 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 9, DE 2012 –** *Com fundamento no inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos, para debater o processo de desindustrialização que ocorre no país, com os seguintes convidados: – Antônio Delfim Neto, Economista e Professor emérito da Faculdade de Economia e Administração da USP; – Paulo Antônio Skaf, Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP; – Robson Braga de Andrade, Presidente da Confederação Nacional da Indústria – CNI; – Artur Henrique da Silva, Presidente da Central Única de Trabalhadores – CUT; – Deputado Paulo Pereira da Silva, Presidente da Força Sindical; – Paulo Bellini – Presidente do Grupo Marcopolo.* **Autoria:** Senador Waldemir Moka. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 20 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 10, DE 2012 –** *Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do RISF, REQUEIRO a realização de audiência pública em conjunto com a Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal para debater a decisão do Tribunal Superior do Trabalho, permitindo que o cadastro de inadimplentes (SPC/SERASA) seja utilizado como critério para a contratação do empregado. Os convidados serão enviados posteriormente para a secretaria da Comissão.* **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 21 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 11, DE 2012 –** *Com fundamento no disposto no Art. 93 incisos I e II, do RISF, REQUEIRO a realização de audiência pública para debater o PLC 98/2011 que institui o Estatuto da Juventude. Os convidados serão enviados posteriormente para a secretaria da Comissão.* **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Resultado:** Aprovado. Fica adiado o **ITEM 3– NÃO TERMINATIVO – TRAMITAÇÃO CONJUNTA PROJETO**

DE LEI DO SENADO Nº 44, DE 2009. TRAMITA EM CONJUNTO COM PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 364, DE 2009. TRAMITA EM CONJUNTO COM PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 255, DE 2010. Usam da palavra os Senadores Waldemir Moka, Paulo Davim, Cyro Miranda, João Durval, Paulo Paim, Casildo Maldaner, Humberto Costa, Wellington Dias, Lauro Antonio, Vital do Rêgo, Benedito de Lira, Mozarildo Cavalcanti e João Vicente Claudino e as Senadoras Ana Amélia, Vanessa Grazziotin, Lúcia Vânia e Ana Rita. Às dez horas e trinta e um minutos assume a Presidência o Senador Casildo Maldaner. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinqüenta e um minutos, lavrando eu, Dulcidia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente Senhor Senador Jayme Campos, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Jayme Campos,** Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A presente reunião destina-se à apreciação dos Itens nºs 1 a 16, conforme pauta previamente divulgada. São seis itens não terminativos e dez terminativos.

Srs. Senadores e Srªs Senadoras, quero comunicar que há alguns pedidos, feitos pelos relatores, para retirada de pauta. Retiraremos de pauta o Item 2, do Senador João Durval. Há também o pedido de retirada do Item 9, de que é relator o Senador Lindbergh Farias. E temos também o Item 12, retirado de pauta a pedido do relator, Senador Lindbergh Farias.

Há aqui algumas matérias cujos relatórios foram lidos e concedido pedido de vistas, sobre as quais não há nenhuma observação acrescentada e poderão ser votadas.

Do Item 7 foi lido o relatório e adiada a discussão.

Do Item 8 foi lido o relatório, em 07/12/ 2011, e concedida vista.

Do Item 10, do Senador Paulo Davim, o relatório foi lido em 15/02/2012, e encerrada a discussão.

Do Item 11, foi lido o relatório pelo relator *ad hoc* Lauro Antonio, em 15/02/2012, e encerrada a discussão.

Do Item 14, também em 15/02 foi lido o relatório e encerrada a discussão.

Há matérias de caráter terminativo que não necessitam de quorum para votação e já foram lidas e há algumas discutidas, aguardando apenas o quorum para serem votadas.

Nós faremos alguns comentários. Recebemos, da CNBB, o documento referente à Campanha da Fraternidade 2012, com o tema: Fraternidade e Saúde Pública, que tem como lema "Que a saúde se difunda sobre a Terra". Gostaria de comentar o texto-base da Campanha da Fraternidade 2012, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, com o tema Fraternidade e Saúde Pública, como já anunciamos aqui na CAS, sobre as principais necessidades para enfrentar os problemas de saúde pública do País, discutidos no dia a dia desta Comissão de Assuntos Sociais, que aparecem no texto de 152 páginas. E eu destaquei alguns.

O argumento é de que a expectativa de vida no Brasil tem aumentado de forma significativa nas últimas décadas. Segundo o IBGE, de 1980 a 2000, a população de idosos cresceu 107% e já chega a 21 milhões, enquanto a dos jovens de até 14 anos cresceu apenas 14%.

Em 1980, as crianças de 0 a 14 anos correspondiam a 38,25% da população. Em 2009, elas representavam 26,04%.

Segundo estimativas, em 2050, serão cem milhões de pessoas com mais de 50 anos, causando reflexos diretos ou indiretos no campo da saúde.

As doenças crônico-degenerativas, como câncer, diabetes, hipertensão e demência, assumiram o papel de principais causas de mortalidade. O tratamento e a reabilitação desses pacientes estão entre os altos custos do sistema de saúde. Outro fator apontado pela campanha é a transição tecnológica. O texto diz:

A evolução tecnológica [da Medicina] geralmente agrega benefícios, facilidades e precisão, mas é preciso lembrar que o incremento tecnológico não deve substituir a relação humana nem desumanizar o atendimento à saúde. A incorporação dos avanços de última geração no sistema de atendimento à saúde deve, portanto, preservar o senso humanitário e o respeito ao ser humano.

A campanha discute o aumento da obesidade pela mudança na alimentação dos brasileiros e faz uma análise sobre a evolução das doenças sexualmente transmissíveis.

Também um capítulo sobre dependência de drogas. O tabagismo é apontado como uma das principais causas de mortes evitáveis do mundo.

O texto pode ser encontrado na página da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil na Internet.

Quando se fala de tabagismo e de drogas, esta Comissão, muito preocupada, inclusive, criou uma Subcomissão que discutiu exaustivamente e, por sinal, já aprovado aqui há poucos dias o relatório apresentado pela Senadora Ana Amélia, que tinha como Presidente o valoroso Senador Wellington Dias.

De maneira que é um assunto extremamente importante, sobretudo neste momento em que o Brasil e o mundo passam por essa epidemia – se assim podemos chamar –, tendo em vista que, lamentavelmente, tomaram conta praticamente da grande maioria dos lares das famílias brasileiras. O Governo tem que se preocupar muito, a sociedade tem que fazer um trabalho hercúleo no sentido de podermos, nesse trabalho conjugado entre sociedade e Governo, buscar soluções. Entendo que só o Governo será impotente para resolver este problema que é sério. Todos nós temos a responsabilidade de buscarmos soluções e, acima de tudo, darmos um tratamento diferenciado a essas pessoas dependentes do *crack*. Hoje, percebe-se, com muita clarividência, que ele se alastrou por todo o País e, por que não dizer, pelo Planeta.

Registramos a presença do valoroso e competente Senador Waldemir Moka, que, como sempre, levanta cedo. Espero que não seja leiteiro como eu, que todos os dias, às 5h da manhã, já estou de pé. O caso dele é diferenciado, toma mate e levanta cedo.

Queremos falar sobre – o Senador Paulo Paim já fez até alguns comentários – uma Turma do Tribunal Superior do Trabalho que quer permitir consulta pelo empregador do cadastro de inadimplência como condição para contratação.

Eu, particularmente, quero manifestar que sou contra, tendo em vista que você imagina que o cidadão, para ser contratado, não poderá estar no Serasa. Eu quero crer que a maioria quase absoluta depende do trabalho, do seu emprego para pagar, para quitar até essas pendências que eventualmente eles tenham com algum estabelecimento comercial ou coisa parecida.

De maneira que acho que é um assunto interessante, que teremos que discutir muito nesta Comissão, tendo em vista que temos que preservar, incentivar a geração de emprego neste País, não como uma Turma do TST, que quer inviabilizar a contratação de trabalhadores em nosso País.

Registro também, com muita honra, a presença aqui do ilustre e valoroso Senador Humberto Costa, que também já se encontra presente em nossa Comissão.

Aqui nós temos, como já disse, alguns itens da pauta e alguns extrapauta. Há um pleito, parece-me, do Senador Waldemir Moka, que é uma matéria extrapauta que V. Exª está solicitando. Solicito ao nosso Secretário, Dr. Gonzaga, que hoje nos está assessorando, por sinal, competente funcionário do Senado Federal que hoje está ajudando nossa Secretária, a Dulcídia, que fez uma cirurgia e não está podendo ficar muito aqui, assessorando-nos.

Nesse caso, o Senador Paulo Paim, também como sempre, já presente nesta Comissão.

Temos, aqui, o item 1. Não se encontra, ainda, o Senador Cyro Miranda, mas, como essa matéria não é terminativa, nós queremos, com a devida vênia, solicitar que o Senador Waldemir Moka seja o relator *ad hoc* do item 1 da pauta, que é decisão não terminativa e está na página 20.

Item 1:

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 5, DE 2003
– Não Terminativo –

Dispõe sobre reajuste do valor do salário mínimo, a partir de maio de 2004, e dá outras providências.

Autoria do Senador Paulo Paim.

Tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 200, de 2004.

Pela ordem, Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, o Senador Paulo Paim me informa aqui que ele fez um entendimento com o Senador Cyro Miranda.

A impressão que tenho é a de que, se o Senador Paulo Paim relatar, primeiro, ele já vai ter uma intimidade e já vai explicar para o Plenário...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Se eu falar primeiro, acho que ajudo no relatório dele, porque eu sou o autor.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Perfeito.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Ele poderá ser o relator *ad hoc*, mas mediante o entendimento que eu fiz.

Pode ser, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Senador, por orientação do próprio Gonzaga, que é o nosso mestre, aqui, é mais importante ser lido o relatório. Aí, V. Exª fará, naturalmente, a sua observação, porque V. Exª é o autor da matéria.

Nesse caso...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – É para isso que eu queria alertar, Sr. Presidente.

Ele vai ler o relatório, só quero alertar...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Mas V. Exª pode pedir pela ordem, nós concedemos e o senhor faz essa observação.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Entretanto, já chega, inclusive, o titular da matéria.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu havia recebido um telefonema do Senador Cyro Miranda para eu dar uma enrolada, aqui, que ele estava chegando, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – O pedido será atendido, dentro da forma regimental.

V. Exª, Senador Paulo Paim, quer fazer, inclusive, alguma observação para que o relatório do Senador Cyro Miranda...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Cyro Miranda. Isso.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Com certeza, com a sua fala, vai enriquecer muito mais.

Eu gostaria apenas de ler aqui, Senador Paulo Paim, a matéria, o projeto e, aí, V. Exª faria as suas observações.

Como bem disse aqui, volto a reiterar que tramita em conjunto com:

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 200, DE 2004
– Não Terminativo –

Dispõe sobre reajuste do valor do salário mínimo estipulado no art. 7º, IV, da Constituição Federal.

Autoria do Senador Paulo Paim.

Tramita em conjunto com:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 314, DE 2005 – Não Terminativo -

Dispõe sobre o reajuste do valor do salário mínimo estipulado no art. 7º, IV, da Constituição Federal.

Autoria: Senador Paulo Paim.

Relatoria: Senador Cyro Miranda.

O relatório é pela aprovação do Projeto do Senado nº 5, de 2003, nos termos do substitutivo que apresenta, e pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado nº 200, de 2004, e nº 314, de 2005, que tramitam em conjunto.

A matéria, é bom que se esclareça, vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

A votação, quero esclarecer, é simbólica.

Entretanto, antes do Relator, Senador Cyro Miranda, como V. Exª é autor do projeto, se quiser fazer alguma observação...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Está assegurada a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, a minha intenção é ganhar tempo. Já conversamos com o Senador Cyro Miranda.

Na verdade, são três projetos de minha autoria. O primeiro é de 2003, ainda. De 2003 para cá, nós, aqui no Congresso, já aprovamos uma política salarial permanente, que assegurou, inclusive, agora em janeiro, reajuste ao mínimo de 14,06.

Então, é uma política consolidada. Por isso, eu concordaria que esse projeto fosse considerado prejudicado, porque eu tenho, ainda, claro, a questão do aposentado, que estou tratando numa outra matéria específica, para assegurar que os aposentados tenham também uma política permanente de reajuste.

Na conversa com o Senador Cyro Miranda, o entendimento feito foi de que consideraríamos o projeto vencido, prejudicado, porque existe, já, uma política definitiva para o salário mínimo, que nós ajudamos a elaborar, construímos juntos.

Seria só esse esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senador Paulo Paim.

Prosseguindo, pergunto ao Relator, Senador Cyro Miranda, se V. Exª já está preparado para fazer o seu relatório. É o Item 1, página 20.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Está assegurada a palavra a V. Exª para fazer o seu relatório em relação a essa matéria, projeto de autoria do Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – A assessoria pode ajudar. Nós chegamos ao entendimento... Havia um parecer favorável, mas, mediante conversa entre nós, o Senador relator concordou que a matéria está prejudicada. Eu também concordo. Por isso, teríamos que ver agora qual o encaminhamento mais adequado.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Só fazer uma observação aqui, conforme orientação do Dr. Gonzaga: é só pedir que a matéria, o relatório...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Seja retirado, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – ...seja pela prejudicialidade. Está prejudicado o projeto.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Exatamente. Quando foi feito este projeto pelo Senador Paim, a intenção era realmente solucionar o problema do reajuste do salário mínimo, mas – este projeto é

de 2003 –, no ano passado, o próprio Senador Paim ajudou a modificar essa política. E hoje ela já tem, por intermédio da Presidência da República, prerrogativas para que esse reajuste seja feito pela própria Presidência da República. Nós havíamos feito até algumas emendas para dar alguns parâmetros, um substitutivo, aliás. Mas não há necessidade...

(Interrupção do som.)

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – ...prejudicialidade desse projeto, uma vez que ele foi resolvido nesse interregno, com o auxílio do Senador Paim, a ter metodologia para a correção do salário mínimo através da Presidência da República. Então, ele se torna inócuo.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Eu consulto se V. Exª vai concluir seu parecer pela prejudicialidade do projeto, pelos três. Aí V. Exª encaminha...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Perfeito. Então, eu vou retirar para revê-los e, posteriormente, entro já...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Tendo em vista que há um projeto antes. Neste caso, vai ser pela prejudicialidade dos três projetos, é isso?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Perfeito. De acordo. Eu retiro de pauta e vou reformulá-lo pela prejudicialidade.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Então, está retirado de pauta o Item 1, página 20. O Senador Cyro Miranda retirou de pauta, seu pedido como relator, e vai apresentar aqui o novo relatório pela prejudicialidade. Está certo?

Consulto o Senador João Durval. Nós temos aqui o Item 2 e o Item 6. O Senador João Durval é o relator da matéria. Consulto se V. Exª tem a disposição de relatar essa matéria. *(Pausa.)*

O Item 2 vai ser retirado de pauta, conforme seu pedido.

Item 6:

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 407, DE 2011
– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para dispor sobre o dano moral no caso de recusa de cobertura.

Autoria: Senador Eduardo Amorim

Relatoria: Senador João Durval

O relatório é pela aprovação do projeto com três emendas que apresenta.

Observações:

Em 15.02.2012, a matéria é retirada de pauta a pedido do Relator;

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, em decisão terminativa;

Votação simbólica.

Nesse caso, quero conceder a palavra ao Senador João Durval para ler o seu relatório, que se encontra na página 133.

V. Exª está com a palavra.

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA) – Relatório.

Vem ao exame da Comissão de Assuntos de Sociais (CAS) o Projeto de Lei do Senado nº 407, de 2011, de autoria do Senador Eduardo Amorim, altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998 (Lei dos Planos de Saúde), para reconhecer o direito à reparação do dano moral advindo de injusta recusa de cobertura no atendimento de casos de emergência e urgência.

O dispositivo alterado é o art. 35-C – que determina os casos em que a cobertura do atendimento é obrigatória, entre os quais os de emergência e urgência –, ao qual o projeto acrescenta parágrafo, segundo o qual fica reconhecido, nesses casos, "o direito ao ressarcimento dos danos morais decorrentes".

A medida é justificada pela elevada carga emocional a que ficam submetidos os beneficiários de planos de saúde e seus familiares quando lhes é recusado, de forma injustificada, ilegal ou abusiva, o atendimento em situações de emergência e urgência. O autor aponta que a jurisprudência que se está consolidando sobre a matéria vai no sentido de reconhecer o direito à reparação por danos morais.

A matéria será apreciada também pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo-lhe decisão terminativa.

O projeto não recebeu emenda.

Análise

Comete a esta Comissão, nos termos do inciso II do art. 100 do Regimento Interno da Casa, opinar sobre os aspectos da proposição que dizem respeito à proteção e defesa da saúde.

Nesse sentido, acolhemos integralmente as alegações do nobre colega Senador Eduardo Amorim quanto ao significado para o paciente e sua família de uma recusa injustificada de cobertura para um atendimento de urgência ou de emergência. Entendemos que o reconhecimento do direito à reparação do dano moral dela decorrente terá impacto dissuasório importante para prevenir a ocorrência dessas situações.

A proposição reveste-se, assim, de mérito no que diz respeito à proteção da saúde dos beneficiários de planos privados de assistência à saúde.

Não vemos razão para que a lei resultante da proposição entre em vigor somente sessenta dias após a data de sua publicação, condição que deve ser reservada apenas para as normas de maior complexidade. O início da vigência deve ser imediato.

A fim de dar maior clareza à intenção do autor, entendemos que deve ser especificado o tipo de recusa que se deseja coibir, qual seja a recusa injustificada ou ilegal. Há recusas que são corretas, e essas não são as que o PLS visa.

Além disso, sugerimos que se substitua "ressarcimento" por "reparação" por ser aquele termo empregado, usualmente, para os danos patrimoniais ou materiais, e este para os danos morais.

Sugerimos também algumas alterações de redação, que, de forma geral, tornam o texto mais conforme às regras de técnica legislativa.

Assim, propomos a retirada da transcrição do atual parágrafo único (renumerado como §1º), por não apresentar texto inovador e dar causa a equívoco nesse sentido. Entendemos que o parágrafo proposto deve ser inserido antes da disposição relativa à publicação, devendo, portanto, ser inserido, ele sim, como §1º, sendo o parágrafo único renumerado como §2º.

Há ainda alguns pequenos detalhes que, na redação final, serão ajustados.

Voto.

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 407, de 2011, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº – CAS

Substitua-se, na ementa do Projeto de Lei do Senado nº 407, de 2011, o termo "recusa" por "recusa injustificada ou ilegal".

EMENDA Nº – CAS

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 407, de 2011, a seguinte redação:

"Art. 1º Acrescente-se o seguinte § 1º ao art. 35-C da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, renumerando-se o parágrafo único vigente como § 2º:

'Art. 35– C .....

.....

§ 1º Fica reconhecido, nos casos de emergência e urgência, o direito à reparação dos danos morais advindos da recusa injustificada ou ilegal de cobertura securitária médica, sem prejuízo de outras sanções."

EMENDA Nº – CAS

Dê-se ao art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 407, de 2011, a seguinte redação:

"Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Relator João Durval.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senador João Durval.

Está em discussão a matéria.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Casildo Maldaner.

V. Exª tem a palavra assegurada.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, nobres colegas, eu quero, em primeiro lugar, enaltecer a autoria do projeto do eminente Senador Eduardo Amorim, que, aliás, é um Senador dedicado à saúde e de formação no campo da saúde, e, ao mesmo tempo, o eminente Senador João Durval, Relator da matéria e foi feliz no relatório.

Então, todo o projeto ele concluiu e, principalmente, em vez de entrar em vigor somente daqui a sessenta dias, como é comum, é para entrar imediatamente em vigor. Por quê? Porque são casos de urgência e emergência com recusa injustificada no atendimento. A pessoa tem plano de saúde e, ao chegar, sofre constrangimento na urgência ou na emergência. Quanto a isso, não há o que se discutir, porque não se discutem aqui planos complexos de saúde, planos em que se tem de meditar e discutir. Quando a família chega ao hospital, em casos de emergência e de urgência, e ser recusada alguma coisa de forma injustificada, é muito difícil. Isso não é fácil.

A outra questão que fica bem é a que fala do ressarcimento; não é ressarcimento por questões morais, pelos prejuízos morais, mas reparação. Essa expressão "reparação" pega bem. Eu fiquei feliz por isso. Não é a questão de ressarcir, não é porque teve de deixar, muitas vezes, um documento pré-assinado para ser atendido, porque, às vezes, se é constrangido com uma nota promissória ou um cheque pré-datado ou coisa que o valha – não é isso – e, se depois houver entendimento, será ressarcido. Acho que isso não se discute. É a questão da reparação dos prejuízos morais.

Então, quero aqui parabenizar, até porque, Sr. Presidente, nobres colegas, ainda hoje há uma decisão do Ministério da Saúde para que todas as pessoas do Brasil que têm o SUS tenham cadastro e a

carteirinha do SUS até o mês junho ou julho deste ano. É um programa. Aqui no Brasil, mesmo havendo o SUS, cada um vai ter uma carteirinha e, ao chegar a qualquer lugar para atendimento de emergência ou urgência, em qualquer posto de saúde ou hospital do Brasil, apresenta-se a carteira de saúde e tem os seus direitos. Ainda há as pessoas de planos particulares que, na emergência ou na urgência, vão discutir se pode ou não pode atender. Não há como!

Acho que essa proposta tem um mérito extraordinário, Sr. Presidente, nobres colegas.

Mais uma vez, cumprimento o Relator João Durval e o autor, Eduardo Amorim.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem de inscrição, para discutir a matéria, tem a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin.

V. Exª está com a palavra.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu gostaria de cumprimentar não apenas o autor da propositura, o Senador Amorim, mas também o Senador João Durval pelo belo relatório preparado.

De fato, Sr. Presidente, acho que nós precisamos adaptar a nossa legislação ou fazer com a legislação preveja questões que, se não observadas por falta não só do senso comum, mas por falta de responsabilidade – V. Exª sabe perfeitamente disso, acho que teve um problema semelhante há pouco tempo. Então, se falta bom-senso, ou responsabilidade, ou compromisso com a saúde, infelizmente, nós somos obrigados a aprovar dispositivos como esse.

Todos nós acompanhamos o caso do servidor federal que buscou sozinho – Secretário de Pessoal ou de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Devanir, dirigindo, tendo uma crise aguda, ele próprio dirigiu e foi recusado em dois hospitais.

Agora mesmo, há pouco mais de uma semana, o filho de um ex-Deputado, Presidente da Embratur, Marcelo, também por um atendimento inadequado, sobre o qual ninguém pode falar nem expressar qualquer juízo de valor, mas possivelmente, porque a criança já estava bem para sair da unidade e morre com um choque... Ninguém teve a capacidade de salvá-lo, dentro de uma UTI, de fazer qualquer procedimento simples na medicina.

Então, quero cumprimentá-lo e dizer que a gente dá uma grande contribuição à população aprovando leis como esta, Senador. Cumprimento o Relator, cumprimento o Senador Amorim, que é médico e sabe da importância desse projeto.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senadora Vanessa Grazziotin.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 407, de 2011, ressalvadas as Emendas nºs 1, 2 e 3, apresentadas pelo Relator.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Consulto as Senadoras e os Senadores se podemos repetir a votação para as Emendas nºs 1, 2 e 3, apresentadas pelo Relator.

V. Exªs concordam? *(Pausa.)*

Aprovado.

Resultado: aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 407, de 2011, com as Emendas nºs 1, 2 e 3, da CAS.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, o Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu gostaria, Sr. Presidente, consultado, evidentemente, o Plenário, que pudéssemos incluir um projeto de lei, do qual sou Relator, do Deputado Marçal Filho. Seria importante, em função de que há o entendimento de que talvez possa ser aprovado o projeto antes do Dia Internacional da Mulher. Eu gostaria, se V. Exª concordar e os meus Pares também, que o incluísse na pauta de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Exª será atendido na forma regimental. E já vou colocá-lo em votação.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – É o Projeto de Lei da Câmara nº 130, de 2011.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Eu gostaria de solicitar aqui que possamos já atender ao pleito feito, mais do que justo, do Senador Waldemir Moka.

Já vou colocar em votação, tendo em vista que V. Exª pediu. Acho que a maioria absoluta concorda.

Item 1 – extrapauta:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 130, DE 2011
– Terminativo –

Acrescenta o §3º ao art. 401 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de estabelecer multa para combater a

diferença de remuneração verificada entre homens e mulheres no Brasil.

Autoria: Deputado Marçal Filho.

Relatoria: Senador Waldemir Moka.

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 130, de 2011.

A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), em decisão terminativa.

A votação é simbólica.

Concedo a palavra Senador Waldemir Moka, caso V. Exª queira fazer alguma observação em relação ao seu pedido.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, conforme podemos ver pela ementa do projeto, esse projeto do Deputado Federal Marçal Filho, do meu Estado, pretende, na verdade, evitar que haja discriminação na questão da remuneração das mulheres. É comum isto hoje: mulheres que exercem a mesma função, o mesmo trabalho que homens e são remuneradas a menor.

Este projeto, se aprovado, cria uma legislação capaz de penalizar aqueles que cometerem a discriminação, desde que fique comprovado, evidentemente, que há uma discriminação de gênero em relação à remuneração.

Acho que é um projeto meritório e, conforme eu disse, o Deputado Marçal Filho tem expectativa de vê-lo aprovado antes da comemoração do Dia Internacional da Mulher.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o parecer que conclui pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 130, de 2011.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 130, de 2011.

A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Participação Legislativa (CDH), em decisão terminativa.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Mais uma vez, percebo que... Sr. Presidente, na hora em que V. Exª me concedeu a palavra, eu achei que fosse apenas para dar uma explicação sobre o que era o projeto, mas quero primeiro agradecer a confiança dos Pares e, segundo, dizer que o projeto pretende criar uma sanção, uma pena para os empregadores que discriminam mulheres quando exercem a mesma função que homens e são remuneradas a menor.

Acho que realmente o projeto, desde que comprovado que houve uma discriminação em função do gênero, faz com que o empregador pague uma multa que chegaria até a cinco vezes o valor da diferença que a mulher está recebendo a menor.

Em síntese, o projeto é esse. Evidentemente, para que isso aconteça, vamos mexer e alterar a legislação da CLT. Mas acho que o projeto é meritório. O Presidente já colocou. E, embora aprovado, senti-me na obrigação de dar esses esclarecimentos complementares.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, embora já aprovado, gostaria de cumprimentar o Senador Waldemir Moka porque estamos às vésperas do Dia Internacional da Mulher. Mas também é muito boa a sensibilidade de V. Exª, Senador Jayme Campos, nesta Comissão, ao aprovar um projeto tão importante como este.

A lei proíbe. A lei não permite a discriminação. A lei proíbe qualquer tipo de diferença entre gênero. Mas, infelizmente, a mulher ganha 30% a menos. Por isso, temos que ir pensando uma forma de como permitir que a mulher ascenda também no mercado de trabalho. Porque uma das razões da diferença salarial, Senador Moka, além da diferença pura e simples que, de fato, existe – e com a aprovação deste projeto, se tudo der certo, haverá uma penalidade que, esperamos, vai ajudar na diminuição – é que há outra diferença: apesar do preparo maior, da capacidade técnica, do preparo intelectual, de anos de escolaridade, a mulher, dificilmente, chega às chefias como chegam facilmente os homens.

Então, agradeço à Comissão, já que temos uma maioria de homens, pela sensibilidade. É isso que queremos em torno do Dia da Mulher e do Mês da Mulher, que estaremos comemorando em breve. E que as mulheres não só recebam parabéns, mas que recebam presentes como este: projetos e mecanismos que ajudam no combate à discriminação.

Muito obrigada.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, o Senador Casildo.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Parece-me que sobre este tema o Código Civil não permite mais discriminação entre gênero, ou seja, entre homens e mulheres. Parece também que não permite mais mesmo entre aposentadorias. Hoje, é o mesmo tempo de trabalho. Se for vereador ou vereadora; senador ou senadora; deputado ou deputada, enfim, não há mais em vencimentos... E também em tempo de aposentadoria, a mulher, hoje, em relação

ao homem tem o mesmo tempo de serviço. Parece que está caminhando nessa direção.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – É verdade. Mas não poderia ser diferente o pedido do Senador Moka em relação à matéria aqui proposta. Estamos todos solidários, em que pese a Senadora Vanessa ter feito uma observação, qual seja, que aqui na Comissão a mulher é minoria, todavia tem a solidariedade e o apoio de todos nós.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, ela só tem a Presidência da República.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Só. Senadora Vanessa, V. Exª fez uma observação no sentido de ser minoria aqui nesta Comissão, mas tem o nosso apoio e solidariedade. V. Exª foi muito modesta, como o Senador Waldemir Moka disse aqui, hoje a mulher tem a Presidência da República deste País.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, não vamos polemizar sobre isso. Eu estou discutindo aqui... Estou discutindo com o Senador Benedito, que disse o seguinte: porque nós temos a Presidenta da República; nós temos a Presidenta da Petrobras, Drª Graça, competentíssima, entrou lá pelos seus méritos, que o problema está resolvido. Não está.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos**.** Bloco/DEM – MT) – Nós temos seis ou sete Ministros de Estado...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Nós precisamos da reforma política, Presidente Jayme. Não pode. Nós só ocupamos 10%, em média, das vagas no Parlamento brasileiro. São só 12 Senadoras; são só 45 mulheres no meio de 513. Então, a discriminação é algo...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos**.** Bloco/DEM – MT) – Mas aí não é discriminação...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – ...que impede o avanço da democracia.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos**.** Bloco/DEM – MT) – V. Exª tem que concordar conosco, na medida em que hoje já está assegurado...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – É uma discriminação invisível. Sabe por quê?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos**.** Bloco/DEM – MT) – ...até que 30% da candidatura, ou seja, tem que ser de mulheres.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Não, de gênero. Pode ser uma mulher; acaba sendo mulher porque é a grande maioria é homem, mas os 30% é só para ser candidato e não eleito. Na hora de dar os recursos do fundo partidário, a mulher não recebe...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos**.** Bloco/DEM – MT) – Na eleição é diferente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Não hora de ser a direção, a mulher não recebe. Olha, no meu partido não lei nenhuma, mas nós temos uma lei que é uma lei de compromisso. Não é escrita no papel nem aprovada em congresso, não. Lá, na liderança da Câmara, há um rodízio entre homens e mulheres. Então, no ano passado, era um homem; este ano assumiu a liderança a Deputada Luciana; no ano anterior ao passado, fui eu. E assim nós vamos fazendo o rodízio. Mas são pouquíssimos os que fazem isso, são pouquíssimos os que reconhecem isso. Então, nós precisamos mesmo é da reforma política. Feita a reforma política, do resto a gente dá conta.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Senadora Vanessa, V. Exª me permite? Eu acho que há uma mistura. Reforma política é uma coisa. A mulher ocupar o espaço isso nós não podemos mais nem discutir isso; isso já é coisa do século passado. Nós estamos no século XXI, isso não existe mais. Ela tem toda a liberdade, ela conquistou o espaço dela num regime extremamente democrático. Existe uma população para votar, vem num crescente. Eu acho que os direitos... A Constituição já garante isto: todos são iguais perante a lei. Então, elas têm os mesmos direitos e as mesmas obrigações.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Perfeito! Eu acho que a Lei brasileira é uma das melhores do mundo...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – A gente discutir isso é voltar atrás.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – A Lei brasileira, Senador Cyro, é uma das melhores do mundo. O problema é a cultura, que é milenar.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Bom, mas aí a cultura...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – A mulher trabalha fora hoje, ela ocupa, ela produz quase 42% de toda a produção nacional, mas ela sozinha tem que desenvolver as tarefas domésticas. Sozinha, 90% ouso dizer...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Hoje o homem também ocupa...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Não, homem não ajuda nada. E muitos não deixam nem a mulher fazer política.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – A senhora está sendo injusta...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Então, é essa discriminação cultural contra a qual a gente tem que lutar também...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – A senhora está sendo injusta com os outros maridos, Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Vamos votar. Ela está sendo injusta.

Iniciando aqui pela assessoria dos Senadores, a maioria absoluta aqui é mulher.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Só um comentário aqui.

O SR. PRESIDENTE (Jayme **Campos.** Bloco/DEM – MT) – Senador Mozarildo.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Tem 30% reservado para homem ou para mulher, dependendo do caso...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos**.** Bloco/DEM – MT) – São 30% para mulheres.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Isso, eu acho que é generalizado no Brasil todo. É difícil encontrar... Se preencher as vagas com as mulheres, aí tem que se reduzir as vagas dos homens porque as mulheres não querem ou não se interessam pela política.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos**.** Bloco/DEM – MT) – Nós vamos aproveitar a oportunidade aqui, como nós temos quorum, eu pretendo, com a devida vênia e em respeito aos Srs. Senadores, nós temos aqui o item 7. Essa matéria já foi lida. O Relator foi o Senador João Durval.

Eu consulto os senhores, que essa matéria foi lida, o relatório foi lido e adiada a discussão.

Está em discussão o Item 7, página 140.

Eu consulto V. Exªs se querem discutir. *(Pausa.)*

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, eu sou Relator do Item 5.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos**.** Bloco/DEM – MT) – Nós vamos colocar.

Eu só estou aproveitando o quorum, para nós votarmos essa matéria.

Está em discussão a matéria, porque ela já foi lida. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Nós estamos votando o Item 7, que é terminativo.

Em votação o Projeto de Lei nº 46, de 2011, que tem preferência regimental.

Nós vamos proceder à votação nominal.

Eu consulto como vota o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Voto "Sim", com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos**.** Bloco/DEM – MT) – Consulto o Senador João Durval.

Voto já conhecido.

Consulto a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu voto "Sim" também, com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos**.** Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Waldemir Moka?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos**.** Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Casildo Maldaner?

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos**.** Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com o Relator, e parabenizando-o, porque aqui ele está incluindo a atividade física como um fator determinante, e tem mérito essa alegação.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos**.** Bloco/DEM – MT) – Muito obrigado, Senador Cyro.

Como vota o Senador Mozarildo Cavalcanti?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Voto "Sim", inclusive o relatório era meu e, com muita honra, tive o prazer de que o Senador João Durval o relatasse *ad hoc*.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Muito obrigado.

Como vota o Senador Lauro Antonio?

O SR. LAURO ANTONIO (PR – SE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Rita?

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Voto "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Benedito de Lira?

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Aprovado.

Aprovado, em turno único, com a Emenda nº 1, da CAS, substitutivo, o Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 2011.

A matéria vai a turno suplementar, nos termos do art. 282, combinado com o art. 92.

Poderão ser oferecidas emendas no turno suplementar, vedada a apresentação do novo substitutivo integral.

Nós temos também aqui o item 11. Essa matéria também já foi lida; inclusive foi o Senador Lauro Antonio nomeado *ad hoc* dessa matéria.

Quero comunicar que está encerrada a discussão.

Está em votação o Projeto de Lei do Senado nº 183, de 2010.

Quem vota com o relator, vota "não" ao projeto, nos termos do art. 301 do Regimento Interno do Senado Federal.

A rejeição do projeto prejudica as emendas a ele oferecidas.

A votação será nominal.

Como vota o Senador Humberto Costa?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Item 11, página 177.

Quem vota com o relator, vota "não".

Como vota o Senador João Durval?

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Vanessa Grazziotin?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu voto com o Relator também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Waldemir Moka?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Casildo Maldaner?

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Na verdade, Sr. Presidente, eu sei que nós precisamos combater as drogas no Brasil. Agora não sei se essa metodologia de artes marciais, os meios de comunicação, esse compulsório... Isso é uma coisa meio... Temos que botar algumas maneiras, mas eu acho que não é esse o melhor método.

Eu voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Vota com o relator, não é? Vota "não".

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Perfeito. Muito obrigado.

Como vota o Senador Lauro Antonio?

O SR. LAURO ANTONIO (PR – SE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com o Relator, Sr. Presidente, com as mesmas razões do Senador Casildo Maldaner.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Mozarildo Cavalcanti?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senador Ana Rita?

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Voto "não", Sr. Presidente. Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Benedito de Lira?

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Rejeitado o Projeto de Lei do Senado nº 183, de 2010.

Fica prejudicada a Emenda nº 1-CCT.

Será comunicada a decisão à Comissão, ao Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

O item 15... Por sinal, o Senador Cyro Miranda se encontra presente. V. Exª é Relator e a matéria está em caráter terminativo.

Item 15:

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 380, DE 2011
– Terminativo –

Altera a Lei nº 9.961, de 2000, que criou a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), para estabelecer, dentre as competências da Agência, a de definir índices de reajuste dos honorários médicos, procedimentos e eventos em saúde oferecidos pelas operadoras de planos de saúde.

Autoria: Senador Eduardo Amorim.

Relatoria: Senador Cyro Miranda.

O relatório é pela aprovação do projeto, nos termos do substitutivo que apresenta.

Em 15 de fevereiro de 2012, a matéria é retirada de pauta a pedido do Relator.

Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92, se for aprovado, o substitutivo será submetido a turno suplementar.

A votação será nominal.

Concedo a palavra ao Senador Cyro Miranda para proferir o seu relatório.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Srªs e Srs. Senadores, esse projeto do Senador Eduardo Amorim altera a Lei nº 9.961, de 2000, que criou a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), para estabelecer, dentre as competências da agência, a de definir índices de reajustes dos honorários médicos, procedimentos e eventos da saúde oferecidos pelas operadoras de planos de saúde.

O autor informa, na justificação do projeto, que atualmente 170 mil dos 347 mil médicos em atividade no País atuam na saúde suplementar. Esses profissio-

nais estão sendo duramente penalizados, pois o valor dos honorários tem sido reajustado em índices muito inferiores aos da inflação.

O projeto, que não foi objeto de emenda, será apreciado por esta Comissão em caráter terminativo.

A iniciativa do ilustre Senador Eduardo Amorim foi motivada pela situação precária dos médicos que prestam serviços para as operadoras e planos privados de assistência à saúde. Seus honorários estão praticamente congelados há anos, enquanto a população sofre com os constantes aumentos nas mensalidades dos planos. Então este projeto, Sr. Presidente, visa fazer correção dessas distorções.

EMENDA Nº – CAS (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 380, DE 2011

Altera a Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, que cria a Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e dá outras providências, para incluir, entre as competências da Agência, a definição dos índices de reajuste dos honorários dos profissionais de saúde e dos procedimentos e eventos em saúde pagos pelas operadoras de planos de saúde.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 4º da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, passa a vigorar acrescido do seguinte Inciso XLIII:

"Art.4º .....

.....

XLIII – estabelecer índices mínimos de reajuste para o pagamento, pelas operadoras, dos honorários dos profissionais de saúde e dos procedimentos e eventos em saúde, que não poderão ser inferiores aos índices de reajuste das contraprestações pecuniárias dos consumidores.

....."

Isto é, ele está fazendo uma isonomia. Se aumento o plano em 10%, eu vou aumentar os honorários médicos e procedimentos também em 10%.

Esta lei entrará em vigor após decorridos os 180 dias da data de sua publicação.

Esse era o nosso relatório, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Sr. Senador Cyro Miranda.

A matéria está em discussão.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Para discutir, o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Bem, eu, na verdade, acho que a matéria tem um mérito na sua intenção, no entanto eu acho que é um tema de uma complexidade muito grande, até porque nós vamos agora atribuir a uma agência de regulação uma definição de honorários que deveria ser muito mais objeto de um processo de negociação direta entre os patrões, os planos de saúde e os empregados, que são não apenas os médicos, os profissionais de saúde de um modo geral.

Mas, como eu entendo que o tema é relevante, vou fazer um pedido de vista e vou apresentar um requerimento, para que nós tenhamos uma audiência pública lá na Comissão de Assuntos Econômicos, quando ela for para lá, quando nós poderemos fazer uma audiência pública, aqui mesmo, para debater esse tema com a participação de todos os envolvidos, as representações profissionais, que não devem ser só de médicos. A gente aqui, quando fala em saúde, está só falando de médico. Não, vamos discutir todas as demais categorias em termos de honorários, ver se é pertinente que uma agência vá definir honorário, que, na verdade, é resultado da relação entre quem contrata e quem presta o seu serviço e podermos discutir também o posicionamento do Ministério da Saúde, enfim.

Então, eu faço um pedido de vista e vou apresentar um requerimento para nós termos uma audiência pública para tratar desse tema.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Pela ordem, Senador Casildo.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Eu vou pedir vista coletiva.

E, inclusive, só para mensurar a importância que tem esse projeto, tramita também na CAS uma proposta da qual sou relator que determina prazos para que as operadoras de saúde não possam, ao seu livre arbítrio, encerrar o plano sem ter uma comunicação prévia com o cliente. Tem que ter prazos. Como tem prazo de carência, para iniciar o plano, tem que ter prazos também para rescindir. Então, existe uma proposta da Casa da qual sou relator para que haja esses prazos. Quem sabe até daria para nós fazermos ao mesmo tempo e incluir nessa proposta o que o Senador Humberto Costa está trazendo.

Mas, de primeira mão, eu entendo que a relatoria do Senador Cyro Miranda é procedente e tem certo nível para evitar questionamentos mais demorados e não chegar a um bom termo. Então, parece que vem ordenar isso.

Mas, em função disso, eu peço vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Mas apenas uma observação tanto favorável ao Senador Humberto, na medida em que isso é uma discussão que se tem que tratar entre as operadoras e as prestadoras de serviço. Por outro lado, o projeto, ninguém pode também desmerecer, é meritório, porque busca, efetivamente, com esse projeto do Senador Eduardo Amorim, facilitar as coisas. Na medida em que subiram os valores da cobrança das mensalidades ou da prestação daquele que usa os serviços privados, na mesma hora, ou seja, de forma simultânea, imagino que a tabela seria corrigida.

É um projeto, como bem disse o Senador Humberto, meio complexo. Todavia, ambas as partes têm razão, acho que temos que discutir e aguardamos naturalmente a emenda que vai ser proposta pelo Senador Humberto Costa.

Neste caso, houve pedido de vista, consulto o Plenário se pode ser vista coletiva.

Se V. Exªs concordam, o pedido de vista é coletivo. Antes disso, o Senador Ciro quer fazer uma observação.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Presidente Jayme Campos, concordo que é polêmico e que tem também os médicos e os profissionais de procedimentos e também a turma de fonaudiólogos, fisioterapeutas também devam ser incluídos. Agora, a meritocracia desse processo e a sua importância é porque os médicos não têm condições de diálogo com o plano, alguém tem que intervir, eles são a parte fraca, tanto é que está defasado em anos. Sempre o plano tem uma correção muito superior ao que é dado a uma consulta. Uma consulta, em média, varia de R$37,00 a R$50,00 ao melhor plano, quer dizer, não dá nem dignidade ao médico. V. Exª é médico e vive isso.

Então, acho que a proposta de V. Exª de fazer audiência pública é válida e concordo plenamente, mas providências têm que ser tomadas porque o lado fraco, que é o médico, está sendo penalizado. Uma consulta de R$37,00 a R$50,00 dá margem às consultas de 15 minutos para fazer volume.

Acho que temos que realmente encontrar uma saída. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª

A Senadora Vanessa... Nesse caso está encerrada a discussão.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Acho que é um bom caminho o debate, mesmo porque o assunto vem sendo debatido, Sr. Presidente, em diversos momentos. Quero lembrar que esta Comissão realizou, semana passada, uma audiência pública que foi solicitada pela Senadora Ana Amélia e por mim para tratar não só das próteses de silicone como da reparação de mama, no caso das mulheres mastectomizadas, quando o plenário ficou lotado. Salvo engano, uma cirurgia de reparação de mama, uma cirurgia plástica, não chega a R$40,00, porque ela é considerada de média complexidade.

Então, precisamos debater, mas como fazer isso, como estabelecer e como garantir que haja efetivamente esses reajustes para que não fiquem tão defasados esses preços, porque não é só o problema do médico mas do sistema, porque os médicos – e acho que temos que debater sobre os médicos também –porque os médicos, Senador Cyro, não estou dizendo todos, mas boa parte, quando uma pessoa liga, Senador Jayme, pedindo uma consulta para um plano de saúde não tem vaga. Agora, quando liga dizendo que é particular, a vaga aparece no dia seguinte. Então, isso também tem que começar a ser discutido no Brasil.

Quero trazer para cá e já antecipo que estamos elaborando um requerimento para debater aqui o problema da presença dos médicos no Brasil. Sr. Presidente, estamos tentando, no meu Estado, ver uma forma legal de trazer médicos de fora, porque não podem os Municípios do interior continuarem sem médicos e os médicos brasileiros não querem ir e não permitem. Seus conselhos não permitem que se tragam médicos de fora. Então, precisamos resolver esse problema, não dá para fazer de conta que não existe, assim como as especialidades. Quem é que define a quantidade de vagas que o sistema vai oferecer para residência em oftalmologia, em pediatria, em anestesia, em cirurgia, porque no Brasil muita gente vive cega por catarata; nem na Bolívia isso acontece mais, mas no Brasil isso acontece, infelizmente.

Esse é um debate, Sr. Presidente, e já estou concluindo a elaboração do meu requerimento e vou trazer para discutir isso na CAS.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Pedido de vista concedido.

Vamos para o Item 8, página 147. O Item 8 já foi lido *ad hoc,* foi concedida vista; foi lido *ad hoc* pelo Senador João Vicente Claudino.

Consulto...

A matéria foi lida pela Relatora *ad hoc,* Senadora Ana Amélia.

Item 8:

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 61, DE 2006
– Terminativo –

Altera o art. 9º da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, insti-

tui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências.

Autoria: Senador Valdir Raupp

Relatoria: Senador João Vicente Claudino (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria Ad Hoc : Senadora Ana Amélia

Essa matéria já foi lida. Consulto se tem alguém que queira fazer alguma observação.

A Relatora quer fazer alguma consideração? Consulto V. Exª.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Não, Presidente, não.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Está em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, acho que é procedente a proposta do Senador Valdir Raupp. Quero enaltecer isso. Muitas vezes, passa o ano, o trabalhador não é comunicado e perde o seu abono do PIS/Pasep, que acaba indo para o FAT. Então, essa chance de ter mais um exercício é procedente, e eu gostaria de elogiar essa proposta.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Em votação o Projeto de Lei do Senado nº 61, 2006, ressalvada a Emenda nº 1, da Relatora.

Vamos proceder à votação.

Consulto como vota o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto o Senador João Durval como vota.

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto a Senadora Vanessa Grazziotin como vota.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Com a Relatora, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto o Senador Waldemir Moka como vota.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Voto com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto o Senador Casildo Maldaner como vota.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Com o Relator, Senador João Vicente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto o Senador Lauro Antonio como vota.

O SR. LAURO ANTONIO (PR – SE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT – Como vota a Senadora Ana Amélia? Voto conhecido já.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Voto conhecido.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto o Senador Cyro Miranda. *(Pausa.)*

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com a Relatora *ad hoc*.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto o valoroso Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Com a ilustre Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto o Sr. Senador João Vicente Claudino como vota.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto a Senadora Ana Rita como vota.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto o nosso mestre, Professor Vital do Rêgo, como vota, que no dá a honra de participar da nossa Comissão.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – É uma honra muito grande voltar à Comissão e já estar votando. Que bom!

Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Consulto o Senador Benedito de Lira como vota.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores se podemos repetir a votação da Emenda nº 1 oferecida pela Relatora.

Se V. Exªs concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 61, 2006, e a Emenda nº 1– CAS.

Será comunicada a decisão desta Comissão ao Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

Como tem caráter terminativo, passo ao Item 13.

Item 13:

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 370, de 2011
– Terminativo –

Altera as Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, para dispor sobre sistema especial de inclusão previdenciária para atender às donas de casa sem renda própria que se dediquem exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, previsto nos §§12 e 13 do art. 201 da Constituição Federal, e dá outras providências.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatoria: Senadora Ana Amélia

O relatório é pela aprovação, nos termos do substitutivo que apresenta.

Em 15/02/2012, a matéria é retirada de pauta a pedido da autora.

Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92, se for aprovado o substitutivo, será submetido a turno suplementar.

A votação será nominal.

Concedo a palavra à valorosa Senadora Ana Amélia para proferir seu relatório.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Ao contrário de proferir o meu relatório, Presidente, eu pediria o apoio de V. Exª e dos demais Senadores em acordo com a autora do projeto para retirá-lo de pauta e de uma vista coletiva de preferência para facilitar a tramitação mais rápida do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Retirado de pauta o projeto. Regimentalmente, V. Exª será atendida.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – V. Exª me permite, Sr. Presidente, falar rapidamente?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Claro, Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Já que estamos falando tanto de mulheres, e é bom que falemos, seria importante, Sr. Presidente, e faço aqui um pedido, que a Secretária da nossa Comissão fizesse uma busca para que todos os projetos que tratam dessa questão de gênero estivessem com um relatório pronto ou não, mas pedir celeridade para que esteja na pauta na semana que vem como uma forma de homenagear o dia 8, as mulheres, na proximidade do seu Dia Internacional.

Segundo, por que a retirada desse projeto? Porque é um projeto que modifica uma lei recente que aprovamos aqui, cuja origem foi uma medida provisória que iguala a situação das mulheres donas de casa às microempreendedoras individuais. Ou seja, com uma contribuição de 5%, elas podem acessar não só a aposentadoria, mas toda a segurança que o mercado de trabalho lhes proporciona, como auxílio-doença, licença-maternidade e assim por diante. Só que o período de carência é muito grande. Como a lei começa agora, boa parte das mulheres não terão acesso a esse benefício. Então, estamos trabalhando um projeto no sentido de que aquelas mulheres com idade mais avançada e que começaram a contribuir recentemente possam também ter esse direito, é algo temporário.

Então, estamos trabalhando; a Senadora Ana Amélia tem sido muito dedicada a esse projeto, está apresentando algumas modificações e já estamos em fase de conclusão, de entendimento, para que a gente possa aprovar esse projeto, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, que terá seu pedido atendido. Solicito à secretaria para que tome todas as providências no sentido de que possamos votar esse projeto. Está concedida a retirada do projeto.

Item 10, página 170, decisão terminativa. Consulto o Senador Benedito Lira se pode relatar *ad hoc*. Consulto V. Exª se pode nos atender, relatando *ad hoc* o item 10, página 170.

Item 10:

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 66, de 2010
– Terminativo –

Concede pensão especial aos ex-servidores da extinta Superintendência de Campanhas de Saúde Pública afetados por doença grave em decorrência de contaminação pelo dicloro-difenil-tricloroetano.

Autoria do Senador Marcelo Crivella.

Relator: Senador Paulo Davim.

O relatório é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 66, de 2010.

Em 15/02/2012, foi lido o relatório e encerrada a discussão; fica adiada a apreciação da matéria.

A votação será nominal daqui a pouco.

Quero pedir ao Senador Benedito Lira que relate *ad hoc* para que esta Comissão tomar conhecimento do relatório do Senador Paulo Davim.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Projeto de Lei do Senado nº 66, de 2010, de autoria do ilustre Senador Marcelo Crivella, propõe a concessão de pensão especial vitalícia a título de indenização, no valor de R$2.500,00, aos ex-servidores da extinta Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (Sucam),

portadores de doenças graves decorrentes de contaminação pelo dicloro-difenil-tricloroetano, ocorrida no exercício da função.

Nos dispositivos que se seguem, a proposta prevê a extensão da pensão aos dependentes de ex-servidores já falecidos, a periodicidade da correção do valor da pensão, a impossibilidade da sua acumulação com outro rendimento ou indenização que a qualquer título venha a ser paga pela União a seus beneficiários, assim como remete a regulamento o estabelecimento dos procedimentos para aferição da comprovação dos danos de que trata o seu art. 1º e dispõe que a despesa decorrente da lei, se aprovada, será atendida com recursos alocados no Orçamento da União.

Por fim, o art. 4º do PLS é sua cláusula de vigência, a contar da data da publicação.

Conforme o art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais opinar sobre proposições que digam respeito a relações de trabalho, organização do sistema nacional de emprego e condição para o exercício de profissões, seguridade social, previdência social, população indígena e assistência social.

Em nosso sentir, a proposição tem intenção meritória, pois, como bem expôs seu autor na justificação do Projeto, a exposição desses servidores públicos à referida substância química causou-lhes, em muitos casos, graves sequelas, quando não a morte. Se comprovada a omissão do Estado, este deve indenizar as vítimas e/ou suas famílias, conforme estabelece o art. 37, § 6º, da Constituição, e se encontra largamente pacificado em nossa legislação, jurisprudência e melhor doutrina. O caso em tela, em que os ex-servidores encontram-se na condição de administrados, está a demandar disciplinamento específico, nos moldes das Leis nos 11.520, de 18 de setembro de 2007, que dispõe sobre a concessão de pensão especial às pessoas atingidas pela hanseníase que foram submetidas a isolamento e internação compulsórios; e 12.190, de 13 de janeiro de 2010 – esta, inclusive, iniciada pelo Poder Legislativo –, que concede indenização por dano moral às pessoas com deficiência física decorrente do uso da talidomida, altera a Lei nº 7.070, de 20 de dezembro de 1982, e dá outras providências; entre outras.

Quanto à constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa, nada a opor, uma vez que a matéria encontra amparo no art. 37, § 6º, do Texto Maior; não é de competência privativa do Presidente da República, mas da União; está em harmonia com a legislação vigente, inclusive os dispositivos regimentais; e foi redigida em boa técnica legislativa.

Voto

Ante o exposto, e em conformidade com o art. 133, I, do Regimento Interno do Senado Federal, nosso voto é pela aprovação total do Projeto de Lei do Senado nº 66, de 2010.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço V. Exª, Senador Benedito Lira.

Está em discussão a matéria.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Para discutir, o Senador Casildo Maldaner e a Senadora Vanessa. Estão inscritos na ordem.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, quero, de um certo modo, enaltecer a proposta do Senador Marcelo Crivella, sendo o relator o Senador Paulo Davim e substituído pelo eminente Senador Benedito Lira.

Acontece que, à primeira vista, dá a entender que as pessoas da antiga Superintendência de Saúde Pública, se aconteceu algum mal decorrente do uso do antigo DDT, que era muito perigoso, podiam receber da União, mas faz-se a ressalva: se por acaso alguma viúva ou dependente recebe da União, alguns valores estão fora. Só aqueles que não têm nenhuma cobertura, vieram a falecer em função do DDT, que tenha contaminado, uma espécie de periculosidade que havia na época e não era conhecido. E esses trabalhadores passaram por isso. Hoje teriam um agregado de periculosidade a esses trabalhadores, e à época não havia. Se não têm nenhuma cobertura, então vem contemplar com a proposta essas pessoas que vieram a faltar em função deste caso, e seus dependentes estão à mercê de algo.

Então, tem seu mérito essa proposta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Para discutir a matéria, Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, entendi que é uma pensão independente do recebimento de algum outro tipo de remuneração. De fato, esse é um problema muito grave, Senador Maldaner, muito grave.

O Estado do Acre, até onde nós temos conhecimento, é onde há a incidência de maior número de trabalhadores e trabalhadoras que foram contaminados por DDT, porque havia, não sei se era um tipo específico de laboratório, que provocou danos gravíssimos, tanto que, no meu Estado tem, mas não tanto quanto no Acre.

Então, o entendimento que tenho é o de que este projeto é tipo uma indenização do Estado, porque eram pessoas que estavam trabalhando em nome do Estado, independentemente de qualquer outro tipo de remuneração que tenham e o considero extremamente justo, Sr. Presidente, extremamente justo. Aliás, eu acho que isso deveria ser automático, porque a pessoa se contaminar, ter problemas graves com saúde por conta disso... É o mínimo que o Estado brasileiro tem que fazer com esses homens que trabalharam com esse produto. Muitos foram a óbito e outros tiveram a saúde prejudicada durante a vida toda.

Então, eu cumprimento o Senador Crivella pela sensibilidade, pelo projeto e o Relator também.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Só para complementar, sem prejuízo da discordância da Senadora Vanessa ou pensar diferentemente, mas pelo menos aqui ressalva para tentar atender pessoas que porventura não tenham cobertura.

Diz o § 2º do parecer:

Nos dispositivos que se seguem, a proposta prevê a extensão da pensão aos dependentes de ex-servidores já falecidos, a periodicidade da correção do valor da pensão, a impossibilidade da sua acumulação com outro rendimento ou indenização que a qualquer título venha a ser paga pela União a seus beneficiários, assim como remete a regulamento o estabelecimento dos procedimentos para aferição da comprovação dos danos de que trata o seu art. 1º e dispõe que a despesa decorrente da lei, se aprovada, será atendida com recursos alocados no Orçamento da União.

Senão, haverá uma corrida de gente – "eu também fui, ele também foi, não sei o quê, por uma razão ou outra" – e já esteja acobertado.

Isso é para atender pessoas na verdade que não têm cobertura. Pelo menos, eu entendo dessa forma.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PSB – RJ) – É isso.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Com a palavra o Senador Wellington, para discutir a matéria.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, primeiro, eu quero também louvar a iniciativa. Aliás, isso foi já há um longo tempo. Acho que essa é uma posição até tardia da parte do poder público e abrange, se não me engano, são seis Estados do Brasil onde isso foi comprovado. Qual é o lado positivo? É que já existe, da parte do Ministério da Saúde, o levantamento de quem foi afetado. Algumas pessoas, como diz o próprio projeto, chegaram a falecer. Por isso, é prevista uma complementação à pensão para os filhos nesse caso.

Eu também, no começo, confesso que a leitura de V. Exª me ajudou a esclarecer, a exatamente entender. Ela é tratada como uma forma de indenização sob a forma de pensão, ou seja, o caráter da pensão é indenizatório. Portanto, é uma pensão cujo valor é indefinido. Ele é até enquanto prevalecerem, nesse caso, os independentes. Mas, de qualquer modo, eu acho que é o mínimo que o Brasil pode fazer por essas pessoas. É preciso lembrar que eram pessoas que cuidavam de malária, que protegiam outras pessoas e, sem o devido treinamento, terminaram absorvendo o veneno em nível suficiente para causar danos. Apenas para aquelas vítimas de danos é que se faz esse levantamento.

Eu não sei se ficou claro no projeto. Tinha até conversado com o Senador Crivella, porque uma das coisas que se previa era exatamente fixar as regras de quais são as pessoas que serão reconhecidas para poder evitar isso que o Senador suscita de uma corrida desenfreada de pessoas que não têm esse direito. Mas a minha posição é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Encerrada a discussão.

Vamos entrar no processo de votação.

Eu consulto como vota o Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador João Durval?

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Vanessa Grazziotin?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Waldemir Moka?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, este projeto ainda será debatido em outra Comissão ou é terminativo aqui?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – É terminativo.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, sei que passou o momento, mas eu tenho preocupação, porque é um projeto é meritório, mas não fica claro. Eu fico preocupado, assim, pessoas... Como é que vai ser feito essa identificação, Sr. Presidente? São pessoas que foram realmente...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Eu acho que a sua preocupação é válida. Todavia, na regulamentação da lei, vai ter que ter critério. V. Exª está imaginando que daqui a pouco é uma corrida e não...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – E pessoas que trabalharam nessa época em funções administrativas, porque eu quero crer que as pessoas que foram contaminadas eram aqueles que andavam com aquelas...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Bombas?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Bombas nas costas. Porque esse DDT aí, ele era usado até em residência. Quer dizer, foi o uso contínuo, a inalação contínua que afetou, e é evidente que isso existe, mas eu acho que... Não sei se o projeto tinha que ter alguma coisa que dissesse que a lei tratará disso ou... Enfim, eu não vou contrariar a maioria.

Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Senador Moka, posso auxiliá-lo?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos**.** Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Eu gostaria só de auxiliar o Senador Moka, que aqui no projeto, ele diz que "dispõe sobre a concessão de pensão especial às pessoas atingidas pela hanseníase, que foram submetidas a isolamento e internação compulsória".

Quer dizer, ela tem critério, sim.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos**.** Bloco/DEM – MT) – Agradeço.

Como vota o Senador Waldemir Moka?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu acompanho o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos**.** Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Casildo?

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos**.** Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Lauro Antonio.

O SR. LAURO ANTONIO (PR – SE) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Amélia?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Lúcia Vânia?

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos**.** Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Mozarildo Cavalcanti?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador João Vicente Claudino?

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Humberto Costa?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos**.** Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Rita?

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Benedito de Lira?

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Voto conhecido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Voto conhecido já.

Resultado: aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 66, de 2010.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência no Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

Item 14:

Página nº 247.

Essa matéria já foi lida *ad hoc* pelo Senador Eduardo Suplicy. Mas, uma vez presente o Relator, e o Relator *ad hoc* não se encontra, eu devolvo a relatoria ao titular Senador Humberto Costa.

Essa matéria já foi lida.

Ela está em discussão. *(Pausa.)*

Discussão do Item 14, da página 247, com a presença do Relator Titular Senador Humberto Costa.

Se alguém quer discutir ou o próprio Senador Humberto Costa quiser fazer alguma observação, está assegurada a palavra a V. Exª.

Consulto V. Exª.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Não.

Mantenho o meu voto pela aprovação, Sr. Presidente, sem maiores delongas.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço.

Não havendo mais quem queira discutir, vamos entrar em processo de votação nominal.

Senador Humberto Costa, voto já conhecido.

Senador João Durval.

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Senador Lauro Antonio.

O SR. LAURO ANTONIO (PR – SE) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos**.** Bloco/DEM – MT) – Senador João Vicente Claudino.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Aprovada, em turno único, a Emenda 1-CAS, substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 379, de 2011.

A matéria vai a turno suplementar.

Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92, poderão ser oferecidas emendas em turno suplementar, vedada a reapresentação do voto do substitutivo integral.

O Item 16 a Senadora Vanessa pediu para retirar de pauta.

E tem, também, uma matéria que é do Item 4, pág. 79, decisão não terminativa.

Item 4:

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 111, DE 2010
– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 (Lei de Drogas), para prever pena de detenção para condutas relacionadas ao consumo pessoal de droga e a sua substituição por tratamento especializado, e dá outras providências.

Autoria: Senador Demóstenes Torres

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Pela aprovação do projeto nos termos do substitutivo que apresenta.

Observações:

Em 15/09/2011, realizada, na Comissão de Assuntos Sociais – CAS, audiência pública para instruir o projeto;

Em 15/02/2012, lido o relatório pela Senadora Ana Amélia, a Presidência concede vista coletiva nos termos regimentais.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, em decisão terminativa;

Votação simbólica.

Consulto as Srªs e os Srs. Senadores se há manifestação decorrente do pedido de vista. *(Pausa.)*

Nenhuma manifestação?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu gostaria, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Eu concedo a palavra à Senadora Ana Amélia, para suas considerações finais, se julgar necessário.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu preciso... Esta matéria... É claro que a sociedade brasileira vem, ao longo do tempo, se defrontando com a gravidade da expansão do *crack* no País. A todo dia há notícia, como aconteceu agora em Olinda, terra do nosso ex-Ministro Humberto Costa, lá em Pernambuco. Um jovem, sob efeito de drogas, matou os pais adotivos, inclusive um bispo anglicano. Ele tem 29 anos e, sob efeito de drogas, matou a facadas o pai e a mãe adotivos. Esse é um caso, como outros tantos de mães que amarram os filhos para se verem livres do traficante.

O projeto do Senador Demóstenes previa duas questões: uma era a criminalização do usuário e a outra, a internação compulsória. No meu substitutivo, eu eliminei a criminalização por entender que este não é, digamos, o caminho adequado, até porque todas

as filosofias, os tratamentos, a orientação técnica, no mundo inteiro, está demonstrando que é preciso abrir caminho para a ressocialização e para a liberdade para desintoxicação e ressocialização do dependente. Então, não acolhi, da proposta original do Senador Demóstenes, a criminalização.

Isso não quer dizer que não se mantém o rigor da lei para punir severamente o traficante de drogas. Esse, sim, é o grande mal que a sociedade tem. Porém, tendo em vista posicionamento inclusive do Ministro da Saúde, Alexandre Padilha... Aliás, um excelente ministro. Ele mesmo foi à Cracolândia, em São Paulo, e *in loco* viu e passou a defender – fez isso numa entrevista às páginas amarelas da revista *Veja* – a internação que ele chama "involuntária".

Aqui, na audiência pública que fizemos, nós trouxemos especialistas, psiquiatras, que falaram e defenderam a internação compulsória, até porque está em jogo não apenas a liberdade individual, mas a vida dessa pessoa dependente, que, sob o efeito de drogas ou do *crack*, especialmente, fica absolutamente sem condições de decidir.

No projeto, há o estabelecimento de uma multa ao usuário recreativo, que foi uma proposta do psiquiatra Dr. Salomão Rodrigues Filho. Submeti ao Ministério Público do meu Estado essa questão da multa e eles entenderam da legalidade, porém, disseram que é difícil a aplicação.

Na nossa discussão da matéria, aqui na Comissão de Assuntos Sociais, o Senador Moka e o Senador Paulo Davim apenas levantaram a questão relacionada a penalizar mais ainda pecuniariamente aquela família que é, digamos, de poucos recursos já com a multa. Ora, qual é o juiz de direito, Senador Moka, que vai aplicar multa a um dependente químico pobre? Não vai aplicar. Essa multa pecuniária vai ter um uso restrito a quem tiver condições de pagá-la.

É claro que eu também entendo a dificuldade da aplicabilidade, na prática, disso, porque, no Brasil, nós não gostamos de pagar imposto, porque pagamos demais. Uma multa dessa natureza teria essa dificuldade.

Como não é matéria terminativa nesta Comissão, e a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que tem a capacidade técnica e jurídica para avaliar todas as questões jurídicas sobre essa alteração substitutiva que eu fiz é que deveria examinar, então, se debruçar sobre isso, em relação às questões pertinentes à questão legal especificamente.

Mas, na questão de saúde, eu não tenho dúvida, porque todos os psiquiatras que aqui vieram foram favoráveis à questão da internação compulsória.

Então, eu gostaria de dar esse depoimento e, de certa forma, respondendo às questões, por isso que foi tirada de pauta a matéria, do Senador Waldemir Moka e do Senador Paulo Davim.

Então, eu apenas faço o apelo para que se vote e que vá isso para a Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, mas vai ser necessário fazer um adendo aqui. Eu acho que, juridicamente, é a CCJ, mas, tecnicamente, tendo em vista as audiências públicas que aconteceram aqui, a CAS, sobretudo a subcomissão presidida, muito bem presidida, por sinal, pelo valoroso Senador Wellington Dias, em um relatório proferido por V. Exª em relação a esta matéria aqui que nos subsidiou e nos permitiu fazer um belo relatório, e, sobretudo, quando V. Exª falou "tecnicamente", nós estamos mais bem aparelhados pela competência de V. Exª.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu substituo "tecnicamente" por "juridicamente".

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Juridicamente. Então, faço essa observação...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Juridicamente.

Agora, houve uma audiência pública, Sr. Presidente, para esclarecer, específica para este projeto aqui na Casa.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Os Senadores Humberto Costa, Wellington Dias e Waldemir Moka estão inscritos.

Com a palavra, V. Exª.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, um dos maiores avanços que nós tivemos a partir do governo Lula, sem negar avanços anteriores que aconteceram em Governos que antecederam o Presidente Lula, foi colocar o tema da dependência química, o tema do uso de drogas, de álcool, enfim, no rol dos assuntos da saúde, e não no rol dos assuntos meramente da segurança pública ou da repressão, embora esse seja um aspecto importante.

O espírito original desse projeto, que, de certa forma, foi amenizado pela Senadora Ana Amélia, repõe essa visão, traz novamente essa visão de que o problema do consumo de álcool e drogas é um problema muito mais de punição, é muito mais um problema de segurança pública do que efetivamente de saúde pública.

Eu acho que, assim, se nós aprovarmos esse projeto, ainda com essa amenização, nós estaremos prestando um tributo a uma visão que já, dentro da

sociedade brasileira, é profundamente julgada como uma forma inadequada de enfrentamento do problema.

Segundo, pelo que eu li no projeto, não existe, quando se fala mesmo nessa multa, a definição de uma separação entre o que é o usuário e o que é o dependente químico. Então, nós estaremos abrindo a possibilidade de que o dependente químico seja apenado. Ele, que já foi apenado, seja pela natureza que lhe deu uma predisposição hereditária, genética a uma dependência, seja pelo meio social que gerou as condições para que essa predisposição se manifestasse, seja pelo aspecto psicológico que também tem um peso...

Sr. Presidente, eu gostaria de poder ser ouvido por V. Exª, pelo menos.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Peço silêncio para que possamos ouvir o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Seja pelo aspecto psicológico, que pesa também na definição de uma dependência no acesso ao uso de drogas, enfim. Então eu sou frontalmente contra.

E nós, que sabemos que da cabeça de juiz pode sair muita coisa, não podemos acreditar que todos os juízes terão esse entendimento benevolente que a Senadora Ana Amélia está tendo de que "não, se for pobre, nós não vamos cobrar a multa pecuniária". Quem me garante isso? Quer dizer, a família já sofre, porque tem um dependente, uma pessoa que precisa de uma atenção especial, que, muitas vezes, comete atos, digamos, ilegais, enfim, ainda vai ser apenada com uma multa? Quer dizer, não vai ser aquele usuário que vai pagar a multa, vai ser a família dele que vai pagar a multa. Já está claro que essa visão de apenar o dependente, o usuário é uma visão equivocada.

O Brasil lançou agora, recentemente, fruto, não foi de uma discussão de uma audiência pública com quatro ou cinco psiquiatras, mas foi de uma discussão com a sociedade brasileira, envolvendo profissionais e a população, gente que entende de segurança pública, gente que entende de prevenção, gente que entende de tratamento.

Com relação a esse plano nacional, muitos de nós estávamos lá, ou seja, o Plano Nacional de Enfrentamento ao *Crack* e outras Drogas, em que todas essas questões estão previstas. Está lá definida uma visão que trata do problema criminal; ou seja, o combate ao tráfico, medidas que fazem com que nós possamos ter o exercício da autoridade – isso é chamado de autoridade – dos três itens – o cuidado, a autoridade e a prevenção. Esse plano já responde a essa questão, do mesmo jeito que responde à questão do cuidado, do atender, do acolher. Na verdade, já há uma lei. A Lei de Reforma Psiquiátrica trata das condições em que se pode fazer a internação involuntária e das condições em que isso se dá. Por que nós vamos agora, permitir... Por exemplo, e o usuário que não é dependente? Nós vamos criar uma internação compulsória? Está errado. Nós já temos na lei as condições em que isso se faz. Então é uma redundância. Nós estamos cerceando a liberdade das pessoas. O que nós temos que combater é que a droga não esteja disponível para quem tem a predisposição ou para quem quer fazer uso recreativo ou o que quer que seja. Temos uma oportunidade agora, ou seja, essa discussão ridícula que a Câmara está fazendo no sentido de permitir o uso de bebida alcoólica nos jogos da Copa, porque é jogo da Copa. Isso é o que tem que se fazer e ter uma posição firme, independentemente de governo e de oposição. Proibir bebida alcoólica em jogo de futebol...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Assim é o que a gente estará fazendo para que aquilo que causa o mal não esteja disponível, para que a pessoa que tenha a predisposição ou o desejo, venha a fazê-lo. Além do mais, o uso de droga não é atenuante para as pessoas que cometem crimes. Esse jovem que matou essas duas pessoas, uma delas, o pastor Robinson Cavalcanti, foi meu assessor parlamentar durante quatro anos, uma pessoa digníssima, uma pessoa do bem. Mas o fato de estar sob efeito da droga não vai, se sobreviver o rapaz, o filho adotivo, não vai ser atenuante para ele em relação ao problema da pena.

Então, eu acho que a legislação brasileira já cobre adequadamente todas essas questões. Além do mais, dentro deste Plano de Enfrentamento ao *Crack* e outras Drogas, apresentado pelo Governo, nós temos uma série de ações: criação de 2.500 leitos em hospitais gerais, que é uma questão fundamental; teremos ampliação do funcionamento dos Caps para álcool e drogas; nós vamos ter a contratação de comunidades terapêuticas, agora sob a supervisão do serviço de saúde e não para fazer condicionamento mental de portadores da dependência química, de pessoas que tenham a dependência química.

Sem querer aqui discordar nem deixar de reconhecer o espírito de tentar encontrar uma solução geral para o problema, a atitude também do relatório, que procurou amenizar os aspectos mais autoritários do projeto, eu acho que nós deveríamos rejeitar essa proposta.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Senador...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Vamos reforçar aquilo que pode dar certo. No Brasil a gente não dá nem a oportunidade de as leis e de os programas poderem mostrar se dão resultado ou

não, e aí já estamos mexendo. O negócio foi lançado no ano passado, no final do ano passado, e já vai o Senado aqui e agora apresentar uma proposta para poder dar uma multa a não sei quem... Eu acho que isso não faz sentido.

Eu acho, com todo o respeito, à Senadora Ana Amélia, ao Senador Demóstenes Torres, e todos nós sabemos a preocupação que ele tem, mas sabemos também que o conteúdo da visão que ele tem não é aquele que nós consideramos que é aceito e é o mais correto. O fato de alguns psiquiatras defenderem isso não quer dizer que seja uma visão estabelecida. Não estive na reunião, mas as informações que tenho é que não houve um consenso absoluto em relação a essas coisas. Hoje, os instrumentos de que a psiquiatria passa a dispor, apesar de ser uma das ciências que ainda tem muito a avançar, cria as condições para que se possa estabelecer o controle, o atendimento a desintoxicação, sem que criemos outros mecanismos desnecessários, porque os mecanismos já existem hoje.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – ...apenas emitir ao Senador Humberto Costa, que é médico, psiquiatra, que não há, de fato, em matérias polêmicas como essa, Senador Humberto Costa, a possibilidade de um consenso e procurei tirar média de tudo que ouvimos aqui a respeito disso.

Também não sou uma pessoa com conhecimento médico na área da saúde mental. A única conclusão a que chegamos aqui, ao longo das audiências na subcomissão e nessa audiência pública específica para debater esse projeto, é que a questão da dependência é uma questão de saúde, não é uma questão de segurança pública, concordo plenamente com V. Exª nesse aspecto particular.

V. Exª e muitos jornalistas me indagaram sobre a liberdade individual, que foi o ponto tão destacado por V. Exª. Pergunto o que é mais importante: a vida ou a liberdade individual? Para mim, o direito à vida prevalece e o que está em jogo é a vida, preservar a saúde.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – V. Exª me concede um aparte?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sob o efeito da droga, a pessoa perde a noção de compreensão até para saber o que é bem ou mal.

Com prazer, concedo o aparte a V. Exª.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Exatamente isso que estou dizendo. Não estou defendendo a liberdade individual e irrestrita, inclusive de fazer mal a si próprio ou a outrem. É isso que estou lhe dizendo. A Lei de Reforma Psiquiátrica já prevê a possibilidade da internação involuntária, tem todo um ritual. O Ministério Público vai lá, tem que ter durante tantos dias alguém que vai, representando o Sistema Único de Saúde, fazer uma avaliação para saber se aquela internação se deu por indicação adequada em termos de saúde ou não, porque também conhecemos inúmeros casos de famílias que querem se ver livre de alguém, às vezes até para poder interditá-lo, internava em hospital psiquiátrico anteriormente. Hoje, essa lei diz isso. Ora, se o indivíduo chega à frente de um profissional e ele está numa condição em que pode fazer mal a ele ou a outrem, naturalmente que a internação involuntária poderá se dar, poderá ser feita. Então, o mecanismo já existe. Agora, não podemos abrir o leque para que por outras razões venham e o indivíduo dizer que é usuário de drogas. Sim, mas agora não está sob efeito, mas vamos internar porque ele é usuário. Então, temos que ter todos esses cuidados, entendeu?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Isso foi cuidado no substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Na ordem de inscrição, concedo a palavra ao Senador Wellington Dias e, em seguida, ao Senador Waldemir Moka.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, primeiro, concordando com V. Exª, do ponto de vista técnico, a nossa Comissão não pode abrir mão de uma posição sobre esse tema, porque desafio uma Comissão outra nesta Casa que tenha acumulado tanta informação quanto esta Comissão.

Segundo, veja só o que mudou no mundo e no Brasil nos últimos tempos: ainda hoje usamos a palavra combate às drogas, luta contra as drogas, enfim, porque essa era uma tese liderada no mundo pelos Estados Unidos da América, que ainda hoje começou a sair dela por uma resolução da Organização Mundial da Saúde, que trabalhava a ideia da guerra às drogas. Na guerra às drogas, o que o mundo percebeu é que estava morrendo o lado inocente, ou seja, morriam dos traficantes, morriam dos policiais, mas morriam mais dos inocentes.

Então, veja: A Organização Mundial da Saúde tem um tratado de que o Brasil é signatário, como disse a Senadora Ana Amélia, que, com muita competência, foi relatora desse trabalho, que diz o seguinte: o usuário de drogas é um doente. A droga é uma substância, seja ela qual for, que causa impacto no organismo humano. Comer muito açúcar, é uma comida; exagerou, diabetes, dentre outros problemas. Sal, esses dias comi muito sal, tive problema de pressão alta, altera a pressão; gordura altera colesterol. Para citar aqui alguns exemplos, para a gente compreender o que a Organização Mundial da Saúde fez. A partir desse

conceito, substâncias químicas existentes no álcool, no *crack*, na maconha, na cocaína, enfim, alteram o organismo e alteram ainda mais profundamente, porque alteram neurotransmissores, alteram um conjunto de controles do homem.

Então, primeiro, quero aqui concordar com a preocupação da Senadora Ana Amélia em relação a um debate em se tratando de saúde. Por exemplo, pego aqui a saúde mental. Em determinados momentos, uma equipe profissional, a sociedade confia dizer que pode internar compulsoriamente, ou seja, é dado pela sociedade ao psiquiatra, ao psicólogo, ao médico, o poder de fazer uma internação compulsória, quando o indivíduo, na visão dos técnicos, não tem mais poder de divisão.

Compreendo que a droga chega a esse ponto. É daí que vem o termo dependente químico, porque ele passa a não ter mais controle, passa a ser dependente. Por isso que amanhece o dia o alcoólatra já com vontade de beber uma dose, porque passou a ser dependente.

Bem, então, nesse aspecto, acho que a preocupação da Senadora está correta. A própria Comissão recomenda que possamos melhorar o texto da lei que já vai nessa direção, no sentido de que uma equipe técnica possa tomar essa decisão da internação compulsória. Onde é que está o problema? Veja só um dado para compreendermos o que vou dizer agora. Alguém cometeu um crime, e, por circunstância, ele estava usando álcool, *crack*, maconha, cocaína, alguma droga, ele responde por aquele crime na forma da legislação. Veja que, hoje, há, também, quase um consenso de que não é recomendado fazer a troca da pena pelo tratamento, porque isso seria um incentivo a se deixar um relaxamento na parte do crime. Alguém matou, paga porque matou. Alguém assaltou, paga porque assaltou. Não há uma amenização pelo fato de estar drogado, mas também não há uma alteração, como bem lembrou aqui o Senador Humberto Costa.

Bom, dito isso, para o que quero chamar atenção? O limite do debate no mundo, que, hoje, graças a Deus, é ampla maioria no Brasil e no mundo, é o de que a droga causa doença e, portanto, não pode ser tratada como um crime. Não posso aplicar uma multa porque alguém, compulsivamente, está comendo chocolate, açúcar, e, assim também, nessa visão, repito, não falo das outras consequências da droga.

Por isso, Senadora Ana Amélia, eu queria fazer um apelo aqui: por tudo o que debatemos, acho que não tem como voltar atrás, é uma multa e, depois da multa, seguido, pena de cinco meses a um ano. Então, está começando a entrar na linha da criminalização. É isso que não pode voltar. Qualquer que seja o crime, crime praticado, ele responde, e isso independe. Ao usuário que está na delegacia, na penitenciária, no hospital ou na comunidade terapêutica é dado a ele por esse novo programa que foi lançado pela Presidente Dilma, e é uma vitória de que esta Comissão é parte, de que o Senado é parte, é o direito ao tratamento. O que se está buscando é uma rede de desintoxicação, de reconstrução da pessoa, enfim, e isso é dado independente de onde estiver, mas isso, em nenhum momento, altera a necessidade de pagar a pena pelo crime que cometeu.

Então, o que eu queria aqui era fazer um apelo, Sr. Presidente: é possível uma redação no texto da própria lei que permita ficar mais claro que uma equipe médica, psiquiatra, enfim, tem que ter pelo menos profissionais da área, possam, pelo estado avançado da dependência, determinar a internação compulsória? Sou favorável. Aliás, o texto da lei atual, ainda da época do Presidente Lula, aprovado no mandato anterior, já vai nessa direção. A gente sentiu que ele ainda é muito obscuro, precisaria ficar um pouco mais claro quem tem esse poder. Então, uma avaliação técnica e, a partir daí, um juiz decide, a própria equipe profissional, enfim, pela internação compulsória porque isso já leva ao risco da própria pessoa e dos que estão em torno dela. Tem razão a Senadora Ana Amélia também nesse aspecto. Mas quero resgatar a essência do que disse aqui o Senador Humberto Costa no sentindo de a gente nem dar um passo a mais nessa outra direção porque ela está contra tudo aquilo que a própria ciência hoje reconhece. Era esse o apelo que queria fazer.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª. O Senador Wellington não é médico. Imaginem se ele fosse médico. Aprendeu tanto que virou professor. Senador Humberto, o Wellington virou um professor da matéria. Imagine se ele fosse, realmente, médico.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Nós vamos levá-lo ao Conselho Federal de Medicina por exercício ilegal da profissão. Ele fala até em neurotransmissores...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Com a palavra o Senador Waldemir Moka. Depois, a Senadora Lúcia Vânia, que também está inscrita.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, tive a honra, o privilégio, de ser liderado pelo Senador Wellington Dias, pela extraordinária Senadora Ana Amélia nessa discussão na Subcomissão, e V. Exª preside uma Subcomissão. Claro que é um ponto de vista, mas, para mim, ao participar de inúmeras audiências, essa questão da internação compulsória me parece absolutamente necessária.

Sei que vou divergir, são opiniões, eu respeito, até por que o Senador Humberto não é somente médico, como é especialista. Mas foi falado inúmeras vezes, inclusive por psiquiatras, que muitos dos dependentes têm, como precedente, uma doença mental, como ser bipolar, esquizofrênico. Esse tipo de coisa cria situações em que a família, às vezes, não tem alternativa senão realmente pedir a internação compulsória. Esse é um caso. A única coisa que me parece, no projeto, e aí vou me somar ao apelo do Senador Wellington Dias no sentido de que a multa me parece... Procurei e só encontro a alternativa de uma emenda supressiva, porque multar uma pessoa dependente quimicamente vai ter reflexos na família, porque não vai ser ele, não tem jeito. Então, nessa questão, concordo, embora ela seja impraticável no aspecto da cobrança da multa, ela ainda carrega... E aí começa a história de, se reincidir... E iremos entrar na questão da criminalização.

Então, eu pediria, Senadora Ana Amélia, que a gente pudesse, talvez... Se V. Exª suprimir, se vai ter algum problema, mas depois, na redação final, a gente poderia corrigir o projeto. Agora, concordo no resto, acho o debate na Comissão chegou a essa conclusão e quero me somar ao esforço da relatora Ana Amélia e também do Wellington, porque, realmente, levamos com muita seriedade esse trabalho aqui, Sr. Presidente. É a minha sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu me manifestarei, depois de ouvir a Senadora Lúcia Vânia e o Senador Mozarildo Cavalcanti, a respeito da proposta do Senador Moka para fazer uma alteração verbal.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Com a palavra a Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Srs. e Srªs Senadoras. Gostaria de ressaltar o trabalho da Subcomissão, na pessoa do Senador Wellington e da Senadora Ana Amélia. Confesso a V. Exª que esse é o meu segundo mandato. Dificilmente vi um tema ser tratado com tanta seriedade como esse o foi pela Senadora Ana Amélia, ocupando a tribuna por várias vezes, buscando saídas. Tanto ela quanto nós aqui, a maioria, não somos especialistas na área, mas é um problema que aflige a todos nós.

Concordo inteiramente com o Senador Humberto. Sou uma defensora da não internação compulsória. Mas acredito que nós não conseguimos avançar ou pelo menos consolidar os avanços que tivemos na área da saúde mental em função da operacionalização do trabalho de prevenção e do trabalho curativo relativo às drogas.

Concordo que o Plano Nacional de Combate às Drogas é perfeito. É um plano bem pensado, mas a gente que trabalha na operacionalização junto aos Municípios vê que há uma frustração total, 90% dos Municípios estão já comprometidos com o tráfico, com o uso do *crack*.

No entanto, o prefeito vem aqui, o assunto é tratado ora no Ministério da Justiça, ora no Ministério da Saúde, ora no Ministério da Ação Social. Não se tem uma unidade de coordenação do projeto. E isso faz com que sejam frustrantes os resultados. E a gente tem visto que os resultados frustrantes levam à radicalização, levam a medidas mais duras.

E acho que foi é isso que avançou nessa direção, pela impotência do poder público, no sentido de fazer com que a sociedade sinta a segurança na aplicação do plano. Isso leva à radicalização.

Depois de ouvir os debates todos aqui de especialistas, acho que a Senadora Ana Amélia tem profunda razão em tentar mostrar que há necessidade de uma ação, mesmo que essa ação venha ferir esses avanços que tivemos.

Agora, pessoalmente, optaria em fazer com que a operacionalização fosse mais eficiente. Como não o é, nós temos que atender aquilo que é prático, aquilo que está ao nosso alcance. E o que está ao nosso alcance aqui é exatamente o que ela procurou fazer, amenizando o projeto, fazendo com que ele não seja tão radical e não tenha retrocesso, porque é muito duro a gente imaginar que no passado nós tivemos a saúde mental em que o eletrochoque anulava as pessoas e fazia com que as pessoas se sentissem impotentes diante de uma situação grave.

É muito duro imaginar que o País possa voltar a ter uma prática nessa direção em relação à saúde mental, mas é preciso que haja uma solução. Não há mais como suportar 90%, se não hoje 100%, dos Municípios brasileiros já totalmente contaminados pelo *crack*.

Em relação à multa, Senador, estou com a maioria dos Senadores que aqui se posicionaram. Acho que, se a Senadora Ana Amélia puder refletir, refluir, seria interessante.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – É possível a própria Senadora alterar o seu relatório.

Mas vamos ouvir primeiro ainda aqui Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sr. Presidente, ouvi atentamente o Senador Moka. E realmente de todas as posições aqui feitas, também sendo médico, eu acho que a única coisa desse projeto que realmente merece ser substituído, e aí apelo à Relatora, é retirar essa penalidade de multa, por-

que uma família que tem uma pessoa drogada já está penalizada de maneira muito grave e ainda a pessoa ser penalizada, como foi dito aqui, quem vai pagar é a família. É realmente uma coisa que não tem nexo.

Então, é o único ponto de que discordo.

No mais, acho que o projeto, como dito pelo Senador Wellington, está muito bem discutido, bem informado. Portanto, merece ser aprovado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Agradeço, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Eu gostaria que V. Exª me permitisse conceder a palavra à Senadora Vanessa, que pediu também para se inscrever e fazer a sua observação.

Com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, já conversei com a Senadora Ana Amélia, procurei fazer individualmente uma sugestão, e ela me disse que isso já aconteceu, ou seja, o projeto já foi retirado, já foi revisto.

Mas quero concordar aqui, primeiro, com a delicadeza do tema. É um tema extremamente delicado. Então, não podemos achar que o tempo é o nosso inimigo. Pelo contrário, talvez o tempo seja exatamente a medida do equilíbrio que nós estamos precisando. Acho que a Senadora não precisa repetir. Eu fiz parte da subcomissão e não preciso repetir o empenho que tiveram tanto o Senador Wellington quanto a Senadora Ana Amélia no envolvimento e no estudo dessa questão, que, infelizmente, acomete milhões e milhões de brasileiros e brasileiras e dos mais jovens, o que é muito grave, não é, Sr. Presidente?

Eu tenho algumas opiniões. Por exemplo, concordo com o Senador em relação à internação compulsória. A legislação hoje já garante isso. Se a gente ampliar ou não colocar de forma extremamente cuidadosa, pode acontecer exatamente isso. Um descuido, um tratamento muitas vezes malfeito pode ser às vezes até pior que a falta de tratamento, Presidente, pode ser até pior, pode trazer mais sequelas, pode piorar a situação.

Então, não sei se não seria o caso de a Senadora novamente pedir a retirada, para avaliar. O Senador sugeriu que retirasse a multa. Eu acho que a multa é um consenso, passa a ser, já até parte da própria Senadora, um consenso entre nós de que não vai recair no usuário. Pelo contrário, o usuário rouba as coisas de dentro de casa para poder manter o vício. Imagina se vai ter condições de pagar uma multa! Então, vai exigir que a família venda o que não tem porque foi o próprio usuário que já subtraiu. Então, eu acho que nós precisamos amadurecer mais este debate, Presidente. A minha opinião é esta.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Gostaria também de fazer algumas observações.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – RS) – Eu serei breve. Eu ouvi atentamente. Eu acho que hoje a gente passou por uma verdadeira aula, desde o Senador Humberto Costa, que foi Ministro da Saúde; depois o Senador Wellington Dias, um professor na área, Presidente dessa subcomissão; a Senadora Ana Amélia, que tem feito trabalhos extraordinários, e a preocupação do Senador Moka. Eu acabei até sentindo que há um consenso de que a multa é uma penalização para a família, que já vem sofrendo, a família já vem sendo apenada.

Eu, no início, pensava por que deve ser feita a internação compulsória. Não é preciso avaliar primeiro? Mas comecei a concordar, porque, se a pessoa for internada, no internamento, vai-se fazer a avaliação, vai-se observar se a pessoa, na verdade, precisa ficar internada, precisa merecer mais cuidados ou não. Quer dizer, essa avaliação, deve ser feita no internamento. O que diz a Senadora Lúcia Vânia – e concordo com ela – é que hoje a sociedade, na parte dos Municípios, ou é o Ministério Público, pula para cá, passou o social, e pula para lá, e fica assim, e fica a pessoa sendo jogada para cá e para lá. Se for internada, naturalmente, haverá tempo e ocasião para fazer uma verdadeira avaliação, se ela deve ficar se tratando ou se ela pode ser liberada, ficar em casa com a família, em observação. Eu acho que isso se contempla. É a minha opinião, Sr. Presidente, nobres Colegas.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/PMDB – MT) – Agradeço a V. Exª.

Permita-me fazer uma pequena observação. É assunto – é claro e natural – complexo. Ninguém pode discutir. A família está extremamente penalizada.

Aproveitando a presença do Humberto, nosso Senador que foi Ministro, digo: Senador Humberto, é um negócio complexo também a questão de psiquiatria hoje, no Brasil, na medida em que vários hospitais psiquiátricos foram fechados com o novo tratamento que é o diário. Vou dar um exemplo para V. Exª: há poucos dias, uma família de uma cidade chamada Brasnorte me ligou pedindo socorro. Sabe qual o pleito que faziam? Que eu conseguisse um hospital em Cuiabá para que um membro da família que tem problema de transtorno mental viesse a ser internado, porque a família não o aguentava mais, não o suportava mais. A mãe era viúva e estava sofrendo, bem como o irmão e a irmã. Então, eu cheguei à seguinte conclusão: também é um problema grave no Brasil a questão psiquiátrica, na medida em que, por exemplo, Mato Grosso tem um hospital em Cuiabá. Mesmo assim, foi fechado. Hoje

atende diariamente num centro de tratamento psiquiátrico lá em Cuiabá, que não suporta a demanda. Você imagina, é uma coisa pequena. Isso chegou também a ser hoje um problema sério no Brasil. Além do sofrimento das famílias que não suportam mais, chegando ao ponto de acorrentar ou pedir até para nós, políticos, ou para a Polícia para prender o cidadão, para levá-lo preso, para uma delegacia de polícia, para um presídio. Então é grave, seriíssimo. E, para esse assunto psiquiátrico, também nós temos que buscar uma solução... Imaginem, no Mato Grosso não existe, um Estado de dimensão continental, 13 milhões de habitantes, e eu pergunto: onde vamos internar? Os hospitais não querem também pessoas com deficiência mental, não fica lá não. O médico libera na hora. A pessoa chega lá, fica um dia e fala: "Ô, por favor, vai para sua casa, aqui nós não suportamos".

Então, é grave, é sério, e chega ao cúmulo do absurdo de nós recebermos pedido político para dê jeito de internar a pessoa que está com esse problema de transtorno mental. E a questão da multa, eu acho que é quase um consenso aqui, e V. Exª tem toda a autoridade de pedir para fazer o quê? Retirar a matéria e fazer essas mudanças...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria apenas fazer verbalmente, Presidente, até sobre esse seu comentário a respeito do doente mental, tenho informação de que muitos deles, pela dificuldade da família, por esse desespero a que chegam famílias, que alguns desses doentes que não tenham o lugar adequado para estar, estão hoje nas ruas porque foram totalmente marginalizados.

Mas eu queria novamente situar a sustentação que fiz a respeito desse projeto. Entre os autores de que me vali, e eu queria até agradecer muito à Consultoria Legislativa do Senado, os autores foram o ex-Presidente Lula, em cujo *blog*, em junho de 2010, escreveu: "Em 2006, depois de um trabalho conjunto do Governo Federal com o Poder Legislativo, o Congresso aprovou e eu sancionei a Lei nº 11.343".

Está como escreveu o Presidente Lula. Escreveu ele:

"A Lei não descriminaliza o tráfico, mas acaba com a pena de prisão para os usuários de drogas. Eles passaram a ser julgados pelos Juizados Especiais Criminais que preveem penas alternativas e medidas socioeducativas. Com isso, procura-se garantir a ressocialização do usuário ou dependente que ao responder ao processo será orientado por um juiz e uma equipe especializada, e terá oportunidade de ser encaminhado para tratamento".

Ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso:

"O Modelo atual de política de repressão às drogas está firmemente arraigado em preconceitos, temores e visões ideológicas. O tema se transformou em tabu que inibe o debate público por sua identificação com o crime, bloqueia a informação e confina os consumidores de drogas em círculos fechados onde se tornam ainda mais vulneráveis à ação do crime organizado".

Também o Cebrid, da Universidade Federal de São Paulo.

"Nenhum usuário ou dependente de drogas deve ser preso por simples uso. A prisão não resolve, pelo contrário só agrava os danos decorrentes do uso de drogas dificultando a reinserção. A criminalização dos usurários prejudica a prevenção da AIDS e o acesso aos cuidados necessários aos dependentes de drogas mais desfavorecidos".

Então, todos esses aspectos foram nesse substitutivo considerados. E eu acolho a sugestão do Senador Waldemir Moka, retirando verbalmente desse projeto, para não perder mais uma semana ou mais tempo, porque ele já foi exaustivamente debatido, retirando a penalização da multa – que foi uma sugestão de alguns psiquiatras – para viabilizar, porque a Lei nº 11.343 prevê a internação involuntária, e a compulsória, essa lei vai regulamentar melhor o aspecto. Além disso, como ela não é terminativa, aqui irá para as questões jurídicas na Comissão de Constituição e Justiça.

Então, por isso eu acolho verbalmente a proposta do Senador Waldemir Moka.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos**.** Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª

Com a palavra o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente, é que eu estou profundamente angustiado, porque um projeto de minha autoria que trata da pirataria de medicamentos e equipamentos de uso na saúde está em discussão lá na Comissão de Constituição e Justiça. Mas eu queria ler aqui o texto da Lei nº 10.216, a Lei de Reforma Psiquiátrica, chamada Lei Paulo Delgado.

A lei ela não acaba com a internação, isso é um mito, não acaba com a internação. O que ela procura evitar, e ela proíbe, é a internação em sistema de estrutura asilar. O argumento daqueles que têm uma defesa do hospital psiquiátrico, do manicômio e do asilo é que a lei prevê a proibição da internação. Não é verdade. A lei prevê três situações em que pode haver a internação. Está aqui: a internação voluntária é aquela em que o próprio paciente diz: olha, eu estou me sentindo mal, gostaria de ser internado.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Estou ficando doidão.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PI) – Então ele vai para um Caps, porque o Caps também tem a internação, ou ele pode ir para um hospital psiquiátrico que ainda exista, porque na verdade ninguém acabou com o hospital psiquiátrico. O que há é um processo de substituição da estrutura asilar por uma estrutura extra-hospitalar, especialmente os Centros de Atendimento Psicossocial, os Caps; inclusive existem Caps especializados para dependentes de álcool e drogas, os chamados Caps-AD, que estão passando a funcionar 24 horas por dia, 7 dias por semana.

Existe a internação involuntária. Qual é a internação involuntária? Quando um familiar pede a uma equipe que faça o internamento daquele paciente por considerar que não tem condição de ficar com ele, porque considera que ele não pode decidir naquele momento pela sua internação ou não.

E tem a internação compulsória que é determinada pela Justiça. Se isso não atende à preocupação que todos nós estamos tendo aqui, eu não sei mais ao que atende.

Então, esse projeto está prejudicado, concretamente prejudicado.

A minha proposição é que nós rejeitássemos esse projeto no sentido de que ele vai, cedo ou tarde, representar um retrocesso naquilo que foi conquistado com muita luta. Quantas pessoas aqui no Brasil não fizeram fortuna com a indústria da loucura? Hoje, ao contrário... Esta semana, lá em Recife, por exemplo, num manicômio que tinha mais de 1.500 pacientes, o dono não tem mais interesse... Então, o que ele fez? Não quero mais credenciamento de hospital psiquiátrico, e vão fazer lá um grande empreendimento imobiliário e tal. Isso porque o que havia de interesse era o lucro. Era isso que havia. Nós temos que garantir é que as pessoas sejam atendidas, acolhidas, cuidadas, inclusive de uma forma melhor. Por que é que hoje existe dificuldade muitas vezes de se conseguir um internamento num Caps? Pelo fato de que antes você pegava um psiquiatra, botava de plantão dentro de um manicômio para que ali aquelas pessoas fossem tratadas como objetos O que nós temos que fazer é acabar com o corporativismo dentro da categoria médica, que quer dizer qual é o tipo de profissional. Não, já tem psiquiatra demais, já tem não sei o quê demais. Tudo eles acham que tem demais. Essa é a discussão que precisamos fazer. Nós precisamos de psiquiatra, precisamos de psicólogo, precisamos de terapeuta ocupacional e precisamos de espaço para internar essas pessoas, quando for necessário, mas não dentro de um hospício, não tirando o direito das pessoas. Isso já está garantido pela lei, Sr. Presidente.

Então, eu sou... Não vejo como aperfeiçoar isso que está aí, esse projeto. Eu sou pela rejeição do projeto.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, Sr. Presidente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria, então, fazer a leitura da alteração verbal...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Eu solicitaria a V. Exª...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Só mais uma participação do competente Senador Wellington Dias. Depois, V. Exª pode encerrar a discussão e entrar em votação...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sou um aprendiz, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Atendendo aqui à mudança do relatório de V. Exª.

O que V. Exª vai ler?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Vou ler a alteração proposta.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Eu sou um aprendiz aqui e estou aprendendo muito com V. Exª e com toda a equipe.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Veja só, eu estive analisando aqui item por item e na verdade trata-se da alteração dessa lei que foi citada, do Presidente Lula, a 11.343, e da outra, que é a 10.216, e da 9.099. São três leis que são alteradas. Veja só, no primeiro item, no art. 1º, é colocada uma alteração no art. 5º da 11.343, e eu acho que ele só reforça o que está lá: "É papel do Estado combater o tráfico de drogas, os crimes conexos em todo o território nacional, dando ênfase às áreas de fronteira, com o apoio das Forças Armadas na forma da lei. Além das Forças Armadas, entra a Polícia Federal, a Polícia Militar, a Polícia Civil etc.

Para tirar o segundo, que é o da multa, é preciso tirar toda a parte do art. 28. E aí, quando a gente vai...

Senadora Ana Amélia...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Exatamente. Quando falei na retirada da multa, permita-me, o senhor não viu todos os itens que serão retirados: o art. 28, o inciso IV, o §4º, o §6º e, no art. 29, "a", e também o parágrafo único do art. 29.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Deixe-me explicar para a senhora compreender qual é a minha preocupação.

Por exemplo, o art. 28, "a" – e aí a preocupação que estamos levantando aqui –, diz: "Na sentença con-

denatória, o juiz, com base no laudo dos profissionais, poderá determinar o encaminhamento do agente para o tratamento". Para o que quero chamar atenção aqui? Vou pegar um exemplo. Você tem alguém que é usuário de drogas. Qual é o problema que temos hoje? Na forma como está, a lei trata da parte psicológica, psiquiátrica e, às vezes, o médico fica com o temor de fazer o tratamento compulsório e ele pagar por isso. O que tenho defendido é que, na lei existente, seja incluído o texto "álcool, *crack* e outras drogas", enfim um texto que, como está hoje para o doente mental, sirva claramente para o dependente químico. Porque a lei foi feita em uma época em que se tratou apenas do dano psicológico, psiquiátrico. Por quê? Porque, do contrário, o juiz tem de dar uma sentença condenatória. Sou um pai, meu filho, graças a Deus, não é dependente, mas estou citando como exemplo, precisa disso. Então, vai ao juiz, que o manda para o tratamento. Mas é sob a forma de uma sentença. Ele termina o tratamento sentenciado, quer dizer, isso fica na vida dele. É isso que não queremos.

Quero chamar atenção para isso, Sr. Presidente. Fico feliz em ver o debate desse tema aqui. Acho que não tem nenhuma Comissão, repito, não é porque fui presidente, mas esta Comissão toda se empenhou por esse trabalho. Várias pessoas, que nem eram membros, participavam das audiências, contribuíam, debatiam. Por essa razão, acho que podemos... Qual é o espírito que tem aqui, qual a ideia que tem aqui? É preciso que o profissional não tenha receio de tomar uma decisão com base em uma lei, quando sentir que aquela pessoa tem uma dependência avançada. Se fizermos isso, ficaremos satisfeitos. Meu receio é fazermos na rapidez e darmos um passo atrás na questão da criminalização.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – O Senador Wellington...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Com a palavra a Senadora Ana Amélia, para concluir, pois estamos em processo de votação.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Queria agradecer ao Senador Wellington, que me deu a oportunidade de fazer esse aperfeiçoamento e essa especificação objetiva. Primeiro, acolhendo a proposta dos Senadores Waldemir Moka e Mozarildo, ambos médicos, e da Senadora Lúcia Vânia, queria fazer a retirada verbalmente, queria que a área técnica anotasse. O substitutivo fica:

> "O art. 1º da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, passa a viger com as seguintes alterações:
>
> Art. 5º .....
>
> .....
>
> V – Combater o tráfico de drogas e os crimes conexos em todo território nacional, dando ênfase às áreas de fronteira, com apoio das Forças Armadas, na forma da lei."

Isso já está previsto.

Então, são retirados o art. 28, o inciso IV, que fixa a multa, o §4º, o §6º, os incisos I e II, que tratam de admoestação verbal e multa. No art. 28, "a", o texto ficará assim:

"Retira-se a expressão 'na sentença condenatória' para 'o juiz', com base em laudo emitido por comissão técnica, poderá determinar o encaminhamento do agente das condutas previstas no art. 28, para tratamento especializado do dependente químico e, se for o caso, para internação compulsória, observadas as disposições da Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001.

§1º A comissão de que trata o *caput* funcionará junto ao tribunal ou juízo competente e será composta por três profissionais da saúde com experiência no tratamento de dependência de drogas, sendo ao menos um deles médico.

§2º O juiz poderá, a qualquer momento, encaminhar o acusado para tratamento [...] Tiramos "acusado": [...] o dependente para tratamento especializado, após ouvida a comissão especificada no §1º.

§3º O juiz determinará ao Poder Público que coloque à disposição do agente das condutas previstas no art. 28, gratuitamente, estabelecimento de saúde para tratamento especializado, inclusive em regime de internação."

Art. 28-B. Para fins do exposto no art. 76 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, o Ministério Público poderá propor o encaminhamento do dependente para tratamento especializado.

Suprimem-se o art. 29-A e o parágrafo único do art. 29-A, e volta-se ao art. 47.

O juiz, com base... Retira-se "na sentença condenatória", e volta-se ao texto. O juiz, com base em avaliação realizada pela comissão prevista no art. 28-A, que ateste a necessidade de encaminhamento para tratamento do agente dos...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Senadora Ana Amélia, aqui no §4º: [...] Em caso de reincidência, as penas previstas nos incisos II e III do *caput* serão aplicadas pelo prazo máximo de 10 (dez) meses.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – São tiradas. Foi retirada.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Essa vai retirar?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Foi retirada, Senador. Está retirada.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Não é só embaixo aqui: "[...] E a pena prevista [...]".

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Está retirado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Tudo?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Todo ele. Todo.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Todo.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – O artigo 28, o inciso IV, o §4º e o §6º, também, são retirados.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – O sexto também?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Também retirados. Eu falei.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, deixe-me fazer só apelo aqui...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Senadora Amélia, eu queria fazer uma consulta...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Vamos pela ordem. Primeiro, Humberto; depois, Wellington.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente, eu queria fazer uma consulta a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pois não.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Eu entendo que, dado o grau de mudanças que a Senadora...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Ana Amélia está propondo...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – ...realiza no seu relatório, pergunto se cabe regimentalmente um novo pedido de vista.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Cabe. Regimentalmente, é possível sim, conforme informação.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – A segunda questão que quero levantar é um apelo: se realmente ela deseja construir algo...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Diferente...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – ...que seja referendado por todos, retire de pauta, e que tentemos construir coletivamente alguma coisa que possa significar o consenso.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – É isso.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Regimentalmente, Senadora Amélia...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – ...porque, mantendo-se o que está aí, vou pedir vista a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – É possível. V. Exª pode retirar e construir um novo relatório.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Não há dúvida.

Em nenhum momento do meu mandato até agora, Senador Presidente Jayme Campos, Senador Humberto Costa, tive a intenção de obstruir, de impedir, de dificultar qualquer matéria, especialmente uma matéria dessa natureza, com essa complexidade, com esses ingredientes sociais de saúde pública, com esse grau de responsabilidade que todos nós temos de ter diante desta situação, que é uma preocupação hoje e que não respeita classes sociais, a de que o *crack* está em 98% dos Municípios brasileiros.

Então, eu sou a primeira pessoa a acolher uma sugestão do nosso ex-Ministro da Saúde, médico psiquiatra, para que tragamos aqui... Não gostaria, Senador Humberto, que não disséssemos alguma coisa sobre isso, que ele simplesmente fosse rejeitado, porque foi um esforço muito grande de proporcionar alguma alternativa nessa questão do tratamento do dependente, especialmente em relação ao *crack*.

Então, acolhendo a sua sugestão, faço um pedido de vista. E solicitaria aos demais Senadores um pedido de vista coletiva, para que isso retorne.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Isso. Corretíssimo.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Correto.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senador...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Estou aperreado lá com...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos) – Há dois Senadores inscritos, três: Wellington e Moka.

Pela ordem, Senador Waldemir Moka; depois o Senador Wellington e Senador Paulo Davim.

Nós encerramos a discussão, tendo em vista que foi feito um pedido de vista coletiva. Vai ser produzido um novo relatório, que, na próxima reunião, a Senadora Ana Amélia poderá trazer para ser votado aqui.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu preciso fazer um registro de que houve... Quero fazer uma autocrítica. Eu pedi vista do projeto...

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Eu também.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – ...e deveria ter tentado construir um texto.

Então, na verdade, Senadora Ana Amélia, a falha não é de V. Exª. Eu falhei ao não propor um texto, e eu podia tê-lo feito, porque tive prazo regimental para fazê-lo. De forma que quero aqui fazer esta autocrítica e isentar a Senadora Ana Amélia. Se o texto não é melhor, é porque este Senador...

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – V. Exª me permite um aparte, Senador Moka?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – É que é uma loucura. Peço desculpas aos meus Pares, mas a falha, basicamente, embora...

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Senador Moka, permita-me um aparte.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Pois não.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Eu gostaria de dividir com V. Exª essa culpa, porque, na verdade, fomos nós dois que pedimos...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Então ninguém vai ter culpa.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sem penalidade.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Então, quero isentar a colega Ana Amélia dessa culpa, porque, na verdade, nós pedimos vista da matéria e não construímos um texto consensual.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Eu quero é parabenizar a Senadora Ana Amélia. Todos nós aqui reconhecemos o esforço que ela fez e sabemos das intenções dela no sentido de encontrar uma saída. Sei que há lá fora, e aqui dentro também, uma angústia muito grande em relação a esse problema. Eu acho que todos nós aqui temos a responsabilidade de ajudá-la a construir esse texto. Acho que o pedido de vista coletiva abre a possibilidade de a gente sugerir, ela mesma como nossa relatora, para encontrar um texto alternativo que a gente possa votar aqui, se Deus quiser, consensualmente. A Comissão de Constituição e Justiça vai ser só para homologar.

Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª e, tendo em vista o pedido de vista, estamos conversados. Na próxima semana, na outra semana, V. Exª apresenta outro relatório.

Nesse caso, nada mais havendo a tratar...

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Ah, temos um projeto. Paulo Davim com a palavra.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Eu gostaria de me justificar, Sr. Presidente.

Fui relator do Item nº 10. Infelizmente, eu estava no VI Fórum Nacional de Doenças Oculares, que está acontecendo aqui no auditório Petrônio Portela. Eu fui convidado para fazer parte da Mesa e debater e não pude sair a tempo de vir fazer a leitura do projeto de lei do Senador Crivella.

Fica aqui a minha justificativa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Acolhida a justificativa do Senador Paulo Davim, eu passo a palavra agora ao Senador Moka, que vai relatar o projeto que foi pautado extraoficialmente.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Não, Sr. Presidente, é o Item nº 5.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Eu entendi que tinha havido o pedido de inclusão na Ordem do Dia de um item extrapauta.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Esse já foi votado.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Ah, já foi votado. Então, o que vai entrar em pauta é o Item nº 5, cujo relator é V. Exª.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – É que o chefe aqui da Comissão, não sei por que, não quis colocar o item para ser votado.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Ele quis me dar a preferência para que eu, como Vice-Presidente, encaminhasse essa matéria.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente...

Senador Moka, se V. Exª permite, gostaria de dizer que, entre os itens que ainda têm de ser apreciados, há o nº 3. Vou pedir vista do Item nº 3. Será que eu poderia fazer isso antes de V. Exª iniciar a leitura do relatório relativo ao Item nº 5?

(Intervenção fora do microfone)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Ah, não vai ser colocado em pauta?

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – O Senador Gim, relator, não está presente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Então pronto, não vai ser colocado em pauta. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Não, não vai.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Pois não.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Vamos ao parecer.

Da Comissão de Assuntos Sociais, Projeto de Lei do Senado nº 11, de 2011, do Senador Alvaro Dias, que a altera a Lei nº 7.670, de 8 de setembro de 1988, e o art.186 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para incluir os portadores das formas crônicas da hepatite B ou da hepatite C.

Eu vou direto à análise, Sr. Presidente.

Cabe a esta Comissão de Assuntos Sociais analisar o mérito da proposição em conformidade com as competências regimentalmente atribuídas a este colegiado. Os aspectos referentes à constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa serão avaliados pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a quem compete decidir sobre a matéria em caráter terminativo.

Isso posto, é inegavelmente meritório o objetivo de estender os benefícios da lei aos portadores das formas crônicas da hepatite B ou da hepatite C. De fato, as hepatites B e C, nas últimas décadas, pelo aumento da morbimortalidade e pelos altos custos dos tratamentos, especialmente em relação às formas crônicas, têm-se constituído em graves problemas de saúde pública. As formas crônicas dessa doença têm evolução insidiosa e podem resultar em quadros clínicos graves como a cirrose e o carcinoma hepatocelular, que afetam a qualidade de vida e a própria sobrevida desses pacientes.

Assim, consideramos justo que os portadores das formas crônicas das hepatites B ou C sejam contemplados com os benefícios que o projeto busca conceder. Essa medida, a nosso ver, além de demonstrar solidariedade com o sofrimento dessas pessoas, promove a justiça e a isonomia de tratamento ao estender aos portadores das formas crônicas das hepatites B ou C benefícios que hoje já são concedidos a pessoas portadores de outras doenças igualmente graves.

Essa é a análise do relatório.

E o voto, em vista do exposto, é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 11, de 2011.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Está em discussão o parecer que foi oferecido pelo eminente Senador Waldemir Moka.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Presidente, Casildo Maldaner...

O SR. PRESIDENTE (Bloco/PMDB – SC) – Com a palavra, Senador Paulo Paim, para discutir.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Alvaro Dias está aí, que é o autor do projeto, e o Waldemir Moka, que é o Relator, nosso Senador.

A pergunta que eu faço primeiro, porque eu estava em um debate das pessoas com deficiência, por isso cheguei aqui agora, é se ele é terminativo ou não? Não? Então, poderá ser votado, se for o caso.

O que me informa a assessoria, Senador Waldemir Moka, é que o projeto é importante, que o projeto atende a uma demanda da sociedade, mas que está virando uma verdadeira epidemia, inclusive no Brasil, a questão das hepatites B e C. A sugestão que eu recebi... Mas eu só farei o encaminhamento de acordo com o autor e o relator, senão seria importante, pela grandeza dessa questão que preocupa a todo o povo brasileiro, nós realizarmos uma audiência pública para trazer esse debate aqui para dentro da Comissão e, em seguida, aprovar o projeto. Essa é minha opinião.

Eu consulto o autor e o relator sobre essa sugestão. Eu, naturalmente, vou acompanhar a posição da relatoria e do autor, porque o projeto, de fato, tem de ser aprovado. Agora, nós daríamos mais visibilidade a essa questão pela importância e pela epidemia que está havendo das hepatites B e C.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Com a palavra, diante das colocações do Senador Paulo Paim, o autor da proposta, que é o eminente Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Primeiramente, eu quero cumprimentar o Relator, Senador Waldemir Moka, pelo trabalho que apresenta, com parecer favorável a uma proposta de grande alcance social. Eu temo que retardar seja frustrar muita gente. Há uma pressão favorável à aprovação deste projeto, porque ele não é novo. Inclusive, eu tenho de me referir à autoria deste projeto, em 2004, à Senadora Ana Júlia Carepa. Portanto, já em 2004, a ex-Senadora Ana Júlia Carepa, já apresentava este projeto. Como houve o arquivamento, nós o recuperamos e o reapresentamos exatamente para atender milhares de pessoas necessitadas em todo o País.

Por isso, faço um apelo ao Senador Paulo Paim: este assunto tem sido bastante debatido, especialmente entre aqueles que militam na área da saúde, saúde pública, sobretudo. E nós gostaríamos de ver

este projeto agilizado e se possível sendo aprovado com celeridade. É o apelo que eu faço.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, respondendo à proposta do Senador Alvaro Dias, que é um apelo – e muito positivo – que tem a sensibilidade de todos nós. E falava aqui com o Senador Waldemir Moka que me dizia o seguinte: "Vamos aprovar e, na próxima Comissão, que eu acho que é na CCJ, se for o caso, a gente faz a audiência pública lá". Então, acho que há um entendimento tranquilo pela aprovação do projeto, reconhecendo, sem sombra de dúvida, que tem um alcance social enorme.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, eu vou falar com o Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senador Eunício, uma vez que eu tenho assento também naquela Comissão, Senador Paulo Paim, para que talvez possa continuar sendo relator, e aí atender ao pedido.

Acho que o que V. Exª propõe, realmente, sobre essa questão de hepatite, por ser importante, mereceria uma audiência pública. Ao aprovar aqui e ir para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, vamos realizar a mesma coisa na outra Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Com a palavra ainda o Senador Paulo Davim sobre a matéria.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, concordo com o posicionamento do relator, apesar de acreditar que o debate, numa audiência pública, sempre enriquece em alguma coisa a matéria. Mas, como não é terminativo, poderíamos aprová-la aqui e o compromisso do Senador Moka, que é o relator, lá na CCJ, se for o caso, promover o debate.

Não que, no meu caso, no caso do Senador Moka e também do Senador Mozarildo, que somos médicos e conhecemos a patologia, isso não vai acrescentar muita coisa, mas é importante para sedimentar essas informações para o colegiado que vai apreciar a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Continua em discussão a matéria.

Não havendo mais quem queira discutir, em votação. *(Pausa.)*

Aprovada.

Diante disso, a matéria vai para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com decisão terminativa lá, sem prejuízo, naturalmente, das ideias aqui levantadas pelo Senador Paulo Paim e pelo Senador Paulo Davim.

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 11, de 2011.

Requerimentos.

Passo a ler o seguinte requerimento:

REQUERIMENTO Nº 8, DE 2012

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno, seja feita audiência pública para instrução do Projeto de Lei do Senado nº 112, de 2010, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves, que define percentual mínimo de participação de mulheres nos conselhos de administração, antes da votação do relatório sobre a matéria. Sugiro a indicação das seguintes personalidades: 1) Ministra Eleonora Menicucci, Secretária de Políticas para as Mulheres – Justificativa da convocação: poderá contribuir com informações sobre as diretrizes do Governo Federal na promoção de políticas públicas e ações afirmativas relacionadas à maior participação das mulheres em cargos executivos nas empresas em geral; 2) Srª Heloísa Bedicks, Superintendente do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – Justificativa da convocação: Executiva de carreira, poderá contribuir com uma visão geral do mercado corporativo no tocante às políticas de diversidade de gênero e participação de mulheres nos Conselhos de Administração; 3) Prof. Dr. Alexandre Di Miceli da Silveira, Pesquisador da USP, Doutor e Mestre em Administração de Empresas e Finanças pela FEA-USP, pós-doutorado pela Université Catholique de Louvain, Bélgica – Justificativa da convocação: Como pesquisador experiente e autor dos livros *Governança Corporativa: Teoria e Prática no Brasil e no Mundo*, *Governança Corporativa, Desempenho e Valor da Empresa no Brasil* e *Governança Corporativa e Estrutura de Propriedade*, articulista da revista *Capital Aberto* e coordenador do Ranking Anual "Melhores Companhias para os Acionistas", poderá contribuir com uma visão histórica mundial e nacional acerca da participação das mulheres nos Conselhos de Administração das empresas abertas, fechadas e de controle familiar. 4) Srª Luiza Trajano, Empresária e Vice-Presidente do Conselho de Administração do Magazine Luiza – Justificativa da convocação: Empresária bem sucedida e atualmente cotada a assumir o Ministério da Micro e Pequena Empresa, poderá contribuir com as experiências e desafios enfrentados durante sua carreira executiva; 5) Sr. Edemir Pinto, Diretor Presidente da BMF& BOVESPA – Justificativa da convocação: poderá contribuir com uma visão geral da situação das mulheres

executivas no mercado de capitais, esclarecendo ainda se há alguma razão mercadológica específica para o déficit de mulheres nos Conselhos de Administração, especialmente o fato que o próprio Conselho de Administração e Diretoria Executiva da BMF& BOVESPA não possuem sequer 1 mulher em seus quadros; 6) Srª Helle Klem, Representante do Consulado da Noruega no Rio de Janeiro – Justificativa da convocação: Considerando que a Noruega foi o 1º país a instituir as quotas compulsórias em 2005, sua contribuição será de muita relevância para compreender a complexidade e os desafios encontrados durante a implementação do processo.

Autor: Senador João Vicente Claudino

Concedo a palavra ao eminente autor da proposta para encaminhar.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, esse projeto da Senadora Maria do Carmo já tinha sido votado na Comissão de Assuntos Econômicos e seria terminativo na CCJ.

Projeto moderno sobre governança corporativa, que estabelece uma participação da mulher nos conselhos de administração, matéria que tem sido muito discutida no mundo, por isso incluímos empresários e estudiosos, assim como o Cônsul da Noruega, que foi o primeiro país a implementar em lei esse projeto. Depois, a Senadora Lúcia Vânia, com muita prudência, requereu à Mesa que fosse ouvida esta Comissão; fui novamente designado relator e acho que temos um momento importante para, numa audiência publica, escutarmos os dois lados, pessoas que são a favor da medida – eu sou a favor da medida – e também estudiosos que contestam a implementação dessa medida. Por isso esse requerimento de audiência pública para discutirmos esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Em votação o requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, só para fortalecer o requerimento do nosso querido Senador João Vicente Claudino. Falamos sempre que temos que combater a discriminação existente contra as mulheres e nós acabamos não avançando numa legislação que aponte nesse sentido. Para mim, na mesma linha do debate que fizemos aqui agora, Senador João Vicente Claudino, a importância não só de aprovar o projeto, mas trazer esse tema da defesa dos direitos das mulheres e combate aos preconceitos que existem contra elas é fundamental nesta audiência pública. Eu sou daqueles Senadores que acredita muito na força das audiências públicas. Vim de numa audiência pública agora, ali na Ciência e Tecnologia, em que, ao final da reunião, avançamos em três questões concretas em defesa dos deficientes.

Por isso, meus cumprimentos, mais uma vez, ao Senador João Vicente Claudino.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Muito bem. Como ninguém mais quer discutir o requerimento, coloco-o em votação. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento do eminente Senador João Vicente Claudino, e as personalidades aqui arroladas serão convidadas e, naturalmente, será marcado um determinado dia para essa audiência pública.

Próximo requerimento:

REQUERIMENTO Nº 9, DE 2012

Com fundamento no inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos, para debater o processo de desindustrialização que ocorre no País, com os seguintes convidados: Antônio Delfim Netto, Economista e Professor emérito da Faculdade de Economia e Administração da USP; Paulo Antônio Skaf, Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP; Robson Braga de Andrade, Presidente da Confederação Nacional da Indústria – CNI; Artur Henrique da Silva, Presidente da Central Única de Trabalhadores – CUT; Deputado Paulo Pereira da Silva, Presidente da Força Sindical; Paulo Bellini, Presidente do Grupo Marcopolo.

Autor: Senador Waldemir Moka.

Com a palavra o eminente Senador, para encaminhar.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, hoje, o Presidente Sarney recebeu na Presidência do Senado as centrais sindicais, além do grupo empresarial, sobre esse processo de desindustrialização. E é realmente algo que nos preocupa. Há uma orientação do nosso partido, o PMDB, e como tenho assento na Comissão de Assuntos Sociais, para que pudéssemos fazer uma audiência pública em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos, trazendo para esse debate líderes empresariais e líderes das centrais sindicais que representam os trabalhadores, para que a gente possa discutir alternativas. Porque, realmente, a cada ano, isso está sendo colocado, o País está vivendo um processo de desindustrialização, o que acaba acarretando uma diminuição na oferta de emprego, além de que os nossos produtos continuam tendo uma dificuldade muito grande de competição, seja por questão cambial, seja pelo custo de produção, que

é muito alto em nosso País. É claro que esses detalhes serão todos eles debatidos oportunamente quando e se o Plenário aprovar a realização da audiência pública conjunta da Comissão de Assuntos Sociais com a Comissão de Assuntos Econômicos.

É o nosso encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Continua em discussão o requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, eu cheguei ontem à reunião na sala do Presidente Sarney, no encerramento, porque estava presidindo uma outra comissão. Aquela correria aqui na Casa e aquela reunião também muito concorrida, Senador Waldemir Moka, apontou nesse sentido, ou seja, de termos um trabalho intenso para fortalecer a indústria nacional.

Então, meus cumprimentos ao Senador Waldemir Moka. Nós vamos participar desse debate, com certeza. Só fiquei um pouco preocupado aqui, se V. Exª me permitir, porque existem mais, no mínimo, duas ou três centrais de um peso semelhante, talvez não o mesmo, ao das duas citadas. Como atuo muito no diálogo com eles, se deixássemos aberta a possibilidade... *(falha na gravação)* ...na mesma linha e no mesmo sentido, que as outras centrais que não estão aqui listadas, pelo menos mais duas, construiríamos esse entendimento, possam expressar seu ponto de vista. Pelo que sei, aqui não é uma questão – se V. Exª me permitir – de quanto dos empresários e quanto dos trabalhadores. Todos defendem a mesma tese. Todos que virão aqui, tanto de empresários quanto de trabalhadores, defenderão a tese que o nosso Senador defende e que eu também defendo, que é somar forças com o movimento social organizado, representado pelas centrais e confederações e pelos representantes dos empresários, porque a preocupação aqui é de manter o emprego e o fortalecimento da indústria nacional.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu queria sugerir ao Senador Paulo Paim que ele ficasse absolutamente à vontade para sugerir outros nomes que representam outras sindicais, que este Senador, até pela falta de militância...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Não, mas V. Exª fez aqui uma questão bem equilibrada.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Nós não teríamos... A mim foi sugerida a Força Sindical, a CUT, mas evidentemente que V. Exª talvez seja, entre nós, o Senador mais qualificado e indicado para sugerir outras representações de trabalhadores.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Mais qualificado, não, mas eu faço força para ficar à altura dos senhores. Ah, eu faço força!

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Sem prejuízo em termos de que o eminente Senador Paim sugira outras autoridades do setor, para que haja esse encontro.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu quero até lhe agradecer também. O Paulo Bellini, do grupo Marcopolo, é da minha cidade, Caxias do Sul. É um empresário com quem tenho, inclusive, uma relação excelente.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – E para enaltecer, quer dizer, acho que o ideia do Senador Moka de unir as duas comissões, a de Assuntos Econômicos com a de Assuntos sociais, vai trazer um debate extraordinário.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – E, em 2011, já se provou que o setor industrial no Brasil teve uma queda. E, se analisarmos a parte comercial, se o setor industrial teve um desenvolvimento xis, a parte comercial teve x mais y; ela teve um movimento maior. Aí vai ver que não foram produtos industrializados no Brasil. Chega-se à conclusão de que a parte comercial no Brasil teve um crescimento maior, mas foi maior em função do quê? Em função dos produtos da China, os produtos importados. É uma ideia.

Não havendo mais quem queira discutir o requerimento, fica aprovado.

Aprovadas, então, as autoridades arroladas; e as que por acaso vierem a ser indicadas serão comunicadas, como também será marcado o dia para que haja o encontro das duas Comissões nessa audiência pública.

Temos dois requerimentos ainda aqui. Por sinal, os dois requerimentos são do eminente Senador Paulo Paim.

REQUERIMENTO Nº 10, DE 2012

Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno, requeiro a realização de audiência pública em conjunto com a Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, para debater a decisão do Tribunal Superior do Trabalho, permitindo que o cadastro de inadimplentes (SPC/SERASA) seja utilizado como critério para contratação do empregado. Os nomes dos convidados serão enviados posteriormente para a Secretaria da Comissão.

Autor: Senador Paulo Paim.

Tem a palavra o Senador Paulo Paim, para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, rapidamente, houve uma decisão de uma Turma do Tribunal Superior do Trabalho. Depois dessa notícia, que saiu na imprensa nacional, o representante da Associação Nacional dos Magistrados, ou seja, dos juízes na área do Trabalho, veio me visitar, dizendo que isso é polêmico e que, inclusive, outras Turmas têm decisões totalmente contrárias à decisão dessa Turma, que decidiu, por unanimidade, acatar a posição do relator da matéria, que foi provocada, se não me engano, em Sergipe, que diz que as empresas poderiam usar o instituto do SPC, o Serviço de Proteção ao Crédito, como também do Serasa, para efeito de não contratação do trabalhador que estivesse com seu nome lá. Isso vem na contramão da democracia e da nossa própria história.

Na CLT, há um ano ou um ano e meio atrás, havia um artigo que permitia isso aos bancos. O Deputado Geraldo Magela, aqui de Brasília, entrou com um projeto na Câmara, aprovou-o por unanimidade, veio para esta Comissão, nós o aprovamos por unanimidade – aqui foi terminativo –, foi para a Presidência da República, o Presidente Lula sanciona, e nós sacamos, retiramos aquele absurdo que estava na CLT, oriundo lá de mais de 50 anos atrás.

Pois bem, o movimento social, as centrais, as confederações, estão há anos perseguindo as listas que circulam de forma obscura, por dentro de algumas empresas – algumas, e não todas; a maioria não usa –, que já identificam quem tem alguma dívida na farmácia, no mercado, no armazém, na loja, em algum banco, e não contratam ou até mesmo demitem.

Mas nós queríamos ter um documento concreto para mover uma ação de discriminação contra o trabalhador que estava naquela situação. Pois bem, o Senado aprova aqui um projeto de nossa autoria, onde eu coloco nos crimes inafiançáveis, que não prescrevem, aquele que comete discriminação contra o assalariado que está desempregado e entra numa situação de inadimplência.

O projeto está na Câmara, na última Comissão, na CCJ, que deve aprovar. E aí vai para a sanção da Presidência da República.

Mediante todos esses fatos, que acho lamentável ter que entrar nesse debate, nós vimos a decisão tomada por essa turma. Diante do fato, eu não quero acreditar que seja a vontade do TST. Então estamos propondo uma comissão, uma audiência pública conjunta – e vou inclusive convidar o relator da matéria, da comissão, que é o juiz, e não importa aqui citar o nome; vou convidar a associação dos magistrados que me garantiram que virão aqui – para fazermos o debate e tenho certeza de que a gente vai reverter esse quadro.

Eu já me vi nessa situação, eu já fui um desempregado; qualquer um de nós, ao longo de sua vida, já ficou desempregado. Eu já fiquei. E na hora de comprar o pão, o leite, o remédio, ou na hora de pagar o banco ou de pagar uma loja, é claro que eu não paguei o banco e nem paguei a loja. Eu faria de novo isso. Se tiver de comprar o remédio, com um filho doente, eu vou usar aquele pouquinho de dinheiro que eu tenho ou para matar a fome ou para comprar o remédio. E não vou pagar nem ao banco e nem a loja.

Ora, isso eu já fiz no passado. Consegui emprego, graças a Deus, e paguei depois o banco. Renegociei com o banco – e lembro-me que foi o Banco do Brasil – e renegociei com as lojas e, felizmente, não estou no SPC. Estou relembrando coisas de muitos anos, talvez 30 anos atrás.

Eu me ponho sempre, num momento como este, no lugar do trabalhador. Vou dar um exemplo: teve um menino que foi demitido aqui de uma empresa terceirizada, porque me parece que ele tinha um laço de parentesco aqui com um funcionário da Casa. E a Casa fez o que tinha que fazer. Só que ele estava com problema no SPC. Ele me dizia: "E agora, Senador, eu não vou poder trabalhar em lugar nenhum mais, porque eu me atrasei numa loja; eu já não ganhava muito, agora fui demitido e não vou poder pagar a loja. Eu não vou poder trabalhar mais?" É a pergunta que fique. Então ele será discriminado no momento em que ele mais precisa ter acesso ao trabalho para pagar suas contas e a sua sobrevivência?

Bom, enfim, acabei fazendo a defesa da minha tese aqui e, por isso, estou pedindo uma audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Pois não, continua o debate. E, com certeza, a tese de V. Exª é boa. E a turma do TST, que teve uma posição diferente, vindo para o debate aqui, acho que será muito salutar.

Eu também comungo com o pensamento de V. Exª, que não deve ser o pensamento de todo o TST.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com certeza, não é.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Não deve ser. Mas aí as autoridades ou as entidades serão comunicadas para, posteriormente, serem convidados.

Em votação. (*Pausa*.)

Está aprovado.

Encaminharemos de acordo com o Regimento.

Passa-se ao último requerimento da pauta. Também do Senador Paulo Paim.

REQUERIMENTO Nº 11, DE 2012

Com fundamento no exposto no art. 93, inciso II, requeiro a realização de audiência pública para debater o PLC nº 98, de 2011, que institui o Estatuto da Juventude.Os nomes dos convidados serão enviados posteriormente para a secretaria da Comissão.

De autoria do Senador Paulo Paim.

Com a palavra o Senador Paulo Paim, para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, logo que o projeto do Estatuto da Juventude foi aprovado na Câmara dos Deputados, e como eu tinha trabalhado muito na PEC da Juventude, que aprovamos aqui no ano passado com as lideranças de jovens de todo o Brasil, de todas as áreas, que estiveram conversando comigo para que eu trabalhasse também nesse importante Estatuto da Juventude, que é praticamente um complemento da PEC da Juventude, o projeto do Estatuto da Juventude foi encaminhado para a CCJ, para esta Comissão e para a Comissão de Direitos Humanos. E Comissão terminativa é a Direitos Humanos. E sou o Presidente.

Então, Sr. Presidente, entendi que eu deveria dar a relatoria deste projeto lá na Comissão de Direitos Humanos para o Senador mais jovem desta Casa, que foi o mesmo entendimento que teve a CCJ, que foi para o Senador mais jovem, meu querido amigo Randolfe Rodrigues.

Comprometi-me com ele a lhe dar a relatoria e falei com o Senador Jayme Campos se aqui, na Comissão de Assuntos Sociais eu poderia relatar, já que eu havia assumido esse compromisso com o Randolfe lá. De pronto, o Senador Jayme Campos disse: "Não se preocupe, aqui você relata, e lá você dá a relatoria para o mais jovem Senador da Casa".

Mediante o fato – e ele já relatou na CCJ – eu gostaria muito que nós fizéssemos uma audiência púbica para que não houvesse nenhum desencontro entre a posição do Movimento da Juventude Brasileira, do relator da CCJ e da relatora na Câmara dos Deputados, que é minha amiga Deputada Manuela D'Ávila, do PCdoB.

Eu terei, esta semana, uma série de reuniões com a Juventude, inclusive com a Deputada, que foi quem encabeçou essa luta na Câmara dos Deputados. E, para tanto, para ficarmos efetivamente em sintonia, eu, que gostaria que o projeto fosse aprovado sem ter de voltar para a Câmara dos Deputados... Mas, se for vontade do Movimento, a gente altera e volta para a Câmara, se assim eles entenderem.

É por isso que estou pedindo essa audiência pública, em data que ajustaremos com o Presidente Jayme Campos e, naturalmente, com o encaminhamento de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Mais uma demonstração da atividade de V. Exª. Parece que é diuturna; aqui e acolá, V. Exª é procurado para atender a essas demandas.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Seguindo a orientação de V. Exª sempre.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – O que é isso! V. Exª está em todos os lugares.

Continua em discussão o requerimento do eminente Senador Paulo Paim. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação. (*Pausa.*)

Aprovado.

Ficou aprovado. Vamos encaminhar, de acordo com o que prevê o nosso Regimento. É o art. 93, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal.

É um tema, sem dúvida alguma, periclitante, importante. Acho que é um direito, e o debate da audiência pública da juventude, dos setores, dos segmentos é muito bom.

Como foi aprovado, será encaminhado, de acordo com o Regimento.

Não havendo nada mais a tratar na nossa Comissão, dou por encerrada a reunião, não sem antes convocar a próxima reunião ordinária, de acordo com o estabelecido, na próxima quarta-feira.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 8 horas e 55 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 51 minutos.)

Ata da 6ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, Realizada no Dia 7 de Março de 2012, Quarta-Feira, às Nove Horas, na Sala Florestan Fernandes, Plenário nº 9, Ala Alexandre Costa, Anexo II, Senado Federal.

Às oito horas e cinqüenta e quatro minutos, do dia sete de março de dois mil e doze, na Sala numero nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Jayme Campos,** reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Humberto costa, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Waldemir Moka, Paulo Davim, Casildo Maldaner, Lauro Antonio, Cyro Miranda, João Vicente Claudino, Vicentinho Alves Eduardo Suplicy, Vital do Rêgo, Roberto Requião, Benedito de Lira, Cássio Cunha Lima, e das Senadoras Ana Amélia, Ângela Portela, Vanessa Grazziotin, Ana Rita e Marta

Suplicy. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião. Passa-se à apreciação da Pauta. **ITEM 1– NÃO TERMINATIVO – TRAMITAÇÃO CONJUNTA. PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 44, DE 2009.** *Com"cede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados aos veículos de passageiros e mistos movidos a tração elétrica.* **Autoria:** Senador Flávio Arns. **TRAMITA EM CONJUNTO COM PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 364, DE 2009. – NÃO TERMINATIVO –** *Altera o art. 11 da Lei nº 8.723, de 28 de outubro de 1993, que "dispõe sobre a redução de emissão de poluentes por veículos automotores e dá outras providências", para determinar que os veículos leves híbridos utilizem, além da energia elétrica, apenas biocombustíveis.* **Autoria:** Senador João Tenório. **TRAMITA EM CONJUNTO COM PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 255, DE 2010. – NÃO TERMINATIVO –** *Concede benefícios fiscais referentes ao Imposto sobre Produtos Industrializados, ao Imposto de Importação, à Contribuição para o PIS/PASEP e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social incidentes sobre operações com veículos híbridos ou movidos a tração elétrica, suas partes e acessórios.* **Autoria:** Senador Roberto Cavalcanti. **Relatoria:** Senador Gim Argello. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei nº 255, de 2010 com três (3) Emendas que apresenta; e pela rejeição dos PLS´s nºs 44 e 364, de 2009, que tramitam em conjunto. **Resultado:** Retirado de Pauta. **ITEM 2– NÃO TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 460, DE 2011** *Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) para caracterizar como prática abusiva a exigência de garantia para a realização de procedimentos médicos e hospitalares em situação de urgência e emergência.* **Autoria:** Senador Ciro Nogueira. **Relatoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 460, de 2011. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 460, de 2011. **ITEM 3– NÃO TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 599, DE 2011.** *Regulamenta o exercício da profissão de Quiropraxista.* **Autoria:** Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (SF) **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 599, de 2011. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido do Relator para atender ao Requerimento nº 14, de 2012-CAS, aprovado nesta data, de Audiência Pública para instrução da matéria, por iniciativa dos Senadores Paulo Davim e Paulo Paim. **ITEM 4– TERMINATIVO – TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 46, DE 2011. Ementa do Projeto:** *Altera o caput do art. 3º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, incluindo a atividade física como fator determinante e condicionante da saúde, e dá outras providências.* **Autoria do Projeto:** Deputada Sueli Vidigal. **Relatoria :** Senador Mozarildo Cavalcanti (Substituído por *Ad Hoc*) **Relatoria *Ad Hoc* :** Senador João Durval. **Resultado:** Não sendo oferecidas emendas na discussão suplementar, o Substitutivo ao PLC nº 46, de 2011, é definitivamente adotado, sem votação, nos termos do art. 284 do RISF. **ITEM 5 – TERMINATIVO – TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 379, DE 2011. Ementa do Projeto:** *Acrescenta dispositivos à Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, que dispõe sobre as atividades de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias, para incluir atividades do Agente Comunitário de Saúde na sua área de atuação.* **Autoria do Projeto:** Senador Eduardo Amorim. **Relatoria do Projeto:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Não sendo oferecidas emendas na discussão suplementar, o Substitutivo ao PLS nº 379, de 2011, é definitivamente adotado, sem votação, nos termos do art. 284 do RISF. **ITEM 6– TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 81, DE 2003.** *Dispõe sobre a profissão de Técnico de Operação em Processamento, Utilidades e Transferência de Estocagem em plantas de extração e refino de petróleo, petroquímica e química.* **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Senadora Maria do Carmo Alves. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 81, de 2003. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido do Relator para atender ao Requerimento nº 16, de 2012-CAS, aprovado nesta data, de Audiência Pública para instrução da matéria, por iniciativa do Senador Paulo Paim. **ITEM 8– TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 426, DE 2007** *Altera a Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, para dispor sobre a jornada de trabalho do trabalhador rural..* **Autoria:** Senadora Lúcia Vânia. **Relatoria:** Senador Vicentinho Alves. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 426, de 2007. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido do Relator para reexame do Relatório. **ITEM 9– TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 165, DE 2011.** *Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para dispor sobre o descredenciamento de prestador ou de profissional de saúde.* **Autoria:** Senador Lobão Filho. **Relatoria:** Senador Casildo Maldaner. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 165, de 2011. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido do Relator, para reexame do Relatório. **ITEM 10– TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO**

SENADO Nº 370, DE 2011. *Altera as Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, para dispor sobre sistema especial de inclusão previdenciária para atender às donas de casa sem renda própria que se dediquem exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, previsto nos §§ 12 e 13 do art. 201 da Constituição Federal, e dá outras providências.* **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Relatoria:** Senadora Ana Amélia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e das duas Emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 370, de 2011 e as Emendas nºs 1-CAS e 2-CAS. **ITEM 11– TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 380, DE 2011.** *Altera a lei nº 9.961, de 2000, que criou a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) para estabelecer, dentre as competências da Agência, a de definir índices de reajustes dos honorários médicos, procedimentos e eventos em saúde oferecidos pelas operadoras de planos de saúde.* **Autoria:** Senador Eduardo Amorim. **Relatoria:** Senador Cyro Miranda. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Retirado de Pauta para atender à solicitação da Secretaria-Geral da Mesa, referente à leitura de Requerimento de audiência em outra Comissão. **ITEM 12– TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 406, DE 2011.** *Altera a Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, que dispõe sobre a efetivação de ações de saúde que assegurem a prevenção, a detecção, o tratamento e o seguimento dos cânceres do colo uterino e de mama, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, para assegurar o atendimento às mulheres portadoras de deficiência.* **Autoria:** Senadora Ana Amélia. **Relatoria:** Senador Paulo Davim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CDH. **Resultado:** Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 406, de 2011 e a Emenda nº 1-CDH-CAS. **ITEM 13– TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 461, DE 2011.** *Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, e dá outras providências, para estabelecer medidas que inibam erros de dispensação e de administração e uso equivocado de medicamentos, drogas e produtos correlatos.* **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Relatoria:** Senador Paulo Davim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 461, de 2011 e a Emenda nº 1-CAS. **ITEM 14– TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 490, DE 2011.** *Reduz as alíquotas da contribuição previdenciária patronal de que tratam os incisos I e III do caput do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.* **Autoria:** Senador Ataídes Oliveira. **Relatoria :** Senador Clésio Andrade (Substituído por *Ad Hoc*). **Relatoria *Ad Hoc* :** Senador Roberto Requião. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 490, de 2011. **Resultado:** A Presidência designa Relator "ad hoc" o Senador Roberto Requião, que lê o Relatório em substituição ao Senador Clésio Andrade.

É concedido Vista Coletiva nos termos regimentais. **ITEM 15– TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 525, DE 2011.** *Altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para dispor sobre o seguro-desemprego da trabalhadora desempregada que seja chefe de família.* **Autoria:** Senadora Ana Rita

Relatoria: Senadora Ana Amélia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 525, de 2011 e a Emenda nº 1-CAS. **EXTRAPAUTA – ITEM 16 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 12, DE 2012.** *Requeremos nos termos dos art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública, para debater a presença dos médicos nos municípios brasileiros, com as seguintes presenças: Ministro da Saúde; Presidente do Conselho Federal de Medicina – CFM; Secretário Estadual de Saúde do Amazonas; Representante do Conselho Nacional de Saúde – CNS; União Nacional dos Estudantes – UNE; Associação Médica Brasileira – AMB; Conselho Nacional de Secretários de Saúde – CONASS; Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde – CONASEMS.* **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 17 REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 13, DE 2012.** *Em aditamento ao Requerimento de nº 63/2011 – CAS, que trata da realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, destinada a instruir o PLS 606, de 2011, que altera e acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para disciplinar o cumprimento das sentenças e a execução de títulos extrajudiciais na Justiça do Trabalho, requeiro que seja incluído o nome do Senhor Luiz Carlos Trabuco Cappi – Presidente da Confederação Nacional das Instituições Financeiras –CNF.* **Autoria:** Senadora Ana Amélia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 18 REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 14, DE 2012.** *Com fundamento no disposto no art. 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso II e V, do Regimento Interno desta Casa, requeiro a realização de AUDIÊNCIA PÚBLICA pela Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo de melhor debater o PLS 599, de 2011, que*

tem como relator o Senador Paulo Paim. Sugiro que sejam convidadas autoridades ligadas aos seguintes órgãos e entidades: – Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional – COFFITO; – Conselho Federal de Medicina – CFM; – Associação Brasileira de Quiropraxia – ABQ; – Associação Médica Brasileira – AMB. **Autoria:** Senador Paulo Davim e Paulo Paim. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 19 REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 15, DE 2012.** *Com fundamento no disposto no Art. 93, inciso II, do RISF, REQUEIRO a realização de audiência pública em conjunto com a Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal para debater o Fundo de Previdência Complementar para os Servidores Públicos Federais– Funpresp. Os convidados serão enviados posteriormente para a secretaria da Comissão.***Autoria:** Senador Paulo Paim. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 20 REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 16, DE 2012.** *Com fundamento no disposto no Art. 93, inciso I e II, do RISF, REQUEIRO a realização de audiência pública para debater o PLS 81/2003 que dispõe sobre a profissão de Técnico de Operação em Processamento, Utilidades e Transferência de Estocagem em plantas de extração e refino de petróleo, petroquímica e química. Os convidados serão enviados posteriormente para a secretaria da Comissão.* **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 21 REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 17, DE 2012.** *Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do RISF, REQUEIRO a realização de audiência pública para instruir o PLS 490/2011 – Reduz as alíquotas da contribuição previdenciária patronal de que tratam os incisos I e III do caput do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991. Os convidados serão enviados posteriormente para a secretaria da Comissão. 7* **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Resultado:** Aprovado. Fica adiado o **ITEM 7** desta pauta. Usam da palavra os Senadores Waldemir Moka, Paulo Davim, Cyro Miranda, João Durval, Paulo Paim, Casildo Maldaner, Humberto Costa, Wellington Dias, Lauro Antonio, Vital do Rêgo, Benedito de Lira, Rodrigo Rollemberg, e as Senadoras Ana Amélia, Vanessa Grazziotin, Marta Suplicy e Ana Rita. Às dez horas e quarenta e dois minutos assume a Presidência o Senador Casildo Maldaner. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e três minutos, lavrando eu, Dulcidia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente Senhor Senador Jayme Campos, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Jayme Campos,** Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Bom dia a todos e a todas.

Srªs Senadoras e Srs. Senadores, havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais, da Segunda Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, eu proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

Há expediente na Mesa que passo a ler:

A Presidência comunica o recebimento de Aviso do Tribunal de Contas da União, que ficará à disposição dos Srs. Senadores, na secretaria da Comissão, para as consultas que se fizerem necessárias.

Passo à leitura resumida do Aviso:

AVISO Nº 173

Do Presidente do Tribunal de Contas da União, que encaminha a esta Presidência cópia do Acórdão proferido nos autos do Processo nº 021180/2010-5 e 033434/2010-7, que trata de auditoria operacional, com foco na política nacional sobre drogas.

Expediente:

> "Sr. Presidente, nos termos regimentais, indico o Senador José Pimentel como membro suplente, na Comissão de Assuntos Sociais, CAS, em vaga destinada ao bloco de apoio ao Governo.
>
> Senador Walter Pinheiro, Líder do PT e do bloco de apoio ao Governo."

É a indicação do Senador José Pimentel para suplente desta Comissão de Assuntos Sociais.

Já se encontra neste recinto os ilustres Senadores Casildo Maldaner, Paulo Davim, Cyro Miranda e a Senadora Ana Amélia.

Quero, antes de tudo, cumprimentar o ilustre Senador Cyro Miranda, pela investidura de cargo de Presidente desta Comissão tão importante. É uma Comissão temporária que vai discutir o assunto do FGTS, aqui na Comissão de Assuntos Sociais.

Cumprimento V. Exª que foi eleito Presidente, o Senador Paulo Paim, Vice-Presidente, e a Senadora Marta Suplicy, Relatora.

Espero que seja realmente um trabalho profícuo na defesa dos interesses dos trabalhadores brasileiros.

Pela ordem, tem a palavra o nobre Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado pelas palavras de S. Exª. Mas eu quero agradecer a V. Exª pela presteza com que essa

Comissão foi instalada, graças ao seu empenho como sempre, desde o dinamismo e essa amizade e coleguismo que V. Exª tem para conosco.

Muito obrigado pela atenção que V. Exª sempre nos dispensou.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª. Não fizemos mais nada do que a nossa obrigação, até porque sabemos da importância da matéria e, sobretudo, tem-se discutido de forma exaustiva com a participação de boas audiências aqui, mas de fato nós saberemos se tem razão o projeto que ora está tramitando nesta Comissão.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, nobre Senador Casildo Maldaner, nosso ilustre Vice-Presidente desta Comissão.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Primeiro: V. Exª não espera dar às 9:00h e já abre; é um horário suíço mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – SC) – Suíço não, britânico. (*Risos*.)

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Dizem que o relógio suíço é melhor, agora o britânico é que prevalece dos outros, então.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Também!

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Agora, o Senador Cyro Miranda também foi eleito Presidente dessa Comissão Especial...,

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Perfeito!

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – ...para tratar dos recursos do fundo de garantia; a remuneração. Há notícia de que o Governo retirou mais três milhões do Fundo e não se sabe de que maneira vai remunerar isso.

Quer dizer, são questões que tentava condensar as legislações espaças hoje do Fundo e vê quanto é que os trabalhadores ganham na verdade, qual é a compensação, se tem prejuízo ou não?

Eu acho que é um trabalho que pela Presidência da Comissão vai ser muito útil para os trabalhadores brasileiros.

Eu quero cumprimentá-lo na direção desse trabalho.

Essa é a minha manifestação.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Muito obrigado, Senador Casildo.

Hoje eu gostaria de fazer a minha manifestação especial às mulheres na véspera do Dia Internacional da Mulher.

Aproveitando as comemorações dessa data tão importante, estamos incluindo na pauta de votação da CAS matérias que tratam de direitos femininos na área de saúde, do trabalho e da Previdência. Como exemplos, cito os projetos que serão apreciados na pauta de hoje, como a ampliação do período de direito do seguro-desemprego para as mulheres desempregadas e que sustentam as suas famílias, de autoria da Senadora Ana Amélia; a proposta da Senadora Vanessa Grazziotin para a criação do sistema especial de inclusão previdenciária para atender às donas de casa de baixa renda que se dedicam exclusivamente ao trabalho doméstico na própria residência; e o projeto de autoria da Senadora Ana Amélia, que assegura às mulheres com deficiência equipamento adequado para o tratamento de câncer de mama e de colo de útero no âmbito do Sistema Único de Saúde, o SUS.

Esta Comissão, como todas as que eu tenho acompanhado, tem se debruçado sobre os muitos temas que dizem respeito às mulheres. Temos realizado discussões sobre direito dos trabalhadores, das donas de casa e das mães chefes de família, diante da exigência do mercado e de tantas jornadas que as mulheres precisam cumprir a cada dia.

Segundo estudos da Organização Internacional do Trabalho e da Secretária de Políticas para as Mulheres, o número de famílias chefiadas por mulheres já representa 35% das famílias brasileiras. É um número bastante substancial, robusto. Trinta e cinco por cento é um percentual bastante significativo.

Na área de saúde, recentemente discutimos a necessidade de incluir a vacina contra o vírus HPV no sistema de saúde público e a qualidade das próteses mamárias, e ainda aprovamos um projeto de autoria dos integrantes da Comissão para dar incentivo fiscal aos cuidadores das vítimas do câncer.

Na semana passada, aprovamos aqui a garantia do princípio da igualdade salarial entre mulheres e homens. Pelo projeto votado na CAS, a empresa que pagar remuneração menor a uma mulher na mesma atividade ou cargo de um homem será punida com multa, um direito constitucional que ainda não está sendo cumprido.

E, para finalizar, eu gostaria de citar dados que envergonham o Brasil, meu caro Senador Paulo Davim, como o alto índice de trabalho infantil. Estima-se que mais de 100 mil meninas de 10 a 14 anos trabalham como doméstica no País, apesar de o trabalho infantil ser proibido.

O Brasil, infelizmente, ainda precisa enfrentar o crescimento do turismo sexual e a violência contra a mulher. Pesquisas mostram que a cada quinze segundos uma mulher é vítima de violência no País.

Outro tema que merece toda a nossa atenção é o alto índice de mortalidade entre as mães brasileiras. O Brasil ainda não conseguiu cumprir a meta de reduzir a mortalidade maternal, um dos objetivos do milênio estabelecido pela Organização das Nações Unidas – ONU. Imaginem que, apesar de toda a tecnologia e do avanço da medicina, as mulheres brasileiras ainda morrem no parto.

Por razões como essas é que faço esta homenagem, ressaltando a importância da mulher para o desenvolvimento do País e a necessidade do aprofundamento do debate sobre os direitos femininos nesta Comissão.

Com esta homenagem, estamos antecipando as comemorações desse dia que reputo importante, sobretudo pelo respeito e a admiração que nós temos pela mulher brasileira.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria, em nome das mulheres homenageadas por V. Exª, na abertura dos trabalhos da Comissão de Assuntos Sociais, dizer que nesta semana nós evidenciamos exatamente a necessidade de um resgate dos direitos das mulheres e um olhar especial para as necessidades das mulheres no campo da saúde, no campo do trabalho e em tantos outros. E fico feliz que a assessoria da Comissão de Assuntos Sociais tenha selecionado, até para homenagear as mulheres em concreto, não só em palavras, projetos de interesse e que trazem benefícios para as mulheres, um dos quais é de minha autoria, como V. Exª acaba de fazer referência, pelo que lhe agradeço imensamente. A Senadora Vanessa Grazziotin é autora de outro projeto, de que tenho a honra também de ser relatora. E há outro da Senadora Ana Rita, de que também sou relatora, com muito prazer.

De minha parte, agradeço muito. Ficamos muito sensibilizadas, quando um colega da sua competência, da sua dedicação e da sua responsabilidade, na missão do mandato, dirige palavras tão confortadoras e estimulantes para uma parlamentar, sua colega e admiradora como me considero aqui. Eu o agradeço imensamente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM - MT) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Quero comunicar, antes de dar a palavra, pela ordem, à Senadora Vanessa, que esta Presidência comunica que foram contempladas na pauta desta reunião, dentre aquelas que estão prontas, as matérias cujas temáticas se refiram à questão do gênero, sendo o item 10, PLS nº 370, de 2011, que é de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, que dispõe sobre o sistema especial de inclusão previdenciária para as donas de casa sem renda própria e que se dediquem exclusivamente ao trabalho doméstico em sua residência; o item 12, PLS nº 406, de 2011, que é de autoria da Senadora Ana Amélia, que assegura atendimento às mulheres com deficiência para assegurar a prevenção, a detecção e o tratamento dos cânceres do colo uterino e de mama no âmbito do SUS; e o item 15, o PLS nº 525, que é da Senadora Ana Rita, que dispõe sobre o seguro-desemprego da trabalhadora desempregada que seja chefe de família.

Pela ordem, Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Da mesma forma que a Senadora Ana Amélia, Sr. Presidente, eu gostaria de cumprimentá-lo, de forma efusiva. Já o fizemos em plenário, não é, Senadora Ana Amélia? Desde a semana passada, V. Exª vem pautando projetos relacionados à situação da mulher.

Ontem, a Comissão de Direitos Humanos aprovou outro projeto que deverá ir à sanção que prevê multa para pagamento de salário diferenciado entre homens e mulheres no mercado de trabalho. Isso fez com que várias Senadoras, inclusive a Vice-Presidente desta Casa, Senadora Marta Suplicy, solicitassem de todas as Comissões que pautassem projetos relativos às mulheres. Eu percebo, no Jornal do Senado, hoje, Sr. Presidente Jayme, que apenas uma Comissão coloca assim: e outros projetos; fala de alguns sobre mulher na agenda do Senado e outros relacionados à mulher.

Então, V. Exª receba os cumprimentos de todas nós e não apenas da Senadora Ana Amélia, que acabou de fazer um brilhante pronunciamento a respeito disso. Apenas fazemos justiça e reconhecemos, não é, Senadora Ana Amélia? A luta das mulheres não é a luta das mulheres; é a luta das mulheres e dos homens pela construção da igualdade. Então V. Exª tem dado, assim como todos os nossos Pares, companheiros aqui, da Comissão, uma grande colaboração e uma grande contribuição.

No dia 13, Presidente Jayme, na terça-feira da semana que vem, faremos a sessão do Congresso Nacional e a Presidenta Dilma deverá vir. Nós entregaremos o Prêmio Bertha Lutz. Convidamos os Senadores e pedimos que os Senadores convidem seus filhos, suas filhas, suas esposas. Vamos fazer uma bela sessão, que vai ser no plenário do Senado, mas que será uma sessão do Congresso Nacional. Às 10 horas da manhã.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM - MT) – Agradeço a V. Exª.

Quero apenas reiterar aqui que o que estamos fazendo não é mais do que obrigação nossa, diante da

mulher brasileira, por ser ela, indiscutivelmente, como outras mulheres do Planeta, o sustentáculo do lar, a base da família. Não tenho dúvida alguma de que a mulher, de uma maneira geral, sobretudo no nosso País, está ganhando seu espaço merecidamente. Ela tem se destacado. Agora mesmo, no dia de ontem, foi anunciado que o novo Presidente do Tribunal Superior Eleitoral também será uma mulher: a Ministra Cármen Lúcia vai ser a Presidente do TSE. De maneira que, aqui, estamos realmente fazendo um trabalho no sentido de valorizar e dar o devido respeito que merece a mulher.

Neste caso, com a devida vênia e respeito, peço aos ilustres colegas para já podermos colocar em pauta – porque não se encontra presente ainda o Relator da matéria do item 1, que é o Senador Gim Argello.

Então o item 2, que é da Senadora Vanessa Grazziotin, já pode ser votado, porque já temos 11 assinaturas de Senadores e Senadoras presentes.

Esta votação será simbólica.

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 460, DE 2011
– **Não Terminativo** –

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) para caracterizar como prática abusiva a exigência de garantia para a realização de procedimentos médicos e hospitalares em situação de urgência e emergência.

Autoria: Senador Ciro Nogueira.

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin.

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 460, de 2011.

A votação será simbólica.

Comunico também que a matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, em decisão terminativa.

Concedo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin para proferir o seu relatório.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Ainda não foi lido o relatório, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Não senhora.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Pois não.

Vem ao exame da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 460, de 2011, de autoria do Senador Ciro Nogueira. A iniciativa visa a alterar a Lei n° 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para caracterizar como prática abusiva a exigência de garantia para a realização de procedimentos médicos e hospitalares em situação de urgência e emergência.

O art. 39 do Código de Defesa do Consumidor arrola algumas práticas que, por serem abusivas, são vedadas ao fornecedor de produtos ou serviços. O projeto propõe acrescentar-lhe o inciso XIV, para incluir nesse rol a exigência de garantia para a realização de procedimentos médicos e hospitalares em situação de urgência e emergência.

Já o art. 74-A que o projeto propõe tem por objetivo estabelecer a pena de multa para os provedores de serviços médico-hospitalares que fizerem tal exigência.

O projeto foi distribuído para ser analisado por esta Comissão e pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), a quem cabe a decisão em caráter terminativo.

Não foram apresentadas emendas.

Análise.

Nos termos do inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAS apreciar o projeto no que tange à proteção da saúde.

Nesse aspecto, a proposição em comento é meritória, já que propõe medida para coibir a exigência feita por prestadores de serviços de saúde privados de que sejam dadas garantias de pagamento, previamente ao atendimento, sob pena de não prestar a assistência médico-hospitalar, o que, em situações de urgência e emergência, pode colocar a vida do paciente em risco.

Tal exigência, em se tratando dos beneficiários dos planos de saúde privados, já foi proibida pela edição da Resolução Normativa – RN nº 44, de 24 de julho de 2003, da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), *in verbis*:

Art. 1º Fica vedada, em qualquer situação, a exigência, por parte dos prestadores de serviços contratados, credenciados, cooperados ou referenciados das Operadoras de Planos de Assistência à Saúde e Seguradoras Especializadas em Saúde, de caução, depósito de qualquer natureza, nota promissória ou quaisquer outros títulos de crédito, no ato ou anteriormente à prestação do serviço.

Concordamos com o autor da proposição de que é preciso estender essa proteção, em situações de urgência ou emergência que podem comprometer a vida, para as pessoas não vinculadas a planos privados de saúde.

A medida por ele proposta parece-nos bastante apropriada, quando caracteriza esse tipo de prática como abusiva e sujeita a penalidade, no Código de Defesa do Consumidor, que alcança todos os cidadãos.

Voto.

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 460, de 2011, de autoria do Senador Ciro Nogueira.

Quero dizer que, hoje pela manhã, num desses telejornais, havia uma matéria muito grande sobre este assunto, inclusive com a fala do Ministro, divulgando que estamos aprovando projetos no sentido de penalizar, multar os estabelecimentos de saúde que neguem atendimento em caso de urgência e emergência.

Então, cumprimento o Senador Ciro Nogueira por essa iniciativa de apresentar um projeto tão necessário para o País e para as pessoas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senadora Vanessa Grazziotin.

Está em discussão a matéria.

Com a palavra o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, considero este tema extremamente importante. A preocupação que o Congresso Nacional e o Governo têm manifestado em relação a esta questão é relevante

O que me preocupa? Recentemente, esta Comissão aprovou projeto de minha autoria que enquadra no Código Civil a cobrança de cheque caução para a prestação de atendimento de segurado de planos de saúde. Esse projeto foi aprovado; ele está lá na Câmara.

O Ministério da Saúde, por seu turno, disse publicamente que enviará ao Congresso Nacional o que ele chama de Lei Duvanier, que é enquadrar no Código Penal a prática de cobrança do cheque caução de pessoas asseguradas de plano de saúde.

E agora, a Senadora Vanessa apresenta esse projeto, também da maior relevância, que enquadra no Código... É de quem? (*Pausa*.) É do Senador Ciro Nogueira, que enquadra a cobrança do cheque caução dentro das irregularidades que são previstas pelo Código de Defesa do Consumidor.

Nós ontem, inclusive na Comissão de Assuntos Econômicos, expressamos a nossa solidariedade ao Senador Blairo Maggi, que apresentou um projeto da mais absoluta relevância, que tramitava nesta Casa, e que, posteriormente, o Executivo enviou uma medida provisória com o mesmo conteúdo do projeto que aqui tramitava, sequer registrando a autoria. Quer dizer, o trabalho dos parlamentares, na Casa que é dirigida e que é a função precípua do trabalho desses parlamentares, não é levado em consideração.

Eu sugeriria, aprovando aqui e dando o meu voto em apoio ao relatório apresentado pela Senadora Vanessa, e, ao mesmo tempo, dizer que estarei hoje com o Ministro da Saúde, que possamos agregar esses projetos todos num projeto só, e que se respeite a autoria desses projetos. Quer dizer, se o Ministério da Saúde quer enviar um projeto à Câmara, que ele já leve em consideração que está lá entregue a um parlamentar que possa fazer um relatório consensual que englobe o próprio projeto do Senador Ciro Nogueira, a fim de que nós possamos, a quatro mãos (Congresso e Governo) fazer uma lei que atenda a população.

E aí nós vamos ver o que é melhor: se enquadrar no Código Penal ou no Código Civil ou no Código de Defesa do Consumidor; se deve se enquadrar nos três, enfim...

Então era isso que eu queria registrar, elogiando aqui a iniciativa do Senador Ciro Nogueira e o relatório da Senadora Vanessa.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senador Humberto Costa.

Para discutir a matéria, concedo a palavra ao Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, da mesma forma, eu quero externar o meu apoio e elogiar a iniciativa do Senador Ciro Nogueira, e a belíssima relatoria feita pela Senadora Vanessa Grazziotin. E só ressaltar que esta é uma matéria que vem, de certa forma, trazer ares de alívio para os profissionais que trabalham na iniciativa privada, sobretudo nas Urgências. E digo isso porque eu também milito na Urgência Cardiológica pública e na Urgência Cardiológica privada. E algumas vezes, na minha atividade profissional, tive a oportunidade de me deparar em situação constrangedora como essa.

Evidentemente, Sr. Presidente, que o meu compromisso com a vida e com a saúde passa por cima dessas regras meramente burocráticas, pois entendo que o valor da vida está acima de qualquer impedimento burocrático. Mas não deixa de ser algo constrangedor e um óbice para que se faça o atendimento da forma como deve ser feito nas Urgências.

Portanto, acho que essa matéria não só vem valorizar o que deve ser valorizado, que é o atendimento da Urgência de uma forma discriminada, até porque quem chega ao Hospital de Urgência o objetivo é salvar vidas, e não deve ficar preocupado com as obrigações financeiras. E também aquele que está no Plantão tem a obrigação, o sacrossanto dever de salvar vidas. Eu acho que a matéria vem contemplar os dois lados: o paciente, que eventualmente pode chegar a uma situação em que precisa utilizar um atendimento o mais próximo possível, e que seja um hospital privado, e também a equipe que presta serviço nessa mesma instituição. Portanto, é muito simpática a proposta, a matéria do Senador Ciro Nogueira. Quero parabenizá-lo, Senador e também parabenizar a Relatora, Senadora Vanessa.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senador Paulo Davim.

Para discutir a matéria, tem a palavra o Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Prezado Presidente, Senador Jayme Campos, prezada Senadora Relatora Vanessa Grazziotin, Senadora Ana Amélia, prezados Senadores, quero cumprimentar o autor da matéria, Senador Ciro Nogueira, e também o relatório da Senadora Vanessa Grazziotin. Esse projeto vem humanizar o atendimento à saúde exatamente no momento em que as pessoas estão desesperadas. Normalmente, quando procuram, numa situação de emergência, um hospital, as pessoas e suas famílias ficam desesperadas. É absolutamente inadmissível que os hospitais façam exigências descabidas, como a que foi feita aqui em Brasília, recentemente, com um secretário, uma autoridade. Agora, imaginem o que passa a população no dia a dia. Ele foi a três hospitais e todos exigiram caução. A pessoa sai apavorada naquele momento, não leva cheque, não leva nada, e não consegue o atendimento de emergência, o que, muitas vezes, leva à morte.

Portanto, quero cumprimentar o Senador Ciro Nogueira, quero cumprimentar a Senadora...

O SR. CYRO MIRANDA (Jayme Campos. Bloco/PSDB – GO. *Fora do microfone*.) – Cyro Miranda.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Ciro Nogueira. O autor é Ciro Nogueira. Mas cumprimento também o Senador Cyro Miranda. (*Risos*.) Aproveito porque assumiu a Presidência da Subcomissão que vai tratar da questão do FGTS. E cumprimento a Senadora Vanessa Grazziotin pelo relatório. O projeto vem humanizar a prestação dos serviços de saúde no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço ao Senador Rodrigo Rollemberg.

Para discutir a matéria, com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, sem querer ser repetitivo, mas na linha do Senador Humberto Costa, eu fiquei muito feliz quando o Ministro da Saúde disse que está encaminhando um projeto nesse sentido, para não mais permitir que os hospitais exijam cheque na hora do atendimento. Se a pessoa não tiver cheque para pagar,ela morre, como foi o caso do Duvanier. Nós fizemos inclusive uma audiência pública nesse sentido e que vem exatamente na linha do projeto do Senador Ciro Nogueira e da Relatoria da Senadora Vanessa Grazziotin. Estão de parabéns o autor, a Relatora e o Ministro Padilha também, pela iniciativa contundente de encaminhar um projeto do Executivo, que vai nesta linha: saúde e vida em primeiro lugar. Meus cumprimentos a todos.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o parecer que conclui pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 460, de 2011.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Aprovado o relatório, este passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 460, de 2011.

A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, em decisão terminativa, por sinal, muito bem presidida pelo Senador Rodrigo Rollemberg. V. Exª terá a primazia também de receber este projeto maravilhoso, feito pelo Senador Ciro Nogueira e que teve a Senadora Vanessa como Relatora.

Eu quero primeiramente fazer um adendo muito importante. Nós temos que dar a César o que é de César. Eu vi uma matéria hoje que V. Exªs também devem ter acompanhado, que o Governo Federal quer aumentar o número de médicos no Brasil. Por isso vai lançar, neste ano, um programa para a criação de mais vagas em cursos de Graduação em Medicina. A ação também prevê parcerias com hospitais considerados de excelência, como é o caso do Sírio-Libanês, do Albert Einstein e de outros hospitais, para que criem suas escolas particulares. As medidas terão impacto em médio prazo. Por isso, uma solução mais rápida, embora polêmica, cogitada pelo Governo é incentivar a entrada de médicos de países vizinhos. O Ministro da Educação Aloizio Mercadante disse, porém, que não haverá um afrouxamento no programa que invalida esse diploma.

Sabemos perfeitamente que esses dados aqui são o caso do Brasil, temos 1,8m – os Estados Unidos têm 2,8 de médicos –, sobretudo no interior.

Não posso aqui deixar de louvar a iniciativa do Ministro Aloizio Mercadante, sobretudo o que temos hoje de brasileiros que se formam na Bolívia – imagino que tenha que ter pelo menos um ano para se especializar, ou pelo menos dois anos –, mas permitir que esses médicos possam trabalhar no Brasil. Lamentavelmente, temos muita dificuldade.

De maneira que, mesmo não sendo da base aliada do Governo, quero cumprimentar o Ministro Aloizio Mercadante, e se a Presidente Dilma realmente colocar para frente esse projeto terá todo o nosso apoio, porque se faz necessário.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Presidente, deixe-me cumprimentá-lo novamente, e já aproveito para pedir que, se possível, V. Exª coloque neste momento, aproveitando seu pronunciamento, requerimento que apresentei extrapauta. Ele trata exatamente deste assunto. Temos que trazê-lo para cá. Não só esse dado que está no jornal hoje. Há uma polêmica grande porque alguns anos o Ministério da Educação fechou uma série de universidades que ofereciam cursos de Medicina. Para alguns, voltou atrás, reduzindo somente o número de vagas, e agora está restabelecendo o número de vagas.

O Conselho Federal de Medicina já se apresentou contrariamente a essa decisão do Ministério da Educação de devolver as vagas aos cursos de Medicina. Há vários projetos, inclusive um de minha autoria, Sr. Presidente, que trabalha a possibilidade de o Brasil, o Ministério da Saúde, as Secretarias de Estado da Saúde lançarem mão de médicos estrangeiros quando comprovada a ausência de médicos brasileiros, formados em instituições brasileiras.

A pesquisa apresentada pelo SUS, feita pelo Ministério da Saúde, mostra que 75% dos Municípios não têm atendimento de saúde especializado, o que significa: não tem ginecologista, não tem oftalmologista, não tem nada. No interior deste Brasil é pior ainda, porque não tem mesmo médico, não tem médico.

Então, Sr. Presidente, eu sugiro que V. Exª coloque extrapauta. Vamos conversar com o Ministro, vamos trazer o Ministro Padilha aqui para debatermos esse assunto.

No meu Estado, a polêmica está grande porque eu estou tentando ajudar o Secretário de Saúde, o Governador do Estado, a entrar um meio para emergencialmente levar médicos para o interior, porque os nossos, infelizmente, não querem ir para o interior.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – É verdade.

Só fazendo um adendo às observações da Senadora Vanessa, aqui diz: "O Conselho Federal de Medicina informou que discorda da ideia. Segundo o primeiro secretário do órgão, não faltam médicos, mas uma política de manutenção de profissionais de determinadas regiões".

Vou contar aqui uma pequena passagem.

Fui com a Prefeita de Colniza, uma cidade do Mato Grosso, de Brasília a Cuiabá. Ela me disse que lá tinha um médico ganhando R$25 mil por mês e foi embora. Ou seja, ela teve que contratar um médico pagando R$50 mil. A prefeitura tem de orçamento, por exemplo, R$600 mil; já gasta 10% por mês com profissional. R$50 mil! Ajoelhada no pé do médico pedindo pelo amor de Deus para ele permanecer na cidade.

Então, está muito difícil. Não sou contra. Pode pagar até R$100 mil, mas uma prefeitura já dispor de R$50 mil num orçamento de R$600 mil, significa o quê? Dez por cento do orçamento, todo mês, para um profissional.

Então é preciso tomar algumas providências. Concordo com a senhora.

Antes de lermos aqui o seu requerimento, pela ordem, tem a palavra o Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, sobre esse assunto.

Ontem, fiz um pronunciamento no Senado trazendo dados sobre isso. Acho que não vai ser desta forma que vamos resolver o problema da saúde pública no Brasil, não.

Prestem bem atenção: o Brasil hoje tem 175 faculdades de Medicina. Nós somos o segundo País do mundo em faculdades de Medicina; só perdemos para a Índia, que tem 252. Então, se número de faculdades de Medicina resolvesse o problema do Brasil nós teríamos uma saúde exemplar, porque somos o segundo do mundo. Temos mais faculdades de Medicina do que os Estados Unidos, do que a França, do que o Canadá, do que a China. Então, não vai ser o número de vagas.

Outra coisa: nós temos no Brasil 375 mil médicos. Para se ter uma ideia, quarta-feira passada, houve aqui, no Auditório Petrônio Portella, o 6º Fórum Nacional de Saúde Ocular. Sabem qual é a proporção de oftalmologistas por habitantes? O Brasil tem 1 oftalmologista para 10.600 habitantes. Os Estados Unidos da América têm 1 para cerca de 12.200. Então, a proporção de médicos no Brasil é de 1,5 médico para cada mil habitantes, e a OMS determina 1 médico para cada mil habitantes.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Mas eles estão onde está o PIB.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Calma. Então, qual é minha proposta? Minha proposta é de que, ao invés de abrir de uma forma indiscriminada... Porque não se enganem, vou dar um exemplo bem claro aqui: eu trabalho em UTI e, alguns anos atrás, há dois, três anos...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Trabalhava e pretendo voltar. (*Risos*.)

Chegou um casal de médicos formado num país da América do Sul, cujo nome não vou declarar, pedindo estágio de um ano. Eles não eram brasileiros. E deu para perceber a qualidade da formação desses profissionais. É infinitamente inferior à formação do nosso profissional médico no Brasil. Isso é uma verdade. Se você pedir a carga, a grade curricular desses profissionais, é só comparar. O que estou dizendo aqui

é algo fácil de ser atestado, de ser comprovado. Pegue a grade curricular dos cursos de Medicina dos países da América do Sul e pegue a do Brasil. É fácil. O que estou dizendo é fácil de comprovar. Carga horária, as disciplinas. É só olhar. E, na prática, realmente, é diferente. Digo isso porque trabalho nisso, é diferente.

O que aconteceu e que foi motivo de um artigo muito bem escrito pelo Dr. Adib Jatene, ex-Ministro da Saúde, no dia 02 de março, realmente é de se admirar. Em 2008, 17 escolas médicas, 17 faculdades de Medicina estavam formando profissionais com médias, pelo Enade, abaixo de 3. O Ministro Fernando Haddad se alarmou com esses dados e resolveu recriar a Comissão de Especialistas em Ensino Médico, cujo Presidente era o Dr. Adib Jatene. E essa comissão estabeleceu um calendário de visitas nas faculdades de Medicina, foi ver *in loco* a situação dessas faculdades, essas 17. Encontrou condições inadequadas para o ensino médico. Fez entrevistas com o corpo docente e discente e estabeleceu um critério mínimo de funcionamento para formar esses profissionais, até porque esses profissionais vão lidar com vidas, não é com tijolo, não é com barro; é com vidas. E uma falha pode condenar o paciente a uma sequela ou até mesmo à morte.

Qual foi o critério estabelecido por essa comissão, que foi aprovado pela Secretaria de Ensino Superior? Que tivesse um complexo hospitalar, que tivesse um complexo ambulatorial, uma unidade básica com um PSF, que tivesse um programa de residência médica reconhecido pelo MEC e outras condições mínimas, e não fechou as faculdades, apenas diminuiu o número de vagas para que elas pudessem se adequar dentro da relação professor/aluno, leito/aluno. Foi isso que fez, e foram dados 10 anos para que essas faculdades se adequassem, sendo permitida, inclusive, a alternativa de se estabelecer um convênio com instituições que pudessem oferecer essas condições mínimas para essa faculdade. O que aconteceu foi isso. Infelizmente, o Governo publicou no *Diário Oficial*, restituindo, restabelecendo as vagas dessas faculdades.

Estou dizendo isso até porque a gente tem obrigação de pensar na sociedade. Eu não quero levar um filho meu para um profissional que não está bem formado. E, na hora da urgência, você muitas vezes não tem o direito de escolher o profissional a quem você vai levar seu filho ou vai se levar para lá e cai na mão do primeiro médico que chegar, e, de repente, muitas vezes, esse profissional não está devidamente formado, e aí, na tentativa de levar assistência desse profissional, ou capilarizar a assistência médica pelo interior, a gente pode incorrer em um erro grave que é o de colocar profissionais não tão bem qualificados para atender à sociedade. Isso seria uma maldade com a sociedade.

Portanto, eu não quero me alongar nisso, mas eu proponho que se faça audiência pública. E ninguém mais do que eu tem o interesse de capilarizar a assistência médica pelo Brasil afora, até porque eu venho do interior do Estado, eu conheço isso. Mas, também tenho a obrigação de ter essa preocupação com a qualidade do profissional que vai atender o mais pobre, porque aquele que tem dinheiro vai para os melhores serviços, para os melhores hospitais; aquele que tem dinheiro, na hora da urgência, pega o jatinho e vai para São Paulo, para o Sírio-Libanês; e aquele cidadão humilde, pobre, que está no interior do Estado vai ficar jogado à própria sorte, na mão de um inabilitado para atender a sua urgência.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Muito obrigado, Senador Paulo Davim. Inscrito também o Senador Humberto Costa, o Senador Waldemir Moka e o Senador Casildo Maldaner.

Com a palavra o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, eu não pretendo fazer disso uma polêmica, até porque nós temos uma pauta extensa...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Exatamente!

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – ...e eu também me associo à ideia de termos aqui uma audiência pública sobre essa questão.

Mas eu quero aqui parabenizar o Governo, especialmente o Ministro Aloizio Mercadante. Mesmo durante todo o governo do Presidente Lula, e parte do Governo Dilma Rousseff, nós não tivemos do Ministério da Educação essa abertura para resolver um problema que é gravíssimo: a má distribuição e a falta de profissionais. Há falta de profissionais! Tanto há falta de profissionais que a categoria médica, da qual eu sou parte, sou médico psiquiatra, sou médico da saúde da família e também clínico geral, e fui gestor federal, estadual e municipal, e sei do peso que essa corporação tem para preservar o seu espaço no mercado de trabalho.

Quando eu me formei, em 1980, em Pernambuco, duas faculdades públicas formavam 420 médicos. Cinco anos depois, foi cortado pela metade, pela força que a categoria, a corporação médica tem. Não, não precisa de tanto médico.

Então, o que acontece hoje? Mercado de trabalho para médico não falta. Ao contrário, a oferta é maior que a procura. Segundo, isso permite a formação de cartéis sob o nome de cooperativas e outras coisas mais, que impõem ao serviço público o que eles de-

sejam em termos de preço de serviço que é prestado. E o Ministério da Educação, infelizmente, que foi durante muito tempo, agora não é mais, hegemonizado pela categoria médica, por meio das suas instituições. Por exemplo: comissão de residência médica. Por mais que o Ministério da Saúde insistisse que tinha que fazer residência para o que precisava, e para as regiões que precisavam, para psiquiatra, para profissionais de UTI, para profissionais de anestesia – anestesia, no Brasil, é o maior cartel que pode existir na face da terra, e nós sabemos disso.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – É verdade!

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Então, ou a gente assume uma posição de que tem que abrir mais vagas nas faculdades, mas, agora, que prestem. O Governo, inclusive, disse que a prioridade é ampliar as vagas nas universidades públicas, nas faculdades públicas.

Então, o que se está tratando aqui não é o problema da qualidade não. Tem que ter qualidade. Vamos garantir e exigir que tenha qualidade. Mas tem que abrir!

Vamos analisar, por exemplo, o programa de saúde bucal, o Brasil Sorridente e conseguir uma expansão enorme, porque a quantidade de profissionais de odontologia é grande. Agora, comparece o crescimento do Saúde da Família, de 2003 para cá, e compare o crescimento do Brasil Sorridente, de lá para cá. Por quê? Porque não há profissionais.

Recentemente, o Ministério da Saúde teve que flexibilizar as regras da política de saúde da família para permitir que uma mesma equipe tenha dois médicos diferentes, para que um dê 20 horas e o outro dê 20 horas, o que quebra totalmente a lógica do que deve ser o programa. Mas teve que fazer. Por quê? Porque no Nordeste e no Norte não tem profissional. Eu acho que o Congresso, inclusive, deveria dar apoio integral. Não podemos ser reféns de categoria alguma que queira reserva de mercado. A verdade é essa. É uma reserva de mercado.

Médico no Brasil não fica desempregado, médico no Brasil não ganha mal, médico no Brasil consegue impor ao serviço público os seus interesses, e tem mais: são contra a interferência do serviço público naquilo que interessa para eles. Agora, quando interessa a presença do Estado, aí vem esse projeto para ANS definir preço de honorário. Aí é mercado! Assim, é muito bom: o Estado para quando me interessa, para quando é bom para mim, para eu brigar com o plano de saúde. Agora, na hora de a gente discutir o serviço público, então, aí...

O mais grave é que a maioria deles é formado em escolas públicas. Tínhamos de ter no Brasil o serviço civil obrigatório, que o Governo quer fazer de outro jeito. O que é isso? Estudou na universidade federal ou na universidade estadual teria por obrigação que trabalhar um ano ou dois numa localidade de difícil acesso, para retribuir à população aquilo que ela fez. Aí vem com a lógica: "não, mas a universidade não é para formar para o Estado; é para formar para a sociedade".

Então, sou inteiramente favorável a essa ideia de virmos chamar os dois ministros, chamar os chefes da corporação aqui para a gente debater e ver quem, realmente, tem razão nesse processo.

Eu me associo à preocupação e ao elogio de V. Exª a essa iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Só para fazer uma...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Estão inscritos o Senador Moka e o Senador Casildo.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Só para concluir, bem rapidinho.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Bem rapidinho.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Eu também acho que as cooperativas são a excrescência do serviço público. Agora, eu também acho que essa história de dizer que médico é bem pago... Não é.

Aqui no País, é o seguinte: para tudo o que é prioritário para o Estado se estabelece rapidamente carreira de Estado. Tudo o que é importante para o Brasil. É assim com o Fisco, é assim a magistratura, é assim com a procuradoria. Tudo o que é prioridade se transforma em carreira de Estado. No dia em que saúde for prioridade para este País se estabelecerá a carreira de Estado não só para médico, mas para todos os profissionais de saúde. No dia em que saúde for prioridade. O que a gente precisa é que o Estado assuma, tenha a coragem de assumir que saúde é prioritário. Aí, sim, estabelece carreira de Estado com regras bem claras.

Eu duvido um juiz de Direito fazer concurso e não ir para o interior. Eu duvido um promotor de Justiça fazer concurso e não ir para o interior. Falta juiz no interior? Não falta. Falta promotor no interior? Não falta, porque há uma carreira de Estado estabelecida. Essa é a lógica que tem de ser defendida aqui.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Eu concordo com V. Exªs, tanto com Humberto Costa quanto com o Senador Paulo Davim.

Quero só fazer um adendo, Senador Humberto: em Mato Grosso hoje, para termos uma noção, já temos hoje 90% dos hospitais públicos com cooperativas.

Por sinal, estão levando uma Oscip (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) de Pernambuco lá para Mato Grosso. Como exemplo, neste caso, quase todos os profissionais se desligaram do serviço público e montaram cooperativas ou foram trabalhar para a Oscip. O que acontece? O serviço, vamos imaginar, triplicou os valores, que inclusive o Estado de Mato Grosso, neste ano, tem um déficit na Secretaria de Saúde, pela divulgação da imprensa – até porque não apoio o Governador –, algo parecido, Moka, com R$500 milhões. Por quê? O profissional que foi trabalhar nessa cooperativa está tirando algo parecido em torno de R$25 a R$30 mil, e trabalhando 30% do que trabalhava lá, no serviço público de carreira. Então, está havendo uma disparidade.

Outra coisa para que chamamos a atenção: o CRM tem de atuar melhor. Lamentavelmente, vemos hoje picaretas na área. O cidadão quando chega lá para fazer uma operação na área de ortopedia, se vai pelo Sistema Único de Saúde, não tem a vaga, e ele fica de *stand by* cinco a seis meses, com a perna na tipoia. Aí, vem um intermediário, às vezes um enfermeiro dizendo: "O doutor está pronto para operar o senhor, mas o senhor precisa mandar R$2.500,00 para ele e, daqui a 48 horas, o senhor está operado".

Então, o CRM também tem de ser mais duro. Lamentavelmente, não tem sido duro. Duro no bom sentido – é óbvio, evidente – de punir, naturalmente, aqueles que fazem um mercantilismo em relação à saúde de muitas pessoas pobres, carentes, de trabalhadores que precisam essencialmente de serviço público, direito constitucionalmente assegurado, cláusula pétrea.

Com a palavra o Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Senador Presidente, primeiro, para parabenizar a iniciativa do projeto, porque virou outro debate com base no projeto. Mas isso é importante.

Duas coisas que eu queria: acho que esse assunto complexo a audiência pública vai esclarecer melhor. Vejo a fala dos dois Senadores médicos, nossos colegas, Paulo Davim e o ex-ministro: os dois têm razão naquilo que dizem.

Porém, Sr. Presidente, eu diria que o grande problema é a concentração de médicos. Esse é um problema que precisamos resolver. É a concentração de médicos nos grandes centros. E, aí, a precariedade da formação. Os jovens médicos, quando não fazem residência, têm insegurança de ir para o interior. Mesmo aqueles que fazem, têm uma qualidade de ensino na residência que não existe no interior. Então, eles estão acostumados com uma estrutura de apoio – desde exames para firmar diagnóstico – que não existe no interior. Então, esse talvez seja um assunto complexo.

Agora, fiquei preocupado com a crítica às cooperativas. Nós temos de lembrar que a Unimed é a cooperativa de excelência, feita por médicos, em nível nacional, uma das responsáveis por um plano de saúde – eu diria – que é um dos melhores no País.

Agora, essa picaretagem que está existindo... Não conheço, mas estou vendo: um paciente que tem um traumatismo qualquer, se for atendido pelo SUS, não há vaga, mas, se for atendido pelo médico particular, vai... Isso tem de ser denunciado mesmo, Senador Jayme. Isso é um absurdo que não tem precedente! Isso me preocupa.

Acho que, nessa audiência pública, poderíamos discutir isso tudo aqui.

Para finalizar, quero dizer com razão: sou do Mato Grosso do Sul, claro que, se eu for a Campo Grande, lá há a concentração de bons médicos com qualidade; nas médias cidades, também, mas, no interior, para levar um colega médico lá o prefeito tem muita dificuldade. Insisto em dizer: muitas vezes, pela insegurança do jovem recém-formado e muitas vezes porque, nas pequenas cidades, esse jovem médico não vai encontrar aquela qualidade a que está acostumado, quando da residência ou na execução de outros centros.

Então, essa é uma questão. E, quanto à forma de resolver isso, aí ele tem razão. Não se tem dificuldade com juiz, com promotor. E, quanto a essas picaretagens a que se está referindo, isso é omissão do Estado.

Nós tivemos a oportunidade de resolver isso – insisto nisso. Nós tínhamos de votar o projeto do Senador Tião aqui e dar os 10% da União. Nós teríamos R$30 bilhões a mais na saúde. É isso que está precisando.

Nós vamos rediscutir esse assunto. Vai vir para cá, porque já há uma mobilização das entidades de classe, no sentido de colher assinaturas, e termos novamente de discutir a participação em percentual mínimo da União. Nós estamos obrigando os Municípios e os Estados com percentual mínimo, e a União ficou de fora desse assunto. Isso nós estamos devendo à sociedade deste País.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Obrigado.

Só quero fazer uma observação sobre a colocação de V. Exª, Senador Moka. Longe de mim, não estou condenando a Unimed, muito pelo contrário. Estou dizendo das organizações – não se estão criando as Ocips? – que estão alastrando-se pelo País.

Há as cooperativas, que são privadas. É um grupo de médicos credenciados, que presta serviço. É óbvio, evidente – é bom que se esclareça também – que muita prestadora, ou seja, operadora do sistema, está funcionando precariamente no Brasil. Há mais de 250 operadoras no Brasil sob vigilância do Cade, que não

estão atuando, de fato, como teriam de atuar. Algumas estão fazendo até picaretagem. Quando cobram, num plano de saúde, apenas R$15,00, R$30,00, não se pode esperar nada, muito pelo contrário.

De maneira que há as boas? Há. E há, naturalmente, aquelas que funcionam inadequadamente e que não prestam um bom serviço.

Senador Casildo, para a manifestação de V. Exª.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Com certeza, Sr. Presidente e Colegas Senadores, quem assiste, quem participa... Eu fiquei, como laico na área, de certo modo pasmado, mas, como torcedor, fiquei com a atenção bem... Achei interessante o entrevero. Digo "entrevero" por quê? Porque há o Senador Paulo Davim, que é médico e que duvida até da formação de profissionais na área. Quer dizer, há problemas na formação. Aí vem o Senador Humberto Costa, que é da área, é médico; aí vem o Senador Moka, que é médico e a gente nota que, entre os colegas, há um entrevero. Lá em Lages, Santa Catarina, faz-se entrevero: uma mistura de pinhão com cebola, batata. Faz-se aquele entrevero. Ou nos bailes, às vezes, dá entrevero. E sentimos na Comissão hoje que, mesmo entre os profissionais de saúde, há um entrevero. Isso nessa audiência pública é interessante. É interessante para poder dirimir, para fazer o debate democrático, para tentar curar.

Eu quero te confessar, Presidente, que não é bem isso. Quando Governador do meu Estado, os formados em veterinária e economia queriam ficar todos na ilha, queriam ficar todos em Florianópolis, não comparando com a área médica. Ninguém queria meter os pés na bota e ir ao campo para exercer a função de agrônomo, de veterinário, quer dizer, ir ao interior do Estado. O que tivemos que criar? Uma espécie de ágio, uma gratificação para aqueles que metessem os pés nas botas e fossem lá para a fronteira com a Argentina ou não sei onde para exercer a função. Mas tem que dar condições.

Eu acho que há concentração, como diz o Senador Moka, em grandes centros e tem que haver um estímulo com condições para irem, para atenderem. E que não aconteça, como disse V. Exª, que, se for pelo SUS, que para mim também é uma espécie de plano de saúde, porque o SUS é para ser um plano de saúde, tanto que cada um tem que fazer a carteirinha agora no Brasil, então não deixa de ser um plano de saúde e, como diz V. Exª que acontece no Mato Grosso, e não é só lá, tenham que ficar, às vezes, com a perna na tipoia meio ano para poder aparecer uma solução. E se for outro instituto, outro sistema, aí se resolve antes. Quer dizer, essas coisas, esse debate na audiência pública vai ser interessante.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Obrigado.

Antes da discussão, do debate, nós queremos colocar como item extrapauta o item 3, um requerimento.

REQUERIMENTO Nº 12, DE 2012 – CAS

Requeremos, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública para debater a presença dos médicos nos Municípios brasileiros, com as seguintes presenças: Ministro da Saúde; Presidente do Conselho Federal de Medicina – CFM; Secretário Estadual de Saúde do Amazonas; Representante do Conselho Nacional de Saúde – CNS; União Nacional dos Estudantes – UNE; Associação Médica Brasileira – AMB; Conselho Nacional de Secretários de Saúde – CONASS; Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde – CONASEMS.

S. Exª, a Senadora Vanessa Grazziotin, foi quem propôs aqui o requerimento e já inseriu o Secretário de Saúde do seu Estado, o Amazonas; representante do Conselho Nacional de Saúde – CNS; e União Nacional dos Estudantes – UNE.

Autora: Senadora Vanessa Grazziotini.

Concedo a palavra a V. Exª para encaminhar a matéria se for seu desejo.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Na realidade, Sr. Presidente, o requerimento eu já havia apresentado. E está para discutir. Eu incluí o Secretário de Saúde do Estado do Amazonas não só porque o Estado do Amazonas é o maior Estado da Federação brasileira e talvez seja o que tenha mais problemas, o que não impede, por exemplo, de trazer aqui, lembra o Senador Humberto, o Presidente do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde e os Municipais também.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Ótimo. Se V. Exª, como autora do requerimento, concorda, nós poderemos incluir aqui essas duas autoridades para que sejam convidadas.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Perfeito.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Eu gostaria de sugerir também a presença da AMB.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Associação Médica Brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Se V. Exª concorda. Há a possibilidade de V. Exª formalizar a inclusão?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Vamos aprovar com essas sugestões e depois a gente...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Ótimo.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 8:

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 426, DE 2007
– Terminativo –

Altera a Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, para dispor sobre a jornada de trabalho do trabalhador rural.

Autoria: Senadora Lúcia Vânia

Relatoria: Senador Vicentinho Alves

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 426, de 2007.

É o Projeto de Lei do Senado nº 426, de 2007. Foi pedido que seja retirado. A relatoria é do Senador Vicentinho Alves, que pediu fosse retirada a matéria da pauta.

Item 11:

ITEM 11

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 380, DE 2011
– Terminativo –

Altera a lei nº 9.961, de 2000, que criou a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) para estabelecer, dentre as competências da Agência, a de definir índices de reajustes dos honorários médicos, procedimentos e eventos em saúde oferecidos pelas operadoras de planos de saúde.

Autoria: Senador Eduardo Amorim

Relatoria: Senador Cyro Miranda

A matéria é retirada de pauta para atender a solicitação do Presidente José Sarney.

Leio a seguinte comunicação:

"Sr. Presidente, comunico a V. Exª que foi protocolizado, na Secretaria-Geral da Mesa, requerimento do valoroso Senador Humberto Costa, solicitando que o Projeto de Lei do Senado nº 380, de 2011, seja encaminhado a exame na Comissão de Assuntos Econômicos. Cópia em anexo. Nesses termos, solicito a V. Exª a remessa do referido projeto que tramita nesta Comissão à Secretaria-Geral da Mesa, para que se possa dar seguimento à tramitação do mencionado requerimento, uma vez que sua leitura somente poderá ocorrer com o processado sobre a mesa, nos termos do art. 266 do Regimento Interno do Senado Federal, que estabelece, ***in verbis****: "O processo de proposição fiará sobre a mesa durante a sua tramitação em plenário".*

Atenciosamente, José Sarney.

Presidente do Senado Federal."

Item extrapauta também.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Presidente, eu gostaria de pedir a retirada do item 1 da pauta. O Relator da matéria, Senador Gim Argello, não se encontra, e estou debatendo com ele a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Exª será atendida na forma regimental.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – O Item 1 é retirado de pauta.

Requerimento extrapauta:

REQUERIMENTO Nº 13, DE 2012 – CAS

Em aditamento ao Requerimento nº 63/2011 – CAS, que trata de realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, destinada a instruir o PLS nº 606, de 2011, que altera e acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para disciplinar o cumprimento das sentenças e a execução de títulos extrajudiciais na Justiça do Trabalho, requeiro que seja incluído o nome do Sr. Luiz Carlos Trabuco Cappi, Presidente da Confederação Nacional das Instituições Financeiras – CNF.

Autoria*:* Senadora Ana Amélia.

Concedo a palavra a V. Exª, Senadora Ana Amélia, para que possa encaminhar o seu requerimento.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu sou relatora do Projeto de Lei do Senado nº 606, de autoria do Senador Romero Jucá, que trata das execuções de indenizações por rescisão trabalhista.

Esta matéria foi sugerida pelo Tribunal Superior do Trabalho, envolve questões da relação capital e trabalho e tem, digamos, um componente de bastante polêmica, até eu diria, entrando também no caminho do direito de defesa das partes. Por isso, requeri audi-

ência pública. Faltou incluir as instituições financeiras nessa audiência pública, que terá a presença do presidente do Tribunal Superior do Trabalho, das Centrais Sindicais, a CUT, da Força Sindical, que já foram aprovadas em requerimento, o setor de indústria, e faltava a área financeira.

Então, essa é a razão deste requerimento, em aditamento ao requerimento anterior, já aprovado por esta Comissão.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senadora Ana Amélia.

Em votação o requerimento.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento extrapauta:

REQUERIMENTO Nº 14, DE 2012 – CAS

Com fundamento no disposto no art. 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso II e V, do Regimento Interno desta Casa, requeiro a realização de AUDIÊNCIA PÚBLICA pela Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo de melhor debater o PLS 599, de 2011, que tem como relator o Senador Paulo Paim. Sugiro que sejam convidadas autoridades ligadas aos seguintes órgãos e entidades: – Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional – COFFITO; Conselho Federal de Medicina – CFM; Associação Brasileira de Quiropraxia – ABQ; Associação Médica Brasileira – AMB.

Autoria: Senador Paulo Davim e Paulo Paim

Concedo a palavra ao Senador Paulo Davim, se V. Exª quer encaminhar, ou ao Senador Paulo Paim, que são os autores do requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, esse projeto, de fato, é um projeto polêmico no campo da Medicina. Ele surgiu na Comissão de Direitos Humanos, o Senador Paulo Davim dialogou comigo e nós concordamos em fazer uma audiência pública para debater com todas as partes interessadas e tentar construir um entendimento. Por isso fui totalmente favorável. Se V. Exª e o Senador permitirem, eu queria indicar um representante da Univale, uma universidade do Rio Grande do Sul, onde esse curso está sendo ministrado e há um interesse muito grande com esse debate. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Solicito a V. Exª que encaminhe um novo requerimento, entretanto, já inserido o nome da nova autoridade.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

ITEM 4:

TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 46, DE 2011
– Terminativo –

Ementa do Projeto: Altera o caput do art. 3º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, incluindo a atividade física como fator determinante e condicionante da saúde, e dá outras providências.

Autoria do Projeto: Deputada Sueli Vidigal.

Relatoria Ad Hoc: Senador João Durval.

Na reunião da Comissão de Assuntos Sociais de 29/02/2012, foi aprovada, em Turno Único, a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo ao PLC 46, de 2011) ora submetida a Turno Suplementar, nos termos do art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal. Ao Substitutivo poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo substitutivo integral.

Não foram apresentadas emendas no turno suplementar.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Resultado: não sendo oferecidas emendas na discussão suplementar, o Substitutivo ao PLC nº 46, de 2011, é definitivamente adotado, sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

ITEM 5

TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 379, DE 2011
– Terminativo –

Ementa do Projeto: Acrescenta dispositivos à Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, que dispõe sobre as atividades de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias, para incluir atividades do Agente Comunitário de Saúde na sua área de atuação.

Autoria do Projeto: Senador Eduardo Amorim.

Relatoria do Projeto: Senador Humberto Costa.

Na reunião da Comissão de Assuntos Sociais, em 29/02/2012, foi aprovada, em turno único, a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo) ora submetida a turno suplementar, nos termos do art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal. Ao Substitutivo poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo substitutivo integral.

Não foram apresentadas emendas no turno suplementar.

Em discussão a matéria. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Resultado: não tendo sido oferecidas emendas na discussão suplementar, o Substitutivo ao PLS nº 379, de 2011, é definitivamente adotado, sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no Diário do Senado Federal.

Item 9...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Item 6, Sr. Presidente. Só para eliminar, não dá para entrar direto, do Item 5 já entrar no Item 6? Até porque eu tenho um encaminhamento que agiliza.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Eu gostaria de saber de V. Exª qual é o encaminhamento que V. Exª vai fazer?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – O encaminhamento que eu queria solicitar, porque me pediram que eu lembrasse, é que estou pedindo que retirasse de pauta o Item 3 e também o Item 6.

O Item 6, Sr. Presidente, trata, na verdade, da aposentadoria especial. Minha intenção seria fazer uma audiência pública ampla para debater a aposentadoria especial, quais os critérios que deverão ser adotados ou não. E aí, então, votaríamos o Item 6 no momento adequado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Exª será atendido na forma regimental. É possível.

Está atendido V. Exª, para a retirada dos Itens 3 e 6 da pauta.

São os seguintes os itens:

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 599, DE 2011
– Não Terminativo –

Regulamenta o exercício da profissão de Quiropraxista.

Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (SF)

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 599, de 2011.

ITEM 4

TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 46, DE 2011
– Terminativo –

Ementa do Projeto: Altera o caput do art. 3º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, incluindo a atividade física como fator determinante e condicionante da saúde, e dá outras providências.

Autoria do Projeto: Deputada Sueli Vidigal

Relatoria : Senador Mozarildo Cavalcanti (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria *Ad Hoc* : Senador João Durval

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, V. Exª se referiu, há pouco, ao Item 9.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Exª será atendido de forma prazerosa. Já se encontra em minhas mãos o Item 9 da pauta.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Como eu sou Relator dessa matéria, eu recebi um apelo do eminente Senador Humberto Costa, que a Agência Nacional de Saúde pretende oferecer alguns subsídios em relação a isso. É um projeto de autoria do Senador Lobão Filho que trata do descredenciamento de prestadores de serviços e profissionais também da área de saúde. O descredenciamento disso, como deve ocorrer isso.

Nós temos o nosso relatório praticamente pronto, eu teria condições de fazer a leitura, mas, devido ao apelo do Senador Humberto Costa no sentido de que a Agência Nacional de Saúde pretende oferecer alguns subsídios, eu peço a retirada, Sr. Presidente, e tão logo eu tenha esses subsídios que possam melhorar essa ideia, nós o traremos de volta.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Exª será atendido na forma regimental, para aprimoramento e melhoramento, naturalmente se for o caso. Entretanto, V. Exª será atendido, Senador Casildo Maldaner.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Senador Paulo Davim, pela ordem.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Eu gostaria de saber da possibilidade de fazer a leitura de dois projetos, dois relatórios, os Itens 12 e 13, porque, daqui a pouco, temos uma reunião na CPI do Tráfico de Pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Exª será atendido, até porque, do Item 7, o relator não se encontra presente. Vamos aguardar a presença dele. Então, V. Exª fica atendido também. O item 7 fica adiado. Vamos tirar da pauta.

Item 12:

ITEM 12

PROJETO DE LEI DO SENADO FEDERAL
Nº 406, DE 2011
– Terminativo –

Altera a Lei nº 11.674, de 29 de abril de 2008, que dispõe sobre a efetivação das ações de saúde que assegurem a prevenção, a detecção, o tratamento e o seguimento de cânceres de colo uterino e de mama, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, para assegurar o atendimento às mulheres portadoras de deficiência.

Autoria: Senadora Ana Amélia

Relatoria: Senador Paulo Davim

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CDH.

Observações: Em 05/10/2011, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, aprovou Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CDH.

Já contamos com a presença do ilustre Senador e amigo, Governador Roberto Requião. Temos *quorum* suficiente para votar todas as matérias aqui.

A votação será nominal.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Davim para proferir o seu relatório.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, eu vou passar direto à análise. Há *quorum* aqui na Comissão. Vou ler a análise e o voto. A matéria, todos já conhecem.

Análise.

A matéria – atenção à saúde das mulheres com deficiência – conforma-se ao rol de atribuições desta Comissão, nos termos do art. 10, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal. No mérito, a questão trazida ao debate no Parlamento pela autora da proposição é de grande relevância. Não se trata de conferir às mulheres com deficiência o direito a ações de saúde relativas à prevenção, detecção, tratamento e controle dos cânceres do colo uterino e de mama. Esse direito elas já têm, por força do disposto na Carta Magna, na Lei Orgânica da Saúde (Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990) e, de modo mais específico, na Lei nº 11.664, de 2008.

O PLS sob análise busca tornar realidade o exercício desse direito. Pretende que as mulheres com deficiência deixem de ficar alijadas dos benefícios que a medicina tem a oferecer no que tange ao controle das neoplasias malignas que acometem a mama e o colo de útero.

Qualquer pessoa com deficiência tem algum grau de dificuldade para a utilização dos serviços de saúde em geral. Porém, em relação às medidas de controle dessas duas formas de câncer, o principal obstáculo é a realização da mamografia por mulheres vítimas de amputação ou de lesão neurológica que lhes retire os movimentos dos membros inferiores. Isso ocorre em função de os equipamentos e os locais empregados para a realização dos exames não estarem adaptados à condição das pacientes e às próprias cadeiras de rodas.

O exame mamográfico exige participação ativa da paciente para obter posicionamento adequado, que resulte em imagem radiológica de boa qualidade. Pacientes com doenças mentais ou neurológicas – em especial as tetraplégicas, que não conseguem movimentar os membros superiores e os inferiores – raramente conseguem o posicionamento correto.

De acordo com estudo elaborado pelo *Independence Care System*, instituição nova-iorquina dedicada à saúde de pessoas com deficiência física, as mulheres com esse tipo de deficiência realizam, em média, número menor de mamografias do que aquelas sem deficiência. As principais razões encontradas pelo órgão para essa disparidade foram: equipamento inadequado; inabilidade dos operadores dos equipamentos em posicionar as pacientes; insensibilidade, impaciência e inexperiência em lidar com pacientes que apresentem tremores, paralisia e espasmos; salas de exames e de espera, consultórios e vestiários inacessíveis às cadeirantes; e ambiente hostil ou pouco receptivo às pessoas com deficiência.

A importância da mamografia para o controle do câncer de mama há muito é reconhecida pelas autoridades sanitárias. A aprovação do PLS nº 275, de 2004, que deu origem à Lei nº 11.665, de 12 de junho de 2008, que *institui o Dia Nacional da Mamografia*, demonstra a atenção dedicada pelo Congresso Nacional a esse exame específico. É inadmissível, pois, que mulheres com deficiência sejam privadas do acesso ao procedimento.

Por fim, não há óbices no que concerne à constitucionalidade, à juridicidade e à técnica legislativa da

proposição sob exame, com exceção da questão redacional já corrigida pela Emenda nº 1 – CDH.

Voto.

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 406, de 2011, e da Emenda nº 1-CDH.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Em discussão a matéria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Para discutir, Sr. Presidente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Para discutir, Senador Paulo Paim e Senadora Ana Amélia.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Permita-me, Senadora Ana Amélia. Estou sendo chamado em duas comissões, onde sou relator de diversos projetos, mas eu queria só cumprimentar a Senadora pela iniciativa, e o Senador Paulo Davim. Se eu puder, eu gostaria de deixar o meu voto totalmente favorável, porque, além de tudo, atende às mulheres portadoras de deficiência. Seria só esse comentário, cumprimentando a autora e o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Eu gostaria de pedir a V. Exª dois minutinhos para fazermos o processo de votação.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É bem rápido, apenas para salientar...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Senadora Ana Amélia com a palavra.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Queria apenas, claro, pedir o voto dos Senadores, mas agradecer ao Senador Paulo Davim, que é médico, lembrando um dado: tenho dados do Inca (Instituto Nacional de Câncer) e da Oncoguia, instituto dedicado a essa questão e, neste ano, teremos 52.680 novos casos de câncer. E o problema mais grave, Senador Jayme Campos, é que, segundo dados divulgados em março de 2009, 70% dos tumores de mama são descobertos no Brasil em estágio muito avançado, o que significa um óbito para as mulheres, especialmente na faixa de 40 a 60 anos.

Então, no Brasil, é um dado alarmante, porque, na maioria dos países, a prevenção evita a mortalidade e obtém a detecção precoce do câncer de mama.

As mulheres com deficiência física, conforme a reportagem realizada pelo Oncoguia em março do ano passado, não conseguem realizar o exame de mamografia nem nos serviços públicos, nem nos serviços privados, por falta de adaptação ou capacitação dos funcionários responsáveis por sua execução. Esse problema atenta contra a dignidade, bem como as garantias constitucionais das pessoas com deficiência.

O tema das pessoas com deficiência tem recebido grande atenção da sociedade civil, dos órgãos públicos, especialmente nos últimos anos. A Câmara Federal participou desse processo através da aprovação, na última década, em especial de importantes diplomas normativos, dando ao Brasil um papel de destaque em relação à defesa dos direitos da pessoa com deficiência.

Penso que é dispensável até essa argumentação, caro Senador Paulo Davim, pela relevância que tem e pela gravidade de lembrar que 70% dos casos de câncer de mama, que representam a maioria dos cânceres no caso da mulher, já são em estágio muito avançado, em que o tratamento às vezes dificulta a cura dessas mulheres portadoras de câncer. E, no caso das deficientes, com o agravante de que os serviços não estão com pessoal capacitado para atendê-las devido à exigência especial da condição da deficiência física.

Então, agradeço a V. Exª, pedindo apoio dos Srs. Senadores, na Semana da Mulher, para aprovação deste projeto.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Cumprimento V. Exª pela autoria do projeto, que, sem sombra de dúvida, é meritório.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o Projeto de Lei do Senado nº 406, de 2011, ressalvada a Emenda nº 1 da Comissão de Direitos Humanos.

Procede-se à votação de forma nominal.

Como vota o Sr. Paulo Davim? Voto já conhecido.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Humberto Costa?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Voto sim, com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador João Durval?

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Rodrigo Rollemberg?

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, eu voto com o relator. Quero cumprimentar a autora, Senadora Ana Amélia, e digo que esse projeto avança no sentido de garantir um

compromisso assumido constitucionalmente pelo Brasil quando assinou e aprovou aqui no Congresso, com *status* constitucional, a Convenção da ONU sobre os direitos das pessoas com deficiência.

Voto Sim.

Parabéns, Senadora Ana Amélia!

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Vanessa Grazziotin?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu voto com a Senadora Ana Amélia nesse importante projeto e com o nosso Relator, Davim.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Waldemir Moka?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Senador, Presidente Jayme Campos, quero parabenizar a autora, Senadora Ana Amélia, extraordinária Senadora Ana Amélia. É estreante aqui, é o primeiro mandato, e toda semana Ana Amélia nos surpreende com essa capacidade. Foi muito feliz. Foi muito valorizado o relatório, também muito bem feito pelo Senador Paulo Davim, que valorizou e chamou atenção para o problema. Ela tem razão na argumentação: 70% dos cânceres de mama, quando são diagnosticados, já estão, muitos deles, na fase de metástase, e a metástase, Sr. Presidente, é muito difícil realmente de se resolver.

Então, tem muito mérito o projeto. Mais uma vez, parabéns à Senadora Ana Amélia.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Lauro Antonio?

O SR. LAURO ANTONIO (PR – SE) – Voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Senadora Ana Amélia... É voto de louvor, porque ela é a autora do projeto.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Voto com o relator e parabenizando a autora, que sempre traz para esta Casa os bons projetos.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador João Vicente Claudino?

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Voto com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o relator, também cumprimentando a Senadora Ana Amélia pela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Marta Suplicy?

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu voto com a autora. Acho que, realmente, a Ana Amélia tem dado uma grande contribuição.

Parabenizo também o Senador Presidente hoje desta Comissão, Senador Jayme Campos, porque nós vemos hoje três projetos ou mais referentes à mulher. Então, Senador Jayme Campos, V. Exª está contribuindo para a comemoração da Semana da Mulher, pois a todas as Comissões foi pedido que pudéssemos votar projetos de relevância para a mulher. Então, parabenizo também V. Exª pela sensibilidade.

E gostei muito desse voto de louvor. Voto de louvor para a autora do projeto e para o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – (*Risos*.) Agradeço a V. Exª, Senadora Marta Suplicy, pelas bondosas e generosas palavras.

Como vota o Senador Roberto Requião?

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Voto com o relator e com a autora, Senadora Ana Amélia, cumprimentando os dois pelo projeto.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Aprovado o projeto, por unanimidade.

Consulto às Srªs e aos Srs. Senadores se podemos repetir a votação para a Emenda nº1-CDH? *(Pausa.)*

Se concordam, está aprovada.

Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 406, de 2011, e a Emenda nº1 da CDH/CAS.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e para a publicação no Diário do Senado Federal.

Eu gostaria de pedir, pois estamos concluindo aqui, como bem disseram as Senadoras Marta Suplicy e Vanessa, das matérias que homenageiam as mulheres brasileiras. Estamos concluindo essas votações.

Item 13.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Não, vamos para o Item 10, Sr. Presidente!

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – É só o Senador Davim abrir mão.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Não, mas nós vamos ter que sair juntos. Nós vamos para a mesma reunião.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Não é o caso, então.

Nesse caso, Senador, preferencialmente, eu acho que a Senadora Vanessa...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Há duas mulheres, e a Senadora Ana Amélia é Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como o dia é de homenagem aqui hoje, vamos fazer de forma completa.

Item 10.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senador Casildo.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Essas coisas acontecem na vida. Eu havia marcado uma entrevista diretamente com uma rádio de Florianópolis, a Guarujá, e chegou o momento, eu estava fazendo a entrevista e deixei de participar da votação dessa proposta da Senadora Ana Amélia em que o Paulo Davim foi o Relator.

Então, embora eu tenha chegado depois da votação, e é em homenagem, inclusive, às mulheres, que eu quero deixar aqui o registro, para que conste da Ata, sobre a minha posição elogiosa em relação a isso.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Está registrado o voto de V. Exª, Senador Casildo Maldaner.

Infelizmente, não vai poder ser contado, tendo em vista que já tinha sido aprovada a matéria. Mas está registrado aqui. E todas as mulheres do Brasil, nesse caso, tomam ciência, através das imagens da TV Senado e da Rádio Senado, que V. Exª votou esse projeto, porque o projeto é meritório.

ITEM 10:

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 370, DE 2011
– Terminativo –

Altera as Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, para dispor sobre sistema especial de inclusão previdenciária para atender às donas de casa sem renda própria que se dediquem exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, previsto nos §§ 12 e 13 do art. 201 da Constituição Federal, e dá outras providências.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin.

Relatoria: Senadora Ana Amélia.

Relatório: Pela aprovação do projeto e das duas emendas que apresenta.

Observações: Em 15.02.2012, a matéria é retirada de pauta a pedido da autora;

Em 29.02.2012, a matéria é retirada de pauta a pedida da relatora para reexame do relatório;

Em 1º.03.2012, foi recebido novo relatório da Senadora Ana Amélia;

A votação será nominal.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia para proferir o seu relatório.

Eu gostaria que fosse bem breve diante de outras votações importantes que nós temos a fazer no dia de hoje.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente, por conhecê-lo e por saber do tamanho da pauta de hoje e por saber dos compromissos dos demais Colegas, eu já resumi o relatório e vou direto à análise.

Análise.

Quanto ao mérito da proposta apresentada pela Senadora Vanessa Grazziotin, não há nenhuma dúvida para quem a expansão da cobertura previdenciária é uma exigência de curto prazo, tanto o desenvolvimento do sistema previdenciário público quanto para a continuidade da política de sustentação de renda dos idosos e combate à pobreza, entre eles. Com efeito, num País de escassa distribuição de renda como o Brasil, a demanda social requer urgência na consolidação de uma política de inclusão previdenciária dos trabalhadores de baixa renda e entre eles da dona de casa que se dedica integralmente ao trabalho doméstico. Em geral, ela não é filiada à Previdência pública, estando, portanto às margens da proteção do manto previdenciário e não alcançável pelas políticas assistenciais de combate à pobreza e à miséria.

Como muito bem observa Eliane Romero Costa, atenta a essa realidade, a Constituição Federal prevê uma política previdenciária dos trabalhadores de baixa renda, chamado de sistema especial de inclusão previdenciária. Em verdade, mais que um sistema, trata-se de um sub-regime do regime geral ou então de um instituto similar ao do segurado especial, espécie do gênero trabalhador rural, contribuinte da seguridade social e não da Previdência Social cujo benefício é de um salário mínimo, conforme o § 8º do art. 195 da Constituição.

Nesse contexto, a limitação da renda, o conceito de família, o trabalho no âmbito doméstico, alíquotas e carências inferiores e a cobertura de um salário mínimo para os riscos previdenciários são os indicadores dessa política social de inclusão previdenciária. Ela tem por alvo a proteção do cidadão de baixa renda ou sem renda própria, que trabalha no âmbito de sua moradia e cuja família seja enquadrada no critério de baixa renda.

Durante a tramitação desse projeto de lei, foi editada a Lei nº 12.470, de 31 de agosto de 2011, que já permite que as donas de casa possam contribuir como seguradas facultativas com alíquota de 5% incidente sobre o limite mínimo mensal do salário de contribuição.

Vou direto ao que diz o § 2º, art. 2º, 5% é o percentual da contribuição conforme a lei:

a) No caso do microempreendedor individual de que trata o art. 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e

b) Do segurado facultativo sem renda própria, que se dedique exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência desde que pertencente à família de baixa renda.

E o que é baixa renda?

O §4º considera de baixa renda para fins do disposto na alínea 'b' do inciso II, do §2º deste artigo, a família inscrita no cadastro único para programas sociais do Governo federal cuja renda mensal seja de até dois salários mínimos.

Diante disso, apresentamos ao final emenda mantendo apenas os arts. 2º e 3º do projeto, que tratam do período de carência, onde se prevê que as donas de casa farão jus ao benefício da aposentadoria por idade, desde que tenham efetuado, no mínimo, 60 e no máximo 120 contribuições mensais em função do ano em que a segurada se filiou ao regime de Previdência Social e do ano em que ela implementou as condições necessárias à obtenção do benefício. Conforme tabela prevista no art. 142-A, proposto pelo projeto. Atualmente, o prazo de carência exigido pela Lei nº 8.213, de 1991, é de 180 contribuições mensais.

Voto.

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 370, de 2011, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, com as seguintes emendas:

Dê-se à ementa do PLS nº 370, de 2011, a seguinte redação:

Dispõe sobre o período de carência para que as donas de casa, sem renda própria, que se dediquem exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, desde que pertencentes a família de baixa renda, façam jus ao benefício da aposentadoria por idade e que contribuam para o regime geral de previdência social conforme o disposto no inciso II do § 2º do art. 21 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

Suprima-se o art. 1º do PLS nº 370, de 2011, renumerando-se seus arts. 2º, 3º e 4º.

Esse é o meu voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Em discussão a matéria. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discuti-la...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, eu serei muito rápida.

Eu acho que a Senadora Ana Amélia explicou bem na leitura. Na realidade o nosso objetivo é permitir que as donas de casa que já conquistaram esse direito, porque nós aprovamos quando transformamos uma medida provisória em lei, igualando as donas de casa ao micro empreendedor individuais. Entretanto, o período de carência exigido é de 15 anos de contribuição. Então as donas de casa que já tem idade mais avançada, elas jamais terão direito a esse benefício. Então nós mudamos a tabela iniciando com 5 anos, ou seja, 60 contribuições, o que abrangerá e abraçará apenas aquelas que tem uma idade mais avançada.

Então, Sr. Presidente, eu acho que isso é importante, tenho certeza que não haverá impacto na Previdência, mesmo porque a cada dia a gente recebe a notícia de que diminui o déficit, e diminui o déficit por causa do volume de inclusão. E essa é uma política de inclusão.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Parabéns a V. Exª.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o Projeto de Lei do Senado nº 370, de 2011, ressalvadas as duas emendas apresentadas.

Como vota o Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Humberto Costa?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador João Durval?

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Rodrigo Rollemberg?

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Voto "sim" e, mais uma vez, Sr. Presidente, cumprimentando a autora, cumprimentando a relatora e cumprimentando o Senado pelos avanços que vem garantindo, ao longo desta semana, para as mulheres brasileiras. Parabéns às duas Senadoras.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Vanessa Grazziotin? Voto já conhecidíssimo.

Como vota o Senador Paulo Davim?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Voto "sim", parabenizando a autora e a relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Casildo Maldaner?

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Da mesma forma, mais uma homenagem às mulheres.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Lauro Antonio?

O SR. LAURO ANTONIO (PR – SE) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Amélia? Voto já conhecidíssimo.

Como vota o Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Parabenizando a autora e relatora, voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador João Vicente Claudino?

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – (*Fora do microfone. Inaudível*.)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Marta Suplicy?

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu voto "sim", parabenizando as duas Senadoras pela sensibilidade do projeto, porque realmente a mulher dona de casa teria um impedimento muito grande e elas fizeram e relataram um projeto extremamente importante para a mulher.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Roberto Requião?

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Eu subscrevo, Sr. Presidente, o voto da Senadora Marta Suplicy e do Senador Rollemberg, com todos os elogios aderidos. Eu voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Eu também acompanho e quero ser signatário também nesse apoiamento.

Aprovado o projeto.

Eu consulto as Srªs Senadoras e Srs. Senadores se podemos repetir a votação para emendas da relatora? (*Pausa*.)

Se V. Exªs concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 370, de 2011, e as Emendas de nºs 1 e 2 da CAS.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

Em homenagem novamente as mulheres – as mulheres estão bombando hoje aqui viu Ana Amélia, Marta Suplicy, Vanessa e Ana Rita? E com quorum lotado, 17 Senadores presentes, isso é que é prestígio.

ITEM 15

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 525, DE 2011
– Terminativo –

Altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para dispor sobre o seguro-desemprego da trabalhadora desempregada que seja chefe de família.

Autoria: Senadora Ana Rita

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta.

Observação: A votação será nominal.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, é o 13.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Mas V. Exª me permite?

Como V. Exª já abriu mão para homenagear as mulheres, aguardará mais dois minutinhos. Temos também a Ana Rita, que é mulher e está aqui presente. Nesse caso, o Senador Paulo Davim abre mão do projeto para homenageá-la também.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Está certo. Abro mão também. Desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Hoje é dia de homenagem.

Estamos lendo o Projeto de Lei do Senado nº 525, de 2011, terminativo.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia para proferir o seu relatório. Por favor, seja bem sucinta.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Da mesma forma, como fiz anteriormente, vou direto à análise.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Não foi tão sucinta, mas de qualquer forma está valendo.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – O tema, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Com a palavra V. Exª.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Temos preferência está semana, Sr. Presidente. Vou direto à análise. E os argumentos expostos pela Senadora Ana Rita são inteiramente válidos sob todos os aspectos.

Análise.

As mulheres trabalhadoras, chefes de família, precisam desdobrar-se para cumprir dupla jornada, garantindo condições mínimas de subsistência para os seus dependentes. A ampliação do prazo de fruição do seguro-desemprego, em benefício dessas trabalhadoras, representa um apoio adicional às desempregadas, que trará benefícios em saúde, educação e moradia para o núcleo familiar e para a sociedade como um todo.

Ademais, a medida é justa, pois são notórias as dificuldades enfrentadas pelas mães chefes de família no momento de reingresso no mercado de trabalho, principalmente em se tratando de mulheres negras e de baixa renda.

As vagas e oportunidades são restritas e, muitas vezes, dada a jornada de trabalho doméstico a

que estão submetidas, essas mulheres não possuem condições de buscar capacitação, readaptação ou reciclagem. Via de regra, terão de buscar emprego em funções semelhantes àquelas que já desempenhavam.

Com essa medida, estaremos oferecendo uma compensação razoável para as dificuldades enfrentadas pelas mulheres trabalhadoras. É claro que outras ações afirmativas são necessárias para reduzir desigualdades e é preciso trabalhar para que a empregabilidade desse segmento populacional aumente. Ademais, uma ampliação de dois meses no período de seguro-desemprego e a redução de dois meses no período aquisitivo não trará impactos significativos para o Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, eis que a concessão do prazo ampliado de benefício só beneficiará trabalhadoras com renda mensal inferior a três salários mínimos.

Finalmente, quanto à redação dos dispositivos da proposição temos algumas correções a fazer. Faltou referência à periodicidade dos rendimentos da trabalhadora, quando da demissão, que deve ser "mensal". As outras são de formalidade apenas lingüística.

Voto.

Em face do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 525, de 2011, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº-CAS (PLS Nº 525, DE 2011)

Dê-se ao § 2º do art. 4º da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, acrescido pelo PLS nº 525, de 2011, a seguinte redação:

Art. 4º .....

§ 1º .....

3 .....

§ 2º Em se tratando de trabalhadora desempregada chefe de família, com rendimento mensal de até 3 (três) salários mínimos mensais, no momento da demissão injustificada, o período máximo de concessão de seguro-desemprego será de 6 (seis) meses, de forma contínua ou alternada, a cada período aquisitivo de 14 (quatorze) meses, contados da data de dispensa que deu origem à primeira habilitação.

É o meu voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senadora Ana Amélia.

Em discussão a matéria.

Para discutir a matéria, tem a palavra a autora do projeto, Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, quero agradecer o relatório que foi proferido por nossa companheiro, Senadora Ana Amélia. Ele valorizou, inclusive, o nosso projeto, melhorando, com certeza a redação.

Quero dizer que esse projeto vem fazer justiça social às mulheres trabalhadoras que são chefes de família e que, no momento do desemprego, encontram muitas dificuldades para retornar ao mercado de trabalho. Por serem chefes de família têm obrigações a cumprir. Então, o projeto vem fazer justiça social na semana em que comemoramos o Dia Internacional da Mulher.

Por isso eu parabenizo a nossa relatora e esta Comissão que, no dia de hoje, aprovou importantes projetos que vêm para favorecer as mulheres brasileiras.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Nós é que cumprimentamos V. Exª pelo meritório projeto que apresentou a esta Comissão. Certamente, foi muito bem Relatado pela Senadora Ana Amélia.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o Projeto de Lei do Senado nº 525, de 2011, ressalvada a emenda da relatora.

Como vota o Senador Humberto costa?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Com a relatora, voto "sim".

O SR PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador João Durval?

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA) – Com a relatora, voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Rodrigo Rollemberg?

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Com a relatora, voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Vanessa Grazziotin?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Com a relatora, voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Paulo Davim?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PT – RS) – Com a relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Casildo Maldaner?

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Com a relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Lauro Antonio?

O SR. LAURO ANTONIO (PR – SE) – Com a relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Amélia,

voto extremamente conhecido? Mas queira registrar. Também sim, não é?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com a relatora, voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com a relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador João Vicente Claudino?

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Marta Suplicy?

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu voto "sim".

Quero registrar algo que não sei se chamou a atenção dos Colegas. As mulheres fazem diferença, não, Senador? Todos os projetos relacionados à melhoria das mulheres – hoje, pelo menos – foram apresentados pelas Senadoras Vanessa, Ana Amélia e Ana Rita. É só um registro, pequeno.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – E muito importante.

Como vota o Senador Roberto Requião?

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Subscrevendo os elogios da Senadora Marta às mulheres, voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Cássio Cunha Lima?

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Aprovado o projeto.

Consulto as Srªs e os Srs. Senadores se nós podemos repetir a votação para a emenda oferecida pela relatora? (*Pausa*.)

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam sentados. (*Pausa*.)

Aprovada.

Aprovado o Projeto de Lei do Senado 525, de 2011, e a Emenda nº 1 da CAS.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para dar ciência ao Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

Item 13, decisão terminativa.

V. Exª pode ter a certeza de que nós já estávamos até agoniados por não ter colocado o seu projeto.

Item 13:

ITEM 13

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 461, DE 2011
– Terminativo –

Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, e dá outras providências, para estabelecer medidas que inibam erros de dispensação e de administração e uso equivocado de medicamentos, drogas e produtos correlatos.

Autoria: Senador Humberto Costa

Relatoria: Senador Paulo Davim

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta.

Observação: Votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Davim para proferir o seu relatório.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, vou direto à análise, considerando que todos nós já tomamos conhecimento desta meritória iniciativa do Senador Humberto Costa.

Análise.

Cabe à Comissão de Assuntos Sociais, nos termos do inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, apreciar o mérito do projeto no que tange à proteção e defesa da saúde. Em face da natureza terminativa e exclusiva da deliberação a ser tomada, serão também avaliados os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Quanto ao mérito, manifestamos nossa concordância com a proposição sob análise. É imperioso que o Poder Público, como principal componente da atividade de vigilância sanitária de medicamentos, tome todas as medidas necessárias para minimizar a ocorrência de acidentes por erros de administração.

As alterações propostas pelo projeto na Lei de Vigilância Sanitária de Medicamentos são pertinentes e contemplam medidas de caráter geral que podem minimizar as trocas indesejadas, o uso equivocado e os erros de dispensação e administração.

Assim, defendemos a aprovação do projeto, sugerindo, por meio de emenda, alterações de redação com o propósito de tornar mais acurada a redação do art. 60-A a ser acrescido à Lei nº 6.360, de 1976, e corrigir pequenas falhas nele detectadas.

Uma delas é o uso de vírgula antes da expressão *que seja* (...), pois essa oração deveria ser restritiva, e não explicativa. A segunda é o uso da palavra *capaz*,

pois essa palavra traz embutido um sentido positivo de *ter capacidade ou habilidade para fazer algo*.

Por fim, tendo em vista a apreciação da matéria em caráter terminativo e exclusivo para esta Comissão, analisamos que não foram detectados óbices de inconstitucionalidade ou juridicidade à sua aprovação.

Voto.

Em vista do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 461, de 2011, com a emenda já citada na análise.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Obrigado a V. Exª.

Está em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o Projeto de Lei do Senado nº 461, de 2011, ressalvada a emenda do relator.

Como vota o Senador Humberto Costa?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Naturalmente, voto "sim" e entendo que as emendas apresentadas pelo Senador Paulo Davim enriquecem o projeto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – É só para confirmar, ratificar, já que o projeto é de V. Exª.

Senador João Durval.

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Vanessa?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Senador Paulo Davim, como vota? Como Relator da matéria, voto conhecido.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Voto conhecido.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Casildo Maldaner?

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Lauro Antonio?

O SR. LAURO ANTONIO (PR – SE) – Voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Amélia?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador João Vicente Claudino?

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Rita?

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Roberto Requião?

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Cássio Cunha Lima?

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – "Sim", com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Aprovado o projeto.

Consulto as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores se podemos repetir a votação para a emenda oferecida pelo relator? (*Pausa*.)

Se V. Exªs concordam, está aprovado.

Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 461, de 2011, e a Emenda nº 1, da CAS.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, peço permissão para...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Eu e a Senadora Vanessa vamos nos retirar da reunião desta Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Exª precisa aguardar dois minutos. Vamos votar mais um item importantíssimo, que é decisão terminativa.

Mas não são dois minutos...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Então, vamos ficar. Em homenagem ao...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Item 14, decisão terminativa.

Consulto o Senador Roberto Requião sobre se poderá ser o Relator *ad hoc? (Pausa.)*

ITEM 14

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 490, DE 2011
– Terminativo –

Reduz as alíquotas da contribuição previdenciária patronal de que tratam os incisos

I e III do caput do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

Autoria: Senador Ataídes Oliveira.

Relatoria: Senador Clésio Andrade.

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 490, de 2011.

Observação: – Votação nominal.

Estamos designando para Relator *ad hoc* o Senador Roberto Requião.

O Relatório é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 490, de 2011.

A votação será nominal.

Concedo a palavra ao Senador Roberto Requião, para proferir o relatório.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – O relatório original é de autoria do Senador Clésio Andrade.

Vamos ao relatório.

Chega a esta Comissão de Assuntos Sociais (CAS), para análise em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado nº 490, de 2011, de autoria do Senador Ataídes Oliveira.

A proposição é composta por três artigos. O art. 1º reduz, de forma gradativa, as alíquotas de que tratam os incisos I e III do *caput* do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de junho de 1991. Assim, elas passam a ser 18%, de 1º de janeiro a 31 de dezembro do ano subsequente ao da publicação da lei em que se converter o projeto; 16%, de 1º de janeiro a 31 de dezembro do segundo ano subsequente ao da publicação da lei; e 14%, a partir de 1º de janeiro do terceiro ano subsequente ao da publicação da lei.

O art. 2º enuncia que a União compensará o Fundo do Regime Geral de Previdência Social, de que trata o art. nº 68 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), no valor correspondente à estimativa de renúncia previdenciária decorrente da redução de que trata o art. 1º, de forma a não afetar a apuração do resultado financeiro do Regime Geral de Previdência Social.

O art. 3º determina a vigência da lei de conversão na data de sua publicação.

A bem elaborada justificação indica a elevada carga tributária brasileira incidente sobre a folha de salários, destacando a questão da chamada "cunha" existente entre os salários pagos ao trabalhador e os encargos trabalhistas bancados pelo empregador, de forma que aquele ganha pouco e este gasta muito. Lembra que, apesar de haver um consenso entre Governo Federal e os diversos setores da sociedade sobre a necessidade de redução da tributação sobre a folha, demonstrado, inclusive, por meio de propostas de reforma constitucional, de efetivo houve apenas a edição da Medida Provisória (MPV) nº 540, de 02 de agosto de 2011, posteriormente convertida na Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, que substituiu a contribuição patronal sobre a folha de salários de alguns poucos setores por uma contribuição sobre a receita bruta de 1,5% ou 2,5%.

O autor defende, assim, a redução gradual da contribuição previdenciária patronal, de modo a estabilizá-la em 14% após três anos da vigência da norma. Aduz que a perda de arrecadação, conforme estudos indicados, não causará rombo, mormente em virtude de outras fontes de recursos da Previdência Social. Além disso, o projeto ainda reforça norma no sentido de a União compensar o RGPS no caso de eventual perda de receita e desequilíbrio de contas.

Não foram apresentadas emendas.

Análise.

A teor do art. 91, inciso I, cumulado com o art. 100, incisos I e IV, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à CAS, dispensada a competência do Plenário, opinar sobre proposições pertinentes às relações de trabalho, seguridade, previdência e assistência social e outros assuntos correlatos.

Quanto à constitucionalidade do PLS nº 490, de 2011, frisamos que a União é competente para legislar sobre direito tributário, mormente contribuições sociais, nos termos dos arts. 24, inciso I, 48, inciso I, 149 e 195 da Constituição Federal. A matéria veiculada na proposição não é de iniciativa privativa do Presidente da República (art. 61, § 1º, da CF).

A proposição se mostra adequada em termos de juridicidade, porquanto: *i*) o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o correto; *ii*) a matéria nela vertida *inova* o ordenamento jurídico; *iii*) possui o atributo da *generalidade; iv*) afigura-se dotada de potencial *coercitividade;* e *v*) revela-se compatível com os princípios diretores do sistema de direito pátrio.

O PLS, em que pese acarretar perda de arrecadação federal, não gera renúncia fiscal nos termos definidos pela LRF. Efetivamente, o § 1º do art. 14 da norma conceitua renúncia como anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução ***discriminada*** de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a ***tratamento diferenciado***.

No caso sob análise, está-se propondo alteração definitiva na legislação positivada que resultará em diminuição da carga tributária incidente sobre a folha de salários de forma generalizada, inexistindo discriminação ou tratamento diferenciado a contribuinte – que é

exatamente o que contempla o discurso da Presidenta da República.

A despeito disso, a justificação informa que a receita total da contribuição previdenciária patronal no ano de 2010 foi de R$ 100 bilhões.

Dessa forma, é possível estimar a diminuição potencial de arrecadação no exercício de entrada em vigor da norma e nos dois seguintes, tendo em vista a redução gradual da alíquota atual, de 20%, no patamar de 2% ao ano até atingir 14%, sendo relevante ressaltar que a primeira redução apenas ocorrerá no ano seguinte ao da publicação da lei em que se converter o projeto.

Portanto, a proposição está adequada em termos orçamentários e financeiros.

No que toca à técnica legislativa, foram respeitadas as regras para a elaboração e alteração de normas, inclusive as dispostas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que "dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis".

No mérito, a proposição merece todo o nosso apoio. Atualmente, o art. 22, incisos I e III, da Lei nº 8.212, de 1991, dispõe que a contribuição a cargo da empresa, destinada à Seguridade Social, é de 20% (vinte por cento) sobre o total das remunerações pagas, devidas ou creditadas a qualquer título, durante o mês, aos segurados empregados, trabalhadores avulsos e aos segurados contribuintes individuais que lhe prestem serviços.

Como bem lembrado pelo autor do projeto, a tributação sobre a folha de salários é extremamente alta, correspondendo a aproximadamente 26% (vinte e seis por cento) do total da carga tributária nacional. Um grave efeito dessa incidência desproporcional é o fato de ela aumentar muito o custo do produto brasileiro, que perde competitividade. Se nosso País pretende ser um verdadeiro competidor no mercado internacional, não temos dúvidas de que a exação sobre a folha deve ser reduzida.

Ademais, a tributação sobre a folha, em momentos de crise, representa um forte estímulo à demissão em massa de empregados, por representar um custo fixo da empresa, que não acompanha seu faturamento.

Ou seja, quando determinada indústria, por exemplo, verifica queda nas vendas, sua receita diminui, mas seu custo com a folha de pagamentos continua o mesmo. Para equilibrar as contas em situações como essa, sua alternativa única é demitir.

Diante desses aspectos, há certo consenso sobre a necessidade de medidas que reduzam a forte tributação sobre a folha. Mas também existe grande insegurança sobre qual a melhor maneira de realizar tal mudança. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 233, de 2008, encaminhada ao Congresso Nacional pelo então Presidente Luiz Inácio da Silva, pretendia implementar uma reforma tributária e seu art. 11 previa que lei de iniciativa do Executivo definiria reduções gradativas da alíquota da contribuição social de que trata o art. 195, inciso I, da Constituição, a serem efetuadas do segundo ao sétimo ano subsequente ao da promulgação da emenda.

A PEC não avançou na Câmara dos Deputados e não há perspectiva de votação, mas consubstanciou um passo importante na discussão da matéria.

Recentemente, por meio da MPV nº 540, de 2011, posteriormente convertida em Lei, as contribuições previstas nos incisos, devidas pelas empresas que prestam exclusivamente os serviços de Tecnologia da Informação e de Tecnologia da Informação e Comunicação, foram substituídas, até 31 de dezembro de 2014, por uma contribuição incidente sobre o valor da receita bruta, excluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos, com alíquota de 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento).

No mesmo sentido, a contribuição previdenciária patronal de alguns setores da economia (indústrias de confecções, calçados e de artefatos de couro) foi substituída, pelo mesmo prazo, por contribuição sobre o valor da receita bruta à alíquota de 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento).

A substituição da folha implementada pela nova lei teve, como principal objetivo, equilibrar as forças das indústrias nacional e estrangeira, haja vista que o produto nacional tem perdido mercado de forma preocupante.

Apesar de muito pontuais, até mesmo tímidas, a MPV nº 540, de 2011, e a Lei nº 12.546, de 2011, também serviram para demonstrar que o assunto é de extrema relevância e tem caminhado. A proposta sob análise é mais ousada e está muito bem fundamentada. Vai além do balão de ensaio proposto pelo Poder Executivo e implementa uma gradual, mas efetiva redução da carga tributária incidente sobre a folha de salários que beneficiará toda a economia.

Portanto, apoiamos a proposição, que, temos certeza, constitui importante avanço na direção de um sistema tributário mais justo, simples, eficiente, que possibilite o crescimento da economia pátria.

Diante do exposto, votamos pela aprovação.

Esta lei é uma belíssima iniciativa e talvez, depois dela, conseguíssemos pensar em aumentar um pouco a carga tributária sobre o capital financeiro e reduzir de forma significativa, e talvez até definitiva, os impostos sobre setores como o de brinquedos, por exemplo, que não consegue mais competir no Brasil.

Essa proposta, na verdade, me foi apresentada pelo Senador Dornelles. É uma das medidas que podem suceder esta que estamos discutindo e resolver no curto prazo a possibilidade da retomada do crescimento econômico em setores que não estão sendo apenas prejudicados, mas extintos no Brasil.

Meu voto é favorável, Presidente.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Pela ordem.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Primeiro quem pediu foi o Senador Casildo.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É porque o senhor não me viu.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Não, não é o que eu vi. Hoje V. Exª tem preferência. Hoje as mulheres estão mandando aqui. (*Risos*.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Presidente, eu também havia pedido a palavra, mas eu aguardo.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Em discussão a matéria.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria agradecer ao Presidente e endossar as palavras do Senador Roberto Requião, cumprimentando-o pelo detalhamento desse projeto, que vai às minúcias, sem deixar dúvidas.

Eu queria cumprimentá-lo, porque o Senador Roberto Requião, Relator *ad hoc*, é um ex-governador que conhece profundamente a estrutura tributária e fiscal do País e dá uma contribuição valiosa na análise que faz ao apresentar o seu relatório.

Cumprimento também o Senador Ataídes de Oliveira, que foi o autor dessa proposta, pela iniciativa. Com essas pequenas e grandes iniciativas é que podemos melhorar um pouco esse cipoal que temos no sistema tributário brasileiro, desonerando o setor produtivo e permitindo uma situação de melhor competitividade na economia, aprimorando as condições de aumento da produção e de desenvolvimento e geração de emprego.

Então eu queria cumprimentar o Senador Requião pela relatoria e especialmente o autor, Senador Ataídes de Oliveira.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Obrigado, Senadora Ana Amélia.

Senador Humberto Costa está com a palavra. Depois será o Senador Paulo Paim.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, sem deixar de reconhecer a boa intenção do autor e do relator do projeto, considero que esse é um tema da mais absoluta relevância. O próprio Governo, ao longo do ano passado, no chamado Programa Brasil Maior, reduziu encargos sociais para determinados segmentos da economia brasileira, numa preocupação inclusive de ser seletivo, o que minimizou as repercussões da crise internacional sobre o nosso País.

Portanto, já há uma preocupação.

(Intervenção fora do microfone..)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Pois é, teria sido menor ainda se o Governo não tivesse tomado essas medidas, Senador Requião. Teríamos talvez crescido como os países europeus, que diminuíram, ou como os próprios Estados Unidos.

Na verdade, a política do Governo conseguiu ser um colchão de proteção para que nós não estivéssemos enfrentando agora desemprego e tantos problemas mais.

O que estou querendo dizer é que já há uma preocupação por parte do Governo em desonerar o processo de produção, em reduzir encargos sociais, em tornar os nossos produtos mais competitivos internacionalmente. Portanto, o nosso entendimento é de que essa preocupação já existe.

Segundo, estamos tratando de um ponto que é extremamente sensível. Às vezes, penso na incoerência de certos integrantes da Oposição que, por um lado, reclamam do déficit da Previdência, dizem que é preciso fazer reformas, etc, etc, etc. Mas essa é uma proposta típica de redução de contribuição patronal previdenciária cuja conta vai para o Governo. O Governo é que vai ter de aportar recursos para o Regime Geral de Previdência para compensar essas reduções de alíquota.

Acho que nós podemos construir alguma coisa melhor, inclusive em compasso com o que o Governo está fazendo.

Então, por esta razão, quero pedir vênia ao relator, ao relator *ad hoc* e ao autor, e peço vista desse projeto.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco/PP – PI) – Vista coletiva, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – (*Fora do microfone.*) ...assinado pelo Senador Ciro e o Senador Cássio Cunha.

Primeiro, vamos assegurar a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco/PP – PI) – Peço vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Perfeito. Senador Paulo Paim com a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, Senador Jayme Campos, confesso que ando cada vez mais perplexo com o que anda acontecendo, principalmente no Brasil. Todo mundo me diz que

a Previdência está falida. Eu digo que não. Aí, todos me dizem que está falida. Mas eu só vejo renúncias, diminuição de contribuições para a Previdência. Como que é isso? Eu não consigo entender. Eu acho que na minha cabeça de peão, de metalúrgico, não cabe essa explicação. Se está falida, como é que cada vez mais eu retiro recursos da Previdência? Aí eu não posso pagar aposentado, não posso pagar pensionista.

Eu acho que esse assunto é delicado. Entendo a intenção do autor, dos relatores. É muito delicado.

Por isso, Sr. Presidente, como já há um pedido de vista, vou pedir que se faça uma audiência pública.

Estou escrevendo um livro chamado *A Farsa do Déficit da Previdência*, com a ajuda de diversos especialistas. Ou ela é deficitária ou não é deficitária. Como aqui foi dito, alguém vai ter que pagar a conta. Se nós reduzimos as contribuições que a Previdência vai arrecadar, de 20% para 14%, quantos bilhões a menos a Previdência vai deixar de arrecadar?

Eu nem quero entrar no debate hoje. Eu só quero dizer, Sr. Presidente, que há um pedido de vista, nós entraremos com um pedido de audiência pública. Vamos chamar aqui todos os setores e fazer um bom debate. Ao mesmo tempo em que estamos preocupados com o emprego e com as empresas, estamos preocupados também com a previdência do trabalhador. Se continuarmos nessa escala, com certeza absoluta nós vamos privatizar a Previdência. E aqueles que quiserem se aposentar, no futuro, porque não há recurso de um fundo falido, como dizem, vão se aposentar com um salário mínimo. Se se aposentarem com um salário mínimo, não precisam contribuir mais para a Previdência, e vamos entrar no Loas e todo mundo recebe um salário mínimo, ou vamos contribuir somente sobre um salário mínimo.

Então, com essa preocupação, eu gostaria de me somar aqui, para que a gente faça uma audiência pública chamando os técnicos da Previdência, os técnicos do Governo, os empresários, os trabalhadores, para fazer um bom debate sobre essa questão.

Numa hora me dizem que pode desonerar ou pode deixar de contribuir com um percentual, em outra hora me dizem que está falida. Merece uma reflexão, no mínimo.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Indago ainda se o Senador Ciro quer fazer alguma observação? Se V. Exª não quiser, então, pela ordem de inscrição, o Senador Cássio Cunha. V. Exª está com a palavra.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, apenas para manifestar a preocupação que tenho – e esta é uma preocupação das oposições do Brasil – no que diz respeito ao retardamento que se impõe ao nosso País para que ele possa entrar na modernidade.

Nós lutamos por uma Previdência justa e equilibrada há décadas. Já fui governador, já fui prefeito, fui deputado constituinte, e esse é um tema presente em todos os momentos.

Recentemente, a Câmara dos Deputados aprovou, com a participação do PSDB e de outros partidos da Oposição, o fundo complementar para a aposentadoria dos servidores públicos, algo que tentamos no passado aprovar, há praticamente uma década e meia, com a resistência ferrenha – permita-me a força da expressão –, oportunista da oposição da época. Hoje, o Governo tem uma ampla, posso dizer, esmagadora maioria nas duas Casas do Congresso. E com muita preocupação, em nome da República, vejo que o Governo usa de dois artifícios de imposição dessa maioria. ora inibe o debate, quando, por exemplo, apresenta uma sucessão de medidas provisórias, somando temas os mais diversos possíveis, retirando do Senado da República, a Casa da Federação, a possibilidade de discutir com a profundidade necessária a relevância de cada um desses temas; impõe o chamado rolo compressor e, simplesmente, não se faz o debate dentro de uma Casa extremamente qualificada.

Eu conversava há pouco com o Senador Roberto Requião acerca de uma audiência recente na Comissão de Educação, por ele presidida, com a presença de S. Exª o Sr. Ministro Aloizio Mercadante, onde se notabilizou o altíssimo nível do debate. Comissão formada por ex-governadores, Senadores experientes, brasileiros de boa vontade, e que querem só uma coisa: contribuir para um Brasil melhor, e não apenas perpetuar um projeto de poder que faz de tudo, inclusive inibir o exercício deste Legislativo para o futuro do Brasil que nós queremos.

Agora vejo, além de tudo o que já foi dito em relação às medidas provisórias, uma medida *data maxima venia*, Senador Humberto Costa, Senador Paim, visivelmente procrastinatória. Como se não bastasse, o Senador Humberto Costa, por quem tenho apreço e zelo, fazer o legítimo e regimental pedido de vista, vem também, com um pedido igualmente regimental, mas visivelmente procrastinatório, o Senador Paim, para que se faça uma audiência pública.

Nós nunca vamos votar essa matéria? Vamos colocar a voto. Que o Governo assuma suas responsabilidades. Que o Governo possa compreender que, com o tamanho de Estado que nós temos, com 38 ministérios, com um *show* de ineficiências, com desperdícios, com aplicações pouco criteriosas das verbas

em muitos programas do Governo, o Brasil não vai dar o salto que nós queremos.

Para concluir, Sr. Presidente.

Nosso País alcançou a estabilidade política, com a participação de muitos dos que aqui estão, e me incluo entre eles. O Brasil conquistou sua estabilidade econômica, com a participação decisiva do meu Partido, do nosso Partido, do Senador Cyro e de tantos outros. E é chegada a hora de o Brasil construir o seu encontro com o futuro e com a modernidade. E não será com essas práticas do passado, não será com esse modelo de gestão arcaico, ultrapassado, dispendioso, oneroso para a sociedade, que o Brasil vai dar o salto para o futuro que todos nós desejamos.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, como fui citado, eu gostaria, se me permitir, sei que o debate não é hoje...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – De acordo com o art. 14, V. Exª tem assegurada a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Cássio, eu fui Constituinte com V. Exª. V. Exª pode usar os argumentos que achar melhor, mas não diga que eu estou querendo retardar um projeto como este. Eu pergunto a V. Exª: você sabe quantos bilhões vão ser retirados da Previdência com a aprovação deste projeto, sem nenhuma discussão? O senhor não sabe assim como eu não sei. V. Exª também não sabe. Eu também não sei. Eu estou pedindo uma audiência pública para que venha aqui a Previdência e os empresários, e vamos debater o projeto.

Não é uma coisa simples, Sr. Presidente. Saímos de 20% sobre o total da folha para 14% sobre o total da folha!

O que estou pedindo é simplesmente uma audiência pública. Inúmeros projetos de minha autoria que aqui foram colocados, os Senadores corretamente me questionaram e disseram – e eu concordei: – Paim, mas vamos ver o impacto, para o empresário, desse teu projeto. Vamos fazer uma audiência pública. E fizemos. Ontem, ainda ontem, V. Exª me procurou, e eu disse: retira de pauta, e vamos fazer uma audiência pública.

Por isso, Senador Cássio, V. Exª foi o mais jovem Deputado Constituinte, se não me engano. Sempre tive um enorme respeito por V. Exª.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – A recíproca é verdadeira.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu queria que V. Exª entendesse que eu estou pedindo somente isso. Alguém aqui nesta Casa tem que olhar para os aposentados e os pensionistas. É legítimo que a maioria pelo que percebo – não digo aqui nesta Comissão, mas no Congresso – tem uma visão mais de empresariado. É legítimo. Porque, até para preservar o emprego, nós precisamos também pensar no empresariado.

Mas alguém, Senador Cássio, tem de ter esse outro olhar para os aposentados e pensionistas que estão indo todos para ganhar o salário mínimo. E eu sei que eu não posso apontar o benefício sem apontar o recurso. Se eu aqui fico calado e digo "tudo bem", é natural que as pessoas vão dizer: Mas tudo bem? Estão reduzindo as contribuições para a Previdência; e depois o Paim quer que deem um reajuste decente para os aposentados. Não há uma única forma de isso acontecer.

Por isso, o que estou pedindo é simplesmente uma audiência pública. E sei que aqui na votação vai passar o projeto, provavelmente, por ser a vontade da maioria. E vou respeitar. Mas querer debater para ver qual vai ser o prejuízo que vai ter a nossa previdência e se o Governo apontar, por exemplo, que vai ter colocar um percentual sobre o faturamento, que vai apontar recursos para a Previdência, começamos a caminhar numa outra linha.

Eu sou simpático ao faturamento. Por quê? Porque daí o conjunto da sociedade vai pagar a conta que corresponde aos aposentados e pensionistas.

Era isso, com todo o respeito que V. Exª me merece.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Com a palavra, o Senador Cássio Cunha apenas para contraditar.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Para contraditar, brevemente.

Tive muito honra de participar da Assembleia Nacional Constituinte, quando, a partir dali, passei a testemunhar o empenho, a luta, a coerência da luta do Senado Paim em defesa dos trabalhadores e dos aposentados.

V. Exª tem em mim um admirador. Tenha certeza. Conheço a sua lisura. Conheço a sua seriedade. Conheço o seu compromisso com o País.

Mas é chegada a hora de enfrentarmos essas questões. A crítica que eu faço não é uma critica pontual. Não estou me referindo especificamente ao que ocorreu há poucos instantes nesta Comissão, que já está completamente esvaziada. Eu me refiro a um *modus operandi* que vem sacrificando e mitigando o pacto federativo e que provoca danos extremamente custosos para o futuro do País.

Com o modelo atual, dificilmente nós vamos ter capacidade de resolver os grandes desafios não apenas da Previdência, mas também da educação, da saúde, da segurança publica, numa discussão federativa que

deve ser estabelecida. E esta é a Casa para que esse debate seja iniciado.

Quanto aos assuntos da Previdência, ninguém mais do que eu também, respeitando a sua história de luta, mas permita-me dizer que V. Exª não é o único a defender o trabalhador nesta Casa, não é o único a defender os aposentados. Claro que não.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – E eu nem disse isso. Alguns devem fazer essa defesa. E eu me incorporo entre eles.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – E eu estou junto.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Que bom.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Tanto é que, lá atrás, na Constituinte, apenas para citar um exemplo, eu fui o autor de um dispositivo na Constituição que garantiu a reparação de uma das maiores injustiças contra o trabalhador brasileiro, que era quando o trabalhador rural aposentado, ao se aposentar, recebia apenas meio salário mínimo pelo antigo Funrural. Fui eu o autor. O Ministro Mailson da Nóbrega à época disse que eu quebrei a Previdência do Brasil. Quebrei coisa nenhuma. Fiz justiça. Não só eu, como autor da iniciativa, mas todos os Constituintes à época, ao garantir, no texto da Carta Magna, que nenhum trabalhador aposentado poderia receber menos que o salário mínimo. Ali já fazíamos talvez o maior programa de distribuição de renda da história do País, que ainda hoje impacta de forma extremamente positiva na vida social e econômica do nosso País.

Mas precisamos debater os temas relevantes. Respeito o direito regimental que os Senadores têm de pedidos de vista, de audiência pública. Como o Regimento estabelece que audiência pública susta o trâmite dos processos, eu faço um apelo ao Senador Paim e à Presidência desta Comissão para que possamos agendar, de forma prioritária, essas audiências públicas para que tão logo elas sejam realizadas nós tenhamos o pedido de vista do Senador Humberto Costa cumprido, e que seja de fato um pedido de vista e não um pedido "a perder de vista", como acontecem nos temas que não interessam ao Governo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Há concordância da nossa parte para que a audiência pública seja marcada o mais rapidamente possível.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Ótimo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu tenho todo interesse de acabar com essa história da farsa de que, quando é para o trabalhador, não pode; mas quando é para desonerar, pode. Isso é comum aqui na Casa.

Quanto à Constituinte, meu querido amigo Senador, V. Exª sabe como ninguém que eu coordenei aquela proposta do Diap. Não era um projeto. Eram mais de 30 projetos, que, graças a Deus, com o apoio de V. Exª, estão lá no corpo da nossa Constituição, que é o Capítulo da Ordem Social. E V. Exª me ajudou muito nesse sentido. Como votei com V. Exª na questão do trabalhador rural que significou mais gastos para a Previdência, mas com responsabilidade social, e votamos juntos. Por isso que eu olho para o benefício e olho também para o caixa da Previdência. Este é o debate que faremos. Solicito também junto com o Senador Cássio que seja o mais rápido possível.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, ao Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Serei breve. Só para corroborar as palavras do Senador Cássio e do Senador Paulo, com quem estamos irmanados em vários projetos sociais. Mas o Senador Cássio tocou em assunto da maior importância. Enquanto não se diminuir o custo Brasil não conseguiremos fazer nada. Vem aqui a Previdência e vai dizer que o dinheiro não dá. Por outro lado, os empresários estão sufocados. Mas se baixarmos a Previdência para entrar com imposto sobre faturamento não vai resolver nada. Trocaram-se seis por doze para o Governo. Então piora ainda a situação.

Eu acho que isso passa por uma reestruturação muito mais ampla. Trinta e oito ministérios. Desperdício. A Previdência Social, o que sai pelo ralo...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – O senhor me permite um pequeno aparte? Só para ajudar no raciocínio. Inclusive estou na concordância com ambos.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Perfeito. Pois não.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Por que sou simpático ao faturamento? Vou explicar. Eu sei que vai para o preço final do produto, mas o conjunto da sociedade vai garantir a previdência e não só o empresário e o trabalhador. Então, este tema, filosoficamente, eu diria, me é simpático. Poderá sair da folha, inclusive. Quando era candidato à presidência da República, o Ciro Gomes defendia essa tese que eu achei interessante. Sai da folha, não fica só na mão do empresário e o conjunto da sociedade assume...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Mas o senhor continua onerando a população do mesmo jeito. O que estamos pedindo é redução de carga.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – E quem é que paga os aposentados?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Não, mas na redução de carga quem tem que tomar a iniciativa é o próprio Governo, reduzindo o custo Brasil.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – O senhor concorda que alguém vai ter que pagar?

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) (*Fora do microfone*.) – O Tesouro paga, diminuindo os desperdícios, Paim. É só diminuir a metade dos ministérios que paga essa conta.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Não, não precisa pagar. Senador Paim, o senhor já fez um levantamento do que sai pelo ralo da Previdência, dos desvios da Previdência e de outros?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Já fiz, já fiz.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Essa é uma economia para a sociedade.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sabe qual a dívida dos empresários com a Previdência? Ultrapassa 400 bilhões. Que não pagam. Dívida ativa que precisa ser paga.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Isso não significa sonegação, mas é inadimplência. É o alto custo do País que está inviabilizando. Nós estamos sendo inviabilizados.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Daí não paga o aposentado.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Eu concordo contigo. Eu acho que os netos não vão ter aposentadoria se continuar assim. Agora não é por aí que vamos resolver, elevando sempre a carga tributária.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Não tem que ir elevando. Tem que ir diminuindo.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Mas é uma maneira de forçar o Governo a se sentar à mesa e vir para a realidade.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Senador Cyro, o que não é mais possível é a sociedade, os empresários continuarem bancando a ineficiência do Governo. Um esperdício, uma estrutura gigantesca. Não é mais suportável isso. O Brasil terá uma trava definitiva para o seu processo de desenvolvimento se não houver reformas profundas nesse aspecto. E uma das reformas mais necessárias, sem dúvida, é no item da gestão, da qualificação dessa gestão, na diminuição do desperdício. O Tesouro vai continuar garantindo as aposentadorias. O que pretendemos é a diminuição do déficit. Vamos contribuir com o Governo quando aqui chegar a matéria do fundo de compensação do servidor público, sugerindo algumas mudanças, alguns aprimoramentos no texto provavelmente. Mas no cerne da questão, no eixo central da proposta, o Governo contará, posso antecipar a posição do PSDB, com o nosso apoio porque temos compromisso com nosso País, temos compromisso com o Brasil e não apenas com governos eventuais. É claro que precisamos debater profundamente toda esta estrutura de financiamento porque a sociedade não suporta mais a carga tributária, a ineficiência do Estado como um todo diante de uma sociedade que está cansada, exaurida, exausta, de manter a ineficiência atual.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, não quero continuar com este debate, porque o faremos no momento adequado. Com certeza, vamos para audiência pública. Mas é bom lembrar que foi o governo do PSDB, só para lembrar, nós vamos continuar, vamos amanhecer aqui, que criou o famigerado fator previdenciário, que confisca metade do salário do trabalhador do Regime Geral da Previdência, os mais pobres...

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Por que o PT não acabou?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – ...enquanto que o Executivo, o Legislativo e o Judiciário...

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Vocês governam há dez anos! Por que não acabou?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Quem criou foram vocês.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Por que vocês não acabam?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Essa responsabilidade é de vocês. Eu estou há dez anos...

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Não. Vocês fazem o proselitismo toda vez, a toda hora.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Deixe-me falar. Engraçado, ouço vocês dois falarem e fico tranquilamente ouvindo. Quando eu vou falar, o Cássio não quer me deixar falar.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – É porque eu cheguei aqui atrasado. Eu cheguei aqui atrasado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Mas o tema começou agora, vamos ter outro momento para discutir mais.

O famigerado fator previdenciário é obra do governo do PSDB e que, infelizmente, confisca o salário só dos pobres. Não mexeu com o salário do Executivo, não mexeu com o salário do Legislativo e não mexeu com o do Judiciário. Só mexeu com o do Regime Geral da Previdência, onde o teto é de R$ 3.900,00 e, quando vai se aposentar, recebe a metade.

Então, quando nós discutirmos, formos para a audiência pública, discutir todo esse tema, nós vamos colocar também na pauta essa questão do fator previdenciário e a falta de uma política para os aposentados.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Senador Paim, eu sou parceiro para repararmos esse erro. Vamos acabar com...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Vamos aguardar a audiência pública e a votação da matéria.

Com base no art. 132, combinado com o § 4º, o pedido de vista está concedido de forma coletiva.

Aguardo o requerimento de V. Exª para marcarmos esta audiência pública aqui, que será um bom debate, pelo que já percebi. Espero que o Senador Cássio Cunha venha aqui defender a bandeira do PSDB junto com o Cyro.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – A bandeira do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – A bandeira do Brasil. (*Risos*.) E, particularmente, diante das palavras do Senador Paulo Paim, também ele que acusa o PSDB de ter sido o criador do fator previdenciário.

Vamos concluir.

Item extrapauta:

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 15, DE 2012

Com fundamento no disposto no Art. 93, inciso II, do RISF, REQUEIRO a realização de audiência pública em conjunto com a Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal para debater o Fundo de Previdência Complementar para os Servidores Públicos Federais– Funpresp. Os convidados serão enviados posteriormente para a secretaria da Comissão.

Autoria: Senador Paulo Paim

REQUERIMENTO Nº 15, DE 2012 – CAS

Com fundamento no disposto no Art. 93, inciso II, do RISF, requeiro a realização de audiência pública em conjunto com a Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal para debater o Fundo de Previdência Complementar para os Servidores Públicos Federais– Funpresp. Os convidados serão enviados posteriormente para a secretaria da Comissão.

Autoria: Senador Paulo Paim

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, para encaminhar seu requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, serei muito rápido.

A criação desse fundo de aposentadoria complementar dos servidores públicos federais teve um amplo debate na Câmara dos Deputados. O projeto já se encontra aqui no Senado e minha intenção é fazer uma audiência pública conjunta com a Comissão de Direitos Humanos e a Comissão de Assuntos Sociais, para debatermos essa questão, e é claro que este momento será também uma oportunidade de discutirmos o conjunto do projeto de Previdência que nós queremos para o Brasil para a área pública e também para a área privada.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – É bom fazer a observação de que este projeto já está aqui, já chegou à Comissão, e temos até sexta-feira para alguma emenda, se algum Senador quiser propô-la. É bom dar essa informação que a nossa Secretária está nos dando, de que ele tem urgência na sua constitucionalidade.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, como é conjunta, já vou propor que seja (*Fora do microfone*.) segunda-feira, se possível, para começarmos o debate sobre o tema. Esta próxima segunda, já que eu faria conjuntamente, sem prejuízo de outras, lá na Comissão de Direitos Humanos, que tenho espaço, das 09h até as 14h, para fazermos um bom debate.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Exª, então, fica...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Responsável pela organização.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Perfeito.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Então, fica acertado que, na próxima segunda-feira, vai ser realizada essa audiência pública.

Item extrapauta:

REQUERIMENTO Nº 16, DE 2012 – CAS

Com fundamento no disposto no Art. 93, inciso I e II, do RISF, REQUEIRO a realização de audiência pública para debater o PLS 81/2003 que dispõe sobre a profissão de Técnico de Operação em Processamento, Utilidades e Transferência de Estocagem em plantas de extração e refino de petróleo, petroquímica e química. Os convidados serão enviados posteriormente para a secretaria da Comissão.

Autoria: Senador Paulo Paim.

Se V. Exª quiser fazer o encaminhamento, tem a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – É bem rápido.

A minha intenção com esse projeto é debater as aposentadorias especiais. Esse é o meu objetivo.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

Não há mais nada a tratar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, eu apenas pediria, se possível, até atendendo a preocupação do Senador Cássio, que a gente aprovasse a audiência pública para debatermos o PL relatado aqui pelo Senador Requião. Se V. Exª concordar com a minha formulação aqui, de viva voz, oral, eu, em seguida, formulo por escrito.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – É mais do que democrático o que V. Exª está propondo. Eu gostaria apenas que V. Exª formalizasse por escrito, para ser de forma definitiva, para que nenhuma dúvida paire no ar, e nós não tenhamos nenhuma dúvida em relação ao pleito ora proposto por V. Exª.

Está aprovado o requerimento do Senador Paulo Paim para instruir o PLS nº 490, de 2011.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – E esse outro também, nós podemos aprovar? Eu havia feito...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Sem dúvida alguma.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Para encerrar, eu gostaria de dizer que aprovamos todos os projetos, sobretudo aqueles de interesse das mulheres brasileiras. Acho que foi um dia de glória, de festa para todos nos aqui da Comissão de Assuntos Sociais, tendo em vista que tanto o projeto da Senadora Vanessa Grazziotin foi aprovado, como o da Senadora Ana Amélia e o da Senadora Ana Rita; é uma homenagem às mulheres brasileiras que, certamente, são dignas do respeito de todos nós brasileiros, principalmente quando aqui se manifesta, por meio desse projeto, o interesse maior de levarmos o bem-estar, o conforto e, sobretudo, a dignidade a todas aquelas que, de uma maneira direta ou indireta, contribuem para o desenvolvimento do nosso País e, acima de tudo, sendo boas mães para nossos filhos.

Muito obrigado, Srªs e Srs. Senadores.

Declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 08 horas e 54 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 23 minutos.)

Ata da 7ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, Realizada no Dia 14 de Março de 2012, Quarta-Feira, às Nove Horas, na Sala Florestan Fernandes, Plenário nº 9, Ala Alexandre Costa, Anexo II, Senado Federal.

Às nove horas, do dia quatorze de março de dois mil e doze, na Sala numero nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Jayme Campos,** reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Humberto Costa, Waldemir Moka, Paulo Davim, Casildo Maldaner, Lauro Antonio, Cyro Miranda, Mozarildo Cavalcanti, Vicentinho Alves, Eduardo Suplicy, Benedito de Lira, Armando Monteiro e das Senadoras Ângela Portela, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia e Lídice da Mata. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta. **ITEM 1– NÃO TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 41, DE 2009.** *Acrescenta dispositivo à Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, para dispor sobre o arrendamento ou comodato de bens e direitos de empresa em processo de recuperação judicial, por cooperativa de empregados.* **Autoria:** Deputado José Pimentel. **Relatoria :** Senador Cícero Lucena (Substituído por *Ad Hoc*). **Relatoria *Ad Hoc* :** Senador Cyro Miranda. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2009. **Resultado:** A Presidência designa Relator "ad hoc" o Senador Cyro Miranda, que lê o Relatório em substituição ao Senador Cícero Lucena. É concedido Vista Coletiva nos termos regimentais. **ITEM 2– NÃO TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 246, DE 2011.** *Acrescenta art. 52-A à Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999, para simplificar declarações exigidas de Microempreendedor Individual.* **Autoria:** Senador Armando Monteiro. **Relatoria :** Senador Benedito de Lira (Substituído por *Ad Hoc*). **Relatoria *Ad Hoc* :** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pela devolução do Projeto de Lei do Senado nº 246, de 2011, à Mesa do Senado Federal para reautuação como Projeto de Lei Comple-

mentar. **Resultado:** A Presidência designa Relator "ad hoc" o Senador Humberto Costa, que lê o Relatório em substituição ao Senador Benedito de Lira. Aprovado o Parecer pela reautuação do Projeto de Lei do Senado nº 246, de 2011, como Projeto de Lei Complementar. A matéria será devolvida à Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal para as providências cabíveis. EXTRAPAUTA – **ITEM 20 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 21, DE 2012.** *Nos termos do disposto no art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, destinada a discutir a produção, importação e comercialização, e a prescrição de anfetaminas em todo o território nacional, com o objetivo de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 63, de 2010, que acrescenta dispositivo à Lei nº 5.991, de 13 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, e dá outras providências, para proibir a produção, a importação, a comercialização e a prescrição de anfetaminas no País. Assim, sugiro sejam convidados: Um Consultor (a) Técnico (a) do Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos da Secretaria de Ciência, tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde; um Representante do Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos da Secretaria de Ciência, tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde; um Representante do Ministério da Saúde; um Representante do Conselho Federal de Medicina; um Representante do Conselho Federal de Farmácia; um Representante da Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e da Síndrome Metabólica; um Representante da Agência Nacional de Vigilância Sanitária; e um Representante da Federação Nacional dos Farmacêuticos – Fenafar.* **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Resultado:** A Presidência declara, a pedido da autora, Senadora Vanessa Grazziotin, a Prejudicialidade do Requerimento nº 21, de 2012-CAS. **ITEM 5– TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 42, DE 2011.** *Altera dispositivos da Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, que dispõe sobre a remuneração de profissionais diplomados em Escolas de Engenharia, Química, Arquitetura, Agronomia e Veterinária, para estender sua aplicação aos diplomados em cursos de tecnologia nas respectivas áreas.* **Autoria:** Deputado Vicentinho. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2011. **Resultado:** Rejeitado o Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2011. **ITEM 6– TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 164, DE 2003.** *Altera os artigos 1º e 10 da Lei nº 9656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, e dá outras providências, incluindo a assistência psicológica no âmbito desses.* **Autoria:** Senadora Lúcia Vânia. **Relatoria:** Senadora Lídice da Mata. **Relatório:** Pela Declaração de Prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 164, de 2003. **Resultado:** Aprovada a Declaração de Prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 164, de 2003. **ITEM 7– TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 68, DE 2004.** *Permite a utilização dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para pagamento de financiamento habitacional concedido por entidades fechadas de previdência complementar.* **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Senador Lauro Antonio. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2004 e da Emenda que apresenta. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido do Relator. **ITEM 14– TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 552, DE 2011.** *Altera o art. 136 da 'Consolidação das Leis do Trabalho', aprovada pelo Decreto-Lei n°. 5.452, de 1° de maio de 1943, e a ele acresce um § 3º, para dispor sobre a concessão de férias dos empregados membros de uma mesma família.* **Autoria:** Senador Marcelo Crivella. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 552, de 2011 e das duas Emendas que apresenta. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido do Relator. **ITEM 10– TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, DE 2008.** *Altera a Lei nº 7.394, de 29 de outubro de 1985, e o Decreto nº 92.790, de 17 de junho de 1986, que regulam o exercício da Profissão de Técnico em Radiologia e dá outras providências.* **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2008, na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2008, na forma da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo). A matéria vai a Turno Suplementar nos termos do art. 282, combinado com o art. 92, do RISF. **ITEM 8 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 24, DE 2006.** *Altera a Medida Provisória nº 2.197-43, de 24 de agosto de 2001, para dispor sobre a cobertura securitária em financiamentos no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação (SFH).* **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Senador Casildo Maldaner. **Relatório:** Pela Declaração de Prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 24, de 2006. **Resultado:** Aprovada a Declaração de Prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 24, de 2006. **ITEM 11 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 142, DE 2008.** *Altera a legislação do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), para estimular os Arranjos*

produtivos Locais. **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Relatoria:** Senador Lauro Antonio. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2008, na forma da Emenda nº 2-CDR (Substitutivo). **Resultado:** Lido o Relatório, a Presidência Concede Vista Coletiva nos termos regimentais. **ITEM 13– TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 475, DE 2011.** *Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, para estabelecer princípios a serem observados na atenção à saúde prestada no âmbito dos planos privados de assistência à saúde e explicitar a competência da Agência Nacional de Saúde Suplementar para elaborar Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde como referência para a cobertura assistência mínima no âmbito desses planos.* **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Relatoria:** Senadora Ana Amélia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 475, de 2011, na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 475, de 2011, na forma da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo). A matéria vai a Turno Suplementar nos termos do art. 282, combinado com o art. 92, do RISF. **ITEM 15– TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 605, DE 2011.** *Altera a Lei nº 9.431, de 6 de janeiro de 1997, que dispõe sobre a obrigatoriedade da manutenção de programa de controle de infecções hospitalares pelos hospitais do País, para incluir a prevenção de erros de medicação.* **Autoria:** Senador Rodrigo Rollemberg. **Relatoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 605, de 2011. **Resultado:** Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 605, de 2011. **ITEM 16– TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 614, DE 2011.** *Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para tomar obrigatória a vacinação antitetânica para os trabalhadores da construção civil.* **Autoria:** Senador Paulo Davim. **Relatoria:** Senador Casildo Maldaner. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 614, de 2011, e das duas Emendas que apresenta. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido do Autor e do Relator, para reexame do Relatório. **ITEM 3– NÃO TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 342, DE 2011.** *Concede isenção de impostos e contribuições incidentes na importação e na aquisição, no mercado interno, de equipamentos e materiais destinados ao exercício da profissão de fotógrafo.* **Autoria:** Senador José Agripino. **Relatoria :** Senador João Vicente Claudino (Substituído por *Ad Hoc*). **Relatoria *Ad Hoc* :** Senador Cyro Miranda. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 342, de 2011. **Resultado:** A Presidência designa Relator "ad hoc" o Senador Cyro Miranda, que lê o Relatório em substituição ao Senador João Vicente Claudino. É concedido Vista Coletiva nos termos regimentais. **ITEM 4– NÃO TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 591, DE 2011 – Complementar –** *Altera a redação do § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências para vedar o contigenciamento de recursos orçamentários para sanidade animal e vegetal.* **Autoria:** Senador Antonio Russo. **Relatoria:** Senador Waldemir Moka. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei de Senado nº 591, de 2011 – Complementar. **Resultado:** Lido o Relatório, a Presidência concede Vista Coletiva nos termos regimentais. **EXTRAPAUTA – ITEM 17 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 18, DE 2012.** *Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, para discutir sobre Licitações de Sistemas Internacionais e Intermunicipal de Passageiros – "Propass", e que a mesma seja realizada em conjunto com a Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), conforme já requerido pelo Senador Acir Gurgacz (PDT-RO). Para tanto, sugiro sejam convidados para participar da referida audiência: • Representante da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT); • Representante do Ministério do Transporte; • Representante da Associação Brasileira das Empresas de Transportes Terrestres (Abrati); • Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres (CNTTT); • Representante da Confederação Nacional dos Usuários de Transportes (Conut); • Sr. José Antônio Fernandes Martins – Presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Ônibus (Fabus); • Sr. José Ernesto Lima Gonçalves – Professor da Fundação Getúlio Vargas.* **Autoria:** Senadora Ana Amélia. **Resultado:** Aprovado. **EXTRAPAUTA – ITEM 18 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 19, DE 2012.** *Requeiro nos termos do art. 93 do RISF a realização de audiência pública para tratar do tema "O impacto da conservação do alimento na saúde pública", com representantes das seguintes entidades: Associação Brasileira de Supermercados – Abras; Associação Brasileira de Bares e Restaurantes – Abrasel; Serviço de Informação da Carne – SIC; Sociedade Brasileira de Gastronomia e Nutrição – SBGAN; Agência de Vigilância Sanitária – Anvisa.* **Autoria:** Senador Cyro Miranda. **Resultado:** Aprovado. EXTRAPAUTA – **ITEM 19 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 20, DE 2012.** *Requeiro nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada no próximo dia 21 de*

março, audiência Pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, para debater o PLC 113/05, que trata da duração de trabalho dos farmacêuticos, com as seguintes presenças: 1. Representante do Ministério da Saúde; 2. Conselho Federal dos Farmacêuticos – CFF; 3. Federação Nacional dos Farmacêuticos – Fenafar; 4. Federação Interestadual dos Farmacêuticos; 5. Fórum das Entidades Nacionais dos Trabalhadores da Área da Saúde – Fentas; 6. Deputado Rosinha. **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Resultado:** Aprovado. Ficam adiados os Itens que seguem desta pauta **ITEM 9 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 203, DE 2006 E ITEM 12– TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 36, DE 2011.** Usam da palavra os Senadores Paulo Paim, Humberto Costa, Waldemir Moka, Paulo Davim, Casildo Maldaner, Lauro Antonio, Cyro Miranda, Vicentinho Alves, Eduardo Suplicy, Benedito de Lira, Armando Monteiro e das Senadoras Ana Amélia, Ângela Portela, Vanessa Grazziotin e Lídice da Mata. Às dez horas e trinta e cinco minutos assume a Presidência o Senador Casildo Maldaner. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinqüenta e seis minutos, lavrando eu, Dulcidia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente Senhor Senador Jayme Campos, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Jayme Campos,** Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Bom dia a todos e a todas, especialmente aos Srs. Senadores e Senadoras.

Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e Senadoras que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à apreciação dos itens nº 1 a 16, conforme pauta previamente divulgada.

São quatro itens não terminativos e doze terminativos.

Comunico que haverá reunião da Subcomissão Temporária do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CASFGTS), para debater o plano de trabalho do ano de 2012, na quinta-feira, dia 15, às 10 horas, reunião da Comissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência (CASDEF), quinta-feira, dia 15, às 11 horas. Ou seja, a reunião da Subcomissão Temporária do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço será às 10 horas e a da CASDEF será às 11 horas. De maneira que as duas Subcomissões estarão reunidas, no dia 15, às 10 e às 11 horas.

Eu gostaria também de fazer apenas um comentário, com a devida vênia.

Ontem, o Ministro da Fazenda, Guido Mantega, esteve aqui no Senado e garantiu que o Governo não vai abandonar a indústria brasileira, diante da preocupação de todos nós com a desindustrialização nacional.

Eu gostaria de comentar alguns números que mostram esse retrocesso da indústria brasileira.

O setor foi o principal responsável pelo baixo crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 2,7% registrado em 2011.

O crescimento industrial brasileiro, no ano passado, foi de apenas 1,6%, uma queda brusca em relação a 2010, quando o índice foi 10,4. O índice da indústria só não foi pior por causa da construção civil, que teve um crescimento de 3,8%. Caso se analise apenas a indústria de transformação, o índice é de apenas 0,1 de crescimento.

Com esse desempenho, a participação da indústria brasileira no total da economia regrediu ao patamar de 1956.

Entre os fatores que levam a essa situação está a valorização excessiva do real e a abertura da economia aos importados. Mas, também é preciso – é bom que se esclareça – levar em conta a altíssima carga tributária do Brasil, a falta de infraestrutura e a burocracia excessiva.

O curioso é que o aumento do consumo e da renda tem sido o índice mais vistoso do PIB (4,8%). Em tese, a indústria deveria se beneficiar com essa conjuntura, mas não é o que ocorre. Será um problema de gestão?

Lançado em agosto do ano passado pelo Governo Federal, o programa para estimular a indústria Brasil Maior anunciou a desonerações de R$24,5 bilhões ao setor, mas os benefícios foram anulados com a criação de novo tributo que incide no faturamento das empresas.

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que deveria ser uma arma para lidar com a questão, ainda não deixou de patinar. Foi anunciado um índice de execução de 21% até o final de 2011, meu caro Senador Paulo Paim, minha cara Senadora Ana Amélia, para chegar a 100% em 2014. Mas, de acordo com o Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi), dos R$18,7 bilhões registrados no Orçamento Geral da União em 2011 para o PAC, apenas R$815 milhões foram executados, ou seja, apenas 4,3%, o que repercute diretamente no mercado de trabalho,

que tem um nível baixo de desocupação de 5,5%. De cada mil integrantes da força ativa, cinquenta e cinco estão desempregados.

De maneira que são dados bastante significativos, importantes para esta Comissão, uma vez que tem muito a ver com a política de geração de emprego e renda em nosso País.

Pela ordem, com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria aduzir ao seu oportuno comentário, Presidente Jayme Campos, porque o crescimento da economia determina também a geração ou não de empregos que impacta a área social. Renovar a vocação que o Brasil tem para o setor agropecuário. O desempenho do setor agropecuário foi o motor da economia. Não fosse um excelente desempenho obtido por essa área, a situação seria um pouco pior, até pelo superávit comercial na exportação das principais *commodities*, especialmente a soja. Isso foi uma espécie de alavanca e um motivo adicional para um desempenho razoável.

Eu, como o caro Presidente, estive aqui assistindo ao depoimento do Ministro Mantega. Também o Governo reconhece as deficiências na área da logística. O seu Mato Grosso, por exemplo, sofre penosamente por um aumento do custo da soja em função de não ter estrada. Isso, então, é prejuízo para o agricultor que faz o dever de casa, melhorando a tecnologia, fazendo uma série de avanços tecnológicos. No entanto, na hora da porteira para fora, a situação fica caótica. Então, o seu Estado sofre por causa disto: armazenagem, a questão de rodovias, silos, todos os problemas que impactam a questão da logística. A área da inovação tecnológica também é reconhecida pelo próprio Ministro como uma falha sobre a qual o Brasil tem de responder.

É preciso, como disse V. Exª, para terminar, concluir esse programa, porque os efeitos do Brasil Maior ainda não foram sentidos em toda a sua extensão. Talvez com a complementação das novas medidas que o Governo deve adotar, poderemos evitar a chamada desindustrialização, alvo de tantas reclamações por parte do setor produtivo brasileiro.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a participação de V. Exª, fazendo um adendo à nossa fala.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Acho que é muito importante o comentário que fizemos na manhã de hoje.

Pela ordem, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Presidente, eu queria aproveitar este momento, primeiro, para cumprimentar V. Exª, que trata desse tema em que praticamente todos os Senadores também mostram a sua preocupação, alguns, inclusive, com falas em plenário. Eu fiz uma fala nesse sentido ontem. É mais que justo que aqui, na nossa Comissão, que trata do mundo do trabalho, da Previdência, da saúde, de assuntos sociais, se debata essa questão.

Sr. Presidente, a única preocupação que tenho demonstrado, no plenário e também nesta Comissão, é com relação a quando falamos em desonerar a folha e retirar recursos da Previdência. Por que mostro essa preocupação, Sr. Presidente? Porque os recursos da Previdência não são do Governo. O Governo apenas administra. Esses recursos para manter a Previdência, principalmente o regime geral da Previdência, são dos trabalhadores. Depois, preocupa-me, Sr. Presidente – é claro que vamos refletir sobre isto –, que os discursos sejam sempre os mesmos: "Ah, não tem como pagar os aposentados", mas, se abre mão de recursos para o caixa da Previdência, é quase natural. Cada vez mais, alguém paga a conta. E, no regime geral da Previdência – e aí há espaço para este debate –, os dados oficiais do Governo mostram que o superávit é em torno de 20 bilhões de reais. No regime geral da Previdência urbana. E é esse trabalhador da área urbana que pega o fator. Então, é como se eu tivesse um superávit na minha conta de 21 bilhões de reais, mas não me pagassem, não me dessem reajuste e aplicassem o fator. Para onde vão os 21 bilhões? Eles vão para algum lugar. Como sempre digo, não tem Papai Noel, não tem santo milagroso, eles vão para pagar a conta de alguém. Esses 21 bilhões estão entrando na conta da Previdência. Se vão pagar os altos salários de 20 mil, 30 mil, sei lá, ou se vão fazer caixa para o salário mínimo, o que eu acho que não é esse o caso... Agora, não pode é quem paga deixar de receber o que tem de direito, não ter o benefício reajustado e ainda ter o prejuízo pela aplicação do fator.

Por isso, eu confesso que, quando se fala em retirar algum recurso da Previdência, eu digo: "Não, mas qual é a contrapartida? Vai ser alguma coisa sobre faturamento, sobre lucro?" De forma tal que contemplemos tanto o interesse do empresário como dos trabalhadores. O Governo é o administrador do caixa da Previdência.

Agradeço a V. Exª pela reflexão que traz à Casa.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Srs. Senadores, nós vamos votar aqui o requerimento da Senadora Ana Amélia para iniciarmos a pauta do dia.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Apenas para pedir o apoio dos nossos Pares da Comissão. Estou apresentando ao Presidente do Senado e ao Plenário um requerimento solicitando a criação daquela comissão temporária para tratar do tema do financiamento público.

O Presidente Sarney já declarou, por mais de uma vez, que concorda, que vai fazer a comissão, mas até o presente momento não o fez. Então, eu gostaria de contar com o apoio dos nossos Pares, para fazermos uma comissão como aquela que foi criada para a reforma política: bem objetiva, em que nos reuníssemos duas vezes por semana e, num espaço de 60 a 90 dias, teríamos assim uma proposta para apresentar ao País sobre esse tema.

Então, peço o apoio de V. Exª. Acho que V. Exª, inclusive, seria um bom presidente para essa comissão, para podermos trabalhar essa temática.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Senador Humberto, na verdade, a comissão pode ter, regimentalmente, quatro subcomissões. Neste caso, as quatro subcomissões estão instaladas. Então, vamos aguardar...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Não é subcomissão; é uma comissão temporária.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Comissão temporária...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Eu imagino, pela informação da nossa secretaria, que teria de ser feito por meio das CPIs especiais. Neste caso, imagino que essa observação/indagação que V. Exª faz é de que ela poderia ser criada, mas vinculada, ou seja, correlata à Comissão de Assuntos Sociais, porque regimentalmente não é possível criarmos outra subcomissão aqui. São apenas quatro. Se for o caso, estamos aguardando a conclusão de duas, cujos trabalhos vão ser encerrados.

Não vejo por que, diante do pleito que V. Exª faz, não criarmos de imediato esta subcomissão. Vamos discutir com a nossa secretária aqui, a Drª Dulcídia, para, se possível, até mesmo indagar aos presidentes das subcomissões se os trabalhos foram realizados.

Comissão temporária nós já temos uma aqui, que é a Comissão do FGTS, muito bem presidida pelo ilustre e valoroso Senador Cyro Miranda. Nesse caso, imagino que os trabalhos não vão se alongar muito, pois já estão sendo feitas as reuniões aqui.

De maneira que, temos toda a boa vontade.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, pela importância do tema, que é o financiamento da saúde, se for necessário, temos a Subcomissão de Trabalho e Previdência. Se for necessário e se for um caminho, poderíamos usar a Subcomissão de Trabalho, Previdência e Saúde, e eu deixaria que as reuniões correspondentes a essa área ficassem inclusive sob a presidência do Senador Humberto Costa. Se for necessário, eu abro esse caminho.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Senador Humberto Costa, o valoroso Senador Paulo Paim está aqui colocando à disposição, se for o caso, de V. Exª, diante da proposta, para que, na CDH, na subcomissão...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Aqui mesmo, tem a Subcomissão de Trabalho e Previdência. Se necessário for, Subcomissão de Trabalho, Previdência e Saúde. E essa área de saúde ficaria sob s sua coordenação.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Na verdade, já temos a CAS/saúde, só que os membros da Comissão são em número bastante reduzido; ela tem amplitude para tratar de mais temas. A ideia de tratar de um tema bem específico é para que nós pudéssemos nos focar nele. Se V. Exª considerar que, aqui na própria Comissão de Assuntos Sociais, nós poderíamos fazer isso, nós o faremos. Agora, seria necessário que tivéssemos, pelo menos, duas reuniões por semana, para tratar desse tema, entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Eu não vejo dificuldade.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Se formos dividir aqui com a pauta que V. Exª tem conduzido muito bem... Acho que esta é uma das comissões que mais tem votado projetos.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Obrigado.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Projetos apresentados no ano passado já estão lá na Câmara. Então, acho que também não é justo que haja o comprometimento desse tipo de trabalho, mas se tivermos o compromisso da Comissão de que nos vamos reunir duas vezes por semana para tratar de financiamento, eu também me sinto satisfeito. Vou conversar mais uma vez com o Presidente Sarney e vamos ver: se ele novamente protelar, com aquela conversa, e tal, a gente discute aqui.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – É óbvio, evidente, que vamos consultar os demais colegas, e não vejo nenhuma dificuldade nesse caso. É questão só de tempo, horário e acabou. Vamos sentar e discutir. Poderia até funcionar aqui dentro da própria Comissão, se tivermos dificuldade. Não vejo nenhum problema de ordem regimental, para o bom andamento, sobretudo dessa matéria tão

importante que V. Exª propõe, aqui, para discutirmos nesta Comissão.

ITEM 17

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 18, DE 2012

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, para discutir sobre Licitações de Sistemas Internacionais e Intermunicipal de Passageiros – "PROPASS", e que a mesma seja realizada em conjunto com a Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), conforme já requerido pelo Senador Acir Gurgacz (PDT – RO). Para tanto, sugiro sejam convidados para participar da referida audiência: Representante da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT); Representante do Ministério do Transporte; Representante da Associação Brasileira das Empresas de Transportes Terrestres (ABRATI); Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres (CNTTT); Representante da Confederação Nacional dos Usuários de Transportes (CONUT); Sr. José Antônio Fernandes Martins – Presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Ônibus (FABUS); Sr. José Ernesto Lima Gonçalves – Professor da Fundação Getúlio Vargas.

Autoria: Senadora Ana Amélia.

Concedo a palavra à Senadora para encaminhar o seu requerimento.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente, muito obrigada pela inversão da pauta, para examinar esse requerimento para fazer essa audiência pública conjunta com a Comissão de Infraestrutura do Senado Federal, porque a ANTT, Agência Nacional de Transportes Terrestres, está fazendo audiência pública para alterar os critérios do transporte coletivo interestadual e, também, intermunicipal e internacional.

Isso vai impactar o consumidor, mas vai impactar, também, o nível de emprego nas indústrias que são fabricantes de ônibus.

Por isso, como os quatro ou cinco primeiros relacionados já estão na lista do Senador Acir Gurgacz, esses dois foram acrescentados por mim, que são um professor da Fundação Getúlio Vargas e, também, o presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Ônibus. Penso que será um enriquecedor debate em torno dessa matéria, que terá impacto sobre os consumidores e sobre o nível de emprego também.

É esse o motivo desse requerimento, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

Vou ler mais um requerimento, aqui, do nosso companheiro Cyro Miranda.

ITEM 18

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 19, DE 2012

Requeiro nos termos do art. 93 do RISF a realização de audiência pública para tratar do tema "O impacto da conservação do alimento na saúde pública", com representantes das seguintes entidades: Associação Brasileira de Supermercados – ABRAS; Associação Brasileira de Bares e Restaurantes –ABRASEL; Serviço de Informação da Carne – SIC; Sociedade Brasileira de Gastronomia e Nutrição – SBGAN; Agência de Vigilância Sanitária – ANVISA.

Autoria: Senador Cyro Miranda.

Concedo a palavra a V. Exª, Senador Cyro Miranda, para encaminhar o seu requerimento.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, muito obrigado.

Srªs e Srs. Senadores, o que nos motivou para o pedido dessa audiência pública, Sr. Presidente, foi uma reunião da Anvisa, quando eles chamaram a Associação Brasileira de Supermercados, mostrando o impacto da conservação do alimento na saúde pública na cadeia de frio. Ela é tão importante quanto a validade do produto.

Está acontecendo, por esse Brasil afora, uma descontinuidade da temperatura dos produtos nos alimentos quando eles saem da fábrica, no transporte, no supermercado que desliga os *freezers* e as conservadoras à noite. E o alimento, então, de um modo geral, está tão impróprio para consumo, ou pior que o próprio sentido de validade.

Então, dessa maneira, nós propusemos essa audiência pública, achando que isso é da maior importância, congregando, aqui, as entidades afins.

Então, eu agradeço, Sr. Presidente, e peço a aprovação desse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senador Cyro Miranda.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa*.)

Aprovado.

Há mais um requerimento, que é da Senadora Vanessa Grazziotin, que já se encontra presente.

ITEM 20

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 21, DE 2012

Nos termos do disposto no art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, destinada a discutir a produção,importação e comercialização, e a prescrição de anfetaminas em todo o território nacional, com o objetivo de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 63, de 2010, que acrescenta dispositivo à Lei nº 5.991, de 13 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, e dá outras providências, para proibir a produção, a importação, a comercialização e a prescrição de anfetaminas no País. Assim, sugiro sejam convidados: Consultor (a) Técnico (a) do Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos da Secretaria de Ciência, tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde; Representante do Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos da Secretaria de Ciência, tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde; Representante do Ministério da Saúde; Representante do Conselho Federal de Medicina; Representante do Conselho Federal de Farmácia; Representante da Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e da Síndrome Metabólica; Representante da Agência Nacional de Vigilância Sanitária; e Representante da Federação Nacional dos Farmacêuticos – FENAFAR.

Autoria: *Senadora Vanessa Grazziotin.*

Concedo a palavra a V. Exª para encaminhar o seu requerimento.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Pergunto a V. Exª se é possível pedir o sobrestamento da matéria?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – É claro.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Já explico por que. Na realidade, esse requerimento é para instruir um relatório que estou elaborando de um projeto de lei do Senador Crivella, o Ministro da Pesca.

Já estive com o Senador algumas vezes, debatendo, e com técnicos, inclusive o Presidente da Anvisa. Acertamos que, mesmo com o Senador Crivella fora do Senado, faríamos uma reunião entre a equipe do Senador Crivella e uma equipe da Agência Nacional de Vigilância Sanitária para tentarmos chegar a bom termo. Caso contrário, eu pedirei a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª e consulto se as Srªs e os Srs. Senadores concordam com o sobrestamento?

Concordando, com certeza está atendido, na forma regimental, o pedido de V. Exª.

Está sobrestado o requerimento de V. Exª.

ITEM 19

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 20, DE 2012

Requeiro nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada no próximo dia 21 de março, audiência Pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, para debater o PLC 113/05, que trata da duração de trabalho dos farmacêuticos, com as seguintes presenças: Representante do Ministério da Saúde; Conselho Federal dos Farmacêuticos – CFF; Federação Nacional dos Farmacêuticos – FENAFAR; Federação Interestadual dos Farmacêuticos; Fórum das Entidades Nacionais dos Trabalhadores da Área da Saúde – FENTAS; e o Dr. Rosinha.

Autoria: *Senadora Vanessa Grazziotin.*

V. Exª tem a palavra.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Na realidade, Sr. Presidente, há um projeto que tramita na Casa que regulamenta a jornada de trabalho dos profissionais farmacêuticos e bioquímicos do Brasil. O projeto está na CAE. E seria importante, já que a CAE vai fazer uma audiência pública, que a fizéssemos em conjunto, porque na sequência o projeto virá para cá.

Assim vamos trabalhar pelo melhor funcionamento do Senado e das Comissões, Sr. Presidente. São tantas audiências públicas que nós nos perdemos. Então faremos uma audiência conjunta que servirá para a instrução do projeto nas duas comissões.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Vamos passar para a pauta do dia.

Item 1.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 41, DE 2009
– Não Terminativo –

Acrescenta dispositivo à Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, para dispor sobre o arrendamento ou comodato de bens e direitos de empresa em processo de recuperação judicial por cooperativa de empregados.

***Autoria**: Deputado José Pimentel.*

***Relatoria**: Senador Cícero Lucena.*

***Relatório**: Pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2009.*

***Observações**:*

– Em 04.10.2011, a Comissão de Assuntos Econômicos – CAE aprovou parecer contrário ao Projeto;

– A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, em decisão terminativa;

– A votação será simbólica.

Meu caro Senador Waldemir Moka acaba de nos honrar com a sua presença.

Infelizmente, o relator da matéria não se encontra presente. Consulto o Senador Cyro Miranda se S. Exª, como membro do PSDB, já que o Senador Cícero é do PSDB, pode relatar a matéria que se encontra na página 16.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com muita honra, Sr. Presidente. Muito obrigado, pela deferência.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, esta Comissão aprecia o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 41, de 2009, oriundo do Projeto de Lei (PL) nº 421, de 2003, de autoria do Deputado José Pimentel.

I – Relatório

O PLC nº 41, de 2009, em seu art. 1º, acrescenta art. 60-A à Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, para permitir que o devedor em recuperação judicial arrende parte de seus ativos ou os confira em comodato a uma *cooperativa de empregados*.

Essa cooperativa seria vinculada ao próprio devedor. E seria criada para receber tais ativos, nos termos do plano de recuperação judicial previamente aprovado pelos credores. Por sua vez, tal arrendamento ou comodato de ativos, que tem por destinatária a *cooperativa de empregados,* não implicará sucessão trabalhista e tributária, ou seja, estará livre das obrigações do devedor derivadas da legislação do trabalho ou de natureza tributária.

O art. 1º do PLC nº 41, de 2009, ainda, no parágrafo único do novo art. 60-A da Lei nº 11.101, de 2005, permite que a *cooperativa de empregados* possa, após sua regular constituição, admitir novos associados.

Na Comissão de Assuntos Econômicos, o projeto foi rejeitado com a aprovação do parecer de lavra do Senador Armando Monteiro. E após a apreciação por esta Comissão de Assuntos Sociais, será encaminhado à análise da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em caráter terminativo.

II – Análise

Versa o projeto de lei analisado sobre direito empresarial, matéria de competência da União (art. 22, I, da Constituição Federal – CF), compreendida entre as atribuições do Congresso Nacional (*caput* do art. 48 da Constituição). A iniciativa parlamentar é legítima, por força do *caput* do art. 61 da Constituição e porque a matéria não se inclui entre as reservas do § 1º do mesmo artigo. Trata-se, portanto, de proposição legislativa formalmente constitucional.

No que respeita à juridicidade, observa o projeto os aspectos de: *a*) inovação, dado que permite a assunção, a título de arrendamento ou comodato, de ativos do empregador pela cooperativa de empregados, sem que haja sucessão trabalhista ou tributária, enquanto a lei em vigor só admite afastar expressamente a sucessão tributária, e, mesmo assim, se os ativos forem alienados, restando implícita, portanto, a sucessão trabalhista na hipótese (art. 60, parágrafo único, da Lei nº 11.101, de 2005); *b*) efetividade, porque o comodato ou o arrendamento pela cooperativa de empregados não implicará sucessão trabalhista ou tributária; *c*) coercitividade, já que vincula credores trabalhistas e tributários; e *d*) generalidade, porquanto as normas do projeto se aplicam, indistintamente, a todos os devedores em recuperação judicial.

Acerca da boa técnica legislativa, deve-se observar que não há inclusão de matéria diversa ao objeto da Lei nº 11.101, de 2005, e as expressões utilizadas preenchem os requisitos de redação das disposições normativas.

Quanto ao mérito, entretanto, o projeto não merece prosperar. Isso porque a não assunção, pela *cooperativa de empregados*, das obrigações tributárias do devedor arrendador ou comodante, é tema que depende também de edição de lei complementar, a fim de alterar o art. 133, § 1º, inciso II, do Código Tributário Nacional, que prevê sucessão tributária para as hipóteses de arrendamento e comodato, não caracterizadas como *alienação*. A mera aprovação de um projeto de lei ordinária, nessa hipótese, seria inócua, porque permaneceria em vigor no ordenamento regra tributária que somente poderá ser derrogada pela edição de lei complementar.

Há outro ponto sensível a ser analisado. Há risco de a cooperativa de empregados ser administrada pelo próprio empregador que arrendou os ativos, o que caracterizaria fraude contra credores. O recurso à transferência de ativos a uma cooperativa de empregados, a despeito de engenhoso e capaz de proteger os legítimos e defensáveis interesses dos empregados, poderá dar margem à simulação, na qual o devedor-empresário *simula a transferência de seus bens aos seus empregados*, a título de comodato ou arrendamento, apenas com o intuito de se furtar ao pagamento de seu passivo (credores privados, tributários e mesmo trabalhistas). Nesse contexto, o projeto, se aprovado, poderá dar ensejo a uma prática comercial fraudulenta, qual seja, a mera *simulação* de repasse dos ativos, a título de comodato ou arrendamento, aos empregados do arrendador ou comodante.

III – Voto

Por todo o exposto, manifestamo-nos pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2009.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senador Cyro Miranda.

Está em discussão a matéria.

Para discutir, tem a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito rápido.

Em conversa com o próprio Senador José Pimentel e com a assessoria, é de entendimento que vamos acompanhar o relator da matéria.

Então, é companheiro do nosso partido, a minha tendência seria pedir vista, mas em conversa...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Senador, eu gostaria de me associar. O próprio relator... O Senador Paim mencionou que pensava no pedido de vista...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – O autor.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PT – RS) – As mesmas dúvidas que o relator teve na apresentação do relatório eu tive agora. Então, eu gostaria de pedir vista desse projeto, para, na próxima reunião, examiná-lo melhor.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senadora Ana Amélia, só para dizer que a nossa posição seria acompanhar a posição do relator, porque o próprio autor, Senador José Pimentel, concordou com a avaliação feita pelo Senador Cícero Lucena e que poderíamos votar pela rejeição.

Não sei se V. Exª concorda.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Indago a V. Exª se continua ainda com seu pedido de vista ou se poderemos votar a matéria?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu prefiro o pedido de vista.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pedido de vista concedido à Senadora Ana Amélia, baseado no art. 132.

Eu consulto se pode ser pedido de vista...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Coletiva?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – ...coletiva.

Se V. Exªs concordam...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Tudo bem.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exªs.

Item 2.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 246, DE 2011
– Não Terminativo –

Acrescenta o art. 52-A à Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e nº 9.841, de 5 de outubro de 1999, para simplificar declarações exigidas de Microempreendedor Individual.

***Autoria**: Senador Armando Monteiro.*

***Relatoria**: Senador Benedito de Lira.*

***Relatório**: Pela devolução do Projeto de Lei do Senado nº 246, de 2011, à Mesa do Senado Federal para reautuação como Projeto de Lei Complementar.*

Com a não presença do Senador Benedito de Lira, que é Relator da matéria, eu gostaria de indagar ao Senador Humberto Costa se S. Exª poderia relatar, tendo em vista que a autoria é do Senador Armando Monteiro, seu conterrâneo, seu colega Senador.

V. Exª está com a palavra, Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente, trata-se do Projeto de Lei do Senado nº 246, de 2011, de autoria do Senador Armando Monteiro, que acrescenta o art. 52-A à Lei Complementar nº 123, *de 14 de dezembro de 2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de*

Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999, para simplificar declarações exigidas de Microempreendedor Individual.

O Projeto de Lei do Senado nº 246, de 2011, é uma proposição que dispensa os microempreendedores da apresentação da Relação Anual de Empregados e da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – Caged e que consigna que tanto o abono salarial, garantido pelo art. 239 da Constituição Federal, quanto o Seguro-Desemprego serão pagos com base nas anotações existentes em sua Carteira de Trabalho e Previdência Social, informações sobre recolhimentos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e termo de rescisão contratual.

Na sua justificativa, o autor esclarece que as microempresas e as empresas de pequeno porte sofrem com os elevados custos burocráticos da manutenção das relações de trabalho. O Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte – Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 – já dedicou especial atenção a esse problema, buscando simplificar os procedimentos e reduzir o número de registros que acabam, em última instância, exigindo a contratação de um contador para cumprir as exigências legais, reduzindo a disponibilidade de recursos até para o pagamento de uma remuneração melhor aos empregados.

Com a proposta, assevera o autor, pretende-se aprofundar o processo de simplificação da legislação trabalhista em relação, especialmente, aos Microempreendedores Individuais (MEI).

Além da Comissão de Assuntos Sociais, a matéria será objeto de deliberação da Comissão de Assuntos Econômicos, cabendo àquela Comissão sua apreciação em caráter terminativo. Até a presente data não foram apresentadas emendas à proposição.

II – Análise

Nos termos do art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais dar parecer sobre o presente projeto de lei.

As obrigações acessórias às regras de custeio da Seguridade Social e que têm natureza previdenciária inserem-se no campo da Previdência Social. Normas com esse conteúdo estão entre aquelas de iniciativa comum, previstas no art. 61 da Constituição Federal.

Cabe ao Congresso Nacional a competência para legislar sobre o tema, nos termos do art. 48 da mesma Carta.

Observados esses pressupostos, temos que a proposição não apresenta, contudo, o requisito formal necessário ao seu regular processamento legislativo.

Ocorre que o Projeto de Lei do Senado nº 246, de 2011, deveria ter sido autuado e protocolado sob a forma de Projeto de Lei Complementar, uma vez que seu objeto é a alteração da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

Assim, para se evitar questionamentos futuros e questionamentos quanto à forma de tramitação, quórum de deliberação e outros requisitos constitucionais, deve ser devolvido à Comissão Diretora para reautuação como projeto de lei do Senado – Complementar, ou devolvido ao seu autor para as correções necessárias.

III – Voto

Em face do exposto, votamos pela devolução do Projeto de Lei do Senado nº 246, de 2011, à Mesa do Senado Federal para reautuação como projeto de lei complementar.

Sr. Presidente, são o voto e o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senador Humberto Costa.

Está em discussão a matéria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, só um comentário rápido. Eu queria só lembrar a todos que toda vez que abrimos mão do Confins estamos abrindo mão de direitos da Previdência, da Seguridade Social. Estou só lembrando isso, com aquelas preocupações que eu já levantei aqui em outros momentos.

Mas eu concordo com o parecer do relator, que entende que a lei é lei complementar e deve ser reencaminhada à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o parecer do relator, que conclui pela devolução do Projeto de Lei do Senado nº 246, de 2011, à Mesa do Senado Federal para reautuação como lei complementar.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Aprovado o relatório, este passa a constituir parecer da Comissão, concluindo pela reautuação do Pro-

jeto de Lei do Senado nº 246, de 2011, como projeto de lei complementar.

A matéria será devolvida à Mesa do Senado Federal para as providências cabíveis.

Item 3.

Eu vou aguardar o Senador João Vicente Claudino.

Vamos para o item 4, porque está presente o relator da matéria.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 591, DE 2011 – Complementar
– Não Terminativo –

Altera a redação do § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências para vedar o contingenciamento de recursos orçamentários para sanidade animal e vegetal.

Autoria: *Senador Antonio Russo.*

Relatoria: *Senador Waldemir Moka.*

Relatório: *Pela aprovação do Projeto de Lei de Senado nº 591, de 2011 – Complementar.*

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

A votação será simbólica.

Concedo a palavra ao Senador Waldemir Moka para proferir o seu relatório.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, sob apreciação na Comissão de Assuntos Sociais – CAS do Senado Federal o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 591, de 2011 – Complementar, do ilustre Senador Antonio Russo, que altera a redação do § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências para vedar o contingenciamento de recursos orçamentários para sanidade animal e vegetal.

O PLS nº 591, de 2011 – Complementar, é composto de dois artigos.

O art. 1º do Projeto pretende alterar o § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade da gestão fiscal, a popular Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), para vedar o contingenciamento de recursos orçamentários para a sanidade animal e vegetal.

O art. 2º, por sua vez, estatui a cláusula de vigência.

O PLS nº 591, de 2011 – Complementar foi distribuído às Comissões de Assuntos Sociais (CAS) e Assuntos Econômicos (CAE), cabendo a esta a decisão terminativa, nos termos do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

Aqui faço um registro, Sr. Presidente. Estou analisando o mérito, entendendo que a Comissão de Assuntos Econômicos fará a verificação sob o ponto de vista financeiro e orçamentário, até porque é lá que deve ser analisado o mérito dessa questão.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Senador Moka, deixe-me fazer só uma observação, um adendo.

Na verdade, o orçamento não deveria nem ser contingenciado. Ele está defendendo que nessa área não se poderia contingenciar.

Por isso defendo, Senador Moka, que o nosso orçamento seja impositivo em todas as áreas, não só nesse caso que o Senador Antonio Russo está propondo.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu concordo. É que, como envolve a Lei de Responsabilidade Fiscal, estou fazendo esse adendo.

Mas, vamos à análise.

II – Análise

Conforme disposto no art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, incumbe a esta Comissão opinar sobre saneamento, inspeção e fiscalização de alimentos e outros assuntos correlatos.

No caso em tela, por se tratar de decisão não terminativa, já que o PLS é complementar e exige maioria absoluta para sua aprovação, nos termos do art. 69 da Constituição Federal, cumpre-nos analisar a proposição quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, técnica legislativa e mérito.

Relativamente à constitucionalidade, entendemos que não há nada a reparar no PLS Complementar, uma vez que estão atendidos os requisitos constitucionais relativos à competência legislativa da União (arts. 23, VIII, e 24, I e II, da Constituição Federal – CF); às atribuições do Congresso Nacional (art. 48, II, da CF); e à iniciativa (art. 61, *caput*, CF).

Além disso, o PLS nº 591, de 2011 – Complementar, não fere a ordem jurídica vigente, inova o ordenamento pátrio, tem poder coercitivo e está em conformidade com todas as demais regras regimentais. Portanto, não apresenta quaisquer vícios de juridicidade ou problemas de regimentalidade. Cabe, também, asseverar que a Proposição atende a todos os atributos exigidos pela boa técnica legislativa, em consonância com os ditames da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, com as alterações

promovidas pela Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001.

Por fim, no mérito, acompanhando a opinião do nobre Senador Antonio Russo, não podemos deixar que a dotação orçamentária aprovada aqui no Congresso Nacional seja posteriormente contingenciada pelo Poder Executivo, porque tal decisão coloca em risco a implementação de ações de defesa animal e vegetal no País.

O Brasil é o maior exportador de carne bovina e de frango do mundo, tendo também uma significativa parcela de exportação de carne suína.

Dados da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior indicam que, em 2010, o País exportou 540,4 mil toneladas de suínos; 1,25 milhão de toneladas de bovinos; e 3,82 milhões toneladas de frangos.

Do ponto de vista produtivo, é também o maior produtor de carnes, com plantel crescente nessas três modalidades, gerando emprego, renda e divisas para o País.

Para 2010, a estimativa da produção chegou a 9,49, 3,23 e 12,31 milhões de toneladas de bovinos, suínos e frangos, respectivamente.

De acordo com dados do Censo Agropecuário de 2006, do Instituto de Geografia e Estatística (IBGE), o total de bovinos, suínos e aves foi de 171,6 milhões, 31,2 milhões e 1,4 bilhões de cabeças, respectivamente.

Esses valores correspondem a um crescimento em relação ao Censo de 1996 de 12,12%, 12,15% e 95,03%, respectivamente.

Portanto, não podemos pôr em risco esse belo trabalho de eficiência, produzido com enorme esforço de todos os produtores rurais brasileiros, por imperícia na gestão fiscal. A falta de uma ação diligente poderia prejudicar a segurança de nossos plantéis, ameaçando não só mercados, mas também os consumidores brasileiros e a estabilidade econômica atingida a duríssimas penas.

III – Voto

Ante o exposto, opinamos pela aprovação do PLS nº 591, de 2011.

Sr. Presidente, eu quero chamar a atenção: quando presidi a Comissão Mista do Orçamento, eu coloquei na LDO, e valeu, acho que já vale por dois anos seguidos, que não podemos contingenciar, e eu explico por que. Esses recursos, na verdade, os Estados gastam muito mais que a União. Esses recursos vão para a vigilância sanitária dos nossos Estados.

Mato Grosso do Sul, por exemplo, tem uma fronteira seca com o Paraguai e com a Bolívia. Neste momento, está havendo um foco de aftosa no Paraguai. Ora, se esses recursos não são liberados no início do ano, e como são preventivos, não adianta você liberar depois.

Então, é um recurso com que estamos fazendo prevenção e nós estamos falando, Sr. Presidente, muitas vezes, de R$400 milhões – nunca chegamos a isso –, num negócio que dá um superávit para a economia brasileira de mais de R$6 bilhões.

Vejam que nós não conseguimos colocar nem R$500 milhões no Orçamento da União para esse setor, num negócio que é superavitário.

Na verdade, é um dos grandes momentos do superávit da balança comercial brasileira, daí por que, embora a gente tenha conseguido na LDO, o projeto do Senador Antonio Russo vai tornar... Se passar, é uma lei complementar, vai ter debate, mas vai, na verdade, encerrar essa novela e, a partir daí, o Governo vai ter de... O que for aprovado no orçamento para sanidade animal e vegetal não poderá ser contingenciado, estará à disposição dos Estados para que os convênios sejam realizados.

Não sei se fui claro.

Esse é o relatório e esse é o meu voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senador Waldemir Moka.

Em discussão a matéria.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Para discutir, tem a palavra o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente, eu reconheço inteiramente o mérito dessa proposição e o mérito do relatório que foi apresentado,. No entanto, se nós formos fazer uma avaliação mais aprofundada, esse tema do contingenciamento de recursos e do orçamento imperativo exige uma discussão muito mais ampla.

Vou dar um exemplo: na semana passada, eu estive com os representantes daquele *pool* de seguradoras que são responsáveis pelo DPVAT, o seguro obrigatório. E lá, eles me disseram que 50% do que são arrecadados com o DPVAT são para o pagamento de sinistros, dos prêmios com os sinistros; 45% vão para a área de saúde; e 5% vão para o Denatran, para campanhas de educação no trânsito. Esses 5% representam, aproximadamente, R$300 milhões, recursos que são quase que totalmente contingenciados. E sabemos como seria importante nós termos grandes campanhas de educação no trânsito com esses recursos.

Os recursos da saúde deste ano foram contingenciados, os recursos dos fundos de telecomunica-

ções são contingenciados. Então, acredito que essa discussão não deveria ser feita de forma partida; acho que deveria ser um debate mais amplo.

Além disso, o próprio Governo questiona aspectos desse projeto de maneira que, sem ser indelicado com o autor ou com o relator, eu gostaria de pedir vista desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – O pedido de vista de V. Exª será concedido, baseado no art. 132.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Vista coletiva, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Vista coletiva.

Item 5.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 42, DE 2011
– Terminativo –

Altera dispositivos da Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, que dispõe sobre a remuneração de profissionais diplomados em Escolas de Engenharia, Química, Arquitetura, Agronomia e Veterinária, para estender sua aplicação aos diplomados em cursos de tecnologia nas respectivas áreas.

Autoria: Deputado Vicentinho.

Relatoria: Senador Paulo Paim.

Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2011.

Observações:

– Em 25/10/2011, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE aprovou Parecer contrário ao Projeto.

Comunico que a votação será nominal.

Solicito a presença de V. Exªs para nós votarmos aqui vários projetos em caráter terminativo.

Com a palavra, o Senador Paulo Paim para proferir o seu relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, tenho dois caminhos. Posso ler o relatório ou comentá-lo, porque é um tema em que fui fundo na avaliação.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Exª é mestre no assunto. V. Exª fique à vontade.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Vou comentar. Acho que é muito melhor do que fazer toda essa leitura aqui.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Será mais rápido, e assim vamos votar mais projetos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Isso. E é terminativo.

Sr. Presidente, conversei com o Deputado Vicentinho, conversei com todos os setores envolvidos. A intenção do Deputado Vicentinho era estender para esse setor o mesmo direito que têm hoje os engenheiros, os arquitetos, os agrônomos e os veterinários. Mas acontece que, no debate na Câmara dos Deputados, foi distorcida a ideia do Deputado Vicentinho e jogaram o piso para negociação coletiva. Bem, para negociação coletiva não é preciso lei. Deixa-se como está então. E aqueles que já têm o piso assegurado seriam prejudicados. Ao fim, de forma unânime, chegamos ao acordo de que eu deveria rejeitar o projeto, porque não há como fazer um meio termo aqui.

Esse é o relatório. É pela rejeição. Nós vamos iríamos retirar o piso de quem já tem, e aqueles que queriam entrar não o teriam, porque iria para a negociação coletiva. Então, deixa-se como está.

Esse é o relatório, que é pela rejeição do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senador Paulo Paim, que chegou a um bom acordo nesse caso.

Está em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Consulto como vota o Senador Paulo Paim. O voto já é conhecido.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sei que a Comissão de Educação também votou pela rejeição.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Vou fazer uma observação. Quem vota com o relator, vota "não".

Como vota o Senador Humberto Costa?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Voto "não", com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Vanessa Grazziotin?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Voto com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Waldemir Moka?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu voto com o relator, invejando a habilidade dele, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Paulo Davim?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Lauro Antonio?

O SR. LAURO ANTONIO (PR – SE) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Amélia?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com o relator, parabenizando-o.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Mozarildo Cavalcanti?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Lídice da Mata?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Rejeitado o Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2011.

Será comunicada a decisão desta Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no Diário do Senado Federal.

Item 6.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 164, DE 2003
– Terminativo –

Altera os artigos 1º e 10 da Lei nº 9.656, de 03 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, e dá outras providências, incluindo a assistência psicológica no âmbito desses.

Autoria: *Senadora Lúcia Vânia.*

Relatoria: *Senadora Lídice da Mata.*

Relatório: *Pela declaração de Prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 164, de 2003.*

Observações:

– Em 08.03.2012 foi recebido novo Relatório da Senadora Lídice da Mata;

– Votação Nominal.

Concedo a palavra à Srª Relatora, Senadora Lídice da Mata, para proferir o seu relatório.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, absolutamente meritória a proposta da Senadora Lúcia Vânia, que pretende incluir no rol de procedimento dos planos de saúde a assistência psicológica.

No entanto, Sr. Presidente, já é possível hoje esse atendimento de cobertura de consultas de sessões psicológicas, conforme a Resolução Normativa nº 262, de 2011, regulada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Com base nisso é que consideramos que, apesar de não haver nenhum óbice quanto à constitucionalidade e juridicidade do projeto, do ponto de vista de mérito, a proposição se encontra prejudicada pelos motivos que já expus.

Sendo assim, em vista do exposto, o voto é pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 164, de 2003.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Declaro prejudicado o PLS nº 164, de 2003, nos termos do art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal.

Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação a declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 164, de 2003.

Quem vota com o relator vota "sim" para a declaração de prejudicialidade do PLS nº 164, de 2003.

Como vota o Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Acompanho a Relatora, Senadora Lídice da Mata.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Humberto Costa?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Acompanho a relatora, voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Vanessa Grazziotin?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Waldemir Moka?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Com a relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Paulo Davim?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Com a relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Lauro Antônio?

O SR. LAURO ANTONIO (PR – SE) – Com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Amélia?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com a relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Mozarildo Cavalcanti?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – E a Senadora Lídice da Mata, que já é voto conhecido, "sim".

Aprovada a declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 164, de 2003.

Será comunicada a decisão desta Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no Diário do Senado Federal.

Quero comunicar quanto ao item 7. Este, permite a utilização dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para pagamento de financiamento habitacional concedido por entidades fechadas. Foi pedido para retirá-lo de pauta. É isso?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, se eu puder, como autor, até com carinho que me merece o meu amigo, Senador Lauro Antonio, que deu o parecer favorável.

Mas o Senador Cyro Miranda, nesta Comissão, montou uma subcomissão para tratar do Fundo de Garantia.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Perfeito.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Acho que seria – não sei se o termo é este – de bom alvitre que todos os projetos que tratam desse tema fossem encaminhados para, nessa subcomissão, tentarmos construir um bom entendimento naquilo que for possível.

Então, retiraríamos de pauta e ele seria encaminhado à subcomissão que é presidida pelo Senador Cyro Miranda, se concordar o Relator Lauro Antonio, já que o projeto é de minha autoria.

O SR. LAURO ANTONIO (PR – SE) – De minha parte, eu concordo.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Então está retirado de pauta o item 7.

Consulto o Senador Paulo Paim sobre o item 14, se V. Exª também confirma o pedido de retirada de pauta.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Exatamente. Foi um problema de redação e, por isso, há um pedido da assessoria para que seja retirado de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Está retirado de pauta também o item 14.

Vamos para o item 10.

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 26, DE 2008
– Terminativo –

Altera a Lei nº 7.394, de 29 de outubro de 1985, e o Decreto nº 92.790, de 17 de junho de 1986, que regulam o exercício da Profissão de Técnico em Radiologia e dá outras providências.

Autoria: *Senador Paulo Paim.*

Relatoria: *Senadora Vanessa Grazziotin.*

Relatório: *Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2008, na forma do Substitutivo que apresenta.*

Observações:

– Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do RISF, se for aprovado o Substitutivo será ele submetido a Turno Suplementar;

– Votação Nominal.

Concedo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin para proferir o seu relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, só para lembrar...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Em relação ao item 8, concordo com o parecer do relator, que considerou prejudicado o meu projeto pelos motivos que ele especifica. E a orientação da assessoria é também nesse sentido.

Quanto ao item 8 não é preciso colocar em votação.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – O Relator do item 8 é o Senador Casildo Maldaner.

S. Exª está aguardando a chegada ao local aqui.

Com a palavra Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Qual é a página, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Página 131. Ela está tão entusiasmada com o *tablet* hoje que acaba se perdendo.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Estou treinando, porque agora vamos acompanhar...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Esse *tablet* deve ter sido produzido na Zona Franca de Manaus.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Infelizmente não, Sr. Presidente. Infelizmente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Particularmente eu gostaria muito...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – V. Exª sabe que os incentivos para os *tablets* são para o Brasil inteiro. Então, outros Estados passam a ter mais atratividade do que o Amazonas. Este aqui deve ter sido produzido em São Paulo, certamente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Eu esperava que fosse no seu Estado do Amazonas.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Infelizmente não. Mas será um dia.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Exª está com a palavra.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – O projeto que V. Exª já leu tem a finalidade de atualizar a Lei nº 7.394, que regulamenta o exercício da profissão de técnico em radiologia.

Para tanto, o projeto que é de autoria do nobre Senador Paulo Paim prevê:

a) a classificação das áreas afetas à radiologia, em suas diferentes modalidades;

b) as obrigações do profissional de radiologia;

c) as condições para o exercício da profissão;

d) as condições para a inscrição do profissional no Conselho Regional;

e) o direito ao exercício das atividades das áreas de radiologia e irradiação industrial e de radioinspeção de segurança aos profissionais que, efetivamente, as exerciam antes da vigência desta lei e que não foram tratados adequadamente pela Lei nº 7.394, de 1985.

f) várias alterações na composição e funcionamento dos Conselhos Nacional e Regionais de Técnicos em Radiologia, bem como mudança de sua denominação para, respectivamente, Conselhos Federal e Regionais de Técnica e Tecnologia Radiológica; e

g) a revogação dos artigos 3º, 5º, 6º, 7º, 8º e 17, todos da Lei nº 7.394, de 29 de outubro de 1985, bem como o Decreto nº 92.790, de 17 de junho de 1986, e a Lei nº 10.508, de 10 de julho de 2002.

Ao justificar sua iniciativa, o nobre Senador Paim alega a necessidade de regulamentar de forma clara e atualizada o exercício da profissão dos que atuam na área de radiologia e imagenologia.

Ao projeto, Sr. Presidente, não foram apresentadas emendas.

II – Análise

Sob o aspecto formal, não vislumbramos nenhum óbice, assim como todos os aspectos legais, Sr. Presidente.

A despeito do indubitável mérito presente nos dispositivos acima citados, vale lembrar que a matéria diz respeito à organização e ao funcionamento de órgão da administração federal.

Como se sabe, os conselhos profissionais são entidades incumbidas de disciplinar e fiscalizar o exercício das profissões. Exercem, portanto, função pública, uma vez que a fiscalização do exercício profissional está acima dos interesses da corporação e configura interesse da coletividade, constituindo-se, portanto, interesse público. As atividades desenvolvidas pelos conselhos, em consequência, são típicas do Estado, embora este os tenha autarquizado.

Daí que eles são órgãos integrantes da Administração Pública, já que de outra maneira não poderiam realizar serviços públicos típicos, próprios de Estado.

No mais, a proposição em discussão é meritória, visto que não só ajusta a legislação referente ao exercício da atividade do técnico em radiologia à evolução tecnológica no segmento radiológico e de imagenologia, bem como insere nessa regulamentação os profissionais portadores de diploma de ensino superior e que dela não constavam ainda. A propósito, de acordo com o Ministério da Educação, já existem, Sr. Presidente, cerca de 87 cursos de tecnologia em radiologia.

Por essas razões, ao final, com a concordância do nobre autor do projeto, nós apresentamos, com alguns aperfeiçoamentos, substitutivo dispondo tão somente dos aspectos concernentes ao exercício da profissão dos que atuam nas áreas da radiologia e da imagenologia. É de se enfatizar que a redação que se propõe foi amplamente debatida no âmbito dessa categoria profissional e é a que melhor atende ao interesse público.

Portanto, Sr. Presidente, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2008, com a seguinte emenda – e aí vem o projeto substitutivo que, penso, todos já devem ter lido. Não há necessidade de ler.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Exª tem a palavra para discutir.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, só para ajudar no encaminhamento, pelo menos me foi informado aqui, por parte de toda a categoria, os líderes estão aqui, que este Substitutivo da Senadora Vanessa Grazziotin foi construído em entendimento com a própria Casa Civil. Informaram-me aqui, agora. Estou passando a informação. Sou totalmente favorável ao substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Para discutir, o Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, esse é um projeto de mérito. É uma categoria que tem uma importância muito grande e terá cada vez mais, uma vez que essa é uma especialidade médica em que a tecnologia, cada dia, aumenta mais. Então, hoje, os diagnósticos são precisos. Faltava regulamentação para essa categoria. Fico feliz que a Senadora Grazziotin e o Senador Paim tenham construído, junto com a categoria, esse entendimento. Acho que é um projeto meritório. Esse segmento merece há muito tempo a regulamentação de profissão tão importante.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª. O Senador Paulo Paim, como sempre fazendo gols – gol de placa, gol de letra –, e também a Senadora Vanessa, que é Relatora da matéria. Então, está tudo em casa.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sr. Presidente...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, eu só quero dizer que, na realidade, quem iniciou tudo foi o Senador Paim. O relator tem apenas a função de ouvir a categoria, ouvir o Governo e buscar o acordo.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – E V. Exª deu a colaboração, a contribuição.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Imagina!

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Com a palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Eu quero me manifestar, Sr. Presidente, totalmente favorável ao parecer. Realmente, essa área tem que ser regulamentada. Eu exerci a Medicina nos idos em que a radiologia, digamos assim, ainda engatinhava; hoje em dia o diagnóstico por imagem é uma evolução magnífica. Então, é importante que acompanhemos essa evolução com a regulamentação adequada da profissão.

Por isso eu quero aqui declarar claramente o meu apoio ao parecer da nossa querida relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senador Mozarildo Cavalcanti.

Continua a discussão da matéria.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2008, que tem preferência regimental.

A votação será nominal.

Como vota o Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com o substitutivo da relatora ao meu projeto.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Humberto Costa?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Voto "sim", com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Vanessa Grazziotin? Voto já conhecido.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Paulo Davim?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Com a relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Casildo Maldaner?

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Com a relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Lauro Antonio?

O SR. LAURO ANTONIO (PR – SE) – Com a relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Amélia?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com a relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com a relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Mozarildo Cavalcanti?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Com a relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Lídice da Mata?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Com a relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Armando Monteiro?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Com a relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Resultado: aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2008, na forma da Emenda nº 1-CAS, Substitutivo.

A matéria vai a turno suplementar, nos termos do art. 282, combinado com o art. 92.

Poderão ser oferecidas emendas no turno suplementar, vedada a apresentação de novo substitutivo integral.

Quero me associar não só ao autor, como também à relatora, sobretudo por entender ser meritório o projeto. E, acima de tudo, estamos dando segurança a essas pessoas que trabalham nessa área tão importante ao lidarem com vidas humanas.

De maneira que V. Exª, Senador Paulo Paim, e também a Relatora, Senadora Vanessa, eu quero me associar ao belo trabalho que fizeram na construção desse projeto que hoje, com certeza, dará garantia e segurança a milhares, milhões de brasileiros que trabalham nessa área.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Item 8.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 24, DE 2006
– Terminativo –

Altera a Medida Provisória nº 2.197-43, de 24 de agosto de 2001, para dispor sobre a cobertura securitária em financiamentos no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação (SFH).

***Autoria**: Senador Paulo Paim.*

***Relatoria**: Senador Casildo Maldaner.*

***Relatório**: Pela declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 24, de 2006.*

***Observações**:*

– Em 11/10/2011, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou parecer contrário ao projeto;

– Votação Nominal.

Concedo a palavra ao Senador Casildo Maldaner para proferir o seu relatório.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, caros Colegas, o eminente Senador Paulo Paim apresentou uma proposta que dispõe sobre o sistema financeiro da habitação, tratando da cobertura securitária em financiamentos.

Eu não vou o relatório como um todo; vou partir para a análise para, então, chegarmos à prejudicialidade, com o que o próprio proponente, o eminente Senador, concorda, segundo as informações que temos.

II – Analise

A proposição trata de seguro, matéria inserida na competência legislativa privativa da União, nos termos do art. 22, inciso VII, da Constituição.

Cabe ao Congresso Nacional dispor sobre a matéria, e aí a iniciativa parlamentar é legítima, nos termos dos arts. 48 e 61 da Carta Magna.

Após a apresentação do projeto houve várias modificações no art. 2º da Medida Provisória e, por fim, sua revogação pelo inciso II, do art. 13, da Lei nº 12.424, de junho de 2001.

A matéria, objeto da proposição, atualmente é regulada pelo art. 79 da Lei nº 11.977, de 07 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa Minha Vida, e assim por diante.

Então, o que dispunha na ideia do Senador Paulo Paim, da securitização dos financiamentos em habitação, neste programa já está embutido tudo isso.

Como está embutida no Programa Minha Casa Minha Vida a securitização em habitação, então, o voto é pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado, de 2006.

Nós concluímos nessa direção, e acredito que o próprio proponente concorda com isso.

Então, apenas peja prejudicialidade, já que está inserida no Programa Minha Casa Minha Vida a securitização em habitação.

Esse é o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senador Casildo.

Declaro prejudicado o projeto, nos termos do art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal.

Está em discussão a matéria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, só dizer da minha concordância, e aqui eu encerro, porque eu apresentei o projeto em 2006 e em 2009 vem uma resolução que contempla o nosso objetivo. Então, estando o objetivo consagrado, não há por que aprovarmos outra lei.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação a declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 24, de 2006.

Quem vota com o relator vota "sim", para a declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 24, de 2006.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu voto com o Relator, Senador Casildo Maldaner.

Fica prejudicado o nosso projeto; S. Exª está com a razão.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – O Senador Paulo Paim vota "sim"; com o relator.

Agradeço a V. Exª.

Como vota o Senador Humberto Costa?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Vanessa Grazziotin?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Paulo Davim?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Casildo Maldaner? Vota já conhecido, vota "sim".

Como vota o Senador Lauro Antonio?

O SR. LAURO ANTONIO (PR – SE) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Amélia?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – "Sim", com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o valoroso Senador Mozarildo Cavalcanti?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Lídice da Mata?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – O Senador Armando, que eu gostaria de ter o voto dele, se retirou do plenário. Contudo, ainda temos quórum para que possamos deliberar.

Aprovada a declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 24, de 2006.

Será comunicada a decisão desta Comissão ao Presidente do Senado para ciência do Plenário e publicação no Diário do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Item 11.

ITEM 11

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 142, DE 2008
– Terminativo –

Altera a legislação do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), para estimular os Arranjos produtivos Locais.

***Autoria**: Senador Renan Calheiros.*

***Relatoria**: Senador Lauro Antonio.*

***Relatório**: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2008, na forma da Emenda nº 2-CDR (Substitutivo).*

***Observações**:*

– Em 11.05.2010, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou parecer favorável ao projeto com a Emenda nº 1-CAE (Substitutivo);

– Em 06.12.2011, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) aprovou parecer favorável ao projeto com a Emenda nº 2-CDR (Substitutivo);

– Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do RISF, se for aprovado o substitutivo será ele submetido a turno suplementar;

– Votação Nominal.

Concedo a palavra ao Senador Lauro Antonio para proferir o seu relatório.

O SR. LAURO ANTONIO (PR – SE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vou direto à analise para adiantar.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

O SR. LAURO ANTONIO (PR – SE) – Leio:

II – Análise

Cabe a esta Comissão a análise do mérito do Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2008, bem como sobre os aspectos de constitucionalidade, de juridicidade e de regimentalidade da matéria.

O PLS nº 142, de 2008, se coaduna com os ditames da Constituição Federal, não havendo óbice de ordem constitucional ou jurídica à proposição.

Além disso, a proposta atende aos requisitos de regimentalidade e de técnica legislativa, em especial, da Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração e redação das leis. Portanto, sob esse prisma, não vislumbramos óbices à aprovação da proposta.

Em relação ao mérito, é importante destacar que, de acordo com o art. 239 da Constituição Federal, a arrecadação decorrente das contribuições para o PIS e para o PASEP dirige-se ao financiamento do Programa do Seguro-Desemprego, do abono salarial e dos programas de desenvolvimento econômico a cargo do BNDES. Neste último caso, os recursos correspondem a, no mínimo, 40% da arrecadação total e são aplicados de acordo com planejamento exclusivo do BNDES, a quem cabe o risco de crédito.

Em 2011, o BNDES apresentou desembolsos da ordem de R$139 bilhões, sendo que apenas 14% desse montante foram destinados a projetos da Região Nordeste, 8% para a Região Norte e 8% para a Região Centro-Oeste. Por sua vez, a Região Sudeste recebeu 49% do total e a Região Sul, 21%.

Nesse contexto, o projeto visa minimizar esse quadro de disparidade na aplicação de recursos administrados por esse banco, ao estipular critérios para o financiamento dos programas a cargo do BNDES decorrentes dos recursos do FAT, privilegiando a alocação de recursos em áreas com menor IDH e estimulando o desenvolvimento dos Arranjos Produtivos Locais (APL).

Conforme apontado no parecer da CAE, esses arranjos são hoje considerados excelentes áreas de aplicação de recursos, na medida em que levam em conta as vocações regionais e locais, além de estarem focados nas inter-relações empresariais, na cooperação, nas menores empresas, na capacidade inovadora e tecnológica e no acesso a novos mercados. Possuem, pois, expressivo potencial multiplicador e competitivo, tendendo a gerar substancial desenvolvimento econômico e social nas respectivas localidades.

Com efeito, a prioridade aos APL e às áreas mais carentes em termos humanos e sociais é compatível

com os objetivos de um fundo destinado a amparar o trabalhador, na medida em que tende a resultar em maior geração de emprego e renda do que outros investimentos que não vislumbrem tais prioridades.

Em termos de proposta, o substitutivo aprovado na CDR nos parece mais apropriado, por melhor definir o critério de distribuição dos recursos e prever ressalva no caso de não haver demanda suficiente por parte dos Municípios de menor IDH-M de forma a que os recursos restantes possam ser aplicados em projetos de outros municípios, evitando, assim, que tais recursos fiquem ociosos.

Em síntese, pelo potencial de geração de emprego e renda, e seus impactos sobre a melhora no desenvolvimento econômico e social dos municípios mais carentes do País, julgamos que a proposta consubstanciada no PLS nº 142, de 2008, merece ser apoiada.

III – VOTO

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2008, na forma do substitutivo aprovado na CDR.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senador Lauro.

Em discussão a matéria.

Para discutir, tem a palavra a Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, tive oportunidade de ser Relatora dessa matéria na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e apresentei emenda substitutiva ao projeto no sentido de assegurar que os recursos eventualmente excedentes, caso a demanda de projetos que se enquadrem nas características estipuladas no art. 5º fiquem aquém dos valores disponibilizados, o BNDES poderá aplicar o remanescente dos recursos em projetos nos demais Municípios.

Esse projeto é um projeto importante. O objetivo é estimular os programas de desenvolvimento econômico, implantados com recursos oriundos da arrecadação do PIS, do Pasep – e, portanto, a cargo do BNDES–, que passem a ter como referência o Índice de Desenvolvimento Humano e que beneficiem e estimulem os arranjos produtivos locais. O projeto é meritório.

A posição do BNDES e do Governo tem sido a de protelar. Nós já discutimos, inclusive, com a assessoria da Liderança do Governo e acho que os projetos não podem continuar passando, passando pelas comissões, e o Governo se eximindo de fazer efetivamente uma análise, protelando as decisões nas comissões. Acho que esse é um projeto meritório e que deveria receber o apoio das Srªs e Srs. Senadores nesta Comissão.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Pois não, Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente, eu quero aqui também reconhecer o mérito da preocupação que teve o Senador Renan Calheiros ao apresentar esse projeto, bem como o relatório apresentado, que preserva essas preocupações que entendo absolutamente justas. No entanto, é necessário levar em consideração alguns aspectos que, acho, precisariam ser melhores discutidos. Entre eles, há o fato de que há um entendimento, por parte do BNDES, de que os recursos que pertencem ao banco, oriundos do PIS/Pasep e também recursos do Tesouro que para lá são encaminhados, não devem ser limitados aos Municípios com determinado IDH ou que tenham determinados arranjos produtivos, porque isso significaria que muitos projetos que inclusive ainda estão em andamento não poderiam ter a sua continuidade garantida com os recursos do BNDES, já que mais de 50% não estão dentro de Municípios com o IDH previsto pelo projeto.

Em segundo lugar, a repercussão de um projeto financiado pelo BNDES, a depender da sua importância e do seu tamanho – e muitas vezes são grandes projetos financiados –, não tem se dá unicamente no Município onde está sediado.

Vamos pegar um exemplo: lá em Pernambuco, temos o Polo Petroquímico, que tem recursos do BNDES. O Polo Petroquímico interfere em toda a região metropolitana, porque está em Suape; ele interfere na região da Zona da Mata e do Agreste, porque várias indústrias têxteis estão se instalando lá para poderem usar o POY como matéria-prima para produção de tecidos; ele interfere no Agreste pernambucano, no Polo de Confecções, porque várias empresas de confecção e os pequenos empresários que lá estão utilizam esses tecidos para as confecções; e ele interfere, inclusive, no sertão, porque o projeto do Polo Têxtil prevê que, além do tecido sintético, nós devemos trabalhar com o algodão. Então, a produção de algodão no sertão pernambucano está sendo reativada.

Assim, é falso dizer que, encaminhando os recursos para os pequenos Municípios, nós vamos garantir que haja o benefício de todos. O benefício para todos se conseguirá aplicando-se os recursos da forma como estes vêm acontecendo agora.

Eu gostaria de pedir vista do projeto e me comprometo com o relator em articular, junto ao BNDES, uma conversa em que se possa aprofundar esse debate, para aqui não aprovarmos uma coisa que venha a gerar dificuldades quanto à liberdade de direcionamento dos recursos do BNDES.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Diante do pedido de vista do eminente Senador Humberto Costa, consulto se há mais alguém que queria pedir vista coletivamente? No caso de alguém não participar, o pedido de vista está sendo concedida.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Vamos pedir vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Com o que acaba de pronunciar a Senadora Vanessa Grazziotin, com base no art. 132 do Regimento, está concedida a vista coletiva. Portanto, a matéria sai de pauta neste instante.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – A próxima matéria é o item 13.

ITEM 13

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 475, DE 2011
– Terminativo –

Altera a Lei nº 9.656, de 03 de junho de 1998, para estabelecer princípios a serem observados na atenção à saúde prestada no âmbito dos planos privados de assistência à saúde e explicitar a competência da Agência Nacional de Saúde Suplementar para elaborar Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde como referência para a cobertura assistência mínima no âmbito desses planos.

***Autoria**: Senador Humberto Costa.*

***Relatoria**: Senadora Ana Amélia.*

***Relatório**: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 475, de 2011, na forma do Substitutivo que apresenta.*

Observações:

– Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do RISF, se for aprovado o Substitutivo será ele submetido a Turno Suplementar;

– Votação Nominal.

Concedo a palavra à eminente Senadora Ana Amélia para proferir o seu relatório.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente Casildo Maldaner, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, eu vou direto à análise do projeto do Senador Humberto Costa. É claro que a sua proposição é meritória.

II – Análise

A proposição é meritória na medida em que busca trazer para os planos privados de assistência à saúde princípios fundamentais para garantir o direito dos usuários à atenção à saúde de qualidade. Esses princípios, entre outros, já há muito estão incorporados no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

No entanto, cremos ser fundamental incluir, entre os princípios norteadores da atenção à saúde, o direito dos usuários à autonomia e à informação sobre sua saúde e a atenção recebida, bem como à preservação de sua integridade física e moral. Essas são questões éticas relevantes que devem ser observadas dentro dos serviços de saúde, sejam eles privados ou públicos, e que já estão contempladas na lei regulamentadora do SUS.

Outro reparo a fazer, no que diz respeito ao mérito da proposição, é quanto ao princípio de não estigmatização, previsto especificamente em relação aos portadores de transtornos mentais. Em nosso entendimento, a não estigmatização deve ser um princípio geral a ser aplicado a todas as pessoas, independentemente da patologia em questão.

Em relação à explicitação do Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde, constante do § 2º do art. 1º, letra *a*, proposto, cremos que essa matéria não guarda relação com o teor do artigo, não sendo adequado incluí-la como um parágrafo desse dispositivo. Ademais, a Lei nº 9.656, de 1998, já prevê que a ANS regulamente a amplitude das coberturas dos planos privados de saúde, e essa previsão consta do § 4º do art. 10, conforme transcrição:

> Art. 10. .....
> .....
> § 4º A amplitude das coberturas, inclusive de transplantes e de procedimentos de alta complexidade, será definida por normas editadas pela ANS.

O art. 10 da Lei nº 9.656, de 1998, refere-se ao plano-referência de assistência à saúde, com cobertura assistencial médico-ambulatorial e hospitalar. No entanto, a definição da cobertura mínima, a ser feita pela ANS, alcança também as demais segmentações, a teor do disposto no art. 12, *in verbis*:

> Art. 12. São facultadas a oferta, a contratação e a vigência dos produtos de que tratam o inciso I e o § 1º do art. 1º desta Lei, nas segmentações previstas nos incisos I a IV deste artigo, respeitadas as respectivas amplitudes de cobertura definidas no plano-referência de que trata o art. 10, [...]

É com base no § 4º do art.10 da Lei nº 9.656, de 1998, e no inciso III do art. 4º da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, que estabelece como competência da ANS elaborar o rol de procedimentos e eventos em saúde, que constituirão referência básica para os fins do disposto na Lei nº 9.656, de 03 de junho de

1998, que a Agência vem atualizando periodicamente a amplitude das coberturas que os planos privados de assistência à saúde são obrigados a garantir, dentro de cada segmentação.

Assim, entendemos que não há razão para incluir novo dispositivo para regulamentar matéria que já está contemplada na lei. Além de não ser necessária, tal inclusão constituiria falha de técnica legislativa, pois representaria duplicidade de comando: dois dispositivos para disciplinar a mesma matéria. Também, não é adequado que a lei nomeie o instrumento pelo qual deverá ser feita a definição das coberturas mínimas pela ANS – como o *Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde* –, o que atenta contra a boa técnica legislativa.

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 475, de 2011, nos termos da seguinte emenda substitutiva:

EMENDA Nº ...– CAS (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 475, DE 2011

Altera a Lei nº 9.656, de 03 de junho de 1998, para estabelecer princípios a serem observados na atenção à saúde prestada no âmbito dos planos privados de assistência à saúde.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. A Lei nº 9.656, de 03 de junho de 1998, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

Art. 1º-A. A atenção à saúde prestada no âmbito dos planos privados de assistência à saúde obedecerá aos seguintes princípios:

I − integralidade das ações, respeitada a segmentação contratada;

II − atenção multiprofissional;

III − incorporação de ações de promoção da saúde e de prevenção de riscos e de doenças;

IV − uso da epidemiologia para o monitoramento da qualidade das ações e para a gestão em saúde;

V – respeito à autonomia e à integridade física e moral das pessoas assistidas;

VI – garantia do direito das pessoas assistidas à informação sobre sua saúde;

VII − adoção de medidas e práticas que evitem a estigmatização das pessoas assistidas;

VIII − estímulo a práticas assistenciais alternativas à institucionalização na atenção aos transtornos mentais;

IX – estímulo ao parto normal.

Parágrafo único. Os princípios estabelecidos no *caput* deverão ser observados em todos os níveis de complexidade da atenção, respeitando-se as segmentações contratadas, visando à promoção da saúde, à prevenção de riscos e doenças, ao diagnóstico, ao tratamento, à recuperação e à reabilitação."

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

É o meu voto, Sr. Presidente Jayme Campos.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senadora Ana Amélia.

Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Infelizmente, o quórum está baixo. (*Pausa*.) Falta um Senador para nós votarmos a matéria em caráter terminativo.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Podia mandar buscar alguém para votar.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Ou seja, solicito às nossas assessoras, se possível, convidarem o Senador Eduardo Suplicy para votar. Em razão da presença do Ministro Paulo Bernardo, vários membros da nossa Comissão encontram-se em outra comissão. De qualquer forma, vamos apenas aguardar a chegada de mais um Senador. Como já foi lido o relatório e a discussão já está encerrada, com a presença de mais um Senador, entraremos no processo de votação.

Pode ser assim, Senadora Ana Amélia?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu acho que é perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Esta é uma matéria muito importante, de autoria do Senador Humberto Costa.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Até porque falta apenas um voto.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Um voto. Mas vamos votar. Com certeza, vamos tentar, aqui ao lado, mais dois Senadores para votar. Um Senador é suficiente. Nós temos dez Senadores presentes, vamos aguardar a chegada de mais um Senador, e entraremos em processo de votação.

Como esta matéria não é terminativa, eu acho que nós aguardaremos chegar mais um Senador para entrarmos em votação. De qualquer maneira, vamos votar o Item 3, que é votação simbólica, página 39. Eu solicito...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Ah, chegou um Senador. Vamos votar.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Então, vamos votar.

O Senador Suplicy é sempre solidário aos seus colegas do partido trabalhista, o PT.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Bons trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Vamos iniciar o processo de votação.

Como vota o Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com o autor e com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Humberto Costa, já que é o autor do projeto?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Com a relatora, parabenizando-a pelo relatório.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Vanessa Grazziotin?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Voto com a relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Hoje ela está entusiasmada com o *tablet* aqui, acompanhando *on line* a votação... É bom que se comunique à Senadora Vanessa que nós já estávamos *on line* há algum tempo. Essa é a informação da nossa Secretária Lucília.

Como vota o Senador Paulo Davim?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Com a relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Casildo Maldaner?

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Com o autor e com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Lauro Antônio?

O SR. LAURO ANTONIO (PR – SE) – Com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – A Senadora Ana Amélia já é voto conhecido.

Como vota o Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com a relatora, fazendo um elogio pelo relatório da competente Senadora Ana Amélia, que enriqueceu muito o projeto do Senador Humberto Costa.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – A favor do projeto do Senador Humberto Costa, aperfeiçoado pela Senadora Ana Amélia.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Lídice da Mata?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Com a relatora, Sr. Presidente, que apresentou um belo relatório e parabenizando a iniciativa do Senador Humberto Costa.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Aprovado.

Em votação o Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 475, de 2011, que tem preferência regimental. (*Pausa*.)

Neste caso, está aprovada a matéria e o Projeto de Lei do Senado nº 475, de 2011, na forma da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo).

A matéria vai a turno suplementar, nos termos do art. 282, combinado com o art. 92.

Poderão ser oferecidas emendas no turno suplementar, vedada a apresentação de novo substitutivo integral.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Vamos a mais uma votação nominal. É o item 15.

ITEM 15

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 605, DE 2011
– Terminativo –

Altera a Lei nº 9.431, de 06 de janeiro de 1997, que dispõe sobre a obrigatoriedade da manutenção de programa de controle de infecções hospitalares pelos hospitais do País, para incluir a prevenção de erros de medicação.

Autoria: *Senador Rodrigo Rollemberg.*

Relatoria: *Senadora Vanessa Grazziotin.*

Relatório: *Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 605, de 2011.*

Observação: *– Votação Nominal.*

Concedo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin para proferir o seu relatório.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – (*Fora do microfone.*) ...procurarei ser breve, Sr. Presidente, já partindo para a análise, para manter o quórum.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Então vamos lá, Sr. Presidente.

Nos termos do Inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado, compete à CAS deliberar sobre o mérito.

Esse projeto tem caráter terminativo.

No ambiente hospitalar... Eu só gostaria de dizer que esse projeto de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg eu considero um projeto da mais extrema relevância.

Diz o relatório:

No ambiente hospitalar, a administração de medicamentos representa típica atividade multidisciplinar, que usualmente envolve a participação de três áreas distintas da saúde: a odontologia ou a medicina, a farmácia e a enfermagem. O processo tem início com a

avaliação clínica e a prescrição médica ou odontológica, seguidas pela dispensação do medicamento pelo farmacêutico, e encerra-se com a administração da medicação ao paciente pelo profissional de enfermagem.

Dessa forma, múltiplos são os atores que podem concorrer para a produção de erros no procedimento, inclusive o próprio paciente, quando deixa de seguir as recomendações prescritas. Também, diversas são as falhas que podem ocorrer na terapia medicamentosa: prescrição equivocada, fornecimento do medicamento para a pessoa errada, dose, horário ou via de administração incorreta, entre outras possibilidades.

A complexidade e a multiplicidade de etapas envolvidas na medicação tornam-na um exemplo de atividade que merece abordagem sistêmica para a prevenção de erros. Ações pontuais, focadas apenas na identificação e punição do responsável, tendem a produzir resultados insatisfatórios.

O sucesso na utilização de um medicamento inicia-se com a avaliação de sua relação risco/benefício e a prescrição correta, incluindo posologia, horários e duração do tratamento. No que se refere ao produto farmacêutico utilizado, deve-se atentar para sua qualidade, dispensação adequada, prazo de validade e boas práticas de fabricação e armazenamento. (...)

(...) A despeito da gravidade e da relevância do problema, as iniciativas para o enfrentamento da questão dos erros de medicação são escassas no País. Segundo estudos científicos produzidos nos melhores centros hospitalares do Brasil, a reação institucional predominante em casos de erro é a aplicação de sanções à pessoa identificada como responsável pela ocorrência, sendo que o erro é frequentemente fruto de inúmeros problemas estruturais ao longo de uma cadeia de procedimentos que compõem a administração medicamentosa.

O resultado dessa abordagem predominantemente repressora, em vez de preventiva, é a subnotificação dos eventos. Segundo as pesquisadoras Viviane Carvalho e Sílvia Cassiani, da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, da Universidade de São Paulo... Neste ponto, eu coloco o relato delas considerado muito importante, de que apenas 25% dos erros são relatados pelos profissionais.

Se isso ocorre nos grandes centros médicos, é de se imaginar a realidade nas instituições desprovidas de recursos.

Nesse contexto, a iniciativa do Senador Rodrigo Rollemberg deve ser recebida com aplausos. Da mesma forma que a obrigatoriedade da manutenção de programas de controle de infecção hospitalar pelos hospitais brasileiros representou um marco para a profilaxia dessa modalidade de agravo à saúde, espera-se que a criação de programas semelhantes para abordar erros de medicamentos tenha o mesmo resultado exitoso.

Não há reparos a fazer no que concerne à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposição.

Portanto, nós votamos pela aprovação do projeto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Em discussão a matéria. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o Projeto de Lei do Senado nº 605, de 2011.

Consulto como vota o Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com o autor e com a relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Humberto Costa?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Com a relatora e com o autor.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Da Senadora Vanessa o voto já conhecido.

Eu consulto V. Exª, Senador Paulo Davim, como vota?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Casildo?

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Com o autor.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Lauro Antonio?

O SR. LAURO ANTONIO (PR – SE) – Com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Amélia?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Eduardo Suplicy?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Com a relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Lídice da Mata?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Com a relatora e com o autor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 605, de 2011.

Será comunicada a decisão desta Comissão ao Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

Vamos ao item 16.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, o Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Eu estava conversando agora com o Senador Maldaner, e chegamos à conclusão de que esse item nós gostaríamos de retirar de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Exª será atendido, na forma regimental.

Só consulto a opinião do nosso querido relator, na medida em que o pedido de retirada de pauta é do próprio autor da matéria.

Eu consulto V. Exª se há alguma objeção a fazer diante do pleito do Senador Paulo Davim.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Não há nada a objetar; pelo contrário, até enalteço a iniciativa do autor, o Senador Paulo Davim, porque nós estávamos no entendimento de que o mérito da matéria é substancial, que é a vacina antitetânica para os trabalhadores da construção civil. O que nos deixava na dúvida, e a Consultoria também, é que nós não podíamos implementar o poder coercitivo. E aí o autor está querendo encontrar um caminho para que possamos fomentar, para que as vacinas cheguem aos trabalhadores. Ela tem uma durabilidade de dez anos, é essencial, não só essa, quem sabe outras, e o Senador Paulo Davim, como médico, inclusive, com a Assessoria, vai fazer uma remodelação e vai encontrar um caminho mais plausível, até para alcançar esses objetivos. E nós concordamos com isso.

Com essa manifestação, louvamos o autor.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Senador Paulo Paim, pela ordem.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Se me permitir, Sr. Presidente, eu acho que o projeto é de grande importância, e eu quero só cumprimentar, tanto o autor, quanto o relator. Eu entendi muito bem a intenção do relator. Ele quer inclusive ampliar, para que todos sejam protegidos. E que bom que eles se entenderam para construir um entendimento.

Eu quero cumprimentar o Relator, o Senador Casildo Maldaner, e o autor, Senador Paulo Davim.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Baseado no art. 132, vai ser retirado de pauta. Entretanto, consulto se pode ser pedido de vista coletivo. (*Pausa*.)

Eu vou chamar algum outro Senador para se manifestar, para que possamos chegar à conclusão do pedido de vista, ou seja, não é pedido: V. Exª está retirando de pauta? (*Pausa*.)

Está retirado de pauta o item 16, para discussão mais ampliada entre o autor e o relator da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Vamos ao item 3.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 342, DE 2011
– Não Terminativo –

Concede isenção de impostos e contribuições incidentes na importação e na aquisição, no mercado interno, de equipamentos e materiais destinados ao exercício da profissão de fotógrafo.

Autoria: Senador José Agripino.

Relatoria: Senador João Vicente Claudino.

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 342, de 2011.

Observações:

– A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, em Decisão Terminativa;

– Votação Simbólica.

Consulto o Senador Cyro Miranda se é possível S. Exª relatar esta matéria.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Pois não, Sr. Presidente, com prazer.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Exª pode entrar na fase de análise. A matéria já está nesta Comissão há alguns dias e todos os Srs. Senadores já tomaram conhecimento dela. Podemos com isso acelerar o processo de votação.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, só relembrando, em exame nesta Comissão, o Projeto de Lei do Senado nº 342, de 2011, que tem por finalidade conceder isenção de impostos e contribuições incidentes na importação e na aquisição, no mercado interno, de equipamentos e materiais destinados ao exercício da profissão de fotógrafo.

A medida vem em boa hora e vai de encontro ao anseio de milhares fotógrafos que necessitam adquirir equipamentos e materiais para desenvolver seu ofício com mais qualidade e poder atuar em áreas que exigem não só bons fotógrafos, mas também profissionais com equipamentos adequados.

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 342, de 2011.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª pela presteza e pela eficiência na leitura do relatório.

Em discussão.

Para discutir, tem a palavra o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir vista também desse processo. Desculpe estar sendo aqui o espírito de porco, mas eu gostaria de pedir vista.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Mas é um direito líquido e certo de V. Exª, na forma regimental, pedir vista.

Consulto se pode ser vista coletiva neste caso. *(Pausa.)*

Vista coletiva, baseado no art. 132, a pedido do Senador Humberto Costa; naturalmente, os demais Pares desta Comissão concordaram com o seu pedido de vista.

Consulto a Senadora Vanessa se tem pedido para retirar de pauta. (*Pausa*.)

Continua o requerimento, que é pela prejudicialidade do requerimento.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – É melhor, Sr. Presidente. Caso haja necessidade, apresento um novo.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Exª será atendida na forma regimental.

Fica prejudicado, de acordo com o art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal:

Art. 334: O Presidente, de ofício ou mediante consulta de qualquer Senador, declarará prejudicada matéria dependente de deliberação do Senado.

V. Exª está atendida, para que possa encaminhar novo requerimento para a Presidência desta Comissão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, V. Exª me permite usar a palavra?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Senador Paulo Paim, V. Exª está com a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, eu gostaria de aproveitar esses dois minutos só para dizer que amanhã a Comissão de Direitos Humanos vai debater um tema para mim muito importante, que tem a ver inclusive com a nossa Comissão. Trata-se daquele incidente em Mato Grosso no qual morreram quatro trabalhadores. Quero dizer que o próprio diretor presidente da empresa me ligou e também demonstrou as preocupações dele com esse tipo de produto químico. Ele vai mandar o representante oficial.

Acho que é interessante que façamos lá, amanhã, o debate, para que isso não se repita.

Entendi a situação lá desse curtume e de outros que existem no Brasil todo. Eles mesmos demonstram preocupação com o produto que é usado e que pode causar situações como essa. O produto usado de forma inábil retira todo o oxigênio do ar, e quem está perto morre.

Mas eu entendi a preocupação que os próprios empresários da área de curtume estão tendo e, por isso, a importância – os Senadores da Comissão que são médicos sabem – de participarmos do debate. Não de uma forma só da crítica, mas de uma forma construtiva, para que possamos apontar caminhos, que o setor possa continuar produzindo e, ao mesmo tempo, a segurança absoluta seja garantida.

Quero dizer que reconheço a boa intenção do próprio diretor presidente do grupo, que me ligou dialogando e me explicando o que efetivamente aconteceu.

Faremos o debate amanhã, de forma muito tranquila, na busca de soluções.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, pela ordem, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Parabenizo a intervenção do Senador Paulo Paim. Eu também me irmano na mesma conduta. E gostaria de lembrar a esta Comissão, aos membros da Subcomissão do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, que amanhã às 10 horas, nesta sala, faremos a primeira reunião de trabalho da nossa Comissão. Conto com o valoroso Vice-Presidente dessa Subcomissão, Paulo Paim.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Eu já havia feito essa lembrança hoje pela manhã, por volta das 10 horas. E quero comunicar que a reunião da CASDEF, que estava marcada para 11 horas, foi cancelada. Ou seja, está cancelada a reunião da Subcomissão da CASDEF, presidida pelo Senador Lindbergh Farias.

Então, V. Exª tem mais um tempo. Se quiser, pode ser às 11 horas. Está marcada para 10 horas, mas não havendo qualquer impeditivo e diante do pedido do Senador Lindbergh para que não haja essa audiência da subcomissão...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Presidente Jayme, eu pediria então que fosse às 11 horas porque, às 10 horas, alguns dos Senadores membros dessa subcomissão teriam uma sobreposição de trabalhos. Isso nos facilitaria, inclusive, para o Vice-Presidente Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Então fica marcado para às 11 horas?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Às 11 horas.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – É o pedido de V. Exª, como Presidente, e do Vice-Presidente, duas figuras proeminentes desta Casa. Portanto, Senador Cyro Miranda e Senador Paulo Paim, o pedido de V. Exªs está atendido.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores e também à assessoria aqui presente.

(Iniciada às 9 horas, a reunião é encerrada às 10 horas e 56 minutos.)

Ata da 9ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, Realizada no Dia 21 de Março de 2012, Quarta-Feira, às Nove Horas, na Sala Florestan Fernandes, Plenário nº 9, Ala Alexandre Costa, Anexo II, Senado Federal.

Às oito horas e cinqüenta e dois minutos, do dia vinte e hum de março de dois mil e doze, na Sala numero nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Jayme Campos,** reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Humberto costa, Wellington Dias, João Durval, Waldemir Moka, Paulo Davim, Casildo Maldaner, Lauro Antonio, Cícero Lucena, Cyro Miranda, Mozarildo Cavalcanti, João Vicente Claudino, Vicentinho Alves, Eduardo Suplicy, José Pimentel, Benedito de Lira, Cássio Cunha Lima, Armando Monteiro e da Senadora Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin. O Senador Cristovam Buarque justificou ausência mediante Memo GSCB Nº 03-033/2012 ao Presidente. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta. **ITEM 1 – Terminativo – TURNO SUPLEMENTAR DE DISCUSSÃO DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, DE 2008.** *Altera a Lei nº 7.394, de 29 de outubro de 1985, e o Decreto nº 92.790, de 17 de junho de 1986, que regulam o exercício da Profissão de Técnico em Radiologia e dá outras providências.* **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Vanessa Grazziotin. **Resultado:** O Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2008, é dado como definitivamente adotado, no Turno Suplementar, nos termos do art. 284 do RISF. **ITEM 2 – Terminativo – TURNO SUPLEMENTAR DE DISCUSSÃO DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 475, DE 2011.** *Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, para estabelecer princípios a serem observados na atenção à saúde prestada no âmbito dos planos privados de assistência à saúde e explicitar a competência da Agência Nacional de Saúde Suplementar para elaborar Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde como referência para a cobertura assistência mínima no âmbito desses planos.* **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Relatoria:** Ana Amélia. **Resultado:** O Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 475, de 2011, é dado como definitivamente adotado, no Turno Suplementar, nos termos do art. 284 do RISF. **ITEM 3– NÃO TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 147, DE 2011.** *Altera o art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para prever a dedução da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Física das despesas com medicamentos.* **Autoria:** Senador Cyro Miranda. **Relatoria:** Senadora Lúcia Vânia (Substituída por *Ad Hoc*). **Relatoria *Ad Hoc* :** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 147, de 2011, e a **Emenda nº 1-CAS**. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, em decisão terminativa. **ITEM 4– NÃO TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 433, DE 2011.** *Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para modificar regra sobre rescisão contratual por inadimplência.* **Autoria:** Senador Inácio Arruda. **Relatoria :** Senador Paulo Davim **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 433, de 2011, com a Emenda que apresenta. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido do Relator, para reexame do Relatório. **ITEM 5– NÃO TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 92, DE 2011.** *Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a Carteira Nacional de Habilitação das pessoas portadoras de Diabetes Mellitus.* **Autoria:** Deputado Osmar Serraglio. **Relatoria:** Senador Armando Monteiro **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 92, de 2011. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido do Relator, para reexame do Relatório. **ITEM 6– TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, DE 2004.** *Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, para permitir o oferecimento e a contratação de planos de saúde com coberturas reduzidas.* **Autoria:** Senadora Lúcia Vânia. **Relatoria :** Senador Lauro Antonio **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2004, e das duas Emendas que apresenta. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido do Relator, para reexame do Relatório. **ITEM 7– TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 203, DE 2006.** *Dispõe*

sobre a mineralização dos solos e a segurança alimentar e nutricional. **Autoria:** Senador Pedro Simon. **Relatoria:** Senador Gim Argello (Substituído por *Ad Hoc*). **Relatoria *Ad Hoc* :** Senador Wellington Dias. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 203, de 2006. **Resultado:** Rejeitado o Projeto de Lei do Senado nº 203, de 2006. **ITEM 8 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 245, DE 2010.** *Regula o exercício da profissão de instrumentador cirúrgico e dá outras providências.* **Autoria:** Senador Papaléo Paes. **Relatoria:** Senador Eduardo Amorim (Substituído por *Ad Hoc*). **Relatoria *Ad Hoc* :** Senador João Vicente Claudino. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 245, de 2010, na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Retirado de Pauta. **ITEM 9 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 36, DE 2011.** *Dispõe sobre a concessão de seguro-desemprego para os trabalhadores, empregados ou profissionais autônomos, com exercício de atividade impedido em razão de calamidade natural, e dá outras providências.* **Autoria:** Senador Marcelo Crivella. **Relatoria:** Senador João Vicente Claudino. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 36, de 2011, na forma da Emenda nº 1-CRA (Substitutivo). **Resultado:** Retirado de Pauta. **ITEM 10– TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 152, DE 2011.** *Autoriza os conselhos profissionais a realizar exame de proficiência como condição para a concessão de registro.* **Autoria:** Senador João Durval. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 152, de 2011. **Resultado:** Rejeitado o Projeto de Lei do Senado nº 152, de 2011. **ITEM 11– TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 220, DE 2011.** *Acrescenta inciso X ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir que o empregado deixe de comparecer ao trabalho por até oito horas, para submeter-se a exames ou provas em estabelecimentos educacionais e dá outras providências.* **Autoria:** Senador Itamar Franco. **Relatoria:** Senador Cícero Lucena. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 220, de 2011, e das duas Emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 220, de 2011, e as Emendas nºs 1-CAS e 2-CAS. **ITEM 12 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 473, DE 2011.** *Regulamenta o exercício da acupuntura.* **Autoria:** Senador Eduardo Suplicy. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 473, de 2011. **Resultado:** Retirado de Pauta. **ITEM 13 – NÃO TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2012.** *Institui o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, inclusive os membros dos órgãos que menciona; fixa o limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões pelo regime de previdência de que trata o art. 40 da Constituição Federal; autoriza a criação de 3 (três) entidades fechadas de previdência complementar, denominadas Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo – FUNPRESP-Exe, Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Legislativo – FUNPRESP-Leg e Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário – FUNPRESP-Jud; altera dispositivos da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004; e dá outras providências.* **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Senador José Pimentel. **Relatório:** Favorável ao Projeto e contrário às Emendas nºs 1 a 33. **Resultado:** Lido o Relatório, a Presidência concede **Vista Coletiva,** nos termos regimentais. **ITEM 14 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 115, DE 2007.** *Regulamenta o exercício da acupuntura.* **Autoria:** Senador Eduardo Suplicy. **Relatoria:** Senador Ricardo Ferraço (Substituído por *Ad Hoc*). **Relatoria *Ad Hoc*:** Senador Mozarildo Cavalcanti. **Resultado:** Aprovada a correção do Parecer ao Projeto de Lei do Senado nº 115, de 2007, nos termos do art. 325 do RISF. **EXTRAPAUTA – ITEM 15 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 22, DE 2012** *Requeiro, nos termos regimentais e em aditamento ao Requerimento nº 19/2012 – CAS, de minha autoria e que trata da realização de audiência pública para discutir "O impacto da conservação do alimento na saúde pública", a inclusão de EDUARDO MONTEIRO, Presidente da ABEA – Associação Brasileira de Engenheiros de Alimentos, no rol dos convidados.* **Autoria:** Senador Cyro Miranda. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 16 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 23, DE 2012.** *Em aditamento ao Requerimento nº 12, de 2012– CAS, que solicitou a realização de uma audiência pública, para "debater a presença dos médicos nos municípios brasileiros" , requeremos acrescentar a seguinte entidade: Federação Nacional dos Médicos – FENAM; Conselho Federal de Medicina – CFM; Associação Médica Brasileira – AMB.* **Autoria:** Senador Paulo Davim. **Resultado:** Aprovado.

ITEM 17 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 24, DE 2012. *Nos termos Regimentais, solicito o aditamento ao Requerimento nº 20/2012, de minha autoria, para incluir os seguintes convidados, que debaterá o PLC 113/05, que trata da duração de trabalho dos farmacêuticos. 1. Representante da ABCFARMA; 2. Representante da ABRAFARMA;*

3. Senhor Humberto Luiz Ribeiro da Silva – Secretário do Comércio de Serviço do MDIC. **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Resultado:** Aprovado. Usam da palavra os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Paulo Davim, Cyro Miranda, João Vicente Claudino, Lauro Antonio, Humberto Costa, Waldemir Moka, Benedito de Lira, Cícero Lucena, José Pimentel, Mozarildo Cavalcanti e Armando Monteiro e a Senadora Vanessa Grazziotin. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e dezenove minutos, lavrando eu, Dulcidia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente Senhor Senador Jayme Campos, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Jayme Campos,** Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e Senadoras que as aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovada.

Há expediente sobre a mesa, que passo a ler.

A Presidência comunica o recebimento de Aviso do Tribunal de Contas da União que ficará à disposição dos Srs. e das Srªs Senadoras na secretaria desta Comissão, para consultas que forem necessárias.

Passo à leitura resumida do aviso:

Aviso nº 209, do Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando a esta Presidência cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo TC022631/2009-0, que trata de levantamento de auditoria, com enfoque na gestão da arrecadação de multas administrativas aplicadas por órgãos e entidades federais.

Gostaria de fazer aqui um breve comentário em relação ao trabalho no Brasil, que está na lanterna e emperrando o crescimento da 6ª economia do planeta.

É o que concluiu um levantamento feito em 17 países da América Latina, por uma instituição de pesquisa americana.

O Brasil está no 15º lugar. A pesquisa mostra que a produtividade do trabalhador brasileiro – medida pelo quociente entre Produto Interno Bruto (PIB, conjunto de bens e serviços produzidos no país) e pessoal ocupado – está entre as mais baixas, à frente apenas da Bolívia e do Equador. Perde para países como Argentina, Chile, Colômbia, México, Venezuela e Peru. No cenário mundial perde para 75 países.

Com uma produtividade de US$19.764 por trabalhador no ano passado, o Brasil ficou para trás. É o resultado da falta de ensino público de qualidade, da baixa qualificação do trabalhador brasileiro, dos gargalos estruturais e do baixo investimento.

Dizem os analistas que a produtividade do trabalho é afetada pela escassez de mão de obra, que faz com que salários de determinadas funções subam acima da própria produtividade.

Salários elevados afetam os preços do produto final. O Brasil cresce a partir da força de seus trabalhadores. Mas não há como crescer empregando mais gente. Com a taxa de desemprego perto do pleno emprego, se o consumo continuar crescendo, pode ser preciso importar profissionais para vários segmentos, como já vem acontecendo, sobretudo, com engenheiros e outros profissionais que trabalham em empresas como a Petrobras, que há alguns anos tem buscado engenheiros, técnicos chineses, australianos e de outros países para trabalhar principalmente na perfuração de novos povos, particularmente no pré-sal.

Senadora Vanessa, quanto a isso, o Brasil tem que tomar algumas providências. Hoje mesmo acompanhei pelo jornal, Senadora, a notícia de que a Zona Franca de Manaus perdeu cinco mil trabalhadores. Li essa matéria com muita tristeza e acho que deve haver uma justificativa plausível para esse caso. Não sei se motivada pela importação, que está desaquecendo o mercado e a indústria nacional, o que nos tem trazido sérios transtornos.

Vou dar apenas um exemplo para V. Exª. O parque industrial brasileiro, com a concorrência das máquinas importadas, principalmente da China, vai perder, de uma vez por todas, a competitividade, tendo em vista que uma máquina chinesa, como uma pá carregadeira, que é comprada por R$ 170 mil, a mesma máquina produzida em território brasileiro custa algo em torno de R$ 350 mil.

Então, estou muito preocupado. De fato, o Governo tem toda a razão quanto a propor a Resolução nº 72, para buscarmos o equilíbrio, principalmente quanto a taxas, impostos. Hoje, o que ocorre é essa guerra fiscal que, lamentavelmente, tem trazido um sério transtorno para o parque industrial, principalmente para a economia brasileira.

Concedo a palavra, pela ordem, a V. Exª.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Primeiro quero saudá-lo por esse momento de debate, essa reflexão da nossa Comissão para a qual V. Exª, toda semana, traz um assunto da maior relevân-

cia. Essas observações que V. Exª faz nos remetem, Sr. Presidente, Senador Jayme Campos, à tomada de uma decisão.

Nós questionamos muito, todos nós que aqui estamos – se aqui estamos é porque temos um vínculo muito grande com os movimentos sociais do País –, o fato de questões econômicas serem debatidas estritamente sob a ótica econômica. Está errado. Precisamos mudar esse paradigma. Precisamos debater as questões econômicas sob a ótica social. Esse é o nosso grande objetivo. Vários projetos que tramitam tratam e apresentam também... Como nós temos no País uma Lei de Responsabilidade Fiscal, são vários os projetos que tratam de uma nova lei de responsabilidade social.

Cabe-nos indagar, inclusive a nós próprios, Senador Jayme Campos – eu me dirijo a nós, mas sobretudo a V. Exª, que é o nosso Presidente –, o seguinte: a Comissão de Assuntos Econômicos, a CAE – da qual muitos aqui participam, inclusive eu –, está desenvolvendo uma série de debates acerca desse projeto que V. Exª acabou de mencionar, o Projeto de Resolução nº 72. Esse é o início de todo um debate, possivelmente de um conjunto de legislações que deveremos aprovar, de forma a dar competitividade ao Brasil, mas para gerar empregos e melhorar a qualidade de vida das pessoas. Por que a nossa Comissão não está no meio, Sr. Presidente?

Ontem, no debate, estavam alguns governadores, o Secretário Executivo do Ministério da Fazenda, os representantes da indústria e dos trabalhadores.

Vamos fazer um requerimento, não a quatro mãos, mas a todas elas, para participar, Senador Paim, de todos os debates, absolutamente todos.

V. Exª deu um exemplo exatamente sobre o que eu falei ontem, durante a minha intervenção. Estava lá o Governador do Espírito Santo e o de Santa Catarina, Estados que perdem com a Resolução nº 72. Perdem por quê? Porque na iniciativa e na busca de ampliar a arrecadação e até mesmo de dividir mais o desenvolvimento nacional e diminuir a concentração, que é toda sobre São Paulo, os Estados lançaram mão disso.

O fato é que hoje nós temos, no Brasil, duas guerras fiscais. É uma guerra fiscal dividida em dois subitens: a guerra do processo produtivo e agora a guerra dos importados, que leva embora os empregos. E o resultado da Zona Franca é esse, Sr. Presidente. Esse é o resultado que a Zona Franca está colhendo. Eu dizia isso ontem. O Amazonas talvez seja o Estado mais prejudicado, porque é o único da nossa Federação que tem uma economia baseada em incentivos fiscais legais, amparados pela Constituição Federal.

Se o Governo Federal toma uma série de medidas de desoneração para incentivar a inovação e o desenvolvimento tecnológico, nós sofremos com isso, mas procuramos, junto com o Governo Federal, analisar as contrapartidas. E, por outro lado, vem a guerra fiscal, em relação à qual não há contrapartida, porque não há como resolver.

Só as fábricas que produzem ar condicionado *split* e as próprias indústrias de motocicletas, Sr. Presidente, estão demitindo 300, 400, 500 funcionários por mês, porque ninguém suporta a produção nacional. E nós não estamos falando de uma indústria de maquiagem. É uma indústria que tem um projeto produtivo básico definido. A planta da Moto Honda, por exemplo, é a mais nacionalizada fora do Japão. A que tem maior índice de produção local é a nossa, no Brasil. Tem modelo de motocicleta da qual 98% dos insumos são fabricados aqui, no Amazonas, em parte do Nordeste e em parte do Sudeste brasileiro. E estão fechando, porque não suportam a importação, a competição.

Então, Sr. Presidente, eu resumo e me desculpo, porque acredito que falei demais, mas peço que aprovemos agora um requerimento

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – ...para participar de todas as audiências, todas...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço. Inclusive podemos fazer...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – ...em que for debatido o projeto de pacto federativo, de fim de guerra fiscal. Nós temos que estar lá no meio, falando em nome dos trabalhadores, Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Eu acho mais do que meritória e louvável a iniciativa de V. Exª, mas depende do Plenário desta Comissão. E, se possível, que se proponha um requerimento para que haja a participação da Comissão de Assuntos Sociais, sobretudo na questão de empregos. Penso que é fundamental a nossa participação nesse processo.

Além disso, também sou contra a maneira como está sendo conduzida essa resolução na Comissão de Assuntos Econômicos, na medida em que esta é uma matéria para ser discutida no Congresso Nacional, Senador Paulo Paim, e não por meio de uma resolução que vai definir um assunto tão sério e tão importante para o nosso País, principalmente para os Estados. Esse assunto deveria ser discutido aqui no Congresso Nacional, com a participação das duas Casas, quando tiraríamos um documento que, certamente, atenderia às aspirações de uma maneira geral dos Estados. Caso contrário, vai haver muitos Estados prejudicados diante de uma resolução, ao que me parece, encomendada apenas por um gabinete e, daí para frente, ficando à

mercê de um diálogo e de uma discussão mais ampla em relação a uma matéria que, reputo, da maior importância e que está mexendo não só com a economia dos Estados, mas, sobretudo, com a vida de milhares de trabalhadores brasileiros.

Essa é a minha opinião. Faço, portanto, um apelo à Senadora Vanessa Grazziotin para que, se possível, capitaneie esse requerimento...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Estamos juntos com V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço. Solicito à Secretaria desta Comissão...

Por orientação da nossa Secretária, o requerimento teria que partir de um Senador que faz parte desta Comissão...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Nós faremos e assinamos.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – É possível?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sim, é possível.

Senador Jayme Campos, em primeiro lugar, quero cumprimentar a sabedoria de V. Exª em trazer este tema para o debate, já que o assunto preocupa a todos. A Senadora Vanessa Grazziotin mostra esse outro lado, sobre o qual tenho ido à tribuna diversas vezes para comentar. Quando há uma crise econômica... E digo econômica, nem estou falando em social, mas há uma crise econômica e social, porque repercute no social. Sou totalmente favorável a que se construa uma proposta que alavanque o emprego, que alavanque a distribuição de renda, que fortaleça o mercado interno, que fortaleça a exportação, que diminua a força da importação, mas, às vezes, fico preocupado porque vejo sempre que o foco é dado na questão econômica, mas para o social não há nenhuma política compensatória. Pelo menos temos que debater o assunto para que me digam que não é possível.

Por exemplo, se vamos dar uma série de incentivos a um setor, o setor é alavancado, melhora, emprega mais gente, aumenta o lucro. Não poderíamos dizer que, na contrapartida, se o lucro aumentar, o lucro será... Porque existe uma lei na participação do lucro. Será também, na devida proporção, adequada, que não crie problema para a empresa, distribuída para os trabalhadores.

Se uma medida tomada vai garantir que essa empresa pelo menos por um ano não demita os trabalhadores, já que estamos falando em emprego, o que eu percebo e tenho falado com alguns sindicalistas, até porque eles não estão assumindo essa bandeira com a força que eu gostaria, é sobre as chamadas políticas compensatórias, porque isso mobiliza tanto empregado quanto empregador na mesma linha da construção do bem comum de quem emprega e de quem é empregado.

Então, só vejo o viés ser dado na questão econômica e sem nenhuma política compensatória. Por isso que às vezes, aqui, faço o debate – e já fiz diversas vezes – sobre a questão da Previdência. Quando desoneramos a folha, tipo Cofins, por exemplo, a contribuição do empregador sobre a folha, temos que ver qual a política compensatória para construir um equilíbrio de forma tal que o empregador perceba que é possível, sim, desonerar a folha, e o trabalhador perceba que ele também de uma forma ou de outra teve uma compensação.

Esse debate tem que ser feito principalmente com todas as comissões correspondentes e é fundamental que a Comissão de Assuntos Sociais faça o debate do equilíbrio e do fortalecimento tanto de quem emprega como também de quem é empregado.

Parabéns a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senador Paulo Paim. Acho que é desta maneira que temos de conduzir os trabalhos, vendo ambos os lados, tanto patrão como empregado. Só de um lado, a coisa não é boa. Não é uma boa prática.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Exatamente isso.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Vamos aqui para o Item nº 1, presentes autor e relator.

ITEM 1

TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, DE 2008
– Terminativo –

Altera a Lei nº 7.394, de 29 de outubro de 1985, e o Decreto nº 92.790, de 17 de junho de 1986, que regulam o exercício da Profissão de Técnico em Radiologia, e dá outras providências.

Autoria do Projeto: Senador Paulo Paim

Relatoria do Projeto: Senadora Vanessa Grazziotin

Na reunião da Comissão de Assuntos Sociais de 14/03/2012, foi aprovada a Emenda nº 1, do substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2008, ora submetido ao turno suplementar, nos termos do art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal.

Ao Substitutivo poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo substitutivo integral;

Não sendo apresentadas emendas no turno suplementar...

A matéria está em discussão.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Senador Paulo Paim, para discutir. Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Esse equívoco me deixa lisonjeado, Sr. Presidente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – A mim também.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, essa matéria, não obstante sua importância e a iniciativa meritória do seu autor, Senador Paulo Paim, e da relatoria da competente Senadora Vanessa, traz alguns problemas, alguns equívocos. Evidentemente, não criarei aqui nenhum óbice à aprovação desta matéria, mas faço questão de registrar esses problemas detectados e deixar que, na Câmara, já que essa matéria vai ser encaminhada para a Câmara Federal, essa discussão se dê no detalhe.

Eu gostaria de sublinhar alguns pontos de que muitas profissões discordam.

A matéria fala, no item II do parágrafo único do art. 1º...

> "Art. 1° Esta Lei regula o exercício das profissões de Bacharel em Ciências Radiológicas, Tecnólogo em Radiologia e Técnico em Radiologia no emprego das técnicas radiológicas e imagenológicas nos setores da saúde, da indústria e dos serviços nas seguintes áreas: (...)
>
> Parágrafo único. São atividades inerentes às áreas de:
>
> I – radiologia convencional: obtenção de imagens por equipamentos geradores de radiação ionizante para subsidiar diagnóstico médico, odontológico ou veterinário;
>
> II – imagenologia: obtenção de imagens por ressonância magnética, ultrassonografia e outros métodos que não utilizam fontes ionizantes; (...)"

Veja bem: a ultrassonografia, que é citada aqui no item II do parágrafo único do art. 1º, requer um profundo conhecimento de Anatomia e das patologias. Não há, na realização da ultrassonografia, etapa alguma que o Técnico em Radiologia possa realizar. Muitos exames são invasivos para a orientação de drenagens ou retiradas de fragmentos, assim como alguns outros são intracavitários, como ultrassonografia transretal, ultrassonografia transvaginal, como ultrassonografia endoscópica.

Portanto, Sr. Presidente, esse é um item polêmico, que deverá ser rediscutido, e espero que essa rediscussão aconteça na Câmara.

A obtenção de imagem por ressonância magnética, como é citada aqui, não submete o operador nem o médico a qualquer tipo de radiação ionizante. Portanto, esse método de exame médico não tem previsão alguma na lei que reconhece a profissão de Técnico em Radiologia. A obtenção de imagem de ressonância magnética não é e não pode ser privativa de Técnico de Raio-X, nem de Tecnólogo.

É necessário lembrar que outras categorias também podem habilitar-se a operar esse equipamento, tais como os biomédicos. O biomédico pode e está habilitado a operar aparelhos de radiologia e de ressonância magnética.

Portanto, esse item é excludente, além de ser um item que pode colocar em risco a própria população.

Então, faço esse registro do art. 1º.

O art. 2º diz:

"São condições para o exercício das atividades nos respectivos setores de que trata esta Lei:" Ora, a matéria desrespeita novamente a profissão de biomédico, que reconhece o direito de esses profissionais também operarem os exames aqui citados. Ele cita: bacharel em ciências radiologias, tecnólogo, técnico em radiologia, mas deixa de fora o biomédico, que é um profissional de nível superior, com cinco anos de formação em universidades públicas e privadas. Eles ficaram de fora, não foram contemplados nessa matéria aqui.

Um dos pré-requisitos que estabelece o art. 2º, que determina as condições para o exercício das atividades nos respectivos setores, em seu item IV, é: "estar inscrito no Conselho Regional de Técnicos em Radiologia e encontrar-se no pleno gozo de seus direitos profissionais." Ora, o médico radiologista já é inscrito no Conselho Regional de Medicina. Então, não caberá ao médico radiologista estar inscrito no Conselho Regional de Medicina e no Conselho Regional de Técnicos. Então, acho que essa matéria precisa ser melhor explicitada, precisa ser delimitada, em relação aos profissionais que devem ser inscritos nos conselhos.

O outro item, Sr. Presidente, o qual – chamo a atenção – requer discussão mais detalhada lá na Câmara, é o parágrafo único do art. 5ª. Esse parágrafo diz o seguinte:

> "Parágrafo único. Todo estágio deve ser supervisionado por profissional inscrito no

Conselho Regional de Técnicos em Radiologia, que emitirá atestado de cumprimento e aproveitamento do estágio relacionado com a habilitação."

Ou seja, refere-se aos cursos técnicos. Então, ele diz que o estágio tem que ser supervisionado por profissionais inscritos no Conselho. Incorre no mesmo erro porque os estágios cuja supervisão é feita por médicos radiologistas têm supervisores já inscritos no Conselho Regional de Medicina. Eles não podem ser inscritos no Conselho de Técnicos. Então, precisamos corrigir esse problema.

Vamos o Parágrafo Único do art. 10º.

"Parágrafo único. Na ausência ou inexistência de qualquer dos profissionais referidos no caput, poderá o Técnico em Radiologia supervisionar as aplicações das técnicas radiológicas."

Não pode. Tem que ser um radiologista para fazer a supervisão das técnicas até porque a incidência do exame a ser solicitado vai de acordo com a patologia a ser pesquisada. Para que se faça um diagnóstico diferencial das patologias, é importante que se tenha conhecimento de patologia, de anatomia e da técnica propedêutica para que se faça o diagnóstico.

Então, acho que esses quatro pontos dessa lei precisam sofrer maior discussão. Por isso, conversei com a Relatora, Senadora Vanessa Grazziotin, conversei com o autor da matéria, Senador Paulo Paim. Os dois foram receptivos às minhas preocupações. Eu não quero aqui criar dificuldades na tramitação de matéria, mas chamo a atenção para que depois não se diga: "essa matéria passou na CAS", que é uma Comissão que goza de prestígio pelo esmero com que analisa as matérias que aqui tramitam. Então, temos que fazer as ressalvas que, sob minha observação, precisam sofrer correção, está certo, Sr. Presidente? Mas espero que lá na Câmara haja o debate mais detalhado. Era só, Sr. Presidente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª e faço apenas uma consulta: V. Exª já apresentou alguma emenda ou vai apresentar?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Eu tenho emendas. Essas emendas estão aqui comigo. Eu gostaria de consultar V. Exª sobre a pertinência de apresentá-las agora. Eu até conversei com o Senador Paulo Paim, e o Senador...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Até o final da discussão da matéria sim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Então, eu aguardarei.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Vamos aguardar. Como está em discussão...

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Está em discussão, e eu não quero atrapalhar o trâmite da matéria, já que ela vai à Câmara Federal, onde será discutida, para depois voltar ao Senado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Então, vamos lá: V. Exª vai fazer avaliações sobre se vale a pena apresentar ou não agora. Caso contrário, pode ser feito até um pedido de retirada da matéria de pauta. Todavia, nós vamos continuar a nossa discussão.

Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, eu fui o autor do projeto original. Eu sempre digo – e aqui repito – que eu não invento o projeto, até porque não sou especialista nessa área, tanto é que surgiu um substitutivo ao meu projeto original. Eu, inclusive, dizia aqui à Senadora Vanessa Grazziotin que não podemos ter em mente que esse substitutivo já seja perfeito.

Todavia, Sr. Presidente, eu falava com o Senador Paulo Davim que esse projeto, como todos aqueles que tratam desse campo, é um projeto que sempre pode ser melhorado. E o Senador Paulo Davim concordou em deixar o projeto ir à Câmara, onde essas emendas, que nós vemos com bons olhos, serão inseridas, provavelmente com outras alterações, e voltará depois ao Plenário do Senado para deliberação final.

Assim, chegamos nós a esse entendimento. Se o Senador Paulo Davim concorda com esse encaminhamento, nós deixaríamos a matéria seguir para a Câmara, as emendas seriam apresentadas, bem como outras que, com certeza, virão, e a matéria voltaria para cá, onde a Comissão dará o parecer final sobre se acata ou não.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Continua em discussão a matéria. (*Pausa*.)

Se ele não vai apresentar emendas agora...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin para discutir a matéria.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, eu só queria reforçar o que falaram os Senadores Paulo Davim e Paulo Paim a respeito da matéria. De fato, o Senador apresenta algumas preocupações em relação ao substitutivo, e discutimos a oportunidade. Seria o caso... Eu não tenho dúvida alguma de que, independentemente de ir com essas dúvidas e, talvez, com esses pequenos ajustes a serem feitos, a Câmara, de qualquer sorte, vai modi-

ficar o projeto. Não há possibilidade de um projeto tão amplo quanto esse não ser mexido na Câmara. Além do que, depois, voltará ao Senado.

Então, o Senador Davim não quer, em hipótese alguma, atrapalhar – não é esse o objetivo –, mas ajudar, de modo que S. Exª poderia fazer essas observações e remetê-las à Câmara dos Deputados. Caso não venha, Senador, da forma como deva, aqui também temos a possibilidade de, a final, ajeitar.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – *Ok*.

Não havendo mais quem queira discutir...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente... Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Senador Wellington Dias, com a palavra.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, eu não posso deixar aqui de elogiar tanto a iniciativa do Senador Paim como o substitutivo da nossa Senadora Vanessa Grazziotin.

Aliás, o Senador Paulo Paim – recordo agora – é aniversariante no próximo dia 15, não é?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Dia 15 que passou.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Ah, que passou?! Poxa! Então me deram a informação errada. Então...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Podemos comemorar duas vezes, Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sim. Vamos comemorar duas vezes, então. (*Risos.*)

Mas, Presidente, eu quero aqui parabenizar e manifestar a minha posição favorável, pela aprovação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Continua em discussão. (*Pausa*.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Não havendo sido oferecidas emendas até o encerramento da discussão, em turno suplementar, o Substitutivo ao PLS nº 26, de 2008, é definitivamente adotado, sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado federal.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

Passaríamos ao item 2; todavia, a Senadora Ana Amélia não se encontra presente ainda.

Acho que nós poderíamos nomear...

(Manifestação fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Ah, sim; é turno suplementar, em decisão terminativa (pág. 27).

ITEM 2

TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 475, DE 2011 – Terminativo –

Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, para estabelecer princípios a serem observados na atenção à saúde prestada no âmbito dos planos privados de assistência à saúde e explicitar a competência da Agência Nacional de Saúde Suplementar para elaborar Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde como referência para a cobertura assistência mínima no âmbito desses planos.

Autoria do Projeto: Senador Humberto Costa.

Relatoria do Projeto: Senadora Ana Amélia.

Na reunião da Comissão de Assuntos Sociais de 14/03/2012, foi aprovada a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo) ao PLS nº 475, de 2011, ora submetida a turno suplementar, nos termos do art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal.

Ao Substitutivo poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo substitutivo integral.

Não foram apresentadas emendas no turno suplementar.

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discuti-la, encerro a discussão.

Não tendo sido oferecidas emendas no turno suplementar, o Substitutivo nº 475, de 2011, é definitivamente adotado, sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado para a ciência do Plenário e publicação no Diário do Senado Federal.

Item 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 147, DE 2011 – Não Terminativo –

Altera o art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para prever a dedução da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Física das despesas com medicamentos.

Autoria: Senador Cyro Miranda

Relatoria: Senadora Lúcia Vânia

O relatório é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 147, de 2011, e da Emenda que apresenta.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, em decisão terminativa. A votação será simbólica.

Consulto o Senador Paulo Paim se S. Exª pode relatar *ad hoc* esta matéria. Página 36.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito bem, Sr. Presidente.

RELATÓRIO

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 147, de 2011, de iniciativa do eminente Senador Cyro Miranda (PSDB-GO), altera o art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para prever a dedução da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Física das despesas com medicamentos.

Vamos então à análise. Fiz aqui só a introdução.

Análise

De acordo com o art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à Comissão de Assuntos Sociais o exame de proposições que digam respeito ao direito à saúde – caso do PLS 147, de 2011. É, portanto, regimental a análise da matéria por este Colegiado.

O PLC sob exame não traz vícios de constitucionalidade, pois está circunscrito à competência legislativa da União, nos termos do art. 24, inciso I, e do art. 153, inc. III, ambos da Constituição Federal.

Com relação ao mérito, concordamos com as alegações trazidas pelo autor do Projeto em sua justificação, a qual transcrevemos por absolutamente precisas e oportunas:

Sr. Presidente, aqui estão todas as argumentações a que todos os Senadores têm acesso, sobre as quais poderão, até eu apresentar o voto final, ponderar se concordam ou não.

Em vista disso, entendemos oportuno e meritório o PLS 147, de 2011, proposto pelo Senador Cyro Miranda, nos termos que apresenta.

Essa proposta, portanto, ao tempo em que permitirá a desoneração do contribuinte pessoa física nos gastos com sua saúde, também possibilitará a ampliação desses cuidados, na medida em que estimulará a população a consumir medicamentos para, posteriormente, poder deduzi-los da tributação imposta pelo Estado.

Privilegiam-se, dessa forma, a uma só vez, o tratamento medicamentoso, a assistência à saúde do cidadão contribuinte e sua recuperação.

Todavia, apenas com vista a adequá-lo ao comando da Lei Complementar nº 95, de 1998, que, em seu art. 7º, prescreve a necessidade de apresentação de conteúdo normativo da lei que se propõe aprovar logo no seu art. 1º, razão por que logo apresentamos uma emenda de redação no seguinte sentido.

A emenda de redação, que está aqui colocada, diz simplesmente: "Essa lei altera o art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para autorizar a dedução, da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Física,das despesas com medicamentos."

Diante do exposto, somos favoráveis à aprovação do projeto do nobre Senador Cyro Miranda, com a emenda que acabei de ler.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sintetizei o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Muito bom. Parabéns! Como sempre, pragmático e objetivo nas suas observações.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Para discutir a matéria, com a palavra o Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Só para fazer uma defesa ainda maior e agradecer ao Senador Paulo Paim pela relatoria *ad hoc*.

Atualmente é possível deduzir despesas como, por exemplo, de médicos, dentistas, psicólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, exames laboratoriais e radiológicos e aparelhos ortopédicos, bem como a instrução do contribuinte e de seus dependentes realizados em estabelecimento de ensino.

Sr. Presidente, a nossa Constituição Federal elege a saúde como um direito e dever de todos. No entanto, é de se estranhar que não seja lícito deduzir do Imposto de Renda despesas com medicamentos utilizados pelo contribuinte e por seus dependentes em situações que não impliquem internação, especificamente nos casos que envolvam doenças graves e crônicas. Por essa razão, oferecemos à apreciação dos ilustres pares esse projeto de lei, para o qual peço aprovação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Para discutir, Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Presidente, sempre que há previsões de dedução de imposto, normalmente, se impõem os limites. De qualquer modo, como vamos tratar o projeto na Comissão de Assuntos Econômicos, onde, parece-me, vai ser terminativo, quero aqui opinar favoravelmente, mas me reservando o direito de aproveitar o momento da

votação na CAE, meu querido Cyro, para a gente tratar sobre isso, para evitar que haja desvios e excesso de abatimentos de qualquer natureza.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senador Wellington Dias.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o parecer, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 147, de 2011, com a emenda da relatora.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 147, de 2011 e a Emenda nº 1, da CAS.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em decisão terminativa.

Eu quero cumprimentar o autor do projeto, o Senador Cyro Miranda, porque imagino que é um projeto meritório e que não seria esse que faria a diferença no caixa do Governo Federal. Portanto, V. Exª está de parabéns, preocupado, principalmente, com que se respeite a dedução na base de cálculo do Imposto de Renda, até porque, imagino, para muitas pessoas faz diferença em relação ao valor que ele poderia deixar de pagar. V. Exª está de parabéns. Tem meu apoio e minha solidariedade total e plena ao projeto de V. Exª que já foi aprovado nesta Comissão.

Parabéns, Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB –GO) – Muito obrigado, Sr. Presidente, pelas palavras.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Eu quero fazer uma consulta, diante do pleito feito pelo Senador Eduardo Braga, no dia de ontem, no plenário da Casa, embora, infelizmente, não tenha sido possível votar o requerimento de S. Exª em tempo hábil. Todavia, foi feito o encaminhamento pelo Senador Vital Rêgo em relação ao Projeto nº 36, de 2011, ao Projeto de Lei nº 245 e ao Projeto nº 473, de que foi relator *ad hoc* o Senador João Vicente Claudino, que é o item 8. O próprio relator João Vicente Claudino também relatou o Item 9, que este da pauta, e o Item 12, que é do Senador Paulo Paim. Consulto a V. Exªs se é possível retirar essa matéria, diante do pleito feito pelo Líder do Governo, Senador Eduardo Braga, que me solicitou. Infelizmente, o requerimento teria que passar pelo Plenário da Casa para ser encaminhado a esta Comissão, o que não foi possível dado o adiantado da hora.

No entanto, se não houver nenhuma objeção por V. Exªs, tanto o Senador Paulo Paim como o Senador João Claudino, que são Relatores das matérias, gostaria de atender e retirar a matéria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Para retirar hoje, Sr. Presidente? Perfeito. Eu fui inclusive procurado pelos interessados na retirada de pauta e disse que da minha parte não haveria nenhum problema, pois seria uma forma de atendermos um pedido que nos faz a esta Comissão, pela primeira vez, o novo Líder do Governo. Da minha parte, não há nenhum problema em sair de pauta a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª e consulto o Senador João Vicente Claudino se também concorda com o Senador Paulo Paim.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Da mesma forma, Sr. Presidente. Nada contra.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Então, fica retirado de pauta, a pedido do Líder do Governo, o item 8, o item 9 e o item 12. Na próxima semana, vamos votá-los.

Com a palavra, o Senador Lauro Antonio.

O SR. LAURO ANTONIO (PR – SE) – Eu também gostaria de retirar de pauta o item 6.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Exª será atendido na forma regimental. Retirada do item 6 de pauta, a pedido do próprio Relator da matéria.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 433, DE 2011
– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para modificar regra sobre rescisão contratual por inadimplência.

Autoria: Senador Inácio Arruda

Relatoria: Senador Paulo Davim

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 433, de 2011, com a Emenda que apresenta.

Observações: – A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, em decisão terminativa;

– Votação simbólica.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Davim para proferir o seu relatório.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, gostaria de retirar esta matéria de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Exª solicita a retirada de pauta?

Será atendido na forma regimental.

ITEM EXTRAPAUTA

ADITAMENTO DO REQUERIMENTO
Nº 19, DE 2012

Requeiro, nos termos regimentais, em aditamento ao Requerimento nº 19/2012-CAS,

de minha autoria, de que trata a realização de audiência pública para discutir o impacto da conservação do alimento (???) na saúde pública, a inclusão de Eduardo Monteiro, Presidente da Abea (Associação Brasileira de Engenheiros de Alimentos) no rol dos convidados.

Autoria: Senador Cyro Miranda.

Concedo a palavra ao Senador Cyro Miranda para que possa encaminhar o seu requerimento.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, estamos pedindo para incluir por dois motivos. Em primeiro lugar, porque há uma entidade no requerimento principal que não vai poder estar presente e, em segundo lugar, porque a Associação dos Engenheiros de Alimentos pediu para participar, já que tem muito interesse na matéria e estão extremamente preocupados com a cadeia de frio dos alimentos.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer sentados. (*Pausa*.)

Aprovado.

REQUERIMENTO EXTRAPAUTA

Em aditamento ao Requerimento nº 12/2012-CAS, que solicitou a realização de uma audiência pública para debater a presença dos médicos nos Municípios brasileiros, requeremos acrescentar a seguinte entidade Federação Nacional dos Médicos (Fenam), Conselho Federal de Medicina, Associação Médica Brasileira.

Autoria: Senador Paulo Davim.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Davim para encaminhar o requerimento.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – O requerimento é de V. Exª, quando propõe aqui que seja convidada também a Federação Nacional do... V. Exª já conseguiu se situar, não é?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Já.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Presidente, é porque esse tema será um tema muito importante. Acho que esse tema deve ser discutido de forma exaustiva, para evitarmos... Há pouco tempo eu fiz comentários a respeito de uma matéria que trouxe algumas distorções que não foram bem discutidas e observadas. Por isso mesmo, eu estou propondo acrescentar três membros nesta audiência pública: um do Conselho Regional de Medicina, outro da Associação Médica Brasileira e outro da Federação Nacional dos Médicos, para que possamos, assim, exaurir e, se não conseguirmos exaurir esse tema, pelo menos discutirmos à exaustão para evitarmos qualquer equívoco em decisões futuras.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 10, pág. 129, decisão terminativa.

Temos quórum para votar todos os projetos aqui.

Decisão terminativa.

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 152, DE 2011
– Terminativo –

Autoriza os conselhos profissionais a realizar exame de proficiência como condição para a concessão de registro.

Autoria: Senador João Durval

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 152, de 2011.

Observações: Em 30.08.2011, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE aprovou parecer contrário ao projeto.

A votação é nominal.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, para proferir seu relatório.

Página 129, Item 10.

Se V. Exª deseja fazer a análise também... fazer breves comentários. Fique muito à vontade, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com certeza, até porque são cinco páginas.

Sr. Presidente, na verdade, no meu parecer eu acompanhei o parecer da Comissão de Educação, como já falou muito bem V. Exª.

O nobre Senador João Durval, nosso companheiro, por quem tenho o maior carinho e o maior respeito, teve a maior intenção pela aprovação do projeto, mas infelizmente, pela análise feita pela Consultoria, vou aqui às considerações finais, dizendo o seguinte:

Finalmente, queremos registrar que a exigência de exames de proficiência, além de criar um novo entrave para os profissionais, ensejará a criação de centenas ou milhares de cursos preparatórios, focados na identificação do comportamento e das exigências dos conselhos que vão realizar as provas. Por isso pagarão os profissionais egressos das faculdades e universidades, já ansiosos pelo ingresso no mercado de trabalho.

Num momento em que o próprio Exame da Ordem dos Advogados do Brasil vem sendo questionado, com projetos nesta Casa, inclusive junto ao Judiciário – vou sintetizar aqui a redação do que foi dito –, acho que não seria adequado criarmos mais uma situação semelhante a essa, que acaba fazendo com que a moçada se forme e tenha quase que se formar de novo para poder entrar no mercado de trabalho.

Eu quero dizer que acredito e confio muito na boa intenção do Senador João Durval. E digo ao Senador João Durval que já aconteceu comigo inúmeros projetos que recebi na maior boa intenção das entidades, e que apresentei, eu mesmo, aqui, num segundo momento, entendendo que não seria adequado, e aceitei que o projeto não fosse aprovado.

E, neste caso, ponho-me na mesma situação, elogiando a iniciativa do Senador, mas acompanhando o relatório já dado pela própria Comissão de Educação, ou seja, que o projeto esteja prejudicado, ou seja, voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Em discussão a matéria.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Para discutir, Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Eu estou de pleno acordo com o relator, parabenizo-o.

Acho que não será essa medida que irá melhorar a profissão. Acho que a fiscalização, sim, nas escolas universitárias, porque hoje se abre uma faculdade em cada esquina. Então, o que tem de ser policiado e fiscalizado é o conteúdo, são essas faculdades. Criar mais um vestibular é um absurdo. Concordo plenamente com o Senador Paim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Quero louvar a iniciativa do Senador João Durval, mas acredito que ele tenha errado na dose. De fato, esse tema deverá ser analisado caso a caso. Muitas profissões não precisam, realmente, desse tipo de avaliação, e um exame de proficiência não conseguiria avaliar adequadamente todas as profissões com suas particularidades. Portanto, é um tema que não descarto por inteiro. Acho que seria uma das formas de exigir a excelência das escolas formadoras, mas não se pode generalizar o exame dessa forma. Isso traria alguns problemas, até mesmo porque, nesse questionamento feito na análise sobre o exame da Ordem dos Advogados do Brasil, o Supremo se posicionou pela sua constitucionalidade. De forma que essa é uma tendência natural, se não for na próxima década, mas nas décadas seguintes, esses exames de proficiência a todos os profissionais de todas as áreas. Agora, deverá ser implantado caso a caso.

Portanto, essa matéria, apesar de meritória, demonstra a preocupação do Senador João Durval com relação ao tipo de profissional com que a sociedade poderá contar, mas, da forma como foi colocado, acho que houve um exagero na dose. Por isso mesmo, eu me posiciono contrariamente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o Projeto de Lei do Senado nº152, de 2011.

Quem vota com o Relator vota "não" ao projeto.

Consulto como vota o Senador Paulo Paim. É voto conhecido, apenas para confirmar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Voto com o relatório da Comissão de Educação, mas cumprimentando meu grande amigo, o Senador João Durval, pela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Cumprimenta, mas, infelizmente e lamentavelmente, não foi possível atendê-lo.

Como vota o Senador Humberto Costa?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Wellington Dias?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Com dor no coração, mas fazer o quê, até porque o Senador João Durval é um valoroso Senador aqui. O Senador João Durval não vota porque é o autor da matéria.

Como vota a Senadora Vanessa Grazziotin?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Waldemir Moka, que tem deixado de nos prestigiar nos últimos dias aqui, chegando um pouco já... Mas acho que ele vai retornar, vamos vê-lo mais frequentemente aqui. A presença dele, com certeza, só traz bons fluidos, renova nossas energias, com a sua experiência, prática e competência como parlamentar há alguns mandatos...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Já estou com ciúme.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Exª também.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Vou invocar o testemunho da secretária dele, porque eu fui o primeiro a assinar a lista hoje aqui.

Sr. Presidente, temos aqui um problema. São três, quatro comissões em que temos que estar presentes. Mas eu comentava, só para entrar com o Presidente Jayme, que esta é uma das Comissões, ao meu juízo, que melhor funciona no Senado. Sempre há quórum, as discussões das matérias são aprofundadas; quem faz relatório. Quero cumprimentar o Presidente, não para devolver o elogio, mas para fazer justiça a uma Comissão. Claro que o Presidente faz com que funcione, mas os membros é que têm o mérito de virem aqui. Parabenizo V. Exª.

Da mesma forma, lamentando não poder acompanhar o projeto do grande representante da Bahia, voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Exª, Senador Waldemir, como sempre gentil, generoso e bondoso. Na verdade, quem faz a grandeza e a eficiência da Comissão são V. Exªs, que estão sempre aqui, participando e nos ajudando a votar os bons projetos para o nosso País.

Como vota o Senador Paulo Davim?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – De acordo com as ressalvas que agora há pouco fiz, quero elogiar a iniciativa, meritória do Senador João Durval, mas sigo o voto do relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Lauro Antonio?

O SR. LAURO ANTONIO (PR – SE) – Voto com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Cícero Lucena?

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Elogiando o autor pela meritocracia do projeto, mas voto com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador João Vicente Claudino?

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Benedito Lira?

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Eu consulto o Senador Mozarildo, que estava aqui, mas já deixou.

Resultado: Rejeitado o Projeto de Lei do Senado nº 152, de 2011.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal, para ciência do plenário e publicação no *Diário do Senado Federal.*

Item 11, página 141.

ITEM 11

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 220, DE 2011
– Terminativo –

Acrescenta inciso X ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir que o empregado deixe de comparecer ao trabalho por até oito horas, para submeter-se a exames ou provas em estabelecimentos educacionais e dá outras providências.

Autoria: Senador Itamar Franco

Relatoria: Senador Cícero Lucena

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 220, de 2011, e das duas Emendas que apresenta.

Observação: Votação nominal.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Cícero Lucena para proferir o seu relatório.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Quero dizer da minha alegria de relatar esse projeto de autoria do Senador Itamar Franco, Sr. Presidente. E como o relatório foi distribuído anteriormente, eu vou direto ao voto, que é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Maravilhoso! Esplendoroso o vosso relatório!

A matéria está em discussão.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão. *(Pausa.)*

Em votação o Projeto de Lei do Senado nº 220, de 2011, ressalvadas as duas emendas que apresenta.

Vamos ao processo de votação, por ser em caráter terminativo.

Como vota o Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, só permita que eu diga que voto com enorme satisfação. Esse projeto é uma homenagem ao nosso ex-Presidente e ex-Senador, grande homem público, Itamar Franco, e a relatoria brilhante do Senador Cícero Lucena.

Eu voto "Sim", com muita convicção.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Obrigado, Senador Paulo Paim.

Como vota o Senador Humberto Costa?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Wellington Dias?

Consulto como vota o Senador Wellington Dias. (*Pausa*.)

Como vota o Senador João Durval?

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Vanessa Grazziotin?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Cumprimentando o relator pelo brilhante relatório e seguindo a liderança do Senador Paim, eu voto também "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Waldemir Moka?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Voto com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Paulo Davim?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Lauro Antonio?

O SR. LAURO ANTONIO (PR – SE) – Voto com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – O voto do Senador Cícero Lucena é mais do que conhecido, vota "Sim".

Como vota o Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Mozarildo Cavalcanti?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador João Vicente Claudino?

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador José Pimentel?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Benedito Lira?

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Com o relator.

Aprovado o projeto.

Consulto aos Srs. e Srªs Senadoras se podemos repetir a votação para as duas emendas do relator.

Eu consulto V. Exªs.

Se V. Exªs concordam, permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 220, de 2011, e as Emendas 1 e 2 da CAS.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

ITEM 13

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 2, DE 2012
– Não Terminativo –

Institui o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, inclusive os membros dos órgãos que menciona; fixa o limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões pelo regime de previdência de que trata o art. 40 da Constituição Federal; autoriza a criação de 3 (três) entidades fechadas de previdência complementar, denominadas Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo – FUNPRESP-Exe, Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Legislativo – FUNPRESPLeg e Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário – FUNPRESP-Jud; altera dispositivos da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004; e dá outras providências.

Autoria: Presidente da República.

Relatoria : Senador José Pimentel.

Relatório: favorável ao projeto e contrário às Emendas nºs 1 a 33.

Observações: – Nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal, a matéria tramita em regime de urgência;

– Nos termos do art. 375, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a matéria tramita simultaneamente nas Comissões de Assuntos Sociais; de Assuntos Econômicos; e de Constituição, Justiça e Cidadania;

– No prazo regimental, foram apresentadas 33 emendas perante a Comissão de Assuntos Sociais,

nos termos do art. 375, I, do Regimento Interno do Senado Federal.

Esclareço que a votação será simbólica.

Concedo a palavra ao ilustre Senador José Pimentel para proferir seu relatório.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente desta reunião, Senador Jayme Campos, Srªs e Srs. Senadores, este Projeto de Lei nº 2 tem como objetivo regulamentar os parágrafos 14, 15 e 16 do art. 40 da Constituição Federal e, ao mesmo tempo, criar regras semelhantes para os trabalhadores da iniciativa privada, para os trabalhadores autônomos, para os empresários e para os servidores civis da União.

Portanto, o objetivo aqui é ter regras semelhantes, de maneira que passemos a ter uma previdência pública básica com um piso de um salário mínimo e um teto que hoje é de R$3.916. A partir daí, passamos a ter uma previdência complementar.

O projeto assegura todos os direitos adquiridos e também as expectativas de direito; portanto, só valerá para aqueles que tomarem posse após sua aprovação.

As regras sobre a criação da previdência complementar dos servidores civis da União iniciaram-se em 1998, com a Emenda Constitucional nº 20. Em seguida, foram encaminhados para o Congresso Nacional três projetos de lei complementares. Dois deles se transformaram nas Leis Complementares nºs 108 e 109.

A Lei Complementar nº 109 trata da grande estrutura da previdência complementar e, particularmente, do sistema aberto, e a Lei Complementar nº 108 traça as regras gerais de governança e diretrizes para a previdência complementar da União, dos Estados, dos Municípios, do Distrito Federal, das autarquias, das fundações, das empresas públicas e das sociedades de economia mista.

Essas duas leis foram aprovadas em 2001 quase que por unanimidade. Lembro muito bem da sua tramitação na Câmara Federal, quando tivemos apenas dois votos divergentes de todo plenário daquela Casa. Aqui no Senado também não foi diferente. Em seguida, a Emenda Constitucional 41 aprimora alguns itens dizendo que o Funpresp seria criado por lei simples.

Posteriormente, foi criada a Previc (Superintendência Nacional de Previdência Complementar), uma autarquia federal, através da Lei nº 12.154, em janeiro de 2010, para fiscalizar, normatizar e acompanhar a indústria da previdência complementar, que tem hoje mais de R$500 bilhões de ativos. É bom lembrar que a previdência complementar no Brasil surgiu primeiro do que a Lei Geral do Sistema Previdenciário Público, a chamada Lei Eloy Chaves, e esse processo lá, em 1904, criou a Previ, do Banco do Brasil, e, em 1923, cria-se o nosso Sistema Geral de Previdência Pública através da Lei Eloy Chaves.

Portanto, essa proposta tem como objetivo regulamentar esses artigos e deixando muito claro que as regras são as mesmas que se aplicam hoje à Previdência Pública Complementar.

Logo, a contribuição da União para este fundo será de 8,5% e do trabalhador também 8,5%, tendo a faculdade, se ele quiser ter uma participação maior ser assegurada, mas a paridade é até 8,5%. Os cálculos atuariais foram feitos tanto pelo Ministério da Previdência como pelas entidades que acompanham a previdência complementar e a gestão é paritária. A metade dos gestores no conselho deliberativo – são seis membros – é indicada pelo patrocinador e a outra é eleita pelo funcionalismo. Foram criados três fundos: um fundo específico para o Poder Judiciário, um fundo para o Poder Legislativo e outro para o Poder Executivo, como forma de respeitar os três Poderes da República.

Portanto, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, do ponto de vista da constitucionalidade formal, não há reparos a fazer, tendo em vista que a matéria deve ser disciplinada em lei ordinária, de iniciativa privativa do Poder Executivo, nos termos do art. 40, § 5º, não havendo também qualquer problema no que diz respeito à constitucionalidade material, à juridicidade e à adequação financeira e orçamentária, uma vez que a proposição atende aos demais dispositivos constitucionais sobre o tema e é totalmente compatível com o que estabelece as Leis Complementares 108 e 109, ambas de 29 de maio de 2001, que respectivamente dispõem sobre a relação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades públicas e suas respectiva entidades fechadas de previdência complementar e dá outras providências.

Com relação às emendas apresentadas, opinamos pela sua rejeição, conforme explicitado no anexo a este parecer.

VOTO

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto da Câmara nº 2, de 2012, rejeitadas as emendas apresentadas à proposição.

É este, Sr. Presidente, o nosso parecer.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, por favor, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senador José Pimentel.

Vamos discutir a matéria.

Com a palavra o Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Peço vista do projeto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Exª será atendido na forma regimental, baseado no art. 132.

Consulto se pode ser...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, acho que pode ser coletiva, porque eu gostaria de pedir vista também.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Vista coletiva concedida.

Consulto o Senador Armando. Aqui tem uma matéria muito importante e quero aproveitar o quórum para votar. Trata-se de um pleito do Senador Presidente da Casa, Senador José Sarney. Lido isso aqui, eu gostaria que V. Exª relatasse o projeto de V. Exª.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, eu queria lembrar do item 14, que é só uma questão de redação.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – É exatamente o item 14, mas será votação nominal – precisamos de quórum.

ITEM 14

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 115, DE 2007
– Terminativo –

Dispõe sobre a regulamentação da profissão de comerciário.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço.

Na reunião da Comissão de Assuntos Sociais de 21 de dezembro de 2011, O PLS nº115, de 2007, foi aprovado com a Emenda nº 1-CAS Substitutivo, definitivamente adotada nos termos do art. 284, bem como foi aprovada a declaração de prejudicialidade do PLS nº 152, de 2007.

Esta Presidência recebeu ofício do Presidente José Sarney, esclarecendo que foi detectada divergência entre o anexo encaminhado e o constante no anexo ao parecer, solicitando elucidar a matéria para que se possa dar seguimento. Remetida a matéria ao Relator, S. Exª o Senador Ricardo Ferraço, ele apresentou correção ao parecer, o qual se encontra distribuído aos Srs. Senadores na pauta cheia.

Tendo em vista que a matéria tem caráter terminativo nesta Comissão, submeto à votação nominal a correção do parecer, nos termos do art. 325 do Regimento Interno do Senado Federal. Vamos entrar na fase de votação.

Por orientação da nossa Secretária, consulto o Senador Mozarildo Cavalcanti se pode ler o relatório. Não, não, apenas servir como Relator *ad hoc* . V. Exª concorda? *(Pausa.)*

Então fica designado o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Para uma questão de ordem, Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Sr. Presidente, na verdade é só um aviso, um comunicado aos nossos amigos, Srs. e Srªs Senadoras, e a toda Comissão, de que, a partir da próxima reunião, temos um planejamento da substituição da Ordem do Dia impressa pela forma devidamente informatizada e disponibilizada não somente nos computadores com acesso nos gabinetes, mas também através da mobilidade do *tablet* e até mesmo do *smartphone.* Acho que é um passo que esta Casa está dando como exemplo, porque, se nós, Srs. e Srªs Senadoras, observarmos que esta pauta é uma pauta média desta Comissão, pelo volume de trabalho quem tem esta Comissão, temos a impressão, hoje, de mais de 256 folhas. Estou falando da pauta de hoje, do volume de hoje: são 256 folhas, fora os extras. Se multiplicarmos pelos vinte e um Senadores que compõem esta Comissão, são mais de cinco mil folhas impressas apenas em uma reunião, importante, como essa. A partir da próxima semana, vamos começar a dar o exemplo de economizarmos não somente a impressão do papel, mas também dar a nossa contribuição para a questão ambiental. Além disso, os Senadores, estando em outra parte desta Casa, vão, também, em breve, acompanhar as reuniões de todas as Comissões. Era só essa pequeno aviso que eu queria dar, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, se me permitir, apenas para que alguém não tenha dúvida: a matéria foi aprovada, em decisão terminativa nesta Casa, retorna à CAS para a leitura de adendo ao parecer como retificação redacional. Essa regulamentação da profissão de comerciário foi um amplo acordo entre empresários e trabalhadores, cujo relator foi o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – É verdade.

Vamos ao processo de votação.

Senador Wellington Dias

Como vota o Senador Paulo Paim? Voto já conhecido.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Humberto Costa?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Wellington Dias?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador João Durval? Vota com o Relator? *(Pausa.)*

Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Vanessa Grazziotin?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Com o Relator, Sr. Presidente.

Como vota o Senador Waldemir Moka, se ainda se encontra aqui. *(Pausa.)*

Não está. Já está lá na porta.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Paulo Davim?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Cícero Lucena?

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Mozarildo Cavalcanti?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) –Como vota o Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador José Pimentel?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Cássio Cunha Lima?

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Armando Monteiro?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Aprovada a correção do parecer ao Projeto de Lei do Senado nº 115, de 2005, nos termos do art. 325 do RISF.

Será feita a devida comunicação da decisão desta Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal.*

ITEM 5

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 92, DE 2011
– Não terminativo –

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a Carteira Nacional de Habilitação das pessoas portadoras de Diabetes Mellitus.

Autoria: Deputado Osmar Serraglio.

Relatoria: Senador Armando Monteiro.

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 92, de 2011.

A matéria vai à Comissão de Constituição e Justiça em decisão terminativa.

A votação será simbólica.

Concedo a palavra ao Senador Armando Monteiro para proferir o seu relatório.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, peço vênia para solicitar a retirada do projeto de pauta, tendo em vista uma manifestação que recebi da Associação dos Diabéticos do Brasil e que devo considerar para, eventualmente, reformular o meu parecer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

O pedido de retirada de pauta é do Relator, Senador Armando Monteiro, que será atendido na forma regimental.

Eu gostaria de solicitar aos Srs. Senadores que permanecessem no recinto a fim de garantirmos o quórum para a votação de uma matéria em decisão terminativa. (*Pausa.*)

Solicito ao Senador José Pimentel que permaneça no recinto para podermos votar essa matéria em decisão terminativa. Seremos rápidos. Trata-se do item 7 (pág. 79).

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 203, DE 2006
– Terminativo –

Dispõe sobre a mineralização dos solos e a segurança alimentar e nutricional.

Autoria: Senador Pedro Simon.

Relatoria: Senador Gim Argello.

Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 203, de 2006.

Observações: – Em 04.10.2006, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária aprovou Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1-CRA a 4-CRA;

– A matéria constou nas Pautas das Reuniões dos dias 07.03 e 14.03.2012, sendo adiada a sua apreciação;

– Votação Nominal.

Consulto o Senador Wellington Dias se poderia atuar como Relator *ad hoc* desta matéria, uma vez que não está aqui presente o Senador Gim Argello, Relator original.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Apresentado pelo Senador Pedro Simon, o Projeto de Lei do Senado nº 203, de 2006, dispõe sobre a mineralização dos solos e a segurança alimentar e nutricional.

Fala-se aqui sobre os diversos artigos para, então, passar à análise.

Há inegável mérito na proposição quando ela se preocupa com a segurança alimentar e nutricional da população brasileira. Porém, por um lado salientamos a pertinência dos argumentos contidos no parecer apresentado na CRA acerca da impropriedade da mineralização dos solos com o objetivo almejado pelo PLS nº 203, de 2006. A adição de minerais aos solos pode até prejudicar o plantio de alguns alimentos e acabar diminuindo sua produção. Assim, o citado parecer acertou ao retirar do projeto as disposições concernentes à mineralização dos solos.

Por outro lado, as emendas aprovadas limitaram o projeto a determinações que reproduzem aquelas contidas na Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), publicada depois da apresentação do PLS nº 203, de 2006. Dessa forma, neste relatório, tomamos a liberdade de reproduzir a parte do parecer do Senador Antonio Carlos Valadares que compara o projeto com as disposições da referida lei.

Assim, o disposto no art. 1º do projeto repete, com outros termos, o conteúdo do art. 2º da Lei nº 11.346, de 2006, qual seja:

> "Art. 2º A alimentação adequada é direito fundamental do ser
> humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à
> realização dos direitos consagrados na Constituição Federal,
> devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam
> necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e
> nutricional da população."

O art. 2º da proposição equipara-se ao art. 3º da lei, que vigora com os seguintes termos:

> "Art. 3º A segurança alimentar e nutricional consiste na
> realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a
> alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem
> comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo
> como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem
> a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e
> socialmente sustentáveis."

Por fim, ele lembra o art. 4º do projeto, que tem seu conteúdo abordado, ainda que de forma diferente, tanto no § 2º do art. 2º quanto no inciso V do art. 4º da lei, a seguir transcritos e por nós grifados:

> "Art. 2º .....
> § 2º É dever do poder público respeitar, proteger, promover,prover, informar, monitorar, fiscalizar e avaliar a realização do direito humano à alimentação adequada, bem como garantir os mecanismos para sua exigibilidade.
> Art. 4º A segurança alimentar e nutricional abrange:
> .....
> V – a produção de conhecimento e o acesso à informação;
> ....."

Assim, em termos de mérito, não se justifica aprovar o projeto sob análise, em virtude dos questionamentos técnicos acerca da mineralização dos solos, nem o texto originado do parecer aprovado na CRA, em virtude de ele já estar contemplado integralmente na Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006.

VOTO

Em vista do exposto, votamos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 203, de 2006.

É esse o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Em discussão a matéria. (*Pausa*.)

Não havendo mais quem queira discutir, vamos entrar em processo de votação.

Quem vota com o relator vota "não" ao projeto.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço ao Senador Paulo Paim, como sempre eficiente.

Como vota o Senador Humberto Costa?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Wellington Dias?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Voto conhecido.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Conhecido.

Como vota o Senador João Durval?

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Vanessa Grazziotin?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Também com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Waldemir Moka?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Presidente, o projeto do Senador Pedro Simon tem realmente o mérito de querer colocar no solo micronutrientes que poderiam, de alguma forma, melhorar a qualidade de vida das pessoas. Ocorre que as plantas só absorvem aquilo que é necessário para elas. Essa é uma questão muito complicada de se fazer. E eu percebi também que o Senador Mozarildo Cavalcanti já tinha um parecer pela rejeição, e certamente, como médico, ele avalia da forma como estou avaliando. Conheço razoavelmente a agricultura, e sei que seria complicado. Agora, evidentemente, se tivéssemos uma agricultura com essa precisão, seria o melhor dos mundos.

Mas eu acompanho o voto do relator, pela rejeição, lamentando, porque a ideia é meritória, mas, na prática, é difícil de se fazer.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Paulo Davim?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Cícero Lucena?

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Com o relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Mozarildo Cavalcanti?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador José Pimentel?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Armando Monteiro?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Vou quase indagar como vota o Senador João Pedro também aqui. *(Risos.)* Já ia consultar V. Exª também.

Agradeço a presença de V. Exª, como sempre simpático, grande companheiro, grande Senador que o Amazonas teve aqui por um bom tempo. E eu já falei para o João: "Eu estou expandindo esse candidato lá na Amazônia, eu quero ir fazer campanha para ele lá". Não é, João?

Rejeitado o Projeto de Lei do Senado nº 203, de 2006.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

Temos apenas um requerimento, para concluir aqui os nossos trabalhos no dia de hoje.

REQUERIMENTO Nº , DE 2012.

Nos termos Regimentais, solicito o aditamento ao Requerimento nº 20/2012, de minha autoria, para incluir os seguintes convidados, que debaterá o PLC 113/05, que trata da duração de trabalho dos farmacêuticos. 1. Representante da ABCFARMA; 2. Representante da ABRAFARMA; 3. Senhor Humberto Luiz Ribeiro da Silva – Secretário do Comércio de Serviço do MDIC.

Sala das Comissões, 21 de março de 2012.

Autora: Senadora Vanessa Grazziotin

Em votação o requerimento.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, eu só quero fazer aqui... Na realidade, nós aprovamos um requerimento anterior que convida os representantes da categoria.

Entretanto, é de nossa prática, da Casa, ouvir os lados diferentes. Então, aqui, está o setor empresarial, o setor patronal convidado, além do Governo, para debater essa matéria junto com os profissionais da área.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Aprovado o requerimento da Senadora Vanessa Grazziotin.

Eu quero, antes de mais nada, agradecer a presença de todos os Srs. Senadores.

Todos os itens que estavam na pauta foram aprovados, inclusive os terminativos. Não ficou nada para trás, foi tudo aprovado.

Agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 8 horas e 52 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 19 minutos.)

Ata da 10ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, Realizada no Dia 28 de Março de 2012, Quarta-Feira, às Nove Horas, na Sala Florestan Fernandes, Plenário nº 9, Ala Alexandre Costa, Anexo II, Senado Federal.

Às oito horas e cinqüenta e sete minutos, do dia vinte e oito de março de dois mil e doze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Jayme Campos,** reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Humberto Costa, Wellington Dias, Rodrigo Rollemberg, Waldemir Moka, Paulo Davim, Casildo Maldaner, Lauro Antonio, Cyro Miranda, Mozarildo Cavalcanti, João Vicente Claudino, Vicentinho Alves, Eduardo Suplicy, José Pimentel, Eduardo Braga, Benedito de Lira, Antonio Russo e das Senadoras Ângela Portela, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia, Lúcia Vânia, Marta Suplicy, Ana Rita, e Lídice da Mata. Registrou presença o Senador Renan Calheiros. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião, propondo a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da Reunião anterior que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta. **ITEM 4 – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 44, DE 2009.** *Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados aos veículos de passageiros e mistos movidos a tração elétrica.* **Autoria:** Senador Flávio Arns. **Relatoria:** Senador Gim Argello. **Relatório:** Favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 255, de 2010, com três Emendas que apresenta e contrário aos Projetos de Lei do Senado nºs 44 e 364, de 2009. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido do Relator. **Tramita em conjunto com PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 364, DE 2009, que** *altera o art. 11 da Lei nº 8.723, de 28 de outubro de 1993, que "dispõe sobre a redução de emissão de poluentes por veículos automotores e dá outras providências", para determinar que os veículos leves híbridos utilizem, além da energia elétrica, apenas biocombustíveis.* **Autoria:** Senador João Tenório; **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 255, DE 2010, que** *concede benefícios fiscais referentes ao Imposto sobre Produtos Industrializados, ao Imposto de Importação, à Contribuição para o PIS/PASEP e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social incidentes sobre operações com veículos híbridos ou movidos a tração elétrica, suas partes e acessórios.* **Autoria:** Senador Roberto Cavalcanti. **ITEM 1 – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 117, DE 2006.** *Regula o exercício profissional de Geofísico e altera a Lei nº 4.076, de 23 de junho de 1962.* **Autoria:** Deputada Jandira Feghali**. Relatoria:** Senadora Angela Portela. **Relatório:** Favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 117, de 2006, com as Emendas nºs 1, 2, 3 e 4-CCT; e com a Subemenda à Emenda 3-CCT, que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 117, de 2006 com as Emendas nºs 1 e 4-CCT-CAS; com a Emenda nº 2-CCT-CAS nos termos da Subemenda nº 1-CAS e com a Emenda nº 3-CCT-CAS nos termos da Subemenda nº 2-CAS. **ITEM 2 – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2012.** *Institui o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, inclusive os membros dos órgãos que menciona; fixa o limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões pelo regime de previdência de que trata o art. 40 da Constituição Federal; autoriza a criação de 3 (três) entidades fechadas de previdência complementar, denominadas Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo – FUNPRESP-Exe, Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Legislativo – FUNPRESP-Leg e Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário – FUNPRESP-Jud; altera dispositivos da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004; e dá outras providências.* **Autoria:** Presidente da República**. Relatoria:** Senador José Pimentel**. Relatório:** Favorável ao Projeto e contrário às Emendas nºs 1 a 33. **Resultado:** Aprovado o Relatório do Senador José Pimentel, que passa a constituir o Parecer da CAS favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2012 com a Emenda nº 34, renumerada como Emenda nº 1-CAS; e contrário às Emendas nºs 1 a 33, apresentadas no prazo regimental (Art. 375, I, RISF). **ITEM 5 – Terminativo – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 52, DE 2011.** *Dispõe sobre a reserva de habitações para idosos de baixa renda nos programas oficiais de produção de moradia, alterando a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso.* **Autoria:** Deputada Iris de Araújo**. Relatoria:** Senadora Ana Rita**. Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 2011 e da Emenda nº 1-CDH. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido da Relatora para reexame do Relatório**. ITEM 6 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 47, DE 2010.** *Acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho e à Lei nº. 5.859, de 11 de dezembro de 1972, para dispor sobre o tamanho das dependências destinadas à moradia dos funcionários de condomí-*

nio e dos empregados domésticos. **Autoria:** Senador Marcelo Crivella**. Relatoria:** Senadora Ana Rita**. Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 47, de 2010 e das Emendas nºs 1, 2, 3 e 4-CDH. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido da Relatora. **EXTRAPAUTA** – **ITEM 10** – **REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 25, DE 2012.** *Com fundamento no disposto no art. 93, inciso I, do Regimento Interno desta Casa, requeiro a realização de AUDIÊNCIA PÚBLICA pela Comissão de Assuntos Sociais, para instruir PLS 473/2011, que regulamenta o exercício da Acupuntura. Os nomes dos convidados serão informados posteriormente.* **Autoria:** Senadores Paulo Davim, Paulo Paim e Senadora Marta Suplicy. **Resultado:** Aprovado. Ficam adiados os demais itens da Pauta, a saber: **Item 3** – Projeto de Lei do Senado nº 718, de 2007, que tramita em conjunto com: Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2008; Projeto de Lei do Senado nº 494, de 2009; Projeto de Lei do Senado nº 148, de 2011**. Item 7** – Projeto de Lei do Senado nº 369, de 2011**. Item 8** – Projeto de Lei do Senado nº 552, de 2011. **Item 9** – Projeto de Lei do Senado nº 553, de 2011. Usam da palavra os Senadores José Pimentel, Casildo Maldaner, Rodrigo Rollemberg, Paulo Davim, Eduardo Braga, Mozarildo Cavalcanti, Wellington Dias, Renan Calheiros, Eduardo Suplicy, Waldemir Moka e as Senadoras Angela Portela, Ana Amélia, Vanessa Grazziotin, Lúcia Vânia, Ana Rita, e Marta Suplicy. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e oito minutos, lavrando eu, Dulcidia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente Senhor Senador Jayme Campos, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Jayme Campos,** Presidente d a Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Bom dia a todos e a todas.

Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovada.

Há expediente sobre a mesa, que passo a ler.

A Presidência comunica o recebimento de aviso do Tribunal de Contas da União, que ficará à disposição dos Srs. Senadores na Secretaria desta Comissão para as consultas que se fizerem necessárias.

Passo à leitura resumida do aviso.

Aviso nº 228, do Presidente do TCU, que encaminha a esta Presidência cópia do acórdão proferido nos autos do Processo nº 014749/2011-4, que trata de monitoramento da implementação das deliberações do Acórdão nº 1189/2010, do plenário.

Expediente:

"A S. Exª, Senador Jayme Campos, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, CAS.

Sr. Senador, cumprimentando cordialmente, venho por esta reiterar a solicitação de apoio para aprovação do Projeto de Resolução do Senado Federal nº 15, de 2011, de minha autoria, que insere capítulo ao Título I do Regimento Interno do Senado Federal, para dispor sobre alternância semanal entre sessões deliberativas e reuniões de comissões permanentes.

Como Presidente da Comissão do Senado Federal, V. Exª conhece as dificuldades para obtenção do quórum para deliberação de matérias. Maior ainda é a dificuldade de obtenção de presença para as audiências públicas, muitas destas essenciais para a instrução das matérias e análise, devido à sobreposição de atividades das comissões permanentes e subcomissões, e destas com atividades do plenário da Casa.

Dessa forma, acredito que a aprovação dessa matéria contribuirá para o melhor rendimento do Senado Federal, no que tange ao processo legislativo, visto que numa semana haverá, exclusivamente, deliberação nas comissões permanentes e reuniões de suas subcomissões, e sessões não deliberativas no plenário da Casa, e em outra haverá, exclusivamente, sessões deliberativas do plenário do Senado Federal.

Certo de poder contar com sua atenção, agradeço antecipadamente e aproveito o ensejo para renovar meus protestos de estima e respeito.

Atenciosamente,

Senador Mozarildo Cavalcanti."

Quero fazer um breve comunicado, também, de que amanhã, dia 29, quinta-feira, às 9 horas, nós teremos uma audiência pública conjunta da CAS e da CI sobre licitações de Sistemas Internacionais e Intermunicipal de Passageiros, Propass, em conjunto com a Comissão de Serviços de Infraestrutura, conforme já requerido pelo Senador Acir Gurgacz, em atendimento ao Requerimento 18/CAS, de 2012, de iniciativa da Senadora Ana Amélia.

Às 10:30, audiência publica da CAS, destinada a discutir o impacto da conservação do alimento, em atendimento aos Requerimentos 19 e 22, de 2012, de iniciativa do Senador Cyro Miranda.

Às 14:30, audiência pública da Subcomissão CAS – FGTS, sobre distribuição do resultado financeiro aprovado no plano de trabalho.

Quero registrar, já, a presença honrosa do nosso querido Senador José Pimentel e, também, a do nosso amigo João Vicente Claudino, que já está pontualmente aqui, para aprovarmos matéria do interesse do povo brasileiro.

Aproveitando essa reunião que vai acontecer amanhã, sobre a distribuição do resultado financeiro do trabalho do FGTS, eu gostaria de fazer um pequeno comentário, aqui, em relação à matéria publicada no *Valor Econômico* desta semana, com a informação de que o fundo, ou seja, o FGTS rendeu menos que o esperado.

A reportagem diz:

"Investimentos em empresas que registraram prejuízo e atraso na finalização de obras abocanharam boa parte da rentabilidade do fundo de investimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço no ano passado. Balanço preliminar das contas FGTS, obtido pelo Valor, mostra que a retorno das aplicações em projetos de infraestrutura poderia chegar a 7,37% ao ano, mais Taxa Referencial (TR) em 2011. Porém, segundo uma fonte envolvida na contabilidade do fundo, o valor ficará limitado a algo ligeiramente acima de 6% ao ano, devido a investimentos que, pelo menos, no curto prazo tiveram um resultado negativo".

Lembrando que a subcomissão temporária do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, Comissão de Assuntos Sociais, que está ouvindo integrantes do conselho curador do FGTS em uma série de audiências públicas, realiza nesta quinta-feira, como bem disse, dia 29, às 14h30min, debate sobre a distribuição do resultado financeiro do FGTS. O Presidente dessa subcomissão é o ilustre Senador Cyro Miranda, e a relatora, a Senadora Marta Suplicy.

Quero registrar também a presença da Senadora Angela Portela e também do valoroso, operoso e competente Senador Mozarildo Cavalcanti, meu irmão. Já li também o expediente que V. Exª encaminhou a esta presidência.

Registro também a presença do Senador Paulo Davim.

Concluindo aqui, um pequeno e breve comentário, que é a informação publicada hoje, dizendo que a Anvisa vai realizar resolução sobre a venda de remédios sem prescrição.

"A Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Anvisa, vai colocar em discussão nesta quarta-feira a resolução da diretoria colegiada em vigor desde 2009, que proibiu a venda de medicamentos que não necessitam de prescrição médica fora do balcão.

Na reunião fechada ao público, estudo sobre as conseqüências da medida será apresentado aos diretores da agência reguladora.

Segundo o diretor-presidente da Anvisa, Dirceu Barbano, os dados preliminares deste estudo indicaram não ter havido "resultado conclusivo" em relação à redução dos riscos ao consumidor envolvendo esses remédios. A Resolução 44/2009 resultou em "uma concentração do mercado, que antes costumava ser bem descentralizado"[disse Barbano]. (...)

A decisão final sobre o assunto deve sair "nas próximas semanas". (...)

A medida causou polêmica. Em 2010, o Sindicato do Comércio Varejista de Produtos Farmacêuticos de São Paulo (Sincofarma) obteve na Justiça liminar que suspendia a norma da Anvisa no Estado. No último dia 16 de março, a Assembleia Legislativa de São Paulo aprovou lei que permite a venda dos medicamentos fora do balcão. Barbano disse que essa decisão tem que ser reavaliada, pois isso é "melhor do que ficar em uma disputa para ver qual vai prevalecer".

Esses são breves comentários para os quais eu queria chamar a atenção das Srªs e dos Srs. Senadores.

Temos aqui uma pauta com nove itens, mas já foi pedida a retirada do Item nº 4, pelo Senador Gim Argello.

Vamos iniciar com o Item nº 1, de que é relatora a Senadora Angela Portela, pg. 17, decisão não terminativa.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 117, DE 2006
– Não Terminativo –

Regula o exercício profissional de Geofísico e altera a Lei nº 4.076, de 23 de junho de 1962.

Autoria: Deputada Jandira Feghali

Relatoria: Senadora Angela Portela

Relatório: Favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 117, de 2006, com as Emendas nºs 1, 2, 3 e 4-CCT; e com a Subemenda à Emenda 3-CCT, que apresenta.

Observações: Em 22.04.2009, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática aprovou Parecer favorável ao PLC nº 117, de 2006, com as Emendas nº 1, 2, 3, e 4-Comissão de Ciência e Tecnologia.

Comunico que a votação será simbólica.

Concedo a palavra à Senadora Angela Portela para proferir o seu relatório. V. Exª está com a palavra.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Muito obrigada, Sr. Presidente, Senador Jayme Campos.

Vamos fazer a leitura do relatório do projeto.

Em análise o Projeto de Lei da Câmara PLC 117, de 2006, de autoria da Deputada Jandira Feghali, que trata da regulamentação do exercício profissional dos geofísicos.

A proposta define a Geofísica, relaciona os ramos da atividade envolvidos e habilitados ao exercício profissional e, finalmente, estabelece as regras de competência e outras normas complementares.

A matéria está, segundo a autora, adequada à nova realidade do mercado de trabalho no qual se observa uma crescente demanda por serviços de Geofísica aplicada à prospecção de petróleo e às questões ambientais e geotécnicas.

Afirma, ainda, que, apesar dessas oportunidades, os profissionais da área ainda não dispõem de um respaldo legal capaz de dar-lhes condições de igualdade de inserção no mercado.

Registra também entre os elementos favoráveis à regulamentação um levantamento dos cursos existentes e um histórico do processo de especialização e capacitação, que promovem o surgimento de profissionais com formações diversas.

Segundo a defesa da proposta, esses profissionais sem a devida regulamentação da atividade estariam privados de registrar seus respectivos acervos técnicos, dada a recusa do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea) de aceitar as anotações de responsabilidade técnica (ART), por eles encaminhadas. Nessas condições estaria correto o risco do exercício ilegal da profissão.

É importante registrar, finalmente, que o exercício profissional da Geofísica inclui um rol de atividades de alta especialização técnica em última instância associadas à segurança e saúde da população, mas, sobretudo, à saúde e segurança dos trabalhadores que lidam diretamente com a exploração petrolífera, mineral, trabalhos ambientais e geotécnicos.

Na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) desta Casa, a matéria foi aprovada com a adoção de quatro emendas. Nesta Comissão de Assuntos Sociais, sem que tenham sido apresentadas emendas, foram recebidos relatórios dos Senadores Lobão Filho e Valdir Raupp, com manifestação a favor da aprovação da matéria nos termos em que foi aprovada na Câmara dos Deputados. Tais relatórios, entretanto, não chegam a ser apreciados, razão pela qual recebemos a incumbência de relatar a matéria. O processo foi arquivado em razão do término da legislatura – art. 332 do Regimento Interno do Senado Federal – e desarquivado em face da aprovação do Requerimento Nº 184, de 2011.

ANÁLISE

Nas normas constantes da redação final, adotadas na Casa de origem, não detectamos impedimentos constitucionais, jurídicos ou regimentais. A iniciativa é a comum, prevista no art. 61 da Carta Magna, e a competência é do Congresso Nacional, nos termos do art. 48 do mesmo texto constitucional. Também entendemos que houve observância das normas de técnicas legislativas apropriadas à hipótese. A matéria, regulamentação de profissões, está no âmbito da competência desta Comissão de Assuntos Sociais (CAS), já que, explicitamente, relaciona entre os temas constantes do inciso I do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, no qual se inserem as relações de trabalho, a organização do Sistema Nacional de Emprego e as condições para o exercício de profissões.

Consideramos plenamente válidos e dotados de mérito os argumentos da autora. Os profissionais da Geofísica conseguiram, na pratica, o reconhecimento de sua especialização, dada a competente formação técnica que desenvolveram e o respeito que angariaram de seus empregadores ou contratadores.

Nosso parecer subscreve as manifestações anteriores dos Relatores designados que nos antecederam. Os geofísicos não reivindicam área de atuação privativa ou fixação de reserva de mercado nem pretendem ocupar espaços profissionais similares como aqueles em que atuam geólogos e engenheiros geólogos. Reivindicam na legislação o reconhecimento de sua profissão e a definição de algumas regras mínimas de procedimentos na fiscalização do exercício profissional. Reivindicam, ainda, o direito ao registro de responsabilidade por seus trabalhos técnicos mediante as ARTs. Essas anotações também interessam ao Poder Público para que, em caso de eventual acidente, seja possível identificar e responsabilizar os autores, isso não só quando se trata de vidas humanas, mas também quando vierem a ocorrer danos ambientais.

O texto é revelador, ainda, de harmonia entre geofísicos, geólogos e engenheiros-geólogos, facultando-se, desde que a matéria esteja dentro da área de atuação do profissional, o exercício das atividades relacionadas na proposição por especialistas de diversas origens.

Analisando as quatro emendas aprovadas na CCT, firmamos opinião favorável à adoção das mudanças propugnadas. As duas primeiras são de redação e promovem a adequação do texto às alterações decorrentes da terceira e da quarta emendas.

A Emenda nº 03 transfere ao Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia o poder de determinar, ouvidos os profissionais envolvidos, a competência profissional de geofísicos, geólogos e engenheiros-geólogos. Em nosso entendimento, aquele órgão profissional é depositário do conhecimento para definir essas competências e possui a estrutura necessária para, em diálogo democrático e aberto com os interessados, estabelecer parâmetros seguros e jus-

tos para a repartição dos espaços de cada um nesse vasto campo de atividade.

Por sua vez, a quarta emenda suprime o art. 5º (relação de áreas de atuação) e o art. 8º do PLC (mudanças na Lei nº 4.076, de 23 de junho de 1962, incluindo disposições referentes à profissão de geólogo em proposição que pretende regulamentar a profissão de geofísico).

No que se refere ao art. 5º, trata-se de mera adequação do texto à mudança promovida pela terceira emenda.

Em relação ao artigo 8º, o argumento vitorioso na CCT considera esta norma excessiva e mesmo intempestiva. Ocorre que, embora todas as profissões dessa área tenham proximidade de objeto, seria um exercício complexo e arriscado tentar a definição de seus campos de atuação. Volta-se, assim, ao teor da Emenda nº 03 que remete a temática ao Confea.

Finalmente, a Lei nº 12.378, de 2010, que criou os Conselhos de Arquitetura e Urbanismo (CAU), excluiu os arquitetos e urbanistas do âmbito de fiscalização do Confea. Assim, faz-se necessária subemenda de redação para atualizar a nomenclatura.

VOTO

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 117, de 2006, na forma do texto encaminhado pela Casa de origem, com as emendas adotadas na CCT e a seguinte subemenda de redação:

SUBEMENDA (CAS) À EMENDA Nº 03 – CCT

Dê-se ao art. 6º do PLC nº 117, de 2006, a seguinte redação:

> "Art. 6º O Conselho Federal de Engenharia e Agronomia determinará, ouvidos os profissionais envolvidos, a competência profissional de geofísicos, geólogos e engenheiros-geólogos".

Esse é o nosso parecer e o nosso voto, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senadora Angela Portela.

Em discussão a matéria. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Peço a V. Exª que faça uma retificação em relação ao seu relatório.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Quero fazer uma retificação.

Vou fazer a leitura da outra subemenda.

Dê-se à emenda do PLC nº 117, de 2006, a seguinte redação:

"Regula o exercício da profissão de Geofísico e confere ao Conselho Federal de Engenharia e Agronomia a atribuição para determinar a competência profissional dos geofísicos, geólogos e engenheiros-geólogos".

Solicito à Secretaria da Comissão proceder à retificação desta decisão do Projeto de Lei da Câmara nº 117, de 2006. E no texto da Emenda nº 4-CCT, onde está escrito 2003, alterar para 2006.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – A Presidência e a Secretaria acatam a retificação de V. Exª.

Está em discussão a matéria conforme o novo relatório. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 117, de 2006, com as Emendas nºs 1, 2, 3 e 4, da CCT, e com a Subemenda nº 2-CCT e a Subemenda nº 3-CCT, apresentadas pela Relatora.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer sentados. (*Pausa*.)

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 117, de 2006, com as Emendas nºs 1 e 4, CCT/CAS, e com a Emenda nº 2, CCT/CAS, nos termos da Subemenda nº 1-CAS, e a Emenda nº 3, CCT/CAS, nos termos da Subemenda nº 2-CAS.

Será comunicada a decisão ao Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

Item 2, página 42.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 2, DE 2012
– Não Terminativo –

Institui o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, inclusive os membros dos órgãos que menciona; fixa o limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões pelo regime de previdência de que trata o art. 40 da Constituição Federal; autoriza a criação de 3 (três) entidades fechadas de previdência complementar, denominadas Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo – FUNPRESP-Exe, Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Legislativo – FUNPRESP-Leg e

Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário – FUNPRESP-Jud; altera dispositivos da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004; e dá outras providências.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador José Pimentel

Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta na complementação do relatório, e contrário às Emendas nº 1 a 33, no prazo regimental.

Observações:

– Nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal, a matéria tramita em regime de urgência;

– Nos termos do art. 375, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a matéria tramita simultaneamente nas Comissões de Assuntos Sociais; de Assuntos Econômicos; e de Constituição, Justiça e Cidadania;

– No prazo regimental, foram apresentadas 33 Emendas perante a Comissão de Assuntos Sociais, nos termos do art. 375, I, do Regimento Interno do Senado Federal;

– Em 21/03/2012, após a leitura do Relatório pelo Senador José Pimentel, é concedida vista coletiva nos termos regimentais;

– Em 22/03/2012, o Relator apresenta a complementação ao relatório, mantendo seu voto e oferecendo uma emenda de redação;

– A votação será simbólica.

Eu concedo a palavra ao ilustre Senador José Pimentel, para proferir a leitura da complementação do seu relatório apresentado em 22/03/2012.

V. Exª está com a palavra.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente desta reunião, Senador Jayme Campos, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, nós fizemos, na reunião anterior, a leitura do parecer, e o senhor abriu vista coletiva a todos os membros desta Comissão.

Nós apresentamos uma complementação de voto, que tem como objetivo aprimorar e destacar a redação do § 4º do art. 19.

O que diz o art. 19? A remessa do regimento à Previc, que é a autarquia federal que supervisiona, que fiscaliza e que aprova esses regulamentos, no caso do Funpresp do Executivo, é de competência do Ministério do Planejamento; no caso do Funpresp do Legislativo, é de competência das duas Mesas, da Câmara e do Senado; no caso do Poder Judiciário, a Câmara colocou que a competência é do Supremo Tribunal Federal e também do Conselho Nacional de Justiça.

Nós estamos distribuindo esse § 4º em dois incisos. No inciso I, fica "do Supremo Tribunal Federal"; e, no inciso II, "do Conselho Nacional de Justiça".

Esse é um pedido do próprio Poder Judiciário, para poder explicitar melhor essas duas funções de duas casas que se complementam e cujo Presidente é o mesmo – o Presidente do Conselho Nacional de Justiça é também o Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Essa matéria é bastante conhecida do Congresso Nacional, do Senado Federal, da Câmara. Ela iniciou seu grande debate em 1998, com a aprovação da Emenda à Constituição nº 20.

Depois, houve a aprovação de duas leis complementares muito importantes para a previdência complementar, que são as Leis Complementares nº 108 e 109, ali em 2001. Essas duas leis complementares trouxeram um arcabouço jurídico novo, no que diz respeito à participação dos trabalhadores na gestão desses fundos.

Esses fundos são paritários. Cada um terá seis membros no conselho deliberativo, sendo três de nomeação do patrocinador, ou seja, do Poder Judiciário, do Poder Legislativo e do Poder Executivo, e os outros três são eleitos pelos beneficiários e pelos assistidos, ou seja, aqueles que porventura estejam recebendo os benefícios.

Essa é uma grande inovação que veio na Lei Complementar nº 108, de 2001. A partir dali, a previdência complementar no Brasil passou a ter outra governança, outra forma de controle. Em seguida, tivemos a criação da Previ, uma autarquia federal com autonomia administrativa financeira e orçamentária, para fiscalizar a previdência complementar, para normatizar. Ela foi instalada em janeiro de 2010.

Esse processo todo permitiu que a previdência complementar, hoje, tenha mais de R$ 500 bilhões em ativo, trazendo essa segurança a esses benefícios.

Lembro aqui que a primeira previdência complementar do Brasil é a Previ, do Banco do Brasil. Ela é de 1904, anterior a Lei Geral Eloy Chaves, que é de 1923.

Eu sou bancário, bancário do Banco do Brasil, vinculado à Previ. Portanto, conheço de perto esse grande instituto daquela casa.

Esse projeto de lei aqui apresentado será para os novos funcionários. Nesse projeto de lei, estamos respeitando todo o direito adquirido, ou seja, todos aqueles que preencheram as condições para se aposentar, toda a expectativa de direito, ou seja, aqueles que tomarem posse no serviço público da União até a sanção dessa lei continuarão no atual sistema.

Os efeitos do sistema que estamos aprovando hoje iniciarão a partir de 2047. Ou seja, estamos aproveitando o excelente momento da economia brasileira para criar um ambiente que assegure o direito dos atuais aposentados e pensionistas de todos os

servidores públicos e que traz regras semelhantes tanto para os trabalhadores da iniciativa privada, para os autônomos, para os empresários e para os servidores civis da União.

Portanto, são regras que estamos uniformizando e, com essa sistemática, passamos a ter uma Previdência Pública básica, com regras semelhantes para todos trabalhadores brasileiros, e uma previdência complementar a partir do teto, que hoje é de R% 3.916,00.

O que aqui estamos fazendo, Sr. Presidente, é criar regras semelhantes para todos os brasileiros e, ao mesmo tempo, criando condições para que o Brasil resolva um grave problema que diz respeito ao déficit do regime próprio do servidor público da União.

Em 2011, nós pagamos R$ 1,05 milhão de benefícios a aposentados e pensionistas do regime próprio da União, e a necessidade de financiamento do Tesouro foi de R$ 56 bilhões. Nessa conta, foi contabilizada a contribuição dos trabalhadores do serviço público da União e mais o dobro por parte do Tesouro Nacional. Dos 29 milhões de aposentados e pensionistas do Regime Geral em 2011, a necessidade de financiamento foi de R$ 36 bilhões.

Portanto, estamos criando um sistema, aproveitando um bom momento da economia brasileira, do chamado bônus demográfico, que é a diminuição do tamanho da família, e fazendo uma poupança nacional para resolver um problema que ninguém tem dúvida que, mais tarde, traria graves problemas para a economia brasileira.

Portanto, Sr. Presidente, peço apoio dos nossos pares, dos nossas Senadores e das nossas Senadoras, para que possamos aprovar essa mudança, fechando um ciclo que começou em 1998 e que estamos concluindo agora em 2012.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senador José Pimentel.

Está em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Antes de abrir a discussão, gostaria de consultar as Srªs e os Srs. Senadores se há manifestação decorrente de pedido de vista do relatório lido em 21 de março de 2012.

Consulto se há alguma manifestação.

Se não há manifestação, está em discussão a matéria.

Para discutir a matéria, está inscrito o Senador Casildo Maldaner.

V. Exª está com a palavra.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, nobres colegas, em função dos planos que existem no Brasil hoje e da tendência no mundo, o Governo brasileiro está no caminho correto na minha opinião. Apenas ponderaria que no regulamento... Hoje, nos fundos como a Previ, do Banco do Brasil, existem alguns dispositivos que regulamentam a aplicação, que não permitem que a direção do fundo nem se credenciar quem quer que seja, mesmo nessa composição mista de representantes dos servidores e do governo, aplique os recursos a seu bel-prazer. Muitas vezes são feitas aplicações de risco ou muito flexíveis, como ações, por exemplo. Deve haver uma amarração no regulamento. Se não estou equivocado, em títulos do Tesouro Nacional pode-se aplicar até 100% dos recursos do fundo.

Fiquei na dúvida – não sei se estou equivocado – sobre se a direção dos fundos tem a liberdade de aplicar em ações até 80%. Creio que isso é um pouco elevado. Seria prudencial a aplicação de não mais do que 25% a 30% em ações.

Na regulamentação da matéria é possível ao Governo prever isso. Se bem que, sendo regulamentar, já transferiria a outro governo, que também teria poderes para alterar esse regulamento. Tenho uma pequena preocupação com relação a isso.

Havendo as amarras, as condições para que a direção do fundo não aplique esses recursos no que lhe convier, tendo esses cuidados, essas prevenções, uma questão prudencial... Porque são recursos que serão auferidos daqui a 35 anos mais ou menos. Começa a ser formado agora um dinheiro de longo prazo. E esse fundo a ser construído será uma reserva, um patrimônio para os que terão uma aposentadoria complementar, com parte dos servidores e parte do governo, que é a parte patronal. Esse dinheiro, em longo prazo, pode ajudar a aquecer o desenvolvimento, etc. e tal. Então deve haver cuidado no investimento. Se será em títulos do Tesouro Nacional, como eu vi, o investimento será de até 100%. Em ações, quanto poderia? Há a questão prudencial. Tem que haver cuidado. Em espécies de fundos, fundos de primeira classe, que tipo de fundos? Isso tem que ser bem amarrado para gerar uma certa tranquilidade para os trabalhadores que vão preparar o seu futuro um pouco melhor, colocando a sua parte, e mesmo para o governo. A fiscalização tem que ser muito forte, assim como o acompanhamento disso. Se funcionar bem, será uma grande saída, sem dúvida alguma. E nós vamos aos poucos equiparando os trabalhadores do sistema geral do Brasil, o povo brasileiro, com os servidores públicos.

Só fiquei um pouco na dúvida, mas é uma questão que não cabe agora, em relação a carreiras de Estado, se elas entram também nisso. Não sei se carreiras de Estado também entram nesse sistema ou algumas categorias de carreiras de Estado que são permanentes,

se entram também nessa participação complementar. É apenas uma dúvida que eu teria.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senador Casildo.

Pela ordem de inscrição, Senador Rodrigo Rollemberg e Senador Paulo Davim.

V. Exª está com a palavra.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Bom dia, Presidente. Quero cumprimentar V. Exª e as colegas Senadoras, os colegas Senadores e, de forma especial, o Relator desta matéria.

Quero fazer alguns comentários a respeito desse tema, um tema extremamente importante e delicado. Toda vez que se vai tratar de regulamentação da previdência, esse é um tema delicado.

Ontem, passei o dia conversando com a assessoria e a consultoria do Senado sobre esse projeto. Quero ressaltar alguns aspectos que considero positivos e manifestar algumas preocupações, parabenizando o relator, o Senador José Pimentel, um Senador experiente e conhecedor desse tema.

Um aspecto positivo é que o Brasil estaria se adequando ao modelo internacional do sistema previdenciário, o qual já é adotado por diversos países no mundo. Não é uma novidade. E como disse o Senador Casildo, há uma aproximação em relação ao Regime Geral da Previdência. E entendo que bem gerido, esse fundo contribui para a poupança interna e pode se transformar num instrumento de alavancagem da economia. Se bem gerido, com geração de mais investimentos, o que é importante para o País.

Quero manifestar algumas preocupações. O fato de ser um fundo público traz a possibilidade de ingerência política na gestão. Se aprovado esse fundo, caberá ao Senado, ao Congresso manter uma vigilância permanente, para evitar interferências políticas indevidas na gestão desse fundo, porque estaremos falando do futuro dos servidores públicos.

É muito importante registrar que aqui não há, como houve no passado em discussões sobre a previdência, mudança nas regras do jogo para os servidores públicos atuais. Nós estamos tratando da regulamentação de um fundo de previdência complementar para servidores públicos que ingressarem no serviço público a partir de agora. É muito importante esse esclarecimento para a opinião pública. Quem estuda a matéria sabe disso, mas é importante esclarecer para a opinião pública que isso é apenas para os servidores públicos que ingressarem no serviço público após a implementação desse fundo e que ele demorará muito tempo, até porque a quantidade de servidores públicos que vão ingressar no serviço público a cada ano é pequena, o que fará com que tenhamos um aumento da despesa ainda nos primeiros anos e somente depois haverá uma redução do gasto público em torno de 0,2%, que é expressivo e contribui para que o País controle o gasto público.

Mas quero manifestar uma preocupação. Aqui me disse o relator que isso poderá ser resolvido no regulamento, porque há ausência do Ministério Público, expressamente, no projeto. Como o relator entende que isso pode ser resolvido no regulamento, espero que seja possível, porque não tem sentido o Ministério Público ficar de fora. Aliás, isso é tema de algumas emendas apresentadas, salvo engano pelo Senador Pedro Taques, que trouxe uma delas.

Sr. Presidente, eram essas observações que eu gostaria de fazer nesse momento.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

São bem fundamentadas as suas indagações e as suas observações também são as que eu gostaria de fazer. V. Exª as fez em meu nome e é perfeito e pertinente o que V. Exª mostra com a sua preocupação.

O Senador Paulo Davim está com a palavra, para discutir a matéria.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN. Para discutir. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, eu quero parabenizar o relator, Senador José Pimentel, pela brilhante exposição de motivos favoráveis à aprovação desse projeto; e parabenizar também o Ministério da Previdência Social, os seus técnicos e o Governo por terem a coragem de fazer o enfrentamento desse problema, porque todas as vezes que se tenta mexer nas regras da previdência, acontece um verdadeiro alarde. E essa solução foi salomônica. Não podíamos – nem podemos – fechar os olhos e nos esquecer do problema que se avoluma e poderá acontecer, em breve, no Brasil, a exemplo do que acontece em outros países.

Ora, todos nós temos a consciência de que está havendo uma melhora na qualidade de vida do brasileiro. A classe C, só em 2011, aumentou em 2,7 milhões de brasileiros. São os novos componentes dessa classe. Todas as vezes que ocorre uma ascensão social, acontece também a repercussão dessa ascensão. E a repercussão mais percebida – e o Brasil tem avançado em seus programas sociais – é a maior longevidade, uma maior expectativa de vida do brasileiro. E aquela proporção do número de brasileiros que trabalham e o número de brasileiros aposentados, seguramente, já está desequilibrada e vai desequilibrar ainda mais. Então, precisamos nos adequar ao novo momento social vivido pelo Brasil.

Então, Sr. Presidente, acho que a proposta da criação desse fundo é uma adequação necessária. O Brasil não pode mais, todos os meses, alocar recur-

sos à Previdência para equilibrar a instituição, tirando de áreas essenciais, áreas críticas, áreas importantes para o Brasil e para o povo brasileiro.

Portanto, precisamos buscar o equilíbrio na Previdência, para que se possam usar recursos públicos nos programas sociais que vão melhorar a qualidade de vida do brasileiro e, seguramente, vão dar maior expectativa de vida. Logo, uma coisa está atrelada a outra.

Precisamos modernizar o nosso sistema de previdência, porque vivemos um novo momento no Brasil, um momento de melhorar expectativa de vida, de melhorar qualidade de vida. E não queremos para o Brasil o que está acontecendo nos países aí fora.

Portanto, acho necessário, acho louvável e quero, mais uma vez, parabenizar a iniciativa do Governo de enfrentar esse problema com coragem, com determinação e com clareza de proposta. E quero parabenizar o Relator, o Senador Pimentel.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senador Paulo Davim.

Na ordem de inscrição, tem a palavra o Senador Eduardo Braga, Líder do Governo nesta Casa.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, primeiro, quero cumprimentar o Senador Pimentel pelo relatório sobre uma matéria que, há anos, tramita nesta Casa.

Neste momento, o Senado da República tem a oportunidade de debater e votar, aqui na Comissão de Assuntos Sociais, exatamente no momento em que o Brasil vive transformações econômicas e sociais extremamente importantes e que precisam assegurar, para as futuras gerações, que o Brasil não incorrerá em erros já vistos por outros países e que a atual geração tem pagado, com muito suor e com muitas lágrimas, a imprudência de gerações passadas.

Refiro-me, nobre Presidente, à situação que está acontecendo em países como Grécia, Espanha, Portugal, Irlanda, que, quando tiveram a janela do bônus demográfico para enfrentar o problema do déficit da Previdência, acabaram não o fazendo e carregaram para seus orçamentos fiscais um déficit fiscal extremamente pesado, que acabou provocando, para aqueles países, um desequilíbrio financeiro que não permitiu que eles pudessem ser competitivos em uma comunidade europeia onde a Alemanha fazia seu dever de casa, enquanto outros países não cumpriam o controle do risco do déficit orçamentário e fiscal.

Ora, Sr. Presidente, o que o Governo brasileiro faz, ao encaminhar essa mensagem para o Senado da República, é exatamente aproveitar a janela do bônus demográfico, que o Brasil, neste momento, possui, para que, ao longo dos próximos 30 anos, o País possa, paulatinamente, garantindo todos os direitos assegurados aos atuais servidores, migrar para um novo regime de previdência, a fim de que o nosso déficit da previdência não seja carregado para além do bônus demográfico que vive o Brasil neste momento. Isso demonstra a responsabilidade com que o Governo vem administrando as contas públicas e com que o Governo vem administrando a política fiscal brasileira, assegurando às futuras gerações uma previdência que possa ser salutar e que possa garantir a aposentadoria dos futuros servidores públicos.

Mais que isso, Sr. Presidente: dá tratamento igual. Na previdência geral, temos aproximadamente 25 milhões de aposentados que geram um déficit da ordem de R$36 bilhões; na previdência do setor público, dos funcionários públicos, temos um déficit da ordem R$56 bilhões para o pagamento de 1 milhão e 100 mil beneficiados. Ora, é quase 26 por 1 a diferença entre o déficit geral da previdência e o déficit de um segmento específico.

Mais que isso: até R$3.916, que é o teto máximo da previdência geral, a mesma situação está sendo mantida para a previdência do setor público. A partir daí, até 8,5%, a contribuição do empregador, do Governo Federal, será paritária a do servidor. Por que 8,5%? Porque, nas projeções atuariais do Governo Federal, 8,5% de contribuição acima do teto, seja do empregador, seja do servidor, assegurarão, ao longo dos próximos 30 anos, a aposentadoria pelo valor atual dos seus salários, corrigidos pela moeda brasileira e com as projeções inflacionária que o Brasil aponta para os próximos anos.

Portanto, do ponto de vista fiscal, essa é uma matéria absolutamente necessária para o futuro do País; do ponto de vista financeiro, absolutamente necessária para reestruturação macroeconômica do Brasil; do ponto de vista dos direitos assegurados ao servidor, essa matéria não altera em nada a situação dos atuais servidores.

Por isso, encaminhamos o voto favorável, acompanhando a posição do relator e parabenizando o relator pela qualidade do trabalho aqui apresentado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senador Eduardo Braga.

Na ordem de inscrição, o Senador Mozarildo Cavalcanti. V. Exª está com a palavra.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sr. Presidente, não vou me deter a números, porque o Líder do Governo, o Senador Eduardo Braga, já foi bem explícito. Eu tenho aqui alguns pontos que acho fundamental que fiquem bem claros. Fui procurado por alguns sindicalistas preocupados com esse projeto.

Eu acho que também foi explicitado muito bem pelo relator que, primeiro, os direitos adquiridos e a expectativa de direitos de quem está no serviço público hoje estão assegurados.

Segundo, com esse projeto, considerando que vai valer para os que vão entrar no serviço público, temos de ver a realidade. Uma realidade era a expectativa de vida que tinha o Brasil há 30 anos e outra é a expectativa de vida que tem o brasileiro de hoje. Eu me lembro, quando estudei medicina, portanto, há 40 anos, de quando, nas enfermarias da Santa Casa, encontrava-se um homem ou uma mulher em torno de 45, 48 anos com um conjunto de doenças, sendo pacientes que, geralmente, não viveriam mais que dois ou três anos. Hoje, não. É normal você ver - minha mãe vai fazer 88 anos de idade – pessoas plenamente sadias aos 70, 75, 80, 90 anos. Então, a expectativa de vida melhorou muito.

Terceiro, eu queria lembrar uma coisa aqui. Lembrem-se de que, há pouco tempo, derrubamos a CPMF, que foi criada para a saúde, mas que, no entanto, era aplicada inclusive para a previdência. Isso, realmente, Senador Jayme Campos, não poderia permanecer. Já tiramos a CPMF e eu acho que agora esse projeto dá condições de termos no futuro uma tranquilidade para quem ingressar no serviço público.

Eu acho que ele está correto. Não vejo como ele possa ser mais aperfeiçoado, mas, de qualquer forma, eu voto integralmente com o relator, porque acho que é benéfico para o País.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senador Mozarildo.

Pela ordem de inscrição, temos a Senadora Ana Amélia e o Senador Wellington Dias. V. Exª está com a palavra, Senadora Ana Amélia, para discutir a matéria.

Tenho apenas que fazer um breve comunicado: se o processo, por acaso, tiver alguma emenda a ser proposta, tem que ser feita até a conclusão da discussão da matéria.

Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente Jayme Campos, Senador Casildo Maldaner, colegas Senadores e Senadoras, eu queria, em nome do Partido Progressista, já que estou na Liderança do Partido, em missão oficial está o nosso Líder Francisco Dornelles, em nome dele ratificar todas as avaliações positivas a respeito do relatório do Senador José Pimentel.

Ontem, na Comissão de Assuntos Econômicos, as palavras do Senador Aloysio Nunes Ferreira avalizando o esforço e o projeto do Governo, sendo um líder de oposição, foram muito claras para justificar a qualidade do que havia sido apresentado também lá, na Comissão de Assuntos Econômicos, pelo Senador José Pimentel. Então, da mesma forma, nosso Líder apresentou ao Relator emendas já acolhidas e isso nos leva também a avaliar pela necessidade e pela oportunidade e pela relevância deste tema, já que estamos discutindo não o amanhã, mas o futuro da questão da previdência social.

Então, em nome do Partido Progressista, eu queria apresentar o voto favorável ao relatório do Senador José Pimentel.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senadora Ana Amélia.

Pela ordem de inscrição, Senador Wellington Dias, depois Senadora Vanessa. V. Exª está com a palavra, Senador Wellington Dias.

Serviço de som, o Senador Wellington está sem som.

Senador Wellington Dias. Estão querendo sabotar você.

Tem a palavra V. Exª.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Obrigado, Presidente.

Quero, aqui, também saudar o importante relatório do nosso Senador José Pimentel, que é um especialista nesta matéria, com quem tive o privilégio, juntamente com outros Parlamentares, ainda Deputado Federal, de trabalhar a legislação que tratou sobre previdência complementar no Brasil. E, naquela ocasião, praticamente, tínhamos umas poucas áreas de previdência, e as mudanças permitiram democratizar.

Sou servidor da Caixa Econômica Federal, que tem uma previdência, a Funcef, um fundo que, a exemplo dos servidores públicos, tem a responsabilidade da sua gestão, é uma direção paritária, conselho de administração, conselho fiscal, com exigências para direção executiva, que tem a presença de servidores da ativa e aposentados, inclusive eleitos normalmente.

Poderia, Sr. Presidente, defender a tese de uma previdência única. Compreendo que o fato de o Brasil ter uma previdência única, a complementar também deveria ser única. Acho que esse debate sobre a existência da separação pela existência dos três Poderes não caberia, mas, como já estamos numa fase de votação após aprovação na Câmara, compreendo que somente atrasaríamos essa matéria.

Veja a preocupação que se teve com os servidores. Estamos aprovando aqui um texto apostando no longo prazo, estamos falando aqui de mais ou menos 30 anos para a frente, para que tenhamos o fim do déficit que temos hoje. Veja que é um longo prazo exatamente para não ter alterações unilaterais em prejuízo, como se poderia aventar dos atuais servidores. Devo dizer, inclusive, que onde temos previdência complementar

hoje, os reajustes de remuneração... Quando alguém se aposenta, às vezes, não compreendemos isso, quando você se aposenta, você é demitido da empresa e passa a ser remunerado por uma previdência, no caso, uma previdência geral, que seria a nossa previdência nacional, mais a previdência complementar. O reajuste da previdência complementar, como tem um procedimento que leva em conta os rendimentos, vem sendo, ao longo dos últimos anos, maior do que os rendimentos da previdência geral.

Acho que, se há alguma alteração, na minha visão, é a maior. Acho que pode haver as contestações. Quando eu era funcionário da Caixa, também houve um debate semelhante, e hoje o que a gente... Há questionamento em relação à previdência geral, não em relação à previdência complementar.

Quero aqui defender, com muita convicção, a importância disso para o Brasil. Além de o Brasil estar contribuindo para evitar que o conjunto da população, que, a cada ano, tira da capacidade de investimento do País para poder cobrir a previdência geral... Além de tudo isso, ainda há a condição de uma poupança interna mais elevada para importantes investimentos no País.

Então, por essa razão, defendo aqui a aprovação e parabenizo o Senador Pimentel, muito experiente, pelo seu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço ao Senador Wellington Dias.

Na ordem de inscrição, para discutir a matéria, Senadora Vanessa Grazziotin.

V. Exª está com a palavra.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, esse é um projeto que, apesar de estar tramitando aqui em regime de urgência, de estar sendo analisado concomitantemente em várias comissões, já é antigo e que vem sendo debatido pela Casa, tanto o Senado quanto a Câmara, há muitos anos.

E eu só queria destacar aqui o que vários dos Srs. Senadores e das Srªs Senadoras já abordaram. Nós estamos trabalhando um projeto de futuro – de futuro. O servidor público atual poderá ingressar nesse novo sistema, caso opte, como forma de uma opção individual, não estará sujeito a ele. Esse é um aspecto importante, que deve ser destacado.

Segundo, os cálculos mostram, Sr. Presidente, que não haverá perda para o servidor. Não haverá perda para o servidor. Entretanto, estou analisando mais essa matéria sob a ótica do futuro, Sr. Presidente. Nós precisamos, de fato, reorganizar o sistema previdenciário brasileiro.

Eu acho que deveríamos – e vamos assim fazer, assim agir –, logo após a aprovação desse projeto, trabalhar, de forma prioritária, um projeto que acabe com o fundo previdenciário, com o fator previdenciário. Esse é o grande problema do sistema de previdência no País, em que se retira direito dos trabalhadores. Retiram-se direitos.

Então, acho que a sinalização do Congresso Nacional em aprovar esse projeto, que cria o fundo de previdência, é muito importante. Mas, na sequência, precisamos sentar com o Poder Executivo e ver os caminhos para mudar, acabar com o fator previdenciário. Esse, sim, aprovado há alguns anos, é draconiano para todos os trabalhadores e trabalhadoras brasileiras.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Não havendo mais... Pela ordem de inscrição, também, Senador Renan Calheiros, Senador Eduardo Suplicy e Senadora Lúcia Vânia.

V. Exª está com a palavra, Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Sr. Presidente, Senador Jayme Campos, queria, em nome do PMDB, externar a posição do Partido com relação à aprovação do Funpresp.

A criação desse fundo é fundamental para a reformulação da Previdência, preserva direitos, aliviará o *déficit* da Previdência do futuro.

Ontem, tivemos a oportunidade de discutir esse assunto, mais uma vez, na Bancada. Recebemos a visita do Ministro Garibaldi Alves Filho, que é da nossa Bancada e que é Ministro da Previdência Social. Na Bancada, esse assunto é praticamente unânime. Nós tivemos lá uma posição contrária, com argumentos, portanto, absolutamente defensável, do Senador Roberto Requião.

Na oportunidade em que discutimos, inclusive, a regulamentação, entendemos... E a Bancada coloca esta necessidade, com relação a algumas questões que poderiam ser levadas aqui ou na Comissão de Constituição e Justiça ou mesmo no Plenário como questões que poderiam ser alteradas, de que as alterações sejam feitas, para não atrasarmos o processo, na própria regulamentação do Funpresp.

De modo que, parabenizando o Relator, o Senador Pimentel, gostaríamos de externar a posição do PMDB, que é absolutamente favorável à matéria.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senador Renan Calheiros.

Pela ordem de inscrição, para discutir, a Senadora Lúcia Vânia; depois, o Senador Eduardo Suplicy.

Está assegurada a palavra a V. Exª, Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, em primeiro lugar, gostaria de cumprimentar o Relator da matéria, que relatou uma matéria extremamente sensível e necessária para o aprimoramento do sistema previdenciário.

Esse projeto visa dar segurança ao sistema e, ao mesmo tempo, tranquilidade aos contribuintes do setor público. Portanto, é uma matéria que aprimora o sistema, que vem sendo paulatinamente trabalhada e, sem dúvida nenhuma, contribui bastante para a segurança do sistema, como aqui coloquei.

Portanto, o meu Partido, o PSDB, vota favorável a esta matéria.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senadora Lúcia Vânia.

Consulto se V. Exª ainda quer discutir a matéria, Senador Eduardo Suplicy.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O Senador Eduardo Suplicy está sem som.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, acho que o Senador José Pimentel esclareceu muito bem o histórico e mostrou o seu esforço para chegar a uma solução viável. Tenho conhecimento das diversas indagações, proposições e dúvidas que muitos dos segmentos dos servidores, hoje, têm, mas creio que o Senador José Pimentel conseguiu harmonizar objetivos, problemas e dificuldades.

Quero aqui ponderar que o Brasil precisará se preparar também para aquilo que já está previsto em lei e, então, harmonizar o direito de todas as pessoas, não importa sua origem, raça, sexo, idade, condição civil ou socioeconômica de participarmos da riqueza da Nação através de uma renda básica de cidadania, o que já é lei aprovada pelo Congresso, por todos os partidos, e sancionada pelo Presidente. E quando for aplicada deverá harmonizar todos os rendimentos básicos da população brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senador Eduardo Suplicy.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2012, com a emenda de redação que apresenta e contrário às Emendas nºs 1 a 33, oferecidas no prazo regimental.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer sentados. (*Pausa*.)

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2012, com a Emenda nº 1-CAS, e contrário às Emendas nºs 1 a 33.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

Quero me associar e cumprimentar o Senador José Pimentel pelo belo relatório, já que, sem sombra de dúvida, projetos como esses têm o apoio incondicional e irrestrito dos Democratas. De maneira que V. Exª tenha certeza de que, impedido de votar por ser o Presidente desta Comissão, no plenário da Casa terá o voto do Senador Jayme Campos, porque o projeto é meritório e, sobretudo, um projeto de interesse nacional.

Quando ouvi as exposições dos Srs. Senadores que representam a base do Governo, percebi que este é um projeto que teria que ter sido votado há muito mais tempo aqui no Senado e no Congresso Nacional, porque é um projeto que se preocupa com os nossos trabalhadores e servidores públicos deste País, visto que, lamentavelmente, da forma como ainda é o sistema previdenciário, não temos nenhuma segurança e perspectiva de futuro.

Nesse caso, conte com o apoio dos Democratas com assento nesta Casa. Parabéns, Senador José Pimentel.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 52, DE 2011
– Terminativo –

Dispõe sobre a reserva de habitações para idosos de baixa renda nos programas oficiais de produção de moradia, alterando a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso.

Autoria: Deputada Iris de Araújo

Relatoria : Senadora Ana Rita

Solicito aos Srs. Senadores que continuem presentes na Comissão, pois vamos votar o projeto cuja Relatora é a Senadora Ana Rita, que é muito importante também. A matéria tem decisão terminativa, e temos quórum suficiente.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, solicito a retirada do projeto da pauta, para que possamos qualificar melhor o nosso relatório.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Exª será atendida na forma regimental, com a retirada do projeto.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, solicito, ainda, a retirada do item nº 6 da pauta, porque consideramos de fundamental importância a realização de uma audiência pública que faremos em

conjunto com a Senadora Marta Suplicy. Faremos uma audiência pública antes da votação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Exª será atendida na forma regimental, quando se propõe a fazer uma audiência pública, tendo como signatária também a Senadora Marta Suplicy. V. Exª será atendida, e serão retirados de pauta os dois projetos para que V. Exª possa fazer modificações ou acrescentar algo mais, como Relatora da matéria.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Requerimento extrapauta.

REQUERIMENTO Nº , DE 2012

Com fundamento no disposto no art. 93 do inciso I do Regimento Interno desta Casa, requeiro a realização de audiência pública pela Comissão de Assuntos Sociais, para instruir o PLS nº 473, de 2011, que regulamenta o exercício da acupuntura.

Os nomes dos convidados serão informados posteriormente.

A autoria é do Senador Paulo Davim e da Senadora Marta Suplicy.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Davim, como também à Senadora Marta Suplicy, para fazer o encaminhamento do requerimento.

Com a palavra a Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Presidente, a justificativa é que hoje a acupuntura é uma prática multiprofissional da saúde dentro do campo de atuação das profissões da saúde, já regulamentada como especialização de médicos, fisioterapeutas e psicólogos, com carga horária mínima exigida.

Então, parece-me que tentar trazer alguma coisa nova em algo que está funcionando bem e, pelo que entendi, é do agrado dos acupunturistas, temos de ouvir um pouco melhor, para ter uma posição sobre a proposta de mudança em uma profissão que está incorporada em outras profissões.

Portanto, o motivo é esse. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Gostaria de colocar em votação mais alguns itens, mas são todos de caráter terminativo, e o quórum está baixo para votarmos aqui. São três projetos do Senador Paulo Paim, que é relator da matéria. Por sinal, um deles o Senador tinha requerido *ad hoc* e os demais tinham que ser relatados. Entretanto, como o quórum...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, o Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Nós teremos um problema de quórum, porque a Comissão de Constituição e Justiça vai votar esse projeto que acabamos de votar. Somente para alertar V. Exª. Eu, por exemplo, estou aqui querendo que permaneça o quórum, mas realmente vamos ter dificuldades.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª a sugestão. Nesse caso, tendo em vista que a matéria que votamos aqui, que é o Fundo, e que será votado na CCJ, a maioria dos Senadores terá que se deslocar, porque fazem parte da Comissão.

Nós declaramos encerrada a reunião, tendo em vista também que o Senador Paulo Paim, autor de três projetos, não se encontra presente.

Agradeço a presença e, nada mais havendo a tratar, encerro a reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 8 horas e 57 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 08 minutos.)

Ata da 11ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais,da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, Realizada no Dia 29 de Março de 2012, Quinta-Feira, às Dez Horas e Trinta Minutos, na Sala Florestan Fernandes, Plenário nº 9, Ala Alexandre Costa, Anexo II, Senado Federal.

Às dez horas e quarenta e seis minutos, do dia vinte e nove de março de dois mil e doze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Jayme Campos,** reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Paulo Davim, Lauro Antonio, Cyro Miranda, Eduardo Suplicy e das Senadoras Vanessa Grazziotin, Ana Amélia, Ana Rita e Lídice da Mata. Deixam de comparecer os demais membros. Registra presença o Senador Álvaro Dias. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 10ª Reunião que é dada por aprovada. Passa-se à apresentação da Pauta para discutir "o impacto da conservação de alimentos na saúde pública" em atendimento aos Requerimentos nºs 19 e 22 de 2012 da CAS, *ambos de autoria do Senador Cyro Miranda*, com a presença dos seguintes oradores: **Márcio Milan,** Vice-Presidente da Associação Brasileira de Supermercados – ABRAS; **Fernando Cabral,** Diretor de Relações Institucionais da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes – ABRASEL;

Licinia de Campos, Membro do Comitê Técnico do Serviço de Informação da Carne – SIC; **Vera Megumi Kawasaki,** Colaboradora da Sociedade Brasileira de Gastronomia e Nutrição – SBGAN; **Dirceu Barbano,** Diretor Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA; **Ronnie Pizzi,** Diretor Administrativo da Associação Brasileira de Engenheiros de Alimentos – ABEA. A Presidência passa a palavra aos oradores. Durante a fala do Sr. Dirceu Barbano, por solicitação do convidado, faz uso da palavra a Sra. Denise de Oliveira Resende, Gerente Geral de Alimentos da ANVISA. Às onze horas e vinte e seis minutos assume a Presidência o Senador Cyro Miranda. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinqüenta e quatro minutos, lavrando eu, Dulcidia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Jayme Campos, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Jayme Campos,** Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Décima primeira reunião extraordinária da CAS.

Declaro aberta a 11ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores desta comissão.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de discutir o impacto da conservação de alimentos na saúde pública, em atendimento aos Requerimentos nºs 19 e 22, de 2012 – CAS, de autoria do Senador Cyro Miranda.

Antes de convidarmos as autoridades para fazer parte da Mesa, eu queria fazer um breve comentário em relação a esta audiência pública.

Impacto da conservação de alimentos.

"Você é aquilo que você come", provérbio este que tem sido amplamente discutido nos dias atuais. Estudos revelam que existem mais de 250 tipos de doenças transmitidas por má conservação de alimentos, entre equilíbrio tempo e preparo. Pesquisas apontam que uma única bactéria pode se multiplicar 130 mil vezes em apenas seis horas, se a conservação do alimento for ruim.

Então, como manter a qualidade dos alimentos, livres de microorganismos e atender as necessidades atuais do consumidor, que também procura manter a vida saudável e, consequentemente, busca produtos que não só satisfaça, mas contenha tudo que precisa para manter seu bem-estar e longevidade? Este é o grande motivo desta audiência, e espero que possamos ter respostas e soluções para esse grande problema que estamos enfrentando.

Calcula-se que, hoje, no Brasil, 20% de toda sua produção agrícola se perdem durante a colheita e outro tanto durante o transporte ou devido à embalagem inadequada. Essa perda só não se compara com a dos países do primeiro mundo, onde ela é menor. Mas há países que perdem 70% da sua produção devido a causas diversas. Tudo isso determina a incineração de milhares de toneladas de alimentos decido a sua má conservação, deterioração ou contaminação por agrotóxicos.

Só para se ter uma ideia, segundo a Ceagesp de São Paulo, há um desperdício diário de 40 toneladas de alimentos. Os alimentos geralmente estão sujeitos e sofrem alteração estragando-se ou deteriorando-se, quando não consumidos logo após a colheita ou abate, se precauções não forem tomadas para sua preservação.

Nos países desenvolvidos, as DVAs – Doenças Vinculadas por Alimentos surgem como o a segunda maior causa de enfermidades. Só nos Estados Unidos, 76 milhões de pessoas contraíram algum tipo de DVA este ano. No Brasil, presume-se que o número seja bem maior.

É apenas um comentário muito importante para o bom andamento desta audiência pública.

Nos termos do art. 89, XII, do Regimento Interno do Senado Federal, esta Presidência distribuiu – e quero comunicar ao Senador Cyro Miranda, Presidente da Subcomissão da CASFGTS – os seguintes Projetos de Lei do Senado: 108, de 2003; 68, de 2004; 586, de 2007, 524, de 2011; e 48 e 49, de 2012.

Esses projetos se encontram nesta comissão e eu determinei à Secretaria da comissão que encaminhasse a V. Exª para designar os relatores dessas matérias para os membros da subcomissão que V. Exª preside.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Jayme Campos, pela deferência da nossa subcomissão. Agora, pergunto a V. Exª: esses relatórios vão ser lidos e aprovados...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Exª vai designar os relatores para os membros da subcomissão...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sim, mas eles serão lidos na nossa comissão e votados na comissão...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Depois serão votados na comissão...

Vota-se aqui na subcomissão e, depois, ratificado na comissão principal, que é a comissão que eu presido.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Exª tem a autoridade e a prerrogativa, neste caso, de distribuir a matéria para os membros da subcomissão que V. Exª preside.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Eu queria fazer aqui um pleito: distribuídos os projetos dos processados aos relatores, se possível, que sejam mais rápidos na devolução dos projetos com os pareceres – mesmo aqueles que desistirem, pois faremos a redistribuição –, para que sejamos eficientes como fomos no ano passado, com o mesmo número de projetos apreciados nesta Comissão, aprovados ou rejeitados. É o apelo que faço aos Senadores e às Senadoras que compõem a Comissão de Assuntos Sociais.

Eu quero convidar para compor a Mesa as ilustres autoridades.

O Dr. Márcio Milan, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Supermercados – Abras, que se encontra presente e eu o chamo para conosco fazer parte da Mesa.

Convido Fernando Cabral, Diretor de Relações Institucionais da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes – Abrasel, para fazer parte da Mesa, por favor.

Convido a Drª Vera Megumi, colaboradora da Sociedade Brasileira de Gastronomia e Nutrição, para que faça parte da Mesa.

Convido o ilustre Diretor Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa, Dr. Dirceu Brás Aparecido Barbano.

Ô Dirceu, presente como sempre, não é?

Convido Ronnie Pizzi, Diretor Administrativo da Associação Brasileira de Engenheiros de Alimentos – Abrea.

Convido Licínia de Campos – por sinal, até minha parente, não é? –, membro do Comitê Técnico do Serviço de Informação da Carne. V. Sª também está convidada para fazer parte da Mesa.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, nós procuramos agradar V. Exª trazendo seus parentes para dignificar ainda mais esta audiência.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Muito obrigado.

De acordo com o art. 94, §§ 2º e 3º, do RISF, a Presidência adotará as seguintes normas: os convidados farão suas exposições e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Senadores e Senadoras inscritos.

A palavra será concedida aos Senadores e Senadoras na ordem de inscrição. Os Senadores e as Senadoras que quiserem fazer alguma indagação ou interpelação aos convidados eu gostaria que fizessem a inscrição. Entretanto, é bom que se esclareça que, de forma regimental, têm prioridade os autores dos requerimentos, que, no caso, foi proposto pelo Senador Cyro Miranda. V. Exª tem toda prioridade.

Para iniciar, concedo a palavra ao Dr. Fernando Cabral, para fazer a sua exposição. O senhor tem dez minutos, assegurados regimentalmente, para fazer seus esclarecimentos, e, eventualmente, poderá ter mais um ou dois minutos para a conclusão.

O SR. FERNANDO CABRAL – Bom dia senhores e senhoras.

A Abrasel (Associação Brasileira de Bares e Restaurantes) representa e procura gerar desenvolvimento para o setor de alimentação fora do lar, que conta hoje no Brasil com aproximadamente um milhão de empresas e cerca de seis milhões de empregos diretos. Nossa entidade, congregando essas empresas, também representa algo como 32% a 33% de todo o gasto do brasileiro com alimentação. A tendência de crescimento é muito grande e a expectativa do IBGE é de que, em 2020, nós representemos 40% do gasto do brasileiro com alimentação.

O nosso setor tem plena consciência da responsabilidade que lhe cabe no que diz respeito à segurança alimentar e à segurança dos alimentos, de forma mais técnica, como deve ser dito. A conservação dos alimentos é, sem dúvida, um dos aspectos prioritários dentro da segurança dos alimentos nos estabelecimentos comerciais de bares, restaurantes e similares. Existe no Brasil uma legislação eficaz, moderna e eficiente, que é a legislação que a Anvisa impõe ao setor para a manipulação e a conservação de alimentos. Existem normas rígidas que as empresas legal e formalmente constituídas são obrigadas a seguir, e são fiscalizadas com a intensidade possível pelas Vigilâncias Sanitárias locais. Esse é um sistema que é considerado eficiente e moderno.

Existe um volume muito grande de problemas ligados à alimentação e que ocorrem principalmente em locais que não são fiscalizados pela Anvisa, em função da informalidade. Em nosso setor, dentro desse um milhão de empresas que citei há pouco, estima-se que mais de 60% delas sejam de comércios informais, sem CNPJ. Não existe um trabalho intenso por parte do Estado brasileiro de buscar essa formalização. Muitas vezes, as pequenas empresas são colocadas na informalização em função das dificuldades burocrá-

ticas, custos, etc. Então, nessas empresas de menor porte e que geralmente são informais, a fiscalização praticamente não existe. As entidades de fiscalização só atuam em empresas formalmente colocadas no mercado, com CNPJ, com alvará ou pelo menos solicitação de alvará. Na verdade, o problema é cultural e extrapola a simples preocupação com a segurança dos alimentos, que precisaria se estender até as residências, até o consumo nos lares brasileiros, a fim de que se tenha como cultura a preocupação com a conservação dos alimentos. Eu acho que é um problema de educação, e é muito sério, atinge números muito elevados no Brasil, e precisa ser combatido.

Tenho certeza que, a partir desta audiência, desta iniciativa, da preocupação com a segurança, com a conservação dos alimentos, poderemos ter um bom desenvolvimento nessa área.

Coloco a entidade à disposição no que for possível para o desenvolvimento dos trabalhos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço ao Dr. Fernando Cabral pela exposição.

Concedo a palavra ao Dr. Dirceu Brás Barbano, Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa.

V. Exª tem dez minutos para prestar as informações. Se for necessário, abriremos mais espaço.

Com a palavra o Dr. Dirceu.

O SR. DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO – Bom dia, Senador Jayme Campos, bom dia, Senador Cyro Miranda, demais parlamentares, Senadores aqui presentes e companheiros de Mesa desta audiência pública. É uma honra sempre muito grande retornar à Comissão de Assuntos Sociais, em que, por duas vezes, fui sabatinado para ser conduzido à diretoria da Anvisa, e muito me honra estar aqui novamente.

Peço sua licença, Senador Jayme Campos, pois vou fazer uma breve fala, mas depois gostaria de considerar a possibilidade de que a Drª Denise Resende... Assim como o Senador Cyro Miranda disse que agradou o senhor com seus parentes, a Drª Denise é de Goiás, então nós chamamos uma goiana para fazer a apresentação aqui, no sentido de agradar também o Senador Cyro Miranda. A Drª Denise é a Gerente-Geral da área de alimentos e trará um conjunto de informações para que sejam debatidas aqui.

De maneira geral, é importante salientar que, de fato, nós temos no País, de um lado, cadeias de produção de alimentos, desde a agricultura, a agropecuária, até o comércio, com um conjunto de normas, e conseguimos, em muitos lugares do País, uma qualidade bastante acentuada no controle dessa cadeia, da segurança que essa cadeia oferece aos consumidores, mas temos também um conjunto de dificuldades. Algumas delas relacionadas a desconhecimento por parte dos produtores e dos empreendedores, principalmente dos micro e pequenos empreendedores, e também o desconhecimento, por parte da própria população, da importância com a questão da segurança alimentar no que se refere à manipulação, aos cuidados do manipulador ao cuidar da estrutura em que esse alimento é manipulado, e à conservação. Sempre batemos na tecla de que os alimentos no mínimo precisam ser inócuos do ponto de vista da possibilidade de causar danos à saúde. Muito dessa inocuidade é relacionada às condições de conservação e produção. No Brasil, já avançamos para a discussão da qualidade nutricional dos alimentos também, o que tem a ver com inocuidade, e isso cada vez mais se torna importante. Mas no que se refere à segurança relacionada à qualidade e ao controle sobre a cadeia, temos condições de trazer aqui um conjunto de informações aos senhores, aos Srs. Senadores e à audiência desta audiência pública.

Gostaria então de pedir à Drª Denise que nos ajude com os dados e a apresentação que vai fazer.

A SRª DENISE RESENDE – Bom dia.

Pode colocar a apresentação, por favor.

Fomos convidados para falar sobre o controle de alimentos no Brasil, e resolvi colocar como título da apresentação "Os Aspectos de Conservação Segundo a Regulação Sanitária", entendendo que regulação sanitária é todo um arcabouço de processos que são trabalhados dentro da cadeia de produção do alimento ou do produto final de serviços.

Próximo.

No Brasil, o controle de alimentos é feito por vários órgãos, por vários ministérios. Nós temos mais de dez ministérios que trabalham no controle de alimentos, mas o controle sanitário de alimentos é executado por dois órgãos: o Ministério da Saúde, por meio da Anvisa; e o Ministério da Agricultura. Existe uma separação, uma diferença entre o trabalho do Ministério da Agricultura e o do Ministério da Saúde. Então, com relação aos produtos de origem animal, o Ministério da Agricultura é responsável pela produção primária, industrialização, armazenamento e distribuição, ficando a cargo do Ministério da Saúde apenas a comercialização e o consumo final do produto. Com relação aos produtos de origem vegetal, o Ministério da Agricultura cuida apenas da produção primária e o restante da cadeia é responsabilidade do Ministério da Saúde.

Próximo.

Para fazer todo esse controle de alimentos, temos hoje, dentro do Ministério da Saúde, o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, que é composto pela

Anvisa, que coordena esse sistema por meio da Gerência-Geral de Alimentos; as Vigilâncias Sanitárias estaduais, do Distrito Federal e as municipais – são 27 laboratórios oficiais de saúde pública, todos os Estados têm seus laboratórios –; e o Instituto Nacional de Controle de Qualidade. Então, todos esses órgãos integram o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária.

Próximo.

A organização desse sistema é bastante complexa. Nós temos o nível federal, que atua por meio da Gerência-Geral de Alimentos, e temos, dentro, a Câmara Técnica de Alimentos, composta por professores de notório saber, e a Câmara Setorial de Alimentos, com representação do governo, representação do setor produtivo e representação da sociedade civil organizada, que nos apoiam na condução da política nacional de alimentos. Além disso, a Vigilância Sanitária dos Estados e dos Municípios, com os seus laboratórios. Todo esse sistema nacional tem interface com o Ministério da Agricultura, e também trabalhamos em interface com o Ministério Público e o Ministério da Saúde, através das políticas de alimentação e nutrição e a de vigilância ambiental e epidemiológica.

Próximo.

Desde 1969 até agora, nós vínhamos em um caminho de desregulamentação de registro de alimento na tentativa de avançar do modelo de pré-mercado para o modelo pós-mercado, porque o modelo pré-mercado é muito calcado na burocratização do processo. E a ideia é que a gente consiga avançar para o pós-mercado para que as vigilâncias sanitárias deixem de atuar em cima de papel e possam se liberar para trabalhar efetivamente a fiscalização. Então, desde 69, nós vimos trabalhando a desregulamentação e hoje nós temos apenas seis categorias de alimentos que continuam com o registro.

Próximo.

O controle da inocuidade de alimentos hoje é feita de que forma? Através da inspeção e certificação dos produtos, sistema de alerta e investigação, que nós temos com as vigilâncias sanitárias, com o Ministério da Agricultura, com a Opas e o Ministério da Saúde. Então, hoje, se nós temos algum problema relacionado à inocuidade do alimento, seja ele dentro do Brasil ou fora do Brasil, nós recebemos a informação imediatamente e essa informação é difundida para todos os Estados para que a gente possa adotar medidas o mais rápido possível.

Quanto à avaliação de segurança e eficácia, principalmente daqueles produtos que têm alegação de propriedade funcional ou os ditos novos alimentos, é preciso comprovar realmente que aquela alegação tem a eficácia proposta.

Monitoramento e avaliação do risco, através do monitoramento de análise laboratorial dos produtos no mercado, para que a gente possa inclusive ter dados suficientes para elaborar uma avaliação de risco e desregulamentação do registro que eu falei ainda há pouco.

Próximo.

A política de alimentos na Anvisa tem o foco na análise de risco, o alcance dela é toda a cadeia produtiva, desde a produção primária até o produto final, e a estratégia que utilizamos é a descentralização das ações através do serviço de vigilância sanitária estadual e municipal.

Próximo.

O controle sanitário de alimentos, então, estabelece requisitos de higiene sanitária dentro de toda a cadeia produtiva, desde a matéria-prima e insumos alimentares até o comércio, lembrando que um produto, se não tem a matéria-prima adequada, dificilmente eu vou conseguir um produto final com qualidade adequada para o consumidor. Então a gente precisa focar também na produção primária para que a gente consiga ter um produto adequado. Dentro de todas as etapas da cadeia produtiva há os riscos associados e nós trabalhamos de que forma? Através das boas práticas de fabricação, análise de pontos críticos de controle para tentar minimizar o acontecimento dos perigos.

Próximo.

As condições para conservação dos alimentos industrializados estão previstas na Resolução Cisa de 84, que diz que "são estabelecidas pelas empresas produtoras em consonância com técnicas do processo industrial que adotarem de modo a oferecerem orientação segura para que o alimento não se torne impróprio para o consumo". O que a gente entende por alimentos perecíveis? Aqueles que devem ser mantidos em condições especiais de temperatura para sua conservação, ou seja, refrigerado, aquecido ou congelado. E os alimentos não perecíveis são aqueles que possuem tempo de durabilidade longo e que podem ser armazenados à temperatura ambiente.

Próximo.

Hoje nós temos a RDC 259, que estabelece o que é obrigatório conter no rótulo dos alimentos para informar ao consumidor. Lembrando que o rótulo do alimento é a única forma de comunicação da indústria com o consumidor. Então, aquelas informações necessárias para que o consumidor saiba fazer escolhas mais saudáveis devem estar contidas no rótulo do alimento. Isso está previsto no Resolução 259. Então o nome do produto é um dado obrigatório, o conteúdo líquido, a identificação da origem do produto, a lista de ingredientes, o lote, o prazo de validade é um dado obrigatório, o nome e o endereço do fabricante para,

caso haja necessidade de contatar ou rastrear esse produto, saber de onde ele veio, e a instrução de uso e preparo quando for necessário.

Próximo.

Por exemplo, sobre alimentos que exigem condições especiais de conservação o que a Resolução diz? Indica as precauções necessárias para manter as características normais do alimento, constando temperatura máxima e mínima para conservação do alimento e o tempo que o fabricante, produtor ou fracionador garanta a sua durabilidade nessas condições. As mesmas exigências para alimentos que se alteram após abertura da embalagem e alimentos congelados. Principalmente aquele "depois de aberto conservar à temperatura x por determinado tempo". Isso está previsto na Resolução 259.

Próximo.

Quando necessário, deve-se apresentar instruções sobre o modo apropriado de uso, incluindo a reconstituição, descongelamento, tratamento a ser dado pelo consumidor para uso correto. É o modo de orientar o consumidor sobre a forma de consumo mais adequada àquele produto.

Próximo.

Quanto ao alimento preparado, a Resolução que versa sobre esse tema é a 216, cujo âmbito de aplicação é cantina, bufês, comissarias, todos esses ambientes onde são produzidos esses alimentos. Ela exclui as cozinhas hospitalares, mas está passando por uma revisão e, provavelmente, ainda neste mês será incluída a cozinha hospitalar dentro do âmbito da aplicação dessa Resolução. As comissarias têm regulamento específico dado por portos, aeroportos e fronteiras.

Próximo.

Esta Resolução 216 fala sobre o tratamento térmico do alimento: todas as partes do alimento devem atingir a temperatura mínima de 70º. Ao se usar temperaturas inferiores, deve-se aumentar o tempo, para manter o binômio tempo-temperatura. Então, se você aumenta a temperatura, diminui o tempo e vice-versa. Óleos e gorduras têm que ser aquecidos à temperatura não superior a 180º. O descongelamento, sob refrigeração inferior a 5º, em forno micro-ondas, quando for imediatamente submetido ao cozimento. O resfriamento deve ser rápido, reduzindo a temperatura de 60º para 10º em até duas horas e, em seguida, submeter o alimento a refrigeração ou congelamento. Refrigeração é a temperatura inferior a 5º e congelamento, inferior a 18º. A manutenção a quente deve ser superior a 60º por, no máximo, seis horas. Essa é a temperatura de segurança para evitar proliferação microbiana no alimento.

Próximo.

Esse *slide* eu coloquei só para mostrar para vocês que todos esses dados contidos na Resolução 216 têm base científica, a maioria deles foi extraída do Codex Alimentarius, com exceção da primeira, que é da Resolução CNNPA de 78.

Próximo.

A conservação de alimentos, então, é um fator importante para reduzir o risco à saúde do consumidor. A temperatura é um dos fatores mais importantes para conter a atividade do micro-organismo. Entendo que a manutenção da temperatura é uma das formas de conservação, não é a única forma de conservação que existe. Quanto menor for a temperatura, menor será a velocidade das reações bioquímicas ou das atividades microbianas. Se você viola a temperatura, as condições ideais do nutriente, você tem o risco associado.

Próximo.

Os equipamentos se tornam um ponto crítico de controle quando eles não mantêm a temperatura adequada, se não há condições higiênicas no acondicionamento, dependendo do estado de conservação e da falta de manutenção periódica. Eles acabam se tornando um ponto crítico.

Próximo.

Este é um dado do Ministério da Saúde de doenças transmitidas por alimento. De 1999 a 2010, tivemos vários casos de surto de DTA, doenças transmitidas por alimentos. Tivemos um pico, em 2005, com mais ou menos 900 surtos e um pico, em 2004, de casos, entendendo que surto é quando é mais de dois casos, mais de duas pessoas, e caso, uma pessoa só, exceção é só para o botulismo, que uma pessoa só já configura um surto. O número de óbitos de 1999 a 2010: em 2004, tivemos um pico de mais de 20 mortes associadas à doença transmitida por alimentos.

No Brasil, nós temos uma subnotificação, então esse dado é subdimensionado. Apesar das doenças transmitidas por alimentos serem de notificação obrigatória, ainda temos subnotificação. Comparando com os dados dos Estados Unidos, a cada ano, um a cada seis americanos são acometidos por doenças transmitidas por alimentos, sendo que 120 mil pessoas são hospitalizadas e 3 mil morrem por ano. Bem maior do que o número que temos aqui.

Próximo.

Esse *slide* é só para mostrar para vocês a atuação da Vigilância Sanitária dos Municípios principalmente focada na questão da temperatura. Então temos ali: o supermercado de Uberaba é autuado por manter peixe fora do *freezer;* a vigilância sanitária apreende alimentos em 19 supermercados.

Próximo.

A Polícia Rodoviária Estadual e a Vigilância Sanitária apreendem alimentos congelados em São Joaquim

por conta do transporte. Ele deveria ser congelado e estava sendo transportado à temperatura ambiente.

Próximo.

Nós temos algumas ações com o consumidor, que é a comunicação de risco. Então a gente utiliza muito a mídia nacional para informar o consumidor sobre os riscos associados ao consumo de alimentos inapropriados, notícia e infografia no sítio institucional. Temos, no *site* da Anvisa, alguns informes para o consumidor, cartilha educativa e *folder*, termos de cooperação que fizemos com o Ministério do Turismo para informar o consumidor e capacitar os manipuladores de alimento, trabalhando com o Senai e com o Sebrai também para capacitar manipuladores de alimento.

Próximo.

Nós temos também *hotsite*. No *site* da Anvisa tem o "Vamos às compras" e tem o tema específico, "Alimentos congelados e refrigerados", para orientar o consumidor.

Próximo.

Dentro desse tema de educação para o consumidor, o Guia de Alimentos e Vigilância Sanitária e os 5 Pontos-Chave para uma Alimentação Segura, sendo um deles manter a temperatura adequada.

Próximo.

Em caso de denúncia de irregularidades do produto ou do estabelecimento, o consumidor deve procurar a Vigilância Sanitária local.

Próximo.

Em linhas gerais, esse é o papel da Vigilância Sanitária Federal e como temos trabalhado o controle do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Para concluir, o Dr. Dirceu vai fazer as últimas observações.

O SR. DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO – Só, primeiro, agradecer a Drª Denise Resende, que é a Gerente-Geral de Alimentos da Anvisa e nos colocar à disposição.

Acho que essas informações reforçam toda a necessária preocupação sobre o tema, principalmente quando sabemos que o nosso País consegue produzir alimentos de qualidade. Temos também a economia dos microempreendimentos muito sedimentada na área de alimentos e isso é importante para o País, porque é uma atividade que gera renda, gera emprego e precisa ser amparada, mais do que fiscalizada e controlada, pelo Estado, no sentido de que essas atividades ofereçam condições aos empreendedores de executarem suas atividades, mas também condições de segurança no consumo dos produtos que são fabricados ou manipulados por ele. Depois vamos poder aprofundar e discutir.

Obrigado, Senador Jayme Campos.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Sª, meu caro prezado amigo Dirceu. Prosseguindo, é bom que se esclareça também que, em que pese a Anvisa ter um fato material em relação a normas, resoluções, portarias, eu particularmente tenho a sensação, Dirceu, de que fazer uma fiscalização de forma permanente, constante neste País aqui não é muito fácil. Um país de dimensão continental, com quase nove milhões de quilômetros quadrados, infelizmente, temos que ser claros, não há a presença marcante, permanente da Anvisa em todos os rincões do Brasil. É muito difícil! Ainda se vê apreensão da Polícia Rodoviária, da Polícia Estadual, mas isso é um caso, dois casos. Se tivessem de fato atuando, como seria o ideal, teríamos, com certeza, um trabalho mais eficiente em relação à atuação da Anvisa.

Todavia, imagino que o esforço está sendo feito, convênios com algumas prefeituras, com Estado, em síntese, com aquele que está mais lá perto da sociedade, do comércio. A atuação tem que ser feita pelas prefeituras e pelo próprio Estado, que tem mais estrutura, porque a Anvisa, na verdade, se for atender a demanda, tem que colocar os milhares e milhares de fiscais neste Brasil tendo em vista a dimensão... Mas, de qualquer forma, imagino que a Anvisa está fazendo a sua parte.

Concedo a palavra à Drª Vera Megumi para fazer a sua exposição.

V. Sª tem dez minutos.

A SRª VERA MEGUMI KAWASAKI – Bom dia.

Antes de mais nada, Senador Jayme Campos, eu gostaria de pedir autorização para distribuir uma pasta de apresentação da Sociedade Brasileira de Gastronomia e Nutrição que eu aqui represento.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – A senhor fique à vontade. Se tiver alguma assessora para distribuir essa pasta...

A SRª VERA MEGUMI KAWASAKI – Não, já foi entregue à Secretaria.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Por favor, Secretaria da Mesa, distribua o material que foi encaminhado pela Drª Vera para os convidados.

A SRª VERA MEGUMI KAWASAKI – Muito bem. Eu represento a SBGAN, uma sociedade que está no final da cadeia produtiva. Representamos os restaurantes, microempresas, chefes de cozinha, nutricionaistas, ou seja, profissionais que atuam nesse segmento. Então, em nome deles, eu gostaria de colocar a nossa posição, como representante dessa categoria.

Nós temos uma legislação muito rica, como foi apresentado pela Drª Denise agora. De dez anos para cá, evoluímos muito. Não só na legislação, na questão de rotulagem, como em regulamentos técnicos na área de vigilância sanitária. Isso para nós, profissionais, é um respaldo muito importante. No entanto, sou também professora universitária e formo, hoje – o que é muito carente no Brasil –, a mão de obra especializada. Eu trabalho numa universidade que forma alunos em gastronomia.

Nós percebemos que, apesar de toda a legislação que nós temos, o conhecimento que a população como um todo tem da própria legislação e dos seus direitos é muito pequeno. Meus alunos, que são universitários – o que ainda é uma porcentagem muito pequena da população brasileira –, têm muito pouco conhecimento da nossa legislação. Esse é o ponto.

Portanto, acho de suma importância que os direitos garantidos pela nossa legislação à população brasileira sejam divulgados e que sejam de fácil compreensão para o cidadão comum. Isso é fundamental, porque, como já foi colocado aqui, a Anvisa, assim como os órgãos fiscalizadores municipais, não dão conta do universo que nós temos no Brasil de todos os pontos de venda de alimentos, considerando desde as feiras livres, restaurantes até as indústrias. Então, definitivamente, precisamos que a população brasileira seja educada nesse sentido.

Outra questão que quero colocar é a da fiscalização. Lamentavelmente, a população brasileira também só reage mediante uma cobrança. Essa é a nossa realidade. Portanto, sempre vivemos numa situação muito difícil.

Estou colocando aqui um guia prático do dia a dia. Já dei treinamento e consultoria para muitos microempresários, pequenos restaurantes. É muito difícil fazê-los entender a necessidade da sua responsabilidade de saúde pública, na medida em que ele é um fornecedor de alimentos, ou seja, ele atua diretamente na saúde das pessoas. Eles enxergam seu estabelecimento comercial como uma fonte de renda. Eu não digo todos, mas acredito que a grande maioria.

Assim, realmente, há a necessidade de uma campanha nacional de conscientização e de colocar o cidadão como fiscal. Que ele aprenda a reivindicar e a lutar pelos seus direitos.

Existe, no Município de São Paulo, uma lei, há muito tempo – e acredito que em outras cidades também. A famosa "Visite nossa cozinha". Agora, eu lhes pergunto: quem desta plateia já visitou a cozinha do seu restaurante, que frequenta diariamente? E isso é um direito nosso. No entanto, a própria população não tem esse interesse. Muitas vezes, brigamos ao experimentar um sapato na butique, principalmente as mulheres, mas não vamos lá verificar a cozinha que prepara a refeição que vamos ingerir.

Então, é isso. Era essa a colocação que eu gostaria de fazer.

Agradeço a todos.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a Drª Vera a sua exposição pragmática, rápida e objetiva.

Quero convidar o Senador Cyro para presidir esta audiência pública, tendo em vista que tenho um compromisso no plenário da Casa.

Senador Cyro, por favor, convido V. Exª para assumir a Presidência.

Dando prosseguimento, concedo a palavra à Srª Licínia de Campos para fazer sua exposição.

V. Sª tem dez minutos.

A SRª LICÍNIA DE CAMPOS – Bom dia!

Eu faço parte do SIC, Serviço de Informação da Carne, e dou consultoria nutricional e gastronômica para o órgão, que é uma ONG.

Eu gostaria que já pudesse passar minha apresentação, por favor.

Atuando nesse setor alimentício por mais de 30 anos, tenho feito muitos treinamentos e constante atualização de profissionais na área de alimentação. E, no SIC, nós fazemos treinamentos de toda a cadeia produtiva da carne, desde o pecuarista, passando por treinamentos dentro dos frigoríficos, treinamentos com açougueiros, treinamentos com manipuladores, treinamentos com órgãos manipuladores, ou seja, cozinhas institucionais de hospitais, de indústrias e consumidor final. Inclusive, damos cursos em supermercados etc.. E o que temos notado através desse tempo todo é a falta de conscientização desses manipuladores a respeito de tempo e temperatura, de riscos em saúde que são colocados diretamente ao consumidor, e o consumidor não se apercebe disso.

Por favor, o próximo.

Então, vejam: coloquei uma pequena apresentação para vocês, breves pinceladas, porque o tema é bastante complexo e muito abrangente. Não daria para, neste breve espaço de tempo, falar de todos os aspectos em que ocorrem as toxinfecções. Vamos mostrar nesta tabela que o grande problema se situa na contaminação bacteriana. Nós temos quase 60% de contaminação bacteriana nos alimentos.

Próximo, por favor.

Vejam aqui onde se dão essas contaminações: primeiramente, na mista, e, nessa mista, temos incluídos maionese, panqueca, bolo, farofa; na animal e, depois, seguem outras com menor importância.

Próximo, por favor.

Vejam o fator tempo/contaminação. Vamos supor que o alimento possua uma só bactéria. Uma. Ela vai, em uma evolução de doze horas, reproduzir-se, vai fazer uma fusão binária e vai se transformar em 68 bilhões de bactérias. Uma bactéria só.

Próximo, por favor.

Quais são os fatores que propiciam isso? A temperatura, principalmente. Em um alimento colocado acima de 65°, as bactérias acabam sendo eliminadas; abaixo de 15º, elas não são eliminadas. Elas apenas adormecem e retomam seu poder de crescimento e desenvolvimento, de proliferação, assim que encontram uma temperatura propícia. Essa temperatura propícia é chamada de zona de perigo e está exatamente situada entre as temperaturas de 16º e 60º.

Próximo, por favor.

Então, vejam que cada tipo de alimento tem um tempo e uma temperatura ideal, e, se colocados nessas temperaturas ideais, eles têm uma vida de prateleira. Aí, vamos mostrar uma diferenciação: vida de prateleira é a vida que vem naquele prazo de validade geralmente estampado. Mas, será que a vida útil do alimento corresponde à vida de prateleira? Muitas vezes, não, porque o alimento que deveria ser mantido numa cadeia de frio não é mantido. Daí essa vida útil é prejudicada, ou seja, a qualidade não só palatativa, sensorial como a qualidade de insegurança do alimento. Nós temos essas tabelas que a Anvisa nos fornece, para que haja, dentro das unidades alimentares, um controle dessas temperaturas, que muitas vezes não são seguidas à risca pelos próprios manipuladores, simplesmente por ignorância, e não má-fé. É falta de treinamento.

Próximo, por favor.

Então, em relação ao efeito da manutenção sobre o produto transportado, armazenado, nós vamos ver que, se eu tenho um produto ruim, com manutenção ruim, eu só posso gerar um produto ruim. Óbvio!

Próximo, por favor.

E, já se eu tenho um produto bom, mas com manutenção ruim, eu vou ter um produto ruim.

Por exemplo, na cadeia da carne, existem exigências mil para o pecuarista, existem exigências mil para transporte, para abate humanitário, inclusive seguindo leis internacionais. O frigorífico passa por fiscalizações rigorosíssimas, o transporte dessa carne é feito de maneira controlada e devida e, muitas vezes, quando chega ao açougue, nós nos deparamos com uma imagem que acho que todos vocês já viram: aquela carne exposta no balcão por horas a fio, esperando um cliente para ser servido. Então, aquele manipulador, pela falta de conhecimento, pôs a perder toda aquela cadeia anterior, que custou muito dinheiro a todos os que estiveram envolvidos.

Eu trouxe algumas imagens reais para vocês. São um pouco chocantes às vezes. Então, vejam realidades de transportes.

Outro.

Isopor. Vejam aqui um balcão frigorífico dentro de um caminhão de transportes, dentro de um baú.

Vejam aqui, estas são cenas comuns. Todos vocês já viram: carnes expostas à temperatura ambiente às vezes por horas a fio.

Próximo, por favor.

O consumidor que vai à feira e leva no seu carrinho, exposto ao sol, o alimento, ele carrega, ali, já, uma proliferação em desenvolvimento.

Volta, por favor. Mais um.

Então, pescado. Muito sério. E carnes que, muitas vezes, permanecem, todas, em conjunto, sem separação, causando contaminação cruzada.

A tudo isso a vigilância está ciente, sim, mas a vigilância não consegue ter olhos múltiplos para todas as infrações que acontecem. O que precisaria ser feito seria uma conscientização da população, porque, se a população não comprar, certamente não vai haver mais oferta.

Aqui, são as consequências dessa displicência.

Vejam aqui a foto de um parasita, de um *Necator americanus*, ampliada milhões de vezes. É um parasita que se pode localizar no trato gastrointestinal de qualquer um de nós, devido ao consumo desses alimentos contaminados. Assim, visto ao microscópio, vimos como ele é bastante chocante, bastante impactante.

Finalmente, vejam quais podem ser as consequências num organismo humano: micoses, eczemas, pústulas mil, por causa de contaminações alimentares.

Então, ainda é tempo de consertar, e as medidas são: monitoração, treinamento, educação, conscientização da população.

Obrigada.

Era isso o que tínhamos a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço à Srª Licínia de Campos pelas suas considerações e objetividade nesse tema que, para nós, é da maior importância na cadeia de alimentos, que concerne à temperatura dos alimentos.

Concedo a palavra ao Sr. Ronnie Pizzi para sua exposição, pelo tempo de dez minutos, que representa aqui a Abea.

O SR. RONNIE PIZZI – Bom dia a todos, senhores e senhoras. Bom dia à Mesa. Gostaria de parabenizar o trabalho da Anvisa – aqui presentes o Dr. Dirceu e a Drª Denise –, que é um trabalho muito importante, junto conosco, no sentido de regulação das normas

para indústria de alimentos aqui no Brasil, o que auxilia muito a atuação do engenheiro de alimentos.

Represento a Abea, que é a Associação Brasileira dos Engenheiros de Alimentos, que conta hoje com um quadro de quase 15 mil engenheiros de alimentos no Brasil, que vem aumentando muito ao longo desses anos.

Não podia ser diferente; eu tenho que, de certa forma, passar para vocês um pouco a ideia do trabalho do engenheiro de alimentos, do esforço que é demandado na indústria e fora da indústria de alimentos, para justamente garantir a segurança do alimento que chega ao ponto de venda.

O alimento tem diversas origens, como a Drª Denise comentou: origem vegetal, origem animal. E a indústria de alimentos, de certa forma, acaba transformando esse produto que vem *in natura.* E, quando chega ao ponto de venda, a preocupação da indústria não termina. Porque, quando um alimento industrializado chega a oferecer algum risco ao consumidor final, quem acaba pagando o pato é a indústria, que tem a sua imagem arranhada e, em muitos casos, os negócios dela são prejudicados.

Então, o engenheiro de alimentos tem essa atuação forte, porque se entende também que há uma doença veiculada por alimentos que pode ser decorrente de alguma contaminação que surgiu antes mesmo do processo de industrialização, ou por presença de agrotóxicos, antibióticos, microtoxinas já presentes no produto. Então, quando o produto chega à indústria, ele precisa sofrer um forte processo de controle de qualidade na recepção da matéria-prima, muitas vezes, matérias-primas vegetais. Em alguns casos, é necessário encaminhar o produto para tratamentos térmicos de esterilização ou mesmo tratamento de radiação, que são regulados também pela Anvisa.

Toda essa preocupação é para fazer com que a matéria-prima, quando chega à indústria, chegue com uma carga microbiana menor possível, para que o produto chegue ao final com a menor carga microbiana possível. Não se consegue pegar um produto ruim e transformá-lo em bom. É preciso ter uma matéria-prima boa para manter a qualidade após o processo de industrialização. Isso envolve vários controles de processos, inclusive, controle de temperatura também.

Detalhando um pouco mais a atuação do engenheiro de alimentos: num processo industrial de pesquisa e desenvolvimento, pode-se trabalhar com o projeto de um novo produto a ser lançado ou projeto de alteração de algum produto que já está no mercado.

É importante ressaltar que, em qualquer desses tipos de projetos ou de alteração das condições de processos ou de formulação ou de embalagem, ou mesmo de um produto novo a ser lançado no mercado, há sempre a preocupação do engenheiro de alimentos com a qualidade com que ele vai chegar ao ponto final e qual a temperatura em que ele vai ser conservado no ponto de venda.

Há produtos industrializados que são considerados não perecíveis, que são embalados a vácuo ou mesmo conservados em temperatura ambiente, em embalagens que oferecem barreiras físicas à luz, ou mesmo a porosidade com a atmosfera externa. Enfim, mesmo assim, esses produtos são tratados. Existe um controle de qualidade deles muito forte a ponto de eles serem envasados e ofertados, na prateleira no ponto de venda, à temperatura ambiente. E quando ocorre de um produto precisar de refrigeração, os cuidados são maiores ainda. Porque hoje se sabe que, no ponto de venda, não há tanto controle assim, principalmente devido às diferenças regionais de temperatura – algumas regiões são mais quentes que outras –, ao transporte, às distâncias muito longas. Então, exige-se um transporte refrigerado, um ponto de venda refrigerado, o que muitas vezes não acontece, ele não atende às necessidades do produto.

Por muitas vezes, num processo de desenvolvimento de um produto, tem-se um prazo de validade definido que é muito aquém daquilo que seria possível. Existem produtos de que se poderia declarar prazo de validade de 60 dias ou 45 dias e, no entanto, declara-se muito menos que isso, porque se sabe que ele não vai ter condições ideais de armazenamento de temperatura. E acontece que, no momento em que o prazo de validade estoura, muitas vezes, num local onde o produto foi bem conservado, o produto ainda está bom, mas tem que ser descartado. Isso gera perda. Enfim, é um assunto muito complexo, é um tema muito amplo, mas a gente está aqui para contribuir, para tirar qualquer dúvida e auxiliar vocês aí.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, engenheiro Ronnie Pizzi pela sua exposição e também pelos esclarecimentos, mostrando ainda que o caminho é mais longo do que imaginávamos.

Concedo, por último, a palavra ao Vice-Presidente da Abras, Sr. Márcio Milan, pelo tempo de dez minutos e, se necessário, prorrogaremos.

O SR. MÁRCIO MILAN – Bom dia, Senador. Acho que é uma oportunidade bastante importante para a gente discutir um tema relevante, uma vez que se trata de saúde pública.

Gostaria de mostrar um pouco o trabalho que a Associação Brasileira de Supermercados hoje faz e

tem como prioridade, nos seus planejamentos estratégicos, a segurança dos alimentos.

Próximo, por favor.

Supermercados: Segurança alimentar é a nossa prioridade.

Próximo, por favor.

Vou falar para conhecerem um pouquinho a estrutura da Abras, como está hoje o setor de autosserviço, vou entrar na segurança alimentar, falar um pouco das boas práticas e focar um pouco mais na questão da refrigeração.

A Abras representa hoje todos os supermercados do Brasil. Estamos estruturados num sistema federativo. O que é isso? São 27 associações estaduais. Essas associações são totalmente independentes, autônomas. Não há uma hierarquia entre a Abras e as associações; o que existe é uma coordenação e uma orientação geral dos principais trabalhos a serem desenvolvidos por cada entidade.

Próximo, por favor.

Dentro da nossa missão, vou focar num dos itens, que é a capacitação. Talvez um dos nossos principais desafios é como fazer a capacitação dos 900 mil funcionários que hoje existem em 81 mil lojas de supermercados.

Próximo, por favor.

Falando um pouco do tamanho do setor, estão sendo divulgados hoje os novos números de 2011. E sobre faturamento, falamos em 201, mas, em 2011, esse número foi para 220 bilhões. Estamos falando em quase 91 mil lojas e de aproximadamente quase 1 milhão de funcionários que trabalham hoje em supermercados, representando aí 5,5.

Nosso grande desafio é a comunicação, a interação e como fazer chegar a informação e o treinamento a todos esses funcionários.

Próximo, por favor.

Aqui, só para dar uma ideia de como é o crescimento do consumo de refrigerados e congelados na área de supermercado. Vemos que o cresce mesmo é o item iogurte. Mas é uma área em que, ao longo dos últimos dez anos, os supermercados vêm crescendo constantemente, ora através dos *mixes* e da linha de produtos, por serem produtos muito mais práticos, ora através dos próprios serviços, principalmente na área de rotisseria.

Próximo.

Aqui mostramos também a cesta de alimentos, considerando perecível e o restante da cesta. A gente verifica também que perecíveis crescem muito mais do que a cesta como um todo também no supermercado, nos últimos anos.

Próximo.

Aqui mostramos um pouco que, embora haja um decréscimo nas principais categorias em relação a 2009/2010, 2010/2011, o setor continua a crescer na área de perecíveis.

Próximo.

Agora vou falar um pouco de segurança alimentar e das boas práticas.

Nós temos uma consciência bastante grande sobre a nossa responsabilidade com relação aos consumidores.

Acho que, diariamente, aproximadamente 25 milhões de pessoas entram no supermercado para consumir, onde eles recebem as primeiras informações ou tomam os primeiros contatos sobre os alimentos. Sabemos que é lá que se forma a opinião sobre produtos, sobre serviços e também sabemos que podemos, nos supermercados, fazer uma comunicação aos consumidores.

Participamos hoje de muitos trabalhos junto ao Ministério da Saúde, nas campanhas de vacinação e em outras campanhas também para informar a população.

Mais recentemente, juntamente com a Drª Denise, estivemos em Santa Catarina, há dois dias, onde lançamos um programa de comunicação, já lançado aqui em Brasília, mas reforçamos a comunicação e também a forma de levar isso ao consumidor, que é quanto à redução no consumo do sal. Então, sabemos que também podemos levar informação para a população e não só comercializar produtos.

Próximo.

Aqui, acho que chegamos ao ponto talvez mais importante para falarmos um pouco da questão de como o supermercado trata os produtos perecíveis. Fizemos uma Escola Nacional de Supermercados, cujos cursos presenciais são dedicados aos funcionários dos supermercados, principalmente da área de perecíveis. Então, temos um curso que trata de todos os aspectos – depois vamos entrar mais em detalhes – da questão do açougue, da peixaria, de frios e laticínios, da seção de hortifruti. O curso de frios e laticínios é um módulo abrangente, e verificamos que, em todos os itens que abordamos, falamos, sim, da importância dos equipamentos de refrigeração, mas falamos também das análises microbióticas que são encontradas – e temos histórico sobre isso –, falamos da manipulação, como os alimentos precisam e devem ser manipulados, armazenados e assim por diante.

Vamos ao próximo.

Aqui, temos curso que trata especificamente sobre higiene e saúde em supermercado de uma forma mais abrangente e também como nós levamos toda a preocupação em relação aos armazenamentos, não só na área de vendas, na exposição, mas também nas câmaras frias e também sobre os cuidados que devemos ter com a reposição dos produtos na área de vendas.

Próximo.

Aqui, o principal objetivo da Escola Nacional é a formação e a conscientização de funcionários que têm ou não experiência na área de supermercados. A gente trata de todas as questões legais, o que foi colocado aqui também pela Drª Denise, as questões das resoluções, as leis. Há algumas especificidades de cada Município, então, cada Município e cada localidade levam em consideração o que têm de diferente em termos de legislação.

Falamos, também, de como evitar as doenças transmissíveis por alimentos, que eu acho que foi uma das coisas que foram colocadas e é uma das preocupações aqui.

Próximo.

Nós sabemos que é através desses cursos, dessa constante reciclagem que nós podemos melhorar cada dia mais os trabalhos de supermercado.

As principais empresas de supermercados do País... Hoje, existe até uma diretoria de segurança alimentar, quer dizer, as principais empresas estão estruturadas, existe uma diretoria que cuida diariamente, através de visitas, através de análise, dos produtos que são feitos. Até ainda na indústria, principalmente na área de carnes, muitas empresas fazem as suas análises já na indústria, quando o produto está na indústria, quando o produto chega ao supermercado e, também, quando o produto é exposto na área de vendas.

Próximo.

Aqui, falando um pouco mais do curso de higiene e saúde, a gente fala das doenças que são ou poderão ser transmitidas por alimentos. Nós estamos falando dos microorganismos, higiene, higiene pessoal, falamos de uniformes, falamos de recebimento de mercadorias, armazenamento, manipulação de alimentos, as instalações dos equipamentos, que são uma briga constante, as embalagens, posição, cuidado, até o cuidado com o lixo, que deve ter cada supermercado com aquilo que é produzido em sua loja.

Próximo.

Aqui é um pouco da comunicação que nós fazemos com o supermercado, que nós utilizamos da revista SuperHiper, do portal, que é onde nós focamos sempre, passando para o supermercado as boas práticas que são encontradas aqui no Brasil e fora do Brasil também.

Neste momento, o Presidente Sussumi está na Europa, participando de feiras e, com certeza, vai trazer novidades dessa área para a gente também.

Próximo.

Aqui, também fala dos produtos refrigerados.

Próximo.

Eu queria entrar, agora, um pouquinho na questão dos equipamentos de refrigerados, mostrar um pouquinho que o setor está investindo em refrigeração.

Aqui, se nós pegarmos dois itens, que são a reforma das novas lojas e o investimento específico em equipamentos de refrigeração, ultrapassam 20% que são: todas as lojas que são reformadas, um dos itens focados nessas reformas são os balcões de refrigeração.

Então, aqui é o investimento do setor aí, que vem sendo feito ao logo do tempo. Isto aqui foi feito em 2010.

Próximo.

Temos um programa que nós iniciamos num primeiro momento, cujo foco era com relação aos gases. Hoje, nós sabemos que de todo o abastecimento da população brasileira, o supermercado responde por cerca 85% de todo esse abastecimento para a população e, preocupados, também, com o meio ambiente, nós iniciamos um trabalho entre o Ministério do Meio Ambiente e a Abrava, com o objetivo de a gente orientar o pequeno supermercado, o pequeno comércio com relação aos cuidados que deve ter na manutenção e naquele caso específico de que nós estávamos falando, do vazamento de gás.

Próximo.

Criamos esse manual de boas práticas, que visava e visa aos cuidados que deve ter com a manutenção dos equipamentos, as boas práticas que deve ter e, também, um programa que nós tínhamos, até 2020, para trocar os gases e deixar os aparelhos mais eficientes, mantendo a temperatura adequada.

Próximo.

Em continuidade com a Abrava, nós acabamos de finalizar uma outra parceria – vou pedir para colocar o próximo –, que é o programa de modernização que nós estamos colocando para 2012, quer dizer, de toda essa área de refrigerados, nós estamos com um programa bastante interessante.

Próximo.

O que é esse programa? É um programa onde foi conseguido o Fundo Multilateral de Montreal, que visa dar continuidade ao projeto iniciado pelo Ministério do Meio Ambiente, pela Abrava e pela Abras, que prevê um orçamento bastante grande até para aquilo que foi mencionado aqui, que é o treinamento de pessoal. Quer dizer, nós temos, aí, uma previsão para investir, em 2012, US$1,5 milhão em projetos pilotos para melhorar toda a cadeia do frio e dos equipamentos e também US$1,2 milhão para a questão de estudos e comunicação.

Era isso o que eu tinha neste momento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – TO) – Agradeço ao Vice-Presidente da Abras, Asso-

ciação Brasileira de Supermercados, o Sr. Márcio Milan, pela sua exposição e pela responsabilidade que esse segmento tem na cadeia de frios e alimentos.

Agradeço, também, a presença da minha colega, a querida Senadora Ana Amélia, que não esteve antes aqui porque estava relatando, na Comissão de Relações Exteriores, sobre um novo embaixador, se não me engano, para a República Dominicana.

Eu ouvi de todos os senhores expositores que a preocupação é a mesma: nas diversas áreas em que V. Sªs atuam, a responsabilidade que cada órgão tem para com o consumidor.

Recebo, aqui, alguns dados que, realmente, são preocupantes: de 2000 a 2011, foram notificados 8.663 surtos por doenças transmitidas por alimentos, DTA; 163.425 pessoas doentes; 112 óbitos. Informações ainda ignoradas: agentes etiológicos, 46,1 dos surtos; veículos alimento, 34,4; e local de ocorrência, 26,5.

Ainda foi-nos dito pela Drª Vera, Prof. Vera... Recebo aqui, também, uma informação de que com a diminuição da linha de pobreza desde 2011, o aumento de renda domiciliar, a população brasileira tem feito refeições fora do lar. A área *food service* tem crescido espantosamente. O aumento do número de restaurantes, lanchonetes, *deliveries*, entre outros, chegou a 1,5 milhões de pontos de venda.

Também foram abordadas as toxinfecções alimentares.

Então, disso tudo nós vamos ter uma grande preocupação e os senhores, aqui, vão procurar, junto com o Senado Federal, encontrar um caminho que a gente possa trilhar.

Falou-se em conscientização, falou-se em campanha, mas antes que a gente comece não um debate, mas uma exposição, para que a gente possa encontrar um caminho, eu gostaria de perguntar à Senadora Ana Amélia se gostaria de fazer, também, aos presentes, as suas considerações.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu aproveito a presença do Presidente da Anvisa, Dr.Dirceu Barbano, sempre muito solícito, e é bom reconhecer esse gesto republicano de um órgão tão importante de fiscalização na área que diz respeito à saúde pública e, também, ao direito do consumidor.

Registrando isso, aqui no Senado e no Congresso Nacional, temos motivos de muitas queixas de um mau relacionamento com o Poder Executivo. Assim, quando uma agência reguladora com a responsabilidade que tem a Anvisa, o seu Presidente se dispõe a vir pessoalmente e não mandar representante, isso é confortador.

Cumprimento o Dr. Dirceu e, como Senadora do Rio Grande do Sul, entendo isso como um gesto extremo do apreço que V. Exª tem pelo Congresso Nacional.

Eu queria cumprimentar o Senador Cyro Miranda pela abordagem desse tema.

Sou não apenas uma Senadora, sou uma dona de casa que vai ao supermercado, que vai às compras.

Eu me deparo, muitas vezes, com esses problemas e a gente fica sem saber se aquilo é por falta de fiscalização, se é por economicidade, o que está acontecendo nesse processo.

Então, não só no processo de alimentos, mas também em todos os outros setores que têm alimentos, o consumidor está sujeito a isso.

Um caso que, inclusive, provocou doenças foi em cruzeiros marítimos, em que há manipulação de alimentos. Inclusive, houve incidência de doenças e houve uma reclamação deles, porque – aí, a pergunta é para o Dr. Dirceu – houve uma demora, digamos, na liberação dos passageiros quando a Anvisa foi chamada para fazer uma fiscalização.

Então, eu queria só perguntar a ele: nesses casos, a fiscalização é permanente, é periódica, como ela é feita, obedecendo a um critério? Porque, se é importante a fiscalização, ela não pode ser uma atitude, uma coisa burocrática, que demore, prejudicando o consumidor. No caso de um cruzeiro, como a reclamação que foi feita, tem somente três dias de viagem. Se a Anvisa levar cinco ou seis horas para fazer a fiscalização nesse navio, as pessoas perderão, todos os passageiros ali, seis horas do lazer por que pagaram. Então, queria uma palavrinha, aproveitando e renovando o cumprimento ao Senador Cyro Miranda pela oportunidade de apresentar esse tema tão importante para a sociedade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia. E V. Exª abordou inclusive um tema sobre o qual nós não tínhamos pensado ainda aqui, pelo menos a princípio, que foge, às vezes, do nosso...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Do alcance. Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Do alcance. Então, isso é muito importante.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Até porque essa é uma área nova, Senador Cyro Miranda.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Exatamente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É uma área que está em enorme expansão em vários aspectos: econômico, de saúde pública, de emprego, social. A exploração desses serviços é muito importante para o turismo no nosso País.

Agora mesmo, com a escassez de hotéis no Rio de Janeiro para a Rio+20 e o fato de estarem caros demais – não há hotéis – os navios poderiam ser usados como hospedagem para os participantes da Rio+20.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Aí temos dois temas importantes. Falou-se agora da Rio+20 e tem a Copa, que se aproxima. A hotelaria brasileira está preparada no que concerne aos seus restaurantes, para receber esse volume? Estão preparados para prestar um serviço de qualidade na cadeia de frio?

Vamos mudar a dinâmica, então? Eu vou fazer o seguinte, se os senhores concordarem. Passarei a palavra a cada um para que entre as considerações, respondam às perguntas e dêem sugestões, como nós colocamos aqui.

Nós sabemos da dificuldade da Anvisa, que é responsável pela fiscalização sanitária de alimentos, inclusive bebidas, águas envasadas, seus insumos, suas embalagens, agrotóxicos, medicamentos.

A Drª Denise Resende, minha conterrânea, abordou, mostrou, fez aqui um levantamento, um mapeamento de tudo o que a Anvisa faz. Mas os recursos, o orçamento que a Anvisa tem é compatível? É muito fácil estarmos sempre cobrando.

Como colocou a professora Vera, podemos fazer uma campanha sobre a temperatura do alimento; a temperatura correta. Nós podemos despertar no consumidor essa consciência, como foi feito com relação à validade dos produtos, porque hoje não tem uma dona de casa, uma pessoa que entre no supermercado que a primeira atitude, Márcio, não seja olhar a validade dos produtos. Antes, isso era um problema somente dos supermercados.

Eu me lembro, por exemplo, da época de iogurte que tinha um *shelf life,* um tempo de vida extremamente limitado. Colocavam-no ali e o problema era do supermercado, depois, se não vendia ou ali deixava no último dia de validade.

Todos os senhores, aqui, estão entrelaçados nesse tema, que é da maior relevância, porque quando vemos que pode disseminar a multiplicação de bactérias e suas consequências, como podemos interagir?

Aqui tinha uma série de perguntas, mas pela exposição tão rica e dinâmica dos senhores, acho que muito foi dito. Agora, devemos partir para a ação. Então, primeiramente, passo a palavra para o Presidente da Anvisa e amigo Dirceu Barbano.

O SR. DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO – Obrigado, Senador Cyro. Também quero agradecer imensamente as palavras da Senadora Ana Amélia e reforçar o esforço que temos feito justamente para que o Parlamento brasileiro conheça cada vez mais os desafios que temos, em um país continental e com estruturas que se vêm solidificando ao longo do tempo, mas que ainda precisam de muito cuidado e o olhar de toda sociedade para que consigam de fato cumprir o seu papel.

Eu abordarei aqui algumas questões e depois vou responder ao seu questionamento.

Senador Cyro, primeiro, saliento que a Anvisa tem uma parceria muito intensa. Aqui temos tanto a Abras quanto a Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação, Abia, e isso permitiu melhorar a regulação e melhorar também as práticas de vigilância sanitária, que são desencadeadas pela Anvisa, mas dependem, frontalmente, da capacidade de operação do sistema de vigilância sanitária nos Estados e nos Municípios. E temos um conjunto de outras parcerias, com o Sebrae, com o Senac, sempre no sentido de capacitar o empreendedor, o empresário e também chegar ao consumidor para que ele domine, cada vez mais, as informações e tenha condições de não se sujeitar a riscos, porque, muitas vezes, ele próprio consegue evitá-los, como disse a Profª Vera.

Só que, de outro lado, é aquilo que dizíamos: apesar de todo o esforço, ainda convivemos com um conjunto de doenças que são transmitidas por alimentos e que afligem um número muito maior de pessoas do que o que temos notificado. Nós precisamos enfrentar essa questão tanto do ponto de vista da saúde quanto do ponto de vista do que isso significa de perdas dentro da cadeia de produção de alimentos. Isto é fundamental: reconhecer que, de um lado, tem riscos à saúde – e os riscos são associados a questões evitáveis no processo, na cadeia de produção de alimentos – e, de outro lado, que custa muito caro para a sociedade brasileira aquilo que se perde na cadeia, muitas vezes pela dificuldade de controle e de trabalho em relação a isso.

Então, o importante – e a gente reconhece isso também no ambiente da vigilância sanitária – é que a oferta do alimento impróprio para consumo também nem sempre é feita de forma voluntária. Aliás, muito pelo contrário. Na grande maioria das vezes, o alimento impróprio para consumo é ofertado com o desconhecimento de quem oferta e, o que é pior, com o desconhecimento de quem consome. Então, essa questão da temperatura tem um papel central nesse aspecto, porque uma coisa é controlar a produção na indústria, uma ponta da cadeia, e, depois, controlar a outra. A outra coisa é saber o que acontece no meio desse caminho com o alimento a ser processado no bar, no restaurante, que grau de conhecimento e que grau de controle nós conseguiríamos ter sobre esse alimento que chegou para processamento, quais são

as consequências de uma má conservação na cadeia para o consumidor final. O que a gente sabe é que isso custa muito caro para os supermercados, custa muito caro para os bares, restaurantes e custa muito caro também, no fim das contas, para a sociedade e para o próprio consumidor.

Na realidade – acho que isso é fundamental, principalmente numa atividade muito capilarizada como essa –, seria impossível pensar que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária conseguiria responder à sociedade por um controle nessa cadeia, uma cadeia, como muitos sabem, com mais de 42 mil indústrias de alimentos no Brasil. Então, se conseguíssemos dividir as indústrias por Municípios, teríamos mais de oito indústrias por Município brasileiro. O dado que o senhor mesmo coloca, Senador Cyro: mais de 1,5 de estabelecimentos formais trabalham com alimentos. Se agregarmos aí um número, se não igual a esse, mas, talvez, de quase 1,5 milhão de outros informais. Então, estamos falando também de mais de 2 milhões de estabelecimentos que dependem e demandam um controle do Estado, 81 mil supermercados. Se nós pensarmos nos supermercados que não estão nesses 81 mil, que são aqueles pequenos supermercados que estão no bairro, que ficam mais próximos das pessoas, então, tem mais um conjunto de estabelecimentos. Imaginar que a Anvisa conseguiria dar conta do trabalho de controle é imaginar algo impossível. Também seria uma coisa muito temerária imaginar que a nossa segurança e a segurança dessa cadeia dependeria da ação do Estado, da estrutura de vigilância sanitária do Brasil, com, além da Anvisa, os 41 mil inspetores que temos nesses 5.565 Municípios e Estados. Então, ela depende muito mais, entrando nessa questão que o senhor coloca... Temos que trabalhar no conceito muito mais de qualificação do que controle da cadeia. O controle terá de ser feito sempre pelos operadores dessa cadeia. E esse controle interessa para os operadores da cadeia. Ninguém gosta que o alimento saia do sul do País e chegue estragado ao norte do País por uma dificuldade na cadeia de transporte. O sujeito que comprou o alimento lá quer receber o alimento em condições. E, quando ele não recebe, é ruim, porque falta para vender, e o sujeito que vendeu o alimento que chega estragado tem que repô-lo. Então, o prejuízo não é só na questão da saúde.

Então, é razoável pensar que, se nós definíssemos mecanismos claros, técnicos, científicos de controle da cadeia, tanto do ponto de vista de cuidado na conservação das estruturas, no transporte, no armazenamento, mas, fundamentalmente, nessa questão de temperatura, nós oferecíamos para os operadores dessa cadeia uma condição de conhecer tecnicamente o que é possível, conhecer as tecnologias que estão disponíveis para esse controle e cumprir um papel importante de monitoramento e controle da cadeia de maneira qualificada. Isso facilitaria muito o trabalho do Estado, da vigilância, que ficaria muito mais focada no controle de ponto de venda, no controle de ponto de processamento dos alimentos.

Alguém quer me dar uma cola aqui. Eles estão todos cuidadosos em não fazer isso na frente das câmeras, mas vou pedir aqui.

Então, o fundamental para a gente... E a Anvisa estaria muito disposta a atuar nesse sentido, junto com os operadores dessa cadeia, em identificar essas tecnologias, as ferramentas que estão disponíveis e criar, talvez, se não normas, elementos de orientação aos operadores da cadeia para uso e monitoramento dessas tecnologias. O senhor, o Senado Federal, esta Comissão podem contar conosco nesse sentido. Seria um trabalho, acredito, dos mais importantes para a sociedade.

Rapidamente, entrando na questão que a Senadora Ana Amélia colocou, os acidentes e problemas de saúde com navios, Senadora, de fato, estão muito relacionados à questão de alimentos, mas também a doenças transmissíveis, fundamentalmente as doenças virais. Nós temos uma fiscalização rotineira desses navios. O Brasil, de fato, hoje é um dos destinos mais atraentes. Esse é um segmento que cresce muito. A cada ano, mais navios percorrem a costa brasileira. E o trabalho de rotina é rápido. Os navios não gastam tempo. Então, o tempo previsto entre o atracamento e o embarque de um novo grupo prevê o tempo para a inspeção sanitária. E normalmente isso acontece de forma rápida e sem problemas.

Agora, quando há problemas, isso requer um procedimento especial. Esses procedimentos especiais precisam ser adotados sempre na seguinte perspectiva: há segurança suficiente para que aquela embarcação seja liberada? Enquanto não se chega à conclusão de que há segurança, não podemos permitir a saída do navio.

Neste caso agora, este ano... Todo ano tem problema. Isso está cada vez mais visível porque os brasileiros estão voando mais de avião e usando mais esse tipo de turismo com os navios de cruzeiro. Nós tivemos um problema muito pontual com uma embarcação. Inclusive, ontem, recebemos o laudo da última pessoa que esteve internada por conta deste problema: gripe sazonal, Influenza B, um vírus comum. O que aconteceu, neste caso, é que houve um surto de gripe com a tripulação do navio e houve uma morte, em São Paulo, decorrente também de um quadro de gripe. Um quadro agudo respiratório levou essa moça,

uma tripulante, à morte. Depois, esse navio seguiu para outros cruzeiros até... Quando ele retornou, depois de ir à Argentina e voltar, nós ainda monitoramos diariamente o navio. Houve uma outra internação, com desembarque em São Francisco, em Santa Catarina. E, depois, esse dia, que demorou muito em São Paulo, foi o dia em que nós tínhamos de decidir: ou vamos suspender o tráfego desse navio ou vamos autorizar com segurança. Para que isso fosse feito, passamos por monitoramento toda a tripulação. Uma tripulação de navio – a gente se assusta com esses números de um navio – tem mais de 800 pessoas.

Então, até passarem por avaliação médica todos os tripulantes, para que pudéssemos ter certeza sobre quantos tinham gripe, quantos não tinham, sobre se tinham um quadro respiratório importante ou não, houve, sim, uma retenção proposital, e não por demora, de mais de sete horas do navio no Porto de Santos, antes que ele fosse liberado.

Nós, no dia 4 de abril, agora, Senador, fomos convidados para uma audiência pública na Comissão de Turismo.

Isso, exato. A senhora, inclusive, é que fez o requerimento. E nós vamos expor ali todo o controle sanitário que é feito sobre esse tipo de atividade econômica, sobre as embarcações, os regulamentos para esses casos de surtos gripais e toda a regulamentação de cozinha e restaurantes dos navios.

Há muita regulamentação e muita fiscalização. Por isso, os acidentes são poucos. Mas, quando se tem de tomar uma medida, ela tem de ser drástica, porque, embora os navios tenham hospitais, UTIs dentro deles, não se pode liberar a embarcação com a possibilidade de expor as pessoas que estão chegando a um surto, com quadro respiratório grave, como vimos em dois casos nesse navio. São pessoas que vão passear e que não podem ficar expostas a doenças dos tripulantes. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Dr. Dirceu. Acho que temos muita coisa nesse caminho.

Quero agradecer a presença do nosso Colega, Senador Paulo Davim, que é médico e dignifica aqui o Rio Grande do Norte.

Muito obrigado.

Durante essa exposição, se quiser fazer uma intervenção antes, ou se quiser ainda ouvi-los um pouco, para fazê-la...

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, peço desculpas a todos da Mesa. Eu adoraria estar aqui. Tinha comentado do interesse nessa audiência pública, mas infelizmente eu estava na Comissão de Direitos Humanos, e houve a votação de uma matéria muito importante lá, a regulamentação dos Conselhos Tutelares.

Enfim, eu não pude presenciar a tempo...

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Isso se sobrepõe, às vezes.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Eu adoraria estar aqui, desde o início. Eu lamento profundamente, mas vou tentar absorver um pouco do que os senhores disserem nas considerações finais. É o jeito, infelizmente... Mas, com certeza, vou tentar buscar a fita desta audiência pública na TV Senado.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Pois não.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Quero cumprimentar o Professor Dirceu Barbano pelo belíssimo trabalho que está desenvolvendo na Faculdade.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado.

Nós sabemos que nesta Casa se sobrepõem muitas comissões e muitas atividades no mesmo horário. Mais algumas exposições, e tenho certeza de que V. Exª terá alguma pergunta para ser colocada.

Passo a palavra à Professora Vera kawasaki – aliás, um sobrenome importante; se for da mesma família, estamos bem – para as suas considerações e sugestões.

A SRª VERA MEGUMI KAWASAKI – Senador, infelizmente, não sou dona da companhia de motos, tampouco sei pilotar uma moto.

Enfim, reforço aqui, então, a minha colocação, que fiz inicialmente. Acho que a primeira coisa é a educação. Precisamos divulgar informação para a população, porque, na medida em que ela se torna consciente dos riscos aos quais está exposta, vai também buscar os seus direitos e esta grande aliada, de que precisamos – não só a Anvisa, mas todos nós, profissionais da área da saúde.

Então, quero aqui colocar essa proposta, numa linguagem acessível à população. Acho muito importante, por exemplo, a informação nutricional na rotulagem dos alimentos. No entanto, eu verifico que poucos da população brasileira compreendem o significado e sabem como utilizar aquelas informações em benefício próprio,

O mesmo se dá em relação às temperaturas. Por exemplo, os surtos que ocorrem no Brasil, os que são notificados, em grande parte ocorrem nas residências e não nos estabelecimentos comerciais. Ou seja, o erro de manipulação está na casa das pessoas. Nós trazemos isso arraigado na nossa formação desde crianças, e é isso que perdura e também é um dos empecilhos que nós temos no treinamento do profissional.

Há uma resistência muito grande dos manipuladores de alimentos em assimilar, por exemplo, a importância do controle de temperatura, que uma geladeira tem de estar, no máximo, em 5ºC. As geladeiras normalmente nem termômetro têm, não só nos modelos domésticos como nos modelos que são utilizados nos restaurantes. Poucos restaurantes têm geladeiras com controle de temperatura.

Então, são questões muito básicas, assim como as boas práticas que devem ser associadas ao controle de temperatura. São práticas muito simples que devem ser adotadas, como lavar as mãos corretamente antes de manipular os alimentos, são práticas que nós não vemos nas residências nem nos manipuladores nos restaurantes.

Eu acho que tudo isso são informações, são conhecimentos que devem ser divulgados com ênfase para toda a população brasileira.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Srª Vera Kawasaki, que infelizmente não é da família Kawasaki de motos! A sua colocação, a sua preocupação e a forma como a pontua são muito importantes.

Passo a palavra ao engenheiro Ronnie Pizzi e já faço uma indagação sobre algo que não conheço: existe no mercado alguma tecnologia voltada para esse controle, que possa monitorar uma cadeia inteira? As pontas são mais fáceis, estão ali, estão expostas – você vai à indústria, que tem a preocupação já básica, vai aos supermercados, aos bares –, mas e esse hiato? Para termos certeza: existe tecnologia que possa ser empregada?

O SR. RONNIE PIZZI – É, hoje já existem alternativas de tecnologias que podem monitorar a temperatura nesses pontos que necessitam de refrigeração. Um exemplo comum está no boteco mesmo: você vai tomar uma cerveja gelada e tem ali no *freezer*, muitas vezes até fornecido pela empresa cervejeira, uma temperatura que fica à mostra, visível para o consumidor, porque, se não estiver gelada, o consumidor não consome.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Fica parecendo que é mentira. A cerveja está a 5 graus negativos?

O SR. RONNIE PIZZI – De qualquer forma, também existem outras tecnologias de monitoramento que a empresa ou o ponto de venda consegue contratar, e aí você teria também a possibilidade de acompanhamento até de um terceiro.

Na indústria, a gente trabalha alguns pontos que oferecem riscos tanto à segurança do funcionário no processo, na industrialização, como também à qualidade do produto. A gente trata como uma análise de ponto crítico, e aí se estabelecem algumas boas práticas de fabricação em torno daquele setor justamente para garantir tanto a segurança do funcionário quanto a do produto, do alimento em si.

Nesse sentido, é importante o estabelecimento de boas práticas de comercialização, que de certa forma já existem, mas muitas vezes o consumidor não tem acesso a essa informação, justamente por ter uma linguagem muito técnica, por não ser divulgada, por não ter a publicidade necessária.

Então, essas questões precisam ser discutidas no sentido de facilitar esse acesso e também esse monitoramento, tanto pelo consumidor como pela empresa ou por algum órgão que fiscalize ou mesmo por um terceiro contratado, que pode auxiliar no processo. De qualquer forma, essas informações de qualidade, de segurança do alimento, precisam ser divulgadas, precisam chegar ao conhecimento do consumidor, que, no fim, é quem vai estar exposto aos riscos do produto, do alimento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, engenheiro Ronnie.

Passo a palavra agora para o Sr. Fernando Cabral, da Abrasel, para suas considerações e sugestões.

O SR. FERNANDO CABRAL – A Senadora Ana Amélia fez uma indagação, colocou uma questão na mesa: quis saber se o Brasil está preparado para a Copa do Mundo, para as Olimpíadas e para outros grandes eventos que vão trazer milhares de pessoas de fora do País para cá e também aumentar a circulação de turistas brasileiros dentro do Brasil.

Com certeza seria leviano dizer que estamos preparados. Hoje não estamos preparados. Existe um grande esforço, muito trabalho sendo feito em torno dessa preparação, e a nossa instituição tem participado intensamente desse tipo de preparação, apesar de que, do meio do ano passado para cá, de agosto de 2011 para cá, os projetos que estavam sob a responsabilidade do Ministério do Turismo pararam totalmente.

O Ministério do Turismo está absolutamente parado e cabia a ele, dentro da ordem dada pelo Poder Executivo, a qualificação de pessoal na área do turismo – hotéis, bares, restaurantes, operadoras de turismo etc. Então, nesse aspecto, estamos num momento delicado. São muitos meses em que nada é feito em termos de qualificação e, infelizmente – acontece no Brasil como em outras partes do mundo –, os bons pagam pelos pecadores.

A nossa instituição é a única instituição do turismo que teve todos os seus projetos 100% aprovados em todas as instâncias de fiscalização do Ministério,

CGU e Tribunal de Contas, mas não existe nenhuma previsão de qualquer ação nova de qualificação. Então, a qualificação no Brasil está, no que poderia ter em termos de subsídios do Governo, totalmente parada. Acho importante alertar esta Casa para esse problema.

Com relação ao assunto específico desta audiência, acho que está muito claro o que foi colocado até agora por todas as pessoas: o nosso problema está focado em educação, comunicação, conhecimento, cultura. Todos os que falaram sobre os problemas da segurança dos alimentos falaram sobre a falta de informação, principalmente na ponta.

De forma prática, o que a gente poderia fazer aqui é dar início a um pacto – e eu coloco a nossa entidade, de bares e restaurantes, à disposição; tenho certeza de que a Abras também estará totalmente à disposição – para que nós sirvamos como instrumento dessa divulgação.

Nós não precisamos de novas leis. As regras da Anvisa são boas, modernas e eficazes. Elas precisam ser aplicadas na amplitude de que o Brasil necessita. Não adianta a gente achar que a Anvisa vai contratar dezenas de milhares de fiscais e, daqui a um ano, isso vai estar resolvido. Não vai. A solução do problema é demorada, porque é um problema cultural.

A nossa entidade está presente em todos os Estados brasileiros, em mais vinte e tantas regionais, temos associados em cerca de duzentos Municípios brasileiros. A Abras também está presente em todo o País.

Eu tenho certeza de que a gente precisa dar um primeiro passo, e esse primeiro passo, de forma prática, eu acho que seria fazer uma cartilha. Algumas pessoas já falaram aqui sobre linguagem acessível. Então, trata-se de fazer uma cartilha para tentar chegar. Nós temos certeza de que é possível chegar à ponta, não de uma vez só e não com a eficácia total, mas a gente pode chegar à ponta. Mas, falamos que em nossa área há um milhão de empresas em todo o Brasil. E é possível chegar nesse milhão de empresas se a gente contar com a capilaridade de nossa entidade e de fornecedores no setor. Nós temos fornecedores que são grandes indústrias, são alguns oligopólios que fazem parte de nossa economia e que chegam diariamente a esse milhão de empresas, que são: AmBev, Coca-Cola, Sousa Cruz, Schincariol. Esses oligopólios da bebida e do tabaco chegam à ponta. Então, eles têm vendedores, têm entregadores que estão indo lá e nós podemos utilizar isso – tenho certeza de que eles concordaram com isso – para tentar que essa informação e essa educação, no aspecto da segurança alimentar, especialmente no que diz respeito à temperatura... Acho que, se a gente resolve o problema da temperatura, a gente está resolvendo muita coisa. A gente pode fazer temperatura e manipulação ao mesmo tempo: os dados básicos de higiene que, como Drª Vera falou, os manipuladores, eventualmente, não sabem nem sequer lavar a mão corretamente. Mas esse não é o problema do manipulador, mas do brasileiro. O brasileiro não sabe lavar a mão. No nosso setor, quando a gente contrata pessoas, muitas vezes temos de fazer a qualificação e iniciar por aspectos básicos que não são do trabalho, como: que se tem de cortar o cabelo; que se limpar as unhas; que se deve lavar as mãos; que se deve tomar banho e que façamos coisas, feitas no dia a dia de nossa casa e que não podem... É um problema cultural! O problema do Brasil – e aí é minha opinião – é educação! Quando estivermos com a educação recebendo o respeito que merece e precisa aqui no Brasil, os problemas serão resolvidos em um prazo relativamente curto.

Então, coloco à disposição a Abrasel para ajudar e colaborar nesse trabalho. Tenho certeza de que o problema não é o de regulamentação, pois a regulamentação existe. Tenho certeza de que a Abras, que está aqui ao lado, concordará e estará à disposição disso mesmo sem ter consultado Dr. Márcio Milan, mas nos colocamos à disposição, de forma prática, para tentarmos chegar a algum lugar. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Dr. Fernando Cabral. Também compartilho desse seu pensamento e acho que a única forma será investir mais na educação para que esse problema seja resolvido em curto prazo. Também o senhor me deixa uma sugestão de fazer uma audiência pública com o Ministro do Turismo, porque nós estamos realmente preocupados com vários aspectos da Copa. E o senhor despertou aqui um extremamente essencial. Então, o senhor também seria convidado porque debateríamos com o Sr. Ministro. Assim, vamos enviar-lhe um requerimento para convidá-lo.

Eu iria deixar par ao final, mas quero aproveitar a presença do Dr. Dirceu para fazer uma sugestão, se possível: que esta audiência não termine aqui e cada um vá para suas bases sem que a gente tenha tomado uma direção. Uma sugestão que a Anvisa capitaneasse, através da gerência de alimentos, da Drª Denise, reunião com estas e outras mais entidades para que dessem seguimento na divulgação, na política e na cultura, ou seja, tudo aquilo que pode ser explicitado na prática, senão nós vamos sair daqui e as consequências vão continuar. Se o senhor achar que é pertinente, como também os senhores representantes das entidades, que tenha não um fórum (não precisa ser formal), mas algo desenvolvido e que a Anvisa tenha esse conhecimento global. A preocupação de todos os senhores aqui são convergentes.

Passo então a palavra...

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, um comentário rápido.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Pois não...

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, um comentário rápido.

Eu observei, atentamente, as considerações do Dr. Fernando Cabral (e acho que é pensamento comum a todos da Mesa) quanto à educação. Claro que sem educação não progrediremos muito. A educação facilita até o trabalho de fiscalização das autoridades nos mais diversos campos. Mas não é só a educação, mas a educação dirigida... Vou dar um exemplo muito claro: antes, no Brasil, o cinto de segurança não era obrigatório. Nós trabalhávamos em um hospital de trauma e passávamos o dia inteiro, de plantão, atendendo acidentes de moto, pessoas sem capacete; acidentes de carro, que ninguém usava cinto de segurança... E, dentro da sala de atendimento, havia duas placas bem grandes: "Motoqueiro, use seu capacete." Outra placa (na sala de primeiro atendimento): o cinto de segurança salva vidas. Estava lá... Nós passávamos o dia inteiro (toda equipe) e chegava o acidente ocorrido em carro e perguntávamos: "Estava com o cinto?" "Não, não estava." Traumatismo crânio encefálico, trauma torácico, essas coisas todas... Quando terminava o plantão, nós entrávamos em nossos carros e íamos embora. Entendeu? Aí eu pergunto: faltava conhecimento? Não, não faltava. Nós somos profissionais da área, passávamos o dia atendendo trauma. Tínhamos consciência do que a falta do cinto de segurança poderia causar; no entanto, terminava o plantão, ligávamos o carro e íamos embora sem cinto, porque não existia uma fiscalização, não existia cobrança. Ou seja, não é só a informação, mas tem de ter sim a cobrança. Infelizmente, é a condição humana. O ser humano é assim! Às vezes, só a informação não resolve o problema. Tem de haver a fiscalização. É bem verdade que a informação dirigida facilita muito. Tenho certeza de que se a população tivesse conhecimento e o zelo de antes de ingerir qualquer bebida saber se conservada e sua própria temperatura, cuidaria desses aspectos e até o prazo de validade. Muito comum nos sucos e caixinhas e tudo o mais. É preciso olhar a validade, pois não custa nada. Se tivéssemos esse hábito de olhar a validade, nós mesmos fiscalizaríamos os estabelecimentos que vendem esses produtos. Mas, infelizmente, é bem verdade que a educação é fundamental, mas teria de existir o mecanismo de cobrança. Não sei como... A exemplo do cinto de segurança... O exemplo foi de minha vivência dessa época.

Outra pergunta... Se alguém tiver esses dados na Mesa, eu agradeceria. Quero saber se há algum percentual, mesmo que aproximado, de pessoas que apresentam algum tipo de intoxicação alimentar ou algum tipo de intolerância alimentar em função da má conservação de alimentos? Se alguém tiver esses números, eu adoraria. Se alguém tiver já dito? Eu não estava aqui antes, lamentavelmente...

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Nós recebemos a informação de que, de 2000 a 2011, tivemos 8.663 surtos de DTA – Doenças Transmitidas por Alimentos; 163.425 pessoas doentes; 112 óbitos – só para termos uma ideia desse período. Isso na formalidade, nas ocorrências detectadas, sem se contar os não registrados.

O SR. FERNANDO CABRAL – Só para complementar... Com relação a essa informação em que o senhor falou em 112 óbitos. Pelos dados da Anvisa, em 2004, foram registradas 20 mil mortes; em 2009, mais de 20 mil – pelos dados que Denise transmitiu, do Ministério da Saúde. E esses dados, informação da própria Anvisa e que temos conhecimento, eles não são absolutamente finais. Com certeza, deve existir tal número de mortes que não são registradas com a *causa mortis* corretamente. Então, na verdade, o número que nós na Abrasel trabalhamos é de que são 40 mil mortes no Brasil em função de intoxicação alimentar, em todos os níveis, desde a infecção na residência, no navio e onde mais for possível adquirir uma infecção alimentar.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado.

Muito obrigado, Senador Paulo Davim por suas considerações.

O SR. DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO – Senador, só quero responder seu questionamento e dar uma sugestão. A gente já tem a Câmara Setorial de Alimentos na Anvisa e vou propor à Denise que possa fazer numa próxima reunião uma reunião mais ampliada, porque a gente sabe que a Abras, que a Abrasel, a Abea fazem parte da Câmara Setorial, mas há entidades aqui que não fazem. A gente poderia realizar uma reunião mais ampliada da Câmara Setorial de Alimentos convidando outros atores para um debate sobre essa questão que o Senador está colocando, de que tipo de atitude poderemos adotar sob o ponto de vista da informação e da comunicação, mas também de análise das possíveis tecnologias, o que poderíamos oferecer ao mercado e aos atores da cadeia para que eles pudessem conhecer e operar de maneira mais segura. Isso é plenamente possível e nós já acatamos aqui a sugestão, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Dr. Dirceu.

Só para sintetizar, acho que o Senador Paulo Davim falou, abreviar esse processo de educação e de cultura seria por meio do bolso. Acho que essa fiscalização é por aí, para o brasileiro, o ente humano de uma maneira geral. Isso vai apressar a cultura, porque quanto ao cinto de segurança, só quando começamos a receber as multas é que começamos a sentir a necessidade do uso obrigatório.

Agradeço também a presença do meu Líder, Senador Alvaro Dias, PSDB do Paraná e Líder no Senado do nosso Partido. Muito obrigado pela presença, Senador.

Passo, então, a palavra ao nosso amigo Márcio Milan, Vice-Presidente da Abras.

O SR. MÁRCIO MILAN – Senador, acho que nós temos aqui uma oportunidade com esse grupo que está aqui na mesa e também a sugestão que foi dada. A Abras, de antemão, aceita participar e evoluir. Mas, eu queria dar algumas informações antes de fazer minha consideração.

Nós iniciamos em outubro do ano passado um trabalho junto ao Procon do Estado de São Paulo. Foi uma iniciativa dos supermercados no sentido de – de uma forma transparente – tratar um assunto sobre o qual várias pessoas falaram, que é a questão do produto com validade vencida.

Nós sabemos que hoje todo o controle desse produto no supermercado é de forma manual. Não há nenhum sistema tecnológico que ajude o supermercado a conferir as datas de validade do produto. Então, consciente dessa dificuldade e consciente da responsabilidade junto aos consumidores, ganhamos 6 meses discutindo esse assunto com o Procon do Estado de São Paulo e criamos um plano de curto, médio e longo prazo para que no longo prazo nós tivéssemos um sistema que eliminasse a possibilidade de um supermercado ter um produto com a validade vencida na área de vendas. Na medida de curto prazo, nós chamamos o consumidor para ser o "fiscal" dos supermercados. Colocamos isso de uma fora transparente na párea de vendas dizendo: "Se o consumidor encontrar um produto com validade vencida antes de passar pelo caixa, ele leva o produto sem pagar.". Nós sabemos que isso não vai resolver, mas isso vai ajudar primeiro o consumidor a ficar atento ao rótulo, porque temos uma pesquisa e lamentavelmente a gente verifica que mais de 1/3 da população não olha sequer a data de validade dos produtos. Nós fizemos essa pesquisa e, com base nela, por que o Procon abraçou essa causa? Ele abraçou porque está entendendo que neste primeiro momento é uma medida educativa você incentivar o consumidor a olhar a data de validade.

Então, a Abras agora está estendendo isso para o resto do País e a longo prazo já estamos discutindo uma medida tecnológica, nos códigos de barras vai haver a validade também. A gente acredita que talvez até a Copa do Mundo a gente já tenha isso implantado nos supermercados. E como sugestão, caminhando para a parte final da minha fala, acho que as pessoas que estão compondo esta Mesa, sob a coordenação da Drª Denise da Anvisa, acho que temos condição de num prazo – principalmente nós dos supermercados – voltarmos essa discussão nas 27 estaduais e também vamos contar com a ajuda e a experiência das principais empresas do setor. Talvez, num próximo momento, vamos voltar ao Senador já com a proposta de um trabalho em que poderíamos estabelecer não só a questão da comunicação, mas a questão até de uma forma de a gente medir como isso vai estar ao longo do tempo, pois realmente é bastante preocupante o que vimos aqui hoje.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Dr. Márcio.

Parabéns pela iniciativa de atingir esse 1/3 da população que não olha a validade dos alimentos.

Eu passo, então, agora para finalizar. Também pergunto ao Senador Alvaro Dias se quer fazer alguma consideração ou pergunta aos nossos convidados.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Presidente Cyro Miranda, apenas quero cumprimentá-lo pela iniciativa, trazendo ao Senado Federal inteligências do setor que podem contribuir muito com uma Casa que tem a responsabilidade de zelar pela saúde da população brasileira. A saúde do povo tem que ser a suprema lei e a questão alimentar é essencial, segurança alimentar com qualidade e preservação da saúde das pessoas.

É evidente que hoje vivemos um momento de quórum esvaziado, mas isso não deve ser preocupação nem mesmo para os visitantes que colaboram conosco. Não se trata de uma desconsideração, é o momento e a circunstância. Mas, certamente, os registros serão subsídios fundamentais para o trabalho legislativo no que diz respeito a esta questão essencial para a saúde da população.

Então, o nosso agradecimento a todos pela colaboração e, especialmente, os nossos aplausos ao Senador Cyro Miranda, que é um Senador de pouco tempo ainda, mas que já tem um conceito extraordinário na Casa, é uma pessoa pragmática, que exerce sua atividade legislativa com objetivos definidos, procurando construir, a sua atuação é propositiva, é na construção daquilo que nós desejamos como Nação.

Ele faz parte de um projeto de Nação e não apenas de um projeto de poder. Muitos confundem projeto de poder com projeto de Nação e tudo que fazem tem como objetivo o projeto de poder, ignorando a essencialidade do projeto de Nação, que deve ser a prioridade absoluta de todos nós.

Portanto, os meus cumprimentos ao Senador Cyro Miranda e o agradecimento a todos pelo comparecimento.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Alvaro Dias. V. Exª me deixa até ruborizado por partir de quem vem, com a experiência parlamentar, com a vivência na política e com sua ótica, com a liderança. Acho que me espelho muito em V. Exª como mestre aqui nesta casa.

Muito obrigado. Saio daqui com mais responsabilidades ainda.

Passo, então, a palavra à Srª Licínia de Campos para suas considerações e sugestões.

A SRª LICÍNIA DE CAMPOS – Bom, quero endossar as palavras da minha colega Vera a respeito de higiene. Realmente, a população brasileira ainda é muito carente de informação de higiene e eu diria que essa informação chega a beirar até mesmo o setor de saúde.

Moro perto do Hospital Santa Casa de São Paulo e me deparo frequentemente com profissionais de saúde indo se servir no bufê do restaurante com jalecos e até mesmo estetoscópios pendurados no pescoço. Fico indignada e muitas vezes pergunto a eles: "Na sua faculdade houve uma disciplina chamada higiene?" Porque é uma coisa chocante ver um profissional de saúde tomando essa atitude, pois ele é sabedor de que isso pode ser uma causa muita séria de uma transmissão tóxica alimentar.

Para falar um dado bem concreto, o FDA, o órgão americano controlador de alimentos e medicamentos, tem dados de que 85% das patologias, das doenças são provenientes de algum tipo de tóxica infecção alimentar em algum ponto na vida, até mesmo doenças degenerativas como o Alzheimer, como o câncer e outras mais. Então, é um problema muito sério, porque muitas vezes as pessoas não se conscientizam de que aquela diarreia, aquele mal-estar ocasionado com um alimento ingerido pode ocasionar uma patologia muito mais séria do que simplesmente aqueles sintomas apresentados na hora.

Também gostaria de endossar mais uma vez o que a Vera falou a respeito de pararmos de falar em linguagem técnica. Vamos parar de falar nutricionês. Vamos falar linguagens claras, vamos falar linguagens populares, porque só através da linguagem accessível podemos pensar no cidadão que não é lúcido desses problemas e trazê-lo para a luz do conhecimento, haja vista que até alguns anos atrás não se sabia muito sobre gastronomia, mas agora virou um charme.

Há trinta anos, quando comecei a dar aula de gastronomia, as pessoas me achavam meio louca, meio fora da realidade. Hoje todo mundo acha um charme ser chefe de cozinha. Todo mundo sabe o que é uma palavra fuê. Todo mundo sabe que não deve consumir uma gordura trans. Embora ninguém saiba defini-la, sabe que é vilã, sabe que não é para consumir. Então, acho que higiene tem de ser da mesma forma. Tem que ser transmitida através da mídia. Nós temos "n" programas de gastronomia que podem servir de veículo para um espelhamento em atitudes. Seria uma atitude velada em que as pessoas se espelhariam. Essas pessoas começariam, então, a ter uma noção melhor de higiene.

Com certeza o que os meus colegas de Mesa falaram é mais uma vez endossado: treinamento e educação fazem parte, mas também punição e fiscalização devem fazer parte.

Obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado pelas considerações.

Parabéns a Srª Licínia de Campos.

Estamos já partindo para o encerramento, e eu tenho que corrigir com o Sr. Fernando que os dados que tenho, quando falei de óbitos, são do Ministério da Saúde, e muitas vezes não estão atualizados. Você tem dados mais concretos. Esses nos foram fornecidos pelo Ministério da Saúde. Os da Anvisa são sempre corretos.

A Anvisa também está elaborando um curso e pede para avisarmos. É um curso para manipular os alimentos. O curso é virtual e estará mais ou menos dentro de 15 dias no site da Anvisa. Estão também estudando outro curso de controle da cadeia de frios.

Nós chegamos a uma conclusão aqui. Convergimos para o mesmo ponto de que, se monitorarmos essa cadeia de frios, todo mundo ganha. Vai ganhar a indústria, vai ganhar a consumidor, o mercadista, os bares e restaurantes. Vamos ter uma economia nos alimentos, vamos ter menos desperdício, menos dor de cabeça, menos doenças e menos mortes.

Agradeço a presença de todos os meus colegas, Senador Paulo Davim, Senador Álvaro Dias, e de todos os convidados aqui presentes que abrilhantaram sobremaneira essa audiência e enriqueceram com dados. Parabéns! Estão bem preparados e antenados para esse assunto. Aos senhores que aqui nos prestigiaram, o nosso muito obrigado.

Nada mais havendo, está encerrada a presente reunião.

Muito obrigado!

(Iniciada às 10 horas e 46 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 54 minutos.)

Ata da 12ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, Realizada no Dia 11 de Abril de 2012, Quarta-Feira, às Nove Horas, na Sala Florestan Fernandes, Plenário nº 9, Ala Alexandre Costa, Anexo II, Senado Federal.

Às nove horas do dia onze de abril de dois mil e doze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Jayme Campos,** reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Humberto Costa, Wellington Dias, Rodrigo Rollemberg, Waldemir Moka, Paulo Davim, Casildo Maldaner, Cícero Lucena, Cyro Miranda, Mozarildo Cavalcanti, Vicentinho Alves, Eduardo Suplicy, Benedito de Lira e das Senadoras Ângela Portela, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia, e Lídice da Mata. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião, propondo a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da Reunião anterior que é dada por aprovada. Em seguida, é lida comunicação do Ministro de Estado da Previdência Social, Sr. Garibaldi Alves Filho, encaminhando cópia da Nota CREM nº 54, de 24/03/2012, da Secretaria de Políticas de Previdência Social, contendo as informações solicitadas pelo Requerimento de Informação nº 1.591, de 2011, de autoria da Comissão de Assuntos Sociais. Passa-se à apreciação da Pauta. **ITEM 1 – Não Terminativo – OFÍCIO "S" Nº 51, DE 2011.** *Encaminhando, nos termos do art. 1º da Lei nº 12.438, de 6 de julho de 2011, o relatório circunstanciado referente à gestão do Sistema Único de Saúde no âmbito do Município de São Bernardo do Campo (SP), referente ao segundo trimestre de 2011.* **Autoria:** Secretário Gov. Mun. São Bernardo do Campo (SP). **Relatoria:** Senador Eduardo Suplicy (Substituído por *Ad Hoc*). **Relatoria *Ad Hoc*:** Senador Wellington Dias. **Relatório:** Pelo arquivamento do Ofício "S" nº 51, de 2011 e pela comunicação ao Autor do teor da decisão desta Comissão. **Resultado:** A Presidência designa Relator "ad hoc" o Senador Wellington Dias, que lê o Relatório em substituição ao Senador Eduardo Suplicy. Aprovado Parecer pelo arquivamento do Ofício "S" nº 51, de 2011 e pela comunicação ao Autor do teor da decisão desta Comissão. A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA. **ITEM 2 – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 92, DE 2011.** *Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a Carteira Nacional de Habilitação das pessoas portadoras de Diabetes Mellitus.* **Autoria:** Deputado Osmar Serraglio. **Relatoria:** Senador Armando Monteiro. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 92, de 2011. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 5, DE 2003.** *Concede benefícios fiscais referentes ao Imposto sobre Produtos Industrializados, ao Imposto de Importação, à Contribuição para o PIS/PASEP e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social incidentes sobre operações com veículos híbridos ou movidos a tração elétrica, suas partes e acessórios.* **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Senador Cyro Miranda. **Relatório:** Pelo arquivamento do Projetos de Lei do Senado nºs 5, de 2003; 200, de 2004 e 314, de 2005, que tramitam em conjunto. **Resultado:** Aprovado Parecer pelo arquivamento dos Projetos de Lei do Senado nºs 5, de 2003; 200, de 2004 e 314, de 2005, que tramitam em conjunto. **Tramita em conjunto com PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 200, DE 2004, que** *Dispõe sobre o reajuste do valor do salário mínimo estipulado no art. 7º, IV, da Constituição Federal.* **Autoria:** Senador Paulo Paim; **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 314, DE 2005, que** *Dispõe sobre o reajuste do valor do salário mínimo estipulado no art. 7º, IV, da Constituição Federal.* **Autoria:** Senador Paulo Paim. **ITEM 4 – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 718, DE 2007.** *Altera o Decreto-Lei nº 467, de 13 de fevereiro de 1969, para dispor sobre a devolução de embalagens vazias de produtos de uso veterinário.* **Autoria:** Senador Gerson Camata. **Relatoria:** Senador Rodrigo Rollemberg (Substituído por *Ad Hoc)*. **Relatoria Ad Hoc:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 718, de 2007, nos termos do Substitutivo que apresenta; e contrário aos Projetos de Lei do Senado nºs 169, de 2008; 494, de 2009 e 148, de 2011, que tramitam em conjunto. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido do Relator para reexame do Relatório. **Tramita em conjunto com PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2008, que** *Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados na aquisição de veículos, máquinas, equipamentos e produtos químicos, quando adquiridos por empresas recicladoras, cooperativas e associações para emprego, exclusivo, em serviços e processos de reciclagem.* **Autoria:** Senador Marcelo Crivella; **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 494, DE 2009, que** *Dispõe sobre a utilização do potencial de geração de energia elétrica dos aterros sanitários pelos municípios com mais de 200 mil habitantes.* **Autoria:** Senador Marcelo Crivella; **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 148, DE 2011, que** *Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para disciplinar o descarte de medicamentos de uso humano ou de uso veterinário.* **Autoria:** Senador Cyro Miranda. **ITEM 5 – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 40, DE 2009.**

Cria incentivo fiscal no âmbito do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica para a manutenção do emprego e do valor da remuneração dos trabalhadores das empresas afetadas pela crise financeira internacional. **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Senador Armando Monteiro. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 40, de 2009. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 498, DE 2011.** *Altera a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução, em dobro, das despesas incorridas com a contratação de empregados com mais de cinquenta anos de idade, para fins de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.* **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Relatoria:** Senador Rodrigo Rollemberg. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 498, de 2011. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido da Autora, com a aquiescência do Relator. **ITEM 7 – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 577, DE 2011 – Complementar.** *Dispõe sobre a concessão da aposentadoria especial ao segurado do regime geral de previdência social que exerça as atividades de coleta de lixo, de qualquer natureza, de selecionador de lixo para fins de reciclagem, e de variação de vias públicas e logradouros.* **Autoria:** Senador Vicentinho Alves. **Relatoria:** Senador Eduardo Suplicy. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 577, de 2011 – Complementar. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 577, de 2011 – Complementar. **ITEM 8 – Terminativo – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 53, DE 2011.** *Altera a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, para estender ao catador de caranguejo o benefício do seguro-desemprego durante o período do defeso da espécie.* **Autoria:** Deputada Elcione Barbalho. **Relatoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 2011; pela aprovação parcial da Emenda nº 1, de autoria da Senadora Ana Rita, nos termos da Subemenda que apresenta; e pela rejeição das Emendas nºs 2 e 3, também de autoria da Senadora Ana Rita. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido da Relatora. **ITEM 9 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 92, DE 2003.** *Concede estabilidade provisória no emprego aos trabalhadores e dá outras providências.* **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Senador Rodrigo Rollemberg. **Relatório:** Pelo envio do Projeto de Lei do Senado nº 92, de 2003 à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, para que se pronuncie sobre a Juridicidade e Constitucionalidade da matéria. **Resultado:** Aprovado Parecer pela Oitiva Preliminar da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ sobre a juridicidade e constitucionalidade da matéria. **ITEM 10 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 97, DE 2003.** *Altera o § 1º do artigo 193 da Consolidação das Leis do Trabalho. (Dispõe sobre o adicional de periculosidade).* **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 97, de 2003. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido do Relator para reexame do Relatório. **ITEM 11 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 176, DE 2003.** *Acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, a fim de dispor sobre indenização em caso de inobservância das normas trabalhistas.* **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Senador Benedito de Lira. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 176, de 2003. **Resultado:** A Presidência concede Vista Coletiva nos termos regimentais. **ITEM 12 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 512, DE 2007.** *Acrescenta parágrafo ao art. 764 da Consolidação das Leis do Trabalho aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.* **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Senadora Lídice da Mata. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 512, de 2007. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido da Relatora para reexame do Relatório. **ITEM 13 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 179, DE 2008.** *Cria o adicional por atividade de risco para os vigilantes de instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica.* **Autoria:** Senador Sérgio Zambiasi. **Relatoria:** Senador Armando Monteiro. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 179, de 2008, bem como pela rejeição das Emendas nºs 1 a 4-CE. **Resultado:** Adiado. **ITEM 14 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 369, DE 2011.** *Altera o caput do art. 136 da CLT, para determinar que a concessão de férias do trabalhador seja precedida de consulta pelo empregador sobre a data de seu gozo.* **Autoria:** Senadora Ana Rita. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 369, de 2011, na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Retirado de Pauta para atender solicitação constante do Ofício nº 506, de 2012, da Presidência do Senado Federal, referente à leitura de requerimento de tramitação em conjunto. **ITEM 15 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 552, DE 2011.** *Altera o art. 136 da 'Consolidação das Leis do Trabalho', aprovada pelo Decreto-Lei n°. 5.452, de 1° de maio de 1943, e a ele acresce um § 3º, para dispor sobre a concessão de férias dos empregados membros de uma mesma família.* **Autoria:** Senador Marcelo Crivella. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 552,

de 2011, e das 2 (duas) Emendas que apresenta. **Resultado:** Retirado de Pauta para atender solicitação constante do Ofício nº 506, de 2012, da Presidência do Senado Federal, referente à leitura de requerimento de tramitação em conjunto. **ITEM 16 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 553, DE 2011.** *Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, para conceder aos portadores de xeroderma pigmentoso a isenção de carência para a concessão de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez.* **Autoria:** Senadora Lúcia Vânia. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 553, de 2011. **Resultado:** Lido o Relatório e encerrada a discussão, fica adiada a votação da matéria. **EXTRAPAUTA – ITEM 17 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 26, DE 2012.** *Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, destinada a instruir o PLS 289, de 2010, que "modifica a redação do inciso II do art. 4 da Lei nº 12.302, de 2 de agosto de 2010, para alterar a qualificação exigida para o exercício da profissão de instrutor de trânsito". Para debater o assunto convidamos: – Exmo. Deputado Federal Ronaldo Benedet; – Ilmo. Sr. Jairo Mota Castro – Coordenador do Registro Nacional de Condutores Habilitados do DENATRAN; – Ilma. Sra. Maria Cristina Andrade Hoffmann – Coordenadora Geral de Qualificação do Fator Humano no Trânsito do DENATRAN; – Ilmo. Sr. Magnelson Carlos de Souza – Presidente da Federação Nacional das Auto-Escolas e Centros de Formação de Condutores.* **Autoria:** Senador Vicentinho Alves. **Resultado:** Aprovado. **EXTRAPAUTA – ITEM 18 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 27, DE 2012.** *Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do RISF, REQUEIRO a realização de audiência pública no âmbito da subcomissão permanente em defesa do emprego e da previdência social para debater a reintegração dos ex-funcionários do Banco do Brasil (PDV) e dos ex-soldados especializados da Força Aérea Brasileira. Os convidados serão: enviados posteriormente para a secretaria da Comissão.* **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Resultado:** Aprovado. **EXTRAPAUTA – ITEM 19 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 28, DE 2012.** *Com fundamento no disposto no art. 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso II e V, do Regimento Interno desta Casa, requeiro a realização de AUDIÊNCIA PÚBLICA pela Comissão de Assuntos Sociais, com o tema "A ODONTOLOGIA E A SAÚDE SUPLEMENTAR NO BRASIL". Sugiro que sejam convidadas autoridades ligadas aos seguintes órgãos e entidades: – Uniodonto do brasil; – Federação nacional dos odontologistas – FNO; – Agência nacional de saúde suplementar – ANS; – União nacional das instituições de auto-gestão – UNIDAS; – Secretária de direito econômico do ministério da justiça – SDE/MJ; – Conselho federal de odontologia – CFO; – Associação nacional do ministério público do consumidor – MPCON; – Associação brasileira de odontologia – ABO.* **Autoria:** Senador Paulo Davim. **Resultado:** Aprovado. Usam da palavra os Senadores Paulo Paim, Cyro Miranda, Rodrigo Rollemberg, Vicentinho Alves, Wellington Dias, Cícero Lucena, Eduardo Suplicy, Paulo Davim, Benedito de Lira, Waldemir Moka e as Senadoras Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin e Ana Amélia. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dois minutos, lavrando eu, Dulcidia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente Senhor Senador Jayme Campos, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Jayme Campos,** Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Bom dia a todos e a todas.

Havendo número regimental, declaro aberta a 12ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Há expediente à Mesa, que passo a ler:

A S. Exª, Sr. Senador Cícero Lucena, que é o 1º Secretário do Senado Federal.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº 1.591, DE 2011

Sr. 1º Secretário, reporto-me ao Ofício nº 361, de 20 de março de 2012, que trata do Requerimento de Informação nº 1.591, de 2011, de autoria da Comissão de Assuntos Sociais, através da qual solicita informações a respeito do impacto financeiro nas contas da Previdência Social, advindo da aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 476/2008, de autoria do Senador Paulo Paim.

Encaminha a V. Exª a cópia da Nota CREM nº 54, de 24/03/2012, da Secretaria

de Políticas de Previdência Social, contendo as referidas informações.

Atenciosamente,

Garibaldi Alves Filho, Ministro de Estado da Previdência Social.

Quero registrar a presença do valoroso companheiro, Senador Paulo Paim, e também do Senador Cyro Miranda, até aguardamos a chegada de mais alguns Senadores.

Temos hoje, aqui, nesta Comissão... Esta reunião destina-se à apreciação dos Itens nº 1 a 16, conforme pauta previamente divulgada.

São sete itens não terminativos e nove itens terminativos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, se V. Exª me permitir...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – É só um comentário muito rápido. Primeiro, quero dizer da alegria de estar, mais uma vez, com V. Exª, aqui, na Comissão, cujas reuniões iniciam-se sempre às 9 horas. Isso é bom. Pode vir, que não há erro. É mais fácil iniciar antes, não depois.

Às vezes, o Senador chega a iniciar a reunião às 9h55min, o que é bom também: é uma forma de chamar os Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Por sinal, V. Exª, hoje, foi o campeão. Foi o primeiro que registrou sua presença no plenário da Casa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Mas V. Exª já estava lá, no cafezinho.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – E o segundo foi o vice-campeão.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Senador Jayme...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Nosso Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – V. Exª não sabe da importância que é a reunião da Comissão começar no horário. Se todas as comissões fizessem isso, não teríamos problemas.

Veja, muitas vezes, há comissões das 10 horas, que começam às 10h45min, quando já poderiam estar quase no seu término. Então, essa disciplina que o senhor impõe aqui é da maior importância para nós, Senadores.

Acho que deveríamos começar a mostrar esse exemplo nas outras comissões e a penalizar quem não começa, porque depois todo o processo de comissões começa a encavalar. Aí a coisa não funciona.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – É verdade.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Eu agradeço a V. Exª.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Então, a V. Exª, em primeiro lugar, na linha do Senador Cyro Miranda... E quero de público dizer que o Senador Cyro Miranda está fazendo um excelente trabalho naquela Subcomissão do FGTS e me escolheu para ser vice dele, mas não tenho conseguido acompanhar, devido ao número de comissões que há na Casa.

Eu me comprometi com ele, nós trocamos o horário da reunião. É um assunto importantíssimo. Muita gente tem-me perguntado: "Como está o debate sobre o Fundo de Garantia e tal?" Lembro V. Exª, que é o Presidente da comissão principal, e lembro também a comissão especial.

Eu digo: estou acompanhando, estamos indo e tal. Mas estou devendo respostas, porque não estou conseguindo acompanhar no nível do "pique" também do meu querido Senador Cyro Miranda. Então, acertei com ele que provavelmente vamos reunir-nos às quartas-feiras, de 14h às 16h – provavelmente, repito; conversaremos com os outros Senadores –, para que eu possa também acompanhar um tema tão importante.

Mas, ainda em relação a um requerimento encaminhado pelo Senador Cyro Miranda ao Ministério da Previdência, eu queria dizer que acho muito positiva essa iniciativa, até porque há outros projetos que tratam do mesmo tema – leia-se "recursos da Previdência" –, e, a partir da iniciativa do Senador Cyro Miranda, nós também podemos fazer requerimento nesse sentido.

Uma vez ficamos, aqui, num debate quase eterno, mas sem nenhuma segurança, porque não temos os números do Ministério. Até já marcamos uma audiência pública, um debate que nós tivemos salutar, com um Senador de quem gosto muito, que é o Cássio, um jovem Senador, foi o Deputado Federal Constituinte mais jovem, quando eu fui Constituinte também. Fizemos aqui um bom debate, mas eu via que ele não tinha os números e eu também não tinha. Ficamos mais no campo teórico, mas sem dados e números.

Por isso eu quero cumprimentar a iniciativa do Senador. Trata-se de projeto de nossa autoria. Eu vou ter posse, naturalmente, dos dados, para analisar, e poderemos ter movimentos como esse, para que tenhamos clareza de como fica a nossa Previdência. Eu sei que há uma preocupação de todos nós. Todos nós achamos – o Senador Cyro Miranda e V. Exª também – que é importante desonerar a folha, para que o nosso empresário seja mais competitivo, mas, por outro lado, temos que ter segurança dos recursos da

Previdência. Estou falando isso no âmbito geral, porque tudo envolve recursos da Previdência.

Por isso, mais uma vez, cumprimento V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exªs, Senador Paulo Paim e Senador Cyro Miranda.

Vou fazer um breve comentário. Na Presidência da Comissão de Assuntos Sociais, tenho demonstrado nossa enorme preocupação com a desindustrialização do País. Eu gostaria de comentar, Senador Paulo Paim, o mais novo pacote para socorrer a indústria nacional, apresentado como a segunda etapa do Programa Brasil Maior.

Pelo que vimos até agora, trata-se de medidas paliativas, pontuais, sem qualquer novidade relevante para o fortalecimento da produção nacional. As políticas incluídas no pacote muitas vezes já são testadas em outras circunstâncias, como as desonerações setoriais. Medidas para facilitar o crédito e ações na defesa comercial ainda configuram um conjunto de ações maquiadas.

No geral, falta ambição às medidas do Governo Federal. A desoneração da folha de pagamento, tal como apresentada, não traz resultados imediatos. O Governo ampliou de quatro para quinze o número de segmentos da economia agraciados com um suposto estímulo, gerando um alívio tributário de R$3,1 bilhões, mas esse valor representa somente um dia de arrecadação federal. No entanto, para compensar a perda da receita, o Governo anunciou incentivos com uma mão para preservar a arrecadação, e com a outra o Governo aumentará o PIS e a Cofins sobre produtos importados, além de elevar os impostos que incidem sobre as chamadas bebidas frias (água, cerveja e refrigerante).

Eu particularmente defendo que tem que, naturalmente, aumentar a questão tributária em relação à importação, diante do que estamos acompanhando. Lamentavelmente, a indústria brasileira, a cada dia que passa, está piorando. O Governo Federal tem que colocar em prática políticas públicas urgentemente para mantermos nosso parque industrial em pé, gerando, assim, não apenas imposto, mas, acima de tudo, emprego para o povo brasileiro. Esta é a minha preocupação: geração de emprego e renda para o nosso povo.

Vale perguntar se é correto o Estado selecionar setores que vão ser agraciados com benefícios fiscais, enquanto outros terão impostos aumentados para pagar a parte da conta. Em relação à sobretaxa à importação, até quando o Estado ordenará o que os consumidores poderão ou não consumir? Do total dos R$60,4 bilhões de estímulos apresentados pelo pacote, o Tesouro Nacional vai fazer o aporte de algo parecido com R$45 bilhões no caixa do Banco de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, o que deve reduzir as taxas de juros. Enquanto isso, a indústria definha a cada dia. Segundo o IBGE, o setor industrial acumulou perda de 3,4% nos dois primeiros meses de 2010. É um número elevadíssimo – eu acho, particularmente – para os empresários do setor industrial, e o Governo tem muito a fazer nesse caso.

Este é o sexto pacote de incentivos à indústria desde o final de 2008. Seus instrumentos, porém, apresentam tímidos e limitados benefícios diante das condições macroeconômicas hostis com que a indústria se defronta e com as deficiências embutidas no custo Brasil. Entre os países considerados emergentes, o Brasil é o lugar mais caro para se fazer negócios. A burocracia ainda é enorme, e tem piorado. A falta de investimentos em infraestrutura dificulta a operação da logística, gerando deficiências em setores como de comunicação e energia. E a própria mão de obra qualificada também é um problema sério, grave. Tenho acompanhado principalmente o setor elétrico, a própria Petrobras e outros segmentos da economia brasileira que estão tendo hoje uma deficiência muito grande.

Vou dar alguns exemplos a V. Exªs. Mato Grosso hoje deu um *boom* na implantação de usinas hidrelétricas. Temos algumas usinas hidrelétricas construídas ao longo dos rios Teles Pires, Tapajós e o próprio Juruena, mas há dificuldades com relação à mão de obra, algumas pelo conjunto, que percebi lá, de usinas que estão sendo construídas, que vão gerar algo em torno de 25 a 30 mil novos empregos. Nós temos a preocupação da questão da qualificação. É um verdadeiro desespero ali, buscando efetivamente mão de obra mais ou menos qualificada. Acho que o Governo tem que se preocupar nesse sentido. Acredito que nesses próximos dois anos, só no Mato Grosso, no setor elétrico, 40 mil novas vagas de trabalho vão surgir diante do seu potencial hidráulico fantástico. Mato Grosso tem um potencial maravilhoso e está sendo aproveitada essa riqueza que Deus nos deu para a implantação de algumas usinas, em que pese eu tenha algumas restrições.

É inconcebível, Senador Paulo Paim, construirmos essas usinas sem termos as eclusas. Um potencial fantástico, o transporte aquaviário tinha que ser explorado, demandando com isso, certamente, o melhor em termos de transporte intermodal, compatibilizando o transporte rodoviário, o transporte ferroviário e o transporte aquaviário e não está sendo aproveitado. É um questionamento que faço. Acho que o Governo Federal teria que rever o conceito da implantação dessas usinas hidrelétricas que nós deveríamos aproveitar, pelo fato de que – como V. Exª lembra muito bem – quando se construiu Tucuruí gastava-se para fazer a

eclusa de Tucuruí, pelos primeiros dados que existem, de 100 a 120 milhões.

Entretanto, passaram alguns anos e o próprio Presidente Lula, que depois construiu a eclusa, a fez por quase 3 bilhões para os cofres públicos federais. Acho que são políticas públicas e deveria ser feita uma estratégia, uma discussão bem ampla entre a ANA, entre o Ministério de Minas e Energia, a Aneel, etc., para que aproveitássemos nossas riquezas e, com isso, diminuindo o custo Brasil na questão do transporte, desafogando as nossas rodovias que, lamentavelmente, hoje estão totalmente estranguladas diante do aumento do número de caminhões, automóveis que estão sendo comercializados no nosso País.

No mês de março, se não me falha a memória, aumentou a venda de automóveis e, por conseguinte, não melhoraram as nossas rodovias, o transporte de mobilidade urbana das próprias cidades brasileiras.

Então, acho que o Governo Federal deveria rever. Mas, para minha alegria, está sendo gerado emprego não só para o povo de Mato Grosso – o que hoje está sendo insuficiente –, mas, certamente, para outros bons brasileiros de outros Estados que estão sendo deslocados para lá. Pelo que percebi, na construção da Usina de Paranaíba, realmente, a qualidade de vida que estão dando àqueles trabalhadores é da melhor possível.

Fiquei muito satisfeito de ver a maneira, desde a alimentação balanceada, o transporte em ônibus novos, o alojamento é de boa qualidade, com ar condicionado. Em síntese, é a valorização do trabalhador brasileiro e, nesse caso, particularmente, imagino ser fundamental a qualificação da mão de obra no nosso País.

Pela ordem, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Quero cumprimentá-lo por sua análise. Com toda franqueza, os números que V. Exª levanta com relação ao emprego são números positivos no seu Estado, no meu Estado também não é diferente.

Ouvi ontem a Senadora Angela Portela falando de Rondônia, onde também não é diferente.

Estive recentemente fazendo uma palestra em Santa Catarina. Disseram-me lá que precisariam, no mínimo, de 10% a mais de trabalhadores. Numa situação de pleno emprego, isso é fato, é real praticamente em todo o País. Meu Estado vai pela mesma linha, mas, claro, nessa ótica. Temos que profissionalizar, porque senão não há emprego mesmo, porque a tecnologia avança com a robótica, com o novo momento do crescimento de todas as redes de informação... Por exemplo, nós aqui vamos trabalhar agora com o *tablet*. Até para dizer o nome tenho dificuldade, calculem para operar, mas tenho que me atualizar também. Então, é importante a formação técnica na linha que V. Exª representa.

Mas, para deixar bem clara a minha posição para aqueles que estão assistindo ao vivo aqui a TV Senado, e às vezes muitos não pensam o que eu penso e vou dizer. Quando a gente está aqui falando, não estamos falando somente nós dois – sei que V. Exª sabe disso, o Senador Cyro também sabe – nós estamos falando para quase um milhão, dois milhões de pessoas que estão assistindo a nossa conversa – no mínimo – esse nosso diálogo aqui enquanto esperamos o quorum chegar para começar a votação.

Mas eu vejo que há um movimento, pelo menos um movimento ainda pequeno, poderia ser maior, para atender ao empresariado, para atender aos bancos, tantos que os juros estão baixando mediante uma ampla negociação, que o setor financeiro também não vai perder porque vai ser tudo uma negociação, há até um movimento para atender em tese os trabalhadores porque se gera emprego está atendendo aos trabalhadores. Mas eu quero mais uma vez, até porque sabe que eu gravo alguns vídeos na chamada TV do meu gabinete – é um sistemazinho que pega algo como esse aqui, filma e eu boto no meu sistema de comunicação social.

Mas eu tenho falado muito lá e vou repetir de novo aqui, que não estamos olhando para os aposentados. Que o trabalhador que está hoje na atividade ele vai ter que se aposentar amanhã ou depois. É o processo natural da vida. Ou ele morre ou se aposenta. Vai ter que se aposentar. E como é que fica a situação dessas pessoas. Então eu botei um desses vídeos, botei ontem, já tem seiscentas pessoas que entraram para ver, onde eu comento essas minhas preocupações que são legitimas e que ninguém me provou o contrário até hoje, que nós, se continuarmos dessa forma, nós caminhamos para que todo o assalariado brasileiro da área pública e da área privada vá se aposentar com um salário mínimo. E depois, claro, o fundo de pensão privado, como agora aprovamos, inclusive para o servidor, é que vai dar tônica do que vai ser beneficio dele no futuro. E isso me preocupa. Quem pode pagar um fundo de pensão tudo bem, e quem não pode? Então eu chego a lembrar a seguinte história: os trabalhadores pagaram sobre 20; depois – ali, ligeirinho, foi para 15 –, oficialmente, baixou para 10. De 10, hoje está em seis; de seis podem saber com certeza absoluta quem está assistindo agora, que 90% estão no máximo em três já. E estamos caminhando para um. Então isso me preocupa, porque como é que alguém que em plena atividade ganhava em torno de, digamos, em torno de 10 salários mínimos ou cinco

salários mínimos ou três vai conviver com um salário mínimo quando estiver aposentado?

Então é esse debate que eu tento fomentar. E não é contra ninguém, todo mundo sabe que sou da base do Governo, sou do PT. É um debate sobre uma causa que me preocupa. E havia aqui um Senador, infelizmente não está mais, Senador Geraldo Mesquita Júnior, que sempre dizia: "Senador, eu acho importante que se levante o debate sobre causas e não coisas". Então quando a gente levanta esse debate, é a causa dos idosos do País, é a causa dos aposentados que é grave. Eu confesso... Como eu fui para a Comissão de Orçamento, por indicação, porque tem que haver o rodízio, que por mim não iria, não gosto daquela Comissão, não gosto, sempre disso isso, não vou negar nesse momento, não gosto da Comissão de Orçamento. É uma posição minha de não gostar...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – É de muita negociação, não é?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – V. Exª entendeu. Mas, vou ter que ir, porque há um rodízio e quem não foi tem que ir, e vou cumprir o meu papel.

Mas quero... Vou entrar lá com um requerimento para criar uma subcomissão especial – que é possível, me disseram – dentro da Comissão de Orçamento para discutir o Orçamento e a Previdência. Nessa ótica da nossa preocupação com os idosos, porque como é que ficarão os milhões de brasileiros, já que a tendência é de termos mais anos de vida? Rapidamente seremos mais de 50 milhões. E como é que ficarão esses 50 milhões de pessoas aposentadas, dependendo de um salário mínimo?

É esse debate que eu quero trazer à Casa.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Senador Paim, V. Exª me permite?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pois não.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – V. Exª toca num ponto importantíssimo. Ontem passou, numa audiência pública, com o Ministro Aldo Rebelo, em que estávamos examinando a Lei Geral da Copa. E lá tem uma preocupação com os jogadores das Copas de 58, 62 e 70 – é verdade que é um número bem restrito – em que estão dando 100 mil reais e mais uma aposentadoria vitalícia, mesmo para aqueles que já morreram, no caso, vai para a família, de R$3.900,00...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Que é o teto.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Que é o teto. Tudo bem, eu não sou contra, se bem que eu acho que quem deveria arcar com isso era a Fifa, que é muito rica e que se beneficia do dinheiro da Copa, e não o Tesouro. Eu fui contra só nesse sentido. Mas o debate para com o aposentado, esse não se realiza, foge todas as vezes. É um absurdo o que se está fazendo: quem está na ativa recolhe mais e tem um benefício bem menor. Com certeza, os nossos netos não vão ter aposentadoria desse jeito. É como o senhor disse: os que estão na ativa hoje vão ser os aposentados de amanhã. Ou realmente se faz uma discussão ampla para que se faça uma reestruturação, e é possível, é possível.

Então, V. Exª tem toda a razão. Estou irmanado com V. Exª nessa causa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Nós vamos iniciar a pauta pelo item 3, que é não terminativo; com a presença do Senador Cyro Miranda, é possível nós relatarmos a matéria.

Item 3. O Senador Cyro Miranda é o Relator da matéria.

ITEM 3

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 5, DE 2003
– Não Terminativo –

Dispõe sobre reajuste do valor do salário mínimo, a partir de maio de 2004, e dá outras providências.

Autoria: Senador Paulo Paim.

TRAMITA EM CONJUNTO COM
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 200, DE 2004 – **Não terminativo -**

Dispõe sobre o reajuste do valor do salário mínimo estipulado no art. 7º, IV, da Constituição Federal.

Autoria: Senador Paulo Paim.

TRAMITA EM CONJUNTO COM
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 314, DE 2005
– Não Terminativo –

Dispõe sobre o reajuste do valor do salário mínimo estipulado no art. 7º, IV, da Constituição Federal.

Autoria: Senador Paulo Paim.

Relatoria: Senador Cyro Miranda.

Relatório: Pelo arquivamento dos Projetos de Lei do Senado nºs 5, de 2003; 200, de 2004 e 314, de 2005, que tramitam em conjunto.

Observações:

– Em 1º.03.2012, a matéria é retirada de Pauta a pedido do Relator para reexame do Relatório;

– Em 20.03.2012, foi recebido novo Relatório do Senador Cyro Miranda;

– A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, em Decisão Terminativa;

– Votação simbólica.

Antes de conceder a palavra ao Senador Cyro Miranda, quero registrar também a presença do valoroso Senador Rodrigo Rollemberg, que muito bem representa o Distrito Federal aqui. Eu tive a oportunidade ímpar de assistir, lá em Mato Grosso, a V. Exª, se não me falha a memória, na segunda-feira, quando fez um belo pronunciamento defendendo os interesses da sociedade brasiliense, sobretudo no que se refere à questão da educação. V.Exª fez um belo pronunciamento mostrando que conhece o assunto e, sobretudo, mostrou, externou a sua preocupação com relação à questão das políticas públicas e, lamentavelmente, deu a entender que o Poder Executivo deste Distrito Federal não tem cumprido com a sua obrigação de levar o bem-estar, políticas públicas sociais ao alcance daqueles menos favorecidos, sobretudo nesse caso. Quero cumprimentá-lo belo pronunciamento.

Eu concedo a palavra ao Senador Cyro Miranda para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Sr. Presidente Jayme Campos, Srªs e Srs. Senadores, como sempre, os projetos do Senador Paulo Paim são de extrema importância e sempre voltados para o trabalhador. No caso aqui do salário mínimo, o Senador Paulo Paim dispõe sobre o reajuste do salário mínimo. Vejam é o PLS nº 5 de 2003. Se não tivesse demorado tanto tempo, nós teríamos talvez esse assunto já há mais tempo resolvido. Com o passar dos anos, tivemos alguns outros requerimentos que nós estamos apensando.

O PLS nº 200, de 2004, traz também regra permanente para reajuste anual do salário mínimo; o Projeto de Lei do Senado nº 314, também de 2005, institui a política de reajuste para o valor do salário mínimo e para os benefícios mantidos.

Mas eu vou à análise.

Análise.

Todos os projetos são semelhantes, pertinentes e de elevado alcance social, pois visam proteger o poder de compra do salário mínimo e, por conseguinte, a renda do trabalhador mais carente. Há que se considerar o incremento da demanda agregada decorrente da elevação do salário mínimo, o que provoca crescimento econômico.

Concordamos com as iniciativas em análise, pois tratam do salário mínimo como instrumento de inclusão social no bojo de uma óptica redistributiva. Além disso, as proposições preocupam-se em estabelecer critérios permanentes de reajuste do piso nacional, retirando a margem aleatória dos aumentos. No entanto, não compartilhamos com o fato de que o formato de reajuste deva ser estendido a todos os benefícios de aposentadoria. Reajuste do salário mínimo é política de trabalho e renda, e não política previdenciária.

Ademais, uma possível inclusão de um dispositivo dessa natureza poderia colocar em xeque a Previdência, já com sérios problemas de equilíbrio financeiro. Não há cálculo atuarial que dê suporte para a defesa de aumentos reais para benefícios previdenciários nos mesmos patamares que o salário mínimo, salvo, por determinação constitucional, para o piso dos benefícios.

Não obstante concordemos com o âmago das propostas relativas à correção do salário mínimo, entendemos que os seus objetivos já foram atendidos com a publicação da Lei nº 12.382, de 2011, que estabelece a atualização dos valores desse salário, considerando a inflação passada e a variação do PIB de dois anos atrás.

Na verdade, era o que o Senador Paulo Paim gostaria de ter feito desde 2003, mas, por iniciativa da Presidente da República, em 2011, resolveu-se esse problema.

Voto.

Ante o exposto, conforme o inciso III do art. 133 do Regimento Interno do Senado Federal, somos pelo arquivamento dos Projetos de Lei do Senado nº 5, de 2003, nº 200, de 2004, e nº 314, de 2005.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senador Cyro Miranda.

Está em discussão a matéria.

Pela ordem, Senador Paulo Paim, para discussão da matéria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Primeiro, quero cumprimentar o Senador Cyro Miranda, que dialogou comigo sobre o tema e, com muita tranquilidade, Sr. Presidente, acho que foi no encerramento, disse aquilo que gostaria de dizer, mas que preferia que ele tivesse dito. Porque, na verdade, a política de inflação mais o PIB eu apresentei ainda em 2003. E não é porque tenho uma visão de que isso ia acontecer em 2011. É porque nós, aqui no Senado, montamos uma comissão especial de 11 Senadores e 11 Deputados, viajamos o Brasil e construímos essa política da inflação, o dobro do PIB e ainda uma política para o aposentado.

No bojo da negociação, com o Presidente Lula e com as centrais, chegamos a um entendimento, todos nós, de que o ideal seria, para aquele momento, a inflação mais o PIB, e assim foi acordado. E a questão do aposentado ficou, então, para uma política específica.

Então esse meu projeto de 2003 falava das duas questões, mas, no acordo feito, o aposentado teria que

ter uma política específica. E já que a medida provisória contempla aquilo que propusemos em 2003, não contempla ainda uma política para o aposentado, que foi fruto do debate inicial com V. Exª e com o Senador Cyro Miranda, concordo com o parecer na íntegra, porque, de fato, a matéria já está contemplada na questão essencial, que é a política do salário mínimo. E o compromisso lá assumido e que ainda não foi cumprido é de termos uma política específica para o aposentado. Por isso que o Senador Cyro Miranda não poderia agir diferente; ele não poderia aprovar um projeto que misturaria, neste caso, as duas coisas, quando já decidimos que a política de salário mínimo é uma e, para o aposentado, é outra, até porque, há dois anos, concedemos, para o aposentado, a inflação e 80% do PIB, que não foi idêntico ao salário mínimo. Já foi uma política diferenciada.

Por isso, acompanho o parecer do relator pelo prejuízo, porque a semeadura deu resultado, e a Lei do Salário Mínimo já é uma excelente lei e está em pleno vigor no País.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Continua em discussão. (*Pausa*.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão, aguardando quórum suficiente para que esta matéria seja votada ainda no dia de hoje.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Esta matéria, Sr. Presidente, é não terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Não terminativa. Estamos aguardando quórum.

Nós temos aqui um pedido para retirada de pauta.

ITEM 4

TRAMITAÇÃO CONJUNTA
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 718, DE 2007
– Não Terminativo –

Altera o Decreto-Lei nº 467, de 13 de fevereiro de 1969, para dispor sobre a devolução de embalagens vazias de produtos de uso veterinário.

Autoria *ad hoc*: Senador Paulo Paim.

Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado Nºs 169, de 2008; 494, de 2009; e 148, de 2011, todos não terminativos.

A matéria é retirada de pauta a pedido do relator.

Eu queria consultar aqui o relator da matéria sobre um pedido de retirada de pauta da Senadora Vanessa Grazziotin.

Consulto o Senador Rodrigo Rollemberg se concorda com a retirada de pauta feita pela Senadora Vanessa Grazziotin, que é a autora da matéria, e V. Exª é o relator.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – De minha parte, Sr. Presidente, não há nenhum óbice para que possamos retirá-la de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Retirada de pauta a matéria, o Projeto de Lei do Senado nº 498, de 2011, que é o item 6.

Vamos votar o item 9 – estamos com a presença de V. Exª –, de que faremos a leitura.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 92, DE 2003
– Terminativo –

Concede estabilidade provisória no emprego aos trabalhadores e dá outras providências.

Autoria: Senador Paulo Paim.

Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg.

Relatório: Pelo envio do Projeto de Lei do Senado nº 92, de 2003, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, para que se pronuncie sobre a Juridicidade e Constitucionalidade da matéria.

Observações:

– A votação será simbólica em virtude do voto do Relator.

Concedo a palavra ao Senador Rodrigo Rollemberg para proferir seu relatório.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero aqui cumprimentar, de forma especial, V. Exª e o Senador Paulo Paim por mais um projeto de grande alcance social. O Senador Paulo Paim tem toda a sua trajetória muito ligada aos movimentos sociais, é uma referência para todos nós nessa área, especialmente nesta Comissão de Assuntos Sociais.

Cumprimento os demais Senadores, Senador Mozarildo Cavalcanti, Senador Cyro Miranda, e vou ao parecer.

Trata-se de parecer da Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 92, de 2003, do Senador Paulo Paim, que concede estabilidade provisória no emprego aos trabalhadores e dá outras providências.

É submetido ao exame desta Comissão, em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado nº 92, de 2003, que concede a estabilidade provisória ao empregado, nas seguintes hipóteses:

a) quando faltarem dois anos para a sua aposentadoria;

b) de seis meses, quando estiver afastado em decorrência de prestação do serviço militar obrigatório;

c) de um ano, quando concorrer às eleições sindicais;

d) de seis meses, quando retornar à atividade, em razão do gozo de benefício da Previdência Social ou de acidente de trabalho;

e) de seis meses, após o término de greve pelo cumprimento da lei;

f) reintegração e estabilidade por seis meses, quando ganhar ação contra o empregador, em defesa de seus direitos sociais, assegurando-lhe a percepção de todos os vencimentos relativos ao período.

A iniciativa, segundo o autor, tem o intuito de fazer justiça aos trabalhadores demitidos injustamente por estarem cumprindo a lei ou reivindicando seus direitos.

Trata-se de matéria sempre recorrente nas discussões sobre os direitos sociais dos trabalhadores e que merece a devida atenção por parte desta Comissão.

À proposição não foram oferecidas emendas.

Análise.

Nos termos do art. 90, inciso I, combinado com o disposto no art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais discutir e votar projetos de lei que versem sobre matérias atinentes às relações de trabalho.

A proposição em discussão pretende disciplinar a concessão de estabilidade provisória nas hipóteses que especifica.

Não resta dúvida que a continuidade e a permanência na relação de emprego é um dos principais objetivos do nosso sistema jurídico laboral, que dá guarida a essa segurança aspirada por todo trabalhador, que é comprometida sempre que ele é despedido.

Também no mundo todo, boa parte dos sistemas jurídicos estabelece medidas de proteção à relação de emprego contra a despedida arbitrária ou sem justa causa.

A Constituição Federal (art. 7º, I) determina ser direito do trabalhador urbano e rural, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, a proteção do Estado contra a despedida arbitrária ou sem justa causa. Em que termos? Nos termos da lei complementar, que deverá fixar a indenização compensatória, em caso de despedida arbitrária ou sem justa causa. Com essa indenização, quis o Constituinte minimizar, para o empregado, não apenas as perdas resultantes da ruptura de seu contrato de trabalho, como também proporcionar-lhe recursos que lhe possibilitem enfrentar, com dignidade, as dificuldades econômicas até que encontre novo emprego.

Assim, ao regulamentar a matéria, segundo Celso Ribeiro Bastos, caberá ao legislador estabelecer critérios com o objetivo de alcançar o maior número de situações que cercam cada caso de despedimento. Ainda que a indenização deva ser paga em dinheiro, não se exclui a outorga de outros direitos, ainda que o texto constitucional não estabeleça contra quem serão exercitáveis.

O Texto Constitucional estabelece ainda que a relação de emprego deve ser protegida, valorizada e defendida, atendendo, desse modo, ao princípio da continuidade do vínculo jurídico. Em outras palavras, a continuidade e a permanência da relação devem ser preservadas, eis que é o emprego um bem jurídico a ser tutelado pela lei.

Essa proteção, todavia, não deve ser confundida com a estabilidade do empregado na empresa, que a Constituição de 1988 aboliu, substituindo-a por uma indenização compensatória.

Ao comentar o inciso I do art. 7º da Constituição Federal, Celso Ribeiro Bastos afirma:

Notam-se, no atual texto, algumas alterações sensíveis, em face do regime pretérito. Uma das mais salientes, sem dúvida, é a supressão da referência estabilidade. Fala-se em proteção contra despedida arbitrária; alude-se a uma indenização compensatória; refere-se mesmo a outros direitos, mas nenhuma referência é feita à estabilidade.

Em consequência, esse direito de não ser despedido deixa de existir. Em seu lugar, a uma volta à indenização, que não se confunde com os depósitos do Fundo de Garantia. (Comentários da Constituição do Brasil, pág. 410).

Não é demais enfatizar que, se assim não fosse, a Constituição Federal não teria aberto três únicas exceções à regra estabelecida no art. 7º, inciso I, da Constituição Federal, ao vedar expressamente a dispensa:

1. Do empregado sindicalizado, a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical, e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei, art. 8º, inciso VIII;

2. Do empregado eleito para o cargo de direção de comissões internas de prevenção de acidentes, desde o registro de sua candidatura até um ano após o final de seu mandato (Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, art. 10, inciso II-A);

3. Da empregada gestante desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto.

Em consequência, a despeito do mérito da proposta e de sua incontestável relevância social, à primeira vista, quer-nos parecer de bom alvitre e recomendada prudência seja analisada pela comissão pertinente desta Casa a possibilidade de criação, pelo legislador ordinário, de outras exceções como a pretendida pelo presente projeto, além das já previstas na Lei Maior.

Assim, julgamos oportuno o seu encaminhamento à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a quem cabe, nos termos do art. 101, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, se pronunciar sobre a juridicidade, constitucionalidade e regimentalidade da matéria.

VOTO

À vista do exposto, nos termos do inciso I do art. 101 do Regimento Interno do Senado Federal, opinamos pelo envio do Projeto de Lei do Senado nº 92, de 2003, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para que esta se pronuncie sobre a sua juridicidade e constitucionalidade.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senador Rodrigo Rollemberg.

Está em discussão a matéria.

Para discutir a matéria, tem a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, primeiro concordo, na íntegra, com o Senador Rodrigo Rollemberg, até porque esse projeto é de 2003.

O Senador Rodrigo Rollemberg está pedindo o exame de outra comissão, de forma correta. Estou vendo aqui – e o projeto é de minha autoria – no item D: *seis meses quando retornar de atividade em razão do benefício de previdência ou acidente de trabalho*. A legislação atual já fala de um ano. Por isso que merece, de fato, uma análise mais detalhada, pois já passaram uns 10 anos e algumas coisas aqui procedem; outras, não mais, pelo avanço da própria legislação.

Então é bom que vá para outra comissão, volta para esta e nós poderíamos ajustar, quem sabe, dentro dos princípios da OIT, que é uma recomendação internacional. E que esteja baseado na Constituição e nos princípios da OIT da chamada demissão imotivada, sem nenhum motivo.

É só isso e cumprimento o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Para discutir a matéria, o nosso Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Só mais uma vez, Sr. Presidente, para cumprimentar o autor da matéria.

Como tive a oportunidade de registrar, a matéria é de altíssima relevância social, como têm sido os diversos projetos do Senador Paulo Paim. Mas, por uma questão de prudência, considero importante ouvir a Comissão de Constituição e Justiça. Mas, quero aqui reiterar mais uma vez a relevância do projeto e cumprimentar o seu autor, Paulo Paim, pela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Continua em discussão a matéria.*(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Aguardando apenas uma assinatura, para iniciarmos o processo de votação, tendo em vista que falta apenas um Senador.

Sobre a mesa, expediente que passo a ler:

OFÍCIO Nº 506, DE 2012

Sr. Presidente, comunico a V. Exª que foi protocolizado, na Secretaria-Geral da Mesa, o requerimento do Senador Armando Monteiro solicitando tramitação em conjunto dos Projetos de Lei do Senado nº 369 e 552, de 2011, em cópia anexo.

Nesses termos, solicito a V. Exª a remessa dos referidos projetos que tramitam nesta Comissão à Secretaria-Geral da Mesa para que se possa dar seguimento à tramitação do mencionado requerimento, uma vez que sua leitura somente poderá ocorrer com o processado sobre a mesa, nos termos do art. 266, do Regimento Interno do Senado Federal que estabelece, in verbis: o processo da proposição ficará sobre a mesa durante a sua tramitação em plenário.

Atenciosamente,

Senador José Sarney

Presidente do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Item extrapauta, a pedido do Senador Vicente, que é nosso grande Senador.

ITEM 17

REQUERIMENTO Nº 26, DE 2012 – CAS

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, destinada a instruir o PLS nº 289, de 2010, que "modifica a redação do inciso II do art. 4º da Lei nº 12.302, de 2 de agosto de 2010, para alterar a qualificação exigida para o exercício de profissão de instrutor de trânsito". Para debater o assunto convidamos: Exmº Deputado Federal Ronaldo Benedet; Exmº Sr. Jairo Mota Castro, Coordenador do Registro Nacional de Condutores Habilitados do Denatran; Exmª Srª Maria Cristina Andrade Hoffmann, Coordenadora Geral de Qualificação do Fator Humano do Trânsito do Denatran; Exmº Sr. Magnelson Carlos de Souza, Presidente

da Federação Nacional das Auto-Escolas e Centros de Formação de Condutores.

Autoria: Senador Vicentinho Alves.

Com a palavra o Senador Vicentinho Alves para encaminhar a matéria.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, de forma muito breve apresentei esse requerimento solicitando audiência pública, em razão de essa matéria ser polêmica. Quando iniciamos o relatório várias partes vieram interessadas no assunto.

Portanto, o melhor caminho que encontramos é uma audiência pública com todas as partes para a gente procurar, para que eu possa entender melhor e, naturalmente, apresentar o melhor relatório que for possível.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª Senador Vicentinho Alves, como sempre zeloso, nesse caso particular quer fazer uma audiência pública para instruir o projeto da melhor maneira possível. V. Exª está de parabéns.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Temos aqui outro item extrapauta.

ITEM 18

REQUERIMENTO Nº 27, DE 2012 – CAS

Com fundamento no disposto no Art. 93, inciso II, do RISF, requeiro a realização de audiência pública no âmbito da subcomissão permanente em defesa do emprego e da previdência social, para debater a reintegração dos ex-funcionários do Banco do Brasil (PDV) e dos ex-soldados especializados da Força Aérea Brasileira. Os convidados serão enviados posteriormente para a secretaria da Comissão.

Autoria: Senador Paulo Paim.

Concedo a palavra a V. Exª Senador Paulo Paim, para encaminhar a matéria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, esses, em tese, afastados dos órgãos que citei inclusive estavam acampados em frente ao Palácio da Presidenta Dilma. Acho que ouvi-los não é o problema e não tenho clareza, porque o PDV foi um plano que quem optou entrou. Sobre a questão da Aeronáutica, que também vai entrar, eu recebi o pessoal da Aeronáutica e me disseram para calcular se vou deixar que todos os cabos e soldados fiquem, de forma permanente, na corporação! É impossível!

Acho que ouvir as partes não é o problema e, por isso, com muita tranqüilidade encaminhei o requerimento para ouvi-los, para que haja o contraditório e fique bem claro a situação e se é possível ou não algum tipo de retorno à sua atividade e, com isso, eles suspenderam os movimentos que estavam fazendo.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Em votação o requerimento do Senador Paulo Paim.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

Esta matéria aqui já foi lida. E a discussão já foi encerrada.

Está em votação o parecer que conclui pelo arquivamento dos Projetos de Lei do Senado de nºs 5, de 2003, 200, de 2004, e 314, de 2005, que tramitam em conjunto.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão pelo arquivamento dos Projetos de Lei do Senado de nºs 5, de 2003, 200, de 2004, e 314, de 2005, que tramitam em conjunto.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Quero registrar a presença do valoroso Senador, grande Senador pelo seu Estado, o Piauí, Senador Wellington Dias, que está na nossa Comissão, que nos honra, como sempre, nos dá alegria com sua presença, assim como a presença do Senador Humberto Costa, do Senador Benedito Lira, do Senador Cícero Lucena, do Senador Mozarildo Cavalcanti e dos demais que já registrei a presença, como Cyro Miranda, Paulo Paim e Rodrigo Rollemberg. Estamos com o quórum completo, dá para votarmos as matérias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Estamos aqui comemorando o seu entusiasmo com os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – São vocês que me entusiasmam com suas presenças. Se não fosse assim, com certeza...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – E é bom de memória porque sabe o nome de um por um só de olhar. Sou ruim nisso, por isso fiz esse comentário.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Mesmo com a idade avançando, o computador, o cérebro eletrônico, está funcionando bem.

Outra matéria que já foi lida, o Item 9, é um projeto de autoria do Senador Paulo Paim, relatado pelo Senador Rodrigo Rollemberg. A matéria já foi relatada, discutida, e, neste caso, está em votação o envio do Projeto de Lei do Senado nº 92, de 2003, à Comissão de Constituição e Justiça.

Para explicitar melhor, este projeto o Senador Rodrigo Rollemberg entendeu que deve tramitar na Comissão de Constituição e Justiça. Feito isso, o próprio Senador Paulo Paim achou meritória, louvável, a iniciativa. Ela é decisão terminativa, entretanto, de forma simbólica aqui. Ela já foi discutida.

Em votação o envio do Projeto de Lei do Senado nº 92, de 2003, à Comissão de Constituição e Justiça.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovada a oitiva preliminar da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, CCJ, ao Projeto de Lei do Senado nº 92, de 2003.

A matéria vai à Comissão de Constituição e Justiça.

ITEM 1

OFÍCIO "S" Nº 51, DE 2011
– Não Terminativo –

Encaminhando, nos termos do art. 1º da Lei 12.438, de 6 de julho de 2011, o relatório circunstanciado referente à gestão do Sistema Único de Saúde no âmbito do Município de São Bernardo do Campo (SP), referente ao segundo trimestre de 2011.

Autoria: Secretário Gov. Mun. São Bernardo do Campo (SP).

Relatoria: Senador Eduardo Suplicy.

Relatório: Pelo arquivamento do Ofício "S" nº 51, de 2011 e pela comunicação ao Autor do teor da decisão desta Comissão.

Observações:

– A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA.

Votação simbólica.

Como não está presente o Senador Eduardo Suplicy, solicitaria ao Senador Wellington Dias para que relate *ad hoc* a matéria. V. Exª pode entrar na fase da análise da matéria.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, vem à análise desta Comissão de Assuntos Sociais o Ofício "S" nº 51, de 2011, Ofício 2-0498, de 5 de agosto de 2011, na origem, do Secretário de Governo do Município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, que encaminha relatório circunstanciado referente à gestão do Sistema Único de Saúde, SUS, no âmbito daquele município, referente ao segundo trimestre de 2011. Ele dá aqui todas as explicações. A competência da CAS para deliberar sobre matérias relativas à saúde está consignada no inciso II, no art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, não obstante o envio do referido ofício a esta Casa Legislativa, está apoiado em interpretação equivocada das normas legais relativas à prestação de contas da gestão do SUS.

De forma resumida, este é o principal ponto da análise.

Ante o exposto, nosso voto é pelo arquivamento do Ofício "S" nº 51, de 2011, e pela comunicação ao autor do teor da decisão esta Comissão.

Estes são o relatório e o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Em discussão a matéria.

Para discutir, tem a palavra o Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Sr. Presidente, o Relatório do Senador Suplicy, embora bastante respaldado pela questão legal, amparo legal, com o qual eu concordo, mas é importante que esta Casa fique atenta tanto nesta Comissão quanto na Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização para eventuais denúncias de má administração pública na esfera Municipal, Estadual.

Não podemos nos eximir também de acompanharmos as questões eventuais que possam ocorrer nos Estados e Municípios.

Concordo com o relatório, mas faço a observação, que é importante esta Casa poder, quando justificado, fazer as devidas verificações.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – O Senador Eduardo Suplicy já está presente, que é o Relator da matéria em que estamos em processo de discussão.

Está em discussão a matéria.

Consulto o Relator, Senador Eduardo Suplicy. Entretanto, com a presença dele, quem foi Relator *ad hoc* foi o Senador Wellington Dias, acho que não tem observação.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Quem leu?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – O Senador Wellington Dias, que já leu a matéria, foi *ad hoc.*

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu quero agradecer ao Senador Wellington Dias por ter lido o meu relatório.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o parecer que conclui pelo arquivamento do Ofício "S" nº 51, de 2011.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão pelo arquivamento do Ofício "S" nº 51, de 2011.

A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, que é presidida pelo Senador Rodrigo Rollemberg, que está presente.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 577, DE 2011 – COMPLEMENTAR – Não Terminativo –

Dispõe sobre a concessão da aposentadoria especial ao segurado do regime geral de previdência social que exerça as atividades de coleta de lixo, de qualquer natureza, de selecionador de lixo para fins de reciclagem, e de variação de vias públicas e logradouros.

Autoria: Senador Vicentinho Alves.

Relatoria: Senador Eduardo Suplicy.

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 577, de 2011 – Complementar.

Observações:

– *Votação simbólica.*

Parece-me que está faltando...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, agradeço muito se o Senador Wellington Dias puder de novo ler, porque eu deixei os meus óculos, que chegarão brevemente.

Se V. Exª puder fazer a gentileza...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Senador Eduardo Suplicy, indago a V. Exª...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Tem uns óculos emprestados aqui.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Já dá para quebrar o galho. (*Risos*.)

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

Não sei se V. Exª pode entrar na fase da análise, tendo em vista que desta matéria todos os Senadores e Senadoras já tomaram conhecimento, para facilitar, inclusive, tendo em vista a falta dos óculos...

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Em análise o Projeto de Lei do Senado nº 577, de 2001 – Complementar, de autoria do Senador Vicentinho Alves, dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial do segurado, no Regime Geral de Previdência Social, que exerça as atividades de coleta do lixo, de qualquer natureza, seja selecionador de lixo para fins de reciclagem e de varrição de vias públicas e logradouros.

Fará jus à aposentadoria especial, observado o período de carência, o segurado que exerça as atividades de coleta do lixo, de qualquer natureza, seja selecionador lixo para fins de reciclagem e de varrição de vias públicas e logradouros, durante 25 anos, desde que sujeito às condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física.

Fica estabelecido também que a aposentadoria especial, observado o disposto no art. 33 da Lei nº 8.203, de 24 de julho de 1991, consistirá numa renda mensal equivalente a 100% do salário de benefício, e a data do início do benefício será fixada da mesma forma que da aposentadoria por idade, conforme o disposto no art. 49 da Lei nº 8.203, de 24 de julho de 1991.

Na sua justificação, o eminente autor argumenta que a limpeza urbana não é apenas uma forma de tornar a cidade mais bonita. A varrição e coleta do lixo são imprescindíveis para evitar a proliferação de focos de doenças e preservar o meio ambiente.

Na execução dessas atividades, o trabalhador fica exposto a condições extremas de insalubridade, que o sujeitam ao risco de contaminação, além da exposição a agentes físicos agressivos, mecânicos, acústicos e térmicos, tão prejudiciais à sua saúde e à integridade física.

Apesar de essas atividades serem reconhecidas como nocivas à saúde, o direito à aposentadoria especial de quem as exerce não é reconhecido pelo INSS, sob a alegação de que as atividades de coleta de lixo de qualquer natureza, seja de selecionador de lixo para fins de reciclagem ou de varrição de vias públicas e logradouros, não são insalubres, restando ao trabalhador procurar pela satisfação do seu direito na Justiça, onde ele só a consegue após longa espera pelo desfecho de ações judiciais.

Não foram apresentadas emendas até o momento.

Compete a esta comissão o teor de que dispõe o art. 90, combinado com o art. 100, inciso I, discutir e votar proposições que digam respeito à seguridade e previdência.

Não há vícios de constitucionalidade verificáveis, nem de legalidade.

O projeto em análise é de suma importância para um contingente imenso de trabalhadores. A maioria desses trabalhadores – é lamentável – tem que recorrer ao Poder Judiciário para poder fazer valer direitos que são assegurados em norma de índole constitucional ainda sem regulamentação.

Nos tribunais, a jurisprudência tem sido preponderante no sentido de que as atividades de coleta de lixo exercidas por mais de 25 anos ensejam a obtenção de aposentadoria especial, embora não conste na lista de atividades nocivas à saúde. É também forte a jurisprudência no sentido de que essa lista não é taxativa, mas meramente exemplificativa, podendo-se concluir pela existência de insalubridade, periculosidade ou pe-

nosidade no trabalho desenvolvido por meio de outros elementos probatórios.

A iniciativa do Senador Vicentinho Alves é oportuna e, pela primeira vez, aborda o tema sob um novo enfoque legislativo, observando os aspectos formais e de admissibilidade constitucional da proposição.

Atualmente, no âmbito do Regime Geral da Previdência, aposentadoria é o benefício a que tem direito o segurado que tiver trabalhado durante 15, 20 ou 25 anos, conforme o caso, sujeito às condições especiais que prejudiquem sua saúde e integridade física.

Assim, o tempo de trabalho necessário para se aposentar diminui de acordo com o agente a que o trabalhador foi exposto. O segurado deverá comprovar, além do tempo de trabalho, efetiva exposição aos agentes nocivos, químicos, físicos e biológicos ou associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física pelo período equivalente ao exigido para a concessão do benefício.

A relação dos agentes nocivos químicos, físicos e biológicos ou associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física considerados para fins de concessão da aposentadoria especial consta no decreto regulamentador.

Consideram-se tempo de trabalho os períodos correspondentes ao exercício de atividade permanente e habitual, não ocasional, nem intermitente durante toda a jornada de trabalho.

A concessão da aposentadoria especial dependerá de comprovação pelo segurado, perante o INSS, do tempo de trabalho permanente não ocasional, nem intermitente, exercido em condições especiais que prejudique a saúde ou integridade física. A comprovação de efetiva exposição do segurado aos agentes nocivos será feita mediante formulário próprio do INSS, Dirben 8.030, preenchido pela empresa ou seu preposto, com base em laudo técnico de condições ambientais de trabalho, expedido por médico de trabalho ou engenheiro de segurança, nos termos da legislação trabalhista.

No laudo técnico deverá constar a informação sobre a existência de tecnologia de proteção coletiva de medidas de caráter administrativo ou de organização do trabalho ou de tecnologia de proteção individual que minimize ou controle a exposição de agentes nocivos nos limites da tolerância para assegurado que tiver exercido sucessivamente duas ou mais atividades sujeitas às condições especiais prejudiciais à saúde ou integridade, sem completarem, qualquer delas, o prazo mínimo exigido para aposentadoria especial, serão os respectivos períodos somados, após conversão conforme tabela do Ministério da Previdência.

Até o advento da Medida Provisória nº 1523, de 1996, o Poder Legislativo tinha competência para relacionar as possíveis atividades determinantes do direito. A partir, porém, daquela medida provisória, essa atribuição passou a ser do Executivo que, ao regulamentar a matéria através do Decreto nº 2.172, de 1997, com as sucessivas alterações, classifica os agentes nocivos prejudiciais à saúde e integridade física da pessoa que poderão ensejar o direito ao benefício de aposentadoria.

Diferentemente do passado, a nova configuração desse benefício passa a ser um direito do indivíduo e não mais de uma categoria profissional como a dos médicos, cirurgiões-dentistas, engenheiros, motoristas, cobradores, vigilantes e, no caso dessa proposição dos trabalhadores que exercem atividade de coleta de lixo de qualquer natureza.

Nessa mesma direção, a Emenda Constitucional nº 20, de 1998 e posteriormente 47, de 2005, estabeleceu que a aposentadoria especial será devida para a atividade exercida sob condições especiais que prejudique a saúde, ou integridade física, definidas em lei complementar. Enquanto essa lei complementar não for alterada, continuam vigentes as regras estabelecidas pelos arts. 57 e 58, da Lei 8.203, de 1991, que estão aqui assinaladas na sua íntegra.

Peço aos Srs. Senadores que possam acompanhá-la nas páginas 133 e 134.

Portanto, embora não regulamente todo o espectro de atividades sujeita a aposentadoria especial, o autor avança no sentido de fixar parâmetros gerais que poderão ser aplicáveis a quaisquer outras atividades ou profissões, sem fixar diferenças para acesso à aposentadoria especial, em respeito aos ditames constitucionais.

A proposição faz com que o INSS se submeta às regras aqui estabelecidas, aceitando processar o pedido de aposentadoria especial que é fundamental para que se possa reconhecer a esses trabalhadores um mínimo de dignidade por sua contribuição à sociedade como um todo.

Em face do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 577, de 2011 – Complementar.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª Senador Eduardo Suplicy.

Está em discussão a matéria.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Somente, Sr. Presidente, eu gostaria de agradecer a Andréia, que me emprestou este óculos e que foi tão útil para eu ler esse parecer tão relevante.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Ainda bem que V. Exª conseguiu um óculos com grau, sobretudo da Andréia, que é nossa Assessora de Imprensa da Comissão de Assuntos Sociais.

Para discutir a matéria, tem a palavra o Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, primeiramente eu quero parabenizar a iniciativa do Senador Vicentinho e o Relatório do meu companheiro Senador Suplicy. Confesso que é até uma surpresa imaginar que a essa altura esses trabalhadores não tenham esse reconhecimento.

Até brincava aqui quando o Senador Paulo Paim perguntava para o Senador Vicentinho: Esse projeto é teu? Ele dizia que é. Eu disse que o Paulo Paim queria dizer o seguinte: como é que não apresentei esse, já que ele apresenta tantos projetos importantes para a classe trabalhadora.

Então, sem nenhuma dúvida, acho que nunca é tarde para se reparar o erro. Acho que está correto, é perfeito e tem o meu apoio esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Para discutir, tem a palavra o Senador Cícero Lucena; depois, falará o Senador Paulo Paim.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Sr. Presidente, eu acompanho não só o autor como o relator e também o posicionamento do Senador Wellington em um item que, para mim, é de uma preocupação muito grande. Hoje o Brasil é referência mundial em termos de cooperativas de agentes coletores de produtos reciclados, tanto que o nosso Código de Resíduo Sólido levou muito em conta essa figura do trabalhador em cooperativas para, efetivamente, contribuir para a coleta reciclável de nossas cidades, bem como aqui ampliado para a varrição das vias públicas e logradouros.

Então, acompanho com alegria e satisfação o projeto, o voto do relator. Apenas, me permita o Senador Suplicy, dizer que, infelizmente, ele se esqueceu do *tablet*, porque se ele o tivesse trazido ampliaria as letras e ele não precisaria dos óculos. (*Risos*). Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Para discutir a matéria, Senador Paulo Paim e, depois, Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, aceitando aqui a provocação do Senador Wellington Dias e como também minha assessoria é rápida no gatilho... O que a assessoria fez? Passou aqui... O projeto do Senador Paulo Paim, PLS nº 155/2010, Relator: Senador João Durval. Idêntico a este! E o Senador João Durval tinha dado parecer favorável... Creio eu que foi convidado a retirar o parecer... Eu queria, neste momento, Sr. Presidente, e para mim, o que importa, Senador Vicentinho, é que sua iniciativa está aqui e será votada.

Então, eu diria que o meu projeto... Já peço que seja colocado em pauta na semana que vem, considerado prejudicado pela excelente iniciativa do Senador Vicentinho, que agora aqui aprovamos.

Só para dizer que eu tinha apresentado, viu? Mas eu abro mão para o Vicentinho, porque sei que foi um trabalho muito respeitoso e carinhoso que a equipe dele fez e que o Senador Suplicy fez aqui o relatório.

Então, o meu entra como prejudicado, e a matéria será aprovada e eu sei que vai com rapidez, porque aqui é terminativo. Meus cumprimentos ao Senador Vicentinho. Só quis responder ao Wellington porque ele provocou... (*Risos.*)

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, permita-me dizer ao Senador Paulo Paim que, quando cheguei aqui ao Senado, também por minha origem sindicalista, fui atrás de uma série de projetos destes. Não achei nenhum porque o Senador Paulo Paim já havia apresentado todos. (*Risos*.)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Para discutir a matéria, Senador Rodrigo Rollemberg.

Só para comunicar ao Senador Paulo Paim que, diante da disposição que V. Exª fez, vamos pesquisar onde se encontra o projeto.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Está com o Senador João Durval.

(S. Exª fala fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Lamentavelmente, até agora, ele não entregou essa matéria. Bem, já está declarado, fica prejudicado e prevalece o do Senador Vicentinho.

Com a palavra o Senador Rodrigo Rollemberg, para discutir a matéria.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, quero aqui cumprimentar o Senador Vicentinho, autor do projeto, quero cumprimentar o Senador Eduardo Suplicy e também quero registrar, com muita alegria, que também sou autor de um projeto que coloca o catador de material reciclável na condição de segurado especial. Tenho outro também que coloca, na mesma condição de segurado especial, o artesão.

Mas quero registrar que é da maior importância, como o disse o Senador Wellington Dias, que é de se estranhar que em um sistema de proteção da previdência brasileira nós não tenhamos ainda aprovado algo para essa categoria que, além de ser extremamente carente, trabalha em condições de insalubridade muito grande. Portanto, o projeto é de altíssimo alcance social.

Eu quero cumprimentar o Senador Vicentinho pela iniciativa, lembrando que o meu é o PLS 279/2011, também aguardando relator aqui na CAS.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Se V. Exª quiser fazer alguma observação, já que é o autor da matéria, a quem, antes de tudo, quero cumprimentá-lo, até porque V. Exª foi lúcido e, sobretudo, está compromissado com os lixeiros que estão em nosso País e que, muitas vezes, trabalham diuturnamente e nunca tiveram o devido valor. Todavia, V. Exª, com esse gesto de grandeza, respeito e altivez ao trabalhador brasileiro, apresenta este projeto que tem a solidariedade e apoio de todos nós. Quero, principalmente, cumprimentá-lo pela louvável iniciativa e meritório projeto que V. Exª apresenta. Essas são minhas considerações.

Com a palavra o Senador Vicentinho Alves, autor da matéria.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Srs. Senadores e Srªs Senadoras, tudo na vida da gente tem uma razão de ser. Este projeto é fruto de um compromisso nosso, inclusive, de campanha. Os garis do meu Estado se reuniram em um café da manhã, de forma espontânea, e comigo gravaram um programa, um programa eleitoral. Ali eu me sensibilizei muito pela forma espontânea, pela forma cortês que todos tiveram comigo. E eu disse a eles que eu iria, se eleito Senador, cuidar deles, e dos garis do Brasil. Esse era um dos temas.

Hoje aqui, com as bênçãos de Deus, chegamos à condição de Senador da República, com o apoio de V. Exª, como Presidente, do Senador Casildo como Vice, dos demais Senadores, do nosso estimado Relator, o Senador Suplicy, sensível também a essas causas do trabalhador, às causas sociais. Nós estamos aqui com o grande compromisso de fazer com que todos os garis do País, que deixam as nossas cidades bonitas, belas, organizadas, como está aqui já muito bem relatado pelo Senador Suplicy, e que merecem de nós uma atenção especial. As nossas cidades são as nossas casas coletivas, vamos dizer assim, e eles é que cuidam disso. E nada mais justo do que um projeto como esse de uma aposentadoria especial, do que a questão da insalubridade, porque eles têm tantos problemas na área de saúde.

Na minha cidade de Porto Nacional tem um gari que é superinteligente, superdotado: chama-se Orlando e, por intermédio do Orlando, eu quero render as minhas homenagens coletivas aqui, junto com os colegas Senadores e com V. Exª, Sr. Presidente, a todos os garis do Brasil. Essa é a melhor forma que eu pude encontrar como Senador da República, para resgatar tantos anos em que a gente vê esse problema, em que às vezes ele passa de forma despercebida, e nós não tivemos, ainda, a oportunidade de tratá-lo com bastante dignidade.

Portanto, agradeço as palavras de V. Exª, dos demais Senadores, do Senador Wellington Dias, do Senador Cícero Lucena, do Senador Paim, do Senador Rodrigo Rollemberg, o apoio de todos e, particularmente, ao Senador Suplicy que, também de forma muito corajosa...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – V. Exª permite um aparte?

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO) – Pois não.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu quero agradecer a iniciativa de V. Exª. Eu acho que todos nós, Senadores, a cada dia, nos encontramos com os garis nas ruas onde moramos e podemos observar a dedicação com que fazem esse trabalho tão importante para todos nós. Mas, de fato, a proposição de V. Exª leva em consideração que eles estão sujeitos, por longo tempo de suas vidas, a condições de insalubridade pelo material que pegam, além do esforço físico que realizam.

Então, eu acho que a iniciativa de V. Exª merece o nosso respeito e eu o cumprimento por isso. Certamente o Orlando e todos os seus companheiros, trabalhadores do Brasil inteiro, estão muito gratos a V. Exª.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO) – O Orlando, Sr. Presidente, além de ser um gari inteligente, é o melhor sacristão da nossa paróquia,...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Que bom!

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO) – ...do padre. Portanto, é político, está sempre nas reuniões, é uma pessoa formidável.

Eu quero aqui, finalizando, dizer que o Senador Suplicy, com muita competência e sentimento de solidariedade e também com muita determinação, porque este projeto está com a recomendação para ser retirado de pauta, e o Senador Suplicy manteve o seu relatório. Portanto, a sua firmeza na condução, como Relator, eu não poderia deixar de citar aqui neste momento.

Obrigado a todos; obrigado ao Sr. Presidente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, eu só quero elogiar o Senador Vicentinho Alves por uma frase que ele disse aqui à boca pequena. Ele disse: "Paim, não tem problema nenhum. Então, vamos apensar os projetos." E nós dissemos, eu e o Rollemberg: "Não, porque aí vai atrasar o projeto. Daí, sim, ele sai de pauta". E ele teve a grandeza, ainda, de dizer que, se fosse necessário, iria apensar.

Então, mais uma vez, meus cumprimentos. Vamos aprovar logo esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Só para discutir a matéria ainda, Senador Paulo Davim, que se inscreveu também.

V. Exª está com a palavra.

Vamos entrar no processo de votação.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, quero louvar a iniciativa do Senador Vicentinho e também o relatório do Senador Eduardo Suplicy.

Queria apenas fazer uma reflexão a respeito do trabalho dos garis.

Todos nós sabemos que eles estão expostos a um grande risco de terem a sua integridade, e até a saúde, comprometida em função do objeto do seu trabalho. E isso é muito mais visível, pois se percebe com maior clareza, se fizermos um paralelo entre os cuidados que se têm com o lixo hospitalar e os cuidados que se têm com o lixo doméstico. O lixo hospitalar é cercado de alguns cuidados. Supõe-se que o lixo hospitalar seja mais contaminado do que o lixo doméstico. Nos hospitais, por exemplo, há pacientes com hepatites, pacientes soropositivos, lixo de pacientes com bactérias multirresistentes e tal.

Pois bem, esses pacientes, quando recebem alta, pacientes com hepatites, pacientes soropositivos, vão para casa, e aí seus excrementos e humores, da mesma forma, estão contaminados com bactérias, com vírus etc., e passam a ser manipulados, cuidados pelos garis.

Portanto, o risco que o lixo hospitalar expõe é tão grande quanto o lixo doméstico, porque, no lixo doméstico, não se sabe qual é a residência que tem um portador de um vírus da Hepatite C, de um paciente soropositivo.

Então, acho que é louvável demais, é meritória, a sua iniciativa, Senador Vicentinho.

E, nesse sentido, quero apenas fazer esse paralelo entre o lixo hospitalar e o lixo doméstico e observar que há esse risco de contaminação também com esse tipo de vírus e bactéria no lixo doméstico.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Na ordem de inscrição, para discutir a matéria, tem a palavra Senadora Lídice da Mata, que muito bem representa o Estado da Bahia.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Muito obrigada, Senador Jayme Campos.

Quero parabenizar o Senador Vicentinho Alves por essa iniciativa. Fui Prefeita e tenho a experiência de convivência com a limpeza urbana e os garis. E, independentemente desse processo de eventual contaminação por doenças, o próprio chorume é uma substância que se torna ácida, tão perigosa, que, por si só, já é um agente extremamente perigoso de convivência para o ser humano.

Na verdade, o gari tem uma "vida útil" de muito menos de 25 anos. O trabalho de um gari, pela sua exaustão, se dá em torno de 10, 12 anos, que é o tempo que o ser humano consegue conviver com esse tipo de trabalho extremamente penoso, extremamente perigoso para a saúde. Por isso que também se caracteriza como um trabalho inaceitável o trabalho infantil na área do lixo, na área da coleta de lixo, na convivência dessa natureza.

Quero, portanto, parabenizá-lo, solidarizar-me com esse projeto, aprová-lo e dizer da importância que é para esses trabalhadores que têm uma vida de trabalho extremamente penoso e que, nesse momento, nunca são lembrados; só são lembrados quando a cidade está suja. É quando se percebe a ausência e a importância do trabalho do gari.

Por isso mesmo, quero dizer da minha satisfação de poder votar esse benefício para os trabalhadores da limpeza urbana do nosso País.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Na ordem de inscrição, para discussão da matéria, Senadora Vanessa Grazziotin.

V. Exª está com a palavra. Concluindo, nós votaremos a matéria.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Serei muito breve, Sr. Presidente, mas fiz questão de falar a partir do momento em que o Senador Vicentinho disse que Orlando está nos assistindo. Orlando está, lá de Tocantins, assistindo a esta reunião, e, eu imagino, feliz como todos os garis do País.

Só pedi a palavra para cumprimentar, mas cumprimentar, efusivamente, o Senador Vicentinho. E o Senador Paim tem razão: como é que não foi apresentado antes um projeto dessa magnitude? É uma categoria que desenvolve um serviço penoso, e não só desenvolve um serviço penoso, mas, infelizmente, sofre também por conta da rejeição que a sociedade ainda manifesta. Infelizmente, essa é a realidade.

Então, acho que, com a aprovação do projeto do Senador Vicentinho, nós iniciamos o resgate de uma categoria da mais extrema importância para o Brasil, para as nossas cidades e para a saúde pública.

Cumprimento V. Exª, Senador.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exªs e encerro a discussão.

Não havendo mais quem queira discutir, está encerrada.

Está em votação o parecer que conclui pela aprovação do Projeto de Lei do Senado Federal nº 577, de 2011 – Complementar.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 577, de 2011 – Complementar.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

O item 8 será retirado de pauta.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 53, DE 2011
– Terminativo –

Altera a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, para estender ao catador de caranguejo o benefício do seguro-desemprego durante o período do defeso da espécie.

Autoria: Deputada Elcione Barbalho.

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin.

A matéria é retirada de pauta a pedido da relatora.

O item 10 também será retirado de pauta.

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 97, DE 2003
– Terminativo –

Altera o § 1º do artigo 193 da Consolidação das Leis do Trabalho. (Dispõe sobre o adicional de periculosidade).

Autoria: Senador Paulo Paim.

Relatoria: Senador Humberto Costa.

A matéria é retirada de pauta a pedido do Relator, Senador Humberto Costa.

O item 12 será também retirado de pauta.

ITEM 12

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 512, DE 2007
– Terminativo –

Acrescenta parágrafo ao art. 764 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Autoria: Senador Paulo Paim.

Relatoria: Senadora Lídice da Mata.

A matéria é retirada de pauta a pedido da relatora.

Vamos para o item 11:

ITEM 11

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 176, DE 2003
– Terminativo –

Acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, a fim de dispor sobre indenização em caso de inobservância das normas trabalhistas.

Autoria: Senador Paulo Paim.

Relatoria: Senador Benedito de Lira.

Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 176, de 2003.

Observações:

– A matéria constou nas Pautas das Reuniões dos dias 18 e 25 de maio de 2011, sendo adiada a sua apreciação;

– Em 1º.06.2011, a matéria foi retirada de Pauta a pedido do Autor;

– Votação nominal.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Benedito de Lira para proferir o seu relatório.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Senador Paulo Paim apresenta o Projeto de Lei do Senado nº 176, de 2003, que altera dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, a fim de dispor sobre indenização em caso de inobservância das normas trabalhistas.

A matéria teve a sua tramitação regular.

Em outra oportunidade, já na legislatura passada, recebeu pareceres contrários dos Senadores Demóstenes Torres, Raimundo Colombo e a Senadora Niura Demarchi, que não chegaram a ser apreciados em função do término da legislatura.

A matéria foi arquivada, nos termos do art. 332 do Regimento Interno; ao final da legislatura, desarquivada em face da aprovação do Requerimento nº 167, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim.

Na sua tramitação, a matéria não recebeu nenhuma emenda, Sr. Presidente.

ANÁLISE

O Projeto de Lei do Senado nº 176, de 2003, está em conformidade com as normas constitucionais e regimentais vigentes. As indenizações referentes ao descumprimento das normas trabalhistas inserem-se no campo do direito do trabalho. Proposições a esse respeito são de iniciativa comum, previstas no art. 61 da Constituição Federal, cabendo ao Congresso Nacional a competência para legislar sobre o tema, nos termos do art. 48 da mesma Carta Magna.

O objetivo pretendido pelo ilustre Senador Paulo Paim, estimular o cumprimento das normas trabalhistas, tem inegável razão de ser. Entretanto, a alternativa legal proposta, na nossa visão, não é mais adequada e poderia incentivar litigiosidade entre os sujeitos da relação empregatícia, conforme expomos a seguir.

Lembremos, inicialmente, que o descumprimento de norma trabalhista não tem como único efeito o pagamento das verbas em juízo. Os empregadores inadimplentes também se sujeitam ao pagamento de multas administrativas pela infração das normas trabalhistas.

Nesse sentido, a reformulação do processo de execução na justiça do trabalho e a exigência da certidão negativa de débito trabalhista podem ser mecanismos bem mais eficientes como indutores do respeito à legislação do trabalho do que a indenização prevista nesta iniciativa.

Além disso, a aprovação da proposição causaria problema de superposição de indenizações. Afinal, nos termos do art. 467 da CLT, as verbas rescisórias em controvérsias e não quitadas na primeira audiência sofrem acréscimo de 50%. Essa norma pode ser aplicada, de ofício, pelo magistrado.

Se aprovarmos o projeto em apreciação, teremos a incidência de duas indenizações sobre parte da verba trabalhista devida. Também é preciso considerar a existência de ajuste em negociações coletivas, nas quais estão previstas multas em caso de infração da norma negociada. Sabe-se que essa multa pode chegar a 10% do valor do piso da categoria.

Tais cláusulas contratuais referem-se ao descumprimento de vários direitos previstos na CLT, susceptíveis de promover a aplicação de multa convencional.

Registramos, por fim, o advento do fenômeno da coletivização das relações trabalhistas. Os novos paradigmas sociais impõem que o indivíduo não aja isoladamente e se insira num contexto coletivo de interesses comuns de sua classe ou grupo.

Feita essa observação, cremos que o legislador trabalhista deva deixar um espaço para criatividade dos atores sociais envolvidas, via de regra, por sindicatos de empregadores e empregados.

Na nossa visão, multas por atraso de pagamento de direitos trabalhistas devem ser remetidas à negociação coletiva. É dentro desse contexto de conciliação e entendimento que a situação econômica específica das empresas seria analisada.

Dessa forma, podem ser encontradas normas flexíveis para enfrentar as dificuldades econômicas temporárias e manter os empregos.

Voto.

Por todo o exposto, mesmo considerando meritório o projeto do eminente Senador Paulo Paim, nós consideramos que os resultados podem não ser aqueles buscados. Nosso voto é pela rejeição do PLS nº 176, de 2003.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Em discussão a matéria.

Para discutir, tem a palavra a eminente Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, em função da importância da decisão de rejeitar este projeto, eu gostaria de analisá-lo melhor, a pedido do nosso Senador autor do projeto.

Por isso, peço vista ao projeto. Peço vênia ao meu líder da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, para solicitar vista ao projeto.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, rapidamente, só para cumprimentar o relator da matéria e à Senadora Lídice da Mata, que pede vista.

Eu acompanhei atentamente a leitura do seu relatório e solicitei à Senadora Lídice da Mata – e sei que ele também vai concordar, porque conheço sua posição democrática e tranquila – que peça vista, para fazermos uma análise melhor do projeto e quem sabe dialogar com o próprio relator.

Agradeço à relatoria pelo entendimento feito.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – A vista será coletiva? Consulto V. Exªs se a vista será coletiva, baseado no art. 132? (*Pausa*.)

Se V. Exªs concordam que será vista coletiva, concedido o pedido de vista feito pela Senadora Lídice da Mata, naturalmente com o apoiamento de outros Senadores, sobretudo do autor e do relator da matéria.

Vamos ao item 16:

ITEM 16

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 553, DE 2011
– Terminativo –

Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, para conceder aos portadores de xeroderma pigmentoso a isenção de carência para a concessão de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez.

Autoria: Senadora Lúcia Vânia.

Relatoria: Senador Paulo Paim.

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 553, de 2011.

Observações:

– Em 24.11.2011, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH aprovou Parecer favorável ao PLS nº 553, de 2011;

– A matéria constou na Pauta da Reunião do dia 28.03.2012, sendo adiada a sua apreciação;

– Votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, para proceder ao seu relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – A Senadora Lúcia Vânia, sem sombra de dúvida, tem uma sensibilidade social muito grande, e eu fiz questão, inclusive, de dar brevidade na votação, lá na Comissão de Direitos Humanos, desse projeto, pela sua abrangência e importância social.

Por isso, Sr. Presidente, na perspectiva de que tenhamos quórum – e vamos torcer para que tenhamos, no momento não temos – vou direto para a análise, para ver se conseguimos alcançá-lo, para ver se votamos no dia de hoje ainda.

O Senador Vicentinho me fez um apelo para que eu não pedisse inversão de pauta e eu concordei, pela importância também do projeto do gari. E como eu tinha um projeto idêntico, até poderia dar a impressão de que eu estava trabalhando a favor. E eu estava trabalhando pelo projeto dele, e ele conversou comigo antes. E, agora, o nosso, da Senadora Lúcia Vânia, do qual eu sou relator, poderá não ter quórum, por isso não pedi inversão de pauta.

Mas, Sr. Presidente, direto na Análise, e aí ganhamos alguns minutos, para ver se alcançamos o quórum.

De acordo com o art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAS opinar sobre proposições que digam respeito à Seguridade Social e à Previdência Social. Nesse sentido, a matéria de que trata o presente projeto de lei está circunscrita à temática desta Comissão, vez que dispõe sobre o período de carência para recebimentos de benefícios no âmbito do Regime Geral da Previdência Social. No caso presente, por se tratar de apreciação em caráter terminativo, cabe igualmente a esta Comissão examinar a constitucionalidade, a juridicidade e a técnica legislativa da proposição.

Compete privativamente à União legislar sobre seguridade social, conforme dispõe o inciso XXIII do art. 22 da nossa Constituição. Portanto, é facultado aos parlamentares apresentar proposições sobre o assunto, nos termos do *caput* do art. 61 da Carta Magna. Nesse aspecto não há impedimentos constitucionais, tampouco existem óbices jurídicos, regimentais ou de técnica legislativa à tramitação da matéria. O xeroderma pigmentoso é uma doença de pele rara, degenerativa, progressiva e incapacitante, causada por uma anomalia genética. Como os casos da doença são pouco numerosos, acreditamos que a alteração legal proposta não ensejará impacto significativo nos cofres da Previdência. Ademais, o cálculo do benefício somente permitirá, na imensa maioria dos casos, o recebimento de um salário mínimo. Por outro lado, os portadores do xeroderma pigmentoso apresentam êxtases, alterações da pele, tais como atrofia, espessamento, escurecimento e neoplasias em áreas expostas à luz solar, bem como importantes alterações oculares e neurológicas. A fase mais avançada da doença é marcada pela presença de diferentes cânceres de pele, tais como carcinomas basocelulares, epidermóides, sarcomas e melanomas, além de neoplasias benignas. A consequência é o aparecimento de lesões deformantes, que ocasionam graves danos estéticos e funcionais. Além disso, os seus portadores não podem se expor à radiação solar ou a qualquer outra fonte de radiação ultravioleta e, portanto, têm grande dificuldade em encontrar trabalho. Frente a essa situação, é imperioso reconhecer o direito ao tratamento previdenciário individualizado às pessoas acometidas pela doença como uma decorrência natural da situação de saúde diferenciada em que se encontram.

Por fim, essas razões, conforme nossa opinião anteriormente expressada e referendada pela CDH, é, inegavelmente, meritório o objetivo de estender aos portadores de xeroderma os benefícios concedidos às pessoas com doenças graves, visto que constitui modo de proporcionar uma existência mais digna a esses brasileiros, por tanto tempo esquecidos pelo Poder Público.

Meus cumprimentos à Senadora Lúcia Vânia pela brilhante iniciativa e o meu voto é pela aprovação, como já o fiz na Comissão de Direitos Humanos.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

Em discussão a matéria.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Pois não, Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, da mesma forma, quero congratular a Senadora Lúcia Vânia por essa iniciativa e a brilhante relatoria do Senador Paulo Paim. Na verdade, a doença xerodermia pigmentar é uma doença que compromete as glândulas sudoríparas e sebáceas que todos nós temos na pele. Então, os pacientes portadores dessa patologia não produzem, através das glândulas sebáceas, aquela lubrificação que toda pele tem e também não elimina, por comprometimento das glândulas sudoríparas, o suor, que é importante no equilíbrio da temperatura do corpo. Isso expõe a pele a um ressecamento intenso e com todas as sintomatologias da patologia, da doença, ou seja, pruridos, rachaduras, fissuras e, numa fase mais avançada, como há pouco tempo citou o Senador Paulo Paim, esses pacientes apresentam a pele grossa, com uma aparência desconfortável, o que pode evoluir para os cânceres de pele, como falado há pouco tempo, como o carcinoma epidermóide, como o sarcoma, o melanoma e o carcinoma basocelular, que são quatro tipos de cânceres que acometem a pele.

Portanto, essa doença é de baixa incidência. Os portadores dessa patologia são pacientes que têm dificuldade em se adaptar ao trabalho em função da imensa necessidade de estar sempre passando algum

tipo de protetor, de umidificador na pele, além dessa incidência maior de desenvolverem câncer.

Então eu acho essa iniciativa absolutamente meritória. Acho essa iniciativa plausível e elogiável.

O meu voto é a favor, pela relatoria. E me congratulo com a iniciativa e a sensibilidade aguçada da Senadora Lúcia Vânia.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senador Paulo Davim.

Continua em discussão a matéria. (*Pausa*.)

Não havendo mais quem queira discutir, nós encerramos a discussão.

Tendo em vista que a decisão é terminativa, nós vamos aguardar, na próxima reunião da Comissão, para colocarmos em votação.

Quero cumprimentar aqui, nesta oportunidade, a Senadora Lúcia Vânia, pelo belo projeto, e o Senador Paulo Paim, que relatou a matéria.

Mais do que justo este projeto, como bem esclarecido em relação à matéria pelo Senador Paulo Davim, que é um grande profissional da área da saúde. E certamente terá apoio de todos nós Senadores que fazemos parte desta Comissão.

Quero registrar que me sinto abandonado pelo Senador Waldemir Moka, que era um dos nossos assíduos membros desta Comissão, que, nestas duas últimas semanas, está cheio de compromisso e nos deixou aqui.

Entretanto, ele comparece aqui uma vez mais para dar um brilho a esta Comissão, como sempre o fez, tanto ele como a Senadora Ana Amélia, que sinto falta quando, do início dos trabalhos desta Comissão, os dois chegavam aqui. Mas imagino que estão extremamente acarretados com outras audiências, outros compromissos, mas chegam aqui para se fazerem presentes e votarem as matérias de interesse social do povo brasileiro.

Falo isso porque sinto falta quando não os vejo para dar energia, dar aquele clima bastante fervoroso a esta Comissão.

Mas estão aqui no plenário desta Comissão. E quero agradecer a presença de V. Exªs.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Senador Jayme Campos, é um conforto, vou-lhe dizer até que é uma gratificação para a gente que trabalha tanto aqui. O Senador Moka certamente vai agradecer também.

Mas quero-lhe dizer que o único motivo que me fez chegar hoje, excepcionalmente, não ser a primeira, porque disputo com o senhor a chegada aqui, mas é que o Prefeito da minha cidade, Porto Alegre, estava aqui e tivemos um encontro que começou às 8 horas da manhã. Estamos numa disputa sucessória. Ele veio pedir apoio do meu partido. Então, é uma razão muito forte. Toda a bancada do PP, seis Deputados Federais presentes.

Então, esse foi o motivo bastante justificável para não estar aqui discutindo com V. Exª e apreciando o seu trabalho no comando de uma liderança absolutamente dedicada a esse difícil ofício de comandar uma das mais importantes Comissões temáticas, que é a Comissão de Assuntos Sociais.

Obrigada, meu caro Presidente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senadora Ana Amélia, permita-me um aparte rápido, de um segundo? Tão importante essa reunião, que vi até Deputados Federais do PDT, ali no plenário, procurando o Gabinete da Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – O Presidente Vieira da Cunha, aliás, só uma brincadeira, porque há dois Deputados Vieira da Cunha, do PDT, Presidente do Diretório Municipal de Porto Alegre, e o Deputado José Otávio Germano, que é do meu partido. Os dois são de uma cidade chamada Cachoeira do Sul. E eles disseram que esta palavra está maldita agora no Congresso. (*Risos*.)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – No meu Estado, Senador Jayme Campos, diz assim: o dia do favor é a véspera da ingratidão.

E eu saí correndo em uma desabalada carreira para dar quórum na Comissão do Senador Jayme Campos.

Cheguei aqui, e o Senador disse que o Senador está afastado da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Mas no bom sentido, sei de outras Comissões que V. Exª... Sinto tanta falta dele, que ele era um dos primeiros a chegar junto com V. Exª, com Paulo Paim, com o Paulo Davim. Esse é um sentimento pessoal, porque a sua presença com certeza nos enche de orgulho.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Mas, Senador, eu ainda mantenho os vínculos e a raiz com muito orgulho.

Eu presidi a Comissão de Agricultura na Câmara dos Deputados, e hoje está um grupo da Finlândia que estava discutindo a questão do Código Florestal, e o Presidente da Comissão de Agricultura me convidou a participar e para falar do texto que foi aprovado aqui no Senado e também responder algumas perguntas.

Eu fiquei algum tempo lá. Começou também às 9h. E aí me penitencio por não ter estado aqui, hoje, às nove horas, como sempre faço toda semana, porque o meu compromisso maior é na Comissão de Assuntos

Sociais, aliás, muito bem presidida por V. Exª. E esse elogio não é um elogio de graça, é merecido, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço as palavras generosas e bondosas de V. Exª. Está plenamente justificado, até porque o Senador Waldemir Moka também é Presidente da Frente Parlamentar do Cooperativismo. Também é uma grande incumbência. O trabalho que V. Exª tem feito é um trabalho que realmente nós temos que reconhecer, até porque compareci à posse de V. Exª com muita honra e vi o trabalho extraordinário que faz diante da Frente Parlamentar do Cooperativismo Brasileiro, que indiscutivelmente é uma das molas propulsoras na produção do campo brasileiro.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Inclusive, Senador, ontem, na OCB, houve um encontro da Unimed que é, senão a maior, uma das maiores cooperativas de saúde do País, quiçá do mundo, porque são 110 mil médicos cooperados. E eles cobraram duas coisas: a definição do ato médico e a definição do ato cooperativo no Senado. Então eu assumi o compromisso de que a gente pudesse realmente assumir esse compromisso de agilizar a votação das duas questões.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – É perfeitamente plausível. O ato médico nós temos que regulamentar. Entretanto, esta matéria vai chegar à Comissão de Assuntos Sociais. Ela se encontra – parece-me – na Comissão de Educação. Nesses próximos dias, nós vamos discutir este projeto nesta comissão.

Nesse caso, não havendo mais quem queira discutir a matéria...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, se me permitir, outro assunto.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Com a palavra, o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, eu recebi do pessoal do Rio Janeiro organizado no Sindicato dos Papeleiros, pessoal que recolhe lixo na rua, projeto que foi aprovado hoje. Como me tinham encaminhado esse projeto ainda em 2010 e que foi aprovado em 2011, eles, assim mesmo, agradeceram o entendimento que eu tive. Cumprimento toda a comissão. O importante é que o projeto de aposentadoria especial do gari seja aprovado. Eu estive no Rio, onde eles fizeram um belo ato na oportunidade em que recebi o título de cidadão do Rio de Janeiro. Os garis estavam lá e, quando eles ouviram que eu abri mão do projeto deles, porque o outro era semelhante, embora tenha vindo em 2011, pois o importante é aprovar a matéria, pediram-me que eu cumprimentasse V. Exª pela sabedoria do momento.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, bem como aos garis do Rio de Janeiro nessa sua manifestação de apreço e carinho por V. Exª e a todos os membros desta comissão.

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A matéria será votada na próxima reunião desta Comissão, tendo em vista que é uma decisão terminativa.

Quero ler o requerimento proposto pelo Senador Paulo Davim.

ITEM 19 EXTRAPAUTA

REQUERIMENTO Nº 28, DE 2012 – CAS

Com fundamento no disposto no art. 58, § 2º, inciso II e V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, incisos II e V, do Regimento Interno da Casa, requeiro a realização de Audiência Pública pela Comissão de Assuntos Sociais, com o tema "A Odontologia e a Saúde Suplementar no Brasil". Sugiro que sejam convidadas autoridades ligadas aos seguintes órgãos e entidades: Uniodonto do Brasil; Federação Nacional de Odontologistas – FNO; Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS; União Nacional da Instituição de Autogestão – Unidas; Secretária de Direito Econômico do Ministério da Justiça – SDE/MJ; Conselho Federal de Odontologia – CFO; Associação Nacional do Ministério Público do Consumidor – MPCON; Associação Brasileira de Odontologia – ABO.

Autoria: Senador Paulo Davim.

V. Exª está com a palavra, para encaminhar o requerimento.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, recebi essa solicitação das entidades nacionais de Odontologia, que vivem numa crise no Brasil inteiro nessa discussão de melhor atendimento aos pacientes que lançam mão da Saúde Suplementar. Está havendo na Saúde Suplementar, na odontologia, um desacerto entre as prestadoras de serviço, perdão, as operadoras de serviços odontológicos e os prestadores de serviço.

Portanto, achamos por bem promover essa audiência pública trazendo aqui os autores importantes e determinantes nessa questão para que a gente possa discutir e viabilizar as soluções para o setor. Acho que a saúde bucal é extremamente importante por várias razões e entendemos, já que o Sistema Único de Saúde não tem como oferecer, através do sistema público assistência à saúde bucal, que a assistência suplementar de odontologia é fundamental e determi-

nante para que tenhamos uma saúde bucal do povo brasileiro a contento.

Portanto, precisamos vencer esses obstáculos, precisamos dirimir as dúvidas, precisamos buscar as soluções adequadas para o setor de assistência odontológica no Brasil e, por isso mesmo, convocamos essa audiência pública, com a presença das autoridades na área para que esta Comissão encaminhe as soluções para um setor que é absolutamente importante para a saúde pública do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª Senador Paulo Davim.

Em votação o requerimento do Senador Paulo Davim.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Com a palavra o Senador Wellington Dias, pela ordem.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, primeiro quero parabenizar o Senador Paulo Davim e para ganhar tempo não quis me adiantar, mas concordando com ele plenamente na importância desse debate.

A Casa está discutindo – e é papel desta Casa – um conjunto de medidas, algumas delas já com sinal verde do Governo Federal, para área do pacto federativo. Fizemos alguns remendos ao longo do tempo e parece que agora estão, pelo menos, separando alguns dos itens mais importantes. Neste instante, CAE – Comissão de Assuntos da Educação, Comissão de Assuntos Econômicos, Comissão de Constituição e Justiça, nesse instante, estão tratando, por exemplo, do ICMS no destino para importados – está em votação ali agora – comércio eletrônico, e nós vamos ter que discutir fundos de participação, discussão relacionada à dívida, encargos das dívidas dos Estados. Tem um tema que tem a ver com o pacto federativo que acho que se esta Comissão não discutir ninguém irá discutir, que é a distribuição dos recursos do SUS, o per capita SUS.

Hoje, claramente, há um emaranhado de regras que não tem uma lógica clara. Então, o que queria propor aqui a V. Exª, sempre com muita competência, a sugestão que tenho é de que possamos ter uma proposta de um grupo de trabalho desta Comissão que possa atuar junto com o Ministério da Saúde, que também tem interesse, para que possamos encontrar um caminho. Para dar um exemplo, na Comissão de Educação, nós estamos num grupo: eu, o Senador Cássio Cunha Lima, e me parece que mais outro Senador, discutindo com o Ministério da Educação as regras do Fundeb. Também tem algumas situações que estão causando problemas aos Estados e, em alguns casos, aos Municípios.

De forma concreta queria, se V. Exª concordar, transformar isso num requerimento, para que possamos submeter ao pleno, onde possamos ter uma comissão no máximo de cinco Senadores, com assessoria da área técnica do próprio Senado, propor ao Ministro Alexandre Padilha que o Governo, encabeçado pelo Ministério da Saúde, talvez envolvendo o Ministério da Fazenda, enfim, que tenhamos um grupo de trabalho para apresentarmos algo que evite essa injustiça que tem hoje com vários Estados e Municípios nessa área do per capita SUS.

Gostaria de saber como V. Exª recebe essa proposta.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Primeiramente, eu quero cumprimentar V. Exª e até agradecer ao mesmo tempo por V. Exª propor um grupo de trabalho nesta Comissão, para que junto com o Ministério da Justiça, com a participação da assessoria técnica do Senado, fazer um trabalho para buscar uma melhor distribuição dos recursos do SUS.

V. Exª tem toda a razão, é perfeito. Mas, antes de tudo, quando V. Exª fala que o Governo Federal, sensibilizado, permitiu que fosse discutido, em nível de Congresso Nacional, o novo Pacto Federativo, foi fundamental.

Essa discussão... Eu, particularmente, fui Prefeito três vezes, Governador do Estado e hoje Senador da República, creio que essa é uma necessidade premente, como reconhece V. Exª que também foi Governador por duas vezes, Deputado Federal, Vereador, Senador... V. Exª sabe, perfeitamente, que, nos últimos anos, os Estados e os Municípios receberam uma série de incumbências e todas elas onerosas ao erário público estadual e municipal e que, lamentavelmente, o Governo Federal transferiu as incumbências, mas não transferiu os recursos. Hoje...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Pelo contrário, concentrou.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Concentrou recursos. Então, é fundamental discutirmos esse Pacto Federativo para uma discussão, principalmente, de uma melhor distribuição do Fundo de Participação dos Estados, dos Municípios, porque a maioria absoluta, Senador Wellington, V. Exª que é de um Estado do Nordeste, sabe que muitos estão empobrecidos.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Permite-se apenas fazer pagamento da folha de pagamento, transferência para as Câmaras

Municipais e pouco quase para o custeio da máquina administrativa. Então, quando se fala em um novo pacto Federativo para o Brasil é premente. Deve ser rápido, urgente, principalmente quando se fala da dívida dos Estados.

Para que V. Exª tenha conhecimento... Particularmente, por Mato Grosso posso falar porque conheço, até porque fui Governador, meu irmão foi Governador, nós conhecemos bem, o Estado hoje consome praticamente das suas receitas, corrente líquida, 20% a 22%. Isso se torna inviável...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – De dívida.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Da dívida fundada e que já pagamos todos os Governadores que, praticamente, de 1970 para cá estão pagando. Paga, paga e a dívida não baixa, Senador Wellington. Parece-me que todo dia ela cresce.

Eu fui Prefeito de minha cidade, três vezes, lá atrás – não sei se V. Exª conhece –, contraí empréstimo do Agrupe que era para pavimentação asfáltica das ruas onde trafegavam as linhas de transporte coletivo no valor de US$1 milhão. Esse milhão de dólar já foi pago dez vezes e ainda se continua devendo um milhão de dólar. É impagável!

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Lamentavelmente, a gente tem de discutir esse assunto rápido e urgente na medida em que os Estados e os Municípios estão em dificuldades. Quero crer que a proposta que V. Exª faz aqui também na melhor distribuição dos recursos do SUS, sei que ela é fundamental. Não há... Eu, particularmente, acho que os critérios não foram pertinentes diante do fato de não se ter um critério melhor.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Para V. Exª compreender aqui que, ao longo destas últimas três décadas, a partir da Constituição de 88, nós tivemos uma mudança em que, na verdade, se trabalhou na ampliação dos serviços de saúde, para se dar um exemplo aqui. A dívida, quando foi fixada em 13%, é porque 13% eram 100% da capacidade de investimento. Se ultrapassarmos de 13% e ficarmos em 22%, fica negativo. Não tem jeito...

Voltando à questão da saúde, para que todos compreendam aqui o que nós temos de discutir, sabe-se que todos os Municípios e os Estados têm de abarcar com o sistema completo de saúde, desde a prevenção, vacina, receita, etc. Na hora em que são transferidos os recursos, leva-se em conta a resolutividade. Ou seja, para fazer os investimentos que permitam a tal resolutividade, aí se tem uma relação direta e não há uma lógica, pois não é pela necessidade, já que os que mais precisam às vezes não conseguem ter os equipamentos em seu hospital, ter as condições de pagar os médicos e enfermeiras, para ter laboratórios... Ou seja: não se consegue isso. E aí qual é a distorção mais clara: quanto mais pobre é o Município do Brasil e do Estado brasileiro mais demanda ele tem, pois se a população não tem renda, ela usará 100%, como alternativa, o SUS. Na hora da distribuição é o que recebe menos, porque a resolutividade lá é baixa.

Então, se a gente não tiver uma regra clara aqui, nós não vamos ter solução para problemas graves como esse. Quando a gente pega, conversei como Ministro Temporão, antes, e com o Ministro Padilha, agora, se a gente pega o mapa dos principais problemas de saúde do Brasil, nós vamos ver que eles estão exatamente nesses Municípios. Isso é visto pela população como uma coisa chamada como "ambulancioterapia", ou seja, como o prefeito lá não dá conta, ele termina por fazer isso, o que causa um efeito colateral: aqueles que já estão estruturados (Brasília é um exemplo), eles terminam se sobrecarregando, por conta do recebimento de pacientes do Brasil inteiro.

Então, Presidente, eu quero, aqui, colocar-me à disposição. Vou apresentar o requerimento em nome dos Senadores presentes.

Acho que é um tema da maior importância e com o qual esta Comissão pode trabalhar.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª e solicito que V. Exª proponha esse requerimento. Feito isso, vamos aprovar a matéria no plenário e constituiremos um grupo de trabalho.

Como V. Exª é o autor da ideia e do requerimento, eu gostaria também que sugerisse, diante das Senadoras e dos Senadores aqui presentes, as pessoas que V. Exª gostaria que participassem da Comissão.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – São pessoas de variados partidos e de variadas regiões.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Exatamente. Isso é fundamental até por conhecer parte da região.

Um adendo que eu queria fazer nas suas observações, na sua colocação é que temos também que melhorar a questão da tabela do SUS. O senhor há de convir que a Tabela do SUS, com a qual se paga os profissionais da saúde do Rio de Janeiro, de São Paulo não pode ser a mesma a ser praticada em todo o território nacional. Como é que se vai pagar a um profissional da saúde com o mesmo preço da Tabela do SUS do Rio de Janeiro, àquele que está no fim de Mato Grosso, na região amazônica, sofrida, sem estrada, sem estrutura?

Eu falei para o Ministro Temporão: "O senhor acha, Ministro..." – naquela oportunidade em que ele veio à Comissão, que era membro titular –, "...que o médico que está no Rio de Janeiro, em São Paulo, no Rio Grande do Sul vai querer sair e ir lá para Apiacás, no Mato Grosso, que fica a 1.500 quilômetros da capital?" Ainda não existe nem acesso para se chegar lá. Às vezes, as pessoas ficam dois, três dias atolados nas estradas... E com o mesmo preço? Não se vai achar nunca. Nunca haverá médicos ali. Tem que haver preços melhores, uma tabela diferenciada para os profissionais que estão naqueles rincões do Brasil.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Esses dias, o jornal *O Globo* publicou matéria em que se lia que o Governo abriu, de forma conjunta, inscrições para médicos, por exemplo, e oferecia sete mil e poucas vagas. Apenas 30% do número das vagas foram preenchidas. Houve apenas 30% de inscritos.

Para compreendermos. É exatamente isso que V. Exª falou.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – V. Exª me permite, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Claro!

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Acho essa sua ideia, Senador, muito boa. Precisamos discutir realmente. O melhoramento da saúde passa por isto: pela rediscussão do pacto federativo, de maior aporte de recursos. Por exemplo, o Piso de Atenção Básica, até há pouco tempo, era de R$18. O Ministro Padilha conseguiu, a duras penas, subir para R$23. Ora, o que significam R$23 para atender a uma população carente? Àquela população que, de manhã, adoece de gastroenterite e, à noite, de broncoespasmo, ou gripe, ou asma brônquica; e, no outro dia, já está com hipertensão no posto de saúde. Quer dizer, isso é inviável; isso é irreal. O cálculo da Conaserv, o pedido da Conaserv era de R$39 o Piso de Atenção Básica.

Então, precisamos discutir isso à luz dos números. Eu fico impressionado como os prefeitos ainda conseguem administrar suas cidades, porque 56% de todo o recurso captado pela União fica no Governo central; vinte e seis por cento ficam nos Estados, e apenas 16% vão para os Municípios.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Isso aí já diz tudo.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Enquanto isso se transfere a responsabilidade cada vez mais para os Municípios, mas não se transferem os recursos. A assistência básica de saúde é o Município, a educação fundamental é para o Município. Tudo está sendo transferido para a esfera municipal, mas os recursos não acompanham a transferência de responsabilidade.

Portanto, precisamos discutir esse pacto federativo, porque só com a rediscussão vamos poder almejar, vamos poder sonhar com saúde de melhor qualidade, com educação de melhor qualidade, porque só transferindo responsabilidade nós não vamos chegar a canto nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exªs e, uma vez mais, solicito que proponha o requerimento para esta Comissão.

Quero apenas comunicar ainda que na terça-feira, dia 17, nós teremos uma reunião da Casemp, presidida pelo Senador Paulo Paim, por volta das 9h; e, no dia, 19, teremos uma reunião também da CASFGTS, presidida pelo Senador Cyro Miranda.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 09 horas, a reunião é encerrada às 11 horas e 02 minutos.)

Ata da 13ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, Realizada no Dia 18 de Abril de 2012, Quarta-Feira, às Nove Horas, na Sala Florestan Fernandes, Plenário nº 9, Ala Alexandre Costa, Anexo II, Senado Federal.

Às nove horas do dia dezoito de abril de dois mil e doze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Jayme Campos,** reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Humberto Costa, Wellington Dias, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Waldemir Moka, Paulo Davim, Casildo Maldaner, Cícero Lucena, Cyro Miranda, Mozarildo Cavalcanti, João Vicente Claudino, Vicentinho Alves, Eduardo Suplicy, José Pimentel, Vital do Rego, Benedito de Lira, Paulo Bauer, Armando Monteiro e Antonio Russo e das Senadoras Ângela Portela, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia, e Ana Rita. Deixam de comparecer os demais membros, havendo ausência justificada por parte do Senador Cristovam Buarque. Presentes também os Senadores José Agripino, Sergio Souza e Acir Gurgacz. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião, propondo a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da Reunião anterior que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta. **ITEM 1 – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 92, DE 2011.** *Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a Carteira Nacional de Habilitação das pessoas portadoras de Diabetes Mellitus.* **Autoria:** Deputado Osmar Serraglio. **Relatoria:** Senador Armando Monteiro (Substituído por *Ad Hoc*). **Relatoria *Ad Hoc* :** Senador Waldemir Moka.

Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 92, de 2011. **Resultado:** Aprovado Parecer contrário ao Projeto de Lei da Câmara nº 92, de 2011. **ITEM 3 – NãoTerminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 40, DE 2009.** *Cria incentivo fiscal no âmbito do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica para a manutenção do emprego e do valor da remuneração dos trabalhadores das empresas afetadas pela crise financeira internacional.* **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Senador Armando Monteiro**. Relatório:** Pela declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 40, de 2009. **Resultado:** Aprovada a Declaração de Prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº40, de 2009**. ITEM 4 – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 136, de 2011**. *Estabelece medidas de proteção à mulher e garantia de iguais oportunidades de acesso, permanência e remuneração nas relações de trabalho no âmbito rural e urbano.* **Autoria:** Senador Inácio Arruda. **Relatoria**: Senadora Ana Amélia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 136, de 2011, com a Emenda que apresenta. **Resultado**: Retirado de Pauta a pedido da Relatora para reexame do Relatório. **ITEM 5 – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 342, DE 2011.** *Concede isenção de impostos e contribuições incidentes na importação e na aquisição, no mercado interno, de equipamentos e materiais designados ao exercício da profissão de fotógrafo.* **Autoria:** Senador José Agripino. **Relatoria:** Senador João Vicente Claudino (Substituído por Ad Hoc). **Relatoria Ad Hoc:** Senador Cyro Miranda. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 342, de 2011. **Resultado:** Não houve manifestação decorrente do Pedido de Vista. Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 342, de 2011. **ITEM 6 – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 447, DE 2011.** *Acrescenta os §§ 7º e 8º ao art. 31 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências, e altera o § 2º do art. 71 da Lei nº 8.666, de 21 junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para determinar a responsabilização solidária da Administração Pública e da pessoa jurídica tomadora de serviços, como respectivo prestador, pelos encargos previdenciários resultantes da execução do contrato, e, em caso de dolo ou culpa, pelos encargos trabalhistas.* **Autoria:** Senador Sérgio Souza**. Relatoria:** Senador Paulo Bauer**. Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 447, de 2011, com a Emenda que apresenta. **Resultado:** Lido o Relatório, a Presidência concede Vista Coletiva nos termos regimentais. **ITEM 7 – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 498, DE 2011**. *Altera a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução, em dobro, das despesas incorridas com a contratação de empregados com mais de cinquenta anos de idade, para fins de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.* **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin **Relatoria:** Senador Rodrigo Rollemberg **Relatório:** Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 498, de 2011.**Resultado:** Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 498, de 2011. **ITEM 8 – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 591, DE 2011 – Complementar. Autoria:** Senador Antonio Russo **Relatoria:** Senador Waldemir Moka **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 591, de 2011. **Resultado:** Não houve manifestação decorrente do Pedido de Vista. Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 591, de 2011 – Complementar. **ITEM 9 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 24, DE 2003.** *Acrescenta parágrafo ao artigo 625-E da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.* **Autoria:** Senador Paulo Paim **Relatoria:** Senador Armando Monteiro. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 24, de 2003, e da Emenda de autoria do Senador Cícero Lucena. **Resultado:** Lido o Relatório, a Presidência concede Vista Coletiva nos termos regimentais. **ITEM 10 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 91, DE 2003.** *Dispõe sobre a regulamentação da atividade de motorista e cobrador de transportes coletivos urbanos e dá outras providências.* **Autoria:** Senador Paulo Paim **Relatoria:** Senador Vital do Rêgo. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 91, de 2003, com 3 emendas que apresenta. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido do Relator para reexame do Relatório. **ITEM 13 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 28, DE 2008.** *Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), para instituir a licença para capacitação profissional.* **Autoria:** Senador Cristovam Buarque. **Relatoria:** Senadora Ana Amélia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 28, de 2008, na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido da Relatora para reexame do Relatório. **ITEM 14 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 165, DE 2010.** *Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social, para instituir o abono natalino referente ao benefício de prestação continuada.* **Autoria:** Senador Mão Santa. **Relatoria:** Senador Paulo Davim **Relatório:** Pela oitiva preliminar da Comissão de Constituição, Justiça e

Cidadania – CCJ sobre a juridicidade e a constitucionalidade do Projeto. **Resultado:** Retirado de Pauta para atender solicitação constante do Ofício nº 554, de 2012, da Presidência do Senado Federal, referente à leitura de requerimento de tramitação em conjunto. **ITEM 15 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 493, DE 2011.** *Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, de forma a permitir que o valor da aposentadoria do segurado que necessitar da assistência permanente de outra pessoa, por razões decorrentes de doença ou deficiência física, seja acrescido de vinte e cinco por cento.* **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Senador Casildo Maldaner. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 493, de 2011. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido do Relator para reexame do Relatório. **ITEM 16 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 553, DE 2011.** *Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, para conceder aos portadores de xeroderma pigmentoso a isenção de carência para a concessão de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez.* **Autoria:** Senadora Lúcia Vânia. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 553, de 2011. **Resultado:** Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 553, de 2011. **EXTRAPAUTA** – **ITEM18**– **REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 29, DE 2012.** *Requeiro seja convidado por esta Comissão de Assuntos Sociais o Sr. DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO, Diretor Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, a fim de que o mesmo preste esclarecimentos sobre a atuação daquela agência no que tange à fiscalização dos estabelecimentos públicos e privados que prestam serviços de atendimento à saúde.* **Autoria:** Senador Mozarildo Cavalcanti. **Resultado:** Aprovado. **ITEM19** – **REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 30, DE 2012.** *Requeiro, nos termos regimentais, o aditamento ao Requerimento nº 28, de 2012, da Comissão de Assuntos Sociais – CAS, que solicitou a realização de Audiência Pública para debater o tema "A odontologia e a saúde suplementar no Brasil", requeiro a substituição, como entidade convidada, da FEDERAÇÃO NACIONAL DOS ODONTOLOGISTAS – FNO pela FEDERAÇÃO INTERESTADUAL DE ODONTOLOGIA – FIO.* **Autoria:** Senador Paulo Davim. **Resultado:** Aprovado. Ficam adiados os demais itens da Pauta, a saber: **Item 2** – Projeto de Lei da Câmara nº 127, de 2011. **Item 11** – Projeto de Lei do Senado nº 176, de 2003. **Item 12** – Projeto de Lei do Senado nº 522, de 2007. **Item 17** – Projeto de Lei do Senado nº 637, de 2011. Usam da palavra os Senadores Paulo Paim, Waldemir Moka Antonio Russo, Casildo Maldaner, Rodrigo Rollemberg, Mozarildo Cavalcanti, Cyro Miranda, José Agripino, Wellington Dias, Paulo Davim e as Senadoras Ana Amélia e Vanessa Grazziotin. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onde horas e seis minutos, lavrando eu, Dulcidia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente Senhor Senador Jayme Campos, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Jayme Campos,** Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Bom dia a todos e a todas.

Havendo número regimental, declaro aberta a 13ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Hoje, esta reunião vai apreciar os itens 1 a 17, conforme pauta previamente divulgada. São 8 itens não terminativos e 9 terminativos. Então, temos 17 matérias. Entretanto, já temos aqui, parece-me, algumas observações de que podem ser retirados de pauta 3 ou 4 projetos. Imagino que os Senadores e as Senadoras que vão pedir para retirar esses itens vão ter de se manifestar aqui, de público, até para que possamos, de fato, retirar o que já está na pauta.

Quero registrar, com muita honra, a presença da valorosa Senadora pelo Estado do Rio Grande do Sul, que chegou cedo à Comissão hoje, como sempre, a Senadora Ana Amélia, que já nos prestigia aqui, chegando antes mesmo do Presidente. São méritos, qualidades e virtudes de levantar cedo. As pessoas que levantam cedo, para mim, têm virtudes. Deus ajuda, com certeza, quem levanta cedo.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Deus ajuda quem cedo madruga.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Exatamente. Deus ajuda aqueles que madrugam.

Eu gostaria de fazer um breve comentário. Os países do Mercosul – Mercado Comum do Sul – lançaram, neste mês, simultaneamente na Argentina, no Brasil, no Paraguai e no Uruguai, a campanha chamada "Mercosul unido contra o trabalho infantil". As ações pretendem conscientizar a população para

prevenir e erradicar o trabalho infantil, principalmente nas suas formas mais perigosas, como o trabalho agrícola, o trabalho doméstico e a exploração sexual comercial. Segundo o Ministério do Trabalho, os países vão procurar coordenar essas ações para que a fiscalização seja feita da mesma maneira nos quatro países. A Organização Internacional do Trabalho informou que os quatro países-membros do Mercosul vão usar os órgãos que lidam com o trabalho infantil para fazer a divulgação da campanha. O projeto está sendo apoiado pelo Governo brasileiro por meio da Agência Brasileira de Cooperação – ABC. Em cada um dos outros países do Mercosul, as estruturas de proteção à criança e ao adolescente serão usadas para divulgação da campanha.

O Brasil tem uma grande fronteira e, por isso, é necessário conscientização tanto de um lado da fronteira quanto de outro.

Quero registrar também, de forma prazerosa, a presença do valoroso e competente Senador Paulo Paim, que, como sempre, é madrugador também. Ele chega cedo aqui, ao Senado. Por sinal, o querido Senador Waldemir Moka também já se encontra aqui, nosso Vice-Presidente do Senado Federal, líder inconteste do setor rural do Brasil, hoje Presidente da Frente Parlamentar do Cooperativismo, também já nos brindando com a sua presença.

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 2009 –, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, apontam que, na Amazônia Legal, que representa 61% do território brasileiro, mais de 267 mil crianças e adolescentes entre 5 e 14 anos trabalham em alguma atividade, muitas delas, irregulares, insalubres e perigosas.

Dos meninos e meninas dessa faixa etária que trabalham no Brasil, 19.36% estão na Amazônia legal. Isso representa que 5% das crianças e adolescentes que moram nessa região têm a sua mão de obra explorada. É um número altíssimo. De maneira que são providências que têm de ser tomadas. Quero crer que, muitas vezes, essas crianças são exploradas, como bem disse aqui, sem remuneração.

Particularmente eu vejo que, muitas vezes, é até necessário, Senadores. Há jovens na faixa dos quinze aos dezesseis anos – que hoje não podem trabalhar; todo mundo sabe que é proibido pelo Ministério do Trabalho –, que todavia não estudam, que moram em propriedade rural, não estudam, e cujos pais muitas vezes fazem os garotos trabalharem até para ajudá-los. Às vezes, eles ganham uma gratificação do patrão. Então, nós temos de ter regras claras. Os da cidade, quando têm dezesseis anos, naturalmente com a autorização do pai, ele pode trabalhar em um supermercado como menor aprendiz. Essa mesma modalidade acho que tem de ser praticada na área rural, em que pese à exigência de que essas crianças têm de ir para os bancos escolares, ou seja, têm de estudar. Essa é uma questão *sine qua non*.

Mas há alguns que, muitas vezes, não querem estudar, não tendo pai, mãe, ou família que consegue fazê-los estudar, e o pai, muitas vezes, para essa criança não ficar ali e às vezes até ir para o descaminho, para a cidade, para o uso de drogas, assaltos, etc., esse pai põe o menino para trabalhar. Então, temos de regulamentar essa situação também na área rural brasileira.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Deixe-me dar uma contribuição ao debate.

Na sexta-feira, cadeira cativa aqui à tarde é o Senador Acir e a minha Senadora da direita. Estou elogiando-a, estou brincando. Sexta-feira à tarde há sempre reuniões muito interessantes sobre a questão...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Está falando à direita não ideologicamente. Só o posicionamento, Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Não, não.

Tanto eu como V. Exª estamos no centro. É assim que me identifico, e V. Exª, tenho certeza, também. É há reuniões muito interessantes.

Nessa sexta-feira eu estava aqui e participei de um debate de um projeto do Ministério da Educação sobre educação no campo. Foi muito interessante a audiência pública em que se debateu como se leva, efetivamente, a educação para o campo.

Eu tomei a liberdade e pedi ao Presidente Acir, que é o Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, para fazermos outra audiência pública envolvendo a Comissão de Assuntos Sociais, a Comissão de Direitos Humanos e a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária para discutir esse projeto do MEC sobre educação no campo. É muito interessante porque vai nessa linha que V. Exª vai levantando de como a gente leva, efetivamente, a educação para o campo, sabendo como é a realidade do campo, que todos nós aqui conhecemos.

Parabéns a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Obrigado.

Prosseguindo, eu gostaria de comunicar que a reunião da Subcomissão da CAS – FGTS, anteriormente agendada para amanhã, quinta-feira, dia 19 de abril, foi transferida para dia 25 de abril, quarta-feira, às 14 horas nesta Comissão.

Anuncio também que dia 24 de abril, terça-feira, às 11 horas, haverá audiência pública da CAS com a presença dos médicos dos Municípios brasileiros.

É um debate que está chamando muita atenção de maneira geral em todo território nacional, até porque todos os Senadores têm se manifestado. Há poucos dias, o Senador Humberto Costa foi contundente nas suas observações com relação à presença dos médicos nos Municípios brasileiros e, na semana passada, ouvi um belo pronunciamento da Senadora Vanessa Grazziotin anunciando-o.

Dessa forma, em atendimento aos Requerimentos nºs 12 e 23, de 2012, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin e do Senador Paulo Davim, respectivamente, teremos essa audiência no dia 24, na terça-feira, às 11 horas.

No dia 26 de abril, teremos outra audiência pública destinada a disciplinar o cumprimento das sentenças e execuções de títulos extrajudiciais na Justiça do Trabalho, em atendimento aos Requerimentos nºs 63 e 67, de 2011, de autoria da Senadora Ana Amélia.

V. Exª já se preparou bem, visto que havia quase uma cobrança por parte do tribunal da Justiça Trabalhista pedindo que fosse realizada – parece-me – essa audiência pública. V. Exª, agora, confirmou para o dia 26, às 9 horas, essa audiência em relação à execução de títulos extrajudiciais da Justiça do Trabalho.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Para fundamentar o Projeto nº 606.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Perfeito.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – De minha relatoria e de autoria do Senador Romero Jucá.

Então, eu fico feliz por V. Exª já ter agendado a audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Nós iniciaremos a nossa pauta aqui...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria apenas, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pois não, Senadora Ana Amélia.

Tem a palavra V. Exª.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria chamar a atenção, pela ordem.

V. Exª abriu a reunião abordando a questão da educação na Amazônia.

Hoje, o *Jornal do Senado* traz uma matéria que tem impacto direto sobre a área social, seja sobre a Previdência, seja sobre a questão do próprio emprego, mostrando uma pesquisa do DataSenado feita em março. Dos entrevistados por essa pesquisa, 38% já foram vítimas de violência ou crime. O levantamento reflete a insegurança vivida pela população no dia a dia e também mostra o incômodo com a impunidade.

Segundo o DataSenado, ligado à Secretaria de Pesquisa de Opinião desta Casa, o número de pessoas que afirmam ter sido alcançadas pela violência é maior que o das estatísticas oficiais, porque há um sub-registro dos casos. Dos que se disseram vítimas de crime ou ato violento, 32% afirmaram que não procuraram uma delegacia para fazer o famoso BO, o Boletim de Ocorrência. Em 38% dos casos, o principal motivo para não fazer o registro foi a descrença de que a polícia resolveria o problema. O medo do agressor e a falta de provas motivaram, respectivamente, 13% e 12% daqueles que não fizeram o registro.

O problema ocorre exatamente porque a pessoa que é vítima de um crime dessa natureza ou de um assalto acaba ficando com sequelas, o que impacta sobre os custos da Previdência Social, tema que o Senador Paulo Paim cuida com tanto carinho, e também sobre a própria assistência social em nosso País.

Então, penso que a nossa Comissão de Assuntos Sociais deve também se debruçar sobre isso.

Queria cumprimentar o DataSenado por esse levantamento realizado.

E aproveito, Senador Presidente, que V. Exª está abrindo a sessão deliberativa das nossas votações para pedir a retirada de pauta do item 4, PLS nº 136, de minha relatoria, e do item 13, PLS nº 28, porque algumas contribuições foram encaminhadas e preciso examiná-las com mais cuidado.

Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Exª será atendida na forma regimental.

Aproveito que V. Exª fez comentários sobre a matéria do *Jornal do Senado* para dizer que, ontem, nós sugerimos a criação de um fundo de amparo às mulheres agredidas. Segue mais ou menos a mesma linha do que V. Exª está propondo.

Entendo que esse fundo é fundamental, porque, muitas vezes, a mulher fica refém do pseudoesposo, porque acho que quem espanca a mulher não é digno de ser chamado esposo.

Então, estamos propondo a criação desse fundo para que essa pessoa, essa mulher possa receber, no período de doze meses, uma transferência de recursos da Federação de R$622,00, valor que será reajustado, gradativamente, através da regulamentação. Esse fundo de amparo às mulheres agredidas propõe que o valor seja de 10% do recolhimento anual das multas penais. Com isso, vamos compor um fundo...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sem tirar dinheiro do caixa do orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Do caixa do Governo.

Então, propusemos esse projeto e já o encaminhamos. Espero contar com o apoio de V. Exªs para aprová-lo, porque acho que o projeto é meritório. Espero

que a nossa Presidente Dilma Rousseff se sensibilize e também o aprove.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Como mulher, já lhe antecipo os cumprimentos.

Ouvi seu pronunciamento feito ontem na tribuna, Senador Jayme Campos, e cumprimento V. Exª pela criativa e oportuna iniciativa, porque, hoje, a maior parte da violência contra a mulher ocorre dentro de casa pelo amante, pelo companheiro, pelo marido e, às vezes, até por um parente. Então, é muito oportuna essa iniciativa, esse projeto de V. Exª. Parabéns.

Como V. Exª disse, eu também espero que, aprovado, a Presidente, que também é mulher, aquiesça e sancione, sem vetos, o seu projeto.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Obrigado.

Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, sou relator do item 8 da pauta.

Trata-se de um projeto do Senador Antonio Russo. Como relatei esse mesmo projeto em outra comissão, gostaria de saber se esse projeto, como já foi relatado, só está aguardando a votação.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – A título de informação, Senador Waldemir Moka, essa matéria já foi lida aqui nesta Comissão. Entretanto, foi pedido vista. Já se encontra na pauta porque foi devolvida pelo autor do pedido de vista.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, respeitando a ordem, é claro, mas, na primeira oportunidade, eu gostaria de relatar a matéria. Tenho um compromisso às 10 horas que, infelizmente, não tenho como deixar de comparecer.

V. Exªs, certamente, também foram convidados. O Ministro da Agricultura vai à Comissão de Meio Ambiente e será lançada, depois de muita luta, a rastreabilidade ovina, esse que é um assunto de interesse específico do setor.

Mas, como a matéria já que já foi relatada, será somente a votação.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Exatamente. Como estamos aguardando o quórum, vamos continuar o ritual, e votaremos essa matéria, tendo em vista que o projeto já foi relatado.

Quero registrar a presença do Vice-Presidente Casildo Maldaner, que nos honra com sua presença; do valoroso mestre nesta Casa, Governador, Deputado, Prefeito, Senador João Durval, que muito bem representa o seu Estado da Bahia. Bem-vindo meu caro e prezado amigo, Senador João Durval.

Passamos ao item 1 da pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 92, DE 2011
– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a Carteira Nacional de Habilitação das pessoas portadoras de Diabetes Mellitus.

Autoria: Deputado Osmar Serraglio

Relatoria: Senador Armando Monteiro

Relatoria *Ad Hoc* : Senador Waldemir Moka

Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 92, de 2011.

Observações:

– Em 21.03.2012, a matéria é retirada de pauta a pedido do Relator para reexame do Relatório;

– Em 29.03.2012, foi recebido novo Relatório do Senador Armando Monteiro;

– A matéria constou na pauta do dia 11.04.2012, sendo adiada a sua apreciação.

– A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, em decisão terminativa;

– Votação simbólica.

Consulto o prezado Senador Waldemir Moka se poderia proferir o relatório do Senador Armando Monteiro.

Com a palavra o Senador Waldemir Moka.

O SR. RELATOR (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MT) – O Projeto de Lei da Câmara nº 92, de 2011 (Projeto de Lei nº 5.578, de 2001, na casa de origem), de autoria do Deputado Osmar Serraglio, altera o Código Brasileiro de Trânsito (Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997), para determinar que a condição de "diabético" do portador seja informada na Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

Para isso, acrescenta parágrafo com essa determinação ao artigo do Código de Trânsito Brasileiro (CTB) que dispõe sobre o documento de habilitação (art. 159).

A proposição é justificada como medida relevante para o atendimento médico – em especial o de urgência – dos portadores de diabetes, tanto na condição de condutores de veículos como em outros contextos, uma vez que o diabetes é uma condição de saúde de elevada prevalência em nosso meio e a CNH constitui documento de identificação com fé pública e largamente utilizada como tal.

Depois de analisado por esta Comissão, o projeto deverá ser apreciado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em decisão terminativa.

Não foram oferecidas emendas ao projeto.

ANÁLISE

Compete à Comissão de Assuntos Sociais, nos termos do inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, apreciar o projeto sob o ângulo da proteção da saúde.

Nesse sentido, e apesar de reconhecer como honrosa a proposição do Deputado Osmar Serraglio, entendemos que a proposição não favorece a defesa dos interesses dos pacientes com diabetes.

Com efeito, como o objetivo da proposição é identificar o diabético, de modo a possibilitar o devido socorro médico em casos de acidente de trânsito, não há necessidade de qualquer anotação na Carteira Nacional de Habilitação, sendo suficiente o cartão de identificação do portador da doença.

Não só portadores de diabetes têm necessidade de atendimentos médicos especiais; dezenas de outros doentes crônicos necessitam de cuidados adequados a sua condição. Dessa forma, a proposição ofende o princípio da isonomia, já que discrimina o grupo de pessoas com diabetes, apartando-as das demais portadoras de doenças que exigem cuidados especiais.

Resta igualmente ferido o principio constitucional que resguarda a intimidade, já que a pessoa tem o direito de não deixar que certos aspectos de sua vida – incluídas aqui as condições de saúde e doença – se tornem públicos ou cheguem ao conhecimento de terceiros.

Além do exposto, corre-se ainda o risco de efeitos indesejáveis, como o de dificultar o ingresso ou a manutenção no mercado de trabalho, em virtude de utilização da carteira de habilitação para identificar o portador de diabetes.

VOTO

Em vista do exposto, o voto é pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 92, de 2011.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senador Waldemir Moka.

Está em discussão a matéria.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Presidente, o relatório está muito bem feito, é do Senador Armando Monteiro. Nosso médico dedicado, Waldemir Moka, fez a leitura na relatoria *ad hoc*.

Penso que há casos e casos.

No caso específico do diabético, para o atendimento de um acidente, isso é diferente de outras patologias. O registro facilitaria ao médico, porque, como diz aqui que ele tem uma identificação, um cartão próprio do diabetes, nem sempre ele está com esse cartão numa viagem. Pode ter esquecido, estar sem a identificação.

Então, para aquele atendimento emergencial, ao saber que ele é portador de diabetes, é mais fácil acertar no tratamento e nas providências que devem ser tomadas.

É uma dúvida que eu tenho. Não sou médica, mas isso me preocupa, já que a movimentação dos diabéticos tem esse aspecto de segurança. Então, não vejo algum empecilho, não há nenhum demérito. Eles próprios fazem campanha para isso, para a prevenção. E essa seria uma atitude de maior segurança.

É a minha opinião a respeito dessa questão de iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Também quero me associar à observação que V. Exª fez. Não é preciso ser médico para isso. É uma questão de bom senso, de sensibilidade, etc. Considero meritório o projeto do Deputado Federal.

Todavia, é pela rejeição o voto do Relator.

Consultando o nosso profissional da saúde, o Senador Moka, creio que não teria nenhum impeditivo, não seria nenhum demérito constar da carteira de motorista o fato de que o cidadão é diabético.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – SP) – Presidente, para ajudar no encaminhamento, se V. Exª permitir.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – É claro.

Primeiro o Senador Moka e o Senador Paim para fazer o encaminhamento dessa discussão.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Estamos aqui com um problema de som.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Por favor, está com microfonia aqui. Por favor, vamos arrumar o som.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu falei aqui preocupada com a questão do portador de diabetes. Vejo aqui que, nas observações de orientação de voto, a Federação Nacional de Associações de Diabéticos e a Sociedade Brasileira de Diabetes são contrárias a esta matéria. Nesse caso, retiro as minhas apreensões, porque é a entidade que os representa. Então, ela assume a responsabilidade de não ter isso para assegurar...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Também retiro a minha fala ao mesmo tempo em que V. Exª.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Ainda bem que eu não entrei no encaminhamento, porque eu estou com o documento deles aqui em mãos também. Enfim, estamos todos na mesma posição.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu iria dar essa informação, embora tenha sido nomeado relator *ad hoc*, mas é importante colocar a motivação do Deputado Osmar Serraglio – eu o conheço e todos que o conhecem sabem – foi a melhor.

Mas realmente, qual é o problema? Muitas vezes o diabético, na condução do veículo, por um acaso de hipoglicemia, chega a perder a consciência. Isso é uma realidade, mas normalmente quem é diabético traz realmente um cartão que o identifica, e há o chamado hálito cetônico e outras características que alguém com algum conhecimento é capaz de identificar em alguém com diabetes.

Acho que o relator atendeu a essas associações porque, realmente, pode acontecer de, sem querer, discriminar-se o paciente ou a pessoa portadora do chamado diabetes melittus, que é o insulinodependente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, eu abro mão do meu encaminhamento, que iria na mesma linha dos feitos pelos dois Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – De maneira que V. Exª iria na mesma direção nesse caso?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu estava com o documento deles, que me pediram que o lessem, e vai na linha de que seria um ato discriminatório, inclusive para eles. Se for um emprego de motorista, ao chegar lá a carteirinha diz que ele tem esse problema, enquanto aos outros não se pede a identidade.

Enfim, concordo com a Senadora Ana Amélia e com o Senador Moka. Sei que os dois se referendaram no documento das entidades, de que eu tenho uma cópia.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – A nossa manifestação teve as melhores intenções, todavia, quando a Senadora Ana Amélia se manifestou aqui, nós retiramos. Fazem uma argumentação muito forte aqui quando dizem que, com o registro na carteira de motorista, eles poderiam até não conseguir um emprego porque a pessoa é portadora de diabetes.

Mas estamos entendidos.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Agora está encerrada a votação, não é?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Não havendo mais quem queira discutir, está encerrada a discussão da matéria.

Em votação o parecer que conclui pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 92, de 2011.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão contrário ao Projeto de Lei da Câmara nº 92, de 2011.

A matéria vai à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) em decisão terminativa.

Quero registrar a presença do Senador Antonio Russo, que agora também faz parte desta Comissão, do Senador Mozarildo Cavalcanti e também do Senador Cyro Miranda, que muito bem representa o Estado de Goiás.

Vamos atender ao pleito do Senador Waldemir Moka.

Vamos inverter a pauta, cujo pleito ele já fez e todos concordaram.

Item 8, página 121, decisão não terminativa.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 591, DE 2011 – COMPLEMENTAR – Não Terminativo –

Altera a redação do § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências para vedar o contigenciamento de recursos orçamentários para sanidade animal e vegetal.

Autoria: Senador Antonio Russo

Relatoria : Senador Waldemir Moka

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 591, de 2011.

Observações:

– Em 14.03.2012, lido o Relatório é concedido Vista Coletiva;

– A matéria vai à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA;

– Votação simbólica.

Como já havia consultado os senhores sobre a manifestação do pedido de vista dessa matéria, de qualquer maneira quero conceder a palavra ao Senador Waldemir Moka para suas considerações finais, se julgar necessário.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Já foi lido o relatório. Eu queria apenas lembrar que esse projeto do Senador Antonio Russo, na minha avaliação, tem um mérito muito grande. Trata-se de recursos que são para atuar preventivamente nas chamadas doenças fitossanitárias, doença animal e vegetal.

Então, esses recursos, normalmente, o Governo Federal faz um convênio com os Estados, só que na hora... Consegue-se colocar isso no Orçamento, só que, no início do ano, o Governo contingencia esses recursos e aí você acaba não tendo recurso, e os Estados ficam sem fazer a chamada defesa vegetal e animal. E esse dinheiro só tem sentido se puder ser usado preventivamente.

Daí por que acho que o projeto do Senador Antonio Russo, que defende o não contingenciamento especificamente desse tipo de recurso, eu gostaria de defender a aprovação, entendendo que aqui nós

estamos discutindo... É claro, não é terminativo, evidentemente que vai para as outras comissões, mas, do ponto de vista regimental, constitucional, não há nenhuma ilegalidade, e o mérito, conforme eu já disse... Eu mesmo, Sr. Presidente, quando presidi a Comissão Mista de Orçamento, coloquei isso na Lei de Diretrizes Orçamentárias e consegui, por um ano, que não fosse contingenciado. Mas, na verdade, nós precisamos de uma legislação que proíba o contingenciamento desse tipo de recurso.

Exemplificando, no meu Estado, Mato Grosso do Sul, nós temos um problema de aftosa e já fomos prejudicados porque, no país vizinho, hoje ainda, há um foco endêmico, no chamado Chaco Paraguaio, e, se nós não tivermos a prevenção, o nosso rebanho vira e mexe é contaminado e causa um prejuízo enorme. Isso sem falar de ferrugem na soja e de tantas outras; no cancro cítrico, no caso da laranja, e tantas outras.

Sou um modesto médico e tenho algum conhecimento nessa área de agricultura, mas esse, sem dúvida nenhuma, me parece ser um projeto meritório.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Obrigado, Senador Waldemir Moka.

Para encaminhar a discussão da matéria, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, quero cumprimentar o Senador Antonio Russo e também o relator. Oxalá outras medidas como essa venham à Casa até que o Governo se convença – os governos! – de que o Orçamento tem que ser impositivo. Porque o Orçamento, hoje, virou consultivo. A gente faz e meio que consulta o Governo sobre se ele aceita ou não. Se o Governo disser que não, é não, acabou; nada é liberado daquilo que nós aqui decidimos.

Por isso, cumprimento a iniciativa do nobre Senador Antonio Russo e do relator, e vamos trabalhar para que o Orçamento seja impositivo: o que for votado não pode ser, eu diria, boicotado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – É verdade. O senhor tem toda a razão.

Na ordem de inscritos para debater a matéria, o primeiro é o nosso Senador Antonio Russo, autor do projeto; depois, S. Exª, Senador Casildo Maldaner; e aí a palavra será da Senadora Ana Amélia.

Com a palavra o Senador Antonio Russo, autor do projeto aqui relatado, com muita competência, pelo Senador Waldemir Moka.

O SR. ANTONIO RUSSO (Bloco/PR – MS) – Muito obrigado, Presidente. Queria agradecer a V. Exª e agradecer ao nosso modesto médico, que é profundo conhecedor da pecuária e nosso líder na pecuária do Mato Grosso do Sul, que entendeu e relatou, de maneira magnífica, esse projeto.

Eu queria agradecer à Presidência e a todos os membros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Com a palavra o Senador Casildo Maldaner, pela ordem de inscrição, e depois a Senadora Ana Amélia.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Em épocas inflacionárias enormes, até que se pode ficar um pouco na dúvida, quando se elabora o Orçamento para o exercício seguinte, porque a gente não sabe o que vai ocorrer, qual é a inflação ou coisa que o valha. Mas para nós que vivemos nos tempos atuais, sabendo quanto é mais ou menos a inflação anual – a gente erra por pouco –, com um planejamento sério, não há como se chegar, já no início do ano, nem pensar nos duodécimos e já partir para o contingenciamento, não só nessa área – quero cumprimentar o Senador Moka, que é o relator, e o autor, Senador Russo – de prevenção vegetal, animal, dos fitossanitários, mas, como disse o Senador Paim, em todas as outras. Um planejamento sério não pode partir nessa direção; chega o começo do ano e contingencia-se, a seu bel prazer, como quem diz assim: aí vamos ver como as coisas andam, de acordo com o andar da carruagem, de acordo com o andar das exposições, nós vamos ceder aqui ou acolá, como é que as coisas se encaminham. Isso não é possível.

Eu acho que o que está faltando muitas vezes, eu digo em todos os sentidos, em todos os governos, o que está havendo é uma racionalidade, um planejamento sério. Falta um planejamento racional, sério, com os pés no chão. É isso. Não é possível! As pessoas se preparam para fazer o planejamento, calculam. E como é que existem tantos equívocos enormes? Não é possível isso. Acho que a coisa está na raiz, na matriz.

Por isso, quero louvar a proposta, mas dizendo, como diz o Senador Paim, que nós temos que ter uma coisa mais ampla nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Então (interrupção do som) boicotando alguém.

Com a palavra a Senadora Ana Amélia

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente Jayme Campos; caro Relator, Senador Moka; Senador Russo, que é o autor deste projeto; Senador Paim, que se manifestou; Senador Casildo e demais Senadores e Senadoras, eu tenho um vínculo indireto e direto, de certa forma, com esta matéria.

Em primeiro lugar, em relação ao que defendeu, com clareza, o Senador Paim, Presidente, sobre a questão de o orçamento no Brasil ser uma peça de

ficção, nós apenas autorizamos o Governo a fazer gastos e, no entanto, só teremos garantia de respeitabilidade da Instituição, do Poder Legislativo, quando o orçamento for impositivo e não apenas autorizativo. Nós autorizamos o Governo e o Governo faz ou não faz, faz se quer, ou não faz se não quer. Então, não temos nenhum espaço para fazer impositivo.

Queria informar também aos membros da Comissão que sou autora de uma PEC, a PEC nº 17, de 2011. Quando faleceu o ex-Vice-Presidente José Alencar, fui buscar nos arquivos o que havia de iniciativa dele, em homenagem a ele e em sua memória, porque foi um grande Senador e teve um único projeto, que foi exatamente uma PEC provendo para que o orçamento fosse impositivo. Então, eu a apresentei, está na Comissão de Constituição e Justiça, aguardando do Presidente a indicação de relatoria.

Também tenho com essa matéria... Eu era jornalista quando o Canadá levantou uma suspeita de que o Brasil teria a doença da vaca louca, e houve, eu diria, uma comoção nacional que até teve um aspecto positivo, porque pela primeira vez a mídia urbana deu um espaço muito grande para mostrar como se processava o abate de animais nos frigoríficos brasileiros. E aí se viu a preocupação do setor, seja do pecuarista com a rastreabilidade ou da indústria para exportação.

Lembrando também que 98% ou 90% da produção de carne é para o mercado interno, então não é para exportação. E o produtor tem preocupação com o consumidor brasileiro, não só com o que compra lá fora. Naquele momento, exatamente foi isso que mostrei como jornalista, que o orçamento para a sanidade e defesa animal não estava sendo cumprindo. De um total que havia sido previsto, o Governo tinha liberado apenas um terço.

Até mesmo o cronista Luís Fernando Veríssimo entrou na discussão e, baseado na minha informação, fez uma crônica muito bem humorada, ou seja, o Governo não fazia o dever de casa.

Então, portanto, essa iniciativa do Senador Antonio Russo, com a relatoria do Senador Moka, que conhece também a matéria, tem tudo a ver e tem o integral apoio. Com os cumprimentos aos dois.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Em discussão.

Com a palavra o Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero cumprimentar o autor, o Senador Antonio Russo, e também o Relator, Senador Waldemir Moka, pelo relatório.

Essa questão da sanidade animal, Sr. Presidente, é absolutamente fundamental, inclusive do ponto de vista não apenas da saúde, mas também da economia. Nós já tivemos, muitas vezes, problemas na exportação de produtos brasileiros em função de suspeitas, enfim, de problemas de sanidade. Portanto essa é uma questão absolutamente indispensável. Se já não fosse um absurdo a peça orçamentária ser uma peça de ficção, como aqui foi dito que nós devíamos ter todo um orçamento impositivo, deixando apenas uma margem para o Governo em caso de tragédias, em caso de emergência, poder fazer algum remanejamento, mas neste caso específico, já que nós não temos, lamentavelmente não temos, pelo menos no que diz respeito a questões estratégicas importantes nós devemos ter.

E a questão da sanidade animal e vegetal é absolutamente indispensável para a saúde e para a economia. Portanto, cumprimento o autor do projeto, cumprimento o relator e manifesto-me também favorável ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Quero...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Senador Paulo Paim, para encaminhar a discussão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, permita-me que eu faça um esclarecimento. Eu não sabia se fazia ou não fazia, mas eu acho que é uma questão até de justiça com o Senador Antonio Carlos Magalhães, que foi Presidente desta Casa...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Sempre defendeu.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – E foi um grande defensor do orçamento impositivo. Apresentou a PEC, nós aprovamos aqui no Senado e ela se encontra na Câmara dos Deputados, há muitos anos. Então, eu acho que essas iniciativas todas são positivas, mas a gente tem que dar uma pressão na Câmara, também. O Senado já cumpriu a sua parte em relação ao orçamento impositivo, nós aprovamos por unanimidade. Senador Antonio Carlos Magalhães, eu me lembro da luta que ele fez para que essa PEC fosse aqui aprovada, e lá na Câmara não anda. Então, todo esse debate que a gente fez aqui hoje, as iniciativas na CCJ de outras propostas deveriam servir também para que a Câmara acordasse e votasse o orçamento impositivo.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V Exª. Por sinal, quando a Senadora Ana Amélia fazia essa observação e outros Senadores aqui, o próprio Casildo, eu lembrava dele aqui. Essa luta dele foi lá atrás. Ele preparou, encaminhou a PEC e está hoje lamentavelmente residindo lá

na Câmara e não foi votado. Porque, na verdade, Senador Waldemir Moka, nós, que fazemos uma militância mais agressiva, sobretudo no interior – eu sou um homem do interior – a gente passa vergonha, Senador Paulo Paim. Quando se aprova aqui um orçamento, você destaca para os municípios das suas emendas individuais – não conto nem as emendas de bancada, só as emendas individuais –-, aí, lamentavelmente nós temos 13 milhões, muito mal e "porcamente" nós conseguimos liberar três, quatro milhões. E o prefeito fica naquela expectativa que você vai lá e promete na comunidade que você vai arrumar 300 mil reais para um posto de saúde...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Foi vetado 70%.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – É muito difícil, vetado 70%.

Então nós, Senadores, temos que pedir, num debate bem franco, transparente, que a Câmara vote esse projeto, essa PEC, porque ela é fundamental até para a credibilidade da classe política brasileira, diante dos fatos que relatei aqui de que você vai lá, assume o compromisso com a comunidade e, infelizmente, não é concretizado, não é realizado. Isso é muito ruim para todos nós, imagino. É decepcionante, é vergonhoso.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o parecer que conclui pela aprovação do Projeto de Lei nº 591, de 2011 – Complementar.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 591, de 2011 – Complementar.

A matéria vai à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Cumprimento o autor da matéria, Senador Antonio Russo, como também o Senador Waldemir Moka. Aqui foram feitas colocações muito pertinentes em relação a esse assunto, a essa matéria que certamente é importante para a saúde animal de nosso País.

Eu consulto aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras, temos aqui algumas matérias em caráter terminativo. Uma delas do Senador Casildo, Senador Paulo Paim...

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, sou relator do item nº 7 e me parece que não é terminativo, eu poderia relatar neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Após a... Naturalmente nós vamos atender a V. Exª na forma regimental.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto aos outros Srs. Senadores se têm algum impedimento em relação a essa inversão de pauta, que aprovaríamos o projeto do Senador Casildo e Paulo Paim, que são terminativos e nós temos quórum.

Se V. Exªs concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovada aqui a minha consulta que fiz ao Plenário.

Por favor, primeiro o Item 7, a pedido do Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Se quiser começar pelos terminativos, Sr. Presidente, fique à vontade.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Se V. Exª permite.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Eu não tenho como negar uma solicitação de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, mas, como caiu o quórum, segundo nos informa a Secretária da Comissão, aguardaremos um pouco.

Passamos ao item 7.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 498, DE 2011
– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução, em dobro, das despesas incorridas com a contratação de empregados com mais de cinquenta anos de idade, para fins de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatoria : Senador Rodrigo Rollemberg

Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 498, de 2011.

Observações:

– Em 11.04.2012 a matéria é retirada de pauta a pedido da autora, com a aquiescência do Relator;

– A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, em decisão terminativa;

– Votação simbólica.

Concedo a palavra ao Senador Rodrigo Rollemberg, para proferir o seu parecer.

O SR. RELATOR (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Trata-se do parecer da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 498, de 2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, que altera a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução, em dobro, das despesas incorridas com a contratação de empregados com mais de cinqüenta anos de idade, para fins de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

RELATÓRIO

Vem a esta Comissão de Assuntos Sociais (CAS) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 498, de 2011, de autoria da Senhora Senadora Vanessa Grazziotin, cujo objetivo é o descrito em epígrafe.

A matéria se apresenta em três artigos.

O art. 1º consiste no objetivo principal da proposição, qual seja, o de permitir a dedução em dobro do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, por parte das pessoas jurídicas, das despesas com salários e encargos sociais de empregados com idade igual ou superior a cinquenta anos, desde que o total deles represente mais de quarenta por cento do quadro de empregados.

O art. 2º remete ao Poder Executivo a responsabilidade de estimar a renúncia de receita em conformidade com os arts. 5º, II, 12 e 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

O art. 3º é cláusula de vigência e eficácia. A vigência se dará imediatamente após a publicação da lei derivada da possível aprovação do projeto; a eficácia, vale dizer, a produção de efeitos do diploma, só ocorrerá a partir do primeiro dia do exercício financeiro subsequente ao do cumprimento do disposto no art. 2º.

Apresentada em agosto de 2011, a proposição foi distribuída à CAS e à Comissão de Assuntos Econômicos, nessa última em decisão terminativa.

Encerrado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

ANÁLISE

Quanto ao aspecto constitucional, cabe à União legislar sobre direito e sistema tributários, imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, haja vista o disposto nos arts. 24, I, 48, I, 149, 153, III, e 195, I, *c,* da Constituição Federal (CF). A iniciativa parlamentar é amparada pelo art. 61 da mesma Carta.

A competência da Comissão de Assuntos Sociais para deliberar sobre a proposição decorre do art. 100, IV, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

O projeto está em plena conformidade com os ditames da técnica legislativa, conforme a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

MÉRITO

A matéria em análise demonstra salutar preocupação com a empregabilidade dos trabalhadores com idade mais avançada, normalmente os alvos prediletos do *downsizing* das empresas que, em momentos de crise, necessitam reduzir seu quadro de empregados para cortar despesas.

A justificação do PLS nº 498, de 2011, lembra que as empresas optam por dispensar os trabalhadores mais maduros e substituí-los por mais jovens, cuja contratação significa menor impacto na planilha de custos da organização em termos de encargos trabalhistas e previdenciários. Prossegue a autora do projeto asseverando, com razão, que o tempo necessário para que desempregados com idade igual ou superior a cinquenta anos voltem a se posicionar profissionalmente é bastante superior ao das faixas etárias mais reduzidas. Ressalta, ainda, que o drama vivido pelo trabalhador mais experimentado que perde o emprego afeta toda sua família, que, subitamente, é forçada a se adaptar a um padrão de vida substancialmente inferior.

Não é demais acrescentar que, ao optar por enxugar seu quadro de pessoal mediante a demissão de trabalhadores mais vividos, as empresas perdem em qualidade, pois, juntamente com as despesas trabalhistas e previdenciárias supostamente elevadas, vão-se muitos anos de experiência e conhecimento da cultura da corporação, ativo que os gestores costumam ignorar em momentos de crise econômica.

Contudo, apesar dos consistentes argumentos em favor da aprovação do projeto, é preciso também considerar o impacto do benefício proposto em relação às finanças públicas.

Quando o legislador institui uma benesse fiscal para um setor específico da sociedade, necessariamente encaminha para os demais setores a conta a ser paga, pois as deduções de impostos significam diminuição da expectativa da arrecadação por parte do governo, que fatalmente tentará compensar a perda por meio de aumento/criação de outros tributos ou outras medidas normalmente impopulares e impactantes para a economia das famílias e empresas.

No caso em comento, propõe-se permitir que as empresas deduzam em dobro, do imposto de renda da pessoa jurídica e da contribuição social sobre o lucro líquido, as despesas com salários e encargos sociais advindos da contratação de trabalhadores com mais de cinquenta anos de idade.

Por maior que seja o mérito social da proposta, não há como ignorar o potencial rombo tributário e previdenciário que sua aprovação proporcionaria.

Em última análise, a proposição abre caminho para que as empresas privadas “estatizem” de certo modo seus custos operacionais, na medida em que

possam repassar ao conjunto da sociedade uma despesa que, num ambiente capitalista desenvolvido, deve ser suportada por quem assume o risco do negócio, ou seja, o empreendedor privado.

À CAS cumpre aprovar projetos que traduzam avanços sociais, mas cumpre também zelar para que não prosperem matérias de cunho social relevante, como é o presente caso, que, entretanto, oneram o conjunto da sociedade de tal forma que tornam dispensável a vantagem oferecida.

VOTO

Pelas razões expostas, votamos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 498, de 2011.

Este é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senador Rodrigo Rollemberg.

Está em discussão a matéria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – A Senadora Vanessa Grazziotin não se encontra neste momento. Eu já havia conversado com o Senador Rodrigo Rollemberg para retirar de pauta o projeto e conversar um pouco mais com ela. Entendo...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto V. Exª se vai pedir vista.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pedido de vista.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto o plenário se poderá ser vista coletiva, se há algum Senador para se manifestar apoiando o Senador Paulo Paim no pedido de vista coletiva.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Eu também. Vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Então será concedida vista coletiva.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Voltaremos na semana que vem com a presença da autora aqui no plenário.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Com toda a concordância do autor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Vista concedida ao Projeto de Lei nº 498.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Sr. Presidente, queria pedir a V. Exª que no momento oportuno colocasse em apreciação o requerimento que fiz, convidando o Presidente da Anvisa para vir a esta Comissão prestar esclarecimentos não só sobre essa questão evidente do hospital de Brasília em relação ao falecimento de um jovem, mas sobre o funcionamento e a fiscalização dos estabelecimentos de saúde no Brasil todo.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Atendo a V. Exª. O seu pedido aqui é uma ordem, Senador Mozarildo Cavalcanti. É um item extrapauta.

REQUERIMENTO

Requeiro que seja convidado por esta Comissão de Assuntos Sociais o Sr. Dirceu Braz Aparecido Barbano, Diretor Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa, a fim de que o mesmo preste esclarecimentos sobre a atuação daquela Agência no que tange à fiscalização dos estabelecimentos públicos e privados que prestam serviço de atendimento à saúde.

Autoria: Senador Mozarildo Cavalcanti.

V. Exª já fez praticamente o encaminhamento, mas eu consulto, após a leitura do seu requerimento, se V. Exª quer fazer mais algumas colocações.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Como disse V. Exª, até mesmo antes eu já fiz, mas quero dizer aos colegas Senadores e Senadoras da oportunidade que nós temos de trazer o Presidente da Anvisa aqui, porque realmente a Agência está devendo esclarecimentos não só para nós, Senadores, mas à população sobre o descontrole que existe sobre os hospitais e as unidades de saúde, sejam elas do SUS, sejam de planos de saúde, sejam privadas. Essa é a razão do meu requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Vamos para os itens terminativos, conforme concordância do Plenário.

O relatório dessa matéria já foi lido. É bom que se esclareça. É o Item 16, página 209, da relatoria do Senador Paulo Paim, um projeto de autoria da Senadora Lúcia Vânia. A matéria foi lida no dia 11/04 e encerrada a discussão.

Consulto as Srªs e os Srs. Senadores se alguém quer fazer alguma observação.

Como ninguém quer fazer observação, entraremos em processo de votação.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Qual o item, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Item 16, página 219, de autoria o projeto da Senadora Lúcia Vânia, relatoria do Senador Paulo Paim.

É o seguinte o item:

ITEM 16

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 553, DE 2011
– Terminativo –

Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, para conceder aos portadores de xeroderma pigmentoso a isenção de carência para a concessão de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez.

Autoria: Senadora Lúcia Vânia

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 553, de 2011.

V. Exª tem a palavra, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Permita-me, Presidente, a Senadora Lúcia Vânia está numa consulta médica, ela me ligou. Ela estava aqui na última reunião, li o relatório, discutimos, só não votamos porque não tínhamos quórum.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agora nós temos e vamos votar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Mas ninguém se posicionou contra. Se possível, a Senadora Lúcia Vânia agradece.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Vamos cumprir o processo de votação.

Consulto o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com a autora, Senadora Lúcia Vânia.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador João Durval?

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA) – Com a autora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Rodrigo Rollemberg?

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Com a autora e com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Vanessa Grazziotin?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Também com a autora e o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Casildo Maldaner?

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Igualmente com a autora e com o relator. Só para recordar, Sr. Presidente, que trata sobre portadores de xeroderma pigmentoso, isenção de carência para concessão de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez. Uma questão meritória para essas pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Amélia?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com relator e com a autora, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o valoroso Senador Cícero Lucena?

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Parabenizando a autora e o relator, voto com ambos.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Mozarildo Cavalcanti? *(Pausa.)*

Como vota o Senador João Vicente Claudino? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Paulo Bauer? Vamos aguardá-lo.

Como vota o Senador Armando Monteiro?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – O projeto foi aprovado por unanimidade.

O Projeto de Lei do Senado nº 553, de 2011, será comunicada decisão à Comissão, ao Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

Item 15. Decisão terminativa, página 200.

ITEM 15

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 493, DE 2011
– Terminativo –

Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, de forma a permitir que o valor da aposentadoria do segurado que necessitar da assistência permanente de outra pessoa, por razões decorrentes de doença ou deficiência física, seja acrescido de vinte e cinco por cento.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senador Casildo Maldaner

Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 493, de 2011.

Concedo a palavra ao Senador Casildo Maldaner para proferir o seu relatório.

S. Exª está com a palavra.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente e caros colegas, a interpretação que nós temos é de que na própria legislação já está inserida a ajuda às pessoas necessitadas para poderem

ter alguém que as acompanhem. Os deficientes tenham o acompanhamento e recebam alguma coisa extra.

A ideia do Eminente Senador Paulo Paim é de que a aposentadoria seja acrescida em até 25%, para ajudar as pessoas necessitadas.

Mas há uma dúvida, pelo que senti agora, entre nós, das nossas assessorias e do próprio autor. Sempre defendo o diálogo. Consulto se é possível, acho que essa é a ideia também do autor, retirarmos essa proposta e, quem sabe na próxima semana, chegarmos a um entendimento, esclarecermos a legislação vigente, chegarmos a um entendimento entre nós, a relatoria e o autor da proposta, para ver se na verdade contempla essas pessoas necessitadas.

Acho que essa é a ideia também do proponente para ver se está contemplado ou não.

Para dirimirmos algumas dúvidas.

Consulto se é possível a gente retirar e reapresentar, quem sabe, na próxima semana. E a nossa assessoria com a assessoria do Senador Paulo Paim, então a gente senta para chegarmos a um entendimento.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Serei breve. Vou dar uma informação que é regimental e é prerrogativa de V. Exª como relator da matéria: V.Exª tem essa prerrogativa de trazer esse pedido e retirá-lo. Todavia, de forma *gentleman* como é, está consultando o nosso autor do projeto.

Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, conversei com o Senador Casildo Maldaner e também com a assessoria do Governo. De fato, a legislação garante esse direito para o aposentado por invalidez, mas não garante para os outros que estão na mesma situação.

Devido a isso, a própria orientação aqui do Governo é de que a matéria seja retirada de pauta para tentarmos construir um entendimento que amplia esse direito para os idosos. Uma pessoa com 100 anos? Como é que faz?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Ele já morreu, não é?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Estou dando um exemplo. Para ter um acompanhamento, ou mesmo um deficiente que não é ainda aposentado por invalidez.

Então, o próprio Governo está pedindo, se possível, que retiremos de pauta, e vamos ver se é possível ampliar ou não, se não for, eu me sujeito, naturalmente, ao parecer desse grande Senador, que, sempre com equilíbrio e com tranquilidade, quer fazer o melhor para todos. Se é assim, e não chegarmos ao entendimento, eu me submeto ao relatório dele e eu mesmo votaria, acompanhando o nobre Senador Casildo Maldaner.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª. Vai ser atendido, porque é prerrogativa, naturalmente, do relator da matéria. Então, essa matéria está sendo retirada de pauta para buscar o entendimento entre o Relator e o Autor, Paulo Paim e Casildo Maldaner.

Vamos para o Item 9, que é também terminativo e de autoria do Senador Armando Monteiro.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 24, DE 2003
– Terminativo –

Acrescenta parágrafo ao artigo 625-E, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senador Armando Monteiro

Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 24, de 2003, e da Emenda de autoria do Senador Cícero Lucena.

Em 30.05.2007, o Senador Cícero Lucena apresenta uma Emenda (supressiva) ao projeto.

A votação será nominal.

Concedo a palavra ao Senador Armando Monteiro para proferir o seu relatório.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o projeto em tela, do nobre Senador Paulo Paim, acrescenta parágrafo ao art. 625-E, da CLT.

A proposição determina que a eficácia do termo que contiver renúncia de direitos por parte do trabalhador fica condicionada à anuência expressa de seu advogado e à homologação pelo sindicato representante de sua categoria profissional, nos termos da redação do §2º, que se pretende ver acrescido ao art. 625.

Na sua justificação, o eminente autor apresenta como razão para aprovação da matéria o seguinte argumento:

"Ninguém desconhece a amplidão e a complexidade da legislação trabalhista do nosso País. Tanto é assim, que se faz necessária a criação de toda uma justiça especializada, a Justiça do Trabalho, composta de juízes, Tribunais Regionais e um Tribunal Superior. Toda essa estrutura dedica-se, única e exclusivamente, à análise de questões trabalhistas."

Trata-se, sem dúvida, de matéria relevante, mas, ao mesmo tempo, controversa, envolvendo a manifestação de vontade de uma das partes em litígio trabalhista submetido à apreciação de comissão de conciliação prévia.

Passo à análise do projeto.

Nos termos do art. 90, inciso I, c/c art. 100, inciso I, do Regimento Interno, compete à Comissão de

Assuntos Sociais dar parecer sobre projeto de lei em caráter terminativo.

Alterações promovidas na CLT inserem-se no campo do Direito do Trabalho. Normas com esse conteúdo estão entre aquelas de iniciativa comum, previstas nos termos do art. 48 da mesma carta.

Observados esses pressupostos, temos que a proposição não apresenta vícios de inconstitucionalidade, nem de ilegalidade. O projeto em discussão transforma em §1º o texto do parágrafo único do art. 625.

Pela redação atual do texto da CLT, concluída a conciliação, extingue-se o litígio trabalhista e o termo de conciliação assinado entre as partes torna-se título executivo extrajudicial e tem eficácia liberatória geral, exceto quanto às parcelas trabalhistas, expressamente ressalvadas.

Nesse particular aspecto reside a preocupação do autor proposição. É que a transação formalizada perante a Comissão de Conciliação Prévia exclui a demanda da apreciação do Poder Judiciário, exceto quanto às ressalvas consignadas no próprio termo de conciliação.

A Comissão de Conciliação Prévia pode ser criada no âmbito da empresa como no do próprio sindicato. Como, em muitos casos, o trabalhador comparece sem advogado às audiências e as Comissões de Conciliação Prévia são constituídas no âmbito da própria empresa, nos moldes do previsto no art. 625, já referido, argumenta-se que o trabalhador possa ser lesado em seus direitos, renunciando a parcelas trabalhistas sem estar devidamente consciente dessa situação.

Todavia nos parece que a solução proposta não é a mais adequada. Embora respeitando sempre o nobre autor do projeto e grande Senador Paulo Paim. Na Justiça do Trabalho, tanto o empregado como o empregador podem demandar pessoalmente, ou seja, sem a necessidade de um advogado. Essa autorização está inserta nos arts. 791 e 839, alínea *a*, da CLT, e constitui uma tradição das relações de trabalho no Brasil.

Tanto o empregado quanto o empregador têm, nesse caso, o *ius postulandi*, que se constitui na prerrogativa das partes em requerer pessoalmente os seus direitos sem a intermediação de um advogado. Não seria, portanto, recomendável estabelecer como condição obrigatória a presença de um profissional da área jurídica nas demandas submetidas às Comissões de Conciliação Prévia.

A noção de hipossuficiência econômica não deve ser utilizada para esse propósito, uma vez que as Comissões de Conciliação Prévia têm composição paritária o que assegura o respeito às formalidades e a observância dos preceitos legais trabalhistas.

Além disso, por maioria de votos, o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou em 2009, em decisão liminar com validade até o julgamento final da matéria, que demandas trabalhistas podem ser submetidas ao Poder Judiciário ainda que não tenham sido analisadas por uma comissão de conciliação prévia. Para os ministros, esse entendimento preserva o direito universal dos cidadãos de acesso à Justiça.

Com a decisão do STF a presente proposição praticamente perdeu seu objeto, uma vez que, a partir da decisão, as reclamações trabalhistas somente serão submetidas às Comissões de Conciliação Prévia como opção do trabalhador, que nesses casos deseja e necessita de uma decisão mais célere para a sua demanda, razão pela qual todo e qualquer embaraço burocrático é desaconselhável no interesse do próprio trabalhador.

Cabe registrar, ainda, que não há obrigatoriedade em conciliar. Se a conciliação resultar frustrada ou se o empregado sentir-se lesado em seus direitos, fica-lhe sempre resguardado o direito de recorrer à Justiça Trabalhista, que anulará a transação quando constatar qualquer irregularidade quanto aos direitos transacionados, ocorrência de prejuízos ao trabalhador ou vício no seu consentimento.

Assim, em que pesem os méritos do eminente autor, não há razão para aprovação da presente proposição pelas razões anteriormente expostas e da mesma forma da emenda supressiva apresentada pelo eminente Senador Cícero Lucena.

Em face do exposto, votamos pela rejeição do Projeto de Lei nº 24 e, por consequência, da emenda apresentada pelo Senador Cícero Lucena.

É esse o nosso voto, Presidente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senador Armando Monteiro...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar vista da matéria, Presidente, do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Imagino o seguinte: diante dos fatos do pedido de vista, baseado no art. 132, vamos conceder vista e não vamos nem discutir a matéria, vamos aguardar...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, se me permitir usar a palavra por dois minutos, no máximo, e caminhamos, claro, pelo pedido de vista, eu queria só...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pedido de vista feita pela Senadora Vanessa Grazziotin?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Claro, claro... Vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – A vista será coletiva, entretanto, com todo respeito, Senador Armando Monteiro, vou conceder a palavra ao Senador Paulo Paim, autor da matéria, para fazer a sua argumentação.

V. Exª tem dois minutos para fazer a sua argumentação. Há outras matérias.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – O Senador Armando Monteiro sabe o carinho e o respeito que tenho pela sua posição, e temos dialogado aqui sobre diversos temas. Esse tema, Sr. Presidente, na verdade, tinha sido fruto de um acordo no passado, veja que o projeto é de 2003, que envolveu o Senador já falecido, Romeu Tuma, e também o autor da emenda. Não estou com a emenda aqui, mas, se não me engano, a emenda do acordo feito na época retirava o advogado, mas assegurava, pelo menos, que o sindicato, no momento de fazer a rescisão, mediante o acordo, deveria estar presente.

Vou simplificar dizendo, Sr. Presidente, que essa emenda acatada pelo Relator e pelo autor, era já um entendimento sobre o tema, até porque, Sr. Presidente, todos sabemos que há uma avalanche de ações na justiça que invade a vida de todos nós, seja de empregado, seja de empregador, e não sou favorável. O que tentei nesse projeto? Fazer que, com a presença do sindicato, o trabalhador ficasse muito bem esclarecido. Digamos que a rescisão seja feita no espaço da empresa, é natural que o empregador vá estar ali com seus representantes legítimos e seus advogados e não precisaria estar, digamos seu sindicato ou recursos ou direitos humanos, e o trabalhador vai estar, digamos, com a parte mais frágil nessa assinatura, o que vai levar, por instrução do próprio sindicato, a dizer a todos que entre na justiça. Não, assina qualquer coisa aí, não estamos aí, não assinamos, e entra na justiça.

Entendi, Senador, foi essa minha intenção, que, pelo menos um representante do sindicato junto, poderia orientar melhor o trabalhador, que inúmeras vezes, infelizmente, até analfabeto é, é uma realidade do nosso País, não que eu queira isso, que ele pudesse orientar melhor o trabalhador. Olha, você abrindo mão disso, isso, aquilo, assim mesmo você quer? O sindicato vai convalidar a rescisão. Seria uma forma, na minha projeção, de evitarmos que termine tudo na justiça, para aquele princípio básico: ah, discordou? Procure teu direito lá, na justiça. Essa foi a intenção, mas, como foi pedida vista, se pudermos dialogar um pouco mais nesse espírito da minha posição, podemos votar na semana que vem ou com acordo ou sem acordo.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, tanto ao Relator como ao autor, e espero que, diante do pedido de vista baseado no art. 132, V. Exª tenha oportunidade ímpar de tentar buscar um acordo e, certamente, votarmos essa matéria em caráter definitivamente na próxima semana ou na outra semana.

De maneira que está retirada de pauta essa matéria.

Quero convidar o Senador Casildo Maldaner, que é meu Vice-Presidente, para nos dar a honra de me substituir, diante de algumas audiências que temos para realizar, agora, no período da manhã em alguns órgãos do Governo Federal.

Vou só ler aqui, Item 5, página 65, decisão não terminativa.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 342, DE 2011
– Não Terminativo –

Concede isenção de impostos e contribuições incidentes na importação e na aquisição, no mercado interno, de equipamentos e materiais destinados ao exercício da profissão de fotógrafo.

Autoria: Senador José Agripino

Relatoria : Senador João Vicente Claudino (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria *Ad Hoc* : Senador Cyro Miranda

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 342, de 2011.

Observações:

– Em 14.03.2012, a Presidência designa Relator "Ad hoc" o Senador Cyro Miranda, que lê o Relatório em substituição ao Senador João Vicente Claudino – que também concordou. Foi concedido o pedido de vista nos termos regimentais;

– A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, em decisão terminativa;

– Votação simbólica desta matéria.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Vou pedir a retirada desse projeto para melhor exame, porque existe um conflito dele sobre a regulamentação da profissão. Então, peço a retirada, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – O pedido de V. Exª será atendido na forma regimental.

Convido o Senador Casildo Maldaner para assumir aqui, em decorrência de algumas audiências.

Agradeço, antes de mais nada, a presença de V. Exª.

A reunião será, desta feita, presidida por esse valoroso catarinense aqui, conterrâneo de Paulo Bauer, que é o Senador Casildo Maldaner. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Continuando, então, vamos agora para o Item 6:

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 447, DE 2011
– Não Terminativo –

Acrescenta os §§ 7º e 8º ao art. 31 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências, e altera o § 2º do art. 71 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para determinar a responsabilização solidária da Administração Pública e da pessoa jurídica tomadora de serviços, com o respectivo prestador, pelos encargos previdenciários resultantes da execução do contrato, e, em caso de dolo ou culpa, pelos encargos trabalhistas.

Autoria: Senador Sérgio Souza

Relatoria: Senador Paulo Bauer

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 447, de 2011, com a Emenda que apresenta.

Observações:

– A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, em decisão terminativa.

– Votação simbólica.

Com a palavra o eminente Senador Paulo Bauer para proferir seu relatório.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Obrigado, Sr. Presidente. O relatório é bastante extenso, mas também é preciso *(fora do microfone)* mencionar que o projeto apresentado pelo Senador Sérgio Souza é, por si só, muito importante e de objetivo bastante valioso. Por isso, apresento a V. Exªs o relatório que produzi.

O Projeto de Lei do Senado nº 447, de 2011, de autoria do ilustre Senador Sérgio Souza, propõe o acréscimo de dois parágrafos ao art. 31, da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências, bem como a alteração do § 2º do art. 71 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, com a finalidade de possibilitar a responsabilização solidária da Administração Pública e da pessoa jurídica tomadora de serviços, perante o respectivo prestador de serviços, pelos encargos previdenciários resultantes da execução do contrato, e, em caso de dolo ou culpa, pelos encargos trabalhistas.

O art. 1º do PLS insere os §§ 7º e 8º no art. 31 da Lei nº 8.212, de 1991.

Neste § 7º, estabelece-se que a pessoa jurídica tomadora de serviços responde solidariamente com o contratado pelos encargos previdenciários resultantes da execução do contrato, e, em caso de dolo ou culpa, pelos encargos trabalhistas. Estende-se aqui ao setor privado o tratamento jurídico dado ao setor público no art. 71, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, com a nova redação proposta, analisada adiante.

No § 8º, determina-se que a pessoa jurídica tomadora de serviços públicos pode condicionar o pagamento pelos serviços prestados à comprovação, por parte do prestador contratado, de que recolheu os correspondentes encargos previdenciários e trabalhistas.

Já no art. 2º da proposição, trata-se de alterar a redação do art. 31, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, para acrescentar que, além de responder solidariamente com o contratado pelos encargos previdenciários resultantes da execução do contrato, nos termos do art. 31 da Lei nº 8.212, de 1991, a Administração Pública também responderá solidariamente com o contratado pelos encargos trabalhistas, em caso de dolo ou culpa.

O art. 3º do PLS é sua cláusula de vigência, a contar da data da publicação.

A proposição não recebeu emendas, e, depois do parecer quanto ao mérito a ser proferido nesta Comissão de Assuntos Sociais (CAS), deverá seguir à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para decisão terminativa.

ANÁLISE

De acordo com o art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAS opinar sobre proposições que digam respeito a relações de trabalho, organização do sistema nacional de emprego e condição para o exercício de profissões, seguridade social, previdência social, população indígena e assistência social.

A proposta, em nosso sentir, possui intenção louvável, pois, como bem expôs seu autor na justificação do Projeto, muitos trabalhadores de empresas terceirizadas são vitimados por seus empregadores, que, por meio de atraso e/ou inadimplemento dos salários,

13º salário, adicional de férias, entre outras irregularidades, violam seus direitos trabalhistas e previdenciários. Sendo essa a situação fática que se apresenta, parece-nos natural que se busquem soluções tendentes a resolver ou, pelo menos, minimizar tais problemas.

No caso em tela, a ideia central é, por meio da ampliação da responsabilidade solidária, forçar a Administração Pública ou o tomador de serviços a adotar melhores critérios para a escolha do prestador contratado, bem como para a fiscalização e acompanhamento do contrato de prestação de serviços, sob pena de responsabilização por culpa *in eligendo* e/ou *in vigilando*, respectivamente. Dessa forma, as dívidas decorrentes de irregularidades previdenciárias e trabalhistas (estas, só no caso de dolo ou culpa) cometidas pelo prestador contra os seus funcionários poderiam ser cobradas diretamente da Administração ou do tomador, sem que fosse necessário, como no regime de responsabilidade subsidiária, o esgotamento das tentativas de cobrança junto ao prestador contratado.

Segundo a justificação, em seu art. 1º, o Projeto tem o fito de positivar parcialmente entendimento contido no Enunciado nº 331 do Tribunal Superior do Trabalho (TST), com alguns ajustes, especialmente no que concerne ao seu quarto item, *in verbis*:

TST Enunciado nº 331

Contrato de Prestação de Serviços – Legalidade

"IV – O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços, quanto àquelas obrigações, inclusive quanto aos órgãos da administração direta, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista, desde que hajam participado da relação processual e constem também do título executivo judicial."

E aí menciona a lei e também a publicação no Diário da Justiça.

Veja-se, contudo, que o enunciado usa o termo "responsabilidade subsidiária". O proponente, portanto, pretende dar um passo além, pois a transformação da responsabilidade subsidiária em solidária representa uma alteração com consideráveis implicações jurídicas.

Para nós, socorre melhor a posição favorável ao projeto em exame a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) na sessão plenária de 24.11.2010, nos autos da Ação Direta de Constitucionalidade nº 16, em face do item IV da referida súmula do TST, em que se confirmou a constitucionalidade do art. 71, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993. A partir de então, tornou-se inaplicável a aludida jurisprudência, cabendo aos juízes trabalhistas aplicar escorreitamente o direito à espécie segundo o entendimento do STF.

A legislação atual só prevê a possibilidade de responsabilidade solidária do tomador de serviços como decorrência da lei ou da vontade das partes, conforme estatui o art. 16 da Lei 6.019, de 3 de janeiro de 1974, na hipótese de falência da empresa de trabalho temporário. Ademais, reza o art. 896 do Código Civil que "a solidariedade não se presume; resulta da lei ou da vontade das partes".

A questão da responsabilidade do Poder Público na contratação de serviços terceirizados reveste-se de complexidade adicional relativamente aos casos do setor privado, em razão do regime jurídico-administrativo, que exige a prevalência do interesse público sobre o interesse privado.

A permissão para a realização dos contratos de terceirização de mão de obra está prevista no art. 10, §7º, do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, o qual estabelece que:

"a Administração procurará desobrigar-se da realização material de tarefas executivas, recorrendo, sempre que possível, à execução indireta, mediante contrato, desde que exista, na área, iniciativa privada suficientemente desenvolvida e capacitada a desempenhar os encargos de execução."

E, como cediço, toda a Administração Pública submete-se aos princípios delineados pelo art. 37 da Constituição Federal, com destaque, no caso aqui discutido, para os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e de acessibilidade aos cargos e empregos públicos somente mediante prévia aprovação em concurso público. A desconsideração dessa solenidade fulmina o ato de nulidade plena. Portanto, a necessidade de observância especialmente desse último princípio, impede in totum a possibilidade de reconhecimento, na Administração Pública, de vínculo empregatício entre o empregado da empresa fornecedora de mão de obra e a Administração, mesmo em caso de irregularidade da contratação. É o que decorre do texto do item II do já referido Enunciado nº 331 do TST.

Em virtude da impossibilidade de estabelecimento de vínculo empregatício entre o empregado de terceirizada e a Administração, há quem entenda pela impossibilidade de se reconhecer o direito de pleitear verbas trabalhistas ou previdenciárias correspondentes da Administração. A legislação vigente para o setor público, contudo, não é restritiva para o caso das verbas previdenciárias e já hoje permite a responsabilização solidária da Administração nesses casos, independentemente da formação do vínculo. Isso configura, em nosso ver, uma grande contemporização do regime jurídico-administrativo frente ao princípio da proteção aos direitos do trabalhador.

Quanto ao não recolhimento dos encargos patronais resultantes da execução do contrato, já existe, no art. 71, §2º, da Lei nº 8.666, de 1993, a possibilidade de responsabilizar o Estado solidariamente no que concerne aos encargos previdenciários.

O que o projeto propõe é a extensão da responsabilidade solidária da Administração aos encargos trabalhistas, mas somente em caso de dolo ou culpa, excetuando-se, portanto, a previsão geral do art. 71, caput, e §1º da mesma lei.

Em conclusão, quanto ao mérito, não vemos óbices à aprovação do PLS nº 447, de 2011, do eminente Senador Sérgio Souza, com exceção da redação do proposto § 8º do art. 31 da Lei nº 8.212, de 1991.

Em nosso entendimento, salvo melhor juízo, e pelas razões já expostas, deveria ser obrigatório, e não facultativo, o condicionamento do pagamento pelos serviços prestados à comprovação, por parte do prestador contratado, de que recolheu os correspondentes encargos previdenciários e trabalhistas.

Ora, uma vez que ao tomador está sendo imposto o ônus da responsabilidade solidária, ele deve ter amparo legal robusto para exigir do prestador de serviços a comprovação do recolhimento dos correspondentes encargos.

Além disso, a obrigatoriedade acima descrita teria o condão de evitar (ou ao menos mitigar) situações de conluio entre o tomador e o prestador em prejuízo do trabalhador.

VOTO

Ante o exposto, opinamos, no mérito, pela aprovação do PLS nº 447, de 2011, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº – CAS

No art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 447, de 2011, dê-se ao art. 31, § 8º, da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, a seguinte redação:

"Art. 1º .....

'Art. 31.....

§ 8º A pessoa jurídica tomadora de serviços deve condicionar o pagamento pelos serviços prestados...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Obrigado, Sr. Presidente, estava difícil já. O volume das conversas paralelas está alto. Aí o orador começa a elevar, sem intenção, o volume de sua própria voz. Obrigado, Presidente.

Vou repetir:

§ 8º A pessoa jurídica tomadora de serviços deve condicionar o pagamento pelos serviços prestados à comprovação, por parte do prestador contratado, de que recolheu os correspondentes encargos previdenciários e trabalhistas.'"

Sr. Presidente, o relatório foi extenso porque o Senador Sérgio Souza apresentou aqui um projeto que é de grande importância – é preciso mencionar. O administrador público licita e contrata uma prestadora de serviço; esta prestadora de serviço contrata empregados e recebe do serviço público o pagamento conforme a decisão da licitação e do contrato de prestação de serviço. Aí, esse empregador desses empregados não recolhe as obrigações trabalhistas que dão direito a esse trabalhador, de INSS, de Fundo de Garantia. No mês seguinte, o governo paga a prestação seguinte para a empresa prestadora de serviço sem saber se a prestadora de serviço no mês passado recolheu os encargos trabalhistas.

O projeto de lei do Senador Sérgio Souza permite, para não dizer obriga, a empresa prestadora de serviço a apresentar ao órgão público a guia de pagamento das obrigações trabalhistas devidamente quitada para poder receber a parcela do mês correspondente pelo contrato firmado.

Isso é dar ao trabalhador uma garantia de que seus direitos estão assegurados e, pelas decisões já anunciadas aqui no meu relatório do Tribunal Superior do Trabalho e também do Supremo Tribunal Federal, vemos que, em muitos casos já ocorridos no passado, administradores públicos foram responsabilizados solidariamente pelo fato de a empresa prestadora de serviço não ter recolhido os encargos. E temos que dar garantias ao administrador público, dar deveres à empresa, mas, mais do que isso, assegurar os direitos dos trabalhadores.

Por isso, meu voto é favorável, com aplauso ao Senador Sérgio Souza e com a certeza de que esta Comissão e também a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, considerando a relevância desse projeto, vão aprová-lo.

Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, quero vista desse projeto. Conversando com o Senador Armando Monteiro, temos algumas dúvidas. É um projeto extremamente meritório, mas, em relação à solidariedade nesse projeto. E gostaríamos de examiná-lo, devolvendo-o na semana que vem.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Claro. Havendo pedido de vista, quem sabe alguém pede vista coletiva.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Acho que é importante a vista coletiva, como fizemos nos outros projetos que já aprovamos aqui na Casa.

Se V. Exª permitir, eu queria pedir dois minutos, no máximo, para falar sobre o tema.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Antes de ouvir o Senador Paulo Paim, eu apenas gostaria de acrescentar que, no ano passado, fui relator de uma proposta mais ou menos similar, só que ela estabelecia que qualquer empresa, para participar de uma licitação pública, teria que apresentar a certidão de quitação com a Justiça do Trabalho. Fui relator, no passado, nesta Comissão.

Agora, a proposta do ilustre Senador Paulo Bauer, Relator da matéria – o autor é o Senador Sérgio Souza –, complementa. Ela estabelece que, mesmo depois de realizado o trabalho, para receber o saldo tem que haver essa comprovação de que está em dia.

Queria apenas acrescentar esses dados pela importância que tem o projeto do Senador Sérgio Souza, com a relatoria do Senador Paulo Bauer.

Mesmo com o pedido de vista do eminente Senador Cyro Miranda, ouço a palavra do Senador Paulo Paim em relação ao assunto.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, primeiro, quero dizer: que bom que chegou aqui o Senador Sérgio Souza!

Eu queria cumprimentar o Senador Sérgio Souza pelo projeto e o Senador Paulo Bauer pela relatoria e pela defesa brilhante que aqui fez.

Para se ter uma ideia, nós fizemos uma audiência pública na Comissão de Direitos Humanos sobre o chamado serviço terceirizado. De cada cinco mortes em acidente de trabalho no Brasil, quatro são dos chamados serviços terceirizados. De cada dez acidentes, oito são do serviço terceirizado.

Nós estamos cansados de ver que hoje é possível montar uma empresa terceirizada quase com uma pastinha dessas. O que acontece depois? O empregador fecha a empresa, desaparece e não paga o direito dos trabalhadores.

Nós temos problemas graves no Congresso, no Senado. Por diversas vezes, tive que dialogar com a direção da Casa para pedir que não pagasse à empresa contratada antes que ela pagasse o direito dos trabalhadores. E só depois de fazer o que o projeto aqui legaliza é que, efetivamente, foram pagos os direitos dos trabalhadores.

Concluo dizendo que a Anamatra, Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, é muito mais radical. Na Comissão, a posição da Anamatra é de exterminar o serviço terceirizado para que não exista mais. Eu digo que não tenho ido tão longe.

Por isso, acho que o projeto, muito bem elaborado pelo Senador Sérgio Souza, aponta caminhos para que não entremos na linha de querer combater totalmente o serviço terceirizado, que também cumpre a sua parte, desde que seja muito bem regulamentado.

Sei que houve um pedido de vista, mas quero, de público, elogiar o Senador Sérgio Souza e o Relator Paulo Bauer, na expectativa de que possamos votar com rapidez essa matéria, que visa regulamentar, moralizar a situação, para que o trabalhador receba, de uma forma ou de outra, aquilo a que ele tem direito.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Muito bem. Vamos pedir vista, então?

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Pela ordem, o autor da proposta, Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Sr. Presidente Casildo Maldaner.

Não sou membro desta Comissão, mas fiz questão de estar presente para, primeiramente, agradecer ao Senador Paulo Bauer o brilhante relatório que fez desse projeto de minha autoria e também agradecer a todos os demais Senadores e, em especial, ao Senador Paim pela deferência em relação ao projeto.

A nossa intenção, Sr. Presidente, quando apresentamos esse projeto, não era de causar um constrangimento à Administração Pública, na medida em que ela é qualificada como responsável solidária, mas, sim, de que a Administração Pública... Aí surge o brilhantismo da relatoria do Senador Paulo Bauer, ao estabelecer, não de forma condicionada, mas de forma obrigatória, a exigência dos documentos que comprovam o recolhimento principalmente da seguridade social e dos encargos, porque há, diretamente, uma proteção do dinheiro público.

Então, nós estamos aqui protegendo o patrimônio público, protegendo o cidadão, o trabalhador, porque nós temos duas situações. Na medida em que o cidadão – e é comum isso no Brasil – é demitido por uma série de funções – e aí a seguridade social e a seguridade previdenciária não foram devidamente aportadas por aquela empresa que era responsável pela sua contratação – o prejuízo é diretamente do cidadão e, num processo demorado perante o Judiciário brasileiro, pode ser co-responsável o tomador desses serviços. Nesse caso, a administração pública.

Então, nós queremos uma garantia para que a administração pública no futuro não venha a sofrer danos por ter que ser responsabilizada por isso. Na medida em que ela exige a documentação necessária comprovando o recolhimento de todos esses encargos, há uma garantia para a administração pública e, por consequência, para o trabalhador brasileiro.

Eram essas as minhas colocações e peço a todos os meus Pares aqui nesta Comissão e aos Senadores que pediram vista, ao meu amigo Cyro, celeridade, porque esse é projeto de interesse nacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, pela ordem. Eu me comprometo, Senador Sérgio...

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Pois não. Agora com o Senador Cyro Miranda, que pediu vista.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Junto com o Senador Armando Monteiro, vamos apresentar uma pequena sugestão. O projeto é extremamente meritório, mas temos uma preocupação no âmbito empresarial que é muito simples. Com certeza, na semana que vem, esse projeto estará aqui para votação.

Muito obrigado.

Sr. Presidente, ainda pela ordem...

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Pois não.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Eu gostaria de pedir a inclusão do item 5, porque o autor do projeto, Senador José Agripino, está aqui e fiquei como relator *ad hoc*. Como o projeto não é terminativo, então eu pediria novamente a inclusão em pauta para que seja votado.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Pois bem. Nós vamos aceitar a proposta do Senador Cyro Miranda, porém, antes, vamos terminar o encaminhamento do item 6.

Foi concedida vista coletiva ao Projeto de Lei do Senado nº 447, de 2011, para a próxima reunião.

Na sequência, com a solicitação da questão de ordem do Senador Cyro Miranda, tendo em vista que o autor da proposta, o Senador José Agripino, encontra-se em plenário, a Mesa torna a trazê-lo, com a relatoria *ad hoc* do Senador Cyro Miranda.

Pois não.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Eu gostaria que o autor...

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Só para complementar, ele concede isenção de impostos e contribuições incidentes na importação e na aquisição, no mercado interno, de equipamentos e materiais destinados ao exercício da profissão de fotógrafo.

Em 14.03.2012, a Presidência designou Relator *ad hoc* o Senador Cyro Miranda, que lê o relatório em substituição ao Senador João Vicente Claudino.

Foi concedida vista coletiva nos termos regimentais.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Esse projeto, Sr. Presidente, já tramita há muito tempo nesta Casa, foi retirado várias vezes, propõe medidas para isentar dos impostos indiretos de competência da União, incidentes na importação sem similar nacional, ou na venda direta por fabricante no País sobre equipamentos e materiais, adquiridos por fotógrafo profissional e destinados à sua utilização exclusiva no exercício da profissão.

Esse é o objeto desse projeto.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente, para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Para encaminhar, o eminente autor da proposta, Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente, essa matéria está em tramitação no Senado já há vários anos.

Qual é o meu objetivo? Dar a condição ao profissional autônomo fotógrafo, que gera seu próprio emprego, que é responsável pela renda de sua família, a oportunidade de ter a sua ferramenta de trabalho adquirida em condições apropriadas à geração de um emprego. Qual é o capital do fotógrafo? O seu talento. Uma coisa que ele tem ou não tem ou que ele aprende. Agora, talento sem uma máquina fotográfica de qualidade não tem conclusão.

O que imaginei há mais ou menos oito anos? Facilitar a vida de fotógrafos com a possibilidade de aquisição, a preços sem impostos, da importação de equipamento de qualidade, compatível com o seu nível de qualificação, da máquina fotográfica para que ele pudesse galgar patamares cada vez maiores nos seus ganhos, na sua capacidade de sobrevivência.

Há um fato que ocorreu muito recentemente e que torna, na minha opinião, impositiva a aprovação desta matéria. É que a Receita Federal incluiu, dentre os poucos itens que qualquer cidadão brasileiro pode portar sem pagar impostos ao viajar para o exterior, a máquina fotográfica. A Receita já permite que qualquer um de nós, qualquer cidadão brasileiro, cidadã ou cidadão, que vá ao exterior, traga, sem pagar e sem necessidade de declarar imposto, máquina fotográfica. Relógio e máquina fotográfica.

Então, uma coisa que eu propus anos atrás, a Receita agora reconhece como um direito, como uma coisa legítima, uma coisa factível. O que eu desejo, portanto, é com esse argumento colocar aos membros da Comissão de Assuntos Sociais o merecimento dessa iniciativa que nada mais objetiva senão proteger o cidadão que, com talento, gera o seu próprio empre-

go. Ele não pede emprego a ninguém, ele gera o seu próprio emprego e sustenta sua própria família. Nada mais meritório, na minha opinião, do que facilitar a vida desses profissionais que são milhares pelo Brasil afora, que são os profissionais, os fotógrafos do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – A matéria está em discussão.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão e coloco em votação a proposta do eminente Senador José Agripino.

Em votação proposta que conclui pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 342, de 2011, que já vem tramitando há anos nesta Casa e que, finalmente, pelo que se vê, vai atender a um setor que muito gostaria de ser atendido no Brasil inteiro, não só no Rio Grande do Norte, mas, com certeza, no Brasil inteiro.

Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 342, de 2011.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Item 3, decisão também não terminativa, página 38.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 40, DE 2009
– Não Terminativo –

Cria incentivo fiscal no âmbito do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica para a manutenção do emprego e do valor da remuneração dos trabalhadores das empresas afetadas pela crise financeira internacional.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senador Armando Monteiro

Relatório: Pela declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 40, de 2009.

Observações:

– A matéria constou na Pauta do dia 11.04.2012, sendo adiada a sua apreciação;

– A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, em decisão terminativa;

– A votação será simbólica.

Concedo a palavra ao Senador Armando Monteiro, para proferir o seu relatório.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o projeto, de iniciativa do Senador Paulo Paim, na realidade, foi motivado por circunstâncias que envolveram aquele ano de 2009, 2008/2009, logo em seguida à grave crise internacional que se abateu sobre a economia global. E, evidentemente, motivava o Senador o propósito de assegurar, em meio àquela crise, a possibilidade de manutenção de empregos via incentivos fiscais.

Ocorre que o projeto, em que pese o seu inegável mérito, não fixa, à época, qualquer limite em relação à dedução do imposto devido. A titulo de comparação, doações a projetos culturais, a projetos esportivos, aos fundos de direito da criança e do adolescente são dedutíveis respectivamente até o limite de 4%, de 1% do imposto devido. Esse aspecto torna evidentemente mais difícil ou quase impossível a mensuração da renúncia de receita que o projeto acarretaria.

Eu prefiro considerar, Sr. Presidente, em que pese – e destaco mais uma vez – os nobres objetivos do autor, o projeto está superado porque vivemos hoje um contexto na econômica diferente e, além do mais, é sempre bom lembrar que os incentivos fiscais, e neste caso, quando relacionados inclusive a atividades do BNDES, não pode haver ingerência do Poder Legislativo no exercício da direção superior da Administração Pública, a qual compete privativamente ao Presidente da República.

Então, como estamos hoje em outro contexto, em outro cenário, eu voto pela prejudicialidade do projeto, embora reconhecendo os nobres propósitos e objetivos do autor, o eminente Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Em discussão a matéria.

Pois não, autor da proposta, Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – O projeto que apresentei em 2009 era de fato dar uma contribuição para combater a crise internacional, preservando os empregos do nosso povo, da nossa gente.

Como houve um movimento nesse sentido por parte já do Presidente Lula e, agora, recentemente, pela Presidenta Dilma, fortalecendo a indústria nacional e preservando a linha do emprego, concordo com a análise do nobre Senador Armando Monteiro, que o projeto está prejudicado.

E, consequentemente, eu, como autor, acompanho o relator. Aí, meu relator, para ver que eu sou flexível, porque entendi que procede a sua argumentação, que poderia o projeto ser factível a um debate até mais aprofundado na época, que hoje está superado.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Continua em discussão, porém, apenas gostaria de consultar o relator, porque aqui ele conclui pela rejeição.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Quero concluir pela prejudicialidade.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – V. Exª muda o voto pela prejudicialidade?

A Assessoria da Mesa informa que existe um outro rito, mas naturalmente é possível corrigir. Vou corrigir, invocando outro dispositivo regimental, que será feito. O rito regimental vai ser invocado de acordo com os preceitos da prejudicialidade, em vez da rejeição.

O convencimento de V. Exª sempre é muito forte, aliás, nós, ontem, sentimos, aqui na Casa, até convence o autor. E aí a Mesa está... porque tem que ficar nos anais da Casa e no sistema de edição gravado também pela correção. E esta Casa, Senador Wellington, tem que primar pela legalidade e pela legitimidade. Então, fica em discussão e votação a declaração de prejudicialidade. Para ficar bem claro para junto à Casa, aos Anais, e à Comissão de Assuntos Sociais.

Mas ainda continua a discussão essa alteração.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Pois não, Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, para parabenizar o Senador Armando Monteiro pela percepção do momento que vivemos e, principalmente, pela iniciativa e pela compreensão, o autor do projeto, Senador Paulo Paim.

Dessa forma, a nossa posição, tenho certeza que é também de todos deste Plenário, é de acompanhar o relator e o autor, neste caso, combinadamente.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Encerrando a discussão, vamos votar a declaração de prejudicialidade.

Fica votada a prejudicialidade, fica aprovada a declaração de prejudicialidade ao Projeto de Lei do Senado nº 40, de 2009.

A matéria, portanto, vai à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em decisão terminativa.

Requerimento do eminente Senador Paulo Paim, ou melhor, Paulo Davim. De tanto falar em Paim aqui, é Paulo Davim.

ITEM 19 – Extrapauta

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 30, DE 2012

Requeiro, nos termos regimentais, o aditamento ao Requerimento nº 28, de 2012, da Comissão de Assuntos Sociais – CAS, que solicitou a realização de Audiência Pública para debater o tema "A Odontologia e a Saúde Ssuplementar no Brasil"; requeiro a substituição, como entidade convidada, da Federação Nacional Dos Odontologistas – FNO – pela Federação Interestadual De Odontologia – FIO.

Autoria: Senador Paulo Davim

Essa é a alteração que sugere o eminente Senador Paulo Davim.

Se o Sr. Senador estiver em plenário para justificar... *(Pausa.)*

Ele não está no momento. Ele está à porta, mas acredito que não haja problema.

Coloco em discussão o requerimento.

O Senador Paulo Davim está aí chegando.

Paulo Davim, estamos colocando em votação o requerimento de V. Exª que pede a substituição, como entidade convidada, da Federação Nacional dos Odontologistas, FNO, pela Federação Interestadual de Odontologia, FIO.

Se V. Exª quiser justificar um pouco melhor, pode falar.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Vou justificar, Sr. Presidente.

Porque, na verdade, foi uma solicitação dos odontologistas do Brasil, pedindo a substituição na Mesa dessa audiência pública por considerar que a Federação Interestadual seja mais representativa da categoria.

Portanto, atendendo a uma solicitação do Conselho Federal de Odontologia, da Associação Brasileira de Odontologia, atendendo a esse apelo, achei por bem convidar uma instituição de maior representatividade para discutir um tema tão importante para a categoria.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item nº4. Não terminativo.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 136, DE 2011 – Não Terminativo –

Estabelece medidas de proteção à mulher e garantia de iguais oportunidades de acesso, permanência e remuneração nas relações de trabalho no âmbito rural e urbano.

Autoria: Senador Inácio Arruda

Relatoria: Senadora Ana Amélia

A matéria é retirada de pauta, a pedido da relatora, para reexame do relatório.

Item nº10. Decisão terminativa.

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 91, DE 2003 – Terminativo –

Dispõe sobre a regulamentação da atividade de motorista e cobrador de transportes coletivos urbanos e dá outras providências.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senador Vital do Rêgo

A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator.

Item nº13. Decisão terminativa.

ITEM 13

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 28, DE 2008
– Terminativo –

Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), para instituir a licença para capacitação profissional.

Autoria: Senador Cristovam Buarque

Relatoria: Senadora Ana Amélia

A matéria é retirada de pauta, a pedido da relatora, para reexame do relatório.

Item nº14. Decisão terminativa.

ITEM 14

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 165, DE 2010
– Terminativo –

Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social, para instituir o abono natalino referente ao benefício de prestação continuada.

Autoria: Senador Mão Santa

Relatoria: Senador Paulo Davim

A matéria é retirada de pauta para atender solicitação da Mesa, constante do Ofício nº 554, de 2012, Senado Federal.

Item nº2.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 127, DE 2011
– Não Terminativo –

Altera o inciso V do art. 108 da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, que dispõe sobre o Estatuto dos Militares, para incluir a esclerose múltipla no rol das doenças incapacitantes.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Romero Jucá

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 127, de 2011.

O Relator não se encontra presente.

Vejo que a matéria tem uma importância fundamental. Acho que vamos aguardar outra reunião.

Fica adiada, então, a votação, tendo em vista a importância deste projeto e termos a presença do Relator, até para tirar algumas possíveis dúvidas que possam surgir junto aos colegas.

Não havendo mais matéria na Ordem do Dia, antes de encerrar, consulto se alguém deseja... Como ninguém deseja...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, não é sobre matéria. Eu só queria fazer um comunicado, se V. Exª ainda me permitir.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Antes de encerrar a reunião, para um comunicado, o eminente Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, nós tivemos ontem, dia 17 de abril, o Dia Mundial do Hemofílico e o Dia Mundial da Hemofilia. Nesse sentido, Sr. Presidente – esta é a comissão correspondente e fiz um discurso no plenário ontem falando nesse tema –, eles pediram que eu entrasse com a solicitação de uma audiência pública aqui, para debater esse tema.

Eu me comprometi, e assim o farei, a pedido tanto da Federação Nacional, como da Federação Mundial, para esse tema tão importante, pois as pessoas dependem de remédios, enfim, para essa situação de hemofilia e a realidade dos hemofílicos. A Federação Mundial e a Federação Brasileira de Hemofilia, por meio de vários eventos, em conjunto inclusive com comissões do Senado, têm feito debates sobre a situação desses brasileiros. Por isso, informo a Casa que entrarei, nesta Comissão, com o pedido de uma audiência pública.

O segundo comunicado, Sr. Presidente, se V. Exª me permitir, aproveitando este momento, é que encaminhei ao plenário, e o Senador José Pimentel, que presidia a sessão, recebeu a minha solicitação e entendeu ele que eu deveria encaminhar, via Ministério da Saúde, com um requerimento. Eu o farei no plenário, mas pretendo fazer também aqui na comissão. Se V. Exª permitir, eu queria fazer a defesa deste meu requerimento, que, claro, não será votado hoje, mas quero antecipar já.

Por diversas vezes, Sr. Presidente, tenho defendido o direito à saúde, pois, como todos sabemos, é um direito universal e fundamental do ser humano, firmado na Constituição de 1988 e na Declaração Universal dos Direitos do Humanos.

A efetivação deste direito é um grande desafio a ser enfrentado por todos nós. E, por isso, temos de aprofundar cada vez mais o debate. Defendi, como defendo de forma permanente, a importância do SUS e os esforços do Ministério da Saúde no sentido de melhorar o atendimento nessa área do País.

Valorizo o SUS como a grande revolução na área da saúde para todos, que nós construímos a partir da

Assembleia Nacional Constituinte. Acontece que a execução orçamentária das emendas parlamentares da saúde, no exercício de 2012, enfrenta uma verdadeira guerra de normas.

Em 2009, Sr. Presidente – isso aqui diz respeito a todos os parlamentares –, o Ministro da Saúde editou a Portaria nº 2.226, com o intuito de normatizar a Política Nacional de Atenção Básica de Saúde e adotar normas para a construção das unidades.

O referido diploma, no seu art. 3º, define que o Ministério da Saúde destinará – aqui está o problema – montante correspondente a R$200 mil, para o financiamento das unidades básicas de saúde.

Outrossim, o Decreto nº 7.594, de 2011, assinado pela Presidência da República, Presidenta Dilma, eleva – à época era 100 – para 250 o valor mínimo dos contratos de obras que poderão ser assinados pelas prefeituras e com o próprio Ministério e a Caixa Econômica Federal.

Diante da contradição normativa, vale 200 ou vale 250, ficaram as dúvidas que temos que resolver, espero que esta Comissão que trata também da saúde, possa encaminhar ao Ministério.

Nesse sentido – tentei outro caminho e não consegui, agora, vamos recorrer da Comissão e do Plenário –, com a intenção de solucionar essa questão que virou uma questão jurídica, minha assessoria procurou a Pasta pedindo uma audiência. Mediante o Ofício nº 026, de 2011, assinado por mim, solicitava simplesmente uma agenda que poderia ser com servidores que respondessem, então, esse entrave que não permite que eu possa encaminhar as emendas, porque o Ministério diz que não pode ser mais que 200, e o Governo Federal, a União, diz que tem que ser acima de 250.

Acontece que, passados 26 dias, não houve nenhuma resposta, após inúmeros telefonemas que fiz, eu e minha assessoria. O que recebemos como resposta foi o seguinte: "Pessoal de fora do Ministério, salvo sob as ordens expressas do Ministro, não receberá nenhuma resposta de nossa parte."

Então, peço, encarecidamente, aqui da Comissão de Assuntos Sociais, que trata também da saúde, que o Ministro da Saúde resolva essa questão jurídica, orientando, só peço orientação. O que a gente faz? É 250? É 200? Ninguém me diz. E não podemos encaminhar a papelada burocrática correspondente criando uma celeuma burocrática e um ponto jurídico também com aqueles que querem encaminhar as devidas emendas dos Parlamentares. Repito, não precisa receber meus assessores, nem a mim, até porque, dificilmente, vou a Ministério, acho que dá para contar nos dedos, nestes 26 anos aqui, os dias que entrei em Ministério. Acho que entrei, talvez, umas duas ou três vezes, em alguns Ministérios; mas, pelo menos, nos orientem, é esse o apelo que faço ao grande Ministro, por quem tenho o maior respeito, Ministro Alexandre Padilha. Precisamos, de forma urgente, resolver essa questão normativa que põe em rota de colisão duas orientações, uma do Palácio, e uma do Ministério da Saúde.

Então, estou fazendo aqui, de público, com mais calma, esse apelo ao nosso Ministro Alexandre Padilha.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Pois não.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Se me permite.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Com a palavra o eminente Senador Wellington Dias, que, quem sabe, possa ter luzes para ajudar a elucidar e, em não havendo, não há a menor dúvida de que não pode persistir essa questão, de acordo com a exposição de V. Exª, Senador Paulo Paim.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – O problema é mais grave porque, além das UBS, como são chamadas as Unidades Básicas de Saúde, são todos os convênios resultados de emendas individuais, nesse caso, abaixo de R$250 mil. Como é que a gente tinha antes, para lembrar aqui? O Parlamentar tem lá um teto para apresentar de emenda – no ano passado, foi R$15 milhões –, e ele pode indicar um número "x" de Municípios, contanto que o convênio não fosse menor do que R$100 mil. Essa era a regra. Estamos discutindo isso na Comissão Mista de Orçamento, porque vai inviabilizar aproximadamente 30% das emendas apresentadas já no ano passado. E qual é o problema? A norma saiu no final do ano, comemorei alguns aspectos dela, foi a Ministra Miriam Belchior, e chamava a atenção de duas coisas: a ideia era separar convênios maiores, que deveriam ter um rito mais cuidadoso, de convênios menores. Ficaram convênios de 750 mil até 250 mil, que era o mínimo, teria um rito processual mais acelerado. Eu defendia 1,5 milhão, ou seja, até 1,5 milhão, que considero uma pequena obra. Um milhão e meio é o quê? É uma creche. Vamos dar a ela o mesmo tratamento de Belo Monte? Não tem sentido. Vamos dar à creche o mesmo tratamento de uma grande escola, de um grande hospital? Claro que não. Então, a ideia era diferenciar. Esse teto máximo da desburocratização esbarrou em 750, continuo insistindo em elevar para 1,5 milhão.

Bem, o outro é o mínimo. É o mínimo.

Vamos deixar, então. O Governo Federal não vai mais participar de convênios de pequenas obras como essa? Teoricamente, se um Parlamentar quiser

colocar para fazer uma unidade de saúde como essa, em um Município que precisa apenas de uma, ele vai ter que colocar duas, porque, senão, não está no teto. Quer dizer, o teto é o valor do convênio. Está errado, na minha opinião. Por quê? Porque, se o próprio Governo, através de um Ministério, reconhece que, para fazer uma unidade básica de saúde, são necessários R$200 mil e não 250 e não 300 e não 400... E mais: está no programa nacional do Governo, está nas metas, no plano de metas do Governo. Então, o Parlamentar aqui está proibido de poder exercer – como diz a regra atual – a condição de ajudar aquele Município.

Mas não é só a unidade básica de saúde. Há uma infinidade de outras coisas, e quase todas... Por isso que esta Comissão é importante, da área social. São sistemas de água... Muitas vezes, para fazer um sistema de abastecimento de água, em algumas regiões do Brasil, você precisa de 100 mil, de 150 mil; você não precisa de 400 mil ou acima de 250 mil. E aí? Nós estamos impedidos, agora, de fazer convênio para atender situações como essa?

Então, acho que foi uma dessas coisas feitas por quem não conhece a realidade do Brasil. Sinceramente, sou da base do Governo, apoiei a ideia... Aliás, sou da Caixa Econômica. Quando voltei do Governo do Estado, quando terminou a eleição, voltei para a Caixa Econômica e coordenei um trabalho... Coordenei, não; participei de um trabalho – porque, como eu era temporário, eu não queria coordenar – ajudando nessa linha da desburocratização.

Ou seja, é um conjunto de exigências que se faz aos mais pobres e que não se faz nem aos mais ricos. Para dar um exemplo para você, Senador Paulo Paim, para fazer a casa de alguém, nas enchentes, que caiu, foi derrubada em uma enchente, como em Santa Catarina, como no Rio Grande do Sul e em outras áreas, exigiam até estudo da direção do vento. Quer dizer, nem eu, que sou... Quer dizer, sou da classe média, quero fazer uma casa, isso não é exigido para fazer a minha casa, mas, para poder fazer a de uma vítima de uma enchente, que teve a casa derrubada, se exigiu isso.

Então, a gente tirou um conjunto de... Eram 112 exigências, 112 leis, regras e normas. Conseguimos descer para 8, o que ainda é muito, para podermos trabalhar isso. Mas, em nome disso, se amarrou com medidas como essa.

Então, o que quero aqui, meu querido Senador Paulo Paim? Acho que pode a direção desta Comissão encaminhar, em nome da Comissão, ao Ministro da Saúde, nesse caso, mas, principalmente, à Ministra Miriam Belchior, porque, fazendo isso... E mostrando, inclusive... Por que a Comissão faz isso? Porque são principalmente as ações da área social que estão sendo alvo de prejuízos. São principalmente as ações da área social. Estamos falando de unidade básica de saúde, de sistema de água, de calçamento, dessas coisas que têm tudo a ver com a questão social.

Então, quero aqui, se o Senador Paulo Paim me permitir, com esse embasamento que ele fez aqui, reforçar para que pudesse sair daqui, direcionada, uma posição de que pudesse ser revista essa ideia, pelo menos para o Orçamento de 2011, que já passou, enquanto, em 2012, a Comissão discute. Estamos na Comissão discutindo e vamos rever. Não tenho nenhuma dúvida de que, para o Orçamento 2012/2013, lá nós vamos rever essa posição. Mas, enquanto isso não acontece... É uma portaria. Enquanto isso não acontece, vamos ter que ter o problema de resolver os convênios anteriores, especialmente os de 2011 e 2012.

Permitam-me aqui, e perdoem-me, mas acho importantíssimo, tem tudo a ver com o interesse social, e faço esse apelo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Há uma concordância – o Senador Wellington Dias foi muito feliz –, e nós faríamos os requerimentos encaminhados, como ele mesmo orienta, para o Ministério da Saúde e para o Planejamento.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldander. Bloco/PMDB – SC) – A Mesa, então, orienta para que possam apresentar o requerimento. E ele vem robustecido, eis que o Senador Paulo Paim tem 27 anos de Casa, o que é uma experiência extraordinária; o Senador Wellington Dias foi Governador de Estado, e os senhores são da base do Governo, inclusive, quer dizer que têm uma credibilidade muito forte.

Então, a Mesa recebe e eis que nós encaminharemos ao Ministro da Saúde e também à Ministra do Planejamento para que façam a revisão. Até porque o meu gabinete, por exemplo, recebeu informações de que, das emendas que apresentamos, fosse destinado um valor – não me lembro se de dois milhões – para a saúde básica no Brasil.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Essa é a questão.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – A orientação que nós recebemos, o meu gabinete, a minha assessoria informou que é para destinar para a saúde básica.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Agora não dá. Se não resolver, não dá.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – A orientação que nós recebemos do próprio Governo. Agora, como é que distribuiu, ninguém me falou nada. Quer dizer que os senhores já estão se deparando com isso. Com certeza, a Senadora Ana Amélia vai se deparar, nós todos vamos nos

deparar e vamos agora... É brincadeira, quer dizer, por questões daqui ou de lá, saúde básica, como dizia o Senador Wellington Dias, faz parte das coisas que não há como esperar.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Que nem diz o meu tio, vai virar lei do papagaio: dá com o pé, mas toma com o bico.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Vamos receber essa proposta e vamos encaminhar para ver. Mas tem que ter urgência, porque é para ontem. Tinha que ser, né?

Eu até ia sugerir para V. Exªs pegarem isso. Mas por telefone tinha que resolver...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu tentei, mas não resolve.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Mas não é possível!

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Aí eu falei com o Pimentel, o próprio líder do Governo, que é nosso colega...

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Eu lembro que, na época em que eu estive aqui...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – "Paim, o melhor caminho: faça um requerimento."

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Eu estive aqui, acho que na época era Deputado Federal ou estava em outro mandato de Senador, tínhamos o Ministro da Desburocratização, que era o Hélio Beltrão. E ainda continua a coisa burocratizada. Mas isso é uma questão de normatizar por portaria, isso é muito simples, isso tem que ser rápido, urgente.

Mas muito bem. Alguém mais quer colocar alguma coisa?

Se ninguém mais precisa colocar nada e como não há mais matéria na Ordem do Dia, eu declaro encerrada a presente reunião da Comissão, e fica convocada outra no horário regimental.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 8 horas e 52 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 06 minutos.)

Ata da 1ª Reunião da Subcomissão Temporária do Fundo de Garantia por Tempo De Serviço (Fgts), criada por meio do RAS nº 4/2012-CAS, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, realizada no dia 07 de março de 2012, quarta-feira, às oito horas, na sala Florestan Fernandes, Plenário Nº 9, Ala Alexandre Costa, Anexo Ii, do Senado Federal.

Às oito horas e dezenove minutos, do dia sete de março de dois mil e doze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência eventual da Senadora **Ana Amélia,** reúne-se a Subcomissão Temporária do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)**,** com a presença dos Senadores Paulo Paim, Cyro Miranda e Rodrigo Rollemberg, e das Senadoras Ana Amélia e Marta Suplicy. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião informando que esta se destina à instalação dos trabalhos e eleição do Presidente e Vice-Presidente da CASFGTS, até o final desta sessão legislativa. Às oito horas e vinte e sete minutos a reunião é suspensa, sendo reaberta às oito horas e trinta e um minutos. Distribuídas as cédulas e procedida a votação, a Senhora Presidente Eventual convida o Senador Rodrigo Rollemberg e a Senadora Marta Suplicy para servirem como escrutinadores, sendo verificado o seguinte resultado: Presidente, Senador Cyro Miranda, e Vice-Presidente, Senador Paulo Paim, eleitos por unanimidade. Após a proclamação do resultado da votação, a Presidente eventual convida os Senadores eleitos para tomarem assento à Mesa. O Presidente eleito, Senador Cyro Miranda, de posse da palavra, agradece o apoio dos seus pares e em seguida designa Relatora da Subcomissão a Senadora Marta Suplicy. Usaram da palavra a Senadora Ana Amélia, Senadora Marta Suplicy, Senador Cyro Miranda e Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às oito horas e quarenta e quatro minutos, lavrando eu, Dulcídia F. Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente eventual, Senadora Ana Amélia, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senadora **Ana Amélia.**

Subcomissão Temporária do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)

Presidente Eventual.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Subcomissão Temporária do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), da segunda sessão legislativa ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

A presente reunião destina-se à instalação desta Subcomissão e à eleição de seu Presidente e Vice-Presidente da referida Subcomissão.

Consulto os senhores membros sobre a composição de chapas para o cargo de Presidente e Vice-Presidente da referida Subcomissão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu gostaria, primeiro, de cumprimentar V. Exª, que preside esta abertura de trabalhos da nossa Subcomissão tão importante sobre Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Eu o faço em nome do nosso querido amigo Senador Casildo Maldaner.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito bem. Eu queria, de pronto, indicar o Senador Cyro Miranda para Presidente e soube, por parte dele, fazendo uma homenagem a V. Exª, que V. Exª é a relatora desse importantíssimo projeto. Ele vai falar, eu tomei a liberdade porque ele já havia me comunicado. Parece-me que ele estaria me indicando para Vice-Presidente. Eu estou ganhando tempo aqui.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Vamos confirmar agora.

Com a palavra o Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia, Presidente desta Subcomissão, que inicia os trabalhos.

É um prazer tê-los aqui junto com o Senador Paulo Paim, Senadores empenhados em resolver realmente o problema do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

Com muita honra, fico e aceito a presidência desta Subcomissão e tenho também, como já conversamos, que o Senador Paulo Paim seja o Vice-Presidente e a Senadora Ana Amélia, a relatora. E pretendemos culminar com um grande projeto, resolvendo os problemas do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Senador Cyro Miranda e Senador Paulo Paim.

Essa matéria tem uma grande relevância. O Fundo de Garantia por Tempo de Serviço é uma garantia dos trabalhadores e o grande problema, hoje, é a remuneração desse recurso, que pertence ao trabalhador e cujo montante é aplicado em um montante absolutamente urgente e necessário que é habitação – especialmente a habitação para as camadas mais carentes da população brasileira –, além das políticas públicas, como saneamento, também tão necessário, pois é ainda um passivo que o Brasil precisa resolver, do ponto de vista da saúde pública.

Algumas cidades, como a nossa Canoas, têm um problema sério e penso que essa discussão pode ampliar os aspectos da remuneração dos recursos do fundo, que hoje está abaixo da remuneração conferida à caderneta de poupança. Claro que a estrutura financeira tende a equilibrar porque isso encareceria a mudança – também é bom lembrar – na ponta, na tomada do financiamento habitacional.

Exatamente o desafio desta Subcomissão é encontrar um termo de consenso, Sr. Presidente Cyro Miranda, para que seja possível compatibilizar o interesse de remunerar melhor o trabalhador e, ao mesmo tempo, não onerar o tomador do empréstimo habitacional. Penso que o desafio vai ser exatamente nessa direção.

Sobre a mesa, encontram-se, portanto, à disposição dos Srs. Senadores e das Srªs Senadoras, as cédulas de votação devidamente rubricadas por esta presidência e que deverão ser utilizadas após a chamada nominal para votação.

Será procedida à chamada nominal, obedecidas às composições partidárias. Então, os Srs. Senadores, por favor, já está iniciado o processo de votação e eu apenas preciso rubricar as cédulas para efeito do processo de votação. Agradeço a presença da Senadora Marta Suplicy.

Senador Paulo Paim, Senador Casildo Maldaner e Senador Cyro Miranda, conforme a titulação das indicações pelo bloco de apoio ao Governo, no caso, PT, PDT, PSB, PCdoB, PRB, que são os Senadores titulares, respectivamente: Marta Suplicy e Paulo Paim, e também, como suplentes: Senador Wellington Dias e Rodrigo Rollemberg. Do bloco parlamentar da Maioria, PMDB, PP, PV, PSC, esta Presidente, o Senador Casildo Maldaner, como titulares; e os Senadores Waldemir Moka e Lauro Antônio na condição de suplentes. No bloco parlamentar da Minoria, PSDB e Democratas, os Senadores Cyro Miranda e Paulo Bauer, como suplentes.

Eu suspendo a reunião por alguns minutos para que possamos completar o processo de votação e os acertos finais sobre o funcionamento desta Subcomissão.

(Suspende-se a reunião.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Reabro a primeira reunião, convocada para criar a Subcomissão Temporária do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Já houve as votações do Presidente e do Vice-Presidente.

Eu gostaria de agradecer muito aos Senadores Paulo Paim e Cyro Miranda pela gentileza de terem me indicado para a relatoria desta Comissão. Eu tenho hoje uma missão aqui na Comissão de Assuntos Sociais extremamente relevante: um projeto de lei de interesse da área trabalhista, do Tribunal Superior do Trabalho, de interesse dos trabalhadores, de interesse do setor produtivo; um dos projetos mais importantes que tramitam nesta Casa.

Como eu estou com a relatoria do Projeto 606, apresentado pelo Senador Romero Jucá, que vai me exigir um tempo muito grande de dedicação e que, diante da relevância, vou ter de fazer pelo menos duas audiências públicas aqui para tratar desse tema, então, gostaria que os Senadores que indicaram meu nome entendessem as razões pelas quais declino da rela-

toria desta matéria em favor da Senadora Marta Suplicy, que tem tratado muito dessa questão do Fundo de Garantia. Claro que desde que S. Exª aceite este encargo, Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Aceito, Senadora Ana Amélia. Obrigada pela gentileza que me dará muita alegria e trabalho também, como bem o disse V. Exª. Entendo perfeitamente que V. Exª já está sobrecarregada com essa relatoria tão importante. Fico muito feliz com essa decisão. Muito agradecida.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Como o processo de votação está em andamento, convido o Senador Rodrigo Rollemberg para fazer uso do seu direito de voto para a criação desta Comissão, que vai ter, como reafirmei aqui, um papel muito relevante, vez que tratará da questão do Fundo de Garantia.

No trabalho elaborado pela assessoria da Comissão de Assuntos Sociais, a gente pode perceber que existe um número muito grande de projetos relacionados a essa matéria: da Senadora Marta Suplicy e do Senador Paim, que é o campeão de projetos. Dos vinte e oito projetos aqui alinhados, pelo menos oito são de autoria do Senador Paulo Paim, como de outros Senadores, Marcelo Crivella e demais. Então, o desafio da Subcomissão agora criada vai ser muito grande em relação a isso. E o Presidente, Senador Cyro Miranda, que tem uma atenção especial sobre esse tema, certamente vai conseguir unir o trabalho e o esforço.

Estarei ajudando também na composição desta Subcomissão com todo o empenho possível no tempo que me houver à disposição.

Encerrada a votação, convido o Senador Rodrigo Rollemberg e a Senadora Marta Suplicy para servirem como escrutinadores. *(Pausa.)*

(*Procede-se à contagem dos votos.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Após verificado o resultado, como disse a Senadora Marta, por unanimidade dos votos presentes, cinco Senadores, todos eleitos com o número de votos apresentados, convido os eleitos a ocuparem seus lugares à Mesa e, em seguida, usarem a palavra.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Senadora, há uma proposta aqui. Será que não deveríamos começar por ela?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Pela ordem, então, V. Exª.

Passo a Presidência, já instalada a Comissão, ao novo Presidente da Subcomissão, Senador Cyro Miranda.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Bom dia, Srªs e Srs. Senadores. Em primeiro lugar, gostaria de convidar o Senador Paulo Paim para fazer parte da Mesa.

Quero agradecer bastante aos Srs. Senadores, porque sabem da importância desta Subcomissão. Todas as Srªs e os Srs. Senadores estão extremamente envolvidos com esse problema da maior gravidade. Isso nos foi despertado junto com a Senadora Marta e a Senadora Ana Amélia numa das reuniões na Subcomissão, quando tivemos um impasse para votarmos uma maneira de correção do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Foi detectada uma perda de 2003 a 2011 de R$97 bilhões. Então, o Fundo estava sendo corroído.

Naquela oportunidade, eu era relator de um projeto e coloquei que o índice de correção não fosse a TR e sim o índice de correção oficial do Governo, o que mede a inflação. Mas, aí, levantaram um problema, o Senador Lindbergh com a Senadora Marta, que achei pertinente: que não poderíamos ter um indexador dessa natureza, pois ele poderia trazer sérias consequências. Então, tínhamos que estudar um todo. Assim, esta Comissão foi instalada. Portanto, preciso demais de todos os senhores, porque uma pessoa só não vai conseguir fazer um bom trabalho. Precisamos realmente dessa equipe bem afinada para que, no final, façamos um projeto a quatro ou cinco mãos, certo? Não vai haver o autor principal desse projeto, seremos todos nós, dentro do consenso, para que possamos levar realmente ao trabalhador a intenção para que foi constituído esse Fundo, que é uma poupança, a fim de que não seja corroído ao longo do tempo.

A Senadora Marta Suplicy tem um projeto. Acho que será em cima dele que debateremos muito. Que ele tenha participação nos lucros quando esse dinheiro for aplicado em algumas situações. Só no ano de 2011 o Fundo perdeu R$26 bilhões em função da correção.

Então, estamos aqui para ouvir as sugestões, a pauta que vamos ter, como vamos nos reunir e qual o melhor dia e horário. Portanto, deixo a palavra livre. A Senadora Marta já estava começando com uma proposta. Gostaria de ouvi-la, assim como a todos os Srs. Senadores.

Muito obrigado, em primeiro lugar, pela confiança que em mim depositam em ser o Presidente. Também torno oficial o anúncio de que a Senadora Marta Suplicy é a relatora desta Subcomissão.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Cyro Miranda.

Eu não vim com uma proposta pronta, eu vim para podermos nos escutar uns aos outros e chegarmos a uma proposta, como V. Exª colocou, elaborada por todos nós e que possa, de fato, convencer os nossos Pares nas comissões onde vai ser finalmente votada.

Que seja, portanto, a proposta de maior consenso e de melhor benefício para o trabalhador, que hoje é penalizado pela forma com que o Fundo se encontra.

Recebemos de nossas assessorias uma proposta. Eu acho que primeiro sugeriria, a não ser que haja outra postura por parte de V. Exª, que nós lêssemos a proposta enviada pela assessoria e, em cima, dela propuséssemos alguns encaminhamentos.

Hoje é a nossa primeira reunião. Agora, talvez os nossos colegas tenham alguma outra ideia; podemos escutar se outros têm outra proposta de encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Cyro Miranda, que preside esta Comissão, Senadores e Senadoras, eu estou preocupado com o tempo, aqui na Casa a gente é chamado a todas as comissões no mesmo momento. Eu proporia o seguinte, se a Senadora concordar e o Presidente também. Como eu não li esse texto, e eu tenho sete ou oito projetos na mesma linha, eu proporia que a gente levasse o texto, fizesse uma leitura detalhada e aí, na próxima reunião, que pode ser o mais rápido possível, a gente vem já com contribuições para o encaminhamento.

Por exemplo: eu confesso que me assustei – eu estou levando susto toda hora; aquela do Tribunal Superior do Trabalho foi um susto; o tal do trabalho por hora foi outro susto que levei, vão regulamentar o trabalho por hora –, eu vi hoje pela manhã na imprensa, confesso que li no jornal, porque eu não sabia de nada disso, que tanto o representante dos empregados como os empregadores, no fundo que coordena o FGTS, o Conselho Curador, estão perplexos porque estão sendo retirados três bilhões do fundo, por orientação do Executivo, e ninguém diz qual é a remuneração, inclusive, que é o fruto do debate, desses três bilhões.

Então, nós teríamos que, o mais rápido possível, convidar o representante do empregado e do empregador do próprio Fundo Curador para que expliquem isso e alguém do próprio Executivo que tomou essa decisão.

São tantas as questões que envolvem esse tema, que esta Subcomissão tem um papel fundamental. E, claro, não vou nem discutir a questão da remuneração.

Então, eu...

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – (*Fora do microfone*.) ... Já tem um requerimento da Ana Amélia, meu e do Rollemberg para uma audiência pública. Eu acho que já podíamos fazê-la o mais rápido possível. O requerimento já está aprovado na CCJ, na CAS? Podia ser aqui.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Eu acho que podíamos transferir para cá.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Agora, em relação ao que o Senador Paim está falando, se todos estiverem de acordo, nós poderíamos fazer a primeira reunião de trabalho na quinta-feira, às 11 horas, depois da Comissão de Direitos Humanos, que começa às 9 horas. Às 11 horas o Senador já estaria livre, e um pouquinho mais livre para todos. Não sei se esse é o melhor horário para se fazer, porque vamos estar sempre apressados, porque começam outras reuniões.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Podemos tentar, podemos marcar a primeira nesse horário...

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – A gente pode tentar para ver o que acontece...

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Marcar a primeira nesse horário...

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – E nessa quinta, se a gente já quiser ler isso...

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Acho que amanhã é meio difícil. Pode ser na próxima quinta.

Eu acato o que o Senador Paulo Paim disse. Eu procurei a assessoria da Casa, do maior alto nível, para que nos desse um escopo, para que tivéssemos um rumo, por onde começar. Então, eles nos fizeram isso e nos entregaram ontem, estão aqui os dois consultores da Casa que vão nos assessorar em todas as reuniões. Eles nos deram um caminho e fizeram, ainda, a gentileza de mostrar todos os projetos que estão tramitando na Casa.

Então, qual é ideia? Semana que vem, em cima desse escopo de plano de trabalho, que a gente leia e coloque as nossas sugestões. Vamos marcar então para às 11 horas da próxima quinta-feira a nossa primeira reunião, já trazendo para uma próxima a primeira audiência pública. Nessa reunião, nós vamos ver outras audiências públicas que nós acharmos que sejam necessárias. Se não der para fazer tudo em uma única audiência, aí começam os trabalhos.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu fiquei na dúvida se a gente faz a audiência que foi aprovada na CAS na própria CAS ou se transfere para a quinta às 11 horas, porque foi aprovada por outro Senador.

Bom, a gente pode convidar os outros Senadores que aprovaram para estarem presentes, não é? Aí eu estou numa dúvida, porque ela foi aprovada lá e havia muito interesse por parte dos outros.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Estou recebendo uma orientação que seria melhor a gente marcar a próxima quinta-feira para estabelecer o plano de trabalho. Na outra quinta, para

que desse tempo, então, faríamos o convite para os outros Senadores para essa audiência pública. Que não fosse na próxima quinta-feira, ainda, para que a gente tivesse...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Desculpe, pela ordem. A dúvida é...

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – É se pode ser feita na Subcomissão. Pode.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu tenho impressão de que não há nenhum impedimento, porque ela é uma subcomissão da Comissão de Assuntos Sociais. Como ela está destinada a examinar especificamente esse capítulo, isso a traz ao âmbito da Subcomissão e será a primeira audiência...

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Exatamente. Segundo a orientação, pode. Aí a gente já marcaria para a outra quinta-feira.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Como sugestão, eu acho que V. Exª já podia fazer o convite para os Senadores da CAS, para já se preparem os interessados, para se programarem.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – E convidar os expositores, incluindo o Conselho Curador do FGTS.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Exatamente. Então vamos fazer o seguinte. Nós só vamos depois comunicar. Fica marcado às 11 horas. Nós só vamos ver a sala, diante da disponibilidade. Se não for em sala, pode ser no gabinete de algum dos Srs. Senadores, porque somos em cinco ou seis.

Tem que ser neste plenário? (*Pausa.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Tem que ser. Até pela cobertura do sistema de...

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Porque uma subcomissão foi instalada pelo Aloysio Nunes e ele a fez ontem no seu gabinete mesmo. Então, eu achei que isso era possível.

Mas estou recebendo a informação de que pode ser aqui e que está disponível a sala, porque poderia não estar disponível aqui.

Então, fica marcada para a próxima quinta-feira, não a próxima, mas na outra semana, no dia 22. A quinta-feira cai no dia 22.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – (*Fora do microfone.*)... comemorar o meu aniversário.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – É sexta-feira. Se quiser, nós podemos ficar até a meia-noite, para cantar parabéns na passagem.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – É no dia 23, próxima quinta?

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – É o dia 22.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Dia 8 é esta quinta. A outra, com mais oito, é dia 16.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – No dia 22 seria a audiência. Perdão!

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – No dia 22 é a audiência.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – No dia 15 é a próxima reunião. Eu pensei que estivéssemos falando da audiência.

Então, é dia 15, às 11 horas. Nós já viríamos munidos então de subsídios para fazermos nosso plano de trabalho. E gostaríamos muito que pudéssemos terminar em outubro, para que fizéssemos o projeto a cinco mãos e o apresentássemos ainda este ano.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de S. Exªs e desejo a todos um ótimo dia e um bom trabalho.

Muito obrigado.

(Iniciada às 8 horas e 19 minutos, a reunião é encerrada às 8 horas e 44 minutos.)

Ata da 2ª Reunião da Subcomissão Temporária do Fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS), criada por meio do RAS nº 4/2012-CAS, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, realizada no dia 15 de março de 2012, quinta-feira, às onze horas, na sala Florestan Fernandes, Plenário nº 9, Ala Alexandre Costa, Anexo II, do Senado Federal.

Às onze horas e quinze minutos, do dia quinze de março de dois mil e doze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **Cyro Miranda,** reúne-se a Subcomissão Temporária do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)**,** com a presença das Senadoras Marta Suplicy e Ana Amélia e dos Senadores Casildo Maldaner e Paulo Bauer. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 1ª. Reunião que é dada por aprovada e informando que a presente Reunião se destina à apresentação e discussão do Plano de Trabalho da Subcomissão Temporária do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) – CASFGTS. Em seguida, o Presidente convida a Relatora da Subcomissão, Senadora Marta Suplicy, para proceder à leitura e explanação do Plano de Trabalho que, submetido à deliberação, é aprovado por unanimidade. Fazem uso da palavra a Senadora Ana Amélia, o Senador Casildo Maldaner e o Senhor Presidente da Subcomissão que faz a leitura de suas sugestões ao Plano de Trabalho. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às onze horas e cinquenta minutos, lavrando eu, Dulcídia F. Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda, e publicada no

Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das Notas Taquigráficas. – Senador **Cyro Miranda.** Subcomissão Temporária do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) – CASFGTS – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião Ordinária da Subcomissão Temporária do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da primeira reunião desta Subcomissão.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à apresentação do plano de trabalho da Subcomissão Temporária do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que será apresentado pela Relatora, a Senadora Marta Suplicy, a quem concedo a palavra.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Senador Cyro Miranda, Presidente desta Subcomissão Temporária do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), foi aprovado requerimento, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, visando à criação desta Subcomissão Temporária, cujo objetivo principal é examinar as questões pertinentes à remuneração das contas vinculadas ao Fundo, à sustentabilidade de capitalização do Fundo, bem como propor o devido aprimoramento na legislação específica.

O Fundo, regido pela Lei nº 8.036, de 1990, foi instituído em 1966, em substituição ao Estatuto da Estabilidade no Emprego. Por isso, seu objetivo estrito é prover o trabalhador de uma poupança, em caso de desemprego, embora, desde a sua instituição, também tenha muito contribuído para viabilizar o sonho da casa própria.

Conforme a legislação em vigor, os empregadores depositam em contas abertas na Caixa Econômica, em nome de seus empregados e vinculadas ao contrato de trabalho, o valor correspondente a 8% do salário de cada funcionário.

O sucesso do Fundo pode ser medido por suas dimensões atuais.

Em 2010, ele contava com um total de ativos de R$ 260.300 bilhões: R$ 194.300 bilhões de depósitos das contas vinculadas e patrimônio líquido de R$ 35.900 bilhões.

O Fundo também é muito lucrativo, auferindo resultado líquido positivo de R$5.300 bilhões nesse mesmo ano. O Fundo conta ainda com R$ 110.400 bilhões de operações de crédito ativas, sendo 75.5% em habitação; 16.8% em saneamento; e 7.6% em infraestrutura.

Outro importante instrumento de atuação é o FI-FGTS, que utiliza 80% do PL do Fundo para investimento em setores de energia, rodovia, ferrovia, hidrovia, portos e saneamento.

Pode-se perceber que os recursos do Fundo, além de configurarem poupança do trabalhador, constituem os pilares básicos da política habitacional, de saneamento básico e de infraestrutura urbana do Estado brasileiro, em especial no caso da habitação popular focada nas famílias de baixa renda, que recebem, no mínimo, 60% das aplicações.

Nesse contexto, fica fácil perceber a importância do caráter social duplo do FGTS, patrimônio do trabalhador para fazer face ao desemprego e principal fonte de financiamento da política habitacional de saneamento básico e da infraestrutura urbana brasileira.

O importante problema que se vislumbra sobre o Fundo é o baixo rendimento de seus depósitos. A remuneração das contas vinculadas do Fundo corresponde a TR mais juros de 3% ao ano, ou seja, menos do que renda a caderneta de poupança, pois essa remunera seus aplicadores com TR mais 6% ao ano. Isso torna o Fundo um dos investimentos com a mais baixa remuneração do mercado financeiro brasileiro.

Apesar disso, há de se reconhecer que o saldo das contas vinculadas está garantido e protegido por lei, sendo o risco de crédito integralmente assumido pela Caixa, diferente dos investimentos no mercado financeiro, onde o risco é todo do aplicador de recursos.

O óbice em se aumentar a remuneração do Fundo consiste no fato de que isso rebaterá, necessariamente, no encarecimento dos empréstimos para a compra da casa própria, por parte das classes menos favorecidas da nossa sociedade. É importante também considerar outra especificidade da atual distribuição das contas do Fundo. É o fato de que 85% das contas vinculadas tenham um saldo inferior a R$ 1.000,00, em 2011 – essa parte me pareceu extremamente importante.

Portanto a mudança de remuneração, ainda que justa, no sentido de impedir uma perda real dessas contas, beneficiaria uma minoria de grandes cotistas e prejudicaria a maioria de pequenos cotistas, normalmente mutuários da casa própria.

A busca de formas alternativas para melhorar a remuneração das contas vinculadas sem gerar efeitos negativos sobre o custo do empréstimo para a casa própria vai ser o grande desafio a ser enfrentado por esta Subcomissão.

Cabe destacar ainda que, do modo como o Fundo está equacionado, vários incentivos adversos foram

criados. Por exemplo, como a remuneração do Fundo é baixa para o empregado e é um custo para o empregador, isso incentiva a informalidade. Os empregados e os empregadores preferem contratos informais muitas vezes, nos quais esses pagam diretamente àqueles.

Outra questão é que, no momento em que o trabalhador acumula um saldo significativo, o empregado tem incentivo a ser demitido, de forma que se apodere do dinheiro. Com essa característica do Fundo, patrões e empregados não esperam que os contratos durem muito tempo, diminuindo o investimento em capital humano.

Em face do exposto, esta Subcomissão objetiva debruçar-se sobre o Fundo e tentar achar soluções que defendam os cotistas, que tornem a legislação mais eficiente e que, ao mesmo tempo, não prejudiquem a política habitacional destinada às camadas menos favorecidas da sociedade.

Para iniciar o debate, cabe inicialmente apresentar a tabela abaixo, que compara o rendimento anual do Fundo e o índice da inflação mensurado pelo IPCA, para cada ano entre 2000 e 2011 (segue a tabela).

É fácil perceber que a remuneração total do Fundo ficou bem aquém da inflação do período, ou seja, com o tempo, os depósitos estão perdendo seu poder de compra.

Os grandes temas.

Uma avaliação preliminar das matérias que tramitam no Senado já nos dá uma ideia dos grandes temas que deverão ser abordados nos trabalhos desta Subcomissão.

Atualmente, há 27 proposições, que tramitam aqui, na nossa Casa, conforme talhado no Anexo a este plano de trabalho. Um primeiro conjunto de projetos objetiva aumentar a remuneração da conta vinculada ao FGTS, seja pela distribuição do seu lucro, seja pela repartição dos rendimentos obtidos com a carteira do Fundo.

Outros projetos virão substituir o índice de correção monetária das contas, revendo a fórmula de cálculo da taxa de juros que lhes remunera. Há projetos que concedem ao cotista alternativas para aplicação de seus recursos. Aliás, iniciativas como essa já foram tentadas, com sucesso, no passado, como o FPM, FGTS Petrobras e Vale, o FI-FGTS. Esse é um tema que merecerá atenção especial, pois vem sendo objetivo de polêmica recentemente.

Muitos projetos buscam ampliar as condições de saque do Fundo. Todos têm o mérito de ir ao encontro das necessidades reais dos cotistas, como despesas com educação, tratamento de saúde e despesas imobiliárias. Outros dizem respeito à alíquota de contribuição e à multa por parte do empregador, de forma a reduzir os incentivos adversos, que distorcem o funcionamento do Fundo, em caso particular, fomentando a formalização do empregado. Há também propostas que tratam da relação do Fundo com entes federativos, e outras que se referem à Lei Complementar nº 110, de 2001, que equacionou o problema dos expurgos dos planos econômicos sobre os saldos das contas vinculadas.

Todos esses são grandes temas, em torno dos quais vamos ter de concentrar nossas propostas, todas elas tramitando no Senado.

Por fim, é importante também discutir o papel duplo desempenhado pelo Fundo como mecanismo de poupança do trabalhador e como instrumento de política governamental, conforme já mencionado. Esse é um tema que se sobrepõe a todos e que é fundamental para uma reflexão mais profunda do desenho do Fundo. Nesse contexto, a experiência internacional, ou seja, a estrutura em funcionamento de fundos similares ao FGTS, existentes nos diferentes países, também constitui tema de grande interesse.

Atividades propostas.

Pela avaliação preliminar, percebe-se que o tema se configura matéria complexa, que envolve diversos aspectos relacionados com a economia, o social e a infraestrutura urbana.

A fim de empreender uma análise abrangente, impõe-se a necessidade de examinar os diversos pontos de vista dos principais atores interessados no Fundo. Para tanto, propõe-se a realização de audiências públicas – e serão várias... Isto aqui não vou ler. Vou explicar um pouco o que pensei.

Parece-me que o mais importante é que nós consigamos avançar, o máximo possível, na mudança, na modernização desse Fundo e, depois, viabilizar o Fundo como instrumento de política pública – para proteger o trabalhador e, ao mesmo tempo, fazer com que ele continue sendo um instrumento de política pública. Esse é o grande desafio na nossa tentativa de modernizar.

Eu fiz uma orientação, recebi uma proposta através do Senador Cyro, elaborada junto com a Consultoria do Senado. Nós sentamos com a Consultoria do Senado, para tentar pensar a melhor forma de chegar a esse objetivo, que acho que é o que esta Subcomissão deseja, e para fazer com que haja um equilíbrio financeiro sobre as propostas todas.

O que vi de principal... Estava vendo as propostas, só as que vieram para a nossa Casa, porque as da Câmara não nos dizem respeito – apesar de que vamos debruçar-nos, para que, se houver alguma coisa fundamental lá, nós a incorporemos aqui, para que não chegue lá, e comece tudo de novo. Então, vamos analisar o que lá está. São 72 propostas até 2009,

provavelmente até 100. Então, é um trabalho que vai demandar certo tempo.

Agora, o que me parece mais importante é que não fechemos porta nenhuma, que não haja nenhuma proposta de muito interesse que não vá ser avaliada. Se foi pensada, nós temos de tentar ver que impacto ela pode ter e o que podemos tirar. Elas têm de ser vistas também, porque acho que cada Senador aqui elaborou com muito cuidado as suas propostas.

Então, se chegarmos à conclusão de que o índice não deve ser aumentado de determinada forma, vamos fazer isso baseados em estudos que já estão sendo encomendados à Consultoria, sobre o impacto de cada índice e sobre o que vai acontecer com esse impacto na diminuição do potencial de investimento do Fundo e tudo mais, para que tenhamos respostas nas conversas que vamos ter de enfrentar depois, com todos os proponentes, ou acolhimento. De repente, achamos que não dá para mudar o índice, mas que o impacto não é tão grande e que, se fizermos uma mudança para lá ou para cá, dará para incorporar, e o trabalhador também sairá ganhando. Tudo isso estamos pensando.

Outra coisa que acho que deveríamos fazer... Pelo menos, para mim, por isso temos de conversar entre nós. Fazer uma mesa com quem pensa de forma igual para mim não acrescenta nada. Acho que se tem de fazer mesas em que existam conflitos – oi, Casildo, bem-vindo – de ideias e posições, para que consigamos elaborar o nosso pensamento melhor. O contraditório.

Então, eu proporia que as mesas tivessem o contraditório. Não adianta falarmos: Ministério do Trabalho. Já vem tudo organizado para falar do mesmo jeito. Não estou interessada nisso. Ou o Ministério não sei das quantas.

Não, o Conselho Curador é interessante, Senadora Ana Amélia, porque ele tem três lados, patronal, trabalhador e Governo.

Eu acho que as primeiras que estou propondo... Vou propor, para começar – depois vemos se é isso – oito grandes audiências com temas. As primeiras quatro eu faria só com o Conselho Curador, mas que eles enviem dois representantes de cada área. Por quê? Porque acho que temos de blindar essas primeiras quatro. Sabe por quê? Porque eles estão lá acompanhando, têm ideias, posição – talvez diferente entre eles, não sabemos. Mas eu gostaria de saber o que as pessoas que estão lá pensam sobre isso primeiro. Depois ampliamos, para outros personagens virem aqui. Nós já teremos mais força de informação.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Então, Srª Relatora, Sr. Presidente, pela ordem, pelo que a Senadora Marta... Acho que é um bom encaminhamento, para iniciar o debate de um tema tão relevante quanto esse. Exatamente, do Conselho Curador do FGTS, dois representantes do Governo, dois do setor patronal e dois dos trabalhadores. Essa é a formação. Essa é a formação.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sim, porque aí vai haver equilíbrio.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Equilíbrio.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Assim que a Senadora Marta terminar, colocamos em discussão.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Ótimo. Era só um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – E vou até propor que se comece a discussão pela Senadora Ana Amélia.

Depois, gostaria que a Senadora Ana Amélia presida, para que eu participe da discussão.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Está bem.

Então, vão ser dois ciclos. Eu pensei da seguinte forma – e isto é para aprovarmos ou não aprovarmos ou para emendarmos –: os primeiros quatro temas são para dar objetividade. Já temos o requerimento aprovado.

Estes temas, os primeiros que estou propondo, estão em cima dos projetos. Então, vamos ver o que o Fundo Curador, a partir dessa divisão proposta, pensa dos projetos. Isso já nos dá um subsídio muito grande – o que podemos, realmente, a partir do que for colocado, aprofundar ou descartar. Depois de quatro reuniões, acho que teremos uma base.

O primeiro tema que estou propondo é a distribuição do resultado financeiro do FGTS, matéria tratada em projeto que eu já apresentei. Ontem, foi apresentado um projeto semelhante pelo Senador Paulo Bauer. Nele há algumas diferenças, mas é um projeto...

Tudo isso é polêmico. Então, vamos começar com esse. Depois, há a repartição dos rendimentos da carteira do Fundo, um projeto do Paim e também do Senador César Borges.

Esses quatro projetos tratam desse aspecto.

Como segundo tema, eu proporia a mudança da taxa de remuneração das contas vinculadas. Temos vários projetos e eu destacaria o do Senador Paulo Paim e o do Senador Cyro Miranda, que foi vencido na CAE, mas podemos incorporá-los, para escutar como vai ser.

Como terceiro, teríamos o FI-FGTS, alternativas de aplicação dos recursos, qual seja, permitir que o trabalhador decida onde aplicar parte do saldo da sua conta. Quanto a esse aspecto, temos dois projetos, também do Paim, um deles para aplicação em projeto do pré-sal.

Como quarto, temos as alíquotas de contribuição, multas, critérios de saques de contas, outros projetos. Nesse caso, está mais pulverizado. Há um que trata de alíquota de contribuição; alíquota menor para trabalhador com mais 50 anos, temos dois projetos em multa demissional, multa maior na demissão de mulheres chefe de família e parcelamento de débito, em caso de formalização. Temos 13 projetos relativos a saques da conta, autorização de saque para gastos com educação, tratamento de saúde e outros assuntos mobiliários, redução do prazo de carência para saque.

É interessante, acho que os Senadores ficam tão preocupados com a necessidade do dinheiro na mão do trabalhador que há projetos muito variados, a começar para pagar faculdade até coisas variadas. Quanto a isso, seria bom que escutássemos também.

Expurgos, planos econômicos, Lei Complementa nº 110, há quatro projetos nessa área. O principal seria acabar com o adicional de 10% na multa demissional, criado para pagar os expurgos aos cotistas, o que ocorrerá até junho deste ano.

Quanto a temas federativos, temos três projetos. O principal propõe retirar o crédito do FGTS aos Municípios do limite do endividamento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Então, temos projetos muito variados.

Se realizarmos essas quatro audiências, contemplamos os projetos da Casa e temos a opinião dos curadores de forma diferenciada, dos três grupos, sobre os projetos da Casa.

Aí, passamos para o tema seguinte – quanto a esse tema, temos de pensar em nomes para convidar -, o quinto tema, que seria o papel do Fundo de Garantia como poupança do trabalhador; sexto tema: o papel do Fundo de Garantia como instrumento de política pública; sétimo: experiência internacional de fundos do trabalhador, como o Infornavit mexicano.

A princípio é isso. Se considerarmos a necessidade de mais temas, estamos abertos. Poderemos pensar.

A proposta de trabalho é essa.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senadora Marta Suplicy. O material é rico.

Vou passar a palavra para V. Exª, Senadora, para que faça as suas considerações, mas antes gostaria de terminar.

Devo dizer que esse material que V. Exª nos trouxe é muito rico, é um balizamento. Também gostaria de passar às mãos de V. Exªs algumas sugestões que são praticamente as mesmas das suas, mas incorporam algumas coisas. São sugestões para que sejam debatidas e, depois, vou comentá-las.

Para a discussão do plano, passo a palavra à Senadora Ana Amélia.

Por gentileza.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Primeiro, quero pedir desculpas ao Presidente por ter atravessado o Regimento, enquanto a nossa Relatora estava apresentando as sugestões e a proposta de trabalho desta Subcomissão.

Acho que o encaminhamento é correto. Ele tem de partir de ponto da coleta e separar por áreas os temas que a cara Senadora pontuou.

A remuneração, o compartilhamento, a questão federativa dos Estados, a própria composição do Conselho Curador, conforme o projeto do Senador Paulo Bauer, mencionado por S. Exª, e várias, como essa de como usar o Fundo de Garantia para outras finalidades que não aquela da casa própria, na demissão do funcionário.

Então, acho que o encaminhamento está correto, mas penso que a finalização para isso... Seria bom conhecer também as sugestões do Senador Cyro Miranda, que preside a Comissão, porque eu recebi aqui o relatório e penso em me antecipar pelo menos que essas audiências sejam limitadas a quatro convidados. Embora no caso do Conselho Curador, como é tripartite e são dois por representação, vamos ter seis pessoas.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Posso dar uma ideia? Desculpe-me, Presidente. E se a gente fizesse, em vez de quatro, três, do Conselho Curador, um de cada, empresário, Governo...? Pode fazer.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Tudo bem. Melhor, melhor.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu acho que a gente aprofunda mais. A gente não tem pressa.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É porque...

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Acho ótima a sua ideia. Menos gente, para a gente poder aprofundar.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Porque a gente tem um resultado melhor. Da experiência que tive da Casdep aqui na Comissão de Assuntos Sociais, a gente... O Delcídio teve problema nessa formatação. Então, ficava o Presidente, dois Senadores, o Senador Wellington Dias... Então, eu acho que a gente tem uma produtividade maior, dada a relevância do tema, e podemos fazer com mais frequência, aumentar a frequência das audiências para terminar no prazo que está definido, que é outubro deste ano para...

Considerando também o fato de que temos eleições municipais este ano, vamos ter, de qualquer maneira, por mais esforço que façamos... Talvez a Sena-

dora Marta, mas, depois que o Presidente Lula pedir para ela ir para a campanha lá em São Paulo...

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu não vou, não.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – ... ela também vai ter problemas de presença aqui.

Então, é apenas para lembrar, porque é um fato e não adianta a gente querer... E isso tem um impacto também sobre a atividade que nós temos aqui no Senado.

Então, daremos mais curto, uma audiência semanal, trazendo, na primeira, do Conselho, os três representantes do tripartite.

SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Fico muito contente com essa observação das duas Senadoras e acho que esta Comissão vai correr muito fácil porque ela é consensual, nós somos muito afinados e sem ninguém engessado em alguma...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É objetividade. Eu penso que...

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Nós vamos ter que ouvir muito o Governo, porque nós não podemos fazer uma coisa que às vezes é vontade da gente, como eu mesmo fui vencido e acho que foi meritório eu ser vencido na mudança do índice, porque a gente precisa pensar nos impactos. Quer dizer, isso não é uma coisa tão simples.

Então, eu vou passar a palavra para a Senadora Marta...

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – É só um breve comentário.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – ... depois eu quero fazer os meus comentários.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu tenho que esclarecer o breve comentário da Senadora. Eu aqui vou cumprir todas as minhas funções direitinho e estou muito contente de ter esta audiência, porque acho que vai me ajudar nessa relatoria...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Não é sobre a campanha, não é?

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sobre o comentário eu brinquei. Quero dizer que não tem perigo de eu faltar às audiências.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Não tem mesmo.

Então, fico contente, mas, claro, entendo que a senhora, como Vice-Presidente da Casa, tem sido muito presente às sessões, especialmente do Plenário da Casa. Então também...

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Obrigado, Senadora.

Mas acato a ideia da Senadora, acho ótima. Faremos, se o Presidente assim concordar, com três pessoas, em vez de quatro, fazermos oito. Também, Senadora, se a gente não conseguir fazer até outubro, nós não... Nós temos que fazer é um bom trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – O ideal é nós terminarmos este exercício, este ano, com um projeto para oferecer para que seja discutido.

Senadora, como é muito informal aqui e nós somos poucos Senadores, submeto a V. Exªs se eu posso debater, fazer alguma sugestão ainda sentado aqui na Presidência, para não ter...

Então, quero, primeiro, passar a palavra para o...

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – O Presidente sempre, depois, faz os comentários que quer e, naturalmente, encerra o encontro.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Não, eu quero passar a palavra, primeiro, para o Senador Casildo e agradecer a presença.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – De antemão, eu quero, primeiro, V. Exª, Senador Cyro, sugerir a ideia da criação dessa subcomissão para tratar de um tema tão importante. Quero almejar todo o sucesso, ao mesmo tempo em que entendi que a Senadora Marta já trabalhou, elaborou um calendário, com propostas, elencou aqui os dias, quais são os temas e os debatedores. E essa de diminuir do Conselho Curador, de vir um representante de cada setor, eu acho que otimiza bem o debate. Otimiza e há condições de fazer um bom diálogo, interceptar corretamente e nós formarmos um juízo em relação a isso. E as práticas aqui sugeridas, até pelas experiências da Senadora Amélia e outras subcomissões, acho que isso veio ao encontro de tudo, de todos nós aqui.

Nós temos que buscar o melhor, o melhor para que os trabalhadores recebam a remuneração, sem comprometer os objetivos do Fundo no campo social.

Isso vai ser muito importante para tirarmos a essência, a proteção desses recursos e a finalidade do conjunto. É esse o nosso propósito.

Quero cumprimentá-los em razão disso. Estaremos aqui para colaborar.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) **–** Agradeço muito a sua colaboração, as suas palavras e dizer que, como somos cinco, nós temos o mérito de estar em quatro e assim permanecer para que possamos no mínimo avançar realmente. Se não teremos dificuldade para avançar.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Apenas um registro.

Fazendo justiça ao Senador Paulo Paim, que é o Vice-Presidente desta Subcomissão, informo que

ele está presidindo a Comissão de Direitos Humanos numa audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) **–** Muito obrigado.

Distribuí às Srªs e aos Srs. Senadores um escopo, porque o meu é muito genérico, está contemplado, é conceitual. Então eu ponho:

> "Das perdas e dos ganhos.
>
> Promover a análise das perdas e ganhos financeiros que o Fundo experimentou ao longo do tempo. Essa análise buscará a compreensão de gestão do Fundo até o presente momento e a compensação das correções necessárias para evitar novas perdas e promover melhores ganhos para os trabalhadores cotistas."

Então vamos ter que enfrentar esse desafio de achar um caminho.

> "Conhecido o perfil histórico do Fundo de Garantia, deveremos buscar formas de recuperação de suas eventuais perdas; conhecer os objetivos da criação do Fundo e a alteração nesses objetivos introduzidos ao longo do tempo. Hoje temos uma série de projetos [a Senadora Marta também já contemplou esse item, só falta agora apurar] tramitando no Senado e na Câmara, propondo novas alterações."

Então nós precisamos, com a assessoria da Casa, saber quais os interesses e as alterações que estão sendo propostas, para conhecermos e pensarmos. Só estou corroborando o que foi dito. Pensamos juntos.

A mudança do Conselho Curador ou pelo menos rever a composição, se há necessidade, a periodicidade, reeleição, se o número de cadeiras contempla o equilíbrio.

> "Devemos promover o levantamento das normas esparsas, objetivando a consolidação das mesmas."

Explico.

A Lei nº 8.036 foi consolidada pela última vez em 1990. Então há necessidade, até porque na época havia um único Ministério, que era o Ministério do Trabalho e Previdência Social. Hoje nós temos dois. Então precisamos saber o que é da competência de um e de outro.

E, por último, fiz uma sugestão de lista de autoridades para ser examinadas. Da sociedade civil encontrei duas: a OAB e o Instituto Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS Fácil), que tem orientado bastante, além dos trabalhadores e das centrais sindicais, como a CUT, a Força Sindical, a Central Geral dos Trabalhadores, a União Geral dos Trabalhadores, a Nova Central, a Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil e a Central Sindical e Popular.

São apenas sugestões. Podem pensar que são muitas, então juntar duas...

Da parte empresarial: confederações da indústria, do comércio e do transporte, de instituições financeiras, da agricultura, nacional de serviços e Confederação Nacional de Saúde.

Também é sugestão para se avaliar.

E do Governo: Caixa Econômica, Secretaria Executiva do Conselho Curador, Ministério do Trabalho, Ministério das Cidades, Banco Central, Ministério da Fazenda e Ministério do Planejamento e Gestão.

E, da parte da Justiça, *Tribunal* Superior do Trabalho e Ministério Público do Trabalho.

Em vez de convidar no máximo quatro, chamaríamos três convidados.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Posso dar uma opinião também, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Pois não. Deve.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Nessas quatro primeiras, do Fundo Curador, faríamos com três. Depois a sua sugestão é igual à da Senadora, faríamos com quatro. Primeiro faríamos com três, senão ficaria um a mais de uma delas, o que não nos interessa.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Perfeito.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Mas depois faríamos com quatro.

Fiz a proposta das audiências com data e tal, mas eu o fiz com base em oito.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Tudo bem.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Mas agora, com a sugestão de três, nós vamos ter que aumentar as quatro primeiras para oito. Vamos ter que fazer mais audiências por mês. Está pouquinho. Vou apresentar um novo cronograma com audiência semanal.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Isso.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Enfiando mais quatro do Conselho.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Ou, na pior das hipóteses, quando houver feriados, três mensais.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Três mensais. Está bom, Senador Casildo?

Acho que V. Exª chegou depois que eu tinha colocado; eram quatro com o Conselho Curador e quatro com os especialistas que o Presidente citou, mas vamos fazer oito, porque queremos render mais com menos pessoas, para poder aprofundar.

Como não temos pressa, fazemos as oito primeiras...

Então, vou colocar mais duas entre as quatro primeiras.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Perfeito.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sem postergar, para deixar acabar no mês de setembro.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – O importante, como já foi dito aqui, é que a gente tenha, além da qualidade, o equilíbrio para sempre ter o contraditório junto, senão a gente, em algumas audiências, às vezes se perde.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Porque não são apenas as audiências públicas para fazer uma boa relatoria. Eu preciso também de ter tempo de conversar com muitas pessoas fora das audiências públicas, como os especialistas, às vezes, com algum Senador, com algum Deputado que tenha algum projeto que a gente ache que realmente possa fazer diferença.

Então, eu vou fazer isso, eu vou tentar pôr três por mês e, se achar que está sobrecarregando, a gente pode ter uma flexibilidade, porque é bastante trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Nós podemos, então, marcar a primeira audiência que seria o Fundo Curador, não é isso?

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – É. Que dia ficou?

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Será no dia 22 de março, às 11 horas, a primeira audiência pública.

Vamos ver a agenda.

É que não estava prevista só a do Conselho Curador.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – É a distribuição do resultado financeiro.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – É a primeira que estava no calendário.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Quem havíamos pensado em convidar?

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Bom, aqui estavam os representantes do Fundo Curador.

Essa primeira seria só com os representantes, não é?

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – É. Começamos um de cada um: um do Governo, três do Conselho Curador e um de cada representação.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Nós temos os nomes?

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Não, acho que podemos pedir que eles indiquem, porque, como vão ser oito, acho que tem de ser transmitido no convite que nós queremos um rodízio.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Perfeito.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Quantos eles são, Fábio? Cinquenta e poucos?

O SR. FÁBIO – São vinte e quatro representantes, sendo doze do Governo, seis dos trabalhadores....

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Então, nós queremos a presença dos vinte e quatro, da forma como eles acharem indicado para cada tema. Um de cada representação, mas que não seja sempre a mesma pessoa que venha.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – As pessoas têm de ser ...

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Se elas estão lá, deverão ser mais especializadas em alguma...

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Exatamente.

Depois, então, a assessoria nos passe quais foram os indicados. Então, teremos, no próximo dia 22, às 11 horas, essa primeira audiência pública. Nesse meio tempo, posso sugerir que, se tivermos condição, façamos algumas rodadas de trabalho entre nós. Cada vez vamos ao gabinete de um Senador, apenas para irmos alinhando, para que, quando viermos para essas reuniões, haja mais dinamismo e menos formalidade.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu posso ter o compromisso de, se avançar em alguma questão mais perto de uma proposta, antes de fazê-la, sentar e ver se estão todos de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Ótimo. Fica em aberto, mas o comparecimento de todos os Srs. Senadores é importantíssimo. Acho que vai repercutir muito esta Subcomissão; o nosso trabalho, no final, vai ter um peso muito grande, e todos nós vamos poder ter em nosso histórico e no do nosso Estado que nós contribuímos para reformular uma coisa que estava deixando a desejar há muito tempo e que era muito necessária.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Presidente, eu acho que esta Subcomissão, que V. Exª teve a idéia de criar, vai possibilitar um grande avanço. Talvez possa ser uma marca desta Legislatura, se realmente conseguirmos criar algo inovador.

Essa é a proposta. Vamos criar algum muito inovador.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Coloco em votação...

Alguém mais quer discutir o plano de trabalho? (*Pausa.)*

Então, encerro a discussão.

Vamos à votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado o nosso plano de trabalho.

Antes de encerrar, reitero que no dia 22/03, nesta mesma sala, às 11 horas, nós teremos nossa primeira audiência pública.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo a presença de todas as Srªs e os Srs. Senadores.

Muito obrigado.

(Iniciada às 11 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 50 minutos.)

Ata da 3ª Reunião da Subcomissão Temporária do fundo de garantia por tempo de serviço (Fgts), criada por meio do RAS nº 4/2012-CAS, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, realizada no dia 22 de março de 2012, quinta-feira, às onze horas, na sala Florestan Fernandes, Plenário nº 9, Ala Alexandre Costa, Anexo II, do Senado Federal.

Às onze horas e doze minutos, do dia vinte e dois de março de dois mil e doze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **Cyro Miranda,** reúne-se a Subcomissão Temporária do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)**,** com a presença das Senadoras Marta Suplicy e Ana Amélia e dos Senadores Casildo Maldaner e Wellington Dias. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 2ª. Reunião que é dada por aprovada e informando que a presente Reunião se destina à realização de **Audiência Pública** com vistas a discutir a distribuição do resultado financeiro do FGTS, em cumprimento ao Plano de Trabalho da Subcomissão, aprovado em 15.03.2012. Presentes os seguintes oradores, representantes das entidades com assento na composição do Conselho Curador do FGTS: **Paulo Eduardo Cabral Furtado**, Assessor Especial do Ministro de Estado do Trabalho e Emprego; **Flávio José Cavalcanti de Azevedo**, Terceiro Vice-Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI); e, **Jacy Afonso de Melo**, Secretário Nacional de Organização da Central Única dos Trabalhadores (CUT). O Presidente concede a palavra à Relatora da Subcomissão, Senadora Marta Suplicy, para proceder à leitura e apresentação do novo Plano de Trabalho que, submetido à deliberação, é aprovado por unanimidade. Fazem uso da palavra a Senadora Ana Amélia, o Senador Wellington Dias, a Relatora da Subcomissão, Senadora Marta Suplicy, e o Senhor Presidente da Subcomissão, Senador Cyro Miranda. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às treze horas e nove minutos, lavrando eu, Dulcídia F. Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das Notas Taquigráficas. – Senador **Cyro Miranda,** Subcomissão Temporária do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) – CASFGTS – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Declaro aberta a 3ª Reunião da Subcomissão Temporária do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com a finalidade de discutir a distribuição do resultado financeiro do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço em atendimento ao Plano de Trabalho desta Subcomissão, aprovado em 15/03/2012.

Convido os expositores a tomarem assento à mesa dos trabalhos.

Convido o Srs. Paulo Eduardo Cabral Furtado, representante do Ministério do Trabalho e Emprego; Sr. Flávio José Cavalcanti de Azevedo, representante da Confederação Nacional da Indústria; e Jacy Afonso de Melo, representante da Central Única dos Trabalhadores.

Comunico aos senhores expositores que, talvez entre a fala de um e de outro expositor, nós tenhamos que fazer uma interrupção apenas para uma mudança nossa de agenda. A Senadora Marta Suplicy, nossa relatora, fará a apresentação do novo Plano de Trabalho. Então, já peço escusas antecipadamente.

Vou conceder a palavra ao Sr. Paulo Eduardo Cabral Furtado, para sua exposição, pelo tempo de dez minutos, com prorrogação de mais cinco minutos.

Com licença. Para não interrompê-los adiante, vou passar, primeiro, a palavra à Senadora Marta Suplicy, para leitura e apresentação do novo Plano de Trabalho, para as nossas discussões em seguida e aprovação desse Plano.

Posteriormente, então, nós começamos sem interrupção. Obrigado.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Bom dia a todos e a todas. A partir do encontro que tivemos e da proposta do Plano de Trabalho, em que aumentamos as exposições, avaliando, eu gostaria de propor

um ajuste: que, em vez de oito audiências públicas com o Conselho Curador do FGTS, sejam realizadas 12 audiências públicas. Por quê? A primeira seria para permitir que o quarto grande tema, que estava muito inchado, pois tratava de assuntos muito díspares, como alíquotas de contribuição, multa, critérios de saques das contas, Lei Complementar nº 110... Então, seriam duas, como nós tínhamos planejado anteriormente, e estou propondo que sejam três, para que esses temas de alta relevância tenham uma oportunidade de aprofundamento.

A segunda é para permitir que cada um dos doze representantes do Governo possa participar de pelo menos uma audiência pública, e cada um dos seis

representantes dos trabalhadores e dos seis representantes das entidades patronais possam participar de duas audiências públicas pelo menos.

Então, com isso, nós mudaríamos um pouco o proposto. Todos os representantes do Governo viriam e todos os representantes dos trabalhadores e do patronato viriam, só que, em vez de vir uma vez só, como eles são seis, eles viriam duas vezes, alternando quem eles quisessem enviar.

Eu proponho que sejam alterados data e horário da audiência pública da próxima semana. Ela foi marcada para quarta-feira, Presidente, dia 28, às 15 horas. Peço para alterar para quinta-feira, dia 29, às 14h30, excepcionalmente. O motivo é que gostaríamos muito da presença do Presidente da Caixa, Jorge Hereda, no começo dos trabalhos. E ele, na quarta-feira, estará impossibilitado de vir. Na quinta-feira, às 14h30, ele confirma. Então, se pudermos mudar essa data... Se não a gente vê que data colocar no calendário dele e no nosso. Mas, se não houver óbice por parte dos outros Senadores, a gente já confirma o convite dele para quinta e transfere de quarta para quinta-feira, às 14h30.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Eu coloco em discussão tanto o Plano de Trabalho como a propositura de mudança da data.

Gostaria de ouvir a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente, Senadora Marta, nossos convidados, não há nenhum reparo a fazer. E é sempre complicado ajustar a nossa agenda com a agenda de uma autoridade convidada pela Caixa. Não vejo nenhum problema em alterarmos para quinta-feira. Estou mais preocupada em ouvir as autoridades e oferecer, o mais breve possível, um resultado mais adequado às expectativas que tem a sociedade, especialmente os trabalhadores, em relação ao tema que estamos abordando, que é o Fundo de Garantia.

Então, eu queria cumprimentar e acolher integralmente essa proposta da Senadora Marta, que será relatora da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Inclusive, a alteração para 12 audiências. Eu também concordo, Senadora. Para mim, não há óbice nenhum em estar aqui na quinta-feira, às 14h30. Eu tenho apenas uma viagem às 17h. Então, acho que temos tempo suficiente.

Nada mais a ser discutido, coloco em votação a mudança no Plano de Trabalho e a mudança de data.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

O Plano de Trabalho e a mudança estão aprovados.

Passo a palavra ao Dr. Paulo Eduardo Cabral Furtado.

Muito obrigado.

O SR. PAULO EDUARDO CABRAL FURTADO – Bom dia a todos.

Sr. Presidente, bom dia, Senadora Marta Suplicy, Relatora desta Comissão, meus companheiros de Mesa, Jacy Afonso e Flávio, tão empenhados neste curto tempo e dedicados a trabalhar pelo FGTS.

Em primeiro lugar, eu gostaria de parabenizar pela criação da Comissão. Acho que esta Subcomissão Temporária na CAS para tratar exclusivamente do FGTS é uma medida extremamente correta e traz à pauta uma discussão sobre o Fundo, que tem muitas nuances e muitas peculiaridades que precisam, às vezes, ser explicitadas. Então, eu realmente aqui, como representante do Ministério do Trabalho, agradecendo o convite, gostaria de enaltecer essa iniciativa.

Sobre o tema proposto, a distribuição de resultado, esse é um tema recorrente na história do Fundo de Garantia. O Conselho Curador, no âmbito de suas competências, tem atuado no sentido de criar mecanismos restritos. Mas, como fiz a observação, no âmbito de sua competência ele tem procurado melhorar a rentabilidade da conta dos trabalhadores de maneira indireta.

Desde 2006, o Conselho Curador criou um programa especial para a compra da casa própria pelo trabalhador que é cotista do fundo e estabeleceu uma taxa de juros diferenciada. Então, é um programa chamado Pró-Cotista, que tem uma taxa de juros 0,5% menor que os programas tradicionais. Esse programa também alcança não só a habitação popular, mas alcança a habitação de classe média. Hoje, esse limite do Pró-Cotista vai a imóveis de valores até R$500 mil.

Então, essa é uma iniciativa isolada do Conselho, uma iniciativa no âmbito da competência estabelecida em lei para o Conselho Curador, que, de modo indireto, coloca para o trabalhador a opção de ter uma taxa de

juros menor em relação a financiamentos e, portanto, ter um ganho indireto nessa questão.

Esse programa está rodando há algum tempo, e é uma iniciativa...

Recentemente, houve outra iniciativa do Conselho Curador, que foi uma linha de crédito especial para material de construção classe média, que contou também com uma ação específica. Esse programa é só para os trabalhadores cotistas do Fundo de Garantia. É um programa recente e está ainda para ser ajustado.

Do ponto de vista legislativo, o Conselho Curador também ratificou uma decisão do Congresso Nacional, que foi a criação do Fundo de Investimento do FGTS, o FI-FGTS. O FI-FGTS foi criado em 2007, no PAC 1. A lei aprovada nesta Casa previu que os trabalhadores usassem o seu Fundo de Garantia para serem cotistas desse Fundo. Então, o Fundo de Investimento do FGTS é um fundo apartado do FGTS, é um Fundo que conta com recursos da ordem de 80% do patrimônio líquido do FGTS e foi direcionado para aplicação exclusiva na infraestrutura de desenvolvimento do País.

Então, o FI-FGTS aplica em rodovia, ferrovia, portos, saneamento, hidrovia e energia. São seis setores de infraestrutura que recebem recursos desse Fundo de Investimento, que é um Fundo apartado do FGTS, que hoje conta aí com um capital subscrito de R$26 bilhões e com o capital integralizado de pouco mais de R$24 bilhões, isso em valores nominais e que tem ajudado enormemente a combater o gargalo da infraestrutura no Brasil.

Entoa, esta Casa autorizou que o trabalhador cotista do Fundo adquira, com parte da sua conta, até 30% da sua conta individual, cotas desse Fundo de Investimento, de modo que ele possa também dessa forma, na expectativa de resultados positivos – evidentemente, na expectativa de resultados positivos –, melhorar a rentabilidade auferida atualmente.

A meta de rentabilidade mínima do FI-FGTS é TR mais 6%. Se formos fazer uma projeção do que tem acontecido nos últimos tempos, o Fundo bate essa meta, e, portanto, essa possibilidade de auferir uma renda em 30% da sua conta pelo trabalhador é factível.

Houve um problema, porém, na implantação dessa medida. O Conselho Curador já fez a sua parte e autorizou que o trabalhador cotista possa utilizar usa conta. Agora, esse problema está preso na CVM, que deve regulamentar outro fundo, que se chama FIP, Fundo de Investimento em Participação. Esse fundo ainda está por ser regulamentado pela CVM. Essa história já passa de três anos em discussão na CVM. Mas é uma iniciativa importante também no âmbito de todas as iniciativas que têm sido feitas aqui para melhorar a rentabilidade do trabalhador.

Então, eu começo aqui a minha fala para resgatar um pouco o que tem sido feito no âmbito do Conselho Curador e no âmbito da competência atribuída ao Conselho Curador para melhorar a rentabilidade do trabalhador.

O projeto de lei específico que se discute nesta Casa, neste momento, de todos – já estive várias vezes aqui nesta Casa – eu reputo como o melhor. Senadora, parabenizo pela iniciativa. Realmente, ele não traz impacto econômico-financeiro para o Fundo, como os outros projetos de lei trazem, porque eles mudam a indexação. Os anteriores mexiam na indexação do Conselho. Então, saía TR e colocavam INPC. Havia fórmulas de tirar os juros e deixar só a inflação. Isso tem um problema sério no âmbito da gestão do Fundo de Garantia, porque não é neutra nenhuma mexida no indexador do Fundo de Garantia. Se você mexe no passivo do Fundo, se você remunera a conta do trabalhador com indexador diferente, isso vai impactar diretamente nos contratos habitacionais que são financiados com esse recurso.

Então, há realmente uma possibilidade grande de problemas sérios na gestão do Fundo de Garantia por conta desses indexadores que são mexidos. Ou se mexe na taxa de juros ou se mexe no indexador, e, automaticamente, isso tem reflexo nos contratos habitacionais. Isso é ruim, em um Brasil que vive na estabilidade já algum tempo, a estabilidade econômica. Essa insegurança gera uma sensação muito ruim, e, para a gestão do Fundo, pode ser muito desastroso, porque vão começar brigas judiciais. Se você indexar contratos anteriores a partir de agora, como é que fica essa questão do ponto de vista jurídico?

Então, todos, todos, absolutamente todos os projetos que tramitam neta Casa tendem a fazer uma reindexação, uma mexida no indexador do FGTS, que, há mais de 20 anos, é TR com 3% de juros.

Então, este projeto de lei, na verdade, inova, na medida em que ele distribui o resultado auferido pelo Fundo de Garantia. E essa distribuição realmente não tem um impacto muito grande no Fundo de Garantia no ponto de desequilíbrio econômico-financeiro. Evidentemente, ele tem impacto nas políticas praticadas pelo Fundo de Garantia atualmente, e isso é uma ponderação que eu faria em caráter pessoal, porque esta matéria não foi discutida amplamente em âmbito de Governo. Portanto, não tem posição de Governo. Mas eu ponderaria sobre a mudança que está sendo feita no momento em que ela está pretendendo ser feita, que é atualmente. Eu vejo que, atualmente, o Fundo de Garantia tem sido fundamental, tem sido de uma importância muito grande para o sucesso do programa Minha Casa Minha Vida. O programa Minha Casa

Minha Vida está estruturado basicamente nos programas do FGTS.

Aliás, devo confessar que um dos aspectos mais importantes do sucesso do Minha Casa Minha Vida foi aproveitar o que já estava sendo feito. Houve, evidentemente, uma melhoria. Mas, basicamente, aproveitou o que já estava sendo feito, e o que estava sendo feito com êxito eram as políticas do FGTS, tanto as políticas de crédito como as políticas de subsídio.

Eu vejo que este projeto de lei precisa ter certa cautela no *timing* e no momento adequado de sua entrada em vigor. Por que digo isso? Porque, na verdade, hoje o Minha Casa Minha Vida está estruturado e sobrevive graças aos subsídios alocados à política de desconto alocada pelo Conselho Curador do FGTS no orçamento do FGTS. Ano passado, esses subsídios alcançaram R$5,5 bilhões, e este ano, no orçamento, está um pouco mais de R$4,6 bilhões. Então, são recursos importantes, são recursos fundamentais para que esse programa Minha Casa Minha Vida tenha o sucesso que tem.

Mais do que isso, Senadora, eu vejo que a política habitacional brasileira para a baixa renda só teve êxito quando se alocou subsídio. Não há condição de se fazer política de habitação no Brasil para a baixa renda sem subsídio. O crédito, por si só, não resolve o problema da aquisição da casa própria. Nós tivemos essa experiência no Fundo de Garantia há algum tempo. Essa é uma experiência que trago do Fundo de Garantia, do Conselho Curador do Fundo de Garantia antes e depois de uma política agressiva de subsídio. Nós não conseguimos alcançar a baixa renda, mesmo com a participação dos Estados, dos Municípios, das Cohabs. Só se alcançou, só se teve êxito realmente quando se alocou subsídio, e evidentemente o Tesouro Nacional também ajudou nessa política de subsídio.

Então, a política de subsídio é uma política casada entre recursos do Fundo de Garantia e recursos do Tesouro na proporção, grosso modo, de 82% do FGTS e 18% do Tesouro Nacional.

Meu tempo está esgotando, mas só quero fazer aqui, Presidente, Relatora, uma reflexão sobre o momento de implantação disso. Acho que há que haver um concerto entre o Conselho Curador, o Governo Federal e esta Casa para que se busque o momento ótimo de vigência dessa política que eu reputo como acertada, mas vejo que o tempo adequado de sua implementação precisa ser negociado para que não haja solução de continuidade numa política que está dando certo no Brasil, especialmente para a população mais carente da nossa sociedade.

Com isso, encerro a minha participação e fico à disposição para as perguntas. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço a participação de V. S., Sr. Paulo Eduardo Cabral Furtado, que representa o Ministério do Trabalho.

Passo a palavra ao Sr. Flávio José Cavalcanti de Azevedo, representante da Confederação Nacional na Indústria, CNI, por dez minutos, sendo prorrogado por mais cinco ou mais, se necessário.

O SR. FLÁVIO JOSÉ CAVALCANTI DE AZEVEDO – Cumprimento o Sr. Cyro Miranda, Presidente desta Comissão, a Senadora Marta Suplicy, Relatora, os demais Senadores presentes, as minhas senhoras, os meus senhores.

Cumprimento também o companheiro da Mesa, o companheiro Paulo Eduardo, companheiro do Conselho Curador do FGTS; e o Sr. Jacy Afonso, Secretário Nacional de Organização da CUT.

O companheiro Paulo Eduardo propriamente deu a visão panorâmica do que poderá acontecer, necessariamente acontecerá, quando as regras do jogo forem mudadas.

Por outro lado, o requerimento da Senadora Marta Suplicy a gente lê e não encontra um defeito, Senadora. Os argumentos são argumentos concatenados que têm o mesmo objetivo da classe patronal, quando se trata do FGTS.

Então, eu declararia inicialmente que a classe patronal e suas entidades representativas entendem a importância do FGTS e entendem mais ainda que o FGTS é, inclusive, fator de equilíbrio social. Esta é a maior importância do FGTS no entendimento da classe patronal: equilibra as possibilidades de desequilíbrio. E nada pior que desequilíbrio para um indivíduo que o desemprego.

Então, como fator de equilíbrio social, o FGTS cumpre a sua missão. E o FGTS é tão importante para a classe empresarial que, lá atrás, eu quero lembrar, nós fomos juntamente com o Governo, juntamente com a classe trabalhadora, os protagonistas do que, à época, se chamou de "o maior acordo do mundo", que foi quando, em função de decisão do Supremo Tribunal Federal, o FGTS teve que ser corrigido, as contas dos trabalhadores tiveram que ser corrigidas, em função do Plano Collor I e do Plano Verão, salvo engano.

Isso causou um impacto enorme na conta do FGTS. E nós empresários concordamos em repor essas contas, em fazer o esforço maior para repor essa conta, concordando com o Congresso Nacional em um aumento por cinco anos de 8% para 8,5% da nossa contribuição patronal e, sobretudo, aumentando de 40% para 50% a nossa contribuição na hipótese de uma demissão sem justa causa.

Foram bilhões de reais envolvidos no processo, suportados pela classe empresarial. Isso é a maior prova do interesse e da importância que a classe empresarial dá a esse fundo.

Como eu disse, o companheiro propriamente já fez todas as colocações e eu vou tentar dar apenas outro viés. O que se pretende, ao pegar recursos, frutos de lucro, vamos tentar usar uma linguagem coloquial, e com isso aumentar o saldo na conta do trabalhador, é extremamente positivo. Estabelece e reforça ainda mais aquela sensação de segurança. Nada a discordar com relação a isso sobre o mérito, sobre o conforto que isso trará ao trabalhador, mas tem o outro lado da questão, que foi muito bem exposto pelo companheiro Furtado.

Isso fragiliza o outro lado, que também beneficia o trabalhador, porque na hora em que esse dinheiro sai do fundo global e vai para uma conta específica, o total do fundo não se altera, ele permanece o mesmo, mas as disponibilidades de aplicação se alteram sim, diminui a possibilidade de aplicação de um fundo que hoje, como foi muito bem dito pelo companheiro Furtado, é a base do desenvolvimento, da nossa infraestrutura, nomeadamente, construção de portos, construção de estradas, ou seja, infraestrutura de uma forma geral, produção de energia elétrica, que todas essas atividades, nós não podemos esquecer que elas geram emprego, geram renda e geram impostos, ou seja, elas retroalimentam a economia do País.

É o dinheiro do trabalhador ajudando a alimentar a economia do País dentro de um círculo virtuoso, beneficiando também ele próprio com a geração de emprego.

Então, na hora em que esse fundo diminui essa capacidade de investimento, isso tem consequências que a gente deve pensar se é melhor aumentar o saldo na conta individual do trabalhador ou se o trabalhador é mais bem remunerado dentro desse círculo virtuoso.

Dentro desse contexto, volto a destacar o que já foi muito bem destacado pelo companheiro Furtado. Eu entendo que um dos pontos essenciais da cidadania é um teto. Uma pessoa não é um cidadão sem um teto. E o programa mais importante que existe hoje, que beneficia diretamente o trabalhador é o programa Minha Casa Minha vida. E, como o Furtado disse, o Minha Casa, Minha Vida só se tornou uma realidade prática e tomou essa amplidão em função do que uns chamam de desconto, e na realidade é um eufemismo usado para um subsídio. É uma palavra pouco agradável, alguns discordam do termo subsídio, mas essa é a realidade, que seja desconto, que seja subsídio, isso viabilizou a casa própria para o trabalhador de baixa renda, sem nenhuma sombra de dúvida. E essa conta é paga pelo FGTS.

Atualmente, teoricamente o Governo entra com 18% e o FGTS entra com os 88%, mas na realidade o Governo não entra com nada, o FGTS está antecipando inclusive a parte do Governo que, obviamente, está sendo contabilizada, é uma conta que está sendo remunerada e será objeto, espero que num futuro bem próximo, de um encontro de contas e de um acerto; num futuro bem próximo, repito.

Mas, atualmente, ele é que está dando conta desse recado, o fundo está dando esse suporte ao programa social de maior importância, entendo eu, para o trabalhador, principalmente o trabalhador de baixa renda. E tem um dado, Senadora, que me preocupa bastante: 78% das contas do FGTS são da faixa de salário de menos de R$1.000,00.

Então, essa massa de recursos vai ser, 78%, dividida por milhões de pessoas. Vai caber, não fiz essa conta ainda, mas me parece que muito pouco para cada um. E o saldo, os 22%, vai receber régias contribuições nas suas contas pessoais, são menos, são poucos.

Então eu não sei, eu não fiz essa conta, estou arriscando um raciocínio, eu sou engenheiro, estou tentando usar uma lógica cartesiana. Eu não fiz a conta ainda, mas a CNI, não estamos cuidando de tentar fazer essa conta de qual será, efetivamente, o benefício de um pequeno aumento no saldo da conta do trabalhador diminuindo a capacidade de investimento em outros programas que geram também enormes benefícios ao trabalhador. E encerraria minha exposição abordando o que também foi abordado pelo companheiro Furtado.

O investimento em infraestrutura é essencial, absolutamente essencial, essa é uma visão da classe empresarial, para que o Brasil, para que a nossa Nação se mantenha como está, com a sua economia diferenciada com relação ao mundo. E por quê? Porque nós temos um enorme problema. O nosso problema não é o câmbio pura e simplesmente. Nós fomos até traídos pelo câmbio, na hora em que o empresário aproveita um câmbio barato e vai comprar um produto lá fora em vez de comprar um produto aqui dentro.

Mas o que encarece mesmo, o que põe a nossa competitividade em risco é a logística, e logística significa infraestrutura. O que põe nossa competitividade em risco é saúde. Quando um funcionário de uma empresa sai e fica, por conta de um problema de saúde, por conta do INSS, esse é um prejuízo para a Nação e é um prejuízo para a empresa, porque ela não tem quem substitua, principalmente nos tempos atuais onde, a cada dia, os recursos humanos ficam mais difíceis.

Então, saúde, basicamente, os dados são estatísticos, a questão de saúde pública e, por outro lado, o saneamento, que é questão de saúde pública, pre-

ventiva, e é uma das fontes, ou por outro lado um dos objetivos de financiamento do fundo do FGTS.

Então, Senadora, fica a seguinte dúvida e minha finalização é mais ou menos igual a do companheiro Furtado: o que, efetivamente, será melhor para o trabalhador? Ter um dinheiro na sua conta, desconfio que muito pouco, por conta daquele número que eu falei, os 72%, ou o trabalhador ser beneficiado com as aplicações do recurso do Fundo? Essa é a grande dúvida.

Em ambos os casos, eu encerro dizendo o seguinte: para nós, a classe empresarial, depois de feitas as contas, depois de aprofundados os estudos, estaremos com o que for melhor para o trabalhador, repetindo, que o FGTS é fator de equilíbrio social. É assim que nós consideramos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço a participação do Sr. Flávio José Cavalcanti de Azevedo, que representa a CNI e passo a palavra em seguida ao Sr. Jacy Afonso de Melo, representante da Central Única dos Trabalhadores, por um tempo também igual.

O SR. JACY AFONSO DE MELO – Sr. Presidente, Senador Cyro Miranda; Senadora Marta Suplicy, Relatora; Flávio, representante da CNI; Paulo Eduardo, representante aqui do Ministério do Trabalho; demais companheiros e companheiras que estão aqui presentes, que são do Conselho Curador, estudiosos do assunto, tive a oportunidade de representar a CUT, durante os últimos quatro anos, no Conselho Curador do FGTS. Quem representa hoje a CUT é o companheiro Cláudio, que é o Presidente da nossa Confederação dos Trabalhadores da Construção Civil. Estava previsto para ele vir aqui representar a nossa Central Única dos Trabalhadores e a Bancada dos Trabalhadores, mas ele está lá em Rondônia, em razão da greve dos trabalhadores nas usinas e, portanto, não pôde comparecer. Tive a oportunidade de encontrar um dia com a Senadora e falar com ela da boa iniciativa do projeto da distribuição dos resultados do Fundo de Garantia.

Falei com a Senadora Marta Suplicy que finalmente a gente via quem atua nessa área. A gente sempre fica preocupado com algumas iniciativas na Casa, tanto no Senado, como na Câmara dos Deputados, iniciativas que... Os Deputados se preocupam com os assuntos, mas é que acabam apresentando algumas iniciativas que, no nosso entendimento, acabam prejudicando o conceito do Fundo de Garantia.

O Fundo de Garantia no Brasil foi instituído na década de 60, para substituir a estabilidade que o trabalhador tinha no emprego. Não vamos deixar de registrar isso. Portanto, para os trabalhadores também foi uma perda, porque se iniciou um processo de rotatividade da mão de obra no Brasil.

Há números aproximados de que, nos últimos anos, nós temos gerado 14 milhões de empregos no Brasil, contratados, e demitido 12 milhões de trabalhadores. E temos tido um saldo líquido, aproximadamente, de dois milhões de novos empregos. Então, há uma política de rotatividade no Brasil. Portanto, é necessário que o Congresso Nacional ratifique a Convenção da Organização Internacional do Trabalho, a Convenção nº 158, que garante o trabalhador contra a demissão imotivada.

Nós já tivemos, inclusive no Brasil, no governo do Presidente Itamar Franco, a ratificação da Convenção nº 158, e uma das primeiras iniciativas do Presidente Fernando Henrique Cardoso foi denunciar a Convenção, desratificar a Convenção nº 158. Por isso, inclusive, que no Brasil apareceram, no ano de 1995, primeiramente no Banco do Brasil, aqueles programas de demissão voluntária, PDVs, porque existia uma legislação que impedia a demissão. Portanto, você tinha que ter uma negociação e, por isso, apresentou o plano.

Então, acho que nós precisamos também no Congresso Nacional, tanto no Senado quanto na Câmara, ratificar a Convenção nº 158, porque isso equaliza os objetivos iniciais, inclusive porque a classe trabalhadora, os dirigentes sindicais se contrapunham ao FGTS na década de 60, porque estava acabando com a estabilidade. Então, acho que precisamos também equalizar esse processo dessa rotatividade que existe no Brasil.

Essa rotatividade gera, aí o Paulo poderia me auxiliar... Hoje nós temos aproximadamente mais de 600 milhões de contas do FGTS. Parte dessas contas são inativas por causa da legislação, em função da rotatividade. Ficam inclusive valores pequenos nessas contas, que geram um custo de gestão para o Conselho, porque se remunera a Caixa para administrar essas contas. Então, acho que precisávamos também pensar num processo de simplificação e de unificação dessas contas. Qual é o mecanismo? Porque há trabalhador que tem dez, quinze contas lá e isso gera um custo administrativo porque são contas, e a legislação tem que estar identificada e administrada.

A outra questão que acho importante é o conceito do Conselho do FGTS. É bom lembrar também que, a partir da iniciativa do Deputado Federal mais votado para a Constituinte de 1986, o então líder sindical Luiz Inácio Lula da Silva, que pediu aqui no Congresso Nacional informações sobre o Fundo de Garantia, gerou-se esse conceito do Conselho Curador do FGTS de que há a participação do Governo e da sociedade civil.

Nós gostaríamos que o Conselho Curador do FGTS fosse tripartite, assim como é o FAT, o Fundo

de Amparo ao Trabalhador, um terço do Governo, um terço do setor empresarial e um terço dos trabalhadores. Nós achamos que foi um avanço importante a constituição do Conselho com doze representantes do Governo e com doze representantes da sociedade civil.

Há alguns economistas de mercado, desse "Deus Mercado", na concepção deles, que hoje propõem até a extinção do Fundo de Garantia, com outros mecanismos e tal.

Então nós queríamos aqui, como Central Única dos Trabalhadores e demais centrais sindicais, defender a manutenção do Fundo de Garantia. Temos concordância de que esse processo, que é preciso ter um fundo, que é preciso ter esse círculo virtuoso, que é papel do Estado, inclusive, ter subsídios.

Acho que a fala do Paulo e a fala do Flávio colocam uma coisa importante. É preciso que a Nação e o Estado, está certo, tenham... Para se corrigir distorções neste País tem que haver subsídio, não só na discussão aqui da questão da habitação, mas em vários outros setores.

Então, nós achamos que a proposta da distribuição... Eu sou funcionário do Banco do Brasil, no qual nós temos fundo de pensão, e a gente discute muito a questão desse conceito da previdência complementar e a gente analisa os resultados.

Então, eu e o companheiro Alexandre, que é o assessor técnico da CUT e é técnico do Dieese, produzimos um documento, no ano passado, dizendo que era preciso discutir o superávit do FGTS. Eu queria passar para o Presidente e à Senadora esse estudo. É um pequeno artigo do ano passado, pautando esse assunto, que é preciso esses resultados serem distribuídos.

Ele é um primeiro gesto, um passo importante da equalização dos recursos dos trabalhadores. Portanto, nós somos favoráveis a que os resultados do Fundo de Garantia sejam, uma parcela dele, distribuídos, como qualquer outra instituição em que se tenha um resultado, um superávit. Você discute. Nós somos acionistas, não é? Do ponto de vista do conceito formal, nós somos cotistas do Fundo; mas do ponto de vista da população é como se nós fôssemos acionistas do Fundo de Garantia. Se ele deu resultado positivo, portanto, parcela desses recursos deve ser distribuída para os seus sócios, no caso, o Fundo de Garantia.

O que nós queremos discutir é como esse resultado aparece. Então nós tivemos um resultado positivo, e isso é importante, o que o Paulo colocou inclusive na constituição do fundo de investimento do FGTS, mas eu queria alertar, Srªs e Srs. Senadores, Senadora Marta Suplicy, que nós tivemos neste processo do Minha Casa, Minha Vida, há números aproximados, a classe trabalhadora brasileira subsidiou, nos últimos três anos, e com 2012, a ordem de R$18,200 bilhões de reais e o Governo entrou aproximadamente com R$4,800 bilhões de recursos.

Então, a classe trabalhadora, as nossas contas, em função dos resultados, subsidiou o Minha Casa, Minha Vida. E nós concordamos com isso. Nós concordamos e sempre achamos que é uma forma, que o trabalhador tem que ter subsídio. Mas nós achamos que é preciso que as contas sejam remuneradas melhor.

Anteriormente, quando o Fundo de Garantia tinha *déficit* e, portanto, teve que ser feito o acordo, era necessário que, como diz o Paulo, entre o passivo e o ativo do Fundo, entre a remuneração dos quotistas e o financiamento da casa própria, essa taxa de juros, essa correção tem que ser igual para não gerar desequilíbrio. Então, quando você não tinha subsídio, era correto remunerar as contas com um valor menor, porque você ajudava as pessoas a terem essa casa própria com essa remuneração. Mas se hoje nós temos o subsídio direto no Minha Casa, Minha Vida e se nós temos subsídio no Pró-Cotista, é possível, no nosso entendimento, remunerar melhor as contas.

No ano passado, a inflação foi de 6,5%. A correção das nossas contas no Fundo de Garantia, 4,3%. Isso significa que quem deixou os seus recursos, que não utilizou os seus recursos que estão depositados nas contas individuais no Fundo de Garantia, teve um rendimento negativo, abaixo da inflação. Não achamos justo que um trabalhador tenha o seu recurso depositado e que não seja remunerado. A proposta da Central Única dos Trabalhadores é que essa remuneração deva ser a mesma remuneração de uma poupança.

Se você coloca um recurso para ser depositado tem que ter a mesma correção lá da poupança.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Sr. Jacy, só para corroborar, representou 26 bilhões a perda no ano passado.

O SR. JACY AFONSO DE MELO – Nós achamos que esses valores...É preciso que primeiramente sejam corrigidas as contas individuais de acordo com a poupança, o que significa que teremos um resultado menor do que hoje está sendo gerado. É importante isso. Quando você tem a distribuição dos resultados, diminui esse valor individual de perda que as pessoas estão tendo hoje, corrige. Esse é um passo importante, mas queremos ir além. Os sindicalistas, a CUT, são ousados, protagonistas e queremos que seja, nesse momento, corrigidas as contas individuais, Senador Wellington Dias... Wellington é funcionário da Caixa Econômica, ex-Presidente do Sindicato dos Bancários...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Jacy é meu professor.

O SR. JACY AFONSO DE MELO – Então, queremos que seja corrigida essa remuneração e que seja aprovada a Convenção nº 158, para acabar com a rotatividade. Esse é o objetivo.

Por último, reafirmamos a nossa defesa do ponto de vista do subsídio, vamos acabar este ano o projeto do acordo que foi feito, o diferimento da ordem, a partir do ano que vem, de aproximadamente 5 bilhões de resultado. Se consideramos que este ano nós tivemos 5 bilhões aproximadamente de resultado, mais 4,5 bilhões de subsídio no Minha Casa, Minha Vida, mais no outro Pró– Cotista, que não lembro os valores aqui, e mais o 5, teremos um resultado positivo do Fundo quase da ordem de R$15 bilhões.

Então, é possível suportar a diferença entre a remuneração da poupança e a remuneração pela TR mais 3, que foi de 6,2 bilhões no ano passado, ou melhor, a diferença entre a remuneração da poupança e a remuneração do TR mais 3, só no ano passado, de 6 bilhões. Então, portanto, mesmo com a correção com 6,2, teríamos ainda superávit para subsidiar o Minha Casa, Minha Vida e distribuir os resultados.

Por último, quando falamos do ciclo virtuoso que o FGTS está propiciando, nós precisamos também discutir as contrapartidas sociais e as obrigações dos Estados, Municípios e empresários. Portanto, quero ser preciso às orientações da Cbic e da CNI, que não coadunam com a precarização das relações de trabalho. O setor mais informal deste País é o da construção civil. Como pode a classe trabalhadora botar os seus subsídios, botar os seus recursos, gerar economia e o seu emprego não recolher o Fundo de Garantia, não ter 13º, porque não existe. É uma contradição, ou seja, são os trabalhadores que propiciam essa receita ao setor empresarial – porque estão gerando a economia e são eles que estão ganhando dinheiro. Que não se assumam compromissos com a classe trabalhadora na contrapartida e nas melhores condições de trabalho neste País. Nós defendemos uma contratação coletiva nacional entre a classe trabalhadora e a classe empresarial, na área da construção civil, para a gente ter um acordo nacional, assim como os bancários têm um acordo nacional entre a categoria bancária e o sistema financeiro.

Muito obrigado por essa oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço a participação e a boa ilustração do Sr. Jacy Afonso de Melo, representante da CUT.

Antes de passar a palavra à Senadora Marta Suplicy, que é nossa Relatora, e posteriormente aos demais Senadores inscritos, quero agradecer, de antemão, a presença dos senhores convidados.

Quero dizer que agora começa o ciclo mais importante desta Subcomissão. Ao analisarmos a necessidade de se reparar o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço tivemos vários problemas e vários questionamentos. Esse é um fundo dirigido ao trabalhador, um dinheiro do trabalhador colocado pelas empresas por meio de projetos que foram aprovados. Veio para corrigir a desigualdade que tínhamos até o ano de 1963 – e o Sr. Jacy aqui mencionou. Quando o trabalhador completava dez anos, tinha direito à estabilidade. Então as empresas, com nove anos, nove anos e meio, os demitiam. Então, em 1963 criou-se a figura do Fundo de Garantia para reparar essa questão, para que não acontecesse isso. Vimos, através do tempo, os caminhos que foram tomados não a contento. Então, esta Subcomissão tem por finalidade – quando encerrar todo o seu ciclo de audiências públicas das mais diversas, feitas a várias mãos – concluir um projeto e oferecê-lo ao Congresso, um projeto que seja digno para os trabalhadores.

Passo, então, a palavra à Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Quero agradecer a participação dos três convidados, que já deram bastantes subsídios para a gente pensar. Começo com o primeiro palestrante, que foi o Sr. Paulo Eduardo Cabral Furtado. Veio por parte do Ministério do Trabalho e fez, como mencionou o nosso Presidente, Senador Cyro Miranda, uma retrospectiva da importância do Fundo e do início, em 2006, do Fundo usado de outra forma, pela primeira vez, para comprar a casa própria. Foi um avanço extraordinário. Depois, também me pareceu muito importante a observação de que sem subsídio não conseguíamos que o trabalhador mais pobre comprasse a sua casa. Então, parece-me o entendimento de todos e também é bastante importante.

O segundo palestrante, Flávio Azevedo, da CNI, considera que é um fator de equilíbrio social. Pareceu-me uma preocupação muito grande, e com a qual compartilho, a importância do investimento em infraestrutura. Nós aqui ontem tivemos uma audiência pública – esse dois dias foram fortíssimos – sobre a desindustrialização do País por outros setores. As audiências foram sobre "guerra dos portos". No fundo, representam 22% do problema da desindustrialização. Agora, o restante tem a ver com infraestrutura. O recurso que o Governo tem hoje para trabalhar muito e livremente é o do Fundo. Então, essa ênfase é absolutamente compreensível e a gente tem de preservar. Ficou muito claro também.

Tenho uma pergunta. Fiquei curiosa porque não tenho essa informação. Foi dito que o Minha Casa, Minha Vida tem 88% de dinheiro do Fundo e 12% do

Governo. Tudo bem, eu imaginava mais ou menos isso. Mas a pergunta é: quanto esses 88% representam no lucro? É aí que está a questão. Claro! Se for um monte, mudou a conversa. Se for para um pouquinho... Estou perguntando aqui sobre esses dados, mas talvez vocês já tenham os estudos. Nós vamos fazer os estudos, o Senado vai fazer. Vamos pedir. A Caixa já se propôs a colaborar com os estudos, mas essa me parece a grande questão, se a gente quer preservar o investimento, concordo plenamente. Queremos manter, também, o investimento na habitação. O recurso é esse. Então, a avaliação de quanto esses 88% que estão sendo postos vai afetar o lucro, para a gente poder distribuir ou não esse lucro. Se não, pode dar realmente muito pouquinho. Agora, também fiquei interessada no pouquinho. O que é pouquinho para um é um monte para o outro. Então, sobre isso também temos de pensar. Nunca vou me esquecer de uma vez em que queriam aumentar as passagens em São Paulo. Acho que estavam falando de centavos, mas foi uma grande briga. Que diferença vai fazer R$0,5? Vá ser trabalhador, no final do mês, para saber se faz ou não diferença. Esse pouquinho pode não ser tão pouquinho. Às vezes, a pessoa quer um dinheirinho para fazer um tratamento de dente e esse pouquinho é o que vai possibilitar fazer uma prestação e não perder o dente. Então, são coisas assim que a gente tem de pensar e que gostaria que vocês me ajudassem a entender melhor.

A outra questão que me ocorreu foi com o Jacy. A CUT tem outra ênfase. Está sendo bastante rico. Acho que foi bom, Presidente Cyro, termos colocado os representantes juntos porque, ao final, ouviríamos só a informação do Governo ou só a da CNI, sem criar – não um conflito – essa diversidade de opiniões que enriquece muito. Fiquei com uma questão. Não ficou clara a posição da CUT. Por quê? Que o Fundo é mal remunerado todos sabemos, daí 27 projetos aqui tentando melhorar essa situação. Agora, também sabemos que, se aumentarem a remuneração, quem vai emprestar, ao invés de pagar 6%, vai pagar 12%. Por isso a gente sempre imbrica, porque não dá para fazer. Agora, vi uma crítica em relação a essa remuneração. Então, quero saber se a CUT pensou como fazer. Nós, aqui, já estamos pensando nisso e não conseguimos. Se fosse só aumentar o índice era muito fácil, resolveríamos o problema.

Tem outra coisa que eu queria colocar. Achei muito importante o ponto colocado sobre a construção civil, que o empresariado acaba sendo beneficiado com o dinheiro do Fundo de Garantia. É a área em que há menos trabalhadores com Fundo de Garantia. Isso foi muito importante. Acho que, realmente, temos de pensar sobre esse ponto levantado.

Agora, há outro projeto. Hoje estamos discutindo dois projetos. Um distribui o lucro. Um é de minha autoria; o outro é do Paim. Há outro projeto que é do Paim e mais alguns Senadores que achei muito interessante também. Queria colocar como questão para os três palestrantes nos ajudarem. Acho que o Cyro colocou bem. Isso vai ser feito com todos juntos aqui. Ele propõe distribuir em três partes: em uma os recursos vão para o Governo; em outra vai para a conta do trabalhador; e a do meio vai para o investimento, para a casa própria. Seria mais ou menos isso. É o projeto. Olhe, Jacy, é mais ou menos essa a divisão. Eu olhei e achei que pode ser interessante, mas fiquei pensando. Esse projeto deve ter sido feito com a intenção de garantir uma distribuição de lucro aqui, de garantir uma parte do Fundo. Não é Governo, aqui é o Fundo. E o investimento, se der, faz. Interpretei assim. Então, de um lado, se nós formos pensar no que foi exposto aqui – e com o qual concordo –, a coisa mais importante do Fundo é o trabalhador, ele protege o trabalhador esse raciocínio. O Fundo está lá e não vai ser diminuído. Ao mesmo tempo, ele traz um ônus de que, talvez, tenhamos de investir menos. Por que estou falando tudo isso? Porque tenho de entender o que vou fazer com esse projeto. Esse projeto é interessante, ele é interessante. Mas gostaria de ouvir o que vocês têm a dizer sobre ele.

Minhas considerações eram essas. Muito obrigada.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senadora Marta Suplicy. Pois não.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Gostaria só de falar, Presidente. Primeiro, quero parabenizá-lo pela iniciativa, por todo o apoio e pela escolha da Senadora Marta como nossa Relatora. Quero saudar o Dr. Flávio Azevedo, o Dr. Paulo Furtado, meu companheiro Jacy Afonso. É um prazer recebê-los aqui.

Quero só chamar a atenção sobre o que não podemos nos esquecer, nesse processo, em nenhuma hipótese, é da proteção do principal: os trabalhadores. Esse Fundo tem uma razão a mais que é o momento da demissão. Essa é a essência. A gente nunca pode se esquecer disso. Aqui tramitam inúmeros processos querendo puxar um pedaço para cá, um pedaço para lá, fazer uma alteração disso, daquilo. Aliás, é loteria e FGTS. São os dois sobre os que mais se têm idéias do que fazer com os recursos.

Creio que esse foco que foi dado na área de habitação é bom para todos. Ele é bom para a sociedade, porque dá a solução – e aí é o nó em relação à

remuneração. É um pacto em que você faz uma remuneração mais baixa do dinheiro do FGTS com os 3%, mas em compensação você também, com uma parte do Governo, dá um subsídio melhor para pessoas de baixa renda, lá na outra ponta. Então, vejam, resolve-se o problema de quem não tem habitação, fomenta-se a geração de emprego na construção civil. Aí eu quero chamar a atenção para o fato que lembra o nosso Secretário de Organização da CUT: a construção civil. Não tem como. A CNI faz um esforço para reduzir a informalidade no comércio e em outras áreas, mas a área mais beneficiada por uma boa vontade, vamos dizer assim, por um pacto com os trabalhadores, é aquela que se esquiva e onde mais encontramos informalidade. Então, tem de ter, aí, uma reação mais forte nessa direção. Acho que esse é um ponto, Senadora Marta, sobre o qual a gente tem de se debruçar pela importância que tem. E faz a economia crescer, ou seja, você fomenta a economia. Então, creio que quando a gente pulveriza demais, tira do foco, a gente termina não atingindo objetivo nenhum. Então, quero aqui me centrar. Minha defesa aqui no Senado tem sido no sentido de a gente não se desfocar. Se a gente, um dia, resolver o problema da habitação de tal modo que não precisemos mais dessa engenharia, assino embaixo. Mas, neste instante, acho que essa é a essência e está dando certo. Os dados de crescimento do Brasil, de geração de empregos, são positivos em todos os setores, na indústria. Aí, atinge-se a indústria com aquilo que a habitação tem a ver com o produto industrializado, com a construção civil diretamente, mas também faz aumentar o próprio FGTS com o crescimento de empregos positivos.

Queria apenas, Presidente, dar essa contribuição.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Wellington Dias. Passo a palavra ao Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Senadora Marta Suplicy, colegas, senhores debatedores, de cara, vi o colega Senador Wellington Dias questionar. Se não me engano o Jacy, que representa os trabalhadores, disse que a questão do Minha Casa, Minha Vida, os recursos dos Fundo de Garantia vão... Quer dizer, a CNI os recebe. Com a aplicação, com essa movimentação do dinheiro dos trabalhadores, pelo que senti, no Wellington, a CNI pratica a maior informalidade em relação aos trabalhadores? Não entendi isso.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – A construção civil.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – A construção civil recebe os recursos, aplica para... Quer dizer, para fazer o movimento Minha Casa, Minha Vida, a construção civil usa muita informalidade. É isso?

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Não é obrigatoriamente que usa, acho que todos tentam fazer, até com outras ações formais, mas se a gente for ver o espectro de recursos e o número de trabalhadores que emprega, que é gigantesco, muitos são informais. Então, criou-se um paradoxo. Acho que foi isso que já se tentou colocar. Criou-se um paradoxo. A maior parte. Mas não é importante isso no escopo do que estamos conversando. Acho que o importante é que saibamos isso e possamos ter alguma ação em relação a isso, porque está ocorrendo. Pelo que eu entendi é isso, Jacy.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Mas não tem o Ministério do Trabalho que fiscaliza isso?

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Exatamente.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Porque me parece que o Ministério do Trabalho tem que fiscalizar.

Hoje, vai trabalhar na construção civil, e aí eu retifico, não é culpa da CNI, não tem nada a ver. Quer dizer, a construção civil, se os trabalhadores estão trabalhando, estão realizando, e não têm carteira assinada ou coisa que o valha, vai dar problema.

O Ministério do Trabalho não está agindo em alguma falha. Eu acho que é bom fiscalizar isso então, de certo modo. Eu acho que é correto.

A outra questão que eu gostaria de deixar aqui para os debatedores, não sei quem é que podia... Os subsídios dos recursos do Fundo de Garantia existem para o Minha Casa, Minha Vida. Existem subsídios, porque eu vi aqui. Hoje nós temos uma remuneração de tanto, que dá para o trabalhador, uma parte é aplicada em subsídios, e esses subsídios, eu diria assim, os projetos em bairros, aquela infraestrutura, eu sei que várias prefeituras têm que fazer convênios. Não se pode autorizar, se não estiver ali no projeto Minha Casa, Minha Vida, fazer 500 casas, 200 casas, ou apartamentos. Mas tem que ter infraestrutura de água, de saneamento básico, tem que ter já o calçamento, o asfalto, para não fazer um loteamento de casas do Minha Vida, casas ou apartamentos, e ficar na poeira. Muitas vezes acontece isso. Então tem que ter.

Eu não sei se se aplica também isso. Se aplicar nisso com subsídio eu acho correto, porque ali é gente com poder aquisitivo menor que vai conseguir o Minha Casa, Minha Vida. Agora, esses subsídios, vamos dizer, com recursos mais baratos do Fundo de Garantia, para as casas dos trabalhadores, até que valor, mais ou menos, tem subsídio? Eu não sei aquilatar. Uma

casa de até quantos metros quadrados? Oitenta metros? Cem metros quadrados?

Porque hoje o Fundo de Garantia também financia a classe média. Ele financia valores maiores, R$400 mil, R$450 mil, R$500 mil? Não sei se já há essa diferença, para que, com os resultados do Fundo de Garantia, se venha a conceder subsídio para quem tem uma renda maior. Já existe uma classificação? Eu gostaria que o senhor respondesse depois. Isso eu acho que é interessante.

E a outra questão... Parece que o Jacy foi que falou que a remuneração do ano passado para o trabalhador deu 4,13. E o resultado, vamos dizer, foi bem mais. Acima da poupança, vamos supor. Acima da poupança, que faz investimentos. Os recursos, quem administra, é a Caixa, no caso. A Caixa vai gerar, aplica uma boa parte em subsídios para essas questões sociais, o Minha Casa, Minha Vida, infraestrutura, até certa classe, valores menores, tantos metros quadrados; e a outra parte, depois, vai se discutir aqui se vai remunerar o trabalhador ou não vai, ou no que é aplicado.

E quanto é que a Caixa, não sei quem é que poderia responder isso, quanto é que a Caixa cobra para administrar isso? Tem muita gente que fala que para administrar os recursos a Caixa cobra um valor. Quanto é que cobra, mais ou menos? Se é possível informar. Não sei se já foi informado hoje. Peço perdão se já foi. É só para ter uma noção disso. Quanto é que ela cobra para administrar o dinheiro do Fundo. Porque deu 4,3 o ano passado. Eu sei que deu bem mais. É para ajudar, para subsidiar os que menos ganham, do Minha Casa, Minha Vida, até certo limite. E a outra parte se é para distribuir, ou no que é aplicado. E a Caixa, para administrar esse trabalho? É um fundo. O Banco do Brasil administra fundo, outros bancos administram. Nesse caso, é a Caixa que administra. Mais ou menos. Não sei se é possível informar, só para começarmos a ter uma noção em relação a isso.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Casildo.

Nós estamos fazendo todas as indagações e considerações, e, no final, os senhores respondem, porque nós somos em número menor aqui na Subcomissão.

Passo então a palavra à Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria agradecer a presença dos expositores do Ministério, da CNI, da CUT, e dar uma explicação.

Temos, aqui no Senado, cumulativamente, várias atividades. Eu estava correndo entre duas comissões. Na Comissão de Relações Exteriores, era relatora da indicação de embaixadores. Isso impediu que eu ficasse assistindo a todos os depoimentos, mas minha assessoria ficou aqui me ajudando.

De qualquer modo, eu queria perguntar especificamente ao Jacy, porque você distribuiu aqui a posição da CUT sobre as questões relacionadas ao Fundo de Garantia. E o próprio desenho da distribuição dos recursos que vocês apresentam, de 37,3 bilhões, a maior parte, 61%, está na habitação. E vocês mesmos reconhecem a importância.

Um país que não tem poupança de aposentadoria, de fundo complementar, de fundo de pensão, ou outra forma de poupança, precisa criar mecanismos, como é o Fundo de Garantia, que é uma poupança do trabalhador formalizado. Essa é a poupança dele. Não é nossa. E quando saímos, nós recebemos.

A distribuição disso é claro que tem um valor social também, porque o Brasil ainda é deficitário, e muito, em habitação, moradia. Então, 61% concentrando o investimento. A infraestrutura, isso apenas dos investimentos, 11%; e saneamento, 13%.

Considerando que a questão de saneamento no Brasil é uma coisa gravíssima, gravíssima, nós temos esgoto a céu aberto em cidades que estão na nossa cara. Algumas cidades. Eu tenho, lamentavelmente, no Rio Grande do Sul, a líder em falta de saneamento, que é a cidade de Canoas, do lado da capital.

Não seria necessário fazer uma nova revisão dos critérios de aplicação desses recursos? Ou então casar o investimento em habitação com o investimento...

Não adianta fazer um projeto como o Minha Casa, Minha Vida se não houver as condições básicas de saneamento, não só no conjunto habitacional, mas no entorno, porque não é justo você ficar isolado e não haver saneamento no bairro ao lado de onde é o Minha Casa, Minha Vida. Essa é uma questão.

E a outra questão, também para o Jacy, é a seguinte: nós, hoje, temos uma carga tributária pesada e o subsídio que é dado é sustentado pelo trabalhador formal, para aquele que já desconta. E também para o setor que contribui com o imposto para quem está na formalidade. Não seria mais justo que esse subsídio passasse para o poder público, da receita que arrecada dessa carga tributária dos impostos, que é pesada, e se liberasse esse dinheiro do subsídio do Fundo de Garantia para outras questões, como essa que acabei de falar? Essa é a única questão que tenho para o representante da CUT.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Eu consulto os meus colegas se eu posso fazer também a minha indagação daqui, porque, pelo Regimento, eu teria que fazer uma alternância.

Então, muito obrigado pela deferência.

Srs. convidados, muito obrigado pela presença, pela participação.

Eu entendo, como todos aqui já falaram, primeiro, que o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço é um fundo do trabalhador, com dinheiro a que ele tem direito das empresas. E acho que é o que menos pode optar nas suas regras e no planejamento.

Entendo que o Fundo teria que ser como um fundo privado. Ele tem que dar resultado. A primeira indagação minha: foi dito aqui que só 30% pode aplicar nesse projeto do Fundo. Por que, em primeiro lugar, só 30%, se é dinheiro que é do trabalhador? Os senhores imaginem o contrário. Eu ir a um banco e dizer ao banco que aquele dinheiro, que é dele, ele só vai poder aplicar tanto assim, tanto assado, ter uma participação só disso. Não entendi.

Segundo: o trabalhador precisa se manifestar se ele quer ou não participar, ou isso automaticamente já é do Fundo?

Foi dito muito aqui. A nossa preocupação é que o Fundo tem perdido... De 2003 a 2011, o Fundo de Garantia perdeu R$93 bilhões, pela correção. Isso foram dados levantados pelo próprio Governo. Eu não sei se o Sr. Jacy tem esses dados. Sr. Jacy, o senhor tem esses dados? Nós levantamos que, de 2003 a 2011, o Fundo perdeu R$93 bilhões de correção. Como essa que o senhor exemplificou agora. No ano de 2011, a perda foi de 26 bilhões, porque a TR corrigiu 4,2, e a inflação real foi de 6,6, mais ou menos. Se pegarem essas distorções de 2003 a 2011...

Agora, é evidente que ele deve ter tido outros tipos de ganho, em alguma outra coisa, bastante inferior. Então, eu gostaria de saber. Essa equação tem que fechar.

Agora, toda vez que nós falamos que vamos fazer uma correção maior para o Fundo, dizem assim: "Ah, mas vai custar mais caro para o trabalhador a casa." Primeiro, eu queria saber a quanto a Caixa pega do trabalhador, nesse fundo, e a quanto ela empresta para o trabalhador. Parece-me que tem um *gap* aí que precisa ser justificado.

Segundo, se nós tivéssemos uma correção maior, esse fundo do trabalhador seria muito maior. Provavelmente, de 2003 para cá, com essa perda de correção, nós teríamos uma estimativa de três vezes mais. Ora, se tenho três vezes mais, eu vou precisar de menos dinheiro para comprar a minha casa, porque, normalmente, esse dinheiro, quando o trabalhador vai comprar a casa própria, é parte do financiamento. A outra parte é financiada pela Caixa. Se o Fundo é muito maior, em vez de precisar de 40% de financiamento, pode ser que ele precise de bem menos. Essa conta precisa ser feita também. Eu até agora não entendi.

Por que os 10% que nós pagamos, através das empresas, para cobrir os planos Collor e Verão – isso já foi coberto de sobra – também continuam? Essa é uma coisa que não é justa com o empresário. Ele tem que pagar 40% na demissão sem justa causa, e mais 10% de um plano que já foi coberto.

Eu pergunto também ao representante do Ministério do Trabalho: não há fiscalização? Foi dito que há evasão de receita por não se registrar o trabalhador. Mas, pelo que me consta, há uma fiscalização muito rígida do Ministério do Trabalho. Eu acredito que essa evasão de receita, por não se registrar o trabalhador, deve ser nas pequenas construtoras, em coisas que estão na informalidade. Mas eu não sei se esse número é realmente expressivo. Se for, tem que ser combatido e alijado do processo. É uma contravenção que está existindo no processo.

A nossa missão aqui é que saiamos, no final, com essas questões, dentro de um projeto, todas resolvidas. As questões são muitas.

Eu tenho mais uma. Eu quero saber por que o Fundo autorizou agora 2,9 bilhões para o Tesouro para minimizar o corte de orçamento de 55 bilhões. Isso até agora ninguém me respondeu.

O Ministro Mantega veio aqui e falou: "Eu não sei, mas ainda hoje alguém do Tesouro vai ligar para o senhor, Senador, e lhe dar essa explicação." Tem duas semanas. Ninguém me explicou. Passaram a mão em 3 bilhões.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sou testemunha, achei que tinham lhe dado a resposta.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Pois é, eu também achava. Mas não veio a resposta. Isso é dinheiro do Fundo do trabalhador. Como é que se passa a mão nesse dinheiro?

Então, são essas questões. Eu acho que o Conselho Curador está aí para fiscalizar e ver se isso é possível. Eu não sei se tem brecha para que o Governo possa passar a mão nisso e não dar satisfação.

Então, essas são, da minha parte, as minhas indagações.

Agora, como Presidente, passo a palavra a cada um dos nossos convidados, pelo tempo de cinco minutos, para que possamos esclarecer as dúvidas dos Senadores colegas.

Passo então a palavra, primeiro, para o Sr. Paulo Eduardo.

O SR. PAULO EDUARDO CABRAL FURTADO – É muita coisa, mas me deixem tentar organizar algumas questões que foram colocadas pela Relatora, a Senadora Marta Suplicy.

A questão do 8812. Mais ou menos a senhora coloca uma questão que combina com o que eu, na minha exposição, fiz. Na verdade, a vigência dessa al-

teração legislativa tem que ter uma concertação entre o Conselho Curador, o Governo e o Congresso, para que essas questões fiquem realmente equalizadas.

Boa parte do resultado do Fundo, eu poderia dizer aqui que quase a totalidade do resultado do fundo positivo, nos últimos tempos, tem uma causa que não é operacional. Na verdade, o Fundo sempre teve uma disponibilidade alta, sempre teve um caixa livre muito alto. Por quê? Porque a demanda pelos recursos do Fundo não alcança a totalidade desse Fundo.

Então, nós aplicamos os recursos do Fundo de Garantia em título público, que teve uma rentabilidade alta durante boa parte. Começa a decrescer agora. Então, há duas situações perversas para o Fundo de Garantia. Primeiro, a disponibilidade começa a decrescer, em razão da demanda extraordinária que tem havido por recurso do Fundo na aplicação principalmente em habitação.

Ano passado, o Fundo teve um orçamento, sem subsídio, só orçamento para investimento na área de habitação, de R$36 bilhões. Isso sangra o caixa do Fundo e aí você tem duas combinações de variáveis que tornam esse resultado decrescente. Uma é a baixa da taxa de juros e a outra, realmente, é a diminuição da disponibilidade.

Então, por isso eu acho que, na verdade, essa conversa, saber realmente as variáveis... No Conselho, nós temos condições, a Caixa também tem condições de discutir essa questão. Por isso eu acho que, na verdade, tem que ver o momento ótimo de vigência disso. Eu acho que a proposta é boa.

Segundo, a questão dos recursos que vão para o trabalhador. Na verdade, esse reajuste que eventualmente possa haver na conta do trabalhador, esse depósito a mais por conta da distribuição do resultado para o trabalhador não pode ser sacado, sob pena de se trazer aqui uma contradição nesse projeto. Por quê? Porque não queremos que haja diminuição do subsídio, porque não queremos que haja diminuição do investimento.

E o grande problema, hoje, do Fundo de Garantia é o saque. Ou seja, o saque, no Fundo de Garantia, alcançou um patamar muito grande. Eu vou dar um número aqui mais ou menos assim. O Fundo tem 45 anos de existência. Em 45 anos, hoje o Fundo tem 290, grosso modo, 290 bilhões de patrimônio. Esse é o patrimônio do Fundo.

Em sete anos, só de saque do Fundo de Garantia, em valores nominais, foram 292 bilhões. Ou seja, na verdade, o limite de saque do Fundo de Garantia precisa de certa cautela. Por quê? Porque se você saca, você não tem dinheiro para investir. Essa é a lógica do Fundo.

O Fundo realmente tem duas situações, tem duas missões institucionais muito importantes. A primeira é o patrimônio do trabalhador, para preservar, no momento, principalmente, da demissão sem justa causa, que é o mote, digamos assim, da criação do Fundo.

O outro, enquanto esse recurso não é sacado, o investimento maciço em habitação, saneamento e infraestrutura urbana.

Então, a combinação, esse equilíbrio precisa existir, sob pena de descaracterizar o Fundo. Não pode haver um saque massivo no fundo de garantia, porque o Fundo não foi criado com essa finalidade. O Fundo não é uma conta corrente. Na verdade, ele foi feito para acumular. Se ele não acumula, ele não é fundo.

É preciso ter certo equilíbrio e certa prudência na questão do saque. Por isso eu defendo que o recurso, na eventualidade da aprovação dessa matéria, que for creditado na conta do trabalhador não seja sacado. Esse é um ponto. Até para que haja uma situação e se mantenha a capacidade de investimento do Fundo. Se saca, você não tem a capacidade de investimento do Fundo, porque esse dinheiro vai embora. Só é mantido no Fundo de Garantia, para efeito de investimento, aquele dinheiro que não é sacado pelo trabalhador.

Então, é preciso ter a compreensão de que, na verdade, são duas missões institucionais fortes no Fundo de Garantia. A preservação do patrimônio para o saque no momento da demissão, principalmente, mas, enquanto não é sacado, nós devemos ter esse recurso gerando emprego, gerando renda, gerando benefício social.

Então, o saque é uma contradição, é um ponto fora da curva, digamos assim, num fundo. Em qualquer fundo. Não só no Fundo de Garantia, mas em qualquer fundo. A sobrevivência do fundo requer esse equilíbrio.

A questão da fiscalização, que foi tocada pelo Senador Casildo Maldaner e pelo Presidente também, é efetiva. No Ministério teve uma diminuição muito grande dos fiscais, mas se colocou a inteligência. O Conselho Curador tem alocado recursos para melhorar a fiscalização. Isso tem dado resultado.

Vou dar um dado da construção civil. A construção civil melhorou enormemente a questão da formalização. Em relação a 2010/2011, a média de acréscimo de todos os setores foi em torno de 16%. A contribuição da construção civil cresceu mais de dez pontos percentuais, chegando quase a 27%. O crescimento da arrecadação do FGTS no setor da construção civil significa que houve formalização. Então, isso é um dado que aponta para essa combinação que tem havido. E aqui, como falou o Jacy, louvo a atitude da Cbic nesse aspecto.

A questão que o Presidente mencionou, sobre os 30%, vem exatamente nesse aspecto. Ou seja, o que se tira do Fundo de Garantia para aplicar em outro aspecto ou para sacar é recurso que se tira para aplicação em habitação. Então, precisa ter um equilíbrio. Se você saca 100%, não tem dinheiro para aplicar em habitação.

Então, a prudência de colocar um limite de 30% para o trabalhador aplicar no fundo de investimento do FGTS, que é um fundo de investimento que aplica em infraestrutura, tenta preservar recursos para habitação, saneamento e infraestrutura. Isso por quê? Porque esse dinheiro sai do patrimônio do Fundo de Garantia, os 30% vão para outro fundo para ser aplicado em infraestrutura, energia. É importante também. Mas, se você tira mais do que isso, você não tem como aplicar recursos em habitação. Não tem giro para aplicar em habitação. Ou seja, o que sustenta a aplicação da habitação é o dinheiro que fica na conta do trabalhador. Se se tira esse dinheiro da conta do trabalhador, não tem dinheiro para aplicar em absolutamente nada, nem em habitação, saneamento ou infraestrutura.

Por isso que se teve a prudência de se estabelecer um limite de 30%, para que se possa aplicar no fundo de investimento, que é um fundo importante, tem cumprido a sua finalidade. Mas, se se coloca uma possibilidade de saque superior a 30%, compromete as outras políticas do Fundo, especialmente habitação, saneamento e infraestrutura urbana. O trabalhador pode optar. Ele pode não aplicar esses 30%. É por opção do trabalhador.

Outra questão colocada pelo senhor, a questão de perda do Fundo de Garantia é uma premissa falsa de que houve perda de R$93 milhões. Na verdade, isso não corresponde à realidade, e vou lhe explicar o porquê, Sr. Presidente.

Na verdade, a conta do trabalhador é corrigida pela TR mais 3%. Isso está na lei há mais de 20 anos. Então, alguém fez um cálculo e disse o seguinte: "olha, em vez de ser TR, se fosse a inflação seria..." É evidente que seria mais. Se fosse também, sei lá, um índice que cresceu muito, o Ibovespa, que cresceu 90%; ao invés de colocar a TR se colocasse o índice do Ibovespa, seria um crescimento extraordinário.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – O senhor me permite um aparte? É que, na época, a TR espelhava a inflação. Depois, o índice de correção da inflação mudou de 2003 para frente. Então, o que dizemos que tem a perda é em relação à inflação. Se ele é compensado depois com participação de investimento, é outra coisa. Mas a perda que ele tem, como foi dito aqui no ano passado, que foi de quatro e pouco para seis e pouco – ele perdeu dois e pouco por cento –, isso vem acontecendo desde 2003 em relação à correção monetária

O SR. PAULO EDUARDO CABRAL FURTADO – Perfeito.

Então, só para dizer, isso em relação ao Fundo é neutro. Por que é neutro? Porque, na medida em que se tem um reajuste do passivo do Fundo – imaginemos, então, que se coloque no passivo do Fundo, que se reajuste a conta do trabalhador com INPC mais 3% –, esse recurso é automaticamente repassado para o ativo. Então, encareceria o crédito imobiliário e o FGTS teria a receita do INPC. Então, para nós é neutro.

Se se coloca o INPC como indexador do passivo, ele automaticamente vai ser um indexador do ativo. O crédito imobiliário fica mais caro e, do ponto de vista da gestão do fundo, é neutro, porque tenho uma despesa na conta do trabalhador com INPC que é compensada pelo retorno do financiamento que tenho aqui no financiamento habitacional.

Então, quero dizer, na verdade, é que essa premissa, se for falar da conta do trabalhador, é outra coisa. Agora, dizer que o Fundo de Garantia perdeu R$93 milhões, desculpe-me, mas, na verdade, é só um exercício.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – E aquele trabalhador que não mexe no Fundo durante a vida toda? Ele perde ou não perde?

O SR. PAULO EDUARDO CABRAL FURTADO – Em relação à inflação, sim. Mas em relação ao Fundo de Garantia, ao conjunto, não há perda, porque a regra do jogo é essa. Poderíamos aqui fazer vários exercícios e dizer que houve perda para o Fundo de Garantia.

Agora, o que quero lhe dizer é que isso, do ponto de vista do Conselho, da gestão do Fundo, é neutro, porque no momento em que se aumenta um percentual aqui, o passivo, vai se aumentar o ativo, e esses recursos vão se compensar. Entendeu? Então, só para dizer que, na verdade, é só um exercício. A regra do jogo está estabelecida legalmente que a remuneração do trabalhador é TR mais 3%, que o conjunto das contas do trabalhador é TR mais 3%. E essa TR, que é o indexador, é repassado para o ativo. Então, só para esclarecer aqui algum ponto.

Outro ponto colocado pelo Presidente é a questão do recurso que é repassado para empréstimo. Na verdade, a taxa de juros que ganha o banco, qualquer banco, a Caixa, é 2,16% ao ano. Esse é o ganho que tem o banco para emprestar em habitação o recurso do Fundo de Garantia. Há de convir que, na verdade, é um ganho pequeno. Por isso que só a Caixa aplica o recurso do Fundo de Garantia. Ela toma a 6% do Fundo de Garantia e empresta a 8,16%. Então, o *spread* é de 2,16% ao ano. É um *spread* muito pequeno. E só

um banco público, como a Caixa, tem a capacidade de fazer isso. Por isso que poucos bancos participam da aplicação do recurso do Fundo de Garantia, embora possam fazer isso.

E mais, essa taxa de juros ao consumidor final, na baixa renda, é negativa. Por quê? Por conta do subsídio.

Então, só para explicar rapidamente como funciona o subsídio. Na verdade, a capacidade de tomar crédito de uma pessoa que ganha um salário mínimo é, grosso modo, R$2 mil. Com R$2 mil ela não compra absolutamente nada. Então, se acrescenta artificialmente a capacidade de endividamento dessa pessoa e ela toma, por exemplo, um empréstimo de R$25 mil. Então, ela leva um empréstimo de R$25 mil e, imediatamente, o fundo quita com R$23 mil, que é o subsídio, e ela fica devendo R$2 mil. Então, a taxa de juros desse empréstimo de R$2 mil é a negativa aí com um bote, muitas casas negativas dessa taxa de juros.

Então, do ponto de vista do Fundo de Garantia, tenho absoluta tranquilidade para afirmar que o Conselho tem cumprido a sua finalidade social, de equilíbrio social, de repasse para o conjunto da sociedade. Essa é uma contribuição, inegavelmente, devida aos trabalhadores. Os trabalhadores são quem suportam esse ônus, e têm feito isso ao longo desses anos. E os trabalhadores estão representados no Conselho Curador.

A questão dos 10% tem posição já firmada de que, na verdade, essa questão para pagamento é uma contribuição social. E como contribuição social é um tributo. E como tributo tem que passar pela Receita Federal. É exatamente isso, Senador, que gera essa situação de que o Tesouro pegou R$2,9 bilhões do FGTS. Na verdade, é uma obrigação que existe do ponto de vista formal de que essa contribuição social de 10%, por ser um tributo, tem que ir para o caixa do Tesouro e depois o Tesouro repassa ao Fundo de Garantia.

Isso funcionou normalmente até este ano – e este ano é público. Estou falando isso por que é publico. O Tesouro disse que não tem uma data certa para repasse desse valor. Portanto, ele vai repassar não imediatamente, mas vai repassar, e corrigido pela Selic.

Então, do ponto de vista do Fundo de Garantia, não tem prejuízo, porque, na verdade, se esse dinheiro estivesse no caixa do FGTS, a ele seria aplicado a Selic.

E essa contribuição de 10%, para responder ao Presidente, tem posição já do Conselho Curador ou da Secretaria-Executiva do Conselho da Caixa, no sentido de que esse diferimento – criou-se um diferimento dessa despesa no balanço do Fundo – termina neste semestre. Então, a posição – o Jacy lembrou aqui – já feita formalmente é de que essa contribuição, em tese, não impacta mais no Fundo, a partir do primeiro semestre deste ano.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Pois não.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – O Dr. Eduardo fez uma observação. Nesta Casa, existem várias iniciativas para permitir a liberação do Fundo por outras razões que não essas específicas da criação do Fundo. Pelo o que o senhor disse, o entendimento do Ministério do Trabalho é de manter exclusivamente para a finalidade a que ele foi criado? Essa é a posição?

O SR. PAULO EDUARDO CABRAL FURTADO – Acho que essa posição não é só do Ministério.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É dos trabalhadores?

O SR. PAULO EDUARDO CABRAL FURTADO – É uma posição geral, porque nós que acompanhamos a gestão do Fundo, de perto, notamos o crescimento desse saque. E, se há saque, não há dinheiro para aplicar. Não há dinheiro para outra função institucional importante do FGTS.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Dr. Paulo.

Passo a palavra ao representante da CNI, Sr. Flávio José Cavalcanti de Azevedo.

O SR. FLÁVIO JOSÉ CAVALCANTI DE AZEVEDO – Obrigado, Sr. Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores.

Vou principiar tentando ser o mais breve possível e tentando dividir isso em dois contextos absolutamente distintos, partindo de um único princípio.

O princípio é o seguinte: volto a insistir, os recursos do FGTS são constituídos na sua maioria pela contribuição da classe empresarial. Eles se originam na classe empresarial, quando contribuem com 8%. Foi assim que ele iniciou. Com o tempo, criou musculatura e passou a aplicar recursos, que atualmente é a segunda entrada de dinheiro. É o fruto dos lucros da operação do Fundo.

Então, o Fundo é composto, essencialmente, pela contribuição empresarial, 8% todo mês sobre sua folha de pagamento, e mais os lucros da gestão desse fundo.

Entendemos que esse fundo, embora constituído pela classe empresarial, seja do trabalhador, como eu disse na minha primeira fala. É para ele, tem que ser voltado como fator até de equilíbrio social, volto a insistir nisso.

A utilização desses recursos parece-me que está sendo discutida em duas vertentes, e claro que vou tentar simplificar. Usar parte desse lucro – qual parte ninguém sabe ainda – para aumentar o saldo na conta individual do trabalhador ou manter como está,

e esses recursos servirem para retroalimentar geração de empregos, geração de impostos, por meio de obras de infraestrutura, de obras de saúde pública e assim por diante.

Então, são duas vertentes. Uma, parece-me que forma um círculo virtuoso: usar o recurso do trabalhador para aplicar em infraestrutura de que o País necessita. Obras essas que gerarão emprego, imposto e que movimentam a economia de forma multiplicativa. Se forem construir uma estrada, é uma construtora que vai fazê-lo, mas ela precisa comprar asfalto. Se é uma construtora que vai construir uma casa, ela precisa comprar tijolo, cimento, piso. Então, tem uma multiplicidade de consequência na cadeia industrial, inclusive na geração de emprego e de imposto, que também é o que move o Governo.

A outra, diminuir esses recursos com um aumento da rentabilidade, jogando na conta do trabalhador e, ainda mais, dando melhor rentabilidade, vai tornar esse dinheiro mais caro. E é impossível qualquer gestor, não é a Caixa Econômica, conseguir usar socialmente um recurso que já vem para a mão dele com 6% ao ano, conforme foi uma das proposições originais. Pelo menos 6% ao ano, para igualar à Selic, alguma coisa desse tipo. TR mais Selic é impossível.

Isso é um dinheiro que antigamente, quando o BNH foi extinto e a Caixa começou a gerir os recursos, a construção civil parou neste País, o déficit habitacional aumentou e as indústrias todas ligadas à construção civil pararam, fecharam.

Então, quando falo em construção civil é porque ela é que começa o princípio do círculo virtuoso da cadeia industrial. Começa um tijolo na obra, termina com um trator que é comprado.

Uma segunda explicação: esta Casa, que é a Casa do povo, é que vai decidir, depois de ouvida toda a comunidade, a sociedade organizada, o que é melhor para o País, o que é melhor para o trabalhador.

O Fundo, só existe um. A princípio, entendo que é melhor que ele continue como está, porque traz benefícios paralelos. Não é só o benefício direto do aumento do saldo da conta, mas também traz outros benefícios para o trabalhador.

Uma explicação que é muito importante, que pode comprometer o Fundo, foi trazida aqui à baila pelo Presidente, que é a história da retenção de parte dos recursos do FGTS pelo Governo, agora em fevereiro. Permito-me discordar do companheiro Furtado. Isso é fundamental, importantíssimo, porque esses recursos, esses 10% a mais que a classe empresarial recolhe do FGTS, fora os 40% que são do trabalhador, são para recompor o Fundo daquelas perdas do Plano Collor I e do Plano Verão, que ainda, Sr. Presidente, está deficitário. Essa conta fecha agora em junho próximo, conforme o relatório da Caixa Econômica.

Então, veja bem, permito-me discordar do companheiro, dizendo o seguinte: isso não é imposto. Isso não é recurso orçamentário. Isso é um recurso extraorçamentário, vindo da classe empresarial para recompor um fundo. Ele não pode ser usado, inclusive constitucionalmente, como recurso orçamentário. É ilegal.

Esse assunto eu trouxe na última reunião. Coloquei, extraordinariamente, na pauta da última reunião do Conselho Curador do FGTS, perguntando como, inclusive, vai ser remunerado. Pelo menos na ocasião, o representante do Ministério da Fazenda não soube informar como é que seria essa remuneração.

E qual é o risco? É quando chegar junho, Sr. Presidente, que esse fundo estiver reposto, o Governo querer usar esse recurso como recurso orçamentário. Esse recurso foi criado por lei complementar. Ele não é recurso orçamentário. Ele não é imposto.

Então está, no meu entender – não sou advogado, sou engenheiro –, cometendo inclusive uma ilegalidade. Esse recurso, se entra de um lado, ele é zero para efeito de orçamento. Entra de um lado, como contribuição empresarial, e sai do outro, recolhido na Caixa Econômica Federal, para o Fundo. Acabou, ele zera.

E quero depois dar uma explicação ao Senador sobre a informalidade. Estou me alongando um pouco, mas isso é muito importante. Senador, essa informalidade acho que exageram quando debitam inclusive à construção civil nessa informalidade. Por um motivo muito simples: o volume de construções deste País, o maior volume do Minha Casa Minha Vida, de saneamento, de obra de infraestrutura, é gerido pela Caixa Econômica Federal, que é hiperexigente na comprovação da regularidade fiscal, trabalhista, etc., do tomador do dinheiro.

No mês passado, através do Voto 26, levamos esse assunto ao Conselho Curador do FGTS.

A informalidade na construção civil, estatisticamente e operacionalmente, é impossível. É impossível uma empresa organizada ser informal. É impossível, porque ela não tem acesso ao recurso. A Caixa Econômica não permite que ela tenha acesso ao recurso. De onde vem essa informalidade? Que é a mais cruel, ela vem da carta de crédito individual, cujo mercado é acionado pelo empreiteiro individual. É o médico que sobra um pouquinho de dinheiro, constrói cinco ou seis casas; o advogado que vai e constrói cinco ou seis casas. As exigências da Caixa Econômica para que esse empresário venda uma casa a um operário através de uma carta de crédito individual são mínimas. E aí é onde está a informalidade. A empresa, mesmo que queira ser informal, não pode, porque ela

não tem acesso aos recursos, por conta das exigências que a Caixa faz.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

Agora, a multiplicidade desses pequenos empresários é enorme e esse trabalhador, que é aquele de zero a três salários mínimos, é a maior vítima. As construções são mal feitas, os materiais não são especificados, não são normatizados, a construção é de péssima qualidade e aquele que mais precisa é o mais prejudicado.

Apresentamos um voto no Conselho Curador, a CNI apresentou o Voto nº 26, para que a Caixa seja mais rigorosa na concessão do crédito a esse tipo de empresário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Sr. Flávio.

Passo a palavra, para o final dos nossos trabalhos, ao Sr. Jacy Afonso de Melo.

O SR. JACY AFONSO DE MELO – Sr. Presidente, Srª Senadora Marta Suplicy, Relatora, eu acho que esta é uma experiência importante que está acontecendo aqui no Senado, na constituição desta Subcomissão, para que a gente trate desse assunto do FGTS, que é um assunto importante. Isso mexe com todo trabalhador brasileiro, mexe com toda a Nação, é importante para o desenvolvimento do Brasil. Portanto, é o momento de dialogarmos, como previu a própria Senadora, o aumento das audiências, para que todos os 12 representantes do Governo pudessem vir aqui, em cada audiência pública, para que tivéssemos aqui uma radiografia dos assuntos do FGTS e encontrar as soluções.

O Conselho Curador tem tanta representação governamental como representação da sociedade civil, ele tem um acúmulo sobre esse assunto, experiências, iniciativas que foram tomadas. O Conselho tomou iniciativas importantes na crise de 2008, nós tomamos iniciativas. Então, eu acho importante.

O Governo – aí é um problema de Governo – muitas vezes pensa que o FGTS ou o FAT são recursos orçamentários e não compreende que aquele é um fundo privado, fundo da sociedade. O Governo tem a presidência do Conselho, mas é um fundo da sociedade. Portanto, tem que respeitar, ouvir a sociedade. Muitas vezes tomam iniciativas sem considerar a sociedade, achando que é mais uma extensão da Esplanada dos Ministérios, do ponto de vista de decisões. Precisam ouvir a sociedade, os representantes do povo. Portanto, a CUT se posicionou imediatamente quando do contingenciamento dos recursos e essa iniciativa. Somos contrários a isso, porque retira a capacidade de um círculo virtuoso.

Agora, é preciso... A gente está discutindo hoje aqui o superávit, os resultados positivos do fundo, porque há uma mudança econômica no País, uma visão de qual o papel do Estado, qual é o papel da Nação, qual é o papel dos bancos públicos, neste momento, porque senão estaríamos discutindo em momentos anteriores, que eram de crise, não tinha dinheiro. Nós estamos criando aqui um círculo virtuoso.

Caberá a nós tomarmos a decisão aqui, os Senadores e Senadoras vão dizer, se nós vamos abreviar o fim do nosso déficit habitacional ou não. Se nós vamos resolver ou não o problema do saneamento. Esse é um problema que mereceria... Do ponto de vista da habitação, conseguimos encontrar, portanto, consertos da política habitacional, mas não temos uma política para saneamento.

A capacidade nossa de investimento, muitas vezes, acaba recebendo mais recursos, não é, Paulo? Na época em que eu estava lá – não sei se esses números permanecem –, acabava-se recebendo mais valores de pagamento de empréstimos feito de saneamento do que novos investimentos feitos por FGTS em saneamento.

Não há no Governo Federal um órgão, apesar de o Ministério das Cidades ser responsável pela questão do saneamento, não há uma *holding*, não há uma liderança do ponto de vista do saneamento, ou seja, fica a responsabilidade por cada companhia, as companhias têm problemas de capacidade de investimento, capacidade de endividamento e acaba não tendo a possibilidade de tratar desse assunto.

O problema do saneamento é um problema da Nação, um problema de saúde, nós temos que atacar esse assunto junto com os trabalhadores, junto com o setor produtivo e o Governo e enfrentar o desafio do saneamento. Acho que esse é um ponto à parte que precisávamos discutir naquela discussão a que a Senadora se referiu, do ponto de vista dos recursos.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A outra questão, que concordo com a senhora e por isso achamos que seja possível pagar a remuneração da poupança, se o Governo colocasse o mesmo recurso, poderíamos ter duas opções: o Governo botar os mesmos 4,5 bilhões que a classe trabalhadora botou para o Minha Casa Minha Vida. Se o Governo colocasse 4,5 bilhões também nesses recursos, ao invés de fazermos 2 milhões, faríamos quatro milhões de casas habitacionais. Ou então, para cada real colocado pelo trabalhador, o Governo colocaria. Diminuiríamos a nossa parte, nesse mesmo conjunto do bolo necessário, e, portanto, poderíamos destinar esses recursos para outras situações, inclusive a remuneração na... Então acho que esse é o aspecto.

Se no conceito da Previdência complementar o Governo coloca um, o trabalhador coloca um, no Minha Casa Minha Vida vamos simplificar: para cada real que o trabalhador colocar, o Governo coloca um. E aí, senadora Marta Suplicy, naquela tese de 1/3, acho interessante, e aí, portanto, essa concertação, os técnicos estão aqui, a Caixa, todo mundo, poderíamos encontrar. Poderíamos ter uma política permanente para habitação dizendo o seguinte: 1/3 dos resultados aferidos dos resultados positivos do Fundo de Garantia será para subsídio colocado no Minha Casa Minha Vida. Esse 1/3 vai corresponder a dois bilhões, terá subsídio de dois bilhões. Se o resultado for menor, vai ter um bilhão e meio. Se for melhor, vão ser três bilhões. Acho que pode ser uma política permanente. Acho interessante ter uma política permanente para não ficarmos, a cada orçamento, discutindo qual o valor do subsídio que vamos entrar nesses recursos.

Outro aspecto é quando o Paulo fala do saque do Fundo de Garantia, ou seja, nos últimos cinco anos, é isso, Paulo? Em sete anos, sacou-se quase o valor do patrimônio hoje.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

Entre vários assuntos, eu citaria dois aspectos: primeiro, um eu já disse que é a rotatividade. A rotatividade gera saque, o saque é fruto da rotatividade. Portanto, se não tivéssemos essa rotatividade que eu disse nos últimos anos de 12 bilhões de trabalhadores que têm rotatividade, não se teria tido essa quantidade de saque.

Outro aspecto é que o fato de a remuneração ser negativa leva as pessoas a terem políticas para sacar isso, portanto, têm fraudes, têm acordos, têm demissões e assim por diante. Claro! Se o trabalhador está com dinheiro lá, a sua remuneração está sendo negativa, o que ele vai fazer? "Vou fazer um acordo aqui para sacar esse dinheiro e colocar na poupança." Por isso o aspecto que a gente colocou da necessidade de a remuneração não ser negativa, portanto, nós vamos encontrar soluções a partir do exemplo que o Paulo deu. Quando o Paulo deu dos dois mil reais e dos 25, ou seja, empresta 25 e, automaticamente, você liquida com 23, você pode eventualmente fazer esses dois mil reais com a taxa de remuneração da poupança, do empréstimo, e aumentar o subsidio, é subsidio cruzado. São encontros de conta. Portanto, o conceito da CUT é valorizar o povo brasileiro, do ponto de vista que não tenha habitação do povo pobre.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

Essa é a nossa prioridade. Mais do que está o povo pobre na formalidade, queremos assegurar a informalidade. A Presidente tem um programa para acabar com a miséria absoluta no País, que ainda tem 16 milhões. Então vamos tratar o FGTS, porque é importante a habitação, porque ela gera economia, gera emprego, gera rotatividade, do ponto de vista da economia, soluciona, acaba, diminui a miséria no País, é um circulo virtuoso. É aí que temos que olhar. Infelizmente, a política do Governo nos últimos dois anos foi cortar 50 bilhões ano passado e 55 bilhões este ano. Isso retira dinheiro da economia e, portanto, gera problemas do ponto de vista da diminuição da economia. Se diminui a economia, diminui a geração de empregos, diminui os recursos do Fundo de Garantia.

Por último, dois dados importantes. No combate à precarização, às condições de trabalho colocadas, o Voto 26 é nesse aspecto, a parceria, as atitudes das entidades representantes dos empresários no Conselho é sempre a orientação toda no combate à informalidade, mas, infelizmente, é só ver no Brasil a informalidade que tem nessa área. Portanto, não é responsabilidade das entidades, nós temos que aprimorar.

Nós tivemos um dado importante agora, que foi o Protocolo assinado, mediado pela Secretaria-Geral da Presidência da República, um protocolo por adesão na área da construção, de organização, fiscalização nas obras, que é por adesão, várias empresas aderiram. Acho importante que naquele Protocolo, Henriqueta, se envolva, porque o Protocolo é pelo Governo Federal e pelas empresas voluntariamente. Acho importante a gente envolver os Estados e Municípios naquele Protocolo, eles aderirem também ao combate a essa informalidade.

E outro dado, quando a Senadora fala dos recursos, nós temos, em dados de 31 de dezembro, 128 bilhões de recursos do FGTS, como diz o Paulo, em títulos públicos. Portanto, se a gente redirecionar isso para o setor produtivo, para o setor de crédito com toda a responsabilidade, temos recursos para continuarmos gerando esse processo.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – *(Intervenção fora do microfone.)*

O SR. JACY AFONSO DE MELO – Sim, mas a partir do momento nós geramos outras receitas e assim por diante. Não é papel do Fundo de Garantia fazer especulação. O mais importante é um pai, muitas vezes você pode ter até a segurança do emprego para o filho e assim por diante. Acho que esse e um dado importante e precisamos equalizar isso, e não é papel.

Por último, só para falar às pessoas do papel importante do Conselho Curador. Aqueles 24 integrantes do Conselho Curador colocam seu CPF individual para cuidar desses recursos de 290 bilhões. Então, saibam vocês da importância desse papel do Conselho Curador. Qualquer problema que tiver nesses recursos é o CPF, não é a entidade, não é o CNPJ da CUT. Era o

CPF do Jacy Afonso que estava lá no cuidar disso. Temos que valorizar esse papel, capacitar cada vez mais esses representantes do Governo e da sociedade civil, para que a gente tenha um FGTS importante no País.

Muito obrigado a todos por essa oportunidade, em nome da CUT e das demais centrais sindicais aqui nesta primeira audiência.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Obrigado, Sr. Jacy. Foi muito bom o senhor colocar inclusive essa participação meio a meio. Hoje entendemos que o Governo está fazendo piquenique na sombra dos trabalhadores.

Antes de encerrar, gostaria de comunicar que a próxima audiência pública será dia 29 de março, às 14h30min, nesta mesma sala, com a presença do Sr. Paulo Ferreira da Silva, Presidente da Força Sindical; Sr. Jorge Fontes Hereda, Presidente da Caixa Econômica; e o Sr. Antonio José Domingos de Oliveira Santos, Presidente da Confederação Nacional do Comércio.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo a todos os convidados e aos senhores presentes.

Muito obrigado.

(Iniciada às 11 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 09 minutos.)

Ata da 4ª Reunião da Subcomissão Temporária do fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS), criada por meio do RAS nº 4/2012-CAS, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, realizada no dia 29 de março de 2012, quinta-feira, às quatorze horas e trinta minutos, na sala Florestan Fernandes, Plenário Nº 9, Ala Alexandre Costa, Anexo II, do Senado Federal.

Às quatorze horas e quarenta e três minutos, do dia vinte e nove de março de dois mil e doze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **Cyro Miranda,** reúne-se a Subcomissão Temporária do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)**,** com a presença das Senadoras Marta Suplicy e Ana Amélia e dos Senadores Wellington Dias e Rodrigo Rollemberg. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 3ª. Reunião que é dada por aprovada e informando que a presente Reunião se destina à realização de **Audiência Pública** com vistas a discutir a distribuição do resultado financeiro do FGTS, em cumprimento ao Plano de Trabalho da Subcomissão com alterações aprovadas em 22.03.2012. Presentes os seguintes oradores, representantes das seguintes entidades com assento na composição do Conselho Curador do FGTS: **Jorge Fontes Hereda**, Presidente da Caixa Econômica Federal; e, **Abelardo Campoy Dias**, representante da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). Deixa de comparecer o representante da Força Sindical, que não se manifestou em resposta ao Convite encaminhado. Fazem uso da palavra a Senadora Ana Amélia, bem como a Relatora da Subcomissão, Senadora Marta Suplicy, e o Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dezesseis horas e dezessete minutos, lavrando eu, Dulcídia F. Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das Notas Taquigráficas.

Senador **Cyro Miranda,** Subcomissão Temporária do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) – CASFGTS – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Declaro aberta a 4ª Reunião da Subcomissão Temporária do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e Senadoras que as aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovadas.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com a finalidade de discutir a distribuição do resultado financeiro do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, em atendimento ao Plano de Trabalho desta Subcomissão, de autoria da Senadora Marta Suplicy, aprovado em 22 de março de 2012.

Convido os expositores a tomar assento à Mesa dos trabalhos, o Dr. Jorge Fontes Hereda, Presidente da Caixa Econômica Federal, e o Dr. Abelardo Campoy Diaz, representante da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

Comunico também ao Plenário que, no dia 22 de março próximo passado, esta Subcomissão encaminhou convite ao Exmº Sr. Deputado Paulino, da Força Sindical, solicitando a indicação de um representante para participar desta reunião.

Infelizmente, até o presente momento, não houve nenhuma confirmação por parte daquela entidade.

Agradecendo, desde já, a presença dos nobres convidados, eu passo a palavra ao Dr. Jorge Fontes Hereda, Presidente da Caixa Econômica Federal, para iniciar sua exposição, pelo tempo de 15 minutos, que, se necessário, prorrogaremos.

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Boa tarde a todos.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Dr. Hereda, um momento, apenas para complementar.

Explicitei que o tema, o foco da nossa reunião é a distribuição de lucros.

Propõe a distribuição, para o trabalhador cotista, de um percentual do lucro líquido apurado anualmente pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, PLS nº 580, de 2011, da Senadora Marta Suplicy, e PLS nº 48, de 2012, do Senador Paulo Bauer, que vão nessa direção.

Em princípio, não seriam discutidos os critérios de saque dessa proposta como, por exemplo, permitir que parte ou totalidade seja sacada pelo trabalhador como um décimo quatro.

Esse é um dos temas. Daí, iremos aprofundar algumas outras perguntas e questionamentos que temos em relação à Caixa com o Fundo.

Muito obrigado.

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Boa tarde a todos.

Cumprimento o nosso Presidente, Senador Cyro Miranda, a Senadora Marta Suplicy, amiga e companheira, e a todos os presentes.

Sr. Presidente, estou aqui também com o nosso Vice-Presidente de Ativos de Terceiros, Marcos Roberto Vasconcelos, o André e vários colegas da Caixa Econômica Federal.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Gostaria de convidar o Vice-Presidente, o Sr. Marcos Vasconcelos, a fazer parte da nossa Mesa.

O SR. JORGE FONTES HEREDA – A Dina, nossa Diretora da Área de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, e também está chegando o nosso Vice-Presidente Fabio Ferreira Cleto.

Eu trouxe todos para colocar a Caixa totalmente à disposição da Subcomissão. Também contamos com a presença do Superintendente da Área de Fundo de Garantia. Qualquer esclarecimento durante os trabalhos, a Caixa está totalmente à disposição da Subcomissão.

Farei uma apresentação rápida. A intenção é contribuir com alguns números relativos ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

A discussão com relação ao Fundo de Garantia é antiga. Uma hora importante e, como é um Fundo que tem R$290 bilhões de ativos, sempre se discute por que ele não poderia ser utilizado também para determinada atividade, sempre para atividades relevantes, para o cotista, para o trabalhador ou para a sociedade. Sempre se discutiu a necessidade de alguma atividade importante, como a própria formação do trabalhador, determinado programa de saúde, ou coisa que o valha. Então, essa coisa é antiga de sempre se enxergar o Fundo como um fundo que tem uma disponibilidade muito grande e, que, portanto, pode fazer mais do que faz hoje.

Outra discussão também importante que esta Comissão está fazendo é se a remuneração do trabalhador está ou não justa. Há dois aspectos dessa discussão muito importantes. Essa discussão é sempre acompanhada de um argumento relevante, é claro, que é a questão de ou se distribuir o excedente do "lucro", entre aspas, do Fundo de Garantia, ou simplesmente trocar, substituir o indexador do Fundo, que hoje é TR + 3%, e que poderia passar por algum índice inflacionário.

Trouxemos um pouco dos números para que possamos refletir sobre essas propostas e o que significa a decisão que podemos tomar, seja para qual for a mudança proposta.

Todos sabem que, quando o Fundo de Garantia foi criado, ele tinha dois aspectos importantes. Então, toda a discussão no Fundo de Garantia acontece com esses dois vieses: como é que se consegue conciliar o pecúlio do trabalhador com a questão dos investimentos necessários para habitação, saneamento, infraestrutura do País. Esses sempre foram os dois focos do Fundo de Garantia. Então, essa discussão tem que olhar esses dois lados.

Vamos em frente.

Bom, é um pouco dos atores no Fundo. O Conselho Curador é quem define, realmente, quais são as definições estratégicas do Fundo.

A Caixa é um agente operador, trabalha toda a operação do Fundo. Tem um representante no Conselho, mas não define, não toma decisões estratégicas com relação ao Fundo. Ele opera o que é discutido no Conselho Curador. O Ministério das Cidades é o gestor da aplicação. Então, se o Fundo determina que tem que gastar ou tem que aplicar recursos na habitação, o Ministério das Cidades é quem diz como é que esses recursos têm que ser aplicados, em qual programa, etc. A PGFN é que faz a cobrança judicial, e o Ministério do Trabalho, a fiscalização das empresas.

Esses são alguns atores envolvidos, além, é claro, de todos os representantes do Conselho, dos trabalhadores e dos órgãos de governo.

O balanço de 2011 do Fundo traz cerca de R$290 bilhões de ativos. Podemos ver que a carteira de crédito é R$135,4 bilhões, a carteira de títulos, R$134 bilhões; e disponibilidades, R$20 bilhões. Disponibilidades precisam existir, porque sempre tem que haver três meses de desembolso, equivalentes ao saques, disponível, porque senão pode ter algum problema no Fundo, algum problema de liquidez.

O passivo, o saldo das contas é de R$236 bilhões; provisões legais, R$13 bilhões. Aqui tem a questão daquele pagamento relativo aos planos econômicos que vêm sendo pagos já há algum tempo e o patrimônio líquido de R$40 bilhões. Ali, no patrimônio líquido, é justamente onde a gente discute o excedente do que o Fundo tem de pagar para o trabalhador e o ganho que ele tem, normalmente, para as aplicações financeiras que são feitas pelo Fundo.

Vamos em frente.

Aqui, a arrecadação por setor, quer dizer, no ano passado, 2010/2011, os trabalhadores que mais contribuíram foram os do setor da construção civil e do comércio. Temos aí o mapa da arrecadação por setor.

Vamos em frente.

Os saques se deram por demissão – o amarelo é 2011 e o cinza, 2010 –, por aposentadoria ou porque o trabalhador, o cotista comprou alguma habitação; e outros, que têm a ver também com problema de saúde, etc.

O orçamento realizado em 2011 foi de R$48 bilhões; R$31.8 bilhões em financiamentos habitacionais; R$5.4 bilhões em descontos para habilitação.

E aí é importante a gente falar um pouco da questão. Esse desconto, na verdade, são os subsídios. Parte dos subsídios para o Minha Casa, Minha Vida está aí, em torno de R$4.4 bilhões, e é o subsídio que completa a capacidade de pagamento dos trabalhadores que, às vezes, têm uma condição parcial de ter acesso ao crédito imobiliário que, no Programa Minha Casa, Minha Vida, a faixa dois, principalmente, conta com um subsídio do qual mais de 80% vem do Fundo de Garantia e dessa parcela dos descontos. Há também descontos que o próprio Fundo de Garantia dá. Há algum tempo, esse sistema de desconto no Fundo de Garantia existe também para também imóveis usados, em algumas situações. R$2,5 bilhões para saneamento e infraestrutura e R$8.3 bilhões para operações de mercado, entre elas FI-FGTS, debêntures. O Fundo de Garantia está começando a comprar também CRIs, incentivando o mercado da securitização de créditos.

FI-FGTS também têm um valor autorizado, que é parte daquele patrimônio líquido que a gente viu na frente, de R$26.4 bilhões, dos quais R$18 bilhões já estão aplicados, de acordo com os setores que compõem essa pizza que estamos vendo aí: ferrovias, setor de energia, portos, rodovias, saneamento. A parte do BNDES é uma parte que o BNDES aplica nesses mesmos setores. Temos um saldo de 26,7% dessa disponibilidade, o que está disponível para se contratar. Dezoito bilhões já estão contratados.

Vamos em frente.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sim, mas depois de tudo que já foi gasto.

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Sim, isso é depois de tudo que foi gasto. Benefícios FI-FGTS: potencial de 1,5 milhão de empregos gerados (319 mil gerados até agora); 24GW na capacidade instalada de energia.

Esses são os benefícios da aplicação do FI-FGTS.

Podemos passar.

A rentabilidade mínima que a Caixa garante para o Fundo é TR + 3%, que seriam 11,52% no período de 2008 a 2011. No ano de 2011, 4.27%. A rentabilidade efetiva tem sido essa. Portanto, maior do que a mínima admitida.

Vamos em frente.

Aqui, só para ilustrar, nós tivemos uma quantidade de contratos de habitação de 410 mil unidades e mais 82 mil unidades de PJs. Essas são as empresas que estão construindo os imóveis. Então, 82 mil unidades para construção e 410 mil unidades vendidas às famílias. Até 86.5% dessas contratações são por famílias de até cinco salários mínimos.

Os descontos para habitação, que são os subsídios, têm sido crescentes. Cinco bilhões e quinhentos... Ele sempre existiu; mas subiu muito depois que foi focado em 2004, 2005, e está contribuindo com esses montantes por ano aí.

Próximo.

Os descontos também estão concentrados: 75% até quatro salários mínimos.

Pode passar.

Na questão da habitação, foram 492 mil unidades habitacionais financiadas. De acordo com cálculos do Ministério do Trabalho e Ministério das Cidades, 1,3 milhão de empregos diretos gerados e 19 milhões de pessoas beneficiadas. É óbvio que há relevância no programa Minha Casa Minha Vida dos recursos do FGTS, principalmente os onerosos, em torno de 19,5 bilhões.

Próximo.

O orçamento deste ano é muito parecido com o do ano passado, R$49 bilhões, mas a tendência que deve ser vista durante o ano é sempre uma suplementação desse orçamento.

Vamos em frente.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Posso fazer uma pergunta para me esclarecer? No anterior, estava dois bilhões e meio para infraestrutura, e acho que me enganei e queria saber o ano. Aliás, de 2012, só.

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Foi 2011. Dez bilhões para saneamento e infraestrutura este ano.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Então houve um aumento brutal já. Uma das coisas que eu ia perguntar é exatamente isso, porque havia um

subsidio de 5,4 e o saneamento era 2... Completamente mudado.

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Na verdade, esse é o orçamento do Fundo de Garantia, não é? Na prática, você utiliza o orçamento não utilizado no ano anterior... Já está definido.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Então, era minha pergunta seguinte...

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Então, naquele ano você usou muito daquilo que você tinha destinado no ano anterior. Então, este ano veio mais por causa disso.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – ...então?

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Não. Você tem um prazo...

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Não estão gastando esse dinheiro.

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Você tem um prazo. Por exemplo, parte do PAC de infraestrutura na parte de saneamento. É feito no financiamento do Fundo de Garantia para empresas de saneamento, etc., e para Estados e Municípios. Esse financiamento tem um tempo de duração. Contrata-se logo, mas até que se desembolse demora, a obra tem que andar, tem que fazer o projeto, tem que haver licitação, a obra começa a andar, então você tem um tempo em que você ainda está usando o orçamento.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Entendi.

O SR. JORGE FONTES HEREDA – A Caixa presta serviços ao Fundo de Garantia como operador do Fundo. São diversos os serviços prestados. Aqui, vemos um pouco dos números e da abrangência dos serviços prestados. Desde a administração do Fundo, toda a parte de pagamentos, etc. Então, são mais de 300 milhões de extratos emitidos todo ano, temos 56 mil pontos de atendimento disponíveis, mais de 36 milhões de certificados de regularidade por ano, 31 milhões de pagamentos por ano, e por aí vai. São números expressivos, e isso tem sido um trabalho priorizado na Caixa. Nós temos uma vice-presidência segregada só para cuidar do Fundo de Garantia e de loterias. Então, nessa área segregada da Caixa você tem um conselho próprio para decidir questões dessa área. A Caixa cuida com muito cuidado do Fundo de Garantia e tem feito isso nos últimos anos de forma prioritária.

Próximo.

Outros serviços de qualidade prestados e com avanços importantes inclusive com relação a questões tecnológicas também.

Vamos em frente.

Bom, aqui eu queria trazer esses números, para termos idéia da dimensão do que o Fundo de Garantia produz.

Trouxe essa evolução da arrecadação.

A primeira questão, quando falei da questão da disponibilidade do fundo, é que todos os setores acham que existe uma disponibilidade gigantesca e, portanto, o Fundo de Garantia pode atender a todas as demandas que apareçam.

Nós temos ali, em azul, a arrecadação do Fundo durante os anos.

O vermelho mostra os saques e o verde mostra a arrecadação líquida. É um contra o outro.

Nós temos, para efeito de equilíbrio do Fundo e para ele fazer o que faz hoje, a necessidade de que os saques estejam em torno de 80 a 85% da arrecadação. Em 2011, nós tivemos em torno de 80%.

Existe uma disponibilidade no Fundo de Garantia grande de recursos? Existe, mas ele não é tão grande que possa dar conta de tudo que tem feito hoje e mais alguma coisa que por acaso apareça como necessidade.

Então, quando se discute o que se pode fazer com o Fundo de Garantia, é uma coisa contra outra. Não existe uma possibilidade de se conseguir uma ação do Fundo que gere emprego e crie uma situação tão significativa com quase 500 mil unidades por ano financiadas de habitação e ainda mais se ter outra destinação para o Fundo.

As coisas têm de acontecer, na nossa opinião, sempre levando em consideração isso. Não tem espaço para se colocar mais demanda para o Fundo. Tem de se decidir se é uma coisa ou se é parte de uma coisa e outra. Nesse tipo. Nesses *slides* nós estamos tentando falar isso. É importante que quando se decida se decida pensando nisso.

Vamos em frente.

O Fundo de Garantia passou muito tempo com uma disponibilidade alta de recursos, porque não se aplicava muito. Você sempre tinha o crescimento dos recursos e a aplicação era pequena. Ainda bem que, já de algum tempo, essa disponibilidade vem diminuindo à medida que a aplicação tem acontecido. Nós temos tido uma aplicação maior nas áreas de habitação e saneamento nos últimos anos.

Na verdade, é para dizer que, com a queda da Selic ou dos juros, você vai ter uma disponibilidade menor de gerar excedentes ou lucro no Fundo de Garantia, que é uma tendência. E você tem tido, de uma maneira crescente, uma aumento de orçamento em função tanto do retorno que você tem quanto da arrecadação líquida.

Por exemplo: o total da fonte de recurso – naquela coluna – em 2007 foi de R$14.387 bilhões, e o orçamento do Fundo de Garantia foi R$11.650 bilhões. Isso aqui é o quê? É a soma do que entrou, do que retornou para o Fundo com a arrecadação líquida do Fundo. A arrecadação líquida do Fundo foi de R$3.251 bilhões.

O que é bom é que a arrecadação líquida do Fundo esse ano foi de R$14.614 bilhões, quer dizer, o País melhorou muito de 2007 para 2011.

Aí você teve, em 2008, R$18 bilhões, que foram R$6 bilhões da arrecadação líquida mais R$12 bilhões de retorno. O orçamento foi R$31 bilhões.

Então, você teve um orçamento 71% maior do que o que você teve de arrecadação líquida.

Então, você está utilizando mais a disponibilidade do Fundo. Mesmo com uma arrecadação líquida maior, você não tem essa disponibilidade crescendo na maneira que parece. Você tem recurso para fazer a política que está sendo estabelecida, mas não tem recurso para fazer muito mais coisa.

Vamos em frente.

A distribuição dos resultados.

O trabalho que a Caixa fez, o nosso pessoal está disponível para esclarecer e detalhar, aliás, esse trabalho foi a pedido do Conselho Curador, foi na intenção de distribuir 50% do lucro que o Fundo de Garantia tenha para os trabalhadores.

Isso como conceito é um conceito importante, justo, é claro, agora, só queria trazer dois números para poder mostrar o que significa isso. Se nós fizéssemos as contas com os recursos desse ano ou do ano passado? Do ano passado.

Só pode ser do ano passado.

Então, 66% das contas do Fundo de Garantia têm saldo até um salário mínimo. Essas contas detêm 4,5% do total das contas e teria, com essa distribuição, um crédito médio de R$3,00 nesse ano. Isso se você distribuísse 100% do resultado financeiro do Fundo de Garantia. Se você distribuir 50%, você teria R$1,50.

Então, 0,4% das contas têm saldo superior a 100 salários mínimos e detêm 19% do saldo do Fundo. Esses teriam, no ano passado, R$2.341,00 de distribuição.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pelo que estou entendendo, uma distribuição beneficiaria enormemente os poucos que têm muito. O que seria bastante nocivo. Não é que seja nocivo para os que têm pouco, mas não faria diferença nenhuma R$3,00.

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Isso é em torno de R$5 bilhões, que, distribuídos, dariam isso. Quer dizer, eu teria 0,4% das contas, que têm saldo superior a 100 salários mínimos, que é 19% do saldo, receberiam R$ 2.340,00.

Nós temos toda essa tabela composta e vamos mandar. Nós temos isso estratificado e podemos mandar para a comissão.

É a questão de se dizer o seguinte: são R$5 bilhões e qual é a destinação socialmente mais justa para isso? Essa é a discussão que nós temos de fazer.

Vamos em frente.

Se nós mudássemos o indexador, que é outra proposta que tem sido falada e que também tem um respaldo na lógica, no bom senso e tudo mais – porque todas as propostas não são propostas que se diga que não têm cabimento –, você teria, mudando o indexador da TR para o INPC, da TR para o IPCA, você teria um aumento e esses recursos para a habitação, para as quase 500 mil unidades que nós contratamos no ano passado, você teria um aumento de juros anuais de 9,8% para 14,3%. Se verificarmos o que isso significa na prestação inicial do cidadão, ela passaria de R$ 475,00 para R$ 634,00.

Com certeza, mandei fazer esse levantamento – e nós podemos mandar para a comissão – de quantas famílias que compraram casas com recursos do Fundo de Garantia no último ano ficariam fora desse financiamento se tivessem trocado o indexador. Quantos empregos deixariam de ser gerados se nós trocássemos esse indexador. Nós estamos fazendo essa conta. Infelizmente não consegui trazer hoje, mas só fato de você ter que ter renda para, no mínimo, pagar R$180,00 a mais, você já exclui uma parte das famílias de acesso a esse bem.

Se você computar aí que você também teria que diminuir os recursos de subsídio, de desconto, uma coisa somada à outra iria excluir – e vou pedir para mandar essa conta para a subcomissão – uma quantidade grande de famílias. Para vocês terem ideia, o SBPE tem juros menores que esse nas primeiras faixas. Então, o recurso do Fundo de Garantia para habitação vai se inverter. Quer dizer, hoje, a classe média mais alta é financiada pelos recursos do SBPE; e a classe média mais baixa e a classe mais baixa são financiadas pelo Fundo de Garantia. Se a gente subisse o indexador, você teria um custo do dinheiro maior no Fundo de Garantia do que no SBPE, que é a poupança, o *fund*. Então...

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – O senhor tem o cálculo de quanto ele teria a mais?

O SR. JORGE FONTES HEREDA – É isso que a gente está fazendo, o cálculo. Não ficou pronto para hoje, mas eu mando para cá, para a comissão.

A ideia é dizer assim: para a gente tomar a decisão... Há mais algum *slide*? Acho que não.

Então, o que eu quis trazer aqui para a comissão como uma contribuição da Caixa? Bom, os números são esses, o Fundo faz isso. Todas as reivindicações que são colocadas com relação ao Fundo têm uma lógica e, se a gente for olhar individualmente, são justas, todas. Agora, para uma decisão que se tome, tem que olhar esses números e verificar como é que isso é equilibrado, para que a gente possa garantir as duas funções para as quais o Fundo foi criado na sua origem. Então, a gente está fazendo a conta de quantas famílias seriam excluídas se o indexador mudasse. Sem dúvida, das três propostas – utilizar para outras coisas, mudar o indexador e dividir o que você tem de lucro no fundo de garantia –, é óbvio que dividir o lucro do Fundo de Garantia é o que causa menos problema para a política habitacional. Acho que a questão do indexador é muito pesada, ela iria interferir muito no crédito imobiliário no Brasil e inviabilizar para as faixas que hoje estão conseguindo ter acesso. A questão de colocar mais outras funções ou outras possibilidades de utilização do Fundo, eu acho que também não cabe, pelo próprio sucesso que tem sido a utilização do Fundo para a função para a qual ele foi criado. E a discussão com relação à distribuição do lucro do Fundo de Garantia é aquilo que a gente trouxe, quer dizer, das três opções, é a melhor, sem dúvida, mas também tem uma distribuição que termina indo para os que mais têm recursos no Fundo e, talvez, contribuindo menos – já que ele é utilizado para subsídio – para os mais pobres que estão conseguindo comprar casa. Então, sem dúvida, se alguma coisa tem que ser feita, é óbvio que a distribuição do lucro seria a mais lógica. Mas isso tudo precisa ser considerado.

Eu paro por aqui, para a gente poder discutir com um pouco mais de tranquilidade.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Eu agradeço, e é justamente essa a função desta subcomissão, presidente, que nós tenhamos subsídios para que a gente possa decidir. Às vezes, nem tudo aquilo que é vontade é exequível. Então, esses dados que o senhor está trazendo vão ser reunidos e analisados por esta Comissão, para ver os efeitos. Há ônus e bônus nessa história...

O SR. JORGE FONTES HEREDA – A gente tem isso muito mais detalhado. Podemos mandá-lo para os técnicos da comissão, colocar à disposição o nosso pessoal, para se debater mais tecnicamente essa questão. Enfim, a Caixa está sempre à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Por gentileza.

Eu quero também saudar e agradecer a presença do Sr. Fábio Cleto, Vice-Presidente de Fundos de Governo da Caixa Econômica Federal.

Concedo a palavra ao Sr. Abelardo Campoy Diaz para sua exposição, pelo tempo de 15 minutos e, se necessário, prorrogarei.

O SR. ABELARDO CAMPOY DIAZ – Boa tarde aos presentes.

Antes de tudo, eu queria agradecer ao Senador Cyro Miranda e à Senadora Marta Suplicy pela oportunidade de estar aqui, cumprimentar o Presidente da Caixa, Jorge Hereda e, desde logo, dizer que falar depois dele não sei se é um ônus ou se é um bônus, porque ele já disse praticamente tudo sobre o FGTS.

Eu vou aproveitar uma parte da fala dele, para não cansar os senhores com números, mas vou trazer alguns que me parecem indispensáveis para a reflexão do tema, e falar um pouco mais do FGTS como instrumento de previdência, de política social, de *fund* para a realização, dentre outras coisas, da tão desejada casa própria, o Brasil que é tão carente em habitações. Então, vou procurar trazer outras informações para os senhores nesse sentido que, seguramente, eu penso que vão colaborar para uma melhor reflexão.

De saída, precisamos dizer que o Fundo de Garantia foi criado com o objetivo previdenciário de assegurar, ao trabalhador que não gozaria mais do benefício da estabilidade do emprego, um amparo financeiro por ocasião do desligamento ou da sua aposentadoria. Mas ele tinha outra finalidade também, que era a de impulsionar o desenvolvimento do País, propiciar a produção e a comercialização de habitações e também de infraestrutura. E ele vem cumprindo, nesse sentido, um papel preponderante e indispensável. Não vamos esquecer que existe outro *fund* para isso também, que é a caderneta de poupança, porém, um pouco mais cara. Só para os senhores terem uma ideia, e já começando a falar de números, além da correção monetária que utiliza o mesmo indexador, falando em taxa de juros, o FGTS trabalha com uma taxa de 3% para o poupador, enquanto a caderneta paga 6%. Naturalmente que a utilização desse *fund*, na ponta, por ocasião do empréstimo, traz diferenças substanciais. E o Jorge Hereda, agora no finzinho, falou um pouco sobre isso.

Então, se nós queremos produzir habitações mais baratas e permitir o acesso das famílias de menor renda, nós temos que olhar para a questão da taxa de juros. Mexer com indexador, com taxa de juro é complicado, porque nós temos um equilíbrio sistêmico. O mesmo indexador que é utilizado na captação é utilizado no pagamento. O diferencial está só no *spread* da taxa de juros. Então, há que ter muito cuidado para não desestruturar um sistema que vem funcionando a contento e dando conta daquilo a que se propôs há mais de 40 anos.

O segundo ponto é a questão da natureza do Fundo. Por ser formado por pecúlio dos trabalhadores, ele é privado. Mas ele tem uma função social acentuada, importantíssima, e o Governo, então, dita regras e dá diretrizes para a aplicação desse dinheiro. Logo, tem uma função social importante. Ao examinarmos isso, não podemos deixar de contemplar o pleito e o interesse dos trabalhadores de ter melhor remuneração do seu capital. É justo, é legítimo. Mas até que ponto ou em que medida pode se transferir recursos com uma melhor remuneração sem prejudicar a função social? Acho que essa é a missão a que os senhores se propuseram, e reconheço, com o tempo que estou no FGTS, um pouco mais de 15 anos, que é uma missão espinhosa.

Os senhores têm em seus braços uma difícil tarefa, e vai ser complicado tomar uma decisão de todo acertada sem gerar algum descontentamento.

Eu vou passar alguns números que talvez nos ajudem nessa reflexão.

O Hereda falou rapidamente, mas eu quero detalhar um pouco mais esses números, porque eu acho que eles são relevantes.

Antes disso, só mais uma informação. Como nós trataríamos ou de onde viriam os recursos para uma melhor distribuição, para uma melhor rentabilidade do dinheiro poupado? A meu ver, nós temos duas fontes para isso. Uma é da própria remuneração: taxa de juros, indexação, mudança desses números ou valores. Como eu já disse anteriormente, me parece perigoso e, particularmente, considero inadequado qualquer mudança que mexa com indexador e com taxa de juros, porque isso traria um desequilíbrio muito nocivo e talvez irrecuperável ao Fundo.

Uma outra fonte de recursos que poderia ser utilizada para a distribuição aos trabalhadores vem daquilo que é resultado operacional: seria a distribuição do resultado financeiro, impropriamente aqui chamado de lucro, do FGTS. Acho que daí poderiam ser separados ou ser destinados os recursos para uma melhor remuneração dos trabalhadores. Por que isso? Porque se constitui em uma massa de dinheiro, proveniente de aplicações, proveniente da diferença de taxa de juros na aplicação – o Fundo capta a 3, mas recebe um pouco mais. É uma massa de dinheiro que, num primeiro momento, não tem um carimbo direito com a conta, ou seja, não está linkada diretamente com cada um dos correntistas. É um dinheiro de todos.

Nesse sentido, eu penso que poderia ser possível se destinar uma parte dos recursos. Aí é uma questão de régua e o aprofundamento desses estudos é que diria o que poderia ser feito. Mas me parece que a única fonte geradora de recursos para essa distribuição viria do resultado operacional do Fundo de Garantia.

O primeiro número que eu vou dar a vocês nesse sentido é que, no ano passado, nós tivemos, com todo o incremento que o Hereda já mostrou para vocês, doze bilhões de lucro líquido, aproximadamente. Esse número era menor nos anos anteriores, o pessoal da Caixa pode depois abastecer com os últimos cinco ou seis exercícios, mas seria o dinheiro que estaria em condições de ser distribuído.

Quando eu falo que o Fundo gerou 12 bilhões de lucro, eu não posso deixar de dizer que, para que o Fundo cumpra o seu importante papel social e os descontos do FGTS – que na verdade são subsídios, são incentivos financeiros para que as famílias de menor renda possam suportar os seus financiamentos e fazer suas contas – têm sido aumentados ano a ano.

Apesar de toda promessa do Governo Federal de destinar recursos do OGU para habitação, o Governo Federal tem colocado recursos exclusivamente na faixa 1 do Minha Casa, Minha Vida. E mais recentemente, por ocasião do Minha Casa, Minha Vida. Nas demais faixas onde entra o mercado, o Fundo responde por 82,5 do valor de subsídio. Então, quando se fala que uma família tem direito a R$ 10 mil para aquisição de sua casa, vamos lembrar, que R$8.250,00 vêm daí. E se o Fundo não tiver lastro, não tiver colchão para poder destinar esses recursos, a política habitacional de baixa renda que está sendo praticada, que está sendo desenvolvida pelo programa Minha Casa, Minha Vida, vai travar. Não será possível dar continuidade a esse tipo de política assistencial.

Dito isso, acho que precisamos olhar um pouquinho quais seriam os impactos e quais seriam as pessoas beneficiadas com essa eventual distribuição. Para isso, eu vou dar outros números para vocês. Prometo que vou procurar falar o mínimo possível de número, porque é cansativo. Não trouxe nada visual para mostrar e dificulta, mas alguns são indispensáveis.

As contas do Fundo de Garantia têm duas grandes distribuições: contas ativas e contas inativas. Todas essas contas são identificadas. Vamos deixar isso claro. Talvez seja o maior banco de dados do mundo o do FGTS. O Hereda não falou isso, mas faço questão de dizer, e a Caixa é a grande responsável pela criação desse grande banco de dados.

Nós temos, então, cerca de 100 milhões de contas ativas. Desses 100 milhões de contas ativas, cerca de 65% são de trabalhadores que ganham até um salário mínimo. Nós temos de um a quatro salários mínimos mais 19%. Essas contas, em termos de dinheiro, representam 16% do total depositado. Então, nós temos 83%, 84% de trabalhadores que detêm 16% do total

dos depósitos. Estou falando de contas ativas. Se eu for falar de contas inativas, os números são astronômicos. Temos cerca de 4,5 milhões de contas de trabalhadores de até um salário mínimo, que representam 94% do total das contas inativas. E isso, em termos de participação no dinheiro aplicado dessas contas inativas, é daquelas pessoas que deixaram um saldinho, óbitos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ABELARDO CAMPOY DIAZ – Possivelmente, não. Acho difícil que essas pessoas tenham acesso, talvez por desinformação, apesar de todo o trabalho que está sendo feito no sentido de identificar. É um custo enorme carregar essas contas também, porque essas contas são todas identificadas.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ABELARDO CAMPOY DIAZ – Eu diria que, em relação à grande parte delas, custa mais manter e acompanhar aquilo que elas podem render.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ABELARDO CAMPOY DIAZ – Em dinheiro, elas representam cerca de 800 milhões.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – E porcentagem?

O SR. ABELARDO CAMPOY DIAZ – Porcentagem?

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – É, porque, aqui, estou detectando o total depositado de inativas.

O SR. ABELARDO CAMPOY DIAZ – Em relação às contas totais?

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – É.

O SR. ABELARDO CAMPOY DIAZ – Eu não tenho esse número, Senadora, mas são 4,5 milhões de contas inativas que têm R$800 milhões. Um custo muito grande.

Eu trouxe uma tabelinha – não sei se pode ajudar vocês. Os números mais substanciais estão nas contas ativas, que são aquelas que eu disse aos senhores. São 220 bilhões para 100 milhões de contas ativas. E, desses 220 bilhões, temos cerca de 35 bilhões com pessoas que ganham até quatro salários e que representam 16% em termos de dinheiro.

Então, esses são os números que, a meu ver, precisam passar por uma reflexão. Se nós melhorarmos o resultado e distribuirmos, a quem vai atender?

A grande massa de cotistas tem um saldo muito pequeno. E seja qual for o critério de distribuição, em termos percentuais, evidentemente, vai trazer um resultado espetacular. Quem tem uma remuneração de 4%, 4,5% ao ano, se tiver um saldo de R$100,00 e tiver uma distribuição de mais R$20,00, proporcionalmente, vai ter um implemento muito grande em termos percentuais, mas, em termos reais, é muito pouco. Então, os grandes cotistas, que são em pequeno número, titulares daquelas contas mais abastecidas, penso eu, serão os maiores beneficiários. E *contrario sensu*, penso que talvez sejam as pessoas que, socialmente falando, menos precisam do FGTS.

Então, a tarefa que está imposta, senhores, é como distribuir para muitos, que têm pouco saldo, uma parte do resultado do FGTS, lembrando que quanto mais se cortar para a distribuição do lucro, menos haverá para a continuidade dos programas e do desenvolvimento, sobretudo, em habitação. Não preciso falar aqui da importância também da aplicação em infraestrutura, sobretudo em saneamento, que se traduz em saúde. Uma habitação sem saneamento é uma habitação insalubre. Estudos antigos já mostravam que cada real aplicado em saneamento economizava quatro em saúde.

Resumidamente, é o que se apresenta, é a tarefa que nós temos que enfrentar. Penso que desses R$12 bilhões, se a economia propiciar taxas de remuneração menores, parte desses R$12 milhões será perdida porque um pedaço vem da aplicação no mercado de papéis em títulos públicos. Então, à medida que haja um recuo nas taxas de juros, também haverá diminuição nesse montante de recurso.

Os números são esses. Eu me coloco à disposição dos senhores para algum esclarecimento adicional e confesso que não há muito mais a dizer.

Muito obrigado pela oportunidade.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Pois não, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria consultar a Mesa, especialmente V. Exª e a Relatora, se posso fazer as perguntas, porque tenho um compromisso com prefeituras de fronteira. Eu faria questões rápidas, então, gostaria de saber...

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Perfeito. Tem a palavra V. Exª, Senadora Ana Amélia.

Antes, eu queria agradecer ao Sr. Abelardo pela elucidação e a complexidade que tem esse programa, esse Fundo, para que haja um equilíbrio, pois, realmente, o desequilíbrio aí é um desastre.

Senadora, com a palavra.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada, Presidente Cyro Miranda.

Hoje a Caixa veio aqui com o Presidente e um bom advogado também. O Dr. Abelardo, praticamente,

foi um bom advogado da Caixa, em relação à preservação do sistema.

Dr. Hereda, prestei atenção nas suas informações e nos seus dados. O ano de 2011 foi o de melhor retorno das aplicações feitas pelo seu quadro. Eu gostaria de saber por que esse retorno, considerando também que 2011 foi o ano que, comparativamente a 2010, teve menor percentual de aplicação: 173% contra 220% do ano anterior. Então, um número diferente.

O senhor falou que são 80% dos saques do volume total. Eu queria saber se o senhor pode quantificar desses 80% um percentual sobre saques feitos fraudulentamente, porque, na audiência anterior, nós vimos que há fraudes nos saques. Então, eu gostaria de saber se há quantificação disso.

Eu queria também saber do senhor o seguinte: a Lei nº 10.001 estabeleceu o pagamento de contribuição de 10% por parte dos empregadores quando há despedida de empregados sem justa causa. O objetivo daquela lei era recompor os recursos do FGTS. Já foram mais de dez anos da vigência dessa lei. Pergunto-lhe: o Fundo de Garantia ainda é deficitário ou já foi recomposto de lá para cá?

E ainda nesse mesmo plano, em fevereiro deste ano, o Governo comunicou ao Congresso, por meio de um relatório de avaliação de receita e despesa, que não vai transferir para a Caixa Econômica Federal uma receita estimada em R$2,9 bilhões relativa à contribuição adicional daqueles 10% dessa lei a que me referi. A legislação em vigor, depois de repassados à CEF, determina que esses recursos sejam incorporados ao Fundo de Garantia. O fato de o Governo não transferir esses recursos para a CEF demonstra que o Fundo de Garantia já não é mais deficitário? E esse dinheiro vai para um caixa único? São essas as minhas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Presidente Hereda.

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Senadora, deixe-me entender a primeira pergunta da senhora, porque não consegui...

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Poderia repetir a pergunta, Senadora?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Foi sobre os R$16 bilhões de retorno da aplicação feita, um dos quadros que o senhor apresentou ali. Num ano, deu 173% e, no ano anterior, 220%, 222%, alguma coisa assim, em 2010. A média é 14 ou 11 e, no ano de 2010, foi de... O senhor até chamou a atenção sobre esse retorno, que foi o retorno mais expressivo.

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Sim, está aqui. E a pergunta?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – O motivo por que houve esse desempenho em 2011.

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Sim.

O que eu estava dizendo com esse número, Senadora?

Eu estava demonstrando que a arrecadação líquida do Fundo mais o que o Fundo tem de retorno das operações de crédito já feitas, teoricamente, é o total de recursos que o Fundo recebe por ano. E o que a gente vinha dizendo é que, no decorrer de dois anos, desde 2007 a 2011, na tabela, o orçamento do Fundo tem sido maior a cada ano, e essa arrecadação líquida, apesar de aumentar, não cresceu na mesma proporção. Portanto, se têm feito orçamentos a partir de 2008 que superam esse retorno que o Fundo tem tido ou essas entradas que o Fundo tem recebido. O retorno das operações mais a arrecadação líquida. Isso tem variado em função do aumento da arrecadação líquida. Portanto, essa diferença entre 171%, 159%, 222% e 173%, se for esse o quadro, é em função da arrecadação líquida que se tem dado. Então, como em 2011 tivemos uma arrecadação líquida de R$14 bilhões, que foi maior que a de antes, levando em consideração o orçamento também, nós tivemos um orçamento que significou 73% a mais do que entrou no fundo, em termos de retorno e arrecadação líquida, é isso só. Quer dizer, não tem... É só para dizer que nós temos tido um orçamento cada vez maior, uma arrecadação e um retorno também maior, mas não na mesma velocidade em que temos aplicado. Por isso, a disponibilidade do Fundo tem diminuído.

É isso, eu tentei explicar.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Está bom.

Presidente, estão me chamando para uma questão urgente, mas a minha assessoria ficará anotando as suas respostas, para não parecer desatenção para com V. Exª.

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Com relação aos saques fraudulentos não é um número... é quase... é insignificante. Mas a gente pode verificar esse número – o Fábio Cleto chegou; o nosso Vice-Presidente da área do Fundo de Garantia –, não é Cleto, não é um problema isso para o Fundo. Todas as atividades bancárias, etc., que mexam com canais sempre têm alguma fraude, mas não é um valor significativo, é insignificante mesmo.

A questão da disponibilidade, aqueles 10% que a Senadora falou, eles foram criados para pagar essa coisa da diferença dos Planos Verão e Collor. Hoje o Fundo já está com esse pagamento, a partir de julho já está ok. Não vai precisar mais desses recursos, certo? Aí o recurso que se tenha por acaso a maior, vai ser incorporado ao patrimônio do Fundo de Garantia.

Esse repasse do Governo destes 2.9 bilhões é uma questão que... a Caixa opera o Fundo de Garan-

tia. Não é uma decisão da Caixa e não é para a Caixa esse repasse. O repasse é para o Fundo de Garantia. Agora, não faria falta para o Fundo se isso fosse... Se isso fosse não, mas que isso tem de ser enviado para o Fundo, tem, porque é isso que a lei manda. Agora, se vai ser enviado hoje ou se vai ser enviado, sei lá, no final do ano com a correção necessária, não causa nenhum prejuízo para o Fundo.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Presidente Hereda.

Passo a palavra para a nossa Relatora, a Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Bem, eu fiquei pensando numa proposta que vai ser uma heresia, sendo que eu que fui autora da distribuição dos lucros, e pode ser totalmente sem procedência, por isso eu vou colocar, porque, logo que a Caixa inteira está aqui, nunca mais vou ter essa oportunidade de tantos pensadores aqui poderem me responder. (*Risos*.)

Bom, é o seguinte: eu acho que está clara a tendência da diminuição de juros no País. Certo? Então, o recurso da Caixa vai diminuir bastante. Eu fiquei pensando, ao invés de a gente distribuir o lucro, como V. Exª, caro amigo, disse que vai dar R$1,50 para cada um, se for o que nós tínhamos pensado de 50%, por que a gente não pensa às avessas e muda o índice, aumenta a arrecadação e aí vê o que faz dela? Porque mudou a conjuntura do País. Então, tem de mudar a cabeça da gente!

E algo que eu era totalmente contrária, eu comecei a pensar que talvez fosse por aí o caminho, porque aumentamos o bolo e aí a gente pensa como é que vai fazer. Porque a ideia aqui é ajudar o trabalhador ou no desemprego, que é a nossa obrigação primeira, ou com alguma coisa, que se pôs a casa própria porque gera muito emprego, dinamiza a economia e tal, mas esse pouco dinheiro, que foi também colocado pelo Sr. Abelardo, que hoje nós temos, quer dizer, a maior parte dos cotistas retira tudo quase, sobram poucos cotistas com o montante forte, é porque não tem outro jeito de tirar: ou eu morro, ou eu fico desempregada, ou eu pego dinheiro. Tem alguma coisa que tem de ser mudada aí. Por que tem de ser sempre desse jeito?

Eu posso mudar tudo.

Então, estou muito interessada como relatora em pensar o novo. Nós não temos de pensar sempre daquele jeito, temos de pensar como é que nós podemos fazer. Aí, a própria Caixa, que tem gente capacitada, pode nos ajudar a pensar o novo. Vamos pensar, se aumentar o índice, que aumente esse bolo.

O que é mais importante? Cuidar do desemprego, separar o dinheiro da casa própria – que eu vi que não está sendo gasto, porque não tem perna para gastar tudo que está separando –, mas dinamizar, da mesma forma que vai dinamizar a construção civil e vai dar um bem-estar ao trabalhador com a habitação, você pode fazer isso também colocando dinheiro na mão do trabalhador e ele vai usar no que ele quer. Vai dinamizar a economia do mesmo jeito; aliás, talvez mais.

Talvez você possa dizer: Não! É muito mais importante ele ter uma casa. Mas quem sou eu para dizer o que é mais importante para ele? Talvez não seja, ou talvez seja. Talvez ele possa financiar de outro jeito.

Agora, a manutenção do subsídio para casa eu acho que deveria ser mantida, porque isso é que está fazendo a diferença maior. Isso não teria como obter num banco privado. Então, teríamos que pensar que, se for para fazer a distribuição desse bolo, deveríamos manter, hoje, o que está sendo gasto, com subsídio para o mesmo montante, ou até ampliar a faixa de quem mais precisa, que é até três salários mínimos. E aí acho que neste País não vai para frente – creio que o representante do comércio, como o antecedente que veio aqui, da indústria, também colocou e eu concordo –, se nós não tivermos saneamento básico e infraestrutura.

Como é que podemos fazer para garantir isso também? Essa é a questão.

Não tenho nenhuma resposta, mas tive hoje uma audiência pública que me lançou muitas ideias novas, que, como eu disse ao Presidente, eu tenho uma proposta, mas aqui as audiências não são de brincadeira, são para pensar mesmo.

Quero colocar a Caixa para nos ajudar a pensar em novas possibilidades frente ao novo momento que o País vive frente à situação internacional. Tem de ser uma coisa mais ampla e se vale a pena pensar isso.

Gostaria de ouvir depois a reflexão dos dois.

Tenho um problema. Tenho um voo e vou ter que sair às 4h15, e o Presidente também.

Mas, gostaria de ouvir muito, antes de sair.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Nós vamos ter de encerrar esta reunião no máximo às 16h30.

Deixe-me apenas colocar junto à Senadora a minha participação, antes de passar palavra ao Senador Wellington.

Não existe um desequilíbrio entre o Governo e o Fundo. O Fundo empresta muito mais subsidiado do que o Governo. Se o Governo colocasse a contrapartida no mesmo nível, acho que poderíamos fazer um número maior de operações. Ou estou enganado? É dentro da linha de raciocínio da Senadora.

Foi dito aqui que, do subsidiado, 82,5% é o Fundo que está subsidiando. O restante é o Governo, não é isso?

Se tivesse um equilíbrio um pouco maior, nós teríamos mais chance de avançar. Então, concordo com o que a Senadora Marta está pensando, em função de nós examinarmos esse bolo. Como é que ele pode ser distribuído? Estaríamos protegendo aquele que nunca sacou, que eu também não sei qual é o índice. Pode ser uma coisa desprezível, mas, se ele for representativo, aquele que nunca sacou está levando uma bola nas costas.

Deixo também, só para complementar as perguntas da Senadora.

Senador Wellington, já quer completar?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Gostaria, sim. É muito rápida a minha participação.

Primeiro quero saudar o Presidente da Caixa, meu companheiro Jorge Hereda, o Marcos Vasconcelos e aqui também o Abelardo, da CNC. Quero dizer que é um prazer revê-lo.

Queria trazer algo para reflexão.

Tivemos um momento no Brasil em que a política habitacional virou um problema. Foi uma fase em que a grande onda no Brasil inteiro eram leilões de habitações de pessoas que tinham tomado financiamento. Por quê? Devido à alteração e o descasamento entre a renda de quem fez o contrato de habitação e o contrato para a casa própria. Ali também nós tínhamos um impacto com o FGTS.

Num dado momento – já no Governo do Presidente Lula – fez-se uma alteração formidável em que colocou compatibilidade – e o FGTS tem sido essencial para isso – para aquilo que é necessário de subsídio, aquilo que é necessário de taxas de juros, aquilo que é necessário da remuneração do FGTS do outro lado, para poder viabilizar esse equilíbrio que nós temos hoje.

O que não podemos deixar de examinar aqui?

Vejam. Acabamos de aprovar aqui fundo de pensão, fundo de previdência complementar para servidor. Como é que funciona? É um fundo semelhante. Funciona com uma contribuição de quem está na atividade que é remunerada, como é remunerado o FGTS, está ali na parte das operações de retorno, ou seja, vai ao mercado e aplica de acordo com a remuneração que foi traçada.

Na verdade nós temos hoje um bolo emprestado, gigantesco. Esse bolo vai retornar. O que eu tenho defendido aqui, Senadora Marta? E acho que precisamos ter um cuidado com isso.

O Brasil tinha um déficit gigantesco nessa área da política habitacional. Um déficit focado numa fatia da população que, ou não tinha renda – precisava inclusive de suplemento da parte do Governo Federal com programas como Bolsa Família –, ou tinha renda muito baixa. Era essa fatia que estava de fora.

Nessa operação que falei aqui, foi dada a solução para isso. Isso vai chegar a um ponto tolerável, e creio que, no ritmo que estamos, de um milhão, dois milhões de habitações, enfim, acho que vamos chegar à próxima década num patamar que é considerado normal. É uma geração que está acabando de chegar e que precisa de casa e ainda não tem.

Então, quero dizer isso, aliás, uma das coisas que eu tenho cobrado e quero aproveitar aqui para dizer – nessa política acho que ninguém mais que a Caixa, que tem os bancos de dados, inclusive do Ministério do Desenvolvimento Social – que fui governador e lá eu percebia que tinha pessoas que já tinham casa, muitas vezes na zona urbana, e tinham acesso ao programa por completa falta de controle do Estado no seu cadastro dos que não tinham teto.

Isso é fato. Não é um número pequeno, é um número grande.

Ele não tem habitação urbana. Normalmente o controle que nós temos é na zona urbana. Na zona rural nós não temos esse controle. Não há um cadastro completo.

Foi feito o índice de desenvolvimento familiar, que foi o mais próximo que nós chegamos disso. Porque se tenho, em uma determinada cidade, por exemplo, seis mil pessoas que não têm casa, então, você faz uma política direcionada dando soluções. Aliás, é o mesmo problema que vejo na política de alfabetização.

Então, o que quero aqui dizer?

Quero dizer que existe uma poupança que é remunerada com o pagamento da prestação, atualizado pela inflação mais a remuneração cobrada. Nós temos de encontrar mecanismos de se traduzir individualmente para o dono do dinheiro, que é o trabalhador. Esse é um ponto que nós temos de trabalhar. Mas já passou da operação da política de governo, é no retorno que nós podemos pensar em alguma coisa, porque, se fizer qualquer alteração antes, cai nas costas, pode não ser do trabalhador autor da sua conta no Fundo, mas será na outra ponta de outro trabalhador que vai ser prejudicado.

Quero aqui, com essas palavras, recomendar.

Quero examinar da Caixa o que temos melhorado em relação a isso. Mecanismos para que a política seja adequada. E tenho sustentado aqui que precisamos ter um cuidado muito grande na pulverização.

A finalidade mesmo do FGTS é substituir o modelo do passado da demissão. Nós tínhamos uma espécie de estabilidade maior, que tinha a indenização no ato da demissão, uma remuneração por ano de trabalho, os 8% vezes 12, se equivalem, é para equivaler a uma remuneração/ano, para poder cobrir isso,

a gente não pode esquecer isso. Essa é a essência, essa é a essência.

E é claro, tem razão a Senadora Marta quando coloca a preocupação de que aquele que não faz nenhuma retirada, nenhum saque, enfim, precisa encontrar um mecanismo de, na hora do retorno da operação, ter alguma coisa que possa viabilizar uma remuneração maior.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Wellington.

Vou passar a palavra para o Sr. Abelardo.

O SR. ABELARDO CAMPOY DIAZ – Eu vou procurar ser sintético e resgatar parte da fala.

É indiscutível a legitimidade do pleito dos trabalhadores de terem um melhor rendimento. Só que me parece, Senadora, que, se nós formos mexer simplesmente na taxa, que hoje é de 3%, e passar para outro número, a fim de propiciar uma melhor arrecadação, nós vamos provocar algumas coisas que são insanáveis. A primeira delas é o desequilíbrio de centenas de milhares de contratos. Aquelas pessoas que já compraram, que estão pagando as suas prestações, teriam que ter o seu contrato revisado. E aí nós teríamos, de saída, uma questão jurídica, a insegurança jurídica formada...

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Será que não daria para bancar?

O SR. ABELARDO CAMPOY DIAZ – Vou tentar mostrar para a senhora. A insegurança jurídica seria muito grande, porque aquele que tem um contrato assegurado com uma taxa de juros de 3% passar, no mês seguinte, para 4% ou 5%...

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Não, eu não estava pensando isso, eu estava pensando que seria aumentar a remuneração e ver quanto a Caixa teria que gastar para manter o que estar acordado, não mexer em contrato. Em contrato não se mexe.

O SR. ABELARDO CAMPOY DIAZ – Ok, então nós temos que rever a precificação da formação da taxa de juros. O agente financeiro captou aquele dinheiro por um valor, ele tem lá um *spread* que contempla inadimplemento, que contempla custo operacional, tem uma série de custos.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sim, mas é disso que se trata.

O SR. ABELARDO CAMPOY DIAZ – Olha, eu lhe digo assim: nós fazemos lá no Conselho Curador o acompanhamento permanente – e é uma pena que a Senadora não esteja aqui, eu, de advogado da Caixa, passaria agora a carrasco –, nós temos frequentemente apertado a Caixa para que melhore a sua precificação, para que a gente tenha melhores resultados.

Então, a primeira coisa que ocorreria se nós mexêssemos na taxa seria um desequilíbrio, a meu ver, incontrolável, com problemas de insegurança jurídica, seria o caos.

Segundo, quando eu fiz a minha fala, eu procurei dizer que tinha outra fonte, que era o resultado operacional, o lucro, que, no último ano, foi de 12 bi, daí eu acredito que possam vir recursos sim.

Ah, antes, estava esquecendo. Se nós aumentarmos a taxa por qualquer razão, parte do subsídio se perde, porque a prestação cresce e ele vai neutralizar o aumento da prestação.

Então, há que se manter a prestação, e a taxa, com essa invariável, vamos dizer assim, só sobra, a meu ver, a questão do resultado operacional, do lucro. Nós temos 12 bi. Se há, de fato, vontade de distribuir dinheiro para os trabalhadores, a fonte é essa. Agora, qual será o impacto direto disso? Vai drenar recursos que hoje são utilizados para a política habitacional, que estão bancando os subsídios. Os subsídios, para a senhora ter uma ideia, não são pequenos. No ano passado, foram 5,5 bi.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Dez.

O SR. ABELARDO CAMPOY DIAZ – Não, para a habitação. Para a habitação, foram 5,5 no ano passado, e, este ano, 4,5 já,

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Foram 2,5 para 5,5.

O SR. ABELARDO CAMPOY DIAZ – Então, Senadora, veja a senhora, é um ralo sem fim, 5,5 bi é muito dinheiro, a fundo perdido. Essa é a função social que o fundo está praticando em nome do Governo, em nome do caixa da União. O que o senhor falou. Se a União abrir o cofre, vai sobrar mais. Vai sobrar mais de onde? Do dinheiro do trabalhador.

Por isso, a discussão, como eu disse aqui, é espinhosa. Eu acho que o trabalhador tem todo o direito, é justo que pleiteie o aumento. Agora, de onde vem? Do couro sai a correia. Parece-me que o lucro é a fonte de partida para qualquer raciocínio que façamos aqui.

A senhora faz bem em nos incentivar, em nos instigar a pensar diferente, e não fazer sempre o mesmo. Mas algumas coisas são formatadas de um jeito quase que... Não dá para sair daquilo.

Outra coisa, se aumentar a taxa, eu também falei aqui, nós vamos aproximar o Fundo de Garantia de um outro *funding*, que é a caderneta de poupança. E o Hereda falou, com exemplo numérico, que pode acontecer de um financiamento do Fundo de Garantia, que é destinado às famílias de menor capacidade financeira, superar o preço do financiamento bancário que tem como *funding* a caderneta de poupança.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Sr. Abelardo. Vou passar a palavra para o Sr. Jorge Hereda.

E vou só incluir as minhas duas perguntas: os que nunca sacaram, se têm esse dado; e também aqueles que sacam fazendo uma composição com a empresa de devolver. Não sei se isso é possível, porque tem um volume, e sei que é um volume muito grande, em função de não ter atratividade para ele, de estar abaixo da caderneta de poupança, por exemplo. Também não sei se isso é mensurável.

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Bom, rapidamente, é o seguinte. Primeiro, eu acho que a grande discussão tem que ser o que é socialmente mais justo. Isso precisa ser, na minha opinião, o fundo dessa discussão.

Os dados, as possibilidades de fazer todas as contas necessárias, simulações, etc., a Caixa está disponível. Podemos deixar uma equipe com a comissão, trabalhando *full time* até quando for necessário.

Eu queria só desmistificar uma coisa. Estamos tratando aqui como se o subsídio do Fundo de Garantia para habitação fosse a grande mola, por exemplo, do Programa Minha Casa, Minha Vida. Não é. Tem que ficar claro que não é.

No Minha Casa, Minha Vida 2, por exemplo, nós temos R$125 bilhões de investimentos, entre investimentos subsidiados, portanto, sem retorno, e recursos onerosos. Os recursos onerosos o Fundo de Garantia é que fornece, dentro das regras de financiamento para qualquer agente financeiro e da forma que o Fundo exige de retorno, e tudo o mais.

O Fundo coloca em torno de 4 bilhões, 4,400 bilhões, vai depender aí, por ano, de subsídio, que são esses 82%. Na composição desse subsídio, realmente o Fundo tem colocado mais. Mas o que o Governo Federal coloca na política como um todo, que são esses 17,8, alguma coisa assim, desse subsídio, mais o que ele subsidia do resto todo do programa, dá R$75 bilhões. Nunca se teve subsídio para habitação de baixa renda nesse volume, R$75 bilhões, no País.

Então, temos que ter clara a dimensão da questão, para não ficar parecendo que o Governo está fazendo um programa habitacional só com recursos subsidiados do Fundo de Garantia. Isso não é verdade.

Eu fui Secretário de Habitação entre 2003 e 2005, e eu me lembro que o Fundo de Garantia já tinha essa figura do desconto. E era utilizado para todas as faixas de renda. Então, você tinha inclusive subsídio inverso. Muita gente que não precisava tinha acesso a isso.

Lembro-me de que, em 2004, com a 460, revisão do fundo, o Governo focou esse dinheiro para, realmente, quem mais precisava, porque esses recursos estavam sendo aplicados para todos. Então, focar esses recursos para mais baixa renda foi talvez a primeira iniciativa importante da política habitacional do Governo em 2004.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Permita-me só um exemplo aqui, Presidente, só para a gente ter uma ideia do que se fala.

Estive agora em Floriano, no Piauí, inaugurando um conjunto habitacional. Uma casa de R$38 mil – era o custo da casa com infraestrutura – o mutuário pagaria R$6 mil. Só para a gente entender o tamanho do subsídio para essa faixa de renda.

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Sem dúvida.

Bom, o que eu queria dizer com isso? É preciso entender toda a política habitacional. Foram utilizados para esse programa os mecanismos que existiam. Então, essa faixa de renda da faixa dois tem essa característica mesmo.

Por outro lado, pode acontecer inclusive que o Fundo de Garantia, a partir de 2015, 2016, não tenha nem mais essa capacidade de bancar esses R$5 bilhões. É uma discussão que o Governo vai ter que fazer mesmo. Para continuar financiando, vai entrar com recursos do próprio Governo. Isso vai se dar em 2016, 2017 ou alguma coisa que valha, pensando aí na sustentabilidade da política.

Agora, acho que foi de uma maneira inteligente se focar uma coisa que já existia, focando para os que mais precisam e juntando com mais esse aporte de recursos que existem. Então, só para ficar claro: é importante? É muito importante o subsídio do Fundo de Garantia – é muito importante.

Essa discussão de se vai usar ou não vai usar esse subsídio, se o Governo vai ter que colocar recurso ou não, em 2016, 2017, vai aparecer. Porque você não vai ter, a tendência é de que não se tenha – e aí precisa ficar claro isso – o "lucro" excedente do retorno do Fundo de Garantia que a gente tem hoje se os juros baixarem – e eu espero que baixem mais. Essa é a realidade que a gente espera, certo? Portanto, isso também que estar na discussão.

A questão que o Senador colocou com relação ao cadastro, o cadastro é uma necessidade realmente. Essa questão da habitação rural é difícil de medir. Mas hoje também o programa tem talvez a maior checagem que já houve com relação a isso. Checamos três ou quatro cadastros. Para cada pessoa inscrita no Minha Casa Minha Vida olha-se o Cadastro Único – o CadÚnico –, o cadastro do Fundo de Garantia para ver se ele está recebendo renda que não declarou, e o próprio Imposto de Renda. Tem três ou quatro cadastros que são checados, como o Cadastro da Habitação. Então, tem uma checagem muito maior hoje do que já existiu. Agora, é muito difícil se conseguir checar se o cidadão tem uma casa no interior, uma casa que sequer é

registrada. Quer dizer, não tem como checar isso no detalhe. Mas o programa tem uma checagem, que se consegue fazer em termos de banco de dados, muito boa, pelo menos maior do que a gente tinha.

Queria dizer para o Senador Cyro que a gente não tem essa informação de quem faz o saque de maneira fraudulenta, porque isso é fraude. Não tem nenhuma informação sobre isso. Então, não dá para a gente ter noção dessa importância.

Com relação a uma questão que foi colocada, que acho que é a seguinte: o Fundo de garantia poderia render mais – ele é um fundo que tem uma disponibilidade x que é aplicada em títulos etc –, o bolo dos recursos, fora o que está aplicado em habitação, saneamento? Poderia, mas teria que estar a fim de discutir quem assume o risco se houver perda. Se se vai colocar em renda variável, entendeu? Aí ele tem uma aplicação conservadora, porque ele precisa ter. Porque, em última instância, quem garante o Fundo de Garantia é o Tesouro Nacional, não é? Uma coisa é ir à tesouraria de um banco e dizer: vou aplicar para ter a maior rentabilidade que eu puder. Mas a aplicação no Fundo de Garantia tem de ser cuidadosa mesmo. Por isso que a gente tem esse cuidado.

Acho que, de uma maneira geral, eu queria colocar a Caixa à disposição. Sei que o problema – e a Senadora Marta Suplicy já colocou o problema – é que existe uma série de insatisfações que precisam ser equacionadas, principalmente com relação ao trabalhador que é o dono do Fundo. E o que a gente puder fazer para contribuir para fazer com que essa equação feche, estamos disponíveis. Agora, não é uma equação fácil.

Uma coisa que a gente tem de ver também é o seguinte: se, neste País, daqui a alguns anos, tiver uns juros em que o financiamento para habitação possa ser feito com a tesouraria dos bancos, se os juros descerem para 7% ao ano...

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Aí, vai mudar tudo.

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Aí não tem mais problema, porque recurso para habitação vai ter de uma forma mais geral. É uma possibilidade que pode acontecer daqui a alguns anos.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Não sei se é tanto tempo. Pode ser mais rápido.

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Sim, se for mais rápido, pode até disponibilizar a questão da remuneração para o trabalhador.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Outra pergunta – e vou ter de sair, Hereda. A gente nunca fez uma pesquisa para saber se o cotista gostaria de ter essa limitação ou não ou se ele preferiria, em vez da casa própria, ter mais dinheiro no bolso.

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Olha, eu nem faria, porque eu teria certeza de que ele diria que sim.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu também tenho. Agora, ante tutela.

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Não tenho dúvida, porque tem dinheiro no Fundo de Garantia, como a gente está vendo ali, é quem não precisa mais de casa própria. Quem tem muito dinheiro no Fundo de Garantia é quem já tem casa, porque é uma renda...

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Não, não. Não sei. Acho que você está subestimando as pessoas. É a mesma coisa de quando foi implantado, por exemplo, o Programa Renda Mínima, em São Paulo, e as pessoas diziam: "Não, é melhor dar uma bolsa de alimentos, dar não sei o quê." Eu sempre tive clareza de que a pessoa decide no que ela quer gastar, não é?

Eu acho que, provavelmente, a pessoa decide na premência da conta que tem de pagar. Têm essas coisas também. São questões nas quais, eu acho, a gente tem de pensar. E essa questão que V. Exª levantou da baixa dos juros, que está caminhando mesmo para isso, vai mudar totalmente a face do fundo de garantia. E nós temos de levar isso em consideração, Presidente.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sim, mas na hora em que ficar mais ou menos igual, nós podemos estar criando uma lei nova que não vai ter mais nenhum sentido.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Tem de pensar.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Eu queria só perguntar – e o senhor me deveu uma resposta – se tem o percentual das contas que nunca foram sacadas.

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Tem sim. Isso a gente pode fornecer. A gente levanta e fornece para o senhor. O nosso pessoal fica disponível para fazer isso.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Nós vamos certamente, Presidente Hereda, precisar do auxílio e da vivência que tem a Caixa Econômica através dos seus técnicos. Nós não podemos aqui cometer nenhuma leviandade, porque queremos proteger o trabalhador e, às vezes tomando uma medida dessa, nós estamos é desprotegendo. Então, não é uma equação simples de fechar. Ela tem o equilíbrio social; ela tem muitas variáveis. Então, todos nós aqui estamos mudando de posição. A Senadora Marta mu-

dou para a minha posição e eu estou mudando para a dela. Eu estou indo...

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Podia ser que os dois mudassem para a minha.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Presidente, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – A minha é parecida com a sua. A minha posição, Presidente, é esta: que se mexa mais no rendimento do que nos juros.

O SR. JORGE FONTES HEREDA – Eu queria só corrigir uma coisa. Eu falei 7%, mas não é 7%. Sete por cento é para recurso da poupança, para aqui seria alguma coisa em torno de 4%. E não 7%.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Quatro por cento.

Presidente, eu fecho com a sua posição. A Marta está em outra posição e eu fecho com a sua.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Bom, eu quero agradecer, em função de termos algumas viagens aí, a Senadora Marta, eu e o Wellington, quero agradecer a presença dos senhores, a elucidação. É realmente apoiada nesses dados que esta Comissão vai tomar uma posição de equilíbrio. Então eu vejo que a Caixa Econômica nesse contexto vai ser a mais importante a nos assessorar.

Então, agradecendo a presença do Sr. Abelardo, agradecendo a presença do Sr. Jorge, e nada mais havendo a tratar, convoco uma reunião para o dia 19, quinta-feira, às 11 horas, nesta mesma comissão.

Declaro encerrada esta reunião.

Obrigado.

(Iniciada às 14 horas e 43 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 17 minutos.)

Ata da 1ª Reunião da Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social, Criada por meio do Requerimento nº 11, de 2009-CAS, no Âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, realizada no dia 28 de fevereiro de 2012, terça-feira, às nove horas, na sala Florestan Fernandes, Plenário nº 9, Ala Alexandre Costa, Anexo II, Senado Federal.

Às nove horas e quinze minutos, do dia vinte e oito de fevereiro de dois mil e doze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Paulo Paim,** reúne-se a Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social, com a presença dos Senadores Casildo Maldaner e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os demais Senadores. A Presidência registra a presença dos Senhores José Augusto da Silva Filho, Coordenador-Nacional do Fórum Sindical dos Trabalhadores – FST; José Maria de Almeida, Diretor da CSP Conlutas; Moacyr Roberto Tesch Auersvald, Presidente da CONTRATUH; Marcelo Lopes Costa, Diretor da CONARFA e Graziella Baggio, Diretora Previdenciária do Sindicato Nacional dos Aeronautas. A Presidência declara aberta a presente Reunião, destinada à Apresentação e Discussão do Plano de Trabalho da Subcomissão para o ano de 2012. **EXTRAPAUTA – ITEM 1 – REQUERIMENTO Nº 1, DE 2012 – CASEMP.** *Com fundamento no disposto no Art. 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o Art. 90, inciso II, e Art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, REQUEIRO a realização de Audiência Pública no âmbito da Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social, da Comissão de Assuntos Sociais, para ciclo de debates com os seguintes temas: Regulamentação do Direito de Greve do servidor Público; A criação do regime de previdência complementar do servidor público; Fundos de Pensões "AERUS" e homenagem póstuma ao advogado Castanha Maia; Previdência Social (Fontes de Recursos); Alternativa ao Fator Previdenciário; Política salarial para os aposentados e pensionistas; Redução de Jornada de Trabalho sem redução de salário; Negociação coletiva/Liberdade Sindical; Saúde e segurança do trabalhador; Qualificação profissional / Ensino Técnico; Defesa da CLT; Políticas de primeiro emprego; Recursos para a ampliação e qualidade do ensino técnico profissionalizante – FUNDEP; Trabalho e migrações. A situação dos trabalhadores estrangeiros no país; Trabalho no campo; Trabalho escravo; Trabalho da mulher; Valorização das diferenças no mercado de trabalho; Empreendedorismo Afro– situação do negro no mercado de trabalho; Debater a decisão do Tribunal Superior do Trabalho, permitindo que o cadastro de inadimplentes (SPC/SERASA) seja utilizado como critério para a contratação do empregado; Direito a reintegração dos soldados concursados e especializados a Força Aérea Brasileira; Precatórios; Simples trabalhista; Código do Trabalho; PEC 300; Custeio das entidades sindicais; Debater a portaria 186; Debater a Convenção 151 – OIT; Qualificação Profissional – Copa do Mundo 2014 e olimpíadas "grandes eventos e grandes obras"; Estabilidade do dirigente sindical; Jornada "criminosa" de trabalho; Condições de trabalho na indústria da alimentação; Ponto eletrônico; Estatuto do Motorista; Regulamentação da profissão de comerciários; Piso salarial nacional e regional; Interdito proibitório; Direito de greve do setor privado; PEC 369; Desindustrialização / Importações; Rio + 20 e a situação dos trabalhadores; Terceirização; O amianto e a saúde do trabalhador; A criminalização dos mo-*

vimentos sociais; Cotas para negros nos concursos públicos; A situação "grave" dos quilombolas (saúde, trabalho, terras e etc); A situação dos povos indígenas e ciganos (saúde, trabalho, terras e etc.); Fiscalização e negociação com o Ministério do Trabalho e órgãos correlatos sobre a situação dos trabalhadores. **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Resultado: Aprovado.** Usa da palavra o Senador Casildo Maldaner. Nada mais havendo a tratar encerra-se a reunião às onze horas e vinte minutos, lavrando eu, Dulcídia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Paulo Paim, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim,** Presidente da CASEMP.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

A presente reunião destina-se a debatermos o nosso plano de trabalho para este ano, já que o do ano passado foi muito positivo e todo ele foi discutido em uma reunião semelhante a esta, onde apresentamos algumas propostas e outras o movimento apresentou e aprovamos. Também quero dizer, com alegria, que estamos recebendo aqui o nosso Casildo Maldaner, nosso grande Senador, ex-Governador de Santa Catarina.

Estive recentemente em Bom Jardim da Serra, onde fui muito bem recebido pelo Prefeito, pelos Vereadores do Município e acabei sendo jurado do chamado carnaval mais forte da Serra. Foi um momento muito bonito. Conheci o local, pois meus pais, já falecidos, moravam bem na divisa, na beira do rio, entre Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Meu pai era domador – já te contei essa história – e saía de São José dos Ausentes – era por ali a terra dos meus tios, avós e bisavós – e ia vender gado, cavalo e descia aquela serra... Como é o nome da serra que você perguntou se eu subi?

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Serra do Rio do Rastro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Descia aquela serra e depois me contava tudo isto. Foi uma volta às origens. É muito bonita aquela região. A cidade é o paraíso das águas ou a capital das águas no Brasil. Fui muito bem recebido e agradeço muito.

Quero dizer que o Senador Casildo Maldaner é muito bem quisto por todos de lá. Com todos que falei da nossa amizade, do nosso trabalho conjunto, de pronto disseram que você ajudou muito, inclusive quando foi Governador, aquela região. E falaram do movimento que está sendo feito, a bancada de Senadores e Deputados dos dois Estados está trabalhando para unir definitivamente, via São José dos Ausentes, Bom Jardim da Serra. É mais ou menos isso, não é?

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Aproveitando, já que me permite, Presidente. Essa conversa que o Senador Paim esteve nas serras de Santa Catarina já correu. Ele foi jurado, inclusive, dos carnavais. Bom Jardim da Serra é um lugar pequeno, mas fica bem nos Aparados da Serra. É um dos lugares mais altos do sul do Brasil. Bom Jardim e São Joaquim são Municípios limítrofes. Só que Bom Jardim fica bem nos Aparados da Serra. E vejam bem quem esteve lá sendo jurado de um dos carnavais típicos do lugar, privilegiando aquele lugar: o Senador Paulo Paim. Quer dizer, subiu a Serra do Rio do Rastro e foi lá prestigiar. Ali em Bom Jardim nasce a cabeceira dos rios Pelotas e Canoas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Exatamente.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – ... que formam o grande Uruguai, que desemboca no rio da Prata. Pois ali é bem nos Aparados da Serra. Se fosse a alguns metros, as águas desceriam para o Atlântico. Ali que é perto, desce a Serra do Rastro e praticamente já vai para o Oceano Atlântico. Vejam bem, e dali começa a descer e formar o Pelotas e o Canoas, o rio Uruguai e, daí, para o rio da Prata, na região da Argentina, para desembocar no oceano. Quer dizer, as águas percorrem mais de dois mil quilômetros e se fosse um pouco mais à esquerda já desceria ali.

Portanto, fico feliz em saber e a conversa anda rápido. E dali para percorrer os Aparatos da Serra, V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É um lugar belíssimo.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – V. Exª foi a São José dos Ausentes. Ali tem muita energia eólica instalada...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Exatamente.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Um asfalto para ligar o caminho não só dos Aparados da Serra, mas o Caminho das Neves e aí segue para Cambará...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Aí seria a região mais fria do Brasil na época correspondente.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sem dúvida. Bom Jardim, São Joaquim, São José dos Ausentes, Bom Jesus, aquela região. Meus cumprimentos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bonita aquela região.

Vamos à nossa audiência do dia de hoje para discutirmos os trabalhos desta Subcomissão que trata dos interesses do trabalhador, porque durante este ano, mais uma vez, vamos discutir o mundo do trabalho. Sei que o foro sindical dos trabalhadores está fazendo uma série de conferências e campanhas nos Estados; já estive em dois Estados e vou participar dessa do Rio, que, provavelmente, será no dia 17 e 18 de março.

Quero dizer que hoje a Anamatra (Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho) esteve me visitando, o Diretor de Assuntos Legislativos, Germano Silveira de Siqueira, que quer participar ativamente desse debate em defesa do direito dos trabalhadores e da Previdência. E quando falo em direito dos trabalhadores, todos sabem que a Previdência é um direito dos trabalhadores e que, se vacilarmos, vai desaparecer. Todo mundo vai se aposentar somente com um salário mínimo.

E nesta introdução, quero dizer que falei com o Germano, Senador Casildo, porque ontem fiz um discurso muito duro tanto no plenário quanto na Comissão de Direitos Humanos sobre essa decisão do TST de praticamente legalizar uma lista obscura, a chamada lista do trabalhador que está no SPC ou no Serasa. Essa lista circularia dentro das empresas e quem se atrasou no pagamento de uma prestação de loja ou ficou inadimplente não terá mais direito ao trabalho. E não terá direito nunca mais, porque será um marginal, terá que assaltar e roubar.

Disse ontem e repito, se estou no lugar do trabalhador que está desempregado – e já fui desempregado –, entre o pão, o leite, o remédio e pagar o banco, vou escolher comprar o pão, o leite e o remédio e não vou pagar o banco. Já fiz isso e não me arrependo. Depois fui lá e negociei com o banco e paguei, mas quando consegui me empregar.

E a decisão absurda do Tribunal Superior do Trabalho, e fiz um pronunciamento com dados, com números e com subsídios, recorri até ao Código de Defesa do Consumidor, que diz que o inadimplente não pode ser constrangido, não pode ser ridicularizado e não pode ser discriminado em hipótese alguma. E uma das turmas do TST toma essa decisão.

Mas o Germano, da Anamatra, que vai participar, disse que isso não é pacífico nem no TST, já que outras turmas tomaram posições totalmente diferentes e que agora essa decisão vai ao Plenário, pois há posição divergente. Ele está disposto, no dia 5, quando fizermos o debate sobre esse tema, em uma reunião conjunta da Comissão de Assuntos Sociais e da Comissão de Direitos Humanos – vou convidar inclusive o juiz relator da matéria, para que ele venha aqui e explique o seu ponto de vista. Não o estou prejulgando, ele é um juiz e tomou a sua decisão, mas tenho o direito de discordar. E vamos convidar outros juízes que têm posições totalmente diferentes desta que foi tomada por essa turma do TST.

Ontem, eminente Senadora, eu dizia que tenho dois projetos, parece que estava antevendo isso. Entrei com um projeto em 2003 e outro em 2008; os dois projetos, um mais duro que o outro, no bom sentido, dizem que é crime inafiançável que não prescreve e crime hediondo o uso da lista, essa lista que eles chamam do bem, mas que eu considero do mal, para que o trabalhador não seja discriminado no momento em que for procurar um emprego se ele estiver devendo em uma loja, em um banco ou coisa parecida.

Quero lembrar que nós, na Comissão de Assuntos Sociais, aprovamos um projeto do Deputado Geraldo Magela e o Lula sancionou, que tinha um artigo na CLT que abria essa possibilidade dentro dos bancos, mas era só nos bancos. E aprovamos um projeto, fui Relator aqui, e o Lula sancionou. Agora retiramos o artigo da CLT não permitindo que, baseado naquele artigo, os bancos demitam o funcionário que esteja com dívida no sistema bancário.

Mas, a partir disso, o TST resolve tomar uma decisão, aliás, uma turma do TST, criando essa situação de total constrangimento ao assalariado brasileiro. Considerei da maior gravidade, uma agressão aos direitos humanos, à nossa gente, ao nosso povo, pois sempre digo que o trabalhador pobre, classe média, é um bom pagador. Se ele não paga até aquele momento da história, isso acontece, é porque realmente ele não tem de onde tirar. E além de não ter de onde tirar, ainda é convidado a ficar no ócio a vida toda, porque não vai poder mais trabalhar. Se a moda pegar, não é?

Mas fiquei feliz com a posição do Germano Silveira de Siqueira, que é da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho. Ele também considera a decisão absurda. Inclusive, no dia 5, se não puder estar presente, ele mandará um representante da Associação dos Juízes, dando sua posição.

Senador Casildo.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Senador Paim, sei que o tema será para propostas para 2012. Ontem, V. Exª falou sobre isso, e o Brasil já acompanhou V. Exª. Acho que foi mesmo questão de injustiça essa Turma do TST decidir por uma lista, por causa do Serasa ou coisa que o valha, e prejudicar o trabalhador. Como diz V. Exª, entre pagar o pão e o leite e pagar o banco, vou buscar o leite e o pão, porque a fome não espera. E a composição com quem a gente deve é possível de ser feita.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim.Bloco/PT – RS) – E se faz.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Acho que o setor creditício pode convidar o cliente para fazer um entendimento, uma composição. Isso é possível esperar; a fome, não.

Quero cumprimentá-lo, parabenizá-lo, Senador Paim. V. Exª não para. Esteve, há pouco, em Santa Catarina; ontem, nos Direitos Humanos, discutiu o fator previdenciário e vários temas levantados, inclusive esse caso também. Agora, com os representantes de vários sindicatos, analisa uma proposta para que esta Comissão possa tratar de temas importantes para 2012. Fico feliz de podermos ouvir, sentir e angariar propostas para que possamos dar andamento durante este exercício. E que seja prodigioso, como foi o ano passado, em que levantamos bons temas que tiveram a participação muito forte do Brasil inteiro nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim.Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Casildo Maldaner, mais uma vez contribuindo com o nosso debate e mostrando, também, que não concorda com a posição de se ter uma lista que exclui o direito da nossa gente de trabalhar se tiver devendo em uma loja ou no bar da esquina. É um absurdo! É um direito sagrado o trabalho.

Mas quero convidar, para fazer parte da Mesa, o Moacyr, que aqui representa a Nova Central; o José Augusto, coordenador do Fórum Sindical; o Marcelo, que representa aqui a Comissão Nacional de Reintegração à Força Aérea Brasília, porque ele também quer colocar seu ponto de vista sobre esse tema. O tema é recorrente. Lembro-me de que discutimos o Aerus, os aposentados do Aerus. O plano foi a falência, e todo mundo que trabalhava nessa área acabou ganhando menos que um salário mínimo. Enfim, vamos aprofundar esse debate.

Como já fiz uma pequena introdução sobre o tema de hoje, pedi que tanto o José Augusto, que representa o Fórum de 17 confederações e 4 centrais sindicais, quanto o Moacyr que, com certeza, representa a visão das outras centrais sindicais, façam sua exposição. Teremos um calendário, que também será submetido, naturalmente, a outros setores da sociedade no momento adequado. Mas, a partir desta reunião, começamos a trabalhar. Não vamos esperar que todos digam qual calendário entendem mais adequado. Os que estão presentes, vamos começar a tocar, baseados nas propostas aqui apresentadas.

Não sei se o José Augusto quer começar ou se quer que eu apresente uma proposta inicial. É indiferente para mim.

O SR. JOSÉ AUGUSTO DA SILVA FILHO – Acho que seria interessante, Senador, o senhor apresentar essa proposta, porque a gente economizaria tempo, pois grande parte dela está no encaminhamento do Fórum e da Nova Central, aqui representada pelo Moacyr como Secretário-Geral. Já está contemplado nas nossas, não é Moacyr? Se for o caso, Senador Paulo Paim, destacamos as que achamos importantes, principalmente com relação à segurança do trabalhador, para fazermos a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Então, vou apresentar o plano de trabalho que nós, aqui da Comissão, com a assessoria e conversando por telefone com os dirigentes dos movimentos sociais, não só do movimento sindical, mas também de outras áreas do movimento social, elaboramos. Por isso, como Presidente da Comissão, apresento o seguinte requerimento, que vamos, agora, dialogar com vocês.

Com fundamento no disposto no art. 58, § 2º, inciso II, da nossa Constituição, combinado com o art. 90, inciso II, e art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiências públicas ou um ciclo de debates, no âmbito da Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social, da Comissão de Assuntos Sociais, para ciclo de debates, com os seguintes temas. Vou lê-los, mas também estará no painel.

Convido o José Maria, para participar da Mesa conosco. O José Maria é um lutador das causas populares. Sempre que convidado, nunca deixou de vir ou de mandar um representante.

Entre os temas que listamos para realizarmos audiências públicas – naturalmente, para o José Maria, que chegou agora –, vou apresentar aquilo que nós, em um grupo de trabalho, entendemos que deveríamos debater nas audiências. Naturalmente, os convidados apontarão outros temas que entendam que esta Comissão deva aprofundar durante este ano.

Coloquei aqui: a regulamentação do direito de greve do servidor público. Este é um projeto que está há mais de vinte anos aqui no Congresso. Parece que nunca houve interesse de regulamentar a matéria, como que dizendo que o servidor público não tem direito de greve. Entendemos o contrário. É claro que a Constituição estabelece que toda greve abusiva tem limite. Pois bem, vamos ver o que é isso e vamos regulamentar, mediante um debate amplo aqui na Casa. Apresentei o primeiro projeto há mais de vinte anos e, até hoje, não foi votado. Vamos debater com calma, pois outros projetos também existem.

Segundo, a criação do regime de previdência complementar do servidor público. Todo mundo sabe que há o projeto que está na Câmara, que será aprovado naquela Casa, com algumas alterações, e virá para cá. A pedido dos próprios servidores públicos, nós não queremos que a matéria seja votada sem um debate amplo aqui na Comissão. Então, que debatamos esta

proposta do regime de previdência complementar do servidor público, que já está na Câmara dos Deputados.

Outra questão histórica que vamos ter que retomar é o fundo de pensão do Aerus. Inclusive, estamos propondo uma homenagem ao advogado que mais lutou pelo Aerus, o Castagna Maia. Não sei se vocês o conheceram, um jovem advogado, morreu com menos de 50 anos, com 46 anos, se não me engano. Foi um lutador, foi advogado do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre. Vamos retomar a luta do Aerus que, por falta de fiscalização dos governantes na época, acabou falindo, e aqueles que atuavam na antiga Varig, os comandantes, pilotos, aeromoças, que pertenciam ao fundo de pensão do Aerus, acabaram recebendo menos do que um salário mínimo. Pessoas que ganhavam R$12 mil, R$13 mil, R$14 mil, por mês, hoje ganham em torno de um salário mínimo. E estão ameaçados de não ganhar mais nem um salário mínimo. E o advogado Castagna Maia, que faleceu recentemente, era o maior defensor da causa deles junto ao Supremo, interagindo com os ministérios, vindo aqui na Comissão inúmeras vezes, com muito calor, com muita emoção. Ele estava com câncer, não tem como negar isso. Mesmo com câncer, ele veio aqui advogar a questão do Aerus. Infelizmente, faleceu sem ver acontecer aquilo que ele gostaria muito de ver, o ganho dos nossos companheiros do Aerus.

No dia 13 de março, às 9 horas, vamos retomar a questão do Aerus, já com uma audiência marcada, e vamos iniciar o debate fazendo uma homenagem ao grande advogado, parceiro, amigo, lutador, homem que tinha lado na história, nunca vacilou, sempre defendeu o lado dos trabalhadores, que é o nosso querido Dr. Castagna Maia, recentemente falecido.

Previdência social. Vamos aprofundar o debate para mostrar, mais uma vez, que a Previdência não é deficitária, mas superavitária, e que temos condição sim de garantir uma política decente para os aposentados e pensionistas. Vamos discutir também o fator previdenciário nesta Comissão – já fizemos um debate inicial ontem na Comissão de Direitos Humanos. Na mesma linha – vocês vão ver aí no painel –, a política salarial para aposentados e pensionistas, redução de jornada de trabalho sem redução de salário – aqui está versus redução de encargos, mas o debate é redução da jornada de trabalho. Eu até mudaria ali: redução de jornada de trabalho sem redução de salário – peço que acertem ali no painel.

Negociação coletiva, a questão sindical. Estamos preocupados com uma série de propostas que estão surgindo aí que ferem a liberdade sindical, que é princípio assegurado no texto da Constituição. Nós temos de caminhar – eu fui Constituinte – no sentido de fortalecer a negociação coletiva, mas respeitando o que está lá no art. 8º da nossa Constituição.

Vamos discutir também a saúde e a segurança do trabalhador. Vocês viram o que aconteceu recentemente num frigorífico, não é? Se não me engano, foi em Mato Grosso do Sul, onde quatro morreram pela mistura de produtos químicos. Mas há outros acidentes que acontecem, cada dia mais, em todo o País, que levam os trabalhadores a fazerem, inclusive, paralisações pela segurança no trabalho.

Vamos discutir a importância da qualificação profissional, que é a questão do ensino técnico. Eu mesmo tenho um projeto chamado Fundep, que geraria R$9 bilhões, sem inventar nenhum tipo novo de tributo ou imposto, para investimento nessa área. Os trabalhadores podem participar ativamente desse debate e, naturalmente, colaborar com a formação profissional.

Também a defesa da CLT, o Fórum Sindical, enfim. Ninguém deveria ser contra, não é? Mas, infelizmente, há quem se oponha. Eu digo do nosso lado: do lado dos trabalhadores ninguém é contra. Aqueles que são contra os trabalhadores são contra a CLT também e, por isso, eu cumprimento o Fórum Sindical e as entidades que estão organizando esses eventos. Eu participei já em três Estados – eu dizia antes – e devo participar de outro no Rio, agora nos dias 17, 18 e 19, sobre a defesa da CLT.

Eu dizia antes e repito para os que chegaram agora: hoje pela manhã estive com o Diretor de Assuntos Legislativos da Anamatra, o juiz Germano Silveira de Siqueira. Pelo que senti, ele está mais preocupado do que nós com o ataque aos direitos dos trabalhadores. Inclusive, ele listou alguns projetos de autoria de Deputados que eu não esperava que pudessem fazer isso, eu até estranhei. Não vou citar nomes aqui agora, vou falar com eles, mas são projetos que criaram o que eles chamam de Simples Trabalhista. É aquela velha história: o trabalhador tem de abrir mão de décimo, de férias, de horas extras. Bom, vamos fazer outra Constituição, porque no título Da Ordem Social está muito claro que é proibido... E aquilo é direito adquirido e, para mim, é inviolável. Vamos ter de debater tudo isso. Eu fiquei preocupado com esse projeto e com outros que me mostraram hoje pela manhã.

Então, além de nós termos dificuldades para avançar nos pleitos dos trabalhadores, nós temos agora de entrar na defesa diante de projetos que são apresentados – no caso dos que recebi aqui hoje – por parlamentares que visam retirar ainda aquilo que nós asseguramos – quando digo "nós", quero dizer os Constituintes – com a força do movimento social organizado.

Política de emprego. Eu colocaria também a política de emprego que fortalece o primeiro emprego, fortalecimento do ensino técnico – já estava no outro artigo, mas isso é reforçado aqui.

Trabalho e migrações, a situação do trabalhador estrangeiro no País. Tivemos o caso do Haiti, que muitos acompanharam, são companheiros que estão no Acre em situação complicadíssima. Nós temos de ter todo cuidado, o trabalhador tem de ser amparado num momento como este.

O trabalho no campo. Aí nós vamos debater a PEC do Trabalho Escravo, que nós queremos que a Câmara aprove. Vamos debater também o trabalho da mulher, a discriminação contra a mulher, que existe até hoje; a valorização das diferenças no mercado de trabalho – aqui estamos falando das pessoas com deficiência –; o empreendedorismo afro – aqui estamos tratando da situação dos negros no mercado de trabalho e de sua valorização para que eles possam também ser empreendedores. Vamos debater a situação do Tribunal Superior do Trabalho, sobre a qual falei na abertura, que permitiu que o cadastro de inadimplentes, SPC e Serasa sejam utilizados como critérios para barrar o direito ao emprego. Essa audiência já está marcada para o dia 5/3, às 9 horas, e todos estão convidados. Vai ser uma reunião conjunta das duas comissões, a de Direitos Humanos e a de Assuntos Sociais.

Quero dizer também que está meio em aberto – ele vai falar naturalmente... Recebemos aqui a solicitação de abertura de audiência pública para discussão do tema "Direito de reintegração dos soldados concursados e especializados à Força Aérea Brasileira". O representante está aqui e vai poder também expor o seu ponto de vista.

Feita esta introdução, vamos depois marcar na sequência, sempre dizendo que temos, todas as segundas-feiras, um espaço livre das 9 horas às 14 horas, se necessário, para debater temas relativos aos direitos humanos e também, naturalmente, aos direitos dos trabalhadores e à nossa previdência pública – muitos estão preocupados com os rumos que toma a nossa Previdência com a chamada desoneração, com as renúncias fiscais relativamente a uma Previdência que, sabemos, é superavitária. Na terça-feira também, aqui, temos este espaço. Portanto, na segunda e na terça temos espaço para debater esses temas, que, na verdade, são temas que se encontram – direitos humanos, direitos do trabalhador e a questão da Previdência, tudo é política de direitos humanos. Por isso é que algumas audiências serão conjuntas, lá na comissão de Direitos Humanos ou aqui. Com certeza, a devida cobertura será dada pelos órgãos de imprensa do Senado.

Eu tinha começado com o Zé Augusto. Vou voltar para você. Você preferiu que eu apresentasse o que eu tinha até o momento para que pudéssemos falar livremente sobre esses temas e, na sequência, vermos entre nós o que é mais urgente para as próximas audiências públicas, sendo que podemos fazê-las aqui na terça, e lá na Comissão de Direitos Humanos na segunda, sempre às 9 horas da manhã.

Zé Augusto, Coordenador do Fórum Sindical, com a palavra.

O SR. JOSÉ AUGUSTO DA SILVA FILHO – Bom dia a todos, bom dia aos telespectadores da TV Senado e aos ouvintes da Rádio Senado, aos companheiros de Mesa, ao Senador Casildo Maldaner, ao Zé Maria, que há muito tempo eu não via – só via nos jornais e pela televisão, não é, Zé, nos episódios de Pinheirinho, lá na minha terra, em São Paulo –, ao companheiro Moacyr, Secretário-Geral da nossa Central; ao presidente da Contrato, companheiro Marcelo, que tenho o prazer de conhecer hoje, às senhoras e aos senhores, aos companheiros e às companheiras.

Primeiramente quero agradecer pelo convite feito ao Fórum Sindical dos Trabalhadores, que representa dezoito confederações nacionais de trabalhadores, cinco centrais sindicais e os aposentados do Brasil através da Cobap, que são os nossos afiliados.

Sugeri que fosse apresentada primeiramente a proposta pelo Senador, Zé Maria, em função da afinidade que temos aqui na Casa com o Senador, com sua equipe, com sua assessoria – principalmente eu o Moacyr que frequentamos as audiências da CDH. Já tínhamos mais ou menos uma noção daquilo que seria encaminhado para todo o Brasil ouvir, as principais preocupações e as ameaças contra os trabalhadores, os aposentados e contra o movimento sindical brasileiro, contra a estrutura sindical brasileira em que algumas instituições e companheiros nossos estão com uma fantasia na cabeça e acreditam que um Projeto de Convenção – OIT – nº 87 que aconteceu na Europa, no Continente Velho, que foi fracassado juntamente com este modelo de capitalismo que está desabando na Europa, não é José Maria? E agora estão querendo fazer uma aventura, Moacir: trazer essa Convenção 87 aqui para o Brasil em nome da liberdade sindical. Mas, na verdade, não é liberdade sindical, é baderna sindical. É interesse pessoal usar sindicato para se promover na política, para se eleger Senador, Vereador, Deputado, usando o dinheiro do cofre que tem o depósito dos trabalhadores. É autopromoção, portanto. Divisionismo da categoria pregando a pluralidade sindical. E o filho bastardo dessa Convenção 87 se chama Portaria nº 186, do ex-Ministro Carlos Lupi, que é uma verdadeira bagunça o que está acontecendo neste País com a

homologação e com o consentimento, companheiros e companheiras, do Ministério do Trabalho.

Outra coisa interessante, antes de entrar no mérito da pauta, principalmente eu queria, Senador, que o senhor me permitisse falar sobre minha especialidade que é a segurança do trabalho, pois trabalho nela desde 1975, sou especialista nesse campo. Sou Técnico de Segurança no Trabalho, com muito orgulho, e sou consultor na área de Segurança e Saúde no Trabalho e conselheiro do Conama, atualmente. Gostaria de uma contribuição bem forte – minha –, sobre a segurança de saúde também, dentro desta Comissão e dentro da CDH, onde já aprovamos requerimentos recentemente para discutir a segurança do trabalho lá na CDH, por um requerimento apresentado pelo Senador Paulo Paim.

A ameaça principal que estamos correndo hoje... Inclusive, depois desta reunião – comentei até com o companheiro Moacir que nós teremos de sair correndo desta aqui e Zé Maria acho que vai para lá também –, discutiremos a questão da PEC nº 369, lá na Nova Central. O vacilão nosso – de uma consequência desastrosa e que eu me sinto um pouco culpado nisso, acho que os companheiros também, o próprio Diape – foi terem passado a rasteira na gente ressuscitando a PEC nº 369, que foi criada na era... Porque tem a "Era Vargas" e a "Era Bargas", não é? A "Era Vargas" todos conhecem, os que estudaram história; e a "Era Bargas" foi a época tenebrosa do divisionismo, da encrenca sindical que teve com a criação do Fórum Nacional do Trabalho, que era um fórum chapa branca, conforme nós do Movimento Sindical a chamávamos. Traíram o Movimento Sindical, entraram em contradição naquilo que foi decidido nos seminários regionais e também no nacional, onde prevaleceu a manutenção da unicidade sindical, e eles burlaram as decisões democráticas que ocorreram nos Estados e no fórum nacional, que aconteceu no Centro de Convenções Anhembi – companheiros nossos aqui do Plenário e desta Mesa são testemunhas disso, porque participaram desse momento. Lá eles criaram esse fantasma que se chama PEC nº 369, que detona a atual estrutura sindical brasileira, oficializa a pluralidade sindical, Senador Paulo Paim, detona com o financiamento dos Sindicatos, com essa tese maquiavélica também, de outro segmento – que não é o nosso – que luta para entrar com a contribuição negocial aí em um País onde sindicato não consegue nem negociar data-base devido o radicalismo empresarial – não nos grandes centros urbanos, mas em grande parte deste País. Os sindicatos ficaram sem nenhum tipo de financiamento para custear suas despesas com funcionário, estrutura interna, infraestrutura, não é?

Categoria Econômica. Detonou! Acabou! Minha categoria mesmo some e eu vou para a categoria preponderante. Se eu sou metalúrgico em São José dos Campos, lá da base do Zé Maria, eu vou ser do sindicato do Zé Maria (dos metalúrgicos). Sindicato dos Técnicos de Segurança do Estado de São Paulo já era! Sindicato de Advogados acabou! Motorista, então, nem se fala!

Ramo de atividade. Olha, gente, no portal do Diape... E eu sou Vice-Presidente lá, por enquanto, estou de passagem lá, não é? Neste ano, provavelmente, vai ter eleição para um novo Vice-Presidente. Mas no portal existe lá, Paulo Paim, um quadro comparativo sobre a ameaça dessa PEC nº 369. E hoje nós estaremos lá na Nova Central, logo depois desta reunião... Sérgio Miranda veio a pedido do Fórum sindical – nós trouxemos Sérgio Miranda para nos ajudar. Na época, ele fez o Projeto nº 4.554, que era um projeto alternativo. Foi nesse momento, pessoal, que foi criado o Fórum Sindical dos Trabalhadores. Então, nós temos compromisso com a história dentro do Movimento Sindical. O Fórum Sindical dos Trabalhadores nasceu – já existia a Coordenação Confederativa dos Trabalhadores – com o advento desta PEC nº 369. Então, é uma bandeira e uma questão de honra! E nós vamos para cima disso aí.

Agora, é um perigo, Paulo Paim, esta discussão aqui, por quê? Levamos uma saia-justa na Comissão de Trabalho; a matéria está na CCJ e nós não conseguimos impedir isso, pois foi uma coisa relâmpago dentro da Comissão, aprovaram correndo e mandaram para a CCJ. Moreira Mendes, o Deputado-Relator, está ouvindo o segmento, mas dentro do segmento do Movimento Sindical há duas correntes: uma que quer consertar – o que é um perigo! Sérgio Miranda considera isso como um suicídio, pois se chega em plenário e se aprova o projeto como está, rejeitando-se as emendas tais e tais e tais... Pronto, meu filho, acabou! Nós vamos pegar nosso bonezinho, nossa mucuta, enfiar embaixo do braço e ir embora para casa. Acabou o movimento sindical! Vou voltar a dar minhas aulas – sou professor também, instrutor em área de segurança –, formar Técnico de Segurança, formar cipeiro... Vou cuidar da minha vida, porque sindicato já era!

E tem outro segmento que é pura mensagem presidencial. E essa, eu, Sérgio e todo o corpo do Diape – principalmente nosso pessoal que atua dentro do Diape, Toninho, os companheiros Marco e André –, somos favoráveis a uma mensagem para acabar com esse negócio definitivamente. Marcar uma reunião, de cabeça erguida, seja com Michel Temer, com Gilberto Carvalho ou com a própria Presidente Dilma mesmo e dizer: "Não há consenso no movimento sindical brasileiro sobre essa matéria." Isso já foi enterrado e se-

pultado. Nós fizemos uma mobilização com mais de 50 mil, não é, Moacir? Aqui na Esplanada dos Ministérios, conclamando o fim desta PEC. Então, se quiser discutir um novo projeto, vamos discutir! Temos intelectuais dentro do movimento sindical. Pessoas que foram até ex-Deputados aqui se prontificaram a nos ajudar em um novo projeto. Quer modernizar, quer reformar? Tudo bem! Mas, neste País, quando se fala em reforma, é para baixo, não é para cima, não é? Quando se fala: "Vamos reformar a CLT?" O coro da gente se arrepia na hora! Vamos reformar a Previdência? Quer dizer, é contra a gente. Quando se fala em reforma é contra a gente, nunca a favor. É para diminuir, é para tirar, não é? Mas estamos dispostos.

Outro risco, Código de Trabalho. Por uma infelicidade muito grande, no segmento empresarial... Eu vou falar aqui, sem nenhum tipo de constrangimento ou receio, o Deputado Sílvio Costa, com um Código do Trabalho detonando a CLT do artigo primeiro ao último! Não é? E que nós também precisamos tomar um cuidado violento, por isso que também fizemos a Campanha Nacional em Defesa da CLT. Aqui dentro do Senado foi feito o lançamento no Auditório Petrônio Portella. Nós estamos correndo todo o Brasil e as principais cidades do Estado de São Paulo. Depois, começaremos nas principais cidades do interior de Minas, do Rio de Janeiro e vamos embora! E vamos trazer essas decisões, essas discussões, esses encaminhamentos que estão acontecendo em todo o País para dentro desta Casa, para dentro do Parlamento.

Projetos, como disse o Paulo Paim, contra o financiamento do sindicato, Simples Trabalhista... Outra coisa que fico indignado, Zé Maria, Moacir, companheiros de Mesa aqui, Senador Casildo... As matérias que a gente luta aqui, Senador Paulo Paim, como seu projeto, como a contribuição assistencial – estávamos tendo uma perseguição muito grande do Ministério Público, não é Moacir, para devolver, inclusive, a contribuição... A gente suou a camisa, Zé Maria, não é? O Senador é testemunha disso, pois nós passamos com esses projetos do Senador Paulo Paim em três Comissões aqui, na Câmara, com um trabalho violento do Fórum Sindical dos Trabalhadores, das Confederações e das Centrais que estão conosco. Fomos ao Plenário, última sessão do ano, Zé Maria. Quem estava dirigindo era o Sarney e, depois, foi o Mão Santa, não é? Estava na pauta, entramos com requerimento, pedimos urgência. Todos os Líderes – PSDB, Democratas, PT, PSB – assinaram o documento pedindo para entrar na pauta naquele dia para votar como urgência e nós aprovamos, numa cacetada só, Zé Maria, a contribuição assistencial e a estabilidade do dirigente sindical, dois projetos do Senador Paim.

Ô, gente, já está há mais de dois anos na Comissão de Trabalho na Câmara. O Deputado pegou, sentou em cima e fizeram a maior trapalhada com o segmento empresarial. Por uma questão ética, não vou falar nomes, mas amanhã vocês deduzirão quem são. Apensaram tudo quanto é desgraça – o nome é esse mesmo – em cima do projeto. Tudo que não presta, pegaram e jogaram lá. Fizeram a maior miscelânea. Por exemplo, foram atrás do Michel Temer, pediram – na época o Michel Temer era Presidente da Câmara – e depois o Júlio Delgado procedeu de uma forma muito injusta com a classe trabalhadora, apensando, protelando, ou seja, usando o Regimento da Câmara contra os trabalhadores e sindicato com a chave na mão para entregar para o Ministério Público. "Ô promotor, ô desembargador, toma aqui a chave. Não dá para eu tocar sindicato não, porque vocês estão me cobrando as cinco últimas contribuições assistenciais que eu cobrei de todos os trabalhadores por força de acordo ou negociação coletiva." O pessoal está com a chave na mão para entregar.

Então, dá uma indignação tão grande – e há vários assessores que estão aqui nesta sessão também que lembram a luta que foi para aprovar os projetos do Senador Paulo Paim.

Então, Moacyr, a gente tem que descobrir alguma coisa. Será que a gente está sendo tão incompetente, não estamos sendo inteligentes o suficiente para termos a mesma *performance* que nós temos aqui no Senado lá dentro da Câmara? É a pergunta que faço. Porque a gente luta aqui, o Senado aprova por unanimidade, há negociação, inclusive, com a ala esquerda, com a ala mais direita e tal, acertou. Chega na Câmara, para. Nós estamos fazendo papel de quê? Nós estamos brincando de fazer sindicato? Acho que o sindicato tem que reagir, gente. A base pede que nós, que somos liderança, reajamos e que resolvamos isso definitivamente na Câmara dos Deputados, porque a situação está insuportável. Uma Comissão de Trabalho... Quando se fala trabalho, pensamos capital e trabalho, não é? A predominância de uma Comissão de Trabalho, não sei agora como vai ser, a predominância é do capital, não é do trabalho. Há meia dúzia de Deputados lá que não conseguem barrar as investidas neoliberais e capitalistas dentro daquela Comissão da Câmara e alguém, Zé Maria, tem que vir num microfone como este aqui e falar, ter a coragem, a hombridade, inclusive, de representar quem representa e fazer essa denúncia. Isso me dá uma indignação. Trabalhamos aqui de forma transparente, não participamos daquelas jogadas perigosas, não participamos de corrupção nenhuma, jogamos limpo aqui dentro do Senado, chega na Câmara, barram.

Então, todo esse esforço na CDH, aqui nesta Subcomissão, a gente aprova, Paim, os projetos. Chegam lá, barram. Há deputado que fala assim: "Projeto do Paulo Paim, caiu na minha Comissão, eu tiro da pauta, não voto". Falaram isso na minha cara, dentro da sala da Presidência de uma Comissão, eu junto com o Diap. "Projeto de autoria do Paim aqui dentro não passa".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Isso só para parecer, não é Augusto, porque essa é uma simbologia que ele está usando.

O SR. JOSÉ AUGUSTO DA SILVA FILHO – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu conheço a história lá. Todos os nossos projetos defendem os interesses dos trabalhadores. Naturalmente, todos os projetos que vão nessa área eles estão se articulando para barrar. Não é por ser meu. Porque não é uma questão pessoal, é uma questão de classe, de visão, de luta, de fato, de quem tem lado na história. Eu tenho um lado, eu fico sempre do lado, todos sabem, dos trabalhadores, aposentados, pensionistas, enfim, dos que são discriminados. Então, alguns setores lá na Câmara são contra isso. Eu acabei – que bom para mim – tendo essa simbologia. Falar em discriminado, falar em trabalhador, falar em aposentado falar em movimento sindical, alguns lá acham que é falar no meu nome. Fico orgulhoso disso, Zé Maria. Se eles pensam que isso é uma agressão, para mim é o sinônimo de que estou no caminho certo.

O SR. JOSÉ AUGUSTO DA SILVA FILHO – Então, Paim, para finalizar, as Convenções 151 e 158 da OIT. A 151 é voltada para o servidor público e a 158 para a estabilidade do dirigente sindical.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. JOSÉ AUGUSTO DA SILVA FILHO – A mesma coisa. Luta aqui, aprova aqui, chega lá, Zé, barram. Chega lá ao ponto de uma negociata – e tenho coragem de falar isso aqui, não tenho rabo preso com aquele povo lá, nunca tive lá, aqui, nem em lugar nenhum, por isso sou o que sou – o cara fez um parecer favorável, chamou-me, chamou o pessoal do Fórum Sindical, não sei se o Moacyr foi na época também ou se foi o Calixto: "Está aqui, está beleza". O assessor do Deputado me chamou lá também: "Olha, bacana, beleza". Daqui a pouco, ele é chamado pelo grande mestre da indústria deste País, pela grande liderança da indústria deste País, o cara muda o relatório de um dia para o outro. Um presente de Papai Noel para o segmento empresarial de uma hora para a outra. Com que interesse? Rolou o que nessa negociação? Então essas coisas, gente, a gente tem que ter coragem também para denunciar. Se quiser meter bala, dar tiro na gente, pode dar à vontade. A gente está na chuva para se molhar mesmo. Entendeu? Agora, é uma pouca vergonha uma coisa dessas. O cara voltar atrás numa relatoria que defendia a 158 da OIT.

Então, lamentavelmente, mais uma vez acontece isso. A gente luta aqui, passa, chega lá, leva bomba.

E, para concluir, Paim, acho que os demais temas aqui são sobre aquilo que a gente já vem discutindo. Acho que é uma pauta prioritária. Praticamente 100% daquilo que defendemos como bandeira de luta dentro do Fórum Sindical dos Trabalhadores com as 18 Confederações Nacionais de Trabalhadores, as quatro Centrais e a Cobap, praticamente contemplam... Estamos aqui como seu voluntário, como voluntário desta Casa, desta Comissão para ajudar.

Coloco-me à disposição também com relação à minha especialidade, que é segurança e saúde no trabalho. Prevenção de acidentes é uma área que realmente adoro, amo mesmo de coração. Sou o que sou devido a essa área de prevenção de acidentes no trabalho. É uma área muito interessante, está acontecendo muito acidente na área de comércio, de serviço, na área de construção civil principalmente, com as construções dessas hidrelétricas...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. JOSÉ AUGUSTO DA SILVA FILHO – ... e também dos estádios, que estão se modernizando para a Copa do Mundo. É um absurdo. As doenças ocupacionais estão aumentando, os acidentes fatais chegam em torno de 4 mil mortes por ano na mão de obra formal, 3,8 a 4 mil mortes. É aquela pessoa que sai para ganhar o pão fora para sustentar sua família e volta num paletozinho de madeira, com a gente chama. Vai e volta inválido ou morto.

Então, essa questão da segurança e da saúde no trabalho é de fundamental importância, Senador Paulo Paim. A gente até critica o movimento sindical, faz um monte de congressos – plenária disso na Praia Grande, não sei onde, na Bahia, no Ceará – aí você vê a pauta da central sindical da organização que está fazendo, Zé Maria, não consta nada sobre segurança e saúde no trabalho. Aqui também, na Casa Legislativa, a gente ouve falar muito pouco sobre isso.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. JOSÉ AUGUSTO DA SILVA FILHO – Então, acho que seria sim, Paim, uma coisa inovadora – parabenizo-o pela ideia – para discutirmos tanto essa matéria aqui, nesta Subcomissão, como na Comissão de Direitos Humanos.

Coloco-me à disposição. Assim que precisarem, estaremos aí representando o Fórum Sindical dos Trabalhadores para colaborarmos nessa pauta importante,

tanto para os sindicatos, como para todos os trabalhadores deste País, aposentados e pensionistas.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o José Augusto, do Fórum Sindical, que colocou seu ponto de vista e enfatizou muito essa questão da saúde do trabalhador, entre outros temas.

Para nossa amiga Graziella, que chegou neste momento, que é do Sindicato Nacional dos Aeronautas, nós estamos discutindo aqui como vai ser esse ano de atividade nesta Comissão.

Já falei da questão do Aerus, do nosso querido Dr. Maia, que faleceu, falei com o principal advogado dessa causa. Depois, você vai poder falar no momento adequado, nós já temos a data marcada que, com uma homenagem a ele, reinicia a luta do nosso Aerus.

Eu até pressionei um pouco o José Augusto, porque alguns vão ter de sair, porque vão para outro evento, que vai, na mesma linha, debater ação, mobilização, para defender o direito dos trabalhadores e dos aposentados, promovido pela Nova Central.

Eu vou também dar para o Moacyr, agora, que representa, aqui, a Nova Central, dez minutos com mais cinco, se necessários.

Não sei se o José Maria tem de sair antes... Isso aí pode entender.

Então, tudo bem. Daí, a Graziella vem para cá.

O SR. MOACYR ROBERTO – Senador, primeiramente, eu gostaria de agradecer a presença, o convite.

Quero cumprimentar os nossos companheiros José Maria e José Augusto, os dirigentes sindicais aqui presentes e, mais uma vez, enaltecer o seu trabalho, a sua luta.

Tenho a satisfação de sempre escutar V. Exª, sempre dizendo que V. Exª tem lado. Isso, para nós, é claro, é transparente, e sempre foi.

Antes de entrar nas propostas, Senador, eu gostaria de fazer um comentário sobre algumas considerações que V. Exª colocou, como a questão da lista negra de nomes de trabalhadores que foi apresentada ao TST.

O maior patrimônio que o trabalhador tem é o seu nome. Não existe patrimônio maior, e eu duvido que alguém, em sã consciência, jogue o seu patrimônio fora só pelo fator, só pela vontade de participar ou de atrasar uma prestação.

Eu tenho alguns parentes, um tio meu que tem uma pequena loja de matéria de construção em Curitiba, perto de um assentamento.

Nesse assentamento, Senador Paim, não existe nome de rua, não existe nada, como o senhor conhece, o Zé Maria conhece isso. É um assentamento, então, são becos, e as pessoas têm uma dificuldade enorme para construir a sua casa, o seu barraco ali.

Esse meu tio tem uma pequena loja de material de construção e, lá, Senador, as vendas são feitas para serem pagas no final do mês, e ainda é utilizado o caderninho, com o nome da pessoa e o que ela vai pegando. Quando chega o final do mês, com a primeira coisa que a pessoa recebe, ela vai lá e quita a sua dívida, que, lá, é de R$80,00, R$100,00, R$200,00, ou alguma coisa nesse sentido, porque sabe que, no mês que vem, ela vai ter necessidade, novamente, de fazer a compra para dar continuidade à construção da sua casa e tem de ter crédito.

Então, é um absurdo imaginar que magistrados que chegaram aonde chegaram tenham esse tipo de comportamento.

Mas se a gente verificar a *Folha de S.Paulo* do dia 27, ontem, o presidente do TST traz... Há uma reportagem no *O Estado de S.Paulo* que diz que o movimento sindical brasileiro é arcaico e é inconveniente.

Eu não sei, na verdade, em que mundo eles estão, tendo em vista que ele propõe, na sua entrevista, primeiro, a ratificação da Convenção 87. A segunda questão, com que fiquei apavorado, é que ele vai propor um projeto de lei para que as negociações coletivas deixem de ser feitas por entidade sindical com entidade sindical e passem a ser feitas através de sindicatos com as empresas, ou seja, os acordos coletivos individuais.

Fico imaginando, vamos supor, e não é comodismo, nem má vontade para trabalhar, fico imaginando, no meu segmento, em que trabalhamos com bares, restaurantes e hotéis, e só imagino, aqui em Brasília, quantos bares, restaurantes e hotéis há, aqui, e quantos acordos coletivos nós deveríamos formar.

Agora, se eu passar, pegar um avião e for um pouquinho mais longe, a São Paulo, imaginem como ficaria.

Nós também, em nosso segmento, representamos trabalhadores em condomínios. É só verificar nas grandes cidades quantos condomínios têm e no que isso vai resultar. Então, o mundo sindical não é só feito de metalúrgicos, não é só feito de grandes empresas, não é só feito de multinacionais; o mundo do trabalho são poucos, e essas multinacionais, muitas vezes, a gente tem de que questionar – está na minha proposta – inclusive a sua existência. O que dá emprego e o que faz acontecer é a pequena e média, e essas são em quantidade enorme. Então, eu acho que está arcaico mesmo, me perdoe o Ministro Dalazen, o que está arcaico mesmo é a Justiça do Trabalho. A Justiça do Trabalho, inclusive no pronunciamento dele, ele diz aqui que "as providências ortodoxas da modernização da Justiça do Trabalho já se esgotaram com a criação de novas Juntas, novas Varas e a ampliação do qua-

dro magistrado", e coisa e tal. Ele não dá conta sequer de administrar a casa dele e está querendo colocar a sua colher na estrutura sindical à qual não lhe diz respeito. Desculpe-me, Senador Paim começar assim. Mas é impossível a quantidade de gente que quer se manifestar e dar receitas prontas para o movimento sindical, sendo que, muitas vezes, nem na frente de sindicatos eles devem ter passado.

Senador, voltando aqui às propostas que havíamos feito na relação aqui, já foram contempladas por V. Exª. Mas há algumas coisas aqui que eu gostaria de retificar, depois eu passaria essa relação à sua assessoria e a V. Exª. Eu voltaria a afirmar que nós temos de dar continuidade à nossa discussão na questão do custeio das entidades sindicais. Os ataques que temos recebido pelo Ministério Público são impensáveis. O José Augusto falou de uma ação de cinco anos atrás... O nosso sindicato, ao qual eu pertenço, tem uma ação do Ministério Público para devolver os últimos cinco anos, proibido de fechar acordos e convenções que tenham essa cláusula, e vai viver de quê?

Agora, é interessante que nem o Ministério Público nem próprio o TST não entram em choque com a OAB. A mesma participação, a mesma obrigatoriedade... A OAB é até mais radical, muito mais radical, porque se você não pagar à OAB você fica proibido de exercer a profissão, certo? Então, nem entraria nesse caso.

A Portaria nº 186. Eu acho que nós estamos ainda nos debatendo nessa questão.

A Convenção nº151 da OIT.

V. Exª trouxe a questão da qualificação profissional, mas eu sugeriria, Senador, a possibilidade de fazermos audiência pública sobre a questão da qualificação profissional sobre a Copa do Mundo de 2014. Nós estamos aí num apagão da qualificação e não é só na área de turismo e hospitalidade, mas sim num todo, certo? E o Ministério do Turismo, lamentavelmente houve um problema sério lá dentro, e o que aconteceu? Eles pegaram a criança e a água suja e jogaram tudo fora e pararam com todos os projetos de qualificação que existiam. Passaram para o Senac, que tem demonstrado completa incompetência e incapacidade de fazer a qualificação. Porque se eles tivessem condição, eles recebem para isso e não fizeram até hoje.

Estabilidade do dirigente sindical. Continuamos a ser perseguidos. Há a questão do conselho fiscal e o número de dirigentes sindicais. Continuamos a sofrer as agressões.

Há algumas coisas, estamos falando em um mundo geral, mas há outras que, dentro da nossa categoria, preocupa-nos. A jornada criminosa que um McDonald's continua exercendo, que é a questão de o trabalhador só ser chamado na hora de pico de trabalho. Quer dizer, a pessoa vai trabalhar, fica numa salinha de *break* e só é chamado no momento que tem movimento. V. Exª tem conhecimento disso? E o nosso grande medo – a gente vem batendo bastante no McDonald's – é que as coisas ruins avançam muito rápido. As coisas boas demoram e estamos aí... V. Exª tem vivido isso. Para se avançar na questão social é muito difícil, mas as coisas ruins são que nem praga no campo, no capim.

As condições de trabalho na indústria de alimentação. Nós estamos passando... Inclusive, V. Exª colocou há pouco a questão do Mato Grosso. Quem assistir a um filmezinho da Federação dos Trabalhadores em Indústrias de Alimentação e ver como é feito o trabalho do abate do frango e sua colocação na geladeira, nas bandejinhas, ficará meio chocado e não sei se conseguirá – se tiver um pouco de sentimento – consumir as carnes de frango. Se a pessoa olhar para o companheiro ou companheira do lado e disser bom dia ou boa tarde, ele corta o braço. Voltam ao tempo de antigamente, da era da indústria, a qual Charles Chaplin retratava nos seus filmes.

A questão do ponto eletrônico. Há um projeto de lei na Câmara, pelo setor econômico, óbvio, para estancar a questão do ponto eletrônico. Estamos brigando. Acho que para nós trabalhadores é fundamental essa questão.

Passou aqui pela sua mão, porque o senhor é um dos autores, a questão do Estatuto do Motorista, mas devemos dar continuidade. Não podemos deixar baixar guarda dessas questões.

A regulamentação da profissão dos comerciários. Precisamos dar continuidade a esse caminho.

Nós temos um problema muito sério – eu até estava falando aqui com o Zé Maria que hoje de manhã levei um choque dentro da minha casa, quando estava me vestindo – quanto à questão da desindustrialização. O mundo chinês está aqui presente no nosso dia a dia. Inclusive, eles mesmos estão chegando ao desespero. Diz-se que uma empresa, Foxum – não sei se essa é a pronúncia certa – que trabalhava de seis a sete dias por semana à base de 14 horas por dia, é responsável por 40% dos iPads, iPhones, Smartphones em nível mundial. O que acontece? Eles estão aumentando em 25% o salário dos trabalhadores, porque a pressão internacional está muito grande.

Eu falei que hoje de manhã levei um choque, porque a gente trabalha tanto a questão da valorização da indústria brasileira e contra a indústria chinesa e de repente, quando fui colocar esta camisa, não sei por que vi a etiquetazinha e quando li – não sei por que fui olhar também – estava escrito: *made in China*.

A indústria dos automóveis está tirando nossos empregos. Dias atrás, fiquei sabendo, Senador, pela

Cecrisa, essa empresa de azulejo de Santa Catarina, que estão vindo a Tubarão e encostando navios e navios para descarregamento de *containers* de azulejos que vêm prontos da China. Até o próprio barro nosso, com o qual fazíamos boas cerâmicas, já está sendo importado de lá. Então, vale a pena a gente se aprofundar nessa questão.

A PEC 300. Embora o Governo tenha colocado sua posição de que não é mais assunto para ser discutido, está fora, como temos lado e V. Exª sempre tem dito isso e demonstrado na prática, nós, dos movimentos sindicais, temos como dever e obrigação continuar batalhando e lutando. Não é porque o Palácio não quer que deixaremos de reivindicar e continuar a nossa luta.

Questão do trabalho decente, questão do fator previdenciário, PEC nº 369.

Um negócio que vai nos pegar agora, e o pessoal tem falado muito, é a questão da Rio+20. Muita gente está pensando que será somente sobre a questão da sustentabilidade, ecológica, e não é. A Rio+20 abrange uma gama enorme de situações. E dentro daquele documento, que foi o rascunho zero, a questão do trabalhador é analisada de forma muito superficial, não existe praticamente nada sobre isso. Mas o movimento sindical tem que estar presente, tem que estar preocupado, e muito, com essa questão do Rio+20 em prol dos trabalhadores.

Temos a questão das importações, que já mencionei, a terceirização, Senador, que está batendo, está crescendo cada dia mais no ambiente de trabalho, e junto com a terceirização vem a precarização.

A questão dos trabalhadores estrangeiros no Brasil é uma preocupação muito grande que nós temos, porque as indústrias vêm para cá e se estabelecem, trazendo o que existe de ponta lá fora. E os nossos trabalhadores servem para quê? Serventes, pessoal de limpeza e de manutenção. Os grandes postos, o grande emprego que poderia gerar é deixado muito a desejar.

(O Presidente faz soar a campainha.)

Limitação da questão do interdito proibitório, que até então é um absurdo, pela forma como os empresários estão utilizando, e sempre contra nós.

A questão da recuperação dos aposentados, como V. Exª mencionou. E teríamos que trabalhar inclusive com "uma limitação dos limites do Ministério Público", porque alguns pensam que são deuses, outros têm certeza. E, quando é para ajudar o trabalhador, eles não têm essa mesma disposição. Eles têm tempo, disposição, dinheiro, poder de polícia, tudo quando é contra o trabalhador. Quando se trata de defender o trabalhador, não têm tempo, não têm dinheiro, não têm diária, nada se pode fazer.

Questão do direito de greve dos servidores públicos e direito de greve dos policiais civis, porque estão tratando a polícia civil e os policiais militares como bandidos. E um direito sagrado, o direito de greve é um direito sagrado dos trabalhadores.

E, por fim, Senador – desculpe por eu ter ultrapassado –, uma questão social que é pertinente, e o senhor tem lutado muito por isso. Não sei se seria uma intervenção de V. Exª junto ao Ministério da Justiça, à Presidência ou fazer até um projeto de lei sobre a questão do registro de nascimento dos ciganos.

Nós temos uma população – e V. Exª tem conhecimento disso – de mais de 500 mil ciganos no Brasil. E eles não frequentam escolas, não têm condição de saúde pública, vivem à margem da cidadania, pelo simples fato de não terem o registro de nascimento, uma vez que os cartórios, para fazer esse registro, exigem endereço. E esse endereço, lamentavelmente, eles não têm, são nômades, um dia estão aqui, outro dia estão lá. É muita exigência de um endereço de residência para deixar a cidadania de tanta gente de lado.

Muito obrigado, Senador. Desculpe-me por ter ultrapassado demais o nosso tempo, mas não tive condições de ser mais rápido.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Moacyr falou em nome da Nova Central e muitos temas que ele mencionou já estão lá no painel, como, por exemplo, a questão dos comerciários, que já aprovamos aqui, está lá na Câmara dos Deputados. Pode ter polêmica, mas agora temos de discutir lá.

Muitos dos projetos nós temos de trabalhar lá na Câmara, sem prejuízo de manter a mobilização a partir daqui. Mas como estamos com o horário estourado devido a um evento que vocês têm, passo, de imediato, a palavra ao Zé Maria, da Conlutas.

O SR. JOSÉ MARIA DE ALMEIDA – Obrigado, Senador.

Eu queria, em primeiro lugar, agradecer ao convite, quando a sua assessoria, o Tiago, comunicou-me desta reunião, desta audiência de hoje para tentar definir uma relação de temas que deveriam ser pauta da discussão aqui da Comissão. Eu disse a ele que viria, e acho que é muito importante. Eu queria ressaltar isso no começo da minha fala e parabenizar vocês pela iniciativa.

Antes de entrar naquilo que seriam sugestões que queria trazer para o debate para essa relação de temas, não poderia deixar de comentar – o Zé Augusto estava bravo hoje aqui – o problema da PEC 369, que acaba atingindo a classe trabalhadora, não em um conjunto de dimensões que é muito grande, ou seja, de fato trata-se de uma iniciativa bastante abrangente

e, da forma como está o projeto, bastante nefasta também para o conjunto da classe trabalhadora.

Veja, Senador Paim, que parto para fazer a crítica à PEC 369 de posições bastante diferentes das posições que o Zé Augusto defende e o próprio Moacyr. Temos entre nós um debate já histórico no movimento sindical, a respeito da Convenção 87, da unicidade sindical e do imposto sindical, e nunca defendemos o imposto ou a unicidade sindical. Apesar de termos essas diferenças com os companheiros, achamos, como eles, que a aprovação dessa PEC não traria uma mudança para melhor na estrutura de organização, de representação sindical no Brasil, pelo contrário.

Veja o problema da unicidade sindical. Sempre fomos adeptos da liberdade sindical; não da pluralidade, mas da liberdade sindical, para que o trabalhador decida como se organizar. O problema é que na situação que nos encontramos hoje, se simplesmente terminamos com a unicidade sindical, o mais provável é que geremos uma situação em que o empregador terá a liberdade de escolher com qual sindicato negociar. Obviamente, vai escolher com aquele que lhe é mais dócil.

Estamos chegando a um ponto em que o Governo federal acabou de baixar uma portaria do Ministério do Planejamento, que dá ao próprio Ministério o direito de controlar o cadastro das entidades de servidores públicos que têm representatividade. Ou seja, o órgão do Governo destinado a negociar com os servidores públicos as suas reivindicações vai poder dizer qual é o sindicato que vale. Não pode ser uma coisa dessa. Isso é uma coisa impensável até no regime militar que vivemos algumas décadas atrás, imagine em um Governo desse.

Então, por isso que digo que o tema é complexo, acho que é muito importante, se algum momento pudermos aprofundar o debate entre nós aqui. O problema do financiamento da estrutura sindical é outro tema muito importante. Temos, muitas vezes, brigas com o Ministério Público do Trabalho, mas acho que, às vezes, se comete injustiça contra o Ministério Público do Trabalho nessa questão, porque há muitos sindicatos que fazem, sim, falcatruas contra os trabalhadores com essa questão da contribuição, e se pega aquele mau exemplo para prejudicar o conjunto.

Então, nesse aspecto, acho que vale a pena uma discussão nossa. Tenho insistido com os companheiros nas discussões que temos feito acerca disso, acho que temos que encontrar uma forma de construir um mecanismo de financiamento dos sindicatos que seja aprovado pelos trabalhadores. Não acho que tenha que ser uma coisa compulsória, sindicato é uma organização do trabalhador e, se chegar à conclusão de que não deve financiar, ele tem que ter esse direito. É em função do trabalhador que o sindicato existe, é em função do trabalhador que a nossa estrutura existe. Então, se estamos em dissonância com ele, algum problema há em nós, porque é em função deles que existimos. E considero perfeitamente possível construirmos um mecanismo de financiamento que seja aprovado pelo trabalhador e que financie toda a estrutura. E vamos ter uma estrutura que funcione mais sintonizada necessariamente com aquilo que o trabalhador quer, porque ele tem mais controle. Acho que isso é uma coisa boa para todas as organizações sindicais.

Agora, o problema é como se introduz essa discussão por meio da PEC 369, porque não se trata de buscar uma forma de financiamento que seja melhor para o trabalhador. A forma de financiamento que está na PEC 369 para substituir o imposto sindical é quatro vezes pior que o imposto sindical, porque retira do trabalhador quatro vezes mais dinheiro. Esse é o problema.

A forma de resolver o problema da chamada liberdade sindical da PEC 369 dá à cúpula das centrais sindicais e às empresas o direito de decidir qual sindicato vai representar os trabalhadores. Não dá o direito ao trabalhador de decidir qual organização representa.

Então, são mudanças que, lamentavelmente, são feitas com outro objetivo que a própria PEC 369 trata de esclarecer, ou seja, ela, ao mudar o sistema de negociação e contratação coletiva, disponibiliza o direito do trabalhador para negociação coletiva, retira do sindicato de base a prerrogativa da negociação e da contratação coletiva, estende isso para as entidades de grau superior, onde a negociação será feita necessariamente sem o controle do trabalhador da base, porque hoje, para fazer um acordo, o sindicato tem que aprovar na assembleia. Uma central sindical, quando vai fazer um acordo, aprova onde? Aprova na direção da central.

Eu sou dirigente de uma central sindical, mas considero um erro fazermos uma mudança dessa. Se é necessário mudar um pouco o centro de poder da estrutura sindical brasileira, eu diria que é necessário botar para baixo: do sindicato para as organizações, para o local de trabalho; e não do sindicato para a cúpula das centrais sindicais. Essa é a minha opinião.

(Intervenção fora do microfone.)

Exatamente. Já é muito centralizado esse negócio. Tem de descentralizar mais.

Mas é um tema que não está na pauta nossa de hoje. Eu só queria fazer esse comentário, pois esse é justamente o motivo da reunião que temos daqui a pouquinho. Por isso, eu começo pedindo desculpas: vou colocar uma opinião aqui e vamos sair correndo,

igual a cachorro magro que come e sai correndo. Peço desculpas a vocês.

Em relação aos temas, Senador, eu ouvi atentamente a exposição que o senhor fez. Várias das sugestões que tínhamos trazido já estão contempladas. Há o problema do fator previdenciário e os temas relacionados com aposentadoria, que são temas hoje candentes, como essa discussão que está em curso, neste momento, no Congresso, sobre a aposentadoria complementar dos servidores. Mas esses são temas fundamentais.

Ainda relacionado com a questão da previdência e da saúde, já está listado o problema dos acidentes do trabalho. Eu só queria agregar uma preocupação com relação a isso, Senador. Temos hoje uma verdadeira epidemia de doenças de trabalho e de acidentes dentro das empresas, que têm a ver com a reestruturação produtiva, com a forma como se organiza o processo de produção e o processo de trabalho nas empresas hoje ao otimizarem ao máximo o lucro, acabando por submeter as pessoas às condições subumanas de trabalho, que têm consequências para a saúde, muitas vezes, tirando a vida do trabalhador. Junto com isso, o Governo Federal baixou uma portaria agora, recentemente, que premia a empresa que tem menos acidentes de trabalho e menos notificação de doença de trabalho. Premia de que forma? Reduzindo o tributo que ela teria de pagar. O que está acontecendo? Reduziram-se os acidentes de trabalho e as doenças? Não! Têm subnotificação, as empresas não notificam mais. É uma pouca vergonha! O Governo...

(Intervenção fora do microfone.)

O que não tem mais é a notificação. Então, estão se reduzindo as doenças, não porque elas deixam de existir no local de trabalho, mas porque a empresa não notifica mais. Se o trabalhador tenta notificar, ele corre o risco de perder o emprego. Então, não pode ser que se faça uma coisa desta. O Governo, que é a autoridade que devia ser responsável por organizar as coisas na sociedade para melhorar a vida das pessoas, cria essas armadilhas. Então, acho que esse tema tinha de ser trazido a debate.

Ainda relacionado com isso, tem um tema, antes das três questões que eu queria trazer para agregar à lista que o senhor já apresentou: o problema do amianto. Nós sabemos a gravidade que tem esse tema. Eu sei que é um tema polêmico, mas é um tema muito importante. Nós tivemos agora uma decisão da Justiça da Itália, condenando um dos principais empresários que exploram esse produto lá, na Itália. Eu acho que é um tema que temos de trazer ao debate aqui, no Brasil, novamente. A nossa opinião é que o amianto tem de ser banido e que o Estado brasileiro tem de encontrar a forma de conversão das indústrias que trabalham com isso no Brasil, para garantir o emprego daqueles que trabalham nisso. Não pode ser o trabalhador de uma mina de amianto que vai ser punido, mas também não pode ser que, em função dos empregos daquelas pessoas, tente se justificar a exploração de um produto que causa câncer, que traz um problema grave para a saúde das pessoas que têm contato com esse produto. Então, eu queria agregar isso.

Por último, é aquilo que acho fundamental nas propostas que nós trouxemos, Senador. Eu queria agregar três questões. Uma é o problema da organização do local de trabalho. Se vamos tratar de combater a doença e os acidentes no local de trabalho, se vamos tratar de combater a discriminação e o assédio que existem no local de trabalho, a organização do local de trabalho é fundamental. Só o sindicato atuando até a porta da fábrica, ele não tem condições de fazê-lo. Trata-se de regulamentar aquilo que já está na Constituição ou de aprovar uma legislação que assegure ao trabalhador o direito de exercer, no seu local de trabalho, a sua cidadania. Nós terminamos com a ditadura militar no País faz quase 30 anos, mas, dentro da fábrica, a ditadura continua do mesmo jeitinho que era, Senador Paim, em 1971, quando eu arrumei o meu primeiro emprego numa fábrica. A ditadura dentro da fábrica é exatamente a mesma. Então, isso não pode continuar sendo assim. Eu acho que esse é um tema que temos de tratar.

Outro tema – eu ia até conversar com o senhor na semana passada, quando eu vim aqui, pois o pessoal do Maranhão me pediu – é trazer de novo o problema das comunidades quilombolas. De novo, voltaram as ameaças. Tivemos de retirar alguns companheiros das comunidades agora, no Carnaval, no Maranhão, em função de ameaças iminentes à vida deles. Eu acho que é um tema de que nós vamos ter de voltar a tratar, porque está paralisada, no âmbito do Governo Federal, a regulamentação da terra dessas comunidades. Obviamente, têm empresários do agronegócio tentando se apoderar dessas terras, eliminando simplesmente as pessoas.

Por último, o problema da criminalização do movimento social, das lutas dos trabalhadores, das suas organizações. Eu queria destacar isso, Senador. Inclusive temos presentes alguns dirigentes do Sindicato dos Metroviários daqui de Brasília. Eu pedi para que eles viessem aqui hoje, eu falei dessa nossa conversa. Estamos chegando às raias do absurdo na criminalização dos trabalhadores, quando eles buscam lutar para defender os seus direitos. Nós vimos agora, na greve dos policiais, o problema das gravações telefô-

nicas, atingindo, inclusive, Deputados: o Arnaldo Faria de Sá, Relator da PEC 300, que conversou com uma liderança dos policiais – está aí na Rede Globo, que passou como se estivessem planejando, conspirando para poderem botar bomba, como se fosse bandido –, a Deputada Jandira, lá do Rio de Janeiro... E as coisas são feitas dessa forma. Se vocês forem ouvir as gravações com atenção, verão que não tem nada lá, absolutamente nada. Mas se utilizou aquilo para criminalizar a luta daqueles companheiros, isolá-las e derrotar as greves.

Eu acho que, na Bahia, cometeram erros importantes por parte das lideranças do movimento, mas o Rio de Janeiro não tinha absolutamente nada com isso e foram criminalizados da mesma forma. Foram quase duzentas pessoas presas.

E aqui no Distrito Federal se repetiu, alguns dias depois, a mesma coisa no Sindicato dos Metroviários. Os companheiros vêm numa disputa com a empresa, porque esta não está cumprindo a convenção coletiva desde o ano passado. Fizeram uma greve no final do ano e, no meio dessa greve, a empresa se utilizou de mensagens que foram postadas no Facebook por uma pessoa e puniu as dezesseis pessoas que curtiram a mensagem postada. Essas pessoas estão afastadas do local de trabalho até hoje.

Depois disso, novamente, o movimento foi retomado agora no começo do ano. E, na véspera da eclosão de uma greve, o Jornal Nacional, da Rede Globo, por causa de um fio solto de Internet no computador, disse: "Está aqui a prova. O Sindicato está sabotando o funcionamento do sistema do metrô". E debitou ao sindicato os problemas de funcionamento que tem o sistema. Um fio solto de Internet. Agora a polícia está investigando e vai seguramente comprovar que não tem absolutamente nada a ver nem com dirigente do sindicato, nem com trabalhador. A empresa usou conscientemente, montou conscientemente uma armadilha para emparedar o sindicato e impedir os trabalhadores de fazerem uma greve para exigir da empresa cumprimento da convenção coletiva de trabalho.

Vários companheiros estão afastados do local de trabalho neste momento, criminalizados por uma coisa que não fizeram. E a empresa se dá ao luxo, é uma empresa do Governo do Distrito Federal, de botar no Jornal Nacional uma acusação.

Eu estava conversando com alguns companheiros dias atrás. O que eles estavam me dizendo? "Nós tivemos uma companheira que foi agredida por um usuário do metrô, porque dá problema o sistema, que não tem manutenção, a manutenção é terceirizada e, deu problema no sistema, como o usuário está reagindo? Sabotador". Estão agredindo as pessoas que trabalham como se elas estivessem conscientemente sabotando o funcionamento do metrô para prejudicar. Agora, isso não foi uma obra do acaso. Essa foi uma obra do Governo do Distrito Federal e particularmente da direção da empresa do metrô daqui.

Isso é uma coisa que nós não podemos admitir, porque, se isso vira moda, não há como reivindicar mais nada neste País. Eu transformo o cara em bandido, acerto lá com a Rede Globo que nós sabemos a serviço do que está neste País e, bom, apareceu no Jornal Nacional, é verdade. Infelizmente é assim que funciona.

Então eu queria trazer esse tema para cá. Depois, inclusive, Senador, eu queria pedir ao senhor e à sua assessoria: se puderem dar uma atenção aos companheiros e algum encaminhamento aqui na Comissão de Direitos Humanos em relação a isso, eu acho que seria muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vamos ouvi-los.

O SR. JOSÉ MARIA DE ALMEIDA – Sobre esse tema, eu dei aqui dois exemplos, mas infelizmente não são as únicas situações em que esse problema está ocorrendo no País. O problema da criminalização é cada vez mais generalizado. Então, é um tema que acho que tínhamos que trazer para cá. Tem a ver com o problema da estabilidade do dirigente sindical, também com a organização por local de trabalho. Mas eu queria então trazer essas propostas, agregando aquelas que o senhor já apresentou e nos colocando à disposição para ajudar no que for possível nessas discussões, Senador.

Agradeço a atenção e peço desculpas pelo tempo. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Zé Maria, do Conlutas, dando a sua contribuição e uma série de sugestões, como fizeram aqui tanto o Zé Augusto como o Moacyr. Eu vou liberar os três, porque eu sei que têm outro evento.

Convido a Gabriela para compor a Mesa.

Uma salva de palmas para os três, que vão ter que sair. Vão à mobilização. Eles vão reunir na Nova Central com uma série de entidades. *(Palmas.)*

Pelo mesmo tempo que eu concedi aos outros convidados, dez minutos, prorrogáveis por mais cinco, se necessário for, com a presença da Gabriela aqui, do Sindicato dos Aeronautas, que provocou, digamos, de forma positiva, esta audiência do dia 13, aí você vai poder falar dela e da sua importância, mas falará, pela ordem de chegada.

Passo a palavra ao Marcelo.

O SR. MARCELO LOPES COSTA – Bom dia a todos. Quero, de antemão, agradecer ao Senador Pau-

lo Paim pela oportunidade que nos dá aqui de expor a nossa causa. Quero também agradecer aqui ao Thiago Tobias, que assessora esta Mesa e tem feito um bom trabalho, uma pessoa, realmente, que tem agido com muita educação com a gente e um excelente profissional. Quero também cumprimentar a companheira Graziella, do SNA, e os nossos companheiros que foram convidados para estar com a gente aqui. Agradeço a presença de cada um. E também obrigado à sogra e à esposa do companheiro Edvan por terem vindo. E cumprimentar também a todos os ouvintes e telespectadores da Rádio e TV Senado.

Bem, somos representantes da Conarfa, a qual hoje está em todo o Brasil. Já temos cerca de oito mil pessoas que estão nessa nossa causa. E quero, de antemão, apresentar a nossa causa.

Na realidade, o que queremos aqui é ter uma audiência pública para discutir o nosso direito. Qual é o direito que estamos recorrendo aqui? Nós prestamos concurso público para Força Aérea Brasileira, o qual foi oferecido em nível nacional para que as pessoas o prestassem, entrassem como soldados, iriam ser especializadas e, através dessa especialização, poderiam progredir na Força e chegar a suboficial e também até a oficialato. Isso temos como uma base o Pmap, um projeto da Aeronáutica que dava base à nossa promoção, plano de carreira na Força Aérea. Mas o que aconteceu? Ao cabo de seis anos, Senador Paim, e bom serviços prestados – nós já tínhamos direito de promoção, segundo o Pmap –, os pais de família em todo o Brasil foram mandados embora. Tínhamos um projeto de vida e, infelizmente, devido a essa demissão da Aeronáutica, esses pais de família passaram, e alguns ainda passam, dificuldades. Amigos nossos se suicidaram; tinham todo um projeto de vida e não tinham estrutura para essa demissão. Esses amigos se suicidaram devido a isso. Era um sonho de carreira. Foram mandados embora. E estamos nessa luta aí pedindo a nossa reintegração.

Então, a intenção da Conarfa – Comissão Nacional de Reintegração à Força Aérea – é tentar esse diálogo com a Força Aérea para nossa reintegração. Foram mandados embora 12.490 pais de família. Hoje, muitos conseguiram empregos bons, mas sabemos que, com a dificuldade de emprego no Brasil, cerca de oito mil pais de família estão desempregados, inclusive lá no Rio Grande do Sul. Temos representantes lá no Rio Grande do Sul. Já estive lá, e há pessoas passando necessidades.

Estivemos no Nordeste no ano passado e há pessoas passando por dificuldades. Outrora, eram concursados, pais de família e, hoje, estão desempregados, passando necessidade tremenda.

A nossa demissão não foi publicada em Diário Oficial. Entramos por concurso público, fomos registrados como concursados e, no entanto, quando a Aeronáutica mandou embora, ela alegou que todos nós éramos oriundos do serviço militar inicial, coisa que não era. O edital exigia que estivéssemos em dia com as obrigações militares. Eu tinha que apresentar a minha reservista para poder prestar esse concurso. Então, não éramos oriundos do serviço militar inicial, porque para o oriundo do serviço militar inicial, realmente, a Força Aérea não precisava fazer a publicação externa. Então, ela mandou embora esses pais de família como se fossem pessoas oriundas do serviço militar inicial. Então, o que aconteceu? Esses pais de família hoje, Senador Paulo Paim, estão ativos no Ministério do Trabalho, na Previdência Social, estão ativos. Há amigos nossos que prestaram concursos públicos e não puderam tomar posse porque deu duplo vínculo. Aí o órgão falou: vai lá e pede para a Força Aérea dar baixa em você. Não tem como. Então, hoje estamos complicados.

Agora, quero que fiquem cientes todos aqui, inclusive a Força Aérea, de que amamos a Força Aérea. O nosso desejo é voltar. Quando se presta concurso para a Força Aérea, para vestir aquela farda, é porque sonha em crescer. Aqui são pais de família que sonham com isso. Nós sonhamos. Então, queremos tentar esse diálogo novamente com a Força Aérea. Sabemos que a Força Aérea está necessitada de efetivos, de pessoas capacitadas, e nós fomos capacitados para poder trabalhar ali. Então eu queria, por intermédio desta Comissão, tentar esse diálogo em prol de reintegração à Força Aérea. Tenho dez anos, fiz onze anos, agora este ano, de luta. Nós fomos mandados embora da Força Aérea. Já faz onze anos que estamos nessa luta tentando essa reintegração. Então gostaríamos, por intermédio desta Comissão – inclusive sabemos que o Senador Paulo Paim é um guerreiro nessa questão trabalhista – de contar com o apoio do Senador e desta Comissão, em prol da nossa reintegração.

Temos um processo no TCU. Estivemos no TCU para saber o que estava acontecendo, e, realmente, o TCU nos comunicou que não foi comunicada a nossa demissão. A informação que tivemos é de que, se não foi comunicado o TCU da demissão, subtende-se que a folha ainda estava sendo passada. Então, ainda há essa suspeita. Há um processo no TCU, o Processo nº 0282092011/7.

Temos um processo também na Procuradoria Geral da República. É um processo criminal. Foram descobertas algumas fraudes da Força Aérea e isso está ligado diretamente a nossa causa. Há processos de pessoas que hoje continuam na força Aérea.

É importante levantar esse questionamento porque, como pode milhares de pais de família estarem fora, porque prestaram concurso e a Força Aérea mandou embora, e há pessoas que estão lá dentro, permaneceram, pessoas da nossa carreira que prestaram concurso junto com a gente e que estão lá na Força Aérea? Sabemos que oito pessoas estão lá. Quer dizer, garantiram o direito para uns e não garantiram para outros. Então, a gente quer discutir isso. Gostaria que estivesse na pauta da Comissão para a gente poder discutir o nosso direito.

A revista *IstoÉ,* do dia 25 de novembro de 2011, fez uma denúncia sob o título "A Farra da FAB". Então, as investigações foram feitas. Segundo a revista I*stoÉ*, foi descoberto que havia dupla folha. Há pessoas que estão recebendo lá dentro, só que são fantasmas. Então, foi divulgado isso pela revista *IstoÉ* e a gente quer realmente saber. O interesse nosso é saber qual é o nosso direito. Um dos trechos da revista diz assim: "O Ministério Público Federal está debruçado no que pode ser um dos maiores escândalos de desvios de verba já descobertos envolvendo a Força Aérea Brasileira. Cerca de oito mil militares foram demitidos nos últimos dez anos e continuam ativos no cadastro interno da Força Aérea e de órgãos federais como o Ministério do Trabalho e Previdência Social".

Então, o nosso interesse...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Marcelo, só para ajudar no encaminhamento, nós vamos fazer audiência pública, mas, para quem está assistindo pela TV Senado, você não está fazendo nenhuma afirmação.

O SR. MARCELO LOPES COSTA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Porque isso pode criar problema para ti e para mim.

O SR. MARCELO LOPES COSTA – Isso. Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É preciso ficar bem claro. Você está lendo notícias que você leu numa revista ou num jornal. Porque senão pode dar a impressão, para quem está assistindo: por que vão fazer audiência pública se a denúncia está sendo já posta como se ela fosse absoluta e verdadeira? O Marcelo não está dizendo isso aqui.

O SR. MARCELO LOPES COSTA – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Marcelo apenas está dizendo, quero esclarecer isso...

O SR. MARCELO LOPES COSTA – Isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) –... e vou convidar as partes para esta audiência pública, que ele quer a reintegração, está lutando, vocês estão lutando pela reintegração e que, enfim, não está bem explicada a situação, inclusive, de vocês, pela informação que você me passa aqui, no próprio TCU e por alguma notícia de jornais. Que a nossa Força Aérea, que você disse aqui no início que vocês amam a Força Aérea...

O SR. MARCELO LOPES COSTA – Amamos a Força Aérea.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) –... não se sinta, neste espaço aqui, agredida em nenhum momento. Não é essa a intenção nem do Marcelo, nem nossa. O que nós vamos marcar, é a nossa obrigação, é uma audiência pública para tentar viabilizar, mediante diálogo, entendimento, o retorno de vocês à atividade. Porque senão, se eu deixasse correr e dar a impressão que eu fiz de conta que não entendi, sempre alguém do lado de lá vai dizer: poxa, o Paim poderia pelo menos ter chamado a outra parte para eles explicarem o seu ponto de vista.

Então, esta não é uma audiência pública. Aqui nós te damos o espaço e você usou, solicitando uma audiência pública, já que hoje é uma reunião que vai organizar o trabalho durante o ano. Então, que fique bem claro isso.

O SR. MARCELO LOPES COSTA – É claro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Faço questão, dentro do seu tempo, que já está assegurado, eu entendo que essa vai ser a decisão final. Vamos chamar a audiência pública e vamos chamar o representante, inclusive, da Força Aérea, no caso específico do concurso realizado e que vocês, enfim, foram afastados. Marcelo, ficou claro? Para fortalecer a possibilidade de vocês.

O SR. MARCELO – Claro. Quero agradecer ao Senador. Eu acredito na Força Aérea. A questão que a gente estava colocando aqui é para mostrar que houve uma denúncia e a Força Aérea, realmente, por ser uma força bela, bonita, que amamos, acreditamos na lisura dos processos que há ali e que tudo o que aconteceu foi apenas um engano. Houve um engano, pessoas foram prejudicadas com isso, e a gente quer estudar isso aqui, o nosso direito. Então, a creditamos nisso. Realmente, não queremos colocar como algo certo. Não. A revista fez isso, e foi feita essa publicação aí, mas queremos deixar bem claro o nosso sonho de reintegração. Está de pé. Milhares de pais de família, a gente está aqui representado, sogra, esposa, o nosso amigo, porque sonham. Os nossos filhos sonham com a nossa reintegração. E a Conarfa é a representação dessas pessoas em ser reintegradas. Então, queremos ter realmente esse diálogo com a Força Aérea e discutir este direito nosso, a reintegração. Uma coisa certa é: nós prestamos concurso público. E a Constituição

Federal dá essa garantia de quem presta concurso público em que o edital não fala sobre temporariedade, essa pessoa tem direito de permanência naquele cargo e de progressão ali. Então, temos o direito do nosso lado e queremos discutir isso aqui nesta Comissão.

Quero agradecer ao Senador. Muito obrigado por esta oportunidade a todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Marcelo, que advogou o seu pleito mediante documento por escrito, inclusive. Quero dizer que não vou ler o documento, mas o documento é respeitoso, equilibradíssimo, e ele está solicitando uma audiência para debater a questão. Você pode aguardar aqui, e vamos incluir no rol das audiências que vamos aprovar.

Neste momento, passo a palavra à Graziella, que representa o Sindicato dos Aeronautas, que vem defendendo o interesse de toda a categoria, mas com uma paixão eu diria muito, muito forte, que é de interesse de toda a categoria, na questão do Aerus, em que também me envolvi de forma – eu também posso dizer – sentimental, emocional. É triste para nós quando um comandante, um piloto nos procura, quando estamos voando pelo Brasil, enfim, muitos estão dirigindo um teco-teco para sobreviver. Não estou aqui desmerecendo o teco-teco. Muitas vezes é o teco-teco que me leva e permite que eu vá de um lugar a outro no interior deste País. Eles me dizem da situação por que estão passando, e você, mais que ninguém, sabe disso.

Então, se você puder falar um pouco dessa questão, apontando já para nossa audiência do dia 13.

A SRª GRAZIELLA BAGGIO – Bom dia a todos os convidados desta reunião. Agradecimento especial, mais uma vez, ao Senador Paim por essa belíssima iniciativa.

Senador, confesso ao senhor que somente na sua reunião nós podemos dialogar. Nós estamos tendo muita dificuldade para discutir com o Executivo, com o Legislativo e – confesso aqui, faço um parêntese – junto ao Judiciário. Num passado recente, o diálogo com o Judiciário era mais humano, era um diálogo que trazia resultados não totalmente de interesse dos trabalhadores, no caso, como aqui foi citado várias vezes, mas objetivamente na construção de alguma coisa melhor, porque você só vai para Justiça porque aquilo que está lá não está bom, não está sendo cumprido, e você acaba buscando um caminho de construção.

E eu tenho sentido que os três Poderes, meio que nós estamos tendo inúmeras e grandes dificuldades. E eu posso aqui reconhecer que as reuniões do Senador Paim são um lugar que a gente encontra para poder trazer os problemas e buscar as soluções. E é isso que a gente propõe aos demais Poderes também.

Senador, eu praticamente concordo com todos os itens que aqui foram colocados, mas não sei se seria um pouco utopia da minha parte, porque, inicialmente, sou uma pessoa de diálogo; vou com minha veemência emocional buscar, mas sou uma pessoa adepta ao diálogo.

Nós falamos aqui do Ministério Público, falamos do Poder Judiciário, falamos do Legislativo. Não sei, Senador, confesso para o senhor que tenho tido muita dificuldade no sentido de aceitar uma coisa que realmente foge daquilo que vínhamos defendendo durante anos, pelo menos em âmbito partidário, político, etc., que é a abertura do diálogo. O que me parece que os enfrentamentos dos trabalhadores têm encontrado é a total falta de diálogo. Na nossa categoria – e eu posso estender isso para os aeroviários, que são os trabalhadores que trabalham em terra nas empresas de aviação, pessoal de balcão, pessoal que trabalha dentro das empresas aéreas administrativamente, em solo, como mecânicos e outros, e os aeronautas, que são aqueles que voam, os pilotos e comissários – percebemos claramente a falta de fiscalização, principalmente do Ministério do Trabalho. É algo assim que chega a nos arrepiar porque, em determinado momento, íamos buscar intermediação da Secretaria do Ministério do Trabalho, que era uma Secretaria com que havia diálogo, era como se fosse essa sessão. Lembro-me de oportunidades em que a secretária chamava as partes, vamos tentar dialogar, tentar construir, tentar encontrar saídas, ou então, olha, isso está errado, tem que fiscalizar...

A gente continua fazendo isso, não tem surtido nenhum efeito. Quando não, Senador, o efeito é o contrário: é feita a fiscalização, e a empresa é perdoada, porque não é encontrada nenhuma ilegalidade cometida.

E, na verdade, os aeroviários e os aeronautas têm enfrentado problemas seriíssimos de não cumprimento de convenção coletiva, de não cumprimento de regulamentação profissional. Sendo verdadeira a proposta do Ministro Calazans, é bem o seguinte: quem vai sentar para negociar? Se eu sou uma empresa que estou com problemas, não quero negociar, pago qualquer salário e só negocio com aquele sindicato que de certa forma me interessa. Isso tem nos preocupado muito, não sei se seria como uma proposta tentar resumir...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Deixe-me tentar ajudar? Eu acho que a tua fala foi muito boa. Eu concordo em botarmos fiscalização e negociação com o Ministério do Trabalho e os outros órgãos correlatos. Que façamos um debate para ver se se abre esse diálogo de forma mais objetiva.

A SRª GRAZIELLA BAGGIO – Exato. Eu acho até que entendo um pouco a dificuldade do Ministério do Trabalho, porque os fiscais não têm a formação específica para determinadas funções, sabe, Senador? Por exemplo, quando o sindicato dos aeronautas vai lá e leva uma denúncia, para o fiscal entender o cumprimento da regulamentação profissional nossa, ele leva muito tempo. Às vezes ele se convence, às vezes ele não se convence. E é uma regulamentação que está aí, apesar de existir uma comissão que está querendo mudar a regulamentação, o que é outro problema. Os empresários estão jogando pesado mesmo, senhores, não é brincadeira. O Brasil está crescendo em nome da Copa, em nome das Olimpíadas, tudo está sendo possível, e se os trabalhadores não se mexerem ele vão perder direito sim, vai ser pior do que na China, onde os caras ganham uma miséria para ser escravo. E, no entanto, dentro de várias salas aqui, por sinal, na sala ao lado, está se discutindo a aviação brasileira.

A aviação brasileira, no foco, na ótica dos trabalhadores, é, sem sombra de dúvida, aumentar a jornada dos trabalhadores, aumentar as horas de trabalho, pagar menos ou coisa semelhante.

Então, os trabalhadores terão que se organizar, sim, talvez deixarmos de lado algumas diferenças como aqui foram colocadas, até coisas banais entre centrais, algumas coisas mais, outras menos, mas superar essa questão e tentar implantar um entendimento e uma mesa de diálogo com resultado um pouco mais efetivo.

Nesse sentido, terminando, Senador, de certa forma, eu queria agradecer todo o empenho desta Comissão e, principalmente, do Senador Paim, do Senador Alvaro Dias e da Senadora Ana Amélia, que vêm nos apoiando nessa luta em busca de uma solução para o Aerus há, praticamente, seis anos. É uma luta muito grande. É um sofrimento muito grande. Nós aguardamos com a maior expectativa o final. Vou ter imenso prazer de compartilhar esse resultado com o Senador Paim, porque, muito esta Comissão e o próprio Senador contribuíram na busca da solução.

No próximo dia 13, para que não percamos o ano letivo, vamos fazer essa homenagem, de certa forma patrocinada pela Comissão, em nome do Dr. Castagna Maia, que foi nosso companheiro de luta, de justiça para os trabalhadores durante toda sua existência. Faremos uma homenagem a ele, sem sombra de dúvida. Marcaremos o início de nosso ano de luta a favor da solução do problema do Aerus.

Gostaria de poder contar com a presença também dos trabalhadores que aqui estão, porque em qualquer momento aquilo que foi subscrito pelo nosso grande companheiro Castagna Maia serve para todos os trabalhadores. Foi uma personalidade de luta, um guerreiro, em busca da justiça social, da justiça trabalhista, da justiça moral para os trabalhadores brasileiros.

Eu queria agradecer a oportunidade de estar aqui me manifestando e, mais uma vez, agradecer ao Senador Paim. Acho que estamos arregaçando as mangas para a luta no ano de 2012. Muitas vezes a gente fica de moral baixo, fica cansado de não ver solução, mas a luta continua. Nós estamos aí para alcançar os nossos objetivos.

Muito obrigada. (*Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Essa foi Graziella, do Sindicato dos Aeronautas.

Hoje de manhã, eu recebi um artigo escrito por um juiz, cujo título é "Caminho da China: terceirizado é desprovido e desnivelado socialmente."

É um artigo longo. Não vou lê-lo neste momento, mas me comprometi a fazer a leitura dele com calma e depois comentá-lo da tribuna do Senado e vou fazer isso.

Recebi outro, semelhante a esse, do ex-Governador Alceu Collares – vocês devem ter ouvido falar dele –, do Rio Grande do Sul, em que ele mostra a mesma preocupação.

Eu não tenho nada contra o setor econômico, mas percebo que ele avança e avança muito bem organizado, e os trabalhadores, no meu entendimento, frente a essa investida – o Governo olha –, não estão – eu não diria desorganizado, mas devagar – percebendo que o trator vem vindo. Sabem que o trator, quando entra, derruba florestas, derruba tudo, não escapa nada. E o Governo olha – essa é a impressão daqueles que têm conversado comigo –, e as coisas vão acontecendo. Aqui dentro, ultimamente, Câmara e Senado têm tido uma dificuldade enorme para aprovar qualquer projeto que seja de interesse direto dos Trabalhadores: passa numa Casa, fica trancado na outra. E dos empresários, passa tudo. Se os empresários brasileiros disserem que houve uma proposta deles que, nos últimos anos, eles tiveram dificuldade no Congresso...

Houve uma, por exemplo, grave, que o Lula vetou, mas aqui no Congresso eles não têm dificuldade nenhuma; quem tem tido dificuldade aqui são os trabalhadores. Isso, para mim, é grave. Essa falta de equilíbrio nos deixa numa situação muito desfavorável.

Na Constituinte nós conseguimos o equilíbrio, porque houve uma mobilização popular muito grande. Foi essa mobilização que fez com que nossa Constituição não fosse tão desequilibrada, mas a forma como as coisas estão acontecendo...

Eu escrevi um artigo, um pouco forte, que foi publicado na *Folha de S.Paulo*, no domingo passado, onde mostro mais ou menos isso; com certo cuidado, mas mostro isso. Quem ler aquele artigo com cuidado,

vai ver que mostro que as negociatas acabam acontecendo, em cima do grande interesse do poder econômico, e que as questões dos trabalhadores não são votadas; pelo contrário, muitas delas acabam sendo retiradas. Por exemplo, o ponto eletrônico. O Ministério do Trabalho não consegue instalar o ponto eletrônico! Uma coisa que é óbvia, para você carimbar, registrar o que você tem de direito por horas trabalhadas. Não consegue! E está aí o projeto querendo derrubar a própria posição do Ministério. É só lembrar aquela outra recentemente que diz que dissídio coletivo só quando o outro lado concordar é que você pode entrar na Justiça. Se não, não pode.

Se vocês olharem a Previdência, cada vez mais... Nós tínhamos, há 10, 15 anos, mais ou menos 10 milhões de trabalhadores que ganhavam salário mínimo. Sabem quantos têm hoje? Vinte milhões. Só faltam oito milhões. Trabalhadores que pagaram sobre dez salários, ou sobre oito, ou sobre cinco, sobre quatro, sobre três ou sobre dois.

Alguém pode dizer: mas o salário mínimo aumentou! Claro que aumentou. Mas eu paguei sobre tanto. Então, eu que paguei sobre tanto sou penalizado e vou ter que viver só com um salário mínimo? Então quer dizer que é melhor todos pagarem só sobre um salário mínimo, se essa é a lógica que vai prevalecer. Por que vou pagar sobre sete ou oito se o meu destino é me aposentar com um?

Então, eu, de fato, estou preocupado e falo aquilo que penso. Se tivesse tempo, eu estaria dialogando sobre este tema em todo o Brasil. Mas não tenho tempo.

Enfim, essas questões aqui levantadas nós vamos aprofundar nesse debate, vamos marcar audiências públicas, inclusive pedidas aqui pela Comissão Nacional de Reintegração da Força Aérea. No devido tempo, vocês conversem com a assessoria para marcar as agendas.

Antes de encerrar, quero aprovar o requerimento fruto deste debate. Vou ler o requerimento e, em seguida, vou colocar em votação.

Aqueles que concordam com o requerimento extrapauta que estamos colocando, com as devidas alterações, sobre o ciclo de debates e cada tema que vamos aprofundar nesta comissão permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas as mudanças propostas para que ele vá à votação agora no mérito.

Com fundamento no disposto no artigo 58, parágrafo 2º, inciso 2º, da Constituição Federal, combinado com o artigo 90, inciso 2º, e artigo 93, inciso 2º, do Regimento do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão em Defesa do Emprego e Previdência Social, e da Comissão de Assuntos Sociais, para um ciclo de debates com os seguintes temas: regulamentação do direito de greve – não vou comentar cada um, se não ficaremos aqui mais duas horas –; regulamentação do direito de greve do servidor público; criação do regime de previdência complementar do servidor público – matéria que vem para cá para votar; fundo de pensão Aerus – faremos também homenagem póstuma ao advogado Castanha Maia; previdência social, fonte de recursos – mostrando que ela é superavitária; alternativa ao fator previdenciário; política salarial para aposentados e pensionistas, para os que ganham mais que o mínimo; redução da jornada de trabalho sem redução de salário; negociação coletiva e liberdade sindical, para discutir toda a problemática em si da questão sindical; saúde e segurança do trabalhador – todo mundo sabe a situação grave em que nos encontramos; o fortalecimento da qualificação profissional e o ensino técnico; defesa da CLT – já estamos participando de eventos nos Estados, vamos ter um junto com a Anamatra agora e outro em seguida no Rio de Janeiro –; política de primeiro emprego; recursos para ampliação e a qualidade do ensino técnico profissionalizante baseado no Fundep que está aí para ser votado; trabalho e migrações; a situação dos trabalhadores estrangeiros no País; trabalho no campo, trabalho escravo, trabalho da mulher; valorização das diferenças no mercado de trabalho – aí pegam todas as questões das discriminações também do negro, do índio, do branco, do pobre, porque agora o pobre também é discriminado pela decisão do Tribunal Superior do Trabalho; pobre que não puder pagar a conta não tem direito mais a trabalhar. Vamos tentar reverter isso. Infelizmente é isso. Alguns aqui até riram; não pagou a conta do armazém da esquina está proibido de trabalhar para o resto da vida até pagar aquela conta. Para vermos como o poder econômico tem força

O empreendedorismo afro – situação do negro no mercado de trabalho.

Vamos debater o que nós comentamos agora, a decisão recente de uma turma do TST sobre usar o SPC/Serasa para proibir o emprego daqueles que mais precisam. Mas eu quero destacar que, conforme o Juiz Germano Silveira de Siqueira, que fala pela Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, que esteve comigo hoje pela manhã, isso não é consenso e que outras turmas já deram decisão totalmente contrária. Vai a matéria ao Plenário com o contraditório.

A questão dos precatórios. Também me disseram aqui, ainda hoje, que somos o único país do mundo que adota esse tal de precatório, que, de uma forma ou de outra, adia os pagamentos legítimos daqueles que têm direito a receber.

O Simples trabalhista. Infelizmente, um projeto lamentável, no meu entendimento. Não vou citar aqui o nome do Deputado, porque vou falar com ele. Um deputado que eu tinha até em conta, eu diria, vamos deixar assim. Disseram-me que é dele um projeto que reduz hora-extra, que reduz férias, que reduz 13º. Enfim, vamos também trazê-lo para o debate aqui.

O Código do Trabalho, que parece ser mais cruel ainda que o Simples trabalhista, que queremos discutir.

A PEC 300, que tem que ser debatida. Não tem como só querer criminalizar os movimentos sociais, enfim, aqueles que estão lutando pela PEC 300. Eu acho que tem que votar e regulamentar a PEC 300.

O custeio das entidades sindicais é um debate que tem que ser feito também.

Debater a Portaria nº 186.

Debater a Convenção nº 151 da OIT.

O que mais? Ah, sim, dão destaque ali para mim. Eu achei que era um título, mas deram só um destaque: direito à reintegração dos soldados concursados especializados à Força Aérea Brasileira, conforme concurso realizado. Faremos o debate como foi solicitado.

Qualificação Profissional, preocupação com a Copa do Mundo 2014. E eu colocaria também as Olimpíadas, na mesma linha. E também das grandes obras, como as usinas, obras do PAC, Olimpíadas, as siderúrgicas, porque estamos vendo o número de acidentes que estão acontecendo. Grande parte não aparece, mas nós sabemos muito bem... Enfim, aí entra aquele debate também dos acidentes no trabalho.

A estabilidade do dirigente sindical – embora nós tenhamos aprovado aqui, a Câmara ainda não votou.

As chamadas jornadas criminosas de trabalho, praticamente trabalho escravo.

A condição de trabalho na indústria da alimentação, sobre a qual foram feitos aqui diversos seminários e denúncias.

O famoso ponto eletrônico.

O Estatuto do Motorista, sobre o qual já fizemos mais de vinte debates nos Estados e mais de uma dúzia aqui dentro do Senado. Avançamos na regulamentação da profissão de motorista. Aprovamos no Senado, foi para a Câmara, mas agora é muito mais amplo o Estatuto do Motorista.

Regulamentação da profissão de comerciário, que também aprovamos aqui. Um projeto de minha autoria e do Senador Pedro Simon, que agora foi para a Câmara.

Por que nós votamos piso salarial nacional e regional? Por que não debater o piso regional? Poucos Estados adotam o piso regional. Não chegam a cinco os Estados que adotaram um piso regional que é acima do salário mínimo. E por que os outros Estados não o adotaram? Ao mesmo tempo, o piso salarial nacional de algumas categorias, que alguns Estados não estão cumprindo. O Congresso aprova; o Presidente ou a Presidenta sanciona e depois não é cumprido. Então, queremos debater, sim, por que o piso salarial nacional não é cumprido para algumas categorias e por que somente alguns Estados aplicaram o salário mínimo regional, que seria um piso regional, por Estado, e outros não o aplicaram. Que se faça o debate aqui, porque é um piso que eleva acima do salário mínimo.

O interdito proibitório é um projeto que apresentei há muitos anos, mas continua travado aqui no Senado. Vamos debater, para ver se ele avança.

A PEC 369.

A desindustrialização. Aí vem toda a questão da importação também.

Rio+20 e a situação dos trabalhadores.

Terceirização, porque é gravíssimo também o projeto que está lá na Câmara dos Deputados e que poderá vir para cá. Nós vamos ter que aprofundá-lo.

O Amianto e a saúde do trabalhador.

A criminalização dos movimentos sociais. Eu mesmo fui convidado por diversos Estados porque estavam, de fato, criminalizando os movimentos sociais. Quer dizer, os culpados, em vez de serem os agressores, é o movimento social.

As cotas – temos que continuar o debate. Nos concursos públicos e no geral, não só nos concursos públicos. É um projeto que está ainda aqui no Senado para ser votado.

A situação trabalhista e previdenciária dos quilombolas eu não limitaria, se me permitirem, só à situação trabalhista e previdenciária dos quilombolas e à questão da propriedade das terras. Enfim, tem todo o universo que envolve os programas que não chegam aos quilombolas. Acho que se tem que deixar de forma geral a situação grave do povo quilombola Se quiser botar entre parênteses, direito ao trabalho, direito a terra, à moradia, à água, à saúde, porque tem comunidade quilombola que nem água tem, saneamento básico, enfim. Veja uma redação e, em seguida, a gente vai para a votação. Eu acho que é melhor deixar de forma ampla, sem especificar, porque a situação dos quilombolas que eu conheço é da maior gravidade na sua amplitude.

É que nem a questão dos ciganos. Muita gente procura não ver que existe a comunidade dos ciganos, como também a dos quilombolas. Penso que algum ponto devia entrar aí – e nós faremos também parceria com a Comissão de Direitos Humanos -, sobre a situação dos povos indígenas e ciganos. Só para ficar, ou seja, para ninguém dizer depois que não tem requerimento para discutir a situação dos povos indígenas e ciganos.

E aquilo que foi colocado aqui pela própria Graziella: a fiscalização, a negociação com a participação do Ministério do Trabalho e órgãos correlatos sobre a situação, eu diria, não só dos trabalhadores do Aerus...

A SRª GRAZIELLA BAGGIO – O Aerus não entraria...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu acho que não entraria aí o Aerus. Fiscalização e a negociação com o Ministério do Trabalho e órgãos correlatos sobre a situação dos trabalhadores. Aí tudo bem. Porque entendo também que o Ministério do Trabalho em outros tempos cumpria este papel de mediador, de negociação. Ele não interferia. As próprias sedes regionais, nos Estados, faziam uma mediação. Não sei por que o Ministério do Trabalho saiu totalmente. Parece que fecharam até o Instituto da Mediação. Eu me lembro, no Rio Grande do Sul, de como funcionava bem a mediação lá nos conflitos...

A SRª GRAZIELLA BAGGIO – Só no Rio Grande do Sul ainda funciona alguma coisa, mas bem menos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – E funcionava bem. Pois é, acho que dá para retomar esse debate. Nós queremos contribuir. Não é uma crítica aqui ao Ministério do Trabalho nem a ninguém. Nós queremos debater para ver em que podemos avançar. Tantos conflitos têm resultado aí inclusive em morte, em agressões, em sequelas em trabalhadores, em greves que poderiam ser resolvidas com a mediação do Ministério do Trabalho, já que a Justiça do Trabalho está proibida por lei quase, uma vez que dizem que para provocar o tal de dissídio coletivo só se as duas partes concordarem. E a parte mais forte normalmente não concorda. E todo mundo sabe que a parte mais forte é a parte econômica, é o poder econômico, não são os trabalhadores.

A SRª GRAZIELLA BAGGIO – Senador, se o senhor me permitir um minutinho...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pois não.

A SRª GRAZIELLA BAGGIO – Os aeronautas agora no final do ano tinham negociação salarial, não é? Obviamente a pedida da negociação era algo possível, porque nós sempre trabalhamos dentro daquilo que é o desempenho do setor. É muito difícil você conseguir pedir alguma coisa acima daquilo que foi o desempenho do setor aéreo. A categoria então aprovou, em assembleia, uma greve e, assim como no ano passado, em 2010, em dezembro de 2011 o Tribunal simplesmente impede a categoria de fazer, porque ele exige, ele te proíbe e, ainda assim, se você for fazer, 80% da categoria tem que trabalhar. Diga-se de passagem, 80% da categoria trabalhando você não vai ter nunca, porque a categoria é formada por 100%, mas nós temos uma regulamentação, uma parcela está de folga, uma parcela está de férias. Então você não tem 80% trabalhando naquele dia. Até porque outras pessoas estão em outras condições. E você está totalmente proibido por lei, pelo Tribunal, de fazer uma greve. Você não vai conseguir fazer uma greve nunca mais. Então quando o senhor coloca lá a questão da greve do funcionalismo público, a minha sugestão é até estender, Senador, porque nós entramos até com uma denúncia na OIT por conta dessa decisão do Tribunal Superior do Trabalho. Quer dizer, uma categoria do setor econômico privado não pode fazer greve porque o Tribunal impõe, as empresas entram com dissídio. Aí não tem essa história de ter que combinar se pode, porque, sob a ameaça de greve, os empresários correm ao TST ou ao Ministério Público do Trabalho e solicitam que eles entrem com o dissídio coletivo para a categoria, e simplesmente o Tribunal vai lá e te impede de fazer qualquer...

Então, minha sugestão na questão da greve era até ampliar um pouco, porque nós, dos serviços essenciais, estamos falando do funcionalismo público, mas o serviço essencial tem problemas seriíssimos para poder estabelecer uma manifestação por parte dos trabalhadores.

O SR. PPRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Proponho já, com a sua sugestão, que lá em cima discutamos o direito de greve na área pública e privada. Daí fica amplo.

Mediante os ajustes feitos aqui, coloco em votação.

Aqueles que concordam com esse requerimento – que é assinado por mim e, naturalmente, sei que outros Senadores apoiam – permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Vamos encerrar, neste momento, a audiência, porque estou sendo chamado na sala do Presidente Sarney. Vai haver lá uma reunião para debater questões de interesse dos trabalhadores. Pediu-me que eu fosse até lá.

Então, está encerrada a audiência pública.

Obrigado a todos.

Uma salva de palmas para a moçada que ficou do início ao fim. (*Palmas.)*

E vamos ao trabalho.

(Iniciada às 9 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 20 minutos.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

Ata da 13ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura, realizada em 11 de abril de 2012, quarta-feira, às 10:00 horas, na Sala de Reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa.

Às dez horas e quarenta e quatro minutos, do dia onze de abril de dois mil e doze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Eunício Oliveira, com a presença dos Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Jorge Viana, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Eduardo Lopes, Pedro Simon, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Renan Calheiros, Luiz Henrique, Francisco Dornelles, Sérgio Petecão, Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Armando Monteiro, Gim Argello, Magno Malta, Randolfe Rodrigues, Eduardo Suplicy, Rodrigo Rollemberg, Humberto Costa, Clésio Andrade, Eduardo Braga, Ricardo Ferraço, Waldemir Moka, Benedito de Lira, Flexa Ribeiro, Cícero Lucena, Mozarildo Cavalcanti e João Ribeiro e das Senadoras Marta Suplicy, Ana Rita e Lúcia Vânia, reúne-se a presente Comissão. Deixa de comparecer o Senador Demóstenes Torres. Usam da palavra os Senadores Casildo Maldaner e Walter Pinheiro e a Senadora Vanessa Grazziotin. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Última Reunião Ordinária, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta: **ITEM 1) EMENDAS DE PLENÁRIO OFERECIDAS AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 3, DE 2010 Não Terminativo** Dispõe sobre o processo e julgamento colegiado em primeiro grau de jurisdição de crimes praticados por organizações criminosas; altera os Decretos-Leis nºs 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, e as Leis nºs 9.503, de 23 de setembro de 1997, e 10.826, de 22 de dezembro de 2003; e dá outras providências. **Autoria:** Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. **Autoria das Emendas nº 1, 2, 3, 5 e 9 – PLEN**: Senador Romero Jucá. **Autoria das Emendas nº 4 e 8 – PLEN**: Senador Luiz Henrique. **Autoria das Emendas nº 6 e 7 – PLEN**: Senador Alvaro Dias. **Relatoria:** Senador Mozarildo Cavalcanti. **Relatório:** Pela rejeição das Emendas nºs 3, 5, 6, 7 e 9-PLEN, pela aprovação da Emenda que apresenta, bem como das Subemendas que apresenta às Emendas nos 1, 2, 4 e 8-PLEN. Em 21/03/2012, a Presidência concedeu vista aos Senadores Pedro Taques e Armando Monteiro, nos termos regimentais. Durante a discussão, o Senador Mozarildo Cavalcanti reformula o Relatório para acolher sugestão do Senador Humberto Costa referente a Subemenda à Emenda nº 8-PLEN. **Resultado: Aprovado o Parecer favorável às Emendas nºs 1, 2, 4 e 8-PLEN, nos termos das Subemendas que apresenta, contrário às Emendas nºs 3, 5, 6, 7 e 9-PLEN, e favorável à Emenda nº 10–CCJ, de Relator. Votam vencidos os Senadores Ricardo Ferraço, Aloysio Nunes Ferreira, Francisco Dornelles, Lúcia Vânia e Aécio Neves. Aprovado o Requerimento nº 17, de 2012-CCJ, de urgência para a matéria. ITEM 2) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 123, DE 2011 Não Terminativo** Acrescenta a alínea e ao inciso VI do art. 150 da Constituição Federal, instituindo imunidade tributária sobre os fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham. **Autoria:** Deputado Otavio Leite e outros. **Relatoria:** Senador Eunício Oliveira. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com a Emenda de redação que apresenta. **Resultado: Concedida vista coletiva, nos termos regimentais**. **ITEM 3) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 103, DE 2011 Não Terminativo** Acrescenta o inciso VIII-A ao § 2º do art. 155 da Constituição Federal, para modificar a sistemática de cobrança do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação incidente sobre as operações e prestações realizadas de forma não presencial e que destinem bens e serviços a consumidor final localizado em outro Estado. **Autoria:** Senador Delcídio do Amaral e outros. **Relatoria:** Senador Renan Calheiros. **Relatório:** Favorável à Proposta com três Emendas que apresenta. **Resultado: Retirado de Pauta para atender ao Requerimento nº 16, de 2012-CCJ, de iniciativa do Senador Eunício Oliveira, de tramitação em conjunto. ITEM 4) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 113, DE 2011 Não Terminativo** Altera o inciso VII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal para dispor sobre a alíquota interestadual do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação nas operações e prestações de serviços interestaduais que destinem bens e serviços a consumidor final não contribuinte. **Autoria:** Senador Lobão Filho e outros. **Relatoria:** Senador Armando Monteiro. **Relatório:** De-

pendendo de Relatório. **Resultado: Retirado de Pauta para atender ao Requerimento nº 16, de 2012-CCJ, de iniciativa do Senador Eunício Oliveira, de tramitação em conjunto. ITEM 5) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 56, DE 2011 Não Terminativo** Altera os incisos VII e VIII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal para dispor sobre a alíquota interestadual do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, quando a operação ou a prestação ocorrer no âmbito do comércio eletrônico. **Autoria:** Senador Luiz Henrique e outros. **Relatoria:** Senador Armando Monteiro. **Relatório:** Favorável à Proposta com duas Emendas que apresenta. **Resultado: Retirado de Pauta para atender ao Requerimento nº 16, de 2012-CCJ, de iniciativa do Senador Eunício Oliveira, de tramitação em conjunto. ITEM 6) PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 72, DE 2010 Não Terminativo** Estabelece alíquotas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, nas operações interestaduais com bens e mercadorias importados do exterior. **Autoria:** Senador Romero Jucá e outros. **Relatoria:** Senador Ricardo Ferraço. **Relatório:** Pela rejeição e arquivamento, em face das inconstitucionalidades do Projeto. Foram realizadas duas audiências públicas, em Reunião Conjunta, da Comissão da Constituição, Justiça e Cidadania com a Comissão de Assuntos Econômicos; Em 28/03/2012, foram lidos o Relatório e o Voto em Separado, de autoria do Senador Armando Monteiro; Em 28/03/2012, a Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais; Em 11/04/2012, o Senador Aécio Neves apresenta a Emenda nº 1, que é retirada durante a discussão; A matéria será apreciada, posteriormente, pela Comissão de Assuntos Econômicos. **Resultado: Rejeitado o Relatório do Senador Ricardo Ferraço e aprovado o Voto em Separado do Senador Armando Monteiro, que passa a constituir o Parecer da CCJ, favorável ao Projeto. Votam vencidos os Senadores Ricardo Ferraço, Magno Malta, Luiz Henrique, Pedro Taques, Lúcia Vânia e Antonio Carlos Valadares. REQUERIMENTOS APRECIADOS: 1) REQUERIMENTO Nº 16, DE 2012-CCJ** "Requeiro, nos termos do art. 258, do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação em conjunto das Propostas de Emenda à Constituição nºs 56, 103 e 113, de 2011, por regularem a mesma matéria." **Autoria:** Senador Eunício Oliveira. **Resultado: Aprovado. 2) REQUERIMENTO Nº 17, DE 2012-CCJ** "Requeiro, nos termos do artigo 338 inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2010 que 'Dispõe sobre o processo e julgamento colegiado em primeiro grau de jurisdição de crimes praticados por organizações criminosas; altera os Decretos-Leis nºs 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, e as Leis nºs 9.503, de 23 de setembro de 1997, e 10.826, de 22 de dezembro de 2003; e dá outras providências'." **Autoria:** Senador Alvaro Dias. **Resultado: Aprovado.** Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião, às quatorze horas e dezesseis minutos, restando adiados os demais itens constantes da pauta, a saber: ITEM 7) PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 96, DE 2009, e ITEM 8) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 156, DE 2011; e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Eunício Oliveira,** Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 13ª reunião ordinária da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Espero que Deus me dê, um dia, Ricardo Ferraço, a oportunidade de ser governador. Olhe como está aqui hoje: dois governadores lotaram a Comissão. Não podemos mais nem trabalhar aqui hoje de tanta gente que vocês trouxeram aqui hoje.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vamos dar início aos nossos trabalhos da 13ª reunião da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura. *(Pausa.)*

Vou aguardar um pouco de silêncio, porque, senão, não tem sentido continuarmos esta reunião. *(Pausa.)* Podemos começar?

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens nºs 1 a 8.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 3, DE 2010
– Não terminativo –

Dispõe sobre o processo e julgamento colegiado em primeiro grau de jurisdição de crimes praticados por organizações criminosas; altera os Decretos-Leis nºs 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, e as Leis nºs 9.503, de 23 de setembro de 1997, e 10.826, de 22 de dezembro de 2003; e dá outras providências.

Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Autoria das Emendas nº 1, 2, 3, 5 e 9 – PLEN: Senador Romero Jucá.

Autoria das Emendas nº 4 e 8 – PLEN: Senador Luiz Henrique.

Autoria das Emendas nº 6 e 7 – PLEN: Senador Alvaro Dias.

Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti.

Relatório: Pela rejeição das Emendas nos 3, 5, 6, 7 e 9-PLEN, pela aprovação da Emenda nº 1 que apresenta, bem como das subemendas que apresenta às Emendas nºs 1, 2, 4 e 8-PLEN.

Observações: *Em 21/03/2012, a Presidência concedeu vista aos Senadores Pedro Taques e Armando Monteiro, nos termos regimentais.*

Eu passo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti para, se quiser, fazer considerações finais brevíssimas, porque temos uma pauta extensa.

Registro aqui, com prazer, a presença do ex-Senador e Governador Casagrande, que nos visita hoje, e do Governador Colombo, de Santa Catarina, que está aqui conosco. Agradecendo a presença de todos que aqui estão, peço, mais uma vez, às assessorias um pouco de silêncio, para que, com esta Comissão lotada do jeito que está, possamos dar início aos trabalhos.

Tem a palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti, mais uma vez, fazendo um apelo às assessorias para que façam silêncio, para ouvirmos o Senador Mozarildo Cavalcanti, até porque temos uma pauta bastante intensa hoje, aqui, na Comissão.

Senador Mozarildo, tem a palavra.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Senador Eunício, Presidente desta Comissão, Srªs e Srs. Senadores, o meu relatório já foi lido e, como foi dito por V. Exª, foi pedido vista dele. Acatei algumas alterações e, portanto, o voto é pela aprovação do projeto e rejeitando as Emendas nºs 3, 5, 6, 7 e 9 de Plenário, e pela aprovação da Emenda nº 01-CCJ, e das Subemendas nºs 1, 2, 3 e 4.

Eu quero só fazer um resumo para dizer que o escopo deste projeto é cuidar dos procedimentos do processo e julgamento colegiado em Primeiro Grau de jurisdição de crimes praticados por organizações criminosas. Acho até que estamos em um momento emblemático para votar esse projeto, porque com esse escândalo recente da Operação Monte Carlo e que envolve o Sr. Carlos Cachoeira, e outros tantos exemplos passados, acho que este projeto tem uma relevância importante.

Portanto, quero pedir aos Srs. e Srs. Senadoras que possamos aprová-lo hoje ainda.

É o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Para discutir, pede a palavra o Senador Pedro Taques.

O Senador Pedro Taques tem a palavra.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Pedro Taques tem a palavra; em seguida, o Senador Humberto Costa.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Relatores, na Emenda nº 2 consta a expressão "sem referência de voto divergente", com a qual eu concordaria inteiramente com a Emenda, mas esta parte: "sem referência de voto divergente" pode causar a inconstitucionalidade, porque ofenderia o contraditório e a ampla defesa no momento do acusado ou do próprio Ministério Público se insurgirem contra a questão. Então, esta expressão aqui, salvo melhor juízo de V. Exª, poderia acarretar várias discussões sobre a constitucionalidade. E se nós suprirmos essa parte não trará prejuízo algum à Emenda. E aqui não cabem embargos infringentes.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Senador Pedro taques, eu ouvi muita gente sobre essa questão, inclusive magistrados. Essa expressão é justamente *(falha no som)* de algum juiz contra qualquer organização criminosa. Então, por isso, que terão a decisão, embora haja voto divergente, sai como uma decisão do colegiado e protege a todos.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Mas sem referência ao voto divergente?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Sem referência ao voto divergente.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Mas isso ofende o contraditório e a ampla defesa, que também é um princípio constitucional, como nós todos sabemos.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Eu gostaria muito de acatar a observação de V. Exª, que é um constitucionalista, mas eu preferiria mantê-la da forma como esta, já que ela foi muito bem debatida.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Ok.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Pedro Taque, V. Exª tem a palavra.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Não, não, era só um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exª já concluiu. Obrigado.

Antes de passar a palavra ao próximo orador inscrito, eu convido o Governador do Espírito Santo, Renato Casagrande, para se sentar aqui a meu lado para ver se dá sorte nessa negociação, e também o Governador Colombo, de Santa Catarina, para se sentar aqui à minha esquerda.

Tem a palavra, para discutir a matéria, o Senador Humberto Costa, pelo PT do nosso querido Pernambuco.

Tem a palavra V. Exª, Senador.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente, primeiro quero não apenas elogiar essa iniciativa de elaboração desse projeto, que todos nós queremos que se transforme em lei, bem como, aqui, elogiar o relatório apresentado pelo Senador Mozarildo Cavalcanti.

Sr. Presidente, eu queria apenas apresentar oralmente uma subemenda à Emenda nº 8, no art. 9º, cujo objetivo é incluir entre as instituições que podem prestar a proteção pessoal ou à família do magistrado ou do integrante do Ministério Público, o que nós chamamos de outras forças policiais. Ou seja, além da própria Polícia Judiciária, além dos órgãos de segurança institucional do Poder Judiciário ou do Ministério Público, além da Polícia Federal, outras forças policiais, incluindo-se aí, por exemplo, a Polícia Rodoviária Federal e a Polícia Militar. Sei que há muita polêmica em torno desse tema de se incluir a Polícia Militar no rol das instituições que poderiam prestar essa assistência. Até porque, existem casos em que muitas vezes estão policiais militares implicados com o próprio crime organizado.

Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu vou pedir mais uma vez, por gentileza, às assessorias. Não quero evacuar a lateral da Comissão, nem ser desagradável. Mas se for necessário eu o farei para ordenar os trabalhos. Afinal de contas, esta é a Comissão de Constituição e Justiça e precisa ser ouvida pela população que nos assiste ao vivo neste momento. Vou pedir encarecidamente às assessorias...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu não sei... Converso com meus assessores no meu gabinete. Todo mundo resolve conversar com os assessores na hora da reunião aqui. Então, atrapalha o trabalho da gente aqui. Não quero ser grosseiro, mas, encarecidamente, peço mais uma vez: Eu gosto desta Comissão lotada, eu gosto desta Comissão cheia, mas é preciso que a gente escute os Senadores, que são os protagonistas desta Comissão.

Senador Humberto Costa, V. Exª tem a palavra de volta.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Pois não, Excelência.

Eu argumentava aqui que há, sem dúvida, restrições por parte de Senadores aqui quanto à possibilidade de a própria Polícia Militar prestar esse tipo de assistência. No entanto, nós não podemos julgar a instituição por uma parte e muito menos dar como fato consumado que as Polícias Militares estão sempre infiltradas por integrantes do crime organizado, ou associadas ao crime organizado. Acho que a reflexão tem que ser feita ao contrário. Se isso existe, vamos fazer com que elas funcionem adequadamente, que nós tenhamos um trabalho de correição adequado e que se possa tê-la cumprindo o papel de proteção que ela cumpre, aliás, a toda população.

Então, eu acredito que acrescentar essa subemenda à Emenda nº 8 amplia o leque de instituições que podem prestar essa proteção. Nós sabemos que em muitos Estados brasileiros, nos Municípios menores, inclusive, nós não temos a Polícia Federal estruturada, organizada. Sabemos que ela tem uma enorme responsabilidade, que é desenvolver esse papel de polícia judiciária no âmbito federal, tratando de crimes da maior importância da corrupção, da questão do contrabando, do tráfico de drogas, etc. Não há condição, por maior que seja o esforço do Governo em contratar mais gente, de oferecer o seu efetivo a todos juízes e promotores que estejam sob ameaça.

Então, nesse sentido a minha proposição é deixar claro que entre as instituições que poderão prestar essa assistência, nós teríamos outras forças policiais.

Peço ao ilustre Relator que possa incorporar essa subemenda.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Mozarildo.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Sr. Presidente, conquanto eu tenha conversado com todos os atores interessados nesse projeto e tenha procurado arredondá-lo, contemplando todos, vejo, inclusive, que na elaboração do plano de proteção aos magistrados poderá isso ser acatado. Eu vou acatar a emenda proposta pelo Senador Humberto Costa.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exª vai acatar como emenda ou como sugestão? Porque, como emenda, dá direito à vista depois. Deve ser votada a emenda em separado.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Eu gostaria de acatar.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exª pode acatar dentro do próprio relatório de V. Exª, que não há a necessidade de votarmos e emenda em separado.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Isso, exatamente, incorporando ao meu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exª incorpora e acata a sugestão do Senador Humberto Costa no seu relatório. Apenas para ficar claro nas notas taquigráficas.

O Senador Jorge Viana pediu a palavra. É sobre a matéria?

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Era sobre a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exª tem a palavra, então.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Eu ia fazer o apelo, mas o nosso Relator já acatou. A proposta que o Senador Humberto Costa traz é da maior importância, tendo em vista que esse é um projeto essencial, que logo se transforma em lei e que aqueles que têm a prerrogativa de nos julgar, todos da sociedade, devem poder fazê-lo com absoluta isenção.

Venho de um Estado onde enfrentamos seriíssimos problemas. Tivemos ajuda do Ministério Público, da Justiça Federal, estadual, do Ministério da Justiça, da sociedade e só conseguimos promover mudanças por conta da ação de membros do Ministério Público e também do Judiciário. Eles correram seriíssimos riscos de vida quando estavam agindo.

Eu só acho da maior oportunidade a emenda do Senador Humberto, porque os mais de cinco mil Municípios hoje não contam com outra estrutura que não seja a da Polícia Militar. Às vezes não tem delegado, mas tem um membro da Polícia Militar. E essa sugestão acatada pelo Relator resolve e faz com que os juízes possam circular em todos os Municípios e recebam a adequada proteção para cumprir o que a Constituição estabelece para a função de juiz.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Jorge Viana.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Pedro Taques com a palavra pela ordem.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, nós todos sabemos que o Projeto de Resolução nº 72 é por demais importante para o Brasil. Agora, estamos tratando de dinheiro, de recursos que vão melhorar e fazer com que o Brasil possa crescer. Mas este projeto que estamos discutindo, com todo o respeito, também é muito importante, porque estamos tratando de vidas, de magistrados, de membros do Ministério Público.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Pedro Taques, este projeto é de extrema relevância para a Comissão, para a segurança pública, para a segurança dos juízes, a fim de que os juízes possam ter autonomia, autoridade e segurança em seu trabalho. Isso é o que estamos fazendo aqui nesta manhã. Esta matéria é tão ou mais importante do que qualquer outra matéria que esteja na pauta.

V. Exª tem a palavra.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Muito obrigado.

É que o Senador Humberto trouxe contribuições valiosas para o projeto. Em muitas localidades, com a interiorização da Justiça Federal, do Ministério Público da União e da própria Justiça estadual fica difícil de encontrar policiais federais para fazer essa segurança dos magistrados e membros do Ministério Público.

Portanto, eu quero concordar com essa subemenda acatada pelo Relator, que é louvável. Só quem já passou por essa questão sabe a importância deste projeto. Não dá tempo do membro do Ministério Público, do magistrado oficiar para a Corregedoria, para a Polícia Federal, para o Ministro da Justiça porque a questão é naquele momento, naquele instante. Por isso, quero concordar inteiramente com os argumentos trazidos pelo Senador Humberto.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Pedro Taques.

Não havendo mais quem queira discutir...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, o Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu queria pedir um esclarecimento ao Relator a respeito da atuação desses órgãos de segurança institucional do Poder Judiciário e do Ministério Público. Vou dizer a V. Exª qual o meu receio. O meu receio é que, de repente, comece a se criar uma polícia do Ministério Público, uma polícia do Poder Judiciário. Quer dizer, comecem a atuar com tal latitude que se crie uma outra polícia. Enfim, vão-se criando órgãos policiais vinculados à instituição Poder Judiciário, Ministério Público, como já temos, aliás, aqui no Senado, na Câmara. Esse é o meu receio.

V. Exª não considera que a atuação desses órgãos deve estar restrita aos próprios do Poder Judiciário, aos fóruns, aos tribunais? O meu receio é que essas polícias institucionais, que não têm, inclusive, o preparo para atuação como policiais, na medida em que venham a fazer uma escolta, que venham a acompanhar um magistrado ou um membro do Ministério Público no seu deslocamento fora do seu local de trabalho, possam colocar em risco a própria segurança e a de quem ele devia proteger. Eu acho que proteção policial tem que ser prestada pela Polícia, Polícia mesmo, esses órgãos policiais que estão listados na Constituição Federal, na minha opinião.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Senador Aloysio, eu acho que, primeiro, como eu disse, ouvi bastante todos os atores interessados nessa questão. E, a exemplo da Polícia do Senado, existem já no Judiciário algumas polícias constituídas. E, para serem constituídas novas polícias, estas terão de ser objeto de lei estadual ou de lei federal.

Então, penso que, como está, isso não cria qualquer embaraço e não atrapalha a ação dos órgãos maiores responsáveis por isso. Portanto, prefiro que a gente não mexa nessa questão.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Então, mantém...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O.k., Senador Aloysio?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Respeito o ponto de vista do Relator, que estudou a matéria mais do que eu, mas mantenho meu ponto de vista de que, às vezes, a proteção oferecida por quem não tem o preparo para isso, a formação para isso, pode colocar em risco a pessoa protegida, a pessoa que se pretende proteger. Para mim, polícia é o que está definido na Constituição Federal como polícia; fora isso, não é polícia, na minha visão.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, permita-me...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Concedo a palavra ao Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – O que o Senador Aloysio diz é fato, mas temos de mudar esse fato.

Eu me recordo, Senador Aloysio, de quando V. Exª era Ministro da Justiça e eu, como Procurador da República, era ameaçado pelo crime organizado. Até que o ofício chegou ao Procurador-Geral da República, que o enviou ao Ministro da Justiça, e até que o Ministro da Justiça o enviou...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Decidiu celeremente o Ministro da Justiça na época.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Tenho certeza disso, tanto que estou vivo e estou relatando o fato. V. Exª decidiu de forma expedita.

A Polícia Federal faz um trabalho digno. Tem de ser ressaltada a importância e a presteza do trabalho da Polícia Federal, mas o doutor fato exige que o corpo do Ministério Público da União e do Poder Judiciário faça isso até que a Polícia Federal possa fazer essa segurança. Esse aparelho dentro do Ministério Público e do Poder Judiciário da União e dos Estados não vai ofender o art. 144, porque ele não vai fazer investigação. Hoje, é possível até que essa proteção seja feita por entidades privadas. Você pode contratar uma empresa para fazer sua segurança. A Madonna, quando veio ao Brasil, fez isso, bem como o Michael Jackson. Imagine se autoridades não pudessem dentro de uma instituição fazer essa segurança!

Mas essa preocupação de V. Exª...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – É com a proliferação de polícias por aí. Esse é o problema.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Entendo.

Era isso o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

Depois de V. Exª, vou encerrar.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Já dei minha opinião. Penso que o Senador Pedro Taques esclareceu melhor do que eu pude dizer. E acho que, agora, temos de votar o projeto, que é de 2010. Neste momento, isso é mais do que urgente diante daquilo a que estamos assistindo no Brasil, com essa questão da Operação Monte Carlo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, rapidamente, gostaria que me fosse dado um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Concedo a palavra ao Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Estamos criando uma estrutura que terá função específica no âmbito do Poder Judiciário com impacto financeiro e que, como está me parecendo, será transferida aos orçamentos dos governos estaduais. É isso, ou estou compreendendo mal esse encaminhamento? Há impacto financeiro na criação dessas estruturas para os Estados?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Não. São órgãos internos que já existem nessas instituições. Como disse o Senador Pedro Taques, ele solicitou, e, enquanto não chegava a Polícia Federal, a estrutura interna do Ministério Público funcionou. Isso já existe nos Estados.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Quais são os órgãos que existem nos Estados com a finalidade de exercer o papel de polícia do Judiciário?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – No Poder Judiciário, existe uma estrutura de segurança, como existe no Ministério Público.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Desculpe-me, mas, no meu Estado, quem dá assistência ao Judiciário é a Polícia Militar.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – É a que, na verdade, dá a maior assistência.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, estamos criando, sim, uma estrutura nova para o Poder Judiciário no Brasil. Estamos criando a Polícia do Judiciário, assim como existe a Polícia do Senado. É disso que se trata.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Não, não é, Senador Ferraço. A questão aí é que o trabalho da Polícia do Judiciário é feito, inclusive, pela Polícia Civil. Pode-se requisitar a Polícia Civil ou a Polícia Militar. Não se está criando uma instituição própria, abrindo-se essa possibilidade.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vou colocar a matéria em votação.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Peço vista da matéria, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Já foi concedida vista. Não há mais como conceder vista, regimentalmente, Senador Ricardo Ferraço.

A matéria vai à votação.

Encerrada a discussão, em votação a matéria.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sou contra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – A matéria está aprovada, com os votos contrários dos Senadores Ricardo Ferraço, Aloysio Nunes, Lúcia Vânia e Aécio Neves...Senador Francisco Dornelles.

Aprovado, o relatório passa a constituir o parecer da Comissão.

A matéria vai a plenário.

Próximo item da pauta.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Já dou a palavra a V. Exª.

Item 2 da pauta, eu vou ser o relator dessa matéria e, por isso, convido o nosso vice, Senador José Pimentel, para assumir a presidência enquanto leio o relatório.

Senador José Pimentel, V. Exª, por favor, assuma a presidência, enquanto eu faço a leitura rápida desse relatório.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) –

ITEM 2

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 123, DE 2011
– Não Terminativo –

Acrescenta a alínea e ao inciso VI do art. 150 da Constituição Federal, instituindo imunidade tributária sobre os fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham.

Autoria: Deputado Otávio Leite e outros

Relatoria : Senador Eunício Oliveira

Relatório: Favorável ao projeto com a emenda de redação que apresenta.

Concedo a palavra ao Senador Eunício Oliveira para proferir o seu relatório.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Pois não.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, eu peço a palavra pela ordem, primeiro para fazer uma colocação no que diz respeito ao próprio projeto relatado pelo nosso eminente Senador Eunício Oliveira, presidente desta Comissão. E peço permissão a V. Exª para ler esse requerimento assina-

do por mim e pela Senadora Vanessa Grazziotin, que submeto à apreciação de V. Exª.

Considerando que a Proposta de Emenda à Constituição nº 123, de 2011, quando de sua efetiva aplicação poderá provocar desemprego na região da Zona Franca de Manaus;

Considerando que a isenção de impostos, em tese, cria no Brasil a indústria zona franca, ou seja, em qualquer lugar, ela poderá ser construída com os benefícios de isenção de impostos, o que provocará mudanças nas sedes das indústrias;

Considerando que, por motivo de transporte, fornecimento de energia, logística, além de outros, as empresas beneficiadas escolherão áreas desenvolvidas, o que acarretará fechamento de indústrias;

Considerando a condição de que prescinde uma discussão mais técnica, como é costume desta Casa;

Requeremos, com base no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado, a realização de audiência pública para debater os efeitos de aplicação da Proposta da Emenda à Constituição nº123, de 2011, que acrescenta a alínea VI do art. 150 da Constituição Federal, instituindo imunidade tributária sobre os fonogramas e videofonogramas.

Portanto, eu apresento a V. Exª este requerimento assinado pela Senadora Vanessa Grazziotin e pelo Senador Eduardo Braga, solicitando audiência pública sobre o tema.

Peço à Secretaria da Mesa que possa encaminhar a V. Exª.

Um outro assunto que gostaria de apresentar nesta mesma questão de ordem é de...

(Conversas paralelas)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Eu posso concluir a questão de ordem, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Claro.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Questão de ordem?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Pela ordem, perdão.

Calma, Excelência. V. Exª parece que está bastante...

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) –Quem tem que ter calma aqui é V. Exª, que é Líder do Governo.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Eu estou absolutamente calmo. Absolutamente calmo, como, aliás, sempre.

Portanto, gostaria de colocar uma sugestão a V. Exª para inversão da pauta, após a leitura do relatório do Senador Eunício Oliveira. Quero submeter isso à Mesa, para que nós possamos debater itens importantes – refiro-me à questão 72, que está na pauta –, com a presença inclusive de dois governadores de Estado à Mesa. É uma questão de absoluto interesse da política nacional e da indústria nacional e, portanto, da geração de emprego neste País, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Nobre Senador, eu já havia concedido a palavra ao nosso relator, mas, em deferência a V. Exª, nós permitimos a leitura do requerimento.

Esta Comissão tem um procedimento: o requerimento é lido numa reunião e votado na seguinte. Como esse é um procedimento definido no início dos trabalhos, vamos continuar adotando-o.

No que diz respeito à questão de ordem, vou deixar para tratá-la logo após o Item 2. Vamos ouvir o nosso relator e, em seguida, nós abriremos a discussão.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, se V. Exª me permite, eu serei muito breve, no sentido de tentar ajudar no procedimento dos trabalhos daqui.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Pois não, Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu não pertenço à Comissão, não sou membro titular nem suplente, mas agradeço a deferência de V. Exª, Senador, como sempre, de me permitir falar.

Entendo que, se, regimentalmente, o Senador Eunício ler o relatório dele e for feito um pedido coletivo de vista, esse pedido é para uma semana. Acredito que seria importante e não só de interesse nosso, que representamos o Estado do Amazonas, que é o Estado diretamente envolvido na questão da matéria, mas de interesse de todos os Srs. Senadores, debater a matéria, porque nunca esta Casa aprovou absolutamente nada sem sequer um debate, uma audiência aliás.

Nós estamos aqui com dois governadores de Estado para debater outra matéria. Os governadores já vieram este ano, no mínimo, três vezes. E vieram agora para debater outra matéria. Então, para seguir a praxe da Casa, Presidente Pimentel, eu sugeriria que votássemos, de forma extraordinária, o requerimento hoje para que, antes da apreciação da matéria, esta Comissão pudesse realizar essa importante audiência pública. Porque aqui ninguém vota com a emoção – pelo menos ninguém deve votar com a emoção e, sim, com a razão, Presidente, com dados.

Então, esta é a nossa sugestão: que, primeiro, seja feito o debate público e, depois, o Senador lê o relatório e nós o analisaremos.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Sem prejuízo da leitura do relatório, se, por-

ventura, solicitarem vista – eu sei que será solicitado vista coletiva –, nós, em seguida, ordenaremos.

A intenção nossa é não quebrar uma tradição desta Comissão, de votar, na mesma reunião, o requerimento de audiência pública, o que já vem sendo conduzido há bastante tempo. Portanto, vou conceder a palavra ao relator.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Desculpe-me, Presidente. Eu não estou entendendo. Nós teríamos, pelo menos, uma garantia de que, antes da votação da matéria, teríamos debate nesta Comissão?

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Essa é uma decisão que a Comissão vai tomar.

Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 123, de 2011 (PEC nº 98, de 2007, na origem), cujo primeiro signatário é o Deputado Otavio Leite, que acrescenta a alínea e ao inciso VI do art. 150 da Constituição Federal, instituindo imunidade tributária sobre os fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham.

O relatório é extenso, Sr. Presidente, sei que temos aqui várias matérias importantes e eu não quero me estender. Mas lerei a análise:

Nos termos do art. 356 do Regimento Interno do Senado Federal, é competência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) emitir parecer às propostas de emendas à Constituição.

Quanto à iniciativa, a PEC nº 123, de 2011, coaduna-se com o disposto no art. 60, inciso I, da CF, pois, como já atestado por parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados, reuniu número suficiente de assinaturas dos Srs. Deputados, para a apresentação da referida PEC.

Inexistem os óbices circunstanciais à alteração constitucional enunciados no § 1º do art. 60 da CF (intervenção federal, estado de defesa ou estado de sítio), ou qualquer tentativa de lesão a cláusulas pétreas explícitas ou implícitas. Também não há registro de que a matéria nela tratada tenha sido rejeitada na presente sessão legislativa, estando apta ao regular trâmite. Não foi invadida a competência legislativa de outros entes federados ou dos demais Poderes da União.

A técnica legislativa adotada na proposta está adequada. A redação da ementa, contudo, merece aprimoramento. A PEC institui imunidade aos impostos incidentes sobre os fonogramas e videofonogramas que especifica. Essa imunidade não alcança as contribuições sociais, tais como a Contribuição para o PIS/Pasep e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). Por essa razão, deve ser evitado o adjetivo "tributária" que qualifica a imunidade.

No mérito, a PEC merece nosso apoio. O cenário cultural contemporâneo apresenta uma série de desafios para a ação governamental. Desenvolver políticas capazes de, a um só tempo, promover a pluralidade de manifestações e preservar a cultura nacional é um dos principais dilemas a serem enfrentados. Paralelamente a isso, é urgente ampliar o acesso à cultura neste País, o que não é tarefa simples com as dimensões e as complexidades que marcam o Brasil.

Há cerca de uma década, as políticas culturais no Brasil têm-se esmerado em valorizar a diversidade e estimular a geração de conteúdos e eventos próprios das comunidades de todos os cantos do País. Iniciativas como a da implantação dos Pontos de Cultura, que tive a honra, como Ministro, de participar, juntamente com o Ministro Gilberto Gil, atividade integrante do programa Cultura Viva, do Ministério da Cultura, obtiveram reconhecimento internacional no que concerne à capacidade de mobilizar agentes e produtores culturais, fortalecendo a cidadania e a participação.

Temos, hoje, um modelo de política cultural reconhecidamente voltado para o fortalecimento da diversidade e para a valorização do protagonismo social.

Entre outros aspectos, é importante mencionar, como ressaltado na justificação da PEC, que imunidade a impostos dessa natureza já existe em outros setores da produção e divulgação cultural, como livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão. Como já decidido pelo Supremo Tribunal Federal (Recurso Extraordinário nº 221.239), o escopo dessa imunidade é evitar embaraços ao exercício da liberdade de expressão intelectual, artística, científica e de comunicação e facilitar o acesso da população à cultura, à informação e à educação. Efetivamente, a instituição de imunidade a impostos para a música brasileira encontra guarida na sua importância para o desenvolvimento cultural e artístico do País.

Diante do exposto, votamos pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 123, de 2011, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº DE REDAÇÃO

Substitua-se, na redação da ementa da Proposta de Emenda à Constituição nº 123, de 2011, o adjetivo "tributária" pela expressão "a impostos incidentes".

É esse o relatório, favorável à cultura e à música brasileira, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Srªs Senadoras, Srs. Senadores, tendo em vista o pedido de vista do Senador Eduardo Braga, vou conceder vista coletiva pelo prazo regimental.

Quanto à questão de ordem de inversão de pauta, o Senador Eduardo Braga solicita a inversão de pauta do Item 6, PRS nº 72, de 2010.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a inversão de pauta.

Devolvo a presidência ao Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Aprovada a inversão de pauta. O próximo Item da pauta seria o Item 3, o Senador Renan Calheiros seria o relator. A inversão da pauta solicitada pelo Senador Eduardo Braga, Líder do Governo nesta Casa, leva-nos ao Item 6.

ITEM 6

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO
Nº 72, DE 2010
– Não Terminativo –

Estabelece alíquotas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, nas operações interestaduais com bens e mercadorias importados do exterior.

Autoria: Senador Romero Jucá e outros.

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço.

Relatório: pela rejeição e arquivamento, em face das inconstitucionalidades do Projeto.

Observações: – *Foram realizadas duas audiências públicas, em reunião conjunta da Comissão da Constituição, Justiça e Cidadania com a Comissão de Assuntos Econômicos;*

– No dia 28 de março de 2012, foram lidos os relatórios e voto em separado de autoria do Senador Armando Monteiro;

– No dia 28 de março de 2012, a Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais;

– No dia 11 de abril de 2012, foi recebida a Emenda nº 1, de iniciativa do Senador Aécio Neves, que está dependendo de relatório;

– A matéria será apreciada, posteriormente, pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Concedo a palavra, apenas para dar parecer quanto à Emenda nº 1, de iniciativa do Senador Aécio Neves, ao Relator, Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, quero falar pela ordem posteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Após o parecer do Senador Ricardo Ferraço...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Eu tinha pedido...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Trata-se da Emenda nº 1.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Pedi a palavra pela ordem para falar sobre os itens anteriores, sobre as emendas constitucionais que tratam de comércio eletrônico. Por que razão, Sr. Presidente? O art. 48 do nosso Regimento Interno...

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG. *Fora do microfone*.) – O abatimento da dívida durante cinco anos.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – O art. 48 do Regimento Interno determina que, "após a leitura da proposição, o Presidente verificará a existência de matéria análoga ou conexa em tramitação na Casa, hipótese em que determinará a tramitação conjunta das matérias". E o tema comércio eletrônico...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Ricardo Ferraço, concedi a palavra a V. Exª, mas essa matéria não está em pauta agora. Houve um pedido de inversão de pauta pelo Líder do Governo, ocasião em que o Senador Pimentel estava na Presidência e o submeteu à apreciação de V. Exªs. E, ao fazer a inversão de pauta...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Pois bem...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Concedi a palavra a V. Exª para V. Exª dar parecer à Emenda nº 1. Na sequência, quando voltarmos à matéria, concederei a palavra a V. Exª. A Mesa dará uma decisão sobre o questionamento de V. Exª.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Tem a palavra pela ordem o Senador Aécio Neves.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Consulto...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Aécio Neves, a palavra está com o Relator. Aguarde somente um minuto, por favor.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Tempestivamente, então, eu me dirigirei...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Concederei a palavra a V. Exª no momento oportuno, para V. Exª tratar desse assunto.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Eu me dirigirei a V. Exª para tratar sobre esse tema.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – É claro, há o compromisso da Mesa de atendê-lo nesse sentido.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Ferraço, quero apenas que V. Exª dê o parecer quanto à emenda de iniciativa do Senador Aécio Neves, que pede a palavra pela ordem.

V. Exª falará sobre a sua emenda, Senador Aécio?

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Tem a palavra o Senador Aécio Neves.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Sr. Presidente, quero justificá-la de forma absolutamente objetiva, para que eu possa subsidiar o Relator, que, eventualmente, pode acatar essa emenda, que me parece apontar um novo caminho para a solução desse impasse.

Poucos temas, Sr. Presidente, tem mobilizado tanto esta Casa quanto esse do Projeto de Resolução nº 72, haja vista aqui a presença dos ilustres Governadores Colombo e Casagrande, dos representantes das Assembleias Legislativas Estaduais, dos parlamentares estaduais, dos Deputados Federais e dos Senadores. Enfim, há grande preocupação não apenas nos Estados eventualmente afetados pela aprovação dessa proposta, mas também, em especial, nos setores representativos da atividade produtiva no País.

Na verdade – falo bem objetivamente –, Sr. Presidente, a emenda que apresento possibilita uma transição, a meu ver, justa e adequada. Há um entendimento de grande parte desta Casa sobre os impactos dos subsídios às importações na indústria nacional.

O Senador Armando Monteiro tem se manifestado permanentemente sobre isso, tem sido um porta-voz dessa demanda. O grande Líder sindical Paulinho da Força, aqui presente, tem sido outro porta-voz dessa preocupação do setor produtivo brasileiro.

Sr. Presidente, se aprovada essa proposta, será preciso que se dê, sim, uma compensação aos Estados que terão perdas. Não é admissível que, de um dia para outro, Estados federados tenham perdas de 10% ou mais da sua receita. O que proponho – talvez, este seja o início de um novo entendimento – é que, se aprovada essa proposta (Projeto de Lei nº 72) e essa emenda Senador Ricardo Ferraço, seriam aferidas pelo Confaz as perdas, Governador Colombo, Governador Casagrande, de cada um dos Estados que utilizam esse mecanismo, e essa perda seria compensada com desconto no pagamento do serviço da dívida que esses Estados pagam à União hoje.

Nós estamos aqui discutindo, com alguma profundidade já, esse tema, sem posições pontuais do Governo Federal – essa é a questão que me parece central. O Governo Federal anuncia, discute, amplia a discussão em determinados momentos, mas não apresenta a solução adequada para a questão.

A minha emenda garante um prazo de cinco anos, Governador Colombo, para que o Estado possa se reorganizar. Durante cinco anos, essas perdas serão integralmente compensadas com o alívio do pagamento das dívidas dos Estados. Estamos falando de sangue na veia, estamos falando de um recurso que os Estados não disponibilizarão, será mantido no caixa dos Estados.

Parece-me, Sr. Presidente Eunício, Srªs e Srs. Senadores, uma forma de garantirmos uma transição adequada e, ao mesmo tempo, garantirmos a competitividade do setor industrial brasileiro.

Repito, Sr. Presidente, ao final, para deixar claro: eu incluo um artigo 2º nesse Projeto de Resolução nº 72, dizendo que:

Art. 2º. As alterações previstas no art. 1º vigorarão a partir do sexto ano, a contar da publicação desta Resolução, entendido como período de transição.

§ 1º Durante o período de transição, o Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) consolidará as perdas de arrecadação fiscal de cada Estado associadas às importações incentivadas.

> I – A consolidação refere-se às perdas ocorridas no ano anterior, tendo por base as informações prestadas por cada Estado [cada Estado oferecerá ao Confaz as informações em relação às perdas referentes ao ano anterior]
>
> II – O sexto ano é o último em que a consolidação será elaborada.

Portanto, não é algo *ad eternum*, é uma solução temporária por cinco anos, garantindo, Senador Casagrande, a tranquilidade para que os compromissos do Estado de V. Exª relativos à segurança pública, educação de qualidade, ao esforço que vem sendo feito desde o governo Paulo Hartung e continuado por V. Exª seja garantido.

E, no §2º: "I – Os créditos fiscais da compensação são cumulativos e sem prazo de prescrição".

Se eventualmente, durante um ano fiscal, o pagamento da dívida não for suficiente para compensar as perdas, obviamente, essa perda se acumula e esse prazo se estenderá além dos cinco anos.

Portanto, Sr. Presidente, Sr. Relator, é a nossa proposta. Sei da posição de V. Exª e é natural de objeção ao projeto como um todo, mas essa me parece, dada a omissão do Governo Federal, na apresentação de uma proposta objetiva que garanta essa compensação e uma adequada transição, ela poderá ser feita dessa forma, sem prejuízo maiores para os Estados que introduziram na sua política econômica e na sua política de desenvolvimento, o estímulo às importações.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Ricardo Ferraço, para dar parecer à emenda, contrário ou a favor.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, eu quero, em primeiríssimo lugar, enaltecer a iniciativa do Senador Aécio Neves, que com essa sustentação dá a dimensão da visão que tem como agente político responsável, como homem experiente, tendo sido governador, e bom governador, do Estado de Minas Gerais, tendo tido capacidade e sensibilidade para entender que mudanças como esta que venham acompanhadas de impactos precisam de um gradualismo e de uma transição, para que políticas públicas não sofram solução de continuidade. É isso que está na manifestação e na iniciativa do Senador Aécio Neves. Portanto, a manifestação e a emenda do Senador Aécio Neves é absolutamente exitosa.

Ocorre, Senador Aécio Neves, nesta Comissão, que nós estamos tratando da legalidade; nós estamos tratando da constitucionalidade. E, ao longo desses meses em que fui designado para relatar essa matéria, em que pese estar observando, de certa forma, uma ausência de sensibilidade e de diálogo por parte do Governo nesse entendimento, a minha conclusão, na condição de Relator, em razão dos estudos que fiz, em razão das audiências públicas que esta Casa fez, é a de que esse projeto viola a Constituição Federal em pelo menos quatro artigos; comete uma violação absolutamente chapada, porque trata de incentivos fiscais por projeto de resolução, quando, na prática, deveria tratar desse tema por lei complementar. Lei complementar que exige manifestação do Congresso Nacional com quórum qualificado.

Então, Sr. Presidente, enaltecendo e reconhecendo a iniciativa do Senador Aécio Neves, lamentavelmente eu não posso acolhê-la, porque isso não altera a conclusão e meu juízo de valor de que, por projeto de resolução, não pode o Senado Federal, não pode o Governo Federal desejar legislar sobre matéria como essa, que subtrai a autonomia dos Estados federados.

É como relato, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O parecer de V. Exª é contrário, então?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Não, não. Meu parecer não é contrário. No mérito...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – É bom que se deixe claro...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Eu vou concluir.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Estamos discutindo hoje, aqui, a constitucionalidade. O mérito vai para a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal.

Portanto, a palavra é devolvida a V. Exª, para o parecer da emenda.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Se essa matéria prosperar e for à Comissão de Assuntos Econômicos, parece-me que a Comissão de Assuntos Econômicos é o caminho e o leito adequado para que o querido Senador Aécio Neves possa, de fato, reapresentar essa emenda, que é de grande importância e relevância para os Estados federados.

É a consideração que faço, explicando e justificando que, nesta Comissão, estamos tratando do marco constitucional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, concedo a palavra ao Sr. Luiz Henrique da Silveira.

O SR. LUIZ HENTIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Senador Eunício Oliveira; Srªs e Srs. Senadores; Srs. Governadores e ex-Senadores Raimundo Colombo e Renato Casagrande, pedi a palavra pela ordem e peço a atenção dos meus ilustres pares porque entendo que a minha intervenção é importante para a deliberação dessa matéria. Pedi a palavra pela ordem para fazer um apelo veemente, candente a cada uma das Senadoras e dos Senadores desta Casa.

O que vamos votar hoje, aqui, Sr. Presidente, pertence ao âmbito do pacto federativo. Trata-se de matéria que não pode ser deliberada no atropelamento, mas no entendimento, na convergência entre a União, os Estados, os Municípios e o conjunto da sociedade brasileira. O que vamos votar aqui, hoje, deve seguir a mesma linha, o mesmo espírito com que votamos o Código Florestal, meu caro Senador, acreano, Jorge Viana. Sem deixar de fazê-lo, como fizemos, com a urgência reclamada pelo Governo, fomos capazes de ouvir, exaustivamente, todas as instâncias de poder e as mais importantes representações da socieda-

de, para, ao final, produzirmos um texto equilibrado e convergente.

O que vamos votar aqui hoje exige muito mais oitiva, exige uma análise aprofundada das suas graves repercussões à economia nacional.

O que vamos votar hoje aqui não pode ter vencedores nem derrotados. E eu quero assinalar bem isto aqui: o que vamos votar hoje aqui não pode ter vencedores nem derrotados. Uma derrota aqui, daqui a pouco, do Governo Federal será trágica; uma derrota dos Estados e Municípios seria dramática e provocaria uma trinca – e peço atenção para o que vou dizer –, uma trinca na sólida base governamental do Senado, que poderá se tornar definitiva e irreconciliável. Exatamente por essa razão, o Governo Federal desistiu de votar o projeto em regime de urgência urgentíssima no final da sessão legislativa do ano passado, para que esta matéria caminhasse ordinariamente este ano, nas comissões e no plenário, com a calma e o cuidado que a fragilidade desse andor reclama.

O que vamos votar hoje aqui não pode gerar insegurança jurídica com transbordamento da matéria para exame no Supremo Tribunal Federal, com base em antecedentes já proclamados pela mais alta Corte do País. Por isso, é insensato o atropelo de reunião marcada para hoje à tarde da Comissão de Assuntos Econômicos.

O que vamos votar hoje aqui deve atender ao apelo veemente de empresários e trabalhadores contra a importação indiscriminada, sobretudo de produtos acabados, que geram empregos lá fora e sonegam postos de trabalho aqui, dentro do País.

Mas o que vamos votar aqui hoje deve reconhecer o esforço legítimo de vários Estados no sentido de incentivar o crescimento de suas economias, atraindo empresas nacionais e estrangeiras, investindo na infraestrutura, em corredores de importação e portos modernísimos, para gerar emprego e renda, como é o caso de Santa Catarina.

O que vamos votar hoje aqui não pode anular esse bendito processo de descentralização que viabilizou novas e eficazes plataformas de comércio exterior ao longo do litoral brasileiro.

O que vamos votar hoje aqui não pode conduzir a uma nova concentração econômica do País, sobrecarregando ainda mais o maior porto nacional e restabelecendo o gargalo da ineficiência portuária.

O que vamos votar hoje aqui não pode estar dissociado ao inadiável reequilíbrio da Federação.

O que vamos votar hoje aqui não pode ser deliberado isoladamente de forma a agravar o atual desequilíbrio. Questões como a renegociação da dívida, a partilha dos tributos do comércio exterior, a devolução aos Estados e Municípios de 50% do ICMS isentos nas exportações, a definição do compartilhamento dos *royalties* de petróleo são, dentre outros temas, o que deveremos votar em conjunto com essa matéria.

O que vamos votar hoje aqui é um projeto originário do Senado da República subscrito por vários colegas e proposto pelo ilustre Senador Romero Jucá. A origem do projeto é nossa, a responsabilidade é nossa, não descuremos, pois, da análise serena, sensata e convergente.

A Presidente da República está ausente do País. Os Governadores Raimundo Colombo e Renato Casagrande, que nos honram com suas presenças, obtiveram sinais concretos no Ministério da Fazenda, Senador Aécio Neves, de que essa matéria não seria votada abruptamente, para vigorar de imediato, sem respeito ao princípio da anuidade tributária, nem mesmo da noventena, mas com a implantação em vários anos, de forma gradual e decrescente.

Essa gradualidade decrescente não teria sido proposta no parecer da CAE a cargo do ilustre Relator, Senador Delcídio do Amaral, se não tivesse uma previa anuência do Ministério da Fazenda para não produzir uma intervenção imediata, que será traumática nas políticas estaduais em curso, nem provocar uma avalanche de quebras de contrato no setor de comércio exterior, produzindo uma pretória de ações do Poder Judiciário e criando problemas do País na órbita internacional.

Essa gradualidade é necessária – já vou terminar, Sr. Presidente – porque os contratos de importação e de exportação são normalmente de médio e de longo prazos e esse princípio não está sendo considerado na análise desta Casa. E os governos estaduais, ademais, estão executando orçamentos com base na arrecadação prevista nas atuais leis de incentivo. O Senado e os governadores foram surpreendidos com uma guinada nos últimos dias, em que o Governo Federal deseja agora a vigência imediata do texto, sem concessões. Este é o fato novo que anula todo o esforço das audiências anteriormente realizadas.

Evoco aqui o exemplo de parlamentares inexcedíveis, como Ulysses Guimarães, Tancredo Neves e Virgílio Távora que, em impasses traumáticos como este, seguiam a norma política de que é melhor perder algum tempo, uma semana, um mês que seja, para produzir uma lei boa, justa e durável, do que fazê-la de afogadilho, produzindo uma norma falha, injusta e efêmera.

Vamos votar aqui o parecer do ilustre Senador Ricardo Ferraço ou o voto em separado do nobre colega Armando Monteiro, ambas peças jurídico-políticas que engrandecem esta Comissão e esta Casa.

Prestando uma homenagem a esses competentes colegas, volto a fazer um apelo pelo entendimento, pelo bom senso, pelo equilíbrio e pela convergência. Se o entendimento, o bom senso, o equilíbrio e a convergência, observando todos os ângulos dessa difícil e complexa matéria, podem dar adequada solução a esse grave impasse. Termino repetindo o apelo: Não nos dividamos, não nos derrotemos uns aos outros, não atropelemos, não criemos derrotados entre companheiros que têm sido irrepreensivelmente fiéis e solidários ao Governo. Esperemos a Presidente Dilma Rousseff voltar ao País, permitamos o diálogo que os nossos Governadores desejam ter com S. Exª e busquemos a convergência. O novo Líder do Governo, nosso ilustre colega, Senador Eduardo Braga, tem lutado bravamente por esse propósito de conciliação e convergência.

Pois esta foi, é e sempre será a missão do Senado da República.

V. Exª, meu caro Presidente Eunício Oliveira, já prestou um grande serviço ao País quando na semana passada suspendeu a reunião para tentar produzir esse diálogo que não ocorreu. Foi exemplar quando em casos antecedentes, como do ato médico, decidiu perder algum tempo para ganhar excelente resultado. Assim, peço a V. Exª que, ouvido o Plenário, retire por uma semana o PRS 72 de pauta, para que o diálogo entre o Governo Federal e os governadores, bem como com a sociedade, seja restabelecido, e possamos fazer a lei que o País espera e da qual necessita.

É o apelo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Luiz Henrique.

O próximo orador inscrito para discutir a matéria é o Senador Alvaro Dias.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em seguida ao Senador Alvaro Dias, dou a palavra a V. Exª, pela ordem, tendo em vista que a Senadora Ana Rita está inscrita.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, vou ser sucinto. A finalidade é apoiar a emenda do Senador Aécio, que tem o objetivo de encaminhar aquilo que deveria ser encaminhado pelo Poder Executivo, na busca de solução que venha contemplar todos os Estados, todas as unidades federativas.

O Poder Executivo tem mecanismos inigualáveis de negociação e só os utiliza quando se trata de encher mais o seu próprio caixa. O Poder Executivo não se utiliza de seus mecanismos de negociação quando se trata de estabelecer um equilíbrio entre as unidades da Federação. Poderia, por exemplo, estar o Poder Executivo liderando o debate sobre a revisão do sistema federativo. A busca de um pacto federativo que pudesse contemplar todas as unidades, respeitando o princípio da isonomia e promovendo o desenvolvimento nacional.

Este assunto está mal-encaminhado. Este assunto foi pessimamente encaminhado. O Governo utilizou-se do seu líder à época no Senado para apresentação de uma proposta que não contempla os interesses nacionais como um todo. Não há criatividade nesta proposta. Perdoem-me os seus autores, os seus idealizadores, ela não possui criatividade. É evidente que ela beneficia o meu Estado, mas não posso adotar uma postura de egoísmo quando se trata de atender interesses nacionais que se sobrepõem a interesses eventualmente pontuais. Não cuida a proposta da transição necessária, colocando em situação certamente dramática algumas unidades da Federação, municipais e estaduais.

Quando se fala em Estados, não se pode ignorar também o impacto que isso causa em municipalidades, que são extremamente prejudicadas. Portanto, não se cuidou da transição necessária. O objetivo final é evidente, é justo, no entanto, há um caminho até esse objetivo final que temos que percorrer sem fazer vítimas. Não há transição, não há escalonamento, nenhum mecanismo de escalonamento, e não há, sobretudo, compensação. Esse item que diz respeito ao comércio eletrônico não é compensação. Esse item que diz respeito a um novo indexador para a dívida pública dos Estados também não é compensação. Portanto, não há mecanismo compensatório para atender prejuízos inevitáveis e imediatos que ocorrerão, surpreendendo alguns Estados e Municípios.

O apelo que nós temos que fazer favoravelmente à emenda de Aécio Neves é porque ela tem esta preocupação: ela tem a preocupação da transição e da compensação. Por isso a nossa palavra é em apoio à emenda de Aécio Neves e uma convocação ao Governo, para que, em regime de urgência urgentíssima, adote providências que possam tranquilizar os Estados e Municípios que serão afetados por essa providência. O Governo tem mecanismos para isso. Que os coloque em ação para oferecer imediatamente uma compensação, a fim de que essa proposta possa ser mais bem trabalhada, melhor conduzida, melhor finalizada, já que sabemos, pela lentidão dos procedimentos que adota o Poder Executivo, que levaremos muito tempo debatendo o pacto federativo.

Neste momento, nós votamos favoravelmente à emenda de Aécio Neves.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, concedo a palavra à Senadora Ana Rita, pela ordem de inscrição.

V. Exª pediu a palavra, vou inscrever V. Exª após a Senadora Ana Rita.

Senadora Ana Rita, V. Exª tem a palavra.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, quero aqui fazer um breve registro externando a minha opinião sobre o assunto, que considero importante para o País, mas também de fundamental importância para o meu Estado, o Espírito Santo. Em que pese os argumentos apresentados aqui pelo Relator, Senador Ricardo Ferraço, propondo a rejeição do projeto por inconstitucionalidade, em minha opinião, o problema central do PRS nº 072 não reside na constitucionalidade. Aliás, esse viés já foi bastante discutido aqui, já foi externado nesta Comissão, com interpretações distintas.

Entretanto, o que não permite espaço para controvérsias diz respeito aos impactos que o projeto produzirá, principalmente para o Estado do Espírito Santo, caso seja aprovado em decisão terminativa com o teor que está saindo desta Comissão.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Tem a palavra V. Exª, Senadora.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Desde o ano passado, Sr. Presidente, eu e a Bancada Capixaba temos nos dedicado ao tema, juntamente com o Governador Renato Casagrande. Eu sempre busco intervir e também me posicionar com muita responsabilidade, com muito equilíbrio, compreendendo, com certeza, a necessidade do Governo Federal de enfrentar as várias políticas fiscais de incentivo às importações, através de renúncias fiscais.

Por outro lado, tenho trabalhado para evitar que, em nome dessa necessidade, as mudanças aprovadas prejudiquem Estados e Municípios da Federação, e de forma especial o Estado do Espírito Santo e os Municípios capixabas. Tenho defendido que é necessário construir as condições objetivas para compensar o Espírito Santo das perdas impactantes que a uniformização do ICMS provocará. E na defesa do meu Estado, quero aqui dizer aos nossos colegas Senadores e Senadoras, tenho atuado de forma sistemática nas negociações junto ao Governo Federal e também junto aos nossos colegas Senadores e Senadoras. A liderança do Governo no Congresso Nacional e a liderança do Partido dos Trabalhadores têm atuado firmemente, discutindo permanentemente esse tema.

Entretanto, em que pesem os avanços em relação há alguns meses, o resultado das negociações ainda de mostram insuficientes nas compensações necessárias ao Estado e principalmente aos Municípios, que são certamente o lado mais vulnerável de todo esse processo.

Diante deste quadro, Sr. Presidente, e tendo em vista que o PRS nº 72, da forma que se encontra, com a alíquota zero, será prejudicial principalmente aos Municípios. Então, não tenho outra opção a tomar que não seja votar contra a matéria em questão, acompanhando o voto do relator – quero aqui fazer esse registro.

Espero que, na Comissão de Assuntos Econômicos, da qual infelizmente eu não sou membro, não faço parte, que é a Comissão que tem a prerrogativa que tratar o mérito desta matéria, ela seja apresentada já incorporando os avanços que foram propostos pelo Governo nas rodadas de negociações, como por exemplo, a ampliação dessa alíquota, aumentar essa alíquota, não pode ser alíquota zero; que tenha, de fato, o prazo de transição – é isso que nós defendemos –, e os demais itens que já afirmamos serem essenciais para o Estado do Espírito Santo.

Então, faço este registro, Sr. Presidente, porque nesta Comissão, embora eu seja suplente, eu tenho o direito de voto e quero, aqui, declarar o meu voto; na Comissão de Assuntos Econômicos eu não sou membro, portanto, apenas a minha opinião.

Então, quero, aqui, já antecipar a minha opinião dizendo que, na Comissão de Assuntos Econômicos, com certeza, é importante que sejam contemplados todos os itens, os pontos, que nós temos discutido com o Governo Federal.

É o registro que faço, agradecendo a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senadora Ana Rita.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pede a palavra, pela ordem, o Senador Aécio Neves.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Sr. Presidente, não obstante às manifestações de apoio, às quais agradeço, em torno da nossa emenda, eu atendo a ponderação do Senador Ricardo Ferraço, do Senador Luiz Henrique.

Como se trata, realmente, de uma emenda de mérito, e, repito, é efetivamente meritória, e pode ser o caminho para solução desse impasse, porque garante uma transição, eu gostaria de solicitar a V. Exª a retira dessa emenda da CCJ e vou reapresentá-la na CAE, onde o mérito da matéria será discutido.

O que eu peço é a atenção aos Srs. Senadores para o mérito dessa proposta que, repito, pode ser uma luz no final desse túnel, que todos queremos alcançar.

Retiro a nossa emenda e a apresento na CAE, é a solicitação que faço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – É regimental. Está retirada e emenda de V. Exª que, por ser emenda de mérito, será apresentada na CAE, conforme informa V. Exª.

Vou pedir um pouco de silêncio, mais uma vez.

Concedo a palavra ao Senador Magno Malta. Antes, porém, faço um apelo aos Senadores, porque eu não quero limitar o tempo de V. Exªs, então, para que a gente possa ouvir todos os Senadores, que a gente encurte o tempo das palavras, porque se começarmos a ler relatórios, nós vamos fizer aqui até amanhã.

O Senador Magno Malta tem a palavra.

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES) – Sr. Presidente Eunício, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, eu gostaria de fazer um registro muito importante. Hoje, aqui, Srs. Senadores, faz-se presente a esta reunião importante para nós, importante para o Brasil, digo nós do Estado do Espírito Santo, mas estão aqui 10 deputados estaduais, acompanhado do Presidente da Assembleia, Deputado Theodorico Ferraço; o Procurador-Geral do Estado, Dr. Zardini; também o Presidente do Tribunal de Contas; Hanna, Presidente do Tribunal de Justiça – não sei se já está aqui, mas está chegando –; o Prefeito da capital, João Coser, uma das referência aí do Partido dos Trabalhadores, que muito pode nos ajudar com a Presidente Dilma nesse processo; o Presidente da Amop, o nosso companheiro Eliezer; outros prefeitos do interior e vereadores que vieram para participar desse momento histórico, para nós, do Espírito Santo, e histórico para o Brasil.

Sr. Presidente, eu quero fazer um registro muito importante. É verdade que a relatoria do Senador Ricardo Ferraço versa sobre a constitucionalidade. E ele usou de muito bom senso e de bom tom, até porque quem tem o mínimo de compreensão não poderia acatar uma emenda de mérito quando se está fazendo um relatório de inconstitucionalidade. E o relatório dele é de inconstitucionalidade!

O Senador Aécio, por sua vez, apresenta uma emenda muito boa, que a mim me satisfaz e aos nossos Estados, e, certamente, na discussão de mérito na CAE, nós precisaremos fazer coro com a sua emenda caso não haja o entendimento, que é o que precisamos, que é o que nós queremos.

E S. Exª, aqui, ao pé do meu ouvido, dizia: "A minha emenda é o melhor dos mundos para os Estados de vocês, porque dá tempo para que vocês se reequilibrem. Se, nesse período proposto na minha emenda, vocês não se reequilibrarem, não vão se reequilibrar nunca mais". E eu disse a ele que a diferença é que o meu Estado está equilibrado. Essa medida, hoje, aqui, ela sim vai desequilibrar o meu Estado. Nós seremos desequilibrados! Mas, uma vez desequilibrados, a emenda de S. Exª, quem sabe, seria como um cipó jogado no meio da correnteza para que nós pudéssemos nos segurar e não nos afogássemos, como vai acontecer caso essa proposta infeliz ganhe corpo, e, na verdade, nos deixe a ver navios, como é a proposta original.

Eu quero fazer coro com o nosso Senador Luiz Henrique, chamando a atenção das Srªs e dos Srs. Senadores para o fato de que esta é a Casa do equilíbrio. O Senado precisa saber qual a sua posição. O Senado não pode se colocar em uma posição em que ele adote uma medida que desequilibre a Federação.

Sem dúvida alguma, é muito importante salvarmos a indústria nacional. Esse é o tema do momento; é o tema recorrente; é o tema que está nas ruas; é a pauta. Sem dúvida alguma; ninguém discute o contrário, mas, em nome de salvar a indústria nacional, nós não podemos matar afogado um Estado – e estou falando do meu – e asfixiar os outros Estados.

Faz três semanas que o Ministro Guido Mantega não fala, não se manifesta e não recebe um sequer dos Srs. Governadores. Vejam os senhores: discutindo uma matéria dessa envergadura, tão complicada como é, embora necessária, e o Ministro da Fazenda, há três semanas, não recebe um sequer dos Srs. Governadores. Temos a informação de que receberá o Marconi Perillo hoje.

Então, qual o apelo que faço? O apelo que faço é para que haja o entendimento, para que nós ganhemos um pouco de tempo, para que se converse – e, aí, eu evoco o Líder do Governo nesta Casa, bem como o ex-líder, Senador Humberto Costa, para as Lideranças do partido da Presidente que estão aqui, tanto Deputados Federais quanto prefeitos, Senadores, até o nosso Vice-Presidente Michel Temer, Senador Renan –, para que a Presidente da República chame os Governadores, que discuta isso com os Governadores, pois não é possível nós votarmos de afogadilho sem fazer uma transição. E não se trata de uma transição açodada, onde os Estados atingidos amanhã, daqui a dois ou três anos...

Lembro-me de que, no começo do Governo Lula, no começo do Governo Paulo Hartung lá no Espírito Santo, o nosso Estado só não quebrou a espinha porque é um Estado que resiste, que tem vocação para crescer. Aliás, esse é um dos poucos Estados que fez o dever de casa na Federação, o Espírito Santo, que, durante três anos, avançou mais que a Federação, guardadas as devidas proporções. O Espírito Santo fez o dever de casa e, agora, está sendo punido por isso.

Nós precisamos do entendimento; nós precisamos que a Presidente da República chame os Governadores

para o entendimento; que o Sr. Guido Mantega chame para o entendimento, e, aí, esta Casa, como é a casa do equilíbrio, não pode admitir que alguma coisa seja votada de forma açodada, sepultando Estados da Federação. Porque, para nós, se já estamos pagando o preço de perder os *royalties* do petróleo, com isso aqui, sem dúvida alguma, é para o Governador Renato Casagrande fechar a porta e entregar as chaves à Presidente Dilma e ver o que ela faz daquele território lá, como é que ela vai usar aquilo, se ela vende para Minas usar como balneário ou alguma coisa assim.

Então, apelo aos Srs. Senadores, apelo às Srªs Senadoras para que não nos esqueçamos de que somos membros da Casa do equilíbrio. O equilíbrio da Federação está aqui. Que nós não participemos de um momento de sepultamento de Estados, de um povo, de Municípios, de gente simples que depende de um Estado para crescer, para gerar empregos e continuar ajudando a Federação. Que não paguemos o preço de uma forma, eu diria, não responsável. Vamos salvar a indústria nacional? Vamos. Mas, em nome disso, sepultaremos alguns Estados? Acho que não é responsável, não é justo e chega a não ser honesto.

Por isso chamo a atenção dos senhores, Senadoras e Senadores, para que nós, neste momento, façamos uma reflexão e, ao final dela, concluamos que precisamos é de entendimento. Que o Ministro da Fazenda, que a Presidente da República...Vamos esperar a Presidenta chegar.

Dizia aqui o Luiz Henrique, citando Ulysses Guimarães, que aquilo que parece uma perda de oito, dez, quinze dias representa dano para anos a fio, quem sabe até para a própria eternidade. Para essa criança nascer, para que não nasça de sete meses, de seis meses, cheia de problemas – e é assim que vai ser, caso nasça dessa forma – devemos completar os nove meses dessa gestação, de maneira a fazer uma transição, e que não sejamos penalizados.

Se na reunião da CAE não houver entendimento, se não houver interferência do Líder do Governo, pedindo e dizendo que há concordância para uma discussão de entendimento, se tivermos que ir a voto lá na CAE, certamente o melhor dos mundos, nesse momento, seria a emenda do Senador Aécio Neves. E, aí, precisamos trabalhar para que isso aconteça de maneira a não sermos penalizados de maneira injusta e de forma, eu diria até, não responsável, por aquilo que está acontecendo neste momento.

Por isso, apelo à sensibilidade dos senhores e das senhoras, apelo em nome do Brasil, do equilíbrio nacional: precisamos da indústria, mas precisamos das pessoas vivas para trabalhar e gerar para a indústria, gerar junto com a indústria. Não precisamos da indústria viva com Estados mortos. Precisamos fazer essa conta. Na lógica antiga de que todo empresário era bandido – ninguém sabe como empresário bandido gerava emprego – não podia se gerar emprego porque o sindicato dizia que todos aqui eram bandidos, e o trabalhador era vítima do bandido, que era o empresário. Mas como se tem trabalho se não se tem empresário? Como se tem emprego? Como se tem honra se não se tem o gerador de honra, que é o empregador? E isso mudou no Brasil. Agora não podemos voltar a essa lógica antiga de que, em nome de se salvar empresa, podemos até destruir e sepultar alguns Estados e algumas populações porque, mesmo assim, vale a pena. Não, não vale a pena, precisamos de um entendimento. Esta é a casa do entendimento, V. Exª foi escolhido pela sua capacidade. Por favor, trabalhe isso não só em nome do povo do meu Estado, mas em nome do povo do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira Bloco/PMDB – CE) – Em discussão a matéria.

Para discutir, concedo a palavra ao Senador Valadares.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira Bloco/PMDB – CE) – Para uma questão de ordem, Senador Pedro Taques. Qual é o artigo do Regimento, Senador?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – É o art. 403, combinado com o art. 279, Incisos III e V, combinado com §4º do art. 279.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira Bloco/PMDB – CE) – Tem a palavra V. Exª para fazer a questão de ordem. *(Pausa.)*

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, peço...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira Bloco/PMDB – CE) – Vamos ouvir o Senador Pedro Taques na sua questão de ordem. Isso é importante para a Mesa decidir.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – É uma dúvida muito rápida, Sr. Presidente. O Senador Luiz Henrique fez uma solicitação. Solicitação é sinônimo de pedido. Pedido é requerimento. A questão de ordem é a seguinte: o pedido que ele fez é um pedido formal? O pedido dele não foi colocado em votação pelos membros da Comissão. É apenas essa dúvida, e tenho certeza de que V. Exª, com toda sua capacidade, conseguirá fazer com que eu possa captar a resposta melhor ao Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Só para esclarecer que é um pedido formal.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira Bloco/PMDB – CE) – Senador Pedro Taques, primeiro, que-

ro esclarecer que há uma decisão tomada por V. Exªs, proposta por esta Mesa e por esta Presidência. No momento em que eu estava para ler o relatório, e o Senador Pimentel presidia a Mesa, meu companheiro, amigo e Líder Senador Eduardo Braga insistia em fazer um requerimento para ser aprovado ainda hoje.

Desde o primeiro dia que assumi esta Comissão, assumi o compromisso comigo mesmo e com os senhores de honrar a palavra empenhada e de fazer com que todo o Regimento e todos os atos desta Comissão sejam debatidos pelos senhores e eu seja apenas o coordenador dos trabalhos, nada mais do que isso. Porém, a questão de ordem de V. Exª, que é tão cioso em seus deveres e com suas preocupações...

Eu jamais deixaria de atender, se possível, um requerimento do Senador Luiz Henrique. Primeiro, a matéria já está em discussão. Segundo, não havia requerimento sobre a mesa do Senador Luiz Henrique. Se requerimento houvesse, com todo o respeito ao Senador Luiz Henrique, que foi um grande governador, é do meu Partido, o PMDB se orgulha de tê-lo nos nossos quadros, balança a cabeça afirmativamente ali o Senador e Líder Renan Calheiros, o Brasil inteiro, Senador Eduardo Braga, todos nós, Santa Catarina, todos nós respeitamos o Senador Luiz Henrique não apenas como ex-governador, não apenas como Senador, mas como uma figura que aprendi, dentro do PMDB, a respeitar e admirar pela sua firmeza de colocação...

Agora, eu não posso ultrapassar o Regimento desta Comissão até porque V. Exª, Senador Pedro Taques, tem cobrado da Comissão que sejamos, como devemos ser, os guardiões do Regimento e da Constituição Federal. Portanto, não há amparo no art. 279, que vou ler. Eu teria atendido de pronto o Senador Luiz Henrique se assim pudesse fazê-lo.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, eu poderia elucidar a questão?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Deixe-me só eu concluir, Senador Luiz Henrique. Vou só concluir, estou respondendo a questão de ordem.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Se V. Exª puder me dar a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu dou a palavra a V. Exª depois de responder a questão de ordem.

Essa matéria chegou a esta Comissão em outubro do ano passado. Sou o Senador de um Estado que tem dois portos e que não está envolvido diretamente nesse processo. Mas, como Senador representante do Estado do Ceará, teria eu a mesma posição do Senador Luiz Henrique, do Senador Casildo Maldaner, da Senadora Ana Rita, do Senador Magno Malta, do Senador Ricardo Ferraço – está ali a Senadora Lúcia Vânia e o Senador Cyro Miranda, do Estado de Goiás. Cito os Senadores desses Estados para dizer que a nossa posição foi na busca do entendimento.

Desde outubro que essa matéria extremamente relevante recebe aqui – eu pediria a atenção das assessorias só para que eu conclua a resposta ao Senador Pedro Taques, vez que ela é importante –, desde outubro essa matéria está aqui na Comissão. Ela veio oriunda de um recurso na CAE de autoria do Líder do Governo à época, Senador Romero Jucá, a quem eu poderia ter designado para ser o relator da mesma. No entanto, preferi entregá-la ao Senador Ricardo Ferraço, de um Estado que tem pendências, problemas a resolver nessa questão da negociação.

Estive poucas vezes na minha vida com o Ministro da Fazenda, mas estive várias vezes com a Ministra Ideli, com o Ministro Guido Mantega tentando encontrar, junto com os demais líderes e outras lideranças, a condição de abrir uma porta para a negociação. Não tenho a menor pretensão de criar problema para o Estado do Espírito Santo, para Santa Catarina ou para qualquer Estado brasileiro porque a mesma coisa não quero para o meu Estado, o Estado do Ceará.

Essa matéria, semana passada, estava na pauta; foi retirada da pauta. O Líder Eduardo Braga me telefonou pedindo que eu fizesse uma reunião extraordinária na terça-feira e pedi vênia ao Líder Eduardo Braga, que compreendeu, para que eu trouxesse essa matéria apenas na pauta da quarta-feira, na reunião ordinária desta Comissão. Mas, infelizmente, não posso atender ao Senador Pedro Taques na questão de ordem que ele levanta porque, senão, eu estaria quebrando o Regimento desta Casa. Diz textualmente o art. 279, no seu inciso III, que será votado ao anunciar a matéria. Não posso mais fazer a discussão do requerimento. Lamentavelmente, não posso atender V. Exª. Indefiro a questão de ordem de V. Exª.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Se me permite, tenho outra questão de ordem a apresentar agora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Luiz Henrique pediu a palavra.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – A dúvida é a seguinte: o pedido do Senador Luiz Henrique foi feito com fundamento no inciso III ou no inciso V? Tenho essa dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não sei, Senador Pedro Taques, por-

que o pedido não chegou à Mesa. O requerimento não está sobre a mesa.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Se o pedido foi feito com fundamento no inciso V, o § 4º fala que isso pode ser feito a qualquer momento da discussão. É o que está no § 4º.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para preenchimento de formalidade essencial, não há nenhuma necessidade de...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Mas eu não sei, Sr. Presidente, se o pedido foi feito com base no inciso III ou no inciso V.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Pedro Taques, não quero polemizar com V. Exª.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Eu também não quero isso.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Isso seria feito para o preenchimento de uma formalidade essencial. Qual é a formalidade essencial que levanta V. Exª?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Agradeço a V. Exª, mas vou ouvir o Senador Luiz Henrique.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – A questão de ordem...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Está superada! Para mim, está superada.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – A questão de ordem está indeferida.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Eu entendi.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Peço a compreensão de V. Exª em relação à decisão da Mesa.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Já compreendi.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Luiz Henrique tem a palavra.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, o sentido da minha intervenção é o da busca do entendimento. Assim como eu não gostaria que o parecer do Senador Ricardo Ferraço derrotasse o do Senador Armando Monteiro e vice-versa, eu também não gostaria que esse apelo que fiz resultasse numa votação aqui. O que proponho é que busquemos o consenso, a convergência, para que não haja Governadores derrotados, nem Presidente derrotada. É isso que não quero, já que essa matéria é tão complexa e tão importante para o País. Então, esse foi o sentido da minha intervenção. Não há um requerimento formal para ser votado. Há um apelo àquilo que é tradição nesta Casa: sentarmo-nos, dialogarmos e encontrarmos um denominador comum para essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Luiz Henrique.

Compreendo a posição de V. Exª. Ressalto a admiração que tenho por V. Exª, e é verdadeiro isso. Não é por uma questão formal ou política que estou dizendo isso aqui. Isso é verdadeiro. Isso vem dos tempos em que eu acompanhava V. Exª na casa do nosso ex-Presidente da Câmara dos Deputados Paes de Andrade. Eu admirava V. Exª desde aquela época, assim como admirava Tancredo, Alencar Furtado e muitos outros.

Então, lamento, porque, desde outubro, tenho feito esse esforço, mas, infelizmente, não fui capaz de concluir esse entendimento. Mas penso que ainda há tempo para isso. Estamos discutindo aqui somente a admissibilidade da matéria. Ainda haverá uma discussão na Comissão de Assuntos Econômicos, onde será debatida questão do mérito.

Inclusive, o Senador Aécio Neves retirou sua emenda aqui hoje, mas mantendo sua posição de apresentá-la na Comissão adequada, que é a Comissão de Assuntos Econômicos. Aqui, não seria adequado apresentá-la, porque não vamos discutir o mérito, estamos discutindo apenas a constitucionalidade da matéria. E a matéria é simples do ponto de vista da constitucionalidade, mas é complexa do ponto de vista da negociação, que é longa.

Temos feito um debate aqui, fizemos duas audiências públicas. Tive toda a paciência do mundo. Chamei os dois Governadores para comporem a Mesa. A bancada dali não é diferente da bancada daqui, mas os chamei apenas para chamar a atenção do Brasil inteiro para o fato de que eles estão buscando a solução para o problema. Mas, infelizmente, tenho de dar prosseguimento à matéria.

Vou conceder a palavra ao Senador Valadares, como próximo orador inscrito.

Senador Valadares, tem V. Exª a palavra.

Peço a V. Exªs, mais uma vez, que sejam sucintos. Já são 12h24, e ainda temos de tratar de várias matérias, inclusive a matéria que é importante para os nossos Estados do Nordeste e que fala da divisão do ICMS nas vendas e nas compras eletrônicas. Essa matéria será muito bem relatada aqui pelo meu Líder, Senador Renan Calheiros, que teve a preocupação de fazer a discussão, buscando o entendimento, para que essa matéria seja aprovada. Também há outras duas matérias relatadas pelo Senador Armando Monteiro.

Portanto, eu vou pedir aos Senadores – estou aqui sendo prolixo, mas quero pedir aos Senadores – a brevidade possível, porque temos vários inscritos, para que a gente conclua essa matéria e façamos o apelo para o entendimento ainda na Comissão de Assuntos Econômicos.

Senador Valadares tem a palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, Srs. Governadores Casagrande e Raimundo Colombo, esta é uma matéria que, a meu ver, contribui de forma bem clara para a divisão do nosso Pacto Federativo e o enfraquecimento de Estados.

Estamos entrando num terreno minado. Toda vez que alguém perde, alguém está ganhando e quem perde, naturalmente, busca uma compensação. E eu não estou vendo, pelo menos nesta Comissão, qualquer tentativa de compensação das receitas que serão perdidas pelos Estados da nossa Federação que tanto ajudam em todos os setores ao desenvolvimento desta Nação, como o Espírito Santo, Santa Catarina e tantos outros.

Acho que o Brasil, notadamente o Poder Legislativo, tem sido omisso com relação a uma atitude que deveria se permanente e não aleatória, atuando no sistema tributário em conta-gotas, para resolver de forma pontual este ou aquele problema. Eu não tenho nada contra São Paulo, mas o Estado, em todas as reformas feitas, é o mais beneficiado, inclusive na renúncia fiscal que é feita pelo Governo Federal.

Quando se faz uma renúncia fiscal, beneficiando um determinado setor da indústria que está vivendo um momento de crise em face do que está acontecendo no panorama econômico internacional, os Estados e Municípios perdem o Fundo de Participação, que é constituído de imposto de renda e de IPI. E qual é a tentativa que o Congresso faz no sentido de, em casos como este onde há renúncia fiscal, onde há proliferação de contribuições tributárias em favor da União, para evitar perdas contra Estados e Municípios.

Então, eu acho que, no bojo dessa discussão, nasce a necessidade de uma reforma tributária profunda, consistente, para se evitar a ocorrência de injustiças como esta que vai ser praticada, neste momento, contra Estados da nossa Federação, que mereciam o mínimo de consideração. Mesmo porque não são Estados isolados, são Estados que têm uma situação econômica que favorece o Brasil – Estados como o Espírito Santo, Santa Catarina, Mato Grosso, etc., que têm uma economia pujante, que ajuda a indústria, que ajuda o comércio, que ajuda a agricultura e são ponto alto do desenvolvimento do Brasil. E por isso não podem ser tratados assim como se nada estivesse acontecendo.

Por essa razão, eu acho que o Senador Aécio tem toda razão de encontrarmos uma solução; a sua emenda é importante; eu tenho uma outra emenda que procurei combinar com o relator e tem o apoio porque ela é uma transição para os Estados e Municípios que serão prejudicados.

Então, o Relator, Ricardo Ferraço, foi bastante claro e mostrou a inconstitucionalidade de uma resolução que ataca um problema que não é da sua competência. Só através da lei complementar é que se pode tratar de problemas de incentivos fiscais. Isso está na Constituição. Nosso Relator o mostrou por a + b.

Mas, caso não seja possível, Sr. Presidente, a aprovação do parecer do Senador Ricardo Ferraço, nós estaremos na Comissão de Assuntos Econômicos, hoje à tarde, participando de todos os entendimentos que forem possíveis e necessários, não em consideração ao Partido ao qual pertenço, que é o PSB – e nosso Governador, Casagrande, é do PSB –, mas em consideração aos Estados e Municípios que não podem sofrer o impacto e a perda de receitas de forma tão repentina. Como resolver o problema dos Estados que vão perder?

Se alguém acha que essa diferenciação na importação não é prerrogativa dos Estados, isso vem se arrastando anos a fio. E esses governadores, coitados, é que vão sofrer as consequências de uma situação que foi criada há anos. E eles vão pagar por isso que fizeram? Se é uma Federação, são irmãos. "Então, meus irmãos, vamos fazer o seguinte: vamos nos reunir. Vocês estão perdendo tanto! Vamos, então, fazer a compensação; ou vamos fazer um período de transição, para que vocês não percam a totalidade dos recursos de uma só vez". Porque isso vai repercutir na escola, no posto de saúde; vai repercutir na estrada, que tem que ser feita; na gestão administrativa dos Estados e Municípios.

Portanto, Sr. Presidente, o meu voto é contrário. Voto pela inconstitucionalidade da matéria. Essa é a posição do nosso partido e a minha posição pessoal, em solidariedade à Federação brasileira.

Aguardo. Se, porventura, a inconstitucionalidade não for recebida aqui, que na comissão de mérito, na Comissão de Assuntos Econômicos, possamos encontrar um entendimento e a aprovação, quem sabe, de uma emenda alternativa; ou a do Senador Aécio, ou, talvez, a nossa própria.

Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, tem a palavra o Senador Casildo Maldaner, de Santa Catarina.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Srs. Governadores Colombo e Casagrande, prezados colegas, todos os senhores presentes, apenas para salientar: eu sei que, aqui, estamos na CCJ, e a discussão é a constitucionalidade da matéria. Não há a menor dúvida. Agora, o apelo que o eminente companheiro Luiz Henrique tem feito, caro Presidente Eunício e colegas, é no sentido

do entendimento, é no sentido de que haja uma convergência, é no sentido de que é melhor – e sempre adotei isto mesmo quando no governo do meu Estado, Santa Catarina –, é sempre melhor duas horas de diálogo do que cinco minutos de tiroteio. A melhor coisa que existe é o diálogo. E, como aqui envolve não só a Resolução nº 72, mas caminhos paralelos, juntos, há outras questões: o indexador, o novo indexador para dívidas dos Estados com a União; caminha também paralelamente a questão do comércio eletrônico e, sem dúvida alguma, em paralelo e em conjunto caminha também com a 72 a proposta apresentada por emenda do Senador Aécio Neves. Ela fulcra justamente na questão das compensações.

Então, esse diálogo e a presença dos governadores são importantes para que haja oportunidade para mais uma conversa, mais um diálogo. Acho que isso é fundamental. Esse é o quesito, esse é o diálogo, é a conversa, é a convergência. Como dizia o Senador Luiz Henrique, que não haja ganhadores, nem perdedores. Que pensemos todos como irmãos brasileiros.

Acho que esse é o debate democrático. É o debate para chegarmos nesse caminho. Aqui, embora seja a constitucionalidade, mas o apelo para que haja... Sem dúvida alguma, já vem caminhando nesse sentido o nosso eminente Líder Eduardo Braga. Mas eu acho que é mais um espaço, mais um caminho, é mais um diálogo, mais um tempo, mais alguma coisa para encontrarmos esse entendimento. Que os governadores, com o Governo Federal e conosco aqui, possamos costurar essa grande saída para o Brasil.

É isso aí, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria.

Lembro aos Srs. Senadores que temos três matérias extremamente importantes para os nossos Estados como um todo, que é a partilha do chamado comércio eletrônico, que está na pauta de hoje. Após essa matéria, vamos colocar em discussão essa outra matéria.

Concedo a palavra ao Senador Pedro Taques, pela ordem de inscrição.

Tem a palavra V. Exª, Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Srs. Governadores, Srªs e Srs. Senadores, este debate aqui mostra a incompetência do Congresso Nacional, que, desde 1975, deveria ter reformado a Lei Complementar 24, que veio ao mundo jurídico num momento totalmente diverso deste que nós vivemos, inaugurado em 1988.

Muito bem. Esse é o primeiro ponto, Sr. Presidente.

O segundo ponto: aqui nós estamos diante de um debate muito importante para a Federação. Não podemos fugir disso. É muito importante para a Federação.

Como dizem que não há nada novo, não há novidade, mas sim momentos da história de que nós não nos recordamos, debates como este já ocorreram no Senado da República no início do século XX; já ocorreram debates sobre a Federação, sobre as relações entre a União e os Estados-membros.

Uma pergunta aqui tem que ser feita: o Senador Ferraço é Senador da República, e ele deve defender o todo ou ele deve defender o seu Estado, o Estado da Federação que o mandou para cá? Ele deve defender a parte ou ele deve defender o todo? Essa questão, nós todos aqui temos que debater. Por isso, nós estamos falando de Federação.

Este projeto de resolução é o que se denomina reforma do pacto federativo salame, feita aos picados, aos pedaços. O ideal seria, Sr. Presidente, que nós debatêssemos isso como um todo, junto com os *royalties* do petróleo, junto com o Fundo de Participação dos Estados, que o Supremo já decidiu a inconstitucionalidade do critério de divisão.

Muito bem. Revelamos, Sr. Presidente, ao nosso juízo, dois pontos que não foram levados em conta aqui. Eu não vou falar em números, porque nós não estamos na Comissão de Assuntos Econômicos; nós estamos da Comissão de Constituição e Justiça. Este projeto de resolução, ao meu juízo, é inconstitucional. Nós todos sabemos que a Constituição da República estabelece, no art. 3º, como objetivo da República acabar com as desigualdades regionais e sociais; está lá como uma meta a ser perseguida. E dentre os instrumentos para que isso ocorra, nós temos a possibilidade dos incentivos nas suas várias espécies – nas suas várias espécies.

Muito bem. O projeto de resolução não se afigura como constitucional sob pena de nós estarmos subtraindo dos Deputados Federais, que debateriam um projeto de lei complementar, a possibilidade de trazerem contribuições para esta causa que não é só do Senado da República. Por isso, o legislador constituinte, no 155, exige que seja projeto de lei complementar. Nós aqui não estamos discutindo números. Números serão debatidos lá na Comissão de Assuntos Econômicos. E eu concordo com os números. Eu concordo com os números.

Senador Armando, li o voto de V. Exª e concordo com os números. Conheço os argumentos do companheiro de partido, o Paulinho, que aqui se encontra. Conheço os argumentos econômicos, mas nós não podemos partilhar da ética consequencial, que os fins justifiquem os meios. O Supremo Tribunal Federal já decidiu, por várias vezes, que uma inconstitucionalidade não compensa outra inconstitucionalidade. Nós

aqui estamos fazendo um erro para combater um erro passado, e isso não é republicano.

E volto àquela indagação: cada Senador da República aqui está defendendo uma parte ou está defendendo um todo?

Como eu posso chegar ao Estado que me mandou para cá, o Estado do Mato Grosso, e dizer aos cidadãos de lá que eu votei para que o Estado do Mato Grosso perdesse R$300 milhões. Ah! Sim, mas ele terá uma compensação. Quando será essa compensação? Por isso, precisamos ouvir o apelo do Senador Luiz Henrique aqui. Precisamos, sim, resolver isso para o todo, sem nos esquecer da parte.

Esse projeto é inconstitucional. Faço minhas as palavras do Senador Ferraço. Aqui, estamos com uma inconstitucionalidade chapada. O que é isso? É lógica, é absoluta. Números serão discutidos lá, mas, aqui, esse projeto ofende a Constituição da República.

Muito bem, Sr. Presidente. E eu? Devo votar como? Pela parte ou pelo todo? Eu vou votar pela Constituição.

Em razão de debates como esse, lá nos Estados Unidos, na metade do século XIX, guerras ocorreram. Será que, hoje, a Federação que nós temos é a ideal no momento histórico que vivemos? Será que a União Federal não é um monstro, um leviatã, que tira a responsabilidade, tira as atribuições dos recursos dos Estados-membros? Esse debate tem que ser feito aqui, sim, levando-se em conta os números que lá serão debatidos. Por isso, vou votar contrário ao Projeto de Resolução 72, por entender que ele ofende a Constituição da República.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, o próximo orador inscrito é a Senadora Lúcia Vânia. Tem a palavra V. Exª.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, eu gostaria, em primeiro lugar, de dizer que V. Exª tem conduzido esse assunto com muita competência e com muita serenidade. Na reunião passada, V. Exª concedeu vista coletiva para que os governadores tivessem um espaço para continuar negociando.

Hoje, No entanto, temos a clareza de que estamos aqui – e o Governador de Goiás está no Ministério da Fazenda – tentando abrir essa negociação. Portanto, eu queria, neste momento, pedir a V. Exª que ouvisse as ponderações do Senador Luiz Henrique. Acredito que as ponderações que ele fez aqui, elencando todas as dificuldades de cada um desses Estados, significam bom-senso, significam equilíbrio.

É preciso que esta Casa, que sempre deu exemplo, nos projetos mais polêmicos, de buscar o equilíbrio e o consenso, que a gente tenha em mente este momento que estamos vivendo aqui. E V. Exª, que tem em suas mãos o poder de conduzir esta Comissão, poderia aqui dar essa sustentação ao Senado Federal, uma vez que temos o diálogo praticamente cortado no âmbaito do Executivo.

Só nos resta a nós, parlamentares, que aqui representamos os nossos Estados, o poder de V. Exª de suspender essa votação. Caso contrário, vamos fazer com que esta Comissão, que tem uma reputação, sem dúvida nenhuma, das melhores nesta Casa, V. Exª, que tem pautado a sua conduta pelo equilíbrio e bom-senso e sabe, mais do que nunca – foi colocado aqui pelo Senador Pedro Taques –, que esta matéria é inconstitucional; nós, que representamos os nossos Estados, que estão prejudicados, que adotaram essa política em função da desconcentração necessária do processo de industrialização, que adotaram essa política na ausência de uma política de desenvolvimento regional, é preciso que V. Exª nos atenda, que V. Exª nos escute. Nós só temos o seu poder para impedir que esse projeto de resolução seja votado aqui.

Portanto, aqui, nesta Comissão, que cuida da constitucionalidade, é preciso que se ouça o que o Senador Ferraço fez no seu relatório, ouvindo especialistas, ouvindo juristas, e dizendo que essa matéria é inconstitucional.

Portanto, eu apelo a V. Exª para que faça prevalecer o bom senso. Do contrário, teremos nós aqui vencedores e derrotados, como disse o Senador Luiz Henrique. E isso poderá abrir uma chaga nesta Casa.

Portanto, quero, mais uma vez, me juntar aos apelos aqui feitos pelos demais Senadores e pedir a V. Exª que suspensa esta votação. Caso contrário, votaremos contra e a favor do projeto do Senador Ferraço.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Próximo orador inscrito...

Aliás, pede a palavra pela ordem o Senador e Líder do Governo, Eduardo Braga, que nos traz uma informação. E eu vou dar a palavra para que dê essa informação de público, já que estamos ao vivo para o Brasil inteiro.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Se fosse ruim, eu talvez não lhe desse a palavra e fosse brigar com ele de novo.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Presidente Eunício, Srªs e Srs. Senadores, Srs. Governadores aqui presentes, primeiramente, é importante mais uma vez destacar que, desde outubro do ano passado, esta Comissão, a CCJ, vem buscando, com amplos debates, com amplas discussões, com audiências públicas, com diversas reuniões, tanto de Senadores com o Governo como dos próprios Gover-

nadores com o Ministério da Fazenda e com o Governo Federal, um espaço de negociação e de entendimento em torno de um tema que é muito importante para os Estados, como já foi dito aqui, e que é muito importante para os Municípios desses Estados, como já foi dito aqui.

Mas não podemos também deixar de reconhecer: ontem, saiu, mais uma vez, o índice do PIB da indústria nacional. E quando falamos do índice do PIB da indústria nacional não estamos falando do enriquecimento de empresários, estamos falando de desenvolvimento, de geração de emprego, de renda, de atividade econômica. E o Brasil, lamentavelmente, mais uma vez, apresenta no último bimestre um decréscimo na sua atividade econômica industrial de 3,3%. Estados como o Rio de Janeiro chegaram a ter um decréscimo de 9%. Olho para o Senador Inácio, o Estado do Ceará teve um decréscimo de 6,9%. O Estado do Amazonas teve um decréscimo de 3,4%. Portanto, estamos diante de uma questão que, se de um lado envolve Estados e Municípios, por outro lado envolve emprego para brasileiros.

Sr. Presidente, da mesma forma que ouvi todos os oradores e todos falarem sobre esta questão, eu pediria a atenção dos nossos companheiros Senadores, o que é importante para o tema. Porque, afinal de contas, tão quão importante é a atividade econômica em Santa Catarina, Espírito Santo, Goiás e outros Estados, é importante também a questão do emprego do povo brasileiro. É importante sabermos que estamos aqui votando a constitucionalidade ou a inconstitucionalidade de uma matéria que trata do emprego do povo brasileiro, do trabalhador brasileiro.

Portanto, é importante destacar a forma habilidosa e absolutamente elegante com que o nosso Presidente Eunício vem buscando construir a discussão, e mantendo os mesmos critérios. Ainda há pouco, com relação a uma questão do Estado do Amazonas, que não é muito diferente desta, apresentei um requerimento, junto com a Senadora Vanessa Grazziotin, de audiência pública. E o nosso Senador Eunício Oliveira, mantendo o seu critério nesta Comissão, rejeitou o requerimento, sob a Presidência do nobre Senador Pimentel.

Ora, com todo o mérito e com toda a eloquência do nosso Senador Luiz Henrique, que merece de todos nós brasileiros a admiração pelo grande homem público que é, talvez seja uma das poucas vezes em que eu esteja na condição de poder divergir de uma propositura de Senadores como Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Casildo Maldaner e outros que aqui se manifestaram.

Eu acabo de ser designado pelo Presidente da CAE, Senador Delcídio, para ser relator da Resolução nº 72 na Comissão de Assuntos Econômicos. Ao ser designado relator, entrei em contato com a Comissão e também com o Governo, por ser Líder do Governo, para dizer ao Governo que nós entendemos ser importante cumprir o Regimento e dar vista regimental para que a CAE não vote, no dia de hoje, esta matéria no mérito. Abrindo espaço, pelo que foi aqui eloquentemente levantado pelo Senador Luiz Henrique e apoiado por diversos Senadores e tão habilmente conduzido pelo Senador Eunício Oliveira, para que possamos, com a presença da Presidente da República aqui no Brasil, porque ela chega ainda hoje à tarde no Brasil, e com os Srs. Governadores, aqui em Brasília, buscar todo o entendimento e toda a negociação necessária para que a Comissão de Assuntos Econômicos vote, no mérito, na próxima terça-feira esta matéria.

Portanto, Sr. Presidente, eu encaminho pelo voto contrário à inconstitucionalidade, anunciando o compromisso de todos nós de cumprirmos a questão do prazo regimental e conceder vista. Leremos hoje à tarde, na reunião extraordinária da CAE o relatório e daremos vista coletiva, para que, na próxima terça-feira, portanto com tempo suficiente, possamos, com a presença da Presidente...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – O senhor me concede um aparte, já que é o relator?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Se o nosso Presidente...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Tem garantia? Como Líder do Governo o senhor está dando garantia de que teremos negociação até terça-feira?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Não, estou dizendo que nós estamos abrindo o espaço...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – É porque sem essa garantia... Hoje é quarta-feira! Se vai votar terça e não vai votar nada...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Eduardo, para concluir.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Eu pedi um aparte.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Mas não existe aparte em encaminhamento de matéria.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Mas V. Exª falou tarde então.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exª sabe disso. É porque eu achei que V. Exª fosse fazer apenas uma indagação.

Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Eu quero dizer que o que estamos aqui anunciando é que estamos abrindo espaço, pleiteado pelo Senador Luiz Henrique, para que possamos, com esforço de todos, inclusive de V. Exª, buscar mais uma vez... E o

Governador Renato Casagrande sabe quantas vezes já estivemos discutindo e debatendo esse tema com o Governo Federal. O Senador Raimundo Colombo também sabe quantas vezes já estive à disposição de S. Exª, com o Secretário Paulo Bornhausen, com o Senador Ricardo Ferraço, discutindo essa matéria sempre com interlocução com o Governador Renato Casagrande. V. Exª é testemunha do esforço deste humilde Senador durante todo esse período.

Portanto, apenas para informar a V. Exª que o encaminhamento é pelo voto contrário ao relatório do nosso eminente Senador Ricardo Ferraço, talvez uma das raríssimas vezes em que terei essa condição de encaminhar um voto contrário ao Senador Ricardo Ferraço, pela inconstitucionalidade e favorável à constitucionalidade dessa matéria. Fica o compromisso de debater o mérito com tempo e prazo na CAE.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Eduardo Braga.

Antes de conceder a palavra à Senadora Marta, pela ordem de inscrição, pede pela ordem o Senador Renan Calheiros, a quem vou dar a palavra. Posteriormente, seguindo a ordem de inscrição, Senadora Marta Suplicy.

Senador Renan Calheiros, pela ordem.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Sr. Presidente, o que prepondera fundamentalmente nessa proposta que foi trazida pelo Senador Eduardo Braga é tempo para que possamos retomar o diálogo, e não apenas retomar o diálogo, mas para concluir o processo de negociação. Eu acho que esse é o gesto fundamental que a concretização desta proposta vai nos levar. De modo que eu acho que isso atende a todos que estão envolvidos nessa discussão, nós vamos ter mais um tempo, não apenas para retomar o diálogo, repito, mas para que possamos concluir o processo de negociação, que terá que ter necessariamente a reparação das perdas para os Estados que vão ter que infelizmente arcar com isso.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Renan Calheiros.

Com a palavra, pela ordem de inscrição, a Senadora Marta Suplicy. Tem a palavra V. Exª, Senadora Marta.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Presidente, acho que a complexidade da matéria fica bastante evidente a partir da fala do Líder Eduardo Braga, mas eu gostaria de colocar algo um pouco diferente. Nós estamos aqui na Casa com uma oportunidade histórica. Temos que discutir *royalty*, ICMS, a questão dos portos, o FPE, o FPM.

Senador Valadares, V. Exª falou sobre o IPI, e concordo com o que V. Exª disse. É absolutamente correta a sua intervenção, de que as isenções acabam prejudicando outros Estados.

Então, estamos fatiando assuntos diferentes que prejudicam e favorecem alguns Estados, sendo que a oportunidade é histórica. Precisamos rever o pacto federativo, mas não será dessa maneira fatiada, buscando uma solução que parece mágica – e, por isso, nunca chegamos à solução –, que vamos conseguir fazê-lo. Eu gostaria muito que pensássemos em outra forma de lidar com isso. Talvez, demorássemos um pouco mais, mas resolveríamos todas essas questões pendentes referentes à reforma tributária de uma única vez. Escutamos sempre: "Ah, se não for feito de forma fatiada, não vai dar certo! Ah, tem de passar aquela coisa!". Essa mentalidade é que nos levou a ver hoje esse festival frankenstein em termos tributários.

V. Exª, pela habilidade que tem, pelo prestígio de que desfruta na Casa, como Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, e o nosso colega Delcídio do Amaral, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, poderiam pensar em outra forma de resolver isso, o que estaria muito mais de acordo com o tempo que estamos vivendo. Isso não é fácil, mas é o que o tempo pede, é o que a modernidade pede, é o que esta oportunidade que temos pede.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senadora Marta Suplicy.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Quero cumprimentar V. Exª pela condução dos trabalhos.

Cumprimento o Governador Renato Casagrande e o Governador Raimundo Colombo.

Cumprimento o Líder Eduardo Braga, pela proposta, que já significa um avanço.

Sr. Presidente, parece-me que, aqui, ninguém discorda dos objetivos corretos dessa medida, no sentido de garantir maior competitividade à indústria nacional. A preocupação correta levantada por vários Senadores, que compartilho, é que uma medida como essa não pode ser tomada de forma abrupta, sem criar um processo de transição que permita aos Estados afetados, especialmente aos três Estados mais afetados, Espírito Santo, Goiás e Santa Catarina, adaptarem-se a uma perda enorme de arrecadação.

Recentemente, o Governo lançou uma série de medidas de apoio à indústria nacional. Entre essas medidas, encontram-se algumas que abrem mão de arrecadação para ampliar essa competitividade da indústria brasileira. Por outro lado, são recorrentes as críticas e as ponderações feitas pelos Senadores

sobre a situação difícil que os Estados estão vivendo em nosso País. Então, neste momento, em que o Governo está abrindo mão de arrecadação para ampliar – e concordamos com isso – a competitividade da indústria nacional, não podemos criar um encargo para os Estados, que vão ficar em grande dificuldade. Esta Casa é a Casa do bom senso, é a Casa do equilíbrio, é a Casa do diálogo e, por excelência, é a Casa da Federação.

Portanto, quero encaminhar, como suplente desta Comissão, dizendo que considero inadequada a forma como essa matéria está sendo tratada.

Quero cumprimentar o Líder Eduardo Braga por aceitar, de certa forma, o apelo feito pelo Senador Luiz Henrique.

Esta Casa tem de assumir o compromisso de que, até a votação final, vai encontrar uma solução. Não se trata apenas de adiar o problema por uma semana. Neste período, o Senado tem de exercer seu papel de Casa da Federação, para, efetivamente, encontrar uma solução que seja boa para a Federação, para o Brasil.

Muito obrigado.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Rollemberg.

O próximo orador inscrito é o Senador Inácio Arruda.

Tem a palavra V. Exª, Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, primeiro queria registrar a condução adequada, correta feita pelo nosso Presidente. Sendo de um Estado como o Ceará, que teve que usar esse instrumento do ICMS para buscar indústrias nos Estados mais competitivos, como São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Levaram o nosso automóvel para lá.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Uma pequena parte. Usamos o ICMS e usamos, digamos assim, parte da chamada guerra fiscal, para atrair empreendimentos para a nossa região – aliás, para Ceará, para Pernambuco. Até as empresas estatais usam desse instrumento para se instalarem na nossa região. A renúncia fiscal do ICMS.

Contudo, quero dizer, Sr. Presidente, aos nossos Colegas de Santa Catarina, do Espírito Santo, de Goiás, Mato Grosso do Sul, que hoje o Estado do Ceará importa, mas não importa para transportar para outros Estados. Acho que mesmo o Estado de Pernambuco também o faz, mas para utilizar maquinaria e outros equipamentos que são importantes para o nosso desenvolvimento. Isso nós fazemos.

Desse ponto de vista, poderíamos dizer que também estaríamos sendo prejudicados com essa resolução.

O que ocorre? Um artifício adicional beneficia o importador. Cria esse instrumento que as *tradings* utilizam normalmente de forma favorável a elas. Isso prejudica o Brasil como um todo.

Eu tenho opinião de que essa medida não vai resolver o problema, porque eles vão continuar importando. A importação continuará, não vai resolver o nosso problema, o nosso problema é muito maior. É muito mais grave, precisa de muito mais força do nosso País, para determinar o fim dessa coisa esdrúxula chamada "câmbio flutuante", que é festejado no Brasil. No mundo não é não. Não é na China, não é na Índia, não é nos Estados Unidos, não é na Europa. Nos principais competidores do Brasil não tem esse negócio não. Essa coisa flutua para baixo, flutua negativamente, e não positivamente. Aqui nós estamos numa inversão, total, absolutamente, esdrúxula.

Então, precisaria de mais coragem nesse terreno. Nós precisaríamos criar uma situação que permitisse que a nossa indústria, do ponto de vista da inovação, elevasse o seu grau de competitividade e permitisse que empresas, grandes companhias da área de telefonia, da área de petróleo, desse setor industrial pesado no Brasil produzisse aqui. Mas não produzem, não. Importam. Isso é que leva à queda do emprego no Brasil.

Eu considero que é aqui que está o maior problema. Mas nós não podemos ter o maior problema e mais um adicional. Esse é o nosso dilema.

E do ponto de vista da nossa Comissão, companheiros, eu tenho o maior respeito pelo nosso Colega Senador Ferraço, que chegou aqui e ganhou a todos pela sua competência; nosso companheiro Pedro Taques, mas o Senado Federal, respaldado na Constituição, já adotou – não uma vez só, mais de uma vez – resoluções nesse sentido. Então, como nós vamos usar dois pesos e duas medidas nessa questão?

É preciso que a gente examine desse ponto de vista. O constituinte nos deu essa prerrogativa, deu ao Senado Federal essa prerrogativa. Por isso que eu acho que, no mérito, o debate é bem maior. A questão de fundo sobre a desindustrialização no Brasil talvez tivéssemos condições de fazer um debate mais avançado, para enxergar melhor o que é o problema da desindustrialização no Brasil. Não é o porto de Santa Catarina e o porto do Espírito Santo que causam desindustrialização no País. Isso é uma aberração. No mérito. Mas, do ponto de vista da constitucionalidade, eu quero lamentar, mas vou ter que seguir o voto do nosso Colega pernambucano Armando Monteiro, não pelas referências mais do que meritórias de ex-dirigente

e presidente da CNI, mas porque tem razão no mérito, na minha opinião, em relação à questão da constitucionalidade. Acho que ele deu um voto buscando reforçar uma posição que garanta as prerrogativas do Senado Federal nessa matéria.

Mas acho que devemos fazer um bom debate. Acho que essa solução de haver mais um tempo na Comissão de Assuntos Econômicos nos ajuda a fazer um debate mais de fundo sobre o que é a desindustrialização no Brasil; e não mascarar a questão da desindustrialização com o porto de Santa Catarina ou os portos de Santa Catarina, o porto do Espírito Santo e outros portos do Brasil que realizam importações. Elas não deixaram de ser feitas. Essas empresas que importam continuarão importando. Vão mudar o porto, mas vão continuar importando bastante. Claro! Há uma certa isonomia. Não haverá total; haverá uma certa isonomia, mas eles vão continuar importando e depreciando a indústria brasileira.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, vou encerrar as inscrições. Antes, porém, vou dizer o seguinte: estão inscritos Senador Romero Jucá, Senador Aloysio Nunes, Senador Ricardo Ferraço, Senador Randolfe Rodrigues, Senador Armando Monteiro, e estão encerradas as inscrições. Agora, vamos ouvir os inscritos, e vou colocar a matéria em votação.

Próximo orador inscrito, pela ordem de inscrição, é o Senador Romero Jucá.

Tem a palavra V. Exª, como autor, inclusive.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, serei rápido. Estamos, aqui, discutindo constitucionalidade. Discutir o mérito, discutir as compensações, discutir de que forma a gradação, se haverá ou não haverá, isso será feito na Comissão de Assuntos Econômicos.

Eu tenho, como autor da matéria, a tranquilidade de dizer que essa matéria é constitucional. Nós estamos cumprindo a Constituição. Nós temos essa atribuição. O Senado já tomou medidas como essa anteriormente. Portanto, estamos aqui, tomando um posicionamento que já foi tomado anos anteriores no próprio Senado Federal.

Então, eu gostaria de pedir o voto pela constitucionalidade. Vou acompanhar o parecer do Senador Armando Monteiro, vou discordar do parecer do Senador Ricardo Ferraço, e, na Comissão de Assuntos Econômicos, nós vamos discutir todas essa questão da compensação.

Procurei conduzir, enquanto fui Líder do Governo, o entendimento; procurei ampliar o debate exatamente com a área econômica do Governo, com os governadores; participei de várias reuniões. É uma posição do Governo Federal buscar esse entendimento. Continua sendo.

Então, na verdade, acho que temos condição de vencer no processo da constitucionalidade, de chegar à discussão do mérito na Comissão de Assuntos Econômicos e de construir uma solução que atenda também – ou não prejudique – os Estados mais engajados nessa programação.

Essa é a minha posição, Sr. Presidente, pela constitucionalidade da matéria, acompanhando o voto do Senador Armando Monteiro.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Romero Jucá.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu tenho a mais absoluta convicção de que é competência do Senado Federal, competência exclusiva, a ser exercida mediante resolução, o estabelecimento de alíquotas interestaduais do ICMS. Não tenho dúvida nenhuma quanto a isso. A Constituição é claríssima, e eu não o faço para defender uma prerrogativa do Senado, por razões corporativas que nunca me animaram. Mas essa é a competência que a Constituição nos dá, e nós temos que exercê-la. Esse é o instrumento correto. Não tenho nenhuma dúvida quanto a isso.

Defendo a constitucionalidade. Inconstitucionalidade são benefícios fiscais concedidos à revelia do Confaz. Isso é inconstitucional. Tenho absoluta certeza de que essas práticas são federativas e que, por isso mesmo, estão destinadas a ser fulminadas por decisões do Supremo Tribunal Federal, que se acumulam. Algumas já proferidas, e outras que estão no horizonte.

Quando se fala em perdas e ganhos, eu quero dizer que me pronuncio também aqui em nome de um Estado que perde, como perdem outros Estados que recebem mercadorias importadas por outros e cujos importadores se apresentam perante nossos Erários como titulares de crédito tributário. Nós perdemos. Falou-se em Estado que perde e Estado que ganha. O Estado de São Paulo perde. Outros Estados também perdem, porque não se pode dar barretada com o chapéu alheio, conceder benefícios para desenvolver o seu Estado em detrimento de outros Estados. Por isso é que existe uma regra constitucional que determina que essas medidas têm que ser resolvidas por consenso entre os Estados, porque, senão, a nossa Federação, que já é frágil, vai se esgarçando cada vez mais.

Por isso, creio que este é o meio adequado: projeto de resolução. Este é o momento adequado para discutirmos, nesta etapa da tramitação, uma vez que

haverá ainda a Comissão de Assuntos Econômicos e haverá o plenário. Não nos esqueçamos que haverá ainda a decisão do Plenário.

De modo que, em nome da Constituição, em defesa do meu Estado e em defesa da economia nacional, voto a favor.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, abri exceção ainda para ouvir o Senador Randolfe, que me pede cinco minutos, para ouvir o Senador Armando Monteiro, que é o autor do voto em separado e, por último, o Senador Ricardo Ferraço. Peço aos Senadores que não ultrapassem dez minutos, com o devido respeito aos senhores; não há nenhuma discriminação, mas ainda há três matérias extremamente importantes para serem apreciadas. Uma delas trata da divisão do ICMS com os demais Estados brasileiros. Quero colocar para apreciação esta matéria no dia de hoje ainda, que já está na pauta, pelo menos essas três, e é por isso que estou pedindo aos Srs. Senadores brevidade.

Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, nós estamos aqui na Comissão de Constituição e Justiça. Então, reiterando os termos que já foram colocados pelos colegas, nós temos que tratar aqui da constitucionalidade.

Não me resta dúvida a constitucionalidade desta matéria, o que já foi dito aqui anteriormente pelo Senador Aloysio. E quero suscitar o art. 155, V, da Constituição Federal, que diz o seguinte:

> Art.155 .....
> V – é facultado ao Senado Federal:
> **a**) estabelecer alíquotas mínimas nas operações internas, mediante resolução de iniciativa de um terço e aprovada pela maioria absoluta de seus membros;
> **b**) fixar alíquotas máximas nas mesmas operações para resolver conflito específico que envolva interesse de Estados, mediante resolução de iniciativa da maioria absoluta e aprovada por dois terços de seus membros;

Então, parece-me claro que esta competência é nossa, do Senado Federal, especificamente, pelo art. 155 da Constituição da República, desta Comissão de Constituição de Justiça.

Da contra-argumentação em relação a isso, foram apresentados dois argumentos, que eu queria aqui discutir.

Um deles: de que não caberia ao Senado estabelecer as alíquotas aplicáveis às operações de importação, uma vez que o dispositivo constitucional apenas se refere às exportações.

Ora, se isso fosse verdade, o Senado Federal não teria aprovado, anteriormente, e não estaria em vigor, atualmente, a Resolução nº 95, de 1996, que estabelece alíquota incidente sobre a prestação de serviços de transporte aéreo interestadual de passageiro quando carga e mala postal não podem ser tributadas em mais de 4%. Ou seja, há uma resolução em vigor, aprovada por esta Comissão de Constituição e Justiça, por este Senado Federal, especificamente sobre este tema.

A outra argumentação é que este tema deveria ser tratado por lei complementar e não por resolução. Aí eu vou arguir os ensinamentos que tenho de professores de Direito Constitucional, entre eles, um dos melhores que já tive, que é o eminente Professor Pedro Taques, que nos ensina que não se pode fazer controle de constitucionalidade formal de processo legislativo com interpretações que buscam o efeito da eficácia de uma norma e da sua natureza jurídica. (Não vai me pedir o art. 14, querido Professor Pedro Taques e colega.) Mas é a partir dos ensinamentos, inclusive com V. Exª, que arguo a constitucionalidade desta matéria.

Essa constitucionalidade, esse controle de constitucionalidade formal não pode ser feito argumentando-se a natureza, em contra-argumento à natureza jurídica da matéria.

Então, em primeiro lugar, em relação à constitucionalidade da matéria, resta-me claro que ela é constitucional, é por resolução mesmo; está claro no art. 155 da Constituição.

Vamos ao debate, querido Senador Aloysio, do mérito, porque aí é outra coisa. Acho que o Governo... Aí vamos para a Comissão de Assuntos Econômicos.

E creio que é uma solução inteligente...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – É outra etapa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) –... à proposta apresentada pelo querido Senador Aécio Neves, para ser uma mediação na resolução dessa questão.

No mais, eu quero insistir em um tema: Casa da Federação não é Casa da guerra entre os Estados. Nós não podemos transformar este espaço aqui em espaço de conflito interestadual. Aliás, Casa da Federação é a Casa do equilíbrio federativo, da manutenção da união e não do conflito entre nós. Nós já conflitamos no tema dos *royalties*, estamos conflitando agora de novo no tema da Resolução nº 72, daqui a pouco teremos um novo conflito em relação à FPE.

Acho importante, de bom-senso, que o Governo da união venha debater aqui a construção de uma fórmula que equalize esse conjunto de temas que estamos debatendo no Senado. FPE tem Estado que ganha e tem Estado que perde; *royalties*, tem estado que ga-

nha, e perde; a Resolução tem Estado que ganha, e perde. É possível uma equalização. Mas isso tem de ser feito por quem é responsável de ter a maestria do controle da União, que é a Presidência da República.

E, por fim, não poderia deixar de dizer que nós não podemos ser contraditórios com as nossas próprias argumentações. Ora, via de regra nos subimos à tribuna para argumentar, para criticar a chamada desindustrialização, para criticar as ações do Governo, isso de apoio cada vez mais, de incentivo cada vez mais às importações contrários à indústria nacional. Aliás, os dados dão conta – já concluindo Sr. Presidente – de que de 2000 para cá, a nossa tabela de exportação de manufaturados diminui sensivelmente. Então, seria contraditório. Quem argumenta isso, no momento em que tem a oportunidade de fazer um sinal em apoio à indústria nacional, não fazê-lo.

Então, é importante argumentarmos aqui, primeiro: a constitucionalidade da matéria, que existe e é tratada nesta Comissão; segundo: o mérito, para que não sacrifiquemos nenhum Estado e não estabeleçamos aqui uma guerra federativa, vamos ao debate da Comissão de Assuntos Econômicos; terceiro: coerência. Não se pode criticar o Governo por política que não apoia a indústria nacional e, no momento de fazermos a nossa parte, não darmos gestos em apoio à indústria nacional.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Randolfe.

Eu vou dar a palavra ao Senador...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Art. 14, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Art. 14 não vale para "pai" e filho aqui não! (*Risos*.)

Eu vou encerrar a discussão.

Darei a palavra, por 10 minutos, respeitosamente, ao Senador Armando Monteiro, e por 10 minutos, ao Senador Ricardo Ferraço.

Depois, vou encerrar e botar em votação a matéria.

Senador Armando Monteiro, V. Exª tem a palavra.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Presidente Eunício, Srs. Governadores, companheiros e companheiras aqui no Senado, eu quero dizer que nessa questão de tempo eu tenho um crédito largo, Presidente, porque quando o nobre Senador Ricardo Ferraço pôde discorrer aqui com o seu alentado parecer, nós ficamos, de forma muito paciente e respeitosa, porque gostamos sempre de ouvir o nobre Senador Ricardo Ferraço, nós ficamos na última reunião, durante três horas, ouvindo o alentado e copioso parecer do Senador Ricardo Ferraço.

Naquele momento, eu pude dizer a S. Exª que ele promovia um esforço intelectual respeitável. Ou seja, ele procurou se valer de inúmeros pareceres e argumentos para, ao final, justificar algo que, a meu ver, carece de substância, de fato.

Para afirmar a constitucionalidade desta matéria, nós não precisamos mais do que cinco minutos.

E por isso, Presidente, quero reafirmar a minha convicção de que o Senado não pode se destituir de seu legítimo papel. A Constituição Federal, em seu inciso IV do art. 155, é claríssima quando fala da competência do Senado Federal para fixar alíquotas – e usa a expressão "alíquotas" –, deixando uma margem para que o Parlamento possa fixá-las. E o Senado exerceu já, ao longo do tempo, essa prerrogativa: lembro a Resolução nº 22, editada em 1989, e lembro também a mais recente resolução, a de nº 95 – esta última, inclusive, fixou alíquota de 4% para a prestação de transporte aéreo.

Portanto, não há nenhuma dúvida, Presidente, de que a matéria está absolutamente respaldada, amparada na Constituição Federal. A única dúvida que não existe – como disse de forma brilhante o Senador Aloysio Nunes Ferreira –, a única dúvida que não nos assalta é de que esses incentivos são inconstitucionais. Eles foram fixados à margem da legislação e produzem efeitos deletérios no plano da concorrência interempresarial, do desequilíbrio das receitas que são fixadas ao longo das cadeias produtivas e têm, sim, concorrido para desestruturar cadeias produtivas no País.

Eu quero dizer com isso que tenho imenso respeito pelo interesse dos Estados que estão aqui representados por seus ilustres governadores, tenho muita admiração pelo Estado do Espírito Santo, pelo que a gestão pública pôde promover lá no Espírito Santo nos últimos nove anos, operando uma transformação fantástica naquele Estado, saneando as instituições, inaugurando um regime fiscal responsável, colocando o Espírito Santo na rota do crescimento. Eu tenho certeza de que esse Estado continuará na rota do crescimento, pelo empreendedorismo, pela capacidade empreendedora do seu povo, pela qualidade de suas lideranças. Não me parece que estejamos aqui por inaugurar amanhã o fim do Espírito Santo, por mais sensível que seja aos argumentos que são trazidos.

Veja, Sr. Presidente, que o impacto dessa medida, se tivéssemos, por assim dizer, um corte imediato, não pode sequer ser estimado. Eu me surpreendo com o fato de já trazerem números colocando de forma direta o impacto que isso vai produzir no dia seguinte. Eu quero lembrar que a alíquota interestadual que está sendo proposta de maneira uniforme não vai, num primeiro momento, produzir nenhuma perda de receita.

Há um dado, este sim imprevisível, relativo à reorientação do fluxo de importações no tempo, o que evidentemente vai depender de uma série de avaliações, inclusive de caráter microeconômico, que escapam, portanto, à análise que possa ser feita *a priori* por qualquer analista. Por que digo isso? Porque uma empresa que já investiu na logística, nos armazéns, que já produziu toda uma externalidade nos portos, não vai, evidentemente, fazer essa reorientação da importação no dia seguinte.

Então, eu acho que é justo que os Estados possam discutir compensações, e eu entendo que o Governo Federal está obrigado a concluir esse processo de negociação de maneira satisfatória, desde que sejam tangíveis e que possam ser determinados esses prejuízos.

Mas quero, ao final, reafirmar aqui a nossa convicção de que o Senado precisa dar uma contribuição para interrompermos esse processo que está desintegrando a Federação brasileira. Não é razoável que os Estados possam, no exercício de sua soberania, pôr em risco interesses nacionais permanentes. A indústria brasileira é um patrimônio do País e, portanto, não pode ser ameaçada. Empregos estão sendo perdidos hoje neste País, há uma legião anônima de trabalhadores que não pode trazer hoje o seu testemunho e o seu depoimento. Mas quero dizer que o Senado tem de exercer as suas responsabilidades e não pode, evidentemente, deixar de decidir. Eu tenho dito, e queria repetir ao final: o tempo político tem de se ajustar ao tempo econômico, nós não podemos ficar esperando que as decisões políticas possam se produzir, sobretudo quando, na esfera econômica, a ausência dessas posições já tem nos causado um custo muito elevado.

Era essa a nossa consideração. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Armando Monteiro. Ressalto que V. Exª não é credor aqui apenas de tempo, V. Exª é credor desta Comissão e desta Presidência no que tange à discussão efetiva do pacto federativo, e V. Exª é expoente nesta Comissão para esse assunto. Por isso, após a votação desta matéria, apreciaremos duas outras matérias, PECs, nas quais eu tive o privilégio de colocar V. Exª como relator, porque compreendo a posição equilibrada e o crédito que tem V. Exª entre seus pares e, obviamente, junto a esta Mesa.

Como último orador para discutir esta matéria, como havia acertado, concedo a palavra ao Senador Ricardo Ferraço por dez minutos. Em seguida vamos encerrar e colocar a matéria em votação exclusivamente no quesito constitucionalidade, porque é o que determina o relatório do Senador Ricardo Ferraço e é o que determina o voto em separado do Senador Armando Monteiro.

Tem a palavra V. Exª, Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, considero importante não fugir ao enfrentamento daquilo que estamos discutindo nesta Comissão. Estamos aqui na Comissão de Constituição e Justiça, para onde este tema foi trazido da Comissão de Assuntos Econômicos para que nós pudéssemos aprofundar nosso conhecimento acerca dele. Os eminentes Senadores que me antecederam abordaram a prerrogativa do Senado como Casa que tem, com exclusividade, a condição de fixação de alíquotas. Não há discussão de minha parte, e isso também não é questionado em meu parecer, quanto ao fato de que essa é uma prerrogativa do Senado.

O que ocorre é que o Senado, ou a proposta do Senador Romero Jucá... O pretexto é a fixação de alíquota, mas o que deseja essa proposta é muito mais do que isso. O que deseja essa proposta é alterar todo o sistema de incentivos fiscais, e eu não avalio aqui se incentivo fiscal é bom ou ruim.

Eu detalhava a proposta aqui com o Líder Eduardo Braga, meu amigo dileto e querido, e perguntava a ele: "Líder Eduardo Braga, imagine se o Estado do Amazonas estivesse aqui discutindo o fim da Zona Franca de Manaus, porque o Fundap tem para os capixabas a mesma importância que tem para o Estado do Amazonas a Zona Franca de Manaus". O que estamos debatendo aqui é se pode o Senado ou não, por projeto de resolução, mexer no sistema de incentivos fiscais.

A minha conclusão é que não pode. Aliás, não é a minha conclusão, é a conclusão do Supremo Tribunal Federal, que foi justificada aqui anteriormente pelo Senador Pedro Taques. Ou seja, para que se altere a legislação de incentivos fiscais – o que nós precisamos é debater esse tema sem entrar no valor de juízo, repito, se incentivo fiscal é bom ou ruim –, faz-se necessária uma lei complementar, para que as duas Casas possam ser ouvidas. Quando altera incentivo fiscal não ouvindo o Congresso Nacional, o Senado está usurpando uma prerrogativa que não tem, Senador Aloysio Nunes Ferreira, para além da fixação, porque, se pode mexer em incentivo fiscal para a importação de produtos, pode também mexer, por resolução, em outros tipos de incentivos fiscais, sem reconhecer a importância que esses importantes incentivos fiscais tiveram no desenvolvimento dos nossos Estados federados. Ora, o incentivo fiscal é criticado pelo Governo Federal, mas o próprio Governo Federal o pratica quando leva para Pernambuco a fábrica da Fiat, quando leva para o Maranhão uma refinaria de petróleo estabelecendo regime especial. Então, doravante, o que vai aconte-

cer? Doravante o que vai acontecer é que somente o Governo Federal terá a prerrogativa ou o monopólio de fixação de incentivos fiscais, e os nossos Estados não terão mais essa prerrogativa.

Se queremos acabar com a guerra fiscal, se devemos evoluir para um ambiente de competição fiscal lícito, que façamos isso no leito adequado: por lei complementar, aprimorando a Lei Complementar nº 24, aperfeiçoando a Lei Complementar nº 24, e dando aos nossos Estados e ao Confaz uma moderna forma de funcionamento. Essa é a primeira observação que faço na direção do artigo 155.

Mas não fico no art. 155, vou ao art. 152 da Constituição Federal, que proíbe a discriminação textualmente, por origem ou procedência. E é o que estamos fazendo aqui: nós estamos impondo uma discriminação por origem e procedência. Nós podemos, sim, discriminar, como foi feito e citado por Senadores que me antecederam, em resoluções, mas em razão da seletividade, da essencialidade desses produtos e nunca em razão de sua origem e de sua procedência.

Por isso, Presidente, respeitando, evidentemente, democraticamente as divergências que nós estamos apresentando nesta Comissão, quero dizer que a questão não é tão simples como parece, porque essa é uma questão que será ajuizada, essa é uma questão que será levada aos tribunais do País, porque nós não estamos vendo, sinceramente, na Comissão de Justiça, em que pese o meu respeito, as vozes discordantes enfrentarem esses questionamentos que estamos fazendo.

Então, o tema do mérito, o tema dos indicadores e dos números, se essa matéria prosperar, é evidente que nós os estaremos enfrentando lá na Comissão de Assuntos Econômicos. Mas a minha manifestação, a minha convicção é de que essa matéria viola, sim, a Constituição Federal em quatro artigos: viola no 155, viola no 152, viola quando transfere para o Confaz responsabilidade que é do Poder Legislativo e não do Poder Executivo, e viola o 5º também.

Quisera Deus que o impacto dessa matéria não fosse tão grave para os nossos Estados. Os Estados de Goiás, Santa Catarina e Espírito Santo, que estavam sendo velados, estão sendo sepultados. O sentimento nosso é de cerco e aniquilamento. Eu não deixo de considerar, evidentemente, o esforço do Senador Eduardo Braga pelo entendimento, que é o que nós desejamos, mas o sentimento dos capixabas, o sentimento dos catarinenses e dos goianos é que nós não estamos sendo considerados pelo Governo Federal, os nossos problemas não estão sendo considerados. As nossas perdas são estratosféricas, os nossos Estados estarão de joelhos, os nossos Estados perderão capacidade de investimento, os senhores estarão colapsando as nossas economias.

É grave, é complexo o tema. Por isso, preciso fazer coro aqui ao Senador Luiz Henrique: precisamos continuar tentando esse entendimento, para que esse entendimento possa nos levar ao respeito aos nossos Estados. Este conflito vai produzir derrotados e vitoriosos, mas, na verdade, quem vai perder é a Federação brasileira, e a nós, derrotados, o que restará? A nós, derrotados, restará seguramente um difícil relacionamento com o Governo Federal, porque, se é verdade que nós precisamos priorizar o todo, precisamos não abrir mão da parte que estão em nossos Estados, pois em nome deles que estamos aqui. Então, é muito complexa nossa situação. É uma situação de humilhação, é uma situação de discriminação de não reconhecerem o esforço que nossos Estados fizeram ao longo desses anos para que nós pudéssemos chegar aonde chegamos.

Mas esse é um debate que nós vamos fazer se a matéria prosperar na Comissão de Assuntos Econômicos. Por ora, meu protesto, minha manifestação de não ter a consideração de nossos Estados sendo considerados pelo Governo Federal. Nossa situação, Líder Eduardo Braga, é de cerco e de aniquilamento. A cada momento nós estamos sendo emparedados para que nos faltem capacidade de articulação, e o Senado que até aqui está na direção de zelar por nós, talvez esteja sepultando as economias de nossos Estados, pois este Senado, que deveria ser a Casa da unidade, que deveria ser a Casa da fraternidade federativa, não o exerce por uma ausência estratégica, porque se vota de maneira fatiada, com impactos específicos sem que se avalie o quanto isso vai produzir de impacto negativo para o conjunto de nossos Estados.

É a manifestação que faço nesta hora derradeira, Sr. Presidente, não deixando de reconhecer a forma democrática e imparcial com que V. Exª tem dirigido os trabalhos, criando espaço e condição para que nós pudéssemos, com audiências públicas e com debates, exercer nosso mandato. Faço esta manifestação de reconhecimento à forma com que V. Exª tem dirigido a Comissão. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício de Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Ricardo Ferraço. Obrigado pela manifestação que não é permitida pelo Regimento... Mas eu vou colocar a matéria em votação.

Só vou pedir a atenção dos Srs. Senadores para duas coisas: primeiro, Senador Eduardo Braga, para que apenas os Senadores membros desta Comissão tenham direito à manifestação de voto. Apenas os membros desta Comissão terão direito à manifestação de voto.

Portanto, vou colocar a matéria em votação da seguinte forma: o relatório do Senador Ferraço é pela inconstitucionalidade da matéria. Portanto, quem votar... Primeiro, tem-se que votar no relatório dele e, em seguida, o voto do Senador Armando Monteiro. Quem votar pela inconstitucionalidade da matéria, portanto...

Senador Gim, depois V. Exª cumprimenta, educadamente, as pessoas... Eu quero só botar em votação e quero a atenção de V. Exª, pois seu voto é de qualidade nesta Comissão. É um voto de peso: unidade e força.

Para esclarecer: quem vota pela inconstitucionalidade, aqueles que votam com o relatório do Senador Ricardo Ferraço, levantem o braço, apenas os membros da Comissão. Vou botar em votação...

Os Srs. Senadores e Srªs Senadoras que concordam que esta matéria é inconstitucional levantem o braço; os que não concordam que ela seja inconstitucional, mantenham-se como se acham.

A matéria está aprovada com os votos contrários do Senador Magno Malta, Senadora Ana Rita... Desculpem-me... O relatório do Senador Ricardo Ferraço está rejeitado e, obviamente, por consequência, aprovado o voto em separado do Senador Armando Monteiro, a quem darei a palavra em seguida para fazer o voto do vencido.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Votação nominal, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício de Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu só quero registrar aqui os votos, se algum Senador o desejar: Senadora Ana Rita, Senador Pedro Taques, Senador Magno Malta, Senadora Lúcia Vânia, Senador Luiz Henrique, Senador Valadares... V. Exª está aqui na Comissão? Quanta honra! E Senador Rodrigo Rollemberg com voto também contrário.

Senador Valadares, V. Exª pede votação nominal. Apenas cinco votos contrários, e a Casa está repleta, mas é regimental, se V. Exª tiver o apoio...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Calma, Senador. Calma, Senador!

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Calma V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Calma! Vou dar a palavra a V. Exª. Deixe-me concluir o trabalho.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exª, para pedir votação nominal, precisa do apoio de mais três Senadores membros desta Comissão.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Eu acredito que teremos.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – E V. Exª pede votação nominal ou verificação?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Não, eu...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – A verificação é...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, a sugestão é que a votação seja nominal...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exª pede verificação ou votação nominal?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Eu peço votação nominal!

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – ... do voto em separado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Votação nominal.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Votação nominal.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Do voto em separado.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Aliás, é uma...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu vou submeter o requerimento de V. Exª, se V. Exª tiver...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – E a reunião é histórica, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Calma, Senador!

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Votação nominal!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Calma! A votação nominal precisa ser aprovada, em respeito ao Regimento, e V. Exª conhece o Regimento mais do que eu.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exª tem o apoiamento de três Senadores para a votação, para a verificação?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Ele quer nominal; ele não quer verificação. Ele quer nominal. Ele quer votação nominal.

Então, o requerimento de V. Exª...

V. Exª tem o apoiamento para a votação nominal.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu vou submeter ao Plenário – é regimental – se os Srs. Senadores membros desta Comissão desejam a votação nominal solicitada por V. Exª.

Em votação o requerimento de votação do Senador Valadares.

Os Srs. Senadores que desejam que esta matéria seja votada nominalmente levantem o braço. Nominalmente! *(Pausa.)*

Rejeitado o requerimento de V. Exª.

A matéria está aprovada...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – E se eu pedir verificação de quórum? *(Risos do Plenário.)*

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Calma, Senador!

Senador...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Deixem pra lá. Eu vou me conformar. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador, deixe-me concluir...

Senadores, deixem-me concluir a votação da matéria, porque ela não poderá sair daqui sem a finalização.

Rejeitado o relatório do Senador Ricardo Ferraço e aprovado o voto em separado do Senador Armando Monteiro, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Armando Monteiro, o voto em separado de V. Exª foi aprovado.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Ah, já foi aprovado?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Armando Monteiro, V. Exª é o relator do vencido – portanto, o voto em separado.

V. Exª já proferiu o voto, V. Exª já se manifestou, e é regimental.

Então, está aprovado o voto em separado de V. Exª, e V. Exª foi, pela Mesa, designado o relator do vencido.

Portanto, esta matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

Nós temos três itens importantes na pauta, e eu pediria...

Senadores, nós já estamos...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Só um minuto para eu ordenar os trabalhos! Só um minuto! A reunião não acabou! A reunião não acabou, e o Senador Eduardo Braga está pedindo para eu dar falta aqui em quem sair agora. *(Risos.)*

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu vou dar a palavra a V. Exª. Só para eu ordenar aqui.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – É para auxiliar o ordenamento.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu vou só informar – e já dou a palavra a V. Exª – que nós temos, Senador Luiz Henrique, três matérias: duas do Senador Armando Monteiro e uma do Senador, Líder do meu Partido, Renan Calheiros. São matérias importantíssimas, são PECs extremamente importantes. PEC do Senador Luiz Henrique da Silveira e de outros Senadores, PEC de autoria de outros Senadores. Nós temos três PECs que tratam da divisão do ICMS das vendas eletrônicas dos Estados brasileiros.

O Senador Luiz Henrique pede a palavra pela ordem, e eu vou dar a palavra pela ordem a S. Exª, enquanto eu encontro o meu papel aqui, que já tiraram de emergência.

Tem V. Exª a palavra.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, para oferecer o subsídio ao ordenamento dessas matérias.

Os três projetos são absolutamente simétricos, tratam da mesma matéria, têm absoluta conexão. Por isso, Sr. Presidente, em entendimento que fiz com o Líder Renan Calheiros e com o Senador Armando Monteiro, obtive a concordância de ambos de apensarmos os três projetos para que eles produzam um substitutivo que dê o tratamento adequado à matéria. É o requerimento que faço a V. Exª, ouvido o Plenário...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – ... no sentido de que os três projetos sejam apensados. Os dois Relatores já concordaram com isso. Posso oferecer um parecer único a respeito.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senador Ricardo Ferraço.

Vou responder a V. Exª.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, de acordo com o art. 48, acho que na mesma direção...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vou pedir um pouco de silêncio, por favor!

Senador Valadares, V. Exª já brilhou tanto hoje aqui! Dê-me uma atenção um minutinho, só para ouvir o Senador Ricardo Ferraço, por favor.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Eu peço a atenção de V. Exª, acho que na linha do que defendeu o Senador Luiz Henrique: o art. 48 do Regimento Interno, no seu parágrafo único, define:

> *§ 1º Após a leitura da proposição, o Presidente [da Casa] verificará a existência de matéria análoga ou conexa em tramitação na Casa, hipótese em que determinará a tramitação conjunta dessas matérias.*

O que indago de V. Exª é se pode V. Exª, na condição...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Concordo com V. Exª. Retiro o requerimento.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – ... de Presidente da CCJ... Ou se esses autos devem ser remetidos à Presidência, que deveria ter feito isso e não o fez. É a indagação que faço a V. Exª.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, para não obstaculizar a tramitação da matéria, retiro o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Está retirado o requerimento de V. Exª.

Qual é o procedimento regimental? Eu ia responder a V. Exª e respondo ao Senador Ricardo Ferraço: o procedimento regimental é que deveríamos fazer, em relação a essas matérias... Ontem, inclusive, numa negociação com o Senador Renan Calheiros, conversada com o Senador Eduardo Braga e com o Presidente Sarney, a intenção era que eu fizesse um requerimento, de ofício, ao Plenário do Senado, porque apenas quem pode apensar matéria é o Plenário do Senado. Nós podemos aprovar aqui, se for de comum acordo dos senhores, se for vontade da maioria dos senhores, uma solicitação para apensar essa matéria hoje e voltar na próxima semana. Mas eu, sinceramente, acho que aprovamos aqui uma matéria muito mais difícil, muito mais polêmica, porque mexe com companheiros nossos e com três Estados da Federação brasileira. Bem ou mal, concordando ou discordando do que foi feito, mexe com os três Estados da Federação brasileira, e, para nós, é extremamente difícil tomar uma decisão como a que tomamos hoje, mas tínhamos de fazê-lo, até porque nenhuma inconstitucionalidade tinha o projeto, ou a resolução, porque é prerrogativa, graças a Deus, do Senado da República.

Portanto, como essa matéria não pode ser apensada aqui, por esse motivo, coloquei, no mesmo dia, na mesma data, os três projetos, as três PECs. Vou, nesse caso, já que V. Exª retira o requerimento, dar a palavra ao Senador Renan Calheiros para que faça a leitura do Item 3, que é a Proposta de Emenda à Constituição nº 103, de 2011.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Já dou a palavra a V. Exª, deixe-me apenas terminar aqui.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – É uma questão de ordem quanto à interpretação do art. 48.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Ricardo Ferraço, só o Plenário do Senado tem poderes para, por meio de um requerimento, ou o Presidente, se achar adequado...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Apensar os projetos.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – ... de ofício à Mesa do Senado, poderá fazê-lo. Não tendo sido feito e não havendo aqui nesta Comissão... Já foi retirado o requerimento e já estou com a matéria dando encaminhamento; vamos fazer as três matérias em separado. Se depois for apensado no Plenário, se houver um requerimento no Plenário, não tem problema, mas hoje temos que fazer desta forma. É regimental. Ok?

ITEM 3

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 103, DE 2011
– Não Terminativo –

Acrescenta o inciso VIII-A ao § 2º do art. 155 da Constituição Federal, para modificar a sistemática de cobrança do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação incidente sobre as operações e prestações realizadas de forma não presencial e que destinem bens e serviços ao consumidor final localizado em outro Estado.

Autoria: Senador Delcídio do Amaral e outros Srs. Senadores.

Relatoria: Senador Renan Calheiros

Relatório: Dependendo de Relatório.

Quero alertar aos Srs. Senadores que estão saindo e às assessorias que insistem em prestar assessoria na hora indevida que essas matérias são extremamente relevantes para todos os Estados brasileiros. Essa, sim,

é uma matéria que dá equilíbrio aos Estados brasileiros, porque tem Estado vendendo, Estado comprando, e o Estado que está comprando não recebe um centavo dessa partilha de ICMS. Então, essa matéria é extremamente importante, a primeira é PEC.

A autoria é do Senador Delcídio do Amaral e outros Srs. Senadores.

O Senador Renan Calheiros é o nosso relator e fez um relatório favorável à proposta, com três emendas que apresenta.

Observações: no dia 11 de abril de 2012, foi recebido o relatório, reformulado pelo Senador Renan Calheiros.

Vou conceder a palavra ao Senador Renan Calheiros apenas alertando os Srs. Senadores para a importância desta matéria.

Vou, com a devida permissão do Senador Renan Calheiros, apenas dar uma informação: esta PEC 103, no substitutivo apresentado agora pelo Senador Renan Calheiros, vai dividir a alíquota média de 17% da seguinte forma: Estado de origem 7%, que equivalem a mais ou menos 42% do total de 100%: Estado de destino 10%, que correspondem a mais ou menos 58%. Então, a alíquota média de 17% equivalem a 100%.

Tem a palavra o Senador Renan Calheiros.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, pela ordem.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Antes de dar a palavra ao Senador Renan Calheiros, pela ordem, o Senador... É sobre a matéria?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – É sobre a matéria, excelência.

Sei que, regimentalmente, o pedido de vista é após o relatório....

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não posso dar vista antes de leitura de relatório, Senador Randolfe. Se for sobre isso, no momento oportuno, darei a palavra a V. Exª.

Senadora Marta.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, terei que me retirar para abrir a sessão do Senado. Só quero dizer que, sendo do Estado de São Paulo, que perde mais de quatrocentos milhões, votarei contra. Não estarei aqui no voto e só estou registrando.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Compreendo que V. Exª tem uma missão mais importante...

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Mas, ao mesmo tempo, quero dizer que isso enfatiza o ponto que eu estava fazendo anteriormente. Nessa condição agora, São Paulo perde quatrocentos milhões; na discussão anterior, outro Estado perde. Isso mostra a insensatez de discutirmos tudo fatiado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Tem a palavra o Senador Renan Calheiros, para a leitura do relatório.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Vem a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 103, de 2011, de autoria do Senhor Senador DELCÍDIO DO AMARAL, cujo objetivo é o descrito em epígrafe.

A matéria se apresenta em três artigos.

O art. 1º acrescenta inciso VIII-A ao § 2º do art. 155 da Constituição Federal para estabelecer que, uma vez ocorrida operação interestadual na modalidade não presencial, parte da arrecadação do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS) caberá ao Estado de origem e outra parte ao Estado de destino da mercadoria, em percentuais a serem definidos por resolução do Senado Federal.

O art. 2º, Sr. Presidente, Srs. Senadores, determina repartição provisória até que o Senado Federal edite a referida resolução – é, portanto, uma regra de transição –, cabendo ao Estado de localização do destinatário 70% do imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna e a interestadual, na forma a ser estabelecida por deliberação dos Estados e do Distrito Federal, nos termos do disposto no inciso XII, letra g, do mesmo § 2º do art. 155 da Constituição Federal.

O art. 3º, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é cláusula de vigência e eficácia.

Quanto ao aspecto constitucional, cabe à União legislar sobre direito e sistema tributários, haja vista o disposto nos arts. 24 e 48 da Constituição Federal.

A iniciativa parlamentar é amparada pelo art. 60 da Constituição Federal e se confirma pelas assinaturas de mais de um terço dos membros do Senado Federal comprovadas no processado da matéria. Nesse caso específico, 30 signatários fizeram com que o requisito fosse obedecido com sobras.

A PEC respeita o disposto no § 4º do art. 60 supracitado, na medida em que não tende a abolir a forma federativa de Estado, o voto direto, secreto, universal e periódico, a separação dos Poderes e os direitos e garantias individuais. Também está em conformidade com o § 5º do mesmo art. 60, ao não versar sobre tema constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada na mesma sessão legislativa.

A proposição está, portanto, em pleno acordo com os ditames da técnica legislativa, conforme a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O comércio, Sr. Presidente, não presencial remonta à longa data no nosso País. Encomendas por catálogo, vendas por telefone e entregas de mercadorias pelos correios sempre fizeram parte do quotidiano do brasileiro comum.

Recentemente, o advento da Internet instituiu o chamado e-commerce, ou comércio eletrônico, em que o comprador é exposto a uma variedade de produtos e preços sem precedentes em nossa história econômica.

A recente melhoria nos indicadores de emprego e renda da população brasileira impulsionou mais ainda o setor, facilitando o acesso a recursos eletrônicos por camadas sociais antes excluídas até mesmo do comércio de produtos básicos para a subsistência.

Essa nova realidade trouxe muitos benefícios para o cidadão comum, mas também, Sr. Presidente, Srs. Senadores, muitas distorções no equilíbrio econômico entre as unidades federadas. A maioria das lojas virtuais é sediada em poucos Estados, geralmente os mais ricos e desenvolvidos, que, mantida a sistemática atual de distribuição da arrecadação do ICMS, retêm toda a arrecadação do tributo. A fórmula constitucional atual permite tal anomalia ao determinar a incidência da alíquota interna, geralmente elevada, em operações envolvendo mercadorias destinadas a compradores não contribuintes do imposto e localizados em outro Estado. Trata-se, Sr. Presidente, Srs. Senadores, em última análise, da própria radicalização do princípio da origem.

A PEC em comento procura reequilibrar essas relações, ordenando que parte dos recursos auferidos pelo recolhimento do ICMS seja canalizada para o Estado de destino, numa justa adequação à realidade dos fatos, que mostra tendência crescente de utilização do comércio eletrônico nas mais diversas transações.

O texto original remete à resolução do Senado Federal a definição das futuras alíquotas, propondo percentuais provisórios até que a referida norma seja editada.

Entretanto, julgamos urgente e oportuno que tais percentuais sejam estabelecidos desde já, na própria PEC que se pretende aprovar, sem necessidade de aguardar nova iniciativa legislativa da Casa.

Além disso, julgamos que o diferencial de alíquota interna e interestadual deva se manter como no inciso VIII, do § 2º, do Art. 155, da Constituição Federal atual, ou seja, seja destinado ao Estado da localização do destinatário.

Com a alternativa que proponho, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, na hipótese de uma alíquota média de 17%, a partilha da alíquota ficará de 7% para Estado de origem e 10% para o Estado de destino, no caso de operações entre os Estados do Nordeste, Norte e Centro-Oeste e os demais Estados da Federação. Se a partilha fosse, por exemplo, de 50% da alíquota interna de 17%, todos os Estados receberiam a alíquota de 8,5%.

Outras propostas de emenda que tramitam nesta Comissão são a PEC nº 56, de 2011, do Senador Luiz Henrique, e a PEC nº 113, de 2011, do Senador Lobão Filho. Ambas, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, têm o objetivo de alterar o regime de tributação do ICMS nas operações interestaduais decorrentes de faturamento direto para o consumidor, pessoa física. Porém, diferem quanto à abrangência das operações a serem consideradas.

A PEC 56, de 2011, abrange somente o comércio eletrônico – a PEC do Senador Luiz Henrique, portanto, abrange somente o comércio eletrônico –, enquanto a PEC 113, de 2011, abrange todo o comércio interestadual, presencial ou não presencial. Ou seja, amplia demais, faz uma espécie de reforma tributária, de uma ampla reforma tributária. Ambas se referem a operações e prestações que destinem bens e serviços ao consumidor final localizado em outro Estado.

A alternativa, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, que estou propondo é intermediária, pois, embora também se refira às operações a consumidor final, abrange o comércio não presencial e o comércio eletrônico, mas deixa de incluir os outros tipos de comércio (comércio interestadual a consumidor final feita por meio de loja ou empresas, que são contribuintes do imposto, que não é feito por meio de internet, telefone, carta, etc.).

Além disso, na presente alternativa, a partilha da alíquota é a mesma, tanto da PEC 56, quanto da PEC 113, de 2011, não havendo, portanto, no que tange ao quesito da partilha, diferença entre o que proponho e as outras propostas, em tramitação nesta Comissão, cujo relator é o Senador Armando Monteiro.

Por conseguinte, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, propomos a aprovação da PEC nº 103, de 2011, na forma a seguir.

Voto.

Pelas razões expostas, votamos pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 103, de 2011, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº – CCJ

(à PEC nº 103, de 2011)

O art. 1º da Proposta de Emenda à Constituição nº 103, de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"**Art.1º** Os incisos VII e VIII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 155. .....

.....

§ 2º .....

.....

VII – .....

.....

c) a alíquota interestadual, quando o destinatário for pessoa física, contribuinte ou não do imposto, e a operação ou prestação ocorrer de forma não presencial ou por meio eletrônico.

VIII– nas hipóteses das alíneas "a" e "c" do inciso VII, caberá ao Estado de localização do destinatário o imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna e a interestadual; sendo atribuída ao remetente a responsabilidade pelo recolhimento do imposto, no caso da alínea "c";"

..... ."

A alínea c é a que estamos incluindo como emenda à Proposta de Emenda à Constituição do Senador Delcídio do Amaral.

EMENDA Nº – CCJ
(À PEC nº 103, de 2011)

O art. 2º da Proposta de Emenda à Constituição nº 103, de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 2º** Esta Emenda Constitucional entra em vigor no ano subsequente ao de sua publicação oficial e após decorridos noventa dias desta."

EMENDA Nº – CCJ
(À PEC nº 103, de 2011)

Suprima-se o artigo 2º da Proposta de Emenda à Constituição nº 103, renumerando-se o artigo 3º.

É esse, Sr. Presidente, o relatório que tenho a satisfação de apresentar a esta comissão.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, pediu a palavra o Senador Randolfe Rodrigues; em seguida, o Senador Suplicy.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Excelência, pedi a palavra para pedir vistas.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vista concedida ao Senador.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, uma estimativa preliminar da proposta original feita pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo informa que o comércio eletrônico atualmente bate a casa dos R$14,8 bilhões, e São Paulo responde por 66% desse total, R$9,77 bilhões. Se fosse a proposta original do Senador Delcídio, São Paulo teria perda da ordem de 438 milhões. Com a nova proposta do Senador Renan Calheiros é necessário um estudo aprofundado. E juntamente com o Senador Aloysio e a Senadora Marta Suplicy pretendo solicitar o exame adequado por parte da Fazenda do Estado de São Paulo. Por isso, solicito vistas também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – A matéria está com vista coletiva concedida aos Senadores desta comissão.

Próximo item da pauta.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, antes de V. Exª passar, sei que está com vistas concedidas, mas acho que é importante...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – A matéria está fora de pauta, mas V. Exª pede a palavra e eu não posso negá-la a V. Exª.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Eu sei, mas só pra gente ajustar direitinho essas coisas para que quem está nos ouvindo entenda, como V. Exª colocou muito bem no início, essa que é uma das matérias mais importantes.

Nos últimos sete anos, meu caro Aloysio, o comércio eletrônico cresceu dez vezes: de 1,8 bilhão para 18,7 bilhões no ano passado. O número de pessoas que passaram a usar esse mesmo instrumento de aquisição de bens também, nesses sete anos, cresceu dez vezes, de 3,1 milhões para 32 milhões de pessoas. Portanto, vou deixar com V. Exª na Mesa um levantamento e um estudo da movimentação desses recursos nos últimos anos. No ano passado foram 18,7 bilhões, Senador Delcídio. Então, precisamos fazer a devida distribuição desses recursos porque não é uma brincadeirinha qualquer. Se a gente pegar a comparação com o ano passado, foi 26% de crescimento. Volto a insistir: nos sete anos essa arrecadação cresceu dez vezes na prática do comércio eletrônico.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Armando Monteiro, o Item 4 da pauta eu estou retirando de ofício tendo em vista a questão do relatório.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 113, DE 2011
– Não terminativo –

Altera os incisos VII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal para dispor sobre a alíquota interestadual do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação nas operações e prestações de serviços interestaduais que destinem bens e serviços a consumidor final não contribuinte.

Autoria: *Senador Lobão Filho e outros*
Relatoria: *Senador Armando Monteiro)*

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) –

ITEM 5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 56, DE 2011
– Não terminativo –

Altera os incisos VII e VIII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal para dispor sobre a alíquota interestadual do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, quando a operação ou a prestação ocorrer no âmbito do comércio eletrônico.

Autoria: Senador Luiz Henrique e outros
Relatoria: Senador Armando Monteiro
Relatório: favorável à proposta com duas emendas que apresenta.

Tem a palavra o Senador Armando Monteiro para o seu breve relatório.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Sr. Presidente, muito rapidamente, eu me dispenso de fazer qualquer consideração de mérito porque todos reconhecem que o comércio eletrônico cresce exponencialmente, e não é justo que essa receita não seja partilhada. Até impõe-se uma regulação na partilha para que não tenhamos nova espécie de guerra fiscal que seria agora a guerra do comércio eletrônico. Portanto, urge que se discipline essa questão.

Eu queria tranquilizar um pouco o Senador Suplicy porque, acreditando que a Resolução 72 venha a ser aprovada, o Estado de São Paulo vai compensar amplamente a perda que aparentemente resultaria dessa partilha da receita do *e-commerce*.

Mas, Sr. Presidente, o relatório é pela aprovação, com as emendas já referidas. Quero apenas destacar que em nosso relatório há uma emenda simplificadora, em que só o Estado de origem fiscaliza, arrecada e, em seguida, distribui para o Estado de destino a parte do ICMS. Creio que dessa forma teremos, do ponto de vista da administração tributária, um ganho muito grande.

Portanto, é esse o nosso voto.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Armando Monteiro.

Em discussão a matéria.

Vistas coletivas aos Senadores Suplicy, Aloysio e Randolfe Rodrigues.

Senador Randolfe Rodrigues, nós temos ainda dois itens na pauta extremamente polêmicos: PRS 96, Item 7, e o PLS 156.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Apenas por 15 segundos. É para dizer que acabei de conversar com o Presidente da CAE e a nossa reunião extraordinária ficou para as 15h em função da Comissão de Constituição e Justiça tratar desses dois itens.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vou dar a palavra a V. Exª.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, nós temos no Item 7 o Projeto de Resolução nº 96, que trata da reforma administrativa do Senado Federal. Essa matéria, Sr. Presidente, já foi pautada três ou quatro vezes, mas, infelizmente, não tem sido possível nós apreciarmos.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Tem a palavra V. Exª.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Um momentinho, é só porque o meu querido Senador Pimentel está me tomando à visão.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pimentel, ele quer me ver.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Pois é. Não quer que eu me veja.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Atrás de V. Exª tem uma visão melhor.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Essa matéria é da maior importância para está casa. É uma matéria sobre a qual muitas vezes as pessoas já ficam fazendo indagações: será que há algum interesse da Casa em apreciar a matéria ou é apenas uma conversa de ouvir dizer? Então, considerando que, nas duas últimas vezes em que ela foi pautada, tiveram matérias polêmicas que tomou o tempo e o

plenário da Comissão de Justiça se encontra praticamente esvaziado, quero solicitar de V. Exª que pautasse essa matéria para a próxima reunião da Comissão de Constituição e Justiça, no Item 1, para ver se nós definimos de uma vez por todas essa matéria que eu reputo da maior importância para a vida administrativa do Senado Federal.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Nós temos o Item 7 e o Item 8. Inclusive recebi um pedido de informação que foi solicitado na semana passada pelo Presidente Subcomissão que tinha sido criada para esse tema, o Senador Suplicy. Já estou com as informações e vou determinar que a Secretaria da Mesa da Comissão distribua e encaminhe a todos os Senadores membros desta Comissão. Portanto, Senador Benedito de Lira, deferindo o pedido de V. Exª, na próxima reunião já está definido que o Item 7 da pauta passa a ser o Item 1 e que o Item 8 da pauta passa a ser o Item 2.

(São os seguintes os itens adiados:

ITEM 7

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 96, DE 2009
– Não Terminativo –

Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações.

Autoria: *Mesa do Senado Federal*

Relatoria : *Senador Benedito de Lira*

Relatório: *Pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do PRS nº 96, de 2009, e, total ou parcialmente, das Emendas apresentadas junto à Mesa n°s 3, 4, 5, 9, 10, 12, 14, 16, 18, 19, 20, 22, 29, 30 e 32 e das Emendas da CCJ n°s 4 a 7, 9, 12 a 17, 19 a 31, 34, 37, 39 a 51 e 53, na forma do substitutivo que apresenta, que incorpora todas essas alterações, restando rejeitadas as demais emendas.*

Observações:

– Em 14/03/2012, foi concedida vista aos Senadores Ricardo Ferraço, Randolfe Rodrigues, Sérgio Petecão, Roberto Requião, Armando Monteiro e Eduardo Suplicy, nos termos regimentais;

– Em 19/03/2012, foi recebida a Emenda n° 57, de autoria do Senador Pedro Taques (Dependendo de Relatório);

– Em 20/03/2012, foram recebidas as Emendas n° 58, de autoria do Senador Gim Argello, n°s 59 a 71, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira (Dependendo de Relatório);

– Em 22/03/2012, foi a recebida a Emenda nº 72, de autoria do Senador Inácio Arruda (Dependendo de Relatório).

– Em 26/03/2012, foi recebida a Emenda n° 73, de autoria do Senador Gim Argello, (Dependendo de Relatório);

– Em 27/03/2012, foi recebida a Emenda n° 74, de autoria do Senador Francisco Dornelles, (Dependendo de Relatório);

– Em 28/03/2012, foi recebido o Voto em Separado de autoria do Senador Ricardo Ferraço;

– Em 04/04/2012, foram recebidas as Emendas n°s 75, 76 e 77, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, e a Emenda nº 78, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira (Dependendo de Relatório);

– A matéria será apreciada pela Comissão Diretora.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 156, DE 2011
– Terminativo -

Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para disciplinar a realização de eleições primárias para a escolha do candidato a Presidente da República.

Autoria: *Senador Alvaro Dias*

Relatoria : *Senador Pedro Taques*

Relatório: *Pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto, e, no mérito, pela sua aprovação, com uma emenda que apresenta.*

Observações:

Votação nominal.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em função do pedido de vista das três PECs, Senador Armando Monteiro e Senador Renan Calheiros, resolvi de ofício fazer um requerimento, para que V. Exªs aprovem ou rejeitem, para que, nos termos do art. 258, do Regimento Interno do Senado, a tramitação dessas matérias, dessas três PECS, seja em conjunto – PEC 56, PEC 103 e PEC 113 –, para que tenhamos um único relatório sobre as três PECS. Vou pedir a anuência de V. Exª.

Vou colocar o requerimento em votação. O requerimento de minha autoria é para apensar as outras

PECS e fazer um único relatório para as três PECS. Só quem pode apensar é o Plenário do Senado. Portanto, faço o requerimento a V. Exªs a o submeto à vontade dos Srs. e das Srªs Senadoras.

Os que concordam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado por unanimidade.

O requerimento vai à Mesa do Senado, hoje. Vou pedir ao Presidente José Sarney que coloque de ofício para que voltemos com essa matéria, na próxima semana, apensada, para que não tenhamos mais aqui a postergação de matéria tão importante para os Estados brasileiros.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Presidente pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, o Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, pediria a V. Exª que fosse garantida a colocação, na próxima reunião, de projetos relacionados ao Tribunal Superior do Trabalho do Rio. Já foram aprovados vários projetos. Pediria a V. Exª que, na próxima semana, pudesse ser pautado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – A solicitação de V. Exª se torna uma determinação da Presidência desta Mesa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Excelência, faço duas solicitações no mesmo sentido. Primeiro, queria a informação de V. Exª, da Mesa sobre a audiência pública já marcada sobre a nova partilha do Fundo de Participação dos Estados.

Em seguida, quero também fazer um apelo a V. Exª. Temos uma matéria, é de minha lavra a relatoria, no sentido da criação de varas do trabalho também no Pará e no Amapá. Da mesma forma, pediria a V. Exª que essa matéria e a Proposta de Emenda Constitucional nº 55, para a qual eu tenho relatório pronto, se fosse possível, entrassem na pauta da próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Fica o compromisso da Mesa, Senador Randolfe, de pautar a questão do tribunal. Quanto à PEC 55, eu vou averiguar, senão vou encher a pauta de novo e nós não discutiremos os dois compromissos que fiz, as matérias polêmicas. Então, um dos itens de V. Exª está atendido, assim como estará atendida a solicitação do Senador Dornelles.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Pela ordem, Presidente.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Primeiro quero agradecer V. Exª por pautar o projeto, o nº 8 da pauta, PLS 156, para a próxima reunião, já que houve um pedido de vista – regimentalmente deveria ter sido votado hoje, mas é compreensível. Fica como Item 2, logo após o relatório do Senador Benedito de Lira.

Eu pediria a V. Exª, Sr. Presidente, em tempo ainda, faço um requerimento, que o PLC nº 3, que foi relatado pelo Senador Mozarildo Cavalcanti, possa ter regime de urgência.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em votação o regime de urgência da matéria do Item 3 solicitado pelo Senador Alvaro Dias. Desculpe-me, Item 1, PLC nº 3.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que o aprovam permaneçam como se acham.

Aprovado o requerimento de urgência de V. Exª.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Antes de encerrar, dou a palavra ao Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, há uma decisão de V. Exª muito importante. Há requerimento, inclusive, do Senador Dornelles sobre audiência pública para discussão da PEC 15, a PEC dos recursos. Consulto V. Exª se já temos a programação dessa audiência pública, tendo em vista que essa matéria está pronta para ir à votação e não foi a pedido do nosso queridíssimo mestre, professor Dornelles.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Nós temos duas audiências públicas a serem feitas: a do Senador Randolfe, que está como Item 1 da pauta, próxima audiência pública e, em sequência, a PEC 15, de autoria de V. Exª. Eu não tenho o calendário aqui neste momento, mas posso determinar à Mesa que o forneça a V. Exª ainda hoje.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Quero só reiterar a V. Exª a importância de estarmos debatendo essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu sei.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Agradeço a V. Exª.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Agradeço se V. Exª puder designar o relator da PEC nº 23, de minha autoria, que se refere também à realização de eleições internas diretas nos partidos políticos para escolha de candidatos aos cargos eletivos, o que, de alguma maneira, se relaciona à PEC referida pelo Senador Alvaro Dias.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Alvaro Dias ou Senador Aloysio Nunes?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – O referente a...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador que V. Exª está pedindo que possa relatar a matéria é o Senador Alvaro Dias ou o Senador Aloysio?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – É o referente ao PLS...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu sei qual é o PLS.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – É o referente ao PLS 156, que se relaciona à PEC de minha autoria, por se tratar também de regulamentação de primárias para a escolha de candidatos à Presidência da República e demais cargos pelos partidos políticos.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exª está pedindo que...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Que V. Exª possa designar o relator...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Alvaro ou Senador Aloysio V. Exª está pedindo? Ou qualquer Senador?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Não, V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Qualquer. Será designado ainda hoje, Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – V. Exª tem inteiro discernimento para escolher...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Está atendida a solicitação de V. Exª. Vou distribuir a matéria ainda hoje.

Portanto, nada mais havendo a tratar, ficando os dois itens remanescentes para a próxima reunião, agradeço a presença de todos.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 44 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 16 minutos.)

Ata da 14ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura, realizada em 18 de abril de 2012, quarta-feira, às 10:00 horas, na Sala de Reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa.

Às dez horas e trinta e quatro minutos, do dia dezoito de abril de dois mil e doze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Eunício Oliveira, com a presença dos Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Jorge Viana, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Pedro Simon, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Renan Calheiros, Luiz Henrique, Francisco Dornelles, Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, José Agripino, Armando Monteiro, Gim Argello, Magno Malta, Randolfe Rodrigues, Sérgio Petecão, Eduardo Suplicy, Rodrigo Rollemberg, Humberto Costa, Clésio Andrade, Eduardo Braga, Ricardo Ferraço, Lobão Filho, Benedito de Lira, Flexa Ribeiro, Cícero Lucena, Mozarildo Cavalcanti e João Ribeiro e da Senadora Marta Suplicy, reúne-se a presente Comissão. Deixa de comparecer o Senador Eduardo Lopes. Usa da palavra a Senadora Vanessa Grazziotin. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Última Reunião Ordinária, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta: **ITEM 1) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 123, DE 2011 Não Terminativo** Acrescenta a alínea e ao inciso VI do art. 150 da Constituição Federal, instituindo imunidade tributária sobre os fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham. **Autoria:** Deputado Otavio Leite e outros. **Relatoria:** Senador Eunício Oliveira. **Relatório:** Favorável à Proposta, com a emenda de redação que apresenta. Em 11/04/2012, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais. **Resultado: Retirado de Pauta para atender a Requerimento nº 24, de 2012 – CCJ, de audiência pública para instruir a matéria. ITEM 2) PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 96, DE 2009 Não Terminativo** Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações. **Autoria:** Mesa do Senado Federal. **Relatoria:** Senador Benedito de Lira. **Relatório:** Pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do PRS nº 96, de 2009, e, total ou parcialmente, das Emendas apresen-

tadas junto à Mesa n°s 3, 4, 5, 9, 10, 12, 14, 16, 18, 19, 20, 22, 29, 30 e 32 e das Emendas da CCJ n°s 4 a 7, 9, 12 a 17, 19 a 31, 34, 37, 39 a 51 e 53, na forma do substitutivo que apresenta, que incorpora todas essas alterações, restando rejeitadas as demais emendas. Em 14/03/2012, foi concedida vista aos Senadores Ricardo Ferraço, Randolfe Rodrigues, Sérgio Petecão, Roberto Requião, Armando Monteiro e Eduardo Suplicy, nos termos regimentais. Em 11/04/12, foi recebido Voto em Separado reformulado pelo Senador Ricardo Ferraço, com voto pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do Projeto e, total ou parcialmente, das Emendas apresentadas junto à Mesa nºs 3, 4, 5, 9, 12, 14, 16, 17, 19, 20, 22, 29, 30 e 32 e Emendas CCJ nºs 4, 5, 6, 7, 9, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 33, 36, 37, 38, 47, 48, 54, 59, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 68, e 69, restando rejeitadas as demais emendas, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. Em 18/04/2012, o Relator apresenta Adendo à Complementação de Voto que conclui pela aprovação do Projeto, e, total ou parcialmente, das Emendas nºs 3, 4, 5, 9, 10, 12, 14, 16, 18, 19, 20, 22, 29, 30 e 32, apresentadas no Plenário da Casa, e das Emendas nºs 4 a 7, 9, 12 a 17, 19 a 31, 34, 37, 39 a 51, 53, 74 e 75, oferecidas na CCJ, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. A matéria será apreciada pela Comissão Diretora. **Resultado: Rejeitado o Relatório do Senador Benedito de Lira. Votam vencidos os Senadores Benedito de Lira, Jorge Viana, Inácio Arruda, Romero Jucá, Francisco Dornelles, Magno Malta e Lobão Filho. Rejeitado o Voto em Separado do Senador Ricardo Ferraço. Votam vencidos os Senadores Ricardo Ferraço, Aloysio Nunes Ferreira, Marta Suplicy, Eduardo Suplicy, Jorge Viana e Armando Monteiro. Designado Relator do Vencido o Senador Pedro Taques, que conclui pela rejeição do Projeto. ITEM 4) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 65, DE 2011 Não Terminativo** Altera o art. 27 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para criar o Tribunal Regional Federal da 6ª Região, em Belo Horizonte, Minas Gerais. **Autoria:** Senador Clésio Andrade e outros. **Relatoria:** Senador Renan Calheiros. **Relatoria "ad hoc"**: Senador Aécio Neves. **Relatório:** Pela admissibilidade da Proposta e, no mérito, pela sua aprovação, com a emenda que apresenta. Em 04/04/12, foi concedida vista aos Senadores Pedro Taques, José Pimentel, Randolfe Rodrigues e Armando Monteiro, nos termos regimentais. **Resultado: Aprovado o Parecer favorável à Proposta com a Emenda nº 1-CCJ. Votam vencidos os Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Randolfe Rodrigues, Aloysio Nunes Ferreira, Eduardo Suplicy e a Senadora Marta Suplicy. ITEM 5) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 5, DE 2012 Não Terminativo** Dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região – RJ, define jurisdição e dá outras providências. **Autoria:** Tribunal Superior do Trabalho. **Relatoria:** Senador Francisco Dornelles. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. Aprovado o Requerimento nº 18, de 2012-CCJ, de URGÊNCIA para a matéria. ITEM 6) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 7, DE 2012 Não Terminativo** Dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região e dá outras providências. **Autoria:** Tribunal Superior do Trabalho. **Relatoria:** Senador Inácio Arruda. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. Aprovado o Requerimento nº 19, de 2012-CCJ, de URGÊNCIA para a matéria. ITEM 7) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 9, DE 2012 Não Terminativo** Dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região e dá outras providências. **Autoria:** Tribunal Superior do Trabalho. **Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. Aprovado o Requerimento nº 20, de 2012-CCJ, de URGÊNCIA para a matéria. EXTRAPAUTA: ITEM 1) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2012 Não Terminativo** Dispõe sobre a criação de 1 (uma) Vara do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região (MT) e dá outras providências. **Autoria:** Tribunal Superior do Trabalho. **Relatoria:** Senador Pedro Taques. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. Aprovado o Requerimento nº 23, de 2012-CCJ, de URGÊNCIA para a matéria. REQUERIMENTOS APRECIADOS: 1) REQUERIMENTO Nº 18, DE 2012-CCJ** "Requeiro, nos termos do artigo 338 inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2012." **Autoria:** Senador Francisco Dornelles. **Resultado: Aprovado. 2) REQUERIMENTO Nº 19, DE 2012-CCJ** "Requeiro, nos termos do artigo 338 inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2012." **Autoria:** Senador Inácio Arruda. **Resultado: Aprovado. 3) REQUERIMENTO Nº 20, DE 2012-CCJ** "Requeiro, nos termos do artigo 338 inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 2012." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado: Aprovado. 4) REQUERIMENTO Nº 21, DE 2012-CCJ** "Requeiro, nos termos do artigo 312 inciso II, do Regimento Interno do Senado

Federal, destaque para votação em separado da Emenda nº 57 apresentada ao PRS nº 96, de 2009." **Autoria:** Senador Pedro Taques. **Resultado: Aprovado. 5) REQUERIMENTO Nº 22, DE 2012-CCJ** "Requeiro, nos termos do artigo 312 inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque para votação em separado da Emenda nº 76 apresentada ao PRS nº 96, de 2009." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado: Aprovado. 6) REQUERIMENTO Nº 22-A, DE 2012-CCJ** "Requeiro, nos termos do artigo 312 inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque para votação em separado da Emenda nº 77 apresentada ao PRS nº 96, de 2009." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado: Aprovado. 7) REQUERIMENTO Nº 23, DE 2012-CCJ** "Requeiro, nos termos do artigo 338 inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2012." **Autoria:** Senador Pedro Taques. **Resultado: Aprovado. 8) REQUERIMENTO Nº 24, DE 2012-CCJ** "Considerando que a Proposta de Emenda à Constituição nº 123, de 2011, quando de sua efetiva aplicação poderá provocar desemprego na região da Zona Franca de Manaus; Considerando que a isenção de impostos, em tese, cria no Brasil a indústria "Zona Franca", ou seja, em qualquer lugar ela poderá ser construída com os benefícios de isenção de impostos, o que provocará mudanças de sedes de indústrias; Considerando que, por motivos de transporte, fornecimento de energia, logística, além de outros, as empresas beneficiadas escolherão áreas desenvolvidas, o que acarretará em fechamento das indústrias instaladas na Zona Franca de Manaus; Considerando que aplicação da Proposta de Emenda à Constituição poderá não ter o efeito desejado quanto ao fim da pirataria que hoje existe no setor, sendo apenas um paliativo duvidoso e temporário e que, pior ainda, poderá gerar novos problemas de fiscalização, de impostos e de direitos autorais; Considerando que o tema prescinde de uma discussão mais técnica, como é costume desta Casa, Requeremos, nos termos do art. 93, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de **AUDIÊNCIA PÚBLICA** para debater os efeitos da aplicação da Proposta de Emenda à Constituição nº 123, de 2011, que acrescenta a alínea e ao inciso VI do art. 150 da Constituição Federal, instituindo imunidade tributária sobre os fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham, com as seguintes presenças: Representante da Receita Federal do Brasil; Representante da Confederação Nacional das Indústrias – CNI; Sindicato das Indústrias dos Meios Magnéticos e Fonográficos do Estado do Amazonas; Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos – CNTM; Representante da Associação Brasileira de Músicos Independentes – ABMI; e Representante da Associação Brasileira de Produtos de Discos – ABPD." **Autoria:** Senadores Eduardo Braga, Armando Monteiro e Vanessa Grazziotin. **Resultado: Aprovado.** Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião, às quatorze horas e quatro minutos, restando adiado o item 3 constante da pauta, a saber: ITEM 3) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 156, DE 2011; e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Eunício Oliveira,** Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 14ª reunião ordinária da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que a aprovam, queiram permanecem como se acham. *(Pausa.)*

Aprovada a Ata, será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens de nº 1 a nº 7.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ. *Fora do microfone.*) – Pela ordem.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, pedem a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Francisco Dornelles.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Senador Dornelles, se V. Exª me permite. Obrigada.

Senador Eunício, na reunião anterior, V. Exª colocou o item relativo à PEC nº 123, conhecida como a PEC da música, e apresentamos um requerimento pedindo uma audiência pública. V. Exª concedeu vista coletiva, ficando a decisão para hoje. Então, quero ouvir o encaminhamento que V. Exª propõe para a matéria.

E adianto já, Presidente Eunício, a minha decisão de retirar dois requerimentos que encaminhei à Mesa, pedindo o apensamento de outra PEC similar e pedindo informações a dois ministérios, da Fazenda e de Indústria e Comércio, relativamente à matéria.

Então, se V. Exª decidir pela realização da audiência pública antes de votar a matéria, Sr. Presidente, comunico a V. Exª que retirarei os dois requerimentos apresentados à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senadora Vanessa, há um requerimento sobre a Mesa, do Senador Eduardo Braga, membro desta Comissão e de V. Exª, do PCdoB do Amazonas, e do Senador Armando Monteiro, para discutir essa questão da chamada PEC da música, PEC nº 123, de que sou inclusive o relator.

Foi concedida vista coletiva na semana passada e, obrigatoriamente, essa matéria teria de ser votada no dia de hoje, mas V. Exª me fez vários apelos para que essa matéria fosse um pouco mais debatida – não faço nenhuma objeção a que se debatam todas as matérias aqui nesta Comissão. Embora saiba que o Regimento determina que eu coloque essa matéria em votação hoje, porque foi dada vista coletiva, diante do apelo e do compromisso de V. Exª em relação a isso, eu vou retirar o Item nº 1 de pauta, como relator. Não vou retirá-lo como presidente, porque eu não poderia fazer isso regimentalmente. Vou retirar a matéria como relator e, no final desta reunião, vou submeter ao Plenário o requerimento de audiência pública.

Vou fazer a audiência pública e, depois, essa matéria será pautada, antes deixando claro que essa audiência pública será realizada após outra audiência pública, já comprometida pela Mesa. Portanto, será a segunda audiência pública na sequência, ainda sem data. Não vou determinar, nem definir a data. Após a audiência pública, sou obrigado a voltar com esta matéria regimentalmente, desde que haja também o compromisso de V. Exª de não termos depois – não há necessidade alguma de atropelarmos isso nem de antecipar – protocolados novos requerimentos por V. Exª, sob pena de eu não devolver a matéria com toda a clareza, como me é peculiar ao tratar as matérias aqui. Voto é voto. Se houver maioria, vota-se; se não houver, não se aprova.

Então, vou retirar a matéria de pauta. Está retirado de pauta para atender à solicitação de V. Exª, voltando, repito, com esta matéria tão logo tenhamos realizado a audiência pública solicitada pelo Senador Eduardo Braga.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Se V. Exª permite, Sr. Presidente, eu só gostaria antes – eu sei que a matéria já está... Não há mais o que discutir – mas eu gostaria de fazer um agradecimento a V. Exª. Não tenha dúvida de que estou aqui... Nós antecipamos um acordo; retirarei os requerimentos e nenhum requerimento mais apresentarei enquanto a matéria estiver aqui. V. Exª fique tranquilo! Assim como V. Exª tem palavra – e sou testemunha disso –, nós também temos. E agradeço a V. Exª por permitir que nós possamos travar um debate profundo e técnico a respeito da matéria – e agradeço não ao Senador Eunício, Presidente da CCJ, mas principalmente ao Senador Eunício, Relator da PEC nº 123.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira, Bloco/PMDB – CE) – Está retirado de pauta.

Eu vou dar a palavra ao Senador Francisco Dornelles, que pediu a palavra pela ordem; e, em seguida, ao Senador José Pimentel.

Senador Dornelles, por favor.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, tomam posse, hoje, como Presidente e Vice-Presidente do Tribunal Superior Eleitoral a Ministra Carmem Lúcia e o Ministro Marco Aurélio. Competência, dignidade, inteligência, independência, capacidade de trabalho são características desses Ministros. Eu queria mostrar aqui a minha satisfação e a tranquilidade que terá a classe política com a presença desses dois Ministros na Presidência e na Vice-Presidência, respectivamente, do Tribunal Superior Eleitoral.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, eu pediria a V. Exª a possibilidade da inversão de pauta para que nós possamos votar o item 5, uma matéria simples, rápida, que trata da criação de Varas no Tribunal Regional do Trabalho do Rio de janeiro. O relatório já foi distribuído, já houve votações semelhantes e estou certo de que, hoje, temos um importante assunto a ser tratado: a reforma administrativa do nosso Senado.

Essas matérias são extremamente simples, de forma que pediria a V. Exª a inversão de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Há um compromisso da Mesa em dar sequência às matérias, com a discussão do Projeto de Resolução do Senado nº 96. V. Exª, contudo, pede a inversão de pauta. Como é uma matéria simples, que trata da criação de Varas da Justiça do Trabalho no âmbito da 1ª Região, no Rio de Janeiro, define jurisdição e dá outras providências, eu vou submeter ao Plenário o pedido de inversão de pauta de V. Exª.

Os Srs. Senadores...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Antes de submeter o requerimento de inversão de pauta, concederei a palavra ao Senador Pimentel, que já a havia solicitado pela ordem.

Senador José Pimentel, tem a palavra V. Exª.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, é matéria já vencida o primeiro item, mas quero saudar V. Exª pela forma como tem mediado as matérias que têm posições diferenciadas. Eu sei da tramitação dessa matéria na Câmara Federal e que V. Exª, juntamente conosco e o Senador Inácio Arruda, embora aqui no Senado, acompanhamos, bem como uma série de outros parlamentares, pelo que ela representa para o Brasil. A retirada de pauta demonstra, mais uma vez, a responsabilidade que sempre V. Exª teve com matérias polêmicas.

Queremos votá-la, e, nesse sentido, eu deixaria, para reflexão do Plenário, na hora de votar o requerimento, a ponderação sobre se seria possível, no dia 24 de abril, terça-feira, na parte da tarde, promovermos a audiência pública e, na quarta-feira, a matéria voltaria à pauta.

Essa, a sugestão que deixo a V. Exª, embora a matéria já esteja vencida.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu vou analisar a solicitação de V. Exª, Senador Pimentel, mas há um compromisso de outra audiência pública que eu preciso fazer antes...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não; não sei. Não vi a data de 24, mas eu vou analisar, uma vez que uma solicitação de V. Exª, obviamente, tem muito peso aqui.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Inácio Arruda, tem a palavra V. Exª pela ordem.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, as matérias constantes dos itens 6 e 7 são exatamente do mesmo teor da do item 5, de modo que pediria a V. Ex que, se pudéssemos, votássemos em seguida, uma vez que são matérias fáceis de serem votadas e há consenso na Comissão. Trata-se da criação de Varas na Justiça do Ceará e do Pará, do mesmo tribunal.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu vou pedir ao Plenário que nós votássemos, então, em bloco os três projetos. Os três projetos têm o mesmo teor, embora para Estados diferentes.

Então, para que a gente não atrapalhe ali o Senador Benedito de Lira, que já está vermelho, coçando a cabeça, consulto o Plenário se nós podemos votar essas três matérias, esse três PLCs de mesmo teor. *(Pausa.)*

Consulto o Plenário se nós podemos colocar, na mesma discussão, se for o caso, mas em votações separadas, dando a palavra a cada Relator, apenas se quiser fazer uso da palavra, ou a alguém que queira discutir a matéria. É matéria de consenso a criação de Varas dos Tribunais. São três matérias idênticas. É apenas para a gente adiantar os trabalhos e voltar ao Item 2 da pauta, que é a chamada Reforma Administrativa.

Portanto, eu submeto ao Plenário o processo de inversão de pauta, dos três processos de criação de Varas na área do Ministério do Trabalho.

O SR. CLÉSIO ANDRADE (Bloco/PMDB – MG) – Sr. Presidente, eu peço inversão de pauta também do Item 4, para antecipar, se puder votar também.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – É Vara de Trabalho também?

O SR. CLÉSIO ANDRADE (Bloco/PMDB – MG) – Não, é daqui, do TRF de Minas.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – É Tribunal? Então, vamos fazer o seguinte: eu vou colocar as três Varas na inversão, vamos abrir a discussão, e depois eu coloco a de V. Exª.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam a inversão de pauta dos três itens permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pois não.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Apenas eu pediria a V. Exª que não preterisse o Item 3, que está aguardando já há várias reuniões. É uma matéria da Reforma Política, cuja agilização consideramos importante, para que vá ainda à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu vou fazer as inversões de pauta; concluídas as inversões de pauta, eu vou colocar em pauta, e, em seguida, o segundo item será da pauta normal.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Se inverter muito a pauta outra vez,...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Mas é rápido aqui.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – ...não haverá possibilidade.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Itens 5, 6 e 7 da pauta.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 5, DE 2012
– Não Terminativo –

Dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região – RJ, define jurisdição e dá outras providências.

Autoria: Tribunal Superior do Trabalho.
Relatoria: Senador Francisco Dornelles.
Relatório: favorável ao projeto.

Eu dou a palavra ao Senador Francisco Dornelles, para, como sempre, fazer a breve leitura do relatório.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, o projeto de lei, originário do Tribunal Superior do Trabalho (TST), tem por objetivo criar, de acordo com o art. 1º, Varas na cidade do Rio de Janeiro (RJ).

O parecer foi distribuído com grande antecedência.

O voto é pela constitucionalidade, juridicidade e, no mérito, pela aprovação do projeto da Câmara dos Deputados.

Sr. Presidente, o relatório é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu ouvi V. Exª e vi que o relatório, obviamente, é pela aprovação, até porque as Varas serão criadas para agilizar a justiça do Estado do Rio de Janeiro, e V. Exª é o relator.

Então, eu vou colocar em discussão o Item 5. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir, vou colocar em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa*.)

Aprovado o Item 5.

A matéria, aprovada, com parecer favorável constituído pela Comissão, vai ao Plenário.

Item 6 da pauta.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, por favor...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pois não.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Eu pediria que fosse concedida urgência para votação em plenário.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Na sequência dos três projetos, vou colocar em votação o regime de urgência para os três projetos.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) –

ITEM 6

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 7, DE 2012
– Não Terminativo –

Dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região e dá outras providências.

Autoria: Tribunal Superior do Trabalho.
Relatoria: Senador Inácio Arruda.
Relatório: favorável ao projeto.

Concedo a palavra ao Senador Inácio Arruda, do PCdoB do Ceará, para que faça o seu breve relatório, favorável, sobre a criação de Varas no nosso querido Estado.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, o meu parecer e o voto são favoráveis.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Coisa rápida e sucinta, Senador Inácio Arruda. *(Risos.)*

Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, vou colocar a matéria em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovada a matéria, cujo relatório, aprovado, passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 9, DE 2012
– Não Terminativo –

Dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região e dá outras providências.

Autoria: Tribunal Superior do Trabalho.
Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues.
Relatório: favorável ao projeto.

O Senador Randolfe Rodrigues brigou tanto por essa relatoria, mas acho que não pode chegar aqui agora porque deve estar em outra comissão. Ele comunicou que estaria chegando, mas o Senador Inácio Arruda pediu para ser o relator *ad hoc*.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Enquanto isso, peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, antes, o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Nós estamos nesse mutirão pela Justiça do Trabalho, que é importante para o Brasil, nós todos sabemos, na consolidação dos direitos sociais. Do TRT do Estado de Mato Grosso, o PLC chegou aqui dia 09/04, é o PLC 12. Infelizmente, não está nessa toada.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Vamos colocá-lo extrapauta.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Eu queria pedir o empenho de V. Exª. Se fosse possível extrapauta, eu já faria o relatório oralmente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Pedro Taques, peço desculpas a V. Exª. Sinceramente, não tomei conhecimento ainda.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – É o PLC 12.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – PLC 12. Eu determino à Secretaria da Mesa...

Isso é coisa de pai e filho. Ele ficou ali criando uma dificuldade para ver se Randolfe chegava a tempo, e ele chegou.

Senador Randolfe, o Senador Pedro Taques estava aqui fazendo uma questão de ordem para dar tempo de V. Exª chegar. Eu já havia determinado ao Senador Inácio Arruda que fizesse um brevíssimo relatório dessa questão, mas, tendo em vista que V. Exª, Relator, está presente, vou dar a palavra a V. Exª para seu brevíssimo relatório, tendo em vista que nós temos aqui, como disse o Senador Pedro Taques, um mutirão em relação a isso.

Em resposta ao Senador Pedro Taques, comprometo-me agora a que a Mesa busque essa matéria e eu vou colocá-la, em seguida, como matéria extrapauta. É um compromisso da Mesa e da Presidência.

O SR. CLÉSIO ANDRADE (PR – MG) – Sr. Presidente, só uma questão de ordem. É que o senhor falou que ia pedir a inversão do item 4, mas não pôs em votação.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem.

Vou fazê-lo em seguida. Tenho que terminar esse aqui, dos três com os quais eu havia me comprometido.

Senador Randolfe Rodrigues.

Estamos no item 7, o Relator é o Senador Randolfe Rodrigues, a quem concedo a palavra para seu brevíssimo relatório.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Muitíssimo obrigado, Sr. Presidente. Obrigado ao senhor, aos Senadores Inácio Arruda, Pedro Taques e José Pimentel, por terem me dado tempo de chegar, correndo, um pouco ofegante, à CCJ, mas a tempo de proferir esse relatório de matéria tão importante para os Estados do Pará e do Amapá, que é a criação de novas Varas do Trabalho nesses Estados.

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 9, de 2012, de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região e dá outras providências.

Nesse sentido, o art. 1º da proposição preceitua que são criadas na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, com sede na cidade de Belém, capital do Estado do Pará, onze Varas do Trabalho, sendo três (17ª a 19ª Varas), para a capital Belém; também três (5ª a 7ª Varas), para Macapá, a capital do Estado do Amapá; duas (3ª e 4ª Varas), para Marabá-PA; outras duas (3ª e 4ª Varas), para Parauapebas-PA; e uma (a 1º Vara), para São Félix do Xingu-PA.

Por seu turno, o art. 2º acresce aos quadros de Juiz e de pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu vou pedir licença ao Senador Randolfe. Quero ouvir um pouco...

Senador Randolfe, V. Exª está atrapalhando as pessoas com a leitura do seu relatório.

Peço silêncio para ouvirmos o Senador Randolfe.

V. Exª tem a palavra, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Obrigado, Presidente.

Por seu turno, o art. 2º acresce aos quadros de Juiz e de pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região 253 cargos, a saber: 11 cargos de Juiz do Trabalho, 88 cargos efetivos de Analista Judiciário, 44 cargos efetivos de Técnico Judiciário, 11 cargos em comissão de Diretor de Secretaria CJ-3, mais 99 funções comissionadas, sendo 11 de Assistente de Diretor de Secretaria FC-5 e 22, separadamente, para Assistente de Juiz FC-5, Calculista FC-4, Secretário de Audiência FC-3 e Assistente FC-2, conforme discriminado nos Anexos I a IV da proposição.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, nos termos do art. 101, I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), deve opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas.

Ademais, por força do disposto no art. 101, II, p, do RISF, esta Comissão deve também avaliar o mérito do projeto em questão, tendo em vista tratar-se de matéria referida no art. 96, II, alíneas b e d, da Constituição Federal.

O mencionado dispositivo constitucional reserva aos Tribunais Superiores, observado o disposto no art. 169 da Lei Maior, competência para iniciar o processo legislativo de proposições que disponham sobre a criação de cargos e a alteração da organização e da divisão judiciárias. O PLC nº 9, de 2012, apresentado pelo Tribunal Superior do Trabalho, cumpre essa norma de restrição da competência legislativa.

De outro parte, de acordo com o disposto no item 2.6.14 do Anexo V da Lei nº 12.595, de 19 de janeiro de 2012 (Lei Orçamentária Anual – LOA) – em que são relacionadas as autorizações específicas de que trata o art. 169, § 1º, inciso I, da Constituição Federal, relativas a despesas de pessoal e encargos sociais para o exercício de 2012 –, estão previstos os recursos financeiros para a criação dos 253 cargos de que trata o projeto em exame, ficando, assim, atendida a exigência da Constituição Federal que condiciona a criação de cargos públicos à existência de prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes.

No que diz respeito ao mérito, cabe-nos registrar que o PLC nº 9, de 2012, deve ser aprovado, haja vista não haver dúvida que a ampliação do quadro de Juízes do Trabalho e de pessoal da Secretaria do TRT da 8ª Região deve contribuir para a melhoria da prestação jurisdicional nos Estados do Pará e Amapá, fortalecendo o papel da Justiça do Trabalho na resolução dos conflitos oriundos das relações de trabalho.

Em face do exposto, Sr. Presidente, opino pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 2012, e no mérito, pela sua aprovação.

Feita a leitura, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Randolfe.

Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário.

Vou submeter o pedido do Senador Dornelles que pede urgência para o Rio de Janeiro e, neste caso, vou estender, atendendo ao Senador Randolfe Rodrigues e ao Senador Inácio Arruda – o Senador José Pimentel já se prepara para pedir também – a urgência nessas três matérias.

As Srªs Senadores e os Srs. Senadores que aprovam a urgência permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovada a urgência, a matéria vai ao Plenário.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, cumprimento-o pela celeridade, por ter se antecipado ao pedido que faríamos.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Ainda tem outra matéria que vou colocar extrapauta, do...

O SR. CLÉSIO ANDRADE (Bloco/PMDB – MG) – Novamente o meu pedido, Sr. Presidente, item 4.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Há uma matéria com pedido de inversão de pauta. Quero ver se encerro a inversão de pauta para darmos sequência ao Item 2, que trata da Reforma Administrativa e, em seguida, a votação das eleições primárias, proposta pelo Líder Senador Alvaro Dias.

Existe uma solicitação do Senador Clésio Andrade de inversão de pauta para o item 4.

Consulto aos Srs. Senadores e às Srªs. Senadoras se concordam com essa inversão de pauta solicitada pelo Senador Clésio Andrade.

Aqueles que concordam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovada a inversão de pauta.

ITEM 4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 65, DE 2011 – Não Terminativo –

Altera o art. 27 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para criar o Tribunal Regional Federal da 6ª Região, em Belo Horizonte, Minas Gerais.

Autoria: Senador Clésio Andrade e outros

Relatoria: Senador Renan Calheiros

Relatoria "ad hoc": Senador Aécio Neves.

Relatório: Pela admissibilidade da Proposta e, no mérito, pela sua aprovação, com a emenda que apresenta.

Observações:

Em 04/04/12, foi concedida vista aos Senadores Pedro Taques, José Pimentel, Randolfe Rodrigues e Armando Monteiro, nos termos regimentais.

O Senador Renan Calheiros acaba de me ligar justificando a sua ausência, por estar em uma audiência agora, tratando de assuntos de interesse do País.

Havia designado para relator *ad hoc* o Sr. Aécio Neves.

O relatório é pela admissibilidade da proposta e, no mérito, pela aprovação, com a emenda que ele apresentou.

A observação é do dia 4/4/2012.

Foi concedido vista ao Senador Pedro Taques, José Pimentel, Randolfe Rodrigues e Armando Monteiro, nos termos regimentais.

Eu vou colocar – já aprovada a inversão de pauta – a matéria em discussão.

O Senador Pedro Taques pede a palavra para discutir.

Tem a palavra V. Exª, Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, nós todos amamos Minas Gerais. Como disse o Senador Aécio, se amar Minas é pecado, nós todos somos pecadores – não é isso, Senador?

Eu quero dizer que entendo que essa proposta de emenda à Constituição é inconstitucional – e digo isso com respeito ao Sr. Relator e com respeito ao autor da proposta.

Por que ela é inconstitucional?

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE. Fazendo soar a campainha.) – Eu vou pedir um pouco de silêncio. Há um Senador na tribuna. Peço aos Srs. Senadores e aos senhores assessores para que a gente escute o Senador Pedro Taques. Ele está debatendo uma matéria constitucional. É uma matéria importante, a criação de um tribunal, e a discussão da constitucionalidade ou não, e o Senador Pedro Taques está com a palavra. Peço um pouco de silêncio aos Srs. Senadores, para que a gente possa ouvir o Senador Pedro Taques.

Tem V. Exª a palavra assegurada.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, eu entendo que essa proposta de emenda à Constituição se afigura como inconstitucional por violar o art. 96 da Constituição, que diz que compete privativamente ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo, observado o disposto no art. 169, a criação ou extinção dos tribunais inferiores.

Nós todos sabemos que o art. 28, § 6º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias cria os Tribunais Regionais Federais. Em 1988, nós tínhamos uma realidade. A realidade de hoje é totalmente diferente da realidade de 1988.

Precisamos repensar a divisão territorial dos Tribunais Regionais Federais. Cito um exemplo: o Piauí e o Maranhão fazem parte do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, quando o melhor seria que fizessem parte do Tribunal Regional Federal da 5ª Região. O Estado de Roraima, Senador Romero Jucá, do Amapá, Senador Randolfe, precisa de um Tribunal Federal localizado na região Norte do Brasil – quem sabe em Manaus, quem sabe em Belém. Isso depende de um estudo de viabilidade desses tribunais naquela região. Até mesmo em razão de um fator singelo: voos. Por exemplo: um cidadão que precisa impetrar um *habeas corpus* e mora em Pacaraima, na divisa BV-8 do Brasil com a Venezuela, esse cidadão tem que se deslocar até o TRF da 1ª Região. Isso não é aconselhável do ponto de vista de logística de transporte e da necessidade da razoabilidade do julgamento deste HC, por exemplo.

Portanto, temos que repensar a divisão dos Tribunais Regionais Federais no Brasil.

Temos que repensar...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE. Fazendo soar a campainha.) – O que está havendo aqui hoje? Está todo mundo se movimentando muito. Por gentileza, o Senador Pedro Taques está com a palavra. Vamos ouvir o Pedro Taques.

(Tumulto no recinto.)

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, desta feita, concordo, inteiramente, com o mérito: a possibilidade de criação de um Tribunal Regional Federal em Minas, a possibilidade de que nós possamos separar a 3ª Região, deixando só São Paulo, em razão do volume de processos, quem sabe passando Mato Grosso do Sul para um Tribunal Regional Federal junto com o Paraná, a criação de um Tribunal Regional Federal lá no Norte.

Agora, isso não pode ser feito, com respeito ao Relator e ao autor, ao arrepio da Constituição da República.

Apresentar uma proposta de emenda à Constituição que ofende a separação dos Poderes ofende a cláusula pétrea prevista no art. 60, §4º.

Sr. Presidente, conversando aqui com o Senador Pimentel, surgiu uma situação esdrúxula, esquisita: será que o Supremo Tribunal Federal pode apresentar uma proposta de emenda à Constituição para criar uma terceira casa no Legislativo da União? Quem sabe lá, no Rio de janeiro, para que nós possamos aproveitar as belíssimas praias, a comodidade?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE. *Fazendo soar a campainha*.) – Senador Clésio, está em discussão a matéria de V. Exª.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, seria interessante que nós pudéssemos ouvir o Poder Judiciário sobre essa proposta de emenda à Constituição, quem sabe o Presidente do Superior Tribunal de Justiça, que detém legitimidade para apresentar essa proposição legislativa. Não cabe proposta de emenda à Constituição para criação de tribunal.

O que nós estamos fazendo? Alterando o Ato das Disposições Constitucionais transitórias, que, como o próprio nome diz, deveriam ser transitórias. Ocorre que, no Brasil, parece que o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias é igual a unha, igual a cabelo: cresce com o tempo. É uma Constituição que vai se regenerando com o tempo. Isso não se apresenta como constitucional.

Quero cumprimentar o autor e o relator no tocante à necessidade da criação de um Tribunal Regional Federal no Estado de Minas Gerais. Nós entendemos essa necessidade em razão do volume de processos. Agora, nós todos amamos Minas, somos pecadores por amar Minas, mas isso não justifica a ofensa à Constituição da República. Entendo que o projeto é inconstitucional. Alguns poderiam alegar o seguinte, Sr. Presidente – e já me encaminho para o final: lá, na Câmara dos Deputados, já existe uma proposta de emenda à Constituição. A proposta de emenda à Constituição da Câmara, que já foi votada nesta Casa, com todo respeito, ofende o art. 96, inciso II, da Constituição da República.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – MT) – Eu vou ter que suspender a reunião por dez minutos para que as reuniões paralelas se concluam e eu possa presidir a reunião da CCJ. Eu não escutei o que disse o Senador Pedro Taques numa matéria que é constitucional. É uma matéria em que se discute aqui a Constituição brasileira. Trata-se da competência de Poderes; é uma matéria à qual devemos dar atenção. Por isso, estou pedindo silencio aos Srs. Senadores para que possamos ouvir o Senador Randolfe Rodrigues que pede a palavra pela ordem de inscrição.

Tem a palavra o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, nessa matéria, faço minhas as palavras do Senador Pedro Taques. É flagrantemente; é muito inconstitucional! Porém, eu queria separar o art. 96 da Constituição da realidade e necessidade. Nesse sentido, eu queria cumprimentar o Senador Aécio Neves e o Senador Clésio Andrade, respectivamente autor e relator da matéria, pela preocupação quanto à necessidade que temos de rever a distribuição geográfica da Justiça brasileira.

Se fosse na área da história, eu diria que é anacrônica; mas, na área da geografia, não sei qual seria a melhor definição. Trata-se de uma divisão antigeográfica da Justiça Federal brasileira. Basta ver a divisão das regiões. A 1ª Região da Justiça Federal brasileira, que os Senadores Clésio Andrade e Aécio Neves, a ilustre bancada de Minas Gerais, propõem aqui o desmembramento, pela atual divisão, é inconcebível e inadequada. Ela reúne de Roraima a Minas Gerais; ela reúne realidades diferentes, geografias que correspondem a um voo entre Lisboa e Moscou, ou seja, absolutamente inadequada a atual divisão geográfica da Justiça Federal brasileira.

Então, eu não gostaria de, pela forma, sacrificar o mérito; porém, cabe a esta Casa e a esta Comissão, em especial, a responsabilidade de guardar a constitucionalidade das matérias que aqui tramitam. Há um flagrante reconhecimento e uma flagrante inconstitucionalidade na matéria aqui em tese. Só que a matéria tem todos os méritos. Então, em virtude disso, eu não gostaria de sacrificar todo o mérito que há nesse debate.

Sr. Presidente, *data venia* dos autores e dos relatores da matéria, eu queria sugerir que, a partir dessa matéria, esta Comissão produzisse aqui um debate. Vamos convidar para cá o presidente do Superior Tribunal de Justiça. Vamos convidar o Supremo Tribunal Federal. Vamos convidar os representantes das Regiões da Justiça Federal brasileira. Vamos convidar a Ordem dos Advogados do Brasil. Vamos convidar a Procuradoria-Geral da República. E realizemos aqui um debate e dialoguemos com o Superior Tribunal de Justiça, com o Supremo Tribunal Federal sobre a necessidade que há, neste momento, sobre a necessidade que há, urgente e inadiável, de uma nova divisão, em virtude do acúmulo de processos, em virtude das inequívocas distâncias geográficas, em virtude – vou utilizar para a geografia um termo da história – do anacronismo da atual repartição e divisão da Justiça Federal brasileira. Eu queria aqui sugerir que nós produzíssemos uma audiência pública para construir e dialogar com a Justiça brasileira um projeto de lei, uma matéria que, apresentada ao Congresso Nacional, fizesse uma nova repartição, uma nova divisão das Regiões da Justiça brasileira, visto que, assim como a matéria apresentada é flagrantemente inconstitucional, a atual divisão, a atual repartição é flagrantemente inadequada, inconcebível com a própria geografia brasileira.

A matéria é contraditória e antagônica com o direito. A forma é contraditória e antagônica com o direito. A repartição da Justiça brasileira é contraditória e antagônica com a geografia.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, concedo a palavra ao Senador Aécio Neves.

Tem a palavra V. Exª, Senador Aécio Neves.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Sr. Presidente, na verdade, sempre que os ilustres Senadores Pedro Taques e Randolfe se manifestam em relação à constitucionalidade das matérias, este Plenário fica absolutamente atento. Mas eu ouso, Senador Pedro Taques – permita-me –, discordar de V. Exª.

Em primeiro lugar, do ponto de vista político, reiteradamente tem sido justificado aqui que é legítima a postulação de Minas Gerais. Na verdade, esse desmembramento – que é do que se trata aqui – não atende a Minas Gerais exclusivamente, Sr. Presidente: atende ao Estado de Goiás, ao Distrito Federal, à Bahia, ao Tocantins, ao Piauí, ao Maranhão, ao Pará, ao Mato Grosso, a Rondônia, ao Acre, ao Amazonas, a Roraima e ao Amapá, porque todos esses Estados hoje participam da 1ª Região do Tribunal Regional Federal, sendo que 40% das demandas que chegam a esse Tribunal têm sua origem em Minas Gerais. Portanto, no momento em que houver esse desmembramento – e, sob esse ponto de vista, acho que não há aqui discordância maior –, nós estaremos, obviamente, desafogando, criando instrumentos que agilizarão os processos demandados por outros Estados da Federação.

Li com atenção, Senador Pedro Taques, Senador Randolfe, aquilo que dispõe o art. 96 da Constituição, que diz, no seu inciso II, que "compete privativamente aos tribunais" – no caso, ao Supremo Tribunal Federal, aos tribunais superiores, aos tribunais de justiça – "propor ao Poder Legislativo respectivo a criação, a alteração" de tribunais.

Uma emenda que foi acolhida pelo Senador Renan Calheiros, obviamente também com o nosso apoio, corrige essa questão, Senador Pedro Taques: coloca, no art. 2º da PEC, que o Superior Tribunal de Justiça – na verdade, o que nós estamos votando nesta PEC é autorização, é uma PEC autorizativa... E, no seu art. 2º, nós aqui esclarecemos ou externamos que o Superior Tribunal de Justiça, no prazo de 90 dias a contar da data da promulgação desta emenda à Constituição, encaminhará o projeto de lei ao Congresso Nacional, dispondo sobre a organização, estrutura e funcionamento do novo tribunal, bem como sobre a nova configuração e composição da 1ª Região.

E eu ainda me sustento, ilustres Senadores, naquilo que esta Comissão decidiu no ano passado. No ano passado, aqui mesmo na CCJ, foi aprovada a PEC nº 544, que hoje tramita na Câmara Federal, apresentada pelo então Senador Arlindo Porto, criando, na verdade, alguns novos Tribunais Regionais Federais: a 6ª Região, com sede em Curitiba; a 7ª Região, com sede em Belo Horizonte; a 8ª Região, com sede em Salvador, e a 9ª Região, com sede em Manaus.

Obviamente, é muito mais complexa, do ponto de vista político, a aprovação pela Câmara, e por isso esse processo lá se encontra com sua tramitação obstaculizada ou paralisada, exatamente porque mexe em demasia com a estrutura atual dos Tribunais Regionais Federais.

Na verdade, existem outras demandas, mas nenhuma delas nem de perto se iguala ou nem de perto se aproxima dessa necessidade do desmembramento do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Portanto, esta mesma Comissão de Constituição e Justiça, Sr. Presidente, no ano passado, considerou constitucional esse projeto que tramita hoje na Câmara dos Deputados. Repito, para encerrar: é um projeto autorizativo e a emenda acolhida pelo Senador Renan Calheiros, que aqui está presente, determina que o Superior Tribunal de Justiça encaminhará, no prazo de 90 dias, o projeto de lei ao Congresso Nacional.

Portanto, Sr. Presidente, a nossa responsabilidade também como legisladores e obviamente sem ofensa à Constituição é sanar problemas. Se não foram sanados até agora por iniciativa do Superior Tribunal de Justiça, que o sejam por nossa parceria, vamos assim dizer. Estamos instando o Superior Tribunal de Justiça a, num prazo determinado – aí sim, é esse o objetivo da PEC –, num prazo de 90 dias, encaminhar a esta Casa, por projeto de lei, essa criação.

Sabem melhor do que eu os Senadores Pedro Taques e Randolfe a necessidade desse desmembramento. Se nós adiarmos mais uma vez esse processo, que é uma possibilidade concreta aqui hoje, de avançarmos, perderão todos os brasileiros, não apenas de Minas Gerais, mas dos demais 11 Estados, que hoje disputam, ombro a ombro com Minas Gerais, o privilégio de terem suas demandas encaminhadas e decididas pela 1ª Região.

Portanto, faço aqui um apelo, Sr. Presidente, aos demais Senadores, para que compreendam a necessidade da aprovação desse projeto. E estamos sanando uma eventual dúvida que poderia haver em relação à constitucionalidade com a aprovação dessa emenda. Não vou aqui me socorrer de alguns pareceres que me chegam aqui, que defendem a constitucionalidade desse processo, mas estou seguro de que estamos fazendo algo extremamente positivo, que não violenta, Sr. Presidente, de forma alguma, a Constituição Federal.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria.

Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, serei sucinto.

Vou tentar falar, o barulho parece ter diminuído um pouco agora.

Primeiro, é uma espécie de requerimento, porque ele autoriza, ele não impõe, ou seja, o Poder constituído fica autorizado. E nem sempre, quando é autorizado, realiza.

Mas, de qualquer maneira, há controvérsias em relação à constitucionalidade.

Obviamente, trago alguns argumentos que podem ser contestados posteriormente pelos nossos juristas da Comissão, Aloysio, que é um dos nossos juristas, Randolfe, Pedro Taques e outros.

O art. 60 da Constituição Federal diz que somente podem propor emendas à Constituição: a) um terço dos membros da Câmara ou do Senado; b) o Presidente da República; c) mais da metade das Assembleias Legislativas. Portanto, não há iniciativa legislativa do Poder Judiciário para propositura de PECs.

Na verdade, a Constituição estabelece, nos seus artigos 61, 64, 93 e 96, competência legislativa para o Poder Judiciário, Supremo Tribunal Federal e Tribunais Superiores apenas no que se refere à propositura de projetos de lei ordinária ou complementar, ou seja, normas infraconstitucionais em casos específicos. Além disso, o ADCT, ao criar os Tribunais Regionais, igualmente não determinou que sua criação fosse promovida pelo Poder Judiciário, em virtude de uma leitura sistêmica do Texto Constitucional, que já determina dessa forma.

No mais, por certo que a emenda do Senador Renan Calheiros, como disse já o Senador Aécio, torna a questão ainda mais clara, sendo oportuna e meritória.

Em razão disso, Sr. Presidente, dessas controvérsias, creio que vamos atender Minas Gerais, atender ao Senador Clésio Andrade, ao Senador Aécio Neves e votar favoravelmente a essa proposta, em que pese as considerações do Senador Pedro Taques e do Senador Randolfe que merecem da nossa parte o maior respeito e consideração.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, concedo a palavra ao último orador inscrito, Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) –Sr. Presidente, faço questão de me posicionar na apreciação desta matéria porque sou relator também de outra PEC, de autoria da Senadora Vanessa, nossa colega, e que trata da criação do Tribunal Regional com jurisdição no Estado do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima. Daí, é muito importante quando apreciamos esta proposta, que tem como relator o Senador Clésio, da criação do TRF na 6ª Região, em Minas Gerais. Inclusive, nós temos um mapa do Brasil, Sr. Presidente, em que estamos tratando de Justiça Federal, porque se nós, no Congresso, não debatermos aquilo que está na essência do interesse nacional nós não vamos andar.

Estamos falando de um país continental no qual 14 Estados, mais da metade, estão no mesmo Tribunal. E agora, nas correções feitas, temos mais problemas exatamente nessa região em que temos 14 Estados, de diferentes regiões do País, sob o mesmo Tribunal.

Este é um assunto que já deveria ter sido resolvido. Não estamos falando de qualquer coisa, estamos falando de Justiça Federal. O País tem 27 Estados e 14 deles estão sob a guarda do mesmo Tribunal. Obviamente que isso não tem como dar certo. Quarenta por cento da demanda desse Tribunal vem de Minas Gerais.

Agora, estamos na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. O debate sobre constitucionalidade é muito bem-vindo. Esta Comissão é o lugar adequado, e eu estou atento a este debate porque, obviamente, daqui a uma semana, dez dias, estarei trazendo meu relatório. Então, é da maior importância que hoje se crie certa jurisprudência sobre a possibilidade ou não de se ter uma PEC autorizativa porque, no fundo, esse é o debate; se podemos fazer uma PEC autorizativa tendo em vista que não há uma manifestação do Judiciário para criar os tribunais regionais federais de que o Brasil tanto carece.

Esse é o ponto essencial e eu parabenizo a todos que estão entrando nesse debate. Ele tem que ser feito, é uma necessidade do País, ou então nós vamos mudar o nome da Justiça Federal, vamos dizer que temos a Justiça Federal que atende ao Sul, a um pedaço do Centro-Oeste, ao Sudeste, a uma parte do Nordeste e que trata o restante de 14 Estados do Brasil numa segunda categoria. Ou mudamos o conceito de Justiça Federal ou fazemos o ajuste dos tribunais regionais federais no Brasil.

Concluo dizendo que eu, particularmente, não tenho nenhuma dúvida da importância da Justiça Federal no País, e acho que ela vai funcionar melhor, vai atender mais ao cidadão se nós, congressistas, e também o chefe do Poder Judiciário e, como vai ter uma dependência, do Executivo agirmos em benefício da Justiça.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, concedo a palavra à Senadora Marta Suplicy; em seguida, ao Senador Aloysio e, por último, ao Senador Pedro Taques.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, achei o projeto que aparentemente parece que pode ajudar a ter uma maior regularização, maior liberdade aos partidos ou deixar talvez a possibilidade de os candidatos terem mais exposição, mas a essência do que está sendo proposto já pode ser feita. A escolha de candidatos a presidente através de prévia não está proibida. O partido que desejar pode fazê-lo. E os meios de comunicação também já podem fazer o debate entre os pré-candidatos. Então, não está... Como?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Ah, eu mudei, eu já estava mais adiantada. Desculpe-me. Eu peço a palavra em outro momento.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não, V. Exª pode concluir.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Não, eu já estava defendendo outro projeto. Era a próxima pauta.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Ah, desculpa. Não, tudo bem, sem problema. É o barulho que, às vezes, atrapalha a gente aqui.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu retomo daqui a pouco.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, concedo a palavra ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, evidentemente, quanto ao mérito, eu não tenho nenhuma dúvida quanto à importância da aprovação da criação de um Tribunal da Justiça Federal em Minas Gerais. Por todas as razões que o relator da matéria enumera nos eu parecer e que foram reconhecidas por todos os Senadores que tiveram dúvidas quanto à sua constitucionalidade e que se opõem quanto à sua constitucionalidade.

Exatamente por entender a importância da realização, da providência proposta na emenda constitucional de autoria, cujo primeiro subscritor foi o Senador Clésio Andrade, é que penso que nós devemos ter o máximo cuidado para que essa providência possa efetivamente se realizar no mundo dos fatos. E receio que, ao tomarmos, ao legitimarmos uma iniciativa parlamentar, ainda que veiculada mediante uma proposta de emenda constitucional, que contraria regra de iniciativa prevista na Constituição, em respeito ao princípio da alta organização dos poderes, possa ter o mesmo destino de outra proposta de emenda constitucional, também de origem parlamentar, que foi aprovada nesta comissão em 2002 e que até hoje está na Câmara dos Deputados, dormindo nas gavetas das comissões das Câmara dos Deputados. Exatamente por essa razão é que há, no meu entender, um impedimento constitucional incontornável à sua aprovação.

Veja, a PEC é autorizativa. Não sei. O artigo da proposta, o artigo contido na proposta diz o seguinte: "Fica criado o Tribunal Regional Federal da 6ª Região, com sede em Belo Horizonte e jurisdição no Estado de Minas Gerais".

Se quiséssemos, mediante uma emenda apresentada aqui no Plenário, transformá-la simplesmente em autorizativa, fica autorizado o Tribunal, nós estaríamos, no meu entender, incorrendo também numa injuridicidade, uma vez que o Poder Judiciário não carece da autorização do Congresso Nacional para exercer uma competência que ele e que ele detém em razão do texto da Constituição.

O Tribunal Superior de Justiça não precisa da autorização do Congresso para exercer uma competência dele. Nós acabamos de aprovar aqui alguns projetos de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que exerceu sua competência. Através do quê? Através de projetos de lei.

Por isso, eu discordo do argumento do Líder Alvaro Dias – permita-me, meu querido Líder –, quando V. Exª diz que somente por PEC poderia ser criado e que os tribunais não têm competência para propor emendas constitucionais ao Congresso. Não tem mesmo. Porque essa competência não se exerce através de proposta de emenda constitucional, mas através de projeto de lei, de lei ordinária, como aqueles que acabamos de aprovar agora há pouco na Comissão de Constituição e Justiça.

E ainda que admitíssemos uma redação meramente autorizativa, se examinarmos o teor da emenda do Senador Renan Calheiros, nós concluiríamos que a emenda, se me permitem, fica pior que o soneto, uma vez que, ao aprovarmos essa emenda, nós estaríamos dando um prazo de 90 dias para que o Superior Tribunal de Justiça exerça uma competência que é dele.

De modo que há, eu vejo aqui, uma total incompatibilidade do texto proposto com a Constituição. E por entender a importância deste projeto, a importância para efeito da desobstrução, do desafogamento da Justiça Federal nesta vasta Região é que eu penso que nós deveremos ter muito cuidado, e sugiro até que oficiemos ou que nos encaminhemos ao Superior Tribunal de Justiça numa comitiva nossa, da nossa Comissão de Constituição e Justiça, para dialogar com o presidente do tribunal e pedir a ele que mande, porque realmente é uma iniciativa que tem o aplauso de todos nós, como bem reconhece o Senador Aécio Neves no seu parecer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Aloysio.

Último orador inscrito, Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, eu já falei. Eu só, como eu fui citado...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Mas V. Exª já falou.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Posso falar mais uma vez?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Regimentalmente, não.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Só para indagar o seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pois não.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Se nós entendermos da existência no Brasil de uma proposta de emenda à Constituição autorizativa, dando prazo ao Poder Judiciário para que ele apresente um projeto de lei, nós estamos criando um instrumento fantástico aqui. Será que nós poderíamos aqui apresentar um projeto de lei complementar para o Estatuto da Magistratura, porque o Supremo Tribunal Federal, depois de 23 anos da Constituição, ainda está omisso na apresentação desse projeto? Não podemos fazer isso! A não ser que criemos aqui um novo instrumento, o que entendo como absolutamente fantástico esse novo instrumento, para que o Legislativo possa dar prazo ao Poder Judiciário, como eles fazem conosco por meio da Ação Direta de Inconstitucionalidade por omissão.

É uma criação brasileira isso, uma coisa incrível, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não havendo mais quem queria discutir, vou colocar a matéria em votação.

Em votação a matéria.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Encaminhamos favoravelmente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Desculpe, Senador Aécio, não ouvi V. Exª.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Apenas para relembrar que nós estamos encaminhando favoravelmente, Sr. Presidente, o PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado, com os votos contrários da Senadora Marta, do Senador Pimentel, do Senador Pedro Taques, do Senador Randolfe, do Senador Aloysio Nunes Ferreira e do Senador Suplicy.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Peço que registre o meu voto favorável, Sr. Presidente. Da mesma forma que quem votou contrariamente, eu manifesto a minha votação favorável.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Será registrado o voto favorável de V. Exª, Senador Ricardo Ferraço.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Eu também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Também o Senador Aécio pede que seja registrado o voto favorável do Senador Aécio.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Registre o meu.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Magno Malta também. O voto contrário do Senador Pedro Taques já foi registrado.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – E Jorge Viana também, favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Jorge Viana, favorável.

Aprovado o relatório, passa a constituir o parecer da Comissão, favorável à proposta, com a Emenda nº 1-CCJ.

A matéria vai a Plenário.

Próximo item da pauta:

ITEM 2

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO
Nº 96, DE 2009
– Não Terminativo –

Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações.

Autoria: Mesa do Senado Federal.

Relatoria: Senador Benedito de Lira.

Relatório: pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do PRS nº 96, de 2009, e, total ou parcialmente, das Emendas apresentadas junto à Mesa n°s 3, 4, 5, 9, 10, 12, 14, 16, 18, 19, 20, 22, 29, 30 e 32 e das Emendas da CCJ n°s 4 a 7, 9, 12 a 17, 19 a 31, 34, 37, 39 a 51 e 53, na forma do substitutivo que apresenta, que incorpora todas essas alterações, restando rejeitadas as demais emendas.

Observações:

– Em 14/03/2012, foi concedida vista aos Senadores Ricardo Ferraço, Randolfe Rodrigues, Sérgio Petecão, Roberto Requião, Armando Monteiro e Eduardo Suplicy, nos termos regimentais;

– Em 19/03/2012, foi recebida a Emenda n° 57, de autoria do Senador Pedro Taques (dependendo de relatório);

– Em 20/03/2012, foram recebidas as Emendas n° 58, de autoria do Senador Gim Argello, n°s 59 a 71, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira (dependendo de relatório);

– Em 22/03/2012, foi recebida a Emenda nº 72, de autoria do Senador Inácio Arruda (dependendo de relatório).

– Em 26/03/2012, foi recebida a Emenda n° 73, de autoria do Senador Gim Argello (dependendo de relatório);

– Em 27/03/2012, foi recebida a Emenda n° 74, de autoria do Senador Francisco Dornelles (dependendo de relatório);

– Em 28/03/2012, foi recebido o voto em separado de autoria do Senador Ricardo Ferraço;

– Em 04/04/2012, foram recebidas as Emendas n°s 75, 76 e 77, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, e a Emenda nº 78, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira (dependendo de relatório);

– Em 11/04/12, foi recebido voto em separado reformulado pelo Senador Ricardo Ferraço, com voto pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do projeto e, total ou parcialmente, das Emendas apresentadas junto à Mesa nºs 3, 4, 5, 9, 12, 14, 16, 17, 19, 20, 22, 29, 30 e 32 e Emendas CCJ nºs 4, 5, 6, 7, 9, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 33, 36, 37, 38, 47, 48, 54, 59, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 68 e 69, restando rejeitadas as demais emendas, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta.

– A matéria será apreciada pela Comissão Diretora.

Antes de conceder a palavra ao Senador Benedito de Lira para proferir o relatório sobre apenas as Emendas de nºs 57 a 78, eu queria informar ao Plenário que, em atenção ao Requerimento nº 15 dos Srs. Senadores, esta Presidência da CCJ encaminhou o Ofício nº 31, pedindo as informações solicitadas por esta Comissão sobre impactos financeiros relativos à proposta da Comissão Diretora (PRS 96, de 2009), ao relatório apresentado pelo Senador Benedito de Lira e ao voto em separado apresentado pelo Senador Ricardo Ferraço no dia 28 de março de 2012, ao relatório aprovado por unanimidade pela Subcomissão Temporária da Reforma Administrativa, que foi presidida pelo Senador Suplicy e relatada pelo Senador Ricardo Ferraço no dia 06 de julho de 2011.

Recebi e encaminhei a todos os Srs. Senadores e Senadoras membros desta Comissão o seguinte relatório, do qual farei apenas o registro, sem fazer juízo de valor, absolutamente, mas apenas com a informação recebida da Diretoria-Geral do Senado Federal no Processo nº 0094902012-4, referente à solicitação feita pela Mesa no encaminhamento do pedido de V. Exªs.

Isso aqui trata apenas de valor anual. Isso aqui é valor anual.

No texto inicial do PRS nº 96, de 2009, o valor que foi informado foi R$590.396.683,51. No substitutivo do Senador Benedito de Lira, apresentado no dia 13/12/2011, o valor de 590 vem para R$486.349.986,91. No substitutivo modificado pelo Senador Benedito de Lira e apresentado no dia 12 de março de 2012, o valor sobe para R$500.248.830,97. No voto em separado do Senador Ricardo Ferraço, do dia 28 de março de 2012, o valor é de R$493.839.398,95. No relatório da Subcomissão, do Senador Ricardo Ferraço, que foi presidida pelo Senador Suplicy, apresentado no dia 6 de julho de 2011, o valor era de R$505.725.443,38. Portanto, apenas repetindo: no texto inicial, era 590, em números redondos; no primeiro substitutivo, do Senador Benedito de Lira, era 486; no segundo substitutivo, 500l, 90 mil a menos ainda; no voto em separado do Senador Ricardo Ferraço, 493; e no relatório da Subcomissão, do Senador Ricardo Ferraço, é de 505 milhões.

Essa informação foi distribuída a todos os Srs. Senadores.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Apenas para incorporar às informações que V. Exª relata, cuja origem é a direção da Casa, que falta uma informação adicional que eu recebi, todos receberam, da direção da Casa, que é naturalmente o meu, o segundo voto...

Senador Pimentel, por gentileza. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – O segundo voto em separado... Desculpe, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – O segundo voto em separado... Já encerro, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não, eu vou dar a palavra a V. Exª. Eu só quero informar uma coisa: a informação que V. Exª está dizendo que recebeu...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Está aqui.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Sim, eu não estou duvidando da informação que V. Exª recebeu. E que outros Senadores – V. Exª informa – também receberam, nem o Senador Eunício Oliveira recebeu essa segunda informação e nem a Presidência da Comissão recebeu essa segunda informação. Portanto, para a Mesa, atendendo ao requerimento de V. Exªs, aprovado por V. Exªs, o que

vale é esse documento que eu encaminhei aos Srs. Senadores. Portanto, eu vou dar a palavra a V. Exª, mas quero dizer que a Mesa não recebeu nenhum documento complementar a esse documento que foi encaminhado aos Srs. Senadores. Apenas por dever de ofício. E também não aconteceu nenhum requerimento além do solicitado pela Mesa, encaminhando, em ofício, a formalidade do pedido de informações de autoria do Senador Aloysio Nunes e de tantos outros Senadores, de V. Exª e de tantos outros Senadores, Senador Suplicy e outros que subscreveram o requerimento, que foi aprovado nesta Comissão e encaminhado à Mesa Diretora. Portanto, qualquer outra informação além desta aqui, no meu entendimento, não será dada como informação oficial, porque a oficial é esta aqui. Se há equívoco, por acaso, ou se há modificação dessa informação pela Mesa Diretora, ela responderá pelos atos de ter informado à Comissão algo que depois informou diferentemente aos Srs. Senadores.

Portanto, a Presidência não recebeu nenhum documento aditivo. E a Presidência encaminhou a V. Exªs o documento oficial recebido pela Mesa Diretora, assinado pela Diretora Dóris... Deixe-me ver quem assina.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não resta dúvida.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente, para fazer um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Ricardo Ferraço está com a palavra ainda.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Está assinado por Doris Marize Romariz Peixoto, Diretora-Geral do Senado.

Senador Ricardo Ferraço, tem a palavra V. Exª, para concluir.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, eu também não saberia informar, sem discordar de V. Exª, por que essa informação não chegou a V. Exª. Terei a oportunidade, tendo em vista que defenderei um voto em separado quando o eminente Senador Benedito apresentar seu parecer relacionado às emendas, de trazer essa informação que diz respeito ao meu voto em separado revisado em 11 de abril de 2012. A diferença entre o relatório do eminente Senador Benedito de Lira e o nosso é que o nosso incorpora uma redução de despesas da Casa da ordem de aproximadamente R$30 milhões. Mas quero crer...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Ricardo, no momento oportuno, vou conceder a palavra a V. Exª. Agora, V. Exª pediu a palavra pela ordem. E aí V. Exª está querendo tratar do relatório.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Não, não. Só estou concluindo, Sr. Presidente. Já vou concluir.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pois não.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Só quero explicar que, oportunamente, terei condição, com mais tempo, de detalhar mais isso.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – No momento oportuno, vou conceder a palavra a V. Exª, depois de ouvir o Relator.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Mas agradeço a V. Exª a concessão da palavra pela ordem. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra para fazer um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para fazer um esclarecimento, pede a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

Tem a palavra V. Exª.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – A Srª Doris se encontra nos Estados Unidos. A Vice-Diretora, Srª Rosa, está presente neste plenário, nesta reunião, e poderá encaminhar a V. Exª essa informação, na qual se baseia a informação correta que o Senador Relator Ricardo Ferraço dará.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vou conceder a palavra ao Relator.

Senador Suplicy, eu, como Presidente desta Comissão, não vou receber nenhum documento extra, além do que foi aprovado por V. Exªs e encaminhado à Diretora-Geral. Se ela deu novas informações diretamente aos Senadores, não me cabe aqui fazer nenhum juízo de valor sobre essa questão. Apenas informei aos Srs. Senadores aquilo que me foi solicitado e informado por meio de um requerimento. Então, não há nenhuma objeção a que a Mesa do Senado, a Direção do Senado, encaminhe aos Srs. Senadores qualquer matéria. Mas, como Presidente desta Comissão, só vou encaminhar requerimento à Mesa se houver requerimento dos Srs. Senadores e deliberação desta Comissão.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Benedito de Lira, para dar parecer às emendas que foram apresentadas e que estão pendentes de relatório.

Senador Benedito de Lira, tem a palavra V. Exª para ler o relatório.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é muito importante que o Plenário desta Comissão fique atento às informações que por nós serão prestadas agora com relação à reforma administrativa do Senado Federal.

Após a apresentação do nosso parecer no ano passado, como não foi possível apreciá-lo, apareceram mais de sessenta emendas oriundas dos Srs. Senadores, com os mais diversos assuntos sendo tratados. Algumas delas, que entendemos interessantes e importantes para que a Casa pudesse fazer as economias necessárias possíveis e para que, consequentemente, não houvesse problemas na sua administração, no seu dia a dia, nós as aproveitamos; outras, que entendemos que não eram oportunas naquele momento, nós não consideramos.

Por isso, Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a atenção dos Exmºs Srs. Senadores e Senadoras, porque essa matéria é importante e polêmica e tem sido objeto de diversos adiamentos. Precisamos resolver isso, de uma vez por todas, nesta reunião de hoje. Espero que isso aconteça.

Sr. Presidente, em virtude da necessidade de apreciar as emendas oferecidas ao Projeto de Resolução nº 96, de 2009, após a leitura não só do respectivo relatório em dezembro de 2011, mas também da complementação de voto feita em meados de março de 2012, submeto hoje à apreciação dos membros da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania o segundo adendo à complementação de voto.

Contudo, antes de me manifestar sobre as emendas apresentadas perante esta Comissão nos últimos dias, gostaria de fazer um registro e um apelo que considero relevante diante da complexidade da matéria em exame. De pronto, registro a significativa economia que o relatório por mim oferecido representa para o Senado Federal, aprofundando a estratégia já adotada pelos relatores antecedentes, que também buscaram o fortalecimento da área fim, a unificação do comando para coordenação dos órgãos da área meio, a junção dos órgãos voltados à gestão do conhecimento e à necessária redução de despesas.

Minha afirmação, vale dizer, tem por base os cálculos efetuados pela administração da Casa e espelham os impactos financeiros sobre os gastos anuais das quatro versões de substitutivos apresentados ao longo do último ano. Pois bem, se houvéssemos aprovado o substitutivo que propus em dezembro de 2011, o Senado economizaria, anualmente, R$168,9 milhões. A grandeza dessa economia equivale a um corte efetivo de R$19 milhões sobre valor decorrente do texto aprovado na Subcomissão de Reforma Administrativa, em julho de 2011. A diferença, cumpre dizer, advém da proposta inédita de racionalização dos contratos de prestação de serviços, que estão longe de ter valores relevantes além da redução do custo financeiro da contratação da mão de obra sobre os terceirizados.

Significa dizer o quê, Sr. Presidente? Que no relatório que apresentamos em março próximo passado, nós já incluímos um corte linear de 30% nos serviços prestados por esta Casa, que é exatamente o que vai falar o nobre Senador Ferraço no momento em que for apresentar o seu voto em separado, que até então não fazia parte do conteúdo do seu relatório e dos números que ele apresentará para conhecimento desta Casa. Com a adoção dessa medida e com os números recebidos pela informação dada ao eminente Senador Ferraço pela administração da Casa, ele acresce à economia que o seu relatório apresenta esses valores, que já estão inclusos no meu relatório.

Não obstante a economia, tornou-se logo evidente, pelo volume das emendas oferecidas, ser ainda necessário realizar ajustes pontuais na busca pela estrutura administrativa enxuta, mas não esquálida. Assim, após receber sugestões de Colegas parlamentares e de dialogar com os gestores de diversos órgãos da Casa, considerei meu relatório e trouxe ao crivo da CCJ em meados deste mês texto do substitutivo melhor lapidado. A nova versão incorporou de forma bastante criteriosa boa parte dos ajustes sugeridos, que se restringem em síntese à estrutura do programa Interlegis; ao reposicionamento do Prodasen como secretaria especial vinculada à secretaria geral de administração; ao quantitativo de cargos e funções comissionados nos gabinetes dos demais membros da Mesa e lideranças partidárias; a localização física da biblioteca; a vinculação hierárquica da polícia do Senado; a estrutura da ouvidoria; e ao fortalecimento das comissões permanentes, mediante a possibilidade de lotação de dois assistentes técnicos em cada unidade.

Tais alterações efetivamente impactaram a economia antes prevista, porque não é sem custo que se efetuam os ajustes propostos.

Lembro, a título de exemplo, que restaurar o programa de Interlegis, com seus órgãos, quadros de cargos e funções comissionados, nos termos da emenda do Senador Romero Jucá e de outros Senadores, representa abater R$6,5 milhões do valor da economia inicial. Da mesma sorte, proporcionar à Ouvidoria desta Casa o quadro de pessoal necessário ao seu funcionamento importa reduzir a economia em outros R$500 mil. Assim como estruturar os gabinetes dos demais membros da Mesa com oito cargos em comissão em

vez de quatro implica diminuir a economia em cerca de mais R$3,6 milhões.

Apesar dessas alterações, repisam-se necessárias para assegurar ao Senado perfeito funcionamento, e também norteadas pela certeza de que a busca do consenso constitui a melhor garantia do êxito para a tão esperada reforma pelo comprometimento generalizado, posso afirmar que o resultado ainda é digno de comemoração.

Devo informar a V. Exªs que o texto consolidado do substitutivo, incluindo todas as emendas acatadas, presta ao Senado Federal uma economia de R$155 milhões por ano; quantia superior, inclusive, à proposta firmada no âmbito da Subcomissão. Esse valor, importa frisar, não se distancia muito daqueles provenientes do voto em separado oferecido pelo Senador Ricardo Ferraço, cuja proposta poupa R$6 milhões e mais em defesa de uma estrutura que pode ter pleno funcionamento com prometido.

É preciso ressaltar que o nobre Senador Ferraço vem prestando significativa contribuição ao processo da reforma administrativa, desde sua atuação como Relator do projeto na Subcomissão, com o objetivo de racionalizar a estrutura do Senado. O Senador Ferraço, segundo os dados fornecidos pela administração da Casa, entregou proposta para gerar economia anual da ordem de R$149 milhões. Um trabalho louvável que contou com a aprovação unânime dos demais membros daquele colegiado.

Louvável também foi a determinação do Senador Ferraço em reformular seu voto em separado para incluir o comando de racionalização dos contratos de prestação de serviços que não envolvam terceirização de mão de obra.

Conforme asseverei no relatório que entreguei, em dezembro de 2011, o texto do Senador Ferraço, então Relator da Subcomissão, não tratava dos demais contratos de prestação de serviços, que estão longe de ter valor irrelevante. Para enfrentar essa questão, propus a racionalização desse contrato, com redução de, no mínimo, 30% do seu valor anual e com a reestruturação incumbida de geri-los.

Desse modo, cumprimento o Senador Ferraço pela acertada decisão de reformular seu voto, para implicar integralmente esse dispositivo. Afinal, não seria razoável deixar de fora do bojo da reforma esse imperativo de eficientização administrativa, que, inclusive, gera uma economia da ordem de R$24 milhões.

Gostaria, assim, de chamar a atenção de V. Exªs para o ideal que nos mobiliza em torno da reforma administrativa, qual seja, adequar o Senado à necessidade de uma administração pública eficiente. Nesse sentido, a discussão da economia financeira que a reforma proporcionará deverá estar intrinsicamente relacionada à eficiência no funcionamento da Casa, sob pena de se fazer uma reforma contraproducente, uma economia antieconômica; afinal, gastar menos para nada fazer ou fazer malfeito é sinônimo de desperdício.

Por isso, em que pese a contribuição do Senador Ferraço, que, pelo viés exclusivamente financeiro, pode aparentar ser mais vantajosa, defendo os ajustes realizados ao texto, correções nas estruturas de órgãos e unidades, a redefinição e atribuições de competência por decorrerem não só da contribuição de muitos de V. Exªs, mas também, especialmente, da vivência técnica dos gestores da Casa.

Passo, então, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, à análise das emendas apresentadas, pedindo aos nobres Senadores, porventura ainda descontentes com o texto do Substitutivo por mim oferecido, que levem seus reparos à Comissão Diretora na próxima etapa de tramitação do projeto, para que possamos, finalmente, encerrar a apreciação da matéria no âmbito deste Colegiado.

A Emenda nº 57, do eminente Senador Pedro Taques, tem por objetivo estender a todas as categorias do Senado Federal obrigatoriedade prevista para consultores e advogados, de retornarem a seu órgão de origem no prazo de 30 dias, caso a situação se configure como desvio de função.

O texto do Substitutivo busca realçar o nível de especialização das categorias mencionadas e de suas respectivas atribuições. Trata-se de servidores que, inclusive, têm remuneração diferenciada por conta mesmo de suas atribuições especiais. Além disso, no caso dos consultores e advogados, o desvio de função é evidente, o que não ocorre nas outras hipóteses para as quais existem disposições específicas no sentido do estudo caso a caso.

Também a Emenda de nº 72, do eminente Senador Inácio Arruda, e a Emenda nº 76, do eminente Senador Randolfe Rodrigues, cuidam da problemática do desvio de função, tema reconhecidamente sensível no meio político. Se, por um lado, o disciplinamento do exercício de função comissionada visa a implantar a cultura da profissionalização de gestão e de carreiras públicas no Senado, por outro, pode levar ao engessamento da instituição. A melhor resposta para tal impasse, de certo, está nas mãos da Comissão Diretora, órgão cuja familiaridade cotidiana administrativa permite contrapor à dimensão nos desvios de função as necessidades e peculiaridades desta Casa para formular, se necessário, regra de transição capaz de compatibilizar esses pontos.

Já a Emenda nº 58, do Senador Gim Argello, busca aumentar o nível e o número dos cargos em

comissão destinados ao apoio do plenário do Senado Federal e do Congresso Nacional.

Levando-se em conta que essa medida gera aumento de despesa considerável, parece mais prudente não acolher a emenda, no atual estágio de tramitação da matéria, o que obviamente não impede à Comissão Diretora avaliar o tema mais adiante.

As Emendas de nº 59 a 64, 67 e 68, do Senador Aloysio Nunes Ferreira, pretendem reduzir a estrutura do Departamento de Saúde, do Instituto Legislativo Brasileiro, do Departamento Gráfico do Senado, da Secretaria-Geral da Mesa, do Departamento de Infraestrutura dos Gabinetes Parlamentares e do Conselho Editorial.

Já na Emenda nº 73, do Senador Gim Argello, vai na direção oposta, pois visa a ampliar a estrutura prevista para o Departamento Gráfico, promovendo-o à condição de Secretaria Especial de Editorações e Publicações.

Neste momento, não vejo como acolher essas emendas sem reabrir todo o debate sobre a estrutura desejável para cada órgão da Casa, o que implicaria voltar ao estágio inicial do processo de reforma administrativa, passo, obviamente, contraproducente e indesejado.

As Emendas nºs 65, 68 e 69, também do Senador Aloysio Nunes Ferreira, buscam, reiterada a Consultoria de Orçamento, Fiscalização e Controle da Consultoria Legislativa e da Advocacia, atribuição de se auto-organizarem, transferindo essa competência para a Comissão Diretora. Trata-se desse órgão como já reconhecido no Regulamento Administrativo em vigor, não havendo por que centralizar esse tipo de matéria na mais alta instância decisória da Casa. Ademais, a competência autorregulatória proposta para esses órgãos fica circunscrita aos limites do novo regulamento.

Ainda de autoria do eminente Senador Aloysio Ferreira, são as Emendas de nºs 70 e 71 idênticas – eu gostaria de dizer a V. Exª que não tem nada, não há nenhuma prevenção contra V. Exª; muito pelo contrário.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Benedito de Lira, economize a voz porque ela está indo embora.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Eu tenho um carinho todo especial por V. Exª, Senador Aloysio Nunes Ferreira, desde à época em que éramos da Câmara dos Deputados.

Ainda de autoria do eminente Senador Aloysio Ferreira, são as Emendas de nºs 70 e 71 idênticas no teor e voltadas a vedar a possibilidade do exercício das atividades de Chefe de Gabinete por ocupantes de cargos em Comissão.

Note-se que a redação do texto do substitutivo nesse ponto atende à antiga reivindicação de um grupo de Senadores e não impede que seja mantida a situação atual. Na verdade, ela até estimula a manutenção desse quadro, pois prevê a perda de uma função comissionada no gabinete em que o chefe não seja servidor da Casa.

Acolho, na íntegra, a Emenda nº 74, do Senador Francisco Dornelles, que toma por base os precisos termos do Decreto nº 7.203, de 12 de julho de 2010, na disciplina sobre proibição do nepotismo

Da mesma forma, entendo merecedora de acolhimento a Emenda nº 75, do Senador Randolfe Rodrigues, que confere aos visitantes desta Casa a possibilidade de ingressar no Senado portando mochila ou mala de viagem, pacotes ou outras embalagens e invólucros, obviamente depois de verificado o respectivo conteúdo na portaria, além de ressalva da vedação do acesso às áreas restritas, conforma prescrição da Comissão Diretora.

Trata-se, efetivamente, de providência correta no tocante aos procedimentos internos de segurança.

Também é do Senador Randolfe a Emenda nº 77, que não só institui nível intermediário para organização dos gabinetes das lideranças, abrangendo os partidos com o mínimo de quatro e o máximo de nove, como também altera a distribuição do número de cargos comissionados nessas unidades.

Opino pela rejeição desta Emenda seja por que a distinção instituída é muito pequena e pode gerar problemas administrativos na sua aplicação, seja por que antes de acolher semelhante iniciativa seria necessário consolidar o consenso entre as Lideranças, o que não ocorreu até o momento.

Finalmente também opino pela rejeição da Emenda nº 78, ainda do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que veda totalmente a atuação da Advocacia no Senado Federal na área de contencioso judicial.

A atual redação proposta no substitutivo contempla limites dessa atuação dentro do entendimento já consolidado sobre o tema e dar maior flexibilidade para a atuação do nosso órgão jurídico.

Finalizo este adendo renovando o apelo de imediata apreciação do último substitutivo apresentado, que foi construído com base na experiência acumulada pela CCJ no campo da reforma administrativa, desde o início do exame desta matéria em 2009.

Estou convencido de que o gesto de deliberar sobre o desempenho possível da matéria neste momento representa sem prejuízo do seu aperfeiçoamento posterior, seja quando do seu exame pela Comissão Diretora, seja no Plenário desta Casa justa homenagem ao trabalho feito pelos três Relatores da matéria e pelos

Senadores que contribuíram com 112 emendas para aperfeiçoar o texto – 34 delas apresentadas perante a Mesa do Senado, e 78, no âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Diante do exposto, concluo pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 96, de 2009, e total ou parcialmente das Emendas nºs 3, 4, 5, 9, 10, 12, 14, 16, 18, 19, 20, 22, 29, 30 e 32, apresentadas no Plenário da Casa. E das Emendas nºs 4 a 7; 9,12 a 17; 19 a 31, 34, 37, 39 a 51, 53 e 74 e 75, oferecida nesta Comissão, sob a forma do texto consolidado e substitutivo proposto no último dia 12 de março, restando rejeitadas as demais emendas, Sr. Presidente.

Esse é o adendo ao relatório apresentado em março próximo passado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em discussão a matéria.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para uma questão de ordem, tem a palavra o Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Excelência, arguindo o art. 132, § 1º, do Regimento Interno. E peço desculpas porque parece que hoje foi o dia que escolhi para ser antipático, por ter arguido, ainda há pouco, no projeto sobre o TRF, a inconstitucionalidade, junto com o Senador Pedro Taques. E agora, parece-me que esse adendo ao voto inicial enseja, inevitavelmente, pelo não conhecimento de nossa parte, um novo pedido de vista.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não há como conceder pedido de vista a V. Exª e nem há questão de ordem a ser respondida porque não há um novo relatório. Ele apenas acatou emendas ou rejeitou emendas. Cabe ao Relator acatar ou rejeitar emendas. Portanto, a matéria está em discussão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Excelência...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Está indeferida a questão de ordem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeito. Acatada, Presidente. Só uma explicação da Mesa, se o senhor me permite. O que seria então adendo à complementação do voto?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu acho que o Senador Benedito de Lira se expressou...

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, foi apenas apreciação...

O SR. PRESIDENTE (Bloco/PMDB – CE) – ...se expressou de uma forma – está certo? –, talvez...

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Mais sofisticada.

O SR. PRESIDENTE (Bloco/PMDB – CE) – Não foi entendido por V. Exª. Regimentalmente, não há um novo relatório, não há...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Eu não entendi também. Pela ordem, Sr. Presidente. V. Exª me permite?

O SR. PRESIDENTE (Bloco/PMDB – CE) – O Senador Ricardo Ferraço tem a palavra antes de V. Exª.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, eu consulto V. Exª em que momento poderei apresentar o meu voto em separado.

O SR. PRESIDENTE (Bloco/PMDB – CE) – Logo... Senador Benedito de Lira,...

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, apenas para...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não tem um novo relatório. V. Exª acatou e rejeitou emendas.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Eu apenas fiz um relato...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Acatou... Senador Benedito de Lira, eu ouvi V. Exª atentamente aqui. V. Exª rejeitou algumas emendas e acatou outras emendas parcialmente. Se houver pedido de requerimento para votar as emendas em separado, aí eu vou submeter, no momento oportuno, aos Srs. Senadores. Por enquanto, não há questão de ordem...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Eu tenho um destaque, Excelência. Depois...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exª tem que requerer depois o destaque, após o momento da leitura do voto em separado do Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeitamente. Assim o farei.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para a leitura do voto em separado... A matéria já estava em discussão. Pede a palavra para fazer o voto em separado... Voto reformulado, não é? Porque o voto em separado de V. Exª já havia sido distribuído. V. Exª reformulou o voto, e vou dar a palavra a V. Exª para a leitura do voto reformulado de V. Exª. O voto em separado reformulado de V. Exª. Em seguida, vou colocar a matéria em discussão.

Tem a palavra V. Exª, Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, parece-me extremamente oportuno e tempestivo que deixemos muito claro, para quem está nos acompanhando pela TV Senado, qual é o escopo, qual é o objeto do debate que estamos fazendo, até porque este não é um debate recente. É um debate que, no tempo, acumulou profundos estudos por parte do Senado Federal. Este é um debate que o Senado Federal vem fazendo desde o ano de 2009, em função de uma crise vivida na Instituição àquele momento, que teve como desdobramento a contratação da Fundação Getúlio Vargas, à época contratada para subsidiar, para assessorar, para orientar uma melhor forma de nós aprimorarmos, aperfeiçoarmos, buscarmos eficácia para os trabalhos aqui no Senado Federal. A Fundação Getúlio Vargas foi, portanto, contratada para oferecer subsídios a uma subcomissão que já em 2009 foi instalada e que eu, por dever de reconhecimento, devo aqui registrar, porque esta Comissão, à época, realizou um trabalho extraordinário. A Comissão, à época, foi composta pelo Senador Jarbas Vasconcelos, Senador Tasso Jereissati e Senador Pedro Simon, que fez um trabalho extraordinário, com profundidade, e que chegou a editar um livro, um documento, abordando, com clareza, com franqueza e com riqueza de detalhes, a necessidade de fazermos um enfrentamento em relação à estrutura funcional do Senado da República. Esse trabalho também foi acompanhado, à época, pelo Senador Eduardo Suplicy, pelo Senador Antonio Carlos Júnior e pelo Senador Antonio Carlos Valadares, que também compôs, à época, essa Subcomissão, que antecedeu o exercício dos nossos mandatos, Senador Aécio Neves.

O Senador Tasso Jereissati fez um trabalho extraordinário. Ele foi o Relator dessa matéria. Ele me antecedeu, por assim dizer, na relatoria dessa matéria. O trabalho feito pelo Senador Tasso foi uma luz, foi um farol a iluminar caminhos, porque o Senador Tasso, à época, considerou, em grande parte, as recomendações da Fundação Getúlio Vargas, que foi contratada pelo Senado para esse fim.

Então, grande parte daquilo que foi feito pela Subcomissão composta pelo Senador Pedro Simon, pelo Senador Antonio Carlos Valadares, pelo Senador Jarbas Vasconcelos e pelo Senador Eduardo Suplicy foi por mim acolhida, entendendo que, dessa forma, aperfeiçoaríamos o bom funcionamento da Casa, priorizando a atividade fim como aquela que está diretamente vinculada ao exercício dos nossos mandatos e das nossas prerrogativas.

Evidentemente, em nosso parecer, chamamos a atenção para algumas questões centrais, Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Em 1993, no Senado Federal, já havia 81 Senadores, mas, à época, havia no Senado 399 cargos em comissão, cargos comissionados. Hoje, continua o mesmo número de 81 Senadores, mas há 2.489 cargos comissionados. Com o tempo, a estrutura do Senado inchou.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Pode repetir? Acho que V. Exª se enganou, acho que V. Exª exagerou e colocou um zero a mais no número.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Não, não. Em 1993, já havia 81 Senadores no Senado, como ocorre hoje, mas, naquela época, havia 399 cargos em comissão. Hoje, há os mesmos 81 Senadores, com 2.489 cargos comissionados. Com o tempo, a estrutura do Senado, de fato, ganhou peso, ganhou robustez, o que chama a atenção num momento em que todos nós precisamos priorizar a austeridade, a eficácia.

Em nossa proposta, ao reduzirmos os custos do Senado, não estamos deixando de atentar para a necessidade da eficiência, da qualidade do serviço prestado ao contribuinte brasileiro, que paga impostos para que possamos aqui representá-lo. E ele paga elevados impostos, porque a carga tributária em nosso País, Senador Armando Monteiro, é das mais elevadas do mundo.

O dono do Senado não somos nós, Senadores, e muito menos os seus funcionários. O dono do Senado são os contribuintes brasileiros, que têm a expectativa de que possamos representá-los aqui e corresponder à sua expectativa.

Desse modo, em nosso parecer, acolhemos, em grande parte, em larga escala, tudo aquilo que foi oferecido pela Fundação Getúlio Vargas. Quero crer que, se a Fundação foi contratada por esta Casa por sua elevada reputação e pelo seu reconhecimento, nós, Senadores, não temos a obrigação, mas temos de ter a consideração de entender os estudos que foram feitos.

Ouço, com prazer, o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – É importante que seja feito um esclarecimento: na nossa Subcomissão, foi solicitado um parecer, um estudo feito pela Fundação Getúlio Vargas. A Fundação forneceu esse estudo e, em cima desse estudo, foi apresentada uma modificação geral no projeto inicial. A Fundação fez questão de dizer que não foi ouvida, que nada do que ela apresentou da proposta que ela fez foi aceito. Que a responsabilidade do projeto é dos funcionários da Casa e da Mesa da Casa, mas não tem nada da Fundação. Ela fez questão de dizer: as propostas, as modificações, as alterações que ela tinha feito não foram endossadas, não foram aceitas e não fazem parte do projeto apresentado pelos funcionários.

Muito obrigado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Mas em meu parecer as considerações e os indicativos da Fundação Getúlio Vargas foram plenamente acolhidos, até porque a Fundação Getúlio Vargas conclui que o tempo não foi suficiente para que ela pudesse, Sr. Presidente, fazer um detido estudo em relação a algumas atividades da Casa, como a Gráfica do Senado, a tecnologia de informação do Senado Federal e a necessidade de estarmos repensando o nosso Prodasen – porque tudo muda no mundo e muda em tempo real. O serviço médico da Casa foi muito questionado pela Fundação Getúlio Vargas, porque uma vez que nós Senadores temos, de certa forma, um plano de saúde ou somos ressarcidos em qualquer estrutura hospitalar no País, de igual forma também os têm os servidores da Casa, por que temos que ter uma estrutura de hospital que foi criado, quando da fundação de Brasília, foi pensado como um serviço emergencial. Aquilo que no começo foi emergencial, no tempo, se transformou num hospital e a Fundação questiona a necessidade de fazermos esse enfrentamento, mas não aponta uma solução, aponta a necessidade de estudos...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Além disso, o Senado bancou a construção de um Hospital do Coração, em Brasília, dizem que a um preço infinitamente superior. Montou um Hospital do Coração, como se fosse atribuição do Senado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Além disso, a Fundação Getúlio Vargas faz um questionamento sobre o funcionamento da polícia do Senado...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Desculpe-me, mas tem que mudar a Constituição. A Constituição tem que dizer: "As Forças Armadas são o Exército, Marinha, Aeronáutica e Polícia do Senado.", Na verdade, se armou um esquema dez vezes maior que na época da ditadura.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Todos esses questionamentos foram por mim acolhidos como forma de nós não deixarmos de fazer esse enfrentamento porque se observa inclusive na Polícia do Senado um desvio de função muito grande: 60% estão lá, 40% não estão, estão trabalhando em outras atividades. E nós temos uma força de terceirizados trabalhando na guarda patrimonial do Senado Federal e assim por diante.

Enfim, são esses os enfrentamentos que nós fizemos em nosso parecer e a Fundação Getúlio Vargas, pelo Senado Federal contratada, recomenda que em 60 dias estudos específicos sejam feitos pela Mesa Diretora em relação ao hospital, em relação à segurança pública e a todas essas estruturas da Casa, até porque já um questionamento da Procuradoria Geral da República em relação aos prerrogativas constitucionais que não teria a Polícia do Senado – prerrogativas não previstas na Constituição Federal. Há uma decisão da Procuradoria Geral da República dando conta que o seu funcionamento como está é inconstitucional, exatamente por ausência de previsão constitucional, como disse o Senador Pedro Simon.

Então, *mutatis mutandis*, grande parte das nossas contribuições foi acolhida pelo Senador Benedito de Lira, mas há de fato uma diferença muito grande nas nossas propostas, porque nós estamos indo além. Nós achamos que é necessário cortar mais a carne; nós achamos que o Senado pode, sim, com a mesma eficiência e com a mesma eficácia, produzir os mesmos e melhores resultados. Esse é o diferencial da nossa proposta para a proposta do eminente Senador Benedito de Lira, que fez um exaustivo trabalho...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – O senhor me permite um aparte, Senador Ferraço?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Pedro Taques, com todo respeito a V. Exª, eu dei a palavra ao Senador Ricardo Ferraço. Não estamos no debate ainda. No momento oportuno, V. Exª falará. V. Exª já está inscrito aqui.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Mas, de minha parte, regimentalmente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exª é voto em separado. V. Exª tem a palavra para leitura do voto em separado.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sim, mas o Senador Pedro Simon interpelou...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pois é, mas...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – É isto: o Pedro I pode; o II não pode.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – É. O Pedro I pode; o II não pode.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Está bom. Muito obrigado. Então, é questão de isonomia constitucional, com todo respeito a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não, Senador Pedro Taques, desculpe-me, perdoe-me.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Eu respeito a decisão de V. Exª, mas...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Se não vamos fazer o debate antes da leitura do Senador Ricardo Ferraço. E não há, regimentalmente, como acatar os apartes de voto em separado. V. Exª tem a palavra para a leitura do voto em separado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Então, com essas contribuições preliminares, Sr. Presidente, passo à leitura do meu voto em separado.

Atualmente, as dimensões da estrutura administrativa do Senado apresentam números surpreendentes. Para manter o funcionamento da Casa e auxiliar o trabalho dos 81 Senadores, existem, hoje, de acordo com o Portal da Transparência, 3.138 servidores efetivos e 3.106 ocupantes de cargos comissionados. São, em média, 77 funcionários ou trabalhadores para cada Parlamentar. Cabe aqui uma ressalva: se todos os cargos comissionados forem desdobrados, conforme autorizado pelas normas vigentes, esse número pode ultrapassar a sete mil servidores comissionados no Senado Federal. Isso sem citar os servidores terceirizados da Casa, bem como os estagiários que aqui prestam serviço.

Somente para ficar nos cargos comissionados, de 1993 aos dias atuais, a Casa aumentou seu número de funcionários comissionados de 399 para 2.489, enquanto o número de Senadores permaneceu o mesmo – ou seja, 81.

É certo que o Senado cresceu muito e que hoje desempenha funções que, até 1988, não possuía. Entretanto, considero que muitos desses serviços podem ser desempenhados sem que tenhamos de criar gratificações para que funcionários os executem. Por exemplo: o serviço gráfico que assegura a independência e a agilidade do Poder Legislativo cresceu; cresceu muito nos últimos anos e passou a imprimir não só os documentos legislativos, mas também todo tipo de publicações técnicas, históricas e culturais, inclusive prestando serviços a outros órgãos. Ele deve continuar com essa estrutura? Esse é um questionamento que nós, Senadores, precisamos fazer.

O serviço médico acabou por transformar-se em um hospital que presta uma grande variedade de serviços de saúde.

Considerando que Senadores e funcionários dispõem de planos de saúde, será que não está havendo superposição inadequada de funções, tendo em vista a disponibilidade de recursos assistenciais na rede privada?

A estrutura de Comunicação Social também teve um grande crescimento nos últimos anos, com a justificativa de que atua em ambiente que é constantemente incorporado por novas mídias e paradigmas de comunicação. Mas, qual é o limite que deve balizar essa evolução em termos de pessoal, considerando o surgimento e a ampliação de novas formas de contato com a população brasileira?

A Casa dispõe de um serviço de informática criado num tempo em que pouco havia disponível no mercado nacional. Entretanto, se hoje os processos de gestão da informação mudam, em intervalos de tempo cada vez mais curtos, por outro lado o mercado oferece novas opções, tanto para recursos tecnológicos quanto para soluções de informação e comunicação. Será que devemos continuar com essa estrutura ou que tipo de estrutura será mais adequada ao Senado de hoje e ao do futuro?

Além desses órgãos, a Casa possui outros, também com estruturas portentosas, como a Polícia do Senado e o Interlegis, cujas funções, a meu juízo, distanciam-se da missão constitucional do Senado da República.

O relatório que apresentei, em 17 de maio de 2011, teve sua tarefa facilitada pelo trabalho de uma subcomissão anterior que resultou, como aqui por mim afirmado, em excepcional trabalho do então Senador Tasso Jereissati. Também aproveitei todo o conjunto de orientações técnicas dos diferentes trabalhos realizados pela Fundação Getúlio Vargas e as informações trazidas pelas audiências públicas, além das mudanças propostas pelo Projeto de Resolução 96, de 2009.

O Senado existe para que o seu Plenário e as suas Comissões tomem as melhores deliberações possíveis em funções constitucionais. Portanto, o meu relatório prioriza as áreas que guardam relação direta com a atividade legislativa da Casa e traz uma redução de unidades nas áreas administrativas em relação à situação atual.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – V. Exª ainda não falou no museu, tchê! O museu que é importante, superior ao Museu Nacional.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Vamos chegar lá. Mas V. Exª poderá, no debate, evidentemente, resgatar todo o estudo que fez. Eu acho que seria, e será, da maior validade para este debate que estamos fazendo, nesta manhã, aqui, na Comissão de Constituição e Justiça.

Proponho para o Senado uma estrutura executiva capaz de coordenar cada uma das áreas estratégicas de atuação da Casa. Sendo assim, a Secretaria-Geral de Administração terá o comando de todas as áreas de suporte administrativo ou atividades-meio. Uma nova Secretaria de Gestão do Conhecimento coordenará todas as áreas de formação de capital humano, organização e disseminação de conhecimento, Senador Pedro Taques. E a Secretaria de Comunicação Social administrará, sob critérios mais claros, a divulgação da atividade legislativa. Prestando serviços diretos de assessoramento às missões administrativas da Comissão Diretora atuarão a Advocacia e a Controladoria. Todas as demais unidades vinculadas à Comissão Diretora são de caráter estritamente finalístico.

Nos gabinetes parlamentares, a função de chefe de gabinete passa a poder ser ocupada tanto por servidor efetivo quanto por servidor comissionado. Assim, o Senador poderá nomear pessoa de sua confiança, sendo ele servidor efetivo ou de sua escolha, para o cargo de chefe de seu gabinete.

Quanto ao número máximo de cargos de livre nomeação que podem ser providos por meio dos chamados desdobramentos de cargos comissionados, mantenho a redação do Projeto de Resolução nº 96, de 2009, que reduz a possibilidade dos atuais 79 para 25. O número de funcionários do quadro permanente que podem servir em um gabinete de Senador passa de sete para cinco.

Proponho igualmente que a designação do servidor para o gabinete seja precedida de um processo formal de treinamento e qualificação de forma a assegurar a qualidade da oferta de recursos humanos no apoio de pessoal ao parlamentar.

Meu voto em separado, Srªs e Srs. Senadores, propõe significativa redução na estrutura do Senado em relação à situação atual e ao Projeto de Resolução nº 96, de 2009. Isso implica também uma substancial redução do número de cargos em comissão e funções de confiança. Em termos quantitativos em relação à situação atual do Senado, ocorre redução de 1.219 para 914 cargos em comissão.

Também acolhemos a emenda do Senador Aloysio Nunes Ferreira em que propõe uma redução de 2.072 funções comissionadas para 907 funções comissionadas. Portanto, uma redução de 56% das funções comissionadas no Senado Federal.

Cabe enfatizar que, basicamente, mantive a estrutura das funções de confiança e cargos comissionados constantes no relatório do eminente ex-Senador Tasso Jereissati, o qual está respaldado nas recomendações da Fundação Getúlio Vargas.

Como já afirmei, considero importante a realização de estudos mais profundos de revisão do conjunto das funções de vários órgãos importantes da atividade do Senado Federal.

A Fundação Getúlio Vargas, contratada pelo Senado Federal, e a primeira Subcomissão, cujo relator foi o Senador Tasso Jereissati, apesar de disporem de prazos mais dilatados para análise, entenderam ser postura responsável apontar a existência de problemas e distorções estratégicas que demandam estudos mais amplos e estudos mais específicos.

Sendo assim, o artigo 214 do substitutivo que apresento estabelece a exigência de estudos sistemáticos e coordenados, avaliando e reavaliando todas essas questões.

Esses estudos, como também já foi dito, têm como norte a busca da máxima integração possível, em cada caso, com o serviço equivalente, inclusive, da Câmara dos Deputados, como forma de nós racionalizarmos a eficiência e considerarmos o Congresso Nacional como parte integrante. Ou seja, após a aprovação dessa resolução, a Casa deverá, no prazo de até 180 dias, apresentar estudos e análises sobre a Secretaria Especial de Editoração e Publicação – a Gráfica –, a Secretaria Especial de Informática – o Prodasen –, a Secretaria de Assistência Médica e Social – o Serviço Médico –, a Secretaria de Biblioteca e a Secretaria Especial de Comunicação Social.

Com relação à Polícia do Senado, cabe destacar trecho, Sr. Presidente, Srs. Senadores, do parecer – chamo a atenção, aqui, do Senador Randolfe Rodrigues e do Senador Pedro Taques – que a Vice-Procuradora-Geral da República, Dr. Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira, e o Procurador-Geral da República, Dr. Roberto Monteiro Gurgel Santos, apresentaram à Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 24. Dizem os eminentes procuradores federais:

> *São inconstitucionais todas as disposições da Resolução 59/2002, do Senado Federal, que traduzam atribuição de polícia judiciária, inclusive no que diz respeito a atos de investigação de infrações criminais, à polícia legislativa.*

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, só um esclarecimento, me permite?

Peço desculpas ao Senador Ferraço, só que estou com uma dúvida, que é a seguinte: essa planilha de 470...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Eu, ao final, vou abordar a planilha, na conclusão.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Não é essa que eu tenho aqui.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Não, essa planilha que estou apresentando é a planilha que consta do meu substitutivo revisado. Então, é sobre ela que nós abordaremos, ao fim, fazendo um cotejamento entre as diferenças básicas da proposta do eminente Senador Benedito e da minha proposta, em que nós poderemos fazer uma análise mais clara e mais objetiva.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Entendi. Muito obrigado. Desculpe interrompê-lo, mas eu precisava saber onde estava isso.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – É sempre um prazer e uma alegria acolher o aparte e a manifestação de V. Exª. V. Exª nunca atrapalha, sempre contribui.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Muito obrigado. Isso é em razão do seu coração chagoso, que é muito grande.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – O referido documento entende que a polícia legislativa é uma polícia administrativa.

Sendo assim, retirei de meu voto em separado tudo que fazia referência à competência para a Polícia do Senado proceder à apuração de infrações penais, por decisão da Procuradoria Geral da República, enfim, acolhendo uma decisão da Procuradoria Geral da República.

O substitutivo que apresento também propõe regras para a concessão e uso de aparelhos de telefonia celular para Senadores e servidores, e para a concessão e uso de imóveis funcionais para os Senadores. Determinamos, ainda, que seja elaborado um reestudo dos serviços terceirizados da Casa, com meta de redução de 30% do volume atual de mão de obra, com efetiva redução dos custos dos terceirizados no Senado, bem como um comando para dar maior racionalização e controle aos contratos de prestação continuada da Casa, que, atualmente, significa um gasto mensal da ordem de aproximadamente R$80 milhões, os quais deverão ter uma redução de 30%.

Além disso, torno explícita a inclusão de gratificações de função de confiança e cargo comissionado no teto remuneratório fixado pela Constituição Federal, nos mesmos termos dos demais poderes da República, regularizando exceção de questionável constitucionalidade que hoje prevalece, considerando, inclusive, a existência de ação já ajuizada pelo Ministério Público tendo como objeto essa questão.

Pelo exposto, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, sou pela sua legalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do projeto de Resolução nº 96, de 2009, e total ou parcialmente das emendas apresentadas junto à Mesa de nºs 3, 4, 5, 9, 12, 14, 16, 17, 19, 20, 22, 29, 30 e 32, e emendas da Comissão de Constituição e Justiça nºs 4, 5, 6, 7, 9, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 33, 36, 37, 38, 47, 48, 54, 59, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 68 e 69, restando rejeitadas as demais emendas na forma do substitutivo a seguir transcrito.

Encerrando, Sr. Presidente, chamo a atenção dos Srs. Senadores para as diferenças básicas entre o nosso parecer e o parecer do eminente Senador Benedito.

Na prática, o Senador Benedito propõe uma redução das despesas do Senado da ordem de R$155 milhões, aproximadamente. E nós estamos propondo uma redução da ordem de R$185 milhões.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – É possível centralizar o quadro?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Se puder centralizar e ampliar um pouquinho, eu acho que facilitará a leitura das Srªs e Srs. Senadores.

Outra questão importante é que estamos inovando também na indicação da direção-geral da Casa. A Direção-Geral da Casa continuará atribuição e prerrogativa do Presidente, mas esse nome terá que ser submetido a esta Comissão e terá que ser submetido ao Plenário da Casa. De igual forma, a Diretoria-Geral da Casa terá que prestar contas, anualmente, dos seus atos à Comissão de Fiscalização e Controle – aliás, como fazem diversos órgãos de diversos Ministérios. Então, é uma oportunidade para que, amanhã, não tenhamos a chicana de afirmar: "Ah, eu não sabia"; "Ah, eu não sei quem é...". Não. Todos nós teremos que ter responsabilidade por essa indicação, de certa forma, porque estaremos deliberando sobre ela, estaremos votando a favor ou contrário e, anualmente, a Diretoria-Geral prestará contas ao conjunto dos Senadores da evolução das despesas do Senado Federal.

Portanto, ali está, Senador Aécio Neves, de forma centralizada – estava, pelo menos –, a proposta básica, que difere o meu voto em separado do voto do Senador Benedito. Ele propõe uma redução de gastos da ordem de R$155 milhões, e nós estamos ousando mais. Nós achamos que este Poder pode dar, sim, uma contribuição de economia, de austeridade, no momento, Senador Romero Jucá, em que estamos fazendo enfrentamentos importantes e há necessidade de o País aumentar a sua taxa de poupança, aumentar os investimentos. Portanto, acho que a nossa Casa poderá dar uma contribuição ainda adicional à República brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela paciência. Muito obrigado às Srªs e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Ricardo Ferraço.

Em discussão a matéria.

Para discutir a matéria, o primeiro orador inscrito é o Senador Pedro Taques.

Tem a palavra, em seguida, o Senador Aloysio; depois, o Senador Dornelles; depois, o Senador Randolfe.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Gostaria, também, de inscrever-me, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador...

Tem a palavra V. Exª.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Só um minutinho.

Senador Jucá, Senador Suplicy.

Pela ordem, Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PT – RS) – São vários oradores inscritos para discutir. É claro que V. Exª não... Não vai dar para esgotar.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vamos esgotar, Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – V. Exª vai levar enquanto puder?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu vou delimitar o tempo de dez minutos para cada Senador na discussão.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Não concordo com V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Sim, mas V. Exª não é obrigado a concordar.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Não concordo com V. Exª. Uma matéria com essa importância...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exª não é obrigado a concordar com a Mesa.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – ...(*inaudível*) delimitar o tempo em dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, tem a palavra o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Porque não pode...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Pedro Taques, tem a palavra V. Exª.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, estou esperando um material, que está vindo do gabinete. Posso passar mais para frente? É possível isso?

Então, por gentileza. Eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Aloysio Nunes é o próximo orador inscrito.

Tem a palavra V. Exª, Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, em primeiro lugar, meu querido amigo, Senador Benedito de Lira, V. Exª foi um algoz que decapitou todas as minhas emendas, mas nem por isso deixo de lhe querer muito bem, de admirá-lo...

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Eu não o fiz. Eu acolhi as suas emendas, Senador.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – ...diferentemente do Senador Ferraço. Não deixo de querer-lhe muito bem, mas creio que V. Exª, realmente, foi incumbido de uma missão quase impossível. V. Exª, de alguma forma, pegou o bonde andando.

Esse projeto, essa ideia de uma reforma administrativa começou, como ressaltou V. Exª, no histórico que fez, em 2009, depois de uma crise que envolveu a administração da Casa e foi caminhando ao sabor das opiniões dos diferentes relatores e também de pressões corporativas dos diferentes órgãos que compõem o funcionalismo da Casa, como é normal que aconteça.

Mas creio, Sr. Presidente, que o Senador Benedito de Lira, num determinado momento do seu voto, ao justificar a rejeição de algumas de minhas emendas, sem querer discuti-las, S. Exª diz que acolher essas emendas significaria reformular toda a metodologia de análise adotada até agora; seria, de alguma forma, começar do zero. E, com esse fundamento, S. Exª rejeita algumas emendas em que aponto a necessidade de suprimir mesmo determinadas estruturas da Casa.

Ora, penso que é o caso, realmente, de começarmos não digo do zero, mas, a partir de um ponto de vista, que é o seguinte: imaginemos que devamos começar do zero a vida do Senado. É claro que isso não é possível. O Senado existe desde 1824, acumulou uma bela tradição, mas, ao mesmo tempo, a sua estrutura administrativa sofreu o fenômeno da inércia. Vão-se criando funções, as funções vão-se multiplicando, e chegamos a resultados como esses, que foram apontados pelo Senador Ferraço, resultados numéricos do crescimento absurdo de números, por exemplo, de servidores comissionados.

Mas imaginemos que tenhamos de começar do zero. Qual seria a estrutura administrativa que seria indispensável para que o Senado cumprisse a sua função – a sua função de legislar, a sua função de fiscalizar e a sua função de exprimir o sentimento do povo? Evidentemente, teríamos o Plenário, as comissões, os gabinetes dos Senadores e, depois, os serviços de apoio, indispensáveis ao funcionamento desses órgãos no Senado.

No entanto, as estruturas foram crescendo. Não apenas as atividades-meio foram multiplicando-se, aumentando de volume, como também novas estruturas foram agregando-se. E, se verificarmos o comportamento histórico desse processo de metástase, verificamos que ele se deu, basicamente, entre 2002 e 2006, quando essa expansão da área-meio adquiriu um ritmo e um volume maior.

É desse período a criação da Segurança do Senado, a transformação da Segurança do Senado em Polícia do Senado; a criação do Unilegis; a extensão do programa Interlegis, com a inauguração, inclusive, de um edifício sede, em 2001, além da expansão da Secretaria de Comunicação Social.

Hoje, atingimos um orçamento que, no ano de 2011, o orçamento executado pelo Senado só é inferior ao orçamento das Prefeituras de São Paulo, do Rio de Janeiro, de Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Fortaleza e Salvador. Logo em seguida, vem o orçamento do Senado: três bilhões e trezentos milhões no ano passado. É muita coisa. Seria necessário tudo isso?

Se nós examinássemos o que existe hoje funcionando no Senado, nós veríamos que muitas dessas despesas são inúteis. Por exemplo: o que o Senado tem a fazer... É função do Senado capacitar câmaras municipais a usarem instrumentos de informática? Sinceramente, é função do Senado Federal? É função do Senado Federal que, há quatro anos – três anos, pelo menos –, está debatendo o processo da sua reforma administrativa, dar lições sobre administração a câmaras municipais e assembleias legislativas pelo País afora? É claro que não.

O Departamento Médico, o nosso Senador Ferraço já mostrou o anacronismo dessa estrutura, que, talvez, tivesse sentido – tinha certamente sentido – quando Brasília foi criada em função das condições. Isto aqui era mato, não é? Hoje não é mais. E mais, nós temos um plano de saúde que é o sonho de consumo de qualquer brasileiro. E, no entanto, a estrutura não só se mantém, como há, recentemente, agora, um concurso para contratar novos médicos, com salário de coisa de R$18 mil. Quer dizer, não tem cabimento uma coisa dessa, sinceramente não tem cabimento.

Mantém-se aqui uma universidade. A universidade, aliás, foi abolida; no entanto, mantêm-se a reitoria e a vice-reitoria.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Tem!

Nós temos aqui no setor de apoio ao funcionamento do plenário a Taquigrafia. Claro, a Taquigrafia é importante, mas, hoje, nós já temos instrumentos que permitem a transcrição imediata daquilo que se fala para o texto; é o que acontece, aliás, nas comissões. Aquilo que estamos debatendo aqui amanhã estará disponível, ou, hoje à tarde, estará disponível, podendo pegar o texto da nossa intervenção.

Revisores – quarenta revisores. Eu perguntei a um jornalista do Grupo Folha, por exemplo, quantos revisores tinha o Grupo Folha. Não tem revisor. Tem lá um consultor de língua portuguesa. Nós temos quarenta!

Temos um serviço de tradução, de tradução simultânea. Pelo que sei, a maior parte das traduções simultâneas que são feitas ficam a cargo de pessoas contratadas *ad hoc*, até mesmo língua inglesa.

Então, sinceramente... Eu, sinceramente, acho que a estrutura da Polícia Administrativa, da Polícia Legislativa... Eu prestigio muito o trabalho da Polícia Legislativa, é um trabalho delicado, difícil, porque eles ficam espremidos entre a necessidade de dar acesso e disciplinar o acesso do povo, do público ao Senado e, ao mesmo tempo, a manutenção da ordem. É uma coisa muito delicada. No entanto, ela atingiu um gigantismo e tem um gigantismo consolidado nessa proposta de reforma que, primeiro lugar, dá a ela um *status*, digamos, administrativo que, no meu entender, é incompatível com a sua função. Ela passa a fazer parte, digamos assim, da cúpula da Administração da Casa, da Comissão Diretora da Casa, não é? E vejam os serviços que ela tem: Gabinete Administrativo; Serviço de Inteligência Policial, Tecnologia e Projeto; Serviço de Apoio Aeroportuário; Serviço de Armaria...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Serviço de Inteligência.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Coordenação de Polícia Ostensiva, subdivida em vários serviços: Serviço de Policiamento; Serviço de Operações Especiais; Serviço de Credenciamento e Acesso. Quer dizer, há uma quantidade enorme de serviços, de pequenas caixinhas que são colocadas aí na Polícia Administrativa.

Peguemos a infraestrutura, porque todo esse crescimento de serviços de apoio tem uma demanda predial. Cria-se o serviço e, depois, cria-se o prédio; e, depois, cria-se o serviço para manter o prédio. Aí, nós chegamos a um nível de especialização nessa estrutura predial, de manutenção da estrutura predial, que chega às raias do absurdo. Nós temos Serviço de Manutenção de Instalações Elétricas, Serviço de Manutenção de Geração de Energia e Elevadores, Serviço de Sistemas de Climatização, em vez de termos um único serviço de infraestrutura.

Enquanto isso, os Senadores que têm o cuidado de dono de casa, como eu, veem a situação dos prédios em que nós moramos. Tomemos, por exemplo, a situação da floreira dos prédios em que nós moramos. Eu moro num prédio do Senado há um ano e quatro meses e até hoje vejo aquela floreira toda arrebentada, desbeiçada, e as flores são tufos de flores – parecem-se um pouco com o meu cabelo: são tufos de flores!

É só para dar uma ideia dessa situação. Criam-se serviços e mais serviços e, se nós tivermos um problema qualquer para resolver que exija a intervenção do serviço de infraestrutura, cada encarregado de uma determinada operação terá de se reportar ao seu superior hierárquico, que, por sua vez, falará com outro. É uma coisa maluca, é uma coisa que, realmente, não tem muito cabimento. É surreal, é surreal.

A ideia de se reduzirem cargos de confiança é muito louvável. No entanto, não se pode desconhecer que nós temos aqui, no Senado, por decisão interna do Senado, a possibilidade de fracionar cada cargo de confiança. Por exemplo, são aprovados na lotação dos gabinetes parlamentares, cinco assessores técnicos, seis secretários parlamentares e um motorista – isso foi criado na estrutura administrativa da Casa. No entanto, houve normas adicionais que permitiram o desdobramento desses cargos, podendo, no caso dos assessores, gerar 36 outros cargos; e, no dos secretários, 42. Assim, a lotação inicial, que é de 12 cargos, tem o potencial de se transformar em 79 cargos, pelo fracionamento. Ora, cargo é um lugar na burocracia criado por lei, não se pode fracioná-lo por livre decisão de qualquer um de nós. Somente uma lei pode criar um cargo, seja ele cargo de provimento efetivo, seja ele cargo em comissão.

Uma última questão: qual é o horário de trabalho da Casa? Alguém sabe dizer qual é o horário de trabalho da Casa? Ninguém sabe. Então, nós temos uma reforma administrativa que sequer define qual é o horário de trabalho da Casa, dos funcionários da Casa. Além disso, os números globais que foram apresentados pela Direção da Casa não nos permitem aferir o custo de cada um desses departamentos administrativos. Eu creio que, para que pudéssemos fazer uma análise de custo-benefício de cada um desses departamentos, precisaríamos saber quanto custa cada um. Mas os números que foram apresentados, a partir do requerimento do Senador Suplicy e de outros, são números globais que não nos permitem fazer essa análise detalhada, indispensável, no meu entender, quando se toma uma decisão sobre reforma administrativa.

Então, lamento imensamente, meu querido amigo, Senador Benedito de Lira, sei que a tarefa de V. Exª é uma tarefa de Sísifo, mas, infelizmente, eu me coloco contrário ao seu parecer.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, concedo a palavra ao Senador Pedro Taques, também por dez minutos, de acordo com art. 14, III.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente; Srs. Senadores, eu não vou usar os 10 minutos, apenas para expressar meu respeito ao Senador Benedito de Lira e ao Senador Ferraço. Mas eu também entendo que essa reforma... Não entendi em que ela vai melhorar ou tornar mais eficiente a Casa, bem como entendo que ela, com todo o respeito, vai trocar seis por meia dúzia e não vai pegar os pontos mais importantes que, a meu juízo, penso que deveriam ser tocados. Eu vejo que nós estamos fazendo uma reforma... Nós todos conhecemos o histórico dessa reforma, desde aquela Comissão presidida pelo, já falado aqui, Senador Jereissatti, mas nós temos de mudar isso pontualmente.

O art. 3º do projeto apresentado pelo Senador Benedito de Lira fala em 360 dias para aquelas mudanças, estudos específicos para as várias áreas do Senado; o Senador Ferraço fala em 180 dias. Eu penso que essa mudança no atacado não resolve as partes específicas. Eu vou votar contrário a essa reforma, entendendo que nós precisamos efetivamente de uma reforma que possa trazer modificações que nós todos desejamos. Eu cito alguns casos: você subordinar a Polícia Legislativa do Senado à Comissão Diretora é criar uma nova estrutura constitucional, conforme o art. 144 da Constituição.

Com todo o respeito aos componentes da Polícia do Legislativo, à Polícia do Senado, me parece que ela está a ocupar espaços que não encontram respaldos na lei e na Constituição. Não cabe a essa Polícia fazer a investigação. Nós temos o maior número de servidores como polícia judiciária, quando o ideal seria que fosse polícia ostensiva, como bem relatou o Senador Aloysio a importância da Polícia nesta Casa, uma polícia que permita que o cidadão aqui possa se expressar, que os Senadores cumpram sua função constitucional, mas não dessa forma.

Criação de Universidade, sem contar aí a questão do atendimento médico.

Dessa feita, Sr. Presidente, de uma forma bem objetiva, entendo que nós precisamos de outro tipo de reforma que possa, efetivamente, tocar nesses pontos e que nós possamos ter tranquilidade para votar. Por isso, votarei contrário ao relatório apresentado, expressando, mais uma vez, meu respeito ao Senador Benedito de Lira.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – É possível alguma argumentação, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Neste momento, não. Nós estamos na discussão da matéria e V. Exª já fez o voto em separado.

Se, em momento oportuno, eu a colocar em votação e se a matéria principal, sem o relatório do Senador Benedito de Lira for derrotado, obviamente que terei a obrigação de botar o voto de V. Exª em separado para votação.

Próximo orador inscrito, Senador Dornelles; depois, Senador Jucá.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, eu queria manifestar e cumprimentar o Senador Benedito de Lira pelo seu relatório. Estou certo que ele vai, posteriormente, esclarecer todas as críticas que estão sendo feitas a seu trabalho.

O Senador Benedito de Lira fez um relatório pensando na eficiência do Senado. O que diferencia o relatório de uma empresa privada e o de uma empresa pública é que a primeira pensa só em lucro, raciocina em termos financeiros, quando a reforma administrativa de um órgão público tem de pensar em eficiência, tem de pensar em resultado, o que foi a característica do parecer do Senador Benedito de Lira.

Eu queria cumprimentar V. Exª, Senador Benedito de Lira, e trazer meu apoio ao seu relatório. Agora, eu queria dizer a V. Exª, Sr. Presidente eu não sou familiarizado com o Regimento, mas acho que um assunto dessa natureza é da maior importância. Nós estamos aqui discutindo a reforma do Senado, e eu estou achando o número de Senadores presentes pequeno. Eu pergunto: seria possível nós votarmos esta matéria em uma reunião em que tivéssemos maior número de Senadores presentes?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Dornelles, a Mesa não tem nenhuma responsabilidade pelos relatórios. A Mesa tem obrigação de conduzir os trabalhos. Eu vou conduzir os trabalhos de acordo com o que determina o Regimento. Os Srs. Senadores terão de vir aqui para votar. Eu estou aqui, o senhor está aqui, tantos outros estão aqui. Os membros desta Comissão têm a obrigação. Em momento oportuno, eu vou convidá-los – devem estar em gabinetes e alguns foram almoçar –, mas eu vou dar continuidade a essa matéria, porque faz bastante tempo que está aqui. Se o relatório agrada ou desagrada... Nós vamos ter que aproveitar aqui ou o relatório do Senador Benedito de Lira ou o voto em separado do Senador Ricardo Ferraço.

Portanto, com o devido respeito, eu vou dar a palavra ao Senador Jucá.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Antes, pede a palavra pela ordem o Senador Lobão.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Eu indagaria: ouvi atentamente a manifestação do Senador Aloysio Nunes e do Senador Taques sobre o mérito do relatório do Senador Benedito de Lira. Eu gostaria imensamente de ouvir a opinião deles dois também sobre o substitutivo do Senador Ricardo Ferraço.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não é o momento oportuno, Senador. Sinto muito, mas não é o momento oportuno. O voto do Senador Ricardo Ferraço, reformulado hoje, só pode ser colocado em votação, só entrará em pauta se o relatório principal cair. Portanto, o voto em separado só pode ser debatido após essa discussão. Não é regimental.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Eu só fiz isso porque o meu voto em relação ao Senador Benedito de Lira vai ser diretamente afetado pelo do Senador Ricardo. Por isso eu queria saber numericamente o que vai acontecer aqui.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – No momento oportuno, eu vou explicar como será a votação.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Jucá tem a palavra.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, na mesma linha do Ministro Dornelles, eu quero também registrar a importância do trabalho feito por todas as Comissões, especialmente pelo Senador Benedito de Lira, que fez um trabalho no sentido de compatibilizar a estrutura do Senado com a efetiva necessidade que o Senado e os Senadores têm.

Eu queria discordar do Senador Ricardo Ferraço dizendo o seguinte: de 1993 para 2012, passaram-se praticamente vinte anos. E nós tivemos aí uma ampliação de serviços, de necessidades, de interlocução. Efetivamente o Senado hoje é outro, com muito mais cobrança, com muito mais questões que têm que se relacionar. Então o Prodasen, o Interlegis, a Secretaria de Comunicação, a Polícia do Senado, a Universidade Legislativa, tudo isso foram coisas criadas nesse período exatamente para que o serviço pudesse ser ampliado e a relação pudesse ser ampliada.

O Senador Benedito de Lira faz cortes. Ele fez uma economia. E a diferença da proposta do Senador Benedito de Lira para o relatório do Senador Ricardo Ferraço são R$30 milhões, não é um valor expressivo...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Por ano.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Por ano. Sim. Nós estamos falando por ano. Não é um valor diferente do outro e ele preserva algumas questões importantes: a condição dos gabinetes dos Senadores, o gabinete da Mesa Diretora, algumas estruturas que hoje estão funcionando e que são necessárias para que os Senadores possam atuar. Eu acho que nós diminuirmos a condição de estrutura do Senado não ajuda, repito: não ajuda no trabalho legislativo. Não ajuda.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – E o Interlegis?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – O Interlegis eu defendo. Eu acho que o Interlegis é um programa internacional firmado entre o Governo brasileiro e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, tem hoje uma relação de suporte com o sistema legislativo brasileiro e, portanto, é um trabalho que o Senado presta de relacionamento, de fortalecimento das câmaras municipais, das assembleias, é um sistema legislativo, no Brasil, que o Senado, de certa forma, ajuda a fortalecer. Eu acho que é uma ação importante nessa relação de democracia, de fortalecimento do Poder Legislativo.

Quem discorda eu respeito, mas, na verdade, eu concordo que o Prodasen, concordo que a Secretaria de Comunicação, concordo que todas essas estruturas que foram criadas, sem dúvida nenhuma, são necessárias e hoje dão uma condição de atuação ao Senado muito maior, muito mais abrangente.

Então eu vou acompanhar o relatório do Senador Benedito Lira com os cortes que ele faz, e já são cortes fortes, já são cortes que, de certa forma, mexem na estrutura, mas ele mantém um mínimo de condição para que nós tenhamos o funcionamento de alguns mecanismos que foram criados durante todo esse período.

Portanto, Sr. Presidente, eu encaminho favoravelmente ao relatório do Senador Bendito de Lira.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, concedo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues pela ordem de inscrição. Tem a palavra V. Exª por 10minutos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, meu voto será contrário ao relatório do eminente Senador Benedito de Lira. Parece-me que o ideal seria... V. Exª já condescendeu, essa matéria já tramita aqui há muito tempo, essa matéria foi debatida aqui há, pelo menos, quatro anos, mas não me encontro satisfeito nem com o relatório do eminente Senador Benedito de Lira, nem mesmo com o voto em separado do meu querido Senador Ricardo Ferraço, porque vejo, por um lado, uma hipertrofia de estruturas. Vou continuar o exemplo citado aqui pelo Senador Aloysio Nunes em relação à Policia do Senado. Veja, em relação à Polícia do Senado, nas residências dos Senadores, não temos Polícia do Senado; temos serviços terceirizados. Na estrutura da Polícia do Senado que aqui está, existe a criação do Serviço de Apoio Aeroportuário. Bom, precisaríamos de uma explicação sobre onde esse serviço da Polícia iria nos servir.

Serviço de armaria. Suponho que seja cuidar de armas, por parte da Polícia do Senado. A Polícia do Senado fica com porte de armas e tem que cuidar de armas.

(Manifestação fora do microfone.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Pois é, deveria ter. Deveria ter paiol.

Veja aqui: Serviço...Na Polícia, há um Serviço de Policiamento. É o cúmulo da redundância: dentro da estrutura da Polícia, temos um Serviço de Policiamento. Eu gostaria de uma explicação para a criação dessa estrutura. Temos um Serviço de Investigações e Captura. Como assim? A Polícia do Senado faz captura? Fico na dúvida, Presidente, de qual seria o nível de atuação da nossa Polícia. E temos um Serviço de Inteligência, que, parece-me, deveria ser um serviço característico para Policia Federal e Polícia Civil. Não me consta que, na Constituição, esteja previsto, em algum lugar, que vamos seguir critérios de hierarquia e disciplina e que vamos ter papel de investigação por parte de nossa Polícia.

Então, vejo que temos um excesso neste aspecto. Por outro lado, mesmo tendo um excesso na criação de uma estrutura, temos a terceirização de serviços que, no meu entender, deveriam ser serviços da nossa própria Polícia. Então, ao mesmo tempo em que há uma hipertrofia, por outro lado, há excesso em algumas estruturas que aqui criamos, sem destacar e sem ressaltar de novo a redundância que existe na existência do Serviço Médico e no fato de termos também, os Senadores, um plano de saúde invejável.

Por outro lado, temos estruturas que, parece-me, devem ter melhor analisado o seu funcionamento e, inclusive, valorizadas.

Há pouco tempo, eu estava visitando a biblioteca do Senado. A biblioteca do Senado tem mais de cento e oitenta anos e tem uma estrutura invejável, um arquivo e um acervo para fazer inveja. No meu entender, a biblioteca do nosso Senado é um patrimônio nacional, mas, ao mesmo tempo, estamos reduzindo uma estrutura que, parece-me, deveria ter melhor analisado o seu funcionamento. Assim como temos estruturas eficazes aqui, que têm que ter seu funcionamento reconhecidos, como a nossa biblioteca, como o Prodasen. Deveriam ter melhor analisados e melhor trabalhados o seu funcionamento.

Então, por conta disso, no meu entender do ponto de vista regimental, quando pedi vista do relatório do Senador Benedito, parece-me que não cabe a figura, aqui, de adendo à complementação de voto. Na verdade, o adendo à complementação de voto, no meu entender, é um novo relatório ao voto já proferido. Então, no meu entender, conforme prevê o Regimento, isso resultaria num novo pedido de vista para análise e implicaria que não votássemos hoje.

Por mais que estejamos demorando com esse tema, há um adendo em relação a esse tema, e haveria a necessidade de nós o debatermos bem, porque não

me sinto satisfeito com nenhuma das propostas aqui, tanto o relatório do Senador Benedito, quanto o voto em separado do Senador Ricardo Ferraço.

Caso aprovado o relatório do Senador Benedito, apresento um pedido de destaque para votação em separado de duas propostas de emenda que apresentamos, que é a proposta de Emenda nº 77 e a proposta de Emenda nº 76. É exatamente para corrigir uma distorção que virá no relatório.

A Emenda nº 76 é o seguinte: aprovado o relatório como está, nós teremos uma desestruturação de todos os gabinetes dos Senadores com os servidores do Senado, porque o voto apresentado diz que, no gabinete, o único cargo que não é desvio de função é o cargo do Chefe de Gabinete, ou seja, em alguns gabinetes – e acredito que seja o da maioria dos Senadores –, vai haver uma desestruturação completa da formação de servidores do Senado, que estão disponibilizados para esses gabinetes.

A outra, a Emenda nº 77, diz respeito à estrutura das lideranças. Concordo com a crítica já feita pelo Senador Aloysio e quero aqui destacar: a atual distribuição das lideranças é uma desproporcionalidade. Veja, um gabinete de líder com três Senadores dispõe de uma estrutura que é praticamente outro gabinete parlamentar, enquanto que um gabinete com dois Senadores dispõe de uma estrutura que é 95% menor que a estrutura de um gabinete com três Senadores.

Há uma desproporção na distribuição da estrutura das lideranças, conforme existe atualmente, no Senado – embora isso sejam pequenos os reparos.

No central, não me parecem satisfatórias para as necessidades do Senado e do Brasil as propostas que estão em debate. E não me parece satisfatório para a necessidade do Senado um debate, por um lado, de criação de hipertrofia de estruturas e de minimização de outras estruturas de funcionamento do Senado.

Por isso, considero, primeiro, que deveríamos ter mais tempo, e não daria para votar hoje. Segundo, parece-me... tenho claro que o adendo ao voto enseja um novo relatório e, consequentemente, ensejaria um novo pedido de vista para votação posterior. Em terceiro lugar, é inevitável que é preciso um debate mais aprofundado, porque as propostas estão longe do que foi debatido, da crise que foi criada anteriormente e que gerou a criação de uma subcomissão; longe, parece-me, também, do que foi debatido na própria Subcomissão de Reforma Administrativa.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

V. Exª tem a palavra por dez minutos, Senador.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, primeiro, cumprimento o Senador Benedito de Lira, pelo esforço e cooperação, mas o relatório do Senador Ricardo Ferraço leva em conta as aspirações de enxugarmos melhor o Senado Federal em seus excessos e também conseguiu levar em consideração observações feitas pelo Senador Tasso Jereissati, Relator da primeira Comissão de Reforma Administrativa, e muitas das críticas contundentes feitas pelo Senador Pedro Simon, inclusive algumas reiteradas hoje, mas elas estão sendo levadas em consideração, até porque o Senador Ricardo Ferraço restabeleceu algumas das recomendações feitas pela Fundação Getúlio Vargas após aquilo que havia sido mencionado pela FGV sobre a proposta anteriormente feita pelo conjunto de servidores da Casa. O relatório do Senador Ricardo Ferraço também atende muitas das ponderações feitas pelos Senadores Aloysio Nunes, Pedro Taques e também Randolfe Rodrigues, relativamente às questões sobre os excessos de gastos na área da Polícia e do Interlegis. Por tudo isso, acredito que a proposição do Senador Ricardo Ferraço é a mais condizente.

Por isso, expresso meu voto favoravelmente a essa alternativa, inclusive porque é a que representa economia de gastos, conforme demonstrado aqui, na tabela, da ordem de R$185 milhões, mais do que a economia proporcionada pelo substitutivo, com o adendo do Senador Benedito de Lira, que é uma economia da ordem de R$155 milhões no total do que hoje representa a estrutura de R$665 milhões, somando-se as funções comissionadas e os cargos em comissão por proposta.

Assim, minha recomendação é votarmos o relatório do Senador Ricardo Ferraço, Sr. Presidente.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Lobão pediu a palavra pela ordem.

Tem a palavra V. Exª.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Eu pediria a V. Exª, Presidente, que consultasse a assessoria desta Comissão, da Mesa, sobre as ponderações do Senador Randolfe. Ele alega que existe um adendo no relatório do Senador Benedito de Lira e, portanto, caberia um novo pedido de vista. Eu fiquei em dúvida sobre isso, porque, se houver a possibilidade de um novo pedido de vista, eu gostaria de pedir vista sobre o novo relatório.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Lobão, já foi feita uma questão de ordem sobre essa matéria, e ela foi indeferida porque não há novo relatório. Apenas o Senador Be-

nedito de Lira acatou parcialmente algumas emendas. Portanto, não há questão de ordem. A questão de ordem já foi decidida contrariamente ao que pensa o Senador Randolfe Rodrigues, quando ele levantou a questão de ordem.

Portanto, concedo a palavra ao Senador Pedro Simon.

V. Exª tem a palavra por dez minutos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Simon está com a palavra, Senador Randolfe.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Matéria dessa natureza...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – É regimental, Senador Simon, art. 14, inciso III. São dez minutos, e vou dar o tempo a V. Exª.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Lamento, Sr. Presidente, que matéria que nem essa esteja num final como esse.

V. Exª tem sido um Presidente que merece respeito nesta Comissão, mas V. Exª, infelizmente, como às vezes acontece com a nossa ilustre Vice-Presidente do Senado, não se dá conta do momento em que estamos vivendo.

Essa é matéria de uma seriedade, de uma profundidade, de uma respeitabilidade que não é para se começar a votar ao meio-dia e vinte e dar dez minutos para o cidadão falar. Eu, por exemplo, há 32 anos, tenho dez minutos para dizer o que penso. Nunca aconteceu isso, Sr. Presidente. Aqui, em discussão de Regimento, em discussão de código, o debate é feito com a mais ampla liberdade.

A história recente do Senado Federal tem exigido uma profunda reflexão da nossa parte, para que nada daquilo que tanto tem denegrido o nome desta Casa continue a acontecer. O Senado, por muito tempo, pecou pela falta de transparência, não só com a sociedade que tem aqui, a sua representação política; foi assim também com os próprios Senadores.

Eu mesmo, embora com 30 anos de mandato nesta Casa, desconhecia muito do que se passava sob o manto do sigilo dos atos secretos, das decisões de gaveta: nomeações às escuras, favores injustificados, contratos e contratações escusas, violações normativas de toda ordem.

Quando isso veio a público, em 2009, a direção e os responsáveis pela superior condução administrativa da Casa procuraram responder ao público por meio de uma proposta de modernização completa das normas e da estrutura burocrática e administrativa do Senado.

Para elaborar uma análise da situação administrativa do Senado e dar ares de credibilidade e de viabilidade às respectivas propostas, foi contratada sem licitação a Fundação Getúlio Vargas (FGV). A FGV, empresa de consultoria privada, eximiu-se de um exame mais aprofundado das causas que ensejaram a implantação de um estado de absoluta ilegalidade nos assuntos internos da Casa. Não houve, portanto, em nenhum momento, o devido aprofundamento na análise das estruturas do Senado. Mesmo assim, o Senado valeu-se da notoriedade e do prestígio da Fundação para acolher, em parte, suas sugestões técnicas e para apresentar proposta que, em tese, resolveria todos os desmandos, e isso gerou o Projeto de Resolução nº 96/2009.

Para apreciar esse Projeto e analisar o assunto com maior profundidade, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania constituiu uma Subcomissão específica. Não pareciam verossímeis nem dotadas de objetividade e de clareza as propostas contidas no Projeto de Resolução apresentado pela Mesa. Passou-se, então, a averiguar, com maior profundidade, a proposta inicial, bem como as observações contidas no trabalho da Fundação, além de ouvir diversos segmentos da Casa.

À medida que as avaliações caminhavam, tinha-se a nítida impressão de que havia um elo perdido em toda a versão apresentada. Firmava-se a convicção de que o texto submetido à Casa não passava de uma forma de convalidar o que já existia e de, por mais absurdo que fosse, aprofundar os equívocos. Consolidavam-se ainda mais os tão criticados superdimensionamentos e superposições de órgãos e funções.

A própria Fundação veio a público para dizer que o texto final do Projeto de Resolução não era de sua responsabilidade, que ela nada tinha a ver com isso. A Fundação Getúlio Vargas foi além, ao afirmar que, na verdade, a nova proposta aumentava o peso da estrutura do Senado, ao contrário do que se propagandeava no início. Foram os próprios escalões burocráticos que o formularam com o manifesto intuito de preservar privilégios e posições e, pior ainda, de até mesmo aumentá-los.

A tal estrutura administrativa hipertrofiada, com inúmeras superposições, estava, na verdade, a se consolidar mais ainda, agora com a chancelaria de nós, Senadores. Repartições como o órgão de Comunicação, Rádio, TV, Jornal e Internet; o Prodasen; a Gráfica; o Interlegis; a Unilegis; a Polícia Legislativa, com suas atribuições confusas e ilegais; o Departamento de Engenharia e Telefonia; os fóruns, grupos e comissões internacionais dos quais o Senado participa, com seus custos de manutenção, permaneciam,

no mínimo, como eram. Questões sobre a permissão para o aumento de 12 para 55 cargos comissionados em gabinetes reverberaram escandalosamente. Enfim, as unidades da Casa aproveitaram o debate para reivindicar e consolidar suas posições hierárquicas, suas estruturas, seus quadros e seus cargos. Eu poderia citar outros segmentos da Casa para os quais se propuseram funções e estruturas superdimensionadas ou com sombreamentos visíveis ou até mesmo atividades que poderiam ser dispensáveis.

Na época, propus um encaminhamento e uma sugestão de projeto de resolução, ambos com o propósito de melhor instruir as mudanças exigidas. Este era o roteiro proposto: o projeto precisa ser completamente reescrito, a fim de que possa efetivamente empreender uma reforma administrativa compatível com o que a opinião pública espera de nós. A ideia...

Não quero atrapalhar os que estão falando, mas eles estão me atrapalhando. Não sei se deixo eles falarem primeiro, e V. Exª, Sr. Presidente, desconta o meu tempo. Ou como fazemos, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Tem a palavra V. Exª. A sua palavra está assegurada. Vou corrigir...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Há mais assessores aqui do que cadeiras. Então, acontece isto: eles ficam de pé a conversar.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O que posso fazer, Senador?

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – O projeto precisa ser completamente reescrito, a fim de que possa efetivamente empreender uma reforma administrativa compatível com o que a opinião pública espera de nós.

A ideia de contratar consultoria externa para auxiliar nas tarefas de análise e formulação de proposta revelou-se de escasso proveito. Quer por desconhecem as peculiaridades da Casa, quer porque não chegam ao pleno acesso aos dados necessários, essa via acabou por resultar em mais despesas desnecessárias.

Para esse fim, propomos que o Plenário desta Comissão delibere determinar o cumprimento do prazo de 30 dias as seguintes medidas:

– ao Diretor-Geral:

1º) que requisite os atuais diretores e titulares dos cargos equiparados a relação completa da estrutura administrativa a eles subordinada, com explicitação dos cargos e funções comissionadas, atribuições e responsabilidades de cada qual, número de servidores lotados e disponibilizados, a mão de obra terceirizada disponível, com discriminação das atividades desempenhadas quantitativamente alocadas;

2º) que providencie o encaminhamento, por parte dos diretores e dos titulares, cargos equiparados, da avaliação amplamente justificada quanto às necessidades de serviços afetos com explicitação da estrutura, número de servidores, funções gratificadas ou comissionadas e terceirizações;

3º) que relação a eventuais órgãos autônomos ou não subordinados a sua estrutura hierárquicas seja adotadas as mesmas providências enunciadas nas alíneas anteriores;

4º) as requisições e comunicações serão acompanhadas da advertência de presunção de necessidade de tudo o que não for explicitado e justificado;

5º) estudo quanto à totalização e a lotação ideal de servidores por diretoria e setores hierarquicamente subordinados, conforme reiteradamente recomendado pelo Tribunal de Contas da União, bem como das necessidades ou conveniência de terceirização das Mesas Diretoras;

6º) enumeração e explicação das alterações havidas na estrutura administrativa da Casa nos últimos 15 anos, inclusive no tocante a órgãos, cargos e funções por disposições outras que não sejam resoluções, ainda que tais alterações tenham sido posteriormente ratificadas ou convalidadas pelo Plenário;

7º) elaboração da relação de atos normativos vigentes, autorizando o pagamento de qualquer pagamento de benefícios pecuniários aos servidores, além da contraprestação correspondente ao cargo;

8]) informar o número de servidores efetivos investidos em cargos ou funções de confiança, o número de servidores em vínculo efetivo ocupando cargos e funções comissionadas, o número de categorias funcionais dos servidores aos quais se atribui gratificação pelo simples exercício do cargo.

À Secretaria de Controle Interno:

1º) enumeração da recomendação do Tribunal de Contas da União de não implementadas pela Administração;

2º) identificação das causas normativas ou administrativas que impedem a atuação preventiva do sistema de controle e fiscalização, de sorte a evitar a prática ou reiteração dos atos irregulares;

3º) formulação de proposta para implementação de um eficiente sistema de fiscalização preventiva das atividades administrativas, com ênfase nas ações preventivas;

4º) esclarecer se as relatorias de gestão elaboradas contemplam todos os gastos com pessoal, incluindo terceirização e assistência à saúde;

5]) identificação do número de empregados terceirizados e avaliação dos motivos que levaram a substancial redução dos dispêndios a partir do exercício de 2009, bem como das razões que levaram ao sistemático aumento nos exercícios anteriores;

6º) avaliação dos motivos e fundamentos que ensejaram aumento superiores a 25% nos pagamentos efetuados a empresa de terceirização de mão de obra e diversos subelementos de despesas nos exercícios de 2006, 2007, 2008;

7º) avaliação do desempenho do Instituto Legislativo Brasileiro quanto a suas atividades fim desde a sua criação, bem como da Universidade do Legislativo Brasileiro;

8º) identificação do setor responsável pela apresentação dos resultados alcançados pelos órgãos beneficiários de recursos a título de participação e organizações internacionais.

De posse desses elementos informativos, estaremos aptos a formular uma proposta de reestruturação administrativa capaz de atender às reais necessidades da Casa, com observância dos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Esse encaminhamento foi acatado parcialmente no relatório da subcomissão, diluído depois à medida que a matéria ia tramitando e após estruturas da Casa exercerem pressões sobre os Senadores, fazendo a proposta regredir em seu propósito de uma real e sistemática avaliação para uma verdadeira reforma administrativa.

O importante, volto a insistir, é uma reformulação feita com cautela e de forma progressiva, capaz de ajustar a estrutura às reais necessidades da Casa. Tal cuidado se impõe para evitar o desmantelamento do efetivo necessário. Progressividade ao processo de reformulação a fim de que as decisões sejam tomadas seletiva e setorialmente, com base em análises precisa das efetivas necessidades de serviço.

É a necessidade de serviço que deve determinar o tamanho da estrutura, e não o contrário.

Qualquer movimento no sentido de uma reformulação mais cuidadosa poderá levar o Senado a adotar um projeto de cunho corporativista, o que só completará os interesses setoriais, como parece estamos prestes a fazer.

Repito: apresentei sugestões a um projeto de resolução alternativo, que enfrente as questões nucleares e centrais.

Apresentei, por igual, uma série de indagações a serem respondidas, sem as respostas necessárias.

Vale dizer que é da competência da Comissão Diretora, com estrutura e composição da Mesa do Senado, a formulação de políticas, objetivos, diretrizes e metas, bem como a superior supervisão e fiscalização dos atos administrativos no âmbito desta Casa.

Não há que ter delegação quando a responsabilidade é nossa, dos Senadores, eleitos para exercer essa importante função pública. Fomos nós os escolhidos pela população para representá-la. Então, nós é que temos a delegação popular para determinar as necessidades da Casa. A estrutura passa a ser uma variável dependente.

Não podemos deixar essa temática cair no esquecimento, esperando que, num futuro mais ou menos próximo, os absurdos consumados sob o manto do ilegal sigilo, venham a ser legitimados.

Dessa forma, após essas considerações, que agora reitero mas que venho insistentemente levantando desde o início dessa discussão, não me sinto convencido de que temos ainda melhor proposta para a reforma administrativa no Senado Federal.

Por isso, Sr. Presidente, eu solicito a oportunidade de que seja incluído, nesta minha declaração, o documento *O Senado nos Trilhos da Historia*, *Reforma Administrativa do Senado Federal*, análise crítica que fiz e que acho deva ser feita.

Eu tenho que dizer – e agradeço a gentileza da tolerância de V. Exª. Eu não quero falar. Eu acho que não é hora de analisar, mas eu estou aqui há 30 anos.

Houve uma época – na administração Mauro Benevides, na administração Nelson Carneiro, na administração de vários Senadores – em que esta Casa tinha uma linha. Tinha uma linha, tinha um comportamento e uma forma de ser. Foi a partir de um determinado momento, quando, por 16 anos, ficou o mesmo diretor-geral e o outro grupo entrou e assumiu o comando, que as coisas mudaram. Esta Casa não é mais a mesma. Lamentavelmente, essas coisas estão acontecendo.

E eu digo aqui, com toda a sinceridade: em minha opinião, é um crime nós fazermos essa votação administrativa da forma como estamos fazendo. Eu nego à atual direção da Casa condições de fazer esse tipo de trabalho. Acho que ela está comprometida, ao longo de todo o tempo, com essas coisas que aconteceram.

E nós, os dois terços que entraram e que estão começando agora, com toda a franqueza, eu não votaria essa matéria. Eu deixaria para o ano que vem, quando nós vamos ter uma nova Mesa, uma nova realidade, acho que algumas modificações profundas, e teremos condições para fazer realmente a reforma.

Isso aqui é de mentirinha, e de mentirinha eu, sinceramente, não participo.

Muito obrigado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Questão de ordem, art. 403.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Questão de ordem, artigo 403. Artigo?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Art. 403, arguindo o art. 405.

Apresento a questão de ordem, Excelência. Eu apresentei uma questão de ordem anterior, pedindo vista a V. Exª. E V. Exª, no exercício de suas funções, como competentemente faz na direção desta Comissão de Constituição e Justiça, indeferiu a questão de ordem que apresentei.

Nesse sentido, Excelência – e *data venia*, com todo o respeito –, eu arguo o art. 405, para solicitar que a questão de ordem que solicitei a V. Exª seja submetida à deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Randolfe...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Pois não, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não quero tratar de maneira diferente, mas não caberia nova vista a esse processo. Se V. Exª tem convicção de que a forma que tenho procurado fazer aqui, mesmo quando o Regimento, e o Senador Pedro Simon levantava o questionamento sobre o tempo para a gente debater aqui, o Regimento do Senado, e não participei de sua construção, determina 10 minutos. Mas veja que acabei de fazer a tolerância, mais um, mais um, mais um, até 15, 16 minutos. O voto em separado do Senador Ricardo Ferraço, ele fez os comentários fora do voto que ele quis. Acho que é democrático esse debate aqui. Agora, não há questão de ordem, porque a questão de ordem foi indeferida e não vou submeter a questão de ordem, quase uma hora depois, o recurso de V. Exª, ao Plenário.

Portanto, V. Exª tem o direito de fazer o recurso e a Mesa vai indeferir o recurso de V. Exª e vai colocar a matéria em votação, dizendo, primeiro, para deixar bem claro, que o relatório do Senador, pedindo vênia a V. Exª, que abaixou a cabeça com ar de reprovação ao Presidente, mas V. Exª compreenda que tenho a obrigação de cumprir e zelar pela Constituição e pelo Regimento enquanto Presidente desta Comissão.

Portanto, quero deixar bem claro como vai ser a votação.

Convido os Senadores que estejam na Casa, mas que tiveram o privilégio de ir almoçar e ficamos aqui até agora, para dizer que essa posição, Senador Simon, Senador Benedito, Senador Ferraço, não é uma posição do Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, a decisão não cabe a mim. Cabe a V. Exªs fazerem a escolha. Existem dois relatórios...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Mas V. Exª é que está conduzindo.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Sim, eu tenho convicção disso.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – E, olha, V. Exª vai marcar o seu nome, sua biografia, na história do Senado: "foi na presidência dele que se votou na Comissão de Justiça, a toque de bala, às 14 horas".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Simon, nós vamos... Quem vota com o relatório do Senador Benedito de Lira... O Regimento determina que eu faça o seguinte: encerrada a discussão, não havendo mais quem queira discutir, encerrei a discussão e vou colocar em votação. Quem vota com o relatório do Senador Benedito de Lira, quem vota a favor do relatório permaneça como se acha; a favor do relatório.

A matéria está em votação, com um requerimento de destaque que eu vou colocar em seguida, para votação em separado, da Emenda nº 57, do Senador Pedro Taques, da Emenda nº 76, do Senador Randolfe, e da Emenda nº 77, do Senador Randolfe também.

Primeiro, antes de colocar a matéria, vou colocar em votação os requerimentos, para votação em separado dessas três emendas. Os Srs. Senadores que concordam com a votação em separado dos requerimentos permaneçam como se acham – dos requerimentos para votação em separado. Se o requerimento for derrotado, obviamente que não teremos votação em separado.

Os que concordam em votarmos em separado as emendas propostas pelos Senadores Pedro Taques e Randolfe Rodrigues levantem o braço, por favor.

Os que concordam com o Senador Randolfe Rodrigues. Concordam com o Senador Randolfe Rodrigues para fazer em separado, para votar em separado.

Para votar a emenda em separado, Senadora Marta Suplicy? Então, em separado, um, dois, três, quatro, cinco... Então, aprovado o requerimento de votação em separado das três emendas.

A matéria principal.

Os Srs. Senadores que concordam com o relatório do Senador Benedito de Lira permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Um, dois,... Conte para mim.

O relatório do Senador Benedito de Lira. Se o relatório for derrotado, vamos colocar o voto em separado.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Calma. Só um minutinho. Deixe-me apenas contar os votos.

Senador Aloysio contra o relatório.

Senador Randolfe contra o relatório.

Senador Pedro Taques contra o relatório.

Senador Ferraço contra o relatório do Senador Benedito.

Senadora Marta contra o relatório do Senador Benedito.

Senador Simon contra o relatório.

Senador Suplicy contra o relatório.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Armando também, pesaroso...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Armando Monteiro contra o relatório.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – ...a verba de gabinete, porque eu acho que nós temos que dar o exemplo. Aí eu fico com...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Só para fechar o relatório...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para concluir, Senador. Só um minutinho.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vamos fazer... Vou fazer a votação nominal. Vamos lá. Vou fazer a votação nominal.

Votação nominal.

Srs. Senadores que estão em seus gabinetes, estamos em processo de votação.

Sou obrigado a chamar, Senador Ferraço.

Srs. Senadores que estão em seus gabinetes, vamos entrar em processo de votação nominal na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Mas não houve requerimento para votação nominal, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – A Mesa deferiu, o Presidente deferiu que quer nominal.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – V. Exª pode.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Ricardo Ferraço...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Não, não, está certo.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Ricardo Ferraço, na dúvida, eu vou fazer nominal. De ofício, o Presidente define que vai ser nominal.

Quem vota a favor do relatório do Senador Benedito de Lira vota "sim"; quem vota contra o relatório vota "não".

Como vota o Senador José Pimentel? *(Pausa.)*

Ausente o Senador José Pimentel.

Como vota a Senadora Marta Suplicy?

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – "Não", contra o relatório do Senador Benedito de Lira.

Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Contra o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – "Não", contra o relatório.

Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – "Sim", com o Relator.

Senador Antonio Carlos Valadares. *(Pausa.)*

Ausente.

Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com o Relator, "sim".

Senador Eduardo Lopes. *(Pausa.)*

Ausente.

Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Contra.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – "Não" ao relatório do Senador Benedito de Lira.

Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – "Sim", com o Relator.

Senador Vital do Rêgo. *(Pausa.)*

Senador Renan Calheiros. *(Pausa.)*

Senador Luiz Henrique. *(Pausa.)*

Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – "Sim", com o Relator.

Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – "Não".

Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, eu votarei contra os dois relatórios porque eu imagino que a verdadeira reforma do Senado deve começar pela redução do número de Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Alvaro Dias, nós estamos votando só o relatório do Senador Benedito de Lira.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Mas eu tenho que justificar, Sr. Presidente. Eu tenho que justificar.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pois não.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Eu economizei o tempo não discutindo a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Tem a palavra V. Exª para justificar.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Apenas quero dizer que entendo que nós devemos começar a grande reforma da Instituição reduzindo o número de Senadores em um terço. Apenas dois Senadores por Estado. A partir daí, nós realizaríamos uma reforma de verdade. Por isso meu voto é contra.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exª se abstém?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Eu voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vota "não". Senador Alvaro Dias vota "não".

Senador José Agripino. *(Pausa.)*

Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Voto "não", porque o relatório do eminente Senador não contempla cortes nos gabinetes.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Aramando Monteiro, "não".

Senador Gim Argello. *(Pausa.)*

Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – "Sim", com o Relator.

Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – "Não", da mesma forma que o Senador Alvaro Dias. Também votarei contra os dois relatórios.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – "Não".

Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – "Não".

Tem mais alguém daquele bloco?

Mais um?

Senadora Ana Rita. *(Pausa.)*

Senador Anibal Diniz. *(Pausa.)*

Senador Acir Gurgacz. *(Pausa.)*

Senador Lindbergh Farias. *(Pausa.)*

Senador Rodrigo Rollemberg. *(Pausa.)*

Senador Humberto Costa. *(Pausa.)*

Então, ficou uma vaga aqui no primeiro.

Senador Roberto Requião, no segundo. *(Pausa.)*

Um, dois, três...

Senador Roberto Requião. *(Pausa.)*

Senador Clésio Andrade. *(Pausa.)*

Senador Eduardo Braga. *(Pausa.)*

Pode chamar?

Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Voto "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Lobão Filho.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – "Sim", com o Relator.

Senador Benedito de Lira, voto conhecido, "sim".

Senadora Lúcia Vânia. *(Pausa.)*

Senador Flexa. *(Pausa.)*

Senador Cícero Lucena. *(Pausa.)*

Tem mais uma vaga aqui.

Senador Ciro Nogueira. *(Pausa.)*

Senador Mozarildo Cavalcanti. *(Pausa.)*

Senador João Ribeiro. *(Pausa.)*

Fechou.

Todos votaram?

O Presidente só vota no empate.

Total de votantes: 17 votos.

SIM ao projeto: 7 votos.

NÃO ao projeto: 9 votos.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Nove não, sete com mais nove dá dezesseis. Falta um aí, você.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Presidente não vota, o Presidente só vota em caso de empate. Conta apenas para quórum.

Rejeitado o relatório. Calma. Rejeitado o relatório...

Eu vou deixar as assessorias...

Rejeitado o relatório, eu vou colocar...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, permite?

Qual o número de votantes?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O número de votantes: são 16 votantes.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeito, perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Presidente só vota em caso de empate. Os senhores não empataram, não me deram a oportunidade da votação.

Com os votos de nove a sete, foi derrotado o relatório do Senador Benedito de Lira.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, pedido de vista.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pedido de vista por quê?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Porque agora é outro voto em separado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Voto em separado não tem vista. Não existe... Regimentalmente, Senador Randolfe...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Randolfe, orienta a sua assessoria, porque eles estão lhe informando coisas erradas. Não existe vista em voto separado, Senador Randolfe.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, de acordo com a orientação não da assessoria, mas...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Deixe-me terminar, eu vou terminar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – A questão de ordem anterior V. Exª indeferiu...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu vou terminar a votação. Eu vou terminar a votação. Eu vou terminar a votação.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O relatório foi derrotado – vou dar a palavra a V. Exª. O relatório do Senador Benedito de Lira foi derrotado, regimentalmente eu sou obrigado a colocar o voto em separado do Senador Ferraço. Se o voto do Senador Ferraço for novamente derrotado, não tem matéria aqui.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senador Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Nós analisamos e debatemos...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senador Simon. Vamos ouvir o Senador Simon.

Senador Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Nós analisamos...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vamos ouvir o Senador Simon, gente. Calma!

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – É que tem funcionário demais, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O problema é que tem assessoria demais informando aos Senadores. Dá licença um minutinho. Eu não quero ser grosseiro, mas eu preciso ouvir o Senador Simon.

Senador Simon, tem a palavra pela ordem.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Presidente, V. Exª deu a palavra para o ilustre Relator, Senador Lira. Ele deu o parecer dele, ele fez a análise dele.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Calma, vamos ouvir o Senador Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Posteriormente, V. Exª apenas determinou que o Senador Ferraço lesse o voto dele, mas nós não discutimos, não debatemos. Nós só debatemos a análise de uma coisa.

Então, V. Exª tem que, agora, abrir o debate em torno do substitutivo. É evidente, mas ninguém discutiu o substitutivo!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Simon...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Mas ninguém discutiu o substitutivo!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Simon! Quando o Senador Ferraço fez o voto em separado, é regimental, Senador Simon. O Regimento é assim. Não fui eu que fiz o Regimento. V. Exª está aqui há 32 anos, como disse V. Exª, e talvez V. Exª tenha participado da mudança desse Regimento. Eu não participei nem da construção nem da mudança; eu sou apenas aqui o executor, com a responsabilidade de fazer valer o Regimento.

O Regimento diz o seguinte – vou dizer a V. Exª.

Diz o Regimento que, rejeitado o relatório do Senador Benedito de Lira, eu sou obrigado a colocar em

votação o relatório do voto em separado sem discussão. Não há discussão para voto em separado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Excelência, o senhor poderia esclarecer ao Plenário em caso de rejeição do voto em separado do Senador Ricardo?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pois é, o voto em separado...

Eu vou esperar as assessorias me permitirem trabalhar!

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – V. Exª colocou em votação. V. Exª cumpriu a sua parte.

Agora, eu levanto uma questão de ordem. Sr. Presidente, nós ainda não discutimos o parecer do Sr. Ferraço. Nós não o debatemos, nós não o analisamos. Como podemos votar uma matéria sem conhecê-la?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Regimento, Senador Pedro Simon...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Então, V. Exª tem que aceitar o pedido...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Simon! Senador Simon! Senador Ferraço! Senador Ferraço!

Por gentileza, Senador Ferraço, contribua um pouco aqui, porque, senão, eu vou ser obrigado a mandar evacuar as assessorias.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Não, eu contribuo com alegria, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Por favor. Por favor!

Senador Simon, o Regimento diz que, quando existe voto em separado...

Senadora Marta, nós vamos ter votação aqui.

Quando existe voto em separado, o voto em separado é discutido simultaneamente.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Mas não foi!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – É discutido... É regimental, Senador Simon! O senhor tem que ler o Regimento!

Então, o Regimento determina que é dessa forma, e é dessa forma que eu vou fazer.

Eu vou colocar em votação...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Excelência, o senhor esclareça ao Plenário... É só esclarecer ao Plenário que...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu vou colocar em votação...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Sr. Presidente, eu me retiro do plenário.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O protesto é de V. Exª.

Eu vou colocar em votação o voto em separado do Senador...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Eu me retiro do plenário! Eu acho é em protesto à violência que V. Exª está fazendo. Eu não participo disso!

Eu me retiro em protesto!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Simon, você pode sair porque está na hora de o senhor ir almoçar!

Então, é o seguinte: eu vou colocar em votação o voto em separado do Senador Ricardo Ferraço, como manda o Regimento, Senador Ricardo Ferraço.

Os Srs. Senadores que concordam com o voto a favor do relatório em separado do Senador Ricardo Ferraço – os que concordam com o Senador Ricardo Ferraço – levantem o braço. Se houver dúvida, eu vou fazer nominal novamente. Os que concordam com o Senador Ferraço. (*Pausa.*)

Aí, foi rejeitado o voto do Senador Ferraço.

Então, eu vou designar...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Peço verificação. Peço verificação, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não tem verificação, Senador.

Já encerrei a votação.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Verificação de votação, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Ferraço, já encerrei a votação. Eu já encerrei a votação!

Eu vou designar o relator do vencido.

Senador Pedro Taques, Relator do vencido, apenas para confirmar.

Relator do vencido. V. Exª pode confirmar?

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, pela ordem!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Um minuto. Um minuto!

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não acabou a reunião! Não acabou a reunião, Srs. Senadores! Eu tenho um compromisso...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, pela ordem!

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, pela ordem!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não acabou a reunião!

Há um compromisso: eu tenho que ouvir o voto do Senador Pedro Taques.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, pela ordem!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Pedro Taques... Vou dar a palavra a V. Exª depois do Senador Pedro Taques.

Senador Pedro Taques, para ser o Relator do voto do vencido.

V. Exª concorda com o voto do vencido ou não?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sim, Sr. Presidente. Eu concordo, e fica "tudo como dantes no quartel de Abrantes" não é?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Rejeitado o projeto de resolução e o voto em separado do Senador Ricardo Ferraço. Tudo rejeitado.

O próximo item da pauta...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Presidente, pela ordem!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Ricardo...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, pela ordem!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu vou dar a palavra a V. Exª. Calma!

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – É que eu pedi verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Essa matéria já está vencida.

Eu vou colocar em votação o requerimento. Há um compromisso... *(Pausa.)*

Há um requerimento... *(Pausa.)*

Se o senhor me permitir, vou colocar, senão vamos demorar mais um pouco aqui.

Há um requerimento sobre a mesa do Senador Eduardo Braga e, no início da reunião, a Senadora Vanessa Grazziotin levantou... *(Pausa.)*

Vou esperar que o assessor do Senador Ricardo Ferraço me permita trabalhar. *(Pausa.)*

Há um requerimento sobre a mesa e fiz um compromisso no começo da reunião. Não me sentiria agindo corretamente, se não colocasse o requerimento em votação. Refere-se ao primeiro item da pauta, que é a chamada PEC da Música. Seria para fazermos uma audiência pública, com o compromisso, como queria a Senadora Vanessa, de que essa audiência pública não ficasse no *ad eternum*. O compromisso é da Mesa de pautar, a qualquer momento.

Vou colocar em votação o requerimento do Senador Eduardo Braga para audiência pública dessa matéria, porque houve um compromisso da Mesa nesse sentido.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 1

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 123, DE 2011 – Não Terminativo –

Acrescenta a alínea e ao inciso VI do art. 150 da Constituição Federal, instituindo imunidade tributária sobre os fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham.

Autoria: *Deputado Otavio Leite e outros*

Relatoria: *Senador Eunício Oliveira*

Relatório: *Favorável à Proposta, com a emenda de redação que apresenta.*

Observações: *Em 11/04/2012, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais.)*

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Agora, tem uma solicitação extrapauta do Senador Pedro Taques. Consulto o Senador Pedro Taques. V. Exª mantém o pedido?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) –

EXTRAPAUTA

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2012 – Não Terminativo –

Dispõe sobre a criação de 1 (uma) Vara do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região (MT) e dá outras providências.

Autoria: Tribunal Superior do Trabalho

Relatoria: Senador Pedro Taques

Relatório: Favorável ao Projeto.

Concedo a palavra ao Relator para o seu brevíssimo relatório, tendo em vista que estou atendendo a uma solicitação de V. Exª, que quer atender aos trabalhadores de Mato Grosso.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sim. Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, em apertada sín-

tese, sou favorável ao projeto em razão da importância desse projeto para o Estado de Mato Grosso, para a cidade de Várzea Grande, que tem muitas pessoas famosas que lá nasceram, dentre elas o Senador Jayme Campos. Sou favorável, porque todos os requisitos restaram cumpridos, Sr. Presidente.

Esse é o voto.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, parabenizo o Senador Pedro Taques pela luta da brevidade do relatório, pela cobrança que fez à Presidência para atender seu querido Estado de Mato Grosso.

Em votação a matéria.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão favorável ao projeto.

A matéria vai a Plenário.

O Senador Pedro Taques pede à Mesa que encaminhe aos Srs. Senadores a solicitação que faz no sentido de que essa matéria seja votada, em regime de urgência, no Plenário do Senado.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Apenas para pedir a V. Exª que coloque como primeiro item da pauta o projeto que é relatado pelo Senador Pedro Taques e que deveria ter sido votado hoje. É o Projeto nº 156, que institui eleições primárias.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Alvaro Dias, há um compromisso, e peço desculpas a V. Exª, mas, como essa matéria é terminativa, e já são 14h, ela volta na próxima semana como o primeiro item da pauta, atendendo à solicitação de V. Exª.

Quero avisar aos Srs. Senadores que são 14h. Vou encerrar esta reunião e abrir outra reunião às 14h30 para a sabatina que faremos aqui do Sr. Emanuel Campelo de Souza Pereira para compor o Conselho Nacional de Justiça.

Por gentileza, conto, mais uma vez, com a presença de todos os Senadores.

(Iniciada às 10 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 04 minutos.)

Ata da 15ª Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura, realizada em 18 de abril de 2012, quarta-feira, às 14:30 horas, na Sala de Reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa.

Às quinze horas e trinta e cinco minutos, do dia dezoito de abril de dois mil e doze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Eunício Oliveira, com a presença dos Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Jorge Viana, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Pedro Simon, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Renan Calheiros, Francisco Dornelles, Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, José Agripino, Armando Monteiro, Gim Argello, Magno Malta, Randolfe Rodrigues, Sérgio Petecão, Eduardo Suplicy, Rodrigo Rollemberg, Humberto Costa, Clésio Andrade, Eduardo Braga, Ricardo Ferraço, Lobão Filho, Benedito de Lira, Cícero Lucena, Ciro Nogueira, Mozarildo Cavalcanti e João Ribeiro e da Senadora Marta Suplicy, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Lopes e Luiz Henrique. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Última Reunião Ordinária, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta: **SABATINA OFICIO "S", Nº 61 de 2011 Não Terminativo** Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor EMMANOEL CAMPELO DE SOUZA PEREIRA, para compor o Conselho Nacional de Justiça. **Autoria:** Presidente da Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Ciro Nogueira. **Relatório:** Votação secreta. **Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Senhor EMMANOEL CAMPELO DE SOUZA PEREIRA para compor o Conselho Nacional de Justiça com 15 (quinze) votos favoráveis e 1 (um) voto contrário.** Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião, às dezesseis horas e vinte e um minutos; e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Eunício Oliveira,** Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 15ª Reunião Extraordinária da Comissão de

Constituição, Justiça e Cidadania, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

As Srªs e Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se acham. (*Pausa.*)

A Ata está aprovada.

Será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação de item único.

OFÍCIO "S" Nº 61, DE 2011
– Não terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Emmanoel Campelo de Souza Pereira, para co-mpor o Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Autoria: Presidente da Câmara dos Deputados.

Relatoria: Senador Ciro Nogueira.

Relatório: Votação secreta.

Observações: no dia 28 de março de 2012, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 2º do Ato nº 1 de 2007, desta CCJ.

Na presente reunião, procederemos à arguição do indicado.

Em cumprimento alínea "b", do art. 2º do Ato supracitado, referente à segunda etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades, no âmbito dessa CCJ, convido os Srs. Senadores a comparecerem à Comissão de Constituição e Justiça, para fazermos a sabatina do Sr. Emmanoel Campelo de Souza Pereira.

Em seguida, faremos a votação em chamada nominal.

Na presente reunião, procederemos à arguição da indicação, para cumprirmos a segunda etapa do Ato supracitado do processo de apreciação de escolha e autoridade no âmbito desta CCJ.

Convido o Sr. Emmanoel Campelo de Souza Pereira para sentar-se à Mesa ao meu lado, por gentileza.

Concedo a palavra ao Sr. Emmanoel Campelo de Souza Pereira, para a sua exposição. Regimentalmente, V. Sª tem dez minutos, mas a Mesa vai prorrogar por mais dez minutos, se necessário for, para que V. Sª possa fazer, se quiser, uso da palavra por esse tempo.

Tem a palavra ao Sr. Emmanoel Campelo de Souza Pereira, para a sua exposição.

Antes, queria registrar a presença do Sr. Bruno Dantas, membro do Conselho do Nacional de Justiça e foi sabatinado por esta CCJ.

Tem a palavra V. Sª, Dr. Emmanoel.

O SR. EMMANOEL CAMPELO DE SOUZA PEREIRA – Sr. Presidente; eminente Relator, Senador Ciro Nogueira; Srs. Senadores, Srªs Senadoras; funcionários da Casa; primeiramente, gostaria de agradecer aos líderes que me indicaram na Câmara dos Deputados, Senadores de vários partidos, Governo e Oposição, o que torna o meu pleito uma candidatura suprapartidária, o que me deixa bastante satisfeito já que não houve uma polarização na Câmara dos Deputados e, inclusive, tendo sido um consenso na reunião de líderes realizada próximo à votação.

Inicialmente, gostaria de dizer que minha principal característica profissional é a militância na advocacia e a docência no ensino superior. Sou um advogado nordestino, natural do Rio Grande do Norte. Deixo de apresentar ou de explanar com mais detalhes o currículo, até porque já é conhecido de V. Exªs.

Então, gostaria de inicialmente falar sobre o CNJ, que é uma criação desta Casa, uma criação do Congresso Nacional, e tem mostrado acerto na sua criação. Sem dúvida nenhuma, o CNJ tem exercido um papel fundamental no controle externo do Poder Judiciário; isso através da racionalização e da transparência, imprimindo uma transparência maior a esse Poder, porque até então não era exercido qualquer controle sobre ele; era um Poder que não tinha qualquer meta, na verdade.

Hoje o CNJ estipula metas e tem sido fundamental esse órgão na reestruturação dos quadros do Poder Judiciário. Nós já temos aí mais ou menos sete anos, pouco mais de sete anos da criação do CNJ e, sem dúvida alguma, o Conselho tem cumprido, sim, o seu papel institucional, que seria contribuir para que a prestação jurisdicional seja realizada com moralidade, eficiência e efetividade em benefício da sociedade. Sem dúvida essa missão institucional vem sendo cumprida e o CNJ vem contribuindo para o amadurecimento do Judiciário à medida que o próprio Conselho também amadurece, já que é um órgão relativamente novo.

Mas, entre todas as atribuições do CNJ, nós ainda temos e estamos aguardando algumas outras medidas. Por exemplo, medidas necessárias que sejam adotadas para que se proponha uma maior previsibilidade das decisões judiciais. As decisões judiciais têm que ser minimamente previsíveis, seja com base na norma legal, seja com base no próprio entendimento dos tribunais superiores. E hoje nós não temos nenhuma política nesse sentido, salvo algumas medidas já de

caráter mais processual, como a Súmula Vinculante e a Súmula dos Recursos Repetitivos.

Então, nesse caso, o CNJ precisa adotar medidas que vão mais no sentido dessa previsibilidade, porque, com previsibilidade, nós temos segurança jurídica. E é fundamental para o Poder Judiciário que se tenha uma maior segurança jurídica. Aquele brocardo que nós escutamos tanto, que muitos juízes utilizam, como "decidi de acordo com a minha consciência", tem que ser desmistificado. O juiz tem que obrigação de decidir de acordo com a Constituição e com as leis.

Então, muitas vezes acontece de se usar esse brocardo, aparentemente nobre, mas que dá ensejo muitas vezes a desmandos. Então, precisamos desmistificar essa ideia, e o CNJ tem contribuído nesse sentido. A previsibilidade é tão importante que chega ao ponto de ser um dos quesitos analisados por investidores internacionais no momento de decidirem se investem ou não no Brasil; se há previsibilidade; se há celeridade.

E aí há outro brocardo que precisamos acabar com ele, que é "a Justiça tarda mas não falha". Isso não existe. A Justiça que tarda não é justiça. É justiça falha. E esse é um dos pontos principais, uma das principais contribuições também do CNJ que tem aumentado significativamente a celeridade processual, estabelecendo metas – repito, até a sua criação não existiam quaisquer metas para o Poder Judiciário. Os juízes julgavam de acordo com a sua conveniência. E acontecia, infelizmente, de muitas vezes processos, por serem mais complexos, ficarem engavetados, enquanto aqueles mais fáceis iam sendo despachados, apesar de serem mais novos. Não havia um certo planejamento quanto a essa gestão processual.

E na medida em que se garante essa previsibilidade, também nós teremos, por vias transversas, uma garantia que eu não digo mais como prerrogativa; eu acho que deixou de ser uma prerrogativa do juiz. Hoje é uma garantia do cidadão, que é a garantia de uma prestação jurisdicional imparcial. Essa é uma obrigação do juiz e uma garantia do jurisdicionado. Ele tem que ter certeza de que há imparcialidade e ele tem certeza, o cidadão, de que a imparcialidade é fundamental para que a decisão judicial tenha legitimidade. Sem imparcialidade qualquer decisão judicial é ilegítima, e o cidadão brasileiro hoje sabe disso. Por isso que tanto se aplaude hoje o CNJ. Ele passou a ser um órgão de visibilidade nacional por ter dado ao Judiciário esse caráter modernizador e moralizador também.

Por isso, o CNJ passou a ser um órgão também de autocorreção. Ele foi criado dentro da estrutura do Poder Judiciário, apesar de ser um órgão de controle externo, mas passou a dar oportunidade ao Judiciário de se auditar. Isso foi fundamental, porque, na medida em que o Judiciário passa a corrigir os seus próprios erros, isso aumenta a credibilidade do Poder. Então, o que temos visto é que a credibilidade do Poder Judiciário tende a crescer com o passar do tempo, graças à criação do CNJ.

E esse controle, que eu chamaria de um controle inclusive social, se dá pela própria composição plural do CNJ. Temos membros da magistratura, membros do Ministério Público, da Advocacia e membros da Câmara e do Senado Federal, membros do Congresso Nacional. Esses, sim, representando esse controle verdadeiramente social. E aproveito para saudar o Dr. Bruno Dantas, conselheiro aqui pelo Senado Federal. Esse controle social é exercido por estes dois membros da Câmara e do Senado. Então, o grande mérito do CNJ é ter essa composição e não ser uma composição somente corporativa. Ser uma composição também que tenha esse caráter de controle social.

E, a partir disso, Srs. Senadores, é que me proponho aqui a ser um elo fundamental entre a Câmara dos Deputados, que fez a minha indicação, e o Senado Federal, já que também sou submetido ao crivo do Senado Federal – vejo as duas indicações como indicações do Congresso –, um elo fundamental entre o CNJ e o Congresso Nacional. Ser um elo direto, sem intermediários, para levar ao CNJ os anseios desta Casa. E trazer do CNJ aquelas matérias mais importantes que estejam sendo debatidas.

Hoje, vejo o Judiciário muito mais precisando de iniciativas do Legislativo para se aperfeiçoar do que ao contrário. Então, acho fundamental essa via de mão dupla entre o CNJ e o Congresso Nacional, no sentido de aperfeiçoar o Poder Judiciário.

Então, são com essas considerações, em respeito ao tempo de V. Exªs, que encerro a minha explanação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Dr. Emmanoel Campelo de Souza Pereira.

Para o processo de arguição, pela ordem de inscrição, concedo a palavra ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Tem a palavra V. Exª, Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Prezado Dr. Emmanoel Campelo de Souza Pereira, examinei o currículo de V. Sª. E esse exame só faz confirmar as excelentes referências que tive a respeito de V. Sª.

V. Sª tocou num tema que é muito caro, que é o tema da celeridade da Justiça. Concordo com V. Sª: a justiça que tarda não é justiça, é injustiça.

Está tramitando aqui, na Comissão de Constituição e Justiça, uma proposta de emenda à Constituição de autoria do Senador Ricardo Ferraço. É a Proposta de Emenda à Constituição nº 15, que recebeu parecer de minha lavra, ainda não foi votado e que contém um substitutivo.

Em síntese o que propõe o Senador Ferraço é a antecipação do trânsito em julgado das decisões judiciais, que ocorreriam logo após o julgamento em segundo grau de jurisdição. A sentença poderia ser executada logo em seguida, sem prejuízo de recurso, recurso extraordinário, recurso especial ou mesmo recurso de revista, que poderiam ter efeito suspensivo mediante uma deliberação de um órgão colegiado do tribunal ao qual ele se destina. Mas a regra seria a execução da sentença logo após o pronunciamento da segunda instância, digamos assim.

Gostaria de saber a opinião de V. Sª sobre esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pode responder. V. Sª tem a palavra para responder.

Antes queria convidar os membros da CCJ, porque, logo em seguida, vamos fazer o processo de votação nominal e é necessária a presença dos Srs. Senadores aqui na Comissão.

Tem a palavra o Dr. Emmanoel para responder ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. EMMANOEL CAMPELO DE SOUZA PEREIRA – Senador Aloysio, acho essa proposta de fundamental importância para o Poder Judiciário. Na verdade, o que se invoca como garantia fundamental é o duplo grau de jurisdição e essa proposta atende ao duplo grau de jurisdição, já que exige necessariamente uma decisão já em segundo grau.

Hoje, o Código de Processo Civil já prevê a possibilidade de execução, não execução provisória, porque essa já é possível logo depois da sentença, mas da entrega do objeto da execução quando o processo está sujeito a agravo de instrumento para o STJ ou para o Supremo, mas não existe a previsão no caso do recurso em si ser admitido.

Acho de fundamental importância, até porque o provimento desses dois recursos é uma situação excepcional. Então, se o provimento é uma situação excepcional, vejo com simpatia essa possibilidade de execução a partir do segundo grau de jurisdição já.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Satisfeito, Senador Aloysio?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sim, satisfeito, inclusive com a plena concordância quanto à valorização do direito positivo como garantia contra arbitrariedade.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pede a palavra para fazer sua arguição o Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Presidente Eunício, queria mais do que fazer uma pergunta, queria prestar um depoimento. O Dr. Emmanoel é talvez o mais jovem de uma família de grandes advogados do meu Estado e quero prestar esse depoimento porque o conheço de perto. Conheço o pai, conheço os irmãos, conheço mãe, conheço a família toda que tem uma belíssima vocação para o exercício do Direito.

O Dr. Emmanoel, muito jovem, teve um gesto de ousadia, de colocar o nome dele como candidato da Câmara dos Deputados a uma vaga no CNJ.

Confesso que – estava ao lado do Senador Aloysio e ao lado do Relator Ciro Nogueira – já assisti a muitos depoimentos de indicados ao CNJ que às vezes falam meia hora e – deixa eu ser muito claro – não deixam muito sumo no final. O Dr. Emmanoel, acho que o Senador Aloysio concorda comigo, colocou duas coisas muito claras aqui que acho que calaram fundo aos que estão presentes nesta sabatina: "justiça tarda, mas não falha" e "de acordo com a minha consciência". Nada disso! Nada de julgar de acordo com a consciência. Julgar de acordo com a lei. A justiça tem que ser célere, não tem esse negócio de tardar, mas não falhar. Ele teve a coragem, assim como teve a coragem de colocar o nome dele, jovem como é, para que a Câmara votasse, escolhesse e o indicasse para membro do CNJ. Ele apresentou dogmas aqui importantes que são pensamentos dele, da juventude, que é próprio dele e que vai ser matriz de pensamento que ele vai levar a efeito no exercício, porque creio que será aprovado, da titularidade do CNJ.

Então, fico muito feliz em ver um conterrâneo meu vir aqui colocar coisas novas, coisas diferentes, coisas corajosas, que significam modernidade. Então, acho que o conterrâneo vai levar modernidade, vai levar juventude para o CNJ, vai surpreender. Praza aos Céus, vai surpreender no CNJ, muito embora sua juventude.

Queria ouvir do indicado, o Dr. Emmanoel, sobre o que aqui foi colocado também à disposição de, com a sua presença no CNJ, se estabelecer um *link* permanente de comunicação entre o Congresso Nacional e os temas em discussão permanente no CNJ. O CNJ, hoje, é palco da atenção nacional por presenças polêmicas, por temas polêmicos, pela necessidade de investigação, pela transparência de que são objeto tanto o Poder Legislativo, quanto o Executivo e o Judiciário, neste momento. Então, acho que é importante a presença do Congresso Nacional no CNJ, mas uma interlocução permanente entre o CNJ e o Congresso Nacional.

Gostaria de perguntar a V. Sª de que forma pretende levar a efeito essa interlocução? Qual é a proposta que V. Sª traz, como indicado da Câmara dos Deputados, para essa interlocução permanente, para que as opiniões do CNJ sejam conhecidas pelo Congresso e para que as opiniões do Congresso possam chegar ao CNJ? Qual seria o *modus faciendi*, qual seria a forma prática de se fazer o exercício dessa interlocução?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Pedro Taques, V. Exª tem a palavra para a arguição do Dr. Emmanoel.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Dr. Emmanoel, fiquei feliz com a fala de V. Sª. Li o currículo aqui apresentado, ouvi com atenção o testemunho prestado pelo Senador Agripino sobre sua pessoa. Tenho algumas indagações.

A primeira delas: nós todos acompanhamos, no ano passado, uma verdadeira querela entre o Ministro Peluso, Presidente do CNJ, e a Ministra Eliana Calmon, Corregedora do Conselho Nacional de Justiça. Na opinião de V.Sª, qual é o limite da Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça? O limite, sabemos, está na lei, na Constituição e na resolução. Sei disso e V. Sª também, por óbvio, sabe. Mas gostaria de saber qual é a opinião de V. Sª, que será um conselheiro – em sendo aprovado por este Colegiado e pelo Plenário do Senado – a respeito do limite da atuação da Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça? Essa é a primeira indagação.

Qual é o entendimento de V. Sª a respeito da verdadeira substituição que o Poder Judiciário faz à função legislativa? Sabemos que, hoje, o Poder Legislativo, infelizmente, queda-se omisso em algumas situações e o Judiciário vem resolvendo isso por meio das sentenças aditivas, por meio da chamada judicialização de políticas públicas, ativismo judicial, como V. Sª bem sabe. Qual é a posição de V. Sª sobre isso?

V. Sª fez referência a um relatório do Banco Mundial que dá conta – penso que seja – do prejuízo econômico. Não falou em relatório do Banco Mundial, estou intuindo que possa ser esse relatório do Banco Mundial que dá conta de que pessoas jurídicas de direito privado, empresas, investem ou não no Brasil levando em conta a questão da morosidade do Poder Judiciário. Essa informação V. Sª trouxe do relatório do Banco Mundial que trata desse prejuízo à economia nacional em razão da morosidade do Poder Judiciário? Essa fonte a que V. Sª está fazendo referência – ou não – é o relatório do Banco Mundial?

Qual é a opinião de V. Sª a respeito da corrupção no Poder Judiciário? Gostaria de ouvi-lo a respeito disso.

E entre o princípio constitucional da moralidade – como consequência dessa penúltima pergunta (art. 37 da Constituição) – e a segurança jurídica, aquele prazo de cinco anos para instauração de processo administrativo-disciplinar com qual princípio V. Sª comunga?

São essas as indagações. Agradeço a gentileza de V. Sª de anotá-las porque gostaria de ouvir suas respostas.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vou dar a palavra ao Dr. Emmanoel para que responda às indagações do Senador Agripino e às indagações do Senador Pedro Taques.

V. Sª tem a palavra.

O SR. EMMANOEL CAMPELO DE SOUZA PEREIRA – Senador Agripino, gostaria muito de agradecer as elogiosas considerações de V. Exª, que muito me emocionam. Com relação ao *modus operandi* dessa interlocução, penso que eu tenho que estar, constantemente, em contato com a Casa Legislativa.

Eu acho que todo conselheiro que é indicado, seja pela Câmara, pelo Senado, não pode se afastar desses dois órgãos durante o seu mandato, de forma alguma. Então, a forma de interlocução será uma interlocução direta, vou permanecer visitando esta Casa, conversando com os Senadores e trazendo os anseios do CNJ, do Poder Judiciário, as matérias que estão em discussão, assim como levando o pensamento de V. Exªs ao CNJ. Essa é a função primordial dos membros aqui da Casa, até porque, como forma de controle social, os representantes da sociedade são V. Exªs. Então, tem que haver essa interlocução permanente e direta durante todo o biênio no CNJ. Acho que tem que ser feito realmente dessa forma.

Senador Pedro Taques, gostaria, inclusive, de dar um depoimento pessoal. Eu acompanho a atuação de V. Exª. Gostaria de parabenizá-lo pelas suas posições sempre muito contundentes, muito firmes e muito dogmáticas do ponto de vista jurídico. Eu diria que o ano passado, 2011, foi um ano ruim para o judiciário, no sentido de ter havido essa polarização, essa disputa entre essas duas autoridades do Conselho Nacional da Justiça, as duas maiores autoridades, o Ministro Peluso e Ministra Eliana. Mas eu vejo como um ano ruim no curto prazo. Eu acho que, a longo prazo, o Poder Judiciário vai ganhar muito com isso, porque vai proporcionar o amadurecimento do Poder, um amadurecimento das discussões. Graças a essa discussão que houve durante todo o ano de 2011 é que hoje nós temos a competência concorrente do CNJ. Acabou-se aquela discussão se seria subsidiário, ou concorrente, as corregedorias têm que investigar primeiro ou não. E hoje já temos uma posição sólida do Supremo Tribunal Federal, no sentido da competência concorrente, à qual eu me filio pela própria impossibilidade de realmente se manter essa competência no âmbito somente das

corregedorias. Isso é uma realidade do Poder Judiciário conhecida por todos.

Com relação aos limites de atuação da Corregedoria, todo procedimento do CNJ, ainda que seja um órgão pertencente ao Poder Judiciário, é sempre um procedimento administrativo. Ainda que a Corregedoria seja exercida por uma magistrada. Mas o procedimento é administrativo. Então, toda aquela medida investigativa que demandar autorização judicial estaria fora da competência do CNJ.

Eu não sei se V. Exª se referia exatamente àquele episódio do relatório com relação ao Tribunal de Justiça de São Paulo, do Coaf?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – É exatamente sobre isso, eu gostaria de saber se V. Sª, como indicado para o CNJ, teria alguma sugestão para nós mudarmos a realidade da Corregedoria nesse Conselho em que V. Sª está buscando a vaga. Qual a sugestão? V. Sª entende que está correto, se precisa de alguma modificação? Os limites nós sabemos onde estão. Mas a opinião de V. Sª.

O SR. EMMANOEL CAMPELO DE SOUZA PEREIRA – Eu acho que, enquanto órgão administrativo, Senador, me parece correta a posição atual, os limites atuais e não o CNJ não poder praticar atos que dependam de autorização judicial.

Aquele episódio do relatório do Coaf, na verdade, é um documento de informação financeira que me pareceu não ser uma quebra de sigilo, como houve aquela discussão, porque se tratava de um relatório financeiro geral, que não apontava a, b ou c. É um relatório financeiro que aponta movimentações atípicas. Isso pode ser qualquer coisa, qualquer um de nós pode praticar uma movimentação atípica, no nosso dia a dia, e isso não significar qualquer irregularidade. Então, se tratou de um relatório meramente informativo, e eu não vi aquilo como uma quebra de sigilo, de forma nenhuma, não houve uma quebra de sigilo. Talvez a forma como ele foi divulgado deu essa ideia de quebra de sigilo, mas não foi o que houve no caso. É um relatório, inclusive, elaborado por um órgão administrativo. Então, não houve essa quebra de sigilo naquele episódio.

Quanto ao ativismo judicial, vejo com muita cautela. O Judiciário justifica o ativismo que alega uma morosidade do Poder Legislativo, mas não me parece viável a substituição de decisões judiciais pelo processo legislativo. Modificação legislativa tem que ser feita por esta Casa,e não pelo Poder Judiciário. Eu não vejo o ativismo judicial realmente com simpatia. Acho que a competência tem que ser desta Casa. Se há necessidade de modificações legislativas para aprimorar a prestação jurisdicional, acho que o Judiciário tem que fazer uma interlocução mais eficiente com o Legislativo, mostrar a necessidade, expor à sociedade também esta necessidade, e, aí, sim, se fazer essas modificações. Nunca através do ativismo judicial, que me parece uma anomalia hoje da intromissão de um Poder estranho ao Legislativo.

Confesso, aqui, Senador, com relação a esse relatório do Banco Mundial, eu li vários documentos para preparar esta sabatina, apesar de ela ter sido sucinta. Não me recordo se foi esse relatório do Banco Mundial, pode ter sido. Mas, com relação à corrupção no Poder Judiciário, esta é a pior das mazelas do Judiciário em termos globais, porque o Judiciário é um Poder que vai julgar todos, Senadores, Deputados e o cidadão comum. Como pode um Poder que julga ser contaminado por corrupção, ser contaminado por ilícitos? O Poder Judiciário tem que estar acima de qualquer suspeita, e este é o grande mérito da Corregedoria Nacional de Justiça, que tem que realmente buscar aqueles juízes que são poucos, diga-se de passagem, que cometem esses abusos, mas que acabam por contaminar a reputação de um Poder inteiro.

Então, a corrupção é o pior dos males no Poder Judiciário, sem dúvida é a situação que mais tira credibilidade do Poder, que mais deslegitima o Judiciário perante a sociedade.

Acho que a corrupção, esse atos, inclusive de venda de sentença, têm que ser combatidos da forma mais enérgica possível. E temos, aí, a possibilidade, inclusive, dada ao Ministério Público tanto de representar no CNJ, como de ingressar eventualmente com ação de improbidade e ação penal também. Então, o juiz, hoje, está sujeito a essas três vias de responsabilização pelo próprio Poder Judiciário.

Com relação ao prazo de prescrição, parece-me razoável, Senador Pedro Taques, que, por se tratar de procedimento administrativo, até porque o procedimento administrativo tende ser mais célere do que o judicial. Então, creio que um prazo prescricional de cinco anos é, sim, um prazo razoável, não vejo qualquer necessidade de modificação desse prazo atualmente. Basta que também a Corregedoria imprima celeridade no andamento desse processo que tem condições de fazê-lo.

Então, seriam essas considerações, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Satisfeito, Senador Pedro Taques? Satisfeito, Senador Agripino?

Não havendo mais inscritos, vou iniciar o processo de votação e convido os Srs. Senadores a comparecer a esta Comissão de Constituição e Justiça, para darmos início ao processo de votação da sabatina do

Dr. Emmanoel Campelo de Souza Pereira, indicado para o CNJ, Conselho Nacional de Justiça.

Senador José Pimentel. (*Pausa.*)

O voto é secreto, V. Exª acaba de... Não é essa matéria, é a outra matéria, não é aquela matéria que estávamos discutindo pela manhã.

Senador José Pimentel. (*Pausa.*)

Senadora Marta Suplicy. (*Pausa.*)

Senador Pedro Taques. (*Pausa.*)

Senador Jorge Viana. (*Pausa.*)

Senador Antonio Carlos Valadares. (*Pausa.*)

Senador Inácio Arruda. (*Pausa.*)

Senador Eduardo Lopes. (*Pausa.*)

Senador Pedro Simon. (*Pausa.*)

Senador Romero Jucá. (*Pausa.*)

Senador Vital do Rêgo. (*Pausa.*)

Votação nominal na Comissão de Constituição e Justiça. (*Pausa.*)

Senador Renan Calheiros. (*Pausa.*)

Senador Luiz Henrique. (*Pausa.*)

Senador Francisco Dornelles. (*Pausa.*)

Senador Aécio Neves. (*Pausa.*)

Senador Aloysio Nunes Ferreira, como sempre presente. (*Pausa.*)

Senador Alvaro Dias. (*Pausa.*)

Senador José Agripino presente. (*Pausa.*)

Senador Armando Monteiro. (*Pausa.*)

Senador Gim Argello, presente. (*Pausa.*)

Senador Magno Malta. (*Pausa.*)

Senador Randolfe Rodrigues. (*Pausa.*)

Senador Sérgio Petecão. (*Pausa.*)

Senador Eduardo Suplicy. (*Pausa.*)

Senadora Ana Rita. (*Pausa.*)

Senador Aníbal Diniz. (*Pausa.*)

Senador Acir Gurgacz. (*Pausa.*)

Senador Lindbergh Farias. (*Pausa.*)

Senador Rodrigo Rollemberg. (*Pausa.*)

Senador Humberto Costa. (*Pausa.*)

Senador Roberto Requião. (*Pausa.*)

Senador Clésio Andrade. (*Pausa.*)

Senador Eduardo Braga. (*Pausa.*)

Senador Ricardo Ferraço. (*Pausa.*)

Senador Lobão Filho, presente. (*Pausa.*)

Senador Benedito de Lira. (*Pausa.*)

Senador Waldemir Moka. (*Pausa.*)

Senadora Lúcia Vânia. (*Pausa.*)

Senador Flexa Ribeiro. (*Pausa.*)

Senador Cícero Lucena. (*Pausa.*)

Senador Francisco Dornelles, presente. (*Pausa.*)

Senador Ciro Nogueira. (*Pausa.*)

Senador Randolfe Rodrigues, presente. (*Pausa.*)

Senador Inácio Arruda. (*Pausa.*)

Todos votaram?

Vou dar mais dois minutos e encerrar a votação.

Senador Rodrigo Rollemberg, presente. (*Pausa.*)

Vou encerrar a votação na CCJ.

O Senador Antonio Carlos Valadares está chegando?

Senador Antonio Carlos Valadares. Eu não vou encerrar esta reunião se ele não chegar para votar.

Vou encerrar a votação.

Mais ninguém? Todos votaram?

Está encerrada a votação e eu convido o Senador Renan Calheiros e o Senador Randolfe Rodrigues para serem os escrutinadores aqui.

Vou proclamar o resultado.

O Senador Renan Calheiros e o Senador Randolfe Rodrigues me informam que votaram 16 membros desta comissão, com 15 votos "sim" e um voto "não".

Confere, Senador Renan Calheiros, Senador Randolfe?

A escolha do nome do Sr. Emmanoel Campelo de Souza Pereira foi aprovada pela comissão.

A matéria vai ao plenário.

Pede pela ordem a palavra o Senador Vital do Rêgo.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem o Senador Vital do Rêgo e, em seguida, V. Exª.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Eu acho que é o mesmo assunto. Nós queríamos pleitear urgência para a matéria, para que, se possível, o nome do Dr. Emmanoel pudesse ser apreciado pelo Plenário na sessão de hoje ainda.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – É verdade. Esse é o pedido também do PMDB. Aproveitando a presença do Líder do PMDB, Senador Renan, do Líder do PTB, Senador Gim, e dos líderes aqui. O do PSDB, o do PP, Senador Dornelles, para que num consenso de líderes que estão presentes à Comissão de Justiça, até num gesto de prestígio do nosso vitorioso membro do CNJ, possamos levar esta matéria imediatamente a plenário.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu submeto aos Srs. Senadores o pedido de urgência feito pelo Senador José Agripino e pelo Senador Vital do Rego, secundado pelos demais Líderes, inclusive pelo meu Líder, Senador Renan Calheiros.

Chega aqui o Senador Romero Jucá, que vem correndo para votar no Dr. Emmanoel, mas nós já encerramos a votação. Registro, porém, a presença de

V. Exª, Senador Romero Jucá, agradecendo a presença de todos.

Submeto o requerimento dos Líderes e dos Liderados também ao Plenário desta Comissão.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com a urgência permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Nunca vi tanto silêncio.

Aprovada a matéria.

Vai de imediato ao plenário do Senado Federal.

Portanto, Senadores, ainda hoje, nós teremos a condição de votar esta matéria.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 15 horas e 35 minutos,, a reunião é encerrada às 16 horas e 21 minutos.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Ata da 7ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, realizada em 20 de março de 2012.

Às dez horas e cinquenta e dois minutos do dia vinte de março de dois mil e doze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senhor Senador Roberto Requião** e com a presença dos Senhores Senadores Wellington Dias, Ângela Portela, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, Lídice da Mata, Inácio Arruda, Lauro Antonio, Pedro Simon, Benedito de Lira, Ana Amélia, Cyro Miranda, Cássio Cunha Lima, Paulo Bauer, Maria do Carmo Alves, José Agripino, Armando Monteiro, João Vicente Claudino, Magno Malta, João Ribeiro, Kátia Abreu, Delcídio do Amaral, Anibal Diniz, Marta Suplicy, Antonio Carlos Valadares, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Sérgio Petecão, Ciro Nogueira, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro, Clovis Fecury, Mozarildo Cavalcanti, Clésio Andrade e Randolfe Rodrigues, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Ivonete Dantas, João Alberto Souza, Ricardo Ferraço e Cristovam Buarque, que justifica a ausência. Neste momento, a Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Logo após, o Senhor Senador Paulo Bauer requer, oralmente, a inclusão em pauta da Proposta de Ato, que "Disciplina os procedimentos para o funcionamento das audiências públicas da Comissão de Educação, Cultura e Esporte", apresentada a este Colegiado em outubro de 2011. O Senhor Presidente, Senador Roberto Requião, acata a solicitação e anuncia a inclusão em pauta da proposta para a próxima reunião deliberativa da Comissão, a ser realizada no dia 27 de março. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta pelo item não terminativo, aguardando quórum para deliberação dos projetos terminativos. **Item 60: Projeto de Lei da Câmara nº 97, de 2008**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Cezar Schirmer, que "Institui o Dia Nacional do Supervisor Educacional". A relatora designada é a Senadora Ângela Portela e o parecer favorável é aprovado, com o voto contrário do Senador Aloysio Nunes Ferreira. Neste momento, a Presidência retorna à ordem original da pauta uma vez que há quórum para a votação de projetos terminativos, dando início a votação das proposições a serem deliberadas em bloco, conforme disposto na Decisão nº 1/2009-CE. **Item 1: Projeto de Lei do Senado nº 501, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Alvaro Dias, que "Institui o Dia Nacional da Poesia". O relator designado é o Senador Wellington Dias e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis, com o voto contrário do Senador Aloysio Nunes Ferreira. **Item 2: Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que "Dispõe sobre a instituição do Dia Nacional do Oficial de Justiça". O relator designado é o Senador Inácio Arruda e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis, com o voto contrário do Senador Aloysio Nunes Ferreira. **Item 3: Projeto de Lei da Câmara nº 203, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Fernando Ferro, que "Institui o dia 17 de outubro como o Dia Nacional da Música Popular Brasileira". O relator designado é a Senador Cristovam Buarque e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis, com o voto contrário do Senador Aloysio Nunes Ferreira. **Item 4: Projeto de Lei da Câmara nº 204, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Deputada Rose de Freitas, que "Institui o dia 12 de agosto como o Dia Nacional dos Direitos Humanos". A relatora designada é a Senadora Lídice da Mata e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis, com o voto contrário do Senador Aloysio Nunes Ferreira. **Item 5: Projeto de Lei da Câmara nº 205, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Carlos Santana, que "Institui o dia 3 de novembro como o Dia Nacional do Quilo". O relator designado é o Senador Inácio Arruda e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis, com voto contrário do Senador Aloysio Nunes Ferreira. **Item 6: Projeto de Lei da Câmara nº 228, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Max Rosenmann, que "Institui o dia 8 de maio como o Dia Nacional do Turismo". A relatora designada é a Senadora Maria do Carmo Alves e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis, com o voto contrário

do Senador Aloysio Nunes Ferreira. **Item 7: Projeto de Lei da Câmara nº 232, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Geraldo Thadeu, que "Institui o Dia Nacional do Ouvidor". O relator designado é o Senador José Agripino e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis. Assina sem voto, pela rejeição da matéria, o Senador Aloysio Nunes Ferreira. **Item 8: Projeto de Lei da Câmara nº 233, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Angelo Vanhoni, que "Institui o Dia Nacional da Educação Ambiental". O relator designado é o Senador Armando Monteiro e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis, com o voto contrário do Senador Aloysio Nunes Ferreira. **Item 9: Projeto de Lei da Câmara nº 241, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Deputada Cida Diogo, que "Institui o Dia Nacional de Segurança e de Saúde nas Escolas". O relator designado é o Senador Paulo Paim e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis, incorporando ao texto final a emenda nº 1-CE, aprovada por 13 (treze) votos favoráveis, com o voto contrário do Senador Aloysio Nunes Ferreira. **Item 10: Projeto de Lei da Câmara nº 242, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Deputada Solange Almeida, que "Institui o Dia Nacional dos Portadores de Vitiligo". A relatora designada é a Senadora Marta Suplicy e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis, com o voto contrário do Senador Aloysio Nunes Ferreira. **Item 11: Projeto de Lei da Câmara nº 244, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Jilmar Tatto, que "Institui o Dia Nacional do Paisagista, a ser comemorado em 4 de outubro". O relator designado é o Senador Clésio Andrade e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis, com o voto contrário do Senador Aloysio Nunes Ferreira. **Item 12: Projeto de Lei da Câmara nº 255, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Edson Duarte, que "Institui o Dia Nacional de Luta dos Acidentados por Fontes Radioativas". O relator designado é o Senador Antonio Carlos Valadares e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis, com o voto contrário do Senador Aloysio Nunes Ferreira. **Item 13: Projeto de Lei da Câmara nº 262, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Rodovalho, que "Institui o Dia Nacional de Combate e Prevenção à Trombose". O relator designado é o Senador Waldemir Moka e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis, com o voto contrário do Senador Aloysio Nunes Ferreira. **Item 14: Projeto de Lei da Câmara nº 264, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Rodrigo Rollemberg, que "Institui o Dia Nacional do Reggae". A relatora designada é a Senadora Lídice da Mata e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis, com o voto contrário do Senador Aloysio Nunes Ferreira. **Item 15: Projeto de Lei da Câmara nº 266, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Guilherme Campos, que "Institui o Dia Nacional das Hemoglobinopatias". O relator designado é o Senador Ciro Nogueira e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis, com o voto contrário do Senador Aloysio Nunes Ferreira. **Item 16: Projeto de Lei da Câmara nº 276, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Leandro Sampaio, que "Institui o Dia Nacional de Valorização da Família". O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis. Assina sem voto, pela rejeição da matéria, o Senador Aloysio Nunes Ferreira. **Item 17: Projeto de Lei da Câmara nº 277, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado José Santana de Vasconcellos, que "Institui o Dia Nacional da Silvicultura". O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis, com o voto contrário do Senador Aloysio Nunes Ferreira. **Item 18: Projeto de Lei da Câmara nº 299, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Deley, que "Institui o Dia Nacional do Jogo Limpo – fair play contra o Doping nos Esportes". O relator designado é o Senador Wellington Dias e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis, incorporando ao texto final a emenda nº 1-CE, aprovada por 13 (treze) votos favoráveis, com o voto contrário do Senador Aloysio Nunes Ferreira. **Item 19: Projeto de Lei da Câmara nº 81, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Julio Semeghini, que "Institui o Dia Nacional do Maquinista Ferroviário". O relator designado é o Senador Inácio Arruda e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis, com o voto contrário do Senador Aloysio Nunes Ferreira. **Item 20: Projeto de Lei da Câmara nº 71, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Luis Carlos Heinze, que "Institui o Dia Nacional do Cooperativismo de Crédito". O relator designado é o Senador Cristovam Buarque e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis, com o voto contrário do Senador Aloysio Nunes Ferreira. **Item 21: Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Celso Maldaner, que "Institui o Dia Nacional do Suinocultor". O relator designado é o Senador Paulo Paim e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis, com o voto contrário do Senador Aloysio Nunes Ferreira. **Item 22: Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Manoel Junior, que "Institui no dia 23 de fevereiro como o Dia Nacional do Movimento Municipalista Brasileiro". O relator designado é o Senador Pedro Simon e o pro-

jeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis, com o voto contrário do Senador Aloysio Nunes Ferreira. **Item 23: Projeto de Lei da Câmara nº 112, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Eliene Lima, que "Institui o Dia Nacional do Atleta Paraolímpico e dá outras providências". O relator designado é o Senador Benedito de Lira e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis, com o voto contrário do Senador Aloysio Nunes Ferreira. **Item 24: Projeto de Lei da Câmara nº 153, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado William Woo, que "Institui o Dia do Aniversário do Buda Shakyamuni e o inclui no Calendário Oficial de Datas e Eventos Brasileiro". O relator designado é o Senador Armando Monteiro e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis, com o voto contrário do Senador Aloysio Nunes Ferreira. **Item 25: Projeto de Lei da Câmara nº 155, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado José C. Stangarlini, que "Institui o Dia Nacional do Securitário". O relator designado é o Senador Lauro Antonio e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis, com o voto contrário do Senador Aloysio Nunes Ferreira. **Item 26: Projeto de Lei da Câmara nº 177, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Bruno Araújo, que "Institui o dia 18 de setembro como dia nacional de conscientização e incentivo ao diagnóstico precoce do retinoblastoma". A relatora designada é a Senadora Marta Suplicy e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis, incorporando ao texto final a emenda nº 1-CE, aprovada por 14 (quatorze) votos favoráveis, com o voto contrário do Senador Aloysio Nunes Ferreira. **Item 27: Projeto de Lei da Câmara nº 187, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Carlos Santana, que "Institui o Dia Nacional da Umbanda". A relatora designada é a Senadora Ana Rita e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis, com o voto contrário do Senador Aloysio Nunes Ferreira. **Item 28: Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Deputada Perpétua Almeida, que "Institui o Dia Nacional do Artesão". O relator designado é o Senador Delcídio do Amaral e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis, com o voto contrário do Senador Aloysio Nunes Ferreira. **Item 29: Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Arnaldo Faria de Sá, que "Institui o Dia Nacional da Advocacia Pública". O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis. Assina sem voto, pela rejeição da matéria, o Senador Aloysio Nunes Ferreira. **Item 30: Projeto de Lei do Senado nº 540, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini, que "Institui o dia 25 de novembro como o Dia Nacional do Repentista". A relatora designada é a Senadora Ana Rita e o projeto é rejeitado por 16 (dezesseis) votos. **Item 31: Projeto de Lei do Senado nº 54, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que "Institui o ano de 2013 como 'Ano Nacional da Atividade Física em Prol da Saúde'". A relatora designada é a Senadora Lídice da Mata e o projeto é rejeitado por 15 (quinze) votos. **Item 32: Projeto de Lei do Senado nº 437, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria dos Senadores Walter Pinheiro, Lídice da Mata e João Durval, que "Inclua-se a data de 25 de junho de 1822 no calendário oficial de efemérides históricas do Brasil". O relator designado é o Senador Cyro Miranda e o projeto é rejeitado por 14 (quatorze) votos. **Item 33: Projeto de Lei do Senado nº 643, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Paulo Davim, que "Institui o Dia Nacional do Cirurgião Cardiovascular". O relator designado é o Senador Ciro Nogueira e o projeto é rejeitado por 16 (dezesseis) votos. **Item 34: Projeto de Lei da Câmara nº 123, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Celso Russomano, que "Institui o Dia Nacional do Guarda Municipal". O relator designado é o Senador Magno Malta e o projeto é rejeitado por 16 (dezesseis) votos. **Item 35: Projeto de Lei da Câmara nº 210, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Moacir Micheletto, que "Institui o Dia Nacional do Engenheiro Industrial Madeireiro". O relator designado é o Senador Walter Pinheiro e o projeto é rejeitado por 15 (quinze) votos. **Item 36: Projeto de Lei da Câmara nº 212, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Ary Kara, que "Institui o Dia Nacional dos Trabalhadores em Radiologia". O relator designado é o Senador Paulo Bauer e o projeto é rejeitado por 15 (quinze) votos. **Item 37: Projeto de Lei da Câmara nº 216, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Biffi, que "Institui o dia 8 de julho como o Dia dos Trabalhadores em Massas Alimentícias". O relator designado é o Senador Benedito de Lira e o projeto é rejeitado por 16 (dezesseis) votos. **Item 38: Projeto de Lei da Câmara nº 218, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Deputada Ana Arraes, que "Institui o dia 9 de dezembro como o Dia Nacional do Frevo". A relatora designada é a Senadora Ana Amélia e o projeto é rejeitado por 16 (dezesseis) votos. **Item 39: Projeto de Lei da Câmara nº 223, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Alberto Fraga, que "Institui, na República Federativa do Brasil, a data de 13 de maio como o dia da Polícia Militar". O relator designado é o Senador Cyro Miranda e o projeto é rejeitado por 15 (quinze) votos. **Item 40: Projeto de Lei da Câmara nº 226, de 2009**, de caráter terminati-

vo, de autoria do Deputado Max Rosenmann, que "Institui o dia 26 de outubro como o Dia Nacional do Tropeiro". O relator designado é o Senador Paulo Bauer e o projeto é rejeitado por 15 (quinze) votos. **Item 41: Projeto de Lei da Câmara nº 234, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Neilton Mulim, que "Institui o Dia do Alerta sobre o uso nocivo do Álcool". O relator designado é o Senador João Vicente Claudino e o projeto é rejeitado por 16 (dezesseis) votos. **Item 42: Projeto de Lei da Câmara nº 238, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Gervásio Silva, que "Institui o Dia Nacional do Motorista de Ambulância". O relator designado é o Senador Anibal Diniz e o projeto é rejeitado por 15 (quinze) votos. **Item 43: Projeto de Lei da Câmara nº 249, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Deputada Andreia Zito, que "Cria no calendário oficial do Brasil o Dia do Seresteiro". A relatora designada é a Senadora Maria do Carmo Alves e o projeto é rejeitado por 14 (quatorze) votos. **Item 44: Projeto de Lei da Câmara nº 257, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Deputada Jusmari Oliveira, que "Fixa a data de 13 de dezembro como o Dia Nacional da Vaquejada". O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o projeto é rejeitado por 15 (quinze) votos. **Item 45: Projeto de Lei da Câmara nº 265, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Costa Ferreira, que "Institui o Dia Nacional da Fé Cristã". O relator designado é o Senador Sérgio Petecão e o projeto é rejeitado por 15 (quinze) votos. **Item 46: Projeto de Lei da Câmara nº 289, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Paulo Roberto Pereira, que "Institui o Dia Nacional de Conscientização da Hemofilia". O relator designado é o Senador Mozarildo Cavalcanti e o projeto é rejeitado por 16 (dezesseis) votos. **Item 47: Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Deputada Vanessa Grazziotin, que "Institui, no território brasileiro, o dia 13 de maio como o Dia da Cultura Africana e Ameríndia". O relator designado é o Senador João Vicente Claudino e o parecer é pela rejeição do projeto. A matéria é retirada de pauta, atendendo à solicitação da autora. **Item 48: Projeto de Lei da Câmara nº 70, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Flávio Bezerra, que "Institui o Dia Nacional em Defesa da Orla Marítima". O relator designado é o Senador Magno Malta e o projeto é rejeitado por 16 (dezesseis) votos. **Item 49: Projeto de Lei da Câmara nº 76, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Arlindo Chinaglia, que "Institui o Dia Nacional da Vigilância Sanitária". A relatora designada é a Senadora Lídice da Mata e o parecer é pela rejeição do projeto. A matéria é retirada de pauta, atendendo à solicitação da relatora. **Item 50: Projeto de Lei da Câmara nº 94, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Professor Ruy Pauletti, que "Institui o Dia Nacional das Etnias, a ser comemorado, anualmente, no último domingo do mês de fevereiro". A relatora designada é a Senadora Marta Suplicy e o projeto é rejeitado por 16 (dezesseis) votos. **Item 51: Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado William Woo, que "Institui o Dia Nacional do Profissional de Segurança Privada". O relator designado é o Senador Sérgio Petecão e o projeto é rejeitado por 15 (quinze) votos. **Item 52: Projeto de Lei da Câmara nº 113, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Paes de Lira, que "Institui o dia 27 de abril como o Dia do Trabalhador Doméstico". A relatora designada é a Senadora Ana Amélia e o projeto é rejeitado por 16 (dezesseis) votos. **Item 53: Projeto de Lei da Câmara nº 114, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Guilherme Campos, que "Institui o Dia Nacional da Ufologia". O relator designado é o Senador Cyro Miranda e o projeto é rejeitado por 15 (quinze) votos. **Item 54: Projeto de Lei da Câmara nº 115, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Laerte Bessa, que "Institui o Dia Nacional da Aviação dos Corpos de Bombeiros Militares". O relator designado é o Senador Paulo Bauer e o projeto é rejeitado por 15 (quinze) votos. **Item 55: Projeto de Lei da Câmara nº 131, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Edson Aparecido, que "Institui o dia 28 de abril como o Dia Nacional das Entidades de Segurança e Saúde do Trabalho". A relatora designada é a Senadora Maria do Carmo Alves e o projeto é rejeitado por 15 (quinze) votos. **Item 56: Projeto de Lei da Câmara nº 133, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Raimundo Gomes de Matos, que "Institui o Dia Nacional do Médico de Família e Comunidade". O relator designado é o Senador José Agripino e o projeto é rejeitado por 15 (quinze) votos. **Item 57: Projeto de Lei da Câmara nº 167, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Hugo Leal, que "Institui o Dia Nacional de Mobilização em Memória das Vítimas de Trânsito e dá outras providências". O relator designado é o Senador Anibal Diniz e o projeto é rejeitado por 15 (quinze) votos. **Item 58: Projeto de Lei da Câmara nº 45, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Gastão Vieira, que "Institui a data de 28 de julho de 1823 como data de adesão do Estado do Maranhão à Independência do Brasil". O relator designado é o Senador Benedito de Lira e o projeto é rejeitado por 16 (dezesseis) votos. **Item 59: Projeto de Lei da Câmara nº 274, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Chico Alencar, que

"Institui o Dia Nacional do Sociólogo". O relator designado é o Senador Aloysio Nunes Ferreira e a declaração de prejudicialidade do projeto é aprovada por 15 (quinze) votos, nos termos do art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal. **Item 61: Comunicados da Presidência:** Não houve comunicados. Prosseguindo, a Presidência determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente, Senador Roberto Requião**, encerra a reunião às onze horas e cinquenta e seis minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares**, **Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Roberto Requião,** Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Há número regimental para a abertura da 7ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a proposta de dispensa de leitura da Ata da reunião anterior e a aprovação da mesma.

Os Srs. Senadores e Senadoras que discordam se manifestem. *(Pausa.)*

Aprovada.

Temos 68 projetos em pauta. Como os Srs. Senadores foram avisados pela Secretaria da Comissão, são projetos de denominações. Projetos que, a meu ver, não deveriam nem estar sendo considerados pela Comissão. Mas, em todo o caso, a legislação e o Regimento Interno hoje permitem, e nós queremos liquidar esse problema. Para isso, precisamos de quórum, precisamos de 14 Senadores em plenário. Então, eu pediria a paciência dos Srs. Senadores presentes, ao tempo em que a nossa Secretaria tenta avisar os Senadores que estão em outras comissões. Temos uma sobreposição de comissões no Senado que dificulta o funcionamento de todas as comissões – não é isso, Senador Mozarildo? – e há tempo estamos tentando resolver isso, sem luz no fim do túnel.

Vamos, a partir deste momento, aguardar o quórum de 14 Senadores no plenário para que possamos votar os 68 processos em pauta.

Para esclarecer, será uma reunião muito rápida, porque teremos duas votações. Nós votaremos em bloco os processos que já foram distribuídos para os Srs. Senadores, pela rejeição; posteriormente, pela aprovação. E votaremos algumas emendas num segundo turno provável. Há uma emenda. Ficamos aguardando o quórum. O quórum está sendo absorvido pela Comissão de Economia aqui ao lado. Eu solicito à Secretaria que insista junto aos Srs. Senadores.

Dos 68 processos originais, remanescem 60, porque alguns relatores pediram a retirada de pauta dos processos que lhes cabiam relatar. *(Pausa.)*

(Interrupção do som.)

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Já há quórum para iniciar? Podemos ir lendo os relatórios...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Nós estamos dispensando a leitura dos relatórios porque eles foram entregues em cada gabinete.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Certo. Vamos só votar, então?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Por duas semanas, é só votação.

E, cá entre nós, na verdade, são denominações de próprios públicos, coisa de menos importância, mas que atravanca a pauta da Comissão. *(Pausa.*)

Enquanto nós aguardamos o quórum, o Senador Mozarildo vai fazer uma exibição com a bola amazonense, de látex puro. Vai fazer umas embaixadas aqui.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Enquanto isso, convido o Plenário a cumprimentar e comemorar o aniversário do Senador Paulo Bauer, que está fazendo hoje 69 anos.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Para que seja realizada a votação, temos ainda a carência de cinco Excelências.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM. *Fora do microfone*.) – Tudo é terminativo?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Tudo é terminativo. Serão duas votações só e uma votação suplementar de uma emenda.

Aproveito para transmitir aos Srs. Senadores o convite do Senador Paulo Bauer para jantar em sua residência oficial hoje à noite. Esse convite é extensivo a todos os Senadores, independentemente de partido, podendo ser acompanhado por esposas e filhos.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – E as assessorias?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Em função do tamanho do apartamento, a assessoria vai ficar fora dessa comemoração.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) –...pede a palavra para discutir esse im-

passe que nós temos em função a esse número enorme de denominações de próprios públicos.

Com a palavra o Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, essa matéria "instituição de dias comemorativos" já foi objeto de um parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania por provocação da nossa Comissão. E a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dá um parecer, digamos assim, mitigado, quanto a procedência desse tipo de proposição. Disso, diz a Comissão, que essas proposições têm que atender a requisitos de extrema relevância; a sua aprovação deve ser precedida de audiências públicas para que sejam coisas absolutamente incontestáveis.

Agora, eu sou de ponto de vista mais radical. Eu acho que esses dias comemorativos não têm que ser objeto de lei. Por quê? Porque essas leis não são leis, elas não têm nenhum conteúdo jurídico, elas não criam direitos, não criam obrigações, elas não estruturam órgãos, elas não disciplinam procedimentos. Nada. Se os sociólogos, é o caso do Projeto que V. Exª me incumbiu de relatar, quiserem organizar uma festa comemorativa do seu dia, que o façam – eles têm lá um conselho nacional, seus órgãos de classe – que o façam. E nós temos hoje já uma infinidade de dias comemorativos, que, enquanto não chega o quórum, Sr. Presidente, eu gostaria de enunciar só para que se tenha uma idéia das datas, das efemérides: janeiro: dia do fotógrafo, dia do farmacêutico, dia do carteiro, dia do portuário; fevereiro: dia do publicitário, dia do agente fiscal, dia de Iemanjá, dia do datiloscopista, dia do gráfico, dia do zelador, dia do atleta profissional, dia do repórter, dia do esportista, dia do rotariano, dia do agente fiscal da Receita Federal, dia do meteorologista, dia do filatelista, dia do fuzileiro naval, dia do bibliotecário e dia do vendedor de livros, dia do carpinteiro e também do marceneiro, o dia do diagramador, mas não nos esqueçamos também que é o dia do revisor, dia da saúde e nutrição, dia do propagandista, dia do corretor, dia do jornalismo, dia do médico legista, dia do correio, dia do obstetra, dia do *office boy*, dia mundial do desenhista, dia diplomata, dia da policia civil, dia do metalúrgico, dia do agente de viagem, dia do contabilista, dia do goleiro, dia da empregada doméstica, dia do sacerdote, dia do ferroviário, do taquígrafo, do pintor, do cartográfico, do oftalmologista, do profissional de *marketing*, do artista plástico, do assistente social, do gerente bancário, do gari, dos vidreiros, do acadêmico de direito, do comissário de menores, do apicultor, do datilógrafo, do administrador de pessoal, do citricultor, do porteiro – já temos o zelador, mas tem também o dia do porteiro –, o dia do tenista, do educador sanitário, do correio aéreo nacional, o dia solista, o dia do funcionário publico aposentado, do químico, do revendedor, do telefonista, do pescador – temos o Ministério da Pesca e temos também o dia do pescador –, o dia do economista, do bombeiro, do panificador, do engenheiro sanitário, o dia do cantor, do comerciante, do guarda rodoviário, do escritor, do motorista, do motociclista, do agricultor, do tintureiro, do advogado, do estudante, do garçom, do artista do teatro, dia do feirante, do soldado, do psicólogo, da avicultura, do nutricionista, do repórter fotográfico, do guarda civil, do biólogo, do alfaiate, do administrador, do médico veterinário, dia do operador de rastreamento, dia do agrônomo, dia do funcionário municipal, do fazendeiro, dia do contador, dia do soldador, dia do técnico industrial e do técnico em edificações, dia do encanador e dia do anunciante, dia da secretária, dia nacional do jornaleiro, dia da terceira idade, do vendedor, do vereador, do dentista, do *barman*, do poeta – como se todos os dias não fossem dias do poeta –, do compositor, do açougueiro, do engenheiro agrônomo, do corretor de seguros, do terapeuta educacional, do fisioterapeuta, do normalista, do anestesiologista, do eletricista, do estivador, do pintor, do profissional de informática, do arquivista, do contador, do aviador, do sapateiro, do balconista, do comissário de voo, temos o dia dos sacis, Sr. Presidente, do cabeleireiro, do invento, do radioamador, do radialista, do aposentado, do hoteleiro, do soldado desconhecido, do diretor de escola, dia do músico, do auditor interno, dia nacional do doador de sangue, do técnico em segurança do trabalho, o dia do pedicuro, do fonaudiólogo, do arquiteto, do engenheiro, do agrônomo, do marinheiro, do óptico, do reservista, do atleta profissional, do mecânico, do atleta e dia do salva-vidas. E, se sobrar algum dia mais, Sr. Presidente, seria o dia de todos dos dias. Essa é uma pesquisa rápida, feita pela Internet.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião Bloco/PMDB – PR) – Senador Aloysio Nunes, como diria o Stanislaw Ponte Preta, estamos aqui adentrando no terreno perigoso da chalaça.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Mas não é chalaça.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião Bloco/PMDB – PR) – Falta nessa lista, o dia da sogra, do *íncubus* e do *súcubus*, que provavelmente alguém proporá. Mas, Senador...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sou contrário a esse tipo de proposição que deve ser deixada a cargo das próprias pessoas interessadas em comemorar o seu dia.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião Bloco/PMDB – PR) – Sem dúvida alguma.

Fizemos uma consulta à Comissão de Constituição e Justiça. Esperávamos o bloqueio definitivo pela inconstitucionalidade dessas propostas todas, mas ela determinou que todas as propostas feitas anteriormente a 2010, que foi quando saiu a nova lei, que impõe obstáculos mais pesados para essa determinação de dias, fossem votadas. O que estamos tentando fazer hoje é liquidar esse passivo para que não nos preocupemos mais com isso.

Quantos Senadores há no plenário? Dez, comigo. Faltam quatro.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sr. Presidente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Vamos instituir o dia da falta de quórum.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião Bloco/PMDB – PR) – Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Nesse projeto, além dos dias comemorativos, também há orientação para rejeitar a denominação de logradouros públicos?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião Bloco/PMDB – PR) – Vamos votar os relatórios. Há uma série de relatórios favoráveis e uma série de relatórios contrários. Vamos dispensar a licitação, porque há quinze dias estão publicados esses projetos, e todos os Senadores receberam em seus gabinetes a pauta.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Quero dizer que, em relação aos dias, também concordo em que a gente deve colocar um fim nessa história: o que já está fica. Mas, agora, logradouro público é uma questão regional, uma questão local.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião Bloco/PMDB – PR) – Vamos obedecer à lei de 2010, que inviabiliza, mas com algumas preocupações, como audiência pública e tudo mais.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Perfeito. E esses que estão aí? Não há várias denominações para serem votadas, de logradouros públicos?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião Bloco/PMDB – PR) – Vamos votá-los.

São 11 horas e 40 minutos. A nossa reunião deveria ter começado, com o quórum pleno, às 11 horas. Vamos dar mais dez minutos. Se às 11 horas e 50 minutos, não tivermos quórum, a Mesa vai suspender a sessão e aguardar a próxima terça-feira para ver se teremos mais sucesso. *(Pausa.)*

O Senador Paulo Bauer pede a informação seguinte: em que condições estamos em reunião?

A reunião está sobrestada, no aguardo do quórum. Assim que houver quórum, retornaremos.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, com sua permissão, aproveito esse momento para parabenizar o Senador Paulo Bauer pelo aniversário. Acho que é mais importante o aniversário dele do que essas datas que a gente vai votar aqui, não é? (*Risos.*)

Parabéns, que V. Exª tenha muita saúde, muita paz, muita alegria.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Aloysio Nunes, o Senador Raupp está fazendo a proposta de chamarmos este dia de hoje de dia do aniversário do Senador Paulo Bauer. Qual é a sua opinião?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Aprovo com entusiasmo. Eu poria até uma emenda constitucional.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – É muita gentileza!

Sr. Presidente, aproveitando este momento de interrupção dos trabalhos, em que estamos aguardando o quórum, eu queria solicitar a V. Exª e à assessoria da Mesa que fosse verificada a possibilidade de nós retomarmos aquele assunto que eu apresentei no ano passado aqui, atendendo a solicitação de V. Exª, sobre algumas regras que deveríamos instituir para o requerimento de audiências públicas. Lembro V. Exª que nós analisamos, junto com a Consultoria da Casa, que medidas infrarregimentais nós poderíamos adotar no âmbito da Comissão sem ferir o Regimento, para organizarmos esse tipo de requerimento. Na ocasião, eu apresentei o trabalho, foi pedido vista por todos os Senadores e não voltamos mais a discutir a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Estará na pauta da próxima reunião.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Eu tenho certeza de que os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que emprestarem alguma atenção a esse assunto – e eu pediria à assessoria da Mesa que reenviasse aos Senadores aquela proposição –, vão observar que podemos ter muito ganho, que podemos avançar muito na qualidade dos debates e das audiências públicas, porque, no ano passado, houve um esforço muito grande de V. Exª e da Comissão para conseguirmos realizar quase todas que estavam agendadas. Eu temo que este ano, com eleições municipais trazendo-nos poucas atividades no segundo semestre aqui na Casa, poderíamos ter um momento muito propício para apresentarmos essas normas, essas regras.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Na próxima reunião, na próxima terça-feira, a sua proposta estará na pauta.

Nós temos um item da pauta que não é terminativo, cuja votação é simbólica. É o item 60; a Relatora é a Senadora Angela Portela.

ITEM 60

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 97, DE 2008
– Não Terminativo –

Institui o Dia Nacional do Supervisor Educacional.

Autoria: Deputado Cezar Schirmer
Relatoria: Senadora Angela Portela

Com a palavra a Senadora.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Sr. Presidente, vamos fazer a leitura da análise do Projeto de Lei da Câmara nº 97, de 2008, do Deputado Cezar Schirmer, que institui o Dia Nacional do Supervisor Educacional.

Compete à Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), de acordo com o art. 102, II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), opinar a respeito de proposições que versem sobre datas comemorativas, a exemplo da que ora examinamos.

Cumpre assinalar que a Lei nº 12.345, de 9 de dezembro de 2010, estabeleceu critérios para a instituição de datas comemorativas, enquanto o Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em resposta ao Requerimento nº 4, de 2011, da CE, formulou diretrizes para o tratamento de tal tipo de proposições no Senado Federal.

Como o Projeto de Lei da Câmara nº 97, de 2008, foi apresentado em data anterior à da edição da Lei nº 12.345, de 2010, deve ser considerado válido, ficando isento da comprovação do atendimento às novas regras processuais, conforme definido pelo item "d" do voto do mencionado parecer da CCJ. Frisa, contudo, o mencionado item, que a proposição deve atender ao critério previsto no art. 1º da Lei nº 12.345, de 2010, a saber, o de sua alta significação para a sociedade brasileira.

No caso da homenagem a ser instituída pelo PLC nº 207, de 2009, julgamos que ela vem ao encontro da necessidade de elevar consistentemente a qualidade da educação brasileira, tanto a de natureza pública como privada. O supervisor educacional, coordenando e dinamizando as atividades dos diferentes educadores, bem como estimulando a inovação e a criatividade, mostra-se como um dos profissionais mais imprescindíveis para alcançarmos uma educação de qualidade, que responda aos desafios das transformações socioculturais.

Considerando as normas e disposições pertinentes, inclusive a orientação do parecer da CCJ a respeito da aplicação da Lei nº 12.345, de 2010, avaliamos que o PLC nº 97, de 2008, atende aos requisitos de constitucionalidade e juridicidade, de adequação ao Regimento da Casa e à técnica legislativa, devendo, quanto ao mérito, ser aprovado.

Conforme o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 97, de 2008 (Projeto de Lei nº 4.414, de 2001, na origem).

Esse é o nosso voto, Sr. Presidente.

Então, trata-se de instituir o Dia Nacional do Supervisor Educacional.

"O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o Dia Nacional do Supervisor Educacional, a ser comemorado anualmente no dia 22 de agosto.

Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Em discussão o relatório da Senadora Angela Portela. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Dúvida: a Senadora é pela aprovação ou pela rejeição?

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Pela aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores contrários que se manifestem. (*Pausa.*)

Aprovado, com o voto contrário do Senador Aloysio Nunes.

Uma boa notícia para os Srs. Senadores resistentes no plenário: o quórum está a caminho.

Vamos conferir os Senadores: dez comigo. Continuam faltando quatro Senadores. (*Pausa.*)

Uma salva de palmas, recebamos o Senador Armando Monteiro.

Quantos Senadores no plenário? (*Pausa.*) Doze comigo, treze com a Senadora Vanessa, que está lá dentro. Falta um Senador para que possamos votar.

Sai a Secretaria da Comissão à captura de um Senador. (*Pausa.*)

Acaba de chegar o quórum.

Srs. Senadores, todos os Senadores receberam, há 15 dias, os relatórios. Temos uma série de relatórios pela aprovação.

São os seguintes os itens apreciados:

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 501, DE 2009
– Terminativo –

Institui o Dia Nacional da Poesia.
Autoria: Senador Alvaro Dias.
Relatoria: Senador Wellington Dias.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, DE 2010
– Terminativo –

Dispõe sobre a instituição do Dia Nacional do Oficial de Justiça.
Autoria: Senador Paulo Paim.
Relatoria: Senador Inácio Arruda.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 203, DE 2009
– Terminativo –

Institui o dia 17 de outubro como o Dia Nacional da Música Popular Brasileira.
Autoria: Deputado Fernando Ferro
Relatoria: Senador Cristovam Buarque

ITEM 4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 204, DE 2009
– Terminativo –

Institui o dia 12 de agosto como o Dia Nacional dos Direitos Humanos.
Autoria: Deputada Rose de Freitas
Relatoria: Senadora Lídice da Mata

ITEM 5

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 205, DE 2009
– Terminativo –

Institui o dia 3 de novembro como o Dia Nacional do Quilo.
Autoria: Deputado Carlos Santana
Relatoria: Senador Inácio Arruda

ITEM 7

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 232, DE 2009
– Terminativo –

Institui o Dia Nacional do Ouvidor.
Autoria: Deputado Geraldo Thadeu
Relatoria: Senador José Agripino

ITEM 8

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 233, DE 2009
– Terminativo –

Institui o Dia Nacional da Educação Ambiental.
Autoria: Deputado Angelo Vanhoni
Relatoria: Senador Armando Monteiro

ITEM 9

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 241, DE 2009
– Terminativo –

Institui o Dia Nacional de Segurança e de Saúde nas Escolas.
Autoria: Deputada Cida Diogo
Relatoria: Senador Paulo Paim

ITEM 10

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 242, DE 2009
– Terminativo –

Institui o Dia Nacional dos Portadores de Vitiligo.
Autoria: Deputada Solange Almeida
Relatoria: Senadora Marta Suplicy

ITEM 11

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 244, DE 2009
– Terminativo –

Institui o Dia Nacional do Paisagista, a ser comemorado em 4 de outubro.
Autoria: Deputado Jilmar Tatto
Relatoria: Senador Clésio Andrade

ITEM 12

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 255, DE 2009
– Terminativo –

Institui o Dia Nacional de Luta dos Acidentados por Fontes Radioativas.
Autoria: Deputado Edson Duarte
Relatoria: Senador Antonio Carlos Valadares

ITEM 13

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 262, DE 2009
– Terminativo –

Institui o Dia Nacional de Combate e Prevenção à Trombose.
Autoria: Deputado Rodovalho
Relatoria: Senador Waldemir Moka

ITEM 15

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 266, DE 2009
– Terminativo –

Institui o Dia Nacional das Hemoglobinopatias.
Autoria: Deputado Guilherme Campos
Relatoria: Senador Ciro Nogueira

ITEM 16

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 276, DE 2009
– Terminativo –

Institui o Dia Nacional de Valorização da Família.
Autoria: Deputado Leandro Sampaio
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro
Relatório: Favorável

ITEM 17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 277, DE 2009
– Terminativo –

Institui o Dia Nacional da Silvicultura.
Autoria: Deputado José Santana de Vasconcellos
Relatoria: Senador Valdir Raupp

ITEM 22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2010
– Terminativo –

Institui no dia 23 de fevereiro como o Dia Nacional do Movimento Municipalista Brasileiro.
Autoria: Deputado Manoel Junior
Relatoria: Senador Pedro Simon

ITEM 23

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 112, DE 2010
– Terminativo –

Institui o Dia Nacional do Atleta Paraolímpico e dá outras providências.
Autoria: Deputado Eliene Lima
Relatoria: Senador Benedito de Lira

ITEM 25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 155, DE 2010
– Terminativo –

Institui o Dia Nacional do Securitário.
Autoria: Deputado José C. Stangarlini
Relatoria: Senador Lauro Antonio

ITEM 27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 187, DE 2010
– Terminativo –

Institui o Dia Nacional da Umbanda.
Autoria: Deputado Carlos Santana
Relatoria: Senadora Ana Rita

ITEM 28

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2011
– Terminativo –

Institui o Dia Nacional do Artesão.
Autoria: Deputada Perpétua Almeida
Relatoria: Senador Delcídio do Amaral

Em discussão. *(Pausa.)*
Não havendo quem queira discutir, em votação.
A votação deverá ser nominal.
Por favor, a lista.
Senadora Angela Portela, como vota?

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Com os relatores.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Paulo Paim, como vota?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Acompanhando a relatoria.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadora Lídice da Mata, como vota?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Com os relatores.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Cyro Miranda, como vota?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com os relatores.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Cássio Cunha Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Com os relatores.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Com os relatores.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Com os relatores, não é? É um bloco de projetos.

Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Com os relatores.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, apesar de eu ter um projeto em que está sugerida a rejeição, quero dizer que, por conta disso, sei que, tecnicamente, tem de ser...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Agora, é aprovação; rejeição é posterior.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Ah, é só para aprovar?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Só para aprovar.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Ah, então, a favor. Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – *(Fora do microfone.)*

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – O Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Com os relatores.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – O Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Com os relatores.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu voto não pelas razões já expostas na minha intervenção.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Mozarildo Cavalcanti. *(Pausa.)*

Não está presente.

Temos 14 Senadores. Contando com o voto contrário do Senador Aloysio Nunes, todos os projetos foram aprovados.

Os Senadores presentes confirmam os votos da emenda dos itens nºs 9, 18 e 26?

ITEM 9

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 241, DE 2009 – Terminativo –

Institui o Dia Nacional de Segurança e de Saúde nas Escolas.

Autoria: Deputada Cida Diogo

Relatoria: Senador Paulo Paim

ITEM 18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 299, DE 2009 – Terminativo –

Institui o Dia Nacional do Jogo Limpo – fair play contra o Doping nos Esportes.

Autoria: Deputado Deley

Relatoria: Senador Wellington Dias

ITEM 26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 177, DE 2010 – Terminativo –

Institui o dia 18 de setembro como dia nacional de conscientização e incentivo ao diagnóstico precoce do retinoblastoma.

Autoria: Deputado Bruno Araújo

Relatoria: Senadora Marta Suplicy

Os Senadores contrários se manifestem. *(Pausa.)*

Aprovado.

Vamos à relação dos projetos rejeitados pelos relatores.

São o Item nº 31; Relatora Senadora Lídice da Mata. Esse é o item que a senhora pediu para retirar de pauta, Senadora?

O SR. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – É o item nº 49.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – É o item nº 49. O Item nº 31, não; mas o item nº 49, fora de pauta, a pedido da relatora.

São os seguintes os itens rejeitados:

ITEM 30

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 540, DE 2009 – Terminativo –

Institui o dia 25 de novembro como o Dia Nacional do Repentista.

Autoria: Senadora Rosalba Ciarlini

Relatoria: Senadora Ana Rita

ITEM 31

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 54, DE 2011 – Terminativo –

Institui o ano de 2013 como "Ano Nacional da Atividade Física em Prol da Saúde".

Autoria: Senador Marcelo Crivella

Relatoria: Senadora Lídice da Mata

ITEM 32

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 437, DE 2011 – Terminativo –

Inclua-se a data de 25 de junho de 1822 no calendário oficial de efemérides históricas do Brasil.

Autoria: Senador Walter Pinheiro e outros

ITEM 33

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 643, DE 2011
– Terminativo –

Institui o Dia Nacional do Cirurgião Cardiovascular.
Autoria: Senador Paulo Davim
Relatoria: Senador Ciro Nogueira

ITEM 34

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 123, DE 2009
– Terminativo –

Institui o Dia Nacional do Guarda Municipal.
Autoria: Deputado Celso Russomanno
Relatoria: Senador Magno Malta

ITEM 35

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 210, DE 2009
– Terminativo –

Institui o Dia Nacional do Engenheiro Industrial Madeireiro.
Autoria: Deputado Moacir Micheletto
Relatoria: Senador Walter Pinheiro

ITEM 36

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 212, DE 2009
– Terminativo –

Institui o Dia Nacional dos Trabalhadores em Radiologia.
Autoria: Deputado Ary Kara
Relatoria: Senador Paulo Bauer

ITEM 37

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 216, DE 2009
– Terminativo –

Institui o dia 8 de julho como o Dia dos Trabalhadores em Massas Alimentícias.
Autoria: Deputado Biffi
Relatoria: Senador Benedito de Lira

ITEM 38

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 218, DE 2009
– Terminativo –

Institui o dia 9 de dezembro como o Dia Nacional do Frevo.
Autoria: Deputada Ana Arraes
Relatoria: Senadora Ana Amélia

ITEM 39

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 223, DE 2009
– Terminativo –

Institui, na República Federativa do Brasil, a data de 13 de maio como o dia da Polícia Militar.
Autoria: Deputado Alberto Fraga
Relatoria: Senador Cyro Miranda

ITEM 40

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 226, DE 2009
– Terminativo –

Institui o dia 26 de outubro como o Dia Nacional do Tropeiro.
Autoria: Deputado Max Rosenmann
Relatoria: Senador Paulo Bauer

ITEM 41

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 234, DE 2009
– Terminativo –

Institui o Dia do Alerta sobre o uso nocivo do Álcool.
Autoria: Deputado Neilton Mulim
Relatoria: Senador João Vicente Claudino

ITEM 42

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 238, DE 2009
– Terminativo –

Institui o Dia Nacional do Motorista de Ambulância.
Autoria: Deputado Gervásio Silva
Relatoria: Senador Anibal Diniz

ITEM 43

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 249, DE 2009
– Terminativo –

Cria no calendário oficial do Brasil o Dia do Seresteiro.
Autoria: Deputada Andreia Zito
Relatoria: Senadora Maria do Carmo Alves

ITEM 44

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 257, DE 2009
– Terminativo –

Fixa a data de 13 de dezembro como o Dia Nacional da Vaquejada.

Autoria: Deputada Jusmari Oliveira
Relatoria: Senador Valdir Raupp

ITEM 45

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 265, DE 2009
– Terminativo –

Institui o Dia Nacional da Fé Cristã.
Autoria: Deputado Costa Ferreira
Relatoria: Senador Sérgio Petecão

ITEM 46

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 289, DE 2009
– Terminativo –

Institui o Dia Nacional de Conscientização da Hemofilia.
Autoria: Deputado Paulo Roberto Pereira
Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti

ITEM 47

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 29, DE 2010
– Terminativo –

Institui, no território brasileiro, o dia 13 de maio como o Dia da Cultura Africana e Ameríndia.
Autoria: Deputada Vanessa Grazziotin
Relatoria: Senador João Vicente Claudino

ITEM 48

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 70, DE 2010
– Terminativo –

Institui o Dia Nacional em Defesa da Orla Marítima.
Autoria: Deputado Flávio Bezerra
Relatoria: Senador Magno Malta

ITEM 50

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 94, DE 2010
– Terminativo –

Institui o Dia Nacional das Etnias, a ser comemorado, anualmente, no último domingo do mês de fevereiro.
Autoria: Deputado Professor Ruy Pauletti
Relatoria: Senadora Marta Suplicy

ITEM 51

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 102, DE 2010
– Terminativo –

Institui o Dia Nacional do Profissional de Segurança Privada.
Autoria: Deputado William Woo
Relatoria: Senador Sérgio Petecão

ITEM 52

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 113, DE 2010
– Terminativo –

Institui o dia 27 de abril como o Dia do Trabalhador Doméstico.
Autoria: Deputado Paes de Lira
Relatoria: Senadora Ana Amélia

ITEM 53

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 114, DE 2010
– Terminativo –

Institui o Dia Nacional da Ufologia.
Autoria: Deputado Guilherme Campos
Relatoria: Senador Cyro Miranda

ITEM 54

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 115, DE 2010
– Terminativo –

Institui o Dia Nacional da Aviação dos Corpos de Bombeiros Militares.
Autoria: Deputado Laerte Bessa
Relatoria: Senador Paulo Bauer

ITEM 55

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 131, DE 2010
– Terminativo –

Institui o dia 28 de abril como o Dia Nacional das Entidades de Segurança e Saúde do Trabalho.
Autoria: Deputado Edson Aparecido
Relatoria: Senadora Maria do Carmo Alves

ITEM 56

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 133, DE 2010
– Terminativo –

Institui o Dia Nacional do Médico de Família e Comunidade.
Autoria: Deputado Raimundo Gomes de Matos
Relatoria: Senador José Agripino

ITEM 57

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 167, DE 2010 – Terminativo –

Institui o Dia Nacional de Mobilização em Memória das Vítimas de Trânsito e dá outras providências.

Autoria: Deputado Hugo Leal

Relatoria: Senador Anibal Diniz

ITEM 58

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 45, DE 2011 – Terminativo –

Institui a data de 28 de julho de 1823 como data de adesão do Estado do Maranhão à Independência do Brasil.

Autoria: Deputado Gastão Vieira

Relatoria: Senador Benedito de Lira

Todos os relatórios são pela rejeição.

Em discussão. *(Pausa.)*

Qual é o item da Senadora?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – O item nº 47 é o da Senadora...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) –... só para esclarecer...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – ...Vanessa Grazziotin. A Senadora pede para retirar de pauta?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, é para salvar. O projeto, na realidade, estabelece o Dia da Cultura Africana e Ameríndia. Eu o considero um projeto importante, relevante.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Mas deixe votar.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, apenas para esclarecer.

O projeto que relato também é um projeto de grande mérito, que institui o Ano Nacional da Atividade Física em prol da Saúde. No entanto, há uma decisão da CCJ recomendando um procedimento que torna muito difícil, quase impossível a aprovação de tal projeto.

Por isso, estou seguindo a regra definida pela CCJ...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Retirando de pauta.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Não. Optamos pela rejeição.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Pela rejeição? Perfeitamente.

Senadora Vanessa, se V. Exª desejar discutir com mais calma o seu projeto, a Mesa o excluirá da pauta atual para discutirmos na próxima reunião.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Perfeitamente, Sr. Presidente. Agradeceria, então.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Então, sai o item 49, da Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Item 49, porque solicitei retirada de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – E o da Senadora Grazziotin? Qual é o item?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Item 47.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Itens 47 e 49 estão fora de pauta.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Itens 47 e 49, portanto.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Os outros todos têm parecer pela rejeição.

Como votam os Senadores?

Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Com os relatores.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com os relatores.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Acompanho o voto dos relatores.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Com os relatores.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com os relatores.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Cássio Cunha Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Com os relatores.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – *(Inaudível.)*

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Com os relatores.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Com os relatores.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Com os relatores.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Com os relatores.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Com os relatores.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Com os relatores.

Mozarildo Cavalcanti. *(Pausa.)*

Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com os relatores.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Com os relatores, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Então, rejeitados por unanimidade.

Há mais um item terminativo, que seria o último item da pauta hoje, de autoria do Deputado Chico Alencar e da relatoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, pela prejudicialidade.

ITEM 59

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 274, DE 2009 – Terminativo –

Institui o Dia Nacional do Sociólogo.

Autoria: Deputado Chico Alencar

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Com a palavra o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, na verdade, o voto é pela prejudicialidade, mas vou mudar o voto pela rejeição do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador, a Mesa declara prejudicado o projeto e coloca em votação para o Plenário essa posição de prejudicialidade da Mesa.

Em discussão. *(Pausa.)*

Os Senadores que concordam permaneçam como estão e os contrários se manifestem. *(Pausa.)*

Prejudicado o item 59 da pauta...

A votação é nominal.

Então, vamos lá.

Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Cássio Cunha Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Aloysio Nunes Ferreira, voto conhecido.

Mozarildo Cavalcanti não está presente.

Então, por unanimidade, o item foi considerado prejudicado.

Chamo a atenção dos Srs. Senadores, ao encerrar esta reunião, para o fato de que, na próxima reunião de terça-feira, vamos discutir uma importante proposta do Senador Paulo Bauer regulamentando, de forma infrarregimental, no âmbito da Comissão de Educação, a convocação de audiências públicas.

Está encerrada a reunião.

SUBSECRETARIA DE APOIO
ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Ata da 10ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, Realizada em 22 de março de 2012, quinta-feira, às 14h, na Ala Senador Nilo Coelho, Sala n° 6.

Às quatorze horas e cinco minutos do dia vinte e dois de março de dois mil e doze, na sala de reuniões nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **RODRIGO ROLLEMBERG**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **ANIBAL DINIZ, PEDRO TAQUES, RODRIGO ROLLEMBERG, SÉRGIO SOUZA, EDUARDO BRAGA, IVO CASSOL, ALOYSIO NUNES FERREIRA, VICENTINHO ALVES, ANA RITA, VANESSA GRAZZIOTIN, VALDIR RAUPP, FLEXA RIBEIRO e BLAIRO MAGGI**. Deixam de comparecer os Senhores Senadores **ACIR GURGACZ, JORGE VIANA, WALDEMIR MOKA, EUNÍCIO OLIVEIRA, ALVARO DIAS, JOSÉ AGRIPINO, GIM ARGELLO e RANDOLFE RODRIGUES**. Justificam a ausência os Senhores Senadores **LUIZ HENRIQUE** e **CRISTOVAM BUARQUE**. A Presidência declara abertos os trabalhos e submete a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se à **PAUTA. AUDIÊNCIA PÚBLICA**, visando debater os danos ambientais causados pelo vazamento de óleo recentemente surgido no campo de Frade, operado pela empresa Chevron na Bacia de Campos, no Estado do Rio de Janeiro. Comparecem os seguintes convidados: Sr. Eduardo Santos de Oliveira, Procurador da República do Ministério Público Federal; Sr. Fábio Scliar, Delegado do Departamento de Polícia Federal; Sr. Sílvio Jablonski, Assessor de Diretoria da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP; Sr. Rafael Jaen Williamson, Diretor de Assuntos Corporativos da Chevron Corporation; Sr. Marcelo Neiva de Amorim, Coordenador de Atendimento de Emergências Ambientais do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA. Após a exposição dos convidados, usam da palavra os Senhores Senadores Rodrigo Rollemberg, Sérgio Souza e Aloysio Nunes Ferreira. Os convidados respondem as perguntas feitas e apresentam suas considerações finais. É aprovada a inclusão **EXTRAPAUTA** dos seguintes requerimentos: **1) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR, Nº 16 de 2012**, que "Requer, nos termos do art. 58, §2, inciso II, da Constituição Federal, combinado com o artigo 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública para debater os possíveis danos ambientais causados por novo vazamento de óleo no Campo de Frade, na Bacia de Campos, operado pela empresa Chevron, no Estado do Rio de Janeiro, tendo como convidados: 1.Sílvio Jablonski Assessor de Diretoria – Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP); 2. Marcelo Neiva de Amorim Coordenador de Atendimento de Emergências Ambientais do IBAMA; 3. Eduardo Santos de

Oliveira Procurador da República do Ministério Público Federal; 4. Fábio Scliar Delegado do Departamento de Polícia Federal e 5. Um Representante da CHEVRON Brasil". Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Colocado em votação, a comissão aprova o Requerimento nº 16, de 2012-CMA. **2) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR, Nº 17 de 2012**, que "Requer, nos termos do art. 58, §2, inciso II, da Constituição Federal, combinado com o artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública para discutir a prevenção e reparação de danos ambientais decorrentes da exploração de petróleo no Brasil, tendo como convidados: 1. Adriano Pires – Diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura; 2. Cláudio Araújo Pinho – Advogado Especialista em Petróleo e Gás; 3. David Zylbersztajn – Ex-Diretor-Geral da ANP; 4. Emílio La Rovere – Coordenador do Laboratório Interdisciplinar de Meio Ambiente da Coppe/UFRJ; 5. Rogério Zouein – Advogado especializado em Direito Ambiental; 6. Sergen Estefan – Diretor de Tecnologia e Inovação da Coppe/UFRJ; 7. Telma Malheiros – Procuradora Federal e doutora em Engenharia Ambiental". Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Colocado em votação, a comissão aprova o Requerimento nº 17, de 2012-CMA. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e trinta e oito minutos, lavrando eu, Leany Barreiro de Sousa Lemos, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Rodrigo Rollemberg**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

REGISTRO DE TAQUIGRAFIA DA REUNIÃO DE 22/03/2012

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Sob a proteção de Deus, declaro aberta a 10ª Reunião Extraordinária de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

Antes de iniciar a reunião, submeto à apreciação do Colegiado a inclusão extrapauta de dois requerimentos de minha autoria.

Requeiro, nos termos do artigo, aqueles que concordam com a inclusão do requerimento extrapauta permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 16, DE 2012

Requer, nos termos do art. 58, §2, inciso II, da Constituição Federal, combinado com o artigo 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública para debater os possíveis danos ambientais causados por novo vazamento de óleo no Campo de Frade, na Bacia de Campos, operado pela empresa Chevron, no Estado do Rio de Janeiro, tendo como convidados: 1.Sílvio Jablonski Assessor de Diretoria – Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP); 2. Marcelo Neiva de Amorim Coordenador de Atendimento de Emergências Ambientais do IBAMA; 3. Eduardo Santos de Oliveira Procurador da República do Ministério Público Federal; 4. Fábio Scliar Delegado do Departamento de Polícia Federal e 5. Um Representante da CHEVRON Brasil.

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg

Resultado: Aprovado

Aqueles que concordam com a aprovação do requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 17, DE 2012

Requer, nos termos do art. 58, §2, inciso II, da Constituição Federal, combinado com o artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública para discutir a prevenção e reparação de danos ambientais decorrentes da exploração de petróleo no Brasil, tendo como convidados: 1. Adriano Pires – Diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura; 2. Cláudio Araújo Pinho – Advogado Especialista em Petróleo e Gás; 3. David Zylbersztajn – Ex-Diretor-Geral da ANP; 4. Emílio La Rovere – Coordenador do Laboratório Interdisciplinar de Meio Ambiente da Coppe/

UFRJ; 5. Rogério Zouein – Advogado especializado em Direito Ambiental; 6. Sergen Estefan – Diretor de Tecnologia e Inovação da Coppe/UFRJ; 7. Telma Malheiros – Procuradora Federal e doutora em Engenharia Ambiental.

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg

Resultado: Aprovado

Aqueles que concordam com a aprovação do requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A reunião destina-se a audiência pública, em atendimento ao Requerimento nº 16, de 2012, da CMA, com objetivo de debater os possíveis danos ambientais causados por novos vazamentos de óleo no Campo de Frade, na Bacia de Campos, operada pela empresa Chevron, no Estado do Rio de Janeiro.

Convido os senhores expositores a tomarem assento à mesa: Sr. Silvio Jablonski, Assessor de Diretoria da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis; Sr. Marcelo Neiva de Amorim, Coordenador de Atendimento a Emergências Ambientais do ; Sr. Eduardo Santos de Oliveira, Procurador da República do Ministério Público Federal; Sr. Rafael Jaen Williamson, Diretor de assuntos corporativos da Chevron Brasil.

Quero registrar que o Sr. Fábio Scliar, delegado da Polícia Federal, comunicou à Secretaria da Comissão, hoje, às 12h30min, que não poderia comparecer à audiência, uma vez que não chegara à Superintendência da Polícia Federal do Rio de Janeiro autorização para a sua vinda. O representante da Polícia Federal diz que a comunicação foi feita ao Ministro da Justiça, no entanto a comunicação ao Superintendente da Polícia Federal não havia chegado e não houve tempo hábil para a presença do delegado Fábio Scliar, embora ele já tivesse confirmado a presença na nossa reunião.

O Presidente do IBAMA esteve aqui, está numa reunião do Conama, e já tínhamos feito entendimento com o IBAMA, no sentido de que quem representaria o IBAMA nesta reunião seria o Sr. Marcelo Neiva de Amorim, coordenador de emergências ambientais que, pelas informações que me deram, já está chegando.

Vamos nos adiantando.

Eu quero agradecer as presenças dos Senadores Pedro Taques e Sérgio Souza, e dizer que o Brasil todo está muito preocupado. Já tivemos a oportunidade de fazer uma audiência pública nesta comissão, por ocasião do vazamento ocorrido, no semestre passado. E o Brasil todo está muito apreensivo, não apenas com as notícias de um segundo vazamento no Campo de Frade, na Bacia de Campos, mas com a possibilidade de que possamos ter desdobramentos muito maiores e muito mais graves desse vazamento.

O objetivo desta reunião e desses requerimentos aprovados é não apenas conhecer com muita profundidade tudo o que está acontecendo; quais foram as medidas tomadas pela empresa; se houve negligência da empresa ou se não houve; e conhecer com profundidade a opinião de todas as entidades aqui representadas. Mas, como V. Exªs podem perceber, também estamos interessados em ouvir especialistas, no sentido de ver como o Senado Federal pode contribuir para fortalecer a legislação, especialmente os instrumentos de prevenção de acidentes desse tipo.

Temos uma audiência pública marcada com a presença do Ministro das Minas e Energia, Ministro Edison Lobão, para a apresentação do plano de contingência do Governo Federal. É objetivo desta comissão também conhecer o plano de contingência do governo para a reação em casos de acidentes dessa gravidade.

O fundamental é que um País como o Brasil, que está às vésperas de intensificar a sua exploração de petróleo no pré-sal, deve investir em todas as salvaguardas, no sentido garantir segurança total na exploração do petróleo do pré-sal.

Convido o Sr. Marcelo Neiva de Amorim, para fazer parte da mesa.

Impressionou-me muito, Srªs e Srs Senadores, Srs. Convidados, a quem agradeço a presença para trazer os esclarecimentos necessários ao Senado Federal, uma matéria publicada na Agência O Globo, do dia 18 de março, que foi o que me motivou a fazer uma consulta a todos os Senadores desta Comissão, ou a quase todos, em primeiro lugar por telefone e convocar essa audiência, em função da informação de que o Governo trabalhava com o pior dos cenários e já prevê outros vazamentos no local.

A hipótese que estaria em estudo pela Agência Nacional do Petróleo e pelo IBAMA é que o afundamento do solo e as fissuras nas rochas, detectadas pela petroleira, na semana passada, podem estar num raio de 3,5 km a partir da plataforma, de acordo com a fonte que acompanha o caso. Ou seja, uma área com diâmetro total de 7 Km.

De acordo com essa mesma fonte, o cenário é preocupante, pois ainda não há tecnologia disponível para atenuar o problema, classificado como inédito por especialistas. Veja a gravidade, Senador Pedro Taques, do problema que podemos estar enfrentando neste momento. Todos os jornais noticiam e, é importante ouvir essas informações da empresa, do IBAMA e da Agência Nacional do Petróleo, de que teríamos rachaduras de 800 metros de comprimento, por onde

já estariam saindo bolhas de óleo, o que poderia se tornar um acidente de proporções muito maiores.

Este é o objetivo: esclarecer, trazer todas as informações da forma mais minuciosa para o conhecimento das Srªs e dos Srs. Senadores, para que o Senado possa tomar as providências que considerar pertinentes em relação ao aperfeiçoamento da legislação e em relação aos instrumentos de fiscalização e controle.

Nós vamos ouvir, em primeiro lugar, o representante da Chevron do Brasil.

Pela ordem, Sr. Presidente.

Pela ordem, Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – É apenas para ressaltar a importância desta audiência e também concordar com V. Exª na necessidade de instrumentos de prevenção, sem que possamos nos esquecer da repressão, porque a República Federativa do Brasil não é uma republiqueta de banana. Então, a repressão também faz parte da Constituição.

Dessa feita, parabenizando V. Exª, peço desculpas, pois vou ter de sair daqui a pouquinho. Mas fiz questão de participar do início desta audiência. Eu já tinha um compromisso marcado, quando V. Exª me ligou da Europa, para confirmar esta audiência, o que mostra a preocupação desta comissão por esse tema. Temos de tratar da prevenção, sem que possamos esquecer a repressão, que é um instrumento constitucional.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Sem dúvida, Senador Pedro Taques. É por isso fizemos questão de convidar não apenas o Ministério Público, como também a Polícia Federal, pois era importante conhecer todos os elementos da investigação que está sendo feita por essas duas instituições. Acredito que é obrigação do Congresso Brasileiro investir em prevenção e na repressão ao crime, e também nos planos de contingência, para reduzir os danos de possíveis acidentes que todos nós queremos evitar.

Vamos, então, aos nossos debates. Vou destinar um tempo de 20 minutos para cada orador, iniciando pelo Sr. Rafael Jaen Williamson, Diretor de Assuntos Corporativos da Chevron/Brasil.

O SR. RAFAEL JAEN WILLIAMSON – Exmº Sr. Presidente Rodrigo Rollemberg; Ilmº Sr. Marcelo Neiva; Ilmº Sr. Eduardo Santos de Oliveira; Ilmº Sr. Sílvio Jablonski; Srªs Senadoras, Srs. Senadores, senhoras e senhores, eu gostaria, antes de entrar no assunto central da minha apresentação, de brevemente me apresentar. Sou Diretor de Assuntos Corporativos da Chevron na sede, na Califórnia, *Saramon*, e fui requerido para apoiar a equipe local nesses assuntos que atendem essa comissão. Sou cidadão panamenho. Estudei no Brasil, faz trinta e alguns anos, engenharia química. Casei-me com brasileira, tenho filhos brasileiros, mas o destino nos levou para outras geografias. Estou feliz de estar aqui representando a Chevron.

Primeiramente, agradeço a oportunidade de falar hoje a respeito dos eventos ocorridos. Chevron é um operador global que prioriza a saúde, a segurança de nossa mão de obra e o público, antes de tudo, como também a proteção do meio ambiente e dos nossos ativos. O compromisso da Chevron com o Brasil vem desde 1915. A Chevron, durante esses anos, tem participado da construção do futuro da exploração de petróleo no Brasil, trazendo tecnologia de ponta para contribuir com os novos desafios e oportunidades do Brasil nessa frente, junto com os nossos parceiros brasileiros.

Durante toda essa história, de quase cem anos, temos trabalhado com as autoridades brasileiras, a exemplo do atual Ministério de Minas e Energia, da Agência Nacional de Petróleo e do IBAMA, com transparência e consistência.

Posso dizer aos distintos membros desta Comissão, com toda a franqueza, que a Chevron, como, sem dúvida, nossos parceiros e outros atores desse setor tão importante para o desenvolvimento do potencial desse mercado, vêm aprendendo com esses eventos.

Enquanto defendemos, sem reservas, nossa resposta técnica aos incidentes no Campo de Frade, tanto o de novembro como o de março, reconhecemos a necessidade de continuar melhorando nossos canais de comunicação com o público e com as autoridades. O importante, em todos os eventos, deve ser examiná-los com toda a tranqüilidade e objetividade. Esse exame tem sido feito conjuntamente com parceiros e autoridades.

O objetivo é alcançarmos soluções técnicas e arranjos institucionais, pensados para melhor prevenir e responder a incidentes dessa natureza. Tanto a Chevron quanto os demais operadores do mercado, assim como os reguladores do setor, sabem e reconhecem os grandes desafios que a exploração em águas profundas oferecem.

Nós estamos no começo dessa história, uma história que há de evoluir com sucesso para o Brasil, para o povo brasileiro, e para as companhias investidoras. É por isso que é importante estabelecer com firmeza e clareza os fatos e corrigir distorções na percepção e na reação dos incidentes recentes do Frade.

Eu começarei estabelecendo os fatos.

Se pudesse passar.

Evento de novembro. No dia 7 de novembro, foi detectado um inesperado aumento da pressão num poço, o que, na indústria, é chamado de *kick* fracionado;

blowout preventer, esse é o mecanismo que bloqueia o fluxo de óleo.

No dia 8 de novembro, uma mancha foi detectada em sobrevoo de rotina. Análises são iniciadas de imediato. A Chevron/Brasil respondeu rapidamente ao incidente de novembro, controlando a fonte em apenas quatro dias. O plano de emergência da Chevron, aprovado pelo IBAMA, foi implementado de acordo com a lei, com os padrões da indústria e no tempo adequado. O poço foi posteriormente lacrado e desativado com sucesso.

Relatórios frequentes continuam a ser compartilhados com as autoridades. Contrariamente ao que foi noticiado, o contínuo monitoramento e as análises disponíveis indicam que os incidentes não causaram danos às pessoas ou ao meio ambiente, aí incluídas fauna e flora marinhas.

No evento do dia 4 de março, outra pequena mancha foi detectada durante voo de rotina. A Chevron/Brasil imediatamente buscou a origem desse evento. Marinha, IBAMA e ANP foram devidamente notificados.

No dia 13 de março, foi identificada a fonte dessa mancha.

Podemos passar para o outro *slide*.

No mesmo dia, foram aplicados sistemas de contenção submarina, SCCT, num acrônimo em inglês, a esses pontos de sudação. Ainda no mesmo dia, foram notificados o IBAMA e a ANP. Essa fonte está localizada em área distinta daquela em que ocorreu o incidente de novembro. Essa outra área fica a 3 km de distância da primeira.

As análises técnicas feitas por laboratório independente Ipex, neste caso, comprovam que os óleos dos dois incidentes têm composição química diferente.

Em decorrência do evento de novembro, a Chevron havia parado com perfurações e injeções de água, por instruções da ANP. Essa determinação não impedia a continuidade da produção.

Passemos para o próximo *slide*, faça o favor.

Entretanto, em 15 de março, a Chevron lançou mão do seu processo interno denominado *Stop Work Authority,* baseado em sua política global de silêncio operacional, que incentiva e premia os seus colaboradores a terem a iniciativa de alertar para riscos e consequentemente solicitar a paralisação dos trabalhos, de modo a garantir segurança e proteção a seu pessoal e ao meio ambiente.

Com isso, a Chevron, no que foi acompanhada por seus parceiros, solicitou à ANP a interrupção temporária da produção no Campo do Frade. A ANP analisou e aprovou essa solicitação.

Mediante autorização da ANP, a produção foi interrompida. A Chevron e seus parceiros estão conduzindo amplo estudo técnico suplementar para melhor conhecimento da estrutura geológica da área.

A interrupção, por iniciativa própria, da produção permite condições ideais para esse estudo e demonstra que a Chevron e seus parceiros priorizam a proteção do meio ambiente. Esse estudo será apresentado à ANP e contribuirá para o planejamento de ações de prevenção e respostas a eventos dessa natureza.

Passemos para o próximo *slide*.

Em nome dos meus colegas e colaboradores na Chevron, agradeço a oportunidade de relatar os fatos dos últimos meses e de reafirmar nosso compromisso com o Brasil, com suas leis, e com o seu meio ambiente.

A Chevron está absolutamente empenhada por si e em colaboração com seus parceiros e autoridades, solucionar esse incidente e em contribuir para a melhoria dos procedimentos de prevenção, ação de contenção e transparências, nos eventos dessa natureza, como um dever que ,nos é imposto, desde logo, pelos valores nos quais acreditamos e que defendemos, no Brasil e em todos os lugares em que operamos no mundo.

Muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Vamos ao próximo.

Passo a palavra para o Sr. Marcelo Neiva de Amorim, coordenador de Atendimento de Emergências Ambientais do IBAMA.

O SR. MARCELO NEIVA DE AMORIM – Obrigado, Sr. Senador Rodrigo Rollemberg; Procurador da República Eduardo Santos; Consultor Sílvio Jablonski, Ambiental da ANP; Sr. Ralph, da Chevron, Srªs e Srs Senadores, srs. presentes, nós damos ênfase à apresentação do para chamar a atenção e destacar qual a competência dessa instituição no presente evento.

Próximo *slide*, por favor.

O assunto sobre *offshore,* no IBAMA, é tratado em duas diretorias: na Diretoria de Licenciamento Ambiental e na Diretoria de Proteção ambiental. A Diretoria de Licenciamento Ambiental é a que trata da atividade de licenciamento de todos os que têm potencial poluidores. No caso específico de qualquer atividade *offshore,* elas são licenciadas, única e exclusivamente pelo IBAMA , a licença ambiental. Registre-se aí que somente a licença ambiental não é suficiente para que qualquer uma dessas empresas venha a exercer atividade de exploração de petróleo em águas jurisdicionais brasileiras.

Próximo, por favor.

São atividades desenvolvidas pela Dilic – Diretoria de Licenciamento Ambiental. Em 2010, ela solicitou um aumento de cinco para nove embarcações; embarcações de condições de resposta a grandes

eventos para a Bacia de Santos, na Petrobras. Vale a pena destacar que essa exigência feita pela Dilic fez com que a Petrobras demorasse algo em torno de cinco meses para poder ter direito à licença enquanto não aumentasse para esse volume.

Vale levar em consideração também que o próprio acidente que ocorreu no golfo do México facilitou bastante essa negociação, porque, no início, antes do acidente, quando foi solicitado esse aumento, havia vários questionamentos. Após o acidente, verificou-se que é mais interessante investir em atividades preventivas do que em respostas às emergências.

Em 2011, essa mesma exigência foi feita para a Bacia de Campos, modificando de quatro para oito o número de embarcações para atender a toda a atividade na Bacia de Campos. E agora, em 2012, será feita para a Bacia de Sergipe, Alagoas e Potiguar, no Rio Grande do Norte. Só para vocês verificarem o aumento, de 2010 para 2011, em equipamentos exigidos pelo IBAMA, para a resposta a incidentes envolvendo vazamento de óleo ou similares.

Próximo *slide*, por favor.

Com relação a áreas sensíveis, e aí chamando a atenção principalmente ao litoral da Bahia, para que Queiroz Galvão pudesse ter direito a uma licença ambiental, foi exigido que ela repetisse três vezes um simulado, independente de que a gente tenha certeza de que isso venha a custar um valor relativamente excessivo para a empresa. O que interessa para um órgão ambiental nessa situação é ter a certeza de que, antes deles poderem fazer a exploração, eles tenham condição de dar resposta, conforme está previsto no plano de emergência individual. Então, especificamente para o bloco BM–J2, no litoral da Bahia, fez-se necessária a repetição três vezes desse simulado. A mesma coisa com a Statoil, precisando fazer dois simulados para poder obter a licença da BM–CALL–10, na Bacia de Camamu– Almada.

Aí temos só um quadro ilustrativo do volume de vistorias técnicas que têm sido realizadas pelos servidores lotados na Diretoria de Licenciamento Ambiental, frente à demanda das licenças na área *offshore.*

Foi adotada uma operação pré-operacional, que seria, em palavras simples, um simulado que leve em consideração o pior cenários dos previstos numa análise de riscos dentro do Plano de Emergência Individual. É considerado pelo instituto e pelo Ibama que esse é o melhor instrumento hoje para se garantir ou ter pelo menos uma transparência melhor da capacidade das empresas de responderem adequadamente o que está previsto no papel. No caso, nos Planos de Emergência Individual.

Esses exercícios que foram realizados, dez em 2010, passaram para 19 em 2011, e para o atual ano, estão previstos 17 exercícios desses, somente para a empresa Petrobras. Então os números não estão fechados para o ano de 2012.

Próximo, por favor.

Aí vem um quadro demonstrativo do que seria a realização desses simulados de emergência por todo o País, do ano de 2006 a 2011.

Gostaria também de destacar que esses números que estou trazendo são dos piores casos, são os simulados do chamado nível três; há também os simulados de nível dois e nível um que são infinitamente maiores, a quantidade, e também, para discussão do momento, teria bem menos significância. Seriam mais fáceis de realizar e se realizam com bastante frequência, independente mesmo da presença de algum servidor do IBAMA no próprio evento.

O simulado é importante – enxergamos da seguinte forma – não só para nós termos a certeza de que a empresa tem a capacidade de atender o que está prescrito no Plano de Emergência Individual como também de que a própria empresa mantém os seus servidores aptos para realizar o evento conforme lá descrito, em qualquer um dos níveis, um, dois ou três.

Próximo, por favor.

Foram aumentadas as exigências para as embarcações, com agregação de novas tecnologias existentes no mercado, elas sendo tecnologias reconhecidas mundialmente, estão sendo incorporadas também como exigência para as embarcações que trabalham na atividade de respostas a eventos com vazamento de óleo e seus derivados.

Aí eu queria chamar a atenção, por exemplo, como o monitoramente noturno de manchas por infravermelho. Até alguns anos, todos os recolhimentos e respostas para acidente com óleo na parte noturna era interrompido porque não tinha como monitorar e realizar adequadamente essa atividade, agora, já há uma tecnologia existente e sendo incorporada nas embarcações que atendem essa atividade no Brasil.

A mesma coisa para os recolhedores de óleo, chamados *skimmers*, um equipamento próprio para recolher óleo em água e que agora está sendo exigido que eles tenham uma motorização própria e não estejam ligados ao motor da embarcação.

São evoluções que vão sendo adotadas no mundo, inclusive no Brasil às vezes, até como pioneiro.

Próximo, por favor.

Atualmente tem sido trabalhada uma nota técnica, na Diretoria de Licenciamento Ambiental, prevendo a inclusão de novos padrões tecnológicos, a serem exigidos para a empresa. Esse documento será finaliza-

do ainda no mês de março, será encaminhado para o Instituto Brasileiro de Petróleo para se posicionar com relação ao assunto e, daí, se transformar num termo de referência, mas em um novo termo de referência com novas exigências, para os que vão explorar no Brasil e aqueles no momento da renovação, terão também que se adequar a esses novos padrões tecnológicos.

E isso é não é por causa do acidente. Na realidade, isso gira, a partir do momento em que finalizar esse processo. Novas tecnologias estarão sendo descobertas, novos valores terão que ser agregados. Nem toda tecnologia que olhamos no jornal necessariamente será aplicada aqui, nós temos que verificar a eficácia dela. Os senhores devem visto a questão do Golfo, usaram cabelos, pelos de animais. Isso, talvez no momento de desespero, foi útil lá, mas não é considerado ainda adequado, um equipamento adequado para ser internacionalizado ou utilizado como padrão, como resposta para acidentes aqui no Brasil.

Outro trabalho que está sendo terminado ainda no mês de março, estourando iniciozinho de abril, é o levantamento de todos os acidentes que ocorreram no Brasil, nessa área de vazamento, inclusive com previsão de se transformar num relatório anual. Parte dessas informações já está disponibilizada, só que está disponibilizada de forma quantitativa. Nós veremos à frente. E agora há a ideia de que esse relatório trate também de discutir esse assunto de forma qualitativa.

Com relação aos servidores que trabalham na Dilic, especificamente na Coordenação-Geral de Petróleo e Gás, 100% deles estão sendo capacitados pelo IBP, Instituto Brasileiro de Petróleo.

Passe o próximo *slide*.

E aí vem outras capacitações. Todos são graduados, 57% desses graduados, 25% desses 57% têm especialização, 32% mestrado, e outro doutorado. Então são servidores que estão procurando a cada dia se aprimorarem mais no assunto, até pela própria velocidade que vem evoluindo a questão da exploração de petróleo no Brasil.

Próximo, por favor.

Só em números, falando da Cegepeg, ela emitiu 63 licenças no ano de 2011, quase uma e meia por semana, 550 pareceres, dá uma média de 2,1 por dia útil, foram realizadas 111 vistorias. Chamo a atenção que nem tudo que passa lá é aprovado. Inclusive tem uma negativa de uma licença, que seria no campo de Piauna, em que a empresa não demonstrou ter resposta suficiente para atender no caso de um acidente de pior cenário e, por isso, não foi licenciada para essa atividade. Quer dizer, a licença ambiental impede aqueles que demonstram não ter condições de trabalhar nas nossas águas.

Próximo, por favor.

Aí só um quadro, mostrando a evolução das licenças, a média de emissão de licenças nessa área.

Próximo, por favor.

Outra área, aquela na qual represento como Coordenador de atendimento a emergências ambientais, é a área de emergências ambientais na atividade do IBAMA. Enquanto tem um grupo que trabalha no licenciamento, tem um que trabalha na prevenção e atendimento a esses acidentes. Tem aí a previsão legal da nossa função.

Próximo, por favor.

Outras legislações que tratam do assunto seriam a 9.966, que fala sobre prevenção e controle com relação à poluição causada por lançamento de óleo e o Decreto 5.098, de 2004, que trata de prevenção nacional de preparação de respostas rápidas para acidentes com produtos químicos. Este programa é coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente e seu objetivo é que todos os Estados criem comitês e nesses comitês estejam presentes instituições afins, como, por exemplo, Defesa civil, Corpo de Bombeiros, órgão ambiental estadual, para se preparem, fazerem simulados para participarem de atividades de prevenção para estarem preparados para acidentes com produtos químicos no âmbito dos Estados. Isso é mais um dos papéis do IBAMA no que diz respeito ao fortalecimento do Sisnama como órgão executor.

Próximo, por favor.

No caso de emergências ambientais, e por sinal meu coordenador se encontra presente, nós temos aqui 12 servidores numa sede em Brasília e um comitê em cada um dos Estados. São 27 Estados e todos eles com representantes do IBAMA nesse Comitê de Prevenção e Atendimento a Emergências Ambientais.

Próximo.

Hoje são 203 servidores designados para essa atividade, distribuídos no Brasil e 12 aqui na sede.

Mais um, por favor.

Esta é a distribuição de servidores pelo País. Eu queria destacar São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Espírito Santo, que tem um número um pouco acima da média nacional, exatamente porque esses servidores estão sendo bastante demandados nessa área de exploração de petróleo.

Temos aí capacitados nossos servidores, para estarem aptos a atendimento de prevenção e respostas a emergências ambientais.

Próximo, por favor.

Aí, só para os senhores terem uma idéia, o que seria da nossa competência. Então nem tudo, falando de acidente, seria de competência do IBAMA. É da nossa competência o que é licenciado pelo IBAMA,

nesse caso, todas as atividades *offfshore* são. Por isso a nossa presença no momento de discutir o assunto, mas também são de nossa competência aqueles que vêm na União, descritos na Constituição Federal, aqueles que ultrapassam mais de um Estado, a questão de material radioativo juntamente com a Cnen, as unidades de conservação federal, sempre apoio ao ICMBio, os demandamos pelo Ministério Público, a questão de supletividade, lembrando aos senhores da Lei Complementar 140, de 2011, que agora regulamenta essa situação, e o que acabei de falar, a questão da parceira P2R2 em todos os Estados.

Os papéis que vem sendo desenvolvidos por esta Coordenação seria de vistoria dos Planos de Emergência e os Planos de Ação. Planos de Emergência são todos aqueles que envolvem empresas que trabalham com petróleo e derivados, e Plano de Ação seriam as demais empresas com potencial de produtos perigosos.

Da nossa parte, a questão de estar sempre vistoriando e analisando esses documentos em apoio à Diretoria de Licenciamento Ambiental. Vale destacar que os planos de emergência ambientais são exigências constantes na Resolução Conama 398, de 2008.

Hoje temos 97 servidores que foram capacitados nos dois últimos anos para esse assunto e 29 são servidores dos Estados. Lembrando também que há questões de Plano de Emergência Individual sendo licenciados pelos Estados, como são os casos de explorações de hidrocarbonetos em terra, nesse caso, por exemplo, Rio de Grande do Norte a licença é emitida pelo órgão estadual. Não por isso deixamos de capacitá-los para dar lhes condições também de estarem à altura de responder à frente um evento dessa monta ou de outra que vier a surgir.

Há uma divulgação no *site* desses planos de emergência – hoje ele está com acesso restrito –, mas há uma política do IBAMA de colocá-lo à disposição do público, até porque se trata de documento público, e relatórios gerados a cada evento desses, para poderem ser encaminhados à Dilic, para que ela possa melhorar a cobrança e a exigência, quer como condicionantes nas próximas licenças ou nas renovações das licenças em vigência.

Próximo, por favor.

Aí são imagens de alguns simulados de que participamos.

Próximo.

Isso foi um simulado internacional, realizado no Amazonas, inclusive contando com empresas norte-americanas, mas já num acidente em que precisaria, como foi o caso do Golfo do México, de apoio internacional para executá-lo. Então, o simulado tem esse propósito.

Próximo, por favor.

Aí um simulado realizado no Porto São Sebastião, por onde deverá passar grande parte do pré-sal.

Próximo, por favor.

E essa aí é a imagem do Golfo do México, onde os servidores do IBAMA estiveram presentes, que foi também um grande aprendizado sobre eventos não esperados.

Próximo, por favor.

Outra atividade que nós vínhamos exercendo é o chamado Plano de Área, previsto no Decreto 4.871. De uma forma resumida, a empresa, para poder realizar a sua atividade, tem que ter um Plano de Emergência Individual. Caso haja um evento que não foi previsto, ele, através de uma análise de risco, e que a própria empresa, dentro dos seus equipamentos, não consiga responder a essa demanda, há então a previsão do Plano de Área, que seria como uma associação de vizinhos que trabalham com mesmo produtos, que colocariam seus equipamentos à disposição dessa empresa, recursos humanos, recursos materiais, para poder dar resposta ao evento.

Esse decreto previa que todas as empresas deveriam estar até 2005 com o Plano de Área vigente. Passado 2005, isso não é uma realidade porque, infelizmente, no decreto não havia previa previsão de penalidade para que se exigisse isso das empresas. Esse plano está sendo encaminhado pelo Ministério de Minas e Energia à Casa Civil, para ser aprovado juntamente com o Plano Nacional de Contingência, que já tem essas correções, viabilizando a possibilidade de cobrarmos efetivamente a implantação desse Plano de Área.

Queria destacar que esse Plano de Área é base para uma boa resposta ao Plano Nacional de Contingência. E chamando a atenção também que a nossa atividade leva em consideração sempre a questão do poluidor/pagador. Há princípio de poluidor e pagador. Então vocês podem verificar que todas as respostas previstas legalmente são exigidas da própria empresa que recebe o licenciamento e que tem direito à concessão dessa exploração.

Esse trabalho de Plano de Área vem sendo realizado junto com os órgãos ambientais estaduais até por que, por exemplo, num porto há instituições licenciadas, perdão, empreendimentos licenciados pelo IBAMA e empreendimentos licenciados pelo Estado. Portanto um trabalho conjunto, novamente um fortalecimento ao Sisnama.

Próximo.

Aí, são ações preventivas na área de transporte de produtos perigosos, que, só para chamar a aten-

ção, ficaria disponível este *slide* para os senhores, é uma das atividades que o IBAMA também tem tratado.

Próximo.

A questão do P2R2, também já ficou esclarecido para os senhores.

Próximo.

E atividades realizadas, a soma desses nossos trabalhos é divulgado no site do IBAMA, quer seja através de informar os acidentes ambientais, relatórios anuais e uma exigência da legislação, que cabe ao IBAMA receber, dentro do IBAMA, a Coordenação-Geral de Emergências Ambientais os comunicados iniciais de acidente. Isso não é um favor da empresa. Está na lei e está nas licenças que todo empreendimento, quanto tiver problemas com acidentes, são obrigados a comunicar, daí nós recebemos o comunicado e verificamos a gravidade deles.

Para os senhores entenderem isso, eu recebo comunicado de 125mm de óleo vazado e valores maiores também.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha)

O SR. MARCELO NEIVA DE AMORIM – Estou bem no final, Presidente.

Posso, rapidamente? *(Pausa.)*

Obrigado.

Quem quiser visitar o nosso *site*, as informações dos últimos incidentes, não só ligados a petróleo, todo incidente que tem afetado o meio ambiente.

Próximo.

A distribuição em mapa desses acidentes pelo Brasil. Isso facilita inclusive tomada de decisões, onde deve ser fortalecida a nossa atividade para coibir ou evitar eventos desse tipo.

Próximo.

Os relatórios disponíveis também no *site*.

Próximo.

Com relação ao Plano Nacional de Contingência, que tem sido muito falado, Senador, a importância desse Plano, quando for publicado, e deve estar sendo encaminhado pelo Ministério de Minas e Energia no final deste mês, mais tardar mês que vem para a Casa Civil, ele prevê que o IBAMA trabalhará no Comitê Executivo junto com o MME, Ministério, Marinha do Brasil, ANP, Ministério dos Transportes, Ministério.... vai participar também desse grupo de atendimento e acompanhamento de acidentes. Esse é o grupo que vem reunindo as pessoas em todos os eventos recentes da Chevron, que se reúne no Rio de Janeiro.

Tem o SISNOLEO, que é um sistema que vai permitir que isso fique público a qualquer pessoa, todos os acidentes, e o Plano de Ação de Fauna.

Próximo.

Específico agora sobre acidentes.

Isso aí, Senador, só para lembrar a importância do PNC, caso ocorra um acidente como aquele da Chevron/Valdez, que ocorreu em 98, a área que ele iria contaminar no litoral do Brasil, nós não estamos falando aí, Exxon Valdez, perdão, nós não estamos falando aí da questão da exploração só, isso aí é caso do transporte, por exemplo, o senhor vai ver que no Maranhão, ali, uma área menor, por causa daquelas reentrâncias maranhenses.

Próximo, por favor.

O nosso papel é orientar a limpeza, é papel do IBAMA, chegou ao local, orientar a limpeza, independente da questão do que está escrito no PEI, nós podemos exigir que sejam tomadas outras atitudes, maiores, mais significativas do que aquelas que já vem sendo tomadas, para que seja feita mitigação à altura do evento.

Estão aí as demais atividades que a gente aplica nisso.

Próximo, por favor.

O caso Chevron. Em novembro, nós recebemos o comunicado de incidente, no dia 9, no dia 12, o nosso representante estava na plataforma, fazendo a primeira vistoria, acompanhado do pessoal da Marinha do Brasil, a partir daí, foi montado o GAA, que o grupo que acompanha esse incidente, Marinha Brasil, ANP.

Próximo, pro favor.

No dia 18, o IBAMA notificou para que eles encaminhassem informações complementares sobre o assunto; no dia 21 foi lavrada a multa de R$50 milhões pelo derramamento de óleo em águas jurisdicionais brasileiras; no dia 23, o auto de infração porque a Chevron não atendeu adequadamente o que estava previsto no Plano de Emergência Individual.

Próximo, por favor.

Desde o dia 11 nós recebemos relatórios diários, que no mês passado ficaram esporádicos, dois por semana, e a partir desse novo incidente voltaram a ser diários, da Chevron, nos reportando todos os acontecimentos desde o incidente de novembro passado. No dia 29, recebemos mais um comunicado falando sobre manchas que foram encontradas no local, sendo atribuídas ainda ao incidente de Frade.

Nos relatórios, há, dia a dia o volume que eles começaram a observar, manchas encontradas na área afetada.

Próximo, por favor.

No dia 13 foi feito o diferencial, em que a Chevron encaminha um novo comunicado porque é uma área diferente daquela que já vinha sendo monitorada, por isso esse novo comunicado.

Sobrevoo dos nossos servidores. Continuam informações com relação ao que vem sendo observado.

Próximo, por favor.

Nova notificação para a Chevron sobre esse incidente, para ela apresentar as informações, as informações, acho que tenho aqui em minha mão cópia, em que vale destacar a questão de que foi identificado tratar-se de um óleo diferente daquele do acidente de novembro, independente disso, a ANP – o Dr. Sílvio deve aprofundar isso – encaminhou também amostra para análise em laboratório, para confirmar essa informação.

E o Grupo GAA continua mantendo as reuniões para tratar do assunto. Hoje, às 14 horas, um servidor nosso saiu para acompanhar essa atividade.

Então, Senhor, espero – de um forma rápida e, desculpa, estourando um pouco o tempo, deixar claro o papel do IBAMA, o papel no sentido de acompanhamento e exigência da mitigação a um evento dessa monta com relação ao dano que ele vem causar ao meio ambiente. E daí tirar lições para que nas próximas licenças ou renovação dessas possamos minimizar ou até mesmo imaginar a possibilidade que imaginar a possibilidade de impedir que venham acontecer eventos desta natureza. Não podemos imaginar aqui afirmar que será possível isso, mas devemos trabalhar neste sentido.

Obrigado pela paciência.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSDB – DF) – Muito obrigado, Dr. Marcelo.

Antes de passar a palavra ao Dr. Sílvio Jablonsky, Assessor da Diretoria Nacional de Petróleo de Gás Natural e Biocombustíveis, quero solicitar ao Silvio se fosse possível que ele concentrasse mais a apresentação dele nas avaliações que a Agências Nacional de Petróleo fez em relação ao acidente de novembro e a informação que a Agência Nacional de Petróleo pode trazer para esse debate a respeito deste episódio específico, o motivo da nossa audiência pública.

Com a palavra o Dr. Sílvio.

O SÍLVIO JABLONSKY – Boa tarde Senador, boa tarde à Mesa, boa tarde a todos, em primeiro lugar sou assessor da Diretora Magda Chambriard, da Agência Nacional do Petróleo. Ela tomou posse ontem, então, ela estava com uma agenda extremamente complicada. Ontem, nós tivemos a visita da Presidenta da República, a posse e o Ministro Lobão, e ela me designou ontem para que tivesse ontem aqui para falar sobre o incidente.

Bom, eu não trouxe uma apresentação, eu achei que talvez fosse melhor a gente apenas responder a questões que fossem levantadas, mas é interessante a gente dizer porque nem todos tem um idéia clara dessa divisão de responsabilidades que a legislação impõe no Brasil para os diversos órgãos envolvidos. O Marcelo falou sobre o IBAMA, como o IBAMA se comporta, quais são as atribuições. Então, a gente diz assim: quando o óleo está na água isto compete ao IBAMA. A meta da ANP é não deixar que esse óleo vá para água. Então, a nossa meta, o nosso trabalho na ANP, voltada à segurança operacional das operações, é um trabalho de prevenção.

Agora, isto é um núcleo dentro da ANP. Apenas para dar uma situação, uma visão de situação de abrangência da ANP, a nossa propaganda diz que a agência atua do poço ao posto. E é verdade, são várias as MPs. Nós atuamos desde a perfuração até ao posto de gasolina com especificação de combustíveis. Então, nós temos vários setores da ANP e mesmo antes do poço nós trabalhamos com os estudos de geologia e geofísica que permitem, mapear os recursos de hidrocarboneto no Brasil. Então, está é a Agência.

A agência foi fundada em 1998, com a quebra do monopólio, de lá para cá tínhamos uma empresa de petróleo atuando no Brasil. Hoje, nós temos 78, entre concessionárias e operadoras, a gente veio lutando pela auto-suficiência em petróleo, nós conseguimos autossuficiência em 2006, o mesmo ano que nós descobrimos o pré-sal e isso consideramos que foi um resultado das diversas licitações das pesquisas que foram feitas a partir das licitações de blocos de petróleo.

Hoje, nós produzimos 2.200 mil barris de petróleo por dia. Onde esse petróleo é produzido? No oceano, na plataforma continental, em terra, na Amazônia, e temos uma grande parte dele de origem marítima. E vale dizer quando falamos: “Temos que tomar cuidado com o pré-sal. Houve um acidente aqui o que vai acontecer quando estivermos no pré-sal?”. Nos já estamos no pré-sal. Hoje o pré-sal produz em média 170 mil barris por dia de petróleo. Em 2011, 50 poços dentro do polígono do pré-sal atingiram a camada do pré-sal. Então, são poços com 1.500 metros de lamina d’água, com 5 mil metros de profundidade. Isso é apenas para pontuar que nós não estamos enfrentando um território completamente diferente, completamente estranho, nos já trabalhamos neste território e temos trabalhado com sucesso. Nós perfuramos um total de 600 poços em 2011 e, ao longo da história da produção e perfuração do Brasil perfuramos, 20 mil poços.

Muito bem! Acidentes acontecem. Por causa disso a agência tem uma Coordenadoria de Segurança Operacional. Essa coordenadoria criou um sistema chamado gestão de segurança nacional, onde são definidas práticas de gestão que envolvem liderança de pessoal, gestão, instalação e tecnologia práticas operacionais. Quando alguém lepra vai perfurar um poço

ou iniciar uma produção esse alguém, esse operador que está licenciado pelo IBAMA, ele deve mandar uma documentação de segurança operacional que deve conter a posição da empresa em relação as nossas 17 práticas de gestão. Isto é, as nossas práticas não são mandatórias do tipo: fura um poço assim, utiliza equipamento "x" ou equipamento "y". Por que não fazemos isso? É uma tendência internacional para você não engessar a indústria do petróleo. Definimos diretrizes e comparamos as diretrizes com os sistemas propostos pela indústria que tem de ser as melhores práticas da indústria em nível internacional. Esse é o nosso trabalho de prevenção.

Em 2011, nós fizemos 60 auditorias em *offshore*, nós lavramos 400 autos de infração com não conformidades de diversos tipos e fizemos 11 interdições de plataforma. Essas 11 interdições, em sua maioria, foram da Petrobras por uma questão óbvia porque a Petrobras é a empresa que detém a maior parte delas e produz 90% de petróleo brasileiro. Então, lembremos: 78 empresas, mas nós temos uma que produz 90% da produção brasileira de petróleo.

Muito bem! O que é o Campo do Frade que nós e todo estão falando? O Campo de Frade é um campo antigo, ele foi descoberto em 1986. Então, anterior à Agência Nacional do Petróleo, anterior à quebra do monopólio. Era um campo que estava sendo operado pela Petrobras e, em 1998, no que chamamos de rodada zero, isto é, onde a Petrobras teve direito de ficar com aqueles campos, onde ela já exercia a atividade, ela ficou com o Campo do Frade. Adiante ela fez uma cessão de direitos, fez duas cessões dividindo a responsabilidade financeira e, obviamente, os lucros do Campo do Frade com a Chevron e com atualmente a Frade/Japão, outra concessionária.

Então, um campo para ser desenvolvido ele tem que apresentar à ANP um plano de desenvolvimento. Esse plano de desenvolvimento foi apresentado em 2003, foi corrigido em 2005 e, depois, foi aprovado em 2007 e, a partir daí, nós vínhamos acompanhando, através dos planos anuais de trabalho e dos planos anuais de produção, todo o movimento no Campo do Frade. Já se perfurou, no Campo do Frade, 62 poços até agora.

Esse poço que estava sendo perfurado era apenas mais um poço que é perfurado porque, mesmo um campo sendo produzido apenas com informação técnica, é necessário de quando em quando que se faça a avaliação do reservatório. Então, essa região do Campo do Frade é muito específica porque temos vários reservatórios interligados. Não sei se vocês prestaram a atenção quando o representante da Chevron mostrou o reservatório, N560, N570, existe o N580, o N545 e outros tantos. Então, é um campo que não existe um reservatório contínuo.

Então, faz parte do reservatório da Chevron fazer a perfuração dentro das normas de segurança definidas pela Agência Nacional de modo que tudo corra da melhor forma possível.

Nesse caso houve um problema. O reservatório o N560 ele se encontrava nessa porção da perfuração sobre pressurizado. Isto é, ele estava com a pressão mais alta, pressão mais alta que foi determinada por injeção de água, que é um procedimento normal da empresa para equilibrar o reservatório.

Quando a sonda atravessou o campo o que aconteceu. Houve um *kick*. Então, ela não está equilibrada corretamente com fluido, ela sofreu um *kick* que é um fluxo de óleo para dentro do poço. O procedimento que a Chevron adotou foi o procedimento padrão fechar o BOP, aquele *blowout preventer*? Esse BOP foi fechado, mas de acordo com a análise técnica da ANP se configurou uma situação de alta pressão que determinou uma altura do poço não revestido porque havia uma parte do poço não revestido, essa parte não revestida fraturou a formação rochosa e o óleo migrou até o assoalho oceânico. Isso aconteceu e foi aquele primeiro acidente de novembro.

A ANP interveio junto a Chevron e chegamos à conclusão que era necessário abandonar aquele poço e fazer uma cimentação. Essa cimentação foi feita, ela ainda está sob análise da ANP e tudo estava correndo dentro do que imaginávamos. Neste ínterim, nós fizemos uma série de autos de infração à Chevron por uma série de infrações que entendemos sobre dados incompletos, dificuldades de abandono do poço, não oferecimento de salvaguardas para o abandono, mas não eram, podemos dizer assim, talvez, infrações significativas. Mas com a avaliação do incidente como um todo, nós estamos com o documento de fiscalização pronto, nós estamos com relatório do incidente pronto. Esse relatório já foi encaminhado a Chevron que tem 15 dias para dar a sua resposta. Chegando a resposta da Chevron, nós passamos isso para a Procuradoria-Geral e, em primeira instância, definimos as possíveis penalidades. O que nós entendemos? Nós entendemos que houve não-conformidades críticas relativas a questões de segurança de risco operacional.

Essa situação no entender da ANP poderia ter sido evitada caso o poço perfurado pela Chevron tivesse um revestimento mais extenso, não tivesse deixado um a área não revestida, se ela tivesse sofrido um revestimento, levado um revestimento interno por mais 300 ou 400 metros, mesmo que houvesse uma ruptura do poço para a formação, esse óleo não teria condição, pela literatura, de chegar ao oceano. Então,

nós identificamos que a Chevron fez uma avaliação incorreta do projeto do poço em relação à consideração das pressões, em relação à necessidade de revestir o poço além do que ela revestiu.

Esse relatório foi entregue e, entre as penalidades que nós estamos aventando, há aquelas que estão na lei 9.847/99, que define as penalidades para o abastecimento de petróleo, envolve multa pecuniária, mas não se afasta a possibilidade de determinar penalidades que estão relacionadas ao contrato de concessão. O contrato de concessão determina que em alguns casos é possível exigir mudança de operador, principalmente no caso de contratos onde existem outros operadores qualificados, como é o caso da Petrobras, ou rescisão de contrato. Eu não estou dizendo que isso foi definido ou será definido. Esse é um leque de opções que temos.

Muito bem, paramos por aí e estávamos por aí.

Recentemente foi observada uma subsidência de 800 metros de comprimento a 3 quilômetros do poço. O que se observou? Essa subsidência tem 70 cm de profundidade, é como se houvesse uma acomodação do terreno. Os nossos geólogos estão reunidos hoje, estiveram reunidos ontem, com geólogos da Chevron, da Petrobras para tentar entender o que se passou ali, inclusive com auxílio de atividades sísmicas. Atividades sísmica são emissões de ondas sonoras que nos dão perfil da estrutura desse lugar onde houve a subsidência, que não é uma fenda. O terreno está totalmente ocluso, ele está fechado, nele apenas houve um pequeno afundamento.

Aparentemente esse afundamento não se refletiu nos reservatórios, porque como é um campo antigo a Chevron tem mecanismos de controle de pressão em todos os reservatórios. Então, se ele tivesse afetado o reservatório nós teríamos aumento de pressão, não tivemos. Como o representante da Chevron comentou, o óleo que foi coletado em superfície e, na verdade, nós tínhamos uma fenda – isso ficou uma coisa meio dramática no jornal – uma fenda de 800 metros, mas na verdade o óleo começou a influir em pequenas bolhas de cinco pontos concentrados em uma área de 10m² na extremidade. A fenda vai de Sudeste para Noroeste, na extremidade Sudeste nós temos cinco pontos eliminando e estudando pequenas gotículas de óleo que estão sendo coletadas por aqueles aparelhos contentores que a Chevron colocou.

Esse óleo, – nós estamos confirmando o DNA dele pela análise química no SEMPS da Petrobras –, e aparentemente, não é óleo do mesmo reservatório 560. Ele tem mais uma jeito o reservatório 570, mas é um óleo degradado, é um óleo degradado, então vocês poderiam me perguntar: "o que aconteceu?". Nós não temos resposta ainda. Nós temos nove hipóteses diferentes sobre o que pode ter acontecido. Pode ser um óleo resultante do vazamento anterior que foi degradado, caso a gente não consiga perceber se é do 560 ou do 570, ou é um óleo que vazou por esse afundamento, pelos sistemas de falhas que existem nesse campo.

A posição da ANP é a seguinte: essa fonte governamental que esteve na imprensa e que falou que o pior vem por aí, isso, de fato, não veio da ANP. Eu não sei de onde veio isso, deve ter sido da mesma fonte que falou que nos teríamos um bilhão para colocar no PNC e vários assessores de plantão acharam que era pouco. Nós jamais falamos nessa cifra e jamais falamos que a situação tende a piorar. Ao contrário, nós tivemos a reunião do grupo de avaliação na Marinha ontem com o IBAMA, a ANP, a Marinha. Os sobrevôos não estão indicando absolutamente nada de anormal e os ROVs, que são os robôs de controle remoto que são colocados no fundo do mar, estão observando os diversos pontos de exsudação e não percebemos absolutamente nada de trágico acontecendo.

De acordo com o parecer da ANP, mesmo que a gente não tenha uma causa bem estabelecida para esse segundo incidente, a gente diz com certeza que não se trata de alguma coisa catastrófica porque, afinal de contas, não existe nenhum reservatório, este reservatório 570, reservatório depletado. Então, ele tem pouco óleo. Então, não há como haver uma exsudação excessiva ou gritante de óleo para a superfície. É nesse ponto que estamos.

A Chevron ela tem o direito ao contraditório do nosso documento de fiscalização, do nosso relatório; em 15 dias ela entrega; depois, temos as alegações finais e definimos as penalidades e, para nós, o trabalho começa ai, começa ai porque nós queremos aprender com o que aconteceu, de modo a alterar o nosso sistema de gestão, nosso sistema de fiscalização da ANP para impedir que isso venha a ocorrer novamente, que estejamos mais próximo. Nunca vamos chegar ao risco zero em exploração de petróleo, mas nós queremos sempre reduzir esse risco e nós estamos tentando. Estamos com todo o nosso corpo técnico fazendo isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Dr. Sílvio.

Passo, agradecendo a presença, passo a palavra ao Procurador da República do Ministério Público Federal, o Dr. Eduardo Santos de Oliveira.

O SR. EDUARDO SANTOS DE OLIVEIRA – Exmº Sr. Rodrigo Rollemberg, digníssimo Senador desta Casa e demais Senadores.

Quero fazer um registro especial da presença, aqui, do Senador Pedro Taques, que muito honrou o Ministério Público Federal com a sua capacidade de trabalho e com a sua retidão e, tenho certeza, está fazendo e continuará fazendo isto nesta tão importante Casa da República, demais autoridades presentes, componentes da Mesa, senhoras e senhores, eu não trouxe nenhum tipo de apresentação, Senador, porque a intenção, o meu *etos* de Ministério Público faz com que eu me preocupe muito mais com os fatos. Então, eu não trouxe nenhum modelo, eu não trouxe nenhum conjunto de hipóteses, mas o que eu gostaria, nesta Casa, de discutir com vocês é o acidente, por que o acidente ocorreu.

Às vezes, quando nós ouvimos os modelos apresentados, ouvimos o conjunto de papéis, o rol de atribuições, a impressão que a gente tem é que não houve acidente. Eu ouvi aqui a expressão dita pelo representante da empresa, a expressão "incidente", que vem sendo usada e que é uma maneira de desqualificar, de minorar o ato que aconteceu. Ouço V. Sª falar em dramaticidade, em tragédia, que também acaba sendo uma forma de minorar, porque, ainda que não estivéssemos falando de nenhum drama, ainda que não estivéssemos falando de nenhuma tragédia, mas só o fato do acidente proporcionar representações sociais preocupantes na sociedade, já faz com que tenhamos que nos preocupar, tenhamos que discutir, tenhamos que debater.

Nesse particular, eu tive a oportunidade de, no ano de 2003, acompanhar, na condição de membro do Ministério Público Federal, o acidente de Cataguazes, que foi o maior acidente em águas doces do Brasil e um dos maiores do mundo. E, daquele acidente e de suas circunstâncias, duas lições eu pude extrair na condição de fiscal da lei, na condição de membro do Ministério Público. Uma: é que qualquer acidente, para mim, qualquer desastre ecológico, porque o que houve agora foi um desastre ecológico, o que houve lá foi um desastre ecológico, qualquer desastre ecológico ocorre por uma gama de circunstâncias que se juntam. Nunca será uma circunstância, nunca será uma determinante específica e sozinha. Então, é necessário a conjugação de várias circunstâncias. Esta é uma. A outra é que, embora nós tenhamos hoje tecnologia bastante para explorar a natureza, o fato é que nós devemos respeitá-la.

Lá em Cataguazes, apenas para reativar a memória dos que acompanharam e para dizer àqueles que não viram, Cataguazes é um caso emblemático, que não pode ser esquecido. Em Cataguazes, a decisão que foi tomada e que foi a decisão crucial para que houvesse o acidente, foi a decisão de armazenar um produto do qual não se tinha conhecimento, que é a lignina, que é um subproduto da produção de celulose, que usa soda cáustica. Naquele momento, a decisão, como não se conhecia o produto, não se conhecia suas características químico-físicas e o que se fez? A solução adotada, que foi a solução economicamente melhor naquele momento, foi a de construir reservatórios provisórios, barragens de terra, que deveriam durar "x" tempo e elas estão lá até agora. Então, quando o acidente ocorreu, ocorreu sob a marca da provisoriedade das barragens, até que, até que, mas tornou-se a solução economicamente mais interessante para a empresa, e, a partir daí, ela não tomou nenhuma medida para implementar soluções técnicas ótimas, soluções técnicas que viriam a evitar o acidente.

Isso está encartado nos autos, foi fartamente provado e foi uma decisão econômica. No caso de Cataguazes, houve muitas falhas, muitos erros operacionais, como, por exemplo, deixaram de fazer leituras de instrumentos que poderiam dizer-lhes como estavam os filtros da barragem, deixaram de fazer limpezas em canaletes, que, de repente, recebem a água da chuva, água pluvial. Então essa série de omissões, quando somadas, contribuíram decisivamente para que ocorresse o acidente. Então quando se diz – e aí vem a lição para o presente – que não se sabe exatamente qual é a causa talvez, sim, seja verdade, mas a gente tem que estudar os antecedentes do acidente.

No caso específico da Chevron, eu não trouxe nenhuma apresentação em *powerpoint,* porque, como eu disse, o que eu quero é simplesmente fomentar em cada um de vocês a gravidade do acidente. O acidente foi grave. Ele foi grave por quê? Eu ouvi dizer na mídia, por exemplo, que se disse não teria gravidade porque não morreu nenhuma sardinha. Nenhuma sardinha foi morta, mas a verdade é que houve falhas operacionais as mais graves quando houve o fechamento do poço, porque, depois, na hora de colocar a lama, houve maior pressão, houve erro de cálculo. Então o que acontece, na prática, é uma série de decisões que são tomadas sob um viés econômico e que não ponderam valores.

Nossa convicção, enquanto Ministério Público, é que a atividade petrolífera é uma atividade que por si só é arriscada; obviamente, quem trabalha com isso sabe disso. É uma atividade de risco, mas exatamente por ser uma atividade de risco ela exige daqueles que a empreendem um maior comedimento, exige a coragem de ponderar valores no momento de fazer a extração. Então, nesse caso do Chevron, não vou detalhar, porque isso já foi feito tanto pela empresa como pelo Ibama, mas nesse caso Chevron fica claro que, na cadeira de comando, na cadeira de decisões, várias delas não foram tomadas e não foram implementadas.

Algumas omissões e outras ações. O que importa é que tudo isso redundou nesse acidente.

Outra razão pela qual eu não posso concordar com essa minimização do acidente ou com a sua gravidade é a seguinte. Quando a ANP concede um bloco, ela concede um bloco inteiro, mas há um detalhe interessante. A Chevron ou a Petrobras são concessionárias, elas não se tornam proprietárias do bloco. Elas não se tornam proprietárias do reservatório, é da União, tanto é que eles podem simplesmente explorar 30% do reservatório e entender que não é mais economicamente viável, e entregar para a Agência. O contrato é de 27 anos no máximo, mas não significa que isso vai ser cumprido até o fim. Ele pode, de repente, terminar antes, até por questão de viabilidade econômica.

Pode chegar o momento em que a perfuração na rocha reservatório não se torne atrativa, mas o que é preciso salientar é que aquele patrimônio é da União, é um patrimônio do povo brasileiro. O óleo que está ali, no reservatório, enquanto homogêneo, não pertence a nenhuma das exploradoras, não pertence a nenhuma concessionária. Neste caso específico, poucas pessoas estão atentando para o fato de que, com o acidente, pode-se ter alterado condições geológicas do local e você pode ter comprometido o reservatório.

Outra coisa que eu quero salientar é que, em Cataguazes, ficou clara, para mim, a incapacidade da empresa e a incapacidade do poder público, naquele momento, em lidar com a crise, ao que se chama controle ou gestão da crise. Não vi. Na verdade, nós assistimos, impávidos, a mancha, à época, correr para o rio Paraíba do Sul. O rio Paraíba do Sul dessedenta, ou seja, ele mata a sede de 20 milhões de pessoas no Brasil, porque ele passa por três Estados muito importantes, São Paulo, Minas e Rio. E esse rio sofreu muito com o acidente, e nós percebemos que não havia plano de contingenciamento, não tinha nenhuma condição de gerir. Mais uma vez, o mais grave do acidente é que, ocorrido o acidente, o pós-acidente demonstrou, também, essa incapacidade de controlar, de gerir o dano.

Por exemplo, no plano que foi apresentado, esse plano emergencial, ficou caracterizado que equipamentos necessários na operação do plano simplesmente não estavam em solo nacional. Essa é uma constatação da ANP – desculpe do IBAMA.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Quem é o responsável?

O SR. EDUARDO SANTOS DE OLIVEIRA – A Empresa elabora, apresenta, se não me engano o IBAMA aprova o plano e na hora de operacionalizar é a empresa. Então, o que se demonstrou, a empresa, depois, disse que alguns instrumentos, ferramentas, não sei exatamente o que é agora, não estavam em solo nacional. É uma dificuldade de importação, mas que não vem ao caso; não estavam. Então, a nossa preocupação quando demos a resposta, do ponto de vista do MPF, foram dadas duas respostas mais imediatas, a propositura de uma ação civil pública, onde se cobra uma indenização pelos prejuízos.

A questão de saber se houve ou não prejuízo efetivo, a valoração, vai para dentro dos autos, sem nenhum problema. Estamos nos preparados para o debate dentro do processo com o representante da Chevron que é assim que tem que ser. Porque, no Brasil, também nós observamos o chamado devido processo legal. Então quanto a isso nenhum problema. Nós pedimos a indenização, e, agora, ontem, nós tivemos a segunda resposta, porque como lembrou o Senador Taques, a prevenção é importante, sim, muito importante. Mas é importante também a resposta repressiva. É importante que o Estado brasileiro mostre que está atento ao descumprimento de sua legislação, ambiental, sobretudo, e o que houve, no caso, na nossa ótica, foi o descumprimento claro da legislação ambiental. Então várias não-conformidades, como é o jargão técnico, e eu também quero aquilatar melhor processualmente essa interpretação, a leitura que foi feita pela ANP de não significância dessas não-conformidades.

Eu costumo dizer que para quem aqui é afeito ao Direito Penal, costuma se falar em princípio da insignificância. Eu costumo dizer que, em Ambiental, o princípio é o da significância sempre. Não existe dano ambiental insignificante, até porque, como regra, ele é sistêmico.

Outro ponto em relação a essa ao pós-acidente é que nós notamos o discurso desqualificador do acidente. Acho importante que das lições a serem extraídas pela Chevron, pela ANP, ou pelo e por demais atores, está o seguinte. Eu ouvi o senhor dizer, não sei se foi ele, do IBAMA, que infelizmente não havia punição, que infelizmente não havia punição para fazer as empresas cumprirem o plano. Quando o senhor diz isso, eu fico pensando o seguinte: quando se diz "não há punição", somado a esse "infelizmente", nós estamos diante de uma grande dificuldade em matéria ambiental e em matéria de exploração *offshore* em especial.

Não comungo da concepção de que o pré-sal esteja aí. Acho que ainda existem grandes desafios em relação ao pré-sal. O Brasil vai explorar a 300 Km da costa. É algo novo. Nós vamos ter que produzir as biotecnologias para isso. Quando o MPF, enquanto Ministério Público, ele não está alheio, de maneira alguma aos problemas do País, e nem poderia, como um de seus atores. Então, sabemos que é um desafio e, sabemos que o acidente, esse acidente, a resposta

estatal do Ministério Público precisava ser dada inclusive, ao contrário do que houve na mídia, para sinalizar que o Brasil é um País que cumpre e faz cumprir a sua legislação ambiental. Acho que essa é a sinalização para as empresas realmente comprometidas.

Agora, ingresso eu novamente. A fiscalização, digo isso para o IBAMA e para a ANP, o modelo fiscalizatório em relação ao petróleo talvez precise ser repensado, porque o que acontece? Na verdade, no modelo atual seja por falta de condições práticas, seja por falta de suporte financeiro. Não vem ao caso aqui a razão. Estou apenas expondo os fatos. Podemos discutir as razões em outro momento. Mas o fato é que a participação das empresas no processo fiscalizatório é altamente ativa. Não sei se os senhores pararam para pensar nisso. No Brasil, são as empresas que elaboram o EIA/Rima, é o empreendedor que elabora o EIA/Rima. Então, para o Ministério Público, é sempre muito problemático quando a gente recebe um EIA/Rima e começa a analisar, imaginar se, realmente, você pagaria para a produção de um EIA/Rima que apontasse, por exemplo, para a impossibilidade do empreendimento. Começa por aí. O EIA/Rima é realizado pela empresa, e o EIA é um importante instrumento, não pode ser negligenciado. Esse é um ponto.

A fiscalização *offshore* depende muito da empresa. Eu ouvi uma última vez um número de fiscais da ANP, eu considerei absolutamente insatisfatória. Até achei que o trabalho é feito de maneira satisfatória. Se não me engano, ouvi 13, 13 fiscais para *offshore*, para bacia de Campos, por exemplo. Então, é uma atividade cuja fiscalização do poder público é *offshore*. É preciso entender que é difícil porque é *offshore*, a 100 Km da costa. O pré-sal será 300 km. Então há uma dificuldade. Talvez devamos repensar esse modelo, criar mecanismos de maior participação do Estado. Aí entra outro lado. A atividade de petróleo tal qual é exercida pela Chevron, tendo em vista o acidente e suas proporções, exige a aplicação de um conceito, mas a aplicação efetiva do que se chama de responsabilidade social. Mais do que o discurso, é necessário que as empresas que exploram isso adotem, na prática, ações que sejam socialmente responsáveis. Por exemplo, a de inclusive abandonar um poço. Então, em suma, o que eu gostaria de dizer para vocês é que o Ministério Público Federal esteve atento ao acidente, já tínhamos, digamos, recolhido um *know how* com Cataguazes, vimos as dificuldades. Percebemos, em relação a esse acidente, a total falta de capacidade para gerenciar o acidente. Isso eu considero grave, porque se o acidente em si é grave mais greve ainda é a incapacidade de gerenciá-lo. Então, todo discurso que foi aqui dito, os modelos apresentados, na verdade, tem que ser colocados em cheque pela só ocorrência do acidente, porque senão a gente fica parado, daqui a dez anos, um novo acidente. Esse é um ponto.

Outra questão é quanto à proporção do acidente. A rocha reservatório, ou reservatório, como eu disse, é propriedade da União. É por isso que aqui na denúncia, a gente acusa por dano ao patrimônio da União. Há tão-somente uma concessão, e a lição basilar, que eu não preciso repetir aqui, que a concessão não transfere titularidade. A União continua titular do bem. E o que é pior, o bem será devolvido à União. E pode ser, no caso específico desse acidente, pode ser, há indícios de que a condição geológica tem uma semelhança, então pode ser que, ainda que haja mais de um reservatório, é muito possível que, ao longo do tempo, você atinja não só esse reservatório como outros. É possível que você esgote, ainda que seja lentamente, a capacidade ou a potencialidade econômica do reservatório.

No início, quando você vai licitar o bloco, quer dizer não mais do que o reservatório, faz-se um cálculo de quanto vale o reservatório. Eles chamam de valor líquido presente. E esse cálculo, nesse caso, ele passa de bilhões, porque o reservatório tem um valor, chama-se VLP, se não me engano, a sigla, Valor Líquido Presente. Então é um viés que não está sendo adotado, de que os bens explorados são patrimônio da União e, neste caso, você pode estar assistindo o escoar lento do patrimônio da União. Porque o que está escoando agora do óleo é patrimônio da União. Eu vou insistir nisso.

Desde o dia 7 de novembro até hoje – é outra coisa a ser dita – não se controlou o acidente. Na verdade, quando se diz que tem uma fenda, eu acho que realmente qualquer pessoa ficaria assustada se ouvisse esse número de 800m e não sabe o que é isso.

(O Presidente faz soar a campainha.)

O SR. EDUARDO SANTOS DE OLIVEIRA – Estou caminhando para o final.

Acredito que, ao final das contas, a resposta estatal dada pelo MPF no sentido de responsabilizar civilmente a empresa e, na quarta-feira, de realizar as acusações pedindo inclusive a condenação nas penas de prisão pelos crimes ambientais, muito longe de ser qualquer comportamento leviano, é, na verdade, o resultado de uma investigação longa realizada pela autoridade policial federal, somada aos laudos advindos do e da ANP.

Nós esperamos que a partir de agora, a partir da iniciativa desta Comissão, Senador Rollemberg, nós esperamos que a sociedade brasileira comece a debater essa atividade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF)) – Quero agradecer ao Procurador Dr. Eduardo Santos de Oliveira pela sua apresentação. Vamos passar a palavra aos Senadores. Antes, porém, Senador Sérgio, quero fazer alguns questionamentos muito objetivos que eu gostaria que todos os nossos convidados respondessem.

Nós estamos diante de um alerta máximo em relação à exploração do petróleo do pré-sal. O Brasil vai iniciar uma grande jornada, é uma grande riqueza, e o que nós estamos vendo são acidentes ocorridos no pós-sal, que, em tese, são áreas de exploração geológicas que o Brasil já detém tecnologias, as empresas já detêm tecnologias há muitos anos, portanto, desafios menores dos que, em tese, teremos no pré-sal e nós estamos diante desses problemas que considero da maior gravidade. Acho que é muito importante que haja o máximo rigor de todos, sem tirar a responsabilidade de ninguém, inclusive do Senado Federal, no aperfeiçoamento da legislação, tanto de prevenção, como de punição.

Então, eu gostaria de fazer algumas perguntas aqui.

O representante da ANP, o Dr. Sílvio, referiu-se várias vezes a atitudes da empresa Chevron, que não cumpriu, mesmo depois do acidente, não cumpriu as recomendações da Agência Nacional do Petróleo. Ele mencionou, por exemplo, uma multa que foi dada porque a Chevron não atendeu a uma recomendação do IBAMA, no valor de R$10 mil; depois, em algum momento, ele menciona que a sonda não entrou de forma correta, o que provocou *kick*, não sei se por falha técnica, falha humana, mas provocou um *quick*; uma grande parte do poço não havia sido cimentada; houve uma série de infrações; não houve oferecimento de salvaguardas; não houve conformidade com as determinações da ANP.

Eu pergunto duas questões: não houve negligência da empresa? Segundo a Agência Nacional do Petróleo, houve negligência da empresa?

Em segundo lugar: a Agência Nacional do Petróleo não foi pouco exigente? Não deveria ter sido mais rigorosa com uma empresa que não cumpriu as determinações da própria Agência Nacional do Petróleo?

Outra questão – e aí se refere a essa multa, que discutimos aqui; esta Comissão aprovou projeto de minha autoria, relatado pelo Senador Sérgio Souza: foi dito naquela audiência pública que as multas são irrelevantes; a multa de R$50 milhões como multa máxima era irrelevante em função do número de barris que essas empresas extraem por dia; então, nesse sentido, não seria em função disso, isso não obrigaria a Agência Nacional do Petróleo a ser mais rigorosa com os instrumentos que tem à mão? Já não seria o caso, por exemplo, previsto na legislação brasileira, de ruptura do contrato de concessão? Essa é uma das questões.

A outra questão é a seguinte: a imprensa – e isso me assustou; quero dizer que, como cidadão brasileiro, as notícias veiculadas pela imprensa me assustaram profundamente – aventou a possibilidade de um afundamento do solo; inclusive alguns geólogos reconheceram essa possibilidade; e também me chamou a atenção a fissura de 800 metros; eu pergunto: se, nessa fissura, já estão saindo gotículas de petróleo, a tendência, com o aumento da pressão, se já estão saindo, não é, com o tempo, essas fissuras se ampliarem e, junto com esse afundamento do solo, eu faço três perguntas: o que pode acontecer? Quais as chances de isso efetivamente ocorrer? E o que pode ter causado isso, o que pode ter causado a possibilidade de afundamento do solo e o que pode ter causado a fissura de 800 metros?

E aí eu reitero esta pergunta: vocês podem reafirmar à Comissão do Senado aqui que nós temos 100% de certeza de que não haverá esse afundamento? Existem análises técnicas que permitam afirmar isso com segurança, que não existe a possibilidade de que isso venha a ocorrer?

Outra questão que eu gostaria de perguntar: a imprensa também noticiou que países como os Estados Unidos, Noruega e Reino Unido, até por experiências em desastres anteriores, tornaram a sua legislação muito mais rígida para exploração de petróleo; eu gostaria de saber: que normas são essas?

E, na opinião de vocês, o que deve ser feito pelo Congresso brasileiro no sentido de aperfeiçoar a legislação, no sentido de ser muito mais exigente, preventivamente – não apenas preventivamente, mas sobretudo preventivamente –, mas também posteriormente, no caso de acidentes?

Por fim, eu gostaria também que a empresa Chevron comentasse um infográfico publicado em *O Globo*, a partir de dados da agência de notícias Bloomberg e das próprias empresas, que mostra o número de vazamentos de óleo relacionados a cada empresa. Mostra que a campeã de vazamentos é a Chevron, com 1,930 milhão de litros; depois, a BP, com 1,710 milhão de litros; depois, a Exxon, com 1,270 milhão de litros; e a Petrobras, com 668 mil litros. O que torna mais grave esse dado é que a produção toda de óleo no mundo, segundo esse infográfico, entre essas quatro empresas, a que produz menos é exatamente a Chevron.

Então, eu gostaria de ouvir comentários da Chevron sobre isso, e gostaria de ter as respostas do nosso convidado sobre essas questões que eu coloco.

Com a palavra o Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, senhores convidados, caros Senadores, esse é um fato que tem preocupado não somente a mim, mas a todo o Senado Federal e a toda a sociedade brasileira.

A impressão que tenho, pelas explanações que ouvi, é que nós tínhamos uma fantasia de que tínhamos o conhecimento técnico necessário para explorar petróleo em águas profundas. Pelas respostas que ouvi de todos os que falaram aqui, ninguém tem a certeza do que de fato aconteceu. E ninguém tem a certeza também de como é que é o solo marinho, como é que são as rochas. E parece-me que agora, segundo uma informação trazida pelo Sílvio, da ANP, é um poço antigo, é um campo antigo; então, parto do pressuposto de que já houve explorações antigas; talvez esse rebaixamento não seria uma fissura; seria, então, um rebaixamento; e, segundo as informações – mas também é uma suposição, não há dados concretos –, eu pergunto: talvez já não teria acontecido por eventos anteriores, de exploração de poços anteriores?

E agora, pelo mapa apresentado pela Chevron, pela transparência, surgiu-me um dúvida: está havendo outra perfuração a 3 km na região? Continua-se perfurando ou não se continua perfurando?

Então, se vazou de um outro poço, provavelmente seja derivado ainda do acidente de novembro! Isso nos leva a suposições desse nível. Pode ser do mesmo reservatório, mas, se for de um outro reservatório, é ainda mais grave, porque como é que é o solo? Como é que é ali a geologia desse solo? Talvez nós tenhamos aí algo muito perigoso que pode estar acontecendo no fundo e não sabemos o que é, porque, se a prospecção, pelo que nós vimos da transparência, acontece a milhares de metros abaixo do solo marinho, e se esse óleo que está a milhares de metros chegou a subir, então, quanto de óleo não há no solo marinho e que pressão houve para esse óleo chegar a ser espirrado?

E não interessa se é uma bolha, um litro, ou 10 litros; o noticiário não consegue checar se são 5 litros, se é um barril, mas como é que um helicóptero, num sobrevoo, teria visto somente um litro de óleo no meio do oceano? E numa região que se conhece, mas eu acho que as coisas são um pouco mais profundas e preocupantes do que o que nós temos aqui.

Também percebi que o IBAMA tem um papel muito mais de prevenção e de contingenciamento de ações e eventos que possam acontecer, mas no sentido posterior a uma catástrofe; e a ANP teria um papel mais próximo à prevenção e ao estudo necessário para não deixar acontecer isso. Mas, se acontecesse, passaria a ser do IBAMA . Talvez aí, Sílvio, a ANP não teria de ter um protocolo ainda mais rígido para a exploração e prospecção de petróleo em águas profundas? Digo isso porque nós temos de levar em consideração a pressão que há também, de cima para baixo, da quantidade de água que há em cima desse solo marinho. E, a partir do momento em que você retira qualquer quantidade, e às vezes até mesmo a densidade e o peso do petróleo, da água e do gás que se injeta, acarreta-se uma descompensação na pressão, e estaremos criando no subsolo marinho, nesses campos, um verdadeiro campo minado. Isso poderia, no futuro, trazer danos catastróficos. Mesmo sabendo que, a partir do momento que se levantou um fato e foi lacrado aquele poço... Mas o vazamento deste mês, se tiver correlação com o lacramento do poço do vazamento de novembro, Sr. Rafael, é muito preocupante, porque não basta lacrar o poço, abandoná-lo e passar a explorar, a perfurar, a prospectar em outra localidade! O monitoramento... E daqui a cem anos? E daqui a duzentos anos? E esse material não é degradável? Por mais que seja aço, cimentado, daqui a mil anos, como é que será isso? E qual é o custo para o País e para o povo brasileiro, para toda a sociedade, desses eventos ou do controle disso como um todo?

Também, Sr. Presidente, eu acompanhei pela imprensa que me parece que ontem teria sido finalizado o relatório da ANP com relação ao vazamento de novembro. Qual é a conclusão? Qual é o resultado a que se chegou com relação a isso?

Repito: percebo que não temos certeza de nada, mas temos a impressão de que precisamos continuar explorando petróleo. O Brasil tornou-se autossuficiente em 2006, e isso dá um avanço para o País, até mesmo ajudando-o a se tornar uma economia como se tornou; portanto, não podemos diminuir; mas temos de ter a responsabilidade não só para o momento, mas também para o futuro.

Então, Sr. Presidente, eu teria aqui uma série de indagações, mas eu acho que hoje o mais importante era tentarmos entender o que está acontecendo no solo marinho, nessas regiões onde está sendo explorado o petróleo, não só pela Chevron, mas pelas outras empresas também. E, pelas informações que nos chegam, esse não seria um evento isolado; eventos de pequenos vazamentos acontecem às dezenas, e nessas explorações em águas profundas.

Eu gostaria de ouvir o IBAMA, a Agência Nacional do Petróleo e, se possível, também o Ministério Público sobre esses demais eventos de vazamento que vêm ocorrendo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Sérgio Souza.

Com a palavra o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, senhores convidados, gostaria de relembrar inicialmente algumas afirmações que foram feitas a respeito desse acidente, dessa tragédia ambiental.

O procurador da República Eduardo Santos de Oliveira teria dito que funcionários das empresas Chevron e Transocean causaram uma bomba de contaminação de efeito prolongado – quer dizer, não está circunscrita ao que ocorreu em novembro –, por terem empregado no poço uma pressão maior do que a suportada, que teria causado fraturas nas paredes do poço.

O Ministério Público Federal diz ainda que a Agência Nacional do Petróleo teria detectado falhas gravíssimas em equipamentos na plataforma SEDCO 706, da Transocean, utilizados pela Chevron para perfurar os poços de petróleo. Além disso, a Chevron não teria tentado recolher o óleo do mar, ignorando seu próprio plano de emergência. Em vez disso, a empresa teria optado pela uso da dispersão mecânica, que teria espalhado o óleo.

Ora, essa denúncia se refere ao vazamento ocorrido em novembro do ano passado. E o MP se refere a uma bomba de contaminação de efeito prolongado. Então, minha pergunta até se vislumbra: qual é a projeção, o desdobramento desses fatos que ocorreram no que diz respeito aos danos ao meio ambiente?

A atividade da política energética nacional, inclusive a lei que criou a ANP, é de 1997. Essa lei, em seu art. 1º, determina que as políticas nacionais para o aproveitamento racional das fontes de energia visarão, entre outros objetivos, proteger o meio ambiente e promover a conservação de energia. E, em vários artigos dessa lei, em várias normas dessa lei, está dito que está atribuída à ANP uma competência de fiscalizar as atividades relativas à produção do petróleo e do gás natural. Portanto, a fiscalização está presente em vários aspectos, em vários artigos de lei, em várias normas contidas na lei que criou a Agência Nacional do Petróleo, sempre com vistas a preservar, entre outras coisas, o meio ambiente. E mais: ela deve exigir dos agentes regulados o envio de informações relativas às operações de produção de produtos sujeitos a sua regulação.

Quando se examina essa lei, nós verificamos que a competência da ANP é muito ampla, e a sua ação é requerida desde a elaboração dos editais que concedem – mediante concessão – a exploração de petróleo a quaisquer empresas. E a ANP tem, obviamente, o dever de considerar aspectos técnicos em relação aos riscos ambientais dessa atividade. Quando se examina o edital elaborado pela ANP para áreas como essa em que ocorreu o vazamento, nós verificamos o seguinte: num calhamaço de mais de trezentas páginas, há apenas quatro linhas modestas, no seu Item 2.8, sobre padrões de segurança a serem observados, uma coisa assim quase que platônica, *en passant*.

O que diz esse Item 2.8?

> As atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural estarão sujeitas à legislação brasileira [é óbvio], à regulamentação pertinente emitida pela ANP, bem como às melhores práticas da indústria de petróleo, em particular as que se referem à segurança e à saúde do trabalhador e à preservação do meio ambiente e da segurança pública.

Quer dizer, o próprio edital que deve balizar o contrato de concessão, no que diz respeito aos cuidados com o meio ambiente, é extremamente sumário. Extremamente sumário. Desde o nascedouro, nós não temos, nas propostas técnicas que vão originar a concessão, uma amarração mais precisa com procedimentos que garantam a segurança ambiental da exploração. Simplesmente obedecer a legislação brasileira. É óbvio! Caso contrário, nós teremos que acrescentar mais um "p" à Agência Nacional do Petróleo: seria Agência Nacional do Petróleo de Plutão.

Veja, com todo o respeito ao senhor representante, quando o senhor diz, quando o senhor rememora o que teria acontecido nesse acidente, o senhor dá a impressão de algo ocorrido em Plutão. Quer dizer, houve uma pressão excessiva, provocou um *kick* – e não sei o que é *quick*, desculpe-me; a única lembrança que tenho sobre k*ick* é aquela canção do Cole Porter, "*I get a kick out of you*"; provavelmente, é alguma coisa grave que, de alguma forma, a ANP, como fiscalizadora, deveria ter jeito, deveria ter uma forma de verificar, no curso do processo, se os procedimentos estão sendo utilizados, se estão sendo adotados ou não. Que procedimentos são esses? Eu não sei também, uma vez que o próprio edital de concessão, o edital para a licitação da concessão é vago nessa matéria.

Mas eu queria indagar: quantas operações de fiscalização aconteceram no campo em que aconteceram os vazamentos? Com que periodicidade essas operações de fiscalização são feitas? Uma vez que o edital não estabelece quais as normas de segurança devem ser observadas, remetendo genericamente à legislação e regulamentos da ANP, se todos os cuidados elencados à normatividade relativa a segurança ambiental tivessem sido tomados, o vazamento teria ocorrido?

Especialistas em exploração de petróleo dizem que essa atividade avança em função do aprendizado

com os erros. Que erros foram cometidos e quantos erros podemos ainda esperar?

Eu também queria perguntar ao senhor representante da ANP: quais são as receitas da agência e o quanto daquilo que a agência teria direito a receber é contingenciado? O que vai efetivamente para financiar, para custear a fiscalização, o trabalho de fiscalização da agência, como a ANP, e o que vai para o superávit primário?

E queria perguntar também se há levantamento da responsabilidade de outras empresas associadas à Chevron na exploração desse posto onde ocorreu esse acidente. Que outras empresas são essas e quais são as respectivas responsabilidades?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Obrigado, Senador Aloysio.

Vou passar a palavra aos nossos convidados na mesma ordem que passei no início da reunião.

Concedo a palavra, primeiramente, ao Sr. Rafael Jaen Williamson, Diretor de Assuntos Comparativos da Chevron Brasil.

O SR. RAFAEL JAEN WILLIAMSON – Muito obrigado, Exmº Sr. Presidente.

Eu gostaria de voltar, com brevidade, à sequência do que chamamos de eventos e, com muito respeito, pelo fato de que o uso de palavras como incidentes, eventos, de maneira nenhuma, aponta a intenção de diminuir o acontecido.

A Chevron é uma empresa que trabalha em muitos lugares do mundo, em áreas difíceis, complicadas, em exploração de águas profundas. Uma empresa de classe mundial, global, que tem mais de 130 anos acumulados de *expertise* e que utiliza tecnologia de ponta em todas as nossas operações. Não tem distinção entre um país e outro, entre uma operação e outra.

O evento ocorrido em novembro foi um evento que, na parte técnica, é previsto. Por isso mesmo é que tem essas instalações desse famoso *blowout preventer*, que é um dispositivo que interrompe o fluxo, e o propósito é exatamente esse. De cara, há um aumento súbito da pressão, o *blowout preventer* é acionado e o poço é controlado.

O fato de que mais tarde é detectada uma mancha, e essa mancha nos leva a detectar afloramento ou exsudações de gotículas de óleo ou petróleo no leito marinho, é um evento atípico.

A atenção à mancha, a atenção à fonte de exsudações foi imediata: notificamos as autoridades, chamamos todos os expertos necessários da nossa empresa, das autoridades, a Marinha, todo mundo e esse evento foi controlado – e vou frisar a palavra "controlado" – em quatro dias.

Quando o evento de março se dá, que é detectado outra vez pelo aparecimento de uma mancha, e a gente começa a busca da fonte dessa mancha, obviamente perto do lugar onde estamos operando, perto do lugar onde aconteceu o acidente, a gente teve que ampliar esse raio de investigação até encontrar as fissuras no dia 13. E eu me refiro aqui a fissuras, não querendo entrar no mérito se é fissura, se é rachadura; nós chamamos tecnicamente de fissuras. E eu aqui faço minhas as palavras do representante da Agência Nacional do Petróleo. Encontramos cinco pontos de afloramento, não na fissura, mas perto da fissura, de onde afloram gotículas de óleo. Imediatamente, ativamos esse sistema submarino de contenção.

Acima disso e mais importante do que tudo isso, como ato responsável, como ato de precaução, a empresa utilizou essa filosofia nossa de, perante uma situação dessas, agir de cara a suspensão, nesse caso temporária, da operação do poço Frade.

Por que e para quê?

Porque estamos frente a questões para as quais não temos respostas – e, outra vez, faço minhas as palavras do representante da ANP: não temos respostas. E para quê? Para reunir uma equipe de técnicos que, se eu posso contar bem, são mais de vinte: geólogos, geofísicos da empresa, com os parceiros do campo Frade, guiados pela mão da ANP, porque a questão aqui é poder responder, com rigor científico, o que aconteceu, por que aconteceu, qual a probabilidade de acontecer outra vez, quais são as magnitudes frente as quais nós estamos e o que temos de fazer para evitar que isso aconteça.

Quando eu faço referência a empresas que trabalham com tecnologias de ponta, Petrobras, Chevron e muitas outras, trata-se de uma indústria que não tem – vou falar uma coisa com muito respeito – nacionalidade, já que é uma indústria global. A tecnologia é global; satélites, análises tridimensionais de poços petroleiros são decorrentes do estudo contínuo de situações que a gente, as empresas, os operadores enfrentam dia a dia. A tecnologia de ponta não é estática. Estamos num caminho de um futuro que tem que ver com exploração em águas profundas e outras profundas. É uma nova fronteira.

O aprendizado de que falava o distinguido representante do é um aprendizado que todos queremos fazer sem incidentes, sem tragédias, sem acidentes. E a indústria e os entes reguladores é que estabelecem as normas, os parâmetros, as regras, as guias, as leis para evitar esses incidentes.

E, quando os incidentes acontecem, o que cabe é focar toda a atenção, todos os recursos de empresas, de entes reguladores e de todos os que giram em torno

dessa indústria na investigação, na solução e na implementação desse aprendizado, desse aprimoramento tecnológico na indústria, em planos de operação, em esquemas novos. E esses esquemas novos e esses planos de operação nessa nova tecnologia geralmente e constantemente são compartilhados pela indústria. A época em que as indústrias operavam com segredos, pelo menos na exploração de petróleo e gás, não existe mais, porque todo o esforço é colocado na proteção do meio ambiente, na proteção à vida humana, na proteção aos nativos.

Eu, humildemente, gostaria de deixar vocês com um pensamento. A empresa está fazendo tudo o que está na nossa capacidade para atender a situação, para estudar a situação, para aprender com a situação; compartilhar esse aprendizado, esse aprimoramento com a sociedade brasileira, com as autoridades brasileiras para poder ter um futuro energético, no Brasil, bem sucedido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Sr. Marcelo Neiva de Amorim.

O SR. MARCELO NEIVA DE AMORIM – Muito obrigado.

Eu queria fazer um comentário com relação ao nosso ilustríssimo Procurador. Com relação ao acidente em Cataguases talvez o senhor não esteja lembrado, porque eu tinha cabelo à época, eu estava lá acompanhando o senhor, com a Rosa, com a Ubaldina e, realmente, não podemos negar que está muito clara a incapacidade de todos os órgãos públicos envolvidos darem resposta. Nasceu de Cataguases o Decreto 5.098/2004, que cria o P2R2. E é interessantíssimo que ele seja fortalecido para que não sejamos pego numa nova situação como aquele, em que os entes públicos não saibam exatamente o que fazer.

Com relação ao posicionamento do Senador Sérgio Souza, o auto de infração lavrado pelo IBAMA, dez milhões, com relação ao não cumprimento do plano de emergência individual. Não queremos dizer aqui que o não cumprimento não quer dizer que eles não fizeram nada do que estava previsto no plano. Vou citar um caso que, inclusive, é incontestável. Uma das embarcações que deveria estar exclusivamente para resposta ao incidente, o equipamento não estava sobre essa embarcação, para ela trabalhar no momento e ela estava dando apoio à segurança operacional. Daí poderia se dizer: não havia nenhuma outra embarcação? Tinha, a Chevron botou em várias outras embarcações. Mas, de qualquer forma, havia previsto no PEI que essa embarcação seria exclusivamente para atividades de resposta.

Tem outros itens questionáveis lá. Da mesma forma como é tratada qualquer ente no Brasil, eles estão com todo o direito de questionar a leitura do IBAMA com relação ao fato. O auto já está lavrado e agora encontra-se em fase administrativo, em fase de defesa.

Com relação à dúvida de todos sobre o que aconteceu. Na reunião de ontem, no Rio de Janeiro, na presença do IBAMA, Marinha do Brasil – é bom deixar bem destacado, uma tremenda parceira tanto do MP quanto do IBAMA –, decidiram de imediato, para tentar trazer uma resposta para nós, e lógico que para toda a sociedade, deslocar uma embarcação sísmica – e aí o Dr. Sílvio poderia esclarecer melhor sobre esse assunto para os presentes – da Petrobras que vai fazer, de imediato, uma varredura rápida na região para poder – me corrija, por favor, Dr. Sílvio –, em menos de dez dias, termos pelo menos o entendimento, nem que seja inicial, do que realmente está acontecendo.

Como colocou o Dr. Silvio anteriormente, há nove hipóteses. E ao invés de ficarmos só nessas hipóteses, nós teríamos aí, ou talvez tenhamos um resultado pontual e um pouco mais claro desse fato.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, só pela oportunidade...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Existe, digamos assim, um plano já elaborado, um plano de contingência a ser acionado todas as vezes que um evento como esse venha a acontecer? Isso já existe? Existe responsabilidades definidas, recursos alocados? O que existe, realmente, de estocado para entrar em ação caso acidentes como esse venham a ocorrer novamente?

O SR. MARCELO NEIVA DE AMORIM – Está O.k. O que existe de concreto são os Planos Emergências Individuais, que é o que compete à cada uma das empresas terem os seus equipamentos para darem resposta ao que é chamado "pior cenário, com duração de 30 dias"; para isso que elas são preparadas. A partir daí nós teríamos o chamado Plano de Área, que seria uma associação, um colegiado de empresas, onde elas poderiam contribuir com essa que estaria sofrendo o evento com os seus equipamentos e materiais, para poder dar resposta a essa situação. Há o decreto, mas não temos todas as empresas, ainda, com os planos de área estabelecidos conforme falei anteriormente. Talvez até por uma forma de poder exigi-la, que as empresas o tenham.

(Intervenção fora do microfone.)

Vou te passar agora o número do Decreto do Plano de Área: 4.871, de 2003, eles diziam que, até 2005, todos deveriam ter. Não existia, de nossa parte,

uma condição de cobrar isso, por falta de penalidade. Agora, está sendo reeditado, corrigindo outros fatores também, que acho que não seria o fórum agora de entrarmos neste detalhe.

O SR. ALOYSIO NUNES DE AZEVEDO (Bloco/PSDB – SP) – Isolador, de alguma forma. Quer dizer, um Decreto de 2003, até hoje ... São nove anos!

O SR. RAFAEL JAEN WILLIAMSON – Isso. E, num âmbito superior ainda, como o senhor colocou, num acidente de gravíssima monta, que seria o Plano Nacional de Contingência, que começou a ser discutido depois do acidente de Cataguazes. Perdão, depois do acidente de Guanabara, da Petrobras exatamente, estando agora sob a responsabilidade do Ministério das Minas e Energia.

E o desenho lá existente, mesmo antes de ser promulgado um decreto tratando do assunto, já é adotado pelos órgãos essa atividade. O grupo de acompanhamento já está previsto lá, e nós já fazemos uso desse grupo independente da legislação vigente ou não.

No decreto, não prevê locação direta de recursos. Ele fala, inclusive, de recurso vigente da União. Na regulamentação dele, é que se prevê a possibilidade de se descrever pontualmente isso.

Gostaria de registrar que ele chama a atenção para o fato de que, a partir desse momento, os entes públicos terão que adotar o sistema de comando de incidente, que é um tipo de trabalho, de comunicado, como V. Exª colocou muito bem, Senador, onde quem vai fazer o quê na hora de um incidente desse, considerando que são entes da União privados completamente diferentes em suas hierarquias, ao se unirem em um único grupo, fica muito claro o desenho, o papel de cada um e a função de cada um, no chamado sistema de comando de incidente, que é o adotado hoje pelas empresas petroleiras no mundo todo, o que facilitaria essa adoção de atividade.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado.

Com a palavra o Sr. Sílvio Jablonski.

O SR. SÍLVIO JABLONSKI – Bem, vou retomar algumas coisas que disse, pois, infelizmente, peço até desculpas por não ter ficado claro e ter eventualmente passado uma situação quase que interplanetária.

O SR. ALOYSIO NUNES TEIXEIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pareceu-me um pouco acadêmica!

O SR. SÍLVIO JABLONSKI – Mas isso é vício de origem, porque sou professor da Faculdade de Oceanografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

O SR. ALOYSIO NUNES DE AZEVEDO (Bloco/PSDB – SP) – Nada pessoal. Veja bem, nada, nada.

O SR. SÍLVIO JABLONSKI – Longe disso. Ao contrário. Faço uma autocrítica por ter usado uma terminologia talvez excessivamente técnica, aquela a qual nos acostumamos no dia a dia da agência. Então, vou tentar ser um pouco mais...,mas continuamos amigos.

O SR. ALOYSIO NUNES TEIXEIRA (Bloco/PSDB – SP) – O que a agência faz em matéria de fiscalização? No fundo é isso.

O SR. SÍLVIO JABLONSKI – Vou começar pelo começo e vou chegar aí, porque houve, até da parte do Eduardo, algumas colocações. Então, por exemplo, a Lei nº 9.478, de formação da Agência, ecoa a Constituição Federal, dizendo que todos são responsáveis pelo meio ambiente.

Então, está escrito lá, num certo inciso, que nós devemos, mas também devemos preservar o recurso. Isso faz com que todos os nossos planos de desenvolvimento, planos de trabalhos, que são feitos pelos concessionários e aprovados pela Agência, tem que ficar muito claro que ele não está fazendo uma atividade predatória do tipo "vou tirar uma parte desse óleo, vender agora no mercado *spot*, e o resta fica lá embaixo". A gente não permite que isso aconteça. A gente não aceita esse tipo de plano de desenvolvimento.

Então, para que se tenha uma idéia. Perdemos 3.700 barris de óleo que foram derramados no incidente de novembro. A Chevron pagou *royalties* sobre esse 3.700 barris. Quer dizer, consideramos como se fosse produção; não perdemos nada. Quem perdeu foi a companhia. Evidentemente que o recurso é da União. Enquanto ele estiver no subsolo – depois que ele é retirado e passa pelo ponto de medição; são contabilizados *royalties*, participações etc., e o resto, o petróleo, nesse ponto, passa a ser do concessionário, que tem direito a comercialização etc.

Quando falei de uma possível gradação de não-conformidades, adotamos um pouco disso na ANP, porque existem não-conformidades, que são críticas em que a unidade é paralisada. Elas não podem continuar. E existem outras não conformidades em que há alguma coisa errada, que está com uma pintura errada, alguma coisa que está degradada, enferrujada etc que tem um prazo de 60 ou de 180 dias para ser corrigido.

No caso do acidente da Chevron, no calor do acidente, questionamos a informação incompleta sobre as filmagens submarinas. Isso gerou um auto de infração. Questionamos o fato de ele não ter à mão instrumentos para o abandono do posto – acho que foi que o senhor quis dizer –, que eles chegaram, ou seja, eles aceitaram fazer o abandono, mas não tinham esses instrumentos.

Eram infrações? Eram, mas não estavam colocando em risco toda a situação. Percebemos que havia gás sulfídrico no navio que faz o FPSO – Unidade Flutuante de Produção, Armazenamento e Transbor-

do, onde fica o óleo. Então, nós fomos lá e autuamos também. Só que isso se transforma em coisas menores, quando pegamos o acidente ou incidente – vou comentar isso aí – como um todo.

No momento podemos dizer o seguinte: a ANP sabe as causas do incidente. A ANP está certa? Talvez. Ela usou o seu conhecimento geológico, técnico, etc. Isso está indo para a Chevron, eles têm direito ao contraditório. Depois, vamos ter as alegações finais e estabelecer as penalidades.

Essas penalidades, como falei, estão lá, de acordo com a Lei nº 9. não sei das quantas (1.999), onde temos bem definido quanto ele deve e temos também, no contrato de concessão – talvez isso não tenha ficado claro –, mas em nosso documento de infração está escrito de infração está escrito que a companhia é passível de sofrer as conseqüências do contrato que dizem é possível alteração do operador, isto é, a Chevron pode ser proibida de operar e ter que passar a operação para a Petrobras. Por que para a Petrobras? Porque a Petrobras participa do consórcio, e ela é uma operadora qualificada como "A", como a Chevron. Então, ela pode operar em águas profundas, assim como pode haver a rescisão do contrato.

A escolha dessas opções ainda não está definida, porque estamos avaliando as razões da Chevron, mas o nosso relatório, aquela historinha que contei de entrar no reservatório e ter um *kick*. Um ki*ck* nada mais é do que ter uma pressão a mais de onde o óleo entra pelo poço. Se você deixasse, ele ia subir até a superfície e iria causar um acidente grave.

No substrato marinho, aquele equipamento grande, o BOP (*Blowout Preventure*), quer dizer, alguma coisa que previne a saída desastrada do óleo do gás, fecha. Com esse fechamento, houve um aumento de pressão que rompeu o poço não revestido. Então, nós consideramos que o não revestimento da totalidade, ou de uma parte mais longa do poço, foi crucial para acontecer um incidente. Estamos dizendo: "Olha, houve erros de projeto de poço tais, tais e tais*".*

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Desculpe, esse erro não poderia ter sido detectado com antecedência: examinar o projeto do poço e verificar que ele não está conforme as regras de segurança.

O SR. SÍLVIO JABLONSKI – Boa pergunta.

Consideramos isso aí uma falha do nosso processo – devo admitir –, porque, como falei no início, temos 600 perfurações por ano no Brasil. Isso dá 50 perfurações por mês. Então, dá mais de uma perfuração por dia. Um projeto de poço é uma obra de engenharia. Então, precisaríamos ter competência, e temos, mas gente, trabalhando para examinar cada projeto.

No petróleo, estamos pensando nisso, mas veja que é um desafio muito grande, porque, no petróleo, temos de deixar a cargo do operador, porque, na verdade, é bom para a ANP que haja um incidente? Não. É bom para o operador que haja um incidente? Não, porque isso altera o clima de negócio. O petróleo já não é bem visto em geral. Então, a ANP produz petróleo. Na melhor das hipóteses, ela vai produzir petróleo em condições amigáveis ao meio ambiente. Então, registro que estamos pensando, pelo menos em casos importantes, em passar a fazer a análise do poço também.

Muito bem. Já disse que a gente definiu bem as causas. O relatório vai ser entregue, assim que a Chevron devolver. Esse vai ser publicado para todo mundo, para a sociedade, para o Ministério, para todo mundo. Público, esse relatório. Isso, do primeiro incidente.

Não sabemos se o segundo incidente está relacionado ao primeiro ou não. E há essa dúvida quanto à questão do óleo que já está degradado, que já saiu do reservatório há algum tempo, pode ser um resquício do primeiro incidente que estava lá guardado na rocha. É comum ter subsidências? É comum ter subsidências em terra com a exploração de petróleo. Você faz poços em reservatórios muito rasos, e há um ligeiro afundamento terreno.

Agora, vale dizer que estamos num sistema equilibrado de pressão. E, onde estava o óleo, passa a entrar água. Então, ninguém pense que o reservatório é uma gruta ou uma piscina submarina. Ele é uma rocha porosa, onde o óleo sai e a água entra.

Então, não existem rios de petróleo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Não existem rios de petróleo?

O SR. SÍLVIO JABLONSKI – Não. Não existem lagoas, rios de petróleo. Assim como os aquíferos, as pessoas dizem assim: o Aquífero Guarani. Não é uma piscina que está lá embaixo; é uma rocha. Se você olhar uma rocha, você verá que é uma pedra. Só que ele é porosa; é chamada rocha sedimentar.

Então, achamos muito duvidoso que subsidência, que está a 900 metros do reservatório, tenha sido causada por um problema no reservatório, porque, quando se tem um reservatório depletado, ele tem exatamente a redução da pressão, mas entra água, ele se equilibra.

Assim, é por isso que estamos estudando isso. É por isso que convocamos os geólogos. Hoje, falando do Marcelo, porque ele pediu para falar, a sísmica já foi feita. Sísmica significa um navio passar, emitindo ondas sonoras, para estudar, como se estivesse fazendo uma ultrassonografia. Então, ele vai ver...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Até porque a sísmica, na verdade, na ordem cronológica,...

O SR. SÍLVIO JABLONSKI – Sim, mas a sísmica é feita como complemento ao longo do processo de produção. Então, estamos fazendo isso.

Resumindo, temos as causas do primeiro incidente. Não temos as causas do segundo incidente. Até o momento, não achamos que estamos diante de uma situação. Acho geologicamente impossível que haja um afundamento do solo marinho, porque ele não tem para onde ir. Ele está contido. Estamos num sistema de pressão equilibrado. Então, não temam, porque isso aí não vai acontecer.

Bem, só para terminar, então, a questão da fiscalização e do edital. O edital é feito exatamente para ser alguma coisa genérica. O edital é uma convocação das empresas brasileiras e estrangeiras, para participar de um processo de licitação. Quando ele sai, ele sai com contrato, como um apêndice, e esse contrato é muito mais detalhado em relação às obrigações do operador, mas ele não é totalmente detalhado e abrangente. Ele tem de se remeter aos regulamentos da ANP.

Então, um operador, ao iniciar a atividade no Brasil, ele tem de saber toda a regulamentação. Não é só ler o edital. Se fôssemos colocar no edital tudo de segurança operacional, tudo de meio ambiente, não iríamos a lugar algum.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Mas a minha preocupação é a seguinte: se o emprego da tecnologia de todos os recursos que possam minimizar os riscos de danos, se não é um critério de julgamento das propostas. Esse é que é o problema, porque no edital, você estabelece o critério de julgamento das propostas.

Pergunto se, entre os critérios, está esse dos critérios ambientais.

O SR. SÍLVIO JABLONSKI – Não.

Os critérios da proposta, no sistema de concessão, que é o dominante no Brasil, menos no pré-sal, que vai ser o de partilha, que não vai ser o caso de discutirmos isso agora, ele define o bônus de assinatura, isto é, quanto se paga (40%), quanto vale o programa exploratório mínimo, quanto você pretende fazer lá, porque, quando se licita um bloco em geral, se é de nova fronteira, como chamamos, não temos idéia. Temos apenas uma noção do que tem ali.

Então, queremos que o concessionário faça isso para a gente. Então, ele perfura. Então, o PEM (Programa Exploratório Mínimo) é um elemento considerado com 20%, e os outros 20% são do famoso conteúdo local, compra de bens e serviços da indústria brasileira, mas, no edital, as empresas precisam estar qualificadas de forma técnica, financeira e legal.

A qualificação técnica é que vai ter uma série de pesos: saber qual é a experiência em ambientes sensíveis; qual é a experiência em ambientes de alta pressão e temperatura; qual é a produção que ela teve; em que áreas ela já atuou, dependendo da equipe técnica que ele teve. Dependendo do somatório de pontos, ela vai ser A, B ou C. Se ela é A, ela pode qualquer coisa; se ela é B, águas rasas; se ela é C, *onshore*.

A nossa fiscalização, hoje – vou corrigir – é composta de 10 fiscais. Não temos treze. Calma. Mas não é só isso. Nós trabalhamos com a Marinha do Brasil e contratamos também o *bureau* velho...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Também com o orçamento contigenciado.

O SR. SÍLVIO JABLONSKI – O problema não é esse.

A ANP é um órgão que tem recurso próprio. O que ela não tem, hoje, são técnicos para fazer a fiscalização. Estamos pedindo um novo concurso de 170 ou 150 técnicos. Então, o Senador perguntou o que o Congresso pode fazer; dou uma sugestão: tentar com que consigamos providenciar esse concurso, porque não podemos contratar terceirizados para fazer isso.

Temos que fazer um concurso e contratar pessoas de alto nível, e o nosso fiscal não é uma pessoa que chega lá, pega um papel, olha e vê se colocou álcool no combustível. Essa pessoa que vai à plataforma é um engenheiro de reservatório, um engenheiro de poço, certificado internacionalmente. Então, depois que essa pessoa entra na ANP, ela vai passar anos em formação. Damos um valor muito grande a isso, porque tudo que um operador sabe temos que saber também. Então, conseguirmos essas pessoas seria uma coisa excepcional. Isso depende do Ministério do Planejamento liberar no momento.

Finalmente, o senhor perguntou sobre a questão da responsabilidade dos demais concessionários. Tanto o IBAMA, quanto a ANP, ela enxergam o operador. Então, é dele que vai ser cobrado. Só que eles têm um acordo chamado JOA (*Joining Operational Agreement*) – Acordo Operacional Conjunto. Eles definem o que cada um tem de pagar. Eles têm uma parcela no lucro e uma parcela no prejuízo. Nesse caso, a Chevron tem 48%, se não me engano; a Petrobras tem 30%; e a Frade/Japão tem o restante desse acordo.

Então, assim como ele tem essa proporção nos lucros, ele tem essa proporção nos prejuízos, só que não vamos entrar – o Estado – no meio e dizer: "Petrobrás, pague!" Porque, no direito internacional, a Petrobrás – aí é um problema deles – pode dizer que houve a famosa *gross negligence* "negligência grosseira". Pode ser que todo o problema fique com o operador, mas não estou dizendo que houve. Não estou usando este termo: "negligência". O nosso relatório não vai sair com essa palavra; vai sair não conformidades, críticas,

erros de projetos, e estamos cobrando as penalidades "a", "b", "c" e "d".

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado.

Com a palavra o Procurador Eduardo Santos de Oliveira.

O SR. EDUARDO SANTOS DE OLIVEIRA – Primeiramente, tentando responder às colocações do Senador Aloysio Nunes de Azevedo, em função da metáfora, por assim dizer, utilizada pelo Ministério Público, dessa bomba de efeito retardado.

A metáfora procede, inclusive não tenho formação geológica, mas é nosso dever buscar – e buscamos – outras *expertises* ao longo do nosso trabalho. Daí, conseguimos montar um leque de conclusões.

Estamos convencidos de que existem grandes possibilidades, ou mesmo probabilidades, de que haja ligação entre os acidentes – entre este recente e o de 7 de novembro. Por quê? Agora, retomando a primeira fala do Senador Sérgio e essa questão de ter fechado o poço, porque você pensa que, como ele explicou, não existem rios de petróleo. A imagem que se cria, para melhor entender onde está o petróleo, que se é criada pelos geólogos, são três bolas de bilhar, ou três bolinhas de gude, se você colocar as três juntas, aquele onde vai ficar, é exatamente onde estaria o óleo na chamada rocha reservatório. E aquilo, multiplicado, porque a rocha é grande extensão.

Então, quando você concede o bloco, já foi feito um trabalho anterior, inclusive de sísmica, onde se obtém dados, e estes são interpretados. A partir da interpretação desses dados, da geofísica, que, na verdade, é o que está em jogo aqui, depois é que você vai para a perfuração. São etapas complexas. Mas existe uma radiografia do local, de maneira a dar uma margem mínima de conhecimento a ser da possibilidade de existir ou não óleo naquele local para evitar o chamado poço seco, até porque a perfuração de um poço, segundo informações obtidas junto a essas expertises, pode passar de 500 mil/dia e chegar a um milhão/dia para perfurar um poço.

Então, o poço seco, na verdade, é um temor na indústria do petróleo. Assim, existe todo um trabalho. O que pode acontecer, por tudo o que estamos estudando – daí esta questão da bomba de efeito retardado – é que, primeiro, esse poço, que está no centro das atenções, não é o primeiro que a empresa fura no local. A empresa conhece.

E, se é verdade que a indústria petrolífera só avança, na medida em que perfura, quer dizer, as incertezas que só são próprias da atividade, que são próprias da geologia, que só são desfeitas, na medida em que se avança, em que se consegue construir modelos, em que se consegue testar modelos, é bem verdade que a empresa já deveria, a esta altura, conhecer melhor o Campo do Frade, porque, ela já furou, salvo engano, 19 vezes.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO SANTOS DE OLIVEIRA – Sessenta e dois lugares? Da Chevron?

Então, é de se esperar. E, daí, o que me causou espécie ...

O SR. SÍLVIO JABLONSKY – É uma empresa. Todos.

O SR. EDUARDO SANTOS DE OLIVEIRA – Mas só ela, 19 vezes. Então, causou-me surpresa, quando, após o acidente, houve esse pedido de suspensão da atividade para estudar melhor a geologia do local.

Do ponto de vista jurídico – e esta é a visão que adotamos –, jurídico-penal, jurídico-civil, o discurso obviamente é outro. Assim, os termos são outros: o termo "incidente", ou o termo "negligência". O termo "negligência" é corrente no discurso jurídico – o termo "responsabilidade". Então, não há problema algum em utilizá-los.

Então, o que me parece é que a empresa já conhecia ou devia conhecer melhor a geologia do local, a geologia do campo, se esse já era o 19º que já estava furando. Então, quando diz que quer suspender porque quer estudar melhor a geologia, isso soou ao Ministério Público Federal, no seu papel de guardião da Lei dos interesses da sociedade, como uma tomada de posição. Assim, as coisas estão ruins. E as coisas estão ruins nesse sentido, porque, de acordo com o que depreendemos do inquérito policial e, portanto, das investigações do Dr. Fábio, que foram complementadas com as próprias investigações do Ministério Público, o que se depreendeu é que, nesse fenômeno do BOP, de fechar, não foi assim tão simples. É porque quando se narra esse BOP, dá-se a impressão de que ele foi feito com sucesso. Não é essa a interpretação que o Ministério Público Federal tem da leitura e exame da prova dos autos e de alguns depoimentos.

Realmente, é uma questão de pressão dentro do poço. Este foi fechado. Usamos outra metáfora daí. Realmente, é como se você tamponasse a boca de uma garrafa e colocasse muita pressão. É o que foi feito com a lama. Foi colocada pressão, porque eles queriam "matar o poço". "Matar o poço" e "abandonar o poço" são termos que podem parecer corriqueiros, mas, na verdade, são um jargão.

"Abandonar" não significa colocar a viola nas costas e ir embora. "Abandonar o poço", na verdade,

é uma expressão técnica; significa realizar todos os procedimentos, obedecer a todos os protocolos de segurança, para abandonar, cessar a produção do poço em segurança. "Abandonar o poço", como o nome pode sugerir, pelo uso corrente da língua portuguesa não é simplesmente ir embora. E quando você soma isso a esse pedido, inclusive isso é que motivou a que o MPF requeresse em juízo que o Ministério Federal impedisse, pelo menos, no momento, a saída dos réus do País, porque a maioria deles é de outra nacionalidade. Hoje, eles não podem sair do País, até que avance pelo menos o processo penal, em função dessa conjunção de fatores. Mas o que aconteceu, nesse caso, segundo está nos autos, foi que eles fecharam realmente com esse BOP, mas depois injetaram muita pressão no poço, e as suas paredes não suportaram. Como estava dizendo, foi como se você fechasse a boca de uma garrafa depois de colocar muita pressão.

Tudo bem. Você faz com que esse quique, esse chute, que de repente vai sofrer o petróleo, não aflore pelo poço, não sua pelo poço, porque ele vai estar vai tampado, mas a pressão embaixo exerceu pressão nas paredes, e as estruturas do poço não suportaram. Engenheiros da empresa afirmam nos autos, em depoimento ao delegado Fábio, porque eles próprios não tinham exatamente certeza se o peso da lama que eles usam para poder matar o poço, se a estrutura do poço suportaria o peso da lama. Então, é sério nesse sentido.

O que pode estar acontecendo nesse momento, Senador – daí aquela bomba de efeito retardado – é que não sabemos se houve comprometimento – e nós acreditamos que houve – das paredes, das estruturas, do poço. Pode ter havido, de repente, comprometimento das estruturas da rocha reservatório, e isso pode estar vazando por baixo.

A minha pergunta foi, antes de denunciar, quando ainda estava maturando a concepção da denúncia, formando a chamada *opinio delicti*, se o vazamento cessou. Era uma pergunta simples, porque, se cessou, pelo menos, o crime parou de acontecer. A resposta oficial da ANP foi de que não, o vazamento não cessou. Quer dizer, o óleo não parou, de algum modo, de sair. É claro – e aí gostaria de fazer uma observação –, com o máximo de respeito que devo à agência e ao senhor, mas, às vezes, que a questão é de categorização.

Quando a agência detecta o que ela chama de inconformismos – é até uma linguagem usual no meio. Desculpe. Aliás, "inconformismos" seria o que eu diria em língua portuguesa, não é? "Não conformidade" é claramente a tradução de uma expressão inglesa, até porque há esse intercâmbio na indústria petrolífera. Isso não é de se espantar –, a classificação que ela faz disso, quer dizer, ela tem uma tábua de categorias, onde ela enquadra isso. E com essa tábua, o MPF não concorda, porque, então, aquilo que a ANP classifica como pouco grave; na interpreta jurídica, classificamos como muito grave.

Por exemplo, a ANP detectou vários problemas na Sedco 706. O professor explicou o que é a sonda, porque, às vezes, quem não vive próximo à localidade não tem a concepção concreta do que é, mas, na verdade, nada mais é do que um navio adaptado, porque eles não constroem.

O SR. SÍLVIO JABLONSKY – Na verdade, a FPCO para onde vai o óleo é um navio adaptado, mas não tenho certeza se a Sedco é uma FPCO, ou uma plataforma isolada.

O SR. EDUARDO SANTOS DE OLIVEIRA – Ela é posicionada na água por instrumentos, por computador. Então, inclusive, em relação a essa da Sedco, o estudante perguntou se havia outras empresas. Há, por exemplo, a Transocean, que é uma empresa envolvida no Golfo do México, proprietária da sonda, na verdade, também denunciada nos autos, porque entendemos também que funcionários da Transocean tiveram, em alguma medida, participação ou omissão relevante sob o aspecto jurídico.

Então, a Transocean, até onde nos foi possível detectar aqui, ela é proprietária da sonda. A proprietária detectou vários problemas na sonda, que talvez a ANP, quando categoriza, diz: "Não grave".

Quando vamos ler e imaginarmos juridicamente que é uma sonda que vai operar uma plataforma, considero isso grave. É como, para quem estuda Direito Ambiental, os padrões Conama, alguém pergunta: Quando o empreendedor segue os padrões Conama, se ele, por exemplo, causar morte de seres humanos, ou de fauna, ou de flora? Há a alegação de que seguiu o padrão Conama. Nunca vai convencer ao Ministério Público, porque sempre haver a decisão de fazê-lo. Então, como dizemos, essa bomba de efeito retardado é porque agora, neste momento, podem estar ocorrendo falhas geológicas desconhecidas, pode estar havendo vazamento.

Só para terminar, em relação àquilo que o senhor falou, em relação á multa do IBAMA e ao R$50 milhões, também é uma preocupação nossa a adequação dessa multa a uma maior escala financeira.

Nós, do MPF, pedimos uma indenização, somado todo o acidente, da ordem de R$20 bilhões. Esse número causou um grande alarde. Sempre me perguntava qual a razão do alarde. Por quê? Porque em outros países é usual que a indenização seja de grande monta, seja porque você realmente precisa

indenizar danos extensos, seja por conta do valor pedagógico.

À época, a gente dizia que o Brasil, na questão ambiental e de indenização, estava ainda num modelo "M" de milhões, de um milhão, de dois milhões, e, por exemplo, os Estados Unidos estavam num modelo "B", de bilhão. A própria Chevron fez um acordo nesse sentido.

Então, também compartilhamos dessa angústia, no sentido de que as multas deveriam ser mais efetivas.

Senador, Espero que tenha conseguido responder às suas indagações.

O SR. ALOYSIO NUNES TEIXEIRA (Bloco/PSDB – SP) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado. Quero agradecer aos nossos convidados que trouxeram os esclarecimentos. Como disse, vamos continuar esse debate.

Mas eu faço questão de registrar a minha conclusão desse debate. Na minha opinião, houve negligência da Chevron. Em minha opinião, a Agência Nacional de Petróleo foi muito pouco rigorosa. Quero registrar que considero um absurdo que, até hoje, o Governo Federal não tenha apresentado um plano de contingência.

Vivemos em um País em que há um grande desafio do pré-sal, algo extraordinário, que pode transformar-se em algo extraordinário para o País, mas temos que nos preparar, com toda a segurança para explorar essa riqueza nacional.

Faço questão de deixar isso registrado. Vamos continuar essas audiências, com esses especialistas, para fazermos o que pudermos aperfeiçoar na legislação brasileira. Queremos ouvir do Governo a apresentação do plano de contingência, que considero absolutamente essencial, para que o Brasil esteja à altura do desafio do pré-sal.

Com a palavra o Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES (Bloco/PSDB – SP) – Permita-me, Senador. Apenas gostaria trazer um dado à consideração do Senado. Do orçamento da ANP de cerca de R$5 bilhões, R$4,4bilhões foram contingenciados.

Essa é a realidade.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Gostaria de agradecer a presença de todos.

Declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 14 horas 05 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas 38 minutos.)

Ata da 11ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, realizada em 03 de abril de 2012, terça-feira, às 08h30, na Ala Senador Alexandre Costa, Sala n° 9.

Às oito horas e trinta e quatro minutos do dia três de abril de dois mil e doze, na sala de reuniões nº 9, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **RODRIGO ROLLEMBERG**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **JORGE VIANA, RODRIGO ROLLEMBERG, SÉRGIO SOUZA, IVO CASSOL, ALOYSIO NUNES FERREIRA, VICENTINHO ALVES, VANESSA GRAZZIOTIN, ANTONIO CARLOS VALADARES, LAURO ANTONIO E BLAIRO MAGGI**. Deixam de comparecer os Senhores Senadores **ANIBAL DINIZ, ACIR GURGACZ, PEDRO TAQUES, LUIZ HENRIQUE, WALDEMIR MOKA, EUNÍCIO OLIVEIRA, EDUARDO BRAGA, ÁLVARO DIAS, JOSÉ AGRIPINO, GIM ARGELO E RANDOLFE RODRIGUES.** A Presidência declara abertos os trabalhos e submete a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se à **PAUTA. AUDIÊNCIA PÚBLICA**, como parte do ciclo de debates dos temas da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio + 20, destinada a debater o tema economia da sustentabilidade, em atendimento ao Requerimento nº 07, de 2012-CMA. Comparecem os seguintes convidados: Sr. Mariano Laplane, Presidente do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE; Sr. Saulo Rodrigues Pereira Filho, Diretor do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília – CDS/UnB; Sr. Gustavo Luedemann, Coordenador da Área de Sustentabilidade da Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA; e Sr. Shelley de Souza Carneiro, Gerente Executivo de Meio Ambiente e Sustentabilidade da Confederação Nacional da Indústria – CNI. Após a exposição dos convidados, usam da palavra os Senhores Senadores **JORGE VIANA, RODRIGO ROLLEMBERG, SÉRGIO SOUZA E ALOYSIO NUNES FERREIRA**. Os convidados respondem as perguntas feitas e apresentam suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinqüenta e nove minutos, lavrando eu, Leany Barreiro de Sousa Lemos, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Rodrigo Rollemberg,** Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

REGISTRO DE TAQUIGRAFIA DA REUNIÃO DE 03/04/2012

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Sob a proteção de Deus, declaro aberta a 11ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A reunião destina-se à audiência pública para debater o tema economia da sustentabilidade, como parte do ciclo de debates dos temas da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio+20, em atendimento ao Requerimento nº 7, de 2012, de minha autoria.

Convido os senhores expositores a tomarem assento à Mesa: Sr. Mariano Laplane, Presidente do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE, Sr. Gustavo Luedemann, Coordenador da Área de Sustentabilidade da Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, Sr. Shelley de Souza Carneiro, Gerente Executivo de Meio Ambiente e Sustentabilidade da Confederação Nacional da Indústria – CNI e o Sr. Saulo Rodrigues Pereira Filho, Diretor do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília – CDS/UnB.

Registro a presença do Sr. Donizete Tokarski, Presidente da Ecodata, que estará que estará aqui conosco, na próxima semana, para participar do debate sobre o cerrado.

Quero dizer da minha alegria e agradecer, mais uma vez, a presença de todos os convidados.

Devo lembrar a importância deste tema. Estamos às vésperas da realização da Rio+20 e, como todos sabem, o Brasil tem uma imensa responsabilidade não apenas como anfitrião, mas também por ser hoje um País referência, e há uma expectativa muito grande em relação aos próximos passos a serem tomados pelo País, pela importância que o Brasil vem adquirindo, cada vez mais, no cenário internacional.

Nosso País conseguiu aliar, nos últimos anos, crescimento econômico com a redução da pobreza, redução das desigualdades sociais e redução do desmatamento. Contudo, é imensa a nossa responsabilidade por termos, há 20 anos, sediado a Rio 92, uma conferência considerada de muito sucesso devido aos documentos que produziu: a convenção de combate à desertificação, a convenção sobre mudanças climáticas, a convenção sobre biodiversidade.

Neste momento, quando o tema desta conferência é economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza, algumas questões se colocam: qual o conceito de economia verde? Será que todos estão pensando em um mesmo conceito de economia verde? Outros criticam que está havendo uma desambientalização da Rio+20, ou seja, de que as questões relativas ao meio ambiente estão perdendo espaço para questões relativas à economia. Eu entendo que devemos estar preocupados com os resultados externos, digamos assim, do que vai constar no documento final, assinado por chefes de Estado e chefes de governo, mas também devemos estar preocupados com o que chamo de legado interno, que tipo de convergências poderemos construir internamente, no Brasil, que possam mudar os paradigmas de nosso desenvolvimento.

Portanto, o tema economia da sustentabilidade se reveste da maior importância, e temos aqui representantes do setor produtivo, da Confederação Nacional da Indústria; representantes da comunidade acadêmica, representada aqui pelo CDS; representantes de uma instituição que também se dedica a aprofundar os estudos estratégicos sobre o futuro do Brasil, que é o CGEE; e representantes também de uma instituição de pesquisa estatal, governamental, o Ipea, que tem uma grande tradição de qualidade em estudo sobre temas de interesse do Brasil. Portanto, esse é mais um debate. Esse ciclo de debates continuará até as vésperas da realização da Rio+20.

Recentemente, em uma viagem ao exterior, tive oportunidade de perceber o interesse do mundo em relação ao Brasil e em relação, especificamente, a essa Conferência. Muitos depositam uma expectativa muito grande na Rio+20, o que só aumenta a responsabilidade do Brasil.

Portanto, agradecendo, mais uma vez, a todos pela presença, vamos iniciar os trabalhos ouvindo o Sr. Mariano Laplane, Presidente do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. Vamos definir o tempo inicial de vinte minutos para cada um. Se houver necessidade, a Mesa será tolerante.

Muito obrigado.

O SR. MARIANO LAPLANE – Muito obrigado, Senador, pelo convite para participar desta reunião da Comissão. Vou focar a questão da economia da sustentabilidade com uma visão um pouco eclética. Eu sou economista, mas tenho, atualmente, desempenhado a função de Presidente do CGEE, uma organização social vinculada, por meio de um contrato de gestão, ao Ministério da Ciência e Tecnologia. Então, vou privilegiar,

na análise dos fundamentos econômicos da sustentabilidade, o papel da inovação e do conhecimento. Não apenas do conhecimento científico-tecnológico, mas, numa perspectiva um pouco mais geral, uma reflexão sobre o conhecimento que a História Contemporânea nos oferece em relação a impasses, a grandes debates, como este que teremos em junho, por ocasião da Conferência Rio+20.

A ideia de que o desenvolvimento sustentável se apóia em três pilares, um dos quais é justamente a economia, é, até certo ponto, consensual, consagrada, inclusive, em documentos das Nações Unidas, em conferências anteriores.

Entretanto, como o senhor mencionou, Senador, na sua fala inicial, assistimos, nas últimas semanas, na medida em que nos aproximamos da data da Conferência, a uma série de debates muito intensos em relação a como devem se situar esses três pilares: em pé de igualdade, complementares, se existe risco de algum deles assumir um papel exageradamente destacado, se questões sociais e econômicas estão ou não se sobrepondo à dimensão ambiental nos documentos preparatórios para a Conferência.

Esse tipo de debate, na verdade, não é novo. De certa maneira, é uma reedição de uma histórica controvérsia entre catastrofistas e otimistas em relação a possibilidades de nosso Planeta comportar níveis de consumo e produção intensivos de recursos naturais ainda superiores ao que temos hoje. Há uma longa tradição de confronto de ideias em relação a isso. Mas não se trata apenas disso.

Uma boa parte dos debates que precedem a Conferência Rio+20 estão contaminados, por assim dizer, das frustrações resultantes da incapacidade de materializar algumas das promessas da Rio 92. Particularmente, os embates pouco frutíferos nas sucessivas conferências sobre meio ambiente, a incapacidade da comunidade internacional de chegar a um consenso em relação, por exemplo, ao acordo de Kyoto, ao fracasso de Copenhagen e assim por diante. São estes dois elementos: há um elemento meio atávico, de conflito de ideias, mas há uma realidade muito mais próxima a nós, de frustrações. A Rio 92 trouxe uma série de promessas, algumas das quais não se materializaram. É esse o pano de fundo dos embates atuais que precedem a Rio+20.

Então, faço essa reflexão sobre conhecimento histórico que possa nos ajudar neste contexto atual. Afinal de contas, por que as promessas da Rio 92 não se materializaram? O que podemos imaginar no cenário atual quanto à possibilidade de que agora finalmente se materializem alguns avanços.

Em primeiro lugar, é preciso partir da constatação relativamente óbvia de que 2012 não é igual a 1992. Para todos os efeitos, vivemos num mundo profundamente diferente daquele da conferência Rio 92, em vários aspectos. Por exemplo, uma análise do ponto de vista do ciclo da economia mundial, do ciclo dos negócios.

No início dos anos 90, nós estávamos, embora não soubéssemos, prestes a iniciar um processo de aceleração do crescimento da economia mundial bastante significativo. Talvez o mais prolongado e o mais intenso depois do longo ciclo do crescimento do pós-guerra. Nos anos 90, a economia mundial deixou para trás a instabilidade dos anos 70 após a crise do petróleo. Nós não vimos isso aqui no Brasil. Os anos 90, para nós, foram anos de forte instabilidade na economia brasileira, ciclos de crescimento muito curtos, mas isso não foi verdade para o resto do mundo. Nem para o mundo desenvolvido, haja vista as taxas de crescimento dos Estados Unidos neste período, nem para o mundo dos emergentes. Boa parte do que hoje consideramos um milagre chinês começou a se materializar, a ser visível, nos anos 90.

Então, o ciclo dos negócios em 2012 se encontra num momento completamente diferente. Nós estamos ainda no bojo de uma profunda crise econômica e sempre com o risco iminente de uma nova crise financeira. Assim, superamos a Grécia; o próximo é Portugal; eventualmente depois a Espanha e, se chegarmos à Itália, aí talvez seja efetivamente o fim da história. São dois momentos da economia completamente diferentes. Do ponto de vista da geopolítica mundial, totalmente diferentes.

Em 1992, nós estávamos inaugurando o mundo pós-queda do muro de Berlim. Uma virtual hegemonia, um mundo unipolar, os Estados Unidos em pleno comando e uma expectativa da comunidade internacional de que haveria espaço, encerrada a guerra fria, para implantar mecanismos de governança mundial mais abertos, mais democráticos, pelo menos não tão contaminados ideologicamente como tivemos a guerra fria.

Vejam como o mundo mudou de 1992 para 2012. Hoje, em parte em função da crise, vivemos um novo momento de tensões, e a governança mundial altamente instável, ainda não configurada. É uma sucessão de novas siglas que fazem referência a isso, é o G-20, é o G-2 – já passamos do tempo do G-7 – uma governança internacional ainda não construída.

Eu poderia continuar listando um avanço fantástico da ciência, do conhecimento, da tecnologia, uma consciência muito mais acurada das implicações, do impacto ambiental, do funcionamento da economia.

Enfim, estamos num mundo 2012 profundamente diferente daquele de 1992.

É verdade que a Rio 92 não atendeu às expectativas. E a pergunta é: por quê? Não pretendo dar uma resposta muito simples, mas eu arriscaria dizer que se procurássemos nas profundas transformações por que a economia mundial e a governança global passaram nos últimos 20 anos encontraríamos uma boa parte das respostas. As transformações da economia e da governança mundial nos últimos 20 anos não foram propícias para a geração de consenso em torno da resposta mais adequada ao desafio ambiental.

Vejam só, embora o discurso ambientalista tenha se tornado cada vez mais consistente, coerente, as evidências empíricas de que há um problema a ser enfrentado são cada vez mais contundentes, não foi possível gerar convergência de objetivos e de ações nessa direção. Nos últimos 20 anos, nós caminhamos, do ponto de vista da governança mundial e das estratégias de crescimento e desenvolvimento econômico dos países, cada vez mais na direção de uma lógica do cada um por si, da concorrência entre indivíduos, entre empresas, entre grupos, entre países. Aliás, a abertura do mundo à concorrência, em espaços cada vez mais abertos, mais livres, fez parte da própria lógica da globalização, era uma premissa de que isso era, do ponto de vista do desenvolvimento e crescimento econômico e do bem-estar, o melhor caminho.

A pergunta é: esse cenário pode e deve ser alterado depois de 2008, ou seja, no bojo da crise? É uma pergunta que oferece uma resposta muito simples, porque, em uma economia mundial em expansão, com uma perspectiva de governança mundial sem ideologias, como era a que se abria em 1992, em crescimento então, a ideia de que a concorrência era o melhor motor das transformações econômicas e sociais talvez fizesse sentido. De fato, fez, pois boa parte do mundo caminhou nessa direção.

Mas, no contexto atual de crise, tivemos oportunidade de constatar não apenas as contribuições, os resultados positivos desse esforço de concorrência acirrada, constatamos também, a partir de 2008, o lado negativo que se materializa na crise, inicialmente, da economia americana, falência de empresas centenárias, instituições financeiras centenárias, o governo dos Estados Unidos socorrendo algumas empresas que eram ícones do desenvolvimento industrial americano, como a General Motors, como a Chrysler. Na Europa, a crise econômica de vários países comprometeu o que parecia ser a aposta mais arrojada dos últimos 50 anos na construção de uma comunidade de nações, de uma unidade política, monetária, fiscal etc. Não são essas manifestações de que devemos temperar o papel da concorrência entre indivíduos, empresas, grupos e países, com alguma noção de responsabilidade coletiva?

Um compromisso coletivo com a segurança ambiental, evidentemente, é o que se busca na Rio+20, mas não apenas ambiental. Um compromisso coletivo entre as nações e no interior das nações com a segurança alimentar, com o acesso livre ao conhecimento, à educação, com direitos humanos, com direitos de cidadania, com direitos das minorias, com emprego decente, para usar o linguajar da OIT. Será que seremos, na Rio+20, capazes de assumir ou pelo menos construir um caminho na direção de compromissos coletivos, concorrência de um lado, compromissos coletivos de outro, que nos permitam avançar na direção das promessas da Rio 92? Essa é a grande questão.

As bases econômicas e sociais da sustentabilidade somente poderão ser construídas com algum grau de consenso quanto à noção de responsabilidade coletiva no interior de cada país, como eu disse, e na comunidade internacional.

Sei que isso pode parecer uma utopia, muito distante das discussões que têm aparecido nos jornais, mas, eu disse, estou baseando-me em experiências históricas recentes, porque o *new deal* dos anos 30 nos Estados Unidos não foi muito diferente: foi uma construção coletiva, social, a partir de uma noção de responsabilidade coletiva. Esse *new deal*, inicialmente construído na era Roosevelt nos Estados Unidos, que tirou os Estados Unidos da crise – não apenas, mas ajudou bastante –, depois se traduziu numa espécie de receita universal, e no pós-guerra se estendeu ao ocidente todo.

Que outra coisa foi o plano Marshall senão uma explicitação da noção do Estado americano, de que tinha uma responsabilidade também em relação à reconstrução da Europa?

A Rio+20 poderá nos afastar da frustração que resulta dos fracassos das conferências ambientais? Poderá nos devolver uma parte do otimismo que a Rio-92 trouxe? Sim, nos colocar no caminho de uma construção social coletiva em relação à importância de oferecermos à boa parte da humanidade, o que não têm hoje, que é segurança alimentar, educação, saúde, bem-estar.

Sem essa base consensuada politicamente entre as nações e dentro das nações e a criação de uma agência, a adoção de normas serão seguramente insuficientes, e nós continuaremos acumulando frustrações. Veja só: não se trata, na minha opinião, de apenas transformarmos a maneira de produzir e consumir bens. Não se trata apenas de tornar mais verdes os padrões de crescimento econômico. Isso é importan-

te. A economia verde é um caminho. O crescimento verde também é uma parte da solução. Oportunidades tecnológicas e o avanço do conhecimento da ciência, felizmente, geraram essas oportunidades.

Temos hoje técnicas disponíveis ou a serem rapidamente alcançadas, de manejo de recursos naturais, de manejo responsável, de uso muito mais eficiente da água, da energia, formas mais eficientes de produção de alimentos – isso é importante. É uma parte da solução, mas não é toda a solução. Além da economia verde, além do crescimento verde, nós precisamos, no interior de cada país e em escala mundial, padrão de crescimento que seja capaz de reduzir as assimetrias em termos de bem-estar entre grupos no interior de cada país e entre os países.

A qualidade do crescimento deve ter, pelo menos, estes dois componentes: o componente verde e o componente da equidade. São dois componentes que se reforçam mutuamente. A deterioração do meio ambiente comprometerá ainda mais as condições de bem-estar para boa parte da humanidade, mas, sem a redução da desigualdade, sem patamares mais adequados de equidade, nós não geraremos apoio, consenso e mobilização para avançar na direção do crescimento verde.

É preciso, portanto, mirar as maneiras de reduzir as assimetrias, como eu já disse, e oferecer mais segurança às populações do mundo. Nesse contexto, o acesso livre ao conhecimento é um aspecto muito importante.

A Rio+20 deve fixar metas que possam ser monitoradas. Devemos fixar o compromisso de não retrocesso nas conquistas que possam ser atingidas e devemos caminhar para uma governança global mais democrática. O Brasil tem exemplos a dar em cada uma dessas dimensões e tem muito a aprender também de outros países, em cada uma dessas dimensões. A responsabilidade do Brasil, como disse o Senador na sua abertura, é particularmente grande, porque há uma enorme expectativa fora do Brasil em relação ao que essa conferência poderá trazer de bom para romper o impasse e as frustrações acumuladas depois da Rio-92.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Sr. Mariano Laplane, Presidente do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE).

Quero registrar a presença do Senador Sérgio Souza, do Senador Lauro Antonio, Senador Blairo Maggi e do Senador Ivo Cassol.

Vamos ouvir, agora, o Sr. Gustavo Luedemann, Coordenador da Área de Sustentabilidade da Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

O SR. GUSTAVO LUEDEMANN – Bom dia a todos.

Inicialmente, gostaria de agradecer ao convite feito ao Ipea pela Comissão, na pessoa do Senador Rodrigo Rollemberg. Muito obrigado pelo convite, pela oportunidade.

É uma honra estar a esta Mesa junto com Senador Rodrigo Rollemberg, assim como ao representante da CNI, o Sr. Shelley de Souza Carneiro, ao representante do CGEE Mariano Laplane e também ao amigo Saulo da CDS/UnB.

Gostaria de gastar dois minutinhos fazendo uma propaganda do Ipea, falar que o Instituto de Pesquisa é ligado à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, cuja missão é produzir, articular e disseminar conhecimento para aperfeiçoar as políticas públicas e contribuir para o planejamento do desenvolvimento brasileiro.

Pode passar o próximo.

Aqui mostramos que, no último planejamento estratégico do Ipea, pensou-se em eixos de desenvolvimento. Um deles é o eixo de sustentabilidade ambiental, para demonstrar a preocupação que já existe na instituição, o que reflete, no meu entender, também uma preocupação do Governo e do Estado brasileiro.

No próximo *slide*, vemos a estrutura da organização. Temos diversas diretorias, que vão desde a Diretoria de Macroeconomia – certamente a mais conhecida do Ipea –, a diversas outras e uma Diretoria – como disse o Senador Rodrigo Rollemberg – de Estudos Regionais Urbanos e Ambientais, que cuida das políticas dessa área e também a Coordenação de Desenvolvimento Sustentável, da qual sou coordenador neste momento. Além disso, há uma portaria recente que convoca representantes de todas as diretorias para discutir a questão da sustentabilidade ambiental no desenvolvimento, mostrando, então, que esse eixo está se consolidando, de fato, não apenas na estrutura, no papel, em nossa instituição.

Passando ao tema do nosso debate de hoje, gostaria de lembrar – o Mariano já deu uma boa introdução sobre esses assuntos – que em Estocolmo, em 1972, essa questão da capacidade de suporte da Terra de conseguir dar qualidade de vida à população crescente era uma preocupação muito grande.

No entanto, as posições se mostraram bastante distintas já nas preparatórias da reunião e se percebeu que havia uma preocupação de que as economias, eventualmente, pudessem não mais crescer ou coisa desse tipo, o que, obviamente, preocupou os países em desenvolvimento, como o Brasil.

Se a Suécia disser que a economia não precisa crescer, podemos entender que a qualidade de vida na Suécia é suficiente para, vamos dizer, pensar em uma estagnação dessa qualidade de vida. Agora, nos países em que a fome é uma realidade, nos países em que há um déficit de consumo de bens mais essenciais, isso é impensável. Mesmo pensando na melhor política possível de distribuição da riqueza, ela não seria suficiente para dar condições, qualidade de vida mínima, nos padrões de 1972, para que se possa pensar em uma estagnação econômica.

O Mariano fez uma excelente explanação do *animus* da época da Rio 92, da abertura dos mercados, dessa visão muito animadora sobre o futuro da economia mundial, que talvez explicasse também uma coisa difícil de entender nos dias de hoje, que foi a aceitação, principalmente por parte dos países ricos, em assinar o sétimo princípio da Carta do Rio, que diz que os países ricos reconhecem que pressões são exercidas por suas sociedades sobre o meio ambiente global e que também a sua capacidade de enfrentar os problemas ambientais, dadas as tecnologias e os recursos financeiros que eles controlam, teriam, vamos dizer assim, um papel maior no enfrentamento da crise ambiental global.

Esse princípio, como a gente vai ver um pouco mais tarde, ainda nesta apresentação, tem causado bastante desentendimento. Eu acho que essa sensação de desânimo, de descrédito do sistema multilateral ao qual se referiu o Mariano se dá um pouco por causa do custo do enfrentamento dessas questões e que os países ricos não estão muito dispostos a enfrentar sozinhos.

Então, no próximo *slide* a gente mostra que países em desenvolvimento, como o Brasil, têm prioridades bem claras. Nós temos, segundo o IBGE, cerca de 16 milhões de pessoas em situação de pobreza extrema, ou seja, que vivem com renda familiar *per capita* abaixo de R$70,00 por mês. Obviamente, rendas menores que R$70,00 obrigam pessoas a recorrer a outros recursos. Então, essa população depende tanto de recursos naturais, quando em área urbana, assim como também de dejetos da sociedade, da parte mais abastada da sociedade, quando em áreas urbanas.

A gente vê aqui uma fotografia do "lixão" de Brasília, cujo nome oficial é Aterro Controlado do Jockey Club, muito nobre, mas a realidade é essa que a gente está vendo. Essa foto eu retirei do *site* do Movimento Nacional dos Catadores de Material Reciclável.

O enfrentamento dessa realidade vem se dando com a Lei de Resíduos, que prevê agora a chamada economia circular, em que se pensa no ciclo de vida dos produtos, em que se pensa na responsabilidade compartilhada em relação aos resíduos que dá não só ao Poder Público, mas também ao gerador e também ao usuário dos produtos a responsabilidade de como esse produto vai terminar ou como ele vai ter o seu destino final, a sua destinação final encaminhada.

Agora vai ser lançado o programa Pró-Catador, uma série de medidas para otimizar os recursos disponíveis para auxiliar principalmente os catadores organizados ou para auxiliar catadores a se organizarem em associações e cooperativas e há diversas outras ações do Governo também, como o Plano de Ação contra o Desmatamento da Amazônia, que tem tido excelentes resultados, como está mostrando aqui o gráfico, que mostra a redução da taxa de desmatamento ao longo dos anos. A gente vê ali que, a partir de 2004, com a ação do PPCDAm, a queda é indiscutível. São dados do Inpe. Esse é um compromisso brasileiro também firmado...

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Aquele número ali é em hectares, 27.772, lá em 2003, para, em 2010, 6.451? É em hectares? É isso?

O SR. GUSTAVO LUEDEMANN – Sim, quilômetros quadrados desmatados por ano. Acho que é isso.

Enfim, eu busquei essa foto só como uma ilustração de que, digamos assim, há ação do Governo brasileiro em relação a questões ambientais, sim, mas sempre com esse foco, claro, assim como de outros países que enfrentam os problemas que o Brasil enfrenta em combater também a pobreza.

No próximo *slide* eu queria reforçar só que não devemos tratar apenas da questão da pobreza. Os serviços ecossistêmicos são essenciais para manutenção da nossa vida. Temos benefícios diretos dos serviços prestados pelos ecossistemas, desde manutenção do clima, fornecimento de água potável, assim como temos a retroalimentação do sistema produtivo, quer dizer, sem a existência de uma área de vegetação nativa, e muito provavelmente não teremos os polinizadores. Por exemplo, não adianta a gente ter uma cultura de laranja se a gente não tem um ambiente em que possam se reproduzir também os polinizadores, para que ocorra a polinização e a existência das frutas. Assim como o regime de chuvas alterado pela modificação de paisagens, vapor, transpiração do sistema, etc. Isso já foi bastante debatido na Casa. Especialmente nós conhecemos o esforço desta Comissão em conciliar os diversos interesses na questão do Código Florestal.

Aqui está uma ilustração da contribuição dessa cidade brasileira para o progresso da ciência e da ABC em ilustrar esses serviços ecossistêmicos. Essa discussão é extremamente complexa, Senadora, porque é muito difícil também termos índices. Nós tentamos fazer isso no Ipea, nós temos um trabalho que foi ci-

tado aqui que na verdade foi uma grande frustração. Nós tentamos fazer uma análise de custo–benefício de cada um dos dispositivos e tentamos valorar os serviços ecossistêmicos por hectare de APP de beira de rio por reserva legal e acabamos nos frustrando muito porque algumas coisas não são nem difíceis de valorar, sabemos quanto custa dragar certa quantidade de sedimento do rio, mas não sabemos o que implica uma margem de rio ter um metro a mais um metro a menos de vegetação; quanto isso implica a entrada de sedimento no córrego, por exemplo, ou numa reserva legal; se ela é, em termos percentuais, maior ou menor em relação à propriedade rural; quanto isso comprometeria em termos de polinizadores. Na verdade, faltam muitos dados. Essa discussão é extremamente difícil. Por isso acho que também existe tanto ruído entre os interesses dos produtores e da ciência que se preocupa também com a manutenção desses serviços ecossistêmicos.

Passando para o próximo *slide*, eu queria chamar à atenção também para a questão de que, independente da importância para nós dos serviços ecossistêmicos e de como nós temos que enfrentar isso na nossa política interna, existe também uma pressão internacional em relação a questões ambientais. No entanto, ela precisa ser vista com certa clareza. Há interesses também que vão muitas vezes além dos declarados, uma preocupação com a sustentabilidade ambiental. Ela pode mascarar também, por exemplo, uma subversão de uma ordem imposta hoje nas discussões ambientais na geopolítica mundial.

Aqui há esse artigo da Reuters que mostra que países desenvolvidos querem cobrar uma métrica de sustentabilidade. Fala-se agora no PIB verde, na contabilidade ambiental. Em princípio, nada de errado com essa ideia. Mas quais são as implicações políticas? Qual a influência que essas exigências, como foram colocas inclusive pela Grã-Bretanha, pode causar nas negociações internacionais?

No próximo *slide* vamos pensar um pouquinho no caso do Brasil. Estamos discutindo muito a desindustrialização do Brasil. Na verdade os setores que estão crescendo no Brasil hoje são os de produção, principalmente de exportação de *commodities*. Intensivos em recursos naturais, portanto, a gente pode imaginar que numa contabilidade verde, do jeito que ela está sendo proposta, o Brasil pode não se sair muito bem na foto.

No próximo slide, o risco político que isso pode causar.

Como falei no slide sobre a Rio 92, por, vamos dizer assim, um otimismo grande que existia na época, os países ricos acabaram por não se opor. Não se opor não é a expressão correta. Foi aquele diplomata que participou das discussões na época e ia ficar muito injuriado comigo se eu dissesse que ninguém se opôs, mas, em última análise, aceitaram assinar o princípio da responsabilidade comum, porém diferenciada, e a respectiva capacidade dos países de responder aos problemas ambientais. E esse princípio, nas convenções que foram firmadas no Rio ou lançadas, já que foram negociadas antes na comissão do clima, na comissão da biodiversidade ou na comissão de desertificação, principalmente na comissão do clima, esse princípio é o desencadeador dos maiores debates. Em quase todas as discussões, os países ricos tentam dividir a conta, falando em bom português, do enfrentamento dos problemas, enquanto os países em desenvolvimento – G-77 e China são um bloco que conta com mais de 100 países – são o bloco de países que no conjunto batem o pé e dizem: não, as nossas prioridades são outras. Há um compromisso assumido por parte dos países ricos em liderar, em pagar a maior parte da conta do enfrentamento dessas questões. E esse desentendimento é o cerne do cenário que o Mariano nos apresentou como algo que hoje é desanimador.

Eu discordo um pouco em relação a esse desânimo, a essa falta de conquistas, porque na verdade nós temos grandes conquistas. O Protocolo de Montreal em relação aos gases que afetam a camada de ozônio foi extremamente bem sucedido. Por mais que seja pouco ambicioso, que as seduções ainda do primeiro período de compromisso do Protocolo de Kyoto sejam, pelo ponto de vista da ciência, muito, muito aquém do que é exigido para nos tranquilizarmos em relação à mudança climática, ele foi uma forma de governança que funcionou como jamais visto para questões tão importantes quanto a base da economia a ser enfrentada. Desde a Revolução Industrial, na verdade, desde que conhecemos a economia como é hoje, ela é muito baseada em combustíveis fósseis. O Protocolo de Kyoto bota o dedo na ferida do funcionamento atual da nossa economia e custa muito. Atender às reduções de emissões é algo custoso e os países desenvolvidos... Tanto é assim que o maior poluidor entre os países ricos até hoje não aderiu ao Protocolo de Kyoto e continua a enfrentá-lo, o que mostra que ele teme uma perda de competitividade das suas empresas frente aos países que não têm os mesmos compromissos. Quer dizer, foi dado um fôlego maior aos países em desenvolvimento para não sofrer essa limitação, enquanto os países desenvolvidos têm que enfrentar metas de redução de emissão.

Com o MDL, por exemplo, vemos que a nossa participação no mercado de carbono possibilita que parte desses recursos para o enfrentamento também venham para países em desenvolvimento como o Bra-

sil. Recebemos recursos para fazer projetos de redução de emissões no Brasil e muitas vezes recebemos também tecnologia.

Transferência de tecnologia e de recursos são as coisas mais difíceis de ser negociadas. Então esse mecanismo de mercado que o Protocolo de Kyoto trouxe foi extremamente útil para países em desenvolvimento, mesmo que a escala seja muito menor do que a desejável.

Creio que o meu tempo acabou, então passo rapidamente os próximos *slides*, mostrando que...

Perdão, aqui há uma notícia recente informando que o Brasil vai mal no índice da ONU que mede riqueza natural. O que isso aqui nos está dizendo? Simplesmente que o Brasil é um País exportador de *commodities*. Qualquer país exportador de *commodities* que tenha a sua economia fortemente baseada na exportação de *commodities* vai ter esse desenho. A Índia tem um desenho muito parecido.

Essa é uma medida de desenvolvimento sustentável? Grosso modo, pode-se dizer que sim, porque fomos além do PIB. Não estamos medindo apenas fluxo; estamos medindo também o estoque. Estamos aumentando a riqueza, porém estamos diminuindo o estoque da riqueza. Isso é mais verdade quando analisamos a economia mundial como um todo do que quando analisamos os países, porque, se nós estamos produzindo, outra pessoa está comprando. Portanto, precisamos analisar isso não só pelo ponto de vista da oferta, mas também pelo ponto de vista da demanda. Isso torna o Brasil um vilão em termos de desenvolvimento sustentável? Pessoalmente acho que não.

O próximo *slide* ressalta, mais uma vez, o que eu falei. Já que o tempo está esgotado, podemos pular para o próximo.

Quero só mostrar que existem inúmeros índices indicadores de sustentabilidade e que há uma proliferação de trabalhos acadêmicos hoje que mostra que é muito mais útil analisar a sustentabilidade sob o ponto de vista do consumo, por um motivo muito simples.

Se tenho uma produção de minérios e eu os exporto, não sei dizer se o que eu estou produzindo é uma coisa fútil ou se é uma coisa extremamente útil que está tirando pessoas da miséria, que está salvando pessoas em hospitais; eu não sei o que está sendo feito com aquele minério. Mas, se eu analiso pelo ponto de vista do consumo, eu posso saber o que está sendo consumido; qual é a importância desse bem; se eu posso sobretaxá-lo, porque ele tem certo grau de futilidade e está utilizando um recurso natural que vai fazer falta no futuro. Então, pelo ponto de vista do consumo, é muito mais lógico.

Porque, de repente, o Pnud auxilia... Não é o Pnud. Perdão. É o Pnuma, que, com a Universidade da ONU, vem agora com a contabilidade verde para levar essa discussão à Rio+20. Eu não vejo muita utilidade desse indicador na convenção. Eu não vejo qual é a novidade que ele traz à discussão na Rio+20 para a negociação de novas diretrizes do que será a legislação internacional sobre meio ambiente no futuro. Eu acho que, se estabelecermos indicadores, no mínimo eles terão que ser pelo consumo e *per capita*.

Passo ao próximo *slide*, praticamente encerrando. Acho que posso encerrar no próximo *slide*, porque a ideia mais importante está aqui. Analisando o consumo *per capita*, por exemplo, vemos que países como Luxemburgo, Estados Unidos, Canadá e Suíça aparecem entre os menos sustentáveis; e países como Brasil, China e índia, aparecem, por ordem, no 50º lugar. Também fica muito claro, pelo padrão do que é consumido nesses países, que a maior pegada ambiental desses países vem do consumo de alimento. Na verdade, isso indica que ainda temos um *déficit* de consumo. Deveríamos ter um crédito ainda para haver uma pegada ambiental maior por conta do consumo.

É lógico que estou falando aqui em medidas macro, sem esquecer aquelas premissas de que falei no início, porque temos que nos preocupar, sim, na nossa política interna, com os nossos recursos naturais que são um ativo extremamente importante. Mas, para negociação internacional, para diretrizes das novas políticas mundiais sobre meio ambiente, acho que é muito mais interessante que os países analisem o seu impacto ambiental pelo seu consumo e pelo seu consumo *per capita*.

Acho que os próximos *slides* vão mais ou menos repetir essa ideia.

Paro aqui por conta de ter estourado o tempo. Peço desculpas ao Senador Rodrigo Rollemberg e passo novamente a palavra a ele.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu que agradeço, Gustavo Luedemann, Coordenador da Área de Sustentabilidade da Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais do IPEA.

Lembro às Srªs e aos Srs. Senadores que, após a audiência pública, nós teremos uma reunião deliberativa.

Passo a palavra ao Sr. Shelley de Souza Carneiro, Gerente Executivo de Meio Ambiente e Sustentabilidade da Confederação Nacional da Indústria – CNI

O SR. SHELLEY DE SOUZA CARNEIRO – Eu gostaria de cumprimentar o Senador Rodrigo Rollemberg e, na sua pessoa, cumprimentar todos os Sena-

dores presentes, os companheiros de Mesa, senhoras, senhores e autoridades presentes.

Com muita satisfação, queria cumprimentar a Comissão de Meio Ambiente do Senado por trazer um assunto polêmico, atual, a que a sociedade e o Senado, representando a sociedade, precisam estar muito atentos, como a sociedade empresarial está.

Acho que este é um momento ímpar, em que temos hoje de fazer os ajustes necessários, trazendo o problema da sustentabilidade para, principalmente, uma discussão mais estratégica em nível internacional e em nível nacional.

O Brasil tem hoje alguns aspectos fundamentalmente muito positivos, para que possa discutir isso em nível internacional num ponto estratégico, num ponto de realce em relação a toda a comunidade internacional, isso pela sua biodiversidade, pelos recursos naturais que tem, por todas essas belezas que Deus nos deu e por toda essa riqueza econômica que nós temos, não só agora, mas olhando o mundo numa perspectiva de 20 anos; olhando o mundo numa perspectiva, principalmente, de encontrarmos condições de sairmos do momento social, econômico, ambiental em que estamos e transcendermos um pouco para um outro quadro que vem permeando toda a sociedade no âmbito internacional. E a economia vai ser um dos – um dos, não o único – elementos fundamentais dessa grande transição.

Gostaria de dizer que trouxe algumas transparências, mas, pelo tempo, não vou poder me ater muito a todas elas. Alguns pontos aí merecem até seminários, para nós nos aprofundarmos muito nos temas que vou colocar, mas eu gostaria de colocá-las assim mesmo para mostrar que o setor empresarial está discutindo isso, está indo a fundo nesses problemas e está querendo tomar a frente como protagonista e não coadjuvante de um processo tão importante para si mesmo.

A CNI hoje representa a indústria nacional de uma maneira – é importante que se entenda – institucional muito forte. A CNI hoje tem 27 federações ligadas a ela, federações estaduais, cerca de 1300 sindicatos empresariais e cerca de 600 mil empresas ligadas a esses sindicatos em todo o Brasil, e ela representa, a despeito de outras instituições que têm grandes empresas apenas ligadas a seu sistema, ela representa a pequena, a média e a grande empresa em todo o Brasil. Empresas que estão muitas vezes esquecidas nesse grande trabalho que tem sido feito, mas 80, 90% do emprego hoje gerado no País estão na pequena e na média empresa, que precisa ser vista de uma maneira diferente: não como coadjuvante, mas como grande propulsora do desenvolvimento industrial do Brasil, grande parceira nesse processo. E este é um dos nossos desafios, o desafio de colocar a pequena e média empresa dentro da discussão do problema de sustentabilidade em nível nacional.

Pode passar, por favor.

Nós temos um *site* para a Rio+20, que não foi feito por apenas uma confederação, mas com todos os partícipes dessa confederação, na vontade de que pudéssemos trazer algumas ideias básicas que estão sendo discutidas na Confederação Nacional da Indústria.

Primeiro, o desenvolvimento sustentável não é uma coisa fixa, imóvel; relaciona-se a uma busca constante em torno de adaptações e ajustes necessários que temos de fazer no mundo em constante mudança. O esforço é gradativo e deve ser valorizado a cada nova iniciativa.

Cada vez, procuramos melhorar nosso processo, reduzir o impacto ambiental, sem abrir mão de gerar emprego, renda e qualidade de vida para a sociedade, mesmo sendo citados com a desindustrialização, mas o Presidente da CNI, ontem, em uma comunicação, falou em reindustrilização. Quer dizer, nós precisamos procurar ser proativos nesse processo e não destrutivos da economia que criamos com tanta dificuldade, nesses anos todos.

Então, acho que em um processo de reindustrialização, de mudanças de alguns processos, de ajustes que vão levar, novamente, a empresa ao *top* que sempre queremos, criando, gerando emprego, renda para a sociedade brasileira.

É esse equilíbrio que movimenta o mundo melhor. Esse não é um equilíbrio estático, uma ideia estática de equilíbrio, mas um equilíbrio dinâmico que está constantemente procurando se ajustar aos desajustes naturais por que o mundo tem passado, um mundo complexo, de várias e não só de uma variável.

Isso causa, realmente, descontrole. Causa a necessidade de nos adaptarmos melhor, entendermos melhor o mundo pelo qual estamos passando.

Há dois pontos muito importantes. Uma sociedade que quer se desenvolver economicamente, uma economia que quer se desenvolver precisa também de uma sociedade sustentável, de uma sociedade que evolua, de uma sociedade que tenha condições de crescer, de se educar, de se formar. Essa será realmente uma sociedade sustentável. Muitas vezes nos esquecemos de que tanto a economia depende de uma sociedade sustentável, como vice-versa, a sociedade depende de uma economia progressista, uma economia moderna, uma economia capaz de se ajustar às grandes mudanças do mundo em que estamos vivendo, que é um mundo, principalmente, da inteligência, das modificações pelo conhecimento.

É esse equilíbrio que estamos procurando através de um trabalho direito que vamos realizar no encontro da indústria para a sustentabilidade.

No dia 14 de junho, todo o setor industrial estará no Rio de Janeiro, no Hotel Sofitel. Depois de trabalharmos, por um ano, com vários segmentos da indústria, estamos preparando um documento que vamos apresentar ao senhores durante o encontro da Rio 92, cerca de 800 a 1000 empresários, associações federais, federações da indústria, sistema da indústria, entidades nacionais, autoridades governamentais, imprensas, autoridades políticas. Nesse dia, a empresa, todos nós vamos apresentar os projetos e também os avanços que a empresa conseguiu nesses 20 anos de trabalho, avanços substanciais, avanços que vão aparecer de uma maneira muito mais clara para os senhores. Às vezes as coisas ficam escondidas na competitividade, na procura de melhores lucros e não enxergamos o que está sendo feito, o que foi feito nesses 20 anos de trabalho, desde 1992, pela indústria, desde o chão de fábrica, a engenharia, o desenvolvimento de novas tecnologias, até a manutenção de valores que eram exercidos em tempo anteriores, dentro de um contexto político, econômico e social, mas principalmente mostrando que, na indústria, se construiu um alicerce tecnológico fantástico. Isso será mostrado e também que a indústria tem grande perspectivas para enfrentar o mundo de amanhã.

Vocês poderão ver que talvez o segmento que mais cresceu, principalmente enfrentando os problemas de sustentabilidade, foi a indústria e, nesse encontro, haverá oportunidade – teremos palestrantes internacionais, grandes autoridades de todo o mundo empresarial – de mostrar isso a todos. A imprensa e o Brasil terão acesso a essas informações.

Como estava dizendo ao Mariano, não podemos comparar 1992 com a Rio+20.

Lembro que, em 1992, eu me estava em um hotel em Copacabana. Para termos conhecimento do estava acontecendo nos encontros, no dia seguinte, na hora do almoço, era distribuído um jornal que circulava no Rio de Janeiro. E hoje basta um estalar de dedos.

O mundo mudou. Hoje o mundo é tecnológico, digital, a imprensa se comunica rapidamente, no mesmo momento, com o mundo inteiro. Então, é o momento, realmente, em que vamos ter oportunidade de refletir um pouco, uma reflexão mais profunda sobre o queremos para o nosso mundo, sobre o que a sociedade empresarial pode desfrutar e pode também alavancar com o setor, porque eu não acredito, absolutamente, em avanço hoje sem o comprometimento e sem o diálogo. Acho que o diálogo é fundamental, e a Rio+20 pode ser um campo de diálogo fundamental para todos nós. E só aí, por esse diálogo, poderemos assumir compromissos, em tempos discutidos e possíveis, dentro de uma comunidade que vive hoje sob regras já acumuladas por meio de culturas, de sedimentos de ideias, que nos trazem dificuldades de mudar da noite para o dia.

São programas de longo prazo e de médio prazo.

Próximo.

As oportunidades que eu gostaria que a liderança da CNI e da mobilização do setor industrial... A CNI sempre trabalhou na Rio 92 como coadjuvante; hoje passa a ser protagonista desse setor, alinhando o setor industrial, criando sinergia entre as nossas ações e procurando realmente avanços, mostrar os avanços alcançados pela indústria brasileira na área de sustentabilidade econômica, ambiental e social.

Próximo.

Quero dizer que, nesta oportunidade, estaremos divulgando alguns documentos temáticos setoriais da indústria brasileira. Serão apresentados pelos setores que estão trabalhando conosco há cerca de um ano, oito meses, nove meses, setores que estão trabalhando as oportunidades afins setoriais da agenda de sustentabilidade. Estão 90% do PIB da indústria brasileira representados nesses segmentos, que são fortíssimos dentro da economia: ABAL (alumínio); ABCP (cimento Portland); ABIA (indústria alimentícia); Abimaq (máquinas e equipamentos); ABINEE (indústria elétrica e eletrônica), indústria química, indústria têxtil, indústria automobilística, papel e celulose, construção civil, energia, floresta nativa, sucroenergético, indústria siderúrgica, mineração, petróleo e gás. Todas apresentarão seus documentos dentro um contexto estudado anteriormente com essas empresas, dentro de um termo de referência que foi negociado pela CNI com todas essas instituições que estão apresentando não só os seus avanços ao longo dos 20 anos, mas suas propostas ao longo do tempo.

E é impressionante, não li todos, são mil e trezentas páginas de leitura, consegui ler nove ou dez até agora, mas até a Rio+20 vou ler todos os trabalhos. Fiquei impressionado com os avanços e com as propostas que estão sendo feitas. Realmente, o setor empresarial está mostrando para a sociedade coisas que os senhores talvez não saibam, que vão aparecer e que são de uma importância fundamental para o desenvolvimento sustentável do País.

Vou dar alguns exemplos simples.

A indústria automobilística tem trabalhos fantásticos em engenharia de materiais. É importantíssimo esse trabalho que está sendo feito. Ela conhece todos os produtos que estão sendo utilizados nos carros atualmente, onde estão esses produtos, qual a sua

quantidade e qualidade, como é que com o tempo a quantidade dentro do consumo que temos atualmente elevará o preço, como será esse preço, problemas de tecnologia para substituir esses produtos. Quer dizer, há desenvolvimento tecnológico fantástico em cima disso, é lógico que um pouco fechado porque faz parte, muitas vezes, de segurança empresarial. Mas há trabalhos fantásticos no setor automobilístico. Veem-se problemas hoje na cadeia produtiva, que se ajusta dentro da empresa; a cadeia produtiva começa a trabalhar junto, começa a se ajudar.

Por exemplo: um dos maiores que a siderurgia tem, principalmente os fornos, quem conhece alto forno sabe, as escórias de alto forno, como tem problema em colocar tudo isso em algum lugar, manter esse lugar, lixões inapropriados, em locais inapropriados. Esse sempre foi um problema enorme. Hoje a siderurgia, aproveitando principalmente a indústria de cimento Portland, começa a colocar esse material dentro do processo industrial do cimento, substituindo o clínquer, que é a base do cimento e que vem do calcário, que é um elemento que tem alto teor de dióxido de carbono, efeito estufa, substituindo grande parte já do calcário, economizando recursos naturais. Estamos precisando trabalhar sem desperdício, trabalhar com eficiência tecnológica, substituindo esses materiais no processo produtivo.

Então, há uma concatenação das indústrias, aproveitando seus materiais, trabalhando em pesquisa e tecnologia e desenvolvendo um campo enorme de avanços e um campo enorme de oportunidades. O setor industrial não está tão preocupado com os desafios, com os obstáculos; ele está mais preocupado, está procurando visualizar as oportunidades que nós temos com as mudanças e os ajustes tão necessários para a indústria nacional, para que ela seja competitiva em nível internacional, nem em nível nacional. A competitividade é a nossa meta, a inovação é a nossa meta e a sustentabilidade é a nossa meta.

Por favor.

Eu não vou ficar... Tem várias partes e eu estou com pouco tempo, mas eu gostaria apenas de citar alguns casos. Devemos considerar que o desenvolvimento sustentável... Alguns princípios pressupostos... Isso está sendo discutido por um grupo, que vai apresentar esse trabalho com mais detalhes. Os senhores vão ter acesso logo depois da reunião do dia 14 de junho, no Rio de Janeiro.

É preciso avançar na qualificação do conceito de economia verde. É preciso avançar muito. Não temos medo de discutir economia verde. Eu acho até necessário. Eu não fico atacando. Eu acho importante essas ideias surgirem. Não que elas vão ser aplicadas, mas a discussão, a negociação, o trabalho de avanço em relação a alguma coisa que possa ser realmente importante para a sociedade brasileira, por que não? O mundo não está parado, ele está mudando, ele precisa mudar, ele precisa se adaptar. A indústria não tem medo e está preparada para isso. O setor industrial é o que mais enfrenta os desafios e o que mais sabe enfrentar os desafios que lhe são colocados ao longo da sua produtividade. Mas é preciso a gente enxergar o setor produtivo como fundamental dentro dessa relação. Não podemos continuar, hoje, com os grandes obstáculos que temos. Prova disso é o momento por que a indústria está passando e que precisa hoje mudar fundamentalmente em alguns preceitos.

É essencial, nas deliberações, o princípio da responsabilidade comum, mas diferenciada, que já foi citado aqui, nas discussões internacionais. Lembro as dificuldades, inclusive em nível do Brasil. Como os problemas em nível do Rio Grande do Sul e em nível da Amazônia são discutidos é diferente. São locais com biomas totalmente diferentes, com uma vida totalmente diferente, com uma cultura diferente, apenas com a nossa língua que permeia todo o território nacional. Mas as diferenças são enormes e às vezes tratamos o Brasil como um todo, não especificando essas grandes diferenças para o empresário que está em cada região deste nosso Brasil.

É necessário reforçar os alicerces da sustentabilidade, a negociação, não uma negociação que se faz hoje, o diálogo é feito hoje com uma negociação profissional. Negociação não é mais coisa para amadores. É preciso treinar, prepara profissionais para que realmente se negocie dentro de patamares que realmente sejam úteis à sociedade e que discutam e possam compreender os problemas estratégicos por que este País está passando e precisam ser solucionados.

Pode passar.

A transição para padrões sustentáveis de produção e consumo. Isso dá uma discussão de dez... Nós podemos discutir muito isso, mas a sociedade empresarial está atenta a isso. Temos um modelo de produção e consumo que tem que ter os ajustes, mas que tem uma história que não podemos jogar no lixo da noite para o dia.

Além do mecanismo de financiamento...

Pode passar.

Eu gostaria só...

Pode passar.

Eu gostaria de ficar só numa última.

Pode passar.

Aí.

Os obstáculos do ambiente doméstico... Eu gostaria de deixar isso claro, porque é um problema eco-

nômico, principalmente, que nós temos que discutir, que nós temos que trazer para as discussões não só políticas, mas também para as políticas públicas do País. Falo da distorção do sistema tributário brasileiro, dos elevados custos e da dificuldade ao crédito de longo prazo no Brasil, dos escassos instrumentos da política de pesquisa e desenvolvimento e inovação para a sustentabilidade, da instabilidade na inadequação e administração dos marcos regulatórios, da insuficiência e precariedade dos serviços de infraestrutura e dos desafios à qualificação dos trabalhadores.

Pode passar.

Avanços no sistema de governança. Recursos hídricos, saneamento, biodiversidade e floresta, clima, energia, educação.

Eu queria dizer que os avanços foram coisas que eu nem imaginava. Por exemplo, existem indústrias, hoje, que estão já no nível de 98% na parte de recursos hídricos, com tratamento total dos recursos, tornando-os até mais limpos do que os próprios rios onde são despejados, melhorando a qualidade dos rios.

Há tecnologia para tudo isso. O problema não é tecnologia, mas os custos, que nós precisamos começar a trabalhar e discutir. Não vejo isso como problema. Tanto é que todos os empresários já trabalham, hoje, a parte de resíduos sólidos e recursos hídricos de maneira bem proativa e eficiente.

Pode passar.

Sobre os avanços da indústria brasileira, vou citar só as transformações tecnológicas, inovações de gestões incorporadas ao processo produtivo. E aí eu gostaria de chamar os avanços no chão de fábrica. Os avanços que nós temos conseguido, cada empresa, com seus profissionais, com seus técnicos, com sua cultura, exercida através de modificações dentro do chão de fábrica, já começam a introduzir na indústria o problema ambiental não como um problema tangencial ao problema mais importante, econômico etc., da empresa, mas o problema que faz parte da estratégia da própria empresa.

As iniciativas de divulgação de informações e transparência sobre o desempenho socioambiental, as práticas empresariais, a eficiência do uso dos recursos, isso é importantíssimo. Cada vez mais você olha, através dos trabalhos que estão sendo apresentados, através dessas tecnologias aplicadas, uma eficiência fantástica no uso dos recursos – energia, água, emissões e resíduos.

Pode passar.

Avanço da indústria brasileira. Certificação, auto-regulação desenvolvida pelo setor privado, e várias outras.

Bem, eu vou encerrar aqui. Realmente, eu tinha consciência de que não poderia, em vinte minutos, apresentar problemas tão profundos. Mas eu gostaria de deixar aqui, no final da minha apresentação, Senador, o agradecimento da CNI pela da convocação para esta mesa.

Quero dizer que algumas coisas nós temos feito muito precisamos apresentar um pouco mais para os senhores. Primeiro, a dessincronização dos setores em nível Brasil. Eu acho que existe uma dessincronização enorme entre o serviço público, empresas, toda a sociedade. A sincronização dessas empresas em cima do desenvolvimento sustentável é uma coisa que temos que procurar mesmo executar ao longo do tempo. E trazer isso não só para a classe política, como estamos fazendo aqui agora, neste momento, mas também para a sociedade civil organizada, para as empresas, um trabalho mais integrado, em que as pessoas não coloquem seus problemas como solução para todos os problemas apenas com uma ideia. Nós precisamos discutir, ouvindo toda a sociedade. Estamos numa sociedade integrada, não tem mais jeito de mudar isso, não é? A própria informática nos colocou totalmente integrados, de ponta a ponta do mundo. Temos que saber enfrentar essa situação de mudanças de maneira equilibrada, consciente, de maneira que leve este Brasil maravilhoso que tanta força tem a um progresso realmente sustentável.

A indústria está pronta para enfrentar o desafio e a contribuir, dentro das suas possibilidades, com a ajuda de governo, com a ajuda, em nível internacional, dos países desenvolvidos, que não podem trazer para nós barreiras não alfandegárias, barreiras de comércio, para que a gente não possa crescer e desenvolver-se, como eles tiveram oportunidade de crescer. É importante dizer que somos diferentes. Temos a nossas diferenças e precisamos ser respeitados, mas temos uma energia que é a mais limpa do mundo. Temos uma indústria capaz em tecnologia e em mentalidade de fornecer a todo o Brasil um desenvolvimento realmente sustentável.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Sr. Shelley de Souza Carneiro, Gerente Executivo de Meio Ambiente e Sustentabilidade da CNI.

E vamos ouvir, agora, o nosso último convidado, Sr. Saulo Rodrigues Pereira Filho**,** Diretor do Centro de Desenvolvimento Sustentável da UnB, lembrando que, em seguida, teremos a reunião deliberativa.

Com a palavra o Sr. Saulo.

O SR. SAULO RODRIGUES PEREIRA FILHO – Muito bom dia, senhoras e senhores. Eu gostaria,

primeiro, de agradecer o convite do Senador Rodrigo Rollemberg, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, e parabenizar por essa iniciativa de promover esta audiência pública sobre um tema tão relevante, não só para o Brasil como para toda a humanidade, que tem uma grande expectativa em torno dos possíveis resultados que a Rio+20, Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, pode trazer para nós em um momento muito importante. É um momento que pode ser caracterizado, sob vários aspectos, como um momento de crise, não apenas econômica iniciada em 2008, mas também de valores éticos, valores morais, que dizem respeito à justiça social, à justiça ambiental – isso tudo está no centro do debate da Rio+20 e temos a oportunidade de fazer com que essas questões sejam devidamente encaminhadas nesse início de século XXI.

É um prazer estar aqui com os colegas de mesa também.

Não tenho dúvida de que a sustentabilidade e a economia da sustentabilidade é um tema importantíssimo para tratar. É um novo paradigma do século XXI, como valor que a sociedade incorporou e persegue. Esses valores estão expressos nas mais diversas arenas: setor empresarial, setor político, setor educacional, todo mundo hoje quer ser sustentável.

A questão é que esse conceito surgiu em 1987, muito brilhantemente elaborado que tem ambiguidades. Essas ambiguidades dizem respeito a como nós podemos alcançar essa sustentabilidade ou como nós podemos tornar esse conceito operacional. É isso que está na pauta da Rio+20. Um dos aspectos é como nós podemos avaliar a sustentabilidade, que métricas podem ser utilizadas para se avaliar sustentabilidade. O nosso amigo Gustavo, do Ipea, já passou um pouco por isso na fala dele. E eu vou, ao final da minha apresentação aqui, retomar isso também.

Os três pilares que constituem a Rio+20 como diretrizes encaminhadas para essa conferência são: economia verde, erradicação e combate à pobreza e a questão da governança ambiental.

Eu gostaria de aproveitar esta oportunidade que o Senador Rodrigo Rollemberg nos oferece para falar sobre economia da sustentabilidade, não tem como a gente não tratar da questão da economia verde, que é revestida de algo extremamente louvável, politicamente correto, que é a questão ambiental dentro da economia. Nós tratarmos da degradação ambiental, dos impactos ambientais dentro da economia, de forma a atribuir valor a isso e fazer, portanto, maior justiça quando a gente fala em desenvolvimento e as suas consequências.

Não resta dúvida que é algo positivo. Todos os meus colegas já falaram sobre esse aspecto positivo, mas eu queria trazer uma reflexão que diz respeito aos riscos envolvidos nisso, os riscos que traz a economia verde, os riscos trazidos pela forma como a gente pode medir essa economia verde, que seria o PIB Verde.

O PIB Verde é objeto de um projeto, inclusive, aqui nesta Casa, na Câmara, no Congresso Nacional, do Deputado Otávio Leite. Não sei a quantas anda o desenvolvimento desse projeto de lei, mas é algo que nos preocupa. Nos preocupa porque a gente está olhando, avaliando a economia verde sob um prisma única e exclusivamente da produção, que é o que faz o PIB – produção interna, o que o Brasil está produzindo e quais as consequências dessa produção. Isso é uma visão míope de sustentabilidade. Sustentabilidade tem que necessariamente trazer para o debate a dimensão global, uma vez que os países têm responsabilidades comuns e diferenciadas no equilíbrio dos ecossistemas globais, que é o princípio que foi trazido para a convenção do clima pela equipe negociadora brasileira, de forma brilhante e muito bem sucedida, para mostrar que a responsabilidade sobre o atual estado de coisas na atmosfera é muito maior por parte dos países mais ricos, desenvolvidos, uma vez que o tempo de residência dos gases do efeito estufa na atmosfera é muito longo, atinge mais de cem anos. Portanto, aquilo que foi causado pelos primeiros automóveis produzidos pela indústria automobilística mundial ainda tem consequências sobre o efeito estufa.

Então essa questão global tem que ser trazida para o debate. Tenho preocupação em pensar na economia de sustentabilidade apenas como economia verde, porque é uma armadilha. Pode ser também, além dos seus aspectos positivos, uma armadilha para os países em desenvolvimento, que são produtores de itens intensivos em recursos naturais, intensivos em recursos energéticos e, portanto, intensivos em impactos ambientais. Não há como fugir disso. Os países em desenvolvimento atingiram um nível em que necessariamente dependem dessa produção associada ao setor primário, commodities agrícolas e minerais, de energia e etc. E hoje é muito fácil para os países mais ricos estabelecer como padrão o desempenho ambiental na produção, uma vez que o que eles produzem essencialmente são itens que dependem muito pouco dessa intensidade de recursos naturais que eles importam dos países periféricos, dos países em desenvolvimento. Se não houver uma contabilidade que leve em consideração a dimensão global do comércio internacional, da troca de mercadorias e dos impactos ambientais inerentes a cada um desses itens de comércio internacional, nós vamos entrar numa situação de perda de competitividade muito clara e óbvia como países em desenvolvimento. Isso é algo para o qual

temos que estar atentos. Não podemos ser ingênuos a ponto de imaginar que a ecologia não tenha um forte impacto sobre relações comerciais, competitividade de países e geopolítica global. Essa é uma consideração que eu gostaria de trazer para os senhores e para as senhoras sobre os riscos e a questão do protecionismo verde, com um forte caráter potencialmente neocolonialista que esse tipo de questão pode trazer.

A China produziu, em 2006, com dados de 2004, seu PIB verde, mostrando que os seus custos ambientais de produção eram de grande envergadura, valorando esses aspectos de perda de capital interno. E chegou à conclusão de que não deveria continuar fazendo isso, uma vez que o crescimento da China revelou-se próximo de zero a partir dessa estratégia. Então abdicaram dessa iniciativa pelas razões que estou citando. Quer dizer, se você considera apenas a questão do produto interno verde, os países em desenvolvimento vão perder competitividade inevitavelmente. Economia verde não pode ser apenas tecnologia mais limpa, produção mais limpa. É preciso olhar consumo mais limpo, consumo mais verde. E os grandes vilões dessa dimensão do consumo não somos nós. Aí vêm os países mais ricos. E ninguém melhor para mostrar essa questão do que a pegada ecológica, um método que hoje vem sendo reconhecido por diversos prêmios Nobel de economia.

Por encomenda do Presidente Sarkozy, três grandes prêmios Nobel fizeram um estudo sobre essas métricas de sustentabilidade, Joseph Stiglitz, Amartya Sen e Fitoussi, e chegaram, no seu relatório, a uma conclusão muito interessante, de que a pegada ecológica é um dos métodos mais robustos, em termos de fundamentação científica e teórica, para avaliar a dimensão ecológica do desenvolvimento.

E o que a pegada ecológica faz? Ela faz exatamente uma leitura sobre a avaliação de sustentabilidade sob a ótica do consumo. E quando vemos o ranking dos países avaliados com a pegada ecológica notamos que os países ricos são aqueles com pior desempenho em termos de sustentabilidade, uma vez que eles consomem muito e o consumo que eles promovem requer uma intensidade de recursos naturais não só para a sua produção, mas também para absorver os resíduos gerados por esse consumo.

Então é algo que precisamos ter como estratégia de país em desenvolvimento que tem, em termos de relações com outros países, o maior patrimônio ecológico e ambiental do mundo. E, aí, essa é uma oportunidade que o Brasil tem de se tornar o grande paradigma de sustentabilidade do Século XXI; sem o ufanismo tolo, o Brasil tem esse potencial, tem essa oportunidade. É um dos poucos países que ainda tem essa oportunidade pela grande riqueza natural de que dispõe e pelas produções de energia mais limpa, enfim.

Nós já temos demonstrado uma política que tem sido revalorizada e que é fundamental nessa discussão: culturas tradicionais, povos tradicionais, populações tradicionais, indígenas quilombolas etc. Boa parte dos países não dispõem mais sequer de resquícios dessas civilizações. O Brasil tem ainda revalorizado isso. Embora possa fazer ainda mais, temos visto, nos últimos anos, uma revalorização de políticas públicas visando à maior valoração dessas comunidades tradicionais e do conhecimento adicional de que eles dispõem. Isso é importante para nós, é importante que tenhamos a humildade de perceber que o nosso conhecimento científico não é suficiente para oferecer todas as respostas de que a questão ambiental e ecológica necessitam. É preciso ouvir também aqueles que estão, ao longo dos séculos, lidando de forma harmoniosa com a natureza, temos muito a aprender com eles.

Não se trata aqui de rejeitar, portanto, a inserção da ecologia na economia. Não estou fazendo discurso rejeitando a inserção da ecologia na economia. Muito pelo contrário, nós, no Centro de Desenvolvimento Sustentável, da Universidade de Brasília, temos muito orgulho em informar que, nos nossos dezesseis anos de existência, com o Programa de Pós-Graduação em desenvolvimento Sustentável, já formamos cerca de quinhentos e quarenta mestres e doutores, que hoje estão espalhados, ocupando funções importantes nos três poderes da República, em organizações não governamentais, em organismos internacionais e também em empresas privadas. E essas pessoas, quando aparecem com artigos na imprensa, com programas de televisão, em entrevistas na sua atuação profissional, nos enche de orgulho. É uma forma de mostrar o trabalho que é feito no CDS, a nossa preocupação em pensar o desenvolvimento não apenas sob a ótica da economia e do crescimento, mas principalmente de como a economia se relaciona com os aspectos socioeambientais.

Trata-se aqui também de globalizar também a ecologia, não apenas a economia, que já está globalizada. Temos que globalizar a ecologia também. Vamos colocar a ecologia no debate, precisamos fazer com que a economia se torne mais harmônica em relação à natureza. As evidências desses limites ao crescimento econômicos são abundantes, mudança do clima, perda de biodiversidade, que é galopante e não para de crescer, perda de qualidade de recursos hídricos. São aspectos – mencionei três – que evidenciam que, por mais que tenhamos perseguido e conquistado um desenvolvimento tecnológico importante para aumentar a nossa eficiência em termos produtivos, não temos

conseguido solucionar algumas crises ambientais. E cito essas três como exemplo. Então, precisamos globalizar a ecologia, não tratar isso apenas em termos de produto interno verde, mas também como algo que tenha uma dimensão global e que não dá para ser tratado isoladamente em âmbito nacional. As relações de troca de comércio internacional devem estar nessa contabilidade dos impactos ambientais.

Não sei como fazer isso, não tenho todas as respostas, mas acredito que existem mecanismos, sim, e pode ser o fortalecimento de um organismo da ONU que seja responsável pela promoção do desenvolvimento sustentável. Essa é uma das propostas que possivelmente será discutida na Rio+20. Pode ser o caminho: o fortalecimento de organismos multilaterais que promovam essa globalização, que nos interessa, diga-se de passagem, do ponto de vista comercial e estratégico. Acho que é muito importante isso ser mencionado.

Formas de atribuirmos valor econômico a bens de uso comum, conceito de paisagem, estética, qualidade do ar, qualidade da água, culturas tradicionais, como mencionei, não têm valor algum na economia convencional e hegemônica. No entanto, a gente precisa criar mecanismos para atribuir valor a esses bens de uso comum que são cada vez mais deteriorados pelo crescimento econômico, com perda de qualidade de vida para nós e de possibilidade de as gerações futuras buscarem essa qualidade de vida.

São aspectos que precisam ser objeto de uma política de conservação por pagamento por serviços ambientais, por sistema de tributação que leve em consideração os aspectos ambientais. A gente vê no Congresso a discussão sobre a reforma tributária, mas quase que a gente só ouve falar quando o assunto é este, de guerra fiscal entre Estados... Então, a gente precisa avançar muito sobre a importância da reforma tributária em considerar também as dimensões ecológica e social na sua aplicação. É um poderoso instrumento de indução de políticas de desenvolvimento por parte do Estado e que podem ser mais bem aproveitados.

Cada vez mais, percebemos, portanto, que o paradigma da sustentabilidade não caracteriza um problema. Às vezes, a gente percebe que o setor produtivo tem um olhar que hoje está mudando, é verdade, mas vem de longa data aquela disputa entre desenvolvimento e meio ambiente, que caracterizava o debate das décadas de 70 e 80 e que, a partir de 1990, mudou. Hoje vários setores empresariais reconhecem que a questão da sustentabilidade do meio ambiente não caracteriza um obstáculo, mas uma oportunidade para que os seus negócios sejam mais bem desenvolvidos, que os mercados sejam abertos e que as atividades continuem interessantes para eles.

Acreditamos que o paradigma da sustentabilidade é uma solução inclusive para essa crise que estamos vivendo; uma crise que está identificada como excesso de liberdade do mercado em lidar com as instituições financeiras e que faltou regulação do Estado para que isso não acontecesse. Da mesma forma, a crise ambiental, a crise ecológica, necessita de uma atuação regulatória por parte dos Estados nacionais e também dos organismos internacionais, eficiente, bem estruturada, bem fundamentada em conceitos e conhecimento científico para que esse mercado não continue, a mão invisível de Adam Smith, promovendo falhas de mercado, sejam elas assim chamadas e que têm um custo muito elevado para o equilíbrio ambiental muitas vezes e também para a populações que estão necessitando do apoio do Estado – os agricultores familiares em pequena escala, as populações tradicionais, enfim todos aqueles que não dispõem do capital ao seu lado para se fortalecerem.

Era basicamente essa a mensagem, Senador, que eu gostaria de trazer para o debate. Mais uma vez, agradeço muito pela oportunidade. O senhor, por favor, conte conosco lá na UnB para essa luta na Comissão de Meio Ambiente; prezamos muito a sua atuação aqui e temos todo interesse em fortalecer a nossa interação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Saulo. Eu é que agradeço a participação do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília neste debate, que traz informações realmente bastante instigantes.

Agradeço, mais uma vez, sua participação.

Passo a palavra ao Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Antes, quero agradecer e cumprimentar os nossos convidados, pela vinda, pelas opiniões. Independentemente de qualquer coisa, também cumprimento o Senador Rodrigo Rollemberg, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado.

A vinda dos senhores aqui e as exposições, certamente, por mais que alguns possam achar que está acontecendo numa sala – não, aqui tem a Rádio Senado, tem a TV Senado; esse programa deverá ser reproduzido Brasil afora –, tudo que fizermos para debatermos essa pré Rio+20 é uma contribuição que damos à sociedade para que esse debate possa fluir da melhor maneira possível.

Estou certo de que, logo após a Semana Santa, aqui no Senado, esse tema ganhará uma dimensão mais adequada no Brasil inteiro. Eu mesmo estou com uma programação no Acre de fazer debate, eu sei de muitas programações que estão acontecendo, até por-

que essa é uma das agendas mais importantes que nós temos. Mas o desafio de sediar a Rio +20 e, ao mesmo tempo, de colher dela avanços para o nosso Planeta, para a nossa sociedade e para a nossa geração e as futuras não é fácil.

Olhando para trás, é fácil identificar que a Rio 92 deixou um legado importante. O Brasil era outro naquela época, o mundo, obviamente, era outro, mas o legado ficou e, certamente, a contribuição que a Rio 92 deu ao mundo é indiscutível hoje. O desafio é como nós podemos, com a Rio +20, a nossa geração, a responsabilidade que temos, o mesmo país sediando, sendo um outro país, de fazer algo que possa estar pós-Rio 92, sob pena de fazermos para trás. No mundo de hoje, esse não é um desafio fácil, mas é uma bela oportunidade de deixarmos aflorar a criatividade, a ousadia... A palavra talvez seja ousadia. Se não ousarmos na Rio +20, ela vai ser um fracasso. Alguns, hoje, na imprensa, estão chamando de "xis-tudo". De fato, não pode ser um "xis-tudo", sob pena de perder o foco. E aí quando você tenta estabelecer um foco, ela está hoje presa em três matrizes grandes, que são o combate à pobreza, a economia verde e trabalhar a governança, tudo isso com as mãos sustentando a ideia do desenvolvimento sustentável, da sustentabilidade.

Essa é uma questão permanente, a diferença entre o remédio e o veneno. Se errarmos na dose, vai virar veneno e vai ser ruim. Agora, pensando o mundo hoje, o desafio não é fácil, porque o modelo econômico que se consolidou no mundo, inclusive de dominação econômica, está em crise. A crise foi profunda nos Estados Unidos, se transferiu para o Velho Mundo, a Europa, e aí é nesse cenário que nós vamos ter a Rio+20, e os países emergentes são a possibilidade de o mundo não piorar. Os países em desenvolvimento... Basicamente, agora, os olhos do mundo, inclusive da Europa, estão dirigidos para Brasil, Rússia, Índia e China. É basicamente isso que estamos vendo hoje.

E aí nós temos um problema quando colocamos a componente da busca da sustentabilidade, porque os argumentos são os mais diversos, mas dizendo "olha, essa não é a agenda do momento, a agenda é como é que eu faço..." Hoje, o resultado é que 50% dos jovens espanhóis estão desempregados, em idade de trabalhar. O que pode acontecer num país como esse a qualquer hora? Uma revolta, um movimento? Pode acontecer qualquer coisa. A média de desemprego para quem está na idade economicamente ativa é de mais de 25, mas quando você vai para a juventude é de 50% de desempregados. Isso é uma coisa muito grave, para pegar um país que até há bem pouco tempo era um dos países que chamavam a atenção do mundo pela sua maneira de se expandir no próprio mundo e suas atividades econômicas dentro dele.

Mas o aspecto que eu colocaria é que, mesmo diante de um cenário complexo como esse, onde uns precisam se desenvolver e, para tanto, alguns aspectos não podem ganhar força, senão esse desenvolvimento fica comprometido, outros que eram uma referência do modelo econômico têm que se recompor dentro do próprio modelo econômico para depois mudar de modelo, como é que nós vamos fazer isso? E aí eu acho que esse debate sobre a busca de dar um passo ousado ou de por os dois pés no século XXI é o desafio que nós temos. Como é que nós vamos fazer? Tem que, de fato, haver uma mudança forte no padrão de consumo e na produção. Nós temos que mexer nesses dois pilares. Temos que ter uma produção que possa ser sustentável e também ter um consumo responsável sustentável. Daí a importância das pegadas. Tem que estar junto, nós temos que trocar o pneu do carro com ele andando. Vai ter que ser assim, vai ter que ser isso, não tem jeito, sob pena de nós pararmos para dizer "não, o momento não é adequado, não é essa a situação, temos que esperar" ou "não tem que esperar nada, o momento é esse". Daí eu transformar os problemas que temos...

Puxa, troquei um presidente bom por outro tão bom, não vou dizer melhor, não é Senador Rodrigo?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Presidência efêmera, *ad hoc*. *(Fora do microfone.)*

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Tudo bem, meu caro Presidente e Senador. *(Risos.)*

Então, o que eu vejo neste momento é que aí se reafirma assim: eu acho que o lugar mais adequado para essa conferência acontecer, hoje, no mundo, é no Brasil. O Brasil é um dos poucos países que estão crescendo e fazendo inclusão social. O Brasil é um dos poucos países onde se está conseguindo fazer um debate sobre meio ambiente. Eu fui um dos relatores do Código Florestal e estou preocupado com o que virá da Câmara.

O debate que fizemos aqui no Senado tinha como foco, como preocupação maior a sustentabilidade do meio ambiente, a proteção das florestas; na Câmara, é de flexibilizar essa proteção, de tentar trazer para a legalidade quem está fora dela e, do pior jeito, mudando a lei, não fazendo com que a porta se abra para que a pessoa faça o reparo ao dano ambiental causado para poder se legalizar. Essa é uma diferença grande entre o debate deste tema como foi feito aqui e como está sendo feito na Câmara. Lamentavelmente, houve certo desencontro de uma parcela importante do movimento ambiental brasileiro, que resolveu apenas

assumir uma posição política de "ah, veta a lei", e tal, quando, neste momento, nós temos que ousar e ser formuladores e aperfeiçoar a legislação.

Então, eu não quero me alongar, mas eu gostaria de colocar aqui que, sendo o Brasil um país que está vivendo uma fase onde nós estamos contabilizando a inclusão social e, ao mesmo tempo, crescendo, eu que sou do PT, do Governo, tenho uma crítica ao modelo, tanto é que, saindo daqui, eu vou lá ao Palácio, porque o Governo, hoje, está lançando um programa, não é bem um programa, está tomando algumas medidas para ver se repara... Já vai haver uma troca, o Senador Rodrigo é rápido. Acho que ele tem receio de perder essa poltrona aí...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Votou uns requerimentozinhos aí. *(Risos.)*

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – E aprovar, não é Senador? *(Risos.)*

Mas, o que está acontecendo? Mesmo o Brasil estando vivendo essa fase interessantíssima, o nosso crescimento, no ano passado, foi muito ruim. E temos um dos mercados internos mais interessantes do mundo, em plena expansão, e ainda crescemos 8,8%. Os nossos países vizinhos cresceram o dobro do Brasil, ano passado. E o Brasil não cresceu menos porque estava preocupado com a qualidade do seu crescimento. Nós crescemos menos, porque, inclusive, estamos tendo sérios problemas na indústria, que é um crescimento que pode trazer uma sustentabilidade temporal. Não é? A indústria, quando se consolida em um país, você tem aí um horizonte temporal maior. Eu acho, inclusive, que essas medidas têm que ser adotadas, já estão chegando um pouco atrasadas. Mas que bom que estão vindo. Mas é muito importante para mim que possamos, diante desse ambiente da Rio+20, que vejamos onde podemos ousar. Por exemplo, o PIB [é ainda um indicador para se medir algo neste mundo, neste Planeta? Não é, gente! E ninguém apresenta algo para substituir o PIB. Há tantos prêmios Nobel, tanta gente estudiosa. Por que a gente, numa conferência dessas, se saíssemos de uma conferência dessa com um novo indicador... Um novo indicador no mundo de hoje, em 2012, um novo século, um novo milênio, tem que sair meramente da armadilha econômica. Porque se isso tivesse dado certo, não haveria uma crise na Europa, não teria tido uma crise nos Estados Unidos. Não estou deixando de reconhecer alguns aspectos, que eles também mudaram de certa forma o mundo. Mas, qual é o indicador hoje? Qualquer indicador que possa aferir desenvolvimento, crescimento, tem ter incluído nele o ambiental, o social e o econômico, e não um só desses aspectos. Se for separadamente, não vai servir. Então, isso poderia ser um avanço enorme na Rio+20. Tem um objetivo: ah, está querendo discutir pobreza, estamos discutindo pobreza, os aspectos mais amplos do desenvolvimento sustentável. Mas, olha, imagina se, da Rio+20, saísse assim: o mundo agora tem um parâmetro que é considerado para que possamos aferir quem está indo para frente e quem está indo para trás, e, aí, nesse parâmetro, nesse indicador novo, essas componentes estão nele.

Eu sei, eu tenho defendido desde que eu estava no Governo do Acre, com o Governador Binho ainda, que, para mim, economia verde não pode vir desacompanhada de uma visão de baixo carbono e de alta inclusão social. Se vier uma coisa só, não resolve; se vier desacompanhada, não resolve. Se eu estou pondo as palavras "economia" e "verde", é óbvio que isso está levando a uma ideia de que tem atividade econômica com sustentabilidade ambiental, e aí eu incluo inclusão social. Quando você faz essa junção, já é um passo adiante.

Estou me prendendo ao indicador, porque, quando a ONU começou a discutir o conceito de desenvolvimento, não existia essa palavra. Essa palavra começou no final dos anos 60 – um conceito. No começo dos anos 70, 1972, quando teve a conferência de Estocolmo, a ONU foi tentar estabelecer uma ideia e falou "desenvolvimento", mas alguém falou que seria pouco. Foram surgindo "desenvolvimento humano", "desenvolvimento", até se chegar ao "sustentável", fruto de acréscimos colocados em cada conferência. Mas cada um pega de um jeito. "O meu país está se desenvolvendo", e não põe os complementos.

Nós, até hoje, estamos trabalhando com essa ideia de PIB. Se é fato que nós temos que mudar e dar sustentabilidade, estabelecer um novo padrão de produção que possa ser sustentável, ele não pode estar fazendo uso equivocado de mão de obra, não pode estar fazendo uso equivocado de matérias-primas. Ele tem que estar sustentável. Então, é um novo padrão que possa ser sustentável.

O consumo também, por outro lado, e ele depende de cada um de nós, depende das sociedades, precisa passar por uma transformação, senão não tem sentido. Como é quem tem sentido uma cidade como Brasília seguir sendo sustentável se, na manhã inteira, aqui, cada um vem, no seu carro, para trabalhar? Isso não tem cabimento! Você pega um equipamento de duas toneladas e põe cinquenta ou sessenta quilos dentro para trabalhar. Isso não tem nenhuma base que feche como uma equação razoável para o mundo com a visão que nós temos como pensar.

Então, para mim, a Rio+20 tinha que estar muito vinculada a essa coisa da pegada, mas com uma comunicação do mundo, dos países. Eu acharia mui-

to razoável se nós, como resultado dela, tivéssemos estabelecido algum outro indicador que pudesse aferir melhor para onde os países estão indo, se estão estagnados ou se estão indo para trás, que pudesse substituir PIB ou a palavra "crescimento". O crescimento pode ser à custa da desgraça dos outros, da exploração dos outros. Então algo que possa ir adiante do que foi feito na década de 60, 70, especificamente, na conceituação de modelo de desenvolvimento.

Então, era isso que eu queria falar, Sr. Presidente, além de cumprimentar e agradecer.

Lamentavelmente, vou sair para ver que medidas o nosso Governo adota para que a atividade industrial do País saia dessa situação que beira a desindustrialização do País. Lamentavelmente, é um paliativo o que estamos vendo do Governo, porque aqui no Parlamento não tem um debate para fazer as reformas estruturais de que precisávamos, uma modelagem nova de País, para que a gente pudesse alcançar esse modelo de economia de baixo carbono e alta inclusão social. Lamentavelmente, nós não estamos fazendo esse debate ainda aqui. Como estou no primeiro ano, segundo ano de mandato, começando, eu tenho esperança de que o Parlamente brasileiro faça sua parte de debater reformas, debater as bases do que seria uma economia verde e de alta inclusão social, para servir de reverência para o mundo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Jorge Viana.

Eu quero, aqui, também antes de passar a palavra aos nossos convidados, fazer algumas observações.

Eu entendo que precisamos aprofundar o debate sobre o conceito de economia verde. O que significa economia verde na visão do Brasil? O que significa na visão de outros países? Na verdade, nós só vamos mudar, por exemplo, a nossa matriz energética se mudarem os padrões de consumo, os padrões de produção, os padrões de distribuição da renda no mundo. Entendo que essa discussão precisa ser aprofundada no sentido de que há um esgotamento desse modelo de capitalismo que a gente conhece. Efetivamente, a gente tem que ter, para fazer um debate profundo, coragem de poder perceber isso.

O Senador Jorge Viana acabou de se referir à organização das cidades onde há uma priorização para o transporte individual em detrimento do transporte de passageiro. Há toda uma indústria nacional constituída, a partir da indústria automobilística. Hoje, as nossas cidades privilegiam muito mais o transporte individual do que o transporte de passageiros. O próprio mercado global me parece de uma irracionalidade tremenda, se formos analisar do ponto de vista da utilização dos recursos energéticos, por exemplo.

Um dos grandes problemas do aquecimento global é a utilização maciça de energia. Por exemplo, produzimos soja no Brasil, que é transportada para a Europa, onde vai alimentar, muitas vezes, uma vaca, responsável pelo leite consumido naquele continente.

Realmente, precisamos ter coragem, se efetivamente quisermos mudar o paradigma da organização da produção mundial, de analisar tudo o que leva a humanidade a ter uma utilização bastante irracional, especialmente no que se refere a consumo de energia.

Em relação a essa questão do Produto Interno Bruto, entendo que precisamos rever um pouco a forma desse conceito de medição do Produto Interno Bruto. O Senador Cristovam dá um exemplo que acho bastante interessante e muito simples: quando você produz uma bala de um revolver, você está aumentando o PIB. É como uma mercadoria. Na hora que você está produzindo a bala de um revolver, porque você está produzindo uma mercadoria, mas como disse o Saulo – eu também concordo -, não podemos ser ingênuos nesse debate.

Agora, estive recentemente na Europa, pela *Globe*. Estamos organizando uma cúpula mundial de legisladores, e um dos temas sugeridos pela *Globe* é o da Capital Natural, mas a visão que a Europa tem de capital natural precisa ser muito bem discutida no Brasil, até porque eles não têm mais capital natural. Aqui há capital natural. Aqui, precisamos trabalhar numa vertente de pagamento por serviços ambientais. Acho que essa vertente interessa ao Brasil e ao mundo, porque como é que você vai conseguir um pacto global para valorar esses recursos naturais e que outros serviços eles poderiam estar produzindo, além daqueles efetivamente, por exemplo, quando você tira uma árvore, para vender uma tora de madeira, você argumenta que essa árvore poderia estar também sequestrando o carbono.

Mas como é que você vai quantificar isso, fazer essa contabilidade? Quem é que vai pagar por isso? Então, parece-me, se não tivermos cuidado, na definição desses parâmetros, podemos estar recebendo imposições de países, hoje, desenvolvidos, com padrões de consumo muito elevados, que já esgotaram os seus recursos naturais.

Portanto, entendo que a discussão dos padrões de consumo é fundamental nesse debate, porque é a definição desses parâmetros de consumo que vai permitir também uma produção sustentável, porque não vamos poder conviver com os padrões de consumo que temos hoje nos Estados Unidos e impor aos países que ainda têm 17 milhões de pessoas, segundo dados que o Gustavo trouxe aqui, em condições de miséria.

Não podemos impedir que o País possa avançar, possa consumir mais energia, para garantir também que essas pessoas possam também ter acesso a condições de consumo pelo menos razoáveis.

Nessa questão, entendo que temos que investir muito no avanço de um documento global, especialmente no que se refere a metas do desenvolvimento sustentável, à questão do fortalecimento Conselho de Desenvolvimento Sustentável, no âmbito das Nações Unidas. São todas medidas importantes, especialmente ao definir metas de desenvolvimento sustentável, especialmente uma agenda de implementação daquilo que não foi implementado da Rio 92 para cá e de outras metas que possam ser colocadas, mas entendo que devemos também investir muito na construção – insisto muito nisso – de uma agenda nacional, de uma convergência nacional, em torno de alguns pontos, que possam tornar, nos próximos anos, a economia do Brasil mais sustentável e mais competitiva.

Aí queria sugerir alguns pontos que acho importantes para esse debate nacional: primeiro, a questão da água. Não dá para falar em sustentabilidade em qualquer tipo de economia no mundo sem abordar a questão dos recursos hídricos, da boa gestão, da eficiência dos recursos hídricos, fundamental para tudo, inclusive para a felicidade humana – depois quero chegar a esse debate sobre índice de felicidade humana. A garantia do uso múltiplo das águas para indústria, para agricultura, para lazer, para geração de energia é absolutamente fundamental para tudo, e nós, no Brasil, temos 12% da água do Planeta, embora mal distribuída.

Queria aproveitar para convidar todos, amanhã, para uma audiência pública que teremos, da Subcomissão da Água da Comissão de Meio Ambiente, sobre a água, sobre o Fórum Mundial da Água, com a presença da Ministra Izabella Teixeira, do presidente do Fórum Mundial da Água, Benedito Braga, e do diretor-presidente da Agência Nacional de Água, Vicente Andreu.

Nós temos ainda uma má utilização dos recursos hídricos no nosso País.

Um desses pactos, em minha opinião, deve ser o de consolidação, o fortalecimento dos comitês de bacias hidrográficas. O Brasil aprovou a Lei nº 9.433, que considera a bacia hidrográfica como unidade de planejamento e os comitês de bacia hidrográfica como instrumento de gestão dessa bacia, que é um parlamento das águas, com a participação da sociedade civil, dos usuários e de todos os interessados. Nós precisamos fortalecer esse instrumento para que efetivamente isso construa um novo paradigma da relação do Brasil com a questão dos recursos hídricos.

Nesse sentido, é importante incluir neste debate o fato de que, ao final de 2014, vamos ter o fim da concessão de várias empresas de energia elétrica, tanto na geração, na transmissão, como na distribuição de energia elétrica. Pelas informações trazidas pela própria ANA, na composição da tarifa de energia elétrica, no Brasil, uma parte é amortização dos investimentos feitos, que já terão sido realizados ao final desse período, o que vai permitir uma modicidade de tarifa. O debate que precisa ser feito é: vale a pena dessa parte que permitirá uma modicidade de tarifa retirar uma pequena parte para o fundo de pagamento, que pode financiar o pagamento por serviços ambientais? Eu acho que essa é uma grande oportunidade. Não podemos deixar de discutir isso com profundidade.

Outra questão é a dos alimentos. O Brasil é um grande produtor de alimentos e será cada vez mais, embora a nossa agricultura seja extremamente dependente. Tivemos uma audiência pública aqui com a participação do CDS, da Embrapa, em que foi demonstrada a nossa imensa dependência de sementes, hoje produzidas por sete, oito grandes corporações internacionais, dos insumos agrícolas (nitrogênio, fósforo e potássio) e dos defensivos químicos. É um pacote tecnológico do qual temos uma imensa dependência. Acho que é bom, positivo o Brasil ser um grande produtor de alimentos, embora não possamos deixar de ser um país industrial. Podemos ser as duas coisas. Mas o modelo de produção de alimentos no Brasil precisa ser rediscutido até do ponto de vista em que tenhamos uma independência maior.

A terceira questão é a energética. O Brasil não pode deixar de fazer uma discussão desapaixonada, mas profunda e serena sobre a questão energética. O Brasil é um País que tem uma matriz energética extremamente diversificada. Nós temos esse diferencial de competitividade em relação a outros países. Temos o pré-sal. Ainda, pelos próximos cinquenta anos pelo menos, a humanidade vai utilizar muita energia de petróleo, mas precisamos garantir que o recurso auferido com a renda do petróleo seja utilizado para o desenvolvimento de novas alternativas energéticas, para o desenvolvimento da inovação tecnológica, para o desenvolvimento da educação. Temos a energia nuclear. Temos a possibilidade de utilização de energia nuclear, a possibilidade de agroenergia, a possibilidade de hidrelétricas, de energia solar, de energia eólica. Nós fizemos um debate no Fórum Mundial da Água no sentido que o Brasil adotou a tecnologia de fio d'água para produção de energia hidrelétrica. Isso diminui muito o impacto ambiental, porque diminui muito as áreas alagadas, mas também diminui muito a capacidade de geração de energia. Muitos daqueles que defenderam que o Brasil adotasse a tecnologia de fio d'água hoje

condenam a hidrelétrica, porque ela é pouco eficiente, porque ela gera pouca energia.

Esse debate tem que ser feito, porque eu já vi representantes de ONGs do *Greenpeace* condenarem o pré-sal, condenarem o uso de energia nuclear, condenarem o uso de energia hidrelétrica, mas a gente vai buscar energia de onde? O Brasil vai sustentar seu crescimento só com energia eólica e solar? Esse debate precisa ser feito com profundidade para o Brasil definir, no tempo, qual a sua prioridade em relação ao desenvolvimento de novas energias. No meu entendimento, toda a vez que utilizar energia com impactos negativos ao meio ambiente, como a energia do petróleo, deve-se garantir que parte substantiva dos recursos auferidos com essa exploração seja utilizada no desenvolvimento de novas energias, energias renováveis, e em educação, ciência, tecnologia e inovação.

Outra questão, Senador Aloysio, é a biodiversidade. A gente fala muito que estamos vivendo um período no mundo de perda da biodiversidade. O Brasil é um país que tem imensa biodiversidade, só que não basta ter essa imensa biodiversidade. É preciso utilizá-la com inteligência e sustentabilidade. O Brasil precisa conhecer essa biodiversidade, precisa investir em biotecnologia para aproveitar essa biodiversidade e precisa fazer com que os recursos auferidos com a utilização dessa biodiversidade sejam distribuídos pelo conjunto da população.

Vamos fazer na semana que vem um debate sobre o cerrado. Eu fico muito incomodado, porque percebo que há um consenso nacional, e até mundial, em defesa da Amazônia, em defesa do Pantanal, em defesa da Floresta Amazônica, mas o cerrado ainda é visto no Brasil majoritariamente como uma área de expansão da agricultura. Desconhece-se a imensa biodiversidade que o cerrado tem – segundo a pesquisadora Mercedes Bustamante, da UnB, existem 12 mil espécies de plantas no cerrado, sendo que 4,4 mil são endêmicas, só existem no cerrado. Como diz o Eduardo Assad, o maior laboratório de genes do mundo é o cerrado, mas 50% do cerrado já se foi. Dezessete por cento da Amazônia também já se foram, mas houve uma mobilização mundial em defesa da Amazônia, e do cerrado já se foram 50%. Além dessa biodiversidade, estamos falando de um bioma responsável por 70% do abastecimento das águas das bacias do Paraná, do Tocantins e do São Francisco.

Essa questão de uma convergência sobre como utilizar de forma sustentável a nossa biodiversidade também considero de extrema importância.

A outra questão é a democracia. A nossa diferença em relação aos Brics é que o Brasil vem conseguindo avançar, e avançar de forma considerável, aliando crescimento econômico com redução da pobreza, redução das desigualdades sociais, redução do desmatamento, e tudo isso em um ambiente democrático, e isso não é pouca coisa. Esse é o patrimônio brasileiro, e a gente tem que discutir, nessa agenda, na minha opinião, como aprofundar a nossa democracia. Claro que nessa agenda questões como educação, ciência e tecnologia são questões transversais a todas essas questões.

Queria fazer essas observações antes de passar a palavra novamente aos nossos convidados, mas gostaria de ouvir a respeito da proposta que foi discutida na ONU ontem, fruto de um seminário, de se constituir um índice de felicidade humana. Se vocês consideram que isso é possível, que isso é desejável e quais seriam, digamos assim, os pressupostos iniciais para isso.

Muito obrigado.

Passo primeiro a palavra ao Mariano Laplane.

O SR. MARIANO LAPLANE – É uma experiência muito rica ter ouvido as intervenções aqui dos colegas de Mesa e também dos membros da Comissão.

Eu acho que questão da definição dos indicadores em torno dos quais poderão ser fixadas metas de desenvolvimento sustentável é crucial. Opções de indicadores são os que vão definir o saldo, o resultado, em termos de desenvolvimento, para os países desenvolvidos. Como já foi dito aqui, as lições, as prioridades, os interesses não são homogêneos, não são os mesmos. Para os países desenvolvidos, obviamente, a prioridade é manter o nível de bem-estar que eles já atingiram e, de alguma maneira, recuperar o que perderam nos últimos anos da crise; para uma boa parte do resto do mundo, inclusive os Brics, oferecer à maioria das suas populações níveis de bem-estar compatíveis com o que as populações ambicionam. Se temos interesses divergentes, se temos objetivos divergentes, será que conseguiremos coincidir nos indicadores? Não necessariamente. É óbvio que, para os países desenvolvidos, grandes consumidores, é importante que a sustentabilidade seja avaliada a partir dos padrões de produção e que, para os países produtores de matérias-primas, como o Brasil, esse tipo de indicador não é favorável. Para nós, é muito mais interessante que o grau de sustentabilidade do crescimento seja auferido a partir dos padrões de consumo. O que imagino que acontecerá, na prática, será que contaremos com uma grande quantidade, um painel de indicadores, e a discussão se dará em torno da ponderação da importância de cada um.

Quanto ao indicador de felicidade, o Índice de Felicidade, confesso que tenho certa simpatia. É bom ver que o Brasil apareça em termos de felicidade bem colocado. Mas, as bases da felicidade são totalmente

subjetivas. Acho que teremos alguma, talvez, chance de determinar alguns indicadores de felicidade talvez em termos da civilização ocidental – os padrões de consumo, a globalização dos padrões de consumo, a publicidade, a mídia, os estilos de vida –, mas também não são totalmente homogêneos em todo o ocidente. São, de alguma maneira, comparáveis. Mas o que faremos em relação às outras culturas, às outras visões de mundo? Eu acho muito difícil a gente avançar além da constatação de que, em condições de vida material completamente diferente, povos de diferentes países conseguem ter níveis de satisfação pessoal, pois a percepção subjetiva do seu bem-estar é relativamente uniforme. Mas não me parece que seja um conceito muito operacional para essa discussão de sustentabilidade do crescimento. Não que não tenha importância – aliás, tem muita para os processos políticos, para o grau de coerção social no interior dos diversos países – mas, como indicador comparável e com alguma utilidade instrumental na discussão do desenvolvimento sustentável, confesso que tenho alguma dificuldade para entender.

Muito obrigado.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Quem está propondo essa história de Índice de Felicidade como indicador?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Esse é um debate que está acontecendo na Organização das Nações Unidas nesses últimos dias. É uma proposta do Butão, que já adota isso.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Ah, é verdade. Na Conferencia das Águas, o Butão levantava essa história de Índice de Felicidade.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Há um painel da ONU discutindo isso exatamente nesses dias.

Passo a palavra ao Sr. Shelley.

O SR. SHELLEY DE SOUZA CARNEIRO – Eu gostaria de lembrar rapidamente algumas coisas que foram colocadas aqui.

Acho importante a gente ir um pouco a fundo, primeiro, na parte de energia. O Brasil hoje tem o Proálcool e uma indústria de álcool que merece ser mostrada para o mundo inteiro. O carro com motor flex, para carros pequenos, foi lançado há pouco tempo – nele, você pode usar o álcool hidratado ou a gasolina. Foi um movimento ou uma revolução energética no Brasil. Foi um movimento fantástico. Hoje, o próprio consumidor escolhe ou a gasolina ou o álcool para colocar. É lógico que ele olha preço e outras coisas, mas é um grande avanço no problema da economia verde.

Outra coisa que eu acho importante é a gente olhar a nossa energia. O problema do fio d'água foi colocado. Eu também já vi críticas, elogios e várias coisas sobre o fio d'água. É importante a gente notar que atacamos muito os reservatórios, mas energia eólica e energia solar só podem entrar na distribuição como energias complementares. Elas não são uma energia firme. A indústria não pode parar porque não existe vento. Elas são uma energia complementar à energia que está sendo produzida. Isso traz um problema que muita gente, às vezes, não pensa. Muitas vezes, a energia eólica pode ser desenvolvida e ser complementar a um reservatório nos tempos de seca. Quando o reservatório abaixa muito, usa-se a energia complementar eólica e coisas desse tipo. O fio d'água não dá essa condição. Então, é preciso a gente olhar. Se estamos realmente querendo trabalhar e olhar o problema de energia, nós temos que olhar todo o ciclo de energia, como ela é utilizada, e entender bem esse processo como um todo e não pontualmente. Esse é um ponto na parte energética.

O segundo ponto que eu acho muito importante é a economia verde, que fala principalmente sobre os problemas de recursos, os problemas de insumos que vem da natureza. É importante que a gente entenda bem como funcionam os ecossistemas, a interação de ecossistemas, a resiliência de ecossistemas, a capacidade de absorver impactos e de acabar ou não com toda a sua riqueza, e falo de tudo, falo de fotossíntese, através do oxigênio, falo numa série de outros instrumentos.

A empresa tem consciência hoje de que necessita da água, dos recursos, dos insumos para que ela cresça. Ela necessita dos ecossistemas e tem consciência disso. Por isso, grande parte dos parques que nós temos hoje no Brasil vem de indústrias que preservam e que os têm hoje como compensação ambiental.

É preciso a gente discutir muito os processos de mitigação e compensação da indústria brasileira. Eu acho que a gente não vê, muitas vezes, o que está sendo feito em compensação. Às vezes, a gente critica um problema pontual em termos de dióxido de carbono. Eu acho que é muito perigoso a gente ficar acusando o petróleo, o carvão mineral, etc, alguns produtos em função de outros. Eu vou dizer por que digo isso. Acredito que é muito mais importante a gente analisar o processo, o desenvolvimento tecnológico em cima do produto, o uso do produto, o desenvolvimento do uso do produto do que marginalizar um produto simplesmente porque, atuando hoje com as tecnologias que nós temos, tem uma alta emissão de dióxido de carbono. Então, eu acho que a tecnologia, o desenvolvimento tecnológico muda muito as coisas.

Há vinte anos, quando estávamos estudando emissões atmosféricas em chaminés para a indústria siderúrgica e para as indústrias de chaminés, o índice que se discutia no Brasil ia pular de 500mg/Nm³ numa chaminé para 100mg/Nm³. Hoje nós estamos trabalhando com 10mg/Nm³, nos Estados Unidos, e 20 mg/Nm³, no Brasil para essas chaminés. Avançamos em tecnologia, avançamos em capacidade de enfrentarmos um problema que era das grandes cidades, com várias chaminés. Quem morava perto de uma indústria naquela época sabe das dificuldades que a gente tinha. Era um momento. A tecnologia hoje supriu totalmente essa incapacidade. Praticamente, hoje, nós temos tecnologia, e tecnologia capaz de substituir.

O terceiro ponto que eu queria colocar é o problema de uma discussão que eu vi outro dia. Outro dia estava discutindo, em São Paulo, sobre a água do rio Tietê. O pessoal dizia que a água estava poluída e que existia um índice em relação a outro. Um técnico disse a um economista que estava perto: "Bem, você está me dizendo isso, mas hoje a tecnologia transforma a água impura, mais impura possível, na água mais limpa que você possa imaginar. Existe tecnologia hoje para isso." O economista disse: "Eu não estou falando nisso, estou falando em preço. Estou falando quanto custa essa água no final". É lógico que a gente tem que compatibilizar hoje o problema da tecnologia, problema de preço de mercado. É preciso olhar isso com muito cuidado, porque senão a gente foge de uma realidade que está aí.

Não estou dizendo que a gente não vai progredir, que a gente não vai para a frente, que a gente não vai fazer ajustes, que a gente não vai introduzir exemplos de economia verde, uma economia sustentável, que a gente não vai introduzir isso dentro da economia tradicional. Não é isso! Vamos passar por grandes transformações hoje no mundo, com velocidade muito maior do que tínhamos antes, mas é preciso uma adaptação não só social, mas econômica e ambiental, senão vamos ter problemas muitos maiores do que pensamos. Vamos destruir uma coisa que funciona, mas que nós achamos que funciona mal, com modelos que ainda não temos certeza absoluta que vai funcionar bem, justamente em um momento importante para o nosso País, em um momento em que há uma perspectiva de crescimento muito maior para a sociedade brasileira, e essa perspectiva pode vir por água abaixo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado Dr. Shelley.

Passo a palavra agora ao Sr. Gustavo Luedemann, Coordenador da Área de Sustentabilidade da Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais do Ipea.

O SR. GUSTAVO LUEDEMANN – Obrigado, Senador.

Para concluir, eu acho que todas as falas são muito pertinentes, especialmente a sua. O senhor tem uma preocupação enorme também com a questão do cerrado. Realmente a gente precisa ter mais olhos para os nossos ativos ambientais, porque a gente, muitas vezes, não percebe que tem.

Cumprimento também a fala do Saulo, que falou da mão invisível, mas, de alguma forma, a mão invisível age. Estamos falando de olhar a pegada, olhar pelo ponto de vista do consumo, olhar pela extração dos recursos naturais, pela otimização deles, por onde que nós vamos olhar, mas, na verdade não existe... Estamos numa economia planificada e com um poder central gerenciando tudo isso. Na verdade, as leis de mercado de alguma forma estão regulando isso. O motivo pelo qual eu ia dizer que não se pode dizer que um país que está extraindo e gerando sua riqueza agora a partir de recursos naturais que ele seja menos sustentável que outros é porque, na verdade, como o Saulo deixou bem claro, isso acontece no nível global. A gente está fazendo só um recorte do planeta e dizendo onde está acontecendo cada coisa, mas é o conjunto que está funcionando. Se o Brasil está exportando *commodities* é porque os agentes brasileiros percebem que a sua vantagem comparativa é na exportação de *commodities*. Isso existe porque existe a demanda para tal. O Brasil não pode simplesmente dizer: "Eu não vou mais exportar minérios, eu não vou mais exportar soja, porque soja vai utilizar fósforo e outros recursos minerais, porque isso está me empobrecendo." Por quê? Porque vai deixar de gerar riqueza e ele precisa gerar sua riqueza para conseguir vencer os seus desafios do desenvolvimento. Os agentes econômicos, vamos dizer assim, vão ocupar aquele nicho de mercado que lhes é mais apropriado.

Então, o que precisa acontecer na verdade é uma revolução global nesse aspecto. O problema de sustentabilidade global precisa ser respondido a nível global. A gente tem agora alguma forma de interferir no processo? Tem! Por meio de fomento e crédito de regulação. No entanto, essa regulação precisa de forma global também ser inteligente do ponto de vista do desenvolvimento dos países do mundo e da erradicação da miséria. Nesse sentido, é muito importante também que a gente perceba onde estão os recursos para que isso seja corrigido. Se o Brasil fosse o mundo, por exemplo, eu diria que, aqui, nessa sala, nós seriamos bastante responsáveis porque nós também temos a capacidade financeira muito diferente da maior parte da população brasileira para resolver o problema e que nós teríamos que desembolsar alguma coisa para tentar resolvê-lo. E, da mesma forma, em nível

global, quem precisa ser chamado ao caixa são os países que geraram a sua riqueza também com base na exploração dos seus próprios recursos naturais, seja durante o período do seu desenvolvimento, seja agora que são importadores de *commodities*.

Era essa a lógica que eu queria deixar bem clara aqui, porque ela é muito importante na hora de se discutir sustentabilidade num fórum global; ela precisa ser vista de uma maneira global. Acho que essa era a principal mensagem que eu queria deixar aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado.

Passo a palavra ao Saulo.

O SR. SAULO RODRIGUES PEREIRA FILHO – Obrigado, Senador Rodrigo.

Eu gostaria de dizer que esse tema do sistema de avaliação da sustentabilidade nos é muito caro lá no CDS. Nós temos desenvolvido uma série de trabalhos, pesquisas, visando a entender melhor as alternativas existentes no mundo hoje sobre como medir, como avaliar, como buscar uma forma de operacionalizar o conceito de sustentabilidade. Desenvolvemos inclusive uma proposta, que foi apresentada já em duas conferências na Europa – uma na Alemanha e outra na Holanda –, que se chama Bússola da Sustentabilidade. O que ela faz é justamente tratar, de forma equivalente ou equilibrada, o problema que eu mencionei anteriormente da visão pela ótica da produção e pela ótica do consumo. Então, ela procura integrar essas duas visões de avaliação da sustentabilidade sob a ótica da produção, de um lado – é um hemisfério dessa bússola –, e, do outro hemisfério, sob a ótica do consumo, que tem uma implicação mais global, ao passo que a outra tem uma implicação mais local.

Sobre o índice de Felicidade Bruta, que foi desenvolvido e aplicado no Butão, quero dizer que o nome suscita certa resistência por boa parte das pessoas que acabam não levando muito a sério o assunto pelo próprio nome dado ao indicador – acho que o nome não foi dos mais felizes, sem querer fazer trocadilho –, porque ele gera uma resistência. Ah, índice de Felicidade Bruta! O que é isso? Isso é bobagem, besteira, uma coisa muita subjetiva. Mas não é bem assim. O índice é composto de nove categorias muito bem definidas de indicadores que procuram avaliar uma dimensão imaterial do desenvolvimento. Aí entram questões de educação, de saúde, de organização social, de cultura que são importantes para se discutir a sustentabilidade. Então, não é que o índice de Felicidade Bruta vá, um dia, substituir o PIB – isso nunca vai acontecer –, mas ele pode, sim, inspirar – e já tem inspirado – pessoas que trabalham com essa questão a pensar em um novo indicador de sustentabilidade que incorpore algumas dessas dimensões que esse índice do Butão traz. Acho que ele poderia, por exemplo, ter outro nome que talvez não gerasse tanta resistência nas pessoas para levarem a sério o trabalho proposto. Índice de sustentabilidade imaterial, por exemplo, seria um nome talvez mais interessante, mas o fato é que ele tem sido levado a sério para esse debate. Hoje mesmo, no jornal *O Globo*, o Prêmio Nobel de Economia, Joseph Stiglitz, atribui a esse índice um valor muito importante nessa discussão sobre novas métricas da sustentabilidade. Então, muito possivelmente ele irá inspirar, sim, uma nova forma de se avaliar a sustentabilidade que não sabemos ainda qual vai ser, mas certamente será algo que passará por toda essa discussão que fizemos aqui hoje.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Saulo.

Quero agradecer a presença de todos. Realmente, o debate é muito interessante.

Declaro encerrada a audiência pública.

Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 08 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 59 minutos.)

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Ata da 1ª Reunião da Subcomissão Permanente da Água, no Âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, realizada em 06 de março de 2012, terça-feira, após a 8ª Reunião da Comissão De Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, prevista para após a 7ª Reunião da Subcomissão permanente da Água, no Âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Designada às 8h30, na Sala de Reuniões nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II.

Às treze horas e oito minutos do dia seis de março de dois mil e doze, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência em exercício do Senhor Senador **RODRIGO ROLLEMBERG**, reúne-se a Subcomissão Permanente da Água. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **VANESSA GRAZZIOTIN, ANIBAL DINIZ, SÉRGIO SOUZA E RODRIGO ROLLEMBERG.** Deixam de comparecer os (as) Senhores (as) Senadores

(as) **JORGE VIANA E ALOYSIO NUNES FERREIRA**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e passa a apreciação da pauta, que é destinada à eleição do Presidente da Subcomissão. Em escrutínio secreto, é eleito por unanimidade Presidente da Subcomissão o Senhor Senador **SÉRGIO SOUZA**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e dezesseis minutos, lavrando eu, Leany Barreiro de Sousa Lemos , a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Rodrigo Rollemberg,** Presidente em exercício da Subcomissão Permanente da Água.

REGISTRO DE TAQUIGRAFIA EM 06/03/2012

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Subcomissão Permanente da Água da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião tem por finalidade a eleição do Presidente da Subcomissão. Foi registrada, até o presente momento, chapa única. Para Presidente, o Senador Sérgio Souza.

Encontram-se sobre a mesa, à disposição dos Srs. Senadores, as cédulas de votação devidamente rubricadas pela Presidência. Elas deverão ser utilizadas após a chamada nominal para a votação. Será procedida à chamada nominal, obedecidas as composições partidárias.

Convido o Senador Anibal Diniz a votar. *(Pausa.)*

Convido a Senadora Vanessa Grazziotin. *(Pausa.)*

Convido o Senador Sérgio Souza. *(Pausa.)*

Em seguida ao voto da Senadora Vanessa Grazziotin, peço que ela assuma a Presidência da reunião para que eu possa votar.

Infelizmente, o Senador Flexa Ribeiro não é membro desta Subcomissão da Água.

Senadora Vanessa, por favor, assuma a Presidência.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Convido para votar, nesta Subcomissão, o Presidente competente da nossa Comissão, Senador Rodrigo Rollemberg.

Na sequência, o Senador Rodrigo Rollemberg volta para que possamos proceder à apuração. *(Pausa.)*

O Senador Rodrigo Rollemberg, já tendo votado, volta à direção dos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Convido a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Flexa Ribeiro para serem os escrutinadores.

(Procede-se à apuração dos votos.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Por unanimidade dos votos, comunico a eleição do Presidente Sérgio Souza para Presidente da Subcomissão da Água. *(Palmas.)*

Convido o Senador Sérgio Souza para assumir a Presidência da reunião.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Veja, Senador, o Senador Sérgio Souza preside a Comissão Mista de Mudanças Climáticas.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Terminou no ano passado.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Ah! Terminou no final do ano passado. É verdade. Mas V. Exª pode ser o relator lá, Senador Sérgio.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Estou em campanha, Senadora Vanessa. *(Risos.)*

Obrigado, Senador Rodrigo Rollemberg pela indicação do meu nome para presidir esta Subcomissão, que considero uma das áreas mais importantes para o Planeta.

Tivemos aqui hoje uma discussão sobre o problema antártico brasileiro e muito se falou em água, tanto em águas marinhas, mas também em água doce congelada que há naquele continente. Inclusive, há um estudo que nós temos, Senadora Vanessa, um emaranhado de rios subterrâneos no continente antártico que é maior do que a bacia amazônica.

Esta é uma Subcomissão extremamente importante. Como Presidente desta Subcomissão Permanente de Águas agora e também como integrante da Comissão Mista de Mudanças Climáticas e da Comissão de Meio Ambiente, juntamente com uma comissão de Senadores, vamos agora, nesta semana – acho que sexta-feira ou sábado –, a Marselha, ao VI Fórum Mundial das Águas, em que o Brasil terá uma importante participação, tendo como chefe da delegação a nossa Ministra Izabella Teixeira.

Agradeço a todos os Srs. Senadores e Srªs Senadoras a confiança nesta Presidência e espero atingir o objetivo esperado pelo Sr. Presidente Rodrigo Rollemberg.

Muito obrigado.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Senador Sérgio Souza, quero cumprimentar V. Exª pela Presidência da Subcomissão da Água, uma série de trabalhos conjuntos da Comissão de Meio Ambiente com a Subcomissão da Água. Como V. Exª disse, esse é um tema estratégico não apenas para o Brasil, mas também para o futuro do Planeta. Mais uma área cujo protagonismo o Brasil vem assumindo internacional.

É importante registrar que o Fórum da Água será presidido por um brasileiro, Dr. Benedito Braga, que

esteve com a gente aqui. Há uma possibilidade grande de que ele assuma o Conselho Mundial da Água.

E temos uma série de agendas absolutamente indispensáveis para o futuro do Brasil. Ainda ontem lembrava o tema do nosso debate aqui, que é o encerramento, no final de 2014, de uma série de concessões de usinas de hidrelétrica, de redes de transmissão e distribuição de energia elétrica. E que, no modelo adotado por nosso País, parte da tarifa é composta por custos de amortização desses investimentos para a construção das usinas, para a construção das linhas de transmissão. E, no momento em que o Brasil discute a importância de ter uma lei, um programa de pagamento por serviços ambientais e um fundo que financie esse pagamento por serviços ambientais, nós não podemos deixar de fazer esse debate, de como aproveitar parte desses recursos para financiar um grande programa de pagamento por serviços ambientais.

Publicamente já convido V. Exª, como Presidente da Comissão da Água, para que, conjuntamente com a Comissão de Meio Ambiente, possamos fazer um debate especificamente sobre esse tema ainda no primeiro semestre deste ano.

Portanto, cumprimento V. Exª. Esta Subcomissão não poderia estar em melhores mãos. E saiba que nós queremos trabalhar de forma bastante integrada à Comissão com a Subcomissão da Água.

Muito obrigado.

Parabéns e muito sucesso!

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Declaro encerrada a presente sessão. Obrigado a todos e uma boa tarde.

(Iniciada às 13 horas e 08 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 16 minutos.)

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Ata da 1ª Reunião da Subcomissão Temporária para Acompanhar a Execução das Obras da Usina de Belo Monte, no Âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, criada por meio do RMA n° 20, de 2010, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária Da 54ª Legislatura, Realizada em 15 de março de 2012, Às 10H, Quinta-Feira, na sala de Reuniões nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II.

Às dez horas e nove minutos do dia quinze de março de dois mil e doze, na sala de reuniões nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II, sob a Presidência do Senhor Senador FLEXA RIBEIRO, reúne-se a Subcomissão Temporária para acompanhar a execução das obras da usina de Belo Monte. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores DELCÍDIO DO AMARAL, FLEXA RIBEIRO, PEDRO TAQUES, LOBÃO FILHO. Deixam de comparecer os Senhores Senadores JORGE VIANA, RODRIGO ROLLEMBERG, SÉRGIO SOUZA E VALDIR RAUPP. Fica registrada a presença em plenário do Senhor Senador ANTONIO CARLOS VALADARES, do Deputado Federal Asdrubal Bentes (PMDB/PA) e Deputado Estadual do Pará Ozório Juvenil (PMDB/PA). Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, submete à votação a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, informa que a presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública, em conformidade ao Plano de Trabalho aprovado pela Subcomissão, destinada a "Avaliar o estado atual do projeto da UHE Belo Monte e propor um plano de acompanhamento permanente da implantação da usina e do cumprimento dos compromissos ambientais e sociais assumidos". Comparecem os seguintes convidados: Nicias Ribeiro, Secretário Extraordinário para Assuntos de Energia do Estado do Pará; Carlos Nascimento, Diretor-Presidente da Norte Energia S/A; Adriano Rafael Arrepia de Queiroz, Coordenador-Geral de Infraestrutura e de Energia Elétrica do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA); e Ivan Dutra Faria, Consultor Legislativo do Senado Federal. Após a explanação dos convidados, usam da palavra os Senhores Senadores IVO CASSOL, DELCÍDIO DO AMARAL e FLEXA RIBEIRO. Os convidados respondem aos questionamentos e apresentam suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e dezenove minutos, lavrando eu, Leany Barreiro de Sousa Lemos, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia. – Senador **Flexa Ribeiro.**

Presidente da Subcomissão Temporária para Acompanhar a Execução das Obras da Usina de Belo Monte.

REGISTRO DE ESTENOTIPIA DA REUNIÃO DE 15/03/2012

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Declaro aberta a primeira reunião da Subcomissão Temporária para Acompanhar a Execução das Obras da Usina de Belo Monte da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A reunião destina-se à audiência pública para avaliar o estado atual do projeto da usina hidrelétrica de Belo Monte e para propor um plano de acompanhamento permanente da implantação da usina e do cumprimento dos compromissos ambientais e sociais assumidos.

Convido para compor a Mesa os convidados a esta audiência pública: o Sr. Nicias Ribeiro, Secretário Extraordinário para Assuntos de Energia do Estado do Pará; Dr. Carlos Nascimento, Diretor Presidente do Consórcio Norte Energia; Dr. Adriano Rafael Arrepia de Queiroz, Coordenador-Geral de Infraestrutura de Energia Elétrica do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais e Renováveis (Ibama); Dr. Ivan Dutra, Consultor Legislativo do Senador Federal.

Esta reunião da Subcomissão, a primeira que fazemos nesta 2ª Sessão Legislativa da 54ª Legislatura, acontece, Senador Ivo Cassol, Vice-Presidente da Subcomissão, após a diligência que fizemos na semana passada, para visitar o sítio das obras de implantação da usina de Belo Monte, nos Municípios de Altamira e Vitória do Xingu, no Estado do Pará.

Estivemos lá com os Senadores que compõem a Subcomissão: Senador Ivo Cassol, nosso Vice-Presidente; Senador Delcídio do Amaral, nosso Relator; Senador Aloysio Nunes Ferreira, membro da Subcomissão.

Também compuseram a comitiva o Dr. Nicias Ribeiro, que é o Secretário de Energia do Estado do Pará – como disse naquela ocasião, com muita honra, meu primeiro suplente no Senado Federal, Deputado Estadual por várias legislaturas no meu Estado, Deputado Federal, um estudioso dessa questão de energia –; o Dr. Carlos Nascimento, Presidente do Consórcio empreendedor; e outros convidados.

Nessa ocasião, os Senadores que compõem a Subcomissão tiveram a oportunidade não só de visitar os sítios e de verificar *in locu* o andamento do projeto, como também de participar de uma audiência no Centro de Convenções de Altamira e de interagir com a sociedade de Altamira, de Vitória do Xingu e dos Municípios daquela região que serão impactados por essa obra, que é, sem sombra de dúvida, a mais importante do Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal.

O que vimos lá, Presidente Carlos Nascimento... E V. Sª disse, na ocasião da audiência, que há um pequeno atraso no cronograma de implantação da usina, da ordem de 2% do cronograma previsto, que, com certeza absoluta, será recuperado ao longo do tempo.

Hoje vamos ter a oportunidade, nesta audiência, de debater, com certeza, tudo aquilo que presenciamos lá. O que ficou claramente constatado é que a preocupação de todos nós, da Subcomissão, é muito maior com relação ao cumprimento das condicionantes que foram acordadas, Secretário Nicias, por ocasião da licença de implantação do projeto.

Não tivemos a oportunidade da presença do Ibama por ocasião da diligência, daí por que termos convidado aquele órgão para estar aqui conosco hoje. É fundamental que o Ibama, a partir de agora, seja também parceiro da Subcomissão nesse acompanhamento.

Todas as vezes em que se cobra do Consórcio Norte Energia o cumprimento dessas condicionantes, sempre surge a dificuldade por parte do Ibama nas liberações dessas licenças, para que se possa avançar na execução dos projetos.

Então, pediria ao Dr. Adriano, Coordenador-Geral de Infraestrutura de Energia Elétrica, que pudéssemos trabalhar, junto com a Subcomissão e, a Subcomissão, junto com o Governo Federal, com o governo estadual e com os governos municipais dos Municípios impactados, para que, de forma ordenada, avançássemos na liberação dessas licenças. Que as condicionantes avancem na mesma velocidade que as obras de implantação da usina estão acontecendo.

Senador Pedro Taques, V. Exª, para nós, da Subcomissão, é uma referência no cumprimento dessas condicionantes. Eu dizia há pouco - e disse quando retornamos da diligência que fizemos na semana passada, quando conversávamos na terça-feira, no plenário – que lamentávamos que V. Exª não teve a possibilidade de nos acompanhar, mas que, na diligência que faremos já em julho próximo, gostaríamos de contar com a presença de V. Exª para que nos ajudasse a fazer com que Belo Monte, que sabemos que tem não só o foco nacional, mas internacional, ao final, seja o que todos nós queremos: um exemplo para o resto do mundo de que é possível se implantar um projeto dessa magnitude na Amazônia, de forma ambiental e socialmente correta.

Antes de eu passar a palavra aos nossos convidados e aos Senadores para que nós possamos debater, eu vou pedir que assistamos ao filme que foi feito pela TV Senado, que nos acompanhou na diligência, para que todos possam assistir, através dessa filmagem, ao estágio das obras, como elas se encontram neste momento, em Vitória do Xingu e em Altamira. Também estivemos, Senador Pedro Taques, visitando as áreas que serão atendidas pelas condicionantes no Município de Altamira, tanto na parte da saúde quanto na parte da transferência das famílias que serão impactadas pela barragem – e essas famílias serão impactadas pela barragem, mas já são, todos os anos, impactadas pelas enchentes do rio Xingu. Essas famílias serão transferidas, numa das condicionantes, para áreas que não sofrem impacto das enchentes, de forma

que tenham uma qualidade de vida mais humanizada. Então, vamos assistir ao filme. Depois, passaremos a palavra aos nossos convidados.

(Procede-se à exibição de filme.)

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Eu pensei que o nosso filme fosse mostrar as obras, pelo menos as imagens do canal sendo escavado, do início da implantação do sítio Belo Monte, do sítio Pimental, depois nós vamos ter que...

É. Para fazer uma edição mostrando também o estágio das obras para que a gente possa fazer um acompanhamento a cada visita, a cada diligência, para ver a evolução, porque faremos diligências a cada quatro meses.

O Senador Delcídio do Amaral é nosso relator. Precisamos ter essas imagens para que possamos avaliar a evolução não só da implantação do projeto, mas também das condicionantes, Senador Pedro Taques, a cada quatro meses, como elas estão evoluindo.

Vamos passar agora aos nossos convidados. Antes quero passar a palavra ao nosso relator, Senador Delcídio do Amaral.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Quero cumprimentar o Presidente Senador Flexa Ribeiro, cumprimento também o nosso Messias Ribeiro, Secretário de Energia do Pará. Cumprimento especialmente meu amigo Carlos Nascimento, Presidente do Consórcio Norte Energia, o Adriano Queiroz, Coordenador Geral de Infraestrutura e de Energia elétrica do Ibama, cumprimento o Ivan, da Consultoria, os demais Senadores.

Quero registrar, Senador Flexa, a importância dessa visita. Primeiro, com relação à audiência pública realizada no mesmo dia em que chegamos, quando pudemos ouvir vários setores da sociedade do Município de Altamira em uma audiência pública conduzida com muita competência por V. Exª. Exercitamos o contraditório, ouvimos sobre os benefícios, as opiniões daquelas pessoas que entendem Belo Monte como um projeto fundamental para o País, ouvimos as críticas daquelas pessoas que sempre se posicionaram contra o projeto e, ao mesmo tempo, reclamações sobre aquilo que o licenciamento ambiental determinou, especialmente obras de infraestrutura urbana, obras de saneamento, mais especificamente habitação, saúde.

O que ficou muito claro para nós são as dificuldades naturais de implantação desses projetos até porque isso leva a uma interação forte com órgãos ambientais, com Prefeituras, com o Governo do Estado, com o Governo Federal. Então, a despeito da determinação da Norte Energia de implementar, já como o licenciamento determina, essas ações mitigatórias, é importante registrar que só o saneamento vai transformar Altamira, talvez, em uma das poucas cidades brasileiras com 100% de saneamento. Inclusive, nós andamos pelos bairros que serão diretamente atingidos por essas obras. Acredito que hoje o grande fator negativo, com relação a Belo Monte, é o problema dessas ações que chamo mitigatórias, mas o Nascimento as chama de condicionantes – acho que o Ibama usa essa mesma expressão. Na verdade, são condicionantes mesmo, até em função licença ambiental que foi dada pelo Ibama.

Eu não tenho dúvida nenhuma de que o Ibama fez um trabalho difícil e o licenciamento foi muito bem analisado, muito bem avaliado por esse instituto, especialmente trabalhando em uma situação de pressão – lá não é fácil. Eu tive oportunidade de participar de obras de energia no Pará e sei das dificuldades, não são poucas.

Então, hoje, o maior motivo de preocupação é com os condicionantes.

Com relação à obra, ela é simplesmente espetacular. São três frentes: o barramento de montante, que é aquele que vai, efetivamente, formar o reservatório; depois, um canal de adução; e, em seguida, a casa de força propriamente dita, sendo que no primeiro barramento vão colocar turbinas bulbo, também para aproveitar essas obras civis.

Isto é a escavação da casa de força da usina. São 22 unidades. Portanto, uma obra extremamente complexa. Eu vi alguns números dessa obra. São 160 milhões de metros cúbicos de terra e rocha que vão movimentar. É quase o canal do Panamá e três milhões de metros cúbicos, se não me engano, de concreto.

Então, é um grande desafio e é importante registrar que uma das críticas feitas a Belo Monte é de que a usina tem 11 mil megawatts e vai gerar 4.500, 4.900 quilowatts médios. Ela poderia gerar mais, mas, exatamente em função das restrições ambientais, a opção do projeto foi basicamente ocupar a calha do rio Xingu, principalmente em Volta Grande do Xingu, onde o rio Xingu se espraia. Vamos praticamente inundar a calha do rio. A área inundada é muito pequena. Procurou-se otimizar o projeto para que, efetivamente, não tivéssemos muitos desmatamentos. O reservatório inicial chegava a 2.500 quilômetros quadrados, e hoje está restrito a 500, aproximadamente, sendo que mais da metade já é calha do rio Xingu.

Então, é um projeto muito importante. A segurança energética é absolutamente fundamental para o desenvolvimento do Brasil.

Eu não tenho dúvida – ontem eu estava conversando com a Ministra Izabella, à tarde – de que essa obra muda o eixo política, muda o eixo de desenvolvimento econômico e social do Pará. Por isso, ela gera

tantas polêmicas. Agora entendo que é um projeto extremamente relevante para o País e acho que a Comissão vai agora acompanhar, a cada quatro meses, de perto o seu desenvolvimento. Já nos colocamos à disposição do Dr. Carlos Nascimento para envidar todos os esforços naquilo que for compatível com as nossas atribuições aqui no Senado Federal, no sentido de eliminar esses óbices e essas dificuldades que estão permeando esse início das obras, mas, não tenho dúvida nenhuma, serão suplantadas.

Por último, eu fui de uma época em que obra, vila residencial...O Messias lembra-se muito bem de Tucuruí, da estrutura que foi montada em Tucuruí. Essa é uma obra extremamente enxuta. O pessoal está todo no canteiro. Quer dizer, os alojamentos que foram feitos são para... As pessoas estão coladas nos canteiros, e os alojamentos são de muito boa qualidade, com cuidado muito grande, com isolamento térmico, com isolamento acústico.

Efetivamente, trata-se de uma obra diferenciada, um divisor de águas, sendo o reflexo da experiência que o Brasil desenvolveu ao longo do tempo, especialmente em barragens na Amazônia. Belo Monte é um grande avanço inexoravelmente. Eu, que vivi em várias regiões do País e acompanhei vários projetos, reconheço que, sem dúvida nenhuma, Belo Monte incorporou principalmente as lições que tivemos com os erros que cometemos na implantação de grandes usinas no Brasil e, especialmente, de grandes usinas na Amazônia.

Era só isso que eu queria dizer.

Agradeço, Senador Flexa, a oportunidade e também o prestígio de V. Exª ao trabalho de todos nós Senadores que fazemos parte desta Subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Agradeço ao Senador Delcídio do Amaral, nosso Relator e nosso professor em razão da experiência que tem como ex-Ministro de Minas e Energia e por ser um engenheiro nessa área. Foi um dos engenheiros que, como técnico, implantou a hidrelétrica de Tucuruí, também no Estado do Pará.

Quero iniciar, então, a audiência para que possamos ouvir os nossos convidados. Vou passar a palavra ao nosso consultor legislativo aqui do Senado Federal, Dr. Ivan Dutra, que nos acompanhou na visita que fizemos ao canteiro da hidrelétrica de Belo Monte, para que ele possa fazer a sua exposição.

V. Sª, Dr. Ivan, dispõe de dez minutos para expor o seu relatório.

Dr. Ivan, por favor.

O SR. IVAN DUTRA – Obrigado, Senador Flexa Ribeiro, Presidente da Subcomissão. Em seu nome, saúdo os demais integrantes da Comissão e aproveito para saudar o Senador Delcídio, Relator, o Senador Ivo Cassol e o Senador Pedro Taques, que aqui comparecem.

Bom, eu queria, antes de começar a falar sobre a questão de Belo Monte em si, fazer um comentário sobre uma entrevista que foi dada pela Drª Mayana Zatz, Diretora do Centro de Estudos de Genoma Humano e Professora Titular de Genética Humana da USP, ao jornalista Carlos Alberto Sardenberg, na Rádio CBN, em 13 de março, mais precisamente antes de ontem.

Os senhores devem estar se perguntando: "Qual é a relação que uma entrevista de uma cientista especializada em genoma humano teria com o tema do nosso debate?" Espero fazer essa relação brevemente.

O jornalista Sardenberg entrevistou a Drª Mayana, que é uma referência internacional, sobre a possibilidade de as pessoas hoje conhecerem o seu genoma. Em questão de muito pouco tempo, a pessoa vai conhecer o seu genoma, e, no seu genoma, ficam marcados os genes que potencialmente teriam condição de induzir doenças mais sérias ou menos sérias, sendo alguns, até como ela chama, genes fúteis. Por exemplo, a pessoa pode saber se tem predisposição à calvície, sob protesto do jornalista Sardenberg, que disse: "Desde quando esse gene é fútil, se incomoda tanta gente?" Lá pelas tantas, ele perguntou à Drª Mayana: "Drª Mayana, a senhora gostaria de conhecer o seu genoma?" Ela disse peremptoriamente: "Eu, não; eu, não", logo ela, especialista no assunto. E seria muito fácil para ela conhecer. Então, ela começou a exemplificar o porquê dessa resposta, até meio divertida, que espantou o jornalista. Porque o verdadeiro cientista não pode se render a um determinismo. Ou seja, certas coisas não necessariamente irão acontecer.

Ela deu o exemplo de um congresso em que ela estava e havia um cientista brilhante que tinha mapeado o seu genoma, e, no genoma dele, tinha um gene bem proeminente de retardo mental profundo, um cientista brilhante. Então, virou uma grande gozação no Congresso. Assim, no final das contas, ela concluiu que, em determinado ponto da ciência, o excesso de informação pode ser prejudicial.

Se numa ciência de ponta como essa, uma cientista de ponta dá esse tipo de declaração, imagine nas ciências ambientais, no trabalho de previsão de impactos. O trabalho de previsão de impacto tem uma complicação tremenda. Ele é muito complicado. Tanto é que de uma forma didática simplesmente podemos dizer que uma alteração ambiental pode ser natural, causada pelo homem. Por exemplo, aquele vulcão que tanto transtorno causou na Islândia, foi uma alteração ambiental que impactou toda a Europa e os voos. Mas aquilo não é considerado tecnicamente um impacto

ambiental. Um efeito ambiental é uma alteração produzida pelo homem. Então, uma obra como Belo Monte causa efeitos ambientais.

No entanto, quando vamos dar o nome de impacto ambiental acrescentamos um juízo de valor. Aí sim é que começamos a dizer se ele é negativo ou positivo. E essa previsão é extremamente difícil, principalmente porque, no Brasil, nesses estudos de impacto ambiental, não se considera com a devida atenção a operação que chamamos tecnicamente de *no action*, ou seja, como se comportaria a região se não houvesse um empreendimento ali. Essa não é uma opção muito bem explorada e como esta Comissão e esta audiência pública estão tratando dos próximos passos, quer dizer, do futuro, é muito interessante conhecer o que ocorreu no passado para que essas situações não se repitam.

Na legislação, não temos uma ajuda muito grande de precisão, quando, por exemplo, na Lei nº 9.985, de 2000, o caput do art. 36 diz: "empreendimento de significativo impacto ambiental", isso não é um termo preciso para a ciência. O que é significativo impacto ambiental? A medida disso é muito difícil. A única saída é associar ciência e política, porque só a política não vai trazer respostas para as questões das transformações ambientais. Mas a ciência também não. Porque na hora em que temos que avaliar o impacto ambiental da remoção de um cemitério de lugar, como mensurá-lo? É quase impossível dar números a isso. Assim, vamos chegando a um processo de intensa judicialização, porque a norma traz muita subjetividade.

Não é o tema desta audiência, mas é bom marcar que a consequência do conflito em Belo Monte tem muita relação com subjetividade e com esse processo judicial que se apoia muito em alguns pontos da norma infralegal.

E olhando para trás, vemos que os primeiros impactos na barragem surgem quando vai ser feito o estudo de inventário. Os primeiros técnicos que descem o rio já provocam um impacto ambiental porque já começa a especulação. E isso tem rebatimento no valor das terras. Há também o problema com o setor elétrico que, muitas vezes, cometeu alguns equívocos até com a denominação das usinas. Já houve problemas em relação a como denominar uma usina. Belo Monte é um caso deste, ou seja, ter uma denominação polêmica.

Então, o problema começa muito cedo. E tem que ser administrado por um grupo de pessoas que, muitas vezes, não tem noção da complexidade desse problema. Portanto, a subjetividade causa, no conflito, uma confusão grande. Por exemplo, vou-me referir a uma praia que vai ser feita em substituição a outra que tinha no rio normalmente. Como houve na Hidrelétria de São Simão, por exemplo. Se eu me refiro com termo "praia artificial", parece uma coisa simples dizer praia artificial. É o certo dizer praia artificial. Mas isso é um impacto tremendamente negativo na população. E as resistências começam a surgir a partir daí. Talvez, se disséssemos novas praias, como, no caso de caso... No projeto original de Belo Monte, por exemplo, acontecia isso. Não sei dizer isso hoje, mas, com a normalização do rio, a estabilização do nível, a regularização da vazão, algumas praias que eram sazonais passaram a ser perenes. Então, esse processo, ao ser explicado para a população, traz uma grande complicação, que tem rebatimento no pós-licenciamento.

E aí vem a coisa mais séria: no Brasil, dá-se uma importância tremenda ao processo de licenciamento, o que é correto, mas o pós-licenciamento não tem a mesma importância. Não se dá a mesma importância ao monitoramento ambiental de um empreendimento depois de licenciado. Quase que todo o conflito ocorre no licenciamento. Então, para isso, em apenas alguns meses, nós teremos uma quantidade muito grande de trabalhadores em Belo Monte. Parece-me que essa quantidade de trabalhadores, se não me falha a memória, passa de 20 mil em 2013. E esses impactos são pós-licenciamento. Como o Senador Delcídio falou, hoje em dia a gente está usando mais o termo condicionante. Então, com isso, cresce a importância de se avaliar... E aí gostaria de deixar esta mensagem, praticamente, final, por causa do tempo que pretendo cumprir. O que seria importante é que esta Comissão e as pessoas que acompanham todo esse processo – o Ibama, a própria Norte Energia, o Ministério Público – tivessem o acesso ao pós-licenciamento de hidroelétricas como Tucuruí, Balbina, Samuel, Manso, que já estão em operação e cujas muitas das profecias, vamos dizer assim, Senador, não foram cumpridas. No caso de Tucuruí, dizia-se, na época em que eu acompanhava o assunto, na década de 80, que a retenção de águas do Tocantins – o senhor deve conhecer certamente, assim como o Deputado Nicias – iria salinizar a água do Guamá; e, portanto, a água de Belém seria... Terremotos também seriam comuns na região por causa da quantidade de água represada.

Então, esse acompanhamento da Subcomissão de Belo Monte é extremamente importante, porque abre uma frente que não é usual no contexto brasileiro de licenciamento, que é monitorar o empreendimento pós-licenciamento.

Para cumprir o tempo, eu gostaria só de lembrar alguns números, para finalizar, Senador. A compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos, no ano passado – isso é um valor previsto em lei para aquelas regiões onde há construção de hidroelétricas

e é calculado em função do percentual dos Municípios que são molhados pelo lago –, a arrecadação dessa compensação ultrapassou R$2 bilhões, incluindo os *royalties* de Tucuruí, perdão, de Itaipu. Tecnicamente, no setor elétrico, a gente chama de *royalties* só os de Itaipu. Só os de Itaipu que a gente chama de *royalties*. Então, incluídos 1,6 bilhão dessa compensação, com 370 milhões de *royalties* de Itaipu, ultrapassou a casa de 2 bilhões.

Para Belo Monte, estima-se um valor de 182 milhões por ano. O Estado do Pará teria direito a cerca de 82 milhões por ano, e os Municípios de Altamira, Vitória do Xingu e Brasil Novo, outros 82; sendo que Brasil Novo é um percentual muito pequeno do reservatório, mas Altamira e Vitória do Xingu são impactadas tremendamente por esse valor durante 80 anos. Então, daí, é muito importante o trabalho da Subcomissão, porque ela está pós-licenciamento. Ela está atuando no cumprimento das condicionantes e na realidade pós-licenciamento. E aí esses números impressionam, porque temos aí mais três milhões em ações de infraestrutura socioambientais, que vão ser aplicados, mais 500 milhões no programa de desenvolvimento regional e sustentável do Xingu. E, comparando com o orçamento anual de Altamira, de 144 milhões, só a compensação financeira, hoje, aproxima-se ao valor de 60% do orçamento anual de Altamira. Então, daí, cresce a importância do acompanhamento que a subcomissão está fazendo, e aí realmente a gente fica feliz por existir uma iniciativa pós-licenciamento.

Era isso o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Agradeço ao Dr. Ivan Dutra, Consultor Legislativo do Senado Federal, que é especialista em avaliação de impactos ambientais de barragens, mestre e doutor em Política, Planejamento e Gestão Ambiental.

Passo a palavra ao Dr. Adriano Rafael de Queiroz, Coordenador-Geral de Infraestrutura e de Energia Elétrica do IBAMA.

Dr. Adriano, V. Sª dispõe de dez minutos.

O SR. ADRIANO RAFAEL ARREPIA DE QUEIROZ – Obrigado, Senador Flexa Ribeiro. Cumprimento aqui também o Senador Delcídio do Amaral, o Sr. Nicias Ribeiro, o Sr. Ivan Dutra, nosso colega e consultor legislativo, e o Presidente da Norte Energia, o Sr. Carlos Nascimento.

Em nome do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente, quero destacar aqui um agradecimento por esta oportunidade de estar aqui nesta audiência pública para debater...

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Sr. Adriano, permita-me. Desculpe-me interrompê-lo. É só para saudar a presença do Deputado Asdrúbal Bentes, do PMDB do Pará. Seja bem-vindo, Deputado, à nossa audiência pública da subcomissão de acompanhamento da implantação de Belo Monte, V. Exª que é um combativo companheiro da Bancada Federal do Estado do Pará.

O SR. ADRIANO RAFAEL ARREPIA DE QUEIROZ – Como eu dizia, eu agradeço aqui, em nome do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente, esta oportunidade de participar desta audiência pública para debater o processo de licenciamento e construção dessa grande hidrelétrica no Estado do Pará, a Usina de Belo Monte.

Venho aqui nesta audiência muito para auxiliar no andamento dos trabalhos desta subcomissão.

Por ser um tema bastante complexo, tenho aqui algumas coisas a dizer também sobre o processo de licenciamento de um modo geral. É difícil a gente querer falar algo mais profundo sobre o assunto, porque é um tema demasiadamente complexo. Então, eu vou fazer uma explanação mais geral sobre a situação atual do processo de licenciamento, e aí fico aberto aos questionamentos e sugestões que os senhores entenderem necessários para os trabalhos da comissão.

Destaco também a avaliação de que o trabalho desta subcomissão é de suma importância para o País.

O processo de Belo Monte, por ser uma obra de grande monta, o empreendedor não consegue resolver todas as questões ali por conta própria na região, ele demanda ações do Poder Público, tanto das Prefeituras como do Governo do Estado e também do próprio Governo Federal, em termos de ações. Então, é uma obra, como o Sr. Ivan Dutra colocou, que tem uma estimativa de em torno de 20 mil trabalhadores diretos, que vão para aquela região trabalhar diretamente na obra. Com isso, no estudo de impacto ambiental e na fase seguinte do projeto básico ambiental, foram feitas estimativas sobre essa população que vem para trabalhar na obra, porque a região não consegue atender a essa demanda de trabalhadores, a região mais próxima, ali dos cinco ou 11 municípios da área de influência indireta, como a gente denomina no licenciamento ambiental; não conseguiria, a despeito dos esforços que devem ser feitos pela Norte Energia, que também estão consignados no licenciamento ambiental, de propiciar a capacitação dos moradores daquela região. Haverá um incremento em termos de migração para aquela região e, com isso, deriva, desse fluxo migratório daquela região, uma sobrecarga dos serviços básicos: saúde, educação, segurança pública e saneamento.

Isso posto, no licenciamento, foram feitas diversas exigências nesse sentido. A gente vem trabalhando, como bem o Sr. Ivan Dutra colocou, o licenciamento, essa questão da previsão de impactos. Enquanto a gen-

te está falando do licenciamento prévio, que é a fase de estudo do impacto ambiental, que é o mais conhecido pela população em geral; como não há obras ainda, nós estamos trabalhando com prognósticos, previsões de quais serão os impactos, a magnitude desses impactos e tudo isso, o licenciamento, na verdade, não resolve as situações. Você trabalha numa perspectiva de um planejamento que é feito nessas fases, mas é imprescindível de fato o acompanhamento que é feito nas fases conseguintes.

Então, hoje, a obra de Belo Monte, a Norte Energia é a detentora de uma licença de instalação, que é a Licença de Instalação nº 795. Essa licença de instalação autoriza, basicamente, a plena implantação da obra. Então, hoje, a Norte Energia já está fazendo intervenções inclusive no rio Xingu, já está buscando fazer um acesso para implantar seu novo sítio no Sítio Pimental, já está fazendo as obras de escavação dos canais, uma obra de grande monta, como o Senador Delcídio do Amaral falou aqui. Milhões de metros cúbicos de escavação vão ser feitos lá, e, consequentemente, milhões de metros cúbicos serão dispostos no meio ambiente em termos de bota-fora, que é uma questão ambiental de grande relevância, e diversas outras obras.

No licenciamento, por outro lado, como é uma obra de grande monta e de várias frentes, é de se esperar que esses projetos de engenharia não sejam detalhados de uma hora para outra e não estejam todos detalhados ainda no momento da licença de instalação. Então, o Ibama, apesar de ter uma licença de instalação que autoriza a implantação de grande parte das obras, há diversas atividades que, por uma situação em que a empresa ainda não teve um detalhamento necessário para a execução daquela obra, o Ibama ainda não autorizou aquelas intervenções.

Então, a preocupação que o Senador Flexa Ribeiro colocou, da compatibilização entre as obras e os condicionantes, a emissão de licenças, o que eu tenho a dizer é que o Ibama de fato tem se mostrado totalmente proativo nesse licenciamento ambiental. Eu tenho uma equipe exclusiva para cuidar de Belo Monte, uma equipe de dez analistas ambientais, juntando as outras áreas não só do licenciamento que estão exclusivamente tratando de Belo Monte.

Hoje, inclusive, há duas semanas que a gente está em seminários intensos com a Norte Energia discutindo o andamento desses projetos básicos ambientais, que são centenas de projetos de cunho socioambiental, verificando o cronograma, o escopo desses projetos, adequando o andamento dessas obras, porque, como eu disse, o licenciamento não pode ser visto como um mero dispositivo autorizativo estanque. É lógico que as licenças ambientais são de suma importância, mas o licenciamento se faz é acompanhando, na verdade. Então, é no dia-a-dia, nas vistorias que nós fazemos, nos pareceres que nós emitimos rotineiramente e em seminários como os que estão acontecendo hoje nas dependências da Norte Energia lá que de fato o Ibama consegue fazer um controle ambiental da implantação desse projeto.

Então, se, de fato, ainda há alguma intervenção carente de uma autorização do Ibama, tenha certeza de que não é por causa da morosidade do Ibama, que tem sido totalmente proativo, mas por uma questão que, eventualmente, a Norte Energia ainda está dependendo de um detalhamento. Por exemplo, jazidas. A empresa ainda está detalhando onde vai ser a exploração das jazidas. Chegando o documento para o Ibama, em uma semana, se tiver de acordo com os cuidados ambientais, a gente está emitindo as autorizações via ofício, buscando sempre desburocratizar esse processo que não guarda relação com o controle ambiental. A gente busca ser célere no que tem que ser célere.

O que mais eu teria a dizer? Acho que hoje a gente está com essa licença de instalação. Acho que nos trabalhos da subcomissão, Senador, temos uma sugestão que eu faço, que a gente enfrenta algumas dificuldades no licenciamento, basicamente na questão que eu coloquei inicialmente, que eu acho que... A Norte Energia, por exemplo, tem que fazer obras de saneamento naquela região. Obras de saneamento, há uma questão de ser uma concessão, em princípio, da prefeitura ou, então, no caso, da Cosampa, por exemplo, que havia uma concessão, não sei qual a situação atual específica. Aí não depende somente da Norte Energia a execução do saneamento. Mas está consignado no licenciamento que ela vai ter que concluir o saneamento, cem por cento de saneamento, na região de Altamira, com noventa mil habitantes aquela cidade, e em Vitória do Xingu, que tem dez mil habitantes, mais uma população que vai chegar lá. Mas não depende só dela.

Então, essa situação de discussão e achar um caminho para resolver o problema é fundamental, e o órgão ambiental não tem ingerência nenhuma sobre a prefeitura, muito menos sobre um governo de Estado, de qualquer determinação nesse sentido.

E assim, outras questões. Houve um acordo bastante importante que foi feito... A questão do saneamento eu falei como exemplo, mas ela está avançando. A gente percebe que está com bastante esforço, que está sendo feito de ambas as partes, do Governo do Estado e da Norte Energia, que a questão está avançando. Isso replica, por exemplo... Houve um acordo importante para a questão de segurança pública– R$100

milhões. A Norte Energia acordou com o Governo do Estado que envidaria esforços na região do empreendimento. Isso foi bastante relevante para a correta implantação desse empreendimento, haja vista que há a expectativa de chegarem lá cerca de 75.000 pessoas. São estimativas que a gente vai apurar no processo.

Por conseguinte, obras no setor de saúde pública; a Norte Energia está construindo diversos postos de saúde e também escolas. Fez um esforço tremendo para atender à demanda que chega lá no ano letivo, construiu diversas salas de aula na região para atender a essa demanda.

Então, acho que essa discussão... A meu ver, humildemente, acho que o Senado teria bastante a contribuir para a adequada implantação desse empreendimento. Acho que se agregaria a todo esse cuidado que a sociedade está tendo na implantação do empreendimento, porque não é só o Ibama, mas também o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Ministério da Saúde, todos os setores do Governo Federal estão atentos a essas atividades de Belo Monte e empenhados para que a implantação dessa obra seja um exemplo de como devem ser implementadas as obras na Amazônia. Essa não é a primeira e depois virão outras que o Governo tem de incluir no seu Plano Decenal de energia Elétrica.

Era isso. Estou à disposição para qualquer questionamento que for necessário.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Agradeço-lhe, Dr. Adriano Queiroz.

Passo a palavra ao Dr. Carlos Nascimento, Presidente do consórcio empreendedor.

Quero saudar o Deputado estadual Osório Juvenil, aqui presente, do PMDB, do Estado do Pará.

O SR. CARLOS NASCIMENTO – Sr. Presidente, Sr. Senador Delcídio Amaral, grande amigo, de longa data; colega Secretário Messias Ribeiro; colega Dr. Ivan; colega do Ibama Deputado Federal Asdrúbal Bentes; Senador Ivo Cassol, que nos acompanhou na viagem; Sr. Osabir, da Caixa Econômica – a Caixa é dos apoiadores desse empreendimento; Deputado Osório Juvenil do nosso Estado, Pará; hoje, como da outra vez, digo que estamos falando sobre desenvolvimento. O problema do nosso país é desenvolvimento, é criação de empregos. Do PIB do nosso País dependemos do exterior aproximadamente 17%. Temos um mercado interno extraordinário. Essa crise que começou nos Estados Unidos, do *subprime*, em 2007, foi superada com o mercado interno brasileiro. O nosso destino está em nossas mãos. O destino do Brasil está na mão dos brasileiros. Não podemos deixar que o destino do nosso País lhe seja imputado externamente.

Os senhores todos sabem que a construção da Usina Hidrelétrica de Três Gargantas na China movimentou mais de seis milhões de pessoas. Estou jogando o número por baixo, uma usina de 25 mil megawatts. Se olharmos a história do desenvolvimento do País, nós vamos ver que aqueles Estados que capitanearam o desenvolvimento do nosso País foram os que tiveram grande desenvolvimento no setor de energia. Em primeiro lugar, o Estado de São Paulo, que tem hoje 24 mil megawatts de capacidade instalada e que fez um trabalho extraordinário de regularização das principais bacias tanto do Tietê quanto do Paraná, que propiciou, como eu disse lá em Altamira que a Usina de Itaipu, fosse a usina de maior eficiência do mundo. A Usina de Três Gargantas, na China, vai ter o dobro da capacidade de Itaipu – 25 mil megawatts –, mas nunca vai produzir mais energia no ano que Itaipu. Isso porque Itaipu está lá na foz graças a um trabalho de regularização de eclusas para transporte de cargas, etc., que tornou São Paulo a pujança que tem em nosso País.

Em segundo lugar, temos o Estado de Minas Gerais, com 19 mil megawatts. Em terceiro, temos o Paraná, onde está localizada a Usina de Itaipu, com quase 18 mil megawatts. O nosso Estado do Pará está em sexto lugar, com oito mil megawatts. Mas acontece que o nosso País usou o desenvolvimento das hidrelétricas e praticamente esgotamos os grandes rios, as grandes bacias que tínhamos em outras regiões e aproveitamos somente um terço dos quase 260 mil megawatts que tínhamos para aproveitar no nosso País.

Então, o que ocorre? Agora, os grandes rios estão na Amazônia. Com o debate do aquecimento do Planeta, construímos no País uma legislação de ponta e quase metade da Amazônia está protegida em áreas de preservação. O País tem dado um exemplo para o mundo se auto-impondo limitações em fóruns internacionais, como foi feito em Copenhague, com a questão do CO_2, um compromisso internacional importantíssimo assumido pelo Brasil. Mas chegou a hora de aproveitarmos a energia da Amazônia em benefício do desenvolvimento do nosso País.

Como o Dr. Ivan bem citou, a Drª Zatz é uma das maiores geneticistas que o nosso País tem e do planeta. Mas a Drª Zatz, uma pós-doutora, dirige um laboratório importantíssimo no nosso País – e todo mundo gostaria de ter uma pesquisadora como a Drª Zatz – e é brasileira, como muitos que estão ajudando o desenvolvimento do Brasil. Assim, precisamos compreender que vamos tratar esses empreendimentos numa região que é muito carente. Os órgãos municipais são muito carentes. Não podemos botar a culpa em uma prefeitura onde sabemos que não há um técnico

para analisar um projeto arquitetônico. Essa é a nossa dificuldade, o que procuramos compensar.

Tenho documentos, e posso mostrar aos senhores, que mostram que só agora, no final de dezembro, no dia 31 de dezembro, é que foi publicada, no Diário Oficial, a definição do perímetro urbano de Altamira. A cidade não tinha seu perímetro urbano definido. Como vamos fazer o saneamento em uma cidade sem o perímetro urbano? E o Município de Altamira tem 159 mil quilômetros quadrados.

Portanto, temos que ter um pouco de compreensão em relação à vitória do Xingu, que é um Município cuja sede está a cerca de 60 quilômetros de distância do rio. Nós sabemos como foi o desenvolvimento do nosso País, como as cidades se criaram. Foi no litoral. Chegaram os europeus, fundaram as cidades – Bahia, Rio de Janeiro, Belém, São Vicente, Recife. Assim que se deu, na beira do mar. As cidades amazônicas, quase todas, estão na beira do mar. Mas essa cidade foi criada longe do rio. A prefeitura entendeu que deveria trazer a sede da cidade para a beira do rio. É um anseio legítimo de uma população amazônica. Como vamos restringir um desejo de uma população em ter um desenvolvimento melhor que o rio proporciona nessa região tão grande e tão rica do nosso País.

Essa decisão foi tomada agora nos primeiros dias de janeiro. O que é preciso é que tenhamos a compreensão de que o empreendedor... O País precisa de energia para o seu desenvolvimento. E essas questões têm que ser resolvidas de forma harmônica e com muita habilidade. Nós não podemos acusar e dizer: "Isso aqui não foi feito assim porque o Município tal..." Não é isso. É que eles têm dificuldades. Um quadro. A prefeitura de Vitória do Xingu não tinha um engenheiro. O prefeito foi afastado, e a nova administração assumiu. Não havia um computador, não havia um técnico para fazer a contabilidade do Município. Então, essas são as situações que enfrentamos nessa região.

Para encurtar aqui e para receber as perguntas dos senhores, eu diria que, com todas essas dificuldades, quando chegar o mês de junho, em ações de saúde, educação... V. Exª, Presidente, fez sua viagem recentemente a Altamira em um helicóptero da Polícia Militar do Estado, e esse helicóptero faz parte do elenco de equipamentos que foram doados para a Polícia Militar do Estado do Pará, que hoje conta com uma tropa de 80 guardas da polícia especial do Estado. Havia dois carros operando em Altamira, em 2010, dos órgãos de segurança. Dois carros. Agora, eles têm 34 carros, como se diz na região, todos traçados, mais cerca de 40 motocicletas e um helicóptero muito moderno, mas vão ter um helicóptero que nenhuma força pública do País tem. Um helicóptero para 12 pessoas, porque, lá, se alguém sofrer um acidente, não há como fazer. As distâncias são muito grandes. Existe um número muito grande de estradas vicinais. Aquela região, como mostrou o relatório de avaliação do programa PDRS Xingu, criado pelo Governo Federal, tinha ausência do Estado. Quase metade da população ganhava menos de meio salário mínimo.

Então, estamos construindo. Nós, que temos esse privilégio e essa honra de, em determinadas posições, contribuir para o desenvolvimento do nosso País, temos que fazer essas coisas de modo harmônico, entendendo as nossas peculiaridades.

Eu diria aos senhores que, neste mês de julho, nós vamos completar cerca de 165 milhões em empreendimentos. Até agora não o fizemos, mas vamos divulgar a relação de cada uma das obras, em cada um dos Municípios, aquilo que foi feito, mostrando o apoio.

A cidade de Altamira, por exemplo – permita-me mais um minutinho, Sr. Presidente –, era uma cidade que não tinha um semáforo. Nós demos os semáforos para a cidade. Era uma cidade cujo órgão era desestruturado, o Demutran da cidade. Colaboramos para construir uma equipe de 80 pessoas. Demos os equipamentos todos para essas pessoas. E por aí vai.

A questão da saúde, para terminar.

Somente no dia em que estávamos em Altamira, no dia 8, é que foi feito um acordo, graças – aqui, quero fazer um registro – à grande compreensão que está tendo o Governador Simão Jatene, que, desde o momento em que o procuramos para falar dessas dificuldades todas, sempre esteve do lado do empreendimento e colocou os seus secretários para ajudar no desenvolvimento daquela região tão sofrida. No dia 8, foi feito o acordo para que possamos reformar o Hospital São Rafael.

Sabem por que não feita a reforma do Hospital São Rafael? A estrutura de saúde do Estado... Os Municípios têm hospitais de baixa complexidade, e o Estado cuida de média e alta complexidade. Nós visitamos o hospital de Altamira, havia gente no corredor, e, recentemente, nós compramos para o hospital lençóis, fronhas para os pacientes, porque nem isso havia.

Eu tenho aqui um relatório do Ministério Público Federal, que, desde 2009, vem insistindo e mostrando as dificuldades que o Município tem com a manutenção de uma rede de saúde. Fizemos um convênio para médicos, para comprarem medicamentos. Mas como fazer isso? Teve que levar um tempo para maturar e descobrir uma área lá atrás do hospital, para que possamos aumentar em mais 50 leitos e fazer mais 40 leitos no hospital do Estado. E esse acordo foi fechado somente no dia 8. Então, as outras condicionantes que constam do processo, eu diria que todas elas estão em

andamento. Estamos licitando a cidade de Belém, que tem um milhão e setecentos mil habitantes não tem um aterro sanitário como vai ter a cidade de Altamira. Está sendo licitado agora. Belém não tem.

Recentemente a imprensa publicou que a cidade de Belém, com um milhão e setecentos mil habitantes aproximadamente, têm setecentas mil pessoas vivendo em situação de indigência, porque não têm saneamento, não têm água e até energia elétrica.

Então, vejam bem: se nós estamos construindo um novo País – e nós queremos –, se nós já somos a 6ª potência econômica do planeta, nós temos de ter mecanismos inteligentes de superarmos essas dificuldades, mas com a nossa inteligência, para que nós possamos avançar e propiciar o desenvolvimento do nosso País.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Agradeço ao Dr. Carlos Nascimento.

Passo a palavra ao Dr. Nicias Ribeiro, Secretário Extraordinário para Assuntos de Energia do Estado do Pará, que aqui representa o Governador Simão Jatene.

Com a palavra o Dr. Nicias Ribeiro.

O SR. NICIAS RIBEIRO – Senador Flexa Ribeiro, ilustre Presidente desta Subcomissão; Senador Delcídio do Amaral; demais Senadores; Deputados Federal Asdrúbal Mendes Bentes; Deputado Estadual Osório, que participa desta audiência. Não há como negar que Belo Monte é resultado de uma grande briga, de uma grande luta, luta que começou há mais de 30 anos.

A luta foi tão grande, tão grande que, lá pelas tantas, a Justiça Federal proibiu os estudos de Belo Monte. Isto nunca aconteceu no Brasil nem na época dos militares! E eis que a Justiça Federal proibiu os estudos de Belo Monte por decisão judicial. Isto fez com o Congresso Nacional se visse obrigado a aprovar o Decreto nº 788, para autorizar a conclusão dos estudos de Belo Monte e também a própria implantação do projeto Belo Monte, por que se dizia que Belo Monte seria implantada em terras indígenas.

Hoje existe sentença judicial dizendo, de maneira muito clara, que Belo Monte não será implantada em terra indígena, até porque a usina fica a 200 Km exatamente do grupo Paquiçamba, que nem terra indígena é. É apenas um aldeamento que ocorre na área do Xingu. Então, Belo Monte é resultado de muita briga e de muita discussão.

Belo Monte é falada desde os anos de 1700, quando a Rainha de Portugal, D. Maria I, a Louca, recebeu uma informação de que, na colônia, havia um rio no meio da colônia que, embora fosse um rio, era um rio estranho, porque, na verdade, eram dois rios. Se essa informação já causa dificuldade para alguém são, imagine para alguém que teria problemas mentais. Então, D. Maria I mandou chamar um padre alemão, que iria fazer serviço de espionagem, e mandou que viesse ao Brasil para conhecer que novidade de rio estranho era esse. E o padre subiu.

A orientação era acompanhar as águas barrentas, passar pelo primeiro rio e, no segundo, dobrasse à esquerda, nesse rio de água verde-escuras, que é, na verdade, o Xingu. E assim o padre veio. Foi parar exatamente lá. Subiu o rio Xingu e foi chegar à Cachoeira do Kararaô. Não conseguiu passar. Ele se aproximou dos índios, e os índios, já situados na área hoje Vitória do Xingu, o levou por uma vereda, hoje é a PA-415, e chegou exatamente na área onde é Altamira hoje, lá no Igarapé Ambé, que a população conhece como igarapé quente-frio, porque o igarapé, por ser central, a água é fria e à do Xingu é quente. Ele, ao chegar aqui, olhou para o rio e percebeu que a cor da água era a mesma do rio lá debaixo. Apanhou uma canoa, desceu o rio e foi olhar Belo Monte pela parte de cima. Aí, de lá, ele caminhou, com os índios, para onde é hoje o quartel do Exército, que era onde ficava exatamente a aldeia indígena, e de lá, ele mandou a seguinte carta para Sua Majestade a Rainha D. Maria I: "saiba Vossa Majestade que desta Altamira em que me acho" – e assim surgiu o nome Altamira –"eu vislumbro a volta grande desse grande rio, que, como lhe disseram, muito embora sejam o mesmo curso d'água, na verdade são dois rios, o rio de cima e o rio de baixo, que se encontram numa cachoeira que os índios chamam de Cararaú".

O padre, ao mandar essa carta, talvez não soubesse que ele estava ali dizendo uma grande verdade, que o rio Xingu é, de fato, um rio diferente. São dois rios: o rio de cima e o rio de baixo, que se encontram na cachoeira de Cararaú. O de cima fica a 92 m de altura em relação ao rio de baixo. E exatamente por isso os peixes que existem embaixo não existem em cima, e os peixes que existem em cima não existem embaixo. Isso, os doutores que dizem entender de peixe no Brasil, não sabiam0000. Embaixo eu tenho Pirarucu, não tenho Pirarucu em cima. Embaixo eu tenho Peixe-boi, não tenho Peixe-boi em cima. Embaixo, eu tenho boto, eu não tenho boto em cima. Muito embora não seja peixe, quelônio, tartaruga: eu tenho tartaruga embaixo, eu não tenho tartaruga em cima. Por outro lado, em cima, eu tenho um peixe chamado Pacu de Seringa, que, dizem os estudiosos de peixe, é o peixe mais inteligente do mundo. Só existe no rio Xingu de cima.

E havia a discussão, quando se discutia a construção de Belo Monte, se havia necessidade de se fazer escada para peixe. Não havia escada para peixe, não havia necessidade de se fazer isso, porque a pirace-

ma do rio Xingu é diferente de qualquer outro rio. O Xingu de baixo funciona como um rio absolutamente independente do Xingu de cima. A piracema de cima é para o alto Xingu, e a piracema do Xingu de baixo ocorre exatamente nos altos igarapés que são afluentes do rio Xingu.

Por outro lado, pelas tantas, se ouviu falar nas discussões que deveria haver em Belo Monte eclusas, já que havia em Tucuruí. E deveria se discutir novamente para que eclusas, se o rio Xingu nunca deu navegabilidade naquele trecho. Só se navega para o Xingu de baixo e, acima de Belo Monte, para o Xingu de cima. Não há como se transpor exatamente aquelas corredeiras todas.

Esse é o Xingu e houve tanta confusão, tanta discussão, que a Hidroelétrica de Cararaú teve que mudar de nome e passar a ser chamada de Belo Monte, porque cararaú significa o chamamento para a guerra exatamente dos nossos índios.

E assim foi caminhando a nossa hidroelétrica, e discutindo lá na área, discutindo aqui no Congresso, e chegamos hoje exatamente às obras de Belo Monte. E o Pará, evidentemente, se festeja com isso, se festeja porque em Belo Monte foi feita a volta grande do Xingu, foi pensada por Deus, pela natureza para, ali, o homem colocar as turbinas e gerar energia para o Brasil. Bastava apenas que a gente pudesse encontrar os caminhos devidos.

É importante eu estar falando no Senado Federal. É importante que o Senado Federal discuta esta questão em nível nacional: o que queremos para o Brasil? Queremos que o Brasil cresça ou não queremos que ele não cresça? Queremos que ele se desenvolva ou não queremos que ele se desenvolva? É impossível qualquer país se desenvolver sem energia elétrica farta, abundante e firme. E energia firme ou é de termoelétrica – e estou com engenheiros aqui – ou é de hidroelétrica. Não é de outro termo. A energia eólica não é firme. Eu diria que ela seria complementar. E a solar, muito menos ainda, uma vez que não temos como guardá-la para se utilizar à noite.

E aí se discute, por exemplo, a questão dos reservatórios. Eu presidia a Comissão de Minas e Energia da Câmara Federal, e a grande discussão é: por que se dificultava o licenciamento das hidroelétricas? Ah, porque há impacto ambiental. Uai, qual é a ação de desenvolvimento que possa ocorrer sem que haja o mínimo de impacto ambiental? É impossível, é impraticável porque o ambiente natural é impactado naturalmente até quando o nosso caboclo faz exatamente um tapiri para esperar uma caça à noite. Naquele momento, já está havendo o impacto ambiental.

E aqui foi muito bem colocada a questão do reservatório de Belo Monte: só de 516 km². E ainda tem gente que acha que é muito. Com certeza, porque não sabe o tamanho do lago de Tucuruí, que é da ordem exatamente de 2.430km². O lago de Itaipu é 1350km². Isso sem falar – e aí escandalosamente – em Balbina, 2.800km² de área.

Então, quando se fala nessas questões, é preciso que o Brasil pare para discutir, está certo?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. NICIAS RIBEIRO – Duzentos e quarenta megawatts. É uma vergonha! É uma vergonha! O Brasil tem de parar para discutir essas questões. E aí, quando estou com o Dr. Carlos Nascimento, que foi um dos engenheiros de Tucuruí, do Senador Delcídio do Amaral. E aí a gente relembra Tucuruí – peço permissão, desculpe se vou gastar um pouquinho mais do tempo, Senador Flexa –, e aqui foi dito com precisão pelo Dr. Ivan da falácia de que, quando fechassem as comportas de Tucuruí, as águas do oceano Atlântico iriam invadir a baía do Guajará, invadir o rio Guamá, invadir o lago Bolonha e o Lago Água Preta, iriam salinizar as águas consumidas pelo povo das áreas de Belém. Fecharam as comportas de Tucuruí, o reservatório foi plenamente cheio, e Tucuruí gera mais de oito mil megawatts de energia elétrica para o Brasil. Eu era jovem naquele tempo, já estou de cabelo branco e nunca bebi nem água salobra, que dirá água salgada.

Então, as pessoas falam, e falam, porque a ideia é atrapalhar a implantação de grandes projetos de desenvolvimento neste País. E acho que o Senado e Câmara têm de reagir contra isso.

Vamos, é claro, discutir de maneira que os impactos sejam os menores possíveis. Quando se fala de Tucuruí, por exemplo, pensa-se num grande impacto ambiental.

E aqui me permitam os senhores Senadores fazer este registro. Antigamente, quando se fazia uma hidrelétrica no Brasil, a preocupação única e exclusiva era a geração de energia elétrica. O resto era o resto.

Belo Monte, contudo, talvez devido a essa enorme discussão ao longo de trinta e poucos anos, fez com que, por exemplo, há vinte anos, o Governo do Estado do Pará, junto com os técnicos da Eletronorte, fossem andar na Transamazônica, nos Municípios do entorno de Belo Monte, para levantar e estudar os impactos econômicos e sociais que Belo Monte iria causar.

Há vinte anos, nascia, portanto, o Plano de Inserção Regional de Belo Monte, que evoluiu até chegar ao atual Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu. Belo Monte é a única hidrelétrica do mundo – aliás, do Brasil, não posso falar do mundo – que tem

todos esses cuidados com esse Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu, respondendo ao Dr. Ivã, que é para antes da obra, durante a obra e depois da obra, dez anos, para que não fique como ocorreu com Tucuruí, que, terminada a obra, e economia praticamente foi à falência na área do médio Tocantins, na área de Tucuruí.

Mas Belo Monte é um pouco mais adiante. Nós temos o PDRS do Xingu. A hidrelétrica de Belo Monte está dentro dele. E aí temos as condicionantes de que o Senador Delcídio do Amaral falou. As condicionantes são aquelas estabelecidas pelo Ibama, as condicionantes do impacto ambiental.

Mas há as compensações. As condicionantes são uma das compensações. Mas existem outras compensações previstas no Plano Básico Ambiental – PBA, que não é responsabilidade da Anesa e, sim, do Governo Federal. Além disso, ainda há exatamente todo um pensamento, uma busca de encaminhamentos do PDRS do Xingu, cuja disponibilidade tem de R$500 milhões para ser investimento nesse desenvolvimento.

Faço essas colocações para festejar a construção Hidrelétrica de Belo Monte do Brasil, porque passa a ser o modelo para o Brasil, creio eu e espero que seja, para o mundo e, principalmente, para a nossa Amazônia como um todo.

Agora, evidentemente, – e aqui peço permissão ao nosso querido amigo e coestaduano Carlos Nascimento –, uma cidade como Altamira, com 50 mil habitantes, tinha e tem um hospital que atendia, razoavelmente, a sua demanda. Em termos de escola, é a mesma coisa. Em termos de segurança pública, também é a mesma coisa, já ao nível de Estado.

É importante que nós façamos uma avaliação. Altamira tinha 50 mil habitantes, e, hoje, pelos cálculos dos institutos que dizem que conseguem contar, fazer cálculos de projeção, já passa de 100 mil. Então, aquele hospital que atendia aquela população não tem como atender esta nova demanda. Não tem como! O Governo do Estado do Pará construiu lá um hospital de média e alta complexidade, mas este está insuficiente para atender. Já estamos trabalhando no sentido de ampliar em mais 70 leitos, para ver se podemos mitigar esse impacto populacional que está acontecendo na região.

O mesmo ocorre com a questão da educação, é evidente. Consta, por exemplo, que nós temos uma população que não tem escolaridade no campo do ensino médio técnico para dar apoio inclusive à própria implantação do projeto. Está previsto, não como condicionante da Norte, dentro do PDRS e dentro do PMA, a implantação de uma escola técnica federal para que possa atender essas questões.

Na questão da segurança pública, por exemplo, a Norte assina com o Estado um convênio de R$ 100 milhões para atender a infraestrura, a segurança pública não só do Projeto Belo Monte, mas do seu entorno, porque a Amazônia, diferentemente de outros Estados da Federação, talvez semelhante ao Mato Grosso do Sul, com o seu Pantanal belíssimo, tem vários rios.

Quando a cocaína chega, por exemplo, a Altamira, as pessoas imaginam que veio de avião ou de carro, pela Transamazônica, como ocorre em São Paulo e outros Estados. Não! Na nossa região, vem do Suriname, Caiana, passa pela costa do Amapá, atravessa a Baia do Vieira, ingressa na Ilha do Marajó e pega o rio Anapú, que tem um afluente chamado Pracajurá, cuja nascente fica, praticamente, dentro da cidade de Senador José Porfírio. O cara da cocaína chega lá, atravessa a Baia de Senador e já está em Altamira, e a Polícia Federal ficou para trás. Ela nem viu nem soube.

Então, o andar na Amazônia é exatamente pelos nossos rios. Por isso, tem uma música de Nilson Chaves que diz que esse rio é a nossa rua ou esta rua é o nosso rio.

Cuidar dessa segurança, numa região de rio, não é fácil! Mas, como nós somos do campo da engenharia, fazemos uma continha. Um policial para dar segurança na região de Belo Monte tem um custo de R$3 mil por mês. Se nós tivermos mil policiais para atender, não só Altamira, não só Vitória, mas os 10 municípios do PDRS do Xingu, já são R$3 milhões por mês. Se multiplicarmos os 12 meses e mais o 13º salário já dará um valor de R$39 milhões. A obra de Belo Monte já tem quatro anos. Multiplicando por quatro, já passou de R$ 100 milhões, e isso só de pessoal. Eu não falei de arma. Eu não falei disso, daquilo ou daquilo outro. Eu falei só de pessoal.

É importante que nós olhemos essas questões. É claro que não tenho a intenção de me contrapor ao Dr. Carlos Nascimento. Somos amigos de muito tempo. Somos do Jurunas, da escola de samba *Rancho não Posso me Amofiná*. Somos da mesma escola de engenharia do Pará. Sei da dificuldade do Dr. Carlos Nascimento. A intenção não é crucificá-lo, jamais, mas mostrar para o Senado as dificuldades de contingência que tem uma obra deste porte. Certamente, permitam-me o que vou dizer, e posso cometer um exagero, Belo Monte foi pensada como Belo Monte, Belo Monte foi pensada como um empreendedor privado. Quando eu falo isso, as pessoas dizem: "Mas, na Norte, a energia é privada". É. Mas eu pergunto: é privada mesmo ou é híbrida? Aí começam: "Mas nós temos dificuldades também".

Não sou e nem quero ser aqui crítico, contudo, entendo que essas questões têm que ser avaliadas no

seu conjunto. E tenho falado muito com o Dr. Carlos Nascimento, porque uma coisa me angustia em Altamira. Em Tucuruí – e V. Exª, Senador Delcídio, viveu bem isso, assim como o Dr. Carlos –, antes de a obra começar, antes de a hidrelétrica em si ter começo, foram construídas duas coisas: a Vila Permanente, que era motivo de muita crítica – eu era um dos maiores críticos, e mais ainda o ex-Senador Ademir Andrade –, e o hospital lá dentro da Vila Permanente.

Discutia-se, no Pará, a existência de duas Tucuruís – a Tucuruí de luxo, que era da Eletronorte, com rua asfaltada, esgoto, saneamento, hospital e escola, e a Tucuruí de lixo, que ficava lá na beira do rio e que era a Tucuruí do povo do rio Tocantins.

Quando se discutia Belo Monte com o José Antonio Muniz Lopes, Diretor da Eletronorte, eu dizia: eu não concordo que Belo Monte repita esses erros; nós temos que fazer essa Vila Permanente integrada a Altamira. Até para que pudéssemos pensar em sonhar com a implantação do sistema de água e do sistema de esgoto, enfim, melhorar a vida da população. Mas eis que Belo Monte começa e já está para danar. Lá nós não temos hoje vaga em hotel. Está faltando tijolo na cidade, por exemplo. Por causa de que eu estou reclamando? Eu digo: Não, o que é isso? Eu estou festejando isso. Só que é uma realidade. Eu teria que registrar isso. Lamento apenas, por exemplo, o nosso hospital não estar pronto, não estar implantando. Por quê? Porque eu me preocupo com a saúde.

Eu aproveito para fazer este registro, como o fiz na última reunião do PDRS, do Comitê Gestou de Belo Monte, quando estava o pessoal do Ministério da Saúde lá: quando foi construída a Transamazônica, eis que ocorreu uma doença específica na região, que foi identificada, diagnosticada e registrada com o nome de síndrome hemorrágica de Altamira. Eu dizia para o pessoal: se, naquela época, só mexendo na floresta, já surgiu essa doença, imaginem nós agora mexendo no leito do rio.

Eu não quero ser aqui nenhuma pessoa que vai achar que o mundo vai acabar com aquilo ali. Não. Eu só acho que temos que estar precavidos, porque já ocorreu essa doença, que está registrada no Instituto Evandro Chagas. Eu fiz todos se lembrarem, para que pegassem o histórico da doença. Quando não tem um hospital que eu chamaria de hospital geral, das quatro clínicas básicas da Medicina, para atender 100 ou 150 pessoas, nós vamos ter problemas em Altamira, sim, porque um hospital dessa monta você não consegue construir em um ano. Não consegue! Nós temos experiência disso no Pará.

É este o registro que eu faço aqui no Senado e que fiz na nossa audiência lá em Altamira. E já conversei com o nosso prezado amigo Carlos Nascimento sobre essa questão. Sei, por exemplo, que um dos problemas que o impedem de atender a este reclamo meu e da população local, e do nosso Governador também, é porque não há terreno em Altamira. Lá pelas tantas, estamos nós numa cidade em que não há terreno. A própria Norte tem dificuldade de conseguir terreno para instalar determinados equipamentos.

Mas, como disse o nosso prezado Albert Einstein, "para problemas especiais, que se busquem soluções especiais". O que nós não podemos é ficar, vamos dizer, à disposição de dificuldades maiores na área da saúde. Hoje não temos vagas nos hospitais de Altamira – no público, nos privados e no Hospital Regional de Média e Alta Complexidade também, com esta questão. Então, temos que enfrentar essa situação de fato.

A questão do saneamento, da água, do esgoto – e quero festejar a implantação desses equipamentos –, eu sei que é demorada, demanda tempo. E espero que fique pronto antes que se ligue a primeira máquina de Belo Monte. Agora, o hospital não. Esse tem que ser já, porque, do contrário, corremos o risco de ter problemas sérios lá. Eu não gostaria que o Estado do Pará tivesse que, vamos dizer, responsabilizar o Governo Federal por isso. Por quê? Porque a lei da saúde impõe que o SUS seja administrado, seja gerido pelo Município.

Já falei com V. Exª, mas vou falar aqui, porque sei que aqui realmente tudo também deve estar sendo gravado, para que eu chame os Senadores todos, com a permissão, com a boa vontade e o carinho de V. Exªs. É importante chamar a atenção para o Dr. Carlos Nascimento, mais ainda, e para todas as pessoas que estão nos ouvindo.

Em Altamira, foi feito o censo em 2010. Tinha 90 mil habitantes no Município, mas, hoje, só a cidade já passou de 100 mil. Então, o FPM não corresponde ao valor da população. Por consequência disso, o recurso do Fundeb não é correspondente, o recurso do SUS também não é correspondente. E eu sei que não é fácil solucionar esse problema. Por quê? Porque o censo é de dez em dez anos. O IBGE certamente não vai querer fazer uma contagem rápida. Estou trabalhando já pelo Idesp para ver se a gente consegue fazer isso, para que se tenha pelo menos um dado concreto dessas questões. Mas são fatos com reflexo muito forte na economia, no financeiro da Prefeitura.

Por isso, concluo agradecendo a gentileza do nosso Presidente. Concluo aqui fazendo um apelo ao Senado e à Norte Energia: ao Senado para abrir discussão junto ao IBGE e junto ao Tesouro Nacional, porque é a ele que cabe o estabelecimento do coefi-

ciente para o cálculo do FPM, e à Norte Energia para que nos ajude rapidamente implantando o hospital.

Eu estou preocupado porque há uma discussão de reforma do hospital municipal existente, que foi construído pela Fundação Cesp, na época da guerra, no ano de 45. Basta vocês olharem para mim para saberem que eu sou uma pessoa com problemas sérios ósseos. Para estar como eu estou, eu fiz 23 cirurgias. Eu não sou médico, contudo, tenho vivência de dor e vivência de hospital. É difícil reformar um hospital que está atendendo o público.

Faço esse registro e gostaria que o meu nobre amigo, Carlos Nascimento, caboclo, como eu, do Pará, pudesse encontrar caminhos outros para nos ajudar a vencer exatamente os sonhos, a vencer a baía dessa travessia de Belo Monte e a realizar o nosso sonho de Belo Monte.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Agradeço ao Deputado Nicias Ribeiro.

Vamos abrir aos Senadores, iniciando pelo Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Obrigado, Sr. Presidente e Relator Delcídio. Senadores, é um alegria cumprimentá-los. Quero cumprimentar aqui os nossos participantes desta audiência pública.

Quero aqui registrar, e vou tentar resumir, por causa do adiantado da hora, uma experiência vivida como governador do Estado de Rondônia, que fui por dois mandatos. Agora não quero que se repitam os mesmos erros no Estado do Pará.

O primeiro passo importante é lembrar que a usina de Belo Monte é um modelo de usina com menos impacto ambiental existente no planeta. Tem um canal de 20 Km, que está praticamente desmatado naquela região, e a área que está sendo ocupada. Portanto, não atinge áreas indígenas, áreas biológicas, área disso e área daquilo. Fico até estranhando quando algum ambientalista...

E ninguém faz nada de graça, porque alguém está pagando para isso, especialmente outros países que querem que o Brasil não seja competitivo. Nós somos já a 6ª maior economia do mundo e, se deixarem, em breve, seremos a 3ª, porque passar a China e os Estados Unidos não é fácil. Agora, o resto nós botamos no bolso. E alguém vai querer patrocinar que a gente não consiga produzir.

Se nós fôssemos falar de impacto ambiental por causa de qualquer represamento, Brasília hoje não existiria. Vocês imaginariam Brasília, na época da seca, nos meses de julho, agosto, sem o lago? Seria um caos, porque, mesmo com o lago, a umidade é baixa e fraca na região. Mas esse empreendimento de Belo Monte é um modelo nacional, especialmente quando vem otimizar, e, ao mesmo tempo, o alagamento praticamente é quase nada, porque dos quinhentos e poucos quilômetros quadrados 50% são o leito do rio.

Mas, ao mesmo tempo, na fala do representante do Governo, também do consórcio, que é o Ribeiro, o Carlos Nascimento, como também o Adriano, vejo situações em que cada um tem que assumir a sua parte.

Um exemplo, o caso de Altamira. Eu estive lá presente. O consórcio diz que tem dinheiro. Tanto o Estado como a Prefeitura têm que definir o local. Mas não tem área? Para aí, cadê a caneta do Governador? É meu amigo. Tem que usar a caneta e meter a taca naqueles que querem ficar explorando agora. Se o aluguel de uma casa era mil e passou para dez, o Estado não é obrigado a cobrir esse prejuízo. Para onde a cidade vai crescer? Para o lado ela não vai crescer, com certeza, porque é o rio. Ela tem que crescer para o outro, e é para alto. Essas áreas de interesse público os proprietários começam a explorar, e o metro quadrado, que era R$5,00, foi vendido por R$100,00 e agora estão querendo R$300,00. Essa exploração não pode ser aceita pelo Poder Público, sob pena de quem paga esse valor é a sociedade. Tem ações que, urgentemente, tanto a prefeita como também o Estado precisam dar mais agilidade a elas.

Não estou aqui também defendendo o consórcio. O consórcio tem a sua culpa também – entendeu? – e tem que assumir a sua parte. Mas não adianta o consórcio querer e o Poder Público não dar as condicionantes para que se consiga fazer. Falo porque no meu Estado eu dava imediatamente. Eu colocava alguém no pé, como está V. Exª aqui, Ribeiro, para chutar a porta do barraco. Não tem jeito. Se não chutar o pau da mesa, muitas vezes não acontece, e é preciso.

Mas, ao mesmo tempo também, não podemos alegar todos os problemas do passado como se só o consórcio construtor fosse o responsável. Só falta, daqui a pouco, dizer que a epidemia de hemorragia em Altamira, no passado, foi responsável também o consórcio construtor. O consórcio construtor participou de um leilão, que era para fazer uma obra, mas já na licença ambiental o Ibama começou a botar os pés pela cabeça e começa a colocar mais condicionante, quando, na verdade, quem tinha que estar com essa condicionante seria o Poder Público Federal, e, infelizmente, o Poder Público Federal, desculpem-me, anda a passo de tartaruga.

Olha, é difícil! Fiz um acordo no meu Estado. Quando teve uma compensação, terminamos o hospital de Cacoal com recurso próprio, R$35 milhões, e o Ministério da Saúde era para dar R$35 milhões de equi-

pamentos, Senador Delcídio. Brincadeira! Não deram. Deram R$12,5 milhões para comprar os equipamentos.

Então, estou colocando posições condicionantes. O consórcio Santo Antônio fez a parte dele, mas a União não fez a parte dela. A União, desculpem-me a expressão, pela morosidade e burocracia, anda a passo de jabuti mesmo, a passo de tartaruga. O que não podemos, por causa da morosidade, deixar de acompanhar esse empreendimento. Temos que acompanhar essa obra.

E aí é importante que o Adriano, representante do Ibama... Acho que o Ibama pecou conosco na nossa ida ao Pará. É inaceitável esta Comissão do Senado fazer uma visita *in loco*, não estávamos passeando, e não ter nenhum representante do Ibama lá, Adriano. É brincadeira! Por que é brincadeira? Não consigo entender como. Deram a licença para Belo Monte no ano passado? Sim, deram. Agora, têm certas situações que não entendo. Em Belo Monte, as coisas não andam; já em Suape, Pernambuco, e não sei qual é a mágica que tem lá, tudo acontece num estalo. Não sei, não consigo entender. Têm coisas no Ibama que não consigo entender, Adriano.

Estive, esses dias, na Comissão de Fiscalização. O Presidente do Ibama, Dr. Curt, é uma pessoa extraordinária. Até que enfim o Ibama parou de colocar políticos que só querem se promover. Estava na hora mesmo, entendeu? Porque volta e meia colocavam, e no Ministério do Meio Ambiente não era diferente. Tem que colocar técnico, mas tem que colocar técnico que não atrapalha.

Vou aqui dar um testemunho. O que estão fazendo com o rio Madeira no nosso Estado é um crime. E aí pergunto: quem autorizou a licença para sugar o material mole da barranca do rio e jogar no leito do rio Madeira fez isso de graça? Falo como Senador. Será que fez de graça, Sr. Presidente? Tenho minhas dúvidas, porque o Ibama, que tem tantos técnicos que se dizem os paladinos de tudo, não pode autorizar o consórcio construtor, Delcídio, a tirar milhões de metros cúbicos de terra de solo mole, na saída das máquinas, no lado esquerdo, e jogar no leito do rio.

Há poucos dias, no mês de janeiro, saiu matéria no *Jornal Nacional* dizendo que está comendo os barrancos e vai começar a começar a cidade de Porto Velho. Está comendo os barrancos 3 Km para baixo. "Não, é porque abriu a comporta." É conversa fiada. É porque o Ibama autorizou – olha o crime que o Ibama cometeu e está cometendo até hoje – tirar material mole, e estão jogando com aquelas dragas grandes que vieram da Holanda para o leito do rio, quando teria que fazer o inverso, ou seja, tirar daquele lugar e jogar para o lado de fora, depositando esse material mole lá fora para deixar na rocha para saída das turbinas, porque foi construída em cima de rochedo. Por que os barrancos foram comidos? Porque o canal do rio que puxava a água assoreou. E no rio Madeira de Porto Velho para baixo, nos seus próximos 10 Km, e futuramente mudará a calha do rio, que já tem problema na seca de navegabilidade, o assoreamento é inevitável. A falha é grande, e o Ibama não corrigiu até agora, e já quero solicitar na Comissão de Meio Ambiente, na próxima semana, a responsabilização, chamando o pessoal, para audiências públicas, que autorizou essa situação.

Outra coisa está acontecendo com o Ibama e é inaceitável. Concordo com a licença. Tem que se fazer as obras. O Brasil precisa. Mas, pelo amor de Deus, o Ibama, que fala tanto em preservação ambiental, é o lugar onde se pratica a maior criminalidade. Vamos ao meu Estado de Rondônia. Está aqui a foto. Pode pegar aqui. Vamos virar para a foto que está aqui. *(Pausa.)*

Isso é onde vai passar o canal. Estão aí as madeiras depositadas.

Você sabia, Adriano, que fui madeireiro, mas saí porque, na época, infelizmente, o sistema do Ibama obrigava a agir na base da propinagem. Saí por causa disto: ou você dava propina para liberar as coisas ou não saía. Saí fora. "Não vou ficar nessa bronca porque vai sobrar para gente", e saí fora.

Olhem as madeiras que estão aqui. Continue as fotos para mostrar. *(Pausa.)*

Onde estão fazendo a supressão a madeira está amontoada. Vocês podem ver os montes que têm.

Continua. *(Pausa.)*

Aí já tem um estoque, que foi tirado dos locais. Está depositado.

Aquela madeira perto da mata, do lado direito, olhando de frente, é madeira para carvão. Até poucos dias atrás, vimos em manchete nacional que a Vale do Rio Doce, as siderúrgicas estão comprando carvão do Maranhão, carvão de matas irregulares, e temos usinas construídas no Brasil e não podemos aproveitar o carvão porque o Ibama não dá autorização. Isso é brincadeira!

Do lado esquerdo, só aquela madeira estocada, e, pelos meus cálculos, deve ter mais de 15 mil cúbicos de madeira estocada, tocaria duas serrarias, por um ano, com no mínimo 150 funcionários. Resultado: são madeiras, Adriano, moles, são madeiras de que, se você não tirar imediatamente junto com o empreendimento, se perde 70% a 80%, porque a madeira nobre dessa região já saiu, o mogno na maioria já saiu, o ipê roxo já saiu, o jatobá na maioria já saiu, o garapeira também já saiu. Tem ainda algumas árvores que estão nesses lugares mais baixos, e é proibido tirar. A

maioria, o grosso, já saiu, e a madeira que sobrou é madeira para carvão e madeira para você industrializar, para você aproveitar. Resultado: vocês têm autorização para fazer a obra, para fazer o empreendimento e o Ibama não deu autorização para tirar a madeira, e já vai fazer 10 meses que está em obra lá. A maioria dessa madeira, quando se for mexer, já estará podre, e é o que aconteceu com Santo Antônio e Jirau.

Sabe o que a Casa Civil, Delcídio, chegou a falar no mês de janeiro do ano passado, ou melhor, em janeiro de 2010? "Agora vamos construir um pólo moveleiro", e a usina já estava pela metade, indo para o final. Se fosse construir o pólo moveleiro, já tinha que estar pronto, tinha que estar antes da obra, porque você não coloca uma indústria dessa, especialmente moveleira, com profissionais, de uma hora para outra.

Então, vamos aproveitar essa madeira, vamos comercializar essa madeira, mas o setor madeireiro no Pará, infelizmente, no Governo do Estado no passado, quebrou, faliu, e, pior, tratam o madeireiro como se fosse bandido. Madeireiro não acaba com a madeira. Quem acaba com a madeira são os grandes proprietários fazendeiros que entram passando trator, derrubando e queimando tudo. Esses acabam. O madeireiro tira a madeira boa e quer aproveitar.

Aqui se tem a oportunidade de gerar mais emprego, aproveitando a matéria-prima.

Sabe o que está acontecendo, Adriano, com Santo Antônio e Jirau? A maioria da madeira já apodreceu. Eles estão acabando de fazer a supressão. Em algum lugar, incrivelmente, igual em Jirau, o pessoal... Dizem que os pescadores e passantes passam e botam fogo na madeira. Isso é conversa para boi dormir. Na verdade, o pessoal não tem como tirar, passa de manhã, passa de noite e o fogo come, porque a madeira já está toda podre.

Lá, no meu Estado não é diferente. Eu reclamei para o Presidente, para o Curt. Eles querem nesta madeira aqui medir pauzinho por pauzinho. É brincadeira, gente! É gozação! Eu fui madeireiro. É gozação! Isso tem que ser estimado, porque muitos desses pedaços aqui só servem para carvão. Se repicar esse monte de madeira boa, 30% sai, que é para carvão. Mas isso tem que acompanhar.

Uma outra coisa. Você me falou que você tem dez técnicos lá. Bota um só para ficar cuidando da madeira, gente. Bota um para acompanhar. E se algum madeireiro pegar nota, madeira daqui para esquentar em outro lugar, meta a taca no cara. Eu falei para os madeireiros lá. Eu falei no dia. Eu virei para eles, e estava junto o Nascimento, o pessoal estava junto, o Flexa, e falei: Olha, se vocês fizerem qualquer coisinha aqui para aproveitar, para querer esquentar madeira em outro lugar, eu sou o primeiro a denunciar vocês. Mas precisa o Ibama estar presente, Adriano. É inaceitável! Vocês autorizam fazer um empreendimento igual a Santo Antônio e Jirau e não autorizaram tirar madeira. "Ah, mas depois... Bom, vai alagar 250 mil metros quadrados fora do leito do rio." Não deixem para dar autorização para fazer supressão no último ano. Aí, Delcídio, não tem jeito, porque quem foi para lá, igual ao Consórcio Norte Energia, foi para fazer usina, não foi para mexer com madeira. Mas o entorno, o pessoal que já mora no Pará, que já estão acostumados a lidar com isso, eles aproveitam todas essas madeiras. Essas madeiras podem fazer compensado, mas se você tirar, se aproveitar na hora. A madeira de compensado, e pode perguntar para os madeireiros, se você não aproveitar em 60 ou 90 dias, pode jogar fora, porque já mofou, já perdeu, já estragou tudo. Então, a maioria das madeiras são madeiras que podem ser aproveitadas. Pode ser aproveitar também para fazer o caibramento. Várias madeiras são usadas na construção da usina de Belo Monte.

Fiz questão de registrar isso. Isso aqui, entendeu, é um prejuízo para o Brasil. Deixa de gerar ICMS para o Estado, o representante do Governo está aqui, porque tem 17% de ICMS; deixa de gerar o ICMS no carvão, porque o carvão daí para a siderúrgica percorre de 500 a 700 Km, e pode levar tudo, não se perde nada. Então, você aproveita. Essas pessoas que não são capacitadas para trabalhar na usina como operadores, como motoristas podem sair do Maranhão, sair desse lugar, ou mesmo do Pará, onde tem as carvoarias, e ir para essa região onde é tudo legalizado. Com isso, nós otimizamos.

É para isso que eu faço parte desta Comissão, Senador Flexa Ribeiro. Para quê? É para que não se cometa, na usina de Belo Monte, o erro que se cometeu na de Santo Antônio e Jirau. É para que, depois, não se bote fogo na madeira, como estão botando lá. Para evitar isso, eu estou aqui reivindicando que os técnicos do Ibama andem, lado a lado, com a usina. Se tiver alguém lá, Nascimento, que acabe dificultando, porque eu sei que em toda obra tem alguém que vende dificuldade para querer vender facilidade, não poupe e meta a taca para cima, porque é o Brasil que precisa daquela energia.

Nós temos que fazer outra coisa, Senador Flexa, Presidente: precisamos, urgentemente, fazer um projeto de lei, e já vou pedir para a minha equipe estudar isso e ver o que já temos nesta Casa, sobre o ICMS verde. Mudar, Delcídio, da produção para o consumo, é difícil, mas, para poder ajudar a região Amazônica, que é uma região pobre, e o próprio representante do

Estado que está aqui falou isso... Todo mundo sabe as dificuldades que se vive lá. É difícil!

"Ah, mas depois tem os *royalties*!" Os *royalties* são muito poucos, são muito poucos para o tamanho do empreendimento. "Bom, depois da usina pronta, vai gerar..." Aí vinha o pessoal do consórcio, o Victor Paranhos, com aquela conversa de bêbado para delegado: Não, olha, aqui vai ficar não sei quantas casas... Esquece as casas que você fez lá na construção, porque isso aí depois vai virar um cemitério. "Não, mas depois que tiver, nós vamos dar muitos empregos." Esquece, porque você vai ligar e desligar a usina, se facilitar, do Rio de Janeiro, de frente ao Leblon, na praia. Você só vai ficar com o pessoal lá em cima para tirar os paus e para plantar grama e com os técnicos para fazer a manutenção nas turbinas. Eu sei. Eu sou proprietário de PCH e sei como funciona.

Então, o importante é, neste momento, nos preocuparmos em fazer um projeto de lei para o ICMS verde para a Amazônia – e, infelizmente, nós somos criticados por todos –, nem que seja uma alíquota menor, não seja 10%, seja 12%, mas que pelo menos seja embutido o ICMS verde para esses empreendimentos da Amazônia. Com isso, Rondônia sai beneficiada, Pará sai beneficiado e os outros Estados saem beneficiados. Em São Paulo e no Paraná já tem, mas eles já são estados industrializados, já são estados avançados.

Para vocês terem uma ideia – vi uma falha com que o Governo do Estado e o Município ainda não se preocuparam –, tinha de ter sido feita alguma coisa nesse empreendimento, para que as empresas que se instalassem naquela região, que fossem consumir energia e gerar emprego tivessem a energia subsidiada. Como exemplo, cito o preço de tarifa que o consórcio vai fornecer para o Governo Federal. Isso não existe, e é isso que se tem de fazer também para ajudar o pessoal a agregar mais valor naquela redondeza.

Quero só lhe agradecer a atenção, Adriano. Mas, se o Ibama não correr e não corrigir o erro, infelizmente, o próprio Ibama é que incorrerá em crime ambiental. O Ibama já tem conhecimento disso, mas não tomou posição até agora.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Agradeço ao Senador Ivo Cassol. Quero somente dar uma informação a V. Exª. A ausência do Ibama na diligência que fizemos em Altamira foi bastante cobrada pelo Senador Aloysio Nunes também. Quando retornei aqui na terça-feira, consultei a Secretaria da Comissão de Meio Ambiente e vi que o Ibama não estava listado no requerimento que aprovamos. Então, foi uma falha nossa.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Foi falha nossa? Desculpe-me, mas...

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Foi falha nossa. Sou um crítico contumaz do Ibama, mas tenho de me render ao fato de ter havido uma falha no requerimento, pois não tivemos a lembrança de fazer esse convite ao Ibama. Mas isso não acontecerá novamente. O Ibama estará sempre presente em nossas diligências e audiências. Então, a ausência do Ibama realmente não foi proposital – essa foi uma falha havida no requerimento –, tanto que, agora, o Ibama se faz presente aqui, na nossa audiência, e nos acompanhará em todas as diligências que realizarmos.

Vou passar a palavra ao Senador Delcídio do Amaral, nosso Relator, para que possa fazer seus questionamentos.

O SR. NICIAS RIBEIRO – Sr. Presidente, permita-me somente fazer um esclarecimento?

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Concedo a palavra ao nosso Secretário Nicias Ribeiro.

O SR. NICIAS RIBEIRO – Obrigado.

Quero somente fazer um esclarecimento. Quando, há pouco, falei da síndrome hemorrágica de Altamira, não tive a intenção, em momento algum, de cobrar ações e procedimentos da Norte Energia, até porque essa matéria integra o Plano Básico Ambiental (PBA), que é de responsabilidade do Ministério da Saúde. Mencionei isso aqui até para que o Senado saiba o que ocorreu nos anos 70, para que, se isso acontecer – espero que isso não aconteça, que essa doença não volte –, se essa doença voltar, os senhores já se lembrem de que ela ocorreu pela primeira vez quando da abertura da Transamazônica. Era somente esse o registro que eu queria fazer.

Com a permissão do nosso Senador Delcídio do Amaral, quero louvar a ideia de V. Exª de se corrigir a questão de se taxar a energia elétrica na origem. Mas, a meu ver, com todo o respeito aos constitucionalistas da Casa, penso que tem de haver uma emenda constitucional.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Uma PEC.

O SR. NICIAS RIBEIRO – É preciso mudar o tratamento que a Constituição dá à energia. Hoje, a Constituição trata apenas da distribuição de serviço, e, a meu ver, deve-se tratar a energia como insumo, que é o que ela o é, até porque, ao ser aplicada na bauxita, vira alumina e vira alumínio.

Era esse o registro que eu queria fazer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Os nossos convidados vão ter a oportunidade de responder aos questionamentos dos Senadores após serem completados.

Concedo a palavra ao Senador Delcídio do Amaral, Relator da Subcomissão.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Muito rapidamente, quero dizer que entendo, meu caro Presidente, Senador Flexa Ribeiro, que esta reunião foi muito mais uma reunião de nivelamento em relação a tudo aquilo que já perguntamos. E assim fizemos na própria audiência pública e também nas visitas que fizemos ao canteiro.

Eu só queria fazer uma observação: em face do que foi verificado, pretendo apresentar, na próxima semana, Senador Flexa, toda uma agenda de trabalho da Subcomissão até junho. Não o faço até julho, agosto e setembro por razões óbvias. Mas tentaremos fazer uma agenda forte até o dia 30 de junho, fruto de tudo aquilo que observamos e de tudo aquilo que tomamos conhecimento quando fizemos essa visita na semana passada. Pretendo apresentar uma agenda aqui para a aprovação dos Senadores e Senadoras que fazem parte desta Subcomissão, agregando, efetivamente, essas preocupações todas que foram aqui demonstradas pelo Secretário Nicias Ribeiro, pelo nosso Carlos Nascimento, pelo Adriano Queiroz, pelo Senador Ivo Cassol, para que, a partir, sem ser da semana que vem, quando aprovaremos o novo programa de trabalho, da outra semana, venhamos a fazer audiências públicas para discutir temas já específicos e que surgiram fruto dessa visita que fizemos, na semana passada, ao sítio Belo Monte e Altamira.

Eram essas as observações que eu gostaria de fazer.

Acredito que, na próxima semana, aprovando essa nova agenda até 30 de junho, vamos realizar novas audiências públicas, agindo, aí, sim, de forma pró-ativa para buscar soluções para tudo aquilo que foi apontado aqui: madeira, ICMS verde, ICMS de energia como insumo ou como serviço, que é um problemão também, entraves que o Nascimento enfrenta, sistematicamente, até pelas dificuldades inerentes a esse processo, e disse muito bem o Adriano que, para determinadas coisas, o Ibama não pode fazer, nada, pois não tem poder de comando em cima de Prefeitura, em cima de Governo de Estado.

Então, estamos aqui para ajudar e, dentro daquilo que compete a nós, procurar resolver essas questões, equacionar esses problemas todos que afetam um empreendimento desse tamanho como Belo Monte.

Registro, aqui, a questão da madeira. Em Tucuruí, foi o contrário. Em Tucuruí, foi tudo em pé. Curiosamente, para essas coisas que a gente vai corrigindo ao longo do tempo, não houve tempo, e o rio Tocantins foi barrado. Nesse período, um camarada que vivia em Jacundá, no Pará, descobriu uma tecnologia de uma serra a ar comprimido. O camarada saía de barco, olhava e via que a madeira que está na água fica intacta, ou seja, que perde só o que está fora, e o que ele fazia? Ele mergulhava e cortava embaixo. À época, exatamente porque não foram feitos esses preparativos de tirar a madeira, em função da própria região, descobrimos, sem querer, uma alternativa: ele desce com a serra, corta, junta as toras de madeira todas e puxa no barco. Assim, ele começou a fazer, pós-enchimento do reservatório, uma operação que tinha que ser feita antes. E, até hoje, ele retém a madeira lá.

Mas acho que é muito pertinente, Senador Cassol, essa observação de V. Exª, porque estamos perdendo. Isso aqui está autorizado pelo Ibama e o Carlos Nascimento está tocando as obras, o que quer dizer que é uma madeira absolutamente legal, mas estamos usando o carvão vegetal de outros lugares, e, em muitos desses lugares, ilegalmente.

Eu só queria fazer essas observações, meu caro Presidente Senador Flexa, e também me colocar à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Agradeço, Senador Delcídio do Amaral. Eu só pediria a V. Exª, como Relator, que, no plano de trabalho que irá submeter à apreciação, conforme já conversamos, pudesse incluir duas diligências. Como combinamos, a cada quatro meses, a Subcomissão voltará ao sítio, que fizéssemos em julho, antes do recesso, na primeira semana de julho...

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Antes do recesso.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Antes do recesso, na primeira semana.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Está muito em cima, viu? No final de junho, tem convenções.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Na primeira semana de julho, já havíamos dia... Quando é? *(Pausa.)*

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Quando é o recesso nosso?

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Porque, na última semana de junho, Senador Ivo, tem a Rio+20. Então, vai coincidir. Na primeira semana de julho, acho que é 5 e 6, uma quinta-feira e uma sexta-feira, daria para fazer. Após as eleições, já em novembro, quando retornarmos, faríamos a segunda e a terceira diligências, completando as três diligências este ano.

Pediria a V. Exª que incluísse no plano de trabalho para que pudéssemos fazer a aprovação, quando V. Exª encaminhar.

Queria fazer também, rapidamente, alguns comentários sobre o pronunciamento dos nossos convidados de hoje. Já fiz referência à não-participação do Ibama na diligência que fizemos a Altamira, por equívoco do requerimento que aprovamos aqui, mas gostaria, Dr. Adriano, se fosse possível, que o Ibama encaminhasse à Secretaria da Subcomissão quais os impedimentos que ainda existem hoje para que as condicionantes, ou os impeditivos que existem da complementação das condicionantes por parte da Norte Energia, do Consórcio Empreendedor, para que elas possam ser executadas. A Subcomissão se coloca à disposição para que possa, junto ao Governo do Estado, ao Governo Federal e aos Governos Municipais, tentar avançar para que não haja mais nenhum obstáculo a que as obras possam efetivamente acontecer. Então, gostaria que o Ibama pudesse encaminhar isso à Secretaria da Subcomissão.

Com relação à fala do Presidente do Consórcio Empreendedor, quero discordar, Dr. Carlos Nascimento, da sua colocação com relação aos recursos que estão sendo alocados na região de implantação do projeto. Acredito que o Pará se coloca como parceiro do Brasil na questão da geração de energia. V. Sª colocou, no início da sua fala, os Estados produtores de energia, estando o Pará em sexto lugar. Não tenho dúvida de que, na próxima década, nos próximos dez anos, talvez um pouco mais, o Pará vai estar como o primeiro Estado produtor de energia no nosso País. Nós estaremos com Belo Monte implantado e São Luiz do Tapajós, se não implantado, já em estado avançado de implantação. Temos lá a hidrelétrica de Marabá, temos a de Santa Isabel, temos vários outros projetos que vão estar implantados, outros em implantação. Então, isso tudo não é para o Pará, é para o Brasil.

O Pará, hoje, já não consome a energia que gera, nós geramos energia para o desenvolvimento do País e fazemos isso com uma satisfação muito grande. Nós, paraenses, sempre fomos a favor de Belo Monte. Belo Monte, como disse aqui o nosso Secretário de Energia, assim como o Senador Delcídio e V. Sª também, que é um técnico de excelência do setor, que acompanhou Tucuruí, acompanhou Belo Monte, é discutida interna, em nível de Brasil, e externamente, talvez até mais externamente do que internamente. Todo mundo que quer dar um pitaco em Belo Monte já diz que é contra, mas não sabe nem o que está acontecendo em Belo Monte.

Agora mesmo, na nossa ida a Altamira, fomos questionados por uma senhora ou senhorita, na audiência, que se colocou peremptoriamente contra Belo Monte. Depois, fomos tomar conhecimento de que ela estava há dez dias no município, vindo do Rio de Janeiro. Ouvimos a posição dela, contrária a Belo Monte. Ela estava há dias no Estado e na região e era contra. Todos nós, como cidadãos, temos que colocar nossa opinião, mas o Governador Simão Jatene usa uma expressão assim quando se refere à questão de Belo Monte com relação ao Governo Federal: "Olha, nós aqui estamos dispostos a apanhar com vocês. Agora, por vocês, aí não dá". É preciso que o Governo Federal faça a parte que tem que fazer. E qual a parte que tem que fazer? É exatamente preparar a região para melhorar a qualidade de vida da população que lá está. O que a população pede? Nada mais, nada menos, do que ter qualidade de vida. Muitas das condições não são boas.

O Brasil é a 6ª economia do mundo, mas é a 84ª pior qualidade de vida do planeta. Então, temos que ter a economia equivalente com a qualidade de vida. É isso que temos que buscar. Não é só melhorar o PIB, a economia, mas melhorar a qualidade de vida do nosso povo também. É isso que temos que buscar.

O que está acontecendo lá? Senador Delcídio, Senador Ivo, temos uma responsabilidade aqui no Senado Federal, no Congresso Federal, porque estamos vendo acontecer em Belo Monte e vamos ver acontecer em São Luiz do Tapajós daqui a pouco. Em Itaituba, já está marcado o leilão. Se não me engano, agora, em 2013, junho de 2013, vai acontecer o leilão de São Luiz de Tapajós. O que está acontecendo em Altamira vai acontecer em Itaituba. "Não vamos poder fazer as condicionantes porque não tem terreno." Tem terreno sim! Foi dado poder ao Consórcio Norte Energia de desapropriar. O Carlos Nascimento nos disse isso. O Consórcio Norte Energia tem o poder de – é a caneta a que o Senador Ivo Cassol se referiu – desapropriar as áreas que são de interesse público. Então, ele não precisa estar negociando com quem quer tirar proveito da especulação imobiliária. Ele desapropria as áreas que são de interesse público, seja para fazer hospital público, seja para construir as residências para colocar as pessoas – e uma das questões que vou perguntar é sobre o que diz a *Folha de S.Paulo*, de ontem: *Cheia em Belo Monte pode afetar mais gente do que está previsto*. Está na *Folha de S.Paulo* de ontem.

Dr. Carlos Nascimento, V. Sª coloca "já demos os lençóis para o hospital" e "o Ministério Público, em 2009, já tinha dito que tinha que colocar lençol". Em 2009, lamentavelmente, o Estado do Pará não tinha governo. Quem é paraense sabe disso. Lamentavelmente, o Município de Altamira foi penalizado pelo desgoverno que estava no Estado do Pará, que olhava de

forma partidária, lamentavelmente. Quem não era do partido que estava no governo era penalizado, não era atendido, como se a população tivesse cor partidária, lamentavelmente. Então, o Município de Altamira foi penalizado. O Ministério Público que pedia não podia ser atendido.

O Deputado Nicias disse, com propriedade, que a população que tinha em 2010, em 2011, dobrou. Então, é preciso que haja o atendimento.

O Ministério Público Federal se coloca contrário a Belo Monte, mas os procuradores me disseram, Senador Delcídio, que não são contra a Belo Monte e que o que querem, na realidade, é que as condicionantes, ou seja, as ações mitigadoras sejam feitas antecipadamente. Querem que os Municípios sejam preparados para receber os impactos, que a população não sofra esses problemas que está sofrendo. Como o Nicias disse, "o hospital não tem condições de atender, as escolas não estão em boas condições".

Nós estivemos, Senador, na cidade e vimos vários *outdoors* fixados pela Norte Energia, dizendo "investimos na área de saúde – um exemplo, porque existem várias áreas – 13 milhões, 200 e não sei quantos mil – até os centavos, preciosismo – e 76 centavos". Assinatura da Norte Energia. Isso é pouco? Nós também achamos. É pouco mesmo.

Meu amigo, irmão Carlos Nascimento, como paraense, não é favor, não é favor, é obrigação. É do Consórcio Norte Energia? Não sei. É do Governo Federal. É o Governo Federal que tinha que ter preparado os municípios, tinha que ter preparado tudo para colocar lá o Consórcio Belo Monte.

Eu perguntava o Senador Delcídio: "Senador Delcídio, qual é a participação do Governo Federal no Consórcio Belo Monte?" Ele disse: "49% das estatais". Eu disse: "Não sei. Para mim, o Consórcio Belo Monte...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Sim, e quanto dos fundos de pensão?

O SR. CARLOS NASCIMENTO – Existem uns fundos que são privados, dinheiro da aposentadoria.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Privados entre aspas, Carlos Nascimento.

Ainda há pouco eu aprovei um requerimento na CI pedindo uma informação à companhia Vale. Eu queria saber os investimentos na Alpa desde o início da implantação até hoje, porque há informação de que a Vale suspendeu a implantação da Alpa. Eu quero saber, pelo gasto, se houve paralisação ou não. A Senadora Lúcia disse que não pode pedir informação porque a Vale é uma empresa privada. Eu disse: "Não peça, Senadora Lúcia, porque, para mim, a Vale continua estatal, pois os fundos têm maioria lá". Então, os fundos de pensão são privados porque são dos funcionários, mas os funcionários são das estatais. Então, eu continuo dizendo que a Belo Monte é estatal.

Bom, mas essa é uma questão semântica. Vamos continuar a nossa discussão aqui.

Como eu disse, é uma obrigação do Governo Federal. O Governo Federal tinha que fazer.

O erro cometido em Tucuruí, de que aqui já se falou, graças a Deus, foi amenizado em Belo Monte. Belo Monte não cometeu os erros. Mas eu espero que, em São Luiz dos Tapajós, a gente possa melhorar ainda, ou seja, preparar a região antecipadamente à implantação do projeto, antes, para que a gente não fique discutindo aqui se estamos fazendo isso como favor ou como uma obrigação do Governo Federal. A população da região não pediu Belo Monte. Ela está recebendo de braços abertos Belo Monte. O Estado do Pará está recebendo de braços abertos.

Agora, o consórcio coloca 100 milhões para a segurança, mas a população aumentou e, por isso, é necessário aumentar o contingente. O Secretário aqui representando o Governo já demonstrou que só o aumento do efetivo vai consumir os recursos.

Então, Presidente da Norte Energia, vamos trabalhar em conjunto, vamos acelerar essas ações mitigadoras, porque, daqui a pouco, a voz contrária à barragem, apesar de ser minoria, vai falar mais alto do que a maioria, que é a favor. E isso não será interessante para ninguém.

Só para encerrar, a *Folha de S. Paulo* de ontem trouxe essa matéria, dizendo que um estudo da nossa Universidade Federal, a Universidade Federal do Pará, diz que o número de famílias, de pessoas que serão atingidas pelo aumento da cota do nível em função da barragem é bem superior àquele que estão prevendo que terão de ser deslocadas. A nossa energia fala em nove mil e eles estão falando em 25 mil a barragem, em função da cota do nível, que vai ficar em 97 metros e a universidade está falando na cota 100. Eu gostaria de saber de V. Sª se essa matéria tem fundamento ou não.

Agradeço a presença dos nossos convidados e passo a palavra agora para as respostas das indagações.

Vamos seguir a mesma ordem em que os nossos convidados foram ouvidos, iniciando pelo nosso consultor, Dr. Ivan.

O SR. IVAN DUTRA – Obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

Quero só ressaltar, como conclusão, o aspecto que nós falamos aqui no início. O Senador Delcídio estava falando da madeira de Tucuruí. A previsão inicial era de que aquela madeira toda fosse apodrecer,

o lago se acidificar e de que corrosão ocorreria nas turbinas. Até num livro de geografia muito adotado no Brasil todo um professor diz textualmente que as turbinas teriam de ser trocadas periodicamente. O senhor pode imaginar isso? É uma coisa absurda, porque nenhum empreendimento daquele porte teria condição de se viabilizar com uma troca periódica de turbinas. Isso está no texto de num livro de geografia adotado no Brasil inteiro.

Ao contrário. A gente estuda na engenharia química que a troca de sais da madeira dentro da água pode até beneficiá-la. Ela pode ficar com propriedades físico-químicas melhores, algumas espécies, do que anteriormente.

Curiosamente, o Senador Delcídio estava lembrando muito bem, isso veio do engenho e da arte de um cidadão, mais especificamente, do Sr. Juarez – esse é o nome dele –, que criou essa moto-serra e resolveu um problemão.

Agora vejam o que é a questão do planejamento: a partir da invenção do senhor Juarez, por isso eu me referia a isso no início, Senador, à questão do pós-licenciamento, porque toda crise no Brasil acontece no processo de licenciamento, o empreendimento entra em operação, seja uma ferrovia, uma refinaria, uma hidrelétrica e simplesmente aquele grande problema é abandonado em detrimento de outros. Uma das razões disso é que o Ibama realmente luta com muita dificuldade. Já fiz trabalho para o Ibama e tive a oportunidade de testemunhar a garra que esses meninos têm lá, mas é muito difícil a logística. Costumo dizer que os meninos entraram em 2003, no primeiro concurso do Ibama, e rapidamente atingiram a classe fidelidade vermelha da TAM de tanto vôo que fazem para lá e para cá para cobrir essas coisas todas.

A outra razão é que não há uma cultura no Brasil, precisa ser implantada – e eu acho que a Comissão está dando uma grande contribuição para isso –, de monitoramento do que acontece depois, depois do licenciamento, que é o foco desta Comissão. E para isso eu gostaria só de ressaltar que seria importante que a Comissão, a Subcomissão considerasse a hipótese de ter informações sobre o que realmente acontece em determinados reservatórios. É o caso de Balbina, por exemplo.

Pouca gente vai a Balbina, pouca gente conhece Balbina. O que aconteceu lá? Já se estabilizou? O sistema já encontrou um novo equilíbrio?

Eu me lembro de que, na época de Balbina, houve uma corrida para máscaras contra gases em Manaus. Quer dizer, o Senador Delcídio talvez me ajude, a usina fica a duzentos quilômetros? A usina fica a duzentos quilômetros mais ou menos de Manaus, e as pessoas achavam que teriam problema com o gás sulfídrico, referindo-se a uma usina que tinha dado problema na Guiana, chamada Brokopondo, que tinha tido problema de emissão de gás sulfídrico. O problema ocorreu de tal ordem, de tal sorte que a população queria se prevenir contra uma possível afluência pelo vento, chegada pelo vento a Manaus de gás sulfídrico resultante da decomposição da madeira e isso não aconteceu.

Agora, o que mais não terá acontecido em Balbina? Porque a gente tem o hábito de se referir como empreendimento. Eu era da Eletronorte na época do Senador Delcídio, na época do Dr. Nascimento, e a gente não queria tecnicamente Balbina. A escolha técnica era outra, era Cachoeira Porteira, no rio Trombetas. Balbina, digamos assim, é explicável, mas porque aconteceu, mas não era a opção técnica da Eletronorte. Mas, com tudo isso, a gente tem o hábito de se referir a um desastre ambiental em Balbina.

Muita gente pensa, inclusive, que houve uma remoção de população lá; e lá tinha um habitante que não era do reservatório, exatamente um, a gente sabia até o nome dele de tão "um" que ele era. A população indígena, até onde a gente tem indicadores pós, por isso que me refiro sempre à importância de haver um monitoramento pós, a população indígena, pelo programa Waimiri Atroari, implantado pela Eletronorte, foi beneficiada. São as notícias que a gente tem. Então seria interessante, até porque o senhor lembrou muitíssimo bem, vem o Tapajós aí. Portanto a experiência desta Subcomissão, de analisar o pós-licenciamento, quer dizer, quando vier a licença de operação, que é a última das três, de saber o que acontece lá, vai ser de fundamental importância para orientar as futuras intervenções na Amazônia.

Queria registrar isso e, no mais, agradecer, em nome da Consultoria Legislativa do Senado Federal, a oportunidade de estar aqui participando desta audiência. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Eu que agradeço, Dr. Ivan.

Passo a palavra ao Dr. Adriano, pelo Ibama.

O SR. ADRIANO RAFAEL ARREPIA DE QUEIROZ – Atendendo às indagações que foram apresentadas, principalmente pelo Senador Ivo Cassol, primeiro, a questão da nossa não participação na vistoria, como já foi destacado pelo Senador Flexa Ribeiro, eu, de fato, não fui convidado, aí é difícil a gente participar. Quero destacar que não temos nenhum problema em participar, pelo contrário, a gente se sente muito honrado em estar participando de uma vistoria, de uma atividade de campo realizada pelo Senado. Como na primeira fala eu já destaquei, acho bastante louvável haver esta Subcomissão para acompanhar esse em-

preendimento de Belo Monte, pois há questões que não serão resolvidas somente pelo Ibama e pela Norte Energia, mas que precisam, da mesma forma, de encaminhamentos. Acho que o Senado teria um papel importante nessa atividade.

O senhor apresentou diversas críticas à questão das hidrelétricas do rio Madeira, a gente está à disposição para prestar os esclarecimentos específicos necessários. O senhor falou da questão de dragagem. Eu queria destacar, apesar da fala de V. Exª, que eu tenho total confiança na minha equipe técnica, não tenho a menor dúvida quanto à idoneidade dos meus servidores que trabalham nesse processo de licenciamento, acho que isso é importante ficar registrado, porque pode-se depreender da fala do senhor que havia aí uma questão de suspeição que eu não compreendi muito bem.

Por outro lado, a fala de V. Exª trouxe um ponto bastante relevante e específico para essa questão de Belo Monte e, para as hidrelétricas na Amazônia, mostra-se bastante relevante, que é essa questão do material, da madeira que é retirada de lá. É um volume bastante grande que sai das hidrelétricas do Estado que o senhor foi governador e aqui representa agora como Senador, lá em Santo Antônio e Jirau, em Porto Velho, Rondônia, sobre o qual houve uma grande discussão. A questão logística não é uma questão simples. O senhor que vem dessa atividade conhece com bastante propriedade essa questão da atividade madeireira; pela fala que o senhor fez deu para perceber isso daí. O que eu posso, de antemão, destacar aqui é que, no caso de Belo Monte, a gente tem um aprendizado acumulado nos processos de licenciamento. O Dr. Ivan Dutra vem falando que é importante fazer este exercício: olhar o passado e aprender as questões para aprimorá-las, porque o licenciamento é dinâmico em sua essência, não existe a regra clara de como ele deve ser feito ou não; ele está em eterno aperfeiçoamento.

Eu destaco aqui, nessa questão madeireira, que, no âmbito do licenciamento mesmo, no nosso projeto básico ambiental existe, por exemplo, um projeto específico para tratar dessa questão. Como o senhor bem colocou, a região do Pará, especificamente Altamira, é bastante conhecida pela importância na questão do mercado madeireiro, que, ao longo dos anos, pela atividade estar, de certa forma, à margem da legislação, esse processo acabou por botar essa atividade à míngua na região. Isso é destacado pelos próprios estudos de impacto ambiental, existe ainda um mercado madeireiro naquela região, que, por conta das dificuldades em trazer essa atividade para legalidade, tanto do ponto de vista de trabalhador, como do ponto de vista da legislação ambiental, ficou à míngua, mas ela tem uma carência bastante importante para ser reativada.

Nesse sentido, há no projeto básico ambiental um projeto que tem o seguinte nome: projeto de delineamento da capacidade do mercado madeireiro e certificação da madeira. Então, a Norte Energia tem uma atividade de agregar essas associações do pessoal da atividade madeireira lá e verificar a retomada dessa atividade, que tem uma importância muito grande nessa região.

Então, nesse sentido, acho que foi bastante importante a colocação que o senhor trouxe, essa preocupação já com a situação que está sendo verificada lá, porque eu vou dizer ao senhor o seguinte: daqui a duas semanas, nós estamos indo lá na região especificamente para tratar dessa questão – estou falando de Belo Monte. A despeito de a obra estar em andamento, foi mais recentemente que emitimos as autorizações de supressão ali – até o momento, porque as mais importantes virão, possivelmente, com a área do reservatório em que será retirada boa parte da vegetação para poder...

Pois não.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Só aproveitar aqui e fortalecer, vou fazer duas perguntas básicas. As obras começaram em junho e quantas licenças o Ibama já concedeu de autorização de retirada dessa madeira da supressão da área da construção.

Já tem alguma autorizada?

O SR. ADRIANO RAFAEL ARREPIA DE QUEIROZ – É um ponto de atenção...

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Por isso que eu estou dizendo que tem que andar junto.

Um outro ponto é o seguinte: você como Coordenador Geral, é legal você tirar solo mole das margens do rio e jogar no leito do rio? É legal? Você defendeu a sua equipe, agora estou lhe fazendo a pergunta: é legal você tirar material, a terra, solo mole, nos tempos que alaga aquele lugar, e jogar no leito do rio? É legal?

O SR. ADRIANO RAFAEL ARREPIA DE QUEIROZ – A princípio, eu não vejo ilegalidade nenhuma.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Ah, não vê ilegalidade? Estou abismado! Você, coordenador do Ibama, fala a um Senador que é legal você tirar terra e trancar o leito de um rio! Se não formos nós, qualquer propriedade que fizer isso vai para a cadeia! Se derrubar um eucalipto, somos punidos; se retirarmos uma árvore para fazer uma estrada, fazer uma ponte para dar acesso a um lugar, o cara do Ibama vai lá e mete a multa.

Agora, você me fala, como coordenador, que não tem, que está tudo o.k., para se tirar a terra para o lado de fora e jogar no leito de rio para diminuir custo do empreendedor, aí me desculpe, aí vocês estão defen-

dendo a iniciativa privada, aí não estão defendendo a parte ambiental, me desculpe estar dizendo isso.

Eu só fiz a seguinte pergunta: é legal tirar terra...

O SR. ADRIANO RAFAEL ARREPIA DE QUEIROZ – A atividade é sujeita a licenciamento, Senador.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Mas é legal você tirar de lá e jogar no rio? A pergunta é bem básica: é legal? Essa pergunta eu vou fazer para cada um dos responsáveis. È legal? Porque o Ibama deu autorização para fazer isso.

Isso é um crime! É um crime! E estou falando aqui e podem filmar: é um crime que o Ibama está cometendo!

Não pode, gente! Pelo amor de Deus!

O rio de Porto de Moz para baixa é navegável, gente! Então, não pode ter... eu queria que você apurasse, como coordenador, verificasse essa licença, sob pena de, amanhã, você e os outros responderem a um processo de improbidade administrativa pelo Ministério Público Federal porque isso é ilegal.

Eu estou falando com conhecimento.

O SR. ADRIANO RAFAEL ARREPIA DE QUEIROZ – Verificarei essa questão. E aproveito para responder em relação à questão da madeira, nós estaremos fazendo vistoria em campo, na última semana de março.

Reiterando: a gente já tem diversas autorizações emitidas, que são Autorização de Supressão de Vegetação para efetuar a supressão de vegetação. A Norte Energia tem uma obrigação condicionada naquela autorização que ela tem que fazer uma aproveitamento econômico daquele material lenhoso que é retirado nessa supressão de vegetação. E aí nós fazemos essas vistorias para verificar o andamento disso.

Então, por exemplo, nós vamos fazer essa vistoria no final do mês, vamos verificar a situação, porque para o Ibama poder autorizar essa madeira não há nenhum pleito para o Ibama ainda autorizar essa retirada de madeira. Que isso fique bem claro, Senador. É uma demanda que veio pela Norte Energia. Ela derrubou a madeira e, agora, vai lá fazer uma vistoria para ver a cubagem dessa madeira. Aí, sim, mediante esse pedido da Norte Energia, nós autorizaríamos o transporte dessa madeira.

Eventualmente, ela já tem a condicionante de que deve fazer o aproveitamento econômico, e é isso o que o Ibama vai verificar. Como o senhor bem colocou, há madeira branca que, eventualmente, pode já estar passando por um processo de degradação. Isso deve ser verificado em campo e deve-se acionar a Norte Energia para que tome as devidas medidas, a fim de que viabilize o encaminhamento dessa madeira.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RR) – Eu só quero repetir: o erro que está sendo praticado em Belo Monte é igual ao de Rondônia. Se tiver que meter ataque na Norte Energia, vamos meter ataque. O que estou falando é que a Norte Energia tem autorização para fazer supressão, a madeira está amontoada, e o Ibama, até agora... Vamos ter que andar juntos. Fez a supressão, dez ou quinze dias depois tem que estar autorizada para fazer o carvão, para fazer autorização daquela matéria-prima. Só isso. Não adianta empurrar para lá. Cada um tem que assumir a parte que tem que assumir.

Estou falando do Ibama. Estou dando o nome de quem, na verdade, não anda junto na liberação da madeira.

O SR. ADRIANO RAFAEL ARREPIA DE QUEIROZ – O senhor tem algum registro de que o Ibama está com morosidade em termos de autorizar?

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RR) – Com certeza. Burocracia. É isso o que estou falando para vocês. O que está acontecendo? Até vocês. Eu conheço madeira. Se fosse garapira, jatobá, ipê, você poderia deixar um ano. Estou falando que a maioria dessa madeiras, dessa área de supressão, é madeira que não aguenta. Com 90 dias, já começam a apodrecer.

O SR. ADRIANO RAFAEL ARREPIA DE QUEIROZ – Veja bem...

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RR) – Então, não é o consórcio. O que estou falando para vocês é que é preciso tomar providências dentro do Ibama. O Presidente já conhece isso. Isso é escândalo mundial, porque não estamos aproveitando, Sr. Presidente e Sr. Relator. Isso é escândalo mundial, se o pessoal vier para cima, porque estamos fazendo um empreendimento... Tanto é falado da madeira para preservar, para cuidar, e não estão aproveitando.

Então, a única coisa que estão falando é o seguinte: aproveitem em conjunto. Só isso. Está fazendo supressão aqui, já está teu técnico junto, acompanhando, dando autorização, dando documento, e já vê para onde está sendo levada, como está sendo industrializada. Acabou. Só isso que estou falando.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Concluindo, Dr. Adriano.

O SR. ADRIANO RAFAEL ARREPIA DE QUEIROZ – V. Exª tem trazido contribuições. Vejo, pelo conhecimento de causa, perfeito.

Nós vamos verificar esse ponto, como eu disse, na vistoria, registrando novamente que, na verdade, é obrigação de retirar. O aproveitamento econômico é da Norte Energia. Ela tem que fazer isso se tornar viável.

(Interferência fora do microfone.)

O SR. ADRIANO RAFAEL ARREPIA DE QUEIROZ – Não, veja bem, deixe-me só concluir.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Conclua, Dr. Adriano, porque nós precisamos, depois, de passar a palavra para o Dr. Carlos Nascimento.

O SR. ADRIANO RAFAEL ARREPIA DE QUEIROZ – Pois é. A obrigação é da Norte Energia. Estarão verificando se ela está cumprindo com suas obrigações.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Dr. Carlos Nascimento, Presidente da Norte Energia.

O SR. CARLOS NASCIMENTO – Vou pedir que, na próxima, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Que volto a insistir...

O SR. CARLOS NASCIMENTO – Eu não sou o presidente do Consórcio Norte Energia. Eu sou o Diretor-Presidente da Norte Energia, que é a empresa sucessora do consórcio que ganhou o leilão. E privada. É uma empresa privada.

Primeiro, eu gostaria de esclarecer a palavra do nosso presidente com relação a essa questão levantada pelo jornal *Folha de S.Paulo*.

No ano de 2010, foi feito um estudo pelos estudantes da nossa universidade, e o IBGE, naquela região, tem alguns marcos. Alguns marcos são para planimetria, e outros marcos são para altimetria.

Por exemplo, ontem, fazendo uma pesquisa exatamente por causa dessa notícia, eu descobri um estudo da universidade, datado de 5 de janeiro de 2012. Solicitante – isto está na página do estudo da universidade: Ministério Público Federal. Foram eles que solicitaram isso para a universidade, do mesmo modo que o estudo anterior, que foi feito por uma outra instituição, também foi solicitado pelo Ministério Público, como consta da página: "Solicitante, Ministério Público Federal; Cesan, Universidade Federal do Pará e a Unama".

O que ocorre? Nós, da Norte Energia, para definirmos a cota de operação do reservatório, verificamos que será, o Máximo Maximorum, de 97,5 metros. Acontece que existem uns igarapés. E, por uma precaução nossa, resolvemos adotar a cota 100; quem estiver da cota 100 para baixo, nós retiramos e indenizamos.

Acontece que, no estudo que anteriormente foi feito, eles pegaram um marco que fica localizado no 51 BIS, e esse marco não serve para altimetria; ele só serve para planimetria – latitude e longitude. Nós explicamos isso à época. O estudo não tinha validade porque aquela cota não era a cota, pois estava muito acima da cota que é considerada pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Esse novo estudo, quando tomei conhecimento dele, pedi aos nossos diretores de construção e da área socioambiental que analisassem o que está escrito no novo estudo da universidade. Numa olhada muito rápida, está me parecendo que continuam usando o marco que não é o definido pelo IBGE para altimetria. Mas não quero fazer nenhum juízo de valor. As nossas equipes técnicas vão analisar, e eu me comprometo que, assim que tivermos o resultado do estudo, vamos informar, como da outra vez fizemos, tanto para o Ministério Público quanto para a sua subcomissão.

Com relação a um empreendimento, eu queria dizer que, quando se fez o primeiro diagnóstico do PDRS Xingu, se fez com os dados do IBGE e a população registrada – isso pode ser verificado, pois os dados do IBGE estão aí – de Altamira já ultrapassava 80 mil pessoas na cidade sem que a Norte Energia tivesse colocado os pés naquela região. Já havia mais de 80 mil pessoas em Altamira. Estou falando aqui que tivemos que doar semáforos e uma série de coisas, porque lá não havia, era o caos. Nós tivemos que fazer isso.

Hoje, com dados de dezembro – esses dados estão sendo atualizados –, nós temos aproximadamente 5 mil pessoas na região. Essas 5 mil pessoas, basicamente, estão nos canteiros de obra, mas alguns, os gerentes, estão na cidade. É uma cidade que tem pouca infraestrutura, então, teve dificuldade com hotéis etc. O consórcio está utilizando, por exemplo, uns navios e utilizando esses navios em determinados locais, para servir de alojamento das pessoas de modo complementar. Mas uma coisa é importante, é que, com dados de dezembro, dessas 5 mil pessoas aproximadamente, 67% são da região.

Então é o seguinte: a situação lá também melhorou porque as pessoas também melhoraram de vida. As expectativas com o aumento do salário mínimo, os senhores sabem – os senhores têm esses números aqui – o impacto que isso causa na economia do País. Então, isso também causou a mesma coisa na economia da região.

E os senhores se lembram que eu me referi, porque era o Dia Internacional da Mulher, que eu fiz alusão das mil mulheres que trabalham nesse empreendimento; são quase mil mulheres daquela região. Eram senhoras que adquiriram uma profissão no centro de treinamento e hoje sustentam melhor as suas famílias, o que é uma parte social importante que esse empreendimento está produzindo.

Quero dizer também, corroborando isso, que, quando a nossa Presidenta Dilma assumiu, ela publicou 13 diretrizes de Governo. A segunda diretriz diz o seguinte: "Crescer mais com a expansão do emprego e da renda, com equilíbrio macroeconômico, sem vulnerabilidade externa e desigualdades nacionais". "Sem desigualdades nacionais", esse é um princípio

constitucional de homogeneizarmos o desenvolvimento em todo o País.

E no comentário – está no *site* da Presidência da República –, há um trecho que eu pediria a V. Exª permissão para ler. Está dizendo assim:

Estão previstas mudanças tributárias que racionalizem e reduzam os efeitos da estrutura atual com o objetivo de beneficiar a produção nacional e a exportação. Além disso, o Governo adotará políticas regionais para que locais como a Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste se adequem à dinâmica do Sul e Sudeste, promovendo assim um desenvolvimento mais harmônico ao País.

Esse programa que o País está desenvolvendo de hidrelétricas na Amazônia é similar ao programa que foi feito nas regiões Sudeste e Sul do País.

Eu estagiei nas usinas da Cesp. Eu estudei na USP, também. Andei por grande parte daquelas usinas – Caconde, Senador. Morei em Rio Claro, porque trabalhei nas usinas do Jupiá e de Ilha Solteira.

Então, posso lhe dizer o seguinte: aquilo foi uma grande fonte de desenvolvimento e, agora, com essas hidrelétricas na Amazônia, como bem falou o nosso Presidente, que Jatobá e São Luiz do Tapajós, as duas juntas vão ser, aproximadamente, 400 megawatts inferiores à capacidade de Belo Monte.

Aliadas Belo Monte, Tucuruí e as outras usinas que estão previstas dentro do Estado do Pará, o Estado do Pará, em breve, vai ser o maior produtor de energia do País.

Agora, vejam bem: as pessoas que, no passado, tiveram visões na Bahia, que tem nove mil megawatts, no nosso Estado de Goiás, que está próximo de nove mil, essas pessoas que tiveram essas visões no passado contribuíram para o desenvolvimento dessas regiões.

Nós temos problemas? Temos problemas, temos muitos problemas que temos de solucionar. Temos várias unidades de saúde que estão implantadas lá.

Senador Flexa Ribeiro, o programa PDRSU, em três meses, com apoio da Norte Energia, de uma população de 366 milhões, atendeu 120 mil pessoas. Eram brasileiros que não tinham, não podiam acessar nenhum plano de Governo porque não tinham carteira de identidade, não tinham certidão de nascimento. O barqueiro não tinha a carteira para pilotar um barco naquele rio.

Isso tudo foi feito. Isso tudo está sendo feito.

Então, falhas no processo... A falha é inerente ao ser humano. Só erra quem faz. Só erra quem faz. Aquele que não faz não erra.

Um grande filósofo da administração no mundo diz o seguinte: quem não dá um tiro no alvo não tem nenhum erro. Ele não tem nenhum erro. Se ele não dá nenhum tiro no alvo ele não tem nenhum erro! Para ter erro, precisa atirar no alvo.

Eu quero louvar, mais uma vez, a iniciativa de V. Exª e de todos os integrantes desta Comissão e dizer que, junto com o Ibama e com os outros organismos do Governo Federal, que têm a competência para tocar esses empreendimentos, isso tudo está sendo construído.

Belo Monte está sendo um aprendizado para todos nós: para a Funai, no licenciamento do PBA indígena, e para o próprio Ibama, que muitas vezes já disse, em vários ambientes, que o melhor licenciamento ambiental que se tem de uma usina hidrelétrica, neste País, é o de Belo Monte.

Eu concordo com isso. Eu concordo com isso. Eu concordo, Srs. Senadores, porque, ao longo da minha vida, tive oportunidade de trabalhar, também, na área ambiental. Eu ajudei a fazer o zoneamento ecológico-econômico do Estado do Pará. Eu ajudei a criar, onde houve a guerrilha do Araguaia, uma área de proteção e um parque estadual, e, numa empresa do Governo, que é a Eletronorte, eu ajudei a proteger duas comunidades indígenas que estavam morrendo.

Hoje, uma, que tinha 374 pessoas, Senador Delcídio, no ano de 2007, hoje, já tem 1523. São mais de mil vidas indígenas que nós ajudamos a salvar com um programa de 25 anos que fizemos lá com os waimiri-atroari.

Uma das coisas que me emocionaram recentemente foi quando o nosso indigenista Porfírio Carvalho, por volta do mês de novembro, me mandou um e-mail dizendo que havia nascido uma indiazinha, ketamoná, de número 1.500, lá no waimiri-atroari. A mesma coisa com os paracanãs, no Pará, que eram 247, hoje são mais de 900. Na nossa região nós temos cerca de 400, 2.400 indígenas.

O licenciamento de Belo Monte, dada essa complexidade, essa polêmica com relação ao desenvolvimento do nosso País nessa região, é tão importante... Não sei se os senhores sabem disso. Acredito que sim. Os senhores sabem muita coisa. Esta é uma Casa extraordinária nesse aspecto.

O Brasil resolveu fazer o plano de mineração 2030. Os senhores sabem que na Região Sul o mapeamento é de 1 para 100. Nas demais regiões, Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste, o mapeamento é de 1 para 250 mil. O da Amazônia é de 1 para 1 milhão.

Nós não conhecemos a Amazônia. O Governo resolveu fazer um plano até 2030 com 1 para 250 mil. Nós vamos descobrir tanta riqueza... Isso tudo assusta o mundo. Mas essa capacidade de crescimento que até agora o País demonstrou, mesmo com muitos problemas que nós temos... Nós sabemos que temos

problemas, reconhecemos, nós visitamos uma imensa área alagada lá em Altamira, e com muitos brasileiros vivendo naquela região.

Nós já passamos por isso em outros empreendimentos. Assim foi em Tucuruí. Agora estamos brigando para que seja feito um derrocamento do rio Tocantins, para que a riqueza de toda uma região possa trafegar naquele rio tão extenso, com um caudal tão bonito.

Assim, eu diria, temos dificuldades, mas essas dificuldades... Não é que cada um de nós não queira fazer. São dificuldades das nossas instituições. E temos que sobrepujar isso, mas com inteligência, como já falei. E tenho certeza de que com essa inteligência que nos trouxe até este momento para sermos a sexta economia do planeta nós vamos sobrepujar essas que estão aí, permitindo que o nosso País continue o seu crescimento, tendo o futuro que lhe está traçado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Dr. Carlos Nascimento.

Passo a palavra para o último convidado, nosso caro Nicias Ribeiro. Então vamos concluir, Presidente, porque o tempo urge.

O SR. NICIAS RIBEIRO – Meu caro Senador Presidente, quero agradecer, em nome do Governador Simão Jatene, o convite a ele formulado para que se fizesse presente nesta importante reunião. Quis o destino que ele ficasse impossibilitado de vir a Brasília e eu tivesse a honra, a alegria e a felicidade de ser designado para representá-lo nesta reunião e conviver com V. Exªs este momento de debate sobre o meu Estado do Pará e o nosso País.

Ouvi ainda há pouco o nosso prezado companheiro e paraense, nosso coestaduano Carlos Nascimento quando falava, por exemplo, das dificuldades e me lembrava do império romano, na época do Tibério César, quando foi perguntado sobre Roma, sobre a justiça romana, sobre os projetos de Roma. Ele disse: Roma é um grande projeto e como tal comete grandes equívocos. E nós temos consciência disso. O importante é, no debate das ideias, encontrar os caminhos melhores ou de menos dificuldades para atender aos clamores e anseios da nossa gente. Creio que essa é a razão maior desta nossa reunião aqui, no Senado da República.

E quando, ainda há pouco se discutia a questão da taxação da energia elétrica, eu me recordava de alguma coisa que eu participei como membro do Congresso Nacional, como membro da Câmara dos Deputados, quando se discutia, nos idos dos anos 90, a necessidade do Brasil ter de fazer alguma coisa para se contrapor à questão do déficit da balança comercial. Eis que foi colocado em discussão e nasceu a ideia da Lei Kandir, para aquele momento histórico, para tirar o Brasil das dificuldades em relação à balança de pagamento. A ideia, na época, era exatamente, ao desonerar os produtos primários e os semi-elaborados, haver a compensação. No primeiro momento, houve a compensação. Posteriormente, não se trataram mais dessas compensações.

A Lei Kandir, em vigor, acaba levando quase à falência Estados como o Pará, exportador de minério de ferro, que sai pelo porto de Itaqui, no Maranhão. Quem exporta? A Vale do Rio Doce, que não recolhe nenhum ICMS. Em contrapartida, essa mesma Vale do Rio Doce vai a São Paulo, compra mil caminhões. E o Pará, que nada recebeu do ICMS do ferro, passa a ser devedor em função do crédito do ICMS de São Paulo, na compra dos caminhões.

Ouvimos, há pouco, o Carlos Nascimento falando exatamente do projeto do código mineral, das construções, dos sonhos da construção. Na verdade, estamos construindo o nosso País. E essas questões têm que ser enfrentadas de frente, para que se encontrem soluções. Por exemplo, hoje, o Pará, potencialmente rico, tem dificuldades de manter até a segurança pública, porque o ICMS é desonerado do ferro, do manganês, do cobre, do níquel e até do alumínio, da madeira. E aí não sobra nada para o Estado.

Como o Estado pode responder aos desafios da nossa sociedade moderna, aos clamores da nossa gente? Quando falávamos disso, em função do minério de ferro, em função do código mineral, é importante que o Senado discuta, com muito cuidado, os *royalties*, que se possa tentar copiar o que ocorre com a Austrália, em relação aos minérios, para atender aos Estados produtores de minério neste País. Ao mesmo tempo, que se possa, pela mesma linha da discussão da energia, taxar a geração da energia elétrica na fonte, na origem, para que os Estados geradores, produtores tenham condições financeiras, em função da nova tributação, de enfrentar os desafios de cada Estado.

Quando temos um debate sobre energia e que, lá pelas tantas, se espraia para o campo mineral e para o campo tributário mesmo tratando da questão energética, ficamos felizes. Com certeza, é em uma reunião como esta que se começa a discutir essas questões. Fiquei feliz quando ouvi, há pouco, o Senador Ivo Cassol colocando a sua equipe de assessores para trabalhar em função da possibilidade de se taxar energia elétrica na fonte. Fico feliz, mais uma vez, e repito, de estar aqui nesta reunião.

Espero ter contribuído. Peço desculpas, principalmente ao nosso querido irmão paraense, Carlos Nascimento, se, por algum momento, uma das minhas falas e posições possam ter-lhe parecido deselegan-

tes e, um pouco mais duras talvez, na sua intensidade. Contudo, talvez seja o clamor de um paraense que sonha com as soluções mais urgentes para as questões mais emergentes de nosso Estado.

Muito obrigado. Parabéns a V. Exªs.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Presidente Flexa, V. Exª...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pode encerrar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Então, dou por encerrada a presente reunião. Na próxima quinta-feira, às 11 horas, faremos uma reunião para aprovar o programa de trabalho, conforme determinado pelo Presidente, Senador Flexa Ribeiro.

Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 10 horas e 29 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 19 minutos.)

Ata da 1ª Reunião (Extraordinária) da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, Convocada para o dia 06 de fevereiro de 2012, segunda-feira, às 9 horas, sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II, Senado Federal.

Às nove horas e treze minutos do dia seis de fevereiro de dois mil e doze, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **(Paulo Paim)**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **Paulo Paim, Wellington Dias** e o não membro Senador **Aloysio Nunes Ferreira**. O Senhor Senador Cristovam Buarque justifica sua ausência. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte **PAUTA**. Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 16, de 2011, de autoria do Senador Paulo Paim, aprovado em 17/03/11, para "Discutir a situação dos planos de saúde privados no Brasil". Convidados: Denise Rodrigues Eloi de Brito, Presidenta da União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde – UNIDAS; Pedro Armengol, Diretor Executivo da Central Única dos Trabalhadores; Jose Augusto da Silva Filho, Fórum Sindical dos Trabalhadores – FST; Júlio Cezar Silva, Assessor da Nova Central Sindical dos Trabalhadores – NCST, em representação ao Senhor José Calixto Ramos Presidente da NCST; Moacyr Roberto Tesch Auversvald, Diretor Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade – CONTRATUH; João Luis Barroca de Andrea, Secretário Executivo da Agência Nacional de Saúde – ANS, em representação ao Senhor Maurício Ceschin Diretor Presidente da ANS; Antônio José Santos, Diretor de Assuntos Jurídicos da Federação Nacional dos Médicos – FENAM , em representação ao Senhor Cid Célio Jayme Carvalhães, Presidente da FENAM; Arlindo de Almeida, Presidente da Associação Brasileira de Medicina de Grupo – ABRAMGE; Carlos Célio de Andrade Santos, Diretor Executivo da Fundação de Seguridade Social – GEAP; Maria Aparecida Diogo Braga, Diretora de Controle de Qualidade da Fundação de Seguridade Social – GEAP. O Senhor Presidente interrompe os trabalhos às doze horas e vinte e dois minutos, por dois minutos e restabelece os trabalhos para deliberar a seguinte Extrapauta: **Item 1**. **Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 2, de 2012**, que requer a realização de audiência pública para debater a reintegração da área do Pinheirinho, em São José dos Campos-SP. Para tanto, indicamos, como convidados: Eduardo Pedrosa Cury, Prefeito de São José dos Campos; Inês Magalhães, Secretária Nacional de Habitação; Silvio Torres, Secretário de Habitação do Estado de São Paulo; Ivan Sartori, Desembargador-Presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP); Luiz Beetoven Giffoni Ferreira, juiz da 18ª Vara Cível da Comarca da Capital-São Paulo; Rodrigo Capez, juiz do TJSP, representante do Tribunal na operação de desocupação da área; Márcia Faria Mathey Loureiro, Juíza da 6ª Vara Cível de São José dos Campos; João Marcos Costa de Paiva, promotor de justiça da 10ª Promotoria de Justiça de São José dos Campos, que conduziu as oitivas sobre os abusos de autoridade; Marcelo Menezes, advogado do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos; Denis Pizzigatti Ometto, advogado; Antonio Donizete Ferreira, líder comunitário; Tonhão Dutra, Vereador de São José dos Campos; Alvaro Batista Camilo, Comandante-Geral da Polícia Militar de São Paulo; os vitimados constantes dos depoimentos à Promotoria (a serem relacionadas). Secretaria de Justiça do Estado de São Paulo. Autoria: Senador Eduardo Suplicy e Senador aulo Paim. Resultado: **Aprovado**. **Item 2**. **Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 03, de 2012**, que requer sejam convidados o Sr. José Pereira Gonçalves e a Sra. Rita Silva, para, em audiência nesta comissão, prestarem os devidos esclarecimentos sobre os atos de desocupação terras na Fazenda Sálvia, no Distrito Federal. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado. Item 3**. **Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 04, de 2012**, que requer sejam convidados os Senhores José Adelson Jaminawa e Marco Filho, para, em audiência nesta Comissão, prestarem os devidos esclarecimentos sobre os atos de desocupação de terras na cidade de Brasíleia, no Acre. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado**. **Item 4**. **Requerimento da Comissão de Direitos**

Humanos e Legislação Participativa nº 05, de 2012, que requer seja convidada a Sra. Almerinda Neves, para, em audiência nesta Comissão, prestar esclarecimentos os atos de violência praticados pela Polícia Militar da Bahia. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado**. **Item 5**. **Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 06, de 2012**, que requer seja convidado o Sr. Hudson Silva, para prestar esclarecimentos sobre os atos de violência praticados pela Polícia Militar do Piauí. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado**. **Item 6**. **Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 07, de 2012,** que requer a realização de audiência pública para debater a violência no trânsito e o Estatuto do Motorista Profissional. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado**. **Item 7**. **Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 08, de 2012,** que requer a realização de audiência pública para debater os problemas com próteses de silicones francesas e holandesas. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado**. **Item 8. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 09, de 2012,** que requer a realização de audiência pública para debater o linchamento bárbaro de João Augusto Silva, morto a pauladas diante de sete policiais militares em Santarém, no Pará. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado**. **Item 9. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 10, de 2012**, que requer a realização de audiência pública para debater a prevenção aos acidentes de trabalho e a saúde do trabalhador. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado**. **Item 10. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 11, de 2012,** que requer a realização de audiência pública para debater as condições de trabalho e a política salarial dos bombeiros, policiais civis e militares. Os convidados serão enviados posteriormente para a secretaria da Comissão. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado**. **Item 11**. **Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 12, de 2012**, que requer a realização de audiência pública para debater a situação do transporte coletivo e a mobilidade urbana no país. Os convidados serão enviados posteriormente para a secretaria da Comissão. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado**. **Item 12**. **Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 13, de 2012**, que requer a realização de audiência pública para debater os recentes casos de vazamento de petróleo na Bacia de Santos-SP e no mar de Tramandaí-RS, bem como as medidas de contensão de óleo existente no país. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado**. Fazem uso da palavra os seguintes senhores Senadores Paulo Paim, Wellington Dias e Aloysio Nunes Ferreira. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às doze horas e cinqüenta e seis minutos, lavrando eu, ***Altair Gonçalves Soares***, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da Ata da reunião anterior e a coloco em votação.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovada.

Audiência pública, nos termos do Requerimento nº 16, aprovado em 17/03/2011, de autoria deste Senador, para discutir a questão dos planos de saúde no Brasil. Enfim, vamos discutir hoje a saúde.

Se vocês me permitirem, já que estão aqui representantes inclusive das centrais sindicais, das confederações, da Cobap, do Fórum Sindical e de outras entidades, e nós vamos citar cada uma delas, como a Contratuc e a Unidas, a Fenam, a Cobap, a Geap, acho que é mais do que adequado se, na fala dos senhores, a gente aventasse também a possibilidade de se falar um pouco do que vem acontecendo hoje com a saúde do trabalhador de forma mais ampla. É claro, o foco são os planos de saúde privados no Brasil, mas a saúde do trabalhador está nos preocupando muito, como essa questão que aconteceu recentemente no frigorífico. E depois eu posso até falar alguma coisa sobre isso. Como também outros fatos de morte, assassinato, enfim, que envolvem diretamente os trabalhadores. Mas, sem sombra de dúvida, o eixo do debate é a questão dos planos de saúde.

Eu vou, de imediato, formatar a nossa mesa pela ordem de chegada. Não sei se já chegou o Moacyr Tesch, da Contratuc. Não?

Denise Rodrigues Eloi de Brito, Presidenta da União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde – Unidas.

Júlio Cesar Silva, da Nova Central, já está conosco? Peço que o Júlio Cesar Silva represente aqui a Nova Central, substituindo o Presidente José Calixto.

Convidamos também, porque inclusive está com outro compromisso, vai ter que sair em seguida – nós

vamos formatar duas mesas – o José Augusto, que aqui fala em nome do Fórum Sindical dos Trabalhadores.

E ainda nesta primeira Mesa, eu convido o Pedro Armengol, Diretor Executivo da Central Única dos Trabalhadores.

Na segunda Mesa – para mim não é primeira ou segunda mesa; são as mesas que vão acontecendo. Então, na segunda mesa, entra o Moacir, da Cobap, que vai falar também dessa questão da saúde, o Moacyr, da Contratuc, e os outros convidados que também estão aqui, como a Cleonice, que vai falar pela UGT.

Então vamos, de imediato, começar a nossa audiência pública falando sobre a questão da saúde.

Fiz aqui uma pequena introdução e é bom só listar que hoje a Comissão de Direitos Humanos debate a situação dos planos de saúde no Brasil. O assunto é de extrema relevância e interessa certamente a todos os brasileiros, tanto às crianças quanto a jovens, adultos ou idosos.

Nos últimos dias, é assunto da imprensa o que vem acontecendo com os planos de saúde e seus conveniados. E o fato que mais chocou a todos nós, independente até de um setor do movimento sindical polarizar muito com ele... Eu o conhecia e tinha por ele respeito. Muitas vezes ele esteve conosco, inclusive aqui, nesta Comissão. É por conta da morte do Secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, o Sr. Duvanier Paiva Ferreira, pessoa que liderava as negociações com os sindicatos naquele Ministério. E, é claro, ali havia posições contra e a favor à postura dele – faz parte –, como ocorre em qualquer mesa de negociação.

Duvanier tinha 56 anos e morreu em 20 de janeiro, vítima de um enfarto agudo do miocárdio. Foi levado a dois hospitais daqui de Brasília, mas não foi atendido, porque não tinha, no momento, um talão de cheque na mão – segundo informações que chegaram a esta Comissão -, o que seria seu avalista, para que, depois, a papelada do plano de saúde fosse movimentada.

O plano de saúde do Duvanier era o Geap, que, segundo informações, não oferece cobertura nos hospitais Santa Lúcia e Santa Luzia. O que indignou e revoltou a todos foi o fato de não ter havido nenhum tipo de atendimento, embora os familiares tenham dito que ele tinha plano de saúde e que precisava de atendimento pela urgência do caso, o enfarto.

Nós todos chegaremos à conclusão, sem dúvida, de que isso é um absurdo.

Confesso que há um projeto de minha autoria que foi até questionado – se não me engano – por um setor de saúde do Paraná, em que levanto o princípio da medicina – não sou médico, muito menos advogado, gostaria de ser – de que o cidadão tem de ser atendido. Em primeiro lugar, vem a vida. Este é o compromisso do médico quando se forma: a defesa da vida.

Apresentei um projeto que diz o seguinte: na cidade do interior, esteja onde estiver o cidadão, na urgência, ele tem de ser atendido. Depois, ou o INSS, ou plano de saúde vai repor o gasto, mesmo em um hospital privado. Ou a previdência, ou o plano de saúde vai repor.

Eu acho que, em primeiro lugar, deve vir a vida. O hospital privado deve ser obrigado a atender, mesmo que não esteja com o plano de saúde na mão, mas com o compromisso de que alguém vai repor, ou o sistema de saúde, no caso a Previdência, nesse caso de assistência, ou o plano privado. Enfim, alguém vai repor.

Muitos concordaram. Houve alguns questionamentos, e o projeto, embora aprovado no Senado, está parado na Câmara. Enfim, quero apenas levantar o debate de que, para mim, em primeiro lugar, está a vida.

É claro que eu não posso deixar de, em um momento como este, quando se fala em vida, saúde, comentar, rapidamente, o que aconteceu nesse frigorífico. Eu tenho um material sobre o qual vou discorrer aqui. Trata-se de um frigorífico em Mato Grosso do Sul, onde quatro trabalhadores morreram. A empresa, no meu entendimento, de forma desleixada, acabou permitindo que produtos químicos interagissem, provocando a morte de quatro e levando outras duas dezenas – se não me engano – ao hospital.

O debate no dia de hoje, é claro, é o plano de saúde privado, mas não podemos deixar de discutir a saúde dos que mais precisam e que, muitas vezes, não têm plano de saúde e como fazer para que eles tenham o atendimento que salve suas vidas.

A nossa audiência pública está sendo transmitida ao vivo pela TV Senado e pela Internet. O endereço é www.senado.gov.br/tv, canal digital de Brasília, e a TV Senado. Neste momento, grande parte do Brasil está assistindo a esta nossa audiência pública, que vai tratar da saúde.

Repito que não há necessidade de que nos fixemos especificamente no tema plano saúde no Brasil, mas podemos tratá-lo na sua abrangência, com o foco na saúde do povo brasileiro.

De imediato, pela ordem, seria o Moacir, mas ele entrará na segunda mesa. Passo a palavra à Srª Denise Rodrigues Eloi de Brito, Presidenta da União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde – Unidas -, com o tempo de dez minutos prorrogável por mais cinco se necessário.

A SRª DENISE RODRIGUES ELOI DE BRITO – Bom-dia a todos. Bom-dia, Senador Paim. Queria saudá-lo e, em seu nome, saúdo também os outros integrantes da Mesa.

Agradeço o convite à União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde. Vir às audiências é sempre uma grande oportunidade de fazer um debate importante sobre a saúde do Brasil, sobre o sistema de saúde suplementar.

Queria, na minha apresentação, dar um foco, um olhar na ótica da autogestão e inicialmente trazer um pouco do conceito do nosso segmento, o segmento de autogestão.

Nós somos entidades sem fins lucrativos – pode mostrar a tela toda – que têm como foco principal a saúde. Possuímos gestão própria. Somos uma massa fechada. Compartilhamos a gestão com o beneficiário. Temos como propósito maior a promoção da saúde e a prevenção de doenças.

A nossa composição é de caixas de assistências, fundações, administradoras de recursos humanos e associações de trabalhadores e servidores públicos.

Somos 140 entidades na Unidas, onde temos representação de 71% de pequenas operadoras, que são aquelas de até 20 mil vidas; cerca de 24% de médias operadoras entre 20 mil e 100 mil vidas; e de grandes operadoras pouco mais de 5%, que são aquelas que têm acima de 100 mil vidas.

Temos representação de trabalhadores da Petrobras, do Banco do Brasil, do Banco Central, da Caixa Econômica Federal, da Caixa de Assistência Capesesp, que atende a Fundação Nacional de Saúde, da Geap e temos também a representação de associações de menor porte, como a Associação dos Agentes Fiscais do Fisco Estadual. Temos também representação de algumas empresas, como Fiat, Volkswagen do Brasil e a própria Vale do Rio doce.

Essa história da autogestão vem de mais de 68 anos. A nossa representação da Unidas completa este ano dez anos e a nossa luta maior é por uma assistência à saúde com qualidade, digna para todos os brasileiros. Essa é uma bandeira nossa e sempre que estamos nesta Casa temos a oportunidade de defendê-la.

Apenas para contextualizar o mercado, nós temos aí o setor de saúde suplementar. Representamos 11% do mercado, com 5,3 milhões de vidas. Temos depois: 12% seguradoras; cooperativas médicas, 36%; medicina de grupo, 37%; e as instituições filantrópicas representam 3%. Esses são números do último relatório que a Agência Nacional de Saúde editou da composição em setembro de 2011.

Pode passar.

Após a Lei nº 9.656, da regulamentação dos planos de saúde, nós tivemos um crescimento importante no setor no que se refere ao número de beneficiários do sistema. O sistema de saúde suplementar, você vê aí, teve uma variação de cerca de 35% na sua população de 2000, que foi quando houve a publicação da lei, até então.

Na autogestão, os números mais recentes, também de setembro, mostram que nós tivemos esse crescimento de cerca de pouco mais de 6%. Embora o sistema tenha crescido bastante, o setor privado lucrativo é o que tem tido o maior crescimento ou a maior expansão nesse período. Portanto, a autogestão teve um crescimento pouco significativo se comparado aos demais segmentos do mercado, principalmente ao segmento lucrativo.

Temos, a partir de 1998, a Lei nº 9.656, contextualizando, que traz para a gente a regulamentação dos planos, momento inclusive muito esperado por toda a sociedade brasileira e por todos nós, que trabalhamos nas autogestões.

Temos uma preocupação com relação à regulação dos planos. Já tivemos oportunidade de colocar isso nessa mesma plenária, quando discutimos os artigos 30 e 31, com relação à forma e ao número de normas que trazem a multiplicidade de informações de leis, da medida provisória, de resoluções que contextualizam nosso mercado de saúde. Hoje, nós temos um marco regulatório provisório do sistema de saúde suplementar, porque, logo após a publicação da Lei nº 9.656, saiu a medida provisória. Até então, não temos ainda uma resposta do Congresso Nacional definitiva em relação a esse marco regulatório.

No ano passado, tivemos oportunidade de participar da Subcomissão de Avaliação do Sistema de Saúde Suplementar na Comissão de Seguridade Social e Família na Câmara dos Deputados, uma discussão de mais de seis meses – se não me engano, oito audiências públicas –, mas infelizmente, ao final, não tivemos resposta alguma porque não houve consenso entre os parlamentares e não conseguimos avançar. Já deixamos aqui, Senador, uma preocupação nossa com relação à revisão desse marco regulatório, que certamente já traria soluções que a sociedade espera e que o Senador anunciou no começo da sua fala.

Apenas esse gráfico para mostrar que, nesse mesmo intervalo entre 2000 e 2010, nós tivemos concentração de mercado importante, e isso talvez também sirva como uma reflexão em relação à realidade que temos hoje. As pequenas operadoras estão desaparecendo, estão falindo. Hoje, temos uma tendência de concentração importante. Então, essa curva azul mostra a tendência do crescimento do número de usuários do sistema, e a curva vermelha mostra o decréscimo de número de operadoras. Temos, hoje, uma tendência de concentração de mercado importante e que muito nos traz preocupação.

Apenas também para contextualizar, uma informação do Instituto de Estudos de Saúde Suplementar, que mostra que o Sistema de Saúde Suplementar apresenta uma inflação nos seus serviços, uma variação dos seus custos bem acima da inflação normal. Aí, temos o IPCA, fazendo uma comparação com a inflação e saúde, e vamos perceber que é um segmento que tem um comportamento muito particular com relação aos outros seguimentos da economia.

Trago aqui, apenas para iniciar esse debate... – achei interessante ter ficado no primeiro momento, Senador, porque acho importante levantar esses itens, já que vamos falar de saúde no Brasil. Seja a saúde pública, seja a saúde privada, existem pontos no cenário, mudanças, não só no Brasil, mas também nas maiores potências.

Hoje, a grande discussão é o sistema de saúde, e temos hoje no Brasil um cenário que nos pede uma resposta e um olhar muito mais atencioso para esse nosso segmento. Temos aí uma tendência a maior longevidade e menor fecundidade. Portanto, nossa população está ficando cada dia mais idosa, e isso traz uma mudança no perfil demográfico, traz uma mudança no perfil epidemiológico da população e merece um olhar diferenciado, inclusive no que se refere a modelo assistencial. Os custos assistenciais são crescentes. A tendência é de crescimento sempre. Novas tecnologias agregam um custo maior à saúde. Temos de ter sempre uma preocupação com o equilíbrio do sistema, para que não falte amanhã para nossos netos, bisnetos, etc.

O modelo assistencial hoje é ultrapassado, tem foco na doença. Nós temos um mercado extremamente regulado, que não considera as especificidades do setor. Temos pequenas autogestões, sem fins lucrativos, que têm as mesmas regras de grandes autogestões, cujo objetivo principal é o lucro. Nós temos, além da concentração de mercado, que já contextualizei, o modelo de pagamento também ultrapassado. Hoje, o médico ganha mais quanto mais doente for essa população. A incorporação à crítica de novas tecnologias, que já colocamos, a judicialização da saúde, onde temos nossos contratos ignorados e, muitas vezes, um atendimento que desequilibra ou que traz algum tipo de prejuízo, não para o plano de saúde – como não temos fins lucrativos aqui, traz para a grande população –, e o modelo de custeio, que é pouco efetivo hoje. Com a longevidade, como envelhecimento da população, o setor já traz, a própria Agência Nacional de Saúde já avalia outros modelos de custeio, que não o mutualismo e o pacto intergeracional.

Pode passar.

Bom, nesse contexto, nós trazemos para a discussão de hoje esta reflexão de a gente buscar junto à sociedade brasileira, junto aos demais segmentos de autogestão, junto à Agencia Nacional de Saúde, ao Ministério da Saúde, enfim, junto a todas as representações de trabalhadores, o melhor caminho para que a gente possa atender e ter a melhor saúde para o brasileiro. Não custa lembrar, apesar de saber que é do conhecimento de todos, que esse é um direito que está previsto na Constituição, art. 196. Portanto, deve ser uma preocupação, sim, de cada cidadão, mas, principalmente, do Governo.

A gente deve, como segmento de saúde suplementar, trabalhar nessa complementação de assistência, e não como um provedor maior dessa assistência, porque, na nossa Constituição, está previsto esse direito à saúde.

Nós queremos nos colocar à disposição, Senador, para, no debate, qualquer tipo de esclarecimento, qualquer questão para a qual a gente possa contribuir.

Agradeço mais uma vez a oportunidade da fala da autogestão para esta plenária.

(*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Essa foi Denise Rodrigues Eloi de Brito, Presidente da União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde, Unidas, que fez um pronunciamento amplo sobre a questão saúde, que é o objetivo do debate no dia de hoje.

Então, vamos, de imediato, pela ordem, passar a palavra ao Sr. Antonio José Santos... Ele vai para outra Mesa. Só um pouquinho, José. Estou organizando aqui ainda.

Então, passamos, neste momento, a palavra ao Pedro Armengol, Diretor Executivo da Central Única dos Trabalhadores.

O SR. PEDRO ARMENGOL – Bom-dia aos Deputados e companheiros sindicalistas e representantes dos planos de saúde presentes. Bom-dia ao Senador Paulo Paim. Em nome dele, a gente cumprimenta aqui todos os companheiros e companheiras da Mesa.

Em primeiro lugar, registro a nossa satisfação e parabenizo, como sempre, o Senador Paulo Paim, pela sua sensibilidade em trazer a esta Casa, ao Senado Federal debate de importância tão relevante e de complexidade para toda a população brasileira.

Nós aqui, em nome da Central Única dos Trabalhadores, queríamos começar a nossa contribuição neste debate não falando de planos de saúde privada, mas de saúde pública, porque, do nosso ponto de vista, os problemas sofridos hoje pela população brasileira com o atendimento à saúde não dizem respeito só a uma culpa dos planos de saúde privados, mas, principalmente, por algumas constatações que, infelizmente, ainda temos que registrar neste tipo de debate.

Primeiro, que o próprio Sistema Único de Saúde, que nós consideramos, do ponto de vista social, uma das maiores conquistas da sociedade brasileira na Constituição de 88, até hoje está devendo à sociedade brasileira o compromisso do atendimento integral à saúde do trabalhador. Esse compromisso não foi atendido pelo SUS até hoje. Há esse vazio.

O Estado ainda está devendo também, por intermédio do SUS, o princípio da universalidade e da equidade do atendimento dos trabalhadores e cidadãos brasileiros. Isso tem levado a consolidar algumas visões ideológicas. Essa carência e essa omissão do Estado servem de estímulo ao mercado de saúde, inclusive, do nosso ponto de vista, de forma totalmente equivocada, como salvador do SUS: que o estímulo ao mercado de saúde pode levar à salvação do SUS. Nós sabemos que acesso ao mercado de saúde, ao plano de saúde privado atinge um percentual mínimo da população economicamente ativa. Na realidade prática da vida, o que a gente vê no dia a dia...

Eu, particularmente, sou trabalhador de uma das categorias privilegiadas deste País. Eu sou servidor público federal. Então, a gente tem, apesar de alguns sindicalistas não poderem me ouvir neste momento, um nível de renda – diria – diferenciada para melhor em relação à maioria da população brasileira, em grande parte, companheiros e companheiras que hoje não têm mais como ter acesso à saúde suplementar por questão de limitação financeira mesmo, principalmente nas políticas que vêm sendo desenvolvidas. Hoje mesmo, particularmente, tive que tirar o meu pai e a minha mãe do meu plano de saúde porque eu não tinha mais condições de pagar. E uma irmã que ganha melhor do que eu teve que colocá-los como dependentes. Eles sempre foram meus dependentes pelas suas condições econômicas, mas não tive como mantê-los mais como dependentes, pois minha renda não dava para bancá-los no meu plano de saúde privado. Isso, como digo, no universo que conheço mais, de servidor público, que tem uma renda diferenciada da maioria dos trabalhadores brasileiros. Vemos, no dia a dia, muitas pessoas fazendo a opção: ou pago um plano de saúde privado, ou vou ter problemas para sobreviver, para alimentação, para educação dos filhos, etc.

Evidentemente, isso leva a algumas reflexões que passam pelo debate do cumprimento dos compromissos que foram sinalizados e assumidos na discussão da criação do Sistema Único de Saúde, porque, de forma até maniqueísta, eu diria que isso diminuiria a demanda do mercado de saúde e, talvez, a gente tivesse menos problema, porque, simploriamente, eu sempre digo o seguinte: o problema hoje é que a demanda está muito grande, inclusive levando a uma ambiguidade das próprias entidades sindicais de trabalhadores.

De todas as centrais do Brasil, eu não conheço um dirigente sindical que não tenha como uma das bandeiras principais, do ponto de vista de eixo, de luta, a defesa do Sistema Único de Saúde e da universalidade do atendimento de saúde. Não conheço nenhum dirigente. Mas o que a gente vê no dia a dia – inclusive eu, assumo aqui a culpa – é a gente negocie com os nossos empregadores para que a nossa base tenha o atendimento da saúde suplementar. Considero isso uma ambiguidade e até uma contradição nossa como dirigentes sindicais.

No meu setor, sempre pergunto: nós queremos mesmo o quê? Nós queremos o Sistema Único de Saúde, ou queremos a saúde suplementar, ou queremos o Sistema Único de Saúde só para os outros? Para nós, queremos a saúde suplementar. Então, há uma demanda muito grande que – porque é muito incipiente a própria regulação no Estado em relação ao atendimento da saúde suplementar por meio do mercado de saúde – levou a estrangular os próprios sistemas.

Outro dia – não vou citar aqui por questões éticas, mas posso dizer a profissão –, conversando sobre isso com o meu cardiologista, ele dizia: "Pedro, em Brasília, o próprio atendimento de saúde suplementar está estrangulado", porque ele me passou uns exames e houve exame em que me marcaram para um mês e meio. Eu reclamei: "Poxa, eu estou aqui com um plano de saúde privado e um mês e meio?" Aí fico imaginando quantos meses são para o companheiro do SUS, que está lá dependendo dele. O que a gente vê, na realidade, em muitos casos, é que a marcação do exame pelo SUS acontece com seis, sete, oito meses, e as pessoas morrem antes de realizar o próprio exame. Infelizmente, essa é uma realidade objetiva que vivemos hoje no debate sobre atendimento de saúde no Brasil.

Então, no primeiro momento, para se aprofundar o debate, Senador Paulo Paim, com certeza, inclusive com a participação desta Casa, deve-se chamar aqui a ANS e outras instituições para se discutir uma forma de regulamentação em que prevaleçam os valores humanos e não o lucro.

Foi dado um destaque muito grande – inclusive o Senador Paulo Paim falou aqui, sobre a questão do Duvanier, o Secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, e tal e tal. No dia seguinte, eu escrevi uma matéria que está na página da minha confederação de base, a Condsef, Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal, onde eu afirmava o seguinte – vou reproduzir aqui o que eu quis dizer naquele momento: essa visibilidade que foi dada à morte do Duvanier, que foi um caso claro que refle-

te... que nos leva a reflexões profundas sobre a política de atendimento à saúde neste País. Além da relação institucional, eu particularmente tinha uma amizade pessoal com ele e com a companheira dele, a Cássia.

Outro dia, conversando, foi isso mesmo: ele saiu enfartado, pegou o carro dele, porque ele morava ali perto, ele morava na 304, já enfartado, chegou na Santa Lúcia, ele dizendo que estava enfartado. Aí disse: "Bem, não atende no Geaps, você tem que dar o cheque." E quem sai numa situação dessa não leva o cheque, não é? E ele ainda disse: "Não, minha mulher pega um táxi" – a mulher dele não dirige – "e vai buscar o cheque". Não, não atende. Aí ele foi ao lado, no Santa Luzia, ali. A mesma coisa. Foi no Santa Lúcia e no Santa Luzia. Nos dois, a mesma coisa: "Não, eu quero o atendimento particular, eu pago." Mas tem que dar o cheque. Bem, não deu o cheque, e aí ele foi lá para o Hospital Planalto, onde... Na hora em que estava preenchendo lá o... Caiu e morreu. Bem, ninguém pode afirmar tecnicamente, a gente não é médico, talvez, mas a gente sabe como leigo mesmo que, em uma situação de enfarto, o atendimento quanto mais rápido possível, maior a possibilidade de se salvar uma vida.

Então, essa é a reflexão que a gente tem que colocar: em que valores vai se pautar e deve se pautar o atendimento de saúde no Brasil: no valor à vida, ou no valor ao lucro?

Porque, mesmo sendo um mercado de saúde privado, trata-se de uma situação social, que é o atendimento à saúde. E não o atendimento à saúde que não é de saúde, é atendimento à doença.

Outro debate que tem que ser levado é que o atendimento pela saúde suplementar deve abarcar, deve cobrir só o atendimento à doença. Nós temos a posição – e isso é a posição da própria Central – de que deve ser um atendimento mais integral, entrar na área inclusive do acidente de trabalho, da doença de trabalho, e não ficar restrito só ao atendimento à doença de forma imediata.

E aí eu colocava nessa matéria o seguinte: a gente lamenta porque parece até que a situação que aconteceu com o Secretário de Recursos Humanos é um fato isolado, mas, infelizmente, não é um fato isolado. Quantos brasileiros anônimos, que não têm esse tipo de visibilidade que tem o Secretário de Recursos Humanos, passam essa mesma situação diariamente? E morrem nas filas. E aí eu gosto sempre de exemplificar com fatos da vida real por que a gente passa.

Em 2005, particularmente, eu estava, numa madrugada, no interior do Rio Grande do Norte – meus filhos moram no Piauí, eu sou do Piauí –, e minha filha me liga, às três horas da manhã, dizendo que meu filho havia sofrido um acidente de moto e que tinha um problema sério na mão. E ele tinha, na época, dois planos de saúde, porque eu sou separado da mãe dele e ele era dependente no plano de saúde da mãe dele, privado, e dependente do meu plano de saúde. Dois planos de saúde. E, coincidentemente, minha filha, na época, estava terminando o curso de Medicina e já tinha uma noção técnica das coisas. A avaliação dela era de que, se não fizesse a cirurgia de imediato, era perigoso ter um problema de gangrena, de perder o braço ou a vida. E eu perguntei para ela qual era o problema de fazer a cirurgia de imediato. Ela disse: "Olha, pai, o problema é que, pelos planos, a cirurgia só vai ser feita às dez horas da manhã. E, para fazer de imediato, tem que fazer particular, a gente tem que dar um cheque aqui de cinco mil reais, para poder fazer a cirurgia de imediato." Particularmente, naquele momento, eu não tinha esse dinheiro e nem ela, mas eu disse: "Minha filha, dá os cinco mil, que amanhã, de manhã, eu faço um empréstimo no banco e cubro, porque, já que, na sua avaliação, se deixar para às dez horas da manhã, vai dar uma gangrena, vamos tentar resolver de imediato."

E aí eu pergunto: quantos brasileiros, também anônimos que têm uma situação inferior à minha, que não têm condições de tomar esse tipo de iniciativa, o que poderia acontecer? Com dois planos de saúde, ele simplesmente até chegar a falecer, produto de um acidente, de um risco de uma sequela que estava colocado naquele momento.

Então, Senador e demais presentes, queríamos colocar – não trabalhamos aqui com nenhuma utopia e nenhum sectarismo – que dizem que nós somos contra a saúde suplementar. Não, não somos contra a saúde suplementar. Entendemos que, inclusive no Estado em que vivemos, que é um Estado capitalista, em que ainda há essas carências e vazios de políticas estatais na área de saúde, o atendimento à saúde suplementar é uma necessidade, mas precisa haver um nível de regulação por parte do Estado brasileiro no sentido de que os valores humanos se sobreponham aos interesses do lucro.

Era essa reflexão que queríamos fazer aqui no final da nossa intervenção, para contribuir com esse debate.

Muito obrigado.

(*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi Pedro Armengol, diretor executivo da CUT, que fez um comentário, inclusive dando o exemplo.

Acho que foi muito prática sua fala – ouviu, Pedro? – quando disse que seu filho tinha dois planos e se você não bancasse o cheque, ele não seria atendido e poderia ter um problema seriíssimo e não só na mão.

Essa é a realidade que se apresenta.

Lembro de novo o que aconteceu com o secretário do Ministério do Planejamento, Duvanier. Eu também o conhecia. Ele esteve comigo, eu conversei com ele por telefone diversas vezes, ele me atendeu muito bem independentemente das avaliações, claro, porque ele era o representante do Governo nas negociações com os servidores e ele era Secretário do Ministério do Planejamento. Imaginem o que acontece com um cidadão comum que chega para um atendimento e não consegue bancar antecipadamente o que o plano deveria pagar.

O SR. JOSÉ AUGUSTO DA SILVA – Ironia do destino, Senador; no Ministério do Planejamento ele cuidava do gerenciamento da segurança ao trabalhador para o setor público. Ele estava construindo essa proposta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pois é.

Vamos avançar.

Neste momento passo a palavra ao José Augusto, que é o coordenador do Fórum Sindical dos Trabalhadores, que reúne cerca de seis centrais, se não me engano.

O SR. JOSÉ AUGUSTO DA SILVA – Cinco centrais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Cinco centrais e inúmeras confederações.

O SR. JOSÉ AUGUSTO DA SILVA – Em primeiro lugar, quero agradecer o convite formulado pelo Senador Paulo Paim e pela equipe da CDH, saudar a Mesa – todos os companheiros aqui presentes: Pedro Denise e demais companheiros –, os telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, que estão nos ouvindo agora de manhã ao vivo.

Na qualidade de coordenador nacional do Fórum Sindical dos Trabalhadores, que congrega dezoito confederações nacionais de trabalhadores, cinco centrais sindicais e a Cobap, os aposentados do Brasil, nós queremos nesta oportunidade, Senador Paim, expressar a opinião de uma grande parcela de trabalhadores a respeito dos planos de saúde privados no Brasil e, na prática, sob a ótica do atendimento que se tem recebido.

A população brasileira que, naturalmente, está nos ouvindo aplaude a iniciativa do Senador Paulo Paim, que está expondo e discutindo um dos grandes temas nacionais, que é a situação atual dos planos de saúde privados em nosso País.

Esses planos de saúde, que se tornaram a nossa única alternativa – acho que o Pedro analisou bem esse aspecto – para assegurar um atendimento digno, extensivo aos nossos familiares, diante desse quadro catastrófico, que é a saúde assistencial pública. Isso é uma realidade.

Nós defendemos o SUS, porque, se não o defendermos, será pior; pode agravar mais ainda a situação. Sabemos que há carência de recursos financeiros, apesar da CPMF do passado. Passamos por essa experiência, proposta pelo Jatene, que deu no que deu. Também há carência de recursos humanos e há uma inoperância explícita. Consequentemente, toda a população brasileira presencia diariamente a ineficácia de atendimento público para a saúde de todos nós.

Ora, senhoras e senhores, se o plano é pago pela empresa – prestem atenção – e pelo empregado ou pago particularmente, ou exclusivamente, pelo brasileiro ou brasileira, não poderia haver tantas barreiras e dificuldades, que são de conhecimento público conforme relatado pelo Pedro, da CUT, agora há pouco. Não vou repetir aqui, não é, Pedro? Trata-se de um comércio que cresceu assombradamente em nosso País por conta da insegurança dos brasileiros de ficarem expostos a um atendimento precário e perigoso, que é o Serviço Único de Saúde, ou à mercê da previdência social.

Quando pagamos, esperamos qualidade, segurança, conforto, tranquilidade para todos os membros da nossa família, e não queremos ficar expostos à boa vontade, aos critérios de atendimento totalmente contraditórios segundo os princípios da universalidade da lei, como foi dito aqui, previstos na Constituição brasileira, num total desrespeito à igualdade, à justiça e à saúde suplementar de qualidade – e sustentável, o que, como diz uma das nossas afilhadas, a Nova Central Sindical dos Trabalhadores prevê inclusive nos documentos sobre a Resolução Normativa nº 279, não é Moacyr? Você, que é o Secretário, sabe sobre o que estou falando.

A discriminação no atendimento médico é outro fator, Paulo Paim, a ser observado. E as Casas das leis, Câmara e Senado, devem, sim, buscar um caminho por meio de uma legislação mais digna, justa para todos os trabalhadores e trabalhadoras brasileiras. Não podemos ficar desta maneira, totalmente vulneráveis e expostos a uma política que não preserva qualidade de vida, bem-estar e não respeita a saúde e as nossas vidas. Até quando vamos tolerar tais injustiças em nome do comercialismo e não dos princípios da medicina e da vida?

Pessoas estão morrendo nas portas dos prontos-socorros, de hospitais, totalmente discriminadas por não terem um plano de saúde, como ocorreu recentemente – parece até que o Pedro copiou o meu discurso – em Brasília com uma pessoa do próprio governo, o Secretário Executivo Duvanier Paiva Ferreira.

Paulo Paim, o senhor falou, em sua intervenção, sobre uma bandeira, inclusive, para essa causa, para todos nós, companheiros e companheiras e tantos brasileiros e brasileiras que estão sofrendo e morrendo, como ele, nas portas dos hospitais e prontos-socorros.

Até quando, Senador Senador Paulo Paim? Aqui já é um desabafo. Até quando Presidenta Dilma? Até quando, Ministro Eliseu Padilha, vamos continuar com esta situação: vulnerabilidade, insegurança, desconforto, injustiça com o cidadão que paga todos os seus impostos em sua folha de pagamento e que supostamente deveria ter acesso a um bom atendimento na saúde, na previdência, na aposentadoria, segurança, habitação e outros direitos previstos na Constituição Federal? Além disso, risco de vida, medo, risco à saúde, enfim. Perguntamos a todos os presentes e telespectadores da TV Senado: qual é o maior bem que temos? É a nossa saúde? Pois bem, ela corre sérios riscos, e devemos buscar soluções humanísticas. Estamos cansados – eu mesmo já fui conferencista há muitos anos e me cansei, Pedro – de saber de deliberações de conferências nacionais de saúde, conselhos gestores de saúde e outras conferências estaduais e regionais, que são importantes, mas que, na prática, não levam a nada. Não se conseguem principalmente, como vocês observaram no final do ano passado na briga pelo Orçamento, os dez por cento no PIB para a saúde. Foram para a educação, mas, para a saúde, não foi concedido. E outra, a volta da CPMF ou similar é uma piada, não é gente? Após terem criado a super-receita, embaixo das nossas barbas, é brincadeira pensar num imposto desse, que vai cair onde? No mesmo local de depósito, que é na super-receita. Ninguém é bobo ou inocente para não entender o que estamos dizendo. Não irá resolver, portanto, o financiamento na área de saúde.

Políticas públicas. Tem de haver participação efetiva. A gente sempre bate nisso dentro do movimento sindical. Há vários sindicalistas nesta plateia, empresários do setor de saúde também. Eles também concordam. E não através de discursos e teses, que permanecem ano a ano nas deliberações teóricas das inúmeras conferências de saúde que não resolvem nada. Como eu disse antes, tampouco a questão do financiamento. Estamos perdendo forças, companheiros, e temos que resgatá-las.

Concluindo a nossa participação nesta audiência, Senador Paim, demais companheiros da Mesa e presentes, gostaríamos de registrar também o que, na prática, tecnicamente ocorre com os planos de saúde privados em todo o Brasil.

Eu fiz um *script* aqui, para não tomar muito tempo, pois temos um tempo exíguo, curto. Então, eu preferi anotar para não cometer a injustiça de esquecer alguma coisa. Quando falamos em atendimento público e privado na saúde, subentendemos qualidade, honestidade, a questão da perícia, prudência, responsabilidade. Ou seja, muitas vezes, em consultórios médicos e hospitais, observamos atendimentos médicos com pouca ou nenhuma resolutividade, obrigando o paciente a fazer uma verdadeira via sacra em outros serviços de saúde. Também nos deparamos com a imperícia de profissionais mal qualificados que, apesar de estarem atendendo, muitas vezes são reféns de um sistema de ensino universitário caótico, fraco, e que não é fiscalizado pelo governo, infelizmente. Supera, juntando com as glosas, e com ações dos planos de saúde.

Observamos a negligência dos planos de saúde no que diz respeito à liberação dos exames e procedimentos médicos, onde muitas vezes os pacientes necessitam de exames complexos e procedimentos cirúrgicos, os quais não são liberados. Outras vezes, testemunhamos a irresponsabilidade de médicos que pedem exames de pouca resolutividade e só tratam sintomas, evoluindo com o aumento da gravidade da patologia e consequentemente cronificação da doença.

Em suma, Senador Paulo Paim, sugerimos maior fiscalização das universidades, suspensão da abertura de novas, e, conforme a qualidade técnica, até o fechamento de algumas. No que diz respeito aos planos de saúde, sugerimos uma maior fiscalização na qualidade de atendimento médico, bem como na liberação de exames e procedimentos médicos, ou como, em alguns países, um seguro-saúde, sei lá, ou similar, onde os pacientes passem com o médico de sua preferência e faça os exames de laboratório que lhe agradem, sem a necessidade de passar com médicos do convênio somente para a liberação dos exames ou a negativa dos mesmos.

Fechando, deixo aqui a sugestão quanto à participação junto às câmaras técnicas da Agência Nacional de Saúde Complementar, que envolve a questão da vida, da saúde dos aposentados na discussão, estudo e publicações. Foi mencionado que participamos disso, daquilo e tal. Não podemos nos esquecer do principal interessado que está citado dentro da Resolução nº 279, que é a representação de aposentados. Central Sindical não representa aposentado. Quem representa aposentado são associações dela e principalmente a Cobap, que vai estar aqui na Mesa. As Centrais estão lá, dão apoio, são a favor dos aposentados, não é Moacyr? O Pedro, que é da CUT. Não estou vendo mais alguma Central. Tem os GTs, tem a Força, mas tem de chamar a Cobap se você vai tratar do assunto dos aposentados. A Cobap, gente, não adianta teimar, é uma realidade nacional hoje. A representação nacional

de aposentados no país se chama Cobap – Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas – e não pode ficar de fora desta discussão. Nem como convidado foram. Conversei com o Presidente Warley. "Não, não sei. Não estou sabendo. Não me mandaram nada." Foi uma resolução de quando? De 25 de novembro de 2011, gente! Então, as coisas...

Eu acho que é aquilo, Pedro, que você falou. Tem muita gente aqui dando cabeçada um no outro, não é?

Solicito a esta Comissão, a título de sugestão, então, Senador Paulo Paim, que encaminhe à Agência Nacional de Saúde e ao Ministro da Saúde a proposta de convidar, quando houver novamente esta discussão ou rediscussão desta ou de outras matérias ou resolução ou instrução, a legítima representação dos aposentados do País.

Para fechar, com relação à segurança do trabalhador, que é a minha especialidade... Todos sabem, e o senhor sabe, Senador Paulo Paim, que sou técnico de segurança do trabalho há muito tempo. São uns trinta e tantos anos de experiência na área. Sugerimos também a realização de outra auditoria pública. Gostaríamos, sim, de estar falando de prevenção também, que é inclusive a minha especialidade, mas sugiro outra audiência com tempo, com calma – chamada legal –, para a gente tratar exclusivamente da segurança e da saúde do trabalhador.

Como disse, sou da área. Sou técnico de segurança do trabalho com muita honra. É importantíssima essa audiência, totalmente justificável, a de segurança do trabalhador, Paulo Paim, porque hoje, apesar de todos os esforços, a política nacional que a Dilma publicou... Louvamos a Presidente Dilma, parabenizamos a Presidente. Ela vai ficar na história porque a política nacional de segurança do trabalho é uma política de Estado, não de governo. Estamos construindo junto com o movimento sindical, com o movimento empresarial, com o governo. Para dar uma dinâmica na política nacional de segurança e saúde no trabalho, estamos também dentro da comissão tripartite de segurança e saúde no trabalho, da qual fazemos parte, construindo um sistema nacional de segurança e saúde do trabalhador para alavancar e para que essa política realmente funcione no nosso País. Afinal de contas, Paulo Paim, são quatro mil mortes por ano, mão de obra formal, com carteira assinada, e aproximadamente 485 mil acidentes de trabalho, juntamente com as doenças ocupacionais.

Então, fica aqui o registro da minha proposta, da minha solicitação.

Agradeço o convite. Parabenizo o Senador pela iniciativa.

Ficamos à disposição.

Muito obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, José Augusto.

(Palmas.)

José Augusto falou em nome do Fórum Sindical dos Trabalhadores.

Quero dizer, Zé, que de fato é nossa intenção, embora tenha dado uma pincelada na abertura dos trabalhos, aprovar no dia de hoje uma audiência específica sobre a saúde do trabalhador e a segurança do trabalhado. Esse é o objetivo. Lembro o que vem acontecendo principalmente com os terceirizados tanto nas obras da Petrobras mar adentro, como também nas obras das hidrelétricas, nas obras do PAC, e também agora nas obras da Copa. Vem morrendo... o número de acidentes de trabalhador... tanto na área pública quanto na área privada... Então, faremos uma audiência específica sobre essa questão.

Passo a palavra, neste momento, ao Sr. Júlio César Silva, que representa aqui a Nova Central Sindical dos Trabalhadores, substituindo o Presidente José Calixto Ramos.

O SR. JÚLIO CÉSAR SILVA – Bom-dia a todos.

Cumprimento o Senador Paulo Paim, que, de muitos adjetivos, destaquei três: um senador combativo, disponível, incondicional na luta pelo trabalhador brasileiro. Cumprimento os demais presentes na Mesa, sindicalistas, senhoras e senhores.

Ouvi atentamente os que me antecederam e separei algumas palavras. Falou-se em fidelização na Unidas. A CUT, o Sr. Pedro, falou em valor humano. O Sr. José Augusto mencionou conforto.

Estou vindo aqui no sentido – não consegui preparar nada – de a gente começar a fazer uma reflexão. Principalmente como o tema são os planos privados – não vou entrar na posição das centrais referente a saúde pública –, venho destacar uma reflexão no sentido... Uma pergunta: por que motivo a Agência Nacional de Saúde Suplementar não regula os contratos coletivos?

Senhores, o caso do Sr. Duvanier é o caso clássico de que, se a Agência estivesse regulando os planos coletivos, aquilo não aconteceria. E é simples a solução, chega a ser óbvia. Primeiro, passa pela ética médica. Essa é a primeira coisa. Eu acho que o Conselho Federal de Medicina é que teria que apurar. Mas, se um paciente com o plano de saúde B chegasse a um hospital que atende do A ao Z, menos o B, esse hospital imediatamente daria o primeiro atendimento, entraria em contato com o plano B, pegaria uma ambulância e encaminharia para o hospital que tem cobertura. Chega a ser óbvio. Mas, infelizmente, em

nosso País, o óbvio é espetacular. Quando acontece alguma coisa óbvia...

Então, a reflexão que faço é sobre o plano coletivo. Eu trabalho com saúde suplementar já há dez anos. Em Minas Gerais, existe uma brincadeira de baralho que se chama rouba-monte, que consiste em pegar as cartas e sempre ficar com o monte maior. O que está acontecendo hoje nos planos coletivos é a promiscuidade comercial das operadoras de planos de saúde nas grandes carteiras coletivas.

O trabalhador brasileiro que trabalha dez, quinze anos em uma empresa – é só fazer uma pesquisa –, já passaram por cinco, seis, sete, oito planos de saúde em dez, quinze anos. E qual é o motivo? Comissionamento. O motivo é só esse. Não há motivo para se alterar plano de saúde nas empresas, como tem sido feito. As operadoras têm colocado multas nessas grandes carteiras de R$600 mil, R$1 milhão, R$2 milhões, em caso de rescisão antecipada. Fazem contrato de cinco anos, e quando chega em um ano, dois anos, por humor de alguém, esse plano de saúde simplesmente é transferido para outro plano de saúde. A multa é aplicada, o comissionamento é feito, o usuário pega a carteirinha dele, que é plano A, e vai ter que jogar fora e pegar o plano B, que é em outro hospital, e o médico que o atendia não atende mais.

Então, eu faço não uma crítica, mas uma reflexão para que a Agência comece a pensar mais, apesar dos grandes esforços da Agência nesse sentido. Já existe, por exemplo, a troca de protocolo eletrônico entre as operadoras e prestadoras de serviços, mas eu acho que ainda é tímida. Tirando o reajuste, que é algo particular, porque, realmente, a Agência fala em incentivar a concorrência – é um dos artigos da Lei nº 9.961, em que a Agência tem obrigatoriedade de incentivar a concorrência –, quanto a reajuste e preço não, mas verificar a mudança abrupta de plano coletivo empresarial. Isso está acontecendo muito.

Em Minas Gerais, eu não vou falar quase toda semana, mas sempre estão batendo na minha porta, preocupados com as multas abusivas, que eu entendo abusivas, mas também, ao mesmo tempo, me assusta... Há um caso lá, por ética não vou mencionar, em que uma operadora ficou sete anos, rescindiram o contrato, e ela aplicou uma multa alta. Por dois anos ficou com outra operadora. Com dois anos, essa mesma operadora tomou a carteira de novo, e a multa continuou: R$2,5 milhões.

Aí que eu falo: o ganho financeiro em detrimento da saúde do trabalhador. É isso que está acontecendo. O colega da CUT mencionou mesmo. Hoje, o valor humano é a última coisa a ser avaliada na saúde suplementar. Hoje, eu estava dentro do táxi e fiz uma reflexão. O taxista mencionou o pedestre. E eu comentei com ele: "O senhor é motorista, mas também é pedestre". A Agência Nacional de Saúde regula os planos de saúde, mas as pessoas que regulam também vão sofrer com aquela resolução normativa.

Gente, nós temos que pensar na vida. O Sr. Duvanier poderia estar aqui conosco hoje.

Sr. José Augusto, eu peço que o senhor não se canse, não. Não se canse, não.

Estou chegando agora. Quero ajudar. Vamos nos reunir mais. Temos que partir para a prática mesmo; vamos às conferências, conversamos, mas isso não vai para a prática.

O senhor mencionou as câmaras técnicas. Participei das câmaras técnicas, da Resolução Normativa 279, e uma das minhas críticas, em notas taquigráficas, da nova Central foi a falta da participação da Confederação dos Aposentados. Mencionei como tratar o tema dos aposentados sem os representantes legítimos estarem presentes. E aí perguntei por que não foram convidados. "Ah, porque aqui tem 34 pessoas na câmara técnica". Só que lá na resolução fala que a agência pode convidar. Isso é prerrogativa do presidente.

O Senador Paulo Paim convocou também os aposentados e nós participamos, não é, Senador? O Presidente da ANS se manifestou no sentido de fazermos o diálogo. Mas, infelizmente, foi publicada. A resolução, no dia 25, já está valendo, e é grave o que foi publicado. Quem for aposentar no País vai sofrer muito com essa resolução.

Ainda há tempo. Hoje é dia 6; temos ainda muita luta pela frente para tentar. Vem carnaval, o País não funciona, mas temos muita luta.

Com essa reflexão que faço para a agência vem a pergunta, porque de repente, tecnicamente, haja alguma resposta: por que a agência não regula contratos coletivos? Essa é a pergunta.

Regular significar afetar a concorrência? Acho que não. Acho que, com os devidos ajustes – reajuste, preço, que realmente têm que ser livres, porque senão vira um cartel -, a agência tem que entrar mais nisso, principalmente – isso é fácil de a agência apurar – essa troca de operadora de grandes carteiras, sem trocadilho, que rouba muito. Isso não foi um trocadilho. Tem essa visão das carteiras, todo mundo quer aquela carteira e ela é alterada. E o prejuízo é só de um; não, de dois. A própria operadora sai no prejuízo, porque ela tem uma carteira grande e a concorrência em cima: "Eu quero também, eu quero essa carteira também."

Infelizmente, sobre as cláusulas contratuais, hoje, o Judiciário está aí, e todo mundo diz: "Vai para a Justiça, para resolver".

A nossa ideia é no sentido de a agência começar a pensar nisso. Nós, da Nova Central e as centrais também, estamos disponíveis, a Confederação dos Aposentados também, para fazermos mais um diálogo sobre isso.

Quero destacar essa situação de que toda resolução normativa deveria, no meu entendimento, vir com um primeiro artigo: Essa resolução normativa afeta o valor humano, afeta o conforto, afeta a fidelização? Afeta. Então ela não pode ser publicada. É isso que tem que ser feito. Após essa análise dos técnicos, aí, sim, discute-se a parte técnica.

Temos muito que avançar. Chegar lá, não sei se chegaremos, mas acredito muito que, se unirmos as centrais, a Agência Nacional de Saúde, os empresários, os operadores, os prestadores de serviços, os médicos, os hospitais, vamos chegar.

Sempre falei que essa conta não fecha, porque o consumidor, o trabalhador quer mais atendimento. Ele quer todo dia estar conversando com o médico. O médico quer receber um melhor valor. Os hospitais querem angariar, mas querem cobrar um preço maior. A operadora quer ganhar, mas também tem que ter o lucro. A agência está regulando e tem algumas coisas que realmente ela não pode, não é legítimo. No Judiciário, o juiz fica lá só decidindo. A pessoa enfartou. Enfartou? Enfartou. Ele é médico? Não, não é médico. Então, ele dá a liminar sem avaliar se realmente aquilo lhe é devido ou não.

Acho que temos muito responsabilidade. Por esse debate, Senador, agradeço mais uma vez. Esse debate é importante. Temos que debater mais, temos que ter pessoas incansáveis. Não podemos nos cansar por discutir isso, porque, se nos cansarmos, infelizmente, na saúde suplementar, vão acontecer novos Duvanier, novas vítimas anônimas – neste momento devem estar acontecendo. E está fácil. Não é difícil. Se a Agência Nacional de Saúde Suplementar assumir essa responsabilidade de o plano coletivo ser regulado e que os prestadores de serviços, os hospitais, os médicos terem alguma rotina para o atendimento de emergência, não sei se vamos acabar não, mas nós vamos melhor muito.

Quero agradecer a todos aqui presentes, Senador. A Nova Central encontra-se à disposição sempre para a discussão. Se precisar que emitamos algum documento, se precisar que compareçamos, estaremos sempre à disposição.

Muito obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Julio César Silva falou pela Nova Central Sindical de Trabalhadores.

Convido agora os meus painelistas a retornarem ao plenário, porque vamos formatar outra Mesa.

Agradeço a todos.

Mesa nº 2: Moacyr Tesch, Diretor Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade; João Luis Barroca de Andrea, Secretário-Executivo da Agência Nacional de Saúde, ANS, em substituição ao Diretor Presidente, Maurício Ceschin; Antonio José dos Santos, Diretor de Assuntos Jurídicos da Federação Nacional dos Médicos, Fenam, substituindo aqui o Presidente Cid Célio Jayme Carvalhães. Convidamos também Carlos Célio de Andrade Santos, Diretor Executivo da Fundação de Seguridade Social, Geap. E ainda para esta Mesa, já que haverá duas Mesas – quero que providenciem as cadeiras –: Moacir Meirelles, que representa aqui a Copab, o Presidente Warley – o Moacir é o Vice-Presidente. Por fim, também nesta Mesa, Arlindo de Almeida, Presidente da Associação Brasileira de Medicina de Grupo, Abramge.

Então, nesta Mesa teremos seis convidados, sem prejuízo, depois, no debate, de outros que estão no plenário poderem fazer uso da palavra.

Quero também registrar a presença conosco do Senador Aloysio Nunes, Senador por São Paulo, que está aqui prestigiando a nossa sessão e que tem uma série de requerimentos que vai encaminhar depois para votação.

(Palmas.)

Então, vamos de imediato, de acordo com a ordem aqui organizada pela Secretaria, passar para o Moacyr Tesch. Moacyr Tesch é Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade.

Moacyr está com a palavra por dez minutos, com mais cinco, se necessário.

O SR. MOACYR TESCH – Primeiramente, eu gostaria de cumprimentar o Senado Paulo Paim, nosso guerreiro, nosso defensor, nosso lutador do dia a dia; cumprimentar os Senadores aqui presentes na pessoa do Senador Aloysio Nunes; cumprimentar os dirigentes sindicais aqui na pessoa do Julio César, da Nova Central Sindical, e todas as centrais aqui presentes; cumprimentar o José Augusto e as confederações aqui presentes; companheiro Moacir, representando também os aposentados; todos aqui presentes; e os membros da Mesa.

Senador Paulo Paim, eu tinha feito até um encaminhamento aqui, mas, de repente, as coisas vão se repetindo. Parece-me que a gente vai... Eu acho até que é porque a dor é a mesma. Então, quando você monta alguma coisa para escrever, de repente, se não estiver no início, você começa a ser repetitivo.

Eu gostaria de lembrar algumas coisas. É o seguinte: nós brasileiros somos 190 milhões, já ultrapassando esse número. Até 2010, último dado que eu analisei, eram 1061 operadoras no Brasil, e 45 milhões de pessoas são beneficiadas pelas operadoras.

Se a gente imaginar esse número, teremos mais ou menos 1/3 de pessoas com as operadoras. Isso significa que, na verdade, o sistema da saúde pública, que todos nós defendemos, está falido. As entidades sindicais têm feito muito. No passado, uma boa parte das entidades sindicais tinha seus laboratórios, seus convênios médicos. Daí, passamos por uma fase em que fomos muito criticados. Diziam que aquilo era serviço de peleguismo, que não fazia sentido, que as entidades sindicais tinham de ser reivindicatórias, que não poderiam entrar nessa questão social. A Previdência, há uns anos, ajudava com uma contribuição financeira para que as entidades sindicais ajudassem no trabalho da assistência social, da assistência médica. Com o passar do tempo, a Previdência Social foi eliminando aquelas contribuições. Hoje em dia, o movimento sindical volta a ter uma quantidade enorme de assistência médica, até porque esperar pelo atendimento do SUS fica muito difícil.

Tenho um exemplo dentro da minha casa, da pessoa que trabalha comigo. Ela precisou fazer uma cirurgia de miomas. Ficou mais de seis meses no aguardo da Previdência Social, do SUS, para fazer essa cirurgia. Em uma oportunidade, o médico não podia; na outra, a cirurgia foi transferida; na outra, foi não sei o quê; na outra, tinha de entrar na fila. Tudo isso como se a saúde do ser humano tivesse tempo de entrar numa fila para esperar. " Olha, agora você está em centésimo lugar."

E aí a gente vai imaginando o sistema de saúde no que se refere a transplantes. A quantidade de pessoas que morrem, que falecem na fila, na expectativa, com certeza, é muito grande. Temos de ter essa preocupação.

Gostaria de registrar aqui que o Estatuto do Idoso – de sua autoria, Senador Paulo Paim, que é uma grande vitória – em seu art. 15, §3º, veda a questão da discriminação dos idosos no plano de saúde. Lamentavelmente, a gente vai ficando velho, vai ficando idoso. Agora, fantasiaram essa questão da melhor idade. Deixa-me uma interrogação essa melhor idade. Quando você quer alterar um plano de saúde, você tem de passar por uma bateria de interrogação para saber se você vai ser aceito. Quando você necessita mais, tudo é mais caro. As revisões do carro começam a ficar mais caras conforme os quilômetros rodados. Os remédios também passam a ser mais caros. E plano de saúde, do qual estamos falando, também.

E vejo pelos meus pais porque sou eu que banco o plano de saúde. Meu pai, graças a Deus, está chegando aos 80 anos, o plano de saúde dele é bem salgadinho. Isso é para todos nós.

Senador, tinha deixado por último para fazer uma sugestão, mas vou fazê-la antes que me esqueça e que me envolva com outras questões. Gostaria de pedir a colaboração de V. Exª com relação a uma preocupação muito grande que tenho em relação à população brasileira. Gostaria de saber por que os remédios vem com 28 comprimidos nas caixinhas? A gente recebe de 30 em 30 dias, o mês tem 30 dias, as pensões são a cada 30 dias, e o remédio a gente compra com 28 comprimidos nas caixinhas. Então, de duas uma: ou você passa dois dias sem o remédio, ou entra num circulo vicioso em que você sempre estará com dívida lá na frente por causa do remédio. Eu tenho me questionado, já fiz correspondência ao Ministério da Saúde no sentido de que tudo é 30 dias. E por que não se pode aumentar? Qual seria o motivo? As experiências que a gente coloca aqui são as nossas experiências do dia a dia.

Estou com um problema sério dentro da Contrato com os planos de saúde que temos porque já foi bom. Hoje, você vai... Vou dizer os nomes dos bois porque não tenho vergonha e não tenho compromisso com ninguém. A GoldenCross já foi boa aqui no Distrito Federal. Foi um dos melhores planos.

Agora, quando você chega ao hospital, faz uma consulta, mas, para você conseguir fazer os exames, o laboratório "A" não atende, o "B" não atende, o "C" atendia, outro já não atendia... Então nós chegamos a um ponto de alterar a operadora e mudar. Mas mudar para qual? Cada pesquisa que a gente faz mostra que um é pior do que o outro. E, a obrigação, vamos supor, o atendimento do social acaba desaparecendo. Se você vai, vamos supor, para Curitiba, que é a cidade dos meus pais, é outra operadora que funciona, essa aqui já não funciona mais; se você vai para São Paulo, conforme você vai andando, em cada Estado é uma operadora que funciona mais ou menos; bem, nenhuma delas funciona. Então ficamos numa situação muito difícil.

Nós lamentamos muito a morte do Duvanier, mas ele talvez passe a ser um símbolo da luta com os planos de saúde, porque quantos Duvanieres morrem por dia? Quantos morrem que a gente não fica sabendo? Esta questão de você chegar na porta do hospital e primeiro apresentar o cheque para depois ser atendido, o que poderia ser o exagero, o que poderia ser um caso isolado virou rotina. O juramento das pessoas que fizeram Medicina valeu até a hora do baile. Terminou o baile de formatura, mudaram todas as questões. Dali

em diante, tenho que montar o meu consultório, tenho que fazer o meu futuro, e passa a ser uma história.

Nós, do movimento sindical, temos uma preocupação muito grande porque efetivamente os trabalhadores batem à nossa parta no dia a dia, e nós sabemos o que acontece com o trabalhador brasileiro. Hoje em dia, quando fazemos nossa pauta de reivindicação, um dos itens é o plano de saúde porque não podemos esperar mais pela saúde pública.

A presidente Dilma tem dito inclusive na televisão que o SUS é o maior plano de saúde do mundo, certo? E é. Mas esse maior plano de saúde está deixando tanto a desejar quanto os planos privados. E agora ficamos nos perguntando para onde nós vamos? Se vamos para o privado, é limitado; para o SUS, é limitado. Para todos fica em segundo plano o nosso bem-estar.

Senador Paim, nós da nossa confederação, junto com a nova central, à qual somos filiados, temos admiração muito grande por V. Exª e nos colocamos à disposição. Estamos à inteira disposição para essa questão, para as demais que vierem, em especial, aquelas que se referem à saúde do trabalhador e à questão do idoso, que é o que nos bate, é o que nos preocupa e é um dos motivos da nossa luta.

Muito obrigado.

(*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Moacyr Tesch, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade. Fica aqui sua reflexão e suas preocupações, inclusive essa da caixinha dos remédios. Nunca alguém havia levantado esse assunto para mim. Aí, quando a pessoa toma dois remédios, é mais complicado ainda porque faltarão quatro, na verdade. Mas é um tema que teremos de aprofundar, claro. Estamos falando aqui, nesta audiência pública, da vida, da vida do nosso povo, seja na área pública, seja na área privada.

Neste momento, passamos a palavra ao Secretário Executivo da Agência Nacional de Saúde (ANS), que aqui representa o Diretor-Presidente, Mauricio Ceschin, Dr. João Luis Barroca de Andréa.

V. Exª dispõe de 10 minutos, com mais 5, se necessário.

O SR. JOÃO LUIS BARROCA DE ANDRÉA – Está certo. Muito obrigado.

Bom dia a todos.

Eu queria agradecer, em nome da Diretoria Colegiada da Agência, em especial do Mauricio Ceschin, o convite para voltar aqui, mesmo com esse tempo tão reduzido, e saudar a Mesa, os Senadores Aloysio Nunes e Paulo Paim, que nos honraram com este convite.

Eu trouxe uma apresentação que não vou passar, porque ela tem 50 *slides* e nós temos 10 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Seremos tolerantes, se necessário for, para ajudar.

O SR. JOÃO LUIS BARROCA DE ANDRÉA – Está certo. Ela contém alguns elementos de que talvez, ao longo do tempo, possamos nos valer para explicar um pouco da situação em que se encontra a saúde suplementar hoje no País.

Eu quero também lamentar profundamente o falecimento do colega Duvanier, que ocorreu um dia depois do falecimento do meu pai, agora, dia 18, ou seja, dia 19. Faço ideia da dor que a família vem passando, independentemente de todas as coisas que vêm sendo levantadas a esse respeito. Eu queria registrar isso porque tenho certeza de que é um evento – e digo por mim – inesquecível.

Antes de dar prosseguimento aos esclarecimentos do que a agência fez em relação a esse caso específico, acho que vale um pouco a pena – eu ouvi isso aqui já de vários colegas da Mesa, expositores – falar de fato do sistema brasileiro de saúde. Enfim, é um sistema que ainda não está conformado.

Aqui fora, hoje, quando os repórteres perguntavam qual era a pauta desta audiência, eu respondia que era exatamente falar sobre a saúde em geral no País e os planos de saúde, e esse crescimento que eles vêm tendo. Eu fiz questão de lembrar que, até 1998, nós não tínhamos nenhuma lei que cuidasse de planos de saúde no País, isto é, existiam planos de saúde com limites de internação dos mais abusivos que se possa imaginar. Havia planos com três dias de UTI, havia planos com cinco consultas por ano por família. Então, se algum membro da família ficasse doente, não tinha cobertura. Ou seja, em 1998, e não faz tanto tempo assim, realmente o Legislativo atacou um dos problemas que ficou pendente da Constituição. E aí a gente tem que dar um passinho atrás de novo, quando a Constituição cria o SUS e deixa livre a iniciativa privada. Claro que deixar livre a iniciativa privada não significa que a iniciativa privada seja livre para fazer o que quiser, e aí, por conta disso, já junto com outro artigo, surge a necessidade da regulamentação dos planos de saúde.

No entanto, ainda permanece esse sistema com algumas dificuldades de regulamentação, que é exatamente o atendimento feito pelo privado não, intermediado por planos de saúde. Ou seja, um hospital privado que tem tantas regulamentações em sua conformação, vigilância sanitária, enfim, tem tantas exigências para serem feitas, e a gente sabe que são necessários hospitais.

Infelizmente, a gente sabe que o nosso orçamento público não pode dar conta de todo o atendimento feito. Esse atendimento feito diretamente pelos hospitais

privados não tem um objeto, ou seja, não está claro como é sua regulamentação. Digo isso porque acho que é importante, num debate como este, em que se pretende formatar ao fim e ao cabo bases para um sistema brasileiro de saúde que contenha o Sistema Único de Saúde como público, que vá conter a saúde suplementar, essa forma de organização de prestação de serviços que a Agência entende que ainda está longe daquilo que se deseja.

Vou falar de alguns avanços e de algumas perguntas feitas ao longo do que eu estava escutando, feitas por vários colegas, mas acho que é importante que a gente tenha a clareza de que é um sistema em construção, porque nós convivemos com isso, nós somos o maior sistema universal do mundo e o segundo maior mercado de planos de saúde do mundo. Ou seja, há algo, e, quando a gente pega *per capita*, vemos que os planos de saúde captam uma quantidade financeira de recursos equivalente ao orçamento do Ministério da Saúde para 25% da população. Isso é um outro dado que considero bastante relevante, e aí escuto e trago os nossos exemplos dos lucros abusivos.

Hoje, no setor de seguros, vamos comparar assim, a menor margem, ou seja, o que eles chamam equivocadamente de sinistralidade, o número de gastos sobre o número de receitas puras, está por volta de 80%. Se se somar isso às despesas administrativas, investimento em saúde é algo com uma margem que só tem retorno a longo prazo. Ah, mas isso é uma coisa só do Brasil. Não! É no mundo todo. Essa é a realidade de investimentos em saúde. Os investidores em saúde sabem que não são investidores de curtíssimo prazo e, se não o sabem, têm que aprender rapidamente, porque eles têm uma responsabilidade com aquele atendimento.

Estou fazendo essa volta porque, de fato, pareceu-me, quando cheguei aqui, que estávamos discutindo todos esses elementos. Ou seja, o atendimento do sistema público, os planos de saúde, o atendimento feito diretamente... Até ouvi um colega falando dos médicos, como o médico entra nesse mercado de trabalho, mas falando especificamente do colega Duvanier e do atendimento feito a ele. A Agência fez uma fiscalização preliminar, foi aos hospitais e foi à Geap, para fazer o levantamento daquilo que tinha efetivamente acontecido.

Vamos lembrar: a Agência só tem poder de regulação através da relação entre a operadora e o prestador, aquilo que eu falava daquele pedaço que fica um pouco uma zona cinzenta. E nós vimos os contratos, o registro do plano e, infelizmente, a Geap, em 7 de fevereiro de 2011, nos mostra que protocolou e mandou para todos os usuários, há mais de um ano, que o Hospital Santa Luzia tinha sido descredenciado, que já não fazia serviços de urgência e emergência. Está aqui. Nós fomos atrás, até porque a Agência vai fiscalizar. Em 7 de fevereiro de 2011 – há um ano. Vejam, eu já ouvi um colega aqui falando, doente a gente tem que... Eu concordo, sou médico e concordo em gênero, número e grau. Acho que nós precisamos integrar, e aí já vou dar um pulo colossal ao que aconteceu na semana passada, até porque acho que isso é importante. Mesmo a Agência não tendo essa atribuição legal, junto com o Ministério da Saúde, na semana passada, nós já estávamos reunidos para ver de que forma a triagem é feita mesmo em hospital privado. Mesmo não tendo um plano de saúde, essa triagem não pode ser feita pelo atendente ou pelo vigilante. O primeiro atendimento não pode ser: você tem carteirinha? Isso fere inclusive o código de ética médica.

Eu digo isso para problematizar não no sentido de a Agência dizer: não, esses hospitais não eram conveniados, a Agência então... Não, a Agência não está se furtando a fazer essa discussão com quem comanda o sistema de saúde como um todo, que é o Ministério da Saúde.

Então nós já nos reunimos na semana passada. O Diretor-Presidente já esteve no Ministério da Saúde discutindo com o Secretário da SAS, com o chefe de gabinete para ver de que forma se pode fazer esta atuação neste ponto do atendimento que hoje não é sistema público e não é sistema de saúde suplementar.

É importante dizer inclusive que a Agência não esgotou as suas providências. Ao contrário. E acho que até é um pouco dos anseios de vários colegas que falaram aqui, e acho que têm razão, existe, sim, uma má distribuição de serviços de saúde no País. Quer dizer, qual a política de incentivo desses serviços de saúde, qual a política de atendimento em relação a isso é algo que deve ser, sim, trabalhado.

Recentemente nós instituímos uma resolução do tempo máximo de espera para atendimento, desde as consultas simples até mesmo os procedimentos complexos, porque nenhum de nós aqui estava livre de passar daquele constrangimento. Ah, tem consulta sim, tem procedimento... Você liga para a operadora. "Ah, não, só que é para daqui a oito meses, é em novembro". Aí você diz assim: espera aí, eu não preciso disso em novembro, preciso disso agora. Então, o que a Agência faz? A Agência consulta, faz o processo de consulta a todos, ampla, democrática, estabelece tempo máximo e começa a acompanhar esses tempos máximos de atendimento. Mas isso não solucionou magicamente todo o problema. Claro que não. Mas, na medida em que o Estado tem informação, melhor: o Estado pode atuar sobre os problemas.

Vamos lembrar. Em 1998 não existia um banco de dados sobre nada de saúde suplementar no País. Hoje a gente é capaz de saber – depois de muita briga – por que as operadoras não queriam enviar o cadastro dos seus usuários. A gente sabe quantos são, a gente consegue começar a mapear essa rede de assistência, a gente coloca tempo máximo de atendimento aliado a quê? À necessidade – que é uma coisa que a gente, que é da área de saúde, às vezes esquece – de solidez econômico-financeira. Porque não adiante nada você ter um excelente plano com duzentos hospitais e quando você precisa, seis meses depois, ele faliu, não tem dinheiro. E aí você decreta falência, vai atrás, como acontecia antes de 1998.

Já aconteceu, foi público, a gente teve naquele início de regulamentação dois episódios muito traumáticos, de certa forma: a Unimed de São Paulo, enfim, à época a maior Unimed do país, capitaneada por um amigo meu, e que veio a ter dificuldades econômicas e financeiras imensas por investimentos que foram mal feitos ao longo do tempo; e uma empresa do lado da agência, a Address,... Eu acho que aquilo, Senador, foi de propósito. Eu até hoje tenho essa coisa... Do lado, tinha uma placa imensa escrita Address – isso foi um processo público – ela simplesmente fechou as portas. Então nós temos muito a caminhar? Temos muito a caminhar.

Outra coisa que foi colocada pelo colega Julio César Silva: que nós não regulamos planos coletivos. Eu vou me permitir aqui Senador, talvez dar algumas respostas ao que foram colocadas. E a gente pode até depois detalhar o que for necessário nessa apresentação monstro, de 52 *slides,* que os senhores certamente irão dormir depois do décimo...

(A Presidência faz soar a campainha.)

O SR. JOÃO LUIS BARROCA DE ANDRÉA – Isso significa um minuto Senador?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não. Mais cinco.

O SR. JOÃO LUIS BARROCA DE ANDRÉA – Mais cinco. Então dentro dessa... Ah não! Vocês não regulam planos coletivos.

Hoje nós temos quase 80% do mercado de planos coletivos. Regulamos? Regulamos, sim! Regulamos o quê? Regulamos a cobertura. Ou seja, um plano coletivo não pode mais, apenas porque é a expressão da voz de seus funcionários, não cobrir o que a lei exige que cubra. E atenção senhores! Nós somos o único país do mundo – eu digo isso com orgulho, porque isso nasceu desta Casa – que faz uma regulamentação por produto, estabelece aquele mínimo que se quer cobrir. Então nós regulamentamos planos coletivos? Regulamentamos. Nós regulamentamos número mínimo ou número para o qual você pode vir a exigir carência? Só planos que sejam menores que trinta vidas. Para maiores a operadora não pode exigir carência. Qualquer um hoje, que tenha uma empresa de cinquenta funcionários as operadoras fazem fila na porta. Ah, mas a agência então o que é que faz em relação a isso? A agência criou um Índice Nacional de Saúde Suplementar, que é uma espécie de *ranking*. Para quê? Para os compradores poderem observar se aquela operadora é uma boa operadora ou não. O que é que nós não regulamos no plano coletivo? E o senhor tem absoluta razão. O reajuste. Porque entendemos que são duas entidades negociando. Então realmente existe essa diferença.

Em relação ao atendimento feito para acidente de trabalho, a Agência entendeu que era necessário – e o fez agora no rol de procedimentos já em 2012, independente da natureza da necessidade do atendimento, o atendimento tem que ser feito pela operadora. Se for acidente de trabalho ou não, se está na cobertura que foi contratada, vai ser atendido. Quer dizer, nós consideramos isso, até porque existia aquele outro caso que aconteceu com aqueles outros trabalhadores que foram expostos àquele gás...

O SR. PRESIDENTE(Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Isso, na abertura.

O SR. JOÃO LUIS BARROCA DE ANDRÉA – Na abertura, o senhor tinha colocado.

Então eu tinha uma apresentação enorme para fazer, a gente pode falar desde a evolução do mercado, desde o grande problema, que não é só para privado, é privado e público, que foi colocada aqui, que a sustentabilidade do plano. Ou seja, nós estamos, ainda bem, vivendo mais. E a gente quer viver mais e melhor. Só que a curva demográfica de sustentação num regime de mutualismo não dá conta. Daqui a 30 anos, nós não vamos ter possibilidade de manter os planos, a não ser que, desde já, comecemos a fazer regime misto, inclusive de capitalização, o que vai ser uma grande batalha.

Eu digo isso pelos meus filhos, que têm 25 e 27 anos, e têm aquela ideia clara, da idade, de que são indestrutíveis, de que não vão precisar de nada nunca. Então você vai convencê-los a gastar um pouquinho mais, para fazerem uma espécie de fundo para a saúde. E isso não é só no sistema privado; é no sistema público também.

Ainda faltam dois minutos. É aquele relógio? Dois, com a tolerância que o Senador, gentilmente, está dando.

Então, nós temos um problema? Temos, sim, de financiamento. Nós, Brasil, inclusive aí planos de saú-

de, quer sejam entidades fechadas, quer sejam planos abertos, temos um problema, sim.

Hoje a tecnologia custa cada vez mais caro e é incorporada de forma acrítica. Os senhores é eu já vivemos essa situação. Há muito tempo, fui gerente de uma entidade de auto-gestão. E o maior problema era o Fantástico no domingo porque, quando aparecia o Fantástico, aparecia uma nova tecnologia que nem aprovada nos Estados Unidos tinha sido, mas a indústria, que tem interesse em colocar aquela tecnologia rapidamente aqui, coloca nos grandes meios de comunicação, ou seja, ela cria demanda.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. JOÃO LUIS BARROCA DE ANDRÉA – Na segunda-feira, agora é um minuto mesmo, na segunda-feira, a gente tinha que dar conta desse tipo de coisa.

Então temos problemas de financiamento? Ainda temos. Temos que melhorar cada vez mais o acesso? Ainda temos. Hoje a fiscalização trabalha não só multando, ela intermedeia conflitos, ela faz uma notificação de investigação preliminar, e 70% dos casos são resolvidos. Isto eu chamo de uma fiscalização inteligente: aquela que resolve, afinal de contas. Nós temos que incorporar a ciência farmacêutica? Temos. É um enorme desafio.

Fico à disposição, depois dos *slides*, para mostrar as diversas características do setor, com os números, os desafios e o que a gente tem feito.

Eu espero ter conseguido, minimamente que seja, mostrar o nosso posicionamento em relação a isso.

Mais uma vez agradeço, Senador.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Dr. João Luis, Secretário Executivo da Agência Nacional de Saúde, fez sua exposição, e depois, no debate, se necessário for, poderá usar os *slides*.

E vamos de imediato ao Antônio José Santos, que é Diretor de Assuntos Jurídicos, da Federação Nacional dos Médicos, Fenam, e aqui fala em nome do Presidente, Sr. Cid Célio Jayme Carvalhães.

V. Sª tem o tempo de dez minutos com mais cinco, mas, com a tolerância necessária.

O SR. ANTÔNIO JOSÉ SANTOS – Em primeiro lugar, bom-dia a todos. Em segundo lugar, agradeço este convite, principalmente partindo de um brilhante representante público, que é o Senador Paulo Paim, que felizmente é um baluarte na defesa das grandes ideias da cidadania brasileira, eu tenho acompanhado sempre.

Eu sou Diretor de Assuntos Jurídicos da Fenam, mas não sou advogado; sou só médico. E por incrível que pareça, o Cid é médico e advogado.

Então eu vou tentar falar aqui algumas coisas da nossa luta diária, da representação sindical dos médicos brasileiros. Em primeiro lugar, nós queremos deixar claro que, apesar de nós sermos sindicalistas, a Federação Nacional dos Médicos tem um compromisso claríssimo com saúde de boa qualidade. E nós entendemos que saúde é o bem-estar físico, psíquico, social, e que a saúde passa pela desospitalização e, talvez, pela desmedicalização.

Infelizmente, a gente nunca consegue discutir saúde; sempre doença. Até agora, ninguém falou de saúde aqui; falou de doença. A saúde tem que ser pela atenção e prevenção primária, pelas Unidades Básicas, pelo Programa Saúde na Família. E nós só vamos resolver isso quando nós tivermos uma carreira nacional médica que seja estável e que pague decentemente ao médico, como se paga a outras carreiras, como o Judiciário e o Legislativo, e que nos permita levar os profissionais de saúde, não só médicos, todos aqueles que são necessários para produzir saúde, para tirar o paciente do hospital, para impedir que ele fique tão doente como o cidadão brasileiro tem ficado no momento, aí nós vamos ter condição de saúde.

Outra coisa: o Governo agora mesmo deu um exemplo terrível, quando empurrou goela abaixo a regulamentação da LC 29, impedindo os 10% da receita corrente bruta, passando pela variação nominal do PIB, ou seja, estagnou o financiamento de saúde da parte federal. Os Estados e Municípios já estão fazendo o que podem e o que não podem, e o Governo não teve a coragem de assumir um percentual similar ao dos Estados, o que daria um respiro, vamos dizer assim, para a saúde. Se você tem um PIB que está variando 2%, 3% – quiçá –, botando isso em cima de uma verba de 70 bilhões, nós somos engessados, não vamos poder fazer... Essa parte da saúde vai ficar complicada.

Eu queria voltar para 1988, quando foi criado o Sistema Único de Saúde. Nós tínhamos vários sistemas atuando, cada um atuava da sua maneira, e nada mais fácil, nada melhor do que termos realmente um sistema único de saúde, que abrangesse tudo. Então, esse Sistema Único, sem dúvida alguma, no projeto, no papel, é o melhor sistema único de saúde do mundo. Ele é tão bom que foi copiado pelo mundo inteiro, inclusive pelos Estados Unidos, que estão lá tentando implantar. É um sistema único que garante o atendimento a todos os cidadãos que estiverem dentro do Brasil, sejam eles natos ou estrangeiros, seja lá o que for. Agora mesmo, na Copa do Mundo, nós teremos

responsabilidade com todas as pessoas que vierem aqui assistir aos jogos da Copa do Mundo.

Esse é um sistema maravilhoso do ponto de vista de concepção. Ele garante atendimento, garante medicamentos, garante a propedêutica. Então, o sistema é maravilhoso, só que ele não opera.

Nós criamos, dentro desse sistema, uma variação, que é a Saúde Suplementar. Eu entendo que suplemento é uma coisa que vai ser juntada a outra coisa para que funcione da melhor maneira possível. Do jeito que as coisas vão, todo mundo quer ter plano de saúde, não vai nem ser preciso o outro, vai ficar só a Saúde Suplementar, e ela não vai aguentar; do jeito que as coisas vão, ela não vai aguentar.

Então, vou voltar agora ao caso do Duvanier para vocês verem que ele, sozinho, mostra tudo que estamos falando aqui. Primeiro: como é que um técnico do alto escalão do Governo, com 54 anos, sofre um infarto fulminante sem saber que tinha problema cardíaco? Mostra aqui – como o Senador se preocupou – que a saúde do trabalhador é um zero à esquerda; não tem exame preventivo, não tem nada, não tem coisa alguma. O sujeito é surpreendido por um infarto fulminante, aos 54 anos de idade, e não se faz nada.

Os médicos brasileiros, hoje, infelizmente, nós estamos criando uma nova especialidade que se chama "o cuidador do cuidador"; 11% dos médicos brasileiros suicidam-se, e 30% usam drogas lícitas ou ilícitas. Isso é um absurdo. E são pessoas, colegas que trabalham nessa área que falam isso. Então, como é que... Então, nós vamos ver, quem aqui que é funcionário público... Eu sou aposentado, passei 30 anos no serviço público, e acho que uma única vez fiz exame preventivo. Então, isso é um lado fundamental.

Em segundo lugar, o Sistema de Saúde é único; a Medicina Suplementar faz parte dele. E a equidade, a universalidade do Sistema tem que ser respeitada. O sujeito, estando doente, tem que procurar o lugar que estiver mais perto da casa dele. Não interessa se ele tem plano de saúde, qual é o plano dele. Ele é um cidadão e tem que ser atendido.

Infelizmente, se o Duvanier tivesse ido ao Hospital de Base do Distrito Federal, que o pessoal fala que é uma porcaria, que não serve pra nada, eu tenho certeza de que ele teria sido atendido.

Agora, não há justificativa para o que aconteceu com o Duvanier. Infelizmente, eu, como médico, esperava que, sendo ele uma figura tão importante, não só por sua qualidade profissional – ele era professor universitário, fazia parte de conselhos de órgãos importantes no Brasil, um funcionário do primeiríssimo escalão do Governo, do partido –, que isso viesse a tocar numa ferida e que o fato tivesse uma repercussão muito maior. Infelizmente, não sei por que esse silêncio que está havendo em torno de uma situação tão grave como essa. Como já foi dito aqui, quantos duvanieres estão morrendo por dia neste País?

Então, esse é um aspecto.

O segundo aspecto que já vi aqui é o acesso, que tem que mudar. Agora, vamos... Ali é o tempo que está contando, não é? São três minutos que estão faltando?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Tem até completar os dez, depois mais cinco e mais cinco, se for necessário. Ou seja, em torno de quinze minutos.

O SR. ANTÔNIO JOSÉ SANTOS – Então, vamos agora ver como está montado isto aqui.

As operadoras dos planos de saúde, ou bem ou mal, têm um órgão oficial do governo para cuidar delas, que é a Agência Nacional de Saúde Suplementar. Os médicos, os prestadores, estão numa situação crítica. Por quê? Nós não temos nada que nos represente nessa área, e, quando tentamos fazer alguma coisa como movimento paredista, ainda somos penalizados, como o fomos pelo Cade e pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, que nos proibiu até de abrir a boca. Foi preciso irmos à Justiça para recuperar o direito de falar. Nem no tempo da ditadura militar, aconteceu isso no Brasil. Aliás, estão acontecendo várias coisas no Brasil que nem naquele tempo de triste lembrança aconteciam.

E o usuário? O usuário seria representado no Sistema Único de Saúde pelos conselhos. Coisa maravilhosa você ter um conselho nacional de saúde, um conselho estadual de saúde, um conselho municipal de saúde, e cada órgão ter seu conselho gestor. Se isso funcionasse... E vejam que, em todos esses conselhos, 50% são de usuários. Mas o que é que temos visto no Sistema Único de Saúde? Os conselhos são manipulados vergonhosamente. O usuário, de fato, não tem chance alguma de levar suas reivindicações aos conselhos. Por quê? Porque são representados por entidades que têm uma série de interesses.

Então, estamos vendo que as operadoras, ou bem ou mal, têm uma Agência Nacional de Saúde Suplementar, que, justiça seja feita, exerce, da melhor maneira que ela pode, o seu trabalho. Os médicos, que são os prestadores, estão numa situação crítica no Brasil, igual a tantos outros trabalhadores. E os usuários, coitados, estão numa situação mais crítica ainda. Por quê? Porque não conseguem se fazer representar nessa discussão. Eles estão numa situação tão crítica que o cidadão chega ao hospital, e o médico diz a ele: "O senhor está ruim, está grave, precisa ficar no hospital, mas eu não tenho cama. O senhor vai se sentar

no chão". O cara estende o braço e responde: "Muito obrigado." Ele não sabe nem que direito ele tem.

Eu sou pediatra, e uma vez eu cheguei no serviço, eu era responsável pela emergência, atendi todo mundo, discutimos sobre quem teria alta e quem não teria, sobre para quem nós pediríamos exame, e, quando pensei que havíamos terminado, meu colega disse: "Espere aí que tem mais um aqui". Ele abriu a porta do Expurgo, e havia uma criança lá dentro, que passou a noite no Expurgo. E o pai disse: "Graças a Deus que vocês deixaram meu filho ficar no Expurgo, porque ele está com suspeita de meningococcemia". Não havia vaga nos hospitais, puseram a criança no Expurgo, e ele ainda ficou agradecido! Passar a noite no meio daquele troço podre, fedendo?!

Então, eu acho que é isto: nós realmente temos um sistema de saúde estruturalmente maravilhoso...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Deixe-me incomodá-lo: colocaram a criança onde?

O SR. ANTÔNIO JOSÉ SANTOS – No Expurgo, que é o lugar do hospital onde se colocam lençóis sujos, roupa suja por evacuação, drenos de abscessos... E aí como ele teria que fizer no isolamento do hospital, mas o mesmo não tinha isolamento, e ninguém queria receber o menino, então puseram-no no Expurgo, e o pai ainda ficou satisfeito.

Então nós temos, realmente, que lutar por esse sistema porque é bom, é maravilhoso na sua concepção; ele é garantido do ponto de vista constitucional e prevê que o cidadão, que está dentro do nosso País, receberá o atendimento em todas as suas áreas: o atendimento, a medicação, a propedêutica... Nós estamos vendo que, felizmente, alguns planos de saúde – e aí vamos bater palmas para o Geap, que é tão criticado, que já começou a fazer os acompanhamentos domiciliares, para tentar tirar o paciente do hospital o mais cedo possível, acompanhá-lo... E cada equipe de atendimento domiciliar tem uma fisioterapeuta, tem uma assistente social, tem uma nutricionista, e às vezes você melhora tanto o paciente só de ele sentir que é importante, e que tem gente que quer cuidar dele, quer tirar ele do hospital.

Sempre quando eu cuidava dos meus alunos, residentes, eu vivia falando assim: só tem um lugar pior do que um hospital: o cemitério. Não é? Depois do cemitério, é o hospital. Hospital é um lugar para você ficar o mínimo de tempo que puder; é entrar numa porta e sair na outra.

Então volto a dizer, desde o início, que o sistema é bom, nós temos que fazê-lo funcionar, e saúde é atenção e prevenção; é desmedicalização e desospitalização. É o que está faltando em nosso País. O Governo tem que ter coragem para entender que saúde é investimento, e não gasto.

E, por fim, eu quero criticar aqui o que aconteceu. Já na entrada do Sistema Único de Saúde, o Dr. Adib Jatene, Ministro, deparou-se com uma situação crítica: a verba do Governo não dava para a saúde. Então ele criou aquela contribuição que seria transitória, e que ficou transitória durante 10 anos, e que o Governo nunca teve a coragem de usar para a Saúde; ele usou para pagar superávit primário, para dizer hoje que pagou a dívida com o Fundo Monetário Internacional e que é credor. E, por causa disso, nós perdemos em torno de 60 bilhões, hoje, que poderiam ser utilizados para a saúde de uma forma correta e que todos nós aceitaríamos pagar se, de fato, fossem usados para a saúde.

Então eu não sei se conseguir chegar lá. Acho que fiquei um pouco entusiasmado, porque nunca tive a oportunidade de colocar essas ideias no debate, mas acho que ideias como essa que o senhor teve, Senador Paim, são maravilhosas e precisam ser repetidas, e tinham que vir de pessoas como o senhor.

(*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Dr. Antônio José Santos, Diretor de Assuntos Jurídicos da Federação Nacional dos Médicos, Fenam, que aqui falou em nome do Presidente, Dr. Cid Célio Jayme Carvalhães. E foste muito bem, fique tranquilo, porque acho que você deu uma aula para aqueles que estão lhe assistindo e também para o Plenário.

Eu vou passar a palavra, agora, para o Moacir Meirelles, que representa aqui o Warley, que é o Presidente da Cobap, mas o Moacir é o Vice-Presidente.

O SR. MOACIR MEIRELLES – Bom-dia a todos e a todas.

Cumprimento o Senador Paim, cumprimento a todos os colegas da Mesa.

Quero dizer, Senador Paim, que não preparei nada para trazer, porque cheguei do Rio Grande do Sul e o Presidente Warley não pode vir, está viajando. Então coube a mim participar desta audiência, mas quero agradecer muito ao senhor por ter convocado, ter convidado a Cobap, mais uma vez, para participar de uma audiência pública e de um debate tão importante, e também agradecer a Deus por caber a mim estar hoje aqui para fazer algumas colocações da situação da Saúde no meu Estado, Rio Grande do Sul, no qual resido numa região muito pobre, muito carente, que é a região carbonífera.

Quero, também, agradecer ao companheiro José Augusto, da Nova Central e da CUT, que fez a defesa da Cobap num caso que houve agora há pouco. E

saiu uma resolução na qual a Cobap nem sequer foi comunicada, o que dirá convidada.

Quero deixar aqui o meu repúdio a essa situação que aconteceu, embora sabendo, Senador e demais companheiros da Mesa e pessoas aqui da plateia, que é muito importante o plano de saúde privado, mas nós da Cobap defendemos uma saúde pública e igualitária para todos. E vou justificar por quê. Porque nós, hoje, defendemos 30 milhões de aposentados e pensionistas, dos quais 70% ganham apenas o salário mínimo. Eu pergunto e desafio quem possa dizer que algum aposentado e pensionista que não tenha uma complementação na sua aposentadoria possa pagar um plano de saúde.

Quero dizer também que resido no Rio Grande do Sul numa região carbonífera muito pobre, principalmente de especialistas, e quem mantém os médicos especialistas na nossa região são as entidades e várias associações de aposentados e pensionistas. Infelizmente, lá, as entidades têm que repassar toda aquela sua mensalidade, até para tentar dar uma coisa melhor para o seu aposentado, tem que gastar com saúde pública. Nós defendemos essa saúde pública. Então, que seja melhorada, porque temos certeza que tem condições para isso.

E também foi falado aqui da dificuldade de uma consulta. Por que agradeci a Deus por estar aqui? Porque eu tenho um exemplo para dar, próprio, meu e na minha casa, como foi dado aqui pelo colega de Mesa. Eu estava com uma hérnia, há um ano e meio, e não conseguia sequer passar por uma consulta, o que dirá por uma cirurgia; não tinha condições de pagar nem um médico, nem uma cirurgia. E até digo, felizmente essa hérnia estrangulou, fui levado para uma emergência e lá um médico me encaminhou para a Santa Casa de Porto Alegre. Lá chegando, fiquei 36 horas sentado em uma cadeira, mas, também, agradeci a Deus, porque, depois daquelas 36 horas, eles me baixaram lá e, num espaço de três dias, fui operado.

Também vou contar uma outra situação na minha casa. A minha esposa está há dois anos esperando para fazer uma cirurgia de vesícula, fazendo um tratamento permanente, diário, tendo que tomar remédios, e até a semana passada, não tinha conseguido, sequer, a consulta. Isso porque ela já esteve em Porto Alegre, lá pagamos pela consulta e o médico pedindo urgência para a cirurgia. Mas, felizmente, sexta-feira, quando eu já estava aqui Brasília, recebi um telefonema da Secretaria de Saúde da minha cidade, Minas da União, para que ela comparecesse lá, que estariam marcando para o dia 07, amanhã, para ela passar pelo médico para, possivelmente, ser marcada a data da cirurgia.

Então, essa é uma situação por que passam os aposentados e pensionistas; e assim mesmo são discriminados.

E também quero falar a respeito de outro caso que aconteceu comigo, esse, aqui em Brasília. Por isso também acho que a saúde pública está um caos em todo o País, porque, aqui em Brasília, tive uma pneumonia e me levaram primeiramente para o Hospital de Base, onde sequer quiseram me examinar. Encaminharam-me para o HRAN e lá, depois de muita espera e sofrimento, consegui ser consultado e medicado; felizmente, ali, consegui um tratamento e melhorei.

Então, por isso a situação tão difícil do aposentado e pensionista, e assim mesmo, é tão desleixado pelo próprio Governo. Graças termos um Senador como o Senador Paim e demais outros Senadores também, porque não temos queixa dos Senadores... Todos os projetos que foram encaminhados ao Senado Federal pelo Senador Paim e outros Senadores, todos foram aprovados, inclusive por unanimidade. Nós nos queixamos mesmo é da Câmara Federal, que nos deixa a ver no nosso projeto que está lá.

Agora, nós também temos um grande sentimento com a Presidente Dilma, que nós estivemos um grupo de trabalho lá no Ministério da Previdência, inclusive com a assessoria do Senador Paim, o Senador Paim, quando não tinha outro compromisso, lá estava junto conosco, negociando o ano todo e sequer conseguimos 1,01% de ganho real nos nossos vencimentos. Apenas recebemos 6,08%, que sequer representam a inflação de 6,5%.

Então, com isso, deixamos aqui o nosso repúdio. Temos certeza que o Senador Paim sempre o faz, convoca e convida a Cobap para as audiências públicas aqui. Foi pedido aqui, por meio do companheiro José Augusto, uma audiência e, se Deus quiser, nós aqui estaremos presentes para defender os interesses dos aposentados e pensionistas.

Seria isso, Senador Paim, o que eu teria para colocar. Inclusive, eu fiz esse desabafo para levar ao conhecimento da plateia que está aqui, hoje, nos ouvindo e ver qual é a situação atual do aposentado e pensionista; qual o trabalho que está passando em toda a sua vida. Depois de dar toda a sua vida, trabalhando, construindo este País e, no fim da vida, quando ele precisava ter uma vida melhor, é dessa maneira que é tratado.

Para encerrar, Senador, eu gostaria de dar um exemplo de como é que vive hoje o aposentado. Eu mesmo trabalhei em mina de subsolo, lá embaixo, retirando carvão. Contribuí para me aposentar pelo teto, aposentei-me pelo teto e até outubro agora, eu estava recebendo apenas 45% do que eu me aposentei.

Devido a uma reclamatória na Justiça, pode até ser bom para as pessoas que estão nos assistindo, eu estava naquele famoso buraco negro, mas consegui melhorar a minha aposentadoria, e agora deu uma melhorada.

Então, era isso o que eu teria para colocar.

Muito obrigado e até a próxima oportunidade.

(*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Sr. Moacir Meirelles, Vice-Presidente da Cobap, colocando o seu ponto de vista sobre a situação dos aposentados e pensionistas e, naturalmente, da saúde tanto privada quanto pública.

Eu vou deixar o Carlos Célio de Andrade Santos e a Maria, que são da Geap, o Plano que infelizmente a que pertencia o companheiro que faleceu e vou passar a palavra, neste momento, para o Arlindo de Almeida, Presidente da Associação Brasileira de Medicina de Grupo.

O SR. ARLINDO DE ALMEIDA – Bom-dia a todos, eu agradeço ao Senador Paulo Paim pela oportunidade de estar aqui para esclarecer aos senhores sobre os planos de saúde.

Antes, vou fazer uma pequena apresentação pessoal. Meu nome é Arlindo de Almeida. Sou médico, formado em 1962 – neste ano, completo 50 anos de formado em Medicina. Trabalhei na Prefeitura de São Bernardo, que foi, praticamente o berço do novo sindicalismo brasileiro, onde o nosso ex-Presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, começou a sua carreira de sindicalista.

Isso foi muito importante porque, quando se dizia que os planos de saúde não tinham qualquer tipo de regulamentação, a gente achava meio absurdo isso, porque simplesmente as centrais sindicais, a CUT e os sindicatos em São Bernardo do Campo eram extremamente atuantes naquela região. E eles paravam qualquer fábrica quando havia mau atendimento por planos de saúde e exigiam a troca desses planos de saúde.

Então, eles funcionavam muito mais até do que os órgãos reguladores atuais, vamos dizer assim. Eu acho que isso foi uma lição de vida.

Eu sou médico aposentado por lá, médico aposentado pelo Estado e também pelo INSS. Bem, sou Presidente da Associação Brasileira de Medicina de Grupo. Essa é uma entidade que reúne as operadoras de planos de saúde. Desde de grandes operadoras, que chegam a 3 ou 4 milhões de usuários, como, por exemplo, a Amil, a Golden, até empresas pequenas. Sendo que 90% dessas empresas são pequenas e microempresas – até se criou um novo termo, as nanoempresas, de tão pequenas que são. Essas empresas têm enorme dificuldade de sobrevivência, inclusive muitas já fecharam as portas. Isso já aconteceu com mais de mil operadoras, desde que começou a regulamentação.

A ANS, que é o nosso órgão regulamentador, que regula a nossa atividade, realmente consegue fazer uma regulamentação razoável, adequada, porém, muito complexa. Ela é extremamente complexa, no que diz respeito à burocracia de seus atos. São mais de 1.500 atos, entre RN, RDC, Resolução de Diretoria Colegiada, resoluções normativas, enfim.

Então isso realmente, nós já falamos várias vezes e repetimos aqui novamente: que há necessidade, sem dúvida, de que haja uma simplificação, de que haja uma consolidação. Nós falamos nisso, porque nós lembramos da época quando as leis trabalhistas existiam, não sei se V. Exª, o Senador Paulo Paim, lembra disto: havia vários tipos de lei, e ninguém entendia quase nada dos direitos dos trabalhadores. De repente, fez-se uma consolidação das leis do trabalho, e, num simples livrinho, todo trabalhador sabe quais são os seus direitos e os seus deveres também.

Na nossa associação, há cerca de 250 empresas, sendo que 90%, como já disse, são de pequenas e médias operadoras. Essas dificuldades de adaptação existem, realmente, e geralmente para as pequenas operadoras.

A ação da Agência Nacional de Saúde, com essa complexidade burocrática que ela criou, realmente ocasionou uma concentração desse mercado no sentido de formar grandes empresas. Há necessidade de uma escala muito grande para sobreviver. O que foi falado aqui pelo Dr. Barroca, muito bem colocado, aliás, é realmente o nível de retorno, de lucratividade, vamos dizer, chamar, assim, entre aspas, porque muitas das nossas associadas sequer têm lucratividade, porque mais de 30 associadas nossas são misericórdias, então não têm finalidade lucrativa, mas chega, no máximo, de média, a 2,5%. Então é um risco bastante alto para isso tudo.

Agora, o que eu queria finalizar, porque realmente eu gostaria de fazer uma participação breve aqui, é o seguinte: nós temos aqui, e eu gostaria de passar, inclusive, às mãos do Presidente um boletim do Sindec, que reúne todos os Procons, e aí mostra o número de queixas. Se o senhor notar, na página 5, o senhor vai verifica que planos de saúde com todos os Procons, certo, que representa cerca de 200, tem 23 estaduais, 138 municipais, e mostra os planos de saúde em 16º lugar. Então isso também desmistifica um pouco essa história de se dizer que, no plano de saúde, realmente, existe um número de queixas muito grande. Na realidade, todas as pesquisas que são feitas mostram que mais de 80% da população, inclusive a própria ANS

chegou a fazer essa pesquisa, estão satisfeitos com os planos de saúde.

Além disso, eu só queria rapidamente dizer aos senhores o que as nossas entidades fazem. Eu estou falando aqui em nome de todas as entidades, inclusive da própria Geap, da autogestão, das seguradoras, de todos em geral, inclusive das cooperativas médicas, que realizaram, em 2011, 254 milhões de consultas, com 75 milhões de terapias, 38 milhões de outros atendimentos ambulatoriais, 6,3 milhões de internações. Dá um total, mais ou menos, de 890 milhões de procedimentos realizados pela medicina suplementar. O número de reclamações nossas nesse Procon, de todos os Procons do país, representa cerca de 19 mil 287, o que significa, duas reclamações a cada 100 mil procedimentos, mais ou menos. Certo? Então, evidentemente, existem outros órgãos também onde há queixas sobre planos de saúde. A própria ANS tem, e aí, na ANS, 100% são de planos de saúde, evidentemente, e outros órgãos também de defesa do consumidor, nos quais há queixas a respeito disso.

Agora, não quero com isso minimizar esse tipo de problema, porque achamos que, na nossa atividade, qualquer tipo de queixa, qualquer número de queixas, por menor que seja, tem uma importância fundamental. É muito importante, porque diz respeito à vida, e nós somos plenamente favoráveis à posição do Senador Paulo Paim, na qual ele diz que primeiro precisa-se atender o paciente e, depois, tratar da documentação do paciente.

Quanto a isso, existe até a figura de omissão de socorro no nosso Código Penal, segundo o qual os hospitais e os prestadores são obrigados a atender um beneficiário ou um cidadão, seja ele de qualquer tipo de... Mesmo que ele não tenha qualquer tipo de convênio. Primeiro, você trata, você atende, e verifica o caso como é; depois, a papelada é tratada diferentemente.

Então nós somos plenamente favoráveis a isso e nós achamos que a Agência Nacional de Saúde cumpre as suas atribuições da maneira como ela pode. Evidentemente, ainda está em formação esse tipo de fiscalização e esse tipo de regulamentação. Faz pouco mais de dez anos que está atuando a Agência Nacional de Saúde, mas ela realmente tem exigido bastante dos planos de saúde.

Há resoluções, há atualizações do rol de procedimentos, nas quais se cobra cada vez mais atuação dos planos de saúde, e nós somos também da mesma opinião do Dr. Barroca, que, a continuar dessa maneira, com o envelhecimento da nossa população, nós dificilmente vamos conseguir ter recursos suficientes para todos.

Eu acho que é urgente, iminente, que se crie um plano básico de saúde, no qual tanto o Estado como a iniciativa privada possam dar para todas as pessoas, indistintamente. Todos devem ter direito àquilo. Isso seria fundamental para que haja o recurso necessário para isso. O dinheiro social, o dinheiro que nós temos, o dinheiro que o Estado tem, através do SUS, tem de servir a todos com igualdade, sob pena de beneficiarmos aquelas pessoas que sabem cobrar, que vão ao Poder Judiciário, que não são todas, que sabem cobrar, que têm bons advogados e acabam conseguindo benefícios, prejudicando a população em geral.

Eu agradeço demais a oportunidade de poder me manifestar neste plenário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Dr. Arlindo de Almeida, Presidente da Associação Brasileira de Medicina de Grupo.

Neste momento, como havia anunciado, vou passar a palavra para o Sr. Carlos Célio de Andrade Santos, que é Diretor Executivo da Fundação de Seguridade Social, Geap, que era o plano que possuía, na época, o Secretário Duvanier, que não foi atendido e acabou falecendo.

Eu vou permitir também que complete o tempo da ex-deputada e diretora Maria Aparecida Diogo de Almeida, também falando pela Geap.

O SR. CARLOS CÉLIO DE ANDRADE SANTOS – Muito bom-dia a todos.

Inicialmente peço desculpas pela voz um pouco afônica. A garganta ainda está um pouquinho debilitada, mas eu vou me esforçar bastante para que isso não prejudique o nosso diálogo, a nossa conversa aqui.

Quero agradecer, é motivo de honra e orgulho esse convite da comissão para participação da Geap. Em nome do Senador Paulo Paim, eu cumprimento toda a Mesa, elogiando a iniciativa para a qual a Geap, sem a menor sombra de dúvida, quer e pode contribuir.

Inicialmente, vamos falar aqui um pouco do caso do Dr. Duvanier Paiva. Era um colega nosso, nós tínhamos um contato freqüente com o Dr. Duvanier, até mesmo para discutir essas questões que nós estamos aqui hoje discutindo. Com ele e toda a equipe, nós vínhamos buscando um sistema mais justo e de maior qualidade, que seja sustentável. E para nós foi uma perda pessoal, profissional, humana, sob todos os aspectos, e também nos deixou bastante abalado a perda do Dr. Duvanier Paiva.

Com relação à Geap, está aqui o Dr. João Luis, Secretário Executivo da ANS, que já manifestou – e eu queria só reforçar esse ponto – que a própria ANS, rapidamente, numa diligência ou numa visita à Geap,

constatou não haver nenhuma irregularidade com relação ao plano de saúde da Geap.

Com relação à situação envolvendo o procedimento ou a triagem, isso vem sendo apurado, como de fato deve ser. Então, o nosso posicionamento em relação a essa lastimável perda é de que não há irregularidades por parte da Geap.

Para ser objetivo, não vou passar os *slides,* mas a gente tem muitas informações que podem ajudar bastante os trabalhos. Eu fiz aqui um roteiro, um esquema, para ser mais objetivo.

Com relação à saúde suplementar, eu também já vou citar, ainda bem que rapidamente, alguns pontos. Vinte e cinco por cento da população brasileira é atendida nessa modalidade, e a Geap está inserida nessa fatia por meio da modalidade de autogestão. A Geap é uma operadora de plano privado de saúde na modalidade de autogestão, como tem outras modalidades.

Para a gente ter uma ideia de como são significativos ou mesmo do quanto impressionam os números da Geap, eu vou citar poucos aqui, para não cansá-los. Eles impressionam.

O setor de saúde suplementar está próximo aí de 60 milhões de vidas. Em autogestão, há aí 5,3 milhões de vidas, não é Denise? Isso em setembro do ano passado. Mas aí eu vou colocar que dá praticamente 11% do total. A Geap é 11% ou 12% da saúde suplementar. A Geap tem 630 mil vidas – eu vou arredondar os números – sob os seus planos de saúde, porque não é apenas um plano, são vários planos.

Eu quero reforçar outra característica da Geap. Ela é uma entidade fechada de previdência complementar. Ela é um fundo de pensão que tem a modalidade autogestão na mesma entidade. É o único CNPJ que tem previdência e tem saúde, e nós costumamos dizer que nós lidamos com dois temas extremamente nobres, importantes e relevantes para qualquer trabalhador brasileiro ou trabalhadora brasileira, que é previdência e saúde.

E aí um pouquinho mais em relação à Geap, ainda nessa questão das dimensões, eu gostaria de destacar que, com todo respeito e admiração por outros setores da saúde suplementar, até porque muitos deles são nossos parceiros no dia a dia, estabelecemos como forma de dar um atendimento mais abrangente, com outras modalidades, mas nós temos uma gestão participativa. Assim como aqui na Comissão há uma palavra que nós valorizamos muito, a questão participativa, o Conselho Deliberativo da Geap é gestão paritária – representante indicado e representante eleito. O Conselho Fiscal também tem representação paritária e o presidente do Conselho Fiscal é eleito. Quem fiscaliza, quem olha, quem acompanha é eleito representante dos participantes e assistidos.

A Geap tem outras características que não são muitos comuns. Nós temos um Conselho Consultivo, porque a Geap tem, se olhar órgãos... Porque, se olhar convênio, tem órgão como o Ministério da Justiça, que compreende mais do que um órgão público. Então, nós temos, se olhar individualmente os órgãos, acima de 100 patrocinadoras na Geap. É uma situação também que não é muito comum. Ela é multipatrocinada, mas é uma complexidade bastante grande isso. E o Conselho Consultivo representa significativamente esses órgãos. Ele é também gestão participativa entre indicado e eleito pelos beneficiários e assistidos.

A gente ainda tem outra situação: o Conselho Estadual de Representantes. Esse conselho é responsável pelo controle social. Então, nós temos 27 regionais, uma em cada capital. O Conselho Estadual participa da gestão, ele acompanha. Então, Dr. Jones, efetivamente, a Geap tem, especialmente na questão envolvendo o plano de saúde, uma gestão bastante interessante, digna até de se estudar, analisar. Outras operadoras nos procuram e a gente troca experiência nessa questão.

A questão da sinistralidade, que também chamo de margem, a Geap chega a ter, se olharmos mensalmente, sinistralidade acima de 100%. Porque nós não temos finalidade lucrativa, não comercializamos plano. Então, o objetivo e a busca incansável que a gente tem numa gestão qualificada no uso do recurso, porque quanto mais eficiente o uso da arrecadação que a gente tem, melhor para o nosso beneficiário, porque não tem lucro, não tem margem, o objetivo principal é igualar o total de receitas com o total de despesas por meio de uma gestão participativa. Gostaria de destacar, em relação às coberturas, que o nosso plano maior, principal, que chamamos de Geap Saúde, tem também coberturas que não são comuns no mercado, ele cobre todo tipo de transplantes, por exemplo. Então, Dr. João Luis, o rol – inclusive, em janeiro, acrescentou mais um pouco – básico, nós chamamos, no nosso plano de referência, porque todos os outros planos oferecem cobertura que vai além das coberturas da ANS. O principal plano nosso oferece, inclusive, transplantes.

Destaco, em relação à questão aqui citada, coloquei entre aspas, a discriminação do idoso, e dizer outro número que impressiona: o mercado de saúde suplementar tem algo em torno de 12% de idosos. Pelo Estatuto, 59 anos ou mais é idoso. O mercado tem algo em torno de 12%, números recentes. A Unidas, acredito que até por conta da Geap, principalmente, tem 24% de idoso na carteira. Claro que a Geap puxa esse número para cima, porque a Geap, sozinha, se eu pegar

o principal plano dela, tem 60% de idosos em sua carteira. De cada beneficiário nosso, da Geap, sessenta tem 59 anos ou mais e com uma característica: a média de idade do idoso não é próxima dos 59, mas dos 72 anos de idade, o que é um desafio tremendo para a gente, porque o custo assistencial do idoso chega a ser dez vezes mais que o custo assistencial do jovem.

Então, esse modelo com que a gente trabalha hoje, de mutualismo, e o pacto intergeracional, acrescentando que foi amplamente discutido, debatido aqui, muito bem colocado, tem uma característica que eu até acrescentaria àquela lista, Denise, é a questão da geração Y, é a questão de como o jovem lida com essa situação que também foi colocada aqui na mesa, a questão imediata. A questão previdenciária para ele é sonho. Então, lidar com toda essa situação e fazer com que o jovem, num sistema de repartição simples, em que a própria Previdência brasileira vem com essa questão, onde a população projetada do Brasil, quando a gente fala em idade, acredito que em 2030... Tem uma projeção do IBGE até 2050. A projeção do IBGE para 2050 é, em termos de perfil etário, aquém da realidade da Geap hoje. Hoje, a Geap tem uma realidade de perfil etário acima da própria projeção da população brasileira.

Então, o colega comentou a questão dos aposentados. Se não me falha a memória, 32% dos nossos beneficiários são servidores aposentados. Então, temos esse desafio característico. Estamos em aproximadamente 2 mil municípios. A Geap está em 2 mil municípios. Então, ela não tem concentração apenas em grandes centros ou em capitais.

Temos o desafio também de como levar um atendimento ao interior e, muitas vezes, em especialidades, em atendimentos mais eletivos, até fazer com que o beneficiário vá para um centro de referência. Temos vários no País, temos excelentes centros de referência. Planos como a Geap, de abrangência nacional, fazem isso. Então, muitas vezes, está-se aqui, em Brasília, mas o melhor atendimento referenciado para aquela situação não está em Brasília ou se está em São Paulo e o melhor atendimento referenciado não está em São Paulo, está em outra localidade. E um plano com as características da Geap cumpre também esse objetivo.

Então, resumindo, para, depois voltarmos – acredito que vai haver alguns questionamentos –, agradeço a questão do atendimento domiciliar. Realmente, temos diversos programas e um deles foi citado aqui. Quero agradecer ao Dr. Antônio José dos Santos. Temos, sim, e o nosso atendimento domiciliar, assim como de outras operadoras, é uma busca nossa incansável pela desospitalização, indo exatamente naquele sentido de colocar o nosso beneficiário próximo da família, num ambiente em que ele se sinta melhor etc. Isso favorece a recuperação: menos remédio, mais carinho. Além de outros programas, esse é um dos que nós temos. Inclusive, no IDSS – Indicador de Desempenho da Saúde Suplementar, nós estamos bem ranqueados. Nós estamos buscando a nota 5, pois vai de 1 a 5, próximos dela ali.

Com todas as dificuldades ou, melhor dizendo, os desafios que temos, nós temos principalmente, na dimensão da saúde, buscado desenvolver programas que deem atendimento como os nossos beneficiários, o servidor público e seus familiares, merecem.

O primeiro grande desafio é o equilíbrio entre receitas e despesas. Realmente, quando olhamos para a questão da captação, é única e exclusivamente para cobrir a despesa.

Outra questão: conciliar saúde com previdência. Nós estamos num momento importante da Geap, que é custeio, que é um termo terrível para todas as operadoras – hoje, é repartição simples. Todo ano, todo exercício, quanto é que vai se ter de despesa e quanto de receita se precisa para igualar essa equação. Então, estamos num momento de conciliar, de fazer o regime misto de capitalização, de conciliar conceito de previdência com conceito de saúde. Aí, se fizermos isso e se principalmente o jovem, no nosso caso, o servidor jovem, acreditar... E ele não aceita, isso é duro, mas ele não aceita você dizer que, na repartição simples, no pacto intergeracional, é isto: você que não usa ou usa pouco vai pagar para quem usa muito. O conceito de previdência e capitalização é dizer: você vai pagar para você mesmo. Então, conciliar e fazer isso... Estamos num momento importante, fazendo essa discussão. Eu acredito que, muito em breve, teremos, nos nossos planos, um modelo de custeio que consiga efetivamente compatibilizar a previdência com saúde.

Finalizando, a questão de sustentabilidade no longo prazo. A Geap pode reforçar, ela pode e quer contribuir. Temos condições técnicas, operacionais, de programas, de conceitos, de participar como efetivamente temos feito. Nós temos um lema na Geap – isto é muito comum lá, nós falamos e nos orgulhamos disto, até porque a principal característica da nossa carteira é a faixa etária elevada – que é: a Geap respeita o ciclo da vida.

Obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Carlos Célio, Diretor Executivo da Geap.

Eu não sei se a Maria Aparecida gostaria de complementar. Eu passaria a palavra para você, neste momento. Ela também é diretora da Geap.

A SRª MARIA APARECIDA DIOGO BRAGA – Isso.

Bom-dia, Senador Paulo Paim. Cumprimentando o Senador, cumprimento todos os membros da mesa. Bom-dia a todos e todas aqui presentes.

Eu queria, antes de mais nada, só registrar que eu fui Deputada Federal na legislatura passada e participei de muitas audiências aqui junto com o Paim, junto com uma série de companheiros porque fui membro da Comissão de Seguridade Social e Família, que sempre tratou dessas questões relacionadas à saúde e previdência. Hoje estou com esse novo desafio, compondo a nova diretoria da Geap, na busca de colocar essa instituição, essa Fundação de Seguridade Social, que existe há 66 anos, um patrimônio dos trabalhadores e trabalhadoras de órgãos federais no nosso País. Temos de recolocar a Geap num patamar de excelência que esse é o desafio que está colocado na mão de toda a diretoria e toda a equipe de funcionários da Geap.

Está aqui do meu lado o Vanius, que é o Diretor de Previdência. Tem também o Sandro, que está lá atrás, é o Diretor de Serviço. São setores que trabalham exatamente saúde e previdência para dar a esses trabalhadores e trabalhadoras essa possibilidade de ter uma fundação que lhe dê a resposta necessária para garantir a assistência à saúde e uma previdência digna, quando vier a se aposentar, pois tanto que se falou dos aposentados aí na Mesa também.

Acho que o Carlos Célio pontuou bastante todas as questões hoje que estão sendo debatidas em relação à viabilização, à sustentabilidade, à eficiência, ao equilíbrio da fundação. Acho que isso é importante. Mas eu queria dar uma contribuição que vai além um pouco da Geap especificamente. Como está na mesa a MS, esta na mesa a representação das entidades médicas, da entidade que representa os grupos de saúde que prestam esse serviço, tem a Unidas que já esteve na primeira Mesa, que eu também acho que é importante registrar essas operadoras de autogestão aqui representadas pela Denise, que preside a Unidas.

Acho que temos hoje um desafio muito grande no nosso País, que não passa apenas por um plano de saúde, seja de autogestão ou privado. Passa pela discussão de como é que vamos enfrentar, num País como o nosso, que tem um passado, uma história bastante complicada, no sentido de que foi colônia por mais de três séculos, que tem uma República com pouco mais de 100 anos e que vive um estado de direito democrático há não mais que 30 anos que vivemos de fato. Saímos de uma situação de ditadura militar onde a gente enfrentou momentos difíceis, de perseguição, de exílio, de não permitir que a democracia, de fato, fosse exercida. Nós estamos construindo esse novo País e, à luz dessa nova construção, é óbvio que tem ainda muita coisa por fazer. Mas a gente negar que este País, depois de instituída a democracia, começou a construir a sua identidade, a se colocar para o cenário internacional como uma grande potência, como um grande País que tem um futuro enorme, a gente não pode negar.

Acho que esses desafios estão colocados na mão de todos nós. Nessa discussão, neste momento, por exemplo, eu já fui Secretária Municipal de Saúde do Estado do Rio de Janeiro, e eu sei o quanto foi duro construir um sistema público de saúde, e eu sei que a gente tem hoje exemplos maravilhosos, em vários municípios, desafios que estão sendo enfrentados para constituir esse maior plano público de saúde do mundo, que é o SUS. Tem mazelas, tem problemas? Tem; mas eu acho que tem tudo, hoje, para se colocar como exemplo, de fato, para o mundo inteiro, que está sendo copiado em vários países. É um plano de saúde que garante hoje o nosso sistema nacional de transplante. Garante transplante para quem tem plano de saúde privado e quem não tem.

Então são coisas que a gente não pode negar e deixar de registrar que o esforço que está sendo feito para constituir esse sistema único como exemplo e com eficiência é muito grande. Queria registrar isso.

Acho que, na área de saúde suplementar, o que a Agência Nacional de Saúde Suplementar tem procurado fazer... – e eu acho que a exposição do João Luiz foi muito precisa – ela ainda é uma adolescente. A Agência Nacional de Saúde está ainda em um processo que fez concurso há poucos anos. Antes nem funcionário próprio tinha. Teve concurso, contratou gente, está qualificando seu quadro para poder de fato garantir a regulação do setor. E acho que vamos avançar agora. Talvez esse fato, que para gente é muito triste Duvanier, que é do meu partido, do Partido dos Trabalhadores, do Partido do Senador Paim, foi realmente um episódio triste de ser registrado, mas que, com certeza, vai provocar uma nova discussão.

Acho que essa notícia trazida pelo João Luis, que está sendo discutido aí, criar uma forma de exigir com que um serviço de saúde de urgência e emergência de ter que receber lá, independente de ter a carteirinha do plano A, B ou C. É ser obrigado a fazer esse primeiro atendimento. Isso já era lei. Já estava colocado como obrigatoriedade: não se pode negar assistência em situação de risco de vida. Já era lei isso. Agora é regulamentar isso. Estabelecer a rotina de como isso vai acontecer é mais um passo que se avança.

E eu acho que temos tudo para podermos dar esse salto de qualidade e fazer com que criemos novas criemos novas rotinas para situação como essa espe-

cífica que aconteceu com Duvanier, mas uma série de outras rotinas que podem ser instituídas.

E por fim, gostaria de dizer que especificamente na GEAP... Eu hoje estou muito satisfeita de compor este quadro junto a nova direção da GEAP, o mais novo diretor é exatamente o Diretor Executivo Carlos Célio, que está lá a nove meses, o restante da diretoria assumiu no final do ano, no início desse ano.

Eu estou com uma disposição muito grande e uma satisfação muito grande de estar com essa equipe buscando fazer com que a Geap responda às necessidades dos seus beneficiários tanto na área da previdência quanto na área da assistência à saúde. Tenho certeza que vamos vencer esse desafio, nós vamos fazer com que Geap possa ampliar a sua rede de serviços. Ainda falta muito para chegar lá. Mas eu tenho absoluta certeza que a gente está com esse desafio na mão e vamos enfrentá-lo, contando com a ajuda da Agência Nacional de Saúde. Sabemos que, enquanto a agência reguladora não está apenas lá para fiscalizar, para punir, mas está para orientar, para também mediar e ajudar a encontrarmos os caminhos necessários para dar as soluções necessárias, contando principalmente aqui com o Senado Federal para que possa nos ajudar quando for necessário a aprovar leis ou a mediar junto com diversos atores envolvidos com a discussão, para a gente possa fazer avançar esse plano de saúde específico.

E fico muito satisfeita de, na minha história, ter ajudado a construir o SUS, quando Secretária de Saúde, e agora está ai em um setor de Medicina suplementar construindo esse plano de autogestão. Tenho certeza que também vai dar a nossa contribuição para escrever na história da saúde suplementar também essa história bonita da Geap de seis anos e que pode agora se fortalecer e se constituir em um grande plano de saúde de autogestão em nosso País.

Um grande abraço e obrigada pela oportunidade Paim.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem essa foi a ex-Deputada Federal e Diretora da Geap Maria Aparecida Diogo Almeida, que complementou as informações apresentadas aqui pelo Diretor Executivo Carlos Celi de Andrada Santos.

Eu só queria informar a todos que nós, depois da fala do Lourenço, que falará pela UGT, vamos aprovar uma série de requerimentos. Já alerto sobre isso antes, para que, depois, ninguém diga que foi colocada de surpresa tanto a questão de Pinheirinho quanto o requerimento que visa a discutir a saúde do trabalhador, com foco na questão do frigorífico de Mato Grosso do Sul.

Também há requerimento referente à questão do vazamento de petróleo ocorrido recentemente. Inclusive, o Gabriel deu uma explicação sobre o tal do tubo, o que preocupou todos.

Quando falo da vida, eu me refiro à vida no seu todo. Defender o meio ambiente é defender também a vida.

E também preocupações já foram levantadas sobre a situação da Bahia. Essa é uma preocupação de todos nós, e, provavelmente, faremos esse diálogo na hora de apreciar os requerimentos.

Também quero lembrar uma situação havida no Pará em que um cidadão foi linchado em plena praça e em que a polícia ficou observando.

Então, vamos tentar avançar na apreciação dos requerimentos.

Concedo a palavra ao Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Meu querido Senador Paim, eu queria saudar todos os convidados e também dizer da importância desse debate. Falo do quanto são importantes os subsídios necessários a esta Casa e das medidas que consideramos relevantes.

Quero apenas lembrar que o Senador Suplicy provocou a mim e a V. Exª na última reunião sobre a situação de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – De Pinheiros.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – De Pinheiros. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Isso, exatamente. É a situação de Pinheirinho.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Tudo bem! Era isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vamos encaminhar o requerimento em seguida.

Passo a palavra, neste momento, ao Vice-Presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT), Lourenço Ferreira do Prado.

O SR. LOURENÇO FERREIRA DO PRADO – Eminente Senador Paulo Paim, demais integrantes da Mesa, eminentes Senadores presentes, senhoras e senhores, em primeiro lugar, quero agradecer ao convite, que é muito honroso para nós. É uma forma de trazermos ao conhecimento da opinião pública aquilo que pensa uma central sindical, aquilo que pensa uma parcela importante dos trabalhadores.

Devemos dizer que, talvez, o depoimento aqui fosse muito mais relevante e mais profundo se feito pelo Presidente da Central, que não teve condições de comparecer a esta reunião na última hora, ou por um diretor da área. Entretanto, cá estamos para, em primeiro lugar, atender ao convite feito pelo eminen-

te Senador, justificando, portanto, a não presença do Presidente da Central.

Quero dizer que esta Comissão debate os temas mais relevantes para o País envolvendo direitos humanos, o que abrange tudo. Os direitos humanos e os direitos sindicais estão interligados umbilicalmente, e não há a menor condição de serem dissociados.

Senador, estamos de acordo com todos os depoimentos aqui prestados. Em virtude do adiantado da hora, eu adotaria uma metodologia aqui.

A UGT tem debatido essa matéria ao longo dos últimos cinco anos. Aqui, temos um documento que realmente procura sintetizar tudo isso e que não fica somente na questão de saúde suplementar, mas que é mais amplo um pouco, envolvendo a questão de CAT, etc. Bate um pouco na questão da saúde pública, naquilo que realmente depende do Governo, depende de orçamento, depende de tributo e também naquilo que envolve o empregador como um todo.

Dessa forma, eu pediria licença para ler quatro pontos que fazem parte dessa diretriz da Central, que, consequentemente, depois, passarei à Mesa, para que fique arquivada como documento da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Tudo bem!

O SR. LOURENÇO FERREIRA DO PRADO – O primeiro ponto seria a implantação da vigilância em saúde do trabalhador por meio de rede integrada de serviços com unidades sentinelas, com condições de fluxos para a Comunicação de Acidente do Trabalho (CAT), adotando a busca ativa e a fiscalização conjunta com órgãos afins para a utilização da notificação compulsória de doenças e de acidentes de trabalho no Sistema de Informações em Saúde do Trabalhador (Sist).

O segundo ponto seria implantar programas de prevenção ao uso do agrotóxico e acompanhar os trabalhadores que manuseiam os produtos, em atenção especial à população afetada pela exposição a tais elementos químicos, com o fim do financiamento público às aquisições de tais produtos, visando ainda a que as licenças ambientais passem pelo controle social e pelos conselhos de saúde ambiental nas esferas Conselhos de Saúde Ambiental nas esferas do Governo.

O terceiro ponto seria negociar junto aos demais órgãos do Governo da mesma esfera recursos dos respectivos orçamentos anuais, estabelecendo rubrica específica para implantação/implementação e custeio dos serviços de saúde ocupacional dos trabalhadores públicos com instrução de normas e protocolos para garantir assistência integral à saúde dos trabalhadores do SUS no sistema, mantendo a equidade em relação aos usuários de modo geral.

O quarto e último ponto seria criar um programa de atendimento à saúde do trabalhador, coordenado pelo centro de referência em saúde do trabalhador, com a participação dos movimentos sociais e sistemas de informação eficientes entre o centro de referência em saúde do trabalhador e as unidades de saúde.

Eram essas, resumidamente, as sugestões que nós traríamos para ajudar de alguma forma nesse debate que está sendo realizado aqui e agora.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, pela brevidade, Lourenço Ferreira do Prado, encaminhando à Mesa suas contribuições sobre o tema, não somente dos planos de saúde privado, como também da saúde do trabalhador .

Neste momento, como já são 12h13min, encaminharia da seguinte forma: todas as contribuições estão com a Mesa, algumas entidades já pediram cópia dessa audiência, que nós vamos providenciar e mandaremos para as entidades que solicitaram; neste momento eu deixaria para as considerações finais cada um dos convidados e aí, alguma dúvida que ficou, poderia ser explicitada neste momento, já que é difícil nós continuarmos com esse debate, até porque às 14h teremos que iniciar a sessão do plenário e ainda temos que hoje, aqui, apreciar uma meia dúzia de requerimentos sobre temas de interesse desta Comissão e da vida do nosso povo e de toda nossa gente.

Pois não, Maria Aparecida.

A SRª MARIA APARECIDA – Eu queria só fazer uma proposta. Como a ANS trouxe uma apresentação de 52 *slides*, eu acho que seria interessante se a ANS pudesse disponibilizar para a Comissão e aí a Comissão pudesse, depois, remeter para cada um. Seria muito bom.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Para todos aqueles que usaram a palavra como painelistas. Fica já acatada a proposta da Maria Aparecida.

O Dr. João Luis disse que já está à disposição e a Comissão se encarrega, então, de remeter a todos os convidados.

Então, todos que quiserem procurem a Comissão para que deixe à disposição.

Vamos passar a palavra para as considerações finais e, se puderem ficar em torno de três minutos, ajudaria muito.

Começo com a Denise, representando a Presidente da Unidas.

A SRª DENISE RODRIGUES ELOI DE BRITO – Muito obrigada, Senador.

Inicialmente, quero parabenizar mais uma vez o Senador Paulo Paim por essa iniciativa, quero colocar sempre a Unidas à disposição. Queria acrescen-

tar a nossa apresentação uma informação que acho importante, principalmente diante dos últimos acontecimentos. Existe uma discussão na Unidas e uma defesa que foi representada, inclusive, em um projeto de lei, o 2734, de 2011, apresentado pelo Deputado João Dado, em novembro do ano passado, que prevê uma alteração na Lei nº 9.961, em que nos manifestamos favorável à regulação também aos prestadores de serviço, se não em todos os aspectos, pelo menos em alguns aspectos que realmente tratem e garantam o acesso à assistência à população.

Este projeto de lei começou a tramitar na Câmara e nós temos uma expectativa que a Agência venha, no futuro, a trazer também, a regular também a ponta do tripé, que hoje não temos segurança do olhar do Estado para esse tipo de serviço, porque quem presta assistência à saúde, diferentemente de qualquer outro segmento da economia, tem que ter o olhar no humano, o olhar no direito à vida.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Qual é o número do projeto, por gentileza?

A SRª DENISE RODRIGUES ELOI DE BRITO – Projeto de Lei nº 2734, de 2011, de autoria do Deputado João Dado.

Muito obrigado, Senador Paim. Obrigado aos outros companheiros de debate.

Parabéns pela manhã de trabalho.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Denise, Presidente da Unidas, pela sua contribuição a este debate, que vai continuar. Não termina hoje, com certeza absoluta.

Passo a palavra ao Júlio Cesar, que representa, aqui, a Nova Central Sindical.

O SR. JÚLIO CESAR SILVA – Quero destacar, em primeiro lugar, Dr. João Luis, da agência, que, realmente, como mencionei, há muitos avanços referentes ao coletivo empresarial. O senhor mencionou cobertura, o senhor mencionou o IDSS. Isso realmente é um avanço. Acho que, às vezes, a própria população não utiliza esses mecanismos para pesquisar. Isso é uma grande verdade. O que eu mencionei sobre coletivo empresarial é no tocante a essa mudança abrupta de operadoras em contratos coletivos grandes. Isso tem acontecido, e, no meu entendimento, há promiscuidade, sim, e os usuários estão sendo prejudicados. Então, acho que a agência deveria ver isso com mais cuidado. Como o senhor mesmo mencionou, a agência tem dados. Então, em cima desses dados, ela pode trabalhar. Portanto, a ideia é que se apure essa mudança abrupta de operadoras com vigências pequenas de grandes grupos. Há carteiras andando em várias operadoras; dez operadoras em dez anos – para exagerar.

Quero informar que o que tentamos aqui demonstrar é que, no caso do Sr. Duvanier, essa logística no atendimento em hospitais, em que não há planos de saúde cadastrados, não estão na rede, se a agência – não sei se é possível – poderia fazer alguma coisa no tocante a essa logística. Aquele prestador de serviço que não tem o plano de saúde credenciado, ao verificar um usuário de outro plano de saúde, que ele tenha uma logística. Por exemplo, encaminhar uma ambulância para o hospital próximo. Liga-se para a operadora, e a operadora informa qual o hospital próximo. Nesse sentido, acho que melhoraria.

Quero mais agradecer. O Senador Paulo Paim mencionou que não termina, e acredito que estaremos sempre à disposição.

Um abraço.

Obrigado.

(*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Júlio Cesar, que falou em nome da Nova Central Sindical.

O José Augusto já avisou que tinha que se retirar; o Diretor da CUT, Pedro Armengol, também, se não me engano. Está na mesma situação.

Passo a palavra ao Moacyr Tesch, Diretor Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUVERSVALD – Mais uma vez, quero agradecer o convite, Senador Paim. Parabenizo o Senador Wellington, o Senador Aloysio, pela participação, e quero dizer que principalmente nós, da área de turismo, vamos enfrentar um grande desafio, que é a Copa do Mundo. Virão milhares de pessoas para cá, e espero que essas milhares de pessoas não tenham necessidade de utilizar o nosso serviço de saúde. Não para dizer se é ruim ou se é bom, mas que eles passem por aqui com saúde e retornem com saúde.

Quero dizer aos senhores, que são os gestores dos planos, da fiscalização, que nós, trabalhadores, defendemos muito os senhores. O encaminhamento dos senhores, o carinho, a dedicação, o respeito à vida para nós, trabalhadores, é muito importante, porque boa parte dos trabalhadores, hoje, quando vai procurar emprego, um dos quesitos para facilitar a proposta do emprego é saber qual é o plano de saúde oferecido. Hoje, isso já faz parte da questão salarial do trabalhador. E quem não tem deve sair e entrar no serviço público.

Esperamos que, lamentavelmente, o passamento do Duvanier sirva de exemplo. Que essa mesma preocupação do trabalhador do salário mínimo, que ocorre

nas portas dos hospitais no dia a dia, nos altos escalões, com as pessoas importantes que dirigem o País isso também acontece. Então, isso não é privilégio da peãozada do salário mínimo.

No mais, quero agradecer a participação e desejar saúde a todos. Obrigado.

(*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, esse foi o Moacyr Tesch, que falou em nome da confederação que ele preside, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade.

Vamos passar a palavra agora para o Dr. Antonio José dos Santos, Diretor de Assuntos Jurídicos da Fenam.

O SR. ANTONIO JOSÉ SANTOS – Em primeiro lugar, quero mais uma vez agradecer a iniciativa do Senador Paulo Paim e dizer da nossa satisfação em participar de uma audiência como esta.

Eu sou pediatra e aficionado do aleitamento natural. O papa do aleitamento natural, quando discutia sobre aleitamento dizia o seguinte: "Não é importante maternizar o leite da vaca, e sim não avacalhar o leite materno". Eu quero passar isso para o SUS, maior sistema do mundo. Ele não precisa de privatização, ele precisa de investimento e gerência.

Espero que o Governo brasileiro e nós todos continuemos nesta luta em prol da valorização desse sistema de saúde, que pode ser perfeito. Quem sabe um dia os nossos presidentes deixem de ir ao Hospital Albert Einstein e passem a ir ao Hospital de Base do Distrito Federal para tratar de seus cânceres e das suas leucemias.

(*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Dr. Antonio José dos Santos, Diretor Jurídico da Fenam.

Passamos a palavra de imediato ao Carlos Célio de Andrade Santos, Diretor da Geap.

O SR. CARLOS CÉLIO DE ANDRADE SANTOS – Bom-dia.

Quero reforçar o nosso agradecimento pela iniciativa e pelo convite à nossa participação e fazer um registro em respeito ao sofrimento, que é certamente da família, em relação ao Dr. Duvanier Paiva. Ele teve atendimento, sim, por um prestador, o terceiro hospital ao qual ele se dirigiu, mas teve atendimento de um prestador credenciado da Geap. Em respeito, a gente não fica detalhando essas coisas e, em nome da ética, mas ele vinha tendo tratamento, sim, em outras questões e acompanhamento também na rede credenciada da Geap por profissionais credenciados da Geap.

Com relação à questão ainda neste caso específico, o objetivo maior da Geap não se restringe à questão assistencial. A gente vai bastante além. A gente costuma dizer que, inclusive, a dimensão importante é a social. Nós temos, na Geap, Senador, aproximadamente quinhentos beneficiários com idade superior a 100 anos de idade. Ninguém no mercado tem isso. Da Unidas, metade dos idosos acima de 100 anos é beneficiário da Geap, se não estou enganado; mais ou menos a metade. A gente já chegou a ter seiscentos e poucos idosos acima de 100 anos de idade. Então o desafio, a questão social para gente é muito relevante.

Nesses nossos quase 30 anos aí no setor de saúde suplementar, seja como beneficiário, seja como conselheiro ou dirigente, a nossa esperança e felicidade é ver um novo momento. Se em 2000, tivemos um marco regulatório, gostaríamos de ver agora esse novo momento, esse novo marco na história da saúde pública e da saúde suplementar deste País.

(*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Carlos, Diretor Executivo da Geap.

Passemos de imediato, ganhando tempo, ao Dr. Arlindo de Almeida, Presidente da Associação Brasileira de Medicina de Grupo.

O SR. ARLINDO DE ALMEIDA – Eu parabenizo V. Exª por este debate, que foi bastante profícuo, e digo o seguinte: os planos de saúde estão como parte da solução para ajudar o Sistema Único de Saúde, tanto é que o nosso sistema é suplementar, o próprio nome já diz isso; não é o principal. Então, o fundamental é o Sistema Único de Saúde, sem dúvida nenhuma, do qual fazemos parte também de uma maneira subsidiária, de tal maneira que sejamos parte da solução, e não um problema a mais para a saúde brasileira.

Muito obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr. Arlindo, que falou pela Associação Brasileira de Medicina de Grupo.

Lourenço Ferreira do Prado, falando pela CGT.

O SR. LOURENÇO FERREIRA DO PRADO – Novamente, rapidamente, como foi o pronunciamento em que a gente já justificou, já explicou que ele abarca uma parte que envolve a saúde suplementar e também a saúde pública como um todo. Mas os trabalhadores, ao apresentarem seus pleitos, seus planos de reivindicação aos empregadores, o plano de saúde vem também como parte muito relevante dentro desse rol de reivindicações, então, nós achamos interessante deixar aqui, à consideração desta Comissão como uma contribuição.

Gostaria de registrar mais uma vez a importância e a relevância desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Evidentemente que é importante, porque, se não fosse importante, não estaria no Regimento do Senado, então, é importante. Mas gostaria de perguntar se é relevante. Nós entendemos que continua sendo relevante. E acima de tudo, Senador, não porque V. Exª preside a Comissão e nem pela nossa amizade que nos une há muitos anos. Mas simplesmente porque, na verdade, muitas vezes a pessoa praticamente faz mais o cargo do que o cargo em si. E acho que é o que V. Exª tem procurado fazer, presidindo esta Comissão de Direitos Humanos onde nós, no ano de 2011, discutimos todos os temas que interessam para a sociedade, para a grande maioria da sociedade, que justamente é aquela maioria integrada por trabalhadores e trabalhadoras.

Aqui nós discutimos alimentação, problema de moradia, de saúde, de previdência, de previdência complementar, da segurança como um todo, da educação, do esporte, do lazer, a questão do emprego e do desemprego, a questão de estrutura sindical, os problemas que realmente tangenciam e também aqueles problemas que são candentes, que são realmente fundamentais para a estrutura como um todo; todos esses problemas foram debatidos aqui. De maneira que, mais uma vez, agradeço a oportunidade de estar aqui presente e registro a relevância, a importância que representa para nós a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Lourenço Ferreira do Prado, Vice-Presidente da UGT.

Por fim – fizemos questão de deixar para o final, pois poderia haver algum questionamento –, passamos a palavra ao Dr. João Luis Barroca de Andrea, Secretário Executivo da Agência Nacional de Saúde – ANS, que aqui representa o Presidente Maurício Ceschin.

O SR. JOÃO LUIS BARROCA DE ANDREA – Mais uma vez, muito obrigado, Senador, pelo convite. Agradeço aos Senadores aqui presentes, aos meus colegas de Mesa. Alguns esclarecimentos realmente me foram solicitados.

Quando se fala de contratos coletivos grandes, o que foi levantado pelo colega, enfim, a Agência já começou a regulamentar um pouco isso na medida em que hoje só é possível fazer um reajuste anual, ou seja, até recentemente, era prática comum do mercado colocar um preço pequenininho, vencer a licitação e aí, logo a seguir, o plano tinha que ser trocado, muitas vezes girando carteira para fazer somente outro tipo de movimentação.

Eu acho que – e o meu amigo Arlindo sabe que penso isso – não dá para nanoempresa assumir risco de plano de saúde. É uma coisa de longo prazo, de custos muitas vezes que vão ser colocados. Eu acho que existe, sim, uma escala para o setor, o que não significa que a gente não tem que ter atenção às pequenas e médias, que são muitas das empresas do interior do País. E a Agência tem essa atenção e soltou uma regulamentação recente, aliviando toda essa carga administrativa das pequenas e médias.

Fico feliz, por fim, que o tema tenha sido levantado, mas um pouco preocupado, porque já há um projeto de lei – e a Denise levantou – que é bastante interessante, só que a gente tem que fazer um apenso ou tem que colocar alguma coisa muito claramente nisso. A Agência tem que ter condição de exercer o seu papel. Hoje nós temos um quantitativo menor de funcionários do que foi previsto em 2000. As operadoras continuam colaborando na taxa de saúde suplementar, que na verdade tem que suprir a Agência para não retirar recursos públicos, já que regulamos o mercado com a mesma taxa de 2000. Temos 12 anos de defasagem. Então, eu acredito, sim, que será importante esse projeto, que vai ser discutido no Ministério da Saúde, vai ser realmente aprofundado dentro do Ministério da Saúde.

Agora, um órgão regulador de mercado, em com uma acepção moderna de administração, necessita ter recursos para que vá exercer efetivamente o seu papel. Até porque não vamos falar mais de mil operadores e, sim, trinta mil. Cinco mil hospitais, redes de serviços complexas. Enfim, peço que se atente a essa necessidade, especialmente aos legisladores para que se garanta essa oportunidade de que a agência possa efetivamente vir a cumprir o seu papel. Senão, daqui a dois anos, vamos estar aqui falando mal dessa nova agência que não pôde cumprir o seu papel porque não foi dada essa oportunidade.

Fica, então, o meu registro de agradecimento mais uma vez e, de lembrança, que nesse projeto conste claramente os recursos.

(Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Esse foi o Dr. João Luis, Secretário Executivo da Agência Nacional de Saúde.

A audiência, neste momento em que estou concluindo, atingiu os seus objetivos. Nós saímos aqui recebendo as contribuições de todos os painelistas. Esse debate tem que continuar porque a saúde pública e a privada encontram-se servidas, mas sempre se está debatendo. É um debate permanente. Não vai parar nunca.

Nós faremos um resumo e vamos remeter a todos aqueles que participaram desse debate e, naturalmente, encaminhando as contribuições devidas para cada órgão competente do Legislativo ou mesmo para o Executivo com uma contribuição com ideias que aqui surgiram.

Neste momento, agradeço a todos porque vamos entrar no outro estágio da nossa reunião. Nós vamos continuar a nossa reunião, mas atendendo à demanda de Senadores sobre requerimentos, sobre temas de interesse da Comissão durante o ano.

Os meus convidados estão liberados.

Agradeço a todos sabendo que o debate continua e a Comissão continua agora com seu trabalho aqui.

Obrigado a todos, dizendo que o trabalho da Comissão continua.

(*Pausa.*)

Estamos retomando o trabalho da Comissão.

Agora, na votação, requerimentos que foram encaminhados pelos Srs. Senadores.

(*Pausa.*)

Vamos dar continuidade a nossos trabalhos.

O primeiro requerimento que esta Comissão vai apreciar, Senador Wellington e Senador Aloysio, refere-se à questão da reintegração da área de Pinheirinho. Daí, vamos fazer o debate entre nós com os devidos adendos. Foi encaminhado um pelo Senador Suplicy e um, também, por V. Exª, se não me engano, Senador Aloysio. Ou nós faremos um adendo nesse do Suplicy para facilitar o encaminhamento?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu verbalmente faria o adendo. Mais uma pessoa que gostaria de...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Então, eu assino os requerimentos, primeiro porque o Senador Suplicy não está aqui e há requerimentos também do Senador Aloysio que eu assino porque ele não é da Comissão, mas é um serviço feito democraticamente com todos os Senadores da Casa.

Quando têm interesse em algum tipo de tema a ser debatido aqui na Comissão, eu acabo assinando o requerimento, atendendo o pedido do Senador.

Então, vamos à leitura do requerimento do Senador Suplicy.

Senado Federal, Sr. Presidente desta Comissão:

Com fundamento no art. 93, inciso II, requeiro a realização de audiência pública para debater a reintegração na área de Pinheirinho, em São José dos Campos, São Paulo.

Os convidados serão enviados, posteriormente, para a Secretaria da Comissão.

Mas, aqui, já tem toda uma relação, que foi encaminhada pelo Senador e de que vou fazer a leitura, para que os senhores tomem conhecimento.

Para tanto, indicamos como convidados: Eduardo Pedrosa Cury, Prefeito de São José dos Campos; Inês Magalhães, Secretária Nacional de Habitação; Silvio Torres, Secretário de Habitação do Estado de São Paulo; Ivan Sartori, Desembargador-Presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo; Luiz Beethoven Giffoni Ferreira, Juiz da 18ª Vara Cível da Comarca de São Paulo; Rodrigo Capez, Juiz representante do Tribunal na operação de desocupação da área; Márcia Faria Mathey Loureiro, Juíza da 6ª Vara Cível de São José dos Campos; João Marcos Costa de Paiva, Promotor de Justiça da 10ª Promotoria de Justiça de São José dos Campos, que conduziu as oitivas sobre os abusos de autoridade; Marcelo Menezes, advogado do Sindicato de Metalúrgicos de São José dos Campos; Denis Pizzigatti Ometto, advogado; Antonio Donizete Ferreira, líder comunitário; Tonhão Dutra, Vereador de São José dos Campos; Alvaro Batista Camilo, Comandante-Geral da Polícia Militar de São Paulo; e, ainda, vítimas constantes dos depoimentos à Promotoria a serem relacionadas.

Aí, faz toda a justificativa, que nós todos já conhecemos. Não há necessidade de fazer a leitura da justificativa.

Esse é o requerimento do Senador Eduardo Suplicy. Como ele não está presente, eu assino o requerimento, de que consta, naturalmente, a assinatura dele também.

Senador Aloysio com a palavra.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero agradecer imensamente a gentileza e o espírito democrático de V. Exª, que decidiu subscrever o requerimento de minha autoria. Isso só reforça a admiração e a estima que tenho pelo senhor.

Em relação a esse requerimento, eu queria aditar um nome, que é o da Secretária de Justiça de São Paulo, que é exatamente a pessoa que, no Governo, tem-se encarregado dessa interface entre o Executivo e o Judiciário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Então, de pronto, já para a gente ir eliminando, eu já acato a indicação da Secretária de Justiça de São Paulo.

Alguma outra consideração sobre o tema?

Então, vamos à votação do requerimento, com o adendo do Senador Aloysio.

Aqueles que concordam com o debate sobre a reintegração da área de Pinheirinho, conforme aqui foi

lido, e com o adendo do Senador Aloysio continuem como se encontram.

(*Pausa*.)

Aprovado o requerimento, que entrou extrapauta.

Precisaria de duas votações ou não?

Então, fica uma votação extrapauta. Os que concordam permaneçam como se encontram.

(*Pausa*.)

Quanto ao mérito, os que concordam também permaneçam como se encontram.

(*Pausa*.)

Aprovado.

Temos um outro requerimento, aqui, que é de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira. Como ele não é da Comissão, eu também assinei o requerimento.

Requeiro, nos termos do inciso V, §2º, art. 58 da nossa Constituição, art. 90 do Regimento Interno, que sejam convidados o Sr. José Pereira Gonçalves e a Srª Rita Silva para uma audiência nesta Comissão, para prestarem os devidos esclarecimentos sobre os atos de desocupação de terra na fazenda Sálvia, do Distrito Federal.

Alguém é contra? Então, os que concordam com ele, extrapauta, permaneçam como se encontram.

(*Pausa*.)

Aprovado.

Agora, colocaremos em votação o mérito.

Aqueles que concordam com esse requerimento de uma audiência pública para discutir a desocupação das terras da fazenda Sálvia, do Senador Aloysio, permaneçam como se encontram.

(*Pausa*.)

Aprovado.

Vamos a outro requerimento, também do Senador Aloysio.

Requeiro, nos termos do inciso II art. 58 da nossa Constituição, art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam convidados os Srs. José Adelson Jaminawa e Marcos Filho para uma audiência nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para prestarem os devidos esclarecimentos sobre os atos de desocupação de terra na cidade de Brasileia, no Acre.

Os que concordam com esse requerimento extrapauta permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Vamos ao mérito.

Aqueles que concordam com o mérito do requerimento do Senador Aloysio Nunes permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Também foi aprovado.

Mais um requerimento de parte do Senador Aloysio Nunes.

Requeiro, nos termos do inciso V §2º do art. 58 da Constituição – inciso V, art. 90 do Regimento Interno, que seja convidada a Srª Almerinda Neves, para uma audiência nesta Comissão de Direitos Humanos, para prestar esclarecimento sobre os atos de violência praticados pela Polícia Militar da Bahia.

Aqui ele descreve todo o fato de uma agressão a uma senhora – eu li aqui antes, rapidamente – num *show* que houve na Bahia.

Os que concordam com esse requerimento extrapauta...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, eu queria somente ponderar. Nesse caso da Bahia, nós temos, pelo que sei, a presença das forças federais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Isso. Poderíamos colocar tudo num requerimento...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Eu queria somente que o pudéssemos ver com o Aloysio se poderíamos ter um diagnóstico, de quem está nessa coordenação das forças federais, sobre essa experiência.

Nós tivemos ali os atos de violência...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi um que aconteceu há um tempo atrás e agora há outro conflito no momento.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Ah! Não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não é.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Então, tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse é um ato...

Ok? Então, há concordância com esse requerimento extrapauta.

Os que concordam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovado.

Vamos agora ao mérito.

Os que concordam com o mérito deste que é um ato específico que aconteceu há tempos atrás. Aqui diz até a data: 22 de janeiro. Só para dar uma introdução: "No dia 22 de janeiro, durante o *show* do grupo *Olodum*, no Pelourinho, em Salvador, a Polícia Militar da Bahia espancou, sem qualquer motivo, a cozinheira Almerinda Neves, de 34 anos". É sobre isso que ele está questionando. Ok?

Vamos à aprovação do mérito.

Os que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Outro do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Requeiro, nos termos do inciso V, §2º, art. 58 da Constituição Federal – art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal – que seja convidado o Sr. Hudson Silva para prestar esclarecimentos sobre os atos de violência praticados pela Polícia Militar do Piauí.

A justificativa é bem pequena e vou lê-la:

O estudante Hudson Silva, aluno de Filosofia da Faculdade Federal do Piauí, participava de uma das manifestações organizadas em Teresina contra a elevação da tarifa de ônibus. Fragmentos de uma bomba de efeito moral usada pela PM para reprimir o protesto atingiu-o de forma violenta e o deixou cego do olho direito. Nesse sentido, em face dos atos de violência cometidos pela Polícia Militar do Estado do Piauí na manifestação aqui citada, dos estudantes daquele estado, é imprescindível o convite para que a vítima explique a situação do governo daquele episódio.

Senador Aloysio Nunes.

O Senador Wellington está com a palavra para discutir.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Somente para colocar que, assim como eu creio nos demais, acho que é importante ouvir, nesse caso, o estudante, mas acho que é importante ouvir também alguém que venha representando a Polícia Militar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ok.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Acho que é importante porque eu acompanhei. Foi um momento realmente muito tenso. Inclusive, houve uma audiência com o governador e com o prefeito da cidade. Foi uma manifestação muito delicada, com violência de ambos os lados, para ser sincero aqui nos fatos.

Houve um tardio nas negociações, que gerou uma revolta com relação a um acordo que teria sido feito no ano anterior sobre uma situação de transporte. Enfim, de qualquer modo, acho importante ouvirmos os demais participantes.

Esse caso envolvia município, estado e vários segmentos dos quais os estudantes eram as lideranças.

Eu fiquei feliz por ver manifestação dos estudantes no meu estado, numa causa importante, mas fiquei triste por ver os atos de violência, com a presença de vários atores nesse ato.

Então, gostaria que pudéssemos incluir a representação, para ouvirmos uma versão completa, se o Senador Aloysio concordar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Aloysio com a palavra.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu concordo inteiramente.

Aliás, gostaria até, Sr. Presidente, se os nobres colegas concordarem, de nos demais casos também convidar o Comandante Geral da Polícia Militar dos outros estados.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – É. Dos demais estados acho que é bom termos uma versão.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Por quê? Eu não quero colocar no pelourinho – embora haja um caso da Bahia –, eu não quero crucificar a Polícia Militar. Sei que, às vezes, a intervenção, o uso da força, é absolutamente indispensável para a manutenção da ordem, mas isso tem de ser feito dentro dos limites do respeito aos direitos humanos.

Não quero fazer um prejulgamento da atuação das Polícias Militares desses Estados, como o que faz, aliás, o Senador Suplicy em relação à Polícia Militar do meu Estado, do Estado que ele representa, que é, sem favor nenhum, na minha opinião, a melhor Polícia Militar do Brasil.

Mas, enfim...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Concordo.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Mas, enfim, eu concordaria com a sugestão do Senador Wellington Dias e, em relação aos demais requerimentos, com a de ouvirmos também o responsável, o Comandante da Polícia...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Ou o Secretário de Segurança ou o Comandante...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – ... ou o Secretário de Segurança, quem ele designar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ok. Então, fica designado ao Senador Wellington que indique ou o Secretário de Segurança ou o Comandante da Polícia Militar, conforme propôs, e há a concordância do autor do requerimento.

Aqueles que concordam com o mérito do requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Este é de minha autoria, e há todo um debate aqui sobre o Estatuto do Motorista. Estou propondo que continuemos fazendo esse debate sobre a violência no trânsito e também sobre o Estatuto do Motorista Profissional.

É um debate que vínhamos fazendo no ano passado e que precisamos retomar, para continuar debatendo aqui esta ideia do Estatuto do Motorista como um instrumento de combate à violência no trânsito.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não, não. Foi aprovada só a regulamentação da profissão de motorista, que foi fruto também desse grupo de trabalho. Nós trabalhamos durante todo o ano e, no fim, decidimos aprovar a regulamentação.

Diga-se de passagem que o processo original é do Tarcisio Zimmermann. E aqui faço uma homenagem a ele. Nós temos ao vivo. Ele merece essa homenagem, esse voto de solidariedade.

Ele andou mergulhando no rio Tramandaí, lá no Rio Grande do Sul, e acabou tendo um problema na coluna gravíssimo. Foi operado, mas, felizmente, pelo que sabemos – hoje ele é Prefeito de Novo Hamburgo, ex-Deputado Federal – está recuperando-se bem.

Fica aqui a solidariedade, tenho certeza, de todo o Congresso Nacional ao Prefeito e ex-Deputado Federal Tarcisio Zimmermann.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente…

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Primeiro, quero louvar esta discussão. Eu diria que esse é, na área da violência, um problema a que o Brasil precisa estar atento. Aliás, agora, recentemente, houve num diálogo com membros da equipe do Governo, do Ministério da Justiça, da Casa Civil, e creio que esse tema precisa ser olhado como um tema de interesse nacional.

Temos de fazer uma série de perguntas: quanto ao modelo que temos relacionado à carteira de motorista, à forma de liberar logo ali, depois de um rápido curso ou exame. Alguns países adotam liberar uma provisória, para, em seguida, fazer mais uma avaliação e só depois liberar uma carteira definitiva.

E, junto com isso, a discussão da violência no trânsito. Há uma situação dramática, não sei se todos acompanharam os dados, mas está dobrando o número de homicídios no trânsito, em estradas e no meio urbano, em relação à arma de fogo e à arma branca. Então, estamos falando de...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Gravíssimo.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – ... uma situação de mais de 40 mil vítimas por ano. O meu Estado é um dos que também se apresenta com graves problemas nessa área. E estou dizendo aqui como quem foi Governador e não encontrou solução. Nós tivemos a municipalização, e, em alguns lugares, isso deu certo, mas em outros, na ampla maioria, não há qualquer acompanhamento.

E queria aproveitar, se V. Exª me permitir...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com certeza.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – RS) – ... nesse mesmo requerimento, para fazer um convite, porque, em tantas situações que vejo no Brasil, no meu Estado, Piauí, há uma cidade chamada Esperantina, em que, num trabalho entre Ministério Público, juiz, Município e sociedade, fez-se uma modelagem em que se reduziu em dois terços o número de vítimas de trânsito.

Fala-se, às vezes, só das coisas ruins, então, eu queria... Perdão, do Themístocles, do Deputado Themístocles, nosso colega aqui do Parlamento, do PMDB. Então, queria propor que convidássemos o prefeito da cidade, a área do trânsito, o juiz, o promotor – e vou examinar o nome que pode representar a parte da sociedade organizada –, para que pudéssemos ter um depoimento de caso positivo. Eles são raros, infelizmente nesta área.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Fica acatado então. Teremos aqui a realização de um ciclo de debates sobre a violência no trânsito e o Estatuto do Motorista Profissional.

Aqueles que concordam com o requerimento extrapauta, inclusive com o adendo do Senador Wellington Dias para realizarmos um ciclo de debates sobre a violência no trânsito e também o Estatuto do Motorista, com os convidados que serão indicados posteriormente, queiram permanecer sentados. (*Pausa*.)

Aprovado.

Esse é um tema que foi debatido, na verdade, pela imprensa brasileira durante o recesso. Vou fazer a leitura para o assunto ficar bem objetivo e nós avançarmos no tempo.

A realização de audiência pública para debatermos os problemas com próteses de silicone francesas e holandesas. Os convidados seriam posteriormente listados pelos Srs. Senadores.

A própria imprensa publicou, ninguém tem dúvida, a questão gravíssima. Convidaremos a Anvisa, o Ministério da Saúde, enfim, para debatermos essa situação que atingiu centenas de brasileiras.

Aqueles que concordam com o requerimento extrapauta queiram permanecer sentados. (*Pausa*.)

Aqueles que concordam com o mérito também queiram permanecer sentados. (*Pausa*.)

Aprovado.

Outro requerimento da maior gravidade se refere ao linchamento que aconteceu no Pará, quando um senhor... Independente do que tenha feito, parece que matou outra pessoa, mas veio a solicitação para nós, foi morto a pauladas diante de sete policiais militares em Santarém do Pará. Vi o vídeo. E quem provocou

este requerimento veio aqui e a questão é de direitos humanos.

Se permitirmos que a barbárie prevaleça antes de qualquer julgamento, será olho por olho, dente por dente, todo mundo vai passar a fazer justiça com as próprias mãos, o que é inadmissível. Independentemente do que tenha feito, ele teria que ir a julgamento e ser punido pelo rigor da lei. Mesmo nos países onde há pena de morte, o cidadão é julgado.

Aqui nesse caso, a pena de morte é uma execução sumária sem nenhum tipo de julgamento. Alguém poderia me dizer: fizeram justiça. Não vou entrar no mérito da justiça ou não. O que vou dizer é que, a partir do momento em que se permitir o linchamento sem nenhum tipo de julgamento, vamos escorregar pela linha da injustiça.

Então, aqueles que concordam com esse requerimento extrapauta e também com o mérito, queiram permanecer como se encontram.

(*Pausa.*)

Aprovado.

Esse é um requerimento fruto dessa audiência pública. Foi solicitação daqueles que aqui usaram a palavra no sentido de que fizéssemos uma audiência para discutir a saúde do trabalhador, tendo como foco principal a questão do frigorífico em Mato Grosso do Sul, onde quatro trabalhadores morreram pela mistura de produtos químicos e outros 20 ou 30 estão hospitalizados. Então, discutimos a prevenção e a saúde do trabalhador.

Aqueles que concordam com a intenção do requerimento extrapauta queiram permanecer sentados. (*Pausa.)*

Aqueles que concordam com o mérito, queiram permanecer sentados. (*Pausa.)*

Aprovado.

Estamos no fim.

Essa é uma solicitação das entidades de policiais civis e militares. Diz o requerimento: "*Pedimos uma audiência pública para debater as condições de trabalho e a política salarial dos bombeiros, policiais civis e militares*."

Os convidados serão posteriormente indicados pelos Srs. Senadores.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, permita-me. A exemplo dessa área do trânsito, estou vendo que são várias ocorrências com diversos enfoques relacionados à Polícia Militar... Talvez isso pudesse...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Na mesma linha daquele encaminhamento.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Para que não fique...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sejam convidadas as partes envolvidas...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Como eu fui governador, para que não fique com o foco nesse Estado ou naquele. Enfim, com algo para apreciarmos uma situação Brasil. Eu dizia aqui há pouco para o Senador Aloysio sobre a minha experiência. Investimos, mas temos que considerar que há toda uma origem, quando a polícia era formada como um exército administrado pelos Estados. Isso não é fácil. É uma situação... Talvez leve alguns anos para termos uma polícia realmente pronta para a defesa do cidadão.

De qualquer modo, reconheço que há avanços. Vejo não só São Paulo, mas o meu Estado, o próprio Acre, o Pará, que conheci há muitos anos, onde reconheço que houve avanços consideráveis. Agora, não é uma coisa fácil. Você tem de construir a partir do que existe. E isso é sempre mais difícil, porque se tem toda uma memória que não é fácil ser alterada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Então, os que concordam com o requerimento, com as devidas considerações e com o adendo colocado pelo Senador Wellington Dias, que se convoquem ambos os lados para este debate da administração das políticas salariais tanto da Polícia Civil como da Polícia Militar e dos Bombeiros...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Desculpe-me, mas a discussão tem a ver com a PEC nº 300, com certeza...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – No fim, acaba também discorrendo para a PEC nº 300.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Acho que seria interessante, em um caso deste, que tivesse, ou do Fórum dos Governadores, ou dos Secretários de Administração, alguém que pudesse colocar o lado dos Estados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Fazer o contraponto.

Está aprovado o mérito, com o adendo do Senador Wellington Dias.

O penúltimo é um tema que venho a mim, e achei interessante, de discutirmos, na visão dos direitos humanos, a política pública para debater a situação do transporte coletivo e a mobilidade urbana no País. Com o corte transversal, eu diria, da integração, olhando questões de deficiente, idoso, enfim, todas as áreas.

Aqueles que concordam com esse requerimento extrapauta queiram permanecer sentados.*(Pausa.)*

Vamos ao mérito, quanto à mobilidade e ao transporte coletivo no País, em todas as áreas.

Concordo com o mérito.

Aqueles que concordam com esse requerimento extrapauta queiram permanecer sentados.*(Pausa.)*

Enfim, felizmente, o último.

Com o disposto no art. 93, realização de audiência pública para debater os recentes casos de vazamento de petróleo na bacia de Santos, em São Paulo, e Tramandaí, no Rio Grande do Sul.

Esse é o objetivo do requerimento. Vamos convidar todas as partes interessadas.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento extrapauta queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o mérito queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Acho que faltou...Senador Wellington Dias e Senador Aloysio, se vocês entenderem, quando aprovamos aquele que vai discutir toda a situação da Polícia Militar, não tem como eu não trazer à tona também a situação da Bahia, que está em greve e ocorreram 80 mortes. Acho que, naquele próprio requerimento que vai discutir a situação financeira e o trabalho dos militares, nós, naturalmente, convidaríamos também os representantes de ambos os lados da Bahia para participarem desse debate, se assim vocês entenderem. Não tem como a Comissão de Direitos Humanos – estou sendo muito franco aqui – olhar para Pinheirinho, olhar para o Pará e não olhar para o conflito que existe agora na Bahia, que preocupa todos nós. É uma questão de bom senso, para fazermos um debate qualificado.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Senador Paim, estivemos, há pouco tempo, em Pernambuco, Ceará, São Paulo, Bahia, enfim, foram aprovadas várias situações aqui, do Acre, do Pará...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Do Piauí mesmo.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Do Piauí, enfim. O que estou colocando é que há necessidade de tratarmos desse tema...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – De forma global.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – É. E ouvindo os vários atores: governadores e suas equipes, secretário de segurança ou da Polícia Militar; ouvir os policiais sobre as situações que os levam às frequentes greves – acho isso importante –; e ouvir movimentos como estes dos estudantes. Aliás, lá também tem as lideranças que representam os estudantes. É importante que eles sejam convidados. Acredito que poderemos ter, quem sabe, um norte. A discussão da PEC nº 300, por exemplo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Que acaba sendo o eixo deste debate...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Quem não é favorável à melhoria da remuneração dos policiais? Acho que todo mundo é favorável. Aliás, acho que de qualquer profissional. O problema é que, do outro lado, dou aqui meu testemunho de que igualar com Brasília, como se deseja, seria insuportável, eu diria, para quase totalidade dos Estados brasileiros. E aí qual é a fonte? Para o Congresso fazer isso, aliás é uma coisa que se ilude muito, é preciso que o Congresso diga qual é a fonte. Para o Congresso dizer qual é o piso da educação, tem que dizer de onde é que vem o dinheiro para atingir aquele piso. Então, para se poder definir quanto é o piso... "Ah, tem de pagar no mínimo x para o médico no programa Saúde da Família". Para isso é preciso mandar o dinheiro. Então, para o Congresso fazer isso, em respeito ao pacto federativo, tem de definir. Acho que esta é uma boa oportunidade para definirmos os problemas que o povo vive, inclusive do ponto de vista dos direitos humanos – é um foco muito importante –, para ver como é que a vamos dar um tratamento e uma solução para esse problema, relacionado a uma qualidade na área do atendimento do serviço de segurança.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Wellington.

Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Presidente, com relação a esses episódios lamentáveis ocorridos na Bahia – a greve descambou para um motim –, quero dizer a V. Exª que considero muito importante que o Senado delibere sobre uma questão gravíssima, que é objeto de um projeto de lei de V. Exª e também meu, a respeito da greve no serviço público.

Na minha visão, policial militar não pode fazer greve. Por uma única razão: é que, nos termos da Constituição, a Polícia Militar é uma força de reserva das Forças Armadas. Assim como soldados, marinheiros e membros da Aeronáutica não podem fazer greve, policiais militares também podem, não deveriam poder. No meu entender, é uma decorrência natural, lógica, de sua condição de polícia militar.

Em segundo lugar – já estou vendo, já posso adivinhar –, daqui a pouco, aparecerá um projeto de lei para conceder anistia aos policiais militares baianos que cometeram crimes militares durante este motim. Isto já aconteceu: faz três ou quatro meses, o Senado aprovou não apenas anistia para um Estado, mas para uma baciada, foram oito ou nove anistias. Foi! E isso foi aprovado com apenas um voto contrário: o meu. Foi aprovado um projeto de anistia para vários casos. Começou com um Estado, depois foram acrescentando mais um, mais um, mais um, e chegou-se a oito ou

nove Estados. Anistia por atacado! Isso só faz estimular esse tipo de comportamento, que é absolutamente inaceitável por parte de servidores públicos que portam armas e que integram forças que devem obedecer ao princípio da hierarquia e da disciplina.

Então, fica aqui também esta colocação, esta preocupação no sentido de que o Congresso e o Senado, depois de passado o movimento e a indignação com os fatos, venham mais uma vez perdoá-los de uma maneira que, no meu entender, não leva em conta as consequências desse perdão.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – O Senado tem essa prerrogativa?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sim, sim. O Congresso pode votar a anistia, e aqui houve anistia em vários casos. O projeto veio da Câmara e transformou-se numa verdadeira árvore de Natal, porque começou com uma anistia e começaram a pendurar outras situações. Isso foi aprovado no plenário do Senado.

Obrigado.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Senador Paim…

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Senador Aloysio Nunes.

Com a palavra o Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Bem rapidinho.

Só para dizer que estamos falando de uma categoria que, pela nossa Constituição, tem poder de arma, tem poder de andar armada. Então, como encarar uma situação como essa? Eu vi casos em São Paulo, vi casos no meu Estado, vi em vários Estados. Aliás, a primeira força federal que interveio no Brasil agiu no meu Estado. Os governadores ficaram até como medo: "Será que vou pedir? Será que não vou pedir?". Poxa, quando você olha que tem de cuidar da população... O que acontece? Quando acontece algo, os bandidos se organizam. Eu vi agora no Ceará, vi na Bahia... Quinhentos bandidos...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Senador, em São Paulo a PM não faz greve não. A Polícia Militar de São Paulo não faz greve, é uma força absolutamente disciplinada, profissional, bem formada. Evidentemente, comete excessos, desvios de função, crimes, mas nós temos lá uma corregedoria que é absolutamente implacável com esses desvios e, de greve, eu não tenho registro.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Por isso é que eu creio que, aproveitando essa leva de requerimentos nesse tom, devamos discutir as várias perguntas que precisam de uma resposta para, inclusive, subsidiar projetos que tramitam aqui ou, quem sabe, até novos projetos que surjam.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco PT – RS) – Muito bem.

Eu quero registrar a presença conosco, que esteve toda esta manhã aqui, do ex-funcionário da ONU, Professor de Direito Internacional, Dr. Johannes Van Aggelen.

Com todos os requerimentos aprovados, vamos discutir o tema em sua amplitude, não só na visão da Polícia Militar, como levantado aqui pelos dois Senadores, mas também na ótica dos direitos humanos e de sua amplitude, ou seja, da população dos Estados envolvidos.

Com isso, nós encerramos esta sessão e, consequentemente, a audiência pública.

Estão encerrados os trabalhos.

Ata da 3ª Reunião (Extraordinária) da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, Convocada para o dia 23 de fevereiro de 2012, segunda-feira, às 9 horas, sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II, Senado Federal.

Às nove horas e trinta minutos do dia vinte e três de fevereiro de dois mil e doze, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência eventual do Senador **(Pedro Simon)**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **Pedro Simon, Aloysio Nunes Ferreira, Eduardo Suplicy** e os não membros Senadores **Pedro Taques, e Rodrigo Rolemberg**. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte **Pauta,** em duas partes. Primeira parte, Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 02, de 2012, de autoria do Senador Paulo Paim, aprovado em 06/02/2012, para "debater a reintegração da área do Pinheirinho, em São José dos Campos-SP". Inicialmente o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Valdir Martins de Souza, líder comunitário de Pinheirinho. Fazem uso da palavra os seguintes convidados: Maria Laura Silva de Souza, moradora de pinheirinho; David Washinton Castor Furtado, morador de pinheirinho; Inês Magalhães, Secretária Nacional de Habitação; Paulo Roberto Martins Maldos, Secretário Nacional de Articulação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República; Deputado Federal Ivan Valente; José Maria de Almeida, Presidente do PSTU; Deputado Estadual de São Paulo Marco Aurélio de Souza; Antônio Donizete Ferreira, líder comunitário de pinheirinho; Tonhão Dutra, Vereador de São José dos Campos; e Aristeu Neto, Advogado; Leila Santos Figueiredo, moradora de Pinheirinho; Sérgio Henri-

que Pires, morador de pinheirinho; e Juarez Silva dos Reis, morador de Pinheirinho. O Senhor Presidente faz encaminhamento ao plenário para que seja realizada reunião referente aos requerimentos nº 3, 4, 5 e 6, de 2012, referentes a atos de desapropriação de terras e violência policial por ocasião dessas, no dia 1º de março de 2012, às nove horas e o encaminhamento é acatado pelos senadores presentes. Às doze horas e quatorze minutos o Senhor Presidente passa a presidência para o Senador Eduardo Suplicy. Segunda parte, deliberativa. **Item 1**. **Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 14-CDH, de 2012**, que requer a realização de audiência pública para debater o fim do fator previdenciário e o reajuste salarial dos aposentados e pensionistas que ganham acima de 1(um) salário mínimo. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado.** Fazem uso da palavra os senhores Senadores Pedro Simon, Eduardo Suplicy, Aloysio Nunes Ferreira, Rodrigo Rollemberg e Pedro Taques. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às quatorze horas e quarenta e dois minutos, lavrando eu, ***Altair Gonçalves Soares***, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Senhoras e senhores, eu declaro aberta a 3ª reunião da Comissão de Direitos Humanos, da 2ª Sessão Legislativa.

Eu dispenso a leitura da ata da reunião anterior. Aqueles que concordam – eu ponho em votação – permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Esta reunião foi sugerida pelo Senador Paulo Paim e pelo Senador Eduardo Suplicy, para debater a reintegração da área de Pinheirinho, em São José dos Campos.

Foi enorme a lista dos convidados – muitos já nos honram com a sua presença, alguns deverão chegar.

Quem tinha de estar presidindo esta reunião seria o Senador Paim, Presidente. Por solicitação dele e do Senador Suplicy – eu peço desculpas, pois eu não devia estar aqui, mas o Senador Paim não pôde estar aqui por uma reunião importante que o reteve em Porto Alegre –, nós estamos iniciando esta reunião.

Com a palavra, para uma questão de ordem, o Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Prezado Presidente, Senador Pedro Simon, primeiro, quero agradecer muito a sua atenção hoje, dado o impedimento do Senador Paulo Paim – ele me informou ontem que foi homenageado por uma das escolas de samba, que está dentre as que foram classificadas e que, por um décimo, não foi...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – O Lula foi homenageado em São Paulo; o Paim, em Porto Alegre. V. Exª que merece não foi. Devia ter sido.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Não, eu participei do desfile da Vai-Vai, que homenageou a coragem da mulher brasileira e a Presidenta Dilma Rousseff. Ali, eu...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Como é que a Fiel não ganhou com aquele...?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu não sei bem. A Vai-Vai chegou em terceiro lugar. Foi bem classificada.

Mas também participei, no dia seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Mas, na eleição, o Lula chegou em primeiro. Na escola de samba, chegou em terceiro.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Na Gaviões da Fiel, eu também participei. Acho que ela não foi classificada, mas é que as escolas de sambas eram todas excelentes. Foi muito animado.

Mas o Senador Paulo Paim me informou que ele precisava participar da homenagem a ele, na madrugada que passou, nesta noite. Daí a dificuldade de ele estar presente.

E eu agradeço muito, porque V. Exª, com a sua história e experiência, poderá muito nos ajudar na reflexão sobre o que aconteceu no episódio do Pinheirinho. V. Exª, por muitos anos, governou o Rio Grande do Sul e passou por situações tais como essa. Eu acredito que a experiência acumulada de V. Exª vai nos ajudar a refletir sobre o que aconteceu.

Eu quero dizer, Sr. Presidente, que, nessa lista longa de convidados, nós propusemos – e queremos aqui reiterar o convite – que estivesse presente o Comandante-Geral da Polícia Militar de São Paulo, Álvaro Batista Camilo, como um dos principais responsáveis pela operação, obviamente junto ao comando do Governador Geraldo Alckmin e do Secretário de Segurança, Ferreira Pinto. Também convidamos o líder comunitário e advogado Antonio Donizete Ferreira, que já se encontra presente; o advogado Denis Pizzigatti Ometto, que está por chegar... *(Pausa.)*

Ah, perdão, o Aristeu Neto, que está aqui presente; o Prefeito de São José dos Campos, Eduardo Pedrosa Cury. Inclusive, estive no gabinete dele há duas semanas e o convidei pessoalmente para esta audiência. Infelizmente, ele me telefonou ontem à noite, por volta de onze e meia, quase meia-noite, de Washington D.C., dizendo que estava nos Estados Unidos da América e não poderia estar presente hoje aqui. Eu disse que

seria muito importante que ele designasse um secretário do Governo Municipal de São José dos Campos para estar aqui presente porque nós vamos nos referir muito ao problema ali do Pinheirinho, que é de São José dos Campos, e a presença do representante do Prefeito ou dele próprio é essencial.

Também foi convidada a Secretária Eloisa de Sousa Arruda, da Justiça e Defesa da Cidadania da Secretaria de Estado de São Paulo, porque avaliamos que era importante que estivesse presente tanto o Sr. Sílvio Torres, Secretário de Habitação do Estado de São Paulo, assim como a Eloisa de Sousa Arruda, Secretária da Justiça e Defesa da Cidadania, para que o Governador Geraldo Alckmin tivesse aqui como seus representantes pelo menos dois Secretários de Estado. Ambos, porém, Eloisa de Sousa Arruda e Sílvio Torres, ainda não confirmaram a sua presença.

Estivemos com o Presidente do Tribunal de Justiça, Ivan Ricardo Garísio Sartori, que foi procurado por mim próprio, pelo Deputado Ivan Valente, pelo Deputado Carlos Gianazzi e pelo Deputado Estadual do PT Adriano Diogo. Estivemos com ele por volta de meio-dia da quarta-feira que antecedeu, dia 18, que antecedeu a reintegração e fizemos um apelo para que houvesse um entendimento dos três níveis de Governo, para uma melhor atenção àquela população, que estava ali há oito anos. O juiz Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Ivan Sartori, nos disse que precisaria ter um documento, em mãos, de uma ou das três autoridades ou de alguém que fosse parte. Ele até nos deu o telefone do Jorge T. Uwada, que era o síndico da massa falida. Eu, de pronto, telefonei para o Jorge Uwada, que sugeriu que nós nos encontrássemos ali perante o juiz da 18ª Vara das Falências, no Fórum de São Paulo.

Nós nos deslocamos direto para o Tribunal de Justiça para conversar com o juiz Luiz Beetoven Giffoni Ferreira e ali, diante do síndico da massa falida e de seus advogados, da Selecta SA, ainda que o advogado Wadih Helu não tivesse recomendado, ao responder à pergunta do juiz "diante dos argumentos aqui apresentados, até para evitar um problema social maior, o senhor concordaria em se dar quinze dias de prazo para um entendimento ainda com as partes?", ele falou que sim. Então ele falou "o senhor queira, então, escrever no papel essa sua petição, esse requerimento". Ele assim o fez perante todos nós que ali estávamos, que assinamos como testemunha, e o juiz Luiz Beetoven Ferreira assinou "defiro, nos termos tais como apresentados", ligou ali mesmo para a Drª Márcia Loureiro, na nossa frente, fazendo um apelo para que houvesse os quinze dias de prazo.

Em seguida, conversei com a Secretária Inês Magalhães, que se encontrava em São Paulo, que se colocou à disposição para dialogar com o Governo Municipal e Estadual.

Liguei para o Governador Geraldo Alckmin, que me disse: "O Governo Estadual, caso os Governos Municipal e Federal cheguem a um entendimento, se responsabilizará pela infraestrutura da área do Pinheirinho".

Muito otimista, pedi um encontro com o Prefeito Eduardo Cury, que teve a gentileza de, na sexta-feira, dia 20, me visitar em minha residência em São Paulo.

Ali conversamos por quase uma hora e trinta. Ele me falou de suas dificuldades com o pessoal do Pinheirinho. Disse-me que – o ex-governador Pedro Simon poderá lembrar situações como a que ele me falou – teve diálogos com o advogado do pessoal do Pinheirinho, o Toninho Ferreira, que queria me dizer que era adequada a ocupação daquela área e, então, explicou a ele: "Olha, o senhor não vai me convencer a ser contra essas ocupações, porque eu acredito, nós do movimento acreditamos que quando há uma grande área não utilizada socialmente, na área rural, é preciso apontar a necessidade de realização de assentamentos, de reforma agrária, o mesmo na área urbana.

Daí, disse ele que ambos chegaram – palavras do Prefeito – a uma conclusão. "Tudo bem, mas eu sou contra a invasão – falou o Prefeito falou. Você acha que pode ser feito. Agora, como está ali o problema – disse-me o Prefeito que disse a ele – a mim, como Prefeito, cabe-me cuidar não propriamente dos adultos que agiram inadequadamente, mas dos problemas da saúde e da educação das crianças e das pessoas que ali estão. Quanto a isso, eu tenho responsabilidade".

Ele também mencionou que não caberia uma solução cujo custo eventual de cada unidade habitacional destinada às pessoas que estivessem no Pinheirinho para o Governo viesse a ser maior do que o do programa habitacional dos três níveis de Governo, por cada unidade habitacional, para aquelas pessoas que estão na fila.

Eu considerei que isso era uma questão de bom senso. Depois, até reportei isso à Secretária Nacional de Habitação Inês Magalhães, bem como ao Sr. Paulo Maldos – que aqui se encontra representando o Ministro Gilberto Carvalho da Secretaria da Presidência da República -, que é Secretário Nacional de Articulação e era uma das pessoas envolvidas.

Como poderão relatar o Sr. Paulo Maldos e a Secretária Inês Magalhães, eles estavam prontos para receber, no dia seguinte ao compromisso com o Juiz, o da permissão dos 15 dias de prazo, para um entendimento. O Governo Federal estava estudando a

possibilidade de até adjudicação de parte da área do Pinheirinho, uma vez que a massa falida da Selecta S/A tinha quase 15 milhões de dívida de IPTU com a Prefeitura e mais tantos milhões – isso o Paulo Maldos poderá aqui nos descrever – de dívidas com o Governo Federal.

Então, quem sabe poderíamos chegar ao entendimento, se não de toda área, de destinar parte da área do Pinheirinho para um programa habitacional que possa atender àquela população.

Visitei o Presidente Ivan Sartorini, sexta-feira passada, junto com o Juiz Rodrigo Capez. O Presidente Ivan Sartoni disse-me que possivelmente teria reuniões que dificultariam, mas que o Rodrigo Capez – que está aqui na lista dos convidados – viria.

Infelizmente, não sei por que razão, o Juiz Rodrigo Capez, que acompanhou toda a operação, inclusive indo a São José dos Campos desde a manhã do dia 22 de janeiro, acaba de enviar um fax – do qual ainda não tomei conhecimento. Quem sabe, depois, o senhor possa ler, Sr. Presidente, para sabermos melhor.

O Deputado Ivan Valente, que foi testemunha de tantos desses episódios, inclusive durante o dia da reintegração, estará aqui presente em instantes, além do Promotor de Justiça João Marcos Costa de Paiva, da 10ª Promotoria de Justiça de São José dos Campos, que é Promotor da Vara da Infância e da Adolescência e hoje está acompanhando o depoimento perante o Juiz da Vara da Infância e da Adolescência da família que foi objeto de violências atrozes cometidas por policiais militares da Rota na noite do dia 22 até a madrugada do dia 23.

O Dr. Luiz Beethoven Giffoni Ferreira, Juiz da 18ª Vara Cível da Comarca de São Paulo, responsável pelas falências, foi convidado e ainda não encaminhou resposta, embora ontem eu tivesse insistido com a secretária dele a respeito do convite para ele vir aqui.

O Sr. Marcelo Menezes, advogado do sindicato dos metalúrgicos, foi substituído pelo Dr. Estevão.

A Drª Márcia Faria Mathey Loureiro, Juíza da 6ª Vara Cível de São José dos Campos, que determinou a reintegração de posse com o apoio do Presidente do Tribunal de Justiça e, a certa altura...

Mas essa é uma das explicações essenciais que nós gostaríamos de ouvir aqui, porque o Dr. Luiz Beethoven Giffoni Ferreira revogou a sua decisão de adiar por quinze dias, no sábado, na véspera da reintegração, decisão essa que só veio a ser publicada no dia 26, o que me pareceu também estranho. Então esse é um dos assuntos. Nós o convidamos para que ele esclarecesse junto com a Drª Márcia Loureiro.

Eu a visitei e estava presente o seu marido, Dr. Luiz Loureiro Júnior, que é o Presidente do Fórum de São José dos Campos. Então, na sala da presidência, eu conversei com o Presidente Luiz Loureiro e com a Drª Márcia Loureiro, convidando-a a insistindo quanto à importância da sua presença aqui. Infelizmente, até o momento ela não chegou. Se ela quiser vir, será muito bem vinda.

O Dr. Paulo Roberto Martins Maldos, Secretário da Secretaria Nacional de Articulação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República, que muito se empenhou para que houvesse o melhor entendimento possível, está aqui presente e poderá nos relatar o que aconteceu naquele dia.

Já mencionei o Dr. Rodrigo Capez, que estamos aguardando e mandou esse fax. Aguardamos também o Secretário Sílvio Torres.

O Vereador Tonhão Dutra está aqui, Sr. Presidente. Foi ele quem, juntamente com Toninho Ferreira, havia insistido para que eu comparecesse ali. Já estive lá uma vez, em 2006/2007 e também nesses últimos dias. Foi ele quem me avisou, às seis e meia da manhã: "Senador, estão aqui os helicópteros e milhares de policiais, ou dois mil policiais, algo assim, da tropa de choque, etc., para realizar a reintegração." Então fui ao Palácio do Governo conversar com o Governador Geraldo Alckmin. Às sete horas da manhã eu estava no portão, às oito e meia ele me recebeu e informou: "Olhe, Eduardo, pode ficar tranquilo. Vai ser feito com muita civilidade, com respeito, sem violência, eu lhe garanto." E de lá nós ligamos para o Dr. Rodrigo Capez, que estava no local dos fatos. O Tonhão e o Toninho às vezes me ligavam e, junto ao Governador, eu falei: "Mas estou ouvindo tiros, Governador!" Ele falou: "Não, vai ser feito de forma a evitar quaisquer problemas". Então, é importante que o Governador tenha noção da extensão daquilo que ocorreu.

O Presidente da OAB, Ophir Cavalcante, embora não diretamente envolvido, será ótimo se ele puder comparecer; a Drª Paula Ribeiro, da Defensoria Pública do Distrito Federal, acho que ainda não chegou; a Srª Daniela Cembranelli**,** Defensora Pública Geral da Defensoria Pública do Estado de São Paulo; a Srª Andrea Luswarghi, que teve a gentileza...

Seja muito bem-vindo, Senador Aloysio Nunes Ferreira. É importantíssimo que V. Exª esteja aqui presente.

A Srª Andrea Luswarghi, jornalista, ela, juntamente com outras pessoas, foi responsável pela realização desse vídeo de 25 minutos, que eu pediria a V. Exª possa ser passado, porque nos dá um depoimento importante das pessoas que lá estiveram.

Estão chegando cerca de 40 pessoas representando os moradores do Pinheirinho. Houve um pequeno problema mecânico quando o ônibus se encontrava

em Luziânia, eles se atrasaram um pouco, mas devem chegar dentro de 15 minutos, Sr. Presidente.

Mas, estão aqui o Sr. David Furtado e a Srª Laura Silva e Souza, que são um casal, têm um filho e moravam no Pinheirinho há oito anos; ele sofreu um tiro na coluna e vai poder nos descrever a situação ocorrida ali. Está ainda aqui o Deputado Marco Aurélio, do Partido dos Trabalhadores de São José dos Campos, e que acompanhou muito de perto todos os episódios; o José Maria, que é Presidente do PSTU, mora em São José dos Campos – você mora no Brasil, não é? Está em toda a parte –, ele está aqui também porque acompanhou muito de perto os episódios.

Então, quem sabe, Sr. Presidente, V. Exª possa ouvir as pessoas. Acho que este vídeo é muito representativo dos episódios que aconteceram. Então, se V. Exª considerar adequado, poderemos passar o vídeo. Mas V. Exª é quem decide. Fica a sugestão que faço.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – SP) – Nós dois marcamos um recorde, eu concedendo e V. Exª fazendo a questão de ordem mais cumprida que me lembre de ter ouvido. *(Risos.)*

A proposta apresentada pelo Senador Suplicy é no sentido de assistirmos o filme agora.

Se todos concordarem...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – SP) – Pois não.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, na ocasião em esta audiência pública foi requerida, foi votada na Comissão eu estava presente e apresentei, concordei com a votação, embora não houvesse quórum, é bom que se diga, desde que se aprovasse também alguns requerimentos meus que tratavam de outros episódios em que foram alegadas violências policiais.

Os requerimentos a que me refiro dizem respeito às reintegrações de posse ocorridas no Distrito Federal, que vêm ocorrendo no Distrito Federal, sem ordem judicial – é bom que se diga – em que foram denunciadas violências de policiais militares. Igualmente, uma operação de reintegração de posse promovida por proprietários de um terreno em Brasileia, no Acre, em que houve, também, denúncias de violência, inclusive com ferimentos graves: uma pessoa que levou um tiro no olho e uma mulher que sofreu um aborto. Também em relação a episódios ocorridos no Piauí – manifestação de estudantes contra aumento de passagens de ônibus – e, igualmente, na Bahia – denúncias de violência policial.

O meu propósito, Sr. Presidente, era fazer aqui uma discussão a respeito dessa situação delicada em que a polícia, cumprindo ordem judicial ou, às vezes, não, como foi o caso no Distrito Federal, usa da força física para a manutenção da ordem, podendo cometer abusos ou não. O fato é que eu queria promover uma discussão que não fosse setorial, partidária.

Esse foi, aliás, o teor da conversa do Secretário da Casa Civil do Governo de São Paulo, Sidney Beraldo, com o Presidente desta Comissão, Paulo Paim. Ele propôs que fizéssemos uma audiência conjunta, para o exame dessa situação numa escala geral, de modo a tirar daí consequências que são da órbita, digamos, de interferência do Senado, consequências de ordem geral, recomendações de ordem geral, lições para o futuro.

No entanto, não foi esse o procedimento do Presidente da Comissão. Embora eu tenha já indicado à Secretaria da Comissão os nomes e os endereços das pessoas que eu pretendia ver ouvidas por esta Comissão na mesma ocasião em que se tratasse do caso Pinheirinho, a audiência pública foi marcada apenas para o caso Pinheirinho. Isso me dá a ideia de que estamos diante de uma operação política, em que o PT terceiriza o radicalismo de outros, para promover seus interesses eleitorais.

Nós estamos diante de uma operação política, visando a atacar politicamente o Governo de São Paulo. Por essa razão, o Secretário da Casa Civil enviou ontem um ofício ao Presidente Paim, dizendo que nessas condições não haveria representação do Governo de São Paulo, por entender que se trata de um procedimento faccioso, unilateral, que terá como consequência a instrumentalização desta Comissão por partidos políticos, no caso, o PT e outros grupos em nome dos quais o PT terceiriza o seu radicalismo, o PSTU, por exemplo.

Nessas condições, Sr. Presidente, não vou participar da audiência. Quero dizer que o Governo de São Paulo, a Polícia Militar de São Paulo agiu sob requisição do Tribunal de Justiça, cumprindo ordem judicial; que a União, o Governo Federal, em nenhum momento, interveio no processo juridicamente como terceiro interessado; que o documento enviado pelo Ministério das Cidades sob o comando do então Ministro Negromonte, que depois foi defenestrado, continha assinaturas de pessoas de terceiro ou quarto escalão, com promessas vagas, sem nenhum valor jurídico, como, aliás, foi reconhecido pela juíza que presidiu o caso.

Nessa desocupação, Sr. Presidente, anteriormente à desocupação, houve uma preparação criteriosa por parte da Prefeitura, com a participação do Poder Judiciário, com a participação da OAB, para que a

ocupação se desse com o menor trauma possível ou sem nenhum trauma, de preferência.

Não era essa a intenção de pretensos líderes comunitários, que armaram esse circo – esse circo! – nos dias que antecederam a reintegração de posse.

Quero mostrar aqui a V. Exª – a imprensa publicou fartamente – a disposição desses pretensos líderes parasitários – parasitários, não, comunitários, porque são verdadeiros parasitas desses movimentos. Eles cobram mensalidade para organização dessas invasões, dessas ocupações. Essa era a disposição pacífica da liderança desses movimentos.

Diante deste quadro, que está aqui, a Polícia Militar, evidentemente, tomou todas as precauções, mas, é claro, você tinha ali gente querendo brincar de insurreição. Pseudorrevolucionários que descumprem ordens judiciais para levar à radicalização de um processo político com vistas a não sei o quê.

Por isso, Sr. Presidente, quando a Polícia Militar atuou, fez isso com energia, com um grupo reforçado de policiais, e, se excesso houve, a Polícia Militar de São Paulo, que é uma polícia militar exemplar em matéria de cumprimento da lei e do respeito aos direitos humanos, tomará suas providências.

Houve muita mentira falada a respeito desse assunto, mortes que teriam ocorrido no Pinheirinho que não ocorreram, pessoas que teriam sido feridas, mutiladas, de modo algum foram vitimadas por qualquer tipo de ação policial; pelo contrário, encontravam-se hospitalizadas por outras razões.

O Senador Suplicy conta uma história de uma invasão de um domicílio onde teriam sido vítimas de abusos sexuais uma família de pacíficos moradores da região, que ele situa no Pinheirinho, quando não é no Pinheirinho.

Na verdade, houve, sim, uma batida policial, com apreensão de droga, com apreensão de armas, e, curiosamente, a advogada dessas pessoas que foram conduzidas à delegacia, apesar de sua vasta experiência em ações criminais, naquele momento em que foram à delegacia, não alegou, quando era o momento de alegar para fazer uma contraprova, qualquer tipo de violência contra seus clientes.

A história contada pelo Senador Suplicy no plenário foi relatada 10 dias depois, perante testemunhas que eram funcionários do gabinete do Senador Suplicy.

Então, Sr. Presidente, enquanto não houver uma discussão séria sobre esse assunto em que não seja alegada de maneira unilateral o respeito aos direitos humanos e, sim, tratada essa questão do uso da Polícia Militar em casos de reintegração de posse de forma abrangente, o Governo de São Paulo não vai participar, e eu também não participarei, porque entendo que a audiência pública, do jeito que foi composta, do jeito que está montada, do jeito que foi convocada, é um instrumento político, é uma operação política de interesse do PT, de interesse do Senador Eduardo Suplicy e de outros grupos, inclusive de alguns grupelhos pseudorrevolucionários, que se utilizam da miséria alheia para promover suas propostas.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, permita que eu possa... Inclusive, peço a gentileza de o Senador Aloysio Nunes que eu o recorde de alguns dos episódios por ele mencionados aqui.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Eu gostaria que V. Exª me permitisse...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Antes que ele se retire, que ele possa ouvir, porque eu o ouvi com muita atenção.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Não, primeiro, antes de se retirar, ele vai ouvir a mim, porque sou o Presidente.

A Secretaria da... Eu não estava presente, eu estou aqui como membro da Comissão, nós estamos como membros da Comissão, alguns como heróis – meus cumprimentos – agora, sobre o que falou o Senador Aloysio, diz-me o secretário da Comissão que realmente é o que aconteceu, que, na audiência realizada na última reunião, foi feita a proposta do Senador Suplicy para que se ouvisse o pessoal de Pinheirinho e foi feita uma proposta do Senador Aloysio para que se ouvisse a representação aqui de Brasília.

Também está aqui o ofício do Chefe da Casa Civil do Governo de São Paulo, em que, primeiro, dá as explicações do que aconteceu, etc. e tal, mas na linha de V. Exª e diz que não veio porque o convite, a aprovação na Comissão tinha sido feito para ouvir os dois lados, e só estava sendo ouvido um lado.

Nós estamos agora nessa situação.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Como ouvir apenas um lado se o Governador de São Paulo, aqui representado pelos seus principais secretários da área da Justiça...

E mais, eu conversei, e ao lado do Senador Aloysio Nunes, convidando, não para o dia que ele, inclusive, havia protestado, mas para o dia 23, que seria hoje, para dar o tempo suficiente. E sabia o Senador Aloysio Nunes, porque eu concordei inteiramente com a proposição de também tratar dos outros assuntos, do Acre, do Distrito Federal e todos. Mas, como esse assunto era importante ser tratado o quanto antes e dada a sua complexidade, sim, seria adequado que pudesse ser dedicada aqui uma reunião inteira, uma audiência inteira, para depois tratarmos dos outros assuntos. Então o Senador Aloysio Nunes sabia per-

feitamente que, hoje, seria a questão do Pinheirinho, assim como o Secretário Sidney Beraldo. Eu conversei com ele, e foi feita a data adequada para a presença da Secretária Eloisa Arruda, da Justiça, e do Secretário da Habitação, Silvio Torres, assim como foram convidados os 4 juízes envolvidos nas decisões: o Presidente, Juiz Ivan Sartori, o Juiz Beethoven Ferreira, a Juíza Márcia Loureiro, e o outro Juiz Rodrigo Capez, que, inclusive, confirmou a sua presença, conforme está escrito na carta dele:

Venho respeitosamente comunicar a impossibilidade de comparecer à audiência pública do dia 23, não obstante haver confirmado minha presença e efetivamente comprado a passagem [que ele anexa] para atender a esse relevante compromisso.

Problemas supervenientes relacionados à necessidade de ele estar presente ali nas atividades do Presidente do Tribunal de Justiça o impediram de vir hoje, mas o direito de resposta e para que aqui não fosse uma audiência unilateral apenas no interesse do Partido dos Trabalhadores... Se não tivesse sido convidado, se tivesse apenas eu aqui falando, e os outros convidados, e não o do Governo do Estado, os juízes, aí, sim, ele poderia estar dizendo que seria desequilibrado. Mas eu, inclusive, saudei a presença do Senador Aloysio Nunes para que ele, primeiro, possa ouvir aquilo que ele acha que não ocorreu. Ele acha aqui que não ocorreu que uma pessoa tenha sido ferida. E aqui está o Sr. David Furtado, que levou um tiro de policial da Guarda Municipal, ao lado da sua esposa, Laura. E não fosse ele ter passado à frente, o tiro seria em Laura. Poderia tê-la matado, e ele foi atingido na coluna. Estão aqui os seus exames médicos para mostrar. Está aqui o vídeo das pessoas e das cenas ocorridas, onde ele diz que não houve violência.

Queira o Senador Aloysio Nunes ter a dignidade de ver este filme com as cenas, algumas das quais de emissoras de TV, demonstrando a violência ocorrida. Isso é preciso que se diga. E ele aqui veio me dizer que funcionárias minhas aqui fizeram declarações, elas foram testemunhas da barbaridade ocorrida ali no Campo dos Alemães. E é importante que ele possa ouvir, possa ouvir e possa trazer aqui o comandante da PM, o Sr. Álvaro Camilo.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – *O.k*!

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – E eu quero dizer, eu ouvi do Governador Geraldo Alckmin. Eu vou exigir a apuração rigorosa dos fatos que mencionei, que ouvi as testemunhas de abuso sexual perpetrado, não pela corporação Polícia Militar, pela qual tenho o maior respeito, mas é preciso que o Senador Aloysio Nunes possa ser rigoroso na apuração daqueles fatos. Ele aqui veio dizer que não era verdade. Quero que ele escute, então, ao meu lado, o depoimento das moças que foram objeto de abusos sexuais indizíveis. Mas eu as ouvi e os achei tão relevante, que os levei, sim, à tribuna do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PT – RS) – Ok.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – E eu o convido para estar aqui e não abandonar a Comissão de Direitos Humanos, porque eu também estarei aqui...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PT – RS) – Eu agradeço a V. Exª.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – ...quando for debatido o problema do Distrito Federal, do Acre, da Bahia, de Fortaleza, de onde ele quiser. Mas eu não fugirei ao debate.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PT – RS) – Eu agradeço a V. Exª.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PT – RS) – Apenas se eu pudesse, no meio dos dois, falar também. Permite que eu fale primeiro?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PT – RS) – O pronunciamento de V. Exª é importante porque na televisão, geralmente, V. Exª fala com muita elegância, muito macio. As pessoas, inclusive, me perguntam "mas como o Senador Suplicy é tão calmo, tão tranquilo; ele não luta, ele não fica bravo?" Eu digo "não, eu já vi ele bravo; quando ele fica bravo, ele..." V. Exª agora deu um desabafo. É bom às vezes aparecer.

Mas eu quero apenas dizer o seguinte... O Secretário da Mesa me informa o seguinte: o Senador Suplicy apresentou um requerimento com relação a Pinheirinho. O ilustre Senador apresentou, o Senador Aloysio Nunes, inclusive com a assinatura do Senador Paulo Paim também...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PT – RS) – O Senador Aloysio, como não era membro da Comissão, o Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão, assinou junto o requerimento convocando a Srª Rita Silva José Pereira Gonçalves, convocando os Srs. José Adelson Jaminava e Marcos Filho, convocando a Srª Almerinda Neves e convocando o Sr. Hudson Silva para também comparecerem à Comissão.

Informa-me o Secretário da Comissão, Senador, que, na hora de fazer os convites, o Senador Paim decidiu que não era de fazer tudo no mesmo tempo, mas fazer uma convocação para cada um desses re-

querimentos. Então, hoje seria esse e todos os quatro requerimentos apresentados por V. Exª serão também convidados para virem a esta Comissão.

É a informação que me dá o Secretário da Comissão.

Então, a decisão que...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – E o Senador Aloysio sabia disso.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PT – RS) – Calma! Calma! Calma!

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu estou calmo.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PT – RS) – Então, eu estou apenas querendo informar que é a informação que está me trazendo o Secretário. Eu realmente estranhei quando vim aqui, porque para esta reunião só está convidado o pessoal do Pinheirinho.

Então, quero apenas dizer a V. Exª que me informa o Secretário que a decisão do Presidente Paim foi de, em vez de fazer todos ao mesmo tempo, fazer uma reunião. Além desta, haveria mais quatro reuniões para ouvir as pessoas referidas por V. Exª.

Então, eu fico aqui para decidir. Temos duas saídas e eu apelo para que V. Exª fique. Ou suspendemos esta reunião, marcando outra para quando vier todo mundo, ou cumprimos o que o Senador Paim fez, que foi ouvir esta e depois ouvir as outras.

Com toda sinceridade, acho que seria até uma deselegância com todas as pessoas que estão aqui, que, afinal, foram convidadas.

Acho que, então, ouvimos essas e eu assumo o compromisso, eu assumo o compromisso de que todas as pessoas solicitadas por V. Exª também serão convocadas para esta Comissão.

V. Exª concorda?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, permite-me?

Em primeiro lugar, quero dizer a V. Exª que eu não me intimido com os gritos do Senador Suplicy. Realmente não. Pode gritar à vontade, que isto não me impressiona. Não me impressiona.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PT – RS) – ... dizer é que o Senador Suplicy tenho certeza de que vai retirar do pronunciamento dele quando ele falou com relação à dignidade de V. Exª. Ele e eu sabemos que, em termos de dignidade, ninguém dá aula a V. Exª. Tenho certeza de que o Senador Suplicy retira.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com certeza. Eu não ofendi a dignidade do Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – O senhor quis se colocar como árbitro da minha dignidade, condição que eu não lhe reconheço, Senador Suplicy. Nem a ele nem a ninguém.

O que eu quero dizer, Sr. Presidente, é o seguinte: não entendo por que tinha que ser dada prioridade ao caso Pinheirinho. Só se dá prioridade, nesse caso, de natureza política, porque os outros episódios a que me referi são, inclusive, anteriores, mas se resolveu fazer primeiro o caso do Pinheirinho sem sequer tomar qualquer providência, a não ser essa que V. Exª anuncia agora com a sua autoridade de vir a convocar no futuro. Se tivesse pelo menos já designado data para as demais, eu concordaria em imaginar que nós seguíssemos uma sequência. Agora, não há data. Essa reunião foi convocada dessa forma, para colocar o caso do Pinheirinho...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Na próxima reunião da Comissão já é a primeira das pessoas. Na próxima reunião, segunda-feira... *(Pausa.)*

Estão me informando que já está convocado para segunda-feira. *(Pausa.)*

Vamos mudar o outro assunto e fazer esse aqui. Explique o outro assunto e trocamos. Segunda-feira que vem fazemos sobre isso aí.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu cumprimento V. Exª pela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Segunda-feira que vem nós vamos ouvir as pessoas solicitadas por V. Exª. Eu assumo esse compromisso.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Perfeitamente. Nessas condições, sob a Presidência de V. Exª, e reafirmando que não me deixo intimidar por gritos, Senador Suplicy, nem de V. Exª e nem de ninguém. Sabe disso? De ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – V. Exª deve ver que é a primeira vez que fala assim. Ele passa dois anos falando baixinho, e uma vez é assim. Mas ele não quis atingir V. Exª. Sou irmão do Suplicy, conheço-o. Ele é exageradamente calmo. Às vezes, deveria gritar mais, e não grita, principalmente lá no PT, que não faz as coisas que ele faz, mas deveria fazer. Se o PT fizesse o que o Suplicy faz, a situação hoje seria diferente.

Então, OK. Vemos o filme ou não? Todos concordam?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Vamos ver o filme.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Será na próxima segunda-feira então. Diga para o Suplicy que foi decisão daqui cancelar aquela reunião e marcar essa.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, dado o seu espírito de respeitabilidade, se exagerei em qualquer de minhas palavras junto ao Senador Aloysio, quero cumprimentá-lo numa saudação de respeito.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Com certeza.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – O que nós temos aqui, Sr. Presidente, desde a chegada dele...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – São dois patrimônios deste País. O Suplicy e o Senador do PSDB são dois patrimônios da política brasileira, V. Exªs. O que tem de melhor, de mais sério, de mais digno, de mais correto, no Brasil e neste Congresso, e que eu conheço, são os dois.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Quero registrar, Sr. Presidente, e ele sabe disso, que desde a chegada dele aqui nós temos tido muitos pontos de concordância em defesa do interesse público e de São Paulo. E temos colaborado um com o outro. Então, se me permite, vou até aí cumprimentá-lo para que possamos restabelecer a boa convivência. *(Palmas.)*

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Pedro Simon, coincide de as pessoas do Pinheirinho estarem chegando.

(Continua a apresentação de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Muito obrigado.

Em primeiro lugar, meus cumprimentos. À margem do conteúdo, a parte técnica do filme foi de primeira grandeza. Um documentário para se exibir em qualquer lugar. Suplicy, um baita filme, hem? Na parte técnica, inclusive.

Como é que vamos fazer agora?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Que ideia vocês apresentam?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Uma possibilidade seria, quem sabe, primeiro, ouvir um pouco da origem da história do Pinheirinho. Se achar adequado, estão aqui alguns representantes e advogados que poderiam historiar.

Também sugeriria que desse o seu depoimento o Sr. David Furtado e a Srª Laura, porque inclusive estão no Pinheirinho desde o começo, há oito anos. Eles dariam o seu depoimento pessoal sobre o que ocorreu com eles.

Mais uma possível sugestão nesse sentido é que poderíamos ouvir aqui a palavra de um daqueles que coordenou o movimento desde o começo. O seu nome é Valdir Martins de Souza. E eu acho que seria até uma oportunidade, se ele relatar a sua história e a história do Pinheirinho, de o próprio Senador Aloysio Nunes poder conhecê-lo melhor.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Esse não está na relação dos convidados.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Mas eu gostaria de sugerir porque ele foi referido...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Mas não está na relação dos convidados.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sim, mas, se todos estiverem de acordo...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – V. Exª acha que... Primeiro ouve-se ...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Não, mas pode ser em outra ordem. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Então com a palavra o líder do movimento, ...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Valdir Martins de Souza.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Valdir Martins de Souza.

Pode vir sentar aqui. *(Pausa.)*

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Na comunidade as pessoas o chamam de Marrom. Ele chegou inclusive, diante do discurso do...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Mas por que o Marrom?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Ele poderá explicar. *(Risos.)*

Como aconteceu outro dia um discurso do Senador Aloysio Nunes, o Marrom se sentiu na responsabilidade de escrever uma carta para melhor esclarecer o que havia dito o Senador Aloysio Nunes.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Com a palavra, então, o Sr. Valdir.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Se ele por acaso quiser ter em mãos a carta.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Vamos ver o depoimento dele. A carta todo mundo já recebeu. Acho que...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Não, essa carta só eu que recebi. Ele escolhe a forma como ele preferir.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – ...o seu depoimento.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Tem a carta aí.

Conta um pouco da sua história e como começou o Pinheirinho, por favor.

O SR. VALDIR MARTINS DE SOUZA – Meu nome é Valdir Martins de Souza, conhecido como

Marrom, certo? Sou do norte do Paraná. Comecei minha atividade...

Noutro dia, o Senador Aloysio Nunes me chamou de parasita, certo? E eu acho que jamais alguém poderia chamar alguém de parasita sem conhecer a sua história, não é Senador?

É o seguinte, eu trabalho desde os oito anos de idade. Comecei a trabalhar no Paraná, para quem conhece o Paraná, na plantação de feijão, de arroz, de milho. E trabalhei ajudando o meu pai e os meus irmãos na cidade em Apucarana, no Paraná. No Paraná, aos treze anos perdi um dedo. Está aqui, ó, um dedo. *(Pausa.)*

Nunca recebi uma indenização. Como perdem dedo e parte do corpo várias e várias milhares de pessoas neste País inteiro, na plantação de rami, na colheita de algodão, na plantação de milho, no corte de cana, na cortação de sisal e quebrando coco de babaçu no Norte deste País ou no nordeste deste País! Até hoje não fui indenizado, porque não tinha carteira fichada, assinada.

Depois, em 1976, fui para São José dos Campos. Em São José dos Campos, trabalho até hoje com carteira assinada. Tenho a minha carteira assinada. Trabalhei na São Paulo Alpargatas, trabalhei no Correios, Empresa de Correios e Telégrafos, trabalhei na Phillips, trabalhei na Avibras, empresa que faz míssil em São José dos Campos. Trabalhei na Rhodia, e até hoje trabalho na Tecsat. Tecsat é essa que entrou com pedido de falência, e a Tecsat pediu recuperação judicial. Hoje têm centenas de trabalhadores que não receberam o seu salário, porque o Banco do Brasil não quis fazer acordo conosco. E, hoje, não sou aposentado ainda. Tenho 54 anos de idade e tenho 37 anos trabalhados, só não sou aposentado. A Tecsat há 14 anos não recolhe o meu Fundo de Garantia e nem recolhe INSS, senão eu já estaria aposentado, certo? Eu não vi nenhuma juíza neste País obrigar a Tecsat a recolher o Fundo de Garantia dos trabalhadores. Não vi nenhuma juíza deste País mandar a Tecsat vender os terrenos que ela tem no Estado de São Paulo e pagar os trabalhadores que até hoje não receberam. Não vi nenhum juiz fazer isso.

Por isso que luto bastante. Não sou parasita. Sou trabalhador, e trabalho há 37 anos com carteira fichada, certo? Nunca dependi de ninguém para tocar a minha vida. Pelo contrário, estão aqui os moradores do Pinheirinho, e eles sabem muito bem que, do meu salário, eu tirava dinheiro para comprar cesta básica para ajudar o pessoal. Mas toda vez, Suplicy, toda vez que existir algum conflito agrário, algum conflito na escola, algum conflito em qualquer lugar deste País, a primeira coisa que fazem é criminalizar o movimento. Isso começa desde muitos anos atrás, certo? Jesus Cristo, crucificaram; Joana D'arc, mandaram queimar; Tiradentes, enforcaram. É assim que funciona. E só ver a história daqui a cem anos que vamos ver. Então, é por esse tipo de coisa que a gente tem que lutar neste Pais; é para que as coisas não aconteçam. E depois a pessoa fica recebendo medalha e tem um dia de feriado, igual aconteceu com Tiradentes. Não pode ser desse tipo.

Nós vivemos num país onde acompanho, desde pequeno, a vida de todo mundo. Agora, pergunto aqui, Suplicy, Senadores, e o Naji Nahas, um homem que é proibido de entrar em quarenta paises, um homem que acho que nunca passou em São José dos Campos, tem um terreno que há quarenta anos não paga impostos nem para o Governo Federal e nem para Prefeitura de São José dos Campos, mas, se qualquer trabalhador brasileiro neste País que passa cinco anos sem pagar IPTU, a casa dele vai a leilão, por que o Naji Nahas ficou quarenta anos sem pagar imposto e até hoje ninguém fez nada? Porque lá quem estava morando era pobre. Eu tenho dúvida de que, se fossem pessoas ricas, tivesse sido desocupado o terreno.

Então, esse terreno, essa ocupação começou em 2004, num terreno que há trinta anos não cumpria a função social, um terreno da massa falida Seletrica, que nunca teve um funcionário, que era uma empresa de lavagem de dinheiro, inclusive o escritório dessa empresa fica no Panamá.

Fizemos lá no Pinheirinho o seguinte: ocupamos e dividimos as terras, 250 metros quadrados para cada morador. Hoje sabemos que existem pessoas neste País que têm casa onde nascem os filhos e, às vezes, é tão grande a casa que o pai só consegue ver o filho quinze anos depois, porque não consegue entrar dentro dos cômodos, de tão grande que são as casas. Agora, por que o povo brasileiro, por que o povo pobre tem que morar num cubículo? Por que o povo pobre tem que morar em casas pequenas, onde às vezes o filho não consegue estudar porque tem que estudar onde a mãe está fazendo o almoço? Onde o pai está assistindo à televisão? Achamos que casas para os pobres têm que ser de um tamanho adequado, por isso fizemos 250 metros naquele local. Dividimos, fizemos as ruas e construímos as casas. E mais ainda, construímos as casas e mostramos ao Brasil inteiro que é possível fazer casas baratas, é possível que a sociedade se una e faça casas baratas. Isso foi o que fizemos em São José dos Campos.

Nós fizemos, em São José dos Campos, uma cidade chamada Pinheirinho que era exemplo, é exemplo para todo mundo. Tivemos no Pinheirinho milhares e milhares de pessoas que viviam felizes, tivemos no Pinheirinho vários estudantes do Brasil inteiro visitan-

do o Pinheirinho, vários movimentos do mundo todo visitando o Pinheirinho. Ali era é um exemplo de como essa cidade toca. Oito anos sem acontecer um assassinato dentro do Pinheirinho. Oito anos! Fizemos festas e não precisamos da guarda municipal, da polícia e de nenhum instrumento da Prefeitura para fazer nossas festas. Nas nossas festas não teve um crime. Será que isso não pode acontecer no Brasil? Tenho certeza que, se tivesse crime no Pinheirinho, o pessoal aplaudia.

O que acontece? Hoje em todo o País quem faz casa para pobre são os empresários da construção civil e nós mostramos que não precisamos desses empresários: nós sabemos fazer as nossas casas, nós sabemos fazer as nossas ruas.

Senador Aloysio Nunes, lá, no Pinheirinho, passa a estrada Imperador – Imperador é chamada a estrada. Quem fez a estrada foi o pessoal há muitos anos, com seus burros, levando os cafés. Certo? E aquela estrada está asfaltada, porque o trabalhador sabe fazer estrada. O trabalhador sabe fazer asfalto, o trabalhador sabe fazer casas, e nós provamos que nós sabemos fazer casas baratas para o trabalhador, muito baratas. O que o pessoal quer é fazer casas superfaturadas, com preços muito altos, para sobrar dinheiro para fazer campanhas. Esse tipo de coisa nós não aceitamos. Por isso, quando apareceu a empresa no Paraná, a Terra Nova, querendo fazer casas, eles queriam fazer com preços muito elevados.

Eu entendo que saúde, educação, transporte e segurança pública são deveres do Estado. E, principalmente, moradia é dever do Estado. No dia em que as empresas forem fazer tudo isso, não precisaremos mais de parlamento, não precisaremos de governador, não precisaremos mais de prefeitos. Deixa as empresas tocarem. É isto que a *Época* estampou na cara, que nós éramos contra. Nós não éramos contra fazer as casas. Nós achamos que é o Poder Público que tem que fazer as casas. Não pode ser com uma empresa fazendo casas e vendendo a preços altos, e nós provamos isso, provamos que é possível fazer casas baratas.

Vocês ouviram o depoimento desse pessoal aí. Eles trabalhavam catando reciclagem e fizeram suas casas, e não fizeram barracos, não, mas casa boa, com azulejo, cerâmica. Casas boas.

E mais ainda, a própria CDHU, através do Silvio Torres, esteve dentro do acampamento, a pedido do seu Governador, Alckmin, e disse: "Vai lá." O Silvio Torres fez uma assembleia com 400 moradores dizendo, e nós temos gravado isso aí: "Eu vou dar a chave para cada um de vocês, das suas casinhas. Eu vi um projeto e aqui o CDHU não precisa fazer mais nada quase. É só consertar o arruamento e fazer a urbanização, porque vocês provaram que sabem fazer as coisas." De repente, no meio dessa negociação, no meio de tudo isso aí, o Silvio apareceu, o Alckmin deu a ordem e fomos expulsos das nossas casas. Por quê? Para devolver o terreno para o Naji Nahas? Um empresário que não precisa de terra? O que é mais interessante: o direito à propriedade ou o direito à vida? Quer dizer que pobre não tem direito neste País?

Eu não estou dizendo que nós teríamos que tomar as terras do Naji Nahas, eu não estou dizendo isso. Estou dizendo o seguinte: o próprio Naji, em abril, tinha dito que não queria mais as terras. Tinha concordado com isso. Quem escreveu foi Luiz Nassif, grande jornalista. Ele disse que não queria mais as terras. E por que essa ganância de tomar as terras? Senador, é o seguinte: essa ganância é para mostrar para o Brasil inteiro que pobre não pode se organizar; é para mostrar para o Brasil inteiro que pobre tem de ficar quietinho e não pode reclamar; é para mostrar para o Brasil inteiro que o movimento social não pode agir. Se hoje não tem escravatura mais no Brasil, quem derrubou a escravatura foi o movimento social deste País; quem fez as Diretas Já foram os movimentos sociais deste País e quem vai acabar com essa questão de débito de moradia, neste País, são os movimentos sociais, porque, se for esperar pela boa vontade dos políticos deste País, não vai ter solução.

Então, o movimento não vem para debater contra o governo, porque nós sabemos que somos pequeninhos. Não tem nem lógica o Pinheirinho ir contra a tropa de choque mais poderosa do Estado. Nós sabemos que a tropa de choque vai lá e derruba. Se nós fizéssemos mil pinheirinhos, derrubava no dia. O poder do Estado é terrível: ele amassa, principalmente quando o poder do Estado bate sobre pobre. Eu não vejo nenhum poder de Estado derrubar casa rica. Eu vou a Ubatuba, eu vou a Campos do Jordão e vejo mansões e mansões feitas nas perambeiras de Campos do Jordão, mas eu não vejo o poder público do Estado de São Paulo derrubar aquelas mansões, porque é rico que mora. Inclusive, eu estive em Campos do Jordão, queimando pneu, como eu sempre faço, e queimo com todo o prazer, para mostrar que estamos unidos. Lá desocuparam as casas e foi feito assim: a casa rica ficava, a casa pobre saía. Eu perguntei: "Mas por que isso? É porque a casa rica tem fundação, ela não vai cair. Só pode cair a casa pobre. Quer dizer, pobre tem de ser escorraçado neste País. Então, esse tipo de coisa não vai dar certo. Dá para viver rico e pobre. Tem de o pobre viver, mas acho que nem as migalhas, nem as migalhas estão sobrando para os pobres mais neste País; nem as migalhas estão sobrando mais.

Então, o que foi feito em São José dos Campos, Suplicy, foi uma covardia, foi uma covardia. Eu costumo dizer e falo – sei que está sendo transmitido ao vivo – que aquilo ali não foi uma desocupação, aquilo ali não foi um massacre; aquilo ali foi um estupro, um estupro social que aconteceu neste País. O Brasil foi estuprado socialmente, quando aconteceu a desocupação de São José dos Campos. Foi o poder do Estado mostrando que pobre não tem vez no Estado de São Paulo e que pobre tem de ficar esperto, porque, se acontecer, vão fazer de novo. Aquilo foi o Estado mostrando o poder, dizendo: "Olha, se fizer casa, a gente vai derrubar. Aqui, vocês vão ter de receber as casinhas do jeito que nós fizemos, do jeito que nós queremos, e vocês vão morar do jeito que a gente quer. Vocês vão estudar na escola que nós fizermos e do jeito que nós queremos. Aqui vocês não têm direito de opinar."

O Pinheirinho era uma organização nossa. Toda segunda-feira tinha reunião de coordenação; toda terça-feira tinha reunião de núcleos e todo o sábado tinha assembleia. Tudo que era aplicado no Pinheirinho, era votado em assembleia, votado em assembleia com a maioria quase absoluta. A maioria que decidia. E quando eu presidia uma assembleia, eu ficava contente, porque eu sabia que o povo estava agindo, e eu obedecia ao povo, diferentemente do que acontece com algumas coisas que a gente vê neste País. Eu obedecia.

Então, é isso que eu queria concluir aqui dizendo: para reparar o que foi feito no Pinheirinho, só existe uma solução, que é a desapropriação do terreno e a construção lá das casas para aquele povo. Aí seria dignidade, não só para aquele povo, mas para o próprio Governo do Estado de São Paulo e para o próprio Prefeito. Até hoje, Suplicy, até hoje, não foi um secretário, um secretário do Prefeito, em nenhum desses abrigos. O Prefeito nunca passou nesses abrigos, a juíza nunca apareceu em nenhum desses abrigos para mostrar o descaso – certo? – que as pessoas fazem com as pessoas pobres deste País. Eu tenho certeza de que, se fosse Esplanada; eu tenho certeza de que se fosse Jardim Apolo que tivesse sofrido qualquer tipo de catástrofe, estava toda a Prefeitura, estava todo o Governo de Estado querendo ajudar os ricos. Agora, quando é pobre, infelizmente, é isso.

Agora, minha história está aqui, Aloysio, e eu queria passar para você depois ler, porque eu acho que, quando a gente fala as coisas, tem de ter certeza do que está falando. Eu sou um cara trabalhador, com 35 anos de carteira fichada. Está certo? Não sou nenhum parasita. Parasita, você sabe muito bem o que é, e não sou eu, está bom?

Muito obrigado e bom dia. *(Palmas.)*

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Maria Laura da Silva de Souza. *(Pausa.)*

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – O casal, a Maria Laura e o David podem, quem sabe, sentar-se juntos, Presidente, já que são companheiros, marido e mulher? Se V. Exª achar adequado...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu, apesar de ter sido desrespeitado por este senhor que está aqui ao meu lado... Eu fui desrespeitado por este senhor que está aqui ao meu lado. Ele me disse o seguinte quando eu perguntei ao depoente Marrom onde ele trabalhava; fui interrompido de uma maneira mal-educada, desrespeitosa pelo senhor que está ao meu lado, que me perguntou: "Onde é que o senhor trabalha?" Eu respondi: "eu trabalho aqui no Senado". Ele disse: "Então eu quero dizer que o senhor trabalha muito pouco para o que o senhor ganha". É este senhor que está aqui, mas eu não sei quem é. Ou seja: ele vem aqui para desrespeitar um Senador. Esse é o ambiente que se cria nesta Comissão de Direitos Humanos.

Eu queria fazer algumas perguntas ao depoente, pois me interessa saber a origem do movimento e algumas coisas que dizem respeito ao incidente propriamente dito. Agora, não estou aqui para ser desrespeitado por ninguém. Não estou aqui para ser desrespeitado por ninguém! E peço a V. Exª, Sr. Presidente, que restabeleça... Que tome satisfações desse senhor que está aqui ao meu lado e que se dirigiu a mim de maneira absolutamente inaceitável – repito: absolutamente inaceitável!

O SR. JOSÉ MARIA DE ALMEIDA – Se o Senador me permitir... O Senador Aloysio não é meu porta-voz.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – V. Sª não está na lista dos convidados. Nós o recebemos muito bem, mas não pode desrespeitar o Senador.

O SR. JOSÉ MARIA DE ALMEIDA – Sem dúvida nenhuma. Até agora nós é que formos desrespeitados pelo Senador, Senador Pedro Simon. Então, se o senhor me permitir, na ordem que o senhor decidir, eu queria fazer uso da palavra. Eu sou Presidente Nacional do PSTU. Nós já fomos achincalhados aqui duas vezes pelo Senador. Estamos aguardando com toda a paciência, mas eu queria depois fazer uso da palavra.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, pela ordem. Eu só queria saber qual a metodologia: nós vamos poder fazer perguntas aos convidados? (*Pausa*.)

Depois que todos forem ouvidos.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – O que penso é que o tempo está avançando

e eu faria um apelo no sentido para que fôssemos um pouco mais rápidos para podermos fazer a gentileza de que as pessoas possam falar. Então, o apelo é no sentido de que haja rapidez.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu tinha interesse em ver esclarecida uma questão pelo depoente anterior, que é o líder do movimento. É importante! Queria...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu concordo, Sr. Presidente. Não acho que haja prejuízo. Será oportuno que o Senador Aloysio possa fazer perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Só que nós não podemos ouvir um e fazer perguntas... Vamos ouvir uma meia dúzia e depois a gente faz as perguntas. Se ouvirmos e abrimos para o debate, não sairemos do segundo.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Está bem.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Então, acho que devemos ouvir alguns e, depois, quando os colegas chegarem e pudermos fazer o debate, V. Exª está inscrito para ser o primeiro a fazer as indagações. V. Exª será o segundo.

A SRª MARIA LAURA SILVA DE SOUZA – Bom dia a todos.

Eu era moradora do Pinheirinho, infelizmente. Houve a desocupação. Isso não é segredo para nenhum país. O segredo é o seguinte: a mídia publicou uma desocupação que teria sido um sucesso, que foi passiva. Só que o fato de uma enorme área de terra daquele tamanho, com a quantidade de moradores, se fosse um sucesso, com muita passividade, não teria destruído o acampamento em questão de horas. Então, por aí, todo mundo já vê que não foi nada de desocupação passiva. E tal é que fomos despertados por volta de cinco e meia da manhã naquele domingo. Ao sair de casa, somente com a roupa do corpo e nosso bebê de onze meses, fomos escorraçados, sem valor nenhum de nada, sem direito a sequer olhar para trás.

Fomos enganados! O que falaram para nós: "Saiam, saiam! Vão para o centro esportivo que lá vocês terão toda assistência". Assistência essa que estamos até hoje esperando. Fomos para a tenda. Como era tão cedo, a quadra estava fechada. Então, a população, a comunidade começou a sair do acampamento em direção às tendas, mas, com as tendas fechadas, as ruas começaram a ficar movimentadas, com muito tumulto. A população querendo se esconder das balas de borracha que estavam no chão e das bombas que o helicóptero jogava. Então, a população não sabia como fazer para se socorrer, para se proteger. Pessoas subiam, pessoas desciam clamando por socorro por todas as misericórdias.

Infelizmente, quando fomos para a quadra, chegamos lá, estava um tumulto só! Não sabíamos se era tiro de borracha, se era bala, o que acontecia. Mas, como eu estava com muita atenção para ver se o portão da quadra ia abrir para a gente entrar logo para dentro da quadra, pensando que lá fosse o refúgio, fomos surpreendidos pelos guardas com armas em punho, disparando balas de verdade em direção da população.

A bala seria para mim, porque eu estava na frente. Eu vi quando o guarda tirou a arma e apontou na minha direção. Seria... Na distância em que ele estava para a distância em que eu estava, ele tinha apontado aqui na minha nuca. Eu sai correndo e gritando para ele, e mais quatro vizinhos que estavam: "Gente, vamos correr, porque eles vão disparar!" Quando eu fechei a boca, ele me empurrou e caiu. Quando eu olhei para traz para puxá-lo, não deu mais tempo. Ele já estava atingido. Eu corri também, porque, na hora em que eu fui puxá-lo, eu vi que o guarda veio na direção, disparando ainda mais balas.

Se fossem balas de borracha, o chão não teria ficado perfurado. A parede de frente às quadras não teria ficado perfurado. Pelo pouco conhecimento que eu tenho, não foi só uma bala. Visivelmente, não foi bala de borracha. Se fosse bala de borracha, ele não teria ficado 17 dias no hospital. Está com sequelas.

A situação, por enquanto, é essa. Muito triste, muito dolorosa. Todos sabemos que a terra não era nossa, mas ninguém nunca se negou a pagar, a fazer o que fosse necessário. Por que esperaram tanto tempo? Depois de oito anos vieram fazer isso! E não foi uma desocupação. Na verdade, os profissionais que foram para aquela área foram para exterminar, foram para massacrar, foram para escorraçar. Realmente o que aconteceu.

Foi essa a minha experiência!

O SR. DAVID WASHINGTON CASTOR FURTADO – Bom dia a todos. Fui eu que levei o tiro...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS) – Com a palavra V. Sª.

O SR. DAVID WASHINGTON CASTOR FURTADO – Posso falar? *(Pausa.)*

Para o Senador Aloysio Nunes ficar ciente do que aconteceu, está aqui o laudo médico, Dr. Rogério. Estou com sete sequelas nas raízes dos nervos da perna esquerda. Tenho um exame para fazer profundo. Chama-se eletroneuromiografia. É muito dolorido. No exame consta, e fala, que é bala letal. Isso para o senhor ficar ciente. Então, não era bala de borracha, era bala de verdade que eu recebi. Fiquei dezessete

dias passando sofrimento no hospital. Eu não desejo isso para ninguém, para nenhum ser humano: primeiro, perder uma casa e, depois, levar um tiro. Eu poderia ficar paraplégico.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Quem foi que atirou?

O SR. DAVID WASHINGTON CASTOR FURTADO – Guarda municipal.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Não foi a PM?

O SR. DAVID WASHINGTON CASTOR FURTADO – Não. Isto eu afirmo para o senhor quantas vezes o senhor quiser ou outras pessoas: guarda municipal. Mas a PM também fez coisas feias lá com o Sr. Ivo. Eu sou testemunha. Ela também é testemunha. Ele está UTI no mesmo hospital em que eu estava. A situação dele é muito séria. A minha, eu estou respirando; estou vivo, graças a Deus! Estou andando, mas com dificuldade. Mas a dele é pior. Está internado até hoje!

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Poderia mostrar onde foi o tiro, por favor? Pode mostrar.

O SR. DAVID WASHINGTON CASTOR FURTADO – Licença.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Se a Maria Laura puder levantar a camisa dele e mostrar, por favor.

Presidente Pedro, eu pedi para mostrar a ferida, por favor. Levante de novo a camisa, para o Senador Presidente Pedro Simon poder ver *(Pausa.)*

Sr. Presidente, eu pediria a gentileza de ambos, por serem vizinhos do Sr. Ivo... O Sr. Ivo é pessoa de idade, acho que próxima de 80 anos, ou 70 e tantos, que foi agredido – vou pedir ao David, que viu... – foi agredido por policiais militares.

Esse é aquele senhor que está no hospital, no mesmo que você ficou, que o senhor ficou, e que foi dado como tendo um AVC. O próprio Prefeito, eu estava ao lado dele, quando ele recebeu a notícia e falou: "Ah, foi AVC, não foi a polícia?"

Eu pediria, portanto, a ambos que testemunharam, que digam o que aconteceu com o Sr. Ivo. Se souberem o sobrenome dele, agradeço, também.

O SR. DAVID WASHINGTON CASTOR FURTADO – Não sei o sobrenome. Só sei...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Ivo Teles dos Santos.

O SR. DAVID WASHINGTON CASTOR FURTADO – Ivo Nele dos Santos?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Teles dos Santos.

O SR. DAVID WASHINGTON CASTOR FURTADO – Obrigado, Senador.

Então, foi isso que ocorreu. E...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – O que ocorreu? Descreva o que ocorreu.

O SR. DAVID WASHINGTON CASTOR FURTADO – Com o Sr. Ivo?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – É.

O SR. DAVID WASHINGTON CASTOR FURTADO – Antes de eu levar o tiro, eu vi o Sr. Ivo. Ele estava sem camisa, descalço, atordoado. Tiraram-no da casa dele, conseguiram, e aí eu acho que ele estava tão atordoado que ele queria voltar para pegar algum pertence, algum documento, não sei. E eu pedi a ele: "Fique aqui, Sr. Ivo. Não vai, porque eles vão espancar o senhor." Aí ele foi em direção ao pessoal do Choque, e aí foi que um oficial que não estava com os equipamentos do Choque deu uma rasteira nele e começou a espancar com o cassetete. Nós vimos isso, eu e minha esposa. Não estou aqui para aumentar nem diminuir. Estou aqui para falar a verdade, para todo mundo ouvir o que aconteceu. E ele foi muito... Levou muito tiro, levou muita porrada, e está internado. Está internado até hoje na UTI, no mesmo hospital em que eu estava.

Outro cidadão foi atropelado por uma mulher, devido à bomba de efeito moral que jogaram dentro do carro dela. Vinha passando. Não tinha nada a ver com a história. Foi atropelado e chegou a óbito. Ele estava no quarto antes do meu. Foi isso que aconteceu.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – O nome desse senhor que faleceu era Antônio Dutra Santana?

O SR. DAVID WASHINGTON CASTOR FURTADO – É isso, exato. É isso mesmo. Chegou a óbito.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Muito obrigado, senhor.

O SR. DAVID WASHINGTON CASTOR FURTADO – De nada.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – O que faço agora?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Quem sabe possamos ouvir, Sr. Presidente, o Sr. Paulo Maldos, porque ele poderá não apenas falar das preocupações que o Governo Federal teve, inclusive em procurar uma solução para o problema, mas também porque ele esteve lá, no dia da reintegração, e procurou dialogar com as autoridades policiais, e também para que ele possa nos transmitir que preocupações tem hoje o Governo com vistas à solução do problema, porque é claro que isso será importante no diálogo, tanto com o Governo Estadual quanto com o Prefeito Eduardo Cury. Então, sugiro que ele possa ser chamado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Então, V. Exª está sugerindo que agora ouçamos as autoridades?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Quer dizer, seria o Sr. Paulo Roberto Martins...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Maldos.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Secretário Nacional da Articulação. Depois, seria a Srª Inês Magalhães, Secretária Nacional de Habitação.

O Senador concorda?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sim, claro.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Então, com a palavra o Sr. Maldos.

O SR. PAULO ROBERTO MARTINS MALDOS – Com todo o respeito, eu gostaria de proceder a uma inversão, se a Drª Inês Magalhães puder me preceder, porque ela pode contextualizar a história, desde 2004, da participação do Governo Federal.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Ótimo. Eu não tinha visto ainda a chegada da Srª Inês Magalhães. Acho que ambos...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – V. Exª acha que é mais interessante ela falar primeiro?

O SR. PAULO ROBERTO MARTINS MALDOS – Sim, inverter...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Ou é uma questão de gentileza, porque, como V. Exª é do Governo e as mulheres mandam no Governo, V. Exª quer que ela fale primeiro?

O SR. PAULO ROBERTO MARTINS MALDOS – É apenas para um contexto... Para ficar contextualizado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Peço a gentileza...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Podem ir os dois à mesa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Para que os dois venham à mesa, exatamente. E a senhora, por gentileza, fala em primeiro lugar. *(Pausa.)*

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pediria, sobretudo, que não apenas contasse o que aconteceu desde 2004 até agora, mas os possíveis encaminhamentos de soluções que obviamente dependem também da ação do Governo estadual e municipal.

Muito obrigado.

A SRª INÊS MAGALHÃES – Qualquer que tenha sido o motivo, eu agradeço a deferência para fazer uso da palavra.

Agradeço, em nome do Ministro das Cidades, o convite e cumprimento o Senador Pedro Simon e a todos da Comissão.

Na verdade, eu acho que o caso Pinheirinho certamente será objeto de debate, e esse é um deles, mas ele será objeto de inúmeros debates em todos os aspectos que merece, seja no aspecto de como iremos lidar com o limite do direito à propriedade *versus* o direito à moradia. Acho que esse debate, certamente, e o Senador Aloysio Nunes colocou, tem um aspecto importante que deve ser objeto desta Casa, assim como as condicionalidades que nós teremos que regular para que uma ordem judicial seja cumprida, assim como o atendimento das famílias quando da ocorrência ou quando da determinação do cumprimento desta ordem judicial.

Eu vou me ater a um dos aspectos somente que é participação dos Ministério das Cidades na tentativa de uma construção pacifica deste conflito.

Na verdade, nós acompanhamos este conflito desde 2005. Naquele momento, a que hoje é a Relatora Internacional do Direito à Moradia, a Professora Raquel Rolnik, fazia as primeiras tratativas no sentido da construção de uma solução para o caso Pinheirinho com a equipe municipal, no primeiro momento, e, no ano seguinte, inclusive com a participação de Vereadores, considerando que aquela área era uma área que demandava alteração do zoneamento, caso se optasse pela solução da regularização fundiária da urbanização daquela área.

Eu acho que uma das questões importantes para entendermos a participação do Governo federal neste episódio é ressaltar que a política nacional de habitação deste País dá-se por meio de uma cooperação federativa em que o Governo federal repassa recursos aos Estados ou aos Municípios para materialização desta política, principalmente quando se trata de urbanização dos assentamentos precários. O Governo Federal não faz esta ação diretamente. Ainda que o Governo Federal não faça a desapropriação, ele aceita, sim, na composição dos recursos que repassa aos Estados e Municípios, o valor do terreno. Este é um dos componentes que constituem esses valores.

Acho que é importante conhecer como é que a política nacional se dá para que possamos entender a nossa tentativa, por várias vezes, de negociação com o Município para que ele apresentasse um projeto de urbanização naquela área, o que jamais ocorreu, infelizmente.

Outra linha do política de habitação é, mais recentemente, o programa "Minha Casa, Minha Vida", mas, mesmo com o programa "Minha Casa, Minha Vida", é importante que o Município faça adesão ao progra-

ma e que ele assuma a organização da demanda das pessoas que vão ser os beneficiários dessa moradia.

Portanto, a nossa construção, desde 2006, vem no sentido de nos colocarmos à disposição, tanto do ponto de vista técnico quanto do ponto de vista do recurso, para que a Prefeitura pudesse apresentar um projeto para contemplar aquela área, seja pela urbanização daquela área, seja apresentando outros projetos em que, além, evidentemente, dos moradores de Pinheirinho, pudessem ser contemplados outros moradores.

Eu gostaria aqui de registrar o empenho pessoal do Secretário Estadual Silvio Torres, que, a partir de 2011, assume um protagonismo, também com bastante empenho, na tentativa de construir não mais uma solução entre Governo federal e Município, mas entre os três níveis de Governo; na tentativa de fazer um processo de negociação em que os três níveis, cada um com as suas competências constitucionais e com as suas atribuições, pudessem levar a bom termo um acordo.

Em relação à fragilidade do documento que foi citado, em relação à entrega desse documento já nos últimos dias do processo de negociação à Juíza, a fragilidade se deu justamente pela recusa do Município em participar junto com o Governo estadual e o Governo federal do processo de uma construção mais sólida em que declarasse quais seriam as suas disponibilidades e condicionalidades para a assinatura do acordo.

Na verdade, nós fizemos e continuamos à disposição para a construção do atendimento às famílias. Ressalto que, ainda que pudéssemos considerar que aquela área fosse uma área difícil, inadequada, o direito à moradia, de qualquer maneira, desses moradores poderia ter sido resolvido de outra maneira. Acho que essa é uma questão bastante importante.

São essas questões.

Nós temos tratado muito a vinculação da desapropriação da área como a solução do problema. Nós defendemos que, independentemente da intenção, da possibilidade, do valor, que, como eu disse, são debates que devem ocorrer em relação a Pinheirinho, a garantia do direito a moradia é um elemento fundamental.

O Governo federal continua à disposição para trabalhar em parceria com os outros níveis de Governo, ou seja, os Governos estadual e municipal. Está disposto a fazer isso. Temos já feito alguns levantamentos de áreas que o setor privado tenha para que a gente possa ofertar e negociar com o Município, que, ressalvo, é a autoridade que faz a regulamentação de uso e ocupação de solo e que, portanto, é quem deve autorizar a construção de qualquer unidade habitacional e de qualquer projeto que se faça em seu território.

Essa a garantia que nós queremos novamente registrar aqui: o Governo está à disposição para a garantia do direito à moradia à população do Pinheirinho, assim como às outras populações da cidade.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Muito obrigado a V. Exª.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, V. Exª me permite fazer uma pergunta?

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Eu pretendia falar agora.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pela oportunidade, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – V. Exª é o primeiro inscrito, após a fala...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – É porque diz respeito à posição do Governo sobre esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Pois não.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu perguntaria à Secretária de Habitação Nacional se o Governo brasileiro considera que a ocupação de propriedades particulares é um meio legítimo para o exercício desse direito à moradia e como deve ser, na opinião da Secretária, a atitude do Governo diante de ordens do Poder Judiciário no sentido da reintegração de posse nesses casos.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, é só uma questão muito breve. No entendimento do Governo, havia algum impedimento legal de regularizar a área, caso houvesse a desapropriação? Havia algum outro impedimento legal, se houvesse a desapropriação da área?

A SRª INÊS MAGALHÃES – Feita por quem?

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Por qualquer das instâncias.

A SRª INÊS MAGALHÃES – Na verdade, como eu coloquei, na política nacional de habitação, nós não previmos a desapropriação direta do Governo Federal para fins habitacionais, ainda que, na composição dos custos que ou o Município ou os Governos estaduais apresentem ao Governo Federal para pleitear esse recurso, seja possível o repasse do valor do terreno, tenha sido ele desapropriado, tenha sido ele comprado diretamente.

No caso específico de Pinheirinho, uma das coisas que precisaria ser resolvida é a questão do zoneamento. Aquela área é uma área de zoneamento para fins industriais. Então, ela precisaria ser alterada. A Prefeitura precisaria ter elaborado um projeto para que nós pudéssemos repassar esse recurso ao Município ou ao Governo do Estado, para que ele pleiteasse.

Senador, como disse, acho que certamente existem várias posições, vários aspectos do caso Pinheirinho que devem ser debatidos em relação à posição jurídica do direito à propriedade, do limite do direito à propriedade, em relação ao direito à moradia. O que eu estou dizendo é que não podemos fazer uma coisa *versus* a outra. O direito à moradia dessas famílias poderia ter sido garantido independentemente da ocorrência ou não de uma ação de desapropriação, independentemente de que nós apoiássemos ou não. Eu não respondo...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Mas é importante...

A SRª INÊS MAGALHÃES – Eu respondo pela ação. O que nós temos, como política de acompanhamento, de soluções de conflito, e já fizemos várias vezes, é uma equipe que propõe e abre o diálogo entre o Poder Público e os movimentos sociais para execução de um acordo a bom termo. Tanto nós como o Governo do Estado de São Paulo temos uma linha: reconhecemos os movimentos sociais como atores importantes para a execução da política habitacional. Temos, tanto o Governo do Estado de São Paulo como o Governo Federal, uma política de atendimento direto, inclusive de financiamento, aos movimentos sociais, reconhecendo-os como atores importantes na execução das nossas políticas, e, mais recentemente, inclusive em parceria com a soma de recursos para consecução desses financiamentos.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Mas a minha pergunta é outra Secretária. Eu quero saber se o Governo brasileiro considera que...

A SRª INÊS MAGALHÃES – É que eu não respondo pelo Governo brasileiro. Respondi isso ao Senhor. Da ação da política pública de habitação eu disse como nós procedemos.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sim, claro.

Veja bem, No Governo de São Paulo, existe um critério para o atendimento à moradia, que é o critério inicialmente apenas da inscrição cronológica, mas, depois, houve uma mudança na legislação permitindo que essa fila, digamos assim, pudesse ser de alguma forma contornada, no caso da remoção de famílias de área de risco, por exemplo, ou de urbanização de favelas. Nesse casos, há a possibilidade, digamos, de desrespeitar a fila, a lei permite isso.

Pergunto a Senhora se a ocupação de propriedade, na visão da Secretaria Nacional de Habitação, dá, confere a alguém o direito de prioridade em relação a outros. Aqueles que invadem terras particulares têm ou passam a ter preferência no atendimento a sua reivindicação por moradia em relação a outros que não fazem? Essa é a minha pergunta.

A SRª INÊS MAGALHÃES – Como eu disse, Senador, a Política Nacional de Habitação é uma política de caráter federativo. O critério de atendimento às famílias, quando se trata de provisão habitacional, além dos aprovados pelo Congresso Nacional de famílias em área de risco e de mulheres chefes de família, também acolhe e reconhece os critérios municipais definidos por um conselho de política pública de habitação municipal ou estadual. Em relação à urbanização dos assentamentos precários, a priorização também é feita pelo Município. Certamente, o Estado de São Paulo priorizou a Baixada Santista em certos aspectos, por conta da questão de risco. Priorizou Paraisópolis, priorizou... Certamente, tínhamos outras favelas.

O Governo Federal respeita a priorização. Acreditamos que os Municípios são as instâncias mais adequadas para definir o seu processo de priorização, e respeitamos esse acordo federativo que temos em relação à política de habitação.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Permita-me lembrar, Senador Aloysio, que áreas como Heliópolis, Paraisópolis e muitas outras em que o Governo estadual implementou programas habitacionais em cooperação com o Governo Federal eram áreas também ocupadas.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – O problemas, Senador, a delicadeza da questão do Pinheirinho, e essa é a questão central, é que tínhamos uma ordem judicial a ser cumprida, uma ordem judicial a ser cumprida. O Presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo requisitou a força policial para o cumprimento da ordem. Essa é a questão delicada. Havia uma ordem judicial. Houve uma tentativa de se revogar a ordem, por instâncias superiores, que foi frustrada, e, finalmente, o Presidente do Tribunal determinou que fosse procedida à reintegração de posse. Uma ordem judicial. Quer dizer, não foi, como disse o líder do movimento, o Governador Alckmin que mandou. Não! Quem requisitou a força policial foi o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Essa é a realidade. Esse é que é o fato delicado.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – O senhor me permite?

O SR. NÃO IDENTIFICADO – Mas quem dá ordem é o governador.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sim, esse tema é importante mais uma vez para provar que nós estamos sempre aqui apagando fogo.

Essa discussão sobre direito fundamental à moradia nós todos sabemos que existe. No confronto entre o direito à propriedade e o direito à vida do ci-

dadão, é óbvio, a dignidade da pessoa humana deve ser ressaltada e deve prevalecer como direito à vida. Isso é um fato.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Não. Isso é um fato...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Quem reconhece a relevância social da propriedade é o juiz no caso concreto. Essa que é a questão.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Eu vou chegar a isso, permita-me.

Só gostaria de fazer uma pergunta a ela, Sr. Presidente.

Isso é fato e é direito. Está na Constituição. Nós não podemos nos esquecer de que o direito à vida é um direito fundamental e deve prevalecer em relação aos outros. Ponto.

Agora, eu quero parabenizar a Senhora pelo seu trabalho, parabenizar a interlocução que União faz através da Secretaria nessas questões.

A pergunta é bem objetiva. A senhora fez referência que, desde 2005, a União Federal faz interlocuções, reuniões, para tentar minimizar aquela questão social que ali existe. Por que, de 2005 para cá, a União não manifestou judicialmente o interesse em desapropriar? Porque, se a União fizesse isso, por determinação constitucional, a competência para decidir seria da Justiça Federal. No art. 109, IV, da Constituição, está escrito isso. A União Federal fez isso ou não fez isso? Se não fez isso, por que não fez isso? Essas são duas indagações. Se era papel da União fazer isso, por que não fez? Se a questão era de zoneamento, a atribuição é do Município, de acordo com os arts. 29 e 30 da Constituição. Eu gostaria de que a senhora respondesse isso objetivamente.

Nós não estamos aqui debatendo se, no confronto entre o direito de propriedade e o direito à vida, deve prevalecer, óbvio, o direito à vida, à dignidade da pessoa humana. No entanto, nós temos uma decisão judicial que precisa ser objeto de cumprimento. A União se manifestou a partir de 2005 ou não?

E, já encerro, Sr. Presidente. Não interessa se o proprietário era o Naji Nahas. Nós todos conhecemos o passado desse cidadão, e eu o conheço muito bem, até por questões de ordem profissional. Se fosse um país sério, esse cidadão estaria preso. Isso é fato, mas nós não estamos discutindo isso aqui. Estamos discutindo o cumprimento ou não de uma decisão judicial.

A SRª INÊS MAGALHÃES – Repetindo, no caso da implementação da política pública de habitação, a política nacional não prevê a desapropriação da União para fins habitacionais. O que a política pública de habitação no País prevê é que um ente, ou Estado ou Município, possa desapropriar e que a União repasse o recurso não só para implementação das infraestruturas, construções de moradias e melhorias habitacionais, mas para composição do orçamento que ele apresenta à União, o item terreno. Então, essa é a resposta que daria para uma de suas perguntas.

A segunda pergunta, o Ministério das Cidades se manifestou não só à Vara de São José dos Campos, como aos Desembargadores em São Paulo, em 2006 e em 2007, dizendo: "Temos recursos que podem ser disponibilizados ao Município para que ele faça a regularização fundiária daquela área, para tanto é preciso que se elabore um cadastro, que se faça um projeto, que se mude o zoneamento. Solicitando o recurso para a gente, nós repassamos para que esse projeto seja implementado."

Gostaria de ressaltar mais uma vez que, independentemente de ser naquela área ou não, o atendimento às famílias poderia ter sido proposto em outra área inclusive, para as quais temos linhas desde 2006, linhas que são anualmente disponibilizadas pelo Governo Federal.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr, Presidente, me permita, eu não me senti satisfeito com a resposta. A União, através de seus órgãos competentes, manifestou-se no processo, na ação judicial dizendo que tinha interesse para que a competência fosse da Justiça Federal, e, nesse caso, não existiria o mandado de reintegração? A União fez isso oficialmente?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª INÊS MAGALHÃES – Só para a gente separar, desde 2006, a União vem, por meio da Secretaria Nacional de Programas Urbanos, manifestando tanto ao Tribunal de Justiça em São Paulo quanto à Vara em São José o seu interesse em solucionar esse conflito de maneira pacífica, ofertando recursos para implementação de um processo de urbanização. Como isso acontece? Isso acontece tendo o Município apresentado um projeto de urbanização para essa área. Esse projeto nunca foi apresentado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Quero, primeiro fazer um esclarecimento. Nós combinamos com o Senador Aloysio que... Para fazer a reunião que tínhamos marcado para a próxima segunda-feira, a Secretaria da Comissão disse que é muito difícil, porque não dá para fazer os convites, mandar as passagens. Então, ficou para a outra segunda-feira. O que estava marcado para a segunda-feira que vem fica marcado. *(Pausa.)*

Dia 1º, a outra segunda-feira. Aquela reunião... E fizemos isso porque não dava tempo, de hoje até segunda-feira, para mandar as passagens e fazer as coisas que eram necessárias. *(Pausa.)*

Dia 1º, quinta-feira, está marcada a reunião.

Dou a palavra agora ao Sr. Paulo Roberto Martins Maldos, e depois abriremos o debate.

Queria salientar também, com todo o respeito, a presença do Deputado Federal Ivan Valente, e salientar que estão aqui, além dos Senadores Aloysio Nunes e Suplicy, o Senador Pedro Taques e o Senador Rollemberg, que nos honram com suas presenças nesta reunião.

Com a palavra o Sr. Paulo Roberto Martins Maldos.

O SR. PAULO ROBERTO MARTINS MALDOS – Bom dia a todas e todos.

Vou procurar aqui dar um depoimento sobre o porquê da minha presença naquela região e, enfim, o que pude presenciar do ponto de vista da representação do Governo Federal, naquele local, naquele dia.

Sou Secretário Nacional de Articulação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República. Nosso papel, tanto da Secretaria-Geral como especificamente o da minha Secretaria, é o diálogo com os movimentos sociais no Brasil todo, urbanos, rurais, todo tipo de movimento. E eu me envolvi na questão do Pinheirinho por solicitação do Ministro em exercício naqueles dias, Ministro Rogério Sottili, que estava tendo um diálogo junto com a Secretária Inês Magalhães, dia a dia, com o Prefeito da cidade, Eduardo Cury, Prefeito de São José dos Campos, com o Senador Suplicy e com o Secretário de Habitação do Estado de São Paulo, Silvio Torres.

Ao longo de toda aquela semana anterior ao dia 22, foi a semana inteira de tratativas da nossa parte com o Governo do Estado de São Paulo, com a Prefeitura de São José, na tentativa de chegarmos a um acordo, como bem disse a Secretária Inês Magalhães, na busca de um diálogo e de uma saída pacífica para aquela situação. Na sexta-feira anterior ao fato, houve uma reunião no Palácio do Planalto. Estávamos eu, o Ministro em exercício Rogério Sottili, a Secretária Inês Magalhães e uma representação da AGU, inclusive. Ali o nosso panorama era de que a situação estava caminhando bem para uma situação de diálogo e pacífica com o Pinheirinho, porque havia o acordo, muito bem relatado aqui pelo Senador Suplicy, de que se colocavam 15 dias para que os três entes da Federação construíssem uma saída pacífica e construtiva para aquela situação. Além disso, havia uma ordem na instância federal que suspendia a reintegração de posse e também orientava para a mesma direção de os três entes da Federação se sentarem e construírem uma política pública adequada para aqueles moradores. Nessa sexta-feira em que havia esse panorama extremamente seguro de uma situação pacífica, houve um acordo entre nós, numa distribuição de tarefa: a Secretária Inês Magalhães ia continuar seu diálogo com o Governo do Estado de São Paulo, através do Secretário Silvio Torres; o Ministro em exercício, Rogério Sottili, ia manter o seu diálogo por telefone, que era diário e várias vezes por dia, com o Prefeito da cidade Eduardo Cury; e eu me deslocaria para São José dos Campos para dialogar com a população de Pinheirinho, com as suas lideranças, para conhecer de perto a situação e ver como, juntos, poderíamos construir uma alternativa habitacional, por exemplo – como foi bem relatado aqui, eles distribuíram lotes de 250 m² –, se haveria a possibilidade, num cenário em que se colocasse essa necessidade de verticalização, por exemplo, de transformar a área de Pinheirinho em área de pequenos edifícios, se eles aceitariam uma alternativa como essa. Então eu iria para lá para diálogo com os movimentos sociais, para escutá-los e ver as alternativas de construção de moradia, quais seriam possíveis.

Foi nessa condição que eu fui para São José dos Campos, a minha cidade natal. Eu me desloquei para lá para passar o dia de domingo caminhando pelo Pinheirinho, conversando com as lideranças na associação, para conhecer de perto a situação e poder sentir como eles estavam percebendo a situação e cenários possíveis de construção conjunta de Prefeitura, Governo do Estado e conosco.

Às seis da manhã já estava saindo de São Paulo, indo para São José dos Campos, quando, no caminho, recebi telefonemas de lideranças com quem eu estava tratando da minha ida para lá dizendo que o bairro estava cercado militarmente e que estava começando a haver uma série de violências para a reintegração de posse. Achei muito estranho, porque não conseguia imaginar... Não tenho tanto conhecimento jurídico, mas o que eu tinha, na sexta-feira à noite, era a informação de que havia dois pactos praticamente: um pacto, no sentido dessa construção nos 15 dias de prazo, como o Senador Suplicy relatou, e também essa orientação da Justiça Federal. Então, eu não consegui entender como.

Cheguei até lá pela Avenida dos Evangélicos, que era um dos principais acessos ao bairro Pinheirinho, quando me deparei, já de imediato, com uma situação bastante, para mim, surpreendente: uma tropa perfilada com escudos, bloqueando a entrada ao Pinheirinho. Eu me dirigi a esse destacamento, a esse grupo de policiais militares com escudos. Peguei o meu cartão da Presidência da República e fui caminhando até eles,

mostrando e dizendo que eu queira dialogar, que eu estava lá para dialogar, que eu gostaria de falar com o comandante da operação, para poder entender o que estava acontecendo, só que, quando cheguei a cerca de oito metros, começaram a gritar para que eu não me aproximasse, para que eu voltasse. Brandindo o cartão e dizendo, gritando que eu era da Presidência da República, tentei ainda avançar mais. Quando eu vi que várias armas foram apontadas para mim, eu vi realmente que a situação era extremamente grave, de risco, e, então, parei. Continuei a ouvir os gritos de "volta, volta, volta". Resolvi voltar. Fiquei a cerca de vinte metros desse grupo de policiais militares. Eu estava conversando com a população local. Realmente naquele grupo em que eu estava eram jovens.

Estou dizendo o quê? Eu estou fora do Pinheirinho, certo? Pinheirinho é dentro do Campo dos Alemães. Eu estava no Campo dos Alemães tentando entrar no Pinheirinho. Eu estava fora com um grupo de crianças, jovens de *skate*, jovens de bicicleta, conversando para tentar entender aquela situação. De repente, uma chuva, literalmente, uma chuva de bombas na nossa direção, bombas de efeito moral, que soltam uma fumaça branca e dão ardência nos olhos. Surpresa para todo aquele grupo. Uma dispersão, todo mundo correndo. Cerca de poucos metros depois, senti um impacto forte na parte da perna esquerda, na coxa, na parte de traz, porque eu estava correndo, como aquele rapaz levou um tiro de bala de verdade – eu nunca levei tiro...

Parêntese, milito na questão de direitos humanos desde 1973. Participei da missa pelo Alexandre Vanucci, no centro de São Paulo. Quem está aqui tem um pouco mais de experiência e sabe o que eu estou falando. Em 1975, a morte do jornalista Vladimir Herzog; em 79, enterro de Santo Dias da Silva. Sempre São Paulo, militarizada, com farto policiamento militar. Nunca sofri um arranhão! Nesse dia, senti um forte impacto, uma ardência forte na perna esquerda.

Enfim, passei o dia todo, depois desse fato, vivendo a situação de ataques e ataques. Eram surtos e mais surtos de ataques da Polícia Militar à população, que eu posso dizer do Campo dos Alemães. Aqui foi falado Pinheirinho, mas eu estou falando que a população do Campo dos Alemães passou o dia inteiro sofrendo ataques violentos por parte da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO ROBERTO MARTINS MALDOS – Antes, nessa primeira correria, procurei ter outro contato, via outro caminho. Fui ao tal centro poliesportivo, que foi relatado aqui, para onde a população era levada. Dirigi-me a esse centro, que fica perto da entrada do Pinheirinho. Quando cheguei à porta – e aparece inclusive no vídeo o centro –, não era a PM de São Paulo, não, era a Guarda Municipal de São José dos Campos. Totalmente diferente, traje diferente: quepe azul, roupa azul. Eu tentei de novo, com o meu cartãozinho, chegar perto e falar que gostaria de dialogar e saber como estava a população lá dentro, mas recebi arma de verdade apontada para mim, arma de verdade, letal, apontada para mim. Eu me retirei.

Ao final da manhã, fiz outra tentativa. Voltei para a Avenida dos Evangélicos e fiquei com os jornalistas dessa vez. Havia bastantes jornalistas ali, inclusive Record, Globo, Bandeirantes, etc. Fiquei conversando com eles, que disseram que tinha a possibilidade de eles entrarem no Pinheirinho para uma conversa com o Comandante, Coronel Messias. Fiquei ali perto, na esquina, perto do mesmo destacamento que havia nos atacado momentos antes. Quando os jornalistas foram chamados por um oficial que veio lá de dentro do Pinheirinho, eu fui junto. Quando eles foram, esse destacamento permitindo que os homens passassem, tentei ir junto. Esse oficial, de quem não me recordo o nome, não pude nem ver, ele me chamou e falou: "E a sua credencial?" Eu falei: "Eu não sou jornalista, eu estou aqui..." Falei tudo, peguei meu cartão...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PAULO ROBERTO MARTINS MALDOS – Peço licença para continuar.

Apresentei o cartão, e ele leu: "Presidência da República, Secretaria-Geral da Presidência da República, Secretaria Nacional de Articulação Social", o meu nome e tudo. A resposta dele foi: "Se quiser, manda a sua Presidenta falar comigo." Foi esta a resposta que esse oficial me deu: "Se quiser, manda a sua Presidenta falar comigo. Você não vai entrar." Foi daí que eu me retirei.

Na parte da tarde, fiz outra tentativa ainda de conhecer a situação dos que estavam no centro poliesportivo. Eu estava já com o Deputado Paulo Teixeira, o Deputado Carlinhos de Almeida e um grupo de pessoas. Tentamos acessar o centro poliesportivo, e fomos impedidos. Os mesmos policiais da guarda de São José dos Campos nos impediu de ver como estava a situação de atendimento dos que foram levados ao centro poliesportivo.

Bom, o que eu posso dizer, tentando finalizar, é que o dia todo, aquela população sofreu violência policial em estado puro, o dia todo. Sem razão nenhuma, foram ataques que se aprofundavam cada vez mais em Campo dos Alemães . Eu posso contar talvez doze quarteirões adentro, talvez em todo o perímetro, de

ataques permanentes de bombas e de cassetetes, espancamentos e balas de borracha, não, por isso, não letais, mas menos letais. Segundo fiquei sabendo pela própria Polícia Federal, eles não consideram bala de borracha não letal, mas, sim, menos letal, porque, dependendo da distância, dependendo do órgão atingido, ela pode, sim, matar.

Eu gostaria de dizer também que, na parte da tarde, junto com o Deputado Paulo Teixeira, o Deputado Carlinhos de Almeida e outros, a gente teve, sim, um contato breve com o Coronel Messias e o Rodrigo Capez, do Tribunal de Justiça, em um caminhão que estava colocado no acesso ao Pinheirinho. Então, era uma espécie de sala dentro do caminhão, com mesa e tal. A gente foi lá. Para sintetizar, a gente fez um pedido, pois eles fizeram uma descrição muito pacífica de toda a operação. A gente pediu para ir com eles e caminhar dentro do Pinheirinho. Estávamos, desde as seis da manhã, das sete da manhã, querendo entrar. A gente pediu que pudéssemos caminhar com eles no Pinheirinho. A resposta foi: "Não, só de helicóptero..." Foi o que o Coronel Messias nos falou: "...só de helicóptero, porque a população foi submetida aqui ao estresse máximo." Essa foi a frase do Comandante da operação. "A população do Pinheirinho foi submetida ao estresse máximo, e é muito perigoso vocês andarem, porque esse estresse máximo pode estimular algum tipo não sei se revolta, ou o quê, que coloque em risco a gente caminhar lá dentro. Então, de helicóptero, eu aceito." A gente achou que não era o caso de andar de helicóptero, sobrevoar de helicóptero, que era aquele mesmo que foi apontado pela população, para nós, como tendo disparado bomba, tendo disparado bala de borracha. Achamos por bem não aceitar essa proposta e nos retiramos.

Bom, antes de nos retirar, a gente colocou, sim, para o juiz Rodrigo Capez e para o Comandante da operação que a nossa dificuldade estava, naquele dia, em compreender o porquê da opção pela violência policial e pela exclusão social à que aquela população certamente seria submetida, quando a opção pela paz e pela inclusão social estava à mão, estava em curso simplesmente. A gente estava simplesmente, todo dia, dialogando com o Prefeito da cidade, dialogando com o Silvio Torres, dialogando com a própria massa falida na construção de sua situação pacífica. Por que a opção obstinada pela violência e pela exclusão, quando estava em curso, não "era possível", era em curso um diálogo na construção de uma situação que ia atender os interesses daquela população? Então, para nós era impossível entender aquela situação. Enfim, nos retiramos.

O que eu posso dizer aqui, tendo um balanço final, rápido, é que a população do Pinheirinho e do Campo dos Alemães – e eu posso dizer de São José dos Campos – foi tratada como um todo e, claramente, como inimigos do Estado. Inimigos do Estado! Tanto Pinheirinho, Campo dos Alemães, quanto toda a população pobre de São José dos Campos. A PM se portou como uma espécie de exército de ocupação.

E eu me pergunto duas coisas: uma, que estratégia ou que justiça justifica atacar uma comunidade e todo o seu entorno? Em segundo lugar, a serviço de quem essa estratégia e a serviço de quem essa justiça é feita? A serviço de quem tudo isso que vimos aqui, no vídeo que abriu esta reunião, a serviço de quem essa estratégia e essa justiça é exercida?

Muito obrigado.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Nós agora vamos fazer as perguntas, mas o Deputado Ivan Valente veio dizer que ele está aqui como convidado para depor.

Se os senhores concordarem, eu daria, então, a palavra ao Deputado Valente para que faça o seu depoimento.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Tem toda a minha concordância, Presidente.

Eu só queria esclarecer porque ficou uma pequena dúvida na fala...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Quem está falando aí? Senador, pois não!

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – ...muito grave do representante da Secretaria de Articulação Política, e eu só queria tirar uma dúvida.

Existia, então, uma decisão da Justiça Federal interrompendo o processo? Então, é muito grave porque, ao que parece, houve o descumprimento de uma decisão judicial federal por parte do Tribunal de Justiça de São Paulo? Do Tribunal Regional Federal? Foi isso? Eu gostaria de... Havia uma decisão da Justiça Federal suspendendo a operação e, ainda assim, o Tribunal de Justiça de São Paulo determinou a operação? Porque isso é muito grave, Sr. Presidente!

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Permita-me, Sr. Presidente?

Para esclarecimento da questão levantada pelo Senador Rodrigo Rollemberg, eu queria aqui passar às mãos de V. Exª o documento do juiz de falências da 18ª Vara Cível, o despacho do Juiz Luiz Beethoven Giffoni Ferreira, quando ele perguntou ao síndico da massa falida, Jorge T. Uwada: "O senhor concorda que possa haver 15 dias adicionais de prazo para a reintegração de posse?", tendo em conta os apelos que

o Deputado Ivan Valente, eu próprio e os deputados estaduais a que já me referi fizemos, prevendo que poderiam ocorrer fatos gravíssimos do ponto de vista social. Então, o juiz perguntou e, na nossa frente, o Sr. Jorge Uwada disse: "Eu concordo". "Então, por favor, o senhor pode escrever isso?" E ele foi à sala dos advogados, no Fórum de Justiça de São Paulo, e escreveu.

Este é o documento importante que eu preciso ler a V. Exªs: "Massa Falida de Selecta Com. e Ind. S/A, representada..."

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Peça a transcrição que eu peço à Secretaria que faça a distribuição.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu peço. Mas ele aqui concorda com os 15 dias.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Eu peço à Secretaria que faça a distribuição do documento.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu vou pedir que V. Exª possa distribuir.

Foi esse o documento que, incompreensivelmente, o próprio senhor que eu mencionei, que o Juiz da massa falida, Beethoven Ferreira, depois, publicando-o apenas dia 26, revogou. É muito importante que ele possa estar aqui presente para explicar por que ele revogou a própria decisão, levando o juiz, o Presidente Ivan Sartori e o próprio Rodrigo Capez...

Quero assinalar, Sr. Presidente, que acabo de receber o telefonema do Juiz Rodrigo Capez dizendo que estaria aqui e poderia explicar esses fatos. Ele se dispõe a vir na próxima reunião da Comissão de Direitos Humanos que vai tratar do assunto de reintegração, para dar respostas às questões.

Mas esta é uma questão muito relevante. Por que a Srª Márcia Loureiro, instada pelo Juiz Beethoven Ferreira, resolveu persuadi-lo de ele revogar a decisão, não querer levar adiante as tratativas? O Prefeito, no dia 20, sexta-feira, quando veio a minha casa, sobre um dos elementos que a senhora Inês Magalhães aqui falou – a questão de que seria necessário modificar a área de industrial para residencial –, me disse "eu estou disposto a fazer isso". Quer dizer, faltava pouca coisa. Quem sabe aqueles 15 dias seriam mais do que suficientes para os três níveis de Governo sentarem-se à mesa. E é por essa razão que é importantíssimo que a Drª Márcia Loureiro, o Presidente Ivan Sartori, Rodrigo Capez e também o Juiz de Falência, Luiz Beethoven Giffoni Ferreira, venham esclarecer, perante esta Comissão, o porquê de terem voltado atrás na decisão de permitir a solução pacífica.

Mas, finalmente, importante, dado o desastre ocorrido – e essa é a questão que depois faria a Srª Inês Magalhães e ao Sr. Paulo Maldos –, que soluções ainda podem estar à mesa para o melhor entendimento, para resolver o problema de todas as famílias?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Eu peço à Secretaria da Mesa que anote os nomes apresentados, principalmente do Sr. Juiz, e leve-os para o Senador Paim para que ele tome as providências que achar cabível.

Pois, não.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, primeiro uma questão jurídica.

O juízo competente para decidir sobre a reintegração de posse não é o juiz de falências. É a juíza da 6 ª Vara Civil de São José dos Campos. Ela é a juíza competente, a ordem partiu dela. Em segundo lugar, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em relação à competência da Justiça estadual, está no mesmo nível que o Tribunal Regional Federal está em relação à competência da Justiça Federal. O Tribunal Regional Federal não é um órgão hierarquicamente superior ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Logo, o Tribunal Regional Federal não poderia interferir na causa, a não ser que a competência tivesse sido deslocada para a Justiça Federal, o que não ocorreu, como atesta o despacho do Presidente do STJ, que é o órgão máximo da Justiça Federal, dizendo que a União não se manifestou juridicamente na causa. Essa é a questão jurídica.

Agora, uma questão política, o representante aqui da Secretaria Geral da Presidência da República, Sr. Paulo Roberto Martins, fez uma acusação grave! O senhor disse que ou o Governo do Estado de São Paulo ou a Justiça do Estado de São Paulo estão a serviço de interesses obscuros. Então, o senhor tem o dever de dizer, agora, quais são esses interesses. Uma alta autoridade da República não pode acusar o Governo do Estado de São Paulo nem pode acusar a Justiça do Estado de São Paulo e sair-se por aí deixando a questão no ar. O senhor tem o dever de dizer quais são esses interesses, sob pena de ser tratado como leviano. O senhor diga quais são os interesses. O senhor insinuou, fez uma insinuação grave! Então, diga.

O SR. PAULO ROBERTO MARTINS MALDOS – Presidente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Vamos colocar essa coisa em pratos limpos. Vamos ver se o senhor está aqui como militante político do PT ou como represente da Presidência da República.

O SR. PAULO ROBERTO MARTINS MALDOS – Expliquei a condição em que eu estava...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Não, aqui. O senhor está aqui. O senhor fez uma acusação ao Governo de São Paulo e à Justiça de São Paulo dizendo que agiram em nome de interesses obscuros. Diga que interesses são esses. Está registrado nas notas taquigráficas!

O SR. PAULO ROBERTO MARTINS MALDOS – Eu não...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – O senhor foi leviano!

O SR. PAULO ROBERTO MARTINS MALDOS – Eu perguntei a serviço de quem...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – É uma forma retórica de fazer uma insinuação. Então, o senhor diga. Então, diga! O senhor sabe.

O SR. PAULO ROBERTO MARTINS MALDOS – Eu coloquei para nós a pergunta...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Ora, veja! O senhor deveria exercitar a sua capacidade de diálogo em Brasileia, no Acre; a sua capacidade de diálogo aqui no Distrito Federal, entendeu? O senhor agiu como militante do PT e continua agindo aqui como militante do PT, fazendo uma afirmação leviana sob a forma de uma pergunta.

O SR. NÃO IDENTIFICADO – Fui vaiado. Dessa vez não vou ser vaiado, não...

O SR. TONHÃO DUTRA (PT – SP) – Sr. Presidente, eu estou na pauta, faço parte do...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Com a palavra o Deputado Federal Ivan Valente.

O SR. TONHÃO DUTRA (PT – SP) **–** Sr. Presidente, eu estou na pauta, até pedi pela ordem.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Deixe o Ivan falar agora.

O SR. TONHÃO DUTRA (PT – SP) **–** Estou na pauta, número 16, e gostaria de estar usando a palavra também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Agora, falará o Deputado Ivan Valente. Depois, vai ser aberto o debate para as discussões e as perguntas, e todas as pessoas que não falaram poderão falar.

Apenas quero dizer duas coisas, antes de passar a palavra ao Deputado Ivan Valente. Ontem, nós fizemos um esforço muito grande, e o Senado funcionou. Casualmente, quatro Senadores estão aqui presentes, mais o Senador Pedro Taques, que não estava. Hoje, nós vamos fazer o mesmo esforço, e eu faço questão de estar presente. Porém, tenho um assunto do qual não posso fugir e tenho que sair agora. Então, acho que a pessoa mais neutra aqui para me substituir é o Senador Rollemberg.

Se os senhores concordarem, passarei a Presidência ao Senador Rollemberg, dizendo a S. Exª que a decisão que se tomou foi exatamente esta: ouvir as pessoas que foram ouvidas e, agora, se abrir o debate para discussão. O primeiro inscrito é o Senador Aloysio, o segundo é o Senador Suplicy e depois as pessoas também se inscrevam para falar.

V. Exª ocupe a Presidência. *(Pausa.)*

S. Exª não pode assumir, porque não é membro da Comissão. Então, está o Senador Suplicy e o Senador Aloysio. Vamos fazer um par ou ímpar... *(Pausa.)*

Por gentileza do Senador Aloysio, entrego a Presidência a V. Exª, Senador Suplicy.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – O Senador Suplicy tem mais tempo de Casa do que eu.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Vejam a elegância e como eu tinha razão em dizer que são dois dos melhores expoentes do Senado Federal: o Senador Aloysio e o Senador Suplicy.

Por indicação do Senador Aloysio, assume a Presidência V. Exª.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – E, se, em algum momento, o Senador Aloysio quiser assumir, eu dividirei com ele o tempo. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Quero, primeiro, muito agradecer ao Senador Pedro Simon pela gentileza de ter presidido esta audiência pública até o presente momento. V. Exª poderá voltar a hora que quiser e será muito bem-vindo.

Agora, o Deputado Ivan Valente tem a palavra.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL – SP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores presentes, povo que nos assiste neste momento aqui, particularmente da área do Pinheirinho, primeiro, eu queria agradecer ao Senador Paim. Eu fui convidado por ele, e há vários convidados que deveriam falar em seguida também, porque as pessoas vieram até Brasília para falar. Eu até queria dizer ao Senador Aloysio Nunes que sinto muito que a gente não possa fazer uma interlocução direta aqui com os atores diretos, inclusive os juízes, o Comandante da PM. Seria mais interessante se a gente pudesse chocar opiniões aqui. Mas estou aqui para fazer esse depoimento e queria, antes de entrar no mérito, historiar rapidamente o que aconteceu, do meu ponto de vista, do que pude presenciar.

Assistimos ao que a gente chamou de "marcha da insensatez" no Pinheirinho. Por que se errou tanto e quem pagou a conta? As autoridades do Executivo do Plano Federal, Estadual e Municipal erraram feio, a Justiça errou feio e a PM errou com truculência.

Então, queria primeiro dizer o seguinte: antes da invasão do Pinheirinho, no domingo, a tropa de choque estava posicionada... *(Pausa.)*

Eu pediria ao José Maria que desse um tempo para nós....

Eu pediria só o seguinte: que fosse informado detalhadamente o que aconteceu.

Na segunda-feira anterior, a tropa de choque já estava posicionada para invadir o Pinheirinho. Eu estive na assembleia com vários que estão aqui, às 21h. Lá, informamos que tínhamos tido contato, durante o translado de São Paulo a São José dos Campos, com várias autoridades, inclusive com o Secretário de Segurança Pública, que não afirmou que haveria invasão, e, particularmente, com o Presidente do Tribunal de Justiça, e eu quero testemunhar para vocês aqui que, por uma imensa coincidência, ele foi meu vizinho de parede, criado do meu lado, o Sr. Ivan Sartori...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. IVAN VALENTE (PSOL – SP) – No Bairro da Saúde. O pai dele mora lá até hoje, onde moravam os meus pais. Conheço o Ivan Sartori de criança. Eu mantive um diálogo de 20 minutos com ele, ao telefone, antes de entrar na Assembleia do Pinheirinho. Eu falei: "Estou informado que há o perigo de invasão. Peço que haja sensibilidade, sensatez para negociarmos. Estou me dirigindo para lá agora." O Senador Eduardo Suplicy não estava no Brasil, estava no Líbano, em uma missão da ONU.

Nós estivemos lá. Posteriormente, a tropa de choque cercou e, por motivos que só foram esclarecidos depois... Havia uma ordem na Justiça Federal suspendendo a reintegração de posse durante a madrugada.

Senador Aloysio, o Juiz que suspendeu a reintegração e que é braço direito do Presidente do TJ, Ivan Sartori, foi o Juiz Guilherme – eu me esqueço o sobrenome dele. São dois auxiliares diretos, o Capez e ele.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. IVAN VALENTE (PSOL – SP) – É Guilherme Macedo Soares.

Na quarta-feira, quando estivemos no Tribunal de Justiça, já suspensa a reintegração de posse desde a segunda, ele falou que quem suspendeu havia sido ele porque estava debaixo de duas ordens: a ordem da Juíza de São José dos Campos, Márcia Loureiro, e o Juiz do Tribunal Federal de Recursos, que suspendia a ordem de despejo...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. IVAN VALENTE (PSOL – SP) – A Juíza de São José dos Campos.

Ele falou assim: "Como eu não queria acordar o Presidente do Tribunal, resolvi suspender." E suspendeu!.

Na quarta-feira, nós fomos ao Presidente do Tribunal, Ivan Sartori. Pessoalmente, falamos com ele, eu, Suplicy e mais dois Deputados Estaduais. Ele nos aconselhou o seguinte: "Vamos procurar o Juiz de Falências". Ele e o Capez também. "Vamos procurar o Juiz de Falências e tentar um acordo." E isso foi feito. Nós fomos, imediatamente, à Praça João Mendes e conseguimos depois de uma hora de debate. Tanto é assim que o presidente da massa falida, que é o Jorge Uwada, estava lá já, posicionado, e o advogado Waldir Helu, filho do nosso finado Deputado Waldir Helu, com quem conversei, há quatro anos atrás, sobre o Pinheirinho, tentando negociar, e ele: "Eu entendo. Estou atrás deste negócio há quatro anos, não é de hoje." E o Waldir Helu esteve lá. O Juiz, depois de muita conversa, falou: "Eu acho que é justo. Vale a pena a negociação. Mande redigir um documento. Suspendo por 15 dias para que os Poderes públicos entrem em ação, Municipal. Estadual e Federal". É este documento aqui que foi feito pelo Sr. Jorge Uwada, chefe da massa falida, representante, e assinado pelo Juiz e pelos Parlamentares presentes aqui, como testemunhas, obviamente. O despacho está aqui lavrado. Levamos para o Juiz Capez, que falou: "É muito bom." O Presidente estava naquele momento presidindo um órgão especial e não podia nos responder. É isso aqui. Quinze dias, e mais: ele ligou, na nossa frente, para a Juíza Márcia Loureiro. Fez uma interlocução dura, inclusive com ela, Senador Aloysio, mas ele falou ser de bom tom, de bom senso tentar essa saída, e falou mais do isso.

Eu quero afirmar aqui, porque esses fatos e detalhes são importantes, Senador Rollemberg. Sabe o que o Juiz nos falou? "Esse processo foi para São José dos Campos, mas eu tenho poder de avocá-lo e, se ela não topar, eu banco. Eu banco!"

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. IVAN VALENTE (PSOL – SP) – Não. O Juiz Giffoni, o Juiz Luiz Beethoven Giffoni, Juiz da falência.

(Interrupção do som.)

O SR. IVAN VALENTE (PSOL – SP) – Ele convenceu a Juíza na hora, mas, quando ele desligou o telefone, falou assim: "Em última instância, quem tem poder sobre esse processo, que era original aqui de São Paulo, sou eu e, se for preciso, vou evocar." Quero falar isso na frente do Juiz Giffoni. Eu queria que ele estivesse aqui hoje para falar.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Permita-me lembrar um detalhe. Neste momento exato, o advogado Waldir Helu perguntou: "E se, por acaso, a Drª Márcia Loureiro, diante dessa suspensão por 15 dias, suspender a reintegração?" Qual foi a resposta do Juiz?

O SR. IVAN VALENTE (PSOL – SP) – "Eu banco."

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – "Ao completar 15 dias, se não for feito o entendimento entre as partes, eu determinarei a reintegração de posse."

O SR. IVAN VALENTE (PSOL – SP) – Ou seja, ele tinha poder para fazer isso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Falou com muita convicção.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL – SP) – Tínhamos 15 dias para fazer. Levamos lá e o Juiz Capez falou que levaria ao Presidente Ivan Sartori para tal.

A partir daquele momento, o que nós fizemos foi operar rapidamente. A sequência mostra. O Senador Suplicy conversou com o Governador Alckmin. O Prefeito de São José dos Campos, Eduardo Cury, foi à residência dele para negociar, se propôs a vir negociar segunda-feira em Brasília. Esse foi o conjunto. O Governo Federal também, e, na minha opinião, Senador Aloysio, devia ter entrado na história há mais tempo. Você sabe que não sou do PT, e não é esse o problema.

Aliás V. Exª erra, e eu vou falar sobre isso, ao focar nessa questão. Não é aí o foco da questão. O foco da questão é que esse povo despossuído do Pinheirinho foi enxotado, humilhado. São seis mil pessoas na rua, sem um plano de contingência – é uma injustiça! – para se beneficiar uma massa falida que nós sabemos de quem é.

Então, veja a sequência dos fatos, que dá margem, Senador Aloysio, a ilações graves, sim, pelo seguinte. Estivemos lá com todas essas negociações na mão, e tinha prazo. A Drª Inês também foi contatada, a Presidência da República foi contatada, o Governo do Estado, o Secretário Silvio Torres e a Justiça. Inclusive quero dizer que conversei 40 min. com a Juíza Márcia Loureiro no dia em que era para ser reintegrado, na segunda-feira. Ela me atendeu. Ela não vinha atendendo ninguém. Os advogados não tinham contato. É sensato, e vou dizer por quê, Senador Aloysio.

O que me impressionou nesse caso do Pinheirinho? V. Exª foi líder do Governo Fleury – lembra? – na Assembleia Legislativa.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu fui líder do Governo Montoro e do Governo Quércia.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL – SP) – Quércia. Exatamente!

Nós tiramos, no Governo Quércia e Governo Fleury, pelo menos por cinco vezes, a tropa de choque de terrenos de ocupação com um telefonema. Cinco vezes. O caso de Heliópolis foi uma das mais graves ocupações de São Paulo, com conflito, com helicópteros jogando bombas em cima. Depois de um telefonema meu com o Comandante da Tropa de Choque, conseguimos paralisar no meio do conflito. É uma questão de bom senso só, por que quem é o perdedor disso? É o Governo, que ficou marcado e, certamente, os populares, o povo, que, além de apanhar, perde a propriedade, os pertences. Eles são os feridos no processo.

É possível que a Justiça, que o Governo estadual não possa fazer só a letra da lei.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Deputado, só o seguinte. O Senhor disse que havia um acordo perante o juízo da falência.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL – SP) – Da falência, também com a anuência do Tribunal de Justiça.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Esse acordo foi desfeito depois?

O SR. IVAN VALENTE (PSOL – SP) – Foi! Eu vou chegar aí. É exatamente aí que eu quero chegar.

No sábado à noite, este Deputado e o Senador Suplicy, nós fomos juntos ao Pinheirinho. Estão várias testemunhas aqui. O Marco Aurélio estava lá, você, o Vereador Tonhão Dutra e todos os advogados aqui presentes. Teve uma assembleia de 700 membros, pelo menos. Essa assembleia mostrava uma imensa esperança, uma expectativa de que haveria soluções, pelo informe dado pelo Suplicy e o nosso informe, além do que uma nova ordem federal suspendia a ordem estadual.

Novamente, eu quero dizer que havia um conflito de competências e uma disputa. Eu não vou entrar nisso, e nem quero entrar, mas o bom senso manda que se fale. Se tem, inclusive, um conflito de competência, vamos dar tempo ao tempo para negociar.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Ivan, este microfone está com um chiado. Fale no outro, por favor.

O SR. IVAN VALENTE. (PSOL – SP) – Eu queria dizer a vocês que eu fui, Senador Aloysio, naquele dia, nós fomos lá para dizer que iríamos conseguir, porque, depois de todos os informes com o Prefeito de São José, com o Secretário de Habitação, com o Governador e com a Presidência da República e de todas as decisões judiciais encaminhadas, não era possível que às 6h, às 5h da manhã de domingo, no dia seguinte...

A gente recebeu um telefonema do Senador Suplicy às 7h – e saímos de lá às 21h – dizendo que a polícia já havia cercado e já estava invadindo o terreno na porrada. O Suplicy falou: "Eu vou ao Palácio dos Bandeirantes tentar convencer o Governador Alckmin." Eu falei: "Eu vou para o Pinheirinho." Encontrei o nosso advogado Aristeu, aqui, lá na porta. Totalmente cercado, foi impossível entrar no Pinheirinho, porque havia uma barreira de soldados e bombas caindo sobre todo

o Campo dos Alemães, inclusive sobre o caminhão, Senador Aloysio. Eu conversava com o Capez, e as bombas explodiam em cima do caminhão, porque havia resistência dos moradores, sim, contra a truculência da Polícia Militar. Havia!

Às 7 horas, eu liguei para o Desembargador Ivan Sartori, meu vizinho.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. IVAN VALENTE (PSOL – SP) – Naquele dia, às 7h30. Eu liguei para ele. Eu estava com o telefone celular dele. "Mas o que é que isso Sartori? Que negócio é esse?" "Ah, não foi possível. Você sabe que temos que cumprir ordem judicial." "Como assim, temos que cumprir ordem judicial? Temos que jogar na rua da amargura seis mil pessoas. Está encaminhado. O Juiz Giffoni suspendeu. Como é que o senhor me diz uma coisa dessas?" Falei assim mesmo para ele. "Eu estou indo para lá agora e vou querer entrar lá." E falei com o Capez, que permitiu a minha entrada, porque a tropa de choque não permitia nem que Deputado entrasse lá. Então, liguei para o Capez, e ele permitiu que eu chegasse lá dentro. Isso era às 9h, 9h30, e as bombas explodindo para tudo quanto era lado lá. Muito bem. Na hora mesmo, eu perguntei o seguinte: mas que negócio é esse? Você mesmo tinha se comprometido a fazer a negociação. "É, mas não foi possível, ordem judicial se cumpre. E ponto." O Juiz Capez, esse que falou que ia encaminhar com a juíza e fazer tudo. Aí é que entra a questão. Vamos lá, entende?

Agora, de onde partiu realmente essa ordem? Porque o Prefeito Cury foi lá na casa do Suplicy na sexta-feira, o Governador Alckmin disse que ia cuidar da infraestrutura do terreno, se comprometeu. O Governo Federal ia comprar, e, de repente, cumpra-se a ordem judicial. Do que se trata?

Isso é uma traição ao que foi feito de acordos com os parlamentares e, particularmente, com os moradores sofredores, lutadores do bairro do Pinheirinho, porque não é possível que uma injustiça como essa seja perpetrada e não haja uma reação quanto a isso.

A conclusão é a seguinte. O Juiz da falência, eu perguntei ao Capez na hora, aí é que entra a questão, Aloysio, suspendeu a sua própria ordem. Ele me falou isso, voltou atrás, revogou a sua própria ordem. Só que o Suplicy levantou e ele não deu o despacho, foi dado depois. Não havia uma ordem suspendendo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Ele revogou, publicada dia 26.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL – SP) – Ele precisa explicar isso aqui. Ele tem de explicar. Mas eu quero dizer o seguinte: erraram. O Presidente do Tribunal de Justiça, a Juíza Márcia Loureiro agiu sem nenhum grau de sensatez e movida não sei por que interesses, sinceramente, porque as pressões foram muitas, de todos os lados. Ela poderia tranquilamente ter esperado a ação do Poder Público. Tranquilamente.

O Tribunal de Justiça resolveu não sei por quê, não se se julgou pressionado pela Justiça Federal, o álibi deles era esse, ou outra ilação que se possa tirar. E o Governador do Estado, me perdoa, Aloysio, não é obrigado a cumprir ordem de sábado para domingo. Isso não existe.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Existe, sim. É a Constituição da República.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL – SP) – Não existe.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Existe um documento chamado Constituição da República.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL – SP) – O Governador Alckmin está pagando um preço altíssimo por isso.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – A Polícia foi requisitada pelo Poder Judiciário, Ivan. Está no texto. A Polícia agiu sob requisição do Poder Judiciário. Você sabe disso.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL – SP) – O Desembargador Ivan Sartori tem linha direta com o Governador Alckmin.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pelo amor de deus!

O SR. IVAN VALENTE (PSOL – SP) – E o Governador Alckmin poderia ter ponderado: nós estamos em negociação, vamos esperar, Sempre é possível. A flexibilidade é possível. Eu nem estou fazendo ilações, eu só estou colocando o seguinte: é a marcha da insensatez. E aí quem paga é o que está aí

Agora, o resultado é este: o Governo ficou marcado com a truculência. Porque a Polícia Militar não agiu como o Juiz Capez quis dar na entrevista coletiva, a que eu assisti, e dei outra em seguida. A coletiva era o seguinte: nenhum ferido, não há nada, é perfeito. Os moradores estão saindo ordeiramente. Que nada! Lá dentro, os vídeos todos mostraram depois o que aconteceu.

O que eu quero dizer é o seguinte: o ato do Pinheirinho é simbólico, ele é paradigmático. E aí, quando os acontecimentos foram sendo esclarecidos, eu quero dizer a vocês, há duas coisas que ficaram claras. Primeiro, ouvindo o comandante da Polícia Militar e o Capez, eles queriam ser exemplares na ação militar. Eles planejaram um tipo de ação militar de cerco, de aniquilação, de amarramento. Então, era uma ação exemplar. Agora, o mais exemplar ainda era o seguinte: não façam mais ocupações porque acontece isso.

Isso, em minha opinião, chama-se criminalização dos movimentos sociais. E acho que o PT participou pouco, diferente de você, Aloysio – permita-me tratá-lo assim, intimamente. Os participantes diretos estão aqui nesta sala. Não é verdade que isso tem a ver com a política, não. Depois se tiram as ilações sobre quais são os partidos que estão na conjuntura, se tiram as ilações que quiserem. Estou falando dos fatos. E os fatos falam por si. A foto da destruição de duas mil casas, no chão, com pertences juntos. Essa é a foto, o desenlace. Não há plano de contingência. E mais. O mais importante é o seguinte: no dia seguinte, ordem de prioridade era... O Governador Alckmin anunciou o aluguel social, e anunciou o prefeito também que os moradores de Pinheirinho talvez tenham prioridade, sim, mas em cima do quê? Da desgraça, não em cima do plano habitacional, mas em cima da desgraça e do desgaste político que ocorreu, porque a questão do Pinheirinho é simbólica, é paradigmática de como é tratada a questão social no Brasil. É caso de polícia, Velha República. Essa é a questão que me indigna. Eu não estou aqui como testemunha nem como Deputado. Estou como cidadão militante do que eu vi lá. Não há lógica em deixar milhares de pessoas na rua da amargura, sem um plano de contingência. Nunca vi uma articulação tão negativa do Poder Judiciário, do Poder Executivo, a inércia, a incúria e a conivência em nome da defesa sacrossanta propriedade privada. Foi isso que aconteceu lá. E a propriedade de um especulador financeiro chamado Naji Nahas. Criminoso, inclusive.

Sinceramente, Senadores presentes, desculpem-se. Fazia tempo que eu não via isso. Nós lutamos juntos na luta contra a ditadura, não é, Aloysio? Então, a gente conhece esse negócio. Truculência desse tipo é o seguinte... É para gerar na população... E digo mais a população está há oito anos, e se você me perguntar se eles têm direito, eu digo assim: este é o País da grilagem de terra, este é o País da especulação imobiliária. As pessoas que não têm moradia, não têm terra, não têm direitos, têm de ter direito, sim. A Constituição dá o direito de moradia, dá o direito à terra, à dignidade. E nós não podemos, em nome do direito de propriedade ou do "cumpra-se a lei"... É como já se disse aqui: só se cumpre a lei de um lado.

Então, esse é o meu depoimento. Eu queria e vou estar aqui nos depoimentos subsequentes, Senador Suplicy. O Senador Aloysio convidou também. Eu vou estar aqui. Eu quero testemunhar, quero olhar nos olhos e quero inquirir. Quero estar presente, porque este caso é simbólico, é paradigmático, e as famílias que estão lá precisam ter uma resposta das autoridades. Não é que viraram alojamentos provisórios para o resto da vida. Não. Eu quero saber se há uma resposta para as famílias que foram expulsas e hoje não têm casa, não têm onde morar, e o terreno está lá, com um monte de entulho para o especulador imobiliário fazer o que quiser.

Muito obrigado pela atenção. *(Palmas.)*

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Senador Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Gostaria de lhe perguntar... V. Exª terá o direito a palavra quando quiser. V. Exª vai precisar ir.

Quero dizer que vou assegurar a palavra ao Toninho Ferreira, ao José Maria, ao Tonhão e também ao Deputado Marco Aurélio e a outros. Ao Senador Rodrigo Rollemberg, quando quiser, por favor. Como o Senador Aloysio... V. Exª pode estar aqui então, por favor?

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Senador Suplicy, Presidente Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Eu só quero solicitar a V. Exª. Embora eu não faça parte desta Comissão, é claro que este tema nos interessa, até pela gravidade e pelas questões que traz à tona, mas, infelizmente, também como tenho outro compromisso, eu gostaria de me inscrever em seguida ao Senador Aloysio Nunes, para fazer rápidas observações.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Está bem.

O Senador Pedro Taques, também, à hora que quiser, terá assegurada a palavra.

Permita só, Senador Aloysio, V. Exª vai fazer ponderações sobre o que disse o Deputado Ivan Valente, mas acho que um ponto importante – e que quem sabe V. Exª possa responder a essa reflexão –, o que o Tribunal de justiça, o próprio Beethoven Ferreira, a Drª Márcia loureiro, os juízes enfim desse caso acabaram colocando que a Constituição brasileira assegura o direito à propriedade privada. Então, a propriedade privada é massa falida. Mas por que houve pressa tão grande em exterminar, destruir a propriedade também privada dos objetos, aparelhos, brinquedos, o cachorro de estimação, a geladeira que o trator destruiu num instante, ou como o casal David Furtado e Maria Laura Silva e Sousa que aqui disseram que tiveram que sair com tanta pressa de sua casa e quando voltaram tudo havia sido destruído, inclusive pertences pessoais como a cama, o colchão, a roupa, etc. e tantas coisa. Por que houve tanta pressa em destruir a propriedade, então, que é legítima das pessoas que são muito mais carentes? Essa é uma indagação que eu gostaria hoje de fazer aos juízes Ivan Sartori, Rodrigo Capez, Márcia Loureiro e todos os envolvidos. É a pergunta que

eu quero dar a eles a oportunidade de responderem. É algo que fica. Acho que esse é o sentido que o Ivan quis dar também.

Com a palavra, o Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Senador Suplicy, seguramente, os magistrados que atuaram no caso poderão dar respostas às questões que V. Exª formula sobre a pressa. Não sei as razões da pressa, mas me parece que há razões para a lerdeza por parte do governo que V. Exª apóia aqui no Congresso em resolver um problema que se arrasta desde 2004. E V. Exª é Senador desde...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – ...1991.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Então. Esse problema existe desde 2004, e o que se constata é a lerdeza do governo que V. Exª apóia incondicionalmente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Não, às vezes faço observações críticas.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Não, isso é discurso. Na hora do voto, o voto é direitinho como o Governo manda. Inclusive contra, por exemplo, o comprometimento de pelo menos 10% do Orçamento federal para a saúde. V. Exª votou exatamente como o Governo mandou. Assim como votou como o Governo mandou para aumentar o preço da energia elétrica cobrado dos consumidores de São Paulo para fazer um presente ao Paraguai, no aumento da tarifa de Itaipu. Então, lerdeza. Desde 2004 esse problema existe. E esse problema existe inicialmente estimulado sim por militantes do seu partido e depois por outros partidos e movimentos sociais que acenavam com a ideia de que aquela propriedade poderia vir a ser regularizada no futuro.

Aqui, eu me dirijo ao Marrom. Eu recebi a sua carta, Marrom. Quero, em primeiro lugar, pedir desculpas. Eu realmente o tratei por um termo injusto. Fui injusto com você. Nem vou repetir o termo. Perdoe-me. Você é um militante político; é um militante político do PSTU. É muito legítimo ser militante político. Eu sou militante político desde meu tempo de criança.

O senhor milita em um movimento, o PSTU, e a sua carta, a carta que o senhor mandou ao Senador Suplicy esclarece profundamente qual é a sua visão do movimento social e da função do movimento social na solução dos problemas. O senhor prega a autonomia do movimento social, que ele resolva por si mesmo, que se auto-organize e que faça prevalecer seus direitos de uma maneira autônoma, independentemente das estruturas do sistema capitalista. É o seu ponto de vista, que eu respeito. E o senhor não é um parasita. O senhor é assalariado do sindicato dos metalúrgicos, porque a empresa em que trabalhava faliu. O senhor é dirigente sindical, trabalha como dirigente sindical. Então peço desculpas pelo termo que empreguei. A sua carta esclarece profundamente o sentido dessa ocupação.

Pessoas tangidas pelas dificuldades que tem a questão habitacional no Brasil, que as carências habitacionais no Brasil impõem às famílias buscam uma solução. Essa foi a origem desse problema.

O problema é que há interesses políticos que estimulam e fazem com que uma ocupação que inicialmente abrangia poucas famílias acabasse se transformando numa grande ocupação, com mais de mil famílias, porque havia sempre aqueles que diziam: "Fiquem aí que vai ter uma solução". Esse tipo de solução não veio. E não veio, porque houve uma ação judicial movida pela massa falida da empresa...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Selecta. A ação foi movida, há uma massa falida e o terreno pertence à massa falida. Muito bem. O terreno não pertence ao Naji Nahas. Pertence, a rigor, aos credores do Naji Nahas, inclusive trabalhadores. Mas o fato é que há uma ação judicial. Essa ação judicial...

O SR. NÃO IDENTIFICADO – Não tem trabalhador, Senador. Não existe trabalhador.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Quem são os credores da massa falida?

O SR. NÃO IDENTIFICADO – A Prefeitura de São José dos Campos. Só.

O SR. NÃO IDENTIFICADO – A Prefeitura, o Governo Federal.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Prefeitura, Governo Federal, enfim...

O SR. NÃO IDENTIFICADO – Somente dívida fiscal.

O SR. NÃO IDENTIFICADO – Nunca houve trabalhador.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Ou seja, você tem uma massa falida que responde por dívidas.

O SR. NÃO IDENTIFICADO – Senador, só me permita dizer que nunca teve trabalhador. É uma empresa de fachada.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Empresa de fachada. Pois não. Mas é uma massa falida que responde por dívidas que vão ser liquidadas na execução do processo.

O SR. NÃO IDENTIFICADO – Na verdade, a massa falida não fez pedido de liminar. Isso foi feito de ofício pela juíza. A massa falida não pediu.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pois não. Pelo que entendi, a juíza estava cumprindo um precatório.

O SR. NÃO IDENTIFICADO – Não, não. Não existe precatório.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Mas essa é uma questão que o senhor que é advogado vai poder esclarecer. O fato é que há uma decisão judicial que tem que ser cumprida, porque nós vivemos numa situação, num estado de direito em que as decisões judiciais têm que ser cumpridas. Ah, o direito, a propriedade tem uma função social. Deveria ter uma função social, é verdade. Só que o exame do caráter social da propriedade e da eventual superposição do interesse social ao interesse da propriedade, no caso de um conflito jurídico levado à justiça, é decidido pelo juiz, e não pelo Governo. É o juiz quem decide.

Houve idas e vindas, uma tentativa de acordo que infelizmente foi frustrada. Evidentemente uma solução negociada seria a melhor. Eu mesmo, na Casa Civil do Governo de São Paulo e na Secretaria de Governo da Prefeitura, inúmeras vezes, inúmeras vezes participei desse tipo de entendimento para não chegar até a obrigação legal, constitucional do cumprimento da ordem judicial. Muitas vezes. Inclusive na ocupação da reitoria da USP.

Agora, o fato é que o processo tramitou. O fato é que a competência era da justiça estadual. O fato é que o juiz federal e o desembargador federal intervieram no assunto, na causa, mas a competência não foi deslocada para a Justiça Federal. O Tribunal de Justiça do Estado não é subordinado, o senhor sabe disso, ao Tribunal Regional Federal. E o Presidente do Tribunal mandou cumprir a ordem judicial e para isso requisitou força policial.

Agora, é claro que havia um ambiente de tensão. É claro. Eu mostrei aqui. E não só eu mostrei, mas a imprensa do Brasil inteiro mostrou o clima que havia preparado seguramente pelas lideranças dos ocupantes. É isso aqui. Não havia ali uma disposição, digamos, florida, de amizade, de paz e diálogo. Havia isto aqui: gente, com escudos improvisados, capacetes improvisados, pedaços de cano. É isso que havia. Então a Polícia Militar, evidentemente, que é constituída por pessoas, devia estar submetida a uma tensão grande, especialmente num movimento...

O SR. DAVID WASHINGTON CASTOR FURTADO – Senador! Só uma pergunta para o senhor. Ele estava anunciando que estava preparado, mas nos pegou despreparados, e fez o que fez. Se nos pegasse preparados, não era pior?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Não, o que seria correto, na minha opinião, é saírem pacificamente. E não...

(Manifestação das galerias.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Tudo bem. Isto aqui, isto aqui...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Um momento. Não é possível permitir, assim, manifestações, senão vai atrapalhar.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Isso aqui não é manifestação pacífica. Que me perdoem. Isso aqui não é manifestação pacífica, de modo algum. Isso é o que estava preparado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Vamos respeitar a opinião.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – A pessoa respeitar a minha opinião é difícil.

Então havia efetivamente...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Se o Senador Aloysio quiser conceder um aparte ao Presidente do PSTU, José Maria.

O SR. JOSÉ MARIA DE ALMEIDA – Eu faria questão de falar com a presença do senhor aqui. Nós já conversamos aqui e chegamos a um acordo em relação ao entrevero que nós tivemos. Longe de mim faltar com respeito a qualquer Senador, seja de que partido for. Nós temos bastantes diferenças com o PSDB e temos também com o PT, diferenças, provavelmente, hoje, do mesmo tamanho.

Mas por que eu fiz questão de pedir esse aparte?

Nós podemos ficar aqui vários dias, discutindo os aspectos jurídicos envolvidos aqui. Eu acho que houve uma barbaridade jurídica, porque havia uma decisão num tribunal de 2ª instância, que é o TJ de São Paulo, mandando desocupar. E havia uma decisão de um tribunal de 2ª instância, proibindo a desocupação, proibindo a presença da polícia lá.

Eu só faço uma pergunta para que nós problematizemos a situação. O Presidente do TJ, no despacho que ele mandou à polícia, escreveu que, se "houvessem" forças federais lá, deveriam ser repelidas. Está escrito isso no documento assinado pelo Presidente do TJ de São Paulo.

O senhor imagina se o desembargador do TRF tivesse feito a mesma coisa: tivesse tomado uma decisão e mandado a Polícia Federal lá para garantir o cumprimento da decisão dele. Haveria tiroteio entre forças federais e estaduais? É uma situação perfeitamente enquadrável na situação que foi criada, que são decisões de dois tribunais, e nenhum deles se subordina ao outro.

Mas imaginemos uma outra forma, Senador. O senhor dá destaque bastante à radicalidade do movimento e à preparação que a liderança fez. Eu queria chamar a atenção do senhor para um fato, não são opiniões. A Polícia Militar do Rio de Janeiro, quando invadiu o Morro do Alemão, avisou com três dias de antecedência. E aconteceu o que aconteceu. A Polícia Militar do Estado de São Paulo invadiu de surpresa a ocupação do Pinheirinho. Quantas armas foram apreendidas, Senador?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu não sei.

O SR. JOSÉ MARIA DE ALMEIDA – Nenhuma, Senador. Nenhum canivete. Não foi preso...

Senador, só me desculpa.

Então não há violência da parte do movimento.

Eu digo ao senhor o seguinte: se um morador lá do Pinheirinho, de posse da decisão do Tribunal Regional Federal de São Paulo, resolvesse defender a sua casa da Polícia Militar e se armado para isso...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Está errado.

O SR. JOSÉ MARIA DE ALMEIDA – Perfeito, mas ele tem uma decisão de um tribunal de 2ª instância, que está proibindo a polícia de entrar na casa dele. Olha só o que foi.

Então violência, o senhor nos desculpe, Senador, não foi da nossa parte. Agora, essa discussão, como eu disse, nós podemos aqui perder um mês e não vamos chegar num acordo.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu estou mostrando aqui uma fotografia que demonstra o grau de desestabilização. Só isso.

O SR. JOSÉ MARIA DE ALMEIDA – Perfeito. Mas os fatos são os fatos, Senador. O que a imprensa publica, ela fala muita coisa, mas os fatos são os fatos.

Agora, David, só um minuto. Só para terminar o raciocínio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Não termina comigo, não.

O SR. DAVID WASHINGTON CASTOR FURTADO – Se eu saí para defender a minha esposa e levei um tiro, imagina se eu fosse brigar?

O SR. JOSÉ MARIA DE ALMEIDA – Então, Senador, só para terminar. É um minuto. É um minuto mesmo. *(Palmas.)*

Qual é o problema que eu vejo nisso? Essa discussão acaba nos levando a lugar nenhum, em função daquilo que é mais fundamental aqui. O que eu queria colocar para o senhor, para o Governo Federal, que está aqui, para os Senadores e Parlamentares do PT, do PSol, é qual é a sinalização que fica para as pessoas. Porque eu disse ao senhor aqui e repito: eu acho que há um problema grave em São José dos Campos. Porque, para as pessoas, a sinalização que fica é o seguinte: seja quem for quem tem razão, o pobre tem que ser escorraçado. Então, não pode ser que, numa ou noutra interpretação judicial, as pessoas fiquem na situação em que estão. Então são oito anos que o Governo Federal poderia ter feito muita coisa? Concordo plenamente com o senhor, poderia ter feito. Eu disse isso aos companheiros do Governo Federal.

Agora, são oito anos que o Governo de São Paulo poderia ter resolvido o problema, são oito anos que poderiam ter resolvido o problema. Agora, o que eu quero agora é o seguinte: quando, em que lugar, quando é que vai começar a construção das casas para essas pessoas? Nós vamos desapropriar uma parte de Pinheirinho, em outra área de São José, que não seja nos "cafundó" do Judas? Quando nós vamos construir casa para essas pessoas? É por parte do Governo Federal? É por parte do Governo de São Paulo? Esse é o problema, porque falar da violência dos outros é fácil. Agora, vamos resolver esse problema aqui. A fonte geradora do problema é esta: as pessoas não têm casa para morar.

Desculpe-me interromper.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Fez bem.

A solução do problema habitacional só se resolve construindo casa, obviamente. Não há outra forma de resolver. Ou então urbanizando ocupações irregulares. Nessa matéria de urbanização de ocupações, o Governo de São Paulo tem feito coisas extraordinárias, na favela de Paraisópolis, por exemplo, na favela de Heliópolis, com extraordinário impacto sobre a inclusão de pessoas, sobre a melhoria das condições de vida. São programas enormemente eficazes na sua execução – Paraisópolis e Heliópolis.

No caso a que a Secretaria de Habitação se referiu, da Serra do Mar, também há um processo de desocupação das áreas de risco como nunca houve na história deste País. Desocupação de área de risco e desocupação também de parques públicos estaduais, levada a efeito mediante diálogo, entendimento, discussão com as pessoas sobre onde querem morar, construção de moradias. Houve participação do Governo Federal também nesse processo. Construção de casas de se faz... O Governo de São Paulo tem um programa grande de construção de casa, um programa amplo, inclusive em são José dos Campos, em que há regras que são as regras de inscrição, a ordem de inscrição. Na concepção do programa, que data de muito tempo, deve ser respeitada a ordem de inscrição, e a locação das casas é feita por sorteio. Houve mudanças recentemente para atender áreas

de risco em situações de extrema precariedade. Mas é um programa que está em andamento e muito bem.

Agora, inclusive numa parceria com o Governo Federal, o Governo de São Paulo está complementando o valor do crédito disponibilizado para a família beneficiária do programa Minha Casa, Minha Vida com R$20 mil, a fundo perdido, para levar em conta o preço dos terrenos no Estado de São Paulo. Então, as coisas estão andando. É claro que deveriam andar muito mais depressa. Evidentemente, deveriam andar muito mais depressa, como deveria andar muito mais depressa uma série de setores.

O SR. JOSÉ MARIA DE ALMEIDA – Só uma informação para o senhor, Senador. O promotor da área de habitação e urbanismo de São José dos Campos está acionando a prefeitura porque não há banco de terras para construção de moradias populares em São José. Lá no Perim havia uma pessoa que morava lá que está há 18 anos na fila, Senador. Não há terras destinadas para prefeitura. Por que estamos recorrendo ao Governo Federal? Porque, na atual gestão da prefeitura, não há sinalização de que a prefeitura pretenda fazer casa para pobre nenhum. Esse é o problema.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – A Prefeitura de São José dos Campos já está pagando aluguel social para mais de mil famílias que foram retiradas do Pinheirinho e vai providenciar, sim, a construção de casas nas áreas que vão ser desapropriadas.

Agora, voltando ao caso jurídico, e não quero me alongar sobre a questão jurídica, uma vez que, para mim, uma ordem judicial, uma vez exarada, deve ser cumprida. Não vejo como fugir disso. O ideal seria que o processo de negociação, de entendimento, como foi tentado junto ao juiz da falência, tivesse sido levado a bom termo. Infelizmente, ele foi desconsiderado no último momento.

O fato é que há uma decisão judicial.

Agora, o Governo Federal deveria ter manifestado o interesse do ponto de vista jurídico, não de boca, com documento assinado por não sei quem, do ponto de vista jurídico. Deveria ter-se manifestado nos autos, juridicamente, como pessoa jurídica interessada na causa para provocar o deslocamento do processo para a Justiça Federal. Isso não foi feito. Logo, a competência se manteve na Justiça estadual.

A Polícia Militar do Estado de são Paulo e o Governo do Estado do Estado de São Paulo estão promovendo investigações sobre os excessos cometidos. Inclusive no seu caso, há um inquérito policial. O exame de corpo delito que o senhor mostrou ainda há pouco foi feito no bojo de um inquérito policial para responsabilizar o guarda municipal autor do disparo que o atingiu e todos os casos estão sendo investigados pela Corregedoria da Polícia e pela Justiça. O fato é que a Polícia Militar do Estado de São Paulo, desde o tempo do governo Montoro, tem longa tradição de respeito aos direitos humanos, uma longa tradição de respeito aos direitos humanos. As reintegrações de posse do ano passado somaram mais de 70, sem nenhum tipo de incidente, nenhum, que ficasse registrado.

Então o que aconteceu foi um conflito que decorre de uma questão social, evidentemente, para a solução da qual, eu, do meu ponto de vista, não defendo a ação direta que é a opinião do Marrom, que expressa o ponto de vista do PSTU e de outros movimentos. Eu defendo o respeito às políticas institucionalizadas e o respeito às ordens judiciais. Creio que a função social da propriedade, no caso de conflito, tem que ser aferida pelo juiz. E o juiz mandou, tem que cumprir.

Muito obrigado, eu agradeço ao Senador Suplicy, mas infelizmente...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Senador Aloysio Nunes, eu queria, para efeito das notas taquigráficas, a observação anteriormente feita foi pelo José Maria de Almeida, Presidente do PSTU, aqui presente.

Deputado Marco Aurélio, para uma indagação ao Senador Aloysio Nunes.

O SR. MARCO AURÉLIO DE SOUZA (PT – SP) – Senador Aloysio, na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, nós votamos um requerimento para que pudesse vir representante da Assembleia, e eu estou aqui então representando a Assembleia Legislativa.

Eu sou de Jacareí, vizinho de São José, e, devido a essa proximidade, eu fiquei ali direto nos fatos. Entrei lá às sete da manhã do dia 22, e só fui dormir, cheguei em casa à meia-noite e meia no domingo; logo no dia seguinte, eu voltei porque havia um grupo de pessoas acolhidas na igreja e eu fiquei lá com o pessoal na igreja na segunda, na terça e na quarta, até que eles foram para um abrigo. Então, eu estou – apesar de estar como Deputado e também representante da Assembleia Legislativa – muito envolvido com o que houve. Eu queria muito que o senhor acreditasse que esta questão da truculência foi uma coisa gritante.

A questão jurídica é uma questão que tem que ser questionada, tem que ser vista, acho que todas as questões colocadas aqui. Mesmo esta questão de que ordem judicial tem que ser cumprida e tal. Mas a maneira, a forma como ela foi cumprida, Senador, é que realmente, em minha opinião...

Entre várias questões, o artigo 111 da Constituição do Estado de São Paulo fala no princípio da razoabilidade. Mas a razoabilidade ali não existiu porque foi realmente uma ação fora dos limites. Eu particular-

mente fico preocupado com uma coisa que acho que também é preocupação de V. Exª que é a defesa do Estado de direito. Quer dizer, o Estado tem a obrigação de cumprir a lei e não pode extrapolar a lei. Ali, a gente viu uma ação que extrapolou.

Também queria registrar que nem o tratado de guerra foi respeitado porque na noite do dia 22, quando eu estava dentro da igreja com um grupo de pessoas, a polícia militar passou e jogou uma bomba de gás lacrimogêneo dentro da igreja. Então eu queria fazer esse registro, Senador, porque sei que a preocupação do senhor vai nesta linha também da defesa do Estado de direito que é uma luta histórica.

Eu particularmente tenho muito medo de a gente retroceder na nossa história porque isso foi uma conquista muito difícil de conseguir e quando vi, na noite do dia 22, jogarem uma bomba dentro da igreja, falei: bom, então, agora, acho que não tem limite. As pessoas, depois de desalojadas do Pinheirinho, já haviam saído do Pinheirinho, e a polícia continuava jogando bombas e continuava atirando. Inclusive, há um vídeo que não foi passado aqui, uma pessoa, dentro do acampamento, quatro ou cinco policiais militares vão chegando perto, ele levanta a mão. O policial vai lá, o espanca com o cassetete a ponto de ele ter que fugir. Mas já tinha sido espancado. Há um vídeo disso, está no Youtube.

Tem esse caso que o Senador está acompanhando bem e que eu também estou acompanhando, que é a questão das duas meninas do Campo dos Alemães, da família, que sofreram... Eu acompanhei o depoimento. O Vereador Tonhão Dutra também acompanhou. Isso é muito preocupante.

Estou aqui como representante da Assembleia Legislativa exatamente para que a gente possa, junto com o Senado Federal, fazer valer o Estado de direito que a gente demorou muito para conseguir. No dia 22 de janeiro, acho, houve ações que extrapolaram. Sou testemunha disso. Estou falando como alguém que participou lá.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pois não. Quanto à defesa do Estado de direito, estamos de acordo. A defesa do Estado de direito passa pelo respeito à ordem judicial.

O SR. TONHÃO DUTRA (PT – SP) – Senador, eu também gostaria...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Passa pelo respeito à ordem judicial, claro, dentro da razoabilidade, com a utilização da força, se for o caso, moderadamente e apenas no limite daquilo que é necessário. Agora...

O SR. TONHÃO DUTRA (PT – SP) – Senador, o senhor dá licença para eu fazer um questionamento?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – O Vereador Tonhão Dutra, de São José dos Campos.

O SR. **ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco/PSDB – SP) – Estou respondendo ao Deputado.

Em relação à verdade, evidentemente, ela tem de ser apurada, porque a verdade que surgiu inicialmente era mentirosa. A Agência Brasileira de Notícias falou em "mortos no Pinheirinho"

A mentira continua com gente que teria levado tiro e que não levou tiro. Mateus da Silva, oito anos, teria sido ferido com um tiro. O menino estava internado no Hospital Municipal de São José dos Campos, onde havia passado por uma cirurgia de apendicite.

O Sr. Ivo Teles dos Santos, que foi mencionado aqui, concedeu uma entrevista ao jornal *O Vale* depois dizendo que ele tinha sofrido um AVC hemorrágico e que sofreu uma intervenção porque ele era um hipertenso histórico.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Senador Aloysio, esse é justamente...

O SR. **ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco/PSDB – SP) – O que eu quero dizer é o seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – O Sr. Ivo é aquele que o Sr. David...

O SR. **ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco/PSDB – SP) – Se é preciso apurar...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Só para esclarecer. Permita, permita porque esse é o caso que o Sr. David Furtado e a Srª Laura Silva e Sousa disseram aqui que ambos viram o momento em que o Sr. Ivo foi agredido brutalmente. Estava no mesmo hospital em que ele se encontrava e ele o conhece. É vizinho dele. Então...

O SR. NÃO IDENTIFICADO – Presidente, um esclarecimento...

O SR. **ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco/PSDB – SP) – O fato é o seguinte: estou me valendo aqui de uma entrevista que esse senhor deu no jornal.

O SR. NÃO IDENTIFICADO – A entrevista está...

O SR. NÃO IDENTIFICADO – Aloysio?

O SR. NÃO IDENTIFICADO – Senador, um esclarecimento.

O SR. **ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco/PSDB – SP) – Houve também...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Quem deu a entrevista no jornal?

O SR. **ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco/PSDB – SP) – No jornal *O Vale.*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Quem deu a entrevista?

O SR. **ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco/PSDB – SP) – Vai me interromper?

Por favor, deixe-me falar. Eu estou com a palavra. O Senador Suplicy me deu a palavra.

Enfim, houve muitas mentiras, mas muitas mentiras alardeadas pela Agência de Notícias, paga com o dinheiro do povo brasileiro e que depois... Aliás, depois essas notícias foram objeto de uma nota do diretor da Agência, em que ele pede desculpa, dizendo que a coisa foi mal apurada.

Então, vamos apurar sim. Quem cometeu violência, extrapolando os limites da ação lega, tem de ser punido, evidentemente. Para isso, é preciso um processo de apuração isento. Não é nesse tipo de audiência pública que se vai chegar a algum resultado.

O SR. MARCO AURÉLIO DE SOUSA (PT – SP) – Senador Suplicy...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Por favor, prezado Marco, antes que o Senador Aloysio saia, o Senador Rodrigo Rollemberg quer...

O SR. MARCO AURÉLIO DE SOUSA (PT – SP) – Só estou dizendo que quero falar.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – O Senador Rodrigo Rollemberg tem direito à precedência agora. Por favor...

Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Serei muito breve, Senador Suplicy.

Em primeiro lugar, quero cumprimentar a Comissão de Direitos Humanos por estar fazendo esse debate.

Não faço parte dessa Comissão e também não sou representante do Estado de São Paulo. Portanto, eu guardo certa distância, mas, em função da gravidade da questão, da repercussão dela e do significado de tudo isso, fiz questão de participar dessa audiência pública e peço desculpas por não poder ficar até o fim. Eu gostaria de ouvir todos.

Em primeiro lugar, quero me solidarizar com os moradores de Pinheirinho por tudo por que passaram. A gente teve oportunidade de ver cenas de muita violência, de muito desrespeito aos direitos humanos. Eu creio que esse episódio é um festival de insensatez de muitas partes.

Aqui não me cabe julgar, mas o fato é que temos questões que precisam ser apuradas, do ponto de vista das decisões judiciais. Acho que faltou bom senso, no mínimo, à Justiça, porque, se, efetivamente, havia o acordo envolvendo os três Governos e representantes do Poder Judiciário de dar quinze dias para que se buscasse uma solução negociada, e esse acordo foi rompido, é importante saber quais as motivações que levaram determinado juiz ou juíza a modificar esse entendimento. Não sou jurista, mas se, efetivamente, temos um conflito de jurisdição – no que se refere à decisão judicial – e uma juíza estadual decide em um sentido e um juiz federal decide em outro, o bom senso, no meu entendimento, manda que se aguarde uma decisão definitiva do Superior Tribunal de Justiça, para que, efetivamente, alguma atitude seja tomada.

O fato é que, neste País, para o pobre, tudo é mais difícil. Essa é uma verdade. Sabemos o quanto há de benevolência, digamos, por parte da Justiça, em relação à ocupação de áreas públicas por ricos. Estamos na capital do País, onde fatos consumados de ocupação de áreas públicas nobres, muito próximas daqui, são normais. Há uma condescendência com relação a isso.

Parece-me que no momento em que todos nós sabemos a necessidade de moradia... O Deputado Ivan Valente fez um cálculo e me dizia que devemos ter algo em torno de mil e seiscentas residências, casas, naquele local. A estimativa, mesmo com toda a especulação imobiliária, é a de que o terreno total poderia valer algo em torno de R$ 80 milhões. Se dividirmos esse valor pelo total de moradias daria R$50 mil por moradia.

Não seria, portanto, muito mais sensato promover uma desapropriação por interesse social, como prevê a legislação, para regularizar a situação? Porque agora, depois de todo esse passivo político, de todo esse passivo social, fala-se que não vão pagar aluguel social ou que vão construir novas casas. Por que não fizeram isso tudo antes? Porque, além de ser muito mais barato, evitaria todo esse sofrimento.

Acho que a Secretária Inês Magalhães coloca a questão importante de que é uma agenda nossa, para nós do Congresso Nacional, aprofundar o debate de até aonde vai o direito propriedade. Se, efetivamente, está bem tratada, no marco legal brasileiro, a questão social da propriedade e a questão do direito de moradia.

V. Exª colocou uma questão muito simples, mas muito importante: o direito de propriedade foi bastante considerado para assegurar a propriedade a uma massa falida, mas não para tratar dos objetos pessoais das pessoas, talvez até muito mais difíceis de serem adquiridos, pela condição social, do que o terreno da empresa que originou a massa falida.

Então, essa é a questão que se coloca, efetivamente, no debate, até para que possamos deixar a menor margem possível de flexibilidade para o juiz, na hora de decidir os limites entre a função social da propriedade e entre o direito à moradia e o direito de propriedade.

Considero que o que é fundamental agora, infelizmente – porque acho que poderia ter sido feito de forma absolutamente diferente –, é o que será feito com essas famílias, o que, efetivamente, será feito com essas famílias, tanto do ponto de vista do Gover-

no Federal, por meio de seus programas habitacionais, sociais, pelo Governo de São Paulo e pela Prefeitura de São José dos Campos.

Quero dizer que vou continuar acompanhando esse debate e acho que seria importante, embora os juízes decidam por suas consciências, não precisam prestar contas disso, mas eu gostaria de entender quais as razões que levaram, diante de todos os acordos que vinham sendo travados tanto no âmbito dos poderes federal, estadual e municipal como no âmbito da Justiça, o que levou a Justiça a modificar.

Em relação à decisão judicial, entendo também que, no Estado de Direito, decisão judicial é para ser cumprida. Mas, é importante ressaltar que há formas e formas de se cumprir uma decisão judicial. E é muito importante ressaltar também que muitos governos que em determinados momentos se apressam em fazer – e não estou citando apenas um, estou falando genericamente – em cumprir decisões judiciais, cumpre umas e não cumpre outras decisões judiciais. É importante essa questão porque temos que garantir, no cumprimento das decisões judiciais, o princípio da razoabilidade. E me parece que ao ver cenas como as que assistimos nesse filme e que foram relatadas aqui pelo representante inclusive da Presidência da República faltou o mínimo de razoabilidade e de bom senso nessa questão de Pinheirinhos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Senador Rodrigo Rollemberg. São importantes as suas considerações de solidariedade e, sobretudo, o apelo para que haja uma solução agora em que os três governos possam tentar superar as dificuldades.

Eu queria convidar para vir à Mesa Antonio Donizete Ferreira, líder comunitário e advogado, e também o Vereador Tonhão Dutra e o Deputado Marco Aurélio. Podem vir dois de cada vez aqui.

Eu queria ainda, em algum momento, que pudessem dizer uma palavra, sobretudo na medida em que os representantes da comunidade do Pinheirinho estão querendo saber os passos que serão dados para a solução do problema naquilo que está ao alcance do Governo Federal. Será importante ainda ouvirmos a palavra de ambos. Por isso, vou deixá-los na mesa e alternar com os representantes.

Tem a palavra Antonio Donizete Ferreira, que é advogado e que pertence à comunidade de Pinheirinho.

O SR. ANTONIO DONIZETE FERREIRA – Em primeiro lugar, eu queria agradecer ao Senador Suplicy por esta audiência. Acho fundamental que essa discussão seja feita em todos os níveis, e tem sido feita e tem se discutido por todo o lado. Nossos agradecimentos em nome dos moradores do Pinheirinho por esta audiência.

Sou advogado e presidente do PSTU de São José dos Campos. Infelizmente, o Aloysio não está mais aqui, mas gostaria até de dizer que, na verdade, não há nenhuma terceirização. Essa é uma posição do nosso partido, uma posição com relação a um movimento social que eu acho exatamente como disse o Marrom, o movimento social tem que fazer seu movimento para poder ser reconhecido e para poder resolver aqueles casos que efetivamente o Estado não resolve. Aliás, não gosto nem de ser secundarizado, ainda mais terceirizado. Para nada, nós gostamos disso.

Quero dizer também que se existe radicalismo, o radicalismo não é por parte do povo, não é por parte da população que, na verdade, naquele momento, com aquela foto, estava apenas defendendo o seu lar, defendendo a sua casa, e é um direito da população fazer a sua defesa. Sim, senhor, essa é a forma que reconhecemos. E, no nosso modo de ver, o radicalismo está na fome, na fome que existe no País, na falta de moradia popular, na falta de moradia inclusive com salubridade, porque 17 milhões de moradias neste País são insalubres. Aí sim está o radicalismo, e não no povo que ocupa a terra e faz a sua luta.

E dizer que, de nossa parte, não houve absolutamente nenhum radicalismo, porque o que nós negociamos – aliás, para usar uma expressão já usada aqui – nunca na história deste País se negociou tanto, se negociou muito, demais com relação a esse caso. Desde 2005, estamos negociando com os governos federal, estadual e municipal, e quero dizer que o que levou as pessoas a acreditarem que era possível permanecerem naquela terra, e nós acreditamos nisso, foram exatamente essas negociações. Por exemplo, o Sr. Eduardo Cury, que é o Prefeito da cidade, fez uma visita ao Pinheirinho. Uma visita relâmpago, é verdade, mas passou dez minutos lá dentro, e isso leva a que as pessoas possam acreditar que é possível resolver. Visitou uma moradora, tomou um cafezinho lá dentro, e falou sobre o Pinheirinho durante toda sua campanha eleitoral, e falava sobre isso.

O Secretário de Estado da Habitação, Sr. Silvio Torres, visitou o Pinheirinho, reconheceu a existência do Pinheirinho. Inclusive o CDHU, quando vai lá, diz que era possível aproveitar todo o arruamento, todas as praças, a estrutura; tudo que tinha sido feito pela população do Pinheirinho era possível ser aproveitado pelo CDHU, e isso leva inclusive a que as pessoas tenham alguma esperança, alguma expectativa de que a questão seja resolvida. E nós acreditamos que tudo era possível de ser resolvido, e não foi resolvido por interesses, inclusive gostaria de dizer isso, escusos.

Isso, com certeza. Algum problema houve; algum interesse que não está nos autos existe aí, não temos dúvida disso.

Em primeiro lugar – infelizmente, o Senador Pedro Taques não está aqui nem o Senador Rollemberg –, na verdade, não existiu, Senador Suplicy, em nenhum momento, um pedido de liminar por parte da Selecta. O que existiu, na verdade, por parte da Selecta, em 2011, foi apenas que o processo seguisse seu rito ordinário, seu rito normal, não tinha um pedido de liminar. E a juíza faz isso de ofício. E o pior de tudo, por isso precisamos discutir isso profundamente, é que, nesse pedido que ela faz nessa liminar, de ofício, vai reviver, ressuscitar uma liminar de 2005 que já tinha sido cassada pelo STJ, já não existia mais essa liminar. Ela revive essa liminar já cassada pelo STJ, de uma situação que temos dificuldade de compreender. Muitas vezes chegamos a conversar com a juíza – aliás, várias vezes tentamos falar com ela e explicar toda essa situação e, digamos assim, nem sentamos nas conversas que tivemos com ela –, e ela vem, pela imprensa, dizer que a propriedade tinha o valor de um laudo técnico de R$130 milhões ou de R$180 milhões, e dizia também de R$180 milhões que seria o valor venal da área.

Agora, quero dizer aqui, perante o Senado, que isso não está nos autos. Em nenhum momento, em nada nos autos, aparece qualquer valor com relação àquela área. Isso ela diz, mas não está nos autos. Para nós, para aqueles que são operadores do direito, sabemos que, se não está nos autos, não está no mundo. É muito estranho aparecer valores nesse sentido. O único valor que existe de um laudo técnico, Paulo Maldos, no processo de falência, é um laudo de 2007, que diz que a área vale R$8,2 milhões, apenas. Como é tudo isso é falcatrua, uma farsa, uma mentira, esse valor está muito baixo – R$8,2 milhões que está no laudo de 2007 no processo de falência. Se o Governo Federal quiser fazer a desapropriação, é só depositar R$8,2 milhões e essa seria a terra mais barata de São José dos Campos. É o terreno mais barato, porque o terreno tem um tamanho de 1,382 milhão mil metros quadrados. E, com as casas construídas, arruamento e mais as áreas de preservação, que estavam todas preservadas durante todo esse período.

Até para falar do acordo que tinham feito, que já foi citado pelo Senador e pelo Ivan também, queremos dizer o seguinte: se existir, é uma decisão da Justiça Federal, sim, senhor, e a decisão da Justiça Federal, de segunda instância; teve uma decisão de primeira instância da Justiça Federal que barrou a primeira tentativa de desocupação, no dia 17. Na madrugada, sai uma liminar, uma decisão da Justiça Federal, de uma juíza substituta, que barrou a desocupação no dia 17, e, depois, vem um outro juiz, também substituto, porque o juiz titular estava de férias, que cassa essa decisão. Com o recurso que nós fizemos, tem uma decisão do Tribunal Regional Federal e, nessa decisão, diz o seguinte: qual é a decisão? É importante colocar isto: que tinha de se abster com relação ao mau uso das forças da Polícia Militar, da Guarda Civil Municipal e da Polícia Civil. Essas forças teriam que se abster na desocupação. Se porventura fosse feita a desocupação, traduzindo um pouco isso, teria que ser usado outro tipo de forças. Essas não poderiam ter sido usadas! Essa é a decisão do Tribunal Regional Federal!

Eles passaram por cima de tudo isso! O Estado de direito ali se acabou, foi passado por cima. O chamado pacto federativo não existiu mais ali, porque a decisão que houve, inclusive, quando se vai fazer esse pedido que a Justiça Federal, num domingo, vá para lá, através... Quando se tentou levar essa decisão para o comandante da Polícia Militar, o comandante disse: "Só recebo se por acaso vier um oficial de Justiça para trazer; essa decisão eu não recebo; só recebo oficialmente". Isso foi num sábado.

No domingo, com muito esforço, quando todo mundo foi atrás da Justiça Federal para que um oficial de Justiça levasse essa decisão, quando chegou o oficial de Justiça para levar essa decisão para o comando que estava ali na operação, esse oficial de Justiça não tinha como entrar, foi com muita dificuldade. Eu e o Dr. Jairo, que é o defensor público, acompanhávamos isso, e, nesse momento, inclusive, levei um tiro de borracha, porque estava tentando ir junto com o oficial de Justiça. E, quando chega o oficial de Justiça para dizer "olha, não pode, tem que cumprir esta decisão", a decisão que houve naquele momento, inclusive do Rodrigo Capez – porque ali, Senador, ele cumpria uma papel de leão de chácara; na verdade, ele era um leão de chácara do Naji Nahas, instigando a Polícia a fazer o que fez; esse foi o papel do Rodrigo Capez, esse juiz do tribunal de São Paulo – qual é a decisão que houve ali? Se aparecerem forças federais, porque há uma decisão da Justiça Federal, a força federal pode vir fazer com que seja cumprida essa decisão. Qual é a posição deles? É a de que teriam que ser repelidas. Isso significa: repelidas a bala. Teriam de trocar tiros se acaso aparecesse ali alguma força federal.

Então, acabou-se o Estado de direito. E, se havia alguma dúvida com relação a qual decisão cumprir, qual seria o mais sensato? Qual seria o mais sensato? "Vamos suspender tudo isso, e vamos ver o que decidem depois".

E, quando o Senador Aloysio diz aqui que houve uma decisão do STJ, essa decisão do STJ, quando

vem, só vem na noite de domingo, quando já tinha sido feita a desocupação. Todo o enfrentamento já tinha sido feito. Não havia decisão do STJ em nenhum momento e para nada com relação a isso.

Então, na verdade, o que fez o Tribunal... Aliás, tudo isso que estamos dizendo, essas decisões foram do dia 21, tanto com relação ao acordo, quanto com essa decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. E é por isso que precisamos continuar fazendo essas discussões, não tenham dúvida disso.

Por exemplo, dizem que a Justiça existe para promover a paz social. Isso é uma balela! Isso é uma mentira! Que paz social que a Justiça foi fazer naquele momento? Qual a paz social que ela estava tentando promover naquele enfrentamento, naquela situação que estava colocada?

Agora, o mais importante para a gente e que gostaríamos de dizer aos Srs. Deputados e aos Srs. Senadores e a todos aqui presentes é que a luta não terminou. A luta continua. Para aquele povo, embora hoje não esteja mais dentro do Pinheirinho, o sonho de voltar para o Pinheirinho permanece. E continua. Em todos os sábados, nós temos as assembleias lá no campão, lá no Campo dos Alemães. E, mais do que isso: no dia 3 de março – gostaria inclusive de convidar os parlamentares aqui –, exatamente naquele campão onde tudo começou, onde começa a ocupação, nós vamos realizar o aniversário do Pinheirinho. São oito anos de ocupação, e a população vai estar toda lá. Mesmo estando ainda com seu aluguel social, cada um morando em um bairro diferente, numa situação difícil, precária, como está vivendo, vamos realizar a comemoração dos oito anos de ocupação do Pinheirinho.

E a luta segue, porque nós não fizemos, e a população do Pinheirinho não fez oito anos de ocupação naquele terreno para ter um aluguel social; foi feita a ocupação daquele terreno para se ter uma casa, para se ter um teto, para se ter onde morar, onde criar seus filhos com dignidade.

Essa luta permanece, e essa luta, sem dúvida alguma, continua.

Então, queremos convidar todo mundo a estar presente no dia 3 de março, no aniversário do Pinheiro. E, mais do que isso, nós esperamos – e essa tem sido nossa reivindicação ao Governo Federal – que seja feita a desapropriação do terreno, para que a população possa voltar para aquele terreno, que está lá hoje servindo de criadouro de mosquito, porque lá hoje estão todas as casas destruídas, tudo foi destruído, como vocês viram aqui no vídeo, e servindo de criadouro do mosquito da dengue – e, aliás, a Prefeitura retirando os entulhos dali, o que não poderia fazer.

Ou seja, aquilo é um processo absoluto e total de irregularidades. Há irregularidades do começo ao fim desse processo que nós assistimos durante todo esse período.

Assim, mais uma vez agradecendo ao Senador Eduardo Suplicy pelo esforço de ter sido feita esta audiência pública, gostaria de dizer que nós, lá, moradores do Pinheirinho, a população do Pinheirinho espera realmente uma solução para ter uma casa, para ter um teto para morar, porque foi para isso que foi feita a ocupação.

Muito obrigado. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Sr. Antonio Donizete Ferreira, pelas considerações, sugestões e pela avaliação severa que faz de todos os episódios.

Passamos a palavra agora ao Vereador Tonhão Dutra. (*Pausa.*)

O Deputado Ivan Valente, infelizmente, tem que pegar um avião. Então, agradeço muito a sua atenção e participação nesta audiência e em todo trabalho que temos realizado juntos.

Meus parabéns!

Com a palavra o Vereador Tonhão Dutra.

O SR. TONHÃO DUTRA (PT – SP) **–** Quero dizer que faço parte do Legislativo aqui no Brasil e estou no Parlamento maior do Legislativo do nosso País, o Senado Federal. Sou Vereador em São José dos Campos e tenho muito orgulho de poder estar aqui em defesa das pessoas na questão da luta pela moradia, até porque está na origem do povo brasileiro ter que sofrer para conseguir uma moradia.

Lamento que o Senador Aloysio Nunes tenha saído desta Casa de leis, ter parado de enfrentar esse debate, porque, como ele diz, o Governado do Estado de São Paulo foi convocado e não veio, o Prefeito da nossa cidade foi convocado e não veio, o Judiciário, que foi colocado lá no Pinheirinho para oprimir os pobres, não veio aqui também dar o seu depoimento. Se não veio aqui, é porque tem medo de vir aqui. Acho que todo o Judiciário deveria estar aqui presente, neste momento, esclarecendo para o povo brasileiro e para o mundo o que aconteceu para que eles deixassem arranhar a imagem de São José dos Campos, arranhara imagem de São Paulo e do Brasil devido a uma política de construção de moradias, principalmente lá em São José dos Campos, e também devido à tentativa de massacre que fizeram naquele bairro, o bairro do Pinheirinho.

Portanto, acho que é lamentável, hoje, em um debate tão importante como este que está sendo realizado aqui, um Senador do Estado de São Paulo, o Sr. Aloysio Nunes Ferreira, se retirar desse debate, sendo

que ele poderia ser o correspondente do Governador do Estado de São Paulo, pois são do mesmo partido, assim como o Prefeito de São José dos Campos, o PSDB. S. Exª se retira neste momento e diz que não vai continuar porque tinha outros problemas a resolver. Mas aqui é o lugar para onde ele foi eleito para trabalhar em defesa das pessoas, e ele infelizmente acabou saindo.

E gostaria, também, Senador Suplicy, por meio de V. Exª, de dizer aos demais Senadores que estiveram presentes aqui, como o Senador Rodrigo Rollemberg, o Senador Pedro Simon, o Senador Pedro Taques, bem como V. Exª, que continua fazendo esse debate aqui no Senado, também para chamar a atenção dos outros Senadores, porque vieram aqui e não permaneceram aqui. Eu acho que se aqui é uma casa de leis, onde eles participam e trabalham em defesa das pessoas do nosso País... Como foi perguntado aqui ao Senador Aloysio Nunes, "onde é que ele trabalha", e ele disse que trabalha aqui, mas, se o pessoal está aqui discutindo a questão do Pinheirinho, como é que ele pega e vai embora e não continua no debate que é tão importante?

Gostaria também de dizer que, em 2006, Senador Suplicy, este Vereador apresentou um projeto de lei, precisamente no dia 21/03/2006, (Processo nº 03093, de 2005 – Natureza 070/2006), cujo assunto era: "declarar de interesse social para fins de desapropriação a área denominada Fazenda Parreira, São José dos Campos (Pinheirinho), e dá outras providências".

A gente fez esse projeto de lei, que agora está na Câmara Municipal. Fizemos outro também, de 31/05/2006, Processo nº 7.515, de 2006, natureza PLC nº 12:

Inclui na classificação de Zona de Uso Predominantemente Industrial – Zupi, e também inclui na classificação de Zona Especial de Transição Industrial, conforme disposto nos incisos XII e XIII, respectivamente, da Lei Complementar nº 165, de 15 de dezembro de 1997, passando a classificação de Zona Especial de Interesse Social – Zeis, nos termos do art. 75, inciso XXII, da Lei Complementar nº 165, de 15 de dezembro de 1997, o período a seguir descrito constante [...]

Isso aqui é importante explicar, Senador Suplicy, porque muitas pessoas estão vendo, inclusive esse processo que estamos vendo aqui consta nos autos da Drª Márcia Loureiro, que colocou nos autos para poder fazer aquele despejo lá.

Portanto, fizemos vários projetos e tivemos essa iniciativa de resolver esse problema já em 2006.

E há outro projeto também, que autoriza o Poder Executivo municipal a receber imóveis como doação ou em pagamento e cria incentivo para aquisição de imóveis destinados ao programa habitacional do Município de São José dos Campos.

Conforme foi falado aqui por várias pessoas, inclusive pelo Toninho, em 2006, esse terreno, Presidente José Maria, custava R$6 milhões – era o que estava valendo no imposto.

Então, faltou, sim, força de vontade por parte do prefeito municipal daquela época e por parte da Câmara Municipal de São José dos Campos, que não levou isso em conta. Se tivesse votado esse projeto, que foi colocado também como alternativa, como soltou um artigo a Raquel Rolnik, dizendo que tem que passar por esse processo, hoje teria evitado o massacre, conforme aconteceu em São José dos Campos, e estaria tudo resolvido, também pelas participações que o Governo Federal teve lá – e a Inês Magalhães também falou – em 2006 e com a presença também do Senador Suplicy.

Eu digo aqui e falo mais: eu gostaria de deixar esse documento que está aqui na mão do Senador Aloysio Nunes, mas infelizmente ele saiu adiantado, mas, se ele quiser adquirir pelo Presidente da Câmara Municipal de São José dos Campos, que é do PSDB, ele pode ligar na Câmara Municipal, que com certeza esse processo vai parar na mão dele.

E também gostaria de dizer que, juntamente com o Governo Federal, que está presente nesta Mesa, acho que nós temos que arrumar uma solução, que é desapropriar a área do Pinheirinho e entregar para os moradores que lá habitavam para resolver essa situação. Não há outra solução.

O Governo Federal pode, sim, resolver esse problema, com certeza, com os moradores, com as lideranças e com o prefeito daquela cidade para resolver o problema de habitação dos moradores de São José dos Campos, principalmente do bairro de Pinheirinho, e das pessoas também que não têm casa. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Vereador Tonhão Dutra, que foi uma das pessoas que, a cada momento de preocupação, inclusive no dia ali da reocupação, da reintegração, telefonou-me para avisar o que estava ocorrendo. Agradeço.

Eu queria convidar agora o José Maria e o Aristeu Neto para estarem aqui. *(Pausa.)*

José Maria de Almeida, Presidente do PSTU, tem a palavra.

O SR. JOSÉ MARIA DE ALMEIDA – Bom dia, ou boa tarde a todos, porque já é tarde.

Eu queria, em primeiro lugar, agradecer ao Senador Suplicy e ao Senador Paim também, pela iniciativa da audiência pública na Comissão de Direitos Humanos.

Dado o adiantado da hora, eu queria tentar ir direto ao ponto da nossa discussão que eu acho fundamental, Senador.

Nós já discutimos muito aqui sobre o que houve do ponto de vista jurídico. Eu só queria repassar rapidamente, porque acho que demanda um encaminhamento aqui da Comissão de Direitos Humanos.

Não é só um problema de que havia duas decisões de tribunais de instâncias semelhantes, contraditórias – o que, portanto, deveria ter paralisado a ação da Polícia –, mas são fatos anteriores também que levam a crer que as decisões tomadas no curso do processo não foram decisões baseadas na legislação. Vejam que, em julho de 2011, Senador – não sei se o senhor já teve essa informação –, o advogado da massa falida deu entrada no processo com uma petição, desistindo da reintegração de posse. Julho de 2011. Em agosto de 2011, a juíza Márcia manda reintegrar a posse. Em nome de quem? A pedido de quem? Dela própria? A juíza agiu no processo, Senador, mais interessada do que a parte interessada. Quando o dono da massa falida, o síndico da massa falida e o pretenso proprietário do terreno, na frente do juiz Beethoven e na sua presença, disse "eu dou o prazo de 15 dias para resolver", a juíza não aceitou. Ela não é parte do processo! Ela não pode fazer uma coisa dessas! Uma autoridade, uma magistrada, pode fazer esse tipo de coisa? Utilizar o cargo que ela tem para defender o interesse próprio dela? Porque o interesse não era mais do proprietário. O proprietário disse que dava o prazo.

Cito isso. A decisão dos dois tribunais – eu fiz a pergunta aqui ao Senador – não foi retórica. Fala-se muito – e o Senador mostrou – sobre a foto das pessoas que se preparavam para resistir à desocupação, mas o Senador tem que refletir: nós tínhamos uma decisão do Tribunal Regional Federal que proibia a Polícia Militar de fazer a desocupação; é legítimo, portanto, que, baseados nessa ordem judicial, os moradores tivessem resistido. Já imaginou, Senador, se um morador pega uma arma, enfrenta um PM e diz: "Não, meu amigo, tenho uma ordem judicial aqui, você não pode entrar na minha casa!" Só porque o outro é policial pode? Não é assim! Um policial, quando bota a sua farda e vai assaltar um banco, ele vira um criminoso como qualquer outro; não é assim? Então, o tribunal, quando age em desobediência a uma ordem judicial, é um criminoso como qualquer outro. Essa decisão havia sido tomada, e ela não foi revogada. Ela foi revogada pelo presidente do STJ no domingo à noite, depois da desocupação feita!

Por que estou dizendo isso, Senador? Eu acho que é muito importante que a Comissão de Direitos Humanos recolha essas informações e tome uma iniciativa em relação ao CNJ, para que se discuta o que houve em São Paulo, porque é preciso sinalizar para essas pessoas como é que funciona exatamente a sociedade, porque, se é assim na base do vale-tudo, "se eu tiver força eu faço", talvez o movimento devesse ter se organizado de forma diferente. Talvez fosse necessário ter força, aquilo que o Senador disse que não é necessário. Então, a sinalização que foi dada pela Justiça deste País às pessoas que estavam em suas casas, construindo com o suor do seu trabalho, foi esta: quem tem força faz o que quer.

Eu acho que esse seria um primeiro encaminhamento que é muito importante.

O segundo encaminhamento que eu queria sugerir aqui à Comissão de Direitos Humanos, Senador, tem que ver com, aí sim, a apuração e a punição dos responsáveis pelos abusos que foram cometidos contra as pessoas. São centenas. Há dezenas de vídeos rolando na Internet, são fotos, são filmes, não são declarações de quem quer que seja. São fatos. E é necessário – o senhor mesmo foi protagonista de uma denúncias –, acho que é muito importante que se apure e que se punam as pessoas que foram responsáveis por isso.

Agora, o problema que acho fundamental, Senador, é o problemas da moradia das pessoas que foram desalojadas daquela forma pela PM de São Paulo.

O Senador Aloysio Nunes infelizmente não pode estar aqui até este momento. Eu falei parte destas coisas com ele ali, enquanto a gente estava conversando, depois do entrevero nosso, e o entrevero que nós tivemos foi justamente pelo desrespeito ao companheiro Marrom, que depois o Senador já corrigiu aqui com um pedido de desculpas.

Mas qual é o problema que eu estava dizendo a ele? O problema não é de interesse político de quem quer que seja. Nós, pela liderança do movimento, não buscamos só os parlamentares do PT ou o Governo Federal: nós buscamos o Governo de São Paulo em primeiro lugar. Eu fiz uma reunião com o Sidney Beraldo, o chefe da Casa Civil do Governo de São Paulo – não foi com o Governador, porque ele transferiu a audiência para o Sidney Beraldo –, para pedir exatamente a mesma coisa que nós pedimos quando conversamos aqui na Secretaria-Geral da Presidência da República, para pedir a mesma coisa que pedimos ao senhor: tempo. Dê-nos um prazo. E foi bem concreto. Na conversa com o Sidney Beraldo, que foi bem antes do acordo feito no tribunal, eu pedi 20 dias de prazo. Disse a ele: Dr. Sidney, estou pedindo 20 dias porque eu confio que nesses 20 dias vamos ter solução para o problema. Se não tiver, eu vou voltar aqui e discutir com o senhor de que forma vamos tirar as famílias de lá. Eu disse isso a ele porque eu confiava que teríamos

uma solução nesses 20 dias. No dia seguinte, ele me mandou um recado pelo dirigente do PSDB que marcou audiência: "Diz ao menino que estão garantidos os 20 dias". Quatro dias depois, nós vimos o desastre que vimos lá em Pinheirinho.

Então, não é que não procuramos as autoridades do PSDB do Estado. Nós conversamos com a CDH depois naquele anúncio que foi feito pela imprensa, pelo governador e pelo prefeito de São José dizendo que ia construir 5 mil casas em São José dos Campos, cinco dias depois da desocupação. Infelizmente, não houve nenhum jornalista naquela entrevista coletiva que tivesse a lucidez de perguntar ao governador se ele tinha um plano de construir 5 mil casas em São José, porque então tinha feito aquele desastre cinco dias antes? Por que não chamou o movimento cinco dias antes e disse: gente, vou construir cinco mil casas aqui; vou pegar o nome de vocês todos e vocês terão suas casas? Por que não foi feito isso? Sabe por que, Senador? Porque não tem plano nenhum. Foi simplesmente um anúncio de *marketing* para tentar diminuir o desgaste que estava ocorrendo por parte do Governo de São Paulo, em função do que ele fez lá. Porque nós procuramos a CDH e não há plano nenhum em São José dos Campos.

Alguns dias depois, a imprensa de São José publica a iniciativa do promotor da área da habitação da cidade acionando a prefeitura porque a prefeitura não tem banco de terras, como manda a lei de zoneamento do Município, para construir moradias populares. Não há intenção de construir casas em São José dos Campos. Não há intenção. O que o prefeito faz é uma campanha permanente na cidade contra os pobres dizendo que ajuntamento de pobres é ajuntamento de traficantes. Ele usou diversas vezes, nas discussões no Município, que o Pinheirinho era o novo morro do Alemão, como se ali houvesse só traficantes, para justificar a absoluta ausência de política da prefeitura para construir moradia para as pessoas.

Qual é a situação que estamos?

Fiz a cobrança aqui, ainda na presença do Senador, que nós queremos do governo do Estado, do governo do Município e do Governo Federal casa para as pessoas morarem. Esse é o motivo de tudo isso. Agora, quero dizer aqui com toda franqueza, e digo isso na frente dos representantes do Governo Federal, da Secretaria Geral da Presidência e do Ministério das Cidades, que eu não tenho nenhuma expectativa de que a gente consiga avançar nisso em São José, com a prefeitura ou com o governo do Estado. Nesse momento, a esperança dessas pessoas é uma iniciativa do Governo Federal. O Governo Federal tem instrumentos jurídicos e políticos para desapropriar se quiser a terra e transformar em área de interesse social, para adjudicar em função das dívidas que as massas falidas têm e garantir a construção das casas das pessoas lá. É o mínimo do mínimo do mínimo que tem que ser feito para sinalizar para essas pessoas o seguinte: "Olha, tem jeito", porque se não tem jeito nenhum, então nós é que temos que construir um jeito.

O Senador criticou aqui a ação direta do movimento, mas a solução que nos deu foi sair pacificamente do terreno. Ele só faltou dizer: "Ih, vão morar aonde?" No olho da rua?

Estamos nesse limiar. Temos opiniões diferentes acerca do tipo de sociedade que precisamos construir; temos seguramente opiniões diferentes acerca da conjuntura do País, mas tem um problema muito concreto que temos que dar uma solução, que temos que fazer algumas sinalizações. Então, nesse momento, infelizmente, tenho que dizer isso de uma autoridade pública: não tenho nenhuma expectativa que o prefeito de São José resolva nada; ele segue humilhando as pessoas, porque ele quer expulsar as pessoas de lá. A situação nos abrigos é absolutamente desumana e, em sendo desumana, no meio da madrugada, chega lá uma assistente social, que é funcionária da prefeitura e fala: "Tenho uma liminar de desocupação; vocês têm que sair daqui". Uma da manhã: para tirar as pessoas e jogá-las sabe Deus onde". Por que o prefeito está fazendo isso? Por que não tinha plano de contingência? Não, porque esse era o plano de contingência. O plano de contingência é humilhar tanto as pessoas que elas possam ir para o norte, como as pessoas ficam o tempo todo oferecendo dinheiro para comprar passagem para mandar o pessoal para o norte, para botar longe de São José. É uma política de eugenia para tirar os pobres de perto da cidade. Essa é a opinião que eu tenho hoje sobre a política da prefeitura de São José dos Campos.

Qual é o problema? Nós dependemos neste momento de uma decisão, de uma iniciativa do Governo Federal.

Digo isso aqui com toda franqueza, com toda clareza. Temos tantas diferenças com o governo do PT, muito provavelmente boa parte dessas diferenças que temos com o governo do PT nós a tínhamos com o governo do PSDB anteriormente também. Não sei de onde o Aloysio Nunes tirou essa conclusão de utilização eleitoral, de utilização política do movimento. Quem dirige o movimento são companheiros ligados ao PSTU; não são companheiros ligados ao PT. Agora, eu sou obrigado a dizer: quem estava lá nos apoiando nesse processo eram os parlamentares do PT, era o Tonhão, que está lá há anos nos apoiando nessa luta e é um Vereador do PT de São José dos Campos. E

nós vamos reconhecer crédito a quem tem crédito, mérito a quem tem mérito. Nós tivemos muito apoio dos companheiros do PT, dos companheiros do PSOL e de companheiros de outras organizações que estiveram nos apoiando. Agora, do Governo, valorizo... Eu tive uma conversa com o Gilberto Carvalho e disse a ele que valorizo muito as declarações que ele deu, como as que a Presidente Dilma deu em relação ao episódio, mas, dos governos, nós precisamos é de solução, não é de apoio, porque o Governo tem os instrumentos e, do ponto de vista social, tem obrigação de resolver.

Então, o que nós queríamos, fundamentalmente, além dessas duas iniciativas, quais sejam, a de acionar o CNJ em função do que aconteceu lá e a de seguir cobrando, Senador, como o senhor já está fazendo – e a Comissão de Direitos Humanos deve seguir fazendo –, a punição para os responsáveis pelos abusos que as famílias sofreram, é que a gente resolva o problema da moradia das pessoas. Nesse sentido, o pedido concreto que deixo aqui aos representantes do Governo federal é que a gente tenha, o mais rápido possível, uma decisão em relação a isso. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito bem.

Queria, primeiramente, dizer que conversei há pouco ao telefone, conforme havia já relatado, com o Juiz Rodrigo Capez e quero dar a oportunidade de que a Srª Márcia Loureiro, o Juiz Rodrigues Capez e o Juiz Luiz Beethoven Ferreira, bem como o próprio Presidente do Tribunal de Justiça possam ter a oportunidade, inclusive depois desta audiência, na próxima, quando se discutir a reintegração de outros locais, de eles virem aqui e explicarem... Inclusive, vou encaminhar a eles cópia das notas taquigráficas desta reunião e providenciar que eles possam ver, inclusive, o que foi aqui colocado pelo vídeo da reunião. Vou pedir à TV Senado que me informe qual o outro horário em que será retransmitida esta reunião, porque, além de esta audiência estar sendo transmitida ao vivo até as 14h, ela será retransmitida. Assim, vou pedir a todos que conheçam o respectivo teor, inclusive os juízes, para aqui melhor responderem. E, com as explicações que eles e também aqueles que, convidados, como o Prefeito Eduardo Cury e os Secretários do Governo Estadual, não puderam vir hoje, vou reiterar o convite para virem da próxima vez e, aí sim, vou propor, por decisão da Comissão de Direitos Humanos, que encaminhemos as notas taquigráficas ao Conselho Nacional de Justiça para examinar com atenção, mas inclusive assegurando o direito de eles aqui a darem as suas explicações, uma vez que não vieram hoje. Se não vierem, então explicarei, nessa comunicação ao Conselho Nacional de Justiça, que cabe, sim, eles examinarem mesmo tendo sido dado e reiterado o direito de defesa.

Eu queria pedir agora ao Advogado Aristeu Neto para complementar.

Queria pedir ao Deputado Marco Aurélio para se posicionar.

Muito obrigado, Sr. José Maria de Almeida.

Eu gostaria de dizer que nós temos dez minutos e eu queria ainda de ouvir o Deputado Marco Aurélio e dois dos representantes dos moradores antes de dar a palavra, para conclusão, à Srª Inês Magalhães e Paulo Maldos, inclusive para responder as indagações sobre como o Governo Federal está propondo uma solução para consideração dos governos estadual e municipal.

Sr. Aristeu Neto, por favor. Tenho que pedir brevidade.

O SR. ARISTEU CÉSAR PINTO NETO – Claro; de forma bastante breve e no sentido do que disse o Senador Suplicy, para pedir o acompanhamento do Conselho Nacional de Justiça acerca dos fatos que aconteceram no Pinheirinho. Nós trouxemos aqui uma cópia digital de todo o processo que vai ser disponibilizada à Comissão de Direitos Humanos.

Outra questão que acho de fundamental importância, que foi citada aqui pelo Senador Aloysio e que diz respeito à vida. Nós sabemos que uma agência de notícias acabou divulgando a existência de mortes na desocupação do Pinheirinho para logo depois desmentir. E nós temos que compreender os jornalistas, porque eles não estão habituados a conviver com a guerra, com as informações da guerra. Há um famoso repórter fotográfico de guerra, Robert Capa, que dizia o seguinte: "Se você quer ter uma foto suficientemente boa, esteja suficientemente perto para registrar a guerra". Talvez tenha faltado proximidade aos repórteres que se apressaram em desmentir aquilo que hoje é uma realidade insofismável.

Estou pedindo à Comissão de Direitos Humanos que encaminhe ao Conselho Nacional de Justiça, ao Programa Justiça Plena, que permite o acompanhamento cotidiano desses processos, os inquéritos policiais de Antônio Dutra Santana, uma vítima fatal de atropelamento; de Ivo Teles dos Santos, que hoje está internado na UTI, vítima de espancamento – e tiveram a coragem hoje de afirmar aqui que ele foi vítima de AVC, só se AVC agora é "ataque violento e covarde" –, com traumatismo craniano, com dreno no cérebro, com tubos, a própria vida mantida artificialmente; e o principal documento que foi requerido pela Defensoria Pública, que é o Boletim de Atendimento de Urgência, segue sendo negado pela Secretaria de Saúde há 30 dias. Então, estamos solicitando também à Comissão de Direitos Humanos do Senado que faça essa requi-

sição junto à Secretaria de Saúde de São José dos Campos e também que requisite o acompanhamento do inquérito policial de Davi Washington Furtado, para que tenhamos transparência e acompanhamento pleno dos desdobramentos e da punição dos responsáveis por essas ações, que, insisto e repito, gerou, sim, uma vítima fatal.

Era só isso. Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigado, Aristeu Neto. Quero dizer que vou incorporar as sugestões que o senhor e diversos que aqui têm deposto têm colocado porque é preciso que um Senador apresente essas sugestões, e isso deverá ser feito numa reunião plena, com quórum, da Comissão. Então, estou anotando todas as sugestões.

O Deputado Estadual Marco Aurélio, de São Paulo, do Partido dos Trabalhadores tem a palavra.

O SR. MARCO AURÉLIO DE SOUZA (PT – SP) – Cumprimento todos, o Senador Suplicy. Quero dizer que a Assembleia Legislativa votou favoravelmente ao requerimento para que pudéssemos estar aqui, mas, na Assembleia, não estamos conseguindo abrir nenhuma CPI porque o Governo do Estado de São Paulo mantém um controle muito rígido, Senador Suplicy. Precisaríamos de 32 assinaturas para abrir uma CPI a fim de fazer uma verificação pela Assembleia dos fatos ocorridos, que é seu papel, mas não conseguimos as 32 assinaturas; temos 28.

Quero chamar a atenção para o fato de que, nos debates já acontecidos na Assembleia, e percebi isso aqui também, que todas as vezes que trazemos os fatos ocorridos no dia 22 e também os fatos que vêm acontecendo após o dia 22, as pessoas que têm a tendência de defender o Governo ou que fazem parte da base governista, ao invés de responderem ou debaterem os fatos, partidarizam o assunto e o levam para uma questão política. Dizem ser uma questão política, mas não estamos aqui querendo tratar uma questão política, de um partido contra o outro. Queremos saber os atos violentos praticados no dia 22 e posteriormente a esse dia, inclusive na data de hoje, quem responde por eles e como ficarão, porque não há explicação. Fala-se que se tem de cumprir a legislação. Está bem, vamos cumprir a legislação. A legislação tem que ser cumprida.

O art. 111 da Constituição do Estado de São Paulo fala do princípio da razoabilidade, que diz o seguinte: o Poder Público, ao cumprir uma ordem, tem que ser razoável, tem que buscar o equilíbrio entre os meios e os fins, especialmente no tocante à adequação dos meios, tendo em vista a aptidão para atingir determinadas finalidades.

Eu pergunto: foi usado o princípio da razoabilidade do art. 111 da Constituição do Estado de São Paulo na desocupação? É evidente que não. Foi cumprido o princípio da proporcionalidade? O uso da força da Polícia Militar foi proporcional à resistência daquelas famílias? É evidente que foi desproporcional. Então, foi descumprida também a Constituição. Ora, se é para cumprir ordem judicial, é para cumprir lei. Então, não foi cumprida a lei.

O art. 37 da Constituição Federal fala em cinco princípios: o princípio da legalidade, que é altamente discutível, porque, se havia duas decisões, havendo dúvida na decisão, evidentemente que se tem que esperar o Superior Tribunal de Justiça fazer a interpretação de qual deveria ser cumprida. E quando ele fez a interpretação à noite, já havia ocorrido a desocupação, portanto, descumpriu-se o princípio da legalidade.

Princípio da impessoalidade: totalmente discutível, porque você desapropria, tira seis mil pessoas, sete mil pessoas para beneficiar um. Por que esse um? O que está por trás? É a impessoalidade?

Princípio da moralidade: você tem um acordo, uma conversa em andamento e, num dia de domingo, você vai lá e descumpre o acordo, descumpre o que está conversando; num dia de domingo você tira as pessoas, ferindo o princípio da moralidade.

Princípio da publicidade: quem sabia que ia ter? Alguns sabiam, mas nem todos sabiam, e a própria decisão do Juiz Bittencourt foi publicada no dia 26. Todo ato, para ter efeito, tem de ser publicado. E foi publicado no dia 26.

Princípio da eficiência: é evidente que a ação não pode ser tida como eficiente. Como, em um terreno que alguns dizem que vale 80, outros que vale 100, 120, faz-se uma operação que, segundo o jornal *O Vale*, Senador Suplicy, custou R$103 milhões? Quer dizer, que eficiência tem uma operação como essa? Portanto, fica claro que foi uma operação para extinguir pessoas pobres, que me parece que é a linha de conduta do Governo do Estado de São Paulo, o que não aconteceu apenas no Pinheirinho, aconteceu na cracolândia e está acontecendo em outros locais.

Eu queria registrar aqui também, para encerrar, por causa do tempo, que naquela data os celulares foram interrompidos, o sinal da Internet foi interrompido, a imprensa impedida de fazer a cobertura como tem o direito de fazer, e olha que eles dizem que a esquerda é que quer impedir a ação da imprensa. A imprensa foi impedida. Os parlamentares também foram impedidos de acompanhar em campo o que estava acontecendo. E aí ainda quero repetir o lançamento de bomba na igreja.

Por último, Suplicy, queria registrar o seguinte: não dá nem para falar que as pessoas foram tratadas

como animais, porque se a gente pesquisar o código de defesa dos animais, eles teriam de ter mais proteção se aquele código fosse cumprido. As pessoas foram realmente tratadas para serem extintas. Trata-se, parece-me, de uma política do Governo do Estado de São Paulo.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigado, Deputado Marco Aurélio, do PT de São Paulo, pela forma com que tem, tão atentamente, acompanhado todos esses episódios, e pela avaliação severa que faz, acho que levando em conta os anseios de justiça, que são seu compromisso.

Quero pedir, primeiro, ao Paulo Roberto Martins Maldos, Secretário Nacional de Articulação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República para que, em cooperação com Inês Magalhães, Secretária Nacional de Habitação, possa nos dizer quais são as medidas que o Governo Federal considera adequadas e factíveis, e certamente acredito que em cooperação com o Governo estadual e municipal para resolver o problema das famílias que foram afastadas de suas residências ali no Pinheirinho da forma como pudemos testemunhar hoje pelos depoimentos aqui trazidos.

Tem a palavra Paulo Maldos.

O SR. PAULO ROBERTO MARTINS MALDOS – Obrigado.

Rapidamente, claro que a gente acha que o fundamental é agora dar a resposta concreta a essa população, ou seja, conseguirmos desencadear um processo de disponibilização de solos, de terrenos e construir casas efetivamente, porque ela está desprotegida; todos os depoimentos mostram o nível de proteção a que está exposta essa população, de fragilização. Ou seja, continua um processo de sofrimento, de violência com a população de Pinheirinho.

O que nós temos é de dar continuidade ao esforço do diálogo com o poder público municipal e estadual e fazemos questão de manter o diálogo com os próprios moradores e com a sua associação, seu representante legítimo. Achamos também que é um protagonista importante, fundamental, porque se trata de direito de moradia dessa população. Fazemos questão de manter o canal diálogo com essa população.

Internamente, no governo, criamos quase que uma espécie de câmara que se reúne semanalmente, de que participam o Ministério das Cidades, a Secretaria de Patrimônio da União, SPU, a Advocacia Geral da União, a Secretaria de Direitos Humanos e a própria Secretaria Geral da Presidência da República.

A cada semana, fazemos o diagnóstico da situação, da disponibilidade de terrenos em São José dos Campos, e a situação do próprio Pinheirinho. Então, estamos fazendo uma espécie de diagnóstico, seja, como na questão de Pinheirinho, a cadeia dominial, enfim, um quadro completo da situação de Pinheirinho e da disponibilidade de terrenos na cidade. Queremos colocar com bastante clareza que, para nós, não se tem a perspectiva de colocar a população longe dos centros. Para nós a questão fundamental é ela ter garantia de moradia em lugar acessível a serviços públicos e ao próprio centro da cidade.

Esse grupo se reúne semanalmente e está processando esse diagnóstico, que é, infelizmente, complexo – tarda um pouco; gostaríamos de ser muito mais rápidos – onde o abordamos sob o ponto de vista jurídico, sob o ponto de vista legal, sob o ponto de vista econômico, para poder construir uma proposta na qual fazemos questão de garantir o direito dos moradores de Pinheirinho à moradia.

Gostaria que ela pudesse complementar.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Com a palavra a Srª Inês Magalhães.

A SRª INÊS MAGALHÃES – Obrigada, Senador.

Aproveito para cumprimentar mais uma vez a iniciativa e dizer que, de nossa parte, há o compromisso absoluto de atendimento aos moradores do Pinheirinho, com ou sem parceria com o governo estadual. É bom dizer, para não fazermos bravata aqui, a parceria com o governo municipal é necessária porque quem tem autoridade sobre o uso e ocupação do Município é ele. É importante que a gente registre isso. Não acredito que a prefeitura se furtará a autorizar a construção de moradias populares. Não acredito. Mas é importante saber que nós precisamos, sim e precisaremos da Câmara Municipal, caso haja algum problema de zoneamento ou caso haja necessidade de se aprovar a área onde se construirão moradias como áreas de interesse social.

Isso é importante para não fazermos bravata nem criar situações distorcidas.

A outra é a discussão de se a moradia será, poderá ou deverá ser feita na área de Pinheirinho ou não. Eu não gostaria que juntássemos as duas coisas sob pena de retardar a solução do problema ao invés de lhe dar celeridade.

A discussão sobre a terra de Pinheirinho é importante e permanece. Nós não nos furtaremos de fazê-la, mas hoje trabalhamos claramente com a linha de dar uma solução habitacional para as famílias o mais rápido possível, da maneira mais adequada possível, com ou sem parceria com os outros, preferencialmente com parceria, que é o que tem pautado a postura do governo federal em relação ao atendimento a essas famílias.

Então, eu gostaria de registrar mais uma vez que nós estamos muito empenhados em que isso aconteça da maneira mais adequada e célere possível.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito obrigado à Secretária Nacional, Inês Magalhães.

É muito importante que haja essa iniciativa e o compromisso do Governo federal para resolver o problema dos moradores, mas acredito haver a necessidade, sim, da iniciativa do governo municipal, com muito maior firmeza e decisão, de colaborar. Acredito que isso também poderá acontecer da parte do governo estadual. Inclusive, vou ler aqui a carta do Sidney Beraldo, Secretário da Casa Civil, ao Presidente Paulo Paim, que fala das providências que está disposto a realizar até o presente momento.

> Senhor Presidente,
>
> Acuso o recebimento do convite que Vossa Excelência, na qualidade de Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, dirigiu ao Secretário da Habitação, à Secretária da Justiça e da Defesa da Cidadania e ao Comandante Geral da Polícia Militar do Estado de São Paulo para participar da Audiência Pública que se realizará no próximo dia 23 de fevereiro, cujo objeto é debater a reintegração de posse na área denominada Pinheirinho, ocorrida na cidade de São José dos Campos – SP.
>
> A ocupação de áreas públicas e privadas constitui relevante tema social que se projeta por todo o País e, bem por isso, a adoção de medidas para seu adequado tratamento pelo Poder Público não pode se apartar da perspectiva de âmbito nacional que lhe é inerente.
>
> Essa é a perspectiva que, no entender do Governo Paulista, deve orientar os debates em torno desse sensível assunto, a fim de que deles resultem propostas que possam contribuir para a composição dos diversos interesses envolvidos, notadamente quando conflituosos.
>
> Tal é o desafio do Estado brasileiro, bem expresso nos Requerimentos apresentados pelo Sena dor Aloysio Nunes Ferreira à referida Comissão, nos quais são solicitados esclarecimentos sobre os atos de desocupação de terras na Fazenda Sálvia, no Distrito Federal, e a reintegração de posse em terreno privado localizado na cidade de Brasileia, no Acre.
>
> Nesse mesmo sentido, em diálogo telefônico com Vossa Excelência, ponderei que o exame do episódio ocorrido em São José dos Campos deveria acontecer, para ser produtivo, na mesma ocasião em que os demais fossem analisados. Somente assim poderíamos extrair, mediante avaliação isenta de paixões partidárias, lições de alcance geral.
>
> Infelizmente, porém, não foi essa a decisão de Vossa Excelência, uma vez que a audiência pública focalizará apenas o caso Pinheirinho, razão pela qual nos vemos na contingência de declinar do convite.
>
> Cumpre assinalar, a propósito da desocupação da área do Pinheirinho, que as medidas adotadas pelos órgãos do Poder Executivo paulista destinaram-se a garantir o estrito cumprimento de ordem Judicial, tendo sido acompanhadas pela própria Juíza que prolatou a respectiva decisão, com o auxilio de expressivo contingente de Oficiais de Justiça, além de contar com a presença de representante do Tribunal de Justiça do Estado, na pessoa de Juiz designado pela Presidência daquela Corte.
>
> Registro, ainda, que a execução dessas medidas se deu conforme planejamento destinado a articular as ações dos agentes do Poder Judiciário e do Poder Executivo do Estado, bem como da Prefeitura do Município de São José dos Campos, tendo transcorrido dentro dos parâmetros ajustados, a despeito da notória complexidade da operação, sendo certo que eventuais atos que tenham se afastado desses marcos serão objeto de rigorosa apuração pelos órgãos competentes do Estado.
>
> Finalmente, ao declinar, em nome das autoridades do Poder Executivo paulista, do convite que lhes foi endereçado, destaco que, atento à aflitiva situação das pessoas afetadas pela decisão judicial e em consonância com as políticas públicas que desenvolve, o Governo do Estado de São Paulo adotou imediatas providências, dentre as quais se destacam: (i) atendimento prioritário às famílias cadastradas no âmbito de programa habitacional gerido pela Secretaria de Estado da Habitação, por intermédio da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de são Paulo (CDHU); e (ii) enquanto não contempladas no referido programa habitacional, a concessão, na forma de convênio celebrado com a Prefeitura do Município de São José dos Campos, de aluguel social, no valor de até R$500,00 (quinhentos reais) para cada família, com esteio em lei de iniciativa do Governador Geraldo Alckmin (Lei nº 14.512, de 28 de agosto de

2011), cuja finalidade é, precisamente, tutelar pessoas em situação de vulnerabilidade social.

No ensejo, renovo protestos de elevada estima e consideração.

Sidney Estanislau Beraldo, Secretário-Chefe da Casa Civil.

Ora, acho que é muito importante que possa o Governo estadual, por seus secretários, vir aqui à Comissão de Direitos Humanos esclarecer qual a rigorosa apuração feita pelos órgãos competentes sobre cada um dos episódios aqui relatados, inclusive com respeito ao tiro que foi desferido pela Guarda Municipal no David Washington Furtado, que foi desferido por guarda municipal em operação, e, na própria carta de Sidney Beraldo, estava escrito que o Governo estadual realizou ações muito bem planejadas, coordenadas do Governo estadual com o Governo municipal, ou seja, Polícia Militar do Governo estadual, em coordenação com os órgãos da Polícia Municipal, o que significa a Guarda Municipal. Por que a Guarda Municipal estava ali com arma de fogo? Essa é uma questão a ser apurada. Como é que foi a coordenação de esforços?

E há outras questões que aqui formulo.

O David descreveu hoje como é que ele e a esposa Laura estavam caminhando, já tinham saído. Quer dizer, ali no Pinheirinho é que eles viram a agressão efetivada, conforme aqui expressaram, junto ao Sr. Ivo Teles de Souza, que, segundo testemunho deles e de outros vizinhos, recebeu cassetetes e pancadas na cabeça, e, portanto, teve traumatismo craniano. E, ao chegar ao hospital até hoje, só foi constado AVC. É necessário que, entre as providências de rigorosa apuração, o Governo de São Paulo examine quem é que procurou enganar a própria família, a esposa do Sr. Ivo – com a qual eu falei, e ela estava indignada de não se ter feito o diagnóstico correto. Mais um ponto a averiguar.

Sobre outro ponto que eu aqui coloco para muitos dos representantes dos moradores do Pinheirinho, eu faço aqui uma hipótese, e quero que o Governo estadual examine também com rigor esta hipótese. Qual é? Na operação de reintegração de posse do Pinheirinho, havia como que certa intenção do Governo – entrosadamente, o municipal com o estadual – de procurar demonstrar que a população do Pinheirinho não era propriamente de pedreiros, de empregadas domésticas, de serventes, de jardineiros...

David, a sua profissão é pedreiro?

O SR. DAVID WASHINGTON CASTOR FURTADO – Pedreiro.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Que outras profissões? Digam, por favor, os que estão aqui presentes. (*Pausa.*)

Vigilante. *(Pausa.)*

Cozinheira. *(Pausa.)*

Faxineira. *(Pausa.)*

Lavadeira. *(Pausa.)*

Catador de recicláveis. *(Pausa.)*

Os outros mais que estão aqui podem falar. *(Pausa.)*

Diarista. *(Pausa.)*

Tosadora de animais. *(Pausa.)*

Maçariqueiro. *(Pausa.)*

Bem, entre as senhoras e os senhores aqui presentes e que moravam ali no Pinheirinho, eu percebi que foi feita ali uma varredura, antes da operação de reintegração, porque a polícia queria muito achar drogas nas residências.

Foi feita uma varredura lá, não foi, David? (*Pausa.*) Foi.

David, por favor, quanto de drogas foi achado ali naquela varredura uma semana antes da reintegração?

Use o microfone, por favor.

O SR. DAVID WASHINGTON CASTOR FURTADO – Pelo que eu saiba, não encontraram nada, nem drogas, nem armas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Não acharam nada. Por isso que eu levanto a hipótese – e quero perguntar aqui ao Governador Geraldo Alckmin, ao Secretário Ferreira Pinto e ao Comandante Álvaro Camilo, da Polícia Militar: será que, como o Governo Estadual e o Municipal queriam demonstrar que no Pinheirinho havia narcotraficantes, então se resolveu espalhar a operação Pinheirinho para as regiões ali contíguas e que por causa disso... Quer dizer, o próprio David recebeu tiros porque estava saindo, porque foi expelido do Pinheirinho e, segundo me descreveu – peço que confirme isso –, estava indo já para o Campo dos Alemães. Não é isso? Não foi ali que você recebeu tiros?

O SR. DAVID WASHINGTON CASTOR FURTADO – Sim; é isso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois bem; então, no Campo dos Alemães, começou a se estender, bem como nas regiões vizinhas, aquela super operação.

Também o David e a Laura me contaram hoje que, já na véspera, as viaturas policiais, inclusive com a inscrição da ROTA, estavam todas nas cercanias do Pinheirinho, como se tudo fosse uma operação comum, muito bem coordenada, conforme está aqui na carta do Secretário Sidney Beraldo. Eles articularam tudo.

E, entre essas coisas, na noite do dia 22, às 23h40min, eles foram a uma residência no Campo dos Alemães. Ali, três viaturas da ROTA, com dez a doze PMS, ingressaram. No sofá, viram um rapaz de 17 anos,

que completou 18 em fevereiro, e logo o agarraram, chutaram a sua cabeça – e ele teve um galo que eu vi, lá na Fundação Casa – e começaram a perguntar onde estavam as drogas. Naquele horário, a sua companheira, de 26 anos, estava cortando a *pizza* que iria servir às sete pessoas na casa. Ela, então, assustada, foi ver o que era. O pai do rapaz, com 87 anos, estava no quarto logo em frente, dormindo de camisa e cuecas. Na hora que o pai se levantou, ouvindo os gritos por socorro do filho, apontaram a arma para ele: "O senhor fica aí dentro". Embora ouvindo os gritos de socorro do filho, mandaram-no ficar lá, e a moça que então estava cortando a *pizza*, um policial agarrou-a pela cabeça, sim, e levou-a para o quarto logo em frente. E levou-a depois para o banheiro ali do lado; obrigou-a a tirar a roupa; tirou a roupa dela e obrigou-a a fazer sexo oral. E aí disse que... Aí ela percebeu que ele ia levá-la a uma consumação mais completa, quando o PM tirou o membro da calça. E ela falou: "Olha aqui, eu tenho HIV positivo". "Então, como você faz sexo com o seu companheiro?" "Ah, é que nós fazemos de camisinha." "Então, cadê a camisinha?" "Ah, hoje eu estou incomodada, com regras, aqui está o meu OB." E colocou ali, no chuveiro. Eu fui à casa ver, estava lá ainda o OB.

Na parte de cima da casa, tem um terraço onde estavam aguardando chamar para a *pizza*: uma outra amiga dela, de 20 anos, e dois rapazes. Daí veio a polícia, chegou lá em cima e agarrou-a pela sua longa trança, que ela tem um rabo de cavalo, e levou-a para o outro quarto. Três PMs, segundo o depoimento dela, obrigaram-na a fazer sexo oral, como tinham feito com a outra. Em determinado momento, levaram as duas para a frente do rapaz que tinha sido primeiro agredido e chutado na cabeça. Daí pegaram uma vassoura em cujo cabo colocaram creme e talco e disseram para o rapaz: "Ou você diz onde estão as drogas ou então nós vamos enfiar no seu traseiro". E os indícios, até porque havia fezes no chão ainda da casa quando vi, um pouquinho de fezes lá, são de que, de fato, chegaram a fazer, e disseram para o rapaz: "Se enfiarmos isso, você vai sentir dor; se enfiarmos isso, você vai ter hemorragia; se enfiarmos tudo isso, daí você vai morrer". E aí chegaram a levar a segunda moça, de 20 anos, colocaram-na numa viatura da Rota, levaram-na para dar uma volta. Disseram no caminho: "Será que você aguenta oito PMs?" Daí ela gritou e chorou tanto e tal que acabaram desistindo, e chegaram a dizer para ela: "Olha, se você aceitar isso, nós não vamos prendê-la; vamos soltá-la, mas, quem sabe, você pode ir naquela casa, não sei onde". Daí, voltaram... No caminho, ela viu que os policiais estavam com cocaína, cheiraram a cocaína e levaram essa cocaína para – eu vi lá – uma mesa, onde tinha uma fileira ainda, onde cheiraram, e as pessoas saíram de lá às 4 horas da manhã – das 23h40 às 4h da manhã –, em procedimentos dessa natureza.

E quero aqui afirmar com responsabilidade de Senador por São Paulo, quando eu ouvi esse depoimento dessas moças, eu tive a convicção de que elas não estavam inventando. A forma como falaram, o choro delas, a lágrima nos olhos do pai, ouvindo-a perante o Promotor da Vara da Infância e da Adolescência. Ele, então, disse a ela: minha filha, conte a verdade como aconteceu, porque é importante.

Quando ouvi essas coisas, no dia seguinte tentei falar com o Governador. O Secretário da Casa Civil, Sidney Beraldo, me recebeu e pediu que eu falasse, conversou comigo por telefone, pediu que eu falasse com o Comandante da PM, Álvaro Camilo, a quem procurei no dia seguinte, relatei esses episódios, como estou lhes contando, e pedi providências para que fosse assegurada a integridade física dessas moças e de suas famílias porque, durante aqueles atos, em certo momento, os PMs chegaram a dizer para elas e para o rapaz: se vocês contarem o que fizemos, nós vamos um dia voltar aqui, não importa se daqui a cinco ou dez anos, e vamos matar a família.

Diante de ameaça dessa natureza, solicitei, e aqui transmito, ao Ministro da Justiça, à Ministra de Direitos Humanos e ao Governador Geraldo Alckmin que assegurem a integridade das famílias que estavam lá.

Quero dizer que tenho pela Polícia Militar de São Paulo, por toda a corporação, o maior respeito. Toda vez em que passo em qualquer lugar onde estão os oficiais, os comandantes... Inclusive no dia em que visitei o Comandante da Polícia Militar estavam lá diversos coronéis, eu os cumprimentei muito respeitosamente e tenho o maior respeito pela PM. E praticamente todos os PMs são pessoas trabalhadoras, muitas das quais têm origem semelhante à dos moradores do Pinheirinho.

Assim, como tenho todo respeito pelas senhoras e pelos senhores que hoje aqui vieram e dialogo com cada um com todo o carinho e respeito, também tenho respeito pela PM, mas tenham certa de que esse procedimento com ações desse tipo, bem como ações de violência arbitrárias como as que foram relatadas aqui e mostradas nos vídeos que nós vimos hoje, isso não é uma questão de um Senador do PT fazendo campanha contra um governo do PSDB. Se fosse um governo do PT no qual um, dois ou mais PMs tivessem cometido tal abuso, eu estaria aqui solicitando a apuração completa dos fatos, bem como a integridade das famílias. *(Palmas.)*

Gostaria muito que hoje estivessem aqui o Comandante da PM Álvaro Camilo, o Secretário da Habitação Silvio Torres, e a Secretária de Justiça Eloisa

Arruda, bem como o Prefeito Eduardo Cury, mas, como eles mandaram esta carta, Sidney Beraldo mandou esta carta dizendo que, porque se trataria do Pinheirinho apenas, isso poderia ser uma ação partidária, eu quero dizer ao Governador Geraldo Alckmin, porque quem – e ele sabe – tenho o maior respeito, sempre tive, que esta minha solicitação é para realmente esclarecer e que ele cumpra com a palavra que me deu, de que iria apurar rigorosamente qualquer excessos. E está aqui dito pelo Sidney Beraldo. Por isso, eu enfatizei aquela frase.

Para concluir – muitos de vocês pegaram o ônibus em São José dos Campos, ontem, às 4 da tarde, e chegaram hoje cedo -, alguns gostariam de expressar uma breve palavra aqui. Eu poderia sugerir a Leila – onde está a Leila? – e ao Serginho – onde está o Serginho? – que... Podem vir aqui os dois, por favor? Então, se os demais moradores do Pinheirinho acharem adequadas as palavras que eles falarem, para concluir, daí, daremos por encerrado.

Mas parece que o senhor de camisa vermelha quer muito vir aqui também. Pode vir, senhor. Qual é o seu nome?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Juarez. No dia em que fui à assembleia dos moradores, na véspera do sábado, foi ele que foi me acompanhando. Então, o senhor também vai falar.

Primeiro, diga o seu nome completo, Leila, por favor.

A SRª LEILA DOS SANTOS FIGUEIREDO – Leila dos Santos Figueiredo.

Aquele domingo era para ser um domingo de descanso. As pessoas já estavam há mais de vinte dias sem dormir, sem se alimentar direito e descansaríamos naquele domingo. Por volta das cinco e meia, a gente já acordou com o barulho das bombas e do helicóptero. Quando a gente foi correr para chamar os vizinhos, eu encontrei a minha cunhada já com o rosto sangrando, porque a casa dela tinha sido atacada, meu sobrinho desmaiado no colo. Um cenário de guerra: as pessoas correndo desesperadas, a polícia mandando sair de casa. Eles não deixaram a gente tirar nada. As primeiras famílias que saíram saíram de dentro de suas casas sem nada. Depois, fora da ocupação, com toda a violência com que eles agiram dentro da ocupação, depois, na rua, eles continuaram atacando. Até quarta-feira, eles foram atacando os moradores do campo. A casa da minha irmã teve o telhado completamente destruído por bombas que eles jogaram no quintal dela. Muitas pessoas do bairro vizinho, do União, do Campo dos Alemães, ficaram feridas por causa das bombas. A Polícia no abrigo. Eles chegaram a jogar bomba dentro da igreja, onde o padre acolheu as famílias.

Então, um descaso total com as pessoas. Você vê ali pessoas deficientes passando por necessidade e não foi feito nada. Tudo o que as pessoas receberam ali foram de pessoas, de estudantes, de sindicatos que doaram as coisas, porque a prefeitura, em momento nenhum, se manifestou. Muito pelo contrário. O tempo todo, os guardas municipais ficavam falando para as famílias que eles iam enxotar de lá os favelados do Pinheirinho.

Foi isso que a gente passou e que a gente vem passando. A dificuldade para encontrar casa. O prefeito vive dizendo que se encontra casa com facilidade em São José por menos de R$500. Não é isso que a gente vê. As famílias encontram muitas dificuldades. As pessoas estão indo morar completamente longe da família, das escolas dos filhos, porque não tem casa ali para alugar. Quando encontra, é R$700 ou R$800, fora água, luz e alimentação das famílias. Então, é um descaso total pelo que as pessoas vêm passando.

A gente não tem apoio nenhum da prefeitura. Nenhum. Nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito obrigado.

O SR. MARCO AURÉLIO DE SOUZA (PT – SP) – Suplicy, posso?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – O senhor quer completar? Pois não, Deputado Marco Aurélio.

O SR. MARCO AURÉLIO DE SOUZA (PT – SP) – É que o jornal da região vive falando, pela voz do prefeito, que têm menos pessoas e tal. As pessoas estão indo para onde? Essa é uma pergunta. A segunda pergunta: para aceitar o cheque, é obrigado a sair do abrigo?

A SRª LEILA DOS SANTOS FIGUEIREDO – É obrigado a sair do abrigo. A maioria das famílias precisa pegar os cheques, porque as condições do abrigo são precárias. O banheiro em que as mulheres tomam banho não tem divisória, tomam banho todas juntas.

Quando você é chamado para pegar o cheque, você tem de sair do abrigo.

O SR. MARCO AURÉLIO DE SOUZA (PT – SP) – Mas você pega o cheque, mas não sabe se há casa para alugar ainda.

A SRª LEILA DOS SANTOS FIGUEIREDO – Não, e as pessoas que não têm casa vão ficar na casa de parentes até conseguir, casa de vizinho, como a minha cunhada que fica na garagem da mãe dela.

O SR. MARCO AURÉLIO DE SOUZA (PT – SP) – Então, Sr. Presidente, eu queria registra aqui o seguinte: o dia 22 foi uma barbárie, um total desrespeito ao

diretos humanos. Agora, o que acontece após o dia 22 de janeiro também é um total desrespeito aos direitos humanos. Ou seja, esse desrespeito está continuando.

É isso que eu queria registrar aqui. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito bem.

Então, muito obrigado, Srª Leila.

Agora, Serginho, pode dizer o seu nome completo, por favor.

O SR. SÉRGIO HENRIQUE PIRES – Sérgio Henrique Pires.

Então, gente, u não vou falar mais do que aconteceu no Pinheiro, até porque vários companheiros já falaram, e já vimos pelo próprio vídeo aqui, não é, Senador? A violência, a covardia que realmente houve.

Agora, o que eu gostaria de falar aqui é que essa covardia e essa violência que houve não podem ficar impunes. Eu acho que a gente deve cobrar, quem deu tiro no David, que seja punido; quem espancou o seu Ivo, que seja punido; quem atravessou ordem judiciais que não eram para ser cumpridas naquele momento, também devem ser punidos. A juíza deve ser punida, o prefeito deve ser punido, o Governador do Estado deve ser punido, e esse é o que a gente quer nesse momento, porque, senão, está provado que a lei não existe para pobre. E isso não pode acontecer. Isso deve ser apurado. E devem ser punidos os culpados.

Agora, a luta também não acaba, Senador. A luta do movimento não acabou naquele momento em que cumpriu a liminar de reintegração de posse. Aliás, a luta do Pinheirinho, naquele momento, se fortaleceu e muito. Ela se fortaleceu em nível internacional. Foi ao contrário daquilo que eles apostaram que ia haver. Então, a luta não para. Nós cobramos hoje, sim, a desapropriação do Pinheirinho, que, nesse momento, é o mais certo a se fazer. Nesse momento, desapropriar o Pinheirinho é uma questão de justiça, porque, senão, está provado. Se isso não acontecer, está provado, porque o outro lado fala mais forte. O Governo hoje do PSDB não desapropriou o Pinheirinho porque era uma questão, uma guerra ideológica que ele implantou contra a gente e que, no momento, ele conseguir tirar. Agora temos que ver se o Governo Federal, que foi enfrentado pelo próprio Governo do PSDB vai aceitar isso. É isso que temos que ver nesse momento.

Então, nesse momento, nós cobramos, sim, a desapropriação do Pinheirinho e cobramos também a punição dos culpados que fizeram isso com os nossos companheiros do Pinheirinho. Está? Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, então, ao Sérgio.

Se puder afastar um pouquinho para que o Juarez fale no microfone, por favor.

O SR. JUAREZ SILVA DOS REIS – Boa tarde a todos e a todas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Seu nome completo, por favor.

O SR. JUAREZ SILVA DOS REIS – Meu nome é Juarez Silva dos Reis.

Eu quero dizer para todos vocês que estão presentes aqui que, no primeiro dia da desocupação, às 6h40 da manhã, eu fui o primeiro a ser detido. Com muita truculência, com muita violência, eu fui detido, simplesmente porque, como eu falei há poucos instantes, eu cato reciclagem, e havia alguns capacetes que eu estava levando para minha reciclagem, porque eu trabalho com isso. E fui detido. A minha família inteira foi ameaça de ser presa junto comigo, sem fazer absolutamente nada, simplesmente filmar ou fotografar o que estava acontecendo comigo naquele momento.

E digo mais para os senhores: a imprensa de São José dos Campos é conivente com todo o aparato político do PSDB. Inclusive, eu gostaria de denunciar o que aconteceu no dia de ontem. A imprensa falou, mais precisamente a rádio Eldorado falou que o movimento acabou. Nós perdemos a batalha e também a guerra. Foi isso que foi dito no dia de ontem. A batalha não acabou. Ela começa a partir do momento em que termina um direito que é básico e fundamental para todo ser humano, todo brasileiro, que é a sua moradia própria. Então, o psicológico nosso... a minha família e creio que as demais famílias estão passando, são 31 dias que completam hoje que a gente não consegue dormir, só pensando na nossa moradia. Eu construí, ao longo desses sete anos, quase oito anos, sete cômodos.

Eu dei entrevista no jornal *O Vale* em uma oportunidade: quem vai se responsabilizar pelos sangue derramado? Está gravado isso no jornal *O Vale*. E chegou o momento, realmente, de serem punidos os verdadeiros culpados de tudo o que aconteceu com o trabalhador pobre e negro neste País.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. MARCO AURÉLIO DE SOUZA (PT – SP) – Eu queria só saber quantos dias você ficou preso e se houve algum tratamento curial na prisão.

O SR. JUAREZ SILVA DOS REIS – Eu fui detido, cheguei na 31 de Março, lá no Parque Industrial, às seis e quarenta da manhã e às dez horas da manhã fui liberado. Não tocaram o dedo em mim porque eu falei que conhecia a imprensa, estava acompanhando a imprensa. Inclusive, como o Senador mesmo acabou de relatar, acompanhei o Senador na ida dele lá no Pinheirinho pela segunda vez. Então, ficou dessa forma. Sou trabalhador. Mostrei que também tinha ali uma

mercearia zinha onde eu vendia bala, chiclete, menos bebida alcoólica e cigarro, e tinha minha reciclagem. Eu falei: se vocês fizerem alguma coisa comigo, vocês vão se ver com a Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Alguém tem alguma palavra essencial? Porque vocês estão sem almoço. Já são quase três da tarde. Então, nós vamos encerrar.

Antes, porém, há um requerimento do Senador Paulo Paim, como extrapauta: "Requeiro a realização de audiência pública para debater o fim do fator previdenciário e o reajuste salarial dos aposentados e pensionistas que ganham acima de um salário mínimo."

Aqueles que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Aqui está o requerimento do Senador Paulo Paim.

Quero muito agradecer a presença de todos, da Secretaria Nacional Inês Magalhães, do Paulo Maldos e de todos vocês que estiveram aqui hoje.

No caminho para cá, no avião, com a Laura e o David, dei para eles um livreto da Renda Básica de Cidadania e eles acharam muito interessante. Então, eu queria dar aos quarenta que vieram lá de São José dos Campos, do Pinheirinho, também um exemplar dessa mesma cartilha.

Eu queria fazer uma sugestão a vocês. Provavelmente, dos que estão aqui, é a primeira vez que vêm a Brasília e ao Senado. Então, vocês, pelo menos os homens, se estivessem de terno, poderiam ir à tribuna de honra, mas, pelo menos, com respeito às mulheres, eu queria convidá-las, antes de irem almoçar, a ir à galeria para ver como é uma sessão do Senado. Hoje não estão muitos Senadores, porque é logo depois do Carnaval, mas a sessão está em andamento.

Eu queria fazer a saudação a vocês por terem vindo aqui ao Senado Federal para esta audiência. Tenho a convicção de que esta audiência da Comissão de Direitos Humanos foi muito importante para a história do Brasil, para o diagnóstico de como, às vezes, os princípios constitucionais se prover justiça em igualdade de condições a todos os brasileiros não foi devidamente respeitado. É muito importante que nós levemos em consideração o que aqui foi dito e que isso possa ser do conhecimento do próprio Governador Geraldo Alckmin. Vou solicitar à Secretaria da Mesa que fosse encaminhado um exemplar das notas taquigráficas ao Governador Geraldo Alckmin, ao Prefeito Eduardo Cury e à Presidenta Dilma Rousseff, para que os três níveis de Governo conheçam muito bem o que aqui foi transmitido por todos os participantes da nossa audiência pública.

Muito obrigado a cada um de vocês que colaboraram com esta audiência.

(Palmas.)

(Iniciada às 9 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 42 minutos.)

Ata da 4ª Reunião (Extraordinária) da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, convocada para o dia 27 de fevereiro de 2012, segunda-feira, às 9 horas, sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II, Senado Federal.

Às nove horas e dez minutos do dia vinte e sete de fevereiro de dois mil e doze, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **(Paulo Paim)**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **Paulo Paim, Eduardo Suplicy, Aloysio Nunes Ferreira e Mozarildo Cavalcanti**. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte **pauta**. Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 14, de 2012–CDH, aprovado em 23/02/2012, de autoria do Senador Paulo Paim, para "debater o fim do fator previdenciário e o reajuste salarial dos aposentados e pensionistas que ganham acima de um salário mínimo". Convidados: José Augusto da Silva Filho, Coordenador Nacional do Fórum Sindical dos Trabalhadores; Paulo José Zanetti, Diretor Institucional do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos da Força Sindical, em substituição ao Deputado Federal Paulo Pereira da Silva – Presidente da Força Sindical; Floriano José Martins, Vice-Presidente do Conselho Executivo da ANFIP, em substituição ao Senhor Álvaro Sólon de França, Presidente; Dênisson Almeida Pereira, Coordenador-Geral de Legislação e Normas da Secretaria de Políticas de Previdência Social, em substituição ao senhor Carlos Eduardo Gabas, Secretário Executivo do Ministério do Trabalho e Emprego–TEM; Celso Amaral de Miranda Pimenta, Diretor de Seguridade Social de Aposentados, Pensionistas e Idosos da NCST (Nova Central Sindical dos Trabalhadores), em substituição ao senhor José Calixto Ramos, Presidente; Nelson de Almeida, Vice-Presidente da COBAP (Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas), em substituição ao Senhor Warley Martins Gonçalles, Presidente; Paulo Barela, Membro da Secretaria Executiva Nacional da CSP-Colutas, em substituição ao senhor Atnágoras Lopes; André Luiz da Conceição, Diretor de Juventude da CUT/DF, em substituição ao Senhor Artur Henrique da Silva Santos, Presidente. Fazem uso da palavra os seguintes senhores Senadores Paulo Paim, Aloysio Nunes Ferreira, Eduardo Suplicy. Nada mais havendo

a tratar, encerra-se a reunião, às doze horas e quarenta e seis minutos, lavrando eu, ***Altair Gonçalves Soares***, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a coloco em votação.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Audiência pública, nos termos do Requerimento nº 14, de 2012, aprovado por esta Comissão em 23 de fevereiro de 2012, de autoria deste Senador e de outros, para debater o fim do fator previdenciário e o reajuste salarial dos aposentados e pensionistas que ganham acima do salário mínimo.

Para esta audiência, convidamos o Sr. José Augusto, coordenador nacional do Fórum Sindical dos Trabalhadores, o Sr. Celso Amaral de Miranda Pimenta, Diretor de Seguridade Social de Aposentados e Pensionistas da Nova Central, o Sr. Nelson Almeida, Vice-Presidente da Cobap, o Sr. Paulo José Zanetti, Diretor Institucional do Sindicato Nacional dos Aposentados da Força Sindical, o Sr. Paulo Barela, membro da Secretaria Executiva Nacional do Conlutas, o Sr. Denílson Almeida Pereira, Coordenador geral de Legislação e Normas da Secretaria de Políticas de Previdência Social, em substituição ao Sr. Carlos Eduardo Gabas, e o Sr. Floriano José Martins, que é Vice-Presidente da Anfip. Ainda convidamos o Sr. Gilberto Torres Laurindo, da UGT, o Sr. André Luiz da Conceição, da CUT, e o Sr. Edson de Camargo, da CGTB.

Antes de iniciar nossos trabalhos e formar a Mesa, como temos aqui uma série de oito convidados, vamos, pela ordem, como está colocado aqui na minha folha, que orienta os trabalhos, chamar os primeiros quatro. Depois, os quatro retornam ao plenário e os outros quatro, então, assumem a Mesa para expor o seu ponto de vista sobre o tema "Fator e Reajuste dos Aposentados".

Antes mesmo, eu queria agradecer muito ao Senador Pedro Simon, que, na última quinta-feira, presidiu, em meu lugar, a Comissão de Direitos Humanos, debatido, em audiência pública, solicitada pelo Senador Eduardo Suplicy, a questão de Pinheirinhos, aquele confronto que houve lá na ocupação em São Paulo.

Agradeço de pronto ao Senador Simon pela forma elegante, como sempre, de estadista, como presidiu a reunião, fazendo com que os trabalhos andassem como nós esperávamos. Sob a presidência do Simon, tínhamos a certeza de que isso é que iria acontecer.

Aproveito também para dizer que outras audiências sobre o tema ocupação nós faremos aqui, porque o tema que vem a nós... Até alguns Governadores falaram comigo e disseram: "Veja a nossa situação: a Justiça manda desocupar. Nós temos que mandar a polícia fazer a operação de desocupação. Aí acontece o confronto, muitas vezes desproporcional àquilo que deveria acontecer".

Então, é intenção, a partir dessas audiências públicas, fazer um debate equilibrado, fraternal, solidário com aqueles que querem e devem ter o direito de morar decentemente, mas, por outro lado, também olhando o papel da segurança e dos próprios Governadores. Enfim, construir uma linha de entendimento que venha a contribuir para evitar confrontos e que a gente possa, cada vez mais, garantir moradia para a nossa população.

Então, teremos outras audiências públicas e a próxima já é na quinta-feira que vem. Aí será em outros Estados, por requerimento apresentado aqui pelos Senadores também. Se não me engano, quem apresentou requerimento para outros Estados na próxima quinta? Foi o Senador Aloysio Nunes.

O Senador Aloysio Nunes teve os seus requerimentos aprovados. Eu estava presidindo a sessão. Repito que não estava aqui na última quinta, porque estava em atividade no Rio Grande do Sul. Eu me comprometi a fazer tantas audiências quantas fossem necessárias, com um leque, digamos, totalmente aberto, sem nenhum debate ideológico e muito menos partidário. Faremos as audiências públicas independentemente do partido de quem estiver governando aquele Estado.

Só justifico a minha ausência porque fui homenageado, no Rio Grande do Sul, por aquela que considero a principal escola do Estado, pelo menos uma das principais, que é a Imperadores do Samba. O samba-enredo na capital foi a nossa história, a nossa vida. Quando digo "a nossa" não me refiro à minha, porque falava de mim como personagem, mas contava a história dos trabalhadores, da luta dos aposentados, dos negros, dos índios, das mulheres, das crianças, enfim, do menino negro que nasce em Caxias e chega ao Senado da República.

Fomos vice-campeões, com um décimo de diferença. Teve um juiz, não sei se carioca ou paulista, que acho não gosta de gaúcho, ainda mais negro, porque ele tirou dez décimos, que é um ponto, numa única

nota, onde todos os juízes deram nota dez. Foi no enredo, para ver se o enredo correspondia à nossa vida.

Mas isso faz parte. Eu, democraticamente, aceito o resultado, tanto que nem vou citar aqui o nome do juiz. Num quesito em que todos os juízes deram dez ele deu nove. Em tese, são dez pontos, porque um décimo decide. A diferença foi de um décimo. Nós tiramos lá 9,98 e a outra tirou 9,99, um décimo de diferença. Mas o importante é que foi um belo carnaval. Está de parabéns a Restinga, que ficou em primeiro lugar, a Imperadores ficou em segundo e as outras escolas também.

Porto Alegre mostra que está no nível de outras capitais. O carnaval, é verdade, eu via lá e foi a primeira vez que participei do desfile e de fato vou para a avenida. É uma aula. Se você analisar o carnaval do Rio, de São Paulo ou de outros Estados, eles retratam na avenida a história do nosso povo, com uma fidelidade enorme. É uma aula de cultura, de saber, de conhecimento, de história, mais do que simplesmente uma grande festa internacional que atrai convites. Respeito também aqueles que não gostam de carnaval. Alguns me dizem que nem todo mundo gosta. Mas que bom que nem todo mundo gosta. Pior seria se todo mundo gostasse. Também é assim com o futebol. Nem todo mundo gosta de futebol. Tem muita gente que não gosta de futebol. E nem todos gostam do mesmo time e nem da mesma escola.

Então, é uma festa maravilhosa. Está de parabéns o Rio Grande do Sul, está de parabéns o Brasil. A gente, é claro, lamenta – não sei se tem alguém aqui de São Paulo, mas São Paulo está assistindo – o que aconteceu em São Paulo. Não vou entrar no mérito aqui também. Para mim, a decisão está tomada. Nós perdemos por um décimo em Porto Alegre e acabou. Tenho o direito de ficar triste no aspecto de que gostaria de ter um décimo a mais, mas respeito a decisão e não faço nenhum pré-julgamento. O juiz decidiu, está decidido. Agora, São Paulo a gente lamenta pela forma como se deu, com toda aquela violência. Não se admite isso numa festa bonita como aquela.

Mas muito mais do que falar do carnaval, eu quero aqui, antes de iniciar os trabalhos, fazer uma fala que acho que tenho que fazer – sei que vocês vão entender – sobre a decisão do TST, que resolveu agora que, se o trabalhador está devendo, está no SPC, se está devendo no banco, aí é no Serasa, ele não pode trabalhar. Eu acho um absurdo. Já fiz uma nota na sexta e faço questão, porque é uma questão de direitos humanos... No momento em que o trabalhador mais precisa, até para pagar a conta... Como é que ele vai pagar a conta se criam um obstáculo para ele trabalhar, porque ele se atrasou, seja na loja, no armazém ou no banco? Isso é inadmissível. Eu lamento muito essa decisão. Eu já estava prevendo que isso poderia acontecer pela forma como algumas empresas estavam agindo. Por isso, já aprovei no Senado, está na última sessão lá da Câmara dos Deputados, está na CCJ, sinal de que a Câmara também está aprovando, que eu considerei esse ato um crime hediondo. É crime hediondo quem adota esse tipo de prática. Aqui foi aprovado por unanimidade, por todos os Senadores. Agora está na Câmara. Já foi aprovado em duas Comissões e está na última. Por isso que vou fazer questão de ler a minha posição que entendo ser a nossa posição, já que esta decisão do TST foi lamentável. Eu que sempre defendi e continuo defendendo o TST, me dou o direito de discordar dessa decisão, porque ela atinge o coração dos trabalhadores. Se as empresas, por qualquer motivo ou por idade, ou porque entende que o indivíduo deveria ter um nível maior até de escolaridade já não admite, passará a não admitir porque a pessoa porventura atrasou a prestação em uma loja.

Enfim, permitam-me que eu leia o que escrevemos e já coloquei inclusive na minha página.

A questão do sigilo de dados do cidadão não é pacífica em hipótese nenhuma na doutrina e na jurisprudência dos próprios tribunais, porém é evidente que o sigilo tem por objetivo proteger uma parte de forma que seus dados e suas informações não sejam transmitidos a outras pessoas sem o seu consentimento, de modo a não lhe gerar transtornos e constrangimentos. Por outro lado, em prol do chamado bem maior, ou seja, em favor do coletivo, esse direito individual é relativizado e ocorre o que se chama quebra de sigilo. E por quebra de sigilo alguém até já perdeu o mandato aqui no Senado. Dois Senadores, por quebra de sigilo, já perderam o mandato. E muitos Ministros caíram por quebra de sigilo.

Segundo entendimento consolidado, no Supremo Tribunal Federal, não existem direitos absolutos, eles podem ser relativizados em condições de excepcionalidade e somente, repito, em condições especiais. Digo isso porque vou adentrar em um tema, para muitos, polêmico, que é a consulta ao Serasa, realizada pelo empregador ao SPC, como critério para contratação de empregados. Eu acho um absurdo.

Recentemente, uma decisão da Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho mudou o entendimento daquela Corte, permitindo que o cadastro de inadimplentes seja utilizado com critério para contratação de empregado. Por exemplo, eu compro uma casa própria, atraso para pagar a prestação. Estou sujeito a perder a casa e o emprego. Subentende-se isso ou não permitem que eu arrume outro emprego.

Segundo o Ministro Renato de Lacerda Paiva, Relator da ação civil pública, impetrada pelo Ministério Público do Trabalho da 20ª Região de Sergipe, se a administração pública, em praticamente todos os processos seletivos que realiza, exige dos candidatos, além do conhecimento técnico de cada área, inúmeros comprovantes de boa conduta e reputação, não há como vedar ao empregador, segundo ele disse e por isso o voto, o acesso aos cadastros públicos como mais um mecanismo de melhor – ele especifica ainda – selecionar candidatos às vagas de emprego. Ou seja, pobre que, porventura, foi para o SPC, se isso prevalece, está fora, está excluído. Quero ver como eles vão fazer. Daqui a pouco, só rico vai trabalhar. E rico não gosta muito de trabalhar, ele gosta de administrar os bens dele. Trabalhar mesmo não é bem do feitio deles. Quero ver como vão fazer.

Diante de tal declaração, saliento que não sou contra a aplicação da chamada "ficha limpa" dos servidores na área pública ou privada. O que não é admissível é a situação econômica de um determinado período em que a pessoa encontra-se desempregada e, por isso, atrasou alguma prestação.

Quando o cidadão está desempregado, ele vai cuidar do quê? Do sustento da família. Eu mesmo estive desempregado e já fui para o SPC, não estou mais, mas já estive. Eu ganhava dois salários mínimos, tive um filho que ficou doente e vou usar o dinheiro para quê? Para pagar a loja, o banco ou comprar o remédio? Para comprar o remédio! E aí sou demitido? Ou não sou admitido? Aí não dá.

Deixar de quitar uma prestação é algo presumível. Acontece na vida de qualquer um que ficou desempregado. Eu já fiquei desempregado. Qual o pai ou mãe que irá deixar seu filho com fome ou sem remédio para pagar uma dívida no banco? Primeiro o remédio, primeiro a vida. As contas vencidas poderão ser negociadas após a nova contratação, mas o caráter alimentar tem que ser prioritário. Eu mesmo já negociei muitas vezes e fui lá e paguei. Discordo dos Exmºs Ministros que entenderam por unanimidade que os cadastros de pesquisa analisados pelas redes de lojas são de acesso irrestrito e que a conduta não viola a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas. Como não, se vou arrumar um emprego, seja de pedreiro, de sapateiro ou de metalúrgico, e me dizem que não vou ser empregado porque em tal dia eu atrasei determinada prestação na loja de cicrano ou beltrano? Não é constrangimento? Não viola a intimidade? Para nós, e falo agora, porque hoje ninguém vai negar que um Senador ou um Deputado é uma classe média alta, mas já fui, por exemplo... A minha família era de dez irmãos e meu pai e minha mãe ganhavam salário mínimo. Comprei muito fiado no armazém da esquina. Já fiz ficha em loja e não aceitaram. Agora, nem trabalhar terá direito.

A meu ver, os cadastros de restrição ao crédito servem exatamente para isto: para restringir o direito, nesse caso, do emprego àquele que mais precisa. O próprio art. 42 do Código de Defesa do Consumidor preconiza o seguinte: o consumidor inadimplente não será exposto ao ridículo – porque aqui é submeter ao ridículo – nem será submetido a qualquer tipo de constrangimento ou ameaça.

A utilização dos cadastros de restrição ao crédito como critério de contratação ao empregado viola, sim, a dignidade humana. Por isso, estou lendo aqui esse documento. Mas vamos chamar os juízes para uma audiência pública. Eles podem até não vir, mas vou convidá-los, inclusive o relator, para que ele explique. Ele terá o direito de explicar o inexplicável. E vamos querer que venham para explicar essa decisão.

Enfim, é uma questão de direitos humanos. A inscrição das pessoas inadimplentes na chamada lista que já circula em muitas empresas e que agora vai circular oficialmente em cadastro de inadimplentes deve se limitar tão somente aos objetivos para os quais são criados, sob pena de tornarem-se algozes do nosso povo trabalhador.

Em 2003, como já circulava esse tipo de lista em algumas empresas, apresentei o Projeto nº 262, de 2003, coibindo essa prática discriminatória na contratação de trabalhadores. O meu PL proíbe o uso de métodos de recrutamento de pessoal que possam causar dano à honra e à dignidade do trabalhador, ou seja, você não pode dizer que não contratou ou demitiu por quê... Porque não existe pessoa mais honesta que o trabalhador. Ele estava em um momento difícil da sua vida e atrasou uma prestação. Está comprovado com os dados oficiais que são os trabalhadores que mais pagam as contas em dia.

Em 2009, apresentei novo projeto: o PLS nº 465, aprovado no Senado em 2010 e que atualmente tramita na Câmara dos Deputados com o nº 7.809. O que diz o projeto que aprovei no Senado e tramita na Câmara? A adoção de qualquer prática discriminatória e limitativa para efeito de acesso à relação de emprego ou sua manutenção por motivo de sexo, origem, raça, cor, estado civil, consulta a cadastro de inadimplente, situação familiar ou idade. Ou seja, o projeto considera essa decisão do TST um crime hediondo.

E se me antecipei de 2003 e apresentei outro projeto em 2009, aqui no Senado, foi porque eu sabia que isso estava acontecendo. Estavam excluindo os trabalhadores baseados no SPC.

Assim, lamento profundamente que o TST – Tribunal Superior do Trabalho, que tanto tenho defendido ao longo da minha vida... Eu sempre defendi o TST, inclusive fui contra uma decisão tomada aqui, no Congresso Nacional, de que os dissídios coletivos não passassem mais pelo TST, a não ser que a outra parte concordasse. Eu sempre entendi que uma das partes tem o direito de entrar no TST e que o TST, se não houver acordo, se entrar o conflito, se entrar a greve, decidisse, então, pelo menos uma forma de encontrar um meio termo. Mas muitos me diziam que eu estava enganado com o TST. Repito: lamento profundamente que o TST, palco de inúmeras e louváveis decisões que tutelaram importantes direitos dos trabalhadores, tenha, desta feita, andado na contramão da história, da democracia, da história do próprio TST e do nosso País. Adotar o entendimento de que a utilização de consulta ao Serviço de Proteção ao Crédito no processo de contratação de empregados não é fator de discriminação é um equívoco; é, sim, critério de seleção de pessoal e um grande e lastimável engano quem pensa diferente.

Espero eu que a Câmara dos Deputados aprove, ainda este ano, o texto dos dois projetos de nossa autoria: o 2.940, de 2008, e o 7.908, de 2010, enviados àquela Casa. Por fim, agora, o Congresso é que vai poder decidir, porque a lei estará acima de uma decisão de segunda instância do TST.

Eu tinha de me posicionar, eu tinha de aqui falar. Embora eu estivesse no Rio Grande do Sul e não escondi onde eu estava – pela primeira vez, deixei de estar aqui, pelo motivo de que milhares de pessoas aguardavam lá a minha presença, o que fiz com muita alegria e com muita satisfação -, eu não poderia deixar de me posicionar. No mesmo dia, eu soltei uma nota. Falei aqui e vou falar na tribuna do Senado também, ainda hoje à tarde, sobre esse tema.

Muito bem. Então, de imediato, eu queria convocar a primeira mesa, chamando o Coordenador Nacional do Fórum Sindical dos Trabalhadores, o José Augusto. Chamo o Denisson Almeida Pereira que, aqui, representa, em síntese, o Ministério da Previdência. Chamo também o meu amigo – todos aqui são meus amigos, permitam-me isso – Floriano José Martins, Vice-Presidente do Conselho Executivo da Anfip, que aqui substitui o Sr. Álvaro Sólon de França. Chamo também, pela lista que tenho dos que estão presentes desta primeira mesa...O Nelson de Almeida já chegou? Não chegou. Chamo o Sr. Paulo José Zanetti, Diretor Institucional do Sindicato Nacional dos Aposentados e Pensionistas da Força Sindical.

Cada um falará dez minutos com mais cinco. Repito: aqui, não é uma questão de ordem, de quem fala primeiro ou não. Eu só vou pedir que o representante do Ministério da Previdência, se assim entender, fique nas duas mesas. Se houver algum questionamento, você poderá responder.

Vamos, de imediato, passar a palavra a quem eu chamei primeiro para a mesa. O primeiro a ser chamado vai ser o primeiro a falar também, o José Augusto.

O SR. JOSÉ AUGUSTO DA SILVA FILHO – Obrigado, Senador Paulo Paim.

Bom dia a todos. Bom dia aos telespectadores da TV Senado, aos ouvintes da Rádio Senado, aos companheiros de mesa, às senhoras e aos senhores do movimento dos aposentados e dos trabalhadores, aos companheiros da militância também e do Governo, da Previdência Social, da Anfip.

Primeiramente, Senador Paulo Paim, eu quero fazer um *flashback*. O senhor participou desta história que aconteceu, durante o dia todo, no dia 3 de maio de 2008, no Centro de Convenção do American Hall, na Academia de Tênis. Nós realizamos um encontro, um dos maiores de Brasília em área fechada, com representantes de todo o Brasil do movimento social, de praticamente todas as centrais sindicais. Eu não lembro se o Conlutas estava, mas acho que tinha gente, sim. Com certeza. A Maria sempre apoiou também o movimento. Eram 15 confederações nacionais de trabalhadores. Os aposentados, naquela época, não eram afiliados, mas tinham o companheiro Pimenta e a turma dele que participavam, não é, Pimenta? Daqui, de Brasília. O Senador Paulo Paim, num ato histórico, arrancou o paletó e vestiu a camisa do fórum, o que foi uma coisa emocionante. O pessoal foi às lágrimas, não pelo fórum só, mas pela causa que estava se discutindo aí. Foi um momento ímpar. O Geraldo Mesquita, o Senador do Acre, também esteve presente. Desse encontro, saiu a Carta de Brasília, que foi divulgada e entregue às mãos do Vice-Presidente da República. No dia seguinte, o José de Alencar nos atendeu na Vice-Presidência da República - o saudoso José de Alencar, grande amigo e companheiro, solidário também à causa dos trabalhadores e dos aposentados. Juntamente com Lourenço, Jacira, de Goiás, e outros companheiros bancários da Contec, ele nos recepcionou em sua sala e nós entregamos também o documento. Teve uma divulgação ampla, com vários temas, como estrutura sindical, redução de jornada, geração de emprego, Convenção 151, Convenção 158, que, até hoje, não foi resolvida na Câmara, reforma agrária, meio ambiente, matriz energética. Ele foi assinado, Paulo Paim, por todas as representações – eu vou entregar-lhe esse documento, que o senhor já tem lá, no gabinete, mas é só para relembrar. E Previdência Social, fundos e pensões eram o quarto item do encon-

tro. Repito: havia 3.500 ou 3.600 dirigentes sindicais. O senhor presenciou isso. Estava lotado mesmo, coisa fantástica, bastante participativa, com pessoas também ligadas ao Governo. O Ministério do Trabalho esteve presente, assim como o Ministério da Previdência, o Ipea, Diap. Um dos temas era este: pela extinção do fator previdenciário e pela recuperação das aposentadorias e pensões.

Para não ler tudo, vou deixar o documento como lido e passar para as mãos do Senador. Há aqui uma explanação da preocupação e têm a, b, c e d, que são os itens que falam até daquele projeto do senhor, o 296, que extinguia o fator previdenciário. Todos conhecem a história, não vou aqui repetir. Pedíamos a aprovação, naquela época, na Câmara, da questão dos critérios do salário mínimo e daqueles que ganham acima do mínimo até o teto do Regime Geral e a retomada da atuação do Fórum Nacional da Previdência Social, a fim de que seja construído um modelo que fortaleça a previdência pública e social e elimine os riscos de sua privatização, que nos ronda até os dias de hoje. A desmoralização da previdência pública não pode ser descartada com relação aos interesses internacionais e nacionais de bancos e seguradoras privadas, que têm o interesse para detonar mesmo esse sistema nosso, que nós, do movimento sindical e dos aposentados, vamos defender até a última gota de sangue. A previdência pública no nosso País é uma questão até de hombridade e de honra para nós, trabalhadores, e não podemos correr esse risco. Passamos por uma situação muita constrangedora na época do Ricardo Berzoini como Ministro. Nós não queremos passar por uma experiência desta, mas... Eles rondam o Congresso Nacional cotidianamente e nós temos de ficar bastante atentos, porque, por trás de toda essa parafernália, há um interesse de bancos, de seguradoras, que querem tornar a previdência privada em nosso País. Tentam - estão tentando desde a década de 70 e 80 - e o movimento social, sindical e dos aposentados tem resistido.

Eu preparei um material, Senador Paulo Paim, para não correr o risco de ser muito prolixo. Ele é bastante atual. Vou fazer um esforço tremendo para concluir no meu tempo.

Antes, em relação à sua manifestação sobre o TST, ontem, em Brasília, teve a inauguração da sede administrativa da entidade de um grande amigo seu, o companheiro que preside a Federação Nacional dos Frentistas, o Porcino. Nós estivemos lá representando as confederações, as centrais que integram o nosso Fórum Sindical de Trabalhadores, a Cobap, na inauguração da sede administrativa, no Edifício Bandeirantes, no Setor Comercial Sul. Um dos temas lá foi justamente esse seu – achei até uma coincidência, não é? Tem uma proposta que estão querendo, mas a gente ainda vai discutir isso na reunião do Fórum. Inclusive, amanhã, vou ter de dividir em dois, porque tem a reunião da Comissão, e é importante a construção dessa pauta dos trabalhadores aqui, no Senado, e tem também uma reunião na Nova Central no mesmo horário, com a participação do Sérgio Miranda e de tantos outros companheiros que estão vindo de outros Estados, para tratar de outra matéria perigosa também que é a PEC nº 369, que detona o modelo sindical brasileiro e acaba com a honestidade sindical, o financiamento das entidades sindicais no Brasil. A proposta, Senador Paulo Paim, é fazer uma mobilização em frente ao TST, como fizemos no Ministério do Trabalho, com vuvuzela, apitaço, panelaço. E levar gente, viu, Pimenta? Porque isso aqui é um ultraje. Isso não existe. Isso não é coisa de um país democrático, de um país socialista como o nosso. O Governo nosso é socialista. Alguém tem dúvida? Têm as parcerias, aquela coisa, aquele diálogo com empresários, com banqueiros, mas, no mundo, é reconhecido como um partido socialista. Ou alguém tem dúvida da Dilma com relação a esse perfil? Quem conhece a história dela pode confirmar. Então, pretendemos ir lá, porque eles estão muito acomodados. Vamos levar um time grande, com carro de som, vuvuzela. Vamos fazer o debate aqui também, não é, Senador Paulo Paim? Chama o relator aqui. Nós não podemos admitir isso, não. Isso é um ultraje. Isso é um tapa na cara do trabalhador, gente! É inadmissível esse tipo de discriminação. É uma afronta à classe trabalhadora. Deve, porque é pobre! Deve, porque ganha pouco! Deve, porque tem uma família para sustentar e, às vezes, aquele miserável salário por mês... Inclusive é isso que estão querendo propor aqui na questão das aposentadorias. Daqui a alguns dias, vão querer ferrar os aposentados também: não vai receber da Previdência quem estiver devendo do Serasa. É piada, não é, Pimenta? Se estiver devendo no banco, no Serasa, então, a Previdência também não vai pagar você. Se a gente não tomar cuidado, vai para esse caminho. Então, gente, temos de reagir! Eu estou achando o movimento sindical muito morno. Eu acho que temos de botar o bloco na rua e trabalhar na pressão.

O fator previdenciário, que é a pauta aqui, está na pauta na discussão do grupo de trabalho intitulado Câmara de Negociação de Desenvolvimento Econômico e Social criado em 2011 pela Presidência da Câmara, o Deputado Marco Maia, seu conterrâneo, Paim, do PT, do Rio Grande do Sul. O colegiado tem como objetivo debater propostas que interessam à classe trabalhadora e aos empresários. O grupo já debateu e aprovou projeto de terceirização elaborado

pelo Deputado Roberto Santiago, PSD, São Paulo. E o objetivo é encontrar o consenso nos assuntos de interesse e levar a matéria ao plenário com acordo definido. Inclusive, antes da audiência, eu tinha até falando do acordo que tinha sido feito no ano passado de tratar dessa matéria logo no início do ano. Não deu em fevereiro, mas se vai retomar em março. Portanto, nesta terça-feira, ou seja, amanhã, dia 28, a Câmara de Negociação de Desenvolvimento Econômico e Social, grupo de trabalho criado em 2011 pelo Presidente da Câmara, Deputado Marco Maia, realiza reunião para discutir o tema fim do fator previdenciário. O GT se reúne na sala de reuniões das Mesa Diretora, amanhã, portanto, às 17 horas.

No caso do PL nº 3.299, de 2008, que é do fator previdenciário, existe o interesse da bancada sindical que compõe esse colegiado de colocar o projeto em pauta ainda neste semestre. No final de 2011, o tema chegou a ser pautado nesse GT, mas, com o recesso, não foi debatido. Houve encaminhamento de prioridade para o início da sessão legislativa em 2012. Como o Governo pretende modificar o texto, a matéria retornará ao Senado. As propostas de modificação do texto consistem na introdução do fator 85/95 – eu gostaria agora da atenção de vocês, por favor – elaborado pelo Relator da Comissão de Finanças e Tributação, Deputado Pepe Vargas, do PT do Rio Grande do Sul; ou – agora que vem a pancada também – como anunciado pelo Ministro da Previdência Social, Garibaldi Alves, em agosto de 2011, inclusive no *Valor Econômico* no mesmo dia, sobre o fator 95/105.

O fator foi criado pela Lei nº 9.876 – para os leigos, os telespectadores, os cidadãos que estão nos assistindo, vamos esclarecer direito, Paulo Paim, porque, às vezes, a gente fala no fator e pensa que todo mundo está sabendo como que é - como alternativa de controle de gastos na Previdência Social que guarda relação com a idade de aposentadoria ou tempo de contribuição e com a expectativa de sobrevida no momento da aposentadoria. O fator tem a finalidade de reduzir o valor dos benefícios previdenciários no momento de sua concessão, de maneira inversamente proporcional à idade de aposentadoria do assegurado. Quanto menor a idade de aposentadoria, maior o redutor e, consequentemente, menor o valor do benefício. O Senado já havia aprovado o projeto do Senador Paulo Paim que extingue o fator previdenciário, uma excrescência imposta por FHC que reduziu a já mísera renda dos aposentados e pensionistas. Diante da decisão, a equipe econômica, sempre apegada à ortodoxia do ajuste fiscal, pressionou os Deputados e, posteriormente, houve a pressão para obter o veto presidencial ao projeto do Senador Paulo Paim. O movimento sindical brasileiro como um todo, através dos seus dirigentes, manifestou o seu apoio ao projeto do Senador Paulo Paim, que elimina o fator previdenciário e garante o mesmo reajuste do salário mínimo aos aposentados.

Precisamos, portanto, estar vigilantes, atentos e preparados para mobilizar nossas bases em defesa dessas duas medidas, que já foram aprovadas no Senado e que agora passam por uma nova discussão na Câmara Federal, conforme relatamos anteriormente. Nós, do movimento sindical brasileiro, precisamos planejar e realizar várias atividades para pressionar os Deputados Federais e o Governo Dilma, incluindo ações e a concentração dentro da Câmara dos Deputados, nos gabinetes dos parlamentares e de suas respectivas lideranças partidárias.

A matemática perversa que vocês sabem foi instituída, então, pela Lei nº 9.876, aprovada em novembro de 1999, no bojo daquela contrarreforma de Fernando Henrique. Ela é um perverso mecanismo contrário de arrocho dos trabalhadores que retarda os pedidos de aposentadoria por tempo de contribuição, elevando em cinco anos a idade média de quem requer o benefício. Como a redução do rendimento é expressiva, ele fica menor quanto mais cedo a pessoa se aposenta. O trabalhador é obrigado a adiar o acesso ao benefício. Aplicado no cálculo da contribuição, o fator reduz de 30% a 35%, respectivamente para homens e mulheres, o valor da aposentadoria e da pensão em comparação com o salário da ativa.

Não é para menos que o fim desse monstrengo tucano foi saudado por várias categorias. Na base do próprio Presidente Lula, o Sindicato dos Metalúrgicos no ABC, na época, divulgou um boletim com o título: "Fim do fator previdenciário – vitória dos trabalhadores". Segundo o texto, a aprovação do PLS nº 293, do Senador Paulo Paim, que representava uma alteração de amplo e importante alcance social, além de extinguir o fator previdenciário, esse redutor das aposentadorias, estende a política de valorização do salário mínimo às aposentadorias e pensões.

Portanto, nós, do movimento sindical, devemos, definitivamente, pressionar o Governo e a Câmara, ficando aqui registrado o nosso elogio e aplauso ao Senador Paulo Paim pela sua coragem, bravura, tenacidade e solidariedade junto aos trabalhadores e junto aos aposentados e pensionistas do nosso País.

A desculpa esfarrapada do déficit, porque sempre vem isso à tona. A grande desculpa apresentada é a mesma de sempre: a de que a medida elevará o déficit da Previdência Social. Ora, companheiros, durante a campanha eleitoral de 2006, o candidato Lula garantiu, nos palanques, que a Previdência não é deficitária, contrapondo-se aos agourentos neoliberais,

que propunham mais arrocho no setor. Hoje, agora, parece que esse discurso mudou.

Essa desculpa será desmascarada mais uma vez com a apresentação da Anfip e, quem sabe, pelo próprio representante do Ministério da Previdência Social, aqui já postado à mesa, assegurando que não é verdade, com dados a serem apresentados nesta audiência pública.

Confio muito nesses dados e nesses estudos praticados pela Anfip.

"Enquanto estiver como Ministro da Previdência, não sossegarei até pôr fim ao fator previdenciário", disse o Ministro Garibaldi. Segundo ele, é essencial encontrar uma alternativa para o atual dispositivo, que gerou até hoje – olhem telespectadores e companheiros presentes a esta audiência e à mesa – uma economia de 31 bilhões para a Previdência. Repito: o fator gerou até outubro, quando foi feita essa declaração em 2011, segundo o Ministro, 31 bilhões para a Previdência.

Encerro dizendo que a redução salarial, Senador Paulo Paim, é uma tremenda crueldade contra quem recolheu determinado número de salários e agora recebe bem menos. É necessário entender que os aposentados e pensionistas não podem esperar definitivamente pela mudança na legislação. Estamos postergando, estamos passando, e a coisa não se resolve. Para o movimento sindical, é uma questão de honra e de moral acabarmos com o fator previdenciário, para que possamos, junto ao Parlamento e Governo, buscar uma alternativa para ele. A ideia de que, para usar um direito, o trabalhador tem de abrir mão de outro, que, para se aposentar, tem de abrir mão de parte do salário, é um absurdo e inadmissível.

A palavra de ordem é irmos todos à luta, uma luta digna e justa para todos nós, trabalhadores. Inclusive há um apelo da Cobap, do sindicato do Inocentini, que é o Sindicato Nacional de Aposentados: não podemos deixar essa bucha só na mão, – não é Pimenta? – dos aposentados, da Cobap e do Inocentini. Como eu disse, companheiro da Conlutas, nós temos que, irmanados, fortalecer esta luta.

Encerrando, Paulo Paim, nós saudamos novamente a sua iniciativa, porque não podemos deixar esse debate morrer. Não podemos empurrar isso com a barriga o resto da vida, e todos torcem para um governo pior. Nós torcemos por um governo melhor, que seja desenvolvido – não só na questão econômica, na questão de infraestrutura, mas principalmente naquele que realmente é um sindicalista e que está no coração e no pulsar do nosso sangue, o espírito socialista.

Muito obrigado pela oportunidade, Paulo Paim, e ficamos aqui para o debate. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Agradeço ao José Augusto pela sua fala, muito clara, muito transparente e muito objetiva, dizendo que a gente vem travando esta luta há mais de uma década. Com esse maldito fator e na busca de garantir um reajuste decente para os aposentados que ganham não só o mínimo, mas um pouco mais do que o mínimo, e a ampla maioria não chega nem a quatro ou cinco salários.

Deixe-me dizer também que combinei ou decidi aqui na Mesa que vou deixar o representante do Ministério da Previdência sempre no encerramento das duas mesas, porque todas as falas vão na mesma linha. Tenho certeza absoluta, e aí ele responde e vamos para o debate. Na sua fala, você dá o seu ponto de vista, se quiser dar alguma resposta, você dá, sem prejuízo de, depois, debatermos o tema. Na verdade, temos um ministério com uma posição, na minha avaliação, não definida ainda. Eu me permito dizer isso. Você é quem vai falar pelo Ministério, mas outros convidados todos, para mim, têm a mesma posição. Queremos de fato avançar, porque não dá para continuar com o fator, e queremos a garantia do reajuste para os aposentados.

Então, neste momento, chamo o nosso amigo, nº 2 aqui, o Paulo José Zanetti. Fala o diretor institucional do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos da Força Sindical, e aqui diz, em substituição ao presidente da Força, o Deputado Paulo Pereira da Silva.

É bom registrar – permitam que eu faça este adendo antes – que, na votação do Orçamento, no fim do ano, de 22 para 23, eu e o Paulinho, representando este movimento e o Senado, estivemos no plenário da Câmara. O Paulinho estava na liderança do PT, e nós só concordamos em votar o Orçamento quando todos os Líderes assumiram que neste ano íamos enfrentar esses dois debates, tanto da política do aposentado, como também a questão do fator.

Então, estamos fiéis ao que nós combinamos, a partir de hoje retomando essa mobilização, que visa a mudanças profundas no cálculo do benefício, ou seja, não aplicando o fator e, ao mesmo tempo, buscando o reajuste para os aposentados.

Quem fala agora é o Paulo Zanetti.

O SR. PAULO JOSÉ ZANETTI – Bom dia a todos! Bom dia aos telespectadores!

Primeiramente, Paulo Paim, agradecer mais uma vez esta iniciativa de discutirmos aqui a extinção do fator previdenciário e o reajuste digno para aqueles que contribuíram muito para a Previdência Social deste País, ganham acima de um salário mínimo e estão vendo os seus vencimentos se aproximarem perigosamente deste valor, hoje, no caso, R$622,00.

Para não ser repetitivo, quero corroborar com o que o José Augusto falou e com o seu pronunciamento sobre esse absurdo da decisão do TST. E também tem mais uma questão que é bom todos os aposentados saibam. Não sei o nome do Deputado, mas, no Conselho Nacional de Previdência Social, já tivemos uma moção de repúdio ao Deputado que propôs que aposentados com mais de 65 anos não podem fazer empréstimo, não podem tocar a sua vida. Nós achamos que um aposentado com 65 anos de vida está no auge da sua vida, consciente dos atos que pode praticar. Então, fizemos no conselho uma moção de desagravo a esse Deputado que fez esse absurdo de falar que os aposentados com mais de 65 anos são inúteis.

Acho que não! Niemeyer, com 103 anos, está provando que ainda está bem capaz e que dá para fazer muito por este País.

Falar do fator previdenciário todo mundo já tem falado. Não quero ser repetitivo quanto aos malefícios que ele traz à classe trabalhadora. Então, nós, da Força Sindical, temos uma proposta de valorização do tempo de contribuição. Nós achamos sempre que os trabalhadores da iniciativa privada começam a trabalhar muito mais cedo: com 14; outrora, era com 12 anos; agora é com 16, e atingem a condição de aposentadoria muito mais cedo do que aqueles que iniciam sua jornada de trabalho aos 26, 27 anos de idade.

Então, temos uma posição...e já vou passar aqui, de imediato, para que vocês saibam a posição da Força Sindical e do Sindicato Nacional dos Aposentados, lembrando que amanhã, também, em Praia Grande, na Federação dos Químicos, estaremos com todas as representações dos aposentados, de todas as centrais, da Cobap, numa discussão também sobre esse assunto.

Já estamos discutindo isso há muito tempo e, para nós, é muito importante essa discussão.

Então, aqui vamos apresentar, em partes, só dizendo também aos telespectadores que as informações que vou apresentar agora... Por exemplo, aquela tela ali não dá para ver, mas ela está no *site* da Previdência Social. Quem clicar no www.previdencia, tem ali o fator previdenciário. Essa é só a fórmula. Não vamos entrar na fórmula, que é muito complexa, e seria demorado demais para explicá-la. Mas, em poucas palavras, como o José Augusto falou, retiram-se dos aposentados, no momento de sua aposentadoria, 30%, 40%. Somos totalmente contra isso.

E também, para que as pessoas possam entender, no *site* da Previdência, nessa mesma página que abri antes, está essa tabela do fator previdenciário, trazendo o que a pessoa perde. Então, fica aí para os telespectadores, repetindo o *site* da Previdência; www.previdencia.gov.br, e clica. Nessa página que mostrei do fator previdenciário, diz para clicar ali para saber essa tabela, que mostra a triste realidade do trabalhador brasileiro.

Para que vocês possam saber, um trabalhador com 35 anos de contribuição só vai atingir o 1.0 que buscamos, o fator previdenciário... Nós queremos que o trabalhador, no momento de sua aposentadoria, tenha a mesma remuneração da ativa. Ele só vai conseguir isso aos 64 anos de idade. Então, isso é muito doloroso, muito pernicioso, porque, se valorizarmos aqueles que começam a trabalhar cedo – 35 anos de contribuição, começaram com 16 e, no máximo, com 51 anos, já têm condição de se aposentar, mas, ao se aposentarem, perdem 30%, 40% do seu rendimento. Já discutimos, e agora gostaria de passar oficialmente a posição da Força Sindical com relação à proposta que temos para substituição do fator previdenciário.

Vou ler rapidamente. Ela não é muito comprida:

Proposta para substituição do fator previdenciário da Força Sindical e do Sindicato Nacional dos Aposentados.

> O fator previdenciário, conforme é do conhecimento geral da sociedade, que aliás tem sua constitucionalidade contestada perante o Supremo Tribunal Federal, é extremamente prejudicial aos trabalhadores, visto que chega a reduzir a renda mensal inicial das aposentadorias por tempo de contribuição numa média de 42% do seu valor. As propostas que ora apresentamos têm por objetivo valorizar o tempo de contribuição do trabalhador [aquilo de que falei há pouco: nós queremos privilegiar o tempo de contribuição], a fim de se corrigirem as injustiças sociais causadas pelo atual fator previdenciário, que penaliza principalmente os trabalhadores de baixa renda que ingressam no mercado de trabalho em idade precoce.
>
> *Proposta do Sindicato Nacional dos Aposentados e da Força Sindical*.

Ficarão mantidos os atuais parâmetros do tempo de contribuição mínimos equivalentes a 30 anos para mulher e 35 anos para o homem, previstos na Constituição Federal para concessão da aposentadoria por tempo de contribuição. Deverão ser introduzidas normas jurídicas no RGPS de forma a possibilitar a criação da aposentadoria por tempo de contribuição segundo novas sistemáticas, sistemáticas denominadas, para nós, da Força, como mulher soma 80, e homem soma 90. Já se falou outrora, e defendíamos até 85, 95, mas, após análises de diversos congressos, optou-se pela posição mulher, 80, e homem, 90, com as seguintes características: renda mensal de benefícios será inte-

gral, ou seja, equivalente a 100% do salário de benefício quando a soma do tempo de contribuição e da idade atingir a soma de 80 para mulher e de 90 para homem. Isso é o tempo de contribuição mais a idade de que estou falando. Quando a soma for inferior a 80 ou a 90, a renda mensal de aposentadoria será submetida a um redutor de renda, equivalente a 2% de contribuição a menos no resultado da soma. Quando essa soma for superior a 80 ou 90, a renda mensal do benefício será submetida a um ampliador de renda, equivalente a 2% por ano de contribuição a mais no resultado da soma. O salário de benefício deverá ser calculado levando-se em conta a seleção dos 60 maiores salários de contribuição, recolhidos pelo segurado durante o seu respectivo tempo de trabalho.

Vocês sabem que, hoje, para cálculo da aposentadoria, nós pegamos de julho de 94 para cá, jogamos 20% fora das piores contribuições, e se aplica o fator previdenciário. Então, estamos reduzindo esse período para 60 meses. E, a cada dez anos de transcurso da nova sistemática à luz das expectativas de vida do homem e da mulher, regularmente apuradas em cada região do País, será feito novo estudo para adaptação dos elementos básicos das somas; isto é, o tempo de contribuição e a idade visando, se necessário, ajustar o modelo às novas condições existentes, que também não podemos aqui negar que sabemos que a expectativa de vida do brasileiro subiu, subiu, subiu e subiu muito.

Neste momento, essa é a nossa proposta, mas, se a expectativa de vida vier a crescer ainda mais, pois acreditamos que cada vez, com o avanço da Medicina e tudo isso, a nossa vida vai ser cada vez maior, estamos dispostos a pensar num outro...

Os meses relativos ao aviso prévio e ao seguro-desemprego queremos sejam considerados como salários de contribuição normais, e assim serão computados na contagem de tempo de serviço e no cálculo do salário de benefício. As demais aposentadorias continuarão a observar as atuais regras previstas no RGPS.

Finalmente, até para um melhor atendimento da proposta, apresentamos os exemplos abaixo para uma aposentadoria masculina. Vou passar na tela, porque dá para ver com mais tranquilidade. É uma conta bem simples, bem fácil e dá para...

Estamos aqui falando de um trabalhador com 35 anos de contribuição e idade de 51 anos. A soma deles dá 86. Estamos propondo homem, 90, mulher, 80. Então tempo a menos: quatro anos. Redução da renda: quatro vezes dois. Essa pessoa receberia 92% da sua renda mensal.

No outro exemplo que temos aqui, que normalmente é o exemplo mais característico, tempo de contribuição 35 anos e idade 55. Aí fecha o que chamamos 90. Então essa pessoa vai se aposentar com 100% da sua média nos últimos sessenta meses.

O exemplo três, o tempo de contribuição de uma pessoa que fica mais no mercado de trabalho, por exemplo, 40 anos de contribuição e 60 anos de idade. Essa pessoa atingiu uma soma de 100. Então tem dez anos a mais. O que queremos? Ampliar a renda dele: dez vezes dois, essa pessoa teria 20% de acréscimo na sua renda mensal apurada nesse período.

Essa é uma proposta definitiva da força sindical e do Sindicato Nacional dos Aposentados. Nós estaremos discutindo isso amanhã, volto a dizer, lá em Praia Grande, com as centrais, com a Cobap, enfim, todas as representações de aposentados estão convidadas. Esperamos lá fazer um grande debate para termos essa clareza.

Com relação aos que ganham mais do que o salário mínimo, sou conselheiro da Previdência Social, conselheiro nacional, e, dos 28 milhões de aposentados, já estamos com quase 20 milhões ganhando salário mínimo, 19,2 milhões benefício de salário mínimo. Só que esse dado é de dezembro. Na última reunião, não apresentaram os dados de janeiro. Em janeiro, houve aumento do salário mínimo para R$622,00, um aumento significativo de 14%. Eu questionei ao Leonardo, Secretário do INSS, dizendo que queria saber o número, para quanto se elevou o número de pessoas que passam a integrar a faixa de um salário mínimo. Eu acredito que de 600 a 700 mil pessoas passaram a ganhar um salário mínimo em janeiro. Ele disse que esse número deve ser 300 mil, 450 mil. Então, na próxima reunião do Conselho, serão apresentados os dados de janeiro, quero fazer um comparativo e divulgar amplamente. O que não dá mais é para ficarmos com esse reajuste de 14% para o salário mínimo e nós ganharmos simplesmente o INPC do período.

A persistir essa prática por mais três anos, acredito que passaremos de 90% do País ganhando salário mínimo. Eu acho que esse não é o objetivo de todos aqueles que trabalharam... Não que o salário mínimo... Não estamos questionando. O salário mínimo é uma vitória, fruto da luta das centrais, das caminhadas que fizemos, das marchas a Brasília. Não estamos questionando o valor do salário mínimo. Agora nós queremos também que os demais aposentados, esses 7, 8 milhões que ainda ganham acima do salário mínimo não cheguem já de imediato a encostar na base da pirâmide, passando a ganhar somente um salário mínimo.

Paulo Pereira da Silva, nosso presidente e Deputado Federal, apresentou, junto com o Paim, comentou e conseguiu – esperamos que não seja balela, que não seja conversa para boi dormir –, estava previsto para o final de fevereiro, mas o final de fevereiro já é ama-

nhã, para o início do mês de março, que o Congresso se comprometesse para que o Orçamento seja aprovado e crie uma política de reajuste permanente para aqueles que ganham acima do salário mínimo. Se nós não conseguirmos os 100%, o mesmo percentual do salário mínimo, nós temos uma contraproposta que já falamos: que seja como foi a dois anos atrás, 80% do PIB mais a inflação. Isso, pelo menos vai minimizar o sofrimento dos aposentados.

Então, Paim, essa é a posição da Força Sindical e quero reiterar aos companheiros que façam com que seus representantes estejam amanhã em Praia Grande – sei que a maioria já vai estar lá hoje –, para que a gente possa fazer um amplo debate e chegar a uma posição única dos aposentados do Brasil. Como o José Augusto falou, isso não pode ficar restrito à Cobap e ao Inocentini. Não. Nós temos que fazer um trabalho coletivo de todas as representações dos aposentados e uma busca única, porque o problema é de todos.

Então, se nós nos unirmos... Nós somos fortes e temos que mostrar que a nossa força será nas próximas eleições. Nós não podemos fazer greve, mas nós podemos votar e devemos saber como votar.

Esse é o nosso recado, da Força Sindical.

Obrigado por mais esta oportunidade de estar aqui me dirigindo a todo o Brasil e aos companheiros aqui presentes.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Paulo José Zanetti, Diretor Institucional do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos da Força Sindical, que aqui representou também o Deputado Federal Paulo Pereira da Silva, que é o Presidente da Força Sindical.

Eu cumprimento ao Paulo dizendo que, de fato, esse encontro que vai haver lá em São Paulo faz parte de um calendário de mobilização para que a gente altere o fator e construa uma política para os aposentados e pensionistas quanto ao seu reajuste.

Eu concordo com você. Tranquilamente já chegamos a mais de 20 milhões de pessoas que ganham um salário mínimo. Só ficam de fora 8 milhões. E se continuar assim, rapidamente todos vão passar a ganhar o salário mínimo.

A pergunta que fazem os assalariados é se vale a pena pagar à Previdência mais do que um salário mínimo.

O SR. PAULO JOSÉ ZANETTI – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Daqui a um pouco vamos fazer um acordo, vamos deixar de pagar, ninguém paga mais do que um salário mínimo, recebe um salário mínimo e vamos fazer uma poupança. Aquele dinheiro automaticamente vai a uma poupança, que rende mais do que o próprio Fundo de Garantia, outra briga que temos. Fazer o que? A própria vida é assim, não é? Podemos chegar a essa conclusão. Acho que não é justo pagar sobre dez salários e depois se aposentar com um, que é o caminho ao qual estamos indo. Falo isso porque esse debate está no movimento sindical e também nas entidades dos aposentados e pensionistas.

Antes de passar a palavra, quero registrar a presença aqui do Senador Aloysio Nunes, Senador atuante – sem dúvida alguma, não é preciso aqui que eu faça elogios. É um Senador que quase toda segunda-feira está aqui, fazendo um bom debate, o que a gente chama de o bom combate no campo das ideias. Isso é muito bom. E hoje, além de estar aqui, vai participar depois de um debate sobre alguns requerimentos que só serão aprovados, repito, se houver acordo. Para votar requerimento só se ninguém questionar, porque não há quórum regimental para aprovar. Há para realizar audiência pública, mas não para aprovar requerimentos.

Passo a palavra, de imediato, ao Vice-Presidente do Conselho Executivo da Anfip, que aqui vai substituir ao Álvaro Sólon de França, que é o Presidente, que é o Floriano José Martins. Com a palavra o Floriano José Martins.

O SR. FLORIANO JOSÉ MARTINS – Bom dia a todos.

Quero agradecer ao Senador Paulo Paim a nossa participação.

De imediato, já podemos fazer alguns comentários. Vim aqui e ouvi dizer que a Previdência pode ser privatizada. Até pouco tempo, vivo na Previdência desde 1975, portanto, conheço algumas coisas – entrei na Previdência em 1975 –, achava que ela nunca seria privatizada. Mas um desmonte querem fazer no Estado agora, criando a previdência complementar para os servidores naqueles moldes em que está o PL 1.992, que será discutido a partir de hoje, amanhã e possivelmente aprovado, já que o Governo tem a maioria. É uma tentativa de desmonte do Estado, criando uma previdência complementar para os servidores sem uma garantia jurídica para eles. E provavelmente haverá uma tentativa de depois, no futuro, tirar a paridade, tirar a integralidade dos servidores e consequentemente unificar todo o regime próprio com o regime geral. Aí nós teremos só o salário mínimo, ou seja, criamos o modelo do Banco Mundial que, em 1990, foi impregnado e tentaram implantar.

Qual é o modelo do Banco Mundial? É o tripé. O primeiro tripé: uma base universal para todo mundo de um salário mínimo ou um e meio mais ou menos. Esse é universal. Todo mundo iria receber. O segundo: previdência complementar obrigatória, mas admi-

nistrada por terceiros, pelos bancos. E o terceiro pilar: facultativo. Então nós teríamos exatamente o modelo que o Banco Mundial pregou lá em 1990, no auge da globalização. Estava implantando o Chile, a Argentina etc. No Chile, foi implantado em 1991. Eles estão com problema e a Argentina retornou ao seu regime estatal, um regime misto, porque não teve suporte na sua transição e no próprio modelo.

Feito isso, eu era otimista, mas estou um pouco preocupado. Nós estamos um pouco preocupados na Anfip exatamente porque os modelos estão convergindo. E essa convergência é só para prejudicar o trabalhador, o servidor em detrimento do ganho, do lucro dos bancos e principalmente do mercado de capitais. E isso nos preocupa muito.

Feitas essas observações, fiz também algumas considerações sobre o fator previdenciário, Senador. Todo mundo já falou aqui sobre a fórmula e etc., mas eu não sabia. Como a gente não tinha combinado, eu fiz também alguma coisa ali e vou tentar mostrar, embora eu só tenha recebido a notícia de que eu vinha aqui ontem à noite – o Álvaro não pôde vir e me colocou nesse debate. Eu tenho feito algumas palestras e trouxe algumas transparências que eu acho fundamentais até para agregar o que já foi explicado aqui. Não estão atualizadas, porque são do ano passado, de novembro. Podemos passar rapidamente para ter uma ideia?

Aqui temos o que é segurado obrigatório e segurado facultativo. Isso aí eu não vou passar porque todo mundo já sabe. Mas é uma forma de você entender a mecânica.

A renda mensal vitalícia se dá através de quê? O auxílio doença é de 91%; a aposentadoria por invalidez é de 70%; aposentadoria por idade é de 70 mais 1 por grupo etc., etc., etc.

Nós queremos falar sobre a aposentadoria por tempo de serviço, por tempo de contribuição – agora é por tempo de contribuição: 30 anos para a mulher e 35 para o homem. Não é exigido idade. É uma inverdade quem diz que tem que ser por idade. Não. A idade pega no fator. Aí é que está o problema. Informo aos telespectadores que estão nos assistindo: bastam 30 anos de contribuição para a mulher e 35 anos de contribuição para o homem se aposentar. O problema é no impacto da fórmula da renda mensal inicial.

Vamos lá. Aí vêm algumas coisas.

Pode passar.

Cálculo dos benefícios.

O calculo dos benefícios, qual é? O salário base – AB, que é a média das contribuições, isso já foi falado aqui. A partir de 94, pegam-se todas as contribuições até a data da aposentadoria, tiram-se 20% das mais baixas e calculam-se 80% vezes o F – Fator Previdenciário.

Pode passar.

Isso aí é tempo de contribuição. A mulher professora aumenta cinco em função do tempo e aí está o prejuízo.

Pode passar, por favor.

Salário benefício.

Pode passar, pode passar.

Aí vem o fator previdenciário, fórmula muito inteligente que se criou em 1999. Talvez seja a fórmula mais inteligente de que tenho conhecimento desde que eu conheço previdência, porque cria um mecanismo atuarial embutido. O primeiro passo é o critério atuarial: tempo de contribuição x A. Esse A é a alíquota com que o empregado e o empregador contribuem: 0,31. Por que 0,31? São 11 mais 20 do empregado. Na época, era 0,29, a média era 29, e se brigou muito. Então o 0,31 ali advém do 11 do empregado mais o 20 da empresa.

Aí vem a expectativa de sobrevida representada pelo S ali. Essa expectativa de sobrevida é o que impacta, porque é um denominador. E como é um denominador, quanto mais tempo eu vou viver em função da minha idade, automaticamente há um redutor. E é isso que impacta o fator previdenciário.

Aí vem o chamado bônus pela permanência em atividade. Esse bônus, na época, foi uma conquista. Até se deu um exemplo que vou citar, trouxe a fórmula de 1999, de quando foi aplicada: o sujeito, trabalhando aos 70 anos de idade, terá 1,20% acima da média. Foi aí que se conquistou isso. Realmente é assim. Quero saber quem trabalha até os setenta nos, ou seja, um pedreiro, um carpinteiro, um servente etc. Aí vem esse bônus, que é 1 mais a idade – aí que está a idade. O impacto da idade está aqui, por quê? Porque se o fator for de 1%, ele receberá a média. Vejam lá: será a média. Se o fator for menos de 1%, impactará na média, porque ela é multiplicada pelo fator.

Vamos lá. Rapidinho, porque tenho algumas coisas para falar. Pode passar, por favor.

Não se aplica à aposentadoria especial, invalidez, pensão, auxílio... Em pensão não se aplica, mas há um impacto, porque se o sujeito se aposentar com o fator previdenciário e vier a falecer, a pensão vai ser em função disso. Então ele não se aplica à pensão, porém tem um impacto em função da aposentadoria.

Pode passar por favor.

Aí vem a tabela. Todo ano é publicada a tabela, em dezembro de cada ano, pelo IBGE.

Por favor, pode passar.

Aí vem a tabelinha. Nós colocamos aí a partir de primeiro de dezembro de 2011, portanto, essa tabela

está valendo para este ano todo, até o dia 30 de novembro deste ano. Começamos com 43. Para quem tem 55 anos, fiz o exemplo com 55 anos para a gente ter uma ideia, para quem tem 55 anos a expectativa de sobrevida é de 25,2. Logicamente quem tem 70 anos tem uma expectativa de 14. Aí, é lógico que ele vai ter um benefício maior, porque vai ter um tempo menor de permanência na sua aposentadoria.

Por favor.

Peguei o exemplo de um sujeito, um segurado que tem 35 anos de contribuição, 55 de idade, portanto, ali é de 20,2 anos a expectativa de vida dele – e não de 20,25 como está. Média de 80%. Deu R$1,8 mil reais a média dele. Fazendo aquele cálculo todo que está certo ali, deu um fator previdenciário de 0,7139. Portanto, ele vai receber 71% da média, porque o fator deu abaixo de 1. Então, multiplicando R$1,8 mil pelo fator, ele vai receber não os R$1,8 mil da média, e, sim, R$1.285,00. Então é um impacto razoável para um sujeito que tem abaixo de 64 anos de idade, por quê?

Pode passar agora, porque vou fazer várias outras considerações. Pode passar. Essa aí é a anterior, a anterior. Pode passar um pouquinho agora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Quero fazer uma pergunta.

O SR. FLORIANO JOSÉ MARTINS – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Para quem está assistindo, se ele estiver abaixo de 64 anos, ele terá esse prejuízo de 30%?

O SR. FLORIANO JOSÉ MARTINS – Tem esse prejuízo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Senadora Ana Amélia está presente aqui e também o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. FLORIANO JOSÉ MARTINS – Se ele tem 55 anos e 35 de serviço, vai receber só 71%, portanto, terá 29% de prejuízo. Ele só vai ter 100% com 64 e um pouco mais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Homem e mulher?

O SR. FLORIANO JOSÉ MARTINS – Homem e mulher. Vamos lá. Pode deixar um pouquinho agora...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não. Deixe só perguntar, antes de você continuar: o pião, o trabalhador, para se aposentar com a integralidade, ele tem que ter 64 anos. Vou pegar o caso da mulher. Nós aqui no Executivo, Legislativo e Judiciário, por lei, aposentamos aos 55.

O SR. FLORIANO JOSÉ MARTINS – A mulher, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A mulher. Mas a mulher é trabalhadora também. Estou pegando o exemplo da mulher. É justo que uma mulher operária, para ter integralidade, tenha que chegar quase a 65 anos, enquanto aqui no Executivo, no Legislativo e no Judiciário pode se aposentar aos 55? São dez anos a mais. Eu não estou questionando. Eu estou contra esse absurdo.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – E há diferença de valor, Senador. É sério.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Exato. Há diferença de valor. Aí vem a história do teto, que o teto pode chegar a R$27 mil para uma e, para outra, o teto é de R$3,4 mil. E assim mesmo ela tem que trabalhar dez anos a mais. Eu não estou dizendo que quem está no Executivo ou no Legislativo tem que trabalhar mais. O meu questionamento, com esse exemplo, é a injustiça que o fator faz. É uma enorme injustiça. Não dá para aceitar isso.

O SR. FLORIANO JOSÉ MARTINS – Eu só acho que a gente não tem que comparar o servidor público com o do Regime Geral. Acho que nós temos que elevar as condições do Regime Geral, ou seja, retirar o fator...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu concordo com você. Eu concordo com você. Tanto que o debate aqui é para combater o fator. Agora, não há como eu não fazer esse cálculo comparativo da injustiça. Ninguém está propondo que o servidor vá ter que trabalhar como a operária, no caso, elevar para 65 anos. Eu estou propondo que a operária tenha o mesmo direito que o outro setor. Eu sei que quando eu faço essa comparação dá problema. Esses dias eu estava num debate, permita-me dizer, vou descontar o tempo, e me disse um juiz: "Apesar de tu seres contra nós, nós gostamos do teu trabalho". Eu disse: como contra? "Porque você sempre fala nos seus argumentos"... E eu falo mesmo, pois para um juiz, o Supremo já decidiu a favor do fator, mas deveria ter decidido contra, no meu entendimento, porque lá usam o critério idade, pois um juiz se aposenta com salário integral e não pega o fator, assim como eu também aqui no legislativo. É justo isto: que um juiz se aposente ganhando R$30 mil ou R$27 mil e não pegue o fator, só siga esse critério que existe hoje, e o trabalhador se aposente com R$1 mil ou R$2 mil e ainda tenha o fator? É isso que eu questiono. Eu não quero esse fator para ninguém. Então entendo bem a comparação que você faz aqui.

Vou descontar o seu tempo agora.

O SR. FLORIANO JOSÉ MARTINS – Quando se fala em servidor, outra indagação ou outra informação: quem entrou no serviço público em 2004, qualquer que seja o servidor público, seja um agente administrativo,

seja um juiz, seja um auditor, não receberá mais integralidade nem paridade, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pega o fator?

O SR. FLORIANO JOSÉ MARTINS – Não. Ele não pega o fator. Eu só quero, só quero complementar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu estou falando do fator. Nem entrei na integralidade e na paridade. O Regime Geral também não tem nem integralidade, nem paridade. Eu estou falando só do fator.

O SR. FLORIANO JOSÉ MARTINS – Eu acho que são casos que devem ser analisados como um todo. Quem entrou no serviço público a partir de 2004 não tem mais integralidade nem paridade. Não tem o fator...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não pega o fator.

O SR. FLORIANO JOSÉ MARTINS – Não pega o fator. Se ganha, por exemplo, R$10 mil, vai receber a média ao longo do período. Mas tem que ter quatro requisitos: 35 anos de contribuição, sessenta anos de idade, dez anos de serviço público e cinco anos no cargo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – São 60 anos para o homem e 55 a mulher?

O SR. FLORIANO JOSÉ MARTINS – São 55 para a mulher e 30 anos de serviço. Então não tem mais integralidade e tem que ter essas quatro condições. O que a gente discute não é retirar do servidor. O problema é que o Governo está querendo exatamente começar a mudança por baixo. Na Emenda 41, houve uma proposta de fator para o servidor público, que era o indexador, com a conversão. Aliás, no PL 1.992, há um fator de conversão. Quem quiser optar vai ter um fator de conversão. Vai ter três aposentadorias que não dão uma no PL de hoje. Mas vamos lá. Não quero trazer aqui o debate para o servidor público, porque o nosso tema é fator previdenciário.

Eu fiz uma comparação em 2000, porque o fator começou em dezembro de 1999, mas teve a sua aplicabilidade praticamente em 2000.

Em 30/11/2000, o fator previdenciário para uma pessoa que tinha 55 anos era de 21.3, que correspondia a sua expectativa de vida. E hoje é de 25.2.

O fator previdenciário, na época, era de 84%. Hoje é de 72% ou 71 e alguma coisa que falei aqui no exemplo que eu dei. Na época, para quem tinha 60 anos, o fator era de 1% ou 1,05%. Então bastaria ter 35 anos de serviço e 60 anos de idade para levar o fator 1. Entendeu? Deu para perceber?

Em 1999, quando foi implantado o fator, o indivíduo com 60 anos de idade tinha o fator 1,05. Portanto ele levava a média. Se ele tinha R$1.800 em média, levava para casa R$1.800.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Gostaria de alertar à técnica que ele está sem microfone.

O SR. FLORIANO JOSÉ MARTINS – Então, ele levaria a média.

Em 2011, ele leva quanto? Zero vírgula oitenta e sete. Perde 13% o sujeito com 60 anos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Porque aumentou a expectativa de vida. É isso?

O SR. FLORIANO JOSÉ MARTINS – Porque aumentou a expectativa de vida.

O sujeito com 65 anos tinha um fator previdenciário – e essa foi a conquista do governo na época – de 1,35. Hoje ele tem o fator de 1.07. Então, para alcançar os 35 anos e levar a média, o total, ele tem que ter 65 anos.

Esse é o quadro em valores. Se o sujeito tem 35 anos de idade e a sua média é de R$1.000, com 55 anos ele levava R$844,00, em 2000. Em 30 de novembro, ele levou R$720,00. Veja a diferença. Com 60 anos, ele levava R$1.053 e hoje está levando R$872,00. Com 65 anos, ele levava R$1.300, hoje leva R$1.073.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com 65?

O SR. FLORIANO JOSÉ MARTINS – Com 65, porque é a média. Ele leva apenas R$1.073, porque é de R$1.000 a média. Ele só leva a média se tiver 65 anos.

As alternativas não são minhas. Fiz esses slides para discutirmos a alternativa do Senador Paulo Paim, do Pepe Vargas e algumas outras, analisando as correlações entre todas elas.

Ao se requerer uma concessão de aposentadoria, ele já faz isso. O sujeito tem PBC, período base de cálculo...

Esse segurado, Felipe Sena, tem 60 anos de idade e paga sempre pelo teto. O salário dele corrigido foi de R$588,00. A média de salário de é de R$3.400,00, que hoje é de R$3.515,00.

Uma observação: ninguém hoje, no dia 27 de fevereiro, recebe mais do que R$3.515,00. Aqui é porque está em agosto, mas hoje é de R$3.515, mesmo que o teto seja de R$3.916,00. O teto hoje é de R$1.396,20, mas a média do salário não dá mais do que R$3.515,00. Então ninguém recebe mais do que... Mesmo que o sujeito tenha 35 anos de serviço e 65 anos de idade, com fator 1, ele vai receber R$3.515,00, porque o teto é variável. Então é em função do tempo.

E aí vem o problema do reajuste. Como o teto é em função do reajuste, para quem ganha acima do salário, e não do salário mínimo, a tendência é perder.

Nesse caso, só para ter um modelo, a média dele é de R$3.406,00. Ele tem o fator de 0,87. Então, a sua renda inicial é de R$2.900,00.

Passando para outro, esse já tem 65 anos. Nesse caso, a média é de R$3.000,00 e ele vai receber o fator 1,07. Então ele recebeu um pouquinho mais, portanto a sua renda será um pouco maior. Nesse caso ele ganho o teto. O teto, não, a média dele, não o teto.

E aí vêm as confusões todas. Botei a fórmula 95 ali para começarmos a complicar.

Primeiro, esse cara aqui, com 55 anos e 35 anos de serviço. Ele tem uma soma de salários que está aqui, a média de salário é de R$3.400,00, que hoje é de R$3.515,00. Ele estava aqui no ano passado. O fator dele é de 0,72. Ele vai receber R$2.455,00. Esse é o valor real dele, ou seja, a situação atual.

A proposta da fórmula 95.

Se tivesse 35 anos de contribuição e 60 anos de idade ele teria 95. O fator seria 1. Então teria a renda da média. Qual é a média dele? Três mil e quatrocentos ou hoje R$3.515,00.

Mais um exemplo. Esse exemplo é do ano passado, não deu tempo de atualizar. Amanhã eu já atualizo.

E a conjugação de algumas fórmulas, inclusive do Deputado Pepe Vargas, que não passou na Câmara, mas é interessante, assim como a do sindicato.

Imaginamos o seguinte: esse indivíduo com 55 anos e 35 anos de contribuição teria, em tese, a soma de 90. Para chegar a 95 faltam cinco. Nós multiplicamos por 20%, por dois aqui. Então ele teria dez. Dos 100% que ele teria, 100 menos 10, teria 90, 90% da base dele, que corresponde a R$3.400,00. Então ele teria uma renda, em vez de, hoje, R$2.455,00... Se for aplicado dessa forma, ele terá uma renda de R$3.000,00, que é razoável.

Não estou dizendo que sou a favor ou contra, mas é uma discussão. São modelos para se discutirem. Nós já discutimos isso no Ministério também. São propostas razoáveis.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Em resumo, como sempre digo, o fator é o pior dos mundos. Qualquer outra proposta é melhor do que o fator.

O SR. FLORIANO JOSÉ MARTINS – Ah, sem dúvida, sem dúvida. Essa, por exemplo, é muito simpática.

Fiz um aqui para o sexo feminino. Não sei se tenho tempo.

Uma mulher com 30 anos de contribuição e 50 anos de idade no sistema atual receberia... Olhe só o fator dela. Perderia 40%. O fator dela é de 60%, é de 0,60. Isso ocorre porque a expectativa de vida dela é maior. Ela tem 50 anos. É muito maior do que a dos homens e a tabela não é específica para mulher; a tabela é geral. Então a mulher perde muito mais. Para o homem seria muito mais, porque ele teria em tese 35 anos de serviço.

Na fórmula 85, ela teria, nesse caso, com 30 anos de contribuição e 55 anos, o mesmo valor da média. O fator 1 corresponde à média. Nessa fórmula de 85, ela teria igual ao homem. Veja só, a mesma fórmula anterior.

Então, o homem com 55 e 35 de contribuição e a mulher com 50 e 30 anos de contribuição, eles receberiam, não teriam prejuízo algum. Seriam equiparados homem e mulher com a mesma sistemática, ou seja, 30/35 e 50/55 nessa fórmula. Quer dizer, você se aproximaria da diferença salarial na Previdência Social em função da expectativa de sobrevida.

Essa é outra fórmula. O fator previdenciário é só isso aqui. Já mostrei ainda há pouco. Nós acrescentamos – quando digo nós é porque o IPEA colocou o D e nós colocamos o E... Por que o D e o E?

Toda vez que o D alcançar 58 anos, ou seja, quando o homem alcançar 58 anos ele terá o fator 1. Então é melhor do que o fator 85 e 95. Toda vez que a mulher alcançasse o D, ou seja, 53 anos de idade, ela teria o fator 1. Então ela levaria também a média. E por que o E?

O E é um ajuste do tempo de contribuição para cada ano trabalhado, ou seja, é aquela fórmula que você colocou. Quem começa muito cedo pode sofrer um desajuste. Então haveria um acréscimo aqui, aplicando-se o abono do servidor público, que é pago quando se atinge um determinado tempo de contribuição e de idade. Portanto ou ele não pagaria contribuição previdenciária ou se agregaria um fator na sua aposentadoria. Então é possível, é discutível. Botamos aqui para ser discutido com o CNPS, etc.

Essa é a nossa contribuição.

Sobre o reajuste, creio que já foi falado, nós somos favoráveis a 100% do PIB ou pelo menos 80%, mas também é possível discutir – e nós já discutimos lá no grupo de trabalho – uma vinculação com a receita da Seguridade, pegar toda a receita da Seguridade – não só da Previdência – e discutir o seu impacto ano a ano. Alguns países têm isso. Você agrega o PIB com taxas de crescimento da receita. Ora, se a receita está contribuindo, por que os trabalhadores não têm direito, já que isso é fruto dos ativos e dos inativos no passado? Então, pode-se fazer uma junção disso aí.

Obrigado. É só isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ele não falou da fórmula Paim, então vou falar aqui em um segundo. Da fórmula Paim você não falou, que, é claro, vai ser a mais radical de todas.

O SR. FLORIANO JOSÉ MARTINS – Eu tenho uma ali dos 36 meses. Acho que tem ali.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mas tem a PEC. Eu apresentei a PEC nº 10. Mas eu resumo a PEC nº 10. Eu digo o seguinte...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O que foi aprovado é essa, que está lá na Câmara.

Então ele falou que é a média dos 36 meses, acabou e pronto. Volta o sistema antigo.

Então vamos em frente.

Na PEC que apresentei, eu digo que quem está no sistema é 35 e 30, mas para quem entrar no sistema daqui para a frente eu adoto a mesma fórmula do servidor público. Essa é a PEC. Quem está no sistema, tempo de contribuição; quem entrar daqui para frente, a mesma do servidor público, porque, no fundo, o princípio é o mesmo que nós defendemos. Eu defendo a isonomia total, mas com o servidor. É isso que eu quero, só isso. E a sua preocupação, que está correta, é que se vacilar eles retiram e jogam todos para baixo. Eu quero que o direito do trabalhador tenha a mesma lógica da área pública.

Então passamos, neste momento, ao Denisson Almeida Pereira, Coordenador-Geral da Legislação da Secretaria de Política da Previdência Social e aqui substitui o Gabas, que é Secretário Executivo do Ministério do Trabalho e Emprego, ou seja, representa o Ministério da Previdência Social.

O SR. DENISSON ALMEIDA PEREIRA – Bom dia, Senador, demais integrantes da Mesa.

A missão aqui não é fácil. Vou falar agora do lado de cá, mas, enfim, é o nosso papel e o faremos com todo o respeito, em contribuição ao debate.

Antes de entrar exatamente na apresentação, tenho somente dois elementos para apresentar que são importantes.

Primeiro, o fator basicamente, como o colega da Anfip observou, se aplica à aposentadoria por tempo de contribuição. À aposentadoria por idade, ele só se aplica se for benéfico. Caso contrário não se aplica.

E há uma discussão um pouco mais ampla, pela qual vou passar rapidamente. É uma discussão que na verdade já está pisada e muito já se bateu, a respeito do processo de transição demográfica que o Brasil está vivendo. Os países mais velhos, digamos assim, já passaram por isso, a Europa já passou. É um processo que traz consequências nas mais diversas áreas, como reposição do mercado de trabalho, consequências na área de saúde, na questão de acessibilidade e numa série de outras políticas públicas que devem se voltar para esse envelhecimento populacional.

Trouxe aqui duas pirâmides para apresentar os dados do IBGE.

Em 2010, havia algo em torno de 19 a 20 milhões de pessoas. Essa é a base da pirâmide com as pessoas mais novas e, em cima, a partir dessa linha vermelha, as pessoas com mais de 60 anos. Estou colocando essa faixa de 60 porque é o que hoje a norma define como pessoa idosa, apesar de sabermos que uma pessoa com 60 anos ainda está em plena capacidade produtiva, dependendo, obviamente, do que ela fez no passado, da atividade que exerceu. Havia, em 2010, cerca de 19 milhões de pessoas com idade superior a 60 anos. Em 2050, segundo projeção do IBGE, essa pirâmide começa praticamente a se inverter, pois a população acima de 60 anos supera a população economicamente produtiva. Isso gera uma série de consequências.

Que fique bem claro que eu quero viver até os 100 e espero que todos vivam mais. Esse é o desejo do Estado brasileiro. Longe de mim dar a impressão de que isso é um problema. Não, isso é solução. O Estado tem que trabalhar para tanto. Mas isso vai trazer implicações, inclusive na política previdenciária. Essa é uma constatação fática, mas obviamente o Estado tem que trabalhar para que a média de vida das pessoas suba a cada ano, de modo a atingirmos a média de idade de países com o Japão e tantos outros que têm uma longevidade muito grande.

Coloquei ali 79 milhões de pessoas acima dos 55 anos, se considerarmos hoje a média de aposentadoria por tempo de contribuição, que está em torno dos 53 anos.

Esse processo de envelhecimento populacional vai trazer uma consequência, não tem jeito. As pessoas vão passar a usufruir dos benefícios previdenciários por mais tempo, serão mais pessoas gozando desses benefícios, e o Estado tem que se preparar para isso. Seja com política de redistribuição de renda, enfim, o Estado tem que estar pronto, aprovando medidas para que as pessoas cheguem a essa idade em condições dignas de vida.

Outro elemento que eu queria trazer, já tratando da aposentadoria por tempo de contribuição, é que a regra atual da aposentadoria por tempo de contribuição... Eu coloquei ali idade baixa, precoce, mas é preciso fazer uma ressalva. Hoje a média da TC é de 53 anos. O homem se aposenta , em média, por tempo de contribuição, aos 54 anos e a mulher, aos 51.

Mencionei idade baixa precoce quando comparo com os outros sistemas de aposentadoria do mundo. Eu preciso fazer essa ressalva porque não dá para dizer que a pessoa que contribuiu por 30 anos e está se aposentando aos 51 anos não tenha vertido contribuição, não tenha dado a sua contribuição ao País. Longe de mim dar essa impressão. Ela é comparativamente

aos demais sistemas de previdência dos países que já fizeram aquela transição demográfica.

Hoje, no limite, a regra do fator pode permitir que uma mulher se aposente aos 46 anos, porque a idade mínima de ingresso no mercado de trabalho, estabelecida pela Constituição, é de 16 anos. Então, ela poderia contribuir por 30 anos e chegar aos 46. Esse seria o limite.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Isso com, praticamente, a metade do salário.

O SR. DENISSON ALMEIDA PEREIRA – Isso estará no próximo *slide.*

Eu vou falar. Vou até colocar o próximo para dizer que aqui há uma concordância em relação ao que o fator tem feito. Não era isso que o fator se propunha a fazer. A ideia do fator previdenciário, quando implementado – eu não estava sequer no serviço público, sou servidor de carreira, mas não estava no serviço público -, segundo me disseram, era de que, como não houve a instituição de uma idade mínima de aposentadoria por tempo de contribuição, se abriu uma alternativa – o senhor conhece muito bem essa história –, o que se conseguiu foi a colocação de um aspecto atuarial dentro do cálculo do benefício.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Permita-me ajudar, porque eu estava lá, votei e ajudei a derrubar a idade mínima, mas se eu soubesse que viria o fator, eu ficaria com a idade mínima da época. Eu ajudei a derrubar a idade mínima naquela época. O fator é pior que a idade mínima.

O SR. DENISSON ALMEIDA PEREIRA – Hoje, a regra da idade mínima para quem ingressa no serviço público, como o colega da Anfip colocou, é de 55, 60 anos. Então, o servidor público que entrou depois de 2004, pelo o que ele colocou, a mulher não se aposenta com menos de 55 anos nem o homem com menos de 60 anos, independentemente do tempo de contribuição.

Exista a Fórmula nº 8.595 que permite reduzir. Se ele tiver um ano a mais de contribuição, come um da idade. Mas essa é a regra.

Diante dessa não introdução, foi colocado o fator previdenciário, que trouxe essa perspectiva. Mas temos que reconhecer que ele não conseguiu fazer isso. A redução, pelos cálculos do Ministério, é algo em torno de 30% do valor médio das aposentadorias. Esse, absolutamente, não era o objetivo da norma. O objetivo era elevar essa idade que gira em torno de 53 anos para um patamar mais acima.

O fator acabou provocando – e ninguém desejou esse elemento -, gerando também, ou melhor, a partir dele se tornou mais incisiva a demanda da desaposentação, porque a pessoa estava no mercado de trabalho, como regra, ainda estava trabalhando, mas viu a possibilidade de se aposentar e há aquela decisão do Supremo de que a aposentadoria não extingue o contrato de trabalho. Então, ele poderia se aposentar, mas continuaria no trabalho e a aposentadoria passaria a ser um complemento de renda. Vou concluir o meu raciocínio e já faço outra ressalva. A pessoa continua trabalhando e agora ela tem o benefício como complemento de renda, mas é um benefício que neste momento não é suficiente para, no futuro, mantê-la na inatividade, porque agora houve um corte muito forte. Então, quando ela, de fato, parar de trabalhar, a renda de hoje não é a renda que ela esperava receber e que daria...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Para ajudar no seu raciocínio, que está correto. Mas há uma, está no Supremo... Eu tenho grande esperança de que o Supremo garanta o instituto da desaposentadoria, que já existe para a área pública. Eu posso optar. Há, inclusive, um parecer, que mandamos anexar ao processo, do próprio Advogado-Geral da União que considera legítimo o instituto da desaposentadoria. Se o Supremo agir em uma lógica, ele vai garantir o instituto da desaposentadoria. Daí, o que acontecerá? O trabalhador está com dois rendimentos, a sua aposentadoria, baseado no fator – digamos que ele ficou com R$ 1 milhão, porque ele ganhava R$ 2 milhões -, ganhará mais dois da empresa. Lá na frente, o número de anos de contribuição aumentou e a idade também, mesmo com o fator, ele vai querer a aposentadoria integral e poderá acontecer.

Por isso, acho e concordo com você que não é bom, o ideal seria acabar com o fator.

O SR. DENISSON ALMEIDA PEREIRA – Ele fomentou essa demanda. Como o Senador colocou, ele, de fato, está no Supremo.

Há um ponto importante que gostaria de mencionar. Na verdade, a aposentadoria por tempo de contribuição – e tenho de usar uma expressão que eu me faça entender bem – não é aquela que está entre os mais favorecidos, não é isso, mas entre aquelas pessoas que sempre, regra geral, se posicionaram melhor no mercado de trabalho.

A aposentadoria por tempo de contribuição, regra geral, não é para o pedreiro, para o pessoal que teve uma atividade mais dura, mais penosa. Esse, como regra, não vai. Não é o ideal, não é esse modelo. Estou falando do fato. Não é isso que queremos. Ele não vai conseguir comprovar essa sua vida laboral formal, com carteira assinada. Regra geral, ele não vai conseguir fazer isso.

Então, são aquelas pessoas estiveram mais bem posicionadas no mercado de trabalho. Isso falamos sempre com a ressalva. No próximo *slide*, um pouco

mais a frente, vou falar sobre o valor médio da TC e temos que considerar isso dentro da nossa conjuntura social e de renda.

Aqui, temos o dado que eu tinha colocado: a idade média dos homens quando da aposentadoria por tempo de contribuição é de 54 anos e da mulher, 51, 53 na média. O fator, de fato, não conseguiu elevar esse tempo.

Aqui, temos um gráfico que mostra a incidência das aposentadorias por tempo de contribuição – estes dados, se não me engano, são de 2010 -, a partir da idade. Há gente que se aposenta por tempo de contribuição aos 64, aos 62 anos, mas a grande incidência é, de fato, dos 53 anos para trás. A maior incidência se dá por volta dos 54 anos, mas mais de 5 mil benefícios foram concedidos, no ano de 2010, a pessoas com idade a partir de 47 anos. Com a idade de 48, 49 anos, também é algo próximo a 10 mil benefícios por aposentadoria por tempo de contribuição.

Ainda com relação à aposentadoria por tempo de contribuição, em 2010, foram emitidos cerca de 4.7 milhões de benefícios. Em dezembro de 2010, foram 29 milhões de benefícios no total.

No acumulado de 2011, de janeiro a dezembro, foram concedidas cerca de 300 mil aposentadorias por tempo de contribuição. Se observarmos em termos percentuais, em relação a outras aposentadorias, ela foi a que mais cresceu. Ele cresceu 7.6 em relação a janeiro a dezembro de 2010, em face de um crescimento de 2.7% de aposentadoria por invalidez e 3.5% da aposentadoria por idade. Queríamos que a aposentadoria por invalidez não crescesse nada, porque a pessoa tem de chegar à idade de se aposentar em plena condição. Mas essa é a aposentadoria que tem mais crescido.

Na verdade, por invalidez caiu 0.2 e a idade cresceu 2.7.

Aqui temos a reprodução dos dados. Em 1995, aposentadoria por tempo de contribuição, em valores atuais, de dezembro de 2011. O gasto foi de R$ 31.8 bilhões, em 1995, com aposentadoria por tempo de contribuição. Hoje, estamos com 78.5. Entre os benefícios do regime geral das aposentadorias, ela é a que mais cresce. Se fizermos um recorte – já volto a esse valor médio –, de 1999 a 2006, ela cresceu uma média de 2% ao ano.

É uma opinião minha, particular, acho que essa grande demanda, talvez por essa questão da desaposentação, praticamente dobrou sua incidência, porque a pessoa pensou: Eu posso me aposentar agora, ter o completo, porque estou na expectativa de, depois, virem a recalcular. Por mais que isso não soe bem aos ouvidos dos aposentados, de quem ouve, mas isso é uma distorção no sistema. A aposentadoria não foi feita para ser um complemento de renda. A filosofia dos modelos de previdência é para substituir a renda naquele momento em que a pessoa já não pode ou, pelo menos, ela pensa que já deu a sua contribuição e agora quer se retirar. Essa é a filosofia dos sistemas previdenciários.

Agora, temos o valor médio. Para corroborar o que eu disse, ela, como regra, atinge aquelas pessoas que tiveram uma vida laboral mais estável, o valor médio das aposentadorias por tempo de contribuição é de R$ 1.277,00, enquanto a dos demais benefícios é de R$ 757,00. É óbvio que eu não vou aqui nem sonhar dizer que R$ 1.277,00 é um valor dos sonhos. Não é. Isso é dentro da conjuntura dos demais benefícios do regime geral. Estou fazendo uma comparação dentro do meu modelo. Hoje, o teto é de três mil novecentos e poucos reais, e estou comparando isso dentro desse meu modelo.

Aqui temos aquilo que não queríamos, ou seja, que o fator provocasse uma redução de despesa, mas, em 2010 – os dados de 2011 ainda não estão fechados –, provocou uma redução de despesa de R$ 7.7 bilhões. Em valores de 2010, algo em torno de R$ 8 bilhões e um acumulado de R$ 31 bilhões.

Aqui temos regra de aposentadoria por idade em diversos países. Não vou entrar no mérito, Acho que fugiríamos um pouco.

Agora, falarei um pouco sobre o aumento real para o benefício. Também naquela ideia de contribuir, aumento real para quem ganha salário mínimo.

Há um estudo da colega Graziela Ansiliero – ela é gestora, da carreira de gestor – que faz um comparativo de como os países fazem a correção dos benefícios previdenciários. São dados da Associação Internacional de Seguridade Social, de 105 países que prestaram informação. Na verdade, são 202, mas somente 105 prestaram informações que puderam ser comparadas com as do Brasil, o que é um número representativo.

O que temos? Como funciona a correção dos benefícios no mundo? Quarenta por cento dos países, esses 105 países que prestaram informações, do total de 202, corrigem apenas pela inflação, que eles chamam de custo de vida. Então, não fazem diferença entre o benefício do salário mínimo e o benefício superior ao mínimo. Para todo mundo, a correção é pela inflação, seja o benefício do piso, seja superior ao piso, é a correção da inflação.

Quatorze por cento desses países utilizam um processo diferente, corrigem com base na correção do salário. Eles fazem do seguinte modo: veem como foi o vencimento do ano anterior, de dois anos para trás, e dão, como correção para o benefício, esse crescimento

de salário. Se pegarmos o caso do Brasil, por exemplo, teríamos de pegar a média de crescimento salarial de vários institutos. Teríamos de escolher o instituto para divulgar – O IBGE calcula, o Dieese calcula.

Nos últimos anos, tem-se mostrado superior à inflação. De 2007 a 2010, quando os acordos coletivos obtiveram, em sua grande maioria, um valor superior à correção da inflação. Se fosse adotado um modelo como esse, eu faria essa correção. Só que esse modelo tem seus poréns, porque pode ser que em um ano de recessão, em um ano de crise, os salários sofram uma deflação ou sejam corrigidos com um índice menor. Assim, a aposentadoria acabaria sendo desvalorizada.

Eu tenho outro modelo, um modelo bem razoável. É dada uma garantia mínima, que é a inflação, e dou um *plus*, dependendo dessa variação da massa salarial. Por que esses países usam a massa salarial? Porque é a maior base de cálculo da contribuição previdenciária. Quando se pensa no PIB, por exemplo, que é a política adotada para o salário mínimo – quero deixar bem claro que não estou fazendo nenhuma crítica -, ocorre que pode ser que o PIB tenha crescido, mas a massa salarial, não. Isso pode acontecer. Os salários podem não aumentar em valores superiores à inflação, e, ainda assim, o PIB pode ter crescido.

A maior base de receita de contribuição previdenciária, pelo menos aquela que, enquanto não se instituir a substituição da folha, eu não teria a reprodução desse ingresso de receita. Eu tenho esse *mix*, esses 15% fazem o *mix* inflação e salário. Se os salários não tiverem um valor superior à inflação, a inflação está garantida. Se tiver superior, dará, automaticamente, esse *plus*. Cinco por cento desses países, conjunto em que o Brasil se enquadra, fazem uma política diferenciada, entre quem ganha o piso e quem paga um valor superior ao piso – nesse rosa aqui.

O Brasil está nesse pacote. Para o salário mínimo, ele usa uma política de reajuste em função do PIB e tem a garantia já consolidada.

(O Sr. Presidente faz soar campainha.)

O SR. DENISSON ALMEIDA PEREIRA – Só tenho mais um minuto? Ou tenho cinco depois desse?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pode ir tranquilo.

O SR. DENISSON ALMEIDA PEREIRA – E tenho a garantia da inflação, que pode ser superior, como regra. Estamos falando da regra geral que está valendo. Nesses outros 20% dos países, a regra é muito misturada. Há 9 regras. Acho que, por isso, a pesquisadora acabou não abrindo. Mas há regras, inclusive, que garantem valores superiores ao salário mínimo, mas percentualmente não é já institucionalizada.

Agora, o que é importante é que, nesse conjunto de 54%, daqui para cima, em cerca de um quarto, 23%, há regras que são condicionais. É concedido acima da inflação se o cálculo atuarial permitir, se houver uma reposição dos salários acima de um determinado nível, se a condição econômica for essa ou aquela., são regras condicionais.

Este eu posso deixar, não há problema algum.

Aqui tenho outro gráfico que...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Permita-me fazer uma pergunta, antes que você mude.

Nenhum país do mundo, pelo que estou vendo, pelo estudo dessa pesquisadora, adota o critério radical de que o aposentado não terá nenhum tipo de reajuste acima do que é dado ao salário mínimo. Nenhum país adota esse critério?

O SR. DENISSON ALMEIDA PEREIRA – Não, esses 46% adotam isso. Ele não faz distinção entre o salário mínimo ou não. Dá sempre a inflação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É isso que estou dizendo. Pelo que você diz, dá a inflação. Tudo bem. Eu estou apenas advogando no meu campo. Mas nenhum país do mundo adota o sistema de não dar ao aposentado alguma coisa que deu para o mínimo.

Não sei se você entendeu? Você entendeu. Você pegou. Nenhum país do mundo, nem aquele de 46, que adota um sistema único, dá para o aposentado e para o salário mínimo um único percentual.

Nós defendemos a política do salário mínimo. Nós ajudamos a construir.Eu viajei pelo País. Inclusive, a mira da inflação é o dobro do PIB, depois chegamos a esse entendimento. Mas percebo que nesse estudo feito em todo o mundo, nenhum país ... Qual é a nossa lógica?

O SR. DENISSON ALMEIDA PEREIRA – Nenhum país adota, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A nossa lógica é a seguinte: chegará o dia em que todo aposentado ganhará um mínimo. Por quê? Porque não há um tipo de equilíbrio, mínimo que seja, nem que seja o item 15 – se não me engano -, em que dão a inflação e mais uma média baseada na média do crescimento da massa salarial.

Essa é a preocupação para a qual queremos buscar um entendimento junto à Previdência, para que não se chegue ao dia de dizer no Brasil que todos, embora paguem um valor sobre 8, 9, 10 salários ou mais, acabarão recebendo um salário mínimo.

Você está desenvolvendo bem. Este quadro ajuda. Nós estamos querendo suscitar o debate para ver se chegamos a um acordo com o Governo, hoje ou amanhã.

O SR. DENISSON ALMEIDA PEREIRA – Acho que aqueles 5% estão nisso que o senhor colocou, que é onde está o Brasil. Eles adotam uma política diferente. Para quem ganha um salário mínimo, é uma política e, para quem ganha uma quantia superior ao salário mínimo, é a política da inflação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Então, eu posso dizer que 95% não utilizam essa discriminação.

Está bom. Vamos lá.

O SR. DENISSON ALMEIDA PEREIRA – Infelizmente, eu não tenho uma abertura por país. Não é que eu não queira mostra. É porque, de fato, no estudo dela – depois posso disponibilizá-lo –, ela não abre por país. Ela pegou um dado agregado.

Aqui eu tenho um gráfico, também feito por ela, que mostra o gasto previdenciário com o PIB dos países relacionado com a participação dos idosos no total da população. Aqui ela adotou idoso com mais de 65 anos – ela comenta isso no estudo -, porque era o único modo de comparar. Se ela adotasse 60, o Brasil teria uma situação que impediria a comparação.

Como funciona? O Brasil está aqui. Aqui está incluído regime próprio, também. Esses 12 e alguma coisa do PIB de gasto previdenciário estão incluídos no regime próprio. O regime geral, no ano passado, foi algo em torno de 6.8% do PIB.

Tenho cerca de 12% de gasto com previdência geral, no todo, e a população idosa, no Brasil, representa 10% da população em idade ativa. Não se trata de população economicamente ativa, mas população em idade ativa. O que acontece? Nos países mais envelhecidos, como o Japão, a Itália, a população, por exemplo, no Japão, representa algo como 32, 33% do total da população e o gasto com o PIB, o gasto da despesa previdenciária em relação ao PIB é menor.

Eu coloquei esse gráfico por uma razão muito simples, para dizer que estamos saindo daqui e estamos caminhando, segundo aquela pirâmide etária do IBGE, para cá. Então, é natural que esse número – mantido tudo do jeito que é hoje – vá subindo, porque, como disse, há um gasto maior.

Aí, temos o desafio de encontrar dignidade e equacionar essas questões relacionadas ao aumento da expectativa de vida.

Aqui é a mesma coisa, só que com relação aos países da América Latina. Quando se chega ao Brasil, essa linha – esta linha é a participação da população idosa no total da população – é a do PIB, quanto a despesa representa em relação ao PIB. Quando chega ao Brasil, ele dá esse salto, embora a população idosa permaneça nos mesmos níveis da dos outros países da América Latina.

Aqui temos um breve resumo. Hoje, temos a garantia constitucional de preservação do valor real. Hoje, o índice é o INPC. Se compararmos, de 1995 a 2011, seja por conta da elevação do teto por algumas emendas constitucionais, seja porque em outro ano houve um ajuste acima, houve um ganho real. O que coloco aí não é significativo. São mais de 16 anos, de 1995 a 2011, 17 anos, mas dá um pouco mais de 1% ao ano. Muito menor, há de se reconhecer, do que a política que foi dada ao salário mínimo. Esse aumento de 1% para os benefícios, para quem ganha acima do mínimo, provoca, em termos de aumento de despesa, já considerado o ingresso da receita decorrente, algo da ordem de 1,3 bilhão naquele ano. No ano seguinte, esse valor é aquela conta de um sobre o outro. Esse 1% deste ano, quando eu jogar 1% do ano que vem, é um sobre outro, aquela capitalização.

Enfim, é isso. Muito obrigado. Era essa a contribuição nossa para o debate.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu só queria que, um dia, a gente tivesse a felicidade de ver uma pesquisadora dessas. Eu fiz esse estudo, meio capenga, mas fiz. Se pegarmos os mesmo países, baseados no PIB, e demonstrarmos num gráfico qual desses países mais contribui para a previdência, pelo meu estudo é o Brasil. Quem mais contribui para a previdência social – contribuição de empregado, empregador e todas as outras contribuições que estão na Constituição – somos nós. Pelo menos dos países considerados mais avançados, somos o que mais contribuímos. Entre Argentina, Itália, Alemanha, Espanha, França, Uruguai, Paraguai, Chile, nós somos o que mais contribuímos. Vamos fazer um estudo, em outro momento a gente debate, porque quando a gente olha o PIB é uma coisa, olha a contribuição e o retorno para o trabalhador é outra coisa.

Mas, tudo bem. Vamos em frente para a segunda mesa. Convido os meus painelistas a retornar para a primeira fila. O representante da Previdência fica. Vamos para a segunda mesa. Agradeço muito ao Denisson Almeida, cuja exposição, tenho certeza, tirou muitas dúvidas e ajuda para o debate do entendimento que nós queremos.

Para a segunda mesa, convido, se já está presente, Nelson de Almeida, que representa a Cobap; Celso Amaral de Miranda Pimenta, que está aqui conosco e representa a Nova Central; Paulo Barella, membro da executiva nacional do Conlutas; André Luiz da Conceição, que representa a CUT. Vamos colocar todos na última mesa. O Edson de Camargo, do Sindicato, pediu para ficar ali porque está com problema de garganta. Eu agradeço, mas se quiser daí mesmo fazer alguma pergunta, se conseguir, você terá oportunidade.

Então, todos estão presentes. Vou aqui, pela forma que fiz antes, começar pela ordem de inscrição da segunda mesa.

Está com a palavra, de imediato, o Celso Amaral de Miranda Pimenta, que aqui representa a Nova Central Sindical dos Trabalhadores.

O SR. CELSO AMARAL DE MIRANDA PIMENTA – Senador Paim, senhores da mesa, companheiros em geral, eu queria dizer que a Nova Central, Senador Paim, sempre que possível, está presente e agradece sempre a sua iniciativa, que nunca arreda o pé naquelas causas que dizem respeito ao interesse do trabalhador, do aposentado e do pensionista brasileiro e do cidadão brasileiro como um todo.

Queria dizer também, Senador, que nós, da Nova Central Sindical de Trabalhadores, congratulamos, apoiamos e aplaudimos o seu pronunciamento de hoje, quando se manifestou aqui contra aquela decisão do TST. De fato, entendemos que, a prevalecer decisão daquela natureza, o trabalhador brasileiro, com certeza, impedido de trabalhar porque inadimplente por isso ou por aquilo – a causa não interessa –, estaria sendo convidado por uma instituição tão importante e tão significativa como o TST a caminhar para o crime, porque empresário não é o trabalhador. E alternativa não restaria a ele como forma de subsidiar suas despesas, seus custos e manter sua família que não fosse, então, caminhar por um caminho mais desastroso. Portanto, a posição do Senador, mais uma vez, merece o nosso aplauso e mais uma vez conta com o nosso apoio.

Pois bem. No relógio do tempo, senhores, só existe uma palavra: agora. E já faz tempo que vimos debatendo a questão do fator previdenciário, a questão do reajuste dos aposentados, e isso parece que, de vez em quando, cai no esquecimento. Este Senador e esta Casa têm tido o papel sempre brilhante de reacender esse debate, de remover das cinzas, quando parece que tentam esconder a questão do fator previdenciário e a questão dos reajustes do poder de compra dos aposentados, esta Casa reacende este debate.

Nós entendemos e vimos aqui colocações de companheiros nossos. Respeitamos a posição de qualquer um que tenta trazer um medicamento, algum chá caseiro, quem sabe, para curar este mal que é fator previdenciário, embora entendemos que trazer propostas alternativas a ele seria legitimá-lo. E a Nova Central é sempre contra a legitimação desse fator previdenciário, que nasceu podre na sua essência.

Disse aqui antes o nosso Senador que ele foi instituído para não se implantar, estabelecer no País a questão da idade, em termos previdenciários. Ora, mas se nós aqui, com algum critério novo, com alguma fórmula nova, com algum remendo novo, com algum novo apelido que se possa dar a esse fator previdenciário, que apenas vai diminuir os seus prejuízos ao aposentado e ao trabalhador brasileiro, nós estaríamos não mais que legitimando aquilo e contribuindo para, quando perderem a possibilidade de implantar a idade, agora, em troca, ceder a esse pleito antigo.

Ora, ficamos pensando: é muito fácil. Se estou doente, se estou com câncer terminal, suicido-me. Não vejo essa como alternativa. Acho que devemos, sim, continuar combatendo o fator previdenciário. Esta Casa teve um momento extraordinário, histórico, quando, numa homenagem ao trabalhador brasileiro, ao aposentado e pensionista brasileiro, determinou e aprovou a extinção daquele fator. Por uma pouca sorte, por um momento de pouco brilho naquele instante, o nosso Presidente da República Lula perdeu, talvez, uma grande oportunidade de escrever o seu nome, para o resto da história deste País, como o maior presidente social que aqui já teve. E ele acabou por vetar a extinção do fator previdenciário. Talvez, para a tristeza de alguns; talvez, para o empobrecimento de outros; e talvez até para nós, aqueles que sempre o apoiamos e sempre votamos nele, aquela decepção do momento.

Pois bem, senhores. Não trago fórmulas, não trago apelidos para o fator previdenciário, não trago alternativas para o fator previdenciário. Não. A Nova Central, o seu presidente, José Calixto, Senador Paim, continua de pé, firme, entendendo que qualquer alternativa neste momento que não seja a extinção do fator previdenciário ainda seria um prestígio àquela mente sábia, dito aqui pelo companheiro que me antecedeu, àquela mente esclarecida, inteligentíssima que criou essa fórmula. Mas sabemos sempre que as inteligências costumam militar ou para frente, ou para trás, ou para o bem, ou para o mal. E, naquele momento, aquele que criou essa fórmula que nós já chamamos de perversa, realmente brilhou na inteligência, mas em detrimento do trabalhador brasileiro e em prejuízo do trabalhador brasileiro.

Ora, tem outra questão que se deve colocar aqui. Estamos olhando para o futuro, mas perguntamos: e o alcance dessa lei ou de um projeto de lei, ou de uma alternativa, teria efeitos retroativos? Trariam alguma vantagem ou algum desprejuízo àqueles que já foram penalizados por aqueles 35%, 30%, 40% de perdas em seus benefícios? Ora, alguém já está pensando em atenuar um pouco para trás, já que estão querendo diminuir os prejuízos que esse fator previdenciário traz? Fica aqui essa indagação.

Gostaria de dizer, Senador, que nós, da Nova Central, enquanto não exaurirmos todas as possibilidades, nós ainda creditamos que alternativas que

diminuem em 5%. 10%, 3% as perdas decorrentes do fator previdenciário não atendem aos interesses do trabalhador brasileiro. Não atendem. E, por isso, ainda mantemos a nossa posição de não legitimar aquilo que não pode ser legitimado, que é o fator previdenciário, dando a ele novos nomes, novas fórmulas, novos mecanismos, porque o mal continua de pé. Se o fator está aí, achamos até que é melhor derrubá-lo quando ele conseguir nivelar todo mundo para baixo, do que dar a ele, fator previdenciário, sobrevida para continuar da forma como está e prevalecendo.

No que diz respeito ao reajuste dos aposentados, no que diz respeito ao poder de compra dos aposentados, todos nós sabemos, parece que já se orquestrou. Temos que trazer todos ao patamar de um, dois ou três salários mínimos, aquilo que se pretendeu tempos atrás, que era privatizar a Previdência, sucateando-a ao máximo, até trazê-la ao patamar de três salários mínimos, entregando o que tinha de bom aos banqueiros e aos empresários e ficando a casca para ser administrada pelo Governo.

Esperamos que isso não possa continuar. O reajuste que foi dado este ano para o aposentando e que, anos e anos a fio, vem sendo dado, não passa de uma esmola. E se o TST diz que inadimplente não deve merecer emprego, já disse aqui alguém hoje, a continuar os reajustes que fazem os benefícios crescerem feito rabo de cavalo, para baixo, a cada ano, muitos aposentados estarão na inadimplência, até porque, motivados por muitos de fazer empréstimos bancários. E lá os reajustes são diferentes daqueles que eles recebem como aposentados.

Portanto, Senador, a Nova Central pede licença e desculpa por não ter trazido aqui fórmulas, porque acha que não há remédio para aquilo que é incurável. E incurável é o fator previdenciário. Incurável e é esse reajuste mentiroso que vem sendo dado ao nosso aposentado e pensionista brasileiro.

Apenas para arrematar, eu gostaria de dizer aos senhores companheiros, ao Sr. Presidente desta Comissão, Senador Paulo Paim, para arrematar sobre o fator previdenciário, que nem mesmo os banqueiros, com seus planos de previdência privada, adotaram o fator previdenciário, de tão ruim que ele parece ser.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Celso Amaral de Miranda Pimenta, que falou em nome da Nova Central Sindical dos Trabalhadores.

Quero só dizer, Celso, que o que o Presidente veta em matéria de fator foi uma emenda colocada pelo Deputado Coruja em cima de uma medida provisória. E por que eu digo isso? Porque, na verdade, o projeto que elimina o fator, que é de nossa autoria, foi aprovado aqui no Senado e está na Câmara. Se a Câmara votar, está liquidada a questão do fator. É aí que entra o Deputado Pepe, que construiu algumas alternativas. Mas está lá o projeto.

O SR. CELSO AMARAL DE MIRANDA PIMENTA – Colocamos aqui que exaurimos as últimas forças antes de começar a oferecer alternativas para fugir dessa extinção. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Entendi.

Passamos a palavra, de imediato, ao Nelson de Almeida, que é vice-presidente da Cobap e aqui representa também o presidente Warley

O SR. NELSON DE ALMEIDA – Senador Paim, é uma satisfação imensa estar presente. Agradeço o convite feito à Cobap, agradeço ao nosso digníssimo Senador Aloysio Nunes, lá de São Paulo, ao meu companheiro Pimenta, líder dos aposentados aqui de Brasília, aos meus companheiros aposentados aqui presentes, das nossas entidades de base de Brasília, que sempre se fazem presentes quando o Senador Paim diz assim: preciso de apoio para lutar pelos aposentados. Eles sempre estão aqui, Senador Paim. O senhor é testemunha disso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Inclusive no plenário.

O SR. NELSON DE ALMEIDA – É. Sempre aqui, sempre comparecendo. Mas, Senador Paim, quanto à questão do fator previdenciário, a Cobap tem uma história, apesar de que nós, aposentados, já fomos prejudicados há vários anos. A imensa maioria dos nossos aposentados já levaram essa cacetada há oito, dez, quinze anos. O normal seria não se interessar. Seria mais um trabalho, digamos assim, levado a efeito para aqueles companheiros trabalhadores hoje ainda em atividade. Mas a Cobap nunca se furtou. Os aposentados nunca se furtaram de dar apoio a essa medida desde que o Senador apresentou esse projeto no Senado. E a Cobap vem acompanhando, ao longo desse tempo todinho, a tramitação desse projeto.

Lá estivemos, naquela atitude histórica do Senado que aprovou todos os projetos com relação a aposentados e a trabalhadores da ativa. Aprovou e mandou para a Câmara. Desde aquela época, a gente acompanha a tramitação dos projetos.

Então, foi aqui explanado plenamente o prejuízo que causa ao trabalhador, a bandidagem que o Governo faz com esse fator previdenciário em cima do trabalhador da ativa, quando se quer comparar a idade de aposentadoria brasileiro com o trabalhador da Europa, quando se compara a vivência de um trabalhador brasileiro com um trabalhador da Europa, que

tem assistência médica desde que nasce, tem o apoio do governo desde que nasce. Sessenta por cento dos trabalhadores da construção civil não se aposentam por tempo de contribuição, mas por motivo de saúde. É aposentadoria especial porque ele não tem condições de trabalho. Não se encara a questão da Previdência como um conjunto total.

Aqui assisti a uma audiência pública em que um procurador do Ministério do Trabalho disse que uma empresa de Santa Catarina durante o ano de 2009 recolheu para a Previdência Social R$120 milhões e a Previdência Social gastou R$160 milhões com os funcionários daquela empresa, tratando de doenças por motivo profissional, porque ela não dava condições de trabalho a esses trabalhadores, e as doenças profissionais se acumulavam nesses trabalhadores.

Então, não se encara a situação do trabalhador brasileiro. Esse cidadão que trabalha, muitas vezes, em Santa Catarina numa temperatura abaixo de zero, na conservação de carnes. Esse trabalhador não tem condição de chegar aos 65 anos de idade contribuindo para a Previdência. Ele vai se aposentar muito antes por motivo de saúde.

Então, não se consideram essas coisas quando se pensa no trabalhador brasileiro. Comparam muito o trabalhador brasileiro com os de outros países, mas não se diz que na imensa maioria dos países a Previdência é do conjunto da seguridade social. Em muitos dos países que são comparados com o nosso a seguridade social é não contributiva como é no Brasil. O Senador puxou o assunto aqui. Com quanto é que nós contribuímos para a Previdência Social? Compara-se com os gastos do PIB, mas não se compara com o que o trabalhador brasileiro contribui para a geração do PIB e a contribuição que dá à Previdência Social. Compara-se muito, mas não se compara, na realidade, o que acontece no Brasil.

Os aposentados não têm mais tempo. Nós estamos no fim da vida. O massacre é covarde. O que se faz com o aposentado brasileiro não tem qualificação. A gente com 70, 75, 80 anos recebe a metade do que é dado ao salário mínimo, gente que passou 40 anos contribuindo sobre aquilo que ganhava; se ganhava 10 salários contribuía sobre 10 salários esperando que no final da vida receber 10 salários mínimos. Não venham me dizer que essas coisas estão mudadas hoje. Não mudaram não.

Eu tive que dar uma explicação para a minha mulher por que eu passei o ano inteiro na Previdência Social fazendo parte de um grupo de trabalho e lá os economistas, com papéis, tentaram me convencer que eu tive aumento, que a minha aposentadoria teve aumento, teve capacidade maior do que quando eu me aposentei. A minha mulher leu aquilo e perguntou: "Cadê os 15% que, nesses dez anos, você ganhou de aumento? Aqui não podemos mais pagar empregada. Nós não podemos mais passear. Nós nunca mais viajamos. Cadê esses 15% que estão aqui no papel, nesses papéis que você traz das reuniões do grupo de trabalho na Previdência?"

Passamos o ano...

Aqui louvo o nosso Digníssimo, nosso Excelentíssimo, Ministro da Previdência, Garibaldi Alves, grande Senador que fez vigília conosco no ano passado, quando era Presidente do Senado. Foi no mandato dele como Presidente do Senado que encaminhou todos os nossos projetos que estavam lá, que foram aprovados e mandados...

É um grande...

Pelo menos nos ouve no Ministério da Previdência. Não resolveu nada, mas nos ouve. A gente tem acompanhado... Está lá trabalhado.

Temos uma proposta, que foi apresentada pela Anfip. Já que não querem comparar, não querem atrelar o aumento das aposentadorias e pensões ao salário mínimo porque, dizem, é contra a lei, é contra a Constituição, mas tem uma proposta lá...

Por que não atrelar ao aumento de arrecadação da Previdência? E se olharmos o aumento da arrecadação da Previdência nos últimos dez anos, vamos ver que o aumento foi significativo, foi muito significativo. Hoje a proposta que nós temos de dar 80%, a inflação mais 80% do PIB, daria exatamente o aumento da arrecadação da Previdência do ano passado. Não precisaria vincular ao salário mínimo. Vincularia ao aumento da arrecadação da Previdência.

Então, Senador, essa é a posição da Confederação Brasileira de Aposentados, e ela estará reunida amanhã, em São Paulo, com as centrais sindicais, com as representações de aposentados, as centrais sindicais de São Paulo, para tirar uma posição de luta. A Cobap reitera o propósito de ir às ruas. Nós vamos às ruas este ano. Nós vamos exigir. Nós vamos trabalhar para sensibilizar o Governo e esta Casa, que é o fórum adequado. Sensibilizar o Senado Federal, a Câmara dos Deputados, o Congresso Nacional para a questão dos aposentados.

Muito obrigado, Senador. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Este foi o Nelson de Miranda Osório, diretor da Cobap, que aqui representou o Warley.

De imediato, passamos a palavra para o Paulo Barela, que é membro da Executiva Nacional do Conlutas, substituindo aqui o Atnágoras Lopes.

O SR. PAULO BARELA – Em primeiro lugar, eu queria cumprimentar o Senador Paulo Paim, meu conterrâneo lá do Rio Grande do Sul, grande companheiro, metalúrgico, Canoas, dirigente de sindicato lá por muito tempo. Conheci o Paim quando ele estudava na Unisinos, eu fazia Direito na Unisinos e tive oportunidade de acompanhar uma palestra sua em um debate que teve lá na Unisinos. Depois disso, seguimos em várias batalhas lá no Rio Grande do Sul.

Houve, inclusive, um episódio que eu lembro, Paim, que eu gostaria de registrar aqui: em uma das disputas eleitorais, eu fui candidato, pelo meu partido, a Senador lá no Rio Grande do Sul, pelo PSTU, e a outra candidata do PT, que depois foi eleita, era a Senadora Emília Fernandes. Só que a Emília havia entrado recentemente no partido e, portanto, não havia ainda a simpatia do conjunto dos militantes, e acabaram saindo alguns panfletos fora das organizações, tanto a sua quanto a minha, que trabalhava com uma dupla de Senadores de "Paulos", Paulo Paim e Paulo Barela. Fato interessante.

Eu queria fazer um agradecimento especial, Senador, pela audiência realizada na semana passada sobre o tema Pinheirinho, um impacto emocional, uma comoção, em São Paulo, muito grande o que aconteceu naquele fatídico domingo pela manhã, às seis horas da manhã, quando mil e seiscentas famílias foram acordadas com bombas de gás lacrimogêneo, balas de borracha e várias atrocidades ocorridas.

Eu acho importante que o Parlamento tome as rédeas de processos como esse para que se possa evitá-los. O conflito agrário, o conflito fundiário no País é uma coisa muito séria. Ele não pode ser tratado como caso de polícia. Ele tem que ser tratado como um problema social. Evidentemente o Senador Aloysio está aqui, e eu soube inclusive que o Senador começou com uma posição bastante crítica à reação dos moradores, mas que, depois, ao final da audiência, já tinha uma compreensão melhor exatamente sobre o que havia acontecido. E, neste momento, eu queria saudar a visão estabelecida pelo Senador Aloysio Nunes sobre o tema.

Desculpem-me, companheiros e companheiras, por eu ter abordado este tema, mas é um tema bastante importante, um tema que mexe com as emoções das pessoas e mexe com um problema muito sério, que é o problema da moradia – que não está descolado, evidentemente, do problema do salário mínimo e da aposentadoria.

Eu queria cumprimentar aqui também o Denílson. O Gabas é um velho companheiro nosso lá de São Paulo, servidor público, da área da Previdência, que foi dirigente do Sindsprev – Sindicato dos Servidores Federais, da área de seguridade social, lá em São Paulo, e agora está no Governo. Nós tentamos manter sempre um bom relacionamento, inclusive sobre o tema da Previdência, com o Gabas, assim como com o Ministro Garibaldi Alves.

Mas que queria começar essa abordagem aqui da nossa central, primeiro colocando a posição da central, que os Senadores e certamente os demais aqui nesta sala sabem que é totalmente contrária, frontalmente contrária à implantação do fator previdenciário. Nós tivemos uma vitória aqui, com ajuda, inclusive, do Senador Paim bastante importante, aqui no Senado, que foi na votação da medida provisória do aumento do salário mínimo em que se incluiu o fim do fator previdenciário e foi aprovado. Lamentavelmente, depois o Presidente Lula acabou vetando. E, como falou o Senador, este está na Câmara, pode ser uma medida e nós temos inclusive que pressionar para que ela seja aprovada lá.

Eu queria abordar um tema que tem a ver... O problema da aposentadoria, o problema da Previdência não pode ser tratado como um problema estanque na própria Previdência, o Fundo Previdenciário do Regime Geral de Previdência, pura e simplesmente.

Na Constituição de 1988, Senador, nós tivemos uma grande vitória, os trabalhadores tiveram uma grande vitória porque conseguiram constituir o que nós chamamos de seguridade social – que o meu companheiro da Cobap estava falando agora rapidamente.

O que é seguridade social? A seguridade social é um tripé composto de previdência, saúde e assistência social. E ela foi consignada, consagrada na Constituição de 1988 como um dever do Estado – mais do que um benefício social, um dever do Estado – e, nesse sentido, não tem obrigatoriedade nenhuma de ter saldo positivo. Não é obrigação que a seguridade social de conjunto tenha um saldo positivo. Porque, sendo ela um dever social, uma obrigação do Estado para com seus cidadãos, não tem obrigação de ter a lucratividade, um resultado positivo. Então, a Previdência se insere aí. E a arrecadação que é feita para a Previdência não é simplesmente dos recursos oriundos da contribuição do trabalhador e do empregador, mas senão que existe uma rede de arrecadação de outros impostos que também são jogados para a Previdência e que muitas vezes – das contribuições sociais –, nessas exposições que vemos em *datashows* ou que nós vemos em transparências, normalmente não estão consignados ainda, não estão incluídos. Fora as comparações que normalmente fazem – e aqui falou o companheiro da Cobap, o Nelson, com muita propriedade – do Brasil com países desenvolvidos com uma larga trajetória de estado de bem-estar social, preocupados com seus cidadãos e que têm outra forma de tratar o problema

do aposentado. Então, são comparações que não fecham do ponto de vista da realidade do nosso País. Você pode fazer comparação com iguais, não dá para fazer comparação com desiguais.

Eu ouvi coisas aqui, por exemplo, com todo respeito ao Denílson, que quem se aposenta, neste País, por tempo de serviço é quem está inserido no mercado de trabalho regular. Isso não é uma coisa para nós utilizarmos como argumento em um debate como este. Se assim for, quero uma verificação da desigualdade do nosso Estado, porque esse é o maior problema. O problema não é se o camarada consegue se aposentar por tempo de serviço. O problema é aqueles que não conseguem se aposentar por tempo de serviço, porque passam um longo período de suas vidas trabalhando, produzindo, estabelecendo lucro para as empresas sem que tenha uma contribuição, sem contribuir para a Previdência. E aí o Estado é penalizado, evidentemente. São dois os segmentos que perdem com isso: o trabalhador que não contribui, portanto não vai se aposentar com a idade e o tempo de serviço normal; e o próprio Estado, porque não recolhe, não recebe o recurso. Quem ganha com isso normalmente são os patrões e os grandes empresários. Só eles ganham. Então, há que fazer esse registro aqui.

Mais que isso, precisamos fazer outro registro, que é importante: como nós tratamos, como o Estado brasileiro trata o aposentado. Vocês sabem, e certamente sabem, que 70% dos municípios brasileiros – estou falando de 70% dos municípios brasileiros – a principal renda dos municípios vem dos recursos oriundos das aposentadorias da Previdência. Ou seja, quem desenvolve a economia local em boa parte desses 70% dos municípios, a maior arrecadação que tem ali é oriunda das aposentadorias. Por quê? Porque boa parte dos aposentados, inclusive em pequenas cidades, é o chefe da família. Eles sustentam, muitas vezes, os netos, as noras, os genros, os filhos, boa parte deles. Inclusive, nesses 70% dos municípios, o valor da arrecadação, da contribuição dos salários dos aposentados na economia é superior ao Fundo de Participação dos Municípios, que é a maior renda, em geral, em todos os municípios. Isso é para se ter uma ideia da influência da aposentadoria na economia brasileira.

Portanto, quando o Estado decide que o trabalhador aposentado deve ter um reajuste inferior ao do salário mínimo, ele está fazendo o quê? Ele está deixando de incrementar a economia brasileira. E isso, evidentemente, vai trazer consequências no setor produtivo, vai trazer consequências no desenvolvimento das empresas, do comércio, das indústrias, etc., trazem consequências de uma forma geral.

São, nada mais nada menos, que quase 29 milhões de aposentados no País. E esses 29 milhões sustentam uma população de 100 milhões no País, porque dependem de sua renda. É mais ou menos isso. Além do aspecto da representação em alguns municípios.

Nós aqui falamos sobre o problema da seguridade. A nossa compreensão é de que é um tripé, portanto não deve ser tratada de forma diferenciada, a Previdência não deve ser tratada de uma forma isolada, mas sim no conjunto da seguridade social. Porque, no fundo, esta foi a ideia da Constituição de 1988. Não sei se o Senador Aloysio Nunes foi...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Não, não fui.

O SR. PAULO BARELA – Não foi Constituinte. Mas o Paulo Paim foi. Mas a lógica era essa, a ideia foi essa. Depois, ao longo dos anos, começou-se a trabalhar um esquecimento dessa lógica, e, por isso, vêm os reajustes diferenciados, essas coisas e tal e, quando se faz os cálculos, não se considera a Previdência como uma composição da seguridade social e a trata de forma isolada, o que é um erro crasso.

Mas o problema todo que vemos aqui é que o nosso País cada vez se insere mais numa lógica extremamente perversa do mercado financeiro. E os empréstimos, os compromissos têm que ser honrados. E você precisa arrecadar recursos para honrá-los, e seja tirar de onde tirar. Por exemplo, no ano passado, tivemos um corte de 60 bilhões no Orçamento; este ano nós iniciamos com a Presidente Dilma cortando 55 bilhões no Orçamento da União. E esses recursos são canalizados para pagar a dívida externa, pagar a dívida pública, a externa e a externa. A maior parte dos recursos retirados no corte de orçamento são de onde? Saúde, educação e habitação. Diminui-se. Esse tipo de orçamento que é reduzido. Evidentemente, a economia que se faz com o não aumento dos salários dos aposentados que ganham acima do salário mínimo, a economia é voltada para quê? Para fazer caixa para ajustes cambiais, ajustes na área dos recursos para pagamento da dívida pública. Esse é o objetivo.

Quarenta e quatro por cento do Orçamento da União é voltado para o pagamento da dívida, 44%. Ajustes ficais canalizados para o pagamento da dívida pública. Isso significa que é preciso buscar recursos em todas as áreas. E, entre as áreas todas em que se buscam recursos, normalmente se faz economia com direitos sociais.

E quero fazer uma ponte dessa luta que os companheiros estão fazendo, na valorização do salário mínimo contra o fator previdenciário e pelo aumento do salário dos aposentados porque ganham mais que um salário mínimo, com um projeto que está tramitando

aqui na Casa aqui ao lado, que é o 1.992, que privatiza a previdência do servidor público e cria os fundos de pensão. Acho que deve haver uma aliança entre os aposentados, as centrais sindicais e o Governo de uma forma geral para não só defender a luta junto com o Senador Paim e todos os outros Senadores que são favoráveis ao fim do fator previdenciário, mas combinar essa luta com projetos como esse, porque o que vemos nesta Casa normalmente é isto: são projetos que normalmente atacam os direitos dos trabalhadores. Eu acompanhei atentamente aqui o debate em torno da previdência do setor público.

Aí, Senador Paim, Senador Aloizio, quero aqui apresentar um exemplo nesta Mesa que sou eu mesmo. Eu vou fazer 55 anos e vou fechar 40 anos de contribuição para poder me aposentar, porque a reforma de 2003 impôs isso. Agora, evidentemente, como filho de uma família como a sua, Paulo Paim – a minha é um pouco maior; nessa, eu estou ganhando...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A minha tem 10.

O SR. PAULO BARELA – A minha tem 13. Eu tive que entrar no mercado de trabalho com oito anos. Dos oito aos 15, não havia carteira assinada. Aos quinze, eu consegui assinar carteira e, daí para diante, não deixei mais de assinar. Quando cheguei aos 50 anos, eu já estava com 35 de contribuição. Mas não pode, porque há a regra de 2003. Para cada ano que você supera a contribuição, você diminui um na idade, que é 60 anos. Então, eu vou conseguir, ano que vem, quando fechar 55 anos, eu vou conseguir, então, encaminhar a minha aposentadoria.

E no serviço público, assim como é no regime geral da previdência, temos que fazer uma distinção. Hoje as aposentadorias, os salários dos servidores não é um salário do vencimento, pura e simplesmente, ele tem o vencimento básico e tem uma série de adicionais. Ele tem uma gratificação produtivista, ele tem um adicional de titulação, dependendo da situação. Não é regra geral. Mas a maioria é assim. Esses adicionais, pois bem, não vão integralmente para a aposentadoria. O que vai integralmente para a aposentadoria é o salário base, o vencimento base, esse vai, mas as gratificações não. Se nós considerarmos que as gratificações e esses adicionais significam mais ou menos 70% do que o servidor arrecada, você pode ver que não há aposentadoria integral nem no setor público, nem no setor público não há. Isso só para fazer um parâmetro na relação.

Bom, o meu tempo já se esgotou. E eu queria só aproveitar este espaço que estamos aqui para colocar que os servidores e os trabalhadores aposentados estão realizando atividades conjuntas, Senador, não só no espaço interno ao Congresso Nacional, ou seja, a disputa por exemplo do parlamento. E a luta institucional dentro do parlamento é uma luta a ser desenvolvida, mas nós, evidentemente, sabemos que as coisas se resolvem nas ruas, quando agente sai para as ruas para mobilizar e tudo o mais.

Então, eu queria chamar atenção aqui. O companheiro da Cobap, o Nelson falou, mas houve uma manifestação importantíssima no dia 24 de janeiro, em Aparecida do Norte, uma missa na catedral, na basílica, e, depois, os aposentados fecharam a Dutra para chamar a atenção sobre o problema crítico que se refere à forma como estão sendo tratadas as aposentadorias no nosso País.

E nós estamos agora construindo, Senador, e gostaríamos de contar com o seu apoio, para o próximo dia 29. São duas datas importantes. Aliás, dia 28 vai haver uma manifestação importante dos servidores públicos aqui em Brasília. Deve reunir algo em torno de 20 mil trabalhadores. É o que estamos esperando. E aqui nós vamos fazer a atividade em conjunto com a Cobap, com os aposentados, aqui em Brasília. No resto do País, os trabalhadores aposentados e pensionistas farão no dia 29. E a nossa central estará envolvida nessa tarefa contra o fator previdenciário e pela valorização do salário dos aposentados. Essa é a política que estamos aqui desenvolvendo.

Para finalizar mesmo, eu só queria fazer um parêntese sobre a discussão que houve aqui. A mulher se aposenta com menos idade e tem um tempo de serviço inclusive menor por uma justificativa muito clara. O sistema capitalista se utiliza das diferenças para superexplorar ainda mais. Ele utiliza a tez ou a raça para... E aí não é um problema de eu estar fazendo um discurso aqui meramente político, mas são as estatísticas. Um homem negro ganha menos que um homem branco; e uma mulher ganha menos que um homem. E, quando há uma disputa e igualdade de condições, normalmente, mesmo que ela tenha experiência, tenha conhecimento, tenha escolaridade, tenha formação, ela vai ser preterida por um homem. O homem vai levar vantagem. Então, existe uma sociedade considerada machista, é discriminatória, do ponto de vista racial e, inclusive, em relação às diferenças de orientação sexual. Essa realidade que nós vivemos. É uma realidade isso. As estatísticas estão aí pára mostrar.

Portanto, é um reconhecimento que a própria sociedade faz quando estabelece que a mulher pode se aposentar com menos tempo, embora ela viva mais tempo que o homem, porque, além de ser discriminada no cotidiano na sociedade, ela ainda tem jornada dupla ou tripla. Ao ser também uma sociedade machista, o homem não lava os pratos. Quiçá no final de

semana ele faz um almoço. Mas, normalmente, não é isso. É ela quem cuida dos filhos, é ela que deve levar par escola, é ela quem faz o jantar, é ela que deve dar conta da roupa limpa e tudo o mais. Então, é mais uma perversidade do fator previdenciário quando coloca homens e mulheres em igualdade de condições. Não pode ser assim.

Agradeço o espaço que foi dado aqui pelo Senador Paulo Paim e agradeço a presença e por acompanhar a nossa singela exposição ao Senador Aloysio e também aos companheiros e companheiras que estão nesta Mesa, aos companheiros e companheiras que estão neste plenário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi Paulo Barela, membro da Secretaria Executiva Nacional do Conlutas, que expressou aqui o seu ponto de vista com muita nitidez.

Passamos de imediato a palavra ao André Luiz da Conceição, Diretor da Juventude da CUT, que aqui substituiu o Presidente Arthur.

É bom ver o Diretor da Juventude, mostrando que a preocupação com a aposentadoria é de todos, do mais jovem ao mais idoso.

O SR. ANDRÉ LUIZ DA CONCEIÇÃO – É por isso que é uma honra estar aqui nesta Casa, a Casa da democracia, nobres Senadores presentes, esses companheiros que eu vejo, cabelos brancos, alguns tentam disfarçar rapando a cabeça. Mas a gente tem uma honra grande de estar presente. Foi uma das preocupações: vou lá participar de um debate sobre aposentado? Vai lá porque a preocupação sobre o debate de aposentadoria não é uma preocupação somente dos aposentados. Acredito que os senhores, na sua longa luta, por terem trabalhado a vida toda, vendido a sua força de trabalho, devem chegar o momento de ver a sua dignidade esperada. E essa dignidade esperada hoje foi atacada por diversas formas, inclusive por governos que implantaram diversas políticas. Eu quero me aposentar e eu espero aposentar e que esse fato previdenciário seja coisa do passado. Espero que possamos ainda neste ano acabar com o fator previdenciário, porque a aula que eu tive hoje dos senhores... Descobri que esse é um sistema cruel e covarde, adotado sob uma ótica em que o ser humano fica menor que qualquer outra questão. E não é qualquer ser humano. É um ser humano que viveu uma luta toda, uma vida toda em uma razão e chega a uma imposição de ser colocado...

Então, essa luta é uma luta da classe trabalhadora. Então, José Augusto, a gente tem essa leitura. Eu quero me aposentar. Muitos vão precisar se aposentar, e não podemos aceitar que continue essa covardia que é essa relação feita, inclusive até na relação de reajuste. Muitas categorias – eu fico impressionado – que se movimentam e que recebem acima do salário mínimo são categorias organizadas, são categorias organizadas e muitos acostumados a fazer sua data base, a fazer a sua reivindicação e avançar sempre acima do salário mínimo. Ser sujeito a ficar aposentado e assistir passivamente a todo esse processo fere muito a dignidade daquele que lutou.

Eu acho que os grandes metalúrgicos que lutaram pela democracia neste País estão aposentados hoje, assistindo a uma situação que, sinceramente, não... É uma relação que deve se colocada. Eu acho que a gente vive um outro Brasil. O Brasil de 99 para o Brasil de hoje, a gente viveu uma era significativa.

Eu acredito que, pela falação do companheiro, o Governo Lula que passou deixou grandes marcas. Não tenho nenhuma dúvida. Deixou de fazer muitas outras coisas, mas tudo o que fez marcou na história deste País. Um governo totalmente diferente, um governo social, preocupado com a população. Não há como retirar a marca que o Governo Lula fez. O Governo Lula criou, conseguiu criar a maior data base da história do mundo, porque o processo de reposição do salário mínimo que foi adotado é a maior data base do mundo. Trabalhadores do Brasil inteiro recebem dignamente o seu reajuste salarial com a variação do PIB. Isso é um avanço que seria ilógico para o pensamento dominante em 99. Mas foi colocado... E essa lógica que não é muito longe deveria ser também trazida para os aposentados. Essa lógica é humana, é racional, e isso é significativo. A gente deve ter essa leitura, a gente deve ter esse entendimento.

Agora, quando eles não entendem por si só, a gente vai à luta, a gente vai à luta, a gente se impõe. É bom ter aqueles representantes dignos do povo, que estão dispostos a fazer esse enfrentamento. Agora, aqueles que estão na dúvida, a gente vai ter que puxar, para fazer esse entendimento, porque o aposentado deve ter o maior reconhecimento por tudo o que fez. E a lógica é fria.

Eu vejo o companheiro técnico do Ministério da Previdência... A lógica. Realmente, a intenção era, sem dúvida, prejudicar. Prejudicar para trabalhar mais ou prejudicar para ganhar menos. Mas foi para prejudicar. Criaram um sistema com aritmética. O professor Floriano expôs aqui uma aritmética para a maldade. Encontram-se várias formas, e conseguiram elaborar um sistema numérico que veio para prejudicar.

O fator previdenciário é cruel, irracional e deve acabar, porque a lógica que está colocada é uma lógica que, neste Brasil – estou falando deste Brasil; não do Brasil do passado –, é passado, mas não tão distante. Mas é um novo Brasil que a gente vive, onde

existe desenvolvimento. Esse desenvolvimento deve vir para desenvolver, mas não é para separar classes sociais ou classes sociais. Esse desenvolvimento deve vir para melhoria da qualidade de vida de todos, que é o que agente vem buscando.

E o aposentado – e eu espero um dia me aposentar sem fator previdenciário e eu quero contribuir como aposentado para a sociedade...

Hoje, neste debate, para qual fui convidado... Ontem, eu peguei o jornal e havia uma matéria sobre aposentado. Em todas as matérias sobre aposentado eu fico muito interessado, porque há dois vieses: aquele de colocar o aposentado como um marajá, aquele que ganha bem, o diferenciado ou... Aí, então, eu fui fazer análise de pesquisa num jornal de grande circulação aqui de Brasília. Aqui em Brasília – não é só nos pequenos Municípios –, aqui em Brasília 10% da população é aposentada. Mais de 23% do que circula é dos aposentados. Acontece que a lógica que está estabelecida coloca o parâmetro daqueles que aposentados do serviço público, que têm uma categoria... No Lago Norte, próximo de Brasília, Lago Norte, tem a média de 51% dos habitantes, a média de R$10 mil, que significa todo aquele trabalho que eles fizeram. Não podemos tirar essa. E há um paralelo, que é logo ao lado, uma cidade satélite que é bem perto, o Paranoá. O Paranoá é R$708. Esse cidadão do Paranoá provavelmente foi aquele trabalhador vigilante, do setor de comercio, aquele que trabalhou sempre e conseguiu aposentar um pouco acima do salário mínimo... Porque R$708... Não precisa calcular muito, não. Mas, pela projeção do salário mínimo, os R$708 vão ser engolidos. E, aí, vai entrar naquela lista. E vamos supor que quase a população do Paranoá vai estar incluída nesse processo de perda salarial.

E quem é acostumado a não ter perda... Porque o poder aquisitivo, infelizmente, nesta sociedade capitalista define o homem. Você ter condições de consumo é significativo. E a gente fica preocupado quando, na relação de consumo que a gente tem, o TST toma uma decisão absurda, porque eu sei que o desempregado é aquele que procura emprego. Enquanto você está procurando emprego, as estatísticas dizem que você é desempregado. Se você não procura emprego, você não é desempregado. Eles contam como se você estivesse no mercado de trabalho. Agora, quem procurar emprego e estiver numa condição de inadimplência, negativado em algum órgão, vai ser prejudicado. Isso vai aumentar o desemprego. Eu espero que seja revisto. Isso é inconstitucional. A gente tem que fazer essa luta que é significativa.

Agora, dentro dessa relação eu queria levantar para os senhores que a LDO de 2012 prevê aumento do salário mínimo; prevê aumento acima do salário mínimo para os aposentados. Prevê.

Envelhecimento. Graças a Deus a população brasileira está vivendo mais, tem que viver mais, vai poder viver mais. Este é um novo Brasil, em que a gente vive, o Brasil que consome mais, vive mais. E, para continuar esse desenvolvimento para todos, a gente tem que lutar por igualdade. Não é justo o aposentado ser tratado da forma como está sendo tratado, e o fator previdenciário ainda empurra o trabalhador para a perda de salário, reduzindo sua dignidade como cidadão. A gente não pode aceitar. Essa é uma luta de todas as centrais sindicais, de todos os movimentos unidos. É bom contar com os Senadores Paulo Paim, Aloysio e todos os demais Senadores, Parlamentares deste Congresso. A gente espera que a gente consiga avançar e realmente mudar essa correlação, fazer justiça e poder ver que cabelo branco é, sim, ter dignidade. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, André Luís da Conceição, Diretor de Juventude da CUT, que falou aqui em nome da Central, mas com muita propriedade de quem conhece a realidade de todas as gerações. O teu sonho é o sonho de todos que ainda não se aposentaram e que possam se aposentar sem este fator que confisca praticamente metade do salário, principalmente das mulheres.

O Edison Camargo agradeceu ao convite, ele está com problema de voz, está aqui, assistiu ao trabalho desde o início, representa a CGTB e me informou aqui que concorda com a opinião de todos que aqui falaram nesta linha do fim do fator e também na questão do reajuste integral para os aposentados ou pelo menos 80% do PIB.

Neste momento, vamos às considerações finais dos nossos convidados. Peço que cada um use no máximo três minutos por causa do horário. Vamos ver se votamos ou não requerimentos.

Eu começo com a segunda mesa, suas considerações finais. De imediato, passo a palavra para o Denisson Almeida Pereira, que foi o último a falar naquela primeira mesa e agora dará suas considerações finais.

Só peço que me passem a lista da primeira mesa.

Está com a palavra, Denílson.

O SR. DENISSON ALMEIDA PEREIRA – Quero agradecer ao Senador Paim em nome do ministério o convite feito e dizer que o ministério está aberto à discussão, ao debate. O fator, de fato, acabou provocando redução no valor médio das aposentadorias, em que pese a não ter sido esse o seu objetivo. O objetivo primordial do fator era conseguir elevar um pouco a idade média da aposentadoria, e o serviço público já determina hoje a idade de 55, 60 anos [para aposentadoria].

Quero registrar e confirmar o que o professor Paulo disse que a previdência, de fato, como política de redistribuição de renda no País, se não me engano, é a maior; e se compararmos com outros países ela continua sendo a maior porque em 70% dos Municípios os recursos que chegam da parte de benefícios previdenciários é maior do que o repasse que o Município recebe do Fundo de Participação. Então, é uma excelente política de redistribuição de renda, o Ministério da Previdência tem consciência disso e, há 89, 90 anos paga os benefícios religiosamente em dia.

No mais, quero agradecer, Senador, e nos colocarmos a disposição em nome do ministério. *(Palmas)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Denílson, a postura, tanto do Gabas, como do Ministro, o Garibaldi, nesses dois temas, tem sido muito propositiva. Sei da vontade deles de que haja mudança no fator, e você aqui também não negou a sua opinião, não negou esse ponto de vista de que haja uma política para os aposentados. Nós vamos continuar trabalhando nesse sentido. Fica aqui o meu abraço tanto ao Gabas, quanto ao Ministro Garibaldi. E, naturalmente a você, pela exposição que fez, com muita transparência.

Passo a palavra ao José Augusto, Coordenador Nacional do Fórum Sindical dos Trabalhadores.

O SR. JOSÉ AUGUSTO DA SILVA FILHO – Primeiramente, quero agradecer ao convite, Senador Paim, ao Fórum Sindical dos Trabalhadores, que, como eu disse, representa as confederações nacionais dos trabalhadores do Brasil, cinco centrais sindicais e, naturalmente, a Cobap, que faz parte também como afiliada. Minha saudação especial ao meu conterrâneo Aloysio Nunes, lá da região de São José do Rio Preto.

Um destaque que gostaria de fazer, Senador Paulo Paim, é com relação a uma diferença gritante aqui que alguns consideraram e outros, não. A gente encara o trabalhador, está se encarando o trabalhador, como se fosse um funcionário público, com estabilidade. Entrou, 35 anos sem ser mandado embora, atinge o fator e aposenta. Que gracinha, não é? Maravilha, não é, Denílson? Que bom.

Vocês não sabem como é o trabalho de um comerciário neste País? Vocês não conhecem peão de obra? Vai aposentar quando, Senador Paulo Paim? Nunca vai se aposentar com esta regra. Nunca. Não vai atingir este um vírgula tantos por cento nunca! Jamais! Porque não é trabalhador estável. Estou citando duas categorias: comerciário, categoria da qual sou secretário geral lá na CNTC, comércio e serviços, frentista, derivados do petróleo, vendedor, tudo é da minha área lá da confederação. Mas existem inúmeras outras, como mineiros, não é, André, pessoal que trabalha em mineração, além de pegar uma baita doença ocupacional, silicose, abestose, não vai conseguir aposentadoria, não vai conseguir se aposentar. Então, mais um motivo. A gente está com uma coisa na cabeça. É legal o esforço da Força Sindical, do Deputado Paulinho, do Pepe Vargas, de outros Parlamentares, mas o que precisamos é ajuda dos Parlamentares solidários a nós... Inclusive faço até um apelo ao Senador Aloysio para que consulte a Liderança do PSDB para nos ajudar. Nós queremos derrubar o fator previdenciário.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Você me desculpe? Só uma observação. O Governo atual, o Governo do PT está no poder já há nove anos, um mês e vinte e sete dias. Sempre disse que é contra o fator. Então, precisa mudar! Que envie um projeto. Aqui, o Governo tem maioria esmagadora. Se o Governo não estiver de acordo, a coisa não vai. Então estamos esperando. O Governo diz que é algo perverso. O pessoal do PT, quando estava na oposição, era contra o fator previdenciário, e já faz nove anos, um mês e vinte e sete dias... Mude, que estou pronto para votar a favor da mudança.

O SR. JOSÉ AUGUSTO DA SILVA FILHO – Exatamente. Obrigado, Senador Aloysio.

Então, Paulo Paim, o que precisamos, e temos como bandeira do Fórum Nacional de Trabalhadores, é o fim do fator previdenciário. Acho que nesta mesa aqui não tem nenhum voto contra; ninguém aqui é a favor da manutenção do fator previdenciário. E não venham com esta história de dinheiro porque dinheiro tem e muito. A economia, dita aqui pelo próprio ministro... É de quantos bilhões de economia de 1999 até hoje? E contribuição previdenciária não depende só do bolso dos trabalhadores; o empregador paga e paga muito. A questão imobiliária; de qualquer transação imobiliária, pode ser um terreninho de 10 por 30, se recolhe INSS. Então a bandeira é fim do fator previdenciário. Desde 2008 estamos discutindo isso.

A mobilização dos companheiros em torno dessa bandeira seja CUT, seja Força Sindical, as confederações, o Conluta, que sempre teve, a Cobap, a UGT que não está aqui presente, para fazermos este trabalho de pressão para boa parte dos trabalhadores que constroem este País e as riquezas deste País que é a construção civil. Principalmente nos dias de hoje, não é, Senador Aloysio? E que os comerciários e o pessoal de serviço da área de comércio não sejam injustiçados. Repito: comerciário não é servidor público, não tem estabilidade no emprego. E, quando a gente luta por estabilidade, não é, Paulo, lá na Câmara como estamos lutando com um projeto do Paulo Paim que nós conseguimos aprovar aqui e está tendo dificuldade no segmento empresarial, de não aprovar um projeto que

foi aprovado por unanimidade aqui no Senado federal e que está travado lá dentro da Comissão do Trabalho. E não passa.

Então, como você não tem estabilidade profissional no emprego, essa receita do fator previdenciário não é oportuna, não se encaixa na realidade brasileira. Nós temos que fazer um nivelamento para causar uma promoção social dos trabalhadores brasileiros e não pregar o divisionismo e essa diferença que não alcança a maioria dos trabalhadores brasileiros, que não têm estabilidade no emprego devido ao conflito de relações de trabalho, como também a própria característica com a função e a profissão que a pessoa tem, como é o caso dos trabalhadores da construção civil e também os comerciários deste País.

Muito obrigado, Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, esse foi o José Augusto, que falou pelo Fórum Sindical.

Vamos de imediato ao Floriano José Martins, que fala pela Anfip, da qual é presidente.

O SR. FLORIANO JOSÉ MARTINS – Queremos agradecer e colocar a disposição a nossa entidade pelos seus trabalhos. Todos sabem ou a maioria das entidades sabe que fizemos um trabalho danado sobre seguridade social em 2010, agora estamos preparando o de 2011 e provavelmente o choque vai ser o mesmo, ou seja, vamos ter superávit razoável na seguridade social já que os tributos federais alcançaram quase um trilhão de reais, para ser mais preciso, 969 bilhões.

Alguns companheiros falaram sobre a redistribuição de renda; é um fator decisivo a previdência social na redistribuição de renda no País. Temos um livro editado pelo colega Álvaro, da Anfip, no sentido de demonstrar a redistribuição de renda no País e mostrar também que 70% dos Municípios recebem acima do fundo de participação dos Municípios. Portanto, é um livro que vale a pena ler até porque muitas cidades, acham que o fundo é enorme, mas a previdência é muito maior. E aí está um plano em que há uma distribuição, embora não devesse ser, mas um plano para distribuir renda mesmo. Não só falar nos trabalhadores que contribuem, mas também nos que não contribuem. Afinal de contas, o sistema de seguridade social, quando for falado, eu não falei isso porque o foco é fator previdenciário, mas o sistema de seguridade social foi montado, bem montado, com todos os financiamentos próprios para suas despesas, e, lamentavelmente, ao longo desse período, está sendo esquecido, está sendo desagregado, desajustado o seu orçamento. O orçamento deveria ser separado, infelizmente é agregado para distribuição a outras rubricas que não a finalidade própria da seguridade.

Eu agradeço e estamos a disposição para qualquer entidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Agradeço ao Floriano José Martins, que nos deu uma verdadeira aula. Gostei de ouvir a tua exposição.

Só um comentário rápido, Floriano, outro dia eu pensava: se pegarmos da Constituinte para cá, o que houve de renúncia fiscal, não sei se não chega a tri, viu, bi... Se pegar tudo o que houve de renúncia de lá para cá...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – E é para este ano, Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Você estava com um dado esses dias também...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – No orçamento este ano, 145 bilhões de reais...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só deste ano?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – O orçamento deste ano.

O SR. FLORIANO JOSÉ MARTINS – Na previdência são 24 bilhões.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só na previdência.

O SR. FLORIANO JOSÉ MARTINS – Só este ano.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vamos lá. Agora passamos a palavra o Paulo José Zanetti, que representa a Força Sindical.

O SR. PAULO JOSÉ ZANETTI – Bem, quero agradecer novamente esta oportunidade de estarmos aqui nesta audiência pública. Acho de fundamental importância esta discussão com a sociedade brasileira. Claro que todos os trabalhadores querem o fim do fator previdenciário porque massacra, porque avilta as condições, não dá dignidade aos trabalhadores no momento da sua aposentadoria. E a questão do reajuste, um reajuste digno para os que ganham mais que um salário mínimo também é muito justo. Não podemos tornar este País um Chile, com todos os trabalhadores ganhando um salário mínimo. Nós contribuímos com muito mais e temos o direito de ter isso.

Quero falar também da importância do Conselho Nacional de Previdência Social e fazer um apelo aos companheiros para que, com os seus representantes, venham sempre às reuniões trazendo posições tiradas dentro da sua central e que defendam dentro do conselho. É importante que a gente fale a mesma linguagem também dentro do conselho. Nós temos a preocupação e isso o Denílson falou. Eu também tinha algumas planilhas para mostrar. Nós temos que querer essas reivindicações nossas, mas também temos que ter um pensamento na sobrevivência da nossa previ-

dência. Nós a queremos pública para sempre, mas que ela possa ser superavitária e que traga um final de vida feliz para todos. Eu me coloco a disposição e espero contar amanhã com todos os representantes dos aposentados lá em Praia Grande, e estamos na luta: convocou, estamos na rua para o que precisar. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Paulo José Zanetti, representante da Força Sindical, sempre presente, como as outras entidades.

Vamos de imediato à segunda mesa. Celso Amaral de Miranda Pimenta, que fala pela Nova Central Sindical de Trabalhadores.

O SR. CELSO AMARAL DE MIRANDA PIMENTA – A Nova Central continua aqui, Senador, mantendo sua posição. Enquanto for possível ver a extinção pura e simples do fator previdenciário, nenhuma alternativa seria recomendável, sob pena de enfraquecer a tese. Pois bem. No que diz respeito ao reajuste dos aposentados, a Nova Central quer dizer à Cobap, ao trabalhador brasileiro como um todo e a esta Casa que ela está de mãos dadas e, em qualquer momento, se convocada, ou em muitos momentos, quando precisar convocar, recorrerá aos senhores neste pleito.

Queria agradecer aos Senadores, Senador Aloysio, que está presente o tempo todo, o Senador Suplicy, que acaba de chegar, e gostaria de dizer, Senador Paim, e aqui é uma opinião sempre formada, uma opinião do nosso presidente da Nova Central Sindical, José Calixto Ramos, a minha, com certeza, que o senhor tem sido realmente um balaustre, tem sido uma bandeira nesta luta que diz respeito ao trabalhador brasileiro, no que diz respeito a esta massa tão sofrida que é o aposentado e pensionista brasileiro.

Nós agradecemos muito o convite. Toda vez que for necessário, sempre que for necessário, e no que depender da Nova Central, a nossa palavra será sempre de apoio, de aplauso e sobretudo de participação ativa. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Celso Miranda, que fala pela Nova Central, deixando bem claras aqui as suas convicções.

De imediato, passo a palavra ao Nelson Miranda Osório, diretor financeiro da Cobap.

O SR. NELSON DE MIRANDA OSORIO – Senador Paim, a Cobap, em todas as audiências públicas que trata do fim do fator previdenciário e aumento da aposentadoria, com certeza, estará presente.

Eu gostaria de aqui, Senador, deixar registrada a presença do nosso companheiro João Pimenta, das lideranças dos aposentados do DF, companheiros das entidades de base, que aqui compareceram, deixando seus lares, estão até a essa hora aqui, acompanhando esta audiência pública, demonstrando interesse na defesa daquilo que é seu pensamento ao Senador Aloysio Nunes, que esteve conosco – nós conhecemos sua história política, temos admiração por ela e temos certeza que vamos contar com seu trabalho no Senado Federal na defesa dos aposentados. Senador Suplicy, que chegou agora, nós também conhecemos sua história política, sabemos da sua posição, os aposentados esperam contar com seu trabalho no Senado Federal na defesa dos aposentados. Senador Paulo Paim, a Cobap agradece e convoca os companheiros para, amanhã, em São Paulo, estarem presentes, onde será tirada uma pauta de trabalho e uma pauta de luta.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – SP) – Muito bem, Nelson Miranda Osório, da Cobap.

De imediato, para ganharmos tempo, temos que apreciar a discussão ou não e a votação ou não de alguns requerimentos que foram apresentados pelos Senadores, passo a palavra ao advogado Paulo Barela, que fala pelo Conlutas.

O SR. PAULO BARELA – Nós queremos agradecer ao Senador Paulo Paim, que é um Senador a serviço das lutas sociais neste País. E o fato de estar à frente da Comissão de Direitos Humanos aqui no Senado também favorece para que esses debates ocorram com frequência, e não tem se furtado a tomá-los, enquanto sua responsabilidade, nos mais diversos segmentos. O exemplo foi o que citei aí, o da semana passada. Agora, com a chegada do Senador Suplicy também, eu faço o registro da importância do debate que tivemos na semana passada sobre Pinheirinho, aqui nesta Casa.

Eu queria insistir na compreensão de que a criação da Previdência, a Previdência como um fator de defesa da humanidade, é uma das maiores elaborações que o homem já fez, é uma das mais belas elaborações já feitas pelo homem, porque ele considera o regime de repartição e solidariedade entre as gerações. Olha que coisa mais linda isso que estamos falando aqui. Os homens e as mulheres jovens que sustentam a velhice dos seus pais, dos seus semelhantes no momento em que já não há mais condição de produzir. Essa lógica é que querem quebrar. Os fundos de pensões estão aí para quebrar essa lógica. E nós vemos o que aconteceu no Chile, o que aconteceu na Enron, nos Estados Unidos, que levou milhares e milhares de famílias...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Aerus, em Porto Alegre.

O SR. PAULO BARELA – Do Aerus, em Porto Alegre, é um exemplo.

...que levou milhares e milhares de famílias à falência. Todo o seu dinheiro foi para o lixo, foi para o ralo, porque o mercado não respondeu, porque houve uma crise no mercado e tal. Nós estamos vivendo: a crise de 2008 e a que vivemos agora são exemplos disso.

Então, eu queria reforçar aqui que é uma tarefa do Estado o problema da seguridade social. E é o tripé, volto a afirmar. É o tripé: a saúde, a Previdência e a assistência social. E nós vamos firmar aqui o nosso compromisso, como sempre firmamos o nosso compromisso, nesta Casa, com os companheiros aposentados e os trabalhadores de uma forma geral pelo fim do fator previdenciário e pelo reajuste das aposentadorias daqueles que ganham acima do salário mínimo igual ao do salário mínimo. Essa é a verdadeira política que nós temos que fazer em respeito aos aposentados neste País.

Estaremos em todas as lutas no dia 28 e dia 29 em todas as atividades que os companheiros aposentados desenvolverem.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Paulo Barela, gaúcho de larga caminhada pelas fronteiras do País em defesa dos que mais precisam.

Faço essa consideração pela história que nós passamos grande parte junto. Ele sabe que foram lutas importantes. Os senhores também conhecem.

André Luiz da Conceição, Diretor de Juventude da CUT, falando nesse evento em defesa dos aposentados e pelo fim do fator.

O SR. ANDRÉ LUIZ DA CONCEIÇÃO – Nobres Senadores, senhores presentes, eu fico muito honrado e agradeço a oportunidade de estar participando dessa atividade. A contribuição e a compreensão que a gente deve assumir são maiores. Não é luta só dos aposentados; é uma luta social para exigir do Governo uma postura para mudar o rumo, para que esse desenvolvimento continue no Brasil e que a gente possa reverter a lógica. A gente sabe que a lógica de que você trabalha a vida toda, vende sua força de trabalho e aí quando não possui mais a condição de fornecer sua força de trabalho na condição que tinha anteriormente, a sociedade capitalista anteriormente o descartava. Acho que ser previdente é dar ao cidadão que contribuiu a vida toda maior dignidade. A Central Única dos Trabalhadores não abre mão disso. É intransigente. Vamos fazer o possível e o impossível para mudar essa correlação de força.

Muito obrigado a todos os Senadores.

Obrigado, Senador Paulo Paim, pela oportunidade!

A Central Única dos Trabalhadores vai estar junto nessa luta. Pode contar com a gente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

André Luiz da Conceição mostra a disposição de luta da Central junto com os outros movimentos em defesa dos aposentados e pelo fim do fator.

Agradeço, mais uma vez, ao Edson de Camargo, que representou a CGTB e abriu mão da fala porque se sentiu contemplado na articulação e na posição dos companheiros. Ele está com problema na garganta.

Neste momento vamos encerrar esta audiência pública, agradecendo, mais uma vez, a todos a participação.

Com certeza, hoje é a arrancada da grande mobilização que faremos, Câmara e Senado, em defesa dos aposentados e também para que haja uma mudança mais ampla possível na questão do fator. O ideal é o fim do fator, como o projeto que o Senado já aprovou e que se encontra na Câmara. É só a Câmara votá-lo que a questão estará resolvida.

Lembro a todas as entidades que estiveram presentes que amanhã, na Subcomissão de Trabalho e Previdência, vamos discutir o plano de trabalho, na visão dos trabalhadores, para o mandato deste ano.

Todas as entidades estão convidadas a comparecer ás 9 horas, para apresentarem o que entenderem ser mais importante para a atuação daquela Comissão durante este ano. Vamos debater e vamos deliberar a partir dali.

Hoje aqui ocorreu a arrancada da mobilização, que passa pelo dia 28, dia 29 e depois todo mês, com certeza, teremos movimento de pressão aqui no Congresso e, como a gente diz, em todas as cidades, movimento de rua para mudar esse quadro e conseguirmos assegurar uma política de valorização dos benefícios dos aposentados e também o fim do fator.

Eu diria que os meus convidados estão liberados.

Esta reunião continua e vamos agora discutir com os Senadores a questão dos requerimentos em pauta. (*Palmas.)*

Vamos, então, aos encaminhamentos propostos.

Temos aqui na mesa, encaminhados para mim, alguns requerimentos. De pronto vou perguntar: requerimentos só podem ser votados numa audiência pública se houver total entendimento do Plenário. Sabemos que não há quórum para votar. Por isso, faço uma consulta aos dois Senadores se votamos hoje ou votamos na quinta na reunião que teremos. *(Pausa.)*

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vamos votar os requerimentos – faremos em duas partes – na próxima quinta-feira.

Com a palavra os dois Senadores. Primeiro o Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Para que possamos obedecer estritamente o Regimento, proponho que os requerimentos sejam lidos hoje. Portanto, serão conhecidos dos membros da Comissão, antecipadamente, e na próxima quinta-feira, presumivelmente com quórum, sendo os requerimentos conhecidos por todos, anunciados previamente porque lidos hoje, poderemos apreciá-los e votá-los.

Acho importante, Presidente Paulo Paim, que V. Exª possa contribuir com seu testemunho pessoal sobre aquilo que foi objeto de uma divergência entre o Senador Aloysio Nunes e eu, mas que foi mediado pelo Senador Pedro Simon, que, por atenção a V. Exª e a todos nós, presidiu a reunião. O Senador Aloysio Nunes entendeu que aquelas outras situações de reintegração de posse, como as do Acre, as de Brasília, as do Piauí, as da Bahia, com problemas que ocorreram com a PM em Estados, inclusive em Estados governados pelo PT, deveriam ser objetos de reflexão no mesmo momento em que discutíssemos a questão relativa á reintegração de posse do Pinheirinho. Ele, então, ponderou que imaginava que as reuniões ocorreriam na mesma oportunidade e, por essa razão, preferiria que não tivesse acontecido naquela ocasião, mas, atendendo ao apelo do Senador Pedro Simon, que garantiu que na próxima reunião, como vai acontecer quinta-feira, iríamos discutir as questões relativas aos demais Estados, ele concordou em permanecer e aqui assistiu.

Em função daquela problemática, o Prefeito de São José dos Campos, Sr. Eduardo Cury, que, por motivo de viagem ao exterior, telefonou-me na véspera. Estava nos Estados Unidos, não pôde vir, assim como os Secretários de Estado que tinham combinado comigo e com V. Exª e com ele que compareceriam. Houve um contratempo, e eles acabaram não vindo, tendo em conta que os outros temas não foram colocados.

Eu gostaria que pudéssemos ouvir a palavra das autoridades, pelo menos do Juiz, que disse que, em razão de solicitação do Presidente Ivan Sartori, o Sr. Rodrigo Capez não pôde vir na semana passada, mas continua á disposição desta Comissão para vir em outro dia.

Acredito que seria próprio que, pelo menos, fizéssemos um convite adicional à Drª Márcia Loureiro e ao Dr. Luiz Beethoven Ferreira para que aqui compareçam. Portanto, um dos requerimentos reitera o convite àquelas autoridades que não puderam comparecer, por diversas razões, para que aqui compareçam.

Outros dois requerimentos decorrem de informações que foram aqui colocadas na audiência da semana passada. Então, por essa razão, acho que devemos seguir o trâmite de aprovarmos os requerimentos, com quórum, na próxima quinta-feira. Podemos hoje dar conhecimento dos requerimentos com a leitura deles.

É a sugestão que formulo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Deixem-me fazer um pequeno esclarecimento: eu não estava aqui – já me justifiquei – na quinta-feira quando houve essa audiência pública sobre a questão de Pinheirinho...

Esclareço que, se dependesse da minha vontade, num primeiro momento, a reunião sobre Pinheirinho teria sido realizada antes do carnaval. Depois, atendendo a um pedido do Senador Alvaro Dias – se não me engano, o Aloysio também falou comigo em plenário – eu troquei para depois do carnaval. Liguei para o Secretário de Segurança de São Paulo, ele me atendeu de forma muito gentil...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Da Casa Civil, Sidney Beraldo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Isso. Ele me atendeu de forma muito gentil, muito diplomática, e ajustamos que seria, então, na quinta que passou. Eu tinha, então, acertado que a outra audiência que envolve inclusive governos do PT seria marcada para a outra quinta-feira. Como na quinta que passou fizemos a audiência sobre Pinheirinho, na outra quinta, que é nesta semana – estão aqui os quatro requerimentos –, nós faremos o debate sobre a questão que envolve os governos do PT.

Agradeço ao Senador Pedro Simon, que, diplomaticamente, dialogou com ambos e chegaram ao entendimento de que votaríamos nesta quinta.

Vou ler, rapidamente, os requerimentos que o Senador Suplicy...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu já tomei conhecimento deles. Acho que não é necessário lê-los, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Se V. Exª me permite, eu gostaria de registrá-los com brevidade, Sr. Presidente.

O primeiro requer...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não precisa ler a justificativa, porque senão... Só a introdução.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – O primeiro requer que o Prefeito da cidade de São José dos Campos possa encaminhar a remessa de

laudos médicos, com base nas internações, de três pessoas que...

Uma foi vítima de atropelamento decorrente... Uma pessoa que estava guiando, foi lançada uma bomba sobre o carro dela e ela, assustada, atropelou uma pessoa. Outro é o Sr. Ivo Teles, que ainda se encontra internado, vítima de espancamento, e o Sr. David Washington Furtado, que, inclusive, esteve presente, vítima de tiro de munição, que aqui prestou depoimento, para que tenhamos o laudo médico.

O segundo, que possa ser encaminhado à Presidente Dilma Rousseff, ao Governador Geral Alckmin e ao Prefeito Eduardo Cury a cópia das notas taquigráficas para que tomem conhecimento.

O terceiro requerimento trata do convite àquelas autoridades do Governo estadual e ao Prefeito e aos quatro magistrados, que, pelas razões já aventadas, não puderam comparecer, para que possam comparecer em outra oportunidade.

Eu gostaria de sugerir, Sr. Presidente, se for possível, que essa audiência – isso faríamos em comum acordo com o Senador Aloysio – seja realizada em dia em que eu possa estar presente, ou na segunda-feira da próxima semana. Eu estarei ausente nos dias 8 e 9, porque estarei fazendo uma palestra em Boston na Associação de Economistas do Leste dos Estados Unidos. Acho que no dia 8, quinta-feira. Daí ou faz na segunda ou, para que eu possa estar presente, na outra quinta, dia 15. Pode até ser combinado com os convidados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Isso. Nós combinamos.

Lidos, os requerimentos serão apreciados na próxima quinta-feira, conforme o Regimento, porque alguns tratam só de encaminhamento, não passam por deliberação nenhuma mais profunda aqui na Comissão; é só uma solicitação.

Marcaremos, baseados na agenda da Comissão, a data mais adequada em comum acordo com os dois. OK? (*Pausa.)*

Muito obrigado, Senador Aloysio Nunes, Senador Eduardo Suplicy.

Obrigado a todos que, pela TV Senado, acompanharam esse debate tão importante de um tema que envolve, eu diria, a vida de todos os brasileiros, do mais jovem ao mais idoso, que é a questão do fim do fator e o reajuste dos aposentados.

Inicia-se hoje o calendário de mobilização anunciado aqui pelas centrais sindicais e pelas confederações.

Está encerrada a audiência pública.

(Iniciada às 9 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 46 minutos.)

Ata da 5ª Reunião (Extraordinária) da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, convocada para o dia 29 de fevereiro de 2012, segunda-feira, às 9 horas, sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II, Senado Federal.

Às nove horas e oito minutos do dia vinte e nove de fevereiro de dois mil e doze, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **(Paulo Paim)**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **Ana Rita, Marta Suplicy, Paulo Paim, Wellington Dias, Eduardo Suplicy, Aníbal Diniz, Paulo Davim, Aloysio Nunes Ferreira, Cássio Cunha Lima, Cyro Miranda, Mozarildo Cavalcanti, Magno Malta, Vicentinho Alves** e os não membros **Ciro Nogueira, Clovis Fecury.** A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte **pauta,** em duas partes. **Primeira Parte**. Audiência Pública, nos termos dos Requerimentos nº 3, 4, 5 e 6, de 2012–CDH, aprovado em 06/02/2012, de autoria do Senador Paulo Paim, para prestar esclarecimentos sobre os atos da Polícia Militar na Fazenda Sálvia-DF; na Bahia; na cidade de Brasileia-AC; e no Piauí. Convidados: Rubens da Silva Pereira, Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado do Piauí; Major Rocha, Deputado Estadual do Estado do Acre; Deolindo Moura Neto, Estudante do Estado do Piauí; Alzenir Porto, Superintendente Municipal de Transportes e Trânsito de Teresina – PI. **Segunda Parte. Item 1**. **Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº , de 2012, que requer,** em função das questões apresentadas durante a Reunião desta Comissão, ocorrida em 23/2/2012, fruto do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – RDH nº 2/2012, requeremos, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para discutir o processo de reintegração de posse da Comunidade do Pinheirinho, em São José dos Campos, dando oportunidade de elucidação dos fatos às autoridades convidadas que, por diversos motivos, não puderam comparecer à primeira audiência, a fim de melhor examinar as condicionantes que envolveram todo o processo, colhendo dados nos campos jurídico, político e de direitos humanos, de modo a concluir sobre as medidas a serem adotadas para o caso, sobre a necessidade de encaminhamento das conclusões para as autoridades competentes e de correções de atitudes para situações semelhantes no futuro. Será muito importante que as autoridades dos governos estadual de São Paulo e municipal de São José dos Campos informem as medidas que estão sendo adotadas em colaboração com a disposição manifestada pelas autorida-

des do governo federal, na audiência de 23/2/2012 para resolver os problemas de moradia, perda de bens, saúde, educação e outros das famílias que foram retiradas do Pinheirinho. Da mesma forma, será muito conveniente que as autoridades do Poder Judiciário possam debater iniciativa legislativa que impeça ação de reintegração de posse de área onde haja coletividade de famílias residentes, sem que antes esteja prevista solução habitacional adequada para as mesmas. Requeremos, também, sejam enviadas para as autoridades abaixo convidadas, as Notas Taquigráficas da Audiência Pública realizada sobre o tema, de modo que possam se assenhorear das questões que estão sem respostas. Para tanto, indicamos, como convidados, Ivan Sartori, Desembargador-Presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP); Luiz Beetoven Giffoni Ferreira, juiz da 18ª Vara Cível da Comarca da Capital-São Paulo; Rodrigo Capez, juiz do TJSP, representante do Tribunal na operação de desocupação da área; Márcia Faria Mathey Loureiro, Juíza da 6ª Vara Cível de São José dos Campos; Eduardo Pedrosa Cury, Prefeito de São José dos Campos; Silvio Torres, Secretário de Habitação do Estado de São Paulo; Eloisa de Sousa Arruda, Secretária da Justiça do Estado de São Paulo; e Alvaro Batista Camilo, Comandante-Geral da Polícia Militar de São Paulo. Autoria: Senador Eduardo Suplicy. **Resultado: retirado de pauta**. **Item 2. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 15, de 2012,** que requer, em função de afirmações realizadas pelo depoente Dr. Aristeu Neto, realizadas durante a reunião desta Comissão, ocorrida em 23/2/2012, fruto do Requerimento (RDH) n. 2/2012, requeremos, nos termos do art. 102-E, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, seja solicitado ao Prefeito da Cidade de São José dos Campos a remessa dos laudos médicos, com origem das internações, das pessoas que foram vítimas da operação militar deflagrada para a reintegração de posse do Pinheirinho, notadamente das relacionadas abaixo: Senhor Antônio Dutra Santana, vítima de atropelamento; Senhor Ivo Teles dos Santos, internado na UTI do Hospital de São José dos Campos, vítima de espancamento; e Senhor David Washington Furtado, vítima de tiro de munição real. Autoria: Senador Eduardo Suplicy. **Resultado: Aprovado. Item 3. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 16, de 2012**, que requer, em função dos depoimentos durante a reunião desta Comissão, realizada em 23/2/2012, fruto do Requerimento (RDH) n. 2/2012, requeremos, nos termos do art. 102-E, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam as Notas Taquigráficas, da citada reunião, encaminhadas à Presidenta da República, Dilma Rousseff, ao Governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, e ao Prefeito do Município de São José dos Campos, Eduardo Pedrosa Cury, a fim de que tomem conhecimento das graves denúncias de violações de direitos humanos cometidas durante a reintegração de posse do Pinheirinho, que teve lugar no dia 22 de janeiro de 2012. **Resultado: Aprovado. Item 4. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 17, de 2012**, que requer, a realização de audiência pública em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais para debater a decisão do Tribunal Superior do Trabalho, permitindo que o cadastro de inadimplentes (SPC/SERASA) seja utilizado como critério para a contratação do empregado. Os convidados serão enviados posteriormente para a secretaria da Comissão. Autoria: Senador Paulo Paim. **Resultado: Aprovado. Item 5. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 18, de 2012**, que requer, a realização de audiência pública para debater o relatório da 4ª. Inspeção Nacional de Direitos Humanos: locais de internação para usuários de drogas, do Conselho Federal de Psicologia. Os convidados serão enviados posteriormente para a secretaria da Comissão. Autoria: Senador Paulo Paim. **Resultado: Aprovado. Item 6. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 19, de 2012**, que requer, a realização de audiência pública para debater a política externa brasileira de Direitos Humanos: balanço de 2011 e prioridades para 2012. Os convidados serão enviados posteriormente para a secretaria da Comissão. Autoria: Senador Paulo Paim. **Resultado: Aprovado. Item 7. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 20, de 2012,** que requer, a realização de audiência pública para debater o PLC 30/2007 que dispõe sobre o direito de agente público portar arma de fogo. Os convidados serão enviados posteriormente para a secretaria da Comissão. Sala das Comissões. Autoria: Senador Paulo Paim. **Resultado: Aprovado. Item 8. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 21, de 2012,** que requer, a realização de audiência pública para debater o enfretamento da violência contra mulher. Os convidados serão enviados posteriormente para a secretaria da Comissão. Sala das Comissões. Autoria: Senador Paulo Paim. **Resultado: Aprovado. Extrapauta. Item 1. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 22, de 2012**, que requer a realização de audiência pública para debater o Estatuto da Juventude. Os convidados serão enviados posteriormente para a secretaria da Comissão. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado**. **Item 10. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa 24-CDH, de 2012**,

que requer a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão de Direitos Humanos e Legislativa Participativa do Senado Federal, para debater sobre as possíveis causas do elevado número de suicídios de índios da etnia Karajás na Ilha do Bananal. Segue, abaixo, relação de convidados: Álvaro Manzano, Procurador da República no Estado do Tocantins; Djalma Leandro, Secretário de Justiça do Estado do Tocantins;. Antonio Alves Secretaria Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde (SESAI); Ilmo. Márcio Augusto Freitas de Meira, Presidente da Fundação Nacional do Índio (FUNAI); Dr. Marcos Terena, Professor de Cátedra Indígena Internacional; Ilmo, Iwraro Karajá, Etnia Karajá; Ribamar Xerente, Etnia Xerente. Autoria: Senador Vicentinho Alves. Resultado: **Aprovado**. **Item 11. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa 23-CDH, de 2012**, que requer a realização de audiência pública para debater os 10 anos do Estatuto da Cidade. Os convidados serão enviados posteriormente para a secretaria da Comissão. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado**. **Item 12. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa 25-CDH, de 2012**, que requer a realização de audiência pública, nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, tendo como convidado o Embaixador da República Islâmica do Irã, Senhor Mohammad Alighanezadeh, para que nos seja esclarecida a notícia tão divulgada por todos os meios de comunicação, sobre a condenação à morte de um pastor iraniano, por suas convicções religiosas. Autoria: Senador Magno Malta. Resultado: **Aprovado. Item 13. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa 26-CDH, de 2012,** que requer a realização de audiência pública, nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, tendo como convidado o Conselho Nacional de Psicologia, para elucidar fatos de cerceamento do exercício de profissionais em decorrência de suas convicções religiosas e, em especial, com relação a coação sofrida pela Psicóloga Mariza Lobo Franco Ferreira da Rocha de Curitiba, Estado do Paraná, em razão de sua profissão de fé cristã, tendo sido a mesma coagida a retirar a expressão psicóloga cristã, para continuar a exercer suas atividades devidamente registrada. Autoria: Senador Magno Malta. Resultado: **Aprovado**. **Item 14. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa 27-CDH, de 2012**, que requer a "realização de audiência pública com o movimento de Lésbicas, Gays Transexuais e Travestis, na oportunidade representado pela Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Transexuais e Travestis (ABGLT) e suas afiliadas, no dia 15 de maio de 2012, às 10h00min, auditório Petrônio Portela, para debater a proposta de substitutivo ao PLC 122 a ser entregue a esta Comissão pela Assembléia Nacional da ABGLT que será realizada em 19 de abril de 2012, na cidade de Belo Horizonte/MG, que servirá para instrução à proposição supracitada sob minha relatoria. Requeiro, ainda, que esta Comissão tome todas as providências necessárias junto aos órgãos desta Casa para a efetiva realização da audiência, que terá a presença de cerca de 300 (trezentos) convidados" Autoria: Senadora Marta Suplicy. Resultado: **Aprovado**. Fazem uso da palavra os seguintes senhores Senadores Paulo Paim, Aloysio Nunes Ferreira, Wellington Dias, Eduardo Suplicy, Magno Malta, Aníbal Diniz. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às doze horas e cinquenta e seis minutos, lavrando eu, ***Altair Gonçalves Soares***, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim,** Presidente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a coloco em votação.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Esta reunião será composta de duas partes: a primeira é audiência pública; a segunda será deliberativa, porque temos alguns requerimentos que serão votados.

Audiência pública, nos termos dos Requerimentos nº 3, 4, 5 e 6, de 2012, da CDH, aprovados em 06/2/2012, de autoria do Senador Paulo Paim e outros, para prestar esclarecimentos sobre os atos acometidos em momentos que envolveram a Polícia Militar na Fazenda Sálvia-DF; na cidade de Brasileia-AC; na Bahia; e no Piauí. Convidados: Major Rocha, Deputado Estadual do Acre; Rubens da Silva Pereira, Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado do Piauí; Deolindo Moura Neto, estudante – PI; Alzenir Porto, Superintendente Municipal de Transportes e Trânsito de Teresina – PI; e Almerinda Santos das Neves, moradora do Estado do Piauí.

A segunda parte são os requerimentos, cuja leitura faremos no momento adequado.

De imediato, antes mesmo de compor a nossa Mesa com os nossos convidados, vou fazer uma rápida introdução: primeiro, dizendo, principalmente, que algumas ocupações que houve no Brasil foram frutos de debates já nesta Comissão. Lembro que Pinheirinho não foi o primeiro caso. O primeiro caso foi no Espírito Santo. Inclusive a Senadora Ana Rita, Vice-Presidente

desta Comissão... Tanto o PSB como o PT compõem o Governo do Espírito Santo. Trouxemos essa questão para esta Comissão. Foi, inclusive, passado um vídeo aqui sobre os fatos que aconteceram naquele Estado, lamentável, no nosso entendimento. Posterior a isso, fizemos outras e, depois, surgiu a situação de Pinheirinho.

O Senador Aloysio Nunes levantou outras questões, que é o caso da Bahia, do Piauí e do Acre. Por isso, estamos fazendo a reunião no dia de hoje, de forma democrática e tranquila, avaliando toda essa situação e buscando, na verdade, muito mais soluções do que simplesmente fazer questionamentos, e que o trabalho desta Comissão, já com a presença dos Senadores aqui presentes, possa evoluir no sentido de que a gente consiga assegurar o direito à moradia, mas, ao mesmo tempo, o que a gente faz no momento em que a justiça decide pela desocupação e a polícia é chamada para executar o ato provocado pela justiça e qual é a situação, inclusive, do Governo do Estado. É claro que vamos aqui dialogar, e temos posição definida quanto a isso. A gente não admite violência em hipótese nenhuma. Entendemos que, independente da situação, deve prevalecer o bom senso, o diálogo e a construção de uma alternativa pacífica envolvendo os moradores, como também entendendo a posição daqueles que são convocados a tomar uma decisão provocada por um ato da justiça. Então, esse é o objetivo desta reunião.

Já tivemos, repito, três reuniões nesse sentido – lembro que Pinheirinho foi a terceira; também tivemos outro caso em Goiás – para que a gente possa avançar na busca da construção coletiva.

Pergunto se estão presentes aquelas pessoas que listei. Major Rocha, Deputado Estadual do Estado do Acre. *(Pausa.)* Não está presente. Rubens da Silva Pereira, Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado do Piauí. Por favor, quero convidá-lo para a Mesa e já o agradeço aqui pela presença. Muitos reclamam e, depois, não vêm.

Reclamam que a gente não dá espaço para todos. O espaço é dado. Então, meus cumprimentos aqui ao Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado do Piauí, que não se furtou a estar aqui para fazer o debate com a tranquilidade que esta Comissão vai, naturalmente, assegurar para todos. Deolindo Moura Neto. *(Pausa.)* Não está. Alzenir Porto. *(Pausa.)* Não está. Almerinda Santos das Neves.

Pelo que percebo, não está.

Então, infelizmente, os requerimentos que foram aqui encaminhados pelo nosso querido Senador Aloysio Nunes, e que acatei... Os convidados, parece-me, Senador Suplicy, não se fizeram presentes.

Vamos, então, começar nossa audiência pública, passando a palavra para o nosso convidado que está presente.

Que ele exponha seu ponto de vista. Os outros não vieram. Depois, vamos encerrar a audiência e vamos para o segundo ponto.

Por favor, Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado do Piauí, com a palavra sobre o fato em questão, que V. Exª conhece muito mais do que eu, porque, de fato, só tive um mínimo de informação.

O SR. RUBENS DA SILVA PEREIRA – Bom dia, Exmº Sr. Paulo Paim, Presidente desta Comissão; Srs. Senadores, é com muita satisfação que aqui estamos para prestar contas, assim nós entendemos, ao povo brasileiro das ações e dos procedimentos que a Polícia Militar realizou durante um período de manifestação, ainda este ano, na cidade de Teresina, Estado do Piauí.

É preciso contextualizar um pouco para que os senhores tomem conhecimento de como os fatos ocorreram e de como foi a atuação da Polícia Militar durante esses eventos.

No ano passado, tivemos, em Teresina, eventos dessa natureza, em que estudantes se insurgiram contra o aumento da passagem de ônibus na cidade de Teresina. É claro que esse movimento, ocorrido naquela época, gerou grande mobilização, inclusive convocações pelas redes sociais, como é muito natural, hoje, em relação a esses movimentos. E houve uma grande adesão. Tivemos, em Teresina, manifestações que reuniram, segundo os nossos relatórios, mais de 5 mil, 6 mil pessoas em praça pública, nas ruas, nos logradouros. E alguns fatos, infelizmente, apesar de a Polícia Militar nem naquela época e nem no evento que ocorreu este ano haver recebido, como determina a Constituição Federal, a comunicação prévia ou o aviso-prévio para que planejasse suas ações de polícia ostensiva e de garantia desse direito de manifestação ao cidadão, mesmo assim, a Polícia Militar, pelas circunstâncias claras, óbvias teve que atuar, e assim atuamos, garantindo – e este é o foco da instituição – o direito constitucional da manifestação dos cidadãos, mas também garantindo a ordem pública, a tranquilidade pública.

Fizemos vários procedimentos policiais de acordo com a normatização padrão para qualquer polícia para eventos dessa natureza. E, no ano passado, foram registrados vários atos de vandalismo. Quero crer que muitos deles causados por pessoas que provavelmente tenham se infiltrado nessas manifestações. Aproveitaram também as ocasiões para queimar ônibus em Teresina, depredar o patrimônio público.

Os procedimentos que tivemos que fazer, fizemos, e, os encaminhamos à Polícia Civil, cuja competência, como os senhores sabem, é a investigação dos fatos.

Naquela época, sobre a suspensão pelo prefeito municipal da medida que havia adotado de aumento da passagem, as manifestações foram suspensas, mas, este ano, novamente, após uns procedimentos que foram feitos pelo prefeito municipal, inclusive de nomeação de comissão para averiguar e verificar se era possível mesmo aquele aumento; foi confirmado pela comissão o aumento, e os estudantes iniciaram novamente agora, este ano, no dia 2 de janeiro, já nos primeiros dias deste ano, novas manifestações na cidade de Teresina. Novamente sem avisar ao sistema de segurança pública, ao comandante-geral ou ao secretário de segurança os locais das reuniões, onde seriam realizadas as reuniões, até também para que a Polícia Militar ou o sistema de segurança pública pudesse adotar os procedimentos para garantir aquela manifestação e o fluxo normal das vias públicas.

No centro de Teresina, nós temos uma via muito importante, no trânsito de Teresina, que é a Avenida Frei Serafim. E, quando essa via é obstruída, por via de consequência outras vias também são obstruídas. Em decorrência disso, todo o fluxo do trânsito na cidade de Teresina, principalmente no centro, fica impedido, e as pessoas ficam impedidas de ter acesso principalmente aos serviços essenciais, no centro de Teresina, que é um grande centro de saúde daquela região. Nas proximidades dessa via, na Avenida Frei Serafim, nessa via urbana, existem muitos hospitais, inclusive de atendimento de urgência e de atendimento de emergência. Como no ano anterior, durante eventos semelhantes, muitas ambulâncias foram impedidas de prestar o serviço de assistência de urgência pelos manifestantes. Então, pessoas eram impedidas de receber assistência de urgência e de emergência. Isso ficou muito patente, muito claro, inclusive foi divulgado pela imprensa local.

Então, este era o quadro que se apresentava para a Polícia Militar naquele momento: pessoas que precisavam e que queriam garantir seu direito de assistência à saúde ao comparecerem a esses hospitais; e, claro, para chegar até lá, necessitariam, como necessitam, da normalidade do fluxo do trânsito no centro de Teresina. Pessoas que precisavam, como precisam, ir para o trabalho todos os dias e voltar. Vimos muito isso. Foi muito divulgado. Muitas pessoas idosas tiveram que caminhar até seis quilômetros para poderem pegar um ônibus.

Bom, então, esse era o quadro com o qual tivemos que trabalhar, primeiro, para garantir o direito constitucional, seguro, certo à manifestação. Mas garantir também os direitos individuais de cada um de ir e vir, o direito de se locomover, o direito de locomoção.

Assim, realizamos o nosso planejamento para atuar, e não realizamos um procedimento policial de forma improvisada. Nós o realizamos porque há uma responsabilidade inclusive criminal para quem dá uma ordem, por exemplo, para a atuação de força especial, para o emprego de uma força de choque, e nós tínhamos que verificar a conveniência e a oportunidade para fazer esse emprego, porque outras pessoas que se utilizavam das vias naquele momento, no momento de crise ou da manifestação, poderiam também sofrer consequências.

Então, nós, assim, fizemos o nosso planejamento; e o fizemos com a Presidência do Secretário de Segurança Pública, na época, Dr. Raimundo Leite. Fizemos também nosso planejamento em reuniões periódicas. Todos os dias nós nos reuníamos inclusive com a presença do Ministério Público, Drª Clotildes, que foi, inclusive, convidada para esta audiência, mas não pôde estar presente por problema de saúde, mas estava presente nas nossas reuniões de planejamento, para que tivéssemos sucesso, para que – e não é este o nosso objetivo – pessoas inocentes não viessem a sofrer as consequências de uma ação policial que, naturalmente, exige o uso e o emprego da força legal, da força física.

Foram 16 dias de manifestações na Frei Serafim, iniciando sempre naquele horário de pico e de fluxo. Às 11h, eles iniciavam as reuniões – às 10h, às 9h –, numa praça de Teresina e sempre se deslocavam para a Prefeitura Municipal. Depois, da frente da Prefeitura Municipal, pegavam as vias do centro de Teresina e essa Avenida Frei Serafim.

Depois desses 16 dias de operações intensas, sempre nesses momentos, principalmente nos momentos mais graves de crise, nós utilizamos, como em qualquer procedimento, a negociação, pedindo, solicitando, tentando convencer os estudantes da necessidade de garantir aos demais cidadãos o direito de ir e vir, porque o cidadão não pode ser pego de surpresa numa via pública. Quem se utiliza de um ônibus, por exemplo, já sabe, costumeiramente, qual é o seu ponto de ônibus, o local onde vai pegar o ônibus. As pessoas idosas, todos que se utilizam do serviço coletivo sabem que já há um local certo para pegar seu ônibus para ir para casa. Então, ele não pode ser pego de surpresa. É por isso que a Constituição exige que aqueles que querem se reunir, que querem usar a praça pública para uma manifestação, primeiro, oficiem isso, previamente, à autoridade, para que nós planejemos aquela situação.

Mas o que ocorria era isto: sempre o sistema de segurança pública era pego com surpresa nas vias, e o cidadão ficava sem saber por qual local iria passar o ônibus, a sua linha de ônibus. Então, era aquele caos.

Então, assim atuamos; atuamos com a negociação previamente, fazendo a negociação, tentando convencer. Muitas vezes eles eram convencidos, alguns dos manifestantes; outros, não, mas continuaram insistentemente, durante todos esses dias, no centro de Teresina.

Tivemos que fazer alguns empregos, infelizmente, da força física, necessária para a desobstrução. E, nessa atuação, após esgotados todos os procedimentos de negociação, atuamos com a força de choque, com a companhia de choque. Não fizemos esse procedimento com arma letal. Como todos sabem, é proibido, legalmente, utilizar, no controle de distúrbio, armas letais. Fizemos com balas de borracha, depois, é claro, de empregar uma tropa desarmada, apenas com cassetete, para tentar desobstruir a via, o que não foi possível pela reação dos manifestantes.

Realizamos algumas prisões. Foram 16 prisões realizadas nesse dia, no dia mais grave dessas ocorrências, e as apreensões de quatro menores ocorreram também nesse dia. Essas pessoas foram conduzidas à Delegacia Geral da Polícia Civil. Para lá foram encaminhadas.

Esses foram os procedimentos que fizemos, da parte da Polícia Militar, mas sempre com esse parâmetro de que fizemos o emprego da força pública na altura e na medida dos acontecimentos e da reação dos manifestantes; a desobediência da ordem que foi concedida a eles, primeiro, através de uma negociação, pedindo para que eles desocupassem, para, depois, empregarmos a força física necessária.

As pessoas que nós entregamos à Polícia Civil, os registros dão conta de que – recebi e trouxe com o relatório para entregar ao Sr. Presidente – foram entregues sem lesões. É claro que em uma atuação da polícia, o emprego da força física, da força de choque, que é o disparo de bala de borracha, por exemplo, alguém pode sair ferido, alguém pode sair lesionado. Por conta disso, nós também fizemos um procedimento normal dentro da administração militar, que é instaurar um Inquérito Policial Militar para apurar os excessos que possam ter ocorrido em decorrência do emprego da força pública. Inquéritos policiais pela Polícia Civil também estão sendo realizados para a apuração. O Ministério Público do Estado do Piauí também está acompanhando e realizando procedimentos para, em caso de constatação de excesso policial, ou de algum agente policial, é claro, será responsabilizado na forma da lei. Mas acreditamos que a atuação da força policial, por tudo aquilo que nós fizemos e planejamos, ocorreu na forma que a legislação determina.

São essas as considerações. Colocamo-nos à disposição dos senhores para as perguntas, para os esclarecimentos necessários.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado do Piauí. Os outros convidados que eu havia chamado na abertura dos trabalhos já chegaram.

Convido para a Mesa o Major Rocha, Deputado Estadual do Estado do Acre. Enquanto V. Exª se desloca, quero registrar a presença dos Senadores. Já estão conosco o Senador Eduardo Suplicy, o Senador Paulo Davim, o Senador Vicentinho Alves, o Senador Aloysio Nunes, a Senadora Ana Rita e o Senador Ciro Nogueira.

Seja bem-vindo à Mesa, Major Rocha.

Convidamos Deolindo Moura Neto, estudante do Piauí – seja bem-vindo à mesa –; Alzenir Porto, Superintendente Municipal de Transportes e Trânsito de Teresina; e Almerinda Santos das Neves, moradora do Estado do Piauí, que não chegou ainda.

Vamos continuar com todos os expositores e depois vamos para o Plenário, com a participação dos nossos Senadores.

De imediato, passo a palavra ao Major Rocha, Deputado Estadual do Estado do Acre. Na sequência, Deolindo Moura Neto, estudante do Piauí.

O SR. MAJOR ROCHA – Excelentíssimo Senador Paulo Paim, Srªs e Srs. Senadores...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só gostaria de dizer que o tempo é de dez minutos, com mais cinco.

O SR. MAJOR ROCHA – Sim, senhor. Na verdade, eu havia preparado uma apresentação com vídeos, com algumas imagens que retratam uma realidade diferente daquela que os senhores talvez conheçam com relação ao Estado do Acre.

Antes de iniciar a explanação sobre a violência policial, eu gostaria de fazer algumas exposições para situar os senhores da realidade que vive o Estado do Acre hoje. Na verdade, temos dois Estados do Acre. Um é o Acre virtual, talvez o que os senhores conheçam, que é divulgado na imprensa e que tem um custo muito alto para o Estado. Por exemplo, o Estado do Acre gasta mais com mídia, com propaganda, do que com segurança pública. Esse Estado é o Acre virtual, é o Acre em que não há déficit de habitação, é o Acre em que a educação funciona. Mas quando há prova de vestibular para um curso como Medicina, por exemplo, na Universidade Federal do Acre, não conseguimos aprovar um acreano. Isso depois de 14 anos de governo do PT, que lá no Acre é a Frente Po-

pular. Então, no Acre, como eu disse, nós temos uma realidade que é vivida pelos acreanos e outra que é vendida pela imprensa.

Eu havia preparado, Senador, uma apresentação com imagens, para situarmos a parte do Acre real, não a do Acre virtual. É interessante saber por que dentro do Estado as informações que não são positivas na avaliação dos sensores do Estado do Acre, dos sensores daqueles que administram o Estado do Acre, são simplesmente excluídas. Por exemplo, episódios de violência policial não saem na mídia local. Não saem na mídia local. Existe um policiamento muito forte da mídia local com relação àquelas matérias, àqueles assuntos que não interessam aos gestores do Acre. Então, hoje, existem imagens e notícias desses fatos por meio das mídias alternativas, da Internet, das redes sociais, e de um ou outro veículo de comunicação que escapa do controle do Estado do Acre.

Mas eu queria iniciar pelo episódio que aconteceu no bairro Wilson Ribeiro. Tenho imagens para passar, mas, infelizmente, não vai ser possível, não é? No bairro Wilson Ribeiro. Aconteceu no dia 30 de março...

Nós temos como passar essas imagens? *(Pausa.)*

Que bom. Ficaria melhor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Deputado, aqui, todo mundo passa o que quiser. Os aparelhos vão passar, sem problema nenhum, como foram passados vídeos do Espírito Santo e de Pinheirinhos. Vai passar. Eu só deixo bem claro aqui que há um entendimento entre todos nós Senadores de que não gostaríamos nunca que esta audiência pública derivasse para o debate da disputa partidária, que é legítima. Nós aqui queremos discutir os fatos das ocupações. E isso eu digo para todos os convidados.

O SR. MAJOR ROCHA – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vamos trabalhar. Você vai mostrar o que quiser, vamos fazer o bom debate. Como a todos, eu só peço que você controle o tempo: dez minutos, com mais cinco. Vai tranquilo.

O SR. MAJOR ROCHA – É só porque essas informações são interessantes para compreender o que acontece no Estado do Acre, por que as notícias de violência policial, notícias que dizem respeito, por exemplo, a uma série de problemas no Estado não chegam ao conhecimento do restante do Brasil. Porque existe uma blindagem.

Vamos esperar a imagem abrir para iniciarmos.

Antes de iniciar a exibição das imagens, Senador, vou situá-los na questão do bairro Wilson Ribeiro. Na verdade, temos hoje, no Estado do Acre, salvo engano, quase 3 mil casas populares construídas nesses programas de construção de casas populares em parceria do Governo Estadual com o Governo Federal. Boa parte delas ainda não foi entregue. E o que aconteceu? No dia 30 de março de 2011, um grupo de pessoas... Aliás, antes disso, um grupo de pessoas, vendo que essas casas estavam prontas e que não haviam sido ocupadas, pessoas que não têm residência, ocupou essas casas. Isso culminou que, no dia 30 de março de 2011, após a expedição de um mandado de reintegração de posse, a Polícia Militar fosse ao local e fizesse a reintegração ao Estado daquelas propriedades. É interessante frisar que a imprensa foi informada desse episódio, mas não teve acesso ao local, Senadores. A imprensa sequer teve contato com as pessoas no momento do cumprimento da ordem de reintegração de posse. Ou seja, eles fizeram o isolamento e a imprensa ficou de fora. As notícias que nós tivemos foram divulgadas pelas pessoas após o episódio da reintegração de posse.

Parece que estamos tendo problemas aqui na...

Então, a atuação do Estado se deu longe dos olhos da imprensa. Essa, na verdade, é uma prática comum, é uma prática comum. O Estado, como eu disse, exerce um controle severo nos meios de comunicação. Severo mesmo. Há um policiamento.

No final, se possível, vou passar uma gravação com a conversa entre o dono de um jornal e um jornalista, em que o dono de jornal diz claramente como funcionam as coisas. Ele disse como funciona o controle, a manipulação das informações dentro do Estado do Acre. A informação é do dono de jornal, o Sr. Ely Assem. E do outro lado nós temos o repórter, a quem ele faz ameaças.

Senador, eu pediria que o senhor fosse generoso com o tempo, em razão das imagens.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Estamos com um pequeno problema no material que você trouxe. Para que possamos demonstrar, vou reafirmar que estamos debatendo principalmente as denúncias que chegaram da violência policial em relação aos conflitos, seja de ocupação, seja de manifestação. Eu não gostaria que descambássemos para outra área, o que não vai ajudar o debate. Não vai ajudar e vai criar entre nós um conflito. Eu queria que as imagens fossem nessa área, como no caso do Espírito Santo, repito, em que a Senadora Ana Rita trouxe o vídeo. É um Estado em que o Governador é do PSDB, para não dizer que estamos politizando, e o Vice-Governador é do PT. Nós mostramos o vídeo, com helicóptero, com cachorro, enfim, com tudo, mas no campo da ocupação e do conflito policial. Foi ou não foi, Senadora Ana Rita? Por que estou avocando o seu testemunho? Para nós não derivarmos para outros campos.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – *(Fora do microfone.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Exatamente. Vamos fazer um debate aqui sobre os fatos de agressões que aconteceram com a população, seja em manifestação, seja em ocupação. Todos terão o direito de demonstrar. A Senadora Ana Rita foi quem provocou aquele momento, e eu acho que foi positivo. Como no caso de Pinheirinhos, em que foi feito aqui um debate – eu não estava presente, mas me disseram – em alto nível. Gostaríamos de continuar na mesma linha. É uma conversa para todos os convidados.

Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pinheirinhos foi muito politizado e não foi por mim não. Foi politizado e partidarizado, mas não foi por mim não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse é um bom sinal, já que V. Exª era a parte que estava envolvida diretamente.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, eu acho que o debate deve seguir esse caminho, realmente. Se estamos discutindo aqui os excessos da polícia, deve-se se prender só a esse campo. Até porque a polícia não tem e nem deve ter cor partidária.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Continua o Major Rocha com a palavra.

O SR. MAJOR ROCHA – Senador, nós estamos tendo dificuldade com a apresentação. Vou fazer sem os vídeos, e, se possível, ao final, passamos pelo menos os vídeos. *(Pausa.)*

Apareceu? Maravilha. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Qual é o tempo do vídeo?

O SR. MAJOR ROCHA – É curto. São curtos os vídeos. São vários vídeos.

Retornando a apresentação: o que aconteceu no bairro Wilson Ribeiro, em março de 2011. Aí nós temos a imagem de um dos veículos que não têm vinculação com o Executivo.

E aí nós temos o primeiro vídeo.

(Apresentação de vídeo)

Essas casas foram construídas e estavam aguardando uma destinação do Estado. E foram ocupadas por essas pessoas.

(Apresentação de vídeo)

O SR. MAJOR ROCHA – Bom, Senadores, nós tivemos também outro episódio, que ocorreu em Brasiléia, também uma reintegração de posse onde também foi usada a força,com emprego de bala de borracha e gás de pimenta, inclusive tivemos uma pessoa que perdeu um olho, esse cidadão aí, que teve o globo ocular destruído por conta do disparo de bala de borracha.

As pessoas que estavam lá estavam em busca de habitação. Uma área de terra que foi invadida e nós temos também outro vídeo.

(Apresentação de vídeo.)

O SR. MAJOR ROCHA – Em razão do tempo, eu vou passar mais rápido. Só para frisar que os policiais do batalhão de operações especiais foram empregados contra essas pessoas que estavam invadindo uma área lá em busca de moradia e, dessa situação, essas pessoas foram alojadas em quadras de esporte e ficaram mais de um mês em locais insalubres.

Tivemos vários feridos nesse confronto e, inclusive, como eu disse, uma pessoa perdeu um olho.

E o último bem mais recente, que ocorreu no dia 6 de agosto de 2012. Para contextualizar, o Acre vive hoje um período de cheia e enfrentamos, hoje, talvez a maior enchente que aconteceu no Estado do Acre. Parte da população atingida – a água ainda não havia chegado as suas casas – teve o serviço de energia interrompido. E essas pessoas fizeram o bloqueio de uma via, pedindo à companhia elétrica o religamento até que água chegasse próximo. E aí, nós tivemos mais uma vez o emprego da tropa de choque contra pessoas que estavam lá se manifestando.

Eu vou antecipar...

(Apresentação de vídeo)

O SR. MAJOR ROCHA – Só para esclarecer que essas pessoas estavam sendo vitimadas por conta da alagação e tiveram contra elas o emprego da polícia.

Vou passar esse outro vídeo, que é mais rápido.

(*Apresentação de vídeo.*)

O SR. MAJOR ROCHA – Senador, eu teria mais dois vídeos para passar, mas na verdade eu vou aguardar para mais a frente. Esse dois vídeos...esse clima que vivemos de proximidade de uma eleição municipal tem politizado todos os assuntos. E essa manifestação por parte de setores ligados ao governo estadual tentaram transferir a organização desse movimento para a oposição. E mais ainda, depois houve um incidente em que uma pessoa morreu eletrocutada e tentou-se jogar isso também nas costas da oposição. Temos uma gravação em que uma pessoa que participou que participou da reunião com o próprio governador, em que o governador passou essa determinação para que a morte dessa pessoa fosse vinculada à oposição no Acre.

Temos outro vídeo também, como eu falei no início, em que um empresário da comunicação, o Sr. Ely Assem, que ameaça um jornalista – é um vídeo curto – e diz como funciona o esquema de manipulação das informações. E é por isso, talvez, que esses episódios

de violência policial não cheguem ao conhecimento do restante do Brasil. É um Acre virtual, que é vendido pela imprensa e outro Acre, real, o que nós vivemos. E o vídeo está aí.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Concedi a ele 20 minutos, cinco a mais do que foi dado aos outros candidatos. E vamos continuar, dando a palavra às pessoas que vieram aqui fazer depoimento sobre as ocupações e também violências de qualquer tipo que tenha havido envolvendo a Polícia Militar.

Passamos de imediato a palavra a Deolindo Moura Neto, estudante do Piauí. Você tem dez minutos, com mais cinco e com a tolerância que tive com os outros convidados.

O SR. DEOLINDO MOURA NETO – Primeiramente, quero dar um bom-dia aos Senadores, à imprensa e aos presentes na pessoa do Senador Paulo Paim, do Senador Wellington Dias e Senador Cyro Nogueira – Senadores do meu Estado. Do Piauí –, bem como aos demais convidados do nosso Estado e da nossa capital Teresina.

Quero dizer que, no ano passado, final do mês de agosto, nós tivemos uma semana de manifestações estudantis em nossa cidade, retomando um processo de um movimento do qual faço parte desde o ensino fundamental, na minha unidade escolar de bairro, depois no Liceu Piauiense e depois na Universidade. Há mais de dez anos, a gente luta por um transporte coletivo de qualidade, assim como acontece em todo o Brasil. Tenho certeza de que em todas as capitais dos Estados dos Srs. Senadores, acontece essa luta do movimento estudantil, que sempre esteve à frente da vanguarda do movimento popular e social em questões importantes como a questão do transporte coletivo.

No fim do mês de agosto, início de setembro, com as manifestações que levaram mais de 50 mil estudantes para as ruas – algo inédito na nossa capital –, nós conseguimos, pela primeira vez na história, reduzir o valor da tarifa naquela capital. Foram manifestações pacíficas – claro que o movimento amplo e popular sempre tem a participação de toda a sociedade e, sendo assim, de pessoas com as mais diversas intenções.

No final do ano passado e início deste ano, foi celebrado um acordo no qual a Prefeitura Municipal de Teresina ficaria responsável pela implementação de um transporte, de uma integração. Vale ressaltar aqui: Teresina, até então, era a única capital do País que não tinha integração das linhas de ônibus. Tenho certeza de que em todas as capitais dos Srs. Senadores e presentes aqui existe integração das linhas de ônibus. Nós éramos a única capital.

Só que a integração que a Prefeitura Municipal de Teresina tentou implementar – tentou, como a gente costuma dizer no popular, empurrar goela abaixo dos estudantes da nossa capital – foi uma integração que, na verdade, era uma desintegração; uma integração à qual a gente chamava de integração de mentira, que não existe. Por quê? Porque eu acho que nós seríamos uma das únicas capitais do País onde a integração das linhas de ônibus tinha um limite de ônibus para o estudante poder fazer essa integração; ou seja: eu sou morador da periferia de Teresina, sou morador do Promorar. Do meu bairro até a universidade, todos os dias, eu pego dois ônibus – pegava porque estamos de férias – e, na ida até a universidade, na integração proposta pela prefeitura municipal inicialmente, nós não teríamos condições de pegar um ônibus até a universidade.

Os bairros que faziam integração com o meu bairro seriam outros três ônibus que nada tinham a ver com a universidade ou com qualquer outro bairro; bairros que não beneficiam a nossa comunidade – Jardim Europa, Vale do Gavião e Renascença, outros três bairros de periferia em Teresina. Ou seja, era uma integração que não beneficiava ninguém, já que também a integração tinha o tempo de uma hora... Quer dizer, do meu bairro até o centro da cidade, a gente leva mais ou menos isso de percurso, fora a espera pelo ônibus e para pegar outro.Assim, também, como era uma integração na qual a população teria de pagar uma segunda passagem. Ou seja, a Prefeitura Municipal de Teresina de alguma forma implementou um sistema de integração, alegando essa integração.

O que ocorre é que iniciamos uma série de manifestações a partir do primeiro dia dessa integração, movimentações, diga-se de passagem, feitas durante o período de férias, mas que aglutinavam grande número de estudantes; aglutinavam grande número de populares, já que é algo que mexe com toda a sociedade a questão do transporte público coletivo em todas as capitais do País. E, durante as manifestações, acho que houve vários excessos. O motivo da manifestação era o mesmo nas duas. Nós tivemos, no segundo dia de manifestação, a primeira surpresa. Estávamos fazendo o percurso no passeio da principal avenida da capital, na Frei Serafim, e fomos surpreendidos por policiais militares que, naquele primeiro momento, não sei se sob o comando do comandante da Polícia Militar aqui presente, mas que não teve compreensão de qualquer tipo de negociação com o movimento estudantil. Inclusive, infelizmente não tenho aqui *notebook*, mas se puderem, se os Senadores depois quiserem fazer um estudo sobre o fato, principalmente os Senadores

pelo Piauí, podem pegar as imagens que estão expostas na imprensa, inclusive na imprensa nacional.

No primeiro dia, já tivemos quatro prisões, e foram soltos imediatamente por conta da Coronel Júlia e da imprensa que estava no local e disse que não poderia prender os estudantes por estarem fazendo manifestação. De forma que foi preso... um companheiro...

Estou dizendo que essas manifestações do DCE da Universidade Federal do Piauí, o companheiro Enzo Samuel, advogado que tentou também a negociação, levou uma cacetada na cabeça, abriu um corte e levou quatro pontos. Queria até saudar os bravos companheiros do Piauí que estiveram nessas manifestações, assim como outros companheiros também que foram alvejados naquele momento brutalmente pela Polícia Militar. Inclusive eu também fui detido nesse primeiro dia de manifestação, e aí, Senador Paulo Paim, pasme, porque cenas como aquelas nós não vimos nem durante o regime militar., onde estudantes desarmados...

Eu, por exemplo com as mãos para cima, com as mãos para cima, só não fui espancado sozinho, porque outros companheiros estavam filmando no momento em que a Polícia me abordou, e o policial militar tirou o cassetete – tenho isso gravado e está no You Tube – e o *spray* de pimenta, e vinha ao meu encontro com o cassetete. E eu, com as mãos para cima, disse: "Rapaz, eu estou desarmado e não estou oferecendo nenhuma resistência. Como você vai me bater?" Quando ele tirou o gás de pimenta do colete, eu mostrei que os caras estavam gravando lá. "Presta bem atenção que essas cenas vão passar no Brasil inteiro". Aí, ele recolheu o instrumento, mas, mesmo assim, mesmo sem eu oferecer qualquer tipo de resistência, eles nos algemaram nesse segundo dia e nos soltaram graças à Coronel Júlia que disse que não fazia sentido prender estudantes por estarem fazendo manifestação. Outros companheiros levaram paulada no olho, como é o caso do companheiro Alex, que estava comigo na viatura, e outros mais.

No quinto dia de manifestações, tivemos novamente... Estou relatando aqui só os momentos em que foram mais brutais as cenas. No quinto dia de manifestação, tivemos seis pessoas presas, entre elas, pasmem, um menor, que foi para a delegacia. E, quando chegamos à delegacia para soltá-lo, ele estava algemado na delegacia com outros companheiros. O delegado do momento, que era o Delegado Pestana, soltou todos os que estavam lá presos, porque eram filhos de engenheiros, de advogados, estudantes universitários, e esse porque era filho de um camelô, de um informal, iria ficar detido; ia descer para a Casa do Menor. Aí conseguimos, pelo advogado da Umes, Dr. Daniel, que ele fosse solto através de um pedido da juíza da infância e da juventude do nosso Estado. Nós chegamos em cima da hora, quando ele já estava saindo para ser levado até o Casa pelos policiais civis.

O sétimo dia, que foi o dia mais perturbador da história da minha vida – posso dizer isso com toda a certeza do mundo – foi o dia em que ficou marcada a história do movimento estudantil neste País, desde o regime militar. Tenho certeza de que vocês que acompanharam e requisitaram, os Senadores que viram as cenas no Jornal Nacional e na imprensa em geral... Aquilo que o companheiro do Acre colocou aqui foi fichinha perto do que aconteceu no nosso Estado, onde, após uma manifestação, alguns estudantes, no sétimo dia de manifestação – sete dias resistindo, diga-se de passagem, nas ruas de uma cidade, manhã, tarde e noite, manifestações todos os dias. Bravos guerreiros do movimento estudantil, devo colocar assim, resistindo em manifestações...

(Falha na gravação.)

Já tinham encerrado a manifestação, alguns continuaram na Frei Serafim e foram surpreendidos por um batalhão. Eram, em média, 200 estudantes que foram se acumulando porque não tinham para onde sair. Na principal avenida da nossa cidade, eles não tinham para onde sair, porque, de um lado, estava um batalhão com mais de 400 policiais militares.

Se quiserem ver as cenas, é só acessar o You Tube que lá tem milhares de cena, contra o aumento de Teresina, acessadas por milhares de pessoas do Brasil inteiro.

Estavam parados, 400 policiais à sua frente e mais uma centena de policiais nas suas costas, sem poderem sair nem para frente, nem para trás, para pegar um ônibus. Quando chega um comandante... E tiveram uma única atitude: sentar na avenida e ficar parados, esperando que alguém viesse resolver o problema.

O comandante da operação do Rone (Rondas Ostensivas de Natureza Especial), inclusive está nas imagens, e aí me refiro ao comandante da Polícia Militar, Coronel Rubens, que o comandante do Rone daquele momento – não me recordo do nome dele – chegou dizendo que tinha lá uma ordem que, segundo a imprensa, partiu da Promotora Clotildes, de retirada de todos os estudantes dali.

Ora, como os estudantes iriam se retirar dali, depois de todos os dias de manifestação, com a Polícia em sua frente, em suas costas, prendendo até menores? Como eles iam se retirar da avenida? Pergunto. Como os estudantes iam se retirar da avenida com o comandante do Rone, que foi o grupo que mais eficazmente bateu nos estudantes durante essas manifestações?. Como eles iam sair dali com a palavra do

comandante do Rone, sem nenhum papel, diga-se de passagem? Porque a ideia de uma ordem de dispersão, até onde eu sei, quando ela parte da Justiça... – inclusive está aqui o meu ex-professor do curso de Direito, Professor Mário Andretti. Até onde eu sei, acho que, naquele momento, ele deveria mostrar algum papel, alguma coisa do tipo.

E ele contou no relógio: "Eu vou dar cinco minutos". Não se passaram nem quatro minutos, e um batalhão de policiais, entre 100 e 150 policiais, fizeram um cordão de isolamento e saíram pisoteando cerca de 30 a 40 estudantes que estavam ali naquele momento, assim como o fizeram em outros dias de manifestação, como foi no dia do quarto dia de manifestação. Um contingente de, no máximo, 15 estudantes estavam no chão, e os caras jogaram gás de pimenta, gás de efeito moral em cima de um grupo de 30 estudantes que estavam no chão. Essas imagens estão no You Tube para o Brasil inteiro. Não estou falando nada que não possa ser provado, nada que não esteja público para o Brasil inteiro, não.

Então, nesse sétimo dia de manifestação – acho que o Coronel Rubens está um pouco desinformado –, foram levados 17 estudantes e populares, diga-se de passagem. Alguns populares não estavam nem na manifestação. Estavam passando, olhando, como tem o caso, por exemplo, de um trabalhador de uma panificadora que, quando os estudantes saíram de lá, correram para a panificadora, um policial militar que entrou nessa panificadora quis tomar uma câmera fotográfica de um repórter da imprensa, e esse funcionário da empresa disse que ele não podia fazer aquilo com um cliente da empresa. Aí, esse funcionário também foi detido, assim como várias pessoas. Foram tomadas câmeras fotográficas, telefones celulares. Existem dezenas de BOs nas delegacias de Teresina sobre esse fato.

O fato é que esses estudantes foram levados até a delegacia, alguns deles foram soltos, outros, não sei por que motivo, foram enquadrados, todos tipificados nos mesmos crimes – cinco crimes e, depois, retrocederam para três; foram tipificados, no total, oito estudantes e populares, alguns deles, como falei antes, que só passavam pelo local onde estava acontecendo... Nisso, devo colocar para vocês: tinha cavalaria.

A Polícia Militar, Coronel Rubens, não tinha um policial militar identificado naquele momento. As imagens do You Tube, como estou falando, provam tudo. Não tinha um policial militar, ou seja, todos os boletins de ocorrência, tudo o que os estudantes registraram naquele momento lá não tem como se provar nada contra nenhum policial militar, porque todos os dias na imprensa. Quando a Polícia Militar ia à imprensa, falava dos estudantes que estavam sem se identificar, mas os policiais militarem também estavam sem se identificar nas manifestações, porque usavam coletes e capacetes, em sua maioria os mais bárbaros do Rone. Quero colocar bem aqui que esses estudantes foram levados, esses sete ficaram lá, naquele momento, e não tinha um juiz de plantão no juizado de Teresina, no Piauí. Lá, nós tínhamos na delegacia, 13 advogados do Movimento Social, da OAB, que foram barbaramente dispensados pelos delegados que estavam de plantão naquele momento.

Naquele dia, no sétimo dia de manifestação, na terça-feira – inclusive, eu ia da Novena de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro até o local da manifestação –, os companheiros, oitos estudantes, foram levados para a penitenciária. O que a gente escuta no nosso Estado, na nossa cidade e no nosso País – os senhores, tenho certeza, sabem muito bem disso – é que, numa penitenciária, muitas vezes, não há espaço, não há local para abrigar um traficante, um assassino ou alguém que roubou e estuprou. Mas lá estavam reservadas oito vagas para oito estudantes, manifestantes e populares que ali passavam naquele momento. Eles saíram da delegacia algemados nas mãos e nos pés.

Oito famílias e um Estado inteiro estão comovidos com o fato de que foi cobrada uma fiança que não se dá nem a traficante de drogas: R$6 mil por estudante. Depois, essa fiança foi reduzida para R$2 mil, quando fizemos uma mobilização nacional. Inclusive, alguns Deputados ajudaram. Um Deputado do Rio de Janeiro ajudou a liberar esses estudantes. O pessoal da Umes, da LVJ e das entidades estudantis contribuiu com R$400,00 ou com R$200,00 e conseguiu liberar os estudantes que foram presos na penitenciária. E, pasmem, eles ficaram lá por dois dias ainda, até que o Judiciário tivesse a sensibilidade de expedir o alvará de soltura desses companheiros, que, ainda hoje, respondem a um processo por se manifestarem na cidade de Teresina.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Deolindo, já lhe dei 20 minutos. Foi o tempo que concedi ao Major Rocha.

O SR. DEOLINDO MOURA NETO – Eu queria dispor de somente mais cinco minutos, para que eu pudesse finalizar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Se o senhor puder concluir, isso ajudará.

O SR. DEOLINDO MOURA NETO – Tudo bem!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Todos têm prazo. Depois, o debate vai continuar.

O SR. DEOLINDO MOURA NETO – Tudo bem! Eu gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O senhor teria mais dois minutos para concluir.

Depois, os Senadores falarão, e o senhores poderão se posicionar novamente.

O SR. DEOLINDO MOURA NETO – Eu gostaria de colocar a culpa, durante esses três dias de manifestação, não na Polícia Militar. Tenho um irmão que é soldado da Polícia Militar e tenho certeza absoluta de que um soldado da Polícia Militar, um praça ou um sargento não faria tudo aquilo se não houvesse uma ordem superior.

Por isso, peço, desde já, ao Senado Federal que continue suas investigações. Poderia ser adotado um mecanismo como uma CPI para investigar esse caso. As autoridades do meu Estado, as autoridades do Ministério Público Federal e Estadual, as autoridades do País poderiam apurar esses fatos, porque isso nunca foi visto na história, nem na época do regime militar.

Um companheiro nosso ficou cego durante as manifestações. Ele, inclusive, foi chamado a vir aqui, mas não pôde vir, porque não havia uma entidade que comprasse sua passagem, como ocorreu no nosso caso. Ele ficou cego por conta de um estilhaço de bomba de efeito moral durante as manifestações. Eu queria que alguém apurasse esse fato. É algo muito grave, que, infelizmente, as autoridades do nosso Estado não tiveram a competência até agora para apurar.

Então, isso, com certeza, partiu de ordens superiores. Não há como isso ter vindo dos praças que estavam ali naquele momento. Então, peço novamente que apurem o fato.

Também peço a esta Casa, que teve a coragem de puxar esta audiência, esta acareação, que apure a questão dos transportes públicos coletivos no País. O segundo culpado por tudo isso – e vai me desculpar o Professor Mário Andretti – foi, com certeza, a Prefeitura Municipal de Teresina, na pessoa de quem...

O SR. MAJOR ROCHA – Eu queria que o senhor atuasse da mesma forma que o senhor atua na questão do Acre, não é?

O SR. DEOLINDO MOURA NETO – Com certeza.

Já estou concluindo, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Deixe-me somente concluir aqui...Deixe-me encaminhar rápido...

O SR. DEOLINDO MOURA NETO – Nesses treze dias, só queríamos uma coisa...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Peço-lhe somente um minuto! Ainda estou presidindo a reunião. Como estou presidindo, tenho de passar a palavra para mim.

O SR. DEOLINDO MOURA NETO – Tudo bem! Estou concluindo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Estou com a palavra agora. Depois, eu a retorno ao senhor.

O Senador Cyro levanta suas preocupações no sentido de que a gente não descambe para o debate político-partidário, porque isso não ajuda.

O SR. DEOLINDO MOURA NETO – De maneira alguma, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu já lhe dei 22 minutos. Foi ultrapassado o tempo que foi concedido ao Major Rocha, que é Deputado Estadual.

O SR. DEOLINDO MOURA NETO – Está certo, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só peço que o senhor conclua, porque, inclusive, alguns Senadores têm de sair e querem participar do debate. Então, eu pediria que o senhor concluísse neste último minuto que eu lhe dou, para que pudéssemos partir para os encaminhamentos e para o debate com os Senadores.

O SR. DEOLINDO MOURA NETO – Tudo bem, Senador.

Para concluir, quero dizer o seguinte: por que eu coloco isso, Senador Cyro? Porque passamos treze dias nessa luta. Foram treze dias, e a Prefeitura poderia nos ter chamado muito antes, assim como nos chamou. Fomos ali prontamente, o movimento estudantil. Conseguimos garantir a questão da integração de verdade nessa negociação. E acho que a Prefeitura Municipal poderia ter feito isso antecipadamente, antes de tudo isso acontecer.

Para concluir mesmo, eu gostaria de fazer um pedido a este Senado, ao Senador Cyro, ao Senador Wellington, aos Senadores aqui presentes de todo o Brasil. Nada há mais desumano neste País do que o fato de haver uma mãe que consegue fazer com que três filhos sejam aprovados numa universidade e que tem de optar por um desses três filhos para ir para a universidade, pelo fato de ela não ter condições de pagar uma passagem de ônibus. As passagens de ônibus em todo o Brasil são muito caras. Essa é uma condição desumana. Quando ela faz essa opção, o Brasil também perde, Senador. O Brasil perde, porque, por dois anos, nenhum estudante que saiu de escola pública chegou aos bancos de uma universidade. Nada há mais desumano do que essa situação familiar que acontece no transporte público coletivo do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Deolindo!

O SR. DEOLINDO MOURA NETO – Então, Senador, eu queria pedir essa sensibilidade de os Senadores

fiscalizarem um pouco mais a questão do transporte público coletivo em todo o País.

Também quero agradecer a ousadia à imprensa, que, em nível nacional, expôs as cenas que aconteceram, para que o Brasil e o mundo inteiro pudessem ver como os estudantes, no País, que lutam pelo transporte público coletivo estão sendo tratados.

Agradeço aos bravos companheiros que lutaram conosco nas manifestações em Teresina, aos companheiros do Brasil inteiro que nos apoiaram e aos Senadores, pela ousadia de nos terem dado este espaço para falarmos a verdade sobre o sistema de transporte público coletivo e sobre a forma brutal com que a Polícia nos tratou durante aquelas manifestações.

Ressalto: aquilo não foi um confronto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Deolindo...

O SR. DEOLINDO MOURA NETO – Um confronto, até onde eu sei, ocorre quando dois lados têm a mesma força de proporção. Aquilo foi um massacre.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Deolindo, estou entendendo que o senhor foi e voltou. Fez uma bela exposição.

O SR. DEOLINDO MOURA NETO – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Se o senhor concluir agora, será bom para o senhor e para nós, inclusive para o senhor não repetir a sua fala, que foi muito precisa.

Esse foi o Deolindo Moura Neto, estudante do Piauí, que, aqui, faz seu depoimento, expondo suas preocupações relativas ao transporte coletivo e também à violência, segundo o relato dele, que houve nesse movimento dos estudantes.

Agora, vamos passar a palavra ao nosso último convidado, a Superintendente Municipal de Transportes e Trânsito de Teresina no Piauí, a Srª Alzenir Porto.

A SRª ALZENIR PORTO – Bom dia, Senador Paulo Paim e demais Senadores!

Eu gostaria de fazer uma exposição, primeiro falando sobre o que motivou esse movimento.

Sabe-se que, anualmente, existe aumento ou correção na tarifa de ônibus. Fala-se em transporte público, e sempre questiono onde entra o público em termos de valores dessa tarifa. Hoje, a tarifa é 100% cobrada do usuário. Hoje, os impostos, tudo que é decorrente do custo de uma planilha está dentro dessa planilha. Então, todos os anos, acontece o reajuste, que é necessário. É bom que a gente lembre que as empresas também visam ao lucro, também têm compromissos, também têm de pagar seus funcionários. Então, é necessário que o Município, por meio do gestor – que, no nosso caso, é a Strans –, faça a correção dessa planilha.

A correção que havia de 1,75%, feita em 2010, passou para 1,90%. Em 2011, chegamos até setembro sem que fizéssemos essa correção. Até anotei alguns pontos, para que eu não viesse a esquecer. Em junho de 2011, o Prefeito de Teresina, inclusive, nomeou uma comissão, porque, naquele momento, as pessoas questionavam a planilha de custo, questionavam o sistema que se usa em Teresina, como se usa no Brasil inteiro. Disseram: "Já acabou, já passou". Mas nada o substituiu.

Então, o que se faz? Buscam-se os custos, faz-se uma planilha sobre esses custos, o que é totalmente público. Isso vai para a Câmara, está sempre à disposição, e lá são mensurados todos os valores. Todo insumo que é utilizado, como aumento de pneus e aumento de carros, tudo que é colocado a gente vai mensurando nessa planilha.

Mesmo assim, como havia na época o questionamento de que essa planilha era uma, como diziam lá, caixa-preta que precisava ser aberta, o Prefeito, Dr. Elmano Férrer, mandou que se abrisse essa planilha, para que ela se tornasse pública, e que ali houvesse uma comissão que pudesse estudar essa planilha, que pudesse passá-la para a população de Teresina de forma bem mais clara, bem mais objetiva, para que a população viesse a entendê-la. Criou-se uma comissão com sete membros. Inclusive, fomos auxiliados pela Empresa de Transporte Urbano de Fortaleza (Etufor). Uma doutora em transporte público, a Drª Kalina, esteve conosco, trabalhando com essa planilha. Questionou-se, então, que essas sete pessoas eram insuficientes, que eram sete instituições. Aí se pediu que se criasse uma comissão com dezessete pessoas. Mesmo assim, o Prefeito Elmano Férrer disse: "Então, vamos trabalhar com as dezessete pessoas, que, mais à frente, vou mostrar quais eram as instituições".

Desse modo, com esse reajuste da planilha que houve em 2011, como isso se deu em setembro e se arrastou pelos meses de outubro, novembro e dezembro, ficou para os dois anos, correspondendo a menos de 6% de reajuste por ano, haja vista que só haverá novo reajuste em 2013, em função de se ter chegado até o final do ano de 2011 sem que tivéssemos corrigido essa planilha, o que foi feito somente em janeiro.

Em virtude da questão do aumento da passagem, ou seja, da correção da tarifa, foram deflagradas várias manifestações na cidade, orquestradas por estudantes, que as iniciavam no período da manhã, com concentração em frente à sede da Prefeitura. É bom que se diga que, nesse momento, eles não estavam com pauta. Essa pauta foi apresentada para a gente no décimo dia do último movimento, e também vou falar, um pouquinho mais à frente, sobre isso. Mas,

normalmente, eram jogados na Prefeitura ovos e frutas estragadas. Ficava difícil até de nós entendermos quem estava naquela manifestação. Nem sempre eram os estudantes que ali estavam. Bandeiras partidárias eram levantadas, é bom que se diga isso.

O deslocamento dos estudantes era feito pelas ruas do Centro, culminando na Avenida Frei Serafim. Por que isso se dava na Frei Serafim? Porque, quando se fecha a Frei Serafim, mata-se a cidade. Havia as pessoas que iam para o trabalho, pessoas que nada tinham a ver com aquela reivindicação e que queriam também que seu direito fosse assegurado. Poderia haver as duas coisas, as pessoas poderiam ser respeitadas. O deslocamento dessas pessoas ficava totalmente cerceado. Inclusive, houve agressões.

O Deolindo falou que há vídeos. É bom que vejamos não somente os vídeos que ele citou aqui, mas também os vídeos com as pessoas com seus rostos cobertos pelas camisas e com mochilas pesadas, cheias de pedras; com carros pichados com os dizeres "R$2,10 é um assalto", e eram carros de pessoas que nada tinham a ver com a manifestação. Carros eram chutados com pessoas idosas dentro, como chegamos a ver, uma vez que, na Strans, há um monitoramento por 24 horas, ou melhor, não chega a ser por 24 horas, porque vai somente até as 12 horas. Mas fazemos o monitoramento completo de toda a Frei Serafim. E tivemos o desprazer de ver um senhor já idoso tentando passar pela barreira, sem conseguir, e, no momento em que ele foi mais audacioso e tentou passar, deram um chute imenso na porta do carro dele. E ali eram pessoas de rostos cobertos, que não sabíamos quem eram.

Com o fechamento dessas vias nos horários de pico, lá permaneciam até as 18 horas ou 19 horas, impedindo a circulação de tráfego, causando transtorno à população. Com o início da manifestação, o prefeito criou essa comissão maior para estudar a planilha. Após o quarto dia de manifestação, o secretário de governo municipal de Teresina recebeu a comissão formada por representantes de entidades estudantis quando eles nos apresentaram uma única alternativa segundo a qual, para que não houvesse as manifestações, principalmente com a violência que estava existindo, teríamos que voltar atrás num ato do prefeito, que seria o reajuste de R$1,90 para R$2,10. A partir daquele momento, foi a única opção que nós tivemos. A referida comissão teve composição formada – e vou passar quem foram as pessoas que estiveram nessa comissão, fazendo análise dessa planilha – pela Secretaria de Governo, a Câmara Municipal, Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, Secretaria de Finanças, Superintendência Municipal de Transporte de Trânsito, Universidade Federal do Piauí, Instituto Federal de Tecnologia, representante da associação de usuários de transporte coletivo, representante do Ministério Público do Estado do Piauí, representante do diretório central dos estudantes, representante do Fórum Estadual de Transporte Público, representante do Sindicato das Empresas de Transporte.

Isso tudo porque, no momento em que a manifestação se tornou violenta, o prefeito viu-se na obrigação e necessidade de proteger a população, e ele voltou atrás num ato dele, pelo que até hoje se diz que ele teria cedido, que ele teria tomado uma posição em que parecia ser ele fraco. Na realidade, não o foi. Ele simplesmente viu e ouviu ser dito que Teresina se transformaria num rio de sangue caso não fosse reduzido o valor da passagem. Então, ele se viu na obrigação de fazer uma suspensão do efeito desse decreto.

Com a suspensão do efeito jurídico do decreto, o valor da tarifa de ônibus retornou para R$1,90, tendo sido paralisadas as manifestações. Com o final dos trabalhos da comissão de auditoria, que demoraram... Diga-se de passagem, o decreto que estabeleceu que nós iríamos fazer essa auditoria com todas essas entidades que citei definiu que seria por 30 dias, podendo ser prorrogada por mais 30 dias, e lá estiveram, trabalhando, diariamente eles se reuniam, sempre com a presença da Drª Calina, doutora em transporte público, da Etufor, de Fortaleza.

Então, com o final dos trabalhos da comissão, foi apresentado ao prefeito um relatório, do qual trouxe uma cópia, que vou deixar aqui, que conclui que o valor da tarifa deveria ser R$2,10, já em outubro. O valor estava corretíssimo, não tinha mais nada, não tinha calibragem a ser feita naquela planilha, porque ela estava totalmente calibrada, basta que compararemos esses valores com os de outras capitais. Aí se diz: Teresina é uma cidade pequena. Não, não é. Tem uma periferia distante; cada dia que passa, as pessoas menos favorecidas são empurradas para mais longe e mais longe, e isso onera o transporte público, haja vista que não podemos simplesmente esquecer quem está no final da fila, no caso as pessoas mais distantes.

Porém, o prefeito de Teresina só concedeu esse reajuste a partir de janeiro, exigindo que nós tivéssemos a integração. Como integrar uma capital que está sem recursos? Nós não tínhamos nenhum valor para essa integração, apesar de se falar nisso anos e anos e se vender essa proposta de integração. O que o prefeito fez? Reuniu seu secretariado, do qual faço parte, como superintendente da Strans, e disse: "Vamos buscar uma solução". Eu disse: "Prefeito, a gente substitui dinheiro por ideias; vamos buscar ideias". E conseguimos a temporal, que hoje é o que mais se quer. Hoje, não se quer mais terminais imensos, grandiosos, caros,

onde há concentração, dentro dos quais acontecem pequenos furtos e delitos contra a vida. Então, criou-se o terminal virtual, graças ao sistema eletrônico que temos hoje, no qual durante todo esse tempo a gente investiu. Esse transporte que realmente necessita de investimentos de todas as escalas de governo.

Estivemos lá, buscando essa questão dos cartões eletrônicos, da bilhetagem eletrônica. Por que não fazer uma integração quando temos os terminais virtuais, podemos trabalhar com temporal, o cartão eletrônico passa a fazer esse controle e a gente vai ter aí uma grande integração. O prefeito abraçou a ideia, investiu fortemente, foi o maestro de tudo isso quando disse: "Vamos!" Diga-se de passagem, ele estava correndo risco, porque, de repente, estávamos lá dizendo para ele que iria dar certo. E se não desse? Tudo fizeram para não dar certo realmente, tudo fizeram. No momento em que se disse que iria ter integração, ninguém quis deixar que ela funcionasse. Foi no dia 2, nós trabalhamos, não tivemos Natal, a nossa equipe toda. Não tivemos Ano Novo, não tivemos nada, trabalhando dia e noite, com uma equipe diminuta, mas de muita responsabilidade. E lá estávamos nós, com zero valor, zero verba, sem nada, só com a cara e a coragem, com a integração posta, e que está funcionando muito bem, diga-se de passagem.

Então, criou-se todo um cronograma; em tal período, acabaremos... Porque funcionava da seguinte forma: a pessoa teria o primeiro deslocamento pagando uma passagem inteira, de R$2,10; o segundo trecho seria R$1,05, porque também não podíamos, sem ter uma fonte que viesse a substituir, retirar do sistema de transporte esse segundo valor, colocando em risco não termos mais transporte e vir a falir esse sistema. Então, nós tiramos, deixando que seria até abril. Quando nos reunimos com os estudantes, tivemos que vir para fevereiro – o que foi agora, no dia 19. Então, lá seria: o estudante pagaria meia passagem e, no segundo trecho, pagaria a metade da meia.

É importante lembrar que Teresina tem 16% de gratuidade, o que eu digo é um sistema perverso; dá-se uma gratuidade para que um pobre venha a pagar, porque quem é que paga? É quem anda de ônibus. Como vou dar uma gratuidade e não tenho uma fonte de custeio. Não consultei a pessoa que vai pagar, porque é usuário de ônibus; é ele quem vai pagar. Então, o que o Dr. Elmano fez foi uma desoneração fiscal no ISS. Ele trouxe para si toda a responsabilidade para que pudéssemos retirar a segunda passagem, o que tivemos de fazer de imediato no momento de ceder nessa questão.

Com o passar dos dias, as manifestações estavam se tornando violentas, porque, no momento em que falamos sobre a integração, que nós colocamos para funcionar e que estava tudo que era solicitado, veio o movimento indignado com uma falsa integração, como diziam, e até faziam uma exposição da figura da gestora. Colocaram-me lá com uma falsa barriga de grávida, a falsa integração, quer dizer, sem nenhum respeito pelas pessoas que estavam buscando. Com isso, começaram a manifestação violenta, em que as pessoas iam para a rua, a polícia ficou acompanhando durante vários dias. Amanhecíamos o dia apreensivos, pensando: Meu Deus, e hoje como vai ser? Dava pena ver aquela multidão de pessoas idosas, crianças, caminhando rumo às suas casas. Diga-se de passagem, temos áreas em que andamos praticamente 15 quilômetros para chegar; às vezes, 20, e essas pessoas estavam lá, caminhando, arrastando seus filhos, que iam buscar muitas vezes em creches, ou pessoas idosas caminhando. Eu olhava e ficava desesperada, porque eu não tinha como ajudar essas pessoas. Ficávamos tentando tirar os ônibus, de um lado para o outro, o que era quase impossível, porque nesses vídeos vamos ver vários ônibus queimados, pessoas de caras cobertas jogando álcool, outras ateando fogo e saqueando as gavetas que continham dinheiro. Saiu inclusive em rede nacional, e aquilo nos envergonhou, porque a gente pensou: por que estamos brigando? Estamos brigando porque vamos ter um benefício. É importante lembrar que não sabíamos nem com quem conversar, não sabíamos quem era a liderança, haja vista a quantidade de movimentos ali infiltrados, bandeiras partidárias levantadas, pessoas que estavam vindo do campo, que estavam sendo chamadas; ônibus e ônibus de pessoas que chegavam a nossa capital, que estavam sendo chamadas para engrossar a questão do manifesto. Quebraram vários dos nossos abrigos, para os quais tivemos de pedir doação para construir, uma vez que não tínhamos verba para isso. Eu ficava desesperada ao ver aqueles abrigos que nos custaram tão caro sendo destruídos, queimados, pisoteados, pichados. Podemos ainda hoje ver nas avenidas os monumentos, que estão todos riscados; árvores de Natal de 12 metros que tinham sido feitas foram derrubadas. Presidente, temos essas imagens, de cada minuto (...)

Nós acompanhávamos isso, desesperados. Inclusive, no momento de derrubar essa árvore, eles começaram a soltá-la, e eu via que ia cair em cima da rede elétrica. Ficávamos desesperados ao telefone, dizendo: "Corra lá, vai cair em cima da rede elétrica, pode matar alguém... Vamos verificar, vamos fazer". Eles pegavam pedras imensas e jogavam nos vidros, obrigando as pessoas a descerem dos ônibus. Eu sempre disse na imprensa que não sou contra o movimento. Eu, como

advogada, mais do que ninguém, admito e sei que a Constituição nos dá essa garantia, mas de forma respeitosa. Dizem que o Município não os ouviu. Como nós íamos ouvir se só fomos convocados no 10º dia? Até então, as visitas que tínhamos na prefeitura, ninguém teria coragem de colocar a cara lá fora, porque levava ovo no rosto ou na cabeça. E ficavam jogando coisas em cima da prefeitura. No 10º dia, eles solicitaram e, quando o fizeram, analisamos todas as propostas, nas quais eles nos pediam integração temporal em duas horas, apesar de ninguém nunca ter deixado de integrar, porque nós dissemos que era uma hora. Mas, na realidade, nós tínhamos parametrizado em uma hora e meia, exatamente para não ter o risco de ninguém ficar sem integrar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Doutora, se a senhora pude concluir...

A SRª ALZENIR PORTO – Sei, mas tenho cinco minutos, não é? Passou o meu tempo?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não. Eu lhe dei dez mais cinco e mais cinco. Foram vinte minutos. V. Sª tem dois minutos, no máximo, para concluir.

A SRª ALZENIR PORTO – Está certo, está ótimo.

Toda a reivindicação que eles nos fizeram, que nós dissemos que iríamos honrar, com exceção da redução, porque eles queriam que nós reduzíssemos o valor de R$2,10 para R$1,90, mas todo o restante, como a integração em duas horas: colocamos; implementação do plano diretor: estamos fazendo; a queda da segunda viagem: caiu no dia 19 de fevereiro; uma integração plena entre as linhas que estão integradas: está acontecendo hoje lá em Teresina. Então, honramos tudo aquilo que nós negociamos em 14 horas de reunião, na qual esteve presente inclusive o Deolindo, foi uma reunião dura, difícil, porque entendíamos que os estudantes também tinham de dar uma resposta lá fora, e, mesmo depois que os estudantes negociaram conosco e cederam, continuou o movimento lá fora porque eles não entendiam que os estudantes eram legítimos.

Então, a dificuldade que nós tínhamos em identificar a liderança era muito grande porque as pessoas estavam utilizando aquele movimento de uma forma errada. Portanto, quero dizer o seguinte: o Município de Teresina, a nossa capital é uma capital corajosa, que trabalha e que busca resultado. O transporte público precisa melhorar? Precisa.

E digo aos senhores que fazem este País, que têm o poder de decisão: ajudem a fazer com que o transporte público tenha realmente esse nome público como sendo algo para fomentar emprego e o deslocamento, porque o transporte público hoje é como o alimento, é necessário a cada minuto de nossa vida. É necessário que o vejamos não simplesmente como um transporte que tem de se autossustentar, mas que possamos pensar como fazer, principalmente com a história da gratuidade e com os impostos que pensam em cima dessa área.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Essa foi a Superintendente Municipal de Transportes e Trânsito de Teresina – PI, Alzenir Porto.

O encaminhamento que vamos ter de fazer neste momento vou propor aos Srs. Senadores. Primeiro, quero dizer que, desta reunião, participaram os Senadores Paulo Davim, Eduardo Suplicy, Vicentinho Alves, Aloysio Nunes, Ana Rita, Ciro Nogueira, Anibal Diniz, todos Senadores e Senadoras, Deputado Federal Márcio Bittar, que está conosco também, Mozarildo Cavalcanti, Cássio Cunha e Cyro Miranda.

O encaminhamento, devido ao tempo que nós temos neste momento, e os Senadores têm de apreciar requerimentos importantes

ligados a esse tema, para mim, teria de ser o seguinte: se os Senadores quiserem fazer perguntas aos convidados, os convidados terão que responder; se os Senadores não fizerem perguntas, estão se sentindo contemplados com as devidas explicações, eu encerraria esta e iniciaríamos, em seguida, a outra, que vai apreciar os requerimentos.

Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, senhores convidados, quero, em primeiro lugar, agradecer a presença dos depoentes nesta audiência pública, agradecer imensamente todo o esforço do Presidente Paulo Paim e da Secretaria da Comissão de Direitos Humanos para que viessem aqui hoje o Sr. Hudson Christh Silva Teixeira, estudante da Faculdade Federal do Piauí, que, segundo noticiado pela imprensa, teria perdido um olho no confronto com a Polícia Militar; da Srª Almerinda Santos das Neves, que é do Estado da Bahia, que também teria perdido um olho em função de um disparo de arma com bala de borracha, a secretaria da Comissão fez todos os esforços, localizou, enviou inclusive passagens, forneceu todos os meios para que viessem, infelizmente não vieram.

Eu ouvi, com muita atenção, todas as exposições que noticiaram fatos, alguns já amplamente relatados pela imprensa, como é o caso dos fatos ocorridos no Piauí e no Estado do Acre, cujo representante aqui, o Deputado Estadual Marco Rocha, convidado pelo Senador Petecão, a iniciativa foi do Senador Petecão, o comandante da Polícia Militar, convidado por iniciativa do Deputado Wellington Fagundes, assim como a

representante da Secretaria de Transportes. Eu ouvi o relato deles todos.

Há uma coisa que me parece um elemento comum: situações de tensão, situações de conflito de interesses, situações em que se confrontam a necessidade imediata de uma população de um determinado local, de um determinado bairro, por exemplo, de haver desobstruído uma via de acesso, com o dever da polícia da manutenção da ordem e de garantir que pessoas que reivindicavam seus direitos mediante esse instrumento de luta, que é a obstrução da via de acesso, sejam também atendidas. A questão das passagens de ônibus é um clássico. Eu me lembro, era ainda criança, quando houve um aumento de passagem de ônibus na Prefeitura de São Paulo, o Prefeito era o Jânio Quadros, em 1953, foi uma guerra na cidade. Ainda hoje, na cidade de São Paulo, frequentemente quando há aumento de tarifa, há sempre movimentos, geralmente liderados por estudantes, que se colocam contra o Estado, existia até o movimento pela gratuidade total da passagem de ônibus dos estudantes. Às vezes, há confrontos. A Polícia Militar tem por seu dever a manutenção da ordem, e obedece a ordens, seja da Justiça, quando é requisitada pelo Poder Judiciário para cumprir o mandado de reintegração de posse, por exemplo, seja obedecendo a ordens do governador do Estado, ou ao seu próprio critério. Às vezes há um transbordamento do uso legítimo da violência. A polícia tem o monopólio do uso legítimo da violência; às vezes, abusa, às vezes, abusa por falta de diálogo, por falta de prudência ou por não utilizar meios proporcionais à gravidade da ameaça da ordem pública, isso pode acontecer. E acontece com frequência em nosso País.

Algumas Polícias Militares têm estruturas muito hígidas de corregedorias capazes de apurar com isenção e rapidez os desvios, outras não. A situação das Polícias Militares do nosso Estado é uma situação desigual nesse ponto de vista. A Polícia Militar do Acre, anos atrás, foi objeto de uma contaminação por parte de um criminoso, que era oficial da Polícia Militar, e que depois foi Deputado Federal e está preso hoje: Hildebrando Pascoal. Outras polícias também tiveram problemas de natureza semelhante. Na polícia do Rio de Janeiro há notícias e fatos que comprovam a associação entre Polícia Militar, Polícia Civil e bandidos, as chamadas milícias.

De modo que eu não colocaria todas as Polícias Militares no mesmo patamar, e não seria tentado a demonizar a intervenção da Polícia Militar em casos de conflito social, quando isso é necessário para a manutenção da ordem pública, ou o cumprimento de ordem judicial que equivale à manutenção da ordem pública, porque uma ordem judicial é a lei emanada da boca de um juiz. E a Polícia Militar, quando age para promover uma reintegração de posse, está sob o comando da justiça.

Há casos, como o de Brasília recentemente noticiado pelo *Correio Braziliense*, em que isso não aconteceu. Não houve ordem judicial quando moradores que ocuparam uma área pública situada nas cercanias de Sobradinho foram despejados brutalmente pela Polícia do Distrito Federal, a pedido do Ministério do Planejamento. E o órgão que acionou a Polícia do Distrito Federal foi a Secretaria de Patrimônio da União. Foram despejados brutalmente. Não houve resistência. Saíram, por isso não houve vítima.

Em alguns casos há resistência. Por exemplo, no Pinheirinho, foi amplamente noticiado que a liderança do movimento foi toda dominada por um partido político que ia até lá com suas bandeiras e palavras de ordem: o PSTU. E a liderança do movimento lançou uma ameaça *Urbi et Orbi* no seguinte sentido: "Se não revogarem a ordem judicial haverá um banho de sangue". Bandeiras partidárias apareceram lá. Como apareceram a senhora dá esse depoimento no caso de Teresina.

Sr. Presidente, então eu queria ressaltar em primeiro lugar o meu apego ao respeito aos direitos humanos e à ação da polícia dentro das leis. Em segundo lugar, o respeito à lei por todos. Por mais legítimos que sejam seus direitos, eles têm de ser exercidos dentro da lei, no Estado Democrático de Direito. E quero ressaltar o fato de que existem, no Governo Federal, dois pesos e duas medidas.

Quanto a esses fatos, que ocorreram e foram noticiados aqui, eu não quero entrar no mérito se a ação da polícia esteve na justa medida ou não, mas não houve discurso no plenário. O Senador Suplicy não foi à tribuna. O Secretário-Geral da Presidência da República não enviou um auxiliar seu, que ocupa um cargo de nome pomposo, Secretaria Nacional de Articulação Social, para ir até lá. E nenhuma autoridade do Governo Federal disse que houve barbárie nos Estados do Piauí, do Acre, da Bahia, no Distrito Federal. Ninguém!

Por isso, Sr. Senador, eu considero que a nossa comissão deveria se debruçar sobre esse problema delicadíssimo. Há dois ex-Governadores aqui entre nós: o Governador do Piauí e o Governador da Paraíba. O Senador Mozarildo chegou a ocupar interinamente o cargo de Governador. Ele sabe o quanto esse problema é delicado e espinhoso.

Existe uma regulamentação sobre o uso de armas letais. As polícias militares em geral, quando acontece uso de arma letal, prescrevem todo um procedimento

de investigação, tratamento e afastamento dos seus integrantes para investigar e dar remédio às situações.

Mas não existe, por exemplo – e essa é uma lacuna que poderíamos preencher – uma reflexão e muito menos uma regulamentação sobre o uso de armas não letais, como, por exemplo, a bala de borracha. Esse é um tema interessante.

Que procedimentos nós iríamos adotar – seria preciso, talvez, alguma providência legislativa – para incentivar o diálogo entre aqueles que reivindicam seus direitos e o Governo encarregado da manutenção da ordem?

São esses temas que eu gostaria de ver tratados aqui e não vi, Sr. Presidente. As coisas começaram aqui com uma hiper exposição do caso do Pinheirinho, que foi colocado como um atentado aos direitos humanos; como algo semelhante ao tratamento que Hitler dispensava às suas vítimas, especialmente aos judeus. Foi dito aqui.

Uso da polícia e da justiça por motivos inconfessáveis. Quem disse isso aqui foi o Subsecretário da Secretaria-Geral da Presidência da República, Sr. Paulo Maldos, disse aqui, na nossa Comissão.

Então, gostaria de propor, Sr. Presidente, que tratássemos desse assunto com isenção e com imparcialidade, porque evidentemente esta é uma casa política, e há motivações políticas.

Tenho certeza – certeza absoluta – de que houve uma motivação político-partidária no caso do Pinheirinho, do jeito como foi tratado. No caso do PSTU, isso é evidente. Aquilo, para o PSTU era o modelo de uma nova sociedade. O PSTU estimulou a ocupação. O PSTU insistiu para que as pessoas ficassem lá, com a miragem de que iriam receber casas. E, no final do processo, o PT também participou desse processo: "Fiquem aí, que vai ser resolvido".

Ora, casas? Problema habitacional se resolve, construindo-se casa, com pedra, cimento, tijolo, e não com construção de um diálogo, como disse o Sr. Paulo Maldos. Isso é conversa fiada. Casas o Governo de São Paulo e o Governo da cidade de São José dos Campos construíram. No Governo de Emanuel Fernandes, de 1997 a 2004, foram construídas 1.870 unidades; de 2005 a 2011, 4.140 unidades. Estão em construção mais 1.100 unidades, e o Governador Geraldo Alckmin acaba de anunciar mais 5.000. É um contraste enorme com o governo do PT, naquela cidade, onde a ex-Prefeita Ângela Guadagnin construiu 54 casas, no Jardim Limoeiro, em São José dos Campos.

Esse problema vai ser resolvido? Sim. Seria resolvido com mais eficiência ainda, se o Governo Federal não tivesse acordado para o problema habitacional, apenas quando lançou o Programa Minha Casa, Minha Vida e, se tivesse, nesses anos depois do lançamento do programa, cumprindo aquilo que está no Orçamento votado pelo Congresso Nacional.

Mas tenho esperança de que esse programa engrene, mesmo porque, em São Paulo, o Governador Geraldo Alckmin, em parceria com a Presidente Dilma Rousseff, está incrementando o programa, entregando a fundo perdido R$20 mil para cada família.

Agora, o atendimento das famílias tem de ser feito segundo a legislação do nosso Estado, do Estado de São Paulo, votada pela Assembleia Legislativa, que prescreve que o atendimento das pessoas que necessitam de unidades habitacionais tem de ser feito segundo regras que garantam a sua impessoalidade. As pessoas têm de inscrever-se, têm de obedecer a determinados critérios econômicos e são objeto de sorteio, para evitar favorecimento político, como houve no passado.

Ocupação de terra, invasão de terra, não é, para nós, do Estado de São Paulo, critério para atribuição, para eleição de prioridades na política habitacional. O nosso critério não é esse. E a política habitacional do Estado de São Paulo vai ser feita de acordo com os critérios do Governo do Estado de São Paulo, segundo uma lei aprovada pelo Poder Legislativo do nosso Estado.

São essas as observações que eu queria fazer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Senador Aloysio Nunes, fazendo as suas considerações. Não houve nenhuma pergunta...

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – ... para os nossos convidados.

Pela ordem, já havia pedido a palavra antes o Senador Wellington Dias. Então, vou dar a palavra pela ordem a ele e, em seguida, a V. Exª.

Se quiserem fazer alguma troca, fiquem à vontade.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Se for só uma questão de ordem, tudo bem.

Sr. Presidente, primeiro quero saudá-lo, bem como os nossos Senadores e convidados, a Drª Alzenir Porto, o Coronel Rubens, o Major Rocha, o estudante Deolindo.

Quero deixar claras aqui algumas coisas. A gente viu, e foi bom o Senador Aloysio falar primeiro, porque ele deixa claras as razões que o levaram a fazer esse requerimento. Já havia um tratamento aqui, em relação a Pinheirinhos, que, como ele coloca pelos requerimentos, ocorre em outros Estados.

Quero aqui começar com a seguinte reflexão, tratando... Primeiro quero dizer ao Senador Aloysio Nunes

que fiz uma fala, sim, no plenário sobre o Piauí, chamando a atenção para o ambiente que a gente tinha ali, já no ano passado e, depois, neste ano.

A primeira coisa...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – V. Exª, então, me perdoe. Eu não tinha esse registro.

Eu estava me referindo agora à Secretaria Nacional de Direitos Humanos que, apesar de todo esse grande aparato que houve, esteve silente no caso do Piauí.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Tudo bem.

Trato já disso.

Mas, veja só, primeiro: eu acho que foi um milagre, para quem acompanhou Teresina, não ter tido uma morte em Teresina. Foi um milagre. Isso que o Dr. Alzenir retratou aqui bem: um momento de tensão que a cidade vivia todos os dias. Não eram só os membros da Prefeitura, não eram só os Parlamentares, não eram só os estudantes, era a população. Vivemos momentos de muita tensão na cidade.

Segundo, para deixar claro aqui, eu acho que há um fato que considero importante. Eu não posso deixar de dizer, pela minha própria história, da alegria em ver estudantes realizando manifestação por uma pauta não só dos estudantes, uma pauta da sociedade.

Como foi dito aqui – e veja que eu fui Vereador em Teresina em 1993 –, já era pauta dos estudantes, naquela época, a integração do transporte urbano; já era pauta encontrar uma forma de discussão sobre a planilha, e aí passamos vinte anos aproximadamente... Somente em 2012, praticamente, nós tivemos a consolidação.

Está em fase de implantação, e quero ressaltar a presença do Prefeito Elmano – o Elmano foi uma pessoa da minha equipe de governo, mas não só por isso –, que, como Prefeito, teve a iniciativa de abrir esse debate. Esses debates nem abriam, lá nem se abria essa discussão da integração. Há todo momento, havia manifestação, havia movimento e sequer se deixava colocar na mesa essa pauta; uma pauta que, na minha visão – aí os estudantes têm razão –, para todos os usuários de Teresina, que é uma cidade grande, parece-me que, das capitais brasileiras é o oitavo ou o nono maior território, tornava-se uma passagem cara, como o Deolindo lembra aqui, porque você tinha que pagar duas passagens para se deslocar de um ponto a outro da cidade, três passagens algumas vezes para poder chegar a seu destino.

Então, a integração é uma pauta justa – vou falar já do preço da passagem –, e eu acho que é essa abertura.

Durante esse período, no movimento em si, para lembrar aqui, Senador Paim, primeiro, nós tivemos, sim, queima de veículos; nós tivemos obstrução... Teresina é uma cidade dividida: do lado de Teresina para o Maranhão pelo rio Parnaíba, no meio da cidade passa o rio Poty, que tem basicamente quatro pontes, três com maior utilização para atravessar os dois lados da cidade. O problema é que, quando você tem a obstrução da avenida Frei Serafim, que é a principal, você para a cidade, esse que é o ponto. Aproximadamente 70% das pessoas que se movimentam durante o dia na cidade utilizam essa avenida para poder se locomover. Então, esse é um fato.

Outro fato que me chamava a atenção – e quanto a isso eu busquei ter uma audiência com o Governador Wilson Martins e uma audiência com o Prefeito Elmano –, é que havia necessidade de, ocorrendo abertura para entendimento, buscar fazer isso numa mesa de entendimento, o que não era fácil. Os dois me disseram que uma das dificuldades que havia era, exatamente, saber quem seria os interlocutores.

Busquei ter um diálogo com várias entidades dos movimentos dos estudantes – o Deolindo participou – para identificar pelo menos os principais, que foi o que resultou na mesa de negociação, mais à frente, que resultou no acordo que foi celebrado.

Mas, havia, no meio do movimento, além dos estudantes – que foi dito aqui pelo Diolindo, como outros interesses, colocando que havia outros setores e, muito radicalizados, inclusive encapuzados. Chamava a atenção para esse fato, ou seja, a própria legislação não permite pessoas encapuzadas, isso em qualquer situação, qualquer um que quiser andar, exceto por problemas de saúde que precisa ter a justificação médica, profissional etc, não pode andar encapuzado. Esse é o grande dilema que temos ainda hoje para discutir a questão do taxista com o capacete.

Para o que quero aqui chamar a atenção é que foi um ambiente realmente muito tenso. E aí entram os dois pontos principais aqui: o primeiro deles é a Polícia Militar. E aí quero dar aqui um sincero depoimento de quem foi governador. A gente não pode esquecer a história. O Brasil acaba de sair de um regime militar, não faz tanto tempo assim – duas décadas e meia – e ainda temos, na nossa formação das polícias de todos os Estados, alguns avançaram mais, outros avançaram menos, é um trabalho que o Ministro Tarso Genro, do Pronasci, se esforça muito para fazer com os comandantes das polícias nos Estados, é a necessidade da formação, porque a formação da Polícia Militar é para o combate, uma formação de Exército, porque o papel dessa força foi um papel de proteção dos Estados, das autoridades e não da sociedade como é o que

queremos da Constituição de 1988. Então, esse é um grave problema.

Aliás, tive, como governador, a dificuldade de escolher um comandante e um subcomandante da polícia. Não foi uma operação fácil. Aliás, é bom lembrar que fui eleito logo depois dessa fase do Hildebrando Pascoal, do Correia Lima no meu Estado e por aí vai. Então, não era uma coisa tão simples. Aliás, o Magno Malta, na época que foi deputado, esteve lá conosco nesse acompanhamento.

Então, o que quero dizer aqui é que temos que trabalhar de um lado, a formação, e lá foi citada aqui – ela hoje é Coronel Júlia – a Coronel Júlia. E foi criado – e é uma coisa que tenho recomendado – um comando, uma área específica da Polícia Militar, para lidar com os movimentos sociais. Normalmente eu recomendava pegar as novas gerações dos novos concursados para, a partir daí, se ter uma equipe com uma formação mais voltada para isso. Por que são conflitos de terra, urbano e rural, são conflitos de movimentos sociais diversos. Brasília aqui é todo dia, Teresina é toda semana, ou seja, e se você não tiver uma equipe especializada, isso dá problema. Equipes como a do Rone, por exemplo, tem uma formação que é para o combate, é uma formação feita mesmo para o combate. E na hora em que você coloca para lidar com movimentos sociais, isso sempre dá problema. Então, esse é um ponto.

Uma pergunta que gostaria de fazer ao Coronel Rubens é se existe ainda essa área específica dos movimentos sociais e se ainda é a Coronel Júlia que está nesse andamento.

Queria, então, colocar aqui que acredito no seguinte: no Brasil, vamos ter que ter ainda um longo período até que essa geração inteira vá para a reserva e mais, se tem alguns que a gente consiga alterar a formação, com o novo modelo de formação que é colocado. Mas, ainda assim, vejo um problema grave. E é por isso que estou colocando que é um milagre não ter tido, em tantos dias de intenso confronto, a gente não ter tido uma morte nesse caso de Teresina. Por quê? Por que a nossa polícia ainda trabalha, em casos como esse, com arma letal. Com certeza, comandante. É em Teresina, é no Piauí e é no Brasil, embora, quando se trata, não vai me dizer que a Rone vai para uma atuação como essa e não se tenha, pelo menos nos veículos, as armas.

Nós somos seres humanos... No momento em que você tem um confronto... Nós temos trabalhado ainda muito pouco com arma não letal. Eu mesmo, como ex-Governador, estou reconhecendo que, no meu Estado... E posso afirmar pelo diálogo que travo com todos os Governadores que ainda há casos esporádicos a presença de armas não letais. Nem equipamentos e nem equipes treinadas para o uso de armas não letais. Acho que esse é um ponto que neste debate teremos de trabalhar firmemente. Ter áreas específicas para lidar com movimentos sociais e, do outro lado, ter uma política de se atuar com formação e equipamento e com o apoio do Governo Federal para o uso de armas não letais. Na prática, o não uso do revólver e o não uso de alguns equipamentos existe até determinado ponto. No momento em que a gente tem um conflito mais acirrado (quando não se tem diálogo, certamente), a gente vê que existe a presença de armas letais. E uma preocupação: é que também, nas imagens que foram gravadas, não só pedras, não só sprays; enfim, há presença de pessoas armadas. A polícia desarmou pessoas durante o movimento. Isso aqui também é preciso que registremos. Quero dizer que, no caso, o movimento era liderado pelos estudantes, mas teve um conjunto de outras vertentes dentro do movimento. Essa é que é a verdade. Essa é que é a verdade...

Então, dito isso, queria aqui colocar outro ponto na Política de Transportes.

Está correto aqui um ponto que Diolindo Moura Neto nos traz para reflexão: hoje nós temos gratuidade, um sistema de transporte para o estudante do ensino básico: do pré-escolar, do ensino fundamental, do ensino médio. E existe hoje uma condição para se ter o transporte da zona rural para a zona urbana. Qual o problema que nós temos? Foi dito aqui... Nas cidades grandes nós temos deslocamentos de 20km, de 30km, às vezes mais. E não há uma política de transporte escolar público olhando para essa fatia da população, não é só na universidade – que aí é muito mais grave. Também na universidade e também no ensino médio. Acho que é um ponto. Eu tenho defendido aqui, junto ao Ministério da Educação, para que a gente e busque encontrar uma fórmula de atuar nessa direção, por quê? Porque o preço da passagem – e aí a Superintendente de Transporte colocou aqui –, pelos dados de Teresina, que o Prefeito Elmano Férrer me passou, os estudos demonstram que no impacto da planilha nós temos 16% de gratuidade, enquanto a média nacional está na casa de 6%. Está na casa de 6%, não é isso mesmo? É isso mesmo? Quero essa confirmação...

(Intervençao fora do microfone)

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Não, gratuidade. Eu quero saber da gratuidade. O que isso significa? Nós aqui, por exemplo, de vez enquanto apoiamos gratuidade para pessoa com deficiência, gratuidade para idosos, gratuidade enfim... Eu tenho defendido – e isso defendia desde Vereador, apanhava muito meu partido e apanhava muitos dos movimentos – que para estabelecer uma gratuidade é preciso

estabelecer quem paga a conta. Porque, nesse caso da passagem, muitas vezes é o desempregado quem paga a conta. Muitas vezes é o desempregado quem paga a conta. O desempregado que sai de casa em busca de emprego, porque alguém o ajudou ou está com o seguro desemprego, desembolsa pagando passagem inteira para poder ir atrás do emprego, enquanto outros segmentos têm meia passagem ou tem gratuidade. Então, se fixa uma gratuidade, é preciso fixar qual a fonte que vai pagar, por que isso facilitaria a própria fiscalização. Aliás, quando se trabalhava lá – a mesma ideia que veio à pauta da Mesa agora – para se isentar ICMS do combustível, eu já defendia que era melhor calcular quanto seria esse ICMS, transformar em dinheiro para poder viabilizar o pagamento de vale transporte para o segmento que se queira beneficiar. Aliás, o bolsa-família dá uma grande lição ao Brasil: mostra que, quando a gente tem o cadastro, o endereçamento e faz o repasse direto, o efeito é muito maior e a possibilidade de desvio é muito menor. Então, é um ponto a ser colocado.

O último é a questão do vale estudantil. Nós temos hoje em torno de 32% de vale estudantil. Nas contas que faço, em uma cidade como Teresina, não tem 32% das passagens de estudantes da rede pública. Com base no banco de dados da Secretaria Municipal e da Secretaria Estadual de Educação e da rede privada, não há essa... Estamos discutindo o Estatuto da Juventude... Favoráveis todos à meia passagem, à meia entrada de teatro, etc, etc... Então, o que eu quero dizer com isso é a necessidade de se ter uma forma – nós estamos discutindo inclusive como vai ser o controle... Porque é impossível não ter controle! Nós temos hoje, dentro da base de dados do Ministério da Educação, as pessoas que estudam. Então, com é que não se tem o controle da carteira estudantil de forma adequada. Então, certamente, eu creio, Presidente, que a gente tem condições de, tendo isso, a gente tem uma planilha mais em conta. Quanto maior é a gratuidade, quanto maior é o número de meia passagem, maior o custo da passagem! Ou se tem o subsídio de alguém ou se tem o custo pago pelo conjunto. Essa é uma realidade que eu não posso me furtar.

A pergunta que faço à Superintendente de Transporte é com relação ao que o Prefeito me dizia que deu segmento, na noite em que estive com ele, com um grupo de trabalho que envolvia OAB e outras áreas, para dar continuidade aos estudos da planilha. Eu gostaria de saber se prossegue esse grupo de trabalho ou se ele foi suspenso em razão do acordo que foi feito, porque era exatamente para tratar qual era a avaliação do Prefeito, meu querido Paulo Paim, uma avaliação política.

Ele dizia que uma posição apenas da Prefeitura – apenas da Prefeitura – seria mal compreendida pelos usuários do sistema como ele é, ou seja, qualquer mudança em relação à política da gratuidade que tirasse gente que na prática não teria direito, haveria uma repercussão. E a mesma coisa em relação ao controle da meia passagem. Então, a ideia dele é que se pudesse ter os mais diferentes segmentos da sociedade: Ministério Público, OAB, Tribunal de Contas, enfim, ajudando, tecnicamente, no estudo da planilha para, a partir daí, adotar as medidas.

Eu quero dizer que sim: se a gente teve excesso... Eu sei que o Governador do Estado, à época, abriu investigações em relação aos policiais que tiveram e que foram flagrados, documentados e denunciados, nessa área relacionada a essas manifestações. Eu gostaria de ouvir do comandante o que ele vê sobre isso. E gostaria de, com estas palavras, dizer aqui que, no caso específico de Teresina, eu fiz questão de que, quando o Senador Aloysio apresentou requerimento convidando para que se ouvisse a representação dos estudantes, eu achei correto que se pudesse ouvir também, porque haveria uma versão, que tivéssemos também a versão do Estado e do Município, considerando que estavam envolvidos atos relacionados a agressões praticadas pela Polícia Militar durante o movimento que envolvia o Estado e o ato em si do objetivo das manifestações.

Então, eu quero dizer do saldo positivo de toda essa situação com pessoas que relataram seus diversos sofrimentos, mas acho que se a gente pode extrair algo positivo é quanto ao fato de termos uma política hoje, na capital do Piauí, mais avançada, em relação à prática do transporte urbano, do que a que nós tínhamos antigamente. Isso se deu em razão da capacidade de movimento, destaco aqui, dos estudantes, dos usuários, mas também da abertura dada pela atual gestão na Prefeitura de Teresina.

Eu queria aqui saudar isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Wellington Dias. Estou num impasse, vamos tentar resolver.

Desta audiência participaram aqui 18 Senadores e um Deputado Federal com a chegada do Senador Magno Malta.

O Senador Aloysio Nunes tem uma consulta ao meio-dia em São Paulo, se não me engano.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Consulta média às 3 horas da tarde. Tenho que sair daqui 12:10h, estourando.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Isso, Ok.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Senão perco uma consulta que para mim, infelizmente, é importante.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Entendi. Esse é um apelo que ele me faz. Temos uma série de requerimentos para serem votados. O que ele está propondo é que votemos os requerimentos, porque ele tem interesse em alguns, votaríamos todos num único momento e o debate continua, prosseguimos com o debate em seguida, claro.

Pergunto: o próximo orador inscrito é o Senador Anibal Diniz. Sem problema? Podemos votar os requerimentos? Votamos os requerimentos e, em seguida, a palavra vai para o Senador Anibal Diniz.

Então, entramos agora na segunda parte da nossa sessão de hoje, que vai tratar de requerimentos.

De pronto, Senador Eduardo Suplicy, para adiantar, porque são os requerimentos que envolvem o interesse também do Senador Aloysio Nunes... O primeiro requerimento aqui é do Senador Eduardo Suplicy. Senador Eduardo Suplicy, quer advogar ou rapidamente sintetizar?

Não, tem que sintetizar. Não vou fazer a leitura de todo o conteúdo do requerimento, porque são três páginas.

O primeiro requerimento, Senador Eduardo Suplicy. Senador. V. Exª pode sintetizar o primeiro requerimento para colocarmos em votação? Está na pauta.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, gostaria de dizer que considero muito louvável por parte do Senador Aloysio Nunes trazer aqui os episódios que têm sido agora objeto do diálogo. É muito importante que possamos – como é o objetivo expresso por ele – evitar que haja quaisquer abusos por parte das autoridades policiais em quaisquer que sejam os Estados governados por quaisquer que sejam os governadores.

É importante que, por exemplo, no caso do Piauí, do Acre, aqui estão as autoridades que foram convidadas e estão colocando, assim como também o próprio estudante que relatou a maneira como, em alguns momentos, houve abusos por parte das autoridades, mas veio o Comandante-Geral da Polícia Militar do Piauí, a senhora representando a Prefeitura do Piauí, a Srª Alzenir Porto, como o Coronel Rubens da Silva Pereira e também o Major Rocha, Deputado Estadual do Acre. Eu estou de pleno acordo com os objetivos de que todas as forças policiais, autoridades policiais responsáveis pela segurança em quaisquer Estados tenham um procedimento que minimize.

Também quero transmitir ao querido Senador Aloysio Nunes que, quando aqui propus a vinda das autoridades do governo estadual, bem como dos magistrado envolvidos e que ainda não puderam atender o convite que foi renovado por meio deste requerimento, é que possamos justamente levar adiante o propósito de resolver o problema de moradia das famílias, sejam aquelas que estão cadastradas... Mas, quero até assinalar que todas famílias do Pinheirinho também se cadastraram nos programas habitacionais do CDHU e estão também na fila. O próprio Governador Geraldo Alckmin informou que todas serão consideradas e estão já recebendo bolsa-aluguel, mas estão sendo consideradas para estarem no programa. E considero, sobretudo, que o mais importante e objetivo é que nós ouçamos os três níveis de governo para estimulá-los a chegar num entendimento.

Eu que estive presente, como o Senador Aloysio Nunes, na cerimônia do Minha Casa Minha Vida no Palácio dos Bandeirantes e aplaudi o diálogo e o objetivo, tanto da Presidenta Dilma Rousseff quanto do Governador Geraldo Alckimin, com quem tenho a melhor relação de respeito mútuo, sempre construtiva, gostaria de ver em São José dos Campos que esse propósito seja mais rapidamente resolvido e se ter a habitação adequada para todos.

Com respeito à elucidação dos fatos que aconteceram ali, sem qualquer propósito político e partidário, com o propósito de como Senador de São Paulo, está averiguando que os abusos que por ventura tenham sido cometidos possam ser apurados e eu quero aqui registrar, Sr. Presidente, que estou acompanhando e sei dos procedimentos realizados pela Polícia Civil e pela Corregedoria da Polícia Militar, a respeito daqueles episódios e acho que será muito interessante e importante que possa, já que todos os passos de apuração foram realizados e eu os conheço, porque os acompanhei de perto, que possamos ter aqui um breve relato sem qualquer sensacionalismo ou que seja, mas, por exemplo, por parte do Comandante da Polícia Militar de São Paulo, que foi convidado, assim como está aqui, hoje, o Comandante da Polícia Militar do Piauí, para que ele nos relate que o próprio Juiz Rodrigo Capez, possa em nome do Presidente do Tribunal de Justiça, também vir aqui, como era intenção dele. Só não pode vir por causa de um chamamento especial, por causa dos problemas do Conselho Nacional de Justiça, que ele possa também vir.

Então, Sr. Presidente, o primeiro requerimento, muito objetivamente, convida o Desembarcador Presidente Ivan Sartori, se ele não puder vir que venho o seu principal assessor, que é justamente o Sr. Rodrigo Capez que tinha firmado que gostaria de estar aqui presente e mais os juízes.

Não vou obrigá-lo, mas é um convite a Márcia Loureiro e Luiz Bettoni Ferreira e os dois secretários...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Eduardo Suplicy, para ajudar, permita-me o encaminhamento.

O que eu percebo é que não há entendimento nesse requerimento.

Como não há *quórum* é só um senador pedir verificação e não votaremos.

Percebo, a não ser que eu esteja enganado, não há entendimento.

Se não há entendimento é difícil que nós consigamos.

São três requerimentos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Os outros dois requerimentos são apenas de obtenção de informações relativa a laudos médicos.

Apenas um requerimento para se encaminhe às três autoridades: Presidenta Dilma Rousseff, Geraldo Alckimin e Geraldo Cury o que foi relatado.

Então, o Senador Aloysio Nunes tem objeção aos três requerimentos?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Há um acordo com o Senador Aloysio Nunes.

Dificilmente vai dar quórum nesta reunião, a essa altura do campeonato.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, o Senador Suplicy pede que sejam encaminhadas as notas taquigráficas à Presidência da República e ao Governador Geraldo Alckimin e eu estou plenamente de acordo.

Pede que sejam encaminhados aqui laudos de exame de corpo de delitos verificados em pessoas que sofreram ferimentos naquele episódio e eu estou plenamente de acordo.

Agora, ele quer reiterar um convite que já havia sido aprovado aqui.

Eu sou contra e vou dizer por que eu sou contra, Sr. Presidente. Reiterar esse convite significa o seguinte: fazer prolongar o acontecimento nas manchetes dos jornais. É colocar o foco no episódio do Pinheirinho para fazer disso exploração política.

As autoridades do Governo do Estado estão, como diz o Senador Suplicy, como ele reconhece, apurando aquilo que está na sua órbita de ação apurar, a Corregedoria da Polícia Militar e a Corregedoria da Polícia Civil. A Polícia Civil tem inquéritos em andamento, está, portanto, tomando providências.

O controle externo da polícia, tanto Civil quanto Militar, nos termos da Constituição, só cabe ao Ministério Público do Estado, que também está acompanhando o caso.

Os juízes que atuaram no caso já falaram nos autos. Um dos juízes falou nos jornais, ontem.

Se o Senador Suplicy discordar da versão que o Juiz Capez deu, que escreva outro artigo.

As autoridades do Governo do Estado se recusaram a vir nesse formato e a carta que o Senhor recebeu diz exatamente isso: que as autoridades do Governo do Estado estão prontas a participar de uma discussão sobre o problema das reintegrações de posse, regras para a atuação da polícia, regras processuais a serem observadas, mas não quer, porque não está sob a supervisão da Comissão de Direitos Humanos e, muito menos do Senador Eduardo Suplicy, não quer participar desse formato de audiência.

Quanto ao Poder Judiciário, se o juiz não veio, se o desembargador não veio, eu não vou reiterar convite a desembargador, ao Presidente do Tribunal. Ele já falou nos autos e já falou com toda clareza. Ele deu ordens à Polícia Militar para que procedesse a reintegração de posse. A polícia atuou requisitada pelo Poder Judiciário do Estado de São Paulo.

Um alegado conflito de competência com a Justiça Federal foi também resolvido, dada a razão da Justiça do Estado. A sua competência foi reafirmada, inclusive por decisão do Superior Tribunal de Justiça.

De modo que penso, além de discutir a questão nos níveis que sugeri: regras, reflexão e vácuo legislativo eventual a ser suprido, proponho ao Senador Suplicy, sinceramente preocupado como é com o problema habitacional no Estado de São Paulo, que nós atuemos conjuntamente para que, efetivamente, as verbas prometidas pela Presidenta Dilma Rousseff na solenidade que participamos no Palácio dos Bandeirantes sejam liberadas e o problema habitacional de São Paulo seja resolvido com casas e não com discurso, dentro da lei e não com ocupação de propriedade privada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Wellington Dias, para ajudar no encaminhamento.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Permita-me, Senador Aloysio.

Veja, quando foram aprovados aqui os requerimentos do Piauí, do Acre, da Bahia, sei lá mais de onde, eu tinha a clareza de que tinha aqui um aspecto político.

Não tem inocente aqui.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu não sou tão bobo quanto pareço e nem o Senador Suplicy é tão inocente quanto parece.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Deixe-me lhe dizer.

No meu estado temos uma disputa de PT com PSDB.

Em Teresina vai ter eleição agora e tem disputa lá entre PT, PTB e PSDB.

Então, só estou deixando claro.

Acredito que, se nos outros Estados foram aprovados os requerimentos, ouvindo aqui o representante dos usuários, o representante do Governo do Estado, o representante do Município, por que a exceção para o Estado de São Paulo?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Por uma razão. O Governo do Estado de São Paulo não mandará representante nesse tipo de audiência.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Tudo bem!

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – O Poder Judiciário do Estado de São Paulo é autônomo para decidir sobre as suas próprias ações e ele quando se pronuncia fala nos autos. Por isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O convite foi aprovado, foi para São Paulo, eles mandaram uma carta dizendo que não iriam participar.

Entendo que como é convite, se aprovarmos outro convite, eles darão a mesma resposta.

Podemos fazer um acordo aqui e aprovar o Item 02.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Além de ser um constrangimento inadmissível.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Item 02 e o Item 03, em que há entendimento por parte do Senador Aloysio e nós continuamos a nossa audiência pública.

Ok?

Então, vamos lá.

Quanto ao Item 02 não há nenhum questionamento, até porque poderia fazer isso de ofício. Nem que não fosse aprovado aqui.

O Item 03 também.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, poço fazer uma proposta de entendimento com o Senador Aloysio Nunes.

Os Itens 2 e 3 ficam aprovados.

Com respeito ao Item 01, se for vontade do Governo Estadual, já convidado, responder naquele dia que não poderia vir naquele dia por causa da circunstância de que só foi o Pinheirinho, mas se o governo estadual responder que se dispõe a vir, o requerimento foi aprovado anteriormente, e se o juiz Rodrigo Capez, em especial, resolver ainda vir, que ele possa vir com base no requerimento anteriormente aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ele tem toda a liberdade se assim decidir, uma vez que o requerimento foi aprovado.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Se eles decidirem. É convite.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não é preciso nem outro requerimento.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – E, daí, eu abro mão desse com o entendimento de que poderão ainda, se o desejarem, comparecer.

Está bem assim?

Eu proponho esse entendimento.

(Intervenção fora do microfone)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não, não.

Então, quem concorda com o conteúdo do Item 2, explicado pelos dois Senadores, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

É o seguinte o Item aprovado:

ITEM 2

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA 15-CDH, de 2012

Em função de afirmações realizadas pelo depoente Dr. Aristeu Neto, realizadas durante a Reunião desta Comissão, ocorrida em 23/2/2012, fruto do Requerimento (RDH) n. 2/2012, requeremos, nos termos do art. 102-E, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, seja solicitada ao Prefeito da Cidade de São José dos Campos a remessa dos laudos médicos, com origem das internações, das pessoas que foram vítimas da operação militar deflagrada para a reintegração de posse do Pinheirinho, notadamente das abaixo relacionadas: Senhor Antônio Dutra Santana, vítima de atropelamento; Senhor Ivo Teles dos Santos, internado na UTI do Hospital de São José dos Campos, vítima de espancamento; e Senhor David Washington Furtado, vítima de tiro de munição real.

Autoria: Senador Eduardo Suplicy

Resultado: Aprovado

É o mesmo caso com relação ao Item 3.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

O Item 01 sai de pauta.

É o seguinte o Item 3:

ITEM 3

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA 16-CDH, de 2012

Em função dos depoimentos durante a Reunião desta Comissão, realizada em 23/2/2012, fruto do Requerimento (RDH) n. 2/2012, requeremos, nos termos do art. 102-E, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam as Notas Taquigráficas, da citada Reunião, encaminhadas à Presidenta da República, Dilma Rousseff, ao Governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, e ao Prefeito do Município de São José dos Campos, Eduardo Pedrosa Cury, a fim de que tomem conhecimento das graves denúncias de violações de direitos humanos cometidas durante a reintegração de posse do Pinheirinho, que teve lugar no dia 22 de janeiro de 2012.

Autoria: Senador Eduardo Suplicy

Resultado: Aprovado

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Permanecendo o convite a eles se desejarem comparecer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O convite já foi feito.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Está bom. Muito bem.

Estão convidados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vamos ao Item 04, que é um requerimento de minha autoria na questão da decisão de uma turma do Tribunal Superior do Trabalho que decidiu que, para ter direito ao emprego, o cidadão não pode estar no SPC e nem no Serasa.

Eu acho uma barbaridade – falei da tribuna – não vou argumentar mais uma vez aqui, mas assim mesmo, eu convidei os juízes inclusive o juiz relator e convidei a Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho que são contra essa decisão e que querem aqui expor o ponto de vista que não é uma posição unânime junto ao Tribunal Superior do Trabalho. Seria uma decisão de uma turma e que outras turmas já se posicionaram de maneira diferente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Qual é a decisão, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Uma das turmas do Tribunal Superior do Trabalho decidiu que a pesquisa junto ao SPC – Serviço de Proteção ao Crédito e junto ao Serasa pode ser instrumento para não empregar um trabalhador.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Entendi.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Foi isso que já falei da tribuna e V. Exª estava naquele momento.

Aqueles que concordam com esse requerimento de minha autoria permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado para garantir ao trabalhador desempregado e com dívidas o direito ao trabalho.

É o seguinte o Item 4:

ITEM 4

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA 17-CDH, de 2012

Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do RISF, REQUEIRO a realização de audiência pública em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais para debater a decisão do Tribunal Superior do Trabalho, permitindo que o cadastro de inadimplentes (SPC/SERASA) seja utilizado como critério para a contratação do empregado. Os convidados serão enviados posteriormente para a secretaria da Comissão.

Autoria: Senador Paulo Paim

Resultado: Aprovado

O Item 5, na verdade, é uma apresentação que a Secretária dos Direitos Humanos, Maria do Rosário quer fazer aqui sobre o seu trabalho na área da Inspeção Nacional de Direitos Humanos. E ela vai apresentar em nível internacional.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

É o seguinte o Item 5:

ITEM 5

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA 18-CDH, de 2012

Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do RISF, REQUEIRO a realização de audiência pública para debater o relatório da 4ª. Inspeção Nacional de Direitos Humanos: locais de internação para usuários de drogas, do Conselho Federal de Psicologia.

Os convidados serão enviados posteriormente para a secretaria da Comissão.

Autoria: Senador Paulo Paim

Resultado: Aprovado

Obrigado pela confiança.

Item 6. Com fundamento no disposto no art. 93, audiência pública para a política externa brasileira de direitos humanos, o balanço de 2011 e também solicitação daqueles que atuam na área.

Eu assino o requerimento.

Aqueles que concordam, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

É o seguinte o Item 6:

ITEM 6

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA 19-CDH, de 2012

Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do RISF, REQUEIRO a realização de audiência pública para debater a política externa brasileira de Direitos Humanos: balanço de 2011 e prioridades para 2012. Os convidados serão enviados posteriormente para a secretaria da Comissão.

Autoria: Senador Paulo Paim

Resultado: Aprovado

Item 7. Requerimento para a realização de audiência pública para debater o PLC nº 30, de 2007, que dispõe sobre o direito de greve ao agente público e outros. Inclusive aqui tem uma das áreas que vai ser debatido o direito de porte de arma para os agentes públicos.

Vamos debater e, depois, veremos para onde encaminhamos.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

É o seguinte o Item 7:

ITEM 7

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA 20-CDH, de 2012

Senhor Presidente Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal,Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do RISF, REQUEIRO a realização de audiência pública para debater o PLC 30/2007 que dispõe sobre o direito de agente público portar arma de fogo. Os convidados serão enviados posteriormente para a secretaria da Comissão. Sala das Comissões, Senador PAULO PAIM

Autoria: Senador Paulo Paim

Resultado: Aprovado

Item 08. Requerimento para a realização de audiência pública para debater o enfrentamento da violência contra a mulher.

Os convidados serão indicados e, devido ao dia 08 de março, aqueles que concordam com uma audiência para debater a violência contra as mulheres, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

É o seguinte o Item 8:

ITEM 8

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA 21-CDH, de 2012

Senhor Presidente Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal,Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do RISF, REQUEIRO a realização de audiência pública para debater o enfretamento da violência contra mulher. Os convidados serão enviados posteriormente para a secretaria da Comissão. Sala das Comissões, Senador PAULO PAIM

Autoria: Senador Paulo Paim

Resultado: Aprovado

Requerimento extrapauta do Senador Vicentinho Alves que requer, nos termos regimentais, audiência para discutir possíveis causas do elevado número de suicídios entre os índios da etnias Carajás, da Ilha Bananal. Segue, abaixo, os convidados.

Aqueles que concordam com o extrapauta permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

É o seguinte o Item aprovado:

ITEM 10

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA 24-CDH, de 2012

REQUERIMENTO Nº24, DE 2012 – CDH

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública, no âmbito desta

Comissão de Direitos Humanos e Legislativa Participativa do Senado Federal, para debater sobre as possíveis causas do elevado número de suicídios de índios da etnia Karajás na Ilha do Bananal. Segue, abaixo, relação de convidados:– Dr. Álvaro Manzano – Procurador da República no Estado do Tocantins;– Dr. Djalma Leandro – Secretário de Justiça do Estado do Tocantins; – Ilmo. Sr. Antonio Alves – Secretaria Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde (SESAI);– Ilmo. Sr. Márcio Augusto Freitas de Meira – Presidente da Fundação Nacional do Índio (FUNAI);– Dr. Marcos Terena – Professor de Cátedra Indígena Internacional;– Ilmo. Sr. Iwraro Karajá – Etnia Karajá;– Ilmo. Sr. Ribamar Xerente – Etnia Xerente. Sala das Sessões,01de março de 2012 Senador Vicentinho Alves

Autoria: Senador Vicentinho Alves
Observações: *EXTRAPAUTA*
Resultado: Aprovado

Aqueles que concordam com o mérito permaneçam como se encontram. *(Pausa*.)

Não eram dois do Vicentinho?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, pela ordem.

Gostaria só de que pudesse, com uma equipe técnica da comissão, nós fizemos o cronograma de trabalho da subcomissão de acompanhamento do Brasil sem Miséria e quero agradecer a V. Exª todo o apoio que temos recebido da equipe. Lá, nós aprovamos, e gostaria que V. Exª pudesse nos ajudar nos encaminhamentos, um convite, inicialmente, à Ministra Tereza Campello, com os Secretários de Estado e de Municípios, e também de outras áreas, como Educação, enfim.

Eu gostaria só que V. Exª pudesse ver com a equipe aqui, para a gente agilizar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Faremos todo o encaminhamento.

Obrigado pela presença, Senador.

Senador Magno Malta, para o seu requerimento.

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES) – Senador Paim, eu gostaria que fosse incluído, extrapauta, o requerimento que faço, nos termos da lei, para que se convide o Embaixador do Irã, Sr. Mohamad, a vir a esta Comissão, para que nos dê alguns esclarecimentos a respeito da prisão e da condenação à morte por enforcamento de um pastor por confissão de fé cristã. Esse rapaz é iraniano. Está preso no Irã porque se converteu ao cristianismo, tornou-se pastor, e pela sua confissão de fé.

Por que faço o requerimento? Porque somos um país laico. Respeitamos aqui os muçulmanos, as suas práticas. Nós respeitamos toda confissão de culto, de fé, de credo, no País, e acho que temos toda a autoridade do mundo, do ponto de vista democrático, para poder – e ainda que não tivéssemos – fazer um apelo à vida.

Soubemos que há outras prisões lá, como a de homossexual e de outras pessoas por conta da religiosidade, e que nós tínhamos que interceder por todos. Mas eu faço esse requerimento porque a coisa está tomando corpo no mundo inteiro e para que nós possamos ouvi-lo aqui – espero que ele aceite o convite – e fazer uma intercessão, Senador Wellington, pela vida do pastor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Inclusive um apelo a ele.

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES) – Um apelo. É um jovem pastor de 33 anos de idade que se converteu ao cristianismo. Como somos um país cristão e respeitamos aqui os muçulmanos que vivem no País, acho que devemos, sim, fazer esse apelo não só por ele, mas por tantos outros que estão presos lá. O mundo e aqueles que defendem os direitos humanos no mundo fazem a mesma reclamação, para que nos juntemos neste coro em favor da vida.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Tudo bem. Os que concordam que se coloque extrapauta o requerimento aqui apresentado pelo Senador Magno Malta permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Aqueles que concordam também com o mérito por ele aqui advogado permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Há outro requerimento de minha parte, que vou colocar extrapauta, fruto inclusive desta audiência pública, por sugestão inclusive dos consultores da Casa. Eles entendem que seria muito bom que nós debatêssemos o Estatuto da Cidade, que completa dez anos agora no dia 7 de julho.

No debate do Estatuto da Cidade, nós vamos debater questões como ocupação, enfim, todo o tema que nós aprofundamos no dia de hoje.

Então, aqueles que concordam que eu coloque extrapauta um requerimento para que a gente debata o Estatuto da Cidade, como foi a sua aplicação em dez anos, como está e o que podemos avançar permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado quanto à inclusão em pauta.

Quanto ao mérito, coloco também em votação.

Os que concordam com esse debate do Estatuto da Cidade, que completa dez anos, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Todos os requerimentos estão aprovados.

Voltamos à nossa audiência.

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES) – Senador Paim, pela ordem. Eu queria só uma orientação de V. Exª, porque eu tenho uma proposta e ela não está escrita. Como eu procedo? Acho que a assessoria pode me ajudar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Fale. Pode se expressar.

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES) – A minha proposição é que esta Comissão crie uma subcomissão de enfrentamento a abuso em caso de pedofilia especificamente.

Com o advento da CPI da Pedofilia, a demanda ficou muito grande e as pessoas se sentem desamparadas, mas já não existe mais o instrumento poderoso de uma CPI. Há casos a serem acompanhados, casos escabrosos. As pessoas querem ser ouvidas, querem ter um fórum onde possam colocar os seus problemas para que nós os encaminhemos ao Judiciário, ao Ministério Público. E eu queria, legalmente, ver como V. Exª pode criar essa subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Há toda a simpatia e o apoio desta Presidência. Só que nós faremos, posteriormente à reunião, uma conversa para ver como é que podemos criar essa subcomissão dentro da estrutura do Regimento.

Passamos de imediato a palavra ao Senador Anibal Diniz, voltando ao debate motivo da nossa audiência pública.

Muito obrigado pela tolerância, meu Senador.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador Paim. Quero cumprimentar cada um dos integrantes da Mesa.

O motivo pelo qual eu pedi a palavra, Senador Paim, em primeiro lugar, foi para lamentar que no caso do Piauí nós temos aqui um representante das vítimas da ação policial, mas, ao mesmo tempo, temos a autoridade pública do Município e também da Polícia Militar para fazer o contraponto. E isto é muito importante, ou seja, a gente ter o contraponto em todas as situações. Até porque a gente tem que se pautar pelo equilíbrio.

E no caso do Acre nós tivemos aqui a presença do Deputado Major Rocha que trouxe um ponto de vista e uma denúncia veemente, com vídeo, com exposição, e não tem ninguém, uma autoridade do Estado para fazer o contraponto. Então, de certa forma, ficou desequilibrado.

A gente está aqui para fazer este registro e, ao mesmo tempo, pontuar alguns aspectos para que a gente tente restabelecer as coisas nos seus devidos lugares.

Bom, em primeiro lugar, é fundamental – isto vale para o estudante, vale para as pessoas que estão no Executivo municipal do Piauí ou para qualquer executivo de qualquer lugar do Brasil –, o Poder Executivo é um poder extremamente complexo, porque trabalha com todos os interesses e precisa assegurar a plenitude do Estado Democrático de Direito.

Isso bate muito com aquilo que o Senador Aloysio Nunes falou: qual é o ponto de equilíbrio entre garantir o direito de ir e vir das pessoas e, ao mesmo tempo, assegurar o direito de manifestação das pessoas que reivindicam seus direitos também? Então há um ponto de equilíbrio que é como o fio da navalha – muito difícil de ser estabelecido.

Eu estou agora como Senador da República, mas eu tive, ao longo de doze anos, atuando no Executivo como Secretário de Comunicação e também na ação de política, e participei de muitas mediações, mediando muitos conflitos, em muitas situações. Não foi fácil, não foi fácil! O que a gente pode estabelecer são os princípios que nortearam as nossas ações.

Quando o Jorge Viana assumiu o governo, em 1999, foi eleito em 98, a gente estabeleceu por princípio que as questões relacionadas à habitação, às ocupações, essas questões mais de ordem social não deveriam ser tratadas apenas como caso de polícia, mas fundamentalmente como caso de política e de justiça, quando fosse o caso. E a gente procurou ponderar com muita, muita moderação cada uma das intervenções no que diz respeito a uma reintegração de posse; inclusive a gente estabeleceu como parâmetro que naquelas localidades onde o direito já estava constituído de muitos anos, ainda que tivesse ocorrido determinação judicial, haveria todo um diálogo para tentar reconsiderar isso. Dessa maneira, a gente evitou muitos conflitos.

Acontecem muitas situações em que as pessoas que estão reivindicando seus direitos, que normalmente são pessoas que até são passíveis de diálogo, elas são influenciadas por aqueles que querem partidarizar, quase sempre. Mesmo numa ocupação, quando acontece uma ocupação de habitação, quando a equipe de governo vai para conversar, para mostrar: olha, existe um cadastro, existem pessoas priorizadas que estão no cadastro único, elas atendem a um critério, a um critério rígido para poderem ter acesso... São milhares de pessoas. Imagine num Estado que tem um déficit habitacional próximo a 20 mil, quantas pessoas não têm na frente!. Então não é simplesmente o poder do

esperto que vai valer. Ah! vamos ocupar a casa que a gente vai ficar com a casa. Não, têm outras pessoas que estão inscritas há muito mais tempo.

Então, quando o Major Rocha traz esses exemplos de uma ocupação de um conjunto habitacional. O conjunto habitacional estava construído, mas ele tinha destinação adequada e já definida previamente com base em critérios, critérios rígidos, não são quaisquer critérios; critérios que são feitos com base no cadastro feito e nas visitas feitas pela equipe a cada uma das pessoas que são candidatas para saber se realmente as informações prestadas são correspondentes, até que elas se mostrem completamente no direito de terem aquela habitação.

Por isso, quando ocorre um movimento de ocupação dessas casas, há toda uma conversa com esses ocupantes, no sentido de que devem desocupar por que há outras pessoas nas mesmas condições que eles, ou até piores, que são priorizadas para aquela casa e atendem ao cadastro.

Outra questão que queria colocar é que, infelizmente, o Deputado Major Rocha traz a partidarização com um quê de contradição. Por quê? Porque ele coloca tudo como sendo uma ação de governo e como se fosse uma ação premeditada, quando, na realidade, os conflitos não são previsíveis. Quando acontece uma situação de crise, muitas coisas têm que ser resolvidas ali e na hora por um comando, como foi bem demonstrado na reportagem da TV Gazeta, onde mostrou o antes, a ação e o depois. O comando da polícia dizendo: "Olha, tentamos dialogar para garantir o pleno direito de ir e vir, mas não foi possível. Aí, tivemos que agir com força". Infelizmente, tem-se que investigar casos em que podem acontecer excessos. Mas, num caso como aquele ali, ficou explícito que se tentou todos os meios para se resolver pacificamente uma situação e, quando se recorreu à força, foi por que não tinha mais mecanismos.

E o Major Rocha – eu disse que foi ele tão partidarizado quanto contraditório – diz: "Ah, no Acre tem uma completa censura à imprensa". Interessante, ele fala de censura à imprensa e mostra uma reportagem ampla, geral e irrestrita exibida pela TV Gazeta, que tem o telejornal mais assistido do Estado. E, por coincidência, a apresentadora Mara Rocha é irmã do Major Rocha, com quem tive a honra de trabalhar quando fui editor da TV Gazeta e o próprio Major Rocha passou por lá. Estava iniciando também no jornalismo, antes de entrar para Academia de Polícia, e trabalhou comigo quando estava na TV Gazeta.

O que quero dizer é que não adianta trabalharmos com esses conceitos frágeis, meramente partidarizados de dizer que no Estado do Acre existe censura de imprensa. Por quê? Primeiro, porque isso é uma coisa superada. Imaginem – hoje com a Internet, as redes sociais funcionando a toda prova, com total liberdade – se faz sentido falar hoje em cerceamento de liberdade de imprensa, onde todo mundo exibe os seus vídeos, as suas fotos, as suas opiniões em todos os ambientes, sem qualquer tipo de cerceamento.

Agora, se um ou outro veículo de comunicação como temos, no plano nacional, a revista *Veja*, que não gosta do Partido dos Trabalhadores, e sempre que possível está expondo as suas lideranças, se há uma opção editorial de conduzir um determinado ponto de vista, temos que respeitar também, porque a liberdade de imprensa também assegura isso. Então, nesse aspecto que insisto no caráter contraditório da exposição do Major Rocha.

Por último, queria reforçar, o Major Rocha é um Oficial da Polícia Militar – acho que já está na reserva, porque entrou para a política, como Deputado Estadual – e sabe perfeitamente que quando se estuda, faz uma academia para comando, estuda-se profundamente a Constituição, os direitos e quais são as habilidades para comando. E habilidade para comando, requisitos essenciais para comando são justamente obedecer a disciplina, a ordem, a hierarquia e a Constituição.

Quem mais do que a Polícia Militar tem que saber dos direitos dos cidadãos de ir e vir, os direitos assegurados? E estou aqui diante de um oficial da Polícia Militar, que responde a processo por motim, ou seja, por incentivar, por insuflar seus subordinados a se insurgirem contra a autoridade constituída. E tenho certeza de que é grave, principalmente para quem estuda e chega ao oficialato, a partir do cumprimento de todos os requisitos dentro de uma escola militar, de uma academia.

Nesse sentido, é que temos que ficar muito atentos ao que é demanda espontânea da sociedade, o que é o movimento que acontece a partir de um direito afrontado da sociedade e o que é insuflado.

Aquele caso da ponte que ele mostra, veja só a situação, havia alagação atingindo aquela área, houve uma recomendação da Eletroacre, que é a representante da Eletrobras no Estado, de que tinha que apagar a luz sob pena de se ter choque elétrico e matar pessoas.

Essa determinação foi cumprida e eis que um grupo se insurgiu. E no grupo que se insurgiu havia assessores, orientados pelo Deputado Major Rocha, se insurgindo contra uma orientação técnica essencial. Prova disso que depois, infelizmente, aconteceu de um voluntário, que estava a serviço dos alagados, um jovem de 19 anos, um jovem que tinha responsabilidade com a sua família, levar um choque e morrer

eletrocutado na mesma área e no mesmo bairro, o bairro de Santa Terezinha.

Veja só, então, se não fosse cumprida aquela determinação ali a força, como foi, de não ligar a luz, esse jovem que morreu, o jovem Alan, poderia ter se multiplicado por dez, por vinte, ou não sei por quantos. E a gente tem uma atitude do Deputado Major Rocha, estando publicamente defendendo que a atitude dos insubordinados estava correta.

Então, esse ponto de equilíbrio é que é muito difícil de encontrar, porque a gente tem que assegurar o direito à livre manifestação das pessoas, mas esse direito à livre manifestação não pode afrontar o direito à vida, à integridade, o direito de ir e vir das pessoas. E esse ponto de equilíbrio é que nós da política temos a responsabilidade de buscar.

Por isso, eu acho que o assunto tem que ser tratado com total transparência, com total ausência de preconceitos e nós não podemos fazer uma dicotomia entre o bem e o mal, no sentido de que: "Ah, São Paulo agiu correto. O Acre agiu errado ou o Piauí, dependendo de quem é o partido que está no poder". Por quê? Porque a Polícia Militar dos Estados tem que ter uma política de Estado, assim como a educação, assim como a saúde. Independentemente do partido que estiver no comando do Estado, nós temos que ter o cumprimento das regras. E não é admissível que um policial militar insufle a sociedade, ou parte da sociedade, a promover motim contra a ordem pública, porque a defesa do Estado democrático de direito é responsabilidade do Estado e o braço do Estado para fazer cumprir o Estado Democrático de Direito é a Polícia Militar. E quando a Polícia Militar se insubordina a gente tem o risco da barbárie. Imagine só a sociedade se não tiver quem estabeleça o cumprimento das regras.

Nesse sentido é que eu quero lamentar a ausência dos representantes da Polícia Militar do Acre aqui para poder fazer os devidos esclarecimentos e deixar o meu protesto à atitude do Deputado Major Rocha, no sentido de fazer uma exposição partidarizada, querendo responsabilizar o Estado e fazendo falsas acusações ao Estado de que a democracia e a liberdade de imprensa estão ameaçadas no Estado, quando na realidade isso é um assunto que nós consideramos devidamente encerrado.

Por último, eu queria também dizer que o Major Rocha era comandante da Polícia Militar do Acre em Sena Madureira quando houve o caso Luziene, que foi um caso muito famoso.

Nesse caso Luziene, houve três jovens que se declararam culpados, sendo inocentes. Sabe por quê? Porque foram torturados. Houve denúncia dos direitos humanos naquele momento de que esses jovens assumiram a culpa por um crime, por força das torturas a que foram submetidos. E quem estava no comando naquele momento era o Major Rocha, que era o comandante de Sena Madureira naquele momento. Depois disso, o próprio procurador que atuou na acusação, chorou em pleno tribunal pedindo desculpas porque havia cometido uma injustiça e esses jovens foram declarados inocentes.

Essas situações todas têm que ser objeto de reflexão para que a gente não tenha arautos da moralidade querendo ensinar a sociedade sobre como proceder, mas, na realidade, têm nos seus currículos, explicações a dar à sociedade, como é o caso do major Rocha, Deputado Estadual hoje, que deixou essa dúvida no ar sobre a condução daquele processo em 1999. Foi o caso Luziene, em Sena Madureira.

Naquele momento, ele era o comandante da Polícia Militar no Município e pesa sobre ele essa suspeita de ter comandado pessoalmente o processo de investigação, inclusive passando por cima da Polícia Civil, que era quem deveria proceder ao inquérito, e nós tivemos, lamentavelmente, uma situação de afronta absoluta aos direitos humanos daqueles jovens, que tiveram as suas vidas tragicamente mudadas para pior desde aquela situação. Um deles teve o pai, que se matou por não aguentar ter convivência com tudo que estava acontecendo com seus filhos. E depois essa situação acabou vindo à tona com os jovens sendo inocentes e, infelizmente, os danos causados foram irreparáveis para essas famílias.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Senador Aníbal Diniz, que colocou seu ponto de vista sobre a questão do Acre e, nesse momento, o Senador Magno Malta pede a palavra.

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES) – Eu quero ser rápido até porque cheguei, estava ouvindo o debate e, depois, só me posicionei sobre o requerimento que fiz, extrapauta.

Quero fazer outro requerimento, e formalizarei, pedindo para que se convoque o Conselho de Psicologia ou um representante do Brasil para que venha a esta Casa, porque a psicóloga Marisa Lobo, do Paraná, de Curitiba, está ameaçada de perder o seu registro. Já foi ouvida pelo Conselho de Ética, que deu a ela oportunidade porque ela não pode dizer que é psicóloga cristã. Se ela tirar o "cristã" ela pode continuar psicóloga ou terá cassado o seu registro.

Uns absurdos em pleno século XX, em plena era da Internet, não cabem mais essas coisas. Tudo coisa retrógrada e desnecessária. E é preciso também que eles se expliquem senão vai acontecer com outras pessoas. De maneira que vou formalizar, em seguida,

o convite ao Conselho e também à Marisa Lobo para que venha a esta Comissão. Mas eu gostaria de cumprimentar Dª Alzenir Porto...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Deixa só eu resolver essa questão de imediato, porque daí nós vamos avançando.

Quem concorda com o requerimento extrapauta apresentado, neste momento, pelo Senador Magno Malta permaneça como se encontra. *(Pausa.)*

Vamos ao mérito. Quem concorda com o mérito do requerimento permaneça como se encontra. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento, o Senador o formaliza junto à Mesa e, no momento adequado, faremos os contatos para realizar a reunião.

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES) – Eu quero cumprimentar o comandante Rubens, Comandante da Polícia Militar do Piauí e o Major Rocha, Deputado Estadual do Estado do Acre e o jovem Deolindo, estudante do Piauí.

Tenho um sobrinho estudante no Piauí também, Diego Malta. Meu irmão faleceu lá no Piauí, o Zózimo, que era assessor, na época, do Governador Wellington Dias, e o meu irmão faleceu lá, aos 45 anos, diabético. Diabético não respeita doença; diabético é o mais irresponsável dos doentes do mundo. Parece que eles têm prazer em comer escondido o que não pode, e teve uma morte cerebral aos 45 anos de idade. Lamentável, porque era um moço inteligente e deixou os filhos pequenos ainda, mas lá, no Piauí, foi muito bem acolhido; minha cunhada ainda vive no Piauí, meus sobrinhos vivem no Piauí.

Eu fico muito feliz de tê-los aqui, até porque eu tenho uma história na minha vida, uma passagem, com os dois Estados, tanto com o Acre quanto com o Piauí envolvendo exatamente a Polícia Militar, numa história mais forte ainda no Acre do que no Piauí. Quer dizer, a gente não sabe; onde tem criminoso não tem essa coisa de maior ou menor, tinha crime.

Eu fui participar de um momento muito ruim dos dois Estados e vi essa passagem, essa transformação que aconteceu a partir desse momento. Mas eu gostaria de dizer duas coisas, até porque estou muito a cavalheiro para isso, porque penso que nós devemos tratar com muito cuidado desses episódios que começam a acontecer. A mídia ensinou uma coisa para a família brasileira, que aprendeu rápido, e que não tinha que aprender: que tudo de ruim de acontece na sociedade brasileira está na conta dos políticos e da polícia. Todo mundo se livra dos seus problemas; tudo é polícia e político.

Eu já cansei de ouvir por aí. Criança abusada, bairro tal, às duas horas da manhã, foi encontrada criança abusada. E, no outro dia, você ouve o cara falar na rádio: "Também não tem polícia na rua". Como é que a polícia viu esse avô abusando dessa criança num quarto trancado de madrugada? Ele já abusada de todos os outros filhos e netos.

Daí, o outro fala: "Não, não é isso, não. Você está doido". Esses políticos que só sabem aumentar o salário dele. O que isso tem a ver com o quê? Mas a sociedade convencionou que é assim, ela aprendeu assim. Ela se livra da responsabilidade da criação de filho. O filho está usando droga, aprendeu vendo o pai beber cerveja em casa. "Ah, é esse Conselho Tutelar que não funciona". O que o Conselho Tutelar tem a ver com isso? Criação de filho é problema de pai e mãe. "Aqui no nosso Estado não tem escola que presta; se tivesse escola melhor... O problema é a educação". Não é não porque professor não tem obrigação de educar filho de ninguém. A obrigação de educar é de pai e mãe. A escola abre janelas para o conhecimento. É tudo dentro de casa, mas aprenderam a passar a responsabilidade para os políticos e para a polícia.

No dia em que aconteceu o caso Eloá, em São Paulo, aquele caso trágico – e as televisões todas ao vivo – eu estava, ao vivo, com o Datena, no Brasil Urgente. Eu estava no estúdio com ele. Naquele dia, era o dia em que Serra também estava decidindo se ia ser candidato a Presidente ou não. E o Datena estava me perguntando: "Você acha que o Serra vai sair?" Não sei, como é que eu vou adivinhar se o Serra vai ser candidato ou não?" Eu já sabia que ia ser também. Não precisa nem ter capacidade de adivinhar que o Serra ia ser candidato ou não, mas o cara não falou. Eu vou falar?

Daí, ele foi entrevistado de manhã, o Datena esteve na casa dele, ele recebeu umas crianças, tal e tal, mas estava no ar o caso Eloá, duas telas e a polícia entra, não entra, não sei o quê, tal e tal. Quando foi para o comercial, eu falei para o Datena: "se a polícia não entrar e tirar a menina, amanhã, vocês todos vão bater na polícia – a mídia – porque a polícia é frouxa, esse cara fez não sei o quê e, se entrar e acontecer um episódio, a culpa é da polícia também. Se entrar, a culpa é dela e, se não entrar, a culpa é dela também.

Fazer o quê? Fazer o quê? Mas quem ensinou isso? Foi a mídia que ensinou que tudo de ruim está na classe política e na polícia. Tudo de ruim desse País e está tudo errado porque o problema começa em casa. Deus não criou a polícia, não criou o Ministério Público, deus não criou o Conselho Tutelar. Deus criou a família, pai e mãe! Então, quando há esses conflitos de rua, é fácil depositar na conta de alguém e, normalmente, é na conta da polícia. Veja o massacre de Carajás. Ninguém fala nos palavrões que a polícia ouviu, nas

pauladas e nas pedradas que tomou. Ninguém fala nisso, está tudo na conta da polícia.

Daí, você tem um conflito na rua com jovens, tem gesto obsceno, tem palavrão, manda tomar não sei aonde, tem chute, não sei o quê, tal, tal e tal. Tem gente que tem o sangue mais quente que os outros. Uns reagem mais rápido, outros têm o sangue mais frio, mas onde há conflito, tem gente se aproveitando do conflito de um lado e de outro. Gente descabeçada de um lado e de outro, mas quando o conflito acaba, a culpa é só da polícia. É só da polícia. Entendeu? Daí, alguém atingido não é da polícia. Daí, "Não, tem os direitos humanos, tem que ouvir. Essa polícia é despreparada". Daí, a polícia do nosso Estado é a mais despreparada quando o cara faz o discurso. E o outro faz também dizendo: "A minha que é a mais despreparada", porque teve um conflito, a polícia pode ter se excedido, pode ter se descontrolado por ter ouvido muito palavrão e ser atingida também, o outro também se descontrolou porque achou que foi atingido também, mas o conflito fica sempre na conta da polícia. E, depois, sobra para o governador que é um incompetente, que não soube contratar a polícia dele, que não soube controlar a polícia dele. "Ah, porque quando o senhor era oposição falava isso. Agora, a situação está mandando espancar, colocar a cavalaria na rua".

Essas conversas fiadas de todo o tempo que são a mesma coisa! A mesma coisa e, quem publica isso, publica toda vez e faz com os mesmos interesses porque senão não vende jornal. Se o cara disser: "Foi tudo em paz, ninguém xingou palavrão, estavam todos de boquinha limpa, ninguém deu pedrada, ninguém jogou coquetel molotov, os meninos estavam brincando, não estavam nem requisitando nada", porque é um direito deles de ir para a rua. É direito, sim, de requisitar, de querer, de exigir, de buscar, de lutar. Não é direito de ninguém nem ser atingido e nem de atingir. Agora, a polícia é demandada pelo Poder Judiciário ou por uma autoridade que é o governador, ela é demandada.

Ninguém é demandado para fazer vandalismo, ninguém senta para "Governador, vamos pensar uma maneira de a gente atingir o estudante, atingir o povo, meter o cavalo em cima deles e tal. Vamos aqui articular e, dessa maneira, a gente joga uma tropa para cá, pega eles pelas costas, dá porrada nos meninos, não há nada disso". Dentro de um conflito, qualquer coisa pode acontecer. Vejam uma partida de futebol, vejam uma partida de futebol: os jogadores saem todos na mão, mas a torcida xinga o juiz. É a mãe dele que vai, os caras saem no tapa, a mãe dele entra no samba sem nem estar no campo.

A gente, que é da vida pública, precisa ter muito cuidado para tratar com isso, a gente não pode fazer *marketing* em cima da miséria, em cima de conflitos que existem, precisamos ajudar a resolver. E vão existir sempre... Desde o começo do mundo, desde a época de Cristo, os conflitos existem e temos de começar a tratar com sabedoria, sem usar isso como palco político, sem tentar desmoralizar pessoas, atingir a honra de pessoas, de um lado e de outro. Nós, que fazemos vida pública...

Muitas vezes o sujeito, depois, fica todo amarrado, sem saber o que fazer, porque o cara está do lado de cá como parlamentar e, depois, vira governador e começa a ser contraditório com o que ele apregoava antes porque agora nem sabe o que fazer porque tem de fazer igual aos outros. Como é que há uma ordem judicial para desapropriar uma área e não se desapropria? Tem de desapropriar. A polícia não programou isso, "vem cá no quartel todo mundo, vamos entrar lá e arrebentar todo mundo, queimar os barracos..." Ninguém faz isso, pelo amor de Deus!

Agora, onde tem conflito tem conflito e, a gente sabe que em área de conflito, área de invasão, esse tipo de coisa, tem gente do bem, precisando morar, mas tem gente do mal tirando proveito da situação também. Onde tem sem terra fazendo invasão tem gente querendo terra e tem gente querendo pedaço de terra para vender e depois entrar em outra invasão. Então, temos de ter bom senso para tratar com essas coisas.

Estou muito a cavalheiro, quero cumprimentar os dois Estados que estão aqui, cumprimentar o nosso querido Deolindo. Não fui estudante nessa época em que a gente já estava na democracia, mas na época da ditadura. Eu queria ter vivido na época da ditadura como jovem. Eu morro de inveja de quem conviveu, de quem fez aqueles enfrentamentos porque, doido do jeito que eu sou, se fosse naquela época eu teria morrido, tinha sido preso. Acho o máximo! Uma das coisas que me levaram para a campanha de Dilma foi exatamente saber que ela enfrentou a ditadura, que, ainda na juventude, antes de fazer 18 anos, foi para a cadeia sonhando com a liberdade de um país para que eu, filho de uma faxineira, tivesse o privilégio de ser Senador, de estar falando aqui hoje, filho de faxineira e bancário.

Nós, a ralé do país, como éramos chamados pela elite, chegarmos ao poder, ter essa disponibilidade hoje de falar. Quer dizer, ela pagou o preço de, aos 17, 18 anos de idade, parar na cadeia por três anos, pau de arara... Hoje, falar mal de José Dirceu é fácil, falar mal de Genoíno é fácil, mas não dá para esquecer a história desses caras, de um Gabeira, do próprio José Serra, o Suplicy, que está aqui, que viveu todos esses momentos. Estou falando a verdade! Precisamos reverenciar esses caras...

Hoje, o cara vem fazer discurso, meter a porrada no PT, falar mal do José Dirceu... Meu irmão, esse cara pagou um preço tão grande na juventude que hoje você tem até o direito de xingar ele. Falar mal do Serra num processo, esculhambar o cara... Vê lá as prisões que aconteceram em Ibiúna, aquela perseguição da ditadura... O cara estava lá. Todo mundo tem uma história, é preciso respeitar.

Eu sou filho de faxineira, dou graças a Deus pela história desses caras, porque hoje ganhei o direito de falar. Quem diria que nós... O senhor é comandante, hoje é Coronel, Comandante da Polícia Militar. Posso até imaginar a sua origem no Piauí, você nem precisa me contar a sua origem, quem é seu pai, quem é sua mãe, porque, sozinho, raciocino. Nós, nordestinos, então, naquela época, em que até as placas das construções civis de São Paulo diziam "cachorro e nordestino não entra", sabemos o que é isso.

Nós, que tivemos a possibilidade de vencer a ditadura, chegar a um país tão promissor, precisamos ter muita sabedoria e lucidez para tratar desse assunto e ensinar a sociedade que a responsabilidade de criação de filho é de pai e mãe e de que tudo é ruim na sociedade não deve estar na conta da polícia e na conta da classe política deste país. Essa é a minha consideração. Não sei nem se estava falando dentro do assunto, mas era o que queria falar. Obrigado.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Senador Paim...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Magno Malta *(falha na gravação...* vista dos conflitos nas áreas de ocupação e também nas áreas de mobilização e manifestação. Senador Wellington Dias, ex-governador do Piauí.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, quero aproveitar a fala do Senador Magno Malta para fazer duas considerações.

A primeira de que temos uma evolução, graças a Deus, muito grande do que tínhamos nos anos 90, mesmo no final da década passada, em relação a hoje, no meu Estado. Se ainda temos esse ou aquele problema, eu preciso dizer aqui que graças à raia da Polícia Militar, Civil, e ao próprio comportamento da sociedade, o Piauí é um dos Estados brasileiros, Senador Suplicy, que tem um dos mais baixos indicadores de homicídio do Brasil. Nós disputamos, com Santa Catarina, normalmente, todos os anos, quem é que tem o mais baixo do Brasil.

Eu devo ainda dizer que temos várias mobilizações no Estado. Nós tivemos essa situação específica dos estudantes, mas todos os dias nós temos manifestações, mobilizações, situações de despejo, e eu quero aqui reconhecer o importante trabalho do Cel. Rubens, da equipe do Cel. Carlos Augusto, que está lá como Subcomandante, com quem convivi muito intensamente, e o esforço do Governador Wilson nessa direção.

Da mesma forma que no Município de Teresina vejo, da parte do Prefeito Elmano, também, um esforço muito grande para dar conta de amplas responsabilidades, e reconheço que a atitude dele de abrir a negociação permitiu que tivéssemos uma conquista da sociedade que há muitas décadas, que há duas, três décadas se cobrava. E não posso deixar também de ressaltar a participação importante dos estudantes. O Deolindo, que conheço, não posso dizer que de meninho, mas ainda de adolescente, e vejo o papel que tem a juventude do meu Estado, um trabalho destacado na direção nacional do movimento.

Eu creio que, nesse movimento, o que temos que fazer é isso. Eu quero aqui finalizar dizendo do orgulho do meu Estado. Vejam que esta audiência foi pedida para ver uma situação de São Paulo, e São Paulo não vem para a audiência para fazer a prestação de contas legítima à sociedade. Vejam isso que estou destacando aqui. O Piauí, o Acre, enfim, outros Estados mandam os seus representantes, porque esta é a Casa da democracia. É o respeito do Município, é o respeito do Estado, é o respeito da sociedade, é o respeito da bancada do nosso Estado ao Parlamento, à democracia.

Então, eu não posso deixar de ressaltar isso e de deixar aqui no ar esse apelo. O Piauí, com tudo o que está encaminhado lá, também tem as investigações em andamento, lá também tem todas as coisas sendo apuradas pelo Ministério Público, por todas as áreas, tem os grupos de trabalho na prefeitura, enfim, mas o pessoal veio aqui para poder esclarecer. E faço aqui o apelo para que também as autoridades do Estado de São Paulo venham aqui – qual é o problema que tem? – dizer o que está acontecendo, qual é a verdade. Eu acho que é assim que se constroem as condições da verdade.

Eu quero aqui agradecer a Secretária Alzenir Porto, ao Cel. Rubens e ao nosso líder estudantil Deolindo pela presença e pelos depoimentos que deram aqui, pelo Estado do Piauí.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Senador Wellington Dias, ex-Governador do Piauí.

Eu quero só registrar que recebi aqui do Senador Suplicy um pequeno documento que diz que está presente o cineasta que fez o documentário sobre a questão de Pinheirinho. É um vídeo com uma versão de 50 minutos e outra de 20. Em resumo, o cineasta é o Sr. José Padilha, que está aqui.

O Senador Suplicy até levantou a possibilidade de passarmos o vídeo. Eu respondi a ele, e ele gentilmente entendeu, que não seria adequado, até porque o Senador Aloysio, que tem uma posição diferente, não se encontra. Então, nós poderíamos, numa outra oportunidade, dialogando com os outros Senadores, chegar ao entendimento de que o vídeo deva ser passado, seja o de 50, seja o de 20. Mas registro a presença aqui do nobre documentarista José Padilha, que dizem que fez um belo trabalho sobre a questão do Pinheirinho.

Meus cumprimentos a V. Exª.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Ressalto que o José Padilha é homônimo do José Padilha cineasta, muito premiado e tudo. Mas ele é uma pessoa com o mesmo nome e...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – E com o mesmo brilho.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT– SP) – ...é possível que o seu documentário sobre o Pinheirinho possa até participar de festivais de documentário e tudo, e receber um prêmio. Vamos ver.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, muito bem.

Vamos para o encerramento dos nossos trabalhos. Como é de praxe, nós sempre asseguramos no final no mínimo cinco minutos para cada um dos convidados.

Eu vou fazer um apelo aos nossos convidados: que, dentro desses cinco minutos, primeiro respeitem o tempo dos cinco minutos e, segundo, que a gente não esgote aqui este debate. É um debate que continua. Nós todos queremos achar caminhos para, de uma vez por todas, evitar todo tipo de conflito na linha dos direitos humanos e também de qualquer tipo de violência.

Sabemos que o fato existe. Existe uma decisão que tem que ser cumprida. Mas nós vamos sempre pregar que seja na linha do respeito aos direitos humanos. Então, de imediato, eu passo a palavra, começando de lá para cá agora, ao Deolindo Moura Neto, estudante do Piauí, para que ele faça as suas considerações finais no prazo de cinco minutos.

O SR. DEOLINDO MOURA NETO – Mais uma vez, quero agradecer aqui pelo espaço no Senado. Agradeço aos Senadores pelo meu Estado que estiveram presentes, o nosso saudoso Senador Wellington Dias, ex-Governador do Estado, assim como ao Senador Paulo Paim, que preside o espaço, ao Relator que enviou o convite, Senador Aloysio Nunes, do PSDB de São Paulo. Agradeço à Drª Alzenir Porto, que está presente, assim como ao Prof. Moura Andrez, que veio junto com ela, e ao comandante da Polícia Militar.

Como eu dizia antes, eu acho que, da parte daqueles que têm responsabilidade no movimento estudantil, nunca houve o não espaço para um diálogo, uma conversa. Eu acho que a gente sempre esteve disposto a conversa, assim como foi nas últimas manifestações, assim como sempre vamos estar dispostos a conversar e a negociar aquilo que for de interesse da população de Teresina, principalmente no que diz respeito ao transporte público coletivo.

Há mais de dez anos, a gente tem essa luta travada, que é a questão de um transporte de qualidade para a nossa cidade, assim como um movimento estudantil em todo o Brasil, um movimento como o que o Senador Wellington Dias citou. Um movimento amplo e popular como aquele é um movimento do qual participam todas as pessoas que fazem parte da sociedade, todo o mundo que se acha indignado com a questão do transporte coletivo na capital. Assim é que a gente, liderança e o dirigente dos movimentos estudantis vimos o processo de mobilização. Claro que o outro veio de outra forma. Mas, nesse sentido, quero reafirmar a posição eu acho que de todo o movimento social, de todo o cidadão e cidadã da nossa capital Teresina, uma capital pacata, como bem disseram os Senadores pelo Estado.

Nós sabemos que, verdadeiramente, o papel de qualquer ente que representa a Polícia Militar ou a justiça é investigar, porque eles têm o papel de investigar, e não o movimento. se existiu gente encapuzada ou fazendo alguma coisa errada durante as manifestações, que fosse investigada por quem tem a competência de investigar e que fossem punidos na forma da lei. Nós não entendemos, Senador, que mandar estudante para a penitenciária, bala de borracha e pau em estudante sejam maneiras de punir na forma da lei. Cabe à Strans e ao Cetute a fiscalização.

Nós temos hoje um sistema totalmente eletrônico no transporte público coletivo. Cabe a eles a fiscalização, Senador Wellington Dias, da meia entrada, de quem usa e não usa, porque não cabe ao usuário, além de ter o serviço de trabalhar, de buscar a melhoria do sistema, também fiscalizar e garantir lucro para empresário. Nesse sentido, o setor empresarial está altamente municiado de um sistema eletrônico capaz de identificar.

Assim também como eu queria dizer que, se de um lado...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Está municiado de um sistema eletrônico?

O SR. DEOLINDO MOURA NETO – Sim, um sistema eletrônico de transporte coletivo, que inclusive tem identificador facial, ou seja, só o jovem que possui aquele cartão, além de ter o cartão pessoal, os identificadores faciais que foram implementados no sistema de transporte, ele identifica que aquele cartão é daquela pessoa por alguns pontos da face.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Para identificar quem tem meia passagem ou a gratuidade.

O SR. DEOLINDO MOURA NETO – Para finalizar, Senador, colocar aqui que, se de um lado nós tínhamos estudantes encapuzados, tinham pessoas com interesses diversos do outro lado também. Nós não conseguimos compreender a questão de ter pessoas encapuzadas também do lado da Polícia Militar. Assim como o aparato que o Setut colocou de milícias que corriam atrás dos estudantes – está também nas imagens –, corriam atrás dos estudantes milícias armadas, seguranças particulares em meio à Avenida Frei Serafim. E a gente gostaria que tudo isso fosse apurado mais uma vez. Assim como gostaríamos que algum Poder pudesse fazer alguma coisa quanto aos estudantes que continuam respondendo a processo na Justiça, e os populares também. Esperamos que alguma autoridade esteja olhando pelo sistema de transporte coletivo e pelos companheiros que estão respondendo por algum processo.

Assim, agradecer a todos os colegas e companheiros que estiveram conosco durante as manifestações.

Muito obrigado, Senador.

Desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Deolindo, que ficou exatamente nos cinco minutos. Foi preciso e deixou aí o seu recado e as suas solicitações.

Dentro do possível, e na forma do Regimento, vamos ver em que a própria Comissão pode ajudar.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Acho que a própria Comissão pode ajudar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Exatamente.

Agora, passo a palavra ao Major Rocha para as suas considerações finais nesses cinco minutos.

O SR. MAJOR ROCHA – Senador Paim, primeiro, eu agradeço pelo convite que foi feito. Nós, dentro das nossas possibilidades, viemos aqui para dar a nossa contribuição.

Gostaria também de lamentar a postura do Senador Anibal que, ao invés de trazer o debate, ele buscou desqualificar, até mesmo agredir, trazer agressões desqualificando a minha pessoa. Dizer para o Senador Anibal Diniz que, com relação à censura do Acre, V. Exª mesmo disse que foi Secretário de Comunicação, então, V. Exª foi um dos mentores desse sistema. E aí nós temos isso na gravação – eu queria mostrar aqui, mas infelizmente não foi possível – de uma jornalista que V. Exª disse que é o meu assessor, e não é, e não é. Então, V. Exª talvez esteja mal-informado, ou então, não sei, quero acreditar que não foi proposital, mas acredito que está mal-informado, em que esse jornalista foi ameaçado por um dono de jornal e conta todo o esquema de como se trata a imprensa no Acre.

Com relação à questão do caso Luziene, V. Exª deve saber que eu respondi por este mesmo fato, por conta de uma Deputada Estadual do seu partido, a quatro inquéritos. Em nenhum desses inquéritos – dois na auditoria militar e dois na Justiça comum –, em nenhum desses inquéritos eu fui denunciado. Em todos os quatro o Ministério Público pediu o arquivamento. Então, V. Exª, também nesse caso, eu quero acreditar que não é por má-fé, mas está mal-informado.

Agora, V. Exª, nos primeiros dias de governo assinou pedido de compra de material superfaturado. É tanto que a imprensa chamou V. Exª de "boca de lobo", porque foi um dos itens que foi superfaturado em mais de 2.000%. Então, V. Exª, nessas comparações, nessa forma de tentar conduzir o debate, V. Exª tem que explicar também a situação. Eu não sei em que pé foram parar as acusações contra V. Exª, mas foram logo nos primeiros dias de governo.

Com relação ao motim, e é interessante que se diga que a Polícia Militar de vários Estados do Brasil, eu acho que em quase todos, ela passou por uma agitação por conta de reivindicações salariais, por conta de uma esperança de ter aprovada a tão sonhada PEC 300, e não foi diferente no nosso Estado. O policial militar do Estado do Acre, o Bombeiro Militar do Estado do Acre têm hoje um dos piores salários, mesmo o seu governo dizendo que é um dos melhores do Brasil, mesmo. E eu, como fui eleito para defender a categoria, tomei a frente do movimento, tomei a frente. Mas pasme Senador Paim, o inquérito foi conduzido de forma tão equivocada que, mesmo a Constituição Federal prevendo que nos casos de prisão administrativa não se cabe *habeas corpus*, e a doutrina entende que em alguns casos específicos quando há abuso, quando há excesso, aí nesses casos cabem, o Tribunal de Justiça confirmou a concessão de *habeas corpus* para 14 policiais. E, pior do que isso: o inquérito policial pediu a minha prisão administrativa. Ou seja, eu ia sair da Assembleia Legislativa do Estado do Acre – o seu governo fez isso –, e queria que eu saísse da Assembleia Legislativa preso: prisão administrativa. Este é o Estado que nós vivemos e que V. Exª faz questão de esconder. Este é o Estado que não é mostrado na mídia.

Com relação ao caso 6 de agosto, e aí eu vou finalizar, de antemão agradecendo a sua paciência e o seu espírito republicano, o caso 6 de agosto é um caso emblemático. Por quê? Porque eram pessoas que estavam sendo vitimadas por uma alagação, vitimadas por uma alagação e tiveram menos de duas

horas de negociação, e já se utilizou a força física, a força do Estado.

Nós entendemos que o emprego da força ele é legítimo, desde que esgotadas as negociações. Não existe negociação que dure duas horas; negociações com pessoas que são vitimadas, que estão vitimadas. Eu acompanhei atento esse fato. Eu estava em Sena Madureira, Município em que eu resido, e vi a tentativa de imputar à minha pessoa à organização do movimento, dizendo justamente o que V. Exª disse, talvez por falta de informação, que o jornalista Ray Melo era o meu assessor. V. Exª está desinformado. O jornalista nunca foi o meu assessor. Nunca foi o meu assessor. Aí V. Exª tem de procurar as pessoas do seu Governo, o atual secretário de comunicação, que dever ter ligação com V. Exª, e saber dele de onde foi que ele tirou essa informação. Agora dizer que nós, no Estado do Acre, respiramos democracia, é mentira. O Estado do Acre é o Estado que mais reprime. Hoje o funcionário público tem medo de falar nas suas repartições porque são policiados. Os comerciantes têm medo de falar porque são policiados. Os empresários têm medo de falar porque são policiados. E a repressão do Estado é pesada.

Senador, eu fui eleito em razão das lutas nossas do movimento dentro da Corporação, e alguns fatos ficaram extremados, esse clima de perseguição no Estado do Acre.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Sª tem um minuto.

O SR. MAJOR ROCHA – Vou concluir agora. Só para V. Exª ter ciência, pelo fato de eu ter concedido uma entrevista a um órgão de comunicação local, eu respondi a um inquérito. E, nesse inquérito, o encarregado do inquérito me qualificou em uma quantidade tão grande de crimes que, somados, por uma entrevista, eu pegaria mais de 30 anos de cadeia. Graças a Deus, o Ministério Público, com isenção, pediu de pronto o arquivamento, porque viu que era uma coisa tendenciosa.

Então, Senador, este é o Estado do Acre real, não é o Estado virtual que o Senador Anibal tenta pregar, que as pessoas que fazem parte do governo dele tentam vender para fora do Estado, saindo das fronteiras do Estado.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Este foi o Major Rocha colocando o seu ponto de vista nas considerações finais.

De imediato, vamos ao Comandante Geral da Policia Militar do Estado do Piauí, Sr. Rubens da Silva Pereira.

O SR. RUBENS DA SILVA PEREIRA – Sr. Presidente, quero, nesses instantes finais apenas me referir aí, rapidamente, às perguntas do Senador Wellington Dias. Fez-me aí referência à Coordenadoria de Gerenciamento de Crises e Direitos Humanos, criada no seu Governo e que continua atuando efetivamente, principalmente nessas ocasiões de conflitos em que há a necessidade do emprego da força da Polícia Militar. Então, continua assim atuando.

Não é possível, nos dias de hoje, a Polícia Militar receber uma ordem judicial e já partir para o emprego da força física sem uma negociação antes, aliás, sem uma avaliação inclusive da repercussão, do ponto de vista das pessoas que estão lá no terreno, nessa ação de reintegração de posse. Não é possível isso hoje ser feito sem uma atuação efetiva, programa e Coordenadoria de Gerenciamento de Crises e Direitos Humanos. Prova disso é que 95% dos mandados judiciais hoje, cumpridos pela Polícia Militar do Piauí, são cumpridos sem o uso da força física, porque é claro, previamente, atuou a Coordenadoria de Gerenciamento de Crises e Direitos Humanos.

Quero dizer também a V. Exª que o governador do Estado, sim, determinou, e é a preocupação dele, a apuração rigorosa de todos os fatos, inclusive dos excessos, sim, dos policiais militares que porventura tenham ocorrido durante todas as manifestações. Estou aqui com a documentação, para entregar à Comissão, dos procedimentos que foram feitos, não só pela Polícia Civil em relação aos excessos que ocorreram e foram registrados pelos manifestantes, mas também em relação à Corregedoria da Polícia Militar que atuou também para esse controle interno da atividade policial. O Corregedor-Geral da Polícia Militar, o Coronel Sidney, esteve, antes de ontem, conversando com o estudante no seu ambiente de trabalho. Aquele que, segundo as informações que nós recebemos, como foi citado aqui pelo Deolindo, havia perdido a visão, havia perdido o olho. Na verdade, ele não perdeu a visão. Foi constatado. Inclusive ele mesmo não teve o interesse nem de procurar a Corregedoria da Polícia Militar para registrar. Mas, mesmo assim, o inquérito policial foi instaurado e, com certeza, ele será convocado, será chamado, será convidado a prestar os esclarecimentos, mas principalmente aqueles policiais militares que estão relacionados ou envolvidos.

Para os senhores terem uma ideia, no início dessas manifestações deste ano, inclusive em uma ocorrência em que houve prisões, houve apreensões, foi determinado, através da instauração desse inquérito ou imediatamente após a instauração do inquérito, o afastamento de alguns policiais militares do controle de distúrbios civis naquelas ocasiões. Então, esses

policiais militares que estavam sendo acusados de excessos, de abusos foram afastados desde aquele primeiro dia das manifestações até posteriormente. Então, a partir daí eles não atuaram mais.

Mas, claro, os órgãos de controle interno, mas principalmente os órgãos de controle externo da atividade policial estão funcionando ativamente no Estado do Piauí, principalmente em relação à Polícia Militar. Nós temos o Ministério Público Militar, que são civis, e também o Poder Judiciário presente. E, com certeza, todos esses procedimentos que estão sendo feito serão encaminhados à Justiça.

Quero também informar à V. Exª que o uso do armamento não letal foi utilizado pelas tropas de controle de distúrbios. Há armamento utilizado, mas em relação aos outros grupos de policiais das áreas periféricas do movimento, da crise em si. Mas as forças de controle de distúrbios não utilizaram nenhuma arma letal; foi o armamento não letal. Tanto é prova que não houve nenhum tiro disparado por qualquer policial militar.

Então, são essas as considerações que eu quero fazer, agradecendo a todos pela oportunidade.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Permita-me, Presidente.

Eu agradeço se o Comandante-Geral da Polícia Militar do Piauí puder nos informar, tendo em conta até as observações do Senador Wellington Dias, ex-Governador. Então, por exemplo, para eventual contenção de distúrbios, que armas a Polícia Militar normalmente dispõe não letais, além dos próprios braços e habilidades, por exemplo, de um ex-Governador e Senador Wellington Dias, mas que ele é um bom atleta, sobretudo, eu já sei como ele sabe usar a palavra, os gestos e tudo, mas quais são as armas não letais? É um esclarecimento para quem não sabe.

O SR. RUBENS DA SILVA PEREIRA – A tonfa, o cassetete, que são utilizados no controle de distúrbios, e há também aquele armamento de disparo de balas de borracha. São esses os armamentos utilizados para o controle de distúrbios. Há também material ...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – A bala de borracha é considerada não letal ou semiletal?

O SR. RUBENS DA SILVA PEREIRA – Ela é menos letal.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Mas machuca pra valer.

O SR. RUBENS DA SILVA PEREIRA – Sem dúvida. Mas ela é permitida inclusive legalmente pela legislação.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Permita-me, Coronel Rubens.

Nós chegamos a comprar alguns equipamentos... Por que eu digo isso? Porque a legislação brasileira está ultrapassada. Inclusive é uma das cobranças que eu fazia ao Ministro Tarso Genro. Hoje nós já temos pistolas com disparos a laser, que imobiliza, gera um choque que imobiliza a pessoa parte da operação sem causar nenhum dano físico maior além de um choque que é no limite semelhante ao da bateria de carro, está certo?

Então, meu Presidente Paulo Paim, eu quero apenas dizer que nesse ponto o Brasil precisa avançar. De um lado, tenho orgulho da nossa polícia e sei que precisamos ter uma equipe especializada para lidar com o movimento, Senador Suplicy. De outro, que possamos crescer na formação e em equipamentos, inclusive legalizados, para o uso desses outros equipamentos que têm efeito não letal.

Há o semiletal. Aliás, é considerada não letal a chamada bala de borracha, porque não há casos que se conheçam de pessoas que morreram. Muitas vezes ela causa algum problema físico, mas não gera o assassinato, que é o que se quer evitar no momento dos conflitos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Acho que está muito bem colocado por parte do Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado do Piauí como foi o procedimento durante aqueles fatos em que a cidade praticamente paralisou, principalmente Teresina.

Passamos a palavra, de imediato, à Drª Alzenir Porto, Superintendente Municipal de Transportes e Trânsito de Teresina.

A SRª ALZENIR PORTO – Iniciando com a resposta do Senador Wellington Dias sobre a questão da comissão.

O Dr. Elmano viu como legítimo o que nós temos, o Conselho Municipal de Transporte Público, no qual há representantes de todos os segmentos interessados nesse ramo.

A questão do estudante. Nós temos uma taxa realmente assustadora. A maior taxa em percentual de estudante é em Teresina. Nós temos 32%. A média, nas outras capitais, é entre 15% e 20%. Iniciamos, nessa gestão, um sistema chamado biofacial, sobre o qual o Deolindo começou a falar. É um sistema instalado nos ônibus que já tem a imagem anterior gravada e faz uma comparação. Então, nós estamos trabalhando efetivamente e detectando em média 10% de fraude.

É bom que se diga que essa fraude é feita também em outros segmentos, nas gratuidades asseguradas a algumas pessoas que têm esse benefício e o estende a terceiros, o que não deveria acontecer. Mas o número maior é entre estudantes. Então, iniciamos.

Em algum momento foi colocado que haveria uma perseguição ao estudante. Eu quero que entendam que

isso não é verdade. O que vamos fazer é usar o poder que nos é dado de fiscalizar, para que outras pessoas não sejam prejudicadas.

É bom que se diga que a integração foi um gesto de muita coragem do atual gestor. É óbvio que não pode entrar de imediato com toda a plenitude que ninguém mais do que o próprio gestor queria, porque acho que principalmente no ano político, quando se debateu tanto sobre o benefício desse sistema de integração, o gestor, que se expôs, correu atrás e conseguiu, de repente sofreu uma pressão imensa.

Nós ficamos nos questionando sobre aquilo que é um benefício para a cidade. Não importa quem faça. Não importa que seja o gestor de hoje ou de ontem que iniciou alguma coisa. E é bom que se diga que há uma continuidade. Com relação à integração também reconhecemos que há uma continuidade do que fez o gestor anterior, haja vista que ele já tinha iniciado o plano diretor. Então, não podemos simplesmente fechar os olhos e trazer para nós todos os benefícios. Precisamos saber que no caso da administração pública é uma continuidade. O que aconteceu foi isso.

Agora, o Dr. Elmano teve coragem de ir atrás do novo e de buscar ideias. Ele costuma dizer que hoje a mercadoria mais cara que existe são boas ideias. Saímos daquele modelo formal de que deveríamos ter 270 milhões. O Senador sabe perfeitamente que os nossos recursos ali são muito escassos. Então, nós não tínhamos nada, mas com nada teríamos que fazer alguma coisa.

No momento em que iniciamos e vimos todo aquele movimento se levantando contra algo que iria trazer para a sociedade um benefício, não resta dúvida de que nos questionamos: a quem está interessando isso? Quem está por trás de todo esse movimento, principalmente no momento em que víamos que poucos que estavam ali dentro eram estudantes, as bandeiras lá todas levantadas e as pessoas buscando destruir o que estava feito e nem deixavam nós colocarmos em funcionamento, para verificarmos se iria funcionar? Porque se iniciou no dia 2 quando também iniciou o movimento, com toda violência peculiar desse segundo movimento.

Então, tivemos grandes destruições e hoje estamos refazendo, mas gostaríamos, sim, que a população visse como benefício. Que buscássemos nos interessar não por quem está levando, mas sim pelo benefício, porque o transporte é isso: essencial, vital.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRª ALZENIR PORTO – E como tal é um direito de todos. E como um direito de todos, não podemos nos afastar dele. Não interessa o rótulo, mas se está lutando por isso. Considero necessário que o Brasil inteiro lute por uma mobilidade urbana mais justa.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, doutora.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Senador Paim?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só um minutinho, se me permitir ainda, meu Senador.

Essa foi a Drª Alzenir Porto, Superintendente Municipal de Transportes e Trânsito de Teresina, para suas considerações.

Vou passar a palavra para V. Exª, mas permita-me dizer, para que eu não esqueça, que dessa audiência pública haverá os seguintes encaminhamentos: um debate sobre transporte público no Brasil e sobre mobilidade urbana, que foi aqui colocada; o Estatuto da Cidade; vamos avançar no debate da regulamentação do uso das armas chamadas não letais e ainda aquela proposta colocada pelo Senador Wellington, que eu achei também interessante, sobre aprofundarmos o debate de como a polícia deveria se articular e se preparar melhor para o convívio com os movimentos sociais.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – A coisa é mais simples: que se tenha em todos os estados com essa tarefa, uma estrutura da polícia, qualificada, adequada...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Específica.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Específica para lidar com os movimentos sociais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Ainda antes de passar a palavra ao Senador Aníbal, eu só quero informar que recebi um comunicado da CPI que trata do tráfico de pessoas no Brasil de que terão uma audiência pública em Manaus e convidaram a Comissão de Direitos Humanos para estar ali como ouvinte, interagindo juntamente com ela. Mas estaríamos como convidados.

Foi feito o comunicado da Comissão Parlamentar de Inquérito, que convida a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para acompanhá-la a Manaus e estar presente na audiência pública para tratar principalmente da migração e do tráfico de haitianos para o Brasil.

Ainda estamos com a presença dos líderes da juventude brasileira. Levantem-se os dois que estiveram comigo pela manhã. Podem se levantar e dizer o nome.

O SR. ROGÉRIO CRUZ – Eu sou Rogério, da Juventude do PT.

O SR. JONATAS MORETH MARIANO – Jonatas, da União Nacional dos Estudantes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Isso. Ambos estiveram conosco dialogando sobre o Estatuto da Juventude e decidimos, juntamente com outros líderes do movimento que estavam no café do Senado hoje pela manhã, que realizaremos, aqui na comissão, um debate sobre o Estatuto da Juventude, já que essa é a comissão de mérito sobre a matéria.

Com isso, pergunto a todos se posso colocar em votação um requerimento com esse objetivo?

Os que concordam quanto à intenção da discussão sobre esse tema tão importante que é o Estatuto da Juventude permaneçam como se encontram.

Vamos ao mérito.

Aqueles que concordam com a audiência pública para debater o Estatuto da Juventude, convidando a sociedade organizada e principalmente os jovens, permaneçam como se encontram.

Aprovado.

E os Senadores presentes com certeza assinarão o requerimento.

Palavra ao Senador, nesse momento.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Somente para ainda um esclarecimento, em função de ter sido citado.

Primeiro, eu tenho absoluto respeito pela democracia e acredito que a sociedade brasileira hoje respira muito mais democracia do que no passado. Os meios de comunicação e os formuladores de opinião são testemunhas inequívocas de que se respira muito mais liberdade e condição para expressar os sentimentos hoje no Brasil do que no passado. E no Acre, não é diferente. Nós não somos um país desligado do Brasil, nós somos uma unidade da Federação Brasileira.

Outro aspecto é quando se diz que o salário da Polícia Militar do Acre é o pior do Brasil. Quanto a essa informação, Senador Paim, eu sugiro, para não ficar como bolinha de pingue-pongue, indo e voltando, que esta comissão imediatamente levante qual o nível salarial dos policiais brasileiros e eu tenho certeza...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – De todos os estados. Levantaremos e apresentaremos na segunda-feira, aqui, ao vivo.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Exatamente. Mostrar qual é o salário pago para cada corporação no Brasil. Qual o salário inicial e qual o salário de teto em todas as corporações brasileiras. E o Brasil terá conhecimento de que no Acre, apesar de ser um estado pobre, um dos mais pobres do Brasil, paga-se salário absolutamente acima das condições que o estado teria. Não que o policial militar, como o professor e outras categorias, não merecesse muito mais, mas diante das condições que temos, procuramos, tanto no Governo Jorge Viana quanto no Governo Binho Marques e agora no Governo Tião Viana, assegurar um salário digno.

Em relação às outras questões levantadas pelo Major Rocha, os períodos eleitorais vêm à tona sempre com muita denúncia, fatos e factóides. Ainda assim, nós tivemos a experiência de três governos, dois com Jorge Viana e um com o Governador Binho e agora estamos no quarto Governo do Partido dos Trabalhadores e da Frente Popular, com o Governador Tião Viana. E a sociedade tem se manifestado democraticamente a cada eleição.

Então, o reflexo que nós temos de um trabalho continuado no Acre é justamente o do respeito que a sociedade do Acre tem para com o Governo do PT e da Frente Popular. Problemas, dificuldades e desafios temos muitos, mas não podemos abdicar de defender, diante do Brasil, que o Acre, hoje, passados esses 12 anos de Governo da Frente Popular e do PT, está muito melhor do que estava no passado, na época em que o crime organizado imperava e ameaçava inclusive a estabilidade do Estado Democrático de Direito.

Eu não tenho dúvida de que esse enfrentamento vai continuar. Nós respeitamos a existência da oposição, que é absolutamente saudável na democracia, mas a mentira não pode prevalecer nos debates e estaremos permanentemente atentos para fazer os devidos esclarecimentos.

No tocante àquela denúncia envolvendo o meu nome a que ele se referiu, foi num período muito curto em que eu assumi interinamente a Secretaria de Educação, em um processo licitatório que já havia sido licitado, homologado, dado o empenho e a ordem de pagamento. Eu assinei apenas a liquidação na Secretaria de Educação. Mas depois, isso foi absolutamente esclarecido, em que pese a oposição ter feito palanque em três campanhas, praticamente. Mas graças a Deus essa situação foi esclarecida.

O Secretário de Educação era o Binho, que depois se tornou Vice-Governador e por fim Governador, prova inequívoca de que a sociedade deu o seu veredicto em relação àquele fato, que para mim está devidamente esclarecido e superado.

Quanto aos enfrentamentos e ao diálogo com a sociedade, continuaremos usando a nossa voz e a nossa imagem, que é o que temos para oferecer à sociedade, para discutir e debater as propostas de políticas públicas para o Acre e o Brasil. E isso temos feito ao longo de toda a nossa militância política.

Muito obrigado, Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Senador Anibal Diniz, que uma vez

citado, naturalmente deu a devida explicação, como todos aqui tiveram a oportunidade de fazê-lo.

Eu vou encerrar a audiência pública. Só tenho que ler rapidamente dois requerimentos e sou obrigado a encerrá-la.

Outro requerimento que me chega aqui é da Senadora Marta Suplicy, para que façamos uma reunião, um debate aqui na comissão sobre o PLC 122.

Então, aqueles que concordam que ele entre extrapauta permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só um pouquinho, Senador Suplicy, porque eu tenho de aprovar os requerimentos antes que todos saiam.

Segundo. Aqueles que concordam com o mérito da proposta da Senadora Marta Suplicy para que possamos debater o tema mais uma vez. Inclusive ela cita aqui: seria no dia 15 de maio de 2012, às 10h, Auditório Petrônio Portella, debater a proposta do substitutivo ao PL nº 122, a ser entregue a esta Comissão pela Assembleia Nacional ABGLT, que será realizada no dia 19 de abril de 2012, na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, que servirá para instrução à proposição supracitada, sob minha relatoria.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

E, ainda, do Senador Paulo Davim. Ele quer também que se discuta a situação da CBF na ótica dos direitos humanos. Ele faz aqui uma série de considerações.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, quero só entender qual é a lógica dos direitos humanos na CBF.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu vou ler aqui o requerimento dele.

Com fundamento no disposto do art. 58, §2º, incisos II e V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, incisos II e V, do Regimento Interno desta Casa, requeiro a realização de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos, com o objetivo de debater as cotas de patrocínio da CBF aos clubes que participam do Campeonato Brasileiro. Sugiro que sejam convidadas autoridades ligadas aos seguintes órgãos e entidades: Eduardo Serrano da Rocha, Presidente da Liga de Futebol do Nordeste; Confederação Brasileira de Futebol – CBF; TV Globo; Jornalista Milton Neves, e Senador Zezé Perrella, que é ex-Presidente do Cruzeiro Esporte Clube.

Ele diz que – vou dizer o que ele me disse – há uma distorção enorme entre aquilo que acaba sendo concedido aos clubes do Nordeste e aos clubes do Sul. Ele entende que isso acaba – vou só dizer o que ele me disse; não sou eu que estou argumentando; o que ele deixou aqui eu estou apresentando como obrigação como Presidente – trazendo uma distorção enorme e um prejuízo para os clubes chamados mais pobres. E, na visão dele, o esporte é saúde, é vida, é lazer, tem tudo a ver com direitos humanos e, para incentivar o esporte nos Estados mais pobres, precisaria ter uma cota mais adequada, já que, na visão dele, direitos humanos têm tudo a ver com esporte e lazer. Foi o que ele me disse. Eu advoguei aqui.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, permita-me apenas menos de 30 segundos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Primeiro, vamos aprovar aqui. Daí...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – É sobre o tema.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – É porque...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Aprova ou não aprova? Daí eu passo a palavra a V. Exª.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Eu queria sugerir... Nós estamos esvaziados aqui, mas eu queria sugerir – inclusive, se ele não for membro, disponho-me a assinar, porque sou membro – que fosse na Comissão de Educação, porque esse é um tema que, inclusive, está lá para ser debatido. Interessa ao meu Estado também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu posso comunicar a ele que V. Exª sugeriu que seja na Comissão de Educação.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – A gente encaminhar e tratar na comissão adequada, porque lá é a Comissão do esporte, educação, etc.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Trinta segundos para o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu só quero transmitir, diante desse debate aqui, ao Deputado Major Rocha – não o conheço tão proximamente –, que, com respeito ao Senador Anibal Diniz, eu sou testemunha... Nós aqui somos de uma convivência e quero registrar a retidão de caráter, o procedimento, a seriedade com que ele, como nosso colega aqui, no Senado, tem exercido seu mandato. Só queria transmitir esse testemunho pessoal.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – E eu assino embaixo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Para evitar que inicie uma nova polêmica – todos aqui colocaram o seu ponto de vista –, eu vou encerrar, neste momento, a audiência pública, agradecendo a todos os nossos convidados, que vieram aqui e

expuseram o seu ponto de vista, como os Senadores também o fizeram.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 9 horas e 08 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 56 minutos.)

Ata da 6ª Reunião Conjunta das Comissões Permanentes, Realizada Pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (6ª Reunião) e Pela Comissão de Assuntos Sociais (5º Reunião), da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, em 5 de Março de 2012, Sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II, Senado Federal

Às nove horas e dezessete minutos do dia cinco de março de dois mil e doze, segunda-feira, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, no Senado Federal, sob a presidência do Senador (**Paulo Paim**), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e a Comissão de Assuntos Sociais. Comparecem os seguintes senhores Senadores e Senadoras **Ana Amélia, Paulo Paim e Vicentinho Alves**. Deixam de comparecer os seguintes senhores Senadores e Senadoras **Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Ana Rita, Angela Portela, Anibal Diniz, Armando Monteiro, Benedito de Lira, Casildo Maldaner, Cássio Cunha Lima, Cícero Lucena, Clésio Andrade, Cristovam Buarque, Cyro Miranda, Demóstenes Torres, Eduardo Braga, Eduardo Suplicy, Gim Argello, Humberto Costa, Ivonete Dantas, Jayme Campos, João Durval, João Vicente Claudino, José Agripino, Lauro Antonio, Lídice da Mata, Lindbergh Farias, Lobão Filho, Lúcia Vânia, Magno Malta, Marcelo Crivella, Maria do Carmo Alves, Marta Suplicy, Mozarildo Cavalcanti, Paulo Bauer, Paulo Davim, Pedro Simon, Randolfe Rodrigues, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Rodrigo Rollemberg, Romero Jucá, Sérgio Petecão, Vanessa Grazziotin, Vital do Rêgo, Waldemir Moka, e Wellington Dias**. O senhor Presidente declara aberta a presente reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da ata da 5ª reunião da CDH, que é dada por aprovada. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte PAUTA. Audiência Pública (conjunta), nos termos dos Requerimentos nº 17, de 2012–CDH, aprovado em 01/03/2012, e nº 10, de 2012-CAS, ambos de autoria do Senador Paulo Paim, para "debater a decisão do Tribunal Superior do Trabalho, permitindo que o cadastro de inadimplentes (SPC/SERASA) seja utilizado como critério para a contratação do empregado". Convidados: Moacyr Roberto Tesch Auersvald, Secretário Geral da Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NCST), em substituição ao Presidente José Calixto Ramos; José Augusto, Coordenador-Nacional do Fórum Sindical dos Trabalhadores; José Guilherme Carvalho Zagalho, Presidente da Comissão Especial de Informática e Estatística do Conselho da OAB, em substituição ao presidente Ophir Cavalcante; Noêmia Aparecida Garcia Porto, Juíza, em substituição ao senhor Renato Henry Sant'anna, Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA; Andrea Nice Silveira Lino Lopes, Coordenadora da Promoção de Igualdade da Procuradoria Regional do Trabalho – 9ª Região, em substituição ao Procurador Geral do Trabalho Luís Antônio Camargo de Melo, Ministério Público do Trabalho; Zilmara David de Alencar, Secretária de Relações do Trabalho do MTE, em substituição ao Ministro Interino Paulo Roberto dos Santos Pinto. Os Excelentíssimos senhores Ministros do Tribunal Superior do Trabalho – TST, Ministro Renato de Lacerda Paiva e Ministro João Oreste Dalazen, encaminham ofícios Of. GMRLP Nº 002/2012 e OF.TST. GP Nº 210/2012, respectivamente, ambos datados de 02/03/2012, justificando suas ausências. Os ofícios supracitados são lidos na reunião. **Extrapauta**. **Item 01. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa– RDH nº 29, de 2012**, que requer a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, destinada a discutir os problemas dos Povos Indígenas, qualidade de vida e sustentabilidade sendo que os nomes dos convidados serão informados oportunamente. Autoria Senador Vicentinho Alves. Resultado: **Aprovado**. Usam da palavra os Senadores Paulo Paim, Vicentinho Alves, e Ana Amélia. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dezoito minutos, lavrando eu, ***Altair Gonçalves Soares***, Secretário da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes Senador Jayme Campos e Senador Paulo Paim e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Jayme Campos** Presidente da Comissão de Assuntos Sociais – Senador **Paulo Paim** Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está aberta a 6ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Esta reunião é conjunta com a 5ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da Ata da reunião anterior e a coloco em votação.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Audiência pública conjunta, nos termos do Requerimento nº 17, aprovada em 01/03/2012.

O objetivo é debater a decisão do Tribunal Superior do Trabalho permitindo que os cadastros de inadimplentes, SPC/Serasa, sejam utilizados como critério para contratações de empregos.

Convidamos para esta audiência pública o Sr. Nelson de Miranda, Diretor da Cobap; o Sr. Moacyr Roberto Tesch, Secretário da Nova Central Sindical dos Trabalhadores; o Sr. José Augusto, Coordenador Nacional do Fórum Sindical dos Trabalhadores, que reúne quatro centrais sindicais e em torno de 17 confederações; o Sr. José Guilherme Carvalho Zagallo, Presidente da Comissão Especial de Informática e Estatística do Conselho da OAB, em substituição ao Presidente Ophir Cavalcante; a Juíza Noêmia Aparecida Garcia Porto, em substituição ao Sr. Renato Henry Santana, Presidente da Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho – Anamatra –; também a Coordenadora da Promoção da Igualdade da Procuradoria-Geral do Trabalho da 9ª Região, em substituição ao Procurador-Geral do Trabalho Luís Antônio Camargo de Melo; Dra. Andréa Nice Silveira Lino Lopes, do Ministério Público do Trabalho; e também a Secretaria de Relações de Trabalho do Ministério do Trabalho, em substituição ao Ministro Interino Paulo Roberto dos Santos Pinto, o Sr. Osvaldo de Moraes.

Como todos já se encontram presentes, vamos para a formatação da Mesa e vamos comentar, aqui na introdução, já com a presença do nosso querido Senador Vicentinho Alves.

Como temos oito convidados, faremos duas Mesas.

Vou pela ordem que me foi colocada pela Secretaria dos trabalhos.

O Sr. Nelson Miranda ainda não se encontra?

Convido para a Mesa, de imediato, o Moacyr Roberto Teske, representando o Calixto, que é o Presidente da Nova Central, e ele é o Secretário-Geral.

Está aqui também, na mesma ordem, o José Augusto, Coordenador Nacional do Fórum Sindical do Trabalho.

Na mesma ordem, o José Guilherme Carvalho Zagallo, Presidente da Comissão Especial da OAB.

Ainda podemos convidar, pois são quatro lugares, a Juíza Noêmia Aparecida Garcia Porto, que fala pela Anamatra.

Em seguida, convidamos os outros quatro para fazerem parte da Mesa.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pois não. Com a palavra o Senador Vicentinho.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Sr. Presidente, primeiro o meu bom-dia a V. Exª, bom dia a todos os convidados e aos presentes.

Sr. Presidente, terei de me ausentar, vou viajar agora para São Paulo, para um encontro com a Associação Nacional de Pilotos de Aviação, um congresso que está tendo lá e eu gostaria de solicitar a V. Exª, mesmo em um tema diferente do tema convocado para essa audiência pública, pois nós apresentamos um requerimento de audiência pública para tratar de morte de alguns índios por suicídio, no nosso Estado.

Já foi aprovado e gostaria de solicitar a V. Exª que pautasse essa audiência pública o mais rápido possível, porque é um problema grave com relação aos Carajás e as demais etnias do nosso país, não só do Tocantins.

Outro assunto é que estou encaminhando a esta Comissão um requerimento para uma audiência pública, no dia 17 de abril**.** No dia 16 de abril, vamos comemorar no Plenário do Senado o Dia do Índio e, no dia 17, estou encaminhando um requerimento para, na Comissão de Direitos Humanos, com a presença de vários líderes dos povos indígenas, inclusive o Marcos Terena, tratarmos da Rio+20. Penso que é um tema interessante para ser discutido nesta Comissão, junto com os povos indígenas.

Solicito, primeiramente, que marquemos essa audiência pública e depois que, na próxima reunião, aprovemos esse requerimento de uma audiência pública no dia 17 de abril, para tratarmos da Rio+20.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Aproveitando que V. Exª ainda está conosco, vai ter de se retirar, vou abrir uma exceção. Normalmente aprovo os requerimentos no fim da audiência pública, então vamos votar antes de iniciar a audiência pública.

V. Exª pede primeiro que a audiência relacionada aos povos indígenas, em requerimento já aprovado, seja o mais rápido possível.

V. Exª tem uma data para sugerir?

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – A próxima semana, assim teríamos esta semana para convidarmos o Ministério Público Federal, as lideranças indígenas, Funai, Secretaria de Saúde Indígena, Ministério da Justiça...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Então, peço à sua assessoria que converse com o Tiago para acertar a data adequada para que todos possam estar presentes – e que ela seja o mais rápido possível.

Vamos ao segundo requerimento de V. Exª.

Se V. Exª entender, podemos votar essa, a dos povos indígenas, que seria no dia 17 de abril.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Um dia após a sessão solene do Congresso Nacional, em homenagem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Seria dia 17 de abril?

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Seria.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pergunto aos presentes se concordam que o requerimento do Senador Vicentinho, conforme já argumentado, entre nesta pauta.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Será votado extrapauta.

Vamos agora ao mérito.

Quem concorda com o requerimento de V. Exª?

Está pronto o requerimento?

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Está pronto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Permita-me fazer a leitura dele.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – O tema central dessa reunião será exatamente para tratarmos com os povos indígenas sobre a Rio+20.

Seria no dia 17.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passo a ler o requerimento de V. Exª.

REQUERIMENTO

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, destinada a discutir os problemas dos povos indígenas, qualidade de vida e sustentabilidade, sendo que os nomes dos convidados serão informados oportunamente.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Conforme tínhamos feito o entendimento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Peço apenas que converse com a assessoria da Comissão para que realizemos aquela audiência relacionada aos povos indígenas, específica, o mais rápido possível.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Sr. Presidente, muito obrigado pela compreensão e pela contribuição de V. Exª. Aliás, essa é uma marca de V. Exª, solidariedade com todos os povos e, nesse caso específico, com os povos indígenas.

Agradeço também a compreensão dos convidados e desejo a todos uma boa audiência pública.

Obrigado, Presidente.

Bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Obrigado, Senador Vicentinho.

Vamos aos nossos trabalhos na reunião de hoje.

Recebi duas correspondências do Poder Judiciário: Justiça do Trabalho e Tribunal Superior do Trabalho.

> "Senador Paulo Paim.
>
> Assunto: Convite para participar da audiência pública da CDH.
>
> Em resposta ao Ofício nº 084/12 – CDH, agradeço a V. Exª a distinção do convite para participar da audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, agendada para o dia 05 de março próximo, para debater acerca da decisão do Tribunal Superior do Trabalho em processo de minha relatoria. Todavia, informo a V. Exª que, ainda que me dispusesse a debater publicamente tal decisão de minha lavra, estaria impedido de fazê-lo, em razão dos termos do art. 36, III, da Lei Complementar 35, de 14/03/1979, posto que da referida decisão ainda cabem recursos de embargo de declaração para a própria Turma e de embargos para a Subseção de Dissídios Individuais I do Tribunal Superior do Trabalho.
>
> Atenciosamente,
>
> Renato de Lacerda Paiva"

Ele está justificando. Ele pediu que eu lesse, e eu li. Não poderá estar presente. Aqui, nós vamos aprofundar o debate.

Essa não é uma decisão de caráter terminativo, já que cabem recursos de embargo de declaração para a própria Turma, e ele mostra o caminho posterior também.

Recebi também, do mesmo órgão, referência à audiência pública da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal.

> "Senhor Senador,
>
> Registro o recebimento do honroso convite formulado por Vossa Excelência para participar da audiência pública conjunta designada para o dia 5 de março, pelas Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa e de Assuntos Sociais do Senado Federal, com o propósito de 'debater decisão do Tribunal Superior do Trabalho, permitindo que o cadastro de inadimplentes (SPC/Serasa) seja utilizado como critério para contratação do empregado'.
>
> Louvo a iniciativa e assevero que medidas desse jaez vêm ao encontro dos mais expressivos escopos democráticos de funcionamento das Casas Legislativas, em obediência aos termos da [nossa Constituição].

À vista de compromisso anterior e inadiável, no entanto, vejo-me na contingência de, contrariado, noticiar o impedimento em comparecer à referida sessão.

No que toca ao respeitável acórdão objeto da audiência pública, cumpre-me registrar que se trata de decisão emanada de uma das oito turmas do Tribunal Superior do Trabalho, em recurso de revista. Vale dizer: o decidido não ostenta caráter genérico, não atingindo senão as partes do caso concreto. Não representa, necessariamente, a última palavra da Corte acerca do tema, porquanto, em tese, ainda pode submeter-se ao recurso de Embargos para a Seção de Dissídios Individuais, órgão encarregado legalmente da uniformização da jurisprudência da Justiça do trabalho.

Muito cordialmente,

Ministro João Oreste Dalazen

Presidente do Tribunal Superior do Trabalho"

Ambos justificam na mesma linha. Não é uma decisão final. Cabem embargos e decisão coletiva num segundo momento.

Então, estão justificadas as não presenças de ambos.

Vou passar, de imediato, a palavra aos nossos convidados, na sequência dos que foram chamados para compor a Mesa, mas falo rapidamente para aqueles que estão assistindo pela TV Senado, para todo o Brasil, sobre essa nossa audiência pública.

Primeiro, quero dizer que fiquei perplexo, surpreso e confesso que um pouco indignado; eu, que atuo na linha dos direitos humanos, com a decisão de uma Turma do Tribunal Superior do Trabalho. Vou resumir: disse que é possível ser usado o cadastro do SPC/Serasa como instrumento para empregar ou não o assalariado.

Fui à tribuna diversas vezes. Não vou repetir o assunto aqui. Falei nesta Comissão, falei na Comissão de Assuntos Sociais que eu considerava a decisão infeliz dessa Turma. Recebi, aqui, representantes da Anamatra, que me disseram mais ou menos o que também li aqui de parte da posição do próprio Relator da matéria, como do Presidente do TST. Disseram que isso não é entendimento unânime dentro do Tribunal Superior do Trabalho. Outras Turmas têm posição diferente; cabiam embargos e, no fim, o Pleno é que iria decidir.

Estou tentando resumir a história. Isso vem na contramão de todo o trabalho que viemos fazendo aqui. Em 2003, apresentei um projeto; em 2008, apresentei outro, já aprovado aqui, no Senado.

Considero essa prática, inclusive, crime hediondo. Essa é a minha intenção. A minha intenção é que essa prática seja considerada crime hediondo, e coloco no mesmo artigo da nossa CLT que considere esse crime, no caso, tão grave quanto a questão da raça, do gênero, da origem, da orientação sexual, enfim, em que o trabalhador estaria sendo discriminado pela sua situação social.

Falo isso porque, hoje, sou Senador, mas fui operário, metalúrgico, enfim, vendedor de feira e fiquei desempregado. Sei muito bem o que é ficar desempregado.

Vou repetir aqui o que eu disse da tribuna: entre pagar uma farmácia, na qual comprei a crédito, ou ao banco, onde comprei a crédito, ou o pão, o leite, ou mesmo remédio, que comprei com dinheiro, porque o crédito eu já não tenho, não tenho dúvida nenhuma; eu não vou pagar o banco, não vou pagar a loja e vou comprar o pão, o leite ou o remédio que, porventura, um filho precisar.

Então, no momento em que o trabalhador está mais acuado, está mais desesperado, está desempregado – ele ainda tem um prova de currículo contrária, que disse que ele atrasou o pagamento numa loja –, ele não teria direito ao trabalho? Ou seja, um instrumento que seria usado para não empregá-lo? Acho isso da maior gravidade.

Acho que foi uma decisão infeliz. Não estou fazendo crítica pessoal a nenhum dos juízes. Enfim, todos nós erramos. Acho que erraram. Já cometi erros ao longo da minha vida e já pedi desculpas quando errei. Houve uma época, com uma Senadora, em que cometi uma falha indevida. Pedi desculpas a ela, em público, sem nenhum problema. Não estou aqui dizendo que o juiz tem que vir a público pedir desculpas. Só espero que o Pleno, que aqueles que fizerem o recurso sejam atendidos e que possamos retirar isso do debate.

Sempre digo que temos tantas coisas para debater e temos que usar o espaço do Senado da República, numa audiência pública, para todo o País, para debater um tema que nem merecia estar em debate. No meu entendimento.

Sempre digo que tenho lado. Aqui, presido a Comissão, mas, nessa questão, mais do que em outras, tenho um lado muito definido, porque tenho dois projetos tramitando na Casa, e um já está em última instância na Comissão de Justiça da Câmara dos Deputados.

Lembro também que havia um projeto do Deputado Magela, de Brasília, e havia um artigo na CLT que dava essa prerrogativa aos bancos. O Deputado Magela aprovou na Câmara, a matéria veio para o Senado. Ou eu advoguei ou fui o Relator – até nem me lembro, de tanta coisa que fazemos aqui dentro. En-

fim, aprovamos, foi para o Presidente, e o Presidente sancionou. Tiramos um artigo, eu diria, antidemocrático que estava na CLT. Nós revogamos esse artigo, para que os bancos não pudessem mais fazer isso. Agora, iríamos legalizar aquilo que eu chamaria de "uma lista podre", porque é feita por alguns para jogar para dentro das empresas, para proibir o acesso ao emprego dos trabalhadores.

Não vou ler aqui todos os documentos que recebi, mas há este aqui: Pesquisa CNC: "endividamento e inadimplência do consumidor", que diz, por exemplo: "fevereiro de 2002. Síntese total de endividados: 57,4% dos brasileiros se dizem endividados". Só esse dado já seria assustador, numa época em que temos, inclusive, o problema da falta de profissionais no mercado de trabalho. Se a moda pega, ninguém mais poderá ter acesso ao emprego se estiver com problema no SPC ou mesmo no Serasa.

Enfim, os senhores é que vão debater, mas fiz questão de deixar explícita a minha opinião e posição sobre essa questão. Espero que resolvamos rapidamente no próprio Supremo sem que seja necessário que a Casa aprove e que vá à sanção da Presidenta ou que tenhamos que parar no Supremo Tribunal Federal, porque acho que todo crime que vai na linha da discriminação, só o Supremo para decidir. Não sou advogado, mas, se for o caso da decisão, teríamos que apelar até mesmo para o Supremo Tribunal Federal, se for necessário.

Então, de imediato, passo a palavra ao Moacyr, já também com a presença da Senadora Ana Amélia, a quem fiz o convite na sexta. Ela me disse: "Estarei lá na segunda-feira". E está aqui para dialogar e ouvir a preocupação que demonstrei com esse tema e sobre o qual ela também manifestou algumas preocupações.

Passo a palavra, de imediato, ao Moacyr, e depois vamos para a segunda Mesa.

O Moacyr é o Secretário-Geral da Nova Central Sindical dos Trabalhadores.

O SR. MOACYR TESCH – Primeiramente, gostaria de cumprimentar o Senador Paulo Paim, Presidente da Mesa; a Senadora Ana Amélia; o Senador Vicentinho Alves, que aqui está; nosso companheiro José Augusto; Dr. José Guilherme; Drª Noêmia; Srs. palestrantes aqui presentes e abrindo aspas no nosso pronunciamento, gostaria, primeiro, de cumprimentar as mulheres, pelo dia 8 de março, agora, porque, possivelmente, outra oportunidade não teremos – já estamos no meio da semana –, pelo dia das mulheres.

Senador Paulo Paim, penso que, em resumo, V. Exª já comentou o que todos nós poderíamos comentar aqui. V. Exª tem sido nosso representante, de todas as classes trabalhadoras, em relação às questões que envolvem o problema social; sempre esteve desenvolvendo esse trabalho, tem feito a sua vida em defesa das questões sociais e, mais uma vez, em um momento oportuno, um momento polêmico da sociedade, V. Exª convoca esta audiência pública.

Vou ser bem sincero: levei um susto quando vi essa decisão. Achei até que havia um equívoco por parte do TST, haja vista que a Procuradoria-Geral vem trabalhando, e muito, nessa questão do emprego, das fichas limpas, dos livros negros, que o pessoal tem colocado, e algumas questões que caminham nesse sentido.

Na mesma linha, também o Ministério do Trabalho tem feito o trabalho, e o movimento sindical tem abominado muito essa questão da ficha suja dos trabalhadores. Suja entre aspas, porque acabar indo para o Serasa não acredito que desonre qualquer pessoa. E, conforme V. Exª mesmo colocou aqui, na ausência de um recurso financeiro, de qualquer problema que venha a acontecer na família, alguma coisa tem que ser deixada de fora. E, lamentavelmente, às vezes, tem-se que fazer algumas opções.

Em muitas oportunidades, inclusive, Senador – e já fui vítima dessa questão –, vamos para o Serasa sem sequer ser notificado e sem ter conhecimento. Em uma oportunidade, Senador – estou falando por experiência própria –, fui para o Serasa por R$0,35. Foi paga uma conta telefônica da Embratel, e, não sei por que motivo, ficaram R$0,35 como crédito da Embratel. Não sei se foi por atraso, não me lembro o que foi que aconteceu. Só sei que ficaram R$0,35. E, numa oportunidade, fui fazer um pagamento com cheque, o cheque não foi recebido, porque eu estava no Serasa. E, simplesmente, a notícia que a pessoa nos deu foi: "Não posso receber seu cheque, porque seu nome consta do Serasa". Aí fui até o Serasa. Cheguei lá e enfrentei uma fila: vai, volta, paga-se uma certidão, que é muito mais cara do que os R$0,35. Daí retirei o papel e vi: R$0,35 da Embratel. E a Embratel também não soube explicar por que tinha ocorrido aquilo, qual era a diferença e de qual fatura.

Tenho absoluta certeza de que, igual aconteceu comigo, possivelmente deve ter acontecido com uma quantidade enorme de pessoas. Depois, é mais fácil pagar os R$0,35 do que ficar brigando, até por causa do tempo que você necessita.

Fui um pouco mais fundo, Senador, e, da mesma forma que os juízes do TST, os magistrados autorizaram verificar a ficha limpa pregressa de uma pessoa em um supermercado em GBarbosa, fui dar uma olhada também no currículo dos três Ministros, para ver mais ou menos qual era a linha deles. De repente, vêm de uma linha extremamente patronal, em que, vamos su-

por, estão sediados, muitas vezes, à perseguição do trabalhador, mas, graças a Deus, eu não... Ou seja, são juízes de carreira, são juízes que há anos estão na magistratura e que não têm vínculo nenhum com o segmento atrasado, empresarial, que poderia trazer esse tipo de sentimento.

Mas tenho a convicção também de que, dentro do TST, haverá recurso; o Ministério Público não deixará por menos, com um trabalho muito cuidadoso nesse sentido e, principalmente, nessas questões. Inclusive a própria Constituição nossa traz que a discriminação é vedada, condição pessoal, sexo, origem, raça, cor, estado civil, situação familiar, idade, qualquer tipo de preconceito.

Penso que é um problema equivocado e tenho absoluta certeza de que o TST, nos seus recursos, quando for apresentado pelo Ministério Público, retornará. Lamento profundamente posições iguais a esta porque, embora seja de uma Turma, abrirá um precedente, porque, vamos supor, o julgamento de uma determinada Turma abre um precedente para que diversos advogados que estão em situação parecida, com processo nesse sentido, possivelmente utilizem esse julgamento para subir com os recursos que trarão. Lamento dessa forma e espero que não vire moda essa questão. Quando é para prejudicar o trabalhador, parece que as coisas voam. Inclusive, nós temos alguns casos de perseguição de trabalhador e coisa e tal, que têm sido combatidos pelo Ministério Público. E nós imaginamos que isso não virará rotina. Espero que o Ministério Público aja com o seu poder de polícia, seu poder com que tem trabalhado em defesa do cidadão brasileiro de forma muito enérgica.

Senador Paim, aproveito a oportunidade para registrar aqui a nossa preocupação com as questões que foram publicadas agora nesse final de semana, a questão do trabalho por hora, que para nós, trabalhadores, será um retrocesso de forma geral. Nós temos algumas ações já contra o próprio McDonald's, que tem feito isso. Foi passada aqui, em audiência pública, a jornada criminosa em que ele utiliza os trabalhadores somente nas horas necessárias. A empresa se acha no direito de chamá-lo numa sala de *break* e só chama os trabalhadores para trabalhar naquele período em que há grande movimento. Parece-me que isso é uma... Inclusive solicito ao Ministério Público, que tem nos ajudado nessa questão, para que a gente consiga colocar um ponto final nesse encaminhamento.

Agradeço a V. Exª e desejo sucesso pelo trabalho que tem desenvolvido aqui dentro do Senado. Peço a V. Exª – lamento não poder ficar mais, porque temos uma consulta marcada já há algum tempo – licença para me retira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Moacyr. *(Palmas.)*

Aproveito aqui, antes de passar a palavra para o José Augusto, porque as pessoas poderão falar sobre o tema também, para confessar que fiquei preocupado também. E essa é uma iniciativa que vem de dentro do Governo. Ninguém aqui está dizendo que é o empresariado que está propondo isso. Tenho uma enorme preocupação de que seja legalizado o trabalho por hora. E ninguém me diga que serão dados todos os direitos. Eu quero ver isso. Eu quero ver se o camarada vai trabalhar por hora na minha casa, ou na sua casa, ou na casa do bispo e vai ter décimo terceiro de todos. Como é que vão fazer isso? Como vai ter férias de todos? Como vai ser o Fundo de Garantia? Quero saber como vai ser.

Não me nego a debater nada, sempre digo isso. Agora, se essa proposta vingar, no mínimo, nós vamos fazer uma audiência pública nas duas comissões. Explique. Porque ela vem na contramão, Moacyr. Por isso que usei a sua fala exatamente numa audiência pública que você fez aqui, denunciando essa prática, em que o trabalhador era chamado para cumprir um horário x e voltava para casa e só ganhava as horas trabalhadas. De fato, fiquei preocupado. Sei que há controvérsia, inclusive no movimento sindical, mas não é assim para passar um projeto desse – há algumas iniciativas que estão me preocupando –, é só ver o projeto do tal Simples Trabalhista que está lá na Câmara, é só ver o Novo Código do Trabalho que está lá na Câmara, é só ver o trabalho terceirizado que está lá na Câmara. Todos retiram direitos dos trabalhadores, e essa iniciativa – desculpe-me quem a teve – está me preocupando muito. Eu sei muito bem como inicia e como termina. Diz-se que é para ajustar o cara que monta o som. Vai-se especificar na lei que é especificamente para o montador de som, naquele dia e naquele horário? Ou se abre o espaço alegando que isso é para certo setor e todos que se sentirem enquadrados usarão? Bem, mas é um debate que faremos no momento adequado.

José Augusto, Coordenador Nacional do Fórum Sindical dos Trabalhadores.

O SR. JOSÉ AUGUSTO – Bom dia, Senador Paulo Paim; Senadora Ana Amélia; Drª Zilmara, a quem fazia tempo que não via, da Secretaria de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho; Drª Noemia; José Guilherme e demais convidados; telespectadores; ouvintes da Rádio Senado e internautas, primeiramente, quero agradecer o convite, Senador Paulo Paim, e aqui falo em nome de 18 confederações nacionais de trabalhadores, que representam o Fórum Sindical dos

Trabalhadores, cinco centrais sindicais e a Cobap, que também é nossa afiliada.

Para entrar diretamente no assunto, tomei a liberdade, como é de costume, de fazer um *script* para não cometer erros ou esquecer alguma coisa. E reclamam porque vou ler. Não é que vou ler, mas algumas coisas têm que ser colocadas e devo aproveitar esta audiência pública para deixar registradas, Senadora Ana Amélia, algumas indignações nossas com o que ocorre contra a classe trabalhadora, contra os movimentos sociais, o movimento sindical. E começo já protestando logo de cara.

Li atentamente os dois ofícios que chegaram aqui, Senador Paulo Paim. Nessas horas, existe justificativa baseando-se na lei. Mas não existe justificativa quando se vai a público ou num jornal como a *Folha de S.Paulo* e detona-se todo o movimento sindical brasileiro, jogando tudo dentro de uma panela só. Então, se formos analisar eticamente essa condição... Vir a esta Comissão é menos grave do que uma justificativa como essa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Permita-me José Augusto. Como um dos nossos convidados teve que se retirar e para a segunda Mesa teremos a Coordenadora da Promoção da Igualdade da Procuradoria Regional do Trabalho na região, Drª Andrea Nice Silveira Lino Lopes, que já está presente, eu queria convidá-la para a Mesa, como também a Zilmara David de Alencar, Secretária das Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho. Assim, concluímos com todos à Mesa.

Volto a palavra ao José Augusto.

O SR. JOSÉ AUGUSTO – A indignação é a seguinte, Senador Paulo Paim, Senadora Ana Amélia – Senador Vicentinho Alves esteve aqui e está me deixando uma saudação –, na minha opinião: esconder-se, neste momento, atrás de uma toga, o que não é uma boa estratégia ou decisão, não, com todo o respeito. Eu acho que ele deveria estar aqui sim. "Não, é porque está em recurso de embargo, recurso de revista", não sei o que mais, usando a lei, a lei, a lei. Mas para fazer declaração infeliz na *Folha de S.Paulo* para o jornalista Fausto Macedo, não existe parâmetro legal e nenhum tipo de respeito e ética para com o movimento sindical.

Então, já começo aí, Senador Paulo Paim. A gente queria ouvir do TST de onde veio o tiro. E o movimento sindical está pensando seriamente, através das nossas representações, através da Drª Angela Calmon, em fazer a denúncia e apurar de onde veio isso, qual foi o interesse, de onde partiu isso, quem está ganhando com isso, através do CNJ. E também estamos pensando – e vamos decidir numa reunião no dia 13, aqui em Brasília – numa grande manifestação em frente ao Tribunal Superior do Trabalho, com as cinco centrais sindicais e com 18 confederações nacionais de trabalhadores. Porque já estamos no limite, Senadora, não dá para aguentar mais.

A indignação é total, de norte a sul deste País. Uma entidade que deveria proporcionar e garantir os direitos dos trabalhadores e dar proteção vem na contramão, contra os trabalhadores e contra as suas representações sindicais, legítimas representantes constitucionais da classe trabalhadora deste País. E a regulamentação do direito de greve do servidor público; o trabalho escravo não erradicado no Brasil; custeio das entidades sindicais, que vira e mexe, e hoje mesmo, está na página do *Jornal do Senado* – há duas páginas. Quer dizer, é um absurdo! A gente já está enfrentando isso, Senadora Ana Amélia, há mais de 20 anos, essa tentativa de tirar a contribuição compulsória. Daqui a uns dias, vão tirar o compulsório do Sistema S. Vai-se falar que o Senai e Senac não fazem nada, a mesma coisa do Sindicato, que também não faz nada. É um absurdo!

A Portaria nº 181, Zilmara, e há duas Adin há anos no Supremo Tribunal Federal, uma da representação de trabalhadores e outra da patronal, que não são apreciadas, julgadas, apesar de várias inserções nossas, lá dentro, com o Relator Ayres Britto, que promove o quê? Uma pluralidade sindical, e a gente considera a forma como ela foi publicada totalmente condicional

O trabalho no campo, onde trabalhadores neste País morrem à exaustão, Senador Paulo Paim; ameaças no Parlamento com a introdução do Simples Trabalhista; o Código do Trabalho, que volta à tona. Aquele projeto neoliberal do Fernando Henrique, o negociado prevalecendo sobre o legislado. A PEC 300, o piso salarial de bombeiros e militares, que com várias dificuldades e grandes barreiras não é aprovado no Congresso Nacional. As Convenções 151 e 158 da OIT, que não são aprovadas e dificilmente serão ratificadas pelo Brasil. A estabilidade do dirigente sindical e dos membros da Cipa, já aprovada em três comissões e no plenário do Senado, de autoria do Senador Paulo Paim, que está emperrada na Câmara há mais de um ano, por fortes interesses de setores retrógrados. A redução da jornada de trabalho, que sofre fortes pressões para não ser aprovada. O absurdo do interdito proibitório. A repressão da mídia marrom e da Justiça com relação ao direito de greve do setor privado, sempre condenada, reprimida, e jogam a população contra os sindicatos, inclusive propondo pesadas penalidades para intimidá-los por parte do TST. A famigerada PEC 369, em que se propõe uma reforma sindical absurda, retrógrada e que não há consenso no movimento sindical dos trabalhadores tampouco do segmento patronal, forçando

uma reforma na marra, na força e de forma truculenta. A absurda criminalização e violência contra os movimentos sociais e contra o movimento sindical, num país em que reina a plena democracia, com Governo de perfil socialista.

E agora pasmem, companheiros e companheiras, autoridades aqui presentes, convidados, Senadores aqui presentes, telespectadores, ouvintes e internautas, nós nos deparamos com uma infeliz decisão da Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho permitindo que o cadastro de inadimplentes – SPC e Serasa – e outros cadastros públicos sejam utilizados como critério para contratação de empregado. Brasileiros e brasileiras que não são bandidos e que não devem porque querem.

Essa decisão infeliz do TST é considerada inaceitável por todos nós, e nós queremos ouvir e saber do TST. É uma pena não terem vindo aqui hoje. Porque andam na contramão da história e da democracia de nosso País, como já declarou o Senador Paulo Paim numa reunião aqui da própria CDH. Qual foi o motivo de uma decisão, por muitos parlamentares, tanto no Senado quanto na Câmara, de considerar como uma prática criminosa? Ou seja, essa prática é um crime hediondo. É esse o tipo de proteção previsto em lei que a Segunda Turma do TST proporciona aos trabalhadores e trabalhadoras do Brasil? É esse tipo de proteção?

Como disse o Senador Paim em nossa audiência da CAS, na semana passada: no momento em que o trabalhador mais precisa, terá obstáculo para trabalhar porque atrasou uma prestação. Olha, isso nos causa uma indignação tremenda.

O Fórum Sindical dos Trabalhadores e nossos afiliados, que são 18 confederações nacionais de trabalhadores, cinco centrais sindicais e a Cobap, reivindica junto com todo o movimento sindical brasileiro e movimentos sociais, que o Tribunal Superior do Trabalho reveja e mude imediatamente essa infeliz decisão, em nome de todos os trabalhadores e trabalhadoras no nosso País. E naturalmente em nome da população e da família brasileira.

O erro pode ser reparado, sem nenhum constrangimento, por parte de quem decidiu erroneamente que seja corrigida essa decisão em nome da Justiça brasileira, das relações de trabalho, em respeito e consideração a esta Casa, o Parlamento brasileiro e à Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Não podemos admitir que as empresas utilizem de modo legalizado essa consulta discriminatória, que é considerada crime hediondo, pois viola a dignidade humana e é contra o próprio Código de Defesa do Consumidor.

O texto legal, em seu art. 42, diz que "Na cobrança de débitos, o consumidor inadimplente não será exposto a ridículo, nem será submetido a qualquer tipo de constrangimento ou ameaça." No caso, a perda de emprego ou o ingresso nele.

O PLS nº 465 de 2009, de autoria do Senador Paulo Paim, que inclui entre as práticas discriminatórias e limitativas para efeito de acesso à relação de emprego, ou sua manutenção, aquelas motivadas por consulta a cadastro de inadimplentes, já foi aprovado no Senado e aguarda análise da Câmara dos Deputados desde 1º de setembro quando da mensagem do Senador Sarney com a tramitação à decisão, como disse o Senador Paulo Paim, na CCJ.

O art. 1º diz o seguinte:

> "É proibida a adoção de qualquer prática discriminatória, limitativa, para efeito de acesso à relação de emprego, ou sua manutenção por origem de sexo, origem, raça, cor, estado civil, consulta a cadastro de inadimplentes, situação familiar ou idade, ressalvadas, neste caso, as hipóteses de proteção ao menor previstas pelo inciso 33º do art. 7º da Constituição Federal.
>
> Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.
>
> Senado Federal, 30 de agosto de 2010.
>
> *Senador José Sarney, Presidente do Senado Federal."*

Isso foi encaminhado aqui da Casa e exaustivamente debatido nas Comissões, no Plenário e se encontra na Câmara dos Deputados.

Parece que o Paulo Paim já estava com aquela intuição, prevendo que ia acontecer esse tipo de infelicidade.

E, para concluir, Senador Paulo Paim, um dos pareceres do Roberto Cavalcanti que fiz questão de trazer, na época relator na Comissão de Assuntos Sociais, sobre a matéria, vou fazer uma coisa um tanto antagônica, diferente. Ele coloca o seguinte: se isso veio de lá, é preciso lembrar a todos que as empresas também raras vezes vivem situações de inadimplência e, em muitos casos, só conseguem superar as suas dificuldades em razão de generosas leis aprovadas por este Congresso Nacional proporcionando a repactuação de suas dívidas, sem sofrerem qualquer discriminação.

São interessantes duas coisas que estão acontecendo, Senadora Ana Amélia. Quando se vai ao Tribunal, junto com o movimento sindical, com um ex-Presidente do TST – um exemplo que estou dando –: "Doutor, precisamos fazer alguma coisa, chamar os representantes da Embraer para cá, porque estão demitindo lá cipeiros – que é a minha área, eu sou técnico

em segurança do trabalho, com muita honra e orgulho; cipeiro é o pessoal que cuida da representação dos trabalhadores e do patrão no ambiente do trabalho, mas aqueles que são eleitos têm estabilidade durante o mandato e um ano depois do mandato –, mandando cipeiros embora da Embraer, depois daquela crise que houve, e dirigentes sindicais também e vocês têm que trabalhar essa matéria dentro do Congresso Nacional."

Quando se vem para dentro do Congresso Nacional e resolve no Senado, a gente tem, Senadora Ana Amélia, a gente tem uma dificuldade muito grande na Casa vizinha. Matérias aqui debatidas, esclarecidas, com a representação patronal junto, trabalhadores, instituições públicas como aqui estão hoje nesta Mesa e outros convidados, chegam na Câmara e não andam.

Nós temos a facilidade aqui e, chega lá, não anda. E aí o Tribunal fica esperando também: "A dor de barriga de vocês... – Moura França, antes do Dalazen – vocês têm que resolver lá dentro do Congresso Nacional, porque aqui pouco nós podemos fazer por vocês." Eu saí de lá com mal-estar muito grande, vendo toda aquela estrutura de mármore e de vidro e que não serve para defender coisa alguma, principalmente a manutenção do emprego. Então, não sei por que existe o Tribunal.

Esse parecer aqui é de uma felicidade muito grande – não vou ler porque estou com o tempo estourado, Paulo Paim –, coloca assim no final: "Não há como criminalizar toda e qualquer situação, ainda mais num contexto de centenas de milhares de relações de trabalho efetivadas e reincididas todos os anos. A alegação em juízo de tal prática sem a evidente comprovação de situação como essa poderá inibir a contratação e formalização de empregados. No mérito assiste razão ao autor que ocorre na prática que um candidato pode ser preterido no momento da contratação pelo fato de estar inscrito como inadimplente em um dos diversos cadastros mantidos por empresas especializadas. Se não for contratado por esse motivo, o candidato acabará sofrendo uma dupla penalidade, justamente o novo emprego que lhe daria condições de repactuar as suas dívidas e cumprir com seus compromissos financeiros.

Foi de uma felicidade muito grande, Senador Paulo Paim, o Senador Roberto Cavalcanti, na época na Comissão de Assuntos Sociais, presidida pela nossa amiga e atual Governadora do Rio Grande do Norte, Drª Rosalba Ciarlini.

Encerro a nossa participação, portanto, parabenizando o Senador Paulo Paim e toda sua equipe e dos Senadores que integram esta Comissão por terem aberto mais este espaço de diálogo e discussão no Parlamento brasileiro. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, José Augusto, coordenador do Fórum Sindical dos Trabalhadores.

Só para destacar que o Senador Roberto Cavalcanti é um grande empresário, grande mesmo, e vejam a posição dele. Só para mostrar que não é todo empresário que pensa dessa forma de querer punir o trabalhador porque atrasou o pagamento de uma loja ou algo parecido.

A argumentação dele na época, eu me lembro, foi motivo de aplauso de todos. Ele trouxe essa questão de como uma empresa, quando está inadimplente, existe até uma lei da casa, que é a lei de recuperação da falência. Ela está inadimplente, está devendo, o que a casa fez? Isso acontece, vamos dar toda força para que ela possa se recuperar e voltar ao mercado e gerar emprego. Agora, no caso do trabalhador, é o contrário. Ele não pode se recuperar... é como se – vou até o extremo aqui – alguém que cometeu algum tipo de delito, é preso, cumpriu cinco ou seis anos de prisão, ou um ano ou seis meses, volta e não pode mais, porque está respondendo a um processo, foi preso. Então, o trabalhador está sendo considerado pior do que um criminoso, porque, sem nenhum julgamento, ele é proibido de ter acesso ao trabalho. Em outras palavras, é isso, porque vai ser usado como lista.

Por isso que eu não uso nem lista negra, nem lista limpa, nem suja, é uma lista podre, porque só quem é podre que faz uma lista dessas incluindo nome de trabalhador que não é podre. Quem faz essa lista faz uma lista podre porque para mim é podre senão não faria esse tipo de procedimento.

Mas vamos em frente.

José Guilherme Carvalho Zagallo, presidente da Comissão Especial de Informática e Estatística do Conselho Federal da OAB, em substituição ao Presidente Ophir Cavalcante. Ele procurou me ligar nesse fim de semana, mas houve um desencontro. Sei que ele naturalmente diria que não poderia estar presente, mas que estaria muito bem representado pelo senhor.

Com a palavra o Dr. José Guilherme.

O SR. JOSÉ GUILHERME CARVALHO ZAGALLO – Bom dia, Senador Paulo Paim, Senadora Ana Amélia. Cumprimento a todos os integrantes da Mesa, Dr. José Augusto, Drª Noemia Porto. Drª Zilmara Alencar, Drª Andrea Lopes, convidados aqui presentes, telespectadores, ouvintes, internautas.

Em primeiro lugar, quero justificar a ausência, Senador Paulo Paim. O Conselho Federal da Ordem se reúne em sessão plenária uma vez por mês e é justamente hoje, a partir das 9 horas. É justamente por esse motivo que o Presidente Ophir Cavalcante,

que é advogado trabalhista inclusive, milita na área, não está presente nesta importante audiência pública.

Eu também, daqui a pouco, terei que retornar à sessão, represento o Estado do Maranhão e também, como eles, sou advogado trabalhista e confesso que fiquei um pouco perplexos com a notícia inicial.

Nós temos, em relação às decisões judiciais, que ter sempre uma postura de respeito às decisões, em princípio muito melhor com a justiça do que sem ela. Agora, toda obra humana – e o Judiciário faz parte é uma obra humana – está sujeito a erros, está sujeito a equívocos. Quando nós fomos analisar a questão, nós fomos, inclusive, perceber que essa posição da 2ª Turma do TST não é majoritária na Corte. Nós temos decisões da 1ª, da 5ª e da 7ª Turma do TST em sentido diametralmente opostas, ou seja, quando essa matéria, sendo enfrentada em grau de recurso ou se buscando uma uniformização de jurisprudência em órgãos colegiados do próprio Tribunal Superior do Trabalho, antes do plenário, talvez isso vá à sessão de dissídios individuais, é possível que o TST exprima a sua posição real em relação a essa matéria, que é contrária. Se três turmas já decidiram contrariamente e uma só decidiu a favor, o mais provável é que, no momento em que o TST uniformizar a sua posição, a posição da Corte acaba sendo contrária.

De todo modo, essa decisão tem um mérito, que é trazer ao debate essa questão, trazer a importância de um projeto de lei como o que foi apresentado por V. Exª ser transformado realmente em uma legislação. Infelizmente, em que pese o espírito da nossa Constituição, há ainda segmentos resistentes da nossa sociedade e, portanto, se reclama que no Brasil nós temos leis demais, mas as leis têm efeito pedagógico. Eu acho que, neste caso, será também importante a aprovação do projeto de lei apresentado por V. Exª. A avaliação preliminar que nós temos na OAB é que essa decisão foi discriminatória, ela viola alguns dispositivos da nossa Constituição: o direito à intimidade e à vida privado, o princípio da não discriminação, da reserva legal, a dignidade da pessoa humana, como bem mencionado por V. Exª.

Nós já tivemos no passado um dispositivo da CLT, o art. 508, que permitia a demissão por justa causa do bancário em caso de inadimplência contumaz. Esse dispositivo foi revogado pela Lei nº 12347, de 2010, ou seja, a nossa legislação vem avançando e no sentido contrário. Não de impor barreiras ao trabalhador que contrai dívidas, muitas vezes o endividamento é causado pelo próprio desemprego. Nós temos aí uma situação, como V. Exª bem mencionou, no pior momento da sua vida, em que ele... infelizmente, as nossas formas de proteção social ainda não conseguem amparar suficientemente o trabalhador brasileiro; então, ele acaba se colocando numa situação em que não consegue, se prevalecer esse entendimento, retornar ao mercado de trabalho.

Será que é isso que a sociedade brasileira deseja? Empurrar esse trabalhador para uma condição marginal, quiçá até inseri-lo na criminalidade? Acho que não é esse o espírito da nossa Constituição, não é esse o espírito das nossas Casas legislativas, tanto do Senado como da Câmara.

Então, se mérito há nessa infeliz decisão, foi de trazer esse tema que é importante; nós estamos falando aqui de acesso a crédito, mas há outros tipos de discriminação que podem acontecer, inclusive com o avanço da medicina, do acesso a questões como o genoma; possivelmente no futuro, nós teremos, até sem que o trabalhador saiba, a possibilidade de outros tipos de discriminação que não aquelas que nós estamos discutindo no momento.

Então, em síntese, Senador Paulo Paim, acho que a decisão não exprime a posição do Tribunal Superior do Trabalho e há que haver alguma cautela no trato com a Justiça; é uma posição minoritária, mas, se mérito tem, foi o de trazer esse importante tema ao debate.

Obrigado. (*Palmas*.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só para dizer aqui aos nossos convidados que Senadores e Senadoras falam no momento que entenderem.

Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Essa é a forma democrática que marca o perfil parlamentar e político do nosso Presidente Paulo Paim, meu colega de bancada do Rio Grande do Sul.

Prestei muita atenção no depoimento do Moacir, do José Augusto e agora do Dr. José Guilherme, e ficarei até o necessário porque tem o plenário do Senado para uma homenagem pelo centenário de nascimento do Barão de Rio Branco e pretendo lá comparecer – uma iniciativa do Senador Jorge Viana, do Acre.

De fato, como falou o Moacyr, eu também vivi, como ele, uma situação dessas. Há um rigor muito grande nas contas e eu me surpreendi quando fui citada por uma dívida que já estava em cartório. Fiquei apavorada! Fui a primeira pessoa a chegar, para não aguentar a fila que o Zé Augusto falou, no Serasa, e o Moacyr falou também da fila, cheguei antes de abrir, porque eu queria saber a origem de uma dívida que eu tinha lá e me levava a cartório, que é uma coisa mais pública ainda. É uma situação absolutamente desagradável, constrangedora, especialmente para as pessoas

que têm cuidado. Chegando lá, o que era? Eu tinha comprado um móvel, através do decorador, paguei em dinheiro a ele, que fizesse a compra. A transportadora que transportou esse sofá fez a cobrança a mim e não à pessoa que estava responsável pela compra. Como é que eu ia adivinhar? Eu não sabia que empresa era essa, uma transportadora de São Paulo. Isso aconteceu há dois, três anos.

Então o trabalho que a gente tem para limpar injustamente, porque se pelo menos tivesse sido informada, "olha, não pagou"! Parece que a empresa não está nem um pouco preocupada em avisar a pessoa. Porque, nesse caso, eu nem sequer sabia dessa dívida, porque eu não tinha contratado o serviço, eu não os contratei pessoalmente. O profissional foi logo lá, ligou, fez todo o trabalho. Só que isso dá um desgaste, um constrangimento e uma situação de perda de tempo. Eu não perdi dinheiro porque a empresa ressarciu tudo. Mas, veja só, dou esse exemplo justamente para dizer que qualquer um de nós...

Nos jornais desse fim de semana, e o Dr. José Guilherme falou muito bem, há uma notícia de que, pelas circunstâncias econômicas, haverá o aumento da inadimplência no sistema financeiro. Ora, isso agrava ainda uma decisão dessa, mesmo que ela seja em caráter liminar, ela não é definitiva. O grande mérito ao propor esta audiência pública é exatamente podermos alertar o Poder Judiciário.

Fico muito na linha do Dr. José Guilherme. Nós temos que ter, pelas nossas instituições, uma atitude de respeito às decisões que são tomadas, porque elas estão claras. Claro que a nossa reação política e social tem que ser muito enérgica, para não usar outra palavra agressiva, no sentido de evitar que um prejuízo seja causado ao trabalhador.

Eu me vali não só da declaração da mensagem que o Presidente Oreste Dalazen enviou a V. Exª, que V. Exª comunicou, mas também de uma nota de esclarecimento do Ministério Público do Trabalho, que diz que a jurisprudência dominante no âmbito do TST reverencia a ideia de que "o processo de seleção de candidatos a emprego deve se centrar na avaliação das habilidades técnicas e aptidões profissionais dos postulantes ao cargo em disputa, sendo, portanto, indevida a perquirição de aspectos da vida pessoal do trabalhador que não guardem relação direta com a sua conduta funcional nem influenciem a forma como ele desempenhará suas atividades no seio da empresa". Nós estamos falando aqui da questão de empresa.

Aconteceu aqui, Senador Paim, em Brasília, um caso gravíssimo. Um caseiro assassinou, de maneira violenta, selvagem, cruel, a jovem filha dos patrões no Lago Sul, em Brasília. Foi um caso rumorosíssimo aqui, porque era uma jovem estudante. Ele enterrou no quintal da casa o corpo da jovem. Quando se foi vasculhar a vida desse caseiro, viu-se que ele tinha muitas passagens pela polícia na Bahia. Então, naquele momento, falou-se muito em quando você traz para dentro de sua casa, porque aí não é um convívio de empresa com trabalhador, é um convívio familiar, então ele vem ao convívio de sua família. Então muito se discutiu, à época, mas não houve nenhum avanço a respeito de você ter o cuidado de fazer uma consulta para fins de segurança, não para pegar o emprego, sobre esse caráter. A pessoa era um foragido da polícia, que chegou, se apresentou e tal.

Acho que toda regra tem uma exceção, mas nesse aspecto da questão do crime, da segurança, em determinados tipos, por uma questão de precaução, para evitar um mal maior, talvez seja o caso de haver... Mas especificamente na questão do crime, e não nessa questão relacionada à inadimplência ou de uma dívida. Como nós todos vimos aqui, somos suscetíveis ou passíveis de haver esse tipo de circunstância indevida e injusta até. E não se pode, por conta disso, como julgou a Segunda Turma do TST, colocar isso como uma barreira para contratação, porque seria exatamente o caminho para que esse trabalhador resolva o problema do seu endividamento. Então é uma atitude correta. Temos a convicção de que, diante da repercussão provocada por V. Exª aqui no Senado e agora com essa audiência pública e com o debate com as centrais de trabalhadores e com os especialistas, os advogados trabalhistas e as demais representações do Ministério do Trabalho, do Ministério Público do Trabalho e do próprio Poder Judiciário, haverá, sim, uma alternativa aceitável do ponto de vista da defesa do interesse do trabalhador em nosso País.

Então queria cumprimentar novamente o Senador Paim a respeito dessa iniciativa, que é extremamente oportuna.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos à Senadora Ana Amélia pela tranquilidade como faz o debate e traz a questão aqui que vem caminhando sempre ao lado das posições que sejam na linha dos direitos humanos. Essa é uma questão dos direitos humanos e dá um destaque, nesse caso, que, claro, nenhum de nós poderia ser contrário. Eu quero também, porque passei de imediato a palavra a V. Exª, cumprimentar o Dr. José Guilherme, que falou pela OAB, inclusive com a habilidade e a diplomacia devida. Eu, como sou meio pião, às vezes falo um pouco mais contundente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pião do Parlamento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Como eu passei situações idênticas a essa quando fiquei desempregado, fiquei muito brabo com essa questão, mas eu avalizo, se me permitem falar assim, faço das suas palavras as minhas, com o cuidado que a Senadora colocou que a gente tem que ter com as nossas instituições e, como eu disse na abertura, errar é humano. Podemos considerar que foi um erro que tenho certeza de que o TST há de mudar essa decisão no momento adequado. Meus cumprimentos ao José Guilherme, que acabei não puxando as palmas, e à Senadora também, porque não há nenhuma discordância com ambos aqui. (*Palmas.*)

Passamos de imediato a palavra à Juíza Noemia Aparecida Garcia Porto, em substituição ao Sr. Renato Henry Santana, Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça (Anamatra). Quero dizer que esteve aqui um representante da Anamatra conversando comigo, meio que me tranquilizando: "Vai devagar, Senador, não é bem assim e tal". Aí falou aquilo que o Dr. José falou também, que há outras decisões de outras turmas e que, no debate, estariam presentes. Então agradeço a presença.

A SRª NOEMIA APARECIDA GARCIA PORTO – Senador Paulo Paim, nós que agradecemos o convite feito à Anamatra (Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho), cumprimento o Senador, cumprimento os colegas de mesa, os demais presentes, a Senadora Ana Amélia. A audiência pública faz, na verdade, a prova de que vivemos no Estado democrático de direito. O que isso significa? As decisões judiciais devem ser respeitadas, mas isso não significa que elas estejam infensas às críticas e ao debate público, e é o que acontece aqui. Ainda que respeitando as decisões judiciais, devemos, sim, no Estado democrático, debatê-las, trazê-las à prova, mostrar outros argumentos e, na medida do possível, o Judiciário precisa ser plástico a essas relações sociais e a esses diálogos que transcendem à própria Justiça.

Especificamente quanto ao caso julgado pelo Tribunal Superior do Trabalho, é um caso da Segunda Turma, Relator Ministro Renato Lacerda.

É um caso bastante controverso, é um caso de uma ação civil pública, e o dado de ser uma ação civil pública é relevante. É uma ação de natureza coletiva proposta pelo Ministério Público do Trabalho, da Procuradoria da 20ª Região, em Sergipe. Nessa ação civil pública, a empresa fazia alegações, no caso, de que, embora exigisse e fizesse consultas ao cadastro, não utilizava os dados recolhidos por essa investigação para fins de contração ou não contração dos trabalhadores. Segundo a versão da empresa, os dados eram utilizados apenas para alocar os trabalhadores em funções que não envolvessem o manejo de numerário. É essa a versão da empresa.

Não estou aqui a dizer que a versão da empresa está correta ou incorreta. Apenas estou a dizer que o Tribunal trabalha com versões diferentes. A versão do Ministério Público do Trabalho é muito bem articulada, dizendo justamente que a prática era discriminatória, marginalizava os trabalhadores, feria o princípio da igualdade constitucional. A empresa, por outro lado, querendo discutir, disse que não havia prática de discriminação e que o Tribunal teria de definir a diferença entre situações individuais dos trabalhadores e situações pessoais. A Constituição proibiria, no caso, investigação de natureza pessoal, mas não investigação de natureza individual. Parecem palavras similares, mas, na prática, elas podem realmente envolver controvérsia e divergência.

O que fez o TST? O juiz de primeiro grau acolheu a tese do Ministério Público do Trabalho. No recurso, o Tribunal Regional do Trabalho de Sergipe, da 20ª Região, reformou a decisão do juiz de primeiro grau. O processo chegou em recurso de revista ao Tribunal Superior do Trabalho. O que isso significa já no âmbito do recurso de revista? É um filtro muito grande. O Tribunal estava ali para decidir se a decisão do TRT feria literalmente a Constituição ou uma lei federal sobre o assunto ou se, eventualmente, aquilo implicava uma distensão de interpretação. Com esse filtro, a Segunda Turma, por unanimidade de votos, considerou que era o caso de não conhecer do recurso de revista.

Trago essas ponderações de natureza técnica apenas para demonstrar duas coisas: primeiro, o caso trazia em si, na prática, em concreto, questões divergentes; segundo, o Tribunal, diferentemente do Parlamento, diferentemente do Poder Executivo, trabalha apenas olhando aquilo que consegue ser ou não provado num caso concreto. Esse é o papel de um Tribunal.

Ali, um dos Ministros chegou a levantar a seguinte dúvida, que, para a Justiça do Trabalho, seria muito importante: "Há prova de que essa empresa usa, por exemplo, dados da Justiça do Trabalho para não contratar trabalhadores que tenham ação na Justiça?". A resposta foi negativa: não havia prova nos autos. Parece-me que esse elemento influenciou decididamente um dos Ministros. Eu me refiro aqui ao Ministro Pimenta.

Essas considerações reforçam a ideia da controvérsia e da divergência no caso. Mais do que isso, tratando-se de uma ação civil pública, é uma ação de natureza coletiva que demonstra a força do Ministério Público do Trabalho no Brasil, especialmente a partir da Constituição de 1988. Por outro lado, uma coisa julgada, uma definição da decisão no TST – suponha que ela venha e que se consolide a decisão da Segunda

Turma – não implica para os trabalhadores concretamente considerados que eles não possam vir a juízo questionar para si uma prática discriminatória concreta na oportunidade da admissão.

Então, se José da Silva, Maria de Lourdes e Fernanda Siqueira, na hora de serem contratados por essa empresa, por essa rede de supermercados, observarem concretamente que houve discriminação, que não foram contratados porque houve uma busca a esses sistemas públicos, a esses cadastros públicos, eles podem entrar com uma ação individual, com uma reclamatória trabalhista, junto à Vara adequada para questionar essa não admissão, pedindo o que lhes é de direito.

O Ministério Público defende o Estado democrático de direito, os direitos individuais indisponíveis, os direitos coletivos, mas isso, obviamente, não impede que o próprio trabalhador individualmente considerado possa buscar essa discussão num caso próprio.

Além disso, eu gostaria de levantar, até por alguma fala que surgiu na Mesa, que os Ministros da Segunda Turma não decidiram desta ou daquela forma – e é possível que a Anamatra garanta isso –, por este ou por aquele viés ideológico patronal favorável ao trabalhador. Podemos discordar da decisão dos Ministros, mas os argumentos levantados fundamentaram-se nos elementos de convicção trazidos ao processo. Então, aqui, há de se afastar qualquer discussão sobre o perfil ideológico deste ou daquele Ministro componente da Segunda Turma.

O Tribunal vive um momento de avanço e de retrocesso no significado do princípio da igualdade constitucional. Dou outros exemplos. O Tribunal, em tempos anteriores, em decisões de turma, permitia, por exemplo, que um trabalhador passasse pelo teste do polígrafo. São reflexos do dia 11 de setembro de 2001, são reflexos do pânico nos aeroportos. O Tribunal, tempos atrás, também permitia que, em determinadas indústrias, em determinadas empresas, fosse feita, por exemplo, uma fiscalização nas bolsas dos trabalhadores e das trabalhadoras. O Tribunal recebeu críticas por essa atitude, refletiu sobre sua jurisprudência, repensou seus caminhos, e, hoje, as decisões se dão exatamente no sentido contrário, para não se permitir o teste do polígrafo, para não se permitir a revista em bolsas.

O que esses exemplos mostram? Mostram que a Corte, como qualquer instituição democrática, trabalha com avanços e retrocessos. Em temas polêmicos, repensa, o tempo inteiro, qual é o significado da Constituição da República nos casos concretos.

Gostaria também de mencionar que os projetos de lei do Senado – parece-me que há um projeto recente de nº 32, eu o vi publicado no dia 02 de março, da Senadora Vanessa Grazziotin e do Senador Paulo Paim, já aprovado no Senado e encaminhado à Câmara dos Deputados – são extremamente relevantes. Em que medida isso se dá? Toda vez que há uma lei federal, seja de natureza ordinária, seja de natureza complementar, que visa a tornar claro o sentido da Constituição sobre o que significa discriminação, igualdade, liberdade, isso, efetivamente, orienta a jurisprudência dos Tribunais. Nesse sentido, esses projetos de lei de âmbito federal são bastante relevantes.

Tenho notícia de que, em alguns Estados, como, por exemplo, o Estado de Mato Grosso do Sul, já existem leis estaduais que preveem explicitamente como sendo prática discriminatória o acesso a banco de dados do trabalhador para fins de contratação. Salvo melhor juízo, em Mato Grosso do Sul, a iniciativa foi do Deputado Estadual Pedro Kemp. As iniciativas estaduais são muito relevantes. Todavia, sempre sobre elas pode pairar uma dúvida quanto à constitucionalidade da lei estadual, na medida em que uma lei estadual que versa sobre o direito do trabalho, efetivamente, pode conflitar com uma lei federal, já que a própria Constituição diz que tratar do direito do trabalho é competência privativa legislativa da União. Então, as iniciativas estaduais mostram preocupação com o assunto, mostram as articulações locais sobre o assunto, mas a iniciativa de lei federal pode estar na linha mesmo da Constituição.

Falando da comunidade internacional, em Portugal e na Dinamarca, já há leis explícitas sobre o assunto, tratando como prática discriminatória o acesso a esse tipo de banco de dados. Mas, também lá, com as cautelas que a própria Senadora já nos apresentou aqui, é estabelecido um princípio geral que comporta determinadas exceções, exceções muito bem trabalhadas legislativamente, para casos como esse, em que esteja em voga a questão da segurança, ou quando determinado acesso cadastral estiver objetivamente relacionado ao tipo de cargo a que o trabalhador vai ter acesso por essa ou aquela função. Essa ressalva é importante. Esse trabalho e esses projetos de lei são importantes, pensando o princípio geral, mas já se estabelecendo um diálogo sobre aquilo que parecem ser exceções adequadas, objetivas e que não firam a Constituição da República. O Senado, a Câmara e o Congresso brasileiro parecem caminhar nesse sentido justamente pelo exemplo que já foi colocado à Mesa, com a revogação do art. 502 da CLT, pertinente à categoria bancária, que, durante décadas, conviveu com a possibilidade de uma demissão por justa causa apenas pelo fato de o trabalhador bancário estar ali inadimplente junto ao serviço de crédito. É como se a

inadimplência passasse a presumir que aquele bancário pudesse cometer ato desonesto no manejo de numerário, e o Congresso Nacional, em 2010, revogou o art. 508, que aponta uma tendência do Congresso e que tem sido lida pelo Judiciário no julgamento de outros tantos casos.

Gostaria de mencionar que a decisão da 2ª Turma, embora baseada nos elementos que estavam ali, diverge daquilo que têm feito as demais Turmas. Trago à tona uma decisão da 7ª Turma, que considerou inconstitucional a postura do Banco Central do Brasil, que proibia vigilantes terceirizados de trabalharem na sede do Banco Central porque tinham o nome negativado em cadastro de inadimplentes ou em serviços de restrição ao crédito. Essa postura do Banco Central relacionada aos terceirizados foi considerada pela 7ª Turma do mesmo Tribunal Superior do Trabalho inconstitucional. Assim também, a 1ª Turma, a 5ª Turma, a 6ª Turma. Mostra, na verdade, que a 2ª Turma, no particular, parece ter adotado realmente uma postura que contraria as demais Turmas. Em razão disso, está em curso o prazo para o Ministério Público do Trabalho apresentar recurso de embargos à Subseção de Dissídios Individuais, que é a subseção responsável por orientar a jurisprudência do Tribunal.

Eu ouvi da imprensa, vi em alguns lugares escritos, indicando que o Tribunal tinha permitido às empresas, tinha dado carta branca às empresas para que elas, então, fizessem, a partir de agora, essas consultas aos cadastros. Efetivamente, isso não condiz com a realidade. Isso não é verdadeiro. O Tribunal não deu carta branca às empresas para que consultem esses cadastros.

Finalizando, o que o Tribunal fez foi julgar aquele caso, que não impede a atuação dos trabalhadores, que exige uma atuação prolongada do Ministério Público do Trabalho e no limite um pronunciamento do Supremo Tribunal Federal, porque a matéria tem matriz constitucional.

Obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Essa foi a Drª Noemia Aparecida Garcia Porto. Claro que, em sua exposição, já demonstra, como foi dito aqui também pelo Dr. José Guilherme, que outras Turmas já decidiram diferentemente. É claro que o empresário – estamos dialogando sobre o tema – nunca vai dizer que usou de um procedimento discriminatório. Estou apenas dialogando sobre o tema, não sou advogado. Mas quem conhece o mínimo de autos de processos e acompanha sabe que é natural que o empresário sempre vai dizer que não fez, não fez, não fez e não fez. Aí vem a minha preocupação, se a moda pega, a partir dessa decisão... Digamos que as outras Turmas passassem também a dizer dessa forma ou se mesmo tivermos de ir para o Supremo, e o Supremo também entender que a 2ª Turma tem razão, para mim está feita a bagunça. Daí vamos ter que fazer uma revolução para mudar esse quadro, porque a situação dos trabalhadores vai ser desesperadora.

Mas entendo, claro, e V. Exª foi muito feliz aqui ao mostrar todo esse quadro. Agora a nossa indignação é se a moda pega. Por isso que alguém já disse que o diabo não morre porque é velho. Então, todo cuidado é pouco. Se não ficarmos em estado de alerta com essa posição e outras que estão tramitando, inclusive aqui na Casa, que vão na linha de flexibilizar totalmente o direito dos trabalhadores, é o nosso papel. Por isso, estamos aqui numa audiência pública.

Parabéns, doutora. Passo de imediato a palavra à Drª Andrea Nice Silveira Lino Lopes, Coordenadora Nacional da Promoção da Igualdade do Ministério Público do Trabalho.

A SRª ANDREA NICE SILVEIRA LINO LOPES – Bom dia a todos. Bom dia, Senador Paulo Paim, pelo qual cumprimento todos os integrantes da Mesa.

Nós fomos surpreendidos há pouco com várias notícias, e algumas de cunho nacional, a respeito de uma decisão, no caso concreto, do TST, o que ensejou inclusive esta audiência pública. É interessante que não me lembro ou foram raros os casos em que uma decisão do Judiciário ensejou uma nota pública que foi comentada inclusive pela Senadora aqui presente. O que demonstra a indignação de todos os operadores do Direito e de toda a sociedade em relação a essa nota.

É interessante deixar claro que se trata de um caso concreto. Não significa carta branca ou a possibilidade de mudança de toda uma alteração, um arcabouço constitucional em normas infraconstitucionais no sentido de permitir ao empregador a consulta a cadastros, seja a chamada lista discriminatória, no sentido de restrições creditícias, de ações trabalhistas e de antecedentes criminais ou qualquer tipo de discriminação no acesso ao emprego.

Como bem dito aqui e colocado na nota, não se trata do TST e sim de uma Turma do TST, o que demonstra não se tratar de uma decisão majoritária ou no sentido de um entendimento majoritário do TST.

É interessante colocar também, já como pontuado pelos colegas, que tivemos decisões recentes, não só do TST, mas também do Conselho Nacional do Ministério Público, no sentido de que existem alguns editais que exigem antecedentes criminais ou restrições creditícias. Recentemente, uma decisão do Conselho Nacional do Ministério Público não permitiu à Procuradora da República, especificamente na 9ª Região, Paraná, que constasse de seus editais a possibilidade

de antecedentes criminais para contratação de terceirizados, mormente no sentido de vigilantes.

Então, essa tendência da não proibição a gente já vem alcançando e vislumbra isso nos nossos procedimentos, mas fato é que da decisão do Conselho Nacional do Ministério Público, da decisão do Judiciário ou da própria feitura de termos de compromisso, porque só levamos ao Judiciário essa discussão a partir do momento em que não há um compromisso espontâneo das empresas no sentido de atender toda uma legislação hoje vigente, em que pese uma discussão sobre a necessidade de explicitar em normas infraconstitucionais, o próprio arcabouço constitucional veda essa possibilidade. Só que, desses pronunciamentos do Judiciário, do Conselho Nacional, vislumbra que, efetivamente, é uma prática ainda existente. O TST só se manifestou não só nesse caso concreto e em muitas outras ações porque é uma prática ainda existente.

Temos uma dificuldade no sentido da lista discriminatória porque dificilmente o empregador informa ao empregado o porquê da não contratação. A pessoa vai até a empresa procurando esse emprego e não é contratada porque não atendeu às especificações daquela empresa. Não significa que ele não foi contratado porque ele é negro; não significa que é porque ele tem ação trabalhista; não significa que é porque ele não tem nenhum tipo de restrição no SPC ou Serasa, ou orientação sexual, orientação política – e aí entra também a questão do sindicalismo, ou a questão da própria aparência física no sentido de sobrepeso. Então, dificilmente, o empregado, na questão individual, doutora, como a senhora colocou, que ele pode apresentar essa questão ao Judiciário, vai saber por que ele não foi contratado.

Temos tentando trabalhar isso em alguns projetos nesse sentido por meio da estatística: quantas pessoas procuraram emprego, quantas tinham restrições e quantas foram contratadas, porque esse elemento o empregado dificilmente vai ter. Dificilmente, o empregador vai dizer por que não está contratando. Simplesmente não contrata.

Então, essa é uma dificuldade que tem que ser levada em consideração e talvez demande uma atenção especial por parte do Ministério Público.

Eu tinha preparado uma exposição, mas como estou falando por último e todas as questões que eu considero relevantes já foram apresentadas aqui, vou tratar de questões pontuais que já foram tratadas, principalmente pela Senadora, quanto a algumas situações que exigem um olhar diferenciado e que a própria lei já prevê: "tratar os iguais na medida de sua desigualdade". Isso ocorre muito quanto às questões dos antecedentes criminais.

A Constituição prevê a não discriminação e o acesso irrestrito ao trabalho, a não ser em casos específicos. Então, naquela exceção, deve haver uma legislação que a preveja.

Isso existe, por exemplo, no caso dos vigilantes, quanto aos antecedentes criminais – em que pese eu achar que é algo ainda discutível.

O Código Nacional de Trânsito prevê, no art. 329, a possibilidade da exigência de antecedentes criminais para algumas situações, como transporte escolar e o transporte de aluguel, mas, ainda assim, prevê antecedentes criminais relacionados a quatro crimes específicos que ele entende que poderiam prejudicar o acesso a aquele trabalho, poderiam prejudicar o andamento normal do trabalho, e o trabalho doméstico, por exigir uma fidúcia especial, um relacionamento direto.

Então, todas essas questões que exigem um tratamento desigual têm de ser regradas em lei. Eu não posso deixar ao subjetivismo do empregador analisar qual a situação poderia prejudicar o andamento do trabalho, até mesmo porque eu não dou possibilidade ao empregado de esclarecer por que ele sofreu aquela ação trabalhista. Temos casos, por exemplo, de empresas que falam para o empregado que só farão a rescisão na Justiça do Trabalho e fazem um acordo final, para evitar outras demandas, outras questões, principalmente quanto à hora extra e outras.

Nós não temos a possibilidade de esclarecer ao empregado o motivo de ele estar com algum tipo de restrição.

A senhora chamou muito atenção, e é estranho, porque não há uma pessoa que não aponte um caso, senão o próprio ou o de alguém próximo, de alguém que não tenha tido algum problema de restrição creditícia. Isso não significa... Hoje, não temos uma população hoje que permita que todos andemos com as contas em dia.

No início desta audiência pública, o Senador mencionou que 54% estão endividados, mais da metade da população. Esse endividamento não significa que aquela inclusão foi justa. O SPC e o Serasa não são cadastros de índole pública, feitos para consulta de vida pregressa de empregado, para inclusão no emprego, mas de relação de consumo. Já tivemos algumas conversas com o Serasa e o SPC, inclusive muitos contratos vedam a utilização desse sistema de cadastro para perquirir a vida pregressa dos empregados.

Então, é interessante colocar essas situações.

Participei de um programa de TV na semana passado, realizado em um formato diferente, em que a própria população mostrava a sua indignação. Não foram os operadores do Direito, mas os empregados e o empresariado que falaram da discordância.

Finalizando, quero deixar claro que pesquisa de vida pregressa de empregados e de situações que não tenham a ver com habilidades técnicas ou aptidões profissionais diretamente relacionadas ao emprego não significa estar contratando uma pessoa que não tenha problemas ou com ações trabalhistas ou com dívidas ou com antecedentes criminais. Quanto aos antecedentes criminais, nós não temos um cadastro unificado. Uma simples consulta não significa que se terá a situação pregressa daquele empregado; não significa que aquela pessoa que está com o nome no SPC ou no Serasa seja um devedor, ela pode ser um laranja ou pode procurar a questão dos empréstimos de uma maneira informal; e não significa também que o empregado não venha a delinquir durante a relação de emprego. Então, a utilização pelos empregadores desse tipo de cadastro não auxilia em nada a prestação do trabalho.

Também essa exclusão social através da possibilidade de consulta ao cadastro faz com que se perpetuem as questões das restrições e até mesmo as penas privativas de liberdade, no sentido de que, se a pessoa não tem acesso a emprego, não há que se falar em reabilitação, seja na questão criminal, seja na questão das dívidas ora existentes.

Obrigada, Senador. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Essa foi a Drª Andrea Nice Silveira Lino Lopes, Coordenadora Nacional da Promoção da Igualdade do Ministério Público do Trabalho.

Passamos, logo, para a última convidada, a Drª Zilmara David de Alencar, Secretária de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, em substituição ao Ministro interino Paulo Roberto dos Santos Pinto.

A SRª ZILMARA DAVID DE ALENCAR – Bom dia, Senador Paulo Paim, na pessoa de quem eu cumprimento também a Senadora Ana Amélia, aqui presente, e todos da Mesa, como o José Augusto, combativo, que, muitas vezes, no afã da defesa dos trabalhadores, traz posições que nos fazem refletir, mas sem deixar de levar em consideração que estamos no Estado democrático de direito, que as instituições merecem ser respeitadas e que são decisões que interferem no nosso dia a dia e que, por conta disso, estamos aqui debatendo.

Muito oportuna, Senador, esta audiência pública que trata desse assunto. Eu gostaria de trazer um pouquinho da nossa visão cultural. Aqui, eu me sinto muito contemplada pelas falas anteriores e reforço o coro no sentido de que essa decisão trata de uma possível abertura a tratamentos discriminatórios no ato da contratação. O Ministério do Trabalho não poderia deixar de se manifestar no sentido de que ali se tem um contrato de trabalho e não um contrato consumidor. Esse tipo de análise de constar em cadastros não deve ser levado a efeito no momento de uma contratação.

Outro ponto que eu gostaria de ressaltar é a conexão da consulta com as habilidades para o cargo. Quando tivemos a Lei nº 9.029, que veio trazer a não possibilidade de atos discriminatórios no ambiente do trabalho, nós tivemos ali um leque que deve ser lido de forma meramente exemplificativa e não taxativa. Não podemos fazer uma leitura restritiva quando se trata de direitos humanos, quando se trata de direitos a não discriminação. É muito importante, como trazido na fala da Drª Andrea, que a regra deve ser a não discriminação. A exceção para que se dê uma proteção de uma contratação plena é que deve ser tratada por meio de uma lei específica que venha a descrever, de forma objetiva, quais seriam as exceções para uma proteção àquele tipo de contratação, àquele tipo de relação de trabalho a ser desempenhada.

Nós verificamos que, no plano internacional, o Governo brasileiro ratificou a Convenção nº 111, da OIT, que trata da não discriminação no emprego e na profissão. Nós assumimos, naquele momento, o compromisso de formular e aplicar uma política nacional que tenha por fim promover, por métodos adequados às circunstâncias e aos usos nacionais, a igualdade de oportunidades e de tratamento em matéria de emprego e profissão com objetivo de eliminar toda discriminação nessa matéria.

Aqui, passamos por momentos em que foi citado o não tratamento isonômico, um tratamento isonômico que é dado para o empregador no momento de ele ter a possibilidade de uma recuperação. Não estamos dando essa mesma oportunidade ao trabalhador, aquele trabalhador que, ao ser vedado o acesso ao emprego, vai ser trazido para um ambiente informal, com certeza, sem a segurança dos seus direitos, sem a proteção de todos os seus direitos. Então, há um receio sob esse ponto de vista, no sentido de que não deve haver qualquer tipo de prática discriminatória e, sim, um incentivo a uma contratação, a uma proteção maior ao trabalhador.

As falas anteriores contemplaram já muito do que íamos falar, mas entendemos, Senador, que os projetos que hoje se encontram em andamento devem ter uma visão no sentido de deixar claro que a regra geral é a não discriminação de qualquer natureza e de tratar especificamente de contemplar, como nos casos já trazidos aqui pela Senadora Ana Amélia, especificamente as exceções, sob pena de estarmos num retrocesso de uma longa história de avanço da conquista dos direitos dos trabalhadores. Então, acho que a visão sobre os

projetos de lei em curso e sobre a atuação dentro de uma visão de um Estado democrático de direito deve se dar por retirar daquele conjunto apenas aquelas que são essenciais e necessárias, dessa forma, deixando claro que ações e decisões dessa natureza devam ser, de pronto, afastadas a qualquer interpretação, mesmo que num ponto específico, dessa natureza.

Outro ponto que gostaríamos de refletir é que assuntos como este, quando são trazidos para uma audiência pública, refletem a indignação da população, a indignação da classe trabalhadora, o que, neste momento, nos oportuniza essa discussão. Essa reflexão é oportuna demais, a partir do momento em que, com essa reflexão, verificamos que a Nação brasileira já não vai mais permitir que atos venham a podar seus direitos, a limitar qualquer tipo de contratação.

Fica aqui uma proposta de reflexão sobre de que forma a legislação brasileira poderia também contemplar a previsão de explicações pela não contratação. A partir do momento em que se abre um processo seletivo, a partir do momento em que temos uma ampla publicidade acerca de uma vaga, de um cargo que está sendo colocado no mercado de trabalho, por que a não explicação? Por que teríamos de trabalhar especificamente com dados estatísticos, quando deveríamos ter, de fato, explicações de quais naturezas levam ao afastamento do mercado de trabalho formal desses trabalhadores?

Então, parabéns, Senador. Parabéns, Senadora Ana Amélia. Essa iniciativa demonstra que esta Casa, mais uma vez, levanta a bandeira de todos os movimentos sociais, de todos os movimentos que lutam na defesa dos direitos humanos neste País.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Drª Zilmara David de Alencar, que aqui representa o Ministério do Trabalho.

Deixe-me só fazer uma colocação rápida, de que, enquanto a doutora falava, eu me lembrava. Até aqui na Casa! Quantas empresas que prestam serviços aqui, na Casa, em que eu sou chamado para mediar, porque não pagaram o salário dos trabalhadores? Então, agora, eu vou lá fora, mas, como estou aqui há 26 anos, calculem quantas vezes eu fui chamado na Câmara dos Deputados?!

E os chamados gatos. Todo mundo sabe o que são os gatos, não é? Um cara fecha a empresa, se manda e não paga nada para o trabalhador. Esse trabalhador, por sua vez, como é que vai pagar as suas contas? Não paga, não tem como pagar, porque o cara foi embora e ele não tem nada a receber. Então, nesse caso específico, o culpado é o empregador, porque o trabalhador não recebeu os seus direitos, não recebeu os salários, não recebeu nada. Enquanto a decisão da Justiça não vier, enquanto não conseguirem achar o cara – quem sabe em que Estado ele já está, porque, muitas vezes, trocam até de Estado e somem e, aí, vêm os laranjas -, ele não paga a sua conta. Resultado: o empresário penalizou... Nesse caso, não são todos, vamos deixar bem claro. Quero, de novo, lembrar o relatório que você apresentou do Senador Roberto Cavalcanti, que é um grande empresário. Ele mesmo trouxe a questão à pauta. Ele disse: "Se é dada ao empresário a oportunidade de recuperar, por que não dar oportunidades ao trabalhador?"

Por isso, acho que este debate é importante e foi muito significativo ver que aqui houve unanimidade. Não houve uma voz contrária. Todos entenderam que exceção é exceção. Então, que a lei estabeleça qual é a exceção, mas a regra é uma discriminação. Eu tenho de usar o termo hediondo – permitam-me – porque, do contrário, estaria mentindo em relação ao projeto que apresentei. No projeto que aprovei aqui no Senado – e está na Câmara em última instância, na CCJ, se aprovado, irá à sanção –, digo com todas as letras – o José Augusto leu aqui – que esse tipo de procedimento, para mim, tem de entrar no rol de crimes hediondos, porque estamos falando da vida das pessoas, da alimentação, do remédio, do aluguel da casa, da dignidade. Por isso, a nossa indignação.

Vou garantir 3 minutos para cada um para suas considerações finais. Para a Senadora, naturalmente, não serão 3 minutos.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Senador Paim, inicialmente, quero renovar os cumprimentos pela oportunidade.

Penso que audiência pública tem esse caráter, como foi salientado aqui. Eu me sinto muito à vontade. A Drª Andrea, a Drª Zilmara, a Drª Noemia representam o comprometimento da mulher com as questões sociais, particularmente em uma área tão sensível quanto à da relação entre o capital e o trabalho. Elas foram brilhantes em suas exposições, demonstrando a convicção e o conhecimento profundo que têm do que estamos tratando aqui, no âmbito do Ministério do Trabalho, da Justiça do Trabalho, do Poder Executivo, que é Ministério do Trabalho e Emprego.

Então, quero cumprimentá-lo. Fico até feliz por ter dado uma modesta contribuição a esse debate, trazendo uma questão particular. De fato, para toda regra há uma exceção que tem de ser tratada com excessiva cautela, para evitar que alguém venha a generalizar uma questão que é exceção.

Quero agradecer o seu convite de sexta-feira, aliás, de quinta-feira. Na sexta-feira, fui ao Rio de Janeiro ver a questão da Rio+20. Agradeço e cumprimento V.

Exª pela abertura deste debate, com também às Centrais Sindicais, à OAB, que aqui apresentou as questões como realmente são.

De novo, fico com a posição do Ministério Público do Trabalho, que definiu claramente que esse cadastro não pode ser utilizado de maneira alguma. Uma contratação tem de ser específica, estar relacionada à habilidade, à capacitação profissional para a função.

Gostei muito de ver aqui ser tratada a abertura da informação do motivo pelo qual a pessoa que se candidata a um determinado cargo não foi contratada. É claro que a empresa poderá alegar que aquele que foi aproveitado teve um currículo mais adequado para a ocupação da vaga, mas o fato é que, havendo uma maior transparência, ficam preservados não apenas o candidato, mas também a própria empresa que fez a seleção.

Saio daqui extremamente confortada, Senador Paim, pela iniciativa de V. Exª e pelo que ouvi nesses depoimentos, sobretudo considerando e convencida de que o Superior Tribunal do Trabalho vai rever essa decisão tomada que causou tanta polêmica.

Também gostaria de cumprimentar, porque as doutoras que aqui falaram, em certa medida, chamam a atenção para outra questão relevante: a responsabilidade da mídia na divulgação de dados que não são exatos, o que acabou provocando perturbação. Quer dizer, essa decisão não é definitiva, mas em caráter liminar. Esse julgamento ainda passará por outras instâncias. Aí acabam criando uma perturbação, uma apreensão naquele que está devendo, que, além da dívida que ele tem de pagar, tem fica mais preocupado com uma ficha suja, com a inclusão do seu nome, quando se candidata a uma determinada vaga de emprego.

Também a imprensa deve ter cuidado e responsabilidade quanto à tecnicidade desses julgamentos – a Justiça não decide, julga – do Poder Judiciário. Faço isso porque, como pertenci durante 40 anos à Comunicação, então também sempre fiz uma autocrítica a quando cometemos esses equívocos, não de má-fé, mas na pressa de dar uma informação e provocar, às vezes, a reação da sociedade, como aconteceu nesse caso específico do julgamento da Segunda Turma do TST.

Parabéns, Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Parabéns a todos nós.

Vamos para as considerações finais.

Passo a palavra à Drª Noemia Aparecida Garcia Porto. E aí termina os representantes dos trabalhadores.

A SRª NOEMIA APARECIDA GARCIA PORTO – Senador Paim, demais presentes, Senadora Ana Amélia, renovo os agradecimentos pelo convite para participação da Anamatra. De fato, gostaria apenas de pontuar que talvez na proposta da Drª Zilmara devêssemos aliar duas coisas: o compromisso com a explicitação dos motivos de entrada e de saída do trabalhador do emprego é de alguma forma falada na Convenção nº 158, na saída; e complementando com essa entrada justificada, tudo isso é um devido processo legal no âmbito do trabalho.

Outro aspecto importante é a atuação do Congresso Nacional, a atuação do Senado e a atuação do Poder Judiciário na defesa daquilo que é a proteção ao trabalho, já que isso é compromisso das instituições. Mas nada nos salvará se não tivermos uma cultura de respeito aos direitos humanos. E essa questão de cultura é responsabilidade indistinta de toda a sociedade. E quando falo em direitos humanos, falo também no empregador que passa a ver no trabalhador não apenas uma mão-de-obra que ele contrata, mas uma pessoa, destinatária de direitos que passa a fazer parte daquele segmento econômico.

Por último, apenas uma nota. O Sr. Moacir, que esteve conosco no início dos debates, trouxe um tema que é paralelo, mas é interligado. O tema da remuneração por produtividade ou remuneração por hora. É um tema paralelo, mas é essencial, porque é um tema também relacionado a esse processo de precarização do trabalho. Quanto a ele, a Anamatra se coloca à disposição para estabelecer qualquer diálogo, qualquer debate sobre os freios necessários a esse processo, que não é apenas brasileiro, mas um processo mundial de precarização das relações de trabalho.

Muito obrigada. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Obrigado, Drª Noemia. Quero dizer que essa matéria veio neste fim de semana e transitou em toda a imprensa. Eu já fiquei em estado de alerta, confesso. E nada melhor do que fazermos uma audiência pública e convidarmos a todos para debatermos essa questão.

Isso porque, sem sombra de dúvida, a questão do trabalho por hora... Fizemos uma audiência aqui e até não gosto de citar o nome da empresa, pois foi um debate... Inclusive vieram aqui e fizemos um debate de alto nível. A denúncia que foi feita é esta: o camarada fica e só é convocado para trabalhar aquelas horas... Fica muito fácil. Vou montar uma empresa desse jeito. No momento de pico, chamo o camarada. "Pega o ônibus e vem para cá trabalhar aqui comigo". "Agora vai embora". Principalmente no setor de serviços.

Então, de fato, uma audiência pública... Fico com a posição da Anamatra. De antemão, já vou dizendo.

Passamos a palavra à Drª Andrea Nice Silveira Lino Lopes, que fala pelo Ministério Público do Trabalho.

A SRª ANDREA NICE SILVEIRA LINO LOPES – Senador Paulo Paim, mais uma vez parabenizo-o pela iniciativa. Acho importante toda a sociedade e todos os segmentos estarem aqui representados e mostrarem que não aceitamos mais determinadas situações. A sociedade como um todo está começando a conhecer seus direitos e a fazer com que sejam respeitados.

Gostaria de deixar claro também que não se trata de uma carta branca, não se trata de uma legislação alterada de modo a permitir que se tenha qualquer tipo de ato que vede o acesso ao trabalho, à dignidade de todo cidadão, mesmo na condição de trabalhador.

Então, a Coordenadoria e o Ministério Público do Trabalho continuarão atuando de uma maneira incisiva em toda forma de discriminação no sentido de fazer com que seja respeitada a Constituição Federal. Temos uma norma específica e vamos trabalhar no sentido de que ela seja respeitada por todos. E tomando conhecimento de que haja algum tipo de ato contrário à Constituição ou contrário a todo o arcabouço jurídico permissivo, o Ministério Público vai estar atento a isso e, se necessário, vai continuar levando essa questão ao Judiciário. E levamos também às últimas conseqüências os nossos recursos no sentido de levar a toda instância do Judiciário, para fazer com que todo o nosso arcabouço jurídico seja respeitado.

O SR PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Drª Andréia Nice Silveira Lopes, que falou em nome do Ministério Público do Trabalho, deixando clara a posição contrária a essa visão, digamos.

Passo a palavra, neste momento, à Drª Zilmara David de Alencar, Secretária de Relações de Trabalho do Ministério Público do Trabalho.

A SRª ZILMARA DAVID DE ALENCAR – Nunca é demais, Senador, agradecer e parabenizar pela iniciativa. Gostaria de ressaltar a visão cultural. Nós precisamos ter um avanço na visão cultural. Uma visão cultural em que temos o papel de não concorrência. Há uma gama de notícias sendo pautadas, uma gama de informações que precisam ter, sim, o melhor trabalho de tecnicidade, como foi ressaltado pela Senadora a fim de que não repercutam de forma negativa no seio da sociedade.

Quando falo do papel das entidades falo aqui das entidades sindicais cuja atuação vem sendo constantemente denegrida. No Estado democrático de direito o papel do sindicato, o papel daquele que tem a defesa dos interesses da categoria, do direito da coletividade deve, sim, ser ressaltado. Se erros ocorrem estão ali para serem corrigidos, num ambiente democrático. Nada mais do que uma reflexão e uma repercussão no sentido de avanço e não simplesmente a eliminação da atuação dessas entidades.

O papel do Ministério Público do Trabalho vem sendo cumprido no sentido de zelar por esses direitos e por um tratamento isonômico no que diz respeito principalmente às relações de capital e trabalho. Essa decisão que nós hoje estamos discutindo veio de uma atuação do Ministério Público do Trabalho de Sergipe que trouxe à tona uma reflexão coletiva. E nessa visão de reflexão coletiva nós precisamos nos pautar, precisamos olhar para o indivíduo, para o cidadão, para aquela pessoa, mas precisamos também vir com ações de cunho coletivo. A coletividade traz isonomia de direitos, e acredito muito que a atuação conjunta de sindicatos, Ministério do Trabalho, tribunais, Ministério Público do Trabalho, Parlamento vêm cumprindo um papel essencial para a democracia, e essa democracia se conquista com a visão coletiva de direitos, com a atuação não de concorrer, não de denegrir entidades que têm, sim, o seu papel no seio desta democracia, e isso no sentido de valorização e busca de avanços cada vez mais constantes.

Parabéns, Senador Paulo Paim, pela iniciativa e oportunidade de a matéria ser discutida.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Drª Zilmara Alencar, que aqui falou em nome do Ministro interino Paulo Roberto dos Santos Pinto.

Antes de lhe passar a palavra, José Augusto, permita-me dizer que nós estamos recebendo aqui... Acho que foi a audiência que mais recebeu correspondências. O pessoal me comunica, vou fazer um resumo, aqui a população mostra toda a sua indignação; não vou ler porque há alguns termos, em relação ao TST, que eu não poderia ler, até por todos os conselhos que recebo das senhoras aqui. Um deles pediu para dizer que é um deles, o Sr. Nelson Roriz, que pediu que eu dissesse, embora eu não vá ler, sobre a sua indignação com relação a esse tema, entre tantos outros que chegaram. Mas não dá para fazer a leitura, tipo assim, não acreditam que isso seja verdade. Estou resumindo aqui ao máximo. “Não estamos acreditando”.

Mas, antes do José Augusto falar, deixem-me dizer que claro que nós sabíamos que é uma decisão da Segunda Turma, o representante da Anamatra esteve conosco, foi muito claro, mas o seguro morreu de velho. Antes que vire moda, vão para audiência pública, vão para tribuna. Vamos deixar a população brasileira mostrar toda a sua indignação, antes que essa decisão viva. Eu quero mais que ela morra. Eu quero que a decisão morra.

Antes que ela viva, pegue fogo e fique gigante, vamos fazer a devida divulgação do que poderá acontecer. Essa foi a intenção. Eu lhes confesso, sou muito franco no meu ponto de vista. Por isso falei, acho, em duas ou três comissões, falei no plenário e recebi a

presença do representante da Anamatra, que me dizia exatamente o que me foi dito aqui.

Como estou muito preocupado, embora seja só um projeto de lei, com aquele tal de Simples Trabalhista, que está lá na Câmara; com o novo Código do Trabalho, que está lá na Câmara. A questão dos precatórios e a questão também do chamado serviço terceirizado. É só projeto de lei, mas estamos começando a fazer audiências nos Estados para – olhe bem a que ponto chegamos – avançar nos direitos dos trabalhadores, para defender a CLT e a Constituição no que tratam os artigos da ordem social.

No sábado que vem, estarei no Rio, com um grande debate nesse sentido. Já o tivemos em Minas, na Bahia e vamos passar em todos os Estados. Temos de defender a CLT e a Constituição no Capítulo da Ordem Social.

José Augusto.

O SR. JOSÉ AUGUSTO – Senador Paulo Paim, muito obrigado.

Quero parabenizar e fazer uma saudação à Drª Noemia, à Drª Zilmara e à Drª Andrea, principalmente pelo Dia Internacional da Mulher, que ocorrerá nesta semana.

Quero deixar também meu abraço e dizer que me admirou muito e tenho muito orgulho de ter compartilhado essa discussão com vocês três, com a Mesa, com bastante competência e pé no chão.

O encaminhamento, Senador Paulo Paim, convidados e participantes da audiência, telespectadores, ouvintes da Rádio Senado, internautas, o encaminhamento que faço, baseado na nossa indignação e em nome também do Movimento Sindical Brasileiro, na representação de 18 confederações, cinco centrais e a Cobap, é, primeiro, o que seriam ações nossas na Câmara para a aprovação do projeto do Senador Paulo Paim. Como eu disse, ele está lá, desde setembro do ano passado; foi já aprovado pelo Senado e passa pela revisão na Câmara.

Que a Segunda Turma do TST reveja essa decisão. Para tanto, precisamos da ajuda, procuramos também, através dessa proposta, interagir com o Ministério Público do Trabalho, através da Procuradoria-Geral do Trabalho, da Anamatra, da OAB e de tantas outras instituições também, que estão solidárias com essa questão.

Terceiro, é respeitar também as entidades sindicais brasileiras, além das instituições. Fala-se que se tem de respeitar as instituições, mas devolvo: que respeitem também as entidades sindicais brasileiras. E é uma decisão e uma posição inteligente de quem fizer isso, porque é um respeito àqueles que representam legitimamente a classe trabalhadora deste País.

Quarto, a audiência pública sobre a campanha em defesa da CLT e dos direitos trabalhistas, sociais e previdenciários será realizada dentro do Tribunal Regional do Trabalho, no Rio de Janeiro, 1ª Região, com a confirmação já do Senador Paulo Paim, dos meus companheiros do Diamp – lá faço parte da família como Vice-Presidente. Vai ser no plenário do TRT, no dia 16 de março – tenho de fazer um comercial aqui, não é? –, que é a continuidade dessa campanha que estamos fazendo em todos os Estados. Já fizemos no Rio Grande do Sul, no Paraná, em São Paulo e pretendemos, agora, fazer, neste ano, em todas as capitais do País, o que é uma iniciativa do Fórum Sindical dos Trabalhadores.

Isso, no Rio de Janeiro, já está confirmado para o dia 16, das 14 às 17 horas. A Mesa está convidada, inclusive vou mandar convite para cada entidade; a Zilmara, do Ministério do Trabalho, está dando o maior apoio lá – falei com o Narciso e com o próprio delegado. Está num apoio, Paulo Paim, institucional o Ministério do Trabalho, a Procuradora-Geral do Trabalho, a Anamatra, através do Dr. Alexandre; o Belmonte disse que também estão interessados em fazer parte da Mesa, com fala e aquela coisa toda. E serão convidados e contemplados na programação.

O respeito às instituições públicas de nosso País são as nossas práticas também, inclusive, estatutariamente. Todos os sindicatos, centrais – o Paulo Paim já foi sindicalista, sabe disso – nós temos o dever de respeitar. Mas essa postura deve ser recíproca.

Finalmente, Senador Paulo Paim, respeitar o princípio de posições não discriminatórias da igualdade, da cultura dos direitos humanos, como foi dito aqui pela Drª Noemia e pela Drª Zilmara, de toda e qualquer natureza. Em nome do Estado democrático de direito, vamos consertar esse erro, afirmo e reafirmo, essa infeliz decisão da 2ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho.

Muito obrigado. Até uma próxima oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, José Augusto.

Encerrando esta audiência pública, que atingiu seus objetivos, só posso agradecer ao Moacyr, que aqui falou pela Nova Central; ao José Augusto, pelo Fórum Sindical dos Trabalhadores; ao Dr. José Guilherme, que falou pela OAB; Drª Noemia, que falou pela Anamatra; Drª Andrea, que falou pelo Ministério Público do Trabalho; Drª Zilmara David, que falou pelo Ministério do Trabalho e Emprego, em substituição ao Ministro Paulo Roberto dos Santos Pinto.

Muito obrigado a todos. Até a próxima oportunidade.

Está encerrada esta audiência pública.

(Iniciada às 9 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 18 minutos.)

Ata da 7ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, Convocada Para o Dia 6 de Março de 2012, Terça-Feira, às 9 Horas, Sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II, Senado Federal.

Às nove horas e trinta e um minutos do dia seis de março de dois mil e doze, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a presidência do Senador **(Paulo Paim)**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Comparecem os seguintes senhores Senadores e Senadoras **Ana Rita, Paulo Paim, Eduardo Suplicy, Anibal Diniz, Lídice da Mata, Pedro Simon, Lauro Antonio, Ivonete Dantas, Paulo Davim, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda, Mozarildo Cavalcanti, e Vicentinho Alves**. Participa da reunião o Deputado Federal Marçal Filho. Deixam de comparecer os demais membros. O Senhor Presidente declara aberta a presente reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 6ª Reunião da CDH, que é dada por aprovada. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte Pauta, deliberativa: Item 1. Projeto de Lei do Senado nº 164, de 2011, não terminativo, que altera as Leis nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre a Isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física, e dá outras providências, e nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para instituir contrapartidas para a isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados na aquisição de táxis e determinar sua padronização visual. Autoria: Senador Acir Gurgacz. Relatoria: Senador Wellington Dias. Relatório: Pela aprovação com as emendas nº 01 e nº 02 que apresenta. Resultado: Adiado. Item 2. Projeto de Lei do Senado nº 375, de 2008, não terminativo, que altera o art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir, aos aposentados de baixa renda, a dedução das despesas com medicamentos da base de cálculo do imposto de renda da pessoa física. Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Senadora Lídice da Mata. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 375, de 2008 e rejeição dos de nº 340. de 2007; e 92, de 2010. Resultado: Aprovado. Item 3. Projeto de Lei do Senado Nº 408, de 2011, não terminativo, que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para garantir tratamento especial ao adolescente viciado em drogas. Autoria: Senador Eduardo Amorim. Relatoria: Senador Magno Malta. Relatoria *Ad Hoc* : Senador Paulo Davim. Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. Resultado: Aprovado. Item 4. Projeto de Lei do Senado nº 587, de 2011, Não Terminativo, que cria o Fundo Nacional de Apoio à Pessoa com Deficiência. Autoria: Senadora Lídice da Mata. Relatoria: Senador Magno Malta. Relatoria *Ad Hoc*: Senador Lauro Antonio. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Aprovado. Item 5. Projeto de Lei do Senado nº 620, de 2011, não terminativo, que acrescenta inciso X ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir a ausência do trabalhador ao serviço por um dia a cada seis meses para comparecimento as reuniões escolares dos seus filhos, mediante comprovante de comparecimento à escola. Autoria: Senadora Lídice da Mata. Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues. Relatoria *Ad Hoc* : Senadora Ivonete Dantas. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Aprovado. Item 6. Projeto de Lei da Câmara nº130, de 2011, terminativo, Acrescenta § 3º ao art. 401 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de estabelecer multa para combater a diferença de remuneração verificada entre homens e mulheres no Brasil. Autoria: Deputado Marçal Filho. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Aprovado. Item 7. Projeto de Lei da Câmara nº 78, de 2009, terminativo, que acrescenta o art. 19-A à Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências (os fabricantes de aparelhos de rádio e televisão deverão disponibilizar 30% dos equipamentos com saída de áudio compatível com fones de ouvido, com ajuste de volume). Autoria: Deputado Arolde de Oliveira. Relatoria: Senador Cyro Miranda. Relatório: Pela aprovação nos termos da Emenda (substitutivo), que apresenta. Resultado: Aprovado. Item 8. Projeto de Lei da Câmara nº 305, de 2009, terminativo, que dá nova redação ao inciso V do art. 53 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente. Autoria: Deputado Neilton Mulim. Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues. Relatório: Pela aprovação com a Emenda aprovada na CE e a Emenda, que apresenta. Resultado: Adiado. Item 9. Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 2010, terminativo, proíbe a fabricação, a comercialização, a distribuição e a propaganda de produtos nacionais e importados, de qualquer natureza, bem como embalagens, destinados ao público infantojuvenil, reproduzindo a forma de cigarros e similares. Autoria: Depu-

tado Clodovil Hernandes. Relatoria: Senadora Ana Rita. Relatório: Pela aprovação com a Emenda nº 1 – CAE, suprimido o hífen do vocábulo "infantojuvenil" nela contido. Resultado: adiado. Item 10. Projeto de Lei da Câmara nº 93, de 2011, terminativo, altera o art. 3º da Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. Autoria: Deputado Lincoln Portela. Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti. Relatório: Pela aprovação com duas emendas, que apresenta. Resultado: Lido o Relatório e adiada a votação. Item 11. Projeto de Lei do Senado nº 272, de 2003, terminativo, que dá nova redação ao § 3º do artigo 20 da Lei nº 8742, de 7 de dezembro de 1993. (Dispõe sobre a garantia de um salário mínimo mensal do benefício de prestação continuada da Lei Orgânica da Previdência Social – LOAS à pessoa portadora de deficiência e ao idoso com setenta anos ou mais e que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção e nem tê-la provida por sua família). Autoria: Senador Pedro Simon. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação nos termos da Emenda (substitutivo), que apresenta. Resultado: Lido o Relatório e adiada a votação. Item 12. Projeto de Lei do Senado nº 224, de 2004, terminativo, que altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, para acrescentar dispositivos ao art. 39 e dá nova redação ao caput do art. 40, que tratam da gratuidade no transporte coletivo. Autoria: Senador Alvaro Dias. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação nos termos da Emenda (Substitutivo), que apresenta. Resultado: adiado. Item 13. Projeto de Lei do Senado nº 700, de 2007, terminativo, que modifica a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) para caracterizar o abandono moral como ilícito civil e penal, e dá outras providências. Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Senador Demóstenes Torres. Relatório: Pela aprovação com as emendas de nº 01 a 06 da CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Resultado: Adiado. Item 14. Projeto de lei do senado nº 154, de 2008, terminativo, que acrescenta parágrafo ao art. 239 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para agravar a pena de notários e oficiais de registro que pratiquem ato destinado ao envio de criança ou adolescente para o exterior com inobservância das formalidades legais ou com o fito de obter lucro. Autoria: Senadora Serys Slhessarenko. Relatoria: Senador Paulo Davim. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Aprovado. Item 15. Projeto de Lei do Senado nº 387, de 2009, terminativo, que altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para determinar a reserva de assentos para pessoas com deficiência em locais de espetáculo, conferências, aulas e outros de natureza similar. Autoria: Senador Eliseu Resende. Relatoria: Senador Ataídes Oliveira. Relatório: Pela aprovação nos termos da Emenda (substitutivo), incorporando a Emenda nº 1-CE. Resultado: Lido o Relatório e adiada a votação. Item 16. Projeto de Lei do Senado nº 456, de 2009, terminativo, que autoriza a União a celebrar convênios com entidades sem fins lucrativos para treinar cães-guia e destiná-los a pessoas com deficiência visual. Autoria: Senador Gim Argello. Relatoria: Senador João Durval. Relatório: Pela aprovação com quatro Emendas, que apresenta. Resultado: Adiado. Item 17. Projeto de Lei do Senado nº 269, de 2010, terminativo, que altera o art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para facultar às empresas substituir a contratação de empregados pelo patrocínio de atletas portadores de deficiência. Autoria: Senador José Bezerra. Relatoria: Senador Lauro Antonio. Relatório: Pela rejeição. Resultado: Lido o Relatório e adiada a votação. Item 18. Projeto de Lei do Senado nº 110, de 2011, terminativo, que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente -, para ampliar as atribuições do Conselho Tutelar. Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Relatoria: Senador João Durval. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Adiado. Extrapauta. O Senhor Presidente submete, pela segunda vez, à deliberação do plenário da CDH o requerimento apresentado pelo Senador Vicentinho Alves, devido a vícios regimentais e aprova. Item 01. O Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa– RDH nº 29, de 2012, que requer a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, destinada a discutir os problemas dos Povos Indígenas, qualidade de vida e sustentabilidade sendo que os nomes dos convidados serão informados oportunamente. Autoria Senador Vicentinho Alves. Resultado: Aprovado. Às dez horas e dezoito minutos o Senhor Presidente passa a presidência para a Senadora Ana Rita. Às dez horas e trinta minutos a Senhora Presidente, Senadora Ana Rita, devolve a presidência ao Senador Paulo Paim. Às dez horas e cinquenta e sete minutos o Senhor Presidente passa a presidência para a Senadora Ana Rita que preside os trabalhos até o seu encerramento. Usam da palavra os Senadores Ana Rita, Paulo Paim, Eduardo Suplicy, Lídice da Mata, Lauro Antonio, Ivonete Dantas, Paulo Davim, Cyro Miranda, Mozarildo Cavalcanti e Waldemir Moka e o Deputado Federal Marçal Filho. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dezoito minutos, lavrando eu, Altair Gonçalves Soares, Secretário da Comissão de Direitos Humanos e Legislação

Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim –** Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Declaro aberta a 7ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, colocando-a em votação.

Aqueles que a aprovam, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Comunicado.

Informo que, na audiência pública conjunta com a Comissão de Assuntos Sociais, CAS, realizada ontem, 5/03/12, foi apresentado um requerimento pelo Senador Vicentinho Alves, que não tinha pertinência com o assunto em discussão, tendo sido incluído extrapauta e deliberado. Vista a vedação regimental para tal procedimento, deliberamos novamente o requerimento, como extrapauta, nesta reunião, para dar fiel cumprimento ao Regimento Interno do Senado Federal.

REQUERIMENTO

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, destinada a discutir os problemas dos povos indígenas, qualidade de vida e a sustentabilidade, sendo que os nomes dos convidados serão informados oportunamente.

Em votação.

Aqueles que concordam com o requerimento continuem como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Enquanto não temos quórum regimental para deliberar nem os terminativos nem aqueles que não são terminativos, vamos aproveitar a presença da nobre Senadora Lídice da Mata, para que ela possa fazer a leitura do seu relatório, mas lembramos que só votaremos quando tivermos dez assinaturas no livro ou, no caso do projeto do Deputado Marçal, que está conosco aqui como convidado, só com dez parlamentares presentes.

Item nº 2, página 25, Projeto de Lei do Senado nº 375.

Primeiro já adianto que o Item nº 1, o Senador Wellington Dias é o relator e pediu que fosse retirado de pauta, para que ele pudesse fazer algumas alterações e estar presente no momento da votação da matéria. A autoria é do Senador Acir Gurgacz, relatoria do Senador Wellington Dias, é não terminativo e altera a Lei 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, dispondo sobre a isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados, IPI.

Então, este aqui sai de pauta, a pedido do Relator.

Como eu falava antes, item 2.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 375, DE 2008
– Não Terminativo –

Altera o art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir, aos aposentados de baixa renda, a dedução das despesas com medicamentos da base de cálculo do imposto de renda da pessoa física.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senadora Lídice da Mata

Tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 340, de 2007, altera a Lei 9.250, de 26 de dezembro de 95, para permitir dedução do Imposto de Renda da pessoa física, dos pagamentos efetuados a profissionais e a estabelecimentos de atividades físicas após recomendação médica. E o Projeto de Lei do Senado nº 92, de 2010, altera a Lei 9.250, de 26 de dezembro de 95, para permitir a dedução dos valores pagos a título de juros, decorrentes de crédito imobiliário no cálculo do Imposto de Renda da pessoa física.

Passo a palavra, neste momento, à nobre Senadora Lídice da Mata, como relatora da matéria.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, nobres colegas, vem ao exame desta Comissão os Projetos de Lei do Senado nº 340, de 2007, nº 375, de 2008, e nº 92, de 2010, que tramitam em conjunto.

O PLS nº 340, de 2007, de autoria do Senador Papaléo Paes, altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução da base de cálculo do Imposto de Renda da pessoa física dos pagamentos efetuados a profissionais e estabelecimentos de atividade física após recomendação médica.

Por meio de seu art. 1º, o Projeto insere novos dispositivos na Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para autorizar a dedução dos gastos com atividades físicas realizadas após diagnóstico e indicação de tratamento constante de laudo médico.

Dessa forma, possibilita que o contribuinte deduza do montante tributável no ano-calendário os pagamentos a professores de educação física, academias de atividades físicas, desportivas, de natação, escolas

de esportes e academias de dança, de capoeira, de ioga e de artes marciais.

Com vista ao cumprimento do disposto no art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), o art. 2º determina que o Poder Executivo estime o montante da renúncia da receita decorrente da norma que a proposição originar.

A cláusula de vigência, prevista no art. 3º, estabelece a entrada em vigor da lei na data de sua publicação. Não obstante, a lei só produzirá o benefício fiscal previsto no art. 1º a partir de 1º de janeiro do ano subsequente àquele em que houver o cumprimento do disposto no art. 2º, isto é, a estimativa da renúncia fiscal pelo Poder Executivo.

Na justificação, o autor do projeto lembra que as atividades físicas recomendadas por médicos e orientadas por profissional competente são, em muitos casos, a principal terapia para diversas patologias, sendo indicadas em substituição a tratamentos invasivos ou radicais, como os cirúrgicos.

Durante sua tramitação, na legislatura anterior, o projeto foi à CAE, onde o relatório da lavra do Senador Neuto de Conto não chegou a ser apreciado. Naquela Comissão, foi apresentada a Emenda nº 1, do Senador Gerson Camata, que altera a redação da alínea h, do inciso II, do art. 8º da Lei nº 9.250, de 1995, na forma proposta pelo PLS, para autorizar a dedução da base de cálculo do imposto de renda da pessoa física, dos gastos efetuados pelo contribuinte na aquisição de alimentos *light* ou *diet* indicados por médico ou nutricionista.

No entanto, a Emenda nº 01 – CAE, não chegou a ser adotada por aquela Comissão. Diante disso, ela é considerada inexistente, por força do inciso I, do art. 124 do Regimento Interno do Senado Federal

A segunda proposição − o PLS nº 375, de 2008 −, de autoria do Senador Paulo Paim, tem o objetivo de permitir que aposentado ou pensionista com provento ou pensão mensal inferior a seis salários mínimos possa deduzir os gastos com medicamentos para uso próprio e de seus dependentes, desde que esses gastos sejam comprovados por receita médica e nota fiscal.

Para tanto, o art. 1º da proposição acrescenta uma alínea h no inciso II, do art. 8º, da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995. Ressalte-se que as alíneas desse dispositivo enumeram exaustivamente todas as possibilidades de dedução permitidas para o imposto de renda das pessoas físicas.

O art. 2º da proposição também determina, com vistas ao cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que o Poder Executivo estime o montante da renúncia fiscal decorrente do disposto no projeto e o inclua no demonstrativo previsto no art. 165 da Constituição Federal. Tal demonstrativo deverá acompanhar os projetos de lei orçamentária apresentados após o prazo de sessenta dias da publicação da lei em que o projeto se transformar.

O art. 3º expressa a cláusula de vigência da lei, prevista para ocorrer na data de sua publicação. Seu parágrafo único, contudo, explicita que a dedução prevista no projeto só produzirá efeito a partir de 1º de janeiro do ano subsequente àquele em que for implementado o disposto no art. 2º.

Não foram apresentadas emendas ao PLS nº 375, de 2008.

A terceira proposição – o PLS nº 92, de 2010, de autoria do Senador Raimundo Colombo − busca permitir a dedução da base de cálculo do imposto de renda de pessoa física das importâncias pagas a título de juros decorrentes de crédito imobiliário, também mediante alteração do art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995. A dedução dos juros será graduada em proporção inversa à renda bruta anual do contribuinte, da seguinte forma:

a) dedução integral para renda de até R$ 26.961,00;

b) dedução de até oitenta por cento para renda de até R$ 35.948,20;

c) dedução de até sessenta por cento para renda de até R$ 44.918,48; e

d) dedução de até trinta por cento para renda superior a R$ 44.918,48.

Da mesma forma que as duas primeiras proposições, o projeto contém dispositivo que encarrega o Poder Executivo de estimar a renúncia de receita decorrente e tomar as providências destinadas ao cumprimento das exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Também não foram apresentadas emendas a esse PL.

Após o final da legislatura passada, os três projetos continuaram a tramitar, sendo, agora, encaminhados às Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) – na qual já houve aprovação de parecer ao Projeto PLS nº 375, de 2008 – e de Assuntos Econômicos (CAE), para serem apreciados, nesta última, em caráter terminativo.

Análise.

Conforme dispõe o art. 102-E, do RISF, cabe à CDH opinar, entre outros temas, sobre garantia e promoção dos direitos humanos, proteção à família, proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência e proteção à infância, à juventude e aos idosos. Assim, de forma abrangente, é cabível que a nossa comissão (CDH) se pronuncie sobre as proposi-

ções em comento, por tratarem de direitos dos idosos, do direito à saúde e do direito à moradia.

Especificamente em relação ao PLS nº 340, de 2007, em que pese sua nobre motivação, julgamos que não merece acolhida. É fato notório que a atividade física, feita de forma equilibrada é benéfica à saúde. A própria justificação do projeto apresentou esse argumento. Por isso mesmo, torna-se extremamente difícil e subjetiva a avaliação sobre a qual atividade física será abrangida pelo benefício fiscal. A exigência de diagnóstico e a indicação de tratamento constante de laudo, previstas no projeto, não afastam essa dificuldade. Nesse sentido, lembramos que a subjetividade em matéria tributária é perigosa, pois facilita a sonegação. Ao mesmo tempo, cumpre ressaltar que a abrangência da proposição tornará praticamente inviável fiscalizar-se a utilização do benefício fiscal.

Quanto ao PLS nº 375, de 2008, tem razão o autor da proposição ao apontar a incoerência da legislação tributária, que só permite o abatimento das despesas com medicamentos nos casos em que eles forem utilizados em regime de hospitalização. Tal medida, de fato, vai na contramão da tendência moderna de privilegiar o tratamento domiciliar, relegando a internação hospitalar aos casos absolutamente necessários.

Ressalte-se, também, que o tratamento domiciliar reduz os gastos com o tratamento e privilegia a recuperação do paciente. Ademais, é indubitável o mérito subjacente à proposta ao pretender garantir que nossos aposentados e pensionistas de baixa renda sejam aliviados do peso representado pelas despesas com medicamentos, que podem comprometer percentual significativo de seus proventos.

Por fim, em relação ao PLS nº 92, de 2010, reconhecemos o direito constitucional à moradia, garantido por meio da Emenda Constitucional nº 26, de 2000. No entanto, esse direito deve ser sopesado frente aos demais direitos sociais dispostos no art. 6º da Carta Magna, quais sejam: educação, saúde, alimentação, trabalho, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância e assistência aos desamparados. Nesse sentido, não é cabível, portanto, onerar aqueles cidadãos que não estão contemplados pelos benefícios instituídos pela proposição sob análise ou que carecem mais do atendimento a outras necessidades básicas, que não a de habitação, em face da renúncia de receita decorrente da aprovação do projeto.

Voto.

Diante do exposto, Sr. Presidente, o nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 375, de 2008, e pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado nºs 340, de 2007, e 92, de 2010.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O relatório foi lido pela Senadora Lídice da Mata e não será votado, embora não seja terminativo, enquanto não tivermos o número de assinaturas presentes.

Eu quero, mais uma vez, informar à Casa que está conosco aqui o Deputado Marçal Filho, que é autor de um projeto que beneficia as mulheres, busca uma política de igualdade, não permitindo preconceito, principalmente na área do trabalho. Ele será relatado no momento adequado e só será votado se houver quórum presente, o Deputado está sabendo disso. Enquanto não tivermos quórum para deliberar sobre essa matéria, continuaremos fazendo a leitura dos projetos dos Senadores que estão presentes.

Então vou, neste momento, passar para o Item nº4, que foi indicado o Senador Lauro Antonio para fazer o relatório *ad hoc*. Como a Senadora Lídice da Mata está presente, perguntaria se V. Exª poderia ler o relatório de autoria dela, que cria o Fundo Nacional de Apoio à Pessoa com Deficiência, não é terminativo, mas só será votado se houver número de assinaturas no livro, em uma homenagem à Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Obrigada. Na semana da mulher.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Isso. Já combinado com o Senador Magno Malta, que assegurou que o Senador Lauro Antonio poderia fazer o relatório. Depois, passaremos ao relatório do Senador Paulo Davim e da Senadora Ivonete Dantas.

É o seguinte o item:

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 587, DE 2011
– Não Terminativo –

Cria o Fundo Nacional de Apoio à Pessoa com Deficiência.

Autoria: Senadora Lídice da Mata

Relatoria : Senador Magno Malta (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria *Ad Hoc* : Senador Lauro Antonio

O SR. LAURO ANTONIO (PR – SE) – Bom dia a todos.

Vem ao exame desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação participativa – CDH – o Projeto de Lei do Senado, PLS nº 587, de 2011, de autoria da Senadora Lídice da Mata, que tem por objetivo criar o Fundo Nacional de Apoio à Pessoa com Deficiência, destinado à concessão de financiamento às pessoas com deficiência que busquem captação, capacitação, treinamento, qualificação, habilitação e reabilitação para o mercado de trabalho.

Ademais, o PLS nº 587, de 2011, cria um cadastro de instituições de formação e capacitação que tenham demonstrado condições de treinar adequadamente as pessoas com deficiência.

Ainda de acordo com a propositura, tal treinamento deve ser especificamente dirigido àqueles setores do mercado de trabalho mais distantes do cumprimento de suas cotas de contratação de pessoas com deficiência. A essas instituições e a esses programas de treinamento destinar-se-ão os financiamentos a serem concedidos pelo Fundo Nacional de Apoio à Pessoa com Deficiência.

A autora justifica a propositura com fundamento na necessidade de fazer cumprir a Legislação Trabalhista, que estabelece cotas para a contratação, pelas empresas privadas, de pessoas com deficiência. Tais cotas não estariam sendo respeitadas em razão da falta de trabalhadores com deficiência profissionalmente capacitados. Assim, seu treinamento e habilitação, em ocorrendo, removeriam o principal óbice à efetividade da lei trabalhista. A propositura foi inicialmente distribuída à CDH, de onde seguirá para exame em caráter terminativo, pela Comissão de Assuntos Econômicos – CAE.

De acordo com o inciso VI, art. 102, "e", do Regimento Interno do Senado Federal, à CDH compete opinar sobre a proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência. Deste modo, fica evidenciado o acerto regimental do exame da matéria por este Colegiado.

Os méritos da propositura são claros. A sociedade brasileira já se decidiu por promover a igualdade de condições de vida das pessoas com deficiência. Daí, as leis brasileiras comandarem absorção de pessoas com deficiência pelo mercado de trabalho, ao mesmo tempo, comandam também a racionalidade econômica como forma de aumento da riqueza social. Destarte, tem-se que a propositura ataca um problema determinado com um instrumento institucional, de perfil igualmente nítido. Seu mérito principal advém daí. Além disso, seu mérito geral é o de buscar trazer a realidade social para mais perto dos valores que a lei tutela.

A inclusão social é, em nossa quadra histórica, o mais caro bem tutelado pela ordem jurídica e pela sociedade brasileiras. Assim, a proposição tem um mérito adicional, que se dá no plano dos significados: ela dá continuidade à busca de nossa sociedade por resgatar dos braços do destino aqueles concidadãos menos afortunados.

Voto.

Dados os méritos eminentes do Projeto de Lei do Senado nº 587, de 2011, o voto é pela sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Senador Lauro Antonio, que, *ad hoc*, deu parecer escrito, na forma original, pelo Senador Magno Malta. O projeto cria o Fundo Nacional de Apoio à Pessoa com Deficiência, de autoria da Senadora Lídice da Mata.

É uma bela iniciativa, que será votada no momento em que o quórum permitir.

Neste momento, passo a palavra, também em homenagem à Senadora Lídice da Mata, no mês de março, principalmente na semana das mulheres, para a leitura de um projeto não terminativo.

É o seguinte o item:

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 620, DE 2011
– Não Terminativo –

Acrescenta inciso X ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir a ausência do trabalhador ao serviço por um dia a cada seis meses para comparecimento as reuniões escolares dos seus filhos, mediante comprovante de comparecimento à escola.

Autoria: Senadora Lídice da Mata

Relatoria : Senador Randolfe Rodrigues (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria *Ad Hoc* : Senadora Ivonete Dantas

Convido para ser relatora *ad hoc* a Senadora Ivonete Dantas. Com a palavra V. Exª, para ler o parecer.

A SRª IVONETE DANTAS (Bloco/PMDB – RN) – Sob análise o PLS nº 620, de 2011, de autoria da Senadora Lídice da Mata, que pretende incluir entre as hipóteses de ausência justificada ao trabalho, sem prejuízo do salário, previstas no art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o comparecimento dos pais às reuniões escolares dos filhos, uma vez a cada seis meses, mediante comprovação de comparecimento à escola.

Segundo aponta a justificação, o que se quer é possibilitar que os pais acompanhem a formação e educação de seus filhos com maior efetividade e, para isso, é essencial que possam participar das reuniões escolares, que não raro acontecem no horário de trabalho.

O projeto foi distribuído para análise e discussão nesta Comissão e para a de Assuntos Sociais, cabendo a esta última a decisão terminativa.

Por força da aprovação do Requerimento nº 1.265, da Senadora Ana Amélia, antes de seguir para deliberação terminativa na Comissão de Assuntos Sociais,

a proposição será analisada também pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Até o momento, não foram apresentadas emendas.

Análise.

Conforme disposto no art. 102-E, V, compete a esta Comissão discutir o presente Projeto de Lei. A iniciativa foi elaborada com observância dos pressupostos relativos à iniciativa e à competência para legislar (art. 61; *caput* do art. 48 e § 6º do art. 150 da Carta Magna, respectivamente). Não há vícios relativos à constitucionalidade, legalidade ou juridicidade.

A iniciativa, no mérito, merece ser acolhida, em razão da enorme importância de que se reveste. São unânimes os estudos ao apontar a importância dos pais no processo da educação de seus filhos. O acompanhamento que se faz necessário não é só aquele relativo ao cumprimento das tarefas de casa, mas também – e com crucial importância – o diálogo com a escola. É preciso que os pais tenham contato com a instituição de ensino na qual seus filhos estudam; que conheçam o professor e que acompanhem o processo pedagógico desenvolvido.

Como as reuniões escolares para esse fim normalmente acontecem no período de trabalho dos pais, é mais do que justo permitir que eles se ausentem de seus postos para poder comparecer às instituições de ensino e desempenhar o papel que lhes cabe na educação de seus filhos.

Voto.

Em razão do exposto, o voto é pela aprovação do PLS nº 620, de 2011.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o relatório lido, *ad hoc,* pela Senadora Ivonete Dantas. Projeto da Senadora Lídice da Mata.

Como ainda não vamos iniciar a votação, agradeço muito à Senadora Ivonete Dantas por ter feito o relatório e passo a palavra, neste momento, ao Senador Paulo Davim, que tem dois projetos para relatar.

O primeiro, não terminativo, de autoria do Senador Eduardo Amorim, cujo relatório fará *ad hoc*, altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para garantir tratamento especial ao adolescente viciado em drogas.

Autoria: Senador Eduardo Amorim.

Relatoria: Senador Magno Malta.

Relator *ad hoc*: Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, qual é esse projeto? Estou aqui com o projeto da Senadora Serys Slhessarenko.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É esse mesmo. V. Exª tem razão. Eu não tinha lido o nome da Senadora autora do projeto, que é a Senadora Serys Slhessarenko.

É o seguinte o item:

ITEM 14

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 154, DE 2008
– Terminativo –

Acrescenta parágrafo ao art. 239 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para agravar a pena de notários e oficiais de registro que pratiquem ato destinado ao envio de criança ou adolescente para o exterior com inobservância das formalidades legais ou com o fito de obter lucro.

Autoria: Senadora Serys Slhessarenko

Relatoria: Senador Paulo Davim

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Passo a ler o relatório.

Relatório.

Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 154, de 2008, da Senadora Serys Slhessarenko, que agrava de um terço a pena de notários e de oficiais de registro que, no exercício irregular de seu ofício, facilitarem o envio de criança ou adolescente para o exterior sem observar as formalidades legais ou com o fito de obter lucro.

A pena atualmente prevista para a prática dessa conduta, por qualquer pessoa, é de reclusão de quatro a seis anos e multa. Vigora uma única hipótese qualificadora, qual seja o emprego de violência, grave ameaça ou fraude, que aumenta a pena para reclusão, de seis a oito anos, além da pena correspondente à violência. A fraude eventualmente cometida por notários e oficiais de registro pode ser enquadrada nessa hipótese qualificadora, mas a proposição cria hipótese qualificadora específica, justificada pela importância da função pública em questão.

A justificação da proposição invoca obrigações internacionais assumidas pelo Brasil, relativas ao combate ao tráfico de seres humanos, especialmente de crianças. A fé pública de que se revestem os atos de notários e registradores não pode amparar o tráfico de crianças e adolescentes, como salienta a autora.

O PLS nº 154, de 2008, foi aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e, a ele, não foram oferecidas novas emendas perante a CDH.

Análise.

Nos termos do art. 102-E, incisos III, IV e VI, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CDH opinar sobre proposições que tenham por objeto a garantia

e promoção dos direitos humanos, a proteção à família e a proteção à infância e à juventude. Identificamos claramente essa pertinência temática no PLS nº 154, de 2008.

Enfatizamos que o tráfico de crianças e adolescentes é um crime que causa enorme repulsa à nossa consciência. Esse crime dilacera a família, matriz da sociedade; destrói, pela morte, abandono ou encarceramento, a vida de pessoas em plena formação, que precisam da proteção de toda a sociedade para desenvolver seu potencial humano à plenitude; o crime, ademais, lança sobre parentes e amigos a profunda angústia de não saber o paradeiro de um ente amado, numa situação que, para muitos, é até mesmo pior que a morte.

Em alguns casos, os desaparecidos são submetidos a trabalho escravo ou à prostituição forçada, ou aliciados pelo tráfico de drogas, ou mesmo assassinados por traficantes de órgãos e tecidos humanos. São, todas essas, condições desumanas contra as quais devemos lutar vigorosamente.

Nesse contexto, é absolutamente intolerável a hipótese de que notários e oficiais de registro, no exercício de suas funções, compactuem com esses crimes bárbaros, tomando proveito da fé pública que a lei outorga a seus atos.

Voto.

Em razão do exposto, o voto é pela aprovação do PLS nº 154, de 2008.

Faço apenas um comentário, Sr. Presidente, de que tanto eu como a Senadora Lídice fazemos parte da CPI do Tráfico de Pessoas, e esse fato relatado, essa preocupação explicitada pela autora, a Senadora Serys Slhessarenko, externa uma realidade que a CPI da qual fazemos parte vem encontrando nas oitivas, nos estudos, nos documentos. Enfim, em seu trabalho.

Portanto, vem em bom momento a votação dessa matéria nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Só para esclarecer, o Senador Paulo Davim, como Relator, leu aqui o Item 14, pág. 159, terminativo.

Sai de pauta, neste momento, porque, como é terminativo, teríamos de ter no mínimo 10 Senadores no Plenário.

Item 03. Página 40.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 408, DE 2011
– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para garantir tratamento especial ao adolescente viciado em drogas.

Autoria: Senador Eduardo Amorim

Relatoria : Senador Magno Malta (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria *Ad Hoc* : Senador Paulo Davim

Passo a palavra, mais uma vez, ao Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Veio ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, CDH, o Projeto de Lei do Senado PLS nº 408, de 2011, do Senador Eduardo Amorim, que inclui no Estatuto da Criança e do Adolescente o dever do Poder Público de prestar assistência médica e psicológica ao adolescente viciado em drogas e de promover campanhas de prevenção e combate ao uso destas.

Caso seja sancionada a Lei resultante dessa proposição, entrará em vigor 120 dias após a data de sua publicação.

O ilustre autor justifica a iniciativa com fundamento na gravidade do abuso de drogas por adolescentes. Por tratar-se de grupo etário suscetível à influência de grupo, à manipulação publicitária e ao assédio de traficantes, e, tendo em vista a impulsividade comum aos adolescentes, justifica-se o apoio ao tratamento e à prevenção do uso de drogas, sejam lícitas ou ilícitas, junto a essa população.

O PLS nº 408, de 2011, foi distribuído à CDH e à Comissão de Assuntos Sociais, que se manifestará em caráter terminativo sobre a matéria.

Análise.

Nos termos do art. 102, *e*, inciso VI, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CDH apreciar proposições que versem sobre a proteção à criança e à juventude.

De início, para analisar a matéria, importa observar que o abuso de drogas ilícitas é um verdadeiro flagelo social que, como bem identifica o autor da proposição, acomete cruelmente os adolescentes. A imaturidade, as pressões de amigos, o assédio de traficantes e da publicidade e o desejo de fuga de conflitos emocionais típicos da adolescência favorecem o vício.

Por essas razões, a Constituição Federal garante proteção especial à criança, adolescente, a jovens dependentes de entorpecentes e drogas afins, prevendo, no seu art. 227, § 3º, inciso 7º, o direito desse público a programas de prevenção e de atendimento especializado.

Dessa forma, o PLS nº 408, de 2011, representa uma contribuição meritória para enfrentar o grave problema da dependência de drogas, especificando o mandamento constitucional citado.

Ressalvamos apenas a importância de que as crianças sejam contempladas pela proposição, pois a dependência química infantil é tão ou mais trágica e estarrecedora quanto o mesmo vício entre adolescentes.

Estamos certos de que essa inclusão está em harmonia com o propósito do ilustre autor da matéria.

Aproveitamos esta oportunidade para promover pequenos reparos de técnica legislativa.

Voto.

Em razão do que foi exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 408, de 2011, nos termos da seguinte emenda substitutiva.

Considero desnecessária a leitura da emenda, a não ser que os colegas, que já têm em mãos a referida emenda, queiram que eu faça a leitura. Mas, já que todos dispõem da emenda, acho desnecessário, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o relatório apresentado pelo Senador Paulo Davim.

O projeto é de autoria de Eduardo Amorim, e a relatoria, do Senador Magno Malta. Trata-se do PLS nº 408, de 2011. Ele entrará agora na pauta de votação dos não terminativos.

Vamos começar a votar os não terminativos, de acordo com o quórum já em plenário – ou seja, no livro – de presença dos Senadores.

Vamos votar, neste momento, o Projeto de Lei do Senado nº 375, de 2008, não terminativo, que tramita em conjunto ao Projeto de Lei do Senado nº 340, de 2007, e em conjunto também com o nº 92, de 2010.

Já foi lido o relatório.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, só me preocupo porque estamos ouvindo lá o Ministro da Defesa. Pergunto se podemos combinar a hora de votarmos os projetos terminativos, para virmos todos aqui nesse momento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Deputado Marçal Filho – que está aqui presente, de plantão –, que é o autor do projeto que encabeça os terminativos, está fazendo um movimento com a sua assessoria, enfim, e com os colegas para que venham ao plenário. Nós precisamos de dez Senadores em plenário, dez na Comissão para votarmos. No momento em que tivermos o quórum aqui, a prioridade será a votação desse projeto. Faltam, neste momento, quatro Senadores.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – É o que fala da mulher também?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Exatamente.

Então, acho que dentro de, no máximo, 15 minutos, vamos votar a matéria.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, aqui na Comissão ao lado estão diversos Senadores da nossa Comissão. Vou ver se faço um apelo para que venhamos todos juntos votar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Suplicy.

A preferência é esse projeto hoje, como uma homenagem às mulheres e ao Deputado Marçal, que é o autor.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Está bem. Vamos fazer o esforço.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vamos ao processo de votação.

Em discussão a matéria – é o projeto da Senadora Lídice da Mata. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, colocamos em votação.

Aqueles que concordam com o parecer da relatoria permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Esse foi o item 2.

Vamos para o Item 3, que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para garantir tratamento especial ao adolescente viciado em drogas.

O relatório já foi feito.

Coloco a matéria em discussão.

Senadora Lídice da Mata, para discutir a matéria.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, caras Srªs e Srs. Senadores, fiquei preocupada quando vi a matéria na medida em que ela efetua uma pequena mudança no Estatuto da Criança e do Adolescente, que é uma lei muito cara a esta Comissão, à militância desta Comissão e à militância em defesa da criança e do adolescente em nosso País.

No entanto, pude analisar o parecer do Senador Magno Malta, que acrescenta ao projeto de lei que impõe a assistência a adolescentes pelo Estado, a assistência a adolescentes usuários de droga, ele introduz também "a crianças usuárias de drogas".

Nossa preocupação é que elas pudessem, que essas modificações pudessem vir a se contrapor ao conceito, a essência de uma política de assistência à droga em nosso País, para todos os segmentos, mas especialmente a essa faixa mais vulnerável de idade da nossa população.

No entanto, não consegui identificar nada que pudesse ferir gravemente. Embora o Ministério da Saúde tenha um pronunciamento de não recomendação do projeto, não consegui identificar algo que pudesse sequer ferir também o atual plano que foi lançado pela Presidenta Dilma, recentemente.

Como uma Senadora que tem uma atuação voltada e articulada com profissionais que atuam na área do tratamento a dependentes químicos, busquei acompanhar o trabalho realizado nesta Casa por uma Comissão Especial, embora não pudesse ter sido membro de uma Comissão Especial que tratou e visitou o País inteiro, clínicas e entidades que hoje atuam nesse segmento, nesse setor. Considero que o projeto não chega a se contrapor, embora não tenha uma repercussão de mudança real nas políticas que estão em curso. Ou seja, eu diria que o projeto não tem um impacto na política, poderia passar sem que existisse, mas ainda assim vou acompanhar o parecer do Senador Magno Malta e aprovar o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – SP) – Muito bem, Senadora Lídice da Mata, até porque ele não é terminativo e nós podemos aprofundar o debate, inclusive, na outra comissão.

Não havendo mais quem queira discutir a matéria, coloco-a em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o parecer lido aqui pelo Senador Paulo Davim, de origem do Relatório do Senador Magno Malta, queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Vamos agora para o item 04, página 49.

O relatório *ad hoc* foi feito pelo Senador Lauro Antonio.

Em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir, já com o relator aqui na Mesa e autora do projeto aqui no Plenário, colocamos em votação.

Aqueles que concordam com o parecer apresentado aqui pelo Senador Lauro Antonio ao projeto da Senadora Lídice da Mata, que cria o Fundo Nacional de Apoio à Pessoa com Deficiência – estou insistindo porque acho um belo projeto –, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 05, também não terminativo, p. 55, também da Senadora Lídice da Mata.

A Senadora Ivonete Dante fez o relatório *ad hoc*.

Coloco a matéria em discussão.

Não havendo quem queira discutir, vamos à votação.

Os Senadores e as Senadoras que concordam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado mais um projeto da Senadora Lídice da Mata, que hoje foi campeã de aprovação de projetos.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pois não, Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, perguntaria a V. Exª se os terminativos vão ser lidos posteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É a nossa intenção.

V. Exª tem um terminativo?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – O PLC nº 7.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – SP) – V. Exª, então, já está com a palavra para fazer a leitura do seu parecer.

É o seguinte o item:

ITEM 7

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 78, DE 2009
– Terminativo –

Acrescenta o art. 19-A à Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências (os fabricantes de aparelhos de rádio e televisão deverão disponibilizar 30% dos equipamentos com saída de áudio compatível com fones de ouvido, com ajuste de volume).

Autoria: Deputado Arolde de Oliveira

Relatoria: Senador Cyro Miranda

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Sr. Senador Paulo Paim, Presidente dessa Comissão, Srªs e Srs. Senadores, Deputado Federal Marçal, aqui presente, este projeto já veio à Casa, e nós tivemos a oportunidade até de discuti-lo.

Esse é um Projeto de Lei da Câmara, do Deputado Arolde de Oliveira, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção de acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou modalidade reduzida e dá outras providências.

Esse Projeto, na verdade, é que a indústria se adeque a colocar dispositivos de volumes para as pessoas com dificuldades de audição, só que procuramos de maneira nenhuma mudar o conteúdo do projeto, apenas aprimorá-lo, no seguinte sentido: o projeto pedia que as lojas que comercializam os aparelhos de rádio e TV tivessem que ter, no mínimo, 30% de disponibilidade.

Ora, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, nós temos milhares de lojas, isso seria um ato desfavorável com a indústria. Então, qual alternativa nós colocamos no Projeto? Que fosse disponibilizado, com um prazo de trinta dias para a entrega. Então, você vai à loja, faz o pedido, e, em trinta dias, a loja te entrega. Mudamos

também de noventa para 180 dias de prazo para que indústria tome as providências.

Então, é um projeto altamente meritório e, em resumo, ele altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critério básico para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiências com mobilidade reduzida, para determinar a oferta de equipamento de rádio e televisão com saída de áudio independente, compatível com fones de ouvido, com ajuste de volume, bem como atualizar a sua terminologia.

O fabricante de receptores de rádio e televisão disponibilizará a todos a demanda do consumidor aparelhos fabricados com a saída de áudio compatível de fones de ouvidos.

Então, eles terão trinta dias para que seja entregue. Essa é a única modificação que nós fizemos, Sr. Presidente, e somos, então, pela aprovação do projeto.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) –

Como ele é terminativo, Senador Cyro Miranda, no momento em que der quórum – e se assim V. Exª concordar –, nós o botaremos em votação.

Agora, eu vou fazer a leitura, como Relator.

Senadora Ana Rita, se puder presidir.

É só dizer que passa a palavra ao Relator, e eu faço aqui.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Passo a palavra ao nosso...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Isto. É isso aí.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Está na pauta o Projeto de Lei da Câmara nº 130, de 2011, terminativo nesta Comissão.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 130, DE 2011
– Terminativo –

Acrescenta § 3º ao art. 401 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de estabelecer multa para combater a diferença de remuneração verificada entre homens e mulheres no Brasil.

Autoria: Deputado Marçal Filho

Relatoria: Senador Paulo Paim

Passo, então, a palavra ao Relator para a leitura do seu respectivo relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Já temos número para votar o terminativo.

Esta sessão foi quase uma sessão especial, a pedido do Deputado Marçal Filho e também, naturalmente, das mulheres.

Eu o evoquei para minha relatoria por causa da brevidade. Chegou recentemente da Câmara, peguei a relatoria, reproduzi o relatório feito pelo Senador Moka e passo à leitura rapidamente – é meia página – para que possamos, em seguida, votar, já que temos números.

Relatório.

Projeto de Lei da Câmara, de Deputado Marçal Filho, compõe-se somente de dois artigos: o primeiro altera a CLT para criar multa específica para os casos em que se considera o sexo como variável determinante para fins de remuneração; já o segundo determina o início da vigência da futura lei na data da sua publicação.

Em sua justificativa, o autor da proposição explica que, sendo idêntica a função de trabalho de igual valor, prestado ao mesmo empregador, na mesma localidade, corresponderá igual salário, sem distinção de sexo, nacionalidade ou idade. Assim, o empregador que remunerar de maneira discriminatória o trabalho da mulher a menor do que o do homem estará sujeito ao pagamento de multa em favor da empregada, correspondente a cinco vezes a diferença verificada em todo período da contratação.

A proposição foi aprovada na Casa de origem, havendo recebido parecer favorável, aqui no Senado, nas Comissões de Trabalho, Administração e Serviço Público; e de Constituição Justiça e Cidadania da Câmara dos Deputados.

Análise.

Constam atendidas as normas constitucionais relativas à competência legislativa da União (art. 22, inciso I), às atribuições do Congresso Nacional (arts. 44 e 59, inciso III) e à legitimidade da iniciativa legislativa concorrente (art. 61).

Também no que concerne à técnica legislativa não há reparos a serem feitos. A proposição atende aos ditames da Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001, que dispõe sobre as normas de elaboração legislativa.

Quanto ao mérito, a iniciativa é bem vinda, pois se revela com grande sensibilidade social e política com uma causa justa, já que consistirá numa ferramenta jurídica a efetivar o princípio da igualdade de todos perante a lei, e de homens e mulheres em direitos e obrigações, consagrado no art. 5º, inciso I, da nossa Constituição Federal.

Ademais, o nosso entendimento é que a fixação de multa mostra-se bastante adequada, já que o preceito jurídico enseja o cumprimento e, em caso de infração, a sanção é a regra. Assim, o estabelecimen-

to de uma multa específica, além de inteligentemente protegida da desatualização monetária, é proporcional ao agravo, tem caráter pedagógico bastante perceptível, por guardar estreita vinculação com as consequências do ato discriminatório, e inova ao estabelecer que o seu valor será revertido em favor da empregada discriminada.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 130, de 2011 (Projeto de Lei nº 6.393, de 2009, na origem), do nobre Deputado Marçal Filho, aqui presente.

Com a palavra, a nossa Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Coloco a matéria em discussão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Quero render, se me permitir, as homenagens, além do Relator aqui presente, ao Relator original, Waldemir Moka, porque só reproduzi o relatório dele. Só isso.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Srª Presidente, caro Relator, apenas para não deixar passar em brancas nuvens a importância de um projeto desse, nessa semana em que nós comemoramos o 8 de março, e que possamos abrir a pauta desta Comissão para tratar de projetos que continuem na linha de incluir a mulher brasileira, do ponto de vista social, econômico, enfim, na vida política.

Portanto, quero parabenizar o autor do projeto e dizer que vem em boa hora, em hora de comemorarmos juntos os 80 anos do voto feminino no Brasil e o Dia Internacional da Mulher.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Bom, faço coro também às palavras da Senadora Lídice da Mata, acho que o momento é bastante oportuno. Então, parabenizamos aqui o Relator, bem como o autor da matéria.

Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Srª Presidente, quero também parabenizar o autor e o Relator, e dizer que seria bom que o Dia da Mulher fosse todos os dias e que todos os dias nós aprovássemos projetos dessa natureza. De maneira que está de parabéns, considero extremamente meritório, já passando da hora A mulher realmente ocupa o espaço igual ao homem.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Não havendo mais quem queira discutir a matéria, coloco em votação nominal.

Senadora Ivonete?

A SRª IVONETE DANTAS (Bloco/PMDB – RN) – Eu queria me associar ao propositor dessa matéria, muito interessante neste momento, alusivo à semana de comemoração do mês das mulheres, que seja permanentemente comemorado dessa forma, de maneira que erradique a discriminação, porque a mulher já tem mostrado que é determinada e capacitada tanto quanto os homens. Deixo aqui o meu voto, realmente muito favorável, muito positiva essa matéria neste momento.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Muito bem, Senadora.

Não havendo mais quem queira discutir, coloco a matéria em votação nominal.

Senadora Marta Suplicy. (*Pausa*.)

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – "Sim".

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Voto conhecido.

Senador Wellington Dias. (*Pausa*.)

Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – "Sim".

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Senador Marcelo Crivella, que não está mais conosco.

Senadora Angela Portela. (*Pausa*.)

Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – "Sim".

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – "Sim".

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Senador Anibal Diniz. (*Pausa*.)

Senador João Durval. (*Pausa*.)

Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – "Sim".

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Voto com o Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Senador Lauro Antonio.

O SR. LAURO ANTONIO (PR – SE) – Voto "Sim".

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Senadora Ivonete. (*Pausa*.)

Senador Casildo Maldaner. (*Pausa*.)

Senador Sérgio Petecão. (*Pausa*.)

Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – "Sim".

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Quero dizer aos Srs. Senadores que tem o projeto do Cyro Miranda e o do Paulo Davim, que já foram lidos. É só votar.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – A Senadora Ivonete disse "Sim". É só para fazer o registro, Senadora, porque o microfone de V. Exª não estava funcionando.

Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – "Sim".

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Senador Ricardo Ferraço. (*Pausa*.)

Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – "Sim".

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Senador Demóstenes. (*Pausa*.)

Senador Cássio Cunha. (*Pausa*.)

Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com o relator e o autor.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Senador José Agripino. (*Pausa*.)

Senador Mozarildo.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – 'Sim".

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Senador Gim Argello. (*Pausa*.)

Senador Magno Malta. (*Pausa*.)

Senador Randolfe Rodrigues. (*Pausa*.)

Sr. Presidente, está aprovado com 11 votos favoráveis.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito bem! (*Palmas*.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, peço a V. Exª que assuma a Presidência desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Faço um apelo para que votássemos dois projetos em que os Senadores estão presentes: um, de autoria do Deputado Arolde de Oliveira. Relatoria: Senador Cyro Miranda. S. Exª já leu o relatório e nós iríamos direto ao voto. Trata-se do Projeto de Lei da Câmara nº 78, de 2009, que é terminativo. E o outro, o Senador Paulo Davim foi o Relator, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko. E, por fim, um do Senador Lauro Antonio, que foi o Relator.

Podemos iniciar a votação, já que houve a discussão?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Senador Paim, eu pergunto...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Rapidamente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Se nós pudéssemos encaminhar esses três, Senador Suplicy, em seguida eu passo a palavra a V. Exª.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Não, eu não preciso falar, é só votar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não? Então tá.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Senador Paim, eu indago sobre o item 10. Eu sou o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sobre o item 10, vamos fazer o devido encaminhamento, a pedido de V. Exª.

Então, está aqui a tabela para que eu possa fazer a leitura.

Em votação, o projeto de autoria do Deputado Arolde de Oliveira; relatoria do Senador Cyro Miranda, projeto terminativo. O relatório já foi lido e discutido. Item 7, página 73.

Podemos iniciar a votação.

Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senadora Marta Suplicy. (*Pausa*.)

Senador Paulo Paim.

"Sim".

Senador Wellington Dias, Senador Cristovam Buarque, Senador Marcelo Crivella, Senadora Angela Portella. (*Pausa*.)

Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – A favor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Humberto Costa, Senador Anibal Diniz, Senador João Durval, Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Lauro Antonio.

O SR. LAURO ANTONIO (PR – SE) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senadora Ivonete Dantas.

A SRª IVONETE DANTAS (Bloco/PMDB – RN. *Intervenção fora do microfone*.) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sérgio Petecão? (*Pausa.*)

Casildo Maldaner? (*Pausa*.)

Paulo Davim?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN. *Intervenção fora do microfone*.) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Roberto Requião? (*Pausa*.)

Ricardo Ferraço? (*Pausa.*)

Aloysio Nunes?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP. *Intervenção fora do microfone*.) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Demóstenes Torres? (*Pausa*.)

Cássio Cunha? (*Pausa*.)

Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Voto conhecido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – José Agripino? (*Pausa*.)

Mozarildo Cavalcanti?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. *Intervenção fora do microfone*.) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Gim Argello? (*Pausa*.)

Magno Malta? (*Pausa*.)

Vicentinho Alves? (*Pausa*.)

Randolfe Rodrigues? (*Pausa.)*

Todos já votaram. Um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez, onze, doze.

O projeto foi aprovado com 12 votos.

Vai a turno suplementar.

Vamos ao próximo.

Item 14, p. 159, terminativo.

Autoria: Senadora Serys Slhessarenko.

Relatoria: Senador Paulo Davim.

Vamos ao voto.

Eu preciso da tabela aqui. Vamos ao voto.

Senador Paulo Davim.

Eu o chamo primeiro, agora.

Senador Aloysio Nunes, como vota?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP. *Intervenção fora do microfone*.) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sim. Senador Aloysio Nunes, "sim".

Senadora Ana Rita?

O projeto é da Senadora Serys Slhessarenko, item 14, página 159.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, eu gostaria de avaliar melhor esse projeto.

É possível pedir vista?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Já está em regime de votação.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Já está em regime de votação, então voto "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É da nossa colega Senadora Serys Slhessarenko, ...

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sim, voto "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – ... que tem feito um trabalho brilhante nessa área.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sim, mas é porque eu tenho uma dúvida aí, mas tudo bem. Eu voto "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Marta Suplicy? (*Pausa*.)

Paulo Paim.

Wellington Dias? (*Pausa.*)

Cristovam Buarque? (*Pausa.*)

Marcelo Crivella? (*Pausa.*)

Angela Portela? (*Pausa.*)

Eduardo Suplicy? (*Pausa.*)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. *Intervenção fora do microfone*.) – A favor, "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Humberto Costa? (*Pausa*.)

Aníbal Diniz? *(Pausa*.)

João Durval? (*Pausa*.)

Lídice da Mata? (*Pausa*.)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA. *Intervenção fora do microfone*.) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pedro Simon? (*Pausa*.)

Lauro Antonio?

O SR. LAURO ANTONIO (PR – SE. *Intervenção fora do microfone*.) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ivonete Dantas?

A SRª IVONETE DANTAS (Bloco/PMDB – RN. *Intervenção fora do microfone*.) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Casildo Maldaner? (*Pausa.*)

Sérgio Petecão? (*Pausa.)*

Paulo Davim?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN. *Intervenção fora do microfone*.) – Voto "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Roberto Requião? (*Pausa*.)

Ricardo Ferraço? (*Pausa.*)

Aloysio Nunes já votou.

Demóstenes Torres? (*Pausa*.)

Cássio Cunha? (*Pausa*.)

Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – José Agripino? (*Pausa*.)

Mozarildo Cavalcanti?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. *Intervenção fora do microfone*.) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Gim Argello? (*Pausa*.)

Magno Malta? (*Pausa*.)

Vicentinho Alves? (*Pausa*.)

Randolfe Rodrigues? (*Pausa.)*

O projeto também foi aprovado com um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez, onze votos.

Vamos ao último projeto em votação, que é do Senador Lauro Antonio.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Eu pergunto se o item 10 também pode ser votado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O item 10?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – De que eu sou relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Então, esses dois não foram lidos.

Faço um apelo aos dois para que façam uma leitura rápida e um comentário sobre o tema, e dará para nós votarmos ainda.

É o seguinte o item:

ITEM 17

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 269, DE 2010
– Terminativo –

Altera o art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para facultar às empresas substituir a contratação de empregados pelo patrocínio de atletas portadores de deficiência.

Autoria: Senador José Bezerra

Relatoria: Senador Lauro Antonio

Senador Lauro Antonio com a palavra.

O SR. LAURO ANTONIO (PR – SE) – O art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal estabelece a competência da CDH para examinar, entre outros temas, aqueles relacionados à proteção e à integração social das pessoas com deficiência, como é o caso do PLS nº 269, de 2010.

Não vemos óbices de ordem constitucional ou regimental à iniciativa nem ao conteúdo da proposição.

Constatamos algumas impropriedades de redação, quais sejam o uso da expressão "portadores de deficiência", enquanto o correto é referir-se a pessoas "com deficiência", e a falta de menção, no *caput* do primeiro artigo da proposição, aos §§5º, 6º e 7º que se pretende acrescentar ao dispositivo legal alterado. Paralelamente, há alguns vícios de técnica legislativa, como a falta da abreviação "NR" ao final do dispositivo alterado e a previsão de vigência imediata, sem a indicação de prazo para que a sociedade tenha conhecimento da lei, como preceitua a Lei Complementar nº 95, de 1998.

Esses lapsos poderiam ser facilmente corrigidos mediante emenda ao texto original, mas concordamos com o parecer da CAS no sentido de que há ressalvas ao mérito da proposta.

Reconhecemos que é difícil para as empresas conseguir preencher a quota de pessoas com deficiência que devem contratar. Sabemos que muitas empresas se esforçam para cumprir a lei, mas simplesmente não encontram candidatos aptos a preencher as vagas que disponibilizam.

Contudo, a saída que muitas dessas empresas encontram é promover a capacitação de pessoas com deficiência por iniciativa própria ou mediante acordo com os órgãos fiscalizadores e judiciários. Trata-se de alternativa mais atraente do que a proposta veiculada no PLS nº 269, de 2010, pois promove mais diretamente a empregabilidade e a inclusão das pessoas com deficiência em geral.

Convém lembrar que os atletas com deficiência são uma minoria da população com deficiência e que também são beneficiários da quota geral para essas pessoas.

Dessa forma, entendemos que não é necessário mudar a norma vigente. Poderíamos, não obstante, estudar alterações no sentido de formalizar os acordos e as medidas de capacitação que as empresas adotam quando não conseguem preencher as quotas legais, mas julgamos ser mais prudente admitir essa hipótese como exceção à regra, como tem ocorrido na prática.

Consideramos que a solução preferencial para a empregabilidade das pessoas com deficiência e reabilitadas reside em programas de capacitação e qualificação para o trabalho – solução que cabe ao poder público adotar isoladamente ou em parceria com entes privados e paraestatais.

Voto

Em razão do que foi exposto, concluímos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 269, de 2010.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Lauro Antonio. O seu parecer está lido e será votado de acordo com o quorum.

Estamos tentando deslocar para cá mais dois Senadores e então votamos. Enquanto isso, passamos...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pois não. Pela ordem.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu queria falar, rapidamente. Não faço parte da Comissão, mas vim aqui especialmente para agradecer,

primeiro, a gentileza do Presidente da Comissão, Senador Paulo Paim.

Esse é um projeto de um Deputado Federal do meu Estado, o Deputado Federal Marçal Filho. Desse projeto eu fui o relator, na Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – E aqui eu somente li o seu relatório e não mexi em nada.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – O Senador Paulo Paim agilizou a votação com um objetivo: nós queremos, se possível, que o projeto, como é terminativo aqui e já foi aprovado na Câmara dos Deputados, vá à sanção da Presidenta Dilma; e, depois da sanção, vamos apresentá-lo como uma conquista a mais nessa questão do espaço para o trabalho das mulheres.

Quero parabenizar V. Exª, ao tempo em que agradeço a cada um dos Senadores e Senadoras aqui presentes pelo gesto e em especial ao Presidente, que fez um esforço pessoal para podermos votar.

Muito obrigado a todos os senhores e às senhoras.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Senador Waldemir Moka foi o relator da matéria e deu uma colaboração especial – ele e sua assessoria – para hoje termos o quórum para votação.

Senador Mozarildo Cavalcanti, o Deputado Marçal Filho vai agradecer ao final. Ficará aqui.

Tem a palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti para apresentar o seu relatório.

É o seguinte o item:

ITEM 10

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 93, DE 2011
– Terminativo –

Altera o art. 3º da Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências.

Autoria: Deputado Lincoln Portela

Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti

Senador Mozarildo Cavalcanti, com a palavra.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – O Item 10 trata do Projeto de Lei da Câmara dos Deputados nº93, registrado nesta Casa como Projeto de Lei nº 374, de 2003, que trata da reserva de assentos, em estações e terminais de transporte de passageiros, aos idosos, gestantes, lactantes, pessoas com deficiência e pessoas acompanhadas por crianças de colo.

Sr. Presidente, peço permissão para ir ao voto.

Voto.

Em vista do exposto, pela importância do projeto, o meu voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara, apenas adequando-o com duas emendas de redação, que não implicam no seu retorno para a Câmara, falando da prioridade que especifica fim da reserva dos assentos e dizendo que cabe ao Poder Público providenciar reserva dos assentos devidamente identificados.

Então, são duas emendas de redação que não alteram a essência do projeto.

Esse é...

(Interrupção do som.)

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) –... do Senado e que é originário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Para efeito de registro, a assessoria lembra a importância de que eu leia o relatório que foi, neste momento, apresentado pelo Senador Mozarildo Cavalcanti, é sobre a matéria cujo projeto original é do Deputado Lincoln Portela, que altera o art. 3º da Lei 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica e dá outras providências. O relatório foi lido e será votado quando o quórum for atingido.

Passamos, agora, ao item 15 – p. 170.

ITEM 15

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 387, DE 2009
– Terminativo –

Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para determinar a reserva de assentos para pessoas com deficiência em locais de espetáculo, conferências, aulas e outros de natureza similar.

Autoria: Senador Eliseu Resende

Relatoria: Senador Ataídes Oliveira

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sr. Presidente, como V. Exª já leu o enunciado, o projeto, de autoria do Senador Eliseu Resende, visa, portanto, critério de promoção de acessibilidade de pessoas com deficiência.

O meu voto é pela aprovação do projeto, com a apresentação de um substitutivo, que aperfeiçoa a matéria no que tange à questão da técnica legislativa e também com relação à melhor explicitação dessa questão.

É o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Esse foi o relatório do Senador Mozarildo Cavalcanti. Uma homenagem póstuma, eu diria, ao Senador Eliseu Resende, que foi Ministro dos Transportes e que, infelizmente, já faleceu. O projeto será votado no momento em que o quórum for atingido.

Neste momento, vou passar a palavra ao Deputado Marçal Filho, para que ele faça as suas considerações sobre a importância da aprovação desse projeto.

O SR. MARÇAL FILHO (PMDB – MS) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, queria só agradecer a todos e a todas pela votação e pela aprovação desse projeto que considero extremamente importante.

Já há previsão legal, tanto na Constituição Federal como na Consolidação das Leis Trabalhistas, da proibição de discriminação em relação à remuneração de homens e mulheres que exercem a mesma função, mas não existe pena pecuniária, não existe nada que possa obrigar o empregador a fazer isso. Então, penso que esse projeto vem num sentido pedagógico de realmente mostrar que vivemos em outros tempos e o que importa é a competência de cada um. O que percebemos é que, às vezes, uma mulher exercendo a mesma função que um homem ganha menos. Existem estatísticas que comprovam que a remuneração de mulheres é 35% menor em relação à dos homens. As mulheres têm ganhado o mercado de trabalho de forma cada vez maior: o número de mulheres no mercado de trabalho já é maior que o dos homens. Essa evolução ocorreu nos últimos anos. No entanto, a remuneração continua menor. São estatísticas que temos em mãos, com dados científicos.

Agora, isso vai fazer com que o empregador pense duas vezes ao substituir um homem num determinado cargo por uma mulher, não havendo essa diferenciação salarial, o que é muito importante. Esse projeto é emblemático às vésperas do Dia Internacional da Mulher.

Eu queria agradecer muito à Bárbara, que trabalhou muito, assessora do Deputado Moka, que foi quem fez o relatório, e especialmente ao Senador Paulo Paim, o Presidente, que fez também todo esse esforço no sentido de termos essa aprovação terminativa. Agora, é trabalharmos para que haja a sanção presidencial, até porque temos uma Presidenta da República. Penso que são importantes esses sinais de novos tempos que temos, para aumentar, cada vez mais, também, a participação política das mulheres, a representatividade política tanto aqui no Senado quanto na Câmara dos Deputados.

Então, muito obrigado a todos.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente...

Parabéns, Deputado.

Sr. Presidente, queria apenas corrigir uma informação da colega Senadora Lídice. Num aparte que fez, há pouco, ela dizia da comemoração dos 80 anos do voto feminino no Brasil. Na verdade, é a comemoração dos 80 anos do decreto do Presidente Getúlio Vargas, que estabeleceu ou oficializou o voto feminino, porque, na verdade, o primeiro voto feminino aconteceu na cidade de Mossoró, no Rio Grande do Norte, pela Srª Celina Guimarães. E, no mesmo ano, inclusive, na cidade de Lages, no interior do Rio Grande do Norte, foi eleita a primeira prefeita, Alzira Soriano.

Portanto, para corrigir esta informação: comemoramos agora 80 anos do decreto que oficializou o voto feminino, mas o primeiro voto feminino foi dado na cidade de Mossoró, Rio Grande do Norte, pela eleitora Celina Guimarães, uma dona de casa. E a primeira prefeita também foi eleita em 1928 e chamava-se Alzira Soriano. Ela foi eleita prefeita da cidade de Lages.

Era só essa informação que eu queria dar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Neste ano também, em área em que atuamos tanto aqui, são os 80 anos da Carteira de Trabalho, tão alvejada ultimamente. Temos de fazer um grande movimento em defesa da CLT e da Carteira de Trabalho.

Senadora Ana Rita, com a palavra.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, eu não poderia deixar de fazer dois registros, que acho fundamentais neste momento. Primeiro quero parabenizar o Deputado Marçal Filho pela iniciativa do projeto de lei e também o nosso Relator, Senador Paulo Paim, por, numa semana tão importante como esta para nós, mulheres...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Waldemir Moka foi o relator.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – O Waldemir Moka, nosso querido Senador, foi o relator e já passou por aqui. Eu o parabenizo pelo relatório apresentado ao projeto de lei do Deputado Marçal Filho, assegurando que as mulheres que têm tratamento diferenciado no mercado de trabalho... As pesquisas mostram, muitas vezes – nós sabemos – mulheres em condições de formação profissional superior à dos homens, mas que, na hora de receberem seu salário, mesmo ocupando as mesmas funções, recebem um salário menor que os homens, o que mostra, realmente, um tratamento diferente, um tratamento de discriminação de fato.

Então, o projeto vem na tentativa de acertar isso, de corrigir isso, multando o empregador que trata a de forma diferenciada, discriminando a mulher nesse sentido.

Mas também, Sr. Presidente, gostaria de dizer que esta é uma semana bastante importante para todas as

mulheres brasileiras. É uma semana em que podemos comemorar importantes vitórias, importantes conquistas na luta das mulheres, como o caso aqui lembrado pelo nosso Senador Paulo Davim. S. Exª lembra os 80 anos do voto feminino.

Quando paramos para pensar, Senador, o que são 80 anos, vemos que é tão pouco tempo, que não é nada. Não é nada. E a mulher conquista o direito ao voto num passado muito recente, embora a luta das mulheres seja muito maior do que isso.

Mas é importante comemorar essa data, porque, a partir do voto, as mulheres também passam a exercer o direito de cidadania de escolher, de fato, seus representantes. Mais do que isso, elas passam também a ter o direito não só de votar, mas também de serem votadas.

Infelizmente, nós podemos dizer que a luta ainda continua, porque a presença da mulher nos espaços de poder ainda está muito aquém da verdadeira representação das mulheres.

Sabe, Senador Paim e Deputado Marçal Filho, nós somos ainda minoria no Congresso Nacional; somos ainda minoria nas Assembleias Legislativas, nas Câmaras de Vereadores. Há muitos passos a serem dados, ainda temos uma longa caminhada para garantir, de fato, a igualdade na participação política das mulheres.

Temos em andamento, nesta Casa, projetos de lei fruto da discussão da reforma política que está na pauta para ser votada nesta semana nas comissões. Assim, é importante que tenhamos a clareza de que tivemos conquistas, mas que ainda demandam um esforço muito grande para que possamos avançar ainda mais, principalmente no que se refere à participação política das mulheres.

Entendemos que a reforma política é um importante instrumento e uma grande oportunidade, mas o debate precisa ser feito no sentido de garantir que os nossos companheiros parlamentares, Deputados e Senadores, tenham essa sensibilidade e essa clareza de que matérias que estão em andamento precisam ser aprovadas para assegurar e possibilitar uma participação mais efetiva das mulheres nos espaços de poder.

Então, acho que é uma semana de vitórias, de celebrar nossas conquistas, de celebrar a nossa luta, mas também uma semana que nos leva a refletir que há igualdade entre mulheres e homens, mas é preciso que ela avance ainda mais. Portanto, a nossa luta continua. Mas não queremos lutar sozinhas. Queremos que os homens também participem desse processo. Sabemos que muitos homens, não só parlamentares, têm aderido à luta das mulheres, como é o caso, por exemplo, do enfrentamento à violência contra a mulher. Muitos homens já se organizam nas campanhas, como é o caso da Campanha do Laço Branco, contribuindo e fortalecendo a nossa luta no enfrentamento à violência contra a mulher.

Para finalizar, Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, acho que, também presidindo esta Comissão de Direitos Humanos, eu, na qualidade de Vice-Presidente, tenho orgulho de dizer que estamos aqui trabalhando no sentido de que a CPMI que vai apurar a violência contra a mulher possa, de fato, cumprir o seu papel. Temos aqui a Senadora Ivonete Dantas, que faz parte da CPMI e outros Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas. Queremos fazer esse trabalho da melhor maneira possível a fim de que possamos contribuir para que os Poderes instituídos – Executivo, Judiciário e Ministério Publico – possam, de fato, oferecer melhor tratamento para as mulheres que são vítimas de violência.

Sabemos que existem mecanismos importantes de atendimento às mulheres, mas ainda são muito frágeis diante da realidade que estamos vivendo. Assim, é importante fortalecer esses mecanismos, é importante fortalecer a instituição pública para que se possa atender da melhor maneira as mulheres que são vítimas de violência.

Os dados nos mostram que, infelizmente, muitas mulheres estão morrendo vítimas de violência doméstica praticada dentro de casa pelos seus companheiros, pelos seus maridos. E a sociedade merece uma resposta em relação a isso. Então, é uma tarefa não só do poder público, como também da sociedade enfrentar essa realidade.

Finalizo dizendo que a CPMI tem uma importante missão pela frente. Teremos uma reunião que vai acontecer no dia de hoje para aprovar o nosso cronograma, pois queremos oferecer à sociedade brasileira a nossa contribuição enquanto parlamentares. Tanto os representantes aqui do Senado quanto da Câmara Federal estão bastante firmes nesse propósito e queremos que o resultado dessa CPMI seja o melhor possível para a sociedade brasileira e para os Poderes instituídos, não só identificando os nossos problemas, mas apresentando sugestões para melhorar o atendimento à mulher que é vítima de violência.

Achei prudente, Sr. Presidente, numa semana como esta, que comemoramos o Dia Internacional da Mulher, numa Comissão tão importante como é a Comissão de Direitos Humanos, abordar esse tema, porque precisaremos, com certeza, do apoio de todos e de todas, para que este trabalho possa acontecer da melhor maneira possível.

É isso que eu gostaria de colocar, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senadora Ana Rita.

Aproveito para lembrar que, no dia 08, próxima quinta-feira, às 10 horas, haverá uma reunião aqui organizada pela Subcomissão das Mulheres, para discutir a saúde da mulher. A Senadora Ana Portela, que preside essa Subcomissão, quem coordenará os trabalhos.

Convido a Senadora Ana Rita, para que eu possa fazer a leitura de um projeto, também terminativo, do Senador Pedro Simon, onde faço uma adaptação à realidade e ao Estatuto do Idoso. Se V. Exª me permitir, faço a leitura, sem prejuízo da discussão e da época em que será ou não votado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Assumindo a presidência desta reunião, passo a palavra ao Senador Paulo Paim, para que proceda à leitura do relatório.

ITEM 11

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 272, DE 2003
– Terminativo –

Dá nova redação ao § 3º do artigo 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a garantia de um salário mínimo mensal do benefício de prestação continuada da Lei Orgânica da Previdência Social – LOAS à pessoa portadora de deficiência e ao idoso com setenta anos ou mais e que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção e nem tê-la provida por sua família.

Autoria: Senador Pedro Simon

Relatoria: Senador Paulo Paim

Passo a palavra ao Senador Paulo Paim, para que proceda, como Relator, à leitura do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Srª Presidente, Senadora Ana Rita, vamos ao relatório.

Relatório.

Esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) analisa, em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado nº 272, de 2003, de autoria do Senador Pedro Simon, que tem por finalidade elevar o patamar máximo de renda familiar mensal *per capita* aceito pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) para o fim de habilitação da pessoa idosa ou com deficiência ao recebimento do Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Esse patamar, atualmente fixado em menos de um quarto do salário mínimo *per capita* por mês, seria elevado para um salário mínimo.

O autor justifica a proposição com o argumento de que famílias que têm entre seus membros pessoas idosas ou com deficiência costumam ter despesas mais altas, especialmente com medicamentos e outros cuidados.

Lembro, aqui, a pessoa pode ter na família dois deficientes e um idoso. Se um ganha um benefício de um salário mínimo, os outros dois não poderão ganhar, porque ultrapassam o patamar de um quarto do salário mínimo *per capita*.

Se convertida em lei, a proposição entra em vigor na data de sua publicação.

Inicialmente distribuído à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), e posteriormente encaminhado também à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e a esta CDH, o PLS nº 272, de 2003, teve longa tramitação. Chegou mesmo a ser apensado aos PLS nº 80 e nº 374, também de 2003, até que todos foram arquivados, ao final da legislatura passada.

Entretanto, mediante requerimento do Senador Pedro Simon, o PLS nº 272, de 2003, foi desarquivado em abril último e distribuído somente à CDH, em decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas à matéria.

Análise.

Compete à CDH, nos termos do art. 102-E, VI, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre proposições relativas à proteção e à integração social das pessoas com deficiência, bem como à proteção aos idosos.

O BPC foi criado com a finalidade de garantir renda suplementar de um salário mínimo à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme disposto no art. 203, V, da Constituição Federal. Esse benefício, previsto no art. 20 da LOAS, contemplava idosos com 70 anos ou mais até que o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003), que aprovamos nas duas Casas, reduziu a idade mínima para 65 anos. De pronto, portanto, convém uniformizar a idade referida nesses dois diplomas legais para evitar que idosos com idade entre 65 e 70 anos pensem, erroneamente, que ainda não fazem jus ao benefício.

É inegável que o aumento do patamar de renda utilizado como critério para habilitação ao recebimento do BPC tem grande mérito social, pois favorecerá milhões de pessoas com deficiência e idosos que, embora não sejam miseráveis, estão no limiar entre a pobreza e a classe média baixa, à qual ascenderam nos últimos anos. Julgamos, assim, que elevar o limite de renda requerido para a habilitação ao recebimento do BPC ampliará a abrangência desse importante

mecanismo assistencial e favorecerá a ascensão social das famílias de classe média baixa integradas por idosos ou por pessoas com deficiência.

Contudo, a alteração que já mencionamos, relativa ao critério etário, aliada à necessidade de tornar mais claro o texto da ementa da proposição, faz com que seja necessário reformular quase integralmente o texto original, motivo pelo qual apresentamos neste caso – eu, que sou contra as emendas substitutivas – uma emenda substitutiva ao final deste parecer.

Voto.

Em razão do que foi exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 272, de 2003, com a seguinte emenda:

> "O Congresso Nacional decreta:
>
> Art. 1º O art. 20 da Lei nº 8.742, de 3 de dezembro de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:
>
> "Art. 20. O benefício de prestação continuada é a garantia de um salário mínimo mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso com sessenta e cinco anos ou mais [aqui foi uma adaptação ao Estatuto do Idoso] que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família.
>
> .....
>
> § 3º Considera-se incapaz de prover a manutenção da pessoa portadora de deficiência ou idosa a família cuja renda mensal per capita seja inferior a um salário mínimo.
>
> ..... " (NR)
>
> Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Este é o relatório, Srª Presidenta. Nós, naturalmente, não vamos votar, mas fica aberta a discussão para uma próxima reunião. Vamos votar depois de debater o interesse de pessoas com deficiência e idosos.

Apenas gostaria de comentar que essa é uma demanda antiga das pessoas com deficiência e dos idosos. Eles comprovam – repeti o argumento que acabei listando aqui quando fiz a leitura do relatório – que uma família que tiver duas pessoas com deficiência e um idoso, pela lei atual, só um pode ganhar o direito a receber um salário mínimo. Ora, duas pessoas com deficiência que não podem trabalhar e um idoso que não pode trabalhar... É mais do que justo que eles tenham direito, no mínimo, a receber o correspondente a um salário mínimo, conforme a Loas. E hoje a lei diz que só quando a renda *per capita* da família não ultrapassar ¼ do salário mínimo é que essa pessoa com deficiência, embora não possa trabalhar, terá direito a receber esse salário. Por isso é que digo, com muita convicção, que dei parecer favorável, adaptando ao Estatuto do Idoso, ou seja, estabelecendo que a pessoa idosa teria de ter 65 anos – já está consagrado lá, no Estatuto do Idoso, esse princípio.

E vou além: o Supremo Tribunal Federal, numa decisão chamada correlata, baseada no Estatuto do Idoso, tem estendido à pessoa com deficiência esse mesmo direito de um salário mínimo – já temos decisões nesse sentido na Justiça. Esperamos que a lei, de uma vez por todas, afaste todas as dúvidas quanto ao direito da pessoa: quando não tiver nenhuma condição de se manter, tendo mais de 65 anos ou sendo deficiente, poderá receber um salário mínimo.

Este é o relatório. Faremos o debate no momento adequado e, depois, a votação.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente e relator da referida matéria, eu gostaria de ratificar o que V. Exª coloca porque é uma luta antiga a ampliação do valor do BPC – já é, inclusive, objeto de deliberação de conferências nacionais de assistência social. Realmente, ¼ do salário mínimo para quem tem mais de uma pessoa na família, idosos ou pessoas com deficiência, é muito pouco. Então, acho que o projeto de lei vem numa boa hora. Entendo que ele é fundamental, porque muitas famílias sobrevivem com muitas dificuldades, considerando sua própria realidade.

Então, quero parabenizar V. Exª pela importante matéria. Não havendo quórum regimental para que possamos dar prosseguimento a esta reunião, o projeto que está em andamento ficará para a próxima reunião, para que seja apreciado, debatido e votado.

Não havendo mais nenhuma matéria em pauta – e também por não haver quórum –, declaramos encerrada a presente reunião.

Muito obrigada.

(Iniciada às 9 horas e 31 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 18 minutos.)

Ata da 8ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, Convocada Para o Dia 12 de Março de 2012, Segunda-Feira, às 9 Horas, Sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II, Senado Federal.

Às nove horas e dezessete minutos do dia doze de março de dois mil e doze, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a presidência do Senador (**Paulo Paim**), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Comparecem os seguintes senhores Senadores e Senadoras **Paulo Paim e Vicentinho** Alves. Deixam de comparecer os demais

senhores Senadores e Senadoras. O senhor Presidente declara aberta a presente reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da ata da 7ª reunião da CDH, que é dada por aprovada. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte PAUTA. Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 24, de 2012–CDH, aprovado em 01/03/2012, de autoria do Senador Vicentinho Alves, para "Debater sobre as possíveis causas do elevado número de suicídios de índios da etnia Karajás na ilha do bananal". Convidados: Antonio Alves de Souza, Secretário Especial da Saúde Indígena do Ministério da Saúde – SESAI; Cleso Fernandes de Moraes – Coordenador Regional da FUNAI em Palmas – TO, em substituição ao Senhor Márcio Augusto Freitas de Meira, Presidente da FUNAI; Marcos Terena, Professor da Cátedra Indígena Internacional; Leonídia Batista Coelho, Assessora Especial da área de Direitos Humanos, em substituição ao Secretário de Justiça do Estado do Tocantins; Iwrarú Karajá, Cacique da Aldeia Watau; Kohalue Karajá, Coordenador de Assuntos Indígenas da Secretaria de Cidadania e Justiça do Estado do Tocantins; Samuel Jriwua Karajá, assessor indígena. O Senhor Iwrarú Karajá, Cacique da Aldeia Watau, realiza a apresentação de um canto religioso indígena. Usam da palavra os Senadores Paulo Paim e Vicentinho Alves. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e sete minutos, lavrando eu, ***Altair Gonçalves Soares***, Secretário da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim,** Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa de leitura da Ata da reunião anterior e a coloco em votação.

Aqueles que a aprovam permaneçam sentados. *(Pausa.)*

Aprovada.

Já com a presença do Senador Vicentinho Alves, o grande articulador e mentor desta reunião, vamos iniciar a nossa audiência pública nos termos do Requerimento nº 24 da CDH, aprovado em 1º de março de 2012, de autoria do Senador Vicentinho Alves, para debater sobre as possíveis causas do elevado número de suicídios de índios da etnia Karajá, na Ilha do Bananal.

Convidados: Antonio Alves de Souza, Secretário Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde – Sesai ; Fabiana Vaz de Mello, Coordenadora-Geral de Promoção aos Direitos Sociais da Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável da Funai; Cleso Fernandes de Moraes, Coordenador Regional da Funai em Palmas – TO, em substituição ao Sr. Márcio Augusto Freitas de Meira, Presidente da Funai; Marcos Terena, Professor da Cátedra Indígena Internacional; Kohalue Karajá, Coordenador de Assuntos Indígenas da Secretaria de Cidadania e Justiça do Estado do Tocantins, e Leonídia Batista Coelho, Assessora Especial da Área de Direitos Humanos, em substituição ao Secretário de Justiça do Estado de Tocantins, Nilomar dos Santos Farias, e também substitui Iwraru Karajá, Cacique da Aldeia Watau. Não estão presentes ainda o Vereador nem o cacique da aldeia.

Antes de formar a Mesa, queria convidar o Senador Vicentinho Alves para se fazer presente aqui neste momento da abertura. Depois V. Exª retornará à primeira fila, antes de chamarmos os convidados para a Mesa.

Senador Vicentinho Alves, vou fazer pequena introdução ao tema e eu gostaria que V. Exª aqui falasse também da importância desse momento, depois formamos a Mesa e nossos convidados falam. Pode ser?

Hoje estamos aqui reunidos por iniciativa do Senador Vicentinho Alves, que está aqui ao lado e vai depois argumentar sobre a importância desta audiência pública para debater as causas do elevado número de suicídios entre os índios da etnia Karajá, na Ilha do Bananal. Dados da Secretaria de Justiça e dos Direitos Humanos do Tocantins mostram que somente nos dois primeiros meses deste ano, em janeiro e fevereiro, cinco índios Karajá que viviam nas aldeias Santa Isabel e Fontoura se suicidaram pela prática do enforcamento. No ano passado, em 12 meses, foram registradas sete mortes. As idades dos índios que cometeram suicídio variam de 14 a 17 anos.

Senador Vicentinho, os números são frios. Falamos esses dados, e muitos que estão assistindo ouvem os números, mas estamos falando de jovens que se enforcaram – este é o motivo desta audiência – e que tinham entre 14 e 17 anos. É mais do que justa a sua iniciativa para que esta Comissão debata este tema. Tenho a impressão de que não é só no Tocantins. V. Exª trouxe como exemplo a situação do Tocantins. Jovens se enforcando, abrindo mão de suas vidas com 14 a 17 anos; isso é da maior gravidade.

Aproximadamente cinco mil índios da etnia Karajá vivem em nove aldeias na Ilha do Bananal. As causas para o elevado número de suicídios ainda são desconhecidas, mas segundo Kohalue Karajá, Coordenador dos Povos Indígenas do Tocantins, elas podem estar

relacionadas com o uso de drogas, bebidas, questões culturais, prática de feitiço, qualidade de vida, expectativa de vida, por exemplo, dessa juventude que, como todo e qualquer jovem, quer ter uma expectativa de vida dentro da sua cultura, da sua realidade ou mesmo... Por que não dizer? Nós defendemos as cotas para índios nas universidades. Por que eles não podem vir para a universidade, adquirir conhecimentos e retornar à sua região para ajudar os índios, a aldeia.

É comum entre os adolescentes e crianças Carajás, pelas informações que tenho, ficarem expostas à violência trazida pelo chamado "homem civilizado" – não que eles não sejam civilizados. Dentro da sua cultura aqueles que vêm das grandes cidades acabam trazendo algum tipo de conceito de vida de que discordamos, naturalmente, já na cidade. Imaginem na aldeia!

Enfim, para Eliana Karajá, que representa o Movimento Nacional de Populações Indígenas, outro ponto que induz os índios Karajá ao suicídio é a falta de acompanhamento psicológico, que hoje existe nos grandes centros, dos índios que recebem diagnóstico positivo, por exemplo, de uma doença.

Segundo Eliana, técnicos da saúde realizam teste HIV nos índios, conversam com eles, mas não oferecem o tratamento e o acompanhamento d*ay after*, ou seja, aquilo que acontece após os exames que constatam algum tipo de doença. Diz ela: "Eu quero que um índio fale para o outro sobre a doença."

Alternativas para coibir o aumento da taxa de indígenas que cometem suicídio estão sendo analisadas pela Sejudh. Técnicos da Secretaria de Justiça têm desenvolvido projetos e atividades esportivas, projetos agrícolas, projetos de educação a distância, entre outras formas de práticas inclusivas. Enfim, é preciso criar mesmo alternativas e soluções para as demandas indígenas, para evitarmos que o suicídio continue acontecendo. Cito como exemplo a Ilha do Bananal, mas tenho certeza, numa escala talvez na mesma proporção, existe em todo o Brasil.

Aqui também foi lembrada a importância da saúde indígena, suporte educacional, psicológico, familiar, entre outros métodos emergenciais que devem ser garantidos à população indígena de modo geral.

É mais ou menos isso que queríamos introduzir para iniciarmos o debate. Esse material foi produzido pela assessoria, dialogando com as lideranças dos povos indígenas.

Senador Vicentinho, fiz questão de que Exª viesse aqui neste momento – não é praxe. Geralmente a gente chama os convidados, quem apresenta o requerimento fica na primeira fila e faz a defesa do requerimento, mas, pela gravidade do fato em si, que é a morte da nossa juventude, do nosso povo, da nossa gente com esses suicídios, faço questão de que V. Exª fale aqui, da Presidência dos trabalhos, sobre a importância desse tema.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Obrigado, Presidente Paim.

Eu cumprimento V. Exª e, ao mesmo tempo, agradeço a prioridade que V. Exª deu ao nosso requerimento. Não seria outra a impressão que temos de V. Exª, um brasileiro que tão bem cuida de sua gente na sua essência. Um caso como esse que está ocorrendo em nosso Estado, com certeza também está ocorrendo em outras etnias e em outros Estados do nosso País.

Portanto, Senador Paim, esse encontro de hoje é um encontro que eu também reputo de suma importância para a gente, efetivamente, trazer para o Senado Federal, à luz do Congresso Nacional, e para o povo brasileiro que nos assiste o problema gravíssimo que está ocorrendo com nossos povos indígenas.

Portanto, quero, inicialmente, cumprimentar o Dr. Antonio Alves de Souza, Secretário Especial de Saúde Indígena, que aqui já se encontra, e ao mesmo tempo parabenizá-lo, porque em todos os encontros dos povos indígenas o senhor sempre está presente, debatendo e discutindo com todos eles e com todos nós, diferentemente da Funai, que deveria está presente também, com bastante prioridade.

Com relação ao Presidente da Funai, sempre notamos sua ausência em todos os eventos aqui, na Comissão de Direitos Humanos, Sessão Solene no Senado Federal, jogos dos povos indígenas, enfim, acho que quem preside uma instituição como a Funai deve está presente, porque nós aqui queremos apenas contribuir, não queremos tecer críticas, nós queremos ajudar a encontrar soluções. Esse é o intuito de todos nós, Senadores, que estamos preocupados com a causa.

Portanto, vejo essa dificuldade de relacionamento com o Presidente da Funai e todas as vezes registro aqui essa dificuldade, Presidente Paulo Paim, porque o que queremos, vou reafirmar, é o melhor para a Funai e para os povos indígenas do nosso País.

Cumprimento também o Sr. Cleso Fernandes, Coordenador Regional da Funai do nosso Estado, e o Professor Marcos Terena, que acaba de chegar. Professor de Cátedra na ONU, um grande brasileiro, um grande líder dos povos indígenas.

Cumprimento o Kohalue Karajá Inan. Karajá vem do Tupi e sabem o que significa, pelos nossos colonizadores? Significa macaco negro. Eles não gostam de ser chamados de Karajá, eles gostam de ser chamado de Inan, na língua deles. Portanto, sem discriminação: Inan.

O Kohalue é Coordenador de Assuntos Indígenas da Secretaria de Cidadania e Justiça do nosso Estado. Inclusive uma luta nossa. Uma luta, não. Não precisamos lutar junto ao Governador Siqueira Campos. Uma solicitação para que nós tivéssemos essa diretoria na Secretaria de Cidadania e Justiça. Uma reivindicação nossa junto ao nosso Governador Siqueira Campos, e prontamente fomos atendidos. Hoje, temos uma diretoria especificamente para cuidar dos nossos índios dentro do Estado.

O Ivan Xerente ainda não vi aqui. Não pôde vir.

E o Iwraru, o maior líder dos Inan, que nós chamamos de Karajá, Presidente Paim. A aldeia dele é ali, próxima ao Rio Araguaia. É um grande líder e irmão do saudoso Idjarruri Karajá, que foi também um grande líder em nosso Estado. Portanto, ele tem muito a contribuir com esta audiência pública.

Cumprimento a Srª Leonídia Batista Coelho, Assessora Especial da Área de Direitos Humanos do Estado do Tocantins que está ali; a Srª Deurides, Coordenadora da Atenção Primária da Saúde Indígena; a Srª Francisca Picanço, Assessora da Presidência da Funai para Assuntos Parlamentares.

É importante a senhora transmitir isso ao Presidente para que sempre venha, não vai haver retaliações. Nós queremos é contribuir. É importante o dirigente da instituição, pelo menos uma vez ao ano, pois ano passado não tivemos a oportunidade de tê-lo em nenhum encontro com os nossos povos indígenas.

Cumprimento o Samuel Inan Karajá, Assessor do Distrito Sanitário Especial Indígena do Araguaia, que aqui também se encontra.

A minha fala, Sr. Presidente, parece que nós dois combinamos em seu teor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Quero dizer ao Senador Vicentinho que é importante a sua fala. Dentro da casa, V. Exª é o principal defensor dos povos indígenas. Eu sou seu pupilo aqui. V. Exª orienta e eu sigo. Permita-me dizer, então, que a transmissão é para todos, para todo o Brasil, está ao vivo pela TV Senado. Também está disponível na Internet e pela Rádio Senado.

A audiência é para que se dê visibilidade a questões do nosso povo, principalmente quanto a essa questão de morte. Estamos aqui tratando de mortes.

Com a palavra V. Exª.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Inicialmente, cumprimento o Francisco Oliveira, Coordenador de Proteção Social da Funai, que aqui se encontra; a Sílvia Angelice de Almeida, Chefe de Serviço de Acolhimento aos Índios da Funai.

Quanto ao teor, acho que pensamos praticamente com o mesmo sentido. O meu sentimento é o mesmo que o seu. Portanto, vou apenas complementar a fala de V. Exª.

Quero cumprimentar os ilustres debatedores que irão integrar a Mesa e que representam os órgãos Federais como Funai, Sesai, o Ministério Público, o Governo do Estado de Tocantins, meu Estado, e os representantes indígenas, por terem prontamente atendido ao convite da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, para discutirmos um tema altamente relevante, que diz respeito à garantia individual à vida dos nossos irmãos indígenas.

Eu tenho muito prazer de estar aqui sendo o seu Senador da República. Vocês, que gravaram um programa maravilhoso dos nossos índios durante o pleito eleitoral, quando eu disse que faria tudo que eu pudesse, dentro dos meus limites, para chegar ao Senado Federal, que ali vocês teriam um Senador amigo, que estaria sempre atento às suas causas. Portanto, estou me esforçando para retribuir essa confiança.

O que nos move apresentar o requerimento para a realização pública na Comissão de Direitos Humanos são as tragédias, de intensidade cada vez maior, ocorridas na aldeia de etnia Karajá, como chamamos, em Santa Isabel do Morro, na Ilha do Bananal. Foi exatamente esse acontecimento que veio a conhecimento público pela mídia, muito embora esse seja um problema que já existe e ocorre com as demais etnias de todo o País, mas, o que aflorou na mídia, para a sociedade, foi o caso da Aldeia de Santa Isabel.

Somente nos dois primeiros meses de 2012, ocorreram quatro casos de suicídios entre jovens indígenas na Ilha do Bananal e mais seis tentativas de suicídio. Quer dizer, é um número, como disse o Presidente Paim, significativo e preocupante.

A situação é alarmante. Segundo dados da própria comunidade, desde julho de 2011 já foram sete o número de jovens que provocaram a própria morte. Nós nascemos e vamos morrer, mas, de preferência, de forma natural, não por suicídio. O suicídio não é uma regra de vida, é uma exceção. Portanto, temos de tomar todas as providências para evitá-lo.

Os povos Karajá estão preocupados e temem que novos episódios ocorram dentro da aldeia.

Relatos dos próprios índios dão conta de que é comum, entre os adolescentes, o uso de drogas e até mesmo cheirar gasolina com creme dental, gasolina pura, maconha e cocaína. A situação é tão preocupante que crianças indígenas já foram vistas cheirando gasolina. Quando não encontram cachaça, bebem gasolina e álcool.

É importante trazer esse tipo de problema para cá, para que o Governo Federal, através de seus instrumentos, suas instituições, o Governo do Estado, o Congresso Nacional busquem uma solução.

Isso é gravíssimo. São relatos de desespero.

Então, diante desse quadro caótico, a comunidade tem realizado reuniões na tentativa de detectar as causas desse comportamento e, assim, evitar que novas tragédias aconteçam.

O alcoolismo foi apontado como um dos principais problemas que a aldeia enfrenta atualmente, mas é preciso analisar os motivos que levaram esses jovens a essa situação de alcoolismo, ao uso de drogas.

Seria uma questão existencial, talvez, a dificuldade de definir com clareza a sua identidade como indígena.

É importante ressaltar que todos os líderes indígenas sempre orientam para ao melhor. Talvez a influência dos não índios esteja atrapalhando o dia a dia dos nossos povos indígenas.

Nesse caso, entendo a necessidade de um trabalho que envolva psicólogos, antropólogos, pedagogos, assistentes sociais, enfim, profissionais habilitados para auxiliar essas comunidades, estabelecendo um diálogo intercultural que contemple a sabedoria indígena e o conhecimento científico.

Entendo que é preciso trabalhar a autoestima dos indígenas e fazê-los compreender o papel fundamental que ocupam na sociedade brasileira. Os nossos índios estão com a autoestima baixa. Vamos a aldeias, conversamos com eles e notamos que eles precisam de motivação.

A importância dessas comunidades, por exemplo, para a preservação do meio ambiente, no momento em que o mundo inteiro se dedica à discussão da causa ambiental como vital para a própria preservação da espécie humana, é um assunto a ser discutido.

A ocorrência de suicídios, sobretudo entre a população jovem, indica a necessidade de um estudo mais específico para essa faixa etária. Combater a ociosidade entre os jovens, proporcionando-lhes alternativas de lazer, como bem disse o Presidente Paim, pode ser uma medida saneadora. Gestões conduzidas junto ao Ministério do Esporte estão bem adiantadas, no intuito de implantar um programa de esporte e lazer nas cidades, também nas aldeias indígenas, criando assim um ambiente favorável para atividades de cultura, saúde, esporte e lazer nas comunidades indígenas.

Presidente Paim, quero aqui ressaltar que o Ministro Aldo Rebelo é muito sensível às causas dos povos indígenas. S. Exª esteve conosco na cidade de Porto Nacional, quando dos Jogos dos Povos Indígenas, que foi liderado pelo Marcos Terena e Carlos, seu irmão. Sempre que me encontro com o Ministro, S. Exª demonstra boa vontade de fazer alguma coisa pelos povos indígenas.

Portanto, quero registrar e louvar a atitude do Ministro Aldo Rebelo.

Dando continuidade, o envolvimento dos Estados e dos Municípios é fundamental para que seja garantido o implemento de ações que criem uma perspectiva de solução para esse grave problema enfrentado pelas aldeias. A atuação desses entes federados, em conjunto com a Funai, a Sesai, o Ministério Público e outros órgãos e entidades que cuidam da questão indígena, tem de ser conduzida de forma sincronizada.

Eu, quando Deputado Federal, fui relator da CPI que investigava a morte de crianças indígenas por subnutrição. Andei o Brasil inteiro. O maior problema que detectei e está apontado em nosso relatório é a presença de muitas ONGs. A Funai, o Governo está terceirizando muitas atividades. Nós precisamos da presença da Funai dentro das aldeiais, com representantes, no dia a dia. É disso que precisamos.

Eu apresentei aqui no Senado Federal – e foi aprovado por esta Comissão, que é presidida pelo Senador Paim – uma sugestão para a Presindenta da República, a nossa Presidenta Dilma, de quem tenho o prazer de ser companheiro aqui no Senado Federal, a criação da Secretaria Nacional dos Povos Indígenas. Nós temos a Secretaria Nacional da Mulher, do Negro, por que não temos a dos nossos povos indígenas?

Sabemos que o tratamento do índio hoje está divido ao meio. Uma metade está com o Ministério da Saúde, a outra, com o Ministério da Justiça.

Aqui, ainda se entendem bem. Lá na ponta, nossos índios não sabem para onde ir, se para a Secretaria de Saúde Indígena ou se para Funai. Quando, lá na ponta, os dirigentes se entendem, melhor. E quando não se entendem?

Na cidade de Imperatriz, o dirigente da Funai e o dirigente, na época, da CPI – era a Funasa – quase se atracaram na Câmara Municipal. Precisou a Polícia Federal entrar no meio para apartá-los. Eu falei: imaginem como estão os nossos índios nas mãos dos senhores.

Portanto, nós precisamos unificar as ações. Essa é a ideia e a reivindicação dos povos indígenas deste País e ligados diretamente à Presidência da República, como eu já citei aqui. Nós precisamos da criação da Secretaria Nacional dos Povos Indígenas com um novo modelo, com uma forma atual de atender aos nossos índios, para evitar muito disso que está ocorrendo.

Os índios têm reclamado de omissão da Funai e da Funasa, que hoje é a Secretaria de Saúde Indígena, e pedem apoio ao Governo.

A presença física da Funai nas aldeias, oferecendo assistência social e apoio psicológico, certamente ajudaria os índios a melhorar a sua autoestima e a equacionar a questão existencial.

Precisamos também de uma atenção especial com relação à segurança nas aldeias.

Nas nossas cidades temos um modelo de segurança. Poderíamos, em sintonia com a cultura, com as tradições dos nossos índios, desenvolver um modelo de segurança, porque, nas aldeias, Presidente Paim, entra e sai quem quiser. A droga entra e sai da forma mais natural que pode existir.

Não estou dizendo que temos que implantar o modelo da cidade lá nas aldeias, mas, em sintonia com nossos líderes indígenas, nós poderemos montar um modelo de segurança para as aldeias no Brasil como um todo, porque os traficantes entram e saem como se fosse a coisa mais natural possível.

É absolutamente importante também que as autoridades responsáveis intensifiquem as ações para impedir a comercialização de álcool e tráfico de drogas, que infelizmente já chegou às aldeias. É o que acabo de citar.

Os jovens que cometem suicídio, na sua maioria, eram envolvidos com drogas e eram vistos constantemente embriagados.

No caso da Aldeia de Santa Isabel, a própria comunidade se mobilizou e pediu às autoridades responsáveis providências para combater a comercialização de bebidas alcoólicas dentro da aldeia, que é a maior da etnia Karajá. Atualmente, mais de 600 famílias vivem na comunidade Inan e são conhecidas por manter um diálogo intercultural com os não índios. Essa aproximação nem sempre é muito positiva.

Nós tivemos uma reunião recentemente em São Félix e o Iwraru estava lá, inclusive fez um discurso. É um grande orador e vai demonstrar isso aqui. Então, nós pudemos perceber muitos índios embriagados, drogados lá no entorno do nosso encontro. Dali eu já percebi a necessidade de uma solução.

Portanto, feitas essas considerações, gostaria de ouvir os colegas da Mesa, o Presidente e os debatedores, para expor suas impressões sobre essa tragédia que está se abatendo sobre os índios da Ilha do Bananal e do Brasil, de outras aldeias brasileiras, no intuito de contribuir para encontrarmos as soluções que atendam aos nossos irmãos índios.

Essa é a modesta contribuição que quero dar para a solução desse problema, Presidente Paim.*(Palmas)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Parabéns, Senador, pela iniciativa.

Convido o Senador para ficar comigo no encaminhamento dos trabalhos, porque vamos fazer duas Mesas.

Como são três convidados em cada Mesa, de pronto convidamos o Secretário Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde – Sesai –, Sr. Antonio Alves de Souza.

Convidamos também Cleso Fernandes de Moraes, Coordenador Regional da Funai em Palmas, Tocantins, em substituição ao Sr. Márcio Augusto Freitas de Meira, Presidente da Funai.

E convidamos também o Professor da Cátedra Indígena Internacional, nosso querido Marcos Terena, para vir à Mesa neste momento.

Depois desta Mesa teremos outra com mais três convidados para aprofundar o debate sobre essa questão.

De pronto, pela ordem da chamada que fiz, para ganharmos tempo – depois tanto eu quanto Vicentinho vamos fazendo comentários durante a fala dos nossos convidados...

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pois não, Vicentinho. Use a palavra quando entender adequado, porque você está aqui sendo o meu Presidente. Eu sou o de honra, você é o de fato. Pronto. Ou eu de fato e você de honra, tanto faz.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – O senhor é de fato e de honra. Eu sou seu copiloto.

O líder Iwraru quer cantar uma canção espiritual para que, no início dos trabalhos desta Comissão, nós possamos ouvi-lo e ter um bom encontro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pode convocar.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – RO) – Portanto, Iwraru, com a autorização do Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pode convocar. Convoque-o.

O SR. IWRARU KARAJÁ – Bom dia a todos.

Exmºs Senadores e demais autoridades, vou cantar uma música para agradecer a nossa chegada até aqui e agradecer também porque vocês vão debater o nosso problema, que é coisa séria. Então vou cantar um agradecimento. Quando a gente agradece na nossa língua é... Então, silêncio...

(Procede-se à execução de canto indígena)

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Depois dessa verdadeira oração para que os espíritos nos orientem, que a energia do universo conspire a nosso favor nessa luta em defesa dos povos indígenas, eu passo de imediato a palavra

ao Secretário Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde, Sr. Antonio Alves de Souza.

O SR. ANTONIO ALVES DE SOUZA – Bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Darei a todos dez minutos mais cinco, mas com a tolerância devida.

O SR. ANTONIO ALVES DE SOUZA – Quero inicialmente agradecer o convite ao Senador Paulo Paim, cumprimentá-lo e parabenizá-lo pelo seu trabalho aqui no Senado, cumprimentar também o Senador Vicentinho e agradecê-lo pelo apoio às nossas ações no Ministério da Saúde, inclusive a emenda que apresentou, no valor de R$400 mil, que vão nos ajudar a estruturar algumas unidades de saúde no Estado do Tocantins. Obrigado, Senador. Cumprimento também Marcos Terena e meu companheiro da Funai, o Cleso, bem como a todos que aqui estão.

É um prazer poder estar, neste momento, aqui na Comissão de Direitos Humanos do Senado para discutir um tema tão emblemático para a população indígena, que não ocorre somente nessa região. Temos evidências disso em outros locais, como é o caso de Mato Grosso do Sul e de outras populações no Estado do Amazonas, o que exige, Senadores, um envolvimento interdisciplinar, interministerial, interorgãos, já que as causas apontadas inicialmente, algumas delas pelo Senador Vicentinho, extrapolam as ações da saúde, que acaba tendo resultado do fracasso, ou da omissão ou da ausência de algumas ações do Estado brasileiro.

Aproveito a oportunidade para também divulgar aqui a nossa secretaria recém-criada, aprovada pelo Senado no dia 3 de agosto, transformada na Lei 12.314, em 2010, que autorizou o Ministério a criar, no âmbito do Ministério, essa secretaria para cuidar da saúde dos povos indígenas.

Um breve histórico, só para nos situar como essa questão da saúde indígena vem sendo tratada no País.

No período colonial, os índios eram atendidos pela Igreja, ou seja, pelos missionários. Algumas delas permanecem até hoje. Os contatos eram feitos de forma violenta, provocavam mortes, epidemias, escravidão.

Já no período rondonista, no século XX, cria-se o SPI com um decreto-lei de 1910, o Serviço de Proteção ao Índio, que era, então, a assistência dada por esse serviço.

Na década de 60 a 70, cria-se então Funai, que passou a ser responsável pelas ações de saúde.

Em 86, tivemos um movimento histórico no País para a discussão da saúde pública brasileira. Ocorre a 8ª Conferência, em março de 1986, e, logo em seguida, em dezembro, temos a 1ª Conferência Nacional de Saúde Indígena. Portanto, seis meses após a realização da 8ª Conferência, que deu as bases para a organização do Sistema Único de Saúde, que eu considero a maior reforma do Estado brasileiro, a grande conquista de nosso povo, que é um patrimônio nacional e, quiçá, internacional, já que o SUS, hoje, atende qualquer cidadão que está no Brasil, sem pedir qualquer registro, qualquer documentação.

O Conselho Nacional de Saúde, após a promulgação das leis que regulamentam o sistema de saúde, a 8.080 e a 8.142, cria, então, no âmbito do Conselho, uma comissão intrainstitucional, prevista na própria Lei 8.080, para acompanhar e trabalhar com a questão da saúde indígena.

O Sérgio Arouca, então Deputado Federal sanitarista, apresenta um projeto de lei e cria, no âmbito do SUS, um subsistema chamado Subsistema de Atenção à Saúde Indígena do SUS, que é o que chamamos SAS e SUS, justamente porque o Sistema Único de Saúde, na percepção dele e discutida com as lideranças, não dava conta das questões ligadas à saúde dos povos indígenas que vivem em aldeias. São pessoas que falam mais de 180 línguas, têm suas culturas, seus costumes, não têm meios de transportes para chegar até a cidade, têm as suas medicinas e práticas de saúde tradicionais. Portanto, exigia-se um subsistema dentro do SUS para garantir, lá na aldeia onde eles vivem, a atenção básica, a atenção primária. Então, temos aí a Lei 9.836 criando esse subsistema.

A responsabilidade da saúde, então, sai da Funai e vai para a Funasa, que é uma fundação vinculada ao Ministério da Saúde.

Em 2002, o Conselho aprova, então, a Política Nacional de Atenção à Saúde Indígena, sancionada pelo então Ministro Serra, política essa que está em vigor até hoje.

Em 2008, o Ministro Temporão cria, no âmbito do Ministério, um grupo de trabalho para discutir a transferência das ações da saúde indígena da Funasa para o Ministério da Saúde, uma reivindicação dos povos indígenas desde a primeira conferência, em 86, ou seja, que tivesse no âmbito do Ministério, um órgão específico para cuidar e coordenar a Política Nacional de Atenção à Saúde Indígena.

O Presidente Lula, então, edita a Medida Provisória 483, em 24 de março de 2010, MP essa que foi aprovada aqui nesta Casa, no Senado, em 3 de agosto, por unanimidade dos Senadores presentes, uma reunião histórica, que estava justamente a seis horas do vencimento desta MP. Portanto, quero parabenizar o Senado e todos os Senadores que aprovaram essa medida provisória, autorizando o Ministério da Saúde a criar na sua estrutura mais uma secretaria, além das cinco que lá têm, para cuidar da saúde indígena.

No dia 20 de outubro de 2010, o Presidente Lula – na verdade, no dia 19 ele assina o decreto, que foi publicado no dia 20 de outubro – criou, no âmbito do Ministério, a Secretaria Especial de Saúde Indígena, que, junto com a Secretaria de Vigilância em Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, de Gestão de Ciência e Tecnologia, de Gestão do Trabalho, Educação e Saúde, e da SAS, que cuida de toda a parte de assistência, tem a incumbência de coordenar a Política Nacional de Saúde Indígena dentro do Sistema Único de Saúde.

Isso aqui, Senadores Vicentinho e Paim, nós e a população indígena consideramos uma grande vitória, porque trouxe para dentro do SUS o debate, a articulação e a execução de uma política que não pode jamais ser dissociada do sistema de saúde.

A Secretaria, como vamos ver à frente, tem uma estrutura enxuta, dois departamentos e a responsabilidade de coordenar 34 distritos, que são as unidades de ponta executoras das ações de atenção básica e primária nas aldeias, e de articular com as secretarias municipais de saúde e com as secretarias estaduais as ações de média e alta complexidades, na perspectiva de garantir a atenção integral à saúde dos povos indígenas. Então, são secretarias que têm um conjunto de competências definidas num decreto.

Na ponta, temos distritos que foram reestruturados, ganhando uma estrutura ainda simples, mas com alguns serviços que são estratégicos; uma divisão de atenção à saúde, escritórios locais, que naqueles Estados, como é o caso do Estado do Senador Paim, Rio Grande do Sul, que não têm um distrito ainda. Portanto, é um distrito que abrange cinco Estados ou quatro, dependendo, do interior ou litoral; um serviço de edificação e saneamento em terra indígena, de recursos humanos, de orçamento e finanças e de recursos logísticos. E 62 casas de saúde, que são as casas que dão apoio à população indígena, quando os índios são trazidos da aldeia para um atendimento de média e alta complexidade, pelo Sistema Único de Saúde, coordenado pelos Estados e Municípios.

A competência desses distritos é executar as ações na ponta, nas aldeias, e articular com o Sistema Único de Saúde.

Aqui, uma estrutura que mostra o Ministério, a Sesai, o Distrito Sanitário Especial Indígena, as aldeias, o polo base, que é uma estrutura do distrito, onde as equipes ficam baseadas para ir para as aldeias; a casa de saúde indígena. Nas aldeias, nós tempos as unidades básicas de saúde, que são os postos de saúde, e a referência do SUS. Portanto, uma integração de Sesai, DSEI, SUS. Quando recuperado, o índio volta pra o seu local de moradia, que são as aldeias.

Temos no País, como me referi anteriormente, 34 distritos. Há distritos que abrangem mais de um Estado, como é o caso do litoral sul, cinco Estados; interior sul, quatro Estados; Ianomâmi, dois Estados; e tantos outros. Nós vamos ver daqui a pouco Araguaia.

Esta é a realidade nacional: São 34 DSEIs, quatro escritórios locais, 354 polos base, 62 casais, 751 postos de saúde nas aldeias, 12.184 profissionais – desses, 4.132 agentes indígenas de saúde, e os agentes indígenas de saneamento. Esses agentes, Senador Paim, ainda não estão incluídos na regulamentação dos agentes comunitários de saúde porque eles são contratados pela União, e aqueles da Emenda 51, que foi aprovada aqui também nesta Casa, dizem respeito somente aos agentes comunitários contratados pelos Estados e Municípios. Então, nós precisamos trabalhar, no futuro, com algo que garanta, reconheça a atividade desses trabalhadores, que são fundamentais para as ações na saúde indígena.

Aqui, alguns aspectos da logística, alguns distritos. Nós só temos acesso a algumas aldeias por meio de barco, a outras, somente por via aérea, como é o caso dos Ianomâmis, lá em Roraima e no Estado do Amazonas; Parque Tumucumape, no Amapá; Caiapó; Aldeia Baú; alguns acessos por barco e via aérea, outros terrestre e aérea, terrestre, aérea e barco e alguns também são por via terrestre.

Isso aqui já mostra, para a gente, a complexidade dessa organização e da estrutura para garantir a assistência, porque demanda de nós, do Ministério, essa estruturação, toda uma logística com aquisição de veículos como barcos, motores, aluguel de aviões, de helicóptero, compra de motor de popa, de veículos que, muitas vezes, trafegam, a maioria, por vias terrestres, sem a mínima condição, fazendo com que uma L200, por exemplo, um veículo adquirido 4x4, tenham, basicamente, quase um ano de duração, sem recuperação ao final, em função das condições, como é o caso de Raposa Serra do Sol, onde temos acesso por via terrestre.

São mais de 220 povos, a população está crescendo. Você vê que há um crescimento significativo. O censo vai nos mostrar, neste ano, 817 mil. Desses, 650 mil vivem em aldeias. São mais de 220 povos, que falam mais de 180 línguas. Isso também nos remete para uma especificidade, porque nas nossas equipes, muitas vezes, temos de ter contratado um intérprete, já que a nossa equipe não fala a língua das aldeias. Portanto, é preciso esse trabalhador para assessorar as nossas equipes.

Estão presentes em todos os Estados, no Distrito Federal – tem o Noroeste, aqui, que já mostra isso –, em 438 Municípios, dos quais 11% de médio porte e,

a maioria, pequeno porte, com menos de 20 mil habitantes, dando, também, uma dimensão da parceria com o SUS, onde a referência de média e alta, muitas vezes, não está presente no Município em que a população vive. Temos de buscar uma referência ou de outro Município maior, ou do próprio Estado.

Vivem em 611 terras indígenas, com 64% regularizadas, 18% em estudo, e moram em 4.774 aldeias, ocupando, aí, cerca de 12,6% do território nacional.

Aqui, a distribuição num gráfico, mostrando a concentração na região Norte, com 44%; depois, Centro-Oeste; a Nordeste, em segundo lugar; Sudeste; e a região Sul.

Aqui, o crescimento populacional. A população vem crescendo, hoje, em torno de 4,5% ao ano, enquanto a população, em média, não indígena, 1,7%.

Aqui, a pirâmide. Ela não é diferente da pirâmide etária da população não indígena, com predominância do sexo feminino também.

Aqui, alguns agravos que estão presentes, que exigem um envolvimento de vários órgãos para o seu ataque, para garantir ações efetivas, como, por exemplo, desnutrição: chega, para nós, um caso, mas vem de uma questão, ou da falta de estrutura, de algum hábito alimentar, ausência de alguns nutrientes em algumas regiões.

Eu cito, aqui, como caso, a situação de Dourados, no Mato Grosso do Sul, onde uma população de 12,5 mil vive em 12,5 mil hectares, sem terra, sem água, sem vários elementos para garantir a nutrição dessa população.

Tuberculose, hepatite, leishmaniose...

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Eu não estou vendo diabetes ali e os xavantes têm problemas seriíssimos de diabetes. Eu não estou vendo na relação.

O SR. ANTONIO ALVES DE SOUZA – Ok. Nós colocamos os mais prevalentes, mas sabemos, temos consciência disso, que a diabetes, nos xavantes, já é uma situação que, inclusive, está relacionada com a própria questão da terra, da desnutrição, dos ingredientes, dos...

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Pode até colocar nos dados, é importante colocar como prioridade.

Nesses dias, eu estive com o xavante Jeremias, que é Vereador, inclusive, um líder indígena xavante – por sinal, cunhado do Marcos Terena. Ele esteve no gabinete, todo desfigurado. Esteve, por muito tempo, internado em Brasília e eu falei: "O que foi, Jeremias?" Ele falou: "Diabetes, Senador, diabetes. Nós todos, lá, estamos com problemas seriíssimos de diabetes."

Então, é importante nós termos, nessa relação. Talvez seja um dos problemas mais graves o de diabetes nos povos indígenas, principalmente com relação aos xavantes.

O SR. ANTONIO ALVES DE SOUZA – O que, inclusive, Senador, está relacionado com os próprios hábitos.

Nós temos populações, hoje, como os enáuenês, por exemplo, que vivem na região de Brasnorte, Mato Grosso, que não têm hábito de comer alimentos com sal, nem carboidratos, nem carne vermelha, mas, com a aproximação da civilização, acabaram sendo introduzidos esses hábitos.

Isso também nos remete para uma outra exigência na organização do subsistema e da assistência, que é trazer para os casais aqueles hábito alimentares da população quando eles vêm para as cidades e articular com o SUS para que garanta o hospital, quando da internação alguém. O Jeremias, por exemplo – eu o visitei -, esteve internado no Pronto Norte, um hospital no final da Asa Norte, com um quadro grave. Ele quase teve a perna amputada, mas felizmente não foi preciso. Atualmente, ele está em recuperação. Mas esses hospitais não estão preparados para receber essa população.

Quanto a essa articulação, a Sesai, que tem somente um ano e quatro meses de criação, vem trabalhando e tentando garantir. Isso e o hábito da rede, e não o da cama horizontal, e outros mais.

Obrigado pela lembrança.

Aqui há uma curva da mortalidade infantil. Esses dados estão um pouco desatualizados, ainda estava em 41.94 por mil crianças nascidas vivas, com menos de um ano. Portanto, enquanto o Brasil está com 16 por mil, nós estamos com um índice de mortalidade bastante elevado e em alguns locais chegando a quase 100.

O Ministro Padilha, quando assumiu o Ministério, convocou todo o seu corpo dirigente e realizamos um planejamento estratégico que viemos seguindo. A Sesai apresenta, como o sétimo objetivo desse planejamento, a nossa missão de implementar o sistema de atenção à saúde indígena.

Temos aqui o objetivo estratégico da Sesai, com as onze estratégias de 2011 e continuam este ano, que vão desde a questão de implementação de ações, na ponta, na linha do cuidado, da atenção integral, passando pelo fortalecimento do controle social, que são os conselhos de saúde, as ouvidorias, dentro do subsistema modelo de gestão. Hoje, temos 34 distritos já autônomos. Eles não eram unidades gestoras, portanto, agora, podem fazer seus pregões, solicitações lá na ponta e não mais no nível central.

Aqui temos uma caracterização do DSEI Araguaia, uma dos 34, cuja sede é em São Félix do Araguaia, uma cidade no nordeste de Mato Grosso, divisa com

Tocantins. A população abrangida por esse distrito é de 4.031 índios de cinco etnias, com a predominância dos Karajá Tapirapé, com 2.100 quilômetros quadrados, que estão em três Estados.

Aqui temos uma especificidade do distrito. A nossa autoridade sanitária, que é o chefe do DSEI, tem uma responsabilidade que, muitas vezes, foge da fronteira de um Município ou de um Estado, garantindo a complexidade de um subsistema para dar cobertura a essa população.

No distrito, temos quatro polos base, uma Casai, que fica em Goiânia, para justamente acolher os indígenas. Quando vêm, eles são direcionados para Goiânia ou para a Casai de Brasília, São Paulo ou também para o Mato Grosso, para a Casai de Cuiabá.

Na ponta, as nossas atividades são desenvolvidas por equipe multidisciplinar de saúde indígena composta por médicos, enfermeiras, técnicos em enfermagem, odontólogos, agentes indígenas de saúde e de saneamento ambiental.

Aqui temos o mapa abrangendo Mato Grosso, Goiás e Tocantins, com conjunto de aldeias. São 32 aldeias. E aqui o levantamento de dados que a nossa equipe, tão logo surgiu o evento do suicídio, conseguiu identificar, desde 2006 até 2012, cerca de 18 casos, com um agravamento em 2011 e 2012. Sete casos, no final do ano, e já cinco casos nos dois primeiros meses de 2012.

A maioria desses casos ocorreu por enforcamento. Chamo a atenção para isso. São jovens, mas há pessoas com idade acima de 20 anos, com 34 anos. Mais recentemente, a população mais jovem.

Temos aqui algumas medidas adotadas. Tão logo identificamos o problema, a nossa missão era dar apoio aos distritos na ponta. Temos equipes. Aqui a coordenação do Departamento de Atenção à Saúde Indígena, cuja Diretora está aqui juntamente com a nossa Coordenadora. Elas foram mandadas para lá para fazer o diagnóstico situacional e saber o que está acontecendo, qual a dimensão desse fenômeno, já que o número de casos nos preocupa. Fosse somente uma morte, Senadores, já seria preocupante, porque esses jovens nasceram para viver e não morrer de uma forma tão abrupta e tão violenta como o suicídio.

Algumas medidas adotadas... Levamos pessoas de fora com equipes para garantir uma discussão com a equipe local, envolvendo vários jovens, inclusive o Governo do Estado, o Centro de Assistência Social do Município de Santa Terezinha, o Escritório Regional de Mato Grosso, um conjunto de órgãos que tiveram que ser chamados e que estão trabalhando conjuntamente com a Sesai e o DSEI para garantir essa atenção, uma articulação com a medicina tradicional.

Foi-nos solicitado pela população, pela comunidade, que apoiássemos a ida de três pajés, da etnia Kamaiurá, do Parque Indígena do Xingu, porque havia a hipótese, na cultura deles, que fosse feitiço. Então os pajés foram para lá para fazer um trabalho junto às comunidades, bancado pela Cesae e pelo DSEI.

Nós temos um trabalho permanente naquela região, envolvendo vários órgãos – e é fundamental que haja esse envolvimento e algumas medidas também adotadas, que vou passar rapidamente – e algumas ações de prevenção que foram adotadas. Por exemplo: proibição da venda de bebida alcoólica para indígena na cidade de São Félix, entendendo que o álcool é um dos fatores identificados que podem estar contribuindo para esses suicídios. Ação articulada e mobilizada com o Ministério Público local e a Funai.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Mas isso já é lei e existe o fato. Então nós precisamos ter uma providência mais eficaz, porque vender bebida alcoólica ao índio já é lei, só que não se cumpre. Então, qual é a medida que nós vamos encontrar para resolver esse problema.

O SR. ANTONIO ALVES DE SOUZA – Isso. Daí a necessidade de envolvimento tanto dos Municípios, com seus órgãos de fiscalização, quanto da Funai, do Ministério da Justiça e dos órgãos do próprio Governo dos Estados onde está presente esse fenômeno. E aí as ações que envolvem outros órgãos: educação, esporte, lazer. Uma juventude como é o caso de Mato Grosso do Sul, onde nós temos os jovens que vão para o corte de cana e quando termina esse corte, no caso de lá o álcool, voltam para as aldeias e não têm o que fazer naquele período.

Então, rapidinho aqui. É um fenômeno que precisa ser aprofundado. Nós temos dificuldades, inclusive não bem estudadas nos meios acadêmicos, como a questão do suicídio.

Alguns fatores que estão relacionados, que estão sendo identificados pelas nossas equipes, que são os conflitos familiares, com a questão do corte geracional, a diferença entre os jovens e os anciãos daquela região, muitas vezes em função da educação da própria televisão, que dissocia essa relação dos jovens com os anciãos daquela comunidade. Temos conflitos familiares que também são presentes, que estão sendo estudados, como a questão do casamento, que aqui tem a descrição que vocês podem acompanhar. Vou deixar... Casamento novamente. Tem a questão do luto, fundamental, que cria na aldeia um ambiente que, inclusive, se não trabalhado por equipe com a terapia comunitária e outras ações, pode induzir a outros fenômenos semelhantes, a questão do feitiço,

também levantado pelas comunidades, e a questão das bebidas alcoólicas.

Aqui um diagnóstico que fizemos: organização da atenção integral, com várias ações. Elaboramos um plano de ação emergencial, com várias medidas. Articulação com a medicina tradicional, algumas ações de prevenção, atuação das equipes que estão lá, que precisam ser preparadas, estão sendo preparadas para enfrentamento dessa questão, já que é um fenômeno, e a assessoria do nosso psiquiatra e antropólogo Dr. Adalberto Barreto, que é da Federal do Ceará, tem uma larga experiência em terapia comunitária, que, inclusive, já compareceu, a nosso convite, à aldeia e está aqui uma roda de conversa onde o Adalberto está presente, tentando trabalhar isso junto às comunidades para entender, compreender e ter uma ação coletiva de saúde e comunitária e do Estado para garantir o enfrentamento dessa questão. Felizmente, esse processo está interrompido, mas nós temos que continuar com esse trabalho porque não sabemos a sua profundidade e é necessário esse aprofundamento, para a gente garantir ações mais efetivas e impedir que isso ocorra, e aí exige o envolvimento de vários órgãos.

Obrigado pela oportunidade, Senador Paim. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência deu um tempo maior para o Antonio para que ele fizesse sua apresentação, de cerca de trinta minutos.

Agora vamos para o Cleso Fernandes de Moraes, Coordenador Regional da Funai em Palmas, Tocantins.

Dez minutos, com mais cinco, com a tolerância necessária se preciso for.

O SR. CLESO FERNANDES DE MORAES – Bom dia a todas e a todos.

Quero cumprimentar a Mesa e agradecer pelo apoio dado pelo nosso Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Senador Paim, pela iniciativa também do nosso Senador do Estado de Tocantins, Vicentinho Alves, e cumprimentar também o nosso Presidente, Secretário Especial de Saúde Indígena.

Estou aqui na qualidade de representante do Presidente da Funai justamente por saber que, por uma série de agendamentos, infelizmente, não foi possível ele se fazer presente, mas nós temos prerrogativas, através da Lei nº 7.056, e todas as demandas dentro da sua regional são atribuição do coordenador, como representante do Presidente da Funai naquela localidade.

Meu nome é Cleso Fernandes de Moraes, sou do efetivo da Funai há 26 anos, historiador, iniciei minha vida indigenista nas aldeias, compreendendo o que ocorre internamente e de que maneira isso age externamente a favor delas.

Nós vivemos dois momentos interessantes como servidores, testemunhando dois ciclos diferentes da ação do Estado junto às populações indígenas. Uma, essa da Funai, vamos dizer, dos anos 70, 80 e 90, em que eles não falavam, mas nós é que falávamos sobre eles. Nós é que introduzíamos o que queríamos. Hoje, já vemos uma situação diferente. Os indígenas estão ocupando espaço e estão fazendo valer o que está previsto na Constituição de 88. A partir daí você percebe a ocupação dos indígenas não só nas discussões dentro de um plenário, mas também ocupando espaços dentro da universidade, defendendo seus interesses. Agora, é interessante que haja uma vontade política do Governo brasileiro para que essas ações de fato possam acontecer internamente.

A gente percebe o momento em que os indígenas estão se movimentando, através das representações, que são as organizações indígenas, com as organizações indigenistas, com a Igreja, com o Governo brasileiro, a sua autodeterminação.

E, a partir dessa luta que se inicia, ainda nos anos 80, conhecido como sociedade alternativa, eles se organizam, e quando surge uma organização em Mato Grosso do Sul, por intermédio do Marcos Terena, a UNI, uma das primeiras entidades que surgiram lutando pelos seus interesses, um instrumento legal para discutir junto à sociedade e ao Governo brasileiro aquilo que é de seu interesse.

Passados tempos, muitas coisas ocorreram, porque no período em que eu estava, no início da década de 80, você via quando chegava, vamos dizer, aquela política assistencialista presente, mas você não percebia uma política de Estado que pudesse politizar, que pudesse discutir para poder estar ouvindo os indígenas sobre o que deve ser melhor para eles e para sua comunidade. Mas isso, aos poucos, foi se superando, graças a essa organização.

Passados tempos, vários eventos têm ocorrido, como conferências, e passou, então, à reestruturação da Funai. A reestruturação da Funai acontece por uma circunstância, por necessidade. Não é que os indígenas defendem o fim dela, mas defendem uma mudança clara. E você vê, no momento em que você está lá, na década de 80, em que os indígenas e os servidores da Funai com a sua mão de obra local, sem ser aquela especializada, hoje nós temos... Por intermédio da reestruturação da Funai, hoje nós estamos contando com antropólogos, psicopedagogos, engenheiros, ambientalistas. Então, muito mais precisa ser feito para que nós possamos fortalecer a instituição indigenista de Estado.

Digo a vocês, ao Plenário, que a Funai não tem medido esforço para acompanhar de forma participa-

tiva e compartilhada os entes da Federação, tanto do Estado, quanto do Município ou da sociedade civil que queiram contribuir a favor das populações indígenas. Temos buscado todos os meios para que possamos avançar, e avançar ouvindo-os, o que não ocorria no início da década de 80. Hoje os indígenas estão falando. Hoje eles estão representados.

Um exemplo dessa reestruturação da Funai é que contamos com a CPI, da qual temos até uma pessoa presente aqui, que é o coordenador indígena lá do Estado de Tocantins, Kohalue, um dos membros. Quer dizer, ele está falando e o Estado brasileiro está ouvindo. Então, isso significa que o Estado brasileiro está presente nas discussões com as populações indígenas. Uma situação é você pensar na atuação política da década de 80, que ainda é presente na vida dessas populações indígenas; outra, são essas representações indígenas agindo externamente a favor dela com um modelo político diferente, um modelo político que possa discutir com ele qual a política pública que pode estar presente na vida dessas pessoas.

Entendo também que os indígenas não estão partidos ao meio. Os indígenas estão somados a quase dezesseis Ministérios, se não for meu engano. Em 2011, nós tínhamos à disposição deles mais de R$1 bilhão, a favor dessas populações indígenas.

Agora, discutir para que nós possamos garantir a capacidade operacional para que essas políticas públicas possam chegar às populações indígenas, sim, é necessário.

A Funai realizou um concurso público recentemente, que é o que eu falei, do nosso efetivo. Eu fiquei da década de 80 até, mais ou menos, agora, 2009, sem conviver com um antropólogo, sem conviver com um engenheiro ambiental, sem conviver com essas figuras que são importantes, com esses instrumentos que são importantes para as populações indígenas, como nós estamos vivendo agora. Só dentro da nossa regional hoje nós temos um efetivo de 21 servidores que entraram no concurso público dentro dessas diversas áreas.

Estamos discutindo conjuntamente, fazendo o entrelaçamento, discussão política multidisciplinar, que abrange todas essas áreas que eu vou poder apresentar para os senhores, que é necessário, e junto com as representações indígenas, com os indígenas participando.

Então, eu vou fazer aqui uma pequena explanação.

Vou falar especificamente da nossa Coordenação Regional de Palmas. Hoje, ela tem 18 CTLs, localizadas em cinco Estados brasileiros. Ela atende cerca de 15 mil indígenas, localizados em 28 terras indígenas, sendo 21 regularizadas, três já declaradas e quatro em estudo.

Nós trabalhamos com indígenas dos Timbiras, que é Maranhão, trabalhamos com parte dos Tupis, em Mato Grosso, trabalhamos com Maxacalis, em Mato Grosso, trabalhamos com Krenás, que é em Mato Grosso, trabalhamos com Krenak, em Mato Grosso, trabalhamos em Tocantins com todos os grupos e em Goiás também com todos os grupos.

Aí a localização da nossa Coordenação Regional. Ela se localiza entra a macrobacia Araguaia-Tocantins, parte do cerrado, ela fica entre o cerrado e a floresta amazônica.

Vocês podem ver aí a Ilha do Bananal, podem ver a região do Mato Grosso...

Pode tocar pra frente.

Próximo.

Aí são as nossas coordenações técnicas locais e os grupos indígenas com que nós trabalhamos.

Pode tocar. Pode tocar.

São as terras indígenas, as CTLs. Têm aí Santa Maria das Barreiras, Araguaína, Goiás Velho, Miracema, Tocantínia, Itacajá.

Pode tocar.

Aí é parte da estrutura da nossa regional de Palmas. Temos o Segate, que é o Serviço de Gestão Ambiental e Territorial, que tem como atribuição trabalhar com estes dois núcleos: NAP – Núcleo de Articulação de Projetos, e o Núcleo de Proteção e Promoção dos Direitos Sociais. Eles estão interligados, para que possamos, juntos, trabalhar e entender melhor o que ocorre na terra indígena, nos Karajás.

Pode tocar.

É o Serviço de Gestão Ambiental e Territorial, como acabei de informar aos senhores.

Pode passar.

Aí estão as atribuições dos serviços de monitoramento:

– Executar as ações de monitoramento, vigilância, prevenção de ilícitos e fiscalização nas terras indígenas, sob a coordenação da CGMT. Nessa questão de fiscalização, eu acho que é interessante a gente falar de prevenção como um todo, porque a fiscalização visa à proteção territorial. Isso é importante.

– Articular, de forma compartilhada, pois sabemos que é dever do Estado trabalhar a proteção territorial, mas, se não houver a participação efetiva das comunidades indígenas em proteger o seu território, não conseguimos um trabalho eficaz. Para se ter uma ideia, no ano de 2009, se não é meu engano, foram investidos mais de um milhão em fiscalização, sem falar em 1994, quando eu trabalhei na Ilha do Bananal, na desocupação da ilha. Eram práticas ilícitas que ocorrem

normalmente, com pescadores, caça, pesca, entrada de gado e também pessoas presentes. Tudo isso são elementos que trabalhamos de 1994 a 1997 em sua desocupação. Infelizmente, ela retornou. E nós precisamos trabalhar com uma política pública mais eficaz para garantir, então, a proteção territorial das populações indígenas que ali habitam. Então, articular parcerias com instituições municipais, estaduais, federais e não governamentais na área sob sua jurisdição. É o que estamos fazendo. Nós estamos mantendo contato e fazendo um grupo de trabalho interinstitucional no Estado de Tocantins, inclusive com participação da Secretaria da Cidadania e Justiça, com universidades, com Sesai, com Previfogo, com Ibama, discutindo de que maneira podemos trabalhar a questão da proteção territorial e a questão da saúde também.

– Executar ações necessárias ao cumprimento do componente indígena do licenciamento ambiental e de controle dos danos ambientais nas terras indígenas e seu entorno, sob a coordenação da Cggam. Esse também é outro elemento importante. Muitas vezes, os empreendedores e, às vezes, a força política agem sem ter que necessariamente contar, como a Funai, integrante desse grupo de trabalho, que faz licitações... Já chegam ao momento de executar obras, sem ter que obedecer às legislações indigenistas, o que é prerrogativa da Funai. Temos vários exemplos de empreendedores que chegam à região e já chegam para fazer. Eles não chegam para poder somar. Acaba a Funai sendo um órgão de empecilho, um órgão que desarticula, um órgão que é isso e aquilo. Na realidade, queremos é integrar e ver de que maneira podemos trabalhar, revertendo isso a favor das populações indígenas, com relação a essa frente expansionista que está se intensificando na região central do Brasil.

Pode seguir.

Aí estão as demandas ambientais e territoriais:

– Atividades ilícitas: caçadores, pescadores, madeireiros, coletores. Isso é uma situação muito séria, não só enfrentada pelos Inans, mas também pelos outros povos indígenas de nossa região, com a pressão que os indígenas sofrem por parte dos empreendedores, pelo fluxo de pessoas oriundas de várias regiões do País para esta região. O Poder Público local não tem estrutura para receber essas pessoas e acaba acontecendo esse tipo de práticas ilícitas em terras indígenas.

– Permanência de não índios em terras indígenas ainda existe também dentro da nossa regional.

– Construção de barragens ainda existe.

– Impactos ambientais.

– Pressões no entorno.

– Queimadas. Nós estamos fazendo um trabalho excelente junto com Previfogo, Ibama, Cipama, os órgãos ambientais do Estado do Tocantins e, o mais interessante, com participação de indígenas.

– Rodovias federais, estaduais e estradas. Também, dentro do Estado, Senador Vicentinho Alves, nós somos integrantes do PDRS – Programa Regional de Infraestrutura Sustentável, na região.

– Turismo.

– Sobreposição, que é junto com o Parna.

– Acordo de pesca.

– Demanda por energia.

– Acesso ao Pronaf – emissão das DAPs para que os indígenas possam buscar recursos para trazer melhoria, vida boa para seu próprio povo.

Pode passar.

Isso aqui são os trabalhos que realizamos atualmente na terra indígena Karajá/Ilha do Bananal.

– Planos de trabalho referente às ações de fiscalização e diagnóstico da terra indígena Parque do Araguaia, junto com os Karajás, os Javaé e o Parna.

– Notas técnicas referentes à minuta do TAC, que é outro que também está funcionando, junto com ICMBio e povo Javaé.

– Audiências do Ministério Público: estradas – recentemente, falaram numa Transbananal, uma estrada que corta a Ilha do Bananal. O que mais sinto, pelo Poder Público, pela força política, é que você consegue ver estampados no jornal que vai ser construída a Transbananal e que um grande comício foi feito, mas nenhum indígena foi citado dentro desse jornal. São situações em que você percebe um sistema tentando superar essas questões. A mídia não consegue divulgar que ali está presente um nativo. O desrespeito de que quero falar aqui publicamente. É uma iniciativa que se tem dentro de terra indígena, mas, quando vai se discutir algo que envolve interesse das populações indígenas, não consegue colocar... Às vezes, cumprimenta, conversa, põe de lado, mas, na imprensa, não aparece que tinha ali um indígena presente também a essas questões. É tanto que estamos agora intensificando uma série de discussões sobre a situação. Por sinal, amanhã, dia 16, vai acontecer, em Formoso do Araguaia, uma reunião entre os Karajá e os Javaés discutindo essa questão, que foi feita sem que ninguém soubesse. Nem eu sabia. Nós não sabíamos.

– Acompanhamento técnico: atividades de fiscalização, como eu falei.

– Atividades de elaboração de estudos ambientais referentes à implementação de rede elétrica da terra indígena do Araguaia. Tivemos uma grande dificuldade junto ao Comitê Luz para Todos. Tivemos que ter uma série de reuniões. Conversamos muito. Através do estudo ambiental, conseguimos fazer chegar energia à Aldeia Santa Isabel, o que é também considerada uma

agravante diante desse fenômeno que está acontecendo, ou seja, se não houver uma participação conjunta, se não estiverem os entes da Federação unidos para discutir conjuntamente com os indígenas o que está vindo e de que maneira podemos estar vendo isso em nossa frente, é uma situação... Então, é atribuição dos corresponsáveis não só como instituição indigenista, não só como Funai, mas o Governo Federal é responsável por isso, o Governo do Estado é responsável por isso e o Município também.

– Formação de instrutores indígenas em curso promovido pelo ICMBio. O povo da terra indígena Krahô foi o primeiro que recebeu um curso de formação do Previfogo, na terra indígena Krahô. A gente quer expandir aos outros povos indígenas também. No ano passado, já teve participação indígena no combate ao fogo. E enfrentei resistência, porque as pessoas falavam: "Não, é o Estado". Só reuniam com o Estado. Eu falei: "Não temos condição de poder apagar o fogo sem a participação dos indígenas, porque eles têm o trajeto, eles têm para onde ir, eles têm os locais sagrados, eles têm isso, têm aquilo". Então, vamos ter de conversar junto com eles.

Pode passar.

Conseguimos fazer esse trabalho participativo, que ainda está se iniciando, mas já se iniciou.

Atividades específicas do povo Karajá.

– Diagnóstico de pontos vulneráveis na terra indígena Karajá.

– Reuniões sobre gestão compartilhada das terras indígenas no Inãwebohonã.

– Avaliação dos empreendimentos e da situação dos licenciamentos ambientais no entorno da Ilha do Bananal.

– Aquisição de motor de polpa e caminhonete para CTL – nós também já fizemos isso aí, já fizemos uma licitação. A nossa região foi a que mais comprou veículos. Nós compramos 17 veículos, para dar o apoio mínimo e necessário, para que possamos avançar nas políticas públicas junto às populações indígenas.

– Intercâmbio dos representantes do Comitê Regional, que é outra coisa importante.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Um minuto para concluir, meu amigo.

O SR. CLESO FERNANDES – Um momentinho, Sua Excelência.

Os indígenas estão saindo de suas aldeias e estão discutindo as políticas públicas, de que maneira esse recurso pode chegar às aldeias. Não sou eu levando as políticas públicas, mas discutindo junto com eles de que maneira devemos levar essas políticas públicas.

Então, o que a gente tem para comentar é isso.

Para encerrar, o que eu quero dizer aos senhores é que, havendo vontade política do Estado, nós continuamos a fortalecer a nossa instituição, porque ela teve um contrato de quase 700 servidores e podemos avançar muito mais, se houver vontade política.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Cleso Fernandes, que falou pela Funai.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – De imediato, passo a palavra para o nosso Senador Vicentinho Alves, que propôs este evento. Em seguida, vai falar o Professor da Cátedra Indígena Internacional, Marcos Terena.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Presidente Paim e eminente Cleso, quando eu falei do Presidente da Funai, foi porque, no Senado Federal, tratamos assunto de País. Claro, com todo respeito por V. Sª, que é do meu Estado, estamos aqui para discutir um assunto que não se refere apenas aos Karajás, mas, sim, a todo o povo indígena brasileiro. Portanto, era importante a presença dele, como também deverá ser importante na sessão solene que teremos aqui, no Congresso Nacional, que já requeremos, e como será importante outra audiência pública que vamos ter aqui para tratar da participação dos povos indígenas no Rio+20. Não desmerecendo a pessoa de V. Sª, mas há a importância da presença do presidente de uma entidade, assim como o Dr. Antonio Alves sempre está presente como Secretário de Saúde Indígena. Esse é o primeiro ponto.

Segundo ponto. Parece até que está tudo bem nas aldeias. Parece até que não há mortes por suicídio, porque não tratamos desse assunto. Não ouvimos da Funai esse tema. O tema aqui é morte por suicídio dos nossos jovens. Precisamos rever isso.

Muito bem. Cuidar das terras indígenas. Quem mais quer proteger as terras deles são eles mesmos. O que precisamos é complementar. A participação deles em qualquer discussão é um direito líquido e certo. Inclusive o Samuel está ali – ficou escondidinho. Meus cumprimentos, pois eu não o cumprimentei antes. Chegue mais para frente aqui. Fique à vontade. Fique do lado do Iraro. Então, Cleso, por exemplo, quando você fala da questão da travessia do Bananal, lá, estavam, sim, presentes os índios e eu estava como convidado. Inclusive, o Iwraru fez uma excelente explanação e um excelente discurso – e favorável. Dos oradores que eu ouvi lá que estavam presentes, 100% eram favoráveis. Eu estarei na cidade do Formoso do Araguaia num encontro com os nossos índios exatamente para discutir isso. O que, às vezes, falta por parte da Funai é

o diálogo, inclusive com quem se propõe a contribuir e colaborar com os povos indígenas, como eu, um Senador que está aqui para isso. A Funai não tem esse tipo de diálogo, inclusive a Funai do nosso Estado. Eu estarei sexta-feira, à noite, em Formoso do Araguaia, para discutir. Uma estrada só poderá ocorrer de forma a atender à questão socioambiental e à vontade dos povos indígenas. Claro que não há governo que vá fazer contrariando a vontade dos povos indígenas e a questão socioambiental. Isso é mais que elementar e natural.

Portanto, eu gostaria de ouvir – e quero ouvir – o que a Funai tem a dizer para resolvermos as mortes dos nossos jovens. Qual é a solução? Qual é o encaminhamento? Já ouvimos uma explicação sobre a saúde por parte do Antonio. Nós precisamos, efetivamente, encontrar uma solução para isso, com uma explanação sobre como funciona. Basta acessar o *site* e isso está resolvido. Nós precisamos de solução para o problema e estamos aqui para isso.

Portanto, eu quero dizer, Senador Paim, que eu continuo com a mesma impressão do desentrosamento entre a Funai e, agora, a Secretaria de Saúde Indígena. Quem vai dizer isto são os índios: se eles estão muito bem contemplados, até para tirar essa dúvida minha, porque, às vezes, eu estou errado. Às vezes, a minha impressão não é a correta, e eu tenho a grandeza de curvar-me, se a minha impressão não for a correta. Às vezes, a minha impressão ainda é uma impressão antiga. Às vezes, está tudo bem lá na aldeia; a Funai está muito bem entrosada, assim como a Secretaria de Saúde; os dois entes federados estão chegando e atendendo vocês muito bem. Eu quero ouvi-los. Se assim for, eu quero pedir inclusive desculpas, de público, porque está tudo resolvido. Até as mortes não devem ter ocorrido por problema da Funai, por problema da Secretaria de Saúde Indígena. Deve ser, então, um problema dos índios, porque parece que está tudo normal.

Nós viemos aqui para discutir, efetivamente, o que temos, para propor, como Funai, como Secretaria de Saúde Indígena, uma solução para esse problema. É isso que nós queremos colocar.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Todos terão oportunidade de falar mais uma vez.

Vamos, agora, passar a palavra ao professor da Cátedra Indígena Internacional, Professor Marcos Terena.

Por favor, professor.

O SR. MARCOS TERENA – Bom dia a todos.

Quero agradecer o convite do Presidente da Comissão, Senador Paulo Paim, nosso velho companheiro de luta pela igualdade racial. Agradeço também ao Senador Vicentinho, que conheci mais de perto agora, apesar de sermos colegas – ele é comandante de avião e eu também sou piloto da Funai, como vocês sabem –; ao Cleso, pela exposição, e ao Dr. Antonio, pela oportunidade de compartilhar essa manhã.

Eu sempre considero de suma importância esses diálogos. São diálogos francos, que buscam trazer alguma linha de ação. Solução não é fácil, mas a linha de ação e de compromissos deve ser assumida aqui após essas apresentações, porque nós estamos aqui no Senado Federal. Não podemos nos esquecer disso. Aqui é local onde ficam as pessoas que, na Roma Antiga, eram chamadas de anciãos. Agora, não é mais ancião, não é, Paim?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não tem problema. Idade sempre é bom.

O SR. MARCOS TERENA – Eles eram os grandes pensadores, os conselheiros do sistema de governo, o Senado. Oxalá um dia nós, indígenas – Iwraru, Samuel e Kohalue, que são velhos companheiros também –, possamos ter também aqui um senador indígena. Vamos trabalhar para isso. Por esse motivo, eu sempre procuro conversar com os Senadores desta Casa. Em relação à reforma política, eu conversei, na semana passada, com o Senador Fernando Collor de Mello, que se dispôs inclusive a agregar – eu também sugiro isso aos dois amigos Senadores – um item que contemple um assento cativo no Senado Federal para as primeiras nações do Brasil. Seria inédito, seria desafiador. *(Palmas.)*

Eu queria também agradecer a presença do Iwraru, Vereador, líder indígena da Ilha do Bananal, e também do Kohalue, que é advogado. Já passou na OAB ou ainda não?

O SR. KOHALUE KARAJÁ – Ainda não.

O SR. MARCOS TERENA – Ainda não. Kohalue é Coordenador de Assuntos Indígenas do Tocantins. Agradeço também ao Samuel Karajá, esse jovem de camisa verde, que foi ator de cinema. Ele fica acanhado porque está com medo de as fãs pedirem autógrafo para ele. Samuel atuou naquele filme do Hector Babenco chamado "Brincando nos Campos do Senhor". Então, a gente não pode se esquecer de referenciar cada um desses indígenas, como disse o Cleso, que está buscando a livre determinação, a autodeterminação.

Por isso, quando a gente conversou sobre a realização de uma sessão para discutir a questão do suicídio... Agora, de manhã, eu deveria estar em Campo Grande, no Mato Grosso do Sul, reunido com os Terena para falar sobre a Rio+20, mas eu transferi esse compromisso para amanhã, quando eu também visitarei a comunidade de Dourados e vou reunir-me com a juventude universitária – são os indígenas pensadores

do novo milênio. Eu sempre chamo esse pessoal com essa expectativa.

Eu queria registrar que sou funcionário da Funai. Não estou representando a Funai e nunca a representei. Não sou assessor do Presidente e não tenho nenhuma função no Governo. Eu sou livre como indígena, mas sou piloto de avião também. Eu voei por todas essas terras indígenas. Conheci essas terras indígenas, vamos dizer, virgens, mas, hoje, não sei como estão diante dos avanços.

Eu considero que a questão do suicídio não é uma questão policial, mas uma questão social, uma questão emblemática que tem a ver também com a saúde do povo, com a saúde, como disse o Dr. Antonio, psicológica, psiquiátrica do encontro entre uma civilização e outra. Não podemos deixar de lado...

Lá no Mato Grosso do Sul há pessoas que nós chamamos de bolicho, bolicheiro. É aquele vendedor que pega o cartão do indiozinho aposentado e vende fiado para ele. Vocês sabem o que é comprar fiado? Comprar a crédito, como nós chamamos aqui na cidade. No final, aquele cartão passa a ser uma propriedade do bolicheiro. Então, a questão suicídio não pode ser tratada como uma questão apenas sensacionalista. É triste!

Eu conheci os irmãos Karajá nos anos 80, em 1977 – muitos aqui ainda não tinham nascido. Eram índios altos, remadores, nadadores. Inclusive com o trabalho dos jogos dos povos indígenas, nós levamos alguns desses Karajá para correr a São Silvestre: o Anahua Karajá, que não sei se ainda está vivo, e também o Idiahina, que correu a São Silvestre. É claro que não chegaram em primeiro lugar. Como iriam fazer isso apenas porque são altos? Tem que haver uma preparação. Aí voltamos a falar da questão da saúde, do esporte, do lazer. Eu queria deixar essa mensagem para refletirmos sobre a busca de uma solução que seja de longo prazo.

Eu estou fazendo um trabalho sobre a participação dos povos indígenas no mundo todo na Conferência Rio+20. Eu faço parte da comissão nacional do Governo e tenho tido a oportunidade de falar para as autoridades do próprio Governo brasileiro o que significa aquilo que os bolivianos chamam de qualidade de vida, aquilo que os andinos chamam de bem viver. Eu conheço a realidade dos bolivianos, dos equatorianos, dos peruanos e posso garantir para todos nós, com orgulho, que a qualidade de vida de que eles falam é teórica, mas o bem viver com que eles também sonham é possível encontrar nas aldeias dos índios no Brasil.

Antes de a civilização chegar não havia pobreza, não havia riqueza. Eu peguei esse tempo, quando eu era criança, lá na minha aldeia em Taunay – "toné", como se diz em francês. Lá não tinha fome por quê? Porque tinha um peixinho para comer. O índio sabe onde tem o peixe, onde tem o remédio para curar um ferimento. Isso é educativo também, é uma questão educacional. E onde esse índio aprende isso? Com a mulher indígena.

Eu creio – digo isto aos dois dirigentes institucionais – que não podemos deixar de ouvir, para esse processo da questão do suicídio, a sabedoria da mulher nas aldeias. São elas que ensinam a língua, são elas que ensinam o conhecimento. Aparentemente, é o homem que ensina. Não! O homem aprende com a mulher, porque é ela que pega a criança, canta uma canção. Muitas canções indígenas são aprendidas com as mulheres quando nós somos crianças. Se não forem elas, quebra-se o elo.

Outra parte importante que, muitas vezes, é fácil transformar em religião é aquela que o Iwraru cantou aqui: é a parte espiritual dos povos indígenas.

Eu faço parte da Cátedra Indígena, como está escrito aqui, e ressalto que é mais difícil falar sobre os chamados conhecimentos tradicionais e sobre espiritualidade com o índio doutor, o índio médico, o índio advogado, porque eles não acreditam mais; eles não querem aceitar mais os valores ancestrais. Aqui no Brasil, ainda levamos em conta isso.

Por exemplo, esse processo de consulta de que o Cleso fala eu debati, apesar de não ser advogado, pois ajudei a escrever a Declaração da ONU sobre Direitos Indígenas durante 22 anos. Por causa de uma palavra em inglês, por causa de uma letra "s", demorou 20 anos para ser aprovada essa declaração. Vejam como é importante o papel do advogado indígena não só como advogado, mas também como articulador dos seus conhecimentos tradicionais. É importante não esquecer isso. A palavra *people* em inglês tem um significado e *peoples* tem outro significado: uma quer dizer população e outra quer dizer povos, e nós queríamos ser povos. Nós queríamos a palavra "povos" garantida e não mais tribo, não mais etnia, mas povos. E o Brasil, o Governo brasileiro aceitou esse desafio de bancar esta ideia: povos indígenas. Então, nós temos que enaltecer o trabalho do Itamaraty, dos embaixadores, do Governo brasileiro, porque nós estabelecemos uma relação com eles na construção desse processo da dignidade indígena.

Precisamos juntar essa parte espiritual com a cultura também. Quando aquele pajé Kaiowá, que vê os seus jovens se suicidando, toca aquela maraca ou maracá, ele está conversando com os espíritos. Ele não está só fazendo uma encenação televisiva. Ele está conversando, agradecendo e cuidando daquele

espírito. É uma tradição muito profunda que nem pastor nem padre conseguem decifrar, porque é o espiritual.

Os Karajá tinham um pajé muito forte que já faleceu: era o Maluaré. O Maluaré chegava, conversava com a gente, ficava quieto, não falava nada. Você conheceu o Maluaré? Ele ficava quieto, não falava nada. Eu perguntei: "O pajé não fala nada?" Ele falou: "Não. Eu estou pensando". Há outro grande pajé, que falou que levou o pajé para falar com os Karajá, chamado Takumã, o grande Takumã. Ele não fala nada, ele só fica rindo. Sábio. Às vezes, o sistema governamental o menospreza, porque ele não fala nada. Mas a força desses homens e dessas mulheres, também, pajés pode ajudar a reconstruir a dignidade dos povos indígenas no cenário que chamamos de relação intercultural.

Eu vi uma discussão nesse final de semana que a Funai promoveu, e uma das questões era saber se, quando a Sesai chamar um pajé, vai-se contratar o pajé como funcionário da Sesai. Vejam a armadilha que se utiliza! O sistema precisa do pajé, mas o sistema diz que precisa contratá-lo como seu funcionário. Então, nós temos que tomar muito cuidado com aquilo que parece livre determinação.

Ontem, recebemos a notícia de que os índios Munduruku fizeram uma negociação de milhões de dólares para vender as terras indígenas. E todos perguntaram: "Nossa! Vender as terras indígenas? Não pode". Não, vender o ar da terra indígena. É o desafio da Rio+20, viu, Kohalue? "Qual é o direito que nós temos de vender o ar?" É assim que o pajé fala. "Qual é o direito que nós temos de vender o ar das nossas terras?" Nós estamos aqui respirando. Já pensou se tivermos que pagar esse ar? Pode ser que o Senado tenha que pagar o ar-condicionado, mas não o ar que o Criador deu para nós. Então, nós, como indígenas brasileiros tradicionais, não podemos cair nessas armadilhas de transformar o ar das terras indígenas em dólares. Não! Isso não é ética indígena. Mas recebemos essa notícia dos irmãos Munduruku, lá no Acre também. O mais incrível é que muitas das chamadas organizações indígenas são parte dessa negociata e estão fazendo a ponte para chegar até as aldeias e convencer os caciques de que é uma boa saída.

Quando voltamos à questão do suicídio, temos que prestar muita atenção. Primeiramente, para terminar a minha abordagem, nós não podemos permitir isso. No sistema de saúde e no sistema de aviação também, nós temos um negócio chamado prevenção. Por exemplo, o índio é alegre. Há um filme da Letícia Sabatella que está passando agora com mais veemência e fala de um índio Krahô, que é o palhaço da aldeia. Na nossa casa, quando temos irmãos, tem um irmão que é mais brincalhão, o palhaço da família, e tem outro que é mais sério. É assim. Mas, às vezes, esquecemos que um dos fatores de equilíbrio da qualidade de vida é o lazer, é a alegria.

Nós temos que recuperar esses valores para que os povos indígenas sintam firmeza na relação com o homem branco. Nós não sentimos firmeza na relação com o homem branco. Nós temos alguns exemplos aqui. Eu confio no Paim, no Vicentinho, mas há outros Senadores em que nós não confiamos, e provavelmente também eles não confiem em nós.

Eu queria terminar essa história porque nós estamos também falando que a autoestima, o direito à terra, à territorialidade não garante exclusivamente aquilo que se chama de ser rico. Eu conheço índios do Canadá, por exemplo, que são ricos do ponto de vista monetário, mas os jovens são suicidas, porque perderam a perspectiva de viver, a perspectiva de vida. Então, nós precisamos ver o que está acontecendo.

Nós temos o rio Araguaia. O rio Araguaia é o retrato... O índio Karajá olha para o rio Araguaia e começa a cantar, remando – eu já vi isso lá. Remando, ele começa a cantar. O homem branco olha o rio Araguaia e fala: "Puxa vida, acho que vou construir uma hidrelétrica aqui para gerar luz elétrica". O Cleso falou que chegou à aldeia luz elétrica. É por aí? E os valores da autoestima indígena?

Então, para todos vocês, senhoras e senhores, a minha análise é uma análise pé no chão. Eu conheço as duas civilizações e conheço muito. Conheço mais de trinta países chamados ricos, países que se sentem soberanos. Por isso, eu sei o significado do que é ser livre, livre e determinado.

Eu tenho orgulho de ser brasileiro, porque aqui nós temos o ar que ainda não está sendo cobrado; nós temos a água doce, salgada, mineral; temos peixe de todo jeito, pegando a Ilha do Bananal, pegando o Estado do Tocantins; nós temos a biodiversidade do Cerrado e remédio para tudo quanto é doença do futuro, outro desafio da Sesai: pesquisa científica com os pajés, os sábios indígenas.

E, finalmente, a única coisa que eu creio que ainda falta nessa perspectiva de futuro – aqui temos o Iwraru, que é Vereador, é um agente político – é exatamente o direito de exercitarmos essa dignidade, esses valores que tanto são falados na relação com o Governo Federal.

A SEPPIR, que eu ajudei a criar – Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial –, é dirigida por um negro; no caso, a Srª Luiza, uma mulher negra. Tente colocar lá um antropólogo branco. Tente! Tente acabar com a SEPPIR. Na Secretaria da Mulher, tente colocar um homem para ser Secretário da Mulher. Tente! As mulheres que estão

aqui não vão gostar. A Funai é uma fundação que nós queremos que seja transformada em Secretaria com *status* de Ministério. O sistema estatal, governamental não compreende isso; ele ainda não amadureceu para isso. Agora, consultam os índios para aprovarem isso ou aquilo do ponto de vista do desenvolvimento; chamam os índios para ficarem nos hotéis em Brasília e perguntam para o índio: "O que você acha disso?" Mas já vem tudo pronto, tudo mastigado. Não é assim que se exercita a livre determinação.

Eu creio que a questão do suicídio é um desafio diante do tradicional e da modernidade. Os doutores, os antropólogos... O Cleso falou que a Funai contratou muitos funcionários novos, mas eles não estão aqui. O Cleso, no esforço dele, está dizendo: "Eu faço isso, corro aqui, corro ali, reclamo daqui, reclamo dali", mas o poder dele é restrito. Ele mostrou ali até onde vai o poder dele. Então, a quem cabe esse poder para debater com o sistema de governo, com o Senado Federal? Não por sermos vítimas, mas por termos dignidade e nobreza. O Karajá é nobre; o Javaé é nobre; o Terena, índio cavaleiro, é nobre; os Kamayurá são nobres; os Kaygang do Rio Grande são nobres. Não podemos ser tratados como pobres. Eu falei isso na ONU outro dia. Nós não somos pobres. O pobre está na periferia de Brasília; o pobre está na periferia de Palmas. Esses são pobres porque não têm onde morar, não têm o que comer. O índio não é pobre, o índio é digno. *(Palmas.)*

Então é preciso que as instituições se lembrem sempre disso quando conversarem com os povos indígenas. E nós também vamos tratar as instituições com a mesma moeda: com dignidade, com respeito e acreditando que o Brasil de 1500 precisa ser retomado na sua soberania inter-racial.

O Dr. Antonio mostrou que o Brasil fala 180 línguas. Qual país fala 180 línguas? Qual país tem 240, 230, 220 povos indígenas? Qual país tem isso? E nós vamos ser vítimas do suicídio? Não havia prevenção, mas agora o sistema estatal tem que acender a luz vermelha ou, no mínimo, a amarela para que não haja uma catástrofe social inadmissível para a modernidade.

Então eu agradeço essa oportunidade de poder conversar, dialogar com os senhores e com as senhoras aqui na Comissão de Direitos Humanos e agradeço também a oportunidade de atenção dos irmãos Karajá, que estão aqui.

Juntos nós vamos construir essa juventude doutora. Muitos jovens estão na universidade, e muitos jovens saíram das universidades e estão desempregados nas aldeias. Então qual é a saída? O índio entra na universidade, faz todos os cursos, mas, na hora de trabalhar, não consegue emprego.

Então são grandes os desafios. E a Funai precisa compreender. A Funai precisa compreender também que o tempo do paternalismo passou. O índio sempre soube o que quis. O problema é que o homem branco falava por ele. Hoje o homem branco pode falar por ele, mas a voz indígena agora tem peso. E nós vamos provar isso na Rio+20, mostrando o que é economia verde, o que é erradicação da pobreza, o que é qualidade de vida, o que é bem viver. Nós vamos juntar mais de mil indígenas na Rio+20. Para isso, inclusive, estamos buscando o apoio da Funasa, do Ministério da Cultura, do Ministério do Esporte e certamente vamos ter o apoio da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Prof. Marcos Terena. O senhor deu uma aula não só para nós aqui, mas para todos aqueles que estão assistindo, neste momento, à TV Senado.

Olha, Marcos, a sua fala aqui, tenho certeza, foi uma aula belíssima para muita gente que talvez possa tê-lo visto falar lá fora, mas não o viram falar com essa tranquilidade para todo o Brasil neste momento, com a sabedoria dos povos indígenas. E eu acho que duas palavras que você disse foram direto na questão da morte dos nossos queridos jovens: a questão da prevenção e da expectativa de vida. Qual é a expectativa que têm esses jovens, que veem o seu povo abandonado, massacrado e ninguém responde?

Para mim foi muito bom ouvi-lo. Tenho certeza de que todos os que o ouviram neste momento nas suas casas bateram palmas para você. Permita que eu bata palma mais uma vez. *(Palmas.)*

Espero que a Presidenta Dilma tenha ouvido essa sua fala aqui, pois esta audiência está sendo transmitida ao vivo para todo o Brasil. Com a linha que você aponta eu concordo. Por que nós temos o ministério do negro, ajudei na sua formulação, na montagem – chama-se Ministério da Igualdade Racial, mas todo mundo sabe que é o ministério do negro –, temos o ministério das mulheres, mas não podemos ter uma secretaria com *status* de ministério dos povos indígenas? Não vou me meter nisso, porque senão eu me incomodo e sobra para mim. Mas, entre os ministeriáveis, digo que o Prof. Marcos Terena poderia ser o nosso Ministro. Digo entre eles, porque quem vai decidir são os povos indígenas naturalmente. Vocês mesmos diriam isso, se eu desse a oportunidade, que eu não estou dando a vocês a chance de decidir.

Muito bom.

Meus cumprimentos, Marcos. Acho que ficou um pouco de emoção na sala até, com a sua fala tranquila, sem levantar o tom de voz. Falou com a maior

tranquilidade e disse: “Nos aguardem na Rio+20. Vocês vão ouvir muito mais sobre o nosso trabalho”. Eu fiquei feliz. A sua fala aqui já foi um presente para nós que defendemos os direitos humanos. Tenho certeza de que todos aqui vão ajudar.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Presidente, quero falar só um pouquinho sobre o Marcos.

O Marcos é aviador como eu. Nós nos conhecemos há mais de trinta anos voando.

Tive um acidente na Amazônia e os índios caiapós nos resgataram. Até hoje tenho por eles um apreço incondicional. Além do recurso que destinamos à Secretaria de Saúde Indígena, também destinamos dois veículos: um para a aldeia Cricretum e outro para a aldeia Bororo, do Cacique Bororo. E a cada ano eu quero também destinar alguns benefícios para as demais aldeias. Este ano, inclusive, nós vamos destinar para algumas aldeias do Estado como uma forma de gratidão, de agradecimento. Já coloquei recurso no ano passado para lá, para os Kayapó.

O que eu quero registrar aqui é a liderança do Marcos Terena, além do conhecimento, da tranquilidade que é peculiar aos sábios – quem domina o assunto fala com equilíbrio, de forma suave e parece que entra melhor nos nossos ouvidos, nos de todos os que estão ouvindo, assistindo.

Estivemos com os povos indígenas, Presidente, e o senhor precisava ver a liderança. Os nossos Karajá e os Apinajé são os mais belos povos quando vão às festividades, aos encontros. O Antonio estava lá. O Marcos ali estava demonstrando uma liderança segura perante os povos indígenas do nosso País. Inclusive, tínhamos representantes lá do Estado do Senador Paim, os Kaingang. Foi uma semana de festividades, de confraternização, de muito entrosamento entre várias etnias já citadas ali. Dentre as 180, tinha várias. Se não me engano, tinha quase cinquenta etnias. Aliás, eram 38 etnias. O Ministro Aldo ficou encantado. Foi uma coisa bacana.

Eu sempre digo que, se um dia eu tiver oportunidade de participar de uma audiência com a Presidenta Dilma, em quem votei e a quem apoiei e apoio integralmente no Senado Federal com muito prazer, direi a ela desse modelo, que é para somar, para melhorar, para avançarmos na questão dos povos indígenas, no sentido de melhorar cada vez mais o atendimento, a presença do Governo Federal. Direi a ela que, nessa secretaria com *status* de ministério, nós queremos ver um líder indígena à frente. Para mim, o melhor seria o Marcos, mas, se for outro, ótimo também, assim como é na igualdade racial, como na da mulher, já citadas aqui pelo Marcos e pelo Presidente Paim.

Portanto, o Brasil avançou e nós podemos avançar nessa questão das políticas públicas com relação aos povos indígenas. Nada melhor do que reorganizarmos, reordenarmos esse modelo, tendo à frente um líder indígena, porque esse, sim, tem sentimento; esse, sim, tem conhecimento de causa e, com certeza, vai melhorar e muito a atenção do Governo Federal junto aos povos indígenas do Brasil.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Com essa fala do Senador Vicentinho, nós concluímos os trabalhos desta Mesa.

Peço aos três convidados que retornem à primeira fila. Depois cada um usará a palavra novamente.

Convido para compor a Mesa, de imediato, a Assessora Especial da área de Direitos Humanos, Srª Leonídia Batista Coelho, que substitui aqui o Secretário de Justiça do Estado do Tocantins; convido também Iwraru Karajá, Cacique da aldeia Watau; e convido também o Kohalue Karajá, Coordenador de Assuntos Indígenas da Secretaria de Cidadania e Justiça do Estado do Tocantins. Os três já estão aqui.

Nós vamos, pela mesma ordem, passar de imediato a palavra – por dez minutos prorrogáveis por mais cinco, mas serei tolerante como fui com os outros convidados – à Assessora Especial da Área de Direitos Humanos, Srª Leonídia Batista Coelho.

A SRª LEONÍDIA BATISTA COELHO – Sr. Senador Presidente desta Mesa, o Estado do Tocantins se sente honrado por ter sido convidado para falar sobre uma questão que tem preocupado severamente, seriamente o nosso Estado e o nosso Governador.

Agradecemos ao Senador Vicentinho, pois nos deu oportunidade de tratar desse assunto de uma forma mais concreta e de trazer a atenção do Brasil, da Nação para algo que está beirando o genocídio.

Senhores colegas de Mesa e de trabalho, Kohalue Karajá, o Estado do Tocantins, como todos sabem, é um Estado novo. As questões indígenas, no Estado, estiveram meio fragmentadas durante vários anos. Foram mais cuidadas, em especial, devido às legislações que determinavam que a Secretaria da Educação cuidasse da educação indígena em suas aldeias e também a Fundação Cultural, que hoje está assimilada na Secretaria de Cultura do nosso Estado.

A Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos constituiu-se, em 2003, em Secretaria da Cidadania e Justiça. E a partir de 2006, através de várias demandas dos povos indígenas do Tocantins, constituiu-se uma coordenação indígena, Coordenação dos Povos Indígenas, e, desde então, está à frente dessa coordenação o Kahalue Karajá e outro colega Apinajé, o Evalci.

Ano passado, a nossa Secretaria foi anexada, unida à Secretaria de Segurança Pública. As questões de direitos humanos, devido ao tamanho da nova secretaria, ficaram em suspenso e essa situação redundou na sábia observação do Governador José Wilson Siqueira Campos de que havia necessidade de fazer uma cisão. E essa cisão se deu em 7 de julho de 2011.

Portanto, nossa Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos tem apenas oito meses, Sr. Presidente. E, nesses oito meses de existência, a questão indígena tem sido prioritária, para não dizer o carro-chefe da nossa superintendência de Direitos Humanos. Para se ter uma ideia, de setembro até o mês de fevereiro, foram três ações voltadas para as questões do problema Karajá. Tivemos, em setembro, com o programa chamado Balcão da Cidadania para rever as questões de documentação civil e palestras de incentivo, de valorização cultural daquele povo.

Já em outubro, no mês seguinte, a Secretaria providenciou a ida de palestrantes e do representante daquele povo Karajá para tratar das questões sobre drogas. E, assim que a situação chegou ao ponto de ser discutida nesta Casa, quando soubemos que sete jovens haviam se suicidado em 2011 e, logo no início de janeiro, tivemos mais três casos dramáticos... E sabíamos dessa situação antes de a mídia torná-la pública, porque havia, como eles mesmos dizem, um parente deles entre nós.

Essa preocupação levou o Secretário da Justiça e dos Direitos Humanos anterior, Dr. Djalma Leandro, a imediatamente transformar um grupo de trabalho indígena que já havia em nossa Secretaria em uma força-tarefa para verificar as causas e propor soluções emergenciais.

Senhoras e senhores, as causas não são difíceis de perceber. Elas são históricas. E é inútil falar do abandono, da falta de terra, da perda ou das questões culturais que estão sendo deixadas de lado, que os jovens estão ociosos, sem opções de futuro. Isso está claro.

Falar das soluções também é muito fácil, elas estão postas para todos que quiserem conversar por cinco minutos com um desses representantes: ocupação para esses jovens, valorização deles, melhoria das condições de educação e saúde. Todas essas soluções são também muito fáceis, no entanto o que nos parece difícil, e esse é o motivo da minha vinda em representação do meu Secretário, é que estive lá presente e pude perceber a dificuldade de os técnicos se unirem e fazer as ações acontecerem.

Nós temos realmente dificuldades financeiras, dispomos de poucos técnicos para trabalhar, mas está faltando a boa vontade na ponta. Sabemos que precisamos do apoio desta Casa, sabemos que as nações indígenas precisam do apoio do Brasil como um todo, mas cada um de nós precisa assumir as suas responsabilidades. O Governo do Tocantins e os poucos técnicos que estão trabalhando encaram o assunto com seriedade.

Então nós fizemos um relatório, quando participamos desse grupo que foi montado especialmente para tratar do problema do suicídio, e saímos com duas propostas prontas para apresentar àquele povo: uma de terapia comunitária, unindo a família para resolver os problemas, fazendo com que a comunidade encontrasse as suas soluções e nos comunicasse, para que pudéssemos trabalhar em prol dela.

Uma segunda proposta era a Caravana da Juventude. Estudantes indígenas universitários conversando com esses jovens, promovendo o debate e o diálogo interdirecional. E essas duas propostas estão se efetivando.

Além disso, naquele debate, muito foi dito que eles não desejam mais levantamentos, mapeamentos, reuniões. Eles não precisam mais disso. Eles querem se sentir atendidos.

Lá estavam representadas quatro secretarias do Estado do Tocantins.

Proposta da Secretaria da Educação: capacitação melhorada para os professores indígenas; professor contratado pela Secretaria de Educação para trabalhar as questões de esporte, de educação física. A Secretaria de Educação já sinalizou: vamos cumprir com todas as propostas que foram colocadas naquele dia.

Proposta da Secretaria da Juventude: levar jogos, gincanas, valorizar as atividades esportivas de canoagem e pesca. A Secretaria da Juventude, agora, de 23 a 25, já estará lá com essas ações para serem desenvolvidas, inicialmente, na Santa Isabel do Morro, para depois estender-se não só às aldeias da Ilha do Bananal, mas também a todas as outras aldeias dos outros sete povos.

Proposta da Caravana da Juventude: a Secretaria da Justiça dos Direitos Humanos, em parceria com esses estudantes universitários, estará lá, agora, a partir do dia 17, fazendo teatro, gincanas, diálogo intergeracional.

Então, Sr. Presidente e caros companheiros de Mesa e ouvintes, estamos fazendo o que nos é determinado. Estamos empenhados. O Governador Siqueira Campos, quando assumiu esse período governamental, disse que ia cuidar do povo dele. Os técnicos dele e o Secretário da Justiça e dos Direitos Humanos têm esse compromisso também de cuidar do povo. Não interessa se ele é indígena, se ele é negro, ou não negro, ou não índio. Ele vai chegar ao mais humilde, ao mais distante que ele puder chegar.

Eu agradeço aqui a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito Bem. Esta foi a Srª Leonídia Batista Coelho, Assessora Especial da Área de Direitos Humanos, que aqui substituiu o Secretário de Justiça do Estado do Tocantins, Leomar dos Santos Farias.

Senador Vicentinho com a palavra.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Sr. Presidente, só para registrar que a fala da Drª Leonídia Coelho é mais prática, com mais ênfase. É importante ressaltar que o nosso governo, o governo de que faço parte, o governo de Estado, o governo Siqueira Campos, ele desmembrou a Secretaria de Segurança e criou a Secretaria de Cidadania e Direitos Humanos, que cuida de várias atividades. Nós temos hoje uma diretoria que cuida dos povos indígenas, outra que cuida dos quilombolas. Enfim, hoje, já começa a avançar neste sentido de atenção a esses povos.

Pedi pela ordem, Sr. Presidente, porque acaba de chegar aqui a notícia do falecimento de um grande amigo meu, José Iramar, em Porto Nacional, minha cidade. José Iramar é um portuense, um tocantinense, um brasileiro que foi um grande ativista na área cultural, responsável pela retomada do movimento teatral na nossa cidade de Porto Nacional. Integrou o grupo de teatro Renascimento, um dos mais importantes grupos teatrais no norte goiano, na época, na década de 80. Foi incentivador e fundador do grupo teatral Chama Viva, um grupo cultural da companhia de teatro do Tocantins; fundador e coordenador estadual do Gruconto, grupo de consciência negra do Tocantins, e principal articulador e idealizador da via sacra, agora, inclusive, na Semana Santa, da primeira encenação de rua, a céu aberto, realizada no Estado, para contar a saga de Jesus Cristo.

Portanto, aproveito esta audiência pública, não podendo estar na minha cidade, em Porto Nacional, para ali homenageá-lo com a nossa ida lá, para registrar a importância do Iramar, que faleceu de câncer.

Solicito a V. Exª, Sr. Presidente, que encaminhe aos familiares, a sua esposa, a professora Luciana Pereira de Souza, e aos quatro filhos, Marília, Jonas e Gabriel, a nossas condolências pela Comissão de Direitos Humanos.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Assim o faremos. V. Exª será atendido na forma regimental. Provavelmente, eu assinarei com V. Exª, inclusive, um voto de pesar no plenário, para que o Senado também se posicione.

De imediato, passo a palavra ao cacique Iwraru Karajá.

O SR. IWRARU KARAJÁ – Em primeiro lugar, quero agradecer a Deus. Em segundo lugar, agradeço ao Sr. Presidente, Sr. Senador, e aos outros. Agradeço muito porque vocês se preocuparam com a vida dos Inans. O que está acontecendo lá na nossa aldeia e o que pode acontecer?

Quero contar uma pequena história. Antigamente, o povo Inan vivia no fundo da água. Vivia. Lá eles dançavam, cantavam. As mulheres cuidavam das crianças, da casa. Era assim. Era alegre. Os homens caçavam, e pescavam e dançavam e pintavam com jenipapo. Era assim a convivência dos Inans. Um dia, algum primo nosso estava passeando e, de repente, encontrou uma porta de saída. Ele saiu lá para fora. Aí ele andou em cima da terra. Encontrou fruta, pequi, mel, e ele voltou. Aí ele fez reunião lá dentro, lá no fundo da água, e eles resolveram sair para fora. E saíram para fora. Tinha uma família que era igual a mim, era barrigudo. A porta de saída era muito estreita, não conseguiu passar para cá. E os outros saíram para cá. E, com certeza, esse meu irmão está vivendo feliz, está vivendo bem.

E assim é que Karajá começou a viver aqui em cima da terra, Inan. Homem caçava, pescava, fazia roça. Mulheres cuidam das crianças e cuidam das casas.

E assim, realmente, Marcos Terena falou certo: índio não é pobre. Vivia feliz. Aí, de repente, chegou um costume diferente no nosso meio, comida diferente, bebida diferente chegou ao nosso meio, agora. Bebida diferente. Por exemplo, bebidas alcoólicas. Antigamente, o povo não tomava bebidas alcoólicas. E alterava a cabeça. Altera a cabeça dos Inans. Chegou maconha no nosso meio. O que é maconha? Antigamente, eu, por exemplo, não sabia o que era maconha. Eu nunca usei, talvez nunca vá usar.

Chega a gasolina. Antigamente não tinha gasolina. A gente atravessava o Araguaia de canoa e remo. Como o Marcos falou, cantava e com muita alegria. Não tinha gasolina. E hoje as crianças estão usando diferente: cheirando gasolina. E cola? Não tinha cola. Eu sei que cola é para colar alguma coisa, sapato. Hoje, o adolescente está usando para cheirar cola. Não sei para quê.

Então, é assim e não tem controle. Não tem controle a entrada de droga na aldeia. Bebida alcoólica entra na aldeia e não tem controle, entra à vontade.

Olha aqui, nossa aldeia, realmente, está sendo dominada pelas drogas, pelas bebidas alcoólicas. É muito triste. É muito triste. Nossa cultura, por exemplo, está ficando muita fraca: aruanã, pintura, hetohoky, está ficando fraco. Agora, eu não sei por quê.

Então, eu, como líder Karajá, fico muito triste. Onde tem alegria é muito difícil acontecer suicídio. Na minha época não tinha. A gente brincava, lutava,

dançava, pescava, caçava, e hoje não sei o que está acontecendo. Eu, realmente, não sei. Não sei mesmo o que está acontecendo. Só jovens de 16 anos, 14, 17... Na minha época não tinha.

Então, agradeço a vocês, que se preocupam com nossos adolescentes, e também ao Governador Siqueira Campos, que mandou a equipe dele. Eu agradeço muito também ao Senador Vicentinho, que está fazendo uma manifestação muito grande aqui no Senado Federal. E não tinha isso. Porque vocês estão preocupados com nossos jovens. Não parar por aqui, mas conversar com Funai, Ministério da Saúde e, assim, podem ajudar nossos jovens.

Alguns anos atrás, Srs. Senadores, quando eu era criança, tinha uma guarda indígena. Não sei se era polícia indígena, não sei. Cada etnia tinha polícia. Não sei se era a guarda, não sei. Tinha. E, na época, vetava a entrada de bebidas alcoólicas. Dificultou bem. Quando eu era criança, quase não tinha bebida alcoólica no nosso meio, quando eu tinha mais ou menos dez, nove anos de idade. Não sei qual governo criou isso. Não sei por que parou também. Não sei.

Tem uma liderança javaé que era uma liderança muito forte. O grupo dele tinha mais ou menos seis pessoas. Levava seu povo de caminhão lá para uma cidade que se chama Formoso do Araguaia. Então, o povo comprava. Quando o carro voltava para a aldeia, parava no meio da estrada com a equipe dele. Ele vistoriava a caixa. Quando encontrava bebidas alcoólicas, arrebentava tudo. A palavra final dele era assim: agora, mulheres, vocês vão dormir tranquilas. Os homens podem brigar comigo.

E era assim. E o povo dele era trabalhador. Fazia roça. Tinha gado, mais ou menos duas mil cabeças de gado. Depois da morte dele, o que aconteceu? Acabou gado, tem comércio de bebidas alcoólicas dentro da aldeia. Acabou.

Senadores, por que não se pode fazer uma lei, ajudar pelo menos a criar uma guarda ou uma segurança, evitar a entrada de drogas? Evitar.

E, hoje, parece que colocou quatro. Hoje está bom demais. Cinco. Silêncio. As mulheres acharam bom, as crianças, principalmente os velhos acharam bom, estão dormindo bem. Ontem, por exemplo, eles capinaram para fazer uma festa de Hetohoky. Inclusive os senhores Senadores estão convidados, pelo menos verbalmente, para participarem de nossa festa, no dia 30, neste final do mês. Todos vocês estão convidados para a nossa festa.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – É final de semana?

O SR. IWRARU KARAJÁ – Final do mês.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – E de semana também?

O SR. IWRARU KARAJÁ – Eu não sei. Só sei que é dia 30.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Nós vamos lá.

O SR. IWRARU KARAJÁ – O Sr. Está convidado. Então, olha. Antigamente, quando tinha muita bebida, às vezes cacique falava ninguém respeitava palavra de cacique. Hoje, o povo está começando a trabalhar. É ótima ideia. Tem que se lutar para criar, sei lá, uma guarda florestal. Criando isso, vai aproveitar também para fiscalizar a Ilha do Bananal. Estrada, por exemplo.

Aqui , alguém falou a respeito de estrada. Só uma pessoa, não? Eu entendi mais ou menos assim. Só que é o seguinte: liderança dele, do Bananal, assinou o pedido, todas as lideranças, cacique javaé. Foi mais ou menos seis anos atrás. Só que a gente está buscando, está buscando...

O único cacique que não assinou foi um cacique do meio da ilha. O resto todo assinou, favorável a estradas na Ilha do Bananal, para facilitar nosso acesso mais.

Eu não quero falar sobre estrada. A gente está falando dos suicídios. Estou falando da guarda. De repente vocês, Senadores, criam uma lei ou uma segurança indígena, que vai servir para isto: fiscalizar estrada e entrada da droga, das bebidas alcoólicas. Isso está funcionando. Tem mais ou menos dez dias está funcionando bem. As mulheres estão dormindo bem. Talvez, a droga está fazendo a cabeça dos nossos homens. Antigamente, na minha época, não tinha.

Então, quero que vocês abracem isso aí. E muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pois não. Já vou passar para o Senador Vicentinho. Só complementar aqui a fala do cacique Iwraru Karajá, de forma bem objetiva, demonstrando as suas preocupações, como era antes e como é hoje, a partir do momento que as drogas lícitas e ilícitas passaram a entrar na aldeia.

Senador Vicentinho.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Sr. Presidente, estou atento só à questão dos suicídios, que é o tema central, e eu não vou procurar sair desse tema.

Pelo que entendi, só para ficar claro, Iwraru, na sua impressão, o problema maior com relação ao suicídio de jovens está relacionado ao álcool, às drogas. Na sua visão, há uma necessidade urgente de termos uma segurança para essa entrada das drogas. É isso?

O básico. Ou tem mais algum outro item? Porque é importante você colocar tudo o que você pensa, tudo que você acha, para que a gente procure, ao final, com certeza o Presidente Paim, como Presidente da nossa Comissão, encaminhar esta audiência pública à Presidenta Dilma, com todas as falas. Então, portanto, se tiver mais algum tema que você queira colocar, é importante. Nós entendemos: drogas, alcoolismo e a necessidade de um modelo de segurança, não é?

O SR. IWRARU KARAJÁ – É, fortalecer segurança, principalmente, para evitar a entrada de bebidas alcoólicas e drogas.

Mas tem outra. Por exemplo, esportes, o secretário falou. Realmente, a gente tem de fortalecer, amadurecer essa ideia de criar um esporte dentro da aldeia, por exemplo, ensinar os jovens a jogar flecha, a jogar bola, e outras atividades do esporte. Realmente, é tentar ocupar a cabeça dos nossos jovens. Ajuda muito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Continuando a nossa audiência pública, passamos a palavra, neste momento, ao último convidado. Depois, vamos aos encaminhamentos finais com a fala, inclusive, daqueles que já usaram a palavra.

Kohalue Karajá, coordenador de assuntos indígenas da Secretaria de Cidadania e Justiça do Estado de Tocantins.

O SR. KOHALUE KARAJÁ – Bom dia a todos e a todas. Eu gostaria de agradecer à Presidência da Mesa, ao Senador Paim e ao Senador Vicentinho, pela iniciativa de convocar esta audiência pública; cumprimentar a colega de trabalho, a professora Leonídia, e o vereador nosso, o Iwraru, que é meu primo, inclusive.

Como a própria professora Leonídia colocou, sou coordenador dos povos indígenas do Tocantins. A coordenadoria indígena foi consolidada de acordo com a própria reivindicação indígena de Tocantins naquela época e foi efetivada agora, no ano passado, com a gestão do Siqueira Campos. A gente agradece muito por isso, por esse espaço que foi cedido para nós.

Desde então, eu, como indígena, sinto na pele o sofrimento do meu povo, que chegou a esse ponto agora. A questão de saúde, não só na área indígena, mas também a saúde pública é realmente um problema muito sério, não só indígena, mas em geral. Mas o que realmente preocupa é essa questão de suicídios sucessivos que realmente vêm acontecendo desde 2011. Gostaria de focar mais nessa área, para que todos possam também conhecer.

Eu não quero acusar, tanto a DSEI quanto a Funai. Realmente houve essa falha. Deveria ter evitado. Já que aconteceu em 2012, por que não houve o trabalho no sentido de evitar? Não aconteceu isso. Somente em 2012 é que houve essa... parece que todo mundo quer ajudar agora. Partiu essa iniciativa da Secretaria de Direitos Humanos. Nós formamos equipe setorial, descemos até a Ilha do Bananal, para averiguar, mapear, diagnosticar o que realmente estava acontecendo com meus parentes lá. O que foi constatado é que, realmente, existe problema de álcool e drogas.

A questão mais séria mesmo, realmente, que muita gente entre vocês não acredita, é a questão de feitiçaria, que é questão cultural. Existe. No entanto, ainda bem que o Dr. Antônio, com sua equipe lá do DSEI-Araguaia, conseguiram trazer pajé lá do Alto Xingu, três mulheres indígenas. Eu acredito que realmente acontece, assim como acontece aqui no meio da sociedade, que se chama macumba. Então, é issso que aconteceu lá.

Para vocês terem noção, acreditar mesmo, depois que as indígenas vieram do Xingu e fizeram pajelança, conseguiram localizar onde estava enterrado o feitiço. Foi localizado, e mostrou-se ainda para quem estava lá presente: formato de boneca de cera, uma corda no pescoço. Então, realmente, isso indica que acontecia isso.

Hoje, se a gente analisar, olhando para lá, estivemos lá mais ou menos do dia 3 ao dia 17, no mês de fevereiro, parou. Houve tentativa de suicídio, mas não chegou a se consumar. Foram salvos dois jovens, um de Aldeia Fontoura e um de Santa Isabel.

Com essa preocupação, tivemos que procurar o Ministério Público de Mato Grosso, a Drª Maria, promotora. Inclusive a nossa colega, a Graça, participou da reunião lá ocasião.

Os nossos parentes estavam tão atribulados com os problemas, com as preocupações, sem saber o que fazer. Eu, sinceramente, chorei. Dos últimos jovens que morreram, um era o filho do meu primo, e eu chorei, na frente da minha diretora, bem na sala dela.

Então, é muito triste isso, perder nossos jovens. Só de janeiro para fevereiro, foram cinco. Parecia que tinha bomba lá.

Então, em função disso, hoje, o Ministério Público de Mato Grosso... Ela foi de porta em porta do comércio, colocando cartazes juntamente com o Pastor Jam, que representa a Funai. Eles colocaram cartazes: é proibida a venda de bebida alcoólica para o índio, pela Lei 6.0073, e tal. De fato, esta lei está ultrapassada, realmente. Mas eu acho que, de qualquer forma, valeu. Hoje está sendo policiada, a polícia está lá, fiscalizando, pegando. E nisso, as próprias lideranças indígenas tiveram essa ideia, Senadores. Eles adotaram a Lei Seca. Eles mesmos criaram, colocaram cinco jovens de cada aldeia. No momento, está funcionando a Aldeia Fontoura e Santa Isabel. Começou dia 20 e, até agora, se vocês veem lá a nossa aldeia, ela parou.

Não existe mais bebida alcoólica. Alguns conseguem, não sei como. Mas está parado lá.

Ontem à noite, eu liguei lá para a aldeia, falei com o meu irmão, à tardezinha, e aí eu tive essa notícia boa, uma notícia legal: estão em festejo, preparando dança de Aruanã, agora. Nossa, eu fiquei muito feliz com isso. Quer dizer, a aldeia voltou a ser como era antes, voltou a paz.

Então é isso, Srs. Senadores. Eu gostaria de pedir apoio no sentido de estar levando projetos sociais. São jovens que estão se formando, jovens que estão na universidade, estão saindo da universidade e, de repente, alguns não conseguem arrumar emprego.

Precisamos levar alguma coisa, alguma ação afirmativa, para que esses menininhos também pudessem se ocupar. O pessoal cobra muito, principalmente esportes, modalidades de esporte. Construção de quadra poliesportiva para eles, para que se ocupem. Pediram também a questão da distância, o ensino a distância. Porque tem muita gente que não pode sair porque tem família. Então, tem que instalar o ensino a distância. Hoje, a aldeia tem energia, a escola estadual tem ensino médio e tudo, e poderia pensar nisso.

Então, de acordo com o pedido deles, Senador Paim, eles pediram para eu elaborar um projeto, e o nosso projeto se chama Guardião do Povo Karajá.

É porque os meninos que estão lá estão trabalhando como voluntários. A associação indígena, quando recebe dinheiro, passa para eles, para ajuda de custo deles. Eles têm que receber alguma coisa em troca disso.

Pensando nisso, eu trouxe o projeto – está lá na minha bolsa, eu não trouxe o celular. Depois eu vou passar...

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Nós encaminhamos ao Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

O SR. KOHALUE KARAJÁ – Encaminhamos ao Presidente.

No sentido de conseguir algum recurso que pudesse passar para a associação, para que a associação pudesse custear pelo menos esse trabalho aí. Porque, de acordo com o que o meu primo falou agora, tem que criar modelo de segurança. A aldeia, realmente, fica aberta, qualquer pessoa pode entrar. Lá, na Aldeia Santa Isabel, entra homem branco, para pescar, caçar, apesar de a Funai ter se esforçado para fiscalizar. Mas a Ilha do Bananal é grande. Não só a Ilha do Bananal, mas é questão territorial indígena, em nível nacional.

Então, eu acho que os senhores que têm autoridade deveriam pensar nisso, em criar...

Acho que é isso.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Esse foi o Kohalue Karajá, Coordenador de Assuntos Indígenas da Secretaria de Cidadania e Justiça do Estado de Tocantins.

O que a gente pode fazer, Senador Vicentinho, nós aqui temos a emenda de comissão, nós nos comprometemos aqui, de pronto... A gente sempre destina a emenda de comissão para aqueles que fazem mais movimento via Senadores. Temos seu aval, aqui para mim, para relatar a emenda da Comissão de Orçamento... Noto que há dez Senadores que fizeram o mesmo pedido, noto que outro pedido já veio de um Senador, e a tendência é atender o maior número de solicitações dos Senadores. O que ambos podemos fazer é um compromisso de procurar os outros Senadores para que façamos uma emenda decente para a questão dos povos indígenas. *(Palmas.)* Fazer uma emenda – como se chama – de escopo, de corpo para a questão indígena nacional, naturalmente para que haja o compromisso com essa realidade. O Senador Vicentinho pode trabalhar nesse sentido.

Muito bem, vamos às considerações finais dos nossos convidados, e daí retomamos a primeira Mesa.

Passo a palavra ao Antonio Alves de Souza, Secretário Especial da Saúde Indígena do Ministério da Saúde. Seriam cinco minutos.

O SR. ANTONIO ALVES DE SOUZA – Obrigado, Senador Paim.

Eu queria só ressaltar que, quando tomamos conhecimento, a partir de outubro do ano passado, desse episódio, nós já encaminhamos uma equipe para lá, uma equipe, de Brasília, da Sesai, que foi constituída de um psicólogo, um antropólogo e dois antropólogos especialistas em Karajá – então, já identificando, porque já começava em outubro de 2011. Esse trabalho de levantamento desse diagnóstico vem sendo feito, e as nossas equipes continuam hoje. Temos lá seis psicólogos e dois antropólogos, tentando entender essa situação, que não é tão simples. O álcool pode ser um fator que contribui, assim como a droga, mas existem algumas questões internas – por exemplo, essa separação entre os jovens e os anciãos, a questão da televisão, da própria escola – que têm contribuído para esse "o que fazer?", que é a ociosidade.

Eu estava conversando, na Mesa, com o Senador Vicentinho e com o Paulo Paim também, para a gente tentar levar esse debate, lá é importante, para o Ministério dos Esportes. Acho que o Segundo Tempo, nessa aldeia, será um fator determinante para dar ocupação a essa juventude que sai da escola e, depois, não tem o que fazer. Eu acho que também o MDA, com a ques-

tão da agricultura familiar. Um conjunto de ações que o nosso Governo Federal, com todos os seus órgãos, pode estar levando. Talvez uma visita mais coletiva, nessa data que aqui foi colocada, dia 30, levar o Aldo Rebelo e os demais Ministros, isso seria importante, Senador. E acho que o senhor poderia, Senador Vicentinho, articular isso. A Presidência da República, na Secretaria Geral, também tem essa preocupação. Porque lá vai precisar de uma ação de enfrentamento coletiva: Governo Federal, Governo do Estado e os governos municipais. Porque, da nossa parte, temos o Prof. Adalberto, lá do Ceará, que tem larga experiência em terapia comunitária, que ajuda a própria comunidade. A primeira reunião foi feita, e o Adalberto está disposto a nos ajudar, um convênio nosso com a federal. Um conjunto de ações que poderemos fazer e dali tirarmos o aprendizado para o enfrentamento desse problema para utilizarmos em outros.

Os Tikuna, por exemplo, já temos evidenciado. Lá na questão em Dourados. Sobre Dourados, inclusive, teve uma emenda de um Deputado, que é até médico, que criou dentro da reserva uma belíssima instituição...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Uma academia?

O SR. ANTONIO ALVES DE SOUZA – Não, é uma vila olímpica. Quer dizer, aquilo ali como ação de Governo, como ação de Estado, com certeza, vai reduzir os enforcamentos. Não sei ainda como estão fazendo, mas lá é pelo cadastro do tênis. Então, o jovem fica sem o que fazer. É um confinamento – e aí há o debate da questão da terra, que é fundamental, são 12,5 mil hectares e 12,5 pessoas em um local que não tem... Eu presenciei, na minha visita, o caminhão podando as árvores na cidade, distribuindo os galhos secos na aldeia para que fosse seca aquela madeira, para servir de lenha para a pessoa cozinhar os alimentos das cestas básicas que são oferecidas pelo MDS, que muitas vezes introduzem o macarrão quando ele não tem costume de comer o macarrão, contribuindo para o aparecimento da diabetes, da hipertensão.

Então, acho que a gente poderia utilizar esses eventos que estão ocorrendo, fazer um enfrentamento no sentido de prevenção – e é possível – e tirar isso como modelo para outras áreas do Brasil.

Obrigado pela oportunidade, Senador. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Este foi o Antonio Alves de Souza, Secretário Especial da Saúde Indígena do Ministério da Saúde.

Vou ouvir a consideração de todos, e a nossa intenção é de que o Senador Vicentinho, em seu gabinete, reúna todas as propostas e, em parceria com a Comissão, nós as encaminharemos para as autoridades competentes.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Presidente, pela ordem.

O SR. ANTONIO ALVES DE SOUZA – Presidente, só para aproveitar o exemplo que nos deu o Senador Vicentinho no ano passado, uma emenda de R$ 400 mil. Nós temos 357 polos base, a maioria precisando de reforma. Então, se cada Senador, este ano, destinar uma emenda de R$ 400 mil para a saúde indígena, com certeza estaremos recuperando muitos polos base aí pelo Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O que eu posso assegurar é que, para cada Senador, é difícil, porque eu conheço a matemática da Casa. Mas, se a Comissão de Direitos Humanos aprovar uma emenda de comissão, que pode ser muito mais do que R$ 400 mil, e a emenda, depois, for empenhada efetivamente, nós vamos destinar essa emenda para os povos indígenas.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Muito bem. Na realidade, eu quero parabenizar o Presidente Paim pela sugestão de uma emenda de comissão e também me colocar às ordens do Dr. Antonio, de você e da Funai. Pela primeira vez, vou fazer parte da Comissão de Orçamento, como titular, indicado pelo meu partido. Então, estarei lá atento...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Para defender até essa emenda...

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – (...) e às ordens para trabalharmos, juntos, o Orçamento, agora, este ano. Nós deveremos tomar posse agora em março, o meu partido me indicou. Desde Deputado Federal, eu já tinha vontade de participar, mas não pude. E, agora, como Senador, é a primeira oportunidade que eu estou tendo. Então, vamos trabalhar junto com a Funai e com a Secretaria de Saúde Indígena, para viabilizarmos recursos nesse sentido.

Presidente, encontra-se ali o Samuel. O Samuel não é um pajé silencioso, como disse o Marcos, mas Samuel é um advogado preparado. E ele está solicitando a V. Exª fazer uso da palavra. Acho que seria interessante ouvi-lo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Um pedido do Senador Vicentinho é uma ordem. Então, ele não pediu, ele mandou que eu o convocasse. Você vai ter a palavra ao final. Deixa-me passar a palavra para os que estão ordenados.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Porque, talvez, a fala do Samuel pode contribuir com a Secretaria de Saúde Indígena e com a Funai...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com certeza, vai contribuir.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – (...) e, falando antes, Presidente, talvez fosse melhor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Vicentinho é fogo. Eu já atendi ao pedido dele, o homem vai falar e "não, eu quero que ele fale agora". *(Risos.)*

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – É porque eles vão ouvi-lo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Então, você vai falar agora.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Presidente aqui que mandou, viu? *(Risos.)*

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – É porque, talvez, ele tenha algum assunto...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu sei, eu entendi.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Como eles estão nas considerações finais...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Samuel, está com a palavra.

O SR. SAMUEL KARAJÁ – Em primeiro lugar, quero agradecer a Deus, que está lá em cima, e a este Senado, por este espaço. A gente não poderia ter chegado dessa forma a este Senado, uma situação difícil que a gente viveu, que para nós é doloroso.

Aqui nós estamos em condição de um líder que está lá na aldeia e diretamente falando para o Brasil, através deste espaço que é tão importante, que a sociedade brasileira deve entender que nós existimos e existiremos até mais.

Este espaço aqui se fala muito. Os órgãos que estão lá conosco, questão da saúde, questão da assistência... Nós queremos dirigir a palavra ao Secretário Antonio, pela iniciativa de acolher o que solicitamos: a ida do pajé à aldeia. E isso não faz parte da regra para liberar o recurso. Não faz, porque não reconhece que existe pajé. Tivemos essa dificuldade, mas o Dr. Antonio teve essa liberdade de levar três pajés, que, para nós, lá na aldeia... O que significa que nós estamos morrendo é de feitiço. Isso que está se falando aqui são outras, porque existem vários problemas que estão nos afligindo, as aldeias, que são a bebida alcoólica e droga entrando. Mas o que causou a morte desses meninos, que também são meus filhos, porque tenho menino de 13 anos, que acabou com o futuro, foi esse feitiço. Porém, existe a ausência do Estado brasileiro nas aldeias. Existe a ausência da Funai naquela região. Como o senhor mesmo falou, Senador Vicentinho, o Presidente não está nem preocupado com a questão indígena. A Funai, que fala de reestruturar a Funai, não está presente, está ausente. A Funai é inoperante, insuficiente, incompetente.

Então, tudo isso aí está acontecendo porque a Funai não está presente. Aquilo que o Iwraru está falando, do guarda indígena, é competência da Funai, porque é área indígena, é do Governo Federal. Então, para nós que perdemos menino de 14 anos, que seria o nosso sucessor, de falar com vocês, falar com todo mundo, estão se acabando. Então, graças à iniciativa do Ministério, o Pajé foi e desfez a feitiçaria, que foi mostrada para todo mundo, e agora o resto é a gente trabalhar, o Sesai trabalhar a questão da saúde, a Funai trabalhar a questão de assistência, subsistência, que não está fazendo. Já vai fazer três anos que não há nada com essa reestruturação. Ministério do Esporte, atuando na aldeia, não só ficar no papel. Ministério das Cidades participando, fazendo as casas. Ministério da Ciência e Tecnologia atuando nas áreas. É disso que de precisamos agora, Srs. Senadores.

A gente não precisa falar um monte de coisas que não têm resultado nenhum. Os papéis que são colocados ali são bonitos, mas lá a gente sente a ausência do Estado, do Governo Federal, do governo estadual, do governo municipal. Só somos lembrados no dia da eleição. É o dia em que somos procurados lá na aldeia. Por que estamos falando isso? Porque Sesai está começando agora, é só ela que está segurando para levar os aposentados lá no banco, e está onerando para o Sesai, que é o distrito. E outras partes do Governo, que deveriam estar lá, estão ausentes.

Então, esse é o recado que tenho para dar para todos os que estão nos ouvindo neste momento. É isso. O mesmo coração que bate dentro de cada um de vocês bate em nós, no nosso peito. O sentimento que vocês têm, a dor pelos parentes também nós temos. É isso que falta entre nós.

Aqui falou-se de 180 línguas, e eu falo a minha língua. Eu falo a língua de vocês, e vocês não falam a minha língua. Então, tudo isso aqui deve ser valorizado.

A Dilma, a nossa Presidente, precisar rever a situação da Funai hoje, precisa mudar, porque a Funai era para estar lá, igual a Sesai está lá hoje. A Sesai é a unidade gestora e está lá presente. Só ela esta fazendo trabalho lá. O resto, gostaria que estivessem. Aqui falou-se de vários Ministérios, do dinheiro que está sendo destinado à questão indígena, mas não chega lá.

Então, gostaria de fazer um pedido para esses jovens, Srs. Senadores. A Ilha do Bananal é bonita, grande, meio ambiente bonito. Gostaria de fazer um pedido aqui. Gostaria que, juntos, pensássemos um centro de formação para os jovens dentro da Ilha do Bananal para atender os jovens Javaés e Karajás, para que formemos os nossos técnicos, os nossos indíge-

nas, qualificar, treinar, porque voltar a gente não vai voltar mais, nós estamos é seguindo para frente, nós dominados computadores, nós dominados Internet, tudo. Então, é isto que gostaria de deixar com vocês: que pensássemos um centro de formação ou um centro de treinamento na Ilha do Bananal, para a gente fazer os nossos jovens pensarem mais alto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Muito bem, Samuel. *(Palmas.)*

O Samuel usou da palavra e também, além de fazer uma análise, apresenta propostas concretas para o encaminhamento e a solução da nossa juventude.

Passamos agora, de imediato, a palavra ao Cleso Fernandes de Moraes, Coordenador Regional da Funai em Palmas.

O SR. CLESO FERNANDES DE MORAES – Então, gente, eu digo para vocês com prazer, com satisfação, a Coordenação Regional ter tido a primeira oportunidade de estar aqui fazendo parte de um debate tão delicado como esse, que é o enfrentamento das populações indígenas Karajás.

Quero dizer aos Srs. Senadores, ao Presidente Paulo Paim e ao Senador Vicentinho Alves, com relação a esta iniciativa, que nós também, como a instituição indigenista, estamos debruçados sobre essa questão enfrentada pelos Karajás. Estivemos lá presentes, continuamos presentes. Quero dizer a vocês que hoje somos integrantes de um grupo de trabalho interinstitucional composto da Secretaria dos Direitos Humanos, da Universidade Federal, do Ministério Público Federal, das representações indígenas, contribuindo para que possamos dizer a vocês o que podemos, então, encontrar para que possamos apresentar essas soluções.

Também está sendo constituído um grupo de trabalho interministerial. Está todo mundo debruçado sobre essa questão enfrentada pelos Karajás.

Também essas "n" informações que eu passei para vocês, que foram elencadas, também contribuem para afastar todas essas situações enfrentadas pelos indígenas. São essas iniciativas, esses projetos participativos. Eles vão, sem sombra de dúvida, ocupar o tempo que os indígenas têm em vácuo, vamos dizer assim, porque você acaba esquecendo parte de suas raízes, de suas tradições, por exemplo, como guerreiro. O Karajá, no passado, tinha os guerreiros. Hoje não tem mais guerreiro, mas ficou um espaço que pode ser ocupado também por outras atividades importantes como essa esportiva que é feita, realizada pelo Marcos Terena, uma representação tão importante. Tenho certeza de que ele está sensibilizado para reverter isso a favor das populações indígenas dentro das aldeias.

E nós estamos de toda maneira procurando nos articular não só com o próprio Governo, com o próprio Parlamento, como nós temos emenda já parlamentar aprovada para as populações indígenas, construindo centros poliesportivos, como também procuramos estar juntos com os Estados, reivindicando a manutenção desse bem patrimonial a partir do momento em que ele é repassado para as populações indígenas.

Então, estamos aí empenhados e, com certeza, trabalhando no sentido de poder dar resposta a essas populações indígenas e à sociedade brasileira, que estão nos assistindo neste momento.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Cleso Fernandes de Moraes, Coordenador Regional da Funai.

Agora vamos passar a palavra à Srª Leonídia Batista Coelho, Assessora Especial da Área de Direitos Humanos, que aqui representa o Secretário de Estado do Tocantins.

A SRª LEONÍDIA BATISTA COELHO – É uma grande honra ter falado para esta plenária, para esta Comissão.

Queremos dizer que estamos num processo de diálogo franco, de parceira e que a Secretaria de Educação, a Secretaria de Juventude, a Secretaria de Saúde, a Secretaria de Cultura e a Secretaria de Direitos Humanos do Estado do Tocantins têm no Governador a boa vontade política em fazer, em resolver o problema, não mais ficando a questão no papel. Ações práticas, ações que resolvam, ações que tragam paz para essas comunidades.

Aqui também quero deixar dito que o nosso Secretário foi empossado na última quinta-feira. Então, em virtude dessa tomada de posição ainda, de conhecimento da Secretaria, não pôde se fazer presente. Então, pediu que eu externasse aqui o prazer, a nossa satisfação, a nossa honra em estar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. *(Palmas.)*

Essa foi a Leonídia Batista Coelho, que falou em nome da Secretaria Especial de Direitos Humanos.

Passamos, de imediato, a palavra ao cacique Iwraru Karajá.

O SR. IWRARU KARAJÁ – Quero falar aqui que seja bem-vinda cada opinião, cada preocupação. E juntando essa idéia, que vai ajudar muitos povos, porque cada força que é bem-vinda para o nosso povo, para o nosso jovem, para salvar e ajudar, como o esporte, como a educação, como a saúde, Funai.

Nossa, Sr. Presidente, eu agradeço muito. Não sei como vou agradecer, ao Senador Vicentinho também, o espaço grande que os senhores estão dando.

E acho que também poderia haver uma audiência mais ou menos lá na aldeia, conversando com

lideranças, com caciques, explicar, ver o que eles vão falar da Funai, o que eles vão falar de saúde, porque eu não vou falar do que a Funai faz, qual o trabalho, o que a Funasa faz. Quem vai falar para vocês são as lideranças, são caciques, são mulheres. Eles é que vão falar com vocês. E vocês estão fazendo o papel. Estão mostrando para o Brasil o que é estar preocupado. Esse é o meu agradecimento. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Cacique Iwraru Karajá, com as suas considerações finais, falando da importância desta audiência pública e de todos os encaminhamentos.

Passamos a palavra agora ao Coordenador dos Assuntos Indígenas da Secretaria de Justiça e Cidadania do Estado de Tocantins, Kohalue Karajá.

Por fim, para encerrar a fala, o Professor Marcos Terena e o Vicentinho Alves, para as considerações finais.

O SR. KOHALUE KARAJÁ – Nas minhas considerações finais, eu pediria aos Srs. Senadores contemplarem com recursos financeiros para apoiar projetos indígenas não só para o povo Karajá, mas em nome de todo povo indígena do Brasil.

É só esse o meu pedido. Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Kohalue Karajá, que aqui pede que haja uma visão global para toda a realidade dos povos indígenas.

Por fim, para encerrar os convidados, eu fiz de propósito – não digo que não –, fiz questão de deixar com que o professor da Cátedra Indígena Internacional Marcos Terena faça as suas considerações finais em nome de todos os candidatos.

O SR. MARCOS TERENA – Obrigado por essa distinção dos Srs. Senadores e de todos aqui presentes. Eu, com base na opinião dos três líderes Karajá, me proponho, inclusive, junto com os Senadores, a buscar uma conversa com o Ministro do Esporte para viabilizarmos ainda este ano o chamado PELC, que é o Programa Esporte e Lazer na Cidade, já que o Ministério do Esporte já tem uma ação com os índios da nação Uai Uai, fronteira com a Guiana Inglesa e também com o Xavante – inclusive, esta semana eles estarão lá terminando esse projeto – e com a própria nação Terena.

Então, creio que há possibilidade de ainda este ano fazermos o PELC Indígena Karajá, da Ilha do Bananal, e Javaé.

Eu queria estimular todas as autoridades aqui presentes para esse convite que o Iwraru fez sobre o dia intercultural com o Estado brasileiro por ocasião do Hetohoky, que vai haver lá no final de semana do dia 30. É um evento tradicional, entre o velho e o novo. É chamado rito de passagem dos Karajás, que é muito importante para a identidade desse povo. Creio que seria uma oportunidade, como disse o Iwraru, de os indígenas de lá perceberem que há autoridades constituídas preocupadas com ele também.

Sempre ajudei a promover o Kwarup. É parecido, mas é diferente. Mas o Kwarup aparece mais. É a festa tradicional dos Karajás na Ilha do Bananal. Certamente, Iwraru, vai haver peixe lá para o pessoal comer. Vocês vão pescar. Não vai faltar. O Senador Paim vai comer churrasco.

Por último, eu queria pessoalmente agradecer todos esses elogios que foram feitos à minha pessoa. Eu cheguei aqui em 1977, como disse, 1976, eu cheguei para ser piloto da Varig aqui em Brasília. Eu vim com a missão de ser piloto de voo internacional. Não deu certo esse meu sonho, e acabei virando piloto de selva, igual ao Senador Vicentinho. Por isso, eu conheço todo o Brasil. Conheço todas as pistas clandestinas.

Agora, o Senador Vicentinho, inclusive, é Relator do tema da aviação no Brasil. Já conversamos sobre as pistas e a valorização do piloto da selva, as pistas chamadas clandestinas hoje, mas são pistas que eram importantes de apoio aéreo, e só o piloto de selva sabia onde descer se houvesse uma pane, tanto que ele caiu perto de uma aldeia e foi salvo pelos Kayapó ali da região de Tucumã, sul do Pará.

Então, eu queria agradecer. Tudo isso, para mim, são elogios fortes. Eu sempre falei que eu nunca ganhei prêmio cultural, premio desportivo, nunca fui condecorado. Mas todas as vezes em que há jogos dos povos indígenas, os irmãos entregam para mim, para o meu irmão Carlos Terena, que é meu irmão de sangue, um cocar, uma flecha, um colar, que são prêmios valiosos, porque são prêmios pelos quais não precisamos concorrer. São distinções, são considerações que a gente tem no seio das comunidades indígenas, principalmente na questão do trabalho pela demarcação das terras.

Então, eu queria dizer que eu nunca fiz nada para ganhar a confiança das pessoas, mas, sim, dos povos indígenas. Nunca menti para um cacique, nunca menti para um líder. Sempre fui verdadeiro. Já levei muita bronca de cacique, mas também já dei muitas broncas, porque essa é a relação sincera entre um índio líder e outro líder também. Então, esse tipo de honradez eu acredito que conquistei nestes 30 anos, junto com Juruna, com Tutu Pombo, junto com o irmão do Iwraru, o Idjarruri. São pessoas que já passaram. Mas também junto com Raoni, que ainda está vivo, com Aritana, como o Aniceto Xavante, que está com diabetes, inclusive hoje.

Então, eu fico orgulhoso de ter podido viver esse tipo de vida e agradeço esse apoio que eu creio ser um apoio sincero sobre o trabalho que procurei fazer.

Eu queria dizer também que nada disso que a gente procurou fazer não teria sentido sem as bênçãos do grande Criador. Você pode ver que os três Karajás que começaram a dizer "agradeço a Deus, o Criador".

Eu falei uma vez ao Fernando Henrique Cardoso, porque ele é ateu. Eu falei: "o senhor, sociólogo, não deveria ser ateu, porque a sua esposa trabalha com os povos indígenas, e não existe índio ateu". Ele disse: "puxa, você sabe que isso pode virar uma tese". O índio nunca pedia coisa para Deus. Ele só agradecia. Ele tinha tudo. Agora, ensinaram a ele a pedir. Então, o índio sempre ensinou a agradecer tudo.

Eu queria terminar, tomando a liberdade de ler uma frase de um livro que vou entregar ao senhor, também inspirado nos jogos dos povos indígenas, mas vou ter que usar o olho do homem branco.

Como mensagem a todos que aqui estiveram, que nos ouviram, que nos assistiram: "que acima de tudo, possamos afirmar nossos princípios, reverenciar e praticar os ensinamentos dos nossos ancestrais, valorizando as nossas raízes tradicionais, espirituais e culturais, fortalecendo-nos, cada vez mais, nas nossas verdades, como povos originais e autênticos do Brasil".

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Esse foi o Marcos Terena, professor da Cátedra Indígena Internacional, que nos brindou a todos com essa leitura que chama todos nós à reflexão.

Obrigado, Marcos Terena. Não é a primeira vez que você vem à Comissão. É sempre um orgulho para todos nós. E, cada vez que você vem aqui, você nos surpreende. E como é bom isso. Mostra o preparo, enfim.

Senador Vicentinho Alves, autor do requerimento desta reunião, para suas considerações finais. Ele vai falar em nome desta Comissão e do Senado para encerramento desta audiência pública.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – O que é isso, Presidente? É muita honra para mim. Mas vou iniciar agradecendo a presença de Antonio Alves, pelo Ministério da Saúde; da Fabiana, Coordenadora Geral pela Promoção aos Direitos Sociais da FUNAI. Quero agradecer ao Cleso, Coordenador Regional da Funai do nosso Estado. Quero agradecer ao Marcos Terena, professor de Cátedra Indígena Internacional.

Gostaria muito, Marcos, que as pessoas, que a Funai, que o Governo Federal o ouvisse mais, porque você é um grande brasileiro, um grande líder dos povos indígenas e um grande conhecedor dessa área.

Agradeço também ao Kohalue Karajá, Coordenador de Assuntos Indígenas da Secretaria de Estado da Justiça de Tocantins.

Agradeço ao Ivan, que não veio. O Ivan não veio. Ao Iwraru e ao Samuel.

Agradeço ao Governador Siqueira Campos, que, atendendo às nossas reivindicações, desmembrou, como disse aqui, a Secretaria de Segurança Pública e criou lá no nosso Estado a Secretaria de Direitos Humanos com essas coordenações que espero entrosadas com a saúde indígena e com a Funai, para que a gente possa efetivamente avançar no atendimento.

Presidente, no dia 30 de março, nós vamos ter esse evento intercultural que é o Hetohoky. Já estamos tendo o Aruanã. Inclusive a festividade de Aruanã faz parte de um poema. Eu espero ainda me lembrar desse poema, pois o recitei aos meus dez anos de idade, na minha cidade de Porto Nacional, tida como a capital cultural do então norte goiano e berço da luta libertária pela criação do Tocantins.

Portanto, no dia 30 de março, nós vamos convidar Iwraru, membros do Ministério das Cidades, do MDA, do Esporte, da Funai, da Saúde e membros propriamente do Ministério da Justiça para tratarmos lá de segurança com relação a um modelo que poderá servir ao Brasil como um todo. Aqui nós não fizemos críticas. Aqui nós fizemos questionamentos, discutimos. Isso é bom, até para detectarmos os problemas e procurarmos o caminho para solução. Portanto, lá também não vai ser diferente: questionamentos, sugestões, ouvindo ainda mais os demais líderes no sentido de que a gente encontre rapidamente uma solução para esse tipo de problema.

Ao Marcos. Muito obrigado, Marcos, pela sua contribuição. Estaremos juntos e todos convidados para a solenidade – Congresso, Câmara e Senado – em homenagem ao Dia do Índio e, no dia seguinte, estaremos aqui, já foi aprovado, sob a batuta do Presidente Paulo Paim, na audiência pública em que vamos tratar da Rio+20.

Os povos indígenas têm muito a contribuir. Hoje nós devemos ter levado para mais de 10 milhões de brasileiros este problema de suicídio dos nossos jovens Karajás e em muitas outras aldeias do País. Espero que os que nos assistiram – e vejo aqui algumas jovens que participam – acionem as redes sociais a fim de que mobilizemos o Governo Federal, as instituições ligadas a estudos para que encontremos efetivamente uma solução rápida porque, se não, teremos outro encontro como este, em cima de planejamentos, e com mais jovens índios mortos, o que não queremos, nem o Governo Federal com os seus órgãos. Precisamos de

solução rápida para isso; precisamos que todas essas sugestões cheguem de forma muito rápida.

Minha modesta contribuição como Senador da República procurarei dar. Inclusive, na Comissão de Orçamento, já disse e reafirmo, este ano serei membro titular, serei uma voz dos povos indígenas lá dentro para trabalharmos junto com os órgãos ligados diretamente no sentido de viabilizarmos. Além do recurso da emenda de comissão que vai passar por lá, espero estar dando minha modesta contribuição para dar muitas alegrias a vocês. Farei isso de forma muito verdadeira.

Antes de finalizar, eu quero fazer uma pergunta.

Antonio, quando fui relator daquela CPI – está um pouquinho fora do assunto do suicídio, mas é com relação à saúde –, nós detectamos muitas crianças que nasciam com a cabeça grande. É hidrocefalia? É o nome correto? O senhor é médico, eu sou aviador. Aquele problema foi solucionado lá? Porque eram muitos, vimos muitos lá.

O SR. ANTONIO ALVES DE SOUZA – É. Muitas das crianças que sobreviveram estão conosco nas Casaes, que, embora não tenham essa função, acabam absorvendo. Geralmente, isso é ligado a algum problema neurológico, mas hoje já está bem melhor.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Que bom, que bom. Isso é muito bom, porque me parece que, dentro daquela cultura, para criança com problema, o destino é a morte. Eles matavam, não é? Estava em discussão tudo isso.

Então, Presidente, quero agradecer esta costumeira solidariedade de V. Exª, aqui especificamente com os povos indígenas, e, aqui, vou tentar homenagear os nossos Karajás que vivem às margens do rio Araguaia. Aviador gosta de três coisas: gosta dos povos indígenas, aviador da Amazônia, todos eles; gostam das hidrovias, porque eles voam sobre os rios da Amazônia, e gostam da própria aviação, além de todo aviador ser um pouco poeta, ser metido a poeta.

O SR PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Gosto dessa frase. Todo poeta é metido.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Metido a ser poeta. Então, quando ainda com os meus dez anos, lá em Porto Nacional, a Madre Norbertina me chamou lá na frente e falou: "Agora o Vicentinho, aluno do quarto ano primário – era alguma coisa assim –, filho do Comandante Vicentão – meu pai era aviador –, vai declamar uma poesia em homenagem ao Dia do Índio, aos índios. Havia muitos Karajás e muitos Javaés.

Eu fui lá na frente, enchi o peito e disse assim:

"Meu Araguaia de quantas belezas
Em suas praias de brancas areias
A noite é linda, o luar banhado
Aruanã dos Karajás nas aldeias.

Ó rio cheio de encanto que banha a minha terra
Orgulho de minha alma, em teu olhar garboso encerra
Quero que no seu banzeiro vão meu sofrer e minha dor
Meu Araguaia querido, por ti eu morro de amor."

Muito obrigado, Sr. Presidente.(Palmas.)

Essa é minha modesta homenagem aos nossos Karajás e a todos os povos indígenas do Brasil.

O SR PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não só a eles, mas ao Brasil.

Com essa bela fala do nosso Senador Vicentinho... Sou testemunha de quando ele chegou aqui, veio à Comissão de Direitos Humanos e me disse: "Senador Paim, estou me apresentando e queria dizer que um dos eixos do meu mandato, para não dizer o principal eixo, é a luta dos povos indígenas".

Isso para mim, Vicentinho, foi uma felicidade porque estou há 26 anos no Congresso e percebo que são muito poucos aqueles que dedicam parte do seu mandato a esta luta pelos direitos humanos. Para mim, a situação dos povos indígenas é a mais grave de todas. Por isso, em vez de fazer um discurso de encerramento, fico com o discurso do Vicentinho e com a fala dos senhores na figura principalmente do Marcos Terena.

Está encerrada a audiência pública.

(Iniciada às 9 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 37 minutos.)

Ata da 9ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, Convocada Para o Dia 15 de Março de 2012, Quinta-Feira, às 9 Horas, Sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II, Senado Federal.

Às nove horas e oito minutos do dia quinze de março de dois mil e doze, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a presidência do Senador (**Paulo Paim**), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Comparecem os seguintes senhores Senadores e Senadoras **Ana Rita, Marta Suplicy, Paulo Paim, Wellington Dias, Eduardo Suplicy, Aníbal Diniz, Casildo Maldaner, Paulo Davim, Cyro Miranda, Mozarildo Cavalcanti, Vicentinho Alves** e o não membro Senador **Antônio Russo Neto**. Deixam de comparecer os demais senhores Senadores e Senadoras. O senhor Presidente declara aberta a presente reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da ata da 8ª reunião da CDH, que é dada por aprovada. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte PAUTA. Audiência Pública, nos termos

do Requerimento nº 10, de 2012–CDH, aprovado em 06/02/2012, de autoria do Senador Paulo Paim, para "debater a prevenção aos acidentes de trabalho e à saúde do trabalhador". Convidados: Clever Pirola Ávila, Diretor de Tecnologia e Sustentabilidade do Grupo Marfrig e o Willian Terçariol Ricci Advogado do Grupo Marfrig, em substituição do Presidente Marcos Antônio Molina dos Santos; Artur Bueno de Camargo, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins; Francesco Settineri, Sociólogo, em representação da CNTA; José Augusto da Silva Filho, Coordenador Nacional do Fórum Sindical dos Trabalhadores – FST; Luiz Antônio Festino, Diretor de Assuntos Trabalhistas, Segurança e Saúde no Trabalho da Nova Central Sindical dos Trabalhadores – NCST, em substituição ao Presidente José Calixto Ramos; Paulo Rogério Albuquerque de Oliveira, Coordenador Geral de Monitoramento dos Benefícios por Incapacidade do Ministério da Previdência Social, em substituição ao Senhor Cid Roberto Bertozzo Pimentel – Coordenador da Comissão Tripartite de Saúde e Segurança no Trabalho; Dary Beck Filho, Diretor Executivo da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em substituição ao Presidente Artur Henrique da Silva Santos; Adir de Souza, Secretário Adjunto de Segurança e Saúde de Trabalho (UGT), em substituição ao Presidente Ricardo Patah; Luiz Carlos Prates, Membro da CSP-Conlutas, em substituição ao Senhor Atnágoras Lopes; Luiz Carlos de Oliveira, Diretor da Força Sindical, em substituição ao Presidente Paulo Pereira da Silva; Vanderlei Carlos Sartori Junior, Advogado Trabalhista; Célio Alves Elias, Sindicato das Indústrias da Alimentação de Criciúma e Região; Eduardo Azeredo Costa, Presidente da Fundacentro; Darci Rocha, Presidente da Confederação Nacional de Alimentos. **2ª Parte. Deliberativa**. **Item 1. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 30, de 2012**. que requer a realização de audiência pública em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais para debater o Fundo de Previdência Complementar para os Servidores Públicos Federais– Funpresp. Os convidados serão enviados posteriormente para a secretaria da Comissão. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado**. **Item 2. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 31, de 2012**. que requer a realização de audiência pública para debater o papel do Poder Judiciário na garantia dos Direitos Humanos. Os convidados serão enviados posteriormente para a secretaria da Comissão. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado**. **Item 3. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 32, de 2012**. que requer a realização de audiência pública para instruir o PDS Nº 593 de 2010 que susta os efeitos da Portaria nº 1.510, de 21 de agosto de 2009, do Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, que disciplina o registro eletrônico de ponto e a utilização do Sistema de Registro Eletrônico de Ponto – SREP. Os convidados serão enviados posteriormente para a secretaria da Comissão. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado**. **Item 4. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 33, de 2012**, que requer a realização de Diligência, desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, na Aldeia Santa Isabel do Morro – Estado do Tocantins, no dia 30 de março do corrente ano, para verificar "in loco" a ocorrência de fatos que podem estar contribuindo para o elevado número de suicídios entre indígenas da Etnia Karajá, da Ilha do Bananal. Autoria: Senador Vicentinho Alves. Resultado: **Aprovado**. Às quatorze horas e três minutos o senhor Presidente suspende os trabalhos e retoma as quatorze horas e treze minutos. Usam da palavra os Senadores Paulo Paim, Antônio Russo, Eduardo Suplicy e Casildo Maldaner. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e quinze minutos, lavrando eu, ***Altair Gonçalves Soares***, Secretário da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim,** Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior. Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A presente reunião destina-se a atender ao Requerimento nº 10, de 2012, CDH, aprovado em 06 de fevereiro de 2012, de autoria deste e de outros Srs. Senadores, que requer a realização de audiência pública para debater a prevenção aos acidentes de trabalho e a saúde do trabalhador.

Para esta audiência pública convidamos: Paulo Rogério Albuquerque de Oliveira, Coordenador-Geral de Monitoramento dos Benefícios por Incapacidade do Ministério da Previdência; Dary Beck Filho, Diretor da Central Única dos Trabalhadores (CUT); Carlos Augusto Detrin, representando a UGT; Luiz Festino, da Nova Central Sindical dos Trabalhadores; José Augusto

da Silva Filho, do Fórum Sindical dos Trabalhadores (FST); Luiz Carlos Prates, membro da CSP-Conlutas; Artur Bueno de Camargo, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria de Alimentação e Afins; Vanderlei Carlos Sartori Júnior, advogado trabalhista; Clever Pirola Ávila, Diretor de Tecnologia e Sustentabilidade do Grupo Marfrig; e também o Sr. William Tiricci, advogado do Grupo Marfrig, que substitui o Presidente Marcos Antonio.

Quero informar a todos que o Presidente Marcos Antonio me ligou para justificar a sua ausência e me perguntou se eu aceitaria um representante.

Nesta Comissão, é praxe convidar sempre o titular, mas, com a impossibilidade de estar presente, mandar um representante. Assim ele fez e está aqui o Sr. Clever, representando o Grupo Marfrig. Também contamos com a presença do Luís Carlos de Oliveira, representando a Força Sindical.

Teremos duas mesas. Para compor a primeira delas, convido o Luiz Antonio Festino, representando a Nova Central Sindical; o José Augusto da Silva Filho, do Fórum Sindical dos Trabalhadores; o Artur Bueno de Camargo, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria de Alimentação e Afins.

São duas mesas, mas não importa se primeira ou segunda mesa, todos falarão. Inclusive, a segunda mesa permanecerá até o fim dos trabalhos.

Também convido o Dr. Clever Pirola Ávila, que aqui representa o Grupo Marfrig. Se assim entenderem, o Dr. William, que também representa o Grupo Marfrig, poderá entrar nessa mesa, para que ambos possam apresentar a posição da empresa, já que – com a sinceridade que esta Comissão deve manter – um dos motivos desta reunião é exatamente o ocorrido na empresa, que ninguém gostaria que tivesse acontecido.

Nesta audiência pública, a nossa intenção é debater o tema saúde e acidente no trabalho, sob uma ótica construtiva, positiva, para que possamos trabalhar e apontar caminhos, contribuir para a diminuição dos acidentes e das doenças no trabalho.

Permitam que eu faça uma breve introdução, para que aqueles que estão assistindo à TV Senado pelos canais alternativos saibam o motivo desta reunião. O motivo para mim é universal. Não é o caso específico do grave acidente que aconteceu, mas que suscitou que nos reuníssemos mais uma vez para debater o tema.

Então, meus amigos e minhas amigas, hoje, aqui na Comissão de Direitos Humanos, vamos debater a prevenção aos acidentes de trabalho e a saúde do trabalhador. Segundo o anuário estatístico de acidentes do trabalho 2010, realizado pela Previdência Social, acidente do trabalho é aquele que ocorre durante o serviço, ou no trajeto entre a residência e o local de trabalho – aqui, dá alguns detalhes –, provocando lesão corporal ou perturbação e que pode resultar, como foi o caso específico do eixo deste debate, em morte, perda ou redução da capacidade do trabalho.

Importante destacar que um acidente de trabalho pode ter causas naturais ou motivadas pela ausência de medidas que garantam a segurança do trabalhador.

Eu confesso que, antes de ser sindicalista, eu era agente de segurança, e sou do tempo ainda do ato seguro e das condições inseguras quando se analisava cada acidente. Não sei se isso prevalece até hoje, pois já se vão mais de 30 anos – já caiu? – a questão do ato seguro e a condição insegura.

Bom, o que motivou nossa audiência pública de hoje foi justamente o último acidente com repercussão nacional: o acidente recente no curtume frigorífico de Mato Grosso do Sul – está aqui na mesa –, em que quatro funcionários acabaram morrendo após contato com material químico.

O que nós percebemos é que é preciso garantir proteção ao trabalhador e trabalhadores, e deve haver um acompanhamento maior dos órgãos competentes quanto ao uso e à fiscalização nas empresas, para que a segurança plena seja garantida. Sem segurança, as atividades não podem acontecer em hipótese alguma. Os trabalhadores não podem e não devem sujeitar-se, em hipótese alguma, a trabalhar em condições que possam trazer lesões ou mesmo a morte.

No caso Marfrig, um dos maiores frigoríficos que conhecemos, o que aconteceu foi lamentável: com o manuseio de produtos químicos, morreram quatro trabalhadores.

Bom, quero destacar dados que mostram o elevado número de acidentes do trabalho no Brasil. Em 2010, o Ministério da Previdência Social registrou um total de cerca de 701.496 acidentes de trabalho; em 2009, o número foi maior: 733.365; em 2008, aumentou ainda: 755.980 pessoas se acidentaram.

No meu Estado, Rio Grande do Sul, alguns dados mostram também as preocupações do setor – um erro de digitação não permite que eu leia os números corretamente.

Quero registrar ainda que, em 2010, a faixa etária que constatou o maior número de acidentes foi entre os jovens de 25 a 29 anos. Em contrapartida, no mesmo ano, trabalhadores e trabalhadoras acima de 70 anos foram os que menos sofreram algum tipo de acidente de trabalho – o Ministério do Trabalho registrou 34 acidentes. Por outro lado também, claro que o número menor de acidentes se explica porque são muito poucos aqueles que, com 70 anos, ainda estão em atividade. Só poderia ser menor mesmo.

Enfim, é só uma rápida introdução, para situar. Estamos aqui para ouvir os nossos convidados. Isso aqui não é um tribunal – que isso fique bem claro. A nossa audiência pública visa a debater os acidentes, doenças no trabalho. Claro que o caso Marfrig é uma questão pontual, sobre a qual queremos ouvir e sairmos desta audiência pública com propostas que venham na linha de que a gente possa diminuir a ocorrência de doenças e os acidentes no trabalho. Esse é o objetivo desta reunião.

Estão aqui representantes das centrais sindicais, de confederações dos trabalhadores, dos empresários, para que cada um exponha o seu ponto de vista sobre um tema tão importante para todos nós. Eu sempre digo que, com acidente ou doença de trabalho, primeiro, quem perde é o trabalhador; segundo, a empresa, e, terceiro, quem perde é a própria União, o Estado brasileiro, porque o gasto é enorme. Mas, sem sombra de dúvida, quem mais perde é o trabalhador, porque é esse que pode perder, inclusive, a vida. E, por isso, estamos aqui, para aprofundar o debate sobre esse tema tão importante.

Se me permitirem, acho que seria bom que começássemos a nossa conversa passando a palavra, primeiro, para o Diretor de Tecnologia e Sustentabilidade do Grupo Marfrig, o Dr. Clever, para que ele nos situe, porque as notícias chegaram aqui, no Congresso, das mais variadas formas. Alguns Senadores comentaram da tribuna. Eu mesmo comentei, mas muito mais do que li no jornal, sobre minhas preocupações e sobre a morte desses quatro trabalhadores.

Dois Senadores estiveram comigo, conversando sobre o tema, e conhecem mais ou menos a região – a região e os curtumes. Eles mostraram uma preocupação muito grande com esse produto químico. O produto é tão forte que, se manuseado, digamos, sem o devido cuidado – e os senhores podem nos explicar depois, quando usarem a palavra, tanto o senhor quanto o outro convidado –, ele tira o oxigênio do ar; e, tirando o oxigênio do ar, a pessoa morre em questão de minutos, segundo a informação que recebi.

Por isso que eu começaria com o Dr. Clever, para que ele faça a sua exposição e para que aprofundemos o debate não só especificamente sobre o caso Marfrig, mas numa visão nacional, com preocupação com as doenças e acidentes de trabalho.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pois não, Senador.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Antes de V. Exª passar a palavra propriamente dita aos debatedores que vão expor, como V. Exª acaba de informar, eu apenas quero me associar à preocupação e à ideia que V. Exª elegeu, em ter afirmado que esta reunião pública não é um tribunal, como disse V. Exª, que é Senador Presidente. Não é um tribunal. É um debate, numa audiência pública, para se discutir as questões de segurança no trabalho, pensando nas famílias, pensando no melhor entre os empregadores e os trabalhadores, em ambos os lados. Então, essa é a ideia da Comissão de Direitos Humanos.

Quero, mais uma vez, louvar a iniciativa do nosso Presidente, que sempre procura buscar o melhor, procura contornar, buscar os interesses de ambas as partes, buscar o que é melhor para o País, para o Brasil, para a conciliação. Essa tem sido sempre a ideia, o trabalho da Comissão, liderada pelo nosso Presidente, Paulo Paim.

Sucesso eu lhe desejo no debate desta audiência pública da Comissão de Direitos Humanos na manhã de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Senador Casildo Maldaner, que foi Governador do Estado de Santa Catarina, é um grande Senador da Casa e orgulha seu Estado e o Brasil.

O Senador Casildo tem uma postura de muito equilíbrio. E o que ele reafirma aqui é exatamente a intenção desta Comissão. É um Senador que sabe olhar o lado do empregado e o do empregador. É disso o que precisamos. Não adianta as pessoas virem, muitas vezes, numa reunião aqui, no Congresso... Claro, os trabalhadores vêm com a sua posição, mas nós, Senadores, temos que construir essa linha do equilíbrio para que as leis construídas ajudem efetivamente a melhorar a vida do trabalhador brasileiro, mas observando também qual é o papel do empresário. Por isso, estamos aqui; por isso, mais uma vez, cumprimento V. Exª.

Só para dar um exemplo do equilíbrio desse Senador – vou dizê-lo de público: os trabalhadores haviam me pedido que eu relatasse um projeto aqui, na Comissão da qual sou Presidente, que trata do relógio ponto. E pediram o mesmo também para o Senador Casildo. E, como eu vi o seu nome ali, um pedido seu, de imediato eu remeti para V. Exª. Depois, os trabalhadores me perguntaram, porque eu havia assumido o compromisso de relatar aquele projeto: "Senador, você não disse que ia relatar esse projeto, que ia debater conosco?" "Pois é, mas, ali, eu vi o nome do Casildo, um Senador qualificado, equilibrado, tranquilo. Encaminhei para ele." Mas aí fiquei pensando que eu havia assumido o compromisso com eles. Então, relatei o fato para o Senador. E ele disse: "Não tem problema, Paim. Está aqui o projeto de volta. Pode relatar. Eu sei

que você vai construir um relatório na linha do bom-senso, do equilíbrio".

Este é o Senador Casildo Maldaner, que está aqui conosco. Eu tomarei a liberdade de pedir uma salva de palmas para ele. É um grande Senador, que orgulha todos nós. (*Palmas*.)

Que bom que V. Exª está aqui conosco!

Pois não, Dr. Clever. O tempo é dez minutos com mais cinco, mas, se precisar um pouco mais, a Mesa, com certeza, vai assegurar a tolerância a V. Exª.

O SR. CLEVER PIROLA ÁVILA – Bom dia a todos!

Em primeiro lugar, eu queria agradecer ao Senador Paulo Paim pela oportunidade e também reafirmar aqui o compromisso do Grupo Marfrig em relação à segurança ocupacional.

Certamente, o nosso presidente gostaria de estar presente para este debate, porque, na realidade, é o nosso mentor principal com relação à estratégia de segurança do Grupo Marfrig. Nesse período de duas semanas seguintes, estamos com clientes internacionais nos visitando, e ele, então, teve que fazer uma opção nesse momento, porque o compromisso já estava programado com dois meses de antecedência. Portanto, novamente, as nossas desculpas, em nome do nosso Presidente, Marcos Molina. Vou tentar representá-lo realmente à altura, tentar esclarecer alguns fatos e mostrar o que é o Grupo Marfrig em termos de segurança do trabalho.

Eu trouxe uma pequena apresentação, que vai me guiar na condução dos trabalhos. Farei apenas, neste momento, algumas considerações iniciais.

A primeira delas, como o próprio Senador colocou aqui, é referente, vamos dizer assim, a informações da imprensa com relação ao acidente no frigorífico. O acidente não foi no frigorífico do Grupo Marfrig. Apesar de termos, na mesma localidade, dois empreendimentos, o acidente foi no nosso curtume. É um curtume, inclusive, novo em folha, construído em 2009 e um dos mais modernos do mundo, inclusive. Infelizmente, aconteceu a fatalidade.

Eu também concordo consigo: a maior perda é a do trabalhador. A Marfrig reconhece isso. E os senhores vão ver aqui que foi uma fatalidade, realmente, porque, apesar de termos dado todas as condições, que consideramos adequadas, ao trabalho, aconteceram fatos, realmente, aleatórios que culminaram numa situação de fatalidade.

Outro fator importante: nós temos um carinho especial pela comunidade de Bataguassu, porque, na realidade, ela é a origem do Grupo Marfrig. O nosso presidente, realmente, chegou a chorar quando recebeu a notícia. Não teve dúvida em deslocar toda a nossa equipe de direção e apoio para acompanhar de perto todo o acidente, prestando os devidos socorros, que, infelizmente, culminou na morte de alguns colegas de trabalho.

Realmente, Bataguassu é um marco importante para o Grupo Marfrig porque é a origem do Grupo. Um grupo novo, em torno de dez anos, que já é uma multinacional, representando a proteína animal em nível global.

Eu trouxe alguns *slides* iniciais para mostrar o que é o Grupo Marfrig em nível mundial. Depois, vou traduzir um pouco a política de segurança e saúde de trabalho do Grupo Marfrig, que é aplicada também em nível mundial; depois, entraremos em detalhes do acidente, que ainda está sob investigação. Então, a causa, realmente, efetiva não foi ainda validada pelos órgãos competentes, que estão analisando, inclusive do Ministério do Trabalho e da Polícia. Portanto, talvez, eu vou frustrar vocês, porque não temos aqui, neste momento, um fato conclusivo da causa real do acidente. Nós temos o fato que vamos relatar aqui.

Vou abrir aqui a apresentação.

Neste *slide* aqui, nós trazemos, vamos dizer assim, a composição do número de empresas das quais o Grupo Marfrig hoje detém o controle em nível mundial: Keystone, nos Estados Unidos; Tacuarembó, no Uruguai; Marfrig Alimentos – Divisão Bovinos, aqui no Brasil; Moy Park, no Reino Unido; Quickfood, na Argentina; e a Seara Alimentos, aqui no Brasil. Além disso, temos também a Zenda, que é uma empresa especializada em couros, do Grupo Marfrig, uma das maiores empresas, em nível mundial, com sede também na Argentina, Uruguai e África do Sul.

Aqui eu só queria ressaltar que é estratégico para o Grupo Marfrig realmente o aspecto de segurança. É um dos valores mais visados. Temos inclusive um comitê executivo de segurança, que se reúne periodicamente, com a presença do presidente da empresa.

Dentro da sustentabilidade do Grupo Marfrig, na área da dimensão estratégica social, a segurança tem o seu papel de relevância. E nós também introduzimos agora o nosso comitê internacional de segurança, o qual se reúne mensalmente para discutir as melhores práticas de segurança que nós temos no Grupo Marfrig em nível mundial. Então, mensalmente, nós temos trazido à tona temas de relevância que podem ser migrados, vamos dizer assim, em termos de aplicação prática, para cada empresa do grupo.

Aqui vocês têm o cenário do que é o Grupo Marfrig. Nós já estamos, em nível mundial, com 85 mil colaboradores, presentes em todos os continentes: nas Américas, na África, na Ásia, na Europa e na Austrália. Nós temos um relacionamento hoje, somente no

Brasil, com 13 mil produtores empresários rurais, seja na produção de proteína bovina, seja na conversão de proteína vegetal em aves e suínos.

Temos, em nível mundial, mais de 150 complexos industriais, onde estão aqueles 85 mil trabalhadores, produzindo e agregando valor para o Grupo Marfrig, presentes também em 22 países e em todos os continentes, como citei aqui. E hoje estamos presentes com produtos em 140 países, com várias marcas, e certamente a marca Seara é a marca mundial do grupo hoje.

Então, nossa estratégia, realmente, é a diversificação da proteína animal. Começamos com bovinos, caminhamos para ovinos, fomos para suínos, entramos com frangos, estamos com perus e, mais recentemente, lá no Chile, com lagostas inclusive. A estratégia do Grupo Marfrig é realmente ser uma fornecedora mundial de proteína animal e ser realmente uma das maiores empresas do mundo.

Falando no aspecto de segurança, é um valor realmente do Grupo Marfrig. Essa fatalidade manchou a nossa caminhada, mas também está nos alertando para o fato de que, por mais que tenhamos feito o nosso esforço de ter lidado com investimentos na ordem de R$20 milhões por ano, só em segurança, seja em treinamento, seja em adequações fabris ou em fornecimento de coletes de proteção individual. Mesmo assim, com todo esse planejamento, não conseguimos evitar esse acidente. E, com isso, estamos tomando outras medidas para reforçar o nosso processo de segurança dentro do Grupo.

Eu trouxe aqui, como colaboração e para mostrar dentro desta Comissão, os elementos principais e relevantes da nossa Política de Segurança e Saúde Ocupacional.

Para cada elemento daquele ali, nós temos, vamos dizer, um conjunto de ações, de políticas, de atitudes, visando justamente à prevenção do acidente.

Destaco, realmente, o trabalho com energia elétrica. No ambiente em que trabalhamos, existem riscos grandes, vamos dizer assim, e temos de tomar providências preventivas no sentido de bloqueio de máquinas, de estarem as pessoas preparadas com nível de conhecimento em energia elétrica. E tudo isso o Grupo Marfrig coloca à disposição em cada *site* que temos, nos 151 *sites*, na realidade, que temos a nível mundial.

Temos também trabalhos em níveis de altura, com os nossos silos, em que armazenamos os nossos grãos. Então, também temos cuidados especiais. Existem, realmente, ambientes confinados em que nós determinamos a abertura do trabalho em espaço confinado somente, realmente, com a autorização prévia de pessoas qualificadas, totalmente documentado e validado antes de se iniciar qualquer operação em espaço confinado.

Trabalho em ar quente também é uma preocupação nossa, porque também nós temos fábricas de ração em que o risco de explosão de poeira é bastante acentuado. E, se não tomarmos medidas, vamos dizer assim, superadequadas, podemos estar provocando uma implosão dentro do ambiente fabril. Por isso, temos também procedimentos específicos com a validação de engenharia de segurança e de técnicos em segurança.

Nos frigoríficos, certamente temos um trabalho grande com facas. Apesar de a tecnologia ter evoluído altamente na última década, com desossas automáticas, os nossos clientes ainda demandam desossas manuais, em função de se obter, realmente, um trabalho mais artesanal e um corte mais adequado à necessidade do consumidor.

Mais recentemente, em função, inclusive, do crescimento econômico do País, onde a demanda de mão de obra, de pessoas qualificadas, vem aumentando de forma bastante relevante, fomos obrigados a caminhar, de forma mais acentuada, no caminho da automação industrial. Isso é fato. Inclusive, somente no ano passado, 18 novas linhas de corte e desossa automática foram implantadas no Grupo Marfrig, porque se pode dizer que não há mão de obra disponível para poder avançar com a produção crescente e com o nível de valor agregado que o mercado vem demandando. Então, o Grupo Marfrig está agora caminhando fortemente para a automação industrial, visando a suprir essa deficiência de quantidade e qualidade de mão de obra qualificada.

Nós temos também o Plano de Atendimento a Emergências, que vai desde o aspecto de comunicação. Sobe realmente ao Conselho de Administração do Grupo Marfrig, que faz a gestão direta em caso de emergência de gravidade, como essa que aconteceu lá em Bataguassu.

Nós temos inspeções periódicas diárias. Nenhuma atividade do Grupo Marfrig inicia sua produção sem uma análise prévia dos aspectos de segurança e dos aspectos de alimento seguro. A área de segurança e de qualidade, diariamente, antes de se iniciar uma operação, faz inspeções, visando à liberação para o processo produtivo.

Um fator importante também: nós usamos muito recursos de terceiros. Nas nossas indústrias, serviços de terceiros só podem adentrar o parque fabril depois de receberem um treinamento adequado. Por isso é que nós caminhamos cada vez mais para termos poucas pessoas que tenham a qualificação desse tipo de serviço e que já receberam previamente esse tipo de treinamento. Assim, estão devidamente habilitados a

poderem fazer o procedimento dentro de nossas indústrias.

Por trabalharmos certamente com vários SKUs, nós demandamos então áreas de armazenagens que demandam um transporte interno acentuado, em nível de empilhadeiras e transpaleteiras. Todos que conhecem a indústria fabril sabem realmente a importância de se ter um traçado adequado para esses transportes móveis e, mais do que isso, a habilitação. Por si só já é legal ter habilitação, mas a empresa faz um esforço adicional de qualificação desses operadores.

Uma coisa que funciona bastante e eu acho que essa é uma diferenciação do grupo Marfrig em termos de segurança, é justamente a avaliação do comportamento seguro. O Senador colocou aqui "ato inseguro e comportamento inseguro", e nós acreditamos muito no comportamento. Por mais que o nosso funcionário, quando entra no grupo Marfrig, receba um treinamento adequado, manuais de instruções, retreinamentos periódicos para consolidar esse entendimento, o que a gente chama de comportamento seguro, o processo do comportamento seguro é a ferramenta mais importante do grupo, onde nós temos pessoas, profissionais, vamos dizer assim, com mais maturidade e experiência na operação, e eles ficam observando a operação de nossa equipe. Então, se tem algum colega que, por algum motivo, por exemplo, o time dele perdeu naquele dia, veio chateado, ele fica meio distraído na operação, ele reflete isso claramente como comportamento inseguro. Então, nós temos pessoas dentro do parque fabril, vamos dizer assim, orientando: "Olha, colega, esse tipo de atitude pode, além de provocar um acidente para você mesmo, pode inclusive provocar acidente em outros colegas". E isso é feito diariamente, é feito de forma oral, alerta imediato. E para aqueles colegas que são mais inibidos, eles escrevem: "Olha, encontrei aqui um comportamento inadequado do meu colega e eu acho que isso pode provocar um acidente". Então esse tipo de ferramenta tem-nos ajudado a crescer diariamente no aspecto de segurança, inclusive até em nível de investimentos, porque nos auxilia a introduzir novas ferramentas dentro do processo fabril.

Internamente, nós temos bastante trânsito de veículos, caminhões. São dezenas de caminhões diariamente nas plantas. Nós temos realmente uma linha de trabalho bastante focada no trânsito. Além dos nossos vendedores, porque nós temos milhares de vendedores em nível mundial.

O processo de ergonomia é um processo bastante forte dentro do grupo Marfrig; inclusive nós agora estamos participando do grupo Tripartite, com a área trabalhista, com o Ministério do Trabalho e a agroindústria, discutindo uma norma específica para frigoríficos. E o pilar dessa norma, na minha opinião, está focado na agronomia. Nós temos procurado, junto com a agroindústria em geral, transferir *know-how* em termos de agronomia para que a gente possa melhorar realmente as condições ambientais de trabalho focando nessa ferramenta importante que, apesar de ser antiga em nível mundial, vem sendo aplicada com mais ênfase agora, recentemente, dentro da agroindústria. E a Marfrig é uma das pioneiras no uso dessa ferramenta e vem colaborando de forma efetiva para que a gente possa realmente melhorar a condição de trabalho, ao nível de agronomia, dentro do trabalho manual feito dentro da agroindústria.

Certamente, com relação aos EPIs, a gente vem trabalhando cada vez mais e adotando níveis de certificação internacional, porque nem todo EPI parecer ser qualificado. Nós temos indústrias no Brasil, infelizmente, que vendem um equipamento não tão adequado. Nós criamos um comitê específico de avaliação de EPIs dentro do grupo, para testes em laboratórios de terceiros, para validar a qualificação do EPI que é dada pelo fornecedor. E nós só compramos EPIs certificados hoje.

Proteção auditiva. Nós temos algumas áreas ainda dentro do grupo em que não conseguimos minimizar o ruído dentro do limite máximo de decibéis adequado. Então, nós temos que adotar ainda proteção auditiva. A nossa área de engenharia vem trabalhando em nível de tecnologia no sentido de trazer equipamentos que diminuam esse tipo de ruído. Mas, infelizmente, isso não está disponível em nível mundial ainda. Então nós temos que adotar proteção auditiva.

Proteção contra fluídos contaminados também, para evitar inclusive contaminações ambientais, faz parte do nosso processo de segurança.

Proteção respiratória naquelas áreas de alta umidade e onde se trabalha com produtos químicos, isso também faz parte do nosso procedimento. Contra riscos químicos, idem.

Outra coisa em que a gente acredita muito é a campanha de comunicação. Nós temos comunicação massiva e intensa. E é obrigação da equipe de nossas fábricas fazer o que a gente chama de comunicação de área de segurança. Além da inspeção feita pela área de engenharia de segurança, para liberar as atividades produtivas, a supervisão é obrigada a falar sobre segurança antes de iniciar a operação também.

Isso aqui tudo, Senador, é um conjunto de atitudes que não funcionam de forma individual. Se nós não trabalharmos isso aqui de forma coletiva realmente, aumentamos mais ainda o risco de acidente dentro da agroindústria e do curtume.

Aqui é um exemplo de comunicação que é feita. Nós procuramos sempre aliar o lado humano do trabalhador, dentro daquele ambiente de trabalho, sempre lembrando que ele está com o devido EPI à disposição para ser utilizado e também com uma equipe de emergência em caso de um fato grave acontecer.

Nós temos caminhando, ao nível de certificações independentes e reconhecidas internacionalmente, em nível mundial, seja no aspecto de meio ambiente, seja no aspecto de alimento seguro, seja no aspecto de gestão, seja no aspecto de segurança, seja no aspecto de ética, seja no aspecto social. Nós acreditamos muito que a visão externa para dentro da nossa indústria é importante para nos alertar sobre alguns vícios talvez que a gente esteja cometendo.

Então, essas certificações que são feitas com auditorias independentes, a cada seis meses ou anualmente, trazem realmente um conteúdo importante, e que a gestão do grupo Marfrig, na presidência do Sr. Marcos Molina, dá a devida relevância para que a gente faça a melhoria contínua.

Aqui eu queria só salientar e desculpem-me por estender com relação ao tempo, mas eu acho que é importante. O grupo Marfrig tem o Pacto pela Erradicação do Trabalho Escravo, principalmente junto com o Instituto Ethos. Nós trabalhamos em *workshops* constantes, mostrando a nossa preocupação realmente de evitar esse tipo de trabalho ou eliminá-lo, inclusive na cadeia produtiva setorial. Nós trabalhamos junto com nosso fornecedor e demandamos, em nível contratual, realmente esse impedimento do uso de trabalho escravo aqui no Brasil.

Agora vou começar a entrar um pouco na ocorrência, na fatalidade realmente, que nos manchou.

A gente pode continuar, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Claro. O que mais nos interessa é isso.

O SR. CLEVER PIROLA ÁVILA – Willian, eu vou continuando aqui. Você me ajuda no processo?

O SR PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Se precisar de ajuda, fique tranquilo. Se quiser sentar aqui também...

O SR. CLEVER PIROLA ÁVILA – Para vocês terem uma ideia, Bataguassu, como eu falei, é a menina dos olhos do nosso presidente, porque tudo começou lá. E foi por isso que nós construímos recentemente, em 2009, no final de 2009, e inauguramos o maior e melhor complexo de curtume do Brasil. Ele está realmente nivelado com as melhores plantas em nível mundial. Eu falo isso de cadeira porque tive oportunidade de conhecer outras plantas, na Argentina, no Uruguai e na Europa, e realmente é um orgulho para o País ter uma planta desse calibre aqui. Tudo que tem de mais automático está naquele sistema lá. Quem conhece o curtume de décadas atrás sabe como realmente era o procedimento: quase desumano, as pessoas trabalhando dentro de tanques com água, manuseando produtos químicos. E o nosso curtume lá realmente conseguiu evitar tudo isso. É altamente moderno. Como citei, nós temos o grupo Zenda, que é o maior grupo de fornecimento de couro em nível mundial. Nós fornecemos hoje para a BMW, para a Mercedes-Benz, Boing, couros de especificação, inclusive para evitar a combustão – para vocês verem a tecnologia que está aplicada quanto ao couro. E aí trabalhamos, inclusive ao nível de tecnologia, trazendo vários tipos de maciez e resistência que são necessários para esse tipo de aplicação. Mais recentemente também, entramos com o fornecimento de couro para calçados.

O que ocorreu lá em Bataguassu? Na realidade, às 11h45 do dia 31 de janeiro, numa terça-feira, nós recebemos um caminhão de produtos químicos, que adentrou o nosso pátio e houve uma descarga equivocada. A transportadora, na hora que foi descarregar no tanque, em vez de colocar no reagente 1, colocou no reagente 2. E, imediatamente, iniciou uma reação, e essa reação formou um gás tóxico, e, para o azar, para cominar ainda, os tanques são externos e a ventilação conduziu a nuvem de gás para dentro da fábrica. Porque, se a ventilação, se o ar tivesse sido contrário, não tinha acontecido o acidente. Então, os tanques são externos, existem níveis de ventilação adequado e, na hora de descarregar, de forma equivocada o reagente 1 no reagente 2, percebido de forma imediata, inclusive pelo transportador, ele começou a descarregar através de bomba dentro do tanque e já percebeu uma reação exotérmica. Ou seja, houve uma liberação de calor. Então, o calor era tão intenso e ele já percebeu a saída de gás no suspiro superior do tanque. Então, imediatamente ele parou a aplicação. Na sequência, o vento levou o gás para dentro da fábrica, no nível numero 2 – no segundo nível –, onde estavam 20 trabalhadores. Imediatamente, aquele gás – vamos dizer assim – intoxicou, apesar de disponibilidade de máscaras de gás, não houve tempo, foi instantâneo realmente, e quatro colaboradores não conseguiram resistir à inalação desse gás e vieram a óbito.

Então, essa, na realidade, é a causa do acidente, que está sendo investigado pela polícia. Nós, imediatamente, paramos toda a operação de forma voluntária. Até hoje a planta está parada, está sob análise de investigação do Ministério do Trabalho e da polícia, e, enquanto não tiver a liberação a operação não está liberada. Então, o processo todo está sob investigação dos órgãos competentes.

Aqui eu queria mostrar como funciona, vamos dizer assim, em caso exceção. Em caso de exceção, dentro de qualquer planta, em nível mundial do Grupo Marfrig, o presidente daquela divisão, daquela empresa, é obrigado a relatar isso ao presidente do grupo Marfrig, que automaticamente aciona o nosso plano de emergência. Então, seja ela em nível de atendimento de funcionários, isolamento de áreas, envio de equipe mais competente ainda do que existe no local para tentar apoiar o processo e tentar realmente acionar imediatamente os órgãos competentes.

O grupo Marfrig é reconhecido pela sua transparência, seja em nível financeiro, seja em nível de resultado, seja em nível trabalhista e seja em nível de segurança. Então, em todos os momentos, nós sempre estamos trabalhando com os órgãos competentes, legais, de forma totalmente transparente porque temos o entendimento que sempre vai haver uma ajuda mútua em tentar corrigir algum desvio que possa ter acontecido.

Esse aqui é um desenho esquemático da produção. Esse tanque externo aqui azul é onde foi descarregado o reagente. Então, é um tanque externo, e o gás saiu na parte do suspiro e adentrou o processo produtivo. Então, é só para vocês terem uma visão do que é... E ali vocês vejam que o processo é todo automatizado, são todos níveis de máquinas que estejam operando. Um reagente é utilizado para retirar o pelo do couro do animal e o segundo reagente é usado para fazer a curtição da pele. Eles são usados de forma independente; nunca são usados juntos. As áreas são independentes, os tanques são independentes, a tubulação que alimenta o processo é independente. Então, realmente, foi uma fatalidade e que, vamos dizer assim, nos deixam até de forma incompreensiva, porque, com tudo independente, nós conseguimos misturar dois reagentes incompatíveis. Então, isso nos entristece realmente muito, em função da tecnologia aplicada e da condição de segurança que é dada ao processo produtivo.

Aqui estão algumas ações e, volto a frisar, nada paga a perda dos nossos colegas de trabalho. O que é que estava disponível? Nós colocamos a nossa frota de aviões próprios para transportar a hospitais de referência todos os acidentados. Aviões próprios da companhia levaram familiares e levaram os acidentados para centros de excelência, realmente para tentar recuperar a vida desses quatro colegas, o que, infelizmente, não foi possível.

Trabalhamos na parte seqüencial, que foi, realmente, dar assistência total às famílias, com a presença de profissionais qualificados do grupo, participando em todas as etapas e tentando fazer o que é possível. No momento, recuperar ou, pelo menos, minimizar o impacto que foi concedido nesse local de trabalho.

Independentemente da auditoria que está sendo feita pelo Ministério do Trabalho e também pela polícia, também contratamos uma empresa especializada, de químicos, para nos apoiar no sentido de buscarmos outras opções de segurança que possam ser aplicadas no processo produtivo. Também coletamos os reagentes químicos de forma individual e de forma misturada para identificar e qualificar que houve a mistura, para certificar que aquele reagente que veio era aquele era que tínhamos comprado. Todo esse trabalho foi feito, está documentação e à disposição dos órgãos competentes, apesar de os órgãos competentes terem feito um trabalho bastante similar.

Temos um trabalho, também, da equipe multidisciplinar do Centro Tecnológico do Couro lá do Senai. É também uma entidade bastante competente, que vem nos apoiando no processo da unidade. Contratamos a ASA – Assessoria & Serviços Ambientais, para fazer uma avaliação em paralelo para termos certeza, realmente, do que vamos aplicar como complemento de segurança, que também seja o mais adequado ainda. A nossa área de Engenharia, de Medicina do Trabalho e de manutenção também está acompanhando de perto todo esse trabalho. Adotamos, agora, esse tipo de dispositivo: modificamos a bitola dos reagentes. Então, a bitola de um não consegue entrar na outra. Tínhamos uma certa certeza. Os tanques, que são usados em processos separados, eram a solução, mas aconteceu um acidente. Então, agora, adotamos, vamos dizer assim, mais um dispositivo impedindo que novos acidentes aconteçam. Temos, agora, o controle, do controle, do controle. Se só o controle não foi suficiente temos, agora, o controle, do controle, do controle. É incrível! Temos debatido isso nos comitês de segurança, inclusive mundialmente. Como temos empresas de curtume na Argentina, no Uruguai, na África do Sul, já fizemos um trabalho conjunto para evitar, mundialmente, o que aconteceu no Brasil. Esse comitê, então, tem um plano de ação, com datas, que são assinadas pelo presidente de cada empresa.

Acabei repetindo. Estamos fazendo um novo treinamento de todo mundo. Apesar de ser sido uma coisa pontual, um serviço de terceiros. Estamos, realmente, caminhando para fazer novos treinamentos em todas as áreas aperfeiçoando, vamos dizer assim, todo o trabalho que já foi planejado, desde o início da planta.

Você gostaria de acrescentar alguma coisa ao processo? Não.

Então, fazendo um resumo. Acho que, no mínimo, a gente tem de aprender com a fatalidade. A lição foi dura, volto a frisar, mais dura ainda para nossos colegas

e para as famílias deles, mas com tudo o que a gente aprendeu com esse acidente vamos tomar medidas adicionais não só na planta existente, mas em todas as plantas, no mundo, do grupo Marfrig.

Agradeço-lhes a atenção e estou à disposição para esclarecimentos adicionais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência agradece ao Dr. Clever Ávila. Não sei se o Dr. William gostaria de complementar alguma informação neste momento.

O SR. WILLIAM TIRICCI – Neste momento, não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Na segunda mesa, você expõe o seu ponto de vista.

Só para explicar a todos os que estão assistindo, pela TV e aqui no plenário, vamos dar a palavra aos debatedores. Os Senadores falam no momento que entendem necessário. Depois, no final, a gente faz os encaminhamentos e os questionamentos que alguns dos Senadores entenderem que devem ser feitos a algum de nossos convidados. Passo a palavra, de imediato, ao Senador Antonio Russo, que me procurou para dialogar sobre suas preocupações com o fato.

O SR. ANTONIO RUSSO (PR – MS) – Muito obrigado, Presidente.

Em primeiro lugar, quero parabenizá-lo por seu aniversário, hoje. Todos nós sentimos... *(Palmas.)* Pelo que V. Exª representa neste Senado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Perguntaram-me a idade e eu disse: dia 15, então deve ser 15 anos – 15 anos aqui nesta Mesa.

O SR. ANTONIO RUSSO (PR – MS) – E muito bem representado. E nós, Senadores, que estamos adentrando agora temos no senhor um verdadeiro exemplo.

Presidente, eu queria dizer ao Sr. Clever – e que você levasse ao Marcos Molina, eu que conheço o Marcos Molina desde o Entreposto, depois Promissão e depois Bataguassu. Realmente, eu conheço a trajetória desse moço. Ele é um vitorioso. E quando aqui falou o Clever que isso manchou a trajetória, eu queria dizer, Clever, que não manchou, que isso é um acidente, é uma fatalidade. Temos no Brasil hoje oito mortes por dia por acidente de trabalho. E a responsabilidade da marca Marfrig eu conheço. Conheço desde o primeiro momento em que o Marcos iniciou o trabalho. Nós éramos presidente da Abiec e com ele lutamos para o engrandecimento e o fortalecimento da marca Marfrig, para chegar ao ponto em que chegou hoje. E é bom que se saiba que em 85 mil funcionários, 20%, eu calculo em torno disso, trabalham com uma faca na mão. E os acidentes são na segunda-feira, porque, como o senhor bem falou, temos os problemas do clube de futebol que perdeu, a briga de fim de semana com a mulher, o problema da filha. E esses ISOs que têm a Marfrig são de muita relevância. Hoje são poucas as indústrias que têm 5, 6 ISOs, e ISOs internacionais, como tem a Marfrig. A minha presença é mais não para questioná-lo, mas para parabenizar a marca Marfrig, para parabenizar o Marcos Molina pelo trabalho que ele vem fazendo. E não tragam isso como uma mancha, e sim como um acidente, infelizmente. Sou vizinho primeiro de Bataguassu, porque sou morador de Nova Andradina, ao lado de Bataguassu; sei do sofrimento da família, não só do Marcos Molina com os funcionários, como sei do sofrimento da família dele com os funcionários, e da assistência que foi dada.

Muito obrigado, Presidente, pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Este foi o Senador Antonio Russo, que fez a primeira fala do plenário como Senador.

Quero dizer da importância desta audiência, que trata de vida, saúde, acidente de trabalho. Entre os que estão conosco ainda e estão participando de uma forma ou de outra porque foram votar em outras comissões: Senador Casildo Maldaner, Senador Mozarildo Cavalcanti, Senador Cyro Miranda, Senador Antonio Russo, Senador Vicentinho Alves, Senador Paulo Davim, Senador Anibal Diniz e conosco o Senador Wellington Dias, que, neste momento, se encontra no plenário.

Passo a palavra, neste momento, ao Artur Bueno de Camargo, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins.

O SR. ARTUR BUENO DE CAMARGO – Obrigado, Senador Paulo Paim, quero cumprimentar aqui os demais componentes da Mesa, companheiros, companheiras, lideranças sindicais, senhores empresários, e quero parabenizá-lo, Senador, por mais esta audiência de tão importância para tratar da questão dos acidentes do trabalho e da saúde do trabalhador.

Se o Senador me permitir, eu gostaria de falar apenas dois minutos e meio e aí eu passaria a palavra para o Francesco, que tem uma apresentação, por uns 10 minutos, e depois eu faria a finalização. Então, eu pediria ao Francesco que já se preparasse para que não perdêssemos tempo.

Rapidamente, queria dizer que a nossa Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação, que representa dois milhões de trabalhadores das indústrias de alimentação em nosso País, tem feito várias ações na busca da prevenção do acidente do trabalho e da preservação da saúde e da vida dos trabalhadores. Como disse o Senador Paulo Paim, o acidente não interessa a ninguém, não interessa aos trabalhadores, não interessa aos empresários, não interessa ao Governo. De uma coisa nós temos de

ter consciência: por tudo que já foi mostrado, ainda é insuficiente para que possamos evitar acidentes, fatais ou não, no trabalho. Então, é preciso que tenhamos consciência de que é preciso haver um investimento maior nessa questão. A Confederação tem percorrido todos os Estados, tem realizado audiências públicas, tem realizado encontros, tem feito várias ações na busca de fazer com que haja, realmente, uma integração não só dos trabalhadores e dos empresários, mas também do Poder Público, para que juntos possamos, realmente, ter uma busca por melhores condições de trabalho, para que possamos evitar os acidentes e melhorar a saúde dos trabalhadores.

Rapidamente, não aqui contestando, mas acho que é importante dizer por que é colocado aqui que muitas vezes o trabalhador está preocupado porque o time dele perdeu no dia anterior, mas o trabalhador também está preocupado, muitas vezes e com certeza, porque as suas condições de trabalho não lhe permitem desenvolver as suas atividades adequadamente. O trabalhador também está preocupado com a questão de não ter um intervalo para que ele possa, realmente, se refazer daquela atividade penosa, daquela atividade insalubre que ele exerce. Sabemos muito bem que, dentro dos frigoríficos, é isso o que realmente ocorre. Então, existem outros fatores; não vamos aqui achar que é somente porque o time do coração perdeu. Então, é preciso que a gente possa pontuar essas questões e trabalhar para que elas realmente possam ser evitadas e possam dar melhores condições de trabalho a todos esses trabalhadores que exercem suas funções.

Vou passar a palavra ao Francisco, conterrâneo do Senador, para que ele possa fazer a sua exposição e, depois, faço o encerramento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vamos passar para o Francesco a palavra.

O SR. FRANCESCO SENTINELI – Primeiramente, bom dia a todos. Cumprimento o Senador e todos os demais na Mesa. Só para explicar que foi realizada, nos anos de 2010 e 2011, uma pesquisa, que a gente chamou de *Projeto Teias, tecendo estratégias integradas e ação em saúde*, realizada com o escritório do CNTA, da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Alimentação do Rio Grande do Sul, o escritório é no Rio Grande do Sul, e alguns sindicatos associados nas cidades de Alegrete, Bagé, São Gabriel e Pelotas. Isso foi feito numa parceria, numa articulação que fez uma parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e o Instituto Itapuí, que agora não faz mais parte das nossas associações. A coordenação executiva foi do Darci Pires da Rocha, que é o diretor da CNTA-Sul, e o coordenador do projeto foi o professor Paulo Albuquerque, que é professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e eu sou o pesquisador associado, Francesco Sentineli. O projeto teve, falando rápido da metodologia, ao contrário de um projeto estatístico que procurava dados no Governo ou no Ministério do Trabalho, ou na Justiça do Trabalho, nós procuramos aqui uma metodologia diferencial que ouvisse os trabalhadores.

Então, todos os dados que serão apresentados nos foram relatados, nessa pesquisa, com trabalhadores entrevistados nas cidades onde existem frigoríficos apenas de carne bovina.

O que a gente fez? O objetivo foi construir um diagnóstico que permita aos sindicatos da CNTA se apropriarem dessa tecnologia de pesquisa para usarem essa ação em diferentes momentos, construir um banco de dados sobre essas condições concretas. Já havia dados de outras pesquisas realizadas em 2007; depois falarei, comparando e atualizando os dados.

Essa pesquisa foi um pouco menor que a de 2007, foram 280 entrevistas, que estatisticamente, para aqueles frigoríficos, permitia uma noção. As entrevistas foram realizadas com questionário anonimamente, com 48 questões abertas e fechadas, procurando os setores e o risco de cada um deles.

Com esse método, a gente procurou valorizar a voz do trabalhador, a opinião e a experiência de cada trabalhador.

O perfil, como a gente tem pouco tempo, não há tanta necessidade de fazer.

Aqui, o tempo de empresa dos afastados.

Vamos procurar explicar mais os resultados principais.

A gente tem o mapeamento do ambiente de trabalho básico de um frigorífico, não é específico de uma empresa ou de outra.

Dentro desse ambiente, foram identificados na pesquisa, segundo a voz dos trabalhadores, setores de maior risco de acidentes e lesões causadas pelo trabalho repetitivo.

Esses são os riscos do ambiente de trabalho identificado pelos trabalhadores: barulho, 91%; frio, 67%; vamos passar aqueles que chamam a atenção, umidade, 85%, risco de quedas, 87%; repetição de movimentos, 88%; exigência de rapidez, 88%; um pouco menos, necessidade de levantar peso e uso de instrumentos perigosos. Mas, entre 80% e 90%, no geral, foram identificados esses riscos no ambiente em que trabalhavam.

Quando a gente vai aos setores críticos, isso aumenta sensivelmente, principalmente quando a gente aborda repetição de movimentos e exigência de rapidez, 92%, e exigência de rapidez, 90%.

Aqui, a gente vê algumas coisas que demonstram como eles veem a forma de trabalhar: 39%, 40%, mais ou menos, fazem rodízio de função; 70% basicamente – estou arredondando – fazem isso pelo menos uma vez por turno de trabalho, mas apenas 27% afirmam que consideram que os movimentos mudam quando realizam o rodízio. A maioria trabalha de pé; a grande maioria usa uma mão predominante para realizar as atividades. Quase a metade reclama de ficar extremamente cansada depois da jornada de trabalho. Quase 70% afirmam que ficam, durante o trabalho, sentindo dor e têm que mudar de posição. Os acidentes mais comuns relatados pelos trabalhadores são cortes, 66% e quedas, 60%.

E aí a gente começou a procurar sintomas de doenças de esforço repetitivo, que o trabalhador percebia no seu dia a dia, como evitar usar uma das mãos ou braços, sentir as mãos dormentes, sentir os braços muito cansados ao elevá-los, ter dificuldade de dormir, tremedeiras nos pés. E 78% dos entrevistados, nos setores que consideramos críticos, onde há maior incidência, 84%, afirmam que sentem dores constantes, essas dores constantes não são dores que acontecem às vezes, mas são dores permanentes, continuam sentindo essas dores, até quando estão dormindo, segundo eles.

Onde esse trabalhador sente essas dores? Na maioria, a gente vai encontrar costas, braços, pulsos, mãos, nos setores críticos que eu vou passar, para ser mais ágil. Isso aumenta sensivelmente também. Quase 60% sentem dores nos braços; 42% sentem dores nas mãos. A parte do corpo em que mais aparecem problemas realmente são os membros, porque realizam as atividades de corte principalmente.

Desses que sentem dores, 64% consultaram já um médico. Desses que consultaram médico, 77%, 80% nos setores críticos, dentro da margem de erro, foram diagnosticados com doenças por esforço repetitivo. Utilizam remédios como antiinflamatórios, 44%, analgésicos, relaxantes musculares e antidepressivos. E, dentro deles, apenas 5,4% afirmam que os remédios solucionaram o problema; 61% disseram que não podem parar de tomar os remédios de maneira nenhuma, senão voltam a sentir dor, e 33% informam que os remédios não fizeram nenhum efeito sobre a dor.

Aqui são algumas coisas relacionadas à qualidade de vida. Não é tão demonstrativo dos problemas que ainda estão sentindo.

Mas o que acontece é que essa pesquisa evidencia algo um pouco diferente do que se tem como estatística. As doenças por esforço repetitivo não aparecem claramente e causam problemas que não são rápidos. Eles começam a atingir a pessoa, começam a ter artrose, começam a ter tendinite e começam a influenciar no processo de trabalho dos trabalhadores. Esses trabalhadores acabam indo ao INSS porque sentem essas dores e, quando retornam, quando têm alta, deixam de ter a mesma capacidade de trabalho e, às vezes, acabam deixando a empresa.

O Artur pode citar mais dados, mostrando que a quantidade de trabalhadores que têm pedido demissão tem crescido nos últimos tempos, porque não conseguem, depois que ficaram pelo INSS, voltar à atividade de trabalho normal.

Essa é uma visão mais ou menos geral da pesquisa. Fica difícil, no tempo de que dispomos, demonstrar todo o resultado. A gente tem relatórios que podem ser distribuídos. Uma pesquisa similar a essa também foi realizada por nós, em 2007 e, anteriormente, também no setor do frango, que gerou um livro de que o Senador Paulo Paim também escreveu um capítulo. Basicamente é isso que a gente tem de dados, de números para fornecermos para vocês neste tempo curto.

Retorno a palavra para o Artur.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Francesco. Volto a palavra para o Artur Bueno, depois da exposição do Francesco.

O SR. ARTUR BUENO DE CAMARGO – Muito obrigado, Senador. Obrigado, Francesco. Eu queria rapidamente convidar inclusive os empresários para que juntos nós pudéssemos aprofundar mais esta discussão. Se nós queremos buscar alternativas para evitar acidentes de trabalho e melhorar a saúde dos trabalhadores, é preciso que tomemos ações conjuntas. Nós temos o entendimento de que só é possível reduzirmos os acidentes de trabalho e melhorar as condições de saúde dos trabalhadores, se houver a consciência de que não é possível continuar mais com essa jornada de 44 horas semanais em determinados setores, principalmente no setor de frigorífico. É necessário reduzir essa jornada de trabalho. E Paulo Paim, que é o nosso Senador, sabe disso. Nós já apresentamos, inclusive, um projeto aqui que traz essa questão de redução de jornada de trabalho. Nós realmente temos que ter consciência dessa questão.

Por outro lado, todos nós sabemos que qualquer um de nós que procurar um médico, principalmente se for um médico para analisar a questão da nossa disciplina de refeição, ele vai dizer que nós precisamos alimentar-nos a cada três horas. É preciso avançarmos além da lei atual, que diz que, a cada seis horas, há uma hora de intervalo de refeição. É preciso ter um intervalo nesse meio para que realmente os trabalhadores possam estar bem nutridos e em boas condições de desenvolver o seu trabalho.

Todos nós sabemos que o trabalhador começa a sentir algumas dores, como foi colocado aqui pelo companheiro Francesco. Quando começa a sentir algumas dores, ele vai ao médico do trabalho, Senador, e aí que começa realmente o grande problema. Em vez de procurar a causa daquelas dores, começa a indicar analgésico para camuflar esse problema, e isso realmente começa a complicar a situação até se chegar a segundo, terceiro grau onde não tem mais condições de recuperação.

Então, nós temos uma proposta concreta, que precisa mudar o sistema do médico do trabalho nas empresas. Esse médico não pode ter vínculo com a empresa, ele tem que ser um profissional independente, um profissional que esteja preocupado realmente com a saúde dos trabalhadores. Que seja um profissional que esteja preocupado com o fato de que, quando um paciente, um trabalhador procurá-lo, é preciso ir para dentro da indústria junto como engenheiro de segurança para saber o que pode se fazer para evitar realmente aquilo que vem acontecendo com ele. Então, precisamos encarar essas questões, aprofundando essa discussão, e fazermos essas mudanças necessárias para que a gente possa melhorar essas condições de trabalho nas empresas.

Portanto, entendemos que o médico do trabalho precisa ter a sua independência. Senador, o Brasil já é a 6ª economia mundial, isso é muito bom. Mas, por outro lado, nós sabemos que o Brasil ainda é a 84ª economia na questão realmente de desenvolvimento humano em nosso País. E acho que nós podemos estar contribuindo, e muito, com essas ações; nós podemos estar trabalhando para que cada empresa, e aqui não vamos falar dessa ou daquela, mas que todas as empresas estejam realmente arcando com sua responsabilidade social, e ter responsabilidade social é proporcionar aos trabalhadores melhores condições de vida, melhores condições de trabalho. E é nessa linha que nós queremos, inclusive, buscar alternativa, e quem sabe até contrariar um pouco o Ministro da Fazenda, Guido Mantega, que diz que nós só vamos alcançar uma condição de vida igual aos europeus daqui a 20 anos. Quem sabe nós podemos contrariá-lo e fazer isso num tempo menor e que a sociedade possa ter melhores condições.

Portanto, eu penso que fazer as empresas assumirem a sua responsabilidade social pode ser um caminho.

Quero, Senador, agradecer muito por essa oportunidade e nos colocar à inteira disposição. Nós estamos discutindo diretamente com a CNI, onde nós conseguimos abrir canal de negociação; queremos fazer realmente essa discussão em nível nacional, para que possamos ter ação nacional para colocarmos parâmetros que possam humanizar mais as condições de trabalho de todos os trabalhadores em nosso País.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem! Esse foi o Artur Bueno de Camargo, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins.

E, de imediato, passamos a palavra ao José Augusto da Silva Filho, que é o Coordenador Nacional do Fórum Sindical dos Trabalhadores – FST.

O SR. JOSÉ AUGUSTO DA SILVA FILHO – Bom dia a todos. Agradeço o convite feito pelo Senador Paulo Paim e por esta Comissão, por meio de seu requerimento, inclusive reivindicado por nós em uma audiência anterior...

Pois não, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Permita só que eu registre a presença conosco da Vice-Presidente desta Comissão, a nobre Senadora pelo Espírito Santo, Senadora Ana Rita, que usará a palavra no momento em que ela entender mais adequado.

O SR. JOSÉ AUGUSTO DA SILVA FILHO – Saúdo os Senadores desta Casa presentes na audiência, a Mesa, a Senadora Ana Rita, Vice-Presidente desta Comissão, CDH, companheira lá do Espírito Santo. Quero também saudar os companheiros e companheiras técnicos em segurança do trabalho que aqui estão presentes, Paim, do Distrito Federal, e o seu Presidente, Paulo Lopes, Presidente do Sindicado dos Técnicos em Segurança do Trabalho do Distrito Federal. Saúdo também aqueles companheiros, técnicos em segurança do trabalho que nos acompanham pela TV Senado, pela Rádio Senado e pela Internet. Faço, também, uma saudação especial ao pessoal da saúde do Rio de Janeiro. Amanhã, estaremos lá, no Tribunal, para a Campanha Nacional em Defesa da CLT. Na sexta-feira, já está lotado. Não sei como é que a gente vai botar o povo lá. O Senador Paim será um dos expositores; vai ser feita uma homenagem a Süssekind. O Diap estará presente. É um evento intersindical que promete. Praticamente as dezoito representações de confederações e das cinco centrais que compõem o fórum estarão presentes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Será onde mesmo?

O SR. JOSÉ AUGUSTO DA SILVA FILHO – No Tribunal Regional do Trabalho, na Av. Antônio Carlos, Centro do Rio de Janeiro, das 14h às 17h.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – OK. Aproveitando a informação, confirmamos a presença. Estaremos lá. São dois os objetivos: debater,

principalmente, a defesa da CLT e a nossa Previdência, pública e universal.

O SR. JOSÉ AUGUSTO DA SILVA FILHO – Inclusive com a presença da Copab – Confederação dos Aposentados e Pensionistas do Brasil.

Quero parabenizar o Senador Paulo Paim, Senadora Ana Amélia, por seu aniversário. Já batemos palmas, só falta cantarmos Parabéns. No dia de hoje, muita paz, saúde, prosperidade, sucesso! Tudo de bom mesmo! Precisamos do Senador Paim aqui no Senado. Houve uma ameaça de que ele iria para um ministério; minhas pernas começaram a tremer. Ele não pode ir para nenhum ministério. Queremos o Paim aqui no Senado. Nós nos orgulhamos de tê-lo aqui no Senado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Gostei de "uma ameaça". Em vez de ser um convite, "uma ameaça". Quer dizer, ameaçaram-no de levar-me para um ministério. Não foi uma ameaça, houve a possibilidade de um convite.

O SR. JOSÉ AUGUSTO DA SILVA FILHO – Para nós e para os trabalhadores, é uma ameaça o Paim sair do Senado. Quem sabe, no futuro – e acho que é o sonho de todos nós, praticamente uma unanimidade neste plenário e entre vários outros companheiros do Brasil –, Paim estará no comando do nosso País.

O tema prevenção de acidente e de doenças ocupacionais é muito extenso, Senadora Ana Rita, plural e dinâmico. Sou técnico em segurança do trabalho desde 1975, com muita honra. Construí uma vida por meio de minha profissão. Atualmente, sou Secretário-Geral da Federação Nacional dos Técnicos em Segurança do Trabalho, que é uma entidade nacional que congrega vários sindicatos dos Estados. Sou fundador, inclusive, dessa Federação lá no Espírito Santo, na Escola Técnica Federal, na Av. Vitória, em 1992, na sua terra.

Preparei-me para a minha apresentação. No entanto, depois da apresentação da Marfrig – a gente que é macaco velho nessa área, com muito tempo de janela –, tive vontade de mudar a apresentação, para colaborar, inclusive. Sou da área também, como disse, com muita honra.

Apesar de discordar de alguns pontos e de alguma indignação, que não é nada grave – não queremos atacar ninguém, procuramos soluções, inclusive com o envolvimento dos sindicatos. Os sindicatos também estão devendo muito, não é só o patrão, não. Tem sindicato que não está fazendo nada em termos de prevenção de acidentes. É justamente minha contribuição, hoje, tentar, além de dar um puxão de orelhas, motivar, mostrar que tem saída. Tenho propostas. Recentemente, na CTB, fizemos um seminário maravilhoso, em Garulhos, sobre formação e capacitação para dirigentes sindicais. Levamos esse recado ao seminário, onde houve um debate muito bom. Estamos à disposição de todas as demais entidades sindicais que compõem o fórum.

Vou fazer uma apresentação, então, mesmo com essa indignação, como havia planejado. Quero deixar também registrado o protesto da companheira Leninha, de Macaé, sobre o assédio moral, segundo ela vem denunciando, que vêm sofrendo os técnicos em segurança do trabalho da Petrobras. Leninha, somos solidários, estamos contigo. O Senador Paulo Paim é um grande defensor dos direitos humanos, bem como sua equipe, a Senadora Ana Rita e os demais Senadores desta Casa. Oportunamente, quem sabe, você estará nesta mesa aqui, denunciando o que está ocorrendo com os trabalhadores da Petrobras e também com os técnicos em segurança do trabalho que trabalham nas plataformas, nas refinarias de todo este País e que merecem uma atenção especial, porque estão lá para ajudar na prevenção de acidentes e evitar as mortes e as doenças ocupacionais nos locais de trabalho.

É assim, Paim. Antes de entrar no assunto, quero dizer que 28 de abril é o dia internacional em homenagem às vítimas de acidente de trabalho também. Há várias atividades no mundo, é uma data internacional; haverá vários eventos aqui em Brasília, nas principais capitais deste País, para fazermos uma reflexão sobre os altos índices de mortalidade neste País, principalmente, que chegam aproximadamente, na mão de obra formal, Senadora, a algo em torno de 3.800 a 4.000 mortes por ano. É preocupante. Fora a invalidez permanente e aquela temporária, que é enorme também, mesmo com as subnotificações.

Eu aconselho, como técnico de segurança e como consultor na área de segurança de saúde, a Marfrig avaliar melhor a sua política de segurança no trabalho, principalmente os programas e o sistema de gestão. Como eu vi no *checklist*, também fazer uma reavaliação sobre a política de segurança e saúde no trabalho quanto aos terceirizados. Não é crítica, não; é construção. É uma opinião minha como profissional. Sei como o terceirizado é complicado – não é, Artur –, você tem que ter uma política rígida, estar acompanhando, conscientizando, porque não é brincadeira. Por isso que temos uma preocupação dentro do Senado e da Câmara com relação a essa questão de terceirização, que dá a impressão de que é um funcionário rebaixado, que não é igual aos outros.

Então, é a minha contribuição como construção, é uma crítica construtiva. Reavaliem, vocês têm engenheiro, têm técnicos competentes, o sindicato do Estado de vocês é filiado da nossa federação, com o companheiro André hoje no comando, o vice é o Reinaldo, que estarão também à disposição no que precisar.

Eu preparei essa apresentação, fazendo um questionamento para reflexão. Vou procurar apresentar até o final devido à exiguidade de tempo. Mas eu preparei com muito carinho para tentar fazer com que esta mensagem chegue aos lares brasileiros, não aos profissionais da área de segurança, principalmente para o movimento sindical, para, definitivamente, a gente não ficar só culpando o Governo, o empresário, mas dizer que o sindicato tem o seu papel, previsto inclusive na Constituição e na legislação brasileira.

Então, pergunto: diante dessa nova desordem social, política, econômica, ambiental e mundial, segurança e saúde no trabalho ainda são um direito? Para refletir.

Próxima.

E eu não poderia também deixar de fazer uma reivindicação – o Senador Paim, desde mil novecentos e bolinha, é solidário com relação a este projeto aqui na Casa – e um apelo a quem está nos assistindo, autoridades, Casa Civil, Senado, Câmara, os companheiros nos Estados. O número do processo é aquele ali: 461001767/2003-99. O interessado é a Federação Nacional dos Técnicos em Segurança de Trabalho. Esse projeto é para regulamentação do Conselho, que pode ajudar inclusive nas ações do Ministério do Trabalho.

Categoria profissional diferenciada, é regulamentada por lei desde 1985 e não tem o seu Conselho próprio, é um absurdo. E a gente vê passar vários conselhos sendo aprovados e que não têm, com todo respeito às demais profissões, essa capacitação que nós temos. Somos uma profissão pós-médio, entre uma faculdade e o segundo grau, de larga experiência, com pessoas em todo o País de uma experiência fenomenal. E o Ministério do Trabalho não consegue nos disciplinar, não tem um código de ética, não tem uma orientação.

Outra coisa, Paim, a categoria quando foi criada, era para trabalhar em empresa. Hoje, o universo de consultoria, depois do advento da NR 7, PCMSO e PPRA, que é Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, e PCMAT, que é específico da construção civil, o número de consultoria cresceu assustadoramente. Então, hoje o nosso pessoal não está só em Sesmt. O Sesmt hoje se tornou uma coisa tradicional, ortodoxa. Hoje, vários técnicos, engenheiros, médicos, enfermeiros, o pessoal da saúde, até uma categoria nova, que são os higienistas, estão em consultorias, totalmente livres, leves e soltos, como diz uma música.

Parlamentares deste País, Ministros do Trabalho, provavelmente Brizola Neto que vai entrar agora, esse projeto, apesar da AGU, do Ministério do Planejamento, Conjur, com pareceres favoráveis, continua ainda dentro do Ministério do Trabalho e não vai para a Casa Civil, definitivamente, para que seja um projeto de Governo. Como disse o Ministério do Trabalho, já fez a parte dele, já aprovou. Isso tem de vir para cá, para tramitar dentro da Câmara e do Senado.

Próximo.

A ameaça que temos no Brasil com relação à segurança hoje, Senadora Ana Amélia. Ana Rita, desculpe-me, Ana Amélia é a gaúcha. Flexibilização dos direitos trabalhistas. Isso interfere diretamente dentro da questão da segurança no trabalho, principalmente com relação à jornada. Apesar da publicação da Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho, que tive o cuidado de não entrar nela, porque tem o Deri, tem o Festino, que é da Comissão, provavelmente vai falar dela. Tive o cuidado de não entrar nisso porque já tem fala sobre isso. Só parabenizar a Presidenta Dilma por ter tido a coragem de assinar essa política, que é uma política de Estado, e não de Governo, e fortalecer o Ministério do Trabalho, Paim, que está numa situação séria. Desestruturaram, inclusive, a Secretaria de Segurança e Saúde no Trabalho. A Fundacentro – cujo Presidente acabou de chegar; o Presidente da Fundacentro está aqui presente –, segundo matéria que li – está conseguindo respirar melhor, apesar das dificuldades financeiras, e o Governo conseguiu uma verba melhor para que a entidade funcione, pois estava com dificuldades grandes na pesquisa e no deslocamento de profissionais de um Estado para outro. O movimento sindical teve de bancar para ter o técnico, para ter o serviço da Fundacentro, a assistência e a experiência dela. Mas precisamos de mais para a Fundacentro. Não adianta aprovar a política se você não tem recursos, mas já é um primeiro passo. Agora, a Secretaria de Segurança e Saúde do Trabalho tem de voltar, Paim. Não tem condições de sucatear uma secretaria tão importante, de transformá-la em um escritório qualquer sob o comando da Secretaria de Inspeção do Trabalho, que tem um trabalho importantíssimo a fazer na área de fiscalização, no trabalho escravo e assim por diante. Nós queremos independência, um fortalecimento do Ministério do Trabalho e que volte a Secretaria de Segurança e Saúde no Trabalho.

As fiscalizações e demandas do Ministério Público do Trabalho também sufocam as subdelegacias, que hoje são Superintendências Regionais do Trabalho. O pessoal tem um declínio no número de fiscais, conforme pesquisa do Ipea, que recomendo até, Paim. O Ipea fez esse trabalho, chama-se *Saúde e Segurança no Trabalho no Brasi:, aspectos institucionais, sistemas de informação e indicadores*, que é importantíssimo que as pessoas acompanhem porque tem indicadores do Brasil, internacionais, o trabalho que o Remidio fez na Previdência com a questão do FAP, junto com o

companheiro Lino e conosco também, que éramos da Comissão Tripartite de Segurança e Saúde. Enfim, não vou entrar muito nessa questão da estatística. Quem gosta muito de estatística e de números é a imprensa, para provocar o sensacionalismo, mas é uma boa ler esse livro que se chama *Saúde e Segurança no Trabalho no Brasil: aspectos institucionais, sistemas de informação e indicadores,* do Ipea, em convênio, inclusive, com a Fundacentro. Não realizam mais as Campanhas Nacionais de Prevenção de Acidente, as Canpat. Antes, faziam as Canpat com a presença do Presidente da República, dentro do Anhembi lotado. Sumiu a Canpat, que nem existe mais. Você não vê mais propaganda na mídia, no rádio, na televisão. A cultura prevencionista é importante do ponto de vista educativo e cultural, e a gente não vê isso. Talvez, com a política nacional, a gente resgate isso novamente. A reestruturação prejudicando a segurança e a saúde do departamento, o negociado prevalecendo sobre o legislado, o que é um perigo enorme também para a segurança e para a saúde, porque a coisa pode ser negociada para baixo e não para cima, sempre é assim. A precarização das condições da organização do trabalho diz respeito às leis e normas, o grande *lobby* do amianto e outros agentes agressivos. Inclusive, recentemente, trabalhando com a Environ, a gente estava acostumado a fazer avaliação de lixadeira e esmeril de rebolo. Como está tendo a invasão violenta da China em tudo, os rebolos deles e as lixadeiras estão vindo como produtos diferentes dos nossos no Brasil e que nós não quantificávamos como exposição. É um caso sério do ponto de vista de higiene ocupacional.

Essa é uma pressão enorme dentro da Câmara, nos governos, para não fechar a mineração, não querem saber de fibra alternativa. E nós estamos nessa briga aí com o pessoal e todos os companheiros solidários pelo banimento definitivo do amianto.

Papel das instituições, sindicato e patronal. São poucos que realizam alguma coisa. E fazem outros questionamentos: trabalhar ou ter saúde, para reflexão também.

Próximo.

São 410 mil acidentes de trabalho por ano – sem medo de errar, mas errando, porque a mão de obra informal não está contemplada –, matam três mil brasileiros por ano no mínimo, de três mil a quatro mil. E o custo total para o País, total, para a Previdência, sociedade, todo mundo, é de R$32 bilhões.

Próximo, por favor.

De acordo com o Ministério da Saúde, duzentas patologias estão relacionadas com o trabalho. O destaque, e foi aqui dito pela pesquisa da UFS, do Rio Grande do Sul, a LER/DORT, segunda causa de afastamento do trabalho no Brasil, segundo dados do próprio INSS, por repetitividade.

A prevenção aos acidentes do trabalho é a ferramenta mais importante para evitar a incapacitação de milhares de trabalhadores.

Próximo.

O papel importante e fundamental dos sindicatos: na prevenção, na redução e na eliminação dos riscos em um ambiente de trabalho.

Direito à segurança e à saúde é garantia de todos, previsto em lei e, principalmente, na Constituição Federal.

Próximo.

Cabe às entidades sindicais – e aí peço encarecidamente e estou à disposição, ao vivo e à distância, para colaborar com o movimento sindical –:

– proteção dos grupos, classe ou categoria de trabalhadores, assumir definitivamente essa prerrogativa;

– possuir legitimação em defesa dos direitos e interesses coletivos;

– defender e proteger os trabalhadores no local de trabalho;

– respeitar as normas de proteção;

– atuar pela promoção e aplicação de seus dispositivos; e,

– acima de tudo, prevenir os infortúnios profissionais com medidas de segurança e salubridade, que é o papel dos sindicatos, das federações e confederações.

Para a efetividade das medidas de prevenção e proteção ao trabalhador, o quê e como fazer?

Agora, vai uma sugestão nossa:

Baseado no art. 154 da CLT, expressa obrigação legal: cabe às empresas observarem e cumprir.

Então, ninguém é bonzinho, faz norma à toa ou estabelece política à toa. É uma exigência legal, constitucional e, principalmente, baseada na CLT.

As disposições oriundas de convenções ou acordos coletivos de trabalho são de fundamental importância, como comentou o Artur, nessa tentativa com a CNI de avançar nessas questões de segurança e saúde no trabalho.

Quais são as vantagens dessas negociações coletivas?

Próximo, por favor.

Isso é fundamental. Por exemplo, a lei é mais abrangente, não é? Quando abre para convenção acordo coletivo, e são poucos os sindicatos que têm em suas cláusulas as questões de segurança e saúde no trabalho, uma, talvez, por falta de iniciativa; outra, por falta de assessoria ali. E, principalmente a patronal, que não quer discutir isso dentro da convenção. Passa longe. Mas vários sindicatos, numa questão até tradicional, todo ano, ao renovar, têm essas questões

bem definidas, porque possibilita resolver as questões de segurança e saúde no trabalho, considerando as peculiaridades de cada categoria profissional.

Possuir um processo normativo que incorpore aos direitos trabalhistas. Então, é específico e fica mais fácil trabalhar, principalmente nessa área que estamos falando aqui, que é uma área específica, porque o universo da segurança é enorme. A gente estava falando aqui de carne, de frigorífico.

Próximo.

O art. 7, inciso III, da Constituição, diz que cabe aos sindicatos a defesa dos direitos e interesses coletivos da categoria. Concede um campo amplo de atuação de combate ao risco em ambiente do trabalho. Isso é o que define.

A expressão – isso aí pessoal que não tem ação dos sindicatos, por uma questão de justiça, tenho medo de falar em alguns e errar outros que têm atuação nessa área de forma já tradicional. Mas, dentro da Diretoria mesmo, emperra aquele negócio de investimento que acontece com algum patronal também. Não, segurança vai ter que gastar e não entende como investimento, inclusive o movimento sindical. Contratar técnico, assessoria, o que é isso? Isso é desperdício, é loucura. Contratar técnico de segurança, engenheiro? Não para fazer segurança do prédio, para fazer ação sindical, assessorar a diretoria na negociação coletiva junto ao Ministério Público.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – José Augusto...

O SR. JOSÉ AUGUSTO DA SILVA FILHO – Pois não.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Dá-me licença, por favor.

O SR. JOSÉ AUGUSTO DA SILVA FILHO – Pois não.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sinto-me meio indelicada até por fazer esse gesto, mas eu estou precisando viajar agora.

O SR. JOSÉ AUGUSTO DA SILVA FILHO – Fique à vontade, Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Estava numa reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que está apurando a violência contra a mulher e, neste exato momento, eu preciso viajar. Já estou um pouco atrasada para ir ao aeroporto e avião não espera. Então, peço desculpas pela minha saída. Quero, juntamente com o Senador Paim, agradecer muitíssimo a presença de vocês aqui, hoje. A Comissão de Direitos Humanos cumpre um papel fundamental no sentido de ouvir as entidades sobre vários temas. Vocês estão aqui, hoje abordando um tema extremamente necessário, importante, mas, infelizmente, eu não posso ficar. Desculpe-me por interromper o senhor. Gostaria muito de poder continuar ouvindo-o. Mas, se estão percebendo a movimentação aqui, a cobrança para eu sair. Peço desculpas. Desejo uma boa audiência pública, sucesso nesse trabalho. Parabéns, Senador Paim, por sua disposição de estar aqui, sempre para ouvir as entidades, as pessoas. Desejo sucesso nesta reunião de hoje. Muito obrigada.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Essa é a grande Senador pelo Espírito Santo. Boa viagem, Senadora. (*Palmas.)*

O SR. JOSÉ AUGUSTO DA SILVA FILHO – Então, Paim, a fundamentação para isso está aqui embaixo, que é o art. 19, § 4º, da Lei nº 8.213 com o art. 174. Então, está coberto de motivos, de orientações com relação a essa questão da participação dos sindicatos e a provocação junto ao Ministério Público e ao Ministério do Trabalho.

Risco iminente: direito de requerer junto ao Ministério do Trabalho e ao Ministério Público a interdição e embargo em máquina, art. 161, § 2º, da CLT.

Isto aqui também mostra o quê? A vulnerabilidade do trabalhador. Ele precisa do sindicato. No sindicato, há proteção, estabilidade, tem ação. E, então, nesse risco iminente é onde acontecem as mortes, Artur. Porque ele sozinho, se uma Cipa não tem força suficiente, principalmente aquelas Cipas que são formadas pela patronal, de fazer o cumprimento disso. Então, o sindicato é de fundamental importância na denúncia. Hoje é fácil. Hoje existe *e-mail,* celular, *pager*. "Olha, a coisa aqui está assim, está vazando, está misturando isso, não sei o que mais." Então, o sindicato não pode entender segurança e saúde no trabalho como advogado jurídico. "Ah, segurança do trabalho? Vai lá e fala com o advogado." Coitado! Advogado sabe da questão pós-acidente, questão indenizatória. Prevenção quem domina é a gente. Então, tem que haver técnico que entenda, pessoal especializado para tratar dessa ação. E o trabalhador fica mais seguro tendo o sindicato por trás e que pode arguir em juízo, na qualidade de substitutivos processuais, como vocês estão vendo aqui, em favor do grupo de empregados, das categorias, condições de insalubridade, periculosidade. Fundamentado no art. 8º, inciso III, da Constituição Federal, e do art. 161, § 2º, da CLT.

Próximo.

Atuar primeiramente na prevenção dos riscos ambientais, reivindicando a implantação de medidas eficazes de segurança.

Há muito tempo se reivindicava o quê? Não, tem que pagar insalubridade, periculosidade.

O principal papel é a gente eliminar os riscos do ambiente de trabalho, melhorar as condições de trabalho e a implantação de medidas eficazes de segurança.

Poderá postular em juízo a eliminação e neutralização dos agentes prejudiciais à saúde do trabalhador também. É uma ação sindical.

Próxima.

Um papel essencial na defesa do direito da segurança e saúde, atuando na aplicação, fiscalização e na promoção das normas de proteção cabe ao sindicato prevenir e negociar melhores condições de trabalho, denunciar, representar em juízo, fiscalizar e fazer cumprir os dispositivos legais.

Então, nós temos que assumir a responsabilidade também. Não é só lascar madeira, não. Nós temos que trabalhar.

Próxima.

Fazer os deveres de casa, por exemplo. Curso de Formação para Dirigentes Sindicais na Área de Segurança e Saúde. Inúmeros sindicatos. Recentemente, eu dei um curso lá em Guarulhos, com eu disse – ouviu, Eduardo, Presidente da Fundacentro, que é lá do Rio, vamos estar no Rio amanhã, depois de amanhã lá no Tribunal, e o senhor está convidado, às 14 horas –, então, quanto tempo você está no sindicato? "Ah, rapaz, já estou há 25 anos no sindicato, é a primeira vez que estão fazendo um curso sobre segurança do trabalhador". Isso corta o coração por dentro.

Levantar e traçar perfil da categoria, para formular políticas de prevenção e de intervenção através de ação sindical.

Objetivo: Conscientização ampla sobre as questões relacionadas à segurança e saúde, promovendo a melhoria das condições de trabalho e de saúde dos trabalhadores.

Paim, já estou terminando.

Desafios para o sindicato: discutir e aprovar uma estrutura que contemple o quê dentro do sindicato? Não adianta criticar se você não tem propósito. E, se tiver melhor que a nossa, vamos receber para discutir. Formação em segurança e saúde; estudo e pesquisa; perfil da categoria. Porque muitos sindicatos, às vezes, não conhecem o perfil da categoria, como mostra esse livro, na página 289, com relato do Ipea, com relação a indicadores. Quantos que morreram, quantos que sofrem de LER, quando foram afastados, quais são os principais riscos... Tem que desenhar esse perfil.

Criar um núcleo ou departamento de Segurança e Saúde no sindicato ou entidade sindical, com profissionais que irão trabalhar nas ações sindicais voltadas para a segurança; estatísticas, eventos, atenção e vigilância sobre a saúde dos trabalhadores da categoria e de outras atividades de cunho educativo, pedagógico, preventivo e técnico.

Aprovação de previsão orçamentária de valores para custear esta estrutura. Não adianta ter o plano se você não tem o dinheiro para custear.

Se não tiver isso aí Paim, no mínimo isso que estou mostrando, como é que você vai à mesa com o empresário para negociar? Negociar o quê? Ou quem vai negociar para vocês é um engenheiro, é o advogado, quem mais? Quem tem que negociar é o dirigente sindical, tem que ter capacitação e ter uma bela de uma assessoria ou alguém para acompanhar.

Próximo.

Isso acontece na questão contábil, no direito, por que não pode acontecer na saúde do trabalhador? Você tem assessor jurídico para tudo quanto é lado, tem assessor contábil para tudo quanto é banda, mas não tem um assessor que possa assessorar a diretora ou a presidência e os negociadores na área de segurança e saúde do trabalho. Aí fica essa miséria. Um jogando a culpa para o outro, é governo, são os empresários e tal, mas nós temos que fazer a nossa tarefa, nosso trabalho de casa. E, para fazer o trabalho de casa, precisa ter o mínimo de infraestrutura para poder voar, para poder conquistar e para poder nessa luta diminuir o acidente no trabalho.

Os meus *e-mail*s e o *site*, que eu gostaria que vocês visitassem, quem está assistindo, os telespectadores da TV Senado, e o Facebook; fstsindical.com.br, que é o *site*; Facebook.com, todas as iniciais de Fórum Sindical dos Trabalhadores, em letras maiúsculas.

Próximo.

E, encerrando, eu deixo essa mensagem, para reflexão também, e colocando à disposição, Paulo Paim, agradecendo por esse espaço, que nós defendemos para que acontecesse em audiências anteriores, e colocar à disposição dos companheiros e companheiras do movimento sindical, desta Mesa aqui, principalmente o companheiro Artur, a quem eu já disse que pode contar com a nossa experiência e com a nossa participação, e, principalmente, à disposição da CAS e da CDH no que a gente puder contribuir com relação a segurança e saúde, para dar melhores condições de vida e de saúde para o nosso carente povo brasileiro.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem! Esse foi o José Augusto, Coordenador do Fórum Nacional Sindical dos Trabalhadores.

Eu fiz questão de perguntar para a assessoria se o Ministério do Trabalho foi convidado. E o Ministério do Trabalho foi convidado, mas não se fez representar...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sim, mas quem fala pelo Ministério do Trabalho?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pois é, eu queria lamentar a não presença do Ministério do Trabalho e por não mandar um representante para um tema tão importante como este: saúde, acidente de trabalho e a vida do trabalhador. Lamento.

E, quando eu vou para a tribuna demonstrar as minhas preocupações com o mundo do trabalho, alguns estranham. Não estranhem, estamos há dois meses sem ministro do trabalho.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pode usar o microfone.

O SR. LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA – Luiz Carlos de Oliveira, da Força Sindical. Ontem eu estava numa reunião na CTPP, com o coordenador Rinaldo, e falei desta reunião, que eu estaria aqui, se eles estariam presentes. Ele me falou que não tinha sido convidado. Então, talvez tenha havido um desentendimento, uma desinformação, um desencontro de informação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu perguntei aqui para a secretaria dos trabalhos se o Ministério do Trabalho foi convidado. Disseram-me que foi. Foi ou não foi convidado o Ministério do Trabalho?

O SR. LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA – O Rinaldo me falou que não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Se não foi, a culpa é da Comissão.

(Manifestações fora do microfone.)

O SR. LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA – Estou defendendo aqui, Sr. Presidente, porque acho justo pelo trabalho que eles têm feito nessa área. É um trabalho muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Informam-me aqui que a Comissão Tripartite recebeu o convite...

O SR. VANDERLEI CARLOS SARTORI JÚNIOR – Na verdade, a Comissão Tripartite do Ministério do Trabalho não estava comunicada disso. Nós discutimos isso ontem e isso não foi efetivamente, parece que não foi comunicado a esta Comissão. Embora esteja aqui presente o Paulo Albuquerque, que pertence à comissão, nós também fazemos parte, que certamente vai contribuir bastante, talvez em nome do Ministério do Trabalho e Previdência Social.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Avisam-me aqui que está presente o Eduardo de Azeredo Costa, Presidente da Fundacentro, que poderá representar o Ministério do Trabalho.

O SR. EDUARDO DE AZEREDO COSTA – *(Inaudível. Fora do microfone.)* ...sobre essa técnica ou qualquer outro assunto a gente se manifesta. Eu acho estranho também que não esteja, afinal de contas há todo um departamento do Ministério de Trabalho em saúde e segurança. E eu até posso dizer, para esquentar algumas coisas, que nós, na Fundacentro, sofremos certo isolamento do resto do Ministério do Trabalho. A gente participa das comissões, mas quando entra na cúpula do Ministério não chega lá. Essa é uma questão boa de conversar até.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – As preocupações estão registradas. Houve talvez aí um equívoco de comunicação. Eu gostaria muito que o Ministério do Trabalho estivesse presente aqui, até pela fiscalização, pela participação em um tema tão importante.

O SR. DARY BECK FILHO – Dary Beck Filho, da Central Única dos Trabalhadores. Também eu gostaria de saber se o Ministério da Saúde foi convidado para participar, porque tem uma área que cuida da questão da saúde do trabalhador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Foi convidado e está presente. Vai estar na segunda Mesa. O Dr. Paulo Rogério Albuquerque de Oliveira, coordenador-geral de monitoramento de benefícios por incapacidade do Ministério da Previdência.

O SR. DARY BECK FILHO – Do Ministério da Saúde, que tem toda uma área de saúde do trabalhador. Eu queria saber se houve o convite ou não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Aqui diz o seguinte. A história do Tripartite que foi falado aqui. O Dr. Paulo Rogério Albuquerque é coordenador da Comissão Tripartite de Saúde e Segurança no Trabalho e representaria aqui tripartite trabalho, saúde e previdência. O Dr. Paulo vai cumprir o papel, vai representar todo mundo, o Ministério da Saúde, o Ministério da Previdência, o Ministério do Trabalho, e está resolvido o problema. Ainda bem que o senhor está aqui. Está resolvido o problema, então. Ainda bem que o senhor está aqui, senão estaria tudo enrolado. Está resolvido.

Passamos a palavra ao Luiz Antônio Festino, Diretor de Assuntos Trabalhistas e Segurança do Trabalhador da Nova Central Sindical.

O SR. LUIZ ANTÔNIO FESTINO – Bom dia, Senador Paim, bom dia a todos. Estou aqui representando o nosso Presidente, José Calixto Ramos, que não pôde estar aqui, está em outra atividade, ressaltando, já de início, que estão presentes alguns representantes e trabalhadores filiados à Nova Central. Estão o Jorge Ubiratan e a Maria Bárbara, que é a Presidente da Federação dos Trabalhadores em Saúde do Rio de Janeiro, o Paulo Pimentel, o Marcelo Câncio e o Carlos Eduardo, que são do Sindicato de Saúde de

Santos, e o Carlos José, que é do Sindicato de São José dos Campos. Além deles, o pessoal do Sindicato de Motofrete e Mototáxi, que tem um grande índice de acidentes, talvez o maior nos dias de hoje.

Para iniciar, Sr. Presidente, gostaria de passar um vídeo de três minutos. Esse *videoclipe* é da campanha "Com prevenção é que se faz". É uma realização do Sesi e foi premiado no 8º Festival Internacional de Filmes de Multimídia do 19º Congresso de Saúde e Segurança no Trabalho da Organização Internacional do Trabalho, em Istambul, em setembro.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Parabéns! *(Palmas.)*

O SR. LUIZ ANTÔNIO FESTINO – Esse aplauso tem de ser para o Sesi. Aqui, aproveito para fazer uma crítica – estávamos presentes nesse congresso eu, o Dary e o Paulo Pimentel, pelo que estou vendo – ao Governo brasileiro, que não se fez representar nesse XIX Congresso, em que havia mais de 120 países presentes e em que não houve nada de apresentação do Governo brasileiro. Foi um congresso importantíssimo. À época, fizemos a crítica à alegação de falta de verba e tudo o mais.

Esse é um *videoclipe* do Sesi. A letra é de Lufe Herlinger e do MV Bill, e a produção é da Cine & Vídeo, de Brasília. Quero aplaudir o Sesi.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Cumprimento o Sesi e o Presidente Jair Meneguelli, meu parceiro do movimento sindical. Ele foi Presidente, e eu fui Vice dele na fundação da Central Única. Meneguelli, se você estiver ouvindo, mais uma vez, você surpreende de forma positiva. Você esteve aqui em uma audiência pública e deu um *show*, naquilo que você mostrou, de avanços que estamos tendo no Sesi, na ótica também dos trabalhadores e não só dos empregadores.

O SR. LUIZ ANTÔNIO FESTINO – Senador, eu vou passar uns números que não foram passados até agora com os quais fiquei impressionado nesse congresso.

No mundo, por ano, morrem 2,3 milhões de trabalhadores e trabalhadoras. Isso equivale a 6.300 mortes por dia. São dados da OIT. Há 321 milhões de feridos em acidentes e 850 mil lesões diárias. Então, é um número impressionante, que vem ao encontro do que o Senador colocou no início, de que há 2.700 mortes no Brasil.

Mas o que a gente vem levantando é que esses dados não refletem a realidade dos trabalhadores brasileiros. A gente vem questionando esses dados do Ministério da Saúde, do Ministério do Trabalho e, principalmente, os dados do Ministério da Previdência. Os dados oficiais não incluem os servidores públicos, não incluem os militares, os autônomos e o trabalhador da economia informal. Então, estão bem defasados os dados que o Governo brasileiro apresenta da realidade do trabalhador.

Isso também acontece com o trabalhador com carteira assinada. Vou dar o exemplo do meu setor, o setor de transporte, em que, por ano, morrem de 35 mil a 40 mil pessoas em acidentes de trânsito, ao passo que o dado do Ministério da Previdência é de 379 mortes de trabalhadores. Então, há uma diferença enorme entre o que acontece e a realidade desses trabalhadores.

A Marfrig veio colaborar com o que a gente vem denunciando, com a questão do acidente de transporte que aconteceu. O acidente de transporte – eu e o Dary vimos questionando a questão do fator de acidente previdenciário, onde a categoria...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só para quem está assistindo entender. Você falou acidente da Marfrig Transporte.

O SR. LUIZ ANTÔNIO FESTINO – Que se iniciou com o acidente do caminhão, em que houve a descarga do produto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Aquela questão das conexões.

O SR. LUIZ ANTÔNIO FESTINO – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Isso agora foi mudado.

O SR. LUIZ ANTÔNIO FESTINO – E o que a gente vem afirmando é que, apesar do avanço que foi o nexo técnico, apesar do avanço do FAP, ele não contempla as categorias diferenciadas, porque esse trabalhador está na indústria de alimentação e não aparece nos dados do transporte, porque o comunicado tem de ser feito para a categoria preponderante. Então, é um questionamento que a gente vem fazendo.

Outro dado interessante que percebi da apresentação da Marfrig é a preocupação deles com a questão do transporte interno, que são os operadores de máquinas, na questão de habilitação e na questão da qualificação.

E, nesse ponto, ele consta tanto do Estatuto do Motorista quanto da regulamentação da profissão. E, ontem, tivemos uma boa notícia, a regulamentação da profissão de motorista que está há 23 anos no Congresso Nacional, o Senador é autor de vários projetos, inclusive do Estatuto do Motorista, o regime de urgência foi aprovado, ontem, na Câmara, e provavelmente a gente consiga votar finalmente a regulamentação dos trabalhadores em transporte terrestre, os rodoviários.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só fazer um esclarecimento, porque é uma no-

tícia importante: o projeto original é do atual prefeito de Novo Hamburgo, ex-Deputado Federal Tarcísio Zimmermann. E eu fui relator de plenário, e o Senador Ricardo Ferraço foi da Comissão. Foi uma construção coletiva, que realizaram os representantes dos trabalhadores com os empregadores para que a gente construísse o relatório final.

Então, boa notícia se conseguiram a urgência lá na Câmara.

O SR. LUIZ ANTÔNIO FESTINO – Então, o detalhe importante é isso, que a indústria começou a perceber também que aquele operador que está lá dentro da fábrica tem também que ter uma qualificação, o produto que ele transporta. E isso está contemplado na nossa regulamentação.

Outro setor de que queria falar, e o pessoal da área de saúde está presente, que é pouco divulgado, Senador, apesar de ser um índice de mortalidade pequeno, mas o trabalhador na área de saúde, hospitais e afins fechou o ano de 2010 com 58.334 acidentes, sendo 42.500 típicos e 9.200 de trajeto. Então, uma área que é de saúde, com esse elevado número de acidentes. Depois, se tiverem oportunidade, poderão expor a situação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vão falar.

O SR. LUIZ ANTÔNIO FESTINO – Foi falado aqui da Comissão Tripartite, e eu faço parte, o Dary, da CUT, é o coordenador da bancada dos trabalhadores. Então, acho que está havendo alguma confusão entre comissões tripartites, é a Comissão Tripartite de Saúde e Segurança no Trabalho, que foi criada em 2008, e tem a participação de todas as centrais sindicais, o setor empresarial, mais o Ministério da Previdência, Ministério da Saúde e Ministério do Trabalho. Por isso, o convite para a Comissão Tripartite.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ah, por isso, está explicado. O convite foi para a Comissão Tripartite, não foi especificamente para o Ministério. Você tem razão.

O SR. ADIR DE SOUZA – Então, para esclarecer, Senador. Adir, da UGT, representando o Presidente do Sindicato, para esclarecer que existem duas comissões tripartites; esta da Previdência é a mais nova. Existe a Comissão Tripartite Paritária Permanente do Ministério do Trabalho, que, desde 1995, se reúne e reforma as normas, todas as normas regulamentadoras, análise de segurança e saúde no trabalho, e lá participam efetivamente as confederações patronais, as centrais sindicais de trabalhadores. Hoje estão todas as seis centrais do Banco do Brasil e também o Governo representado pelo Ministério do Trabalho e a Fundacentro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Bom esclarecimento.

O SR. LUIZ ANTÔNIO FESTINO – Ressaltando o que o José Augusto colocou, a participação dos sindicatos e a questão do setor empresarial. Há um avanço no Brasil nessa questão, um avanço na discussão, a importância da Comissão Tripartite, onde, após mais de 14 anos de discussão, foi aprovado o Decreto nº 7.602, que dispõe sobre a Política Nacional de Segurança e Saúde do Trabalhador, assinado pela Presidente Dilma, ano passado, e que é um trabalho que já vem sendo elaborado por essas comissões, vem sendo feita uma discussão.

E, no momento, a Comissão Tripartite está discutindo o Plano Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho, o Plansat. Já está em fase final de fechamento. Essa discussão ali dentro, fora outros assuntos.

A Comissão Tripartite está discutindo dois setores primordiais na questão da mortalidade: a construção civil e o transporte rodoviário de carga. Então, os dois com maior índice proporcional de acidentes.

Fora a Comissão Tripartite, as centrais sindicais, desde 2010, criaram o Fórum das Centrais Sindicais e Saúde e Segurança no Trabalho. Apesar das divergências sindicais no Fórum das Centrais, há uma grande unidade de luta em defesa da saúde do trabalhador. Então, o fórum vem discutindo. Em 2010, apresentou 18 projetos de mudança da Lei nº 8.213, questão da Previdência. Ano passado, fizemos a campanha pela humanização das perícias médicas. Estamos fazendo a discussão sobre o Plano de Saúde da Previdência para Aposentados e Demitidos. Inclusive, o Senador realizou uma audiência pública sobre plano de saúde privado. Quando o trabalhador se aposenta, ou ele é demitido ou ele passa a não ter mais direito nenhum. Então, é uma discussão que está aqui no Senado. Vai continuar. Nós estamos reivindicando com a ANS a questão do direito do trabalhador continuar com seu plano privado de saúde.

Ressalto que esses 18 projetos, em conjunto com as centrais, de autoria do Deputado Ricardo Berzoini, Pepe Vargas, que está assumindo agora o Ministério, a Deputada João Morais, o Deputado Paulo Pereira e o Deputado Roberto Santiago, foram construídos em conjunto com as centrais e o Parlamento.

Outro espaço importante que nos está causando preocupação é que foi criado o observatório de saúde do trabalhador junto com a Fiocruz. Aproveito o Dr. Eduardo. Essa verba vai até o mês de abril. Um espaço que é um portal na Internet, no momento organizado pelos técnicos da Fiocruz, conta com a participação das Centrais Sindicais. É uma verba do Ministério da Saúde com a Organização Mundial de Saúde, que,

infelizmente, vai só até abril. Parece que há uma proposta da Fundacentro para assumir o portal, o que seria importante para os trabalhadores. Mas eu defendo a independência desse portal com os trabalhadores, mesmo continuando a discussão com a Fundacentro.

Outra importante participação do setor é essa questão que eu ressaltei da perícia médica. Já tivemos duas ou três audiências no Ministério da Previdência. A situação continua gravíssima na questão dos laudos e da perícia. Não obtivemos retorno até o momento, mesmo a discussão tendo começado em abril do ano passado. Não obtivemos retorno dessa situação, que está gravíssima. Refiro-me à questão da alta programada, quando retorna esse trabalhador sem que ele tenha condições. Cito um fato no meu setor, o de transportes. Duas perícias, uma é a do Contran, a Resolução nº 267, segundo a qual os motoristas profissionais têm que passar pela perícia médica na renovação da carteira ou mudança de categoria. Esse perito do Contran registra que o trabalhador não está apto para o trabalho, mas a legislação, como é uma resolução, diz que é o perito do INSS. E esse perito do INSS libera para o trabalho. E o que tem acontecido: até mortes desses trabalhadores que retornam. Um motorista profissional é totalmente diferente de outro trabalhador que trabalha num escritório. Ele tem uma responsabilidade. Quando o Contran registra que ele não tem condições de trabalhar, vem o INSS e diz: "Não, devido à alta programada, que ele retorne ao trabalho". A gente até já debateu isso aqui, várias vezes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não, alta programada já aprovamos um projeto de nossa autoria para acabar com ela. Foi lá para a Câmara. Agora estão propondo um acordo para acabar com a alta programada. Não pode o computador dizer qual o momento em que o trabalhador está ou não está em condições de trabalhar. Quem tem que dizer é um perito, um médico. Senão, daqui a pouco, eu também vou me dar o direito de começar a fazer receituário, dizer quem está bom e quem não está bom.

O SR. VANDERLEI CARLOS SARTORI JÚNIOR – Senador, um outro problema que a gente enfrenta também no dia a dia é que as perícias são marcadas para o fim do período da licença médica. Então, o trabalhador, às vezes, vai à perícia depois que já está de alta médica, e acaba sendo negado o benefício. Isso também é um problema gravíssimo que a gente enfrenta no dia a dia nos sindicatos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem colocado, porque vem na mesma linha do que você está falando.

O SR. LUIZ ANTÔNIO FESTINO – É uma situação gravíssima, que vem sendo discutida, mas há uma demora muito grande nos encaminhamentos, principalmente por parte do INSS a gente tem a dificuldade desse encaminhamento.

Eu vou tentar falar pouco, porque eu gostaria, depois, que o pessoal da área da saúde também se colocasse.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eles vão falar.

O SR. LUIZ ANTÔNIO FESTINO – Senador, eu queria apresentar aqui a questão da Declaração de Seul sobre Saúde e Segurança no Trabalho, aprovada no 18º Congresso da OIT, em 2008, e ela foi referendada nesse último congresso. Então, passo para o Senado, depois temos algumas cópias para passar para vocês, a Declaração sobre Saúde e Segurança no Trabalho, aprovada pela OIT, que vai de encontro a tudo o que a gente vem discutindo aqui.

Para encerrar, aproveitando a presença do Dr. Eduardo, nós estamos com um problema seriíssimo. Hoje vai ter a reunião do Conselho da Fundacentro, e nós vamos apresentar um requerimento sobre a questão da ISO 2631, que trata do limita de tolerância. A preocupação nossa é que, isso nos foi informado, a Fundacentro, os técnicos estão estudando, através da Diretiva Europeia 2002. Essa diretiva estabelece limites de tolerância fixados para a Norma Paraíso.

O que isso vai acarretar? Nós temos vários estudos técnicos brasileiros e diversas ações na Justiça que são totalmente contrários a essa proposta. E a preocupação nossa é que técnicos da Fundacentro estão estudando a implementação dessa norma de higiene. Isso se trata de um acordo comercial na Europa. Então, a questão das empresas na Europa... Aí eles aumentaram os limites de tolerância. E o Brasil não pode adotar esse limite baseado no que está se passando na Europa. Nós temos de continuar com a questão da segurança.

Então, hoje, vamos protocolar na Fundacentro um pedido de esclarecimento e um pedido de discussão, para não ficar somente internamente, para essa norma de higiene que vai na contramão de tudo o que a gente vem defendendo. Então, é seriíssimo. Depois vou passar para o pessoal das Centrais, o Fórum, é porque eu não tive ainda a oportunidade e vou passar também para a comissão tripartite. Mas, principalmente, não seria o ponto, mais vamos aproveitar a reunião da Fundacentro.

Mais uma vez, Senador, eu agradeço a colaboração que o senhor vem dando a todos os nossos projetos aí. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Este foi o Luiz Antônio Festino que falou pela Nova Central Sindical dos Trabalhadores.

Eu conviDarya os quatro que estão comigo aqui na Mesa que retornem ao plenário e, de pronto, já agradecendo a presença deles, eu vou convidar o Luiz Carlos Prates, membro da CSP-Conlutas; convido o representante da Força Sindical, temos dois nomes, creio que seja o Luís Carlos de Oliveira, representando a Força Sindical; convidamos o representante da UGT, o Sr. Adir de Souza. Por favor, venham para a Mesa. Representando a Central Única dos Trabalhadores, o Dary Beck Filho.

Vamos tentar fazer uma única mesa para encerrar aqui, um de cada... O Paulo Rogério Albuquerque de Oliveira já está aqui, que resolveu todo imbróglio que nós criamos aqui, nós todos. De quem representava quem. "Não, tudo bem, represento as três pastas".

O Paulo já está aqui, o Dary também já está na Mesa. Adir de Souza, já o chamamos. Está aqui. O Adir representa também a UGT. Além disso, o Secretário Adjunto de Saúde e Segurança no Trabalho da UGT. O Adir está.

Todos estão representados aqui na Mesa, sem prejuízo... A Contac. Vanderlei, então. Por favor, Vanderlei, para a Mesa. Quero dizer que vamos passar a palavra também para a Fundacentro e para alguns companheiros do plenário que quiserem fazer uso da palavra no momento adequado.

Como o Paulo foi muito badalado aqui, porque vai falar em nome de três Ministros, vou passar a palavra de imediato para o Paulo Rogério Albuquerque. Os representantes do Marfrig que estão aqui no plenário, uma vez questionados, eles usarão da palavra.

Paulo Rogério Albuquerque de Oliveira, Coordenador-Geral de Monitoramento dos Benefícios por Incapacidade do Ministério da Previdência Social, em substituição ao Sr. Cid Roberto Bertozzo Pimentel, Coordenador da Comissão Tripartite de Saúde e Segurança no Trabalho. Dez minutos, com mais cinco se necessário.

O SR. PAULO ROGÉRIO ALBUQUERQUE DE OLIVEIRA – Bom dia a todos.

Regulamentação da Constituição da República. Será que é uma boa hora, pessoal?

O diagnóstico está pronto, não é, professor? Todo mundo sabe qual programação trabalha no Brasil, a gente já tem uma boa carga de informação sobre o diagnóstico: são duas mortes por hora, são três atentados por minuto, já há muita contribuição acadêmica, experiência sindical, contribuição das associações de profissionais. Chegou a hora, Senador, quem sabe, por que não, de regulamentar a Constituição da República.

Para quem não está associando o porquê dessa minha colocação, a Constituição da República recepcionou a CLT naquilo que não foi regulamentado ainda. A Constituição da República deixou lei para regulamentar: lei complementar para o SAT, lei complementar para aposentadoria especial, lei para redução de risco, lei para insalubridade, lei para periculosidade, enfim, lei. Não saiu nenhuma depois da Constituição da República. Estamos ainda em 1977, com a CLT, Capítulo V, discutindo periculosidade, que são conceitos do Brasil agropastoril, de Vargas, lá atrás, importantíssimo; Estado Novo, importantíssimo; mas a gente superou isso. A gente precisa ter um outro referencial e a Constituição da República nos obriga a seguir o referencial de saúde pública e de saúde coletiva.

Então, a minha proposta aqui, Senador...

Obrigado. Estou muito nervoso, pessoal. Ontem à noite recebi a notícia de que viria aqui no lugar do meu Diretor Cid e agora fiquei sabendo que vou representar três... Eu me preparei para falar como um mero cidadão aqui, que tem algum acúmulo no assunto.

Enfim, vou-me postar aqui, não como fala do Governo, não tenho representação do Governo para falar neste espaço aqui agora. Estou sendo muito honesto com vocês. Não tive tempo de conversar com meu Diretor para alinhar. Vou falar como uma pessoa que tem alguma expertise na área; vou tentar contribuir. Está certo? Cinco minutos, professor. Prometo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Dez com mais cinco.

O SR. PAULO ROGÉRIO ALBUQUERQUE DE OLIVEIRA – Ok. Cuidado com o fio, senão será acidente de trabalho.

Minha posição aqui será de coordenador do Ministério da Previdência, representando a Comissão Tripartite, mas, fundamentalmente, falando como um acadêmico pela Universidade de Brasília, onde sou pesquisador-colaborador.

Temos aversão a risco? Nós temos de fazer campanha contra o risco? Se eu fizer essa pergunta aqui: você paga R$3 mil ou você recebe R$4 mil, professor Paim? Olha a pergunta aqui. Isso é um inquérito pessoal, aqui para nós: você paga R$3 mil ou você aposta pagar nada, com 20% de probabilidade, ou pagar R$4 mil com 80% de probabilidade? O que vocês preferem? Aposta ou paga? Que silêncio, heim! Amigo, você só tem duas opções: ou paga ou aposta, certo? Ou você paga três mil contos ou você aposta, com 80% de probabilidade de pagar R$4 mil, ou 20% de probabilidade de pagar nada. O que você prefere?

Então, grava aí, grava aí com a sua resposta, certo?

Próximo cenário. Agora você recebe R$3 mil ou você aposta receber R$4 mil ou receber nada? Pensa Jimmy Neutron, pensa Jimmy Neutron! Está na hora de as crianças lá em casa assistir ao filme... Pessoal,

são dois verbos em cenários idênticos com polaridade inversa: em um você é vetor entrando; no outro, é vetor saindo. O que vocês preferem? Qual a diferença disso para a saúde do trabalhador normalmente na empresa? Eu prefiro fazer prevenção no ambiente de trabalho ou eu prefiro apostar que isso não vai cair, que isso não vai acontecer, que o dedo não vai quebrar, que não vai LER/DORT... Eu coloco a borrachinha, o EPI, o capacete...

A Constituição da República já tratou sobre isso aqui, tá, pessoal? Então, isso aqui ganhou o Prêmio Nobel em Economia em relação a investimento da bolsa de valores.

Então, o que eu fiz aqui foi o Ctrl+C/Ctrl+V no Nobel da Economia, trazendo isso para a saúde do trabalhador. Qual o perfil do investidor? Qual o perfil do empresário? Eu prefiro prevenir, proteger ou assumir o risco de causar lesão a outrem, sabendo que o ambiente é arriscado?

Bem, aqui é para reflexão. Espero que vocês reflitam nessa temática.

A conclusão dos pesquisadores é que para os mesmos parâmetros, para a mesma probabilidade, o mesmo tudo, a definição de risco não é cognitiva, ela é emotiva, é emocionada. Não é à toa que o corretor quando te pega ali no *stand* de vendas quer que você feche o negócio na hora, não é? Porque, se você for a casa e refletir, você não fecha o negócio.

Conclusão da pesquisa – minha opinião primeiro –: na hora de receber, que apostar que nada, rapaz! Está doido! Eu vou receber os três mil contos e vou apostar... Eu quero os R$3 mil, minha opinião primeiro, certo? E no cenário um? Vou apostar. Noventa e dois por cento dos entrevistados preferiram arriscar, pagar R$4 mil, ou seja, nós adoramos o risco. Nós não temos aversão ao risco. Essa teoria, a Teoria da Homeostase de Risco, que fez com que todos os investidores partissem para a discussão: quanto mais proteção, mais risco eu assumo. Se eu tenho capacete ou tenho EPI, eu vou assumir mais riscos, porque eu penso que eu estou protegido. Eu não sei se eu estou conseguindo me explicar. Se eu estou com um freio ABS no carro, eu vou a 80km por hora? Eu estou em meu Chevetinho, eu vou bombeando o freio e vou a 80km por hora, certo? Mas numa Hilux, uma 4x4, uma 300x300... Então, você assume novas condições de risco a partir do momento em que você se sente protegido. Agora, se você está falsamente protegido... O que isso tem a ver com gestão de pessoas? O que eu estou colocando para vocês é o seguinte: são três mortes por hora, são três acidentados por minuto. O risco é assumido; esse risco vem a se consumar por um terceiro, que não eu que defini o risco, mas aquele que eu subordino, que é o meu empregado.

Amos Tversky e Daniel Kahneman, Prêmio Nobel de Economia – aplica-se Ctrl+C/Ctrl+V direto aqui par a saúde do trabalhador. Nós não temos aversão a risco, pessoal; nós não temos de fazer campanha contra risco, nós temos de fazer campanha para não ter perda. O que nós detestamos é perder.

Bem, dando o exemplo aqui do ABS, se eu me sinto protegido – o ABS é o EPI do carro, não existe um ABS para mais de um carro, é só para um carro, portanto, é um EPI, o ABS de um carro é o EPI, e ele funciona – eu assumo novos patamares de risco porque eu sei que ele funciona.

Analogamente, o trabalhador que pensa que está protegido, ele assume novos patamares de risco, concordam? Só que ele não está protegido efetivamente. A consequência disso é que nós temos uma Previdência Social hoje com um rombo produzido por filas de acidentados. E a culpa é da Previdência por que não tem o médico, não tem a fila, reabilitação, alta programada. E a discussão de fundo é por que tem tantos acidentados chegando ao balcão do INSS?

Sensação de risco, aumenta a proteção, falsa proteção, você tem a dupla situação perigosa: não tem risco nem tem proteção. Estou falando rápido, pessoal? Posso falar mais rápido um pouquinho?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não, está bom assim; mais rápido não. Mais rápido ninguém vai entender.

O SR. PAULO ROGÉRIO ALBUQUERQUE DE OLIVEIRA – Então vamos lá.

A nossa proposta aqui é discutir, dentro... O áudio está pedindo para ficar mais calmo. "Está bom, respira"... (*risos*.) Pessoal não é fácil estar aqui na frente não, viu? Eu vejo vocês aqui pela televisão lá em casa, tá? Nunca fiquei aqui na frente não, é a primeira vez.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está indo bem; está indo bem.

O SR. PAULO ROGÉRIO ALBUQUERQUE DE OLIVEIRA – Gestão nominal e gestão patrimonial.

Por que não fazer Ctrl+C e Ctrl+V na gestão patrimonial? Eu tomo conta do estoque, do almoxarifado, faço manutenção na máquina, tenho manutenção preventiva, preditiva, corretiva na máquina? Se eu fizer um reducionismo filosófico e considerar que o ser humano é um patrimônio e se eu aplicar as mesmas normas patrimoniais de prevenção ao trabalhador nós teremos um ganho social, ainda que com um reducionismo filosófico, professor Paim? Eu sei quanto há no estoque hoje, se há desfalque, se há perda, se há roubo, furto, se há depreciação acelerada de patrimônio. Não sei tudo isso? Não tenho nenhum plano de gestão para

isso, não tenho nenhuma lei obrigando a fazer isso, mas eu faço. Não tenho Sesmt para contador, analista patrimonial, muito menos para administrador e tudo isso funciona. A discussão é e Medicina ou é de gestão? Por que as empresas não publicam o balanço juntamente com o balanço patrimonial, o balanço de resultados de exercício em abril de cada ano? Quem é mais importante? Essa senhora com essa focinheira, que os engenheiros chamam de equipamento de proteção individual? O que é mais importante, esse protetor facial ou a máquina? Vamos ser honestos, pessoal? Quem é mais importante? Na Comissão de Direitos Humanos estamos fazendo um paralelo entre uma estrutura física com valor agregado, contabilizado, uma estrutura física transcendental, que tem corpo, mas tem alma, tem sonhos, tem objetivos, tem ideais. O que é mais importante, o operário ou a máquina que ele opera? Se a gente fizer um paralelo entre a gestão patrimonial, que controla a corrosão de cada vaso de pressão dessa unidade industrial, eu sei o tempo de troca de cada chapa, de cada purgador, de cada válvula de pressão. Eu tenho o controle do parafuso com flange, cada um dos flanges é um dado operacional, eu sei quando vou trocar quando vou fazer manutenção. Por que não fazer Ctrl+C e Ctrl+V. Em outras palavras, por que a gente não publica uma lei colocando para as duas empresas apresentarem gestão hominal, assim como a gente publica gestão patrimonial?

São apenas colaborações. Há algo errado nessa figura, pessoal? Há algo errado nessa figura? Essa figura fica destoante em função da antropologia que está por trás dela, não é? Por que, se fosse um cidadão de cor negra, pernambucano como eu, buchudinho, não é isso? Estaria compatível com a antropometria de um pernambucano, tipo eu aqui, técnico em mecânica e tal. Mas, como é uma loura de olho azul, isso foge ao estereótipo que se espera. Ou seja, o EPI está vinculado não ao processo produtivo, mas à antropologia que se espera dele. Estamos falando de direitos humanos, tá? Não se espera que uma loura de olhos azuis aguente mais de dois minutos com uma focinheira no estúdio para fazer foto, porque derreteu o rímel e o batom derreteu.

O que se quer aqui, em outras palavras, é prevenção do meio ambiente do trabalho, o meio ambiente do trabalho equilibrado e usar o EPI, sim, mas na máquina. Ok? Você muda o referencial teórico, você parte para atacar o meio ambiente desequilibrado, deliberadamente desequilibrado.

Bem, em outras palavras, estamos falando do quinto elemento, da quinta essência. Paremos para pensar: o Brasil recebeu há 30 anos o desafio: "Vamos produzir com qualidade?" Aí veio aquela onda: "Não, mas o custo da qualidade vai aumentar muito, vai inviabilizar o Brasil." Quem fala mais hoje em qualidade? Ninguém. É intrínseco ao processo produtivo. Os empresários perceberam que fazer qualidade faz bem para o lucro. Não é isso? Aumentamos nossa capacidade instalada, não temos retrabalho, não temos nenhuma inconformidade no processo produtivo, não existe controle de qualidade, portanto. A qualidade é intrínseca ao processo produtivo. Estamos falando de capacidade, de produtividade, conformidade e qualidade.

Próximo paradigma: ambientalidade. Produzir bem, bonito, bem feito e barato sem contaminar o lençol freático. Não é isso?

E o quinto e último paradigma: produzir bem, bonito, bem feito e barato sem adoecer o trabalhador que nele labora.

Estamos diante, professor Paim, de um desafio constitucional de fazer valer a Constituição da República no tocante a esses cinco dedos aí. E o último dedo, que é bastante transcendental, é não contaminar o lençol freático, o ar, a água e o trabalhador que nele labora. Não adianta fazer bem, bonito, barato e bem feito se você não tiver ambientalidade e hominidade. Em outras palavras, estamos falando de um corte epistemológico: produzir na primeira vez bem feito, bonito, barato, não poluidoramente, de modo limpo, hígido, não adoecedor. É tão difícil isso? Nós temos capacidade para fazer isso? Nós temos capacidade técnica para fazer isso? Quer mais difícil do que fazer com qualidade um poço de 5 mil metros de profundidade – fundura como se fala em Pernambuco – e achar óleo, achar gás?

Gestão integrada. A qualidade do custo do meio ambiente/ser humano. Fatores intrínsecos à produção. Na hora em que a gente incorporar a produção a esses fatores, a gente vai discutir outras coisas, não médico, Sesmt, CLT. A isso o empresário está disposto, tenho certeza.

Bem, uma discussão importante, professor Paim, para a gente contextualizar, é que a incapacidade tem três prismas. Não adiante eu me sentir doente se o médico disser que eu não sou doente. Não adianta eu não me sentir doente, o médico dizer que eu não sou doente e todos vocês acharem que eu sou doente. Vocês acham que eu sou normal? Vocês acham que eu sou normal? Que eu sou um incapacitado para o trabalho? Eu sou normal? Eu uso óculos, eu sou doente. Certo? Eu não sou doido. Mas eu sou incapacitado para o trabalho?

Essa definição de incapacidade para o trabalho perpassa três mundos: o mundo da biologia – existe um laudo dizendo que eu sou um doente –, o mundo do psicológico – eu me sinto doente – e o mundo sociológico – vocês acham que eu sou um doente.

A questão é de que perspectiva virá a incapacidade. Qualquer que seja a perspectiva, diz a Constituição da República, o trabalhador tem direito ao benefício por incapacidade. Tanto faz se é biologicamente, psicologicamente ou sociologicamente definido. Não há adjetivo na Constituição da República. Tem direito ao benefício por incapacidade.

Hoje, nós reduzimos – está aí o problema no INSS, Professor Paim – a perspectiva da perícia médica para o mundo biológico, como se o mundo biológico conhecesse todos os fenômenos sociais e psicológicos que o trabalhador enfrenta, o trabalhador e todos nós outros aqui.

Bem, então o que nós estamos propondo aqui, em outras palavras, é manter a perícia do INSS, mas uma perícia de seguro social, não a perícia médica. A medicina entraria, é importantíssimo que ela componha esse seguro social, mas seria uma perícia combinada com os demais olhares.

Outro ponto importante...

Quanto tempo? Meu Deus, um minuto.

Outro ponto importante aqui é essa triangulação: o INSS cessou o benefício, o trabalhador retorna à empresa porque o contrato é reativado.

E agora como é que faz?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mais cinco. Tem mais cinco.

O SR. PAULO ROGÉRIO ALBUQUERQUE DE OLIVEIRA – Cessado o benefício, o que acontece? A empresa tem que pagar o salário. Por quê? Porque o contrato é reativado. O contrato é suspenso quando não entra benefício, certo? Concordando ou não, o médico do INSS cessou o benefício. Cessado o benefício, reativa-se o contrato de trabalho.

A empresa discute com o INSS, não concorda, tem que entrar na Justiça contra a empresa. Agora, não cabe, em momento algum, não pagar salário para o trabalhador, porque nesse momento ele está sem salário e sem benefício.

Aqui tem essa representação empresa-segurado-INSS. Então, essa tríade funciona, roda em ciclo contínuo, o trabalhador entra em alta médica, a empresa reassume, paga salário, se discute com o INSS, briga com o INSS. O INSS mantém seu argumento ou não, quem vai decidir isso é a Justiça Federal.

Essa é a sequência no Brasil. Diagnóstico de agravo, incapacidade: sim ou não? Duração: mais ou menos 15 dias. Modalidade: temporária ou permanente? Olha a quantidade de pergunta que tem que estar conversando com Deus, em Twitter, ligado ali! "E aí, Deus? Eu nunca vi esse cara na minha frente. Esse cara está doente? É incapaz? Qual o tipo de incapacidade, temporária ou permanente? Cabe reabilitação? Que tipo de doença? É ou não vinculada ao trabalho?" A medicina do INSS não é fácil, nunca ter visto a criatura e dizer naquele momento essas cinco perguntas aqui: há incapacidade, duração, modalidade e qual a natureza. Esse cara tem uma síndrome, uma disfunção, doença, transtorno, distúrbio, moléstia ou lesão, dor de cabeça, espinhela caída, molhado em velho... O que ele tem aqui? Nunca vi a criatura na frente.

Então, é muito cômodo aqui, a gente aqui, eu todo cheirosinho e bonitinho aqui, dizer isso ou aquilo outro. O difícil é, no dia a dia, você nunca ter visto a criatura e ter que decidir isso. Mas não tem espaço. A lei define que ele tem que decidir. Ele tem que decidir segundo oito possibilidades: nexo técnico por doença aguda, nexo técnico por doença profissional, nexo técnico por doença do trabalho, nexo técnico excepcional, etiogênico, concausal, nexo técnico epidemiológico ou não é nenhum dos outros, nenhuma das alternativas, nexo técnico negativo, foi Deus que quis. O nexo 8 aqui foi Deus que quis, entendeu? Todos os outros são vinculados ao trabalho ou à forma como o trabalho se organiza ou por definição legal.

E aí nós temos a figura do NTEP, que nada mais é do que a pororoca do rio Solimões com o rio Negro. De um lado você tem o conjunto de dados das empresas, o CNIS Empresa, e do outro lado, o conjunto de dados do INSS. Verifica qual o trabalhador que está vinculado à empresa e verifica esse adoecimento, que está vinculado à empresa, que, por sua vez, está vinculado a um segmento econômico. Nada mais é do que a junção de dois mundos aqui: o mundo dos segmentos econômicos com o mundo da morbidade de cada trabalhador. E nós temos que trabalhar faz bem. A Previdência, o Congresso Nacional, mediante lei, chegou à conclusão de que trabalhar faz bem. Então, um dogma teológico foi confirmado aqui para fins jurídicos. Trabalhar faz bem porque 97,6% dos CNAS fazem bem. Não há doença vinculada. Trabalhar faz bem, é um fator protetivo. Só que ele é um fator adoecedor para 2,4% dos casos. Isso é um nexo epidemiológico, a relação que estabelece entre o adoecimento diferencial de determinadas doenças para determinados segmentos econômicos. Diabete, hipertensão, isso existe. A questão é por que existe tanto naquele segmento. Entenderam a diferença? Bem, então, o nexo epidemiológico hoje no Brasil está com 2.572 vínculos de relação entre doenças e segmento econômico. Isso é pioneiro no Planeta. Assim como a gente consegue furar cinco mil metros de fundura e achar óleo e gás no pré-sal, a gente consegue fazer esse tipo de afirmação.

Finalmente, nós temos aqui um resultado que impressiona. De 2000 a 2006, nós temos aí 12 milhões de benefícios concedidos pelo INSS. Dos 12 milhões,

nós temos total 9 milhões, naquele vermelhinho ali, B31 mais B32, um milhão. Onze milhões, ou seja, é 80% mais 8% ali, o vermelhinho – 80,2 mais 8,7 dá 88,9%; 88,9% dos benefícios da Previdência Social são por outros motivos que não trabalhar. Deus quis. O trabalhar não concorreu para o adoecer. Nós empregamos a lógica do falso negativo: na dúvida, não é do trabalho. Isso se inverteu com a Lei nº 11.430, que partiu para outra dúvida. Na dúvida, é acidente de trabalho, e aquele que tem gestão ocupacional, gestão ambiental vai poder provar o contrário. Então, são políticas que estão em andamento, estão acontecendo, mas a gente precisa evoluir. Evoluir para quê? Para delimitar a insalubridade. Todos nós concordamos que alguns trabalhos têm que ser feitos, não é isso? Para a minha filha ir para Disney, vai ter cocô no avião, não vai ter? Quem vai limpar o cocô do avião para a minha filha ir para Disney? Quem vai matar o frango para a minha filha comer *nuggets* no McDonald's? Então, é um debate aberto. A gente vai ter que assumir alguns ônus sociais para que alguns trabalhos aconteçam. Vamos ter que reduzir carga de jornada, reduzir carga para a aposentadoria. Vamos ter que fazer alguma coisa, inclusive pagar insalubridade para valer. O que nós pagamos hoje é um atrativo à insalubridade. A gente precisa regulamentar a lei de insalubridade no Brasil.

Finalmente, a gente sai de um obscurantismo, palavras da obsolescência: individualização, biologização, medicina do trabalho, ocupação, ocupacional, trabalho como fator de produção, trabalhador como objeto. Isso são referenciais obsoletos. Qual é o referencial da Constituição da República? Coletivização, proteção coletiva, psicossocialização, disciplina de saneamento ambiental, engenharia de medicina preventiva, organização da ocupação, controle social democrático no meio de trabalho, epidemiologia, o trabalhador como sujeito.

Alguns mandamentos, que não vou passar. Não vai dar tempo.

Fechando aqui, professor Paim, os aspectos constitucionais que a gente precisa enfrentar e definir: sanitário, previdencial e tributário ambiental. São direitos públicos. Interesse coletivo se sobrepõe a interesse individual trabalhista. Hoje a gente precisa delimitar a lei previdenciária no tocante à lei complementar da aposentadoria especial, delimitar a lei de insalubridade, periculosidade, penosidade. Não tem no Brasil a definição de penosidade. O *quantum* não é atrativo economicamente. Enfim, tem muita coisa que a gente pode aproveitar.

E, finalmente, são os dispositivos constitucionais, que estão esperando a gente fazê-los: SUS, tributo, seguro e segurança no trabalho, tributo, SUS, aqui, na terceira linha, riscos, ambiente de trabalho, gestão ambiental e ambiente de trabalho equilibrado. São quatro dispositivos que a gente precisa regulamentar para ter algum sucesso.

Aqui são as propostas: lei de insalubridade, periculosidade, penosidade. Nós temos algumas propostas, professor Paim. Lei especial, tem algumas propostas. Enfim, tem que discutir com a sociedade. Lei sobre publicação de balanço patrimoninal. Por que não publicar balanço juntamente com o balanço patrimonial das empresas? Regramento substitutivo, Capítulo V. O Capítulo V está obsoleto. Não foi recepcionado pela Carta Magna. A gente precisa reescrevê-lo.

A tributação no Brasil hoje está em cima de três eixos: o SAT, o FAP e o FAE; o Financiamento da Aposentadoria Especial, o dosador, que é o FAP, e o SAT. Isso altamente desequilibrado. O auxílio permanência, o FAE; a disposição presumida epidemiologicamente, o SAT; e a presunção de modo de produção, o FAP.

Pessoal, muito obrigado pela atenção. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Paulo Rogério Albuquerque de Oliveira, que falou pela Comissão Tripartite de Saúde em Segurança do Trabalho.

Agora, vamos, de imediato, ao Dary Beck Filho, antes registrando a presença conosco aqui do ex-Deputado Federal de Santa Catarina Nelson Morro, que foi Deputado no tempo em que eu estava na Câmara. Fiquei lá por quatro mandatos e ele deve ter ficado uns dois ou três, no mínimo. Três? Estou há dois aqui no Senado.

Dary com a palavra.

O SR. DARY BECK FILHO – Bom dia a todos e todas.

Queria primeiro saudar o Senador Paulo Paim, que é do meu Estado. Votei várias vezes nele e espero continuar votando. Tive o prazer e a honra de votar no Senador. E quero saudá-lo por essa iniciativa de fazer esse debate tão importante para nós do movimento sindical, para os trabalhadores, para a classe trabalhadora em geral do nosso País, que é a questão da saúde e segurança no trabalho, porque a gente passa realmente por uma guerra.

Já comentaram aqui que todo ano, pelos dados do INSS, morrem no nosso País em torno de 2,8 mil pessoas. Nos últimos três anos, são esses os dados que nós temos. Quero só dar um exemplo, vou roubá-lo do Adir, que é a questão da dengue. A dengue mata, apesar de ser um fato grave, de haver um processo de prevenção, de dez a quinze pessoas por ano, e nós, em acidentes de trabalho, estamos perdendo três mil trabalhadores e não vemos o Governo e a sociedade em geral terem interesse nisso. Na verdade, a provo-

cação que eu faço aqui é que a sociedade em geral não se preocupa com isso, não vê isso. É natural o pensamento que os trabalhadores têm que trabalhar e vão morrer. Então essa é uma coisa muito grave.

Por isso é importante iniciativas como esta da Comissão de Direitos Humanos, a gente estar debatendo, provocando esse debate e trazendo a conscientização da sociedade em geral para a gravidade do que acontece, a fim de, a partir dessa percepção, a gente poder construir, sim, políticas de prevenção.

Uma questão que é bom destacar é que esse dado se refere apenas aos trabalhadores formais, com carteira assinada, celetistas. Não temos dados sobre os servidores públicos de qualquer esfera consolidados no nosso País, certo? Então esse dado pode ser muito maior – e, com certeza, será muito maior.

Esses dados não pegam, por exemplo, os *motoboys*, que trabalham de forma informal em São Paulo e morrem. Todo mês tem um, dois ou três que morrem atropelados em acidente de trânsito. Agora que existe um processo de formalização desses trabalhadores, mas, durante muito tempo, esses trabalhadores não constavam de dados sobre a questão de saúde e segurança. Apareciam apenas nas estatísticas de acidentes de trânsito, mas são trabalhadores fazendo um trabalho, sofrendo acidente de trabalho e morrendo por conta disso e não se tem nenhuma política sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – E todos os que estão no mercado informal. Por isso esse número é muito relativo.

O SR. DARY BECK FILHO – Eu gosto de dar esse exemplo, porque é muito conhecido das pessoas, muito falado e tal.

O primeiro problema grave que nós temos no nosso País é o desconhecimento da real situação do acidentado. Então o primeiro desafio que a gente traz aqui é podermos construir realmente uma base de dados nesse sentido para podermos gerar políticas que realmente façam a prevenção dos acidentes.

Faço parte da Comissão Tripartite de Saúde e Segurança no Trabalho. Sou o Coordenador da Bancada dos Trabalhadores. Nessa bancada hoje estão representadas cinco centrais que são reconhecidas pelo Ministério do Trabalho, e a CTB vai entrar agora, a partir deste ano.

É importante falar um pouco sobre essa Comissão, porque a gente ouviu aqui alguns companheiros comentando. Ela foi constituída por uma portaria interministerial. Então ela não é da Previdência, da Saúde ou do Trabalho; é dos três Ministérios. E ela também, no nosso ponto de vista, combate outro problema que nós percebemos, que o movimento sindical percebe: a falta de integração dos vários órgãos de Governo que têm ação sobre a questão de saúde e segurança no trabalho. Até então, cada um cuidava do seu quintal: a Previdência se preocupava porque estava pagando muito, mas também não ia descobrir por que estava pagando muito. Em alguns discursos que a gente ouvia, preferiam dizer que a culpa era dos trabalhadores que ficavam fraudando a Previdência. Quer dizer, não procuravam descobrir o que estava realmente acontecendo.

O Ministério do Trabalho, com as suas dificuldades que ainda existem hoje do ponto de vista de estrutura – a gente está vendo aqui o problema da Fundacentro, o problema de fiscalização –, não faz uma fiscalização efetiva no local de trabalho, o que seria sua atribuição, principalmente na questão de saúde e segurança – tirando, sim, algumas bravas e alguns bravos fiscais e auditores do nosso País que fazem um esforço sobre-humano –, ou seja, não faz de forma eficaz e eficiente esse trabalho.

A Fundacentro deveria ser um órgão de pesquisa que balizaria esse processo de fiscalização, balizaria políticas públicas de prevenção, mas tem dificuldade de orçamento, tem dificuldade de quadros. Então, tudo isso é fruto daquilo que eu comentei primeiro: daquela falta absoluta de consciência da nossa sociedade, do nosso País para com essa questão grave, que é a acidentalidade no Brasil.

É uma guerra. Ao se comparar essa situação com as guerras, é possível notar que morre muito menos gente por ano em guerras do que no nosso País. O pior ainda é o nível de invalidez que surge. Às vezes, quando se começa a estudar alguns casos, percebe-se que esses casos poderiam ser absolutamente prevenidos por uma política simples de prevenção de empresas que vemos em nosso País. Então, nós temos, sim, que avançar nesse sentido.

Bem, a Comissão Tripartite foi constituída e a sua primeira tarefa foi a definição de uma Política Nacional de Saúde e Segurança no Trabalho. Foi um esforço grande. Imaginem uma Comissão Tripartite para debater a questão de saúde e segurança no trabalho, com a representação do Governo, dos trabalhadores e dos empresários. Sabemos que, em relação ao empresariado, tudo que mexe com investimento, grana, sempre tem dificuldade. Essa é a concepção que eles têm. Mas nós, com muito esforço, conseguimos lograr êxito e ter um texto de acordo sobre essa política que foi assinado pela Presidenta Dilma em dezembro. Depois de um ano de dificuldade, houve essa assinatura. A assinatura foi criada e transformou-se num documento legal. Acho que é importante saudarmos isso. Essa é a primeira vez que o nosso País tem uma Política Nacional de Saúde e Segurança no Trabalho, com as suas limitações, com a falta de algumas coisas – com

certeza, deve faltar alguma coisa –, mas é importante que tenhamos dado este primeiro passo de criar essa Política Nacional de Saúde e Segurança no Trabalho.

Agora, a Comissão Tripartite tem a tarefa – está-se fechando isso agora – de fazer o plano de ação, em que há propostas das mais variadas, passando pela campanha de conscientização, análise de acidentes e inclusão, por exemplo, da questão de saúde e segurança nas escolas. É preciso criar essa consciência preventiva, como já foi dito aqui, nas nossas crianças, nos nossos adolescentes que estão aprendendo, porque isso é uma coisa que não discutimos. Um jovem, hoje, entra no mercado de trabalho com completo desconhecimento da legislação, dos seus direitos, do que ele pode fazer. Tirando um ou outro que tenha passado por uma escola técnica que apresente algum ponto que discuta isso, ele vai chegar com completo desconhecimento dos seus direitos. E aí, obviamente, ele vai acabar se expondo a riscos a que ele não precisaria se expor, e nós vamos criando uma geração de adoecidos, incapacitados. Então, estamos falando de um processo muito inicial ainda.

A ideia é que o plano de ação que já está quase pronto seja transformado num documento, numa portaria. Ainda está em discussão qual vai ser o instrumento legal a ser usado, mas deve ser uma portaria interministerial também. No dia 27 – não vai ser no dia 28, porque dia 28 é sábado –, deverá ser assinado esse plano de ação. A partir daí, essa Comissão Tripartite tem a tarefa de acompanhar o funcionamento desse plano de ação. Então já tem tanta política no plano de ação.

Hoje o Ministério da Previdência é o coordenador, mas já passou por todos os outros três Ministérios. Na verdade, já fez todo o ciclo: foi ao Ministério da Previdência, ao da Saúde, por isso comentei a respeito da Saúde antes, e foi ao Ministério do Trabalho. Agora voltou à Previdência. Ficará um tempo com a Previdência e a ideia é que a Comissão Tripartite sempre tenha um dos três Ministérios na sua coordenação com a tarefa de acompanhar o funcionamento desse plano de ação a partir de agora.

Então, existe essa iniciativa que eu acho importante. São passos lentos, mas, como já disse, só se começa a caminhada com o primeiro passo. E já demos o primeiro passo. Estamos dando agora o segundo, com o plano de ação.

Esse plano de ação é aberto a sugestões de todos os companheiros e companheiras, das empresas, das representações. Não tenham a ideia de que ele é uma coisa fechada. Não. Ele está em movimento. Ações que hoje estão como prioritárias com certeza deixarão de ser daqui a um, dois, três, cinco anos. E outras serão colocadas no seu ponto.

Acho que é importante falar um pouco sobre isto: a Comissão Tripartite, até para esclarecer as pessoas que estão nos assistindo pela TV e desconhecem esse trabalho que nós estamos fazendo. Os companheiros e companheiras aqui, a grande maioria já conhece, tem sugerido, acompanhado, participado.

Outra questão que eu queria colocar também, Senador Paim, é que a importância dessa discussão é que nós estamos passando hoje por um processo muito importante de crescimento econômico no nosso País. Só que estamos falando de crescimento, e não de desenvolvimento e é econômico, e não social. Então, quando vemos o aumento do número de empregos, também nos preocupamos porque, se não temos uma consciência de prevenção, se não temos uma consciência de saúde e segurança, se temos uma dificuldade muito grande na formação dos nossos trabalhadores, se grande parte do empresariado não tem essa consciência, nós vamos, na verdade, com certeza, estar aumentando o nível de risco e o nível de exposição dos trabalhadores e trabalhadoras aos riscos que estão colocados. Então há é uma preocupação grande do movimento sindical, da Central Única dos Trabalhadores neste sentido: que a gente possa transformar esse crescimento em desenvolvimento econômico e social. E um dos eixos dessa questão, com certeza, é, sim, a questão das políticas de prevenção e das políticas de saúde e segurança no trabalho.

Eu vou me tornar um pouco repetitivo aqui, mas devo dizer que isso passa, sim, por pesquisa da Fundacentro, passa por uma fiscalização melhor do Ministério do Trabalho, passa por uma postura que está melhorando do INSS, do Ministério da Previdência, que deve ser uma postura proativa e não só reativa, só de receber dos trabalhadores, mas também de ir cobrar das empresas que elas tenham política.

Então o Ministério da Saúde já tem uma política mais antiga com a Rede Nacional de Assistência à Saúde do Trabalhador, mas não dialoga, não tem conseguido construir um diálogo com essas esferas de Governo de forma mais eficaz. Então temos, sim, uma preocupação muito grande nesse sentido. E uma das sugestões aqui é que cada vez a gente consiga integrar mais essas ações de Governo. Com certeza, dessa forma, nós vamos ter uma capacidade muito maior de impedir essa quantidade tão grande de mortes e de incapacidades no nosso País.

Acho que é importante também agora comentar mais algumas coisas como, por exemplo, algo que achamos importante na CUT e que é uma defesa também de outras centrais: a questão da organização no local de trabalho. Acho que um dos instrumentos muito importantes da prevenção, da promoção de saúde, e

não só disso, mas para isso também, é a questão da organização no local de trabalho, e não é da Cipa, da organização no local de trabalho autônoma, com os trabalhadores liberados, podendo fazer o seu trabalho, podendo discutir um regimento de funcionamento, como ela vai dar estabilidade para eles poderem ser empoderados, porque hoje um trabalhador, para se negar a fazer um trabalho de risco, é uma coisa... É numa ou noutra empresa que isso acontece. Tem que ser um trabalhador muito qualificado, que tenha muita consciência de onde ele está para fazer isso. Infelizmente não é isso que acontece.

Uma das sugestões é fazer um projeto de lei, um projeto de regulamentação abordando, sim, a questão que foi mencionada pelo Rogério, a democratização do local de trabalho através das organizações nesses locais que vão discutir sobre a prevenção. Tenho certeza de que se houvesse uma organização no local de trabalho, por exemplo, lá na Marfrig, eles já teriam percebido o risco que havia naquele descarregamento. Baseado no relato que foi feito aqui, sem ir ao local, deu para perceber que qualquer companheiro com um pouco de conhecimento teria visto que aquele era um ponto de risco com possibilidade de acidente. E, pelo que entendi do que foi dito aqui, quem fazia o descarregamento era o motorista do caminhão.

No Rio Grande do Sul, nós combatemos muito isso junto com os companheiros do Sitramico, os trabalhadores da base de Canoas. Quem fazia o descarregamento dos caminhões de combustíveis eram os motoristas. Nós fizemos um combate contra isso, porque o motorista... Se o motorista faz o descarregamento, ele o faz em 10, 20, 30, 40 empresas. Então, são 10, 20, 30, 40 procedimentos e instalações diferentes que ele tem que conhecer. Portanto é óbvio que, do ponto de vista de segurança, quem faz esse descarregamento tem que ser uma pessoa que conheça o local, que trabalhe lá todos os dias e saiba como fazê-lo. Não precisaria nem ter bitola diferente. É uma ideia muito importante, porque ajuda a... Mas se houvesse um trabalhador para recepcionar e fazer o descarregamento... O motorista: olhe, cheguei, larguei o caminhão, você descarrega, eu vou lá tomar um café e tal enquanto você termina o descarregamento. Com certeza esse acidente não teria ocorrido da forma como ocorreu.

É uma sugestão para ser avaliada. Nessa área a gente acaba desenvolvendo conhecimento e dando pitaco para todos. Então deixo a minha sugestão também. Já me estendi bastante aqui para dar algumas sugestões nessa área que considero importante. E que possamos, Senador, realizar outros debates para aprofundar os vários aspectos dessa questão. Essa é outra questão importante.

A saúde e segurança do trabalho têm muitos aspectos diferentes e todos devem ser aprofundados. A análise de acidentes, como se faz uma campanha de prevenção. Vou deixar para outros companheiros que podem ilustrar bastante essa questão.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Dary Beck Filho, que falou pela Central Única dos Trabalhadores, ele que é Diretor Executivo da CUT.

Passamos a palavra de imediato ao Adir de Souza, Secretário Adjunto de Segurança e Saúde do Trabalho, representando a UGT.

O SR. ADIR DE SOUZA – Bom dia, senhores, colegas da Mesa, Dr. Sartori, Dary, companheiro da Conlutas, Luizinho e Paulo Albuquerque, que fez esse personagem humilde, maravilhoso, mas é um grande conhecedor de NTEP e FAP. É uma das pessoas que mais conhecem esse tema no Brasil. Quem quiser aprender ou aumentar os conhecimentos, há vários livros escritos sobre isso, mas alguém que conhece a Previdência Social é Paulo Albuquerque.

Então eu gostaria, em primeiro lugar, Senador Paulo Paim, de parabenizar a Presidência e todos os membros desta Comissão pela escolha desse tema. Tenho 36 anos nessa área de segurança e saúde, na militância sindical e política, e é a primeira vez que esta Comissão abre as portas para discutir o direito mais sagrado do trabalhador, que é o direito à vida, é o direito ao trabalho.

Então, em nome da UGT, em nome do nosso Presidente, Ricardo Patah, que me ligou ontem e pediu que viesse participar; em nome da Cleonice, que é a nossa Secretária Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho, que, por problemas de saúde, não pôde vir, e que participa também de movimentos negros, de várias militâncias na área da saúde; e parabenizar todos os senhores aqui presentes.

Gostaria de fazer uma referência. Quando o senhor citou na sua fala, Senador, que era inspetor de segurança, então, hoje, eu gostaria que o senhor alterasse o seu currículo. Quando regulamentamos a profissão, eu participei de perto disso aqui, vindo a esta Casa, de ônibus, de carona, de Curitiba para cá, para regulamentar a profissão do técnico de segurança. Conforme a Lei 7.410, o senhor pode colocar no seu currículo que o senhor também é técnico de segurança do trabalho. Com certeza, mais de duzentos...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Fui promovido aqui agora. Vou receber meu diploma de técnico.

O SR. ADIR DE SOUZA – Essa lei que eu ajudei a regulamentar, na época, eu, Feliciano, Sérgio Norberto Machado, saudoso...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Naquela época, era supervisor de segurança. Hoje é técnico.

O SR. ADIR DE SOUZA – É. Inspetor, depois supervisor. Quando nós regulamentamos a profissão, todos esses passaram a ser técnicos de segurança do trabalho no ensino formal, que era feito pelo SESI e SENAI, em convênio com a Fundacentro. Eu quero fazer um parêntese, depois, para falar da Fundacentro, pois sou servidor da casa há 29 anos e tenho muito orgulho dessa casa.

Acho que este é um momento histórico. Acho que duzentos mil técnicos de segurança do Brasil inteiro não vão esquecer a data do seu aniversário porque este momento aqui vai passar para a história do Brasil

O Dary falou: "Eu vou roubar do Adir aqui." Eu vou ajudar o Dary. Não é roubar, Dary. Eu fico orgulhoso de outra central sindical, da importância que nós temos. Aqui não há diferenças políticas e ideológicas quando falamos em segurança no trabalho.

Escrevi um artigo, em 1985, fazendo analogia da dengue ao acidente de trabalho. No ano passado, exatamente, morreram de dengue 370 trabalhadores. E o Governo investiu um bilhão e oitocentos milhões na prevenção e controle da dengue. E é correto. Acho que podia investir dois, três. Não deveria morrer nenhum brasileiro de dengue.

Mas, e de acidente de trabalho, em que morrem três mil? Contra a dengue tem campanha em televisão, rádio, jornal, até sinal de fumaça, para prevenção da dengue. Eu até brinco. Em São Joaquim, em Santa Catarina, até lá – eu fui a um posto de saúde – tem cartaz, *folder*, na rádio falando da dengue. E lá não vai o mosquito. A cinco quilômetros e ele já vai freando. Nunca vai aparecer lá com aquele frio. Não vai ter dengue em Santa Catarina. Lá em são Joaquim não vai ter dengue. Chega a avermelhar a asinha. Não vai ter dengue lá em Santa Catarina. Lá, em São Joaquim, não vai ter dengue, não é?

Mas é grave. Eu tenho dito que a culpa é do mosquito, do Aedes aegypti, que ele é idiota e não sabe em que classe social vai inocular doença. Pode ser alguém aqui da região do Lago e pode ser alguém lá de Taguatinga, da Cidade Ocidental ou do Gama, que também pode pegar dengue.

É uma falta de cultura, nós temos que falar da prevenção. Se ligarmos o rádio em qualquer capital brasileira, dali a quinze minutos nós já ficamos sabendo os acidentes de trânsito que ocorrem naquela cidade. E de acidente de trabalho não.

Você acredita que a gente não sabe dos acidentes que aconteceram em 2010? Até hoje não sai, com informática, com Internet, com todo o avanço tecnológico que existe, isso devia estar num *site* público, para que todo mundo tivesse acesso – pesquisadores, mundo acadêmico, universidades. Parece que é escondido, parece que se tem medo de falar.

Sobre isso aqui quero fazer um parêntese sobre a Marfrig de vir aqui. Mostra transparência, coragem, vir aqui. Quero parabenizar a atitude desta grande empresa brasileira de que a gente tem orgulho, mesmo com esse comentário que vou fazer. Não é crítica, mas é só o comentário que a gente fala a imprensa fala também. Qualquer acidente de trabalho a empresa fala que é uma fatalidade, como se fosse acostumado a acontecer, isso é assim mesmo, E sabe por quê? Deus quis. Mas está no dicionário antigo. Isso é uma cultura nossa Se pegarmos um dicionário antigo, está lá: acidente do trabalho, fortuito. Quer dizer, é normal do trabalho. De vez em quando você tem que perder o dedo, o braço. E não é assim. Nós sabemos que não é assim. Então, não é fatalidade, é um erro que ocorreu.

Há uma metodologia francesa, árvore de causas, que, se a gente for pesquisar, vai achar o erro lá: no sistema, um erro aconteceu. Então, não é fatalidade, não é de vez em quando.

Ainda existe aquele mito lá, em que o trabalhador mete o dedo na máquina para receber o seguro-acidente. É mentira. Se alguém duvidar, é só entrar no *site* amputadosvencedores.com.br. Um amigo meu, lá de Londrina, que perdeu os dois braços em um choque elétrico, numa empreiteira da Companhia Paranaense de Energia, recebe da Previdência um salário mínimo. Então, não fica rico. Pode perder braço, perna, pescoço, e vai ficar só deficiente. E ontem foi aprovada uma lei na Câmara muito importante para os deficientes.

Então, é um repensar.

Senador, uma coisa que eu gostaria de colocar para reflexão: no Paraná, no governo passado, a gente teve um grande espaço, o movimento sindical como um todo, na TV Educativa. Eu participei da Conferência de Comunicação. E eu queria que o senhor nos ajudasse aqui, eu já tentei, enviei e-mail para a associação das TVs públicas, que são dezenas, associação das rádios públicas. Elas tinham que ter um programa. Eu já fui até tentar falar com o Washington Olivetto. Ele fez aquele comercial para o TRE, aquele em que o cara dançava se votasse mal, ele fez de graça, e ninguém fala em segurança do trabalho. Parece que... A gente vê a Rita Lee falando, defendendo o boi do rodeio, o outro defendendo a ararinha azul, o mico-leão-dourado; e eu acho que tem que defender. Não podemos sair dando pelotaço em passarinho. Eu acho que tem que cuidar mesmo. Mas e do ser humano que trabalha e que produz as riquezas do nosso Brasil? E quando falamos isso, a gente está cuidando dos empresários também.

Então, o Estado brasileiro, o Governo brasileiro não pode se omitir diante disso, porque custa muito. Alguém aqui trouxe uns dados sobre o custo dos acidentes. José Pastore foi o único economista que fez isso. Ele calcula em R$ 71 bilhões de reais. Então, são R$71 bilhões que poderiam ir para a educação, para a saúde, ir para outras coisas muito melhores. Então, é o acidente de trabalho que causa isso, esse rombo na Previdência Social. E são vidas. Porque a estatística é um negócio complicado. Se não for da minha família, então eu posso ficar citando estatísticas. Mas, para a família de um trabalhador que perdeu seu pai ou sua mãe lá em um acidente de trabalho, é 100% para aquela pessoa. E esses dados oficiais do INSS são somente sobre esses que têm carteira registrada. Nós podemos multiplicar por quatro, ou dizer que, no mínimo, dez mil pessoas morrem de acidente de trabalho no Brasil.

Então, é muito grave. Nós temos que fazer um repensar, um refletir. E esta Casa, o Senado Federal, queira ou não, é uma caixa de ressonância que pode mostrar para a sociedade a importância que isso tem para todos nós.

Fazendo uma reflexão ainda sobre o acidente, até para alertar e aproveitar a oportunidade para passar para mais pessoas: o Brasil foi um dos primeiros países a aprovar a Convenção 174 da OIT, que fala sobre os grandes acidentes industriais – acidentes desse tipo da Marfrig. Acidentes que poderiam ter causado danos ainda para a comunidade. Além de atingir os trabalhadores da sua empresa, pode atingir a comunidade. Essa Convenção 174 foi coordenada por um companheiro da Fundacentro, o engenheiro Fernando Sobrinho; fizemos parte das centrais sindicais, aprovamos essa convenção e ela já está assinada pelo Governo Federal – eu não lembro a data aqui, mas, se procurarmos no Google, Convenção 174 da OIT, vamos achá-la. Ali constam as responsabilidades dos sindicatos dos trabalhadores, da empresa, do município, da defesa civil, da defesa municipal, estadual e nacional. Podemos resolver e não deixar acontecer essas tragédias em nosso País, e não esperar, cada vez que aconteça, para tomar as medidas depois.

Eu acho que é alguma coisa muito importante que a gente tem feito neste País. É bom isso aqui, para mostrarmos que, hoje em dia, as centrais sindicais têm um fórum que discute segurança e saúde. Ontem, aprovamos uma norma que deverá ser publicada em breve nessa comissão tripartite do Ministério do Trabalho, sobre trabalho em altura. Então, não podemos aceitar que o mesmo acidente fique acontecendo. Não podemos aceitar que principalmente o trabalhador da construção civil fique caindo de andaime.

Discutimos lá, fizemos um grande debate lá sobre que tipo de elevadores nós queremos, e os empresários lá também... Então, um debate aberto, sincero, honesto, com dignidade. E não só fazer o papel da crítica. Nós passamos um pouco do nosso passado de panfleteiro para ajudar a pensar a melhorar o nosso Brasil e a nossa condição de vida e das pessoas.

A Fundacentro, Senador e esta Comissão, é a uma entidade de pesquisa da América Latina. Ela tem a maior biblioteca da América Latina. São servidores que, quando eu entrei, em 1984, eram 750, com a massa trabalhadora em torno de 22 milhões; hoje em torno de 44 milhões de trabalhadores, a Fundacentro tem 250 servidores, e a grande maioria tem doutorado, mestrado, um capital de conhecimento que perdemos, e não tem para quem passar porque não entre gente nova. É importante refletir sobre isso.

Temos técnicos, por exemplo, na área de proteção respiratória... Se, numa empresa, um técnico, um engenheiro, um médico precisa usar uma máscara, que tipo de mascara ele vai usar, para que tipo de acidente, essa é a pessoa que mais conhece.

Até na Organização Mundial do Comércio, quando vão qualificar lá,, certificar um produto, uma máscara ou um tipo de filtro, é o Vladimir, nosso colega da Fundacentro, que é chamado. Ele é consultado pelo conhecimento que tem.

Então, nós temos conhecimento técnico, temos vontade política. Estou dizendo aqui até para garantir meu emprego, porque o meu Presidente da Fundacentro está presente, e o carinho com o chefe é o corrimão da vida. O Dr. Eduardo Azeredo tem-se dedicado à Fundacentro, porque, estando na Fundacentro, mesmo alguém de fora, se sensibiliza quando vê a importância que é para o País ter condição do trabalho decente.

Está aí o debate do trabalho decente. Ano passado – é bom para as pessoas que não estão no meio sindical, que não estão nesse meio – ocorreram conferência em todos os Estados brasileiros, discutindo e debatendo o trabalho decente, de forma tripartite. A Conferência Nacional é agora, mês que vem, abril. Vai haver a Conferência Nacional do Trabalho Decente. Quer dizer, vai criar indicadores.

E nós queremos convidar empresários, dirigentes das entidades patronais, Governo e as centrais sindicais. Nós temos uma responsabilidade com a sociedade.

Finalizando a minha palestra e agradecendo a participação, em nome da União Geral dos Trabalhadores, quero dizer que me emociona estar aqui. Quando fazemos esse trabalho, além do conhecimento técnico, da ação política dos sindicados, acima de tudo, fazer prevenção de acidentes também é um ato cristão.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Esse foi o Adir de Souza, Secretário Adjunto de Segurança e Saúde do Trabalho, que falou aqui em nome da UGT.

Agora vamos para o Luiz Carlos Prates, que fala aqui pela Conlutas. Ele é dirigente dessa central.

O SR. LUIZ CARLOS PRATES – Bom dia a todos, bom dia à Mesa, bom dia aos senhores ouvintes, telespectadores, inicio cumprimentando o Senador Paulo Paim não só pelo seu aniversário no dia de hoje, como pela iniciativa de ter convocado esta audiência pública.

Eu vou começar me somando tanto ao Adir como ao Dary, dizendo que, para nós da CSP-Conlutas, o ambiente que temos que tratar este tema é o ambiente de indignação, porque não podemos tratar este tema como mais um acidente ou que dizer a gente não fica consternado frente a essa situação, porque os dados são alarmantes. É uma guerra. É uma situação de calamidade. Três mil mortos. A cada oito horas morrer um trabalhador não pode ser assimilado com naturalidade. E não pode ser uma discussão de especialista, uma discussão daquelas pessoas que estão mais interessadas nos sindicatos em relação ao tema.

Nós temos que anunciar essa tragédia. Nada vai ser resolvido se não se começar com esta verdadeira indignação que tem que existir em relação aos acidentes de trabalho. Eles não são gratuitos. Os milhões e milhões de pessoas que estão sendo lesionados, o trabalho, que é meio de vida, em pleno século XXI está se transformando em uma maneira de morrer, num meio de morte. Isso quando existe todo um desenvolvimento por parte da ciência, da tecnologia, novas formas de produção, alta produtividade, cada vez se produz mais, alta tecnologia, aviões, pontes que são feitas com velocidade astronômica, grandes obras da Copa, e os trabalhadores continuam morrendo talvez mais do que morriam antes. Isso é uma calamidade, isso não pode ser tratado de maneira natural e nós temos que dar a nossa partida a partir daí.

Por quê? Imaginem um acidente na aviação. O que são três mil trabalhadores? Sei lá, quase 40 aviões caindo em um ano aqui no Brasil. Quando cai um avião, todos sabem, cria-se uma comoção nacional, uma comoção internacional, se discutem as causas, se procura caixa preta, se faz investigação porque não é concebível que as pessoas morram quando vão em um voo. Agora, no trabalho, se transforma em coisa banalizada.

Imaginem se a gente fosse fazer uma investigação de um acidente de trabalho e as companhias de aviação chegassem frente ao acontecido e dissessem: foi uma fatalidade, nós estamos acompanhando as famílias das vítimas e estamos dando toda a assistência necessária. Foi muito importante a Marfrig fazer aqui seu depoimento; agora, fez um depoimento que é o tradicional dos empresários. Para os empresários, os acidentes são uma fatalidade e o que resta frente à fatalidade é dar acompanhamento à vítima e seus familiares.

Temos visto isso em quase todos os acidentes. Na nossa região, o Presidente da Embraer disse o mesmo quando faleceu um funcionário. Na semana passada, na AmBev, também faleceu um funcionário; as mesmas palavras foram ditas. Tudo é orquestrado. É um comportamento padrão que deve ser alterado. Por quê? Porque os acidentes não são gratuitos; e as lesões decorrentes do mundo do trabalho tampouco são gratuitas.

Vivemos atualmente a chamada reestruturação positiva... Aliás, toda sociedade se move de acordo com o que ela produz. Então aquilo que se tem dentro das empresas, grandes indústrias e tal rapidamente é levado para todos os outros setores, seja nos bancos, nas escolas. E o paradigma hoje é produzir mais com menos pessoas; é aumentar produtividade e reduzir custos. Esse é o paradigma. Então, a saúde do trabalhador não é considerada um investimento, não é considerado parte do processo produtivo se proteger o trabalhador. Ao contrário. Ao contrário. Vimos aqui no exemplo de uma indústria que não é arcaica, é uma indústria nova, a planta mais moderna segundo a palavra da própria empresa. Planta mais moderna que causa um acidente e depois, quando se vai verificar, bastava que se fizesse modificação de uma bitola para impedir esse acidente. Então, um acidente plenamente evitável.

Essa reestruturação positiva, o que tem feito dentro das empresas? E vários daqueles que estão nos ouvindo, o povo comum, o trabalhador está sentindo isto a todo o momento: que as empresas viraram uma máquina de triturar. As pessoas são obrigadas a cada vez trabalhar mais. Se antes trabalhavam com uma máquina, agora trabalham com duas ou três máquinas. É o chamado toyotismo. Mais do que isso, você tem que se comprometer com o trabalho no trabalho e após ele. Você tem que pensar com a cabeça da empresa e, portanto, você tem que combater a concorrência. Você tem que aumentar e melhorar seus produtos; você não pode faltar ao trabalho, você não pode cuidar da sua saúde. Por quê? Porque tem o chamado absenteísmo, que são as faltas ao trabalho. Se a pessoa falta uma vez, falta duas vezes, mesmo levando atestado, ela fica marcada e no primeiro corte ela é demitida. Então, esse grande assédio moral que existe hoje dentro das empresas é responsável por esses acidentes que estão ocorrendo cada vez mais

e por ter uma multidão de lesionados nas empresas, através da LER e do DORT.

As pessoas já disseram aqui que quando vão procurar amparo no INSS, sai do INSS... O INSS libera as pessoas para trabalhar, elas não têm condição de trabalhar, chegam à empresa, a empresa os manda de volta para o INSS. Depois a pessoa não recebe nem do INSS nem da empresa.

Por isso, Paulo, é verdade que as empresas deveriam pagar. Muitas vezes há convenção coletiva que diz que ela tem de pagar, mas ela não paga. Daí o trabalhador tem de procurar a Justiça e vai demorar seis meses, um ano, e a família dele não tem recursos para o sustento durante esse período.

Essa é a realidade do trabalhador brasileiro. É essa realidade que leva a esse aumento dos acidentes no trabalho. Portanto, nós estamos frente a uma discussão bastante importante. Em primeiro lugar, em nossa opinião, é preciso discutir como está se produzindo hoje, quais são os valores. Se não for levado em conta, quando se falar em investimento nas empresas... A saúde do trabalhador tem de ser colocada nas empresas como investimento. Em qualquer questão que for discutida sobre as empresas tem de entrar o problema da saúde do trabalhador. A gente não pode admitir que as empresas continuem lesionando, matando o trabalhador e continuem impunes. E mais, aqueles que, muitas vezes, são lesionados... O sistema, a forma de produzir, o trabalho, vai lesionando as pessoas. Depois, quando as pessoas são lesionadas, em particular, na iniciativa privada, Senador Paulo Paim, depois que se machucam ficam à mercê dos empresários. Por quê? Porque não existe estabilidade no emprego. Os trabalhadores não têm estabilidade no emprego na iniciativa privada. Existe a prerrogativa dos empresários, dos patrões, de demitir. Infelizmente, não temos nenhuma lei que proteja os trabalhadores. Para aqueles que estão lesionados é pior ainda porque eles começam a sofre assédio dentro das empresas. Porque, muitas vezes, a lesão reduz a capacidade de trabalho dele e, mesmo, reduzindo a capacidade de trabalhar, se ele foi acidentado, a legislação garante apenas um ano de estabilidade. Passado esse ano de estabilidade, ele vai, inevitavelmente, ser demitido. Em algumas categorias, como a maioria dos metalúrgicos de São Paulo, onde há estabilidade até a aposentadoria, as pessoas que passam por essa situação sofrem um assédio absurdo dentro das empresas.

Agora as empresas, com essa prerrogativa de dar estabilidade aos trabalhadores lesionados, estão querendo mais. Por exemplo, uma empresa de grande porte, a General Motors, tem demitido os trabalhadores lesionados e mandado que eles procurem seus direitos na Justiça. E, quando não demitem, fazem com que eles façam trabalhos que são absolutamente incompatíveis, colocam as pessoas em locais retirados, fazem com que os próprios trabalhadores dentro das empresas comecem a achar que aquele trabalhador que é lesionado, que não tem condições plenas de trabalhar, está chupando o sangue deles, que ele não está colaborando com equipe. Quer dizer, existe uma pressão nessa maneira de trabalhar hoje, que causa exatamente, José Augusto, um constrangimento muito grande. As pessoas sofrem tanto assédio que muitas vezes nem querem mais ir para o emprego porque a empresa faz o assédio, os colegas começam a dizer: o cara está aqui, mas não está produzindo aquilo que ele precisa produzir; depois eu vou ter de trabalhar por ele. E começa a haver um processo amplo de discriminação. Isso também é fruto desse momento e dessa situação que existe nas empresas.

Então, seria necessário, Senador, que as pessoas tivessem... O necessário seria que todos os trabalhadores tivessem estabilidade. Essa é uma questão... Os funcionários públicos hoje já têm estabilidade.

Aqueles que são lesionados, aqueles que sofrem de doenças profissionais... Quando você sofre uma doença profissional, depois que você sai do emprego, não vai conseguir arrumar outro emprego com a mesma facilidade porque você diminuiu sua capacidade laboral. Eles deveriam ter estabilidade no emprego até o advento da aposentadoria e deveriam ser protegidos por lei não só por um ano, mas até que se aposentasse.

Achamos que essa é uma questão fundamental dentro das empresas: haver essa mudança e, principalmente, criar esse elemento de tragédia nacional.

Imagine Senador Paulo Paim, se a cada 10 trabalhadores ou a cada 50 trabalhadores que morressem no trabalho nós tivéssemos uma audiência pública para discutir esse tema, teríamos de fazer centenas ou milhares de audiências públicas. Esse clima é que tem de ser criado para sair dessa situação de anormalidade.

Outro elemento sobre o qual eu gostaria de falar e que também já foi citado por alguns companheiros e que é parte da política das empresas, pois vocês viram que o trabalhador organizado na política de prevenção das empresas não existe, ou seja, as empresas querem pensar com a cabeça dos trabalhadores e, portanto, é responsabilidade dela a segurança, é responsabilidade da sua gerência e da sua supervisão. A Cipa, cujas limitações você mostrou, é verdade. É muito limitado o papel da Cipa.

Mesmo a Cipa, quando os trabalhadores querem utilizar como instrumento de prevenção, os cipeiros e muitos daqueles que estão nos ouvindo neste momento são perseguidos, não têm tempo para poder cuidar da

prevenção, são demitidos, mesmo a lei não permitindo, e a organização no local de trabalho, que é inexistente, seria a única forma de garantir a prevenção.

É importante, José Augusto, você falou muito bem do que deve fazer o sindicato, o que devem fazer as centrais sindicais em relação a trabalhar, realmente, com a saúde. Mas, se não tiver organização dentro da fábrica, se os trabalhadores não tiverem o direito dentro da fábrica, existem muitas leis, em muitas legislações de vários Estados, existe o direito a interrupção do trabalho, um trabalhador poderia, hipoteticamente, interromper o seu trabalho desde que ele esteja sofrendo risco de vida. Mas, na prática, isso não acontece. E não acontece por quê? Se os cipeiros que têm estabilidade, às vezes o fazem, são demitidos muitas vezes por causa disso, então, não tem organização no local de trabalho que permita fazer isso.

O que se teria de colocar, como parte da prevenção, não só os trabalhadores participarem dos grandes temas em relação à saúde e à segurança do trabalhador, mas, principalmente, dentro das empresas os trabalhadores fossem considerados, seja através das Cipas, onde elas são atuantes, e, principalmente, através da organização no local de trabalho, sejam delegados sindicais, comissões de saúde, que fossem o elemento que pudesse dentro da empresa fazer a contrapressão, porque os empresários vão sempre querer aumentar a sua produtividade, vão querer sempre aumentar o seu lucro, e os trabalhadores teriam de se organizar dentro das empresas para poderem enfrentar essa situação e, ao mesmo tempo, defenderem a sua vida e o seu direito ao trabalho. Acho que esse é um elemento fundamental que nós temos pela frente.

Então, nós estamos num momento muito importante. Nós temos, agora, as obras da Copa; vimos os acidentes que aconteceram e, inclusive, no caso do Pará, por parte do Sindicato da Construção Civil, levaram a paralisações contra os acidentes de trabalho, o que deveria ser uma tônica do movimento sindical.

O movimento sindical não pode assistir a uma morte na sua base sindical sem fazer manifestações, sem fazer paralisações, sem fazer com que esse elemento se transforme num elemento político na cidade e no local, para que possa prevenir. Nós não temos nada a comemorar em relação aos mortos. Nós queremos, ao contrário, é prevenir.

Nós vivemos uma situação agora das grandes obras e é necessário colocar esse debate, que é fundamental.

Nós vimos as empresas aumentando a sua produtividade, como já foi dito aqui, aumentando a sua produção. Então, temos de colocar esse tema como um tema fundamental.

Para encerrar, até para demonstrar isso que estou dizendo, gostaria Senador, de fazer uma denúncia.

Na empresa AmBev, que é uma empresa de cerveja, no mês de fevereiro, ocorreu um acidente no trabalho, em Jacareí, um acidente fatal. Houve reuniões para poder discutir esse acidente. O Vice-Presidente da Cipa participou dessas reuniões e os cipeiros, comprometidos com os trabalhadores, fizeram uma investigação sobre o acidente, constataram que ele poderia ter sido evitado; fizeram uma campanha de denúncias, seja pela Internet, inclusive denúncias internacionais, do acidente que ocorreu, e o resultado – pasmem! –: o Vice-Presidente da Cipa, um trabalhador, acabou de ser demitido na segunda-feira agora, por justa causa, porque ele denunciou o óbito que houve dentro da empresa e colocou... Numa postura sua, porque ele foi eleito para isso, para cuidar da saúde e da segurança dos trabalhadores, e acabou sendo demitido por justa causa. Queremos registrar aqui essa denúncia, que é uma demonstração da situação. Não foi uma empresa pequena, não foi uma empresa que não tem conhecimento da legislação trabalhista... Foi uma grande empresa. Inclusive, peço a solidariedade de todas as centrais sindicais, inclusive do Senador, porque nós vamos fazer um ato na sexta-feira e queremos que haja a reintegração desse companheiro até como parte desse debate de os trabalhadores estarem procurando lutar e defender seus direitos.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Esse foi o Luiz Carlos Prates, dirigente da CSP-Conlutas, fazendo a sua exposição, demonstrando a sua preocupação em relação ao que acontece no mundo do trabalho e, principalmente, com os acidentes.

Passamos a palavra neste momento ao Luís Carlos de Oliveira, que é dirigente da Força Sindical.

O SR. LUÍS CARLOS DE OLIVEIRA – Muito obrigado, Senador.

Eu gostaria de lhe dar parabéns em nome da Força pelo seu aniversário, sabendo da importância da sua existência na solução desses problemas que o movimento sindical vem trazendo. O senhor tem sido o braço direito do movimento sindical aqui no Senado. Então, em nome da Força Sindical, eu gostaria de lhe dar parabéns pelo seu aniversário.

Estou aqui representando o companheiro Paulinho, a Secretaria Nacional da Força Sindical de Saúde e Segurança da Força Sindical, e, em nome deles e da Secretaria, quero cumprimentar todas as companheiras e os companheiros que estão presentes, os companheiros da Mesa, e dizer que é uma honra para a gente estar aqui. Mesmo com toda a bagagem e a

experiência que a gente tem, é sempre um orgulho a gente estar aqui. É realmente, como disse o companheiro Albuquerque, uma responsabilidade muito grande e, com certeza, a gente acaba saindo um pouco do normal em relação ao temperamento. Mas a gente, com calma, vai tentar também dizer aqui o que pensa e tentar contribuir para ver se a gente consegue chegar ao que se pleiteia, que é um índice zero de acidentes. Na verdade, o movimento sindical sonha em eliminar os acidentes. Nós sabemos que o trabalho e, principalmente, algumas atividades trazem consigo, intrinsecamente, um perigo. Determinados produtos, na sua produção, trazem o perigo intrínseco. E a relação do trabalhador com esse perigo às vezes é necessária, porque esse trabalho é necessário e nós não vamos deixar de produzir para a sociedade, temos que produzir. E essa relação, esse risco que vamos ter é o que a gente tenta controlar para que os acidentes não aconteçam.

A gente sabe, Senador, que os acidentes acontecem por falta de gestão. Quando o acidente acontece, ou é falta ou é erro na gestão. Ou a gestão não é completa, ou não houve gestão. Um exemplo foi dito aqui, da questão da aviação, que, quando aconteceu um acidente, correu-se atrás, verificou-se a falta de gestão, obrigou, puniu, fez o que tinha que ser feito... Parou, não ouvimos mais falar, pelo menos esperamos que continue assim e que ninguém mais negligencie a gestão para que um acidente volte a acontecer.

Por que lá realmente parou? Porque o comando da gestão na aviação é um comando único. Então, se mandou o comando, se controlou, as pessoas responsáveis tiveram que obedecer e fizeram de acordo como deveria acontecer a gestão.

Bom, na nossa realidade na relação de trabalho, a gestão comando é feita por vários comandantes. São os empresários que comandam, diretamente, a sua empresa. São vários comandantes. Não tem, realmente, uma política de gestão centralizada que possa seguir um ritmo certeiro. Mas, antes de entrar nesse ponto, gostaria de dizer: por exemplo, quando a gente fala do movimento sindical, acho que a gente tem uma frustração muito grande. Acho que o movimento sindical carrega uma frustração muito grande, porque nós poderíamos aqui hoje, como a empresa veio e justificou um acidente, também justificar os acidentes com várias ações voltadas à eliminação do acidente, como tem. Quer dizer, por parte do movimento sindical, é incansável. O movimento sindical não é só dos trabalhadores. É o movimento sindical tripartite – inclusive os empresários participam. E a gente tem visto, nas comissões... Acho que foi uma das experiências mais avançada e mais tecnologicamente pensada para poder resolver os problemas, que foi a questão tripartite, que é uma experiência brasileira, que o mundo lá fora, inclusive, está valorizando e está fazendo. Isso é importante. E a gente sabe que o movimento sindical tanto ligado aos trabalhadores como aos empresários tem tido propostas para poder fazer, mudar e acabar e tem tido práticas também, mas, infelizmente, a gente não consegue. Como foi dito, morrem vários trabalhadores no ano e se acidentam muito mais do que isso. E, na verdade, há um custo social, há um custo econômico para o Estado muito grande.

Aqui, quando os companheiros do movimento sindical falam, a gente não tem muito do que discordar realmente, justamente por causa dessa ação que é conjunta e é do dia a dia. O que faz aqui um é, talvez, completar o que faltou no pensamento do outro para que a gente possa avançar. Então, não tem como discordar. Até mesmo com relação ao movimento sindical patronal. O que diverge um pouco, por exemplo, é quando falamos aqui de qual a causa realmente do acidente. Por exemplo, o empresário ainda hoje insiste em ver o acidente do ponto de vista do comportamento. Isso é um erro absurdo, porque, independente de o trabalhador ter vontade de se matar ou não, a máquina não pode permitir o acidente, o ambiente de trabalho não pode permitir o acidente. E nós temos que lutar para isso. Então, quando a gente fala aqui de políticas de gestão em saúde e segurança – a empresa mostrou até uma política muito trabalhada, elaborada e pensada –, a gente não pode pensar aqui que o comportamento do ser humano vai levar ao acidente. Nós temos que entender... E nós conseguimos, Senador, tirar da NR 1 o termo “ato inseguro”. Foi um avanço que as NRs tiveram quando tirou a questão do ato inseguro. Por quê? Porque não é o ato que gera. É o ambiente inseguro que gera o acidente, é o perigo intrínseco naquela atividade. E a relação de trabalho não identifica esse perigo de maneira correta e aí o acidente acontece. É claro: eles fizeram o estudo e a identificação e identificaram qual foi a causa: a bitola errada. Como um produto que não se pode juntar tem tanques com a mesma bitola de entrada de conexão? Um erro. Agora, acontece. Nós não vamos culpar a empresa, mas essa culpa está na política de gestão. Por exemplo, nós estamos trabalhando, hoje, lá na CTPP, que é uma Comissão Tripartite do Ministério do Trabalho que trata das NRs, a questão da gestão, a NR de gestão. E entendemos que essa NR é importante justamente porque as pessoas envolvidas hoje na questão de saúde e segurança, as personagens, todos aqueles envolvidos, já perceberam isso, e os empresários precisam, já que perceberam também

isso, eliminar do seu pensamento a ideia de defesa, de defender-se.

O perigo existe no trabalho. Então, nós temos que reconhecer que esse perigo existe e saber como evitá-lo, como relacionar o trabalhador com esse perigo de uma forma segura, para não ficarmos nos defendendo, não ficarmos, como foi dito aqui, com a imagem manchada.

Foi mostrado um trabalho científico aqui sobre a questão do frigorífico. Vou citar o exemplo que foi dado aqui para que a gente realmente tenha uma clareza. É a prova de que o trabalho científico, o estudo científico do local de trabalho identifica o perigo, identifica as causas desse perigo em relação ao trabalhador, as consequências desse perigo para o trabalhador, e aí a gente consegue ter ações para poder evitar isso. Só não evita... Aí, sim, vai entrar o custo, que é o custo para poder fazer a gestão daquela situação de risco a fim de evitar que aqueles trabalhadores venham... Então, como convive um trabalhador com o frio num determinado trabalho? É necessário reduzir a jornada de trabalho, como foi dito aqui?

Não adianta o Governo, os Senadores, os Deputados dizerem: "Olhem, vamos chorar as mortes", sendo que a gente sabe que, para algumas categorias realmente, como estão falando da saúde inclusive, é preciso reduzir a jornada de trabalho. E aí a gente não reduz, porque dizem que essa atitude vai prejudicar a empresa, porque ela vai ter um custo maior. Depois, a gente fica chorando e dizendo que há pessoas que estão se acidentando ou que estão adoecendo com o frio, por exemplo, de uma câmara. Então, a gente precisa deixar um pouco a hipocrisia – acho que um pouco de hipocrisia nós temos, Senador, e trata-se de uma coisa mais séria – e avançar um pouco além. Quer dizer, a gente fala que o econômico não pode estar acima da vida, mas, às vezes, permite que o econômico fique acima da vida.

Eu tenho dito que a questão é cultural mesmo. Como foi dito aqui, inclusive pelo Mancha, a sociedade não participa, a gente não envolve a sociedade. Então, se a gente deixar somente, por exemplo, para o Ministério do Trabalho ou para o Ministério da Saúde fiscalizar essas questões, o problema não se resolverá. Eles não têm, a gente não tem fiscalização suficiente para poder resolver isso. Há empresários que realmente têm políticas de gestão responsável, apesar de achar que a política de gestão que a gente usa não só no Brasil, mas no mundo ainda não é suficiente e não está clara suficientemente para realmente fazer gestão de saúde e segurança.

A gente tem que aprofundar mesmo essa questão, como é o caso dessa política de gestão que o Ministério do Trabalho tem que desenvolver, para encontrar uma política de gestão realmente responsável e que consiga contemplar todas as necessidades a fim de que a gente possa realmente fazer uma gestão responsável. Mas eu entendo que há empresários que têm políticas até com responsabilidade, mas com falhas, como eu falei, mas essas políticas não são exatamente suficientes para a gente poder eliminar os acidentes. Então, a gente precisa... Eu sei também que há empresários que não fazem isso e que realmente negligenciam. E podemos dizer, talvez, até que é a maioria do setor empresarial. E aí nós não podemos proteger essas pessoas porque elas não assumem uma política de responsabilidade.

Então, nesse caso, penso que temos que fazer alguma coisa maior, que é envolver a sociedade nisso. Diz-se que, se não se resolve pelo amor, se resolve pela dor. Por exemplo, qual a dor maior que a sociedade pode dar para um empresário? É a dor do econômico, do bolso. Então, no dia em que o trabalhador, que é o maior consumidor, deixar de comprar um produto de uma empresa porque ela não tem responsabilidade social na questão de saúde e segurança, as empresas vão começar a fazer política de gestão responsável, e aí os acidentes vão diminuir.

Então, Senador, eu acho que a gente tem ainda uma tarefa maior que é encontrar um sistema. No meu entender, acho que é um instituto, mais ou menos como hoje funciona o Inmetro, que trabalhe junto à sociedade, com conscientização da sociedade, fazendo as promoções de indignação, como disse o Mancha, para que a sociedade comece a interferir e a decidir quem são realmente as empresas responsáveis que devem continuar no mercado. Dessa forma, eu acho que a gente...

Tudo bem, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Permita-me, Sr. Luís Carlos de Oliveira. Pode prosseguir. Eu só preciso substituir o Presidente Paim no momento em que ele precisa se ausentar, por um minuto, se o senhor puder autorizar.

O SR. LUÍS CARLOS DE OLIVEIRA – Correto, Senador. Tenho também pelo Senador Suplicy uma consideração muito grande, a Força Sindical.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito obrigado.

O SR. LUÍS CARLOS DE OLIVEIRA – Então, como eu estava dizendo, a gente tem uma função ainda maior. Entendo que a gente tem que criar algo que centralize todas essas ações, ações profissionais, no geral, em relação à saúde e á segurança. Dessa forma, vamos conseguir elaborar uma política de gestão responsável e aí vamos ter como administrar, ou co-

brar, ou regulamentar, como atuar e como as empresas podem aplicar essa política.

Terminamos há pouco tempo, ontem, a NR que fala sobre altura. Em dezembro, no final do ano passado, nós terminamos a NR 12, Senador Suplicy, que fala sobre a proteção de máquinas. Nós temos informações de que há acidentes acontecendo por falta de adequação das máquinas à NR 12. Por exemplo, tem um sisteminha, coisa simples, que impede que a máquina ligue quando está em manutenção, quando estão ali trabalhando quatro, cinco trabalhadores, máquina na qual o trabalhador precisa penetrar para poder fazer a manutenção. Trata-se somente de um cadeado que impede que essa máquina ligue, uma chave que os cinco trabalhadores teriam. Sem a chave dos cinco, essa máquina não ligaria. E morreram trabalhadores no Brasil por falta dessa chavezinha.

Isso significa o quê? Que estamos passando anos e anos, porque foram mais de trinta anos de discussão sobre a NR12, pensando e tentando propor a mudança dela. Quando muda a redação da NR, em dois anos praticamente, ainda morre trabalhador porque houve negligência em aplicar aquelas propostas da NR12 para a questão de proteção de máquinas. Então, é uma coisa para se pensar. Nós temos que ter realmente algo que não só converse com a sociedade sobre o assunto... E que, ao mesmo tempo, oriente, demande e controle a aplicação dessas... No meu entender, seria realmente a criação de um instituto, como é o hoje... Por exemplo, uma empresa não pode produzir algo se o Inmetro selar que aquilo ele põe em risco alguma coisa. Ou não é verdade? É verdade. Agora, por que uma empresa pode continuar usando uma máquina que põe em risco a vida do trabalhador? E ninguém pode dizer para parar, porque, se parar, o auditor fiscal ainda é capaz de tomar um processo, vai ter todo um processo judicial e, depois, vai vir um juiz e ainda vai botar essa máquina para funcionar de novo.

Então, precisamos avançar mais nesta questão, Senador.

Obrigado, Senador.

A outra questão que quero falar é sobre a questão do assédio daquelas pessoas que realmente, quando falam... Se a gente vir aqui e citar talvez nome de uma empresa, eu posso até me complicar. Que me referir, Senador, aqui à questão do companheiro da Fiocruz, Hermano Castro, que é um companheiro da Friocruz que tem feito pesquisas sobre o amianto. Essa pessoa, porque está falando o que o amianto é, e todo mundo conhece. Dizem que, aqui no Brasil, crisotila não mata. Estão dizendo isso. Está certo? Mas o amianto, no mundo, já foi banido. E um cientista, que merece todo o nosso respeito, fala e está dizendo cientificamente porque ele suspeita o que a situação cria, essa pessoa está sendo processada pelo pessoal do amianto porque ele está dizendo.

Eu entendo que, aqui, a gente precisaria – e o Senado poderia nos ajudar em relação a isso, Senador... Se uma pessoa suspeitar de algo que possa pôr em risco vida de um ser humano ou qualquer ser vivo, que essa pessoa pudesse expor o seu pensamento sem correr o risco de ser processado, mesmo que tenha que citar alguém, porque ele vai expor o pensamento não condenando aquela empresa ou determinada pessoa, mas ele vai expor o pensamento no sentido de tentar alertar que aquela determinada função pode vir a gerar morte ou mutilações de um ser vivo.

Então, nessa questão, a gente gostaria e deixar um pedido, se houvesse alguma manifestação, em defesa desses companheiros, desses cientistas, para que outros não se calem. No meu entender aqui, é uma demanda que, se for favorável, à empresa, muitos cientistas vão se calar por aí, vão se calar porque quem é doido de estar falando alguma coisa e correr o risco de tomar o processo ou de perder a sua casinha para pagar indenizar alguém.

Está certo, Senador? Eu termino por aqui.

Há outra questão que é importante que eu acho que poderia ajudar um pouco a resolver, que é a questão da gestão local, que é local de trabalho, como foi dito, que é a questão do Sesmt... Eu acho que o Sesmt é um órgão muito importante para a vida do trabalhador, como é o caso da profissão do engenheiro, do segurança, do médico do trabalho, do técnico de segurança, da enfermeira do trabalho em geral. Só que essas pessoas ficam atreladas economicamente à empresa. O Sesmt deveria ser como um condomínio; tinha que ter vida própria, tinha que ter vida jurídica livre, independente, para que possa atuar. Então, a empresa deveria pagar o condomínio para o Sesmt e essa verba deveria ser administrada pelos agentes do Sesmt, os cipeiros ou quem quer que seja para que ele possa realmente atuar com liberdade e fazer ações de saúde e segurança sem ingerência, sem que esses profissionais corram o risco de perder o emprego.

Muito obrigado pela oportunidade. Estou à disposição, Senador, para o que precisar. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Luís Carlos de Oliveira, Diretor da Força Sindical, deixando aqui sua contribuição.

A comissão está recolhendo todas as contribuições para formular o documento para ser encaminhado às autoridades.

Passamos a palavra neste momento ao Vanderlei Sartori, que fala pela Contac.

O SR. VANDERLEI CARLOS SARTORI JÚNIOR – Boa tarde a todos; boa tarde, Senador Paulo Paim, estou hoje aqui representando a Contac em razão de o Presidente, Sr. Siderlei, não ter possibilidade de estar aqui no momento por ter compromisso bastante relevante agendado anteriormente e por isso pediu para que eu viesse. Noto que minha tarefa não é das mais fáceis aqui neste momento. Pelo que me consta, sou o último inscrito e vou fazer um esforço muito grande para não repetir o que já foi dito. As coisas que foram ditas aqui foram de extrema propriedade. Nem vou estar preocupado com o tempo; vou tentar ser econômico porque a repetição não vai levar a lugar nenhum.

Eu queria fazer o registro de que talvez para esta audiência pública também fosse interessante ter chamado – e aí fica o registro para as próximas – representantes do Ministério Público do Trabalho que são pessoas que têm tido papel muito importante na defesa da saúde e da segurança do trabalhador.

Às vezes, dentro do movimento sindical, nós travamos um debate de que o Ministério Público estaria substituindo o sindicato nas suas atribuições e que isso geraria certos ciúmes. Na verdade, as pessoas de bom senso sabem muito bem que nós poderíamos atuar em conjunto. Por quê? Porque as prerrogativas do Ministério Público são muito superiores às do movimento sindical. O movimento sindical hoje enfrenta problemas seriíssimos, inclusive com relação à estabilidade sindical. Muitos dirigentes estão sendo demitidos das empresas porque não estão dentro daqueles sete que o TST entendeu como sendo o número aceitável de estáveis dentro de um sindicato, e que em sindicatos de grande porte isso é insignificante, isso inviabiliza o trabalho sindical. Houve um retrocesso absurdo no entendimento do nosso Judiciário a respeito disso. E que nós estamos, por meio do movimento sindical, fazendo gestões às pessoas devidas.

Fica aqui nosso registro, Senador Paulo Paim, de que essa situação é insustentável porque, para o dirigente sindical defender o trabalhador lá, ele precisa ter alguma garantia. O Luís falou do cientista. Que situação! O cientista que se habilita a fazer algum comentário, alguma crítica numa situação fundamentada na ciência está arriscado a perder sua casinha. Isso é grave. Para o dirigente sindical, se ele tem uma postura um pouco mais ativa ele está arriscado a perder o seu emprego. E, infelizmente, o nosso Tribunal Superior do Trabalho tem tido alguns posicionamentos bastante retrógrados nisso. E nós estamos aqui para fazer este alerta. Talvez fosse importante também trazer o Judiciário para este espaço de debate porque, no final das contas, Senador, quem vai tomar a decisão se aplica ou se não aplica, se indeniza ou se não indeniza, vai ser o Judiciário. Nesse sentido, às vezes o dirigente sindical, às vezes o representante do Ministério Público, fica de mãos atadas porque a decisão, a tinta na caneta, está na mão do juiz, está na mão do Tribunal Regional, está na mão do TST.

Então, nós temos essa preocupação. Precisamos não só discutir no âmbito governamental, no âmbito do movimento sindical, no âmbito do Parlamento, mas também no âmbito do TST o que está acontecendo. Hoje nós estamos numa situação dita de quase pleno emprego e deveríamos, agora sim, estar com o foco centrado especialmente nas questões de medicina e segurança do trabalho. É o momento adequado. E alguém vê algum movimento por parte de sei lá quem no sentido de flexibilização do direito do trabalhador, discutir trabalho por hora. Isso também é inaceitável. Se, porventura, hoje a classe trabalhadora tem condições de negociar melhor, porque está na condição de pleno emprego, então, vamos fazer avançar essa discussão da segurança e saúde do trabalhador.

Quero registrar aqui – não vou ser tão generoso com as empresas – que, na verdade, os empresários, que inclusive participam da CTPP, na qual eu assessoro a bancada dos trabalhadores, têm um comportamento, com relação à segurança e à saúde do trabalhador, como se tivesse numa negociação coletiva. Eles querem negociar: olha, nós vamos dar quatro enfermeiros e não cinco. Essas questões de segurança e medicina do trabalho não estão no âmbito da negociação; elas devem estar no âmbito da discussão técnica. Aqui nós temos gente muito qualificada para mostrar isso. Está aqui meu professor Paulo Albuquerque, que já deu altas lições a respeito. A essa palestra eu assisti lá no Paraná. Na verdade, é uma mudança de visão da coisa. Isso, infelizmente, a gente vê que caminha a passos muito lentos e que ainda assim a gente sente alguns retrocessos.

Eu quero observar também que aqueles que atuam lá na base, aqueles que atuam atendendo o trabalhador, como eu dentro de algum sindicato de trabalhadores, sabem, com muito mais propriedade do que as pessoas que estão, com toda boa vontade, atuando no Governo, atuando no Senado. Sabem o que é o sofrimento humano – e aqui hoje estamos na Comissão de Direitos Humanos –, porque a gente enfrenta aquele trabalhador que não tem condição de trabalhar, não suporta mais aquela carga de trabalho e não encontra amparo nem no INSS, nem no empregador, em lugar nenhum e bate às portas do sindicato, e o sindicato também não consegue dar-lhe resposta.

Quando a gente fala de medicina e segurança do trabalho, a gente também gosta de registrar que o que seria um instrumento importantíssimo na mão do

empregador para prevenção de acidentes e doenças profissionais acaba sendo, na verdade, um instrumento para medir a vida útil daquele trabalhador para depois trocá-lo; não é para prevenir o acidente, não é para prevenir a doença. Faz-se a análise biomorfológica daquele trabalhador e sabe que ele vai aguentar aquele ritmo apenas por um ano e meio, dois. Então, um pouquinho antes de ele dar problema, vai lá e o troca.

Essa, infelizmente, é a visão que prevalece nos empresários. Não quero generalizar, não quero ofender nenhum empresário, mas, infelizmente, na lida do dia a dia, que a gente enfrenta no sindicato, que a gente enfrenta nas negociações coletivas e que a gente enfrenta aqui em Brasília, na CTPP, do Ministério do Trabalho, é que o trabalhador é visto como algo descartável, que pode ser substituído. O custo disso, além daquele sofrimento que eu disse que existe e que a gente sente, porque está lá na base e atende aquele trabalhador para entrar com a ação trabalhista, para reparar o dano moral, etc e tal, a gente assiste aqui em Brasília também, assiste a essa posição atrasada da classe patronal – registre-se não são todos. Nós temos o segmento dos frigoríficos, e o Senador Paulo Paim também é signatário de um projeto e que visa minimizar os problemas nessa área, dos frigoríficos e dos abatedouros de frango, é um absurdo. Nós temos lá trabalhadores que estão sendo lesionados por conta do ritmo.

Nós resgatamos na memória, acho que todos aqui assistiram ao filme Tempos Modernos, de Charlie Chaplin, onde o trabalhador pega a chave de boca e vai, vai, vai. É a mesma coisa. Estamos aqui quanto tempo depois? Quase 100 anos após aquele filme e estamos enfrentando a mesma coisa na desossa dos franguinhos que vão para a nossa mesa. O trabalhador não tem intervalo de pausa, com raras exceções, onde o Ministério Público atuou, entrando com ação civil pública ou entrando com inquérito civil público, para depois conseguir um termo de ajuste de conduta e estabelecer as pausas.

Nós vemos a resistência do empregador em estabelecer essas pausas, querendo que haja uma análise ergonômica de cada posto de trabalho. Isso é um absurdo.

Então, acho que nós temos de ser um pouco mais duros nesse debate, menos polidos, e colocar o dedo na ferida.

Eu sempre digo que nós lá, no Estado do Paraná, através da Federação dos Trabalhadores da Alimentação, o Hernani, que você conhece bem, nós fizemos no final do ano passado um grande movimento, pelo Estado inteiro, nos frigoríficos, mostrando o problema. Nem os trabalhadores acabavam se identificando com o problema, porque falam tanto para ele que o problema que ele tem no braço é porque ele, quem sabe, joga tênis, toca piano, e ele acaba acreditando que o problema é dele e não da forma como ele trabalha.

Nós fizemos esse trabalho lá no Paraná de divulgação; saímos em caravanas por todas as cidades que tinham um frigorífico de frango ou de bovinos.

E sabe o que aconteceu, Senador Paulo Paim?

Numa das empresas que visitamos lá, no norte do Paraná, os trabalhadores, na semana seguinte, identificando-se com o problema, sentindo que havia amparo do movimento sindical para a sua dor, entraram em greve.

Qual foi a atitude da empresa? Demitiu 30 trabalhadores, porque eles entraram de forma espontânea. Eles gostaram do material que viram e se identificaram, e resolveram romper os grilhões e entraram em greve.

A partir dessa greve, 30 foram demitidos. Felizmente, depois de um processo negociação, conseguimos não a reintegração, mas que as demissões não fossem por justa causa.

Foi um grande avanço.

Então, a situação é grave.

Eu me emociono um pouco sobre esse assunto, porque talvez a frieza do papel do advogado, do tribunal, do juiz, não espelhe aquilo que nós acabamos sentindo no dia a dia atendendo cada trabalhador.

Essa é a contribuição que eu tenho a dar neste momento.

Tenho um companheiro, o Célio, de Criciúma, que quer apresentar algumas imagens e eu vou ceder um pedaço do meu tempo para que ele possa apresentar essas imagens e fazer algum comentário, caso entenda necessário.

O SR. CÉLIO ALVES ELIAS – Bom dia a todos!

Quero cumprimentar o Senador Paulo Paim e dar os parabéns em nome de todos os trabalhadores de Santa Catarina, cumprimentar o nosso Senador Casildo Maldaner, do belo Estado de Santa Catarina, ao Senador Suplicy, um grande guerreiro que nós acompanhamos pelas lutas. Eu só gostaria de usar um pouco deste espaço, até porque não consigo me conter. Vim de Santa Catarina, Senador, e, se me permite, quero cumprimentar os demais colegas da Mesa e todos os companheiros e companheiras que aqui estão.

O nosso sindicato tem a base em uma unidade da Marfrig, que é a Seara Marfrig. E, acompanhando o Diretor Clever Ávila, fazer uma justiça. Depois que eu passar os vídeos aqui... Podem ver que eu estou no Brasil, pois geralmente nós usamos esses vídeos em palestras internacionais que nós estamos trabalhando.

Nós pegamos as questões das agroindústrias, porque a agroindústria hoje no Brasil, Senador, é um

dos setores econômicos que mais está adoecendo os trabalhadores, até pela questão do ritmo que nós temos implantado no número de cortes, porque temos, na média, colocando as unidades que temos – não interessa o salário –, temos, na média de cortes, em torno de nove mil a dez mil frangos por hora que são abatidos.

E aí estamos, o local das doenças dos trabalhadores.

E quero dizer que um pouco disso que a Marfrig está fazendo também não é tão de vontade própria assim. Nós temos, recentemente, várias condenações judiciais... E, se não me engano, foi o José Augusto que falou sobre a participação do Ministério Público do Trabalho. Nosso sindicato em Criciúma teve a coragem de formar uma parceria e, recentemente, a Seara/Marfrig foi condenada em R$14 milhões. Eu sempre tenho colocado o seguinte: nós só vamos ter avanço em cima do empresariado porque, infelizmente, a grande maioria do empresariado tem a visão que só discute saúde dos trabalhadores, Senador, quando realmente mexe no financeiro.

E, com o ritmo que é implantado... Imaginem um trabalhador desossar de quatro a seis coxas por minuto, de seis a nove peitos por minuto? É claro que, com isso, vamos ter trabalhadores doentes, vamos ter trabalhadores lesionados, vamos ter trabalhadores...

Aí são mobilizações que a nossa confederação, junto com os sindicatos e federações, fizemos, porque nosso tradicional frango conhecido, porque o frango é muito mais valorizado nesse setor, infelizmente...

Temos aí trabalhadora, lutas na Previdência Social, o frango todo robusto e o trabalhador lá sentadinho, todo doente, todo mutilado.

E aí as vítimas, Senador. É isso.

Essa é uma trabalhadora, hoje, com 42 anos. Onze anos de desossa. Hoje toma duas doses de morfina para suportar a dor. Está aposentada por invalidez. O que quero dizer com isso? Esse é outro trabalhador de outra empresa, tem cinco anos de empresa, também já está inválido.

Essa trabalhadora – se não me engano foi o companheiro do Conlutas que colocou – infelizmente, com 40 dias de trabalho, perdeu a mão direita numa máquina e hoje está em benefício da Previdência, sem receber benefício. Está afastada da empresa sem receber salário da empresa. E além do mais, essa trabalhadora hoje não retorna mais ao trabalho, senhores, sabe por quê? Quando houve uma bela visita internacional que visita muito o mercado brasileiro – e o Governo brasileiro não se preocupa com isso, é lógico, o melhor é ter o lucro das empresas – essa trabalhadora foi escondida no vestiário da empresa para que a comitiva internacional não verificasse que ela não tinha uma mão. Então, hoje, essa trabalhadora não retorna mais ao trabalho por complexo psicológico dela. Ela chega à porta da empresa, começa a chorar. Está afastada pela Previdência, sem receber o benefício, aquilo que os colegas colocaram aqui; está afastada da empresa porque a empresa disse o seguinte: ela entrou com ação judicial cobrando o direito da mão que ela tinha quando entrou lá. Mãe, com 37 anos de idade.

Senhores, quero dizer o seguinte, para fechar um pouco da minha indignação, Senador, deixar como sugestão aqui: urgentemente, o Governo brasileiro tem que fortalecer nosso Ministério do Trabalho. Não podemos mais viver nessa inércia, ter um Ministério sem ação, não de fiscalizar a carteira assinada, e sim verificar as condições de trabalho dos trabalhadores. (*Palmas.*)

Senador, aproveitando a presença de mais Senadores, o médico do trabalho das empresas não pode ser considerado como funcionário das empresas. Por que o Ministério da Agricultura tem seus médicos, que têm autonomia total dentro de um abatedouro de frango ou de qualquer abatedouro de carnes deste País, que podem parar a produção a hora que eles quiserem, e o SIF, e os médicos do trabalho não podem, mesmo verificando as condições inadequadas de trabalho, que estão ali mais é para complementar uma lei que o Brasil exige, que as empresas têm de cumprir, com médicos, engenheiros e técnicos de segurança?

Mas quero deixar aqui também a responsabilidade das empresas de estar encaminhando os trabalhadores, com dignidade, para a Previdência Social, não subnotificando as comunicações de acidente de trabalho.

Aos nossos Senadores que estão aqui um alerta ao nosso Governo. O BNDES não pode estar dando dinheiro para as empresas, os grandes grupos; compram empresas, mas não têm responsabilidade social, ou fechar empresas, como está acontecendo no Brasil. Dão dinheiro nosso para as empresas comprarem e sem responsabilidade nenhuma, para mutilar e, além de tudo, fechar pequenas plantas, mas que empregam aí 1.000, 2.000 trabalhadores num universo de 10.000 a 15.000 em cada Município que existe.

Nós não podemos continuar, Senadores, senhores e todos os técnicos que temos aqui, com os planos de participação nos lucros nesse setor, aumentando metas para dar um pouquinho mais de dinheiro. A participação tem que ser pelo reconhecimento da lucratividade da empresa sem metas. Nós não podemos continuar...

O SR. VANDERLEI CARLOS SARTORI JÚNIOR – Célio, banco de horas.

O SR. CÉLIO ALVES ELIAS – Banco de horas. Nós não podemos continuar no Congresso Nacional sem discutir terceirização, porque aí vai na contramão

daquilo que a Marfrig colocou, porque terceirização é exploração da mão de obra. Ninguém terceiriza nada se não quer diminuir o custo que vai ter dessa mão de obra. E, quando se paga menos, tem menos condições de trabalho. Isso é precarizar. Isso é uma falta de visão estratégica da classe patronal que acha que ainda o ser humano é para matar e ser morto.

E, além de tudo, quero dizer o seguinte e implorar, Senador Paulo Paim, Senador Casildo Maldaner, Senador Eduardo Suplicy, eu gostaria de ver ainda, nesta Casa, a aprovação do nosso projeto de lei da classe trabalhadora. Não importa quem foi o pai ou quem foi a mãe, mas os trabalhadores das agroindústrias brasileiras, como coloquei no início da minha fala, um dos setores que mais mutila trabalhadores. Nós temos urgência nesse projeto de lei que está aqui, que fala de 36 horas para esse setor. É urgente, Senador. Muitos e muitos trabalhadores estão tendo o seu dia a dia e muitas famílias sendo mutiladas.

Outra questão que está no nosso setor, para a qual quero alertar e que já deve estar na cabeça dos empresários: o suicídio, as doenças mentais nesse setor.

Para finalizar mesmo, falo aqui para os colegas da Marfrig e quero elogiar a presença deles, porque pelo menos vieram aqui, tiveram a coragem de fazer o debate do qual outras empresas fogem: se não tiver uma união entre o Governo brasileiro, as empresas da agroindústria – estou falando da agroindústria porque é o meu setor – e a classe dos trabalhadores, o mundo vai saber como é produzido o frango brasileiro, que é exportado, porque nós não podemos valorizar mais o frango e deixar o ser humano em segunda via.

Muito obrigado a todos e parabéns, Senadores. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Essa foi a exposição que fizeram o Vanderlei Sartori e também o Célio. Ambos pela Contac fizeram aqui sua exposição.

Como é de praxe, nesta Comissão e em outras na Casa, os Senadores usam da palavra no momento que entenderem mais adequado. Então, neste momento, com a palavra o Senador Suplicy. Em seguida, o Presidente da Fundacentro.

Senador Suplicy, o Presidente da Fundacentro está com problema de horário. Ele pergunta se poderia falar agora e, em seguida, V. Exª.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Tudo Bem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Então, o Presidente da Fundacentro com a palavra, com o carinho, o respeito e a tolerância, como sempre, do nosso grande Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO DE AZEREDO COSTA – Muito obrigado ao Senador Paim e também ao Senador Eduardo Suplicy. Eu queria num momento muito rápido explicar. Foi mencionado aqui que nós temos uma reunião do Conselho Curador, hoje, da Fundacentro, que é às duas horas; então, um pouco de preocupação. E que também juntar o que o nosso servidor, como ele se colocou, o Adir, lembrou aqui da importância desta audiência.

Nós, recentemente, tentamos fazer – eu digo tentamos –, parecia ser a primeira audiência pública sobre saúde e segurança do trabalho na Comissão de Trabalho e Emprego. Chegou a ser agendada. Depois, com aquela crise do Ministério do Trabalho etc., resolveu-se retirar o pedido de audiência e, às vésperas, na verdade, foi cancelada. Então, quero dizer que era um desejo também da Fundacentro, e nós participamos ativamente naquele agendamento daquela audiência. Não a realizamos, mas, por sorte, estamos hoje aqui, começando este debate.

Eu queria também dizer que, para mim, foi gratificante no sentido de aumentar o conhecimento sobre pessoas que atuam nesse setor e, nessa participação, hoje, poder ouvir a todos.

Cada coisa, talvez cada intervenção merecesse um comentário mais longo também meu e coisas do que chamo, como um colega que está aqui, de decano, as pessoas que viveram muito, que sempre têm alguma coisa para dizer em tudo.

De qualquer modo, não se trata de cansar as pessoas sobre isso. Todas elas, acho que mereciam uma consideração nossa sobre o que falaram. Acho que meu papel aqui seria, no entanto, falar um pouco sobre a Fundacentro e o nosso papel, portanto, no que está acontecendo.

Foi mencionada várias vezes a Fundacentro, e eu queria dizer que eu nunca vi nenhuma das menções, a não ser uma que eu queria comentar, que fosse imprópria. Mas ela não foi imprópria também, a outra menção que eu ia colocar. Todas verdadeiras. Eu diria que foi limitada, e desculpem eu criticar assim.

O que tem limitado a Fundacentro é ela ser vista como instituição de pesquisa. A Fundacentro se tornou, por leis etc., após a redemocratização, uma instituição de ciência e tecnologia no trabalho, e em ciência e tecnologia, não é a única atividade fazer pesquisa. Temos muitos outros compromissos que são sociais, amplamente, como instituição pública. E queria chamar a atenção para o papel que temos de ter e que estamos tendo na dimensão que precisávamos, na própria discussão das políticas gerais, e não só a de ACT, como a instituição de ciência e tecnologia, para que outros setores governamentais pensassem um

pouco até a questão da ciência e tecnologia numa perspectiva do trabalho. Não existe no Brasil. O nosso Ministério de Ciência e Tecnologia não tem um capítulo sobre ciência e tecnologia no trabalho, e quase tudo que eu ouvi aqui se referia, direta e indiretamente, a possibilidades de resolver problemas por meio de uma intervenção tipo inovação tecnológica para saúde e segurança do trabalho.

Eu comemoro algo que fizemos recentemente. Fizemos a primeira coisa, que parece meio de maluco, quando chegamos lá: a primeira patente requerida pela Fundacentro junto com uma confederação de trabalhadores é uma patente para assegurar saúde e segurança no trabalho. Longe da lógica da patente para privatizar um conhecimento, ela, sendo detentora, uma instituição pública, sendo detentora concomitantemente com uma confederação de trabalhadores, para assegurar que seja introduzida de verdade no mercado para benefício dos trabalhadores. É sobre as costureiras, sapateiros, uma experiência feita de *design* industrial, com vantagens para os trabalhadores e para a economia de modo geral, mas que vai muito além, embora seja o básico, porque foi introduzida para diminuir o sofrimento dos trabalhadores naquela indústria.

Então, nós podemos tornar isso mais importante e, ao mesmo tempo, para promover...

Uma impressão que tenho, geral – e a gente está procurando fazer a Fundacentro se ajustar a essa visão – é a necessidade de desconfiná-la. Vejo a Fundacentro, a qual dirijo, e faço um esforço grande, eu diria, para tentar desconfiná-la. Ela vive num confinamento, porque ela é vista de uma maneira restritiva, embora importante, e ela se acomodou a essa posição de ser importante. E sem pensar no que é intervenção real na vida dos trabalhadores deste País.

Estamos precisando urgentemente entender que a questão da saúde e segurança do trabalho é uma questão da sociedade brasileira como um todo. Nesse sentido, isso tem também que ser desconfinado. Quando a gente comenta que de outros Ministérios não vieram, razões podem ter, evidentemente, específicas, mas é um setor que está sendo vivido dentro dele mesmo, com poucas alianças mais amplas, na minha visão. A Fundacentro é um excelente órgão para ajudar a promover isso, promover uma abertura grande na concepção sobre como trabalhar.

Dificuldades da Fundacentro. Antes de falar em dificuldade, eu diria que já teria desistido, nos dois anos em que estive lá, não fosse o tipo de missão que um dia dão para a gente, a importância de poder contribuir para a questão da saúde dos trabalhadores, pessoal, como cidadão. Isso faz com que fiquemos meio chatos, querendo conquistar coisas, querendo resolver as coisas em vez de ir para casa.

Recentemente, de agosto para cá, não tive dúvidas, coloquei à disposição o meu cargo, porque o Ministério do Trabalho, progressivamente, tirou todo o apoio que poderia ter a Fundacentro e ficamos completamente isolados também na área governamental.

Não estou falando mal do meu ex-Ministro, porque, até aquele momento, tive muito apoio para poder desenvolver, mas, por razões que não quero discutir aqui, o Ministério tomou outra conduta. Parece-me que teve outros interesses dominando e não conseguimos passar melhorias orçamentárias, que eram fundamentais; concurso para os nossos servidores, que foi feito e não foram absorvidos, não eram prioridade; estatuto que queria, como chamo, nacionalizar a Fundacentro, torná-la nacional, foram retirados do Mpog de volta e trancados na área do secretário executivo. Então, todas as iniciativas – e poderia citar outras – foram abortadas, e por que ficamos? Porque, conforme o companheiro falou no início, e agora digo sem nenhum pudor nisso, estou com a esperança de que venha o Brizola Neto e que possamos trazer realmente uma política interna ao Ministério também, capaz de ajudar os trabalhadores nesse campo da saúde e segurança com mais força ainda que teve no passado. Acho isso importante e fundamental.

Estou comprometido com ele e estamos esperando por ele, senão vou embora. Isso não é aquela posição que foi meio cômica de alguns secretários que manifestaram que, se ele viesse, se demitiam. Evidentemente, está aceita a demissão, não tem nada a ver com isso. A questão não é essa. É uma questão política que o Ministério precisava trabalhar e acredito que vamos ter condições de fazer agora.

Então, antes de falar nos problemas quero falar na esperança que temos neste momento de mudança em relação às questões do Ministério do Trabalho e, por sua vez, da Fundacentro.

O que colocaram aqui especificamente que eu gostaria de dizer. Realmente, a limitação para passagens e diárias é enorme e não está resolvida. Em função do próprio PAC, quando houve a limitação de recursos para diária e passagem em função do PAC, houve até uma liberalização de um montante de recurso maior para o Ministério do Trabalho cuidar das questões e poder atender a isso.

Não foi atendido dentro disso, embora pedido por nós também, uma melhoria do limite, que ficou, no final do ano, de 60% nos gastos de diárias e passagens. Isso não depende de recursos orçamentários; depende de limitação burocrática. Ou seja, não podemos autorizar viagens e por isso os companheiros falaram que não

puderam estar presentes os técnicos em congressos internacionais e em uma série de atividades que têm aí. Estou aqui hoje, Senador, por um conjunto de outras atividades. Eu não poderia vir, não há recursos nem para o Presidente vir se for convocado sem alguém pagar a vinda de lá para cá. Para o ano inteiro e para todo o País, são R$600 mil entre diárias e passagens. A situação de estagnação da Fundacentro não é nova – queria só chamar atenção para isso –, deu um agudizada, ela é de 10 anos. Há 10 anos que cai o número de servidores por aposentadoria e não tem reposição por concurso; há 10 anos que os recursos disponíveis, quer dizer, aqueles que não são para pagamento de pessoal, são da ordem de R$22 milhões a R$23 milhões anuais, para tudo que não seja pessoal.

É absolutamente impossível a manutenção desse estado de coisas. Nós vimos dizendo isso. Eu também diria que da metade do ano passado para cá tenho usado isso como denúncia, isso ajudou a me isolarem mais, mas não dá para passarmos por uma instituição e dizer que está tudo bem, porque eu ganho meu salário, ganho bem, seja o que for, e tenho umas vantagens pessoais. Quer dizer, não seria o caráter do que poderíamos fazer.

Então, queria chamar a atenção para isso, que eu acho que é uma coisa fundamental, colocando aí esses problemas de esperança. Quando falaram também em recursos para este ano, talvez nesse ímpeto de tentar resolver as questões, foi todo cortado o orçamento, mas no último momento eu consegui – digo eu no sentido de nós, pessoalmente eu fui lá na Comissão de Trabalho – uma emenda coletiva que melhorava em 11 milhões, o que para nós era excelente. Onze milhões, quando se fala em bilhões por aí, normalmente, no governo, a nível federal. Onze milhões é o orçamento da Fundacentro. Foi aprovada, tanto pela Comissão de Trabalho como também pela comissão setorial; depois, no orçamento, ela foi aprovada.

No entanto, todas as emendas parlamentares são agora contingenciadas. E quando sair, se sair, nós não teremos condições de gastar. E sempre passa que o dirigente é um mau gestor, porque estava lá o recurso e não gastou. Mas quando é liberado, é lá no final do ano. Aí não há mais condição de praticar o orçamento, de fazer, botar unidades, etc.

Então, eu queria chamar a atenção para essas dificuldades que estamos tendo e eu realmente pediria muito a atenção para algumas coisas. Eu gostaria de falar das boas coisas que continuamos fazendo, mas principalmente dizer isto. Nós queremos estar associados, Senador, nessas questões; a Fundacentro quer estar associada para poder apoiar os trabalhadores em tudo o que ouvimos aqui, tanto pela questão técnica como pela presença, às vezes, que é política, que ajuda.

Queremos estar presentes nesse cenário novo, que eu acho que foi colocado, de desejo de pleno emprego saudável, com tolerância zero para acidente de trabalho, como alguém colocou aí, que serão os objetivos que temos de perseguir.

Nessas condições, eu gostaria de só deixar esta palavra aqui, porque o tempo passa. E, num assunto específico, dizer o seguinte: esse livro, esquecemos de dizer, foi feito pela Fundacentro junto com o Ipea, só que o dinheiro do Ipea deu para publicar, só trabalhamos para escrever. Foi citado o Ipea então na capa. Lá atrás tem o nosso símbolo também.

É evidente que estamos procurando associações importantes para ampliar isso. Fizemos um convênio com a Fiocruz para usar o Canal Saúde e trazer as centrais sindicais, trazer os trabalhadores para outra perspectiva. O Canal Saúde hoje é muito potente, pelas possibilidades tecnológicas que tem a Fiocruz, agora não temos gente para organizar. É uma coisa terrível o esvaziamento de gente.

E o último ponto, se tiver uma manifestação do Senador, do Senador Suplicy, também, do Senador do Paraná,...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Casildo Maldaner, de Santa Catarina.

O SR. EDUARDO DE AZEREDO COSTA – De Santa Catarina. Desculpe.

Agora está no Planejamento, vão autorizar um primeiro contrato para 46 pessoas para a Fundacentro. Então, depende do Ministro agora fazer a assinatura dele e tal. Acontece que esse concurso perde a validade no final do ano... No final do ano, não, no final de junho. E numa situação como a da Fundacentro, conceder que mais 50% dos concursados entrassem era fundamental. Mais 20 pessoas. Mais 20 pessoas, para nós, faz uma diferença fundamental. E o Planejamento resolveu não autorizar até agora. E vai perder a validade. Não é para atrasar. E, no entanto, nós temos recursos, porque nós tínhamos assegurado. Tem recurso para pessoal na Fundacentro. Isso conseguimos colocar, para uma expansão, neste ano, de cem pessoas. Então, não dá para dizer que é porque não tem esse recurso. Tem esse recurso programado para a Fundacentro, precisa de autorização do Ministério do Planejamento. Uma ajudazinha, desculpe pedir uma coisa tão específica, mas estamos pedindo tudo para poder ajudar vocês. Quero que entendam isso.

Muito obrigado pelo apoio aqui dado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Esse foi o Presidente da Fundacentro, Eduardo de Azeredo Costa, fazendo uma série de considerações, inclusive pedindo auxílio a esta Casa para a Fundacentro. E nós entendemos, respeitamos e faremos o que for possível. Depois, no encaminhamento final, a gente fala inclusive nessa linha.

Mas, de pronto, ao Senador Suplicy, eu passo a palavra.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Presidente Paulo Paim, quero cumprimentar V. Exª e todos que aqui, representando as centrais sindicais, de todas elas, o Ministério da Previdência, do Trabalho, pela excepcional qualidade dos representantes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – E Saúde também.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – E da Saúde também, que prestaram hoje, pela manhã, inclusive com a apresentação de vídeos, que foram de grande utilidade. Felizmente, até porque não houve a reunião da Comissão de Relações Exteriores, foi transmitida ao vivo, sem parar, desde o início. E eu estava com outras atividades.

Quero aqui manifestar o apoio a todas as iniciativas para prevenir, melhorar as condições de saúde e minimizar os acidentes de trabalho. Gostaria de propor um requerimento, diante do que foi apresentado pelo Sr. Célio Alves Elias, do Sindicato de Alimentação de Criciúma e região. Um breve requerimento, Sr. Presidente:

Requeremos que a CDH, Comissão de Direitos Humanos, encaminhe ofício à empresa Seara Marfrig de Forquilhinha, Santa Catarina, no sentido de que possam ser providenciados os devidos direitos e assistência adequada à trabalhadora Zeli Sebastiana Pereira Machado, que teve a sua mão decepada, uma vez que ele mencionou que essa trabalhadora está sem a devida assistência.

Submeto-o a V. Exª, porque escrevi aqui rapidamente. E cumprimento todos pelos depoimentos aqui colhidos.

Tenho que estar em instantes no plenário, Sr. Presidente, porque a sessão vai começar. Vou pedir licença.

Meus cumprimentos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Exª está liberado. *(Palmas.)*

O requerimento, de ofício, esta Presidência vai fazer o encaminhamento sobre o fato que foi aqui relatado junto à empresa.

Senador Casildo Maldaner, com a palavra.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Da mesma forma, Sr. Presidente, estive no início dos debates, de manhã, mas, em função de diversas Comissões na Casa... Tem uma MP, inclusive, trancando a pauta do Senado. Sou relator dessa medida provisória, que trata da defesa civil no Brasil. Ela tem prazos. Inclusive, fomos até o Palácio do Planalto, hoje, para encontrar um novo marco regulatório de defesa civil no País. Encontrar os caminhos, isso é preciso. Temos que ser previdentes na defesa civil. Recebi essa incumbência de relatar essa proposta.

Mas eu queria aqui, novamente, dizer o que disse de manhã. Cumprimentar os debatedores, de todas as áreas, pela classe patronal dos trabalhadores, para procurar encontrar os caminhos. Como disse o nosso Presidente Paulo Paim, isso aqui não é um tribunal. É uma audiência pública para, democraticamente, a gente ouvir, sentir ambos os lados, para depois darmos os encaminhamentos. É um debate democrático. Acho que isso é igualmente importante, realizarem as dores de um lado e de outro, como é que a gente vai conseguir harmonizar isso. Isso é sumamente importante.

Quero aqui inclusive reforçar o que o catarinense Célio, que representa o Sindicato de Criciúma, disse há pouco, na sua exposição, que veio representando a parte dos frigoríficos, da agroindústria. Veio o Dr. Clever Ávila, representando a Marfrig. Teve a coragem de vir, sendo elogiado até pelo próprio Clésio por ter vindo aqui representar o setor no Brasil, porque são poucos os que vêm – não é fácil –, mas vêm representando. Naturalmente, existe a representação dos empregadores, o setor produtivo, e dos trabalhadores. E tem os seus órgãos para poder debater, democraticamente, e buscar o que é melhor para manter empregos, gerar produção, renda. Com isso, fortalecer o trabalho, o emprego, e dentro das proteções de saúde, de trabalho, condições de vida.

Esse debate é sumamente importante. Acho que temos que ajudar intermediar isso e buscar. Essa é a linha da Comissão, das audiências públicas. Então, quero cumprimentar aqui desde o Clever, que veio fazer a exposição, representando o setor – às vezes, é duro o debate –, e vocês também do outro lado. E estamos aqui para sentir. Esta é a linha, aliás, do nosso Presidente Paulo Paim: democraticamente ouvirmos, sentirmos e aquilatarmos para levarmos avante.

Consulto o Presidente se tem mais algum debatedor ou se está no final. Se estiver no final, eu gostaria de, só com a permissão, hoje é um dia muito especial para nós...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não sei o que o senhor vai falar, mas, como o conheço, a permissão está dada. Plena confiança no meu Senador.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – É importante. O Senador Paulo Paim é o homem que vive e é conhecido não só no Rio Grande do Sul, não só em Santa Catarina, ele vive até lá na Madre Paulina,

que é a santa nossa; vai ao encontro dos aposentados do Brasil, ele se reúne; a gente vai lá acompanhar. Ele é mais aplaudido que a Santa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só fui aplaudido porque estava ao lado do Governador.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – É mesmo. Eu senti isso, eu presenciei.

E hoje é um dia especial aqui na Comissão, porque o nosso eminente Senador Paulo Paim, que tanto luta, se esforça, ouve, tem o equilíbrio de fazer, para sentir e ver qual o melhor para harmonizar, hoje ele festeja mais um aniversário. Eu gostaria, com isso, de dizer: Viva o Senador Paulo Paim! Uma salva de palmas! *(Palmas.)*

(Canta-se a música Parabéns pra você.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Obrigado. Por isso que ele é Senador e Governador do Estado lá.

O Darci Rocha tinha me pedido a palavra e vou passá-la a ele para fazer as suas colocações rápidas, em nome do Plenário. Darci fará uma rápida consideração.

Darci com a palavra, que é também ligado à área de alimentação, lá de Pelotas, Rio Grande do Sul.

O SR. DARCI ROCHA – Obrigado, Senador Paulo Paim. Inicialmente, quero dizer que para nós, gaúchos, é um orgulho ter um Senador como Paulo Paim, Senador comprometido principalmente com a classe trabalhadora deste País. Eu represento a cidade de Pelotas; sou vice-presidente do sindicato, mas também represento a nossa confederação, está aqui o nosso presidente no Estado do Rio Grande do Sul, que nos proporcionou lá no Estado fazer essa pesquisa que foi apresentada aqui no início, e é sobre ela que quero fazer as considerações, que nos levou a um entendimento muito claro com relação a um conjunto sinistro, a gente chama assim, que leva os trabalhadores dos frigoríficos ao adoecimento.

Nesse conjunto sinistro, identificamos que a jornada de trabalho, a extensa jornada de trabalho, e a ausência de pausa nessa jornada de trabalho contribuem e muito para o adoecimento dos trabalhadores.

Não vou citar aqui nomes de empresas, mas lá, no Estado do Rio Grande do Sul e em todo o Brasil, tem um grande grupo que para os trabalhadores terem uma hora de almoço tivemos que entrar no Ministério Público do Trabalho. Eram dados somente 40 minutos para os trabalhadores fazerem a sua refeição.

O segundo item desse conjunto sinistro é o ritmo elevado de produção. O ritmo é controlado pela máquina e a máquina é controlada pelo chefe, dentro do setor de pessoal da empresa. Os trabalhadores são submetidos àqueles ritmos apresentados aqui, o que leva ao adoecimento.

Terceiro, é a pressão da chefia no sentido de cumprir contratos, de fazer com que os trabalhadores trabalhem mais e mais e mais, levando-os ao adoecimento.

Quarto, por incrível que pareça, não é só da empresa, entendemos que também é proporcionado pelo INSS. Já foi falado aqui da alta programada que coloca o trabalhador de volta à empresa sem a devida condição de trabalho e a empresa lá entende que não deve acolher esse trabalhador e não o recebe. Esse trabalhador fica naquela berlinda, sem o seu emprego e sem o benefício do INSS. Muitos desses trabalhadores são forçados, pela sua condição, a pedir demissão. Muitas vezes, contrariando o sindicato, que diz que esses trabalhadores têm estabilidade após o acidente. Mas o trabalhador chega lá e diz para o dirigente sindical: eu preciso sair; eu quero sair. Eu não aguento mais e eu quero ficar fora disso. E esses trabalhadores, Senador, entram, logo em seguida, em estado de depressão. Esse quarto item, sim, tem a colaboração, no nosso entendimento, do INSS.

Então, esse conjunto sinistro é que leva os trabalhadores ao adoecimento. Eu acho que as autoridades públicas, os Senadores e Deputados, têm de pensar nisso; têm de pensar, sim, na redução da jornada de trabalho, mas sem o banco de horas, senão não adianta ter jornada de trabalho. Tem de também ter um mecanismo que controle o ritmo de produção dentro da fábrica. Assim como um caminhão que sai para o asfalto tem um tacógrafo, que não permite que ele ultrapasse oitenta por hora, as nórias, as máquinas dentro dos frigoríficos, também teriam de ter controlado o seu ritmo de trabalho.

Então, é essa a colaboração que a gente gostaria de dar, Senador – V. Exª que nos conhece do Rio Grande do Sul, sabe do nosso trabalho –, e dizer que o que pode resolver isso são políticas públicas nesse sentido.

E eu gostaria de fazer um registro aqui também, porque aquela pesquisa apresentada no início foi feita nos principais frigoríficos do Marfrig, que está aqui presente. Eu não poderia deixar de fazer esse registro. E, devido àquela pesquisa, no ano passado, nós avançamos, sim, na mesa de negociação, em proteção ao trabalho com esse grupo, mas queremos dizer que falta muito ainda e que precisamos continuar avançando daqui por diante.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Olha, infelizmente, tenho de terminar às duas horas a reunião, por causa da sessão. Às duas horas,

tenho de terminar. Ou eu inicio às nove horas e termino às duas ou inicio às duas horas e vou até às quatro horas. São os horários assegurados. Eu tenho seis minutos para fazer as considerações finais.

O SR. JOSÉ AUGUSTO DA SILVA FILHO – Se o senhor me permite, Senador, tenho de me retirar. Tenho de ir ao Rio de Janeiro nessa missão nossa que é a Campanha Nacional em Defesa da CLT.

Só para deixar registrada a minha proposta, eu queria que o senhor fizesse um requerimento, se fosse possível, em nome de todos, em solidariedade inclusive à bandeira da saúde do trabalhador, para a gente discutir isso de forma abrangente, mais ampla, inclusive com técnicos, chamando a patronal também, a CNI, a Petrobras, a Dupont, as centrais sindicais; é lógico, não esquecendo o nosso Fórum também, o FST, e a nossa Federação Nacional dos Técnicos em Segurança do Trabalho, para um seminário nacional sobre segurança do trabalhador com o seguinte tema: um direito humano, social e trabalhista, que poderia ser feito no Petrônio Portela. Então, se houvesse a acolhida, Senador, a gente ficaria muito feliz. E, desse seminário, que não ficaria somente no debate, surgiriam propostas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Para ganhar tempo, está acolhida. A Comissão se compromete, em parceria com o movimento sindical e com as entidades que atuam, a trabalharmos para esse seminário. Que ele saia durante o mês de abril, até porque 28 de abril é o Dia Mundial em Memória das Vítimas de Acidente de Trabalho.

Então, poderíamos fazer esse trabalho conjunto e fazer um grande seminário para debater o tema. A minha intenção até depois, a partir daí, seria fazer um ciclo de debates sobre doenças e acidentes no trabalho, de forma abrangente, claro, e não como uma questão pontual dessa ou daquela empresa.

O SR. JOSÉ AUGUSTO DA SILVA FILHO – Eu me coloco à disposição para colaborar, inclusive com a Comissão. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vamos trabalhar juntos.

Em seguida, mais um minutinho para cada um aqui.

O SR. JOSÉ CALIXTO RAMOS – Eu só quero agradecer, Senador Presidente, pela oportunidade de estarmos discutindo um debate importante como esse, de acidente do trabalho, e repudiar a presença do governo. Independente de o colega estar representando vários Ministros, ele falou muito bem como cidadão, e isso foi muito importante. Mas o governo é o primeiro a patentear o sucateamento do Ministério do Trabalho. Acho que o Governo Federal tem que entender que o Ministério do Trabalho não pode ser indicação política, tem que se indicação técnica e tem que estruturá-lo para que o Ministério do Trabalho faça a sua verdadeira função, que é a de fiscalizar.

Muito obrigado, pela oportunidade, apesar de o tempo ser pouco.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

Luiz Carlos, trinta segundos.

O SR. LUIZ CARLOS PRATES – Nós mencionamos durante a nossa intervenção que também foi passado um abaixo assinado que diz o seguinte: "Nós abaixo assinados, dirigente de centrais sindicais e outras organizações, reunidas na audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado, sobre esse acidente no trabalho e saúde do trabalhador, viemos protestar contra a demissão injusta do Vice-Presidente da Cipa da AmBev em Jacareí, Joaquim Aristeu, por sua atuação nas investigações de acidente fatal ocorrido na empresa. Queremos também reivindicar a sua imediata reintegração ao emprego".

Foi um abaixo-assinado que passou e foi assinado por todo mundo, e pedimos que dê o encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nós daremos um devido encaminhamento.

Deixe-me falar rapidamente para encerrar, pessoal, devido ao meu tempo.

Primeiro, eu tinha que fazer essa pergunta para os técnicos aqui da Marfrig, e não vou para casa sem fazer a pergunta. E quero que vocês me respondam, mas o façam tranquilamente; não vai ter contraditório e nem temos para isso.

Esse produto, pelas informações que recebi – e não é só o caso de vocês, é de todos os curtumes, parece-me até que no mundo, pelo menos no Brasil –, é usado para curtir, fazer a limpeza do couro.

A pergunta que eu faço – e vejam que eu não entendo da área, mas tomo a liberdade pela presença aqui de vocês, que eu achei muito positiva, porque seria muito mais fácil simplesmente não vir e vocês vieram; inclusive o Presidente da Companhia ligou e disse que vocês viriam –: se esse produto é tão letal, tão fatal, se manipulado de forma indevida, pode matar 20, 40, 100 pessoas de um momento para o outro e como pode acontecer. E me disseram que já aconteceu em outros curtumes. O de vocês não é o primeiro caso, mas que em outros curtumes já aconteceu algo semelhante. Esse produto não tem como – vou ter a liberdade de dizer isso –, com o avanço da ciência, da tecnologia, ser mudado por um outro produto que não retire o oxigênio do ar no momento em que acontece um acidente como esse? É a pergunta de um leigo

no assunto, com todo o respeito que os senhores me merecem.

O SR. CLEVER PIROLA ÁVILA – Também vou tentar responder dentro da limitação técnica também, mas esse é o processo tradicional de uso do curtume. São dois produtos químicos, um ácido e um básico, e são trabalhados de forma independente, um para fazer a depilagem, a retirada do pêlo; e o segundo, que é uma fase posterior, quase final do processo, quando se faz o curtume realmente, a curtição do couro. Esse é o processo tradicional que é aplicado no mundo inteiro.

Eu, por leituras, digamos assim, tenho conhecimento de que existe um centro de tecnologia da Alemanha que está desenvolvendo agora um novo processo, mas ainda não está aplicado em nível industrial em nenhuma parte do mundo. Então, hoje, mundialmente ele é feito dessa forma.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Essa informação eu recebi, de que é usado em todo o mundo, em todo o Brasil. Não é o caso de vocês, mas acho que é interessante, quem sabe, essa experiência da Alemanha chegue a esse entendimento.

O SR. CLEVER PIROLA ÁVILA – Nas plantas da Frigue, nós usamos na Argentina, no Uruguai, no Brasil e na África do Sul, onde nós temos os curtumes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sabe por que falo isso? Porque eu provoquei, há muito tempo atrás aqui, no Senado, apresentei um projeto proibindo usar gordura trans em alimentos. O empresariado do setor, corretamente, é claro, defendendo a sua produção, procurou-me e argumentou: "Paim, não tem como. Como é que de uma hora para outra você vai fazer uma lei proibindo usar gordura trans?" Mas me disseram mais ou menos o que você me disse agora: há estudos para que nós avancemos nesse sentido; está comprovado que a gordura trans de fato traz prejuízo aos seres humanos.

E, para alegria nossa, com os anos, sem que houvesse a aprovação da lei, cheguei e entendi que era impossível uma lei de uma hora para outra, mas a minha intenção era fazer uma lei mesmo e proibir, a gordura trans passou a ser substituída por outros produtos, e hoje alguns produtos que ainda a usam têm registrado no rótulo: esse produto tem gordura trans.

Eu saio esperançoso com essa notícia que você me dá da Alemanha. De fato, a preocupação é muito grande com relação a esse produto que é usado na empresa de vocês, sabia eu disso, no Brasil e no mundo.

Enfim, agradeço a presença de todos.

Claro que nós aqui sentimos muito a morte não só desses trabalhadores, mas de tantos outros que morrem em acidentes do trabalho por causas que não somente essa, por outros motivos. Gostaríamos de dizer que, como encaminhamento final, nós vamos reunir todas as propostas que foram apresentadas – mandaremos uma cópia para os senhores também, bem como para os dirigentes, para os Ministérios da Saúde, do Trabalho, da Previdência – e vamos, como proposta mais concreta, realizar esse seminário, em nível nacional, para debater o tema "acidentes e doenças no trabalho". E vamos, se necessário for, manter aqui até um ciclo permanente de debate sobre o tema. Com certeza, haveremos de avançar.

Muito, muito obrigado a todos pela presença.

Até a próxima reunião. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – (...) de dez minutos porque os senhores estão todos liberados.

Eu não encerrei esta reunião, porque terei que apreciar uns requerimentos, mas vocês estão todos liberados.

Para a despedida, faremos dez minutos de intervalo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Retomamos os trabalhos desta Comissão para que os requerimentos sejam votados. São requerimentos extrapauta que me foram encaminhados. Todos constavam da pauta previamente anunciada.

Então, vamos ao primeiro requerimento:

REQUERIMENTO Nº 30, DE 2012 – CDH

Sr. Presidente da Comissão Permanente de Direitos Humanos do Senado Federal, com fundamento no disposto no Art. 93, inciso II, do RISF, requeiro a realização de audiência pública em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais para debater o Fundo de Previdência Complementar para os Servidores Públicos Federais – Funpresp. Os convidados serão enviados posteriormente para a secretaria desta Comissão.

Os que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Declaro aprovado o primeiro requerimento.

Segundo requerimento:

REQUERIMENTO Nº 31, DE 2012 – CDH

Sr. Presidente da Comissão Permanente de Direitos Humanos do Senado Federal, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do RISF, requeiro a realização de audiência pública para debater o papel do Poder Judiciário na garantia dos Direitos Humanos. Os convidados serão enviados posteriormente para a secretaria da Comissão.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

REQUERIMENTO Nº 32, DE 2012 – CDH

Com fundamento no disposto no art. 93, incisos I e II do RISF, requeiro a realização de audiência pública para instruir o PDS nº 593, de 2010, que susta os efeitos da Portaria nº 1.510, de 21 de agosto de 2009, do Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, que disciplina o registro eletrônico de ponto e a utilização do Sistema de Registro Eletrônico de Ponto – SREP. Os convidados serão enviados posteriormente para a secretaria da Comissão.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram.*(Pausa)*

Aprovado.

REQUERIMENTO Nº 33, DE 2012 – CDH

Requeiro, nos termos do art. 90, inciso XIII do RISF, a realização de diligência desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal na Aldeia Santa Isabel do Morro – Estado do Tocantins, no dia 30 de março do corrente ano, para verificar "in loco" a ocorrência de fatos que podem estar contribuindo para o elevado número de suicídios entre indígenas da Etnia Karajá, da Ilha do Bananal.

Autoria: Senador Vicentinho Alves.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Extrapauta.

REQUERIMENTO Nº 34, DE 2012 – CDH

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública desta Comissão para debater o tema "O papel da poesia na difusão dos Direitos Humanos", em comemoração ao Dia Nacional da Poesia, ocorrido em 14 de março, com a presença dos seguintes convidados: Thiago de Mello – Poeta; Alcinéa Cavalcanti – Poetisa e outros.

Há um requerimento de minha autoria. Este é do Senador Randolfe Rodrigues.

Aqueles que concordam com a entrada deste item nesta pauta permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Passamos à votação do mérito, que será apensado ao meu requerimento.

Quem concorda com esse encaminhamento permaneça como se encontra. *(Pausa.)*

Aprovado.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 09 horas e 08 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 13 minutos.)

Ata da 10ª Reunião Conjunta das Comissões Permanentes, Realizada Pela, Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (10ª Reunião) e Pela Comissão de Assuntos Sociais (8ª Reunião), da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, em 19 de Março de 2012, na Sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho.

Às nove horas e dezessete minutos do dia dezenove de março de dois mil e doze, segunda-feira, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, anexo II, Senado Federal, sob a presidência do Senador (**Paulo Paim**), reúnem-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e a Comissão de Assuntos Sociais. Comparecem os seguintes senhores Senadores e Senadoras **José Pimentel, Mozarildo Cavalcanti, Paulo Paim e Randolfe Rodrigues**. Deixam de comparecer os seguintes senhores Senadores e Senadoras **Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Ana Rita, Ângela Portela, Anibal Diniz, Armando Monteiro, Benedito de Lira, Casildo Maldaner, Cássio Cunha Lima, Cícero Lucena, Clésio Andrade, Cristovam Buarque, Cyro Miranda, Demóstenes Torres, Eduardo Braga, Eduardo Suplicy, Gim Argello, Humberto Costa, Ivonete Dantas, Jayme Campos, João Durval, João Vicente Claudino, José Agripino, Lauro Antonio, Lídice da Mata, Lindbergh Farias, Lobão Filho, Lúcia Vânia, Magno Malta, Marcelo Crivella, Maria do Carmo Alves, Marta Suplicy, Paulo Bauer, Paulo Davim, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Rodrigo Rollemberg, Romero Jucá, Sérgio Petecão, Vanessa Grazziotin, Vital do Rêgo, Waldemir Moka, e Wellington Dias**. O senhor Presidente declara aberta a presente reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da ata da 9ª reunião da CDH, que é dada por aprovada. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte PAUTA. Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 30, de 2012–CDH, aprovado em 15/03/2012, e nº 15 de 2012-CAS, aprovado em 07/03/2012, ambos de autoria do Senador Paulo Paim, para "debater o Fundo de Previdência Complementar para os Servidores Públicos Federais– FUNPRESP". Convidados: Álvaro Sólon de França, Presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita

Federal do Brasil – ANFIP; Pedro Delarue Tolentino Filho, Presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado – FONACATE; Ricardo Pena Pinheiro, Assessor da Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda, em substituição aos Senhores Arno Hugo Augustin Filho – Secretário do Tesouro Nacional e Nelson Barbosa – Secretário Executivo do Ministério da Fazenda; José Barroso Filho, Juiz Auditor Federal em substituição ao Senhor Henrique Nelson Calandra Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB; Lucieni Pereira, Segunda Vice-Presidente do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e Tribunal de Contas da União – SINDILEGIS; Zélia Pierdona, Procuradora Regional da República da 1ª Região; Fernando Zanele, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Procuradores de Estado – ANAPE; Jaime Mariz de Farias Junior, Secretário de Políticas de Previdência Complementar, em substituição ao Senhor Carlos Eduardo Gabas, Secretário-Executivo do Ministério da Previdência Social; Maria Lúcia Fattorelli, Coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida; Gabriel Wedy, Presidente da Associação Nacional dos Juízes Federais – AJUFE; Antônio Augusto de Queiroz, Diretor de Documentação do DIAP; Allan Titonelli Nunes, Presidente do FORVM; Edson Guilherme Haubert, Presidente do MOSAP; Moacir Meirelles, Vice-Presidente da COBAP; Gustavo Maia, Vice-Presidente da União dos Advogados Públicos Federais do Brasil – UNAFE; Celso Malhani de Souza, da Fenafisco; Guilherme Feliciano, Membro da Comissão Legislativa da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA. O Senador Randolfe Rodrigues fez encaminhamento à Comissão para transformar a audiência pública em uma publicação, com todas as exposições realizadas, porém não ocorre a sua deliberação do encaminhamento. Usam da palavra os Senadores Paulo Paim e Randolfe Rodrigues. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e sete minutos, lavrando eu, ***Altair Gonçalves Soares***, Secretário da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes Senador Jayme Campos e Senador Paulo Paim e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.

Senador **Jayme Campos,** Presidente da Comissão de Assuntos Sociais – Senador **Paulo Paim,** Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa de leitura da Ata da reunião anterior e a coloco em votação.

Aqueles que a aprovam permaneçam sentados. *(Pausa.)*

Aprovada.

Já com a presença do Senador Vicentinho Alves, o grande articulador e mentor desta reunião, vamos iniciar a nossa audiência pública nos termos do Requerimento nº 24 da CDH, aprovado em 1º de março de 2012, de autoria do Senador Vicentinho Alves, para debater sobre as possíveis causas do elevado número de suicídios de índios da etnia Karajá, na Ilha do Bananal.

Convidados: Antonio Alves de Souza, Secretário Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde – Sesai ; Fabiana Vaz de Mello, Coordenadora-Geral de Promoção aos Direitos Sociais da Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável da Funai; Cleso Fernandes de Moraes, Coordenador Regional da Funai em Palmas – TO, em substituição ao Sr. Márcio Augusto Freitas de Meira, Presidente da Funai; Marcos Terena, Professor da Cátedra Indígena Internacional; Kohalue Karajá, Coordenador de Assuntos Indígenas da Secretaria de Cidadania e Justiça do Estado do Tocantins, e Leonídia Batista Coelho, Assessora Especial da Área de Direitos Humanos, em substituição ao Secretário de Justiça do Estado de Tocantins, Nilomar dos Santos Farias, e também substitui Iwraru Karajá, Cacique da Aldeia Watau. Não estão presentes ainda o Vereador nem o cacique da aldeia.

Antes de formar a Mesa, queria convidar o Senador Vicentinho Alves para se fazer presente aqui neste momento da abertura. Depois V. Exª retornará à primeira fila, antes de chamarmos os convidados para a Mesa.

Senador Vicentinho Alves, vou fazer pequena introdução ao tema e eu gostaria que V. Exª aqui falasse também da importância desse momento, depois formamos a Mesa e nossos convidados falam. Pode ser?

Hoje estamos aqui reunidos por iniciativa do Senador Vicentinho Alves, que está aqui ao lado e vai depois argumentar sobre a importância desta audiência pública para debater as causas do elevado número de suicídios entre os índios da etnia Karajá, na Ilha do Bananal. Dados da Secretaria de Justiça e dos Direitos Humanos do Tocantins mostram que somente nos dois primeiros meses deste ano, em janeiro e fevereiro, cinco índios Karajá que viviam nas aldeias Santa Isabel e Fontoura se suicidaram pela prática do enforcamento. No ano passado, em 12 meses, foram registradas sete mortes. As idades dos índios que cometeram suicídio variam de 14 a 17 anos.

Senador Vicentinho, os números são frios. Falamos esses dados, e muitos que estão assistindo ouvem os números, mas estamos falando de jovens que se enforcaram – este é o motivo desta audiência – e que tinham entre 14 e 17 anos. É mais do que justa a sua iniciativa para que esta Comissão debata este tema. Tenho a impressão de que não é só no Tocantins. V. Exª trouxe como exemplo a situação do Tocantins. Jovens se enforcando, abrindo mão de suas vidas com 14 a 17 anos; isso é da maior gravidade.

Aproximadamente cinco mil índios da etnia Karajá vivem em nove aldeias na Ilha do Bananal. As causas para o elevado número de suicídios ainda são desconhecidas, mas segundo Kohalue Karajá, Coordenador dos Povos Indígenas do Tocantins, elas podem estar relacionadas com o uso de drogas, bebidas, questões culturais, prática de feitiço, qualidade de vida, expectativa de vida, por exemplo, dessa juventude que, como todo e qualquer jovem, quer ter uma expectativa de vida dentro da sua cultura, da sua realidade ou mesmo... Por que não dizer? Nós defendemos as cotas para índios nas universidades. Por que eles não podem vir para a universidade, adquirir conhecimentos e retornar à sua região para ajudar os índios, a aldeia.

É comum entre os adolescentes e crianças Carajás, pelas informações que tenho, ficarem expostas à violência trazida pelo chamado "homem civilizado" – não que eles não sejam civilizados. Dentro da sua cultura aqueles que vêm das grandes cidades acabam trazendo algum tipo de conceito de vida de que discordamos, naturalmente, já na cidade. Imaginem na aldeia!

Enfim, para Eliana Karajá, que representa o Movimento Nacional de Populações Indígenas, outro ponto que induz os índios Karajá ao suicídio é a falta de acompanhamento psicológico, que hoje existe nos grandes centros, dos índios que recebem diagnóstico positivo, por exemplo, de uma doença.

Segundo Eliana, técnicos da saúde realizam teste HIV nos índios, conversam com eles, mas não oferecem o tratamento e o acompanhamento d*ay after*, ou seja, aquilo que acontece após os exames que constatam algum tipo de doença. Diz ela: "Eu quero que um índio fale para o outro sobre a doença."

Alternativas para coibir o aumento da taxa de indígenas que cometem suicídio estão sendo analisadas pela Sejudh. Técnicos da Secretaria de Justiça têm desenvolvido projetos e atividades esportivas, projetos agrícolas, projetos de educação a distância, entre outras formas de práticas inclusivas. Enfim, é preciso criar mesmo alternativas e soluções para as demandas indígenas, para evitarmos que o suicídio continue acontecendo. Cito como exemplo a Ilha do Bananal, mas tenho certeza, numa escala talvez na mesma proporção, existe em todo o Brasil.

Aqui também foi lembrada a importância da saúde indígena, suporte educacional, psicológico, familiar, entre outros métodos emergenciais que devem ser garantidos à população indígena de modo geral.

É mais ou menos isso que queríamos introduzir para iniciarmos o debate. Esse material foi produzido pela assessoria, dialogando com as lideranças dos povos indígenas.

Senador Vicentinho, fiz questão de que Exª viesse aqui neste momento – não é praxe. Geralmente a gente chama os convidados, quem apresenta o requerimento fica na primeira fila e faz a defesa do requerimento, mas, pela gravidade do fato em si, que é a morte da nossa juventude, do nosso povo, da nossa gente com esses suicídios, faço questão de que V. Exª fale aqui, da Presidência dos trabalhos, sobre a importância desse tema.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Obrigado, Presidente Paim.

Eu cumprimento V. Exª e, ao mesmo tempo, agradeço a prioridade que V. Exª deu ao nosso requerimento. Não seria outra a impressão que temos de V. Exª, um brasileiro que tão bem cuida de sua gente na sua essência. Um caso como esse que está ocorrendo em nosso Estado, com certeza também está ocorrendo em outras etnias e em outros Estados do nosso País.

Portanto, Senador Paim, esse encontro de hoje é um encontro que eu também reputo de suma importância para a gente, efetivamente, trazer para o Senado Federal, à luz do Congresso Nacional, e para o povo brasileiro que nos assiste o problema gravíssimo que está ocorrendo com nossos povos indígenas.

Portanto, quero, inicialmente, cumprimentar o Dr. Antonio Alves de Souza, Secretário Especial de Saúde Indígena, que aqui já se encontra, e ao mesmo tempo parabenizá-lo, porque em todos os encontros dos povos indígenas o senhor sempre está presente, debatendo e discutindo com todos eles e com todos nós, diferentemente da Funai, que deveria está presente também, com bastante prioridade.

Com relação ao Presidente da Funai, sempre notamos sua ausência em todos os eventos aqui, na Comissão de Direitos Humanos, Sessão Solene no Senado Federal, jogos dos povos indígenas, enfim, acho que quem preside uma instituição como a Funai deve está presente, porque nós aqui queremos apenas contribuir, não queremos tecer críticas, nós queremos ajudar a encontrar soluções. Esse é o intuito de todos nós, Senadores, que estamos preocupados com a causa.

Portanto, vejo essa dificuldade de relacionamento com o Presidente da Funai e todas as vezes registro aqui essa dificuldade, Presidente Paulo Paim, porque o que queremos, vou reafirmar, é o melhor para a Funai e para os povos indígenas do nosso País.

Cumprimento também o Sr. Cleso Fernandes, Coordenador Regional da Funai do nosso Estado, e o Professor Marcos Terena, que acaba de chegar. Professor de Cátedra na ONU, um grande brasileiro, um grande líder dos povos indígenas.

Cumprimento o Kohalue Karajá Inan. Karajá vem do Tupi e sabem o que significa, pelos nossos colonizadores? Significa macaco negro. Eles não gostam de ser chamados de Karajá, eles gostam de ser chamado de Inan, na língua deles. Portanto, sem discriminação: Inan.

O Kohalue é Coordenador de Assuntos Indígenas da Secretaria de Cidadania e Justiça do nosso Estado. Inclusive uma luta nossa. Uma luta, não. Não precisamos lutar junto ao Governador Siqueira Campos. Uma solicitação para que nós tivéssemos essa diretoria na Secretaria de Cidadania e Justiça. Uma reivindicação nossa junto ao nosso Governador Siqueira Campos, e prontamente fomos atendidos. Hoje, temos uma diretoria especificamente para cuidar dos nossos índios dentro do Estado.

O Ivan Xerente ainda não vi aqui. Não pôde vir.

E o Iwraru, o maior líder dos Inan, que nós chamamos de Karajá, Presidente Paim. A aldeia dele é ali, próxima ao Rio Araguaia. É um grande líder e irmão do saudoso Idjarruri Karajá, que foi também um grande líder em nosso Estado. Portanto, ele tem muito a contribuir com esta audiência pública.

Cumprimento a Srª Leonídia Batista Coelho, Assessora Especial da Área de Direitos Humanos do Estado do Tocantins que está ali; a Srª Deurides, Coordenadora da Atenção Primária da Saúde Indígena; a Srª Francisca Picanço, Assessora da Presidência da Funai para Assuntos Parlamentares.

É importante a senhora transmitir isso ao Presidente para que sempre venha, não vai haver retaliações. Nós queremos é contribuir. É importante o dirigente da instituição, pelo menos uma vez ao ano, pois ano passado não tivemos a oportunidade de tê-lo em nenhum encontro com os nossos povos indígenas.

Cumprimento o Samuel Inan Karajá, Assessor do Distrito Sanitário Especial Indígena do Araguaia, que aqui também se encontra.

A minha fala, Sr. Presidente, parece que nós dois combinamos em seu teor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Quero dizer ao Senador Vicentinho que é importante a sua fala. Dentro da casa, V. Exª é o principal defensor dos povos indígenas. Eu sou seu pupilo aqui. V. Exª orienta e eu sigo. Permita-me dizer, então, que a transmissão é para todos, para todo o Brasil, está ao vivo pela TV Senado. Também está disponível na Internet e pela Rádio Senado.

A audiência é para que se dê visibilidade a questões do nosso povo, principalmente quanto a essa questão de morte. Estamos aqui tratando de mortes.

Com a palavra V. Exª.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Inicialmente, cumprimento o Francisco Oliveira, Coordenador de Proteção Social da Funai, que aqui se encontra; a Sílvia Angelice de Almeida, Chefe de Serviço de Acolhimento aos Índios da Funai.

Quanto ao teor, acho que pensamos praticamente com o mesmo sentido. O meu sentimento é o mesmo que o seu. Portanto, vou apenas complementar a fala de V. Exª.

Quero cumprimentar os ilustres debatedores que irão integrar a Mesa e que representam os órgãos Federais como Funai, Sesai, o Ministério Público, o Governo do Estado de Tocantins, meu Estado, e os representantes indígenas, por terem prontamente atendido ao convite da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, para discutirmos um tema altamente relevante, que diz respeito à garantia individual à vida dos nossos irmãos indígenas.

Eu tenho muito prazer de estar aqui sendo o seu Senador da República. Vocês, que gravaram um programa maravilhoso dos nossos índios durante o pleito eleitoral, quando eu disse que faria tudo que eu pudesse, dentro dos meus limites, para chegar ao Senado Federal, que ali vocês teriam um Senador amigo, que estaria sempre atento às suas causas. Portanto, estou me esforçando para retribuir essa confiança.

O que nos move apresentar o requerimento para a realização pública na Comissão de Direitos Humanos são as tragédias, de intensidade cada vez maior, ocorridas na aldeia de etnia Karajá, como chamamos, em Santa Isabel do Morro, na Ilha do Bananal. Foi exatamente esse acontecimento que veio a conhecimento público pela mídia, muito embora esse seja um problema que já existe e ocorre com as demais etnias de todo o País, mas, o que aflorou na mídia, para a sociedade, foi o caso da Aldeia de Santa Isabel.

Somente nos dois primeiros meses de 2012, ocorreram quatro casos de suicídios entre jovens indígenas na Ilha do Bananal e mais seis tentativas de suicídio. Quer dizer, é um número, como disse o Presidente Paim, significativo e preocupante.

A situação é alarmante. Segundo dados da própria comunidade, desde julho de 2011 já foram sete

o número de jovens que provocaram a própria morte. Nós nascemos e vamos morrer, mas, de preferência, de forma natural, não por suicídio. O suicídio não é uma regra de vida, é uma exceção. Portanto, temos de tomar todas as providências para evitá-lo.

Os povos Karajá estão preocupados e temem que novos episódios ocorram dentro da aldeia.

Relatos dos próprios índios dão conta de que é comum, entre os adolescentes, o uso de drogas e até mesmo cheirar gasolina com creme dental, gasolina pura, maconha e cocaína. A situação é tão preocupante que crianças indígenas já foram vistas cheirando gasolina. Quando não encontram cachaça, bebem gasolina e álcool.

É importante trazer esse tipo de problema para cá, para que o Governo Federal, através de seus instrumentos, suas instituições, o Governo do Estado, o Congresso Nacional busquem uma solução.

Isso é gravíssimo. São relatos de desespero.

Então, diante desse quadro caótico, a comunidade tem realizado reuniões na tentativa de detectar as causas desse comportamento e, assim, evitar que novas tragédias aconteçam.

O alcoolismo foi apontado como um dos principais problemas que a aldeia enfrenta atualmente, mas é preciso analisar os motivos que levaram esses jovens a essa situação de alcoolismo, ao uso de drogas.

Seria uma questão existencial, talvez, a dificuldade de definir com clareza a sua identidade como indígena.

É importante ressaltar que todos os líderes indígenas sempre orientam para ao melhor. Talvez a influência dos não índios esteja atrapalhando o dia a dia dos nossos povos indígenas.

Nesse caso, entendo a necessidade de um trabalho que envolva psicólogos, antropólogos, pedagogos, assistentes sociais, enfim, profissionais habilitados para auxiliar essas comunidades, estabelecendo um diálogo intercultural que contemple a sabedoria indígena e o conhecimento científico.

Entendo que é preciso trabalhar a autoestima dos indígenas e fazê-los compreender o papel fundamental que ocupam na sociedade brasileira. Os nossos índios estão com a autoestima baixa. Vamos a aldeias, conversamos com eles e notamos que eles precisam de motivação.

A importância dessas comunidades, por exemplo, para a preservação do meio ambiente, no momento em que o mundo inteiro se dedica à discussão da causa ambiental como vital para a própria preservação da espécie humana, é um assunto a ser discutido.

A ocorrência de suicídios, sobretudo entre a população jovem, indica a necessidade de um estudo mais específico para essa faixa etária. Combater a ociosidade entre os jovens, proporcionando-lhes alternativas de lazer, como bem disse o Presidente Paim, pode ser uma medida saneadora. Gestões conduzidas junto ao Ministério do Esporte estão bem adiantadas, no intuito de implantar um programa de esporte e lazer nas cidades, também nas aldeias indígenas, criando assim um ambiente favorável para atividades de cultura, saúde, esporte e lazer nas comunidades indígenas.

Presidente Paim, quero aqui ressaltar que o Ministro Aldo Rebelo é muito sensível às causas dos povos indígenas. S. Exª esteve conosco na cidade de Porto Nacional, quando dos Jogos dos Povos Indígenas, que foi liderado pelo Marcos Terena e Carlos, seu irmão. Sempre que me encontro com o Ministro, S. Exª demonstra boa vontade de fazer alguma coisa pelos povos indígenas.

Portanto, quero registrar e louvar a atitude do Ministro Aldo Rebelo.

Dando continuidade, o envolvimento dos Estados e dos Municípios é fundamental para que seja garantido o implemento de ações que criem uma perspectiva de solução para esse grave problema enfrentado pelas aldeias. A atuação desses entes federados, em conjunto com a Funai, a Sesai, o Ministério Público e outros órgãos e entidades que cuidam da questão indígena, tem de ser conduzida de forma sincronizada.

Eu, quando Deputado Federal, fui relator da CPI que investigava a morte de crianças indígenas por subnutrição. Andei o Brasil inteiro. O maior problema que detectei e está apontado em nosso relatório é a presença de muitas ONGs. A Funai, o Governo está terceirizando muitas atividades. Nós precisamos da presença da Funai dentro das aldeiais, com representantes, no dia a dia. É disso que precisamos.

Eu apresentei aqui no Senado Federal – e foi aprovado por esta Comissão, que é presidida pelo Senador Paim – uma sugestão para a Presindenta da República, a nossa Presidenta Dilma, de quem tenho o prazer de ser companheiro aqui no Senado Federal, a criação da Secretaria Nacional dos Povos Indígenas. Nós temos a Secretaria Nacional da Mulher, do Negro, por que não temos a dos nossos povos indígenas?

Sabemos que o tratamento do índio hoje está divido ao meio. Uma metade está com o Ministério da Saúde, a outra, com o Ministério da Justiça.

Aqui, ainda se entendem bem. Lá na ponta, nossos índios não sabem para onde ir, se para a Secretaria de Saúde Indígena ou se para Funai. Quando, lá na ponta, os dirigentes se entendem, melhor. E quando não se entendem?

Na cidade de Imperatriz, o dirigente da Funai e o dirigente, na época, da CPI – era a Funasa – quase se atracaram na Câmara Municipal. Precisou a Polícia Fe-

deral entrar no meio para apartá-los. Eu falei: imaginem como estão os nossos índios nas mãos dos senhores.

Portanto, nós precisamos unificar as ações. Essa é a ideia e a reivindicação dos povos indígenas deste País e ligados diretamente à Presidência da República, como eu já citei aqui. Nós precisamos da criação da Secretaria Nacional dos Povos Indígenas com um novo modelo, com uma forma atual de atender aos nossos índios, para evitar muito disso que está ocorrendo.

Os índios têm reclamado de omissão da Funai e da Funasa, que hoje é a Secretaria de Saúde Indígena, e pedem apoio ao Governo.

A presença física da Funai nas aldeias, oferecendo assistência social e apoio psicológico, certamente ajudaria os índios a melhorar a sua autoestima e a equacionar a questão existencial.

Precisamos também de uma atenção especial com relação à segurança nas aldeias.

Nas nossas cidades temos um modelo de segurança. Poderíamos, em sintonia com a cultura, com as tradições dos nossos índios, desenvolver um modelo de segurança, porque, nas aldeias, Presidente Paim, entra e sai quem quiser. A droga entra e sai da forma mais natural que pode existir.

Não estou dizendo que temos que implantar o modelo da cidade lá nas aldeias, mas, em sintonia com nossos líderes indígenas, nós poderemos montar um modelo de segurança para as aldeias no Brasil como um todo, porque os traficantes entram e saem como se fosse a coisa mais natural possível.

É absolutamente importante também que as autoridades responsáveis intensifiquem as ações para impedir a comercialização de álcool e tráfico de drogas, que infelizmente já chegou às aldeias. É o que acabo de citar.

Os jovens que cometem suicídio, na sua maioria, eram envolvidos com drogas e eram vistos constantemente embriagados.

No caso da Aldeia de Santa Isabel, a própria comunidade se mobilizou e pediu às autoridades responsáveis providências para combater a comercialização de bebidas alcoólicas dentro da aldeia, que é a maior da etnia Karajá. Atualmente, mais de 600 famílias vivem na comunidade Inan e são conhecidas por manter um diálogo intercultural com os não índios. Essa aproximação nem sempre é muito positiva.

Nós tivemos uma reunião recentemente em São Félix e o Iwraru estava lá, inclusive fez um discurso. É um grande orador e vai demonstrar isso aqui. Então, nós pudemos perceber muitos índios embriagados, drogados lá no entorno do nosso encontro. Dali eu já percebi a necessidade de uma solução.

Portanto, feitas essas considerações, gostaria de ouvir os colegas da Mesa, o Presidente e os debatedores, para expor suas impressões sobre essa tragédia que está se abatendo sobre os índios da Ilha do Bananal e do Brasil, de outras aldeias brasileiras, no intuito de contribuir para encontrarmos as soluções que atendam aos nossos irmãos índios.

Essa é a modesta contribuição que quero dar para a solução desse problema, Presidente Paim.*(Palmas)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Parabéns, Senador, pela iniciativa.

Convido o Senador para ficar comigo no encaminhamento dos trabalhos, porque vamos fazer duas Mesas.

Como são três convidados em cada Mesa, de pronto convidamos o Secretário Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde – Sesai –, Sr. Antonio Alves de Souza.

Convidamos também Cleso Fernandes de Moraes, Coordenador Regional da Funai em Palmas, Tocantins, em substituição ao Sr. Márcio Augusto Freitas de Meira, Presidente da Funai.

E convidamos também o Professor da Cátedra Indígena Internacional, nosso querido Marcos Terena, para vir à Mesa neste momento.

Depois desta Mesa teremos outra com mais três convidados para aprofundar o debate sobre essa questão.

De pronto, pela ordem da chamada que fiz, para ganharmos tempo – depois tanto eu quanto Vicentinho vamos fazendo comentários durante a fala dos nossos convidados...

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pois não, Vicentinho. Use a palavra quando entender adequado, porque você está aqui sendo o meu Presidente. Eu sou o de honra, você é o de fato. Pronto. Ou eu de fato e você de honra, tanto faz.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – O senhor é de fato e de honra. Eu sou seu copiloto.

O líder Iwraru quer cantar uma canção espiritual para que, no início dos trabalhos desta Comissão, nós possamos ouvi-lo e ter um bom encontro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pode convocar.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – RO) – Portanto, Iwraru, com a autorização do Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pode convocar. Convoque-o.

O SR. IWRARU KARAJÁ – Bom dia a todos.

Exmºs Senadores e demais autoridades, vou cantar uma música para agradecer a nossa chegada

até aqui e agradecer também porque vocês vão debater o nosso problema, que é coisa séria. Então vou cantar um agradecimento. Quando a gente agradece na nossa língua é... Então, silêncio...

(Procede-se à execução de canto indígena)

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Depois dessa verdadeira oração para que os espíritos nos orientem, que a energia do universo conspire a nosso favor nessa luta em defesa dos povos indígenas, eu passo de imediato a palavra ao Secretário Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde, Sr. Antonio Alves de Souza.

O SR. ANTONIO ALVES DE SOUZA – Bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Darei a todos dez minutos mais cinco, mas com a tolerância devida.

O SR. ANTONIO ALVES DE SOUZA – Quero inicialmente agradecer o convite ao Senador Paulo Paim, cumprimentá-lo e parabenizá-lo pelo seu trabalho aqui no Senado, cumprimentar também o Senador Vicentinho e agradecê-lo pelo apoio às nossas ações no Ministério da Saúde, inclusive a emenda que apresentou, no valor de R$400 mil, que vão nos ajudar a estruturar algumas unidades de saúde no Estado do Tocantins. Obrigado, Senador. Cumprimento também Marcos Terena e meu companheiro da Funai, o Cleso, bem como a todos que aqui estão.

É um prazer poder estar, neste momento, aqui na Comissão de Direitos Humanos do Senado para discutir um tema tão emblemático para a população indígena, que não ocorre somente nessa região. Temos evidências disso em outros locais, como é o caso de Mato Grosso do Sul e de outras populações no Estado do Amazonas, o que exige, Senadores, um envolvimento interdisciplinar, interministerial, interorgãos, já que as causas apontadas inicialmente, algumas delas pelo Senador Vicentinho, extrapolam as ações da saúde, que acaba tendo resultado do fracasso, ou da omissão ou da ausência de algumas ações do Estado brasileiro.

Aproveito a oportunidade para também divulgar aqui a nossa secretaria recém-criada, aprovada pelo Senado no dia 3 de agosto, transformada na Lei 12.314, em 2010, que autorizou o Ministério a criar, no âmbito do Ministério, essa secretaria para cuidar da saúde dos povos indígenas.

Um breve histórico, só para nos situar como essa questão da saúde indígena vem sendo tratada no País.

No período colonial, os índios eram atendidos pela Igreja, ou seja, pelos missionários. Algumas delas permanecem até hoje. Os contatos eram feitos de forma violenta, provocavam mortes, epidemias, escravidão.

Já no período rondonista, no século XX, cria-se o SPI com um decreto-lei de 1910, o Serviço de Proteção ao Índio, que era, então, a assistência dada por esse serviço.

Na década de 60 a 70, cria-se então Funai, que passou a ser responsável pelas ações de saúde.

Em 86, tivemos um movimento histórico no País para a discussão da saúde pública brasileira. Ocorre a 8ª Conferência, em março de 1986, e, logo em seguida, em dezembro, temos a 1ª Conferência Nacional de Saúde Indígena. Portanto, seis meses após a realização da 8ª Conferência, que deu as bases para a organização do Sistema Único de Saúde, que eu considero a maior reforma do Estado brasileiro, a grande conquista de nosso povo, que é um patrimônio nacional e, quiçá, internacional, já que o SUS, hoje, atende qualquer cidadão que está no Brasil, sem pedir qualquer registro, qualquer documentação.

O Conselho Nacional de Saúde, após a promulgação das leis que regulamentam o sistema de saúde, a 8.080 e a 8.142, cria, então, no âmbito do Conselho, uma comissão intrainstitucional, prevista na própria Lei 8.080, para acompanhar e trabalhar com a questão da saúde indígena.

O Sérgio Arouca, então Deputado Federal sanitarista, apresenta um projeto de lei e cria, no âmbito do SUS, um subsistema chamado Subsistema de Atenção à Saúde Indígena do SUS, que é o que chamamos SAS e SUS, justamente porque o Sistema Único de Saúde, na percepção dele e discutida com as lideranças, não dava conta das questões ligadas à saúde dos povos indígenas que vivem em aldeias. São pessoas que falam mais de 180 línguas, têm suas culturas, seus costumes, não têm meios de transportes para chegar até a cidade, têm as suas medicinas e práticas de saúde tradicionais. Portanto, exigia-se um subsistema dentro do SUS para garantir, lá na aldeia onde eles vivem, a atenção básica, a atenção primária. Então, temos aí a Lei 9.836 criando esse subsistema.

A responsabilidade da saúde, então, sai da Funai e vai para a Funasa, que é uma fundação vinculada ao Ministério da Saúde.

Em 2002, o Conselho aprova, então, a Política Nacional de Atenção à Saúde Indígena, sancionada pelo então Ministro Serra, política essa que está em vigor até hoje.

Em 2008, o Ministro Temporão cria, no âmbito do Ministério, um grupo de trabalho para discutir a transferência das ações da saúde indígena da Funasa para o Ministério da Saúde, uma reivindicação dos povos indígenas desde a primeira conferência, em 86, ou seja, que tivesse no âmbito do Ministério, um órgão

específico para cuidar e coordenar a Política Nacional de Atenção à Saúde Indígena.

O Presidente Lula, então, edita a Medida Provisória 483, em 24 de março de 2010, MP essa que foi aprovada aqui nesta Casa, no Senado, em 3 de agosto, por unanimidade dos Senadores presentes, uma reunião histórica, que estava justamente a seis horas do vencimento desta MP. Portanto, quero parabenizar o Senado e todos os Senadores que aprovaram essa medida provisória, autorizando o Ministério da Saúde a criar na sua estrutura mais uma secretaria, além das cinco que lá têm, para cuidar da saúde indígena.

No dia 20 de outubro de 2010, o Presidente Lula – na verdade, no dia 19 ele assina o decreto, que foi publicado no dia 20 de outubro – criou, no âmbito do Ministério, a Secretaria Especial de Saúde Indígena, que, junto com a Secretaria de Vigilância em Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, de Gestão de Ciência e Tecnologia, de Gestão do Trabalho, Educação e Saúde, e da SAS, que cuida de toda a parte de assistência, tem a incumbência de coordenar a Política Nacional de Saúde Indígena dentro do Sistema Único de Saúde.

Isso aqui, Senadores Vicentinho e Paim, nós e a população indígena consideramos uma grande vitória, porque trouxe para dentro do SUS o debate, a articulação e a execução de uma política que não pode jamais ser dissociada do sistema de saúde.

A Secretaria, como vamos ver à frente, tem uma estrutura enxuta, dois departamentos e a responsabilidade de coordenar 34 distritos, que são as unidades de ponta executoras das ações de atenção básica e primária nas aldeias, e de articular com as secretarias municipais de saúde e com as secretarias estaduais as ações de média e alta complexidades, na perspectiva de garantir a atenção integral à saúde dos povos indígenas. Então, são secretarias que têm um conjunto de competências definidas num decreto.

Na ponta, temos distritos que foram reestruturados, ganhando uma estrutura ainda simples, mas com alguns serviços que são estratégicos; uma divisão de atenção à saúde, escritórios locais, que naqueles Estados, como é o caso do Estado do Senador Paim, Rio Grande do Sul, que não têm um distrito ainda. Portanto, é um distrito que abrange cinco Estados ou quatro, dependendo, do interior ou litoral; um serviço de edificação e saneamento em terra indígena, de recursos humanos, de orçamento e finanças e de recursos logísticos. E 62 casas de saúde, que são as casas que dão apoio à população indígena, quando os índios são trazidos da aldeia para um atendimento de média e alta complexidade, pelo Sistema Único de Saúde, coordenado pelos Estados e Municípios.

A competência desses distritos é executar as ações na ponta, nas aldeias, e articular com o Sistema Único de Saúde.

Aqui, uma estrutura que mostra o Ministério, a Sesai, o Distrito Sanitário Especial Indígena, as aldeias, o polo base, que é uma estrutura do distrito, onde as equipes ficam baseadas para ir para as aldeias; a casa de saúde indígena. Nas aldeias, nós tempos as unidades básicas de saúde, que são os postos de saúde, e a referência do SUS. Portanto, uma integração de Sesai, DSEI, SUS. Quando recuperado, o índio volta pra o seu local de moradia, que são as aldeias.

Temos no País, como me referi anteriormente, 34 distritos. Há distritos que abrangem mais de um Estado, como é o caso do litoral sul, cinco Estados; interior sul, quatro Estados; Ianomâmi, dois Estados; e tantos outros. Nós vamos ver daqui a pouco Araguaia.

Esta é a realidade nacional: São 34 DSEIs, quatro escritórios locais, 354 polos base, 62 casais, 751 postos de saúde nas aldeias, 12.184 profissionais – desses, 4.132 agentes indígenas de saúde, e os agentes indígenas de saneamento. Esses agentes, Senador Paim, ainda não estão incluídos na regulamentação dos agentes comunitários de saúde porque eles são contratados pela União, e aqueles da Emenda 51, que foi aprovada aqui também nesta Casa, dizem respeito somente aos agentes comunitários contratados pelos Estados e Municípios. Então, nós precisamos trabalhar, no futuro, com algo que garanta, reconheça a atividade desses trabalhadores, que são fundamentais para as ações na saúde indígena.

Aqui, alguns aspectos da logística, alguns distritos. Nós só temos acesso a algumas aldeias por meio de barco, a outras, somente por via aérea, como é o caso dos Ianomâmis, lá em Roraima e no Estado do Amazonas; Parque Tumucumape, no Amapá; Caiapó; Aldeia Baú; alguns acessos por barco e via aérea, outros terrestre e aérea, terrestre, aérea e barco e alguns também são por via terrestre.

Isso aqui já mostra, para a gente, a complexidade dessa organização e da estrutura para garantir a assistência, porque demanda de nós, do Ministério, essa estruturação, toda uma logística com aquisição de veículos como barcos, motores, aluguel de aviões, de helicóptero, compra de motor de popa, de veículos que, muitas vezes, trafegam, a maioria, por vias terrestres, sem a mínima condição, fazendo com que uma L200, por exemplo, um veículo adquirido 4x4, tenham, basicamente, quase um ano de duração, sem recuperação ao final, em função das condições, como é o caso de Raposa Serra do Sol, onde temos acesso por via terrestre.

São mais de 220 povos, a população está crescendo. Você vê que há um crescimento significativo. O censo vai nos mostrar, neste ano, 817 mil. Desses, 650 mil vivem em aldeias. São mais de 220 povos, que falam mais de 180 línguas. Isso também nos remete para uma especificidade, porque nas nossas equipes, muitas vezes, temos de ter contratado um intérprete, já que a nossa equipe não fala a língua das aldeias. Portanto, é preciso esse trabalhador para assessorar as nossas equipes.

Estão presentes em todos os Estados, no Distrito Federal – tem o Noroeste, aqui, que já mostra isso –, em 438 Municípios, dos quais 11% de médio porte e, a maioria, pequeno porte, com menos de 20 mil habitantes, dando, também, uma dimensão da parceria com o SUS, onde a referência de média e alta, muitas vezes, não está presente no Município em que a população vive. Temos de buscar uma referência ou de outro Município maior, ou do próprio Estado.

Vivem em 611 terras indígenas, com 64% regularizadas, 18% em estudo, e moram em 4.774 aldeias, ocupando, aí, cerca de 12,6% do território nacional.

Aqui, a distribuição num gráfico, mostrando a concentração na região Norte, com 44%; depois, Centro-Oeste; a Nordeste, em segundo lugar; Sudeste; e a região Sul.

Aqui, o crescimento populacional. A população vem crescendo, hoje, em torno de 4,5% ao ano, enquanto a população, em média, não indígena, 1,7%.

Aqui, a pirâmide. Ela não é diferente da pirâmide etária da população não indígena, com predominância do sexo feminino também.

Aqui, alguns agravos que estão presentes, que exigem um envolvimento de vários órgãos para o seu ataque, para garantir ações efetivas, como, por exemplo, desnutrição: chega, para nós, um caso, mas vem de uma questão, ou da falta de estrutura, de algum hábito alimentar, ausência de alguns nutrientes em algumas regiões.

Eu cito, aqui, como caso, a situação de Dourados, no Mato Grosso do Sul, onde uma população de 12,5 mil vive em 12,5 mil hectares, sem terra, sem água, sem vários elementos para garantir a nutrição dessa população.

Tuberculose, hepatite, leishmaniose...

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Eu não estou vendo diabetes ali e os xavantes têm problemas seriíssimos de diabetes. Eu não estou vendo na relação.

O SR. ANTONIO ALVES DE SOUZA – Ok. Nós colocamos os mais prevalentes, mas sabemos, temos consciência disso, que a diabetes, nos xavantes, já é uma situação que, inclusive, está relacionada com a própria questão da terra, da desnutrição, dos ingredientes, dos...

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Pode até colocar nos dados, é importante colocar como prioridade.

Nesses dias, eu estive com o xavante Jeremias, que é Vereador, inclusive, um líder indígena xavante – por sinal, cunhado do Marcos Terena. Ele esteve no gabinete, todo desfigurado. Esteve, por muito tempo, internado em Brasília e eu falei: "O que foi, Jeremias?" Ele falou: "Diabetes, Senador, diabetes. Nós todos, lá, estamos com problemas seriíssimos de diabetes."

Então, é importante nós termos, nessa relação. Talvez seja um dos problemas mais graves o de diabetes nos povos indígenas, principalmente com relação aos xavantes.

O SR. ANTONIO ALVES DE SOUZA – O que, inclusive, Senador, está relacionado com os próprios hábitos.

Nós temos populações, hoje, como os enáuenês, por exemplo, que vivem na região de Brasnorte, Mato Grosso, que não têm hábito de comer alimentos com sal, nem carboidratos, nem carne vermelha, mas, com a aproximação da civilização, acabaram sendo introduzidos esses hábitos.

Isso também nos remete para uma outra exigência na organização do subsistema e da assistência, que é trazer para os casais aqueles hábito alimentares da população quando eles vêm para as cidades e articular com o SUS para que garanta o hospital, quando da internação alguém. O Jeremias, por exemplo – eu o visitei -, esteve internado no Pronto Norte, um hospital no final da Asa Norte, com um quadro grave. Ele quase teve a perna amputada, mas felizmente não foi preciso. Atualmente, ele está em recuperação. Mas esses hospitais não estão preparados para receber essa população.

Quanto a essa articulação, a Sesai, que tem somente um ano e quatro meses de criação, vem trabalhando e tentando garantir. Isso e o hábito da rede, e não o da cama horizontal, e outros mais.

Obrigado pela lembrança.

Aqui há uma curva da mortalidade infantil. Esses dados estão um pouco desatualizados, ainda estava em 41.94 por mil crianças nascidas vivas, com menos de um ano. Portanto, enquanto o Brasil está com 16 por mil, nós estamos com um índice de mortalidade bastante elevado e em alguns locais chegando a quase 100.

O Ministro Padilha, quando assumiu o Ministério, convocou todo o seu corpo dirigente e realizamos um planejamento estratégico que viemos seguindo. A Sesai apresenta, como o sétimo objetivo desse plane-

jamento, a nossa missão de implementar o sistema de atenção à saúde indígena.

Temos aqui o objetivo estratégico da Sesai, com as onze estratégias de 2011 e continuam este ano, que vão desde a questão de implementação de ações, na ponta, na linha do cuidado, da atenção integral, passando pelo fortalecimento do controle social, que são os conselhos de saúde, as ouvidorias, dentro do subsistema modelo de gestão. Hoje, temos 34 distritos já autônomos. Eles não eram unidades gestoras, portanto, agora, podem fazer seus pregões, solicitações lá na ponta e não mais no nível central.

Aqui temos uma caracterização do DSEI Araguaia, uma dos 34, cuja sede é em São Félix do Araguaia, uma cidade no nordeste de Mato Grosso, divisa com Tocantins. A população abrangida por esse distrito é de 4.031 índios de cinco etnias, com a predominância dos Karajá Tapirapé, com 2.100 quilômetros quadrados, que estão em três Estados.

Aqui temos uma especificidade do distrito. A nossa autoridade sanitária, que é o chefe do DSEI, tem uma responsabilidade que, muitas vezes, foge da fronteira de um Município ou de um Estado, garantindo a complexidade de um subsistema para dar cobertura a essa população.

No distrito, temos quatro polos base, uma Casai, que fica em Goiânia, para justamente acolher os indígenas. Quando vêm, eles são direcionados para Goiânia ou para a Casai de Brasília, São Paulo ou também para o Mato Grosso, para a Casai de Cuiabá.

Na ponta, as nossas atividades são desenvolvidas por equipe multidisciplinar de saúde indígena composta por médicos, enfermeiras, técnicos em enfermagem, odontólogos, agentes indígenas de saúde e de saneamento ambiental.

Aqui temos o mapa abrangendo Mato Grosso, Goiás e Tocantins, com conjunto de aldeias. São 32 aldeias. E aqui o levantamento de dados que a nossa equipe, tão logo surgiu o evento do suicídio, conseguiu identificar, desde 2006 até 2012, cerca de 18 casos, com um agravamento em 2011 e 2012. Sete casos, no final do ano, e já cinco casos nos dois primeiros meses de 2012.

A maioria desses casos ocorreu por enforcamento. Chamo a atenção para isso. São jovens, mas há pessoas com idade acima de 20 anos, com 34 anos. Mais recentemente, a população mais jovem.

Temos aqui algumas medidas adotadas. Tão logo identificamos o problema, a nossa missão era dar apoio aos distritos na ponta. Temos equipes. Aqui a coordenação do Departamento de Atenção à Saúde Indígena, cuja Diretora está aqui juntamente com a nossa Coordenadora. Elas foram mandadas para lá para fazer o diagnóstico situacional e saber o que está acontecendo, qual a dimensão desse fenômeno, já que o número de casos nos preocupa. Fosse somente uma morte, Senadores, já seria preocupante, porque esses jovens nasceram para viver e não morrer de uma forma tão abrupta e tão violenta como o suicídio.

Algumas medidas adotadas... Levamos pessoas de fora com equipes para garantir uma discussão com a equipe local, envolvendo vários jovens, inclusive o Governo do Estado, o Centro de Assistência Social do Município de Santa Terezinha, o Escritório Regional de Mato Grosso, um conjunto de órgãos que tiveram que ser chamados e que estão trabalhando conjuntamente com a Sesai e o DSEI para garantir essa atenção, uma articulação com a medicina tradicional.

Foi-nos solicitado pela população, pela comunidade, que apoiássemos a ida de três pajés, da etnia Kamaiurá, do Parque Indígena do Xingu, porque havia a hipótese, na cultura deles, que fosse feitiço. Então os pajés foram para lá para fazer um trabalho junto às comunidades, bancado pela Cesae e pelo DSEI.

Nós temos um trabalho permanente naquela região, envolvendo vários órgãos – e é fundamental que haja esse envolvimento e algumas medidas também adotadas, que vou passar rapidamente – e algumas ações de prevenção que foram adotadas. Por exemplo: proibição da venda de bebida alcoólica para indígena na cidade de São Félix, entendendo que o álcool é um dos fatores identificados que podem estar contribuindo para esses suicídios. Ação articulada e mobilizada com o Ministério Público local e a Funai.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Mas isso já é lei e existe o fato. Então nós precisamos ter uma providência mais eficaz, porque vender bebida alcoólica ao índio já é lei, só que não se cumpre. Então, qual é a medida que nós vamos encontrar para resolver esse problema.

O SR. ANTONIO ALVES DE SOUZA – Isso. Daí a necessidade de envolvimento tanto dos Municípios, com seus órgãos de fiscalização, quanto da Funai, do Ministério da Justiça e dos órgãos do próprio Governo dos Estados onde está presente esse fenômeno. E aí as ações que envolvem outros órgãos: educação, esporte, lazer. Uma juventude como é o caso de Mato Grosso do Sul, onde nós temos os jovens que vão para o corte de cana e quando termina esse corte, no caso de lá o álcool, voltam para as aldeias e não têm o que fazer naquele período.

Então, rapidinho aqui. É um fenômeno que precisa ser aprofundado. Nós temos dificuldades, inclusive não bem estudadas nos meios acadêmicos, como a questão do suicídio.

Alguns fatores que estão relacionados, que estão sendo identificados pelas nossas equipes, que são os conflitos familiares, com a questão do corte geracional, a diferença entre os jovens e os anciãos daquela região, muitas vezes em função da educação da própria televisão, que dissocia essa relação dos jovens com os anciãos daquela comunidade. Temos conflitos familiares que também são presentes, que estão sendo estudados, como a questão do casamento, que aqui tem a descrição que vocês podem acompanhar. Vou deixar... Casamento novamente. Tem a questão do luto, fundamental, que cria na aldeia um ambiente que, inclusive, se não trabalhado por equipe com a terapia comunitária e outras ações, pode induzir a outros fenômenos semelhantes, a questão do feitiço, também levantado pelas comunidades, e a questão das bebidas alcoólicas.

Aqui um diagnóstico que fizemos: organização da atenção integral, com várias ações. Elaboramos um plano de ação emergencial, com várias medidas. Articulação com a medicina tradicional, algumas ações de prevenção, atuação das equipes que estão lá, que precisam ser preparadas, estão sendo preparadas para enfrentamento dessa questão, já que é um fenômeno, e a assessoria do nosso psiquiatra e antropólogo Dr. Adalberto Barreto, que é da Federal do Ceará, tem uma larga experiência em terapia comunitária, que, inclusive, já compareceu, a nosso convite, à aldeia e está aqui uma roda de conversa onde o Adalberto está presente, tentando trabalhar isso junto às comunidades para entender, compreender e ter uma ação coletiva de saúde e comunitária e do Estado para garantir o enfrentamento dessa questão. Felizmente, esse processo está interrompido, mas nós temos que continuar com esse trabalho porque não sabemos a sua profundidade e é necessário esse aprofundamento, para a gente garantir ações mais efetivas e impedir que isso ocorra, e aí exige o envolvimento de vários órgãos.

Obrigado pela oportunidade, Senador Paim. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência deu um tempo maior para o Antonio para que ele fizesse sua apresentação, de cerca de trinta minutos.

Agora vamos para o Cleso Fernandes de Moraes, Coordenador Regional da Funai em Palmas, Tocantins.

Dez minutos, com mais cinco, com a tolerância necessária se preciso for.

O SR. CLESO FERNANDES DE MORAES – Bom dia a todas e a todos.

Quero cumprimentar a Mesa e agradecer pelo apoio dado pelo nosso Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Senador Paim, pela iniciativa também do nosso Senador do Estado de Tocantins, Vicentinho Alves, e cumprimentar também o nosso Presidente, Secretário Especial de Saúde Indígena.

Estou aqui na qualidade de representante do Presidente da Funai justamente por saber que, por uma série de agendamentos, infelizmente, não foi possível ele se fazer presente, mas nós temos prerrogativas, através da Lei nº 7.056, e todas as demandas dentro da sua regional são atribuição do coordenador, como representante do Presidente da Funai naquela localidade.

Meu nome é Cleso Fernandes de Moraes, sou do efetivo da Funai há 26 anos, historiador, iniciei minha vida indigenista nas aldeias, compreendendo o que ocorre internamente e de que maneira isso age externamente a favor delas.

Nós vivemos dois momentos interessantes como servidores, testemunhando dois ciclos diferentes da ação do Estado junto às populações indígenas. Uma, essa da Funai, vamos dizer, dos anos 70, 80 e 90, em que eles não falavam, mas nós é que falávamos sobre eles. Nós é que introduzíamos o que queríamos. Hoje, já vemos uma situação diferente. Os indígenas estão ocupando espaço e estão fazendo valer o que está previsto na Constituição de 88. A partir daí você percebe a ocupação dos indígenas não só nas discussões dentro de um plenário, mas também ocupando espaços dentro da universidade, defendendo seus interesses. Agora, é interessante que haja uma vontade política do Governo brasileiro para que essas ações de fato possam acontecer internamente.

A gente percebe o momento em que os indígenas estão se movimentando, através das representações, que são as organizações indígenas, com as organizações indigenistas, com a Igreja, com o Governo brasileiro, a sua autodeterminação.

E, a partir dessa luta que se inicia, ainda nos anos 80, conhecido como sociedade alternativa, eles se organizam, e quando surge uma organização em Mato Grosso do Sul, por intermédio do Marcos Terena, a UNI, uma das primeiras entidades que surgiram lutando pelos seus interesses, um instrumento legal para discutir junto à sociedade e ao Governo brasileiro aquilo que é de seu interesse.

Passados tempos, muitas coisas ocorreram, porque no período em que eu estava, no início da década de 80, você via quando chegava, vamos dizer, aquela política assistencialista presente, mas você não percebia uma política de Estado que pudesse politizar, que pudesse discutir para poder estar ouvindo os indígenas sobre o que deve ser melhor para eles e para sua comunidade. Mas isso, aos poucos, foi se superando, graças a essa organização.

Passados tempos, vários eventos têm ocorrido, como conferências, e passou, então, à reestruturação da Funai. A reestruturação da Funai acontece por uma circunstância, por necessidade. Não é que os indígenas defendem o fim dela, mas defendem uma mudança clara. E você vê, no momento em que você está lá, na década de 80, em que os indígenas e os servidores da Funai com a sua mão de obra local, sem ser aquela especializada, hoje nós temos... Por intermédio da reestruturação da Funai, hoje nós estamos contando com antropólogos, psicopedagogos, engenheiros, ambientalistas. Então, muito mais precisa ser feito para que nós possamos fortalecer a instituição indigenista de Estado.

Digo a vocês, ao Plenário, que a Funai não tem medido esforço para acompanhar de forma participativa e compartilhada os entes da Federação, tanto do Estado, quanto do Município ou da sociedade civil que queiram contribuir a favor das populações indígenas. Temos buscado todos os meios para que possamos avançar, e avançar ouvindo-os, o que não ocorria no início da década de 80. Hoje os indígenas estão falando. Hoje eles estão representados.

Um exemplo dessa reestruturação da Funai é que contamos com a CPI, da qual temos até uma pessoa presente aqui, que é o coordenador indígena lá do Estado de Tocantins, Kohalue, um dos membros. Quer dizer, ele está falando e o Estado brasileiro está ouvindo. Então, isso significa que o Estado brasileiro está presente nas discussões com as populações indígenas. Uma situação é você pensar na atuação política da década de 80, que ainda é presente na vida dessas populações indígenas; outra, são essas representações indígenas agindo externamente a favor dela com um modelo político diferente, um modelo político que possa discutir com ele qual a política pública que pode estar presente na vida dessas pessoas.

Entendo também que os indígenas não estão partidos ao meio. Os indígenas estão somados a quase dezesseis Ministérios, se não for meu engano. Em 2011, nós tínhamos à disposição deles mais de R$1 bilhão, a favor dessas populações indígenas.

Agora, discutir para que nós possamos garantir a capacidade operacional para que essas políticas públicas possam chegar às populações indígenas, sim, é necessário.

A Funai realizou um concurso público recentemente, que é o que eu falei, do nosso efetivo. Eu fiquei da década de 80 até, mais ou menos, agora, 2009, sem conviver com um antropólogo, sem conviver com um engenheiro ambiental, sem conviver com essas figuras que são importantes, com esses instrumentos que são importantes para as populações indígenas, como nós estamos vivendo agora. Só dentro da nossa regional hoje nós temos um efetivo de 21 servidores que entraram no concurso público dentro dessas diversas áreas.

Estamos discutindo conjuntamente, fazendo o entrelaçamento, discussão política multidisciplinar, que abrange todas essas áreas que eu vou poder apresentar para os senhores, que é necessário, e junto com as representações indígenas, com os indígenas participando.

Então, eu vou fazer aqui uma pequena explanação.

Vou falar especificamente da nossa Coordenação Regional de Palmas. Hoje, ela tem 18 CTLs, localizadas em cinco Estados brasileiros. Ela atende cerca de 15 mil indígenas, localizados em 28 terras indígenas, sendo 21 regularizadas, três já declaradas e quatro em estudo.

Nós trabalhamos com indígenas dos Timbiras, que é Maranhão, trabalhamos com parte dos Tupis, em Mato Grosso, trabalhamos com Maxacalis, em Mato Grosso, trabalhamos com Krenás, que é em Mato Grosso, trabalhamos com Krenak, em Mato Grosso, trabalhamos em Tocantins com todos os grupos e em Goiás também com todos os grupos.

Aí a localização da nossa Coordenação Regional. Ela se localiza entra a macrobacia Araguaia-Tocantins, parte do cerrado, ela fica entre o cerrado e a floresta amazônica.

Vocês podem ver aí a Ilha do Bananal, podem ver a região do Mato Grosso...

Pode tocar pra frente.

Próximo.

Aí são as nossas coordenações técnicas locais e os grupos indígenas com que nós trabalhamos.

Pode tocar. Pode tocar.

São as terras indígenas, as CTLs. Têm aí Santa Maria das Barreiras, Araguaína, Goiás Velho, Miracema, Tocantínia, Itacajá.

Pode tocar.

Aí é parte da estrutura da nossa regional de Palmas. Temos o Segate, que é o Serviço de Gestão Ambiental e Territorial, que tem como atribuição trabalhar com estes dois núcleos: NAP – Núcleo de Articulação de Projetos, e o Núcleo de Proteção e Promoção dos Direitos Sociais. Eles estão interligados, para que possamos, juntos, trabalhar e entender melhor o que ocorre na terra indígena, nos Karajás.

Pode tocar.

É o Serviço de Gestão Ambiental e Territorial, como acabei de informar aos senhores.

Pode passar.

Aí estão as atribuições dos serviços de monitoramento:

– Executar as ações de monitoramento, vigilância, prevenção de ilícitos e fiscalização nas terras indígenas, sob a coordenação da CGMT. Nessa questão de fiscalização, eu acho que é interessante a gente falar de prevenção como um todo, porque a fiscalização visa à proteção territorial. Isso é importante.

– Articular, de forma compartilhada, pois sabemos que é dever do Estado trabalhar a proteção territorial, mas, se não houver a participação efetiva das comunidades indígenas em proteger o seu território, não conseguimos um trabalho eficaz. Para se ter uma ideia, no ano de 2009, se não é meu engano, foram investidos mais de um milhão em fiscalização, sem falar em 1994, quando eu trabalhei na Ilha do Bananal, na desocupação da ilha. Eram práticas ilícitas que ocorrem normalmente, com pescadores, caça, pesca, entrada de gado e também pessoas presentes. Tudo isso são elementos que trabalhamos de 1994 a 1997 em sua desocupação. Infelizmente, ela retornou. E nós precisamos trabalhar com uma política pública mais eficaz para garantir, então, a proteção territorial das populações indígenas que ali habitam. Então, articular parcerias com instituições municipais, estaduais, federais e não governamentais na área sob sua jurisdição. É o que estamos fazendo. Nós estamos mantendo contato e fazendo um grupo de trabalho interinstitucional no Estado de Tocantins, inclusive com participação da Secretaria da Cidadania e Justiça, com universidades, com Sesai, com Previfogo, com Ibama, discutindo de que maneira podemos trabalhar a questão da proteção territorial e a questão da saúde também.

– Executar ações necessárias ao cumprimento do componente indígena do licenciamento ambiental e de controle dos danos ambientais nas terras indígenas e seu entorno, sob a coordenação da Cggam. Esse também é outro elemento importante. Muitas vezes, os empreendedores e, às vezes, a força política agem sem ter que necessariamente contar, como a Funai, integrante desse grupo de trabalho, que faz licitações... Já chegam ao momento de executar obras, sem ter que obedecer às legislações indigenistas, o que é prerrogativa da Funai. Temos vários exemplos de empreendedores que chegam à região e já chegam para fazer. Eles não chegam para poder somar. Acaba a Funai sendo um órgão de empecilho, um órgão que desarticula, um órgão que é isso e aquilo. Na realidade, queremos é integrar e ver de que maneira podemos trabalhar, revertendo isso a favor das populações indígenas, com relação a essa frente expansionista que está se intensificando na região central do Brasil.

Pode seguir.

Aí estão as demandas ambientais e territoriais:

– Atividades ilícitas: caçadores, pescadores, madeireiros, coletores. Isso é uma situação muito séria, não só enfrentada pelos Inans, mas também pelos outros povos indígenas de nossa região, com a pressão que os indígenas sofrem por parte dos empreendedores, pelo fluxo de pessoas oriundas de várias regiões do País para esta região. O Poder Público local não tem estrutura para receber essas pessoas e acaba acontecendo esse tipo de práticas ilícitas em terras indígenas.

– Permanência de não índios em terras indígenas ainda existe também dentro da nossa regional.

– Construção de barragens ainda existe.

– Impactos ambientais.

– Pressões no entorno.

– Queimadas. Nós estamos fazendo um trabalho excelente junto com Previfogo, Ibama, Cipama, os órgãos ambientais do Estado do Tocantins e, o mais interessante, com participação de indígenas.

– Rodovias federais, estaduais e estradas. Também, dentro do Estado, Senador Vicentinho Alves, nós somos integrantes do PDRS – Programa Regional de Infraestrutura Sustentável, na região.

– Turismo.

– Sobreposição, que é junto com o Parna.

– Acordo de pesca.

– Demanda por energia.

– Acesso ao Pronaf – emissão das DAPs para que os indígenas possam buscar recursos para trazer melhoria, vida boa para seu próprio povo.

Pode passar.

Isso aqui são os trabalhos que realizamos atualmente na terra indígena Karajá/Ilha do Bananal.

– Planos de trabalho referente às ações de fiscalização e diagnóstico da terra indígena Parque do Araguaia, junto com os Karajás, os Javaé e o Parna.

– Notas técnicas referentes à minuta do TAC, que é outro que também está funcionando, junto com ICMBio e povo Javaé.

– Audiências do Ministério Público: estradas – recentemente, falaram numa Transbananal, uma estrada que corta a Ilha do Bananal. O que mais sinto, pelo Poder Público, pela força política, é que você consegue ver estampados no jornal que vai ser construída a Transbananal e que um grande comício foi feito, mas nenhum indígena foi citado dentro desse jornal. São situações em que você percebe um sistema tentando superar essas questões. A mídia não consegue divulgar que ali está presente um nativo. O desrespeito de que quero falar aqui publicamente. É uma iniciativa que se tem dentro de terra indígena, mas, quando vai se discutir algo que envolve interesse das populações indígenas, não consegue colocar... Às vezes, cumprimenta, conversa, põe de lado, mas, na imprensa, não

aparece que tinha ali um indígena presente também a essas questões. É tanto que estamos agora intensificando uma série de discussões sobre a situação. Por sinal, amanhã, dia 16, vai acontecer, em Formoso do Araguaia, uma reunião entre os Karajá e os Javaés discutindo essa questão, que foi feita sem que ninguém soubesse. Nem eu sabia. Nós não sabíamos.

– Acompanhamento técnico: atividades de fiscalização, como eu falei.

– Atividades de elaboração de estudos ambientais referentes à implementação de rede elétrica da terra indígena do Araguaia. Tivemos uma grande dificuldade junto ao Comitê Luz para Todos. Tivemos que ter uma série de reuniões. Conversamos muito. Através do estudo ambiental, conseguimos fazer chegar energia à Aldeia Santa Isabel, o que é também considerada uma agravante diante desse fenômeno que está acontecendo, ou seja, se não houver uma participação conjunta, se não estiverem os entes da Federação unidos para discutir conjuntamente com os indígenas o que está vindo e de que maneira podemos estar vendo isso em nossa frente, é uma situação... Então, é atribuição dos corresponsáveis não só como instituição indigenista, não só como Funai, mas o Governo Federal é responsável por isso, o Governo do Estado é responsável por isso e o Município também.

– Formação de instrutores indígenas em curso promovido pelo ICMBio. O povo da terra indígena Krahô foi o primeiro que recebeu um curso de formação do Previfogo, na terra indígena Krahô. A gente quer expandir aos outros povos indígenas também. No ano passado, já teve participação indígena no combate ao fogo. E enfrentei resistência, porque as pessoas falavam: "Não, é o Estado". Só reuniam com o Estado. Eu falei: "Não temos condição de poder apagar o fogo sem a participação dos indígenas, porque eles têm o trajeto, eles têm para onde ir, eles têm os locais sagrados, eles têm isso, têm aquilo". Então, vamos ter de conversar junto com eles.

Pode passar.

Conseguimos fazer esse trabalho participativo, que ainda está se iniciando, mas já se iniciou.

Atividades específicas do povo Karajá.

– Diagnóstico de pontos vulneráveis na terra indígena Karajá.

– Reuniões sobre gestão compartilhada das terras indígenas no Inãwebohonã.

– Avaliação dos empreendimentos e da situação dos licenciamentos ambientais no entorno da Ilha do Bananal.

– Aquisição de motor de polpa e caminhonete para CTL – nós também já fizemos isso aí, já fizemos uma licitação. A nossa região foi a que mais comprou veículos. Nós compramos 17 veículos, para dar o apoio mínimo e necessário, para que possamos avançar nas políticas públicas junto às populações indígenas.

– Intercâmbio dos representantes do Comitê Regional, que é outra coisa importante.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Um minuto para concluir, meu amigo.

O SR. CLESO FERNANDES – Um momentinho, Sua Excelência.

Os indígenas estão saindo de suas aldeias e estão discutindo as políticas públicas, de que maneira esse recurso pode chegar às aldeias. Não sou eu levando as políticas públicas, mas discutindo junto com eles de que maneira devemos levar essas políticas públicas.

Então, o que a gente tem para comentar é isso.

Para encerrar, o que eu quero dizer aos senhores é que, havendo vontade política do Estado, nós continuamos a fortalecer a nossa instituição, porque ela teve um contrato de quase 700 servidores e podemos avançar muito mais, se houver vontade política.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Cleso Fernandes, que falou pela Funai.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – De imediato, passo a palavra para o nosso Senador Vicentinho Alves, que propôs este evento. Em seguida, vai falar o Professor da Cátedra Indígena Internacional, Marcos Terena.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Presidente Paim e eminente Cleso, quando eu falei do Presidente da Funai, foi porque, no Senado Federal, tratamos assunto de País. Claro, com todo respeito por V. Sª, que é do meu Estado, estamos aqui para discutir um assunto que não se refere apenas aos Karajás, mas, sim, a todo o povo indígena brasileiro. Portanto, era importante a presença dele, como também deverá ser importante na sessão solene que teremos aqui, no Congresso Nacional, que já requeremos, e como será importante outra audiência pública que vamos ter aqui para tratar da participação dos povos indígenas no Rio+20. Não desmerecendo a pessoa de V. Sª, mas há a importância da presença do presidente de uma entidade, assim como o Dr. Antonio Alves sempre está presente como Secretário de Saúde Indígena. Esse é o primeiro ponto.

Segundo ponto. Parece até que está tudo bem nas aldeias. Parece até que não há mortes por suicídio, porque não tratamos desse assunto. Não ouvimos da Funai esse tema. O tema aqui é morte por suicídio dos nossos jovens. Precisamos rever isso.

Muito bem. Cuidar das terras indígenas. Quem mais quer proteger as terras deles são eles mesmos. O que precisamos é complementar. A participação deles em qualquer discussão é um direito líquido e certo. Inclusive o Samuel está ali – ficou escondidinho. Meus cumprimentos, pois eu não o cumprimentei antes. Chegue mais para frente aqui. Fique à vontade. Fique do lado do Iraro. Então, Cleso, por exemplo, quando você fala da questão da travessia do Bananal, lá, estavam, sim, presentes os índios e eu estava como convidado. Inclusive, o Iwraru fez uma excelente explanação e um excelente discurso – e favorável. Dos oradores que eu ouvi lá que estavam presentes, 100% eram favoráveis. Eu estarei na cidade do Formoso do Araguaia num encontro com os nossos índios exatamente para discutir isso. O que, às vezes, falta por parte da Funai é o diálogo, inclusive com quem se propõe a contribuir e colaborar com os povos indígenas, como eu, um Senador que está aqui para isso. A Funai não tem esse tipo de diálogo, inclusive a Funai do nosso Estado. Eu estarei sexta-feira, à noite, em Formoso do Araguaia, para discutir. Uma estrada só poderá ocorrer de forma a atender à questão socioambiental e à vontade dos povos indígenas. Claro que não há governo que vá fazer contrariando a vontade dos povos indígenas e a questão socioambiental. Isso é mais que elementar e natural.

Portanto, eu gostaria de ouvir – e quero ouvir – o que a Funai tem a dizer para resolvermos as mortes dos nossos jovens. Qual é a solução? Qual é o encaminhamento? Já ouvimos uma explicação sobre a saúde por parte do Antonio. Nós precisamos, efetivamente, encontrar uma solução para isso, com uma explanação sobre como funciona. Basta acessar o *site* e isso está resolvido. Nós precisamos de solução para o problema e estamos aqui para isso.

Portanto, eu quero dizer, Senador Paim, que eu continuo com a mesma impressão do desentrosamento entre a Funai e, agora, a Secretaria de Saúde Indígena. Quem vai dizer isto são os índios: se eles estão muito bem contemplados, até para tirar essa dúvida minha, porque, às vezes, eu estou errado. Às vezes, a minha impressão não é a correta, e eu tenho a grandeza de curvar-me, se a minha impressão não for a correta. Às vezes, a minha impressão ainda é uma impressão antiga. Às vezes, está tudo bem lá na aldeia; a Funai está muito bem entrosada, assim como a Secretaria de Saúde; os dois entes federados estão chegando e atendendo vocês muito bem. Eu quero ouvi-los. Se assim for, eu quero pedir inclusive desculpas, de público, porque está tudo resolvido. Até as mortes não devem ter ocorrido por problema da Funai, por problema da Secretaria de Saúde Indígena. Deve ser, então, um problema dos índios, porque parece que está tudo normal.

Nós viemos aqui para discutir, efetivamente, o que temos, para propor, como Funai, como Secretaria de Saúde Indígena, uma solução para esse problema. É isso que nós queremos colocar.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Todos terão oportunidade de falar mais uma vez.

Vamos, agora, passar a palavra ao professor da Cátedra Indígena Internacional, Professor Marcos Terena.

Por favor, professor.

O SR. MARCOS TERENA – Bom dia a todos.

Quero agradecer o convite do Presidente da Comissão, Senador Paulo Paim, nosso velho companheiro de luta pela igualdade racial. Agradeço também ao Senador Vicentinho, que conheci mais de perto agora, apesar de sermos colegas – ele é comandante de avião e eu também sou piloto da Funai, como vocês sabem –; ao Cleso, pela exposição, e ao Dr. Antonio, pela oportunidade de compartilhar essa manhã.

Eu sempre considero de suma importância esses diálogos. São diálogos francos, que buscam trazer alguma linha de ação. Solução não é fácil, mas a linha de ação e de compromissos deve ser assumida aqui após essas apresentações, porque nós estamos aqui no Senado Federal. Não podemos nos esquecer disso. Aqui é local onde ficam as pessoas que, na Roma Antiga, eram chamadas de anciãos. Agora, não é mais ancião, não é, Paim?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não tem problema. Idade sempre é bom.

O SR. MARCOS TERENA – Eles eram os grandes pensadores, os conselheiros do sistema de governo, o Senado. Oxalá um dia nós, indígenas – Iwraru, Samuel e Kohalue, que são velhos companheiros também –, possamos ter também aqui um senador indígena. Vamos trabalhar para isso. Por esse motivo, eu sempre procuro conversar com os Senadores desta Casa. Em relação à reforma política, eu conversei, na semana passada, com o Senador Fernando Collor de Mello, que se dispôs inclusive a agregar – eu também sugiro isso aos dois amigos Senadores – um item que contemple um assento cativo no Senado Federal para as primeiras nações do Brasil. Seria inédito, seria desafiador. *(Palmas.)*

Eu queria também agradecer a presença do Iwraru, Vereador, líder indígena da Ilha do Bananal, e também do Kohalue, que é advogado. Já passou na OAB ou ainda não?

O SR. KOHALUE KARAJÁ – Ainda não.

O SR. MARCOS TERENA – Ainda não. Kohalue é Coordenador de Assuntos Indígenas do Tocantins. Agradeço também ao Samuel Karajá, esse jovem de camisa verde, que foi ator de cinema. Ele fica acanhado porque está com medo de as fãs pedirem autógrafo para ele. Samuel atuou naquele filme do Hector Babenco chamado "Brincando nos Campos do Senhor". Então, a gente não pode se esquecer de referenciar cada um desses indígenas, como disse o Cleso, que está buscando a livre determinação, a autodeterminação.

Por isso, quando a gente conversou sobre a realização de uma sessão para discutir a questão do suicídio... Agora, de manhã, eu deveria estar em Campo Grande, no Mato Grosso do Sul, reunido com os Terena para falar sobre a Rio+20, mas eu transferi esse compromisso para amanhã, quando eu também visitarei a comunidade de Dourados e vou reunir-me com a juventude universitária – são os indígenas pensadores do novo milênio. Eu sempre chamo esse pessoal com essa expectativa.

Eu queria registrar que sou funcionário da Funai. Não estou representando a Funai e nunca a representei. Não sou assessor do Presidente e não tenho nenhuma função no Governo. Eu sou livre como indígena, mas sou piloto de avião também. Eu voei por todas essas terras indígenas. Conheci essas terras indígenas, vamos dizer, virgens, mas, hoje, não sei como estão diante dos avanços.

Eu considero que a questão do suicídio não é uma questão policial, mas uma questão social, uma questão emblemática que tem a ver também com a saúde do povo, com a saúde, como disse o Dr. Antonio, psicológica, psiquiátrica do encontro entre uma civilização e outra. Não podemos deixar de lado...

Lá no Mato Grosso do Sul há pessoas que nós chamamos de bolicho, bolicheiro. É aquele vendedor que pega o cartão do indiozinho aposentado e vende fiado para ele. Vocês sabem o que é comprar fiado? Comprar a crédito, como nós chamamos aqui na cidade. No final, aquele cartão passa a ser uma propriedade do bolicheiro. Então, a questão suicídio não pode ser tratada como uma questão apenas sensacionalista. É triste!

Eu conheci os irmãos Karajá nos anos 80, em 1977 – muitos aqui ainda não tinham nascido. Eram índios altos, remadores, nadadores. Inclusive com o trabalho dos jogos dos povos indígenas, nós levamos alguns desses Karajá para correr a São Silvestre: o Anahua Karajá, que não sei se ainda está vivo, e também o Idiahina, que correu a São Silvestre. É claro que não chegaram em primeiro lugar. Como iriam fazer isso apenas porque são altos? Tem que haver uma preparação. Aí voltamos a falar da questão da saúde, do esporte, do lazer. Eu queria deixar essa mensagem para refletirmos sobre a busca de uma solução que seja de longo prazo.

Eu estou fazendo um trabalho sobre a participação dos povos indígenas no mundo todo na Conferência Rio+20. Eu faço parte da comissão nacional do Governo e tenho tido a oportunidade de falar para as autoridades do próprio Governo brasileiro o que significa aquilo que os bolivianos chamam de qualidade de vida, aquilo que os andinos chamam de bem viver. Eu conheço a realidade dos bolivianos, dos equatorianos, dos peruanos e posso garantir para todos nós, com orgulho, que a qualidade de vida de que eles falam é teórica, mas o bem viver com que eles também sonham é possível encontrar nas aldeias dos índios no Brasil.

Antes de a civilização chegar não havia pobreza, não havia riqueza. Eu peguei esse tempo, quando eu era criança, lá na minha aldeia em Taunay – "toné", como se diz em francês. Lá não tinha fome por quê? Porque tinha um peixinho para comer. O índio sabe onde tem o peixe, onde tem o remédio para curar um ferimento. Isso é educativo também, é uma questão educacional. E onde esse índio aprende isso? Com a mulher indígena.

Eu creio – digo isto aos dois dirigentes institucionais – que não podemos deixar de ouvir, para esse processo da questão do suicídio, a sabedoria da mulher nas aldeias. São elas que ensinam a língua, são elas que ensinam o conhecimento. Aparentemente, é o homem que ensina. Não! O homem aprende com a mulher, porque é ela que pega a criança, canta uma canção. Muitas canções indígenas são aprendidas com as mulheres quando nós somos crianças. Se não forem elas, quebra-se o elo.

Outra parte importante que, muitas vezes, é fácil transformar em religião é aquela que o Iwraru cantou aqui: é a parte espiritual dos povos indígenas.

Eu faço parte da Cátedra Indígena, como está escrito aqui, e ressalto que é mais difícil falar sobre os chamados conhecimentos tradicionais e sobre espiritualidade com o índio doutor, o índio médico, o índio advogado, porque eles não acreditam mais; eles não querem aceitar mais os valores ancestrais. Aqui no Brasil, ainda levamos em conta isso.

Por exemplo, esse processo de consulta de que o Cleso fala eu debati, apesar de não ser advogado, pois ajudei a escrever a Declaração da ONU sobre Direitos Indígenas durante 22 anos. Por causa de uma palavra em inglês, por causa de uma letra "s", demorou 20 anos para ser aprovada essa declaração. Vejam como é importante o papel do advogado indígena não só como advogado, mas também como articulador dos seus conhecimentos tradicionais. É importante não es-

quecer isso. A palavra *people* em inglês tem um significado e *peoples* tem outro significado: uma quer dizer população e outra quer dizer povos, e nós queríamos ser povos. Nós queríamos a palavra "povos" garantida e não mais tribo, não mais etnia, mas povos. E o Brasil, o Governo brasileiro aceitou esse desafio de bancar esta ideia: povos indígenas. Então, nós temos que enaltecer o trabalho do Itamaraty, dos embaixadores, do Governo brasileiro, porque nós estabelecemos uma relação com eles na construção desse processo da dignidade indígena.

Precisamos juntar essa parte espiritual com a cultura também. Quando aquele pajé Kaiowá, que vê os seus jovens se suicidando, toca aquela maraca ou maracá, ele está conversando com os espíritos. Ele não está só fazendo uma encenação televisiva. Ele está conversando, agradecendo e cuidando daquele espírito. É uma tradição muito profunda que nem pastor nem padre conseguem decifrar, porque é o espiritual.

Os Karajá tinham um pajé muito forte que já faleceu: era o Maluaré. O Maluaré chegava, conversava com a gente, ficava quieto, não falava nada. Você conheceu o Maluaré? Ele ficava quieto, não falava nada. Eu perguntei: "O pajé não fala nada?" Ele falou: "Não. Eu estou pensando". Há outro grande pajé, que falou que levou o pajé para falar com os Karajá, chamado Takumã, o grande Takumã. Ele não fala nada, ele só fica rindo. Sábio. Às vezes, o sistema governamental o menospreza, porque ele não fala nada. Mas a força desses homens e dessas mulheres, também, pajés pode ajudar a reconstruir a dignidade dos povos indígenas no cenário que chamamos de relação intercultural.

Eu vi uma discussão nesse final de semana que a Funai promoveu, e uma das questões era saber se, quando a Sesai chamar um pajé, vai-se contratar o pajé como funcionário da Sesai. Vejam a armadilha que se utiliza! O sistema precisa do pajé, mas o sistema diz que precisa contratá-lo como seu funcionário. Então, nós temos que tomar muito cuidado com aquilo que parece livre determinação.

Ontem, recebemos a notícia de que os índios Munduruku fizeram uma negociação de milhões de dólares para vender as terras indígenas. E todos perguntaram: "Nossa! Vender as terras indígenas? Não pode". Não, vender o ar da terra indígena. É o desafio da Rio+20, viu, Kohalue? "Qual é o direito que nós temos de vender o ar?" É assim que o pajé fala. "Qual é o direito que nós temos de vender o ar das nossas terras?" Nós estamos aqui respirando. Já pensou se tivermos que pagar esse ar? Pode ser que o Senado tenha que pagar o ar-condicionado, mas não o ar que o Criador deu para nós. Então, nós, como indígenas brasileiros tradicionais, não podemos cair nessas armadilhas de transformar o ar das terras indígenas em dólares. Não! Isso não é ética indígena. Mas recebemos essa notícia dos irmãos Munduruku, lá no Acre também. O mais incrível é que muitas das chamadas organizações indígenas são parte dessa negociata e estão fazendo a ponte para chegar até as aldeias e convencer os caciques de que é uma boa saída.

Quando voltamos à questão do suicídio, temos que prestar muita atenção. Primeiramente, para terminar a minha abordagem, nós não podemos permitir isso. No sistema de saúde e no sistema de aviação também, nós temos um negócio chamado prevenção. Por exemplo, o índio é alegre. Há um filme da Letícia Sabatella que está passando agora com mais veemência e fala de um índio Krahô, que é o palhaço da aldeia. Na nossa casa, quando temos irmãos, tem um irmão que é mais brincalhão, o palhaço da família, e tem outro que é mais sério. É assim. Mas, às vezes, esquecemos que um dos fatores de equilíbrio da qualidade de vida é o lazer, é a alegria.

Nós temos que recuperar esses valores para que os povos indígenas sintam firmeza na relação com o homem branco. Nós não sentimos firmeza na relação com o homem branco. Nós temos alguns exemplos aqui. Eu confio no Paim, no Vicentinho, mas há outros Senadores em que nós não confiamos, e provavelmente também eles não confiem em nós.

Eu queria terminar essa história porque nós estamos também falando que a autoestima, o direito à terra, à territorialidade não garante exclusivamente aquilo que se chama de ser rico. Eu conheço índios do Canadá, por exemplo, que são ricos do ponto de vista monetário, mas os jovens são suicidas, porque perderam a perspectiva de viver, a perspectiva de vida. Então, nós precisamos ver o que está acontecendo.

Nós temos o rio Araguaia. O rio Araguaia é o retrato... O índio Karajá olha para o rio Araguaia e começa a cantar, remando – eu já vi isso lá. Remando, ele começa a cantar. O homem branco olha o rio Araguaia e fala: "Puxa vida, acho que vou construir uma hidrelétrica aqui para gerar luz elétrica". O Cleso falou que chegou à aldeia luz elétrica. É por aí? E os valores da autoestima indígena?

Então, para todos vocês, senhoras e senhores, a minha análise é uma análise pé no chão. Eu conheço as duas civilizações e conheço muito. Conheço mais de trinta países chamados ricos, países que se sentem soberanos. Por isso, eu sei o significado do que é ser livre, livre e determinado.

Eu tenho orgulho de ser brasileiro, porque aqui nós temos o ar que ainda não está sendo cobrado; nós temos a água doce, salgada, mineral; temos peixe de todo jeito, pegando a Ilha do Bananal, pegando

o Estado do Tocantins; nós temos a biodiversidade do Cerrado e remédio para tudo quanto é doença do futuro, outro desafio da Sesai: pesquisa científica com os pajés, os sábios indígenas.

E, finalmente, a única coisa que eu creio que ainda falta nessa perspectiva de futuro – aqui temos o Iwraru, que é Vereador, é um agente político – é exatamente o direito de exercitarmos essa dignidade, esses valores que tanto são falados na relação com o Governo Federal.

A SEPPIR, que eu ajudei a criar – Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial –, é dirigida por um negro; no caso, a Srª Luiza, uma mulher negra. Tente colocar lá um antropólogo branco. Tente! Tente acabar com a SEPPIR. Na Secretaria da Mulher, tente colocar um homem para ser Secretário da Mulher. Tente! As mulheres que estão aqui não vão gostar. A Funai é uma fundação que nós queremos que seja transformada em Secretaria com *status* de Ministério. O sistema estatal, governamental não compreende isso; ele ainda não amadureceu para isso. Agora, consultam os índios para aprovarem isso ou aquilo do ponto de vista do desenvolvimento; chamam os índios para ficarem nos hotéis em Brasília e perguntam para o índio: "O que você acha disso?" Mas já vem tudo pronto, tudo mastigado. Não é assim que se exercita a livre determinação.

Eu creio que a questão do suicídio é um desafio diante do tradicional e da modernidade. Os doutores, os antropólogos... O Cleso falou que a Funai contratou muitos funcionários novos, mas eles não estão aqui. O Cleso, no esforço dele, está dizendo: "Eu faço isso, corro aqui, corro ali, reclamo daqui, reclamo dali", mas o poder dele é restrito. Ele mostrou ali até onde vai o poder dele. Então, a quem cabe esse poder para debater com o sistema de governo, com o Senado Federal? Não por sermos vítimas, mas por termos dignidade e nobreza. O Karajá é nobre; o Javaé é nobre; o Terena, índio cavaleiro, é nobre; os Kamayurá são nobres; os Kaygang do Rio Grande são nobres. Não podemos ser tratados como pobres. Eu falei isso na ONU outro dia. Nós não somos pobres. O pobre está na periferia de Brasília; o pobre está na periferia de Palmas. Esses são pobres porque não têm onde morar, não têm o que comer. O índio não é pobre, o índio é digno. *(Palmas.)*

Então é preciso que as instituições se lembrem sempre disso quando conversarem com os povos indígenas. E nós também vamos tratar as instituições com a mesma moeda: com dignidade, com respeito e acreditando que o Brasil de 1500 precisa ser retomado na sua soberania inter-racial.

O Dr. Antonio mostrou que o Brasil fala 180 línguas. Qual país fala 180 línguas? Qual país tem 240, 230, 220 povos indígenas? Qual país tem isso? E nós vamos ser vítimas do suicídio? Não havia prevenção, mas agora o sistema estatal tem que acender a luz vermelha ou, no mínimo, a amarela para que não haja uma catástrofe social inadmissível para a modernidade.

Então eu agradeço essa oportunidade de poder conversar, dialogar com os senhores e com as senhoras aqui na Comissão de Direitos Humanos e agradeço também a oportunidade de atenção dos irmãos Karajá, que estão aqui.

Juntos nós vamos construir essa juventude doutora. Muitos jovens estão na universidade, e muitos jovens saíram das universidades e estão desempregados nas aldeias. Então qual é a saída? O índio entra na universidade, faz todos os cursos, mas, na hora de trabalhar, não consegue emprego.

Então são grandes os desafios. E a Funai precisa compreender. A Funai precisa compreender também que o tempo do paternalismo passou. O índio sempre soube o que quis. O problema é que o homem branco falava por ele. Hoje o homem branco pode falar por ele, mas a voz indígena agora tem peso. E nós vamos provar isso na Rio+20, mostrando o que é economia verde, o que é erradicação da pobreza, o que é qualidade de vida, o que é bem viver. Nós vamos juntar mais de mil indígenas na Rio+20. Para isso, inclusive, estamos buscando o apoio da Funasa, do Ministério da Cultura, do Ministério do Esporte e certamente vamos ter o apoio da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Prof. Marcos Terena. O senhor deu uma aula não só para nós aqui, mas para todos aqueles que estão assistindo, neste momento, à TV Senado.

Olha, Marcos, a sua fala aqui, tenho certeza, foi uma aula belíssima para muita gente que talvez possa tê-lo visto falar lá fora, mas não o viram falar com essa tranquilidade para todo o Brasil neste momento, com a sabedoria dos povos indígenas. E eu acho que duas palavras que você disse foram direto na questão da morte dos nossos queridos jovens: a questão da prevenção e da expectativa de vida. Qual é a expectativa que têm esses jovens, que veem o seu povo abandonado, massacrado e ninguém responde?

Para mim foi muito bom ouvi-lo. Tenho certeza de que todos os que o ouviram neste momento nas suas casas bateram palmas para você. Permita que eu bata palma mais uma vez. *(Palmas.)*

Espero que a Presidenta Dilma tenha ouvido essa sua fala aqui, pois esta audiência está sendo transmitida ao vivo para todo o Brasil. Com a linha que você aponta eu concordo. Por que nós temos o ministério do negro,

ajudei na sua formulação, na montagem – chama-se Ministério da Igualdade Racial, mas todo mundo sabe que é o ministério do negro –, temos o ministério das mulheres, mas não podemos ter uma secretaria com *status* de ministério dos povos indígenas? Não vou me meter nisso, porque senão eu me incomodo e sobra para mim. Mas, entre os ministeriáveis, digo que o Prof. Marcos Terena poderia ser o nosso Ministro. Digo entre eles, porque quem vai decidir são os povos indígenas naturalmente. Vocês mesmos diriam isso, se eu desse a oportunidade, que eu não estou dando a vocês a chance de decidir.

Muito bom.

Meus cumprimentos, Marcos. Acho que ficou um pouco de emoção na sala até, com a sua fala tranquila, sem levantar o tom de voz. Falou com a maior tranquilidade e disse: "Nos aguardem na Rio+20. Vocês vão ouvir muito mais sobre o nosso trabalho". Eu fiquei feliz. A sua fala aqui já foi um presente para nós que defendemos os direitos humanos. Tenho certeza de que todos aqui vão ajudar.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Presidente, quero falar só um pouquinho sobre o Marcos.

O Marcos é aviador como eu. Nós nos conhecemos há mais de trinta anos voando.

Tive um acidente na Amazônia e os índios caiapós nos resgataram. Até hoje tenho por eles um apreço incondicional. Além do recurso que destinamos à Secretaria de Saúde Indígena, também destinamos dois veículos: um para a aldeia Cricretum e outro para a aldeia Bororo, do Cacique Bororo. E a cada ano eu quero também destinar alguns benefícios para as demais aldeias. Este ano, inclusive, nós vamos destinar para algumas aldeias do Estado como uma forma de gratidão, de agradecimento. Já coloquei recurso no ano passado para lá, para os Kayapó.

O que eu quero registrar aqui é a liderança do Marcos Terena, além do conhecimento, da tranquilidade que é peculiar aos sábios – quem domina o assunto fala com equilíbrio, de forma suave e parece que entra melhor nos nossos ouvidos, nos de todos os que estão ouvindo, assistindo.

Estivemos com os povos indígenas, Presidente, e o senhor precisava ver a liderança. Os nossos Karajá e os Apinajé são os mais belos povos quando vão às festividades, aos encontros. O Antonio estava lá. O Marcos ali estava demonstrando uma liderança segura perante os povos indígenas do nosso País. Inclusive, tínhamos representantes lá do Estado do Senador Paim, os Kaingang. Foi uma semana de festividades, de confraternização, de muito entrosamento entre várias etnias já citadas ali. Dentre as 180, tinha várias. Se não me engano, tinha quase cinquenta etnias. Aliás, eram 38 etnias. O Ministro Aldo ficou encantado. Foi uma coisa bacana.

Eu sempre digo que, se um dia eu tiver oportunidade de participar de uma audiência com a Presidenta Dilma, em quem votei e a quem apoiei e apoio integralmente no Senado Federal com muito prazer, direi a ela desse modelo, que é para somar, para melhorar, para avançarmos na questão dos povos indígenas, no sentido de melhorar cada vez mais o atendimento, a presença do Governo Federal. Direi a ela que, nessa secretaria com *status* de ministério, nós queremos ver um líder indígena à frente. Para mim, o melhor seria o Marcos, mas, se for outro, ótimo também, assim como é na igualdade racial, como na da mulher, já citadas aqui pelo Marcos e pelo Presidente Paim.

Portanto, o Brasil avançou e nós podemos avançar nessa questão das políticas públicas com relação aos povos indígenas. Nada melhor do que reorganizarmos, reordenarmos esse modelo, tendo à frente um líder indígena, porque esse, sim, tem sentimento; esse, sim, tem conhecimento de causa e, com certeza, vai melhorar e muito a atenção do Governo Federal junto aos povos indígenas do Brasil.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Com essa fala do Senador Vicentinho, nós concluímos os trabalhos desta Mesa.

Peço aos três convidados que retornem à primeira fila. Depois cada um usará a palavra novamente.

Convido para compor a Mesa, de imediato, a Assessora Especial da área de Direitos Humanos, Srª Leonídia Batista Coelho, que substitui aqui o Secretário de Justiça do Estado do Tocantins; convido também Iwraru Karajá, Cacique da aldeia Watau; e convido também o Kohalue Karajá, Coordenador de Assuntos Indígenas da Secretaria de Cidadania e Justiça do Estado do Tocantins. Os três já estão aqui.

Nós vamos, pela mesma ordem, passar de imediato a palavra – por dez minutos prorrogáveis por mais cinco, mas serei tolerante como fui com os outros convidados – à Assessora Especial da Área de Direitos Humanos, Srª Leonídia Batista Coelho.

A SRª LEONÍDIA BATISTA COELHO – Sr. Senador Presidente desta Mesa, o Estado do Tocantins se sente honrado por ter sido convidado para falar sobre uma questão que tem preocupado severamente, seriamente o nosso Estado e o nosso Governador.

Agradecemos ao Senador Vicentinho, pois nos deu oportunidade de tratar desse assunto de uma forma mais concreta e de trazer a atenção do Brasil, da Nação para algo que está beirando o genocídio.

Senhores colegas de Mesa e de trabalho, Kohalue Karajá, o Estado do Tocantins, como todos sabem, é um Estado novo. As questões indígenas, no Estado, estiveram meio fragmentadas durante vários anos. Foram mais cuidadas, em especial, devido às legislações que determinavam que a Secretaria da Educação cuidasse da educação indígena em suas aldeias e também a Fundação Cultural, que hoje está assimilada na Secretaria de Cultura do nosso Estado.

A Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos constituiu-se, em 2003, em Secretaria da Cidadania e Justiça. E a partir de 2006, através de várias demandas dos povos indígenas do Tocantins, constituiu-se uma coordenação indígena, Coordenação dos Povos Indígenas, e, desde então, está à frente dessa coordenação o Kahalue Karajá e outro colega Apinajé, o Evalci.

Ano passado, a nossa Secretaria foi anexada, unida à Secretaria de Segurança Pública. As questões de direitos humanos, devido ao tamanho da nova secretaria, ficaram em suspenso e essa situação redundou na sábia observação do Governador José Wilson Siqueira Campos de que havia necessidade de fazer uma cisão. E essa cisão se deu em 7 de julho de 2011.

Portanto, nossa Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos tem apenas oito meses, Sr. Presidente. E, nesses oito meses de existência, a questão indígena tem sido prioritária, para não dizer o carro-chefe da nossa superintendência de Direitos Humanos. Para se ter uma ideia, de setembro até o mês de fevereiro, foram três ações voltadas para as questões do problema Karajá. Tivemos, em setembro, com o programa chamado Balcão da Cidadania para rever as questões de documentação civil e palestras de incentivo, de valorização cultural daquele povo.

Já em outubro, no mês seguinte, a Secretaria providenciou a ida de palestrantes e do representante daquele povo Karajá para tratar das questões sobre drogas. E, assim que a situação chegou ao ponto de ser discutida nesta Casa, quando soubemos que sete jovens haviam se suicidado em 2011 e, logo no início de janeiro, tivemos mais três casos dramáticos... E sabíamos dessa situação antes de a mídia torná-la pública, porque havia, como eles mesmos dizem, um parente deles entre nós.

Essa preocupação levou o Secretário da Justiça e dos Direitos Humanos anterior, Dr. Djalma Leandro, a imediatamente transformar um grupo de trabalho indígena que já havia em nossa Secretaria em uma força-tarefa para verificar as causas e propor soluções emergenciais.

Senhoras e senhores, as causas não são difíceis de perceber. Elas são históricas. E é inútil falar do abandono, da falta de terra, da perda ou das questões culturais que estão sendo deixadas de lado, que os jovens estão ociosos, sem opções de futuro. Isso está claro.

Falar das soluções também é muito fácil, elas estão postas para todos que quiserem conversar por cinco minutos com um desses representantes: ocupação para esses jovens, valorização deles, melhoria das condições de educação e saúde. Todas essas soluções são também muito fáceis, no entanto o que nos parece difícil, e esse é o motivo da minha vinda em representação do meu Secretário, é que estive lá presente e pude perceber a dificuldade de os técnicos se unirem e fazer as ações acontecerem.

Nós temos realmente dificuldades financeiras, dispomos de poucos técnicos para trabalhar, mas está faltando a boa vontade na ponta. Sabemos que precisamos do apoio desta Casa, sabemos que as nações indígenas precisam do apoio do Brasil como um todo, mas cada um de nós precisa assumir as suas responsabilidades. O Governo do Tocantins e os poucos técnicos que estão trabalhando encaram o assunto com seriedade.

Então nós fizemos um relatório, quando participamos desse grupo que foi montado especialmente para tratar do problema do suicídio, e saímos com duas propostas prontas para apresentar àquele povo: uma de terapia comunitária, unindo a família para resolver os problemas, fazendo com que a comunidade encontrasse as suas soluções e nos comunicasse, para que pudéssemos trabalhar em prol dela.

Uma segunda proposta era a Caravana da Juventude. Estudantes indígenas universitários conversando com esses jovens, promovendo o debate e o diálogo interdirecional. E essas duas propostas estão se efetivando.

Além disso, naquele debate, muito foi dito que eles não desejam mais levantamentos, mapeamentos, reuniões. Eles não precisam mais disso. Eles querem se sentir atendidos.

Lá estavam representadas quatro secretarias do Estado do Tocantins.

Proposta da Secretaria da Educação: capacitação melhorada para os professores indígenas; professor contratado pela Secretaria de Educação para trabalhar as questões de esporte, de educação física. A Secretaria de Educação já sinalizou: vamos cumprir com todas as propostas que foram colocadas naquele dia.

Proposta da Secretaria da Juventude: levar jogos, gincanas, valorizar as atividades esportivas de canoagem e pesca. A Secretaria da Juventude, agora, de 23 a 25, já estará lá com essas ações para serem desenvolvidas, inicialmente, na Santa Isabel do Morro, para depois estender-se não só às aldeias da Ilha do

Bananal, mas também a todas as outras aldeias dos outros sete povos.

Proposta da Caravana da Juventude: a Secretaria da Justiça dos Direitos Humanos, em parceria com esses estudantes universitários, estará lá, agora, a partir do dia 17, fazendo teatro, gincanas, diálogo intergeracional.

Então, Sr. Presidente e caros companheiros de Mesa e ouvintes, estamos fazendo o que nos é determinado. Estamos empenhados. O Governador Siqueira Campos, quando assumiu esse período governamental, disse que ia cuidar do povo dele. Os técnicos dele e o Secretário da Justiça e dos Direitos Humanos têm esse compromisso também de cuidar do povo. Não interessa se ele é indígena, se ele é negro, ou não negro, ou não índio. Ele vai chegar ao mais humilde, ao mais distante que ele puder chegar.

Eu agradeço aqui a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito Bem. Esta foi a Srª Leonídia Batista Coelho, Assessora Especial da Área de Direitos Humanos, que aqui substituiu o Secretário de Justiça do Estado do Tocantins, Leomar dos Santos Farias.

Senador Vicentinho com a palavra.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Sr. Presidente, só para registrar que a fala da Drª Leonídia Coelho é mais prática, com mais ênfase. É importante ressaltar que o nosso governo, o governo de que faço parte, o governo de Estado, o governo Siqueira Campos, ele desmembrou a Secretaria de Segurança e criou a Secretaria de Cidadania e Direitos Humanos, que cuida de várias atividades. Nós temos hoje uma diretoria que cuida dos povos indígenas, outra que cuida dos quilombolas. Enfim, hoje, já começa a avançar neste sentido de atenção a esses povos.

Pedi pela ordem, Sr. Presidente, porque acaba de chegar aqui a notícia do falecimento de um grande amigo meu, José Iramar, em Porto Nacional, minha cidade. José Iramar é um portuense, um tocantinense, um brasileiro que foi um grande ativista na área cultural, responsável pela retomada do movimento teatral na nossa cidade de Porto Nacional. Integrou o grupo de teatro Renascimento, um dos mais importantes grupos teatrais no norte goiano, na época, na década de 80. Foi incentivador e fundador do grupo teatral Chama Viva, um grupo cultural da companhia de teatro do Tocantins; fundador e coordenador estadual do Gruconto, grupo de consciência negra do Tocantins, e principal articulador e idealizador da via sacra, agora, inclusive, na Semana Santa, da primeira encenação de rua, a céu aberto, realizada no Estado, para contar a saga de Jesus Cristo.

Portanto, aproveito esta audiência pública, não podendo estar na minha cidade, em Porto Nacional, para ali homenageá-lo com a nossa ida lá, para registrar a importância do Iramar, que faleceu de câncer.

Solicito a V. Exª, Sr. Presidente, que encaminhe aos familiares, a sua esposa, a professora Luciana Pereira de Souza, e aos quatro filhos, Marília, Jonas e Gabriel, a nossas condolências pela Comissão de Direitos Humanos.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Assim o faremos. V. Exª será atendido na forma regimental. Provavelmente, eu assinarei com V. Exª, inclusive, um voto de pesar no plenário, para que o Senado também se posicione.

De imediato, passo a palavra ao cacique Iwraru Karajá.

O SR. IWRARU KARAJÁ – Em primeiro lugar, quero agradecer a Deus. Em segundo lugar, agradeço ao Sr. Presidente, Sr. Senador, e aos outros. Agradeço muito porque vocês se preocuparam com a vida dos Inans. O que está acontecendo lá na nossa aldeia e o que pode acontecer?

Quero contar uma pequena história. Antigamente, o povo Inan vivia no fundo da água. Vivia. Lá eles dançavam, cantavam. As mulheres cuidavam das crianças, da casa. Era assim. Era alegre. Os homens caçavam, e pescavam e dançavam e pintavam com jenipapo. Era assim a convivência dos Inans. Um dia, algum primo nosso estava passeando e, de repente, encontrou uma porta de saída. Ele saiu lá para fora. Aí ele andou em cima da terra. Encontrou fruta, pequi, mel, e ele voltou. Aí ele fez reunião lá dentro, lá no fundo da água, e eles resolveram sair para fora. E saíram para fora. Tinha uma família que era igual a mim, era barrigudo. A porta de saída era muito estreita, não conseguiu passar para cá. E os outros saíram para cá. E, com certeza, esse meu irmão está vivendo feliz, está vivendo bem.

E assim é que Karajá começou a viver aqui em cima da terra, Inan. Homem caçava, pescava, fazia roça. Mulheres cuidam das crianças e cuidam das casas.

E assim, realmente, Marcos Terena falou certo: índio não é pobre. Vivia feliz. Aí, de repente, chegou um costume diferente no nosso meio, comida diferente, bebida diferente chegou ao nosso meio, agora. Bebida diferente. Por exemplo, bebidas alcoólicas. Antigamente, o povo não tomava bebidas alcoólicas. E alterava a cabeça. Altera a cabeça dos Inans. Chegou maconha no nosso meio. O que é maconha? Antigamente, eu, por exemplo, não sabia o que era maconha. Eu nunca usei, talvez nunca vá usar.

Chega a gasolina. Antigamente não tinha gasolina. A gente atravessava o Araguaia de canoa e remo.

Como o Marcos falou, cantava e com muita alegria. Não tinha gasolina. E hoje as crianças estão usando diferente: cheirando gasolina. E cola? Não tinha cola. Eu sei que cola é para colar alguma coisa, sapato. Hoje, o adolescente está usando para cheirar cola. Não sei para quê.

Então, é assim e não tem controle. Não tem controle a entrada de droga na aldeia. Bebida alcoólica entra na aldeia e não tem controle, entra à vontade.

Olha aqui, nossa aldeia, realmente, está sendo dominada pelas drogas, pelas bebidas alcoólicas. É muito triste. É muito triste. Nossa cultura, por exemplo, está ficando muita fraca: aruanã, pintura, hetohoky, está ficando fraco. Agora, eu não sei por quê.

Então, eu, como líder Karajá, fico muito triste. Onde tem alegria é muito difícil acontecer suicídio. Na minha época não tinha. A gente brincava, lutava, dançava, pescava, caçava, e hoje não sei o que está acontecendo. Eu, realmente, não sei. Não sei mesmo o que está acontecendo. Só jovens de 16 anos, 14, 17... Na minha época não tinha.

Então, agradeço a vocês, que se preocupam com nossos adolescentes, e também ao Governador Siqueira Campos, que mandou a equipe dele. Eu agradeço muito também ao Senador Vicentinho, que está fazendo uma manifestação muito grande aqui no Senado Federal. E não tinha isso. Porque vocês estão preocupados com nossos jovens. Não parar por aqui, mas conversar com Funai, Ministério da Saúde e, assim, podem ajudar nossos jovens.

Alguns anos atrás, Srs. Senadores, quando eu era criança, tinha uma guarda indígena. Não sei se era polícia indígena, não sei. Cada etnia tinha polícia. Não sei se era a guarda, não sei. Tinha. E, na época, vetava a entrada de bebidas alcoólicas. Dificultou bem. Quando eu era criança, quase não tinha bebida alcoólica no nosso meio, quando eu tinha mais ou menos dez, nove anos de idade. Não sei qual governo criou isso. Não sei por que parou também. Não sei.

Tem uma liderança javaé que era uma liderança muito forte. O grupo dele tinha mais ou menos seis pessoas. Levava seu povo de caminhão lá para uma cidade que se chama Formoso do Araguaia. Então, o povo comprava. Quando o carro voltava para a aldeia, parava no meio da estrada com a equipe dele. Ele vistoriava a caixa. Quando encontrava bebidas alcoólicas, arrebentava tudo. A palavra final dele era assim: agora, mulheres, vocês vão dormir tranquilas. Os homens podem brigar comigo.

E era assim. E o povo dele era trabalhador. Fazia roça. Tinha gado, mais ou menos duas mil cabeças de gado. Depois da morte dele, o que aconteceu? Acabou gado, tem comércio de bebidas alcoólicas dentro da aldeia. Acabou.

Senadores, por que não se pode fazer uma lei, ajudar pelo menos a criar uma guarda ou uma segurança, evitar a entrada de drogas? Evitar.

E, hoje, parece que colocou quatro. Hoje está bom demais. Cinco. Silêncio. As mulheres acharam bom, as crianças, principalmente os velhos acharam bom, estão dormindo bem. Ontem, por exemplo, eles capinaram para fazer uma festa de Hetohoky. Inclusive os senhores Senadores estão convidados, pelo menos verbalmente, para participarem de nossa festa, no dia 30, neste final do mês. Todos vocês estão convidados para a nossa festa.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – É final de semana?

O SR. IWRARU KARAJÁ – Final do mês.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – E de semana também?

O SR. IWRARU KARAJÁ – Eu não sei. Só sei que é dia 30.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Nós vamos lá.

O SR. IWRARU KARAJÁ – O Sr. Está convidado. Então, olha. Antigamente, quando tinha muita bebida, às vezes cacique falava ninguém respeitava palavra de cacique. Hoje, o povo está começando a trabalhar. É ótima ideia. Tem que se lutar para criar, sei lá, uma guarda florestal. Criando isso, vai aproveitar também para fiscalizar a Ilha do Bananal. Estrada, por exemplo.

Aqui , alguém falou a respeito de estrada. Só uma pessoa, não? Eu entendi mais ou menos assim. Só que é o seguinte: liderança dele, do Bananal, assinou o pedido, todas as lideranças, cacique javaé. Foi mais ou menos seis anos atrás. Só que a gente está buscando, está buscando...

O único cacique que não assinou foi um cacique do meio da ilha. O resto todo assinou, favorável a estradas na Ilha do Bananal, para facilitar nosso acesso mais.

Eu não quero falar sobre estrada. A gente está falando dos suicídios. Estou falando da guarda. De repente vocês, Senadores, criam uma lei ou uma segurança indígena, que vai servir para isto: fiscalizar estrada e entrada da droga, das bebidas alcoólicas. Isso está funcionando. Tem mais ou menos dez dias está funcionando bem. As mulheres estão dormindo bem. Talvez, a droga está fazendo a cabeça dos nossos homens. Antigamente, na minha época, não tinha.

Então, quero que vocês abracem isso aí. E muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pois não. Já vou passar para o Senador Vicentinho. Só complementar aqui a fala do cacique Iwraru Karajá, de forma bem objetiva, demonstrando as suas preocupações, como era antes e como é hoje, a partir do momento que as drogas lícitas e ilícitas passaram a entrar na aldeia.

Senador Vicentinho.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Sr. Presidente, estou atento só à questão dos suicídios, que é o tema central, e eu não vou procurar sair desse tema.

Pelo que entendi, só para ficar claro, Iwraru, na sua impressão, o problema maior com relação ao suicídio de jovens está relacionado ao álcool, às drogas. Na sua visão, há uma necessidade urgente de termos uma segurança para essa entrada das drogas. É isso? O básico. Ou tem mais algum outro item? Porque é importante você colocar tudo o que você pensa, tudo que você acha, para que a gente procure, ao final, com certeza o Presidente Paim, como Presidente da nossa Comissão, encaminhar esta audiência pública à Presidenta Dilma, com todas as falas. Então, portanto, se tiver mais algum tema que você queira colocar, é importante. Nós entendemos: drogas, alcoolismo e a necessidade de um modelo de segurança, não é?

O SR. IWRARU KARAJÁ – É, fortalecer segurança, principalmente, para evitar a entrada de bebidas alcoólicas e drogas.

Mas tem outra. Por exemplo, esportes, o secretário falou. Realmente, a gente tem de fortalecer, amadurecer essa ideia de criar um esporte dentro da aldeia, por exemplo, ensinar os jovens a jogar flecha, a jogar bola, e outras atividades do esporte. Realmente, é tentar ocupar a cabeça dos nossos jovens. Ajuda muito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Continuando a nossa audiência pública, passamos a palavra, neste momento, ao último convidado. Depois, vamos aos encaminhamentos finais com a fala, inclusive, daqueles que já usaram a palavra.

Kohalue Karajá, coordenador de assuntos indígenas da Secretaria de Cidadania e Justiça do Estado de Tocantins.

O SR. KOHALUE KARAJÁ – Bom dia a todos e a todas. Eu gostaria de agradecer à Presidência da Mesa, ao Senador Paim e ao Senador Vicentinho, pela iniciativa de convocar esta audiência pública; cumprimentar a colega de trabalho, a professora Leonídia, e o vereador nosso, o Iwraru, que é meu primo, inclusive.

Como a própria professora Leonídia colocou, sou coordenador dos povos indígenas do Tocantins. A coordenadoria indígena foi consolidada de acordo com a própria reivindicação indígena de Tocantins naquela época e foi efetivada agora, no ano passado, com a gestão do Siqueira Campos. A gente agradece muito por isso, por esse espaço que foi cedido para nós.

Desde então, eu, como indígena, sinto na pele o sofrimento do meu povo, que chegou a esse ponto agora. A questão de saúde, não só na área indígena, mas também a saúde pública é realmente um problema muito sério, não só indígena, mas em geral. Mas o que realmente preocupa é essa questão de suicídios sucessivos que realmente vêm acontecendo desde 2011. Gostaria de focar mais nessa área, para que todos possam também conhecer.

Eu não quero acusar, tanto a DSEI quanto a Funai. Realmente houve essa falha. Deveria ter evitado. Já que aconteceu em 2012, por que não houve o trabalho no sentido de evitar? Não aconteceu isso. Somente em 2012 é que houve essa... parece que todo mundo quer ajudar agora. Partiu essa iniciativa da Secretaria de Direitos Humanos. Nós formamos equipe setorial, descemos até a Ilha do Bananal, para averiguar, mapear, diagnosticar o que realmente estava acontecendo com meus parentes lá. O que foi constatado é que, realmente, existe problema de álcool e drogas.

A questão mais séria mesmo, realmente, que muita gente entre vocês não acredita, é a questão de feitiçaria, que é questão cultural. Existe. No entanto, ainda bem que o Dr. Antônio, com sua equipe lá do DSEI-Araguaia, conseguiram trazer pajé lá do Alto Xingu, três mulheres indígenas. Eu acredito que realmente acontece, assim como acontece aqui no meio da sociedade, que se chama macumba. Então, é issso que aconteceu lá.

Para vocês terem noção, acreditar mesmo, depois que as indígenas vieram do Xingu e fizeram pajelança, conseguiram localizar onde estava enterrado o feitiço. Foi localizado, e mostrou-se ainda para quem estava lá presente: formato de boneca de cera, uma corda no pescoço. Então, realmente, isso indica que acontecia isso.

Hoje, se a gente analisar, olhando para lá, estivemos lá mais ou menos do dia 3 ao dia 17, no mês de fevereiro, parou. Houve tentativa de suicídio, mas não chegou a se consumar. Foram salvos dois jovens, um de Aldeia Fontoura e um de Santa Isabel.

Com essa preocupação, tivemos que procurar o Ministério Público de Mato Grosso, a Drª Maria, promotora. Inclusive a nossa colega, a Graça, participou da reunião lá ocasião.

Os nossos parentes estavam tão atribulados com os problemas, com as preocupações, sem saber o que fazer. Eu, sinceramente, chorei. Dos últimos jovens que

morreram, um era o filho do meu primo, e eu chorei, na frente da minha diretora, bem na sala dela.

Então, é muito triste isso, perder nossos jovens. Só de janeiro para fevereiro, foram cinco. Parecia que tinha bomba lá.

Então, em função disso, hoje, o Ministério Público de Mato Grosso... Ela foi de porta em porta do comércio, colocando cartazes juntamente com o Pastor Jam, que representa a Funai. Eles colocaram cartazes: é proibida a venda de bebida alcoólica para o índio, pela Lei 6.0073, e tal. De fato, esta lei está ultrapassada, realmente. Mas eu acho que, de qualquer forma, valeu. Hoje está sendo policiada, a polícia está lá, fiscalizando, pegando. E nisso, as próprias lideranças indígenas tiveram essa ideia, Senadores. Eles adotaram a Lei Seca. Eles mesmos criaram, colocaram cinco jovens de cada aldeia. No momento, está funcionando a Aldeia Fontoura e Santa Isabel. Começou dia 20 e, até agora, se vocês veem lá a nossa aldeia, ela parou. Não existe mais bebida alcoólica. Alguns conseguem, não sei como. Mas está parado lá.

Ontem à noite, eu liguei lá para a aldeia, falei com o meu irmão, à tardezinha, e aí eu tive essa notícia boa, uma notícia legal: estão em festejo, preparando dança de Aruanã, agora. Nossa, eu fiquei muito feliz com isso. Quer dizer, a aldeia voltou a ser como era antes, voltou a paz.

Então é isso, Srs. Senadores. Eu gostaria de pedir apoio no sentido de estar levando projetos sociais. São jovens que estão se formando, jovens que estão na universidade, estão saindo da universidade e, de repente, alguns não conseguem arrumar emprego.

Precisamos levar alguma coisa, alguma ação afirmativa, para que esses menininhos também pudessem se ocupar. O pessoal cobra muito, principalmente esportes, modalidades de esporte. Construção de quadra poliesportiva para eles, para que se ocupem. Pediram também a questão da distância, o ensino a distância. Porque tem muita gente que não pode sair porque tem família. Então, tem que instalar o ensino a distância. Hoje, a aldeia tem energia, a escola estadual tem ensino médio e tudo, e poderia pensar nisso.

Então, de acordo com o pedido deles, Senador Paim, eles pediram para eu elaborar um projeto, e o nosso projeto se chama Guardião do Povo Karajá.

É porque os meninos que estão lá estão trabalhando como voluntários. A associação indígena, quando recebe dinheiro, passa para eles, para ajuda de custo deles. Eles têm que receber alguma coisa em troca disso.

Pensando nisso, eu trouxe o projeto – está lá na minha bolsa, eu não trouxe o celular. Depois eu vou passar...

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Nós encaminhamos ao Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

O SR. KOHALUE KARAJÁ – Encaminhamos ao Presidente.

No sentido de conseguir algum recurso que pudesse passar para a associação, para que a associação pudesse custear pelo menos esse trabalho aí. Porque, de acordo com o que o meu primo falou agora, tem que criar modelo de segurança. A aldeia, realmente, fica aberta, qualquer pessoa pode entrar. Lá, na Aldeia Santa Isabel, entra homem branco, para pescar, caçar, apesar de a Funai ter se esforçado para fiscalizar. Mas a Ilha do Bananal é grande. Não só a Ilha do Bananal, mas é questão territorial indígena, em nível nacional.

Então, eu acho que os senhores que têm autoridade deveriam pensar nisso, em criar...

Acho que é isso.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Esse foi o Kohalue Karajá, Coordenador de Assuntos Indígenas da Secretaria de Cidadania e Justiça do Estado de Tocantins.

O que a gente pode fazer, Senador Vicentinho, nós aqui temos a emenda de comissão, nós nos comprometemos aqui, de pronto... A gente sempre destina a emenda de comissão para aqueles que fazem mais movimento via Senadores. Temos seu aval, aqui para mim, para relatar a emenda da Comissão de Orçamento... Noto que há dez Senadores que fizeram o mesmo pedido, noto que outro pedido já veio de um Senador, e a tendência é atender o maior número de solicitações dos Senadores. O que ambos podemos fazer é um compromisso de procurar os outros Senadores para que façamos uma emenda decente para a questão dos povos indígenas. *(Palmas.)* Fazer uma emenda – como se chama – de escopo, de corpo para a questão indígena nacional, naturalmente para que haja o compromisso com essa realidade. O Senador Vicentinho pode trabalhar nesse sentido.

Muito bem, vamos às considerações finais dos nossos convidados, e daí retomamos a primeira Mesa.

Passo a palavra ao Antonio Alves de Souza, Secretário Especial da Saúde Indígena do Ministério da Saúde. Seriam cinco minutos.

O SR. ANTONIO ALVES DE SOUZA – Obrigado, Senador Paim.

Eu queria só ressaltar que, quando tomamos conhecimento, a partir de outubro do ano passado, desse episódio, nós já encaminhamos uma equipe para lá, uma equipe, de Brasília, da Sesai, que foi constituída

de um psicólogo, um antropólogo e dois antropólogos especialistas em Karajá – então, já identificando, porque já começava em outubro de 2011. Esse trabalho de levantamento desse diagnóstico vem sendo feito, e as nossas equipes continuam hoje. Temos lá seis psicólogos e dois antropólogos, tentando entender essa situação, que não é tão simples. O álcool pode ser um fator que contribui, assim como a droga, mas existem algumas questões internas – por exemplo, essa separação entre os jovens e os anciãos, a questão da televisão, da própria escola – que têm contribuído para esse "o que fazer?", que é a ociosidade.

Eu estava conversando, na Mesa, com o Senador Vicentinho e com o Paulo Paim também, para a gente tentar levar esse debate, lá é importante, para o Ministério dos Esportes. Acho que o Segundo Tempo, nessa aldeia, será um fator determinante para dar ocupação a essa juventude que sai da escola e, depois, não tem o que fazer. Eu acho que também o MDA, com a questão da agricultura familiar. Um conjunto de ações que o nosso Governo Federal, com todos os seus órgãos, pode estar levando. Talvez uma visita mais coletiva, nessa data que aqui foi colocada, dia 30, levar o Aldo Rebelo e os demais Ministros, isso seria importante, Senador. E acho que o senhor poderia, Senador Vicentinho, articular isso. A Presidência da República, na Secretaria Geral, também tem essa preocupação. Porque lá vai precisar de uma ação de enfrentamento coletiva: Governo Federal, Governo do Estado e os governos municipais. Porque, da nossa parte, temos o Prof. Adalberto, lá do Ceará, que tem larga experiência em terapia comunitária, que ajuda a própria comunidade. A primeira reunião foi feita, e o Adalberto está disposto a nos ajudar, um convênio nosso com a federal. Um conjunto de ações que poderemos fazer e dali tirarmos o aprendizado para o enfrentamento desse problema para utilizarmos em outros.

Os Tikuna, por exemplo, já temos evidenciado. Lá na questão em Dourados. Sobre Dourados, inclusive, teve uma emenda de um Deputado, que é até médico, que criou dentro da reserva uma belíssima instituição...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Uma academia?

O SR. ANTONIO ALVES DE SOUZA – Não, é uma vila olímpica. Quer dizer, aquilo ali como ação de Governo, como ação de Estado, com certeza, vai reduzir os enforcamentos. Não sei ainda como estão fazendo, mas lá é pelo cadastro do tênis. Então, o jovem fica sem o que fazer. É um confinamento – e aí há o debate da questão da terra, que é fundamental, são 12,5 mil hectares e 12,5 pessoas em um local que não tem... Eu presenciei, na minha visita, o caminhão podando as árvores na cidade, distribuindo os galhos secos na aldeia para que fosse seca aquela madeira, para servir de lenha para a pessoa cozinhar os alimentos das cestas básicas que são oferecidas pelo MDS, que muitas vezes introduzem o macarrão quando ele não tem costume de comer o macarrão, contribuindo para o aparecimento da diabetes, da hipertensão.

Então, acho que a gente poderia utilizar esses eventos que estão ocorrendo, fazer um enfrentamento no sentido de prevenção – e é possível – e tirar isso como modelo para outras áreas do Brasil.

Obrigado pela oportunidade, Senador. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Este foi o Antonio Alves de Souza, Secretário Especial da Saúde Indígena do Ministério da Saúde.

Vou ouvir a consideração de todos, e a nossa intenção é de que o Senador Vicentinho, em seu gabinete, reúna todas as propostas e, em parceria com a Comissão, nós as encaminharemos para as autoridades competentes.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Presidente, pela ordem.

O SR. ANTONIO ALVES DE SOUZA – Presidente, só para aproveitar o exemplo que nos deu o Senador Vicentinho no ano passado, uma emenda de R$ 400 mil. Nós temos 357 polos base, a maioria precisando de reforma. Então, se cada Senador, este ano, destinar uma emenda de R$ 400 mil para a saúde indígena, com certeza estaremos recuperando muitos polos base aí pelo Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O que eu posso assegurar é que, para cada Senador, é difícil, porque eu conheço a matemática da Casa. Mas, se a Comissão de Direitos Humanos aprovar uma emenda de comissão, que pode ser muito mais do que R$ 400 mil, e a emenda, depois, for empenhada efetivamente, nós vamos destinar essa emenda para os povos indígenas.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Muito bem. Na realidade, eu quero parabenizar o Presidente Paim pela sugestão de uma emenda de comissão e também me colocar às ordens do Dr. Antonio, de você e da Funai. Pela primeira vez, vou fazer parte da Comissão de Orçamento, como titular, indicado pelo meu partido. Então, estarei lá atento...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Para defender até essa emenda...

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – (...) e às ordens para trabalharmos, juntos, o Orçamento, agora, este ano. Nós deveremos tomar posse agora em março, o meu partido me indicou. Desde Deputado Federal, eu já tinha vontade de participar, mas não pude. E, agora, como Senador, é a primeira oportuni-

dade que eu estou tendo. Então, vamos trabalhar junto com a Funai e com a Secretaria de Saúde Indígena, para viabilizarmos recursos nesse sentido.

Presidente, encontra-se ali o Samuel. O Samuel não é um pajé silencioso, como disse o Marcos, mas Samuel é um advogado preparado. E ele está solicitando a V. Exª fazer uso da palavra. Acho que seria interessante ouvi-lo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Um pedido do Senador Vicentinho é uma ordem. Então, ele não pediu, ele mandou que eu o convocasse. Você vai ter a palavra ao final. Deixa-me passar a palavra para os que estão ordenados.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Porque, talvez, a fala do Samuel pode contribuir com a Secretaria de Saúde Indígena e com a Funai...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com certeza, vai contribuir.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – (...) e, falando antes, Presidente, talvez fosse melhor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Vicentinho é fogo. Eu já atendi ao pedido dele, o homem vai falar e "não, eu quero que ele fale agora". *(Risos.)*

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – É porque eles vão ouvi-lo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Então, você vai falar agora.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Presidente aqui que mandou, viu? *(Risos.)*

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – É porque, talvez, ele tenha algum assunto...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu sei, eu entendi.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Como eles estão nas considerações finais...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Samuel, está com a palavra.

O SR. SAMUEL KARAJÁ – Em primeiro lugar, quero agradecer a Deus, que está lá em cima, e a este Senado, por este espaço. A gente não poderia ter chegado dessa forma a este Senado, uma situação difícil que a gente viveu, que para nós é doloroso.

Aqui nós estamos em condição de um líder que está lá na aldeia e diretamente falando para o Brasil, através deste espaço que é tão importante, que a sociedade brasileira deve entender que nós existimos e existiremos até mais.

Este espaço aqui se fala muito. Os órgãos que estão lá conosco, questão da saúde, questão da assistência... Nós queremos dirigir a palavra ao Secretário Antonio, pela iniciativa de acolher o que solicitamos: a ida do pajé à aldeia. E isso não faz parte da regra para liberar o recurso. Não faz, porque não reconhece que existe pajé. Tivemos essa dificuldade, mas o Dr. Antonio teve essa liberdade de levar três pajés, que, para nós, lá na aldeia... O que significa que nós estamos morrendo é de feitiço. Isso que está se falando aqui são outras, porque existem vários problemas que estão nos afligindo, as aldeias, que são a bebida alcoólica e droga entrando. Mas o que causou a morte desses meninos, que também são meus filhos, porque tenho menino de 13 anos, que acabou com o futuro, foi esse feitiço. Porém, existe a ausência do Estado brasileiro nas aldeias. Existe a ausência da Funai naquela região. Como o senhor mesmo falou, Senador Vicentinho, o Presidente não está nem preocupado com a questão indígena. A Funai, que fala de reestruturar a Funai, não está presente, está ausente. A Funai é inoperante, insuficiente, incompetente.

Então, tudo isso aí está acontecendo porque a Funai não está presente. Aquilo que o Iwraru está falando, do guarda indígena, é competência da Funai, porque é área indígena, é do Governo Federal. Então, para nós que perdemos menino de 14 anos, que seria o nosso sucessor, de falar com vocês, falar com todo mundo, estão se acabando. Então, graças à iniciativa do Ministério, o Pajé foi e desfez a feitiçaria, que foi mostrada para todo mundo, e agora o resto é a gente trabalhar, o Sesai trabalhar a questão da saúde, a Funai trabalhar a questão de assistência, subsistência, que não está fazendo. Já vai fazer três anos que não há nada com essa reestruturação. Ministério do Esporte, atuando na aldeia, não só ficar no papel. Ministério das Cidades participando, fazendo as casas. Ministério da Ciência e Tecnologia atuando nas áreas. É disso que de precisamos agora, Srs. Senadores.

A gente não precisa falar um monte de coisas que não têm resultado nenhum. Os papéis que são colocados ali são bonitos, mas lá a gente sente a ausência do Estado, do Governo Federal, do governo estadual, do governo municipal. Só somos lembrados no dia da eleição. É o dia em que somos procurados lá na aldeia. Por que estamos falando isso? Porque Sesai está começando agora, é só ela que está segurando para levar os aposentados lá no banco, e está onerando para o Sesai, que é o distrito. E outras partes do Governo, que deveriam estar lá, estão ausentes.

Então, esse é o recado que tenho para dar para todos os que estão nos ouvindo neste momento. É isso. O mesmo coração que bate dentro de cada um de vocês bate em nós, no nosso peito. O sentimento que vocês têm, a dor pelos parentes também nós temos. É isso que falta entre nós.

Aqui falou-se de 180 línguas, e eu falo a minha língua. Eu falo a língua de vocês, e vocês não falam a minha língua. Então, tudo isso aqui deve ser valorizado.

A Dilma, a nossa Presidente, precisar rever a situação da Funai hoje, precisa mudar, porque a Funai era para estar lá, igual a Sesai está lá hoje. A Sesai é a unidade gestora e está lá presente. Só ela esta fazendo trabalho lá. O resto, gostaria que estivessem. Aqui falou-se de vários Ministérios, do dinheiro que está sendo destinado à questão indígena, mas não chega lá.

Então, gostaria de fazer um pedido para esses jovens, Srs. Senadores. A Ilha do Bananal é bonita, grande, meio ambiente bonito. Gostaria de fazer um pedido aqui. Gostaria que, juntos, pensássemos um centro de formação para os jovens dentro da Ilha do Bananal para atender os jovens Javaés e Karajás, para que formemos os nossos técnicos, os nossos indígenas, qualificar, treinar, porque voltar a gente não vai voltar mais, nós estamos é seguindo para frente, nós dominados computadores, nós dominados Internet, tudo. Então, é isto que gostaria de deixar com vocês: que pensássemos um centro de formação ou um centro de treinamento na Ilha do Bananal, para a gente fazer os nossos jovens pensarem mais alto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Muito bem, Samuel. *(Palmas.)*

O Samuel usou da palavra e também, além de fazer uma análise, apresenta propostas concretas para o encaminhamento e a solução da nossa juventude.

Passamos agora, de imediato, a palavra ao Cleso Fernandes de Moraes, Coordenador Regional da Funai em Palmas.

O SR. CLESO FERNANDES DE MORAES – Então, gente, eu digo para vocês com prazer, com satisfação, a Coordenação Regional ter tido a primeira oportunidade de estar aqui fazendo parte de um debate tão delicado como esse, que é o enfrentamento das populações indígenas Karajás.

Quero dizer aos Srs. Senadores, ao Presidente Paulo Paim e ao Senador Vicentinho Alves, com relação a esta iniciativa, que nós também, como a instituição indigenista, estamos debruçados sobre essa questão enfrentada pelos Karajás. Estivemos lá presentes, continuamos presentes. Quero dizer a vocês que hoje somos integrantes de um grupo de trabalho interinstitucional composto da Secretaria dos Direitos Humanos, da Universidade Federal, do Ministério Público Federal, das representações indígenas, contribuindo para que possamos dizer a vocês o que podemos, então, encontrar para que possamos apresentar essas soluções.

Também está sendo constituído um grupo de trabalho interministerial. Está todo mundo debruçado sobre essa questão enfrentada pelos Karajás.

Também essas "n" informações que eu passei para vocês, que foram elencadas, também contribuem para afastar todas essas situações enfrentadas pelos indígenas. São essas iniciativas, esses projetos participativos. Eles vão, sem sombra de dúvida, ocupar o tempo que os indígenas têm em vácuo, vamos dizer assim, porque você acaba esquecendo parte de suas raízes, de suas tradições, por exemplo, como guerreiro. O Karajá, no passado, tinha os guerreiros. Hoje não tem mais guerreiro, mas ficou um espaço que pode ser ocupado também por outras atividades importantes como essa esportiva que é feita, realizada pelo Marcos Terena, uma representação tão importante. Tenho certeza de que ele está sensibilizado para reverter isso a favor das populações indígenas dentro das aldeias.

E nós estamos de toda maneira procurando nos articular não só com o próprio Governo, com o próprio Parlamento, como nós temos emenda já parlamentar aprovada para as populações indígenas, construindo centros poliesportivos, como também procuramos estar juntos com os Estados, reivindicando a manutenção desse bem patrimonial a partir do momento em que ele é repassado para as populações indígenas.

Então, estamos aí empenhados e, com certeza, trabalhando no sentido de poder dar resposta a essas populações indígenas e à sociedade brasileira, que estão nos assistindo neste momento.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Cleso Fernandes de Moraes, Coordenador Regional da Funai.

Agora vamos passar a palavra à Srª Leonídia Batista Coelho, Assessora Especial da Área de Direitos Humanos, que aqui representa o Secretário de Estado do Tocantins.

A SRª LEONÍDIA BATISTA COELHO – É uma grande honra ter falado para esta plenária, para esta Comissão.

Queremos dizer que estamos num processo de diálogo franco, de parceira e que a Secretaria de Educação, a Secretaria de Juventude, a Secretaria de Saúde, a Secretaria de Cultura e a Secretaria de Direitos Humanos do Estado do Tocantins têm no Governador a boa vontade política em fazer, em resolver o problema, não mais ficando a questão no papel. Ações práticas, ações que resolvam, ações que tragam paz para essas comunidades.

Aqui também quero deixar dito que o nosso Secretário foi empossado na última quinta-feira. Então, em virtude dessa tomada de posição ainda, de conhecimento da Secretaria, não pôde se fazer presente. Então, pediu que eu externasse aqui o prazer, a nossa satisfação, a nossa honra em estar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. *(Palmas.)*

Essa foi a Leonídia Batista Coelho, que falou em nome da Secretaria Especial de Direitos Humanos.

Passamos, de imediato, a palavra ao cacique Iwraru Karajá.

O SR. IWRARU KARAJÁ – Quero falar aqui que seja bem-vinda cada opinião, cada preocupação. E juntando essa idéia, que vai ajudar muitos povos, porque cada força que é bem-vinda para o nosso povo, para o nosso jovem, para salvar e ajudar, como o esporte, como a educação, como a saúde, Funai.

Nossa, Sr. Presidente, eu agradeço muito. Não sei como vou agradecer, ao Senador Vicentinho também, o espaço grande que os senhores estão dando.

E acho que também poderia haver uma audiência mais ou menos lá na aldeia, conversando com lideranças, com caciques, explicar, ver o que eles vão falar da Funai, o que eles vão falar de saúde, porque eu não vou falar do que a Funai faz, qual o trabalho, o que a Funasa faz. Quem vai falar para vocês são as lideranças, são caciques, são mulheres. Eles é que vão falar com vocês. E vocês estão fazendo o papel. Estão mostrando para o Brasil o que é estar preocupado. Esse é o meu agradecimento. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Cacique Iwraru Karajá, com as suas considerações finais, falando da importância desta audiência pública e de todos os encaminhamentos.

Passamos a palavra agora ao Coordenador dos Assuntos Indígenas da Secretaria de Justiça e Cidadania do Estado de Tocantins, Kohalue Karajá.

Por fim, para encerrar a fala, o Professor Marcos Terena e o Vicentinho Alves, para as considerações finais.

O SR. KOHALUE KARAJÁ – Nas minhas considerações finais, eu pediria aos Srs. Senadores contemplarem com recursos financeiros para apoiar projetos indígenas não só para o povo Karajá, mas em nome de todo povo indígena do Brasil.

É só esse o meu pedido. Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Kohalue Karajá, que aqui pede que haja uma visão global para toda a realidade dos povos indígenas.

Por fim, para encerrar os convidados, eu fiz de propósito – não digo que não –, fiz questão de deixar com que o professor da Cátedra Indígena Internacional Marcos Terena faça as suas considerações finais em nome de todos os candidatos.

O SR. MARCOS TERENA – Obrigado por essa distinção dos Srs. Senadores e de todos aqui presentes. Eu, com base na opinião dos três líderes Karajá, me proponho, inclusive, junto com os Senadores, a buscar uma conversa com o Ministro do Esporte para viabilizarmos ainda este ano o chamado PELC, que é o Programa Esporte e Lazer na Cidade, já que o Ministério do Esporte já tem uma ação com os índios da nação Uai Uai, fronteira com a Guiana Inglesa e também com o Xavante – inclusive, esta semana eles estarão lá terminando esse projeto – e com a própria nação Terena.

Então, creio que há possibilidade de ainda este ano fazermos o PELC Indígena Karajá, da Ilha do Bananal, e Javaé.

Eu queria estimular todas as autoridades aqui presentes para esse convite que o Iwraru fez sobre o dia intercultural com o Estado brasileiro por ocasião do Hetohoky, que vai haver lá no final de semana do dia 30. É um evento tradicional, entre o velho e o novo. É chamado rito de passagem dos Karajás, que é muito importante para a identidade desse povo. Creio que seria uma oportunidade, como disse o Iwraru, de os indígenas de lá perceberem que há autoridades constituídas preocupadas com ele também.

Sempre ajudei a promover o Kwarup. É parecido, mas é diferente. Mas o Kwarup aparece mais. É a festa tradicional dos Karajás na Ilha do Bananal. Certamente, Iwraru, vai haver peixe lá para o pessoal comer. Vocês vão pescar. Não vai faltar. O Senador Paim vai comer churrasco.

Por último, eu queria pessoalmente agradecer todos esses elogios que foram feitos à minha pessoa. Eu cheguei aqui em 1977, como disse, 1976, eu cheguei para ser piloto da Varig aqui em Brasília. Eu vim com a missão de ser piloto de voo internacional. Não deu certo esse meu sonho, e acabei virando piloto de selva, igual ao Senador Vicentinho. Por isso, eu conheço todo o Brasil. Conheço todas as pistas clandestinas.

Agora, o Senador Vicentinho, inclusive, é Relator do tema da aviação no Brasil. Já conversamos sobre as pistas e a valorização do piloto da selva, as pistas chamadas clandestinas hoje, mas são pistas que eram importantes de apoio aéreo, e só o piloto de selva sabia onde descer se houvesse uma pane, tanto que ele caiu perto de uma aldeia e foi salvo pelos Kayapó ali da região de Tucumã, sul do Pará.

Então, eu queria agradecer. Tudo isso, para mim, são elogios fortes. Eu sempre falei que eu nunca ganhei prêmio cultural, premio desportivo, nunca fui condecorado. Mas todas as vezes em que há jogos dos povos indígenas, os irmãos entregam para mim, para o meu irmão Carlos Terena, que é meu irmão de sangue, um cocar, uma flecha, um colar, que são prêmios valiosos, porque são prêmios pelos quais não precisamos concorrer. São distinções, são considerações que a gente

tem no seio das comunidades indígenas, principalmente na questão do trabalho pela demarcação das terras.

Então, eu queria dizer que eu nunca fiz nada para ganhar a confiança das pessoas, mas, sim, dos povos indígenas. Nunca menti para um cacique, nunca menti para um líder. Sempre fui verdadeiro. Já levei muita bronca de cacique, mas também já dei muitas broncas, porque essa é a relação sincera entre um índio líder e outro líder também. Então, esse tipo de honradez eu acredito que conquistei nestes 30 anos, junto com Juruna, com Tutu Pombo, junto com o irmão do Iwraru, o Idjarruri. São pessoas que já passaram. Mas também junto com Raoni, que ainda está vivo, com Aritana, como o Aniceto Xavante, que está com diabetes, inclusive hoje.

Então, eu fico orgulhoso de ter podido viver esse tipo de vida e agradeço esse apoio que eu creio ser um apoio sincero sobre o trabalho que procurei fazer.

Eu queria dizer também que nada disso que a gente procurou fazer não teria sentido sem as bênçãos do grande Criador. Você pode ver que os três Karajás que começaram a dizer "agradeço a Deus, o Criador".

Eu falei uma vez ao Fernando Henrique Cardoso, porque ele é ateu. Eu falei: "o senhor, sociólogo, não deveria ser ateu, porque a sua esposa trabalha com os povos indígenas, e não existe índio ateu". Ele disse: "puxa, você sabe que isso pode virar uma tese". O índio nunca pedia coisa para Deus. Ele só agradecia. Ele tinha tudo. Agora, ensinaram a ele a pedir. Então, o índio sempre ensinou a agradecer tudo.

Eu queria terminar, tomando a liberdade de ler uma frase de um livro que vou entregar ao senhor, também inspirado nos jogos dos povos indígenas, mas vou ter que usar o olho do homem branco.

Como mensagem a todos que aqui estiveram, que nos ouviram, que nos assistiram: "que acima de tudo, possamos afirmar nossos princípios, reverenciar e praticar os ensinamentos dos nossos ancestrais, valorizando as nossas raízes tradicionais, espirituais e culturais, fortalecendo-nos, cada vez mais, nas nossas verdades, como povos originais e autênticos do Brasil".

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Esse foi o Marcos Terena, professor da Cátedra Indígena Internacional, que nos brindou a todos com essa leitura que chama todos nós à reflexão.

Obrigado, Marcos Terena. Não é a primeira vez que você vem à Comissão. É sempre um orgulho para todos nós. E, cada vez que você vem aqui, você nos surpreende. E como é bom isso. Mostra o preparo, enfim.

Senador Vicentinho Alves, autor do requerimento desta reunião, para suas considerações finais. Ele vai falar em nome desta Comissão e do Senado para encerramento desta audiência pública.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – O que é isso, Presidente? É muita honra para mim. Mas vou iniciar agradecendo a presença de Antonio Alves, pelo Ministério da Saúde; da Fabiana, Coordenadora Geral pela Promoção aos Direitos Sociais da FUNAI. Quero agradecer ao Cleso, Coordenador Regional da Funai do nosso Estado. Quero agradecer ao Marcos Terena, professor de Cátedra Indígena Internacional.

Gostaria muito, Marcos, que as pessoas, que a Funai, que o Governo Federal o ouvisse mais, porque você é um grande brasileiro, um grande líder dos povos indígenas e um grande conhecedor dessa área.

Agradeço também ao Kohalue Karajá, Coordenador de Assuntos Indígenas da Secretaria de Estado da Justiça de Tocantins.

Agradeço ao Ivan, que não veio. O Ivan não veio. Ao Iwraru e ao Samuel.

Agradeço ao Governador Siqueira Campos, que, atendendo às nossas reivindicações, desmembrou, como disse aqui, a Secretaria de Segurança Pública e criou lá no nosso Estado a Secretaria de Direitos Humanos com essas coordenações que espero entrosadas com a saúde indígena e com a Funai, para que a gente possa efetivamente avançar no atendimento.

Presidente, no dia 30 de março, nós vamos ter esse evento intercultural que é o Hetohoky. Já estamos tendo o Aruanã. Inclusive a festividade de Aruanã faz parte de um poema. Eu espero ainda me lembrar desse poema, pois o recitei aos meus dez anos de idade, na minha cidade de Porto Nacional, tida como a capital cultural do então norte goiano e berço da luta libertária pela criação do Tocantins.

Portanto, no dia 30 de março, nós vamos convidar Iwraru, membros do Ministério das Cidades, do MDA, do Esporte, da Funai, da Saúde e membros propriamente do Ministério da Justiça para tratarmos lá de segurança com relação a um modelo que poderá servir ao Brasil como um todo. Aqui nós não fizemos críticas. Aqui nós fizemos questionamentos, discutimos. Isso é bom, até para detectarmos os problemas e procurarmos o caminho para solução. Portanto, lá também não vai ser diferente: questionamentos, sugestões, ouvindo ainda mais os demais líderes no sentido de que a gente encontre rapidamente uma solução para esse tipo de problema.

Ao Marcos. Muito obrigado, Marcos, pela sua contribuição. Estaremos juntos e todos convidados para a solenidade – Congresso, Câmara e Senado – em homenagem ao Dia do Índio e, no dia seguinte, estaremos aqui, já foi aprovado, sob a batuta do Presidente Paulo Paim, na audiência pública em que vamos tratar da Rio+20.

Os povos indígenas têm muito a contribuir. Hoje nós devemos ter levado para mais de 10 milhões de brasileiros este problema de suicídio dos nossos jovens Karajás e em muitas outras aldeias do País. Espero que os que nos assistiram – e vejo aqui algumas jovens que participam – acionem as redes sociais a fim de que mobilizemos o Governo Federal, as instituições ligadas a estudos para que encontremos efetivamente uma solução rápida porque, se não, teremos outro encontro como este, em cima de planejamentos, e com mais jovens índios mortos, o que não queremos, nem o Governo Federal com os seus órgãos. Precisamos de solução rápida para isso; precisamos que todas essas sugestões cheguem de forma muito rápida.

Minha modesta contribuição como Senador da República procurarei dar. Inclusive, na Comissão de Orçamento, já disse e reafirmo, este ano serei membro titular, serei uma voz dos povos indígenas lá dentro para trabalharmos junto com os órgãos ligados diretamente no sentido de viabilizarmos. Além do recurso da emenda de comissão que vai passar por lá, espero estar dando minha modesta contribuição para dar muitas alegrias a vocês. Farei isso de forma muito verdadeira.

Antes de finalizar, eu quero fazer uma pergunta.

Antonio, quando fui relator daquela CPI – está um pouquinho fora do assunto do suicídio, mas é com relação à saúde –, nós detectamos muitas crianças que nasciam com a cabeça grande. É hidrocefalia? É o nome correto? O senhor é médico, eu sou aviador. Aquele problema foi solucionado lá? Porque eram muitos, vimos muitos lá.

O SR. ANTONIO ALVES DE SOUZA – É. Muitas das crianças que sobreviveram estão conosco nas Casaes, que, embora não tenham essa função, acabam absorvendo. Geralmente, isso é ligado a algum problema neurológico, mas hoje já está bem melhor.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Que bom, que bom. Isso é muito bom, porque me parece que, dentro daquela cultura, para criança com problema, o destino é a morte. Eles matavam, não é? Estava em discussão tudo isso.

Então, Presidente, quero agradecer esta costumeira solidariedade de V. Exª, aqui especificamente com os povos indígenas, e, aqui, vou tentar homenagear os nossos Karajás que vivem às margens do rio Araguaia. Aviador gosta de três coisas: gosta dos povos indígenas, aviador da Amazônia, todos eles; gostam das hidrovias, porque eles voam sobre os rios da Amazônia, e gostam da própria aviação, além de todo aviador ser um pouco poeta, ser metido a poeta.

O SR PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Gosto dessa frase. Todo poeta é metido.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Metido a ser poeta. Então, quando ainda com os meus dez anos, lá em Porto Nacional, a Madre Norbertina me chamou lá na frente e falou: "Agora o Vicentinho, aluno do quarto ano primário – era alguma coisa assim –, filho do Comandante Vicentão – meu pai era aviador –, vai declamar uma poesia em homenagem ao Dia do Índio, aos índios. Havia muitos Karajás e muitos Javaés.

Eu fui lá na frente, enchi o peito e disse assim:

"Meu Araguaia de quantas belezas
Em suas praias de brancas areias
A noite é linda, o luar banhado
Aruanã dos Karajás nas aldeias.
Ó rio cheio de encanto que banha a minha terra
Orgulho de minha alma, em teu olhar garboso encerra
Quero que no seu banzeiro vão meu sofrer e minha dor
Meu Araguaia querido, por ti eu morro de amor."

Muito obrigado, Sr. Presidente.(Palmas.)

Essa é minha modesta homenagem aos nossos Karajás e a todos os povos indígenas do Brasil.

O SR PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não só a eles, mas ao Brasil.

Com essa bela fala do nosso Senador Vicentinho... Sou testemunha de quando ele chegou aqui, veio à Comissão de Direitos Humanos e me disse: "Senador Paim, estou me apresentando e queria dizer que um dos eixos do meu mandato, para não dizer o principal eixo, é a luta dos povos indígenas".

Isso para mim, Vicentinho, foi uma felicidade porque estou há 26 anos no Congresso e percebo que são muito poucos aqueles que dedicam parte do seu mandato a esta luta pelos direitos humanos. Para mim, a situação dos povos indígenas é a mais grave de todas. Por isso, em vez de fazer um discurso de encerramento, fico com o discurso do Vicentinho e com a fala dos senhores na figura principalmente do Marcos Terena.

Está encerrada a audiência pública.

(Iniciada às 9 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 37 minutos.)

Ata da 11ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, Convocada Para o Dia 20 de Março de 2012, Terça-Feira, às 14 Horas, Sala 06, da Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II, Senado Federal.

Às quatorze horas e vinte minutos do dia vinte de março de dois mil e doze, na sala 06, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a presidência do Senador (**Paulo**

Paim), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Comparecem os seguintes senhores Senadores e Senadoras **Paulo Paim, Lauro Antônio, Ivonete Dantas, Mozarildo Cavalcanti e Randolfe Rodrigues**. O Senador Cristovam Buarque justifica sua ausência. Deixam de comparecer os demais senhores Senadores e Senadoras. O senhor Presidente declara aberta a presente reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da ata da 10ª reunião da CDH, que é dada por aprovada. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte PAUTA. Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 22, de 2012–CDH, aprovado em 01/03/2012, de autoria do Senador Paulo Paim, para "debater o Estatuto da Juventude". Convidados: Ângela Maria de Lima Nascimento, Secretária de Ações Afirmativas da SEPPIR; Daniel Iliescu, Presidente da União Nacional dos Estudantes – UNE; Severine Macedo, Secretária Nacional da Juventude, da Secretaria Nacional da Juventude da Presidência da República; Rosana Sousa de Deus, Representante da Juventude da Central Única dos Trabalhadores; Aldar Campos Braga, Agente Sócio-Cultural da União Brasileira dos Estudante Nacionais – UBEN; Tatiana Fátima Ribeiro, representante da Rede Ecumênica da Juventude – REJU, em substituição ao Senhor Gabriel Medina de Toledo, Presidente do Conselho Nacional de Juventude. O Senhor Presidente franqueia a palavra a diversas lideranças de jovens presentes no plenário da Comissão. **2ª Parte. Deliberativa**. **Item 1. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 35, de 2012**, que requer, nos termos do art. 256, inciso I, do RISF, a retirada do requerimento nº 31-CDH, de minha autoria, que para debater o papel do Poder Judiciário na garantia dos Direitos Humanos. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado**. Usam da palavra os Senadores Paulo Paim e Randolfe Rodrigues. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e quarenta e nove minutos, lavrando eu, ***Altair Gonçalves Soares***, Secretário da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim,** Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Declaro aberta a 11ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participava da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, com vinte minutos de atraso, porque eu atrasei. Assumo aqui toda a responsabilidade.

Solicito a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a coloco em votação.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.)*

Aprovada.

Audiência pública, nos termos do Requerimento nº 22, de 2012-CDH, aprovado em 01/03/2012, de autoria deste e de outros Srs. Senadores, destinada a debater o Estatuto da Juventude.

Quem pediu essa audiência pública foram os líderes da juventude. Eu sempre digo que eu não invento audiência. Quando eu faço uma audiência, é porque há uma demanda da sociedade. Normalmente é essa sociedade organizada que solicita audiência pública.

Nesse caso do Estatuto da Juventude, sou o Relator na Comissão de Assuntos Sociais, bem como o Senador Randolfe Rodrigues é o Relator na Comissão de Direitos Humanos. Assim, estou aqui como Presidente e também como um dos Relatores do tema para ouvi-los.

Convidados para esta audiência pública:

– Deputada Federal Manuela Pinto Vieira D'Ávila, que foi relatora da matéria na Câmara dos Deputados;

– Severine Macedo, titular da Secretaria Nacional da Juventude da Presidência da República;

– Daniel Iliescu, Presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE);

– Rosana Sousa de Deus, representante da juventude da Central Única dos Trabalhadores;

– Aldar Campos Braga, agente sociocultural da União Brasileira dos Estudantes Nacionais (Uben);

– Ângela Maria de Lima Nascimento, Secretária de Ações Afirmativas da Seppir.

– Tatiana Fátima Ribeiro, representante da Rede Ecumênica da Juventude, em substituição ao Sr. Gabriel Medina de Toledo, Presidente do Conselho Nacional da Juventude.

Antes de continuarmos, pergunto à Mariana se a minha introdução do tema já está aqui na mesa. (*Pausa.*)

Informo aqui que, embora a Deputada Manuela esteja atrasada, S. Exª confirmou que virá participar do nosso debate.

Para situar aqueles que estão assistindo pelos meios de comunicação do Senado, informamos que hoje, nesta Comissão de Direitos humanos e Legislação Participativa, vamos debater o Estatuto da Juventude.

Faço aqui um breve resumo do projeto de lei da Câmara, que foi relatado lá pela nobre Deputada Manuela D'Ávila, que, no meu entendimento, fez um belo trabalho. Isso não quer dizer que a gente não possa aperfeiçoar o projeto aqui no Senado.

O Projeto de Lei da Câmara nº 98, de 2011, que cria o Estatuto da Juventude, que visa tratar de direito da juventude em várias dimensões, como cidadania, participação social e política e representação juvenil, educação, profissionalização, trabalho e renda, saúde integral, cultura, desporto, lazer, igualdade, cultura, liberdade de expressão, meio ambiente ecologicamente equilibrado. Estes são alguns tópicos.

O projeto também se refere à instituição de uma rede e sistema nacionais de juventude, com o intuito de fortalecer os conselhos de juventude; prevê o estabelecimento de sistemas nacionais de avaliação e informação sobre essa população tão importante que vai dirigir o País no futuro em todas as áreas – muitos estão no momento contribuindo e dando essa direção; bem como a competência dos entes federados para a materialização do que o Estatuto estabelece.

O Estatuto da Juventude é para a juventude, estudante ou não, carente ou não, mas é claro que há necessidade de uma atenção especial àquela parcela comprovadamente carente, que deve ser incluída em todas as propostas do Estatuto. Devemos voltar nossos olhos para algumas questões que ainda são consideradas emblemáticas e polêmicas no projeto.

É claro que vocês é que vão dizer qual o caminho que entendem mais adequado para construir o grande entendimento. Por exemplo – e só vou citar alguns pontos: a questão da meia-entrada (PLC nº 98, art. 26), que estabelece essa prerrogativa "em eventos de natureza artístico-cultural e de entretenimento e lazer" apenas para aqueles que forem estudantes, deixando de fora, como alguns já comentaram em conversas comigo, uma grande parcela de jovens que não estão estudando. É importante pensar em uma meia-entrada tomando por base também o recorte social sem nenhum prejuízo para a meia-entrada do estudante.

Aqui são levantadas situações como essa. O jovem carente, cuja família faz parte do Bolsa Família, o oriundo do Programa Universidade para todos (ProUni), do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), etc.

O benefício da meia-entrada passa a corresponder a 50% nos casos de eventos com financiamento de recursos públicos e 40% do total de ingressos disponíveis para cada evento, financiado exclusivamente por entes privados. A diferença entre os eventos com financiamento público e privado está em consonância com a Lei Rouanet, que prevê a gratuidade de 10% dos ingressos dos eventos que contarem com seu apoio financeiro.

No tocante à meia passagem, uma questão polêmica para alguns dentro do Estatuto da Juventude – e vocês é que vão debater aqui –, o desconto para as passagens intermunicipais é de competência dos Estados. A União, segundo alguns dizem, não pode legislar a respeito. Quanto às passagens interestaduais, pode-se replicar a conquista dos idosos carentes, possibilitada pelo Estatuto do Idoso.

Enfim, hoje vamos debater isso e muito mais; vamos debater aqui o Estatuto da Juventude em toda a sua complexidade.

Vocês sabem que eu trabalhei muito para a aprovação da PEC da Juventude quando ela chegou ao Senado. Estou com o mesmo carinho, o mesmo respeito ao Estatuto da Juventude. Se dependesse de mim, nós o aprovaríamos, com certeza, no máximo, até o mês de abril; porém, não sou eu que determino; quem determina a aprovação do Estatuto é a sociedade organizada e, naturalmente, os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras.

Entendo eu, contudo, que o Estatuto já está atrasado, como já está atrasado, por exemplo, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, que foi aprovado no Senado e está mais ou menos há seis anos engavetado lá na Câmara dos Deputados. Eu não gostaria de ver o Estatuto da Juventude congelado aqui no Senado. Se dependesse de mim – repito –, ele seria aprovado com rapidez.

Vamos à montagem da nossa Mesa.

Vou chamar os convidados presentes, pedindo que, por gentileza, se dirijam à mesa principal: Deputada Manuela D'Ávila. (Pausa.)

Disseram-me que está vindo.

Severine Macedo, Secretária Nacional da Juventude. (*Pausa*.)

Está subindo. Então, quando ela chegar, já poderá vir compor a Mesa.

Daniel Iliescu, Presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE).

Está aqui o Daniel? (*Pausa.)*

Está ali o Daniel, que desfilou lá em Porto Alegre no carro da UNE. Eu desfilei no carro da Imperador do Samba, mas nos encontramos lá.

Rosana Sousa de Deus, representante da juventude da Central Única dos Trabalhadores. (*Pausa.*)

Por favor, tanto o Daniel quanto a Rosana Sousa de Deus, que aqui fala pela Central Única dos Trabalhadores, podem se dirigir à Mesa.

Aldar Campos Braga, Agente Sociocultural da União Brasileira dos Estudantes Nacionais (Uben). (*Pausa.*)

Ângela Maria de Lima Nascimento, Secretária de Ações Afirmativas da Seppir. (*Pausa.*)

Por favor, se estiver presente...

Tatiana Fátima Ribeiro, representante da Rede Ecumênica da Juventude (Reju), em substituição ao

Sr. Gabriel Medina de Toledo, Presidente do Conselho Nacional da Juventude.

Das pessoas que listei, só falta a Severine Macedo, que está chegando.

Bom, já fiz uma rápida introdução. Estão aqui os nossos convidados.

Mais uma vez, faço questão de informar àqueles que às vezes ficam na dúvida sobre tantas audiências públicas, que eu não invento audiências públicas. A sociedade organizada é que me pede, como estava aqui o pessoal do PDV há pouco tempo; estava aqui o pessoal do Banco do Brasil.

Quanto ao horário desta audiência pública, 14h, informo que foi uma solicitação dos próprios líderes da juventude. Se não me engano, como eles tinham um encontro aqui, em Brasília, e, portanto, já que tinham que se deslocar para cá, pediram-me que fosse à tarde. Normalmente, as audiências são pela manhã, mas, atendendo a pedido de lideranças da nossa juventude, estou fazendo audiência neste horário da tarde.

Vou começar pela ordem que está aqui para dar a palavra. Nada aqui foi preparado; tudo foi improvisado. Então, o sorteado é o Daniel.

Com a palavra o Presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE). Em seguida, pela sequência, falará a Rosana, uma vez que não chegou ainda a Severine. Se não, pela ordem, seria a Severine a usar da palavra.

Daniel, o tempo que tenho dado aos participantes nas audiências públicas é de dez minutos mais cinco, e mais cinco se assim for necessário. Então, o limite máximo é de vinte minutos, mas a preferência é que todos fiquem entre cinco e dez minutos. (*Pausa*.)

Se a Severine chegou, peço que ela se dirija à Mesa.

O Daniel escapou, agora, de ser o primeiro a falar. Escapou, não. Para mim, não tem problema. Se tiver que falar em primeiro, você fala, não é, Daniel?

O SR. DANIEL ILIESCU – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Então, Severine Macedo, pela ordem, que é Secretária Nacional da Juventude da Secretaria Nacional da Presidência da República.

Severine Macedo está com a palavra.

(*Intervenção fora do microfone*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não tem problema. Para mim, não tem problema. Só me empresta uma caneta, se possível? (*Pausa*.)

Entendo que não vai haver problema nenhum com a Severine. (*Pausa*.)

A Ângela Maria de Lima Nascimento, Secretária de Ações Afirmativas da Seppir, disse que tem um compromisso urgente e que gostaria de falar primeiro. Há problema? (*Pausa*.)

Então, está com a palavra a Srª Ângela Maria de Lima Nascimento.

A SRª ÂNGELA MARIA DE LIMA NASCIMENTO – Boa tarde a todas e a todos!

Eu quero agradecer, em nome de toda a Seppir, o convite do Senador Paulo Paim. É de fundamental importância esta discussão não apenas para a Seppir como instituição, mas para toda a sociedade brasileira, principalmente no contexto atual, quando estamos trabalhando uma agenda de enfrentamento à violência contra a juventude negra.

Em primeiro lugar, eu gostaria de saudar a Mesa, na pessoa do Senador Paulo Paim, e lembrar a importância de sua ação política como autor do Estatuto da Igualdade Racial, que tem sido o instrumento norteador da política, principalmente a partir do final de 2010, e também do Estatuto do Idoso. Então, para nós, esse avanço é de grande significado.

Na verdade, a reunião que vou ter logo em seguida, às 15h, é também dentro dessa construção que a Seppir tem feito junto ao Ministério da Saúde. Temos uma política nacional de saúde integral da população negra e vamos ter um momento, hoje, muito especial de compartilharmos os PPAs, os compromissos interministeriais, de forma que avancemos também no enfrentamento à morbi-mortalidade das mulheres negras, da população negra como um todo.

Bom, com relação ao Estatuto da Juventude, qual é a importância que temos do ponto de vista do avanço que se faz necessário no Brasil para a juventude?

O Estatuto apresenta um dos instrumentos principais, que é o sistema para a implementação da política para a juventude. Então, ter o sistema como instrumento efetivo para fazer com que a juventude, nas diversas localidades, seja contemplada com políticas públicas eficazes apontadas no Estatuto. E nós queremos destacar a importância desse sistema.

Porém, antes mesmo de falar do sistema – e eu acredito que isso vá ser debatido também –, nós gostaríamos de destacar que, no caso do Capítulo I, quando se fala do direito à vida da juventude, não é possível falamos do direito à vida na juventude no Brasil quando nós temos um grande desafio a enfrentar, qual seja a morte da juventude negra. E essa morte está associada a uma expressão de violência que tem feito com que essa nossa juventude não consiga nem completar, digamos assim, realizar o seu próprio direito à vida. Então, é com muita satisfação e alegria que nós compreendemos a importância desse estatuto.

Então, de que forma o Estado brasileiro – e nós estamos exatamente com esse compromisso... E a

agenda de enfrentamento da violência contra a juventude, que está sendo construída junto a diversos Ministérios, no âmbito da Secretaria-Geral da Presidência da República, com a Seppir como uma das coordenadoras, vem no sentido exatamente de propor saídas, compromissos, políticas públicas, por parte do Estado e da sociedade, no sentido de reverter esse grau extremo de violência, porque, afinal de contas, como diz o Estatuto, a juventude é um direito personalíssimo e a sua proteção um direito social. Então, é obrigação do Estado garantir que essa juventude chegue à sua plenitude, que se realize como ser humano e como cidadão brasileiro.

E, nesse ponto, apenas para acrescentar, no Capítulo II, quando se fala que o direito ao respeito consiste na inviolabilidade da sua integridade física, psíquica e moral, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia de valores, ideias e crenças, dos espaços e dos objetos pessoais, a gente vem discutindo também, na Seppir, junto ao MEC, junto às representações do movimento social e junto a outros setores governamentais, de que forma poderemos garantir que a juventude, principalmente a negra, porque é ela que apresenta maior vulnerabilidade, chegue ao ensino médio nos níveis necessários.

Nós temos que lidar ainda com a grande evasão do ensino médio no País. E, se nós estamos nos manifestando, ao mesmo tempo – Seppir, MEC, o próprio Congresso – favoráveis à inclusão das ações afirmativas para que o jovem negro ingresse na universidade nos mesmos patamares que os jovens brancos, por outro lado, nós temos também o desafio de fazer com que essa juventude faça, realize o ensino médio como um direito seu.

Assim, eu gostaria de frisar o acesso à educação de qualidade nos diversos níveis, mas principalmente no ensino médio, Senador, porque tem sido ainda uma grande preocupação nossa encontrar os mecanismos de fazer com que esse jovem – e a juventude negra concentra em sua realidade um grande nível de vulnerabilidade, o que, muitas vezes, a impede de permanecer na escola –, quando alcança a universidade – e para isso tem sido muitíssimo importante a contribuição das quotas como um instrumento dentro das ações afirmativas –, quando esse jovem negro entra na universidade, permaneça no ensino superior. Tem sido também desafiador garantir a permanência desse jovem no ensino superior.

Então, com essa preocupação de trazer para vocês, para a sociedade, para esta Casa esses desafios, a Seppir se coloca disposta a compartilhar, querendo dialogar as estratégias de superação.

Com relação à política de atenção à saúde da juventude, da juventude negra, também temos discutido – e a reunião para a qual estou me dirigindo tem esse intuito –, por exemplo, experiências, porque sou também assistente social e sanitarista, no capo dos hospitais. Nos hospitais universitários, a juventude, quando recorre a esse serviço, ainda não conta com um sistema de informações capaz de identificar as questões específicas que traz.

Então, é muito importante que, ao falarmos do direito à saúde e à sexualidade, nos preocupemos em como podemos superar os desafios que a atenção à saúde, nos seus diversos níveis, tem considerado acerca da particularidade da saúde da juventude, não apenas negra, mas da juventude com um todo. Repetimos: a juventude negra, pela construção histórica que o Brasil desenvolveu, é marcada pelo estigma de ser jovem negro. E, como jovem negro, dentro daquilo que se construiu como imaginário de desenvolvimento para o País, ele não fez parte, digamos assim, do desejo do imaginário nacional. E, aí, é nesse sentido que vemos o Estatuto da Juventude como uma grande possibilidade de avançarmos na compreensão da importância da juventude negra como um campo de responsabilidade de todos. Todos nós (governo, sociedade) temos algo a dar conta com relação a essa juventude.

Agradeço ao Senador Paulo Paim a oportunidade de estarmos trazendo esse debate. Gostaria de saudar também a Secretária Severine pelo seu empenho à frente da Secretaria Nacional da Juventude. Participamos assiduamente da última Conferência Nacional, que trouxe diversas propostas.

Infelizmente, pelo tempo, não vamos poder nos deter nessas propostas, mas é de nosso interesse, como Secretária de Políticas de Ações Afirmativas, e é de interesse da Seppir, como um todo, que façamos essa discussão.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Essa foi a Ângela Maria de Lima Nascimento, falando pela Seppir.

Permita-me dizer que achei importante você destacar o verdadeiro massacre contra a juventude negra, que é um dos temas de que você tratou. Nós todos temos que olhar com muito carinho e apontar saídas, soluções. Aqui, na Comissão de Direitos Humanos, recebo números assustadores em relação ao massacre da juventude negra.

Meus cumprimentos pela fala. Se você tiver que sair devido a compromissos já assumidos, sinta-se liberada.

Quero registrar a presença conosco do André Tokarski, Presidente da UJS. Eu dizia aqui que es-

tou acostumado, em comício, a ver a UJS que, quase sempre está lá firme, defendendo bandeiras que eu também defendo, com certeza.

Passo a palavra, de imediato, ao Daniel Iliescu, seguindo a ordem aqui.

Digo aos companheiros que estão no plenário que, se quiserem ser anunciados, vamos permitir que faça uso da palavra.

O SR. DANIEL ILIESCU – Muito boa tarde a todos os presentes.

Quero, em especial, cumprimentar inicialmente o Senado Paulo Paim, antigo conhecido das lutas estudantis e das lutas dos movimentos juvenis brasileiros, porque, atendendo a essa reivindicação de gerar cada vez mais consensos em torno do importante instrumento das políticas de juventude no Brasil, realiza hoje essa audiência pública.

Cumprimento a nossa Secretária Nacional de Juventude, Severine Macedo, que tem conduzido boa parte dos esforços, no Pais, para conseguir aprovar esse Estatuto e ampliar direitos para a juventude. Rodrigo e Bruno, da sua equipe. Bruno, ex-diretor da UNE, companheiro também de outras lutas.

Queria cumprimentar a Rosana, companheira de luta da CUT, que tem contribuído muito com esse debate sobre trabalho e outras questões importantes do Estatuto.

Queria cumprimentar a Tatiana, a Ângela e o Aldar.

Queria cumprimentar o Rodrigo, assessor parlamentar do Senador Randolfe Rodrigues, parceiro também de muitas dessas batalhas pela aprovação do Estatuto.

Quero cumprimentar o André Tokarski, da UJS; o Rarikan, diretor da Ubes; o Estevão, diretor da UNE; o Jefferson, presidente da juventude do PT e a todos os demais presentes.

Em primeiro lugar, gostaria de contextualizar um pouco da expectativa que a gente tem ao, decididamente, Senador, entrar na luta aqui no Congresso, através do diálogo e da pressão com os parlamentares nas comissões em que esse projeto tem tramitado, desde a Câmara, sobre a relatoria da Manuela, e agora no Senado, e nas redes sociais, com *twitaços* semanalmente, alcançando *top trends* no Brasil, em defesa do Estatuto da Juventude, da meia-entrada e de direitos previstos no Estatuto. E, sem dúvida alguma, nas salas de aula, nas ruas, universidades, escolas, praças do nosso País, já que nós estamos em março, mês carinhosamente chamado pela UNE e pela Ubes de Março Verde e Amarelo, que é o mês da nossa jornada nacional de lutas, e que vai culminar num ato aqui em Brasília e com a abertura da nossa caravana da UNE na UnB, Universidade de Brasília, no dia 28 de março, que é o dia em que se homenageia o Edson Luís, estudante secundarista assassinado pela ditadura militar em 1968, e em que se comemora a data de nascimento do Honestino Guimarães, líder estudantil da UnB e presidente da UNE desaparecido em 1973. É uma data muito importante, portanto, porque simboliza a morte e o nascimento, que é a essência das lutas do movimento estudantil: o objetivo de, a cada geração, se reinventar, se reoxigenar e estar à altura dos desafios de mais democracia e mais direitos no País.

O Estatuto da Juventude, em nossa opinião, caminha para ser, Senador e demais presentes, uma importante peça que oriente o avanço das políticas públicas de juventude, e que pode ter um efeito virtuoso poderoso no Brasil, não somente aprovado o Estatuto, dando desdobramento à conquista da PEC da Juventude, que inseriu, na Constituição Federal, a figura do jovem como sujeito de direitos e objeto de políticas públicas, mas também influenciando companheiras no debate que se faz hoje em Estados e Municípios, ainda muito frágeis no que diz respeito a políticas de juventude e toda essa transversalidade que inclui o debate de gênero, o debate do combate ao racismo e de tantas outras carências que o Estado brasileiro tem. Então, um efeito virtuoso na constituição de conselhos, de órgãos de Executivo, para que induzam o fortalecimento da política pública no nosso País.

Mas é importante entender o momento em que a discussão do Estatuto da Juventude se realiza. E, em nossa opinião, é indissociável o debate sobre o Estatuto da compreensão dos dilemas que o nosso País vive hoje. E, em especial, essa nossa jornada de lutas... E, a cada tema que se discute, a cada vez que o movimento estudantil faz o debate público, é importante definir, em nossa opinião, que, do ponto de vista da política econômica do nosso País, o Brasil enfrenta alguns dilemas importantes. Nós estamos realizando esta audiência sobre o impacto de um corte orçamentário de R$55 bilhões, que, inevitavelmente, afeta as perspectivas de desenvolvimento da educação, para citar um dos expoentes da política de juventude, que certamente constrange e compromete possíveis investimentos no campo da PPJ no Brasil. E um contexto de crise internacional do capitalismo, podemos ser claros aqui, crise de um modelo de produção e de consumo, de especulação no mundo, que aponta, em nossa opinião, para uma postura do Brasil, do Governo Federal, do Congresso Nacional – e se exige que seja uma postura mais ousada e coerente com o seu projeto transformador, com o projeto em curso no Brasil, que ainda enfrenta muitos limites da correlação de forças e de convicções, em nossa opinião, por quem está à frente desse projeto – e que enfrenta uma guer-

ra cambial tão bem denunciada pela Presidenta Dilma no mundo inteiro, e, em nossa opinião, isso faz parte do debate sobre as possibilidades que o Estatuto da Juventude venha a ter.

Os investimentos em juventude na educação, na saúde, nos serviços básicos, na indústria nacional, na geração de trabalho decente, na qualidade de vida da população e da juventude em especial constituem o principal antídoto de enfrentamento à crise.

É importante fortalecer o segmento público e investir na juventude, ainda mais no momento em que se vive um bônus demográfico fabuloso inédito na história do Brasil, tanto no passado quanto para o futuro, em que a juventude constitui, Senador, parcela produtiva, parcela da população economicamente ativa formidável no País, em que existem gargalos e déficits estruturais como, por exemplo, na educação.

A gente sempre comenta índices recentes que opõem o Brasil econômico, por assim dizer, do Brasil educacional. Refiro-me ao fato de o Brasil ocupar, hoje, a sexta posição no *ranking* mundial das economias quanto ao PIB e ocupar apenas a posição de número 88 no *ranking* de educação da Unesco, ou apenas a posição de número 54 no *ranking* do Pisa, de publicações e patentes na área de educação; ou de ter a 73ª distribuição de renda do mundo. Isso implica que o Brasil, além das possibilidades econômicas que tem gerado, tenha que afirmar com mais convicção e mais clareza de projeto de país as suas opções pelo desenvolvimento econômico includente e pela defesa da educação pública de qualidade e demais áreas de investimento na juventude.

Os 10% do PIB para educação; a vinculação de recursos do fundo social do pré-sal para educação; a valorização dos professores – e enfatizo aqui, companheiros, o aumento do piso de 22%, que enfrenta uma grande resistência País adentro, pelos impactos orçamentários que tem nesse contexto de corte –; e uma série de outras medidas importantes para educação, que é a maneira mais segura e o único caminho realmente eficaz para combater a desigualdade do País, para gerar conhecimento, combater preconceitos e violência; para disputar valores, para combater a corrupção e semear a ética e a política, a boa política e a boa ética na cabeça da juventude brasileira.

O Estatuto da Juventude, que é um arcabouço institucional avançadíssimo, tal como aprovado na Câmara e tal como aperfeiçoado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania... Aliás, aqui, a UNE destaca a aprovação pela CCJ, sob a relatoria do Senador Randolfe, amigo dos estudantes e da juventude brasileira, que reconhece constitucionalmente a juventude tal como entende a ONU, Organização das Nações Unidas, compreendida entre os 15 e 29 anos, como sujeito de direitos e objeto de políticas públicas, e todos aqueles elementos que estão até aqui aprovados pela CCJ. O reconhecimento do Estado brasileiro, do Senado Federal, da constitucionalidade desses elementos no Estatuto, em nossa opinião, configura um capítulo histórico no debate sobre políticas públicas para a juventude do País. E que gera, além de um sistema nacional de juventude, alguns direitos concretos.

Cabe ressaltar que o projeto poderia ser ainda mais ousado no que tange a conferir direitos concretos para a juventude. E destacamos dois direitos concretos, que são aqueles que, a partir do dia seguinte à aprovação do Estatuto, mudam a vida do jovem. Nem todos os impactos do Estatuto são imediatos, mas esses que influenciam no dia-a-dia do jovem merecem, Secretaria Severine, um relevo especial, entre eles, as políticas de transporte-educação. Todos sabem que no início dos anos o movimento estudantil protagoniza lutas contra aumento de tarifas e contra a péssima qualidade do serviço público de transporte, o que é uma regra com pouquíssimas exceções no País. Geralmente, um setor muito bem articulado no âmbito das câmaras municipais, e que é responsável por uma enorme taxa de evasão no ensino médio, no ensino superior, por esse alto custo do transporte.

Outro direito concreto é o direito à meia-entrada, que é um dos direitos mais antigos da história do nosso País e que data de 1940. Há 72 anos nascia o direito à meia-entrada, com a intenção de complementar a formação acadêmica dos jovens, compreendendo a educação de um conceito amplo, já que a educação, na opinião da juventude, não é apenas a sala de aula, o que o professor escreve no quadro, ou o que você tem que escrever na prova, mas é a formação cidadã do jovem, é educação para além da sala de aula, o acesso à cultura, o acesso ao transporte, o acesso à cidadania. E com esse objetivo foi criada, em 1940, essa legislação que perdurou até a ditadura militar, que extinguiu não somente o direito, mas a vida democrática no País, promovendo uma perseguição às entidades estudantis, Esse direito teve o seu renascedouro a partir de legislações estaduais e municipais na década de 80, reconfigurando e reimplantando essa política pública, portanto, de forma desigual. Hoje, a lei da meia-entrada, em Minas Gerais, em São Paulo, no Rio, no Amazonas, na Paraíba ou em Santa Catarina segue preceitos distintos e é aplicada de forma diferenciada.

Em nossa opinião, um dos grandes méritos da aprovação da lei da meia-entrada, no Estatuto da Juventude, Senador, é recuperar uma unidade nacional, perdida em 1964. Desde então, não há lei federal, não

há legislação federal que uniformize o direito à meia-entrada no Brasil.

A situação se agrava muito em 2001, quando o ex-presidente da República Fernando Henrique Cardoso, por motivações, em nossa opinião, evidentemente políticas, ataca o direito à meia-entrada. Cabe lembrar que, no mesmo contexto de ataque, Rosana, a tentativa de se fechar o Sindicato dos Petroleiros pela resistência que eles faziam à tentativa de se privatizar a Petrobras e transformá-la na Petrobrax, no episódio em que se tentou determinar a prisão de José Rainha, liderança do MST, movimento reconhecidamente antagonista ao projeto implementado naquela ocasião pelo Governo FHC; e a União Nacional dos Estudantes, que organizava uma greve de três meses nas universidades públicas contra o sucateamento das instituições federais de ensino superior e contra o provão foi atacada com uma medida provisória que teve a motivação de atacar a autonomia financeira dessas entidades, e, além de ter esse efeito nocivo de atacar as entidades, teve um efeito ainda pior, o de desrespeitar e fragilizar esse direito à meia-entrada.

De 2001 para cá, na prática, salvo em um ou outro Estado com uma legislação mais bem amarrada, por assim dizer, o direito à meia-entrada não existe mais, é um direito de mentirinha, é um direito abstrato.

Os produtores de cultura e os artistas que hoje consolidam com o movimento estudantil um firme consenso pela regulamentação desse direito atestam que, até 2001, a demanda legítima pela meia-entrada, padronizada e regulamentada, era de cerca de 30% dos ingressos – 28% eles apresentam. É evidente que num *show* de Sandy e Júnior ou numa ópera clássica esse índice é completamente distinto, mas é uma média que o setor da produção cultural apresenta. E, após 2001, nesses últimos 11 anos, essa média ultrapassa os 70%, identificando claramente, para além de uma ampliação do ensino superior no Brasil, o que é muito saudável e positiva, e fruto da nossa luta, a incidência que tem a falsificação.

As empresas/entidades que surgiram no último período e a falta de uma padronização que deslegitima o próprio documento, que, aliás, é um documento portador de direitos e portador de cidadania. A carteira de estudante não é só um documento que dá meia-entrada, mas é um documento que confere ao jovem brasileiro que tem um passo adiante na sua luta por uma vida digna, o acesso à educação, um portador de cidadania. É dessa maneira mais complexa que nós compreendemos a carteira.

Aponta, então, para a necessidade de se reefetivar o direito à meia-entrada uma condicionante, que é a regulamentação desse direito. Esse é um desafio importante, Senador, quando o Senado Federal debate o Estatuto da Juventude e dentro dele a questão da meia-entrada, como esse direito, além de se conquistar uma unidade nacional, uma uniformidade na legislação nacional sobre esse direito, como a gente rompe a atual situação de ele ser um direito de mentirinha, em que esse expediente da majoração artificial do preço do ingresso onera não só o estudante que, pensando pagar a meia, hoje paga a inteira, mas o cidadão em geral que pensando pagar a inteira paga o dobro? E arrancar um compromisso do setor cultural de que, regulamentada, promoveria uma diminuição geral no valor dos ingressos, já que é isso que sustenta o seu discurso de majoração artificial.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. DANIEL ILIESCU – Imagino que agora tenho os últimos cinco minutos. Vou usar menos que isso, para afunilar.

Quero cumprimentar o público da Comissão, também os estudantes que estão chegando de uma mobilização em parceria com o Sindicato dos Professores do Distrito Federal, que vêm de uma greve da CNTE, todos em luta por um aumento do piso salarial dos professores, em defesa de mais recursos para a educação e em defesa dos nossos direitos.

Portanto, compreendemos aqui que é hora de unificarmos forças, aglutinarmos forças, todos aqueles interessados em consolidar esse instrumento de políticas da juventude, que é o estatuto. Todos nós acompanhamos aqui a tramitação de sete anos que levou a Câmara dos Deputados, um tempo precioso, perdido de alguma maneira, em que esse projeto não pôde ser aprovado por lá, mas também todo esse difícil consenso que foi acumulado.

Cito aqui o acordo muito expressivo, em nossa opinião, da bancada evangélica com os representantes LGBT, que conseguiram driblar as diferenças que os separavam para unificar a sociedade representada neste Parlamento em torno do Estatuto. E a aprovação desse Estatuto, com a efetivação desse direito histórico à meia-entrada, com a consolidação de direitos para a juventude, com o impulso necessário e com a cobrança, creio, por parte do Parlamento ao Governo Federal e aos governos estaduais e municipais no sentido de que destinem, objetivamente, recursos orçamentários; destinem dinheiro para que se possa efetivar as possibilidade que o Estatuto gera, para que consigamos sair dessa batalha, desse episódio para essa década virtuosa que o Brasil tem pela frente, cheia de possibilidades, como o pré-sal, a Copa do Mundo, as Olimpíadas, estabilidade econômica e um novo papel que o Brasil joga no mundo, sem desperdiçar oportunidades.

Em nossa opinião, não munir o Brasil de um Estatuto da Juventude e não efetivar os direitos concretos que dentro dele se discutem é desperdiçar uma oportunidade de uma década virtuosa que o Brasil tem pela frente. Fazê-lo, no entanto, é plantar as sementes que vão levar o Brasil ao projeto que nos unifica – creio, a todos nós –, de um Brasil mais justo, mais democrático, mais desenvolvido econômica e humanamente, socialmente includente, ambientalmente equilibrado e que consiga enxergar na sua juventude o principal protagonista desse novo Brasil que está sendo construído.

Então, peço desculpas por me alongar nos primeiros quinze minutos.

Estamos à disposição para o debate que certamente se seguirá.

Obrigado.

(*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Daniel Iliescu, Presidente da UNE.

Só para informar a todos que a nossa audiência pública está sendo transmitida na Internet pelo endereço www.senado.gov,br/noticias/TV, Canal 3; e também pelo canal digital de Brasília, Canal 51.3.

Registro também a presença do Jefferson Lima, Secretário Nacional da Juventude do Partido dos Trabalhadores, que terá direito à palavra, assim como o Presidente da UJS, André.

Neste momento, cumprimento os companheiros que chegaram agora.

Podem levantar as bandeiras! Não tem nada, não. Aqui é proibido proibir!

A bandeira da Ubes e também a da juventude do PT estão sendo levantadas aqui.

Podem escrever isto: "aqui é proibido proibir". Vamos permitir também que o Plenário se manifeste, pelo menos uns quatro ou cinco companheiros, sobre o tema. Divido por setores, para não ficar sempre os da mesma área, mas poderão usar a palavra. Os companheiros da Ubes também terão direito à palavra.

Passo a palavra, neste momento, à Severine Macedo, Secretária Nacional da Juventude da Presidência da República.

A SRª SEVERINE MACEDO – Boa tarde a todos e a todas! Uma saudação especial ao Senador Paim, pela iniciativa da realização desta audiência pública.

É muito importante continuar promovendo, Senador, espaços como este para avançarmos na formulação, na reformulação, para que o Estatuto saia o mais próximo do desejo da juventude brasileira e represente efetivamente uma declaração de direitos suficientemente construída a ponto de respaldar a construção de um conjunto de políticas que ajude a promover ainda mais os direitos da juventude no Brasil.

Então, quero parabenizá-lo e agradecer-lhe pelo convite e saudar os nossos companheiros que compõem a Mesa: o Daniel, Presidente da UNE; a Tatiana, do Conselho Nacional de Juventude, que se vem empenhando muito também para a aprovação do Estatuto da Juventude; a Rosana, nossa grande responsável pela juventude trabalhadora da CUT; a Ângela, apesar de ela já ter se ausentado, mas quero cumprimentar a iniciativa da Seppir, porque é uma grande parceira hoje, que vem, dentro do Fórum Direitos e Cidadania, junto com a Secretaria-Geral, Secretaria Nacional de Juventude, um conjunto de ministérios, construindo um plano de diminuição da violência contra os jovens negros, o que já foi muito bem abordado aqui. A urgência. Que o Governo consiga responder a esse absurdo que é o índice de jovens que estão expostos e que morrem por conta de violência todos os dias no nosso Brasil, especialmente os jovens negros.

Quero cumprimentar também os companheiros Aldar, Jefferson, André e cada um e cada uma que estão aqui conosco.

Bom, o Estatuto da Juventude é um tema que está há alguns anos, como bem citou o Daniel, aqui, em debate, mas ele traduz – acho que é sempre importante reafirmar isto – uma antiga reivindicação da juventude brasileira, especialmente da juventude organizada, que tem tido espaço para discussão sobre os marcos legais, como assim vimos denominando nos últimos anos, que dizem respeito a construir um conjunto de legislações que ampare e garanta efetivamente as políticas de juventude como políticas de Estado. Então, o Estatuto faz parte de um conjunto de instrumentos, como a PEC da Juventude – e já foi uma grande conquista inserir na Constituição brasileira o reconhecimento dos jovens –, o Plano Nacional de Juventude e o Sistema vêm a compor o que a gente chama de marcos legais para garantir, efetivamente, não só o reconhecimento dos jovens como sujeitos de direitos, mas cria os instrumentos necessários para que a política de juventude possa acontecer.

Então, é extremamente importante; é uma reivindicação histórica, que parte da ação dos movimentos organizados, parte do Parlamento, com todos os seminários e audiências que balizaram a construção da Frente Parlamentar de Juventude, como resultado da I e da II Conferências Nacional de Juventude e do empenho de um conjunto de parlamentares, Senadores e Deputados, que vêm se empenhando nesse tema, bem como o Governo Federal, que tem assumido a questão dos marcos legais como um desafio permanente para a institucionalização das políticas de juventude no Brasil.

A meu ver, é sempre importante fazer esse registro, porque é um processo construído a muitas mãos;

contou com o importante papel da Deputada Manoela, Relatoria na Câmara, do Senador Randolfe, que fez um ótimo trabalho, e, agora, está nas mãos do nosso grande companheiro Paim essa grande responsabilidade.

Estamos muito felizes com isso, Paim, porque tu já tiveste, de fato, uma participação extremamente importante na construção dos Estatutos do Idoso, da Igualdade Racial. Desse modo, temos certeza de que vais cuidar com esse mesmo carinho, como já estás fazendo, do Estatuto da Juventude.

Então, enfatizar a importância de um instrumento como esse, que muitos questionaram nesse período que o Estatuto da Juventude veio à tona; segmentos, eu diria, mais conservadores em relação ao entendimento do papel do Estado como indutor das políticas para os segmentos populacionais específicos do nosso País, enfatizando que os jovens têm que ter deveres e não só direitos. Vários de nós ouvimos isso e queremos poder dialogar com esses segmentos. Não é fechar as portas, mas nós gostaríamos muito de enfatizar a importância, sim, de os jovens terem direitos. Nós avançamos, nos últimos anos, na implementação de legislações e estatutos que asseguram direitos e proteção de um conjunto de segmentos, como já mencionado, e a juventude ainda é um dos poucos segmentos para os quais não conseguimos assegurar efetivamente um estatuto, um plano e a criação do Sistema Nacional de Juventude. Então, não significa, com isso, romper ou fechar uma porta para a discussão do que são os deveres. Todos nós, jovens, sabemos e entendemos qual é o nosso papel na sociedade, mas ainda carecemos efetivamente da construção de um conjunto de políticas – e o Estatuto vai dar muita base para isso – para que esse potencial que nós temos no Brasil, esse potencial de 53 milhões de pessoas entre 15 e 29 anos, possa ser realmente potencializado, aproveitado do ponto de vista do desenvolvimento sustentável, que é a grande pauta do momento com a Rio+20, por exemplo, que adquire uma centralidade enorme.

O Brasil assume um papel no mundo, não só por aquilo que já vem construindo no sentido de garantir o desenvolvimento sustentável, mas reassume com muita força, a partir de sediar a Rio+20, o seu compromisso de promover, de fato, um equilíbrio no mundo do ponto de vista econômico, social e ambiental. E, aí, não dá para não trazer à tona a questão da juventude.

Acho que toda a construção do Estatuto, esse debate que está acontecendo aqui e que vai acontecer nas demais Comissões tem que ajudar também para que esse tema tome força, por exemplo, na Rio+20, para que os Chefes de Estado que vão estar presentes e todos os movimentos que vão estar na Cúpula dos Povos e os espaços conjuntos que vamos ter, governo e sociedade civil, durante a Rio+20, e ajude a reforçar o papel estratégico que os jovens têm para a promoção do desenvolvimento sustentável no Brasil e no mundo, tendo em vista que temos 3 bilhões de jovens no mundo e que quase 90% deles estão nos países em desenvolvimento.

Então, o Brasil liderar uma ação como essa, demonstrando que efetivamente tem uma ação concreta, não só pelas ações que o Governo Federal vem fazendo, pelo número de movimentos sociais que estão nas ruas discutindo juventude, mas também pela construção de instrumentos legais, marcos legais que permitam a ampliação das políticas de juventude. Então, adquire um caráter estratégico.

Acho que há sempre que se reafirmar a necessidade de se ultrapassar essa barreira conservadora que não consegue reconhecer o jovem como um ciclo específico da vida, que tem um conjunto de características, que tem a diversidade como marca. Um dos grandes ganhos do Estatuto é reconhecer e afirmar a necessidade da promoção de políticas que ajudem tanto a respeitar a diversidade da juventude como fazer com que as políticas tenham um olhar sobre a sua especificidade. A execução das políticas deve contemplar, por exemplo, como foi mencionado aqui, a necessidade da superação da violência contra a juventude negra, por exemplo, a promoção dos direitos da juventude LGBT, a promoção do trabalho de geração de emprego e renda para a juventude trabalhadora, que quer ter acesso ao mercado de trabalho, mas com garantia de trabalho decente.

São, portanto, questões específicas que o Estatuto aponta e que reafirmam a necessidade do desenvolvimento integral da juventude. Acho que esse é o grande desafio que se coloca para um instrumento como esse, ou seja, de ser cada vez mais qualificado. .Essa é a posição da Secretaria Nacional da Juventude, de trabalhar, Senador, nesse próximo período, no diálogo com os movimentos de organizações juvenis, com o Conselho Nacional da Juventude, com o Senado Federal e com as Comissões aqui, do Senado, para qualificar anda mais a proposta – que já é um grande avanço – no sentido de fortalecer o conjunto de políticas que aqui estão e que garantirão os direitos dos jovens à educação, à cultura, à saúde, lazer, esporte, desenvolvimento integral, ao trabalho decente, à diversidade, á segurança, a uma vida segura. É um conjunto de direitos que, de fato, precisam ser fortalecidos.

Acho que agora é o período de a gente reformar os princípios, reforçar os direitos da juventude para não perder a oportunidade que temos, agora, no Senado. Não queremos que o Estatuto fique mais sete anos tramitando, sendo discutido, sendo melho-

rado. Todos queremos que o Estatuto seja aprovado o quanto antes, mas, no nosso entendimento, temos que aprovar um estatuto que contemple realmente as grandes necessidades dos direitos da juventude. Para isso, fazer melhorias é extremamente importante. A SNJ vai apresentar. Senador, um conjunto de sugestões, já com contribuições de vários ministérios. Não são sugestões que vieram apenas da Secretaria; são sugestões que vieram do Conselho e também de outros órgãos. Por exemplo, o Ministério da Educação sugeriu um conjunto de ações sobre direitos à educação. Ele qualifica a proposta, atualiza a proposta. O Ministério da Saúde aponta um conjunto de questões, o Ministério da Justiça também,

Estou citando alguns, já que recebemos um conjunto de sugestões dos Ministérios sobre o Estatuto como um todo. Achamos que é importante ainda qualificarmos, além dos pontos mais específicos dos direitos, os conceitos sobre juventude. Então, devemos reafirmar ainda mais os conceitos avançados que o Estatuto já traz, fazendo uma referência a um estudo que a II Conferência Nacional apontou. Suas resoluções foram definidas agora em dezembro do ano passado, fruto de um processo que mobilizou mais de quinhentos mil jovens no Brasil, em mais de mil e quinhentos municípios do Brasil, com conferências municipais livres, virtuais, estaduais, consultas a comunidades e povos tradicionais, que tiveram um grande empenho e conseguiram fazer com que sua pauta ficasse explícita dentro das resoluções da Conferência. Houve também a etapa nacional que reuniu esses representantes jovens de todos os cantos do Brasil.

Acho que é importante beber na fonte da Conferência, dos documentos já produzidos pelo Conselho Nacional de Juventude, para reafirmar esses conceitos de emancipação e autonomia da juventude previstos no Estatuto, do desenvolvimento integral para o que o Estatuto já aponta, fortalecer ainda mais essa dimensão, assim como a dimensão dos direitos e a necessidade da promoção da autonomia dos jovens do ponto de vista econômico. E que esse Estatuto também ajude a criar instrumentos para que o Executivo possa ampliar a sua capacidade de execução. Não é apenas o Estatuto que garantirá que os Estados e Municípios, por exemplo, ampliem sua capacidade de execução das políticas públicas, assim como o Governo Federal. Será com o Estatuto aprovado, com essa série de direitos definidos e com o Sistema Nacional de Juventude sendo implementado. Então, eu queria destacar esse como outro ponto sobre o qual nos estamos debruçando bastante.

No nosso entendimento, Senador, precisamos, sob o ponto de vista do sistema, ter o segundo momento após a aprovação do Estatuto, um momento em que se debruce mais sobre a construção do sistema. No nosso entendimento, o detalhamento sobre a organização, sobre o funcionamento, sobre como ele deve se dar tem um papel muito forte do Executivo e um debate muito forte com os Estados e Municípios. Vamos abrir esse diálogo sobre a qualificação desse ponto do sistema, porque achamos que vamos ter um Sistema de Juventude que amplie o papel dos Estados e Municípios e do Governo Federal. A criação dos conselhos; a criação de um fundo ou não que garanta o orçamento para execução das políticas de juventude tem que ser muito pactuado, debatido, com todos os Entes federados, assim como com os movimentos e organizações juvenis.

Então, a nossa proposta é que esse seja um tema que fique, de fato, para regulamentação, para garantir que ele esteja mais próximo do exequível, e seja um sistema que permita, de fato, institucionalizar a política de juventude, porque, se não, nós poderemos ter belos direitos definidos no Estatuo, sem ter condições de aplicá-los, transformá-los em políticas na medida em que o Poder Executivo não assimila e não assume essas responsabilidades.

Assim como dele vai derivar a retomada da construção do Plano Nacional de Juventude, a Secretaria Nacional está se debruçando sobre as resoluções da Conferência. Nós vamos constituir um comitê interministerial para transformar as resoluções da Conferência em políticas. Onde já há políticas definidas, é monitorá-las, cobrar e acompanhar os resultados no âmbito do Governo Federal, e, a partir desse comitê, retomar a discussão sobre o Plano Nacional. E o nosso sonho é transformar essas resoluções, atualizar o Plano que está na Câmara dos Deputados, para que, aprovando o Estatuto, a gente já possa começar a trabalhar no Plano Nacional de Juventude e garantir esse marco legal todo, que a gente vem reforçando.

É importante dizer aqui também que não é novo nem no Brasil, nem na América Latina, nem no mundo esse tema dos marcos legais. Acho que esse é um elemento importante para reafirmarmos nas lutas do dia a dia, nos movimentos, aqui no Senado, no Poder Executivo. Nós temos na América Latina, por exemplo, a Lei da Juventude do México, a Lei para o Poder Popular da Juventude na Venezuela, a Lei da Juventude da República Dominicana, a Lei de Promoção do Desenvolvimento Integral da Juventude da Nicarágua, a Lei da Juventude da Colômbia, Lei Geral da Juventude de El Salvador, e a Lei de Juventude do Equador. São alguns países aqui da América Latina que já avançaram na construção de alguns marcos legais importan-

tes e que vêm permitindo hoje o fortalecimento das suas políticas.

Então, são exemplos bem-sucedidos, e nós também estamos nos debruçando sobre isso, acho que é importante comparar. Não tem aplicabilidade uma realidade para outras. Acho que o Brasil tem um processo muito próprio, muito dinâmico, muito específico, mas vale a pena a gente, de fato, também conhecer melhor. E isso a gente está fazendo, para estudar o que a gente pode continuar aprendendo, o que deu certo, o que não deu, também no âmbito dos outros países.

Meu tempo está acabando, e, para terminar, eu queria enfatizar que é um momento em que nós ainda temos pontos polêmicos no Estatuto da Juventude. Tenho muita concordância com o Daniel, que representa aqui a UNE, um movimento histórico, respeitadíssimo, que vem fazendo essa grande luta pela aprovação do Estatuto da Juventude, de que a meia-entrada e o meio-passe são temas importantíssimos e centrais para a juventude.

A SNJ concorda com isso. São dois direitos indispensáveis, mas nós acreditamos que a gente tem que jogar tanta luz nos outros temas quanto estamos jogando nesses, Daniel, porque nós ainda temos a necessidade de uma pactuação, e o Governo Federal está trabalhando para encontrar um consenso entre o conjunto das organizações e o próprio Governo Federal. Sabemos que temos divergências, e não entramos ainda num consenso sobre isso, mas temos o compromisso de encontrar uma saída mediada, que assegure os direitos, mas achamos que também temos de jogar luz sobre a garantia dos outros direitos e que podem não ter, em curto prazo, a garantia da sua implementação imediata, porque vai exigir regulamentação, vai exigir construção de legislações específicas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS. *Fazendo soar a campainha.*) – Trinta segundos.

A SRª SEVERINE MACEDO – Mas essa força precisa ser dada para transformar, por exemplo, o tema do trabalho decente, que atinge milhões de jovens neste País, de modo a ser uma pauta prioritária, e a nós, do Poder Executivo, por exemplo, ter força para garantir a implementação de ações direcionadas para isso.

Então, acho que temos de continuar discutindo as polêmicas, encontrar saídas mediadas para elas, mas não perder a oportunidade de qualificar e melhorar o Estatuto todo, e todos os direitos que o Estatuto vem apontando.

E outra questão é a polêmica que tem aparecido em relação a uma possível sobreposição do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) com o Estatuto da Juventude. Estamos dialogando sobre isso, já houve reunião entre o Conanda e o Conjuve, entre a Secretaria de Juventude e SDH. Nós achamos que eles são complementares: o ECA é de proteção e garantia da proteção dos direitos da criança e do adolescente, e o Estatuto da Juventude tem de garantir a autonomia...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Severine, para concluir. Você vai ter mais uma oportunidade no debate.

A SRª SEVERINE MACEDO – (...) e a aprovação de direitos da juventude. Então, no nosso entendimento, eles são complementares e não deve haver disputa entre um importante instrumento, que é o ECA, e um outro importante estatuto, que vai ser o Estatuto da Juventude.

Obrigada e desculpe-me pelo tempo.

(*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Severine Macedo, Secretária Nacional da Juventude da Presidência da República, que destacou, portanto, a política internacional, o trabalho descente, a Rio+20, na mesma linha do Daniel, que enfatizou muito esse debate da meia-entrada e também a conjuntura internacional, com a crise nos países europeus e o Brasil. E a juventude está no centro desse debate.

Vamos em frente, porque, se não, falo mais eu que vocês. Se vocês deixarem... Eu estou aqui somente para coordenar os trabalhos.

Então, passo de imediato a palavra à representante da Juventude da Central Única dos Trabalhadores, Rosana Sousa de Deus.

Tem a palavra a Rosana.

A SRª ROSANA SOUSA DE DEUS – Boa tarde a todos os companheiros, boa tarde a todas as companheiras!

Como Central Única dos Trabalhadores, a gente faz a discussão pela paridade; então, nós temos que cumprimentar o plenário sempre levando em consideração que as mulheres que constroem a vida do Brasil e, por isso, cumprimentar, também, as companheiras que estão participando aqui. Estão representando não somente o moimento dos estudantes, representados aqui pelos companheiros e companheiras da UBES, mas que também constroem a vida da nossa sociedade brasileira. Então, é sempre importante lembrar também da participação efetiva das mulheres na constituição de políticas para a juventude.

Eu queria saudar o companheiro Jefferson. Tenho muito orgulho de ser petista e ter um companheiro à frente da Secretaria Nacional de Juventude; cumprimentar, em especial, o Senador por esse trabalho que vem realizando agora, pela dedicação que está colocando neste debate, sobre a importância da aprovação do Estatuto da Juventude. Eu queria agradecer, em nome

da Central Única dos Trabalhadores, em nome do Presidente da CUT, Artur Henrique, por essa dedicação que o Senador Paulo está dedicando a esse tema da juventude; cumprimentar os companheiros e companheiras da Mesa: a companheira Tatiana, companheiro Daniel, da UNE; companheiro Aldar; e também uma companheira que muito nos orgulha, que nos ajudou muito na constituição da política da Central Única dos Trabalhadores nesse tema da juventude – não só no tema da juventude, mas nesse tema em especial – a companheira Severine, que tanto nos orgulha à frente da Secretaria Nacional de Juventude do Governo Federal.

Bom, falando pelos trabalhadores e trabalhadoras, pelo conjunto de dirigentes jovens da Central Única dos Trabalhadores, não há como dizer que a implementação do Estatuto da Juventude, a aprovação do Estatuto da Juventude realmente é um marco na história do Brasil e ele é um instrumento importantíssimo, que garante aos jovens, à juventude brasileira, ou às diversas juventudes brasileiras serem reconhecidos como sujeito de direitos. Então, isso, para nós da Juventude da Central Única dos Trabalhadores esse é um momento histórico e ao qual estamos ajudando também ajudando nessa construção.

Agora, eu queria direcionar a minha fala em relação ao Estatuto mais ligado ao tema das políticas públicas para a juventude no que diz respeito ao trabalho descente neste País.

Nós sabemos que todos os jovens, até por um questão econômica que vivemos, querem ter direito ao trabalho, a um trabalho digno neste País e que reconheça, também, os direitos da juventude. Não há como fazer um debate do Estatuto da Juventude, pensar em educação, esporte e lazer sem pensar que a maioria da juventude brasileira, hoje, está entre essa faixa etária de 15 a 29 anos; são trabalhadores e são trabalhadoras. Não há como a gente pensar em políticas públicas para negros e negras, para mulheres, para os quilombolas, para os indígenas, para toda a juventude deste país sem pensar que a maioria da população, cerca de 70% dos jovens e das jovens deste País são trabalhadores e trabalhadoras. E a grande maioria estar fora do nosso sistema educacional ainda é uma realidade.

Então, qualquer política que seja direcionada, qualquer política pública que seja de acesso à educação, educação de qualidade, universal, para trabalhadores do campo e da cidade, temos que levar em consideração que boa parte ou a grande maioria dos jovens dessa faixa etária estão fora do sistema educacional.

Agora, precisamos ter políticas não só para a juventude, mas políticas que garantam que a família, que é responsável pelo cuidado dos filhos, garanta direitos dignos e básicos para essa juventude.

É importante dizer também que a maior parte da juventude brasileira, como já foi dito aqui pela companheira Ângela e frisado muito bem pela companheira Severine e pelo companheiro Daniel, a juventude negra é a que mais sofre neste País, e não sofre só com a violência, sofre com um sistema que hoje está em crise, mas que tem um poder de regeneração muito grande, e todas as vezes que ele passa por esse poder de regeneração um setor da sociedade sofre com o desemprego, com a terceirização, com a precarização; e esse setor é a juventude.

Então, temos que ter também uma política que garanta o trabalho decente para todos os jovens e todas as jovens deste País.

O debate central hoje para a juventude da CUT (Central Única dos Trabalhadores) é fazer com que a agenda nacional do trabalho decente seja uma agenda defendida por todas as juventudes.

É importante que nós da Central Única dos Trabalhadores participemos de todos os espaços de diálogo, de debate, de construção de políticas, defendendo educação de qualidade para homens e mulheres, no campo e na cidade, para os indígenas, para os quilombolas. Mas é importante também que o movimento, todos os movimentos juvenis defendam o tema do trabalho decente. É importante que conheçam a agenda nacional e que essa agenda nacional seja implementada. Essa agenda foi construída a partir das intervenções e da organização não só da Central Única dos Trabalhadores, mas com a participação de representantes do Governo Federal, com a participação dos empregadores. E nós tivemos muitos consensos relacionados a uma vida digna aos trabalhadores e trabalhadoras jovens deste País.

É importante que a gente lembre que boa parte das trabalhadoras domésticas, que são as que não têm registro em carteira, que não têm proteção social, que sofrem todo tipo de assédio sexual e assédio moral, são trabalhadoras, na sua maioria, jovens e negras.

Então, esse tema do trabalho tem que ser estratégico para toda a sociedade brasileira. Se hoje somos estudantes ou por algum motivo estamos fora do mercado de trabalho, um dia seremos trabalhadores e trabalhadoras, ou temos, na nossa família, uma pessoa ou mais que são trabalhadores e trabalhadoras. Então nós precisamos garantir uma vida digna, que esses jovens não sejam terceirizados, que esses jovens não sejam inseridos no mundo do trabalho de uma forma precarizada.

É importante que façamos esse debate da educação ligada com o tema do trabalho, porque sabemos

que a grande maioria dos jovens, quando são inseridos de forma precarizada no mundo do trabalho, a primeira ação desses jovens é largar o sistema educacional.

Se perguntarmos aos jovens brasileiros se preferem estudar, se qualificar, ter tempo livre para viver a sua juventude, ter acesso à educação, ter acesso ao esporte, ao lazer ou ao trabalho, é lógico que eles vão preferir estar no sistema educacional, vão preferir ter tempo livre, poder namorar, é poder passear, ter acesso ao jogo de futebol, ao cinema, ao teatro neste País. Nós, hoje, temos de trabalhar porque a maioria da população brasileira jovem é inserida no mundo do trabalho para que a sua remuneração complete a remuneração da família brasileira. Esse é o debate que temos que fazer.

Temos que ter políticas públicas que garantam ao jovem ser inserido no sistema educacional, mas que garantam também a sua permanência no sistema, pois, na sua grande maioria, o jovem tem que deixar o sistema. Aí, ele não consegue passar nem do ensino médio quanto mais ter acesso à universidade. Discutirmos o acesso ao ensino superior é importantíssimo, é central para a sociedade brasileira, mas, se o jovem não completa o ensino médio, ele não vai jamais entrar nas universidades brasileiras.

Então, a gente precisa ter políticas públicas para a família e para juventude que garantam a permanência desse jovem. É importante ter, como já foi lembrado pelo Daniel aqui, um sistema de transporte gratuito para que o jovem da periferia possa ir até os grandes centros urbanos e tenha acesso realmente à educação. É importante ter uma política de transporte gratuito em especial para a juventude do campo, que é a maioria dos trabalhadores e trabalhadoras que estão fora do sistema educacional. Não há como a gente fazer um debate de uma sociedade justa, igualitária sem saber que a maioria da população negra ainda está fora do sistema educacional. E está fora do sistema educacional porque esta inserida no mundo do trabalho, muitas vezes de forma precária.

Para que vocês tenham uma idéia – e tenho certeza que a maioria aqui sabe disso –, nós temos dados da área da saúde no País que dão conta de que, hoje, 40% das indenizações pagas aos trabalhadores que sofrem algum tipo de perda por conta do seu ritmo de trabalho, são os jovens de 15 a 29 anos. O número de suicídios entre a juventude, por conta do ritmo de trabalho, da pressão do trabalho, vem aumentando a cada ano.

Então esse é um debate do mundo do trabalho que não é direcionado e que não fica só relacionado à inserção da juventude de forma precária. Então, o sistema educacional tem que ser levado em consideração, a saúde pública tem que ser levada em consideração, o transporte gratuito e de qualidade tem que ser levado em consideração.

Então, não há como a gente construir políticas públicas para a juventude sem pensar no mundo do trabalho, sem pensar na forma como o jovem está sendo inserido hoje no mundo do trabalho.

Eu sei que o tempo está terminando aqui, mas há uma...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Você ainda tem cinco minutos.

A SRª ROSANA SOUSA DE DEUS – Ainda tenho cinco minutos? (*Pausa*.) Pois não; então, vou tentar complementar.

Nós fazemos uma avaliação – e todos os movimentos juvenis fazem essa avaliação – de que nós não temos uma única juventude neste País. Quando se fala de juventude negra, é uma realidade; quando se fala das mulheres jovens, é uma outra realidade; quando você compara realidade da juventude de São Paulo com a juventude do Nordeste, é uma outra realidade; quando você pensa na inclusão digital para a juventude, é saber que os jovens que são lá do Norte do País têm menos acesso que os jovens dos grandes centros, como São Paulo e Rio de Janeiro. Então é outra política pública que tem que ser implementada para que todos os jovens e todas as jovens tenham a mesma condição de empregabilidade, que tenham a mesma condição de educação e de qualificação neste País.

Então, para terminar e não me alongar muito, quero dize que, para construirmos uma sociedade justa e igualitária, nós temos que ter um olhar específico para todas as juventudes deste País. Nós temos que pensar no esporte; na cultura e no lazer; nós temos que pensar na educação; temos que construir políticas públicas que garantam a inserção dos jovens no mundo do trabalho, mas de uma forma digna e com boas condições, para que o nosso jovem não perca, cada vez mais, cada dia que passa, a sua saúde e a sua dignidade. Nós teremos que ter uma política pública também que garanta para a família brasileira que o jovem tenha boas condições de vida. Agora, é importante também que o Estado brasileiro saiba que ele é responsável pelo cuidado da juventude. Nós não podemos responsabilizar somente a família pelo cuidado dessa juventude brasileira. O Estado, sim, precisa implementar políticas públicas para a juventude, com a participação da juventude, em todos os espaços da sociedade brasileira. Só assim teremos uma sociedade realmente que garanta direitos para a nossa juventude brasileira.

Era o que tinha a dizer. Obrigada mais uma vez. Agradeço, em nome da Central Única dos Trabalhado-

res, por essa oportunidade de fazer com que a gente apresente um pouco desse debate da agenda nacional sobre o trabalho decente relacionado ao Estatuto da Juventude.

(*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Essa foi Rosana Sousa de Deus, que aqui representou o Presidente da Central Única dos Trabalhadores, ela que lidera a juventude. E ela falou aqui, Senador Randolfe, com muita precisão tanto do trabalho decente, da educação, quanto do trabalhador do campo, da empregada doméstica, do transporte. Enfim, claro que não vou falar tudo que você falou.

Eu queria registrar a presença, com muita alegria, do Senador Randolfe Rodrigues. Quero dizer que S. Exª, além de Relator na CCJ, é o Senador mais jovem – e eu sou um dos Senadores mais antigos na Casa. Assim, aqui, na Comissão de Direitos Humanos, eu também pedi que ele relatasse a matéria. Então é o único...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sou menos jovem que V. Exª, Senador Paim. V. Exª tem ideias mais jovens que as minhas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Gostei. Por isso que eu o quero como Relator. É um diplomata! É o único Senador que vai relatar em duas comissões – é Relator na CCJ e vai relatar aqui nesta Comissão, onde a matéria tramita em decisão terminativa. Eu vou relatar na Comissão de Assuntos Sociais e vamos fazer um relatório em parceria, com certeza absoluta.

Eu queria também registrar a presença do Senador Mozarildo, que esteve aqui conosco, e também a assessoria do Senador Ricardo Ferraço, que, como sempre, está aqui presente. Registro ainda a assessoria da Deputada Manuela.

Vamos dar uma salva de palmas a todos aí que estão aqui prestigiando este nosso evento.

(*Palmas*.)

Repito que esta audiência é transmitida pela Internet – www.senado.gov.br/TV, Canal 3, e pelo canal digital de Brasília, Canal 51.3.

Vamos agora para o Aldar Campos Braga, Agente Sociocultural da União Brasileira dos Estudantes Nacionais (Uben). (*Pausa.*)

O Senador fala no momento que entender adequado. Os Senadores sabem disso.

O SR. O ALDAR CAMPOS BRAGA – Em primeiro lugar, eu quero agradecer ao Senador Paulo Paim; saudar os componentes da Mesa, a todas e a todos. Quero dizer que é um prazer imenso me encontrar aqui neste momento histórico em que se discute o Estatuto da Juventude.

Lembro também que o Estatuto da Juventude traz o fortalecimento das ações e também um compromisso que a União tem com o acordo que foi assinado, conhecido como Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. E o cumprimento desse acordo tem oito eixos, um dos quais enquadra justamente uma ideia: "Nós podemos". Todos juntos pelo desenvolvimento.

Quero agradecer à Uben por ter me dado a oportunidade de representar a juventude estudantil. Cumprimento a Severine, o Daniel, a Rosana e a Tatiana. Eu senti a falta do Alexandre. Mas tudo bem.

Quando se fala em jovem, na verdade... Eu trouxe até um texto, porque seria redundante estar repetindo todas as situações. E eu gostaria que vocês avaliassem com carinho, porque, na verdade, é uma responsabilidade de todos a constituição desse Estatuto.

Não consigo mais pensar só no meu País, onde sei que o mundo está sofrendo. Não consigo mais sonhar com o infinito do universo, onde tudo parece que foi projetado para acabar.

Muitas lágrimas derramei pedindo ao Criador que me desse respostas de questões que Ele não teria a obrigação de responder, sendo que me programei para obter respostas de acordo com as minhas obras.

Hoje tenho consciência de que o compromisso de Deus para com o homem é de lhe dar a vida e o compromisso do homem para com Deus é de manter seus sonhos vivos. Sabemos que sofremos, perdemos e ganhamos pelos mesmos motivos.

Então, resolvi não questionar mais, valorizando a minha existência e procurando sempre melhorar, da minha pessoa para a minha casa, tendo como fim o compromisso de torná-la um lar; do mundo para o universo, para contemplar a face de Deus. Valorizar, assim, a vida com a esperança de ver todos os seres do universo um dia brilharem como o sol, resplandecendo um para o outro.

Hoje acredito que a esperança não é a última que morre, mas é a única que permanece auxiliando a vida, tendo consciência de que o universo é uma construção sem fim, onde todos somos artistas, cada um fazendo a sua parte, para que tudo se harmonize; dando direito a todos de buscar respostas e complemento para tudo aquilo que se constrói, porque, quando se realiza um sonho, abre-se a porta da esperança para que outros venham sonhar também.

Assim, espero que vários projetos sociais se espalhem pelo mundo, que cada cidadão adote uma causa e que todos os artistas manifestem os seus dons. Aquele que nasceu com o dom de cantar que, por meio de sua música, leve a alegria; aquele que nasceu com o dom de falar que fale de amor; aquele que nasceu com o dom de construir que construa sonhos; aquele

que nasceu com o dom de curar que resgate a vida; aquele que nasceu com o dom de plantar que plante a paz. Lembrando que nunca devemos abortar um sonho. Abortando um sonho, aborta-se uma ideia. Abortando uma ideia, se aborta uma oportunidade.

É assim que eu vejo o Estatuto da Juventude, porque, na verdade, noto que não conseguimos mencionar, por exemplo, os jovens infratores.

Eu tive uma experiência aqui em Brasília, ontem, e percebi a dificuldades das organizações para reeducar o jovem infrator. Quando se fala em sustentabilidade social – e compartilho com a Severine, no momento da sua fala –, falou-se na II Conferência Nacional da Juventude. Infelizmente, só agora o Brasil se voltou para essas questões. Em outros países essa discussão já está um pouco mais avançada.

Lembro o Daniel, que tocou em um assunto muito importante. Não quero tomar muito tempo, quero ser preciso, mas viemos aqui porque a Uben nasceu em 1999, ou seja, dois anos antes do surgimento da medida provisória que provocou algumas variações. Então, como toda medida, ela também tem seu peso.

Depois da constituição da medida provisória, várias outras instituições nasceram em nível municipal, estadual e nacional. Eu tive a felicidade de, a partir da UNE, conhecer a realidade geográfica do País. Hoje, quando discutimos a questão da meia-entrada e da meia-passagem, lembro que os jovens assistem a seu primeiro filme em pontos de cultura, porque em muitos Municípios não há um cinema comercial.

Então, comecei a perceber que, quando se tratava de medida provisória, ou seja, de lei da meia-entrada, era uma questão mais metropolitana, em uma realidade de entretenimento e diversão. A palavra diversão é muito forte para o jovem, diversão significa colocar a sua alma em movimento, e o Estatuto dá justamente essa condição, porque o jovem hoje é assistido pelo Estatuto e ele poderá participar, também, politicamente de outras atividades sociais que estarão nascendo.

A questão da meia-entrada foi discutida, inclusive, na Câmara dos Deputados em 2008. O projeto atual, que saiu da mão do Eduardo Azeredo, não citava o nome de instituições. Ele dava o direito a todas as organizações estudantis de desenvolver o documento. Aí, houve uma mudança, ocorreu uma mudança. Infelizmente, como a Uben faz um trabalho de ponta, ela não teve a mesma felicidade que outras instituições tiveram de representar, buscar informações junto aos Deputados e junto aos Senadores. Por isso, neste momento, encontro-me aqui levantando essa questão.

O mais interessante, Senador, é que, na verdade, quando se fala de meia-entrada e passagem gratuita, sempre há um bloqueio na ideia de quem paga esse benefício.

O Ministério dos Transportes concede o direito ao empresário para que ele preste o serviço de transporte público. Aí, às vezes, eu me pergunto: será que esses veículos de comunicação hoje existentes no metrô, nos trens, não poderiam ser um subsídio? Ou ser utilizado para baixar o preço da passagem do estudante ou torná-la gratuita?

Então, fico me pergunto quanto à sustentabilidade social. Quando se trata do Fundo de Direito que será constituído no Estatuto da Juventude, surge uma nova preocupação. Nós temos os Fundos Municipais. A Severine questionou quanto à integração do Estatuto da Juventude com o Estatuto Eca. Temos o Estatuto da Criança e do Adolescente constituindo seus fundos em nível municipal, os fundos de níveis estaduais, mas, infelizmente, não existe nenhum recurso destinado ao desenvolvimento de ações baseadas nas necessidades locais de um Município, até mesmo de um Estado.

Também há a preocupação da Uben quanto à sustentabilidade social, direcionando, citando uma fonte de recurso a partir da emissão dos documentos, da carteira do estudante – como o Daniel mencionou –, que não é uma carteira de meia– entrada, mas um documento de identificação que fortalece justamente o direito do estudante e a sua integração nas atividades sociais. A esse documento, Senador, infelizmente, até o dia de hoje – , com a revogação da medida provisória e onde entra o direito de acesso a esse documento nacionalmente – todos os estudantes não tiveram acesso. Então, é muito válida a questão da gratuidade do documento para o pessoal, na verdade, que depende do Bolsa Família, da zona rural, e assim por diante.

Queria deixar aqui, também – já que é uma oportunidade única –, uma sugestão. Seria a criação...Na verdade, o destino de um percentual da confecção dos documentos, das carteiras de meia-entrada, para o Fundo Nacional de Cultura. Dará oportunidade, na verdade...

Quero agradecer a oportunidade, estou um pouco nervoso. Sinto-me presenteado. Quando se fala em 2ª Conferência Nacional, entendo que muitos jovens não estão aqui participando. Não participaram da 1ª Conferência Estadual. Alguns Municípios ainda, infelizmente, não conseguiram entender a precisão das conferências. Sinto-me presenteado porque, na verdade, tenho vinte anos de atividades sociais. Não estou mais tão jovem, mas acredito que é muito importante a sustentabilidade das ações. Na semana passada discutindo, justamente, a questão da juventude, um senhor compartilhou comigo uma frase. “Ser jovem é, justamente, buscar a sustentabilidade das ações.” Na

verdade, quando se fala em ser jovem...Acho que está aí nas parábolas e na busca individual de cada um, a imortalidade, ou seja, a crença numa vida contínua. Então, a fonte da juventude – e quero dizer para todos que aí estão – e a imortalidade são alimentadas pelas ações constituídas para o bem maior da humanidade. Por isso, Senador Paulo Paim, considere-se jovem, bem como todos os que estão aqui presentes. Estão cumprindo um grande papel.

Pedimos, também, a inclusão – e aproveito a oportunidade da presença do Senador Randolfe – do nome Uben no Estatuto da Juventude ou, como estava no artigo anterior, no Estatuto que a Câmara dos Deputados encaminhou, que não rezava o nome das instituições, mas de organizações nacionais, estaduais, municipais e distritais.

Agradeço a oportunidade. Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Esse foi o Aldar Campos Braga, Agente Sociocultural da União Brasileira dos Estudantes Nacionais (Uben).

Vamos agora à última oradora desta mesa antes de passarmos ao plenário.

Concedo a palavra à Tatiana Fátima Ribeiro, representante da Rede Ecumênica de Juventude (Reju), em substituição ao Sr. Gabriel Medina de Toledo, Presidente do Conselho Nacional de Juventude.

A SRª TATIANA FÁTIMA RIBEIRO – Boa tarde a todos e a todas! É uma alegria para a Rede Ecumênica da Juventude fazer parte desta Mesa. Quero começar cumprimentando o Senador Paulo Paim pelo seu trabalho, por ser sempre um companheiro na luta da juventude, desde o Rio Grande do Sul. Também sou gaúcha, como a Severine, nossa companheira, e a gente conhece o seu trabalho desde lá.

(intervenção fora do microfone.)

A SRª TATIANA FÁTIMA RIBEIRO – É divisa. O Rio Grande do Sul é quase todo a mesma coisa. Ela é gaúcha também. Quem é do Sul (do Paraná, de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul) é gaúcho. Vocês não sabem?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eles dizem que nós, gaúchos, somos muito bairristas.

A SRª TATIANA FÁTIMA RIBEIRO – A gente leva uma fama que não tem!

(intervenção fora do microfone.)

A SRª TATIANA FÁTIMA RIBEIRO – Enfim, quero cumprimentar também a Severine e o Senador, o Daniel, pelo seu trabalho, ao Aldar e à Rosana, nossa companheira do Conjuve.

A Rede Ecumênica da Juventude é uma rede relativamente nova. A gente está no primeiro mandato no Conselho Nacional de Juventude. É uma rede que reúne jovens não só cristãos, mas também das religiões afro. A gente consegue um diálogo porque a gente acredita que quem está em defesa da vida está também em defesa da sua fé. E todo mundo tem o direito de proclamar a sua fé, de viver a sua espiritualidade. E nós lutamos, também, por um país laico. E há uma frase que a gente sempre tem trabalhado no movimento ecumênico: a gente não quer um país que ore, a gente quer um país que defenda o nosso direito de orar, o nosso direito de rezar.

E a gente sabe que quando a gente fala da mortalidade da juventude, dentro da juventude negra também há um grande percentual de jovens que morrem por defender a sua fé, por defender a sua origem, e na religião afro isso é muito forte. E a gente acredita que todos têm o direito de viver a sua fé, seja cristão ou não cristão, isso tem que ser defendido. A rede ecumênica vem lutando também nessa defesa pela vida. A vida acima de qualquer coisa, independente da sua religião, independente da sua cor, da sua crença.

No Conselho Nacional de Juventude, a gente vem debatendo o estatuto e a gente acredita que o estatuto é um avanço muito grande para as políticas públicas de juventude. E o estatuto é para toda a juventude brasileira, independente da sua cor, da sua raça, independente do seu Estado. É para toda a juventude brasileira! E isso tem que ser levado muito a sério. A juventude do campo, a juventude da cidade, a juventude religiosa, a juventude estudantil, todos têm que ter o seu direito defendido.

O Conselho Nacional de Juventude tem uma diversidade muito grande de entidades da juventude lá dentro, e a gente luta para que essa política pública seja para toda a juventude.

Um ponto que a gente acha importante, tanto que na Rede a gente tem conversado, é a questão da segurança pública para a juventude. Para a questão das drogas a gente tem que olhar com mais carinho, com mais responsabilidade e com seriedade, mais do que está sendo visto.

O jovem, o usuário de droga não pode ser visto somente como um delinquente, mas ele também tem que ser visto como alguém que precisa de cuidado, como alguém que precisa ser acolhido, não somente na sua família como pela sociedade também para ser tratado. Ele não pode ser visto somente como um delinquente que tem que ser tirado da sociedade. A gente tem que olhar também esse lado, com esses olhos, para essa juventude.

O estatuto, às vezes, passa meio por cima disso. E a gente precisa olhar. Mais ou menos 70% dos jovens presos hoje, no País, são jovens que foram presos por causa de pequenos furtos ou porque são pequenos traficantes de drogas e são vistos como delinqüentes. Porém, eles precisam ser acolhidos; é preciso ter uma política que acolha esses jovens para tratamento, para cuidado, com medidas socioeducativas também.

Quanto a essa parceria já citada com o Eca, houve um seminário técnico do Conjuve com o Conanda para debater essa questão, para ser parceiro. Um complementa o outro; ninguém vai tirar espaço de ninguém; ninguém é maior que ninguém, mas é uma caminhada conjunta em defesa da vida, em defesa dessa saúde integral da juventude, dos adolescentes. A gente precisa olhar com mais carinho.

A gente tem a meia-entrada, e todos falaram aqui um pouco, bem como sobre tantos outros pontos ainda mais polêmicos dentro do estatuto e que a gente precisa discutir. E acho que também o estatuto precisa ser levado à juventude brasileira como um todo, lá para a base, para aquela juventude das escolas rurais, para a juventude religiosa lá da comunidade, do bairro, a fim de que todas as juventudes possam discutir, possam se apropriar do estatuto. Que o Estatuto da Juventude não fique somente nas discussões dentro das salas, mas que a juventude brasileira se aproprie desse estatuto; que a juventude possa ter o estatuto na mão para ler, para estudar, para estar junto debatendo também; que não seja algo só fechado. A gente precisa olhar para essa juventude que está aí, para ter essa saúde integral.

Acho que a juventude brasileira passa por um momento muito positivo de crescimento, momento de buscar esse desenvolvimento integral do País, querendo se envolver. Ao contrário do que muitos dizem, que é uma juventude que não está envolvida, podemos afirmar que é, sim, uma juventude envolvida e precisa ter esse estatuto em suas mãos. É uma juventude que está lutando, a II Conferência Nacional de Juventude mostrou isso, mostrou que a juventude brasileira está envolvida, está querendo lutar pelo seu País, por um País digno, por um País sustentável – e precisa ser valorizado isso.

Então, acho que o estatuto vem para trazer esses direitos, para estar aí junto com essa juventude, defendendo-a; e a juventude precisa se apropriar deste momento. A juventude da base, como eu disse, a juventude local precisa se apropriar deste momento, e nós, como agentes disso, que já temos esse estatuto nas mãos, precisa levá-lo também para a base.

Concordamos também com vários pontos que já foram colocados. Não vou ficar me estendendo para ser redundante, mas acho que precisamos reforçar este nosso discurso, este nosso debate, estar junto no debate. E o Estatuto da Juventude vem também para unir. Independentemente das nossas bandeiras, existe algo muito maior em torno do que precisamos nos unir. Às vezes, ficamos só olhando apenas para o nosso pequeno, o nosso local, aquele ponto que diz respeito diretamente ao que acredito, a minha luta diária, mas precisamos nos unir para lutar por algo que é maior, que é a defesa da vida da nossa juventude. É um momento em que estamos lutando aqui em prol de cada um de nós, de cada jovem do nosso presente, mas é também pensando no futuro dessa juventude que vem atrás de nós, essa juventude que está vindo aí para que também tenha os seus direitos preservados, tenha os seus direitos garantidos.

Então, com o Estatuto da Juventude, temos um grande desafio nas mãos, que é o de lutar para que esse estatuto seja aprovado, que não fique mais tanto tempo engavetado – e acho que a gente tem feito isso. O Conselho Nacional de Juventude também vem trabalhando para isso, como trabalhou para a aprovação da PEC, e podemos aprofundar mais isso. Não é o primeiro momento de debate, pelo contrário, já houve muitos momentos por aí, mas acho que ainda temos muito o que debater, muito o que aprofundar em muitos pontos do Estatuto. Então, acho que podemos aprofundar isso.

Quero, novamente, agradecer a oportunidade de estarmos juntos. Acho que o Estatuto, assim como a PEC e tantos outros, que já foram aprovados, estão aí para serem debatidos, aprovados, e temos que aproveitar este momento para usar disso e se apropriar ainda mais do Estatuto.

(*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Esta foi a Tatiana Fátima Ribeiro, representante da Rede Ecumênica de Juventude.

Com a fala da Tatiana, terminamos aqui a lista dos nossos convidados da Mesa. E eu havia já acertado que iria passar a palavra para o André, da UJS, e, em seguida, para o Jefferson Lima, do PT, isso sem prejuízo de que as outras entidades presentes indiquem alguém para falar em seu nome, como foi o caso da Ubes.

Então, vamos lá, com a palavra o André Tokarski, da UJS.

André, cinco com mais cinco, se necessário.

O SR. ANDRÉ TOKARSKI – Está ótimo, obrigado.

Boa tarde, Senador Paulo Paim, Tenho muito prazer em participar desta bela iniciativa da Comissão de Direitos Humanos do Senado.

Saúdo o Senador Randolfe, grande amigo da juventude brasileira, que relatou essa matéria na Comissão de Constituição e Justiça, não vou cumprimentar todos da Mesa porque já foram cumprimentados. Contudo, em nome da Severine, cumprimento todos os membros da Mesa e também as mulheres. Severine vem desempenhando esse papel importante na Secretaria Nacional da Juventude, tocando pautas fundamentais para toda a juventude brasileira.

Cumprimento os estudantes, os jovens que estão também participando, e a turma que nos acompanha pela TV Senado e pela Internet.

Este é um tema, Senador, de muita relevância. V. Exª acertou muito ao propor a realização desta audiência pública, porque, ao discutir o tema da juventude, na minha opinião, na opinião da União da Juventude Socialista, discutimos também problemas relacionados a toda a sociedade. No Brasil, em especial, somos mais de 50 milhões de jovens, e não há como não discutir os problemas estruturais que o Brasil vive, as questões principais do nosso País sem fazer relação também com a juventude, assim como não há como deixar de abordar um tema muito pertinente, que é o tema da crise econômica mundial.

Para nós, o mundo em crise, o mundo do capitalismo em crise, deixa claro que esse sistema não oferece perspectivas para toda a juventude. As revoltas sociais que eclodiram no mundo todo, em 2011, deixam clara também a participação protagonista da juventude na luta política no Egito, em todo o Oriente Médio, no acampamento dos indignados em Madri, nas ocupações e grandes mobilizações que foram realizadas em Londres, no *Occupy Wall Street*, nos Estados Unidos, no Chile, com as passeatas massivas do movimento estudantil. Aqui, no Brasil, também os estudantes protagonizaram o Agosto Verde Amarelo, com mais de 15 mil estudantes nas ruas, o *Occupy* Brasília, também em defesa e pela aprovação do Estatuto da Juventude, pela aprovação dos 50% do pré-sal para a educação, mostrando que a juventude está em luta e que a juventude é a primeira a ser prejudicada pela crise capitalista.

Temos assistido à restrição democrática no continente europeu. A Europa, Senador, que durante muitos anos, séculos até, propôs-se a ser o berço da democracia e a dizer como é que o mundo deveria se organizar, hoje, em nossa opinião, não apresenta alternativas concretas, não apresenta senão saídas conservadoras, de restrição da democracia, como a que assistimos na Grécia, por exemplo, onde foi derrubado um Primeiro Ministro, sendo substituído por um funcionário de um banco sem qualquer consulta ao povo.

O Primeiro Ministro que governava a Grécia, ao discutir um pacote econômico de cortes de direitos e de restrições ao orçamento para programas sociais, propôs a realização de um plebiscito e a resposta da União Europeia foi nomear um interventor para fiscalizar as contas daquele país, voltando ao que conhecemos como período colonial. Vivemos hoje num mundo onde o colonialismo volta a se apresentar sob uma nova face, a face do capital financeiro, e isso tem influência em nosso País, Senador.

Achamos que o Brasil vive um momento fundamental, uma encruzilhada de grandes oportunidades. A eleição da Dilma à Presidência da República mobilizou e sensibilizou a esperança da juventude, a esperança de todos os que querem construir outro país, outro mundo. Precisamos tratar dessas encruzilhadas.

Não há como não discutir política de juventude sem discutir os cortes de R$55 bilhões que o Governo apresenta este ano, no Orçamento, em programas sociais importantes, fundamentais.

A redução de juros é uma medida fundamental, mas acreditamos que é preciso acelerar essas medidas, porque, se o dinheiro vai para remunerar o capital financeiro, esse é o mesmo dinheiro que falta para as escolas, que falta para complementar a realização efetiva do plano que estabelece o Piso Salarial Nacional dos professores. Esse piso mínimo para a remuneração de professores é um desafio fundamental da educação básica do País. E, hoje, quase 50% dos jovens que ingressam no Ensino Médio se evadem e não o concluem.

Não há como discutir a construção de um país forte, soberano, digno, em que haja trabalho decente para todos os jovens, para todas as mulheres, para todos os que querem transformar o Brasil num grande país sem enfrentar de fato o problema do financiamento de programas sociais fundamentais. E a educação, em nossa opinião, apresenta uma pauta prioritária de investimento para que a juventude consiga avançar e se consolidar de fato como agente, através da sua emancipação, dos seus direitos e também como agente fundamental de desenvolvimento do nosso País.

Vivemos, Senador, um ambiente em que há uma contradição muito grande, onde o capitalismo não oferece perspectivas para a juventude nos Estados Unidos, na União Europeia, mas, em contrapartida, no Brasil, a esperança da juventude é muito grande. Segundo uma pesquisa que foi publicada pelo Instituto Data Popular, 90% da juventude brasileira está otimista, hoje, com o seu futuro e com o futuro do seu país. Isso é fruto, sem sombra de dúvida, das importantes transformações sociais que vivemos a partir da eleição do Presidente Lula, agora reafirmadas com a Presidenta Dilma.

Nós acreditamos, contudo, que é preciso se ter uma pauta avançada de transformações porque o Brasil ainda vive grandes contradições. Na medida em que é um país otimista com o futuro do juventude, é também, ainda, o país onde quase 50% da população carcerária é jovem. Na medida em que aumenta também o otimismo da juventude com a perspectiva de geração de empregos, com ampliação do Pró-Uni, que atingiu um milhão de beneficiário, também vive a triste realidade de que 90% dos jovens que morrem por causas violentas estão entre 15 e 29 anos, e, em especial, os jovens negros, como foi abordado aqui pela Rosana e pela companheira da Seppir que não pode ficar para toda a audiência.

E, nós precisamos, portanto, para concluir, Senador, em minha opinião, encontrar uma grande plataforma que unifique os movimentos de juventude. No Brasil, as grandes transformações sociais só foram possíveis com ampla unidade da juventude, ampla unidade dos trabalhadores. Uma plataforma que coloque, em primeiro lugar, o desenvolvimento do País, respeitando a valorização do trabalho, a geração de empregos descentes, a valorização da educação desde o ensino básico, com ampliação do acesso aos institutos federais, ao ensino técnico, ao ensino superior. A democratização efetiva do País, e o Estatuto aborda isso também, a partir da democratização também dos meios de comunicação, porque a juventude quer falar, mas também quer ser ouvida, Senador. A juventude quer falar e quer ter espaço nos meios de comunicação para apresentar suas maneiras, apresentar suas demandas.

E nós temos, no ano de 2012, uma oportunidade fundamental no Brasil para dizer isso a todo o mundo. Como a Severine já abordou, o Brasil sediará a Conferência Rio+20, que trata do desenvolvimento sustentável. Nós, na América Latina, em minha opinião, temos a oportunidade de mostrar ao mundo que é possível construir outro mundo, que é possível construir um País mais justo, que valorize as mulheres, que valorize a juventude e que promova a integração solidária dos povos. O Brasil é o único país, hoje no mundo, que, apesar de ter mais de doze países que fazem fronteira territorial, não está em guerra.

Queremos o desenvolvimento do nosso País, mas queremos o desenvolvimento solidário, integrado com as demais nações. E a juventude, que tem grande presença populacional no Brasil, também tem na América Latina. Assim, sem dúvida, a Rio+20 será uma oportunidade para apresentarmos, em conjunto com a América Latina, com os países em desenvolvimento, uma nova plataforma de direitos para a juventude, de desenvolvimento que leve em conta a questão ambiental, mas que leve em conta também a questão social, o desenvolvimento social, a justiça social, sem o que não é possível ter efetiva democracia, efetiva justiça para todo mundo.

E, para concluir, Senador, quero aproveitar a oportunidade, já que estamos tratando aqui do Estatuto da Juventude, a Presidenta da Argentina, Cristina Kishner, fez um pronunciamento, há poucas semanas, dirigido a um público de jovens e estudantes, dizendo que o principal espaço para a juventude é na política. E nós acreditamos nisso também. É preciso ampliar os espaços de participação política da juventude. A reforma política, tão necessária para o nosso País, deve abordar também este tema. E nós devemos fortalecer as organizações juvenis, as organizações que compõem o Conselho Nacional de Juventude. As entidades estudantis precisam ter autonomia para realizar suas atividades, apresentar suas maneiras.

Eu concluo convidando os jovens brasileiros que participam aqui da audiência, que nos vêm pela TV Senado, estamos, a União da Juventude Socialista, em um momento especial, que é a realização do nosso 16º Congresso, com o tema: "Nas redes e nas ruas, lutando pelo Brasil dos nossos sonhos".

E quero, aqui, aproveitar a oportunidade para convidar a juventude a participar cada vez mais da luta política, se organizar nas diversas instituições juvenis, organizações de movimento da juventude. E, em especial, convidar também todos jovens, todos os homens e mulheres a conhecerem a União da Juventude Socialista, que é essa organização que luta por mais direitos para a juventude e por um Brasil decente para todos nós.

Obrigado.

(*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, André Tokarski, que ficou dentro do tempo combinado por nós, que é cinco mais cinco. E você tinha um minuto ainda. Foste bem!

Passo a palavra ao Jefferson Lima, Secretário Nacional da Juventude do PT, pelo mesmo tempo – cinco mais cinco.

O SR. JEFFERSON LIMA – Boa tarde, companheiros e companheiras presentes a esta audiência pública da Comissão de Direitos Humanos! Agradeço, mais uma vez, o convite ao Senador Paulo Paim, companheiro do Partido dos Trabalhadores lá do Rio Grande do Sul.

Há uns quinze ou vinte dias, tivemos um primeiro momento, um café aqui no Senado, para ajudar na construção da audiência pública, no debate do Estatuto da Juventude. Parabenizo sua assessoria pela organização deste espaço. Agradeço também ao companheiro Randolfe Rodrigues também, que foi Relator

na CCJ e vai ser novamente Relator do Estatuto da Juventude, aos companheiros da Mesa, à Severine Macedo, nossa companheira Secretária Nacional de Juventude do Governo, que muito honra a juventude brasileira; companheiro Aldar Campos; Presidente da União Nacional dos Estudantes, companheiro Daniel Iliescu; companheira guerreira, lutadora, Secretária Nacional de Juventude da CUT, Rosana Sousa, a quem parabenizo pela articulação nesse debate do Estatuto da Juventude; companheira Tatiana, que representa aqui o Conselho Nacional de Juventude, importante conselho que ajuda na construção das políticas de juventude aqui no nosso País.

Companheiros e companheiras, hoje é um dia muito especial para nós, da juventude do PT, e para a juventude brasileira, porque aconteceram duas ações importantes para a nossa juventude: a companheira Dilma hoje lançou o Pronacampo, programa muito importante para a juventude brasileira, em especial para os companheiros que atuam no campo, para a juventude da agricultura familiar, que é um debate muito importante para a democratização do campo, o desenvolvimento do nosso País.

Então, é um investimento rico para esse setor importante da população brasileira, o setor trabalhador, que atua principalmente na agricultura familiar e que abastece muito as mesas do povo brasileiro.

Dilma lançou esse programa hoje e, no mesmo dia, temos esse debate do Estatuto da Juventude, que é fundamental para consolidar os avanços da Política de Juventude no nosso País e reconhecer, cada vez mais, o jovem como um sujeito de direito, importante para o nosso País, para a política brasileira fazer esse debate de renovação geracional. Isso é fundamental para que a gente consiga avançar cada vez mais.

Gostaria de falar um pouco do que vivenciei há 20, 30 dias no Chile, um debate que fizemos lá com a juventude da América Latina e do avanço que esses companheiros e companheiras da América Latina se referem em relação ao Brasil na efetivação das políticas de juventude.

Falar em Estatuto da Juventude, falar em Sistema Nacional de juventude, falar em PEC da Juventude para alguns países da América Latina, infelizmente, é algo novo e impensável, inclusive na efetivação de um órgão institucional na política de juventude. Há países da América Latina que não têm secretaria, assessoria, mas outros, como Chile, Argentina, apresentam um avanço muito grande.

Digo isso pela importância que o Brasil, o Governo Lula e o Governo Dilma vêm colocando na pauta de juventude, na criação da Secretaria de Juventude, na efetivação do Conselho, sendo exemplo para outros países na consolidação dessas políticas. E o debate do Estatuto vem em consonância com o propósito de valorizar cada vez mais esse jovem. E então nós, da juventude do PT, temos um debate muito forte, unificado. Quem conhece a juventude do PT, quem conhece o Partido sabe das divergências dos debates de ideias que existem dentro do nosso Partido, mas, em torno do Estatuto da Juventude...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – SP) – Permita-me, Jefferson, mas antes que a Senadora Ivonete Dantas saia, porque a estão chamando no plenário, pediria uma salva de palmas a S. Exª, primeira mulher que veio aqui como Senadora. Estiveram aqui Senadores.

(*Palmas.*)

O SR. JEFFERSON LIMA – Obrigada pela presença, Senadora.

Então, dentro do PT, dentro da juventude, nós temos um debate em relação ao Estatuto de ampliar os direitos para toda a juventude, com base um pouco do que disse a Rosana, a Severine. Que esse Estatuto consiga atingir parcela da juventude que hoje está excluída: o jovem quilombola, o jovem indígena, o companheiro da juventude trabalhadora, as trabalhadoras domésticas, as camponesas, para que consigamos avançar cada vez mais na consolidação desse direito.

Estudantes - claro que é importante essa parcela significativa da juventude brasileira -, mas que a gente consiga, Senadores Paulo Paim e Randolfe, ampliar os direitos para toda a juventude brasileira o debate da meia-entrada, do acesso à cultura, para que consigamos consolidar cada vez mais esses direitos e reafirmar o nosso compromisso.

Como o companheiro Severino colocou, tem um debate em torno do Estatuto da Criança e do Adolescente, da juventude. O nosso compromisso é de seguir à risca, de 15 a 29 anos, em relação ao debate do Estatuto da Juventude, em relação ao debate da juventude brasileira.

A gente faz uma avaliação de que é importante, também, que o Estado consiga aprovar esse Estatuto da Juventude e consiga, ao mesmo tempo, colocar em prática e cumprir que esse Estatuto da Juventude vigore cada vez mais e que tenha um controle na fiscalização muito forte do Estado, para que a gente consiga efetivar cada vez mais e atingir a parcela significativa da juventude brasileira, que hoje gira em torno de 53 milhões de jovens no nosso Brasil. Que a gente possa, cada vez mais, avançar nesse debate em relação ao estatuto.

Então, a juventude do PT tem uma posição muito clara, como a gente já dialogou com o companheiro Paulo Paim e com os diversos movimentos sociais, de

uma defesa intransigente do Estatuto da Juventude, e que a gente possa ter um estatuto, realmente, que não fique cinco ou seis anos e seja necessário se fazerem mudanças. Que a gente tenha um estatuto de médio ou longo prazo, que seja aprovado o mais rapidamente possível, como a gente já colocou para o Senador Paulo Paim. Há necessidade de se aprovar o mais rapidamente possível o Estatuto da Juventude, mas com melhorias e com a qualificação que foi feita no debate na Câmara, e parabenizo a Deputada Manuela D'Ávila.

Foi feito, aqui no Senado, pela CCJ, mas que se aproveitem essas três outras comissões para que a gente consiga melhorar o texto do Estatuto da Juventude com o debate da meia passagem, o debate da idade, o debate da meia-entrada, e consiga atingir, Senador Paulo Paim, é o desejo nosso, parcela significativa da juventude brasileira, a juventude que está trabalhando, a juventude pobre e que não tem acesso à educação, a juventude que está fora da escola, a juventude que faz o debate nos mais diversos cantos do nosso País, que precisa, cada vez mais, desse estatuto e precisa da efetivação dessas políticas de juventude.

Então, para não me alongar muito e não ser repetitivo, isso é um pouco da nossa posição como juventude do PT, como um partido que tem relação com diversos movimentos sociais que atuam na área de juventude, para que a gente consiga avançar, cada vez mais, na construção de políticas de juventude e efetivar um estatuto que, realmente, seja para toda a juventude brasileira.

Obrigado.

(*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Esse foi o Jefferson Lima, Secretário Nacional de Juventude do PT, que, de fato, esteve comigo – o Daniel estava junto – e mostrou, com muita clareza, essa questão de que temos de ter uma política para o conjunto da juventude, principalmente para os que mais precisam.

Então, parabéns pela sua explanação também.

Agora, vamos passar a palavra para a Manuela Braga, Presidente da Ubes.

A SRª MANUELA BRAGA – Boa tarde a todos e a todas.

Eu quero saudar a Mesa em nome do Senador Paulo Paim, grande amigo da juventude, grande amigo da Ubes. Quero estender a saudação à Mesa ao nosso grande amigo, o Senador Randolfe Rodrigues, que, em diversos momentos, tem estado com a Ubes, com a juventude do Brasil, lutando para que a gente consiga, juntos, avançar cada vez mais nas políticas educacionais, nas políticas de juventude, para a construção de um Brasil mais justo, mais soberano e mais igualitário.

Quero começar falando, Senador, primeiro, que essa estudantada que está, hoje, aqui é muito aguerrida e desde cedo já está na luta. Hoje, foi a assembleia do Sindicato dos Professores do Distrito Federal e a Ubes, em parceria com diversos sindicatos, vem se manifestando em defesa do piso salarial do professor. Então, eles saíram de lá direto para a audiência. Alguns, inclusive, estão ainda sem se alimentar. Então...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Uma salva de palmas, então. São guerreiros e guerreiras!

(*Palmas*.)

A SRª MANUELA BRAGA – Exatamente.

Eu quero iniciar falando que o Brasil, primeiro, tem um déficit histórico com a juventude, e que, nos últimos anos, a gente tem de reconhecer, vem, cada vez mais, trabalhando a questão da juventude.

Fruto disso, mas também, Senador, fruto de muita luta, a gente conseguiu conquistar bandeiras históricas para a juventude. Uma demonstração clara é este momento que a gente está tendo hoje: uma audiência pública para discutir a construção do Estatuto da Juventude. Não é só, historicamente, ter o Estatuto da Juventude, mas também ter a juventude participando ativamente da construção da sua história.

Eu quero destacar que, não só no que diz respeito à juventude, mas em todos os momentos em que o Brasil mais avançou a juventude esteve presente. Destaco o Fora Collor, as Diretas Já!, a Lei do Grêmio Livre, que hoje permite que muitos estudantes possam se organizar, o direito ao voto aos 16 anos, que foi uma campanha da Ubes, dentre tantas outras. Inclusive, a universalização do ensino básico. Há algum tempo a gente conseguiu conquistar, mas hoje a gente enfrenta, ainda, muitas dificuldades no cotidiano da escola.

Dentro disso, Senador, gostaria de dar destaque para alguns direitos que a Ubes considera básicos para a juventude. O direito, principalmente, à educação, à saúde, o direito de ir e vir, o direito de ter acesso ao esporte e à cultura.

Recentemente, a gente conseguiu conquistar a universalização do ensino básico, mas ainda há um funil muito grande, para a Ubes, na questão do ensino médio. Muito já foi dito aqui que a educação é a principal ferramenta que a gente tem para conseguir transformar a sociedade, para conseguir formar a juventude. A educação tem de cumprir esse papel de formar uma juventude que consiga problematizar, que consiga ter consciência do valor que tem na construção de um novo Brasil, uma juventude que tenha consciência do papel que ela tem no processo de transfor-

mação social. Para isso, a educação precisa ser essa ferramenta que forme trabalhadores e cidadãos aptos a compreenderem o que ocorre no mundo, que forme, mais do que isso, brasileiros e brasileiras dispostos a edificar um novo País.

Na nossa compreensão, a educação ainda pouco serve a essa construção, a essa identidade, que a juventude precisa ter. É preciso ter um ensino médio que cumpra esse papel. A gente identifica que, hoje, o ensino médio não cumpre papel nenhum na transformação da juventude, porque ele não forma para o mundo do trabalho, ele não forma cidadãos. Inclusive, existem jovens que saem do ensino médio – grandes guerreiros, porque são poucos os que conseguem concluir – e sequer conseguem ler um texto e interpretar o que estão lendo.

Recentemente, o Governo Federal lançou um novo ensino médio. A gente identifica que é um avanço. Há alguns pontos que a gente identifica e aos quais faz uma crítica, pois precisam melhorar. Estamos tentando dialogar em torno disso.

A gente precisa destacar também que é necessário construir, no Estatuto da Juventude, mais acesso à educação. Não só ao ensino básico, não só ao ensino médio, mas a ampliação do ensino universitário e uma educação cada vez mais pública, gratuita e de qualidade, que considero um dos grandes funis no que diz respeito às políticas públicas de juventude.

Quero dizer ainda mais, Senador. Com o processo de globalização, de informação chegando à juventude, também chegaram as drogas. Não sei se foi dito aqui – infelizmente já cheguei no caminhar –, mas é muito assustadora a quantidade de jovens que tem problemas com drogas. A grande maioria, inclusive avassaladora, está envolvida com *crack*. A gente precisa ter uma atenção especial e incluir a questão numa política pública de saúde. A gente não pode tratar as drogas, os jovens drogados, os escravos da droga, como marginais, marginalizando ainda mais a sociedade. Não podemos achar que a solução para isso é a diminuição da idade penal, é colocá-los dentro da cadeia. Nas cadeias, nos presídios do Brasil, Senador, cerca de 70% dos presidiários possuem até 29 anos. Isso significa que, no mínimo, não tiveram acesso à educação, que, no mínimo, não tiveram acesso a uma oportunidade. Tenho certeza – mesmo sem nenhum embasamento de estudos, de dados – de que se tivessem tido outra oportunidade, outro caminho para passarem, não seria esse o que escolheriam.

Por fim, quero falar do direito de ir e vir como um direito constitucional. Hoje, um dos principais funis que a juventude vem tendo relativamente ao acesso à educação. Então, a gente precisa considerar, inclusive puxando a responsabilidade também para o Governo Federal, o passe livre para os estudantes para que eles tenham acesso à escola, mas não só para a escola, porque não é só a escola que forma a gente para a vida, não é só a escola que dá a formação cultural que a gente precisa ter, mas também ter acesso a jogos, ter acesso à cultura. Para isso, Senador, é essencial que o Governo contribua com os Estados, que o Governo apresente subsídios ou outras formas, como isenção de impostos, para garantir o acesso da juventude à escola, diminuindo e tirando esse que hoje vêm sendo para a juventude um grande funil no acesso à escola, o transporte – aliás, o transporte público é muito precário, por sinal.

Por fim, para que a juventude tenha acesso a essa cultura, para que ela tenha acesso ao esporte, a gente precisa garantir que ela tenha um direito fundamental, que é o de pagar a meia-entrada. Queria trazer como destaque que o principal lugar em que a juventude tem de estar é dentro da escola, dentro da universidade. Então, a meia-entrada deve ser um direito garantido aos estudantes, principalmente aos estudantes de baixa renda, que a gente tem de problematizar aqui e conseguir encontrar soluções para que os jovens estudantes possam ter acesso cada vez maior à cultura e ao esporte, porque a escola, hoje, não consegue formar, não consegue cumprir o papel que deveria cumprir. Ainda assim a gente espera, a gente luta para que chegue o momento em que ela consiga cumprir esse papel. O esporte e a cultura precisam ser ferramentas complementares.

Por fim, Senador, queria falar aqui que a gente precisa garantir esses direitos a uma mais ampla parcela da juventude. Há setores tentando dizer que a juventude tem de ser considerara entre 21 e 25 anos, que tem de diminuir a idade, que é jovem demais. Como é que vai garantir isso para todo mundo? A gente precisa dizer que o Brasil tem um déficit com a juventude que precisa ser pago e que não será diminuindo o debate, diminuindo a idade, procurando diminuir a parcela, procurando diminuir a faixa etária de jovens que se identificam como tal que a gente vai conseguir fazer isso.

Então, acho que a Ubes, a CUT, a Reju, o Conselho Nacional de Juventude, a Secretaria Nacional de Juventude... Acho que tem de ser uma bandeira nossa, dos movimentos sociais, para que a gente consiga aprovar o Estatuto da Juventude da forma mais ampla, mais democrática, o que, na nossa visão, tem de ser com a juventude, com a faixa etária compreendida entre 15 e 29 anos.

Assim, queria agradecer a oportunidade, saudar mais uma vez a Mesa e dizer que fiquei muito feliz em

participar deste momento tão importante, tão histórico, para a juventude brasileira.

(*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Manuela Braga, Presidente da Ubes, pela sua fala abrangente, com muita clareza, falando da importância do Estatuto da Juventude.

Neste momento, vamos passar a palavra ao Relator do Estatuto aqui nesta Comissão, Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Querido Senador Paulo Paim, quero cumprimentar o caríssimo Daniel, Presidente da União Nacional dos Estudantes, bem como a Manuela, Presidente da nossa querida entidade co-irmã, a nossa querida União Brasileira de Estudantes Secundaristas, Saúdo o Aldar Campos, a caríssima Severine, Secretária de Juventude do Governo brasileiro; a Rosana, representante da CUT; a Tatiana, da Rede Ecumênica da Juventude; os companheiros das juventudes partidárias aqui presentes, da juventude do PT; companheiros da União da Juventude Socialista.

Senador Paim, já estou neste debate há algum tempo, junto com os companheiros aqui presentes, e acho que avançamos muito no texto na CCJ, fazendo as mediações que eram possíveis de serem feitas, dialogando com o Governo e enfrentando resistência. Acho que é importante que tenhamos consciência de que temos muita resistência nessa matéria. O Paim sabe muito bem que quando é para conquistar direitos é uma luta! Há quantos anos V. Exª está nessa luta contra o Fator Previdenciário? Então, quando é para conquistar direitos para a maioria do povo pobre, para a maioria dos trabalhadores brasileiros, para a juventude, sempre é uma dificuldade, sempre há quem se oponha.

Quero destacar dois aspectos do Estatuto. Primeiro é um diploma legal geracional, não é Daniel? É uma luta política que vem pelo menos há vinte anos. Gerações de militantes juvenis que nos antecederam já empunhavam as bandeiras que estão consagradas neste diploma legal.

Depois, por ser um diploma, ele faz – Rosana fez uma leitura perfeita – os dados do relatório, eu recomendo, Rosana, que você dê uma olhada no relatório que aprovamos na CCJ, parte do diagnóstico que você faz. A maioria dos jovens deste País, que é um terço da população nacional, é de jovens pobres, metade dos jovens deste País é pobre. Essa metade pobre, quando nos reportamos à sua definição étnica, é composta por negros. A maioria dos jovens pobres negros está no Nordeste.

Ou seja, os dados retratam uma desigualdade. Retratam uma desigualdade que já conhecemos: é uma desigualdade regional e é uma opressão concreta que se retrata na cor da pela, que se retrata concretamente no não espaço de políticas públicas para a maioria dos jovens brasileiros, que são pobres.

Por isso que, quando um diploma legal como este, que nós estamos fazendo avançar, Paim, aqui no Congresso, é colocado em debate, logo surgem aqueles que se levantam contra a conquista dos direitos para os mais pobres. Nós aprovamos, na CCJ, numa quarta-feira, Daniel, o Estatuto. Na sexta, um jornal de grande circulação nacional veio com a seguinte manchete: "Senadores querem garantir a 'bolsa avião'". Quando a taxa de juros vai lá para a estratosfera, beneficiando o mercado financeiro, ninguém fala da "bolsa banqueiro". Quando se retira algum direito dos trabalhadores, ninguém fala do privilegio para as elites, mas, quando é para ampliar, para garantir o direito para jovens que não têm condição de comprar passagem aérea, de ter acesso a um avião, para poder se deslocar para outro Estado, aí é privilégio demais. Aí é direito demais.

Estou fazendo este preâmbulo, porque nós ainda temos uma jornada para avançar para esse projeto ser aprovado. E não é uma jornada simples. Eu e Paim estamos mais do que sintonizados; estou sob a orientação de Paim nessa matéria. Estamos mais do que sintonizados.

Ocorre que, na CAS,não está só o Senador Paulo Paim. Mesmo aqui, na Comissão de Direitos Humanos, que sou relator e o Paim é Presidente não estamos sós. Há oposição a essa matéria. E eu temo que a maior oposição seja sabe o quê? Não a oposição do debate nas comissões, porque esse nós já enfrentamos na CCJ, vamos enfrentar na CAS ou onde quer que seja. O meu maior receio é o decurso de prazo, ou seja, nós discutimos demais. O jornal que emitiu essa manchete quer que a gente debata isso mais dez anos aqui. Eu acho que a unidade está entre estes que estão aqui, juntos, reunidos. Precisamos de pressa para a tramitação desse projeto. O Paim fez muito bem em convocar essa audiência pública, já tem o relatório dele pronto, submeter a voto na CAS – na CDH vai ser breve. Mas olha só, o Plenário já aprovou que vai tramitar ainda na Comissão de Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle.

Convenhamos, para que a gente tem ir para a Comissão de Defesa do Consumidor? Essa é uma matéria que diz respeito à educação, a direitos humanos, a assuntos sociais. Por que tem que ir para a Defesa do Consumidor? É por que garantiu o direito ao jovem de ter uma passagem gratuita? Por que garantiu a meia passagem nos transportes interestaduais para milhares de jovens? É por que estende direito a jovens que estão inclusos no Programa Bolsa Família

que nunca tiveram acesso à política pública. Será que isso é matéria de defesa do consumidor?

Enfim, ter sido aprovado esse requerimento no plenário foi um retrocesso. Nosso maior adversário – parece-me – neste momento é o prazo. Veja: se nós não conseguimos votá-lo no plenário em junho ou julho, nós não conseguiremos mandá-lo para a Câmara. E aí, depois de junho e julho – o Paim sabe melhor do que eu –, acabou o ano, porque é ano eleitoral. Enfim, acabou. Então, vai para o ano que vem.

Na minha opinião, queridos, nós temos que utilizar uma consigna de uma bela música da minha geração da década de 80, que eu acho que deve definir esta matéria. Em relação a esta matéria, nós não temos tempo a perder. Nós temos a necessidade de ter esse diploma. Este projeto de lei já tramita no Congresso Nacional desde 2004. Veja já se vão oito anos na tramitação desta matéria.

Eu queria sugerir que nós, daqui desta audiência pública importante solicitada pelo Senador Paim, saíssemos com a mobilização para acelerarmos o quanto antes a votação desta matéria. O ideal até seria que nós passássemos a matéria pela CAE, que ela fosse para a CDH e, em seguida, conseguíssemos a urgência de todos os líderes. E eu acho que isso não seria difícil, Paim, para que a matéria fosse direto para o plenário, porque veja – nós fizemos modificações no Senado. Então, ela vai ter que ainda voltar para a Câmara. Daí a prioridade da mobilização.

Eu queria encontrar alguma divergência que eu não vi. Todos afirmaram aqui uníssonos: é urgente, é necessário, é ponto de consenso. Esta matéria nós temos que aprovar, mesmo porque é uma matéria que está acima das juventudes partidárias, das organizações de juventude. Repito: esta matéria é uma conquista geracional para toda a juventude brasileira. Então, vamos para essa conquista, para avançarmos aqui, termos o relatório de Paim na CAS, da CAS ir para a CDH, depois conquistarmos a urgência, levarmos para o plenário e conquistarmos esse diploma histórico que vai ser uma conquista dessa geração, que é resultado de muitas lutas de gerações anteriores.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Randolfe Rodrigues, Relator da matéria nesta Comissão.

Como eles estão chamando do plenário para votação. Esta sirena está chamando. Eu apenas queria que cada um aqui tivesse pelo menos um minuto para suas considerações finais. Eu começo, da minha direita para a esquerda, pela Tatiana. Um minuto só, porque o Plenário nos chama e provavelmente teremos outra audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais, para que a gente aprofunde o debate.

A SRª TATIANA FÁTIMA RIBEIRO – Reforço essa urgência de ser votado e, mais uma vez, a necessidade de a gente, como juventude brasileira, se articular e estar juntos para mobilizar para esta votação.

Eu acho que o Conselho Nacional de Juventude está disposto. E é uma das nossas bandeiras de luta, de trabalho o Estatuto da Juventude. E eu acho que a juventude brasileira precisa se unir para defender o Estatuto da Juventude mais do que já tem defendido. Como o Senador disse, é urgente. A gente não pode esperar muito tempo. E acho que a juventude tem provado – já provou e continua provando e vai provar ainda – que, quando ela deseja alguma coisa, quando ela quer, ela vai em frente e consegue.

Eu acho que a gente está sendo chamada, mais uma vez, a se unir e a lutar em favor da aprovação do Estatuto da Juventude. Claro que há muito a ser debatido, há muito ainda a ser melhorado, Senador, mas a gente está aí disposta a fazer isso, a se unir, a fazer este debate, a melhorar e lutar por essa aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Tatiana.

Rosana, com a palavra.

A SRª ROSANA SOUSA DE DEUS – Eu gostaria de, mais uma vez, agradecer o convite feito para que a Central Única dos Trabalhadores estivesse presente a este debate, que é estratégico de organização, de mobilização. Agora, falando neste tema, que foi muito bem abordado pelo companheiro o Senador Relator: nós precisamos mobilizar a juventude, fazer com que esse debate do Estatuto da Juventude seja um debate também feito nas comunidades, na sociedade civil como um todo.

Então, a gente tem uma série de formas de organização, de mobilização dessa juventude, mas nós temos outro instrumento, que é muito rápido, muito eficaz, que é a utilização das redes sociais. A gente tem como utilizar as redes sociais de uma forma política para conscientizar e mobilizar essa juventude para a aprovação rápida desse Estatuto da Juventude. É uma forma também de a gente mobilizar a juventude, de fazer com que a juventude conheça esse Estatuto, porque boa parcela dos nossos jovens, das nossas jovens, não tem acesso a essa informação e não conhece o conteúdo desse Estatuto. Então, a gente precisa fazer com que o conjunto da sociedade civil conheça e defenda esse tema, do Estatuto da Juventude, a aprovação imediata desse Estatuto da Juventude.

Fico muito feliz, falando como representante dos trabalhadores e trabalhadoras, porque o tema do trabalho é estratégico para toda a juventude. Aqui houve uma fala do companheiro da JPT, da companheira da Ubes, do companheiro da UJS, que levantaram essa preocupação com a inserção do jovem, com a inserção

precarizada que o jovem vem tendo. E não há como fazer esse debate sem pensar na educação, na saúde e no transporte gratuito, de qualidade para todos e todas.

Então, agradeço mais uma vez o convite feito à Central Única dos Trabalhadores. Estamos na luta para a aprovação imediata desse Estatuto da Juventude, que é tão importante para que a gente tenha realmente uma sociedade justa, igualitária.

(*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Rosana, que falou pela CUT.

Vamos ao Daniel, que falará pela UNE.

O SR. DANIEL ILIESCU – De forma breve, quero valorizar muito esta tarde em que passamos debatendo o Estatuto, valorizar mais uma vez a iniciativa do Senador Paulo Paim, que atende esse pedido das entidades juvenis e que, tenho certeza, vai conduzir a relatoria levando em consideração as pautas mais fundamentais do movimento juvenil.

Queria reivindicar aqui duas das falas desta tarde. Uma é a fala da Severine, quando aponta para além dos direitos mais latentes, mais concretos que a gente aponta, esse importante consenso que se pode gestar e que pode ter um efeito virtuoso ao impulsionar as políticas públicas da juventude em todo o país, para que consigamos relevar e ressaltar essa pauta mais ampliada de direitos e afirmação das políticas da juventude no país, e a última fala do Senador Randolfe, que atesta para a importância de uma profunda unidade da juventude. Não temos dúvida de que unidos somos mais fortes e que passamos um tempo debatendo legítimas polêmicas de vários segmentos do movimento juvenil e que agora é a hora de cerrar fileiras em torno da aprovação desse Estatuto, da afirmação de direitos e do fortalecimento da autonomia do movimento social para que consiga também se embrenhar em outras lutas necessárias para o nosso país e que tenhamos entre nós o objetivo de jogar a bola para a frente, de conseguir aprovar na CAS e nas outras Comissões do Senado, levar ao plenário do Senado e, sem dúvida alguma, sob a relatoria da Deputada Manuela D'Ávila, ex-diretora da União Nacional dos Estudantes, a Câmara, sem dúvida alguma, respaldará todos os avanços que essa relatoria promover em relação ao documento que sai da Câmara.

Então, com muita confiança, com muito entusiasmo, vamos para a nossa jornada nacional de lutas, com passeatas em todas as capitais do Brasil, atos dentro das universidades, calouradas, debates e a nossa caravana, que vai percorrer o Brasil em busca de mais políticas, de mais direitos para a juventude, para os estudantes do nosso país.

Então, com certeza, seguimos à disposição desta Casa para conseguir aprovar o Estatuto e afirmar outros direitos importantes para a juventude brasileira. Obrigado.

(*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Daniel, que falou pela UNE.

Passamos a palavra ao Aldar Campos, que fala pela Uben.

O SR. ALDAR CAMPOS BRAGA – Quero aproveitar a oportunidade para relembrar mais uma vez que a Uben nasceu dois anos antes da medida provisória e passou a ter uma visão de empreendimento social. Dentro dessa integração, percebi uma situação dentro do Estatuto, e não estou só representando a Uben, mas tantas outras instituições em nível municipal, em nível estadual, porque, infelizmente, eles não conseguem passar de uma conferência municipal e até mesmo estadual por falta de recursos às vezes.

Entendo que a questão da emissão da carteira de estudante, não citando o nome das instituições, vai organizar as organizações estudantis, dando a elas o direito de se tornarem empreendimentos sociais, fortalecendo o seu desenvolvimento local, com isso sendo presenteadas com a presença da UNE, da Ubes, que, na verdade, fazem parte da história, não esquecendo que as outras organizações estudantis hoje também fazem parte dessa história e não devem ser excluídas do Estatuto. Talvez a citação do nome da instituição esteja retardando justamente a constituição do Estatuto. Então, nós podemos universalizar essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – SP) – Muito bem! Esse foi Aldar Campos, que falou pela Uben.

Passamos a palavra a Severine Macedo, Secretária Nacional da Juventude.

A SRª SEVERINE MACEDO – Obrigada, Senador.

Só agradeço e reafirmo a todos que há um entendimento coletivo no Governo Federal da importância do Estatuto no reconhecimento do quanto significa um avanço. Reafirmo que o nosso empenho é para qualificar o Estatuto no tempo que nós temos agora nas comissões. Achamos que é um tempo necessário, sim, para melhorar um conjunto. Já é um grande avanço chegarmos até aqui. À medida que se discute, aprofunda-se, aparecem coisas novas. Então, queremos ter esse tempo para aprofundar as alterações do Estatuto e resolver as polêmicas nos pontos que ainda existem.

Eu penso que há sinalização de todos os movimentos que estão aqui na mesa do Governo e do Legislativo de entrar numa pactuação. Nem sempre o tempo do Governo é o tempo da rapidez que a gente gostaria que fosse, porque é um conjunto de pactuações que vão além da Secretaria de Juventude, mas esse esforço está sendo feito por todo o Governo, por um diálogo permanente com a Secretaria de Relações Institucionais, a Casa Civil, a Secretaria Nacional de

Juventude. E nós temos certeza de que temos condições de entrar num consenso e garantir a aprovação deste importante instrumento.

Obrigada. Muita luta vai seguir, com certeza, nos próximos dias nesta pauta.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – SP) – Muito bem, Severine, Secretária Nacional de Juventude.

Ao encerrar, eu só posso rapidamente dizer para vocês que estou há 26 anos no Congresso: quatro mandatos de Deputado Federal e dois de Senador. Eu devo ser o Senador mais velho em tempo de Casa. Muitos têm até 30, 40 anos de Casa, mas saíram e voltaram depois. Eu devo ser o único que nunca saiu. Entrei e fiquei desde a Constituinte até hoje. Outros saíram e saíram bem. Lula foi para a Presidência da República. Fernando Henrique, Presidência da República; outros, Ministros; outros, Governadores. E a experiência aqui dentro me mostra que o Estatuto da Juventude só vai ser aprovado com pressão e mobilização. A gente mais ou menos conhece a Casa. O Estatuto da Igualdade Racial levou 15 anos; o do Idoso, quase 20; dos povos indígenas está há mais de 23 anos, e até hoje não foi aprovado. O Estatuto da Pessoa com Deficiência, do qual casualmente eu sou o autor, está há mais ou menos 15 anos na Casa e também não tem como aprovar.

Então, este aqui, pela importância, pela abrangência e pelas mudanças que nós vamos construir junto com os relatores, com certeza, só com muita pressão e mobilização que a gente vai poder votá-lo e aprová-lo eu espero ainda este ano, devido às eleições municipais. Vocês todos sabem, como foi dito pelo Senador Randolfe, a partir do segundo semestre, a Casa meio que esvazia.

Então, só posso dizer a todos vocês que, para mim, foi muito bom ouvi-los a todos – a todos mesmo! Aprendi um pouco mais hoje. Seria muito bom que a sociedade brasileira ouvisse mais a nossa juventude. Com certeza, o País seria bem melhor.

Abraço a todos!

Está encerrada a audiência pública.

(*Palmas.*)

Passemos à segunda parte da nossa reunião.

ITEM 1

REQUERIMENTO Nº 35, DE 2012 – CDH

Requeiro, nos termos do art. 256, inciso I, do RISF, a retirada do Requerimento nº 3-CDH, de 2012, de minha autoria, para debater o papel do Poder Judiciário na garantia dos Direitos Humanos.

Autoria: Senador Paulo Paim

Foi a pedido das entidades, para que se faça num outro momento.

Aqueles que concordam com o extrapauta permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aqueles que concordam com o mérito permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Está que nem assembleia de metalúrgico. (*Risos.*)

Declaro encerrada a reunião.

(Iniciada às 14 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 49 minutos.)

Ata da 12ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, Convocada Para o Dia 22 de Março de 2012, Quinta-Feira, às 09 Horas, Sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II, Senado Federal.

Às nove horas e sete minutos do dia vinte e dois de março de dois mil e doze, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a presidência do Senador (**Paulo Davim**), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Comparecem os seguintes senhores Senadores e Senadoras **Marta Suplicy, Wellington Dias, Eduardo Suplicy, Lauro Antônio, Paulo Davim e Vicentinho Alves.** O Senador Cristovam Buarque justifica sua ausência. Deixam de comparecer os demais senhores Senadores e Senadoras. O senhor Presidente declara aberta a presente reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da ata da 11ª reunião da CDH, que é dada por aprovada. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte PAUTA. Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 20, de 2012–CDH, aprovado em 01/03/2012, de autoria do Senador Paulo Paim, para "instruir o PLC 30 de 2007, que altera a redação do art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Dispõe sobre o direito de agente público portar arma de fogo)". Convidados: Paulo Sérgio Costa da Costa, Presidente da Federação das Entidades Representativas dos Oficiais de Justiça Estaduais do Brasil – FOJEBRA; Rudi Cassel, Advogado; Bené Barbosa, Presidente do Movimento Viva Brasil – ONG; Marivaldo Pereira, Secretário de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça, em substituição ao Senhor Ministro de Estado da Justiça José Eduardo Cardozo; Sérgio Torres, Assessor do Secretário Executivo do Ministério da Justiça, em substituição ao Senhor Ministro de Estado da Justiça José Eduardo Cardozo; e Pedro Delarue Tolentino Filho, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil – SINDIFISCO. Usam da palavra os Senadores Paulo Davim e Eduardo Suplicy. Nada mais

havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta e três minutos, lavrando eu, ***Altair Gonçalves Soares***, Secretário da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim,** Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Havendo número regimental, declaro aberta a 12ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a coloco em votação.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Daremos início à audiência pública, nos termos do Requerimento nº 20, de 2012, da CDH, aprovado em 1º de março de 2012, de autoria do Senador Paulo Paim, para instruir o PLC nº 30, de 2007, que altera a redação do art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre o direito de agente público portar arma de fogo.

Dando início, convidamos para compor a Mesa as seguintes autoridades: o Sr. Paulo Sérgio Costa da Costa, Presidente da Federação das Entidades Representativas dos Oficiais de Justiça Estaduais do Brasil – Fojebra; o Dr. Rudi Cassel, advogado; o Sr. Bené Barbosa, Presidente do Movimento Viva Brasil, uma Organização Não Governamental; o Sr. Marivaldo Pereira, Secretário de Assuntos Legislativos; e o Sr. Sérgio Torres, assessor da Secretaria Executiva do Ministério da Justiça, em substituição ao Exmº Sr. Ministro de Estado da Justiça, José Eduardo Cardozo. As demais autoridades convidadas logo que se fizerem presentes serão convidadas para participar da nossa Mesa.

Na nossa prática da audiência pública, daremos aos componentes da Mesa dez minutos para suas considerações iniciais. Evidentemente, havendo necessidade, podemos prorrogar um pouco mais esse tempo. Em seguida, abriremos para a participação dos Senadores presentes. Da mesma forma, caso esses Senadores necessitem fazer alguma intervenção, será permitida a qualquer momento nesta audiência pública.

Para abrir os trabalhos e fazer uso da palavra, eu convido o Sr. Paulo Sérgio Costa da Costa, que é o Presidente da Federação das Entidades Representativas dos Oficiais de Justiça Estaduais do Brasil, para fazer uso do tempo regulamentar.

O SR. PAULO SÉRGIO COSTA DA COSTA – Senador Paulo Davim e demais integrantes da Mesa, as nossas saudações e o nosso agradecimento pela realização desta audiência pública.

Efetivamente, quando nós fizemos a proposta de debater esse projeto de lei, queríamos mostrar a condição de agente público, o direito do agente público que exerce uma atividade de risco de portar arma em sua defesa pessoal.

Oficiais de justiça, para quem não conhece a atividade, desempenham uma atividade de risco efetivo, reconhecido pelos próprios tribunais do País. Porquanto, pagam as gratificações de risco de vida, as gratificações de atividade externa.

Já na época do plano de carreira dos servidores do Poder Judiciário da União, o Deputado Carlos Leréia transcreveu uma decisão do egrégio Conselho da Justiça Federal, que, por unanimidade, reconheceu que, em função da natureza do trabalho, existia perigo de vida aos oficiais quando no exercício de suas atribuições. E, lá, eles descreviam que o risco a que estão submetidos os oficiais de justiça decorre do exercício de suas atividades já eminentemente externas. Assim que, quando do exercício dos mistérios do cargo, funcionando como auxiliar do juízo, na prática de atos de intercâmbio processual e de execução, constantemente se vê oficial de justiça em situação de perigo concreto.

Bom, nós só queremos fazer aqui um breve paralelo entre atividades de servidores de categoria funcional oficial de justiça e até mesmo dos integrantes da Polícia Federal. E já dizia o Ministro Lauro Leitão que, em verdade, os riscos a que estão sujeitos os oficiais de justiça são bem maiores do que aqueles dos integrantes da Polícia Federal, já que, quando da realização das diligências, em cumprimento às determinações judiciais, atuam sozinhos e desarmados, diferentemente do que ocorre com os agentes federais, que atuam em grupo e armados.

Ao contrário de policiais federais, militares ou civis, que sempre atuam em veículos oficiais e sempre em grupo, oficiais de justiça são obrigados a atuar sozinhos. Muitas vezes sem poderem contar com o auxílio da força policial ou por essa não estar disponível para acompanhar oficiais.

E, aqui, quero abrir um parêntese, Senador, para dizer que é falacioso o discurso de que o oficial de justiça pode dispor da força pública, como se nós tivéssemos uma bola de cristal capaz de prever toda a diligência de risco. Então, por vezes, nós já vimos – e temos aqui muitos fatos para mostrar a esta Comissão – agressões, assassinatos de oficiais de justiça que ocorreram em razão de simples intimações. E outro detalhe que podemos ver é o contingente policial. Se

cada oficial de justiça do Brasil, dos 26 mil oficiais de justiça em exercício, necessitar de força pública para a realização de suas diligências, eu não sei o que vai ser da segurança pública externa.

Então, nós nos vemos, efetivamente, em muitas situações difíceis. Pretendo mostrar um pouquinho que a violência é generalizada. Ela não está só nos grandes eixos: Rio, São Paulo, Brasília. Nós encontramos dificuldades ao vermos oficiais de justiça atuando rente às fronteiras. Há casos de colegas aqui em Cáceres, no Mato Grosso, que atuam na fronteira da Bolívia, notadamente uma área bastante perigosa, onde estamos vendo traficantes, e todos os agentes que ali atuam têm porte de arma, à exceção do oficial de justiça.

Eu só quero mostrar que esta Casa já vem debatendo há muito tempo as peculiaridades das atividades de risco, e o próprio Senador Paulo Paim, que admiramos, que é um dos maiores defensores do direito de aposentadoria especial aos servidores públicos, enalteceu, em discurso, peculiaridades do trabalho desenvolvido pelos policiais civis, categoria, obviamente, que nós respeitamos demais. E, entre essas atividades, pela similaridade, estava a questão de saírem diariamente para o trabalho com a angústia de enfrentar o desconhecido em seu cotidiano. É o que acontece, efetivamente, com os oficiais de justiça no cumprimento dos seus mandados; e essa situação inclui um risco de vida constante e a incerteza de volta para casa com a integridade física preservada.

Já estivemos nesta Comissão em três oportunidades anteriores e nós não queríamos debater mais somente com a nossa categoria. Nós queremos mostrar ao Parlamento, à sociedade, aos segmentos interessados na questão as nossas características laborais e o risco que estamos correndo no nosso dia a dia.

Então, para quem não conhece a atividade do oficial de justiça, queremos apresentar alguns dos nossos locais de trabalho, porque às vezes nos parece que o administrador enxerga o oficial de justiça como um personagem global, ridiculamente apresentado pela Globo, que pode sair de terno, não abre a boca para dizer absolutamente nada e entrega um pedaço de papel para um cidadão.

Ora, nós atuamos, nós subimos os morros que, por vezes, nós sabemos, no Rio de Janeiro, que precisam ser pacificados, mas a Justiça chegava lá por intermédio do oficial de justiça, que sobe e desce sozinho e retorna, para cumprir todo tipo de mandado.

Além das intempéries, nós também atuamos dentro dos presídios. Aqui, uma característica: será que o marginal com o qual a polícia lida não é o mesmo marginal que nós procuramos?

Atuamos também dentro de hospitais, enfrentamos o Movimento dos Sem Terra e dentro de uma característica peculiar, porque, quando há um movimento muito grande de reintegração e de desocupação de áreas, nós recebemos um aparato, porque, aí sim o oficial está prevendo que vai haver um conflito e pede a força pública. Mas nessa ilustração, quem é o personagem mais facilmente reconhecido? É a força pública militarizada ou aquele personagem isolado, o oficial de justiça? É óbvio que o alvo, infelizmente, por ignorância ou talvez porque não se debata muito a atividade do oficial de justiça no cotidiano, o alvo do Judiciário ou da ira das pessoas passa a ser o personagem do oficial de justiça.

E nós queremos mostrar aqui que também enfrentamos, assim como os profissionais dos Correios e os policiais, muitos animais. E animais, assim como armas, podem causar e causam estragos violentos. Sabemos de vários casos de pessoas que vêm até a falecer por ataques de cães, ataques ferozes, e nós não estamos incólumes a isso.

Lidamos com menores infratores, menores que mais adiante, no futuro, reconhecem-nos. Temos um caso concreto, no Rio Grande do Sul, de um oficial de justiça que havia encaminhado um menor para a fase. Passados alguns anos, em diligência, ele foi reconhecido e covardemente assassinado, numa situação onde, conforme as pessoas relataram, o menor, ao reconhecer o oficial de justiça, perguntou: "Tu estás lembrado de mim?". Ele disse: "Não". E quando ele virou as costas para ir embora, ele foi alvejado na nuca.

Pela Lei Maria da Penha, afastamos do lar, durante 24 horas – porque estamos em plantão direto, dia e noite –, para trazer proteção ao lar, bêbados; afastamos pessoas com perfil tremendamente agressivo, pessoas drogadas do lar, e estamos ali numa situação desprotegida.

Trago aqui alguns fatos concretos, mostrando que oficiais de Justiça já foram várias vezes alvo de violência, já foram assassinados em serviço. São fatos que temos comprovados, com fonte de pesquisa; viramos alvos de ladrões, de criminosos, médicos, e aí também a violência... Como se diz, onde está o rosto da violência? Qual é a face dessa violência? Onde ela está, atrás de que porta, em que esquina?

Então, temos um fato concreto, em 2001, em que um médico manteve um oficial de justiça preso dentro da sua residência, ameaçando com cachorros; há casos de sequestrados, de assaltados, daqueles adolescentes que têm granada nas mãos e que nós conduzimos, muitas vezes, para as fases; de oficial de justiça baleado, ameaçado, agredido, que sofre tentativa de homicídio; de dinamite na frente de casa, no

dia seguinte. Agora, tivemos um caso, na Bahia, em que o oficial de justiça teve a sua casa queimada, e ele vinha recebendo ameaças.

Nós pedimos efetivamente que o Conselho Nacional de Justiça, a Corregedoria Nacional de Justiça, intervenha num caso desses e vá a fundo para verificar responsabilidades, porque não é só agressão ao juiz que tem de ter um severo acompanhamento. Nós somos agentes públicos representando a magistratura.

Há bandos que perseguem oficial de justiça; de baleados, assassinados, recebidos a tiros, assassinados em Samambaia; executados com mais de vinte tiros de pistola, agredidos a coronhadas, agredidos por policial militar, por esse efetivo que tem de nos proteger. Recentemente, no Amapá, uma oficiala de justiça foi covardemente agredida por quem é responsável por dar o treinamento à polícia militar daquele Estado; de agredidos com o braço quebrado, de agredidos por menores...

O meu tempo está se esgotando, senhores, mas o que quero dizer é o seguinte: temos muitos fatos que estão à disposição desta Comissão. Nós queremos mostrar que efetivamente é justa a nossa reivindicação pelo direito ao porte de arma. Não estamos aqui fazendo apologia de armar indistintamente cada oficial de justiça. Queremos seguir o regramento legal; queremos ter o treinamento, a capacitação psicológica; e aqueles que se sentem realmente ameaçados e fragilizados, no exercício profissional, que exerçam esse direito.

Hoje, a própria Polícia Federal está cerceando o direito desse agente público. Estamos tendo de entrar com mandado de segurança para garantir o nosso direito.

Então, mais uma vez, Senadora, agradecendo a participação, quero mostrar que é falacioso todo o discurso que fala da força pública. Num caso recente, no Rio de Janeiro, do menino Juan Moraes, faltou carro da polícia militar para que fossem conduzidas as testemunhas faltantes a essa audiência.

Então, com isso, encerro essa minha primeira participação, mostrando que é justo – já se arrasta, desde 2007, esse projeto – e que é preciso, sim, alterar o Estatuto do Desarmamento e conceder ao agente público – oficial de justiça – o direito ao porte de arma.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Obrigado ao Dr. Paulo Sérgio Costa da Costa.

Passamos imediatamente a palavra ao Dr. Rudi Cassel, para as suas considerações iniciais.

O SR. RUDI CASSEL – Senador Paulo Davim, Presidente em exercício desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, demais Senadores presentes – vejo o Senador Suplicy à minha frente –, Paulo Sérgio Costa da Costa, Presidente da Fojebra, que tem sido incansável em demonstrar o que, de fato, ocorre com quem tem a missão de cumprir a decisão judicial, ou seja, aquele que tem a obrigação de levar a prestação jurisdicional ao seu destinatário quando ela deixa de ser uma teoria e passa a ser um fato.

Tivemos oportunidade de estar nesta Comissão, em outras situações, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, do Senador Cristovam Buarque e, agora, honrados pela Presidência do Senador Paulo Davim, Comissão esta que tem acolhido, tem usado de equilíbrio e de ponderação no acolhimento desses momentos de manifestação, em que temos oportunidade de trazer aspectos, sejam fáticos ou técnicos, que definem uma determinada matéria e partem daqueles que vivenciam isso no dia a dia.

Eu olhava a pauta com os convidados desta reunião, vi aqui o Sr. Bené Barbosa, Presidente de uma ONG que é fundamental para o equilíbrio social, que tem sido muito atuante, e o parabenizo por isso. Vejo aqui representantes do Ministério da Justiça, creio que dois – ou contei mal? –, Sérgio Torres e... Exatamente.

Então, o Ministério da Justiça, sob uma perspectiva no sentido não só do Ministério da Justiça, mas também da Polícia Federal, tem desenvolvido um trabalho brilhante, com a seriedade necessária a um órgão dessa natureza.

Vejo aqui os servidores que participam desse dia a dia, do cumprimento dos mandados. Vejo outros cidadãos aqui presentes, assistindo e participando desse momento democrático que aqui se apresenta como um tributo, tributo este que tem, nos Senadores desta Casa, Senador Paulo, um elemento importante, que renova, reforça a esperança daqueles que veem na democracia o melhor remédio, a melhor forma de se levar uma determinada matéria ao conhecimento do cidadão e, em especial, daquele que vê no Senador o seu mediador.

Sobre o que nós trazemos hoje aqui, eu não preciso tratar das questões fáticas porque elas são notícias diariamente, o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, que tratou deste Projeto de Lei Complementar nº 30, de 2007, foi bastante esclarecedor, citando, inclusive, situações recentes para aquela época, em que o cumprimento do mandado gerou, por exemplo, antes de um bom-dia ou um boa-tarde, gerou um tiro, que levou a óbito a oficiala de justiça que no caso cumpria o mandado.

Mas é fundamental situar essa matéria nesse contexto em que não se está aqui fazendo apologia, nós sabemos da delicadeza dessa matéria, e não se está aqui fazendo apologia do rearmamento. Não é isso. Nós temos uma situação bastante confortável,

sob a perspectiva técnica, porque estamos em uma situação diferente, e essa situação é diferente sob vários aspectos.

Se nós observamos o Código de Processo Civil e a própria Lei 10.826, o Estatuto do Desarmamento, nós veremos ali que a autorização para porte de arma já – perdoem-me a expressão – namora a situação do oficial de justiça, já prevê um aspecto em que o oficial deveria estar ali elencado, e, de fato, estava no projeto que saiu da Comissão de Segurança Pública, que analisou isso em profundidade, quando do projeto que gerou a Lei nº 10.826 ou o Estatuto do Desarmamento. Estava ali previsto o oficial de justiça, o agente de segurança jurisdicional, do Poder Judiciário, e tivemos depois, nas demais etapas, a retirada da presença do oficial de justiça. Embora nós tenhamos, por exemplo, no art. 6º, inciso VII, da Lei nº 10.826, uma previsão de que quem atua na escolta de preso deveria o ter o porte de arma, não só porte, autorização, registro, para ter arma em residência ou no escritório, deveria ter o porte institucional mesmo, funcional. E vemos isso na Lei nº 10.826, o oficial participa da escolta de presos muitas vezes, ou tem que conduzir coercitivamente uma determinada testemunha ou um flagrante, alguém preso em flagrante, na ausência de outro auxílio, e não tem direito a esse porte de arma. E em casos – eu não vou mencionar o número de processos, porque são vários – há o indeferimento inclusive do registro e da autorização para ter arma em casa.

Nós tivemos um caso recente, em um tribunal superior, em que um profissional teve que reter um manifestante que queria invadir o plenário e bater em todo mundo. O manifestante citou seu nome, seu endereço, o de sua família. Disse que quando saísse dali a situação ia ser outra. O profissional pediu a renovação do porte de arma, não o porte funcional, mas uma autorização para ter arma em casa, e teve essa renovação indeferida sob o argumento de que não havia nenhuma situação que a justificasse, embora os registros de ocorrência e as várias situações ali consignadas gerassem vários registros de ocorrência, colocando em risco a segurança dele e a de sua família.

Temos na Lei nº 10.826, como eu dizia, essa previsão legal, no art. 6º, inciso VII, mas não temos autorização policial. Mesmo o que existe hoje passa a mensagem de que o oficial de justiça deveria ter esse porte de arma garantido. Se não fossemos à Lei 10.826 e fossemos, por exemplo, ao Código de Processo Civil... Vemos, hoje, no Código de Processo Penal, obrigações do oficial que trazem a necessidade do porte de arma. Não é uma questão de escolha. Ele tem necessidade funcional do porte de arma. No Código de Processo Civil, no art. 143, entre as várias incumbências do oficial de justiça, o inciso I afirma a questão da citação, a questão da prisão, de fazer pessoalmente prisões e penhoras. Quem gosta de ter um bem penhorado? Quem gosta de ser preso? É uma situação em que você apela para qualquer reação não comum, ainda que de cunho psicológico. Então, você tem aqui vários aspectos em que poderá se realizar um apoio policial. Poderá, na prática isso não ocorre. Poderá também não acontecer o apoio policial. No Código de Processo Penal temos vários momentos, mas vou citar dois: o art. 218 diz que o juiz poderá requisitar o oficial de justiça, caso a testemunha regularmente intimada não compareça, para conduzi-la coercitivamente; e, no art. 773, a previsão de que, se estiver solto ou internado, na fase de execução, expedir-se-á um mandado de captura que será cumprido pelo oficial de justiça ou autoridade policial. Essa situação em que você vê a autoridade policial e o oficial de justiça no fim, ou melhor, no começo daquilo que exige o porte de arma é múltipla nos códigos que regem hoje a função jurisdicional.

Mas nos lembramos apenas daqueles que estão, digamos assim, em que há um *marketing* maior. Há uma consciência maior de que aquelas pessoas específicas precisam de um porte de arma. E o oficial de justiça, em verdade, fica numa situação em que ele se expõe sem essa garantia, ainda que seja para não usar. Entre os oficiais pode haver divergência sobre a necessidade ou não do porte de arma. Agora, não ter a opção dessa segurança é inaceitável. Vemos que essa divergência sobre a atuação do oficial e sua natureza de risco não existe nem na Polícia Federal, sob a perspectiva normativa. Ela existe sob a perspectiva do deferimento ou não do porte hoje, em várias situações, em todas elas, praticamente. Mas sobre a conceituação isso não existe. Há uma instrução normativa da Direção-Geral da Polícia Federal, a de nº 23/2005, inclusive usada nos mandatos de injunção que reconheceram a atividade de risco que desenvolve o oficial de justiça, pelo Supremo Tribunal Federal, para fins de aposentadoria especial. Essa instrução normativa regulamenta alguns aspectos do art. 6º e do que define a atividade de risco. Ela diz expressamente quais são, entre as funções de Estado, as que se configuram em uma atividade de risco, junto com a função policial, junto com a função fiscal. Os auditores fiscais já obtiveram essa garantia em uma lei anterior, embora estejam aqui no projeto também e não há prejuízo nisso. Lá no art. 18 dessa instrução normativa que regulamenta alguns aspectos das atividades de risco, do Estatuto do Desarmamento, a Direção-Geral da Polícia Federal afirma que a execução de ordens judiciais, essa instrução de 1º de setembro de 2005, como eu dizia, provém e define a

execução de ordens judiciais como atividade de risco, junto com a função policial, junto com a função de segurança *lato sensu*. Então, não é compreensível. Os projetos de lei que regulamentaram as atividades do oficial de Justiça em âmbito estadual e federal, em todos eles – a exemplo da União, o PL 5.845/2005, que tramitou nas duas Casas, na Câmara e aqui – criou-se uma gratificação; e a justificativa, aprovada por todos os tribunais superiores, é de que o oficial exerce uma atividade de risco.

Há várias situações, hoje, que objetivam a característica da atividade de risco do oficial de Justiça. O que não há é o reconhecimento formal numa lei. E daí a necessidade, porque boa parte dos que estão aqui hoje enfrentam isso diariamente. Há servidores aqui, por exemplo, de Roraima, que chegam a receber trinta mandados por dia, trinta mandados para cumprir por dia. E, se você não cumpre no prazo, porque não tem apoio policial e ultrapassaram-se os vinte dias, abre-se processo administrativo disciplinar por desídia no cumprimento da função. Você vai esperar o apoio para cumprir com a sua obrigação? Para abrir processo administrativo, não progredir na carreira? Sei lá onde isso vai parar.

Exªs, mais do que nunca, um projeto que venha a se tornar lei, prevendo porte de arma para o oficial de Justiça é fundamental para a função, e não digo só para o oficial, digo para a segurança pessoal do oficial; é primordial para a função jurisdicional e para a cidadania no Brasil.

Muito obrigado. *(Palmas)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Obrigado, Dr. Rudi Cassel.

Já se encontra presente em nossa audiência o Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, o Sindifisco, o Sr. Pedro Delarue Tolentino Filho.

Convido à Mesa. Seja bem-vindo.

Vamos convidar para fazer suas considerações iniciais o Presidente do Movimento Viva Brasil, Bené Barbosa, que disporá de tempo regulamentar.

O SR. BENÉ BARBOSA – Meus cumprimentos ao Senador Paulo Davim, a quem estendo aos demais Senadores aqui presentes, bem como aos integrantes deste Mesa e a todos os demais presentes.

Infelizmente, no Brasil, criou-se uma grande mitificação da arma de fogo. A gente fala em porte de arma e só se lembra da arma de fogo. Na realidade, quando a gente fala em porte de arma, estamos falando essencialmente do quê? De legítima defesa. E a legítima defesa no Brasil é um direito pátrio. Ela faz parte da nossa legislação. É sabido que, se você agredir ou vir até a matar alguém em legítima defesa, não será preso por conta disso. Além disso, ela é um direito natural. Não existe animal no mundo que, ameaçado de perder sua vida, não tente de alguma forma se defender.

Também é um direito humano, porque não há como se exigir de um homem, de um ser humano que, tendo a sua vida em perigo ou tendo a vida de seus familiares em perigo, deixe-se matar e não faça nada.

E, por último, é um direito individual. Cabe ao ser humano perceber, discutir e decidir se ele quer portar uma arma de fogo para sua defesa. Isso é definitivamente um direito individual. Se me sinto preparado, se me sinto seguro, se eu tenho consciência dos prós e dos contras, tenho, como ser humano, o direito de decidir se quero isso para mim.

Não cabe ao Estado essa interferência em nível tão pessoal, dizendo, muitas vezes: "não, eu vou te impedir de ter uma arma, eu vou te impedir de andar armado, porque isso é perigoso para você." Não cabe ao Estado esse papel. Essa é uma decisão particular, de cada um, de cada pessoa.

O Estatuto do Desarmamento, já aprovado há oito anos, desde 2003, tem trazido uma série de verdadeiros fracassos. Um dos mais gritantes é o desarmamento daqueles que não cumprem a lei. Óbvio, o Estatuto funciona para mim, para os senhores, que não vão ilegalmente portar armas, porque vocês obedecem à lei. Porém, ele é completamente ineficaz para aqueles que não obedecem à lei, e é por isso que o Brasil continua tendo a triste posição de mais de 50 mil mortos todos os anos. Ou seja, o Estatuto não teve qualquer valor para a diminuição da criminalidade no Brasil. *(Palmas.)*

Muito obrigado!

E o que é pior e que é mais grave: além disso, ele trouxe a segurança aos próprios criminosos, porque, uma vez que uma sociedade onde os seus cidadãos trabalhadores e honestos, onde os seus oficiais de justiça não têm sequer o direito de possuir uma arma de fogo, muito menos de portá-la, desculpem, a segurança não está no cidadão, a segurança está sendo transmitida diretamente ao criminoso.

Nós temos que olhar, muitas vezes, as leis não com os olhos daqueles que obedecem à lei, mas sim com os olhos daqueles que não obedecem à lei. Olhem essa lei, olhem essas campanhas de desarmamento com os olhos daqueles que pretendem atacar a sociedade. Ora, é um sossego, é uma tranquilidade você saber que um oficial de justiça que está indo entregar uma intimação, que está indo cumprir a justiça, está desarmado, está à mercê daquele que, ou por força motora, por força corporal, ou por força de uma faca, de um pedaço de pau, ou em superioridade numérica, pode fazer o que quiser com ele.

Outro mito que se criou, quando se decidiu proibir o porte de armas no Brasil, é que uma sociedade armada indubitavelmente vai virar um bangue-bangue, é o mito do bangue-bangue. Ah, então os oficiais de justiça vão portar armas, e aí sai uma discussão de trânsito, e aí um começa a dar tiro no outro, e aí ele vai para o bar e briga e dá tiro no outro, e aí ele briga com o vizinho e dá tiro no vizinho. Isso é uma balela. E nós temos exemplos pelo mundo todo.

Vamos pegar os Estados Unidos, que são, hoje, o país mais armado do mundo, sem dúvidas. São 175 milhões de armas de fogo na mão da população, com uma taxa anual de 5,4 homicídios por 100 mil habitantes. O Brasil tem hoje 1,8 milhão de armas registradas na Polícia Federal, com uma taxa de 27 homicídios por 100 mil habitantes, 5 vezes mais.

O Estado da Flórida nos Estados Unidos emitiu, nos últimos 10 anos, 1 milhão 327 mil portes de arma, 1 milhão 327 mil portes de arma. Só a Flórida tem, de portes, praticamente o que o Brasil tem, no Brasil todo, de armas registradas. Em 10 anos, desses 1,3 milhão, apenas 4 mil foram revogados. O que quer dizer isso? O cidadão perdeu o direito de ter aquele porte. E perdeu por quê? Porque ele cometeu um crime? Não necessariamente. Ele pode ter entrado num local que seria proibido de ele entrar; ele pode ter cometido qualquer outro problema com a justiça e perdeu esse direito. Não quer dizer que ele cometeu algum crime com essa arma. Isso equivale a 0,3% de portes revogados. Ou seja, a maioria absoluta das pessoas que tenham porte de armas não vai cometer nenhum tipo de crime com essa arma ou em decorrência dessa arma.

E nós temos também outros exemplos. Vamos pegar São Paulo na década de 90. Nós tínhamos 100 mil portes de arma só em São Paulo, a violência era absurdamente menor do que é hoje. A proibição desses portes não serviu para a queda dessa criminalidade. Em Curitiba, há um dado muito importante, um levantamento feito, durante a década de 90, da delegacia que cuidava da expedição dos portes sobre quantos portes tinham sido cancelados por cometimento de crime, dos 40 mil portes que ela tinha emitido. De 40 mil, três foram cancelados. Dois estavam portando arma em local proibido, um em estádio de futebol e um numa boate. O terceiro, realmente, foi um caso de crime passional. De 40 mil, apenas uma pessoa cometeu um crime com a arma legalizada, ou seja, estatisticamente é irrisório.

Agora, quantas vidas foram salvas por conta disso? É muito difícil saber. Por quê? Porque muitas vezes, ou na maioria das vezes, a simples presença da arma não é um fator de violência, ela é um fator de inibição da violência. Por que ninguém desarmado ataca um policial no meio da rua com um pedaço de pau? Porque o policial está armado. Se a arma não protege, como tantos dizem, por que as polícias têm armas? Por que os seguranças particulares têm armas? Por que os seguranças de bancos têm armas? Por que os seguranças aqui desta Casa têm armas? Porque ela é, sim, um excelente objeto de defesa, não só de ataque, desde que nas mãos corretas.

A própria ONU, no seu último estudo sobre homicídios, chamado *Global Study on Homicide,* definiu, em 2011, pela primeira vez na vida a ONU, que sempre foi a maior defensora do desarmamento, disse que não há como se estabelecer uma relação direta entre o número existente de armas de fogo na sociedade ou o direito do porte dessas armas e o número de homicídios, que outros fatores é que realmente são principais. Isso é muito claro.

Para encerrar, gostaria de levantar a tese de que hoje no Brasil precisamos restabelecer, trazer a debate nacional, duas coisas: liberdade e responsabilidade. Hoje, muitas vezes o Estado tira a minha liberdade individual, acreditando que eu não tenha responsabilidade para responder pelos meus atos. Isso precisa ser retomado, a discussão precisa ser retomada. A liberdade do indivíduo e garantir que esse indivíduo vá responder por seus crimes, pelos seus erros e pelos seus acertos e não ser apenas tutelado, dizendo o Estado, a todo momento, o que é melhor e o que é pior para ele.

Por último, deixo aqui uma mensagem diretamente aos Senadores, que estão aí para votar esta lei, que poderão dizer sim ou não a esse direito para os oficiais de justiça e a outras categorias: se algum desses oficiais fizer uma bobagem com a arma de fogo, cometer um ilícito, uma agressão, um homicídio, acreditem, a responsabilidade é unicamente dessa pessoa, que teve o livre arbítrio, que teve a escolha de fazer o errado. Agora, Srs. Senadores, se vocês negarem esse direito a essas pessoas e uma delas vier a falecer em decorrência dessa negativa, em decorrência de não ter uma arma para se defender, em decorrência de não ter esse direito, que lhe foi retirado, aí, Senhores, infelizmente, a culpa será de vocês.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Agradeço ao Bené Barbosa e convidamos o Sr. Marivaldo Pereira, Secretário de Assuntos Legislativos, para as suas considerações.

O SR. MARIVALDO PEREIRA – Bom dia, Senador Paulo Davim, bom dia aos demais componentes da Mesa. Quero, inicialmente, agradecer o convite e parabenizar a iniciativa da Comissão.

Hoje uma das principais políticas empreendidas pelo Ministério da Justiça é pela ampliação da partici-

pação no processo de elaboração normativa, sobretudo uma política que vem sendo muito trabalhada no âmbito da Secretaria que estou dirigindo, da Secretaria de Assuntos Legislativos, que tem como principal objetivo trazer a sociedade para ter exatamente o que está acontecendo aqui, a participação no processo de elaboração normativa, pois acreditamos que isso contribua para o aprimoramento da legislação, contribua para que tenhamos um resultado, uma norma muita mais condizente com os interesses de toda a sociedade, de todos os grupos presentes na sociedade, por isso essa contraposição de ideias, essa troca de ideias, esse debate é extremamente importante e produtivo para o aperfeiçoamento da nossa legislação.

Pois bem, eu queria dividir a minha fala em dois pontos principais. Primeiro, justificando aqui a política de desarmamento, que é uma política que vem sendo empreendida pelo Governo Federal desde 2003, com a aprovação do Estatuto. E desde 2004 o Governo vem destinando aproximadamente 10 milhões do seu orçamento para investimento numa política de desarmamento, partindo do pressuposto de que a política de desarmamento possui, sim, resultados efetivos na redução da criminalidade, na redução dos homicídios, na redução dos acidentes.

Grande parte dos homicídios ocorridos no Brasil – e é impossível ignorar isso – são muitas vezes motivados por acidentes ou por crimes passionais. O sujeito de bem, trabalhador, que se envolve numa discussão, levado ali pela emoção do momento, acaba infelizmente cometendo a besteira, simplesmente pelo fato de ter uma arma, cometendo um crime.

Nós assistimos a isso todos os dias. Todos os dias nós temos visto isso e, como muito bem demonstrado aqui, a sociedade americana é o melhor exemplo disso. Todos os meses, assistimos a barbáries cometidas por estudantes, por adolescentes, simplesmente pelo fato de terem armas.

Então, o pressuposto da campanha do desarmamento eu creio que é impossível negar, é negar a realidade, aquilo a que assistimos diariamente. É impossível questionar a efetividade de uma política como esta; se está sendo bem desenvolvida ou não, se precisa melhorar num ou noutro ponto, temos que discutir, temos que debater a amplitude da restrição ao porte de arma, que eventualmente possa ter deixado de fora uma ou outra categoria que corre risco, temos que debater, e acho que é isso que estamos fazendo aqui hoje. Acho que é esse o debate que vem sendo proposto com a discussão do projeto de lei e com tantos outros projetos de lei que tramitam tanto aqui no Senado Federal, como também na Câmara dos Deputados, e temos participado ativamente dessa discussão.

O que nos preocupa no projeto atual? O que nos preocupa principalmente é a grande amplitude em que se está dando autorização para o porte.

É importante lembrar que, só entre 2004 e 2005, o Ministério da Justiça recolheu quase 500 mil armas; de 2008 a 2009, 21 mil armas; em 2011, 37 mil armas que foram retiradas de circulação e que, de acordo com o Instituto Sangari, de pesquisa, que não é do Ministério da Justiça, coincide com um período de redução substancial na taxa de homicídios em nosso País.

Então, temos todo um esforço acumulado, de 2004 para cá, para retirada de armas de circulação, que tem trazido resultados bastante positivos para a sociedade. Obviamente que há pessoas que não concordam com isso, mas são os dados que o Ministério da Justiça tem, os dados que a sociedade civil vem levantando que têm-nos demonstrado isso.

Qual é a nossa preocupação? A ampliação substancial, a ampliação sem um critério lógico, sem um critério definido do porte de armas pode colocar em risco todo esse esforço, todo o recurso tirado da população, recurso tirado das famílias, recursos dos impostos que foram investidos nessa política. E agora não pode ser simplesmente abortado, simplesmente jogado fora. Essa é a nossa preocupação principal. O primeiro ponto que é importante discutir e acho que tem que ser colocado nesse debate: os casos de violência. É fundamental que tenhamos uma análise concreta, uma análise objetiva desses casos de violência que são mencionados aqui, porque é fundamental primeiro delimitar: esses casos aconteceram no exercício da função?

O segundo ponto que é muito importante a gente debater: esses casos poderiam ou não ser evitados simplesmente pelo fato de o agente público possuir ou não a arma? Poderia ou não poderia? Ora, por exemplo, se você é recebido em qualquer lugar já por um sujeito armado que sai atirando, poderia ser um policial armado, poderia ser um soldado do Exército armado que seria recebido a tiro, poderia ser qualquer cidadão comum. Ora, o trânsito pelas ruas, por que não atacam os policiais? Quando eu digo isso, a impressão que se dá é que qualquer um de nós que saímos às ruas seremos atacados por qualquer pessoa. Não é isso que acontece. Não podemos generalizar a criminalidade. Criminalidade existe e deve ser punida. Agora, partir do pressuposto de que vivemos em uma sociedade em que todos saem atacando todo mundo. Não acredito que seja esse o caminho. E mais ainda: o caminho de que, ao armarmos todo mundo, evitaremos esse tipo de coisa, evitaremos a criminalidade. Sinceramente, não conheço pesquisa, não conheço dados estatísticos que comprovem que o fato de pos-

suir a arma aumenta a segurança. Muito pelo contrário. Muito pelo contrário! Se pegarmos diversas situações em que agentes públicos que possuem porte de arma foram assassinados, a conclusão a que chegaremos é de que o porte de arma, infelizmente, não evitou que a pessoa fosse morta. Ou, muito pelo contrário, a arma foi, inclusive, o que motivou a agressão ou que motivou a que o agente público fosse atacado.

Por isso, eu gostaria de chamar a atenção de todos para o seguinte: temos que debater esse assunto – acho que esta é uma Casa extremamente democrática e que esse assunto deve ser pautado –, porém, é fundamental voltarmos os nossos olhares para o critério. Qual é o critério que nós vamos utilizar para conceder o porte de arma? Vamos utilizar o critério, para conceder porte de arma, para o sujeito que exerce uma atividade administrativa? Vamos autorizar o porte de arma, como propõe o PL, por exemplo, para o defensor público que atua na vara cível? Vamos autorizar o porte... Qual é o critério concreto, qual é o critério que justifique que, neste caso, é essencial que tenha arma? E por que ele tem a arma? Eu tenho que comprovar por que a arma é eficiente para evitar a agressão. De outro modo, não faz sentido. Não posso querer ter a arma simplesmente porque... E aí, sim, eu vejo a mitificação, não do desarmamento, mas a mitificação da arma; o mito de que a posse da arma, o porte da arma é suficiente para inibir qualquer tipo de agressão. Nós não acreditamos nesse mito, e os dados demonstram que isso não é verdade. Infelizmente, os dados que nós temos, sobretudo dos agentes relacionados ao Ministério da Justiça que possuem porte de arma, são que isso não foi suficiente para evitar que, na hora vaga, uma discussão levasse à morte, ou mesmo que, agindo em serviço, isso possa ter ocasionado a morte.

Então, é esta discussão que temos que colocar: nós vamos conceder o porte de arma, simplesmente, para uma categoria como um todo, pelo simples fato de ser uma categoria, e presumir que, pelo fato de exercer determinadas atividades, essa categoria corre risco? Ou nós vamos conceder o porte de arma para aquela pessoa que efetivamente foi ameaçada ou para aquela pessoa que vai exercer uma atividade que, necessariamente, tem risco, não tendo sido possível conceder a ela a proteção da autoridade policial, proteção que já é prevista na legislação e que foi criada exatamente para afastar esse tipo de risco? Então, a discussão, a perspectiva do Ministério da Justiça nesse debate é: não vamos comprometer o esforço que vem sendo feito, às custas do dinheiro público, não vamos comprometer todo esse esforço aprovando um projeto que não analisa, criteriosamente, se a arma é ou não um elemento necessário.

E mais do que isso: nós defendemos a política do desarmamento, sem prejuízo de toparmos essa discussão, sem prejuízo de nos sentarmos e debatermos a efetividade e a necessidade da ampliação do porte de armas, porque entendemos que a política do desarmamento é essencial para a proteção das famílias, é essencial para evitar os acidentes a que temos assistido aí, de crianças que conseguem encontrar as armas dos seus pais e, infelizmente, vão brincar com essas armas e acabam matando um irmão, acabam matando um colega, acabam matando um vizinho. É esse tipo de tragédia que nós queremos evitar.

A política do desarmamento é uma política que protege a família, é uma política que protege o cidadão. O direito individual a ter uma arma... Não existe um direito individual a ter arma; existe o direito do Estado de regulamentar o uso da arma porque ela coloca em risco a segurança do coletivo. Eu não posso submeter o interesse da coletividade ao interesse individual, sendo que não há dados objetivos que comprovem que isso traz efetiva segurança ao cidadão.

Então, é essa a perspectiva do Ministério da Justiça, é essa a perspectiva que tem que ter todo órgão público. É o interesse público, é o interesse da coletividade que temos que buscar tutelar, sem prejuízo de fazermos esse debate. Temos que discutir, sim, a segurança dos agentes públicos, mas chamo atenção – e a nossa participação especial neste debate é para isso: vamos discutir com critérios, vamos debater critérios objetivos. Não podemos generalizar, sob pena de comprometer a política empreendida pelo Ministério há tanto tempo, uma política que já custou tanto aos cofres públicos.

É esse o apelo que faço aqui, em defesa da política do desarmamento e também em defesa desse debate aqui com vocês.

É isso que eu tinha para colocar, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Pela ordem, concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Quero cumprimentar a todos pela contribuição que vêm dando e eu preciso me ausentar para uma obrigação de votar na Comissão de Relações Exteriores, apenas aqui expresso o meu sentimento pessoal.

Eu aprendi com o meu pai, desde criança, que seria muito melhor não ter armas em casa. E assim tenho procedido comigo e é o que ensino aos meus filhos, porque sei de muitos casos na família, em tantos lugares e em escolas, de pessoas que acabaram – às

vezes, crianças ou jovens – utilizando armas e causaram ferimentos e mortes, por desatenção à utilização de uma arma encontrada involuntariamente.

Mas, com todo o respeito, ouvi com atenção os pontos de vista de todos, e aqui peço licença, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Pois não, Senador Eduardo Suplicy, agradecendo a sua presença, entendo que hoje estão acontecendo simultaneamente na Casa várias audiências públicas, várias sessões de votação nas comissões, o que impossibilita a presença constante dos colegas Senadores neste debate.

Vou passar a palavra, agradecendo ao Dr. Marivaldo Pereira, da Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça, ao Dr. Sérgio Torres, Assessor da Secretaria Executiva do Ministério da Justiça, em substituição ao Exmº Sr. Ministro de Estado da Justiça, José Eduardo Cardoso.

O SR. SÉRGIO TORRES – Exmº Sr. Senador Paulo Davim, demais colegas aqui da Mesa, Senhoras e Senhores; como já bem colocado aqui pelo Dr. Marivaldo, o Ministério da Justiça, desde o Estatuto do Desarmamento de 2003, implementa uma política de paz, uma política de desarmamento, uma política de proteção da sociedade por entender que a arma não é um instrumento de defesa, a arma é um instrumento de ataque e, quando mal utilizada, na mão de pessoas erradas tem um potencial danoso, um potencial que, enfim, traz todos os riscos à sociedade, como já sabemos. E é essa população, esse cidadão que não deve possuir armas que a campanha do desarmamento busca alcançar. Evitar acidentes, evitar que a arma caia em mãos erradas. Esse é um caminho.

A questão específica do projeto, no que tange ao porte por parte de agente públicos, entende também o Ministério que vem em uma linha de encontro ao Estatuto. A gente está desarmando, não há por que armar agentes públicos. Os argumentos aqui levantados não conseguem colocar de forma cabal essa necessidade. Assim entende o Ministério.

É preciso detalhar melhor esses objetos, ir mais a fundo nesta questão, no lugar de simplesmente permitir, de uma forma mais abrangente, o porte para os agentes, como aqui foi colocado.

Enfim, estamos abertos para discutir, mas precisamos fazê-lo com mais profundidade, com mais detalhes. Entender melhor e compreender essa necessidade, comprovar essa necessidade. Não há como, de uma forma generalizada, permitir que esses agentes estejam armados. A sociedade precisa se desarmar, não se armar.

A arma como instrumento de defesa é muito pouco eficaz, na maioria das vezes. Sabendo o cidadão que aquele agente está armado, ele vai usar do efeito surpresa, vai surpreender o agente público naquele momento. É por isso que os policiais, quando portam arma ostensivamente, realmente as pessoas respeitam – como já foi aqui colocado –, mas, na situação da surpresa, na maioria das vezes essa arma não é capaz de proteger aquele agente que já se encontra preparado, como é de se esperar das forças policiais, principalmente.

Enfim, para as demais categorias na forma aqui proposta, essa questão de capacitação, de preparo, precisa ser muito mais esclarecida. Não dá para apenas, pelos argumentos aqui apresentados, entender ou concordar com a continuidade desse projeto. Quer dizer, precisamos trabalhar numa linha que venha no sentido de proteção da sociedade, e a arma, como entendemos, não vai trazer essa proteção, não vai trazer essa proteção para o agente público, na maioria das vezes. Na maioria das vezes, ele vai ser surpreendido. Quer dizer, a tocaia é o instrumento mais utilizado por aqueles que se sentem atacados ou prejudicados pelo Estado. Não vai ser um confronto aberto, em que se espera que o agente armado vá inibir uma ação *a posteriori*, de forma surpresa, que não vá acabar, de fato, protegendo aquele agente.

Estamos aqui abertos para continuar a discussão, mas já colocando que, de antemão, o Ministério entende que o projeto, da forma colocada, não se encontra adequado. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN)) – Agradeço ao Dr. Sérgio Torres pela sua participação e passaremos a palavra ao Dr. Pedro Delarue Tolentino Filho.

O SR. PEDRO DELARUE TOLENTINO FILHO – Bom dia, Senador Paulo Davim, a todos os presentes, meus companheiros de Mesa. É um prazer ter sido convidado para participar desta audiência pública. Sou Presidente do Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Federal, mas também vou falar um pouco, aqui, sobre os meus colegas auditores fiscais do trabalho.

Os auditores fiscais da Receita Federal, desde 1964, há quase 40 anos, com o advento da Lei nº 4.502, têm o direito ao porte de arma para defesa pessoal. Está nas nossas carteiras funcionais. Ao longo desses 40 anos, Senador, nunca houve um incidente sequer envolvendo crime passional ou agressão, ou mau uso de arma de fogo por parte dos auditores fiscais. Então, o discurso pode ser facilmente rebatido com o exemplo. Ao longo de 40 anos não houve nada disso.

A verdade é que nós fomos surpreendidos ao sermos incluídos, porque nós estamos lá no Estatuto

do Desarmamento, mas, como eu disse, já havia uma lei de 1964, e fomos surpreendidos por entrarmos no art. 6º do Estatuto do Desarmamento, já que, como nós temos uma lei, assim como o Ministério Público, assim como a Magistratura, que tem uma legislação específica, nós também não deveríamos sequer estar no Estatuto do Desarmamento, e sim ficarmos com a nossa lei de 1964. Por quê? Por que o Ministério Público, a Magistratura, usa oficiais de justiça, os auditores fiscais, que precisam ter essa proteção? Por quê? Por que tem que ter esse direito? Porque nós mexemos com interesses poderosos, interesses de quadrilhas organizadas. Assim como há atentados a juízes e a membros do Ministério Público, é comum haver atentado à vida de auditores fiscais. Nós mexemos com uma coisa que, muitas vezes, as pessoas prezam mais, alguns tipos de pessoas prezam mais do que a própria liberdade, que é o bolso. Nós atacamos o bolso das pessoas. Muitas vezes, a pessoa vai para a cadeia, mas não diz onde está o dinheiro, porque ela prefere se ver privada na sua liberdade, mas preservar o que para ela é o bem maior, que é o produto do roubo que ela fez. Então, você vê inúmeros.

Estou com uma transparência, será que você poderia passar?

Apenas rapidamente, atentados à vida de auditores fiscais. Aí um em 1981.

Pode passar.

José Agripino Guedes, morto em Macapá em 1991.

Pode passar.

Nestor Leal, Delegado da Receita Federal que, em 1997, foi alvejado com cinco tiros – e aí é importante dizer: não foi na atividade. Essas coisas realmente não acontecem durante a atividade, elas acontecem, no caso aí, na entrada de sua casa. Então, não se pode tirar... Não é só a arma institucional durante o serviço, tem que ser o porte de arma para que a pessoa possa se proteger naquele momento em que ele está mais fragilizado, não é no meio da operação, quando ele está protegido, com a proteção da polícia, com proteção dos próprios colegas, enfim, com todo o apoio, apoio de helicóptero e tal. É naquele momento em que ele está sozinho chegando a casa. Imagina um auditor fiscal lá em Foz do Iguaçu, alguns de vocês podem ter visto na televisão operações com perseguição de carros da Receita Federal a contrabandistas, com apoio de helicóptero e tal... Ali eles pegam contrabandistas, mas não pegam toda a quadrilha, e, à noite, ele vai com sua esposa e com seus filhos jantar em um restaurante, desarmado – porque a arma é institucional, ele tem que entregar a arma de volta –, e o bandido sabe que ele está desprotegido. E é nessa hora que o atentado acontece. É muito raro, embora já tenha acontecido, que seja no horário do expediente, onde ele está praticando a operação.

Vamos em frente.

Jerônimo Freire, morto a tiros em 1998, em Campo Grande.

Em frente.

Jackson Corbari, chefe da Fiscalização de Foz do Iguaçu, recebia constantemente ameaças, foi alvejado com oito tiros e colocado sob vigilância da polícia.

Mais em frente.

Hélio Pimentel Junior, em 2002, trabalhava com empresas importadoras ligadas a máfia chinesa – então são quadrilhas –, foi sequestrado na porta do prédio onde morava e seu corpo foi encontrado horas depois carbonizado e sem as mãos.

Oswaldo Campos Argolo, sofreu tentativa de homicídio em Feira de Santana. Ao abordar um caminhão para fiscalização, foi recebido à bala por seus ocupantes.

Mais em frente.

Esse outro colega sofreu tentativa de homicídio em Paulo Afonso, na Bahia, a viatura em que se deslocava foi atingida a tiros.

Edmundo Trench recebeu sete tiros quando trabalhava em Mundo Novo, e, no dia seguinte, recebeu telefonemas ameaçadores dizendo para ele parar com aquilo que ele estava fazendo, porque senão ele iria morrer.

Janair, morto a tiros em 2004, na garagem de sua casa.

Chacina de Unaí. Aí são os Auditores Fiscais do Trabalho. Foram chacinados em Unaí, Minas Gerais, e eu posso lhes garantir que, se eles estivessem armados, essa chacina talvez não tivesse ocorrido. Nessa época, os Auditores Fiscais do Trabalho não tinham direito a porte de armas, ganharam depois.

Esse é um exemplo muito claro de que não basta, como foi falado aqui pelos representantes do Ministério da Justiça... Eu queria ver esses colegas, que são pessoas bem intencionadas, mas, em uma operação lá na fronteira, perseguindo contrabandistas de armas, perseguindo traficantes de drogas, se eles não queriam estar com uma arma na mão ou se eles iriam lá de peito aberto. *(Palmas)*

Eu queria ver se eles fossem subir o morro para entregar uma intimação para uma pessoa de alta periculosidade, se eles não queriam estar com uma arma na mão. E já é a segunda vez que nos encontramos com o pessoal dos oficiais de justiça, que lá no PLC nº 330, que trata das atividades de risco, regulamenta a Constituição. Os oficiais de justiça foram incluídos como atividade de risco – que são –, assim como os

auditores fiscais são seguramente atividade de risco. E o que é que adianta você, para obedecer ao Estatuto do Desarmamento, dentro de uma política de desarmamento, você desarmar o Estado? Você não consegue desarmar o bandido e você vai desarmar o Estado! E aí o Estado, que tem que enfrentar a bandidagem, fica desprotegido, fica desarmado! E o que é que acontece? Por exemplo, na fronteira, se nós não atuamos, a arma passa e vai chegar às cidades, estimulando estimular a violência. Nós não podemos desarmar o Estado. O Estado tem que ser protegido. *(Palmas)*

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

Os servidores do Estado têm que ser protegidos!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Dr. Pedro, eu gostaria de que não houvesse a manifestação da assistência, para a melhor condução dos trabalhos.

Obrigado.

O SR. PEDRO DELARUE TOLENTINO FILHO – Senhores, crimes passionais, acredito que a maioria deles são cometidos por agressão física, facada, outros tipos de conduta e não necessariamente por arma de fogo. Quem quer matar não precisa de uma arma para matar. E nem de porte de arma. Porque os bandidos não estão querendo que o Estado lhes dê porte de arma, não. Os bandidos querem mesmo é ver a população desarmada. É ver os agentes públicos desarmados.

Recentemente, houve um atentado contra um magistrado, que vivia sob ameaça de morte. Ele e seus seguranças estavam armados e reagiram. Se não estivessem armados, certamente, hoje, esse juiz estaria morto.

Há, sim, um elemento de proteção, de percepção de risco por quem está do lado de lá e que vai ser abordado. Ele precisa ter a percepção de risco de que, se ele fizer uma violência, o outro tem meios para se proteger. E isso muitas vezes aborta a vontade de praticar uma violência por parte daquele agente. Agora, se ele souber, se ele tiver certeza de que aquele agente está desarmado, aí, provavelmente, muitas tragédias mais acontecerão e nem sempre a polícia – nós sabemos disso – pode dar cobertura.

Muitas vezes, na nossa atividade, nós perdemos, nós deixamos de fazer muitos flagrantes, porque não temos esse acompanhamento da polícia. E aí, como nós sabemos que vem um caminhão, um ônibus carregado de arma, cheio de traficantes, carregado de droga, e nós não podemos fazer aquela operação porque não temos o armamento necessário para nos proteger, para, nos protegendo, proteger a população do Brasil e evitar que as drogas e as armas cheguem às cidades, para armar os bandidos e dar mais insegurança ainda à população.

Então a mensagem é a seguinte: agentes públicos que precisam ter porte de arma, que estão ameaçados constantemente, diariamente na sua atividade, não podem ter cerceado o seu direito à proteção à sua vida, não podem ter o direito à sua vida cerceado. E, por isso, não precisam apenas ter arma institucional, porque elas são devolvidas ao final do dia, na repartição; eles precisam ter porte de arma, ponto. Para se proteger.

Para terminar, falaram sobre uma pessoa que está na atividade administrativa. Muitas vezes, no caso de auditor fiscal, ele exerceu uma função na fiscalização, exerceu uma função na repressão, e o bandido, depois que ele for, até que se aposente – ou na área administrativa, ou mesmo aposentado –, ele vai buscar a vingança é depois, não é naquele momento. Ele vai se vingar depois.

Então, a mensagem é a seguinte: não é armar a população, é não desarmar os agentes do Estado, não desarmar os servidores públicos, para que eles possam fazer o seu trabalho de proteger a população brasileira.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Obrigado ao Dr. Pedro Delarue.

Atendendo à solicitação do Dr. Marivaldo Pereira, ele terá cinco minutos para explicações em cima da argumentação levantada pelo Dr. Pedro, citando a Secretaria do Ministério da Justiça.

O Dr. Marivaldo terá cinco minutos.

O SR. MARIVALDO PEREIRA – Obrigado, Senador.

Primeiro, eu acho, deixe-me esclarecer um pouco a posição do Ministério da Justiça.

Primeiro, nós não estamos nos recusando a debater eventuais situações em que precisa ser concedido o porte no Estatuto do Desarmamento. Acho que é fundamental aqui a gente separar um pouco. Se a questão é discutir o PLC nº 30, vamos discutir, então, quais são as situações que estão ali, e aí nós temos discordância sobre o formato como o projeto está sendo colocado, temos discordâncias com os critérios que estão sendo colocados ali. Não posso, simplesmente, conceder um porte de arma pelo fato de o sujeito ser agente público. Pelo amor de Deus! Qual é o critério, qual é a justificativa? É um privilégio? É pelo simples fato de ser agente público? Vamos analisar a atividade, vamos descer à atividade, vamos descer ao dia a dia e, a partir dali, avaliar se o porte de arma é necessário ou não. Esse debate nós concordamos em fazer. Acho que era esse o debate que deveria ser colocado aqui. Então, estamos discutindo uma questão que é central para uma política pública que vem sendo custeada pelo

cidadão brasileiro. Uma política pública como essa não pode ser debatida simplesmente com argumentos que são para agradar a platéia. Não é isso. Temos de discutir com critérios técnicos, com a análise de dados. Ora, simplesmente o número de pessoas que foram mortas no exercício da função não é um critério suficiente. É necessário avaliar...

Se me permitirem, por favor, como coloquei...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Pessoal, por favor. Eu gostaria... Por favor...

O SR. MARIVALDO PEREIRA – A idéia é a de que o debate seja democrático.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Por favor.

O SR. MARIVALDO PEREIRA – Pois bem...

(Manifestação fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – É proibida a manifestação da assistência, por favor, senhora. Por favor, senhora!

(Manifestação fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Por favor, senhora!

O SR. MARIVALDO PEREIRA – Vou reiterar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Dr. Marivaldo...

Senhora, por favor, não é permitida a manifestação da assistência.

(Manifestação fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – É democracia, mas democracia com ordem. Democracia não significa fazer balbúrdia, desrespeito.

(Manifestação fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – A democracia parte do pressuposto do respeito à ordem. A audiência pública tem suas normas e a gente precisa obedecê-las. Entendeu, senhora?

(Manifestação fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – A senhora não pode externar uma opinião emocional, não pode ser assim. Nesta Casa...

(Manifestação fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Nesta Casa todos nós estamos imbuídos. Não é à toa que estamos fazendo a discussão desse tema, que é um tema relevante. Se nós convidamos os entes, os atores interessados no tema é porque estamos demonstrando a nossa responsabilidade em discutir a matéria com profundidade. Portanto, não cabem aqui as manifestações acaloradas, as manifestações extemporâneas. Estamos aqui para ouvir a posição oficial do Ministério da Justiça, que é o Ministério que tem de ser ouvido. Estamos aqui para ouvi-lo. Não podemos ouvir todos. Ouvimos todos por meio de seus representantes. Estamos fazendo aqui esse papel. Se nós abrirmos a fala para todos os presentes, sinceramente, não vamos chegar a lugar nenhum. Portanto, peço encarecidamente aos presentes, em particular a senhora, que evite as manifestações, porque não contribuem efetivamente para o que nós queremos.

Passarei, novamente, a palavra ao Dr. Marivaldo.

O SR. MARIVALDO PEREIRA – Gostaria de concluir do ponto em que fui interrompido. Quero dizer o seguinte, veja bem, os casos que foram relatados ali a gente tem de analisar. Por isso, o meu apelo a um debate técnico. Quais foram as condições em que eles ocorreram? Foi nessa linha que coloquei a vocês. Precisamos analisar quais foram as situações. Se aqueles profissionais tinham ou não um porte, se foi no exercício da atividade ou não. Qual foi o motivo que levou ao caso. Entenderam? É essa a análise, é esse o apelo que faço a vocês. É para isso que serve o debate. Gente, estou colocando aqui que o Ministério da Justiça não é contra debater a ampliação das categorias que têm direito ao porte. O meu apelo a vocês é no sentido de que a gente faça um debate técnico. Simplesmente colocar a concessão do porte para qualquer agente público é colocar em risco os avanços alcançados pela campanha do desarmamento. É esse o debate que estou mencionando e propondo a vocês. Então, não vejo, sinceramente, na perspectiva do que vocês estão pleiteando para a categoria dos oficiais de justiça, problema em fazer esse debate. Espanta-me, até, um pouco, uma reação contrária em relação a isso. Por exemplo, no caso dos auditores, é necessário colocar que auditor do trabalho, a partir do momento em que teve o porte de arma, qual foi o impacto do porte na redução do número de mortes.

São esses dados técnicos que temos que colocar na mesa. São dados objetivos, para, a partir daí, conduzir a discussão.

Eu não posso colocar em risco uma política pública a partir de critérios genéricos. É este o apelo. Nós temos a obrigação, sim, de defender a política do desarmamento. É uma política do Ministério, uma política que está sendo custeada pelos brasileiros. Nós temos que defendê-la. Não podemos concordar com medidas que coloquem em risco todo esse esforço. E é esse apelo que faço para vocês. Não dá para a gente chegar aqui e criar uma proposta de um dia para a noite revogando tudo aquilo que foi feito ao longo deste ano.

Concordo em discutir a questão dos oficiais de justiça. Ótimo, vamos nos sentar, discutir e avaliar critérios técnicos. O risco do exercício da atividade, quais são as situações, quais são os obstáculos que a gente tem hoje para ter o porte, como está colocada a legislação, o que a gente poderia avançar. Mas não é isso que

está no projeto. O projeto é muito mais amplo que isso. É este o meu apelo. O projeto compromete os esforços que vimos empreendendo desde 2004. É este o apelo.

E, antes de concluir, gostaria de deixar muito claro: isso aqui tem que virar um debate para aprimoramento de um projeto, de uma proposta colocada pelo Poder Executivo. Isso aqui não pode virar um Fla x Flu. Se virar um Fla x Flu, tenho certeza de que não avançaremos em nada, em nada. Não teremos nenhum avanço. Vou ficar aqui falando palavras que vocês não concordam. Quem defende: "não, vamos discutir tecnicamente. Vamos discutir o projeto". Se a gente discutir o projeto, a gente pode chegar a um acordo. Se a gente optar por outro caminho, pelo caminho do Fla x Flu, a gente vai sair do mesmo jeito que entrou: cada um, com a sua posição, vai para casa, segue a vida.

Acho que é esse o objetivo. É essa a proposta do debate que foi colocada aqui. Então, quero colocar para vocês mais uma vez: a gente concorda em discutir. Nós queremos discutir com base em critérios técnicos. Não podemos colocar um requisito genérico para o porte de armas porque isso compromete os avanços que vimos empreendendo por meio da campanha do desarmamento. É só isso. É só isso. É só isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Agradeço a participação do Dr. Marivaldo.

Foram convidados o Presidente da Federação Nacional do Fisco, que não compareceu; o Delegado da Polícia Federal, Chefe da Divisão Nacional de Armas, que também não compareceu; o juiz auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça, que também não compareceu.

Portanto, quero, antes de concluir esta audiência pública – e haverá outros debates, esta matéria desta Comissão irá para CRE, onde será novamente discutida, e, com certeza, se realizará outra audiência, convocando outros entes para participar dessa discussão –, dizer que o nosso objetivo aqui é acertar.

Seria bom demais legislar se a gente pudesse ter os dois quadros, um exercício de futurologia; se a gente pudesse ter a certeza do que aconteceria se votássemos assim e o que aconteceria se votássemos assado. Seria ótimo, porque a gente escolheria o melhor dos cenários, que é o nosso papel aqui. Mas, infelizmente, não temos a condição de termos a certeza do que acontecerá no futuro com o nosso posicionamento.

Por isso fazemos esses debates, procuramos discutir a matéria, aprofundar, estudar, pesquisar, para que, desta forma, consigamos errar menos. Mas o interesse desta Casa, o interesse desta Comissão é sempre acertar, é sempre levar o melhor para a sociedade brasileira. Nenhum de nós está interessado em dificultar o trabalho dos agentes públicos, muito menos colocar em risco a vida de cidadãos e cidadãs no sacrossanto exercício de seu dever. Nenhum de nós, longe de nós. Mas precisamos discutir, conhecer a argumentação plausível, argumentação que dê real sustentação a essa matéria, para que possamos, dessa forma, evitar equívocos, evitar excessos. Se a gente pudesse saber se, com a autorização do porte de arma para os oficiais de justiça – que foi dito aqui, algo em torno de 25 mil, 26 mil –, se a gente pudesse discutir qual seria a consequência de se liberar porte de arma para auditores fiscais – Quantos são no Brasil? –, peritos da Previdência – Quantos são no Brasil? –, auditores dos Estados, do Distrito Federal, avaliadores do Poder Judiciário, defensores públicos – Quantos são? Então, é um contingente razoável, e isso nos obriga a fazer uma discussão com responsabilidade. Nós aqui estamos do lado do cidadão que presta um serviço à sociedade; nós estamos do lado da lei, da legalidade; nós queremos acertar. Portanto, o que foi dito aqui pelo Dr. Marivaldo é verdade: nós não podemos fazer uma discussão emocional; não podemos separar os dois lados como se fossem um do bem e outro do mal. Os dois são do bem, os dois querem acertar, os dois querem o melhor. Então, vamos exorcizar os fantasmas de que existe um lado que representa o bem e um outro que representa o mal. Um lado se opondo ao posicionamento do outro? Não. Esta Casa aqui tem a obrigação de procurar o melhor caminho para a sociedade brasileira.

Portanto, meus amigos, outros debates virão, será apreciado nesta Comissão e daqui vai para outra comissão, e aí teremos ainda muitas oportunidades para discutir, e aprender também, e conhecer a realidade de cada um.

Quero agradecer a todos que estiveram presentes nesta Mesa, enriquecendo com as suas informações todos os presentes, e encerrar a reunião, lamentando a ausência do Senador Paulo Paim, que teve que viajar.

Portanto, muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 9 horas e 07 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 33 minutos.)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

Ata da 62ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, Realizada em 20 de Dezembro de 2011, Terça-Feira, às 10 Horas, na Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 07.

Às dez horas e dezesseis minutos do dia vinte de dezembro de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Cristovam Buarque,** reúne-se a Comissão de Rela-

ções Exteriores e Defesa Nacional, com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **Anibal Diniz, Eduardo Suplicy, Vanessa Grazziotin, Sérgio Souza, Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Francisco Dornelles, Aloysio Nunes Ferreira, Paulo Bauer, Delcídio do Amaral, Jorge Viana, Ana Amélia, Cyro Miranda, Mozarildo Cavalcanti, Inácio Arruda e Clésio Andrade**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente em exercício declara a abertura dos trabalhos e submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. São lidos Comunicados da Presidência. Tem início a apreciação da 1ª parte da pauta. **Item 1 – Projeto de Decreto Legislativo nº 288, de 2011**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que *"aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Zâmbia sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico, assinado em Lusaca, em 8 de julho de 2010".* Relator: Senador **Sérgio Souza**. Resultado: aprovado Parecer favorável à matéria. **Item 2 – Projeto de Decreto Legislativo nº 452, de 2011**, de autoria da Presidenta da República, que *"aprova o texto da Proposta de Emenda ao Convênio Constitutivo do Fundo Monetário Internacional, nos termos da Resolução nº 66-2, adotada em 15 de dezembro de 2010".* Relator: Senador **Aníbal Diniz.** Resultado: aprovado Parecer favorável à matéria. Tem início a 2ª parte da pauta: Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento nº 55, de 2011 – CRE, de autoria do Senador **Jorge Viana** e outros Senadores, aprovado em 15 de dezembro de 2011, que diz: "*Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para discutir a situação dos refugiados haitianos que ingressam no Brasil pelas fronteiras da Região Norte do País, especialmente no Estado do Acre, onde, no dia de hoje, 850 haitianos estão no município de Brasiléia em condições precárias, mesmo com a assistência básica que o Governo do Estado tem oferecido. No entanto, esta situação somente poderá ser resolvida com a intervenção do Governo Federal, que tem a competência legal para tratar do assunto. O Senado Federal, particularmente a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, necessita tomar conhecimento e intervir na situação dos refugiados, convidando para a audiência pública as autoridades, abaixo relacionadas, para esclarecer quais as medidas que os organismos internacionais e o governo brasileiro estão adotando para enfrentar a situação. Alto Comissariado da ONU; Ministério das Relações Exteriores; Ministério da Justiça; e Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República*". O Presidente convida a compor a Mesa, e a fazer suas exposições, o Ministro **Rodrigo do Amaral Souza**, Diretor do Departamento de Imigração e Assuntos Jurídicos do Ministério das Relações Exteriores; Doutor **Luiz Paulo Teles Barreto**, Presidente do Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE); Senhor **Andrés Ramirez**, representante do Alto Comissariado das Nações Unidos para Refugiados; e Senhora **Miriam Medeiros da Silva**, Coordenadora Geral de Acompanhamento da Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. Fazem uso da palavra os Senadores **Jorge Viana**, **Aloysio Nunes Ferreira**, **Valdir Raupp** e **Aníbal Diniz**e. Após a exposição final dos convidados, e não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, a Reunião é encerrada às doze horas e vinte e três minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente em exercício e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Cristovam Buarque,** Vice-Presidente no exercício da Presidência.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Bom dia a cada uma e a cada um, Senador Jarbas.

Substituindo o Senador Collor, que está impossibilitado de presidir esta reunião, declaro aberta a 62ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Está aprovado.

Faço isso, mas não deixo de manifestar meu protesto contra a ideia de voto pelo corpo. Quem estiver de acordo que conste. Um dia a gente tem que acabar com isso no Senado. A cada dia eu descubro que votei coisa que eu não sabia que estava votando, por um descuido mínimo, sobretudo no Plenário.

O Senador Fernando Collor recebeu alguns ofícios, que, como é praxe dele fazer, eu vou fazer também.

Aqui é uma carta ao Excelentíssimo Senador Fernando Collor assinada pelo Senador Aécio Neves.

Valho-me do término da presente Sessão Legislativa para congratular-me com Vossa excelência pela maneira bri-

lhante como conduziu a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, de cujo colegiado me orgulho de fazer parte. Transmito ao ilustre Presidente e ao competente quadro funcional dessa comissão meu agradecimento pelo excelente e pronto trabalho a mim prestado e seguramente a todos os demais Senadores.

O outro é um requerimento.

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública para debater a problemática das fronteiras Brasil/Guiana/Suriname. Para tanto, solicito sejam convidadas as seguintes autoridades: Excelentíssimo Senhor Harry Narine Nawbatt, Embaixador da Guiana no Brasil, e Excelentíssima Senhora Mavis Georgine Demon-Bergraef, Embaixadora do Suriname no Brasil.

O requerimento é proposto pelo Senador Mozarildo Cavalcanti e fica aqui na Comissão para ser discutido no próximo ano.

Entrando na pauta.

1ª PARTE

ITEM 1

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 288, DE 2011
– Não Terminativo -

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Zâmbia sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico, assinado em Lusaca, em 8 de julho de 2010.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD)

Relatoria: Senador Sérgio Souza

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Concedo a palavra ao Senador Sérgio Souza, para proferir o relatório.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o texto do acordo acima epigrafado foi encaminhado ao Congresso Nacional por meio da Mensagem do Presidente da República nº 693, de 9 de dezembro de 2010, endereçada pelo Aviso nº 917 da Casa Civil, de mesma data, acompanhado da Exposição de Motivos do Ministério das Relações Exteriores (MRE) nº 485 – MRE/DAI/CGPI/DAF II/AFEPA/PAIN-BRAS-ZAMB.

A Exposição de Motivos justifica o ato internacional pela necessidade de permitir aos dependentes do pessoal acima indicado a possibilidade de enriquecimento profissional. Assinala a existência de acordos semelhantes assinados com mais de cinquenta países.

De estrutura parcimoniosa, versada em doze artigos, o Acordo define como dependentes o cônjuge ou o companheiro permanente, os filhos solteiros menores de 21 anos, os filhos solteiros menores de 25 anos que estejam estudando em universidade ou centro de ensino superior reconhecido por cada Estado, e filhos solteiros com deficiências físicas ou mentais.

A permissão constante no Acordo depende de autorização do Cerimonial do Ministério das Relações Exteriores da outra Parte (Artigo 3) e cessará tão logo cesse a condição de dependente do beneficiário (Artigo 5), na data em que as obrigações contratuais tiverem sido cumpridas ou ao término da missão do indivíduo de quem o beneficiário do Acordo é dependente. Em razão disso, a autorização prevista no Acordo não concede ao beneficiário qualquer direito de continuação no exercício da atividade remunerada que escolher ou de residir no território da outra parte, uma vez terminada a missão do indivíduo de quem o beneficiário é dependente (Artigo 5). Não significará, tampouco, o reconhecimento automático de títulos ou diplomas obtidos no exterior (Artigo 8), a imunidade tributária dos impostos relativos à renda (Artigo 9).

A solicitação deverá ser feita por escrito e deverá incluir informação que compre a condição de dependência, nos termos no acordo, e uma breve explanação sobre a atividade remunerada pretendida. Caso o dependente autorizado goze de imunidade de jurisdição no território do Estado acreditado, conforme os artigos 31 e 37 da Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas, ou qualquer outro tratado aplicável, ele não gozará de imunidade de jurisdição civil ou administrativa no Estado acreditado em função das ações iniciadas por atos diretamente relacionados com o desempenho da referida atividade remunerada (artigo 4).

Ademais disso, o Estado acreditante deverá considerar seriamente qualquer pedido de renúncia à imunidade de jurisdição penal dos beneficiários deste Acordo, caso acusados de haver cometido delito criminal no decurso do exercício da referida atividade remunerada (artigo 4, item b).

Também está prevista a isenção de taxas, impostos e demais gravames de importação e de exportação, com exceção daqueles relativos a despesas de armazenagem, transporte ou outros serviços conexos. Ao cabo dos projetos de cooperação, deverão ser reexportados, salvo se forem transferidos a título permanente à Parte anfitriã. A instituição pública encarregada da execução das atividades de cooperação tomará as medidas necessárias para a liberação alfandegária.

As demais cláusulas de vigência, renovação, denúncia e emenda seguem a regularidade dos atos internacionais do gênero e não merecem reparos.

Análise.

Nos termos do art. 103, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional opinar sobre proposições referentes aos atos e relações internacionais.

O envio do texto do Acordo, pelo Presidente da República, ao Congresso Nacional atendeu os dispositivos constitucionais pertinentes (arts. 49, I, e 84, VIII, da Constituição Federal).

Os acordos que visam proporcionar aos dependentes do pessoal diplomático, consular, militar, administrativo e técnico a possibilidade de exercer atividade remunerada no país no qual estejam em razão de missão oficial dos indivíduos de quem, pelos termos dos acordos, sejam dependentes parte de uma evidência singela e de uma sensibilidade prática: para acompanhar aqueles de que são dependentes em suas missões oficiais, usualmente ocorre a renúncia prolongada de seus respectivos projetos de vida pessoal e acadêmico. Essa situação, por óbvio, pode provocar uma situação de tensão familiar improdutiva e injusta, quando não o indesejado desmembramento do núcleo familiar.

Esculpido de forma cuidadosa a ponto de não conferir privilégios desproporcionais no exercício de suas atividades, conforme visto no relatório apresentado, o acordo em tela apresenta-se equilibrado, razoável e profundamente meritório. Razão pela qual o consideramos irreprochável.

Sendo dessa forma, Sr. Presidente, meu voto é para que possamos julgar conveniente e oportuno e manifestemo-nos favorável ao Projeto de Decreto Legislativo – PDS nº 288/2011.

É o relatório e voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Obrigado, Senador.

Em discussão o relatório. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado.

Aprovada, a matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

ITEM 2

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 452, DE 2011
– Não Terminativo –

Aprova o texto da Proposta de Emenda ao Convênio Constitutivo do Fundo Monetário Internacional, nos termos da Resolução nº 66-2, adotada em 15 de dezembro de 2010.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Anibal Diniz

O relatório é pela aprovação da matéria.

Concedo a palavra ao Senador Anibal Diniz para proferir seu relatório.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, antes de proceder à leitura, eu gostaria só de ressaltar pelo menos quatro aspectos da importância desta matéria, do PDL nº 452. O primeiro aspecto importante a ser considerado é o aumento da cota de participação do Brasil no Fundo Monetário Internacional, que sobe de 1,783% para 2,316%. Antes de 2008, a participação do Brasil era de 1,38%. Dessa forma, nós estamos subindo da 14ª posição no *ranking* dos cotistas do FMI para a 10ª posição e estamos tendo também um acréscimo de 533% em nossa participação.

O segundo aspecto a ser considerado é que, através dessa matéria, o Brasil está dando o *o.k.* para a eleição de todos os diretores executivos do FMI, porque, até agora, os cinco principais cotistas: Estados Unidos, Japão, Inglaterra, Alemanha e França, seus próprios governos elegem seus diretores-executivos, ao passo que os outros 19 diretores-executivos são eleitos pela junta de governadores. Com essa matéria, vai ser possível que todos os diretores-executivos de todos os países, independente do *ranking* de cotas, vão ter de ser eleitos.

Outro aspecto interessante é que diminui a sobrerrepresentação dos grandes países europeus no FMI e aumenta a representação dos emergentes, o que é algo muito positivo. E, por último, aspecto que tem de considerado, é porque a Resolução 66-2, de 15/12/2010, estabeleceu o prazo limite até 31 de dezembro agora, para que aconteça essa adesão, essa aceitação. Então, nós temos de aprovar esta matéria aqui hoje e imediatamente pedir urgência para que ela seja aprovada em Plenário hoje ou amanhã para que a gente habilite o Brasil a assinar esse acordo.

Então, vamos ao Relatório, Sr. Presidente.

Esta Comissão é chamada a opinar sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 452/2011 que resulta da Mensagem nº 480, de 11 de outubro de 2011, enviada ao Congresso Nacional pela Presidenta da República com fundamento ao disposto no art. 49, inciso I, c.c. art. 84, inciso VIII, da Constituição, com vista à apreciação da proposta de emenda ao convênio constitutivo do Fundo Monetário Internacional nos termos da Resolução nº 66-2, adotado em 15 de dezembro de 2010. Os textos da referida proposta de emenda e da Resolução nº 66-2 foram encaminhados ao Congresso Nacional em versões originais em inglês e sua tradução para o português.

Na Câmara dos Deputados, a Mensagem, transformada no Projeto de Decreto Legislativo nº 533/2011, recebeu pareceres de plenário, todos pela aprovação, das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional, de Finanças e Tributação, e de Constituição, Justiça e Cidadania. A proposição veio ao Senado Federal e foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em que seu Presidente, o Senador Fernando Collor, designou-me relator, a que tenho a honra de proceder neste momento.

Da análise.

Cuida-se aqui da Resolução nº 66-2, da Junta de Governadores do Fundo Monetário Internacional, FMI, adotada em 15 de dezembro de 2010, com base no relatório da Diretoria Executiva, intitulado 14ª Revisão Geral de Quotas e Reforma da Diretoria Executiva, relatório da Diretoria Executiva para a Junta de Governadores, que propõe emenda ao convênio constitutivo do Fundo Monetário Internacional.

A proposta apresenta mudança nos critérios de governança do Fundo, alterando a composição da Diretoria Executiva, visa, assim, a eliminar a distinção entre os cinco diretores executivos que representam os cinco países detentores das maiores quotas na Instituição, isto é, Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido e França, que são indicados pelos respectivos governos, e os demais diretores executivos, entres estes, o diretor brasileiro, que são eleitos pelos governadores dos demais países-membros, para mandatos com dois anos de duração.

Portanto, uma vez aprovada a matéria em exame, todos os diretores executivos do Fundo Monetário Internacional passarão a ser eleitos pela Junta de Governadores.

Ademais, a proposta modifica as quotas do Fundo Monetário Internacional, aumentado-as em 100%, para redistribuir as participações dos países–membros e, em consequência, o seu poder de voto.

Segundo ressalta a Exposição de Motivos Interministerial nº 96, de 2011, os Ministérios da Fazenda e das Relações Exteriores, o Brasil será especialmente favorecido pela proposta em pauta, passando a deter 2,316% das quotas totais, o que corresponde a um aumento de 0,533 pontos percentuais em relação à reforma de 2008. Tal participação fará com que o País seja elevado da 14ª posição para a 10ª posição no *ranking* dos quotistas do Fundo.

A Emenda busca, em suma, reduzir o número de cadeiras comandadas por países desenvolvidos na diretoria executiva do Fundo, aumentando o peso dos países emergentes e em desenvolvimento nos processos decisórios da organização. Entretanto, nenhum aumento de quotas proposto pela Resolução entrará em vigor até que membros detentores de pelo menos 70% do total das quotas, em 5 de novembro de 2010, tenham consentido por escrito com os aumentos de suas quotas.

As reformas de quotas e governanças aprovadas pela Junta de Governadores do FMI, em 15 de dezembro de 2010, nos termos da Resolução nº 66-2, ficou, portanto, vinculada à aprovação da presente proposta de Emenda ao convênio constitutivo.

Do voto.

Por todo o exposto e visto que estão observadas a adequação legislativa e regimental e por ser a proposição em pauta altamente benéfica aos interesses nacionais, o voto é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 452, de 2011.

É como voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Muito obrigado, Senador.

Em discussão o relatório.

Algum Senador ou Senadora deseja fazer algum pronunciamento? *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

As Srªs e Srs. Senadores que o aprovam, permaneçam como se encontram.

Está aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral para as devidas providências.

Vamos iniciar agora os dois itens....

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Senador.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Gostaria de reforçar de que pedíssemos urgência para aprovação desta matéria.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Correto, correto, foi bom lembrar.

Nós vamos fazer isso. Se possível, ainda hoje, ou amanhã.

Muito obrigado, Senador Diniz, por lembrar.

Nós terminamos a discussão dos itens que estavam na pauta, para decisão.

2ª PARTE

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Atendendo ao **Requerimento nº 55, de 2011-CRE**, de autoria do Senador **Jorge Viana** e outros Senadores, aprovado em 15 de dezembro de 2011, que requer seja realizada Audiência Pública para discutir a situação dos refugiados haitianos que ingressam no

Brasil pelas fronteiras da Região Norte do País, especialmente no Estado do Acre.

A proposta do Senador Jorge Viana cita que 850 haitianos – e hoje o número já deve estar maior – estão no Município de Brasileia em condições precárias, mesmo com a assistência básica que o Governo do Estado tem oferecido e que esta situação somente poderá ser resolvida com a intervenção do Governo Federal, que já tem a competência legal para tratar do assunto.

O Senado Federal, particularmente a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, necessita tomar conhecimento e intervir na situação dos refugiados, convidando para a audiência pública as autoridades abaixo relacionadas para esclarecer quais as medidas que os organismos internacionais e o Governo brasileiro estão adotando para enfrentar a situação.

Para proferir as palestras e debater o tema, foram convidadas as seguintes autoridades, a quem convido para que tomem assento à Mesa: o Dr. Luiz Paulo Teles Barreto, Secretário Executivo do Ministério da Justiça e Presidente do Comitê Nacional para os Refugiados; o Sr. Andrés Ramirez, representante do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados – Acnur; o Ministro Rodrigo do Amaral Souza, Diretor do Departamento de Imigração e Assuntos Jurídicos do Itamaraty; e a Srª Miriam Medeiros da Silva, Coordenadora-Geral de Acompanhamento da Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. Convido todos eles para que tomem assento à Mesa. *(Pausa.)*

Quero registrar a presença do Sr. Gabriel Godoy, que é Oficial de Proteção do Acnur.

Informo aos senhores convidados que o tempo destinado à apresentação inicial será de 15 minutos, com a tolerância de cinco minutos e sem o corte aos 20, ou seja, além da tolerância, temos que respeitar as ideias. Após a exposição, concederei a palavra às Srªs e Srs. Senadores que queiram esclarecimentos ou manifestar as suas posições.

Vou passar a palavra da direita da esquerda, depois de conceder a palavra, antes de tudo, ao Senador Jorge Viana, que é o autor deste requerimento.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, caros Senadores e Senadoras que compõem a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado, antes de mais nada, eu queria agradecer o envolvimento e a preocupação de todos os Senadores que compõem, que foram signatários deste requerimento, com o absoluto envolvimento do Presidente desta Comissão, Senador Collor, e do Vice-Presidente, Senador Cristovam Buarque.

Eu, como proponente, juntamente com o Senador Anibal Diniz, do Acre, para que pudéssemos, em caráter excepcional, fazer esta audiência pública, trago aqui uma preocupação do Senado Federal, do Governador do Estado do Acre, da Prefeita de Brasileia, dos Municípios e, seguramente, da sociedade acriana e do nosso País.

Este final de semana, foram muitos os espaços na imprensa nacional sobre a situação que o Brasil enfrenta no Haiti e que os haitianos enfrentam no Brasil. É, de fato, muito preocupante. Vários Senadores estão trabalhando esse tema já há algum tempo, mas a situação que estamos vivendo no Acre é da maior gravidade. O Governador Tião Viana, por várias vezes, já procurou diferentes autoridades do nosso Governo, expondo a situação. Desde o começo do ano, eu fui proponente, junto com o Senador Anibal, de uma comissão especial do Senado para acompanhar a situação dos haitianos no Brasil. Algumas medidas foram adotadas. Reuniões foram feitas, inclusive fora do Brasil, com visitas ao Peru, ao Equador, junto com o Governo do Acre, mas o problema só se agravou.

É de fato um problema que foge à competência do governo do Estado. O governo do Estado do Acre hoje, no caso dos haitianos que entram por Assis Brasil, que estão em Brasileia, o governo do Estado do Acre tem procurado dar um acolhimento humanitário: um alojamento, alimentação e apoio, que vai da saúde às outras áreas. Mas são crianças, são mulheres, são famílias, e a situação é de fato muito grave.

Eu queria, em primeiro lugar, registrar e cumprimentar o presidente Cristovam, presidente desta Comissão, por esta audiência, e o propósito do requerimento era basicamente, atendendo a um apelo do governador Tião Viana, da sociedade acreana e dos colegas Senadores, nós encontrarmos uma maneira de o Estado brasileiro assumir esse problema, tendo em vista que a competência foge do Estado do Acre ou de qualquer outro.

Essa situação vem desde 2010, quando ocorreu o trágico terremoto, que deixou milhares de vítimas em Porto Príncipe; depois disso, para agravar ainda mais, em outubro do ano passado eclodiu a epidemia de cólera no Haiti, o que agravou ainda mais a situação. Começaram então a chegar ao Brasil basicamente por dois lugares: uma entrada via o Amazonas, Tabatinga, na Tríplice Fronteira, Brasil-Colômbia e Peru, e por Assis Brasil, na Tríplice Fronteira, Brasil-Peru-Bolívia, no Acre. Há informações de que existe uma rota que passa pela República Dominicana, depois o Panamá, depois o Equador, depois o Peru. Essa migração tem indícios fortes, inclusive autoridades brasileiras já identificaram que podem estar envolvidas organizações

criminosas, envolvidas com traficantes, contrabandistas. Isso tem indícios fortes; ou seja, essas pessoas podem estar sendo vítimas várias vezes. E o momento em que nós nos encontramos, os cálculos que temos é de que quatro mil haitianos entraram nesse período de 2010 para cá. Mas não entraram como parte de uma política humanitária do Brasil; não entraram como parte de uma decisão do nosso País de colaborar com aquele País tão necessitado, que é o Haiti, e que, aliás, deveria merecer a atenção do mundo inteiro, e não merece. O Brasil está lá, com tropas, procurando fazer a sua parte. Mas o certo é que esses quatro mil haitianos vieram para o Brasil sem serem convidados, sem fazerem parte de políticas nossa de acolhimento e chegaram em situação absolutamente precária. Há uma insegurança permanente na condução dessas famílias, dessas pessoas, e a situação só se agrava.

Eu liguei hoje para Brasileia. Hoje nós temos em torno de 810 haitianos. Tínhamos até semana passada 850, mas 30 deles conseguiram fazer um registro e saíram; mas esse número certamente neste final de semana voltará a subir. Então é um número muito grande, o governo do Estado não tem condições. Imaginem um Município pequeno como é Brasileia, na fronteira com a Bolívia, do outro lado Cobija, como acolher 810 pessoas em casas, alojamentos. A rede hoteleira nossa... Nós não temos 200 quartos naquela cidade de fronteira e temos que acolher 800 pessoas como refugiados. Não existe a categoria do refugiado econômico e, no fundo, parece-me que é uma situação de absoluta calamidade que o país vive, e eles buscam uma melhor sorte no Brasil.

Eu não queria me alongar, porque o propósito nosso é ouvir as autoridades brasileiras, mas seguramente, falando com essa abertura toda, os Senadores vão poder se pronunciar, mas era mais para expressar que não tem como, está insustentável para o governo do Acre manter a situação que nós estamos mantendo, sem ter as autoridades federais junto conosco, que podem estabelecer os contatos com os outros países, que podem lidar com o tema, que foge absolutamente da competência estadual, como é o caso dessas pessoas. E nós estamos falando de seres humanos, de pessoas que vêm de uma dupla tragédia: um terremoto e, depois, uma epidemia de cólera.

O acolhimento é formal. Quem conseguir um documento vai para algum lugar do Brasil; quem não consegue fica lá nos depósitos, nos lugares, amontoados, sem absolutamente nenhuma condição de permaneceram lá por nem um dia, muito menos meses, como é o caso.

Então, agradeço aos convidados. Sei que o alto comissariado da ONU está aqui. Estamos começando a lidar com esse tema com o tamanho que ele tem. É algo que extrapola, de alguma maneira, a competência do nosso próprio País.

Quero agradecer, também, à Drª Miriam Medeiros, que está aqui conosco, e ao Ministro Luiz Paulo, pela presença. E o chamo de Ministro porque foi Ministro e segue nos ajudando no Ministério da Justiça. Acho que é uma demonstração de respeito com o Senado, com esta Comissão e com o problema. Quero também agradecer ao Dr. Rodrigo Amaral.

Faço o registro de que, ontem, tivemos uma reunião no Palácio. A Presidente Dilma também demonstrou sua preocupação com esse tema, querendo que se encontre uma solução para essa entrada ilegal, para essa tragédia que estamos vivendo, essa questão humanitária que é chegada dos haitianos da maneira como estão chegando ao nosso País.

Então, agradeço a todos.

Espero sinceramente que, depois de ouvir um relato de como o Brasil pode tratar esse assunto, de maneira objetiva, o Senado ajude para que esse assunto não siga com os riscos que está nos impondo, especialmente ao Estado do Acre, à cidade de Brasileia.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Antes de passar a palavra ao Sr. Rodrigo do Amaral Sousa, quero complementar a fala do Relator.

Durante a discussão da proposta, houve a lembrança de que essa é uma audiência para observarmos o lado humanista, como o próprio Senador Jorge Viana falou em sua apresentação. Embora a gente não possa esconder o assunto da fronteira, essa não é uma visão fundamental. A visão fundamental é a de como ser solidário com os haitianos ao mesmo tempo em que cuidamos das fronteiras. Isso significa: o que fazer para ser solidário com o Acre, o resto do Brasil com o Acre, e cuidar dessas pessoas e como criar – e aqui eu falo para o Sr. Andrés – uma política internacional que faça com que os haitianos não precisem ser refugiados econômicos? Então, embora, obviamente, seja uma preocupação da República conosco, com a República, e com o Acre, não podemos ignorar nossa preocupação humanista com os haitianos.

Passo a palavra ao Sr. Rodrigo do Amaral Souza.

O SR. RODRIGO DO AMARAL SOUZA – Obrigado, Sr. Presidente.

Realmente, essa questão da entrada de haitianos no Brasil, desde o terremoto de 2010, tem ocupado a atenção do Governo Federal. A questão começou a ganhar mais visibilidade no início de 2011, quando – e falo especificamente do Itamaraty – fomos procurados por autoridades e Parlamentares do Acre, do Amazonas e também de Rondônia nos chamando a atenção para esse fluxo de entrada muito repentino

e massivo de haitianos pela fronteira norte do Brasil. Fomos, depois, fazer um levantamento da situação e constatamos que esse fluxo que vinha ocorrendo em pequenas quantidades havia se acelerado desde o terremoto de janeiro de 2010 e com mais intensidade a partir de outubro de 2010, quando eclodiu a epidemia de cólera no Haiti.

Imediatamente nós, do Itamaraty, convocamos nossa Embaixada em Porto Príncipe e convidamos outros órgãos do Governo para uma reunião interministerial, ainda em fevereiro desse ano. Participaram vários órgãos, vários ministérios. Foi decidido o envio de uma missão interministerial com a participação da ABIN, da Polícia Federal, do Comitê Nacional para os Refugiados, através do seu Coodenador-Geral, Dr. Zerbini, e da Secretaria Nacional de Justiça para o Equador e o Peru.

Por que para estes dois países? Porque a rota que os migrantes haitianos têm utilizado para chegar ao Brasil geralmente inclui a passagem, primeiro, pelo Equador e, depois, pelo Peru, até a chegada ou à tríplice fronteira, em Tabatinga, no Amazonas, ou em Assis Brasil, tríplice fronteira Brasil, Bolívia, Peru. Naquele momento, final de fevereiro, início de março, os contatos com o Governo do Peru pareceram promissores, acenaram-nos com a possibilidade, inclusive, de impor vistos para a entrada de haitianos. Nenhum desses dois países, nem o Peru, nem o Equador, exigem visto para o ingresso de haitianos. O Equador demonstrou uma posição mais fechada, pois, por várias razões, têm uma política que chamam de portas abertas e cidadania universal, que, em princípio, não impõem visto para esse tipo de estrangeiro. Alegam que, por ser um país latino-americano, um país do nosso continente, do nosso hemisfério, o custo político seria muito elevado. Um pouco mais adiante, o Peru chegou, inclusive, a nos anunciar que havia decidido oficialmente impor visto, mas, depois, acabou recuando nessa decisão quase às vésperas da troca de governo naquele País, que ocorreu em meados do ano.

O Itamaraty também foi convocado para participar em Rio Branco de uma audiência pública convocada pelo Ministério Público Federal. Estive presente, representando o Ministério. A preocupação básica nessa reunião era assegurar tratamento digno, tratamento respeitoso para esses migrantes que estavam passando momentos difíceis em Brasileia, em Epitaciolândia, em outras localidades do Acre.

Também mandamos, ainda em março, um diplomata da Divisão de Assistência Consultar a Brasileia e a Rio Branco, para verificar a situação *in loco*. O próprio Conare mandou gente para lá, talvez o Ministro Luiz Paulo Barreto queira se estender sobre isso mais tarde. Também a matéria começou a figurar na pauta do Conselho Nacional de Imigração. Represento o Itamaraty nesse Colegiado, que é composto por órgãos governamentais, por centrais sindicais, centrais patronais, organizações da sociedade civil e o Conselho Nacional de Imigração e que decidiu instituir um grupo de trabalho permanente sobre a questão dos haitianos. O próprio Conselho decidiu mandar uma missão *in loco*, que esteve em Rio Branco e em Manaus. Esteve em Tabatinga também.

Vejo, aqui, presentes nesta sala alguns colegas do Conselho Nacional de Imigração, Irmã Rosita, Dr. Fábio Balestri, da Secretaria de Direitos Humanos.

Começamos a tratar nas nossas reuniões como tratar a questão dos haitianos que já estão no Brasil. Qual é o tratamento que o Governo Federal vem dando? Os pedidos de refúgio que são feitos pelos haitianos são encaminhados ao Comitê Nacional para os Refugiados. O Comitê não deferiu até hoje nenhum pedido de refúgio dos que já foram apreciados. Calcula-se que mais ou menos 4 mil haitianos tenham ingressado até agora, mas, ao mesmo tempo, por haver uma dimensão humanitária séria envolvida nesses casos, o Conare decidiu encaminhar todos esses processos ao Conselho Nacional de Imigração, valendo-se de uma brecha que existe no Regimento do Conare.

Por que o Conare não definiu esses pedidos? Porque julgou que não havia condições, tais como previstas na legislação sobre refugiados, para concessão desse *status*, ou seja, esses haitianos não são pessoas discriminadas, não são pessoas perseguidas em seu país, mas pessoas que saem do Haiti por dificuldades econômicas, por terem sofrido danos de magnitude incalculável causados pelo terremoto e pela crise de todo tipo, humanitária, econômica, que se seguiu ao terremoto.

Como bem assinalou o Senador Cristovam, não existe a figura do refugiado econômico. Então, o CNIg, até agora, examinou cerca de 1.300 pedidos recebidos do Conare. Em todos eles, autorizou a permanência dos haitianos no Brasil com base em argumentos humanitários. A tendência, isso eu não posso ainda afirmar com toda certeza, é que os casos futuros que o CNIg irá apreciar, análogos, sejam tratados de forma similar.

O Governo Federal está atento à questão da pressão considerável que esse problema dos haitianos ocasiona para os Estados e municípios da Região Norte, que têm meios limitados, recursos limitados para acolher esses haitianos de forma digna. Continuamos a manter encontros, negociações, com o governo do Equador e do Peru sobre a questão dos vistos, temos tentado acelerar a regularização via Conselho Nacional de Imigração dos Haitianos que já se encontram

no Brasil e estamos estudando no âmbito do próprio Conselho uma maneira de abrir um canal formal, um canal oficial de imigração para os haitianos que queiram ingressar no Brasil. Isso, ao mesmo tempo em que sinaliza uma disposição do Governo brasileiro de continuar a prestar toda a assistência e cooperação com o Haiti, que é um caso singular na nossa política externa, não preciso nem me alongar sobre esse assunto, que é de conhecimento dos Senhores.

Então, estamos pensando, dentro do Conare, do CNIg, em desenhar um programa ampliado de cooperação com o Haiti. Por que ampliado? Porque nós já temos com o Haiti o maior programa de cooperação com os países em desenvolvimento, desenvolvido pela Agência Brasileira de Cooperação do Itamaraty. A ideia é ampliar o leque de projetos e de iniciativas de cooperação em todas as áreas e setores que foram consideradas prioritários pelo Haiti e em cada um desses projetos criar uma alternativa formal e regular de entrada de haitianos com visto concedido pela nossa Embaixada em Porto Príncipe e com a previsão de que esses haitianos sejam capacitados aqui no Brasil em setores prioritários para contribuir para o crescimento econômico do Haiti, para a reconstrução daquele país. Essa é a ideia que foi aprovada no âmbito do Conselho Nacional de Imigração. Foi levada também essa ideia a uma reunião interministerial presidida pelo Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, realizada na semana passada. Também essa ideia foi aprovada no âmbito daquela reunião.

Estamos conscientes de que há, para o Governo do Acre, em especial, um problema de curto prazo, um problema emergencial. No caso do Amazonas, que concentra o maior número de haitianos ingressados no Brasil – não é o Acre, é o Amazonas –, há condições melhores de acolhida. A sociedade civil e organizações da Igreja Católica têm auxiliado de forma fundamental o trabalho de acolhida e têm desempenhado um papel fundamental. No caso do Acre todo esse fardo tem recaído sobre o governo estadual e sobre as prefeituras da cidade. O peso é muito maior no caso do Acre.

Então, na última reunião do Conselho Nacional de Imigração foi anunciado que havia disponibilidade de uma quantidade de alimentos do estoque regulador da Conab, que estavam armazenados em Rondônia e que poderiam ser transportados para o Acre, para o Amazonas. Esse assunto também foi tratado na reunião interministerial da última semana no Ministério da Justiça e houve um acordo de que o Gabinete de Segurança Institucional, o Ministério da Integração Nacional, o Ministério do Desenvolvimento Social, enfim, todo o Governo Federal, Secretarias de Direitos Humanos também se mobilizariam para encontrar maneiras, inclusive com uso de aeronaves da FAB, para transportar esses alimentos até as áreas onde se concentram os haitianos.

Bom, basicamente, da parte do Itamaraty, era o tinha a explicar aos senhores. Estou à disposição para qualquer pergunta.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Obrigado, Sr. Rodrigo do Amaral Souza.

E passo a palavra, como disse Luiz Paulo Teles Barreto.

O SR. LUÍZ PAULO TELES BARRETO – Srs. Senadores, é um prazer poder estar aqui hoje discutindo esse tema que vem causando preocupação ao Governo do Acre, ao Governo do Amazonas e ao Governo brasileiro, como um todo.

O Ministério da Justiça é muito atento ao tema migratório. Nós acompanhamos com muita proximidade todo o tema migratório, aqueles movimentos de entrada e saída de estrangeiros no Brasil.

Nosso País, no passado, foi um País todo formado por imigrações. Teve característica a recepção de imigrantes vindos das mais diversas partes do mundo. E, assim, foi composta a nossa sociedade plural, a nossa sociedade multiétnica, e o brasileiro tem por característica um grande respeito aos imigrantes, respeito aos estrangeiros, que são facilmente integrados à sociedade, assimilam e trazem os seus costumes também, e a paz social no que diz respeito às migrações no Brasil. O que, infelizmente, não ocorre em muitas partes do mundo, onde a xenofobia está presente, onde o direito penal está vinculado às migrações de maneira indevida, como acontece muitas vezes no norte do mundo, com vários dramas humanitários sobre o tema das migrações.

Nos últimos anos, o nosso País se caracterizou mais por um País que remete imigrantes para o exterior do que recebe imigrantes. Chegamos a ter quatro milhões de brasileiros lá fora, e o número de estrangeiros no Brasil não passava de um milhão. Então, o Brasil mudou a sua trajetória histórica e passou a ser um País de emigração e não tanto um País de imigração.

Esse fenômeno é permanentemente avaliado pelo Ministério da Justiça. Nos últimos anos, praticamente de 2010 para 2011, houve uma pequena modificação com aumento do número de estrangeiros no Brasil. Em geral esse aumento ocorreu por causa do desenvolvimento econômico brasileiro, social, com mão de obra qualificada para setores, como o setor de petróleo e gás, como o de expansão industrial, onde tivemos um bom afluxo de estrangeiros no Brasil, durante 2009/2010, passando a um 1,5 milhão de estrangeiros neste momento no nosso País.

Essa neo-migração muito vinculada ao tema econômico e ao tema de mão de obra qualificada, também sazonal, que vem para o Brasil, instala um fábrica, instala um polo industrial e depois vai fazer a mesma coisa na Malásia, em outro ponto do planeta. E assim vão transitando, é uma mão de obra sempre temporária, que se caracteriza mais essa vinda, e essa globalização de empresas que viram no Brasil grandes possibilidades de investimento.

E, por isso, controlamos todo esse fluxo, acompanhamos isso tudo. E temos condições de conduzir esse tema sem nenhum sobressalto, como não estamos acostumados a ver sobressaltos no Brasil a respeito desse assunto.

No caso do Haiti, o Brasil tem uma participação efetiva neste País. Todos nós sabemos que o Brasil tem uma força de paz no Haiti, que o Brasil realizou um jogo de futebol, que foi um dos maiores eventos de autoestima do povo haitiano de cooperação internacional para o povo haitiano. Esse jogo de futebol trouxe para o Haiti a percepção, a conscientização do que era o Brasil, de quem é o povo brasileiro, de que o Brasil tinha uma relação com aquele País. E a presença da nossa força de paz no Haiti ao longo dos anos faz com que aquela população comece a entender melhor, assimilar melhor o que é o nosso País. Até muitas pessoas achavam estranho que, durante esse tempo, não tivesse imigração de haitianos para Brasil, com uma participação por longos anos de forças de paz brasileiras no Haiti, e a participação do Brasil em diversos projetos de reconstrução nacional daquele país.

O fato de virem haitianos no Brasil muitos atribuíam a outros fatores, como, por exemplo, a atração que sempre houve no Haiti para os Estados Unidos, Miami, onde tinha sempre um fluxo regular de migração de haitianos para os Estados Unidos. Outra razão é a diferença linguística, eles falam francês, aqui fala-se português. Havia essa dificuldade. E até mesmo esse histórico migratório não contemplava o fluxo entre o Haiti e o nosso País.

É claro que houve um recrudescimento, uma certa dificuldade da entrada desses haitianos na América do Norte, nos Estados Unidos, no México, uma certa dificuldade. Além disso, as dificuldades sociais e econômicas no Haiti se agudizaram demais com o terremoto em 2010. Este foi um ponto que provocou um caos social naquele país, esse caos social não se transformou em um caos de segurança pública muito em razão da presença das Forças de Paz brasileira naquele país, que ajudaram a manter a paz, a manter a ordem naquele momento, mas havia um fator. Havia um voo, e há esse voo, que sai de Porto Príncipe, vai à República Dominicana, da República Dominicana se destina ao Equador. Este voo é regular, se não me engano, operado pela Copa – posso estar enganado em relação à companhia aérea –, e tem uma característica este voo: o destino final, que é Quito, Equador, é um país que não exige visto dos haitianos. Então, eles descobriram que, se pegassem um avião em Porto Príncipe, passassem pela República Dominicana e fossem para o Equador, poderiam descer e tentar uma vida nova na América do Sul, sem necessidade de visto e de controle emigratório. Isso começou a acontecer. Tanto que uma reportagem veiculada ao Jornal Nacional na última sexta-feira, nós vimos alguns haitianos falando espanhol, o que demonstra que já estiveram por algum tempo no Equador, já estiveram, por alguma razão, assimilando aquela cultura em razão dessa dispensa de visto para estrangeiros em geral que o Equador adota.

O que aconteceu, entretanto, foi que começou a ter uma difusão de uma informação no Haiti de que o Brasil estava construindo uma grande usina hidrelétrica, que é usina de Belo Monte, e que essa usina poderia gerar 25 empregos diretos, e que não havia mão de obra brasileira qualificada naquela localidade do nosso território. Isso fez com que, dentro do Haiti, se difundisse uma notícia de que os haitianos poderiam ter emprego, numa moeda que é forte, o Real é uma moeda forte, tem uma boa conversão com relação ao dólar, e eles perceberam que o Brasil poderia ser um novo foco de prosperidade, de empregos e de uma nova vida. E, então, começaram a descer do Equador, passando pelo Peru e chegando ao território nacional por Tabatinga, na Amazônia, e por Brasileia, no Acre, atraídos por essas noticias de que haveria uma grande quantidade de empregos no Brasil, e o Brasil tinha uma estabilidade econômica, uma estabilidade social, e que havia uma moeda que se fortalecia cada vez mais com relação ao dólar e com relação ao próprio euro. Isso provocou, efetivamente, a entrada de maior número de haitianos em nosso País. Mas eles não conheciam o Brasil. Então, na verdade, eles entravam pela fronteira, paravam, logo após a entrada no Brasil, e começavam a buscar, então, uma regularização. Preocupados com isso, mandamos equipes àquela região porque poderia se tratar de refugiados e, se fossem refugiados, teriam de receber um sistema de proteção especial do Estado brasileiro, que é signatário da Convenção de Genebra, de 1951, que determina isso, e a própria lei interna, que é a Lei nº 9.474, de 1997, determina que se outorgue uma proteção especial aos refugiados, inclusive no que diz respeito à assistência econômica, em parceria com a sociedade civil e com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. Mandamos equipes para lá. Começamos a receber as solicitações de re-

fúgio, a processar essas solicitações de refúgio. E o que verificamos? Que, depois de analisados dois mil casos, não havia um único caso que refletisse a situação jurídica de refúgio.

Pela lei brasileira e pela Convenção das Nações Unidas, refugiado é aquele que sai do seu país de origem em razão de uma perseguição étnica, racial, por opiniões políticas, em razão de guerra, de violação massiva e generalizada de direitos humanos. São casos específicos ditados pela norma internacional e pela norma interna que não se enquadravam aos casos desses haitianos. Todos narravam à mesma história. "Estávamos com uma situação já precária, o terremoto provocou um dano social terrível no Haiti, não há empregos, e o Brasil é um país que tem uma participação lá. A gente encontra os brasileiros, conversa com eles, aqueles capacetes azuis estão sempre por ali, e a gente começou a ouvir falar do Brasil, teve o jogo de futebol, nós sabemos que têm empregos, e pensamos, então, que o Brasil poderia nos acolher. E a rota migratória foi a rota que pareceu mais fácil. Pegar um voo num percurso em que o visto não era exigido em nenhuma das suas etapas".

Chegaram ao Brasil, todos reconhecendo que eram econômicos, e como tal, não se pode aplicar o termo "refugiados". Esse é um termo técnico, que diz respeito a pessoas perseguidas, pessoas vítimas de perseguição, em geral perseguição política ou de guerra – são as mais comuns, as mais características.

Então, o que o Conare (Comitê Nacional para os Refugiados) fez? Não, não são refugiados. Temos duas opções. Quando existe um fluxo de estrangeiros que ingressa num país e não se atendem as normas migratórias, a opção é ou devolver, deportar ao país de origem; ou regularizar a situação.

Nessa época o Conare... – e nós avaliamos que essa participação brasileira no Haiti justificava, sim uma proximidade. Justificava, sim, até o sonho dessas pessoas de tentarem a reconstrução de uma vida nova no nosso País. Por isso, então, a decisão foi encaminhar a solução para um visto, uma solução migratória alternativa. Qual foi a solução migratória alternativa? Um visto humanitário, um visto de caráter humanitário, um visto que foi dado pelo Ministério do Trabalho e Emprego para 1.300 haitianos – 3.254 já requereram refúgio. Desses, 1300 já receberam esse visto humanitário, que permite residir no Brasil, permite trabalhar no Brasil, permite ter acesso aos sistemas públicos de saúde e educação; permite, enfim, ter o direito civil, consagrado pelo art. 5º da Constituição, igual ao dos nacionais. Eles não têm direitos políticos, mas têm os direitos civis.

Então, a nossa tendência é aplicar, como disse o Itamaraty, a mesma solução para todos esses que estão em nosso País, ou seja, permitir que esse visto humanitário promova a regularização e permita que eles, sim, reconstruam suas vidas aqui. E que até possam ser capacitados, dentro de um programa de assistência, para que possam, no futuro, retornar ao Haiti e reconstruir aquele país. Nós não vamos poder defender uma política que acabe por promover uma diáspora haitiana. O Haiti precisa reconstruir-se e se reconstruirá com os haitianos.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Permita-me uma interrupção. Esses que já receberam visto, a tendência deles é sair. Tem saído do Amazonas e do Acre ou têm permanecido lá? O Ministério está acompanhando? O Governo está acompanhando o que acontece depois da concessão do visto humanitário?

O SR LUIZ PAULO TELES BARRETO – Até o momento, muito poucos saíram. Alguns foram para São Paulo, outros para Minas, alguns vieram para Brasília, mas o número ainda é muito pequeno. Não caracterizou... Eles estão ainda um pouco vinculados à ideia de Belo Monte.

E o que nós percebemos? Que boa parte desse grupo é composto de pessoas que têm alguma qualificação. Alguns são eletricistas, outros são encanadores, outros, pedreiros. São pessoas com algum tipo de qualificação profissional que lhes permitia sonhar com um emprego em Belo Monte. Então, eles ainda estão por ali com os olhos voltados para Belo Monte, pensando que vão poder participar da construção da usina. Talvez, por isso, eles não tenham muito interesse em São Paulo ou outros pontos do nosso território.

Agora, houve um ponto de preocupação por parte do Ministério da Justiça, Senador. É que, junto com essa rota de haitianos, detectamos outros imigrantes entrando por aquela localidade: da Indonésia, do Afeganistão, do Paquistão, da China, e isso chamou a atenção do Ministério da Justiça, chamou a atenção do GSI, chamou a atenção da Abin, e nós começamos a investigar o que estava acontecendo nessa região.

Parte desses estrangeiros de origem muçulmana estavam vindo porque há uma nova fase de exportação brasileira de carne, de gado, de frango, de suínos também, para países árabes. E uma das exigências para essa exportação acontecer é que o abate seja feito dentro de uma característica religiosa que respeite a lei islâmica e a lei muçulmana. E eles precisam – essas empresas são terceirizadas para grandes grupos frigoríficos brasileiros – dessa mão de obra. Então, sabendo disso, muitos entraram numa rota de

imigração também para trabalhar nesses frigoríficos, nesses abates.

E o que estamos detectando? Que isso não é necessário. Que o Ministério do Trabalho já autoriza vistos para aqueles que vêm trabalhar num trabalho especializado, ainda que não qualificado. Especializado. Isso permite que esses árabes recebam visto de trabalho de maneira regular.

Então, a nossa ideia é não permitir atuação de coiotes, porque detectamos que aqueles coiotes mexicanos, que eram especializados em levar estrangeiros para os Estados Unidos, estavam atuando nessa região também. Muitos haitianos narram que chegavam pagando de US$3 mil a US$5 mil para o coiote, que retinha seus passaportes e os colocava Brasil fronteira adentro; e que, então, eles ficavam tentando uma nova vida.

Essa atuação de coiotes é perigosa. Não podemos permitir. Por isso, a Polícia Federal reforçou seu efetivo na. Por isso, a Abin está acompanhando esse trabalho juntamente conosco naquela região, a fim de que não permitamos que esse ponto de recepção humanitária que o Brasil tem se transforme numa rota de imigração irregular, de tráfico de imigrantes.

Nós vamos aumentar a presença policial naquela região e fazer uma triagem mais forte daqueles estrangeiros. A melhor maneira para isso é permitir um canal formal de concessão de vistos ao Haiti. Mas um canal formal que não permita essa diáspora e também tente fazer um controle, a fim de que os haitianos possam até ser recebidos no Brasil, tenham alguma forma de tratamento e retornem àquele País, para a reconstrução do Haiti.

O Brasil pode e tem condições de exercer esse papel, permitindo que daqui a alguns anos o Haiti se reconstrua como um País com dignidade nos direitos humanos e alguma expectativa social mais elevada. Mas enquanto isso não acontece, sobrevive uma situação de emergência no Acre.

Como bem dito pelo Senador, três mil estrangeiros no Brasil praticamente não fazem diferença. Somos duzentos milhões de habitantes. Mas eles estão entrando por cidades pequenas, em geral por onde não há estrutura social para recebê-los e abrigá-los. Por isso, já fizemos essas reuniões de Governo e contatamos o Ministério da Integração Nacional e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome para que dentro de um programa regular ajudemos o Acre com recursos financeiros e humanos também na área de saúde, enviando equipes àquele estado, a fim de ajudar, nessas prefeituras, a fazer o atendimento a esses haitianos, uma triagem de todos eles, um acompanhamento melhor dessa situação social, permitindo melhor abrigo, melhor alimentação e melhor tratamento social dessa situação.

Esse foi um tema discutido até agora de uma maneira mais ou menos unânime. Todos concordam com que essa seria a melhor solução: regularizar os que ali estão, segurar um pouco esse fluxo regular na fronteira, criar um canal formal pelo qual se receba essas pessoas, mas dentro de uma política que promova sua melhor formação e capacitação, para um futuro retorno mais digno ao Haiti. E o Brasil estará dando uma contribuição a mais da que já vem dando à reconstrução nacional daquele País. Esse é o ponto.

O Acre tem razão em pedir essa ajuda. O Governo Federal reconhece que tem essa responsabilidade sim. Não é o Governo do Acre sozinho ou a prefeitura sozinha. Nós vamos honrar com essa responsabilidade, ajudando o Acre com todas essas fases de recepção e proteção dessas comunidades haitianas que estão naquela região. O mesmo acontece também com Amazonas e Manaus.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Muito obrigado, Dr. Luiz Paulo.

Eu passo a palavra ao Sr. Andrés Ramirez, que aqui representa o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados.

O SR. ANDRÉS RAMIREZ – Muito obrigado.

Cumprimento o Sr. Senador Cristovam Buarque. Estamos muito honrados por participar dessa audiência pública da Comissão de Relações Exteriores do Senado. E cumprimentamos os Exmºs Srs. da Mesa e os Senadores aqui presentes.

Acho que as explicações fornecidas pelo Dr. Luiz Paulo e pelo Ministro Rodrigo do Amaral Souza são muito abrangentes e explicaram com todo o detalhe como está a situação em geral. E sobre o tema dos haitianos, nós participamos muito próximos do Conare; somos parte do Conare e do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. Temos participado em todas essas discussões e sido até convidados também em sessões especiais da Comissão Nacional das Migrações e concordamos com o ponto de vista que tem sido manifestado aqui, no sentido de que a verdade que podemos dizer é que as pessoas haitianas que chegaram ao País não são refugiadas. Esse é um fato que podemos confirmar com o ACNUR e com o qual estamos totalmente de acordo.

A verdade é que quando falamos do caso do Haiti, temos de reconhecer que não é só o tema do terremoto. Sabemos que o terremoto foi algo terrível para aquele país irmão, mas ele já era, há muitos anos, o país de longe mais pobre da América Latina e do Caribe. Não foi somente o terremoto.

Acabamos de ter um terremoto, no Chile, ainda maior e pior que o terremoto no Haiti; e nada disso aconteceu. A grande diferença é que o Haiti é um país que está numa situação de muito mais precariedade. Não tem nada a ver. Então, não é só o terremoto isolado que vamos dizer que é o único fator que faz com que os haitianos tenham que sair do país, um país pobre demais. Sabemos muito bem que a operação de manutenção da paz é muito importante e sabemos também a grande responsabilidade que tem tido o Brasil lá. Esse também é um fator, porque os haitianos não são bobos. Eles sabem que o Brasil tem feito um trabalho muito bom lá, e isso, desde logo, gera expectativas como um país, um destino importante. Esse também é um elemento que temos que considerar. Se o Brasil fizer um trabalho ruim, ninguém vai querer vir para o Brasil. Nós temos um escritório lá no Haiti e sabemos muito bem que a missão de paz comandada pelo Brasil tem um grande reconhecimento internacional. É também um elemento que temos que considerar.

Segundo o relatório mundial de 2011 da *Human Rights Watch*, estima-se que três milhões de pessoas tinham sido afetadas pelo terremoto de 2010; dessas pessoas, 222.750 foram mortas, 300 mil feridas e mais de 1 milhão e 600 mil ficaram desalojadas e deslocadas. Após o terremoto, mais de um milhão de pessoas continuavam vivendo em acampamentos ou habitações irregulares, sem adequadas condições sanitárias, resultando numa epidemia de cólera no país, como já foi dito aqui. Aproximadamente 300 mil casas foram atingidas ou destruídas, bem como 28 dos 29 prédios dos ministérios no país. Há capacidade de se construírem mais abrigos temporários, mas faltam terrenos adequados que estejam livres de conflitos de posse.

A verdade é que, com o tempo, algumas pessoas puderam retornar, mas, há um mês, por volta de 600 mil pessoas ainda estavam deslocadas internamente dentro do Haiti.

Há uma tendência de que os haitianos que se deslocam para fora do país, em especial para a vizinha República Dominicana, estejam sendo forçados a voltar. É por isso também que há um grande reconhecimento que todos temos ao Brasil, porque essa política não está sendo feita aqui no Brasil. De acordo com as autoridades do país, desde o início de 2011 – estou falando da República Dominicana –, cerca de 1.200 haitianos em situação irregular teriam sido mandados de volta. É por isso que o Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados, Sr. António Guterres, e a Alta Comissária para Direitos Humanos, Navanethem Pillay, fizeram um comunicado apelando aos países que não retornassem haitianos contra a vontade deles.

Eu vou citar aqui as palavras deles: Apesar das recentes eleições e das perspectivas positivas que apontam para a recuperação do país, o Estado haitiano segue debilitado pelo terremoto e ainda não se pode assegurar que as pessoas vulneráveis ou com incapacidade ou com problemas de saúde possam voltar.

Eu acabei de ter uma conversa, ontem, com nossa sede, lá em Genebra, e eles falaram para mim que o Governo do Haiti está falando que as condições lá no Haiti ainda não estão... para que as pessoas possam voltar. Eles estão fazendo a recomendação para os governos de não retornarem as pessoas haitianas.

Então, essa política que estou tendo o privilégio de escutar aqui, pelas explicações que foram fornecidas aqui pelo Dr. Luiz Paulo, é muito importante no sentido de ter aquela responsabilidade de uma política não só de acolhida dos haitianos, mas também de ajudar para desenvolverem suas capacidades para voltarem em condições que possam ajudar o país a ser reconstruído.

Eu tenho alguns dados aqui para fornecer a vocês sobre os haitianos lá na região do norte. Temos um escritório em Manaus. Atualmente estão vivendo cerca de 3.200 haitianos em Manaus, chegando-se, em média, 40 haitianos por semana a essa cidade – de acordo com a Pastoral dos Migrantes, porque é verdade que a Pastoral dos Migrantes tem feito um trabalho extraordinário.

Não é por isso que a situação não é menor lá. O que acontece é que eles estão fazendo um trabalho muito bom, e isso é uma grande ajuda de solidariedade do povo brasileiro; uma responsabilidade do Governo Federal e das autoridades locais, mas também uma grande ajuda da sociedade civil e da Igreja.

A Igreja continua assumindo a recepção e a assistência aos haitianos, e não há nenhum apoio lá do governo local. Esse é um problema que temos encontrado recentemente, diferentemente do caso do Governo do Acre.

Com doações de comunidades, a Pastoral dos Migrantes está distribuindo alimentos para cerca de 1.200 haitianos semanalmente. Além disso, muitos haitianos continuam em casas alugadas pela Igreja.

Fui informado pela Pastoral dos Migrantes que continuam chegando muitas mulheres grávidas. Esse também é um tema que acho importante, que não tínhamos registrado antes e que agora é uma novidade.

Também fui informado de que está bastante problemática a questão do emprego para as mulheres haitianas, já que a principal demanda para mão de obra feminina é para trabalho doméstico, atividade que as haitianas não estavam acostumadas a exercer da forma como é realizada no Brasil.

Outra informação passada pela Pastoral foi em relação a três casos graves de saúde entre mulheres haitianas, nos quais houve descaso no atendimento.

E, em relação aos homens, também cresce a preocupação em relação ao trabalho.

Nós tínhamos informações fornecidas pelo Presidente da Cemig, no sentido de que os haitianos estavam encontrando emprego facilmente, e a verdade é que a maioria deles, se a gente compara com outras nacionalidades, trabalhava quase de qualquer coisa. Mas agora parece que eles estão tendo algumas dificuldades, lá, no caso de Manaus, com o tema do emprego. Atualmente, já não está tão fácil conseguir emprego na construção civil, o que está causando desemprego entre os homens haitianos em Manaus.

No caso de Tabatinga, atualmente vivem cerca de 1.100 mil haitianos em Tabatinga, de acordo com a Pastoral de Mobilidade Humana. São os dados mais recentes que temos.

Dados da Polícia Federal em Tabatinga mostram que em 2010 foram processadas 456 solicitações de repúdio referentes a haitianos na cidade, mas agora, em 2011, a cifra é muito maior. Foram processadas 1.855 solicitações de repúdio de haitianos.

Os haitianos em Tabatinga estão em casas alugadas pela Diocese, por eles mesmos e até em casas emprestadas pela comunidade. A Igreja e comerciantes locais continuam ajudando na alimentação diária – café da manhã e almoço – de cerca de 350 a 400 haitianos.

E os dados que o Sr. Senador nos forneceu... Nós temos exatamente os dados fornecidos por vocês, desculpem-me, pelo Governador do Acre, no sentido de que atualmente vivem cerca 800 haitianos em Brasileia, de acordo com a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Acre.

A recepção e a assistência dos haitianos vêm sendo realizadas em grande parte pelo Estado do Acre, que está alugando uma pousada para a acomodação deles.

Além disso, também vem sendo oferecida alimentação integral para os haitianos. Sabemos – temos escutado com muita atenção o que está explicando o Sr. Senador – que o Estado de Acre não tem mais recursos para seguir com esse padrão de assistência. Então, acho que as explicações do Sr. Presidente do Conare são muito importantes no sentido da decisão de apoio ao Estado do Acre; isso é uma coisa muito boa e muito importante.

Eu queria só dizer que, na região, para comparar um pouquinho, o número de chegada dos haitianos não tem nada a ver com o número de chegadas para o Brasil. Por exemplo, temos novas chegadas de haitianos à Argentina: só neste ano, 26; ao Peru, 146; ao Chile, um.

Mesmo assim, já haviam chegado alguns no ano passado. E nós ficamos preocupados com um assunto que temos colocado nas reuniões do Conare, e temos visto uma forma positiva de se entender o problema por parte do Conare, no sentido de que, se é verdade que a maioria dos haitianos não é refugiada, nós temos que estar sempre atentos à possibilidade de algumas pessoas poderiam ser refugiadas. Temos alguns dados importantes.

Mesmo que quase não haja chegada de hatianos na região, na Argentina têm sido reconhecidos, dos haitianos que chegaram após o terremoto, 57 refugiados, no Chile, 1, e 15 no Peru.

Na maioria dos casos, segundo o Conare da Argentina e os dados fornecidos pelo Alto Comissário das Nações Unidas para Refugiados, é devido ao que se chama de violência sexual e de gênero e de opinião política.

Sobre isso, queremos sublinhar o seguinte: quanto às mulheres adultas, de acordo com o relatório da Unfpa, o aumento de grávidas triplicou nos acampamentos. A taxa de gravidez subiu de 4% para 12% em 2010. Ainda, segundo relatos, dois terços dessas gravidezes não foram desejados. A maior parte dos estupros ocorre à noite, devido à insegurança existente nos acampamentos de deslocados internos, intensificada com a infraestrutura precária dos acampamentos, inclusive em termos de iluminação.

Essa é uma grande preocupação que a gente tem sobre o que acontece lá no Haiti e que poderia explicar muitos casos, sobretudo na Argentina.

Muito obrigado.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) **–** O senhor não falou de Rondônia. Quantos refugiados estão registrados em Rondônia?

O SR. ANDRÉS RAMIREZ – A verdade é que...

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) **–** Estado de Rondônia, vizinho do Acre.

O SR. ANDRÉS RAMIREZ – ...no caso o que estamos falando... Não estamos falando de refugiados, estamos falando dos haitianos.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) **–** Sim, dos haitianos.

O SR. ANDRÉS RAMIREZ – A verdade é que não temos dados de Rondônia. Acho que é como explicou o Dr. Luiz Paulo: tem algumas pessoas que têm saído, que têm se espalhado...

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) **–** São 138 em Rondônia, 138 trabalhando em Rondônia.

O SR. ANDRÉS RAMIREZ – É bom saber, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Agradeço ao Sr. Andrés e passo a palavra a Miriam Medeiros da Silva.

A SRª MIRIAM MEDEIROS DA SILVA – Bom dia, Senador Cristovam. Eu o cumprimento em nome do Ministro Elito, que não pôde estar presente, e agradeço a oportunidade de ter sido convidada pela Casa para falar sobre esse tema que tem preocupado muito o Governo Federal.

Gostaria de lembrar um pouco.

Em 2010, logo após o terremoto, o Gabinete de Segurança Institucional coordenou o Gabinete de Crises de ajuda humanitária ao Haiti. Segundo os últimos números de que dispomos, foram quase quatro mil toneladas de ajuda humanitária enviadas àquele país. No início da catástrofe, nós tínhamos dois voos como uma ponte aérea diária até Porto Príncipe para levar essa ajuda humanitária que veio das empresas, do Governo e da sociedade, que se mobilizou em campanhas que, vocês devem se lembrar, o País inteiro promoveu. O Brasil instalou um hospital de campanha e quase 30 mil atendimentos foram feitos naquele país.

Então nós sempre estivemos sensíveis ao problema que o país enfrenta, estamos participando do grupo de trabalho que o Ministério da Justiça tem coordenado e o Gabinete de Segurança Institucional apoiará com certeza todas essas medidas que estão sendo estudadas para facilitar...

De nenhuma maneira, desde que nos instalamos lá, seja com a missão de paz, seja à época do terremoto, com ajuda humanitária, seja agora, dentro do território nacional, é claro que a gente não vai virar as costas para uma população tão vulnerável, tão sofrida e tão próxima da gente. Então o que for decidido pelo Governo Federal contará com o nosso apoio. A Agência de Inteligência, a ABIN, tem monitorado... Como bem disse o Dr. Luiz Paulo, nós não podemos aceitar esse tráfico ilícito, essa atuação de coiotes, que já estão extorquindo de certa forma uma população tão sofrida. Junto com a Polícia Federal, a Abin... Foi consenso na sexta-feira que de forma alguma a gente pode deixar essa rede se estabelecer. A gente tem que acabar com esse tráfico ilícito de pessoas. O Ministério da Justiça está estudando as maneiras de a gente fazer com que haja um fluxo regular e não deixar essas pessoas numa situação mais vulnerável do que elas já estão. Então o Gabinete de Segurança Institucional vem apoiando e, com certeza, o País, o Governo Federal não vai dar as costas para essa situação tão preocupante.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque.Bloco/PDT – DF) – Muito obrigado.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Presidente, posso fazer uma pergunta apenas para...?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco. PDT – DF) – Claro.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – DF) – Esses coiotes atuam no Brasil ou atuam nesses países fronteiriços?

A SRª MIRIAM MEDEIROS DA SILVA – Eles atuam na verdade desde lá. Eles já estão no Haiti, levam para a República Dominicana e também Peru e Equador. Então o trabalho deles é colocar o haitiano aqui dentro. Então existe uma rede.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Existe algum convênio de cooperação com esses países para poder monitorar essa rede que é plurinacional?

O SR. LUIZ PAULO TELES BARRETO – São ações de cooperação policial. Eles não entram no Brasil quase. Eles param na fronteira. Quando entram, entram muito esporadicamente e saem muito rápido, porque tem uma presença maior da Polícia Federal do lado brasileiro. Já do lado boliviano, a presença de forças policiais é mais precária. Então nós estamos conversando com eles; é uma comissão nossa. O nosso embaixador em Lima já conversou comigo também. Nós precisamos fazer um sistema de cooperação para prender essa gente como um todo. Eles saem do México e começam a agir em toda a região.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Antes de passar a palavra ao Senador Jorge Viana, se V. Exª quiser se pronunciar, porque é o autor do requerimento, eu passo a palavra ao Senador Diniz, que pediu pela ordem.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Perfeito.

Sr. Presidente, Senador Cristovam, Srs. convidados, primeiramente, eu me sinto feliz pela oportunidade de a gente poder tratar desse assunto, porque eu estou assinando esse requerimento com o Senador Jorge Viana e venho me pronunciamento sobre esse assunto faz algum tempo.

Sei que as informações passadas aqui são informações que mostram que a gente não está sozinho, mas a sensação que a gente teve até agora foi de que nós estávamos sozinhos, Governo do Acre, porque o assunto não era um assunto do Brasil, era assunto do Acre. Isso estava muito ruim; estava muito desconfortável para a gente ter uma demanda crescente e nenhuma manifestação de atenção.

Venho de uma ação de doze anos no Executivo. Todas as vezes que surgiu à frente um problema que era fora do nosso conhecimento, porque quem está no governo tem problemas que fogem do nosso conhe-

cimento, chamavam-se, em uma sala de situação, os atores envolvidos e íamos ver que tipo de análise, de observação a gente fazia desse problema. Infelizmente, nesse caso dos haitianos, a gente não teve isso. O governador reuniu-se com o Ministro da Justiça, que se comprometeu a fazer uma reunião interministerial para tratar do problema, mas não aconteceu.

Nós tivemos que tornar público esse assunto. Foi notícia no *Terra Magazine* e, agora, no *Jornal Nacional*. Foi notícia no *The Guardian*, internacionalmente. Quer dizer, é um assunto que está tendo repercussão, porque nós estamos diante de uma crise humanitária internacional. Pareceu, à primeira vista, que não era problema do Brasil, era problema do Acre, e o Acre é um Estado muito pequeno, com precárias condições para dar resposta a um problema de tal magnitude.

Essa é a questão que a gente toma como ponto de partida.

Nasceu uma criança haitiana/acreana há poucos dias. Temos 17 mulheres grávidas. Vão nascer crianças nas próximas semanas e meses. Tivemos 700 já regularizados, que já saíram para Santa Catarina, para Rondônia, São Paulo e tal. Hoje temos 811 em Brasileia e 50, em Apare, aguardando anoitecer provavelmente para passar, quando a Federal não estiver instalada, e se somar a esses 811. Temos notícias de que tem 200 na República Dominicana já com a estrutura dos coiotes montada e a passagem paga para saírem no dia 24 de dezembro ou 25 de dezembro da República Dominicana rumo ao Acre, rumo ao Brasil, provavelmente ao Acre ou a Tabatinga, no Amazonas.

Estamos diante de uma situação que exige uma sala de situação permanente do Governo Federal. Não é mandando um caminhão ou um avião de alimentos para lá que vai resolver. Vão ser feitos onde esses alimentos? Nós temos um hotel com capacidade para 80 pessoas, com um pouquinho de esforço colocaria 100 ou 150, mas tem 600 nesse hotel. Como é que funciona o sistema hidráulico? Como é que funciona a situação de higiene? Daqui a pouquinho a gente vai ter uma crise de cólera lá dentro.

Então, a gente está pedindo socorro nesse sentido. Nós estamos com um problema muito maior que a nossa capacidade de solução e o Governo Federal precisa olhar esse problema para a gente pensar que saída adotar.

A Polícia Federal está querendo facilitar o cadastro dessas pessoas porque todas têm passaporte, inclusive as crianças. Todas chegam com seu passaporte, mas precisam do CPF fornecido pela Polícia Federal. O contingente da Polícia Federal não dá conta. Eles conseguem atender dez, quinze ou vinte por dia e demoram de quinze a trinta dias para receber a resposta da documentação. Então, há um pedido de socorro também da Polícia Federal para que seja aumentado o contingente.

A gente só vai se deparar com esses problemas, se a gente puder fazer uma reunião interministerial para tratar de todas as variáveis e de todos os complicadores possíveis dessa situação.

O que a gente, nessa audiência, está propondo... Fiz questão de deixar claro também ao Senador Jorge Viana que não estamos apresentando solução, que estamos trazendo um problema que foge à nossa capacidade de solução. A gente não tem uma resposta para esse problema e acredito que nem o Governo Federal, hoje, tenha.

Fico feliz que eles não sejam aceitos como refugiados, mas que sejam aceitos, pelo menos, com visto humanitário, porque, querendo ou não, fica muito difícil a gente estabelecer uma barreira ali e deixar essas pessoas passando fome, sendo maltratadas porque, quando elas passam pela Bolívia, são extremamente maltratados. Não entendo por que o povo boliviano, sendo um povo tão sofrido também, tenha um preconceito racial tão forte. Essas pessoas sofrem muito na passagem por Rondônia. Os depoimentos são comoventes principalmente sobre a passagem pela Bolívia: as mulheres são agredidas; os homens são extorquidos. O pouco que eles trazem, porque estão em viagem, alguns dólares que trazem são tomados. Então, a situação deles é muito difícil.

E o Brasil é o paraíso, é o paraíso não só pelas oportunidades que oferece, mas pelo povo acolhedor. Nosso povo é extremamente acolhedor. A reportagem do *Terra Magazine* começa com os parabéns das famílias que se organizam para cantar no aniversário de um ano de uma criança haitiana, levando bolo, levando refrigerante. É assim, o povo brasileiro é um povo ultra-acolhedor. Então, isso tudo chega como notícia lá para os haitianos e tem feito com que cada vez mais eles venham.

O Ministério Público Federal, a partir dessa audiência... O Ministério Público tem assim um poder mágico de dar resposta para os problemas: ele sentencia. Ele sentencia, e quem tem que atender às suas sentenças que se vire. Ele determinou que o marmitex que o Governo do Acre fornecia às 13 horas e às 19 horas não era suficiente, que ele tinha também de dar o café da manhã. Sentenciou, mas não disse de onde vinha o orçamento, nem quais organismos deveriam mobilizar-se para isso. Mas sentenciou, e agora o Governo do Acre tem de dar dois pães e um copo de leite às 7 horas, um marmitex às 13 horas e um marmitex às 19 horas. Ou seja, está-se fechando o dia com 1.600 marmitex às expensas do Governo do Acre, que não

tem mais orçamento para atender a isso. Não tem, está inventando dinheiro para poder pagar isso. Agora, por uma questão humanitária, não pode deixar as pessoas passando fome.

Então, esse apelo está sendo feito ao Governo Federal. Não é mandando um avião de alimentos que se vai resolver essa questão. Acho que é preciso que as autoridades do Governo Federal se debrucem sobre os problemas, por todas as variáveis que eles apresentam, na forma mais complexa que eles têm, para que possamos encontrar uma saída.

Acredito que a retenção deve ser negociada com a República Dominicana, com o Peru, no sentido de tentar encontrar... e com o próprio Haiti, porque, se não houver um jeito de conter a saída lá, no Haiti, uma vez ele chegando ali, à nossa porta, vamos ter de dar um prato de comida e de acolhê-los, porque são irmãos. Não é uma fronteira que vai fazer com que a gente vá instituir um cidadão de última classe.

Nesse sentido, acho que o Tratado do Equador é superinteressante, porque todos são cidadãos universais, e os haitianos, também. Realmente, o que os empurrou para essa leva migratória não foi o terremoto, mas a pobreza.

E o exemplo dado do terremoto no Chile é muito eloquente nesse sentido. Onde há um Estado instituído e com condições econômicas suficientes, se há terremoto, trabalha-se o drama social que se enfrentou, mas as pessoas ficam ali. Agora, no Haiti, é a pobreza mesmo que está... Eles são refugiados, sim: são refugiados econômicos ou refugiados da fome. Quem vai ficar num lugar onde não tem emprego, não tem possibilidade de alimentar sua família? É isso.

Outro detalhe também é o de que os que têm vindo têm alguma habilidade profissional. As famílias se mobilizam para juntar dinheiro, para mandar os seus melhores para o Brasil, em busca de conseguirem alguma oportunidade de emprego e de poderem mandar algum dinheiro para elas. Nesse sentido, eles já identificaram lá professores. Há um poliglota, pessoas com habilidade em pintura; em construção civil, há muitos. E eles estão colocando-se para trabalhar.

E nós tememos, inclusive, como Governo do Acre, que esses habilitados todos sejam puxados pelos demais Estados e que, daqui a pouco, só fiquem no Acre aqueles que não têm habilidade nenhuma. Aí vai ser pior ainda para nós. Então, precisamos de uma luz nesse túnel.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Quero agradecer seu depoimento, que realmente é impactante, e dizer que os dois representantes do Acre estão cumprindo perfeitamente o papel de representantes do Estado, mas com a preocupação humanista, como têm demonstrado.

Creio que isso é fundamental e está claro, claro, claro.

O SR. LUIZ PAULO TELES BARRETO – Sr. Presidente, todo mundo aqui já tem bastante conhecimento da real situação lá, porque todo mundo deparou com o problema.

Dos vários depoimentos que foram dados, há um, aqui, específico, que fala dos sonhos dos haitianos no Brasil. Não sei se é o caso – são seis minutos – de exibi-lo. Ele está no ponto.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Ótimo. Sem dúvida alguma, acho que isso pode ser muito positivo.

(Procede-se à oitiva do depoimento gravado.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Bem, é preciso lembrar que o primeiro idioma desse rapaz é o *creole* e depois o francês, mas ele fala um espanhol perfeito. Essa é uma característica do Haiti, que é muito pobre, mas a educação dos que conseguem ter acesso é boa. A elite, inclusive, tem ótima educação. Mesmo a classe média, quando consegue, quando não fica de fora, tem uma boa educação.

Senador Jorge Viana, V. Exª quer fazer uso da palavra, como sendo o primeiro que subscreveu o pedido dessa audiência?

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Só quero, mais uma vez, agradecer à Drª Miriam Medeiros pela presença e pelo espírito de colaboração no entendimento desse problema tão grave, ao Dr. Andrés Ramirez pela maneira com que mostrou seu conhecimento do assunto, de falar de um assunto tão complexo para nós, que não somos vinculados a esse tema, ao Ministro Luiz Paulo pelo envolvimento que tem. Sei que, como coordenador, como Presidente do Conare, é de fato o espaço que temos institucional para encontrar a resposta que estamos buscando. Quero agradecer também o Dr. Rodrigo do Amaral, reconhecendo aqui o esforço que o Itamaraty já fez, inclusive com essas reuniões, representando o Governo brasileiro.

Sr. Presidente, o que nós vimos depois das exposições, acho que temos uma situação. O Brasil está dando a acolhida adequada, mesmo não estando diante do refugiado clássico, nós estamos tentando dar um tratamento humanitário para essas pessoas que estão procurando melhor sorte.

Não vou repetir, mas é fato é um país muito pobre, sofreu um desastre natural que agravou a situação, com danos materiais enormes, perda de vida aos milhares, depois uma epidemia de cólera e isso somado à essência do problema, que é a pobreza, cria-se em cima de uma perspectiva que o nosso País, felizmente

está tendo hoje, diante do cenário de crise do mundo, que é um País que tem perspectiva de crescimento, está crescendo, que tem hoje pleno emprego, ou seja, temos um problema hoje que é mão de obra nas diferentes regiões, não é só na região Norte. Mas o certo é que fica muito evidente depois da audiência é que as medidas que estamos procurando adotar nas consequências são as adequadas. Mas quanto mais eficientes formos no trato das consequências, talvez mais problemas vamos ter para essa entrada, porque não foi o Brasil que criou uma política, não foi o Estado brasileiro, não foi a força de paz, não foi o governo haitiano, não foi a ONU, ela aconteceu. E pelo que ouvimos aqui, ela também envolve pessoas que atuam fora da lei, que usam e manipulam, está-se falando ali em US$ 2 mil para trazer uma pessoa. Alguém está ganhando, porque ele falou que US$ 1 mil está envolvido na passagem e, certamente, alguém está sendo pago. E há indícios fortes, já foram colocados aqui, de que coiotes ou, enfim, pessoas que atuam em organizações criminosas estejam envolvidas diretamente nesse tema.

A minha preocupação maior é que, se não tiver uma política do nosso País na relação com o Haiti, e se o Brasil estabelecer que vai nos próximos anos convidar e trazer dentro de um programa vinte, trinta mil haitianos, eu ficaria absolutamente tranquilo. Cada Estado poderia se organizar para acolhê-los. Eu ficaria não só tranquilo, mas ficaria feliz. Meu coração ficaria alegre de que tenhamos uma política de acolhimento para um povo que está passando tantas dificuldades e que precisa, e o Brasil também precisa de pessoas que venham para trabalhar, para nos ajudar, como o Brasil sempre fez, como colocou o nosso Ministro Luiz Paulo.

O problema é que se nós corremos só atrás das consequências acho que aí o problema pode ganhar uma dimensão que não tem solução fácil.

E eu gostaria que essa audiência fosse de alguma maneira um marco para por fim a essa vinda de imigração informal, porque ela vem ou ilegal, como ela está ocorrendo, foi dito pelos haitianos. Temos que substituir esse ilegal, esse informal e esse socorro que estamos dando por uma política. E tomara que ela seja vinculada naquilo que ouvi de todos que falaram aqui, que estejam na base dela princípios humanitários, de acolhimento de pessoas.

E gostaria, antes de encerrar a audiência, e os colegas pudessem ouvir das autoridades qual o próximo passo que o Governo brasileiro pode dar não só para o socorro, porque essa audiência não é para falar do socorro, socorro felizmente, graças ao Governador Tião Viana, ao Governo do Estado, Prefeita, à maneira de o Brasil atuar, a gente está colhendo. Mas já foi falado pelo Dr. Andrés Ramirez, que eles já estão tendo problema de desemprego em Manaus, o Senador Raupp também fala, alguns documentados vão para Rondônia. E no caso nosso do Acre, a situação é muito, muito grave, porque é a parada onde ficam por semanas, meses esperando a regularização da sua situação documental para poderem entrar e se consolidarem no Brasil.

Nós precisamos de uma ação urgente. O Senador Aníbal bem colocou. Não é só por uma sala de situação, mas imediatamente tem que ser tomada uma atitude que possa ter alguma eficiência de parar a vinda ilegal. Se isso não for adotado, nós não vamos ter uma solução fácil.

E, claro, fazermos aí uma ação de as autoridades federais irem para o Acre tratar desse assunto e nos ajudar na condução dele, porque para o Governador Tião Viana, inclusive é uma questão orçamentária até de legalidade, como bem colocou o Senador Aníbal. O Ministério Público exige que adote tais e mais medidas. O Estado do Acre não tem rubrica para lidar com isso. Já foram gastos mais de R$1 milhão só com alimentação e hospedagem pelo Governo do Estado. Não é pouca coisa.

Nós precisamos imediatamente do Ministério da Justiça, do Governo Federal entrar com recursos, e aí, me desculpe, mas, no fundo no fundo, a solução tem de ser com recursos mesmo, porque eu sei que a intenção é boa de levar alimentos, a solidariedade da sociedade está funcionando, mas não se trata disso, é um número muito elevado de pessoas que têm de ter algo regular, não é fazer um almoço hoje, uma janta, mas, sim, ter regularidade.

E o mais grave que eu vejo, concluo com isso, é que se nós corremos agora para dar socorro só aos 800, nós podemos ter de dar um socorro, em fevereiro, para 2.000, 3.000, que é um número maior, e aí não vai ter solução fácil.

Então, dentro dessa perspectiva, acho que temos de ter duas frentes: uma de socorro imediato para o Acre, lá em tabatinga, onde tem problema, em que a igreja está cuidando, lá em Tabatinga é mais precária ainda a situação, é só a igreja. E a outra é estancar isso para que a gente possa dar solução, e aí, obviamente, o Brasil fazer disso uma política, como bem colocou o nosso Presidente, o Senador Cristovam.

O nosso País hoje tem condição sim, já está com a Força de Paz lá, podíamos fazer uma medida de acolher, não sei se 10 mil, 20 mil, 30 mil haitianos, seria um gesto muito bonito que nós faríamos, mas como convidados a entrarem no Brasil e não como refugiados ou como pessoas que chegam aqui explorados e entrando pelos fundos ilegalmente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Obrigado, Senador.

Enquanto eu o ouvia aqui, estava pensando como vai ser difícil administrar isso, por que nós não podemos abandonar os refugiados, nós não podemos abandonar o Acre, nós não podemos tolerar os coiotes, nós não podemos abrir as fronteiras totalmente. Ao mesmo tempo, nós precisamos negociar com os países envolvidos, tanto os da fronteira como o Haiti e República Dominicana, e eu creio que nós vamos precisar redefinir o conceito de refugiado daqui para frente, não só o Brasil. Obviamente não se pode dizer que é refugiado qualquer pessoa que decide procurar emprego em outro país. Não pode. Embora um dia, eu acredito – e o Senador Suplicy é o grande defensor disso – que não vai haver mais necessidade de controle de fronteira, a não ser para bandidos. Mas vai demorar! Não vamos precisar de controle de entrada nas fronteiras. Um dia nós vamos chegar a isso. Se hoje a gente tem mobilidade de mercadorias, de finanças, por que não ter mobilidade de pessoas? Aliás, o termo mobilidade foi usado aqui, mas não vai ser agora nem vai ser só o Brasil que vai pode fazer isso. Talvez um caminho seja essa quota. Pode ser esse o caminho se a gente define uma quota e tenta. Mesmo assim, outros virão, porque os que ficarem fora da quota virão também.

Então, esse é um problema que a gente precisa trabalhar, mas que não vai ser fácil. Foram muito interessantes as apresentações de cada um, mas eu abro a palavra aos Senadores que quiserem fazer usa dela. *(Pausa.)*

Senador Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Senador Cristovam, Srs. convidados, acho que depois que o Senador Jorge Viana falou pouco me resta a acrescentar. O Jorge foi muito feliz nessa questão da quantidade, de se ter um limite.

Estivemos lá, no início do ano, com o Governador do meu Estado, acho que o Dr. Rodrigo estava presente à reunião, e eu ouvi, lá no Itamaraty, que a previsão já seria de uma leva acima de 20 mil imigrantes que nós tínhamos no Brasil. Então, lá em Rondônia, todos trabalhando. Porto Velho recebeu, nos últimos três anos, mais de 50 mil pessoas de outros Estados brasileiros, devido à construção das usinas, o *boom* de crescimento da região. Mas é diferente você receber pessoas do Piauí, do Ceará, de qualquer outro Estado, porque se ele precisar se deslocar novamente, ele volta, agora para um haitiano fica mais difícil. Por exemplo, se diminuir o emprego, ele já vai ter dificuldade de voltar para o seu País. Temos que pensar nisso também.

A proposta do Senador Jorge Viana é interessante. Se tivermos um limite, se soubermos esse limite de entrada e pudermos acomodar em Manaus, em Rio Branco, Porto Velho, Minas Gerais, como foi falado, ou em outros Estados, facilmente se acomodam 20 ou 30 mil haitianos, sem problema nenhum. Assim como o Brasil tem com a Bolívia, milhares de bolivianos trabalhando no Brasil; assim como existem brasileiros trabalhando na Bolívia, no Paraguai e em outros países, acho que é uma coisa perfeitamente aceitável. Só não podemos perder o controle. Ou seja, trazer problemas para Estados que já têm dificuldades, como são os Estados do Norte.

Essa é a minha proposta, que é a mesma do Senador Jorge Viana.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Até porque, enquanto outro Senador não se pronuncia, é possível, talvez, que o alto comissariado possa trabalhar a ideia de catástrofe econômica. Enquanto não temos a liberdade, tem a catástrofe econômica que o país sofre de vez em quando. Nesse país onde houver catástrofe econômica, quem dali sair buscando emprego, pode ser considerado refugiado. Nos outros, não.

E essa situação de catástrofe econômica pode ser baseada em dois indicadores: a taxa de desemprego e a taxa de redução do produto interno bruto, a queda do produto interno bruto. Nos dois conceitos podemos trabalhar a ideia de catástrofe econômica, a partir do qual se justificaria o refugiado.

Não havendo outro Senador...

Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Ouvi a exposição dos nossos convidados, a quem agradeço. Tenho para mim que o Governo do Brasil está fazendo tudo o que está ao seu alcance neste momento. Não vejo o que se poderia aduzir a não ser o apelo do Senador Jorge Viana no sentido de que realmente haja, agora, mais recursos efetivos para sustentar a situação de organizações não governamentais e também acordos de cooperação policial com os países que estão na rota desses imigrantes para coibir e reprimir a ação desses coiotes.

Mas o fato é que o Brasil está se desenvolvendo, está crescendo, a sua economia está crescendo, há oportunidades de emprego, e as pessoas vêm para cá como vão, na Europa, ou seja, migram do leste europeu ou do norte da África para os países europeus. Talvez agora, diante da catástrofe econômica da Europa, deixe de migrar na mesma proporção, mas há gente que é seduzida pela possibilidade de melhorar de vida.

Não sei se é o caso de meditarmos sobre a nossa lei de imigração, que é uma lei de 1980 e que talvez precise ser revista no sentido de se tornar mais atual,

mais atualizada, mais contemporânea diante da atual situação, da atual inserção do Brasil no mundo.

Lembro-me, quando era Deputado Federal, na Comissão de Constituição e Justiça, que havia um projeto de lei tramitando na Câmara que visava atualizar essa lei no sentido de torná-la mais permissiva, ou seja, voltarmos a atrair imigrantes. Algo a ser discutido. O Relator que designei – eu era Presidente da Comissão – foi o então Deputado Almino Afonso. Ele fez um belíssimo trabalho, mas as coisas acabaram não prosperando porque, evidentemente, havia resistências em diferentes setores do Governo, já havia naquela época. Assim, se houver qualquer tentativa nessa linha, haverá novamente, como houve resistência do Governo na formulação do conceito de refugiado, essa característica que a nossa lei traz de considerar refugiado aquele que é vítima de perseguições massivas e de violações generalizadas e massivas dos direitos humanos, uma inovação da legislação brasileira que, para vir à luz naquela época, ainda no Governo Fernando Henrique, teve que enfrentar resistências em setores do Governo, da defesa, do Itamaraty, etc.

Penso, Ministro, que talvez seja o caso de revermos e estudarmos uma atualização dessa legislação. Não sei. Porque de 1980 para cá o mundo mudou e o Brasil mudou. São novos desafios que temos de enfrentar diante da comunidade internacional. É o caso de o Brasil voltar a ser um país de imigração? Ou não? Enfim, é uma discussão que deve ser travada, acho que seria oportuno meditarmos sobre isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Agradeço ao Senador Aloysio.

Vou passar um minuto ou dois a cada um para que faça seus comentários e responda as perguntas que por acaso tenham sido feitas.

O Dr. Rodrigo tem a palavra.

O SR. RODRIGO DO AMARAL SOUZA – Da parte do Itamaraty, nós recolhemos aqui as observações feitas pelos Srs. Senadores no sentido de retomar e intensificar os contatos com os países vizinhos que estão na rota usada pelos imigrantes haitianos, também com o governo do próprio Haiti, para identificar, digamos, setores prioritários para a montagem, que estamos fazendo, de um programa ampliado de cooperação para prover um canal oficial, regular e formal de entrada de haitianos no Brasil, com total controle, com vistos e com a previsão de que esses haitianos, depois de cumprido o programa para o qual eles foram admitidos no País, possam voltar ao Haiti.

Também no Conselho Nacional de Imigração, no qual eu represento o Itamaraty, estamos envolvidos com o assunto e daremos prioridade total ao exame de todos os casos que nós ainda temos a receber do Conare.

É isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Com a palavra, o Dr. Luiz Paulo.

O SR. LUIZ PAULO TELES BARRETO – Obrigado, Senador Cristovam.

Nós mandamos um projeto de lei para o Congresso, Senador Aloysio, modernizando a Lei de Imigração em 2005 – está na CCJ da Câmara –, que traz aspectos humanos para a Lei de Imigração, vincula-a a direitos humanos e não ao Direito Penal, cria um novo sistema de vistos, mais inteligente, para atrair investidores...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Permita-me interrompê-lo para dizer que nós temos hoje em São Paulo, por exemplo – refiro-me a São Paulo, mas isso acontece em outros Estados do Brasil –, uma quantidade enorme de imigrantes ilegais que são vítimas da mais brutal e desumana exploração laboral. Eu não sabia... Desde 2005 está na Câmara?

O SR. LUIZ PAULO TELES BARRETO – Tenta atrair pequenos investidores, aposentados estrangeiros para turismo de maior prazo...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – A sugestão que eu faria ao senhor, Ministro, é que acionasse a Liderança do Governo na Câmara para que esse projeto pudesse tramitar com a celeridade que ele merece.

Obrigado.

O SR. LUIZ PAULO TELES BARRETO – Obrigado.

Com relação ao outro ponto, Senador Cristovam, o senhor tem razão. Cheguei há duas semanas de Genebra, onde houve uma reunião de ministros da Justiça, dessa área de refugiados do mundo todo – 154 países em Genebra na ONU. Um dos temas que se discutiu foi a ampliação do conceito de refúgio para abranger a catástrofe humanitária, temas relativos a desastres naturais e até temas econômico-sociais graves. Mas o senhor pode imaginar como é grande a resistência, muitos países bloqueiam essas tentativas.

O debate está posto nas Nações Unidas. O Brasil se alinhou à proposta do Alto Comissário Antonio Guterres de prevermos proteção também para as vítimas de catástrofes naturais e para os apátridas – esse também é um problema grave que enfrentamos hoje na comunidade internacional.

O senhor tem razão, nós temos de avançar. A convenção atual foi feita logo após a Segunda Guerra Mundial, mas agora nós temos outro cenário internacional, um cenário que exigiria uma rede de proteção internacional mais bem posta do que a temos neste momento. Infelizmente, porém, países, principalmente

do norte, bloqueiam essas tentativas e não deixam o assunto prosperar de maneira acelerada.

Acho que a próxima reunião interministerial, prevista para os próximos dias, já deveria contar com o Governo do Acre – talvez com as prefeituras, mas com o Governo do Acre – para, além de prevermos isso tudo, que é um procedimento formal, propormos um controle maior da fronteira para impedir a atuação desordenada dos coiotes, a ajuda humanitária e também ajustarmos uma lista de necessidades urgentes que poderiam ser supridas junto às comunidades locais.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Talvez o do Amazonas também.

O SR. LUIZ PAULO TELES BARRETO – O do Amazonas também.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Com a palavra o Dr. Andrés Ramirez.

O SR. ANDRÉS RAMIREZ – Só gostaria de dizer que nosso Alto Comissário, Sr. Antonio Guterres, esteve de visita aqui no Senado para falar da importância da Convenção da ONU para Trabalhadores Migrantes, que foi muito bem lembrada aqui; foi bem colocado também o tema também do novo Estatuto dos Estrangeiros, que prevê também o acesso direto ao visto humanitário, que é um tema central de toda a discussão de hoje.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – A Miriam.

É Miriam (mí) ou Miriam (ã)?

A SRª MIRIAM MEDEIROS DA SILVA – Miriam (mi).

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. (Bloco/PDT – DF) – Por favor, com a palavra.

A SRª MIRIAM MEDEIROS DA SILVA – Pois não, só queria complementar aquela preocupação do Senador Aloysio.

Realmente, com essa rede internacional de tráfico de pessoas, nós temos a Polícia Federal, com toda a sua área de inteligência, e a Abin servindo também a esse propósito. E a Abin, sim, tem contato com seus pares em outro países. *(Pausa.)*

Exatamente. Então, Equador, Peru... Nós temos a própria inteligência das Nações Unidas lá no Haiti.

Então, essa é uma rede que com certeza a gente tem que desmontar, procurando os caminhos legais para que a gente faça uma cooperação, uma parceria. Esses são temas da reunião interministerial.

É muito bom a gente ouvir aqui de vocês também as sugestões, saber a opinião de vocês na hora de o Governo Federal tomar as suas decisões no âmbito do Executivo. Agora, com certeza, nós estamos atentos ao problema. O Estado não está sozinho. Estamos em conjunto, e tudo que estiver ao alcance e for decidido por nossa Presidenta, nós iremos apoiar.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. (Bloco/PDT – DF) – Antes de encerrar, eu gostaria de pedir ao Sr. Andrés Ramirez que leve ao Dr. António Guterres o que nós conversamos aqui e a nossa preocupação, dizendo que, talvez em raros parlamentos do mundo de um país em ascensão atraindo imigrantes, tomariam os Senadores uma posição tão humanista como foi aqui nesse debate. Em nenhum momento aqui se falou em barrar a fronteira, fechar a fronteira, barrar entrada. O que se falou aqui é como dar apoio aos haitianos que vivem e atravessam essa catástrofe econômica de seu país, catástrofe de saúde e catástrofe natural.

Então, eu gostaria de passar a ele isso, com a amizade que nós temos. Faz pouco que ele esteve aqui; eu estava lá na Comissão de Direitos Humanos. Gostaria que passasse isso.

Segundo, eu, pessoalmente, como Senador, fico muito orgulhoso e contente, Senador Jorge Viana, com a maneira como nós nos comportamos nesse assunto.

Quero agradecer ao Dr. Luiz Paulo, ao Andrés Ramirez, ao Rodrigo do Amaral Souza, à Miriam Medeiros da Silva, Coordenadora Geral da Secretaria de Estudos Institucionais, e dizer, para cada um que aqui está, não só para os Senadores e Senadoras, mas para todos, um feliz 2012.

Que esta Comissão e cada uma das outras do Senado cumpra o papel e a obrigação que nós temos de zelar pelos interesses dos brasileiros, com toda a solidariedade necessária com aqueles que não são brasileiros!

Um grande abraço para cada um!

Feliz Ano Novo!

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 10 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 23 minutos.)

Ata da 10ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, Da 54ª Legislatura, Realizada Em 12 De Abril De 2012, Quinta-Feira, Às 9 Horas, No Plenário 13 Da Ala Senador Alexandre Costa.

Às nove horas e trinta e nove minutos do dia doze de abril de dois mil e doze, no Plenário 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senadora **Lúcia Vânia**, Presidente desta Comissão, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença dos Senadores **Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Acir Gurgacz, Waldemir Moka, Flexa Ribeiro, Cyro Miranda, Blairo Maggi, Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Rodrigo Rollemberg,**

Vanessa Grazziotin, Romero Jucá, Sérgio Souza, Casildo Maldaner, Ivo Cassol, Jayme Campos e **Vicentinho Alves**. Deixam de comparecer os demais Senadores. A Presidente declara aberta a Reunião e comunica o recebimento do Aviso n° 275, de 2012, do Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Benjamin Zymler, encaminhando, para conhecimento, cópia do Acórdão referente ao relatório de Auditoria Operacional no Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM com o objetivo de examinar os procedimentos utilizados pela autarquia na fiscalização de unidades produtivas. Comunica, também, o recebimento de convite do Presidente da Confederação Nacional da Indústria, Robson Braga de Andrade, para o Encontro da Indústria para a Sustentabilidade, que ocorrerá por ocasião da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Rio+20, no dia 14 de junho de 2012, às 9h30, no Hotel Sofitel Copacabana, na cidade do Rio de Janeiro. O encontro tem o objetivo de consolidar o posicionamento da indústria nacional sobre os temas em debate e contribuir para a agenda e os resultados da Conferência. Comunica, ainda, o recebimento do Ofício Circular do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando apoio para a aprovação do Projeto de Resolução do Senado Federal nº 15, de 2011, de sua autoria, que dispõe sobre a alternância semanal entre sessões deliberativas e reuniões de comissão permanentes. Em seguida, dá-se início à deliberação das matérias constantes da pauta. **ITEM 1 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 94, DE 2011**, de autoria do Deputado Lincoln Portela, que "Altera o art. 4º da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997 – Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário, para dispor sobre a habilitação de amadores." Adiado. **ITEM 2 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 129, DE 2011**, de autoria do Deputado Jorge Tadeu Mudalen, que "Altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que trata da garantia de prioridade às pessoas que especifica, para dispor sobre a reserva de assentos em salas de espera de terminais de transporte." A Presidente concede a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin para proferir o Relatório. Usa a palavra o Senador Casildo Maldaner. Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer desta Comissão, pela aprovação do Projeto. A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. **ITEM 3 – REQUERIMENTO Nº , DE 2012,** de autoria do Senador Acir Gurgacz, que "Em aditamento ao Requerimento de nº 04/2012-CI, que dispõe sobre a realização de Audiência Pública para discutir sobre Licitações de Sistemas Internacionais e Intermunicipal de Passageiros – "PROPASS", requeiro que a mesma seja realizada em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais, conforme requerimento da Senadora Ana Amélia (PP-RS). Para tanto, sugiro sejam convidados para participar da referida audiência: • Representante da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT); • Representante do Ministério do Transporte; • Representante da Associação Brasileira das Empresas de Transportes Terrestres (ABRATI); • Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres (CNTTT); • Representante da Confederação Nacional dos Usuários de Transportes (CONUT); • Sr. José Antônio Fernandes Martins – Presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Ônibus (FABUS); e • Sr. José Ernesto Lima Gonçalves – Professor da Fundação Getúlio Vargas." Lido. **ITEM 4 – REQUERIMENTO Nº 22, DE 2012,** de autoria do Senador Inácio Arruda e Senadora Vanessa Grazziotin, que requer "nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada uma audiência pública na Comissão de Infraestrutura do Senado para debater sobre o ritmo de execução das obras da Ferrovia Transnordestina, inscrita no Programa de Aceleração do Crescimento, PAC. Para abordar o tema, sugerimos que sejam convidados: representante do Ministério dos Transportes; Sr. Francisco Adail de Carvalho Fontenele, Secretário da Infraestrutura do Estado do Ceará; Sr. Tufi Daher Filho, Presidente da Transnordestina Logística A.S. – TLS; representante do Banco do Nordeste – BNB; e representante do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES." Usa da palavra a Senadora Vanessa Grazziotin. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e quarenta e nove, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário desta Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pela Presidente, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Lúcia Vânia,** Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/ PSDB – GO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Comunicados.

Comunico o recebimento do Aviso nº 275, de 2012, do Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Benjamin Zymler, encaminhando, para conhecimento, cópia do acórdão referente ao relatório de auditoria operacional do Departamento Nacional de Produção Mineral, DNPM, com o objetivo de examinar os procedimentos utilizados pela autarquia na fiscalização de unidades produtivas.

O referido documento encontra-se à disposição dos Srs. Senadores na Secretaria desta Comissão.

Comunico, também, o recebimento do convite do Presidente da Confederação Nacional da Indústria, Robson Braga de Andrade, para o Encontro da Indústria para a Sustentabilidade, que ocorrerá por ocasião da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Rio+20, no dia 14 de junho de 2012, às 9h30min, no Hotel Sofitel, Copacabana, no Rio de Janeiro.

O encontro tem o objetivo de consolidar o posicionamento da indústria nacional sobre os temas em debate e contribuir para a agenda e os resultados da conferência.

Comunico, ainda, o recebimento do ofício circular do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando apoio para aprovação do Projeto de Resolução do Senado Federal nº 15, de 2011, de sua autoria, que dispõe sobre a alternância semanal entre sessões deliberativas e reuniões de comissões permanentes.

Item 1 da pauta, decisão terminativa. Não há quórum para votação terminativa.

(É o seguinte o item não apreciado:)

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 94, DE 2011
– Terminativo –

Altera o art. 4º da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997 – Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário, para dispor sobre a habilitação de amadores.

Autoria: *Deputado Lincoln Portela*

Relatoria: *Senador José Pimentel*

Relatório: *Pela aprovação do Projeto, com uma emenda apresentada.)*

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/ PSDB – GO) –

ITEM 2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 129, DE 2011
– Não Terminativo -

Altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que trata da garantia de prioridade às pessoas que especifica, para dispor sobre a reserva de assentos em salas de espera de terminais de transporte.

Autoria: Deputado Jorge Tadeu Mudalen

Relatoria : Senadora Vanessa Grazziotin

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

1) A matéria será apreciada em decisão terminativa pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Concedo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin para proferir o seu relatório.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Senadora Lúcia Vânia.

Estou abrindo, aqui, o relatório no nosso equipamento moderno e muito útil. (*Pausa.*)

Parecer ao projeto... Agora, desligou tudo aqui e eu queria ler aqui, do *tablet*.

Eu desliguei sem querer esse negócio. A gente vai demorar um pouco para se acostumar.

Parecer ao Projeto de Lei da Câmara nº 129, de 2011, do Deputado Tadeu Mudalen, como V. Exª acabou de falar, que trata da trata da garantia de prioridade às pessoas que especifica, para dispor sobre a reserva de assentos em salas de espera em terminais de transporte.

Relatório.

O projeto contém apenas dois artigos, Srª Presidente, Srs. Senadores.

O primeiro deles insere parágrafo único no art. 3º da Lei 10.048, de 08 de novembro de 2000, com vistas a determinar que será garantida a reserva de assentos nos terminais de transporte público de passageiros a idosos, gestantes, lactantes, pessoas portadoras de deficiência e pessoas acompanhadas por crianças de colo.

O segundo artigo é cláusula de vigência, que seria imediata.

Na justificativa, o autor lembra que a Constituição é permeada por dispositivos que procuram garantir tratamento adequado aos segmentos sociais desfavorecidos e que a Lei 10.048, de 2000, embora tenha consubstanciado o comando constitucional supracitado na obrigatoriedade da reserva de assentos nos veículos de transporte público para essas categorias, não estendeu a reserva de assentos aos terminais de embarque e desembarque de passageiros.

A correção dessa lacuna, portanto, seria o principal objetivo do projeto analisado.

Não foram oferecidas emendas ao projeto.

Após a audiência desta Comissão, a matéria seguirá para decisão terminativa da Comissão de Direitos Humanos.

Eu penso, Srª Presidente, que o projeto é de fundamental importância, vez que é muito simples e de fácil entendimento. A justificativa mostra, Senador Maldaner, que a legislação brasileira reserva assentos nos veículos de transporte: aeronaves, ônibus, mas não nos terminais. Isso é uma falha, porque hoje, infelizmente, as pessoas acabam até demorando mais

tempo nos terminais de espera do que durante a viagem como um todo.

Então, acho que o projeto do Deputado Tadeu Mudalen mais corrige a legislação do que concede um direito novo, estendendo aos portadores de deficiências, idosos, enfim, a todas essas pessoas que têm direitos especiais, a reserva de assentos.

Diante do exposto, Srª Presidente, votamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 129, de 2011.

É o relatório.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB –GO) – Em discussão a matéria.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) –Só para clarear uma coisa

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB –GO) – Com a palavra o Senador Casildo.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Pelo que eu vejo, Senadora Vanessa, essa reserva em terminais engloba todos os tipos de terminais de transporte – ônibus, transporte aéreo...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Todos.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) –...nos aeroportos, transporte ferroviário, em todos os tipos de terminais, dando essa preferência para pessoas com deficiência e idosos ou pessoas com crianças. Se for assim, vão ter de estruturar, e quem não estiver preparado vai ter de se preparar para isso. Não deixa de ser uma medida meritória.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB –GO) – Em votação o projeto.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório que passa a constituir parecer desta Comissão pela aprovação do projeto.

O projeto vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa em decisão terminativa.

ITEM 3

REQUERIMENTO Nº , DE 2012

*Em aditamento ao Requerimento de nº 04/2012-CI, que dispõe sobre a realização de Audiência Pública para discutir sobre Licitações de Sistemas Internacionais e Intermunicipal de Passageiros – "PROPASS", requeiro que a mesma seja realizada em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais, conforme requerimento da Senadora Ana Amélia (PP-RS). Para tanto, sugiro sejam convidados para participar da referida audiência: • Representante da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT); • Representante do Ministério do Transporte; • Representante da Associação Brasileira das Empresas de Transportes Terrestres (ABRATI); • Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres (CNTTT); • Representante da Confederação Nacional dos Usuários de Transportes (CONUT); • Sr. José Antônio Fernandes Martins – Presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Ônibus (FABUS); e • Sr. José Ernesto Lima Gonçalves – Professor da Fundação Getúlio Vargas***.**

Autoria: Senador Acir Gurgacz

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Como o autor do requerimento não está, vamos colocar o requerimento em votação na próxima reunião.

Item nº 4. Perguntaria à Senadora Vanessa Grazziotin se S. Exª pode subscritar o Requerimento nº, de 2012. *(Pausa.)*

ITEM 4

REQUERIMENTO Nº , DE 2012

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada uma audiência pública na Comissão de Infraestrutura do Senado para debater sobre o ritmo de execução das obras da Ferrovia Transnordestina, inscrita no Programa de Aceleração do Crescimento, PAC. Para abordar o tema, sugerimos que sejam convidados: representante do Ministério dos Transportes; Sr. Francisco Adail de Carvalho Fontenele, Secretário da Infraestrutura do Estado do Ceará; Sr. Tufi Daher Filho, presidente da Transnordestina Logística A.S. – TLS; representante do Banco do Nordeste – BNB; e representante do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

Autoria: Senador Inácio Arruda, subscrito pela Senadora Vanessa Grazziotin.

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Srª Senadora Vanessa, em discussão o requerimento.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Srª Presidenta, pela clareza do requerimento, acho que nem é necessário um debate sobre o tema, devido a sua importância. O que pretende o Senador Inácio Arruda no requerimento que acabo de subscrever é que esta Comissão promova um debate acerca das obras da ferrovia Transnordestina, que é uma obra importante não só para o Nordeste e para o Centro-Oeste brasileiros, como para o País como um todo, vez que é fundamental no processo de dotar o País da infraestrutura necessária a esse desenvolvimento e à integração entre as regiões brasileiras.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Agradeço a presença dos Srs. Senadores.

Não havendo nada mais a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 39 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 49 minutos.)

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

Ata da Quinta Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Extraordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, Realizada em Vinte e Dois de Março de 2012, Quinta-Feira, às 11 Horas, na Sala de Reuniões nº 19 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II Do Senado Federal.

Às onze horas e dezesseis minutos do dia vinte e dois de março do ano de dois mil e doze, na sala de reuniões número 19, Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Benedito de Lira, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores: Wellington Dias, Ana Rita, Vanessa Grazziotin, Lídice da Mata, Ana Amélia, Maria do Carmo Alves, Mozarildo Cavalcanti, Vicentinho Alves, José Pimentel, Acir Gurgacz, Ivonete Dantas, Lúcia Vânia, e, ainda, o Senador Flexa Ribeiro, não membro da Comissão. Deixam de comparecer os Senadores: João Durval, Vital do Rêgo, Ciro Nogueira, Cássio Cunha Lima e Cícero Lucena. Justifica a ausência o Senador Lauro Antônio. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião tem por objetivo a apreciação de proposições: **ITEM 1 – Não Terminativo – OFICIO "S" Nº 49, DE 2011,** que "Encaminha, nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 20 da lei nº 7.827, de 27/09/1989, o Relatório de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO/ exercício 2010." **Autoria:** Ministro de Estado da Integração Nacional. **Relatoria:** Senadora Ana Rita. **Relatório:** Pelo conhecimento e posterior arquivamento da Matéria. **Resultado:** A presidência designa como relator "ad hoc" da matéria o Senador Mozarildo Cavalcanti, em substituição à Senadora Ana Rita. A Comissão aprova o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDR pelo conhecimento do Ofício "S" nº 49, de 2011, e pelo encaminhamento da matéria ao arquivo. **ITEM 2 – Não Terminativo – AVISO Nº 58, DE 2009,** que "Encaminha cópia do Acórdão nº 2.375, de 2009, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente ao levantamento de auditoria de natureza operacional para identificação de eventos de risco no Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-regionais – Promeso (TC 010.604/2009-0)." **Autoria:** Presidente do Tribunal de Contas da União. **Relatoria:** Senadora Ana Amélia. **Relatório:** Pelo arquivamento da Matéria. **Resultado:** A Comissão aprova o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDR pelo arquivamento da Matéria. **ITEM 3 – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 150, DE 2005 – Complementar**, que "Altera o § 2º do artigo 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, determinando que os recursos destinados, no Orçamento da União, para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste não sejam objeto de limitação de empenho e movimentação financeira." **Autoria:** Senador Flexa Ribeiro. TRAMITA EM CONJUNTO COM **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 90, DE 2007 – Complementar**, que "Altera o § 2º do artigo 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, deter minando que os recursos destinados, no Orçamento da União, para a segurança pública não sejam objeto de limitação de empenho e movimentação financeira." **Autoria:** Senador Flexa Ribeiro. TRAMITA EM CONJUNTO COM **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 21, DE 2011 – Complementar**, que "Altera a redação do § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, com o objetivo de determinar que as despesas com meio ambiente não sejam objeto de limitação de empenho e movimentação financeira." **Autoria:** Senadora Lídice da Mata. **Relatoria:** Senador José Pimentel. **Relatório:** Pela rejeição do PLS nº 150, de 2005; do PLS nº 90 de 2007; e do PLS nº 21 de 2011, todos Complementares. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 593, DE 2011** que "Dispõe sobre o financiamento da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) com recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) para pessoas de baixa renda." **Autoria:** Senador Clésio Andrade. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** A presidência designa Relatora "Ad Hoc" a Senadora Maria do Carmo Alves. A Comissão aprova o Relatório que passa a constituir Parecer da CDR pela aprovação do Projeto. **ITEM 5 – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 626, DE 2011,** que "Dispõe sobre o cultivo sustentável da cana-de-açúcar em áreas alteradas e nos biomas Cerrado e Campos Gerais situados na Amazônia Legal e dá outras providências." **Autoria:** Senador Flexa Ribeiro.

Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. Após a leitura do Relatório, usa da palavra o Senador Flexa Ribeiro. **Resultado:** A Comissão aprova o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDR pela aprovação do Projeto. **ITEM 6 – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 764, DE 2011,** "Altera a Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, que dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação, e dá outras providências." **Autoria:** Senadora Lídice da Mata. **Relatoria:** Senador Wellington Dias. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. Após a leitura do Relatório, usam da palavra os Senadores Mozarildo Cavalcanti, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin. **Resultado:** A Comissão aprova o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDR pela aprovação do Projeto. **EXTRAPAUTA – ITEM 7 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 7, DE 2012**, que "Em aditamento ao Requerimento de Nº 1/2012–CDR, que trata da realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, destinada a debater a questão da segurança dos consumidores de cruzeiros marítimos no Brasil, requeiro que seja incluído o seguinte convidado: Senhor Ricardo Falcão – Presidente do Conselho Nacional de Praticagem (CONAPRA)." **Autoria:** Senadora Ana Amélia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 8, DE 2012** que "Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública conjunta entre esta Comissão e as Comissões de Assuntos Econômicos e de Infraestrutura, com a finalidade de instruir e debater o Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2009, de minha autoria, que altera a alínea "b", do inciso II, do § 2º, do art. 4º da Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, com vistas a permitir a exploração de instalações portuárias privadas para uso geral. À oportunidade, apresento sugestão no sentido de que sejam convidados para participar da presente audiência pública: Ministro-Chefe da Secretaria Especial de Portos da Presidência da República; Willen Mantelli, Diretor-presidente da Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP); Eduardo Requião, ex-Superintendente do Porto de Paranaguá-PR; Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI); Luiz Antônio Fayet, representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); e Presidente da Associação Brasileira dos Terminais de Contêineres de Uso Público (ABRATEC)." **Autoria:** Senadora Kátia Abreu e outros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 9 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 9, DE 2012**, que "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II e V, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, com a presença do Ministro de Estado do Turismo, para debater, com este colegiado, o Plano de Ação do

Ministério; sua preparação para os grandes eventos que estão por vir; e os projetos e Políticas Públicas para o desenvolvimento sustentável do Turismo na Região Nordeste." **Autoria:** Senador Benedito de Lira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 10, DE 2012**, que "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II e V, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, com a presença do Ministro de Estado da Integração Nacional, para expor e debater, neste colegiado, os projetos e assuntos correlatos entre este Ministério e nossa Comissão, além das ações relacionadas à defesa civil e à prevenção a desastres nas áreas de risco." **Autoria:** Senador Benedito de Lira. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e três minutos, lavrando eu, Selma Míriam Perpétuo Martins, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Benedito de Lira,** Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), Extraordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de darmos início à nossa Ordem do Dia, submeto à apreciação dos Srs. Senadores e das Srªs Senadoras a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior da Comissão.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovada.

A Ata está em discussão. (*Pausa*.)

Encerrada a discussão.

Em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as notas taquigráficas.

CONVITE/COMUNICAÇÕES DIVERSAS

A Subcomissão Permanente do Desenvolvimento do Nordeste realizou, nesta 2ª feira, em Sergipe, a 5ª Visita Técnica aos Estados da Sudene. A reunião contou com a presença de 10 Senadores, do Governador de Sergipe, do Prefeito de Aracaju, de Deputados Federais, Deputados Estaduais, de Prefeitos e de diversas Lideranças locais.

Foi uma reunião que classifiquei da maior importância, muito boa, e eu queria cumprimentar aqui a Senadora Maria do Carmo, por ter nos dado a oportunidade de recebimento VIP.

O Estado de Sergipe – não é missa de corpo presente não, Senadora – é realmente uma coisa encantadora. A reunião foi muito bem organizada, os temas que lá foram tratados são da maior importância para a região e particularmente para o Estado de Sergipe.

E eu quero aqui, em nome da Comissão, agradecer a recepção que tivemos, o modo como lá fomos tratados no Estado de V. Exª. Lá, inclusive, fizemos alguns comentários a respeito de desenvolvimento do Estado de Sergipe, da importância que teve o seu marido como governador daquele Estado, e inclusive fiz uma declaração lá que as pessoas não sabiam: como eu tenho assim uma amizade muito grande e consideração ao meu querido amigo e ex-Governador João Alves, eu disse que fui um privilegiado na época em que fui vereador do meu Estado, no Município de Maceió. Eu tive o prazer de propor um título de cidadão honorário para o Dr. João Alves lá na cidade de Maceió, pelos relevantes serviços que ele prestou como empresário da construção civil lá no meu Estado. E não poderia ser diferente no Estado de Sergipe: o desenvolvimento que o Estado atravessa hoje tem o legado deixado pelo João, porque o João, Senador Wellington, não sei se foi governador não; V. Exª foi governador depois dele, mas o ex-Governador João Alves teve um parâmetro diferente do que ocorria no meu Estado: os governadores do meu Estado, quando terminava a eleição, quando tomavam posse, já estavam pensando na outra eleição, dois anos depois; o João Alves, não; em todos os momentos em que ele foi governador, ele concluiu o seu mandato, porque ele tinha como meta desenvolver aquele Estado e, consequentemente, ele também teve interesse direto na eleição do seu sucessor, o que fez em todos os momentos.

Por isso, quero cumprimentar o Estado de Sergipe, em nome de V. Exª, que, com muita alegria, compõe esta Comissão, ao lado da Lídice, ao lado da Ana Amélia. Eu estou sentindo falta aqui da Vanessa e da Ana Rita, mas as três senhoras que aqui se encontram representam, com muita galhardia, nossa Comissão.

Com a palavra, pela ordem, o Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, só para também elogiar e manifestar o total interesse e apoio que recebemos lá no Estado. Não só tivemos uma bela receptividade, mas pudemos conhecer com profundidade sobre o Estado, tanto pela apresentação feita pela bancada federal da Câmara e do Senado, como pelo governador do Estado e sua equipe, os prefeitos, as lideranças. E eu não posso deixar de destacar aqui o carinho também da organização do nosso querido Lauro Antonio, que nos recebeu muito bem, juntamente com os outros. Justifiquei lá – tinham me pedido assim – a ausência da nossa Senadora Maria do Carmo, mas lembramos do apoio que ela tem dado a esse trabalho.

Então, quero também ressaltar como da maior importância e, já de pronto, Sr. Presidente, dizer que, dia 27 de abril, vamos estar em Salvador, num encontro cujo foco é a área da educação, também pela Comissão de Desenvolvimento do Nordeste. E ainda, para encerrar aqui, gostaria de pedir a V. Exª uma inversão de pauta, a pedido da Senadora Lídice. Pediria que começássemos pelo item 6, considerando que ela é autora e quer participar aqui do debate.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra, pela ordem, a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu acolheria, com muito bom grado, essa inversão de pauta sugerida pelo Senador Wellington. O problema é que eu sou a relatora do segundo item da pauta de hoje e estou aguardando respostas na Comissão de Relações Exteriores. Sou também membro da Subcomissão que trata do Fundo de Garantia, cuja audiência pública começou agora, no âmbito da CAS. Então, eu estou num dilema muito sério, e eu gostaria de poder colaborar também, depois da leitura deste meu relatório aqui, nas duas Comissões, caro Presidente.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Da minha parte, poderia ler mais resumidamente, e nós votaríamos o Item 2 e, em seguida, o Item 6, se a Senadora Lídice permitir.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Eu gostaria de comunicar ao Plenário da Casa que nós temos dois requerimentos em pauta e mais dois extrapauta. Eu gostaria de comunicar a S.

Exªs os Srs. Senadores que, após a Ordem do Dia, nós apreciaremos quatro requerimentos extrapauta.

Dando continuidade, vamos ao Item 1.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Começaríamos com o Item 2, nesse caso?

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Haverá inversão de pauta para o Item 2 e para o Item 6.

Submeto aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras se concordam com a inversão de pauta dos Itens 2 e 6. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira se manifestar, aprovada.

ITEM 2

AVISO Nº 58, DE 2009
– Não Terminativo –

Encaminha cópia do Acórdão nº 2.375, de 2009, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente ao levantamento de auditoria de natureza operacional para identificação de eventos de risco no Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-regionais – Promeso (TC 010.604/2009-0).

Autoria: Presidente do Tribunal de Contas da União.

Relatoria: Senadora Ana Amélia.

Relatório: pelo arquivamento da matéria.

A matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, tendo sido aprovado parecer pelo arquivamento.

Concedo a palavra a Sua Exª a Senadora Ana Amélia, para leitura do seu parecer.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu vou direto à análise, caro Presidente, agradecendo novamente a compreensão dos caros colegas em relação à manutenção da ordem desta matéria.

ANÁLISE

No relatório que fundamenta o Aviso nº 58, de 2009, foram verificadas três fragilidades em aspectos essenciais do Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-regionais – Promeso. A primeira delas diz respeito à possível falta de sustentabilidade do Programa, já que a maior parte dos seus recursos, cerca de 90%, é alocada a esse programa por meio de emendas parlamentares, dificultando, de maneira especial, o planejamento das ações de desenvolvimento regional.

Em função da alta participação de emendas parlamentares no programa, o Ministério da Integração Nacional e a Codevasf procuram orientar os autores das emendas sobre as prioridades do desenvolvimento regional nos seus Estados de origem. O TCU entende que essa orientação pode ser aprimorada. Para isso, recomenda à Secretaria de Programas Regionais do Ministério da Integração Nacional que institua banco com projetos de apoio a arranjos produtivos e os apresente aos Parlamentares quando da análise do Projeto de Lei Orçamentária pelo Congresso Nacional.

Uma segunda fragilidade constatada pelo TCU foi a falta de recursos humanos na Secretaria de Programas Regionais, do Ministério da Integração Nacional, para planejar, executar e acompanhar as ações desenvolvidas pelo Promeso. Essa deficiência, de acordo com o relatório, limita o alcance dos resultados, já que há praticamente um servidor responsável para cada mesorregião, território que abriga vários municípios de pelo menos dois Estados da Federação.

Diante disso, o Tribunal recomendou ao Ministério que dote a Secretaria de Programas Regionais com o quantitativo adequado de servidores para a execução das tarefas inerentes ao Promeso.

A terceira fragilidade apontada no relatório foi a falta de instrumentos para a avaliação dos resultados do Programa. Segundo a última avaliação disponível no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (Sigplan), do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, todos os indicadores propostos encontravam-se sem qualquer mensuração, apenas com a menção de que está em estudo um novo indicador para avaliar o impacto do Programa.

O TCU considera que essa ausência de avaliação do Programa pelo próprio Ministério dificulta a gestão e o planejamento das suas ações.

Desse modo, recomenda-se ao Ministério da Integração Nacional que institua indicadores de desempenho para mensurar os resultados obtidos e subsidiar a realização de avaliações no Promeso.

Ressalte-se que o TCU não identificou irregularidades no uso dos recursos públicos alocados a esse Programa, nos termos do Aviso nº 58, de 2009.

Dada a importância do Promeso, programa relevante para o desenvolvimento de vastas áreas do Brasil, e das informações prestadas nos documentos que acompanham o Aviso nº 58, de 2009, creio que é tarefa dos parlamentares, além de tomar conhecimento do que foi exposto no relatório, empreender esforços para que as fragilidades ali apontadas sejam sanadas e para que o Promeso seja aprimorado.

Devemos atuar dentro de nossas prerrogativas constitucionais para aprimorar não somente o Promeso, mas também outras políticas públicas. Podemos contribuir para esse aprimoramento com diversas ações, como, por exemplo, requisição de informações, convocação de Ministros de Estado, realização de audi-

ências públicas, criação de comissões parlamentares de inquérito e, por fim, o que é nossa função precípua, alteração da legislação para tornar as políticas públicas mais eficientes.

Esses esforços, no entanto, devem ser feitos ao longo dos mandatos dos parlamentares, ou seja, mesmo após a tomada de conhecimento e arquivamento do Aviso que ora apreciamos. Faço essas observações porque não há, no Regimento Interno do Senado Federal, providência específica a ser tomada em relação aos avisos encaminhados pelo Tribunal de Contas da União. Cabe-nos, durante a apreciação da matéria, dela tomar conhecimento e encaminhá-la ao arquivo.

Pelo exposto nesta análise, meu caro Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, expresso meu voto.

VOTO

À luz do exposto uma vez que esta Comissão tomou conhecimento do Acórdão nº 2.375, de 2009, do Tribunal de Contas da União (TCU), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, concluo pelo arquivamento do Aviso nº 58, de 2009 (nº 1.344/2009, na origem), do TCU.

Esse é o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Em discussão o relatório da Senadora Ana Amélia. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

Foi concluído o relatório pelo arquivamento.

Vamos ao Item 6, conforme decisão do Plenário de inversão de pauta.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 764, DE 2011
– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, que dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação, e dá outras providências.

Autoria: Senadora Lídice da Mata.

Relatoria: Senador Wellington Dias.

Relatório: pela aprovação do Projeto.

Observações: A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Concedo a palavra a S. Exª o Senador Wellington Dias, para a leitura do seu parecer.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, antes de falar, eu preciso registrar aqui, primeiro, meus parabéns à Senadora Lídice da Mata. No meio do trabalho que fizemos em Sergipe, relatado aqui hoje, estivemos na Paraíba, tratando do tema de como tratar regiões de alto potencial para o desenvolvimento, através de incentivos. E ali foi colocada como uma das medidas essa área das ZPEs. E aqui há, fruto de um trabalho ouvindo os governadores, inclusive, Sr. Presidente, informações dos diálogos que tivemos, favoráveis, do Ministro da Fazenda, que declara, por exemplo, na *Folha de S.Paulo,* que o primeiro objetivo é ampliar o conceito de empresa preponderantemente exportadora, que tem vantagens fiscais. Hoje, para ser empresa preponderantemente exportadora, tem que exportar 60% da produção, que ele, inclusive, baixou 40% para o mercado interno.

O Ministro da Integração Nacional, com quem estivemos em audiência, também, tem uma posição favorável. E o Ministro do Desenvolvimento, da mesma forma, com uma posição favorável.

Portanto, são membros do Conselho que trata, inclusive, do Conselho das ZPE.

E aqui, vem o meu relatório.

Vem a esta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 764, de 2011, de autoria da Senadora Lídice da Mata, que altera a Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, que dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs). Segundo a autora do Projeto, o objetivo do PLS, ao alterar vários dispositivos da mencionada Lei, é tornar o mecanismo das ZPEs mais ágil e competitivo, facilitando sua adoção no Brasil, de modo que possa contribuir para o crescimento das exportações e, em consequência, para estimular o investimento, a criação de empregos e a correção de desequilíbrios regionais.

Devo ressaltar que, na forma atual, é impossível isso acontecer.

Destaco aqui, Sr. Presidente, que ouvimos e tratamos o Projeto de Lei do Senador nº 764, de 2011, e o 526, do Senador Jorge Viana, juntos, com a bancada da região, que diminui o percentual mínimo para exportação de 80 para 60%, priorizando o mercado interno em 40%, o que vira um atrativo, e com 60% da receita bruta da venda de bens e serviços para empresas que se instalarem em ZPEs situadas na faixa de fronteira da região Norte, e que estão contempladas no presente projeto apresentado no meu relatório.

Nesse sentido, ressalto ainda o esmero do Senador Jorge Viana, da bancada da região Norte, que, com sensibilidade e dedicação, verificou a importância da alteração do mencionado dispositivo legal para

regiões da fronteira norte. Haja vista a possibilidade da instalação de ZPE como fonte de estímulo do desenvolvimento econômico de uma região, bem como a ocupação de áreas que garantam a segurança e soberania nacional e, consequentemente, a redução dos desequilíbrios regionais.

Eu acrescento esses itens ao meu parecer ao final do relatório.

Na análise do projeto, o projeto responde aos aspectos legais, ao interesse nacional.

Por esta razão, Sr. Presidente, diante do exposto, recomendo a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 764, de 2011.

Pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Em discussão, o parecer do Senador Wellington Dias.

Não havendo quem queira discutir...

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sr. Presidente, eu quero discutir.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Tem a palavra o Senador Mozarildo, para discutir o parecer.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sr. Presidente, eu quero dizer que tenho um projeto anterior a esse, de 2011, do Senador Jorge Viana, que, na verdade, já vinha de um projeto do Senador Tião Viana, que cuidava das ZPEs somente na faixa de fronteira da região Norte. É evidente que é a região que mais necessita, é verdade. Mas eu entendo que esse projeto agora relatado pelo Senador Wellington, e de autoria da Senadora Lídice da Mata, amplia, e de maneira até... pode haver algum questionamento em relação a alguma coisa. Mas eu, que sou presidente da Subcomissão Permanente da Faixa de Fronteira da Amazônia, acho que esse projeto é mais abrangente, atende melhor e, obviamente, depois de haver detalhes operacionais, no sentido de incentivar que existam melhores facilidades para regiões mais pobres.

Portanto, mesmo sendo relator do Projeto de nº 526, de 2011, apoio o projeto atual, o nº 764, de 2011.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra a Senadora Lídice da Mata, como autora do projeto de lei.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, eu quero, em primeiro lugar, agradecer o Senador Wellington Dias pelo tratamento dado a esse projeto, um parecer detalhado, destacando ponto por ponto das modificações do projeto e justificando-as.

Acho que é um parecer, realmente, muito capaz e convincente. E, portanto, como autora do projeto, que agradecer a S. Exª pelo esforço de fundamentação que melhora, sem dúvida nenhuma, a possibilidade de aceitação do projeto.

Segundo, Sr. Presidente, também agradecer o apoio do Senador Mozarildo, que destacou o projeto do Senador Jorge Viana, que teve também o nosso apoio, mas dizer que entendemos que precisamos democratizar os mecanismos de instalação das ZPEs justamente para lhes dar velocidade. Nem a ZPE do Acre, nem a ZPE do Pará, nem a ZPE da Bahia, nem a ZPE de Roraima, nem a ZPE de Parnaíba foram instaladas até hoje, o que demonstra as dificuldades que temos tido. E estas ZPEs, todas elas, estão em área de pobreza.

Qual a diferença da ZPE do Acre para a ZPE de Parnaíba? É possível dizer que o Piauí não está numa zona de pobreza? É um Estado que não enfrenta as dificuldades de um IDH baixo? Não!

Então, as ZPEs vêm se instalando justamente nessas áreas que precisam de estímulo à industrialização. Não tenho dúvida da necessidade das ZPEs na Amazônia, onde estamos buscando justamente a preservação do meio ambiente, da floresta com esse tipo de estímulo. Assim como no Nordeste estamos compensando essa região por um meio ambiente, apesar de lindo, mas com um semi-árido que nos castiga profundamente e que dificulta o nosso desenvolvimento.

Então, eu quero apelar para a Comissão para a aprovação deste projeto, compreendendo que ele não vai transformar em realidade a ZPE no dia seguinte, mas vai nos ajudar a superar as dificuldades de implantação das ZPEs, que vêm se arrastando há tantos e tantos anos em nosso País, dificultando o desenvolvimento de todas as regiões que necessitam das ZPEs.

Nós temos, como destacou o Senador Wellington, o posicionamento do Ministério da Fazenda, do Ministério da Indústria e Comércio, e, portanto, temos principalmente a necessidade das nossas regiões e a necessidade de industrialização do Brasil, clamando pelas ZPEs.

Portanto, é com base nisso que solicito a compreensão e apoio de todos os companheiros e companheiras desta Comissão.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra a Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, eu quero cumprimentar a Senadora Lídice da Mata pelo projeto que apresenta em relação às ZPEs.

Eu já conversei pessoalmente, lamento e quero aqui dizer que por ter visto a pauta desta reunião, Presidente Benedito, de forma tardia, não pude me preparar com tempo suficiente para apresentar uma emenda

que estamos elaborando, fazendo alguns estudos. Eu dizia para a Senadora Lídice que não temos absolutamente nada contra as Zonas de Processamento de Exportações. Ao contrário, achamos que esse pode ser um grande instrumento de desenvolvimento regional. Não há dúvida nenhuma.

Eu fiquei muito feliz, comemorei, Senador Wellington, porque a imprensa brasileira publicou nos últimos dias mais um fato que a gente vem falando com certa frequência nesta Comissão, que a primeira ZPE a sair do papel será a do Acre, que trabalha com movelaria. Isso é muito importante, porque o Estado do Acre é vizinho do nosso Estado, o Amazonas. É um Estado pequeno, entretanto, muito carente de instrumentos de geração de empregos e desenvolvimento sustentável.

A ZPE para a nossa região pode representar isso, inclusive. Se bem trabalhada, se bem desenvolvida, utilizando os recursos naturais, florestais ou não, a gente pode ter grandes ganhos com essa questão.

Entretanto, o seu projeto, Senadora Lídice, propõe a revogação do art. 9º, aquele que proíbe... Tá aqui o diz o art. 9º:

"Art. 9º – A empresa instalada na ZPE não poderá constituir filial ou participar de outra pessoa jurídica localizada fora da ZPE, ainda que para usufruir incentivos previstos na legislação tributária."

Ela propõe a revogação desse artigo.

Eu acho que merece da nossa parte, Senadora Lídice, essa preocupação, um estudo melhor, para ver quais são exatamente as possibilidades legais de uma filial.

Por exemplo, Senadora, digamos que lá no Piauí ou no Amazonas tenha uma determinada empresa, mas decide abrir uma filial em São Paulo e transfere para lá toda a sua parte administrativa: a contratação de pessoal, logística, uma série de questões. Isso ajudaria ou não?

Acho que precisamos mensurar, se for o caso, até para deixar mais detalhado, porque é algo muito genérico. Então, eu peço a V. Exª, Senadora Lídice, desculpas. É por uma semana e não vejo como um atraso; vou pedir vista para estudar melhor essa questão.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Permita-me, Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Pois não.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – O projeto vai ser aprovado ainda na CAE...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Na CAE é mais complicado.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Onde vai ser tratado isso.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Não, na CAE é mais complicado, Senador. A ideia é tentar apresentar alguma coisa aqui, ou talvez não, pois temos opiniões bem diferentes de economistas e não conseguimos chegar a uma opinião – o consenso vai ser difícil – majoritária de se ajuda ou não. Eu digo isso, Senadora Lídice, por experiência própria. A Zona Franca de Manaus abriga em torno de 600 grandes indústrias hoje. É um processo produtivo que precisa ser conhecido pelo País, não é uma maquiagem que se faz lá; temos processos produtivos básicos estabelecidos pelo Governo Federal a que todas as indústrias estão submetidas. Chegamos ao ponto de a empresa Moto Honda ter, em alguns dos seus modelos de motocicletas, uma produção nacional de 98%! Noventa e oito por cento dos insumos, partes e peças são produzidas no Brasil, não são importadas. Mas, as empresas colocam nas suas filiais, Senadora Lídice, exatamente as atividades mais administrativas, de logísticas. Então, esse artigo pode nos atrapalhar a gerar uma quantidade muito maior de empregos lá no Estado.

Então, nós vivenciamos esse problema muito de perto. Por isso, peço somente uma semana para fazer a apresentação de uma emenda.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Pede a palavra a Senadora Lídice.

V. Exª tem a palavra para a réplica.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – É óbvio que a Senadora Vanessa Grazziotin está utilizando um direito regimental. Eu não poderia impedi-la de exercer esse direito e compreendo a posição de S. Exª.

Eu acho que, em relação à ZPE, o que estamos fazendo é um esforço realmente, desde a Constituição de 88, de transformar a ZPE em uma realidade no Brasil. Muitos se opuseram a ela, mas nós conseguimos aprová-la. É natural que a Zona Franca de Manaus tenha pessoas que fiquem um pouco mais tensas com a implantação das ZPEs no Brasil, em todo o território nacional. Eu não compreendo isso como nenhuma ameaça à ZPE. Acho que o que estamos tentando, ao fazer isso, é garantir que as filiais possam ter assistência técnica daquelas empresas que estão nas ZPEs; e até por considerar que não há nenhum risco, acho que nós podemos até mesmo abrir mão deste parágrafo para conceder... Como eu tenho a convicção de que isso não vai significar nenhum prejuízo e de que não significa nenhum prejuízo também em Manaus; o que há, o que pode ser dito aqui e ali é que há alguma dificuldade, mas prejuízo algum existe para a Zona Franca de Manaus, eu me disponho, embora o relator seja quem possa fazer qualquer modificação no relatório... Mas não vejo isso como prejuízo e, em última

instância, para não prejudicar o conjunto do projeto, nós poderíamos até retirar esse artigo, mas é o relator quem pode fazer isso e quem pode abrir mão ou não. Se o relator não aceitar, eu concordo com ele, porque sou apenas a autora do projeto. A partir de agora, é o relator quem tem o comando das observações a respeito do projeto.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra o Senador Wellington, Relator.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Como eu disse, nós tivemos um amplo debate, aliás, já faz algum tempo que se tem debate sobre o tema das ZPEs. Qual é o fato concreto? Criada há mais de uma década, nenhuma ZPE funciona no País. Nenhuma.

Estamos falando aqui da revogação de um artigo. Não há nenhum país em que as ZPEs deram certo que tenha essa restrição, ou seja, se uma empresa resolve se instalar dentro de uma área que seja uma área internacional, uma área com regras próprias, que é uma área de ZPE, se uma empresa se instala ali, por que vamos impedir que ela possa ter... Ali ela é toda controlada. Por que vamos impedir que ela possa abrir outras áreas em qualquer lugar? A quantidade de emprego, a quantidade de serviço, tudo é determinado na aprovação. É bom lembrar que, para abrir uma empresa, é preciso que passe pelo crivo do conselho da ZPE no nível local. É ali que se estabelece o que vai ser, onde vai ficar a matriz, onde vai ficar a administração.

Quero aqui apenas dizer, Sr. Presidente, que essa é uma das restrições que não incentiva, que desestimula a ida de empresas. Sou um empresário, tenho uma empresa em Teresina, tenho uma empresa em São Paulo. Se eu colocar uma matriz numa ZPE, tenho que fechar as outras empresas existentes fora da ZPE. Isso é algo desestimulante.

Então, quero aqui dizer que avancemos. Quero fazer um apelo à Senadora Vanessa para que a gente possa fazer a aprovação do texto e que possamos, na CAE, novamente, travar esse debate.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Nobre Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Mantenho, Sr. Presidente. Eu me comprometo...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – O relator fez um apelo, não sei se V. Exª teve oportunidade...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Não, eu ouvi, a CAE. Mas eu prefiro já...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Não, não é CAE. É que há um desestímulo, na proporção em que se cria uma ZPE e que você, depois, queira fazer uma filial em qualquer outro Estado, então, há certa desestabilidade com relação à matriz.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu sei, Sr. Presidente. Veja bem, esse artigo...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Ele fez um apelo a V. Exª para ver se V. Exª poderia transferir, com apoio de todos nós, para a CAE. Inclusive, sou membro da CAE, Flexa, Mozarildo, a própria Lídice, Wellington, e nós nos comprometemos...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, eu não sou membro, mas eu gostaria...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Antes de o Senador Flexa falar, como eu tenho que votar outro requerimento em outra comissão...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Eu gostaria só de fazer esse apelo a V. Exª.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, veja bem. Não sou contra. Mas é engraçado, quando eu quero debater algo, sabe qual é a primeira coisa que eu escuto? "Quando é para defender a Zona Franca, a gente está aqui". Isso não tem nada, absolutamente nada a ver com a Zona Franca. A minha preocupação... Inclusive, Senador Wellington, Senadora Lídice, eu uso o exemplo da Zona Franca. Se esse artigo está na lei, ele não apareceu por acaso. Ele está na lei porque alguma coisa ele queria proteger. Se for para tirar agora, temos que tomar muito cuidado, porque a filial... Vamos estudar a legislação que trata de empresa, o que uma matriz pode fazer, o que uma filial pode fazer, para ver se a gente não estaria, com isso, prejudicando as próprias regiões onde estariam localizadas.

Senador Wellington, só um minuto.

Mas não quero polemizar isso aqui, quero só dizer que, em deferência à Senadora Lídice, ao Senador Wellington, ao Senador Flexa, que me fizeram um pedido, e a V. Exª, que é o líder de todos nós, vou continuar estudando a matéria e vou apresentar as emendas que acho que devo na CAE.

Mas a minha preocupação, Senador Wellington, eu quero dividir com os senhores. É a nossa preocupação.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Vamos estudar juntos com o maior prazer.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Agradecemos a V. Exª, que terá o apoio de todos nós na CAE para defender os interesses da Zona Franca de Manaus.

Encerrada a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 1

OFICIO "S" Nº 49, DE 2011
– Não Terminativo –

Encaminha, nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 20 da Lei nº 7.827, de 27/09/1989, o Relatório de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO/Exercício 2010.

Autoria: Ministro de Estado da Integração Nacional.

Relatoria : Senadora Ana Rita.

Relatório: Pelo conhecimento e posterior arquivamento da matéria.

Observações: A matéria já foi apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, tendo sido deliberado pelo arquivamento.

Tendo em vista que a relatora não se encontra, designo o Senador Mozarildo, *ad hoc,* para fazer a leitura desse relatório.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Eu ia pedir a V. Exª que invertesse para apreciarmos o item 5, de que sou relator e o autor é o Senador Flexa Ribeiro. Mas V. Exª já está me designando para ler o item 1. Qual é a página?

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Basta ler a conclusão, porque é um relatório.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sim, exatamente, estou apenas me localizando, já que estava me preparando para relatar o outro.

Vou ler exatamente como sugeriu V. Exª. Resumo, dizendo o seguinte: conforme já analisado, com a nova redação dada pela Lei Complementar nº 129, de 2009, ao § 4º do art. 20 da Lei nº 7.827, de 1989, os relatórios circunstanciados sobre as atividades dos Fundos passaram a ser encaminhados às Comissões temáticas das duas Casas do Congresso Nacional que tratam das questões relativas às desigualdades regionais. Assim, cabe a esta Comissão e à sua congênere na Câmara dos Deputados atestar se os Fundos Constitucionais de Financiamento estão contribuindo para o fim para o qual foram criados pelos Constituintes de 1988 – e tive a honra de ter sido um deles, de participar como constituinte –: a redução das diferenças de desenvolvimento entre as regiões do País.

A documentação em análise cumpre os dispositivos legais supramencionados e, conforme relatado, a Presidência do Senado Federal já providenciou a distribuição da mesma à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Cabe, portanto, a esta Comissão, tomar conhecimento da matéria e, não havendo observações a fazer, encaminhá-la ao arquivo.

Diante do exposto, voto pelo conhecimento do Ofício "S" nº 49, de 2011, do Ministério da Integração Nacional, e pelo encaminhamento da matéria, com o presente parecer, ao arquivo.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Em discussão o relatório do item 1. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – O item 5 agora, Sr. Presidente. Peço a inversão.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – O Senador Mozarildo pede a inversão de pauta do item 5.

Submeto à apreciação dos Srs. Senadores. Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Passamos ao item 5.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 626, DE 2011
– Não Terminativo –

Dispõe sobre o cultivo sustentável da cana-de-açúcar em áreas alteradas e nos biomas Cerrado e Campos Gerais situados na Amazônia Legal e dá outras providências.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro.

Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti.

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações: A matéria ainda será apreciada pelas Comissões de Agricultura e Reforma Agrária; e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, cabendo à última a decisão terminativa.

Concedo a palavra a S. Exª o Senador Mozarildo Cavalcanti para fazer a leitura do seu relatório.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sr. Presidente, quero, inicialmente, cumprimentar o Senador Flexa Ribeiro, que está presente, autor da matéria, porque este é um projeto de muita importância, realmente, para a Amazônia Legal.

É bom aqui frisar, quando se fala em Amazônia Legal, que não existe uma Amazônia ilegal, mas o que é considerado Amazônia Legal é aquela que, além da Amazônia real, inclui dois outros Estados: o Mato Grosso, da região Centro-Oeste, e o Maranhão, da região Nordeste. Portanto, os sete Estados do Norte e mais esses dois Estados estão na Amazônia Legal. São, então, nove Estados abrangidos por essa matéria.

A análise, por esta Comissão, do projeto é realmente muito importante.

O art. 1º da proposição define o assunto regulado; o art. 2º autoriza o plantio de cana-de-açúcar nas áreas dos biomas Cerrado e Campos Gerais para os fins listados, desde que observadas as disposições do Código Florestal Brasileiro. Isso aqui é bom ressaltar. Ninguém está propondo nada aqui, como costumam dizer os ecoxiitas, para devastar a Amazônia.

O art. 3º determina que a expansão sustentável da cana-de-açúcar, nos biomas Cerrado e Campos Gerais situados na Amazônia Legal, dê-se mediante a observância das diretrizes listadas.

O art. 4º lista os objetivos que devem pautar o plantio de cana-de-açúcar nas áreas dos biomas Cerrado e Campos Gerais situados na Amazônia Legal.

O art. 5º diz que regulamento estabelecerá as condições, critérios e vedações para a concessão de crédito rural e agroindustrial à produção e industrialização de cana-de-açúcar, açúcar, etanol, demais biocombustíveis e de outros produtos derivados da cana-de-açúcar nos biomas já mencionados da Amazônia Legal.

Por fim, o art. 6º traz a cláusula de vigência.

O PLS nº 626, de 2011, foi distribuído às Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) – esta Comissão em que estamos – à de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e à de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), cabendo a esta última a decisão terminativa.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas à proposição nesta Comissão.

ANÁLISE

Nos termos do inciso I do art. 104-A do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo opinar a respeito de programas, projetos, investimentos e incentivos voltados para o desenvolvimento regional.

Preliminarmente, consideramos que o projeto ora em análise se coaduna com os ditames da Constituição Federal, em especial o art. 43, que trata da redução das desigualdades regionais. A proposição não fere a ordem jurídica vigente. O PLS também atende às normas para elaboração e alteração de leis, previstas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Com relação ao mérito, o autor apresenta argumentos convincentes e coerentes com a realidade da região que seria afetada pela aprovação do projeto. A existência, na região amazônica, de amplas áreas já exploradas com pecuária ou com lavouras, além daquelas de campos naturais, como é o caso do meu Estado de Roraima, onde existem os lá chamados lavrados, que possuem alta aptidão para a produção de cana-de-açúcar e que estão impossibilitadas de participar da produção nacional de álcool, configura uma situação inconsistente, irreal, com as necessidades de produção de energia renovável no País.

O estudo mencionado na justificação do projeto traz informações de grande relevância: o Estado do Pará possui, considerando apenas a região hoje ocupada pela atividade agropastoril, predominantemente pecuária extensiva, 9 milhões de hectares com aptidão para produzir cana-de-açúcar, o que supera em muito o que o Brasil planta hoje, cerca de 6,6 milhões de hectares. Trata-se de potencial produtivo que não pode ser desprezado pelo País.

O autor redigiu a sua proposição com os cuidados necessários para evitar que ocorra uma expansão desenfreada da lavoura de cana-de-açúcar na região ao explicitar, no §5º, que:

[...] regulamento estabelecerá também as condições, critérios e vedações para a concessão de crédito rural e agroindustrial à produção e industrialização de cana-de-açúcar, açúcar, etanol, demais biocombustíveis e de outros produtos derivados da cana-de-açúcar nos biomas Cerrado e Campos Gerais situados na Amazônia Legal".

A ampliação da produção de cana-de-açúcar na Amazônia Legal, desde que observadas as restrições relativas às alterações ambientais, possibilitaria a elevação da produtividade da terra e do trabalho naquelas áreas ocupadas, predominantemente, por atividades pouco produtivas, contribuindo para a geração de riqueza e empregos.

Portanto, no mérito, somos favoráveis ao projeto de autoria do Senador Flexa Ribeiro, agora em análise.

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 626, de 2011, de autoria do ilustre Senador Flexa Ribeiro.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Em discussão o relatório apresentado pelo Senador Mozarildo Cavalcanti. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Senadores e Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 3.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Benedito de Lira, Srª Senadora, Sr. Senador, quero aqui parabenizar o Senador Mo-

zarildo Cavalcanti como relator do projeto de minha autoria, que acaba de ser aprovado pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Senador Mozarildo, V. Exª, como digno representante do Estado de Roraima é, sem sombra de dúvida, um conhecedor das dificuldades de desenvolvimento da nossa região, e não dá para entender, Senador Benedito de Lira, como a Amazônia é tão penalizada, tem o foco já pela ação eu diria até deletéria da visão internacional voltada para a nossa região e, em função disso, espasmodicamente, sofre ações de governo brasileiro que tolhe o desenvolvimento da nossa região sem nenhuma lógica. Nós, amazônidas, somos os primeiros a querer que a Amazônia tenha o desenvolvimento sustentável tão falado. E agora mesmo vamos ter, em junho, a Rio+20, vinte anos após a Eco-92.

É possível, sim, desenvolver a Amazônia de forma ecologicamente correta, agora, não se justifica que 25 milhões de brasileiros que habitam a Amazônia não tenham qualidade de vida digna como têm os outros brasileiros que habitam as demais regiões, principalmente as regiões desenvolvidas do Sul e Sudeste. E como têm os outros mais de seis bilhões de habitantes de outros países mundo afora.

Essa proibição do plantio de cana na Amazônia não tem lógica. Seria ilógico não defendermos, e o nosso relator, a quem parabenizo novamente, destacou no seu parecer, ilógico seria se nós defendêssemos derrubar a floresta para plantar cana. Não tem lógica, e nós não defendemos derrubar uma única árvore da Amazônia para nada. Não é necessário. Nós temos áreas já alteradas na Amazônia mais do que suficiente para que possamos, através de ciência e tecnologia, aumentar e ajudar o Brasil a ser o grande produtor de proteínas para o mundo. O que precisamos, sim, é que o mundo desenvolvido, os países desenvolvidos possam estender as mãos e não apontar o dedo para a Amazônia, transferindo ciência e tecnologia para a nossa região. E aí, ao invés de termos a relação absurda de um boi por hectare, nós possamos ter uma relação lógica de três animais por hectare e teremos, das áreas de pasto hoje na Amazônia, dois terços sendo transferidos para a produção de grãos, para reflorestamento, que hoje está sendo incrementada não só no meu Estado do Pará como em outros Estados da região.

O Senador Mozarildo, Presidente Senador Benedito de Lira, começou fazendo, na abertura do seu parecer, uma referência à Amazônia Legal, como se existisse uma Amazônia ilegal. Não existe Amazônia ilegal. Só que a Amazônia Legal foi uma forma de ampliar a Amazônia geográfica para atender nos benefícios fiscais outros Estados que têm as condições climáticas, ou seja, que teriam os benefícios fiscais da Sudam. Então, ampliou para o Mato Grosso, ampliou para parte do Maranhão, ampliou para o Tocantins. Existia, e acho até que existe, um movimento do Estado do Mato Grosso querendo sair da Amazônia Legal, porque está sendo penalizado. Por ser da Amazônia Legal, está sendo penalizado no seu desenvolvimento.

Ora, o projeto que apresentei – quero aqui agradecer, não sou membro da CDR, gostaria muito de sê-lo, mas lamentavelmente não posso ser de todas as comissões; estou aqui hoje para agradecer ao Senador Mozarildo e aos meus pares, membros da Comissão, por terem aprovado o projeto –, ele apenas faz justiça à Amazônia, porque o projeto prevê o plantio de cana apenas nos biomas cerrado e campos naturais, como tem o Estado de Roraima, onde 80% são de campos naturais; grande parte do Marajó é de campos naturais. O sul do meu Estado, que vem com o norte do Mato Grosso, é de cerrado. Ou seja, há biomas da Amazônia que não precisam, que podem ter plantio de cana. Há estudo da ESALQ (Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz) que mostra o potencial que tem o Estado do Pará para o plantio de cana.

E hoje precisamos produzir etanol. O Brasil precisa produzir etanol. Então precisamos contribuir. A Amazônia não é problema para o Brasil. A Amazônia é solução. Agora, é preciso, Senador Mozarildo, que de uma vez por todas o Governo Federal considere que a Amazônia é Brasil e que ela precisa ser integrada ao resto do nosso País. Enquanto isso não acontecer, enquanto não houver esse sentimento do governo de plantão – e aí não me refiro ao governo de hoje, refiro-me aos governos, todos os que por aqui passaram. E faço uma referência: o governo que voltou os olhos para a Amazônia foram os governos militares, que implantaram a Zona Franca de Manaus, que fizeram a Transamazônica, a Santarém/Cuiabá; antes deles, Juscelino Kubitschek, que fez a Belém/Brasília.

Imagine, Senador Benedito de Lira, se hoje fôssemos fazer a Belém/Brasília, quem seria o louco que imaginaria abrir a floresta amazônica para construir a Belém/Brasília? Nunca, nunca. Derrubar floresta para construir a Belém/Brasília hoje! Pelo amor de Deus! E sem a Belém/Brasília, o que seria hoje do Pará? Estaria isolado do Brasil, a Amazônia toda, que é a porta que liga a Amazônia com o resto do Brasil.

Então, quero parabenizar o Senador Mozarildo, Relator, os Senadores membros da Comissão, V. Exª, Senador Benedito de Lira, que pautou o projeto, porque tenho absoluta certeza de que agora vamos poder avançar.

Esse projeto, Senador Mozarildo, é de 2007; estamos em 2012. Cinco anos para aprovarmos, a CDR, que não é terminativo. Mas, espero que o Governo

Federal, que o nosso Líder Senador Eduardo Braga, amazônida, possa – vamos conversar com S. Exª – agora fazer com que esse projeto caminhe. Da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, ele vai para a CMA e depois... CRA, CMA e CAE.

Então, havendo vontade política, Senador Benedito de Lira, V. Exª sabe que, se o Senador Eduardo Braga tiver o aval do Governo, nós podemos, agora no mês de abril, levar a plenário esse projeto. Então, eu pediria, Senador Mozarildo, que nós conversássemos com o Senador Eduardo Braga, mostrássemos a importância desse projeto para a Amazônia e ele fosse o interlocutor junto ao Governo Federal para que nós tivéssemos êxito e aprovássemos esse projeto no Senado Federal e o encaminhássemos à Câmara ainda antes do recesso do mês de julho.

Parabéns a V. Exª, Senador Mozarildo, e parabéns também ao nosso Presidente Benedito de Lira.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra o Senador Mozarildo, Relator, para réplica.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Na verdade, é para agradecer as palavras gentis do Senador Flexa e concordar com o mérito do que ele colocou aí.

Senador, só para ser bem sucinto, a gente fala, ouve falar tanto e constata tanto que há uma cobiça internacional sobre a Amazônia. O que está faltando é haver uma cobiça nacional, no bom sentido, sobre a Amazônia. Quer dizer, é preciso que o Brasil cobice, que tenha boa vontade com a Amazônia e tire proveitos da Amazônia no bom sentido, sem essa, digamos, fobia que existe, como se tudo que se faz na Amazônia seja pecado e que todo mundo que está na Amazônia é pecador.

Então, eu acho que nós estamos mudando e quero dizer aqui, Senador Flexa, que conversei com o Senador Eduardo para essa matéria estar aqui, com a boa vontade do Presidente, ela já estava em pauta há algum tempo, mas sempre havia alguma forma de ela ser postergada, e hoje nós demos o grande primeiro passo, porque esta Comissão, embora possa parecer que não, é a Comissão que trata do desenvolvimento regional e que tem a importância de cuidar justamente desse tão falado e, inclusive, constitucional tema de eliminar as desigualdades regionais.

Eu quero parabenizar V. Exª pela iniciativa do projeto e dizer que fiquei muito feliz, como amazônida, como homem que nasceu na Amazônia, e não que apenas representa um Estado da Amazônia, em dizer que esse projeto é de muita importância para o nosso desenvolvimento.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Eu queria só complementar aí em função do que V. Exª afirma, Senador Mozarildo.

A comunidade internacional, através das suas ONGs, faz um apelo para que se preserve a Amazônia como se isso aqui fosse território deles. Quem sabe cuidar disso aqui somos nós, porque eles não souberam cuidar do deles lá e vêm para cá para continuar implantando o terrorismo e fazer com que a sociedade seja iludida dessas ações. Eu tenho certas restrições a esse tipo de ONG internacional, porque nós não precisamos deles aqui para nada, porque eles não vêm aqui para colaborar com nada. Nada, absolutamente nada.

Então, eu acho que V. Exª está absolutamente no caminho correto. Não sei por que se criar dificuldade para se plantar cana nas áreas onde ele não está servindo para nada, sem se tirar uma árvore da Amazônia, da Floresta Amazônica. Como disse V. Exª, não faríamos nunca mais a Belém-Brasília se não fosse naquela oportunidade que o Governo dos militares tomou a decisão. Aliás, foi Juscelino Kubitschek, que queria o desenvolvimento deste País e foi quem plantou o desenvolvimento do Brasil. O Governo de Juscelino Kubitschek foi uma coisa extraordinária.

Então, se todos os governantes que passaram por esta República tivessem feito, cada um, uma Belém-Brasília na região, a região amazônica hoje seria uma coisa extraordinária, como é, pela preservação da sua natureza, mas seria extraordinária para o desenvolvimento do País. Eu não sei por que quem nasce no Amazonas, quem nasce no Nordeste tem que ser castigado, para morrer miserável. Isso não existe.

Então, eu queria cumprimentar o nobre Senador Mozarildo, como autor do projeto, que submeto a votação.

Encerrada a discussão, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai para a Comissão de Meio Ambiente.

E vamos trabalhar nessa direção.

À Comissão de Agricultura primeiro, é?

Então ela vai para a Comissão de Agricultura...

(Falha na gravação.)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – ... com absoluta presteza.

O Item 3 eu gostaria de comunicar aos Srs. Senadores que vou retirar de pauta, para o seu adiamento, porque o autor do projeto precisa ter uma conversa com o Relator, porque ele dá parecer pela rejeição de três projetos, que estão tramitando conjuntamente.

Item 4, para que a gente possa encerrar a nossa pauta.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 593, DE 2011
– Não Terminativo –

Dispõe sobre o financiamento da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) com recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) para pessoas de baixa renda.

Autoria: Senador Clésio Andrade

Relatoria: Senador Paulo Paim

Observações: A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.

Designo, como Relatora *ad hoc*, a Senadora Maria do Carmo.

Eu gostaria que V. Exª pudesse fazer a leitura desse relatório do Senador Paim.

Concedo a palavra a S. Exª a Srª Senadora Maria do Carmo.

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco/DEM – SE) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, vamos direto à análise do Projeto.

Nos termos regimentais, os aspectos de constitucionalidade e juridicidade serão analisados no âmbito da CAE, à qual foi atribuída a competência terminativa para o exame da proposição.

No mérito, adotamos argumentos do autor ao oferecer meios para a qualificação de trabalhadores cuja renda familiar limita suas possibilidades de ingresso no mercado de trabalho ou de ascensão profissional.

A lei ora proposta opera no sentido da justiça social. Sua aprovação propiciará a ocupação de inúmeras vagas de trabalho que se mantêm injustificadamente ociosas, circunstância que, por envolver um setor estratégico para a cadeia produtiva, vem prejudicando o próprio desempenho da economia nacional.

O voto é pela aprovação do PLS nº 593, de 2011.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Muito obrigado, Senadora Maria do Carmo.

Quero parabenizá-la pela presteza e pelo resumo do seu parecer.

Em discussão o parecer. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Encerrada a nossa Ordem do Dia, vem agora os requerimentos extrapauta.

REQUERIMENTO Nº 9, DE 2012 – CDR

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II e V, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR –, com a presença do Ministro de Estado do Turismo, para debater, com este Colegiado, o Plano de Ação do Ministério, sua preparação para os grandes eventos que estão por vir e os projetos e políticas públicas para o desenvolvimento sustentável do turismo nas regiões Norte e Nordeste do País.

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

REQUERIMENTO Nº 08, DE 2012 – CDR

Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada audiência pública conjunta entre esta Comissão e as Comissões de Assuntos Econômicos e de Infraestrutura, com a finalidade de instruir e debater o Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2009, de minha autoria, que altera a alínea "b", do inciso II, do § 2º, do art. 4º da Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, com vistas a permitir a exploração de instalações portuárias privadas para uso geral.

À oportunidade, apresento sugestão no sentido de que sejam convidados para participar da presente audiência pública o Ministro-Chefe da Secretaria Especial de Portos da Presidência da República; o Sr. Wilen Mantelli, Diretor-Presidente da Associação Brasileira dos Terminais Portuários; o Sr. Eduardo Requião, ex-Superintendente do Porto de Paranaguá; o Presidente da Confederação Nacional da Indústria; o Sr. Luiz Antônio Fayet, representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil; e o Presidente da Abratec – Associação Brasileira dos Terminais de Contêineres de Uso Público.

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

REQUERIMENTO Nº 10, DE 2012 – CDR

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II e V, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com a presença do Ministro de Estado da Integração Nacional, para expor e debater, neste Colegiado, os projetos e assuntos correlatos entre esse Ministério e nossa Comissão, além das ações relacionadas à defesa civil e à prevenção a desastres nas áreas de risco.

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão, em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

REQUERIMENTO Nº 07, DE 2012 – CDR

Em aditamento ao Requerimento nº 1/2012, que trata da realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, destinada a debater a questão da segurança dos consumidores de cruzeiros marítimos no Brasil, requeiro que seja incluído o seguinte convidado: Sr. Ricardo Falcão, Presidente do Conselho Nacional de Praticagem (Conapra).

Em discussão. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão, em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Encerrada a Ordem do Dia e nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de S. Exªs, os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras, e convoco-os para a próxima reunião ordinária da Comissão, na próxima terça-feira, e encerro a presente.

(Iniciada às 11 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 23 minutos.)

Ata da Sexta Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Extraordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, Realizada em 10 de Abril de 2012, Terça-Feira, às Quatorze Horas, na Sala de Reuniões nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal.

Às quatorze horas e vinte e seis minutos do dia dez de abril do ano de dois mil e doze, na sala de reuniões número treze da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Benedito de Lira, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Wellington Dias, Vanessa Grazziotin, Lídice da Mata, Ana Amélia, Ciro Nogueira, Cássio Cunha Lima, Cícero Lucena, Mozarildo Cavalcanti, Vicentinho Alves, Paulo Paim, José Pimentel e Acir Gurgacz. Deixam de comparecer os Senadores Ana Rita, João Durval, Vital do Rêgo e Maria do Carmo Alves. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião. Dando prosseguimento, o Presidente esclarece que, conforme pauta previamente divulgada, a presente reunião destina-se a realização de Audiência Pública, em atendimento aos Requerimentos nºs 01, 05 e 07/2012-CDR, de autoria da Senadora Ana Amélia, que propõem "debater a questão da segurança dos consumidores de cruzeiros marítimos no Brasil". A audiência é realizada com a presença dos seguintes convidados: Sr. Marcos Jorge Matusevícius, Assessor do Conselho Nacional de Praticagem – CONAPRA, representando o Sr. Ricardo Falcão, Presidente do Conselho; Sr. Paulo Biancardi Coury, Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, representando Sr. Dirceu Barbano, Diretor-Presidente da Agência; Sr. Leonardo de Souza Carauta de Fonseca, Assessor da Área de Turismo da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC, representando o Sr. Antônio Oliveira Santos, Presidente da Confederação; Sr. Ricardo Amaral, Presidente da Associação Brasileira de Cruzeiros Marítimos – ABREMAR; Sr. Amaury Martins, Diretor Substituto do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça – DPDC-MJ, representando a Sra. Juliana Pereira da Silva, Diretora do Departamento; Sr. Ricardo Martini Moesch, Diretor do Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico da Secretaria Nacional de Políticas de Turismo do Ministério do Turismo; e o Capitão-de-Mar-e-Guerra Mauro Guimarães Carvalho Leme Filho, Superintendente da Segurança do Tráfego Aquaviário do Comando da Marinha do Brasil. Após a exposição dos convidados, usam da palavra os Senadores Ana Amélia, Cássio Cunha Lima e, ainda, o Presidente da Comissão, Senador Benedito de Lira. Foram, também, encaminhadas perguntas da Senadora Lídice da Mata, lidas pela Senadora Ana Amélia. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e vinte e oito minutos, lavrando eu, Selma Míriam Perpétuo Martins, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Be-**

nedito de Lira, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Havendo número regimental, declaro aberta esta audiência pública para tratarmos do assunto relacionado ao requerimento aprovado por esta Comissão, de autoria da Senadora Ana Amélia.

Estando presente já a maioria dos convidados, convido para compor a Mesa: o Capitão-de-Mar-e-Guerra Mauro Guimarães Carvalho Leme Filho, Superintendente da Segurança do Tráfego Aquaviário, da Diretoria de Portos e Costas do Comando da Marinha do Brasil; o Sr. Ricardo Amaral, Presidente da Associação Brasileira de Cruzeiros Marítimos, Abremar; o Sr. Marcos Jorge Matusevicius, Assessor do Conselho Nacional de Praticagem – Conapra; o Sr. Paulo Biancardi Coury, Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados da Anvisa, que vem representando o Diretor Presidente da Agência, Sr. Dirceu Barbano; o Sr. Leonardo de Souza Carauta de Fonseca, Assessor da Área de Turismo da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC, que vem representando o seu Presidente, Antonio Oliveira dos Santos; o Sr. Amaury Martins de Oliva, Diretor Substituto do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça, representando a Diretora do Departamento, Juliana Pereira da Silva.

Informamos que foi também convidado o Sr. Antônio Azevedo, Presidente da Associação Brasileira de Agências de Viagens – Abav. No entanto, justificou sua ausência por questões de saúde.

Ainda, dos nossos convidados, falta chegar o Sr. Ricardo Martini Moesch. Logo que chegue, terá lugar à Mesa.

A Mesa está bem composta.

De acordo com o que estabelece o art. 94, §§ 2º e 3º do Regimento Interno do Senado, a Presidência adotará as seguintes normas: os convidados terão 15 minutos para fazer suas exposições, e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Senadores e Senadoras. A palavra dos Senadores e Senadoras será concedida na ordem de inscrição. Os interpelantes dispõem de três minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado.

Concedo a palavra ao Capitão-de-Mar-e-Guerra, Sr. Mauro Guimarães Carvalho Leme Filho, que terá 15 minutos para fazer sua exposição.

O SR. MAURO GUIMARÃES CARVALHO LEME FILHO – Exmº Sr. Senador Benedito, Srª Senadora Ana Amélia, é uma satisfação muito grande estar aqui presente neste momento, para esta apresentação.

Minha apresentação é curta, tem apenas 12 *slides*. Eu achava que o meu tempo era um pouquinho menor do que os 15 minutos, então ela está bem sucinta.

Eu me sinto um pouco emocionado neste momento porque esta certamente é a última vez que faço uma apresentação representando a Marinha, usando uniforme. No final do mês eu passo para a reserva. Então, é uma satisfação grande apresentar pela última vez uma palestra, e num plenário tão importante como este.

Estamos aqui numa audiência pública sobre segurança dos consumidores de cruzeiros marítimos e eu achei interessante apresentar o tema Responsabilidades da Autoridade Marítima.

Eu sou Capitão-de-Mar-e-Guerra e sou Superintendente da Segurança do Tráfego Aquaviário da Diretora de Portos e Costas. Por que a Diretoria de Portos e Costas está aqui? Porque a autoridade marítima, que é exercida pelo comandante da Marinha, as atribuições são dividas por diversos órgãos da Marinha, e a Diretoria de Portos e Costas é aquela que tem a maior parte das tarefas.

Então, iniciando a apresentação.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MAURO GUIMARÃES CARVALHO LEME FILHO – Exatamente. Sim, senhora. Exatamente.

Vou apresentar um *slide* sobre autoridade marítima, outro sobre segurança do tráfego aquaviário em si, algumas estatísticas, e falar também um pouquinho sobre o ensino profissional marítimo.

A Lei Complementar nº 97/99 traz atribuições subsidiárias para as Forças Armadas. Uma atribuição subsidiária particular da Marinha do Brasil é prover a segurança da navegação aquaviária. Para isso, o comandante da Marinha é designado como autoridade marítima.

Vou falar um pouquinho sobre a Lei Lesta, conhecida como Lesta. A Lei nº 9.537/97 dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário. É conhecida em nosso meio como Lesta, e diz que cabe à autoridade marítima implementar a própria lei com o propósito de assegurar...

Então são três pilares básicos.

Por favor.

A Lei deve ser implementada com o propósito de assegurar a segurança da navegação,...

Próximo.

A salvaguarda da vida humana no mar aberto e nas hidrovias interiores e, por fim, a prevenção da poluição ambiental por parte de embarcações, plataformas ou suas instalações de apoio.

Continuando ainda na Lei. Cabe à autoridade marítima estabelecer normas de segurança para as

embarcações conforme o tipo de atividade – se a embarcação é de carga, passageiro, pesca, esporte e recreio etc. – e área de navegação – se é mar aberto ou águas interiores.

Essas normas são estabelecidas como Normam, Normas da Autoridade Marítima. O *site* da Diretoria de Portos e Costas tem todas as Normam não só da Diretoria de Portos e Costas como também da Diretoria de Hidrografia e Navegação.

É importante dizer que as normas para as embarcações de passageiros são as mais rigorosas, principalmente nos critérios de estabilidade e material de salvatagem, que é exigido.

Também cabe à autoridade marítima prover a implementação e a execução da Lesta por meio de inspeções navais e vistorias.

A inspeção naval, podemos imaginar como se fosse uma *blitz* de trânsito. É da autoridade marítima a iniciativa de abordar as embarcações e verificar não só sua documentação como o material de salvatagem, etc. A vistoria, não. A vistoria é iniciativa do proprietário, do armador. É como procurar o Detran para fazer a vistoria anual do carro.

Então, são dois conceitos bem diferentes: a inspeção naval e a vistoria. Para verificar se as embarcações estão operando de acordo com as normas nacionais e as normas internacionais também.

Como essa é uma gama de tarefas muito grande, a autoridade marítima delega competência a Sociedades Classificadoras como a *Lloyds Register*, a ABS, a Bureau Colômbia etc., e também a sociedades certificadoras, para atuarem na regularização, controle e certificação de embarcações.

Entrando direto no assunto. De 2008 a 2012, foram feitas 113 inspeções de *Port State Control*. O que é *Port State Control*? É a inspeção que o País faz em navios estrangeiros que aqui chegam. A inspeção feita no navio do próprio país de bandeira se chama *Flag State Control.*

Por acordos internacionais, deve ser feito um número mínimo de 25% de inspeções nos navios estrangeiros que chegam aos portos. Nós já estamos com um número bem expressivo de 40% de inspeção nesses navios estrangeiros.

Especificamente para navios de cruzeiros marítimos, foram feitas 113 inspeções de *Port State Control*. Conclusão das inspeções: os navios são novos e em boas condições de operação.

Vou citar aqui quatro navios que foram impedidos de atracar ou de suspender. Em 2009, esse navio teve três deficiências – dois geradores principais e excesso de resíduo oleoso a bordo –; em 2010, o Musica, avaria no sistema de ar condicionado central; o Aida Cara, deficiência no radar e na fonte de energia elétrica de emergência; e esse último aqui, em 2012, vazamento de óleo hidráulico em diversos equipamentos. Esses navios, quando atracaram, os inspetores navais foram a bordo e verificaram as deficiências. Há deficiências que não impedem o navio de viajar, de suspender, e há deficiências que impedem o navio de suspender. Esses quatro foram impedidos de suspender – nós chamamos de suspender, de desatracar – até que as pendências tivessem sido sanadas. Exatamente.

E podemos ver que são...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MAURO GUIMARÃES CARVALHO LEME FILHO – Senhora?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MAURO GUIMARÃES CARVALHO LEME FILHO – Não, não, 2009, 2010, 2011 e 2012.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Ah, um em cada ano?

O SR. MAURO GUIMARÃES CARVALHO LEME FILHO – Um em cada ano. Sim, senhora.

O próximo, por favor.

Mais um clique, por gentileza.

Aqui eu trago um quadro... Esse *slide* tem o quadro de 2010. O seguinte o de 2011. Acidentes e fatos da navegação em navios de cruzeiro.

O que são acidentes e o que são fatos? Acidentes, como o próprio nome diz, são acidentes como nós conhecemos, como colisão e abalroamento. Fatos da navegação são coisas mais simples, quando o navio é obrigado a arribar, ir para um porto, por uma emergência a bordo ou quando há varação, que é encalhar propositalmente, ou o encalhe. Chamam-se fatos da navegação.

Coloquei em negrito o que é acidente. Esses dois foram acidentes. Os outros são fatos da navegação. Letra "f", fato; e "a", acidente. Tem o nome da embarcação, a bandeira e o motivo. Podemos ver aqui, a morte de uma pessoa a bordo por ataque cardíaco é obrigatório fazer... Esse é um fato da navegação, mas não tem nada ver com acidente do navio em si.

Acidente mesmo, em 2010, esses dois aqui. No Musica, avaria na praça de máquinas, no Rio de Janeiro. Esse outro aqui não é exatamente um navio de cruzeiro, mas um navio de hotel, que estava lá na Bacia de Campos.

Próximo, por favor.

E aqui, em 2011, somente um acidente, com o Armonia, na praça de máquinas, no porto de São Francisco do Sul. Nos outros todos, queda de pessoa a morte, morte de pessoa, esses dois que manobraram muito próximo um do outro, lá em Búzios, o que

coloca em risco a segurança da embarcação ou de vida humana.

Próximo.

É importante ressaltar, na Lei dos Portos, três aspectos, e os três são responsabilidade da autoridade portuária, sob coordenação da autoridade marítima: estabelecer, manter, operar o balizamento do canal de acesso e da bacia de evolução. Autoridade portuária. Estabelecimento do calado, porte e dimensões máximas das embarcações, também autoridade portuária. Delimitação das áreas de fundeador ou de fundeio para carga e descarga, de inspeção sanitária e polícia marítima, também autoridade portuária, sob coordenação da autoridade marítima.

Próximo.

Já no finalzinho da apresentação, falando sobre ensino profissional marítimo, essa lei de 1986. O ensino profissional marítimo tem o propósito de habilitar marítimos, fluviários e pescadores apenas nos aspectos marinheiros da profissão, ou seja, para conduzir embarcação de pesca, mergulhadores profissionais e portuários. Agora, existem cursos que são fora do ensino profissional marítimo. A autoridade marítima credencia essas entidades para realizar cursos relativos à salvaguarda da vida humana, segurança e proteção de navios. São 59 cursos, em 21 instituições. Por que estou dizendo isto? Vou explicar agora.

Próximo.

O Brasil não tem navios de cruzeiros. Os navios de cruzeiros todos vêm do exterior. Então, esses navios que vêm do exterior já têm a tripulação mínima de segurança certificada e habilitada pelo seu país de bandeira. Esses navios normalmente contratam profissionais para trabalhar a bordo, como camareiras, na parte hoteleira, músicos, mágicos etc. Esse pessoal, se passar mais de três dias a bordo, é obrigado a ter este curso aqui: Curso Básico de Segurança de Navio. Eles são chamados profissionais não tripulantes. São profissionais que estão a bordo, mas que não fazem parte da tripulação. Tanto em navios de passageiros como em plataforma de exploração de petróleo acontece isso.

Nesse curso, por exemplo, eles têm estas disciplinas: Segurança Pessoal e Responsabilidade Social; Primeiros Socorros Elementar; Prevenção e Combate a Incêndio; e Técnicas de Sobrevivência.

Aqui, nas imagens, os primeiros socorros e combate a incêndio. Aqui, aprendendo a entrar numa balsa, e aqui uma embarcação em Macaé que é de uma escola que dá esses cursos. Vemos aqui uma baleeira utilizada no curso.

Chego ao final, então, da apresentação. Procurei mostrar quais são as responsabilidades da autoridade marítima; mostrei também que os navios de cruzeiro que vêm para o Brasil são, na grande maioria, navios novos, em boas condições; vimos que, nos últimos quatro anos, um navio por ano ficou retido durante algum período, geralmente um período curto, no porto, por deficiências; procurei mostrar, então, que são seguros.

E é basicamente isso que me propus aqui a apresentar para as senhoras e para os senhores.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Agradecemos a apresentação do Capitão-de-Mar-e-Guerra Mauro Guimarães Carvalho Leme Filho.

Dando continuidade, concedo a palavra, por igual tempo, ao Sr. Ricardo Amaral, Presidente da Associação Brasileira de Cruzeiros Marítimos – Abremar.

O SR. RICARDO AMARAL – Sr. Presidente desta Comissão, Senador Benedito de Lira, Senadora Ana Amélia, muito obrigado pela oportunidade de falar neste fórum tão privilegiado e de trazer importantes esclarecimentos, seja para o Poder Público, seja para a população, de forma geral, por meio da divulgação desta audiência, de alguns elementos muito importantes relacionados a cruzeiros marítimos.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Presidente Ricardo, só queria também agradecer a presença do Senador Cássio Cunha Lima, do PSDB da Paraíba, que está nos dando apoio a esta audiência pública.

O SR. RICARDO AMARAL – Obrigado, Senadora; obrigado, Senador, pela presença.

De forma geral, gostaria também de parabenizar a apresentação do Capitão-de-Mar-e-Guerra, que foi extremamente elucidativa em termos de reforçar a segurança dos navios que operam na costa brasileira e de falar sobre um número de fatos de navegação e incidentes específicos.

É muito importante que se deixe claro o quanto é regulamentada essa atividade que, nos Estados Unidos, por ser o principal mercado, e no mundo de forma geral, gera 330 mil empregos, somente nos Estados Unidos, e um impacto econômico de US$38 bilhões, com 211 navios, servindo 16 milhões de pessoas no mundo inteiro, neste momento. Em 2000, esse número era de 7 milhões de pessoas. Então, o número de pessoas que fazem cruzeiro marítimo dobrou nos últimos 10 anos.

Antes de entrar na apresentação, gostaria de falar também sobre o impacto dessa atividade no Brasil.

Pedi para que fosse distribuído um material feito pela Fundação Getúlio Vargas, em parceria com a Abremar, sobre o que representa essa atividade no Brasil em termos de geração de empregos e impacto econômico. Estamos falando de US$1,4 bilhão, móveis, que vêm para o Brasil ou para outros lugares do

mundo. E gostaria de deixar ressaltada a importância da atividade no Brasil e a extrema preocupação da indústria com segurança.

Queria começar dizendo que segurança é a nossa prioridade, não só segurança à vida, segurança do meio ambiente, mas, de forma geral, sem esse elemento, nossa atividade não será bem sucedida ao longo do tempo.

Vou tentar ser rápido e breve também nesta apresentação.

A Abremar surgiu, no Brasil, em 2006. Não é somente uma associação que congrega os armadores de cruzeiros marítimos, mas também agências de viagem que comercializam esse produto e geram riqueza, geram empregos. Temos grupos técnicos, um dos quais é o de infraestrutura, que cuida da infraestrutura dos cruzeiros marítimos e também da segurança. E trabalhamos em conjunto com os diversos órgãos regulatórios da atividade, sejam federais, estaduais ou municipais, inclusive com órgãos internacionais, por meio da Clia, que é a *Cruise Lines International Association*, e da ECC, que é *European Cruise Council*. Seguimos padrões internacionais de segurança, saúde e respeito ao consumidor.

Enquanto no mundo inteiro a atividade cresceu 6,4% ao ano, no Brasil, essa atividade cresceu 22% ao longo dos últimos cinco anos, o que demonstra uma vocação do País como destino turístico. Isso é muito importante, pois vemos a necessidade de uma melhor manutenção da nossa balança comercial, quando tantos turistas brasileiros vão ao exterior e, por meio dos navios de cruzeiro, temos uma possibilidade ampliada de hospedagem no Brasil.

Sei que não é tema específico da audiência pública em questão, mas, há duas semanas, recebi uma ligação da Embaixada brasileira em Washington, solicitando um navio para o evento Rio+20, que vai acontecer em junho, porque não existe hospedagem suficiente. Infelizmente, todos os navios estão contratados e comprometidos com cruzeiros na Europa. Então, a nossa resposta teve que ser negativa, mas eu disse que para a Copa do Mundo de 2014, ainda temos alguns meses. Então, precisamos abrir. É verdade. A partir de julho, todos os navios estarão comprometidos na Europa, mas seria mais importante ainda, imagino, para as Olimpíadas de 2016. E tudo isso é tema de interesse da Comissão. Temos a garantia, para corroborar a proposta do Brasil para o Comitê Olímpico Internacional, de que oito navios estarão presentes, durante as Olimpíadas, em 2016. Isso eu ouvi do então Ministro do Turismo, Luiz Barreto, que disse que o compromisso do Brasil era ter oito navios e como poderíamos trabalhar em conjunto para isso. Esses elementos já foram apresentados, que são elementos ligados a questões estruturais, e acredito que são viáveis num futuro próximo.

Então, o negócio no Brasil cresceu muito; a oferta de leitos cresceu também proporcionalmente. Agora, de 2010 para 2011, tivemos o menor crescimento dos últimos 10 anos: tivemos um crescimento da oferta de somente 1,6%. E o que vai acontecer no próximo ano, e esta é a primeira vez que a Abremar fala publicamente disso, é que vamos ter um número de turistas menor, devido a uma menor temporada, e um maior número de cruzeiros longos. Entre 800 mil e 900 mil turistas que tivemos de 2012 para 2013, que é a temporada brasileira, porque infelizmente no Brasil só temos de quatro a, no máximo, seis meses de cruzeiro marítimo, o que está errado, o Brasil tem vocação turística para ter cruzeiro o ano inteiro, os navios deveriam parar na Paraíba, deveriam parar mais em Maceió, deveriam parar mais em Vitória, deveriam parar mais em Fortaleza, Natal e assim por diante, mas isso não acontece por causa da falta de competitividade do destino em relação a outros destinos do mundo. Hoje, vendo a Ásia...

Há pouco tempo, vindo no avião, eu estava lendo uma reportagem sobre os Brics – agora com "s" –, que tem o sudeste asiático, que está surgindo com muita força. E ali forma-se um *cluster*, em que a China e o sudeste asiático, apoiados pela Austrália, têm um potencial de crescimento muito grande, alijando o Brasil. Ali temos a maioria dos componentes desta mesa, desde o CNC, desde a praticagem, enfim, os destinos turísticos e o impacto econômico que isso gera alijados.

E vou entrar na questão do impacto econômico, com R$1,4 bilhão, e geramos mais de 20 mil empregos, pela pesquisa – novamente – feita pela FGV. Em alguns locais, como Salvador, temos um impacto econômico gerado, durante quatro meses, de quase R$44 milhões. Ilhabela, que é uma pequena ilha do litoral de São Paulo, cuja atividade econômica é bastante limitada por várias questões geográficas e estruturais, recebe um impacto de R$42 milhões, durante a temporada de cruzeiros.

De certa forma, como disse muito bem o representante da Marinha, temos não só a regulamentação do *Flag State*, que é o país de bandeira originária do navio, como temos do *Port State*, ou seja, o navio é duplamente regulamentado. E qualquer acidente ou ocorrência a bordo, por menor que seja, se houver uma pessoa que tome um tombo e frature a perna, isso é imediatamente comunicado às autoridades do país em que o navio está operando e do país de bandeira também.

Por favor.

Aqui, é um pouco do que foi dito anteriormente: os treinamentos, seja o STCW, que é o treinamento

feito aqui no Brasil para os não tripulantes, e os órgãos com os quais as empresas de cruzeiros marítimos se relacionam por meio de certificações, cursos e regulamentações. Basicamente, existe um órgão regulador da ONU, que se chama IMO (*Intenational Maritime Organization*), que tem diversos países signatários, Estados Unidos e a Comunidade Econômica Europeia como um todo, e que regulamenta as questões de segurança para operação de cruzeiros marítimos.

Sem dúvida alguma, uma das questões que levou, imagino, a Senadora a demandar esta audiência pública, muito bem colocada, seria o acidente lamentável, fatal e que vemos como uma questão rara e isolada dentro do universo do que acontece com cruzeiros marítimos. Mas, na semana seguinte, ocorreu uma reunião da IMO, na Europa, onde a Clia se juntou à Organização Marítima Internacional, para tentar intensificar os procedimentos já existentes.

De forma geral, as companhias associadas à Clia já têm procedimentos adicionais àqueles procedimentos regulamentares solicitados pela IMO.

Mas gostaria de citar um dado aqui, que me parece bastante importante. Na última década, de 2002 a 2011, antes da ocorrência do navio Concordia, houve um total de 28 fatalidades a bordo de navios de cruzeiro. Durante esse período de 10 anos. Essas casualidades foram relacionadas a questões operacionais. Desses, 22 envolveram tripulantes, que, portanto, no exercício da sua profissão, acabaram tendo algum acidente fatal. Seis pessoas foram hóspedes, foram passageiros, dentro de um universo de 153 milhões de pessoas que fizeram cruzeiros, durante um período de 10 anos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RICARDO AMARAL – No mundo inteiro. Dentro do período de 10 anos. Esses dados são da *GP Wild International*, publicados em 2012, e são o extrato de um relatório que se chama *Cruise Industry*... Relatório de Causalidades dentro da Indústria de Cruzeiros Marítimos. Então, nós estamos falando de um total de 0,13 por milhão de pessoas ou, se considerarmos somente os turistas, aqueles que estavam a bordo, não a trabalho, mas sim viajando, 0,04 por milhão, o que não justifica e não ameniza o fato.

Eu imagino que qualquer atividade busque, de forma constante e consistente, não minimizar os casos, mas evitar e zerar para que isso não aconteça. E, nesse sentido, os investimentos feitos na construção de navios e na concepção dos navios já comportam as questões elementares e ampliadas de segurança.

Por favor.

Então, reforçando que segurança é nossa prioridade número um, eu preciso dizer para todos que, além da *IMO*, nós temos desenvolvido, por esse organismo regulador das Nações Unidas, um documento chamado Solas, que é o *International Convention for the Safety of Life at Sea*. Permitam-me o nome original em inglês. É um tratado ratificado por diversos países e que desenvolve os patamares necessários para a atividade de navios de cruzeiro. Se não me engano – por favor, que o Capitão-de-Mar-e-Guerra me corrija –, não somente para navios de cruzeiro, mas para a navegação de forma geral. Então, são procedimentos extremamente rígidos e extremamente revisados e investigados em cada uma das escalas, seja de forma regular, seja de forma independente, através das 103 inspeções que foram realizadas, segundo foi apresentada pela Marinha.

Por favor. Mais uma.

Eu só gostaria de voltar a uma questão. De forma geral, nós não temos somente o relacionamento e fiscalização internacional, através dos navios de bandeira, mas também – só volte mais um – diversos outros órgãos, como Ministério do Trabalho, Conselho Nacional de Imigração, Polícia Federal, Receita Federal, a própria Anvisa, todos esses órgãos frequentemente estão presentes, seja na chegada ou na saída do navio ou em inspeções regulares a bordo.

Só para falar um pouco sobre o que o consumidor vê no cruzeiro marítimo, 52% das pessoas que fizeram cruzeiro marítimo acharam que a imagem do destino melhorou em relação à viagem; 40% permaneceram positivas; 89% das pessoas que fazem cruzeiro marítimo voltariam a uma cidade visitada; e 87% pretendem voltar a fazer um cruzeiro marítimo. Novamente, são dados da FGV. Porque, como estamos falando também do consumidor, é importante dizer o que o consumidor vê em relação a essa experiência de viagem. Estes são os órgãos envolvidos na operação: desde o Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Portos, Guarda Portuária, Capitania, CNIg, Receita, Anvisa.

Só para concluir, eu queria agradecer novamente esta oportunidade. Tenho certeza de que esta audiência vai ser enriquecida pelas perguntas que vamos poder responder individualmente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco/PSDB – PB) – Muito obrigado, Dr. Ricardo Amaral.

Agora, na sequência das apresentações, ouviremos o Assessor do Conselho Nacional de Praticagem, Sr. Marcos Jorge Matusevicius.

O SR. MARCOS JORGE MATUSEVICIUS – Sr. Presidente, Srª Senadora, senhoras e senhores, antes de mais nada, gostaria de, em nome do Presidente do Conapra, Ricardo Falcão, apresentar as desculpas por sua ausência. Ele estava pronto para comparecer, mas, por uma recomendação médica, infelizmente,

não pode realizar a viagem. E de externar, em nome da praticagem brasileira, a grande satisfação e a honra de poder participar e apresentar algumas ideias nesta audiência pública.

Inicialmente, no título, como vamos tratar de segurança, o tema principal é Segurança dos Consumidores, vou tentar rapidamente mostrar a colaboração da praticagem na segurança e também no aumento da eficácia dos portos brasileiros, tanto na parte de navegação de carga, como também na navegação dos navios de cruzeiro, para os passageiros.

Começo pelo que é indiscutível. A importância da atividade de cruzeiros marítimos é indiscutível, assim como é indiscutível também um constante embate que existe entre interesses comerciais *versus* segurança. O grande cuidado que deve ser tomado é não interpretar equivocadamente as estatísticas. Eu já fui piloto da aviação, e costumávamos dizer: quanto mais horas sem acidente significava que o próximo acidente deveria estar mais próximo; mais cuidado nós deveríamos tomar.

E é essa visão que nós devemos ter. Não podemos pegar a estatística que foi apresentada pelo Comandante Carvalho Leme e concluir que: não, a segurança não tem problema; então, podemos relegar, podemos afrouxar as normas, porque não temos tido acidentes. Não, pelo contrário. Toda manobra de navio tem riscos potenciais; qualquer manobra sempre está acompanhada de riscos latentes. É um gerenciamento de riscos constante.

Dentro disso, a atividade é importante, a segurança é importante, o interesse econômico é importante, então, o Conapra, a praticagem brasileira considera este um fórum mais do que adequado para debater tecnicamente e desapaixonadamente a questão.

O próximo, por favor.

Já foi abordado até com mais detalhamento pelo Comandante Carvalho Leme, todo o arcabouço legal que regula a atividade de praticagem no Brasil, a lei complementar, Lesta, R-Lesta, e especificamente a Normam 12, que é uma das normas da autoridade marítima, que dá todo o detalhamento do serviço de praticagem.

No Brasil, existem 22 zonas de praticagem. A autoridade marítima dividiu o Brasil em 22 zonas de praticagem e, em cada uma dessas zonas de praticagem, foram estabelecidas sociedades que prestam esse serviço de maneira totalmente privada. A prestação do serviço é em moldes privados. Não são entidades públicas, não são servidores públicos. Nós gostamos muito de ressaltar isso, porque existe a ideia generalizada de que a praticagem seria um serviço público. Não, não é. É um serviço prestado em caráter privado entre a sociedade prestadora de serviço e os tomadores de serviço, que são os armadores.

A primeira pergunta que sempre surge é: por que da praticagem? Por que existe prático no navio? E não é uma particularidade só do Brasil, pois existe no mundo inteiro. A primeira associação que se costuma fazer é com o avião, porque o avião transmite uma ideia de perigo, uma ideia de risco maior que o do navio. Ele tem mais velocidade, está voando, e ninguém nunca viu um prático de avião. Mas no navio, no mundo inteiro, em todos os portos importantes, a autoridade marítima de cada país determina a presença do prático.

Então vamos à primeira grande diferença. Antes de construir um aeroporto, antes de lançar qualquer pedra fundamental, de fazer um projeto, é feito todo um estudo para definir qual é a melhor localização do aeroporto, quais são as altitudes existentes, obstáculos existentes, concentrações, qual é o vento dominante, etc., etc., etc. Quando se chega à construção do aeroporto, ele está sendo construído na melhor localização possível, com a melhor orientação de pista possível, para que as operações de pouso e decolagem ocorram com o vento contra. Os procedimentos de subida e de descida em qualquer aeroporto do mundo são idênticos. E os portos? Com raríssimas exceções, o porto é construído pela natureza. O ser humano é que se adapta àquilo que a natureza construiu. Então, cada porto tem suas características próprias, tem suas especificidades, tem seu regime de vento e de correntes, seus obstáculos, seu tipo de fundo. Daí surge a necessidade de alguém que conheça detalhadamente aquela área geográfica, aquele porto. Por isso, o prático é prático de um determinado porto; ele não pode sair trocando porto à vontade. Esse é o primeiro ponto.

Segundo ponto. Rapidamente, só para uma comparação. Quando falamos em manobras de navios de grande porte, temos que esquecer um pouquinho tudo que já dirigimos, tudo que já conduzimos; ou seja, carro, motocicleta, bicicleta, avião, helicóptero, etc.

Aqui, nós temos uma ideia: em um Ford Fiesta, nós temos um motor que nos dá 77HP por tonelada de peso para manobrarmos aquele veículo. Um navio, o melhor deles, o navio Ro-Ro, nos dá 1HP por tonelada de peso para manobra. O *Oasis of de Sea*, um dos maiores navios de cruzeiro, 0,8HP por tonelada de peso. Então, é fácil imaginar o tempo de reação, a inércia, o atraso que existe, quando falamos de manobras dos navios de grande porte.

Nós temos de associar isso tudo. A manobra de navios de grande porte exige muito antecipação, exige um conhecimento daquelas características locais de vento, corrente, para que essas condições sejam usadas a favor de quem está manobrando.

Então, nós temos o navio. No mar aberto, ele tem espaços amplos; não tem obstáculos. Quando ele vem para águas restritas, ele começa a encontrar espaços confinados, pouca profundidade, perigo submerso, correnteza, maré, tráfego local, permanente mutação dessas situações – por exemplo, na Amazônia, nós temos muito isso –, línguas e costumes locais diferentes. Isso causa o quê? Grandes restrições, grandes dimensões, navios de grandes dimensões manobrando em espaços muito restritos, potência reduzida, baixas velocidades, reações lentas, mais lentas ainda do que no mar aberto, e uma inércia enorme.

E como isso mundialmente é sobrepujado? Com a utilização de um profissional, que tem um conhecimento local bastante detalhado, que tem *expertise*, que tem uma técnica apurada e atualizada por cursos de atualização, de tempos em tempos, e por uma prática constante naquele porto.

O próximo, por favor. Volte, por favor.

Aqui, dentro daquela filosofia de que uma imagem vale mais do que mil palavras, eu pediria que, momentaneamente, cada uma das senhoras e dos senhores imaginasse que é o comandante deste navio que está entrando no porto de Santos. Essa é uma fotografia tirada do passadiço, da torre de comando do navio. Ele está ingressando no porto, com todas aquelas características de dificuldade de manobra, encontrando pedras à direita, fortaleza, barcos pesqueiros, outro navio saindo não mão oposta, pesqueiro saindo, *ferry boat* cruzando logo após a curva. Essa curva, no navio, por exemplo, entre nós darmos o leme ao navio e ele executar a curva, ele terá percorrido de duas a três vezes o seu comprimento. Então, aqui, nesta situação, já se está pensando em dar o leme para fazer aquela curva. E aí vem a pergunta: quem fosse o comandante, vindo aqui uma vez por mês, se sentiria confortável de fazer essa manobra sem ter alguém ao seu lado que conhecesse profundamente esse porto? Provavelmente ninguém se sentiria.

Próximo *slide*, por favor.

E se colocarmos nessa situação um pouquinho de neblina, um pouquinho de garoa, ou se for à noite?

O próximo, por favor.

Ou, se ao invés de um graneleiro, for um navio conteineiro? Essa é a visão que se tem de um passadiço de um navio conteineiro. Então, eu acho que as imagens deixam claro qual é a importância daquele profissional que conhece profundamente o porto, assessorando o comandante do navio.

O próximo.

Em essência, o comandante e a tripulação são treinados para manter o navio o mais longe possível de qualquer obstáculo, enquanto o prático profissional, treinado para manobrar esse mesmo navio, muito próximo a obstáculos, com segurança. Ou seja, do que os expositores anteriores disseram, dos cursos de treinamento, da atualização dos tripulantes, não existe...

Pode voltar, por favor.

Não existe uma substituição. Ao contrário, tudo aquilo está no primeiro item: treinado para manter o seu navio, para navegar em áreas abertas. O que se diz, popularmente, é que a tripulação do navio raciocina em milhas, em quilômetros, enquanto o prático de qualquer porto do mundo raciocina em metros. E isso não é nenhum exagero. Em Santos, por exemplo, o calado máximo do porto é de 13,3m. Ou seja, um navio que tem um prédio de quatro andares submerso e que, em algumas situações, passa a um metro do fundo. Então, é aí que entra a *expertise*, a perícia do prático.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Onde estava o prático no Costa Concordia?

O SR. MARCOS JORGE MATUSEVICIUS – Excelente pergunta.

Por favor.

Se nós juntarmos um comandante com vasta experiência – e os comandantes de um navio de passageiros são selecionados dentre os melhores comandantes de navio de carga – com um navio moderno e dotado dos melhores recursos tecnológicos; se nós pegarmos essas duas situações e juntarmos com o desconhecimento de características locais, quando navegando em áreas restritas...

Próximo, por favor.

O resultado é esse. Tanto assim que uma das primeiras providências do governo italiano foi divulgar a notícia: em Veneza, navios com mais de 40 mil toneladas de arqueação passaram a ser obrigados a usar dois rebocadores e dois práticos.

Uma coisa com que não podemos concordar é que se afirme que navios maiores e mais modernos são mais fáceis de manobrar. Não, não é verdade. Para que não tenhamos que falar muito, basta imaginar: eu tinha um fusca e comprei uma van. Na estrada, não tenho dúvida de que será muito melhor, mas, na hora de manobrar na garagem do prédio, ela vai me dar mais trabalho. E é isso que acontece: o navio maior está manobrando no mesmo porto, que tem o mesmo canal, mesmas profundidades, e assim por diante.

Rapidamente, aqui.

A evolução dos navios de passageiros. Saímos dos navios de 65m de comprimento e mil toneladas de arqueação para navios de 360m de comprimento, com 223 mil toneladas.

Em resumo, a importância do serviço de praticagem, em todo o mundo, está no gerenciamento dos riscos inerentes à navegação em águas restritas e visa

evitar os acidentes ou, quando não for possível evitá-los, ao menos minimizar suas consequências.

Dados da Organização Marítima Internacional. Dentre os acidentes e incidentes registrados em 2010 e em 2011, 4,7 tinham prático a bordo, e 95,3 não tinham prático a bordo. Então, poderíamos até dizer que o prático é pé-quente, dá sorte, reduz a possibilidade. Mas se nós lembrarmos que o prático está a bordo exatamente nas regiões em que as autoridades marítimas consideram a navegação mais perigosa, esse número fala ainda mais alto.

Além dessa assessoria direta ao comandante na manobra dos navios, o serviço de praticagem também atua na aplicação e fiscalização das normas da autoridade marítima e portuária e como elemento de ligação com as demais autoridades do porto, porque o centro de operações das praticagens funciona como se fosse a torre do porto. Então, qualquer acontecimento – vazamento de óleo, ataque de pirata ao navio, um incidente qualquer –, o primeiro reporte é feito ao centro de controle da praticagem, que, então, aciona as autoridades pertinentes.

Em suma, na parte de segurança, a praticagem visa à segurança do tráfego, da vida humana – seja dos passageiros, dos habitantes –, dos navios, das cargas, dos terminais e também à proteção do meio ambiente.

Passando rapidamente.

A praticagem também contribui para a eficácia da cadeia logística e para a redução do custo Brasil, ao contrário do que às vezes se fala – que a praticagem oneraria o custo Brasil. Primeiro, porque a praticagem é um custo que existe nas duas pontas, não é um custo específico do Brasil. Existe custo de praticagem no Brasil e existe custo de praticagem nos outros países.

Como a praticagem contribui? Coordenação e controle do tráfego marítimo, agilizando as manobras. Seria muito mais confortável dizer: agora, só saem navios; agora, só entram navios. Não; o tráfego é feito em mão dupla, de maneira a que o tempo ocioso dos navios nos berços seja o menor possível, para maior eficácia e eficiência dos próprios terminais.

Esta é só uma foto de um cruzamento de navios.

Por exemplo, com navios de passageiros, isso não aconteceria, porque uma das normas da autoridade marítima, exatamente para a segurança dos passageiros, é que não existe cruzamento, no porto de Santos – esse é um caso específico do porto de Santos –, de navios de passageiros.

Concluindo, rapidamente.

Levantamentos batimétricos, para maior conhecimento do porto; atuação tripartite; apoio e viabilização de operações especiais; assessoria técnica em novos projetos, em todos os portos; realização de simulações; otimização do calado máximo do porto; maximização do potencial; maximização do potencial também em termos de outra restrição que haveria; apresentação de sugestões de melhorias à infraestrutura atual.

Tudo isso eu passei rapidamente para mostrar que a praticagem visa à segurança, mas não permanece naquela posição de cumprir a regra à risca, de deixar a coisa engessada. Não; segurança e sempre procurando viabilizar, otimizar, maximizar o potencial.

Por último, como a praticagem acaba tendo o privilégio de conhecer o porto como um todo, deixa só alguns temas, não como crítica ou como comentário, opinião formada, mas, sim, apenas alguns tópicos...

Se puder voltar o último *slide*, por favor.

Alguns tópicos, por quê? Quanto melhor definidas as regras, melhor para os navios, melhor para os agentes de viagem, melhor para os passageiros, melhor para os investidores que vão atuar no serviço dos portos.

Muito obrigado. Desculpe ter passado um pouquinho do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco/PSDB – PB) – O tempo foi extremamente prático para a apresentação, que foi esclarecedora para todos nós.

Com alegria, concedo a palavra ao Dr. Paulo Biancardi Coury, Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados da Anvisa, que tem o tempo de 15 minutos.

O SR. PAULO BIANCARDI COURY – Farei uma apresentação muito rápida sobre as nossas competências na questão da segurança dos consumidores a bordo de cruzeiros marítimos no Brasil. É uma extensão do nosso trabalho na segurança sanitária de todas as embarcações que singram nossos mares.

Próximo, por favor.

Na Lei Orgânica da Saúde (Lei nº 8.080), que é a lei-mãe do sistema de saúde, consta: "estabelecer normas e executar a vigilância sanitária de portos, aeroportos e fronteiras, podendo a execução ser complementada pelos Estados, Distrito Federal e Municípios".

Infelizmente, até hoje, temos somente um Município trabalhando na questão de segurança sanitária, que é o Município de Oriximiná, em um dos maiores problemas sanitários que nós temos, que é a Bacia Amazônica, onde trafegam milhares de embarcações, onde muitas embarcações e navios de cruzeiro singram os rios, mostrando aquelas coisas tão lindas. Mas, infelizmente, a Anvisa, por causa do seu quantitativo de pessoal, não está em todos esses portos amazônicos. Nós temos o porto de Santarém, que é um porto maravilhoso, águas maravilhosas, praias sensacionais, talvez já reputadas como uma das coisas mais lindas que há neste País, e a presença do controle sanitário

ainda não está totalmente ali, a não ser quando fazemos força-tarefa para os navios de cruzeiro que lá chegam.

Próximo, por favor.

Na Lei nº 9.782, que criou a Agência Nacional de Vigilância, como sucedânea da Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária, do Ministério da Saúde, foi muito mais olhado o ponto de vista de regulação do que de controle sanitário. Ela tem a finalidade institucional de promover a proteção da saúde da população, o controle sanitário da produção e comercialização de produtos e serviços, inclusive dos ambientes, dos processos, dos insumos e das tecnologias a ele relacionadas, bem como o controle de portos, aeroportos e de fronteiras.

Próximo, por favor.

A nossa missão tem que estar coadunada com os princípios do Sistema Único de Saúde: promover e proteger a saúde da população, intervindo nos riscos decorrentes da produção e do uso de produtos e serviços.

Próximo.

Esse aqui, só para destacar, é o nosso organograma, hoje em vigor na Agência. A Agência está passando por uma reestruturação organizacional, mas a linha azul mostra onde está localizada a Gerência-Geral de Portos e Aeroportos.

Próximo, por favor.

Temos um país com 8 mil quilômetros de fronteira marítima, 15 mil quilômetros de fronteiras terrestres e um quantitativo de 1.056 servidores espalhados pelo País. Estamos em 89 pontos, sendo 30 portos; os outros 12, 13 que estão destacados ali ou são portos ou são fronteiras associadas, ou porto e aeroporto junto.

Próximo.

Uma resolução da diretoria colegiada, a RDC nº 72, consolidou um regulamento técnico que visa à promoção da saúde nos portos de controle sanitário instalados em território nacional e em embarcações que por eles transitem.

Nós temos como base um guia de inspeção, Guia Sanitário para Navios de Cruzeiro, de que eu ainda há pouco falei – estava conversando com o pessoal da Abremar. Foi um guia feito a quatro mãos, primeiro para que eles soubessem exatamente o que eles têm que cumprir do regulamento sanitário brasileiro e aquilo que nós vamos inspecionar.

Não se pode dizer que estamos inspecionando como uma armadilha para o setor regulado. Pelo contrário, nós gostaríamos, inclusive, que eles fizessem a autoinspeção; que essa autoinspeção eles nos entregassem: "Olha, está tudo *ok*"; e que, dentro do nosso programa de inspeção, encontrássemos tudo *ok*. Ainda não é verdade, mas estamos melhorando muito essa relação com o setor regulado.

Nós consideramos os navios de cruzeiro como cidades flutuantes. E realmente o são: têm estação de tratamento de esgoto, estação de tratamento de água, vários restaurantes, várias lojas, em um espaço em que todos os passageiros estão para se divertir. Diferentemente das cidades físicas, um território em que estamos trabalhando, com outras preocupações, em um navio de cruzeiro, a preocupação das pessoas é se divertir. E aí a nossa responsabilidade e a responsabilidade do setor regulado aumentam muito mais, porque, quando nós nos divertimos, acabamos por esquecer uma porção de coisas que fazem bem à nossa saúde e que executamos em casa: "Meu filho, vá escovar os dentes; meu filho, vá tomar banho, vá lavar a mão; vá isso, vá aquilo". O espaço de diversão proporcionado em um navio de cruzeiro exige muito mais do setor regulado em garantir a segurança sanitária daquele espaço.

Próximo, por favor.

Os fiscais da Anvisa, nos portos, são as autoridades responsáveis por um navio operar – a chamada emissão da Livre Prática –, para embarque e desembarque dos viajantes, cargas ou suprimentos. E nós controlamos desde a entrada de alimentos na embarcação, da saída dos resíduos sólidos, de toda a preparação, de toda a armazenagem, dos cuidados da tripulação que prepara, manuseia alimentos, dos equipamentos utilizados para o trabalho de preparação de alimentos, toda a questão de limpeza dentro da embarcação, das piscinas, dos SPAs, do sistema de climatização dentro da embarcação. Isso é feito em todos os navios servem na temporada de cruzeiro.

Ali, eu só destaquei a Livre Prática via Rádio, que é aquela emitida sem inspeção sanitária. Existe um processamento de informações que o agente marítimo nos fornece, e nós decidimos ouvir a rádio – imediatamente, assim que a embarcação atraca, ela pode operar –, e também aquela que, se informada alguma alteração no perfil sanitário da embarcação, nossos fiscais são sempre os primeiros a entrar na embarcação para fazer o levantamento das questões sanitárias e da comprovação do risco daquela informação dada, para que, assim, a embarcação possa operar.

Portanto, antes da Polícia Federal, antes da Receita Federal, antes de qualquer pessoa entrar na embarcação, se houver uma informação de evento sanitário a bordo, esses agentes públicos só adentram a embarcação após a liberação da vigilância sanitária.

Próximo.

As inspeções físicas da Anvisa – inspeção física é aquela executada, olho a olho, entre uma equipe que se divide dentro da embarcação para ver os múltiplos aspectos de controle sanitário – são sempre não anun-

ciadas, exatamente para que não haja a possibilidade de maquiar as condições sanitárias da embarcação. Por que não precisa disso? Porque nós já avisamos o que vamos inspecionar dentro da embarcação. Então, nós temos um programa de inspeção, que é guardado com o máximo sigilo, para que essa inspeção encontre o retrato fiel das condições sanitárias na embarcação. Como eu digo aqui, o cumprimento de um programa de fiscalização sanitária nacional, que é estabelecido aqui em Brasília. E todos os portos estão contemplados. E não sei se é repetido isso. Pode até ser repetido, este é o momento.

A emissão de certificados sanitários, que é uma obrigação internacional. São certificados de controle sanitário, com validade de 180 dias, que todas as embarcações têm de portar. Ele pode ser um certificado de isenção de controle sanitário, quando encontramos o navio em condições sanitárias adequadas e quase perfeitas. Eu não digo perfeita porque 100% nunca vamos encontrar, mas aquela condição sanitária que não gera risco potencial à saúde nem da tripulação, nem dos passageiros.

Verificação do cumprimento de exigências vinculadas a uma inspeção anterior. Eventualmente, existem não conformidades encontradas naquela embarcação que não determinam a sua interdição, mas que vão ser, no próximo porto, verificadas se foram cumpridas as exigências sanitárias.

Obviamente, verificação de denúncias – isso faz parte do nosso dia a dia – e atendimento a outras ações de proteção da saúde, como, por exemplo...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP –RS) – Presidente, com licença.

Verificação de denúncia. É um passageiro ou um tripulante que faz?

O SR. PAULO BIANCARDI COURY– Passageiro ou tripulante.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP –RS) – Faz diretamente ao...

O SR. PAULO BIANCARDI COURY – Faz diretamente no *site* da Anvisa, que tem uma ouvidoria, para onde ele pode mandar um *e-mail* ou pode usar o nosso telefone, o 0800, para fazer a denúncia. Isso é processado internamente, e, no primeiro porto, a denúncia vai ser esclarecida.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP –RS) – Isso tem acontecido?

O SR. PAULO BIANCARDI COURY – Isso tem acontecido sim. Isso tem acontecido, mas muito mais, Senadora, por questões trabalhistas do que por questões sanitárias. De qualquer maneira, isso existe sim.

O próximo, por favor.

Em resumo, a Anvisa fiscaliza os navios em toda a atracação nos portos brasileiros pelo menos pela via de análise documental, que é a emissão de Certificado de Livre Prática. A periodicidade dessas inspeções é dada de acordo com a análise de risco.

Nos últimos dois anos, nós temos um sistema que apresenta a informação de todas as inspeções sanitárias, em portos, aeroportos e fronteiras, migrando para uma base central, em que avaliamos risco sanitário. Aqueles riscos encontrados que geram potencial de risco sanitário, a embarcação é reinspecionada, na medida em que aquele risco vai sendo afastado. Aí ela entra no programa normal de inspeção.

O sistema chama-se Sagarana, usa uma plataforma nacional, um *software* nacional chamado *risk manager*. Então, a cada três horas, temos um perfil de risco de todos os aeroportos, de todas as embarcações. E quando digo aeroportos, são as lanchonetes, são os banheiros, são todas as instalações sanitárias e de uso da população nesses espaços.

O próximo, por favor.

Outra coisa é a transparência dessa inspeção. Os resultados estão disponibilizados para toda a população naquele *hot site* ali. Temos um *ranking* de todas as embarcações de navios de cruzeiro durante a temporada. Podemos oferecer elementos para a população – já que estou aqui ao lado do responsável pelo consumidor –, para o consumidor desses serviços, elementos para decidir em que embarcação vai entrar. É óbvio que todas as embarcações que estão navegando têm condições sanitárias, mas elas variam – umas mais, outras um pouco menos – e isso é um elemento de decisão para o consumidor, em que embarcação, que tipo de cruzeiro ele vai poder navegar. Por quê? Se o risco sanitário for suficiente para que haja interdição da embarcação – e isso já aconteceu –, não deixamos a embarcação operar enquanto as questões sanitárias não forem corrigidas.

O próximo, por favor.

Aqui é o *hot site* que nós temos. Qualquer pessoa pode entrar na internet e saber exatamente como está a embarcação, qual é o percentual de conformidade sanitária dessa embarcação.

Acho que esse é o último. Só mostrando os nomes das embarcações e as informações disponíveis. É só clicar ali e você tem o perfil de inspeção daquela embarcação.

Eu acho que termina aqui.

Muito obrigado. Era só isso.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco/PSDB – PB) – Agradeço à exposição do Dr. Paulo Biancardi Coury, que fala em nome da Anvisa.

Para o bom andamento dos trabalhos, já que, em poucos instantes, teremos o início da Ordem do Dia no plenário, provavelmente, e o Regimento estabelece que, iniciada a Ordem do Dia, as comissões devem suspender suas atividades. Fui informado de que, anteriormente, o tempo dos palestrantes estava sendo fixado em dez minutos, talvez por um excesso de generosidade minha, passei a fixar em quinze minutos. Vou solicitar a compreensão, por conta da Ordem do Dia, para que possamos restabelecer o prazo fixado inicialmente de dez minutos.

Neste instante, concedo a palavra a Leonardo de Souza Carauta de Fonseca, Assessor da Área de Turismo da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC, que vem representando, neste ato, seu Presidente, Antônio Oliveira dos Santos.

O SR. LEONARDO DE SOUZA CARAUTA DE FONSECA – Muito obrigado, Exmº Senador Cássio, que agora preside a Mesa, Senadora Ana Amélia. Em nome do Dr. Antônio Oliveira dos Santos, Presidente da CNC, trago meus cumprimentos também aos demais convidados.

Serei breve na minha explanação e vou ressaltar dois pontos dos muitos que já foram abordados aqui.

Primeiro, a importância dos cruzeiros marítimos para a cadeia produtiva do turismo. A atividade é extremamente importante para a Confederação, para a cadeia como um todo. Não é à toa que a Abremar faz parte da Câmara Empresarial de Turismo da CNC, e parte dos assuntos relacionados aos cruzeiros marítimos foi discutida pelo Conselho de Turismo da Confederação no ano passado.

Os cruzeiros marítimos incrementam diversas outras áreas da cadeia produtiva do turismo, como a aviação, e contribui para os agentes de viagem, para a própria hotelaria. Os cruzeiristas que vão para Santos acabam se hospedando em São Paulo, em Santos, no Rio de Janeiro. Então, a atividade é extremamente importante para a economia do País, não só para as atividades ligadas diretamente ao turismo, mas também para o setor terciário, na área do comércio, por conta da produção associada, à qual os cruzeiros também trazem incremento, e também para a área de serviços, à qual os cruzeiros marítimos também contribuem, na geração de emprego e renda.

Quanto à segurança, é fato que será também discutido, num futuro breve, na CNC, a questão da gestão de riscos e crises, não especificamente para cruzeiros, mas para o turismo de modo geral. Em 2010, numa iniciativa do Ministério do Turismo junto com a OMT, tivemos um primeiro seminário sobre Gestão de Riscos e Crises no Turismo. A OMT e a OMS chegam a classificar o turismo como a matriz econômica mais sensível do mundo. Qualquer crise afeta o turismo, direta ou indiretamente.

Contudo, o sucesso do transporte de massa voltado para o turismo dá-se por conta da grande gestão das possíveis crises e do afastamento dos riscos inerentes a essas atividades, desde o transporte aéreo, passando pelo terrestre, ônibus, trem, e o aquaviário, o marítimo especificamente, que são extremamente regulados mundialmente. No Brasil não é diferente, pudemos ver as explanações de todos os pleitos envolvidos.

O Brasil, de modo geral, tem números significativos que também foram demonstrados quanto à segurança, especificamente no transporte aquaviário. Só para ilustrar, o acidente de maior repercussão na costa brasileira aconteceu em 1736, ou seja, de lá para cá, os acidentes são praticamente insignificantes, tendo, é claro, comparação com outros acontecimentos mundo afora e também levando em consideração o numero de mortes.

Para a Confederação, a questão da segurança para o turismo, de modo geral, é extremamente importante, mas, com essa visão do afastamento dos riscos que são inerentes às atividades. E volto a dizer que os transportes, de modo geral, têm isso no seu nascedouro, desde a construção de um navio, de um trem. Não é caso do Brasil, não temos esse meio de locomoção no País para transporte turístico, mas os navios e aviões, de modo geral, têm o viés da segurança, desde o seu nascedouro, com a visão muito focada nisso. Ou seja, transportar passageiros em navios e aviões tem que ter como base a segurança, não só a segurança deles, como também a segurança do local. Os cruzeiros marítimos também refletem a segurança da localidade na qual eles atracam ou nos portos pelos quais navio venha a passar. Isso também é extremamente regulado no Brasil.

Para a Confederação, essa é uma atividade que vem incrementando o turismo. O Brasil é um mercado com extremo potencial não só para cruzeiros marítimos, mas para qualquer outro segmento da cadeia produtiva. Ele cresce em índices muito maiores do que no mundo. O Ricardo pôde mostrar o crescimento dos cruzeiros marítimos no Brasil, que cresce a taxas muito maiores do que em outros países.

A discussão é extremamente pertinente, porém, consideramos que os passageiros dos cruzeiros marítimos têm sim segurança, têm tido segurança, e, por outro lado, eventualmente acontecendo um acidente ou incidente, a legislação brasileira dá total proteção aos consumidores, *vide* o Código de Defesa do Consumidor e outras legislações, como a da Vigilância Sanitá-

ria e a de imigração, que também são extremamente importantes para essa atividade.

Essa é a contribuição, principalmente a visão da Confederação, de modo macro, ou seja, como os cruzeiros marítimos contribuem para a cadeia produtiva do turismo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco/PSDB – PB) – Agradecemos ao Sr. Leonardo pela sucinta e breve exposição, extremamente objetiva, ao tempo em que registramos a presença do Dr. Ricardo Martini, que representa S. Exª o Ministro de Estado do Turismo, Gastão Dias Vieira. Quero cumprimentá-lo pela presença, ao tempo em que passo a palavra ao Dr. Amaury Martins de Oliva, Diretor Substituto do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça, que neste ato representa a Diretora do Departamento, Srª Juliana Pereira da Silva.

Igualmente, Dr. Amaury, concedo-lhe o tempo de dez minutos.

O SR. AMAURY MARTINS DE OLIVA – Obrigado, Sr. Presidente. Boa tarde a todos e a todas.

Inicialmente, quero agradecer a Comissão pelo convite que fez ao Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor. Também na pessoa do Senador Cássio Cunha Lima, quero cumprimentar os demais colegas de Mesa, porque foram brilhantes apresentações, aprendi bastante na tarde de hoje. Quero também cumprimentar as demais autoridades presentes.

Eu não sei se todos conhecem o Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor, mas é um órgão do Ministério da Justiça, da Secretaria de Direito Econômico, uma equipe pequena, somos 20 técnicos, e para defesa do consumidor brasileiro é um pouco pequena, mas contamos com o auxílio e a parceria dos órgãos do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, que são os Procons nos Estados e nos Municípios, Ministério Público, Defensoria Pública e as Entidades Civis de Defesa do Consumidor. As principais atribuições do Departamento são coordenar esse sistema – não há uma hierarquia, é um trabalho de parceria – e elaborar a Política Nacional de Defesa do Consumidor. Essas são as nossas principais atribuições.

Antes de vir para cá, eu estava, no almoço, comentando um pouco essa questão dos cruzeiros. Discutíamos como ampliou o acesso aos cruzeiros marítimos. Lembro-me que, alguns anos atrás, era um roteiro muito sofisticado, de extremo luxo, enfim, era bastante restrito no País. Acho que houve uma ampliação significativa, fiquei bastante impressionado com os dados da Abremar. Enfim, nesses 10 anos dobrou a quantidade de cruzeiros no País. Apenas em 2011, foram mais de 800 mil consumidores desse serviço, e há a tendência no Brasil de aumentar ainda mais, desse serviço crescer.

O cruzeiro marítimo não foge das outras relações de consumo. Quer dizer, é a mesma regra. Nós vimos no Departamento que agenda do consumidor vai de caneta a Boeing. Tudo é relação de consumo. Eu diria que aqui vai de caneta a cruzeiro marítimo. Todos os serviços e produtos estão sempre submetidos ao Código de Defesa do Consumidor. Há direitos e garantias do consumidor previstos no Código que se aplicam a todas as relações de consumo. No caso dos cruzeiros, não seria diferente, há uma responsabilidade bastante clara do fornecedor pela adequada prestação do serviço, pela segurança do consumidor durante todo o cumprimento desse contrato e também a responsabilidade de reparar eventual dano causado ao consumidor – eventualmente material ou moral –, e aí, independente de culpa. Essa é a regra do Código.

Nós fizemos um breve levantamento de reclamações de consumidores. Felizmente, não há reclamações acerca de naufrágio, como aconteceu na Itália recentemente, mas há reclamações algumas sobre bagagens, extravios de bagagens, qualidade da hospedagem nos navios, casos alguns de intoxicação, problema de retorno ao País, alguns problemas quanto a vistos – às vezes os navios não informam que determinado país exige visto para turistas brasileiros –, enfim, são poucas as reclamações que conseguimos levantar. É claro que elas não são numerosas como outros serviços que ocupam as agendas dos Procons, como telefonia e assuntos financeiros, mas há reclamações nesse sentido.

O Código traz uma regra bastante inteligente que pode ser aplicada no cruzeiro marítimo. Eu até imaginei que houvesse alguma embarcação brasileira de cruzeiro, mas acho que não há nenhuma. E como todas essas empresas estão sediadas fora do Brasil, o Código traz um princípio, que é o princípio da solidariedade. Quer dizer, o consumidor brasileiro pode sempre exigir seus direitos da própria empresa. Se ela não estiver fora do Brasil, há a responsabilidade solidária dos representantes dessa empresa, o que inclui... Enfim, ou às vezes do próprio navio ou das agencias de viagens. Enfim, há uma responsabilidade solidária para os direitos do consumidor.

Comentei um pouco com o Paulo, que está ao meu lado, que há um acordo de cooperação entre o nosso Departamento e a Anvisa. Eu acho que é bastante interessante a informação dos dados disponíveis no site da Anvisa sobre questões sanitárias dos cruzeiros marítimos. Nós combinamos aqui de conversar na nossa volta, para eventualmente trabalhar num boletim conjunto, Vigilância Sanitária e Defesa do

Consumidor, para ampliar essa informação e divulgar para os consumidores.

Estou à disposição para perguntas. Obrigado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Como foi a última exposição...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Não. Chegou o Dr. Ricardo.

Quero agradecer ao Dr. Amaury pela exposição.

Dando sequência, concedo a palavra ao Dr. Ricardo.

O SR. RICARDO MARTINI MOESCH – Obrigado, Senador Benedito.

Senadora Ana Amélia, serei bastante breve, até porque me atrasei em função do compromisso do Ministro Gastão Vieira, que está nesta Casa, na Câmara, neste momento, também na Comissão de Turismo.

Só para enfatizar a importância dos cruzeiros dentro da cadeia produtiva do turismo, como foi observado pela CNC, nós coordenamos um grupo de turismo náutico já há três anos, e praticamente todos os representantes desta Mesa, todos estes ministérios estão presentes nesse grupo de turismo náutico. E é bastante importante a união entre a cadeia interministerial, pois nos momentos de crise nós precisamos ter uma ação conjunta e efetiva. Assim o fizemos na temporada de 2010, quando um navio teve um problema de eletricidade e teve que voltar à terra, e nós tivemos que atender esses turistas.

A Lei nº 11.771/08 prevê que os prestadores de serviços turísticos sejam obrigatoriamente cadastrados no Ministério. E, com a aquiescência da Abremar e dos representantes do *trading*, gostaria de informar ao meu colega Amaury que já não há nem solidariedade nesse caso, há a exigência de um representante no Brasil que seja uma operadora de turismo cadastrada junto ao Ministério. Então, todos esses armadores, embora não tenhamos as naus brasileiras, por hora, nós temos sim que ter empresas brasileiras. E todas as empresas da Abremar estão hoje cadastradas junto ao Ministério do Turismo. A Lei nº 11.771 foi regulamentada pelo Decreto nº 7.381/10, que observa, num de seus artigos, que deverão informar ao Ministério as rotas dos cruzeiros que serão efetuados durante as temporadas. Para isso, estamos trabalhando junto ao grupo de turismo náutico para estabelecermos para a próxima temporada um sistema chamado "torre de controle". Esse sistema já está em curso, a parte da informática já está trabalhando no Ministério, onde temos toda a informação das rotas, porque temos o problema dos pontos de paradas, dos pontos de escala desses navios, para que haja um ordenamento disso. E para que saibamos quaisquer eventuais problemas que ocorram, seja da área de saúde, da área alfandegária ou de outras áreas, para que tomemos as devidas providências.

No mais, esse sistema vai atender também a área do turismo náutico não só dos cruzeiros, mas de todas as embarcações de turismo. Hoje nós temos um potencial enorme no Brasil para crescer. Croácia e China hoje trabalham muito forte nisso. E estamos observando, junto com a Capitania dos Portos e com a Marinha, aqueles locais em que poderemos praticar a navegação com segurança e em que possam ser construídas marinas, rampas e outras instalações a fim de viabilizar um roteiro.

Senador Cássio, o interesse do Ministério é que nós tenhamos cruzeiros o ano todo em nossa costa. O Ministério continuará lutando por isso, não só na temporada – quando é baixa temporada na Europa eles vêm para cá –, mas que nós tenhamos navios menores, que possam navegar principalmente pelo Nordeste, em função das condições meteorológicas e de navegação. Nós poderemos ter cruzeiros. Lembrando que temos um potencial enorme para aumentar também a questão fluvial, a parte interna. Hoje temos uma ligação com o Caribe. Nesta temporada, já tivemos alguns navios vindo até Manaus. Para alguma área do setor de cruzeiros o Brasil é considerado um dos pulmões verdes, só que devemos melhorar nossas condições de portos e de acesso. Temos ainda algumas contingências, em função de problemas históricos de infraestrutura.

Finalmente, estamos agora trabalhando numa portaria de regulamentação do transporte turístico aquaviário, em que deveremos ter algumas características ou algumas observações referentes à questão cruzeiro. Notadamente, o Ministério tem uma competência particular, vamos dizer, que é tratar da qualidade do serviço prestado, do pacote turístico vendido pelo cruzeiro. A parte da Anvisa, a parte do Ministério do Ministério da Justiça, cada um tem sua competência, e isso nós entendemos bem. Principalmente a Marinha, na questão da flutuabilidade. Mas o Ministério tem que cuidar é do serviço prestado, porque a imagem do País pode ser arranhada, haja vista o que aconteceu na Europa nesse fatídico problema no cruzeiro.

Eram essas as palavras. O Ministério está trabalhando. A torre de controle deve estar em funcionamento para a próxima temporada e vai disponibilizar essa informação *on line*, por meio do sistema, congregado com os demais sistemas existentes, *risk manager* e outros, para que possamos também... Não só os navios de cruzeiros, mas as embarcações de turismo, porque hoje nós temos a possibilidade de trazer muito mais. A embarcação já pode ficar dois anos na costa brasileira. Isso modificou o panorama, só que nós perdemos muito.

Para os senhores terem uma ideia, se jogarmos uma garrafa vazia na costa da África ela vai bater aqui, na Paraíba ou então em Alagoas. E os barcos que vêm da Europa e vão para o Caribe – os veleiros, os grandes veleiros – bordejam próximo a Fernando de Noronha e não entram no Brasil por falta de condições que nós ainda devemos propiciar.

Eram essas palavras. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Agradecemos ao Dr. Ricardo a sua apresentação.

Encerrada a apresentação dos convidados, concedo a palavra a S. Exª a Srª Senadora Ana Amélia, autora dos requerimentos, para fazer suas considerações. Em seguida, a palavra está com o Senador Cássio Cunha Lima.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente Benedito de Lira, Senador Cássio Cunha Lima, que lhe auxiliou com muita competência nesta missão, eu queria cumprimentar a todos e, particularmente, pedir desculpas ao Dr. Ricardo Martini porque não poderia cometer uma descortesia a um conterrâneo do Rio Grande do Sul que presta tão bons serviços na área do turismo. Quero também cumprimentar o Capitão-de-Mar-e-Guerra Mauro Guimarães, pela situação, que nos deixou sensibilizados pela sua despedida, esse ato vai ficar na sua biografia, e fico feliz por ter proporcionado a oportunidade de o senhor vir aqui trazer informações muito importantes.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Senadora, estou conversando aqui com ele, incentivando, dizendo que ele não pode sair não, está muito jovem para sair.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Muito jovem, exatamente. Concordo o senhor.

O objetivo do requerimento é que fui provocada pelo que aconteceu com o Costa Concórdia, até porque havia brasileiros no navio. E, como foi revelado aqui, todas as embarcações de cruzeiros são estrangeiras, e o Brasil, com um poder aquisitivo grande, é que está tomando conta. Os Estados Unidos acabam de abrir mais dois consulados, no Rio Grande do Sul e em Minas Gerais, o que aumenta muito. O Obama está dizendo que os brasileiros são os grandes consumidores que estão salvando o comercio americano. Então, também na área do turismo, especialmente nos cruzeiros, o brasileiro é o grande consumidor, está todo mundo atrás de brasileiro. Na Páscoa, estive em Montevidéu e fiz aquela travessia de barco entre Colônia do Sacramento até Buenos Aires. São embarcações fantásticas, muito rápidas, em uma hora você atravessa uma cidade, vai pelo Rio da Prata, é uma coisa fantástica. E lotado de brasileiros.

Mas, rapidamente, primeiro, vou direto ao Dr. Martini, que foi o último a falar. Que providências foram tomadas para desamarrar esses nós – já que estamos falando em Marinha, eu falei "nós" –, de não poder aumentar hoje os cruzeiros? A pergunta vale também para o Ricardo Amaral, da Abremar. Essa é a primeira questão.

Para o nosso Capitão-de-Mar-e-Guerra: quanto custa... Hoje, o avião, a companhia aérea paga uma tarifa pelo uso do aeroporto. O passageiro também paga, está lá na passagem aérea. No caso do cruzeiro, a atracação, a chegada, isso tem custo? Que tarifa é? Se existe essa tarifação, ela está nos padrões internacionais? Para onde vai esse dinheiro? Se existe, se é cobrado isso, porque é um serviço prestado.

O senhor falou dos treinamentos para as tripulações que são brasileiras, que estão entrando para fazer o trabalho de camareiros. Isso é estritamente na área de segurança, eu imagino para esse aspecto. Quem paga esses cursos? É a companhia do cruzeiro? Porque tem um custo fazer todo esse trabalho.

Para o Dr. Paulo, da Anvisa. Eu agradeço, foi muito esclarecedora sua exposição. E fiquei muito feliz de saber, pelo Dr. Oliva, que houve um entendimento. Por isso seria útil essa audiência pública, uma parceria de duas áreas muito importantes.

O Dr. Dirceu Barbano, Presidente Benedito de Lira, me ligou pessoalmente para pedir escusas porque hoje há uma reunião do colegiado da Anvisa e todos os diretores estavam lá. Mas ele me disse que viria a pessoa certa para falar sobre as coisas certas. E, de fato, o senhor foi muito esclarecedor. Ele havia me respondido, durante uma audiência na Comissão de Assuntos Econômicos ou na Comissão de Assuntos Sociais, pois fui alertada de que em um cruzeiro de curta duração, Santos para Montevidéu ou para Punta del Este ou para Buenos Aires, enfim, um cruzeiro curto, a Anvisa demorou mais de oito horas para fazer a inspeção.

Naquele momento eu falei, e ele explicou que, como houve o óbito de uma tripulante e supunha-se ter sido vítima de H1N1, realmente, o senhor tem razão. Oito horas é uma questão de segurança máxima para os passageiros, porque, como é um ambiente fechado, a transmissão do vírus é muito mais facilitada naquele ambiente. Então, entendi quando foi explicado exatamente o rigor com a segurança.

Com relação aos números que o Ricardo ofereceu, quer dizer, em tanto tempo, 153 milhões de passageiros, 28 óbitos, sendo 22 de tripulantes, acidente de trabalho, pode-se dizer, e apenas dois de passageiros, realmente é um alto grau de segurança que existe nesse negócio.

Eu queria saber da Anvisa quais são os outros procedimentos e se a Anvisa hoje está capacitada em número de pessoas. Porque a Secretaria de Defesa do Consumidor tem 20 pessoas no total. Essas pessoas não podem sair para fiscalizar navio. O consumidor que vai ao Procon e o Procon provoca ou a Anvisa está preparada em todos os portos? Como funciona? Se ela delega, se ela transfere, terceiriza esse serviço para as Secretarias de Saúde ou outros órgãos para fazer esse trabalho, porque é uma demanda que tende a crescer.

No caso da praticagem, eu pergunto: qual é a dependência que a praticagem tem? A Marinha? Há uma relação? São subordinados? Como isso funciona? E também se tem custo, se há uma tarifa para fazer isso.

Outra coisa, eu fiz a pergunta e o senhor não me respondeu: onde estava o prático no Costa Concórdia?

Eu entendi que o prático fica junto, é uma espécie de copiloto na atracação. Agora, ele fica dentro da embarcação sempre? Porque aqui foi dito: são todas embarcações estrangeiras. Estamos falando da costa brasileira. Esse prático embarca aonde? Ele vem lá do porto da Itália ou da Suécia para cá? Como é feito esse serviço? Ele fica só dentro da embarcação ou fica fora nesse trabalho? Isso tem custo? E quem é responsável por esse custo? Essas perguntas são para o senhor.

Para a CNC e também para o Dr. Ricardo eu já havia feito a pergunta, mas também para o Ricardo Amaral: o que poderia facilitar um aumento e uma melhora de serviço inclusive nessa questão? Porque o Brasil tem um tempo curto, como o senhor disse, de operação dos cruzeiros. Para um país que tem, em todo o seu território, na sua costa marítima, tempo bom, que não tem o inverno do hemisfério norte, por exemplo, por que não acontece um aumento dessa estação, para operar? Lembro especialmente o que o Dr. Ricardo Martini disse dos navios que estão no Caribe e que têm dificuldade para navegar por lá.

São essas questões, rapidamente, que eu queria colocar aos senhores, agradecendo muito a gentileza e os esclarecimentos.

Eu acho que o Senador Cássio queria falar.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Vamos ouvir o Senador Cássio Cunha Lima para depois, então, os senhores responderem.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Vamos aproveitar e fazer em bloco as participações, o que agiliza os trabalhos.

É uma palavra muito rápida, primeiro para felicitar a Senadora Ana Amélia pela iniciativa da audiência pública e, de forma indistinta, cumprimentar todos os expositores que, dentro do tema estabelecido para cada um, fizeram exposições muito lúcidas, muito claras.

Na condição de representante da Paraíba no Senado Federal, uma palavra muito especialmente dirigida ao Dr. Ricardo Amaral, para que possamos ter uma maior frequência de navios de cruzeiro no nosso Estado. Cabedelo é um porto extremamente interessante sob esse aspecto. É um porto pequeno, que não apresenta um grande tráfego de cargueiros, de navios de carga. Temos, inclusive, um projeto, desenvolvido ao tempo em que fui Governador do Estado, para a construção de um terminal de passageiros específico, com a finalidade de ampliar esse fluxo.

É claro que já temos a atracação de navios de passageiros no porto de Cabedelo, mas, dentro do planejamento que o Ministério também realiza, das ações em conjunto, eu suscito o tema para que o Estado da Paraíba, que nem sempre é lembrado, possa ser visto como um potencial extraordinário que tem.

Essas cobranças, naturalmente, são todas feitas à base da fraternidade. Conhecemos bem as regras do mercado. Reconhecemos, também, a necessidade de iniciativas nossas, do Governo paraibano e entidades privadas daquele nosso Estado, para que nós tenhamos uma oportunidade a mais para o desenvolvimento do nosso turismo.

O mais é desejar sucesso pessoal a cada um dos senhores e cumprimentá-los, mais uma vez, pela participação nesta audiência.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra, a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu fiquei esperando porque, agora, falo pela Senadora Lídice da Mata, porque há uma CPI sobre tráfico de pessoas e ela deixou aqui algumas questões que passo ao nosso Capitão-de-Mar-e-Guerra. Uma na linha do que eu havia perguntado e outra na área da própria Abremar: quais os níveis de treinamento que recebem para o enfrentamento adequado, para evacuações e resgates? No caso disso aqui. Os tripulantes fixos também são treinados? De que forma? As regras atendem a exigências internacionais e brasileiras? E se o Governo Federal faz esse acompanhamento dessa questão.

Eu queria, agora, passar para o Ricardo, também da Senadora Lídice da Mata: por que os agentes de viagens são considerados responsáveis solidários ao venderem produtos turísticos como cruzeiros marítimos, por exemplo, caso algum problema venha a acontecer, venha a surgir com o consumidor, como atrasos, desvios de rotas por más condições climáticas, extravios de bagagens, *overbooking*, contaminação de algum produto consumido a bordo, etc.? O mesmo acontece junto às empresas aéreas.

São as pergunta da Senadora Lídice da Mata.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Bom, começando a responder, concedo a palavra ao Capitão-de-Mar-e-Guerra, que foi o mais solicitado. Depois, ao Dr. Ricardo.

Todo mundo quer que você aumente essa cota de navios.

O SR. MAURO GUIMARÃES CARVALHO LEME FILHO – Srª Senadora, obrigado pelas perguntas. Obrigado pela menção à minha pessoa, também, nos votos que a senhora formulou.

Vamos lá responder às perguntas, então.

Taxas portuárias. Infelizmente, eu não posso responder à senhora, porque as taxas portuárias são estabelecidas pela autoridade portuária. A autoridade marítima não tem taxas para a entrada de navios nos portos. As únicas taxas que ela tem, que são bem baixas, são as taxas de vistorias – as inspeções não são cobradas, as vistorias é que são cobradas –, homologação de material, que eu não citei aqui, mas é da minha competência também. Enfim, essas taxas são da autoridade portuária e eu não tenho nem ideia dos valores, infelizmente.

Com relação aos cursos para os profissionais não tripulantes, de um modo geral, esses cursos não são caros e são bancados pelo armador, ou seja, o dono da embarcação.

A senhora falou da praticagem. A pergunta foi para o Comandante Matusevicius, mas eu já adianto aqui: a autoridade marítima tem a responsabilidade de selecionar, habilitar e certificar os práticos.

O Brasil tem 22 zonas de praticagem, e a praticagem é obrigatória para navios acima de um determinado porte. Não vou entrar aqui em detalhes, mas se trata de navios maiores, que oferecem mais riscos de acidentes. O prático é um assessor do comandante, que é sempre o último responsável, autoridade maior. O prático é um assessor do comandante, portanto. Depois, creio que o Comandante Matusevicius vá falar mais sobre isso.

Cursos para evacuação: é aquilo, a embarcação é estrangeira, tem uma tripulação mínima. Todas as embarcações têm um mínimo de tripulantes a bordo. Isso vale para o mundo todo: embarcação de pesca e qualquer tipo de embarcação todas têm que ter aquela tripulação mínima. Esse pessoal é todo certificado. Todos os tripulantes devem ter determinados cursos, determinados certificados, tudo pela STCW, como foi citado aqui

Quando a embarcação vem do estrangeiro, ela já vem com esses certificados todos a bordo. Quando a embarcação atraca aqui e é feita uma inspeção naval, o inspetor verifica a tripulação, vê qual é o mínimo de tripulantes que aquela embarcação tem que ter, que seria a tripulação fixa, e vai checar todos os certificados desses tripulantes e a parte de evacuação da embarcação.

Isso faz parte do curso para o profissional não tripulante. Esse curso é feito no Brasil, é feito no mundo todo, o Brasil também faz esse curso. Lembro que toda embarcação de turismo, de cruzeiro marítimo, sempre que sai do porto, assim que possível, de preferência nas primeiras 24 horas, deve fazer um exercício de postos de abandono. Esse exercício consiste no fato de que toda pessoa tem um posto de abandono designado, todos os tripulantes, todas as pessoas que estão a bordo. Cada um tem um determinado local para o qual deve se dirigir no caso de um sinistro. É, portanto, feito um exercício, a pessoa deve efetivamente ir até o seu local de abandono, com colete salva-vidas para que, em caso real, a pessoa saiba para onde se deslocar.

Acho que respondi às perguntas.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada. Sucesso para o senhor na doce aposentadoria.

O SR. MAURO GUIMARÃES CARVALHO LEME FILHO – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira Bloco/PP – AL) – Com a palavra, o Dr. Ricardo.

O SR. RICARDO AMARAL – Uma das perguntas que foi feita pelo Senador Benedito de Lira foi sobre a presença de navios na costa brasileira. Esses navios operam no mundo inteiro e têm mobilidade. Eles têm o padrão de serviço e atendimento para operar no Brasil, na Europa, nos Estados Unidos, na Ásia, Austrália e assim por diante. Nosso foco principal é no consumidor, e o foco principal da prestação de serviços – o grau de complexidade de um navio de cruzeiro, haja vista o número de órgãos e agências envolvidas nessa operação, é muito grande – é o usuário. E, para isso, a própria indústria determina padrões extremamente elevados em comparação com outras atividades: hotéis, empresas aéreas, restaurantes, operadoras de turismo terrestres, para conseguir não somente atendê-lo bem, multiplicar essa mensagem e fidelizá-lo. Então, existem casos de insatisfação de consumidores como existem em qualquer tipo de prestação de serviços, seja ela qualquer uma. A nossa intenção é que ele saia contente, fale para os amigos e volte.

Então, quando existe uma bagagem extraviada, posso garantir que a intenção não é o foco legal. É o que fazer para que a bagagem não se extravie. É isso que fazemos. Cento e cinquenta e três milhões de pessoas viajaram nos dez últimos anos, no mundo inteiro, então, imagino que alguma circunstância deve ter ocorrido. Isso aconteceu comigo, que viajo de navio e viajo de avião, muito mais em avião do que aconteceu em

navio. Não foi um extravio de bagagem, ela demorou um pouco mais para chegar à cabine. O nosso foco é atender bem o cliente.

Imagino que o número proporcional de reclamações nessa atividade em comparação com qualquer outro tipo de serviço é muito menor. E eu vejo que o segmento de cruzeiros marítimos cresceu muito e pode crescer muito mais.

Isso é ótimo para o País. Isso é ótimo não só para os países que têm uma costa tão privilegiada, como disse a Senadora muito bem, com condições de operar o ano inteiro. Melhores condições: nós não temos furacões, não temos desastres naturais que não sejam enchentes, e, de certa forma, o cruzeiro marítimo já está na água. Então, isso privilegia a atividade.

Acontece que o Brasil está perdendo em competitividade.

Os custos para operar no Brasil, em relação a impostos, ao que se paga em relação a outros destinos no mundo, são maiores. Isso realmente alija o Brasil nessa competitividade.

Do ponto de vista de segurança, como disse o Capitão-de-Mar-e-Guerra, uma das regulamentações... E só para demonstrar a todos que a indústria de cruzeiros marítimos está muito ciente daquilo que ela deve fazer, trabalhando com os órgãos reguladores para melhorar a segurança, a legislação diz que o exercício de desembarque de emergência pode ser realizado em até 24 horas.

Todas as companhias associadas à Clia, que é a *Cruise Lines International Association*, já adotaram o padrão de fazer, ainda que isso não seja o requerimento legal, esse treinamento de desembarque de emergência antes de sair do porto. Essa foi uma iniciativa do segmento em relação à melhoria das condições.

Quanto aos pagamentos, eles são elevados e têm diversas ordens. Um deles é a praticagem, como disse o Comandante Matusevicius. Eu não tenho dúvida de que é uma atividade de extrema importância a praticagem e eu acredito que segurança não tem preço. Porém, em relação a alguns destinos do mundo, o Brasil cresceu muito. Nós partimos de dois navios por ano, com 25 mil pessoas, e passamos a 20 navios, com quase 900 mil pessoas.

Esse volume adicional de pessoas não representou um decréscimo no percentual, nos custos da operação desse navio que vem ao Brasil. Em alguns casos, o aumento da tonelagem, que significa um maior volume, não necessariamente tem essa mesma proporcionalidade.

Nós temos uma grande intenção de trabalhar com todos os reguladores, todos os agentes que atuam. Temos uma relação bastante saudável e crescentes negociações com a Conapra, temos participação na CNC, porque a atividade dos navios impacta.

Como perguntou, com muita pertinência, a Senadora Lídice da Mata, há a cadeia produtiva em relação a agentes de viagens. A Abav, que é a Associação Brasileira de Agências de Viagens – infelizmente, o presidente não pode comparecer... Com a queda dos pagamentos de comissões de companhias aéreas e as vendas diretas através de *sites*, a indústria de cruzeiros marítimos representa uma grande fonte de remuneração para as agências de viagens.

No caso específico da Paraíba, eu tive o grande prazer de visitar o seu Estado, Senador, e perceber a vocação turística que existe e que pode ser ampliada por meio de diálogo em que a indústria de cruzeiros marítimos, com o grau de complexidade que tem, consegue não explicar, mas apresentar as variáveis que, muitas vezes, fazem com que estejamos focados no pneu do carro e não na estrutura da máquina carro e na estrutura viária para o transporte disso.

O que mais me preocupa, gostaria de citar novamente, é a oportunidade única do Brasil, como sede dos dois maiores eventos esportivos nos próximos anos, que são a Copa do Mundo e as Olimpíadas, e como os cruzeiros marítimos podem contribuir de forma decisiva em relação a esses eventos.

Existem ajustes que são necessários. É inaceitável ter cruzeiros somente de quatro a seis meses, porque esse impacto econômico dos brasileiros que vão para Montevidéu, Punta del Este, Buenos Aires... Eles podem, tendo um instrumento turístico de alto nível, como o GT Náutico analisa, oferecer essa hospedagem, oferecer esse turismo para o turista brasileiro, sem que, necessariamente, ele tenha de ir ao exterior para usufruir disso. Acredito que, em muitos casos, seja um ajuste muito fácil. Por exemplo, os navios pagam o PIS/Cofins em combustível e a navegação de cabotagem de carga não paga PIS/Cofins em combustível. E por que a navegação de cabotagem não paga? Porque isso onera o produto e também o custo da viagem. Então, muitas vezes, você pode ter um cruzeiro marítimo fora do País com um preço muitas vezes mais baixo, seja em taxas ou na própria tarifa. Não há mágica na economia nesse sentido.

Não sei se respondi a todas as perguntas, Senadora. Mas, novamente, em nome da Abremar, dos seus associados, muito obrigado por esta oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Mais alguém?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Não, perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Você fez alguma pergunta à Anvisa também?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Fiz para todos.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Então,o representante da Anvisa tem a palavra.

O SR. RICARDO MARTINI MOESCH – Só para esclarecer o questionamento da Senadora Lídice da Mata. A questão da solidariedade no turismo é um problema mundial. Às vezes, a pequena agência que vende só o pacote turístico ao intermediador acaba repartindo o prejuízo com o prestador de serviços.

No caso dos cruzeiros, notadamente, as companhias de cruzeiros é que representam. É difícil haver a compreensão de que as agências de turismo tenham... Já nas companhias aéreas, muitas vezes, a própria agência de turismo é responsabilizada por determinadas falhas. Mas isso, Senadora, estamos estudando. Inclusive participamos, pelo Ministério, na Organização Mundial do Turismo, de um comitê que trabalha isso e as questões de força maior no atendimento do turista no estrangeiro. Hoje, as condições são adversas. A pessoa está fora do seu *habitat*, às vezes não fala a língua, está desprotegida e acontece uma catástrofe, como aconteceu das cinzas vulcânicas, ou alguma coisa assim, e ela fica à mercê. Então, estamos trabalhando nesse sentido.

Obrigado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra o representante da Anvisa, por favor.

O SR. PAULO BIANCARDI COURY – Quero agradecer muito à Senadora a pergunta que fez, porque é o assunto do momento para a Anvisa.

Primeiro, a respeito da inspeção de oito horas, quero dizer que em São Francisco do Sul, onde aconteceu essa inspeção demorada, nós temos um fiscal. E esse fiscal teve que dar conta de entrar em contato com a Vigilância Epidemiológica do Município de São Francisco do Sul, entrar na embarcação, receber instruções de Brasília, do Departamento de Epidemiologia do Ministério da Saúde, para que pudéssemos fazer toda a investigação dos casos de Influenza, dos casos suspeitos, dos questionários que foram feitos, da coleta de amostras de *swab* de orofaringe.

E, associado a isso, um navio não entra e sai do porto na hora que ele quer. Ele tem alguns padrões de marés que tem que respeitar. Mas isso nos ajudou porque pudemos fazer um *screening*, uma investigação bem acurada naquele momento, haja vista que as questões em que poderíamos ser mais ágeis estavam localizadas em Santos e não em Santo Francisco do Sul, que é um porto de navegação muito próximo, mas que era uma escala em que impedimos a descida das pessoas que iam fazer seus passeios turísticos. Desceram apenas aqueles que tinham destino em São Francisco do Sul – eram muito poucas – e pessoas que necessitavam de internação hospitalar, devido à gravidade da Influenza.

Quero só enfatizar uma coisa – e obrigado demais por sua pergunta –: em quatro anos, o quantitativo de servidores em portos, aeroportos e fronteira vai ser diminuído em 60%, via aposentadoria, porque o quadro majoritário dos servidores da Anvisa em portos e aeroportos é um quadro em extinção. Cada um que se aposenta desaparece a vaga. Essa tem sido uma luta da nossa diretoria. O Brasil cresce exponencialmente e nosso quantitativo de pessoal que realiza controle sanitário é cada vez menor. E temos limitações no trabalho complementar e suplementar com Estados e Municípios. Limitações legais, porque eles não têm, constitucionalmente falando, poder de polícia nos espaços de portos, aeroportos e fronteiras, porque, ainda que possam trabalhar conosco, eles não podem trabalhar isoladamente, porque essa é uma limitação constitucional e é o nível federal que tem essa prerrogativa e essa competência.

Agora, só para desanuviar um pouco, já que estamos falando de saúde e de coisas tristes, nosso diretor, o Dr. José Agenor, Diretor da Anvisa, Supervisor da PAF, tem muita dificuldade em falar em navios de cruzeiro. Nós só falamos, por determinação dele, de navios de passeio porque ele é atleticano e não consegue falar em navio de cruzeiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL)– Considerando que a campainha já chama para a Ordem do Dia, e regimentalmente...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Senador, acho que há tempo para uma palavra curta de cada e para encerrarmos. A campainha está chamando, mas já vamos para lá.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra o Assessor do Conselho Nacional de Praticagem.

O SR. MARCOS JORGE MATUSEVICIUS – Senadora, procurando falar bem rapidamente, o Comandante Carvalho Leme já adiantou que a relação praticagem e Marinha, desde a época colonial, a Marinha, como autoridade marítima, é quem regula, fiscaliza, normatiza a praticagem, o serviço de praticagem. Atualmente, a Marinha é quem define quantos práticos devem existir no porto, isso em função do movimento, é quem faz o processo seletivo, seleciona, habilita os práticos, fiscaliza o dia a dia, baixa normas de procedimento. Entretanto, a atividade em si é complemente privada.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É civil.

O SR. MARCOS JORGE MATUSEVICIUS – Isso. É uma sociedade simples que presta serviço, uma sociedade prestadora de serviços. Então, a Marinha é o grande órgão fiscalizador e normatizador. O prático sempre está a bordo junto ao comandante. A própria autoridade marítima define o local de embarque do Prático. Então, a partir daquele ponto o navio é obrigado a ter o prático a bordo e, na saída, até aquele ponto, tem que ter o prático.

Com relação ao preço do serviço. O preço da praticagem reflete o risco envolvido na manobra. Quanto maior o navio, quanto mais restrita a área de manobra, o preço vai ser mais elevado. Como esse preço é definido? Negociação. É uma prestação de serviço comum. Como o Ricardo falou, já tivemos embates maiores, já estamos chegando a bons termos, mas é uma negociação.

Como se trata de um serviço obrigatório, caso não haja acordo, a autoridade marítima excepcionalmente fixa o preço. E a praticagem, por seu lado, não tem direito de deixar de prestar o serviço porque não houve acordo.

Em relação à comparação com outros locais é sempre muito complicada, porque em alguns locais a praticagem é pública, é estatal, em outros locais é privada, mas a infraestrutura é fornecida pelo governo. Exatamente para tirar essa dúvida, em 2009, houve uma sugestão do Conapra à Fundação Getúlio Vargas, que também fez uma pesquisa para a Abremar, para fazer essa comparação. E utilizou o porto de Santos como referência.

Tomando esses cuidados – o relatório final do estudo está no *site* da praticagem de Santos, no site do Conapra –, ele chegou à conclusão de que o preço da praticagem está dentro da média internacional, não está nem numa ponta e nem na outra.

Por fim – desculpe, não entendi que tinha deixado sem resposta –, o prático do Costa Concórdia. Na verdade, não havia prático no Costa Concórdia. E isso remete àquilo que falei na apresentação: precisamos tomar cuidado, porque uma das coisas indiscutíveis é que sempre o interesse econômico está *versus* segurança. E aconteceu na Itália e na Grécia, salvo melhor juízo, nesses dois países, em que a autoridade marítima desses países, considerando que os navios de cruzeiro possuem maiores recursos, dispensou o uso de prático em determinadas situações. Ali foi um exemplo. Não havia prático a bordo do Costa Concórdia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Conclusão: o prático é indispensável.

O SR. MARCOS JORGE MATUSEVICIUS – Senadora, eu diria que sim, e até fazendo uma relação com a pergunta anterior, do preço. Vamos considerar que o Costa Concórdia tivesse 15 anos de vida útil como navio. E todos os dias, desses 15 anos de vida útil, pagasse por um serviço de praticagem, somando tudo isso que pagou, seria muito menor do que o custo do acidente, sem considerar as vidas que foram perdidas.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra o Dr. Leonardo.

O SR. LEONARDO DE SOUZA CARAUTA DE FONSECA – Vou complementar o questionamento com relação ao que pode ser melhorado para que o Brasil tenha a atividade dos cruzeiros marítimos ao longo de todo o ano. Há três, digamos, gargalos que precisam ser superados. O primeiro é a questão da desoneração da atividade. Isso é fato. Associado a isso está a flexibilização das leis trabalhistas não só para cruzeiros marítimos, mas também para outras atividades no turismo. A contratação temporária é extremamente difícil e onerosa para a atividade. Essa questão é importante. Por último, a infraestrutura especificamente para atendimento de passageiros. A grande maioria dos portos brasileiros tem sua infraestrutura voltada para as cargas. Há portos em que as pessoas ficam alocadas próximas a contêineres. Acho que sendo superados esses três pontos em curto prazo, o Brasil poderá ter cruzeiros ao longo de todo o ano.

O SR. AMAURY MARTINS DE OLIVA – Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – É para contestar?

O SR. O SR. AMAURY MARTINS DE OLIVA – Não. Só aproveito para agradecer o convite e dizer que é uma satisfação ouvir aqui a declaração da Abremar de que os direitos dos consumidores são uma prioridade da Associação e de todos os cruzeiros.

O Departamento está à disposição do Senado Federal e de todos os senhores.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Nada mais havendo a tratar, antes de encerrar a nossa reunião, eu queria, primeiramente, agradecer à Senadora Ana Amélia pela oportunidade de puxarmos para esta Comissão esse grupo de pessoas que representam os mais diversos campos da atividade turística e de navios no Brasil.

Quero agradecer particularmente ao Dr. Ricardo Martini e ao Capitão-de-Mar-e-Guerra. Desejo que, ao deixar a atividade militar, o senhor tenha sucesso na atividade civil. Sei da obrigatoriedade do "caxiismo" militar.

Dr. Ricardo Amaral, obrigado por sua presença. O senhor tem sido instrumento de extraordinária competência para atender aos questionamentos da população brasileira que gosta de fazer essas cabotagens.

Ao mesmo tempo, queremos pedir ao senhor que promova os meios para que possamos ter, principalmente para o Nordeste, navios durante o ano inteiro. Essa história de haver só em certos períodos... Mande esse povo que fabrica navios fabricar mais navios para atender à demanda.

Dr. Biancardi, muito obrigado. Muito obrigado, Dr. Leonardo de Souza e Dr. Amaury Martini.

Considerando que esta audiência pública foi da maior importância, pois deu muitos subsídios à Comissão para que possamos continuar trabalhando, quero agradecer aos demais representantes do *trade* turístico nacional que aqui se encontram e que têm sido parceiros da nossa Comissão.

Nada mais havendo a tratar, quero dar por encerrada esta reunião.

Convido os Srs. Senadores para a próxima reunião, que será realizada na próxima terça-feira, no mesmo horário e no mesmo local.

Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 14 horas e 26 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 28 minutos.)

Ata da Sétima Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Extraordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, Realizada em Dezessete de Abril de 2012, Terça-Feira, às 14 Horas, na Sala de Reuniões nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II Do Senado Federal.

Às quinze horas e dois minutos do dia dezessete de abril do ano de dois mil e doze, na sala de reuniões número 13, Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Wellington Dias, Presidente Eventual, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores: Ana Rita, Vanessa Grazziotin, João Durval, Ana Amélia, Vital do Rêgo, Maria do Carmo Alves, Mozarildo Cavalcanti, Vicentinho Alves, José Pimentel, Lúcia Vânia, Magno Malta e Randolfe Rodrigues. Deixam de comparecer os Senadores: Ciro Nogueira, Cássio Cunha Lima e Cícero Lucena. Justificam a ausência os Senadores Lídice da Mata e Benedito de Lira. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião tem por objetivo a apreciação de proposições: **ITEM 1 – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 150, DE 2005 – Complementar**, que "Altera o § 2º do artigo 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, determinando que os recursos destinados, no Orçamento da União, para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste não sejam objeto de limitação de empenho e movimentação financeira." **Autoria:** Senador Flexa Ribeiro. TRAMITA EM CONJUNTO COM **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 90, DE 2007 – Complementar**, que "Altera o § 2º do artigo 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, deter minando que os recursos destinados, no Orçamento da União, para a segurança pública não sejam objeto de limitação de empenho e movimentação financeira." **Autoria:** Senador Flexa Ribeiro. TRAMITA EM CONJUNTO COM **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 21, DE 2011 – Complementar**, que "Altera a redação do § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, com o objetivo de determinar que as despesas com meio ambiente não sejam objeto de limitação de empenho e movimentação financeira." **Autoria:** Senadora Lídice da Mata. **Relatoria:** Senador José Pimentel. **Relatório:** Pela rejeição do PLS nº 150, de 2005; do PLS nº 90 de 2007; e do PLS nº 21 de 2011, todos Complementares. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 206, DE 2008** – Não Terminativo -, que "Cria o Fundo do Entorno do Distrito Federal (FEDF), e dá outras providências." **Autoria:** Senador Marconi Perillo. **Relatoria:** Senadora Lúcia Vânia. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. Em seguida, com a anuência do Plenário, são submetidos os seguintes itens extrapauta. **EXTRAPAUTA – ITEM 1 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 11, DE 2012 –** "Requeiro, nos termos do disposto no art. 142, combinado com o art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligências aos municípios de Pindorama/AL e Picos/PI, com o objetivo de visitar as cooperativas das respectivas cidades. Requeiro, ainda, sejam designados para participar das diligências os membros da Subcomissão do Desenvolvimento do Nordeste – CDRDN; igualmente sejam convidados os membros da Subcomissão Temporária da Erradicação da Miséria e Redução da Pobreza – CDHEMPRP." **Autoria:** Senador Wellington Dias e outros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 12, DE 2012 –** "Requeiro, nos termos do art. 90, inciso II, combinado com o art.93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública destinada a debater, no âmbito desta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, sobre a Ferrovia Transnordestina e a inclusão de ramal no estado da Paraíba, com a presença dos seguintes convidados: – Sr. Fernando Bezerra Coelho,

Ministro de Estado da Integração Nacional; – Sr. Ivo Borges de Lima, Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT; – Sr. Tufi Daher Filho, Presidente da Transnordestina Logística S/A – TLSA. **Autoria:** Senador Vital do Rêgo. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 13, DE 2012 –** "Nos termos do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja realizada Audiência Pública desta Comissão em conjunto com as Comissões de Assuntos Econômicos e de Constituição Justiça e Cidadania para discussão sobre critérios de distribuição do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE, propostos nos Projetos de Lei que tramitam nesta Casa Legislativa, com a participação dos seguintes convidados: – Sr. José Roberto Rodrigues Afonso, Economista; – Min. Gilmar Ferreira Mendes, Ministro do Supremo Tribunal Federal; – Sr. Arno Hugo Augustin Filho, Secretário do Tesouro Nacional; – Sr. Nelson Henrique Barbosa Filho, Presidente do CONFAZ em exercício; – Sr. Nelson Jobim, ex-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), presidente da comissão especial de notáveis, criada no âmbito do Senado Federal, com o objetivo de apresentar propostas para um novo pacto federativo." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e seis minutos, lavrando eu, Selma Míriam Perpétuo Martins, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Wellington Dias,** Presidente Eventual da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião Extraordinária da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas das reuniões anteriores, que estão pendentes de aprovação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

As Atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as notas taquigráficas.

Quero propor retirarmos de pauta os itens 1 e 2, e seguirmos a partir do item 3.

Quem concordar com esse encaminhamento, queira aprovar.

A Subcomissão Permanente de Desenvolvimento do Nordeste realizará visita técnica a Salvador, no dia 27 de abril de 2012, das 8 às 13 horas, conforme convite e cronograma encaminhados aos gabinetes dos Senadores. Esta será a 6ª visita, que terá como temas Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação.

Há, sobre a mesa, os seguintes requerimentos.

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 11, DE 2012

Requeiro, nos termos do disposto no art. 142, combinado com o art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligências aos municípios de Pindorama/AL e Picos/PI, com o objetivo de visitar as cooperativas das respectivas cidades. Requeiro, ainda, sejam designados para participar das diligências os membros da Subcomissão do Desenvolvimento do Nordeste – CDRDN; igualmente sejam convidados os membros da Subcomissão Temporária da Erradicação da Miséria e Redução da Pobreza – CDHEMPRP.

Autoria: Senador Wellington Dias e outros

Em discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 12, DE 2012

Requeiro, nos termos do art. 90, inciso II, combinado com o art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública destinada a debater, no âmbito desta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, sobre a Ferrovia Transnordestina e a inclusão de ramal no Estado da Paraíba, com a presença dos seguintes convidados: Sr. Fernando Bezerra Coelho, Ministro de Estado da Integração Nacional; Sr. Ivo Borges de Lima, Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT; Sr. Tufi Daher Filho, Presidente da Transnordestina Logística S/A – TLSA.

Autoria: Senador Vital do Rego

Em discussão.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam a matéria permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 13, DE 2012

Nos termos do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja realizada Audiência Pública desta Comissão em conjunto com as Comissões de Assuntos Econômicos e de Constituição Justiça e Cidadania, para discussão sobre critérios de distribuição do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE, propostos nos Projetos de Lei que tramitam nesta Casa Legislativa, com a participação dos seguintes convidados: Sr. José Roberto Rodrigues Afonso, economista; Min. Gilmar Ferreira Mendes, Ministro do Supremo Tribunal Federal; Sr. Arno Hugo Augustin Filho, Secretário do Tesouro Nacional; Sr. Nelson Henrique Barbosa Filho, Presidente do CONFAZ em exercício; Sr. Nelson Jobim, ex-Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), presidente da comissão especial de notáveis, criada no âmbito do Senado Federal, com o objetivo de apresentar propostas para um novo pacto federativo.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Como estamos com problemas de quórum, estamos adiando aqui os itens 1 e 2, que são projetos de lei do Senado que ficarão para uma próxima reunião.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 15 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 06 minutos.)

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, JOGOS OLÍMPICOS E PARAOLÍMPICOS 2016 – CDRCOOL

Ata da 5ª Reunião da Subcomissão Temporária da Copa do Mundo de 2014 e Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, Criada Por Meio do Rdr nº 08, de 2011, Com a Finalidade de "Acompanhar, Avaliar e Fiscalizar Todas as Ações Empreendidas Para a Realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014, no Brasil, E Dos Jogos Olímpicos E Paraolímpicos Em 2016, Na Cidade Do Rio De Janeiro", Realizada Em 10 De Novembro De 2011, Quinta-Feira, Às 9 Horas, Na Sala De Reuniões Nº 09, Da Ala Senador Alexandre Costa.

Às nove horas e quarenta e oito minutos do dia dez de novembro do ano de dois mil e onze, na Sala de Reuniões número nove da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência da Senadora Lídice da Mata, reúne-se a Subcomissão Temporária da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 com a presença dos Senadores José Pimentel e Cícero Lucena. Deixa de comparecer os Senadores Zeze Perrella e Vital do Rêgo. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, a Presidência esclarece que, conforme pauta previamente divulgada, a presente reunião está destinada a realização de Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento nº 02/2011-CDRCOOL, de autoria da Senadora Lídice da Mata, aprovado em 20/09/11, que propõe "debater a Rede de Proteção Social necessária e as políticas de acessibilidade para a Copa de 2014, a Olimpíada e a Paraolimpíada de 2016, com a presença dos seguintes convidados: o Exmo. Sr. Deputado Federal Romário; a Sra. Thaís Dumet – OIT – Oficial de Projetos; a Dra. Stella Scandola – Escola de Saúde Pública do Mato Grosso do Sul; a Professora Mestre Karina Figueiredo – Comitê Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto Juvenil; um representante da UNICEF; e o Sr. Camilo Sales Dornelas – Diretor do Centro de Estudos dos Agentes Policiais – Polícia Civil do Rio de Janeiro". A Audiência é realizada com a presença do Senhor Camilo Sales Dornelas – Diretor do Centro de Estudos dos Agentes Policiais – Polícia Civil do Rio de Janeiro. Após a exposição do palestrante, usa da palavra a Presidente da Subcomissão, Senadora Lídice da Mata. Dando prosseguimento, por haver número regimental, a presidência submete ao plenário requerimento EXTRA-PAUTA: **REQUERIMENTO Nº 06/2011-CDRCOOL** "Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao Requerimento Nº 04, de 2011 – CDRCOOL, aprovado em 20/09/2011, que a audiência pública nesta Comissão, com o objetivo de debater os impactos da Copa de 2014, da Olimpíada e da Paraolimpíada de 2016 sobre a tecnologia de informação brasileira, inclua como convidados: o Sr. Antonio Gil, Presidente da Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação – BRASSCOM; e o Sr Fer-

nando Carvalho, Presidente da Agência de Tecnologia de Informação do Ceará – ETICE." Autoria: Senadora Lídice da Mata. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e quatro minutos, lavrando eu, Selma Míriam Perpétuo Martins, Secretária da Subcomissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Lídice da Mata**

Presidente da Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Bom dia.

Declaro aberta a 5ª reunião da Subcomissão Temporária da Copa de 2014, Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, quero fazer alguns comunicados.

A última visita do 2º Fórum Legislativo às cidades-sede da Copa do Mundo de Futebol no Brasil aconteceu no último dia 7 de novembro, na cidade de São Paulo. O relatório final das visitas já está sendo elaborado e será comunicado posteriormente, quando será sua entrega oficial.

A visita transcorreu de forma muito positiva em São Paulo, na Assembleia Legislativa, onde nós tivemos a apresentação do projeto da cidade e as providências. Também tivemos contato com o Governador do Estado e tivemos oportunidade de visitar a arena do Itaquerão, sendo que nós fomos para lá no transporte que será o transporte de acesso de toda a população. Nós fomos de trem, e foi uma experiência muito positiva, em que nós tivemos condições de conhecer as condições também de funcionamento do trem e conhecer o projeto novo da organização da Copa.

Por coincidência, embora não houvesse sido planejado antes – já que a ideia inicial era de que o estádio a ser utilizado pudesse até ser o Morumbi, em um primeiro momento –, com a decisão do Itaquerão, o Estado de São Paulo e a Prefeitura tiveram a possibilidade de, coincidentemente, redefinir o vetor de desenvolvimento da cidade, que passa, portanto, agora, a receber importantes investimentos no sentido do fortalecimento da zona leste de São Paulo, onde está localizada a arena do Itaquera do Corinthians.

Então, como nós já estamos debatendo, nesta Subcomissão e em outros fóruns, legislativos ou não, no que diz respeito à Copa do Mundo, é sem dúvida uma oportunidade nova e rica que o povo brasileiro terá com a vinda da Copa do Mundo para o Brasil. Muitos discutem essa situação, se nós vamos ter, se o povo vai ter, realmente, um legado. E eu creio que nós, a cada nova visita que fazemos, vamos tendo a consciência e a tranquilidade até de compreender que haverá, sim, um legado importante para as principais cidades e capitais brasileiras no que diz respeito à sua preparação para a Copa do Mundo.

É um momento singular, em que as três esferas de poder, federal, estadual e municipal, concentram seus esforços na direção de investimentos unificados em mobilidade urbana, em qualificação dos equipamentos desportivos das cidades e também na preparação da mão de obra para o receptivo, restando, portanto, que, além disso tudo, nós possamos ter a garantia – que já existe – da Fifa da distribuição de imagens de cada cidade onde será realizado o jogo da Copa, permitindo, assim, que, se nós tivermos todas essas providências correspondendo às necessidades da cidade e, portanto, também da Copa do Mundo, nós vamos poder passar para o mundo uma imagem de um Brasil muito mais desenvolvido e de cidades com melhor qualidade de vida urbana.

Portanto, creio que o relatório que está sendo feito vai poder destacar essa situação que estamos encontrando nas mais diversas cidades.

É importante também notar o esforço de cada Estado para criar um diferencial em relação ao outro, o que fará com que, realmente, nós possamos ter um incremento e uma característica local em cada uma das cidades-sedes do Brasil. Sem dúvida nenhuma, com a aprovação da abertura da Copa em São Paulo, pela dimensão, pelo gigantismo da cidade de São Paulo, nós teremos o conjunto das cidades brasileiras de fazerem um esforço concentrado para que nós possamos propagandear, promover todas as cidades-sedes em São Paulo no sentido de estimular a visitação das outras cidades por aqueles que vêm interessados nos jogos da Copa, mas que, eventualmente, não vão assistir a todos e que poderão aproveitar o tempo para conhecer uma das cidades brasileiras.

As cidades do interior de São Paulo, por suas condições específicas de terem infraestrutura dotadas de aeroportos, muitas delas, estão em condição de concorrer com outras capitais brasileiras no sentido de sediarem as delegações e as seleções propriamente ditas. Portanto, nós, do resto do Brasil, precisamos intensificar os nossos esforços para disputar e ganhar a boa vontade das seleções para nos escolherem, já que essa não é uma decisão da Fifa, é uma decisão de cada seleção sobre onde ela prefere ficar. Isso vai estar, certamente, relacionado com os jogos que farão, em que região farão, para nós termos a garantia de que vai haver uma distribuição maior das seleções

por todo o Brasil. Para isso é preciso articular e fazer-se conhecer.

O Senado Federal, em conjunto com a Câmara dos Deputados, o TSE, o STF, o TCU, o GDF, SETUR, Presidência da República, Procuradoria-Geral da República, Ministério das Relações Exteriores e Secretaria da Cultura do GDF estão fazendo parte de um grupo que tem o objetivo de integrar as ações dos órgãos públicos que promovem visitação institucional em Brasília para melhor atender a visitantes nacionais e estrangeiros buscando a excelência dos serviços. Já é um passo bom e significativo na preparação dos megaeventos brasileiros em Brasília. Independentemente dos grandes eventos mundiais que acontecerão no Brasil, já havia uma demanda por padronização do receptivo nos órgãos públicos. A Secretaria da Comissão está participando dessas reuniões através da nossa secretária, que tanto tem nos servido aqui nesses trabalhos.

Conforme a pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se a realização de audiência pública com a finalidade de debater a rede de proteção social necessária e as políticas de acessibilidade para a Copa de 2014, as Olimpíadas e as Paraolimpíadas de 2016. É claro que, apesar de discutirmos no conjunto, nós vamos focar mais na Copa do Mundo, que é o primeiro megaevento que o Brasil está organizando, em atendimento ao Requerimento nº 5, de 2011, da CDR-COOL, que é como se diz a Comissão de Desenvolvimento Regional, Subcomissão das Olimpíadas e Paraolimpíadas, de minha autoria.

Convido a compor a Mesa o Sr. Camilo Sales Dornelas, Diretor do Centro de Estudos dos Agentes Policiais da Polícia Civil do Rio de Janeiro. Muito obrigada.

Nós estamos concentrando os temas em função de termos um grande número de temas a abordar nessa questão que diz respeito à preparação da Copa. Nesse debate de hoje, nós pretendíamos abordar não apenas as questões relacionadas à segurança, do ponto de vista de segurança pública, mas também a criação dessa rede de proteção social. No entanto, nós tivemos, no último momento, a debatedora convidada para fazer a conferência, que seria a Srª Karina Figueiredo, do Comitê Nacional de Enfretamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil, nos avisou de um imprevisto de uma convocação do seu trabalho, na universidade, da qual ela não poderia se libertar.

Portanto, vamos realizar esta audiência pública só com a discussão, a apresentação do Sr. Camilo Sales Dornelas e esperamos que isso nos permita conhecer, de forma mais profunda, o seu projeto, o seu pensamento.

Portanto vamos iniciar esta audiência passando a palavra ao Sr. Camilo Sales Dornelas.

O SR. CAMILO SALES DORNELAS – Muito obrigado, Senadora.

Fiquei extremamente feliz e honrado por V. Exª ter me convidado a compor esta Comissão. Primeiramente, bom dia a todos, senhoras e senhores. Muito obrigado também por me receberem, vindo do Rio de Janeiro, numa semana em que o Rio anda um pouco conturbado, especialmente ontem, com a prisão do traficante Nem, nós policiais civis e militares estamos felizes com isso. Graças a Deus, temos honrosos policiais na cidade do Rio de Janeiro, que fazem da sua atividade uma atividade ímpar, que nos remete a sempre estarmos no combate. Também agradeço a esta Casa. Eu tenho um tio que foi Deputado Federal durante muitos anos, o Jacques Dornelas. Para mim, é uma honra estar aqui, com essa tradição familiar, vindo a esta Casa de tanta importância para o Brasil.

Vou, de certa forma, fazer uma série de considerações acerca de vários temas, e são temas importantes. Atualmente sou diretor do Centro de Estudos da Polícia Civil, de assuntos policiais; é um centro voltado exatamente para o pensar, o pensar à frente, e o que a gente mais tem falado nos últimos anos, dentro da nossa instituição, é exatamente como a polícia vai estar para os grandes eventos. Mas eu vou começar, de certa forma, a traçar uma história, se é que o tempo me permite, Senadora – não sei de quanto tempo disponho – dos grandes eventos.

Os grandes eventos começam talvez não tão grandes, mas começam na Grécia antiga. Temos relatos de acontecimentos tais quais esses que antecedem a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos. A formatação da vida social, naquele momento, não era a mesma, mas o contexto social, político e econômico, talvez poderia se assimilar com o que hoje nós vivemos. Passando ao longo dos anos, tivemos a Idade Média, com os grandes eventos; a Revolução Industrial, as cidades se modelando para um novo milênio; e chegamos à década de 60 e 70, aqui no Brasil, para começarmos a entrar nesse cenário de grandes eventos.

O nosso primeiro grande evento no Brasil, de que temos relato, é o show do Frank Sinatra no Maracanã. Esse evento foi um marco na história do Rio de Janeiro e do Brasil. O Maracanã não é mais, mas, à época, era o grande cenário e o grande local de concentração de futebol e de espetáculos, e o Frank Sinatra, naquele momento, em 1980, foi o grande marco do nosso momento de megaeventos. Seguindo essa história – estou tentanto ser bem breve para ir direto ao assunto, mas queria contextualizá-los sobre isso – de certa forma, a segurança pública não acompanhou esse modelo. E é sobre esse tema que eu vim falar aos senhores:

como a segurança pública pode e deve estar dentro desse segmento de megaeventos.

A nossa Academia de Polícia fará 100 anos, agora em 2 de fevereiro de 2012. Foi a primeira academia de polícia do Brasil. A Polícia Civil do Rio de Janeiro é a primeira polícia civil e a primeira polícia do Brasil, e de lá para cá, desde a fundação da Academia até os dias de hoje, nós não tivemos uma evolução técnica e uma evolução no que diz respeito à operacionalização do segmento policial para grandes eventos. Isso é bastante simples de se entender porque temos algumas situações que são basicamente iguais no lidar com o público. O policial, praticamente, no dia a dia do seu trabalho, lida com o público, ele precisa ter essa relação e essa interrelação com o público, mas o cenário é diferente.

O cenário da segurança pública é um e o cenário de grandes eventos é outro. Então, nós começamos a perceber que a segurança pública tem o seu policiamento, tem a sua atuação operacional ordinária, de cuidar da população, de cuidar da lei, de preservar a lei e a ordem, mas, a partir dos anos 70 e 80 e principalmente dos anos 80 e 90, nós tivemos um aumento significativo da vinda de grandes eventos, principalmente *shows*, essa área que mexe mais com as pessoas, que traz euforia, leva as pessoas a um cenário diferenciado do cenário normal da cidade e, nesse momento, a segurança pública não se adequou, não se organizou.

Nós tivemos uma série de outros ingredientes, fatores que aconteceram no final dos anos 80 e início dos anos 90 no Rio de Janeiro, com o recrudescimento do tráfico de entorpecentes, a chegada de outras organizações. A polícia, naquele momento, não tinha o foco que deveria ter para o cenário de eventos. Perdeu-se muito tempo com essas outras atividades e deixou-se muito de lado a capacitação e o treinamento específico dos policiais para esses eventos. Por que estou dizendo isso? Porque o turista e, principalmente, aquelas pessoas que vêm às cidades, no caso o Rio de Janeiro, cidade em que vivo, normalmente quando chegam a um evento, a uma cidade, é bem fácil de se entender, porque quando viajamos a trabalho ou por turismo, nós perdemos os nossos freios inibitórios. De certa forma, a gente faz coisas que não deveria. Talvez aqueles que fazem uso de alguma bebida alcoólica de forma moderada bebem um pouco mais, comem um pouco mais, se divertem um pouco mais, e isso acaba trazendo uma falta de freios para sua atividade normal e a pessoa acaba vivendo uma outra atividade na cidade que não a sua normalmente onde se vive.

E o policiamento precisa estar muito atento a essas questões. A gente tem vários exemplos disso. Não é à toa que os relatos de roubo, furto a turistas a todo momento chegam e a preocupação é muito grande com relação a isso.

Paralelo a essas questões, há também a falta de entrosamento entre os órgãos oficiais de segurança. Estou dizendo órgãos oficiais porque também temos as empresas de segurança privada, que, de certa forma, contribuem muito para a segurança. Esse é um tema, Senadora, que, posteriormente, podemos até avançar um pouco mais. Ontem mesmo nós tivemos na Academia de Polícia um grande evento que foi coordenado por mim e pela delegada Jéssica de Oliveira, que é diretora da Academia de Polícia do Rio. Esse evento serviu para trazer para dentro dos órgãos públicos, segurança pública, polícia militar e polícia civil à segurança privada.

Até então, no Brasil, eu não conheço registro de nenhuma academia de polícia que tenha trazido para os seus quadros pessoas oriundas das forças de segurança privada para palestrar, para trazer conhecimento e para interfacear. São muitos assuntos, Senadora, que eu gostaria de tocar, mas sobre esse também vou fazer uma breve intervenção para voltar à questão do histórico dos grandes eventos.

A segurança privada hoje no Brasil conta com 1,6 milhão profissionais! Se juntarmos todas as polícias, todas as guardas municipais do Brasil, não chegaremos a esse número. De sorte que, apesar disso, temos números oficias em torno de 500 mil vigilantes e profissionais de segurança qualificados para trabalhar nos mais diversos segmentos, bancário, escolar, eventos, enfim.

Essa reunião de ontem serviu para algumas coisas que eu queria sinalizar aos senhores. Primeiro, entender o que é o segmento de eventos, onde a segurança pública e a segurança privada podem trabalhar em conjunto, trabalhar de forma harmônica e quais são as nossas necessidades e quais são os nossos principais alvos para 2014 e 2016. É uma reflexão que eu queria trazer para vocês e trazer alguns dados sobre a reunião de ontem. Essa reunião de ontem foi específica, um devolutivo do que aconteceu no Rock in Rio. Nós tivemos uma atuação bem presente na cidade do rock, particularmente eu e o grupo de pessoas que ali estavam. O Rock in Rio serviu para um grande laboratório, talvez não tanto como gostaríamos que fosse, porque as polícias civil e militar não tiveram uma atuação como desejariam, mas, de certa forma, serviu para esse laboratório dos grandes eventos. E a junção dessas duas forças, segurança privada e segurança pública, trouxe à baila um assunto que é o tema desta minha palestra: treinamento e capacitação.

Quando eu comecei, no início, a falar da questão do histórico, eu queria voltar – eu sou professor da aca-

demia de criminologia, não tem muito a ver com isso. A criminologia é uma ciência que estuda o crime. Ela tem o condão de juntar outras ciências como a Sociologia, a Filosofia, a Teologia, mas a criminologia praticamente foco cenário, o estudo dela no crime, no criminoso e na sociedade. E a nossa sociedade hoje tem uma mudança que é pautada nos anos 60. Os anos 60 foram os anos transformadores das nossas vidas, haja vista o que aconteceu aqui em Brasília e no Rio de Janeiro. E a nossa sociedade vem caminhando numa direção, que talvez não seja a que gostaríamos. Os nossos jovens talvez não sejam aqueles que gostaríamos.

Nos anos 60, tivemos uma grande massa de mudança de conceitos e valores, mudanças de comportamento ético, que fizeram desta sociedade, hoje, um pouco desfocada do princípio básico do que é lei e ordem e do que é o Pacto Social, que, há algum tempo, o filósofo chamado Rousseau traduziu muito bem como a força harmônica da sociedade em prol dela mesma.

E os órgãos de segurança pública, especialmente a Polícia e a segurança privada, que é um nascimento talvez – não sei se poderia dizer isso –, uma ausência ou uma coparticipação com a segurança pública, porque, em países mais avançados, a segurança privada já é uma realidade, no lugar da segurança pública. Em Cingapura, é assim; em lugares da China, é assim; nos Estados Unidos, também em alguns lugares, a segurança pública interfaceia com a segurança privada muito facilmente. Aqui temos algum preconceito; algumas coisas ainda não são bem definidas claramente, mas acho que vamos caminhar para isso.

A sociedade legitima o Estado a dar o fiel cumprimento da lei e da ordem. Quer dizer, nós, policiais civis e militares, somos legitimados por nós mesmos, pela sociedade, para que possamos fazer cumprir as leis e principalmente exercer esse cenário de controle social.

Por que estou dizendo isso? Vou voltar um pouco à questão dos anos 60. A partir daquela década, houve mudanças comportamentais, por exemplo, quando os Beatles disseram somos mais importantes que Jesus Cristo, quando o culto a algumas drogas não eram talvez permitidas naquele momento, mas eram aceitas, se tornaram música, como Lucy in the Sky with Diamond, cantada por Elton John, de autoria dos Beatles, e mais algumas coisas que formaram a consciência daquela geração, que hoje é o nosso grande desafio.

A segurança pública perpassa por esse conhecimento. É um assunto é um pouco delicado, mas precisa ser tratado frontalmente, porque, senão, vamos começar a falar de muitas questões e não exatamente tocar onde precisamos fazê-lo.

Ontem, conversando com Paulo Renato Soares, jornalista da TV Globo, pois o convidamos, assim Rodrigo Pimentel, nosso amigo, e o Márcio Gomes exatamente falar sobre mídia e sociedade e qual o seu papel, afinal, na questão do Rock in Rio, naquele momento surgiram alguns debates, algumas situações do tipo: Puxa! A juventude tem atravessado problemas, tem ido contra algumas questões, tem sido rebelde demais, e a Polícia tem sido um pouco enérgica.

De certa forma, estudamos sobre isso e começamos a perceber exatamente essa falta de capacitação e treinamento e, principalmente, de ajustamento dessa conduta da sociedade com os órgãos de segurança.

Quando falamos dos anos 60 para cá, é exatamente onde contextualizamos a questão dos valores e da ética, porque a Polícia entra nesse tema frontalmente.

Quando ela é legitimada para manter a lei e a ordem pela sociedade, ela adentra no campo da ética e dos valores morais. Essa é uma grande questão, que precisamos discutir. Não adianta dizer que a Polícia, hoje, é ineficaz, que a segurança pública precisa de recursos, que precisamos ter mais segurança, se a Polícia não entende o seu papel e a sociedade não colabora.

O paradigma que foi quebrado, a partir dessa nova visão, é exatamente este que vou dizer agora para os senhores: nós também temos que contribuir com a nossa segurança.

Há alguns anos, fui entrevistado pelo Fantástico sobre o que deveria ser feito em um show dos Rolling Stones, na praia de Copacabana, um show para mais de um milhão de pessoas. A Globo me perguntou assim: Camilo, o que você acha? Digo: Olha, as pessoas devem contribuir com a sua segurança.

Não há mais condição de a segurança pública ser somente um domínio do Estado. Ela é do Estado. Ela é dever do Estado – a segurança, a saúde, a educação -, mas, nós, enquanto sociedade, temos que cumprir o nosso papel. Quando você entra no metrô do Rio de Janeiro – não sei se em outros metrôs, mas no Rio principalmente. Conheço alguns, como o de Nova York, Londres, São Paulo evidentemente -, você escuta assim: Bom dia! Seja bem-vindo à estação Uruguaiana! Não ultrapasse a faixa amarela. Ela é a garantia da sua segurança. Você deve contribuir com a sua segurança.

Quando ouvi esse slogan, falei assim: Uai! Será que alguém me copiou, ou se é isso o que realmente está sendo falado? Então, para que possamos falar em segurança, em questão de segurança para grandes eventos, precisamos ir fundo, precisamos voltar no tempo, porque não dá para participarmos de um cenário internacional, sem conhecer aquele em que estamos.

Recentemente, numa reunião da Secretaria de Segurança, fui convocado pela Juliana Barroso, que é Subsecretária de Ensino, pela Melissa Pongeluppi,

juntamente com a minha diretora, e, lá pelas tantas, o debate acontecia, e eu disse o seguinte: Precisamos criar uma doutrina de segurança em grandes eventos. Foi dito: Mas, como assim? Precisamos criar.

Precisamos criar uma metodologia para segurança em grandes eventos. Precisamos criar protocolos para a segurança em grandes eventos, porque não é com o pensamento do policiamento ordinário, que iremos, de certa forma, moldar, conformar, o policiamento e adequá-lo aos eventos.

Um camarada – vou dizer "camarada", porque o Estado é laico – chamado Paulo, o apóstolo, disse o seguinte lá atrás: Não vos conformeis com este século, mas transformai-vos pela renovação da vossa mente. Mas o que ele quis dizer quando se conforma com o século e transforma-se a mente? Porque é no entendimento, que começamos a trabalhar a Polícia. É no entendimento que começamos a trabalhar o cenário de grandes eventos.

A Polícia não pode conformar-se, ou seja, tomar a forma do cenário da sociedade, porque, se ela é controle de lei e de ordem, se ela é um órgão que detém a força, digo eu: Sim claro! Respondem-me: Não, Camilo, mas não é uma força, com uma obediência sem consentimento. É uma força com obediência consentida. Pergunto: Mas consentida por quem? Respondem-me: Pela sociedade.

Quando legitimamos a Polícia, quando legitimamos o Estado a nos dar o controle, precisamos consentir.

Bem, se partirmos por este caminho do consentimento, o art. 121, ou demais artigos do Código Penal, deveriam já estar marcados, internalizados, no nosso entendimento, porque sabemos que matar alguém é uma coisa feia. Se eu, de certa forma, tirar esse relógio da Senadora, eu sei também que não posso assim fazê-lo. Não é necessário que a Lei me diga o que devo ou não fazer, mas é necessário que eu entenda. Quando a segurança pública perpassa pelo entendimento e perpassa pelo entendimento da sociedade, a fusão, a harmonia, é completa.

É bem verdade que sabemos ser necessário mudar, que as forças de seguranças precisam mudar, precisam ser capacitadas, mas a sociedade também precisa entender qual é o seu papel, qual é a sua contribuição. Isso é de fundamental importância. É claro! Se eu sou um turista, chego à Cidade de Brasília e pergunto o seguinte: Onde fica um bom restaurante? Vocês respondem: Bem, fica ali, na quadra tal. Aí, eu chego lá, e o restaurante não é tão bom e custa os olhos da cara. Se eu pego um táxi aqui em Brasília, no Rio de Janeiro, ou em qualquer cidade, chega a esse local, e ali o taxista faz voltas, voltas e voltas para chegar a este local, e eu pago a tarifa maior, porque ele assim o quer, eu também não sou bem atendido.

Se eu chego a algum local, a alguma repartição pública, ou a alguma loja de um shopping, se a vendedora não me dá a devida nota, porque, além de me dar a notinha do cartão, ela tem de me dar a nota fiscal, porque ela precisa contribuir com o imposto, para que as forças policiais e os demais setores da sociedade possam ser pagos, ela também não está contribuindo. São séries de ações que a sociedade precisa fazer, principalmente para que, nós, policiais, que somos operadores de justiça, de segurança pública, tenhamos respaldada a nossa atividade.

Então, fiz esse emaranhado e juntei muita coisa, porque isso é uma aula. São várias aulas que damos, e eu tentei juntar algumas coisas, para poder sinalizar aos senhores a importância da segurança e da sociedade.

Não se faz segurança sem sociedade. Ledo engano de quem pensa e diz que só a Polícia faz segurança. A Polícia não vem de Marte! Nós, policiais, saímos da Tijuca, do bairro da Tijuca, assim como eu, um bairro de classe média, estudando em um colégio chamado Lafayette, um garoto que cresceu jogando bola, estudando, numa família de classe média, cuja índole, cujo caráter, foi moldada por uma sociedade.

Quando entrei para a Polícia, há 25 anos, ela tinha muitos problemas, como tem hoje. Talvez o salário fosse um pouco melhor, mas os problemas eram os mesmos. O conturbado universo da Polícia era também o mesmo, mas a capacitação, o treinamento e a vocação que tínhamos à época superaram todos os problemas e todas as investidas que queriam transformar a minha mente, ou seja, mudar o meu caráter.

Então, queria trazer à reflexão dos senhores e das senhoras essa conjunção e esses fatores, porque é muito sério o que tenho falado em alguns locais. Não se faz Polícia e sociedade sem uma harmonia. Não se faz Polícia e sociedade sem transformação. Não se faz cenário de grandes eventos sem essas duas participações.

Especificamente no Rock in Rio, tivemos, nos dois primeiros dias, uma enxurrada de problemas. Quem não esteve lá, mas viu e ouviu que, pela televisão, a todo momento, a Globo anunciava: "Não sei quantos furtos! Não sei quantos isso! Não sei quantos aquilo!" As pessoas me perguntavam o que estava acontecendo, que elas não iriam ao Rock in Rio. Eu dizia: Gente, eu não sei, mas é uma cidade de 120 mil pessoas! 110 mil participantes e 10 mil trabalhadores.

Não sei quantos funcionários há no Senado e na Câmara, mas no Rock in Rio havia 10 mil pessoas trabalhando diretamente. Dez mil pessoas! É muita gente! Eu vou a uma cidadezinha, lá do interior de Minas,

chamada Lambari, que tem 25 mil habitantes. No Rock in Rio, era quase metade dessa cidade. Puxa! Como não acontecer problemas? Se nós temos problemas no dia a dia, com as nossas esposas, com os nossos filhos, com os nossos vizinhos, com os nossos colegas, com os nossos pares, se não tivermos problemas, não é sociedade.

Lá atrás, outro filósofo dizia que a sociedade precisa disso. A sociedade precisa do conflito, porque há quem medeie, resolva, gerencie, manobre. A sociedade vive disso, de conflitos, de opiniões contrárias, de opiniões diversas. Logicamente, os exageros devem ser controlados e guardados. O Rock in Rio não foi exceção. Tivemos vários problemas. Claro! Mas também tivemos pessoas com má índole, com má formação.

Em 1992, inauguramos a Delegacia de Atendimento Especial ao Turista, e a minha primeira delegada foi a Drª Martha Rocha, essa valorosa mulher que é uma delegada de escol, com quem tive o privilégio de trabalhar. Inauguramos a Delegacia do Turista ali no Leblon, na avenida de Mello Franco. E lá, a todo momento, surgiam casos de turistas, porque era a primeira delegacia do Rio – talvez não sei se a primeira do Brasil. Talvez a minha mente não tenha muita certeza sobre isso. Ali chegavam turistas. Nós estávamos muito preocupados em resolver os problemas – eu falo inglês; outros falavam espanhol, italiano, enfim. Aí nós começamos a perceber uma coisa estranha: a todo momento, surgiam pessoas da Noruega, da Itália, da Islândia, da Finlândia, dos Estados Unidos, da França, da Espanha – só países de Primeiro Mundo -, que chegavam assim: Olha, fui furtado. Fui roubado. Roubaram uma câmera Pentax 3.0, que custa 20 mil dólares. Aí a gente ia lá, registrava, coisa e tal, e assim por diante.

Começamos a perceber um número grande de pessoas com câmeras X,Y,Z, de valores muito exagerados, não obstante qualquer juízo de valor de quem estava fazendo a queixa. Não tínhamos essa pretensão, mas, como policiais, tínhamos de estar atentos, principalmente observar. Não podemos desfocar o nosso cenário. Estou aqui; e estou sempre olhando, sempre atento.

Começamos a perceber. O que é que estava acontecendo? Era muita gente com muito objeto de valor, de forma estranha. Começamos a investigar e descobrimos que pessoas desses países, de Primeiro Mundo, com estudo, educação, sociedade, com tudo à volta, também cometiam falsa comunicação de crime, também mentiam às autoridades. Começamos a descobrir isso.

Não tive tempo, mas, recentemente, foram duas inglesas presas há um ano, seis meses. Foram mantidas presas pelo delegado. Fernando Velloso, à época, era o delegado, e hoje é o nosso Subchefe Operacional da Polícia Civil. Elas foram presas por falsa comunicação de crime.

Exatamente, diante dessas questões e indagações, é que voltamos ao discurso inicial que estava fazendo aos senhores: polícia e sociedade. Não adianta dizer que a polícia não cumpre, não faz; na Polícia, há gente assim, gente assado. Eu sei que tem, como em toda sociedade, como em toda instituição, como em toda carreira, mas é esta polícia que controla a nossa vida.

De certa forma, quando acontece algum problema, senhoras e senhores, ninguém chama um médico, chama um juiz, chama um desembargador; chama Deus e chama a polícia. Então, a polícia é sempre alvo de problemas; a gente está no limite das coisas, mas a sociedade precisa contribuir.

Então, para começar a caminhar para o meu encerramento – já fui sinalizado aqui – a gente pretende exatamente criar essa nova mentalidade. A Polícia Civil do Rio de Janeiro, como precursora, a Academia de Polícia Civil do Rio de Janeiro quer pensar. Nós, policiais, não queremos só cumprir função ou função institucional que nos é dada pelo povo, legitimada pelo povo. Nós também queremos pensar. Nós queremos contribuir e gerar dentro da sociedade e dentro do cenário de grandes eventos, uma ambiência, um local que seja exatamente onde as pessoas possam se divertir, possam estar juntas, alegres, possam até liberar seus freios inibitórios, exagerar um pouco dentro de um limite, evidentemente, mas que a gente possa contribuir.

O policiamento precisa estar atento para isso.

Então, voltamos ao Rock in Rio para finalizar. Tivemos, sim, muitos problemas, mas muitos problemas foram falsas comunicações de crime. Ontem, a partir de uma série de indagações, nós trouxemos o delegado que esteve presente nos sete dias no Juizado Especial Criminal que foi montado junto ao Rock in Rio; nós trouxemos o promotor de justiça que estava também lotado junto ao GECRIN; nós trouxemos o produtor geral do evento, o Ricardo; a Roberta Medina esteve conosco. Nós tivemos toda a parte de transportes, desde a Fetranspor a Sete Rio, outros órgãos da prefeitura do Rio, que compunham o cenário de segurança, diretos e indiretos. E chegamos a uma conclusão: o Rock in Rio foi um grande evento, um local que poderia ter sido aproveitado mais – esse também foi um tema que a gente se questionou, poderia ter sido mais estudado. Mas que bom que nós fizemos esse *debriefing*, esse pós-evento, esse devolutivo, para que a gente possa, nos próximos anos, criar exatamente esse conceito;

criar essa doutrina para o policiamento em grandes eventos. Porque não há.

Nós tivemos recentemente, no Batalhão de Choque da Polícia Militar de São Paulo, o primeiro batalhão de Polícia do País a ter um curso específico de policiamento em estádios, para estádios de futebol, não apenas para grandes eventos, especificamente para torneios de futebol. E conhecemos a metodologia, o trabalho, mas precisamos de mais. É isso que a gente quer.

Então, eu trouxe para os senhores alguns indicativos do que a cidade do Rio de Janeiro terá. O Rock in Rio nos anos de 2011, 2013 e 2015; a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), em 2012; a visita do Papa na Jornada Mundial da Juventude, em 2013; a Copa das Confederações, em 2013; os Jogos Mundiais dos Trabalhadores, em 2013; a Copa do Mundo de Futebol Masculino, em 2014; as Olimpíadas e Paraolimpíadas, em 2016, que é o coroamento de toda essa questão de segurança pública.

Mas eu queria falar de outro assunto, mas o tempo não permite, uma experiência pessoal que tive em 1992, mas eu vou avançar um pouco mais.

Bom, então temos algumas coisas que pretendemos fazer para exatamente diferenciar o policial e para dar excelência, Senadora, ao policial no trato com os turistas. Porque não basta só olhar o Maracanã, olhar o entorno da Cidade Olímpica, ou os aparelhos que compõem a Cidade Olímpica. Nós temos que olhar também todos os outros eventos paralelos que vão acontecer na cidade do Rio de Janeiro. E não são poucos, não. São muitos. Talvez aqui, em Brasília, ocorrerão muitos, mas, no Rio de Janeiro, tenho certeza de que muitos acontecerão, na praia, enfim, nos locais públicos, como Praça da Apoteose, na própria orla do Rio de Janeiro. Teremos muitos eventos paralelos e que vão trazer muitos turistas. Talvez o turista mais qualificado poderá entrar no Maracanã ou em um outro aparelho esportivo para os Jogos Olímpicos. Mas a grande massa, a grande maioria estará nesses eventos paralelos.

Então, temos algumas questões com relação à capacitação e treinamento, que é exatamente o final da minha apresentação aqui, que são voltadas para a aplicação da filosofia de direitos humanos, para o policial, e isso é uma capacitação que a Senasp tem desenvolvido de forma brilhante, e a academia de polícia do Rio de Janeiro abraçou essa idéia. Temos hoje, inclusive, uma turma com 30 alunos, e isso ocorre agora, neste exato minuto, neste exato momento, lá na academia de polícia, formando operadores de segurança com relação à aplicação de direitos humanos; e direitos humanos de forma cultural, quer dizer, de forma genérica, com relação a todas as nações que virão ao Rio de Janeiro; curso de uso diferenciado da força, que é exatamente a não aplicação da força como força pelo último recurso, quer dizer, o não uso do batalhão de choque com escudos, com cassetetes, com aquela cara amarrada do policial. Não. O policial tem que ter uma cara boa, ele precisa ter uma cara feliz, alegre; ele tem que transmitir segurança, ele não pode transmitir insegurança, ele precisa transmitir paz, transmitir alegria.

Também recentemente, num evento que até, talvez, uma imagem seja mostrada, trouxemos um professor da academia de polícia da Holanda, Prof. Otto Adang, a convite nosso. Eu o conheci numa conferência internacional, e ele disse o seguinte para todos nós: "Camilo, o policial tem que ter atuação de baixo perfil". E o que ele quis dizer com baixo perfil? Exatamente isso, essa aparência, essa sinergia, essa troca de informação, esta verbalização fácil: bom dia! Boa tarde! Como vai a senhora? Precisa de ajuda? Podemos ajudar? O que a senhora precisa? O que o senhor precisa? Onde fica seu hotel? Podemos levá-lo ao seu hotel? O senhor precisa de alguma coisa? Quer algum indicativo? É isso que a Segurança Pública precisa exercer. Claro, não nos podemos esquecer do uso da força quando necessário se faça, mas, no primeiro momento, o que vai trazer segurança e tranquilidade é essa atividade do policial, essa forma de lidar com o público, mais tranquila, mais suave, mais agradável.

Bom, teremos também cursos de inglês e espanhol para todos. Inicialmente, teremos uma turma de 250, e assim aplicaremos esses cursos até o final de 2015, início de 2016. Também teremos um curso de emergência para socorristas, no caso de algum turista ou de alguém que venha visitar a cidade do Rio de Janeiro ter algum desconforto de saúde ou até mesmo um caso grave. O policial deve estar preparado para isso. E alguns outros cursos, no nosso último item, que são cursos específicos para a rede Senasp/EAD, que nós abraçamos, e os policiais têm feito regularmente essas atividades de ensino.

Eu queria que passasse mais um à frente; mais um pouquinho, por gentileza.

A academia de polícia também tem se preocupado muito em treinar os seus policias. Nós temos, hoje, vários cursos de capacitação em áreas técnicas específicas, como entrada em locais confinados, resgate de reféns, mas isso são atividades, que eu digo, muito específicas. Temos muitos cursos, inclusive, agora, os americanos têm trazido ao Rio de Janeiro muitos cursos nessa área de intervenção tática, cursos de rapel, localização de explosivos. Acho isso, sinceramente,

muito bom, muito bacana, é necessário, mas temos que trabalhar o outro lado do policial, que é exatamente o da sinergia com a sociedade. E vamos ter cursos de capacitação em sistemas de intervenção, cursos de capacitação em hospedagem, em hospitalidade, cursos de negociação e cursos de mediação de conflitos, enfim, teremos vários outros tipos de cursos que estarão nesse cenário de 2012, 2013 e 2014 visando à Copa do Mundo.

Pode passar mais um, por gentileza. Acho que terminou. Pode voltar a esse, então, para finalizar?

Esse curso que vocês estão vendo ali, que será realizado em fevereiro, é chamado capacitação em sistemas e intervenção operacional policial para grandes eventos.

Estamos tendo ineditismo em relação a esse curso no Brasil. Queremos treinar o policial civil e o policial militar para essa intervenção, para a intervenção no cenário da Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos, para exatamente exercerem esse baixo perfil de policiamento, ou seja, que o policial aprenda a ter contato com o turista estrangeiro e com o turista do Brasil de forma amistosa.

Como sempre nos fala um amigo particular, chamado Peter Tarlow, que é um sociólogo, estudioso da segurança turística no mundo, o policial é visto como um pai. Quando chegamos a algum policial, nós projetamos a imagem do nosso pai; e, quando projetamos a imagem do nosso pai, queremos ver nesse policial exatamente a figura que exerce a liderança, que exerce o controle, que exerce a autoridade, quando assim é necessário; mas também que exerce a amizade, que exerce o carinho, que exerce exatamente isso que o turista e que as pessoas precisam; conhecer essa atividade da sociedade, conhecer aquilo que o policial precisa fazer na sua atividade cotidiana, rotineira.

Então, eu trouxe muitos assuntos. Queria me ater a um só, mas são muitas atividades. Esse foi um dos eventos que tivemos na academia de polícia. Aliás, a academia, hoje, é um centro de excelência de estudos. Nós tivemos esse megaevento com as torcidas organizadas, com o Major Leandro Agostini, da Polícia Militar de São Paulo; com o Tenente-Coronel Igor, do Corpo de Bombeiros; com a Sabrina Evangelista, da Escola de Guerra Naval, enfim, com uma série de outros debatedores. Passamos três dias no mês de julho, no Rio de Janeiro, falando a respeito de capacitação.

Primeiro, nós diagnosticamos o que é segurança em grandes eventos. Depois nós trouxemos especialistas para que pudéssemos extrair um método e formar uma doutrina, e agora finalizamos com um estudo de caso. O estudo de caso foi o Rock in Rio.

Na junção desses três seminários é que agora partiremos, exatamente, para a criação de uma doutrina, no Rio de Janeiro, e, possivelmente, Srªs e Srs. Senadores, queremos ter o ineditismo de, em 2012, talvez, ou em 2013, realizar a reunião de todas as sedes da Copa do Mundo no Rio de Janeiro, para que possamos difundir essa doutrina de atuação policial para os grande eventos, principalmente Copa do Mundo e Jogos Olímpicos.

Então, finalizando, eu trouxe o que temos feito. Primeiramente, falei do que os grandes eventos representam para a humanidade. Os eventos, hoje, mexem com a política. Testemunhamos isso recentemente. Os grande eventos mexem com a economia de um país, de uma nação. Hoje, o entretenimento é, talvez, significativamente, o maior investimento que se faz.

Não sei se os senhores e as senhoras se lembram, mas, na minha época de garoto, quando a TV Globo lançava uma novela, era somente um lançamento. "Vai começar, na segunda-feira, O Astro" – que acabou de terminar. Mas, hoje em dia, o que acontece quando se lança uma novela? Faz-se um grande evento.

Os grandes eventos começaram a surgir nesse cenário como mola propulsora inclusive da economia da sociedade. Hoje, as grandes empresas investem de forma pesada. Então, precisamos investir de forma pesada na capacitação dos nossos policiais, dos nossos operadores de segurança.

Creio que tenha trazido algumas informações. Perdoem-me se foram muitas informações, talvez algumas não tão afeitas ao tema, mas eu tinha que trazer essas informações e dar esta contribuição a esta Casa.

Se a Senadora me permite, em muitas outras ocasiões que me convidarem estarei presente. Estou pronto para qualquer coisa.

Como professor e como policial, eu me sinto mais uma vez honrado de estar aqui e feliz, por haver uma subcomissão que trata desses assuntos e que nos dá voz, para que possamos falar, para que possamos dizer como estamos caminhando, o que pretendemos, como queremos chegar e como queremos contribuir com o País, porque queremos contribuir, queremos dar o melhor.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Muito obrigada, Dr. Camilo, que é Professor também e Diretor do Centro de Estudos dos Agentes Policiais da Polícia Civil do Rio de Janeiro.

Ao fazer sua exposição, o senhor abordou, como disse, o contexto mais histórico e depois as ações que estão sendo pensadas na Polícia do Rio de Janeiro para um enfrentamento, para a preparação da Copa do Mundo no que diz respeito à Polícia Civil. No entan-

to, foi feita recentemente uma pesquisa com a opinião pública e foi identificado que uma das principais preocupações da população brasileira naquilo que significa a organização da Copa não é necessariamente nem a construção dos estádios, nem a mobilidade urbana, que talvez seja a preocupação central dos organizadores da Copa, principalmente dos políticos, dos executores das políticas públicas do Poder Executivo, do Poder Legislativo. No caso da população, o que mais a preocupa em relação à Copa do Mundo é justamente a violência nas ruas. A população parte do princípio da sua própria experiência, daquilo que neste momento a incomoda mais. Na cultura popular, quando recebemos alguém em casa, geralmente pomos na mesa o melhor prato, a melhor comida, a melhor roupa de cama para receber o hóspede. Da mesma forma se comporta a população em relação à sua cidade. Temos orgulho de que alguém venha ao Rio de Janeiro e diga que gostaria de voltar; idem a Salvador, idem a Fortaleza, a Recife etc..

Portanto, nessa escala de preocupação, estava a violência nas ruas, a violência no trânsito, a violência dos assaltos a ônibus; e, já com um percentual mais baixo, de 10%, 11%, a própria violência no estádio, uma preocupação menor; e menor ainda a violência via ações terroristas.

Então, isso reflete a experiência do povo brasileiro. Se estivéssemos nos Estados Unidos, certamente a violência de um ataque terrorista estaria em primeiro lugar na preocupação do cidadão americano, porque essa é a sua experiência de vida, aquilo que mais o incomoda.

Na preparação dos Jogos Pan-Americanos, nós tínhamos naquele momento o desafio brasileiro do Estado do Rio de Janeiro, de superar a imagem da insegurança pública que se passava do Brasil e do Rio de Janeiro, e foi feito todo um trabalho articulado e sistematizado, até pelo Ministério da Justiça, que veio a dar conta da criação de uma polícia nacional; digamos assim, foi um pensamento, um conceito que resultou na criação de um instrumento, de uma ação policial que unia ações de Polícia Civil, de Polícia Federal, de Polícia Militar – a inteligência voltada para a organização daquele evento, que se deu com sucesso, numa primeira fase preventiva. Uma ação de inteligência para uma ação com as comunidades em torno das quais os eventos iam ocorrer, os Jogos Pan-Americanos, e um pensamento de uma ação de inteligência e de organização de segurança durante o evento.

Eu própria visitei, como Presidente da Comissão de Turismo e Desporto da Câmara, o Centro de Inteligência e de Controle de Segurança no Rio de Janeiro, que ficava ali numa parte daquele shopping na Barra da Tijuca, Barra Shopping, se não me engano.

Bom, quais são as ações, hoje, da polícia no Rio de Janeiro, voltadas para uma articulação mais global?

Eu entendo que o que o senhor falou, claro, se dirige à Polícia Civil, mas já há ações preparadas para uma articulação mais ampla. Além disso, há esse componente de preparar a polícia no sentido da não violência, de o policial ser um agente da não violência, e não um agente provocador da violência. Em muitos casos, a nossa experiência de segurança vem de uma formação de combate ao crime, ou mesmo da tradição de um país de poucos momentos democráticos e vida muito voltada para uma segurança política e que leva a uma repressão, em vez de levar a uma prevenção da violência.

Mas eu gostaria, portanto, de saber, assim, quais são as experiências que estão sendo desenvolvidas no Rio de Janeiro, voltadas para essa interação com o conjunto das polícias, porque a segurança de megaeventos tem características muito especiais: de um lado, ela pode parecer... Eu não sou policial, nem especialista de segurança, mas digo na relação da convivência com os megaeventos, como prefeita que fui e como política que sou. Uma coisa é policiar uma cidade diariamente, onde o crime pode acontecer em todo e qualquer ponto; outra coisa é policiar um megaevento, em que há uma concentração de pessoas, mas há também uma concentração espacial, para a qual aquela segurança está voltada.

E o Brasil não é – o senhor mesmo falou – um amador na segurança de grandes eventos. O senhor não falou, certamente por ser uma coisa tão do seu quotidiano, mas o Rio tem a experiência do megaevento Carnaval, a segurança do Carnaval, que é um momento... Assim como a Bahia tem, e nós temos, eu diria, uma experiência muito positiva. Fazemos anualmente, após o Carnaval, o balanço das ações de crime ou de violência durante o Carnaval e, a cada ano, vamos vendo que vai diminuindo o impacto. O que 20 anos atrás se computava de número de mortos após um Carnaval era muito maior. Hoje, passa-se Carnaval em que não há mortos dentro do espaço do Carnaval, morte violenta no espaço do Carnaval, mas, sim, ocorrência de roubo, assalto, brigas, coisas dessa natureza. Claro que há uma estratégia montada para isso: um grande número de policiais se concentra na cidade para cercar o evento que ocorre numa grande extensão da cidade, pois não tem um sambódromo; vem de um determinado trecho do centro da cidade até uma extensão do centro lá na Barra. São quilômetros e quilômetros. Há uma extensão também de distribuição de pessoas em toda a cidade, que vive naquele mo-

mento o Carnaval, com uma intensidade de consumo de álcool e, portanto, com uma liberalidade maior do comportamento das pessoas. Mas há já, digamos assim, uma especialidade, uma tecnologia e um acúmulo de conhecimento frente a esse tipo de megaevento.

O megaevento da Copa do Mundo não significará o Carnaval, porque ele não tem essa extensão. Ele vai ocorrer em um estádio determinado, mas vai ter eventos distribuídos no conjunto da cidade. Então, creio que se vai poder aprender muito com a experiência do Carnaval, no Rio de Janeiro, na Bahia, em Recife, em São Paulo, nas capitais que já têm uma festa de Carnaval, um grande evento carnavalesco; há festas em muitas capitais no Brasil. No Amazonas, não é o Carnaval, mas a festa de Parintins.

Então, creio que, sem ter maior experiência no assunto, talvez fosse uma medida a ser adotada pelo Ministério da Justiça, uma articulação, uma conferência, uma organização de um encontro desse nível de inteligência, inteligência diária da segurança nas cidades e nos grandes eventos já existentes em nosso País.

É claro que, quando se vai discutir segurança pública, como o senhor próprio disse, temos de convocar a sociedade e o Poder Público. Uma cidade mal iluminada é muito mais convidativa para o crime do que uma cidade bem iluminada – os trechos, as áreas. Uma cidade como São Paulo, como Rio de Janeiro, como Salvador, que são as maiores cidades do País, onde o trânsito e o engarrafamento leva o cidadão a passar uma hora, uma hora e meia parando num tráfego exaustivo, também é convidativo para o crime. O cidadão está preso, não pode movimentar-se. Então, as obras de mobilidade urbana são necessárias tanto para garantir, e principalmente para garantir, a melhoria da qualidade de vida do cidadão comum durante todos os seus dias naquela cidade, como são também obras preventivas no sentido da garantia da segurança pública nas ruas. Assim, com a desobstrução do trânsito e a criação de uma mobilidade maior, talvez possamos impedir crimes a que as nossas grandes cidades brasileiras, hoje, estão acostumadas, na paradinha do trânsito.

Também penso que essas experiências todas que podem ser recolhidas dessa intervenção, da interface com os problemas urbanos, podem, sem dúvida alguma, fazer com que a polícia brasileira tenha, também, como legado uma estruturação, como o senhor disse, de uma metodologia de procedimento em grandes eventos, diferente da polícia de Londres, ou da polícia americana, ou diferente da polícia da África, porque deve refletir, certamente, os problemas e as características de vida de cada uma das sociedades. Como somos uma sociedade festeira, uma sociedade acostumada a fazer grandes festas – e que gosta disso –, certamente já temos aí um acúmulo de sabedoria na relação também com a segurança pública.

O senhor tem a palavra.

O SR. CAMILO SALES DORNELAS – É verdade isso. Eu ia comentar, antes da minha finalização, que tive o privilégio de participar, em 1992, da coordenação da segurança da Eco-92. Naquela oportunidade, representei a Polícia Civil como gestor da área de inteligência, exatamente.

Esse também é outro assunto um pouco complexo, porque, de uns anos para cá, tudo o que se fala em polícia, "a polícia tem que ser inteligente", "é necessária a inteligência policial", porque exatamente se privilegiava essa força. Privilegiava-se o batalhão de choque, privilegiava-se a força policial, e não a investigação.

Isso é uma coisa que eu debato muito na academia de polícia. Como professor de criminologia, precisamos entender o crime e a sociedade. Então, para se entender, precisamos ter investigadores, mas a "glamourização" dos batalhões especiais, dos batalhões que prendem e que fazem da atividade da força a sua essência, essa eu combato. É necessário, necessário se faz que tenhamos grupos de intervenção, mas a polícia, especialmente a Polícia Civil, é uma polícia de investigação. E a Polícia Militar é uma polícia de prevenção e precisa estar presente na rua. As intervenções pontuais são necessárias, claro, com o uso de técnica, de tecnologia, de força, mas a premissa é de investigação.

Nessa época, de 92, começou a se falar muito em inteligência, inteligência, inteligência, que a polícia precisa trabalhar com inteligência. Mas inteligência é investigação. A inteligência passa por esses caminhos da investigação, e o policial precisa estar muito diligente, muito atento a essas questões porque é o que a sociedade nos pede. É um trabalho de inteligência, um trabalho que reflita o nível de profissionalismo que precisamos ter.

Então, hoje, a atuação dos policiais para os grandes e megaeventos – volto a repetir – passa por uma atuação de uma doutrina, a criação de uma doutrina diferente de um policiamento ordinário, do dia a dia.

Por quê? Porque existem diferenças. Quando você sai para o trabalho, para casa, vem ao Senado, volta, sai à noite, você está numa vida quotidiana normal, mas quando você vai a um evento, você vai com uma particularidade. Você vai com a atividade de se divertir, de extravasar, você vai exatamente com a finalidade do entretenimento. Não é rotina na sua vida. Por isso, a palavra é evento. É eventual. Acontece de tanto em tanto tempo, de formas diferentes.

Então, a atividade policial precisa ser diferenciada. Precisa ser focalizada. Precisa ser específica para aquela situação.

Então, eu combato um pouco essa questão, porque a gente tem trazido conceitos das doutrinas e dos métodos usuais, mas eu acho – acho não –, eu penso que precisamos criar um método e uma doutrina. Precisamos protocolizar nossas ações. Aquele policial que esteja lá na ponta, aquele PM, aquele guarda municipal, que a ação que ele fizer, que ele desencadear, seja conexa à ação daquele que está no centro de comando e controle. Aquele cidadão, aquele policial que está no centro de comando e controle seja tirado do seio da polícia e seja preparado. Essa é também uma outra questão que eu debato fundo. "Ah, Camilo, vamos ter o maior centro de comando e controle no Rio de Janeiro, equipamentos de última geração." Perguntaram para quem investe e quem aperta no botão se ele está capacitado? Investiram no ser humano? Será que a gente também não precisa voltar e pensar que o investimento no homem policial é a primeira medida em vez de só se investir em equipamentos, máquinas e tecnologias. São importantes, claro que são. Seria eu infantil se viesse a esta Casa e dissesse que equipamentos e tecnologias não são...Não! Longe de mim, mas o investimento no homem, na capacitação desse ser humano em relações é muito mais importante, haja vista o que hoje as empresas preconizam. É muito mais importante termos pessoas que conheçam pessoas do que diplomas. Os diplomas, hoje, estão ficando um pouco esquecidos. Mais e melhor se faz que tenhamos pessoas que conheçam pessoas, que saibam lidar com pessoas, que saibam lidar com as diferenças, que saibam respeitar, que tenham paciência para resolver um problema e não que alguém chegue com uma demanda e o policial diga: "Isso não é comigo."

Quando eu dou aula para guarda municipal lá de Barra Mansa, no Rio de Janeiro, eu digo: por favor, não façam aquele velho gesto de pegar, anotar a multa e, quando a pessoa vai tentar conversar com você, você faz 'ih, não...'. Conversa, diz que ele está errado." Porque o papel daquele guarda municipal, antes de aplicar a multa é educacional. Eu parei num sinal em Madri, naquela praça onde se comemoram os campeonatos do Real Madri e fiquei ali durante uma hora e meia, Senador, olhando o trabalho de um guarda municipal, parado. A minha função é esta, como operador da segurança, olhar o trabalho dos outros, perceber. E fiquei parado, olhando. Mas como aquele rapaz ele sinalizava, ele vinha, ele dizia, ele atendia a uma senhora, ele atendia a uma criança, atravessa... Eu pensei: que trabalho é esse? Que cara é esse? Quem é esse cidadão. E fui lá cumprimentar, dar parabéns: eu sou policial no Rio, estou de passagem aqui e fiquei perplexo com sua atividade. E ele: "Muito obrigado, mas eu estou ocupado." E continuou. O trabalho educacional desse homem valeu muito mais do que qualquer tecnologia, de qualquer treinamento ultramegaespacial, porque ele ali exercia uma atividade de educação com a sociedade que ele vivia, como a senhora mesmo disse.

As culturas são diferenciadas. A nossa sociedade, da Bahia, do Rio, de Belo Horizonte, de São Paulo são diferentes. A gente entra em um shopping no Rio e vai de chinelo e bermuda; mas em São Paulo não podemos fazer isso. São diferentes. Em Salvador, na orla da Barra, podemos andar com chinelo, com camiseta, mas em São Paulo não podemos andar assim na Paulista. São culturas diferentes.

Então, o investimento no ser humano policial e operador de segurança faz-se necessário. Eu entendo que toda essa questão que envolve um megaevento, que envolve Copa do Mundo e Jogos Olímpicos perpassa, sim, pelo investimento desse homem. Esse homem que é extraído lá do povo, que veio de um bairro simples, que talvez viveu problemas e culturas conflituosas, problemas entre pais e mães, entre irmãos e que talvez não tenha nascido num berço tão seleto, numa sociedade tão regrada e que tenha vivido problemas sociais como todos nós. Mas esse cidadão que está ali é que vai regular as nossas vidas, é que vai dar a cara do Brasil, que vai dizer: "O Rio de Janeiro tem segurança. O Rio de Janeiro é capaz. A Bahia é capaz. São Paulo é capaz."

Eu tenho falado muito sobre isto: investimento no ser humano. Investimento naquele que olha nos nossos olhos e diz: "Muito obrigado por ter me ajudado, ter me atendido." Uma vez eu estava na 10ª DP, a delegacia de Botafogo, atendendo a um plantão e uma senhora chegou muito nervosa e queria ter o problema dela resolvido. E eu disse: o que a senhora tem? E ela: "Minha filha toma atitudes erradas, minha filha faz assim, faz assado e eu não estou aguentando mais, não aguento mais."

Vamos conversar com a sua filha. "Mas o senhor vai conversar com a milha filha?!" Eu falei: vou. E ela: "Mas o senhor não é policial?" Eu disse: Sou, mas eu vou conversar com a sua filha. Eu quero conversar com a senhora.

E é dessa maneira que eu pautei a minha vida como policial nos balcões de delegacia, tendo relacionamento pessoal com as pessoas, exercendo a minha atividade, mas sabendo compreender, sabendo olhar, interagindo, percebendo cada um deles.

Num outro ponto que a senhora tocou sobre a participação dos órgãos, sobre esse ajuste entre polícia militar, polícia civil, guarda municipal e as demais

forças, inclusive a Polícia Federal, a Secretaria de Segurança do Rio de Janeiro tem saído muito na frente. Nós criamos uma comissão sob a chancela do nosso Secretário, Mariano Beltrame, para exatamente cuidar da questão dos grupos terroristas. Eu subcoordenei essa comissão, na época em que estava na Secretaria de Segurança, com a delegada Jéssica e nós trazíamos pessoas, tanto do Rio de Janeiro como de outros Estados e até mesmo de fora, profissionais para conversarmos e falarmos a respeito destas demandas: a questão do terrorismo, a questão das situações culturais que virão afluir para o Rio de Janeiro e para outras cidades. Então, começamos a ter, já naquele primeiro momento, Senadora, um ajuste, uma interface com esses outros órgãos. Então, estavam presentes policiais do Bope, da polícia civil, da Core, do Departamento de Polícia Federal, policiais rodoviários federais, policiais militares de outros batalhões, policiais civis de delegacias, especialistas em alguns temas como o Prof. Moacir Duarte, da Coppe/UFRJ, a Sabrina Evangelista da Escola de Guerra Naval; enfim, o consulado e a embaixada dos Estados Unidos no Brasil trouxeram alguns especialistas, inclusive o David Brassanini, um especialista que trabalhou naquele atentado de 2001 no World Trade Center. E nós começamos ali a criar um grupo de trabalho – infelizmente tivemos que sair para cumprir outra missão na Academia de Policia –, creio que o grupo continua. A Polícia Militar e a Polícia Civil se reúnem regularmente para tratar desses assuntos de Copa do Mundo e Jogos Olímpicos.

Nós temos o privilégio de termos amigos em comum. Muitas das vezes, as instituições não se falem muito, mas as pessoas se falam. E às vezes as pessoas superam as instituições. Não deveria. Deveria sempre ser as instituições e as pessoas, mas em alguns momentos as pessoas se unem e se falam e aí trazem as instituições nesse contexto, o que é uma coisa bacana, bem salutar. O Rock in Rio teve essa experiência exatamente: a CET-Rio,o Prefeito Eduardo Paes – por sinal, realizou um trabalho espetacular no Rio de Janeiro em relação ao Rock in Rio –, particularmente eu, como morador da cidade, não tenho nenhum vínculo partidário, estou dando um depoimento como cidadão do Rio de Janeiro. A cidade, hoje, deu um salto de qualidade. Tem ruas mais iluminadas, melhores asfaltadas, isso contribui diretamente com a segurança. Quando o cidadão sai de casa mais feliz, mais tranquilo, quando chega melhor ao seu trabalho, quando chega melhor ao seu destino, ele transmite uma paz... na verdade, a paz é internalizada nele por esses outros elementos que a cidade nos mostra.

A segurança hoje é vista como uma preocupação do Governador Sérgio Cabral. O Governador tem feito esforços e a gente tem sentido isso. Eu, como policial, vejo que a polícia tem hoje uma cara diferente. A policia hoje tem um modelo diferente. As UPPs já são e deverão ser modelo a ser seguido no País. Li até uma reportagem que a Bahia está tentando implementar esse modelo. Logicamente não podemos fazer disso a descoberta do mundo. As UPPs hoje são modelo, mas precisamos avançar. Precisamos capacitar melhor aquele policial que está lá, precisamos emponderar a sociedade – isso é uma questão que eu não queria trazer agora, mas só para a gente refletir, porque dar poder àquela sociedade que está naquele morro, naquela favela, naquela comunidade, é necessário um trabalho, é necessário uma troca de várias outras experiências e várias atuações de órgãos públicos. E aí não só a polícia; entra a educação, a parte hospitalar, a parte de saúde, mas é necessário que avancemos. As UPPs, hoje, já são uma realidade; possivelmente a Rocinha será a próxima, segundo notícias, mas a gente precisa avançar, porque nem todas ainda estão prontas a receber esse emponderamento. Se elas mesmo se resolvam que a polícia não seja mais esse dono da situação, como era o traficante, mas que elas mesmas possam criar os seus níveis de regulação, as suas condutas e que elas cresçam como sociedade, nós precisamos avançar um pouco mais. E o policial faz parte disso. Mas ele não é o único, ele não vai resolver todos os problemas. Na realidade há até um modelo que eu até discuto um pouco da polícia como ferramenta de transformação social. Eu tenho os meus cuidados em relação a isso. A polícia não é ferramenta de transformação, pode ser um canal, um contribuinte, mas ela não é uma ferramenta. Ferramentas de transformação social somos nós mesmos. Somos nós, cidadãos, homens e mulheres e famílias. Quando nós educamos nossos filhos no caminho que ele deve andar. Quando nós temos atividades e atitudes coerentes, éticas e de valores sociais. Quando nós criamos essa ambiência. Não é só a polícia.

Então, quando nós criamos esse slogan "Polícia, ferramenta de transformação social" é para mim é um pouco forçar demais uma barra em cima da polícia. Lógico que a gente tem a nossa parcela de contribuição, mas não somos a única.

Então, essa interface que a senhora bem mencionou tem acontecido, sim. O Rio de Janeiro, hoje, está gerando esse canal de comunicação. Nós tivemos, Senadora, uma interface com o Batalhão de Choque de São Paulo em fevereiro deste ano, trouxemos quatro oficiais da PM de São Paulo, de patente tenente e capitão, que trouxeram experiências valorosas da Polícia Militar de São Paulo; trocamos figurinhas, como se diz, trocamos informações e temos avançado. Quer dizer, esse legado que Copa e os Jogos Olímpicos vão

trazer para a segurança é incalculável. Eu não tenho como hoje calcular como estará a nossa segurança, como será o nosso modelo de segurança. Nós teremos realmente uma polícia bem preparada, os policiais têm querido aprender, a gente nota que eles querem aprender, que eles querem mudar seu comportamento. E a gente está realmente interessado em trazer as unidades policiais, sejam elas federais, estaduais ou municipais a, num contexto único, trabalharem e pensarem de forma sistêmica e organizada.

Esse é o nosso entendimento. A gente tem ainda algumas coisas a corrigir pelo caminho. A gente sabe que muitas coisas precisam ser corrigidas, mas a gente tem vocação, o Rio principalmente e creio que as demais cidades sedes da Copa e mais particularmente o Rio de Janeiro nos Jogos Olímpicos têm avançado nesse modelo de interação. Como mencionei no início, a gente tem procurado, inclusive, outros órgãos diversos – o controle de trânsito, o controle urbano, o corpo de bombeiros, os órgãos de saúde, e também as empresas privadas de segurança que fazem parte desse grande cenário de segurança.

A gente está vendo esse movimento acontecer, a Secretaria de Segurança do Rio de Janeiro, na figura do Secretário Mariano Beltrame avançou muito. A Polícia Civil hoje tem uma delgada que busca essa excelência porque veio exatamente da Academia, é uma professora, é uma educadora e tem levado exatamente a Polícia a essa excelência.

Enfim, é isso.

A SRª PRESIDENTE (Marino Brito. PSOL – PA) – Eu gostaria de agradecer imensamente a contribuição que o Sr. Camilo Sales Dornelas, Diretor do Centro de Estudos de Agentes Policiais da Polícia Civil do Rio de Janeiro, nos dá hoje neste pensar a Copa de 2014, através desta audiência pública. Agradeço muitíssimo a sua presença.

E, por haver número regimental, submeto à deliberação o seguinte requerimento, como item extrapauta. Saliento que o requerimento já foi lido na última reunião da Subcomissão, faltando apenas a sua deliberação.

ITEM 1

REQUERIMENTO Nº 06/2011-CDRCOOL

Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao Requerimento nº 04, de 2011-CDRCOOL, aprovado em 20/09/2011, que a audiência pública nesta Comissão, com o objetivo de debater os impactos da Copa de 2014, da Olimpíada e da Paraolimpíada de 2016 sobre a tecnologia de informação brasileira, inclua como convidados: o Sr. Antonio Gil, Presidente da Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação – Brasscom; e o Sr Fernando Carvalho, Presidente da Agência de Tecnologia de Informação do Ceará – Etice.

Autoria: Senadora Lídice da Mata.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigada a todos que participaram dela.

(Iniciada às 9 horas e 48 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 24 minutos.)

Ata da 1ª Reunião da Subcomissão Temporária da Copa do Mundo De 2014 e Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, Criada Por Meio do RDR nº 08, De 2011, Com A Finalidade De "Acompanhar, Avaliar e Fiscalizar Todas as Ações Empreendidas Para a Realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014, no Brasil, e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na Cidade do Rio de Janeiro", Realizada em 11 de Abril de 2012, Quarta-Feira, às 14 Horas, na Sala de Reuniões nº 13, da Ala Senador Alexandre Costa.

Às quatorze horas e cinquenta e três minutos do dia onze de abril do ano de dois mil e doze, na Sala de Reuniões número treze da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência da Senadora Lídice da Mata, reúne-se a Subcomissão Temporária da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 com a presença dos Senadores Zeze Perrella, Cássio Cunha Lima e José Pimentel. Deixa de comparecer o Senador Vital do Rêgo. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura das atas das 4ª e 5ª reuniões do ano de 2011, que são dadas como aprovadas. A Presidência esclarece que, conforme pauta previamente divulgada, a presente reunião tem como objetivo apresentar o Plano de Trabalho para 2012. Após a exposição do Plano, a Presidente submete a sua deliberação. O Plano é aprovado. Foram apresentados, ainda, como itens **EXTRAPAUTA**, os seguintes requerimentos: **ITEM 01:** REQUERIMENTO Nº 01, DE 2012-CDRCOOL "Com fulcro no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e nos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito da Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016 – CDRCOOL, com a finalidade de debater a Lei Geral da Copa, com a presença dos seguintes convidados: o Excelentíssimo Deputa-

do Federal José Renan Vasconcelos Calheiros Filho, Presidente da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 2.330, de 2011, do Poder Executivo, que dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações FIFA de 2013 e à Copa do Mundo FIFA de 2014, que serão realizadas no Brasil; o Excelentíssimo Deputado Federal Vicente Cândido Da Silva, relator do Projeto de Lei nº 2.330, de 2011; o Excelentíssimo Deputado Federal Romário De Souza Faria; o Excelentíssimo Deputado Federal Danrlei De Deus Hinterholz; o Excelentíssimo Deputado Federal Valadares Filho e um representante da Fédération Internationale de Football Association – FIFA". **Autoria:** Senadora Lídice da Mata. Após o encaminhamento do Requerimento feito pela autora, foi submetido à votação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 02:** REQUERIMENTO Nº 02, DE 2012-CDRCOOL "Com fulcro no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e nos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito da Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016 – CDRCOOL, com a finalidade de debater O legado e a experiência vivida por outros países que receberam a Copa do Mundo da FIFA e os Jogos Olímpicos, – África do Sul-2010 e Grécia/Atenas-2004, com a presença dos seguintes convidados: Representantes dos países organizadores e o Professor da UERJ, Lamartine Pereira da Costa". **Autoria:** Senadora Lídice da Mata. Após o encaminhamento do Requerimento feito pela autora, foi submetido à votação. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e dois minutos, lavrando eu, Selma Míriam Perpétuo Martins, Secretária da Subcomissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Lídice da Mata,** Presidente da Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Subcomissão Temporária da Copa de 2014, Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 4ª e da 5ª reunião da Subcomissão, que aconteceram em 2011.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

As Atas estão aprovadas. Serão publicadas no *Diário do Senado Federal* juntamente com as notas taquigráficas.

Conforme pauta distribuída, a presente reunião destina-se à apresentação e discussão do plano de trabalho da subcomissão para o ano de 2012, que apresento neste momento.

Minuta do Plano de Trabalho 2012.

Só uma retrospectiva rápida.

No relatório de atividades de 2011, tivemos audiências públicas com a finalidade de debater a transparência nos gastos públicos da Copa de 2014, nas Olimpíadas e nas Paraolimpíadas. Tivemos também uma audiência pública com o tema "Políticas de Qualificação Empresarial e Profissional para a Copa de 2014, Olimpíadas e Paraolimpíadas de 2016". Realizamos audiência pública com a finalidade de debater rede de proteção social necessária e as políticas de acessibilidade para a Copa de 2014, Olimpíadas e Paraolimpíadas de 2016. Também apresentamos um relatório do Fórum Legislativo das Cidades-Sedes da Copa do Mundo de 2014 e do fórum que esta Subcomissão integrou juntamente com a Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados, visitando as 12 cidades-sedes da Copa do Mundo.

Neste ano, o nosso plano de trabalho, que pode ser modificado, apresentando hoje para início algumas ideias, era dar continuidade às audiências públicas já aprovadas no ano passado, que são as ações de sustentabilidade para a Copa do Mundo de 2014, Olimpíadas e Paraolimpíadas de 2016, no Requerimento nº 1, de 2011, aprovado em 20 de setembro de 2011, com a participação da Diretora atual do Departamento de Economia e Meio Ambiente, Srª Laura Silvia Valente de Macedo, representando a Associação de Governos Locais para Sustentabilidade, representante do Ministério dos Esportes e jornalista e palestrante do Fórum Legislativo em Cuiabá, Sr. José Pedro Soares Martins, em função de ser esse um tema que inclusive está sendo usado como argumento para aprovação da Lei Geral da Copa, com a introdução de novas tecnologias ambientalmente recomendáveis nas arenas de futebol do nosso País e, portanto, toda a política de sustentabilidade para a Copa de 2014. Esse requerimento já foi aprovado e faríamos este ano essa audiência que não fizemos no ano passado.

A segunda audiência, já aprovada, "Os impactos da Copa e Olimpíada sobre a tecnologia de informação brasileira", trazendo para cá o Secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do Ministério de Ciência e Tecnologia, o Presidente da Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia de Informação e Comunicação e o Presidente da Agência de Tecnologia de Informação do Ceará, pelo desenvolvimento desse projeto nesse Estado.

Além disso, como estamos agora recebendo a Lei Geral da Copa no Senado Federal, após intenso debate desenvolvido na Câmara dos Deputados e tivemos esta semana a visita do Ministro Aldo Rebelo na Comissão de Educação, Cultura e Esporte, apresentando o projeto inicial vindo da Câmara dos Deputados, creio que seria de bom tom que pudéssemos ter um momento de troca de idéias nesta Comissão com os Srs. Deputados que foram Presidente e Relatores da Comissão da Lei Geral da Copa na Câmara dos Deputados, para que nós pudéssemos ter a opinião destes, já expressa no relatório, mas que pudéssemos aprofundar o nível de dificuldade ocorrido na aprovação da Copa e os principais pontos que a Câmara considerou como aprovados ou necessários que sejam mantidos nessa discussão no Senado Federal.

Então, nesse caso, a nossa proposta é chamar o Deputado Renan Filho, Presidente da Comissão Especial da Câmara, o Deputado Vicente Cândido, Relator do projeto de lei, os Deputados Romário e Danrlei, que tiveram grande participação no Fórum Geral da Copa, que correu todos os Estados, e que também apresentaram grande contribuição a este debate, até porque são dois ex-atletas, ex-jogadores de futebol que têm capitaneado, liderado a discussão da Copa do Mundo no Congresso Nacional. Além deles, o Deputado Valadares Filho, que é Presidente da Frente Parlamentar do Turismo em defesa do turismo nacional. Nós juntaríamos essa discussão, digamos assim, técnica da Copa do Mundo, política, como também o conteúdo do turismo nacional, a agregação do valor da Copa para o turismo nacional.

O quarto é o legado e a experiência vivida por outros países que receberam a Copa do Mundo da Fifa e os Jogos Olímpicos, buscando trazer representantes desses países organizadores. A Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos têm trazido a reflexão, em toda a imprensa nacional, nos meios de comunicação, do legado positivo e do legado negativo nos países em que eles se realizaram. Portanto, creio que é importante que possamos conhecer tanto os benefícios já muito anunciados em toda a imprensa nacional e internacional, mas também poder conhecer o chamado legado negativo para que possamos nos prevenir dessa possibilidade ou diminuir os riscos de repetirmos os legados negativos que outros países tiveram.

Eu acrescentaria também nessa proposição a presença do Prof. Lamartine, cujo nome completo vou apresentar depois, da Universidade da PUC do Rio de Janeiro, especialista no estudo de grandes e mega eventos esportivos no mundo, que participou de um seminário na Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado, que creio apresentou um posicionamento muito interessante para esta Subcomissão possa também conhecer e debater.

Portanto, são essas as propostas que trago para esta Subcomissão e vou colocá-las em discussão para posterior aprovação.

Em discussão as propostas. *(Pausa.)*

Senador Perrella, tem alguma...? *(Pausa.)*

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco/PDT – MG) – *(Fora do microfone.)* Nenhuma.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata) – Com a aprovação do Senador Zeze Perrella e dos demais, eu as ponho em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que consideram que estas propostas estão de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Coloco também em votação os dois requerimentos que aqui anunciei e que serão posteriormente agregados à nossa Ata e com possibilidade também de receberem sugestões de participantes nessas duas propostas de realização de audiência pública.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A aprovação desses requerimentos aqui não nos impedem de, na próxima reunião, aprovarmos novos requerimentos que constarão da nossa pauta de trabalho e darão continuidade, portanto, a nossa discussão.

Neste momento, no entanto, tendo cumprido a tarefa de aprovar aqui o plano de trabalho imediato da Subcomissão e tendo já realizado essa tarefa, nada mais havendo a tratar e tendo uma reunião muito importante acontecendo neste momento na Casa, que é a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos para discutir o ICMS dos produtos importados, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigada.

(Iniciada às 14 horas e 53 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 02 minutos.)

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

Ata da 53ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura, Realizada Dia 15 de Dezembro De 2011.

Às nove horas e onze minutos do dia quinze de dezembro de dois mil e onze, na Sala 19, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **ACIR GURGACZ**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes senadores: **ANTONIO RUSSO, WALDEMIR MOKA, CASILDO MALDANER, LAURO ANTONIO, IVO CAS-**

SOL, FLEXA RIBEIRO, JAYME CAMPOS, SÉRGIO SOUZA, LUIZ HENRIQUE e BLARIO MAGGI. Deixam de comparecer, os Senhores Senadores: Delcídio do Amaral, Zeze Perrella, Rodrigo Rollemberg, Ana Amélia, Benedito de Lira, Cyro Miranda e Clésio Andrade. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Acir Gurgacz, informa que a presente reunião se destina à apreciação de matérias, de acordo com a seguinte Pauta: **ITEM 1: – Terminativo – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 80, DE 2011 – EMENTA:** Dispõe sobre a obrigatoriedade de empresas de beneficiamento e comércio de laticínios informarem ao produtor de leite o valor pago pelo produto até o dia 25 (vinte e cinco) de cada mês e a proibição de diferenciação de preços entre produtores e a proibição da prática de cotas de excedente, chamado de produção excedente, entre os períodos das águas. **Autoria:** Deputado Reginaldo Lopes. **Relatoria:** Senador Acir Gurgacz. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1. **Observações:** Não foram oferecidas emendas no prazo regimental perante a CRA. Na 49ª Reunião Extraordinária da CRA realizada em 17/11/2011, o Projeto é incluído como item Extrapauta. Colocada a matéria em discussão, após a leitura do relatório pelo Senador Acir Gurgacz, relator, a Presidência suspende a discussão, que será retomada na próxima reunião deliberativa. Matéria em fase de discussão. Em 30/11/2011, o Senador Acir Gurgacz apresenta novo relatório pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1. Votação Nominal. Às nove horas e trinta e oito minutos, o Senador Acir Gurgacz passa a Presidência da Reunião ao Senador Casildo Maldaner, para relatar os itens 1 e 2 da pauta. Iniciada a discussão, depois da leitura do relatório pelo Senador Acir Gurgacz, os Senadores Ivo Cassol e Sérgio Souza fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre a matéria. Passa-se à votação nominal, ocasião em que o projeto e a emenda foram aprovados. **Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CRA. ITEM 2: – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 73, DE 2007 – EMENTA:** Regulamenta as atividades de pesquisa, produção, importação, liberação no ambiente e comercialização de clones de mamíferos, exceto humanos, peixes, anfíbios, répteis e aves. **Autoria:** Senadora Kátia Abreu. **Relatoria:** Senador Acir Gurgacz. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 1 (substitutiva). **Observações:** Não foram oferecidas emendas no prazo regimental perante a CCT. Em 18/08/2011, na 28ª Reunião Extraordinária da CRA, a Comissão aprova o Requerimento nº 47, de 2011-CRA, de autoria do Senador Acir Gurgacz, no sentido de que o estudo do Projeto seja feito em reunião conjunta da CRA, CCJ e CMA, nos termos do art. 113 do Regimento Interno do Senado Federal. A matéria foi apreciada pela CCT, tendo sido aprovado o Parecer favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 1-CCT (Substitutivo), e será ainda apreciada pela CCJ e posteriormente pela CMA em decisão terminativa. Anunciada a apreciação do Projeto, a Comissão, preliminarmente, aprova o Requerimento nº 74, de 2011-CRA, de autoria do Senador Acir Gurgacz, que requer, nos termos do art. 256, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada do Requerimento nº 47, de 2011 – CRA, aprovado em 18/8/2011, que trata da apreciação do **Projeto de Lei do Senado nº 73, de 2007**, que regulamenta as atividades de pesquisa, produção, importação, liberação no ambiente e comercialização de clones, de mamíferos, exceto humanos, peixes, anfíbios, répteis e aves. Iniciada a discussão do Projeto, depois da leitura do relatório pelo Senador Acir Gurgacz, não houve oradores inscritos. Passa-se à votação, ocasião em que o relatório do Senador Acir Gurgacz foi aprovado. **Resultado: Aprovado o relatório do Senador Acir Gurgacz favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 2-CRA (Substitutivo).** Às dez horas e seis minutos o Senador Casildo Maldaner passa a Presidência da Reunião ao Senador Acir Gurgacz. **ITEM 3: – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 502, DE 2009 – EMENTA:** Concede seguro-desemprego, no período de entressafra, ao trabalhador rural que atua no cultivo de cana-de-açúcar. **Autoria:** Senador Jarbas Vasconcelos. **Relatoria:** Senador Benedito de Lira. **Relatoria AD HOC:** Senador Ivo Cassol. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto com as Emendas nº 1 a 6. **Observações:** Não foram oferecidas emendas no prazo regimental perante a CRA. O Projeto constou da pauta da 49ª e 51ª Reunião Extraordinária da CRA realizadas em 17/11/2011 e 1/12/2011, respectivamente. A matéria será apreciada pela CAE e posteriormente pela CAS em decisão terminativa. Iniciada a discussão, depois da leitura do relatório pelo Senador Ivo Cassol, não houve oradores inscritos. Passa-se à votação, ocasião em que o relatório do Senador Ivo Cassol foi aprovado. **Resultado: Aprovado o relatório do Senador Ivo Cassol favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 a 6-CRA. ITEM 4: – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 136, DE 2011 – EMENTA:** Estabelece medidas de proteção à mulher e garantia de iguais oportunidades de acesso, permanência e remuneração nas relações de trabalho no âmbito rural e urbano. **Autoria:** Senador Inácio Arruda. **Relatoria:** Senador Jayme Campos. **Relatoria AD HOC:** Senador Antonio Russo. **Relatório:** Pelo enca-

minhamento do PLS nº 136/2011 à Comissão de Assuntos Sociais e à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para análise. **Observações:** Não foram oferecidas emendas no prazo regimental perante a CRA. Em 1/09/2011, em cumprimento ao Requerimento nº 25, de 2011-CRA, de autoria da Senadora Gleisi Hoffmann, aprovado em 02/06/2011, a Comissão realiza Audiência Pública para instruir o Projeto. A matéria será apreciada pela CAS e posteriormente pela CDH em decisão terminativa. Iniciada a discussão, depois da leitura do relatório pelo Senador Antonio Russo, não houve oradores inscritos. Passa-se à votação, ocasião em que o relatório do Senador Antonio Russo foi aprovado. **Resultado: Aprovado o relatório do Senador Antonio Russo pelo encaminhamento do PLS nº 136/2011 à Comissão de Assuntos Sociais e à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para análise, em prosseguimento à tramitação. ITEM 5: REQUERIMENTO Nº 75, DE 2011 – CRA** (Requerimento de Informação) **– ASSUNTO:** Requer, nos termos do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal e art. 50, § 2º da Constituição Federal, conforme solicitação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável do Município de Buritis/RO, informações junto ao Ministro do Desenvolvimento Agrário, Exmo. Sr. **Afonso Florence**, sobre os projetos de assentamento que não se encontram plenamente regularizados conforme o anexo e quanto aos processos de demarcação em andamento. **Autoria:** Senador Acir Gurgacz. No encaminhamento, não houve oradores inscritos. Passa-se à votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **Resultado: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão. EXTRAPAUTA: ITEM ÚNICO: REQUERIMENTO Nº 74, DE 2011-CRA – ASSUNTO:** Requer, nos termos do art. 256, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada do Requerimento nº 47, de 2011 – CRA, aprovado em 18/8/2011, que trata da apreciação do **Projeto de Lei do Senado nº 73, de 2007**, que regulamenta as atividades de pesquisa, produção, importação, liberação no ambiente e comercialização de clones, de mamíferos, exceto humanos, peixes, anfíbios, répteis e aves. **Autoria:** Senador Acir Gurgacz. No encaminhamento, não houve oradores inscritos. Passa-se à votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **Resultado: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta e seis minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Acir Gurgacz,** Presidente da CRA

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Declaro aberta a 53ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 1ª Sessão legislativa da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que, com anuência do Plenário, é dada como aprovada.

Srªs e Srs. Senadores, o XXIII Seminário do Ciclo de Debates e Palestras da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária foi realizado no dia 2 de dezembro no Município de Ariquemes, em Rondônia. O tema do Seminário foi a regularização fundiária na Amazônia, em especial no Estado de Rondônia.

Agradeço ao Presidente do Senado, José Sarney, por ter viabilizado a realização desse Seminário e de outros tantos que houve ao longo desse ano de 2001, com transmissão ao vivo da TV e da Rádio Senado para todo o País.

Aproveito a oportunidade para agradecer também às equipes da TV Senado e da Rádio Senado, que nos acompanharam ao longo desse ano, fazendo audiências públicas externas, fazendo esse ciclo de palestras e debates com transmissão ao vivo tanto pela TV quanto pela Rádio Senado.

Ficam aqui os nossos agradecimentos aos administradores e a todos dos técnicos da TV Senado que nos acompanharam.

Participaram do Seminário a Secretária de Regularização Fundiária do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Drª Shirley Nascimento; a Coordenadora da Regularização Fundiária do Estado de Rondônia, Drª Edinéia Maria Gusmão; o Superintendente do Incra em Rondônia, Carlino Lima; o Presidente do Sindicato Rural de Vilhena e representante da Comissão de Assuntos Fundiários da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), Evandro Padovani – nosso abraço ao Evandro Padavoni, que esteve junto conosco lá em Ariquemes; o Presidente do Sindicato Rural de São Francisco do Guaporé e representante da Confederação nacional da Agricultura no Estado de Rondônia, Edson Afonso Rodrigues – um abraço ao Edson, muito obrigado pela presença lá em Ariquemes; além do Prefeito de Ariquemes, Márcio; o Prefeito de Buritis, Élson de Souza Montes; o Presidente da Câmara de Vereadores de Ariquemes, o Vavá, Valmir Francisco dos Santos – um abraço ao Valmir, muito obrigado pela acolhida em Ariquemes na Casa Legislativa daquele Município; o Vereador Artur Velmer, de Buritis, além da manifestação de diversos assentados e representantes dos agricultores, como o da agricultora Zulmali, do Assentamento Madre Cristina; o agricultor Feijó, do

Assentamento Canaã; entre outros agricultores com quem conversamos naquela sexta-feira muito produtiva para todos nós.

A falta da regularização fundiária é um problema crônico em Rondônia e em toda a Amazônia Legal. O Programa Terra Legal, que iniciou seus trabalhos há dois anos, é o primeiro grande esforço do Governo Federal em realizar a regularização fundiária. Nesse período, o Terra Legal já cadastrou 22 mil famílias nos 52 Municípios de Rondônia, o que possibilitará a regularização de uma área em torno de 2,9 milhões de hectares com o georreferenciamento. Entretanto, isso é apenas 30% da demanda existente. Em Rondônia, o Incra tem 195 projetos de assentamento com 37.108 famílias assentadas em áreas aproximadas a 6 mil hectares. O Estado possui cerca de 30 acampamentos de agricultores que ainda não são considerados assentados pelo Incra. A situação mais grave e os conflitos estão nos acampamentos.

Esse é o cenário da região de Ariquemes, da bacia do Jamari, onde estão os principais acampamentos de agricultores. Só no Município de Buritis são 16 acampamentos, alguns já transformados em assentamentos pelo Incra. Após o Seminário da Comissão de Agricultura em Ariquemes, nos reunimos com os representantes desses acampamentos, no Canaã e no Rota do Sol, onde vivem 126 famílias.

A Justiça determinou a desapropriação e o Governo do Estado está pedindo a revisão do processo, visto que o proprietário da área manifestou interesse em vendê-la para as famílias acampadas, há oito anos, no local.

Quanto ao Acampamento São Francisco, a decisão da Justiça é terminativa pela reintegração de posse e estamos trabalhando junto com o Governo do Estado e o Governo Federal para viabilizar uma solução para que esses agricultores possam ser assentados em uma área que dê condições de vida para essas pessoas.

No assentamento Madre Cristina, onde vivem 35 famílias há mais de 10 anos, e que está em vias de regularização, a luta agora é pela demarcação individual dos lotes, por infraestrutura, como estradas e energia elétrica, além de assistência técnica e crédito para o plantio da safra.

Os agricultores assentados ou os que já tomaram posse da terra reclamam principalmente da demora nos procedimentos de regularização fundiária, da concessão do título de posse da terra devidamente georreferenciado e registrado em cartório. Os agricultores reclamam da incapacidade do INCRA em realizar os levantamentos georreferenciados com a rapidez necessária, como nos disse o presidente do Sindicato Rural de São Francisco do Guaporé, Edson Afonso Rodrigues. Segundo ele, até hoje o INCRA não certificou nenhuma propriedade rural em Rondônia, a não ser pela via judicial.

Evandro Padovani, presidente do Sindicato Rural de Vilhena, lembrou que os produtores, sem os títulos de suas terras, além de ficarem impedidos de terem acesso ao crédito agrícola, vão ficar igualmente impossibilitados, a partir do ano que vem, de vender bovinos para frigoríficos devido a exigência feita pelo Ministério Público Federal de licenciamento ambiental, que só é concedido a propriedades com escritura regularizada.

Na avaliação de Ednéia Maria Gusmão, somente através de uma ação integrada dos governos federal, estadual e municipal, será possível realizar de maneira adequada o programa de regularização fundiária. Em convênio celebrado com o governo federal, o Estado realizou em 2011 os georreferenciamentos de 5 mil propriedades de um total previsto de 12 mil.

A secretária extraordinária de Regularização Fundiária na Amazônia Legal do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Shirley Nascimento, chamou a atenção para as dificuldades de realização do trabalho de georreferenciamento nas áreas rurais da Amazônia. Segundo ela, muitas empresas que foram contratadas inicialmente pelo Governo Federal para realizar esse serviço, desistiram logo no início dos trabalhos, o que causou atrasos no programa.

De acordo com a secretária de Regularização Fundiária do MDA, o trabalho é lento porque envolve procedimentos técnicos, questões judiciais, cartorárias, órgãos dos governos federal, estaduais e municipais e muitos conflitos e interesses. Para chegar ao título é preciso ter a gleba georreferenciada e certificada e nenhuma questão jurídica pendente. Segundo a Dra Shirley Nascimento, nesses dois primeiros anos o Terra Legal conseguiu sanear 30 anos sem um trabalho efetivo de regularização de terras na Amazônia.

Espero que daqui pra frente este trabalho seja mais rápido e com uma resposta mais positiva para a sociedade brasileira, em especial a sociedade do nosso Estado de Rondônia. Estamos confiantes nesse trabalho e é isso que precisamos para continuar produzindo com inclusão social, desenvolvimento econômico e proteção ambiental. Principalmente proteção ambiental. Não dá para cobrar o não desmatamento sem a regularização fundiária, sem a documentação dessas famílias.

Precisamos cuidar do ser humano para que eles possam cuidar das florestas e das reservas. São essas pessoas que, por meio dos seus documentos, poderão ajudar o meio ambiente, não apenas melhorando a agricultura brasileira, aumentando a produtividade, aumentando a qualidade dos produtos, mas também

cuidando do meio ambiente, cuidando das nossas reservas.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Para uma questão de ordem, Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Obrigado, Senador Acir, nosso Presidente da Comissão; cumprimento os demais nobres colegas; é com alegria que nós, na Comissão de Agricultura, temos trabalhado e lutado e prol do setor produtivo do Brasil. Poucos dias atrás, esta Comissão, na presença do seu Presidente, Senador Acir Gurgacz, esteve na cidade de Ariquemes atendendo toda aquela grande região produtora do Vale do Jamari. Não pude estar presente naquela data, mas quero deixar o meu abraço a toda população, aos produtores, representantes de sindicatos, associações que estiveram presente, reivindicando, as famílias que foram lá em busca de alternativa, especialmente para a situação de regularização fundiária do nosso Estado de Rondônia. Gostaria muito de ter podido participar daquele encontro, mas não foi possível. Mesmo assim, quero aqui externar a minha gratidão pelas pessoas, pelas lideranças que participaram desse evento na Câmara Municipal de Ariquemes. Ao mesmo tempo, quero fazer coro com as palavras do nosso Presidente.

Não podemos aceitar, nobres Senadores, que estamos aqui já quase no ano de 2012, com tantas terras para regularizar e que o Incra, infelizmente, não consegue fazer a regularização. O pouco que o Incra faz, na questão de georeferenciamento, ainda é por liminares da Justiça. Temos naquele órgão servidores de carreira competentes, pessoas sérias, mas não consegui entender o que o Incra, nos últimos dez anos, está fazendo na Amazônia, sabendo que, no passado, fez um trabalho extraordinário, um trabalho que fez um modelo de reforma agrária para o Brasil, especialmente nos assentamentos em Rondônia, desde o assentamento do Colorado, assentamento da Zona da Mata, assentamento da Grande Região do Ouro Preto, da cidade nossa do Carlos Magno, da região do Machadinho, do nosso presidente da Assembleia Legislativa Neudir, hoje deputado estadual, como também na grande região de Ariquemes.

O que me entristece muito, Sr. Presidente, é saber que, em 2009, fizemos um acordo com a então Ministra Chefe da Casa Civil e hoje nossa Presidente do Brasil, Presidente Dilma, fizemos uma permuta: o Estado deu 180 mil hectares de terras em troca, Srs. Senadores, de 144 mil hectares de terra para regularização da Flona do Bom Futuro. Essa permuta foi aceita, o Senado Federal e a Câmara aprovaram. Na época o então Presidente da República, o Presidente Lula, sancionou e, até agora, sequer estão fazendo a regularização fundiária, sequer foi tomada providência para encontrar um entendimento e, ao mesmo tempo, dar o direito para os verdadeiros proprietários. Muitas multas foram feitas pelo IBAMA depois de 2008, multas irresponsáveis, multas por abuso de autoridade, multas de agricultores que se venderem seus 100 hectares de terra não pagam seus R$3 milhões de multas, quando houve um acordo com o Palácio do Planalto, houve um acordo com o Ministério do Meio Ambiente, houve um acordo com a Casa Civil.

E não é só essa questão da Flona do Bom Futuro. Temos buscado aqui a regularização, por isso é importante que tenha o MT Legal, para que possamos dar condição de esses pequenos proprietários, esses assentamentos sejam regularizados.

Não podemos jamais concordar, aceitar a maneira como vem sendo conduzida, Sr. Presidente, a regularização fundiária, está a passo de jaboti. Somos da base do Governo Federal, mas quero deixar bem claro aos órgãos responsáveis por isso que eles têm que andar a passo de gigante.

Se queremos coibir o desmatamento, nós, que aprovamos há poucos dias o Código Florestal nesta Comissão e no Plenário do Senado – está para ser votado novamente na Câmara dos Deputados – não podemos admitir, de maneira nenhuma, que o desmatamento volte a acontecer. E só temos um caminho: a regularização. A regularização, de um lado, para punir os abusos e, de outro, para estimular o desenvolvimento e o crescimento com liberação de recursos.

Sr. Presidente, a importância que têm o agronegócio e a agricultura familiar no Estado de Rondônia é tão grande que é o que vai segurar a economia daquele Estado após as usinas. A ressaca das usinas em Rondônia já começou, já tem gente desempregada, os dois consórcios já mandaram mais de 15 mil pessoas embora. Esse desemprego que está acontecendo em Porto Velho tem que ser absorvido urgentemente para o interior do Estado de Rondônia, no agronegócio, na agricultura familiar, nos investimentos e em novas estruturas.

Por isso, quero aproveitar esta oportunidade para, além de parabenizar as pessoas que participaram, que reivindicaram e as lideranças da grande região de Ariquemes, mandar nosso abraço para o nosso grande líder, nosso ex-deputado estadual – foi líder enquanto fui governo lá – o empresário Tiziu, e a toda equipe que esteve presente, o Edson, que é meu assessor em Ariquemes.

Quero também parabenizar aqui, Sr. Presidente, o Basa, Banco da Amazônia. Quando fui governador por dois mandatos, por várias e várias vezes, reivin-

dicamos uma agência do Basa em várias cidades do Estado de Rondônia. Temos 52 Municípios e poucas agências no Estado de Rondônia. E a cobrança nossa foi muito grande, porque não era justo que a população da cidade de Jaru tivesse de se deslocar de Jaru e ir para a cidade de Ariquemes para poder ter acesso ao crédito. Não adianta dizer que têm recursos quando você não tem condições de chegar à ponta, que é o produtor. E essa dificuldade tinha. Que podia pegar um empréstimo em Ariquemes ou em Ji-Paraná é quem tinha carro, quem tinha condições, os empresários de grande porte. Hoje, com a agência que foi aberta na cidade de Jaru, os agricultores da grande região de Jaru têm condições. Os de Theobroma, de Nova União, de Mirante da Serra, de Jorge Teixeira hoje têm acesso ao Banco Basa, com recursos do programa do FNO e de outras linhas de crédito Basa a juros subsidiados.

Então, quero parabenizar o Presidente do banco, que é o Sr. Abdias José de Sousa, que vem fazendo um grande trabalho. Ele vai ser ouvido daqui a pouquinho, ele vai participar de uma audiência pública aqui, pela Comissão de Desenvolvimento Regional. Também quero parabenizar o ex-Superintendente do Estado de Rondônia, que fez um grande trabalho, que é um grande profissional, que é um grande técnico, o Wilson Evaristo. Hoje, ele é Superintendente-Geral do Basa na Amazônia. Deixo o nosso abraço ao Wilson Evaristo, que assumiu esse cargo há poucos dias. É um grande técnico, é uma pessoa que fez o banco crescer no Estado de Rondônia vertiginosamente. Ao mesmo tempo, deixo também um abraço ao nosso Superintendente de Rondônia, que substituiu Wilson Evaristo, o Valdecir José de Souza Tose, que vem fazendo um grande trabalho. Além da agência da cidade de Jaru, que foi inaugurada, veio também ao encontro da nossa solicitação, juntamente com os vereadores, os prefeitos, a própria bancada federal, uma agência na cidade de Pimenta Bueno. Eu também fui convidado para estar, há poucos dias, na inauguração da agência do Basa de Pimenta Bueno, mas não foi possível estar presente. Na última segunda-feira agora, nesta semana, teve a inauguração da agência do Basa na 429, na grande cidade de São Miguel do Guaporé, cidade do Prefeito Ângelo Fenali. Quero deixar um abraço para o Ângelo, quero deixar um abraço para os vereadores, para toda a sociedade, para os produtores rurais do Vale do Guaporé, que tiveram a felicidade de ter, na última segunda-feira, agência do Basa.

Qual a importância? Por que estou aqui, Srs. Senadores, Sr. Presidente, falando dessas agências do Basa? É uma agência de fomento. Não adianta dizer que tem uma agência de fomento, se ela, na verdade, não está na localidade onde se produz. A agência do Basa na cidade de São Miguel vai diminuir o sofrimento dos produtores da 429, que se deslocavam de São Francisco, de São Miguel, de Seringueiras, de Brasilândia, indo para Rolim de Moura. Isso é um absurdo! Não tinha cabimento nisso. E não são só essas agências. Nós temos ainda no mínimo mais dez agências para serem abertas urgentemente em Rondônia. A exemplo disso, uma agência do Basa urgentemente na cidade de Colorado ou em Cerejeiras, para poder atender à demanda daquela que é a maior região polo produtor de soja, de milho, de arroz do Estado de Rondônia. Nós temos a cidade de São Francisco que também solicita uma agência do Basa. Temos também a cidade de Ouro Preto, que é um polo, a maior bacia leiteira, junto com Jaru, do Estado de Rondônia, que também precisa de uma agência do Basa. Temos também, como todo mundo tem acompanhado, a cidade de Presidente Médici, que também solicita uma agência do Basa. Temos a cidade de Alta Floresta d'Oeste, que é o maior polo produtor de feijão do Brasil, tirando a região da Bahia, Irecê e outros lugares, como Santa Catarina, do Senador Casildo Maldaner, que está aqui e que foi um grande comprador e produtor de feijão no interior de Santa Catarina, na região de Maravilha. Eu me recordo de que eu era moleque na época. Alta Floresta é um polo produtor, um polo produtor de café e de feijão. É o maior polo produtor do Estado de Rondônia. Então, o Basa, por mais que tenha inaugurado agência... Também em Extrema, há poucos dias, inaugurou-se agência. Eu fico feliz com isso, porque vem ao encontro de as pessoas não saírem de Extrema, Nova Califórnia, Vista Alegre do Abunã e virem para Porto Velho, andando praticamente 350 quilômetros, navegando por uma balsa, que, muitas vezes, não se consegue passar na seca, porque a balsa encalha no meio do rio. Hoje também lá tem uma agência do Basa.

Portanto, para concluir minhas palavras, quero aqui parabenizar a equipe do Basa, o Presidente Wilson Evaristo, o Valdecir, Superintendente de Rondônia, e ainda solicitar essas outras novas agências para essas localidades, uma vez que a produção agrícola e pecuária nossa, do Estado de Rondônia, é muito grande. A bacia leiteira do Estado conta com mais de dois milhões de litros de leite por dia. Rondônia é o Estado da região amazônica que mais investe recursos para o programa familiar das pequenas propriedades.

Daí a importância do Basa, que sempre investiu no Estado de Rondônia – começou na época do meu governo. Além de aplicar os recursos dele, que tinha para o Estado, ainda pegava as sobras dos outros Estados e lá investia. Quem ganha com isso, Sr. Presidente? Quem ganha não somos nós, mas todos os

moradores do Estado de Rondônia, toda população brasileira. Precisamos continuar investindo, para que o agronegócio, a pecuária e a agricultura sejam cada vez mais fortes, que é a única maneira que temos para absorver a ressaca que virá das usinas.

Parabéns e obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Ivo Cassol.

De fato, a expansão das agências do Banco do Brasil e do Basa mostra, Senador Casildo, como Rondônia está crescendo, porque o Banco não abre agência em Municípios que não têm capacidade de absorvê-la.

Rondônia está em pleno desenvolvimento, em pleno crescimento, e o termômetro é exatamente a presença dos bancos nos Municípios, a presença dos bancos próxima ao seu tomador de empréstimo, ao seu depositante, ao seu usuário, e o Basa tem feito um trabalho muito importante no Estado. Estivemos lá, em São Miguel, nessa segunda-feira, junto com o presidente Abdias, junto com o superintendente, o gerente, o Prefeito Ângelo e a população de São Miguel inaugurando uma agência, eu diria, uma das mais bonitas feitas pelo Basa no Estado de Rondônia. Muito organizada, com tecnologia de ponta. Isso mostra o crescimento, o desenvolvimento no Vale do Guaporé, em especial na cidade de São Miguel. Evidente que nós esperamos que todas as cidades do Estado tenham uma agência do Basa no seu Município, na sua cidade, não é para deixar bonita a cidade, mas para atender às necessidades da população, principalmente do nosso agricultor. Precisamos que o agricultor tenha acesso, Senador Sérgio, a financiamentos, a projetos do governo, aos planos agrícolas, e através dos bancos de fomento, e o maior banco de fomento da Amazônia é o Basa, principalmente com o FNO (Fundo Constitucional de Financiamento do Norte), que tem realmente ótimos planos para o desenvolvimento, para a agricultura do nosso Estado. E a agricultura de Rondônia vem crescendo, vem desenvolvendo, com ações conjuntas do MDA, com o governo do Estado, como Ministério da Agricultura, com os prefeitos.

A nossa Amazônia está se desenvolvendo sem promover a transformação, ou seja, o desmatamento – essa é uma palavra proibida agora, Cassol; não é mais desmatamento, é transformação que temos que falar. Temos que falar em transformação de floresta para área produtiva. Não está havendo mais essa transformação e sim uma recuperação das áreas degradadas. Esse é um ponto importante, onde precisamos avançar cada vez mais.

Passamos à apreciação dos nossos projetos do dia de hoje.

Item 1:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 80, DE 2011
– Não Terminativo –

Dispõe sobre a obrigatoriedade de empresas de beneficiamento e comércio de laticínios informarem ao produtor de leite o valor pago pelo produto até o dia 25 (vinte e cinco) de cada mês e a proibição de diferenciação de preços entre produtores e a proibição da prática de cotas de excedente, chamado de produção excedente, entre os períodos das águas.

Autoria: Deputado Reginaldo Lopes

Relatoria: Senador Acir Gurgacz

Relatório: Pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1.

Observações: – Não foram oferecidas emendas no prazo regimental perante a CRA.

– Na 49ª Reunião Extraordinária da CRA realizada em 17/11/2011, o Projeto é incluído como item Extrapauta. Colocada a matéria em discussão, após a leitura do relatório pelo Senador Acir Gurgacz, relator, a Presidência suspende a discussão, que será retomada na próxima reunião deliberativa. Matéria em fase de discussão.

– Em 30/11/2011, o Senador Acir Gurgacz apresenta novo relatório pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1.

– Votação Nominal.

Em virtude de ser o relator da matéria, passo a presidência ao Senador Casildo Maldaner, para que eu possa ler o meu relatório.

Com a palavra ao Senador Casildo Maldaner.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Recebo a incumbência de, provisoriamente, exercer a presidência, com muita honra da Comissão de Agricultura da Casa, substituindo aqui o eminente Senador Acir Gurgacz.

Em função do que prevê o Regimento, como relator dessa parte, antes de conceder a palavra, eu comunico que, em reunião realizada em 17 de novembro próximo passado, foi lido o relatório pelo Senado Acir Gurgacz, tendo sido iniciada a discussão. Entretanto, o Relator manifestou pela inclusão de uma emenda de redação com o objetivo de melhor adequação da ementa.

Com a palavra, então, o nosso eminente Presidente da Comissão e, no caso, Relator, para proferir o seu novo relatório.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – A proposição em exame é o Projeto de Lei da Câmara

(PLC) nº 80, de 2011 (PL nº 547, de 2003, na origem), do Deputado Reginaldo Lopes que dispõe sobre a obrigatoriedade de empresas de beneficiamento e comércio de laticínios informarem ao produtor de leite o valor pago pelo produto até o dia 25 (vinte e cinco) de cada mês e a proibição de diferenciação de preços entre produtores e a proibição da prática de cotas de excedente, chamado de produção excedente, entre os períodos das águas.

A proposição contém dois artigos, sendo que o art. 1º estabelece para a empresa de beneficiamento e comércio de laticínios a obrigatoriedade de informar ao produtor de leite o preço pago pelo litro do produto até o dia 25 (vinte e cinco) do mês anterior à entrega.

Pelo parágrafo único, a não informação penalizará a empresa de beneficiamento e comércio de laticínios a pagar o maior preço praticado no mercado.

O art. 2º trata da cláusula de vigência.

O autor da proposição argumenta que "a produção leiteira é responsável por grande parte dos empregos gerados no campo, e esses produtores devem ser protegidos pela lei, para que possam continuar a produzir, tanto o grande produtor como o pequeno".

O PLC em apreciação foi distribuído para análise terminativa desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

No Senado Federal, não foram apresentadas emendas ao PLC nº 80, de 2011.

Portanto, entendo que é um projeto importante para os produtores de leite de nosso País.

E justo que o produtor de leite possa saber o preço do litro de leite antes de entregar o seu produto. Ele precisa saber quanto vai receber pelo seu produto. É nesse sentido que nós encaminhamos pela aprovação do projeto, para que o nosso produtor leite possa saber quanto ele vai receber depois de entregar o seu produto.

Eu diria que talvez seja o único segmento econômico que não sabe o preço do seu produto na hora da entrega, não tem ideia de quanto vai receber.

Com esse projeto de lei, ele passará a saber qual é o valor do seu produto e quanto ele vai receber pelo seu trabalho.

É uma reivindicação antiga dos produtores de leite, principalmente os do meu Estado, Rondônia, que vivem sempre na incerteza, sem saber quanto vale seu produto, quanto ele vai receber por um litro de leite, quanto ele vai receber pelo seu trabalho. É uma reivindicação antiga. Eu entendo que com esse projeto de lei vamos atender a essa reivindicação de nossos produtores de leite, que é pertinente.

É esse o meu parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Antes de colocar em discussão a matéria, quero cumprimentar V. Exª, Senador Acir.

Eu não sabia. Há pouco eu recebi a informação pelo Senador Ivo Cassol de que Rondônia produz cerca de 2 milhões de litros de leite por dia. Esse projeto que o Senador Acir Gurgacz relata traz uma clarividência, traz uma luz para que os produtores possam entender. E eu pegaria um gancho, pois V. Exª disse que, não só no Vale do Guaporé, como citava, mas também na região ocupar, nós só podemos transformar, porque não se pode mais... O desmatamento é zero de certo modo. Temos que transformar aqueles 20%. Para transformar, tem que haver o milagre dos 20%. Eu não sei até onde esse milagre vai se multiplicando, porque só se podem ocupar 20% de uma floresta. Não é fácil. Até onde isso vai? Daqui um pouco, vamos pedir: "Pelo amor de Deus, vamos avançar mais 10% ou mais 20% para chegar..." Não sei se um dia não vai chegar a isso, mas quero cumprimentá-lo.

O leite naturalmente pode ser produzido em pequenos lugares – não se precisa de muita região –, mas precisamos do milagre da transformação.

Meus cumprimentos.

Está em discussão a relatoria do eminente Senador Acir Gurgacz.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – É uma alegria, Sr. Presidente, ver comandando a Mesa, neste instante, no lugar do Senador Acir, o Senador Casildo, que veio de um Estado produtor e que também é da agricultura.

Vou dizer para vocês o que eu senti na pele como Governador do Estado de Rondônia, dividindo as lágrimas e os sacrifícios por que os produtores do nosso Estado de Rondônia passam a cada ano. É inaceitável a maneira como é conduzido o processo de comercialização dos produtos derivados, não só o produto já processado, mas especialmente o leite, que é produzido pelos nossos agricultores.

O agricultor programa-se durante o mês, durante o ano. Há um período de seca em que o preço é estável. Infelizmente, em épocas de importação, acaba-se derrubando o preço do leite.

Quero aqui deixar um alerta ao Ministro da Agricultura, que é um gaúcho, um cidadão arrojado, determinado, para que o Brasil não importe leite em pó nem *in natura*, de maneira nenhuma, a fim de não prejudicar os nossos produtores. A exemplo disso, muitas e

muitas vezes o preço do leite abaixou: saiu de oitenta centavos o litro, setenta centavos o litro e caiu para trinta e poucos centavos o litro.

E qual é a preocupação que traz este projeto que o Relator Acir Gurgacz acabou de ler? Dar garantir para o agricultor, no mês anterior da entrega, ao preço médio da praça, para poder ter condições de absorver a despesa que ele tem com a propriedade.

O que acaba acontecendo, Sr. Presidente? Acaba acontecendo o seguinte: o preço do leite cai, mas o arame liso, o sal, a ração, o sal mineral, ou seja, os produtos necessários para poder melhorar a produção de leite... E nós, como falei há pouquinho, que produzimos em torno de mais de dois milhões de litro de leite por dia no Estado de Rondônia, ao mesmo tempo temos que dar estabilidade para a nossa sociedade, para os comerciantes, porque a alegria do homem do campo é a felicidade do povo na cidade. Se o homem do campo vai mal, Srs. Senadores, o povo da cidade deixa de vender. Esse dinheiro deixa de circular dentro da cidade.

E o que estamos trazendo com isso? Por isso, sou favorável a este projeto. Sou favorável, por quê? Vai dar garantia, no mínimo, ao agricultor de poder saber o que vai ter no mês subsequente. Não é o laticínio que vai mudar o preço do dia para a noite, na última hora ou 60 dias depois que entregou o leite. Hoje, o que acontece? No Estado de Rondônia, infelizmente, nem meia dúzia, três ou quatro donos comandam todos os laticínios no Estado de Rondônia. Virou, na verdade, uma situação difícil. É igual ao frigorífico. No Brasil, os frigoríficos também estão na mão de meia dúzia, e a concorrência acaba saindo. Com isso, nós precisamos dar garantia.

Além disso, em relação ao excedente – está aqui no projeto de lei – que o agricultor entrega, quando ele está vendendo a oitenta centavos o litro, eles querem pagar o excedente a quarenta centavos o litro. E, com esse projeto aqui, o proprietário do laticínio ou mesmo da fábrica de leite em pó não pode diminuir o preço do produto, da matéria-prima de que ele precisa dentro da indústria.

Portanto, sou favorável. Defendo o setor produtivo. Eu acho que este projeto de lei atende 10%, na verdade, do que teria que atender na íntegra.

O que nós precisamos fazer, no meu entendimento, nesta Comissão, Sr. Presidente? Nós precisamos urgentemente debater a importação de produtos. Nós não podemos jamais colocar na mão calejada do agricultor a responsabilidade de uma provável inflação ou uma majoração de preços no mercado, porque o produtor, na verdade, só está produzindo para a sobrevivência. Se produtor rural, se produtor de leite desse dinheiro e deixasse produtor rico, todos os nossos produtores do Brasil estariam andando de SW4. Mal, mal eles andam com um Golzinho, com um fusquinha ou com um Uno para cima e para baixo.

Portanto, o que nós precisamos dar? Precisamos dar garantia para quem produz neste País. E, infelizmente, essa garantia é muito pequena.

Este projeto ajuda, vem de encontro, mas ainda não é aquilo que nós almejamos e que o produtor almeja. Pelo menos, já é um pedaço, já é alguma coisa que estamos podendo fazer, garantindo os trinta dias pela frente.

Hoje, Senador Sérgio – V. Exª é do Paraná, que também é uma bacia leiteira daquela região –, ocorre o contrário. Hoje, o produtor entrega o leite e não sabe que preço vai receber no mês subsequente. Ele tem uma despesa de cinquenta centavos o litro e vai receber, no mês subsequente, quarenta centavos o litro.

Então, este projeto vem dar garantia ao agricultor pelo menos no mês subsequente, até a estabilidade na produção da sua propriedade. Então, isso vem fazer o quê? Vem fortalecer o homem do campo, trazendo a felicidade para o povo na cidade, porque o agricultor não fica com o dinheiro debaixo do travesseiro ou no colchão. Ele gasta no comércio. E, gastando no comércio, esse dinheiro circula na cidade. Circulando na cidade, está gerando emprego, gerando renda, e, é lógico, nós estamos vendendo queijo de boa qualidade, que é o queijo de Rondônia, o queijo mais afrodisíaco que existe. Digo ao povo do Brasil inteiro que está nos assistindo: de repente, porventura, se o troço estiver meio acomodado, adquira o queijo produzido em Rondônia, que é um queijo natural, é um queijo igual ao boi verde. A carne de Rondônia é a melhor carne do Brasil. Por que é a melhor carne do Brasil? Porque é do boi verde. Só engorda no campo, não tem nada mais disso... É a melhor carne que tem. Experimente a carne do Brasil e a do Mato Grosso também, que é vizinho – não vou desfazer do Mato Grosso também.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Continua em discussão.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Embora não haja quórum para deliberar no momento, pois se trata de um projeto terminativo, continua em discussão.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Com a palavra o Senador Sérgio.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – O queijo e a carne do meu Estado também são de excelente qualidade, tão bons quanto os de Rondônia e também do Mato Grosso, do Mato Grosso do Sul.

Este é um projeto que chama a minha atenção.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Não querendo aparteá-lo, mas a carne de Santa Catarina é livre de vacinação. Não precisa nem de ingrediente.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sabemos disso. Conhecemos muito bem as barreiras sanitárias ali. Santa Catarina é um Estado que protege muito o seu território no que diz respeito aos produtos agropecuários.

Sr. Presidente, este é um projeto – quero parabenizar pelo relatório o Senador Acir Gurgacz – que interessa não só o Estado de Rondônia, os Estados do Sul, a bacia leiteira de Minas Gerais, que á maior bacia leiteira do Brasil, mas também toda a população nacional, porque, de uma forma ou de outro, os cidadãos brasileiros consomem os produtos derivados de leite.

Aqui nós estamos tentando proteger – acho que esta é a intenção – o produtor de leite: não o grande produtor, mas, sim, o pequeno produtor, porque o grande produtor tem, na sua propriedade, a estrutura necessária e o planejamento necessário, Senador Russo, para a viabilização e o controle do preço, porque ele faz até mesmo contratos futuros com os grandes laticínios, com as grandes empresas produtoras de derivados de leite.

A questão deste projeto de lei é a proteção do pequeno produtor, daquele que levanta de madrugada e vai dormir muito tarde, porque está preparando o trato do gado, da vaca leiteira para o dia seguinte.

Conheço muito bem essa realidade, porque eu tenho a minha origem no campo. A minha família, os meus pais, até hoje, são pequenos agricultores e tiram o leite na madrugada para entregar no laticínio ou para produzir o queijo da colônia.

Então, eu quero aqui falar da importância de um projeto dessa natureza e enaltecer aqui a iniciativa colocada pelo Senador Acir Gurgacz, no sentido de fazer a alteração que entendeu necessária, e também enaltecer aqui, Presidente Casildo, a iniciativa do Deputado Reginaldo Lopes, que teve a feliz ideia de propor um projeto que protege o produtor, o pequeno produtor de leite de todo o Brasil e não somente do meu Estado ou do seu Estado ou do Estado dos Senadores que estão aqui presentes.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Muito bem.

Continua em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo mais...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Quero apenas indagar, Senador Sérgio, se V. Exª, eventualmente, pela informação que eu obtive, vai pedir vista do processo. Isso tem fundamento ou não?

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Não. Vai ser votado hoje?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Vai ser votado, sim.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Haverá quórum?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Na medida em que chegarem os nobres Senadores, eu imagino que vai ser votado.

Faço essa indagação a V. Exª, porque, se V. Exª for pedir vista, nós não vamos fazer um trabalho aqui no sentido de também buscar outros Senadores em outras comissões. É só essa a minha indagação.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Não, não vou. Acho que o projeto está bem elaborado. Se nós tivermos condições de votar, vamos votar.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Então, vamos buscar mais gente.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Bom, como não há...

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Pois não.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Se por acaso faltarem dois Senadores, pedimos vista só para poder ganhar tempo até a próxima...

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – O que nós vamos fazer é o seguinte...

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Podemos suspender temporariamente. Suspenda, temporariamente.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Nós vamos fazer o seguinte: vamos continuar.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Vamos suspender para tomar café.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Como não há quórum, aguardaremos e vamos continuar a pauta, porque o Relator do próximo item, inclusive, também é o nosso Senador Acir, que é o Presidente da Comissão. Como ele é o Relator,

passamos para o próximo item, e, neste ínterim, pode ser que haja quórum.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 73, DE 2007
– Não Terminativo –

Regulamenta as atividades de pesquisa, produção, importação, liberação no ambiente e comercialização de clones de mamíferos, exceto humanos, peixes, anfíbios, répteis e aves.

Autoria: Senadora Kátia Abreu

Relatoria: Senador Acir Gurgacz

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 1 (substitutiva).

Observações: – *Não foram oferecidas emendas no prazo regimental perante CCT.*

– Em 18/08/11, na 28ª Reunião Extraordinária da CRA, a Comissão aprova o Requerimento nº 47, de 2011-CRA, de autoria do Senador Acir Gurgacz, no sentido de que o estudo do Projeto seja feito em reunião conjunta da CRA, CCJ e CMA nos termos do art. 113 do Regimento Interno do Senado Federal.

– A matéria foi apreciada pela CCT, tendo sido aprovado o Parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CCT (Substitutivo), e será ainda apreciada pela CCJ e posteriormente pela CMA em decisão terminativa.

Entretanto, o Senador Acir Gurgacz se manifestou pela retirada do requerimento para que a matéria seja apreciada separadamente.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Como nós estamos a sentir que há quórum para votar a matéria anterior, antes de o Relator, que é o próprio Presidente, Acir Gurgacz se pronunciar em relação ao item 2, vamos aproveitar o momento em que há quórum para colocarmos em votação o item que estávamos discutindo, que é o item 1.

Esclareço que o projeto é de natureza terminativa, exigindo quórum e votação nominal. Portanto, farei a chamada nominal.

Vamos começar aqui pelo Senador Acir Gurgacz, cujo voto é conhecido.

Senador Lauro Antonio.

O SR. LAURO ANTONIO (PR – SE) – Voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) –Casildo Maldaner, "sim".

Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Pelo bem dos produtores de leite e por uma melhor condição para o setor produtivo, com certeza, o voto é "sim".

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Obrigado.

Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Senador Antonio Russo.

O SR. ANTONIO RUSSO (PR – MS) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Consulto se deixei de chamar algum Senador. *(Pausa.)*

Todos foram chamados.

Está aprovado o projeto.

Esclareço que o presente projeto é de natureza terminativa. Então, segue os caminhos normais, com a aprovação, este projeto.

Quero cumprimentar o Relator pela aprovação. Houve uma torcida extraordinária para que o Brasil conhecesse a aprovação do projeto.

Continuamos, agora, no item 2.

Sobre a mesa, requerimento de retirada do Requerimento nº 47, de 2011, de autoria do Senador Acir Gurgacz, nos termos do art. 256, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal.

Requeiro, nos termos do art. 256, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada do Requerimento nº 47, aprovado em 18 de agosto de 2011, que trata da apreciação do Projeto de Lei do Senado nº 73, de 2007, que regulamenta as atividades de pesquisa, produção, importação, liberação no ambiente e comercialização de clones de mamíferos, exceto humanos, peixes, anfíbios, répteis e aves.

Sala das Sessões.

Senador Acir Gurgacz.

Em votação o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Fica aprovado o requerimento. Passamos, com isso, à apreciação da matéria.

Com a palavra o Relator, Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Casildo Maldaner, que preside esta reunião.

Meus cumprimentos pela mobilização para que nós pudéssemos ter votado e aprovado a questão do leite do nosso País. Uma votação importante para os nossos agricultores brasileiros, em especial para os produtores de leite do Estado de Rondônia.

Esta proposição pretende regulamentar as atividades de pesquisa, produção, importação, liberação no meio ambiente e comercialização de clones de peixes, anfíbios, répteis, aves e mamíferos, exceto humanos.

O art. 2º do Projeto estabelece as definições pertinentes à aplicação da norma. Os dispositivos subsequentes fixam as condições para a realização de pesquisa com clonagem e para a produção comercial e a importação de clones (arts. 3º a 13). Assim, são definidos os documentos necessários a serem apresentados pelos interessados, os prazos administrativos e os órgãos do Poder Executivo Federal responsáveis por registrar, autorizar e fiscalizar as atividades envolvendo pesquisa, produção e importação de clones.

De acordo com os arts. 14 e 15, que tratam das responsabilidades civis e administrativas, os responsáveis por danos ao meio ambiente e a terceiros responderão pela indenização ou reparação integral do dano causado, sendo também correponsabilizada a instituição que realizar clonagem de animal cuja propriedade não tenha sido comprovada pelo interessado.

Em seguida, os arts. 16 a 19 definem as penalidades para as infrações administrativas decorrentes da inobservância das normas previstas na lei, bem como os órgãos responsáveis pela aplicação das sanções.

Os arts. 20 a 24 tipificam os crimes referentes ao descumprimento da lei e especifica as respectivas penas, que podem ser de detenção de um a quatro anos ou de reclusão de um a seis anos, além de multa.

O art. 25 estabelece que as instituições que desenvolvem atividades de clonagem deverão requerer o registro a partir da publicação da lei, ficando os órgãos competentes obrigados a emitir o documento dentro dos prazos nela previstos.

O art. 26 determina que os clones de mamíferos destinados à comercialização e os clones de animais com características de biorreatores deverão ser rastreados.

Por fim, o art. 27 estabelece a cláusula de vigência.

O Projeto tramitou pela Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT), onde recebeu parecer favorável, com substitutivo apresentado pelo Relator, Senador Gilberto Goellner. Além desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a Proposição será também analisada pelas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), cabendo a esta última a decisão terminativa.

Com o objetivo de instruir a apreciação da Proposição, a CCT realizou duas audiências públicas, com a presença de pesquisadores do Centro de Recursos Genéticos e Biotecnologia da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa-Cenargen) e da Universidade de São Paulo (USP), bem como de representantes do setor pecuário e de órgãos governamentais com interesse na matéria.

Na CCT o Projeto recebeu Parecer favorável nos termos da Emenda Substitutiva apresentada pelo Relator, Senador Gilberto Goellner.

De acordo com o art. 104-B, inciso IX, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à CRA opinar sobre o mérito das proposições referentes à utilização e conservação dos recursos genéticos na agricultura.

É um projeto de autoria da Senadora Kátia Abreu, que traz a regularização dos clones para animais no nosso País.

Portanto, o nosso voto, Sr. Presidente, é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 73, de 2007, nos termos da seguinte Emenda Substitutiva, que está incluída no Projeto.

Portanto, o nosso voto é pela aprovação da Emenda, com a Emenda Substitutiva, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Cumprimento o Relator, Senador Acir Gurgacz, que conclui pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 1, Substitutiva.

Coloco em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

Não havendo...

Fica aprovado então...

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o Parecer pela aprovação, na forma da Emenda nº 1, da Comissão, com Substitutivo.

A matéria será apreciada pela CCJ e, posteriormente, pela CMA, em decisão terminativa.

Antes de devolver a Presidência ao Senador Acir Gurgacz, que vai partir para o Item 3, eu só quero complementar, no Item 1, o resultado da aprovação, que foi

aprovado o Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 2011, com a Emenda nº 1, da CRA. Só para ficar constatado isso. E a matéria, como disse, será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa. É o Item 1. E o Item 2 vai para a CCJ e as outras Comissões.

Feito isto, eu, com muita honra, devolvo a Presidência a quem de direito e legitimamente é, desta grande Comissão. Aproveito para cumprimentá-lo porque ele tem dirigido esta Comissão durante este ano de 2011 com grande sucesso, aliás, com grandes encontros, com grandes temas, a destacar não só as audiências públicas desenvolvidas pelo Brasil afora, de interesse da Comissão e de interesse do agronegócio no Brasil. Temos acompanhado em todos os instantes.

Mas, dentre as matérias importantes, o Código Florestal foi um que perambulou pelo Brasil afora. Sempre à frente o nosso eminente Presidente Acir Gurgacz.

Neste instante, devolvo a Presidência e espero cumprido, neste curto espaço de tempo, com a missão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Casildo Maldaner. Agradeço a sua presteza, a sua atenção e a maneira como conduziu esses trabalhos e a votação e aprovação dessas duas matérias tão importantes para todos nós.

Pergunto ao Senador Ivo Cassol, como Relator *ad hoc*, se é possível relatar o Item 3, para que a gente possa continuar os nossos trabalhos.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 502, DE 2009
– Não Terminativo –

Concede seguro-desemprego, no período de entressafra, ao trabalhador rural que atua no cultivo de cana-de-açúcar.

Autoria: Senador Jarbas Vasconcelos

Relatoria: Senador Benedito de Lira

Relatório: Pela aprovação do Projeto com as Emendas nº 1 a 6.

Observações: – *Não foram oferecidas emendas no prazo regimental perante a CRA.*

– O Projeto constou da pauta da 49ª e 51ª Reunião Extraordinária da CRA realizadas em 17/11/2011 e 1/12/2011, respectivamente.

– A matéria será apreciada pela CAE e posteriormente pela CAS em decisão terminativa.

Com a palavra o Relator *ad hoc*, Senador Ivo Narciso Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Relatório.

Vem a exame da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária o Projeto de Lei do Senado PLS nº 502, de 2009, de autoria do Senador Jarbas Vasconcelos, que concede seguro-desemprego no período de entressafra ao trabalhador rural que atua em cultivo de cana-de-açúcar.

O art. 1º do PLS concede ao trabalhador rural, que tenha como atividade o cultivo de cana-de-açúcar, o direito ao seguro-desemprego durante o período de entressafra dessa lavoura.

A proposição também estabelece, em seu art. 2º, os requisitos formais para que o trabalhador desempregado faça jus ao benefício. Já o cancelamento do seguro-desemprego, nos moldes definidos, tem suas hipóteses arroladas no art. 3º.

O art. 4º do PLS trata da possibilidade de integração do benefício com ações de qualificação profissional e da recolocação do desempregado sazonal no mercado de trabalho.

O art. 5º deixa a cargo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), instituído pela Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, a responsabilidade financeira sobre o pagamento do benefício. Finalmente, o art. 6º institui a cláusula de vigência da Lei.

Aprovado o Requerimento nº 924, de 2010, o PLS nº 502, de 2009, foi redistribuído, retornando à apreciação da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), que se manifesta neste momento, e seguindo para o exame das Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Assuntos Sociais (CAS), à qual caberá a decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas à proposição.

Análise.

O PLS nº 502, de 2009, vem à apreciação da CRA em cumprimento às disposições do art. 104-B do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

O Projeto trata do seguro-desemprego, que integra a seguridade social e se encontra prescrito pelo inciso II do art. 7º e pelo inciso III e § 2º do art. 201 da Constituição Federal, tendo por fim prover assistência financeira temporária ao trabalhador involuntariamente dispensado de suas atividades laborais, auxiliando o desempregado, adicionalmente, na busca e manutenção de novo emprego, por meio de ações voltadas à reorientação e qualificação profissional.

A proposição expande o instituto do Seguro-Desemprego, conforme preconizado pela Lei n.º 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que criou o Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT...

A justificativa mais plausível para a iniciativa advém de sua oportunidade. No fato de vivermos um processo de mecanização acentuada nos métodos empregados na colheita da cana-de-açúcar, cuja decorrência

social mais palpável será uma repentina liberação da força de trabalho atualmente envolvida na atividade.

Nesse sentido, a migração da força de trabalho para outras atividades de maior complexidade parece inevitável. Daí a importância da capacitação dos trabalhadores liberados no período de entressafra. A possibilidade de ainda estimular essas pessoas por meio da percepção de um benefício previdenciário mostra-se como uma alternativa de grande relevância.

Entretanto, cabem ao projeto alguns aperfeiçoamentos.

Particularmente no que diz respeito às disposições presentes no inciso II e no § 1º do art. 1º e no inciso II do art. 3º.

Vamos ao voto, Sr. Presidente.

Pelo exposto, votamos favoravelmente ao Projeto de Lei do Senado nº 502, de 2009, com as emendas a seguir apresentadas:

EMENDA Nº – CRA

Suprima-se o inciso II do art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 502, de 2009, renumerando-se os demais.

EMENDA Nº – CRA

Dê-se ao § 1º do art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 502, de 2009, a seguinte redação:

"Art. 1º .....

.....

§ 1º O valor do benefício de que trata este artigo corresponde a um salário mínimo.

....."

Então, bem explicado aí que a emenda restringe a um salário mínimo.

EMENDA Nº – CRA

Suprima-se o inciso I do art. 3º do Projeto de Lei do Senado nº 502, de 2009, renumerando-se os demais.

EMENDA Nº – CRA

Dê-se ao inciso II do art. 3º do Projeto de Lei do Senado nº 502, de 2009, a seguinte redação:

"Art. 3º .....

.....

I – início de atividade remunerada que garanta mais de um salário mínimo mensal;

....."

EMENDA Nº – CRA

Dê-se aos incisos I e II do § 1º do art. 3º do Projeto de Lei do Senado nº 502, de 2009, a seguinte redação:

"Art. 3º .....

.....

§ 1º .....

I – 12 (doze) meses, no caso previsto no inciso I do caput;

II – 24 (vinte e quatro) meses, no caso previsto no inciso II do caput;

....."

EMENDA Nº – CRA

Dê-se ao § 2º do art. 3º do Projeto de Lei do Senado nº 502, de 2009, a seguinte redação:

"Art. 3º .....

.....

§ 2º O período referido no inciso II do § 1º será dobrado em caso de reincidência."

Sala das Comissões.

É o voto.

Sr. Presidente, nós temos, no Estado de Rondônia também, um setor produtivo que hoje, na cidade de São Felipe e também no Município de Santa Luzia, tem instalada uma usina de álcool, que vem também beneficiar os plantadores de cana do nosso Estado. Portanto, não será só o Estado de São Paulo, o Estado do Paraná, os Estados da região Nordeste ou Centro-Oeste, mas todos aqueles Estados que têm, de alguma maneira, contemplado na agricultura também a produção de álcool ou de açúcar, que têm os canaviais. O Estado de Rondônia também será contemplado. Portanto, meu voto é favorável a esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Ivo Cassol.

O Relator, Senador Ivo Cassol, concluiu pela aprovação do projeto, com as Emendas de nºs 1 a 6.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o Relator permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos, então, ao item 4.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 136, DE 2011 – Não Terminativo –

Estabelece medidas de proteção à mulher e garantia de iguais oportunidades de acesso, permanência e remuneração nas relações de trabalho no âmbito rural e urbano.

Autoria: Senador Inácio Arruda

Relatoria: Senador Jayme Campos

Observações: – *Não foram oferecidas emendas no prazo regimental perante a CRA.*

– Em 1/09/2011, em cumprimento ao Requerimento nº 25, de 2011-CRA, de autoria da Senadora Gleisi Hoffmann, aprovado em 2/06/2011, a Comissão realizou audiência pública para instruir o projeto.

Com a palavra o Relator *ad hoc*, Senador Antonio Russo, para proferir o relatório feito pelo Senador Jayme Campos.

O SR. ANTONIO RUSSO (PR – MS) – Sr. Presidente, como o senhor já relatou, vou direto à análise.

Estamos plenamente de acordo que a discriminação contra a mulher viola os princípios constitucionais da igualdade de direitos e do respeito da dignidade da pessoa humana. Ademais, a discriminação dificulta a participação da mulher, nas mesmas condições que o homem, na vida política, social, econômica e cultural, além de restringir o pleno desenvolvimento das potencialidades da mulher para exercer seus direitos fundamentais, prestar serviços a seu país e à humanidade. Nesse sentido, o PLS nº 136, de 2011, de autoria do Senador Inácio Arruda, é absolutamente meritório, pois estabelece medidas importantes para evitar a discriminação das mulheres no mercado de trabalho.

Contudo, é importante observar que a proposição não traz em seu texto menção exclusiva ao trabalho rural. É, sim, uma proposta de regular de forma ampla as questões relativas à proteção da mulher no mercado de trabalho em geral. De fato, a única referência ao termo rural é feita na ementa da proposição.

Assim, tendo em vista que não há, no projeto em análise, dispositivos que tratem de "emprego rural", mas apenas, conforme observado anteriormente, de relações de trabalho em geral, ponderamos que não compete à CRA sua avaliação. Sob esse aspecto, deve ser reiterado o art. 104-b do Regimento Interno do Senado, que determina ser competência dessa Comissão opinar sobre proposições pertinentes a emprego, previdência e rendas rurais. Importa reiterar também que o PLS 136, de 2011, não regula qualquer dessas matérias especificamente.

Diante dessas ponderações, mesmo sendo o projeto muito bem-vindo, recomendação sua avaliação pelas demais Comissões para as quais a matéria foi previamente distribuída, CAS e CDH, que detêm a competência para examinar as questões relativas a trabalho e direitos da mulher.

Voto.

Em face do exposto, votamos pelo encaminhamento do Projeto de Lei do Senado nº 136, de 2011, à Comissão de Assuntos Sociais, e, em seguida, à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para análise.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Obrigado, Relator, Senador Antonio Russo, pelo seu relatório, que concluiu pelo encaminhamento do PLS 136, de 2011 à CAS e CDH, para análise.

A matéria será apreciada na CAS e, posteriormente, pela CDH, em decisão terminativa.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam com o relator permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

ITEM 5

REQUERIMENTO Nº , DE 2011 – CRA

(Requerimento de Informação)

Requer, nos termos do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal e art. 50, § 2º da Constituição Federal, conforme solicitação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável do Município de Buritis/RO, informações junto ao Ministro do Desenvolvimento Agrário, Exmo. Sr. ***Afonso Florence****, sobre os projetos de assentamento que não se encontram plenamente regularizados conforme o anexo e quanto aos processos de demarcação em andamento.*

Autoria: Senador Acir Gurgacz

Esse requerimento, Srªs e Srs. se originou de uma carta que eu recebi do presidente do *Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, que passo a ler:*

"Sr. Senador, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável do Município de Buritis/RO é órgão colegiado e que tem como objetivo o apoio, desenvolvimento e melhoria da agricultura em prol principalmente do binômio produtividade e preservação, atuando na consolidação da agricultura familiar como meio de consecução dos direitos lançados na nossa Constituição Federal.

Para que seja possibilitado o implemento da qualidade de vida dos agricultores do nosso Município, o ponto primordial passa pela garantia do direito à terra, principalmente as que se encontram demarcadas, atualmente constituindo-se nos projetos de assentamento.

Necessário é,portanto, que sejam adotadas medidas urgentes e definitivas com o fito de possibilitar a concretização da regularização fundiária trazendo um pouco de paz e tranquilidade às famílias que necessitam da agricultura para a sobrevivência, bem como que gerem renda para o Município, para o Estado e para o nosso País.

Para que sejam determinados quaisquer procedimentos indispensável é, no entanto, que se tenha

conhecimento da real situação de cada projeto de assentamento (PA) para que ações específicas possam ser adotadas para cada um desses assentamentos.

Temos conhecimento de que o PA Rio Alto, Alto, Santa Cruz e Santa Helena se encontram emancipados e o PA Buritis se encontra em processo de emancipação. No entanto, mesmo tais projetos de assentamento não se encontram plenamente legalizados, faltando providências distintas. Nos demais assentamentos, pelo que se sabe, sequer existe qualquer regularização em andamento, sendo necessário, conforme já mencionado, o levantamento geral de cada assentamento, tanto administrativo quanto jurídico. Para tal fim, informamos em anexo a relação integral dos projetos de assentamento de Buritis.

Solicitamos, portanto, a V. Exª que se digne questionar ou gestionar junto ao Incra para que as informações possam ser repassadas a V. Exª, assim como ao Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável e que, a partir de tais informações, seja determinada a tomada de providências necessárias para a solução dos problemas, respeitadas as peculiaridades de cada projeto de assentamento.

Quem assina é o Presidente Amarildo Ribeiro, representante da Câmara Municipal no Conselho; Vereador Artur Velmer e o representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais no Conselho, Natal Cambuí da Costa.

É nesse sentido que nós, então, solicitamos esse requerimento ao Ministro Afonso Florence, para que ele nos auxilie prestando esclarecimentos como anda a regularização desses assentamentos no Estado de Rondônia, em especial na região de Buritis. Nós pedimos que o Ministro nos informe e nos dê o apoio necessário para que possamos atender à informação pedida pala população de Buritis e da região sobre todos os PAs daquela região.

Em votação o requerimento.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Pela ordem.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Antes de apurar o resultado, passo a palavra ao Senador Ivo Narciso Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Obrigado.

Quero aqui parabenizar tanto o Presidente Amarildo Ribeiro, de Buritis, como também o Presidente representante da Câmara Municipal no Conselho, Artur Velmer, assim como o representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais no Conselho, Natal Cambuí da Costa, pela iniciativa e, ao mesmo tempo, pelo comprometimento que têm perante aqueles assentados.

Quero dizer que o Ministro do MDA tem demonstrado ser uma pessoa arrojada, especialmente na questão desses assentamentos, a regularização dessas situações e, ao mesmo tempo, a busca de alternativas para podermos dar a esses produtores condições de fazer sua regularização, especialmente também, como disse há pouco, a questão do Incra.

Eu tenho dito que não consigo entender por que o Incra ainda existe, não pelos servidores, mas pelo esvaziamento que fizeram dessa instituição. Era um órgão que vinha ao encontro dos produtores, ao encontro da regularização fundiária da Amazônia e, simplesmente virou uma sucata velha. As estruturas estão rebentadas, está desestruturado. Precisamos aproveitar esses servidores, Sr. Presidente, essa equipe que já faz parte do Governo Federal. São servidores públicos que têm um conhecimento extraordinário da causa.

A gente fica triste porque são profissionais que demonstraram uma capacidade extraordinária, tanto que, como Governador do Estado de Rondônia, utilizei vários deles na administração, especialmente com a tentativa de regularização. Nós fizemos parte da regularização de Bom Futuro. Na grande região de Buritis há muitos assentamentos, mas, infelizmente, não há regularização. Essa situação perpetua e tem até atrapalhado o setor produtivo, o setor madeireiro. Por falta de documentação, não se dá a autorização de plano de manejo. A pessoa é dona, mas não é proprietária, porque não tem documento, não tem nada. Então, é importante a participação das pessoas no Conselho.

Todas as informações que vêm ao encontro da regularização do setor produtivo no Estado de Rondônia tem o eu aval. Portanto, sou favorável à aprovação desse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Ivo Cassol.

Em votação.

Os Srs. e as Srª Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

O requerimento será encaminhado à Mesa, à Secretária Geral, para posterior encaminhamento à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, § 3º, do Regimento Interno do Senado Federal.

Antes de encerrar, quero aqui fazer um pequeno relato dos nossos trabalhos no ano de 2011.

Carbendazim 7.802, de 1989, o registro de um agrotóxico original tem seu trâmite com a apresentação de uma exigência de reciprocidade financeira por parte dos operadores do crédito rural. Então, um projeto importante que libera a produção de agrotóxicos genéricos no nosso País.

O Projeto de Lei do Senado nº 88, de 2011, da Senadora Kátia Abreu, que altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins. A Comissão aprovou por unanimidade esse projeto de autoria da Senadora Kátia Abreu.

O PLS nº 226, de 2011, de minha autoria, que altera o art. 964, da Lei nº 10.416, de 10 de janeiro de 2002, do Código Civil, para outorgar privilégios especiais sobre os produtos do abate. A Comissão aprovou o relatório da Senadora Ana Amélia, que passou a constituir parecer da CRA pela aprovação do Projeto. Vai à CCJ para prosseguimento da tramitação ao credor por animais.

O PLS nº 249, de 2011, de autoria do Senador Luiz Henrique, que cria incentivo fiscal de redução de Imposto de Renda para fomentar projetos de florestamento em propriedade rural familiar. A Comissão aprovou por unanimidade com o Relatório da Senadora Ana Amélia.

O PLC nº 53, de 2011, de autoria da Deputada Elcione Barbalho, que altera a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, para estender ao catador de caranguejo o benefício do seguro-desemprego durante o período do defeso da espécie. A Comissão aprovou o Relatório do Senador Waldemir Moka também por unanimidade.

O PLS nº 606, de 2007, de autoria do Senador Walter Pereira, que acresce inciso VIII ao *caput* do art. 5º da Lei nº 7.797, de 11 de julho de 1989, que cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente, e dá outras providências. A Comissão aprovou com o Relatório do Senador Blairo Maggi, também por unanimidade.

O PLC nº 80, que foi aprovado hoje, dispõe sobre a obrigatoriedade de empresas de beneficiamentos e comércio de laticínios informarem ao produtor de leite o valor pago pelo produto até o dia 25 de cada mês, a proibição de diferenciação de preços entre produtores e a proibição de quotas de excedente, chamado de produção excedente, entre o período das águas. É uma reivindicação antiga que recebemos dos nossos produtores de leite do país inteiro, principalmente do nosso Estado de Rondônia. Portanto, fica atendido também os nossos produtores.

E o nosso Projeto do Código Florestal, PLC nº 30, que foi nesta Comissão amplamente debatido. Iniciamos os debates, as audiência públicas, os ciclos de palestras em 29 de março e trouxemos esse debate até o dia da votação. Também um projeto que eu entendo da maior importância para o nosso País.

Portanto, mais uma vez parabenizo esta Comissão, desejando a todos, como esta é a última reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, aos membros, aos técnicos da Comissão de Agricultura, um Feliz Natal e um próspero Ano Novo. Que no ano de 2012 tenhamos o mesmo resultado, ou melhor! Também agradeço aos técnicos do Senado, à imprensa, que sempre nos acompanha nas nossas Comissões, às quintas-feiras e às sextas-férias, à tarde. Também um agradecimento especial a Rádio Senado e a TV Senado, que sempre estiveram conosco nas audiências públicas, nos debates, nos ciclos e palestras, não só aqui em Brasília, mas nas que realizamos em várias cidades em nosso País.

Muito obrigada a todos.

Que tenhamos um bom final de ano!

Não tendo mais nada a tratar, declaro encerrada esta reunião.

(Iniciada às 9 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 36 minutos.)

Ata da 6ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Agricultura E Reforma Agrária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura, Realizada Dia 29 de Março de 2012.

Às oito horas e quarenta e oito minutos do dia vinte e nove de março de dois mil e doze, na Sala 15, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência, em exercício, do Senador **WALDEMIR MOKA**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes senadores: **DELCÍDIO DO AMARAL, ANTONIO RUSSO, RODRIGO ROLLEMBERG, LAURO ANTONIO, ANA AMÉLIA, IVO CASSOL, FLEXA RIBEIRO, CYRO MIRANDA, JAYME CAMPOS, SÉRGIO SOUZA, EDUARDO SUPLICY, WALTER PINHEIRO e MOZARILDO CAVALCANTI.** Deixam de comparecer, os Senhores Senadores: Zeze Perrella, Acir Gurgacz, Casildo Maldaner, Benedito de Lira, Alfredo Nascimento e Sérgio Petecão. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Waldemir Moka, informa que a presente reunião se destina à apreciação de matérias, de acordo com a seguinte Pauta: **ITEM 1: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 592, DE 2011 – CONSOLIDAÇÃO – Não Terminativo – Ementa:** *Consolida a legislação sanitária vegetal e animal federal.* **Autoria:** Senador Antonio Russo. **Relatoria:** Senador Rodrigo Rollemberg. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto com as emendas nº 1 e 2. Iniciada a discussão da matéria, depois da leitura

do relatório pelo Senador Rodrigo Rollemberg, usam da palavra para tecerem comentários sobre o assunto, os Senhores(as) Senadores(as) Antonio Russo, Cyro Miranda, Sérgio Souza e Ana Amélia. Passa-se à votação, ocasião em que o relatório do Senador Rodrigo Rollemberg foi aprovado. **Resultado**: **Aprovado o relatório do Senador Rodrigo Rollemberg, que passa a constituir Parecer da CRA, pela aprovação do Projeto com as Emendas nº 1 e 2-CRA**. **ITEM 2: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 622, DE 2011 – Não Terminativo – Ementa:** *Altera a Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, para modificar os parâmetros de renegociação das dívidas oriundas de operações de crédito rural lastreadas em recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE.* **Autoria:** Senadora Lídice da Mata. **Relatoria:** Senador Antonio Russo. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado: Retirado de Pauta a pedido do Relator, Senador Antonio Russo. ITEM 3: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 737, DE 2011 – Não Terminativo – Ementa:** *Concede benefícios fiscais referentes ao Imposto sobre Produtos Industrializados, à Contribuição para o PIS/PASEP e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social incidentes sobre operações com defensivos agrícolas e pesticidas de uso veterinário classificados no menor grau de toxicidade vigente.* **Autoria:** Senador Acir Gurgacz. **Relatoria:** Senadora Ana Amélia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto com as Emendas nº 1 a 3. Iniciada a discussão da matéria, depois da leitura do relatório pela Senadora Ana Amélia, usam da palavra para tecerem comentários sobre o assunto, os Senhores Senadores Ivo Cassol e Cyro Miranda. Passa-se à votação, ocasião em que o relatório da Senadora Ana Amélia foi aprovado. **Resultado: Aprovado o relatório da Senadora Ana Amélia, que passa a constituir Parecer da CRA, pela aprovação do Projeto com as Emendas nº 1 a 3-CRA**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e vinte e três minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Waldemir Moka,** Presidente, em Exercício**.**

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

A presente reunião destina-se à deliberação de matérias.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 592, DE 2011 – CONSOLIDAÇÃO – Não Terminativo –

Consolida a legislação sanitária vegetal e animal federal.

Autoria: Senador Antonio Russo, PR – MS.

Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg.

Relatório: pela aprovação do projeto com as Emendas nº 1 e 2.

Observações:

1. Não foram oferecidas sugestões no prazo regimental perante a CRA, conforme o art. 213-b, §1º do Regimento Interno do Senado Federal.

2. O projeto constou da pauta da 4ª Reunião Extraordinária da CRA realizada em 15/03/2012.

3. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

Com a palavra, o Relator, Senador Rodrigo Rollemberg, para proferir o seu relatório.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Waldemir Moka, prezados Senadores e Senadoras.

Eu quero, em primeiro lugar, cumprimentar o autor da proposição, Senador Antonio Russo, porque considero da maior relevância para consolidar a legislação sanitária, vegetal e animal do País.

Trata-se do parecer da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária ao Projeto de Lei do Senado nº 592, de 2011, Consolidação, do Senador Antonio Russo, que consolida a legislação sanitária vegetal e animal federal.

Relatório.

A proposição em exame é o Projeto de Lei do Senado, nº 592 de 2011 – Consolidação, de autoria do Senador Antonio Russo, que consolida a legislação sanitária vegetal e animal federal.

A proposição contém 321 artigos estruturados em quatro títulos e respectivos capítulos relacionados a seguir.

1. Título I – Das disposições gerais;

2. Título II – Da defesa agropecuária, com três capítulos;

a. Capítulo I – Da organização;

b. Capítulo II – Da defesa sanitária vegetal;

c. Capítulo III – Da defesa sanitária animal;

3. Título III – Da produção, comercialização, uso, inspeção e fiscalização de agrotóxicos, rações, fertilizantes, inoculantes e corretivos, e medicamentos veterinários, com quatro capítulos;

a. Capítulo I – Dos agrotóxicos;

b. Capítulo II – Das rações;

c. Capítulo III – Dos fertilizantes, inoculantes e corretivos;

d. Capítulo IV – Dos medicamentos veterinários;

4. Título IV – Da inspeção e fiscalização de produtos de origem agropecuária.

São 13, Sr. Presidente, as normas legais ou dispositivos que o PLS objetiva consolidar:

1. Lei nº 569, de 21 de dezembro de 1948, que estabelece medidas de defesa sanitária animal, e dá outras providências;

2. Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, que dispõe sobre a inspeção industrial e sanitária dos produtos de origem animal;

3. Lei nº 6.198, de 26 de dezembro de 1974, que dispõe sobre a inspeção e a fiscalização obrigatórias dos produtos destinados à alimentação animal e dá outras providências;

4. Lei nº 6.446, de 5 de outubro de 1977, que dispõe sobre a inspeção e a fiscalização obrigatórias do sêmen destinado a inseminação artificial em animais domésticos, e dá outras providências;

5. Lei nº 6.894, de 16 de dezembro de 1980, que dispõe sobre a inspeção e fiscalização da produção e do comércio de fertilizantes, corretivos, inoculantes, estimulantes ou biofertilizantes, destinados à agricultura, e dá outras providências;

6. Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências;

7. Arts. 27-A, 28-A e 29-A da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política agrícola;

8. Arts. 8º e 9º da Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumígeros, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4° do art. 220 da Constituição Federal;

9. Decreto nº 24.114, de 12 de abril de 1931, que aprova o Regulamento de Defesa Sanitária Vegetal;

10. Decreto nº 24.548, de 3 de julho de 1934, que aprova *o* Regulamento do Serviço de Defesa Sanitária Animal;

11. Decreto-Lei nº 8.911, de 24 de janeiro de 1946, que dispõe sobre a execução dos serviços de limpeza e desinfecção dos meios de transportes utilizados na locomoção de animais vivos e dá outras providências;

12. Decreto-Lei nº 467, de 13 de fevereiro de 1965, que dispõe sobre a fiscalização de produtos de uso veterinário, dos estabelecimentos que os fabricam e dá outras providências;

13. Decreto-Lei nº 818, de 5 de setembro de 1969, que dispõe sobre a aceitação, pelo Ministério da Agricultura, para fins relacionados com a defesa sanitária animal, de atestados firmados por médico-veterinário sem vínculo com o serviço público e dá outras providências.

Conforme a justificação que acompanha o PLS, o autor argumenta que a consolidação das leis apresenta-se como instrumento essencial para sintetizar o conteúdo das normas, dando maior sistematização e harmonizando o teor com o conjunto de comandos em vigor, referentes a um dado assunto.

Distribuído à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), o PLS não recebeu sugestões de redação, de incorporação de normas ou de retirada de normas, no prazo regimental de 30 dias.

Análise, Sr. Presidente.

Inicialmente, cabe destacar que compete à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) pronunciar-se sobre o atendimento ao princípio de preservação do conteúdo original das normas consolidadas pelo PLS nº 592, de 2011, tendo em vista que é a Comissão que guarda maior pertinência quanto à matéria, conforme dispõe o art. 213-B do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

A Lei Complementar nº 95, de 1998, dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

Em seu Capítulo III, dedicado especificamente à consolidação das leis e outros atos normativos, o art. 13 determina que as leis federais sejam reunidas em codificações (os Códigos) e consolidações, integradas por volumes contendo matérias conexas ou afins, constituindo em seu todo a Consolidação da Legislação Federal.

Conforme o Texto para Discussão, produzido pela Consultoria Legislativa do Senado Federal, intitulado "Notas sobre Proposta de Consolidação das Leis de Defesa Agropecuária":

Em sentido geral, o objetivo de consolidar as leis federais é evitar problemas causados por textos dispersos e, às vezes, aparentemente contraditórios, eliminar conceitos ultrapassados, revisar e organizar as normas sobre uma mesma matéria e condensá-las em uma só lei. Na prática, a consolidação constitui a coleta, conjugação e sistematização formal das leis em vigor, sem alterações substanciais.

Entretanto, após a edição da Lei Complementar nº 95, de 1998, foram poucas as iniciativas que resultaram em projetos de consolidação no Congresso Nacional.

Destaque-se, nesse contexto, que a Câmara dos Deputados retomou o trabalho de consolidação das leis brasileiras em 2007, com a renovação do Grupo de Trabalho de Consolidação de Legislação da Câmara dos Deputados (GT-Lex).

No Senado Federal é digno de citação o Projeto de Lei do Senado nº 619, de 2007, de autoria do então Senador Tião Viana, que consolida a legislação sanitária federal e que, na Câmara dos Deputados, tramita como PL nº 4.247, de 2008, e aguarda apreciação do Plenário.

Com o PLS nº 592, de 2011, portanto, o Senado Federal dá mais uma inestimável contribuição ao cumprimento da obrigação constitucional de consolidar as leis.

Além da consolidação em si pelo PLS, a atualização da denominação de órgãos e entidades da administração pública, de termos antiquados e modos de escrita ultrapassados, e do valor de penas pecuniárias, com base em indexação padrão atendem às disposições do §2º do art. 13 da Lei Complementar nº 95, de 1998. Corretamente, o PLS promove a homogeneização terminológica do texto.

Entretanto, cumpre destacar que falta na consolidação proposta a inclusão da Lei nº 12.097, de 2009, que dispõe sobre o conceito e a aplicação de rastreabilidade na cadeia produtiva das carnes de bovinos e de búfalos. O texto dessa lei assevera que "a rastreabilidade tem por objetivo primordial o aperfeiçoamento dos controles e garantias no campo, da saúde animal, saúde pública e no cuidado dos alimentos".

Portanto, a inclusão dessa lei na consolidação proposta é absolutamente pertinente, e por isso apresentamos uma emenda ao PLS para incluí-la no Título referente à inspeção e fiscalização de produtos de origem agropecuária.

Adicionalmente, o inciso I do art. 14 da Lei Complementar nº 95, de 1998, estatui que o projeto de lei de consolidação de normas que tratem da mesma matéria ou de assuntos a ela vinculados deve ser formulado com a indicação precisa dos diplomas legais expressa ou implicitamente revogados. Assim, é exigida a aposição de artigo que expressamente revogue os dispositivos legais consolidados, razão por que apresentamos na mesma emenda a sugestão desse acréscimo.

Por fim, o PLS demanda um pequeno reparo, quanto à referência correta ao art. 14 da Lei nº 1.283, de 1950, no art. 320 da proposição.

Voto;

Pelos motivos expostos, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 592, de 2011, Consolidação, com a emenda a seguir apresentada.

EMENDA Nº – CRA

Dê-se ao PLS n° 592, de 2011, a seguinte redação, para acrescentar os arts. 1º a 8º da Lei nº 12.097, de 24 de novembro de 2009, e o artigo correspondente à revogação das Leis consolidadas, e renumere-se o artigo referente à cláusula de vigência.

Aí transcrevemos, Sr. Presidente, os arts. nº 1 a 8 da Lei nº 12.097, de 24 de novembro de 2009, que passam a ser os arts. 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 328 e 329, que constam do parecer, e acrescenta o texto:

EMENDA Nº – CRA

Substitua-se a remissão para o art. 320 do PLS nº 592, de 2011, com o seguinte texto: (Art. 14º da Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950).

Esses são o relatório e o voto, Sr. Presidente.

Eu quero cumprimentar o Senador Antonio Russo por essa iniciativa de tamanha importância que simplifica a atuação do produtor rural, do produtor de fertilizantes, de sementes, enfim, de todos aqueles que trabalham na cadeia produtiva do agronegócio. Haver uma legislação consolidada facilita muito o acesso e o conhecimento dessa legislação e, portanto, o seu cumprimento.

Eu não poderia deixar de, neste momento, apresentar os meus cumprimentos ao Senador Antonio Russo pela bela iniciativa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – O Senador Rodrigo Rollemberg conclui seu parecer pela aprovação da matéria com as Emendas nºs 1 e 2.

Em discussão o parecer do Senador Rodrigo Rollemberg.

Com a palavra o autor do projeto, Senador Antonio Russo.

O SR. ANTONIO RUSSO (PR – MS) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu quero dizer do privilégio de ter contado com o dinâmico Senador Rodrigo Rollemberg como Relator deste projeto. S. Exª enriqueceu o projeto, o que é muito digno de orgulho, pois se trata de matéria de grande magnitude.

Também agradeço ao nosso Presidente, Senador Acir Gurgacz, pela celeridade com que tratou o projeto.

Como disse o nosso Relator, temos, no País, uma legislação muito antiga, segundo a qual éramos fornecedores de mercado local, do mercado interno. Com o

passar do tempo, percebemos que há muitas portarias, normas, decretos, mas não havia uma legislação atual que tratasse das exportações que realizamos e que são bastante significativas no agronegócio.

Portanto, esse projeto consolida essas leis. Com ele, poderemos levar os jovens zootecnistas, homens que vão aumentar nossa exportação cada vez mais, a um diálogo bastante profissional e atual com os compradores estrangeiros que aqui vêm.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Continua em discussão.

Para discutir, Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, eu quero, da mesma forma que o Senador Rollemberg, parabenizar o Senador Antonio Russo, que consolida a legislação sanitária vegetal e animal federal para transformá-la num Código. Isso é muito importante, bem como a sua emenda, que faz a consolidação e dispõe sobre o conceito e a aplicação de rastreabilidade da cadeia produtiva da carne de bovinos e de búfalos. É pertinente e sou pela aprovação, parabenizando mais uma vez o autor, que hoje transforma aquele emaranhado de leis num Código.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Continua em discussão.

Para discutir, o Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Sr. Presidente.

Pedi a palavra para realmente parabenizar o nosso colega, Senador Antonio Russo, pela consolidação dessa legislação.

Na verdade, no Brasil, se nós tivéssemos práticas inteligentes como essa de V. Exª, Senador Russo, seriam muito menos burocráticos todos os processos. Sabemos que, por exemplo, no campo tributário, a legislação é muito esparsa e às vezes muda do dia para a noite com resoluções e normativas internas dos órgãos. Então, ideias como esta de consolidar num só dispositivo toda a legislação que trata da sanidade animal e vegetal são de relevância para o Brasil, que cresce a passos largos e quer ser um país de grande economia. Já é, mas quer ser maior ainda. O setor produtivo, agropecuário do Brasil é quem está segurando a balança comercial, é o setor que segurou o crescimento do PIB neste País, e nada mais justo do que tentarmos agilizá-lo ainda mais ou desburocratizá-lo.

Então, parabéns a V. Exª pela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Continua em discussão.

Para discutir, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente Waldemir Moka, colegas Senadores, nosso Relator Rodrigo Rollemberg e autor, Senador Antonio Russo, eu queria, da mesma forma, cumprimentá-los pelo relatório.

Evidentemente, esse é o primeiro passo numa modernização ou atualização da legislação de um setor fundamental não apenas para a projeção brasileira no mercado internacional de carnes, em relação ao comprador externo, mas especialmente em respeito ao próprio consumidor interno, para onde vão 80% da produção, especialmente de carnes. Não só facilita a vida do pecuarista e da indústria, mas também significa uma modernização de procedimentos, o que pode, de certa forma, baratear os custos hoje excessivamente elevados.

Gostaria até de acrescentar, e não sei se do ponto de vista legislativo seria possível criar, já que o Orçamento da União é uma peça de ficção... O Orçamento é apenas autorizativo. Nós apenas autorizamos o Executivo a aplicar aquilo que deliberamos.

Na questão da defesa sanitária agropecuária, muitas vezes há contingenciamento dos recursos destinados à aplicação nesse setor, que é vital. Então também seria conveniente, num próximo passo, que os recursos destinados no orçamento para a defesa sanitária animal ou vegetal não fossem submetidos a cortes ou contingenciamentos. Assim se completaria esse ciclo de aperfeiçoamento dos mecanismos que nós temos, porque muitas vezes há cortes nesse orçamento, o que compromete. Há também uma deficiência no sistema de fiscalização, pela falta de estrutura de pessoal e do que é motivo de grande reclamação dos fiscais federais agropecuários: a massificação de um trabalho que é extremamente bem feito no nosso País.

Então queria cumprimentá-los e apenas acrescentar esse segundo passo.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senadora Ana Amélia, quero informar a V. Exª que o Senador Antonio Russo também é autor de um projeto do qual eu sou Relator, que evita exatamente o contingenciamento.

Quando presidi a Comissão Mista do Orçamento, o que nós fizemos foi colocar na LDO. Naquele ano não houve contingenciamento. O que V. Exª diz é importante, impedir o contingenciamento de recursos nessa área, que é fundamentalmente preventiva, recursos para evitar exatamente doenças que atacam tanto os vegetais quanto os animais. Então, só para dizer.

Encerrada a discussão.

Vou colocar em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer sentados. (*Pausa*.)

Aprovado.

Esta matéria vai ser encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 622, DE 2011
– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, para modificar os parâmetros de renegociação das dívidas oriundas de operações de crédito rural lastreadas em recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE.

Autoria: Senadora Lídice da Mata.

Relatoria: Senador Antonio Russo.

Relatório: pela aprovação do projeto.

Observações:

1. Não foram oferecidas emendas no prazo regimental perante a CRA.

2. Em reunião desta Comissão, realizada em 15 de março próximo passado, foi lido o relatório pelo Senador Antonio Russo, que foi indicado Relator "ad hoc" em substituição ao Senador Benedito de Lira. E o relatório é pela aprovação do projeto.

Naquela ocasião, foi concedida vista coletiva, a pedido dos Senadores Delcídio do Amaral e Jayme Campos.

O SR. ANTONIO RUSSO (PR – MS) – Sr. Presidente, gostaria de pedir a V. Exª que retirasse de pauta este item.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – V. Exª será atendido regimentalmente porque é o Relator da matéria.

O SR. ANTONIO RUSSO (PR – MS) – E quero aproveitar para agradecer aos ilustres Senadores que aprovaram a nossa emenda: Senadora Ana Amélia, Sérgio, Cyro Miranda, o nosso Relator e V. Exª, o Presidente que tanto nos orgulha, do Mato Grosso do Sul.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – O item 2, a pedido do Relator, foi retirado de pauta.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 737, DE 2011
– Não Terminativo –

Concede benefícios fiscais referentes ao Imposto sobre Produtos Industrializados, à Contribuição para o PIS/PASEP e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social incidentes sobre operações com defensivos agrícolas e pesticidas de uso veterinário classificados no menor grau de toxicidade vigente.

Autoria: Senador Acir Gurgacz.

Relatoria: Senadora Ana Amélia.

Relatório: pela aprovação do projeto com as Emendas nº 1 a 3.

Observações:

1. Não foram oferecidas emendas no prazo regimental perante a CRA.

2. *A matéria será apreciada pela CAE em decisão terminativa.*

Com a palavra a Senadora Ana Amélia, Relatora da matéria.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente, Srªs e Srs. Senadores, este é outro projeto de grande relevância em função de tratar de defensivos agrícolas.

Vou direto à análise da matéria, de autoria do Senador Acir Gurgacz, Presidente desta Comissão.

Tem razão o autor da proposição quando alerta para a necessidade da observância de normas rigorosas para produção e manipulação de defensivos agrícolas e pesticidas de uso veterinário, haja vista os riscos que oferecem à saúde humana e ao meio ambiente. A busca por fórmulas mais eficientes e, ao mesmo tempo, menos tóxicas deve realmente ser estimulada. Os dados mais recentes do Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas (SINITOX) enunciam que no ano de 2009 houve 5.253 casos de intoxicação por agrotóxico de uso agrícola, sendo relevante o fato de que quase 50% (cinquenta por cento) deles relacionaram-se a tentativas de suicídio. Já os casos de intoxicação por agrotóxico de uso doméstico foram 2.868. Desses, 1.779 foram acidentes e 578, tentativas de suicídio. No mesmo ano, os casos de intoxicação por produtos veterinários somaram 1.014, com 33% (trinta e três por cento) do total referentes a tentativas de suicídio.

Entretanto, parte das medidas tributárias previstas no PLS nº 737, de 2011, são desnecessárias. Isso porque os inseticidas, fungicidas, herbicidas, inibidores de germinação e reguladores de crescimento para plantas, classificados na subposição 38.08 da Tabela de Incidência do IPI (TIPI), aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011, são tributados com base em alíquota zero do IPI. De igual forma, a TIPI prevê alíquota zero do IPI no caso de produtos farmacêuticos, sem discriminar aqueles voltados ao uso veterinário.

Ademais, conforme dispõe o inciso II do art. 1º da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, atualmente já estão reduzidas a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes na importação e sobre a receita bruta de venda no mercado interno de defensivos agropecuários classificados na posição 38.08 da TIPI e suas matérias primas.

Portanto, a proposição, nesse ponto, afigura-se injurídica, por não inovar o ordenamento jurídico.

No que toca aos pesticidas de uso veterinário, deve ser esclarecido, inicialmente, que não se confundem com os defensivos agrícolas, denominados de agrotóxicos pela Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989 (Lei dos Agrotóxicos). Têm objetivos diversos e são classificados e tratados pelas normas de forma distinta. Os agrotóxicos e afins são definidos nessa Lei, como *os produtos e os agentes de processos físicos, químicos ou biológicos, destinados ao uso nos setores de produção, no armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, nas pastagens, na proteção de florestas, nativas ou implantadas, e de outros ecossistemas e de ambientes urbanos, hídricos e industriais, cuja finalidade seja alterar a composição da flora ou da fauna, a fim de preservá-las da ação danosa de seres vivos considerados nocivos*, bem como as *substâncias e produtos empregados como desfolhantes, dessecantes, estimuladores e inibidores de crescimento*.

Segundo o art. 9º da Lei dos Agrotóxicos, é dever da União legislar sobre a produção, registro, comércio interestadual, exportação, importação, transporte, classificação e controle tecnológico e toxicológico dos agrotóxicos. Conforme o Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002, que regulamenta a Lei dos Agrotóxicos, cabe ao Ministério da Saúde avaliar e classificar toxicologicamente os agrotóxicos, seus componentes e afins, segundo determina o art. 6º, inciso I. Por sua vez, os critérios para a classificação toxicológica estão enunciados no Anexo III da Portaria nº 3 SNVS/MS, de 16 de janeiro de 1992, que prevê as seguintes categorias: Classe I – Produtos Extremamente Tóxicos; Classe II – Produtos Altamente Tóxicos; Classe III – Produtos Medianamente Tóxicos; Classe IV – Produtos Pouco Tóxicos.

O Decreto nº 5.053, de 22 de abril de 2004, aprova o regulamento de fiscalização de produtos de uso veterinário e dos estabelecimentos que os fabriquem ou comerciem (previsto no Decreto-Lei nº 467, de 13 de fevereiro de 1969). O art. 25 desse Decreto define produto de uso veterinário como toda substância química, biológica, biotecnológica ou preparação manufaturada destinada a prevenir, diagnosticar, curar ou tratar doenças dos animais, independentemente da forma de administração, incluindo os antissépticos, os desinfetantes de uso ambiental, em equipamentos e em instalações de animais, os pesticidas e todos os produtos que, utilizados nos animais ou no seu *habitat*, protejam, higienizem, embelezem, restaurem ou modifiquem suas funções orgânicas e fisiológicas.

O produto de uso veterinário, produzido no País ou importado, para efeito de licenciamento, deverá ser registrado no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Diversamente dos agrotóxicos, não há benefício fiscal relativo a pesticidas de uso veterinário no que se refere à Cofins e à Contribuição para o PIS/Pasep. Desse modo, acreditamos ser necessária a apresentação de emendas ao PLS visando corrigir os pontos elencados acima, bem como estabelecer novo incentivo, específico para os pesticidas de uso veterinário.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 737, de 2011, do Senador Acir Gurgacz, com as emendas abaixo:

EMENDA Nº – CRA

Dê-se a seguinte redação à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 737, de 2011:

Altera a Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, para reduzir a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social incidentes sobre a receita bruta decorrente da venda, no mercado interno, de pesticidas de uso veterinário classificados no menor grau de toxicidade.

EMENDA Nº – CRA

Dê-se a seguinte redação art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 737, de 2011:

"Art. 1º O art. 28 da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 28 .....

XXXIII – pesticidas de uso veterinário classificados no menor grau de toxicidade, conforme classificação toxicológica adotada pelo Poder Executivo, pelo período de dez anos.

Parágrafo único. O Poder Executivo poderá regulamentar o disposto nos incisos IV, X e XIII a XXXIII do *caput* deste artigo. (NR)"

EMENDA Nº – CRA

Exclua-se o art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 737, de 2011, renumerando-se os demais e substituindo-se a expressão "art. 3º" no parágrafo único do atual art. 4º por "art. 2º".

Este é o meu relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – O parecer da Senadora Ana Amélia concluiu pela aprovação do projeto, com Emendas nºs 1 a 3.

Em discussão o parecer, que é favorável.

Tem a palavra, para discutir, o Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Quero, aqui, dizer que sou solidário ao Senador Acir e à nossa Relatora, Senadora Ana Amélia, uma vez que esses incentivos que vêm de encontro aos defensivos agrícolas e pesticidas de uso veterinário são importantes porque ajudam o consumidor na ponta final. Todo agrotóxico é computado no valor de toda produção, seja vegetal, seja animal. Portanto, tudo que vem diminuir o imposto para facilitar para o homem do campo é fundamental. Um exemplo disso é ao que assistimos no campo: quando o dólar sobe, têm a mania de aumentar todos os produtos, defensivos agrícolas, agrotóxicos, arame farpado, arame liso. Depois, quando o dólar cai, ninguém diminui o preço. Temos percebido que tem muito valor agregado de impostos em cima desses defensivos e pesticidas agrícolas.

Portanto, sou favorável ao projeto. Precisamos aprová-lo, para que venha a diminuir os custos para o consumidor, especialmente para a pessoa que os adquire para produzir.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Continua em discussão.

Para discutir, tem a palavra o Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Parabenizo a relatora e o autor, principalmente a relatora, no que diz respeito a sua emenda do PLS, para incluir no bojo da Lei nº 1.865, de 2004, a matéria como um todo, o que torna mais evidente o que se pretende, evitando-se a ocorrência de leis exorbitantes versando sobre o mesmo tema. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Continua em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, portanto o parecer com as Emendas de 1 a 3, da Senadora Ana Amélia.

Quero também dizer que achei o projeto inteligente. É uma forma de estimular a indústria a produzir, cada vez mais, esses pesticidas com menor toxidade. Quando se estimula diminuição de imposto, mas condiciona a menor toxidade, isso tem um valor muito grande, até ressaltado aqui pelo nosso ex-Governador Ivo Cassol. Achei o projeto interessante e inteligente.

A matéria será apreciada pela CAE, em decisão terminativa. Então, daqui vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Quero apenas fazer um registro, caro Presidente, agradecendo a todos os Senadores pela aprovação do projeto, cumprimentando o autor, Senador Acir Gurgacz, e dizendo que a manifestação do Senador Ivo Cassol tem um valor maior porque ele está elogiando e destacando uma iniciativa de um adversário político. Isso é muito importante sob esse aspecto.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – É que o Senador Ivo Cassol é considerado um adversário muito brando, muito *light*, em Rondônia.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Sr. Presidente, quero dizer que não é uma questão de... Temos as diversidades, os adversários políticos em época de campanha; fora disso, temos a concepção e a humildade de que o que é bom para o Brasil, o que é bom para os nossos Estados, o que é bom para o povo brasileiro, nós temos de ter essa humildade de ter integração, para poder ter união e poder ter resultado. Caso contrário, nós vamos ficar aqui cada um puxando a corda para o seu lado e a gente não produz.

Então, é importante isso. Acho que tanto nos meus projetos eu também tenho recebido apoio dos nobres colegas, das Senadoras e dos Senadores, como também não é diferente com qualquer outro projeto de iniciativa de algum membro desta Casa, para a gente trabalhar e incentivar mais as indústrias, incentivar mais os nossos produtores, uma vez que hoje, infelizmente, o custo que temos para produzir é muito alto.

Então, se nós pudermos diminuir em todas as áreas, acho que é importante e fundamental, para sermos competitivos em nível mundial.

Por isso, quero aqui dizer que todas as matérias que são de interesse do povo brasileiro, com certeza, e do povo do meu Estado, eu sempre estarei junto.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Na verdade – eu que venho lá da Câmara dos Deputados –, a Comissão de Agricultura ou os parlamentares que atuam na área da agricultura têm essa característica. Dificilmente você vai ver alguma disputa, porque, na verdade, a gente se une em função de a causa ser realmente maior.

Quero encerrar a reunião, já que a pauta foi zerada.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 8 horas e 48 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 23 minutos.)

Ata da 7ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura, Realizada Dia 12 de Abril de 2012.

Às oito horas e vinte e oito minutos do dia doze de abril de dois mil e doze, no Plenário 15, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **ACIR GURGACZ**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes Senadores: **DELCÍDIO DO AMARAL, ANTONIO RUSSO, RODRIGO ROLLEMBERG, WALDEMIR MOKA, CASILDO MALDANER, ANA AMÉLIA, IVO CASSOL, FLEXA RIBEIRO, CYRO MIRANDA, JAYME CAMPOS, SÉRGIO SOUZA, EDUARDO SUPLICY e BLAIRO MAGGI**. Deixam de comparecer os Senhores Senadores: Zeze Perrella, Benedito de Lira, Alfredo Nascimento e Sérgio Petecão. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente informa que a presente reunião se destina à Audiência Pública, em cumprimento ao **Requerimento nº 7, de 2012-CRA**, de autoria do Senador Acir Gurgacz, aprovado em 15/03/2012, com a presença do Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário, Exmo Sr. **Pepe Vargas**, para apresentar suas estratégias à frente da pasta e avaliar as ações e avanços do programa de regularização fundiária Terra Legal. Após a exposição do Senhor convidado, fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados, os Senadores Acir Gurgacz, Ana Amélia, Waldemir Moka, Jayme Campos, Eduardo Suplicy, Sérgio Souza e Delcídio do Amaral. **EXTRAPAUTA:** Aprovado o **Requerimento nº 11, de 2012-CRA** de autoria do Senador Blairo Maggi e da Senadora Ana Amélia, que requerem, nos termos do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de **Audiência Pública** no âmbito desta Comissão, com a finalidade de discutir biotecnologia e pagamento de royalties, com a presença dos seguintes convidados: Sr. **César Borges Sousa –** Diretor-Executivo da Associação Brasileira de Produtos de Grãos não Geneticamente Modificados – **Abrange**; Sr. **Pierre Narie Jean Patriat –** Presidente da Associação dos Produtores de Sementes de Mato Grosso – **Aprosmat**; Sr. **Glauber Silveira da Silva –** Presidente da Associação dos Produtores de Soja – **Aprosoja**; Sr. **José Roberto Rodrigues Peres –** Chefe-Geral da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – **Embrapa Cerrados**, com Adendo da Senadora Ana Amélia para convidar o Sr. **Irineu Orth**, Presidente da **Aprosoja-RS**, bem como, o Senador **Blairo Maggi** como palestrante. No encaminhamento, usam da palavra o Senador Blairo Maggi e a Senadora Ana Amélia. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinqüenta e oito minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Acir Gurgacz,** Presidente da CRA.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Declaro aberta a 7ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior. *(Pausa.)*

Com a anuência do plenário, é dada como aprovada.

A presente reunião destina-se à apreciação de requerimentos e à realização de audiência pública, em cumprimento ao Requerimento nº 7, de 2012-CRA, de minha autoria, aprovado em 15/03/2012, com a presença do Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário, Exmº Sr. Pepe Vargas, para apresentar suas estratégias à frente da pasta e avaliar ações e avanços do programa de regularização fundiária Terra Legal

Temos sobre a mesa, requerimento de autoria do Senador Blairo Maggi.

EXTRAPAUTA

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 11, DE 2012 – Não Terminativo -

Requer, nos termos do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, com a finalidade de discutir biotecnologia e pagamento de royalties, com a presença dos seguintes convidados: César Borges Sousa, diretor executivo da Associação Brasileira de Produtos de Grãos não Geneticamente Modificados (Abrange); Pierre Narie Jean Patriat, presidente da Associação dos Produtores de Sementes de Mato Grosso (Aprosmat); Glauber Silveira da Silva, presidente da Associação dos Produtores de Soja (Aprosoja); e José Roberto Rodrigues Peres, chefe-geral da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa Cerrados).

Autoria: Senador Blairo Maggi e Senadora Ana Amélia.

Para discutir, com a palavra o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, bom dia.

Antes de defender meu pleito, gostaria de comunicar a presença do Samuel Maggi Locks, jovem, mas agricultor. Ele planta soja em Mato Grosso. Tem também visitado o seu Estado, Rondônia, em Vilhena, naquela região onde a soja também começa acontecer, aliás, já acontece. Ele está nos visitando hoje e o convidei para vir até a Comissão para conhecer a Comissão de Agricultura.

Esse requerimento tem como objetivo começarmos uma discussão sobre os *royalties* cobrados pelas empresas de biotecnologia.

Quero deixar claro que não somos contra a biotecnologia. Acho que nenhum produtor, em sã consciência, é ou deve ser contra a biotecnologia. A saída para que o mundo tenha mais alimentos e haja mais abundância para o mundo inteiro passa pela biotecnologia.

Nos últimos anos, o Estado do Mato Grosso partiu para uma produção de 1.800 quilos por hectare. Em 1979, quando meu pai chegou ao Mato Grosso, produzíamos 30 sacas de soja por hectare. Hoje, não raro, consegue-se de 60 a até 70 sacas de soja por hectare. Além disso, conseguem-se, ainda, 140, 130 sacas de milho ou algodão no mesmo ano agrícola, quer dizer, duas safras por ano.

Isso tudo demonstra que só conseguimos isso, Sr. Presidente, porque a tecnologia esteve presente muito fortemente, desenvolvida pela Embrapa, pela Fundação Mato Grosso – que é bancada pelos agricultores e os apóia – e também por outras fundações, algumas no Mato Grosso, na Bahia, em Goiás. Em vários outros Estados, existem fundações de pesquisa, de apoio à pesquisa, mantidas pelos produtores de seus Estados.

Também não podemos e não devemos negar a importância das empresas, das multinacionais, nesse processo, na biotecnologia. Eles têm liderado essa tecnologia, principalmente depois que criamos a Lei de Proteção de Cultivares, a Lei das Sementes – que foi coordenada, à época, pelo meu querido Senador Jonas Pinheiro aqui no Senado Federal.

Convidamos essas pessoas, essas entidades para iniciar a discussão porque todo grão traz, nele mesmo, várias tecnológica, como resistência a pragas como lagartas, percevejo, ao glifosato e a outros tipos de herbicidas. Isso deixa as plantas seletivas e permite que elas eliminem esses produtos ainda como o grão. Assim, a cultura permanece no campo em condições. Porém, ainda não temos um regramento jurídico quanto ao valor a ser cobrado, até onde vai isso. Quer dizer, até onde o agricultor brasileiro ficará refém, na mão daqueles que detém essas tecnologias.

Já disse que não sou contra e não devemos ser, porém não podemos ficar na mão dessas empresas a ponto de regular o que um produtor ou uma cadeia inteira da agricultura, do agronegócio deva ganhar, daqui para frente, em função do uso dessas tecnologias.

Esta semana, conversando com alguns dos que estão aqui, com os convidados, senti uma grande preocupação quanto à questão da biotecnologia e do pagamento.

Chegaram o Ministro e a Senadora Ana Amélia.

Senadora Ana Amélia, estou apresentando um requerimento para que possamos começar a discutir a biotecnologia e o pagamento dos *royalties.*

Eu vinha explicando isso ao Presidente Acir, porque não podemos permitir que os agricultores fiquem nas mãos das multinacionais. Não que sejamos contra elas ou contra o desenvolvimento da biotecnologia, porém, como não dispomos de um regramento, de uma lei clara, temos de começar a nos preocupar com isso.

A exemplo do que conversamos ontem com V. Exª, Senadora Ana Amélia, com respeito à questão de um fundo para o desenvolvimento dessa e de outras questões.

Ao convidar essas entidades, quero iniciar, na Comissão de Agricultura, um grande debate sobre biotecnologia sobre os pagamentos de *royalties*.

Então, convidei o César Borges de Souza, Diretor da Associação Brasileira dos Produtores de Grãos Não-Geneticamente Modificados. Por que isso? Porque, como a biotecnologia vem vindo, e vem trazendo grãos modificados, a gente tem de se preocupar em manter, também, aqueles que não são modificados. Só estes estarão livres, no futuro, de pagamento de *royalties* para as multinacionais.

Então, existe, já, uma associação que defende e que faz um trabalho no campo, desenvolvendo essas tecnologias, também, de grãos não geneticamente modificados.

Também o Presidente da Associação dos Produtores de Sementes do Mato Grosso, Sr. Pierre, que também tem um trabalho e uma preocupação grande sobre esse assunto; o Sr. Glauber Silveira, também, que é Presidente da Aprosoja Brasil, estará aqui, conosco; e estou convidando, também, o Sr. José Roberto Peres, Dr. Peres, da Embrapa, do CPAC, para que ele venha até aqui para discutir conosco e mostrar qual é o caminho que a Embrapa vai tomar.

Eu defendo que a Embrapa também entre na questão da biotecnologia, que o Governo, que a sociedade também coloque recursos suficientes para a Embrapa desenvolver o seu programa. Aí, eu tenho certeza de que não serão alguns milhares ou alguns milhões, só, que irão nesse processo. Estamos falando de coisas até de desenvolvimento de tecnologia de alguns bilhões pela frente, mas isso é segurança

alimentar, é segurança de renda para um País como o Brasil, que é essencialmente agrícola.

Então, por esse motivo é que estou solicitando aos Srs. e às Srªs Senadoras que nós possamos aprovar esse requerimento para, posteriormente, o senhor marcar essa audiência pública e a gente começar a fazer essa discussão, então.

Essa é a minha defesa, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

Eu só queria fazer uma colocação para o Senador Blairo Maggi.

Pelo que entendi, as sementes têm, praticamente, uma cesta de tecnologia, representando, cada tecnologia, uma empresa.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Perfeitamente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Daqui a pouco, nós vamos ter mais *royalties* no custo da produção do que o próprio lucro do agricultor.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Tem uma tecnologia que foi lançada...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – É mais ou menos isso.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Foi lançada, há poucos dias, uma tecnologia e me disseram que a empresa pretende cobrar de R$110 a R$120 por hectare para o uso da tecnologia.

Muitas vezes, não sobra isso para o agricultor.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Exatamente.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Então, nós precisamos começar a discutir e botar regras nesse assunto, sob pena...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Sem dúvida.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – ... de cartelizar, sob pena de o agricultor trabalhar, trabalhar e não conseguir gerar renda para o desenvolvimento das suas outras atividades.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Quer dizer, os números são positivos, mas o agricultor...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Os números, para o agricultor, são negativos, podemos dizer.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – O agricultor tem medo, Sr. Presidente, de virar integrado. É isso que ele não quer. Ele quer ter a liberdade de produzir e ganhar também.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem.

Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente Acir Gurgacz, saudando nosso Ministro Pepe Vargas, eu queria elogiar essa iniciativa do Senador Blairo Maggi.

Eu só teria a acrescentar, a sugerir ao Senador Blairo Maggi a presença de um representante do meu Estado, porque o Rio Grande do Sul foi o primeiro Estado a entrar na guerra dos transgênicos. Então, aí vamos ver um representante, que poderia ser o Irineu Hort, que é um produtor e que também entra na Aprosoja, é também da direção.

Eu gostaria que o próprio Senador Blairo Maggi... Porque ele, no Mato Grosso, quando governador, criou fundos, e um dos objetivos de discussão é criar um fundo de financiamento para pesquisa na área dos produtos modificados geneticamente, que vão servir, como disse o Senador Blairo Maggi, a essa importante cadeia produtiva do setor da soja, que, hoje, é a *commodity* mais importante na nossa pauta de exportações.

Então, eu gostaria que ele aceitasse o convite para explicar como funcionaram esses fundos lá no Mato Grosso, para que a gente possa também, nesse debate, estabelecer alguma regra para vigorar nacionalmente e estimular a pesquisa, incluindo, aí, a nossa Embrapa, que é um orgulho para todos os brasileiros.

Essa é a minha posição.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Com a palavra, o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Sr. Presidente...

Senadora Ana Amélia, a senhora fique à vontade. Pode sugerir, e a senhora já sugeriu, o nome.

Eu gostaria de convidá-la para que a senhora fosse signatária comigo nesse requerimento, e nós podemos, sem dúvida nenhuma, colocar o nome de alguém do Rio Grande do Sul para vir, aqui, colocar o ponto de vista dos agricultores gaúchos também.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem.

Em votação, então, o requerimento, com a Senadora Ana Amélia como signatária, propondo o convite de mais uma pessoa para compor o debate.

Em votação o requerimento.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

É com grande satisfação que recebemos, hoje, aqui na Comissão de Agricultura, o Ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, que assumiu há pouco mais de um mês essa importante pasta no Governo Federal.

A Comissão de Agricultura, Ministro, nesse período, tem tido uma boa parceria com o MDA na discussão dos temas pertinentes à sua área, num trabalho colaborativo, em que apresentamos as demandas que recebemos dos agricultores brasileiros.

Tive a honra de receber o Ministro do Desenvolvimento Agrário no meu Estado de Rondônia no mês passado, ocasião em que foram assinados importantes convênios entre o Governo do Estado de Rondônia e o MDA para o desenvolvimento da agricultura familiar. Aproveito a oportunidade para convidá-lo para estar presente conosco, entre os dias 24 e 27 de maio, em Ji-Paraná, onde será realizada a 1ª Feira Tecnológica de Rondônia, onde estaremos também fazendo uma audiência pública naquele local, no dia 25. Convido V. Exª a estar presente conosco, mais uma vez, também apoiando a 1ª Feira Tecnológica de Rondônia.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário está pilotando muitas ações estratégicas no desenvolvimento do País, principalmente no que diz respeito à erradicação da pobreza, que é objetivo do programa Brasil Sem Miséria, bem como na inclusão social de milhares de acampados, de assentados e de agricultores que ainda se encontram à margem do processo produtivo. Uma dessas ações é exatamente a regularização fundiária, que atualmente é executada pelo MDA por meio do programa Terra Legal, programa para a Amazônia. Essa ação é essencial para o desenvolvimento ordenado da região Norte do nosso País, pois a falta de regularização - ou seja, o título de propriedade da terra na mão do agricultor - é um dos principais motivos para o desmatamento e os conflitos na Amazônia. Nos últimos dois anos, constatamos alguns avanços, mas insuficientes para atender à demanda existente com relação a que o nosso agricultor tenha acesso ao documento da sua terra. A ausência de regularização fundiária também cria um ambiente de insegurança jurídica, favorável ao conflito por terras, que impede a fixação do homem no campo, pois, sem o título da terra, ele tem dificuldade para acessar créditos, assistência técnica e programas governamentais.

Convidamos o Ministro para falar sobre suas estratégias para este ano, sobre os principais programas desenvolvidos pela pasta e também sobre esse tema crucial que é a regularização fundiária, não só na Amazônia evidentemente, mas em todo o território nacional.

Agradeço a presença da Senadora Ana Amélia, do Senador Blairo Maggi, do Senador Moka, que sempre estão junto conosco nos temas importantes desta Comissão.

Passo a palavra ao Exmº Ministro Pepe Vargas.

O SR. PEPE VARGAS – Exmº Senador Acir Gurgacz, Presidente da Comissão de Agricultura do nosso Senado, antes de mais nada, eu queria agradecer esse convite. É com muita alegria que aqui estamos.

Eu queria, ao cumprimentá-lo e, permitam-me, ao cumprimentar a minha conterrânea Senadora Ana Amélia, cumprimentar todos os integrantes da Comissão de Agricultura do Senado.

É com muito prazer que aqui estou.

Quero apenas dizer o seguinte: hoje, se não erro nas contas, deve ser o meu 28º dia à frente do Ministério, ainda não completei o primeiro mês. Obviamente, foi um mês muito intenso de passar em revista todas as áreas do Ministério, todo o conjunto de políticas públicas que estão a cargo do Ministério do Desenvolvimento Agrário e não só do Ministério, mas também do nosso instituto ligado ao Ministério que é o Incra. Então, foi um mês muito intenso de uma imersão interna no Ministério. Mesmo assim, não deixei também de fazer agendas externas.

Nesses 28 dias, fiz visitas já a três Estados. A primeira, inclusive, foi ao Estado de Rondônia, onde tivemos um conjunto de atividades importantes do Ministério e fizemos entrega de retroescavadeiras aos Municípios integrantes de Territórios da Cidadania, retroescavadeiras que vão melhorar o escoamento da produção, porque melhoram as estradas vicinais e um conjunto de outras atividades. Além de Rondônia, também estive na abertura da colheita do arroz orgânico, lá no Rio Grande do Sul, meu Estado, e estive mais recentemente no Estado da Bahia, onde assinamos um conjunto de convênios com o Governo do Estado da Bahia e também fizemos entrega de máquinas do nosso PAC 2, nosso Programa de Aceleração do Crescimento, da parte que diz respeito ao Ministério de Desenvolvimento Agrário.

Também recebemos muitas entidades. Há uma agenda muito intensa de receber entidades, segmentos vinculados ao campo brasileiro ouvindo, obviamente, as suas visões, as suas colocações a respeito dos temas que dizem respeito ao Ministério do Desenvolvimento Agrário. Nesses 28 dias, prezado Senador Acir Gurgacz, consolidou-se para mim aquilo que eu tinha claro antes de assumir o Ministério, quando recebi o convite da Presidenta Dilma, do papel do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Quer dizer, que papel é

esse? Em primeiro lugar, desenvolver um conjunto de políticas públicas que permitam o fortalecimento da agricultura familiar.

Pedirei que passe já o primeiro eslaide ali.

Conjunto de políticas públicas que permitam o fortalecimento da agricultura familiar dentro do projeto de desenvolvimento econômico sustentável do nosso País. Nós não temos a menor dúvida do extraordinário papel que a agricultura familiar já cumpre e pode vir a cumprir ainda mais dentro desse processo de desenvolvimento econômico e social com sustentabilidade no nosso País.

Os números da agricultura familiar são superlativos, porque, das 5,1 milhões de propriedades rurais cadastradas no cadastro do Incra, isso não é o censo agropecuário, que é de 2006, é o cadastro do Incra. São 5,1 milhões de imóveis rurais. Desses, 4,3 milhões são de agricultores familiares. Significa 84% dos estabelecimentos, 24% da área. Embora majoritários em números absolutos, eles têm 24% da área dos estabelecimentos agropecuários. Nós respondemos por 10% do PIB do Brasil. Costumo brincar, prezado Senador Acir, que como venho de uma cidade que é muito industrializada... Venho de Caxias do Sul, que é a segunda cidade em população do nosso Rio Grande, é uma cidade industrializada, é um grande polo metalmecânico, mas também tem um território rural grande. Embora 96% da população do nosso Município seja urbana, os nossos 4% rurais significam mais de 30 mil pessoas. Então, também temos que cuidar da agricultura familiar.

Tive oportunidade de ser prefeito durante 8 anos no meu Município e eu sempre brincava com o nosso pessoal da agricultura familiar, dizendo que são necessários muitos quilos de frutas, muitos pés de alface – ou coisa do gênero, porque lá plantamos muitos hortifrutigranjeiros – para dar o valor agregado de um ônibus, de um caminhão, de um trator, de uma retroescavadeira, só para falar de alguns dos produtos que a nossa indústria produz lá.

Então, quando a gente diz que a agricultura familiar representa 10% do Produto Interno Bruto do País, a gente pode ter a dimensão do significado dessa produção e são 38% do valor bruto da produção agropecuária. Representamos 74% da ocupação de pessoal no meio rural. Então, vejam que os números são muito grandes e produzimos aqueles números ali. São 70%, aproximadamente, dos alimentos que os brasileiros e as brasileiras consomem. Não vou falar dos números, porque já há ali, mas vamos pegar o feijão, 70% do feijão são produzidos pela agricultura familiar. Mesmo em algumas cadeias produtivas que têm integração – e o Senador Blairo Maggi há pouco falava da integração – e que muitas vezes também aparecem na conta da agricultura empresarial, temos, na base de fornecimento da matéria-prima, a agricultura familiar. É o caso dos suínos, em que a agricultura familiar produz 59%; é o caso do leite, 58%; é o caso das aves, 50%. Mesmo no rebanho bovino a agricultura familiar representa 30% da produção do nosso País. Então, vejam a enorme importância econômica e social que esse segmento representa, e são de responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário as políticas públicas voltadas para esse segmento.

Eu diria que, nesses 28 dias à frente do Ministério, com as andanças que a gente já teve oportunidade de fazer pelo Brasil, fortaleci ainda mais a convicção de que a agricultura familiar é fundamental e que o nosso papel no Ministério do Desenvolvimento Agrário é fortalecer a agricultura familiar no projeto nacional de desenvolvimento do nosso País.

A segunda questão, que é a nossa missão, é acelerar isso a que o Senador Acir já fez referência aqui: o processo de regularização fundiária no Brasil. Nós temos sob nossa responsabilidade a questão da regularização fundiária. Eu tenho sido testemunha nesses eventos a que tenho ido, como o de Rondônia e na Bahia recentemente, da alegria das pessoas as receberem o seu título. É um direito de cidadania a pessoa poder ter um título da terra onde produz, o que por si só abre portas para o acesso a um conjunto de outros direitos de que, muitas vezes, as pessoas estão excluídas se não tiverem acesso ao título. Então, a titulação e a regularização fundiária são fundamentais. Eu vou abordar um pouco mais além esse assunto, mas é outra questão fundamental. E temos de avançar nesse processo, ao mesmo em que garantimos os direitos de cidadania das pessoas também com muita segurança jurídica, para não cometer nenhum equívoco, não chancelar nenhuma irregularidade, mas também não cometer nenhuma injustiça com quem quer que seja.

A nossa terceira missão é avançar no Programa Nacional de Reforma Agrária, que, para nós é um instrumento de combate à extrema pobreza no campo. Fazer o processo de reforma agrária significa constituir milhares de novos agricultores familiares que produzirão alimentos e que, portanto, vão contribuir para a segurança alimentar da população brasileira.

É por isso que eu disse, no dia da minha posse, que o Ministério do Desenvolvimento Agrário é um ministério do desenvolvimento econômico, um ministério que tem uma profunda vocação social, mas um ministério do desenvolvimento econômico, porque ele trabalha fundamentalmente isto: ele procura dar condições para quem quer produzir e trabalhar na terra. É essa a determinação que a Presidenta Dilma nos dá. Ela me

disse, no dia em que me convidou para assumir o Ministério, que o papel nosso no MDA seria o de apoiar, o de dar condições, o de melhorar as condições para quem quer trabalhar e produzir na terra.

Quais os instrumentos que temos? Nós temos um conjunto de instrumento para dar esse apoio, mas podemos dizer que, nesses quase 4,3 milhões estabelecimentos da agricultura familiar, nós temos situações de uma agricultura familiar já consolidada, que inclusive exporta e tem tecnologia aplicada; uma agricultura familiar que deu extremamente certo. Existe isso no Brasil! Nós temos outra parcela, um pouco mais numerosa, que é uma agricultura familiar que nós podemos dizer que está em desenvolvimento; é uma agricultura familiar que já produz excedentes e comercializa esses excedentes, mas que ainda precisa de muito apoio. E temos uma agricultura familiar em situação de extrema pobreza.

Dos cerca de 16 milhões de pessoas que estão abaixo da linha da pobreza no nosso País – e é missão e determinação da Presidenta Dilma, como ela mesma diz, nos seus quatro anos de Governo, superar a extrema pobreza no Brasil –, aproximadamente 8 milhões estão no campo brasileiro. Então, temos esse segmento de uma agricultura familiar muito pobre que precisa de muito apoio.

Então, que instrumentos nós temos para essa segmentação, digamos assim, da agricultura familiar? Para aquela parcela mais dinâmica de agricultores familiares e assentados da reforma agrária ou aqueles que já estão em desenvolvimento, como eu dizia antes, nós temos os instrumentos do Plano Safra e vamos lançar agora o Plano Safra 2012/2013. Estamos em plena vigência do Plano Safra 2011/2012, pelo disponibilizamos R$16 bilhões para os financiamentos do Pronaf. Não atingiremos R$16 bilhões em contratação. Isso vem acontecendo nos últimos anos, não vamos conseguir atingir os R$16 bilhões, o que já nos coloca um desafio muito grande, que é o desafio de tentar identificar por que parte dos agricultores familiares não estar disponibilizando esse crédito.

Tivemos um crescimento importante, é verdade, da participação do crédito no Norte e Nordeste do Brasil, que é muito baixa, comparativamente ao Sul e ao Sudeste. No último período, tivemos um crescimento de cerca de 17% no acesso ao crédito do Pronaf. E também temos iniciativas inovadoras de alguns Estados a que eu gostaria de fazer referência aqui até para que os Senadores e Senadoras divulguem isso e conversem com seus Governadores, porque eu creio que, se a gente tiver parcerias como em alguns Estados está ocorrendo, poderemos avançar muito no acesso dos agricultores ao Pronaf.

Esse é o caso de Rondônia. No dia em que estivemos lá, o Governador Confúcio Moura assinou a regulamentação do Fundo do Desenvolvimento da Agricultura Familiar do Estado de Rondônia, aprovado pela Assembleia Legislativa. Com esse fundo o Governo do Estado está equalizando os juros do Pronaf. Então, o agricultor faz um financiamento para produzir mais alimentos, por exemplo, e compra um trator pagando 2% de juros, com dez para pagá-lo e com dois nos de carência, e o Estado de Rondônia irá equalizar esses 2% dos juros. Então, foi uma grande iniciativa do Governador Confúcio Moura, aprovada pela Assembleia Legislativa. O Senador Acir, já na viagem, quando nos dirigíamos ao Município de Ouro Preto do Oeste, falava da importância desse instrumento.

Mas não é só Rondônia. Na Bahia também o Governador Jaques Wagner adotou esse mecanismo. No Espírito Santo também se está adotando esse mecanismo. No Rio Grande do Sul estão fazendo outra variável para incentivar irrigação: ao invés de equalizar os juros, está pagando a primeira e a última parcela do financiamento, o que, de certa forma, também equaliza os juros. Enfim, são iniciativas dos Governos estaduais em parceria com o Governo Federal visando a reduzir ainda mais a taxa de juros, que já é bastante facilitada, subsidiada, a fim de dar melhores condições para os agricultores familiares. Cito esses exemplos até como incentivos para que mais Estados possam utilizá-los.

Além disso, temos todos os instrumentos de assistência técnica e de extensão rural.

Quero fazer um registro: dentro de duas semanas – não me lembro agora do dia exato – haverá a Conferência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. Já houve várias, senão todas – acho que todas a essa altura –, conferências estaduais, e será aqui em Brasília a Conferência Nacional de ATER, buscando abrir o diálogo com aqueles e aquelas que fazem a assistência técnica em todo o País para tentar aperfeiçoar esse importante instrumento de apoio à agricultura familiar.

Temos o Seguro da Agricultura Familiar, que, além de segurar o financiamento feito, ele também segura uma renda mínima para o agricultor. Então, além de não ficar com a dívida no banco, ele tem um rendimento mínimo para fazer frente até a próxima safra. Essa foi uma inovação importante feita ainda durante a gestão dos meus antecessores, durante o Governo do Presidente Lula.

Temos, também, o programa de garantia de preços na agricultura familiar, um instrumento importante que evita a perda de rendimento.

Temos o programa de *biodiesel,* que tem o selo combustível social, onde uma parcela importante do

biodiesel é produzida a partir de matéria prima fornecida por agricultores familiares. Portanto, garante o escoamento da produção, porque aqui não basta produzir, temos, também, de viabilizar alternativa à comercialização dos produtos.

Temos o programa de *biodiesel,* mas também temos outros instrumentos a que faremos referência depois, como PAA e PNAE.

Então, temos instrumentos diversos para o apoio. Não vou estender-me em demasia. É óbvio que todos esses instrumentos estão em permanente processo de avaliação e aperfeiçoamento. A cada plano safra surge alguma inovação.

Para a parcela que está em situação de pobreza extrema, que não consegue, eventualmente, acessar instrumentos, temos o Brasil sem Miséria, que tem sua face urbana, digamos assim, mas tem sua face rural, que é responsabilidade de nosso Ministério.

Temos a política de reforma agrária e também uma parcela de regularização fundiária.

Próximo. O Brasil sem Miséria, como já foi dito, é uma estratégia de inclusão social e produtiva, para os agricultores familiares em situação de extrema pobreza.

O que é feito no Brasil sem Miséria? Em primeiro lugar, é uma assistência técnica diferenciada, é uma tecnologia social que atende diretamente à família, discute com a família como aplicar os recursos do fomento, que são recursos não reembolsáveis. É uma primeira parcela de R$1 mil, seguida de outras duas parcelas de R$700,00. O valor pode ser pequeno, pode parecer pequeno, mas faz uma grande diferença para essas famílias.

E temos, como já fiz referência, as políticas de comercialização: o programa de aquisição de alimentos e o programa nacional de alimentação escolar, que viabilizam, digamos assim, um mercado de compras governamentais para a agricultura familiar. Permite, portanto, que uma parcela de agricultores tenha uma renda básica a partir da colocação de sua produção e, com isso, consigam galgar uma posição para buscar novos mercados.

Outra estratégia importante é a documentação civil e o apoio à produção. É também algo muito gratificante vermos, por exemplo, uma mulher receber sua declaração de aptidão para o Pronaf dentro dos eventos que participamos do Brasil sem Miséria. É muito gratificante vermos, Senador Suplicy, Senadora Ana Amélia, a alegria das mulheres ao receberem sua declaração de aptidão. E não é só isso. No momento em que as pessoas conseguem a sua certidão de nascimento, sua documentação em geral. É fundamental, mas as pessoas não têm os documentos básicos que imaginamos que todo cidadão brasileiro tenha. O Brasil sem Miséria viabiliza várias atividades que permitem o acesso à documentação civil.

A meta do Brasil sem Miséria é incluir, até 2014, 253 mil famílias. Mas ele não envolve só ações de nosso Ministério. Ele também envolve ações de outros ministérios, como o Água para Todos, o Luz para Todos, benefícios sociais que o Ministério do Desenvolvimento Social repassa, e o Bolsa Verde, na região amazônica, onde assentados recebem um determinado valor para preservação da floresta.

Próximo, por favor. O Brasil sem Miséria, em 2011, inclusive na área rural, passou da meta programada. A programação era atendermos 44 mil famílias, e conseguimos atingir 50 mil famílias. A equipe do Ministério trabalhou muito e conseguiu ultrapassar a meta.

Fruto disso, a Presidenta Dilma autorizou que, em 2012, antecipássemos as metas. Então, em 2012, estamos antecipando as metas de 2013. Por isso, em 2012, a nossa meta é atingir 179 mil famílias. Já lançamos uma nova chamada de assistência técnica para 93 mil famílias. Em agosto isso já estará rodando. O valor disponibilizado é de R$154 milhões.

Também outras chamadas para as regiões Norte e Centro-Oeste. É importante dizer também que no Sul e no Sudeste nós estamos procurando fazer parcerias com os governos estaduais. Nós fornecemos o fomento, que é aquele valor em três parcelas que a família recebe e é acompanhada pela assistência técnica para discutir qual a melhor forma da aplicação desse recurso para o desenvolvimento produtivo e a autonomia econômica dessa família, e o Estado garante a assistência técnica. Então, nos Estados do Sul e do Sudeste nós já temos essa previsão, na medida em que estava muito concentrada. No Norte e no Nordeste nós temos a possibilidade de avançar agora dessa forma.

O Bolsa Verde. Nós teremos 20 mil assentados recebendo Bolsa Verde até a Rio+20.

Próximo.

Outro instrumento importantíssimo, ainda pouco conhecido. E quero estimulá-los inclusive – nos horários possíveis, porque sabemos que a atividade parlamentar é muito intensa –, se quiserem, a entrar no *site* do Ministério e acessar a Rede Brasil Rural, até para ajudarem na divulgação da Rede Brasil Rural, que é uma plataforma digital de soluções para a agricultura familiar. Nós estamos cadastrando, já temos 434 mil empreendimentos cadastrados, cooperativas e associações. Estamos, num primeiro momento, trabalhando com essas organizações econômicas, mas é óbvio que, num segundo momento, o próprio agricultor, individualmente, vai poder se cadastrar também.

E o que essa plataforma permite? Ela cadastra os insumos e equipamentos de que a agricultura familiar precisa para produzir. Portanto, permite a aquisição, com menores custos, de insumos e equipamentos; permite o cadastramento dos produtos para a comercialização – existe toda uma logística de transportes pensada em conjunto com os Correios, em parceria com o BNDES –; e permite o acesso facilitado às políticas públicas, em que as prefeituras poderão localizar com maior facilidade a oferta local dos seus produtores. Então, é uma ferramenta nova, foi lançada em dezembro, mas começou a rodar agora em março, se não me engano, no dia 9 de março. E é uma forma concreta de o Ministério do Desenvolvimento Agrário – porque, como eu dizia, estamos priorizando, num primeiro momento as cooperativas – dar apoio ao Ano Internacional do Cooperativismo. O ano de 2012 foi instituído pela ONU como o Ano Internacional do Cooperativismo. É muito importante. É uma nova geração de políticas voltadas à agricultura familiar. Eu não tenho a menor dúvida de que, com o passar do tempo, ela vai ser muito mais conhecida. Existe todo um conjunto de parcerias, de discussões que estamos fazendo com várias cadeias produtivas, com o setor hoteleiro e com vários outros setores para que eles acessem esse instrumento e adquiram os produtos da agricultura familiar ou ofertem seus insumos e equipamentos para os agricultores familiares.

Próximo.

Eu já falei do novo Plano Safra, que está em fase de formatação. Para este ano de 2012, nós temos, na Política de Garantia de Preços Mínimos, que vai entrar para o Plano Safra 2012/2013, R$300 milhões, e queremos ampliar e consolidar a Rede Brasil Rural.

Próximo.

Outro instrumento importante é o PAC 2, a segunda fase do Programa de Aceleração do Crescimento. Nosso Ministério está adquirindo máquinas e equipamentos para a recuperação de estradas vicinais em Municípios de até 50 mil habitantes, Municípios que integram o Territórios da Cidadania, Municípios que têm a agricultura familiar com um peso preponderante na sua produção e que terão acesso a retroescavadeiras. As prefeituras, diretamente retroescavadeiras. E quando há associação de Municípios, um consórcio ou uma associação de Municípios, uma motoniveladora.

Outro dia, nosso Secretário de Desenvolvimento Territorial, numa entrevista, disse algo que eu achei muito interessante e que faço questão de repetir: quando melhoramos a condição para a prefeitura melhorar a condição da estrada vicinal, não é só a produção do agricultor familiar que vai passar por cima dessa estrada. Vai passar ambulância, vai passar o ônibus escolar, vai passar o caminhão que traz os produtos a serem vendidos na cidade, no comércio, enfim. A gente melhora toda a condição.

Em alguns lugares, o pessoal chegou a me dizer que as prefeituras estavam pagando valores exorbitantes de hora/máquina, e os Municípios não tinham mais condição de fazer essa contratação de hora/máquina. Com isso, então, a gente viabiliza para essas prefeituras. Nós temos, nessa primeira fase, 1275 retroescavadeiras e 12 motoniveladoras. Já entregamos em vários Estados, e é um investimento de R$211 milhões.

Nós vamos ter uma outra fase. Por que ainda não foi feita a licitação para a outra fase? Isso são recursos do OGU, do Orçamento Geral da União, e o edital de licitação previa componente local, porque é óbvio que queremos gerar emprego no Brasil, e não fora do Brasil. Queremos que essas máquinas sejam compradas de empresas que produzem no Brasil, e o tribunal de contas entendeu que não seria um instrumento apropriado porque não era exatamente... Financiamento do BNDES via Finame dá para exigir o conteúdo e, no Orçamento Geral da União, na licitação, poderia ter algum ponto a ser questionado.

Então, a gente segurou, mas, já na semana passada, começamos a trabalhar a questão de estabelecer margens de preferência nas aquisições das compras governamentais. Esse é um instrumento que nosso País está usando já tardiamente. Os países desenvolvidos usam o instrumento de margem de preferência nas suas compras governamentais há décadas. O Brasil só agora começa a utilizá-lo. Então, nós trabalhamos para que as retroescavadeiras e motoniveladoras tivessem margem de preferência. Já foi publicado no *Diário Oficial da União* o trabalho técnico feito, e as margens de preferência definidas foram 10% para retroescavadeiras e 18% para motoniveladoras. Embora os números – 10% e 18% – possam dar a entender que vai haver pouca retroescavadeira ou motoniveladora comprada de empresas nacionais, essas margens de preferência permitem, na avaliação técnica que se faz, 95 a 97% de probabilidadede que sejam compradas, as motoniveladoras e retroescavadeiras, de empresas sediadas no Brasil, portanto, gerando emprego no Brasil.

É por isso que a gente diz que o trabalho do Ministério do Desenvolvimento Agrário também gera emprego na cidade, porque quando a gente tem um programa, como o Mais Alimentos, que permite compra de máquinas e equipamentos agrícolas naquelas condições em que falei anteriormente, bastante facilitadas, a indústria de máquinas e equipamentos agrícolas se beneficia disso. Então, roda a nossa economia, melhora a nossa indústria, gera emprego na indústria, aumenta a produtividade da agricultura familiar e melhora a

qualidade do trabalho da agricultura familiar, facilitando, inclusive, que os jovens se sintam estimulados a permanecer no campo.

Próximo.

Uma outra questão importante da infraestrutura é a nossa abordagem territorial, tanto no Brasil Sem Miséria quanto no Territórios da Cidadania. A abordagem territorial é utilizada na operacionalização dos programas, e um exemplo claro é o Brasil Sem Miséria, ou o PAC II. Não é à toa que essas retroescavadeiras estão sendo distribuídas aos Municípios do PAC II. Por quê? Porque, lá nos colegiados territoriais do Territórios Ca cidadania, onde se reúnem – são colegiados interfederativos, porque reúnem Municípios, órgãos federais, estaduais, sociedade civil, organizações econômicas dos produtores –, apontavam necessidade de apoio ás prefeituras, e o PAC II veio atender essa demanda.

Próximo.

Outra questão importante são os nossos públicos específicos. A questão de gênero, o protagonismo das mulheres nas políticas públicas; é o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural. Já foram atendidas 830 mil mulheres, que receberam 1,8 milhão documentos civis, dos mais diversos. Então, há todo um incentivo à organização produtiva das mulheres rurais. É importante dizer que, na reforma agrária, agora, a titulação é conjunta. A mulher passa também a ter a titulação da terra, a dupla titularidade da declaração de aptidão ao Pronaf, o que está permitindo a criação da linha especial Pronaf Mulher, e também a destinação de parte dos recursos do programa de aquisição de alimentos.

Outro público específico são as nossas comunidades tradicionais, as comunidades quilombolas, indígenas, extrativistas, que têm toda uma assistência técnica diferenciada e um conjunto de outras questões.

Com relação à juventude, foi lançado, há poucos dias, o Pronacampo – Programa Nacional de Educação no Campo, que é muito importante para a juventude no meio rural. Mas fiz referência aqui também à sucessão rural. Temos, hoje, o programa de crédito fundiário, que não permite o financiamento naquelas situações que acontecem em pequenas propriedades rurais, onde há três, quatro, cinco filhos, um fica na terra, outros vão trabalhar em outras questões. Aquele que fica na terra não pode fazer um financiamento para comprar o restante e permitir que aquele dinheirinho viabilize outras coisas para aqueles que saem da terra.

Desde 2006, tramita um projeto – não chegou ao Senado, está na Câmara dos Deputados –, o Projeto de Lei Complementar nº 362, que autorizaria o financiamento de imóveis de partilhas decorrentes dessas situações. Isso é muito importante também para a juventude do meio rural. Queremos ver se agilizamos a votação do projeto na Câmara, para que, depois, siga aqui para Senado.

Próximo. Temos, também, uma área de atuação internacional. Eu posso parecer pretensioso, mas creio que não. Creio que o que vou dizer aqui está bastante de acordo com a realidade. Possivelmente, o Ministério do Desenvolvimento Agrário seja hoje o ministério, fora, obviamente, o Ministério das Relações Exteriores, que mais cooperação internacional ou área de atuação internacional tem. Por quê? Porque, em primeiro lugar, coordenamos a seção nacional brasileira da Reaf, a reunião especializada sobre agricultura familiar no Mercosul. É o Ministério do Desenvolvimento Agrário que coordena todo esse debate da reunião especializada no âmbito do Mercosul.

E aqui queria fazer um pedido especial aos nossos Senadores e Senadoras. Tramita, na Casa, na Comissão de Relações Exteriores, o PDS nº 65, de 2012, que cria o Fundo da Agricultura Familiar. Hoje, essa reunião especializada funciona e é financiada com recursos da FAO, se não me engano da FAO. E todos os demais países membros do Mercosul já aprovaram, em seus legislativos, os projetos de lei que autorizam os fundos para o funcionamento da Reaf, menos o Brasil. Então, não fizemos nosso dever de cada. Por isso, queria pedir um olhar especial de V. Exªs para nos ajudarem na tramitação, porque é um projeto muito importante. Nosso pessoal da área internacional, que participa das reuniões, fica extremamente constrangido, em cada reunião, por não saber mais o que dizer sobre o porquê de estar atrasada aqui a tramitação.

E temos outro programa muito importante, que é o Mais Alimentos, internacional. Já temos manifestações de interesse e, em alguns casos, já bastante avançadas, em alguns países da África, como Gana, Zimbábue, Moçambique, Senegal, Quênia, e também agora com Cuba.

O que fazemos no Mais Alimentos internacional? Damos cooperação técnica para os órgãos de governo, colocando toda tecnologia social e toda política pública que nós desenvolvemos, para que eles, dentro da realidade deles, analisem a possibilidade de adaptar a sua realidade, mas também financiamos a compra de máquinas e equipamentos agrícolas brasileiros para esses países que não os produzem.

Temos um pequeno problema para resolver de ACCs, para viabilizar o primeiro embarque, que deve ser para Zimbábue. Mas a previsão é que, até junho, provavelmente, façamos o primeiro embarque de máquinas brasileiras, produzidas aqui no Brasil. Isso melhora bastante a nossa balança comercial, ajuda bastante a nossa balança comercial, gera emprego aqui, mas

também vai aumentar a mecanização nesses países e permitir o aumento da produtividade nesses países, que, como todos sabem, têm agricultura familiar e são muito pobres.

Então, também é uma ação de cooperação internacional muito importante e, quando falamos em África, estamos resgatando uma dívida histórica que o nosso País tem com o continente que lançou uma verdadeira diáspora de pessoas que vieram para o Brasil, foram escravizadas, e carregaram nas costas, durante muitos anos, a produção e a riqueza do nosso País.

Então, é uma coisa importante que o nosso País faz. Ao mesmo tempo, faz a cooperação internacional, estabelece uma solidariedade internacional, mas tem resultados econômicos para nós também.

Próximo.

Eu queria, eu acho que estou concluindo, falar que, nesses 28 dias em que estou à frente do Ministério, nós tivemos e ainda temos de nos debruçar muito sobre situações emergenciais que estão acontecendo.

Todos sabem que a gente está com uma seca muito forte no Sul, muito forte, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e no Paraná. São 640 os Municípios, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e no Paraná, em situação de emergência por causa da seca.

No Nordeste, nós tínhamos, até segunda-feira, talvez esse número possa ter mudado, 265, se não me engano, Municípios em situação de emergência, a maioria deles na Bahia. Bahia e Piauí eram os dois Estados do Nordeste com maior incidência de situação de emergência.

Então, também estamos nos debruçando sobre essas questões, mas é importante dizer que nós temos medidas gerais já adotadas e instrumentos, como o seguro da agricultura familiar.

No Sul, onde a seca começou a dar os seus resultados primeiros, vamos dizer assim, e o processo de comunicação de perdas já avançou mais, são 81 mil comunicados de perda reconhecidos, o que significa que o seguro da agricultura familiar estará despejando, para esses agricultores familiares que tiveram perdas decorrentes da seca, aproximadamente R$600 milhões no Sul do País.

Vejam a importância do seguro da agricultura familiar. Não fosse isso e esses agricultores iriam ficar endividados, mas, repito, além de pagar a dívida no banco, têm um rendimento pequeno para uma garantia mínima para algumas necessidades mais emergenciais.

Também, como medida geral, nós antecipamos a entrega de máquinas do programa de aceleração de crescimento para as prefeituras em situação de emergência.

Também, o Conselho Monetário Nacional autorizou uma prorrogação do pagamento de parcelas vencidas ou vincendas para os agricultores do Sul, até 31 de julho de 2012.

Também estamos viabilizando estoques públicos de milho, de venda a balcão, aproximadamente R$21, o milho.

Para os senhores terem uma ideia, outro dia, o Governador de Santa Catarina, Governador Colombo, me disse que antes de nós viabilizarmos a operação de venda a balcão do milho para o rebanho animal, o preço do milho era de R$34.

Com a venda a balcão a 21, do estoque público, no mercado também já estava baixando a R$24, R$23 o preço do milho.

Também, o estoque regulador permitiu que não houvesse um abuso no preço de mercado, portanto, regulando o preço de mercado e facilitando a vida dos produtores.

Obviamente, como agora começam a ocorrer as comunicações de perda no Nordeste, a tendência é de que os mesmos instrumento sejam utilizados no Nordeste.

No Nordeste, nós temos o Garantia Safra, que é um instrumento muito importante. É um fundo de que Municípios participam, Estados participam e União participa.

Nós já temos mobilizados, no Garantia Safra, no Nordeste, para as comunicações de perda já reconhecidas, R$45 milhões. Lá, tem uma parcela de agricultores que pegam financiamentos com valores bem mais baixos que no Sul e no Sudeste, por isso os valores são tão diferenciados.

Também já solicitamos, já mandamos um aviso ao Ministério da Fazenda, solicitando ao Conselho Monetário Nacional também prorrogação de prazo de pagamento de parcelas vencidas ou vincendas para os agricultores do Nordeste.

O Conselho Monetário Nacional deverá analisar isso em reunião extraordinária dentro dos próximos dias.

Então, a tendência é a de que aquilo que foi feito no Sul vá para o Nordeste. Não só há o caso do Nordeste. Há o caso do Norte: no Estado do Acre, não foi a seca, mas foi a chuva que devastou a produção dos agricultores ribeirinhos.

Por fim, quero tratar da questão da reforma agrária. Fiz questão de mostrar a fala da Presidenta Dilma, o discurso da Presidenta no dia 14 de março, o dia da minha posse no Ministério. A Presidenta Dilma disse o seguinte: "A reforma agrária tem de ser a forma pela qual se garanta o acesso à terra, mas também se garantam as condições de desenvolvimento para as populações que acedem a essa terra". Por que a Presi-

denta Dilma diz isso? Há 931 mil famílias assentadas em 8,8 mil projetos de assentamento, que abrangem 87 milhões de hectares, 10% do território nacional. É quase um milhão de assentados.

Há assentamentos de todo tipo. Em alguns assentamentos, há alta tecnologia aplicada e exportação, mas há um mar de pobreza rural nos assentamentos. O Estado brasileiro, ao longo das décadas, jogou uma parcela da sua população em áreas de terras muitas vezes não apropriadas para a produção. Ou, quando a jogou em áreas de terras apropriadas para a produção, a população ficou em áreas muito distantes de infraestrutura, carentes de estradas, de acesso à água, à energia elétrica e a mercados – porque são áreas distantes de centros consumidores –, o que praticamente inviabilizou o desenvolvimento produtivo desses agricultores que foram assentados. Então, parte da pobreza rural está lá. Há um enorme passivo social que temos de recuperar.

É determinação da Presidenta que os novos assentamentos levem em consideração a qualidade do assentamento. Isso significa que vamos ter de gastar mais recursos para assentar, obviamente, porque, como todos nós sabemos, terras melhores e mais próximas das infraestruturas e dos mercados são mais caras. Todos nós sabemos que, para o assentamento se desenvolver, é preciso mais dinheiro investido no desenvolvimento do assentamento.

Temos também de buscar o passivo desses assentados que estão em péssimas condições. Mas repito: há muitos assentamentos que são exemplos de como a reforma agrária pode dar certo no Brasil. Eu mesmo estive, na segunda-feira da semana passada, num assentamento que visitei há 23 anos. Eu os conheci quando eles estavam acampados. Eles estavam, inclusive, numa área que tinha sido objeto de um financiamento do antigo Pró-Álcool no final dos anos 70. E nunca plantaram um pé de cana, nunca tinham produzido um litro de álcool. Pegaram o financiamento, e sabe-se lá o que fizeram com o dinheiro! Portanto, foi uma brutal irregularidade. A terra ficou abandonada por anos.

No final dos anos 80, houve uma ocupação de agricultores sem terra, que estavam numa situação muito difícil. Sou médico de profissão. Na época, eu era – sou licenciado – médico do Sindicato dos Metalúrgicos de Caxias do Sul, que fez uma ação de solidariedade e pediu que os metalúrgicos levassem cobertores, comida, remédios. A direção do Sindicato me perguntou se eu, como médico, poderia levar os medicamentos para eles, e eu os levei. Entrei no assentamento, Senador Suplicy, e, durante toda a tarde, até o início da noite, no inverno do Sul, atendi gente, porque não havia médico ali. Saí de lá moído de cansado. Mas, para minha alegria, 23 anos depois, eu, como Ministro do Desenvolvimento Agrário, pude visitar o assentamento dessas pessoas e ver as crianças estudando, as crianças sadias. Vi os produtores produzindo arroz orgânico. Vi o Governador Tarso Genro pilotar uma colheitadeira financiada pelo programa Mais Alimentos. Vi os agricultores embalando a vácuo o arroz orgânico, que eles servem na merenda escolar nos Municípios vizinhos. E os vi dizendo que o PAA e o PNAE são importantes para eles. Então, foi um assentamento que deu certo. Como esse exemplo, poderíamos citar muitos outros exemplos.

Penso que é preciso haver equilíbrio nessa discussão e que, principalmente, temos de resgatar os direitos sociais desses que foram assentados de forma precária, digamos assim.

Podemos passar o próximo?

O reordenamento fundiário.

Eu tenho que falar do Terra Legal. Eu estou me estendendo muito; vou concluir.

O reordenamento fundiário é outra política importante. Eu falei de certa forma do Programa Nacional de Crédito Fundiário no início. Este número eu acho significativo: são 92 mil famílias desde 2003 que puderam acessar terra através do Programa Nacional de Crédito Fundiário, quase 100 mil famílias. Nós temos também parcerias com os governos estaduais para ações de regularização fundiária e de reordenamento fundiário, e temos o programa Terra Legal. Foram feitos cinco pregões de contratação de serviços de georreferenciamento. Tem toda uma transparência de informações hoje. As pessoas podem acessar, via Internet, todo o trabalho feito das terras que já foram levantadas. Houve todo um desenvolvimento de *software*. Publicamos agora, dia 12, uma nova portaria que simplifica medidas para imóveis até um módulo fiscal e diferencia imóveis de um a quatro módulos fiscais, para agilizar a titulação e a regularização das terras.

O próximo.

Aqui eu queria colocar para vocês o que está disponibilizado hoje na Internet. Qualquer cidadão brasileiro pode acessar isso aqui. Para se chegar nisso, obviamente houve muito trabalho. Depois eu vou falar um pouquinho desse trabalho. Todos os imóveis medidos, georreferenciados, já estão disponíveis. São 35 mil imóveis e eles servem de base para outras ações do Governo. O Ibama, por exemplo, tem utilizado essa base para fiscalizar indícios de desmatamento. Olhem este dado muito importante: destes 35 mil imóveis, apenas em 198 deles o Ibama detectou indícios de desmatamento. Por que a gente está salientando isso aqui? Isso revela que, quando a terra passa por um

processo de regularização, quando se inicia o processo de regularização, de fato, ela fica melhor protegida. Se dos 35 mil imóveis, apenas em 198 têm indício de desmatamento, isso é, de fato, muito significativo.

Abrimos Rondônia – em homenagem ao nosso Presidente da Comissão –; vão abrindo as glebas; vão abrindo as áreas; vai dando o *zoom*, aumentando o *zoom* para a parte sul do Estado de Rondônia, e chegamos até esse dado. O Município de Alvorada D'Oeste, as parcelas georreferenciadas. Gleba Bom Princípio, Parcela Alvorada do Oeste, lote 38-a, 40-a, do Sr. Joaquim Silveira de Rezende.

Isso é dado público, está disponibilizado ao público dentro das normas que a CGU adota para a disponibilização de dados públicos. Então, dá muita transparência ao processo. É lógico que para chegar nisso houve muita dificuldade. Porque houve dificuldade? Por que o pessoal... Primeiro, é um pessoal pequeno. Nós temos, para as senhoras e os senhores terem uma ideia, nós temos para fazerem todo esse trabalho monstruoso na Amazônia Legal, 273 servidores. Para fazerem todo esse trabalho monstruoso temos só 273 servidores. Então, o pessoal faz um trabalho gigantesco, mas outras dificuldades foram enfrentadas, porque é necessário fazer a medição dos perímetros, é necessário fazer a certificação e a correção das matrículas junto aos cartórios, é necessário fazer a medição e a destinação aos particulares que as ocupam, é necessário fazer a doação às prefeituras das áreas urbanas, é necessário fazer o repasse de áreas a outros órgãos federais. Enfim, é um trabalho gigantesco a ser feito. E, no início, o que acontecia?

No início, o grande problema era de que não havia sequer uma metodologia definida para a contratação do georreferenciamento. Então, isso trouxe muita dificuldade, havia uma ausência de metodologia, era algo novo para o Estado brasileiro, uma ausência de metodologia para contratação. Havia um desconhecimento e um despreparo das empresas para fazer o levantamento de campo na Amazônia, com todas as dificuldades. Numa parte do ano não dá para fazer por causa da chuva. Então, as empresas contratadas também tiveram dificuldades para se adaptarem e havia até ausência de ferramentas de gerenciamento para fiscalizar. Então, tudo isso teve que paulatinamente ser resolvido. Eu diria hoje que boa parte disso está resolvida. Qual é a nossa maior dificuldade hoje? A maior dificuldade hoje, Senador Acir, é racionalizar e simplificar a documentação e os procedimentos que compõem a instrução processual. Essa é a maior dificuldade do momento. Para isso, nós publicamos essa portaria do Ministério de Desenvolvimento Agrário, a Portaria nº 21, agora, dia 12 de abril. Essa portaria simplifica. Não vou aqui falar dos procedimentos de simplificação, mas a gente simplificou muito essa parte processual dos imóveis até o módulo fiscal. Exatamente, dia 2 de abril publicada. Ela passou anteriormente por aquele Conselho Gestor Intergovernamental, no qual há, inclusive, participação dos Estados, participação da sociedade civil. Nós chancelamos essa proposta no Conselho Gestor Intermunicipal e a portaria está publicada. Então, até o módulo fiscal nós simplificamos muito. Um conjunto de requerimento em que se vai exigir basicamente: requerimento; declaração; georreferenciamento da ocupação, com perímetro e certificação; análise de sobreposição eventualmente; pesquisa e inclusão no SNCR, a aprovação vai ser regional, em vez de ser centralizada aqui em Brasília, vai ser regional, obviamente, com o apoio da AGU e da Consultoria Jurídica e, por fim, a emissão do título.

Então, acreditamos que até um módulo fiscal vai agilizar muito; de um a quatro módulos, aí há um conjunto maior de exigências e, acima de quatro módulos, segue como é hoje. Porque também é importante dizer que temos que agilizar, que temos que simplificar, mas com segurança jurídica. Nós não podemos nem deixar de garantir o direito de cidadania de quem precisa da regularização, mas também temos que ter todo um cuidado para não chancelarmos nenhuma irregularidade. Infelizmente, dada a situação dos anos 70 e 80 com uma imensidão de títulos provisórios de tudo que é natureza, de todo jeito, situações das mais diversas – quem é da região sabe que há coisas complexas – nós temos que ter uma certa segurança. Mas, na nossa avaliação, a tendência agora é de que, ultrapassadas essas dificuldades iniciais, vai dar para fazer um processo de agilização muito mais forte.

Prezado Senador Acir, Senadores e Senadoras, agradeço pela oportunidade de apresentar um pouco do trabalho do Ministério e fico à disposição para dúvidas, questionamentos e perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Ministro Pepe Vargas, pela sua presença e pela sua explanação na nossa Comissão. Entendo que o trabalho do MDA é apaixonante, Ministro, porque é um investimento na agricultura, mas é um investimento a partir do ser humano, está cuidando do homem do campo, está cuidando da inclusão social, de eliminar a pobreza no campo. É um trabalho, realmente, que apaixona a todos nós.

Fizemos a ordem de inscrição, Senadores e Senadoras, pela ordem de chegada. Temos a Senadora Ana Amélia, o Senador Moka, o Senador Jayme, o Senador Suplicy, o Senador Cyro e o Senador Sérgio Souza.

Passo a palavra à Senadora Ana Amélia para fazer suas considerações.

Muito obrigado, Senadores e Senadoras.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada, Presidente Acir. Em primeiro lugar, quero cumprimentá-lo pela iniciativa de ter feito o convite para o Ministro Pepe Vargas vir aqui, em menos de 30 dias de gestão em um Ministério importante, para trazer as informações. Ele fez um apelo aos Senadores para votarmos o PDS nº 65, de 2012, que trata da questão, mas o Relator, o Senador Sérgio Souza, já entregou o relatório à Comissão de Relações Exteriores, então está para ser votado, mas ele que é o dono da matéria vai explicar sobre essa matéria importante.

Ministro, uma questão que me chamou atenção foi o *biodiesel* social. No governo Lula, houve um grande empenho para usar como matéria prima na produção de *biodiesel* aqueles produtos de uso de mão de obra intensiva da agricultura familiar. Eram a mamona, o pinhão-manso, em algumas regiões do País. Hoje, pela inviabilidade operacional, ficou concentrada na principal *commodity,* que é a soja. Então, eu lhe pergunto: esse selo social, qual é a condição que ele é dado, qual é o critério que ele é dado, se entra a soja, se ele dá preferência para outras matérias primas?

Também queria saber do senhor quais as providências, no âmbito da agricultura familiar, tomadas para o Rio Grande do Sul, de modo especial, onde, digamos, o protagonismo desse setor na agricultura é importante devido ao problema da seca que atingiu várias culturas e em algumas foi perda total, embora a agricultura familiar tenha, como seguro, uma garantia não só da indenização das perdas, mas também um seguro de renda, diferente do agricultor médio que não dispõe desse dispositivo. Isso foi motivo até de um debate durante a Expodireto, em Não-me-Toque, por esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, tratando de criar um mecanismo que dê segurança também aos agricultores médios, quando há esse problema climático. Então, rapidamente, são essas questões para V. Sª.

Também outra pendência que havia do Incra no georeferenciamento, que, por falta de recursos, muitos agricultores precisavam fazer georeferenciamento gratuitamente por serviço do Incra e não podiam por falta de recursos. Queria saber se já está resolvido esse problema não só de dinheiro, mas também de pessoal. Não é apenas para o Rio Grande do Sul, mas para outras regiões do Brasil.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Sugiro, Ministro, que ouçamos todos os Senadores para tornar mais dinâmico. Somos cinco. Fica mais dinâmico, mais rápido.

Com a palavra o Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Ministro Pepe Vargas, tive oportunidade de ter mandatos na Câmara. Não sabia que V. Sª era médico; também sou médico. Os médicos têm uma tendência a, de alguma forma, ter uma ligação com a agricultura, pelo menos no meu Estado, não é incomum isso.

Eu queria começar dizendo que, a exemplo de V. Exª, eu também me lembro do primeiro assentamento em Mato Grosso do Sul, depois da eleição do primeiro Governo pós-revolução do Dr. Wilson Barbosa Martins, em que eu os atendi como médico e, da mesma forma, já voltei lá, e hoje os produtores, àqueles que eram assentados nas pequenas propriedades de 20 hectares, estão produzindo amendoim, algodão, enfim, numa condição muito melhor.

Nós temos uma história de uma cidade no Mato Grosso do Sul que se chama Novo Horizonte do Sul, que era um assentamento e que hoje virou uma cidade.

Quer dizer, sem dúvida alguma, quando esses assentamentos têm estrutura e condições de trabalho, há uma evolução muito grande. É impressionante.

E quando você faz um assentamento em uma cidade, a economia do Município aumenta, porque à medida que eles vão também adquirindo renda, toda essa renda é gasta no comércio local.

Mas eu queria, Ministro, permita-me, sem absolutamente criar qualquer tipo de polêmica, mas quando nós discutimos o Código Florestal, o critério de agricultura familiar falava em quatro módulos, não podia ter trabalhador, só trabalho informal. E quando V. Exª cita esses números da produção, esses números da produção, e aí vocês consideram todas as cooperativas, todas as pequenas propriedades de uma maneira geral.

O que eu quero dizer com isso? Nós sabemos que quando o agricultor sai do critério de quatro módulos, ele não pode ter um empregado, ele não pode contratar, tem de ser da própria família ou uma contratação informal, ele perde o bônus. Eu acho que nós tínhamos de acabar com isso. Senão você limita o pequeno produtor a ser sempre pequeno. Eu acho que na hora que ele puder contratar alguém ele poderá melhorar a sua condição, ele é penalizado. Então, eu acho que isso é uma coisa que nós tínhamos de discutir aqui.

Há cerca de dois anos, o critério, por exemplo, para as cooperativas receberem o DAC, era de que 90% de seus associados tinham de estar enquadrados nessa questão do critério da agricultura familiar. Aumentou para 90; de 90, caiu para 70. Hoje, 70% têm de ter o critério da agricultura familiar, e 30% pode ser de médios e até de grandes produtores, e a cooperativa não perde a condição de receber toda... E isso foi muito importante, Ministro. Isso é um avanço, e é aonde eu quero chegar. Nós temos que, gradativamente – o

ex-Governador Blairo Maggi já teve a oportunidade de dizer –, porque grande parte dessas cooperativas, e quando os números citam que 34% ou 38% das exportações passam hoje por cooperativas, nós estamos falando desse tipo de cooperativa, que tem uma força muito grande, que ajuda o pequeno produtor na compra, na central de compra em tudo.

Então, o que eu quero dizer com isso? Eu fui o Relator na Comissão do Orçamento nas emendas de comissão, e a minha emenda, Ministro, foi exatamente para o território da cidadania, que é uma demonstração... porque, às vezes, você é tido como grande latifundiário: "Este Moka aí é um grande latifundiário lá do Mato Grosso do Sul e não tem preocupação com a agricultura familiar!" Longe disso!

Quando eu cheguei aqui, cheguei com o Deputado João Grandão, que, infelizmente, não se reelegeu, e o João fez muita falta lá Comissão de Agricultura. Ele defendia o núcleo agrário, agricultura família, e eu reconheço a minha limitação para discutir essa questão de agricultura familiar porque eu sempre fui muito mais ligado a média e grande propriedade, até pelo viés do meu Estado, mas, com a ausência do João Grandão, e até por insistência dele, que é meu amigo pessoal, e hoje nosso Delegado Federal que representa o Ministério no Mato Grosso do Sul, comecei a atender e percebi a quantidade de dificuldades que tem a agricultura familiar, desde liberação de recurso do Pronaf, que, aliás, tem uma inadimplência enorme.

Aí tem uma questão que eu queria discutir. Porque essa inadimplência dos assentamentos, na verdade, influi também nos Municípios, e aí outros produtores são penalizados em função da grande inadimplência. Nós tínhamos que separar. Por quê? Porque, de quem é a responsabilidade por isso daí? É o Governo Federal. Então, tínhamos que estudar, e quero dizer que quero ser parceiro nisso. Minha crítica é no sentido de levantar o problema, mas para ajudar a V. Exª na solução.

Portanto, acho que essa é uma questão que devemos estudar. Não pode a inadimplência de um segmento específico influenciar na inadimplência no crédito de todos os outros produtores. Até porque a garantia do Pronaf é uma garantia de Governo. Nós não podemos confundir isso. Aí é o banco que não quer perder: – Não, mas a inadimplência no município lá é muito alta. Mas você vai ver e não é, é um segmento específico.

Acho que nós temos formas de resolver isso.

Bom, basicamente, é isso. Ah, outra coisa: essa seca no Mato Grosso do Sul, Ministro, é só a gente olhar no mapa; eu sei que, quando vai esfriar lá na minha cidade, que é Bela Vista, que é o sul do Mato Grosso do Sul, o frio entra lá pelo Rio Grande. Porque é a mesma coisa. Então, essa seca que atingiu o Rio Grande, o Paraná e Santa Catarina, atingiu também o sul do Mato Grosso do Sul. Então, nós também temos dificuldades, e eu gostaria, depois, em uma audiência, mostrar que o Mato Grosso do Sul precisa dessa ajuda, talvez não no percentual que tem atingido o Rio Grande, mas nós temos um problema sério também lá no Mato Grosso do Sul.

E no mais, Ministro, eu quero dizer também que seria injusto da minha parte se eu não lembrasse aqui o ex-Ministro Afonso, que esteve no meu Estado. Participei de um grande encontro da agricultura familiar lá em Itaquiraí com ele, acompanhado do Governo André Puccinelli. No Mato Grosso do Sul, o Governo André Puccinelli também é um grande parceiro da agricultura familiar – nós temos observado isso. E nós queremos muito isso. E eu queria fazer do meu mandato também um mandato de um Senador ligado à agricultura familiar. Porque eu tenho uma visão hoje, confesso, diferente. Eu quero me somar a esse esforço, acho importante a gente estimular a agricultura familiar. Eu presido aqui a Frente Parlamentar do Cooperativismo, sei o quanto isso é importante, estimular os pequenos produtores, sobretudo para que eles possam se organizar em cooperativas, para nós podermos melhorar o poder de compra, o poder de venda, deles.

Quero parabenizar V. Exª, colocando-me à disposição aqui, para que possamos ajudar na solução desses problemas que pessoalmente estou levantando.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Moka.

Passo a palavra ao Senador Jayme Campos e convido o Senador Moka para assumir aqui a Presidência, porque eu tenho que ir à Comissão de Infraestrutura para defender um requerimento da nossa audiência em conjunto, Senadora Ana Amélia. Mas é um bate e volta.

Passo a Presidência ao Senador Waldemir Moka e passo a palavra ao nobre Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Muito obrigado, Senador Acir Gurgacz, que ora é substituído pelo valoroso e competente Senador Waldemir Moka.

Prezado Ministro Pepe Vargas, Ministro e Deputado, colegas Senadores e Senadoras, eu serei muito rápido nas minhas indagações a V. Exª, será uma pequena intervenção, diante da exposição que V. Exª fez aqui, que já me satisfez plenamente.

Todavia, Ministro, o que me chamou a atenção é que, na imprensa brasileira, há poucos dias, foram divulgadas algumas matérias em relação à questão das titulações. A meta de regularização das 67,4 milhões de hectares anunciados no lançamento do programa – V. Exª não era Ministro ainda – parece nos

ter sido excessivamente otimista para ser cumprida em pequeno ou médio prazo. Após cerca de dois anos e meio de experiência, que critérios vem sendo adotados pelo Ministério de V. Exª para revisão desses números. Segundo a imprensa, das 150 mil titulações prometidas para toda a região amazônica, somente 611 foram oficializadas.

Diante desse grande descompasso, como V. Exª estima o cronograma de ação para o ano em curso, na medida em que já foi aprovada e lançada, há mais de dois anos e meio, segundo dados e informações da imprensa brasileira, e apenas 611 foram oficializadas?

Qual a opinião de V. Exª quanto a eventual possibilidade da celebração entre a União e os institutos de terra nos Estados, numa parceria que pudesse acelerar o processo, minimizando o sofrimento e a insegurança jurídica de tantos produtores que não têm documento.

Não quero ser muito longo, mas quando V. Exª fez aqui uma exposição de motivos, na verdade os assentamentos no Brasil, particularmente em Mato Grosso, eu quero confessar aqui a V. Exª, a maioria absoluta, Ministro Pepe, vive em situação precária, de dar dó. É vergonhoso para nós, brasileiros, ver alguns assentamentos que foram feitos e as pessoas vivendo praticamente em estado de miséria.

Eu pergunto: quando o Governo pretende assentar mais algumas milhares de pessoas, por que não melhorarmos as questões, como assistência técnica, saneamento básico? Eu acho que um programa que V. Exª poderia lançar, meu caro Ministro, seria um programa de perfuração de poços nos assentamentos. No Mato Grosso, passei por alguns, é triste, dá dó. Eu acho que, se o Governo Federal adquirisse pelo menos algumas máquinas perfuradoras para fazer poços artesianos, através de convênios com as prefeituras, ou com a secretaria de agricultura dos Estados, nós daríamos uma melhor condição de vida a essas populações. É triste, é doloroso!

V. Exª anunciou aqui que está comprando 1230 retroescavadeiras, mas não é suficiente. É um paliativo. Porque precisa de caminhão, de patrol, uma organização perfeita, para que o cidadão não faça política partidária ou pessoal. Tem que ser uma política para os assentamentos. O que nós precisamos é de mais assistência técnica. Eu percebo que quase ou nada há de assistência técnica para esses coitados – que posso assim chamar, em bom tom e não pejorativamente – nesses assentamentos. A situação é precária. Eu tenho andado em vários assentamentos nessa região onde, inclusive, tenho propriedade, e quero crer que a maior preocupação nossa que precisamos ter hoje aqui, Senador Moka, chama-se regularização fundiária, titular o cidadão.

A burocracia é muito grande, é difícil, não há empenho. O Incra, Ministro, é travado, vamos ser honesto aqui. A questão do geo no Brasil, sobretudo em Mato Grosso, não anda, está travado lá. Tem cidadão que entrou com pedido de geo, tudo certinho, e está há cinco anos e até hoje não sai o geo do cidadão. E tem impedido qualquer operação porque não tem o geo.

É um apelo que faço a V. Exª aqui, como bom brasileiro, que são prioridades: fazermos a titulação; fazermos o Incra conceder o geo, dentro da lei e da ordem. Caso contrário, nós não vamos ter uma política agrária decente, que pode dar cidadania a milhares ou milhões de brasileiros que estão nos assentamentos.

Pela exposição de V. Exª aqui, sei que tem as melhores intenções. V. Exª disse, na sua fala, que até 100 hectares, um módulo só, nós queremos dar mais agilidade. Aí envolveu AGU e CGU.

Até imagino que é uma questão de se ter certeza absoluta de que teremos garantia jurídica, mas a burocracia é muito grande, Senador Moka. É difícil! A região de Mato Grosso, do médio e baixo Araguaia – estive lá na semana retrasada –, dá pena! Lá há mais de cem assentamentos. Várias comissões estiveram comigo lá e disseram: "Senador, ajude-nos, pelo amor de Deus! Já estou há dez, doze, quinze anos dentro da propriedade e, até hoje, não tive acesso ao documento da terra! Estou impedido". Então, é complicado!

Agora, a prioridade é a questão da regularização fundiária, sobretudo na região amazônica. Estou convencido de que, no dia em que conseguirmos regularizar isso, os desmatamentos, inclusive, vão diminuir. Hoje, o cidadão não é proprietário, e, daqui a pouco, vai lá o Ibama ou a Sema e o multa, porque ele está vivendo da madeirinha ali, tirando a lasca ou o esticador para vender. Em síntese, é o único meio de ele viver naquela propriedade, porque, no dia em que acabar a madeira, ele, que não tem o título com a regularização fundiária, cai fora e vende a terra para o primeiro vizinho que quiser comprá-la. Ele a vende, faz um dinheirinho e vai para a cidade. Isso é comprovado.

Então, é fundamental que V. Exª coloque como prioridade, na sua gestão como Ministro, a questão da regularização fundiária e também a questão da liberação do uso do geo. O Incra é um órgão que, lamentavelmente, está envelhecido. Ninguém pode desconhecer isso. Temos de destravar isso. Como o senhor disse aqui, há 270 funcionários em toda essa região do Brasil. Eles vão atender a uma demanda como essa? Eles não vão atendê-la nunca! Isso vai ficar apenas no papel. E, infelizmente, quem é penalizado é o trabalhador, é o sem-terra, é o assentado, é o grande produtor, é o médio produtor.

Essas são minhas observações.

Agradeço a V. Exª.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Agradeço ao Senador Jayme Campos.

Na sequência, concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Waldemir Moka, cumprimento o prezado Ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, por sua atuação nesses 28 dias de Pasta. Ao mesmo tempo em que o cumprimento por sua exposição, eu gostaria de fazer perguntas sobre alguns itens.

Primeiro, no que diz respeito à medição de produtividade para efeito dos cálculos relativos às áreas fundiárias que estão produzindo adequadamente ou não, V. Exª, em alguns momentos, mencionou a necessidade de revisão dos índices de produtividade, o que me parece importante, tendo em conta que, salvo engano, eles foram definidos na década de 70, por volta de 1975. Tendo em vista o progresso tecnológico havido e a possibilidade de produção muito maior hoje em cada área agrícola em nosso País, é de bom sendo que possa haver uma atualização desses índices de produtividade. Eu lhe agradeço se puder nos informar qual é a iniciativa que o Governo da Presidenta Dilma Rousseff está por realizar a respeito desse assunto.

Também quero dizer que, daqui a pouco, haverá reunião da Comissão de Relações Exteriores, e todos nós que somos membros daquela Comissão vamos perguntar ao Presidente Fernando Collor qual será o momento – espero que seja o mais rapidamente possível – de examinar o PDS nº 65, de 2012, que cria o Fundo da Agricultura Familiar.

Há um tema também muito importante para o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e para esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária que é relacionado às cooperativas agrícolas e cooperativas em geral, um dos temas importantes ressaltados por V. Exª, ainda mais neste Ano Internacional das Cooperativas, assim proclamado pela ONU. V. Exª está também convidado, juntamente com o Secretário de Economia Solidária, o Prof. Paul Singer, para, no dia 26 deste mês, estar presente aqui para o exame do Projeto de Lei do Senado nº 3, de 2007, e do 153, de 2007, que dispõe sobre as sociedades cooperativas em tramitação conjunta.

Esse projeto foi objeto de parecer do Senador Renato Casagrande e teve como relator *ad hoc* o Senador Augusto Botelho. Já aprovado na Comissão de Constituição e Justiça e Assuntos Econômicos, a Senadora Ana Amélia avaliou que seria importante termos mais uma audiência, em que pese ter havido já diversas. Então, em acordo com ela, propusemos essa audiência, para a qual V. Exª é convidado, o Prof. Paul Singer, da Unisol o Sr. Arildo Mota, João Moser, representando a OCB, Luiz Possamai, da Unicafes, o ex-Ministro Roberto Rodrigues, Virgílio Perius, da Organização das Cooperativas do Rio Grande do Sul.

Quero apenas transmitir a V. Exª que não é preciso trazer hoje toda a sua visão. Eu até gostaria de lhe entregar a cópia do parecer do Senador Renato Casagrande, o último estágio em que estamos. Esse parecer dele aprovou o projeto do Senador Osmar Dias, mas levou em consideração o aspecto sobre a liberdade de filiação das cooperativas, conforme manda a Constituição. Nesse aspecto, justamente levou em consideração o meu projeto de lei, que tinha essa particularidade. Isso já foi objeto de audiências com todas essas entidades, mas deve merecer ainda um aprimoramento de discussão. Eu agradeço a sua atenção a esse assunto.

Tenho encaminhado a V. Exª algumas solicitações de diversas entidades de trabalhadores rurais relativas à importância de logo se fazer as medidas para acelerar a reforma agrária. Notei que V. Exª colocou o número de assentamentos até agora realizados. Eu agradeço se puder nos informar qual é a perspectiva para até o final deste ano e, se possível, para 2013 também de possíveis áreas que serão objeto de desapropriação e de assentamentos e números de famílias a serem assentadas com vistas aos objetivos de realização da reforma agrária.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Agradecendo ao Senador Suplicy, passo a palavra, como orador inscrito, ao Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Sr. Presidente, Senador Waldemir Moka.

Caro Sr. Ministro Pepe Vargas, Srª Senadora Ana Amélia, Sr. Presidente desta Comissão Acir Gurgacz, senhoras e senhores:

Primeiro, quero parabenizar o Governo pela iniciativa, Presidente Moka, da Presidente Dilma de prorrogar o decreto que suspende a criminalização do Código Florestal, ou seja, que suspende aquele decreto de 2008 até o dia 12 de junho, por dois meses. Isso é um indicativo de que o Governo pretende que seja votado o Código Florestal pelo Congresso Nacional, agora na Câmara dos Deputados, para que possa sancioná-lo antes da Rio+20. Não fosse assim, não seria a prorrogação tão somente até o dia 12/06; e temos notícia de que pode ser votado agora, no dia 24 de abril.

Também quero agradecer a V. Exª por ter atendido uma solicitação nossa, como Senador do Paraná, para que o meu Estado fosse priorizado no atendimento das

distribuições das máquinas, aquelas pás carregadeiras compradas há algum tempo – até mesmo não sabemos a história do procedimento licitatório, o porquê da demora. E o Paraná foi atendido pelo Ministério por ter sido um dos Estados mais atingidos pela estiagem. Tenho certeza, porque conheço bem também a região sul do Mato Grosso, conheço a realidade daquela região, Senador Moka, de que também é uma região que merece uma prioridade.

Eu acho que o Brasil tem promovido uma reforma agrária que tem dado certo. Porque entendo que não basta distribuir a terra; tem que haver ajuda para esse cidadão fixar-se na terra. E percebo, pelo menos no meu Estado, e daí tiro a experiência – é lógico que há as exceções –, que os assentamentos têm dado certo. Há uma fixação porque o Governo ajuda na construção das casas, ajuda na construção da logística necessária, das estradas, ele ajuda no financiamento, ajuda na questão do saneamento básico, mas principalmente no saneamento da agricultura, e tem dado certo. Inclusive, o nosso vizinho Paraguai está solicitando ao Governo brasileiro uma ajuda na transferência de *know how*, na transferência de experiência para promover ou para intensificar a reforma agrária naquele país. E também ajuda para regularização fundiária.

Nós temos cuidado desse assunto dos brasiguaios aqui no Senado Federal, na Comissão de Relações Exteriores, e estamos atentos a situações como essa. E com o *know how* que o Brasil tem em reforma agrária, Ministro Pepe, em regularização fundiária, nós queremos ajudar os nossos irmãos paraguaios. E aí eu faço um pedido a V. Exª, para que atente a essa situação porque deve chegar ao seu ministério, nos próximos dias, alguma coisa nesse sentido, um apelo do governo paraguaio, do povo paraguaio, para que o Brasil possa ajudar aquele povo que mora lá, os brasiguaios, mas principalmente os paraguaios que são os legítimos proprietários, os filhos de brasileiros que são paraguaios, e que estão lá passando algumas dificuldades no que diz respeito ao uso da terra.

Ontem à noite, eu tive um compromisso em Belo Horizonte. E, durante o jantar, um cidadão, falando de reforma agrária, fez uma reflexão sobre uma propriedade que foi, num primeiro momento, invadida, no norte de Minas. Era uma propriedade tida por ele como altamente produtiva na pecuária extensiva, e depois houve lá um assentamento. Ele estava contando que houve um abandono integral do assentamento: as casas estão lá, o assentamento acabou não se efetivando, acabou não dando certo. Ele colocou como principal razão a baixa precipitação. Ele disse que chove em torno de 700 mm a 800 mm por ano, naquela região, e agricultura familiar não se sustenta numa propriedade de pequena. É lógico; com a pecuária extensiva, você tem como fazer uma rotatividade de pastagem e assim por diante. Então, até seguindo um pouco aquilo que disse recentemente nesta Comissão o Senador Blairo Maggi, temos de fazer um estudo técnico e científico mais avançado para vermos qual é a região do Brasil em que a agricultura familiar é autossuficiente ou se sustenta, para realmente fixar aí o homem no campo.

O meu Estado do Paraná é o segundo Estado em agricultura familiar. O primeiro é Minas Gerais, e o segundo, o Paraná. Temos uma região, que é o sudoeste do Paraná e a região central do Paraná, predominantemente com pequenas propriedades rurais. O meu pai é agricultor familiar no Estado do Paraná, e dá certo. A propriedade pequena é viável e dá para ser bem cultivada. Lógico: o Paraná tem suas características geográficas – clima, altitude, solo – que favorecem muito a isso, mas quero corroborar um pouquinho as colocações do Senador Moka no que diz respeito ao agricultor familiar que, às vezes, vai morar na cidade.

Começa, Senador Moka, Ministro Pepe Vargas, com um estudo. Quando eu morava lá na propriedade do meu pai, eu andava sete quilômetros para ir e sete para voltar – andava! – para poder estudar de 5ª a 8ª série. Havia a escola primária lá no sítio, na comunidade rural.

Depois disso, veio o transporte escolar, e todas as escolas rurais foram para a cidade, e aí o ônibus passa na cabeceira do sítio pegando todos os alunos. Esse cidadão, esse aluno passa a ser um pouco mais urbano; ele passa grande parte do seu tempo. Aí, as famílias vão ficando mais velhas, os filhos vão indo embora para os grandes centros, e os pais, a tendência é migrarem para as cidadezinhas pequenininhas.

Aconteceu com o meu pai, depois de 70 anos morando a vida inteira numa propriedade rural: há seis meses, foi para a cidade. Ele e minha mãe, que vivem sozinhos. Mas continua sendo agricultor familiar e todo dia vai à propriedade dele. Claro que não cria mais o frango, não cria mais o porquinho, mas é agricultor familiar.

Nós temos uma preocupação: se esse cidadão, daqui a pouco,... Lógico, não estou aqui fazendo uma referência em favor de meu pai. Estou citando-o como exemplo. Meu pai nem usa muitos os financiamentos. Mas se o cidadão, num caso desses, vai ter acesso ao financiamento subsidiado pelo Governo, que é o Pronaf, num dado momento, como disse o Senador Moka, ele pode ser enquadrado não mais como agricultor familiar. É uma preocupação que temos.

Inclusive, disse recentemente ao Ministro Mercadante no programa de incentivo à construção de escolas rurais. Eu disse que, no meu Estado, escola

rural não funciona mais. Há uma inversão. Hoje, temos lá milhares de escolas rurais fechadas no meu Estado.

Há uma migração natural para a cidade, até mesmo por conta do investimento que se faz hoje dentro da propriedade rural. Muito dele não tem um valor agregado e, se você constrói uma casa na cidade, você tem dois patrimônios, e não somente um.

E também, Ministro, gostaria de pedir a interferência de V. Exª, para que possamos regulamentar o fundo de catástrofes o mais rápido possível. O fundo de catástrofes é aquele que vai dar garantia ao pequeno produtor rural, porque é esse que mais precisa de renda. Não somente o seguro agrícola, que é a garantia do custo da produção, mas a garantia de renda, porque um cidadão cultiva, labora a terra. O ano todo há um problema climático e, no momento da safra, ele perde a safra e perde parte da sua propriedade, porque o seguro que se tem garante o custo da produção, mas ele vai viver de quê? Ele vai continuar comendo o quê? E aí vai o endividamento, e assim por diante.

E o Congresso já aprovou e hoje pende no Governo Federal de regulamentação.

Por fim, gostaria de dizer a V. Exª que já entreguei na Comissão de Relações Exteriores o meu relatório para o fundo da agricultura familiar do Mercosul. Adianto que é favorável. Não poderia ser diferente. Faço apenas uma observação: US$360 milhões para o Mercosul é muito pouco. É muito pouco.

Lógico que é um primeiro passo. O importante é criar esse fundo, e entendo que o Brasil tem, sim, a responsabilidade de colocar a maior parte dos recursos, como é o fato nesse projeto. Vamos fazer uma conversa com o presidente da Comissão de Relações Exteriores, o Senador Fernando Collor de Mello, para que paute esse projeto o mais rápido possível, porque sabemos da importância desse projeto para o Brasil e para os nossos países vizinhos, principalmente para o Paraguai, que entra com a menor cota, mas é o país que precisa da nossa ajuda neste momento.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Eu vou passar a palavra, senão eu sou destituído aqui da Presidência, para o Presidente Acir Gurgacz.

O ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Presidente Moka.

Ministro Pepe Vargas, é um prazer tê-lo na nossa Comissão.

Todos os programas de Governo do MDA são importantes, mas eu entendo que o mais importante é o Programa Terra Legal. É a base. O início de toda a história do ser humano na produção é o documento da sua área. Nós sabemos – e é importante que se diga – que a preocupação maior do Governo veio a partir da criação desse Programa Terra Legal, que é específico para a Amazônia. Se não está bom, antigamente era muito pior. A partir de junho de 2009, com este Programa Terra Legal, houve uma preocupação do Governo em levar documento à terra, ao agricultor, na Amazônia.

No Estado de Rondônia, V. Exª sabe da nossa preocupação e da importância desse programa. Qual a meta que nós teríamos para o ano de 2012, 2013, 2014, no sentido de levarmos essa documentação à população agrária de Rondônia, sendo que Rondônia tem 92% de agricultura familiar e a maioria dessas famílias não possuem documento das suas áreas, das suas terras?

Também tenho acompanhado o empenho dos técnicos do Ministério do Desenvolvimento Agrário em dar celeridade à regularização, fazendo convênios com os Estados; no nosso caso, com o Estado de Rondônia. Mas nós entendemos que ainda é lenta a regularização fundiária. Eu pergunto: há uma possibilidade de nós acelerarmos ainda mais esse trabalho do Terra Legal?

E mais uma vez agradeço a V. Exª por estar aqui conosco e reitero o convite para, no dia 25, estar conosco – a Senadora Ana Amélia já confirmou presença – em Ji-Paraná – na 1ª Feira Tecnológica do Estado de Rondônia.

Eram essas as minhas colocações.

Eu peço licença, Presidente Moka. Nós temos mais uma atribuição importante, que é no Conselho de Ética. É o sorteio para escolha do relator, e eu preciso estar presente. Por isso, peço que V. Exª continue aqui. Com certeza, sempre, em boas mãos está a nossa Comissão de Agricultura, se administrada por V. Exª.

Muito obrigado, Sr. Ministro, e Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Primeiro, dizer da minha torcida para que V. Exª seja sorteado como relator. Eu acho que seria um homem equilibrado. Mas evidentemente é uma tarefa difícil. Falo sério mesmo, porque eu acho que seria importante que o relatório caísse nas mãos de um homem equilibrado, isento, como V. Exª.

Com a palavra o Ministro Pepe Vargas.

Eu só vou colocar, Presidente Acir Gurgacz, ao Ministro Pepe Vargas, nessa questão da regularização, o que a Comissão de Agricultura, o que o Senado poderia fazer no sentido de somar força política. Isso porque evidentemente essa regularização não acontece principalmente por falta de estrutura, desde estrutura pessoal até orçamentária. Talvez fosse importante que a gente também pudesse, o Senado, a Comissão de Agricultura somar ao esforço do Ministro, no sentido de priorizar isso, talvez no orçamento, talvez reforçando

a estrutura do próprio Incra. Enfim, temos que entender que, se não priorizarmos politicamente o esforço, a tendência é que a regularização demore muito mais do que a necessidade.

Com a palavra o Ministro Pepe Vargas.

O SR. PEPE VARGAS – Obrigado Senador Moka.

De fato, sempre que o Congresso Nacional auxilia alguma área de governo na discussão orçamentária é positivo. Vou dar um exemplo concreto. Nós vamos poder agora fazer uma ação importante. O Senador Jayme Campos dizia que uma retroescavadeira para o município é pouco, mas, vejam bem, nós nem estamos atendendo todos os municípios. É verdade. Por exemplo, na Bahia, além da entrega das retroescavadeiras do PAC 2, a bancada federal da Bahia, Senadores e Deputados Federais, fizeram uma emenda de bancada que está viabilizando a gente repassar o recurso para o Estado. O recurso que nós vamos passar para o Estado é quase o dobro do valor que nós investimos nas retroescavadeiras entregues. Vai dar para atender quase o dobro do número de municípios que estamos atendendo com a licitação feita do PAC 2. Dou esse exemplo, e os senhores e as senhoras podem imaginar tantos outros exemplos que poderíamos adotar através de ações de bancadas para potencializar determinadas políticas.

Foram bastantes questões. Se eu esquecer alguma, por favor, me questionem depois.

Primeiro, me deixem aproveitar a brincadeira aqui. Sabem por que a Senadora Ana Amélia é madrugadora? Porque durante muitos anos ela tinha que fazer o programa bem cedinho de manhã. Não é, Senadora? Às 5h, ela já tinha que estar em pé. A gente ouvia a Senadora de manhã cedo na Rádio Gaúcha, bem cedinho.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Eu pensei que fosse o chimarrão.

O SR. PEPE VARGAS – Obviamente, ela acordava cedo, tomava o chimarrão e fazia o programa.

A Senadora Ana Amélia perguntou da questão do biodiesel, do selo social. A pergunta fundamental, se entendi, foi se ele está basicamente concentrado na soja ou se outras culturas também têm já significância.

No Nordeste tem a questão da mamona. Mas qual é o problema? No momento atual, no Nordeste, nós temos só a Petrobrás Biocombustível atuando. Somente agora está entrando uma outra empresa privada atuando lá no Nordeste. Mas isso tem uma explicação. O custo do biodiesel da mamona é muito mais alto do que o custo do biodiesel de soja. Então, tem um problema de fato estrutural para resolver. Também é verdade que, em alguns casos, ainda não se tem uma cultura de organização econômica, não se tem ainda aquele desenvolvimento cooperativo de outras regiões do país onde o programa do biodiesel está funcionando mais. Mas trata-se, sem sombra de dúvidas, de um programa que é importante sob o ponto de vista ambiental e que viabiliza uma renda considerável para agricultores familiares. No Norte e no Centro-Oeste, se não me engano, 15% das aquisições têm que ser da agricultura familiar; no Sul, no Sudeste e no Nordeste são 30%. Então, a empresa acaba podendo fazer o selo combustível social e, ao fazer isso, obviamente, também tem as suas vantagens tributárias. Mas o mais importante é que nós estamos viabilizando a compra e comercialização para agricultores familiares. No Nordeste, onde a mamona pode ter um papel importante, tem esse problema do preço.

Talvez, Senadora Ana Amélia, a mamona possa ter um nicho de mercado não exatamente com o biodiesel, mas para outras questões, porque o óleo dela, por exemplo, pode operar em condições climáticas muito adversas, com temperaturas muito mais frias do que o biodiesel de soja. Esse pode ser um nicho de mercado para algumas regiões do planeta. Não estou nem falando aqui do nosso Brasil. Então, tem ainda algo a ser pensado e desenvolvido.

Em relação à seca no Rio Grande do Sul, que ações foram adotadas? Primeiro, foram postergados os pagamentos, foram prorrogados os pagamentos de dívidas vencidas ou vincendas. No caso do Rio Grande do Sul, até final de junho agora. Esperamos que, agora, com a chegada do nosso período chuvoso, e não é só no Rio Grande do Sul, mas também em Santa Catarina e no Paraná, tenhamos uma situação de normalidade pluviométrica. No Nordeste, o problema é mais complexo. Há algumas regiões do Nordeste que estão há um ano em seca, mas é agora que começa a seca, porque entra novamente um período de seca e só vão ter chuva em novembro e dezembro. Lá o caso está um pouco mais grave.

Fizemos o parcelamento, a prorrogação das dívidas, e o Conselho Monetário Nacional aprovou, de dívidas vencidas ou vincendas. Também foi viabilizado. Insisto aqui numa questão: só no programa de Seguro Agrícola da agricultura familiar foram R$600 milhões. Esta é a nossa estimativa: R$600 milhões. Estávamos falando em dívidas de R$600 milhões. Mas, além do pagamento do financiamento, também há uma pequena renda, que é emergencial. É óbvio que ela não vai cobrir a receita que a safra realizaria, mas garante uma renda mínima que permite as necessidades básicas daquela família, o que, antigamente, não havia, porque essa modalidade de seguro é uma coisa recente. Então, é algo já inovador.

No Rio Grande do Sul, também vamos receber o pessoal amanhã, Senadora Ana Amélia. Tivemos uma primeira reunião com as entidades dos agricultores familiares, porque o Estado do Rio Grande do Sul criou uma espécie de bolsa estiagem, que vai atender algumas coisas. Eles nos levantaram outras tantas. Tenho, hoje de tarde, uma reunião de trabalho com a nossa equipe do Ministério, porque, amanhã, sexta-feira, vamos receber as entidades e ver alternativas do que possamos encaminhar.

Não me lembro agora quem é que foi, acho que foi o Senador Jayme Campos, que falou da questão da perfuração de poços em assentamentos. O Ministério da Integração Nacional tem essa possibilidade. Ele, inclusive, em alguns Estados, está liberando recursos para os Estados fazerem a perfuração de poços em assentamentos que tenham problema de água. Eu mesmo presenciei situações dessa natureza há poucos dias.

Então, é possível o Governo do Estado encaminhar, mas também precisa da iniciativa dos Governos Estaduais. Precisaríamos que cada Estado brasileiro tivesse um planejamento hídrico. Nós estamos em cima do Aquífero Guarani; há uma parte do Nordeste que está em cima do Aquífero Tucano. Em alguns lugares, vai ter que se perfurar poço profundo, 400 metros; em outros lugares, vão ser 600, 800 metros, mas tem essa possibilidade. Obviamente não podemos ser irresponsáveis de fazer do aquífero um paliteiro de poço, porque, depois, vira um problema ambiental, mas é possível fazer um planejamento hídrico, acessar esses recursos. O Estado pode entrar com recurso; o Governo Federal pode entrar com recurso. Agora, é preciso que os Estados façam o seu planejamento hídrico. Acho que é muito viável, e é possível fontes de recursos que se somem para irmos resolvendo questões dessa natureza.

Acho que, além disso, podemos ter instrumentos de financiamento para *kits* irrigação em alguns casos. E pode o Estado se emparceirar com exemplos como dei de alguns Estados que estão equalizando juros de mais alimentos para a compra de equipamentos de *kit* irrigação. Irrigar o milho para, quando houver a seca, os animais terem alimentação é algo bastante razoável. A bacia leiteira é fundamental. Em alguns lugares, estamos conseguindo, os Estados perfuraram poços que têm sanilização. Não é adequado para o consumo humano, mas é adequado para o consumo animal, porque para estes precisamos, como o pessoal diz, de água e "boia".

Então, são questões que acho que são perfeitamente possíveis. Agora, é preciso um conjunto de ações que envolvam Estados, Municípios e União, não só um ministério, vários ministérios, mas penso que seja possível. E há algumas iniciativas dessa natureza que estão em curso.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – V. Exª... Com sua permissão, Presidente, ilustre Ministro...

O SR. PEPE VARGAS – Pois não, nobre Senadora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Nesse aspecto, eu preferia optar por designar toda a emenda parlamentar, como Senadora – nas bancadas, os Senadores têm uma emenda própria –, toda ela para a compra de máquinas para...

O SR. PEPE VARGAS – De irrigação.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – ...para a área do Ministério da Agricultura, porque aí, são pequenos Municípios que compram os equipamentos para fazer esse trabalho. Ou a patrola, para fazer a abertura de uma barragem, para isso ou...

O SR. PEPE VARGAS – Sem dúvida.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – ...ou para, dependendo da necessidade... Então, isso está dando um efeito...

O SR. PEPE VARGAS – A Prefeitura pode dar o apoio para fazer o açude, o pessoal faz um pequeno *kit*...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Isso está sendo muito produtivo.

Só para acrescentar aí, porque também houve uma referência de emenda; o senhor falou do caso da Bahia que os Senadores fizeram. E eu fiz essa, concentrada, toda ela, com essa finalidade.

O SR. PEPE VARGAS – Obrigado.

O Senador Moka levantou várias questões, e eu diria assim: a lei da agricultura... O grande problema de legislação serve para a Lei da Agricultura Familiar – o que é agricultura familiar, o que não é agricultura familiar –, serve para qualquer... Sempre que a lei faz um corte em alguma magnitude, sempre é algo relativamente arbitrário, é sempre uma decisão política. Pode estar embasada em parâmetros técnicos, mas é uma decisão política. O corte é: quantos módulos fiscais? Ou o corte é: qual o tamanho da renda? Ou o corte é: qual... A lei, geralmente, faz isso. Ela quer regulamentar algo, então faz um corte na lei, e sempre fica aquela questão: não, mas podia ter um pouquinho mais para cima. Quando se vai um pouquinho mais para cima: não, mas podia ir um pouquinho mais para cima. Então, acho que essa questão é fruto de debate permanente, de aperfeiçoamento de legislação.

(Intervenção fora do microfone)

O SR. PEPE VARGAS – Microempresa, a mesma coisa. Enfrentamos esse debate há pouco tempo lá na Câmara.

Então, de fato, acho que há sempre esse problema. Pode, eventualmente, ensejar alguma situação que

poderia estar coberta pela lei, deixa de ser agricultor familiar... É para aperfeiçoar a lei.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Ministro, permita-me.

Essa legislação, eu acho que em algum momento ela foi necessária. É que há uma resistência hoje em fazer... Vamos retirar isso – porque, na verdade, precisaríamos retirar – e tratar como pequena agricultura e agricultura de escala. Agora, há uma resistência de Parlamentares. É uma decisão política, sim, e há até um viés ideológico no sentido de se afirmar: não, isso é agricultura familiar. E o pessoal não quer abrir mão de tratar isso como agricultura.

A pequena propriedade teria que ter uma atenção diferenciada. Concordo. Agora, limitar isso em módulo e tal eu acho, neste momento, que pode criar dificuldade. Tanto que as pessoas não podem ter um funcionário. Imagine esta situação que estou dizendo: fica só o pai e a mãe, porque os filhos vão embora, e eles não podem contratar um empregado, porque aí deixa de ser agricultura familiar. É dessa coisa que estou falando.

O SR. PEPE VARGAS – Eu vou aproveitar, inclusive, a deixa da Senadora Ana Amélia, que falou de micro e pequena empresa.

Veja bem: a Constituição brasileira diz que deve haver tratamento jurídico diferenciado e facilitação no acesso a políticas para micro e pequena empresa. E, quando a gente trata de micro e pequena empresa, virou uma grande unanimidade nacional aqui no Congresso e na sociedade. Todo mundo diz assim: a micro e pequena empresa é importante para o desenvolvimento, é importante para o empreendedorismo, é importante para uma série de fatores. E eu concordo, integralmente, com essa afirmação.

Eu acho que nós precisamos mostrar o seguinte: a agricultura é uma só. Agora, também na agricultura, o agricultor familiar, que seria o nosso, vamos dizer, microempresário rural, também precisa de um tratamento jurídico diferenciado na lei e também precisa de um acesso facilitado a políticas públicas. Então, acho que é isso.

E aí, Senador Moka, eu acho que todo mundo que quer ajudar a agricultura familiar pode ajudar, e deve ajudar. No debate de micro e pequena empresa, nós temos, desde a CNI até as associações, até a Comicro (Confederação Nacional das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte). Então, acho que quem quiser ajudar a produzir políticas públicas que deem acesso facilitado e diferenciado ao agricultor familiar, é bem-vindo. Acho que tem que haver uma grande unanimidade nacional. Eu diria que, assim como a Frente Parlamentar da Micro e Pequena Empresa é enorme no Congresso Nacional – acho que é uma das maiores –, uma frente da agricultura familiar devia ser também tão grande, tão enorme quanto essa, porque, com certeza, é uma política muito importante para o desenvolvimento do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Mas, aqui, na Frente Parlamentar da Agricultura, nós não temos essa distinção, tanto que a maior parte dos Parlamentares que estão na Frente Parlamentar de Agricultura, na maioria das vezes, defende a agricultura familiar.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Ministro, sou membro e sou coordenador político da Frente Parlamentar da Agricultura e digo ao senhor, com toda a tranquilidade, que as maiores bandeiras desta Frente estão vinculadas e ligadas à agricultura familiar. O exemplo disso é a nossa discussão no Código Florestal.

O SR. PEPE VARGAS – Com certeza.

A propósito do Código Florestal, eu queria parabenizar o Senado por ter diferenciado a agricultura familiar. Acho que foi muito correta aquela diferenciação de quatro módulos. Falo das áreas consolidadas. O art. 62 trata das áreas consolidadas. Aquele texto realmente diferenciou o pequeno produtor. Evidentemente, não podemos exigir dele a mesma quantidade eventualmente de APP, a permissão de somar com reserva legal. Há, agora, um conjunto de instrumentos que de fato viabilizam a pequena propriedade e protegem o meio ambiente. Acho que o Senado construiu um texto muito apropriado. Espero que a Câmara mantenha esse texto. Poderia até se discutir o aperfeiçoamento dele, mas regimentalmente agora não cabe. Cabe tão somente a análise da proposta do Senado. Acho que o Senado fez uma construção bastante razoável, que tem todo o nosso apoio.

A questão da inadimplência. A inadimplência no Pronaf em geral é muito baixa, mas temos casos, é verdade. Nos últimos anos, ela praticamente ficou muito protegida devido a esse instrumento novo e da forma como é trabalhado o seguro da agricultura familiar. Mas é verdade que temos uma parcela de agricultores familiares que já estão lançados como prejuízo no banco. E esse é um problema sério para resolvermos. Há uma resolução do Conselho Monetário Nacional que autoriza recomposição de dívida. O agricultor que tem Pronaf, vários contratos, recompõe, joga para frente a sua dívida. O banco poderia recompor a dívida com aquele agricultor que está lançado em prejuízo. Na contabilidade do banco, esse cliente está lançado em prejuízo. Se está lançado em prejuízo, entra numa classificação de risco mais elevada. O banco, para emprestar para ele, tem que provisionar um tanto igual ao que está emprestando, só que, com isso, o banco não

quer emprestar. A realidade é essa. Ele está no risco "h", se não me engano. Daqui a alguns dias, chega ao "y" ou "z". É um problema sério.

Também tenho dito que precisamos analisar melhor porque ele se endividou a esse ponto. Só fazer um novo refinanciamento talvez não seja a solução para ele. Um eventual refinanciamento tem que estar acompanhado de alguma outra coisa que nos garanta que ele não vai se endividar de novo. Ou ele não tinha escala para pegar o tamanho do financiamento que fez, não tinha capacidade de produção para isso, ou ele foi atingido por sucessivas secas. Temos que fazer um diagnóstico melhor para, quando encaminharmos uma solução para isso, encaminharmos uma solução e não só tocarmos com a barriga, sob pena de, em dois ou três anos, novamente a turma estar batendo na porta. Acho que não teríamos nem muita autoridade de chegar no Conselho Monetário Nacional com uma proposta tão somente de securitização da dívida ou de refinanciamento. Acho que a gente tem que queimar um pouquinho mais de fosfato, estudar um pouco melhor essa situação e apresentar uma solução mais duradoura, mais definitiva.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Permita-me, Ministro, o meu questionamento não foi nesse sentido. Concordo com o que V. Exª está dizendo. O meu questionamento é de que esse tipo de risco, onde está essa inadimplência, que é considerado prejuízo, influencia no crédito dos Municípios, penalizando produtores que não têm nenhum endividamento. Gostaria de uma solução onde a gente pudesse dizer: vamos discutir esse prejuízo. Mas o Governo brasileiro tem que assumir, porque não é justo que o conjunto dos produtores do Município sejam penalizados por uma questão – e concordo com V. Exª – que nem adianta mais você estimular, dar novo empréstimo, porque ele realmente não tem condição de se recuperar. Tenha que tratar isso de forma mais profunda, mas o meu questionamento é um pouco diferente, é isolar isso como uma coisa que tem que ser resolvida. Isso não pode "contaminar" o crédito para os demais produtores de um determinado município. Não sei se fui claro.

O SR. PEPE VARGAS – Não entendi. É muito importante resolver isso, encontrar a solução para isso porque senão esses produtores que não vão poder acessar o Pronaf acabarão empobrecendo progressivamente. Então, temos de encontrar de fato uma solução mais global.

Acho muito importante a iniciativa da audiência pública que vai haver aqui até pelo nome dos convidados, um público que domina o assunto. Acho que seria um grande presente que poderíamos dar, no ano Internacional do Cooperativismo, o eventual aperfeiçoamento da legislação das cooperativas. Agradeço o convite, farei todo o esforço, espero estar presente.

O Senador também questionou sobre a questão da medição de produtividade. Acho que esse assunto às vezes é ideologizado e deveria ser tratado de forma eminentemente técnica, porque parece que passa a opinião de que quem quer, eventualmente, rediscutir índice de produtividade estaria desamparando quem está produzindo, e de que quem não quer fazer mudança de índice de produtividade estaria protegendo quem é ineficiente. Acho que o debate aqui não defende a ineficiência nem quer inviabilizar quem produz, seja o agricultor familiar, seja o grande produtor, que produz commodities para exportação. Ninguém quer fazer isso. Acho que esse é um debate técnico, que vai envolver os órgãos técnicos e, que eu tenha conhecimento, no momento atual, Senador Suplicy, não existe nenhum estudo técnico que aponte mudança disso. Tem muito debate sobre isso, mas de estudo técnico, particularmente, não tenho conhecimento. Vai ter de ser algo que envolva, quando isso eventualmente venha a ser feito, o MDA, o Mapa, a Embrapa, enfim, vários órgãos, e discutir sobre esse viés da produção, sobre o viés da produção de alimentos, sobre o viés da produção de algo que faça com que o Brasil continue tendo crescimento com distribuição de renda.

Na questão de metas de assentamento, o INCRA anunciou recentemente uma meta, mas estamos rediscutindo essas questões. É inegável que há um processo de muita valorização de terras no Brasil, vou usar o termo "inflação" de terras no Brasil, o que impacta o orçamento do INCRA. É inegável que tenha regiões do país que não têm terra passiva de desapropriação, mas também é evidente que é possível aperfeiçoar um conjunto de questões. Então, estamos justamente num debate interno para, dentro em breve, apresentar um conjunto de questões que vão nos permitir apresentar publicamente à sociedade quais as metas, quais os instrumentos mais adequados para a obtenção de terras, mas não somente a obtenção de terras, mas fazer um assentamento com qualidade para evitar que a gente fique colocando lá na frente situações como as de hoje, que foram vastamente relatadas aqui, de lugares onde o pessoal não conseguiu se desenvolver, que convivem, como já falei na primeira fala, com assentamentos que são modelo e exemplo para o mundo inteiro.

Queria agradecer, Senador Sérgio Souza, o seu relatório, que é muito importante para nós. Eu dizia que o Brasil é o último país, os demais parceiros do Mercosul já regulamentaram essa questão. Mesmo que o recurso seja pouco, como V. Exª colocou, ele

é muito importante, ele vai permitir que a gente seja autossuficiente, não dependa mais dos outros para poder financiar a Reaf. E o Brasil, V. Exª colocou isso também... Nós temos muitos problemas para resolver, longe de nós acharmos que está tudo resolvido, mas é inegável que nos últimos anos houve um avanço extraordinário nas políticas públicas para a agricultura familiar em nosso país. Agora, como tudo, a gente atinge um determinado patamar e quer ir além. O ser humano é um eterno insatisfeito, quando ele conquista algo ele já está pensando na conquista seguinte, o que é positivo. Graças a isso que a ciência avança, graças a isso que a tecnologia avança, graças a isso que a humanidade, embora tenha tantas mazelas para resolver, já tenha resolvido tantas coisas. Então, também nessa área, embora com os avanços, a gente quer ir além, todos. A sociedade cobra, o Governo quer ir além, mas nós também temos muitos bons exemplos e temos sido procurados por vários países para tratar de temas dessa natureza.

Ontem – não me lembro qual – um Parlamentar que encontrei em uma reunião me disse: "escuta, o pessoal da Finlândia procurou vocês?" Eu disse que não, que não haviam procurado. E ele disse: "é porque eu estava em uma reunião, e há um pessoal da Finlândia que está aqui e quer conhecer os instrumentos de apoio à agricultura familiar que o Brasil faz." Países da América Latina, Cuba – com as mudanças que estão ocorrendo lá – também está nos procurando por mais alimentos internacionais. Os países africanos, segundo falei na minha primeira intervenção, vários deles, nos procuram. Então, o Brasil, de fato, é referência. O Brasil conseguiu eleger o Graziano como Presidente da FAO não foi à toa. Foi por ele ter se tornado referência internacional em combate à fome, produção de alimentos, agricultura familiar etc. Então, de fato, temos muito a oferecer, mas também temos muito a aprender. Acho que, nesse processo, não podemos ser arrogantes de achar que o nosso País não vai aprender com a experiência de outros povos. Podemos e devemos.

O Brasil passou a ser, se não me engano, no ano de 2009... Até 2009, éramos um país receptor de cooperação internacional. Mais recebíamos cooperação do que emprestávamos cooperação. Isso virou; hoje, o Brasil mais presta cooperação do que recebe, e isso significa o novo papel que nosso País cumpre no contexto internacional e reflete, também, obviamente, essas mudanças que está havendo nos organismos internacionais. Há uma certa crise de governança dos organismos multilaterais, e nosso País vem cumprindo papel protagonista, que, acredito, pode inclusive, a cada ano, melhorar.

Então, essas questões que V. Exª levanta com muita propriedade, em que temos que pensar no nosso vizinho o Paraguai, são devidas. O Presidente Lula dizia isso, a Presidenta Dilma diz isto: não vamos crescer se nossos vizinhos não crescerem junto.. O Brasil não pode ser um país que vive a melhoria das suas condições econômicas e sociais se o Uruguai, o Paraguai, a Bolívia, se nossos vizinhos, que são menos desenvolvidos, não acompanharem esse processo. Então, o Senador Sérgio Souza levanta com muita propriedade que temos que ter esses olhar, e, de certa forma, estamos tendo.

Vou repetir o que disse na primeira intervenção: o Ministério do Desenvolvimento Agrário hoje talvez – vou dizer "talvez" para não cometer alguma injustiça com outro órgão de Governo – seja o Ministério mais demandado em cooperação internacional. Felizmente, nosso País passa a ter essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Estive ontem na Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados com a Delegação da Finlândia. E foi lá exatamente que o pessoal demonstrou...

As propriedades deles têm, em média, de vinte a quarenta hectares. Então, existe todo o interesse em conhecer exatamente o que o Brasil faz em relação a uma pequena propriedade. Estive lá a convite do Presidente da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados.

O SR. PEPE VARGAS – De fato, o nosso menor módulo fiscal é 5 hectares. Na minha cidade, como eu falava no início, embora seja urbana e industrial, tem uma agricultura familiar de cerca de 30 mil pessoas que moram no meio rural. E o tamanho médio da propriedade na minha cidade é 19 hectares. É uma agricultura familiar que deu certo. Nosso agricultor trabalha muito, produz hortifruticultura. E lá foi feita uma reforma agrária pelo Império brasileiro no Século XIX, quando agricultores pobres da Europa estavam morrendo de fome. Eram camponeses sem terra, que foram trazidos para cá, onde cada um recebeu um pedacinho de terra, e deu base a uma produção, que deu base à produção de excedentes, e o comércio se desenvolveu. As pequenas ferramentarias viraram grandes empresas, multinacionais inclusive. Boa parte dos tratores que são vendidos por aí são produzidos na minha cidade, boa parte dos ônibus, do ônibus escolar do Caminho da Escola é produzida na minha cidade. E, na base disso tudo, é uma agricultura familiar que tem essa característica. Então, o Brasil, de fato, pode contribuir com o debate e pode aprender com outros povos.

Quero concluir falando também o que o Senador Sérgio Souza observou sobre o Fundo de Catástrofes. Nós temos um problema: quando a defesa civil se

mobiliza, a defesa civil se mobiliza, corretamente, para defender e melhorar a condição de vida das pessoas, mas, na agricultura, quando dá uma catástrofe seja por seca... E aí é uma coisa impressionante. Quando a catástrofe é uma cheia que arrasa a plantação, que é naquele momento concentrado, que mostra figuras na televisão; quando a catástrofe é uma enchente que arrasou a plantação, há uma comoção nacional. Agora, quando a catástrofe é insidiosa, um pouquinho por dia – a seca, a água que não chega, a chuva que não vem –, não há a mesma comoção, mas o estrago é tão grande quanto. Perde-se a produção agrícola e o rebanho, as pessoas são atingidas, mas nós não temos hoje de fato instrumentos que deem mais agilidade quando precisamos salvar os bichos, a cabra do sujeito do Nordeste, o pequeno gado do pequeno produtor de leite, e esses animais precisam de água e comida tanto quanto as pessoas. Precisamos avançar, de fato, seja em um fundo de catástrofe, seja em outro instrumento que nos permita mais agilidade também nessas catástrofes climáticas, seja por excesso de água ou por falta dela.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Sem falar, no caso da chuva, de pontes e estradas que acabam também na área rural.

O SR. PEPE VARGAS – Eu não sei se deixei, mas, provavelmente, devo ter deixado alguma pergunta respondida. Espero, porém...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Antes de V. Exª terminar, quero conceder a palavra ao Senador Delcídio do Amaral, que pede para fazer uma intervenção.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) **–** Eu só queria pedir desculpas ao Ministro Pepe Vargas.

Quero, primeiro, desejar muito sucesso. Sei que é um dos melhores quadros do Partido dos Trabalhadores e um homem muito competente. Sem dúvida nenhuma, vai fazer um excelente trabalho à frente do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Quero também pedir desculpas por ter chegado agora. Estamos com a Comissão de Relações Exteriores funcionando com uma audiência pública tratando de estudantes brasileiros que se formam na Bolívia, no Paraguai. Nós, que somos fronteiriços, meu querido Senador Moka, sabemos muito bem as demandas que recebemos, especialmente no reconhecimento desses cursos. Tive que me deslocar para lá. Ao mesmo tempo, há também a reunião da Comissão de Infraestrutura. São três comissões funcionando ao mesmo tempo.

Quero cumprimentar o Ministro Pepe Vargas, que muito nos honra com a sua presença aqui na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, e só fazer um registro, Ministro Pepe Vargas, de algo que já vinha sendo trabalhado através do ex-Deputado João Grandão, que é delegado do MDA em Mato Grosso do Sul. Foi agendado com o MDA a entrega das primeira 19 retroescavadeiras, em um total de 40, no dia 18 de maio de 2012, na cidade de Nova Alvorada do Sul. Até pelo perfil do nosso Estado, onde o MDA tem um papel extremamente relevante, gostaríamos muito de contar com a presença de V. Exª. Talvez a primeira visita de V. Exª, como Ministro de Estado, seja para a entrega dessas retroescavadeiras. Será um dia muito importante, em Nova Alvorada do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Para completar, ficou acertado que seria Nova Alvorada do Sul e Ivinhema. São dois municípios. Inclusive Ivinhema tem uma particularidade: é um município de pequena propriedade, onde a agricultura familiar realmente tem até um...

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Muito bem lembrado pelo Senador Moka. Esse evento acontecerá em Nova Alvorada do Sul e em Ivinhema, que são municípios emblemáticos sob o ponto de vista da agricultura familiar e desse trabalho que o Ministério do Desenvolvimento Agrário tem feito em Mato Grosso do Sul.

Só queria louvar aqui, porque uma de nossas preocupações, Ministro, é essa questão de fronteira – V. Exª é do Rio Grande do Sul e conhece muito bem esse assunto –, e essa é uma das preocupações que nos aflige, não só com relação aos pequenos produtores e à reforma agrária no nosso Estado, mas também os projetos hoje implantados nos Estados que fazem fronteira com o Mato Grosso do Sul, como a Bolívia, como o Paraguai.

Entendo – e V. Exª aqui registrou com muita clareza – que o papel do Ministério do Desenvolvimento Agrário tem, especialmente no Mato Grosso do Sul, especialmente em função da região de fronteira, especialmente em função do fato de Mato Grosso do Sul fazer divisa com a Bolívia e com o Paraguai, mais especialmente agora, com relação ao Paraguai, acho que o Senador Sérgio Souza aqui falou, em que há um grupo de Senadores da Casa que possivelmente vai visitar o Senado Paraguaio em maio, exatamente porque esse é um tema que preocupa, como V. Exª, com o pouco que ouvi hoje, em função do meu atraso, aqui ressaltou.

Portanto, precisamos muito estreitar cada vez mais as relações com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, sob o comando de V. Exª, porque, para nós, esse é um tema crucial e pela importância que os assentamentos e todo o trabalho de agricultura familiar, todo o trabalho a que o Governo Federal tem-se de-

dicado em Mato Grosso do Sul vão representar para o nosso Estado.

Ao mesmo tempo, parabenizo V. Exª e espero que, no dia 18 de maio, V. Exª esteja lá conosco, em Nova Alvorada e em Viema. Desejo-lhe muito sucesso à frente do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Muito obrigado, meu caro Presidente, Senador Moka.

O SR. PEPE VARGAS – Obrigado, Senador Delcídio. Vou fazer todo o esforço... Pedi a nossa equipe, como o PAC 2, esse de entrega das retroescavadeiras, é muito importante para os Municípios e, como eu estava assumindo o Ministério e já havia um calendário, naquelas que eu puder ir eu vou, obviamente tenho o maior interesse, mas não vamos deixar e não vamos atrasar o calendário. Vamos entregar essas máquinas, que são importantes para os Municípios. Então, a gente está com o calendário em marcha batida; fui a dois Estados, Bahia e Rondônia, para fazer entregas e estou tendo que conciliar, porque abril e maio são meses em que há mobilizações dos movimentos sociais do campo com marchas aqui em Brasília. Então, em algumas datas vou ter que ficar em Brasília, não vou poder me ausentar. Por exemplo, entre os dias 15 e 20, não tenho como me ausentar de Brasília por conta da mobilização do pessoal do MST, que é tradicional todos os anos. Em maio, tem o Grito da Terra. Agora, não me lembro da data exata em que eles estarão concentrados em Brasília, mas, havendo possibilidade, terei o maior prazer de ir, até porque é um programa importantíssimo.

Eu dizia antes, na minha primeira intervenção, que, além de viabilizar maquinário para as prefeituras, também estamos, com isso, gerando empregos na indústria brasileira, porque são máquinas produzidas no Brasil. Havia até um certo questionamento no Tribunal de Contas, porque, como são recursos do AGU, poder-se-ia estar exigindo conteúdo local, mas agora já há publicação de margem de preferência para motoniveladoras e retroescavadeiras onde o conteúdo local também vai ser bastante significativo.

Então, quero agradecer por suas palavras. Estamos à disposição sempre para ver como a gente pode encaminhar juntos soluções que melhorem as condições de vida do nosso povo.

E, na relação com os outros países, é óbvio que a gente passa muito pelo comando do Ministério das Relações Exteriores; a Agência Brasileira de Cooperação faz um trabalho fantástico. A nossa cooperação é sempre com os governos. O Brasil tem um modelo de cooperação diferente do que alguns países europeus que prestam cooperação para entidades não-governamentais, por exemplo. A nossa cooperação sempre é entre governos, mas tem resultados concretos para a melhoria da condição de vida de povos de outros países que podem se aproveitar de políticas que deram certo aqui e que podem ser adaptadas às condições deles.

Então queria agradecer as suas palavras. Espero que possamos estar juntos lá comemorando a entrega de máquinas das prefeituras.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Ao encerrar a reunião, quero agradecer ao Ministro Pepe Vargas e dizer que a Comissão de Agricultura, pode ter certeza, é uma aliada de V. Exª nessa luta. Nós nos colocamos também à disposição de V. Exª.

Muitíssimo obrigado pela presença.

O SR. PEPE VARGAS – Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 8 horas e 28 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 58 minutos.)

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

Ata da 8ª Reunião Extraordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, Realizada em 28 de Março de 2012.

Às dez horas e dez minutos do dia vinte e oito de março de dois mil e doze, na sala dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Eduardo Braga, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Angela Portela, Anibal Diniz, Walter Pinheiro, Rodrigo Rollemberg, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, Gim Argello, Delcídio do Amaral, Lídice da Mata, Benedito de Lira e Cícero Lucena, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores João Capiberibe, Lobão Filho, Ciro Nogueira, José Agripino e Alfredo Nascimento. Havendo número regimental abre-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Eduardo Braga, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **1ª parte:** O Senador Cícero Lucena, Primeiro-Secretário do Senado Federal, fez a apresentação dos *tablets* aos senhores senadores, em cumprimento ao programa de modernização das comissões do Senado Federal. O projeto foi definido no ano de 2011 com o objetivo de possibilitar o acesso ao conteúdo legislativo das reuniões de comissões em tempo real, com a implementação da reunião eletrônica das

comissões. Comparecem à reunião os Senhores Wellington Salgado de Oliveira, ex-Senador e ex-presidente da CCT; Claudia Lyra, Secretária Geral da Mesa; Doris Marize Romariz Peixoto, Diretora-Geral do Senado Federal; e Fernando Cesar de Moreira Mesquita, Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social do Senado Federal. **2ª parte:** Reunião Deliberativa. **Item 1: Projeto de Lei da Câmara n.º 106, de 2011**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Chico Alencar, que "Acrescenta o art. 33-A à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, sobre a proteção do consumidor e dá outras providências." O relator designado é o Senador Vital do Rêgo e o relatório é favorável. A deliberação da matéria é adiada. **Item 2: Projeto de Lei do Senado n.º 677, de 2007**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Adelmir Santana, que "Dispõe sobre o compartilhamento da infra-estrutura de coleta e processamento de informações no mercado de cartões de crédito e débito" que tramita em conjunto com o **Projeto de Lei do Senado n.º 680, de 2007**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Adelmir Santana, que "Proíbe cláusulas de exclusividade entre bandeiras e adquirentes no mercado de cartões de crédito e débito." O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro e o relatório pela prejudicialidade dos PLS 677 e 680, de 2007, que tramitam em conjunto, é aprovado. **Item 3: Projeto de Lei do Senado n.º 629, de 2011**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que "Altera os arts. 3º e 18 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para incluir o apoio cultural ao Serviço de Radiodifusão Comunitária entre os projetos aptos a receber recursos incentivados." O relator designado é o Senador Gim Argello e o relatório é favorável. A deliberação da matéria é adiada. **Item 4: Projeto de Lei da Câmara n.º 141, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Silvinho Peccioli, que "Dispõe sobre o encerramento das atividades de uma instalação radiativa e a limitação de sua radiação residual." O relator designado é o Senador Lobão Filho e o relatório é favorável, com a emenda nº 01-CMA. A deliberação da matéria é adiada. **Item 5: Projeto de Lei do Senado n.º 311, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que "Altera a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, para permitir a utilização de recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST) na universalização do Serviço Móvel Pessoal, ou outro que vier a substituí-lo." O relator designado é o Senador Walter Pinheiro e o projeto e a Emenda nº 01-CCT são aprovados por 08 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Assina sem voto o Senador Flexa Ribeiro, autor do projeto. **Item 6: Projeto de Decreto Legislativo n.º 319, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO E TELEVISÃO BANDEIRANTES DA BAHIA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Salvador, Estado da Bahia." O relator designado, ad hoc, é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 7: Projeto de Decreto Legislativo n.º 407, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE SALETE/SC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salete, Estado de Santa Catarina." O relator designado é o Senador Anibal Diniz e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 8: Projeto de Decreto Legislativo n.º 441, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO PAINENSE DE RÁDIO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pains, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Cyro Miranda e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 9: Projeto de Decreto Legislativo n.º 303, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO SOCIEDADE OESTE CATARINENSE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina." O relator designado é o Senador Rodrigo Rollemberg e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo n.º 269, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO MARANO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Garanhuns, Estado de Pernambuco." O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 11: Projeto de Decreto Legislativo n.º 311, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à SOCIEDADE COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alto Alegre do Parecis, Estado de Rondônia." O relator designado, ad hoc, é o Senador Anibal Diniz e o projeto é

aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo n.º 351, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO E TELEVISÃO GRANDE RIO FM STEREO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Petrolina, Estado de Pernambuco." O relator designado, ad hoc, é o Senador Anibal Diniz e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 13: Projeto de Decreto Legislativo n.º 264, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à REDE TAMANDARÉ DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Picuí, Estado da Paraíba." O relator designado, ad hoc, é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 14: Projeto de Decreto Legislativo n.º 29, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA FM CABANA 103,3 para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ananindeua, Estado do Pará." O relator designado, ad hoc, é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 15: Projeto de Decreto Legislativo n.º 55, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à SBC – RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Garrafão do Norte, Estado do Pará." O relator designado, ad hoc, é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 16: Projeto de Decreto Legislativo n.º 265, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à DIAS & NOVATO COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mato Verde, Estado de Minas Gerais." O relator designado, ad hoc, é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 17: Projeto de Decreto Legislativo n.º 315, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à FUNDAÇÃO FREI ROGÉRIO para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Curitibanos, Estado de Santa Catarina." O relator designado, ad hoc, é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 18: Projeto de Decreto Legislativo n.º 663, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à Empresa de Comunicações da Paraíba Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Soledade, Estado da Paraíba." O relator designado é o Senador Cícero Lucena e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 19: Projeto de Decreto Legislativo n.º 664, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à EMPRESA DE COMUNICAÇÕES DA PARAÍBA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Triunfo, Estado da Paraíba." O relator designado é o Senador Cícero Lucena e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 20: Projeto de Decreto Legislativo n.º 223, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÃO VICENTE DE PAULA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Andradina, Estado de Mato Grosso do Sul." O relator designado é o Senador Delcídio do Amaral e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 21: Projeto de Decreto Legislativo n.º 391, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO EDITORA MAGIA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nova Pádua, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Delcídio do Amaral e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 22: Projeto de Decreto Legislativo n.º 428, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à EMPREENDIMENTOS RADIODIFUSÃO CABO FRIO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Cabo Frio, Estado do Rio de Janeiro." O relator designado é o Senador Delcídio do Amaral e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 23: Projeto de Decreto Legislativo n.º 306, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO JARAGUÁ LTDA. para

explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Jaraguá do Sul, Estado da Santa Catarina." O relator designado é o Senador Benedito de Lira e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 24: Projeto de Decreto Legislativo n.º 422, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à NEUSA E LEMOS COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cerejeiras, Estado de Rondônia." O relator designado é o Senador Benedito de Lira e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 25: Projeto de Decreto Legislativo n.º 260, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à PONTO NORTE RÁDIO FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Alpestre, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Walter Pinheiro e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 26: Projeto de Decreto Legislativo n.º 300, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE PALMEIRA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palmeira, Estado de Santa Catarina." O relator designado é o Senador Walter Pinheiro e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 27: Projeto de Decreto Legislativo n.º 321, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão STAR RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Piedade de Caratinga, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Walter Pinheiro e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 28: Projeto de Decreto Legislativo n.º 337, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO SÃO PAULO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo." O relator designado, ad hoc, é o Senador Delcídio do Amaral e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 29: Projeto de Decreto Legislativo n.º 353, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à SOCIEDADE MINEIRA DE RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais." O relator designado, ad hoc, é o Senador Delcídio do Amaral e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 30: Projeto de Decreto Legislativo n.º 226, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO PESQUISA E CULTURA MIPIBUENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José de Mipibu, Estado do Rio Grande do Norte." O relator designado, ad hoc, é o Senador Walter Pinheiro e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 31: Projeto de Decreto Legislativo n.º 326, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à TERRA FM LTDA. – ME para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Geraldo do Araguaia, Estado do Pará." O relator designado, ad hoc, é o Senador Walter Pinheiro e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 32: Projeto de Decreto Legislativo n.º 199, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO DIFUSORA DE CATANDUVA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Novo Horizonte, Estado de São Paulo." O relator designado, ad hoc, é o Senador Walter Pinheiro e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 33: Projeto de Decreto Legislativo n.º 312, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO PLANALTO DE MAJOR VIEIRA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Major Vieira, Estado de Santa Catarina." O relator designado, ad hoc, é o Senador Walter Pinheiro e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 34: Projeto de Decreto Legislativo n.º 403, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à CAETÉ SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Caeté, Estado de Minas Gerais." O relator designado, ad hoc, é o Senador Walter Pinheiro e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favorá-

veis. **Item 35: Projeto de Decreto Legislativo n.º 343, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E SOCIAL DE NOVO CRUZEIRO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Novo Cruzeiro, Estado de Minas Gerais." O relator designado, ad hoc, é o Senador Walter Pinheiro e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 36: Projeto de Decreto Legislativo n.º 355, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO DE SÃO BENTO DE CALDAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Rita de Caldas, Estado de Minas Gerais." A relatora designada é a Senadora Lídice da Mata e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 37: Projeto de Decreto Legislativo n.º 374, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA PRÓ DESENVOLVIMENTO INFANTIL DE PARELHEIROS – ACCDIP para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo." A relatora designada é a Senadora Lídice da Mata e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 38: Projeto de Decreto Legislativo n.º 334, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO ESPERANÇA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado, ad hoc, é o Senador Anibal Diniz e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 39: Projeto de Decreto Legislativo n.º 362, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DE DONA EMMA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dona Emma, Estado de Santa Catarina." O relator designado, ad hoc, é o Senador Anibal Diniz e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. Nesse momento, os Senhor Senador Cyro Miranda requer, oralmente, a inclusão extrapauta de Requerimento com o que todos concordam. **Extrapauta, Item 1: Requerimento n.º 12, de 2012-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cyro Miranda, que requer "..., com amparo no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e nos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, para debater os cortes das verbas orçamentárias destinadas ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. A título de sugestão, serão convidados a expor seus pontos de vista as autoridades e os representantes da sociedade civil a seguir: – Marco Antonio Raupp, Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia; – Miriam Belchior, Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão; – Helena Nader, Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)." O requerimento é aprovado. Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião, às onze horas e quarenta e quatro minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática** lavrasse a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no diário do Senado Federal. – Senador **Eduardo Braga,** Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Declaro aberta a 8ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Eu gostaria de convidar as nossas diretoras do Senado – Drª Doris e Drª Claudia – para compor a Mesa, juntamente com o nosso 1º Secretário, nosso querido Cícero Lucena, nosso Senador.

Teremos, no dia de hoje, a apresentação do Senador Cícero Lucena, nosso 1º Secretário, da solução de *hardware* e de *software* que envolve o uso de *tablets* para apoio às atividades dos Senadores nas comissões, bem como o acompanhamento dos trabalhos desenvolvidos nesses Colégios legislativos.

Quero registrar que esse evento é significativo em vários aspectos. Em primeiro lugar, porque, quando assumi a Presidência desta Comissão, logo nas primeiras semanas, indaguei à Secretaria de Comissões quanto à possibilidade de instalação de computadores nas bancadas dos Senadores nas comissões, para acompanhamento das pautas das reuniões, tendo em vista que a Câmara dos Deputados já estava im-

plantando tais recursos em sua Comissão de Ciência e Tecnologia.

Um ano depois, temos uma bela solução em funcionamento, com baixo custo e grande potencial de mobilidade.

Trata-se de um trabalho elaborado dentro dos parâmetros propostos pela política de gestão do processo legislativo eletrônico, sob a coordenação da Secretaria-Geral da Mesa, trabalho que ganhou força e impulso crescente com o nosso apoio e a determinação decisiva do Senador Cícero Lucena, no sentido de definir a plataforma móvel como a solução a ser adotada.

Portanto, é muito significativo que esse lançamento, meu caro Senador Cícero Lucena, ocorra nesta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal.

Quero, mais uma vez, parabenizá-lo, não só pela decisão e pelo comprometimento, mas também pela adoção da tecnologia correta e com o baixo custo estabelecido por essa tecnologia.

Muitas vezes, criticar o Parlamento é moda neste País, mas reconhecer quando o Parlamento toma uma atitude correta, eficiente e de baixo custo é dever de todos aqueles que querem ver o Brasil se transformando e se preparando de forma correta para o futuro.

Quero, portanto, mais uma vez enfatizar a assertiva da decisão de V. Exª.

Um segundo aspecto a ser destacado é a vocação histórica do Senado da República no uso da informática no apoio ao processo legislativo e na oferta de informações de cunho jurídico-legislativo.

Essa aptidão remonta à iniciativa pioneira da constituição do Prodasen há 40 anos, quando a informática ainda iniciava no Brasil e o seu uso na esfera legislativa parecia impossível.

Esse pioneirismo do Senado no uso da tecnologia da informação se traduziu de diversas maneiras ao longo do tempo e são muitos os produtos reconhecidos nacionalmente e até mesmo em âmbito mundial, como fruto desse investimento do Senado Federal.

Só para citar os mais conhecidos, podemos mencionar o LexML, também chamado de "Google das Leis"; o Siga Brasil, poderosa ferramenta de fiscalização orçamentária; a rede RVBI, de bibliotecas; o inovador projeto de inclusão digital das assembleias legislativas e câmaras municipais promovido pelo Interlegis; além de um enorme conjunto de soluções de informática, cuja face visível se dá pelo Portal do Senado na Internet, tornando esta Casa cada vez mais transparente e acessível aos cidadãos.

Ontem, quando estivemos, meu caro Senador Cícero Lucena, Srªs e Srs. Senadores, reunidos com as lideranças e o Presidente Sarney, a Drª Claudia informou mais um importante avanço nessa área, que é, exatamente, a disponibilidade do banco de dados sobre questões de ordem. Ele está sendo disponibilizado no *site* do Senado, dando, portanto, acesso não apenas aos Senadores, mas a todos os legisladores deste País a um banco de dados sobre questões de ordens dos últimos cinco anos no plenário do Senado Federal.

Nesse sentido, como Presidente desta Comissão, quero deixar meu incentivo à Mesa Diretora do Senado para que prossiga nas ações modernizadoras, investindo na aplicação dos recursos de informática e no uso de tecnologia e instrumentos de comunicação para melhor equipar os Senadores no desempenho de sua missão constitucional, bem como para dotar a sociedade brasileira de informações cada vez mais ricas, precisas, imediatas a respeito de tudo que ocorre nesta Casa.

Passo, portanto, a palavra ao Senador Cícero Lucena, registrando antes a presença do nosso eterno Senador Wellington, pioneiro na Presidência desta Comissão e que aqui nos dá a honra com a sua presença, e convidando-o para vir compor a Mesa, ao lado das nossas diretoras e ao lado do nosso Secretário, numa homenagem e num reconhecimento ao nosso Senador Wellington, que participou da implantação desta importante Comissão na nossa Casa.

Com a palavra nosso 1º Secretário, Senador Cícero Lucena, para entregar esse importante produto de informática à sociedade brasileira e aos Senadores do Senado da República.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Presidente Eduardo Braga, em nome de V. Exª cumprimento todas as Senadoras e Senadores aqui presentes; as diretoras da Casa, Drª Doris e Drª Claudia, bem como a companhia ilustre da Mesa, o ex-Senador Wellington, que nos honra, ele que tanto lutou pela implantação desta Comissão, que dá uma demonstração clara do avanço e da importância dos trabalhos que vêm sendo desenvolvidos aqui.

Gostaria de iniciar dizendo que esse é um processo que, podemos dizer, a Casa estava devendo, porque o Senado, com a sua história, com a sua responsabilidade e com o seu compromisso, tem e deve ter ações no sentido de modernidade e de propostas, até para que sejam agentes multiplicadores das boas práticas e do incentivo à divulgação daquilo que vem sendo feito em termos de modernidade administrativa, principalmente nas conquistas e nos avanços em relação à tecnologia.

O que nós podemos dizer é que estamos entrando numa nova era para o Senado. Desde o primeiro instante, quando assumi a 1ª Secretaria do Senado, toda a Mesa, com a orientação do Presidente Sarney,

assumiu o compromisso de dar passos, mas passos largos na modernização administrativa desta Casa. E, sem dúvida nenhuma, a ferramenta de tecnologia é fundamental para isso. Essa é uma ferramenta que possibilita uma diversidade de evoluções. Nós temos como posição muito clara que teremos nessa ferramenta algo para dizer, até para que a sociedade compreenda, porque, em determinado momento, achavam que nós estávamos dando um *tablet* aos Senadores. Não, nós estamos dando uma ferramenta de trabalho; estamos entregando aos Senadores uma ferramenta de trabalho. Até porque ele vai nos proporcionar a economia do papel.

Presidente, eu já fiz alguns comentários em algumas comissões. Mas só para V. Exª ter uma ideia, ontem, nós tivemos, por exemplo, na Ordem do Dia do plenário, algo em torno de 300 folhas impressas no plenário. São 300 Ordens do Dia, em tese, que estariam disponíveis para 81 Senadores. Nós estaríamos falando de mais de 20 mil folhas impressas com a Ordem do Dia de ontem, apenas no plenário.

Numa Comissão como esta, que é uma Comissão que, pela dimensão do seu trabalho, a ordem do dia, quando impressa, girava em torno de 100, 150, às vezes 200 folhas que tinham que ser emitidas para os seus vinte e poucos titulares. Ou seja, a cada reunião desta Comissão, nós imprimíamos de 3.400 a 3.500 folhas. Isso vai deixar de existir, esse custo financeiro, esse sacrifício ambiental, além de oferecermos grandes vantagens com essa ferramenta, como a economia da escala e a mobilidade que vai nos proporcionar. Porque a ferramenta que hoje está sendo entregue, o processo que estamos iniciando, vai nos permitir, por exemplo, ao próprio Senado, ao Prodasen – e aproveito aqui para agradecer, na pessoa do atual Diretor, Dr. Afranio, mas reconhecendo também o início desse trabalho, com a Drª Claudia Nogueira e toda a equipe do Prodasen –, a cobrança de avanços tecnológicos. Não estamos disponibilizando o acesso às reuniões das comissões apenas para evitar a impressão do papel, como também desenvolvemos programas que permitem a mobilidade, e uma mobilidade que pode ser por meio de *tablet*, uma mobilidade que pode ser por meio de *smartphone*, com acesso aos sistemas Android e iOS, portanto, o que está circulando hoje no mundo tecnológico no Brasil e, podemos dizer, no mundo todo.

A acessibilidade será fundamental com essa ferramenta, bem como a interação, a nova forma de atuação e o provimento de conteúdo, mas ela ainda vai nos permitir outras evoluções para a informatização legislativa. Ela vai permitir a modernização das comissões. Por exemplo, Presidente, já está em processo de implantação e vamos ter a oportunidade de acompanhar, *on-line*, a votação de plenário de uma comissão. Isso vai ser atualizado. Futuramente, teremos votações, inclusive pela própria ferramenta de trabalho, no caso, o *tablet*.

A informação de comunicação vai ajudar os Senadores e os assessores, porque eles poderão não apenas captar as informações que eventualmente lá estejam, mas poderão também inserir novas propostas. Trata-se de um instrumento fundamental para que possamos acompanhar as reuniões *on-line*, fazer requerimentos e protocolos legislativos; futuramente, assinatura eletrônica e interação com os painéis de TV. Por exemplo, vamos trabalhar no sentido de que haja disponibilização para que, no futuro, possamos, no *tablet*, acompanhar *on-line* as reuniões de comissões. O portal das comissões, a agenda das reuniões, as pautas simples, as pautas cheias, as atas de reuniões, as notas taquigráficas, a Ordem do Dia fora do plenário, a folha de tramitação das matérias e as notícias estarão inseridas no *tablet*.

E devo dizer algo muito importante, registrando antes também a presença do Fernando Cesar Mesquita. Logo mais, teremos uma reunião em que a nossa intenção, Senador Rollemberg, é que a mídia impressa, que todos os Senadores recebem diariamente, com o resumo das notícias políticas e econômicas, também esteja disponibilizada no *tablet*, com economia de papel. Você poderá ter acesso a essa mídia onde estiver, no Brasil ou no mundo, desde que tenha acesso à Internet.

Toda a infraestrutura de atendimento da Secretaria Especial de Informática, o Prodasen, encontra-se preparada para atender às dúvidas e montar, se necessário, novas turmas para o aprendizado de conceitos básicos de operação e principais aplicações disponíveis. Digo o que poderemos fazer com essa ferramenta: nós vamos ter as comissões *on-line*, as agendas, os prazos dos projetos, a autoria de cada projeto, a relatoria de cada projeto. Tudo isso será disponibilizado *on-line*, para que as pessoas tenham acesso.

Nós que vivemos nesta Casa, percebemos, por exemplo, que em toda reunião, além dos assessores, há pessoas interessadas nos projetos que estão sendo votados e profissionais da comunicação, jornalistas, que cobrem determinadas matérias e que hoje ficam atrás de pegar esse material. Agora não, quando o jornalista se deslocar para uma reunião da Comissão, ele terá acesso também a toda a pauta da reunião da Comissão – projetos, relatoria, emendas e, consequentemente, se ele não estiver presente aqui, poderá acompanhar o resultado dessas votações, a Ordem do Dia.

Nós temos um projeto que também foi iniciado nesta Legislatura, com o trabalho gigante de todos que

fazem esta Casa, que chama LexML, que é a participação do cidadão na construção dos projetos. Também estará disponibilizado no *tablet* e mais do que isso, no sistema Mobile com o sistema Android e o iOS, que pode, inclusive, ser utilizado em *smartphone.*

A ferramenta de comunicação, que é a Internet, o *e-mail, o* Facebook*,* o Twitter*,* aplicativo da Sesc, notícia de jornais, revistas, *clipping* e a biblioteca digital. O importante em tudo isso é que a razão de ser fornecida essa ferramenta, Presidente, é que, como eu disse anteriormente, está nos proporcionando a cobrança da modernização dos sistemas adotados pela Casa e, mais do que isso, atendendo à LAI, que é a Lei de Acesso à Informatização, cujo prazo está estabelecido para 18 de maio, tudo aquilo que for disponibilizado para os Senadores, fora, obviamente, as assinaturas eletrônicas, aqueles conteúdos que precisam da responsabilidade de quem assinou, vai estar disponibilizado para o cidadão brasileiro. Todas as informações que estejam disponibilizadas para os Senadores também estarão disponibilizadas para o cidadão brasileiro onde ele estiver através do seu computador fixo, do PC, ou através do sistema Mobile.

Então, esse é o compromisso. É um passo importante que estamos dando. Acreditamos que muito ainda pode ser feito. Eu quero deixar claro que esse é um projeto inicial, como é tudo na vida, com que se busca o aprimoramento, a melhoria e o aperfeiçoamento.

Nós estaremos abertos para receber sugestões que possam fazer com que o Senado exerça, cada vez mais, o seu papel de vanguarda e de compromisso também na transparência e na participação da cidadania.

Era isso que eu queria dizer.

Renovo o meu agradecimento, meu sincero agradecimento, às duas diretoras que aqui se encontram e ao Fernando Cesar Mesquita, que tem participado dessa elaboração, e a toda a equipe do Prodasen, que, desde o primeiro instante, aceitou o desafio e cumpriu isso com muita dedicação e com muita eficiência. Gostaria de fazer também de expressar o meu reconhecimento a todo o corpo técnico das comissões, sob a coordenação do Dr. Gonzaga, que também nos cobrou e participou efetivamente para que nós pudéssemos chegar ao dia de hoje num novo momento, numa nova era tecnológica para o Senado.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Meu caro Senador Cícero Lucena, eu queria apenas mostrar a todos que nos assistem o que representa esse *tablet* que está sendo oficialmente lançado aqui pelo nosso Secretário. É uma ferramenta de trabalho extremamente moderna que vai nos permitir, como foi dito pelo nosso Secretário, todos esses avanços e, àqueles que nos assistem neste momento pela TV Senado...

Quero aqui me penitenciar porque, diante não só da eficiência, mas também do charme das nossas duas diretoras, comentemos a indelicadeza de não chamar o nosso querido Fernando Mesquita para compor esta Mesa, mas eu tenho certeza, Senador Cícero, Senadoras e Senadores, bem como Senador Wellington Dias, que daqui a pouco a TV Senado também estará aqui no nosso *tablet*. Também a Rádio Senado estará aqui no nosso *tablet* .

O nosso *tablet* vai ser, portanto, o Senado indo conosco às nossas comunidades, às nossas localidades. Isso se integra a um Plano Nacional de Banda Larga que o Brasil está, neste momento, esforçando-se, com o compromisso da nossa Presidenta e do Governo Federal, das operadoras e das teles, a que esta Comissão tanto se dedica. Portanto, este é, sem dúvida alguma, um avanço, que trará redução de custos para o Senado, e que traz uma modernidade muito importante.

Com a palavra o Senador Cícero Miranda para a sua manifestação. Aliás, Cyro!

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Mas é uma mistura sim; é uma irmandade tão grande... Se quiser, também pode me chamar de Cyro Lucena, que tem o mesmo efeito, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Então... Com a palavra o nosso companheiro, meu querido amigo, o Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Obrigado, Sr. Presidente. É o excesso de carinho pelos dois.

Senador Cícero; Secretária-Geral da Mesa; nossa querida Diretora Doris, eu quero parabenizar essa iniciativa, a mobilidade que, para nós, Senadores, isso representa. Em cada comissão nós recebemos um bloco de papel. Agora avalie se eu tivesse que sair carregando tudo isso de todas as comissões, porque, em determinados dias, nós integramos quatro, cinco comissões. Além do mais, à noite, você já começa a estudar o que aqui está.

O que se gasta de papel nesta Casa é brincadeira! Isso, realmente, é uma ferramenta das mais importantes.

Agora, eu quero sugerir, Senador Cícero Lucena, porque tem uma coisa que nós, Senadores, usamos muito. Quando a gente abre a pauta da reunião da comissão, onde estão os PLCs, colocar o que é terminativo e o que não é terminativo, porque senão nós temos de abrir cada um deles.

Isso é uma facilidade para nós, inclusive para quem está presidindo, porque no mesmo momento

ele vê se tem quórum ou não. Eu sei que dentro de cada relatório diz se é terminativa ou não, mas aqui a visualização seria imediata.

Meus parabéns!

Daqui para frente virão novas ideias. Como disse o nosso Presidente, com a TV Senado aqui, vai ser então uma brincadeira.

Muito obrigado mais uma vez, e parabéns!

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Eu queria só – permita-me – dizer que, na verdade, a sua sugestão será acatada, porque, no resumo, o que o senhor quer saber, se é terminativo, está disponível.

Também gostaria de fazer uma ressalva, chamando mais a atenção, por o fiz *en passant*, principalmente para os Senadores, mas também para o Brasil, porque, para esse processo, para quem lida com a área de informática, nós criamos atalhos para facilitar o acesso a essas informações. Então, o cidadão que desejar vai poder baixar esse atalho na sua ferramenta de trabalho e, consequentemente, entrar direto nas comissões ou em outros itens que o Senado estará disponibilizando, porque o sistema Mobile permite esses atalhos para nos facilitar.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Tem a palavra o nosso Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente; meu caro Secretário Cícero Lucena; Senador Wellington; Diretora Doris; Secretária Claudia; meu caro Gim Argello; meus companheiros Senadores e Senadoras, eu quero cumprimentar o nobre Senador Cícero Lucena pela aula que ele nos deu de informática. Ele está mais por dentro dessa tecnologia do que mesmo aqueles que criaram esse mecanismo de informação. Apesar de eu não ter habilidade para manusear esse tipo de equipamento, porque eu sou originário, sou aluno convencional, não sou um estudante digital, porque hoje nós temos essa diferença, hoje nós não vemos mais o jovem abrir o livro, ele usa ou esse telefone, que é moderno e que tem as mesmas condições que têm esse *tablet*, ou outro equipamento.

Quer dizer, é muito boa a modernidade com relação ao que V. Exª está implantando, a Mesa do Senado Federal, mas eu gostaria de fazer uma pergunta: e quando houver alguma dificuldade para que alguém possa manusear esse tipo de equipamento? Eu, por exemplo. Eu já disse à própria diretora que eu abdicaria desse equipamento, até porque não tive ainda habilidade para cuidar disso, tenho outras atribuições. E realmente é preciso que avance, porque quem não avançar nesse dia a dia fica para trás.

O Senado Federal está se modernizando. Daqui a pouco espero que possamos concluir, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a reforma administrativa. Muita gente fica pintando que a reforma administrativa é um processo de protecionismo, em que as pessoas ficam muito mais cobrando do Senado o que é que economizou porque não estão preocupadas com a modernidade dos setores físicos do Senado. Então, gradativamente, o Senado Federal está colocando à margem da sua história o processo convencional que, ao longo desses mais de cem anos, passou a exercitar.

Quero cumprimentá-lo mais uma vez e aos diretores da Casa, que têm feito um esforço muito grande para que as coisas possam acontecer. Também quero dizer que ainda temos muito coisa pela frente para que possamos modernizar cada vez mais o Senado Federal, que é a Casa da Federação. E nós, Senadores e, logicamente, toda a sua estrutura administrativa, temos um compromisso maior, que é o compromisso da verdade, o compromisso da transparência, o compromisso da responsabilidade, o compromisso de fazer bem e o compromisso de não participar dos malfeitos. Essa é a virtude maior desta Casa e de seus membros. Nós somos daqueles que não toleramos os malfeitos.

Com tudo isso junto, poderemos construir um Senado melhor do que aquele que as pessoas ainda olham com alguns senões e que, muitas vezes, porque um papel caiu no chão e ninguém pegou, é objeto de crítica ou coisa equivalente.

Estive hoje lendo os jornais de circulação nacional e não vi uma nota com relação a isso, e isso é uma ação positiva que o Senado está fazendo para facilitar o trabalho não só dos Senadores, mas de todos aqueles que participam da atividade legislativa do meu País.

Por isso, quero cumprimentar V. Exª e o Presidente, que tem dupla ação agora: Presidente desta Comissão importante, a Comissão de Ciência e Tecnologia, e Líder do Governo nesta Casa, com a responsabilidade de conduzir os assuntos do Governo.

Portanto, para encerrar, quero dizer que estou feliz, apesar de pouco tempo no Senado. Tenho uma trajetória política longa, mas estou aprendendo muito depois que cheguei a esta Casa. Tenho aqui ao meu lado um dos grandes mestres que a toda hora me orienta sobre como cuidar das coisas aqui na Casa. Sempre que tenho alguma dúvida me dirijo àquela jovem senhora que está ali daquele lado, que tem dedicação exclusiva, a Claudia. Se o dia tivesse 48 horas de sol, a Claudia estaria aqui dentro. Esse é um patrimônio do Senado Federal.

Por isso, Senador Cícero Lucena, parabéns e muito obrigado pelo que V. Exª está fazendo como 1º Secretário da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Com a palavra o Senador Rodrigo Rollemberg para a sua participação.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, Senador Eduardo Braga; prezado Senador Cícero Lucena; Senador Wellington Salgado; Drª Claudia; Drª Dóris; Dr. Fernando Cesar Mesquita; quero cumprimentar a Primeira Secretaria, o Prodasen e a Casa pela decisão de implementar os *tablets,* o que, sem dúvida, vai gerar uma economia muito grande de papel e vai tornar muito mais ágil os trabalhos nas comissões e no plenário.

Eu queria apenas dar algumas sugestões, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, quero sugerir que, nos primeiros dias, algum técnico do Prodasen acompanhe as comissões, porque, certamente, haverá algumas dúvidas, alguns Senadores terão mais dificuldades do que outros para acessar, para entender todos os aplicativos e, portanto, acho que isso seria uma boa providência. Imagino até que o Prodasen já deve estar pensando em fazer isso. A outra minha sugestão é que se possa ter, a cada semana, individualmente, personalizado por Senador, todos os projetos de autoria ou de relatoria do Senador naquela semana que estão pautados nas diversas comissões e está no...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Não, mas não está individualmente. Se você entrar nas comissões...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Já está por Senadores? Ainda não tinha visto. Perdão. Mas, enfim, quero cumprimentar...

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Só um esclarecimento, Senador, se me permite.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Pois não.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Tanto estão as autorias de projetos como as relatorias de cada Senador.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Perfeito, individualmente por Senador.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Também.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Perfeito. Eu não tinha acessado ainda, peço até desculpas.

Mas quero registrar que isso é um grande avanço para a melhoria, para a qualidade do trabalho e também para a economia dos gastos, porque, realmente, o que se gasta de papel aqui, no Senado, é uma coisa impressionante, e isso, a médio prazo, vai levar a uma redução substantiva.

Parabéns a todos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PSB – DF) – É importante destacar o que o nosso querido Senador Rollemberg está colocando. Obviamente que a implementação dessa nova ferramenta vai demandar do Senado novos trabalhos na área de organização e métodos. Eu falava, ainda há pouco, aqui, com nosso Secretário que, na mídia social neste momento, a instantaneidade desta informação é tão importante que já deveríamos estar com uma notícia sobre a inauguração desse serviço no *site* do Senado, a essa altura, já no Facebook do Senado, a essa altura, tamanha é a dinâmica dessa nova ferramenta, e as Secretarias de cada uma das Comissões terão obviamente que passar por uma nova estruturação de OIM, isso é natural, na iniciativa privada é assim, em qualquer lugar onde uma nova ferramenta é instalada.

Agora, quero, aqui, destacar o seguinte: é muito importante dizer o quanto o País vai economizar com gastos no Legislativo a partir dessa ferramenta. Além da eficiência, da velocidade, a economia que isso trará para a Nação brasileira, para o Parlamento brasileiro, para o Senado da República é gigantesca. Imaginem que essa ferramenta pode ser compatibilizada com outra ferramenta, que é o telefone, obviamente que esse iPhone não é compatível com esse *tablet* da Samsung com *software* Android, mas se trocarmos esse iPhone por um Galaxy, vamos ter a portabilidade e mobilidade, ambos conectados e atualizando simultaneamente as informações. É, sem dúvida nenhuma, um avanço da tecnologia e da gestão.

Quero, mais uma vez, destacar, parabenizar, dizer do meu entusiasmo. Creio que o Senado da República todo, seus funcionários têm razões de sobra para estarem entusiasmado com isso. Agora, resta à gestão, à administração no dia a dia adaptar a organização e os métodos do Senado para essa nova dinâmica e essa nova ferramenta.

Senador Cícero Lucena, novamente com a palavra.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Presidente, só porque, na minha apresentação, talvez eu tenha sido bastante rápido, mas quero chamar a atenção exatamente para o que V. Exª colocou, dois pontos basicamente: é que essa ferramenta vai obrigar necessariamente o Senado a avançar naquilo que pode ser utilizado nessa ferramenta. Então, como já citei os sistemas, o Android, o iOS, bem como os equipamentos, estamos avançando, e todas as secretarias de comissões já estão sendo treinadas, já foram treinadas e vamos aperfeiçoar, estará à disposição o Prodasen,

não apenas dos Senadores, mas dos seus assessores, das comissões, exatamente para que possamos afinar e avançar. E renovo a disposição da abertura para recebermos contribuições para o aprimoramento desse projeto.

Quero aproveitar, por questão de justiça também, entre tantos que já agradeci, para agradecer ao Flávio Heringer, que tanto nos ajudou e nos acompanhou nesse projeto e sempre nos estimulou para que pudéssemos dar esse passo que consideramos fundamental, mas inicial.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Não havendo mais Senadores inscritos para participar do debate, quero, mais uma vez, agradecer a todos a presença.

Quero agradecer ao Senador Cícero Lucena, nosso 1º Secretário, agradecer pelo carinho e pela atenção de estar aqui na nossa Comissão de Ciência e Tecnologia, fazendo aqui o lançamento dessa importante ferramenta. Há mais de um ano que estamos conversando com a Casa, com a direção das comissões. Acho que esse é um avanço, sem dúvida, muito importante para que o Senado se modernize, para que o Senado entre em novas práticas de gestão.

Quero, aqui, mais uma vez, parabenizar a Mesa Diretora, o Presidente Sarney, o nosso Secretário Cícero Lucena, por essa importante iniciativa. Quero agradecer, pela presença, a nossa Diretora-Geral do Senado Doris Marize; a nossa querida Claudia Lyra, Secretária-Geral da Mesa; o nosso querido amigo Fernando Mesquita, Diretor de Comunicações do Senado. Cabe a ele fazer exatamente toda essa interação.

Já tive, várias vezes, Senador Cícero Lucena, a oportunidade de manifestar o meu reconhecimento com relação ao conteúdo dos programas gerados pela mídia do Senado. Acho que essa é outra questão que vale a pena ser destacada para a Nação brasileira. A TV Senado, a Rádio Senado e todos os meios de comunicação do Senado da República visam não só informar o trabalho realizado no Senado, mas também atualizar com informações importantes do ponto de vista ambiental, do ponto de vista cultural, do ponto de vista intelectual do povo brasileiro.

E essa medida adotada no dia de hoje tem um impacto ambiental extremamente correto. Se estivesse aqui algum economista da área da economia verde, diria o seguinte: o Senado da República já poderia habilitar-se a ter crédito de carbono, porque deixará de usar, obviamente, as páginas que são produzidas pela derrubada de florestas, que geram carbono, que emitem carbono, para a utilização de uma ferramenta como essa. Portanto, crédito de carbono já poderia ter sido apresentado até mesmo dentro do Protocolo de Kyoto, já daria para apresentar um projeto pioneiro.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Nós estamos contribuindo para as metas brasileiras de redução de emissões.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Para as metas brasileiras do milênio e para as metas do cumprimento de uma lei aprovada por esta Casa, ainda em 2009, quando a lei de mudanças climáticas foi aprovada pelo Senado da República, no governo do Presidente Lula.

Portanto, mais uma vez, muito obrigado, meu querido Senador Cícero Lucena, e muito obrigado aos diretores aqui presentes.

Passamos, então, ao primeiro item da pauta. Muito obrigado ao nosso Senador Wellington Salgado, aqui presente.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Pela ordem, Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, sou relator de duas matérias da pauta de hoje aqui na Comissão, como também sou relator da reforma administrativa, na Comissão de Constituição e Justiça. Gostaria de requerer a V. Exª a inversão de pauta, para que eu pudesse relatar esses dois processos e dirigir-me à Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Atendendo ao pedido de V. Exª, também comunico ao Plenário que, a pedido dos relatores, o item 1, Projeto de Lei nº 106, de 2011, de autoria do Deputado Chico Alencar, relatado pelo Senador Vital do Rêgo, está sendo retirado de pauta, bem como o item 4, de autoria do Deputado Silvinho Peccioli e de relatoria do Senador Lobão; item 1 e item 4. Os itens de inversão da pauta apresentados pelo Senador Benedito de Lira são os itens 23 e 24.

Passaremos, portanto, aos itens 23 e 24.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, pela ordem. Pediria também, se pudesse, incluir extrapauta o requerimento de minha autoria, depois da leitura do Senador.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Informo a V. Exª que nós tomaremos essa providência tão logo a pauta esteja concluída.

E nós temos aqui uma dificuldade: temos matérias terminativas e precisamos de quórum qualificado para matérias terminativas. Faço um apelo à Secretaria da Comissão para entrar em contato com os Senadores para que a gente possa alcançar o quórum necessário.

São os seguintes os itens apreciados:

ITEM 23

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 306, DE 2011
– Terminativo –

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO JARAGUÁ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Jaraguá do Sul, Estado da Santa Catarina.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria : Senador Benedito de Lira.

Relatório: pela aprovação do projeto.

ITEM 24

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 422, DE 2011
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à NEUSA E LEMOS COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cerejeiras, Estado de Rondônia.

Autoria: Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (SF).

Relatoria : Senador Benedito de Lira.

Relatório: pela aprovação do projeto.

Com a palavra o Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, chega para apreciação da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo n° 306, de 2011 (n° 2.618, de 2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Jaraguá Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado – que demonstram situação regular da entidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à condição de pessoa física de seus dirigentes –, não sejam óbice à aprovação do presente ato de renovação, uma vez constatado que a vencedora do certame licitatório apresentou tempestivamente ao poder concedente toda a documentação exigida pela legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas, à época, satisfatórias.

Voto, Sr. Presidente.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS n° 306, de 2011, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a concessão outorgada à Rádio Jaraguá Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Este é o parecer do item 23, Sr. Presidente.

Vou passar, agora, a ler o item 24.

Da mesma Comissão, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo n° 422, de 2011 (n° 2.849, de 2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Neusa e Lemos Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cerejeiras, Estado de Rondônia.

Sr. Presidente, a matéria está devidamente pronta, atendendo a todas as determinações que estabelece o art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos temos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 03, de 2009, do Senado Federal.

É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado que demonstram situação regular da entidade junto ao INSS e ao FGTS não seja impedimento para que a concessão possa ser feita.

Passo ao voto, Sr. Presidente.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS n° 422, de 2011, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, de juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão a Neusa e

Lemos Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cerejeiras, Estado de Rondônia, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Benedito de Lira.

Não há quórum para votação terminativa. Está lido o relatório. Quando houver quórum aqui, vamos colocar a matéria em votação.

Vamos ao Item 7 da pauta.

ITEM 7

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 407, DE 2011 – Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural de Salete/SC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salete, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria: Senador Anibal Diniz.

Relatório: pela aprovação do projeto.

Tem a palavra o Relator, o Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, tendo em vista...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Como já foram distribuídos os relatórios, sugiro que V. Exª abrevie o relatório, com a ementa e o voto.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Exatamente.

Seguindo a orientação do Sr. Presidente, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 407, de 2011, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, de juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural de Salete/SC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salete, Estado de Santa Catarina, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Agradeço ao Senador Anibal.

O relatório está lido, mas não há quórum para votação.

Vou solicitar autorização do Plenário para incluir extrapauta requerimento de autoria do Senador Cyro Miranda, que sugere convite ao Ministro Marco Antonio Raupp, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação; à Ministra Miriam Belchior, Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão; e à Drª Helena Nader, Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), para debater o corte das verbas orçamentárias destinadas ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com a inclusão do requerimento extrapauta permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vou colocar o requerimento em votação, passando, antes, a palavra ao Senador Cyro Miranda, se este assim quiser.

É o seguinte o requerimento apreciado:

EXTRAPAUTA

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 12, DE 2012

Requeiro, com amparo no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e nos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, para debater os cortes das verbas orçamentárias destinadas ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. A título de sugestão, serão convidados a expor seus pontos de vista as autoridades e os representantes da sociedade civil a seguir: Marco Antonio Raupp, Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia; Miriam Belchior, Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão; Helena Nader, Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

Autoria: Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente Rodrigo Rollemberg, como fui Relator do Orçamento da Ciência e Tecnologia, conversando com os Ministros, pude ver que houve um corte na verba destinada somente à Ciência e Tecnologia de R$1 bilhão, cerca de 17% do orçamento original da Pasta. Então, eles querem justamente discutir como vai ser feita a gestão neste ano. Peço aos nossos colegas a aprovação desse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Cumprimento V. Exª pela iniciativa, Senador Cyro. Realmente, é de fundamental importância que o Congresso debata tema de tal magnitude. Neste momento, estamos discutindo um processo de desindustrialização, de redução da participação dos produtos manufaturados na pauta das exportações brasileiras. É muito importante discutir esses cortes no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, o que me preocupa muito. Quero registrar isso aqui.

Coloco em votação o requerimento.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com a aprovação do requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 8

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 441, DE 2011 – Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO PAINENSE DE RÁDIO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pains, Estado de Minas Gerais.

Relatoria: Senador Cyro Miranda.

Com a palavra o relator.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, esse projeto outorga autorização à Associação Painense de Rádio para executar serviço de radiodifusão na comunidade da cidade de Pains, Estado de Minas Gerais.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS n° 441, de 2011, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Painense de Rádio para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pains, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Está lido o relatório.

Como não há quórum para votação, esta será feita posteriormente.

Passo a Presidência ao Senador Valdir Raupp.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco/PMDB – RO) –

ITEM 9

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 303, DE 2011 – Terminativo –

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO SOCIEDADE OESTE CATARINENSE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria : Senador Rodrigo Rollemberg.

Relatório: pela aprovação do projeto.

Com a palavra o Presidente, Senador Rodrigo Rollemberg, para relatar o item 9.

Com a tecnologia agora, os Senadores terão de se acostumar, porque daqui a alguns dias não teremos mais os relatórios impressos, mas somente pela Internet.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo n° 303, de 2011 (n° 2.519, de 2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Sociedade Oeste Catarinense Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento. Portanto, vou direto ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS n° 303, de 2011, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a permissão outorgada à Rádio Sociedade Oeste Catarinense Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco/PMDB – RO) – Obrigado, Senador Rodrigo.

Eu devolvo a Presidência ao Presidente Rodrigo Rollemberg, tendo em vista que a votação será ao final, em conjunto.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) –

ITEM 10

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 269, DE 2011
– Terminativo –

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO MARANO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Garanhuns, Estado de Pernambuco.

Relatoria: Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS n° 269, de 2011, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a permissão outorgada à Rádio Marano Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Garanhuns, Estado de Pernambuco, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Garanhuns é a cidade do Presidente Lula, não é? Então, é a cidade

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – É sim.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Então, a cidade do Presidente Lula vai receber essa emissora FM, que, com certeza, vai ser muito importante para a cidade do nosso querido Presidente. Aproveitando, já que estou falando do Presidente, quero pedir a Deus, mais uma vez, que ele melhore, que restabeleça sua saúde, para que ele volto logo às atividades que ele tanto adora, que são falar, fazer política.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Valdir Raupp. Esse é o desejo de toda a população brasileira, Senador Valdir Raupp.

Vamos para os próximos itens, 25, 26 e 27, relatoria do Senador Walter Pinheiro.

ITEM 25

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 260, DE 2011
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga permissão à PONTO NORTE RÁDIO FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Alpestre, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria : Senador Walter Pinheiro.

Relatório: pela aprovação do projeto.

ITEM 26

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 300, DE 2011
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE PALMEIRA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palmeira, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria: Senador Walter Pinheiro.

Relatório: pela aprovação do projeto.

ITEM 27

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 321, DE 2011
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga permissão à STAR RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Piedade de Caratinga, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria: Senador Walter Pinheiro.

Relatório: pela aprovação do projeto.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, eu vou, se V. Exª assim me permitir, ler aqui os itens 25, 26 e 27.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Tem permissão V. Exª, Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Portanto, o item 25 é o PDS 260, de 2011; o item 26 é o PDS 300, de 2011; o item 27 é o PDS 321, de 2011. Nada, portanto, que possa significar obstáculos ou até motivo para suspensão ou adiamento da aprovação. Está dentro dos conformes a documentação enviada à análise previamente feita, inclusive a partir da própria origem, o Ministério das Comunicações.

Nesse sentido, somos pela aprovação das matérias aqui já relacionadas.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Walter Pinheiro.

Vamos aos itens 36 e 37, de relatoria da Senadora Lídice da Mata.

ITEM 36

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 355, DE 2011
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO DE SÃO BENTO DE CALDAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Rita de Caldas, Estado de Minas Gerais.

Relatoria: Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, também votamos pela aprovação da Associação Comunitária de Desenvolvimento de São Bento de Caldas para executar o serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Rita de Caldas, Estado de Minas Gerais, na forma do decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senadora Lídice da Mata.

Vamos ao item 37.

ITEM 37

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 374, DE 2011
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTUR*AL* COMUNITÁRIA PRÓ DESENVOLVIMENTO INFANTIL DE PARELHEIROS – ACCDIP para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria: Senadora Lídice da Mata.

Relatório: pela aprovação do projeto.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Somos pela aprovação, Sr. Presidente, dessa outorga de autorização à Associação Cultural Comunitária Pró Desenvolvimento Infantil de Palhereiros para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palhereiros, Estado de São Paulo, na forma do projeto de decreto legislativo, tendo em vista que não se evidencia nenhuma violação da legislação pertinente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senadora Lídice da Mata.

Passo a Presidência ao Senador Cyro Miranda.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Eu peço ao Senador Anibal Diniz para relatar os itens 11 e 12, como relator *ad hoc*; são relatórios do Senador Sérgio Souza. O senhor pode ir direto ao voto, Senador, se assim o senhor preferir.

São os seguintes os itens apreciados:

ITEM 11

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 311, DE 2011
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à SOCIEDADE COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alto Alegre dos Parecis, Estado de Rondônia.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria: Senador Sérgio Souza.

Relatoria *Ad Hoc*: Senador Anibal Diniz

Relatório: pela aprovação do projeto.

ITEM 12

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 351, DE 2011
– Terminativo –

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO E TELEVISÃO GRANDE RIO FM STEREO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Petrolina, Estado de Pernambuco.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria: Senador Sérgio Souza.

Relatoria *Ad Hoc*: Senador Anibal Diniz.

Relatório: pela aprovação do projeto.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – O Senador Sérgio Souza opinou pela aprovação do ato que outorga que outorga autorização à Sociedade Comunitária de Radiodifusão FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alto Alegre dos Parecis, Estado de Rondônia, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o voto, Sr. Presidente.

Item 12, em seguida, à página 177, também do Senador Sérgio Souza, votando pela aprovação do ato que renova a permissão outorgada à Rádio e Televisão Grande Rio FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Petrolina, Estado de Pernambuco, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Obrigado, Senador Anibal.

Como vamos votar em bloco, estamos esperando quórum, peço ao Senador Valdir Raupp a gentileza de relatar *ad hoc* os itens de 13 a 17.

ITEM 13

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 264, DE 2010
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga permissão à REDE TAMANDARÉ DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Picuí, Estado da Paraíba.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria: Senador Vital do Rêgo.

Relatoria *Ad Hoc* : Senador Valdir Raupp.

Relatório: pela aprovação do projeto.

ITEM 14

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 29, DE 2011
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA FM CABANA 103,3 para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ananindeua, Estado do Pará.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria : Senador Vital do Rêgo.

Relatoria *Ad Hoc*: Senador Valdir Raupp.

Relatório: pela aprovação do projeto.

ITEM 15

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 55, DE 2011
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga permissão à SBC – RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Garrafão do Norte, Estado do Pará.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria: Senador Vital do Rêgo.

Relatoria *Ad Hoc*: Senador Valdir Raupp.

Relatório: pela aprovação do projeto.

ITEM 16

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 265, DE 2011
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga permissão à DIAS & NOVATO COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mato Verde, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço.

Relatoria *Ad Hoc*: Senador Valdir Raupp.

Relatório: pela aprovação do projeto.

ITEM 17

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 315, DE 2011
– Terminativo –

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à FUNDAÇÃO FREI ROGÉRIO para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Curitibanos, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria : Senador Ricardo Ferraço.

Relatoria *Ad Hoc*: Senador Valdir Raupp.

Relatório: pela aprovação do projeto.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quanto ao item 13, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS n° 264, de 2010, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Rede Tamandaré de Rádio e Televisão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Picuí, Estado da Paraíba, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Os nossos pareceres também são favoráveis também aos itens 14, 15 e 16, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – E 17 também?

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Também ao 17.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Itens 13, 14, 15, 16, e 17.

Muito obrigado, Senador Valdir Raupp.

Também ficamos no aguardo para votação em bloco.

Passarei agora a palavra a S. Exª o Senador Delcídio do Amaral, que, num esforço concentrado, veio a esta Comissão para relatar os itens nºs 20, 21 e 22.

São os seguintes os itens apreciados:

ITEM 20

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 223, DE 2008 – Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÃO VICENTE DE PAULA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Andradina, Estado de Mato Grosso do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria: Senador Delcídio do Amaral.

Relatório: pela aprovação do projeto.

ITEM 21

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 391, DE 2011 – Terminativo –

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO EDITORA MAGIA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nova Pádua, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria: Senador Delcídio do Amaral.

Relatório: pela aprovação do projeto.

ITEM 22

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 428, DE 2011 – Terminativo –

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à EMPREENDIMENTOS RADIODIFUSÃO CABO FRIO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Cabo Frio, Estado do Rio de Janeiro.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria: Senador Delcídio do Amaral.

Relatório: pela aprovação do projeto.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, estou aqui com o item 20 para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo n° 223, de 2008, destinado a aprovar o ato que outorga autorização à Associação Comunitária São Vicente de Paula para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Andradina, Estado de Mato Grosso do Sul, meu Estado.

E quero aproveitar para cumprimentar o Município de Nova Andradina. Essa é mais uma vitória para o Município progressista, pujante e de gente hospitaleira.

Da análise, Sr. Presidente, como determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, inciso VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca dessas proposições.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei n° 9.612, de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais.

O exame da documentação que acompanha o PDS n° 223, de 2008, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei n° 9.612, de 1998.

Portanto, o meu voto, Sr. Presidente, examinando a documentação que acompanha o PDS 223, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária São Vicente de Paula para exercer serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Andradina, nossa querida Nova Andradina, no Estado de Mato Grosso do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Este é o meu voto, meu caro Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Como sempre competentíssimo o Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Delcídio.

Nós vamos fazer a votação em bloco e eu vou fazer o apelo que o senhor sempre faz quando preside a Comissão. Faltam apenas dois Senadores para que nós possamos votar e já estão a caminho. Então, peço a permanência de todos os Srs. Senadores, porque vamos votar em bloco e liquidamos. Aprendi isso na aula que o senhor nos dá quando preside a Comissão de Assuntos Econômicos.

Peço ao Senador Walter Pinheiro que relate os itens...

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, não tem os itens 21 e 22, também, com a devida vênia, meu caro Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Eu achei que o senhor tivesse já feito o bloco.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Não, fiz um, porque eu tinha que fazer média com o meu Estado primeiro. Agora vêm os outros dois.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Perdão, o senhor tem razão.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Mas é muito rápido, meu caro Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Delcídio do Amaral.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Item 21, Sr. Presidente. Apreciação, em caráter terminativo, do Projeto de Decreto Legislativo n° 391, de 2011, que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Editora Magia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nova Pádua, Estado do Rio Grande do Sul.

Quero aqui registrar que esse projeto atende em absoluto a toda a legislação pertinente.

O meu voto: tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS n° 391, de 2011, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Rádio Editora Magia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nova Pádua, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado. Aproveitando, Senador Delcídio, há mais um de sua relatoria. É o PDS nº 428.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Apreciação, também em caráter terminativo, do Projeto de Decreto Legislativo n° 428, de 2011 (n° 3.047, de 2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada a Empreendimentos Radiodifusão Cabo Frio Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Cabo Frio, Estado do Rio de Janeiro.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS n° 428, de 2011, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a concessão outorgada a Empreendimentos Radiodifusão Cabo Frio Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Cabo Frio, Estado do Rio de Janeiro, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É este o meu voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Delcídio.

ITEM 18

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 663, DE 2009 – Terminativo –

Aprova o ato que outorga permissão à Empresa de Comunicações da Paraíba Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Soledade, Estado da Paraíba.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria: Senador Cícero Lucena.

Relatório: pela aprovação do projeto.

ITEM 19

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 664, DE 2009 – Terminativo –

Aprova o ato que outorga permissão à EMPRESA DE COMUNICAÇÕES DA PARAÍBA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Triunfo, Estado da Paraíba.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria: Senador Cícero Lucena.

Relatório: pela aprovação do projeto.

Eu passo a palavra, para o relatório dos itens 18 e 19 – o PDS nº 663, de 2009, e o PDS nº 664, de 2009 –, ao Senador Cícero Lucena, que vai estrear o seu *tablet* neste momento. O Senador teve a oportunidade de apresentá-los oficialmente. Então, com a palavra, em leitura pelo *tablet*, o Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Sr. Presidente, nós estamos abrindo porque eu estava vindo de outra comissão. Quero renovar o meu agradecimento exatamente por todo o trabalho que foi feito pela equipe do Prodasen, da Diretoria-Geral. Então, eu gostaria de renovar esse agradecimento e de dizer que acreditamos muito nesse projeto.

Eu gostaria apenas de perguntar qual é o número do relatório, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Itens 18 e 19, PDS nº 663 e PDS nº 664.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Sr. Presidente, como V. Exª já anunciou, esse é um projeto que aprova o ato que outorga permissão à Empresa de Comunicações da Paraíba Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Soledade, Estado da Paraíba.

Como já está disponibilizado na Internet todo o relatório, bem como o voto, Sr. Presidente, vou direto ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS n° 663, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Empresa de Comunicações da Paraíba Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Soledade, Estado da Paraíba, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Este é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Cícero Lucena, nosso 1º Secretário.

Falta o relatório do item 19, PDS nº 664.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Da mesma forma, Sr. Presidente, aprova ato que outorga permissão à Empresa de Comunicações da Paraíba Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Triunfo, Estado da Paraíba.

Como o projeto e também meu voto já estão disponibilizados de forma *on-line*, passo ao voto, Sr. Presidente, que é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Obrigado, Senador Cícero Lucena, pela praticidade. Essa é uma das vantagens de estarmos informatizados. Desde a tarde de ontem nós pudemos tomar conhecimento dos relatórios.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Presidente, se V. Exª me permite, eu queria mais uma vez insistir na importância deste projeto, dessa ferramenta do nosso trabalho, porque, como esta Comissão é muito eficiente, entre a versão *on-line* e a impressa, está aqui o volume da votação de hoje. Estou falando de 451 folhas.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Por bloco.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – É a pauta desta reunião. Quase 500 folhas. Se V. Exª fizer um calculo rápido pela quantidade de membros desta Comissão, que são 17, sem colocar os suplentes, estamos falando de algo em torno de 8.500 folhas impressas, para uma reunião como esta, que estaremos economizando, e tenho certeza de que todos os Senadores irão colaborar com isso, já que a equipe do Senado, os profissionais, os técnicos, estão todos nos ajudando. Só esse pequeno registro, um pequeno exemplo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Parabéns, Senador Cícero Lucena.

Senador, peço a paciência de V. Exª porque só falta um Senador, o Rodrigo Rollemberg.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Estarei à disposição, embora tenha que inaugurar a praça de alimentação que servirá de apoio a todos nós, aqui ao lado do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Acredito que em 10 minutos vamos conseguir ter o quórum.

Passo a palavra ao Senador Walter Pinheiro para que relate *ad hoc* os itens de 30 a 35.

ITEM 30

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 226, DE 2011
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO PESQUISA E CULTURA MIPIBUENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José de Mipibu, Estado do Rio Grande do Norte.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria : Senador Lobão Filho.

Relatoria *Ad Hoc* : Senador Walter Pinheiro.

Relatório: pela aprovação do projeto.

ITEM 31

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 326, DE 2011
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga permissão à TERRA FM LTDA. – ME para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Geraldo do Araguaia, Estado do Pará.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria : Senador Paulo Paim.

Relatoria *Ad Hoc* : Senador Walter Pinheiro.

Relatório: pela aprovação do projeto.

ITEM 32

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 199, DE 2011
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO DIFUSORA DE CATANDUVA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão so-

nora em frequência modulada na cidade de Novo Horizonte, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria : Senador Ciro Nogueira.

Relatoria *Ad Hoc* : Senador Walter Pinheiro.

Relatório: pela aprovação do projeto.

ITEM 33

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 312, DE 2011
– Terminativo –

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO PLANALTO DE MAJOR VIEIRA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Major Vieira, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria : Senador Ciro Nogueira.

Relatoria *Ad Hoc* : Senador Walter Pinheiro.

Relatório: pela aprovação do projeto.

ITEM 34

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 403, DE 2011
– Terminativo –

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à CAETÉ SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Caeté, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria : Senador Gim Argello.

Relatoria *Ad Hoc* : Senador Walter Pinheiro.

Relatório: pela aprovação do projeto.

ITEM 35

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 343, DE 2011
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E SOCIAL DE NOVO CRUZEIRO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Novo Cruzeiro, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria: Senador João Ribeiro.

Relatoria *Ad Hoc* : Senador Walter Pinheiro.

Relatório: pela aprovação do projeto.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, os PDS nºs 226, de 2011; 326, de 2011; 199, de 2011; 312, de 2011; 403, de 2011 e 343, de 2011 constam da nossa pauta. Não encontrando nada que possa obstaculizar a nossa aprovação, estando dentro dos conformes, tendo preenchido todas as exigências documentais, principalmente por parte do Ministério das Comunicações, somos pela aprovação dessas matérias.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Walter Pinheiro, pela praticidade da sua leitura e aprovação.

Eu peço ao Senador Anibal Diniz que seja relator *ad hoc* dos Itens 38 e 39.

ITEM 38

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 334, DE 2011
– Terminativo –

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO ESPERANÇA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria: Senador Eunício Oliveira.

Relatoria *Ad Hoc*: Senador Anibal Diniz.

Relatório: pela aprovação do projeto.

ITEM 39

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 362, DE 2011
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DE DONA EMMA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dona Emma, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria: Senador Eunício Oliveira.

Relatoria *Ad Hoc*: Senador Anibal Diniz.

Relatório: pela aprovação do projeto.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Os itens 38 e 39 têm a relatoria do Senador Eunício Oliveira.

No item 38, ele opina pela aprovação do ato que renova a concessão outorgada à Rádio Esperança Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados, levando

em consideração que a documentação não evidenciou nenhuma violação da legislação e que cumpriu todos os pressupostos de constitucionalidade e juridicidade.

O item nº 39, também da relatoria do Senador Eunício Oliveira, vota pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária de Radiodifusão de Dona Emma para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dona Emma, Estado de Santa Catarina, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Anibal Diniz.

E passo a palavra ao Senador Delcídio do Amaral, fazendo o grande favor de relatar *ad hoc* os itens 28 e 29.

São os seguintes os itens apreciados:

ITEM 28

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 337, DE 2011
– Terminativo –

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO SÃO PAULO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria: Senador Ivo Cassol.

Relatoria *Ad Hoc*: Senador Delcídio do Amaral.

Relatório: pela aprovação do projeto.

ITEM 29

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 353, DE 2011
– Terminativo –

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à SOCIEDADE MINEIRA DE RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria: Senador Ivo Cassol.

Relatoria *Ad Hoc*: Senador Delcídio do Amaral.

Relatório: pela aprovação do projeto.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, o Projeto de Decreto Legislativo nº 337, de 2011, aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio São Paulo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

O meu voto é favorável. Portanto, pela aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado.

E o item 29, PDS nº 353, de 2011.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – O Projeto de Decreto Legislativo do Senado Federal nº 353, de 2011, aprova o ato que renova a concessão outorgada à Sociedade Mineira de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais.

Senador Cyro Miranda, o meu relatório é pela aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador.

Como falta um Senador e já está a caminho, vou abrir a votação...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Pois não.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Eu queria perguntar a V. Exª se o senhor tem condição de abrir a votação do PLS 311, de 2007, que trata da questão do Fust. É um relatório de minha autoria, que também é terminativo nesta Comissão.

Eu indago a V. Exª se teremos oportunidade de apreciar essa matéria na manhã de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Se eu contar com todos os Srs. Senadores presentes e houver concordância, eu passaria à leitura do relatório e depois de votarmos as rádios, então votaríamos o seu relatório.

O Senador Delcídio está de acordo?

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Como vou estar em desacordo com o Líder do meu partido e com o Presidente da Mesa?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Senão eu o destituo da comissão!

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Então, passo a palavra ao Senador Walter Pinheiro, para que faça a leitura do seu relatório do item nº 5: PLS 311, de 2007.

É o seguinte o item apreciado:

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 311, DE 2007
– Terminativo –

Altera a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, para permitir a utilização de recursos do Fundo de Universalização dos

Serviços de Telecomunicações (FUST) na universalização do Serviço Móvel Pessoal, ou outro que vier a substituí-lo.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro.

Relatoria: Senador Walter Pinheiro.

Relatório: favorável, com a emenda que apresenta.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, o PLS nº 311, de 2007, que é do Senador Flexa Ribeiro, altera a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, para permitir a utilização de recursos do Fust, Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações, na universalização do Serviço Móvel Pessoal.

Eu quero, inclusive, ultrapassar aqui as barreiras dessa leitura do nosso relatório e dizer, imediatamente, que adicionei uma emenda. Na realidade, julgamos aqui nada mais do que razoável a possibilidade da utilização dos recursos do Fust com o objetivo de disseminar o acesso aos serviços de telecomunicações a toda a população brasileira, independentemente das regiões geográficas, meu caro Flexa Ribeiro, e principalmente para a ampliação da cobertura do SMP (Serviço Móvel Pessoal), em localidades hoje não atendidas pelas operadoras de serviço. Lógico que eu adiciono, meu caro Flexa, faço um pequeno ajuste, uma emenda à proposta, visto não ser adequado no arcabouço legal e regulamentar que disciplina o setor de telecomunicações, a utilização do termo "universalização para SMP", estando, portanto, essa expressão vinculada às obrigações assumidas pelas concessionárias. É mais um ajuste redacional à norma regulamentada pela Anatel. Nesse caso específico, para as concessionárias de telefonia fixa.

Então, nesse sentido, somos pela aprovação da matéria. E, dessa maneira, nós vamos poder disponibilizar os recursos do Fust para a cobertura do serviço móvel pessoal.

É este o nosso relatório, Senador Flexa Ribeiro.

Portanto, espero que os nossos colegas de Comissão possam nos apoiar nessa importante iniciativa, aqui patrocinada inicialmente por V. Exª, e que, creio, agora abraçada por todos nós.

Era esse o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Walter Pinheiro.

Eu vou deixar a discussão desse seu relatório para após a votação.

Em seguida, passo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro, como Relator *ad hoc* do item 6.

É o seguinte o item apreciado:

ITEM 6

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 319, DE 2011 – Terminativo –

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO E TELEVISÃO BANDEIRANTES DA BAHIA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Salvador, Estado da Bahia.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria: Senadora Angela Portela.

Relatoria *Ad Hoc*: Senador Flexa Ribeiro.

Relatório: pela aprovação do projeto.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente Senador Cyro Miranda, chega a esta Comissão, para apreciação, em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) n° 319, de 2011, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio e Televisão Bandeirantes da Bahia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Salvador, Estado da Bahia.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS n° 319, de 2011, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a permissão outorgada à Rádio e Televisão Bandeirantes da Bahia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Salvador, Estado da Bahia, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Este é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

Mesmo ainda faltando um Senador, eu vou começar.

Se os Senadores concordarem, colocaríamos em bloco os itens nºs 06 a 39, todos relativos à mesma matéria.

Havendo a concordância de todos os Srs. Senadores, passaremos, então, à votação nominal.

Pergunto ao Senador Anibal Diniz como vota os relatórios dos itens de nºs 06 a 39?

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Voto com os relatores, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Presidente. V. Exª poderia incluir também na votação nominal o item 5, relatado pelo Senador Walter Pinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Mas é que ele tem emenda. Logo em seguida eu abro à discussão e à votação, porque ele tem uma emenda. Então, não teve a discussão. Eu farei isso em seguida. A discussão será rápida, acredito.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Como vota o Senador Walter Pinheiro?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Acompanho os votos dos relatores, Sr. Presidente, inclusive o meu próprio.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Como vota o Senador Valdir Raupp?

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Acompanhando os votos dos relatores e enaltecendo aqui o relatório da Rádio FM de Cerejeiras, que é no meu Estado, Rondônia. Nós não temos mais o direito – isso até foi aprovado por esta Comissão – para relatar matéria dos nossos Estados. Então, agradeço a relatoria, não se foi o Benedito de Lira o Relator ou se foi *ad hoc,* do projeto da Rádio FM de Cerejeiras, do Estado de Rondônia.

Muito obrigado.

O PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado.

Como vota o Senador Delcídio do Amaral?

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, lídimo Presidente Cyro Miranda, voto com todos os relatores.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado.

Como vota a Senadora Lídice da Mata?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Com os relatores, Sr. Presidente, agradecendo o voto do Senador Flexa Ribeiro para a rádio de Salvador.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Como vota o Senador Benedito de Lira?

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Voto com os relatores, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Peço a V. Exª, Senador Benedito, porque teremos só mais uma votação em seguida, que não se ausente, por favor.

Como vota o Senador Flexa Ribeiro?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com os relatores, Presidente Cyro Miranda.

Também quero agradecer ao Senador Raupp, que relatou as rádios da Associação Cultural de Difusão Comunitária FM Cabana, para o Município de Ananindeua, e a SBC Radiodifusão Ltda. para o Município de Garrafão do Norte, Estado do Pará, e ao Senador Walter Pinheiro que relatou outorga à Rádio Terra FM Ltda. para o Município de São Geraldo do Araguaia, no meu Estado do Pará.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

Como vota o Senador Cícero Lucena?

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Com os relatores e relatoras, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado.

Ficam aprovados todos os relatórios que compõem os itens de nºs 6 a 39, sendo da mesma matéria.

Em discussão o item 5, PLS nº 311, do Senador Walter Pinheiro. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos colocar em votação o projeto e emenda do PLS nº 311, de 2007.

Consulto o Plenário se podemos colocar em votação o projeto e a emenda. (*Pausa.*)

Todos de acordo.

Passamos à votação nominal.

Como vota o Senador Anibal Diniz?

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – O Senador Walter Pinheiro tem voto conhecido.

Como vota o Senador Delcídio do Amaral?

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Com o Líder do PT, Relator Senador Walter Pinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Como vota a Senadora Lídice da Mata?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Com o meu parceiro representante da Bahia, Senador Walter Pinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Como vota o Senador Valdir Raupp?

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Como vota o Senador Benedito de Lira?

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Como vota o Senador Flexa Ribeiro, autor do projeto? Aliás, é voto conhecido.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Eu quero agradecer ao Senador Walter Pinheiro.

Este projeto, Senador Cyro Miranda, tramita desde 2007, completando cinco anos. Foi preciso que V. Exª, Senador Walter Pinheiro, assumisse a relatoria para que pudesse dar o voto favorável e terminativo aqui na CCT, para que ele fosse então encaminhado à Câmara dos Deputados. Ele é um projeto da maior importância. Foi enriquecido pela inteligência e compe-

tência do Senador Walter Pinheiro e vai agora permitir que os recursos do Fust, que lamentavelmente são utilizados pelo Governo no contingenciamento para pagamento dos juros da dívida, possam efetivamente ser utilizados para que possamos universalizar a telefonia móvel para o cidadão brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro, e parabéns pela autoria deste projeto.

A Comissão aprova o projeto, com a Emenda de nº 1, na CCT.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Uma questão de ordem, Sr. Presidente. Já pegou todos os votos? Eu ainda não votei.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Senador Cícero Lucena, perdão.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Eu sei que o senhor esqueceu, embora me tenha em seu coração, mas eu quero acompanhar o relator e parabenizá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Senador Cícero Lucena, com a palavra.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Com muita honra. Quero parabenizar o autor, Flexa Ribeiro, que é ex-Presidente desta Comissão, conseguiu captar tantas demandas neste sentido e teve a belíssima iniciativa, bem como o brilhante relatório do Senador Walter Pinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado. Pela proximidade dos Estados, essa parceria de sempre.

Mais uma vez, a Comissão aprova o projeto com a Emenda de nº 1, da CCT, de autoria do Senador Flexa Ribeiro e relatoria do Senador Walter Pinheiro.

Há ainda um item não terminativo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Por unanimidade. O senhor tinha dúvida, Senador? Projeto de V. Exª não tem dúvida.

Passo agora para a relatoria do item 2, não terminativo, PLS nº 677, de 2007, que tramita em conjunto com o PLS nº 680, de 2007, cuja relatoria é do Senador Flexa Ribeiro.

É o seguinte o item apreciado:

ITEM 2

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 677, DE 2007
– Não Terminativo –

Dispõe sobre o compartilhamento da infra-estrutura de coleta e processamento de informações no mercado de cartões de crédito e débito.

Autoria: Senador Adelmir Santana.

TRAMITA EM CONJUNTO COM
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 680, DE 2007
– Não Terminativo –

Proíbe cláusulas de exclusividade entre bandeiras e adquirentes no mercado de cartões de crédito e débito.

Autoria: Senador Adelmir Santana.

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro.

Relatório: pela prejudicialidade dos Projetos de Lei do Senado nº 677 e 680, de 2007, que tramitam em conjunto.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente Senador Cyro Miranda, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, vêm ao exame da CCT, em tramitação conjunta, o PLS nº 677, de 2007, e o PLS nº 680, de 2007. Ambos são de autoria do Senador Adelmir Santana e tratam do mercado de cartões de crédito e de débito, com o objetivo de estimular a concorrência.

O PLS nº 677 obriga o compartilhamento das redes de coleta e processamento de informações das operadoras de cartões, aí incluídos os seus terminais. O projeto determina a interoperabilidade entre as infraestruturas e sistemas das operadoras de cartões, de forma a garantir sua necessária compatibilidade técnica. Determina ainda que o compartilhamento das redes será objeto de livre negociação, em termos não discriminatórios e a preços justos e razoáveis.

O PLS nº 677, de 2007, prevê que sejam objeto de regulação específica os critérios para a determinação dos preços do compartilhamento, suas modalidades e alcance.

O PLS nº 680, de 2007, tem por objetivo proibir cláusulas de exclusividade entre bandeiras e adquirentes, ou credenciadores. Por exclusividade se entende:

I) que a empresa adquirente tem garantia de ser a única credenciadora de uma bandeira;

II) que a empresa adquirente é obrigada, por contrato, a credenciar estabelecimentos comerciais para uma única bandeira.

O objetivo do PLS é aumentar a concorrência no mercado. O autor aponta que no Brasil as duas maiores bandeiras – Visa e Mastercard – só têm um credenciador: Visanet e Redecard, respectivamente. Segundo ele, isso facilita o abuso de poder de mercado, fazendo com que a taxa paga pelos comerciantes seja uma das mais altas do mundo, chegando a atingir até 5% do valor da transação.

O Senador Adelmir Santana, autor da proposta, também aponta para um cenário em que cada adqui-

rente possa fazer o credenciamento para diversas bandeiras, levando à redução de custos e tarifas.

Em atendimento ao Requerimento nº 1.364, de 2008, do Senador Romero Jucá, os PLS nº 677 e nº 680, ambos de 2007, passaram a tramitar conjuntamente, sendo distribuídos a esta Comissão e, posteriormente, à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em decisão terminativa.

II – Análise

Em relação ao mérito, as alterações propostas permitem uma maior concorrência no setor, o que beneficia consumidores e comerciantes. Mas as mudanças, que eram inovações à época da apresentação dos projetos, já se tornaram práticas do mercado nos últimos anos.

Recentemente, o setor de cartões de crédito foi alvo de importantes medidas impostas pelas mais diversas esferas públicas e sofreu significativas transformações.

Apenas como exemplo, o Conselho Monetário Nacional, por intermédio da Resolução nº 3.919, de 2010, limitou as tarifas que podem ser cobradas a apenas cinco. Antes da norma, as empresas chegavam a cobrar mais de oitenta tarifas diferentes.

Desde o dia 1º de julho de 2010, vigora a interoperabilidade de infraestrutura das operadoras, e foi extinta a exclusividade entre as bandeiras e adquirentes. Com isso, atualmente é possível ao comerciante utilizar um único terminal para realização das transações. Em sentido semelhante, a mesma máquina, que era exclusiva de uma determinada bandeira, passou a aceitar todas as outras, aumentando sensivelmente a competição no segmento.

Houve, segundo o Clube de Diretores Lojistas, uma redução em torno de 35% nas taxas de desconto, redução do custo do aluguel dos equipamentos terminais e redução de 10% nas taxas de antecipação de recebíveis. Essas conquistas tendem a aumentar e são resultado direto das medidas sugeridas no projeto, mas que já estão em pleno vigor. Infelizmente, indícios apontam que os comerciantes não repassaram essa redução de custos para os consumidores.

Portanto, as medidas defendidas encontram-se plenamente implantadas, fato que inexistia à época em que as proposições foram apresentadas, razão que nos leva a recomendar a sua prejudicialidade.

III – Voto

Diante do exposto, o voto é pela recomendação de declaração de prejudicialidade dos Projetos de Lei do Senado nº 677 e nº 680, ambos de 2007.

Este é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Sr. Relator Senador Flexa Ribeiro.

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Em votação o relatório do Senador Flexa Ribeiro.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT pela prejudicialidade dos projetos.

As matérias vão à Comissão de Assuntos Econômicos.

Agradecendo a presença de todos os Srs. Senadores e, nada mais tendo para esta reunião, nós a encerramos.

Muito obrigado.

(Iniciada às 10 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 44 minutos.)

Ata da 9ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática Conjunta com a 9ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, Realizada em 11 de Abril de 2012.

Às nove horas e vinte e quatro minutos do dia onze de abril de dois mil e doze, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Eduardo Braga, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Angela Portela, Cícero Lucena, Cristovam Buarque, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, Inácio Arruda, Ivo Cassol, Mozarildo Cavalcanti, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, Vital do Rêgo, Waldemir Moka e Walter Pinheiro, reúnem-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e a Comissão de Serviços de Infraestrutura. Deixam de comparecer os demais senadores membros. O Senhor Presidente, Senador Eduardo Braga, submete à Comissão a dispensa da leitura das Atas das reuniões anteriores, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao **Requerimento n.º 09 de 2012-CCT**, de autoria dos Senhores Senadores Walter Pinheiro e Vital do Rêgo que "Nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o inciso II do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), para debater o marco legal que rege o setor de informática, de forma a propor sua atualização, bem como avaliar ações de incentivo ao uso

de software nacional, inclusive as empreendidas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), as políticas de desoneração fiscal e o estímulo a compras governamentais que envolvam o referido setor. Para participar da referida audiência sugiro que sejam convidados os representantes do (a): Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI); Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG); Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social; Associação de Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação (ASSESPRO); Associação Brasileira das Empresas de Software (ABES); Associação para a Promoção da Excelência do Software Brasileiro (SOFTEX); e Federação Nacional de Informática (FENAINFO). Requerimento de igual teor será apresentado junto à Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), com o objetivo de promover audiência pública conjunta dos dois Colegiados", ao **Requerimento n.º 11 de 2012-CI** de autoria do Senhor Senador Walter Pinheiro que "Nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o inciso II do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), para debater o marco legal que rege o setor de informática, de forma a propor sua atualização, bem como avaliar ações de incentivo ao uso de software nacional, inclusive as empreendidas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), as políticas de desoneração fiscal e o estímulo a compras governamentais que envolvam o referido setor. Para participar da referida audiência sugiro que sejam convidados os representantes do (a): • Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI); • Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG); • Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social; • Associação de Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação (ASSESPRO); • Associação Brasileira das Empresas de Software (ABES); • Associação para a Promoção da Excelência do Software Brasileiro (SOFTEX); e, • Federação Nacional de Informática (FENAINFO). Requerimento de igual teor será apresentado junto à Comissão de Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), com o objetivo de promover audiência pública conjunta dos dois Colegiados" e ao **Requerimento n.º 20 de 2012-CI** de autoria do Senhor Senador Walter Pinheiro que requer "..., nos termos regimentais, o aditamento ao Requerimento 11, de 2012, que solicita a realização, no âmbito desta Comissão de Serviços de Infra-Estrutura – CI, de Audiência Pública, para debater o marco legal que rege o setor de informática, de forma a propor sua atualização, bem como avaliar ações de incentivo ao uso de software nacional, inclusive as empreendidas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), as políticas de desoneração fiscal e o estímulo a compras governamentais que envolvam o referido setor, para a inclusão, como convidado, do representante da Associação Brasileira da Industria Elétrica e Eletrônica – ABINEE". Comparecem à reunião os senhores Rafael Henrique Moreira, Coordenador-Geral de Software e Serviços de TI da Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI; Corinto Meffe, Diretor do Departamento de Integração de Sistemas de Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG; Alan Adolfo Fischler, Chefe de Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES; Ruben Delgado, Presidente da Associação para Promoção da Excelência do Software Brasileiro – SOFTEX; Gérson Schmitt, Presidente da Associação Brasileira das Empresas de Software – ABES; Márcio Ellery Girão Barroso, Presidente da Federação Nacional de Informática – FENAINFO; Jeovani Salomão, Vice-Presidente de Articulação Política da Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação – ASSESPRO; Irineu Govêa, Diretor Secretário e Dirigente da Área de Informática da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica – ABINEE e Edmundo Machado de Oliveira, Diretor de Relações Institucionais da Associação Brasileira de Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação. – BRASSCOM. Finda a exposição, o Presidente franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Usam da palavra os Senhores Senadores Walter Pinheiro e Cristovam Buarque. Nesse momento, os Senhores Senadores Walter Pinheiro e Cícero Lucena requerem, oralmente, a inclusão extrapauta de Requerimentos, pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com o que todos concordam. **Extrapauta, Item 1: Requerimento n.º 13, de 2012-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do senhor Senador Walter Pinheiro, que requer "..., nos termos regimentais, o aditamento ao Requerimento 09, de 2012, que solicita a realização, no âmbito desta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, de Audiência Pública, para debater o marco legal que rege o setor de informática, de forma a propor sua atualização, bem como avaliar ações de incentivo ao uso de software nacional, inclusive as empreendidas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), as políticas de desoneração fiscal e o estímulo a compras governamentais que envolvam o referido setor, para a inclusão, como convidado, do

representante da Associação Brasileira da Industria Elétrica e Eletrônica – ABINEE". O requerimento é aprovado. **Extrapauta, Item 2: Requerimento n.º 14, de 2012-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Walter Pinheiro, que requer "..., nos termos regimentais, o aditamento ao Requerimento 09, de 2012 – CCT, que solicita a realização, no âmbito desta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, de Audiência Pública, para debater o marco legal que rege o setor de informática, de forma a propor sua atualização, bem como avaliar ações de incentivo ao uso de software nacional, inclusive as empreendidas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), as políticas de desoneração fiscal e o estímulo a compras governamentais que envolvam o referido setor, para a inclusão, como convidado, do representante da Associação Brasileira de Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação – BRASSCOM". O requerimento é aprovado. **Extrapauta, Item 3: Requerimento n.º 15, de 2012-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cícero Lucena, que requer "..., nos termos do disposto no art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para participação, na qualidade de representante da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal, no Fórum Canalenergia/COGEN, Potencial e Perspectivas da Energia Solar no Brasil, que se realizará dia 12 de abril de 2012, na cidade Rio de Janeiro, RJ, conforme convite recebido por esta Comissão". O requerimento é aprovado. Pela Comissão de Serviços de Infraestrutura é aprovado o seguinte requerimento: **Extrapauta, Item 1: Requerimento n.º 21, de 2012-CI**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Walter Pinheiro, que "Requeiro, nos termos regimentais, o aditamento ao Requerimento 11, de 2012 – CI, que solicita a realização, no âmbito desta Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, de Audiência Pública, para debater o marco legal que rege o setor de informática, de forma a propor sua atualização, bem como avaliar ações de incentivo ao uso de software nacional, inclusive as empreendidas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), as políticas de desoneração fiscal e o estímulo a compras governamentais que envolvam o referido setor, para a inclusão, como convidado, do representante da Associação Brasileira de Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação – BRASSCOM". Prosseguindo, o Senhor Senador Eduardo Braga, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as notas taquigráficas sejam anexadas a esta ata para devida publicação. Nada havendo mais a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e quatro minutos, determinando que nós, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e José Alexandre Girão M. da Silva, Secretário da Comissão de Serviços de Infraestrutura,** lavrássemos a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Eduardo Braga,** Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Srªs e Srs. Senadores presentes, declaro aberta a 9ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática conjunta com a 9ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura ambas do Senado da República.

Antes de iniciarmos os trabalhos desta reunião, proponho a dispensa da leitura e a consequente aprovação das Atas das últimas reuniões da CCT e CI.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

As Atas estão aprovadas e serão publicadas no Diário do Senado Federal.

Comunicados da Presidência.

Esta Presidência fará, antes do início dos trabalhos para a Audiência Pública, alguns comunicados da Comissão de Ciência e Tecnologia.

O Exmº Sr. Senador Mozarildo Cavalcanti encaminhou a esta Comissão o Ofício Circular s/n 2012/GSMCAV, solicitando apoio para a aprovação do Projeto de Resolução do Senado Federal nº 15 de 2011, que "insere capítulo ao Título I do Regimento Interno do Senado Federal para dispor sobre alternância semanal entre as sessões deliberativas e reuniões de Comissões Permanentes".

O Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e do Serviço Móvel Celular e Pessoal – SINDITELEBRASIL, convida a todas as Srªs e os Srs. Senadores que integram o plenário desta Comissão a participarem do lançamento de sua "Agenda Legislativa de 2012", que acontecerá hoje, dia 11 de abril, no Bottarga Restaurante, às 20 horas.

A Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT, encaminhou expediente a esta comissão informando que se fará presente no NAB Show, que é o maior e mais importante encontro de mídia digital do mundo. As conferências acontecerão no período de 14 a 19 de abril do corrente ano, em Las Vegas, Estados Unidos da América, com repre-

sentantes de mais de 150 países. A Abert recomenda a participação neste evento, inclusive das Srªs e Srs. Senadores que integram a CCT.

Foi recebido pela CCT convite para os membros da comissão participarem do fórum Canalenergia/COGEN potencial e perspectivas da energia solar no Brasil, que acontecerá no próximo dia 12 de abril (amanhã) no centro de convenções Sul América, no Rio de Janeiro.

O mencionado expediente, bem como os convites, estão à disposição de Vossas Excelências na secretaria da comissão.

Requerimentos

Srªs e os Srs. Senadores, para cumprimento das normas regimentais, submeto a deliberação das Srªs Senadoras e Srs. Senadores os requerimentos abaixo, todos referentes à audiência pública objeto desta reunião.

REQUERIMENTO N.° 13, DE 2012-CCT

Requeiro, nos termos regimentais, o aditamento ao Requerimento n° 09, de 2012 –CCT, que solicita a realização de audiência pública para debater o marco legal que rege o setor de informática, para inclusão, como convidado, do representante da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica – ABINEE.

Autor: Senador Walter Pinheiro

Com a palavra o Senador Walter Pinheiro, se assim quiser fazer uso, para defender a matéria.

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento Nº 14 de 2012-CCT

Da mesma forma solicita inclusão, como convidado, do representante da Associação Brasileira de Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação – BRASSCOM.

Autor: Senador Walter Pinheiro

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento n° 21, de 2012-CI

Requeiro, nos termos regimentais, o aditamento ao requerimento n° 11, de 2012-CI, que solicita a realização de audiência pública para debater o marco legal que rege o setor de informática, para inclusão, como convidado, do representante da Associação Brasileira de Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação – BRASSCOM.

Autor: Senador Walter Pinheiro

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Dando continuidade aos trabalhos, realizaremos hoje audiência pública para debater "o marco legal que rege o setor de informática, de forma a propor sua atualização, bem como avaliar ações de incentivo ao uso do *software* nacional, inclusive as empreendidas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, e as políticas de desoneração fiscal e o estímulo a compras governamentais que envolvam o referido setor.

A audiência pública acontece em função dos requerimentos já mencionados e outros também já aprovados por esta comissão, todos de autoria do senador Walter Pinheiro.

Vamos, então, à composição da mesa.

Convido para compor a mesa: o Sr. Rafael Henrique Rodrigues Moreira, Coordenador-Geral de Software e Serviços de TI do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI; o Sr. Corinto Meffe, Diretor do Departamento de Integração de Sistemas de Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG; o Sr. Alan Adolfo Fischler, Chefe de Departamento de Tecnologia da Informação do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES; o Sr. Rubén Delgado, Presidente da Associação para Promoção da Excelência do Software Brasileiro – SOFTEX; o Sr. Jeovani Salomão, Vice-Presidente da Articulação Política da Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação, ASSESPRO; o Sr. Márcio Elleri Girão Barroso, Presidente da Federação Nacional de Informática, FENAINFO; o Sr. Gérson Schmitt, Presidente da Associação Brasileira das Empresas de Software – ABES; o Sr. Irineu Govêa, Diretor Secretário e Dirigente da Área de Informática da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica – ABINEE; o Sr. Edmundo Machado de Oliveira, Diretor de Relações Institucionais da Associação

Brasileira de Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação, BRASSCOM.

Composta a mesa e, preliminarmente, ao início das exposições pelos convidados, é oportuno tecermos algumas considerações sobre a importância desta audiência pública, em especial para o desenvolvimento desse importante setor da indústria, um dos pilares da nossa infraestrutura nacional.

As ações que envolvem demandas à indústria, em especial de bens de tecnologia e *softwares,* ocupam a pauta de vários órgãos do Governo e de diversos setores econômicos, e é necessário mencionarmos que esta semana foram publicadas as Medidas Provisórias nºs 563 e 564, além de sete decretos presidenciais que estabelecem os incentivos e benefícios fiscais no novo capítulo do plano Brasil Maior. Tais medidas alteram vários pontos da política industrial brasileira.

Também podemos citar como outro ponto de atenção as discussões que envolvem os próximos leilões de frequências para a prestação de serviços de telecomunicações, pois os editais trarão, segundo o próprio Ministério das Comunicações e o Presidente da Anatel, exigências relacionadas ao percentual de conteúdo nacional.

Por tudo isso, esperamos aqui importantes contribuições ao tema proposto pelo Exmº Senador Walter Pinheiro, pois a representatividade Governo e indústria foi pautada para este objetivo.

Passo, então, a palavra aos senhores convidados.

E, aqui, gostaria de propor aos Srs. Senadores uma inversão da pauta para que pudéssemos começar com as colocações do setor privado e das entidades não-governamentais, e que os representantes do Governo possam, portanto, concluir a participação dos debates, dando a sua visão, após termos já ouvido os nossos companheiros do setor privado.

Queria apenas pedir a colaboração de todos os senhores participantes, pois teremos nove palestrantes, Senador Walter Pinheiro, nesta audiência pública. Portanto, se dermos 10 minutos a cada um dos senhores, estaremos falando de 90 minutos, ou seja, de aproximadamente uma hora e meia, apenas de palestras e explanações dos senhores convidados.

Então, vou conceder o tempo de 10 minutos, pedindo aos senhores que, por favor, entendam que hoje estamos num dia extremamente relevante para o setor da economia brasileira, e principalmente esse, porque estamos discutindo a Resolução nº 72 em duas comissões do Senado, talvez até levando essa resolução para o plenário no dia de hoje. Tanto o Senador Walter Pinheiro, como Líder do PT, quanto eu, na condição de Líder do Governo, estaremos muito envolvidos com essas ações.

Peço, portanto, a contribuição dos senhores para que nós possamos ser objetivos nas colocações, indo direto ao ponto.

Concedo, portanto, a palavra ao Sr. Rubén Delgado, da Softex, para fazer uso da palavra por dez minutos.

O SR. RUBÉN DELGADO – Muito obrigado, Senador.

Eu queria cumprimentar a Mesa toda, mas, evidentemente, pela sua solicitação de ser rápido, vou evitar e agradecer apenas o convite de Walter Pinheiro também, que foi o provocador desta audiência.

Então, muito obrigado, Walter. Muito obrigado, Senadores.

Vou passar rapidamente aqui.

O meu objetivo nesta apresentação, inicialmente, é caracterizar um pouco a indústria.

Pode passar.

Rapidamente, o Softex – vocês podem olhar basicamente no *site* – é a ferramenta de aplicação de políticas públicas no setor de TI; é o lugar onde todos estão sentados. Se você se lembrar do Triângulo de Sábato, nesse instrumento você tem sentado o Governo – porque o Presidente do Conselho de Administração é o Secretário Virgílio, da Sepin –; também temos as entidades que estão aqui representadas, que estão todas no nosso Conselho. Portanto, a indústria está no Conselho, a academia está no Conselho, trabalhadores estão no Conselho. Portanto, todos os interessados na indústria de TI pertencem ao Conselho. E essas políticas públicas são aplicadas através dessa ferramenta aqui, chamada Softex.

Aí você tem, por exemplo, melhoria da qualidade da competitividade, eventos no mundo inteiro – esse aqui foi na Angola; esse aqui, recentemente, foi na Alemanha, com a Presidenta Dilma e vários Ministros. Enfim, entendam o Softex como uma ferramenta.

Por favor.

Nós estamos no Brasil inteiro e temos, realmente, agentes muito fortes espalhados; tem uma capilaridade bem grande o nosso sistema, Softex.

Por favor.

Rapidamente, eu queria dimensionar o tamanho da nossa brincadeira. Um objetivo que tenho nesta apresentação é mostrar quão importante é o investimento na nossa indústria. Tenho apenas dez minutos, terei que ser bastante rápido.

O nosso mercado global: estamos perto de US$900 bilhões, *softwares* e serviços contratados. Desse material vocês vão receber uma cópia. Estou à disposição.

Todas as fontes, todos os números apresentados – vou dizer de vez –, as fontes são da IDC, Brasscom,

Abes, ou do Observatório Softex – para eu não ter que parar em cada transparência para dizer a fonte.

Então, nossa brincadeira aqui está no mercado perto de US$900 bilhões.

Por favor.

Um ponto que eu queria realmente salientar, e depois vocês vão entender por que, é o posicionamento de uma coisa chamada Brasil S. A.. Vou falar, basicamente, como se o Brasil fosse uma empresa de TI, e vocês podem ver que os países se posicionam. Qualquer estudante médio de *marketing* sabe que o posicionamento é importante. Então, a Índia, que realmente revolucionou com TI, que mudou a sua economia com TI, todos nós sabemos, disse: eu sou bom em serviços, eu sou bom em serviços de TI; eu tenho um posicionamento claro. E as ações de governo foram todas baseadas no posicionamento de *marketing* de Estado.

Israel chegou a ser pior ainda. Israel, realmente, se posicionou como *software* até de segurança. Então, ele pegou um segmento de *software* e disse: eu sou bom em segurança. Isso demonstra a maturidade de um país e a maturidade de um posicionamento de *marketing*.

Por favor.

O Brasil ainda precisa se posicionar um pouquinho mais. Reparem como aqui nós temos *softwares* e serviços de TI, em posicionamentos que, às vezes, são antagônicos. Da mesma forma, quando você vai a um *shopping*, você sabe que a loja se posiciona: eu sou bom em bolsa. Então, o Brasil tem que dizer exatamente em que é bom. A Rússia disse: eu sou boa em serviço. A China disse: eu sou boa em serviço. O posicionamento está sendo claro no mundo.

Por favor.

Argentina, Uruguai e México estão, através da palavrinha chamada *nearshore*, ou seja, você fazer, perto de um principal mercado que eles querem atingir, serviços como posicionamento de país.

Por favor.

Essa é a única transparência que foi extraída da CNI. Se você olhar, o Brasil é a sexta economia mundial, a quinta população do Planeta, o décimo mercado interno do mundo, o quarto país do mundo em investimento estrangeiro, mas nós somos o quadragésimo quarto país em inovação, entre 142 países – vou abordar mais este assunto daqui a pouco – e o quinquagésimo terceiro em produtividade. Realmente esses números assustam, pelo nosso tamanho gigante, pela nossa competitividade.

Por favor.

Aqui você tem, por exemplo, a inovação no mercado brasileiro de ITI: 57%. Isso aqui está errado, ficou fora da posição por problemas de Ipads e Powerpoints. A indústria local brasileira de serviços de ITI investe 5,2% da sua receita total em inovação. Ou seja, os outros países, França e Portugal, investem muito mais em inovação e muito mais empresas investem em inovação que a gente.

Por favor.

Aqui, por exemplo, os Tops 100 global, você vai ver que o Brasil nem aparece nessa primeira lista. Nós perdemos para Lichtenstein, perdemos para outros países de menor expressão e de muito menor trabalho.

Essa historinha da inovação tem acordado. A Dilma tem falado repetidamente nessa palavra. A Dilma tem dito que a solução do Brasil passa por aqui. O Ministério de Ciência e Tecnologia tem políticas para isso aqui. De certa forma, o Governo está fazendo a sua parte incentivando esse viés.

Para vocês verem o tamanho, reparem que indústrias brasileiras, elas todas, de alguma foram, foram compradas por países ou investidas por outros países. A Tivit foi para os Estados Unidos. A Politec, inicialmente, pelo Japão e agora recentemente está faltando aqui pela Espanha, através da empresa Indra, que todo mundo sabe que foi comprada. A CPM Braxis, pela França, ou seja, é um mercado extremamente dinâmico.

Por favor.

Aqui está dizendo que é um dos mercados mais dinâmicos do mundo. Forte demanda interna. Temos esse problema do nosso mercado interno. Completamente aberto, exigente, sofisticado, mas só que o Brasil precisa se posicionar. O Valter deve lembrar muito bem, nós fizemos há uns sete, oito anos, o Valter era Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara dos Deputados, a gente discutiu o modelo do Brasil. E teve certa hora em que o pessoal estava discutindo *software*, serviço, hoje todo mundo está falando em serviço de alto valor agregado ou em *software*. Ninguém mais fala especificamente de um modelo como a Índia. Teve certa hora que eu falei para a professora Raquel no meu discurso que a única forma de a gente brigar com serviço de baixo valor agregado é se a gente sonhar que o nosso analista de sistemas passe a ganhar um salário mínimo e comece a falar inglês. Ou seja, não existe mais essa opção desse modelo.

Por favor.

Em relação ao PIB Brasil, você tem aqui 7,8%, Fotic, apenas 4% do PIB, portanto isso aqui já demonstra quão forte pode ser e tem um potencial para ser a nossa indústria.

Por favor.

Número de empresas. Aqui você considera 64 mil empresas, mas aqui temos o problema que aí cabe uma

solução do marco regulatório. Aqui tem muita empresa PJ, pessoa de uma empresa só. Nós consideramos nossos números em torno de 10 mil empresas de ITI.

O número de empregados, se você analisar 2012, só da indústria produtora de *software* mais as empresas que chamam Nibs, que produzem internamente, aqui nós temos só da Ibes, que é a indústria de *software*, 600 mil empregos, com mais 400 mil empregos de empresas que usam o *software*, têm setor em desenvolvimento, mas não têm isso como área fim, nós geramos aproximadamente 1 milhão de empregos.

Por favor.

Eu vou passar rápido o nosso Estado, Walter, essa que é a distribuição dos empregos. E aqui a exportação. Olhem de onde a gente saiu. Não é à toa que Dilma tenha escolhido a nossa área, olhem como está o viés de crescimento das exportações.

A gente tem um compromisso entregue à Dilma, entregue a vários Ministros, de, em 2020, exportar 10 milhões com mais de 700 mil vagas em aberto, novas vagas.

Diferenciar o Brasil. Quer dizer, o Brasil tem tudo para ser um grande *player* mundial, a gente precisa realmente estressar, e isso, provavelmente, o Rafael vai colocar, do plano de *software,* ações que mostrem um posicionamento claro.

Por favor.

Então, a gente tem um *background* econômico, nós temos demanda qualificada, nosso público é exigente, nós temos um País...

A outra tela, por favor.

Estou indo rápido porque já estourou o meu tempo.

Pode passar isso, quero chegar mais adiante.

Aqui temos um País multinacional, todas as nações do Brasil, um país multicultural, isso mostra que podemos entrar facilmente em todos os países, nós temos áreas de conhecimento em todos os verticais.

Isso aqui, infelizmente, não está fazendo muito dinheiro por ações como, por exemplo, o Imposto de Renda, como, por exemplo, urna eletrônica, o que deveria ter gerado riqueza para o País.

Aqui mais ações de comércio eletrônico. Ou seja, nós somos bons em *business*, nós temos *business*.

Pode passar, por favor.

Essa também.

O Governo tem feito um pouco a sua parte, o Plano Brasil Maior é uma resposta para a indústria, o que temos de parabenizar. Não há nada de errado em proteger o seu mercado. O Plano Brasil Maior também protege o mercado. Aqui mostra o potencial. Henry Ford disse, todo mundo conhece essa frase, "se eu tivesse um único dólar investiria em propaganda". Estou insistindo porque nessa época não havia empresa de *software*, porque a replicação, o lucro que uma empresa de *software* pode gerar é muito grande com a replicação dessa solução em outros clientes.

Aqui, tem parceiros que apóiam a nossa área, está escrito, o Plano Brasil Maior, que, com certeza, o Rafael vai falar sobre esse assunto e, concluindo, a indústria brasileira tem um potencial para ser um excelente negócio para o país, gerando divisas. A gente precisa, realmente, de um marco regulatório, precisamos de um modelo, precisamos de um posicionamento. A resposta para isso está no Plano Nacional de *Software*, de que o Rafael vai falar. Era isso, o meu dever era posicionar o tamanho da indústria. Muito obrigado a vocês pelo espaço. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Nós é que agradecemos ao nosso Rúben Delgado.

Eu destacaria que metade da apresentação está em inglês. É a primeira vez que vejo no Senado da República uma apresentação cuja metade dela, do *PowerPoint*, já está em inglês. Estamos, portanto, no efeito globalização, com uma apresentação em *PowerPoint* da Softec já em inglês no nosso Senado da República.

Passo, portanto, a palavra ao Sr. Gerson Schmitt, da ABS, para o uso da palavra por dez minutos. *(Pausa.)*

Esqueceram de me avisar. O próximo a falar é o representante da Assespro, o Jeovani Salomão. Depois, o Márcio Girão.

Estamos numa audiência comandada pelos palestrantes. Por favor, Dr. Salomão com a palavra. Não basta uma apresentação em inglês, vamos à apresentação do Dr. Salomão.

O SR. JEOVANI SALOMÃO – Senador Eduardo, muito obrigado. É de suma importância estarmos aqui, podermos conversar com o Senado.

Queria agradecer ao Senador Walter Pinheiro pela oportunidade, à Senadora Angela Portela pelo prestígio. Farei a palestra de olho no relógio, Senador. Pode deixar que vou cumprir os meus dez minutos.

A Assespro é uma entidade nacional, faz parte da FNTI, nossa Frente Nacional das Entidades de Tecnologia da Informação, e foi fundada em 1976. Hoje, ela tem mais de 1.400 empresas associadas. Temos 15 regionais e estaduais – essa é a nossa grande força – e temos associados em cada um desses Estados.

Nós somos filiados mundialmente à Aleti, inclusive nosso Vice-Presidente é Presidente da Aleti, que é a Federação Ibero-Americana de Entidades de Tecnologia da Informação. Somos filiados também à Witsa, a entidade das entidades de tecnologia da informação que reúne entidades de 81 países.

Senador, nós somos candidatos, Brasília é candidata, hoje, a ser sede de um evento que é realizado

de dois em dois anos pela Witsa. Em 2016, seremos sede desse evento. Conseguimos o apoio do Governador Agnelo e somos candidatos a trazer esse evento, que reúne mais de duas mil pessoas que são representantes empresariais no mundo inteiro.

Por favor, o próximo.

Eu queria pegar o gancho do Rúben – por isso, nós encadeamos as palestras – de que *software* é um bom negócio, Senador.

Eu trouxe aqui exemplo de duas empresas notáveis brasileiras: a Embraer, fundada em 1969, com 17 mil funcionários, valor de mercado de US$18 bilhões e faturamento de US$8,5 bilhões; e também o Grupo Pão de Açúcar, para citar outro segmento, fundado em 1948, com 137 mil funcionários e faturamento de 36 bilhões.

Por que eu trouxe essas empresas? Muitas vezes, a gente fica falando das empresas de *software* e, às vezes, não tem parâmetro de comparação.

Então, eu queira – por favor, próximo eslaide – falar da *Google*, fundada em 1998, quer dizer, uma empresa muito nova, com 26 mil funcionários, valor de mercado de 147 bilhões e o faturamento de 29 bilhões. Todos esses dados são de 2010 e foram coletados da própria Internet, do Wikipédia. Oracle: 105 mil funcionários, com valor de mercado de 158 bilhões e faturamento de 26 bilhões.

Pode passar, por favor.

Microsoft, fundada em 1975, com 89 mil funcionários, valor de mercado de 238 bilhões e faturamento de 62 bilhões. SAP, uma empresa alemã – eu trouxe algumas americanas, e esta é alemã –, fundada em 1972, com 55 mil funcionários e faturamento de €14 bilhões. No próximo eslaide, eu coloquei isso num gráfico.

Eu não tenho nenhuma intenção aqui de diminuir as empresas brasileiras. A propósito, a Embraer, particularmente, é um orgulho para mim e acho que para todo brasileiro – Pão de Açúcar também, mas a Embraer em particular. Mas eu queria só citar como comparação que, com aquele dólar que o Rúben investiu lá, se ele investiu na Google, na Microsoft ou na Oracle, ele está muito bem. Por quê? Porque *software* é um bom negócio.

Acontece que as nossas empresas todas, o perfil das empresas brasileiras é de pequenas e médias empresas na sua grande maioria. Mas essas empresas também foram pequenas e médias, Senador. Então, qual é o nosso objetivo maior? Nosso objetivo é conseguir discutir com esta Casa e com o Governo, com o Executivo, como transformarmos as nossas pequenas e médias empresas em empresas desse tamanho. E aí tudo é uma questão de foco.

Havendo tanto coisa a fazer, onde colocar a energia do Senado, onde colocar a energia do Congresso, onde colocar a energia do Executivo, onde colocar essa energia para transformarmos as nossas pequenas e médias empresas em empresas gigantes? Eu gostaria de ver, daqui a cinco ou dez anos, uma empresa brasileira – não precisava ter um nome americano, poderia ter um nome bem brasileiro – no mercado internacional faturando esses bilhões de dólares, porque isso traz riqueza, traz desenvolvimento, traz inovação.

Então, o que eu quero abordar muito singelamente nesta palestra é o foco de discussão que nós devemos ter.

No próximo eslaide, eu ressalto alguns tópicos que estão sendo discutidos atualmente. É muito discutida, hoje, pelo Governo, a questão do *software* livre. O Governo diz que essa é uma solução, porque economiza, porque é bom, e o mercado privado diz: "Governo, essa não é uma solução". Eu entendo até as razões de o Governo tratar do *software* livre, mas se eu quero uma indústria de *software* poderosa, eu não vou obtê-la por meio de *software* livre.

Esse é um posicionamento do mercado privado, que é um pouco diferente do posicionamento do Governo. Quem está certo? Senador, eu não sei quem está certo. Eu sei que esse não é foco que vai-nos levar a ter empresas de grande porte no Brasil. A empresa de grande porte no Brasil, a indústria nacional não passa por *software* livre. "Ah, mas *software* livre tem o seu espaço". Tem o seu espaço, tem gente fazendo um bom trabalho a respeito disso, mas não é aí que nós vamos criar a nossa Google nacional; não é por aí.

Eu tenho hoje o Estado com concorrentes. Eu tenho concorrentes estaduais, eu tenho concorrentes federais. Eu tenho hoje empresas federais que estão disputando o mercado com as nossas empresas. Isso é certo ou isso é errado? Eu não sei se é certo ou errado. Cabe pouco ao setor privado aqui querer ter o juízo final sobre o que é certo é errado. Eu sei que essa discussão não leva ao fortalecimento da indústria de *software* nacional.

Então, nós temos que tirar a energia dessa discussão. Essa discussão e esse tipo de movimento do Governo não favorecem a indústria nacional.

A contratação pública – amigos dirão – há o exemplo da Petrobras, mas assim, nós vamos contratar serviços ou vamos contratar *software*? Enquanto um modelo for de contratar serviços, por exemplo, isso é um dos pecados na opinião do mercado privado sobre software livre, enquanto o foco da contratação pública for em serviços, nós não vamos conseguir fortalecer o mercado de *software* nacional, nós não vamos conseguir fortalecer a indústria nacional.

Então, na minha opinião, devemos parar de gastar energia com esses temas. Esses temas eles têm que ser levados para um segundo plano e nós temos que discutir o quê? Nós temos que discutir como é que eu uso o poder de compra governamental para poder comprar *softwar?*

Naquele posicionamento que o Rúben fez e que apresentou três itens de eixo e possível desenvolvimento no Brasil, nós temos que acabar com essa dúvida. O eixo de desenvolvimento do Brasil é *software* internacional, é fortalecer as empresas que produzem *software* aqui no Brasil, porque essas trazem valor agregado, essas trazem riquezas, essas trazem inovação.

Então, eu tenho que usar o poder de compra governamental para comprar dessas empresas. Não é só a discussão como é que eu protejo a compra de um produto nacional, como é que eu compro mais produto nacional? Como é que eu inverto a lógica de compra do gestor público que gosta de comprar serviço para que ele compre das empresas de *software* nacional?

Nós temos empresas aqui, em Brasília, eu sou presidente de sindicato aqui, que já exportam para o mundo inteiro que não vendem para Brasília. Nós temos casos extraordinários em Florianópolis, nós temos casos extraordinários no Rio, nós temos casos na Bahia, nós temos pólos extraordinários de empresas com grande potencial, que não decolam porque o Governo compra delas. Então, nós temos que arrumar uma fórmula do gestor público pensar diferente e comprar dessas empresas. Nós temos que trabalhar com fomento.

Eu sei que o Bndes está aqui, é um elemento de fomento extraordinário para o setor, mas nós temos que trabalhar alguns elementos. Aqui, no Centro-Oeste, nós conseguimos uma vitoria, Senadores, do FCO destinar parte dos recursos para inovação, depois de cinco meses de projeto uma empresa aqui de Brasília descobriu o seguinte: o FCO vai realmente financiar a inovação se tiver garantia real. Mas quem está garantindo isso é o imóvel do empresário. Isso não pode ser assim. O *software,* no mundo inteiro, é considerado como bem tangível.

O meu amigo Gérson vai apresentar isso daqui há pouco, o *software* que é um patrimônio intelectual reconhecido no mundo inteiro tem que ser aceito como garantia. Eu não posso ficar só como garantia os bens reais porque, senão, eu comprometo o empresariado, eu tenho que ter fundos. Enfim, tenho que ter elementos – não só vontade de fazer o fomento –, mas eu tenho que ter instrumentos para que as empresas possam pegar o fomento. Eu tenho que reduzir a carga tributária.

Eu gostaria aqui de parabenizar o Brasil Maior. O setor todo ele entende que a inclusão do setor de *software* é positiva. Existe coisa para se melhorar no Brasil Maior? Existe. Existem elementos que podem ser melhoradas, mas o passo que o Governo deu no sentido de reconhecer o setor e de ser fazer a desoneração, tem que ser aplaudido de pé.

Se a medida for exatamente a que a gente queria, se for exatamente efetiva, se podemos mexer, isso é um debate menor. O debate maior é que o Governo percebeu que precisa reduzir a carga tributária. O Gérson vai trazer também em sua palestra que existem países fazendo ainda coisas mais ousadas. Então, a gente merece tratar.

E por fim, temos que tratar da segurança jurídica.

Hoje a construção civil consegue terceirizar, a construção civil consegue ser contratada e contratar um pedreiro, e contratar outro mestre de obra e o setor de tecnologia na informação não consegue. Nós temos pessoas altamente especializadas e o setor hoje tem dificuldade porque a justiça trabalhista é extremamente rígida e nós temos que tratar esses elementos.

Para concluir, Senadores, eu acredito que nós devemos tirar o foco daquilo que eu falei no eslide passado, que eu espero o senhor já tenha esquecido, porque o foco não é para estar lá e que coloquemos o foco aqui. Como é que o Governo compra *software*, mais e nacional? Como é que o BNDES e os outros instrumentos de fomento conseguem financiar o *software* nacional? Como é que nós prosseguimos na jornada de reduzir a carga tributária? E, como é que nós tratamos a segurança jurídica?

Resolvidos esses pontos, nós vamos ter daqui uns cinco, dez anos as grandes empresas brasileiras se destacando no mundo inteiro. Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Muito bem.

Agradeço a participação do Sr. Jeovani Salomão e passo a palavra ao Sr. Márcio Elleri Girão Barroso da Fenainfo.

O SR. MÁRCIO ELLERI GIRÃO BARROSO – Cumprimentando o Sr. Presidente da Comissão, Senador Eduardo Braga, nosso Senador Walter Pinheiro, agradecendo desde já a iniciativa para essa audiência pública e, por ele, cumprimento todos os demais Senadores e Senadoras, Parlamentares, nossos companheiros líderes empresariais e todos em geral.

Se o Ministro Marco Antonio Raupp aqui estivesse, ele diria que todo matemático sabe que para atingir um objetivo, nós precisamos de duas condições, uma necessária e uma suficiente, porque é assim que a matemática funciona na demonstração de seus teoremas.

As necessárias, em geral, são aquelas que definem e suportam todo o processo, sem as quais as condições seriam inócuas.

Vou passar, rapidamente, para a gente atingir os dez minutos.

Enfim, falando ainda das condições necessárias que começam pela vontade política que está aqui presente, pela vontade dos líderes empresariais, pela vontade do povo brasileiro de melhorar o seu desenvolvimento através da tecnologia nós temos também outras condições necessárias que são os nossos centros de pesquisas, nossas empresas, – o Rúben falou – cerca de 70 mil empresas no País, e nosso povo, convictos de que o setor de TI deve ser um dos pilares do desenvolvimento nacional.

Agora, quais são as condições suficientes? O que vamos discorrer nesse breve momento são essas condições, compondo assim o que denominamos as condições objetivas para o desenvolvimento do setor. E já foi demonstrado que o desenvolvimento do setor de TI tem um reflexo importantíssimo no desenvolvimento do País.

Em primeiro lugar, nós temos que reconhecer duas coisas importantes: a taxa crescente de investimentos públicos no setor, nos últimos anos, através da Finep e do BNDES, fazendo apenas uma ressalva de que a Finep faz algum tempo que não investe mais no setor de tecnologia e precisa retomar esses investimentos. E há baixa eficiência desses investimentos na geração de negócios relevantes para as empresas. Isso foi demonstrado aqui e vai ser demonstrado mais ainda na finalização que o representante da Abes aqui fizer.

Parece-nos, portanto, que temos um problema típico de planejamento estratégico que é o de estabelecer condições ótimas, ou pelo menos as mais adequadas, de aliar investimentos a resultados por meio de processos inovadores em seus métodos e ações resultantes.

Dessa forma, vamos nos ater, hoje, aqui, ao que nos parece ser os pontos cruciais dessa questão. Então, eu vou elaborar aqui dois ou três temas a respeito disso, rapidamente. O primeiro é a definição de tecnologia nacional. Nós temos várias, além do BEM, estabelece o limite de 25% nas concorrências públicas, a Finep, o Bndes e outros órgãos de fomento e de financiamento vão privilegiar, pretendem e estão fazendo projetos de privilegiamento das tecnologias nacionais. Mas o que é que isso?

Recentemente, a Advocacia-Geral da União, na questão da compra de terras por estrangeiros, vejam bem, contrariou um parecer anterior dela mesma, em que a restrição a uma empresa com sede no Brasil era inconstitucional. Foi assim que ela se manifestou lá atrás. Em um novo parecer, agora em 2010, interpretou a constitucionalidade de impor limites a empresas brasileiras com controle estrangeiro. Porque nós temos o art. 171 da Constituição, vetado que definia claramente o que é empresa brasileira.

No setor de tecnologia, em especial de TI, tal dilema também impõe um novo marco regulatório. Na medida em que empresas estrangeiras aqui se aproveitam de facilidades destinadas ao desenvolvimento e proteção das empresas brasileiras, tornando inócuas essas medidas. Em muitas empresas, cujas matrizes estão no estrangeiro, pegam financiamento de subvenção da Finep, por exemplo.

Urge, assim, a definição do que é tecnologia nacional à luz dessa nova interpretação da AGU. Deve-se ressaltar, nesse momento, o esforço da MCTI, representado aqui pelo nosso companheiro Rafael, na formulação de um certificado de tecnologia nacional em andamento na Sepin. A única ressalva que nós fazemos e, esperamos seja corrigida, diz respeito à participação do setor empresarial nessa formulação. Nós não participamos até agora, nove meses depois, muito tenuamente numa apresentação da formulação do que é a tecnologia nacional. Isso é fundamental. E gostaríamos de um compromisso do Governo aqui presente com a nossa participação mais ativa no processo.

Serviços e produtos. Aqui está o nosso amigo da Brasscom, que representa mais a área de serviços, enquanto o nosso representante da Assespro falou mais de produtos. Mas é importante distinguir na TI o que significam os serviços e produtos de *software*. Ambos operam com os mesmos insumos, são códigos, *if*, *then*, *else* etc. Ambos são importantes e merecem políticas de Governo e marcos regulatórios específicos, sem oneração da folha de pagamento prevista no programa Brasil Maior, mencionado pelo Rúben. Mas é no segundo, produtos, que são fundamentais os valores agregados pela tecnologia e inovação e são tocados, em geral, por uma empresa de pequeno porte, aqui já foi dito, onde se encontram empreendedores com processos inovadores.

E aí venho a um tema que é fundamental: o que é empreendedorismo? E ainda mais, empreendedorismo com inovação? O empreendedorismo representa a mola propulsora fundamental para a prosperidade das sociedades modernas. Cerca de metade das diferenças do crescimento econômico das nações desenvolvidas pode ser explicada pelo grau de empreendedorismo desses países.

As micro e pequenas empresas representam bastante esse contexto, mesmo em grandes economias. Na Alemanha, por exemplo, representam 99% e empregam 70% da força de trabalho, da qual 10% é

de pessoa jurídica, que foi mencionado aqui. Pessoa jurídica não é um mal, é um bem. O marco regulatório de terceirização tem que cuidar disso, e está no Congresso. Aliás, um dos efeitos mais positivos é a geração de empregos qualificados.

Vejam os senhores, de 1992 a 1996, nos Estados Unidos, as corporações com mais de 500 empregados reduziram a força de trabalho em 3,8 milhões de empregos, enquanto as com menos de 20 empregados criaram 9,7 milhões de empregos, no mesmo período. O empreendedorismo está, pois, intimamente ligado às micro e pequenas empresas em todo o mundo, no que se refere às empresas de base tecnológica, como a GTI, e é onde se encontra a maior taxa de sucesso. Normalmente, cinco anos depois, uma empresa nascente morre. No setor de TI, 60% continuam no mercado.

E as causas da mortalidade são várias, mas duas se destacam: o papel do Governo com políticas públicas e de fomento e o ser humano, o empreendedor. Os capitalistas de risco há muito tempo já sabem que é melhor investir numa pessoa nível A com um projeto nível B do que o inverso.

É importante observar que empreendedor é essencialmente uma competência, e não uma qualificação. Isso é muito importante. É importante distinguir isso, quando se constata que os programas de investimento em tecnologia no Brasil, nos últimos tempos, se concentraram no centro científico de pesquisa, tendo as empresas a reboque desses, e não o contrário, como deveria ter sido. Mesmo após a Lei da Inovação, onde isso se deveria inverter, permanecem aspectos culturais de privilegiamento de qualificação, em lugar da competência empreendedora. Então os marcos regulatórios têm que tratar disso.

Ainda agora, quando se discute no Congresso o projeto de lei do Deputado Bruno Araújo que institui o Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, pasmem, a palavra "empreendedor" aparece apenas uma vez no seu texto, e o texto é longo.

É um PL de grande importância estratégica, mas que precisa ser mais bem debatido pela sociedade como um todo, envolvendo, primordialmente, empreendedores e seus representantes que estão aqui presentes hoje.

Vou passar agora ao tema de créditos, rapidamente, porque o Bndes está aqui e vai falar sobre isso.

Falamos em crédito acessível, mas digo que temos que ter crédito factível pelas micro e pequenas empresas. E isso não existe hoje. Pode botar R$10 bilhões de crédito, não vai ter gente que pega os créditos nas condições atuais.

Então vou deixar esse tema para o Bndes discorrer um pouco mais adiante.

Compras públicas.

Os governos no País, em todas as suas esferas, são altamente informatizados. Em 2003, num estudo do MIT com Softex, o nosso mercado interno era igual ao externo indiano. Então o Brasil é um País informatizado. Algumas empresas ligadas ao Governo, como Petrobras, Embrapa, Embratel, Embraer, Furnas, no caso nucleares, seriam capazes, cada uma delas, de alavancar uma enorme indústria de base tecnológica de TI no País, mas não o fizeram. Entretanto, o que se constata é o suprimento de produtos estrangeiros, em larga e quase exclusiva escala, para essas empresas. É um mercado de bilhões de dólares e de tecnologias altamente sofisticadas. Basta observar a explosão das empresas multinacionais de tecnologia que estão se instalando no Parque Tecnológico da Universidade Federal do Rio de Janeiro por força do pré-sal. Esse parque estava às moscas, de repente, temos lá dezenas de empresas estrangeiras montando suas sedes.

Por que, então, estamos tão desindustrializados – o setor de *software*? O que nos corrói? Eu diria que é a síndrome do subdesenvolvido, que, aliás, foi substituído pela palavra emergente. Ambas as palavras significam um certo complexo de inferioridade. Nós deveríamos extinguir essas palavras na definição de um país como o Brasil. Mas, enfim, elas existem.

E quais são elas? A desconfiança da empresa nacional de pequeno porte; a ausência de mecanismos legais de contratação de produtos de *software*, o que já foi mencionado; a formação inadequada dos profissionais especializados em relação às tecnologias – nós não podemos formar apenas profissionais de TI dentro dos bacharelados, tendo que se formar nas faculdades de engenharia e assim por diante; e a inovação atrasada. Quando a inovação chega ao Brasil, ela já foi resolvida lá fora. Então, nós temos produtos.

Resumindo os grandes entraves: o agigantamento do portal do *software* público, que vai ser discutido, é um entrave; a contratação de serviços eliminando a licitação de produtos nós achamos que é um erro que se está cometendo no País – mas o Corinto pode, depois, mencionar isso; a avaliação da tecnologia nacional nas compras públicas e a valoração das soluções nacionais.

Finalmente – se eu tiver mais um minuto, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Claro.

O SR. MÁRCIO ELLERI GIRÃO BARROSO – Os financiamentos públicos atrelados ao desenvolvimento tecnológico nacional.

Todos os países líderes em tecnologia, para competir globalmente no mercado altamente disputado e gerar enormes receitas, usam um artifício comum: atrelam os negócios de governo com contrapartidas de

investimentos locais em tecnologia. O Brasil não utiliza esse mecanismo, ou o utiliza raramente. Ao contrário, na privatização das telecomunicações, por exemplo, deixou o CPqD à deriva, com toda a tecnologia em telecomunicações migrando para as suas matrizes no exterior. O CPqD hoje representa até *software* de CAD. É impressionante! Representante de *software* estrangeiro.

A Lei de Informática, que vai ser discutida aqui pelo nosso representante da Abinee, é muito boa. E, aliás, eu estava vendo aqui a questão da Abinee, e ela esqueceu o *software*. Ela se esqueceu de garantir o registro da tecnologia nacional desenvolvida pelas empresas que se beneficiam dessa lei. Todas as patentes das empresas estrangeiras estão sendo registradas fora do País, e usando o que há de melhor na nossa formação de seres humanos, altamente sofisticada; os nossos mestres, os nossos doutores, a nossa qualificação tecnológica. E, atualmente, esses investimentos são quase todos aplicados intramuros, sem a geração de tecnologia nacional.

Senhores, isso aqui é um apanhado rápido de alguns problemas que nós temos e que, se resolvermos, acho que podemos dar um salto, digamos assim, quântico na evolução da indústria de TI no País.

Agradeço a atenção dos senhores e agradeço, também, ao Senador esse minuto excedente.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Nós é que agradecemos a V. Sª e passamos a palavra ao Sr. Gérson Schmitt, da Abes.

O SR. GÉRSON SCHMITT – Bom dia a todos; bom dia ao Senador. Parabéns pela iniciativa do Senado em reunir a sociedade para discutir o *software* brasileiro. O nosso foco também vai ser no *software* brasileiro.

Temos apresentação?

Então, vamos aguardar um minutinho. Aí começaremos o tempo também. *(Pausa.)*

Vamos lá, então.

Vamos falar em nome da Abes, que faz parte da Frente Nacional de Tecnologia da Informação, da mesma forma que a Assespro, que a Fenainfo, que a Sucesu e a Softex.

Próximo eslaide, por favor.

Nós temos, aproximadamente, 1,4 mil associados, com 94% de micro e pequenas empresas. Esse é o perfil do mercado brasileiro, que está espelhado dentro dos nossos associados.

Próximo eslaide, por favor.

Estamos trazendo, nos próximos três *slides*, números que vão ao mercado nas próximas semanas, sobre a pesquisa IDC, a nossa oitava pesquisa de panorama setorial. O Brasil passou à sétima posição em *hardware*, mais *software*, mais serviços no mercado mundial, com 42,5 bilhões de mercado interno, em um mercado total de US$1.8 trilhões.

Por favor, o próximo.

A composição desses 42,5 é predominantemente *hardware*, seguido de serviços e *software*, com US$6,18 bilhões.

O próximo, por favor.

Num mercado estimado para TIC, que inclui a comunicação e o *software* feito em *house*, no ano passado, em 2010, era de 165 bilhões e a previsão é de que chegue a 190 bilhões em 2011, onde *softwares* e serviços têm 10% desse volume.

O próximo eslaide, por favor.

Esses 10% representam US$19,5 bilhões e colocam o Brasil na 10ª posição mundial no mercado de *software* e serviços. A distância é grande para os primeiros colocados, mas temos condições de, pelo menos, estar duas ou três posições à frente nos próximos anos, considerando que o mercado vem crescendo a uma proporção média nos últimos oito anos de 20% ao ano, a demanda vem crescendo. Se vai ser atendido pela empresa nacional ou não é o que vai ser discutido no modelo, se vai ter *software* para isso.

O próximo eslaide esclarece essa situação. Esse eslaide mostra a composição do que é faturado no Brasil por empresas que produzem *softwares* e serviços. E, aqui, resgato o que os colegas já colocaram antes: 71% do que é feito no Brasil em código de *software* é serviço encomendado, contratado na forma de mão de obra vendida a homem/hora, é *commodities*, não em todos, mas na grande maioria dos casos. Apenas 29% é *software*. O mais grave disso é que apenas 7% de todo esse montante é *software* nacional. Apenas 1 bilhão e 363 é nacional.

O próximo eslaide, por favor.

Isso nos leva a uma situação em que, quanto menos *software* nacional nós importarmos, nós fabricarmos, mais exportarmos serviços, há uma desproporção de valor agregado. A perda de produtividade entre produzir *software* sob encomenda e *software* pronto é da ordem de 34%. Vocês imaginem a indústria automobilística fazendo 3 milhões e 600 mil carros sob encomenda, um a um. Engenheiros, equipe própria, peças próprias, manutenção, responsabilidade, evolução, produtividade, qualidade. Normalmente, o comprometimento é maior. É isso o que representa. Serviços sempre vão existir junto com o *software.*

Estamos alertando para a desproporcionalidade da relação *software/*serviços e, mais desproporcional ainda, a relação de *software* nacional. E, o caso mais grave, do ano passado para cá piorou em 400 milhões

a balança comercial, ela já está negativa em 3 bilhões e vai continuar piorando nesse modelo. Não há como vender *commodities*, comprar valor agregado e melhorar a balança comercial. O mercado está crescendo a duas Chinas por ano, 20% ao ano, em média. Ele vai ter de ser atendido por alguém, se não for por empresa nacional será por empresa internacional.

Vamos em frente.

Passamos um calvário jurídico...

Vou ser muito rápido nessa legislação. Passamos pela discussão da reserva de mercado, a questão do ICMS sobre *software*.

O próximo, por favor.

Hoje, a Lei 9.609 regulamenta o *software,* finalmente reconhecido como serviço.

O próximo, por favor.

Entramos na questão do direito do autor, o Brasil não faz patente de *software,* faz direito autoral, é uma das formas de registrar o *software.* Conseguimos isso na 9.610, de 1998.

Vamos em frente.

Temos a questão da Lei Complementar nº 116, que fala da elaboração do *software* como serviço.

O próximo eslaide, por favor.

A questão das regras básicas do ISS. Há uma guerra fiscal tremenda, as empresas estão pagando a disputa dos Municípios. Pagamos impostos, muitas vezes em dois Municípios o mesmo imposto, porque assim é retido, não há o que discutir.

Vamos em frente.

Esse é o legado que temos hoje no Parlamento. Nossa recomendação é de talvez focar mais no fomento e no apoio e menos na regulamentação, porque não estamos precisando tanto de lei, mas de ação, de apoio, de *software* nacional.

Vamos em frente.

Hoje, essa é a carga tributária sobre a receita da área de *software*, ISS, Cofins, Simples Nacional para empresas sem funcionários.

O próximo, por favor.

Na tributação de receita, a lei do Brasil Maior é muito boa, o setor ganhou, mas há regulamentações necessárias porque 30% das micro e pequenas empresas que nascem sem funcionários e com ideias novas pagaram mais imposto. E há como corrigir isso sem prejudicar o grande ganho e o grande avanço de trocar a tributação sobre folha por tributação sobre receita, o que é um grande avanço tributário, além da redução da alíquota, que passa a 2% com a 563.

Vamos em frente.

Isto é pirataria. Imaginem a gente chegar com essa apresentação aqui e outra pessoa apresentar! Você se sente sem o direito de autor. Agora, pirataria *on-line*. No ano passado, houve 11 mil anúncios removidos – nós temos um disque-denúncia – de gente que vende o que não pode vender, e não podemos favorecer o individual pelo coletivo. Perde-se emprego, arrecadação e cadeia de valor.

Vamos em frente.

Hoje, o Brasil está – mais um, por favor – 7% acima da América Latina e 13% abaixo da média mundial em *software*. Nosso índice de pirataria é de 54% e vem caindo ano a ano. Há um trabalho consistente, principalmente apoiado agora pelo Comitê Nacional de Combate à Pirataria.

Vamos em frente.

Nós temos toda a questão de terceirização e a questão de PJ.

A visão que a indústria de *software* tem é muito simples; terceirização é modelo de negócio. Tem que pagar imposto, tem que preservar os direitos. Mas ele é real? A Nike não faz nenhum tênis, nenhuma roupa, mas vende no mundo inteiro. Ela não poderia vender no Brasil se não pudesse terceirizar. Não produz nada, não tem uma fábrica nem no Brasil nem fora do Brasil; é tudo terceirizado.

Mais um passo, por favor.

Então, a nossa sugestão, inspirados no Almir Pazzianotto, nosso ex-Ministro, é que terceirização é uma atividade – a lei a permite no inciso III – especializada, e, segundo o próprio parecer dele, não existe nada mais especializado que tecnologia da informação. Então, nós temos que distinguir aqui joio do trigo, o que está certo e o que está errado.

Vamos em frente.

Inspirados nessa mesma linha, nós temos um mundo novo e pessoas ligadas 24 por 365, trabalhando, relacionando-se e fazendo várias coisas. Não dá para trazer esse pessoal simplesmente para a CLT. Há que se discutir os diversos interesses.

Vamos aos finalmentes, por favor.

Próximo eslaide.

Próximo.

Este.

Nós temos um conjunto de sugestões para a área de segurança jurídica, que nós achamos que tem que ser baseada em menos legislação e em mais parceria público-privada e legal. As empresas querem trabalhar, e esse setor fatura, reconhece e paga impostos.

Próximo conjunto.

Para a área de fomento, nós sugerimos várias coisas, inclusive com o Bndes, que está aqui. Sugerimos reconhecer *software* como ativo e como garantia, recebíveis de contratos de licença de uso e de suporte que possam ser securitizados, como se faz em outras indústrias. São recebíveis, líquidos e certos, com gran-

de histórico de recebimento. Além disso, propomos a criação de outras maneiras de fomento.

Por favor, o próximo.

O papel do Governo é repensar – isso já foi dito pelos colegas. O Governo pode ser mais parceiro, mais comprador de *software* e menos comprador de serviço. Se existe o portal de *software* público, que exista para todos, então; código aberto, código fechado. Quem tem *software* público que se apresente, e o mercado decide quem é mais competente, quem tem preço justo ou não tem preço para entregar o que o mercado quer comprar.

Por último, coordenação de políticas e diretrizes. É muito importante o papel do Governo como maestro, como líder desse processo. Ele consome cerca de 30% da produção de *software*. É fundamental que ele não seja o maior concorrente e, sim, o líder desse processo; que ele não seja o maior empresário e, sim, que ele seja o maior orientador e fomentador.

Vou dar o exemplo da minha cidade, para finalizar. Nós temos 540 empresas na ilha de Florianópolis e faturamos mais de um bilhão em *software*, o que parece, ao público, mais do que turismo e mais do que construção civil, que são as duas áreas mais conhecidas de uma ilha, uma ilha apenas. Nós temos várias ilhas de sucesso de TI no Brasil e temos condições de fazer uma mudança, porque o *software* está presente horizontalmente na produtividade de todos os setores. Onde não há inovação não há tecnologia. Não havendo tecnologia, a liderança fica na *commodity*. A *commodity* acaba, e nós não vamos ser tão felizes no futuro quanto estamos sendo agora.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Eu agradeço ao Sr. Gérson Schmitt, da Abes e, agora, passamos então a palavra ao Senhor Irineu Gôvea, da Abinee para fazer uso da palavra.

O SR. EDMUNDO MACHADO DE OLIVEIRA – Senador, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Quer inverter também, quer falar primeiro...

O SR. EDMUNDO MACHADO DE OLIVEIRA – Nós somos uma associação de...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Então, vai falar primeiro a Brasscom.

O SR. EDMUNDO MACHADO DE OLIVEIRA – Com a benevolência do nosso amigo Irineu, que é um dos associados da Brasscom.

Bom, Senador, quero agradecer ao Senador Walter Pinheiro e cumprimentar a todos os Senadores a sua figura e dizer rapidamente o que nós somos e porque nós lutamos.

A Brasscom é uma associação que foi fundada em 2005, ela tem uma quarentena de associados, nós representamos cerca de 70% do PIB de TI brasileiro. Não somos uma associação focada em serviços. Os nossos dois vices-presidentes de conselho são os dois maiores empresários da área de serviços e de *software* do Brasil, que se chama Marco Antônio Stefanini e Laércio Cosentino, Presidente da Totus que é uma empresa de *software*, que tem caracterizado a nossa atuação e que está na agenda desta Casa do Congresso Nacional nos próximos meses.

Nós temos caracterizado a nossa atuação por buscar um ambiente de negócios o melhor possível em uma economia aberta que é uma economia brasileira e que faz com que atuem aqui, à diferença de vários países, inclusive a nossa associação é um espelho disso. Empresas que são empresas de capital nacional e empresas que são empresas de capital internacional.

Essa discussão, especificamente sobre *software* nacional, é uma discussão complexa, não é uma discussão simples, o Ministério da Ciência e Tecnologia acredito que levará esta discussão judiciosamente; nós, na nossa associação, temos pontos de vistas diferenciados porque temos empresas que são empresas globais *de software*. E, alerto para uma coisa, produzir *software* não é uma atividade trivial de jovens, é uma atividade altamente complexa, é uma atividade altamente mobilizadora de capital e que vence a partir de plataformas globais. São essas plataformas e, são poucas no mundo, que dão a conformação dessa indústria.

O Brasil não é gente miúda nessa história. Nós temos, na parte de *software* de gestão, uma das maiores empresas do mundo que é a Totus e, madeira que dá em José, dá em Francisco. Nós precisamos fazer essa discussão judiciosamente, porque a mesma dificuldade de classificar *software* nacional no Brasil poderá ter a Totus depois para vender no México, nos EUA ou *anywhere* porque lá vão se aplicar contrapartidas semelhantes. Então, muito cuidado. É oportuno, é necessário, mas tem que ser discutido com o pé no chão e judiciosamente considerando que essa indústria.

E essa indústria Senador, é uma indústria em profunda transformação. *Software* não será mais *software; software* será serviço, já está sendo. O modelo no mundo chama-se *software as a service. A* Microsoft é uma empresa, nossa associada, mas que é obrigada a rever todo o seu modelo de negócios e licenças porque este modelo está mudando no mundo. E vem aí, nos próximos dez anos, nós próximos 15 anos, uma mudança completa nessa indústria que poderia chamar hiperglobalização e que se chama computação e nuvem. Computação e nuvem vai mudar completamente e, à diferença de alguns dos nossos colegas aqui, a

nossa associação é uma associação que tem poucas certezas. Nós procuramos e estamos convidando o Governo intensamente e, em discussão com a Casa Civil, com o Ministério da Ciência e Tecnologia, com o Ministério da Fazenda, estamos procurando fazer uma investigação sobre o que acontecerá nos próximos dez anos. Estamos contratando um estudo de Brasil 2022 em parceria com o Governo Federal, para olhar esse ambiente de profunda transformação no mundo.

Antes disso, precisamos resolver os nossos problemas como eles se nos apresentam. Desde o início, nós focamos: uma das principais coisas da nossa atuação foi procurar atacar o problema de custo. Temos dois problemas graves no Brasil, que é custo e inovação. Procuramos atacar o problema de custo desde o princípio da atuação da nossa associação. Junto com o colega Irineu Gouveia, nós trabalhamos o nascimento da primeira desoneração em folha que houve, que foi a Lei nº 11.774, de que os Senadores aqui presentes certamente se lembrarão. Ela introduziu o parâmetro primeiro que foi de reduzir, nas exportações, a folha de 20% para 10%. Aquele estudo nos deu a possibilidade de que, em abril de 2010, apresentássemos – na sequência, com apoio de todas as demais associações – um estudo em profundidade, com modelos matemáticos muito bem fundamentados, ao Ministério da Fazenda, ainda no Governo do Presidente Lula. Fizemos um trabalho intenso para mostrar ao Ministério da Fazenda que, ao contrário da PEC da reforma tributária em 2009, o melhor caminho seria não a redução da folha, mas a mudança da base de contribuição para Previdência Social, mudando da folha para o faturamento. Isso foi feito tempestivamente, a partir de agosto do ano passado, com alíquota de 2,5% que agora cai para 2%.

Essa questão é fundamental, porque ela nos permite colocar o dedo no primeiro grande problema que tem na companhia brasileira. A companhia brasileira de software ou de serviços – de software, um pouco menos, porque o valor agregado e as margens são maiores – são companhias que não têm valor claramente identificável no mercado. São companhias que não são suscetíveis a uma boa *due diligence* para receber capital ou para abrir capital em Bolsa de Valores, porque elas têm um pesado *liability* trabalhista, um pesado legado trabalhista, que vem de um mercado que, para se adaptar às condições de competição feroz e de formação de preços, acabou fazendo uma espécie de planejamento tributário em cima de onde podia fazer, que era a contribuição previdenciária ou em outros aspectos. Deu-se nascimento ao modelo PJ, que não é um modelo absolutamente cristalino, é cheio de nuances – provavelmente, já ouviram falar de PJotinha, PJotão, Sereia, Flex. O mercado vai numa criatividade incrível.

E a desoneração da folha agora permite fazer uma grande limpeza, não toda, desses modelos, porque é um incentivo à formalidade. A tese que convenceu o Ministério da Fazenda foi a de que, abrindo mão, mesmo com custo para a contribuição previdenciária, o benefício da formalização com o Imposto de Renda permitiria que o Tesouro Nacional cobrisse eventuais déficits da Previdência Social.

Estamos empenhados nessa questão. Vamos conversar com o Governo, com o Ministério da Fazenda, com os demais Ministérios, com os Senadores, com os Deputados. Achamos que é oportuno, dentro da 563, apresentarmos, a exemplo da Lei Geral de Telecomunicações, um parágrafo em que reconhecemos, de direito, a prática da contratação e da subcontratação de serviços, ou seja, a terceirização, que está imersa num debate absolutamente irracional a respeito de precarização ou não do trabalho, quando essa não é uma realidade onde o capital intelectual é a força do trabalho.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. EDMUNDO MACHADO DE OLIVEIRA - Para finalizar, exatamente neste momento, eu queria agradecer, então, aos Senadores e deixar essas palavras aqui em nome da Brasscom. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Eu agradeço a participação do Sr. Edmundo Machado, da Brasscom, e agora creio que, consultando os palestrantes, posso passar a palavra ao Sr. Irineu Govêa, representantes da Abinee.

O SR. IRINEU GOVÊA – Obrigado, Senador.

Eu gostaria, em primeiro lugar...

(Inaudível)

...instalada aqui, no Brasil, há muitos anos, o convite feito para participar desta audiência pública, que foi requerido pelo Senador Walter Pinheiro.

Vou falar um pouquinho de história.

Essa Lei de Informática foi editada em 1991, e a última renovação aconteceu em 2004. Ela tem vigência até 2019, e o grande mote dela está no quê? Concessão de estímulos tributários e uma contrapartida em investimentos, em pesquisa e em desenvolvimento.

Sem investimento em pesquisa e desenvolvimento, não há futuro nessa indústria. Não adianta querer sonhar, essa é uma base que nós temos.

O benefício da Lei de Informática foca *hardware*, e não *software*, porque ela tem uma isenção de IPI, e o *software* não tem IPI hoje. Nós somos favoráveis a que o *software* venha a fazer parte da nova Lei de Informática, que está sendo gestada neste instante.

Além disso, nós temos um item muito importante. Apesar de muitas reclamações, essa lei trouxe muitas empresas para cá, principalmente empresas internacionais de grande porte.

Nós temos hoje cerca de mais de 400 empresas no País. Nós somos responsáveis, hoje, por uma geração de riqueza da ordem de R$75 bilhões, o que envolve mais de 100 mil empregos. Existe um fator-chave: estou falando apenas de *hardware* nisso aqui, apesar de a área de pesquisa e desenvolvimento já estar atrelada a essas empresas de *hardware.*

Além disso, o grande foco da Lei de Informática – e acreditamos que ela atingiu, até pelo combate ao mercado cinza, que acabou acontecendo – foi a redução do preço ao consumidor final.

Por favor.

Nós podemos ver aqui a grande evolução de 1995 até 2011, em que saímos de 1,2 milhão de computadores, e estamos hoje com mais de 15 milhões de computadores.

Nós temos também, na linha de telefones celulares, que começou a existir ao final de 1999... Nós saímos de dois milhões e estamos hoje com 64 milhões de telefones celulares a nível mundial.

Por favor.

Quanto ao investimento em IPID, que muita gente critica que não é feito neste País, nós estamos hoje com um acumulado de R$8,5 bilhões. É um número bastante significativo na indústria nacional. Nós podemos até discutir, em alguns momentos, se foi feito da maneira mais correta ou menos correta, mas não importa: as empresas investiram em IPID e tiraram fruto disso.

Por favor.

Quanto ao mercado cinza de computadores, que existia num percentual enorme em 2004, a cerca de 73% do nosso mercado, a partir de um entendimento do Governo Federal, do Governo Lula, dos Srs. Senadores e dos Deputados também, nós conseguimos, com a mudança na legislação – e veja, com a mudança de PIS e Cofins –, fazer toda essa mudança, que não foi nada de extraordinário em termos de tributos, no final da história.

Nós saímos de 73% e estamos hoje em 24%.

Mas estamos com um problema sério hoje. Em função de câmbio, em função – eu vou chamar aqui – da ousadia de países no mundo, de uma forma geral, nós saímos de um *déficit* de 7 bilhões, estamos em 17 bilhões e devemos chegar em 2020, se nada foi feito, a algo ao redor de 45 bilhões nessa área de componentes. Isso é que é terrível.

Então, algo tem de ser feito o mais breve possível.

Por favor.

Se formos dar uma olhada nas importações de bens finais no mercado interno desse setor, saímos de 16% e estamos em 21%, ou seja, o crescimento vai lento e realmente se intensifica em 2007 e 2008.

A participação das exportações, em contrapartida, com os países travando a entrada de produtos e procurando colocar no terreno do vizinho esses mesmos produtos fez com que o setor caísse de 20% para 9%. Nós reduzimos a menos da metade num espaço de seis anos apenas.

As importações de bens de TIC nesse mercado cresceram um pouquinho: de 17% para 20%. E o mais importante – que é o que nos afeta mais –: nós não conseguimos exportar mais tecnologia da informação; nós caímos de 19% e viemos para 4%. A razão disso é que nós não temos indústria de componentes no Brasil. O que temos é muito pouco, e algo tem de ser feito urgentemente.

Por favor.

Então, de tudo isso, resta-nos colocar alguns desafios. E o desafio básico que tem de ser colocado em cima de toda essa história é o aumento do valor agregado com a maior urgência possível, não esquecendo os custos competitivos.

A indústria nacional hoje tem custos competitivos, sim. Existe muita reclamação sobre isso? Existe. O nosso gargalo está exatamente na indústria de componentes. Nós não temos os componentes para o País.

Falou-se em semicondutores, há muitos anos; eu diria que há cerca de 25 anos. Não vieram os semicondutores para cá. Hoje se fala em uma indústria de *tablets*, de tela de LCD, fala-se em uma série de coisas, e espero que isso realmente se confirme.

Mas o grande problema é termos esses componentes para conseguir produzir em custo competitivo. Nós não temos, também, é mão de obra. Falta qualificação de mão de obra.

Estive vendo os senhores falarem, é um problema em *software*, grave, e também na nossa indústria, porque, apesar de se falar em doutores – está aqui o pessoa do MCT, que sabe muito bem dessa história; eles falaram em doutores –, eles foram embora. Nós estamos tendo de buscá-los outra vez, e isso não é uma tarefa fácil. Nós temos, realmente, de intensificar esse trabalho.

Nós temos, em algumas áreas, liderança tecnológica. Parece até que poucas pessoas sabem, mas, na área de automações – vou falar em automação bancária –, somos líderes a nível mundial. Não parece. O que temos são obstáculos para vender lá fora, obstáculos incríveis. Uma licença para se colocar um produto lá levam-se dois ou três anos para conseguir, e o custo

é absurdo. E o nosso mercado é aberto a eles. É um problema sério isso.

Então, temos, de alguma forma, de trabalhar essas nossas potências e, em cima delas, caminhar para um desenvolvimento maior.

Fala-se bastante em *software*. Eu acho que temos um campo enorme em *software* para trabalhar: é vastíssimo. Há a Índia, a China, com um tamanho enorme, mas com um mercado interno muito pequeno. Se não tomarmos cuidado – os senhores também comentaram –, eles virão para cá, exportarão o produto, colocarão aqui dentro, e a nossa indústria não se desenvolverá .

Para isso, foi feito um trabalho muito benfeito, excelente, na minha visão, que foi a desoneração da folha de salários para o setor de *software*. Esse custo, que girava ao redor de 7%, passa para 2%. É uma mudança radical. Sei que existem empresas reclamando, que existem empresas pequenas que estão sofrendo uma concorrência que vai ser muito pesada: isso é um assunto que tem de ser discutido, mas toda indústria intensiva em mão de obra não pode ter a sistemática de pagar 20% sobre salários. Isso é um crime. Ela morre.

Vou apoiar-me em *software*, para falar isso, mas nós temos, nessa mesma área... Nós temos a área de serviços de *hardware*. Ela paga os 20%, e não há condição de competir, não há.

Aí, quando vamos a uma loja, para consertar um equipamento, achamos um absurdo: é melhor trocá-lo por um novo. É lógico, é o custo da mão de obra... A mão de obra é 60% a 70% desse custo.

Muito obrigado, senhores. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradecendo a participação do representante da Abinee, passo a palavra, agora, ao Sr. Alan Adolfo, do Bndes.

O SR. ALAN ADOLFO FISCHLER – Queria cumprimentar a todos e agradecer o convite. Vou tentar ficar no prazo. Vamos lá.

Bem, o Bndes apoia, de duas formas, o setor de *software*: financiando os compradores de *software* e serviços; e o desenvolvimento das empresas que desenvolvem serviços e *softwares* – vou entrar um pouco nesse detalhe.

O que consideramos a cadeia de *software* está ilustrado aí. Nós temos instrumentos diferentes para apoiar toda essa cadeia, desde o desenvolvimento, que está separado naquelas partes ali – distribuição, comercialização, implantação, treinamento, enfim, todo o plano de investimentos das empresas.

Mercado. Vou passar. Já falaram.

Vamos olhar um pouco a questão do financiamento ao cliente. Nós financiamos as empresas e também governo. Na questão das empresas, todo o plano de modernização das empresas, ampliação, indústria, enfim, todos os segmentos de empresa, na aquisição de *software* nacional e serviços nacionais. O Bndes não financia a aquisição de *software* estrangeiro, nem contratação de serviços de fora, sempre a indústria brasileira.

Na questão da administração pública, temos dois programas, o Pmat e o Pmae, que apoiam o desenvolvimento das administrações públicas – informatização, entre outras coisas, compra de serviços e de produtos também.

Apoiamos micro e pequenas empresas, principalmente através de cartão Bndes, e projetos de aquisição de *software*, etc, através de outro programa, em que vou entrar.

Em relação à indústria de TI, nós temos o apoio a planos de negócios, e não a projetos especificamente, ou seja, podemos apoiar toda aquela cadeia que mostrei antes – comercialização, treinamento, etc. Nós financiamos diretamente, diferentemente de outros setores do Banco, a partir de R$1 milhão – a regra geral do Banco é a de que menos de R$10 milhões só através de agentes financeiros. Então, nessa questão de *software*, em que há muitas pequenas e médias empresas, fazemos financiamentos a partir de R$1 milhão.

Até R$10 milhões de financiamento, nós temos flexibilização das garantias, o que na prática significa que podemos emprestar sem garantia nenhuma, ou seja, simplesmente é do dono – o que chamamos de garantia pessoal. Então, vem uma empresa de desenvolvimento de *software* ao BNDES, nós analisamos aquele plano de investimentos, e, sendo ele de até R$10 milhões, financiamos sem nenhuma garantia real, como algumas pessoas aí comentaram. Enfim, simplesmente o dono se responsabiliza por aquilo.

Financiamos toda a cadeia de desenvolvimento, como falei, e temos também uma linha específica para exportação.

Vou falar um pouquinho sobre o Prosoft, que é a linha de desenvolvimento para os desenvolvedores, para as empresas.

O histórico, podemos passar.

Nós temos três modalidades: o Prosoft Empresa, que financia o plano de investimentos das empresas de TI, *software* e serviços de TI; o Comercialização, que financia, na verdade, os compradores dessas empresas; e o Exportação. Então, por um lado, buscamos fomentar, induzir, para que o mercado compre o *software* e os serviços nacionais e, por outro lado, apoiamos as empresas, para que façam esse desenvolvimento, para que atendam a esse mercado – também na questão da exportação.

Aí há alguns detalhes sobre as condições. Vou passar rapidamente.

O Cartão Bndes é usado mais por micro e pequenas empresas, para a questão de compra de *software* nacional e serviços. O "Prosoft" são os produtores de empresas – acho que não é preciso entrar nas condições –, e o "Comercialização", quem compra.

Temos a exportação, enfim... Acho que podemos passar.

Diversas empresas, só para citar algumas, foram apoiadas pelo programa do Banco, o Prosoft. E temos também linhas na Bndespar, de participação acionária – de que vou falar um pouquinho mais adiante disso –, para esse mercado.

Vou falar um pouquinho do Cartão Bndes, como ele funciona.

O Cartão Bndes é fornecido através de uma rede de bancos – esses bancos aí embaixo –, principalmente para as pequenas e médias empresas que têm um limite de R$1 milhão por bandeira, por banco, cada um desses que pode dar. A negociação desse limite é feita com o banco.

As prestações são fixas, 48 meses; os juros, bem atrativos, menos de 1% ao mês; e é um crédito rotativo, ou seja, uma vez aprovado o crédito, é um cartão literalmente, como se fosse um cartão de crédito, e pode-se usar dentro daquele seu limite.

Esse é o *site* do Banco, que fala sobre o Cartão. Se alguém tiver... Não, já estamos no Criatec. Desculpe-me, mudou a ordem aqui.

Uma outra possibilidade que o Banco tem, também voltada para pequenas e médias empresas, principalmente as empresas nascentes, é o Criatec. Ele é um fundo para capitalização – renda variável, não é financiamento – de pequenas e médias empresas inovadoras, e temos uma dotação de R$100 milhões para isso.

Podemos passar.

Alguns números do Prosoft.

O próximo, por favor.

Ah, não, Criatec. Está fora da ordem. Eu que mudei a ordem aqui.

Antes foi o Cartão, já falei do Criatec, podemos passar.

Os números do Prosoft. Número de operações que já tivemos – há esse quadro aí autoexplicativo –; os volumes envolvidos, significativos; e um histórico de operações por ano, que tivemos na questão do Prosoft.

Podemos ver que esbarramos numa espécie de limite – 2009, 2010, 2011. Ou seja, 2010 e 2011, praticamente no mesmo nível. São reflexos do mercado, e estamos sempre buscando, enfim, atrair essas empresas. Há problemas, como tudo, mas acho que, em conjunto com as associações, estamos sempre buscando discutir condições melhores.

Algumas estatísticas rápidas. Atendemos, principalmente, a micro e pequenas e médias empresas. Esse é o panorama do mercado brasileiro. Ele é composto, principalmente, de micro, pequenas e médias empresas, e é esse o universo de empresas que vêm para o Banco.

E pronto. Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Bem, dando sequência, vamos ouvir, agora, então, o Sr. Rafael Henrique Moreira, do MCTI.

O SR. RAFAEL HENRIQUE MOREIRA – Bom dia a todos.

Eu queria agradecer o convite ao Senador Walter Pinheiro; ao Senador Eduardo Braga, que estava presidindo a audiência; aos diversos Senadores que passaram por aqui, a Senadora Angela Portela, os Senadores Waldemir Moka, Flexa Ribeiro, Inácio Arruda. Vários passaram por aqui, e, em nome desses citados, eu gostaria de agradecer o convite realizado. É um prazer para mim estar nesta Casa.

Eu queria um pouco... Estou representando o Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Ministro Marco Antonio Raupp, e o Secretário de Políticas de Informática, Virgílio Almeida, que estão acompanhando a comitiva presidencial nos Estados Unidos, pois há temas referentes a tecnologias da informação e comunicação.

A partir da presença do ex-Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, o ex-Ministro Aloizio Mercadante, em meados de 2011, foi então iniciado um trabalho dentro do Ministério da Ciência e Tecnologia, capitaneado por nós, da Secretaria, e se estabeleceu uma política nacional de *software* e serviços de tecnologia da informação para o Brasil.

No fundo, sabíamos que havia já alguns diagnósticos realizados. Eu vou tentar ser o mais breve possível. Devido ao tempo, não vou conseguir endereçar todas as questões colocadas pelas associações.

Agradeço aqui, também, a presença dos colegas do setor privado, com quem tenho uma grande interface, sempre no desenho desses programas políticos. Participei, desde o início, de todas essas simulações com o Ministério da Fazenda, das propostas de exoneração, para tentar um pouco organizar uma estratégia dessa cadeia específica para o Brasil.

Não vou ficar citando dados de mercado, eles já foram muito bem explorados aqui pelas associações.

O próximo, por favor.

Eu só queria citar algo importante quanto a esses dados, que é o seguinte. Quando olhamos a cadeia de tecnologia da informação no Brasil, nós vemos que há

uma estimativa de geração de PIB no Brasil, especificamente nessa cadeia, de US$85,7 bilhões, segundo dados de 2010, com um conceito de TI *in-house*, que são aquelas empresas que não prestam diretamente serviços de tecnologia da informação, mas que usam TI intensamente – foi citado o grupo Pão de Açúcar, a Embraer etc. Para se ter uma ideia, Senador, essa cadeia representa hoje algo em torno de 4,1% do PIB. E sempre gosto de comparar, porque o dado solto muitas vezes não evidencia as coisas com tanta clareza: a cadeia automobilística representa 5,2% do PIB. Quando nós colocamos tecnologias da informação e comunicação, esse percentual estimado alcança 7,9% do PIB. Nós estamos falando de um bem mais intangível, mas é maior do que a cadeia automobilística quando somados os seus elos, mas muitas vezes isso passa despercebido no desenho de políticas públicas ou, muitas vezes, na discussão com outros colegas de ministérios em relação a esse setor especificamente.

É um setor que emprega em torno – quando você soma tecnologias da informação e comunicação – de 1,3 milhão de pessoas, sendo que é um setor que também impulsiona muito a mobilidade social. Muitos jovens saem das classes C e D e ascendem, principalmente atuando com *softwares,* como programadores e desenvolvedores, porque são setores intensivos em conhecimento.

Agora, é óbvio que aqui uma pequena figura do segmento... Como já foi relatado, há um grande número de micro e de pequenas empresas e há uma grande oportunidade para o Brasil aí, porque se estima um crescimento de quase 400% até 2020, especificamente nessa cadeia, em termos do tamanho do mercado interno de *software* e serviços de TI no Brasil, o que traz vantagens, grandes desafios e também grandes ameaças.

Próximo, por favor.

Aqui já foi citado mais ou menos o que eu tinha dito: o Brasil é um mercado do presente e do futuro. Quando olhamos os grandes mercados, e muitas multinacionais nos relatam isso, constatamos que o Brasil é o terceiro maior mercado, o Brasil é o segundo maior mercado. E a nossa grande proposta, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, é: o Brasil tem de ser um parceiro não só comercial, mas um parceiro também intelectual, isto é, trata-se de geração de conhecimento e tecnologia a partir do Brasil. Muitas empresas costumam dizer que gostam de soluções de classe mundial. Nós também gostamos de soluções de classe mundial, desenvolvidas também a partir do Brasil. Então, esse é um pouco o foco que essa política tem tido: adensar a produção e o conhecimento no Brasil ou a partir do Brasil, uma vez que estamos falando de uma cadeia que é global.

Próximo, por favor.

Estratégias de desenvolvimento econômico. Há um conjunto de setores da economia que, dentro da nossa estratégia, estamos chamando de ecossistemas digitais, que podem ser colocados como setores em que o Brasil tem uma liderança ou tem uma capacidade de alavancagem muito grande e poderia carrear o setor de tecnologia da informação em torno desse ecossistema, como os setores de petróleo e gás, os grandes editais que o Ministério da Educação tem discutido conosco em relação ao uso de tecnologias da informação para a educação – aí eu digo tanto a cadeia de *software,* quanto a geração de plataformas, quanto o *hardware* necessário a ser colocado.

Próximo, por favor.

Eu não trouxe o *deck* completo, mas eu vou passar alguns eslaides muito rapidamente devido ao tempo. Ficam aqui para as assessorias dos Senadores e para a própria Consultoria Legislativa para análise.

Há uma corrida global também em torno desse posicionamento. Em 2007 eu estudei na China, e me chamou a atenção o fato de a cadeia de *software* chinesa ser ainda muito incipiente à época. Saiu esta semana um relatório do próprio Ministério da Indústria e Tecnologia da Informação da China que mostra a pujança do setor de *software* chinês a partir de 2012 – nós estamos falando de cinco anos.

A posição que a China tem adotado mudou. Antes era muito focada em *hardware,* em manufatura; hoje se percebe que a agressividade dos programas e políticas na área de *software* tem feito o seguinte: de fato é uma cadeia em torno da qual há uma corrida global, seja em desenvolvimento de serviços de baixo valor agregado, seja em *software* de nicho de altíssimo valor agregado, como é o caso que nós vemos na Coreia do Sul em muitos subsegmentos. Em relação a Israel: há um trabalho bem intenso que foi realizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação sobre quais são os programas e diretrizes que determinados países adotaram, uma espécie de *benchmark*, um panorama internacional comparativo mostrando os grandes focos que alguns países estão adotando, que trazem um grande desafio para o desenho de políticas públicas em nosso próprio mercado, para as nossas próprias empresas, para os nossos próprios segmentos específicos.

Próximo, por favor.

Já foi citado um dos maiores déficits na balança de serviços. O Gérson trouxe os dados atualizados: eram US$3,88 bilhões. Isso caiu para US$3,06 bilhões.

Para os senhores também terem uma ideia: a nossa corrente de comércio com a China, por exemplo, é de US$30 bilhões, com superávit comercial para o Brasil específico de quase US$5 bilhões. Então, de fato, é um grande gargalo a questão da balança de serviços, da importação, o pagamento de *royalties* etc.

Próximo, por favor.

Aqui, rapidamente: a taxa de crescimento em mercados-alvo mostra que, mesmo em mercados que são grandes, que de fato ainda demandam, nos próximos anos a taxa de crescimento em mercados específicos é muito elevada, o que torna necessária uma mudança de rumos nos programas de exportação e internacionalização de empresas brasileiras no segmento.

Próximo, por favor.

Também as principais tendências de 2012. Elas são muito específicas, como mobilidade, segurança da informação, arquiteturas. Para mostrar o seguinte: quais são as grandes tendências tecnológicas e de mercado que o segmento no mundo inteiro segue? Estes são dados de instituições e consultorias internacionais, como IDC, Gartner etc.

Próximo, por favor.

Onde estamos? Um pouco sobre o panorama da quantidade de investimentos que o Brasil faz na cadeia. Um grande diagnóstico que nós fizemos é o seguinte: há, de fato, um conjunto de recursos disponíveis investidos nesse segmento que é relevante, não há um problema de necessidade de recursos para investimento no segmento, mas, sim, um problema em torno da articulação dos programas, da formação de uma estratégia e da definição de alvos específicos para que determinados nichos ou determinadas partes da cadeia possam ser fortalecidos.

Próximo, por favor.

Vou deixar o material que traz comparativos internacionais.

Próximo, por favor.

Há vários com um resumo dos principais programas e políticas, um *benchmark* internacional dos países que lograram êxito na cadeia como um todo ou em partes da cadeia e quais tipos de políticas e programas eles têm adotado.

Próximo, por favor.

São noves países analisados.

Próximo, por favor.

Aqui temos o resumo de alguns focos dessa política que estamos pensando, analisando um pouco esse *benchmark* internacional.

Próximo, por favor.

A visão da política que está em construção.

Próximo, por favor.

Ela se integra com os principais programas de governo, desde a estratégia nacional de defesa, passando pelo Plano de Desenvolvimento da Educação, pela própria estratégia nacional de ciência, tecnologia e inovação e pelo próprio Brasil Maior – isso, os regimes especiais. Trata-se um pouco de endereçar políticas microeconômicas específicas para esse segmento.

Próximo, por favor.

É mais ou menos o conjunto da equipe: são 26 consultores, uma consultoria internacional que olha o que nós denominamos ecossistemas digitais específicos, ou seja, o uso de tecnologias da informação e comunicação dentro de energia, dentro de supercomputação, dentro de saúde, assim como tecnologias que podem ser disruptivas ou que podem mudar as regras do jogo, como, por exemplo, o uso de computação em nuvem, já citado, a questão da mobilidade, de segurança da informação, a questão de interatividade. Há vários pontos específicos que estão sendo discutidos hoje em termos de políticas públicas no mundo inteiro referentes a isso. Por exemplo, o uso de *mobile payment*, pagamentos móveis, como isso está se encaminhando, quais são os padrões, uso de computação em nuvem.

Próximo, por favor.

Há alguns programas aqui, não vou entrar em detalhes... Vou entrar um pouco na agenda do marco regulatório para eu concluir minha fala, que é um ponto específico. Entendo que seria relevante discutir alguns pontos em profundidade nesta Casa.

O primeiro ponto seria uma lei de proteção de dados pessoais. Hoje, cada vez mais, o mundo vai para a computação em nuvem, cada vez mais esses dados pessoais ficam em partes globais, em países onde você não sabe quem está trafegando esses dados. O Brasil é o único país do Mercosul que ainda não tem uma lei de proteção de dados pessoais. Há uma cooperação grande entre nós e o Ministério da Justiça no sentido de estabelecer um marco regulatório para isso. Eu acho que a participação direta desta Casa seria fundamental nos debates e discussões acerca da implementação dessa lei de proteção de dados pessoais no Brasil.

Daqui a pouco vai ser complicado, por exemplo, rodar sistemas na área de telessaúde com dados pessoais. Se você não tem uma proteção à privacidade especificamente detalhada, você poder ter uma grande evasão e uma perda de segurança grande em relação a esses dados das pessoas etc., assim como nas áreas de segurança. É preciso estabelecer penalidades para crimes cibernéticos. Há um conjunto de definições, tanto de direitos como de obrigações, específicas da lei de proteção de dados pessoais.

Outro ponto diz respeito à patenteabilidade de *softwares.* Há uma consulta pública do INPI com relação a isso. É um ponto muito, muito controverso; há no mundo inteiro um debate em relação a isso, há riscos à patenteabilidade de *softwares* como um modelo ou como um processo industrial. É necessário ter bastante cuidado nessa discussão.

De fato, a patenteabilidade pode, por um lado, garantir determinados investimentos empresariais, mas pode, por outro, tolher a competitividade das empresas brasileiras, ela pode criar barreiras à entrada, ao processo de inovação das empresas brasileiras. É um tema muito caro e é preciso, de fato, cuidado no debate específico sobre esse assunto.

Outro assunto que já foi citado aqui: o próprio processo de terceirização. A gente acredita que, com a própria desoneração feita, vai haver um processo de diminuição do uso de PJs, flexs ou de celetistas adicionais nas empresas, até mesmo pelo desenho de incentivos já calculado, mas há, de fato, a necessidade de se discutir um marco legal. A insegurança jurídica é grande quando é preciso operar em cima de uma súmula do TST referente ao processo de terceirização.

Há várias cadeias que usam a terceirização. Já citei a cadeia automobilística. Imaginem se ela tivesse de fazer a assunção de obrigações da mesma forma como tem sido discutido no Ministério do Trabalho e Emprego. É um tema caro também ao setor.

E há uma outra... Por exemplo, a regulamentação da profissão também é um tema muito, muito complicado. Hoje o setor tem um déficit de profissionais – concluo com este eslaide –, hoje a taxa de evasão dos cursos superiores é de algo em torno de 82,5% no Brasil, dados do Inep. O setor hoje tem um déficit de profissionais que flutua de 50 mil a 75 mil vagas em diversos níveis de conhecimento.

Nós estamos à disposição para ajudar na elaboração dessa política nacional que será lançada pelo Ministro Raupp em maio. Há um conjunto de ações, um conjunto de desenhos discutidos com o setor empresarial, há temas referentes, por exemplo, à própria certificação de tecnologia nacional. É um tema, de fato, também complexo, também caro, mas em relação ao qual há uma obrigação legal do ponto de vista tanto do uso dos incentivos e fomentos, por exemplo, do Bndes, citados aqui, como do *software* nacional. É necessário dizer o que é um *software* nacional, assim como uso do poder de compra com a Lei nº 12.349, que regulamentou a margem de preferência de 25% na Lei de Licitações (Lei nº 8.666) para o uso do poder de compra governamental para bens intensivos em conhecimento e inovação, e o setor de tecnologia da informação e comunicação é um dos setores prioritários colocados.

Então, eu queria estabelecer também um canal direto com esta Casa, com as comissões, principalmente com a Comissão de Ciência e Tecnologia, no debate específico referente aos temas do setor. Muito obrigado.

O SR PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Obrigado.

Vamos, na sequência, conceder a palavra ao Sr. Corinto Meffe, do Ministério do Planejamento.

O SR. CORINTO MEFFE – Obrigado, Senador.

Em primeiro lugar, queria saudar todos os presentes, em especial o Senador Walter Pinheiro, cujo trabalho e empenho na questão da ciência e tecnologia para o desenvolvimento do Brasil venho acompanhando. É uma honra estar a seu lado neste momento.

Também agradeço ao Senador Eduardo Braga, que fez o convite à nossa Ministra Miriam. O convite chegou ao nosso Secretário Delfino Souza, e me solicitaram que os representasse nesta atividade de suma importância para o Brasil.

Sinto-me muito à vontade nesta discussão porque, olhando as defesas que foram feitas pelos colegas do setor privado... Eu tenho um apreço muito grande por alguns dos que estão aqui, temos atuado em conjunto – o Luiz está aqui, o Benito, o Petit, o Osni, o Jeovani, e aqui na mesa conosco, o Rúben, o Gérson, com quem já tivemos oportunidade também de fazer várias discussões, e o Girão. Poderia citar vários outros, mas quero fazer uma citação nominativa porque eu percebi aqui, Senador, que mereço até um momento de réplica e de tréplica, porque várias vezes a atividade que nós conduzimos no Ministério do Planejamento foi citada, que é o *software* público brasileiro e o *software* livre.

Causa-me até apreço uma citação como essa, especialmente em um plenário onde temos a presença do Senador Walter Pinheiro, que defende uma legislação para o *software* livre no Brasil e é um grande lutador em torno desse tema. Eu falei em réplica e tréplica porque acho que fazer uma discussão dessa ordem apequena a nossa discussão aqui hoje. Fiquei surpreso diante de algumas colocações que foram feitas, Senador, e queria apresentar-lhe, em português, uma revista sobre a atividade que fazemos no Ministério do Planejamento.

Essa atividade tem um teor de inovação e um teor de peso, eu diria, nessa discussão, muito pequeno. Como já estou no Ministério do Planejamento desde 2003, desde o primeiro mandato do Presidente Lula, fico mais assustado ainda, numa discussão pública como esta, ao ver que o tema do *software* público ou do *software* livre vem com as mesmas mazelas e com

os mesmos mitos. Estamos no momento de superar essa fase.

O *software* público não alcançou consenso no Governo por imposição, ele alcançou consenso no Governo por resultado. Quando você tem dados concretos para apresentar, em especial para a sociedade... Infelizmente, algumas citações, inclusive sem nenhum dado concreto... A gente trouxe tantos dados aqui... Foi dito quantos bilhões nós temos de déficit na balança, quanto nós investimos no setor de TI, quanto nós compramos, mas, quando se fala do *software* público e do *software* livre, não vem um dado concreto.

Então, a gente precisa fazer uma discussão de alto nível. Se essa discussão não mudar, nós não vamos mudar o rumo da nossa discussão, porque a percepção do lado do Governo...

Normalmente, a gente também tem contato com outros setores da sociedade. Então, nós percebemos alguns dados concretos que são importantes. Nós temos mais de 56 soluções nesse portal hoje, e nenhum ofertante pediu para sair. Nós geramos desenvolvimento econômico em todas as regiões do Brasil, sem exceção. Nós geramos oportunidades de negócio em todas as regiões do Brasil, inclusive temos uma relação, que é sempre muito amistosa, com a Softex, que tem percebido oportunidades de *softwares* desenvolvidos pelo setor público que são ofertados para o setor privado. Nós também temos um crescimento, uma taxa de crescimento de usuários que mostra que dezenas de soluções que são ofertadas nesse portal são instaladas pelo País.

Então, a gente precisa ampliar o nível da discussão. A discussão aqui é *software* nacional. Quando a gente discute *software* nacional, aqui dentro está *software* proprietário, *software* aberto, *software* livre, *software* público e qualquer outra tipificação de *software*. Então, é importante nós entendermos o que é essa questão da nacionalidade do *software*. Esse é um termo muito importante, e a gente percebe, inclusive nas falas dos representantes das empresas, que ainda não existe um consenso. Nós queremos participar desse consenso, porque nós acreditamos não só na liberdade de escolha, mas principalmente que cada uma dessas tipificações faz parte de uma política nacional.

Mas que política nacional é essa num momento de tão grande inovação no segmento em que nós atuamos? Nós, basicamente, estamos do mesmo lado quando nos preocupamos com uma política de desenvolvimento para o País. Nós também estamos do mesmo lado para dizer que o *software* é um bom negócio. Agora, nós temos de começar a avaliar: é um bom negócio para quem? Os próprios números que são apresentados aqui trazem um conjunto de contradições enormes, que percebemos quando fazemos comparações com as tipificações. Nós temos problemas relativos ao déficit comercial, transferimos *royalties* na casa do bilhão. Isso não é um problema do *software* livre ou do *software* público, desculpem-me dizer isso. Eu atuo com *software* livre há muito tempo e venho acompanhando esse problema há mais tempo do que atuo com *software* livre.

Então, a gente precisa ir à raiz dos problemas e das mudanças que estão acontecendo no mundo. Hoje, grandes casos que aparecem, e aparecem na grande imprensa de resultados, casos positivos na área de tecnologia da informação, são de jovens que não conseguiram linhas de financiamento tradicionais. Então, nós temos de abrir linhas de financiamento para essas pessoas que são criativas, que conseguem fazer grandes revoluções, que conseguem gerar grandes inovações. Eles não pegam financiamento público, eles não pegam nenhum tipo de financiamento, basta vocês lerem qualquer uma das últimas revistas que exaltam esses casos de sucesso para constatar isso.

Nós também precisamos ver que o *software* internacional hoje também é nacional. Nós temos feito essa defesa, porque o que é desenvolvido lá fora e internalizado no Brasil... O desenvolvimento colaborativo é realidade da Internet. Então, o que vamos fazer com o desenvolvimento colaborativo? Eu posso desenvolver um código aqui e ter uma parceria com uma empresa na França, como o Portal do *Software* Público tem. Nós já fazemos isso na prática. Então, uma política nacional de *software* tem de considerar essa realidade.

Nós temos de tocar numa ferida, que é a escassez de profissionais capacitados. Esse é um gargalo nosso muito grande. Não é somente na abordagem, que o Rafael brilhantemente passou, mas precisamos fazer uma abordagem na linha do que até o próprio Girão começou a comentar no início e que é o empreendedorismo do profissional que assume risco e corre atrás de oportunidades. E quando a gente percebe – e por isso acho equivocada a abordagem que está sendo colocada – e vai detalhar todos os números que nós temos (públicos!), onde o Governo compra mais? São empresas multinacionais. As empresas mais rentáveis são internacionais, com as exceções que foram colocadas pelo colega como a Totus e outras empresas, Stefanini... Então, este é o cenário! A gente vê o mapa que o Rubem apresentou, e a gente vê uma extrema concentração da área da tecnologia da informação.

Qual a ação que vamos fazer de *software* nacional para centralizarmos capacidades para que aqueles pontinhos, que estão historicamente concentrados no litoral e nas grandes capitais, percorram todo o País, centro-oeste e norte. Nós temos de pensar em uma

política dessa envergadura, gente! Achar que o problema é uma iniciativa incipiente do Governo Federal, acho isso um tema extremamente raso! Nós precisamos olhar para uma política de *software* nacional que proteja nosso empresariado, sabe por que, Senador? Na hora em que aquelas três empresas ali foram vendidas para fora, a propriedade, a inteligência é vendida junto! Então, nós temos de refletir sobre isso! O *software*, que nós vamos investir 10 bilhões, quando ele for vendido a uma empresa internacional, esse *software* de 10 bilhões vai junto! Então, nós temos de ter uma reflexão muito grande para proteger esse *software* nacional, que foi investido no Brasil para empresários brasileiros, e a forma como ele será tratado. Isso sim é uma política nacional! Acho que o que contribui muito para uma política nacional é nós termos elementos estratégicos. O Brasil já fez computador de grande porte, já fez computador pessoal, já entrou na iniciativa de fazer processadores, inclusive carro elétrico...

Meu pai é da cidade de Rio Claro – nasceu em Rio Claro... Vocês imaginem quando eu vejo essa vocação em torno do carro elétrico no momento em que tive a oportunidade de ver nas ruas de Rio Claro, São Paulo, vários carros elétricos rodando, por um empresário chamado Sr. Gurgel.

Então, se a gente não define uma política, se a gente não define um norte e quais são os elementos que nós vamos competir... Porque *Google, Oracle* usam *software* livre, gente! E nós vamos competir com eles ou nós vamos competir no sistema operacional? Nós vamos competir em processador? Então, são esses os elementos que vão fazer parte de uma política nacional, e nós temos feito nossa parte no que cabe ás compras públicas – que é um dos temas afeitos ao Ministério do Planejamento. Estamos incentivando pequenas e médias... A contratação de *software* público... A primeira que foi feita depois de cinco anos! Depois de cinco anos, gente... Não existe contratação de *software* público há 10 anos! Existe uma deste ano do Governo Federal. Mais de 10 empresas concorreram, todas as empresas nacionais. Modalidade: pregão eletrônico. E eu não conheço nenhum edital no Brasil, em cima de uma solução feita no portal, que tenha concorrência de empresa internacional. Todas concorrendo, empresas nacionais! Então, nós temos de buscar nossos nichos de atuação, as tecnologias em que somos fortes – inclusive com dados levantados aqui pelos próprios colegas que representam empresas – e buscar um outro elemento fundamental: quais são os pontos estratégicos que nós vamos alcançar e qual a vantagem competitiva que nós vamos ter. Isso para mim, hoje, a visão serviço, a tendência serviço é para investirmos em capacidades e habilidades. O País será grande se nós tivermos profissionais capacitados e empreendedores que assumam riscos. E é isso o que nós temos de conseguir abrir... As linhas de financiamento... Vocês podem explodir todos aqueles dados que foram apresentados... A grande maioria é para as grandes empresas, empresas multinacionais, uma boa parte com tecnologia internacional... Esta é a realidade! O Rúben está balançando a cabeça ali e sabe. Todo o mundo sabe disso... Então, nós temos de buscar uma política que desenvolva nossas capacidades nacionais.

É esse nosso grande desafio. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Nós tivemos aí as exposições. Eu queria aproveitar, até para a gente colocar um pouco sobre qual é o objeto desta audiência. Acho que é importante isso. Essa não é uma atitude que a gente assume a partir de hoje. Eu só quero lembrar aqui aos palestrantes – e a gente vai trabalhando com dados importantes. Mas, duas frentes no Brasil foram fundamentais para que a gente pudesse caminhar nessa linha de invadir isso que todo o mundo levanta como sendo o grande mercado e o espaço de disputa que a gente tem.

Eu me lembro, Rúben, que, em 1999, portanto, nós estamos falando de um tempo em que todo o mundo já vaticinava que o caminho para o desenvolvimento, para a geração de postos de trabalho e, principalmente, para você resolver graves problemas inclusive da estrutura de Estado, no que diz respeito a serviço, nós tivemos iniciativas importantes até fora do Brasil. Organizado pela Embaixada brasileira, por exemplo, nós tivemos eventos em Washington do *software* brasileiro naquele país.

Foi em 1999 que nós abrimos o debate sobre o *software* livre no Brasil. E aí eu posso falar tranquilamente, porque eu apanhei mais que mala velha para largar o mofo. Agora... Quando o *Oracle* veio para o *software* livre e quando a IBM começou a utilizar, quando abriu seu código fonte... Quando a própria *Microsoft* chegou a anunciar uma relação com o Brasil com aplicativos para as universidades brasileiras e que topava até, em certa medida, abrir parte de seu código fonte, todo o mundo avaliava que aquilo era uma provocação de momento. Mas a intenção nossa, em 99, foi fazer a discussão da produção nacional de *software* em relação com o Estado brasileiro. Então, esse dado só foi realizado a partir do próprio crescimento de economia e o que aconteceu em todas essas áreas de produção. Essa é a única realidade! Se a gente for olhar, retirando esses fatores, a gente vai ver que estamos quase no mesmo período de antes. Então, essa atualização leva-se a uma constatação

que foi colocada aqui na mesa: o Estado brasileiro deve ser o maior impulsionador dessa atividade, até porque ele é o maior comprador! Então, quando nós abrimos aquele debate à época era exatamente na perspectiva de mudar uma relação. Na mão de quem o Estado brasileiro comprava *software* naquela época em que nós discutimos a questão do *software* nacional e o *software* livre? Na mão de quem? Na mão de dois ou três grandes, sem nenhum tipo de problema com ninguém... Mas era essa a política que nós tínhamos: a aquisição exclusivamente desses ou, na maioria das vezes, era só não produzir efetivamente nada, nenhum aplicativo novo rodando com os aplicativos gerais. E muita gente boa aqui no Brasil dizia que era o único caminho que a gente podia trilhar porque aquelas soluções já estavam prontas. A partir desse processo, a partir dessa mudança é que a gente inclusive estimulou o surgimento de diversas empresas. E aí tanto vale para *software* livre, para o *software* proprietário, *software* aberto... E uma das coisas... Eu me lembro até que fazíamos uma campanha que abordava sobre o fato de não estarmos defendendo que o *software* seja de graça, seja gratuito... Nós estamos discutindo outra coisa! Então, é importante a gente entender que neste atual momento, principalmente os desafios que nós temos para o Estado brasileiro, não tem como a gente abrir mão (não dá para fazer isso) de uma política agressiva de incentivo a essa produção de *software* e a relação com essas empresas no Brasil. Não tem como! Até seria um absurdo e uma temeridade. E nós não assistimos essa coisa como se fosse uma substituição, como todo o mundo tenta colocar.

O papel do Serpro ou das empresas em suas estruturas antigas. Até porque nossas empresas de processamento de dados, na maioria dos Estados, elas foram concebidas com outro tipo de orientação que não cabe hoje. E aqui estou falando para um público que sabe disso. O surgimento de empresas como o Prodeb e outras por aí afora, estou falando do meu Estado, era a lógica exclusiva de que nós tínhamos empresa para produzir ali o nível de processamento de nossas folhas de pagamento e não empresas que pudessem discutir, inclusive em uma relação com a iniciativa privada, o mundo de aplicativos. Nós estamos falando é disso hoje, gente! Não tem mais nem como...

A grande feira mostrada por Rubem, a ACBit, que apresenta equipamentos, a *Odisseia do Espaço 2001*, que não cabe mais... O que tem por trás daquilo não é maquina, é *software*! Ou, em uma linguagem muito clara de hoje: soluções. Ou, em uma relação direta de mercado: aplicativos. Quem é que vai comprar isso? Qual a relação que se estabelece, por exemplo, com o Ministério da Educação, com a política de distribuir *tablet*? É só o *tablet* para cada professor? Não é. Então, eu preciso conteúdo que tem um nomezinho muito simples e claro: *software.* Não tem jeito! Então, não basta entregar um *tablet* a cada professor. Eu interligo isso como? Qual é a lógica estabelecida para que esse conteúdo seja adotado? Na mão de quem? Ou o Estado brasileiro vai produzir isso a partir de suas estruturas? E dizer: não, só o Serpro vai fazer isso! Ou, então, só o Prodeb, na Bahia... Não é essa a realidade! Não tem nem como encaixar isso, até porque não teremos nem as condições, do ponto de vista da eficácia e capacidade de atendimento, para cobrir essa área.

Eu vi ali um conjunto de coisas apresentadas pelo Ministério da Ciência e Tecnologia e que essas coisas se enquadram no que eu estou dizendo aqui. Nós vamos discutir a Copa do Mundo... Quem vai fornecer o *software* de controle dos estádios quanto à segurança, as relações com o processo de comunicação, o sistema de transporte, os centros de emergência? Nós estamos discutindo e o Rubem tem participado disso. Eu estou há três anos batendo nessa tecla quanto aos centros de emergência no Brasil e isso não é só para a Copa, até para a gente evitar de ficar com o amadorismo de uma sirene. Aquilo, na minha época, se chamava rádio altofalante de bairro. Era o serviço de bairro que eu tinha: aquelas bocas de som. Era isso... Ainda me lembro até do nome: Rádio Jaguaraci, funcionava lá no... Era um sujeito que saía espalhando várias bocas de altofalante, como se dizia na época, e depois ele ficava fazendo serviço de utilidade pública no bairro.

Eu morava no bairro do Uruguai, na cidade de Salvador. Então, não é possível que em plena era em que se discute aqui todo o grau de sofisticação e todo o tipo de desenvolvimento eu tenha de ficar aqui usando a rádio Jaguaraci para resolver o problema de uma sinalização para evitar que a gente tenha mortes ali na região serrana. É possível que nesta sala aqui a gente não tenha a possibilidade de extrair diversas soluções que nos levem a um centro de emergência com leitura de alteração de clima, com capacidade de fazer muito mais do que uma sinalização no momento em que a chuva vai chegar, o mapeamento de todas essas áreas...

Então, este é o momento que a gente tem de fazer esse encontro, inclusive com a estrutura pública, que é o maior comprador, e saber quais são os *softwares* utilizados no sistema de metrô do Brasil? O que estava pautado para Salvador, que até agora hoje não rodou, não tem nem uma empresa nacional. O metrô de lá, que é calça curta, não saiu do lugar ainda. Então, não conheço nenhuma empresa! Por outro lado, por exemplo, na própria Salvador, há diversas empresas que ganharam processos para fornecer todo

sistema, vários sistemas que rodam hoje nas empresas de telecomunicações que atuam no Brasil e que têm o seu próprio centro. A Telefônica tem o seu I+D. A Claro não é empresa nacional... Dessas nossas aí, só a Oi... Mesmo assim, com parceria com a Portugal Telecom, de repente pode até adquirir *software* de fora. Nós estamos discutindo o Centro de Emergência e, sem nenhum problema, o ponto de relação tem se dado com a Indra, quando a gente tem diversos níveis de desenvolvimento nessa área. Os aplicativos para a agricultura familiar, os aplicativos para essa questão de segurança, todo o sistema pautado para a questão de controle de trânsito, tráfego, estradas... Nós temos isso aqui em larga escala e produzido no Brasil por diversas empresas.

Então, como é que a gente junta essas coisas neste momento para aproveitar essas potencialidades? Qual é a hidrelétrica brasileira aqui que tem o sistema extremamente automatizado, do ponto de vista de controle, e que a gente tem a oferta de *software* nacional nesse negócio? Então, nós vamos pegar no dedo... Vamos falar de nossa Chesf! A discussão que estamos levantado sobre os aeroportos. O Governo federal, através da própria Presidenta Dilma, lançou o desafio de monitorar tudo! Então, portanto é uma oportunidade que tem tanto no planejamento, como MCTI – e como Governo, de um modo geral –, de abrir esse debate e fartar esse universo de coisas para se estimular essa política.

Nós tivemos essa discussão, recentemente, com o Governo da Bahia em toda política na área de educação. Por que a gente não pode ter essa relação bem direta? Então, essa produção tanto pode ser um *software* proprietário, um *software* livre, pouco importa! Por que eu tenho de pegar os chamados grandes dessa área no mundo só desses caras que produziram aí... E todo o mundo enche a boca e fala as siglas que produzem... É uma coisa que até estava olhando aqui na mesa, sem nenhuma provocação, mas esta é uma área que gera tanta gente nova e a gente com um bocado de gente velha ainda, do mesmo tempo... Então, é aproveitar isso! Essa estória da saída, Irineu, concordo contigo: muita gente deixou o País e estamos tentando trazer de volta. A própria política do *Ciências sem Fronteira*. Eu tenho uma experiência na área: a política de parque tecnológico que nós abrimos no Brasil inteiro... Nós só tínhamos parque tecnológico concentrado em poucos lugares no Brasil. Quando nós discutimos a renovação da Lei de Informática, em 2004, o texto dessa Lei de Informática, substitutivo, é de minha autoria. O último texto da Lei de Informática que está em vigor é de minha autoria, o substitutivo. A gente chegou e botou o dedo na ferida e disse que era para abrir para o Brasil inteiro! Então, abrir parque tecnológico não é só na fantasia de abrir parque tecnológico... A experiência de Santa Catarina... Se não tivesse aguçado esse lado não teria fomentado a indústria de *software* local; a experiência em Pernambuco, a experiência na Bahia, onde a gente espera inaugurar nosso parque tecnológico, você desconcentrar... Minas Gerais! Então, isso permitiu que se segurasse essa turma em cada local. Não é só sair do País, não! Quantos baianos deixaram a Bahia e foram embora para Rio e São Paulo? Exatamente pela ausência de algo que pudesse ser catalisador, aglutinador e até fomentador dessa política de produção de *software* no Brasil. Aí as boas cabeças e as boas iniciativas, sejam PJ ou não, elas terminam sendo completamente retiradas desse local.

Então, o objeto desta nossa iniciativa é o de a gente encontrar e saber quais são os pontos de convergência e quais os de conflitos que nós temos. Por que é importante ter o Bndes em uma reunião destas? Não é à toa! Não é a estória de dizer: "Ah, porque nós queremos..." Nós queremos sim o dinheiro jogado para essa questão: o investimento, a liberação de recursos, a linha de financiamentos para você fomentar, cada vez mais, a participação do *software* nacional, a produção disso.

Não adianta ficar em uma lógica de que a gente tenha totais condições para atuar nesse segmento e ficamos fazendo a leitura do que acontece fora, na Índia ou em qualquer lugar... Ou no que Israel focou! E corretamente... Nós estivemos em Israel com a participação do MCT, se não me falha a memória, quando o Ministro ainda era Eduardo Campos. Nós fomos buscar parceria com o Ministério de Ciência e Tecnologia de Israel para discutir, inclusive, a produção de *software* para essa área de segurança. Mas não para a gente comprar o *software* das mãos de Israel! Então, é a experiência da própria Embraer... Então, essa movimentação é para a gente enxergar como é que a gente faz a pressão no Governo e como se adota a postura de comprometer os programas. Quer dizer, o programa de exoneração, nós entendemos que é fundamental o processo de exoneração de folha. Por isso, Irineu, que nós brigamos lá – falei diversas vezes, inclusive da tribuna do Senado: não tem como eu exonerar o setor de *software* e não incluir a manutenção e que, genuinamente, ainda que ela seja feita por empresas de fora, tem que se dar aqui em solo nacional. Então, esse setor também precisa ser desonerado e majoritariamente essa área de manutenção é feita por empresa nacional para juntar, fechar o ciclo completo nessa estrutura. Então, é importante que a gente trabalhe com isso.

Então, uma das coisas que avaliamos como fundamental é a obrigatoriedade no investimento em pesquisa e desenvolvimento. Toda lógica de incentivo que foi feita à indústria automobilística foi feita sem amarração. No último período, em março do ano passado, adotamos uma postura de cobrar dos governos, com a história da nova política para o setor automotivo, que a gente queria que o incentivo viesse amarrado com investimento, principalmente em pesquisa e desenvolvimento. O que se usa hoje mais no setor automotivo? A parte de ferramentaria, na realidade toda essa indústria são maquiladoras, é montagem. O central é o que operamos a partir disso, soluções e o que tem dentro dessas estruturas.

Então, esse é o foco central dessa questão do debate e é importante que a gente vá percebendo como vamos mediar essas posições de maneira a ir mantendo toda uma política de incentivo, mas tendo o processo de volta. Por isso, o Estado brasileiro se comporta como o principal comprador. Vou dar um exemplo aqui – e muitas pessoas vão se lembrar – a história da Telebras e do CPqD tinha uma relação direta com isso. Tínhamos uma estrutura de 27 empresas, padronizava-se uma linha de serviço, se promovia um processo crescente de desenvolvimento por parte do CPqD e você entregava a esse desenvolvimento toda uma rede de compradores de serviços, que eram as Teles. Assim foi que desenvolvemos a indústria nacional, durante um período muito longo.

As pessoas podem não se lembrar, mas a Elebra foi a primeira empresa e ouvi alguém falar de produção de computadores. Mesmo com todos os problemas, o CP 500, a Elebra foi quem produziu as primeiras matriciais no Brasil, Mônica e Alice, qual era o ponto central de suporte da Elebra? O Estado brasileiro, a Telebras e suas empresas e o centro de desenvolvimento CPqD. O processo de desenvolvimento de fibra ótica, desenvolvimento no cartão indutivo para telefone público, aquilo não tem nenhuma outra coisa por trás senão o *software*. O *software* que as empresas rodam hoje, as empresas de telecomunicações, o chamado Cadastro Geral de Operação, esse *software* foi desenvolvido exatamente pelo sistema Telebras nos anos 80. Óbvio que hoje eles fizeram *upgrade*, não é literalmente o mesmo *software* e, aliás, até participei dessa tarefa.

O atual Presidente do Serpro Mazoni pertencia a um núcleo que tinha Telebahia, CRT, Telemig, Telepar, esse núcleo foi responsável pelo desenvolvimento de *software* que foi utilizado por essas empresas como um todo e isso alimentou a iniciativa privada. Daí surgiram a Promon, Batik, Elebra e tantas outras empresas. Então, portanto, é essa política que estamos colocando, só que numa mudança consubstancial. Até 1999, meu caro Edmundo, eu ia para a feira de Genebra e se discutia equipamento. A feira inclusive morreu. Ninguém mais fala nisso. É óbvio que temos equipamentos na ponta, mas o que se fala exatamente é como a gente produz soluções.

Encontrar essa história do *software* com diversos outros níveis que temos. Então, mais do que legislação, preocupa-me muito porque vi um calhamaço de coisa. Se imaginarmos que vamos resolver tudo aqui através do engessamento legal, não iremos conseguir acompanhar as necessidades e as demandas que esse segmento tem pela frente e inclusive esse novo tempo.

Foi a partir do debate sobre a TV digital, Paulo Lustosa, produzido a partir do Ministério das Comunicações, que com R$70milhões conseguimos produzir um *software* que muita gente no Brasil nem conhece e é o *software* utilizado desde abril de 2009, e lembro-me inclusive da frase do Luiz da PUC Rio mandou para mim que brincava e dizia que éramos culpados, um e-mail mandado para mim e para Bitar, porque insistíamos o tempo inteiro que tinha que investir naquilo.

Então, o Ginga, que é um *software* genuinamente brasileiro e que é um dos poucos no mundo que é capaz de dialogar com os quatro padrões de TV digital no mundo é produzido aqui e não vimos isso em lugar nenhum, não ouvimos isso em lugar nenhum. No dia em que ele foi reconhecido pela UIT como sendo *software,* não vi nenhuma propaganda em lugar nenhum.

Quem é que vai tocar a partir daquilo ali senão a indústria nacional, senão as empresas privadas no Brasil? Não vai ser a PUC Rio de Janeiro que vai produzir absolutamente nada. Então, é essa forma de irmos compartilhando o conhecimento, aplicando no desenvolvimento e atraindo as PJs é que vamos conseguir quebrar ou romper toda essa barreira da distância que temos hoje em relação à Índia, Israel ou China, que fez uma mudança consubstancial, fez um verdadeiro cavalo de pau no que diz respeito a essa relação entre *hardware* e *software*.

Como vamos quebrar isso? Só o Estado brasileiro?

Então, é ledo engano alguém achar que na cabeça do governo brasileiro hoje tem essa história de que vamos pegar tudo e botar nas mãos do Serpro para produzir e acabou. O Serpro não tem nem essa estrutura toda! Ele tem que funcionar como um elemento estimulador. É essa a política.

Estava olhando aqui rapidamente nos diversos projetos, nas diversas iniciativas que estão sendo colocados vários parceiros que estão nisso aí e não está escrito que só tem Ministério do Planejamento, Ministério da Indústria e Comércio, não é essa a verdade.

Então, a história das compras púbicas, a relação com essa linha de serviços é fundamental para estimular.

Quero colocar uma coisa para encerrar e que tenho insistido muito com o Governo da Bahia. Estamos tentando atrair um conjunto de empresas para o que o Governo pautou como desafio de banda larga, cumprir etapas, universalizar.

Tenho dito ao governador o seguinte: Se não trabalharmos com linhas de serviços não vamos levar para lugar nenhum do Brasil essa história de universalidade de banda larga, porque não adianta chegar com banda larga nas zonas remotas, onde quer que seja, só com voz, não cabe mais. Para chegar com esses serviços precisa ter conteúdo e esse conteúdo chama-se *software.*

Então, o que digo sempre ao Governador da Bahia é que se pegarmos quatro áreas e ofertar, ou seja, o Estado da Bahia dizer o que é o contratante dos quatro serviços para essas áreas: segurança, saúde, educação e serviços de cidadania. Se o Estado chegar lá e disser que vai patrocinar inicialmente isso. Temos mil aplicativos nessa área e vamos ter que criar as condições para uma demanda que existe efetivamente e que o Estado pode bancar e efetivamente vou projetar, a partir daí, um conjunto de atividades econômicas que, no final da ponta, vai sobrar uma banda larga.

Então, tem uma sustentabilidade necessária para um programa que não vai ser, de forma nenhuma, sustentado só e somente só pela chegada de celulares. Então, você vai criando um conjunto de serviços, agregando diversas coisas. Essa é a faceta do que foi colocado por todo mundo aqui.

Se colocar isso na lei, envelhece, é vencida pelo tempo. A nossa Lei Geral de Telecomunicações, por exemplo, está completamente defasada da realidade, é um Tratado de Tordesilhas. Então, a gente fica naquela história de que vamos botar tramela aqui, marco legal ali, não sei aonde, não sei o quê, e tal, e nós não vamos convivendo com as coisas do tempo.

É muito melhor que tenhamos a capacidade de entender como vamos relacionar isso e qual é o objetivo central. E tirar essas coisas pré-concebidas, entendeu? Que não servem para um lado nem para o outro. Não dá para satanizarmos uma coisa nem endeusarmos outra. Eu acho que o fundamental é entender o seguinte: não há como o Brasil se colocar nesse cenário numa posição muito melhor se não houver efetivamente essa conjunção de ações e incentivos do Estado brasileiro para que a nossa indústria de *software* possa participar decisivamente. Senão, vamos ficar mais uma vez aqui só estatisticamente falando: "Está crescendo, o mercado é grande, isso hoje é 4% do PIB, amanhã é não sei quanto...", não sei o que e tal. E vamos vendo, cada vez mais, lá fora, as coisas avançando, e nós tendo que adquirir esses produtos, quando temos aqui. O grande debate na época do *software* livre era esse.

Nós adquirimos mais de um bilhão... Adquirimos não. Nós investimos mais de US$1,5 bilhão, à época, em licenças. Era o que pagávamos. O desafio era dizer: "Por que não podemos fazer isso aqui dentro?". Ao invés de eu pagar US$1,5 bilhão de licença para os outros, por que eu não posso usar esse US$1,5 bilhão para incentivar, comprar produtos na mão dessas PJs todas do Brasil afora que podem produzir *software* e integrar nossa rede de serviços? Aí sim, passaríamos a usar duplamente isso. Ganhamos em serviço e ganhamos em economia.

Está ali o dado, bem claro. Não sei se foi o Ruben que mostrou. Quer dizer, um potencial de 700 mil que você pode agregar, quase 1 milhão, se formos trabalhar nessa lógica, que é o que significa de mão de obra que pode ser incorporada a partir disso. E uma mão de obra – outro dado importante que está ali, Cristovam, que foi apresentado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia – que é um comparativo inclusive com o salário médio. É o dobro. Hoje, o salário nessa área está na faixa de 2,9 contra um salário de 1,4, mais ou menos, que é o que você tem na média da nossa economia.

Portanto, estou falando de algo que resolve um problema de distribuição de renda, que resolve um problema de geração de postos de trabalho e que resolve um problema crucial que o Estado brasileiro não conseguiu prestar, que é chegar com o serviço em todos os lugares, com a mesma qualidade e para todos os cidadãos. Não é só uma lógica da economia. Estou falando de um segmento que pode superar um dos graves problemas, que é a desigualdade social.

Essas soluções se encaixam perfeitamente nisso. É a história da igualdade no tratamento. Aí eu posso chegar com educação, posso chegar com tele-educação, posso chegar com saúde e com telesaúde. Hoje, um dos nossos graves problemas é onde encontrar solução para isto: eu não tenho um nefrologista para colocar em todos os centros de diálise espalhados por um Estado do tamanho da Bahia. Mas se eu usar um bom aplicativo, posso ter um centro em todos os lugares da Bahia e um bom nefrologista em algum lugar concentrado. Ele pode tranquilamente, pela sua telenefrologia, assistir a todos os centros no Estado da Bahia. E como fazemos isso? Fazemos com o que foi apresentado nesta sala.

Eu acho que é esse o esforço para tentarmos trabalhar de maneira a conseguirmos encontrar o ponto de equilíbrio sem ficarmos nessa história da agressão e nem com o temor nem com a política de que vamos fazer tudo sozinhos ou que o Estado brasileiro está

tentando produzir, por si só, e matando... Se o Estado brasileiro fizer isso, minha gente, nós vamos matar a galinha dos ovos de ouro. Esses ovos de ouro vão continuar indo para a cesta daqueles que têm os olhos mais apertados ou dos nossos indianos, que colocam uma pedrinha na testa para iluminá-los cada vez mais. Não é isso, Cristovam?

Então, é isso que eu queria deixar, Cristovam, que chegou aqui. Quer usar a palavra?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Eu vou falar com a desvantagem de quem não conseguiu ouvir todas as apresentações, apesar do esforço. E pode ser que eu esteja errado, mas, pelas consultas que fiz, dos que assistiram a todas, eu creio que não.

Vou começar, Senador Walter Pinheiro, contando uma historinha. Tive a oportunidade de ir recentemente a um pequeno, pequeníssimo país chamado Geórgia, que fez parte da União Soviética, ficou independente. Foi invadido recentemente pela Rússia, perdeu um terço do seu território e tem 4,5 milhões de habitantes. Tive um encontro com o Ministro e levei para ele, achando que estava fazendo um gesto muito interessante, uma pequena cerâmica indígena e dei para ele de presente, depois da conversa. Ele colocou a mão do lado da mesa e também disse: "Eu também tenho um presente para o senhor". E meu deu uma sacola e disse: "Esse é o computador que toda criança tem na escola da Geórgia". Eu dei uma cerâmica indígena representando a 6ª potência econômica no mundo. Ele me deu um computador, deu, eu trouxe, está comigo, ele me deu um computador que é usado por todas as crianças na escola.

Conto essa pequena história para dizer que, por mais importante que seja – realmente é fundamental – o marco legal da nossa indústria de informática, não vamos para frente apenas com desoneração, apenas com proteção se não fizermos uma revolução educacional em nosso País. Lamentavelmente, isso fica sempre fora dos debates. A Presidente, ontem, assinou convênio com Harvard, visitou o MIT, mas aqui não se paga o piso salarial do professor de R$1.400,00 por mês. Não tem futuro apenas pela desoneração; ela é importante, como é importante fazer acordo com Harvard, não estou contra de jeito nenhum. Mas trabalhar a solução dos nossos problemas pelo pequeno espaço que nos interessa diretamente não levará a mudanças que a gente precisa ao tratar o problema brasileiro como sistema, que aliás é a área de vocês.

A gente não trabalha o Brasil como um sistema. E, dentro desse sistema ausente, que é o Brasil inteiro, que a gente só trabalha por pequenas corporações e grupos, e não estou fazendo nenhuma crítica, estou assumindo a crítica para mim, como parte de corporações de professor universitário, de senador, a gente não vai dar a resposta que o País precisa para nenhuma área plenamente, inclusive na área de informática.

O Walter perguntou: "Por que não fazemos aqui dentro?". Eu vou perguntar: por que não fazemos plenamente aqui dentro? Estamos jogando fora cérebros que poderiam ajudar a gente a fazer isso. Sessenta crianças por minuto abandonam a escola no Brasil, minuto de ano letivo, quatro horas e doze dias por ano, quatro horas por dia. Quantos desses cérebros que nós jogamos fora não seriam capazes de dar grandes contribuições nas mais diversas áreas do conhecimento? Mas nós não estamos tratando...

E aí pego algo que vai chegar ao Senado em breve, que é o Plano Nacional de Educação. Esse plano não trabalha o sistema nacional do conhecimento, Senador Walter Pinheiro, trabalha os aspectos da educação. E educação sozinha não faz nada se a gente não colocar as universidade, os institutos de pesquisa, o setor industrial, o Sistema S e se a gente não tiver objetivos que vão além da educação, que é a criatividade, que é a inovação. A gente tem que criar um sistema educacional que eu acho que não tem saída se ele não for federal, se não for a nação brasileira cuidando das crianças brasileiras, porque uma criança, antes de nascer, é brasileira, depois é que ela é pernambucana, como eu. Ou a gente trata as crianças como brasileiras e adota uma geração inteira delas para que depois elas adotem a gente, não individualmente, mas a nação brasileira, ou não vamos dar respostas.

Não sou contra nenhuma das reivindicações como não sou contra o plano que a Presidenta lançou esta semana, o pacote de desoneração do setor industrial. Mas isso não vai bastar. Daqui a seis meses, vamos precisar de outro pacote. Uma economia quando começa a exigir pacotes, que são soluções pequenininhas, é uma economia que está fadada a quebrar em algum momento lá adiante. Por isso eu costumo dizer que a economia do Brasil está bem, mas vai mal. Ela está bem, mas os fundamentos dela estão não vou dizer no pântano, mas em um terreno que não é muito sólido. É o terreno de um câmbio que não prestigia a indústria nacional. É o terreno de uma carga fiscal muito alta. É o terreno sociedade sem muita capacidade de criatividade e de inovação. São muitos pontos sobre os quais está a economia. E esses pontos, esses pilares estão ameaçados.

Volto a dizer: a base disso é o sistema nacional do conhecimento. A base do sistema nacional do conhecimento é a educação de base. Daí o nome "base", daí o nome "fundamental".

Ontem, foi assinado um convênio com Harvard. É claro que isso é bom, mas, se não houver um bom

ensino médio, vai fracassar o programa Ciência sem Fronteiras. Vamos começar a enviar para lá pessoas despreparadas.

Hoje, há um artigo no jornal não sei de quem dizendo: "O que é que eles têm, Harvard e MIT?". E dizem que os empresários, quando morrem, dão dinheiro para essas universidades construírem bibliotecas e laboratórios. No Brasil, os nossos ricos não têm essa mania. Mas se esqueceram do fundamental: o que faz Harvard ser Harvard é que os alunos que ali entram tiveram excelente ensino médio. É isso que faz a universidade ficar boa. Eles escolhem os melhores de um bom sistema educacional. Nós escolhemos os bons, não chegam a ser os melhores, de um ruim, de um mau sistema educacional.

Estou falando isso, para deixar aqui o recado de que compartilho as preocupações de vocês. É um setor que tem de ser prestigiado e que, dentro de certos limites – vou mais longe –, tem de ser protegido. Digo "dentro de certos limites", porque proteger demais dificulta e limita a capacidade criativa. Sabemos disso até pelos nossos filhos: nós os protegemos, mas deixamos que eles se virem um pouquinho.

Precisamos fazer tudo isso, mas isso não vai bastar. Daqui a dez ou vinte anos, vamos voltar aqui com as mesmas reivindicações se não levarmos em conta a dinâmica fundamental de qualquer setor – e, no de vocês, é ainda mais fundamental –, que é a criação de um sistema nacional de conhecimento, o que exige, como um setor, a educação de base.

Essa aversão que existe no Brasil em que universitários se negam a conviver com empresários é um desastre para a criatividade, e a desconfiança de empresários em relação às universidades é também um desastre. A gente tem de casar essas duas coisas, mantendo a autonomia da universidade – e casamento não implica que você deixe de ter sua personalidade própria, sua autonomia própria –, ou não vamos levar isso adiante. O que faz a criatividade é a convivência do setor de ensino com o setor empresarial. Não há outro jeito. O planejamento central já mostrou que limita a capacidade de criatividade numa sociedade, tanto na economia, quanto no setor de produção de ciência e tecnologia.

A convivência com os militares também é fundamental, porque, no setor militar, muitas vezes, há grande exigência de inovação para a defesa nacional. Na segunda-feira, à noite, houve aqui um debate muito interessante na Comissão presidida pelo Senador Collor, em que se falou de guerra cibernética. Essas vão ser as guerras que vão passar por vocês. Mas vocês vão ter de conviver com os militares, e eles vão ter de conviver com as universidades, e vice-versa, criando um sistema nacional de conhecimento.

Fica aqui esse meu recado, parabenizando o Senador Walter Pinheiro pela Mesa, pelas análises corretíssimas do ponto de vista do setor. Mas, a meu ver – e não era esse o papel de vocês; não estou cobrando –, isso é insuficiente, para nós, Senadores, que queremos pensar o Brasil, por falta da visão do setor dentro do marco geral – não só do marco legal –, para fazer o Brasil ser um País com capacidade de criar conhecimento para 200 milhões de habitantes. Não estamos em situação tão ruim assim! Aqui, há setores de excelência, mas, num País com 200 milhões de habitantes, temos de multiplicar por cem os nossos setores de excelência. Não basta haver um Instituto Oswaldo Cruz, uma Embrapa, um ITA, um IME. Não basta contar com as mãos o número de institutos de alta tecnologia e ciência. Temos de contá-los com as mãos, com os pés e até com os cabelos, não com cabelos de carecas, como eu, mas com cabelos de gente que tenha muito cabelo, porque, senão, vamos ficar para trás.

Temo que fiquemos para trás apesar de o Brasil avançar, porque só vamos para frente quando avançamos com uma velocidade maior do que a dos outros. Não avançamos com uma velocidade maior do que a dos outros enquanto um Senador, quando viaja, der de presente uma escultura indígena e receber de presente um computador usado pelas crianças do país. Confesso que foi uma tremenda surpresa que tive num primeiro momento, porque nunca ninguém havia me dado um computador, que nem posso usar, porque o programa está na língua deles, a língua georgiana. Não sei se vai ser possível reconfigurá-lo, não pensei nisso, nem tentei isso, até porque quero mostrá-lo por aí. Vou mostrá-lo aos dois Ministros, ao de Ciência e Tecnologia e ao de Educação. Mas essa é uma surpresa que nos preocupa, porque estamos muito atrasados em relação a países com muito menor potencial do que o nosso.

Fica, aqui, esse recado, parabenizando-o, Senador Walter – repito –, pela Mesa. Espero que tudo isso seja divulgado para os outros Senadores que não estiveram aqui. Mas quero cobrar que vocês vão além dessas reivindicações setoriais, para pensarmos na construção de uma sociedade do conhecimento no Brasil. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Obrigado, Senador Cristovam. O debate aqui se faz exatamente para se colocar nesse computador que o senhor trouxe da Geórgia não o georgiano, mas o conhecimento, para que este possa chegar também ao brasileiro. Hoje, é fácil comprar um computador. Hoje, isso é muito mais fácil. Como diz uma propaganda di-

vulgada na Bahia, "agora, é 0800", ou até menor do que 0800, porque o preço do computador está abaixo de R$800,00. Já se pode comprar um computador por R$789,00. O problema diz respeito ao que se coloca dentro do computador. É isto que essa turma está discutindo aqui: o conhecimento. Vamos poder, inclusive, configurá-lo, para que todo cidadão, seja ele de Pernambuco, da Bahia ou desses centros de excelência, tenha a mesma oportunidade de usar essas ferramentas do novo tempo. Esse é o conhecimento...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Quero esclarecer, neste debate, o seguinte: quando falo do meu computador, não falo do equipamento.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Isso é o que estou dizendo.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Hoje, estou convencido de que erramos nos anos 70 ao darmos muita ênfase à proteção da fabricação de *hardware* – e fui um dos que defendiam isso – e ao não darmos importância aos departamentos de Matemática, naquela época. Depois, tivemos de criá-los. Como reitor, criei o Departamento de Ciência da Computação na Universidade de Brasília (UnB) e me lembro da resistência que enfrentamos. Tivemos de juntar professores das áreas de Matemática, de Estatística e de Engenharia Elétrica, que não queriam se juntar, porque diziam "cada um tem sua área". Se tivéssemos investido em Matemática e em Estatística naquela época e tivéssemos criado departamentos da Ciência da Computação, estaríamos em melhor situação, mas fomos para o setor produtor de indústria. Por quê? Porque nós gostamos de imitar os outros. Nós montávamos as peças aqui, criávamos nossos computadores, imitando os outros. Montei uma fábrica de computador na própria UnB, em 1986. Isso era algo micro, era algo absurdo.

Quanto a esse computador que recebi, o que me interessa é a quantidade de *software* pedagógico que existe ali dentro. Não sou tão favorável a um computador por aluno. Acho que, se colocamos o aluno sozinho ali, quebramos a capacidade de criatividade que vem de três alunos trabalhando juntos. Pode-se fazer com que cada aluno trabalhe num computador, mas que três trabalhem juntos – essa é outra coisa. Mas a gente termina adivinhando um pouco a quantidade de *software* que existe lá dentro, pelas imagens que estão ali, com todas as letras redondinhas.

Aqui, não há incentivo à educação, o que vai gerar uma demanda para vocês. Essa demanda por *software* para a educação tem de vir do Governo. É o Governo que tem de comprar isso.

Não lembro mais quanto, mas, há dez anos, quando fui Ministro, a gente gastava R$60 milhões por ano só pagando aos Correios para distribuir livros didáticos. Ficaria muito mais barato se a gente desenvolvesse tudo o que estava naqueles livros por meio de *software.*

Eu sei que, aqui, estamos discutindo o que está dentro do computador, a inteligência do computador.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – É isso. É esse *software*, esse conhecimento, esse aplicativo, esse conteúdo.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – É disso que a gente precisa. Esse aplicativo precisa de muita educação para haver gente capacitada para criá-los e precisa haver muita educação para demandar esse sistema. É esse o sistema de conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Obrigado, Cristovam.

Bom, quero agradecer a presença de todos e dizer que ficam aqui as impressões, os desafios, as coisas que foram colocadas. Também para nós, da Comissão de Ciência e Tecnologia, fica a outra parte, que é o compromisso de, efetivamente, implementar, a partir, obviamente, da nossa capacidade de pressão, o resultante dessa boa Mesa de exposição que tivemos aqui, no dia de hoje.

Devemos tentar utilizar a Comissão de Ciência e Tecnologia como um canal capaz de interagir, inclusive; forçar, poderíamos dizer assim, para que essa sinergia se estabeleça e para que possamos fazer andar os trabalhos com esses pleitos aqui levantados. E, da próxima vez, teremos oportunidade de assistir aqui a uma apresentação em que os gráficos possam mudar pelo menos de cor, para que possamos ter a oportunidade de vibrar com os resultados, e não ficar simplesmente olhando o resultado do vizinho. Dizem que quando a barba do vizinho arde, a gente bota a nossa de molho. Então, é bom a gente preparar a nossa. Não nos custa nada beber nas experiências dos outros, mas o mais importante é a gente falar da nossa própria experiência e viver a partir da nossa própria realidade.

Então, eu queria agradecer a todos.

Quero aproveitar ainda o funcionamento desta Comissão para colocar em apreciação no Plenário o Requerimento do Senador Cícero Lucena, que solicita autorização para participar de um evento de energia solar, na cidade do Rio de Janeiro.

Em votação o Requerimento do Senador Cícero Lucena para o fórum que deve debater e discutir a questão das potencialidades da energia solar no Brasil. *(Pausa.)*

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Aprovado o Requerimento do Senador Cícero Lucena.

Antes de encerrar os nossos trabalhos submeto à deliberação a dispensa da leitura e à aprovação das Atas das presentes reuniões conjuntas, a CCT e a CI, portanto, as Comissões de Ciência e Tecnologia e a de Infraestrutura do Senado.

As Srªs e os Srs. Senadores concordam? *(Pausa.)*

Aprovadas as Atas das reuniões conjuntas.

Mais uma vez, agradecer a todos os presentes, e dizer que, para nós, é importante, principalmente hoje, porque estamos discutindo questões fundamentais para a indústria do Brasil, que é a de mudar a política de utilização do ICMS da importação. Então, é fundamental que a gente dê sequência, faça essas auscultas, promova esse debate, para a gente ter a oportunidade de, inclusive, buscar o encaminhamento enquanto é tempo.

Numa linguagem que eu aprendi quando criança que diz assim: "Quando tem a oportunidade de fazer, faça", que é para não ficar, lá adiante, lamentando. Então, portanto, façamos. E isso era uma das coisas que o meu pai me dizia sempre.

Muito obrigado a todos.

Esta encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 24 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 04 minutos.)

Ata da 10ª Reunião Extraordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, Realizada em 18 de Abril de 2012.

Às dez horas e um minuto do dia dezoito de abril de dois mil e doze, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Eduardo Braga, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Angela Portela, Anibal Diniz, Walter Pinheiro, João Capiberibe, Rodrigo Rollemberg, Vital do Rêgo, Ciro Nogueira, Eunício Oliveira, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, Alfredo Nascimento, Delcídio do Amaral, Paulo Paim, Sérgio Souza, Ivo Cassol, Benedito de Lira e Cícero Lucena, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, José Agripino e Gim Argello. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Eduardo Braga, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 1: Projeto de Lei do Senado n.º 629, de 2011**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que "Altera os arts. 3º e 18 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para incluir o apoio cultural ao Serviço de Radiodifusão Comunitária entre os projetos aptos a receber recursos incentivados." O relator designado é o Senador Gim Argello e o relatório é favorável. A deliberação da matéria é adiada. **Item 2: Projeto de Lei da Câmara n.º 55, de 2007**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Dr. Rosinha , que "Altera dispositivos da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências" que tramita em conjunto com o **Projeto de Lei do Senado n.º 337, de 2008**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Valdir Raupp, que "Altera o art. 7º da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para instituir a rastreabilidade de agrotóxicos." O relator designado é o Senador Ciro Nogueira e o parecer favorável ao PLC 55/2007, na forma da Emenda nº 01-CCT (Substitutivo), e pela rejeição do PLS 337/2008, que tramita em conjunto, é aprovado. **Item 3: Requerimento n.º 16, de 2012-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Walter Pinheiro, que "Nos termos do art. 58, §2°, incisos II e V da Constituição Federal, combinado com o art. 90, incisos II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja realizada, por esta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, audiência pública destinada a debater a normativa e os procedimento de patenteamento no Brasil e sua incidência sobre o desenvolvimento científico, tecnológico e industrial nacional, com os seguintes convidados:Jorge Ávila, Presidente do INPI/MDIC; Carlos Brito Cruz, Presidente da FAPESP; Luiz Elias, Secretario Executivo do MCTI; Otávio Brandelli, Ministro de 2º Classe da carreira do Itamaraty; e, Luiz Henrique Amaral, Presidente da ABPI." O requerimento é aprovado. **Item 4: Requerimento n.º 17, de 2012-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Valdir Raupp e Flexa Ribeiro, que requerem "..., nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão do nome abaixo relacionado entre os convidados para participar da audiência pública sobre a qual trata o Requerimento nº 32, de 2011 (Desenvolvimento de novas tecnologias e terras raras): Sr. Reinaldo Brito, Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM." O requerimento é aprovado. **Item 5: Requerimento**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cícero Lucena, que requer "..., nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento In-

terno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública perante esta Comissão com a finalidade de debater a utilização indevida política e economicamente das rádios educativas administradas por fundações. À oportunidade, apresento sugestão no sentido de que sejam convidadas para participarem da presente audiência pública: Sr Paulo Bernardo, Ministro da Comunicação; Sr. Mario Sartorello, Associação das Rádios Públicas do Brasil." A deliberação da matéria é adiada. **Item 6: Projeto de Decreto Legislativo n.º 384, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada ao SISTEMA DE COMUNICAÇÕES PROFESSOR WALTER ALENCAR LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Teresina, Estado do Piauí." O relator designado, ad hoc, é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. **Item 7: Projeto de Decreto Legislativo n.º 333, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO MULHER LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Ciro Nogueira e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. **Item 8: Projeto de Decreto Legislativo n.º 360, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO MEIRELENSE DE CULTURA E RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina." O relator designado é o Senador Ciro Nogueira e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. **Item 9: Projeto de Decreto Legislativo n.º 27, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO SOCIEDADE SOBRADINHO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Sobradinho, Estado do Rio Grande do Sul." A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Ângela Portela e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo n.º 340, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO JORNAL A VERDADE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de São José, Estado de Santa Catarina." A relatora designada é a Senadora Ângela Portela e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. **Item 11: Projeto de Decreto Legislativo n.º 461, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à REDE VIVIDENSE DE COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Coronel Vivida, Estado do Paraná." A relatora designada é a Senadora Ângela Portela e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo n.º 425, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO FM SERRA AZUL LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Pedro do Piauí, Estado do Piauí." O relator designado é o Senador Anibal Diniz e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. **Item 13: Projeto de Decreto Legislativo n.º 317, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO PIONEIRA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Salto, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Benedito de Lira e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. **Item 14: Projeto de Decreto Legislativo n.º 338, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO NOTÍCIAS BRASILEIRAS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Matão, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Benedito de Lira e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. **Item 15: Projeto de Decreto Legislativo n.º 23, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO UIRAPURU LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Passo Fundo, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Cyro Miranda e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. **Item 16: Projeto de Decreto Legislativo n.º 309, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO CULTURA DE BARIRI LTDA. para explorar serviço de radiodifusão

sonora em ondas médias na cidade de Bariri, Estado de São Paulo." O relator designado, ad hoc, é o Senador Delcídio do Amaral e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. **Item 17: Projeto de Decreto Legislativo n.º 331, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO IMPRENSA S/A para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo." O relator designado, ad hoc, é o Senador Delcídio do Amaral e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. **Item 18: Projeto de Decreto Legislativo n.º 414, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à FUNDAÇÃO EDUCACIONAL, CULTURAL E ASSISTENCIAL DE PINHEIRO – FECAP para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pinheiro, Estado do Maranhão." O relator designado, ad hoc, é o Senador Delcídio do Amaral e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. **Item 19: Projeto de Decreto Legislativo n.º 330, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DE SÃO JOÃO DO SUL – SC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João do Sul, Estado de Santa Catarina." O relator designado é o Senador Vital do Rêgo e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. **Item 20: Projeto de Decreto Legislativo n.º 324, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA LÍRIO DOS VALES para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Rodrigo Rollemberg e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. **Item 21: Projeto de Decreto Legislativo n.º 345, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA AUTA DE SOUZA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Macaíba, Estado do Rio Grande do Norte." O relator designado é o Senador Rodrigo Rollemberg e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. **Item 22: Projeto de Decreto Legislativo n.º 614, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à TELEVISÃO VERDES MARES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Recife, Estado de Pernambuco." O relator designado, ad hoc, é o Senador Vital do Rêgo e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. **Item 23: Projeto de Decreto Legislativo n.º 342, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, CULTURAL E DE COMUNICAÇÃO SOCIAL GUGLIELMO MARCONI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Venha Ver, Estado do Rio Grande do Norte." O relator designado é o Senador Walter Pinheiro e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. **Item 24: Projeto de Decreto Legislativo n.º 34, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO ONÉSIMO NOGUEIRA para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Corrente, Estado do Piauí." O relator designado é o Senador Walter Pinheiro e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. **Item 25: Projeto de Decreto Legislativo n.º 450, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ATALAIA DA ÚLTIMA HORA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul." O relator designado é o Senador Delcídio do Amaral e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis. **Item 26: Projeto de Decreto Legislativo n.º 373, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à SISTEMA SUL MATO-GROSSENSE DE RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ponta Porã, Estado de Mato Grosso do Sul." O relator designado é o Senador Delcídio do Amaral e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis. **Item 27: Projeto de Decreto Legislativo n.º 24, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à SOCIEDADE DE RADIODIFUSÃO INDEPENDENTE DE CRUZ ALTA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Cruz Alta, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é

aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis. **Item 28: Projeto de Decreto Legislativo n.º 347, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RADIODIFUSORA COMUNITÁRIA DE BURITIZEIRO – MG para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Buritizeiro, Estado de Minas Gerais." O relator designado, ad hoc, é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis. **Item 29: Projeto de Decreto Legislativo n.º 327, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à FUNDAÇÃO FREI ROGÉRIO para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Curitibanos, Estado da Santa Catarina." O relator designado, ad hoc, é o Senador Sérgio Souza e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis. **Item 30: Projeto de Decreto Legislativo n.º 354, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à UNIÃO SOCIAL DO JARDIM SANTANA E ADJACÊNCIAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Sérgio Souza e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. **Item 31: Projeto de Decreto Legislativo n.º 366, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO EDUCADORA DE TAIÓ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Taió, Estado de Santa Catarina." O relator designado é o Senador Sérgio Souza e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis. **Item 32: Projeto de Decreto Legislativo n.º 371, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO DE APOIO E DESENVOLVIMENTO AO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – FADEPE/JF para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Ivo Cassol e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis. **Item 33: Projeto de Decreto Legislativo n.º 373, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO VALPARAÍSO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Valparaíso, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Ivo Cassol e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis. **Item 34: Projeto de Decreto Legislativo n.º 322, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à R & V COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mococa, Estado de São Paulo." O relator designado, ad hoc, é o Senador Delcídio do Amaral e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis. **Item 35: Projeto de Decreto Legislativo n.º 382, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA DE BALNEÁRIO GAIVOTA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Balneário Gaivota, Estado de Santa Catarina." O relator designado, ad hoc, é o Senador Delcídio do Amaral e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis. **Item 36: Projeto de Decreto Legislativo n.º 28, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÃO JUDAS TADEU para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibiassucê, Estado da Bahia." O relator designado, ad hoc, é o Senador Delcídio do Amaral e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis. **Item 37: Projeto de Decreto Legislativo n.º 363, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à SBC – RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cachoeira do Arari, Estado do Pará." O relator designado, ad hoc, é o Senador Delcídio do Amaral e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis. Nesse momento, os Senhor Senador Ciro Nogueira, Walter Pinheiro, Ivo Cassol e requerem, oralmente, a inclusão extrapauta de Projeto de Decreto Legislativo e Requerimento com o que todos concordam. **Extrapauta, Item 1: Projeto de Decreto Legislativo n.º 368, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO NOVAS DE PAZ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itabira, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Ciro Nogueira e o projeto é

aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis. **Extrapauta, Item 2: Projeto de Decreto Legislativo n.º 456, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA LAGEADO DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santarém, Estado do Pará." O relator designado é o Senador Ivo Cassol e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis. **Extrapauta, Item 3: Projeto de Decreto Legislativo n.º 388, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à PRISMA RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Imbé, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Walter Pinheiro e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. **Extrapauta, Item 4: Requerimento n.º 18, de 2012-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Vital do Rêgo e Eduardo Braga, que requerem "..., nos termos regimentais, e pelo presente, a realização de Seminário que discutirá "A Atividade de CT&I e a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia & Inovação (ENCTI) – Infraestrutura e Capacitação para a Pesquisa – Mecanismos de Financiamento e Participação Privada", com convite às entidades e personalidades abaixo elencadas, além de outras que porventura venham a ser incluídas: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI; Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC; Universidade Federal de Campina Grande – UFCG; Itaipu Binacional; Financiadora de Estudos e Projetos – Finep; Conselho Nacional de Secretários Estaduais para Assuntos de Ct&I – Consecti; Professor Marcelo Gleiser – (Dartmouth College); Professor Miguel Nicolelis – (Duke University – IINN-ELS)." O requerimento é aprovado. Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião, às onze horas e nove minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática** lavrasse a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no diário do Senado Federal. – Senador **Eduardo Braga,** Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e Srªs Senadoras que a aprovam permaneçam como se encontram.

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

O item 1 da pauta é de relatoria do Senador Gim Argello, que, segundo informa a nossa Secretária, está chegando. Então, vamos pular o item 1 da pauta e vamos ao item 2 da pauta.

Passo a palavra ao nosso querido Senador Ciro Nogueira, como Relator do projeto de lei da Câmara nº 55, de 2007, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 337, de 2008.

ITEM 2

TRAMITAÇÃO CONJUNTA
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 55, DE 2007
– Não Terminativo –

Altera dispositivos da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências.

Autoria: Deputado Dr. Rosinha

Com a palavra o Senador Ciro Nogueira, para proferir seu relatório.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco/PP – PI) – Sr. Presidente, vou direto ao relatório.

Submete ao exame da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática as seguintes proposições que tramitam em conjunto: Projeto de Lei da Câmara nº 55, de 2007 (PL nº 2.938, de 2004, na Casa de origem), do Deputado Dr. Rosinha, que *altera dispositivos da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências*.

O Projeto de Lei da Câmara nº 55, de 2007 altera os arts. 16 e 17 da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, com o objetivo de aprimorar a técnica legislativa mediante a subdivisão do texto do *caput* e parágrafos,

e de adequar os valores e a forma de cálculo de multas penal e administrativa.

Além disso, a proposição acrescenta os §§ 2º e 3º ao art. 17 da mesma Lei, para incluir os alimentos contaminados entre os produtos que poderão ser condenados ou inutilizados e para inserir o empreendimento rural em que se tenham infringido disposições legais referentes a agrotóxicos entre aqueles passíveis de interdição.

No Senado Federal, o projeto foi inicialmente distribuído às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). Na CCJ, o projeto foi aprovado com uma emenda, que acrescenta o § 2º ao art. 19 da Lei nº 7.802, de 1989, para determinar que "todos os agrotóxicos, componentes e afins comercializados no País deverão estar acondicionados em embalagens com sistema de código de barras, visando possibilitar a identificação do fabricante e do adquirente". Na CMA, a matéria foi aprovada nos termos do parecer da CCJ, com mais uma emenda, que altera a ementa do projeto, para simplificá-la e melhor identificar o conteúdo da proposição. Com a aprovação dos Requerimentos nº 160 e 230, ambos de 2011, o projeto foi submetido também à apreciação da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

Na CRA, a Senadora Ana Amélia apresentou relatório com voto pela aprovação do PLC nº 55, de 2007, nos termos dos pareceres aprovados na CCJ e na CMA, com uma emenda destinada a suprimir os §§ 2º e 3º do art. 17 da Lei nº 7.802, de 1989, incluídos pelo art. 1º do PLC nº 55, de 2007.

Após a leitura do relatório pela Senadora Ana Amélia, foi concedida vista coletiva do processo e a Senadora Gleisi Hoffmann apresentou emenda para incluir os §§ 2º a 4º no art.19 da Lei nº 7.802, de 1989. O objetivo da emenda, segundo a autora, é permitir a identificação do fabricante, do vendedor e do adquirente, em caso de abandono de embalagens de agrotóxicos no meio ambiente.

Contudo, o relatório não chegou a ser votado e a emenda da Senadora Gleisi Hoffmann não foi apreciada pela CRA, em virtude da aprovação do Requerimento nº 611, de 2011, da Senadora Ana Amélia, de tramitação em conjunto do PLC nº 55, de 2007, e do PLS nº 337, de 2008, por versarem sobre a mesma matéria.

O projeto foi inicialmente distribuído à CRA, à CMA e, para decisão terminativa, à Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Com a aprovação do Requerimento nº 1.245, de 2008, a proposição foi também submetida à apreciação da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

Em 15 de junho de 2011, com a aprovação do mencionado Requerimento nº 611, de 2011, as duas proposições passaram a tramitar em conjunto, tendo sido distribuídas às seguintes Comissões: CCT, CRA, CCJ, CAS e CMA.

Na oportunidade, também a CCT manifesta-se sobre o PLC nº 55.

Até o momento, não foram oferecidas novas emendas aos projetos em exame.

Análise.

Na versão original do PLC nº 55, o objetivo primordial do autor era atualizar os valores das multas aplicáveis ao empregador, ao profissional responsável ou ao prestador de serviço que deixasse de promover as medidas necessárias de proteção à saúde e ao meio ambiente, estipuladas na Lei nº 7.802, de 1989 (Lei de Agrotóxicos).

O art. 16 da Lei de Agrotóxicos criminaliza essa conduta, estabelecendo pena de reclusão de dois a quatro anos, além de multa de cem a mil MVR (Maior Valor de Referência), unidade monetária existente à época e que foi extinta pela Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991. Em caso de culpa, a pena será de reclusão de um a três anos, além de multa de cinquenta a quinhentos MVR. A mesma unidade é utilizada no art. 17 da Lei para definir as multas administrativas aplicáveis.

A Senadora Ana Amélia, relatora do PLC nº 55, de 2007, na CRA, manifestou-se pela exclusão dos §§ 2º e 3º, acrescentados ao art. 17.

Segundo a Senadora, "o § 2º deve ser excluído porque a expressão 'alimentos contaminados' é desnecessária e redundante". Com efeito, os incisos VIII e IX do art. 17 da Lei nº 7.802, de 1989, já prevêem "a destruição de vegetais, partes de vegetais e alimentos, com resíduos acima do permitido", bem como a "destruição de vegetais, partes de vegetais e alimentos, nos quais tenha havido aplicação de agrotóxicos de uso não autorizado, a critério do órgão competente".

Já o PLS nº 337, de 2008, tem por objetivo primordial instituir a rastreabilidade de agrotóxicos. Para tanto, determina que os rótulos e bulas dos agrotóxicos comercializados no território nacional devem conter, além das demais informações e instruções previstas no art. 7º da Lei nº 7.802, de 1989, "código de barras ou mecanismo similar de registro de informações que permita a rastreabilidade do produto ou lotes de produção: das matérias-primas e seus fornecedores, utilizadas na sua fabricação, e dos processos de fabricação e de controle de qualidade".

O novo § 4º do art. 7º da Lei nº 7.802, de 1989, também incluído pelo PLS nº 337, de 2008, determina que essa rastreabilidade "deverá ser implantada por toda a cadeia produtiva, incluindo o armazenamento,

transporte, comercialização e retorno das embalagens, por meio de registro eletrônico em sistemas e bancos de dados integrados que permitam sua fiscalização pelo poder público".

Desse modo, examinados em conjunto, o PLC nº 55, de 2007, e o PLS nº 337, de 2008, aprimoram a Lei de Agrotóxicos em dois pontos bem determinados:

1) atualização dos valores das multas penal e administrativa decorrentes de infrações referentes à adoção das medidas necessárias de proteção à saúde e ao meio ambiente; e

2) estabelecimento de mecanismos que permitam a rastreabilidade de agrotóxicos.

Voto.

Ante o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 55, de 2007, e pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 337, de 2008, na forma da seguinte emenda substitutiva:

A Emenda**,** Sr**.** Presidente**,** altera os arts. 7º, 16 e 17 da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para atualizar valores de multas e instituir mecanismo que permita a rastreabilidade de agrotóxicos, seus componentes e afins.

O art. 7º da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso V, no *caput*, e dos §§ 4º e 5º:

V – código de barras ou mecanismo similar que contenha, no mínimo, a identificação do produto, do país de origem, do fabricante ou importador, do número do lote ou da partida e da validade do produto, bem como um sequencial que individualize a embalagem.

§ 4º O número do código de barras ou mecanismo similar de que trata o inciso V do *caput* deverá constar da discriminação do produto na nota fiscal emitida nas operações de comercialização de agrotóxico, seus componentes e afins.

§ 5º O poder público fiscalizará a cadeia produtiva de agrotóxicos, seus componentes e afins, por meio de registro eletrônico em bancos de dados integrados que permitam rastrear o produto nas fases de fabricação ou importação, distribuição, transporte, armazenamento, comercialização e retorno das embalagens."

Art. 2º O art. 16 da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 16. O empregador, o profissional responsável ou o prestador de serviços que deixar de promover as medidas necessárias de proteção à saúde e ao meio ambiente estará sujeito à pena de reclusão de 2 (dois) a 4 (quatro) anos e multa.

§ 1º Em caso de culpa, a pena será de 1 (um) a 3 (três) anos de reclusão e multa.

§ 2º As multas a que se referem o caput e o § 1º são aquelas de que tratam os arts. 49 a 52 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal."

Art. 3º O art. 17 da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, passa a vigorar com a seguinte redação:

II – multa de até R$ 10.000,00 (dez mil reais), aplicável em dobro em caso de reincidência, sucessivamente, quando se tratar de agricultor pessoa física, e de até R$ 100.000,00 (cem mil reais), quando se tratar de pessoa jurídica ou responsável técnico.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, Sr.Presidente.

Esse é o nosso relatório.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – A matéria está em discussão.

Não havendo Senadores para discutir, em votação.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram.

Aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da CCT favorável ao PLC, nos termos da Emenda nº 1 da CCT, substitutivo, e pela rejeição do PLS 337, de 2008, que tramita em conjunto.

As matérias vão à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Cumprimentando, portanto, o Senador Ciro Nogueira, pela excelência do relatório e pela providência importante com relação a essa matéria, passamos ao Item 3 da pauta.

O Senador Walter Pinheiro ainda não chegou, vamos deixar sobrestado este Item 3.

Vamos ao Item 4, que o Senador Flexa Ribeiro subscreveu o requerimento, que requer, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão do nome abaixo relacionado entre os convidados para participar da audiência pública sobre a qual trata o Requerimento nº 32, de 2011: Sr. Reinaldo Brito, Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais. Na realidade sobre audiência pública que trata de novas tecnologias e terras raras, que será na semana que vem

Autoria: Senador Valdir Raupp.

Com a palavra o autor do requerimento, Senador Flexa Ribeiro, que é um dos que subscreveram o requerimento e é coautor do requerimento sobre a matéria.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente Eduardo Braga, líder do Governo. V. Exª usou a palavra certa, ontem sobrevivi àquela reunião da CAE, do Projeto de Resolução 72.

V. Exª, com líder do Governo, aprovou o projeto. Eu era favorável. Votei "sim" ao final, porque acho que tínhamos que acabar realmente com a guerra fiscal, mas eu defendi até o último instante, votando pela regra de transição. Acho que não tinha que terminar da forma abrupta, como foi a proposta do Governo. De-

via haver uma regra de transição para os Estados que praticam, há muito tempo, o incentivo.

Mas essa proposta, o requerimento, Senador Eduardo Braga, é apenas para inclusão de mais um convidado à audiência, para que possamos tratar de exploração mineral nas terras raras. Isso é muito importante, porque o Brasil tem oportunidade de explorar essas terras, o subsolo de minerais importantíssimos. E já aprovamos o requerimento do Senador Valdir Raupp, que é o autor desse requerimento, e, como ele não está presente, estou subscrevendo, para que possamos incluir mais um convidado e possamos fazer essa audiência, que é, como disse, importantíssima para o nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Acatando as considerações do Senador Flexa Ribeiro, em votação, o requerimento.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado o requerimento.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Só pediria a V. Exª se poderíamos, dentro da agenda da Comissão, marcar essa audiência ainda antes do feriado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Na próxima semana.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Então, ótimo.

Obrigado.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Com a palavra, nosso querido Presidente da CAE, Senador Delcídio do Amaral.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Meu caro Presidente Eduardo Braga e Líder do Governo, temos, com o Senador Flexa, uma audiência pública agora com um convidado sobre a usina hidrelétrica de Belo Monte. E queria solicitar, Sr. Presidente, se poderíamos fazer a inversão de pauta. Tenho aqui duas rádios para relatar, os Itens nºs 25 e 26.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Com certeza, Senador.

Apenas para lembrar aos Srs. Senadores que essa votação será nominal a partir de então, porque é terminativa.

Vou deixar, portanto, de apreciar o requerimento de autoria do Senador Cícero Lucena, até porque o Senador se ausentou, e vamos passar aos itens solicitados pelo nosso Senador Delcídio do Amaral, que são os Itens nºs 25 e 26.

ITEM 25

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 450, DE 2006
– Terminativo –

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ATALAIA DA ÚLTIMA HORA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria : Senador Delcídio do Amaral

Relatório: Favorável

ITEM 26

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 373, DE 2007
– Terminativo –

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à SISTEMA SUL MATOGROSSENSE DE RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ponta Porã, Estado de Mato Grosso do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria : Senador Delcídio do Amaral

Relatório: Favorável

Com a palavra, o Senador Delcídio do Amaral.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, sou o relator do Projeto de Decreto Legislativo nº450, de 2006, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Atalaia da Última Hora a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul, a nossa capital.

Analisei o processo, que tramitou e teve sua análise executada pelo Ministério das Comunicações. Sob o ponto de vista da juridicidade e técnico, a legitimidade desse projeto é absolutamente inquestionável.

Portanto, o meu voto é favorável ao ato que autoriza a Associação Comunitária Atalaia da Última Hora a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Campo Grande.

É importante registrar que essa é mais uma rádio comunitária. As rádios comunitárias prestam um serviço excepcional e, acima de tudo, cidadão.

E o próximo relatório, que é o Item nº26, também aprova o ato que renova a concessão outorgada ao Sistema Sul-mato-grossense de Radiodifusão Ltda. Vai explorar serviço de radiodifusão sonora em onda

média, na cidade de Ponta Porã, cidade importante do nosso Estado e que faz fronteira com o Paraguai. Estivemos com o Senador Rollemberg, neste final de semana, em Ponta Porã, honrando o nosso Estado com a presença de um Senador do PSB nacional, conhecido nacionalmente, e que presta um grande serviço ao nosso País.

É importante registrar também que esse processo tramitou no Ministério das Comunicações. Sob o ponto de vista jurídico, constitucional e dos requisitos técnicos, ele está absolutamente alinhado com as boas práticas. Portanto, o meu voto é favorável ao ato que renova a concessão outorgada ao Sistema Sul Mato-grossense de Radiodifusão Ltda. para explorar o serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ponta Porã, Estado de Mato Grosso do Sul.

São esses os meus dois votos favoráveis, Sr. Presidente, aos itens nºs 25 e 26.

Muito obrigado pela priorização desses dois projetos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB – AM) – Temos quórum na Casa e eu pediria a compreensão dos Srs. Senadores para que pudéssemos votar em bloco todas as matérias...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco/PP – PI) – Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar a exclusão extrapauta, também no mesmo teor, do projeto...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB – AM) – Exclusão ou inclusão, Senador?

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco/PP – PI) – Inclusão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB – AM) – A inclusão?

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco/PP – PI) – Do Projeto de Decreto Legislativo nº 368, de 2011.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB – AM) – É para inclusão extrapauta. Eu pediria aos Srs. Senadores – nós vamos acatar a solicitação de V. Exª –, mas apenas para aproveitar o quórum para as matérias terminativas, eu gostaria, com a compreensão dos Srs. Senadores, de colocar em votação em bloco.

Eu passaria, portanto, a palavra ao Senador...

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Sr. Presidente, eu só queria fazer constar extrapauta o Projeto de Lei nº 456, que já está em sua mesa, por gentileza, que trata do Sistema Lajeado de Comunicação no Pará.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB – AM) – Acatando a solicitação de V. Exª, passamos aos itens 7 e 8.

ITEM 7

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 333, DE 2011
– Terminativo –

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO MULHER LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria : Senador Ciro Nogueira

Relatório: Favorável

ITEM 8

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 360, DE 2011
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO MEIRELENSE DE CULTURA E RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria : Senador Ciro Nogueira

Relatório: Favorável

Concedo a palavra ao Senador Ciro Nogueira para relatar os itens 7 e 8 da pauta.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco/PP – PI) – Bem, Sr. Presidente, esse projeto trata, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 333, de 2011, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Mulher Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Vou diretamente ao voto, Sr. Presidente.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS n° 333, de 2011, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a concessão outorgada à *Rádio Mulher Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Da mesma forma, Sr. Presidente, em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) n° 360, de 2011, que aprova o ato que outorga autorização à *Associação Meirelense de Cultura e Radiodifusão Comu-*

nitária para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina.

Também vamos direto ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS n° 360, de 2011, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à *Associação Meirelense de Cultura e Radiodifusão Comunitária* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o nosso relatório.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB – AM) – Agradecendo a V. Exª, passo agora a palavra à Senadora Angela Portela, para que S. Exª possa proferir o seu relatório dos itens 10 e 11 da pauta e pediria também a V. Exª para ser relatora *ad hoc* de plenário do Item 9. Então, V. Exª faria o relatório do Item 9, cuja relatora seria a Senadora Maria do Carmo, que não se encontra presente, e dos itens 10 e 11 da pauta.

ITEM 9

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 27, DE 2012
– Terminativo –

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO SOCIEDADE SOBRADINHO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Sobradinho, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria : Senadora Maria do Carmo Alves

Relatório: Favorável

ITEM 10

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 340, DE 2011
– Terminativo –

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO JORNAL A VERDADE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de São José, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria : Senadora Angela Portela

Relatório: Favorável

ITEM 11

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 461, DE 2011
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga permissão à REDE VIVIDENSE DE COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Coronel Vivida, Estado do Paraná.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria : Senadora Angela Portela

Relatório: Favorável

Com a palavra a Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Sr. Presidente, estou tentando encontrar aqui.

Vamos ao Projeto de Decreto Legislativo nº 340, de 2011, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Jornal A Verdade Ltda., para explorar o serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, na cidade de São José, Estado de Santa Catarina.

Vamos direto ao voto, Sr. Presidente.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 340, de 2011, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a concessão outorgada à Rádio Jornal A Verdade Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, na cidade de São José, Estado de Santa Catarina, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

Sobre o item 9, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 27, de 2012, não evidenciou violação de legislação que disciplina a matéria e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a concessão outorgada à Rádio Sociedade Sobradinho Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, na cidade de Sobradinho, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

Sobre o item 11, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 461, de 2011, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Rede

Vividence de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Coronel Vivida, Estado do Paraná, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o nosso voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB – AM) – Agradeço a V. Exª, Senadora Angela Portela, por mais uma vez proferir um relatório que ajuda esta Comissão no cumprimento do nosso dever.

Passo a palavra ao Senador Anibal Diniz para relatar o item 12 da pauta, PDS nº 425, de 2011.

ITEM 12

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 425, DE 2011
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO FM SERRA AZUL LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Pedro do Piauí, Estado do Piauí.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria : Senador Anibal Diniz

Relatório: Favorável

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Vou direto ao voto, Sr. Presidente.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 425, de 2011, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Rádio FM Serra Azul Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de São Pedro do Piauí, Estado do Piauí, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB – AM) – Agradeço a V. Exª, Senador Anibal Diniz.

Senador Benedito, 13 e 14 os Itens: PDS nº 317, de 2011, e PDS nº 338, de 2011. Com a palavra V. Exª.

ITEM 13

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 317, DE 2011
– Terminativo –

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO PIONEIRA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Salto, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria : Senador Benedito de Lira

Relatório: Favorável

ITEM 14

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 338, DE 2011
– Terminativo –

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO NOTÍCIAS BRASILEIRAS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Matão, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria : Senador Benedito de Lira

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo n° 317, de 2011 (n° 2.914, de 2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Pioneira Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Salto, Estado de São Paulo.

Sr. Presidente, a matéria teve a sua tramitação absolutamente regular nesta Comissão. Não foram apresentadas emendas.

O voto vai nos seguintes termos:

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS n° 317, de 2011, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a permissão outorgada à Rádio Pioneira Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Salto, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o parecer, Sr. Presidente.

Quanto ao item 14 item da Comissão De Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo n° 338, de 2011 (n° 127, de 2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Notícias Brasileiras Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas

médias na cidade de Matão, Estado de São Paulo, a matéria tramitou regularmente. Não foram apresentadas emendas, nem houve nenhuma modificação.

O voto, Sr. Presidente.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS n° 338, de 2011, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a concessão outorgada à Rádio Notícias Brasileiras Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Matão, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Agradeço ao querido Senador Benedito de Lira.

Para relatar o PDS n° 309, PDS n° 331 e PDS n° 414, itens 16, 17 e 18, o Senador Valdir Raupp, que não se encontra presente. *Ad hoc*, convidamos e convocamos um especialista em relatórios, o sempre Presidente Senador Delcídio do Amaral.

ITEM 16

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 309, DE 2011
– Terminativo –

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO CULTURA DE BARIRI LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Bariri, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria : Senador Valdir Raupp

Relatório: Favorável

ITEM 17

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 331, DE 2011
– Terminativo –

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO IMPRENSA S/A para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria : Senador Valdir Raupp

Relatório: Favorável

ITEM 18

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 414, DE 2011
– Terminativo –

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à FUNDAÇÃO EDUCACIONAL, CULTURAL E ASSISTENCIAL DE PINHEIRO – FECAP para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pinheiro, Estado do Maranhão.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria : Senador Valdir Raupp

Relatório: Favorável

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Meu caro Presidente, Senador Vital do Rêgo, eu vou ler só a ementa:

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Cultura de Bariri Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Bariri, Estado de São Paulo.

Meu voto é favorável, sob o ponto de vista de juridicidade e técnica. Acho que é mais uma vitória para o Município de Bariri.

Outro projeto que relato aqui, *ad hoc*, é o PDS 331, que Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Imprensa S/A para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Absolutamente coerente, sob o ponto de vista técnico, sob o ponto de vista de juridicidade. Portanto, meu voto é favorável.

E o último é o PDS nº 414, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação Educacional, Cultural e Assistencial De Pinheiro – FECAP para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pinheiro, Estado do Maranhão.

Também, sob o ponto de vista técnico e sob o ponto de vista jurídico, não temos nada a observar. Portanto, meu voto é favorável.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra o Senador Rodrigo Rollemberg.

Já se encontra? *(Pausa.)*

Senador Rollemberg para relatar os PDS 324 e o 345.

Antes, o Senador Cyro pede a palavra para o PDS 23, Item 15. Chegou, sentou, relatou.

ITEM 15

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 23, DE 2012
– Terminativo –

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO UIRAPURU LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Passo Fundo, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria : Senador Cyro Miranda

Relatório: Favorável

Senador Cyro, com a palavra.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Obrigado pela consideração, Presidente.

Trata-se da permissão de outorga à Rádio Uirapuru Ltda. Para explorar o serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Passo Fundo, Estado do Rio Grande do Sul.

Sr. Presidente, vou logo ao voto.

Não há nenhum vício. Há boa técnica legislativa.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado, nos termos do art. 104, cumpre à Comissão de Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar a cerca da proposição.

O processo em exame e a apreciação do Poder Executivo outorgam ou renovam concessão e permissão. A proposta, oriunda da Câmara dos Deputados, é destinada a aprovar o projeto também sob exame.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 23, de 2012, não evidenciou a violação da legislação que disciplina a matéria e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a permissão outorgada à Rádio Uirapuru Ltda. para exploração de serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Passo Fundo, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

Aprovado, tchê!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo**.** Bloco/PMDB – PB) – Agradeço ao Senador Cyro Miranda, com todos os sotaques.

Passamos aos Itens 20 e 21, com a relatoria do Senador Rollemberg.

ITEM 20

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 324, DE 2011
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA LÍRIO DOS VALES para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria : Senador Rodrigo Rollemberg

Relatório: Favorável

ITEM 21

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 345, DE 2011
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA AUTA DE SOUZA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Macaíba, Estado do Rio Grande do Norte.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria : Senador Rodrigo Rollemberg

Relatório: Favorável

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – O Item 20, Sr. Presidente, trata do parecer da Comissão de Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo Nº 324, de 2011 (nº 3.006, de 2010 na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga a autorização à Associação Comunitária Lírio dos Vales para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo.

O ato foi submetido à apreciação do Congresso nacional por meio de mensagem presidencial nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. § 3º, da Constituição Federal. Há a exposição de motivos do Ministro das Comunicações. Foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara dos Deputados.

Nosso voto, tendo em vista o exame da documentação que acompanha o PDS Nº 324, é pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária Lírio dos Vales para executar o serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo**.** Bloco/PMDB – PB) – Agradeço a V. Exª.

Tem a palavra...

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Ainda há o Item 21, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo**.** Bloco/PMDB – PB) – Pensei que tinha terminado.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Trata-se do parecer da Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, comunicação e Informática, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 345, de 2011, nº 174, de 2011, na Câmara dos Deputados, que aprova o ato que outorga a autorização a Associação de Difusão Comunitária Alta de Souza, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Macaíba, Estado do Rio Grande do Norte.

O projeto cumpriu os preceitos constitucionais, tem a exposição de motivos do Ministro das Comunicações, foi aprovado na Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara dos Deputados, portanto, o nosso voto é pela constitucionalidade, pela juridicidade, técnica legislativa e pela aprovação do projeto que outorga a autorização a Associação de difusão Comunitária alta de Souza, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Macaíba, no Estado do Rio Grande do Norte.

Na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos deputados.

Este é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo**.** Bloco/PMDB – PB) – Agradeço ao Senador Rollemberg.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – PB) – Item 22, ad hoc, Senador Vital do Rêgo. É o PDS nº 614, de 2010.

Logo após a relatoria *ad hoc* do Item 22, Senador Vital do Rêgo relatará o Item 19 da pauta, já que o Senador é o relator originário.

Portanto, o Senador Vital do Rêgo relatará o Item 19 e o Item 22 da pauta.

ITEM 22

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 614, DE 2010
– Terminativo –

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à TELEVISÃO VERDES MARES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Recife, Estado de Pernambuco.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria : Senador Cícero Lucena

Relatório: Favorável

ITEM 19

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 330, DE 2011
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DE SÃO JOÃO DO SUL – SC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João do Sul, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria : Senador Vital do Rêgo

Relatório: Favorável

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Sr. Presidente, iniciando pelo Item 22, cujo relatório V. Exª designou para o Senador Cícero Lucena e, na condição de *ad hoc,* tenho a honra de relatar.

Trata-se da outorga a Televisão Verdes Mares LTDA, para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Recife, Estado de Pernambuco, na forma do decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Não houve nenhuma violação a legislação que disciplina a matéria, não havendo reparos quanto aos aspectos.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Verde Mares, não é Fortaleza, Sr. Presidente?

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Está aqui: Recife. A que eu conheço é em Fortaleza.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Como o mar é verde em todo litoral, nessa área principalmente.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – É Recife.

Peço, inclusive, a checagem da nossa consultoria.

Não há nenhum óbice de ordem constitucional.

Esse relatório.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Até para o povo não dizer que ele está tirando a Verdes Mares de Fortaleza para Recife.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – É Recife mesmo, Senador.

É outra.

Veio já da Câmara.

Historicamente a Verdes Mares é de Fortaleza.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Vai ver é alguma filial.

Em Fortaleza também tem Rádio Verdes Mares Ltda.

Então, deve ser a rede Verdes Mares.

Na própria portaria do Ministério encontra-se como Recife.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Rede Verdes Mares.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Com a palavra o Senador Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Para o Item 19 da pauta, este sim encaminhado originalmente por V. Exª, na condição de Presidente, para nossa relatoria, aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão de São João do Sul – SC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João do Sul, Estado de Santa Catarina.

Não há nenhum óbice de ordem regimental nem jurídica.

Portanto, voto pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço ao Senador Vital do Rêgo e passo a palavra ao próximo relator, Senador Walter Pinheiro, para relatar os itens 23 e 24.

Apenas para confirmar a posição do relator, Senador Vital do Rêgo, no item 40 da Portaria...Mensagem nº 99, de 2010, do Ministério das Comunicações e da Presidência da República, Presidente Lula. Portaria nº 700, de 11 de setembro de 2009 – Televisão Verdes Mares Ltda., originariamente Publisom Indústria e Comércio Ltda., no Município de Recife. Portanto, a Rede Verdes Mares deve ter adquirido a antiga emissora Publisom, de Recife.

ITEM 23

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 342, DE 2011
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, CULTURAL E DE COMUNICAÇÃO SOCIAL GUGLIELMO MARCONI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Venha Ver, Estado do Rio Grande do Norte.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria : Senador Walter Pinheiro

Relatório: Favorável

ITEM 24

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 34, DE 2012
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO ONÉSIMO NOGUEIRA para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Corrente, Estado do Piauí.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria : Senador Walter Pinheiro

Relatório: Favorável

Com a palavra o Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, há dois PDS sob a minha responsabilidade, que gostaria de relatar. Um, em frequência modulada, o PDS nº 34, de 2012, e o outro, rádio comunitária, que é o PDS nº 342, de 2011.

Não encontramos nenhum óbice nos dois processos, além do que todo o material enviado pelo Ministério das Comunicações, conforme solicitação desta Comissão, apontam para o cumprimento dos trâmites legais para a aprovação desta matéria. Portanto, somos pela aprovação dos dois projetos de decreto legislativo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradecendo a V. Exª, Senador Walter Pinheiro.

Passo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro, pedindo que, como relator de plenário, relate o item 6 da pauta, em substituição ao Senador Gim Argello, o PDS 384, de 2011. E, aproveitando, V. Exª relataria o item 27, como relator original, e o item 28, também, como relator de plenário. Portanto, os itens 6, 27 e 28.

ITEM 6

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 384, DE 2011
– Terminativo –

Aprova o ato que renova a permissão outorgada ao SISTEMA DE COMUNICAÇÕES PROFESSOR WALTER ALENCAR LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Teresina, Estado do Piauí.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria : Senador Gim Argello

Relatório: Favorável

ITEM 27

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 24, DE 2012
– Terminativo –

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à SOCIEDADE DE RADIODIFUSÃO INDEPENDENTE DE CRUZ ALTA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão so-

nora em ondas médias na cidade de Cruz Alta, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria : Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Favorável

ITEM 28

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 347, DE 2011
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RADIODIFUSORA COMUNITÁRIA DE BURITIZEIRO – MG para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Buritizeiro, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria : Senador Paulo Paim

Relatório: Favorável

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente Eduardo Braga, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, o item 6, que tem como relator o Senador Gim Argello, trata do Projeto de Decreto Legislativo nº 384, de 2011, que aprova o ato que renova a permissão outorgada ao Sistema de Comunicações Professor Walter Alencar Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Teresina, Estado do Piauí.

O voto, Sr. Presidente.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS n° 384, de 2011, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a permissão outorgada ao Sistema de Comunicações Professor Walter Alencar Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Teresina, Estado do Piauí, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O item 27 trata do Projeto de Decreto Legislativo Nº 24, de 2012, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Sociedade de Radiodifusão Independente de Cruz Alta Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora, em ondas médias, na cidade de Cruz alta, no Estado do Rio Grande do Sul.

Da mesma forma, Presidente, tendo em vista que, no exame da documentação, não foi evidenciada violação da legislação que disciplina reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, nosso voto é pela aprovação da renovação da concessão à Sociedade de Radiodifusão Independente de Cruz Alta Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora, em ondas médias, na cidade de Cruz Alta, no Estado do Rio Grande do Sul, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O outro item é o Item 28 da pauta trata do projeto de Decreto Legislativo Nº 347, de 2011, que aprova o ato que aprova o ato que outorga autorização á Associação Cultural e Radiodifusora Comunitária de Buritizeiro, Minas Gerais, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Buritizeiro, Estado de Minas Gerais.

O voto, Sr. Presidente, do Senador Paulo Paim, que também, por designação de V. Exª, tenho a honra de relatar como relator *ad hoc,* é pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Cultural e Radiodifusora Comunitária de Buritizeiro, Minas Gerais, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Buritizeiro, Estado de Minas Gerais, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esses são os votos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço a V. Exª.

Peço ao Senador Sérgio Souza que relate o Item 29 da pauta em substituição ao Senador Ricardo Ferraço.

Logo, a seguir, o próprio Senador Sérgio Souza será o relator do Item 30 e do 31 da pauta.

ITEM 29

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 327, DE 2011
– Terminativo –

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à FUNDAÇÃO FREI ROGÉRIO para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Curitibanos, Estado da Santa Catarina.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria : Senador Ricardo Ferraço

Relatório: Favorável

ITEM 30

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 354, DE 2011
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à UNIÃO SOCIAL DO JARDIM SANTANA E ADJACÊNCIAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria : Senador Sérgio Souza

Relatório: Favorável

ITEM 31

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 366, DE 2011
– Terminativo –

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO EDUCADORA DE TAIÓ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Taió, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria : Senador Sérgio Souza

Relatório: Favorável

Portanto, com a palavra o Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Item 29 trata do PDS 327, de 2011, originário da Câmara dos Deputados, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Fundação Frei Rogério para explorar o serviço de radiodifusão sonora, em ondas médias, na cidade de Curitibanos, Estado de Santa Catarina.

O ato foi submetido á apreciação do Congresso Nacional por meio da mensagem presidencial, nos termos da Constituição Federal.

O voto, Sr. Presidente, é acompanhando...

Vendo que não se evidenciou violação à legislação que disciplina a matéria, somos pela aprovação.

O Item 30, Sr. Presidente, trata do PDS nº 354, de 2011, destinado a aprovar o ato que outorga autorização à União Social Jardim Santana e Adjacências para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio da mensagem presidencial, nos termos da Constituição Federal.

O voto, Sr. Presidente, é pela aprovação do ato que outorga autorização à União Social Jardim Santana e Adjacências para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Paulo.

O Item nº 31, Sr. Presidente, trata do PDS 366, de 2011, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Educadora de Taió Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, na cidade de Taió, Estado de Santa Catarina.

O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio da mensagem presidencial, nos termos da Constituição Federal.

Tendo em vista que o exame da documentação, que acompanha o PDS, não evidenciou a violação da legislação que disciplina a matéria, somo pela aprovação do ato que outorga a renovação da concessão a Rádio Educadora de Taió LTDA, no Estado de Santa Catarina.

Sr. Presidente, eram os relatórios.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço ao Senador Sérgio Souza.

Passo a palavra ao Senador Ivo Cassol, para relatar o Item 32 e o Item 33 da pauta.

ITEM 32

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 371, DE 2011
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO DE APOIO E DESENVOLVIMENTO AO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – FADEPE/JF para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria : Senador Ivo Cassol

Relatório: Favorável

ITEM 33

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 373, DE 2011
– Terminativo –

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO VALPARAÍSO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Valparaíso, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria : Senador Ivo Cassol

Relatório: Favorável

Com a palavra o Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Obrigado.

Vamos ao voto, Sr. Presidente.

Opinamos pela aprovação do Projeto nº 371, de 2011, do ato de outorga para permissão a Fundação Apoio e Desenvolvimento ao Ensino, Pesquisa e Extensão, FADEPE/JF, para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada com fins exclusivamente educativos, na cidade de Juiz de Fora, no Estado de minas Gerais.

Um projeto de decreto legislativo, portanto, aprovado.

Ao mesmo tempo vamos ao voto do Projeto nº 373, que opinamos pela aprovação do ato que renova permissão de outorga para a Rádio Valparaíso LTDA, para exploração de serviços de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Valparaíso, Estado de São Paulo.

Portanto, estão aprovadas as duas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradecendo ao Senador Ivo Cassol, peço ao Senador Delcídio para relatar em plenário, em substituição ao Senador João Ribeiro, Lídice da Mata, Eduardo Lopes e Eunício Oliveira ausentes dessa sessão.

O Item 34, 35, 36 e 37 da pauta.

ITEM 34

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 322, DE 2011
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga permissão à R & V COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mococa, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria : Senador João Ribeiro

Relatório: Favorável

ITEM 35

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 382, DE 2011
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA DE BALNEÁRIO GAIVOTA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Balneário Gaivota, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria : Senadora Lídice da Mata

Relatório: Favorável

ITEM 36

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 28, DE 2012
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÃO JUDAS TADEU para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibiassucê, Estado da Bahia.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria : Senador Eduardo Lopes

Relatório: Favorável

ITEM 37

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 363, DE 2011
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga permissão à SBC – RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cachoeira do Arari, Estado do Pará.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria : Senador Eunício Oliveira

Relatório: Favorável

Com a palavra o eminente Senador Delcídio Amaral.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – O Item 34, Sr. Presidente, aprova um ato que outorga permissão a R & V Comunicação LTDA. Para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Mococa, Estado de São Paulo.

O PDS nº 382 também aprova o ato de outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária Educativa de Balneário Gaivota para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de balneário Gaivota, Estado de Santa Catarina.

O PDS nº 28, Sr. Presidente, aprova o ato que outorga autorização à Associação comunitária São Judas Tadeu para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibiassucê, Estado do Senador Walter Pinheiro, na Bahia.

E o PDS, Sr Presidente, nº 363, que aprova o ato que outorga permissão à SBC – Radiodifusão LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Cachoeira do Arari, Estado do Pará.

Todos os quatros processos sob o ponto de vista de juridicidade nós não temos nada a obstar, como também sob ponto de vista técnico, já amplamente analisado pelo Ministério das Comunicações, também a nossa posição é absolutamente favorável.

Portanto, meu voto é sim aos quatro processos por mim relatados.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – V. Exª me permite?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Com a palavra o Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Queria pedir a V. Exª a inclusão em extrapauta do PDS nº 388, de 2011, que trata de outorga de permissão a radiodifusão, que é a Prisma Radiodifusão, para explorar serviço de frequência modular na cidade de Imbé, no Estado do Rio Grande do Sul.

Se V. Exª assim proceder, gostaria de relatar aqui o meu voto ou o meu parecer sobre essa rádio.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Colocando extrapauta, portanto, e pedindo para que o Senador Walter Pinheiro possa relatar o PDS 368, o PDS 388 e o PDS 456.

Ah, os relatores, Senadores Ivo Cassol e Ciro Nogueira, estão presentes e relatariam, assim como o Senador Walter Pinheiro relataria o seu.

Portanto, com a palavra o Senador Ciro Nogueira para relatar o Item 1, extrapauta, PDS 368, de 2011.

Extrapauta:

ITEM 38

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 368, DE 2011
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO NOVAS DE PAZ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itabira, Estado de Minas Gerais Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Ciro Nogueira

Relatório: Favorável

ITEM 39

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 456, DE 2011
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA LAGEADO DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santarém, Estado do Pará.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Ivo Cassol

Relatório: Favorável

ITEM 40

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 388, DE 2011
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga permissão à PRISMA RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Imbé, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Walter Pinheiro

Relatório: Favorável

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco/PP – PI) – Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) n° 368, de 2011 (n° 2.903, de 2010, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Novas de Paz para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itabira, Estado de Minas Gerais.

Vou direto ao voto, Sr. Presidente.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o

PDS n° 368, de 2011, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Novas de Paz para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itabira, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Sr. Presidente, conforme determinação de V. Exª, vamos ao PDS nº 456, de 2011, que aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA LAGEADO DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santarém, Estado do Pará, do nosso querido amigo e companheiro Flexa Ribeiro, presidente da Subcomissão de Belo Monte.

Portanto, está aprovado, na forma do Projeto de Decreto Legislativo Ordinário da Câmara dos Deputados.

Fica aprovado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Com a palavra o Senador Walter Pinheiro, para relatar o PDS 388, de 2011.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, o presente PDS, por mim relatado, também obedece a todos os trâmites legais, portanto, chegando a esta Comissão, somos pela aprovação do ato que

outorga permissão à PRISMA RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Imbé, Estado do Rio Grande do Sul.

Somos pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – As matérias estão, em bloco, em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação os projetos terminativos, com votação nominal.

De acordo com a pauta, vamos colocar em votação do Item 6 ao Item 37 da pauta, em votação nominal. Quem vota "sim" vota com os relatórios.

E os três itens extrapauta: PDS 368, de 2011, relatado pelo Senador Ciro Nogueira; o PDS 388, de 2011, relatado pelo Senador Walter Pinheiro; e o PDS 456, de 2011, relatado pelo Senador Ivo Cassol.

Como vota a Senadora Angela Portela?

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Voto "sim", com os relatores.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Como vota o Senador Aníbal Diniz?

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Voto "sim', com os relatores.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Como vota o Senador Walter Pinheiro?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Como vota o Senador Rodrigo Rollemberg?

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Como vota o Senador Delcídio do Amaral?

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Com os relatores, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Como vota o Senador Sérgio Souza?

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Como vota o Senador Ciro Nogueira?

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco/PP – PI) – Com os relatores.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Como vota o Senador Ivo Cassol?

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Voto "sim", com os relatores, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Como vota o Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com os relatores, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Como vota o Senador Flexa Ribeiro?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com os relatores.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) –Com isso, completamos o quórum e completamos a pauta.

Apenas para comunicar que todos os itens da pauta e extrapauta foram aprovados, com dez votos "Sim".

Submeto à apreciação o requerimento do Senador Walter Pinheiro, constante do Item 3 da pauta.

ITEM 3

REQUERIMENTO Nº 16, DE 2012 – CCT

Nos termos do art. 58, §2°, incisos II e V da Constituição Federal, combinado com o art. 90, incisos II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja realizada, por esta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, audiência pública destinada a debater a normativa e os procedimento de patenteamento no Brasil e sua incidência sobre o desenvolvimento científico, tecnológico e industrial nacional, com os seguintes convidados: Jorge Ávila, Presidente do INPI/MDIC; Carlos Brito Cruz, Presidente da FAPESP; Luiz Elias, Secretario Executivo do MCTI; Otávio Brandelli, Ministro de 2º Classe da carreira do Itamaraty; e, Luiz Henrique Amaral, Presidente da ABPI.

Autoria: Senador Walter Pinheiro

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

Próximo requerimento, extrapauta, de autoria do Senador Vital do Rêgo e do Senador Eduardo Braga.

ITEM 41

REQUERIMENTO Nº 18, DE 2012 – CCT

Requeiro nos termos regimentais, e pelo presente, a realização de Seminário que discutirá "A Atividade de CT&I e a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia & Inovação (ENCTI) – Infraestrutura e Capacitação para a Pesquisa – Mecanismos de Financiamento e Participação Privada", com convite às entidades e personalidades abaixo elencadas, além de outras que porventura venham a ser incluídas: MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNO-

LOGIA E INOVAÇÃO – MCTI; SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA – SBPC; UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG; ITAIPU BINACIONAL; FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS – FINEP; CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS ESTADUAIS PARA ASSUNTOS DE CT&I – CONSECTI; PROFESSOR MARCELO GLEISER – (DARTMOUTH COLLEGE); PROFESSOR MIGUEL NICOLELIS – (DUKE UNIVERSITY – IINN-ELS).

Autoria: Senador Vital do Rêgo e outros

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Concluída a pauta desta reunião, agradeço a presença das Srªs Senadoras e os Srs. Senadores, convocando-os para uma nova reunião no horário regimental.

(Iniciada às 10 horas e 01 minuto, a reunião é encerrada às 11 horas e 09 minutos.)

Edição de hoje: 1164 páginas

(OS: 11867/2012)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL